RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007

VOLUME I - TOMO II

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PLANO PLURIANUAL 2004-2007

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Volume I - Tomo II

EXERCÍCIO 2008

ANO BASE 2007

Brasília
2008

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva
Vice-Presidência da República
José Alencar Gomes da Silva
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Dilma Rousseff
Ministro de Estado da Justiça
Tarso Genro
Ministro de Estado da Defesa
Nelson Jobim
Ministro de Estado das Relações Exteriores
Celso Luiz Nunes Amorim
Ministro de Estado da Fazenda
Guido Mantega
Ministro de Estado dos Transportes
Alfredo Pereira do Nascimento
Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Reinhold Stephanes
Ministro de Estado da Educação
Fernando Haddad
Ministro de Estado da Cultura
Juca Ferreira
Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Carlos Lupi
Ministro de Estado da Previdência Social
José Barroso Pimentel
Ministro de Estado da Saúde
José Gomes Temporão
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Miguel Jorge
Ministro de Estado de Minas e Energia
Edison Lobão
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva
Ministro de Estado das Comunicações
Hélio Costa
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia
Sergio Machado Rezende
Ministro de Estado do Meio Ambiente
Carlos Minc Baumfeld
Ministro de Estado do Esporte
Orlando Silva Junior
Ministro de Estado do Turismo
Luiz Barretto
Ministro de Estado da Integração Nacional
Geddel Vieira Lima
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Guilherme Cassel
Ministro de Estado das Cidades
Márcio Fortes de Almeida
Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Patrus Ananias
Ministro de Estado Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República
Luiz Soares Dulci
Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Jorge Armando Felix
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social
Franklin Martins
Advogado-Geral da União
José Antônio Dias Toffoli
Ministro de Estado do Controle e da Transparência
Jorge Hage Sobrinho
Secretário Especial de Direitos Humanos
Paulo de Tarso Vannuchi
Secretária Especial de Políticas para as Mulheres
Nilcéa Freire
Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca
Altemir Gregolin
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
José Múcio Monteiro Filho
Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Edson Santos
Ministro de Estado Chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos
Roberto Mangabeira Unger
Secretário Especial de Portos
Pedro Brito do Nascimento

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PLANO PLURIANUAL 2004-2007

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Volume I - Tomo II

EXERCÍCIO 2008

ANO BASE 2007

Brasília
2008

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K
FONE: 55 (61) 3429.4080
FAX: 55 (61) 3226.8122
Site: www.planejamento.gov.br
CEP: 70040-906 – Brasília – DF

© 2008, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Normalização Bibliográfica: DIBIB/CODIN/SPOA

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI.
Relatório de avaliação do Plano Plurianual 2004-2007: exercício 2008: ano base 2007 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2008.

2 v em 4. : il

Conteúdo: V.1. t. 1 Avaliação do Plano Plurianual – V.1.t.2 Avaliação dos Programas – V.2 t.1 Anexo : primeira parte – V.2 t.2 Anexo I : segunda parte – anexo II

1. Planejamento governamental. 2. Orçamento público
I. Título

CDU 338.26 “2008”(047)

ÍNDICE

VOLUME I - TOMO II

Apresentação 303
Avaliação dos Programas 305
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 307
Ministério da Ciência e Tecnologia 445
Ministério da Cultura 497
Ministério da Defesa 557
Ministério da Educação 687
Ministério da Fazenda 761
Ministério da Integração Nacional 827
Ministério da Justiça 889
Ministério da Previdência Social 953
Ministério da Saúde 981
Ministério das Cidades 1103
Ministério das Comunicações 1191
Ministério das Relações Exteriores 1211
Ministério de Minas e Energia 1249
Ministério do Desenvolvimento Agrário 1361
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome 1403
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior 1443
Ministério do Esporte 1511
Ministério do Meio Ambiente 1551
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 1665
Ministério do Trabalho e Emprego 1713
Ministério do Turismo 1783
Ministério dos Transportes 1797
Presidência da República 1869
- Advocacia-Geral da União 1871
- Controladoria-Geral da União 1885
- Presidência da República 1905

Secretarias Especiais 1945
- Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca 1947
- Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial 1963
- Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres 1975
- Secretaria Especial dos Direitos Humanos 1993

Ministério Público da União, Poderes Legislativo e Judiciário 2035
Ministério Público da União 2037
Câmara dos Deputados 2043
Senado Federal 2049
Tribunal de Contas da União. 2055
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios 2063
Justiça do Trabalho 2071
Justiça Eleitoral 2081
Justiça Federal 2087
Justiça Militar da União 2091
Superior Tribunal de Justiça. 2097
Supremo Tribunal Federal 2103

ÍNDICE GERAL POR ÓRGÃO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO 307

Abastecimento Agroalimentar 323
Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário 329
Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico 334
Desenvolvimento da Avicultura 343
Desenvolvimento da Bovideocultura 347
Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura e da Ovinocultura 353
Desenvolvimento da Economia Cafeeira 359
Desenvolvimento da Fruticultura (Profruta) 366
Desenvolvimento da Horticultura 371
Desenvolvimento da Suideocultura 376
Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais 380
Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas 384
Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro 388
Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural 394
Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau 398
Manejo e Conservação de Solos na Agricultura 406
Minimização de Riscos no Agronegócio 413
Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social 419
Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio 425
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários 432
Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas 436
Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários 440

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA 445

Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e o Desenvolvimento Social 457
Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) 462
Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima 468
Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa 477

Nacional de Atividades Espaciais - PNAE 483
Nacional de Atividades Nucleares 487
Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico . . . 492

MINISTÉRIO DA CULTURA 497
Brasil Patrimônio Cultural. 505
Brasil, Som e Imagem 511
Cultura Afro-Brasileira 516
Cultura, Educação e Cidadania 520
Desenvolvimento da Economia da Cultura (Prodec) 527
Engenho das Artes. 531
Identidade e Diversidade Cultural - Brasil Plural 537
Livro Aberto 542
Monumenta 548
Museu Memória e Cidadania 552

MINISTÉRIO DA DEFESA 557
Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade. 577
Calha Norte 583
Comunicações, Comando, Controle e Inteligência
nas Forças Armadas 587
Controle de Armamentos, Munições e Explosivos 591
Desenvolvimento da Aviação Civil 595
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária 599
Ensino Profissional da Aeronáutica 606
Ensino Profissional da Marinha 609
Ensino Profissional do Exército 613
Mobilização para Defesa Nacional 617
Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas 620
Preparo e Emprego da Força Aérea 624
Preparo e Emprego da Força Terrestre 628
Preparo e Emprego do Poder Naval 631
Proantar 637
Produção de Material Bélico 641
Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira 643
Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil 646
Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro 650
Recursos do Mar 652

Segurança da Navegação Aquaviária 656
Serviço de Saúde das Forças Armadas 660
Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. 665
Tecnologia de Uso Aeroespacial. 673
Tecnologia de Uso Naval 679
Tecnologia de Uso Terrestre. 682

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.....687
Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos 697
Brasil Escolarizado. 706
Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica 714
Desenvolvimento do Ensino Médio. 717
Desenvolvimento da Educação Especial. 721
Desenvolvimento da Educação Infantil 727
Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação
e da Pesquisa Científica 731
Desenvolvimento do Ensino Fundamental 738
Educação para a Diversidade e Cidadania 742
Universidade do Século XXI 748
Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores
da Educação Básica 755

MINISTÉRIO DA FAZENDA 761
Administração Tributária e Aduaneira 780
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais 783
Arrecadação de Receitas Previdenciárias. 786
Banco para Todos 789
Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas
e Áreas Afins 792
Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários 794
Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência
Complementar Aberta e Capitalização. 799
Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional 806
Educação Fiscal 812
Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal
dos Municípios - PNAFM. 815
Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes. 819
Produção de Moeda e Documentos de Segurança 821
Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional 824

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL 827
Desenvolvimento da Agricultura Irrigada 834
Desenvolvimento da Faixa de Fronteira 838
Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (Conviver) 844
Drenagem Urbana Sustentável 849
Eficiência na Agricultura Irrigada 852
Integração de Bacias Hidrográficas 854
Organização Produtiva de Comunidades (Produzir) 858
Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres 862
Proágua Infra-estrutura 866
Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso) 871
Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões (Promover) 878
Resposta aos Desastres 881
Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação 885

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA 889
Aprimoramento da Execução Penal 897
Assistência Jurídica Integral e Gratuita 901
Combate à Criminalidade 905
Combate ao Crime Transnacional 909
Defesa do Consumidor 913
Defesa Econômica e da Concorrência 917
Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal 922
Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas 925
Migração e Acordos Internacionais 930
Modernização da Polícia Federal 933
Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento 936
Reforma do Judiciário 941
Segurança Pública nas Rodovias Federais 945
Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) 949

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 953
Educação Previdenciária 960
Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União 963
Previdência Complementar 965
Previdência de Inativos e Pensionistas da União 968
Previdência Social Básica 970

Qualidade dos Serviços Previdenciários 974
Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal 978

MINISTÉRIO DA SAÚDE 981
Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos 998
Alimentação Saudável 1003
Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos 1008
Assistência Suplementar à Saúde 1014
Atenção Básica em Saúde 1020
Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e outras Causas Externas. 1026
Atenção Especializada em Saúde 1030
Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde (SUS) . . 1034
Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde 1039
Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase 1045
Educação Permanente e Qualificação Profissional no Sistema Único de Saúde (SUS). 1052
Investimento para Humanização e Ampliação do Acesso à Atenção à Saúde 1056
Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis 1062
Saneamento Rural 1066
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue 1072
Vigilância Ambiental em Saúde. 1077
Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis 1081
Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não-Transmissíveis 1085
Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis 1088
Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue 1093
Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes 1097

MINISTÉRIO DAS CIDADES 1103
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte 1112
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte 1116
Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário

Urbano de Passageiros 1120
Financiamento Imobiliário Habitacional 1129
Fortalecimento da Gestão Urbana 1133
Habitação de Interesse Social. 1143
Mobilidade Urbana 1147
Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) 1152
Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais 1160
Segurança e Educação de Trânsito: Direito e
Responsabilidade de Todos 1168
Serviços Urbanos de Água e Esgoto 1173
Urbanização, Regularização Fundiária e Integração
de Assentamentos Precários 1182

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES 1191
Aprimoramento dos Serviços Postais 1197
Inovação Tecnológica em Telecomunicações 1201
Oferta dos Serviços de Telecomunicações 1204
Universalização dos Serviços de Comunicações 1208

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.....1211
Análise e Difusão da Política Externa Brasileira 1222
Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e
Atendimento Consular 1225
Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional 1227
Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior 1230
Ensino Profissional Diplomático 1235
Promoção das Exportações 1239
Relações do Brasil com Estados Estrangeiros 1243
Relações e Negociações do Brasil no Âmbito dos
Organismos Internacionais 1247

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA 1249
Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural
e Biocombustíveis 1257
Atuação Internacional na Área de Petróleo. 1260
Brasil com Todo Gás 1263
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia 1266
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool
e Outros Combustíveis 1269

Eficiência Energética 1274
Energia Alternativa Renovável 1278
Energia na Região Nordeste. 1282
Energia na Região Norte 1287
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste 1292
Energia na Região Sul 1298
Energia nos Sistemas Isolados 1303
Geologia do Brasil 1309
Indústria Petroquímica 1314
Luz para Todos 1316
Mineração e Desenvolvimento Sustentável 1323
Oferta de Petróleo e Gás Natural 1329
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural 1333
Qualidade do Serviço de Energia Elétrica 1336
Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 1347
Refino de Petróleo 1350
Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados 1353
Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados 1357

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO 1361
Agricultura Familiar (Pronaf) 1368
Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais 1373
Crédito Fundiário 1380
Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária 1383
Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais 1388
Educação do Campo (Pronera) 1392
Paz no Campo. 1396
Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária. 1399

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME 1403
Acesso à Alimentação 1413
Erradicação do Trabalho Infantil 1418
Proteção Social Básica 1423
Proteção Social Especial 1430
Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família 1436

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR 1443

Artesanato Brasileiro 1463
Competitividade das Cadeias Produtivas 1468
Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte 1478
Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora 1484
Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental 1490
Metrologia e Qualidade Industrial. 1494
Pólo Industrial de Manaus. 1500
Propriedade Intelectual 1504

MINISTÉRIO DO ESPORTE 1511

Brasil no Esporte de Alto Rendimento 1522
Esporte e Lazer da Cidade 1528
Inserção Social pela Produção de Material Esportivo 1533
Rumo ao Pan 2007 1537
Segundo Tempo 1543

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE 1551

Amazônia Sustentável 1565
Áreas Protegidas do Brasil 1571
Combate à Desertificação 1575
Comunidades Tradicionais 1582
Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros 1589
Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos. 1595
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. 1599
Nacional de Florestas. 1605
Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais (Florescer) 1616
Proambiente 1620
Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas 1624
Qualidade Ambiental 1630
Recursos Pesqueiros Sustentáveis 1636
Resíduos Sólidos Urbanos 1645
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental 1649
Zoneamento Ecológico-Econômico. 1658

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO 1665

Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública 1677
Gestão do Patrimônio Imobiliário da União 1682
Governo Eletrônico 1686
Inclusão Digital 1690
Informações Estatísticas e Geocientíficas 1695
Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas 1700
Recenseamentos Gerais 1709

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO 1713

Democratização das Relações de Trabalho 1723
Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda 1729
Economia Solidária em Desenvolvimento 1735
Erradicação do Trabalho Escravo 1743
Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda 1746
Microcrédito Produtivo Orientado 1754
Primeiro Emprego 1759
Qualificação Social e Profissional 1764
Rede de Proteção ao Trabalho 1772
Segurança e Saúde no Trabalho 1777

MINISTÉRIO DO TURISMO 1783

Brasil: Destino Turístico Internacional 1788
Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos 1793

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES 1797

Corredor Araguaia-Tocantins 1811
Corredor Fronteira Norte 1814
Corredor Leste 1817
Corredor Mercosul 1821
Corredor Nordeste ..... ‘1825
Corredor Oeste-Norte 1828
Corredor São Francisco 1832
Corredor Sudoeste 1836
Corredor Transmetropolitano 1839
Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário 1843

Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante
e da Indústria Naval 1847
Infra-estrutura de Transportes 1851
Manutenção da Malha Rodoviária Federal. 1853
Manutenção de Hidrovias 1857
Serviços de Transporte Aquaviário 1860
Serviços de Transporte Rodoviário 1864

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.....1869
Defesa Jurídica da União 1880
Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção 1895
Certificação Digital 1908
Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental. . . 1912
Democratização do Acesso à Informação Jornalística,
Educacional e Cultural 1916
Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica. 1919
Informações Integradas para Proteção da Amazônia. 1924
Inteligência Federal 1931
Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) 1935
Promoção da Ética Pública 1941

SECRETARIA ESPECIAL DE AQÜICULTURA E PESCA 1947
Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura 1954
Desenvolvimento Sustentável da Pesca 1958

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL.....1963
Brasil Quilombola 1969

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES 1975
Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres
no Mundo do Trabalho 1982
Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres 1987

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS.....1993
Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas 2000
Atendimento Sócio-educativo do Adolescente em Conflito com a Lei . . . 2005
Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes . . . 2010
Direitos Humanos, Direitos de Todos 2013
Nacional de Acessibilidade 2017
Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente 2021
Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência 2025
Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional 2031

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO.....2035
Defesa da Ordem Jurídica 2039
Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados 2045
Atuação Legislativa do Senado Federal. 2051
Controle Externo 2057
Prestação Jurisdicional no Distrito Federal. 2065
Prestação Jurisdicional Trabalhista 2073
Gestão do Processo Eleitoral 2083
Prestação Jurisdicional na Justiça Federal (não avaliado) 2089
Prestação Jurisdicional Militar 2093
Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça 2099
Controle da Gestão Administrativa e Financeira no Poder Judiciário 2105
Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal. 2109

ÍNDICE EM ORDEM ALFABÉTICA DE PROGRAMAS

Abastecimento Agroalimentar 323
Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis 1257
Acesso à Alimentação 1413
Administração Tributária e Aduaneira 780
Agricultura Familiar (Pronaf) 1368
Alimentação Saudável 1003
Amazônia Sustentável 1565
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais 783
Análise e Difusão da Política Externa Brasileira 1222
Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário 329
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte 1116
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte 1112
Aprimoramento da Execução Penal 897
Aprimoramento dos Serviços Postais 1197
Áreas Protegidas do Brasil 1571
Arrecadação de Receitas Previdenciárias. 786
Artesanato Brasileiro 1463
Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais 1373
Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e Atendimento Consular 1225
Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas 2000
Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade. 577
Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos 1008
Assistência Jurídica Integral e Gratuita. 901
Assistência Suplementar à Saúde 1014
Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e outras Causas Externas. 1026
Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos. 998
Atenção Básica em Saúde 1020
Atenção Especializada em Saúde 1030
Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde (SUS) . . 1034
Atendimento Sócio-educativo do Adolescente em Conflito com a Lei . . . 2005

Atuação Internacional na Área de Petróleo. 1260
Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados 2045
Atuação Legislativa do Senado Federal. 2051
Banco para Todos 789
Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos 697
Brasil com Todo Gás 1263
Brasil: Destino Turístico Internacional. 1788
Brasil Escolarizado. 706
Brasil no Esporte de Alto Rendimento 1522
Brasil Patrimônio Cultural. 505
Brasil Quilombola 1969
Brasil, Som e Imagem 511
Calha Norte 583
Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas
e Áreas Afins 792
Certificação Digital 1908
Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde 1039
Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão
e o Desenvolvimento Social. 457
Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial,
Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) 462
Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima 468
Combate à Criminalidade 905
Combate à Desertificação 1575
Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças
e Adolescentes 2010
Combate ao Crime Transnacional 909
Competitividade das Cadeias Produtivas 1468
Comunicações, Comando, Controle e Inteligência
nas Forças Armadas 587
Comunidades Tradicionais 1582
Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros 1589
Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade
e dos Recursos Genéticos. 1595
Controle da Gestão Administrativa e Financeira
no Poder Judiciário 2105
Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase 1045
Controle de Armamentos, Munições e Explosivos 591
Controle Externo 2057

Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção 1895
Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional 1227
Corredor Araguaia-Tocantins 1811
Corredor Fronteira Norte 1814
Corredor Leste 1817
Corredor Mercosul 1821
Corredor Nordeste . . . . . ‘1825
Corredor Oeste-Norte 1828
Corredor São Francisco 1832
Corredor Sudoeste. 1836
Corredor Transmetropolitano 1839
Crédito Fundiário 1380
Cultura Afro-Brasileira 516
Cultura, Educação e Cidadania 520
Defesa da Ordem Jurídica 2039
Defesa do Consumidor 913
Defesa Econômica e da Concorrência 917
Defesa Jurídica da União 1880
Democratização das Relações de Trabalho 1723
Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental . . . 1912
Democratização do Acesso à Informação Jornalística,
Educacional e Cultural 1916
Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário
Urbano de Passageiros 1120
Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego,
Trabalho e Renda 1729
Desenvolvimento da Agricultura Irrigada 834
Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico 334
Desenvolvimento da Aviação Civil 595
Desenvolvimento da Avicultura. 343
Desenvolvimento da Bovideocultura 347
Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura
e da Ovinocultura 353
Desenvolvimento da Economia Cafeeira 359
Desenvolvimento da Economia da Cultura (Prodec) 527
Desenvolvimento da Educação Especial. 721
Desenvolvimento da Educação Infantil 727
Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica 714
Desenvolvimento da Faixa de Fronteira 838

Desenvolvimento da Fruticultura (Profruta) 366
Desenvolvimento da Horticultura 371
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária 599
Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e
Outras Espécies Vegetais 380
Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas 384
Desenvolvimento da Suideocultura 376
Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública 1677
Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno
e Médio Porte 1478
Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora 1484
Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro 388
Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural 394
Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação
e da Pesquisa Científica 731
Desenvolvimento do Ensino Fundamental 738
Desenvolvimento do Ensino Médio. 717
Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários 794
Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional 806
Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência
Complementar Aberta e Capitalização. 799
Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal 922
Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (Conviver) 844
Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura 1954
Desenvolvimento Sustentável da Pesca 1958
Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau 398
Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais 1388
Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária 1383
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia 1266
Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior 1230
Direitos Humanos, Direitos de Todos 2013
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool
e Outros Combustíveis 1269
Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica. 1919
Drenagem Urbana Sustentável. 849
Economia Solidária em Desenvolvimento 1735
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. 1599
Educação do Campo (Pronera) 1392

Educação Fiscal 812
Educação para a Diversidade e Cidadania 742
Educação Permanente e Qualificação Profissional
no Sistema Único de Saúde (SUS) 1052
Educação Previdenciária 960
Eficiência Energética 1274
Eficiência na Agricultura Irrigada 852
Energia Alternativa Renovável 1278
Energia na Região Nordeste. 1282
Energia na Região Norte 1287
Energia na Região Sul 1298
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste 1292
Energia nos Sistemas Isolados 1303
Engenho das Artes. 531
Ensino Profissional da Aeronáutica 606
Ensino Profissional da Marinha 609
Ensino Profissional Diplomático 1235
Ensino Profissional do Exército 613
Erradicação do Trabalho Escravo 1743
Erradicação do Trabalho Infantil 1418
Esporte e Lazer da Cidade 1528
Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário
e Ferroviário 1843
Financiamento Imobiliário Habitacional 1129
Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante
e da Indústria Naval 1847
Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa 477
Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal
dos Municípios - PNAFM. 815
Fortalecimento da Gestão Urbana 1133
Geologia do Brasil 1309
Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes. 819
Gestão do Patrimônio Imobiliário da União 1682
Gestão do Processo Eleitoral 2083
Governo Eletrônico 1686
Habitação de Interesse Social. 1143
Identidade e Diversidade Cultural - Brasil Plural 537
Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas 925

Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres
no Mundo do Trabalho 1982
Inclusão Digital 1690
Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União 963
Indústria Petroquímica 1314
Informações Estatísticas e Geocientíficas 1695
Informações Integradas para Proteção da Amazônia 1924
Infra-estrutura de Transportes 1851
Inovação Tecnológica em Telecomunicações 1201
Inserção Social pela Produção de Material Esportivo 1533
Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda 1746
Integração de Bacias Hidrográficas 854
Inteligência Federal 1931
Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental 1490
Investimento para Humanização e Ampliação do Acesso
à Atenção à Saúde 1056
Livro Aberto 542
Luz para Todos 1316
Manejo e Conservação de Solos na Agricultura 406
Manutenção da Malha Rodoviária Federal 1853
Manutenção de Hidrovias 1857
Metrologia e Qualidade Industrial 1494
Microcrédito Produtivo Orientado 1754
Migração e Acordos Internacionais 930
Mineração e Desenvolvimento Sustentável 1323
Minimização de Riscos no Agronegócio 413
Mobilidade Urbana 1147
Mobilização para Defesa Nacional 617
Modernização da Polícia Federal 933
Monumenta 548
Museu Memória e Cidadania 552
Nacional de Acessibilidade 2017
Nacional de Atividades Espaciais - PNAE 483
Nacional de Atividades Nucleares 487
Nacional de Florestas 1605
Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) 1935
Oferta de Petróleo e Gás Natural 1329
Oferta dos Serviços de Telecomunicações 1204
Organização Produtiva de Comunidades (Produzir) 858

Paz no Campo 1396
Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social 419
Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio 425
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural 1333
Pólo Industrial de Manaus 1500
Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas 620
Preparo e Emprego da Força Aérea 624
Preparo e Emprego da Força Terrestre 628
Preparo e Emprego do Poder Naval 631
Prestação Jurisdicional Militar 2093
Prestação Jurisdicional na Justiça Federal (não avaliado) 2089
Prestação Jurisdicional no Distrito Federal 2065
Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça 2099
Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal 2109
Prestação Jurisdicional Trabalhista 2073
Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais (Florescer) 1616
Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres 1987
Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis 1062
Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres 862
Previdência Complementar 965
Previdência de Inativos e Pensionistas da União 968
Previdência Social Básica 970
Primeiro Emprego 1759
Proágua Infra-estrutura 866
Proambiente 1620
Proantar 637
Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas 1624
Produção de Material Bélico 641
Produção de Moeda e Documentos de Segurança 821
Promoção da Ética Pública 1941
Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico 492
Promoção das Exportações 1239
Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso) 871
Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente 2021

Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência 2025
Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões (Promover) 878
Propriedade Intelectual 1504
Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas 1700
Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional 2031
Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial
e Etnodesenvolvimento 936
Proteção Social Básica 1423
Proteção Social Especial 1430
Qualidade Ambiental 1630
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários 432
Qualidade do Serviço de Energia Elétrica 1336
Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural
e Biocombustíveis 1347
Qualidade dos Serviços Previdenciários 974
Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) 1152
Qualificação Social e Profissional 1764
Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais 1160
Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira 643
Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil 646
Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro 650
Recenseamentos Gerais 1709
Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional 824
Recursos do Mar 652
Recursos Pesqueiros Sustentáveis 1636
Rede de Proteção ao Trabalho 1772
Refino de Petróleo 1350
Reforma do Judiciário 941
Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União,
Estados, Municípios e Distrito Federal 978
Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária 1399
Relações do Brasil com Estados Estrangeiros 1243
Relações e Negociações do Brasil no âmbito dos
Organismos Internacionais 1247
Resíduos Sólidos Urbanos 1645
Resposta aos Desastres 881
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação
de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental 1649
Rumo ao Pan 2007 1537

Saneamento Rural 1066
Segundo Tempo 1543
Segurança da Navegação Aquaviária 656
Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. 665
Segurança e Educação de Trânsito: Direito
e Responsabilidade de Todos 1168
Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas 436
Segurança e Saúde no Trabalho 1777
Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários 440
Segurança Pública nas Rodovias Federais 945
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue 1072
Serviço de Saúde das Forças Armadas 660
Serviços de Transporte Aquaviário 1860
Serviços de Transporte Rodoviário 1864
Serviços Urbanos de Água e Esgoto 1173
Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) 949
Tecnologia de Uso Aeroespacial 673
Tecnologia de Uso Naval 679
Tecnologia de Uso Terrestre 682
Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação 885
Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família 1436
Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados 1353
Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados 1357
Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos 1793
Universalização dos Serviços de Comunicações 1208
Universidade do Século XXI 748
Urbanização, Regularização Fundiária e Integração
de Assentamentos Precários 1182
Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores
da Educação Básica 755
Vigilância Ambiental em Saúde 1077
Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis 1081
Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não-Transmissíveis 1085
Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS
e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis 1088
Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue 1093
Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes 1097
Zoneamento Ecológico-Econômico 1658

APRESENTAÇÃO

A participação democrática levada aos mais diversos setores da vida social coloca-se como um desafio permanente do Governo Federal na formulação e implementação das políticas nacionais. Esse princípio eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da divulgação da avaliação dos resultados da ação de governo para a sociedade. Nesse sentido, os resultados apresentados no Relatório de Avaliação do PPA 2004-2007 devem, também, ser discutidos pelos órgãos do Poder Executivo, pelo Congresso Nacional e pelo conjunto da sociedade, de forma crítica e ativa, de modo a permitir o avanço da democracia na relação entre o Estado e a sociedade.

O Relatório busca analisar os resultados consolidados do PPA 2004-2007 abrangendo a Estratégia de Desenvolvimento, o Cenário de Crescimento, as Metas Prioritárias, os Megaobjetivos (3) e Desafios (30) anunciados para o período, por ocasião do envio da Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional. Abrange, também, os cerca de 350 programas e 5.000 ações que fizeram parte do esforço de execução da União na condução das políticas públicas delineadas nesse período.

A fim de cumprir o disposto no art. 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 e suas alterações, o Relatório está estruturado em 27 cadernos, distribuídos da seguinte forma:

a) caderno 1 – compreende a avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano Plurianual;

b) cadernos 2 a 27 – compreendem as avaliações de programas do tipo finalístico e serviço ao Estado, agrupadas por órgão setorial, obtidas a partir da percepção dos gerentes de programas e suas equipes, com a coleta de informações na ótica de auto-avaliação, por meio de roteiros de questões respondidas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com os atores diretamente envolvidos no processo de avaliação, representados pelos gerentes dos programas e pelas equipes técnicas no âmbito dos órgãos responsáveis por programas de Governo, que são integrantes das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA), das Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs) e das Secretarias Executivas. E, no âmbito do órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, com participação das equipes técnicas do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST), da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) e da Secretaria de Orçamento Federal (SOF).

Os cadernos incluem demonstrativos dos valores referentes às ações desenvolvidas, tanto no âmbito do próprio órgão responsável quanto em outros Ministérios, no caso dos programas multissetoriais. As avaliações dos programas de cada Ministério e das Secretarias

Especiais são precedidas de um Sumário Executivo que contém informações sintéticas dos resultados e dos principais aspectos da avaliação da concepção e da implementação do conjunto de programas.

A publicação do Relatório de Avaliação do PPA 2004-2007 por meio de cadernos específicos, por órgão, confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais. Além disso, facilita a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando assim informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade brasileira.

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Abastecimento Agroalimentar

Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico

Desenvolvimento da Avicultura

Desenvolvimento da Bovideocultura

Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura e da Ovinocultura

Desenvolvimento da Economia Cafeeira

Desenvolvimento da Fruticultura (Profruta)

Desenvolvimento da Horticultura

Desenvolvimento da suideocultura

Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais

Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas

Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro

Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural

Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau

Manejo e Conservação de Solos na Agricultura

Minimização de Riscos no Agronegócio

Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social

Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio

Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Segurança fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), foram utilizados **R$ 4.685.250.186,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 6.723.210.391,00	Realizado orçamentário:	R$ 4.685.250.186,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 6.723.210.391,00**	**Total realizado:**	**R$ 4.685.250.186,00**

Além disso, do total de **R$ 405.312.447,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 354.349.585,00**

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MAPA, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	0352 Abastecimento Agroalimentar	47,96%	63,30%	65,46%	64,60%	61,97%
	6003 Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	1,88%	3,14%	3,26%	4,56%	3,44%
	1225 Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico	0,01%	0,02%	0,03%	0,03%	0,02%
	0371 Desenvolvimento da Avicultura	0,15%	0,04%	0,42%	0,08%	0,19%
	0359 Desenvolvimento da Bovideocultura	1,17%	1,52%	1,29%	1,12%	1,27%
	0377 Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura e da Ovinocultura	0,05%	0,05%	0,01%	0,02%	0,03%
	0350 Desenvolvimento da Economia Cafeeira	24,11%	25,05%	24,04%	22,14%	23,67%
	0354 Desenvolvimento da Fruticultura – Profruta	0,41%	0,16%	0,15%	0,17%	0,20%
	0353 Desenvolvimento da Heveicultura	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	0369 Desenvolvimento da Horticultura	0,05%	0,03%	0,02%	0,03%	0,03%
	0367 Desenvolvimento da Suideocultura	0,04%	0,03%	0,01%	0,03%	0,02%
	0361 Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais	0,15%	0,13%	0,08%	0,07%	0,10%
	0363 Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas	0,18%	0,13%	0,10%	0,11%	0,12%
	5005 Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro	14,51%	0,41%	0,02%	0,03%	2,36%
	1169 Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural	0,53%	0,18%	0,10%	0,07%	0,18%
	0362 Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau	0,42%	0,35%	0,27%	0,23%	0,30%
	0368 Manejo e Conservação de Solos na Agricultura	0,09%	0,04%	0,03%	0,02%	0,04%
	0365 Minimização de Riscos no Agronegócio	2,25%	0,93%	1,03%	1,64%	1,39%

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	1161 Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social	0,38%	0,26%	0,20%	0,19%	0,24%
	1156 Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio	3,59%	2,39%	2,32%	2,76%	2,68%
	0375 Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	0,27%	0,11%	0,07%	0,13%	0,13%
	0356 Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	0,79%	0,61%	0,34%	0,79%	0,61%
	0357 Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários	0,28%	0,26%	0,13%	0,24%	0,22%
Finalístico Soma		**99,3%**	**99,1%**	**99,4%**	**99,1%**	**99,2%**
Gestão de Políticas Públicas	0360 Gestão da Política Agropecuária	0,72%	0,85%	0,61%	0,93%	0,78%
Gestão de Políticas Públicas Soma		**0,7%**	**0,9%**	**0,6%**	**0,9%**	**0,8%**
Total Global		**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

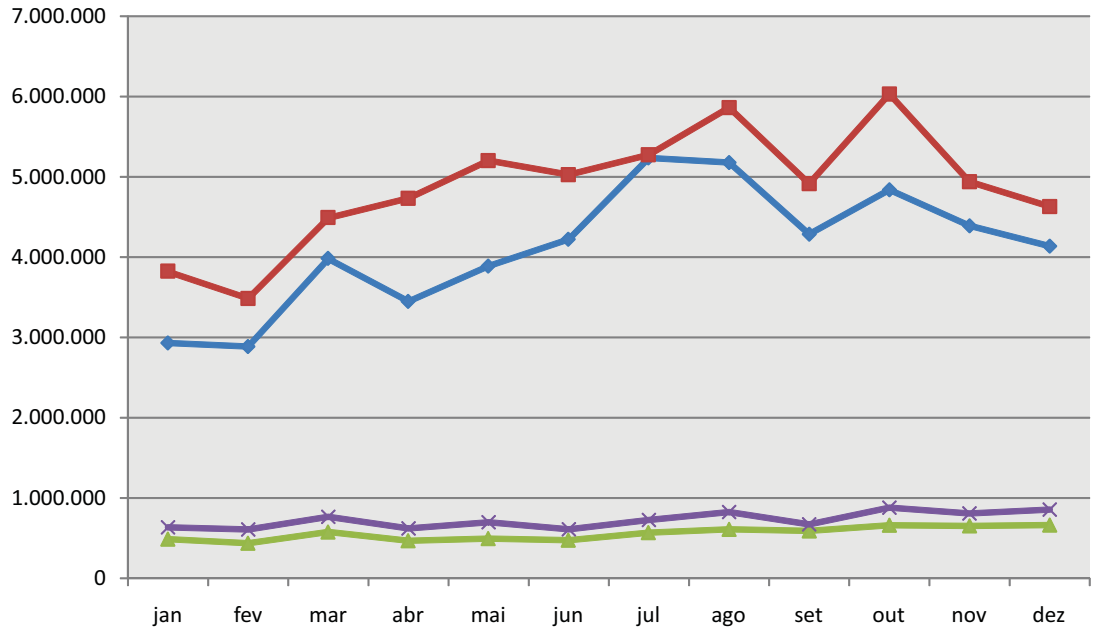
O agronegócio responde por 25% do produto da economia e, nos últimos cinco anos, a agricultura foi o setor que mais evoluiu em exportações no País, com uma taxa anual de crescimento de 16,3%.

A safra de grãos para o ano agrícola 2007-2008 deverá bater novo recorde, segundo estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) vinculada ao MAPA. A previsão é de serem colhidas 134,8 milhões de toneladas (t), com elevação de 2,3%, sobre a safra anterior, de 131,8 milhões t.

O agronegócio brasileiro vem cumprindo, eficientemente, o papel de abastecer a população, em termos de quantidade, qualidade e preços. O aumento da eficiência produtiva dos produtores rurais permitiu que os preços dos alimentos permanecessem em níveis baixos, ou sofressem aumentos amenizados, favorecendo o consumo das camadas mais pobres da população brasileira. Os excedentes de produção têm revelado a capacidade de competição do País, primeiro exportador mundial de carne bovina e de frango, açúcar, café e suco de laranja e o segundo maior exportador em grãos.

As exportações do agronegócio, entre janeiro e novembro de 2007, totalizaram US$ 53,781 bilhões, um recorde histórico para o setor. Em relação ao mesmo período de 2006, as exportações apresentaram um crescimento de 18,76%. Com isso, as exportações

do agronegócio corresponderam a 36,7% das exportações totais brasileiras no período, que foram de US$ 146,419 bilhões.



As importações do agronegócio, no período de janeiro a novembro de 2007, totalizaram US$ 7,861 bilhões, superando em 30,3% igual período de 2006. Como conseqüência, registrou-se um *superavit* da balança comercial do agronegócio de US$ 45,920 bilhões, também um recorde histórico.

Considerando o desempenho por setores, a maior contribuição para a expansão das exportações foi dada pelas carnes, cujas vendas cresceram 29,7%, passando de US$ 7,9 bilhões para US$ 10,2 bilhões em 11 meses de 2007. Ainda em termos de contribuição para o aumento das exportações em 2007, destacaram-se os acréscimos das vendas externas dos seguintes setores:

a) complexo soja (22,3%; de US$ 8,8 bilhões para US$ 10,8 bilhões);

b) produtos florestais (11,6%; de US$ 7,2 bilhões para US$ 8,0 bilhões);

c) café (16,9%; de US$ 3,0 bilhões para US$ 3,5 bilhões); e

d) sucos de frutas (55,1%; de US$ 1,4 bilhão para US$ 2,2 bilhões).

Quanto às importações, houve um crescimento de 30,3% nas compras externas, passando de US$ 6,031 bilhões para US$ 7,861 bilhões. O trigo liderou o *ranking* de produtos importados com aquisições de US$ 1,268 bilhão (quase 16,1% do valor das importações totais), o que representou incremento de 44% em relação ao valor importado nos primeiros 11 meses de 2006, que foi de US$ 880,6 milhões. A quantidade importada aumentou 4,4% e os preços foram 37,9% maiores.

Tabela 1 - Exportações, importações e saldos: Janeiro-Novembro/2007 e Janeiro-Novembro/2006 (em US$ mil)

Setores	Janeiro-Novembro/2007			Janeiro-Novembro/2006			Var.%	
	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp
COMPLEXO SOJA	10.811.796	57.577	10.754.218	8.840.720	40.079	8.800.641	22,30	43,66
CARNES	10.239.019	160.547	10.078.471	7.893.424	114.599	7.778.826	29,72	40,09
PRODUTOS FLORESTAIS	8.039.294	1.783.200	6.256.094	7.202.022	1.506.174	5.695.848	11,63	18,39
COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO	6.139.925	2.106	6.137.819	6.921.467	280	6.921.187	-11,29	653,14
CAFÉ	3.546.232	2.404	3.543.828	3.032.533	1.745	3.030.788	16,94	37,77
COUROS, PRODUTOS DE COURO E PELETEIRA	3.235.464	220.836	3.014.629	3.150.601	190.293	2.960.308	2,69	16,05
SUCOS DE FRUTA	2.197.190	9.363	2.187.827	1.416.318	1.339	1.408.979	55,13	27,58
FUMO E SEUS PRODUTOS	2.111.765	41.668	2.070.097	1.639.174	28.4114	1.610.759	28,83	46,65
CEREAIS, FARINHAS E PREPARAÇÕES	1.988.053	2.108.494	-120.442	669.880	1.450.414	-780.534	196,78	45,37
FIBRAS E PRODUTOS TÊXTEIS	1.379.696	547.918	831.777	1.260.736	411.244	849.491	9,44	33,23
FRUTAS (INCLUI NOZES E CASTANHAS)	894.487	328.673	565.813	667.193	276.472	390.721	34,07	18,88
DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	604.874	287.936	316.939	509.971	236.535	273.436	18,61	21,73
DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	381.932	98.190	283.742	288.514	78.048	210.466	32,38	25,81
CACAU E SEUS PRODUTOS	337.428	168.154	169.274	337.816	110.047	227.769	-0,11	52,80
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS	317.755	152.646	164.110	274.821	128.235	146.586	12,62	19,04
PESCADOS	288.471	498.680	-210.209	340.209	394.476	-54.267	-15,21	26,42
LÁCTEOS	252.467	141.596	110.871	155.554	139.732	15.822	62,30	1,33
ANIMAIS VIVOS	249.609	7.542	242.066	83.151	3.314	79.837	200,19	127,62
BEBIDAS	236.792	283.727	-46.935	188.401	229.402	-41.001	25,69	23,68
CHÁ, MATE E ESPECIARIAS	184.713	32.655	152.058	157.656	20.306	137.351	17,16	60,82
PRODUTOS HORTÓCOLAS, LEGUMINOSAS, RAÍZES E TUE	96.850	407.772	-310.922	47.941	307.872	-259.931	102,02	32,45
RAÇÕES PARA ANIMAIS	96.358	136.275	-39.917	65.220	99.720	-34.500	47,74	36,66
PRODUTOS OLEAGINOSOS (EXCLUI SOJA)	95.058	373.498	-278.440	89.382	249.019	-159.636	6,35	49,99
PLANTAS VIVAS E PROTUDOS DE FLORICULTURA	32.840	9.619	23.221	27.446	7.731	19.715	19,65	24,42
PRODUTOS APÍCOLAS	23.035	41	22.994	26.301	57	26.244	-12,42	-27,94
TOTAL	**53.781.104**	**7.861.120**	**45.919.984**	**45.286.452**	**6.031.549**	**39.254.903**	**18,76**	**30,33**

Fonte: AgroStat Brasil a partir de dados da SECEX/MDIC
Elaboração: MAPA/SRI/DPI/CGOE

A análise dos destinos das exportações demonstra o crescimento das vendas para os seguintes blocos econômicos ou regiões geográficas no período de janeiro a novembro de 2007: - União Européia com 30,9%); - Ásia (exceto Oriente Médio) com 20,7%; - Oriente Médio com 17,8%; - Aladi (exceto Mercosul) com 30,7%; e - África (exceto Oriente Médio) com 10,9%.

Destaca-se o aumento da participação da União Européia no total das exportações, que passou de 32,2% do total das aquisições para 35,5%.

Os principais países compradores de produtos do agronegócio brasileiro entre janeiro e novembro de 2007 foram: Estados Unidos com US$ 5,9 bilhões; Países Baixos com US$ 4,9 bilhões; China com US$ 4,5 bilhões; Federação Russa com US$ 3,0 bilhões; Itália com US$ 2,3 bilhões; Alemanha com US$ 2,1 bilhões.

Deve-se destacar o elevado crescimento das exportações do agronegócio para os seguintes países: Espanha com 79,8%; Venezuela com 61,2%; Portugal com 57,1%; França com 42,8%; Hong Kong com 38,4%; Bélgica com 37,6%; Países Baixos com 35,1%.

Tabela 2 - Exportações do Agronegócios por Blocos Econômicos/Regiões: Janeiro-Novembro/2007 e Janeiro-Novembro/2006 (em US$ mil)

Blocos	Janeiro-Novembro		Var % 2007/2006	Participação	
	2007	2006		2007	2006
UE 27	19.093.340	14.585.304	30,91	35,50	32,21
ÁSIA (EXCL. ORIENTE MÉDIO)	10.574.697	8.763.485	20,67	19,66	19,35
NAFTA	6.836.080	7.378.560	-7,35	12,71	16,29
ORIENTE MÉDIO	4.391.201	3.726.945	17,82	8,16	8,23
EUROPA ORIENTAL	3.897.587	3.666.221	6,31	7,25	8,10
ÁFRICA (EXCL. ORIENTE MÉDIO)	3.472.238	3.129.763	10,94	6,46	6,91
ALADI (EXCL. MERCOSUL)	2.416.789	1.849.697	30,66	4,49	4,08
MERCOSUL	1.605.495	1.333.893	20,36	2,99	2,95
DEMAIS DA EUROPA OCIDENTAL	574.417	474.091	21,16	1,07	1,05
OCEANIA	237.044	198.291	19,54	0,44	0,44
DEMAIS DA AMÉRICA	125.620	79.745	57,53	0,23	0,18

Fonte: AgroStat Brasil a partir de dados da SECEX/MDIC
Elaboração: MAPA/SRI/DPI/CGOE

Tabela 3 - Exportações do Agronegócios por Países: Janeiro-Novembro/2007 e Janeiro-Novembro/2006 (em US$ mil)

Blocos	Janeiro-Novembro		Var % 2007/2006	Participação	
	2007	2006		2007	2006
ESTADOS UNIDOS	5.933.863	6.499.041	-8,70	11,03	14,35
PAISES BAIXOS	4.988.293	3.691.025	35,15	9,28	8,15
CHINA	4.505.775	3.634.726	23,96	8,38	8,03
RUSSIA, FED. DA	3.064.173	2.784.984	10,02	5,70	6,15
ITÁLIA	2.370.635	1.893.798	25,18	4,41	4,18
ALEMANHA	2.160.683	1.880.266	14,91	4,02	4,15
BÉLGICA	2.067.134	1.501.884	37,64	3,84	3,32
ESPANHA	1.966.791	1.063.549	79,85	3,66	2,41
FRANÇA	1.646.770	1.152.672	42.87	3,06	2,55
JAPÃO	1.597.937	1.346.664	18,66	2,97	2,97
REINO UNIDO	1.583.496	1.406.906	12,31	2,94	3,11
IRÃ REP. ISL. DO	1.519.021	1.256.057	20,94	2,82	2,77
ARGENTINA	1.112.996	923.344	20,54	2,07	2,04
HONG KONG	1.094.836	790.573	38,49	2,04	1,75
VENEZUELA	1.012.377	627.998	61,21	1,88	1,39
ARABIA SAUDITA	884.695	783.297	12,95	1,64	1,73
COREIA, REP. SUL	805.467	613.447	31,30	1,50	1,35
EMIR. ARABES UN.	753.174	654.964	14,99	1,40	1,,45
PORTUGAL	654.409	416.557	57,10	1,22	0,92
EGITO	615.483	730.170	-15,71	1,14	1,61
DEMAIS PAÍSES	13.443.067	11.601.529	15,87	25,00	25,62
TOTAL	**53.781.104**	**45.286.452**	**18,76**	**100,00**	**100,00**

Fonte: AgroStat Brasil a partir dos dados da SECREX/MDIC
Elaboração: MAPA/SRI/DPI/CGOE

Aumentar a oferta e diminuir os custos do crédito para a produção foi o grande diferencial da Política Agrícola em 2007. O Plano Agrícola e Pecuário 2007-2008 elevou a oferta de crédito oficial para R$ 70 bilhões, dos quais R$ 58 bilhões destinados à agricultura empresarial, com um acréscimo de 16% em relação aos ofertados na safra 2006-2007. A agricultura familiar foi contemplada com R$ 12 bilhões, representando um incremento da ordem de 20% em relação à safra anterior. Os créditos foram ofertados com juros reduzidos em dois pontos percentuais, (de 8,75% para 6,75% ao ano). A política governamental de apoio à comercialização, com os instrumentos de intervenção no mercado, vem proporcionando maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e permitindo maior atração dos recursos privados. Nesse sentido, a antecipação dos leilões (antes da colheita) feita na safra 2006-2007 ainda de forma experimental por meio do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro), tem se consolidado como política eficaz. O ano de 2007 se encerra com operações, por meio do Pepro, da ordem de R$ 1,2 bilhão, referentes à negociação de 8.563 mil t de algodão, café, milho, feijão e soja.

O Governo desembolsou mais de R$ 718,3 milhões no apoio direto à comercialização de algodão, arroz, feijão, milho, café, soja e sisal. Os desembolsos incluíram R$ 516,0 milhões em aquisições do Governo Federal (AGF) e manutenção de estoques, R$ 37,0 milhões por meio do Prêmio ao Escoamento de Produto (PEP), R$ 4,0 milhões em Prêmios de Risco para o Lançamento de Opções Privadas (Prop), R$ 161,3 milhões em equalização paga ao produtor (Pepro). A atuação do Governo no apoio à comercialização contribuiu para minimizar a queda de renda resultante dos baixos preços dos produtos agrícolas.

No que se refere aos estoques públicos, foram estocados 1.200 mil toneladas de produtos agrícolas, com desembolso da ordem de R$ 560 milhões. No que tange à venda dos produtos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), foram colocadas no mercado 2.500 mil toneladas de produtos agrícolas, por meio de leilão eletrônico, arrecadando R$ 803 milhões.

Na função de agente operacional do Programa Fome Zero, a Conab vem atuando decisivamente em ações de combate à insegurança alimentar e nutricional nos mais diversos segmentos. Dentre essas atividades desenvolvidas em 2007, merecem destaques:

a) distribuição de mais de 1,7 milhões de cestas de produtos, equivalentes a 40,7 mil toneladas de alimentos básicos, atendendo comunidades indígenas, remanescentes de quilombos, comunidades terreiros, atingidos por barragens, famílias acampadas, populações vitimadas por calamidades públicas, incluindo ajuda humanitária internacional;

b) doação de 35,4 mil toneladas de produtos básicos, originários de aquisições da agricultura familiar, para suprimento de programas e ações de suplementação alimentar desenvolvidas por 2.882 agentes públicos, entidades assistenciais, prefeituras municipais e bancos de alimentos.

A Conab, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), aplicou R$ 95,19 milhões na aquisição de 79,538 mil toneladas de produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, beneficiando 35 mil agricultores familiares e 926 Municípios. As ações de gestão e minimização de riscos rurais foram fortalecidas mediante o incremento tecnológico e desenvolvimento de novos produtos voltados ao monitoramento dos riscos climáticos.

A necessidade de melhorar o índice de acerto da previsão do tempo e clima levou o Governo a implementar medidas vinculadas à coleta e à transmissão dos dados por meio da modernização da Rede Meteorológica Nacional com 460 novas estações meteorológicas automáticas. Dessa forma passará a operar, a partir de julho de 2008, com 540 estações meteorológicas automáticas, além das 400 estações convencionais, e as 12 estações de radiossondagens.

Em relação ao zoneamento agrícola de risco climático, que visa indicar a melhor época de plantio das culturas para cada Município, ampliaram-se os estudos, tendo sido concluídos 261 zoneamentos. Tais estudos contemplaram 22 Unidades da Federação e 23 culturas, que contribuíram significativamente para minimizar as perdas de safras agrícolas por eventos climáticos adversos.

Na previsão e monitoramento de safras agrícolas, a Conab vem utilizando metodologia de eficiência comprovada, denominada Projeto Geosafras. O Projeto Geosafras tem por finalidade aprimorar o sistema de estimativas das safras agrícolas brasileiras, com o apoio de uma rede multiinstitucional e uso de geotecnologias, como o sensoriamento remoto, GPS (*Global Positioning System*) e Sistemas de Informações Geográficas no mapeamento e monitoramento das culturas.

A Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural foi ampliada com a elevação dos percentuais de subvenção de várias culturas. Na modalidade de seguro rural agrícola, o percentual mínimo de subvenção subiu de 30% para 40%. A ação contou com recursos orçamentários de R$ 99,5 milhões, representando incremento de 63% se comparado com o exercício de 2006.

Enquanto os produtores respondem com aumento de safra e de produtividade, o Governo Federal busca soluções definitivas para antigas pendências, como equacionar a questão do endividamento rural e a criação do fundo contra catástrofe para resolver a questão do seguro agrícola, sendo que este constará de projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional em 2008. Também quanto ao seguro rural, há previsão de se alocar em 2008, recursos da ordem de R$ 200 milhões para a Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, com o incremento da ordem de 100%.

A crescente participação brasileira no agronegócio internacional deve-se, em parte, à ação governamental em acordos e disputas comerciais. O País participou ativamente nas sessões especiais do Comitê de Agricultura (CoA) da Organização Mundial do Comércio (OMC), no âmbito do processo de revisão do acordo sobre Agricultura.

No âmbito multilateral, notificações agrícolas à OMC sobre medidas de apoio doméstico do Brasil no ano-safra 2003-2004 demonstraram, mais uma vez, o baixo nível de subsídios aplicados pelo Brasil, dando coerência à atuação do País nas negociações agrícolas da OMC. O Governo participou ativamente das negociações do contencioso Brasil–União Européia sobre a reconsolidação das tarifas de carne de frango e de peru. Com relação a acordos comerciais bilaterais, destacam-se os avanços nas negociações Mercosul - União Aduaneira Sul-Africana (Sacu) e o Acordo de Livre Comércio com Israel. Ressaltam-se também, as negociações com a República da Coréia e o Conselho de Cooperação do Golfo (CGG), bem como o aprofundamento dos Acordos de Complementação Econômica com o Chile, Bolívia, México e Peru. Ainda no âmbito da integração regional, fortaleceu-se o monitoramento de comércio bilateral do Brasil com Argentina, Paraguai, Uruguai, e México, o que têm contribuído para solucionar problemas que limitam o fluxo de comércio.

Foram superadas barreiras de natureza sanitária obtendo-se acesso a diversos mercados e produtos, dentre os quais:

a) carne suína com osso de Santa Catarina para Argentina;

b) ajustes aos certificados sanitários internacionais para exportações de carne bovina e suína, gelatina e farelo de soja para Ucrânia;

c) liberação das exportações de carne suína e bovina dos Estados de AM, PA, GO, MS, MG, PR e SC para a Federação Russa;

d) abertura do mercado chinês à carne bovina procedente dos Estados do AC, RO, e RS;

e) autorização para exportação de carne de aves dos Estados do AM, MS, e RS para o mercado chinês;

f) abertura do mercado filipino à carne suína brasileira.

Na realização de eventos no exterior, cabe citar:

a) missão de divulgação no Japão, Indonésia e Cingapura, por ocasião da Feira Foodex;

b) missão de aproximação comercial ao México;

c) missão com atividades na Alemanha, Holanda e Bélgica, por ocasião da Feira Anuga, maior feira agroalimentar mundial;

d) participação nas discussões sobre biocombustíveis na Feira Semana Verde, na Alemanha;

e) participação na Feira de Orgânicos Biofach, principal evento internacional do setor, com vistas a registrar tendências e inovações do setor e identificar oportunidades de mercado para os produtos brasileiros, tendo em vista a regulamentação oficial de produtos orgânicos. Também foi realizado trabalho de recepção de missões de diversos países ao Brasil.

Com o aumento da participação do Brasil no agronegócio internacional, as questões sanitárias e fitossanitárias adquirem um papel de fundamental importância, em face dos níveis de exigência cada vez mais rigorosos. Tal tendência se reflete no crescimento do número de missões estrangeiras nas áreas de inspeção de produtos de origem animal e vegetal no Brasil. As ações de sanidade vegetal garantiram a manutenção e ampliação das exportações de vários produtos agrícolas para diversos países. O Brasil é responsável por 39% da soja, 82% do suco de laranja, 29% do açúcar, 28% do café em grãos, 44% do café solúvel e 23% do tabaco, comercializados internacionalmente.

Ampliaram-se as ações para controle e erradicação de pragas dos vegetais, destacando-se:

a) mosca das frutas, possibilitando a abertura do mercado da manga para o Japão, expansão da área de exportação de mamão para os Estados Unidos com aumento da receita do setor produtivo em 80%;

b) mosca da carambola – controle da mosca da carambola, restrita ao Estado do Amapá. O estabelecimento da praga no Brasil poderia levar a perdas diretas e indiretas de aproximadamente US$ 150 milhões anuais;

c) cancro cítrico: apoio à campanha de erradicação do cancro cítrico, resultando na diminuição do nível de contaminação nas áreas com ocorrência da doença, aumento de produção e propiciando a continuidade da exportação de frutas frescas para a União Européia e outras áreas;

d) lagarta da macieira *Cydia pomonella*: ações de erradicação da praga de áreas urbanas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, preservando o agronegócio de maçã que envolve cerca de 50.000 mil empregos diretos;

e) *sigatoka negra:* oficialização do sistema de manejo de risco, propiciando o acesso de quatorze Estados brasileiros ao mercado interno e externo da banana. Caracterização do território de dez Estados como área livre de *sigatoka negra* (BA, CE, ES, GO, MA, PA, PE, RJ, RN, MG);

f) *anastrepha grandis*: reconhecimento de áreas livres nos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, possibilitando a exportação de melão e melancia para os Estados Unidos e Argentina;

g) vassoura-de-bruxa *crinipellis perniciosa*: tem-se buscado desenvolver novas tecnologias que permitam a convivência do cacaueiro com a vassoura-de-bruxa,

mediante cruzamentos genéticos para obtenção de plantas de alta produtividade e resistência à doença. Foi disponibilizada, para os produtores, uma seleção de 31 progênies de cacau resistentes à vassoura-de-bruxa. Outras medidas, que visam fortalecer o setor, serão o refinanciamento das dívidas dos produtores e a busca de novos créditos para custeio da lavoura e diversificação da produção agrícola.

O combate à febre aftosa contribui para a manutenção de mercados internacionais de carnes bovina e suína e animais vivos. Atualmente 16 Unidades da Federação e parte de outras duas são consideradas como áreas que se encontram com a febre aftosa erradicada. Para fins de sanidade, são reconhecidos como livres de febre aftosa com vacinação os Estados do AC, BA, DF, ES, GO, MT, MS, MG, PR, RJ, RS, RO, SC, SP, SE e TO, além da região Centro-Sul do Estado do Pará e os Municípios de Boca do Acre e Guajará, no Amazonas. O Estado de Santa Catarina é internacionalmente reconhecido como livre de febre aftosa sem vacinação. A área livre de febre aftosa corresponde a 5 milhões de quilômetros quadrados (km^2) com população bovina aproximada a 178 milhões de cabeças.

Para ampliar o controle de doenças na produção avícola, foram adotados novos critérios que identificam os Estados e regiões, de acordo com a capacidade de gerenciamento de riscos de contaminação pelo vírus da gripe aviária e da doença de *Newcastle*. Foram auditados 21 Estados pelas equipes do Programa Nacional de Sanidade Avícola. Incrementaram-se as ações de fiscalização dos insumos pecuários – produtos destinados à alimentação animal, medicamentos e vacinas de uso veterinário e material genético animal, assegurando a conformidade e inocuidade dos insumos pecuários. Destaca-se ainda o monitoramento de ingredientes de origem animal em produtos destinados à alimentação de ruminantes, parte importante do Programa de prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE), além do monitoramento de substâncias potencialmente perigosas que podem ser incluídas na cadeia alimentar.

Multiplicaram-se esforços para ampliar a segurança dos alimentos frente a resíduos de medicamentos veterinários e contaminantes em produtos de origem animal e de agrotóxicos em produtos de origem vegetal, fortalecendo as garantias de inocuidade dos produtos disponibilizados à sociedade brasileira, bem como para todos os parceiros comerciais. Houve fortalecimento dos serviços de fiscalização e de inspeção do trânsito internacional nos portos, aeroportos, locais de fronteira e aduanas especiais para evitar a entrada de doenças animais e pragas vegetais exóticas no País, de importância para a economia e para a saúde pública. Destaca-se melhoria da infra-estrutura de 113 Unidades de Vigilância Agropecuária Internacional, com aquisição de veículos automotores, equipamentos de fiscalização, informática e comunicação.

O sistema laboratorial de apoio às ações sanitárias e fitossanitárias, incluindo a rede de laboratórios do MAPA e a rede credenciada oficial e privada, conta com equipes especializadas, com treinamentos periódicos em laboratórios de referência internacional e oferece suporte às ações de saúde animal, de sanidade vegetal e de garantia da qualidade dos insumos agropecuários e dos alimentos que chegam à mesa de milhões de consumidores no Brasil e em mais de 160 países.

A pesquisa agropecuária manteve carteira de 789 projetos de pesquisa e desenvolvimento em temas estratégicos e inovadores. Por meio de parcerias, obteve resultados em áreas como sistemas de produção sustentáveis, uso da terra e zoneamento agroecológico, análise e mitigação de riscos na importação e exportação, sistemas integrados lavoura-pecuária, utilização da biodiversidade, agricultura de precisão, qualidade sanitária animal e vegetal, melhoramento genético, capacitação de produtores e multiplicadores, agregação de valor e aspectos nutricionais, entre outras. Na busca de competitividade inserem-se as pesquisas para a geração de novas tecnologias nas áreas de alimentos funcionais, nutracêuticos, sanidade, certificação, rastreabilidade, biotecnologia, modelagem de sistemas agrícolas, dentre outros. Isto significa que novas soluções tecnológicas deverão ser disponibilizadas para que os produtores e as empresas nacionais possam atingir este novo patamar de qualidade e de produtividade exigidos pelo mercado.

O fomento à pesquisa, à produção e à geração de novas tecnologias voltadas à agroenergia foram áreas priorizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em conjunto com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Foram desenvolvidos esforços buscando a formação de rede para integração de instituições do setor sucroalcooleiro, visando o levantamento de indicadores técnicos para ampliar o conhecimento deste mercado; promoveu-se a integração com especialistas em estudos econômicos do setor de etanol; criou-se a Embrapa Agroenergia, atualmente em fase de organização institucional e implantação de infra-estrutura; e constituiu-se parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV- SP) e Escola Superior Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (USP) para a institucionalização do mestrado profissional na área, além da realização de estudos sobre a cadeia produtiva para biodiesel. Ainda no desenvolvimento da agroenergia, houve a formulação do Plano Nacional de Pesquisa do Etanol, bem como a criação da Empresa de Propósito Específico na área de etanol, para integração de esforços tanto na pesquisa pública quanto para o setor empresarial.

A expansão da cooperação internacional tem ampliado a atuação da Embrapa, dada a liderança que a empresa exerce na área de agricultura tropical. Para potencializar o trabalho de transferência de tecnologia tropical para países da África, estabeleceu-se a Embrapa África, e atualmente, as ações em transferência de tecnologia e de difusão estão sendo sistematizadas a partir das necessidades específicas de cada País e em função do estoque de tecnologia e conhecimentos da Empresa. A área de relações internacionais vem fortalecendo os seus mecanismos de comunicação em parceria com os escritórios na África e dos Labex Europa na França e Holanda. Atualmente, estão ocorrendo negociações governamentais para que a Embrapa instale um escritório em um país da América Latina e Caribe, assim como está sendo estudada abertura de escritório em um país da Ásia.

O Programa de Desenvolvimento da Fruticultura - Profruta, que representa importante instrumento para promoção da competitividade, objetiva elevar os padrões de qualidade das frutas ao patamar requerido pelos mercados, tais como: sustentabilidade econômica, social e ambiental, rastreabilidade, racionalização do uso de agroquímicos, água e combustível. No contexto desse Programa, foram institucionalizadas 14 Normas Técnicas Específicas

de Produção Integrada (PIF) para maçã, manga, uva, melão, citros, mamão, banana, caju, maracujá, figo, goiaba, coco, pêssego e caqui. Além dos projetos de PIF estão implantados e em andamento projetos de Produção Integrada de Soja; Arroz Irrigado; Café Arábica; Amendoim; Tomate Indústria; Tomate Mesa e Batata.

A implantação do Sistema Agropecuário de Produção Integrada (Sapi) reflete a preocupação do Brasil em ofertar alimentos seguros, produzidos de acordo com parâmetros e sistemas de produção sustentável. Também, busca-se agregar valor à produção agropecuária por meio da conferência de atributos de sustentabilidade ambiental, social e de outras características que atendam às necessidades e às exigências dos consumidores. Nessa direção, destacam-se a certificação e a rastreabilidade de produtos agropecuários, indicação geográfica, produção orgânica e produção integrada.

A agricultura orgânica, apesar de responder apenas por 3% da área agricultada no mundo, possui potencial para disputar a liderança nesse mercado. O País conta hoje, com mais de 15 mil produtores agropecuários numa área aproximada de 800.000 hectares (ha) em manejo orgânico.

O Programa de Desenvolvimento da Economia Cafeeira, objetiva estimular políticas públicas e privadas, que propiciem geração de renda e desenvolvimento harmônico em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo geração de divisas, emprego, inserção social e sustentabilidade ambiental. Para buscar garantir a sustentabilidade da cafeicultura brasileira, foram implementadas medidas de apoio à liberação de linhas de crédito para financiamento de colheita, estocagem e custeio com alocação de maior volume de recursos, de forma que a linha de colheita seja convertida integralmente em estocagem, no intuito de consolidar política anticíclica em face do efeito da bianualidade do café e, ainda, estabelecer um fluxo regular da oferta. Os volumes disponibilizados alcançaram R$ 450 milhões para colheita; R$ 850 milhões para estocagem; R$ 300 milhões para Financiamento da Aquisição de Café (FAC) (destinado às indústrias torrefadoras); e R$ 426 milhões para custeio, totalizando R$ 2,026 bilhões.

Em que pese a sistemática de liberação dos limites orçamentários (quadrimestrais), com maior incidência nos últimos dois meses do exercício, o desempenho das diversas ações que integram os programas do PPA sob gestão do MAPA pode ser considerado compatível com as metas previstas quando da revisão do PPA. Há de se considerar que o Plano Safra (julho a junho), não guarda correlação com o exercício fiscal (janeiro a dezembro), entretanto é possível conciliar a divergência de datas mediante elaboração de cronograma programático pelos gestores. Destaca-se também a sazonalidade da safra agrícola, se comparada com o período de liberação dos recursos orçamentários e financeiros.

No que se refere à participação social no processo de gestão dos programas, pode-se afirmar que ela existe normalmente e que os coordenadores de ação usam comitês gestores em todos os projetos de organização e capacitação, com agentes atuantes nas cadeias produtivas. A participação e inter-relação com as Câmaras Setoriais também podem ser constatadas, a exemplo dos Programas de Fruticultura e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento

Agropecuário. A estrutura programática do PPA tem aderência com a metodologia de inserção dos programas nas diversas cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, com o direcionamento de políticas públicas para o setor.

A implementação dos programas integrantes do PPA, sob responsabilidade do MAPA, tem sido submetida aos fóruns das Câmaras Setoriais, bem como os atos normativos decorrentes têm sido submetidos a consultas públicas. As Câmaras Setoriais são compostas por representantes de entidades empresariais e trabalhadores, de organizações não-governamentais e órgãos públicos relacionados aos diferentes segmentos das cadeias produtivas do agronegócio.

Há de se inferir a existência de algumas imperfeições quanto ao alinhamento das estruturas do PPA e do MAPA, no que se refere às suas competências e responsabilidades, dentre as quais se destacam:

a) a concepção dos programas, levando em consideração as cadeias produtivas, sobrecarrega algumas áreas do órgão que têm a responsabilidade por determinados assuntos e que estão contidos, sob a forma de ação de governo, em todos esses programas, como por exemplo, as ações de prevenção e controle de pragas dos vegetais;

b) na estrutura funcional do MAPA, onde foi criada uma área específica para tratar os assuntos relativos à negociação internacional voltada ao agronegócio, considera-se que a atual estrutura gerencial (quantidade de ações) é insuficiente face à importância do tema para a agricultura brasileira;

c) no MAPA, algumas questões não foram devidamente solucionadas no que concerne à delimitação da atuação do MAPA, referendada no atual regimento interno, em comparação com algumas responsabilidades delineadas nos regimentos internos de algumas das empresas vinculadas;

d) o fato de não se ter algumas funções importantes da agricultura atreladas especificamente aos programas de desenvolvimento das cadeias produtivas, traz, como conseqüência, dificuldades na execução de ações e no gerenciamento desses programas;

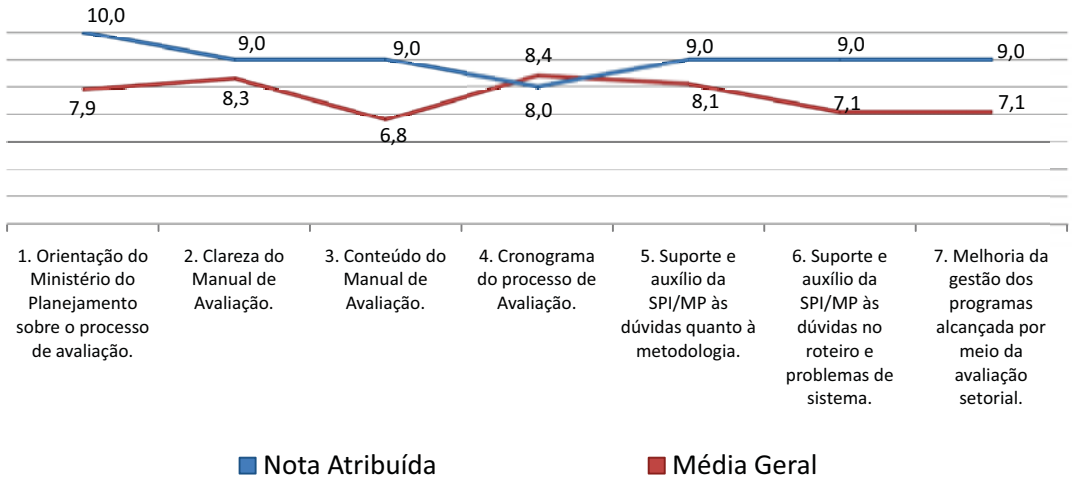
e) a distribuição de limites orçamentários levando em consideração a estrutura funcional do órgão, sem que se tenha a visão gerencial da alocação e aplicação dos recursos, é incompatível, na maioria dos casos, com a gestão dos programas para o alcance dos resultados esperados;

f) na estrutura organizacional, cabe ao Secretário Nacional gerenciar as ações sob a responsabilidade da sua Secretaria, bem como articular-se com unidades externas com as quais a Secretaria mantém relações programáticas, embora não tenha gerência sobre os recursos referentes a essas ações. Na estrutura gerencial do PPA, no entanto, o gerente do programa é o responsável por todas as ações do

programa, independentemente das unidades organizacionais onde as ações estão localizadas. Um Secretário Nacional que também é gerente de programa do PPA não pode ter autoridade para gerenciar os recursos das ações do programa que estão sob a execução de unidades externas à sua Secretaria e, essas unidades, em alguns casos, pertencem à estrutura de outro Ministério, dificultando sobremaneira sua gestão.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MAPA mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MAPA e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR

GERENTE DO PROGRAMA

Wagner Gonçalves Rossi

OBJETIVO

Contribuir para a expansão sustentável da atividade agropecuária, pela implementação de políticas e mecanismos de apoio à produção, à comercialização, ao armazenamento e ao consumo. Formar e manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno e da segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

PÚBLICO-ALVO

Segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, assentados da reforma agrária e famílias em situação de risco nutricional, comunidades tradicionais e do setor varejista

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 7.707.802.123,00	Empenho Liquidado:	R$ 4.657.680.173,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 4.657.680.173,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 16.904.829.000,00	R$ 18.842.838.209,15	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma – Porcentagem	-	32,00	43,00	39,90	16,00	249,38%
2. Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca – Porcentagem	-	17,00	9,00	13,70	9,00	152,22%
3. Margem de Disponibilidade de Milho – Porcentagem	-	8,00	12,00	16,30	10,00	163%
4. Margem de Disponibilidade de Trigo - Porcentagem	-	12,00	4,00	1,40	3,00	46,67%
5. Produção Nacional de Grãos - Milhão de Tonelada (t)	119,10	113,50	119,90	131,73	126,80	103,89%
6. Taxa de Participação dos Produtos da Agricultura Familiar nas Aquisições do Governo Federal – Porcentagem	3,30	11,00	3,79	8,67	9,00	96,33%
7. Taxa de Variação da Renda dos Produtores Agropecuários - Porcentagem	17,30	-4,00	-3,00	17,07	1,00	1.707%

1. MARGEM DE DISPONIBILIDADE DE ALGODÃO EM PLUMA
Valor do índice alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice de 39,9 corresponde ao alcance de 249,38% do previsto. O índice de 16, estimado para o final do PPA 2007 foi superado de forma inconteste, em face do aumento continuado da produção nos últimos anos, de 79,8% em relação à safra 2002-2003, principalmente, em função dos incentivos concedidos pelo governo Federal e Estadual.

2. MARGEM DE DISPONIBILIDADE DE ARROZ EM CASCA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O alcance do índice de 13,7 correspondeu à realização de 152,22% do índice de 9,0 previsto para o final do PPA 2007. A superação de 52,2% do índice previsto decorreu do contínuo aumento da produção, notadamente nas safras 2003-2004 e 2004-2005, e dos preços remuneradores obtidos pelos produtores na comercialização da safra 2002-2003. Também, contribuiu o apoio do Governo Federal via aquisição dos excedentes por meio das aquisições do Governo Federal (AGFs) e do lançamento de contratos públicos de opção de venda, bem com a utilização dos instrumentos de apoio ao escoamento. O aumento da produção tem superado o crescimento do consumo interno e das exportações, resultando em aumento dos estoques de passagem em quantidades superiores à previsão inicial.

3. MARGEM DE DISPONIBILIDADE DE MILHO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O percentual de alcance do índice, correspondente a 163,00%, indica superação do índice de 10 previsto ao final do PPA 2007. A variação a maior, de 63% sobre o índice previsto, se deu em função do forte crescimento da produção nacional a partir da safra 2005-2006 em face do aumento da demanda mundial provocado pelo uso do milho na produção de álcool combustível com o conseqüente aumento dos preços nos mercados internacional e nacional. O volume produzido em 2006 foi de 42,5 milhões de toneladas (t), com variação de 21,44% em relação à produção anterior de 35,0 milhões de t e em 2007, com 51,4 milhões de t colhidas, registrou crescimento de 20,82% sobre a produção de 2006. Além do aumento da demanda e dos preços de comercialização, o apoio do Governo Federal, via aquisição dos excedentes (AGF e contratos públicos de opção de venda) e a utilização dos instrumentos de apoio ao escoamento, foram de fundamental importância para o atendimento das necessidades dos produtores e manutenção da tendência de crescimento da produção.

4. MARGEM DE DISPONIBILIDADE DE TRIGO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O percentual de realização do índice correspondente, 46,67%, indica não ter sido alcançado o índice 3,0 previsto para o final do PPA 2007. A variação a menor, de 53,33% na margem de disponibilidade de trigo, derivou da queda na produção por desestímulo do triticultor em face da dificuldade na comercialização do produto. Moinhos e indústria não adquirem o produto após a colheita, mas apenas ao longo do ano-safra, deixando que os produtores arquem com os custos de carregamento do produto, baixos preços do produto no mercado interno por problemas climáticos e aumento das exportações nos anos de 2004 e 2006, resultando em menores estoques de passagem.

5. PRODUÇÃO NACIONAL DE GRÃOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O percentual de alcance do índice correspondeu a 103,89%, portanto, acima do índice de 126,8 previsto para o final do PPA 2007. Isso, em função do incremento da área cultivada, da produtividade e das condições climáticas favoráveis.

6. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS AQUISIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice de 8,67 acusou percentual de alcance de 96,33%, comportando-se dentro da expectativa do índice 9,0 previsto para o final do PPA 2007.

7. TAXA DE VARIAÇÃO DA RENDA DOS PRODUTORES AGROPECUÁRIOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O percentual de alcance do índice, correspondente a 1.707%, ficou muito acima do índice 1,00 previsto para o final do PPA 2007, em razão do aumento do Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário calculado com base na nova metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

CONTEXTUALIZAÇÃO

A agropecuária é uma atividade de risco, sujeita a indefinições climáticas. Além do risco na produção, há também incertezas quanto à comercialização, atingindo mais de perto os segmentos que produzem em menor escala e de forma menos organizada, face à concorrência dos grandes produtores e criadores e do mercado externo. A presença do Governo é fundamental para garantir a permanência do homem no campo, reduzindo o êxodo rural e as tensões sociais, além de disponibilizar maior quantidade de alimentos para suprir carência alimentar. Contribuir para a estabilidade do sistema econômico e a oferta de alimentos para a população, além de assegurar aos produtores rurais preços mínimos de comercialização.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Formação de estoques públicos com a aquisição de 876.500 t de algodão, arroz, feijão, milho, sisal e sorgo, sendo 386.355 t via AGF e de 490.145 t via contratos públicos de opção de venda.

- Formação de estoques públicos com a venda de produtos vinculados ao Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) com colocação no mercado 1.573.035 t de diversos produtos agrícolas.

- Formação de estoques públicos com a comercialização de 1.433.586 t, por meio de leilão eletrônico, com a arrecadação de R$ 484,7 milhões, e de 523,5 t de arroz e 213.150,4 t de milho, com a arrecadação de R$ 78,1 milhões, beneficiando diretamente 41.773 pequenos produtores rurais e agroindústrias de pequeno porte pelo Programa de Vendas em Balcão.

- Garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários com a operacionalização dos instrumentos PEP, PROP e Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO). Negociadas 11.693.174 t com prêmio estimado de R$ 1.438.853,9 mil (algodão, arroz, café, feijão, milho e soja). Foram realizados R$ 1.624.592,4 mil, incluindo operações de 2006.

- Aquisição de 83.269 t de alimentos da agricultura familiar a um custo de R$ 64.926.547,00, beneficiando 21.281 agricultores familiares, com 614.728 contratos de concessão de crédito rural do Banco do Brasil (BB) e do Banco do Nordeste (BNB) no valor de R$13,6 bilhões.

- Operações com Cédula do Produtor Rural do Banco do Brasil (BB) no montante de R$ 1.414.887,2 mil envolvendo a comercialização de 20.151 contratos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa utilizou R$ 24,4 bilhões, 94,6% dos R$ 25,8 bilhões previstos. Os recursos orçamentários foram suficientes embora o fluxo tenha sofrido descontinuidade, em que dos R$ 7,7 bilhões autorizados na Lei do Orçamento Anual (LOA) 2007, foram realizados R$ 4,7 bilhões correspondente a 60,4%, do resto a pagar previsto de R$1,2 bilhão foram realizados R$ 871 milhões correspondente a 75,0%. Dos recursos não-orçamentários previstos, R$ 16,9 bilhões, foram realizados R$ 18,8 bilhões, correspondente a 111,5%.

A execução das metas físicas do Programa alcançou 92,93%, considerando-se a inconsistência da meta inicial de 317.208.000 contratos em lugar de 317.208 contratos, referentes à Ação Concessão de Crédito Rural.

Através da Ação Formação de Estoques Públicos foram adquiridas 876.500 t de algodão, arroz, feijão, milho, sisal e sorgo, sendo 386.355 t via AGF e 490.145 t via contratos públicos de opção de venda, ao custo total de aquisição e manutenção de R$ 655,3 milhões. A venda de produtos vinculados ao Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) colocou no mercado 1.573.035 t de diversos produtos agrícolas e comercializou 1.433.586 t, por meio de leilão eletrônico, com arrecadação de R$ 484,7 milhões. Pelo Programa de Vendas em Balcão, foram comercializadas 523,5 t de arroz e 213.150,4 t de milho, com arrecadação de R$ 78,1 milhões, beneficiando diretamente 41.773 pequenos produtores rurais e agroindústrias de pequeno porte. Durante o exercício, os preços de alguns produtos agrícolas praticados no mercado estiveram abaixo do mínimo fixado, o que exigiu a intervenção do Governo para garantir a renda dos produtores, mediante a aquisição por meio de AGF e contratos públicos de opção de venda.

A garantia e a sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários tiveram operacionalização dos instrumentos PEP, PROP e PEPRO. Durante o exercício de 2007, a situação conjuntural de alguns produtos exigiu a utilização de instrumentos da política agrícola com vistas à garantia do escoamento e da comercialização da produção, sendo negociadas 11.693.174 t, com prêmio estimado de R$ 1.438.853,9 mil (algodão, arroz, café, feijão, milho e soja). Foram realizados R$ 1.624.592,4 mil, incluindo operações de 2006.

Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) - 83.269 t - R$ 64.926,5 mil. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em convênio com o MDA, realizou Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF) e Contas a Pagar e a Receber (CPR), para formação de estoque estratégico, beneficiando 21.281 agricultores familiares.

Concessão de Crédito Rural (BB/BNB) - 614.728 contratos - R$ 13.641.727,0 mil - Ação não-orçamentária diretamente vinculada ao desenvolvimento e à comercialização da produção agrícola. O BB firmou 257.785 contratos correspondendo a R$ 11,5 bilhões. O BNB efetivou 356.945 contratos, correspondendo a R$ 2,1 bilhões.

Operações com Cédula do Produtor Rural (BB) - R$ 1.414.887,2 mil - Ação não-orçamentária diretamente vinculada ao desenvolvimento e à comercialização da produção agrícola. O BB realizou Operações com Cédula do Produtor Rural envolvendo a comercialização de 20.151 contratos.

Principais restrições detectadas na execução do programa:

a) necessidade de redimensionamento, recomposição do Quadro de Pessoal da Conab e revisão do plano de cargos, carreiras e salários (PCCS), em vista do elevado número de aposentadorias, demissões voluntárias e cumprimento de determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), nos termos do Acórdão 2.170, de 2007. Do total de 3.339 empregados, a Conab conta com apenas 748 técnicos de nível superior;

b) necessidade de aprimoramento técnico-operacional em face da movimentação e renovação do quadro de pessoal;

c) demora dos órgãos descentralizadores na transferência do crédito orçamentário para a realização das aquisições de alimentos e operacionalizações da agricultura familiar;

d) necessidade de maior interação entre o gerente do Programa e os coordenadores de ações, principalmente os de outros órgãos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social:

a) reuniões com grupos de interesse no segmento do agronegócio e cadeias produtivas, cooperativas e associações de produtores familiares;

b) discussão em conselho setorial; e - atividades e ações do PAA são discutidas no grupo gestor e também no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

Contribuições da participação social para os resultados do Programa são ajustes e revisões nos instrumentos e normativos do PAA, orientações para elaboração do planejamento de ações e priorização de alocação de recursos.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

GERENTE DO PROGRAMA

Marcio Antonio Portocarrero

OBJETIVO

Apoiar projetos que dêem suporte a ganhos de competitividade e melhoria do bem-estar social dos envolvidos em todos os estágios da cadeia produtiva do agronegócio. Permitir o atendimento de demandas direcionadas a resolver problemas emergentes de amplo efeito sócio-econômico como a construção e modernização de instalações físicas para beneficiamento de produtos agrícolas, agregação de valor, infra-estrutura rural, escoamento da produção e promoção da atividade produtiva.

PÚBLICO-ALVO

Produtores, agroindústrias e demais agentes da cadeia produtiva do agronegócio

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 437.419.057,00	Empenho Liquidado:	R$ 328.976.010,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 328.976.010,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Custo Médio do Transporte de Grãos – Custo por Tonelada (R$/t)	-	-	-	160,00	145,04	-
2. Volume de Produtos Agrícolas Exportados pelos Portos Brasileiros - Milhão de toneladas (t)	-	-	-	49,51	48,83	101,39%

1. CUSTO MÉDIO DO TRANSPORTE DE GRÃOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

O índice apurado de R$ 160,00 por tonelada para 2007 foi superior ao custo médio projetado para o mesmo ano, de R$ 145,04 por tonelada, em razão da elevação dos preços dos combustíveis e da produção de grãos o que resultou em elevação da demanda por transportes. Observa-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice do indicador ao longo do tempo.

2. VOLUME DE PRODUTOS AGRÍCOLAS EXPORTADOS PELOS PORTOS BRASILEIROS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Quanto ao volume de produtos agrícolas exportados pelos portos brasileiros, o índice em 2007 alcançou 49,51 milhões de toneladas (t), frente à expectativa de 48,83 milhões para o mesmo ano. O efetivado ficou, portanto, 1,39% acima do previsto.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil é um dos poucos países do mundo com possibilidades de responder à demanda mundial por alimentos. Com clima diversificado que vai do temperado ao tropical, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, o País dispõe de 388 milhões de hectares (ha) de terras agricultáveis. Desse número, cerca de 100 milhões ainda não explorados. Em que pese o bom desempenho da produção agropecuária brasileira nos últimos 10 anos, o baixo nível de investimento em infra-estrutura e logística já interfere de forma negativa na competitividade e no crescimento do setor.

As condições precárias das rodovias e a utilização inadequada dos modais de transporte dificultam o escoamento das safras, com impactos significativos nos custos dos fretes das regiões produtoras até os portos, ao tempo em que, alguns portos brasileiros, apresentam prêmio negativo na exportação de produtos agrícolas, significando um menor preço final para o produtor rural. Da mesma forma, a defasagem da capacidade estática de armazenagem, o alto percentual de perdas pós-colheita e a não garantia da qualidade dos produtos, comprometem a competitividade do agronegócio.

Nesse contexto, infra-estrutura e logística da produção surgem como insumos indispensáveis para o desenvolvimento rural, oferecendo condições imprescindíveis para o aumento da produção e produtividade, implantação das cadeias produtivas, geração de empregos, melhoria do bem-estar das populações rurais e viabilização do escoamento das safras. Portanto, torna-se necessário processo articulado do governo e da sociedade civil, direcionando as suas ações políticas, programas e projetos para o espaço rural, no sentido de ampliar a competitividade do setor agropecuário, viabilizando opções duradouras de progresso e desenvolvimento sustentável visando utilizar eficientemente as potencialidades existentes na sua dimensão econômica, social, política, espacial, cultural, ambiental e institucional.

Preocupações do Programa se referem também ao desenvolvimento sustentável dos corredores de exportação com agregação de valor ao produto agropecuário. Ou seja, o desenvolvimento de alternativas com base nos potenciais produtivos de cada região a partir de ações integradas no âmbito do MAPA e de ações transversais com outros órgãos do Governo Federal, quais sejam, ações de cooperativismo, energia elétrica, mecanização, agroindustrialização e armazenagem que podem ampliar as alternativas de produção das regiões, em especial, para os pequenos e médios produtores rurais. O

sucesso do agronegócio é estratégico para o Brasil, uma vez que, além de grande gerador e absorvedor de mão-de-obra, viabiliza a economia da maioria dos Municípios, permitindo o abastecimento alimentar do País e gerando excedentes para a exportação.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Foram realizados 1.192 contratos de repasse e convênios. Atenderam-se projetos de extrema importância nos Estados do Rio Grande do Sul, Maranhão, São Paulo e Paraná.

- Realizaram-se 752 contratos de repasse, atendendo a projetos para estruturar apoio ao pequeno e médio produtor.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A meta física estabelecida não foi alcançada. O número proposto foi fixado acima da realidade de capacidade de atendimento da ação. Com a liberação de aproximadamente 75% da dotação prevista na Lei Oçamentária Anual (LOA) 2007, foi atendido aproximadamente 18% do previsto. Os valores dos contratos e convênios celebrados variaram entre R$ 15.000,00 a R$ 4.290.000,00 e, para se atingir a meta proposta, teria sido necessário celebrar parcerias por valor aproximado a R$ 40.000,00. O valor médio do atendimento, entretanto, foi R$ 170.000,00, correspondendo melhor à realidade de custos de obras com relação ao mercado do produtor, agroindústrias, frigoríficos e matadouros municipais, bem como nas patrulhas de tratores, retroescavadeiras, pás-carregadeiras e patrol de esteira.

Em 2007, realizou-se fórum com as Superintendências Federais da Agricultura (SFAs) para discutir a operacionalização do Programa, principalmente com relação aos contratos de repasse, executados por meio da Caixa Econômica Federal (CEF). Foram também realizadas reuniões diversas entre a Coordenação-Geral de Parcerias, e demais departamentos da secretaria, SFAs e CEF para aprimorar e acompanhar a execução do Programa.

Em 2006, foi criado o PI Fiscontrato com finalidade exclusiva de propiciar o acompanhamento de contratos, estabelecendo-se rotina de acompanhamento por amostragem do Programa. Em todos os convênios celebrados, existem técnicos das SFAs nomeados por Portaria para realizar o acompanhamento in loco, sendo aportados recursos para esses acompanhamentos. Foi sugerida alteração na descrição do PI Fiscontrato, pois sendo exclusiva para acompanhamento de contratos de repasse, torna-se necessário ampliá-la também para convênios, bem como expandir, também, a sua dotação orçamentária.

Foram criadas, em 2007, as comunidades virtuais http//catir.agricultura.gov.br e Parcerias Institucionais, assim como as sub-comunidades Emendas e Convênios, mecanismo utilizado para comunicação direta com as Superintendências Federais, por serem elas as que analisam os planos de trabalho dos contratos de repasse, e realizam a fiscalização *in loco* dos convênios.

No intuito de atender as modificações da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e ao Decreto nº 6170, de 25 de julho de 2007, desenvolveram-se discussões sobre a padronização dos objetos a serem atendidos pelo Programa. Foram encaminhadas informações para alimentação do Sistema de Convênio (Sisconv). Foi sugerido um sistema único para celebração de parcerias em todos os órgãos federais, de forma a possibilitar mais transparência, segurança, acompanhamento, relatórios precisos, e relatório de benefícios alcançados, permitindo também inclusão de imagens.

A execução física ficou abaixo de 40% do previsto na LOA 2007. Os recursos disponíveis foram considerados insuficientes e mais ainda, o fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. Ainda que ocorresse liberação durante o exercício, a maior parcela concentrou-se no mês de dezembro, prejudicando a análise tempestiva e qualitativa dos planos de trabalho.

Quanto a recursos na equipe gerencial, falta sistema informatizado que possibilite a celebração, o acompanhamento, o aval de parcerias, e que permita gerar relatórios eficientes. Nas equipes executoras, acusa-se falta de sistema informatizado integrado, de equipamentos de informática, *Palm Tops* e Sistema de Posicionamento Global (GPSs) para emissão de relatórios, captação de imagens e localização dos projetos em tempo real.

No relativo à quantidade de recursos humanos na equipe gerencial, constata-se a falta de assessoria, tendo-se solicitado cessão de gestores para auxiliar na avaliação dos programas, na adequação e no desenvolvimento de ações que acelerem ou dêem segurança aos projetos.

Nas equipes executoras, é necessário número maior de servidores, tanto na equipe de execução do MAPA, quanto nas SFAs. Verifica-se também insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial, sendo importante realizar cursos sobre gestão, orçamento e planejamento. Já nas equipes executoras, há necessidade de cursos de celebração, acompanhamento e prestação de contas de convênios, assim como ênfase na elaboração de pareceres *in loco* e conclusão dos projetos.

A liberação de orçamento concentrou-se no mês de dezembro, causando prejuízos na qualidade da análise dos projetos e atrasando a apresentação dos mesmos. Diversas prefeituras fecham suas portas no mês de dezembro, sendo impossível efetivar contatos para que elas apresentem os projetos. A liberação de financeiro como mencionado prejudica a entrega, principalmente de máquinas e equipamentos, e gera indisposição entre Municípios e os fornecedores. Quanto ao financeiro comprometido por restos a pagar, isso é comum, gerando as indisposições mencionadas.

Quanto a dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes, é fato comum e corriqueiro, inclusive na celebração de termos aditivos. Sugere-se revisão da Instrução Normativa nº 04, de 17 de maio de 2007 que estabelece, para prorrogação de prazos, que o Município esteja adimplente se o projeto já estiver em execução. A anulação do contrato por inadimplência gera imensos prejuízos com a perda do orçamento.

Aspectos adicionais são a lentidão nos processos de licenciamento ambiental, principalmente em contratos de obras, como matadouros e agroindústria, bem como problemas de inadequação e/ou inexistência de normas legais e, ainda, excesso de alterações na legislação de convênios.

Praticamente não houve recursos descentralizados; ocorreram repasses para unidades do próprio Ministério como a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), e entidades vinculadas, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Superintendências, nas quais a execução ocorreu com bom desempenho.

Foi realizado Fórum de discussão com todas as SFAs para avaliação, orientação e padronização de procedimentos na execução do Programa. Criou-se comunidade virtual aproximando as SFAs da Coordenação-Geral de Parcerias e da Secretaria, solucionando dúvidas na avaliação dos projetos e no processo de liberação de orçamento.

A análise dos planos de trabalho é realizada nas SFAs, as quais auxiliam e executam parte do Programa; o acompanhamento dos convênios também é feito pelas SFAs. A gerência acompanha a execução das ações por meio de relatórios da coordenação, e ambas auxiliam as unidades administrativas, orientando, acompanhando e dirimindo dúvidas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. Há convênios com entidades privadas sem fins lucrativos e algumas entidades são parceiras tradicionais do MAPA e executaram o Programa a contento. O acompanhamento é das SFAs e os convênios contam com técnico que emite parecer de acompanhamento *in loco* nomeado por portaria. Se acontecerem denúncias na execução de convênios por entidades privadas, estas são apuradas pelo setor de prestação de contas e depois adotadas as providências cabíveis.

Quanto à participação social, a Ouvidoria do MAPA recebe denúncias e dúvidas sobre o Programa, bem como encaminha ao gestor, responde ao interessado e ainda, auxilia na fiscalização sobre regularidade da aplicação dos recursos do Programa.

Não há avaliação de satisfação do beneficiário; todavia, deve implantar-se sistema informatizado para consultas sobre a satisfação de serviços desenvolvidos na obra, uso de equipamentos, ou desenvolvimento do evento objeto do convênio. O sistema proporcionará relatórios e auxiliará no acompanhamento indicando possíveis irregularidades.

DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA - PRÓ-ORGÂNICO

GERENTE DO PROGRAMA

Marcio Antonio Portocarrero

OBJETIVO

Aumentar a oferta de produtos orgânicos e sua exportação.

PÚBLICO-ALVO

Produtores, processadores, distribuidores e consumidores de produtos orgânicos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.553.128,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.958.217,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.958.217,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 10.600.000,00	R$ 0,00	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Participação das Unidades de Produção Orgânica no Total de Unidades de Produção Nacional – porcentagem	-	-	-	0,29	0,60	48,33%
2. Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira – porcentagem	0,08	0,09	0,21	0,32	0,16	200%

1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO ORGÂNICA NO TOTAL DE UNIDADES DE PRODUÇÃO NACIONAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

A determinação dos índices está condicionada ao cumprimento das exigências previstas na regulamentação da Lei nº 10.831, de 23 dezembro de 2003, portanto, não é suficiente a publicação do Decreto e Atos Normativos, pois nestes está previsto um prazo de dois anos para o setor se ajustar às novas normas. Até a data, realizam-se estimativas dos dados da produção orgânica brasileira. A taxa é calculada pela relação percentual entre o número de unidades de produção orgânica e o número total de unidades de produção agropecuária no País.

2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS ALIMENTOS ORGÂNICOS NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

A determinação dos índices está condicionada ao cumprimento das exigências previstas na regulamentação da Lei 10.831/03, portanto não é suficiente a publicação do Decreto e Atos Normativos, pois nestes está previsto um prazo de dois anos para o setor se ajustar às novas normas. Até a data realizam-se estimativas dos dados da produção orgânica brasileira. A taxa é calculada pela relação percentual entre o número de hectares (ha) com produção orgânica e o número de hectares com produção agropecuária convencional.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A explosão do consumo de produtos orgânicos começou na década de 90, tornando-se nessa década a atividade de maior crescimento na agricultura mundial. Segundo informações do *International Trade Center* (ITC), da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), as vendas combinadas de alimentos e bebidas orgânicas nos principais mercados consumidores passaram de apenas US$ 2 bilhões em 1989 para US$ 16 bilhões em 1999 e US$ 19 bilhões em 2000.

Atualmente, a agricultura orgânica é desenvolvida, em maior ou menor intensidade, por mais de 130 países que produzem uma larga variedade de produtos orgânicos. Atualmente pode-se dizer que para cada produto convencional existe uma versão orgânica. A produção orgânica representa uma forma de reduzir a dependência em recursos não-renováveis, evitar o impacto negativo do uso de fertilizantes e pesticidas sintéticos, preservar a diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se inserem as propriedades rurais, utilizando-se de produtos e processos que garantam a sustentabilidade social, ambiental e econômica da atividade agropecuária.

Os produtos orgânicos não podem ser diferenciados dos produtos convencionais pela sua aparência, mas pela forma como são produzidos e processados. Daí a necessidade de um sistema de certificação que possa dar ao consumidor a garantia de que está comprando produtos que foram de fato produzidos de acordo com as normas para produção orgânica. Para que o Brasil possa se inserir efetivamente no mercado internacional de produtos orgânicos, precisa implementar ações de forma articulada, que permitam superar entraves existentes atualmente.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Em 2007, da produção agropecuária brasileira total, a produção caracterizada como orgânica alcançou 0,32%, superando a expectativa de 0,16% para o mesmo ano. Assim, o índice alcançara 200% do previsto para o período do PPA 2004-2007.

• Os sistemas de produção orgânica, em 2007, alcançaram o total estimado de 15.000 unidades de produção, correspondendo a 50% do previsto para o período 2004-2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O alcance de 200% do índice previsto no volume da produção agropecuária caracterizada como orgânica decorreu da avaliação física dos índices médios de produção e produtividade auferidos nos sistemas orgânicos de produção, em função da área cultivada sob esse tipo de manejo e o reconhecimento da importância dos produtos orgânicos por parte da sociedade brasileira, verificado nos altos índices de crescimento do setor.

Para a estimativa do índice de 0,29%, consideraram-se 15.000 produtores orgânicos e 5.204.130 produtores agropecuários brasileiros. O resultado corresponde ao índice de 50%, comparado aos 0,60% previstos para o final do período. Um dos fatores impeditivos de melhor desempenho do resultado foi derivado da falta de regulamentação do setor, que passou a acontecer a partir da publicação de Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, e que terá Instruções Normativas submetidas a processo de consulta pública em 2008.

Dentre as realizações, destacam-se:

a) ampliação do número de técnicos capacitados para dar assistência aos produtores que desejem inserir-se no sistema orgânico de produção, bem como aos demais agentes da cadeia de produção orgânica sobre os procedimentos necessários à produção, ao processamento, à embalagem, à estocagem, ao transporte e à comercialização dos produtos orgânicos;

b) propiciada a transferência, a técnicos e produtores, dos resultados de estudos e pesquisas que proporcionem aos produtores orgânicos brasileiros, produtos e processos que permitam tornar as suas atividades mais eficientes e competitivas;

c) mantido sistema de certificação oficial de produtos orgânicos para dar garantias ao consumidor sobre a identidade e qualidade dos produtos certificados e facilitar o acesso desses produtos ao mercado internacional;

d) promovidos e apoiados eventos que possibilitassem a divulgação dos produtos orgânicos brasileiros para ampliação de sua colocação no mercado interno e externo;

e) garantido o acesso ao crédito com características diferenciadas, considerando-se as particularidades do sistema de produção orgânica principalmente no aspecto referente a produtores em processo de conversão do sistema convencional para o orgânico;

f) promovida a divulgação ampla para a sociedade sobre o que é o produto orgânico e o funcionamento do sistema de certificação brasileiro;

g) implementadas ações de fomento que possibilitem a ampliação do acesso a insumos e equipamentos apropriados ao desenvolvimento da agricultura orgânica, entre eles, material genético com características selecionadas para uma maior resposta ao manejo orgânico;

h) deu-se continuidade às atividades do processo para regulamentação da Lei;

i) desenvolveram-se atividades visando a estruturação e capacitação interna do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) enquanto órgão fiscalizador do setor;

j) ampliação de pessoal (30 Fiscais Federais Agropecuários), para trabalhar com Agricultura Orgânica n MAPA;

k) continuidade do processo de articulação com setores público e privado através das comissões nos Estados, fazendo com que haja maior representatividade do setor nas Unidades da Federação e ocorram reuniões com a periodicidade necessária a fim de dar cumprimento às suas funções. Em 2007, ocorreram 81 reuniões das comissões nos Estados;

l) realização de eventos de capacitação e de organização, bem como fortalecimento da rede de produção orgânica nos Estados, pelas Comissões de Produção Orgânica e Cooperativa Agrícola Estadual (Coagre). Através de 49 palestras beneficiaram-se 1.558 produtores e 3.915 profissionais e estudantes; seis cursos beneficiaram 190 produtores e 117 profissionais e estudantes, 17 reuniões técnicas alcançaram 584 profissionais e estudantes; oito feiras foram visitadas por 574 produtores e 100 profissionais e estudantes e, visitas técnicas, oficinas e dias de campo beneficiaram 924 produtores e 4.370 profissionais e estudantes;

m) construção participativa do texto do Anexo da Instrução Normativa de Mecanismos de Garantia da Qualidade e Informação Orgânica, referente aos Sistemas Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica (SPG);

n) realizada a III Semana do Alimento Orgânico. Nos eventos realizados em 21 Estados foram atingidas diretamente 31.665 pessoas;

o) lançado o Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes, bem como verificada realização de evento nacional relacionado com Educação em Agroecologia e os Sistemas Orgânicos de Produção. Deu-se apoio a cinco eventos relacionados à rede de produção orgânica.

O monitoramento do desempenho físico das ações ao longo do ano ocorreu através de reuniões gerenciais, técnicas e visitas técnicas. O planejamento estratégico das atividades do Programa, elaborado em fevereiro de 2007, serviu como orientador para a distribuição de acompanhamento das metas físicas. As metas físicas quanto a pessoas beneficiadas,

produtores atendidos, e tecnologia transferida foram atingidas, mas o controle das unidades produtoras não foi realizado, já que, tal controle, só será possível a partir da finalização do processo de regulamentação da Lei 10.831/03.

O contingenciamento de recursos durante todo o ano de 2007 impediu o cumprimento dos cronogramas previamente estabelecidos e, como conseqüência, em vários casos inviabilizou atividades pela perda de prazos. O fluxo sofreu descontinuidade prejudicando a execução programada.

O contingenciamento reduziu drasticamente a capacidade de gestão, tornando-se necessário remanejamento de recursos entre ações, visando viabilizar atividades essenciais e a revisão do planejamento das atividades em função dos recursos disponíveis. No final de novembro, ocorreu liberação de parcela substancial dos recursos contingenciados inviabilizando a programação e o repasse às Unidades Gestoras Descentralizadas. Apesar de tentada a execução direta dos recursos através da rede de produção orgânica por meio de convênios, tal execução não foi possível em 2007.

Dentro das ações orçamentárias, o Programa desenvolve outras atividades, principalmente relacionadas com a realização da III Semana do Alimento Orgânico, executadas com recursos orçamentários e não-orçamentários. Os recursos não-orçamentários utilizados foram oriundos de parcerias, imprescindíveis para a amplitude da campanha, mostrando a importância da captação externa de recursos para ampliar as ações previstas. Dentre elas, podem mencionar-se:

a) Ação de Financiamento para Produção sem Uso de Agrotóxicos, executada pelo Banco do Brasil, recebeu R$ 10.600.000,00, mas não se informou o valor liquidado em decorrência de limitações tecnológicas;

b) Ação de Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Produção Orgânica de Alimentos executada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) recebeu e liquidou R$ 511.003,00;

c) todas as ações com recursos orçamentários receberam R$ 2.553.128,00 e liquidaram R$ 1.958.217,00. A Ação de Gestão recebeu R$ 300.000,00 e executou R$ 149.194,00;

d) outras ações executadas pelo MAPA (Aplicação dos Mecanismos de Garantia, Publicidade, Gestão, Organização e Capacitação e Fomento), receberam R$ 2.042.128,00 e liquidaram R$ 1.447.214,00. Não foram utilizados R$ 594.911,00 do orçamento do Programa, em função da liberação de recursos em tempo não hábil para a execução de atividades;

e) as despesas administrativas corresponderam a pagamento de serviços administrativos (R$ 56.131,87), estagiários (R$ 10.166,00), traduções (R$ 25.000,00), custeio de despesas ex-oficial de FFA (R$ 29.774,00), complemento das despesas ex-oficial de FFA para o Paraná (R$ 9.500,00),

deslocamento para a realização de reuniões gerenciais e palestras (R$ 25.103,23), aquisição de material de consumo (R$ 1.113,00) e outras despesas, (R$ 5.199,72). Ressalta-se que por conta do contingenciamento e da limitação da cota de deslocamento para todas as ações orçamentárias, várias reuniões gerenciais não foram realizadas. A ação de gerenciamento do Programa é de extrema importância para articulação, contato, adequação e ampliação das atividades planejadas, e a alocação de recursos específicos para estas atividades é essencial para uso eficiente e eficaz do orçamento público.

No relativo à infra-estrutura na equipe gerencial, com a ampliação do número de técnicos da equipe, a estrutura física revelou-se inadequada. Também, as Superintendências Federais de Agricultura nos Estados (SFAs) em geral possuem recursos materiais insuficientes para a execução das atividades sendo que, algumas delas, possuem infra-estrutura inadequada para a execução das atividades.

Apesar da ampliação de pessoal técnico para trabalhar com Agricultura Orgânica no MAPA, os recursos humanos ainda são insuficientes para a execução das atividades, mesmo contando com o apoio administrativo de mão-de-obra terceirizada, bem como estagiários para suprir parte desta deficiência.

O contingenciamento do orçamento, aliado ao limite de utilização das rubricas referentes às despesas de deslocamento, não permitiu a execução de muitas atividades programadas para o primeiro semestre de 2007 do Pró-Orgânico e comprometeram o planejamento das ações como um todo.

Apesar de ter sido solicitada a ampliação do crédito orçamentário por considerar-se o limite previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 insuficiente, infelizmente, não foi possível sequer o descontigenciamento de recursos em tempo hábil. Liberação de parcela substancial de recursos só ocorreu no final de novembro, inviabilizando a programação e o repasse às Unidades Gestoras Internas Descentralizadas.

Verificam-se algumas dificuldades por inadequação e/ou inexistência de norma legal. Os insumos orgânicos alternativos ainda não podem ser registrados como insumos apropriados e de baixa toxicidade.

A formação majoritária dos técnicos ocorrera em ambientes acadêmicos ligados à agricultura baseada na agroquímica de síntese industrial, levando a tendência de evitar-se inclusão de produtos e processos alternativos na legislação oficial. Técnicos legisladores deveriam ter capacitação adequada em sistemas de avaliação multifatoriais, caso típico da agricultura orgânica, para melhor percepção e avaliação de referenciais de pesquisas participativas, assim como dos dados científicos para a elaboração de seus instrumentos legais que permitam o registro de produtos naturais para uso na agropecuária em geral.

A Coordenação de Agroecologia, gestora do Programa Pró-Orgânico, lidera Grupo de Trabalho oficial, a partir da Portaria nº 292, de 03 de outubro de 2007, com objetivo de analisar o Decreto

nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004, que regulamenta a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980 de fertilizantes, corretivos e inoculantes, e o Decreto nº 4.047, de 4 de janeiro de 2002 regulamentando a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, sobre agrotóxicos e afins, bem como de elaborar sugestões de adequação com vistas ao registro de insumos agrícolas naturais.

O processo de regulamentação da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003 - Lei de Agricultura Orgânica, composta pelo Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007 e atos normativos complementares. Os atos normativos complementares ainda não foram publicados, o que impede a execução de tarefas inerentes ao escopo de atuação do MAPA, em relação ao PI Certogan. Os atos normativos complementares avaliados pela Consultoria Jurídica (Conjur) do MAPA serão submetidos à consulta pública para posterior publicação.

O processo de integração entre gerência do Programa e os executores externos das ações tem melhorado a cada ano.

Considerando as atividades executadas com recursos descentralizados para as SFAs, as quais são também unidades internas descentralizadas de execução do Programa, considera-se que o desempenho foi excelente, verificando-se, a cada ano, maior interesse e ampliação das atividades desenvolvidas, o que tem gerado crescente demanda de recursos financeiros, acima dos limites liberados na LOA 2007 e 2008.

A integração entre a gerência do Programa e os executores internos descentralizados (SFAs) pode considerar-se ótima. Os dois Encontros Nacionais de Capacitação para os técnicos do MAPA foram utilizados também para realizar reuniões gerenciais do Programa.

No ano de 2007, foi impossível realizar o encontro nacional face ao contingenciamento orçamentário e o limite de deslocamento. No transcorrer de reuniões realizadas pelas gerências de outros programas com alguns executores comuns, utilizou-se tempo das mesmas para realização paralela de reunião gerencial do Pró-Orgânico.

As SFAs têm disponibilizado as informações referentes aos resultados alcançados, porém, algumas ainda deverão melhorar o tempo de resposta e a qualidade da informação. Para isso, foram organizadas planilhas já repassadas para os Estados, visando orientar a coleta e a disponibilidade das informações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias não-governamentais apresentaram ótimos resultados, permitindo o alcance dos resultados apresentados:

a) Portaria nº 158, de 08 de julho 2004, do MAPA criou Comissões de Produção Orgânica nas Unidades da Federação e tem por objetivo o assessoramento técnico

do Pró-Orgânico e o direcionamento de políticas públicas para o setor. Foram formadas 24 comissões em 2005 e três em 2006. As comissões funcionam como órgão de assessoramento técnico do Pró-Orgânico nas Unidades da Federação. As comissões são formadas de forma paritária, entre os setores público e privado, podendo ter entre oito e 20 membros. As instituições participantes devem ser de reconhecida atuação no setor orgânico e representarem algum dos seus segmentos diversos, como produção, processamento, certificação, comercialização, pesquisa, assistência técnica, entre outros. As comissões instaladas possuem a participação de mais 398 organizações governamentais e não-governamentais;

b) Câmara Setorial da Agricultura Orgânica foi instalada em 15 de março de 2004 e faz parte da estrutura funcional do Conselho do Agronegócio, objetivando aproximar as partes envolvidas com a agricultura orgânica, para que juntas, possam propor medidas e orientar as políticas públicas destinadas a esse segmento do agronegócio. A Câmara é composta por representantes de entidades empresariais, trabalhadores, organizações não-governamentais e órgãos públicos relacionados com os diferentes segmentos da cadeia produtiva orgânica.

Em todas as etapas da execução do Programa ocorreu a participação do setor, cabendo colocar que o Programa foi avaliado e aprovado, em reunião da Câmara Setorial, em 2004. A Câmara Setorial da Agricultura Orgânica (CSAO) e as Comissões da Produção Orgânica (CPOrgs) nas Unidades da Federação são fóruns constantes de assessoramento da execução e avaliação do Programa. As ações do Programa são definidas e contam com a participação dos agentes da rede de produção orgânica para a sua execução.

Não há avaliação direta e formal do Programa, porém, considerando o envolvimento do setor através dos fóruns de assessoramento do Programa, os beneficiários avaliam e contribuem na definição de prioridades e execução das atividades.

Apesar de não utilizar metodologia específica, existe prática de gestão pela realização de reuniões gerenciais da equipe central (Coagre), desta com as unidades executoras internas e externas, e ainda com os fóruns de interação (CSAO e CPOrgs-UF). Define-se e organiza-se a execução das atividades, segundo planejamento anual, considerando metas, indicadores e recursos orçamentários do Programa. Considera-se como a melhor forma de gestão no serviço público, aquela que leva em consideração a sua clientela, permitindo a sua participação.

Apesar dos programas como base do planejamento, a administração dos recursos ocorre por setores do organograma do MAPA. A distribuição financeira é feita pelos dirigentes em função da percepção subjetiva de prioridades, independentemente da programação prevista para cada Programa; este fato se agrava quando estabelecidos contingenciamentos. Assim, para a liberação de recursos financeiros não há correlação entre os valores da LOA de cada Programa e os valores financeiros liberados. O MAPA define quotas por secretarias, segundo determinadas prioridades. As secretarias subdividem os recursos que lhe cabem entre departamentos os quais, por sua vez, subdividem novamente a quota segundo outras prioridades. Nessas divisões, não se leva em consideração os programas que não podem ser contingenciados.

A falta de previsão de disponibilidade dos recursos aprovados na LOA provoca a inviabilidade de programação antecipada às ações que dependem de recursos financeiros gerando, em cascata, a cobrança de demandas, sempre de forma urgente, dificultando o trabalho dos coordenadores de ação, dos responsáveis técnicos e dos coordenadores estaduais, obrigados a refazer inúmeras vezes suas propostas de trabalho em função das novas liberações financeiras.

A inexistência de um único Programa informatizado do Governo Federal que reúna todas as informações necessárias à gestão e, principalmente, ao bom acompanhamento do que está sendo executado com os recursos dos programas dificulta, ainda mais, o trabalho dos responsáveis técnicos e dos coordenadores de ação. Este mesmo sistema único poderia ser utilizado para a elaboração dos relatórios de acompanhamento e avaliação dos programas (trimestrais e anuais), e também poderia ser utilizado pelo MAPA, Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e outros. Hoje é necessário alimentar o Sistema Integrado de Planejamento (Siplan) do MAPA e realizar relatórios no Siplan, no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), Balanço Geral da União (BGU) e TCU.

DESENVOLVIMENTO DA AVICULTURA

GERENTE DO PROGRAMA

Edilson Guimarães

OBJETIVO

Elevar a performance dos rebanhos avícolas mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

PÚBLICO-ALVO

Produtores, industriais da avicultura, fabricantes e comerciantes de produtos de uso veterinário

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 8.596.001,00	Empenho Liquidado:	R$ 6.058.683,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 6.058.683,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Peso Médio de Carcaça de Frangos – Quilograma por animal (kg/animal)	-	1,40	2,10	2,00	2,20	90,91%
2. Quantidade de Aves Exportada – tonelada (t)	-	2.761.966,00	2.712.959,00	3.162.416,00	3.300.000,00	95,83%
3. Taxa de Controle da Doença de Newcastle nos Plantéis Avícolas – Porcentagem	-	100,00	97,00	100,00	100,00	100%
4. Valor das Exportações de Aves – dólar (US$)	-	3.496.187.645,00	3.203.413.957,00	4.619.617.412,00	4.290.000.000,00	107,68%

1. PESO MÉDIO DE CARCAÇA DE FRANGOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

O peso da carcaça tem se mantido em torno de dois quilogramas (kg) por questão relacionada ao mercado. O consumidor prefere animais mais leves, pois as famílias estão ficando menores. O resultado é resposta a um aprimoramento das aptidões produtivas requeridas pelo mercado.

2. QUANTIDADE DE AVES EXPORTADA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O volume exportado verificou ritmo de crescimento até 2005, que certamente levaria a exportar o volume previsto para 2007. No entanto, em 2006 houve menor demanda internacional de carne de frango em face do surgimento de focos de gripe aviária no mundo, com recuo das exportações. Tal fato também comprometeu as negociações para a abertura de novos mercados. Essa interrupção do ritmo de crescimento das exportações comprometeu o alcance da meta final, mas, mesmo assim, em 2007, foram exportados 61% a mais do que em 2003, ano imediatamente anterior ao início do Programa.

3. TAXA DE CONTROLE DA DOENÇA DE NEWCASTLE NOS PLANTÉIS AVÍCOLAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

As ações adotadas de capacitação dos serviços veterinários estaduais para certificarem os estabelecimentos avícolas aptos ao enfrentamento de emergência sanitária, entre outras, foram fundamentais para que o País chegasse à meta de 100% de controle da doença.

4. VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE AVES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O valor das exportações em 2007, US$ 4,62 bilhões, superou os US$ 4,29 bilhões previstos, resultado da expansão das exportações em volume, pela conquista de novos mercados importantes, e também pelo aumento do preço da carne de frango no mercado internacional. O preço médio da tonelada de frango, exportada em 2007 aumentou 24% em relação a 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A competitividade no setor de aves a nível internacional exige que o Brasil mantenha a cadeia de avicultura bem articulada e provida de todos os meios para suplantar a concorrência internacional incluindo a disponibilidade de novas tecnologias.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Manutenção do País na condição de livre da gripe aviária.

- Controle e erradicação de doenças avícolas que possuem elevado impacto econômico.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Em algumas ações, houve atraso no repasse de recursos o que prejudicou a manutenção da programação inicial e o alcance pleno dos objetivos propostos.

As atividades desenvolvidas pela Ação Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Avicultura foram direcionadas à estruturação da vigilância às doenças de aves, entre elas a doença de *Newcastle*, gripe aviária, salmonelas e microplasmas, além de manter e ampliar a habilitação do País para exportação de aves e produtos avícolas.

Em 2007, estabeleceram-se a atualização cadastral de estabelecimentos de criação avícola, reprodutores e comerciais, além da vigilância às doenças exóticas nos sítios de invernada de aves migratórias. Foram certificadas 1.600 granjas de reprodução, e foram realizados atendimentos a suspeitas de doenças de controle oficial, assegurando desta forma a distribuição de produtos avícolas de qualidade nos mercados interno e externo.

Para ampliar o controle de doenças na produção avícola, foram adotados novos critérios que identificam os Estados e as regiões, de acordo com a capacidade de gerenciamento de riscos de contaminação pelo vírus da gripe aviária e da doença de *Newcastle*. Foram auditados 21 Estados. Ainda no que se refere à gripe, em 2007, foram concluídos os Planos Específicos de Preparação de Portos e Aeroportos, visando diminuir os riscos de entrada no País do vírus H5N1 através daqueles pontos de fronteira. No ano de 2007, também foi concluído o Plano de Comando e Controle interligando salas de situação de 11 Ministérios e da Presidência da República (PR) para, se necessário, coordenar e articular as ações de enfrentamento a essa possível situação de crise.

O monitoramento do desempenho físico das ações do Programa é feito pelo Infrasig. Os dados sobre o desempenho das ações foram disponibilizados mensalmente no Sistema Integrado de Planejamento do MAPA (Siplan), onde foram acessados e acompanhados.

Apesar dos recursos orçamentários terem sido suficientes, o fluxo financeiro sofreu descontinuidade prejudicando a execução programada.

As ações de fomento ao uso de material genético não foram executadas no ano de 2007 porque a liberação tardia não permitiu a realização de convênios com os Estados em tempo hábil.

Mediante convênio assinado entre o Ministério e os Estados, a Ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças da Avicultura é desenvolvida continuamente pelos órgãos estaduais de defesa sanitária animal, sendo os recursos para tal fim a eles repassados anualmente. Esta estratégia de ação permitiu que as metas financeiras das ações diretamente relacionadas à sanidade avícola fossem alcançadas em 80% e 100%.

As ações deste Programa foram executadas em outras unidades do Ministério, Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e os números

alcançados em relação ao esperado para 2007 evidenciam que houve um comprometimento que permitiu este excelente desempenho. No caso da SDA, os repasses foram feitos aos Estados e a Embrapa implementou cursos, realizou palestras e debates técnicos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa está sustentado na defesa animal, que é atividade legal de Governo, o que dificulta a participação social. Apesar disso, poderia ser estimulada a participação social na definição das prioridades de ação do Governo em relação aos aspectos da defesa animal nos diferentes Estados do País.

DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA

GERENTE DO PROGRAMA

Inácio Afonso Kroetz

OBJETIVO

Elevar a performance dos rebanhos bovinos e bubalinos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

PÚBLICO-ALVO

Criadores de gado de leite e de corte e indústrias do ramo de laticínios e de frigoríficos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 89.940.491,00	Empenho Liquidado:	R$ 80.684.702,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 80.684.702,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Produtividade Leiteira Bovina - Litro por Animal por Ano	-	-	-	1.231,00	1.500,00	82,07%
2. Taxa de Desfrute de Bovinos - Porcentagem	-	22,00	22,00	21,72	24,00	90,50%
3. Taxa de Erradicação da Febre Aftosa em Bovídeos – Porcentagem	-	9,98	9,98	90,00	100,00	90%
4. Taxa de Obtenção de Peles Bovinas de Primeira Qualidade – Porcentagem	-	-	-	18,00	23,00	78,26%

1. PRODUTIVIDADE LEITEIRA BOVINA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

A seleção genética e a incorporação de tecnologias associadas à nutrição animal e ao manejo do gado leiteiro bem como o combate às doenças contribuíram para a elevação da produção e da produtividade observadas, ainda que não o suficiente para o alcance do índice previsto para o final do PPA. O índice de referência foi, possivelmente, superestimado em função da utilização à época, de projeções que não se confirmaram. O mesmo se aplica para o índice previsto para o final do PPA. É importante ressaltar que a produtividade leiteira bovina conta com acentuadas diferenças regionais.

2. TAXA DE DESFRUTE DE BOVINOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

A taxa de desfrute sofre influência do ciclo de produção, com maior ou menor taxa de abate de matrizes.

3. TAXA DE ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA EM BOVÍDEOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Em 2005 e 2006, em decorrência da reintrodução da febre aftosa, houve a suspensão, pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), do reconhecimento da situação de livre de febre aftosa com vacinação para a zona composta originalmente pelos Estados do Paraná, de São Paulo, de Minas Gerais, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, de Goiás, de Tocantins, de Sergipe, da Bahia, de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal.

Os Estados do Acre, de Rondônia, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina mantiveram o reconhecimento internacional do status de livre com vacinação e representam 8,5% do Território Nacional. Este foi o índice informado para os anos de 2005 e 2006. No entanto, de acordo com a definição do indicador, o índice seria de 89,5 para os anos de 2005 e 2006 considerando a existência de aproximadamente um milhão de bovinos e bubalinos (ou 0,5% do efetivo total) nos Municípios com reconhecimento nacional de zona livre com vacinação suspenso pelo Governo Federal e, ainda, a incorporação do efetivo bovino existente na área Centro-Sul do Estado do Pará, reconhecida nacionalmente como livre de aftosa com vacinação.

Em 2007, os Municípios brasileiros cujo status "livre de febre aftosa com vacinação" havia sido suspenso, em decorrência dos focos de febre aftosa ocorridos em 2005 e 2006, voltaram a integrar a zona livre brasileira, elevando o índice apurado naquele ano para 90%, considerando que parte das regiões Nordeste e Norte permanece como reconhecidas como não livres da doença.

4. TAXA DE OBTENÇÃO DE PELES BOVINAS DE PRIMEIRA QUALIDADE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Houve importante incremento na taxa de obtenção de peles bovina de primeira qualidade no período considerado. As razões para o não alcance do índice previsto para o final do PPA estão sendo investigadas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil possui um dos maiores rebanhos bovino do mundo. Apesar do grande potencial gerador de renda e de empregos desse setor, os índices de produtividade são muito baixos. Há necessidade de incrementar a pesquisa e o desenvolvimento para alterar essa situação.

O País insere-se no mercado como um histórico importador de produtos lácteos para abastecimento da sua população. Tal situação decorre, sobretudo, da baixa produtividade do rebanho, que tem sido responsável pela fraca competitividade do setor leiteiro nacional frente a um mercado internacional cada vez mais competitivo e globalizado.

O desenvolvimento de programas de melhoramento zootécnico, alicerçados em técnicas de inseminação artificial e transferência de embriões, constituem-se na forma mais eficaz para promover a melhoria dos sistemas de produção e, conseqüentemente, o fortalecimento da cadeia produtiva de leite. Contudo, o aumento da produtividade e da competitividade do setor somente será possível se, associado a isso, houver rigoroso controle da incidência de doenças dos animais e melhoria na tecnologia utilizada.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Área nacional de 59,2% reconhecida como livre de febre aftosa.

- Reconhecimento internacional do Estado de Santa Catarina como zona livre de aftosa sem vacinação

- 90% do rebanho bovino livre de febre aftosa.

- A produtividade leiteira em 2007 alcançou 1.231 litros/animal/ano, 82,1% da meta prevista.

- A taxa de 18% de obtenção de peles bovinas de primeira qualidade em 2007 alcançou 78,3% da meta prevista.

- A taxa de 21,7% de desfrute de bovinos em 2007 alcançou 90,5% da meta prevista.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A ampliação da área livre de febre aftosa com vacinação no Brasil é de extrema relevância para a manutenção e alcance de mercados para a carne bovina e outros produtos de origem animal. O índice previsto para o final do PPA não foi alcançado por razão importante. A taxa de erradicação da febre aftosa em bovinos considera o reconhecimento internacional da condição de livre de febre aftosa; devido à ocorrência da doença no Brasil em 2005 e 2006, o reconhecimento internacional de grande parte da zona livre existente em 2004 foi suspenso. No entanto, se considerado o reconhecimento nacional, a zona livre foi ampliada no período, passando a incluir em seu interior 90% do efetivo bovino existente, quando este mesmo percentual em 2004 havia sido 84%. O índice previsto para o final do PPA de 100% não foi alcançado, considerando que a febre aftosa em parte dos Estados brasileiros das regiões Norte e Nordeste não foi erradicada, principalmente devido a

carências estruturais dos serviços veterinários oficiais.

Mecanismos de monitoramento de desempenho físico das ações do Programa:

a) reuniões de trabalho - periodicidade variável. Abrangência nacional e regional;

b) visitas *in loco* - periodicidade variável. Abrangência nacional e regional;

c) sistemas informatizados - periodicidade variável. Abrangência nacional e regional;

d) relatórios de gestão - periodicidade variável. Abrangência nacional e regional.

A execução física ficou bastante acima do que havia sido previsto. Em média, quando pôde ser mensurada, superou a previsão em mais de 1.000%. Há necessidade de investigação das razões para tanto.

A maior parte das ações contou com recursos suficientes, considerando que o realizado em função do previsto foi, em média, de 77,3%. Algumas ações realizaram 100% do previsto e em outras a realização foi inferior à média. Assim, quando a execução orçamentária é avaliada suficiente é importante ressaltar não se tratar de algo uniforme.

Embora o fluxo de recursos não tenha sido contínuo, as execuções programadas, tanto físicas como financeiras, parece não terem sido afetadas de modo decisivo. É, entretanto, correto supor que um fluxo mais regular possibilitaria a melhoria de ambas. Outros indicadores que não apenas as execuções físicas e financeiras poderiam melhor esclarecer o impacto da descontinuidade do fluxo sobre resultados e esforço necessário para o cumprimento das metas estabelecidas.

O montante de recursos gastos com despesas administrativas na Ação GAP foi de 0,05% em relação ao montante liquidado diretamente com a execução do Programa. Não foi disponibilizada informação sobre os principais objetos de gasto nessa Ação.

Restrições relativas aos recursos materiais e/ou a infra-estrutura:

a) recursos materiais insuficientes na equipe gerencial - a equipe gerencial é reduzida em número e conta, geralmente, com carências de capacitação;

b) recursos materiais insuficientes nas equipes executoras - via de regra, as equipes executoras possuem deficiências materiais que comprometem em maior ou menor grau seu desempenho;

c) infra-estrutura inadequada nas equipes executoras - a infra-estrutura das equipes executoras é, em geral, deficiente.

Restrições relativas adequação dos recursos humanos:

a) quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial - embora realizados de modo continuado, as contratações não têm sido suficientes para repor os quadros de pessoal. Também há problemas de distribuição dos recursos humanos existentes;

b) quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras - embora realizados de modo continuado, as contratações não têm sido suficientes para repor os quadros de pessoal. Também há problemas de distribuição dos recursos humanos existentes;

c) insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial - há deficiências na qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial, embora grande esforço tenha sido despendido na redução deste problema;

d) insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras - há deficiências na qualificação dos recursos humanos das equipes. A formação continuada de pessoal não é uma prática comum.

Quanto a restrições que obstaculizam o desenvolvimento das ações, o atraso na liberação de recursos, certamente, interferiu no desempenho das ações de maior impacto. Também se exigiria emprego de recursos humanos que poderiam ser utilizados em outras atividades. Há ações como as de vigilância que não podem ser compensadas em caso de execução não oportuna. O atraso na prestação de contas dos Estados interfere nas ações de maior impacto na medida em que compromete o repasse de recursos da área Federal. Dificuldades de ordem legal e de capacitação comprometem a celebração oportuna de convênios. Dificuldades de ordem legal e de capacitação comprometem a celebração oportuna de convênios por inadimplência. Dificuldades de ordem legal e de capacitação comprometem a celebração oportuna de contratos. Em algumas oportunidades, conflitos decorrentes de outras políticas setoriais, inclusive entre esferas de poder ou entre esferas de governo podem afetar o desempenho de ações de maior impacto. Em algumas oportunidades, inadequações e/ou inexistência de normas legais podem afetar o desempenho de ações de maior impacto.

As deficiências de infra-estrutura, materiais e de recursos humanos (quantidade e capacitação) acabam por comprometer, em muitas oportunidades, o desempenho da execução das ações com recursos descentralizados.

Deficiências na padronização e na automação de procedimentos inerentes à execução de ações com recursos descentralizados dificultam a integração entre a gerência do Programa e os entes executores dessas ações e, conseqüentemente, o seu acompanhamento.

Deficiências na padronização e na automação de procedimentos inerentes à execução de ações do Programa implementadas em outros Ministérios dificultam a integração entre a gerência do Programa e os entes executores dessas ações e, conseqüentemente, o seu acompanhamento.

Deficiências na padronização e na automação de procedimentos inerentes à execução de ações do Programa implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério dificultam a integração entre a gerência do Programa e os entes executores dessas ações e, conseqüentemente, o seu acompanhamento.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. O desempenho dos parceiros não-governamentais é muito variável. As normas que definem as possibilidades de Parceria Público–Privada (PPP) carecem de clareza e precisão.

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social, quais sejam: Ouvidoria; audiência pública; consulta pública. Afeto principalmente aos instrumentos legais produzidos. Reunião com grupos de interesse; discussão em Conselho Setorial. No caso do MAPA funcionam as Câmaras Setoriais.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários por intermédio da Ouvidoria.

O Programa abrange um universo de ações muito amplo com indicadores de número reduzido e pouco adequados dificultando a sua avaliação.

DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA, DA EQÜIDEOCULTURA E DA OVINOCULTURA

GERENTE DO PROGRAMA

Marcio Antonio Portocarrero

OBJETIVO

Elevar a performance dos caprinos, ovinos, eqüídeos e de pequenos e médios animais mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

PÚBLICO-ALVO

Cooperativas, associações de produtores, pecuaristas e agroindústrias

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 3.086.627,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.504.402,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.504.402,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Produtividade Leiteira Caprina - Litro por Animal por Ano	-	154,50	160,00	170,00	189,00	89,95%
2. Taxa de Desfrute de Caprinos e Ovinos de Corte – Porcentagem	-	25,00	28,00	31,00	35,00	88,57%
3. Taxa de Obtenção de Peles Caprinas e Ovinas de Primeira Qualidade - Porcentagem	-	20,00	25,00	32,00	40,00	80%
4. Taxa de Refugo de Peles de Caprinos e Ovinos – Porcentagem	-	30,00	28,00	27,00	20,00	30%
5. Taxa de Rendimento de Carcaça de Caprinos e Ovinos – Porcentagem	-	45,00	46,00	47,00	48,00	97,92%

1. PRODUTIVIDADE LEITEIRA CAPRINA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

Este índice está relacionado com a avaliação dos filhos dos animais selecionados no teste de progênie, Convênio entre Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- Caprinos (Embrapa-Caprinos). O alcance do

índice é obtido de forma gradativa e constante. Outro fato relevante é o baixo número de animais envolvidos com as provas de melhoramento genético em relação à população de animais. Outro problema é a falta de recursos para apoiar este teste de progênie em caprinos leiteiros. Desta forma, os resultados esperados para este indicador podem demorar a aparecer.

2- TAXA DE DESFRUTE DE CAPRINOS E OVINOS DE CORTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Este índice também está relacionado com a avaliação dos filhos dos animais selecionados nas provas de ganho de peso e teste de progênie. Desta forma, os resultados esperados para este indicador demorarão a aparecer. A diferença para este indicador é que ele sofre influência da capacitação e organização dos produtores, que, com o maior entendimento das técnicas de manejo, nutrição, melhoramento, sanidade podem elevar a taxa de desfrute.

3. TAXA DE OBTENÇÃO DE PELES CAPRINAS E OVINAS DE PRIMEIRA QUALIDADE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Este indicador tem alcance maior por estar relacionado com a mudança de postura dos agentes envolvidos na cadeia produtiva. Esta mudança está relacionada com o alcance das Ações de Capacitação e Organização, ou seja, quanto maior o número de capacitações e/ou criação de Pólos de Desenvolvimento, maior a produção de peles de primeira qualidade. É preciso lembrar também da necessidade de um dispositivo de vantagem financeira para estes produtores, através da busca de um mercado comprador, estimulando esta forma de manejo.

4. TAXA DE REFUGO DE PELES DE CAPRINOS E OVINOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Este indicador é altamente influenciado pela capacitação dos agentes envolvidos na cadeia produtiva. É preciso, entretanto, criar dispositivos para que este produtor seja favorecido financeiramente por desenvolver um melhor manejo, incentivando desta forma as boas práticas agropecuárias. O índice deveria ter-se reduzido de 30% para 20% mas conseguiu-se apenas reduzir para 27%, ou realização equivalente a 30% do índice previsto. Como a Ação de Transferência de Tecnologia obteve boas execuções físicas e financeiras, existe a expectativa de viabilidade e melhores performances deste índice.

5. TAXA DE RENDIMENTO DE CARCAÇA DE CAPRINOS E OVINOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Este índice está relacionado com a avaliação dos filhos dos animais selecionados nas provas de ganho de peso e teste de progênie. Desta forma, o alcance do índice é obtido de forma gradativa e constante. Outro fato relevante é o baixo número de animais envolvidos com

as provas de melhoramento genético em relação à população de animais, em decorrência do baixo número de provas em andamento. Desta forma, os resultados esperados para este indicador demorarão ainda um pouco para aparecer.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A demanda por produtos diferenciados de leite, carne e pele de caprinos com qualidade superior, vem crescendo significativamente, o que implica em necessidade cada vez maior de tecnologias adequadas para a caprinocultura. O setor da ovinocultura no Brasil apresenta um enorme potencial de produção de carne, pele e lã, tanto para abastecimento do mercado interno como para atendimento do mercado internacional. Um esforço adicional de pesquisa e desenvolvimento para o setor deverá ser realizado. Muitas são as espécies de animais da fauna brasileira com potencial de domesticação ou de exploração racional e que dependem de estudos específicos para tornarem seu aproveitamento uma atividade economicamente sustentável.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aumento da produtividade leiteira caprina de 160 litros por animal por ano em 2006 para 170 litros em 2007.

- Aumento da taxa de desfrute de caprinos e ovinos de corte de 28% em 2006 para 31% em 2007.

- Aumento na taxa de obtenção de peles caprinas e ovinas de primeira qualidade de 25% em 2006 para 32% em 2007.

- Aumento da taxa de rendimento de carcaça de caprinos e ovinos de 46% em 2006 para 47% em 2007.

- Queda na taxa de refugo de peles de caprinos e ovinos de 28% em 2006 para 27% em 2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa de Desenvolvimento da Caprinocultura e Ovinocultura tem impacto surpreendente nas camadas sociais mais pobres, visto que as ações a ele vinculadas buscam principalmente capacitar, treinar e buscar alternativas de desenvolvimento, gerando qualidade de vida para os produtores e seus familiares.

Em 2007, foram firmados convênios com entidades parceiras para execução de atividades visando o melhoramento genético. Também houve manutenção do atendimento a propriedades, com conseqüente atendimento a focos e suspeitas de enfermidades

dos animais envolvidos no Programa; outra iniciativa importante foi a capacitação de profissionais e técnicos sobre os resultados disponíveis acerca da caprino e ovinocultura.

A grande maioria das parcerias aconteceu somente no final do ano, devido à liberação concentrada de recursos neste período. Portanto, devido ao tempo exíguo para se trabalhar os projetos, alguns destes não atenderam às exigências necessárias quando da celebração.

Quanto ao mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, podem mencionar-se:

a) visitas *in loco* - para as ações de fomento e organização, o acompanhamento é feito pelos fiscais das Superintendências Federais de Agricultura (SFAs). Posteriormente, avalia-se mediante prestação de contas. Para a Ação de Prevenção e Controle de Doenças, as informações necessárias têm sido obtidas de relatórios produzidos em cada Estado. No entanto, não há padronização e consistência adequadas. O sistema atual é ineficiente, não permitindo agilidade e qualidade de análise em relação às informações produzidas;

b) sistemas informatizados – o desempenho físico das ações é avaliado de diferentes formas. A capacitação da Ação de Transferência é monitorada via sistema interno da Embrapa e Sistema de Planejamento (Siplan), com periodicidade mensal e abrangência nacional. Estas ações também são objeto de auditoria interna da Embrapa para fins de comprovação de sua realização;

c) outros - as ações e o Programa respectivo, são avaliados e monitorados mensalmente pelo Siplan.

No relativo ao cumprimento de metas físicas, verifica-se execução de 40% a 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Para a Ação Fiscalização de Conformidade das Atividades Turfísticas e Hípicas, a realização foi de 15%. Na Ação Assistência Financeira a Associações de Criadores de Eqüinos e Entidades Turfísticas (Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984) nada foi feito em face da não liberação de recursos. Nas ações Fomento ao Uso de Material Genético Melhorado para a Ovinocaprinocultura e para a Criação de Pequenos e Médios Animais, Organização e Capacitação de Agentes Atuantes na Ovinocaprinocultura e Criação de Pequenos e Médios Animais, ocorreu a não inclusão das informações. Esta conclusão é baseada no volume de recursos liberados para cada uma destas ações. Na Ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças, conforme o coordenador de ação, a meta física ficou por volta de 90%. Já a Ação de Transferência teve uma realização de 56,25%, valor proporcional ao montante financeiro liberado.

A execução orçamentária de um modo geral foi boa. As ações que tiveram recursos financeiros alcançaram execução de aproximadamente 65%. Um maior volume de recursos poderia acontecer sem prejuízo para a execução orçamentária, caso a liberação ocorresse de forma contínua ao longo do ano. O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada.

Como os outros anos, a maioria dos recursos foi liberada no final do ano. Isto prejudica muito algumas ações, como as que trabalham com Provas de Ganho de Peso e Teste de Progênie. Isto porque esses animais precisam estar com idades pré-determinadas para o início do projeto e, na falta de recursos, não se consegue iniciar os trabalhos e, portanto, o início das atividades. Assim, somente poderão iniciar-se quando um novo grupo de animais estiver na idade correta e os recursos estiverem disponíveis. Outra ação prejudicada pela descontinuidade é a de Prevenção e Controle de Doenças, pois prevenção deve ser feita rotineiramente e não somente nos meses em que existem recursos. Um período sem a prevenção pode prejudicar todo o trabalho anteriormente realizado.

Também, o contingenciamento no início do ano prejudica as ações visto que não há recursos para celebração de convênios e implementação das ações de Prevenção e Controle, que necessitam de recursos correntes ao longo do ano. Dentro deste Programa, apenas a Ação de Prevenção e Controle de Doenças é descentralizada. A execução das ações de defesa sanitária animal depende necessariamente da participação dos órgãos estaduais de defesa sanitária animal. A situação da grande maioria dos Estados é crítica e nos últimos anos o apoio do Governo Federal foi insuficiente, extemporâneo e descontínuo. Apesar das metas físicas terem sido cumpridas, observa-se grande fragilidade das estruturas estaduais, o que poderá, em curto espaço de tempo, comprometer os avanços alcançados.

As execuções das Ações de Defesa e Transferência, implementadas por outras unidades, tiveram boa execução apesar de sofrerem com o contingenciamento e a falta de regularidade na liberação dos recursos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O desempenho dos parceiros não-governamentais tem sido satisfatório em relação às metas estabelecidas. As principais dificuldades encontradas tem sido trabalhar dentro de todas as legislações e conseguir adequar as atividades com o irregular repasse dos recursos.

Dentre os mecanismos que promovem a participação social, verificam-se: reunião com grupos de interesse - quando da implementação dos Pólos de Desenvolvimento, vários elos da cadeia produtiva se reúnem para discutir e definir os objetivos e caminhos para o desenvolvimento da cultura envolvida. Nos convênios para o melhoramento animal, reuniões com grupos de interesse é fundamental para a validade das ações.

Além disso, quando se faz convênios com entidades representativas, sugere-se que os benefícios gerados com os resultados alcançados atinjam pessoas diversas permitindo gerar crescimento social da comunidade envolvida. Assim, o desenvolvimento da comunidade beneficiada servirá de estímulo para a agregação de novos participantes. Além disso, a execução das ações de transferência de tecnologia, com realização de dias de campo, palestras, treinamentos e vitrines tecnológicas, constitui-se em atividades que promovem a participação social, o levantamento de expectativas e demandas e a troca de experiências entre os diversos segmentos de produtores rurais em um ambiente participativo e dinâmico.

A eficiência do Programa somente aparecerá com a participação efetiva do público-alvo. Desta forma, as ações têm buscado trabalhar nos principais "gargalos" da produção para que possam definitivamente interferir nos indicadores do Programa.

A satisfação dos beneficiários é verificada por questionários nos eventos de treinamento. A consolidação destas informações permite a adaptação e melhoria futura do conteúdo, linguagem, formato e infra-estrutura do treinamento.

DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA

GERENTE DO PROGRAMA

Manoel Vicente Fernandes Bertone

OBJETIVO

Gerar renda e desenvolvimento em todos os elos da cadeia agroindustrial do café promovendo o aumento de divisas e empregos.

PÚBLICO-ALVO

Segmentos da cadeia produtiva do café: produção, industrialização, comercialização e exportação

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.145.509.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.596.485.438,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.596.485.438,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Consumo Interno de Café - Milhão de Sacas	14,90	15,50	16,50	17,10	17,50	97,71%
2. Volume de Exportação de Café - Milhão de Sacas	264,91	25,90	27,62	28,00	24,70	113,36%
3. Volume de Produção de Café - Milhão de Sacas	38,60	32,90	42,51	33,70	33,00	102,12%

1. CONSUMO INTERNO DE CAFÉ

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

O consumo interno de café em 2007, no total de 17,10 milhões de sacas de café, comparado com o índice previsto para o final do PPA 2004-2007, no total de 17,50 milhões de sacas de café, apresenta-se inferior a 2,28%, porém, se comparado ao índice de referência em 2003, ou seja, 13,60 milhões de sacas, houve crescimento de 25,73%. A Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic) atribui esse crescimento do consumo a um conjunto de fatores que se repetem há anos, de forma consistente e duradoura, dentre os quais se destacam:

a) melhoria contínua da qualidade do café oferecida aos consumidores, ampliada com o Programa de Qualidade do Café (PQC), e que, atualmente, já certifica mais de 250 marcas em todo o Brasil;

b) consolidação do mercado de cafés do tipo Gourmet ou Especiais, e crescimento do consumo fora do lar, o que vem despertando atenção, interesse e curiosidade para o produto junto aos consumidores;

c) melhora significativa da percepção do café quanto aos aspectos benéficos para a saúde como resultado dos grandes investimentos no Programa Café e Saúde;

d) melhora das condições econômicas no Brasil, com aumento do consumo e do poder de compra da população, expansão da massa salarial, nível de emprego e crescimento do contingente de consumidores que migraram das classes D e E para a classe C, bem como investimentos em publicidade e promoção, de importância fundamental para assegurar o consumo de café.

O Programa Integrado de Promoção e Marketing (PIM), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por intermédio da Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública e da Ação 2C94 – Promoção do Café Brasileiro no Exterior –, tem propiciado alcançar os resultados acima mencionados, estabelecendo parcerias com as entidades representativas da cadeia produtiva do café, sendo a Abic a de maior representatividade nesse setor.

2. VOLUME DE EXPORTAÇÃO DE CAFÉ
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O volume de exportação de café em 2007 foi de 28,0 milhões de sacas, superando o índice previsto de 24,70 milhões de sacas para o final do PPA 2004-2007. Portanto, a superioridade do volume exportado foi de 13,36% com relação à meta prevista. Todavia, se o mesmo índice for comparado com o índice de referência do PPA em 2003, de 17,30 milhões de sacas, esse incremento alcança 61,84%. Um dos fatores que contribuiu para esse resultado foi a alta expressiva nos preços do café, em particular do tipo Arábico, bem como os preços dos Robustas que alcançaram 100,35 centavos de dólar dos Estados Unidos da América (EUA) por libra-peso, mais de 363% acima dos 21,65 centavos de dólar que haviam alcançado em 2001. A recuperação dos preços em relação aos níveis baixos que prevaleceram durante a crise do café, em parte foi neutralizada pela depreciação do dólar dos EUA em relação a algumas moedas. No caso brasileiro, embora o valor unitário das exportações nacionais de café verde tenha aumentado 132% entre 2003 e 2007, o valor expresso em moeda nacional só aumentou 49%, em função direta da depreciação do dólar.

3. VOLUME DE PRODUÇÃO DE CAFÉ
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice previsto para o final do PPA 2004-2007, no total de 33,00 milhões de sacas, foi superado em 2,12% pelo índice efetivo apurado em 2007, com produção em torno de 33,70 milhões de sacas de café. A área cultivada com café na atual safra foi de 2,3 milhões de

hectares (ha). O aumento alcançado decorreu de ajustes na área em produção, bem como e, principalmente, pelas produtividades do sul de Minas Gerais e da zona da Mata Mineira.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Historicamente, produção, industrialização e comércio de café, possuem significativa importância para a economia brasileira. Atualmente, o café é cultivado em aproximadamente 300.000 propriedades rurais, em 1.850 Municípios distribuídos em 14 Estados da Federação, ocupando área cultivada de 2,7 milhões de ha. Este significativo parque produtivo possui intrincada rede de impactos econômicos "para frente" e "para trás" da produção agrícola. Ao todo, estima-se que esta cadeia produtiva gera 7 milhões de empregos diretos e indiretos e é responsável pela geração de riquezas que representam 2,2% da pauta de exportação brasileira e 5,4% do agronegócio. A produção brasileira de café coloca o País hoje, nas posições de 1º produtor no mercado internacional, com 39,8% da produção mundial e de 1º exportador, com representatividade de 31,8% das exportações mundiais de café, gerando divisas de US$ 1,4 bilhão.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 1º lugar na exportação mundial de café.
- 1º lugar na produção mundial do café.
- 2º lugar no volume de consumo interno.
- Foram firmados 34.549 contratos de financiamento, sendo 34.334 com produtores e torrefadores e 215 com cooperativas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os recursos orçamentários foram insuficientes. Do montante previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA 2007) para a Ação 0012 – Financiamento para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-comercialização de Café, do total de R$2.026.569.485,00, só foram realizados R$1.564.889.254,00, correspondentes a 77,22% do referido montante. Depreende-se que, em 2007, a pouca demanda pelas linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) se justificaria, de um lado, pelo grau de comprometimento da capacidade de endividamento dos possíveis beneficiários, e do outro, pela prioridade que os agentes financeiros, que operam com crédito rural, dispensaram à aplicação de seus recursos obrigatórios. As atividades da ação de publicidade tiveram a programação prejudicada, face ao estabelecimento de limites de despesas com publicidade no exercício de 2007, conforme o Decreto nº 6.183, de 08 de agosto de 2007. Do total de R$8.000.000,00 previstos na LOA 2007, para a Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública, só foi possível executar R$2.162.658,39. A ação de pesquisa também

foi prejudicada financeiramente pela insuficiência de recursos financeiros, motivando a inscrição de boa parte das despesas em restos a pagar, prejudicando, conseqüentemente, a execução financeira do ano seguinte.

A execução física de algumas Ações em 2007 passou por situações atípicas, entre as quais a Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública, que no decorrer do exercício teve a sua programação suspensa em razão do disposto pelo Decreto 6.183/07. Outra ação, que fugiu da regularidade da execução física, foi a 4717 – Capacitação de Técnicos e Produtores de Café; a meta física, à época da elaboração da fase qualitativa do PPA, estava voltada para a capacitação de técnicos. No entanto, após passada a época de avaliação do PPA 2007 – base 2006, surgiu a necessidade de capacitação de produtores do agronegócio café, com participação de mais de 1.500 participantes, tendo-se utilizado recursos de contrapartida para complementação de convênio firmado. A Ação 2825 – Conservação dos Estoques Reguladores de Café também fugiu à regra de previsão; à época da elaboração da proposta orçamentária foi prevista a conservação de 2,1 milhões de sacas, mas, em decorrência de leilões efetuados no decorrer do exercício, o estoque de café ficou reduzido a 703.869 sacas. Quanto à meta física para a Ação 0012 – Financiamento para Custeio, Investimentos, Colheita e Pré-comercialização de Café (Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992) atingiu 76,60% em razão da pouca demanda pelas linhas de financiamento com recursos do Funcafé.

Mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

a) reuniões de trabalho - reuniões bimestrais dos comitês diretores do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), que objetivam prestar assessoramento e avaliar preliminarmente todos os assuntos levados ao CDPC, a saber:

- Comitê Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CDPD/Café), com o objetivo precípuo de proceder à análise, discussão e aprovação de projetos, programas e ações pertinentes à pesquisa do café, ao levantamento da estimativa de safra, aos estoques, aos custos de produção e demais assuntos correlacionados ao agronegócio café,

- Comitê Diretor de Planejamento Estratégico do Agronegócio Café (CDPE/Café), com o objetivo precípuo de proceder à análise, à discussão e à aprovação de propostas de orçamento e financiamento do setor, inclusive proposição de novos instrumentos de crédito, além de programas e projetos estruturantes e estratégicos para o agronegócio café,

- Comitê Diretor de Promoção e Marketing do Café (CDPM/Café), com o objetivo precípuo de proceder à análise, à discussão, à aprovação, à gestão e à fiscalização das ações, aos contratos e aos convênios relacionados a programas e projetos promocionais de publicidade e marketing do café no País e exterior,

- Comitê Diretor do Acordo Internacional do Café (CDAI/Café), com o objetivo precípuo de proceder à análise, à discussão, à aprovação e à gestão das ações, aos

projetos e aos programas relacionados ao acordo Internacional do Café e à Organização Internacional do Café (OIC),

a) visitas *in loco* - os convênios observam acompanhamento in loco, visando verificar se objetivos e metas constantes do plano de trabalho foram executadas conforme determina a Legislação vigente (art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; art 54 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e art. 24 da Instrução Normativa STN nº 1, de 15 de janeiro de 1997 e suas alterações);

b) sistemas informatizados - o monitoramento das ações é realizado pelo Sistema de Planejamento e Execução Orçamentária (Siplan), pelas informações fornecidas mensalmente pelos coordenadores de ação e, posteriormente, pelo gerente-executivo do Programa;

c) SIGPlan - relatório mensal, informando ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) sobre o andamento da ação (metas físicas e financeiras), informações essas originadas do Siplan;

d) relatórios de gestão - anualmente, a Secretaria de Produção e Agroenergia (SPAE) elabora o relatório de gestão, a partir do levantamento das principais ações realizadas no exercício anterior;

e) Infrasig – utilizou-se o Siplan para registro das ações executadas no exercício de 2007, por meio do qual é feito o acompanhamento físico e financeiro, apresentando aos resultados efetivados;

f) outros - a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) apresenta à SPAE/Funcafé três relatórios das estimativas de safra de café no exercício (abril, agosto e dezembro) e um relatório do levantamento dos estoques privados de café (março). Essas informações são fornecidas à cadeia produtiva do café, que irão considerá-las para efeito de suas projeções e respectivos indicadores.

O percentual de gastos da Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) seria maior se considerados apenas os gastos da UO 22.906 – Fundo de Desenvolvimento da Economia Cafeeira, no total de R$ 40.429.515,00, previstos na LOA 2007, incluídos os R$ 2.000.000,00 da Ação 0017 – Contribuição à Organização Internacional do Café (OIC). Nessa Ação, foram efetuados gastos com diárias, passagens, convênios e descentralização de crédito para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em seu centro de Informação Tecnológica (Embrapa/SCT) e para a Conab, correspondentes ao plano de trabalho para execução das estimativas de safra e levantamentos de estoques privados.
Restrições interferindo no desempenho das ações de maior impacto:

a) contingenciamento orçamentário – tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.183, de 8 de agosto de 2007, a Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública ficou prejudicada, impedida de executar parte de sua programação prevista para 2007;

b) atraso na liberação de recursos – tendo em vista a escassez de limites para pagamento por parte do Tesouro Nacional, as ações apresentaram no decorrer do ano, lentidão de andamento, principalmente a Ação 4803 – Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura, cujos limites de pagamento ficaram contingenciados durante o ano, sendo liberados somente no final do exercício, prejudicando a execução da Ação para o ano seguinte, em conseqüência das despesas inscritas em restos a pagar;

c) financeiro comprometido por restos a pagar – ocasionado pelo atraso na liberação dos limites de pagamento, principalmente aqueles destinados à pesquisa.

Em 2007, foram descentralizados recursos para o Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento (CBPD/Café), coordenado pela Embrapa, cujo desempenho nas ações foi considerado de alto nível, haja vista o grau de tecnologia utilizado no desenvolvimento das suas pesquisas, e aos expressivos sucessos alcançados em benefício da sociedade. Também pelo trabalho da Conab, tendo em vista os resultados apresentados por aquela empresa, relativos às estimativas de safra e levantamentos de estoques privados realizados.

Houve bastante integração entre a gerência do Programa e os entes executores das ações, integração essa existente no âmbito dos Comitês de Marketing, Pesquisa e Planejamento, Consórcio de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, Agentes Financeiros e representantes das entidades de classe, tais como Abic, Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (Abics), Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA), Confederação Nacional do Comércio (CNC). Os resultados alcançados refletem tal integração.

A ação Conservação dos Estoques Reguladores de Café, objetiva garantir a conservação dos estoques reguladores de café e dos complexos armazenadores, visando a manutenção da qualidade do produto estocado e a redução das perdas. Para tanto, foram implementadas com eficiência, ações nesse sentido nas Superintendências Federais de Agricultura (SFAs) de Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo e São Paulo. Ainda que os recursos não tenham sido utilizados totalmente, a realização da meta física da Ação foi bastante efetiva conseguindo superar 100% da execução prevista.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. Em 2007, apesar de ter sido prejudicada a programação da Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública, ocorreram excelentes parcerias com diversas entidades, entre as quais se pode destacar Associação dos Produtores de Café da Bahia (ASSOCAFÉ), Associação Comercial e Empresarial de Mauá (Aciam), Associação dos Cafeicultores de Araguari (Aca), Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), Museu do Café de Santos, Abic, CNC, tendo sido firmados vários convênios com as citadas entidades. A fim de atender a execução da ação 2C94 – Promoção do Café Brasileiro no Exterior, firmaram-se convênios diversos com Abic, BSCA, Abics e CNC, tendo sido de grande relevância para o agronegócio café a participação desses parceiros na realização dos eventos respectivos.

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social:

a) reunião com grupos de interesse - além dos setores envolvidos da cadeia produtiva, há participação dos interessados no agronegócio café, quando da realização de seminários, palestras, cursos, congressos, dia de campo, exposição, encontros e feiras nacionais e internacionais;

b) discussão em Conselho Setorial - as discussões das políticas para o agronegócio café são efetuadas no âmbito do CDPC.

Mediante esforço conjugado dos diversos atores da cadeia produtiva do café e demais órgãos públicos e privados relacionados à formulação e à implementação de políticas, programas, projetos, atingiram-se, com sucesso, os diversos objetivos propostos pela referida cadeia, dentre os quais: a implementação do Programa Integrado do Café (PIC), Melhoria da Qualidade do Café, estudos desenvolvidos e aplicados pela Abic e Abics. Existem convênios firmados com essas entidades para realização de feiras nacionais e internacionais, e com isso, tem-se conseguido a manutenção dos atuais indicadores do Programa, uma vez que essas feiras promovem os cafés do Brasil, bem como o aumento das divisas de exportação.

A satisfação dos beneficiários é avaliada nos informativos da Abic, Abics, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), Conab, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento do Café (DCAF), responsáveis pelo acompanhamento estatístico do consumo, da produção e da exportação do café. É feita a avaliação dos resultados, sendo a avaliação da pesquisa feita por meio do relatório anual apresentado à gerência do Programa pelo CBPD/Café, coordenado pela Embrapa.

Uma das práticas que todos os programas deveriam adotar, a exemplo do que ocorre no âmbito do CDPC, seria a criação, para cada Programa, de um conselho, que tivesse, entre outras atribuições, a de avaliar as respectivas ações, bem como acompanhar qualitativa, físicamente e financeiramente o Programa, homologando a sua execução.

DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA (PROFRUTA)

GERENTE DO PROGRAMA

Marcio Antonio Portocarrero

OBJETIVO

Elevar os padrões de qualidade e competitividade da fruticultura brasileira ao patamar de excelência requerido pelo mercado internacional.

PÚBLICO-ALVO

Agentes da cadeia frutícola: produtores, processadores, distribuidores, atacadistas, varejistas, técnicos, pesquisadores, gestores, *traders*, população de pólos frutícolas e consumidores finais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 15.614.278,00	Empenho Liquidado:	R$ 12.160.326,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 12.160.326,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Quantidade Exportada de Frutas Frescas – 1.000 Toneladas (t)	855,39	829,5	807,5	920,71	1.600,00	57,54%
2. Quantidade Exportada de Sucos de Frutas – 1.000 Toneladas (t)	1.675,00	1.860,00	1.853,66	2.165,00	3.017,00	71,76%
3. Taxa de Participação das Exportações Brasileiras no Mercado Mundial de Frutas - Porcentagem	1,34	1,52	1,52	2,01	2,00	100,50%
4. Valor das Exportações da Fruticultura - US$ milhão	1.756,00	1.891,00	2.302,40	3.341,77	3.500,00	95,48%

1. QUANTIDADE EXPORTADA DE FRUTAS FRESCAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

A exportação de frutas frescas, que foi de 855,39 mil toneladas em 2004, passou para 910 mil toneladas (t) em 2007. A variação positiva de 54,61 mil t equivale a 6,38%. Os resultados das exportações de frutas frescas não atingiram o patamar preestabelecido de índice 1.600 t, ficando, porém, com índice de 920,7 ou 57,5% do previsto. Quanto ao valor das exportações de frutas frescas, houve aumento substancial, passando de US$ 376,5 milhões em 2004 para US$ 644,0 milhões em 2007, com variação positiva de 71,0%. Torna-se necessário, entretanto, adequação do sistema produtivo da fruticultura

brasileira aos princípios de rastreabilidade, segurança de alimentos e sustentabilidade sócio-ambiental, além de maximização dos fatores de produção e de alta qualidade das frutas, exigido pelos principais mercados compradores. Os trabalhos de erradicação e controle de pragas da fruticultura devem ser mantidos e ampliados para se alcançar a qualidade fitossanitária exigida. As atividades de divulgação e promoção internacional da fruticultura brasileira devem ser intensificadas para ampliar os mercados.

2. QUANTIDADE EXPORTADA DE SUCOS DE FRUTAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice de referência esperado para 2007 foi 3.017 mil t enquanto o valor apurado foi de 2.165 mil t ou 71,8% do previsto. A quantidade exportada de sucos de frutas cresceu de 1.675 mil t em 2004 para 2.165 mil t em 2007, com elevação de 490 mil t, equivalentes a 29,24%. Os resultados da exportação de sucos de frutas, apesar de concentrada no suco de laranja, são expressivos. Houve aumento substancial no valor das exportações de suco de frutas, passando de US$ 1.141,4 milhões em 2004 para US$ 2.374,0 milhões em 2007, com variação positiva de 107,9 %. Ainda que as exportações venham aumentando ano a ano, o desafio é alcançar maior diversificação pelo incremento de outros tipos de sucos.

3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO MERCADO MUNDIAL DE FRUTAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Os resultados alcançados conseguiram chegar à meta estabelecida. As exportações brasileiras de frutas frescas obtiveram expressivo aumento e participação no comércio mundial. A taxa de participação das exportações brasileiras no mercado mundial de frutas passou de 1,34% em 2004 para 2,01% em 2007, superando o índice previsto de 2,0. Nestes números não está incluída a participação de sucos de frutas e castanhas, em especial, a castanha de caju.

4. VALOR DAS EXPORTAÇÕES DA FRUTICULTURA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Os resultados de valor das exportações da fruticultura alcançados em 2007, US$ 3.342 milhões, implicaram índice de 95,5% de realização frente à previsão de US$ 3.500 milhões para o mesmo ano. As exportações da fruticultura brasileira obtiveram expressivo aumento e participação na balança comercial do agronegócio brasileiro. Estes números incluem a participação de sucos de frutas e castanhas, em especial, a castanha de caju.

O valor das exportações da fruticultura em 2007 foi superior ao valor de 2004 em US$ 1.586 milhões, saindo de US$ 1.756 milhões para US$ 3.342 milhões, ou acréscimo de 90,3%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A cadeia frutícola brasileira revela que a fruticultura nacional produz 43 milhões de t anuais, em área plantada de 2,2 milhões de hectares (ha), é a 3ª maior produção de frutas frescas do mundo, superada apenas por China e Índia. A pauta de produção, caracterizada pela extensão e diversidade, é das mais complexas e inclui frutas de clima temperado, tropical e subtropical, além das chamadas exóticas, como graviola, cupuaçu, açaí, serigüela, pitomba, sapoti, dentre tantas outras espécies.

Em face da intensa tecnificação, introduzida desde a década de 80, principalmente em pré e pós-colheita, a fruticultura brasileira atualmente é capaz de ofertar frutas ao longo do ano todo, a exemplo de laranja, manga, uva, banana e, também, maçã. Apesar disso, a participação no mercado mundial de frutas frescas, atualmente avaliado em cerca de US$ 45 bilhões, ainda deixa a desejar, registrando exportação de US$ 248,3 milhões em 2002, o que refletia tímida participação de 0,6% do mercado.

Fatores diversos afetam o desempenho do Brasil, principalmente carências estruturais internas como vias de transporte, pontos estratégicos de embarque e desembarque, logística em armazenamento, acondicionamento e distribuição, estruturas de organização e gestão especializadas em comércio internacional; na área fitossanitária, sistemas estruturados de monitoramento e controle de pragas, vigilância fitossanitária, além de barreiras fitossanitárias em fronteiras interna e externa.

Quanto à ocorrência de perdas, são observados índices significativos, desde a produção até a distribuição, com desperdícios que atingem cerca de 90% no segmento do caju e 50% no setor da banana. Dentre os fatores externos, os de maior relevância referem-se aos mecanismos de proteção vigentes no segmento agrícola e fortemente subsidiado por países como os Estados Unidos da América (EUA) e membros da União Européia (UE), além de rigorosos critérios em barreiras fitossanitárias e limites máximos de resíduos químicos, que ainda não contemplam os requisitos básicos para as frutas tropicais.

Na situação atual, os esforços do Profruta priorizam ações para qualificação de técnicos e gestores da cadeia das frutas, em áreas temáticas estratégicas, abrangendo os principais pólos do País e representando um dos fatores de impacto nos resultados até aqui alcançados. Compreendem atividades em processos de incorporação tecnológica no campo e tratamentos em empacotadoras, em conformidade com requisitos do mercado internacional, como o do sistema da Produção Integrada de Frutas (PIF), fundamentado em princípios de sustentabilidade ambiental e agrícola, segurança alimentar e saúde humana e, principalmente, viabilidade econômica.

Associado a ações de capacitação, outro fator de importância é a organização da base produtiva, conferindo possibilidades de agregação de valor, escala de produção e padrões de qualidade na oferta, mediante ações de integração de diferentes agentes da cadeia das frutas. O resultado observado é mais competência gerencial, melhor qualidade das frutas ofertadas e, conseqüentemente, maior competitividade para inserção do setor frutícola nos importantes mercados, interno e externo.

As principais parcerias envolvidas nesta matriz de integração registram 21 órgãos federais, 19 estaduais, 13 universidades, 17 associações de produtores e cooperativas e, ainda, três instituições internacionais, totalizando 73 organismos atuando em áreas temáticas como biotecnologia, entomologia, fitossanidade, nutrição, solo, água, biologia, ecologia, logística em pré e pós-colheita, tecnologia da informação, gestão do agronegócio, dentre outras áreas. A interação das atividades é processada em cada um dos 57 projetos implementados pelo convênio entre Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Conselho Nacional de Pesquisa (MAPA/CNPq), sendo 27 deles na área da PIF, 25 em implantação de viveiros matrizes e borbulheiras e cinco da defesa fitossanitária, abrangendo as espécies frutíferas de importância sócio-econômica nos principais pólos do País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Incremento de 54,61 mil t na exportação de frutas frescas, passando de 855,39 mil t em 2004 para 910 mil t em 2007, elevação 6,38%.

- Incremento de 490 mil t na exportação de sucos de frutas, saindo de 1.675 mil t em 2004 para 2.165 mil t em 2007, evolução de 29,24%.

- Elevação de 50% na taxa de participação das exportações brasileiras no mercado mundial de frutas, saindo de 1,34% em 2004 para 2,01% em 2007.

- Acréscimo de 90,3 % no valor das exportações da fruticultura, de US$ 1.756 milhões em 2004 para US$ 3.342 milhões em 2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os avanços tecnológicos no setor produtivo e as condições favoráveis de acesso a novos mercados permitiram aumentar a demanda por frutas e sucos de frutas, bem como possibilitou acesso a novos nichos como os de agricultura orgânica e produção integrada de frutas.

A melhor distribuição e preservação da qualidade dos frutos desde 2004 possibilitaram preços atrativos, crescimento das exportações e da renda em US$/tonelada de fruta produzida, tendência confirmada pela elevação dos preços das principais frutas exportadas a exigentes países consumidores, como a Comunidade Européia.

Os recursos orçamentários foram insuficientes para a execução das metas programadas, contudo, em face das parcerias realizadas com o setor produtivo e instituições várias, foi possível atingir resultados desejados. Essas parcerias, entretanto, não são fixas e permanentes, sendo necessário aumentar a dotação orçamentária para garantir os resultados propostos. Existe substancial número de projetos de capacitação e organização da base produtiva aguardando recursos para sua contratação.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade. Os recursos disponibilizados no final do ano dificultaram a execução, porém, não impossibilitaram o alcance das metas estabelecidas.

No relativo a mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, verificam-se:

a) reuniões de trabalho, realizadas durante o ano para avaliar, discutir e planejar as atividades;

b) visitas *in loco* durante o ano para verificar, discutir e planejar as atividades dos projetos;

c) sistemas informatizados para monitorar ações, resultados, banco de dados, dentre os quais se destacam o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), no qual anualmente se inserem os dados, a partir dos quais se elaboram anualmente os relatórios de gestão e outros, pois semestralmente, os coordenadores dos projetos enviam informações e resultados dos projetos por meio de relatórios de atividades.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação de associações e de cooperativas é de suma importância para o sucesso do Programa. Esta premissa é básica para alcançar resultados satisfatórios. São formados comitês gestores em todos os projetos de organização e capacitação com a participação de grande parte dos agentes atuantes nas cadeias produtivas. Cabe enfatizar também a participação e inter-relação com a Câmara Setorial da Fruticultura.

Paralelamente, ressalta-se a realização de reuniões com grupos de interesse, havendo participação dos setores envolvidos, considerados fundamentais para a execução dos projetos; todas as normas e os modelos pilotos são decididos e validados junto ao setor produtivo.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários, nas reuniões, cursos de capacitação, seminários, encontros e visitas técnicas.

DESENVOLVIMENTO DA HORTICULTURA

GERENTE DO PROGRAMA

Marcio Antonio Portocarrero

OBJETIVO

Aumentar a produtividade e garantir a sanidade na olericultura, na floricultura e no cultivo de plantas medicinais e de especiarias, de forma a atender os padrões requeridos pelo mercado nacional e internacional.

PÚBLICO-ALVO

Agentes da cadeia de olerícolas, plantas medicinais, floricultura e especiarias

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.925.780,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.188.287,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 2.188.287,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Produtividade das Lavouras de Batata-inglesa – Quilograma por Hectare (kg/ha)	-	22.084,00	21.698,00	25.000,00	25.122,00	99,51%
2. Produtividade das Lavouras de Cebola - Quilograma por Hectare (kg/ha)	-	18.346,00	18.710,00	20.000,00	20.186,00	99,08%
3. Produtividade das Lavouras de Tomate - Quilograma por Hectare (kg/ha)	-	62.240,00	56.582,00	71.000,00	71.087,00	99,88%

1. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE BATATA-INGLESA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice de 25.000 quilogramas por hectare (kg/ha), na cultura de batata inglesa em 2007, representou 99,51% da meta prevista de 25.122 kg/ha para o mesmo ano. Entre 2004 e 2006, os índices de produtividade foram da ordem de 86% a 88% da meta prevista para 2007.

2. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE CEBOLA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice de produção de cebola em 2007, 20.000 kg/ha, representou 99,08% do índice de 20.186 kg/ha previsto para o mesmo ano. Nos anos de 2004 a 2006, os índices de produtividade foram da ordem de 91% a 93% da meta prevista para 2007.

3. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE TOMATE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice de produção de tomate em 2007, 71.000 kg/ha, representou 99,88% do índice de 71.087 kg/ha previsto para o mesmo ano. Entre 2004 e 2006, os índices de produtividade foram da ordem de 91% a 93% da meta prevista para 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Olerícolas: o mercado moderno que exige preparo adequado do horticultor através da organização dos produtores, sob forma de comitês, consórcios, associações e cooperativas, com objetivo de proporcionar a todo o seguimento da produção, informações de pesquisa, defesa agropecuária, mercado, classificação, empacotado, etc.

Plantas medicinais: A medicina moderna está bem desenvolvida na maior parte do mundo, porém, grande parte da população dos países em desenvolvimento depende de profissionais tradicionais, bem como de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos para a sua atenção primária. O interesse pelas terapias naturais intensificou-se nas últimas décadas, com expansão do uso de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) indica que 80% da população dos países em desenvolvimento utilizam práticas tradicionais na atenção primária e, desse total, 85% usam plantas medicinais ou preparação destas. O mercado mundial de fitoterápicos em 2000 movimentou US$ 19,6 bilhões; a previsão é que somente a Europa registre volume de vendas de US$ 7,5 bilhões. No Brasil, as estatísticas sinalizam que os laboratórios privados introduzirão mais produtos, com nível de crescimento de 20% ao ano.

O Brasil, atualmente comercializa US$ 260 milhões em fitomedicamentos, metade do valor do mercado de fitoterápicos em geral, que inclui toda sorte de produtos ditos naturais, mas sem respaldo científico. Há dois fatores relevantes para o mercado de fitoterápicos:

a) a *Federal Drugs Administration* dos Estados Unidos da América (EUA), finaliza estudos para alcançar a regulamentação de fitoterápicos, o que deverá contribuir para incrementar o mercado mundial;

b) além da lei de patentes, a Resolução 17, do ano 2000, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), contribui com as pesquisas de novos fitomedicamentos no Brasil.

Embora o mercado mundial de plantas medicinais sinalize possibilidades de ampliação real, a participação brasileira ainda é muito tímida diante das privilegiadas condições que o País possui em biodiversidade e variações edafoclimáticas, favoráveis ao cultivo das mais variadas espécies de plantas medicinais. As oportunidades de negócios são amplas e as chances de geração de renda e de emprego são reais, haja vista que a atividade tem grande identidade com o modo de produção da agricultura familiar. Exige pequena área, possui elevada rentabilidade econômica, requer muita mão-de-obra e cultiva-se basicamente com orgânicos. Mesmo com a oportunidade de crescer no mercado mundial, o setor está desorganizado e carece de informações sistematizadas sobre sistemas de produção, beneficiamento e comercialização. As articulações e troca de experiências entre equipes de pesquisadores e de profissionais das ciências agrárias no tocante ao cultivo de plantas medicinais, continuam incipientes. O cultivo é ainda empírico, disperso e isolado em termos de informação. É necessário difundir conhecimentos tecnológicos para os produtores, bem como orientá-los na condução da atividade. Na prática, não existe material publicado de cunho prático e ao alcance dos produtores familiares.

Especiarias: Especiarias são atividades lucrativas de alto valor agregado, que geram emprego e renda, mas que, infelizmente, se encontram à margem das prioridades do MAPA, mesmo sendo o Brasil membro da Comunidade Internacional de Pimenta-do-Reino (CIP). Requer-se a realização de estudos sobre a cadeia produtiva das especiarias com prioridade para pimenta-do-reino, para que o Ministério se posicione no futuro com Programa de desenvolvimento para o setor.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Elevação de 13,2% na produtividade das lavouras de batata-inglesa de 2005 a 2007.
- Crescimento de 9% na produtividade das lavouras de cebola entre 2005 e 2007.
- Aumento de 14% na produtividade das lavouras de tomate no período 2005-2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As principais metas físicas foram cumpridas, o que contribui para produção de resultados bastante satisfatórios. Alguns recursos foram disponibilizados no final do ano dificultando a execução, porém em praticamente todas as ações a execução chegou a 100%.

Os recursos orçamentários foram insuficientes. Existe uma grande demanda de projetos de capacitação e organização da base produtiva aguardando mais recursos necessários para contratação. Houve contingenciamento dos recursos previstos. Isso não impossibilitou, porém, limitou a abrangência de ações da produção integrada.

Em 2007, foram celebrados dois convênios, na área de horticultura (cenoura e flores), um com a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), para desenvolver dois projetos, respectivamente de cenouras e flores, e outro com a Cooperativa Agrícola Santo Antônio (Coopsant), em Marituba (PA) para o desenvolvimento de projeto de produção integrada de plantas medicinais e hortaliças.

a) Também foram contratados três novos projetos de produção integrada (tomate e flores):

b) a produção Integrada de Tomate para a região do Alto Vale do Rio do Peixe em Santa Catarina;
c) a produção Integrada de Rosas no Estado de São Paulo;

d) o Sistema de Produção Integrada de Flores Tropicais no Ceará. Também, foi suplementado projeto de Produção Integrada de Batata no Estado de Minas Gerais.

Mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

a) reuniões de trabalho - são realizadas reuniões regulares durante o ano para avaliar, discutir e planejar as atividades;

b) visitas *in loco* - são realizadas visitas *in loco* durante o ano para verificar, discutir e planejar as atividades dos projetos;

c) sistemas informatizados - são alimentados *softwares* como, por exemplo, planilhas eletrônicas, tabelas com dados estatísticos e banco de dados para monitorar as ações e resultados do programa;

d) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) - anualmente são inseridos os dados no SIGPlan;

e) relatórios de gestão - anualmente são elaborados os relatórios de gestão;

f) outros - semestralmente os coordenadores dos projetos nos enviam informações e resultados dos projetos por meio de relatórios de atividades.

No relacionado às restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto, cabe citar o contingenciamento orçamentário criando dificuldades de planejamento e execução das ações; atraso na liberação de recursos, limitações de celebração de

convênios na gerência por necessidade de maior objetividade nos trâmites exigidos para celebração de convênios.

Foi considerado elevado o desempenho em 2007, relativo à execução das ações com recursos descentralizados. As Superintendências Federais de Agricultura (SFAs) do MAPA nos Estados relacionam-se com as atividades e, além da execução, são responsáveis pela articulação de parcerias com instituições públicas e privadas.

O desempenho da execução das ações implementadas em outras unidades do próprio Ministério em 2007 foi alto, as unidades do MAPA nos Estados se relacionam com as atividades e além da execução são responsáveis pela articulação de parcerias com instituições públicas e privadas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. Alguns projetos de horticultura são desenvolvidos a partir de parcerias feitas através de convênio, com associações e cooperativas de produtores rurais cujas participações são de importância extrema para o sucesso do Programa. A premissa é básica para alcançar resultados satisfatórios. As parcerias realizadas com parceiros não-governamentais foram bastante satisfatórias e as metas programadas foram cumpridas.

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social:

a) reunião com grupos de interesse - são formados comitês gestores em todos os projetos de organização e capacitação com a participação de grande parte dos agentes atuantes nas cadeias produtivas;

b) discussão em conselho setorial - participação regular na Câmara Setorial de Horticultura, que é um fórum, no âmbito do MAPA, de discussão e aproximação com a sociedade civil organizada, neste caso, os representantes do setor de horticultura.

A satisfação dos beneficiários é avaliada, através de reuniões, seminários, encontros e visitas técnicas para verificar o andamento das ações e a posição dos beneficiários.

DESENVOLVIMENTO DA SUIDEOCULTURA

GERENTE DO PROGRAMA

Inácio Afonso Kroetz

OBJETIVO

Elevar a performance dos rebanhos de suídeos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

PÚBLICO-ALVO

Produtores, industriais da suinocultura, fabricantes e comerciantes de produtos de uso veterinário

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 4.068.001,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.252.542,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 2.252.542,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Peso Médio de Carcaça dos Suínos – Quilogramas por Animal (kg/animal)	-	72,00	98,43	98,43	98,43	100%
2. Quantidade Exportada de Suínos – Tonelada (t)	-	623.070,00	527.200,00	606.513,00	801.104,00	75,71%
3. Taxa de Controle Peste Suína Clássica - Porcentagem	-	51,00	51,00	51,00	80,00	63,75%
4. Valor das Exportações de Suínos - US$	-	1.165.000.000,00	1.036.000.000,00	1.230.968.000,00	770.959.922,00	159,67%

1. PESO MÉDIO DE CARCAÇA DOS SUÍNOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

O índice sofre algumas alterações por ter influência direta na padronização do produto. Grandes variações na margem de peso fugiriam ao padrão. Indicador precisa ser revisto.

2. QUANTIDADE EXPORTADA DE SUÍNOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O mercado internacional de produtos suínos é influenciado por doenças de outras espécies animais, como a aftosa dos bovinos, e os últimos focos da doença no País certamente influenciaram no resultado.

3. TAXA DE CONTROLE PESTE SUÍNA CLÁSSICA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

As regiões Norte e Nordeste são consideradas de risco sanitário desconhecido, para efeitos da peste suína clássica, a qual é de difícil controle. A ampliação da taxa de controle da peste suína clássica esbarra na falta de estrutura dos serviços veterinários, dependente de decisões políticas de cada Estado.

4. VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE SUÍNOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:
O índice apurado em 2007, US$ 1,23 bilhões, superou em 59,67% previsto, US$ 770,96 bilhões, não por erro de avaliação, mas, pela valorização do produto no mercado internacional.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A atividade suinícola no Brasil está presente em quase metade das propriedades agrícolas existentes no País. Emprega mão-de-obra de tipo familiar, sendo responsável por 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos no mercado de trabalho; constitui-se em importante fonte de renda e estabilidade social. Dentre as funções sociais da suinocultura destacam-se: viabilizar o pequeno e médio produtor agrícola, gerar emprego e fixar o trabalhador no meio rural, bem como contribuir para o desenvolvimento das regiões produtoras de cereais. Além disso, a suinocultura deve crescer a taxas significativas e competir com produtos de qualidade para ampliar sua participação no mercado internacional. Dentro desse contexto, garantir a sanidade do rebanho suíno nacional e melhorar seus índices de produção que são demandas impostas pela sociedade e pelo mercado, sendo, portanto, objeto de ação do Programa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aumento da produção de carne suína de 2,62 para 2,99 milhões de toneladas (t) de 2004 a 2007.

• Aumento de 12,5% na produtividade nos últimos três anos, com o número de suínos terminados passando de 19,2 para 21,6 por matriz por ano.

• Manutenção da zona livre de peste suína clássica (PSC).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A implementação de prevenção, controle e erradicação de doenças da suideocultura, sendo descentralizada, é prejudicada pela falta de informações dos órgãos executores estaduais.

A zona livre de PSC é composta pelos Estados da região Sul, Sudeste, Centro-Oeste e pelo Estado do Tocantins, na região Norte. Sua ampliação esbarra na falta de estrutura dos serviços veterinários nas demais regiões do País, dependente de decisões políticas de cada Estado.

Apesar dos recursos orçamentários terem sido suficientes, a dificuldade em realizar convênios com órgãos executores estaduais, bem como a disponibilidade extemporânea de recursos financeiros prejudica a execução orçamentária.

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações podem resumir-se a:

a) visitas *in loco* – realizadas visitas para acompanhamento;

b) sistemas informatizados, efetivando acompanhamento através de sistema informatizado com periodicidade mensal;

c) Infrasig, acompanhamento pelo Sistema de Integrado de Planejamento (Siplan) em periodicidade mensal.

Quanto à avaliação dos recursos humanos na implementação do Programa, conclui-se que houve insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial, bem como das equipes executoras, tornando-se necessário treinamento; os responsáveis são substituídos com freqüência.

Nas restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto, podem enumerar-se: o contingenciamento orçamentário, atrasos na liberação de recursos e liberações extemporâneas, que dificultam a execução orçamentária e, também, as dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes, que constituem entraves importantes. A celebração de convênios na área de saúde animal deveria ser revista. A descontinuidade dos trabalhos expõe os rebanhos a problemas sanitários que requerem anos para serem posteriormente superados.

Em 2007, foi apenas médio o desempenho da execução das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A Ação de Transferência de Tecnologia, desenvolvida pela Empresa Brasileira

de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), por não sofrer restrição orçamentária, teve bom desempenho; no entanto, a Ação Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Suideocultura, trabalhada no Departamento de Saúde Animal e implementada por meio de convênios com órgãos executores nos Estados, não verificou evolução semelhante. Na zona livre de PSC, principalmente, em Estados onde a atividade pecuária não tem expressão econômica, não há infra-estrutura montada para a ação da defesa animal, comprometendo a condição sanitária de todo o País. Esta é ainda a razão pela qual a Região Nordeste encontra-se, sob ótica sanitária, em desvantagem ou situação de inferioridade, inviabilizando o controle ou erradicação de algumas enfermidades.

DESENVOLVIMENTO DAS CULTURAS DE CEREAIS, RAÍZES E OUTRAS ESPÉCIES VEGETAIS

GERENTE DO PROGRAMA

Edilson Guimarães

OBJETIVO

Elevar a produtividade no cultivo de cereais, forrageiras, raízes e outras espécies vegetais, mediante o controle de pragas e a incorporação de novas tecnologias.

PÚBLICO-ALVO

Produtores, associações de produtores, agroindústrias e consumidores

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 7.736.389,00	Empenho Liquidado:	R$ 4.728.065,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 4.728.065,00**
Previsto não orçamentário	**Realizado não orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Produtividade das Lavouras de Arroz – Quilograma por Hectare (kg/ha)	3.552,00	3.671,00	3.865,00	3.813,00	3.807,00	100,16%
2. Produtividade das Lavouras de Feijão - Quilograma por Hectare (kg/ha)	746,00	789,00	822,00	817,00	804,00	101,62%
3. Produtividade das Lavouras de Mandioca - Quilograma por Hectare (kg/ha)	13.556,00	13.400,00	13.568,00	13.740,00	13.740,00	100%
4. Produtividade das Lavouras de Milho - Quilograma por Hectare (kg/ha)	3.373,00	3.442,00	3.279,00	3.655,00	3.331,00	109,73%
5. Produtividade das Lavouras de Sorgo - Quilograma por Hectare (kg/ha)	2.326,00	2.112,00	2.108,00	2.125,00	2.127,00	99,91%
6. Produtividade das Lavouras de Trigo - Quilograma por Hectare (kg/ha)	2.144,00	2.063,00	2.063,00	1.271,00	2.083,00	61,02%

1. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE ARROZ

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

O índice de 3.813 quilogramas por hectare (kg/ha) para 2007 representou 100,2% da meta prevista de 3.807 kg/ha para o mesmo ano. Os índices de produtividade alcançados em 2006 e 2007 superaram a produtividade estabelecida como meta para as lavouras de arroz para o final do Programa.

2. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE FEIJÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice alcançado de 817 kg/ha para 2007 superou em pouco mais de 1,6% a meta de 804 kg/ha prevista para o mesmo ano. Portanto, a produtividade alcançada nas lavouras de feijão não apenas atingiu a meta prevista, como a superou durante os dois últimos anos do Programa.

3. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE MANDIOCA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice alcançado de 13.740 kg/ha para 2007 alcançou os 100% da meta prevista para o mesmo ano. As produtividades alcançadas nas lavouras de mandioca mantiveram-se, durante todo o Programa, próximas da meta prevista, conseguindo alcançá-la no último ano do Programa.

4. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE MILHO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice de 3.655 kg/ha para 2007 superou em praticamente 10% a meta de 3.331 kg/ha prevista para o mesmo ano. A produtividade de milho superou a meta prevista durante todo o período do Programa.

5. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE SORGO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice de 2.125 kg/ha para 2007 representou 99,9% da meta de 2.127 kg/ha prevista para o mesmo ano. A produtividade das lavouras de sorgo manteve-se, ao longo de todo o Programa, com produtividades bastante próximas da meta final estabelecida, podendo considerar-se que a meta foi atingida.

6. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE TRIGO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice de 1.271 kg/ha para 2007 representou 61% da meta de 2.083 kg/ha, prevista para o mesmo ano, em função de crise de preços. Todavia, em função dos índices de

produtividade alcançada nos anos imediatamente anteriores, poder-se-á considerar a produtividade de trigo como tendo atingido e até superado a meta durante o Programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As restrições para incorporação de novas áreas para agricultura e a crescente demanda por cereais, para consumo humano e animal, tornam de importância vital a elevação da produtividade por meio da disseminação de novas tecnologias geradas pela pesquisa. A competitividade do agronegócio de cereais depende dos resultados da pesquisa, bem como do efetivo controle de pragas para conseguir, além do aumento de produtividade, estabilidade de produção. Daí a importância do Programa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- O índice de produção de arroz, 3.813 kg/ha em 2007, representou 100,16% da meta prevista.

- O índice de produtividade das lavouras de trigo de 1.271 kg/ha em 2007, em função de crise de preços, alcançou apenas 61% da meta almejada. Todavia, pelos índices registrados entre 2004 e 2006, a meta de produtividade foi atingida e superada durante o Programa.

- O índice de produção de 3.655 kg/ha de milho em 2007 superou em 9,73% a meta definida.

- Para as lavouras de sorgo, o índice de 2.125 kg/ha para 2007, representou 99,9% da meta prevista.

- O índice de produtividade de feijão, de 817 kg/ha em 2007, superou em 1,6% a meta predeterminada.

- O índice de produção de mandioca de 13.740 kg/ha em 2007 alcançou 100% da meta a alcançar.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa não alcançou o público-alvo total, por insuficiência na disponibilidade de recursos. As metas físicas foram monitoradas em reuniões realizadas, mas a execução física foi comprometida pela descontinuidade do fluxo financeiro. O contingenciamento de recursos dificultou a obtenção de resultados.

No âmbito da gerência, verifica-se a existência de mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações por meio de:

a) reuniões de trabalho - comunicação entre as partes envolvidas para fins de transmissão de resultado;

b) visitas *in loco* para realização de Programas, dirigidas para os produtores atendidos.

Quanto ao cumprimento de metas físicas, a execução ficou entre 40% e 80% do previsto na Lei do Orçamento Anual (LOA 2007). A razão principal foi o contingenciamento de recursos, que dificultou o cumprimento das metas físicas. Portanto, conclui-se que os recursos orçamentários executados foram insuficientes. Não houve compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física por descontinuidade ou irregular liberação dos recursos, prejudicando a execução programada, devendo lembrar que o Programa é descentralizado.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não realiza parcerias não-governamentais para sua execução, possuindo, entretanto, mecanismos que promovem a participação social e as reuniões com grupos de interesse. Também, verifica interação com e entre produtores e público interessado, para fins de desenvolvimento da cadeia produtiva, buscando elevar produtividade e renda do produtor. O Programa também avalia a satisfação de seus beneficiários pelos resultados alcançados no campo, bem como apresenta boas práticas que poderiam ser replicadas na administração pública.

O Programa realiza ações que visam beneficiar o produtor, dando estímulos e capacitação suficiente para que este aumente sua renda.

DESENVOLVIMENTO DAS CULTURAS DE OLEAGINOSAS E PLANTAS FIBROSAS

GERENTE DO PROGRAMA

Edilson Guimarães

OBJETIVO

Elevar a produtividade e diversificar a produção de oleaginosas e de plantas fibrosas mediante a ampliação de áreas com culturas alternativas.

PÚBLICO-ALVO

Produtores de oleaginosas e plantas fibrosas, industriais, exportadores e consumidores

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 8.847.014,00	Empenho Liquidado:	R$ 8.244.247,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 8.244.247,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Área Plantada com Algodão e Sisal – Hectare (ha)	-	1.162.486,00	856.200,00	1.096.800,00	1.094.860,00	100,18%
2. Área Plantada com Mamona, Dendê e Amendoim - Hectare (ha)	-	247.300,00	310.400,00	333.600,00	350.000,00	95,31%
3. Produtividade das Lavouras de Algodão – Quilograma por Hectare (kg/ha)	3.155,00	3.147,00	3.181,00	3.563,00	3.358,00	106,10%
4. Produtividade das Lavouras de Soja - Quilograma por Hectare (kg/ha)	2.291,00	2.627,00	2.403,00	2.822,00	2.561,00	110,19%

1. ÁREA PLANTADA COM ALGODÃO E SISAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

Os índices de realização da área plantada com algodão e sisal em 2007 superaram em 0,18% ou quase 2.000 hectares (ha), a meta prevista para o mesmo ano.A área plantada alcançou 1.096.800 ha plantados frente à meta de 1.094.860 ha.

2 ÁREA PLANTADA COM MAMONA, DENDÊ E AMENDOIM
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Os índices de realização da área plantada com mamona, dendê e amendoim para 2007, ficaram pouco menos de 4,7% abaixo da meta prevista para o mesmo ano. Dos 350 mil ha previstos como meta para o final do PPA, foram alcançados 333,6 mil ha ou 95,31%, indicando terem faltado apenas 16,4 mil ha para o cumprimento total da meta. Ressalta-se, entretanto, que a expansão de área com as culturas mencionadas revelou crescimento permanente indicando a possibilidade de se alcançar os 350 mil ha à brevidade, bem como sugere que as ações do Programa estiveram bem direcionadas.

3. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE ALGODÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Os índices de realização de produtividade nas lavouras de algodão para 2007 superaram em pouco mais de 200 quilogramas por hectare (kg/ha) a meta prevista para o mesmo ano. Dos níveis de produtividade verificada entre 2004 e 2006, entre 3.147 kg/ha e 3.181 kg/ha, em 2007 a produtividade cresceu para 3.563 kg/ha ficando, portanto, 6,1% acima da meta de 3.358 kg/ha previstos para o final do PPA. Ressalta-se que, em face de problemas, na safra de 2006, a produtividade ficou em pouco mais de 3.180 kg/ha.

4. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE SOJA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Os índices de realização de produtividade nas lavouras de soja para 2007 superaram em pouco mais de 260 kg/ha a meta prevista para o mesmo ano. Os níveis de produtividade entre 2004 e 2006 oscilaram entre 2.291kg/ha e 2.624 kg/ha, sendo que, em 2007, a produtividade cresceu para 2.822 kg/ha ficando, portanto, 10,19% acima da meta de 2.561 kg/ha previstos para o final do PPA. Na safra de 2006, a produtividade, 2.403 kg/ha, acusou queda relativa de pouco mais de 8,5% frente aos 2.627 kg/ha de 2005.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A produção de oleaginosas, na atualidade, se restringe principalmente à cultura de soja. O crescimento da sua produção tem sido significativa nos últimos anos, transformando-se

em um dos principais produtos de exportação do País. Entretanto, o Brasil dispõe de uma diversidade de culturas de oleaginosas que podem constituir-se em alternativas, principalmente para agricultores com menor capitalização, pois além de absorver mão-de-obra em toda a cadeia produtiva, representam um elevado potencial de geração de renda. Entre essas culturas destacam-se mamona, dendê, girassol e algodão.

As condições edafoclimáticas do País são consideradas favoráveis para a produção de tais espécies, as quais poderão ser exploradas na produção de biomassa para fins alimentícios, químicos, energéticos e para fabricação de fertilizantes.

As oleaginosas podem servir, inclusive, de matéria-prima para produção de óleo diesel vegetal. Estudos internacionais, divulgados por diversas fontes, incluindo o *National Biodiesel Board* (NBB), relatam que o Brasil detém o maior potencial mundial de produção de biodiesel, possuindo capacidade de substituir em até 60% a demanda mundial atual de óleo diesel mineral. Se considerada apenas a floresta nativa de babaçu, com área de 17 milhões de ha, é possível obter 40 milhões de toneladas (t) anuais de coco, equivalentes a 17 mil t anuais de óleo, capazes de produzir 20 bilhões de litros anuais de biodiesel.

Pode-se considerar que o Brasil, através desse Programa, a médio prazo passará de importador de óleo diesel mineral para exportador de biodiesel; isso, pela transformação da matéria-prima em produto acabado, conseqüentemente, melhorando o desempenho da balança comercial, além de permitir a obtenção de outros produtos com maior valor agregado.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- A área plantada com algodão e sisal, em 2007, alcançou 1.096.800 ha superando em 0,18% a meta de 1.094.860 ha prevista para o mesmo ano.

- A área plantada com mamona, dendê e amendoim para 2007 ficou 4,7% abaixo da meta prevista, alcançando 333,6 mil ha, 95,31% dos 350 mil ha previstos.

- A produtividade do algodão, em 2007, superou em 205 kg/ha a meta prevista, alcançando 3.563 kg/ha, 6,1% acima da meta de 3.358 kg/ha previstos.

- A produtividade da soja, em 2007, superou em 261 kg/ha a meta prevista; alcançou-se 2.822 kg/ha, ou 10,19% acima dos 2.561 kg/ha previstos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência do Programa, existe mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações. Dentre os principais mecanismos verifica-se a realização de reuniões de trabalho visando melhorar a transparência e comunicação entre as partes envolvidas para transmitir resultados.

Paralelamente, observaram-se programas realizados *in loco*, como forma de atendimento aos produtores. No tocante ao cumprimento de metas, a execução física ficou próxima de 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007.

No relativo aos recursos orçamentários executados, os mesmos podem ser considerados suficientes. O alcance das metas físicas reflete, em grande parte, o bom grau de desenvolvimento das ações, de acordo com o orçamento previsto e o calendário de liberação de recursos. O fluxo de recursos com relação à programação física, em 2007, mostrou compatibilidade; a liberação ao longo do exercício ocorreu em fluxo adequado com a programação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Cabe ressaltar que o Programa não realiza parcerias não-governamentais para sua execução e, com relação à promoção da participação social, é incentivada por meio da Ouvidoria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que encaminha as dúvidas aos setores específicos, bem como a discussão de problemas e tentativas de melhoria, apresentadas nas câmaras setoriais da cadeia produtiva.

Aspecto de relevância são as reuniões in loco efetivadas com grupos envolvidos. Verifica-se também interação com o produtor e público interessado para o desenvolvimento da cadeia produtiva, elevando a produtividade e aumentando a renda do produtor, o que é avaliado através de satisfação medida em resultados de campo, bem como por pesquisa junto aos beneficiários.

Também, o Programa apresenta boas práticas de gestão, as quais poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. Isso porque realiza ações que buscam beneficiar o produtor, dando estímulos e capacitação suficiente para que ele possa aumentar a sua renda.

DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL SUCROALCOOLEIRO

GERENTE DO PROGRAMA

Manoel Vicente Bertoni Filho

OBJETIVO

Garantir a estabilidade de preços e o abastecimento interno de álcool e açúcar, além de aumentar as exportações de álcool combustível.

PÚBLICO-ALVO

Produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool, usinas, destilarias e consumidores

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.248.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.807.786,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.807.786,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCEN TAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Variação de Preços do Açúcar Cristal - Porcentagem	10,76	20,25	18,10	-13,50	7,00	-192,86%
2. Taxa de Variação de Preços do Álcool Anidro - Porcentagem	12,00	24,52	17,10	12,00	6,00	200%
3. Taxa de Variação de Preços do Álcool Hidratado - Porcentagem	11,64	27,26	19,20	14,50	5,00	290%
4. Volume das Exportações de Álcool – Metro Cúbico (m³)	2.408.293,00	2.592.293,00	3.400.000,00	3.532.667,00	4.500.000,00	78,50%

1. TAXA DE VARIAÇÃO DE PREÇOS DO AÇÚCAR CRISTAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

Os preços internos do açúcar cristal obedeceram à dinâmica internacional. As cotações do açúcar bruto (bolsa de Nova Iorque) e refinado (bolsa de Londres) encerraram 2006 nos patamares mais elevados dos últimos 15 anos. Ao longo do primeiro semestre houve um recuo, que combinou com a valorização do Real. Desse modo, os preços de paridade de exportações reduziram significativamente, promovendo o recuo dos preços no mercado doméstico, que iniciaram 2007 em torno de R$ 37,00 por saca de 50 quilogramas (kg) e encerraram o ano abaixo dos R$ 24,00 por saca.

2. TAXA DE VARIAÇÃO DE PREÇOS DO ÁLCOOL ANIDRO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

A variação de preços ficou acima do esperado devido a vários fatores: o ano de 2007 teve início com estoques muito baixos, o que forçou as cotações para cima; com o aumento da oferta, nos meses de junho e julho os preços caíram acentuadamente (caíram de R$ 1,07/litro em março para aproximadamente R$ 0,63/litro em julho); com a valorização cambial, houve dificuldades para manter os níveis de exportação, especialmente para o mercado americano, o qual aplica elevadas taxas de importação. A recuperação dos preços internos só ocorreu a partir de novembro, quando voltaram a ultrapassar a barreira dos R$ 0,70/litro (preço compatível com os custos de produção). Destaque-se que, embora tenha sido feito o monitoramento, o Governo Federal não vem implementando o Programa de Financiamento à Estocagem (Programa que deveria contar com recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) sobre combustíveis), que deveria contribuir para atenuar essas flutuações de preços.

3. TAXA DE VARIAÇÃO DE PREÇOS DO ÁLCOOL HIDRATADO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Tal como ocorreu com o anidro, os preços do hidratado também flutuaram em função dos estoques. As cotações tiveram um pico de R$ 0,96/litro em março; caindo para R$ 0,58/ litro em junho (preço abaixo dos custos de produção, estimados em R$ 0,65/ litro para esse produto). Somente em novembro, os preços ultrapassaram a barreira dos R$ 0,63/ litro, atingindo R$ 0,75/litro na segunda quinzena de dezembro.

4. VOLUME DAS EXPORTAÇÕES DE ÁLCOOL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Apesar dos esforços brasileiros, a maioria dos países que estão estruturando programas de mistura de álcool à gasolina ainda está priorizando a produção doméstica. Além disso, as tarifas de importações, praticadas por países como os Estados Unidos da América (EUA) – maior importador –, combinadas com a valorização da moeda brasileira, dificultaram a manutenção do ritmo de crescimento das exportações. Ainda assim, os resultados de 2007 representaram 78% da meta.

4. TAXA DE VARIAÇÃO DE PREÇOS DO AÇÚCAR CRISTAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Os preços internos do açúcar cristal obedeceram à dinâmica internacional. As cotações do açúcar bruto (bolsa de Nova Iorque) e refinado (bolsa de Londres) encerraram 2006 nos patamares mais elevados dos últimos 15 anos. Ao longo do primeiro semestre houve um recuo, que combinou com a valorização do Real. Desse modo, os preços de paridade de

exportações reduziram significativamente, promovendo o recuo dos preços no mercado doméstico, que iniciaram 2007 em torno de R$ 37,00/saca de 50 quilos e encerraram o ano abaixo dos R$ 24,00/saca.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Com a completa desregulamentação do setor sucroalcooleiro na década de 90, o Governo abdicou do controle direto sobre a produção e a comercialização tanto da matéria-prima (cana-de-açúcar) como dos produtos finais (açúcar e álcool). Entretanto, é fundamental que disponha de mecanismos de monitoramento para identificar eventuais fatores de desequilíbrios e adotar, preventivamente, os instrumentos mais adequados à sua correção, fomentando a produção ou regulando o mercado. Nesse contexto, o álcool combustível passou a ser o elo mais frágil da cadeia produtiva, sofrendo diretamente os reflexos dos desequilíbrios causados pela sazonalidade da produção, pelos altos custos da formação e carregamento de estoques e pelo pequeno fluxo de comércio internacional, podendo gerar crises de abastecimento interno de um produto estratégico na matriz energética do País. Como o álcool combustível não possui um produto substituto, o consumidor final torna-se cativo e tem uma chance muito limitada de reagir a eventuais manipulações de preços.

Outro problema a ser equacionado diz respeito à logística de escoamento do produto. A produção está concentrada em determinadas regiões, enquanto o consumo ocorre em todo o País, provocando uma elevação do preço do produto ao consumidor final nas localidades distantes das regiões produtoras. Além disso, nos anos de safras muito grandes há sempre os riscos de queda de preços, reduzindo a rentabilidade da atividade ou até mesmo tornando-a negativa. Isso leva à descapitalização dos produtores rurais, à redução do nível de renda dentro da cadeia produtiva, com fortes impactos sobre a geração de postos de trabalho, a remuneração dos trabalhadores e compromete a regularidade futura da produção.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aumento das exportações de álcool, no período, de 750 milhões de litros em 2002 para 3,5 bilhões de litros em 2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Considerando o escopo, que se reflete nos indicadores de desempenho, o Programa esteve longe de cumprir os seus propósitos. As ações que deveriam promover a regulação do mercado de combustíveis não vêm sendo implementadas. No que diz respeito às ações de inspeção sanitária (Inspeção e Certificação de Unidades Produtoras) e de sanidade vegetal (Controle de Pragas da Cana-de-açúcar), a dotação orçamentária não permitiu o esforço mais efetivo para atender às metas (cobrir todas as unidades produtivas, bem como a área cultivada, que ultrapassa 7 milhões de hectares (ha)). Desse modo, embora tenham ocorrido reuniões com o setor para discutir requisitos de certificação de qualidade (estabelecimento de padrões técnicos), as visitas de campo ainda não ocorreram. As iniciativas mais efetivas foram as

participações em eventos nacionais e internacionais (fundamentais para difundir a experiência brasileira em biocombustíveis e contribuir para a organização do mercado internacional), o levantamento de safra, além do início do zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar.

Houve insatisfação do público-alvo, especialmente os produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool, em relação aos baixos preços desses durante a corrente safra. Essa depreciação dos preços poderia ter sido atenuada por meio da adoção de instrumentos de política, como o financiamento à estocagem privada. Os preços muito baixos comprometem a expansão do setor, penalizando as unidades menos capitalizadas. Isso reforça o movimento de fusões e aquisições, levando a um maior nível de concentração da produção, bem como abre espaço para a entrada de investidores estrangeiros (desnacionalização de algumas unidades produtivas). Essa desnacionalização ainda não é preocupante, mas pode ser agravada caso a rentabilidade negativa da atividade, observada na última safra, se repita.

O Programa foi efetivamente reestruturado para o novo PPA 2008-2011, entretanto, os instrumentos de regulação não foram considerados na hora da validação das ações. Essa pendência, que comprometeu o desempenho do Programa nos últimos três anos, deverá continuar existindo no novo Programa (Programa Desenvolvimento da Agroenergia).
Mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

a) reuniões de trabalho - reuniões para estabelecimento de prioridades, inclusive no que diz respeito à participação em eventos. Além disso, reuniões para avaliar o andamento do levantamento de safra da cana-de-açúcar. Entretanto, tais reuniões se basearam no propósito de monitorar as atividades executadas no âmbito das ações que foram efetivamente implementadas;

b) sistemas informatizados - modernização do sistema de informações de forma a receber e processar eletronicamente as informações fornecidas pelas unidades produtoras de açúcar e álcool. Monitoramento mensal através do Sistema de Planejamento e Execução Orçamentária (Siplan);

c) relatórios de gestão - relatório anual de gestão, para prestação de contas, contemplando o relato das principais atividades desenvolvidas no âmbito do Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia, custeadas pela Gestão e Administração do Programa (GAP). Monitoramento mensal através de relatórios enviados pela área da Inspeção Vegetal de todas as superintendências ao coordenador de ação nacional.

Os recursos orçamentários foram insuficientes. A dotação orçamentária deveria contemplar as despesas com o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar; a realização desse estudo com o rigor requerido pelo Governo, entretanto, implicou em custos mais elevados, obrigando ao remanejamento de recursos de outras fontes.

A programação física foi ajustada ao cronograma de liberação dos recursos (limites quadrimestrais). Desse modo, atividades como o zoneamento da cana-de-açúcar, só

puderam ser contratadas no último quadrimestre, a partir da reprogramação de recursos não utilizados nos quadrimestres anteriores.

Das ações previstas para o Programa, o GAP era a única que vinha sendo executada. A ação de inspeção e certificação de unidades produtoras de açúcar e álcool ainda demanda a consolidação do marco regulatório para que se possa iniciar a sua efetiva implementação (fiscalização e eventual autuação de estabelecimentos). A Ação de Controle de Pragas vem sendo implementada no âmbito do Departamento de Sanidade Vegetal, conjuntamente com as ações que monitoram as pragas nas demais lavouras. A ação que contava com maior dotação orçamentária (Financiamento à Estocagem de Álcool), não vem sendo implementada desde 2005. Em função disso, foi retirada da proposta orçamentária dos últimos dois anos (2007 e 2008).

As restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto foram as dificuldades de celebração de convênios na gerência. A ação mais importante, prevista para 2007, era o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar. Entretanto, processo de contratação se arrastou por quase um ano, devido ao fato de envolver a necessidade de subcontratação de outras instituições no âmbito do mesmo projeto – Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Instituto Nacional de Metereologia (Inmet), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Universidade de Campinas (Unicamp), entre outros.

O zoneamento da cana-de-açúcar, objetiva identificar as áreas aptas para o seu cultivo. Envolve o mapeamento das áreas disponíveis, considerando requisitos como clima, solo, topografia, destinação atual. Cada uma das instituições envolvidas deve contribuir com os dados relacionados à sua especialidade. Além disso, há a necessidade de contratação de consultores, responsáveis pelo processamento dessas informações. Houve, com isso, a dificuldade de estabelecer as bases contratuais que permitissem o cumprimento dos requisitos legais.

O desempenho da execução das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio MAPA foi alto em 2007. O levantamento de safra da cana-de-açúcar vem sendo sistematicamente realizado pela Conab, conforme diretrizes estabelecidas pelo departamento. Em 2007, já houve ajustes nos questionários, que devem passar por novo refinamento para o corrente ano.

Embora tenha havido integração entre a equipe do *Defense Contract Audit Agency* (DCAA) e a Conab (executora do levantamento), o processo pode ser aperfeiçoado, especialmente no que diz respeito ao nível de detalhamento das informações coletadas nos levantamentos e disponibilizadas para o departamento.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social: - reunião com grupos de interesse - reuniões sistemáticas com as lideranças do setor produtivo (sindicatos de produtores e industriais do setor sucroalcooleiro, bem como representantes do setor de distribuição de combustíveis); e - discussão em Conselho Setorial - reuniões da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva Sucroalcooleira.

Propostas de alteração na legislação, visando o aprimoramento das relações contratuais no âmbito da cadeia produtiva, entre elas o desenvolvimento do mercado de futuros, redução das fraudes, combate à sonegação, à autorização para a venda direta de combustível (das usinas para os postos varejistas). Algumas dessas medidas ainda estão sendo analisadas no âmbito do Governo.

A satisfação dos beneficiários é avaliada de modo subjetivo, a partir das manifestações das lideranças do setor em relação à capacidade de oferecer respostas às demandas apresentadas por elas.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. O diálogo permanente com o público-alvo, de forma a colher as demandas, analisar tecnicamente e dar encaminhamento àquelas consideradas pertinentes, levadas ao conhecimento de outras áreas do Governo, especialmente dos Ministérios que integram o Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ministério da Fazenda (MF) e Ministério de Minas e Energia (MME).

DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E DO ASSOCIATIVISMO RURAL

GERENTE DO PROGRAMA

Marcio Antonio Portocarrero

OBJETIVO

Fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural, objetivando a eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços.

PÚBLICO-ALVO

Associações rurais e cooperativas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 9.270.251,00	Empenho Liquidado:	R$ 5.179.006,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 5.179.006,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Variação do Número de Cooperados no País - Porcentagem	-	10,24	16,00	16,20	14,00	115,71%

1. TAXA DE VARIAÇÃO DO NÚMERO DE COOPERADOS NO PAÍS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

Os dados levantados indicam que em 2007 o índice de participação de brasileiros como integrantes de entidades associativistas foi superior em mais de 15,7% do nível previsto para o mesmo ano. Considerando somente as cooperativas do sistema da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), como previsto inicialmente, o índice seria de 13,5 %, entretanto, com a agregação de dados das cooperativas da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafs), que iniciaram o seu funcionamento no transcorrer do período, o índice previsto de 14% foi superado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A sociedade organizada, social, política e economicamente, é fundamental para garantir o funcionamento da democracia do País. A função do cooperativismo é organizar econômica

e socialmente os indivíduos na sociedade, de forma que os benefícios se revertam em avanços sociais e melhoria na qualidade de vida das suas comunidades. Apesar de se tratar de política instrumental, é um meio que, juntamente com outras iniciativas, permite gerar impactos positivos em diversas dimensões sobre a vida dos seus beneficiários.

Em primeira análise, pode-se destacar que, por si só, o cooperativismo e o associativismo podem diminuir a exclusão social experimentada por grupos e redes sociais que não dispõem de acesso às participações social, econômica e política – conceito formulado pelo principal especialista do Banco Mundial em políticas sociais para países com desenvolvimento tardio, Deepa Narayan (1999). Trata-se, portanto, de problema coletivo. Em que pese Alejandro Portes (1998) ter destacado que o capital social também gera benefícios individuais, estes advêm justamente das relações que as pessoas forjam e as habilitam a coordenar ações e alcançar objetivos comuns.

Em razão disso, para Deepa Narayan (1999), o Estado pode e deve apoiar práticas de desenvolvimento inclusivo para orientar o bem-estar sócio-econômico. E é justamente em virtude disso que se revestem de singular importância as intervenções públicas no sentido de fomentar estruturas associativas. Tanto assim, que o cooperativismo foi apontado na Orientação Estratégica do Governo como diretriz para viabilizar a transposição de vários desafios identificados para a consolidação da Estratégia de Desenvolvimento, tamanho relevo que se reconheceu no instrumento.

Antes mesmo que a atual administração reconhecesse o mérito da organização e da participação social e econômica por meio do cooperativismo, a Carta Magna já contemplava a necessidade de o Governo incentivá-lo. Como agente efetivo de desenvolvimento, o cooperativismo contribui para a geração de renda e de oportunidades de trabalho; para a otimização do processo produtivo, organizando a infra-estrutura e os serviços essenciais, agregando valor aos produtos básicos e abastecendo o mercado; para o aumento da oferta interna de alimentos, contribuindo para suprir as necessidades nutricionais da população; e para melhorar a estruturação sistêmica do setor agropecuário, com a participação organizada de produtores e consumidores ao longo das cadeias produtivas e de abastecimento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aumento de mais de 10% ao ano no número de associados à cooperativas e associações rurais no período do PPA 2004 -2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A atuação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) nos processos de gestão e agregação de renda aos produtos das cooperativas e associações rurais, motivou o ingresso de brasileiros nas entidades associativistas. As regiões Norte e Nordeste, priorizadas pelo Departamento Nacional de Cooperativismo (Denacoop), segundo informações da OCB, aumentaram o seu faturamento em 5,5 % e 6,3% respectivamente, em relação a 2006.

O Denacoop atua de maneira reativa, atendendo às demandas oriundas de seus beneficiários. Entende-se dessa forma, que os atendidos tenham sido satisfeitos, apesar de verem as suas pretensões reduzidas em função da indisponibilidade de recursos com relação ao atendimento desejado.

No âmbito da gerência do Programa, existem mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações. Os convênios firmados pelo Denacoop verificaram acompanhamento da execução das metas pactuadas, por técnicos das Superintendências Federais de Agricultura (SFAs), nomeados através de Portaria do MAPA para vistoria *in loco*, de periodicidade variável de acordo com a especificidade dos convênios, a partir das quais são emitidos relatórios que fazem parte da prestação de contas dos participantes conveniados.

Com relação ao cumprimento de metas físicas, alcançou-se nível de até 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Os recursos sofreram contingenciamento e posterior liberação parcial, tão-somente nos últimos dois meses do ano, o que dificultou o atendimento integral das propostas selecionadas. Apesar disso, os recursos executados podem ser considerados suficientes.

Quanto à compatibilidade da liberação de recursos com relação à programação física, mesmo que de forma descontinuada, o fluxo não chegou a prejudicar decisivamente a execução programada. Apesar do atraso, os convênios firmados poderão dar continuidade na execução das metas pactuadas para o ano de 2008.

A distribuição percentual de despesas pode ser resumida em 17,5% para deslocamento de servidores da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC) e técnicos das SFAs para acompanhamento de convênios, 51,5% com despesas de funcionamento e 32% em outras despesas. A descentralização de recursos para as SFAs, visando acompanhar a execução das metas pactuadas, função esta determinada por lei, contribuiu de forma decisiva para o alcance dos objetivos propostos.

O processo de acompanhamento dos convênios, executado pelos técnicos das SFAs, ocorre em consonância com as diretrizes emanadas da SDC como um todo, de forma especial quando da solicitação de termos aditivos, fato que, de certa forma, exige maior interação entre os agentes envolvidos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. Os participantes dos convênios executam as tarefas constantes no Plano de Trabalho e, informalmente, são fiscalizados pelos técnicos das SFAs. Para melhorar o desempenho, faz-se necessário estruturar de forma adequada as SFAs.

Também, constata-se que o Programa possui mecanismos que promovem a participação social, através de reuniões com grupos de interesse. Os participantes dos convênios são reunidos por segmento e/ou áreas, visando dar oportunidade para uma maior participação

na tomada de decisões sobre os tipos de projetos e ações a desenvolver. Isso permite a implantação de Programas que conseguem atender às reais necessidades dos participantes conveniados, com atuação de formadores com conhecimento e oriundos do ramo.

O Programa não realiza avaliação do nível de satisfação de seus beneficiários; todavia, apesar de não terem sido atendidas integralmente as solicitações, em função da escassez de recursos, o Denacoop tem dado apoio à maioria das metas propostas, podendo inferir-se por um elevado grau de satisfação dos beneficiários do Programa, em face dos contatos seguidamente mantidos com os participantes conveniados.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal.

A principal prática inovadora resume-se na interação, via reuniões de segmentos, entre o Denacoop e os participantes, objetivando os melhores resultados entre o que pode ser oferecido, em termos de programas e ações, frente às reais necessidades e poder de execução dos participantes conveniados.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU

GERENTE DO PROGRAMA

Gustavo Costa de Moura

OBJETIVO

Contribuir com o aumento da geração de emprego e renda nas regiões produtoras de cacau, por meio do desenvolvimento e da verticalização da atividade agropecuária regional, considerando-se, sobretudo, as relações de equilíbrio sócio-econômico, a capacidade de uso intensivo de mão-de-obra e a sustentabilidade ambiental.

PÚBLICO-ALVO

Produtores e trabalhadores rurais das regiões produtoras de cacau

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 26.621.837,00	Empenho Liquidado:	R$ 16.643.251,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 16.643.251,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Renda Agropecuária nas Regiões Cacaueiras do Brasil – Custo por Hectare (R$/ ha)	665,00	1.095,95	840,26	912,77	1.100,00	82,98%
2. Taxa de Degradação Ambiental nas Regiões Cacaueiras do Brasil - Porcentagem	40,00	38,00	36,00	35,00	30,00	50,0%
3. Taxa de Ocupação na Agropecuária das Regiões Cacaueiras do Brasil - Porcentagem	32,00	35,00	35,00	36,00	36,00	100%

1. RENDA AGROPECUÁRIA NAS REGIÕES CACAUEIRAS DO BRASIL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

A renda agropecuária nas regiões cacaueiras do Brasil passou de R$ 665,00 em 2004 para R$ 912,77 em 2007 tendo chegado, em 2005, muito próximo da meta estabelecida para 2007, de R$ 1.100,00. A redução relativa verificada em 2006 decorreu da valorização da moeda nacional frente ao dólar, bem como da queda das cotações do cacau. A recuperação

gradual derivou da recuperação das cotações agrícolas internacionais, assim como das ações desenvolvidas pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) em parceria com outras instituições públicas e privadas, nas áreas de pesquisa, difusão de tecnologias e ensino técnico profissional. O índice de alcance real em 2007, frente à meta prevista para o mesmo ano, alcançou 82,98%. A valorização gradual da moeda nacional frente ao dólar, moeda base do comércio internacional, contribuiu negativamente para que os preços internos do cacau não verificassem elevações maiores, o que melhoraria o nível da renda agrícola.

2. TAXA DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL NAS REGIÕES CACAUEIRAS DO BRASIL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

A Taxa de Degradação Ambiental nas Regiões Cacaueiras do Brasil foi reduzida; contudo, a intensidade efetiva de redução foi menor do que a pretendida. O índice de degradação de 40%, observado em 2004, deveria chegar a 30% em 2007, porém, só alcançou 35%. A redução no índice da degradação, até 2007, deveria ser de 10 p.p.; observou-se, porém, ter alcançado a metade, cinco p.p., indicando realização de 50,0% da expectativa de redução total no índice de degradação para 2007. O nível de realização de 50% foi sensivelmente inferior à meta prevista, apesar das ações diretas de técnicos e extensionistas da Ceplac, bem como do esforço conjunto desenvolvido com outras instituições públicas e do setor privado.

3. TAXA DE OCUPAÇÃO NA AGROPECUÁRIA DAS REGIÕES CACAUEIRAS DO BRASIL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

A Taxa de Ocupação na Agropecuária das Regiões Cacaueiras do Brasil alcançou 100% da meta prevista para 2007. A evolução da taxa de ocupação elevou-se de 32% em 2004 para 36% em 2007, em virtude, também, do aumento da Renda Agropecuária nas Regiões Cacaueiras do Brasil.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Recuperação da renda do produtor rural pelo aumento de produtividade no agronegócio, em especial do cacau e sistemas agroflorestais, contribuindo para elevação da competitividade da agropecuária, reduzindo desigualdades regionais, promovendo abertura de postos de trabalhos, conservando os recursos naturais e melhorando a qualidade de vida no campo. A implementação do Programa atende às orientações estratégicas da Presidência da República para o PPA 2004-2007, como consta nos megaobjetivos I e II.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Elevação da Taxa de Ocupação na Agropecuária das Regiões Cacaueiras do Brasil de 32% para 36% no período de 2004 a 2007.

• Crescimento da renda agropecuária nas regiões cacaueiras do Brasil de R$ 665,00 para R$ 912,77 no período de 2004 a 2007.

• Redução da Taxa de Degradação Ambiental nas Regiões Cacaueiras do Brasil de 40% para 35% no período de 2004 a 2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As ações do Programa possibilitaram ao longo de 2007:

a) disponibilizar 39 clones de cacau auto-compatíveis, atendendo também algumas demandas do mercado, como alta produtividade, alta tolerância à vassoura-de-bruxa, qualidade físico-química (teor de gordura, dureza), qualidade (sabor, *flavour*, adstringência), ponto de fusão, tamanho da amêndoa etc.

b) caracterização do óleo de dendê com relação à acidez, como conseqüência do estágio de maturação do cacho e do tempo decorrido entre a colheita e o processo de esterilização, visando obtenção de óleo dentro de padrões aceitáveis para produção de biodiesel, bem como estabelecimento de metodologia para avaliar o potencial de estocagem de carbono, através da quantificação de biomassa em plantios de dendê no sul da Bahia.

c) pesquisas desenvolvidas ao longo de 2007 registraram, no sistema de intercultivo cacau/café, que as melhores produtividades anuais de café, considerando produção por planta e produtividade total – quilogramas por hectare (kg/ha) –, apresentaram-se no tratamento de linhas triplas de cacaueiros intercaladas com linhas quádruplas de cafeeiros, seguido pelo tratamento de consorciação perimetral;

d) foram introduzidos seis clones de cacau (quatro da Costa Rica e dois do Equador), com resistência à monília. Após quarentena, dois deles sofreram cruzamentos visando o desenvolvimento preventivo de variedades resistentes àquela enfermidade;

e) lançamento do clone de seringueira SIAL 1005, de alto nível de resistência de campo a doenças, bem como registro, junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Registro Nacional de Cultivares (MAPA/RNC), de duas cultivares de seringueira: SIAL 893 e SIAL 1005;

f) foi comprovada a superioridade do fungicida Cobre Sandoz no controle da vassoura-de-bruxa e podridão-parda, da ordem de 71,4% e 76,2%, respectivamente;

g) identificaram-se marcadores microssatélites potencialmente associados à resistência à vassoura-de-bruxa e à podridão-parda;

h) estabelecido e otimizado protocolo para obtenção de marcadores microssatélites em *Theobroma Cacao* L., utilizando o sistema *multiplex* em seqüenciador ABI Prism 377;

i) registro, junto ao MAPA/ RNC, de 32 clones de cacau resistentes à vassoura-de-bruxa;

j) construídas bibliotecas subtrativas, com DNAs oriundos da expressão diferencial de cacaueiros inoculados e não-inoculados com M. Perniciosa, com o objetivo de identificar genes de resistência;

k) isolamento e identificação de fungo colonizador de vassouras secas com potencialidade de controle biológico de *Crinipellis Perniciosa – Acremonium sp*;

l) utilização preferencial (95%) de áreas já antropizadas, em especial pastagens, para novas lavouras de cacau. Não apenas evita novos desflorestamentos, como proporciona recuperação ambiental das áreas, pela proteção do solo, face às características da lavoura cacaueira, tanto de preservação como de recomposição florestal com espécies regionais, na implantação de lavouras com uso de sistemas agroflorestais, principalmente no Estado do Pará, registrando-se, como média das implantações de novas lavouras nos três últimos anos, entre 8.000 ha e 10.000 ha, no exercício 2007.

Quanto à cobertura do público alvo, foram desenvolvidas ações de extensão que possibilitaram atender 35.148 produtores, ou 74,86% dos 46.949 previstos de receberem atendimento. Também, verificou-se elaboração de 13.642 projetos para obtenção de crédito por valor de R$ 30.922.437,24, sendo contratados 5.889 projetos ou 43% do total elaborado, por valor de R$ 11.298.764,01, equivalentes a 36,54% do total pleiteado.

No controle da doença vassoura-de-bruxa, dos 464.383 ha inicialmente previstos, em 2007, controlaram-se efetivamente apenas 179.350 ha ou 38,62% de realização.

No bojo dos resultados se sobressaem: resgate da cidadania, sustentabilidade ambiental, segurança alimentar e melhoria da qualidade de vida dos segmentos contemplados pelas ações finalísticas da Ceplac.

O monitoramento do desempenho físico das ações ocorre em reuniões de trabalho - realizadas periodicamente para acompanhamento do programa/ações/produtos; a partir de 2008, deverão realizar-se quatro reuniões trimestrais ordinárias visando discussão dos sistemas de planejamento e gerenciamento das ações e seus produtos. Também, visita in loco - trabalhando na ponta de execução, a Ceplac exerce o seu modelo integrado de pesquisa, ensino e educação produtiva, assistência técnica e extensão rural, prestando serviços diários aos produtores e demais segmentos das comunidades regionais nos Estados e Municípios em que atua. São realizadas visitas periódicas dos diretores para acompanhamento de programa/ações/produtos. Faz-se necessário, entretanto, melhorar a agenda mínima e os controles de acompanhamento sistematizado e informatizado em níveis de projeto/atividade.

Quanto a sistemas informatizados, foi implementado sistema de acompanhamento das atividades do Centro de Extensão Rural (Cenex/SISCENEX), atualizado para atender às demandas das unidades de campo e avaliar efeitos observados nos imóveis rurais assistidos. O sistema possibilita a emissão de relatórios operacionais para auxílio no acompanhamento de rotinas diárias, bem como relatórios gerenciais, que permitem avaliar a programação anual frente à realização nos Estados, em níveis de escritórios locais, regionais, chefes de centros, gerência e superintendência.

Espera-se melhorar significativamente o desempenho da gestão, com a padronização e agilização das informações geradas em todas as unidades descentralizadas desta Ceplac. Pretende-se, também, desenvolver *software* para o Centro de Pesquisas do Cacau (Cepec) visando realizar acompanhamento físico-financeiro para as pesquisas desenvolvidas na ação geração de tecnologias para o agronegócio Cacau e Sistemas Agrossilvopastoris.

No tocante à execução física, o Programa atingiu de 40% a 80% do previsto na LOA 2007. O Programa priorizou algumas ações, dentre as quais as de desenvolvimento e geração de substitutos de clones resistentes, introduzidos a posteriori, por clones autocompatíveis de alta produtividade e alta tolerância à vassoura de bruxa.

Dentre outros resultados houve difusão de tecnologias de produção e gestão de agronegócios regionais, capacitação de produtores e trabalhadores rurais; instalação de unidades demonstrativas e pólos agroindustriais para beneficiamento da produção agropecuária e de energia renovável; realizações de dias de campo e outros métodos participativos de extensão rural. As ações de controle integrado da vassoura de bruxa possibilitaram o lançamento de 39 clones resistentes à doença, 32 dos quais já registrados no RNC/MAPA; identificação de 11 novas fontes de resistência em materiais introduzidos da Amazônia, Peru, Venezuela e Equador. Apesar dos avanços no controle, constatou-se evolução do fungo da vassoura-de-bruxa, rompendo a resistência dos clones *scavina 6 e scavina* 12. Ensino dos 1.179 alunos previstos para 2007, foram matriculados 1.239, 5% a mais do que o programado.

Ao longo do exercício de 2007, constatou-se insuficiência de recursos orçamentários para investimentos em pesquisa, difusão; novas contratações, capacitação, orientação e reciclagem de pessoal técnico; manutenção e/ou aquisição de bens patrimoniais; desenvolvimento de sistemas/rotinas capazes de facultar maior eficiência, eficácia, economicidade e efetividade, e ainda, capazes de gerar maior envolvimento, participação e integração dos diversos níveis, quais sejam estratégico, tático e operacional envolvidos no processo de gestão do programa/ações/projetos/produtos.

A dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais para fazer face à demanda real tem comprometido o desempenho das ações/programa, tendo em vista que os últimos orçamentos foram limitantes para cumprir rotinas básicas, sem levar em consideração as demandas de investimentos voltados para reformas, visando adequação, manutenção e conservação da infra-estrutura predial mobiliária, frota de veículos leves e pesados, barcos e motores fluviais e marítimos; recursos humanos, serviços de bancos de dados, segurança de dados, rede de dados e sistemas *on line*, aquisição de equipamentos e acessórios de informática e comunicações.

O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Certamente, o nível de desempenho do Programa teria sido melhor caso houvesse liberação de recursos em conformidade com o volume previsto em Lei. Em certas rotinas, no âmbito da pesquisa, não podem ocorrer descontinuidades. Como agravante observou-se a concentração da liberação de recursos nos meses de maio e dezembro.

O impacto das ações que utilizam recursos de origem não-orçamentária para o alcance dos objetivos do Programa tem sido relativamente baixo, porém, de intensa significância, considerando-se as expectativas geradas por parcerias celebradas com a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) visando geração de tecnologias para produção de biodiesel de dendê, bem como com outros órgãos da iniciativa pública, a exemplo dos acordos celebrados com os respectivos Estados, nas áreas de atuação da Ceplac; com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com vistas às ações de difusão de tecnologias e assistência técnica da Ceplac/Cenex, voltadas para os agricultores familiares, quilombolas, assentados e indígenas, via estratégias de desenvolvimento territorial rural sustentado.

O montante de recursos gastos com despesas administrativas na Ação Gerenciamento de Administração do Programa (GAP) representou 24,59% em relação ao valor total do Programa em 2007 (LOA + Créditos + RAP 2006) e 39,04 do montante liquidado diretamente com a execução das ações do Programa.

Os recursos materiais insuficientes e inadequados na equipe gerencial do Programa, bem como de infra-estrutura inadequada, se intensificam também em função das características e dimensão territorial da área de ação da instituição, complexidade das ações de pesquisa e difusão de tecnologias voltadas para culturas perenes, isto é, de ciclo longo, que requerem maior nível de investimento em recursos materiais e de infra-estrutura adequados à equipe gerencial, além do saneamento das insuficiências de pessoal qualificado, inadequação dos serviços de bancos de dados, rede de dados e sistemas *on line* etc. As mesmas dificuldades se verificaram nas equipes executoras do Programa.

Constata-se carência estrutural de pessoal técnico nas equipes gerenciais e executoras dos Estados do Amazonas, Espírito Santo e Mato Grosso; os poucos técnicos existentes, além das atividades gerenciais administrativas, desempenham também atividades técnicas de campo, em função do perfil e da escassez de mão-de-obra qualitativa e quantitativa das respectivas unidades estaduais. Para minimizar essa distorção, faz-se necessário reestruturar o órgão, para atender às demandas nas áreas de pesquisa e extensão rural, com menor nível de vulnerabilidade e melhor custo benefício das ações/programa.

De fato, houve boa disponibilidade de informações por parte dos entes executores, porém, com algumas limitações. Tais limitações têm sido geradas nas respectivas unidades executoras e descentralizadas dos Estados de atuação da Ceplac, por não disporem de sistema informatizado e *on line*, capaz de gerir com eficiência e eficácia as ações dos projetos de pesquisa, extensão rural e assistência técnica por cronograma físico, financeiro e equipe técnica executora do projeto, em conformidade com a estrutura programática da Ceplac/MAPA.

Ressalta-se que, as ferramentas disponibilizadas até então, a exemplo do Sistema Integrado de Planejamento (Siplan) e Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), ainda não atendem as expectativas de gestão. Houve também integração maior da gerência com os superintendentes e gerentes regionais, porém, como mencionado, deverá ser ampliado o número de reuniões entre envolvidos de forma direta com a execução das atividades finalísticas do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Observou-se baixo desempenho na execução das ações do Programa implementadas em outros Ministérios com participação da Ceplac face à peculiaridade das ações multissetoriais desenvolvidas pelo órgão, justificada pelo modelo integrado de atuação, o que exige implementação de medidas efetivas que caracterizem melhor o seu papel junto aos Ministérios do Meio Ambiente (MMA), Desenvolvimento Agrário (MDA), Integração (MI), MAPA etc.

Tem sido baixo, também, o desempenho em ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério (programas intra-setoriais). A Ceplac, como parte da estrutura do MAPA, ressente-se de maior interação com o órgão específico da administração direta que executa as atividades da Ação de Prevenção e Controle de Pragas da Cacauicultura da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA/MAPA), face às dificuldades de cumprir o cronograma orçamentário e por escassez de recursos para atividades de inspeções fitossanitárias no campo, treinamento de mão-de-obra, desenvolvimento de materiais de apoio, análises laboratoriais, emissão de certificados, entre outras atribuições inerentes à fiscalização federal agropecuária de sistemas produtivos e de produtos agropecuários nas regiões produtoras de cacau, já que se trata de segurança alimentar, qualidade de insumos e prevenção de pragas quarentenárias.

O Programa verifica parcerias não-governamentais para sua execução, porém, não existem instrumentos de controle sistematizado e informatizado para avaliar o desempenho dos parceiros na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas. Para melhorar este processo, faz-se necessário investir em conhecimento, sistematização e gestão de informações.

Pela execução de metodologias de extensão rural, a Ceplac promove reuniões de grupo com produtores e trabalhadores, dentre outros segmentos da comunidade regional, nos Estados em que ela atua. As reuniões com grupos de interesse se realizam quando as unidades executoras de ações diretas e/ou em parcerias com outros órgãos públicos e privados desenvolvem atividades em pesquisa, extensão rural e assistência técnica através da transmissão do conhecimento tecnológico, gerencial e administrativo visando a dinamização do agronegócio. Respaldam-se no método didático-pedagógico de ensino-aprendizagem, com caráter coletivo e participativo, visando a construção social dos protagonistas, redução de custos e ampliação de conhecimentos. Os métodos pontuam-se pelos cursos, palestras, reuniões, oficinas, seminários e demonstrações grupais em unidades demonstrativas.

Além de discussões em Conselho Setorial, a Ceplac participa ativamente da Câmara

Setorial da Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau e Sistemas Florestais Renováveis, bem como no Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida (Coep).

Quanto às contribuições da participação social para os resultados do Programa, têm sido efetivas graças às contribuições dos diversos segmentos da sociedade produtora.

Apesar de não utilizar um mecanismo sistemático de avaliação de satisfação dos beneficiários, para fins do aperfeiçoamento do Programa, a Ceplac, trabalhando na ponta, junto ao setor produtivo, faz avaliação presencial, bem como pelos métodos de extensão, seja em reuniões ou durante o processo de avaliação e revisão dos resultados qualitativos e quantitativos do PPA.

O MAPA considera relevante a contratação de pessoal por meio de concurso público, capacitação de pessoal técnico, e adequação, manutenção e conservação da infra-estrutura predial mobiliária e frota de veículos.

MANEJO E CONSERVAÇÃO DE SOLOS NA AGRICULTURA

GERENTE DO PROGRAMA

Marcio Antonio Portocarrero

OBJETIVO

Assegurar o uso e o manejo adequados do solo e promover a recuperação de áreas degradadas com vistas a garantir a produção sustentável de alimentos e a disponibilidade de água de qualidade para consumo humano e animal.

PÚBLICO-ALVO

Produtores, cooperativas e associação de produtores rurais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.273.779,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.584.659,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.584.659,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Utilização e Manejo Adequados do Solo - Porcentagem	-	25,33	27,44	31,00	29,56	104,87%

1. TAXA DE UTILIZAÇÃO E MANEJO ADEQUADOS DO SOLO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

No período 2004 a 2007, as ações do Programa de Manejo e Conservação de Solos na Agricultura verificaram cumprimento das metas, superando o índice inicialmente previsto de alcançar taxa de utilização e manejo adequados de 29,56%. Além de superados os níveis de capacitação e treinamento de produtores e técnicos, envidaram-se esforços para ampliar e fortalecer as ações para implementação do Sistema Integração-Lavoura-Pecuária-Silvicultura (ILPS), de forma a recuperar áreas degradas, principalmente, as pastagens e áreas abandonadas, em função da redução de sua capacidade produtiva. Buscou-se, também, implantar projetos com enfoque de bacia hidrográfica como unidade de planejamento e ocupação do espaço rural, pressupondo para tanto a conjugação de esforços humanos, materiais e financeiros, no sentido de reduzir o paralelismo de ações.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os principais desafios para atingir uma agricultura sustentável residem nas buscas da minimização dos impactos ecológicos decorrentes da perda da diversidade biológica face à retirada da cobertura natural; da redução da erosão e de outros processos de degradação do solo, bem como os seus reflexos sobre o ciclo hidrológico nas bacias hidrográficas, sobre as águas e, conseqüentemente, sobre as comunidades aquáticas e pelo controle da utilização dos agroquímicos, face aos seus efeitos deletérios e/ou cumulativos nas diversas cadeias tróficas.

A degradação do solo acontece em decorrência da exploração sem a observância de sua capacidade de uso, sem a aplicação de tecnologias de manejo adequadas e do uso intensivo da moto mecanização. Dentre as práticas que vêm contribuindo com essa situação destacam-se:

a) desmatamento de encostas, matas ciliares e áreas de nascentes;

b) localização e construção incorreta de estradas vicinais;

c) desconhecimento por parte dos agricultores e do poder público municipal acerca dos cuidados e tecnologias apropriadas para preservar o solo e reter a água das chuvas;

d) escassez de crédito para investimentos em preservação ambiental;

e) inexistência de instrumentos efetivos de política pública para a proteção de solo e água;

f) baixa capacidade de organização dos pequenos agricultores para fazer frente às exigências relativas à gestão do negócio agrícola, manejo ambiental incluso, dentre outros.

As conseqüências derivadas de exploração inadequada se traduzem em:

a) perdas do solo agricultável por meio da erosão e, conseqüentemente, de sua capacidade produtiva;

b) redução da capacidade de recarga dos lençóis freáticos, com reflexos negativos na vazão dos cursos d'água;

c) assoreamento de córregos, rios e lagos;

d) redução da vida útil de represas;

e) água de baixa qualidade para abastecimento urbano;

f) aumento dos custos dos alimentos produzidos;

g) empobrecimento do agricultor;

h) abandono da terra;

i) agravamento da situação do desemprego nos centros urbanos.

De acordo com o Instituto Agronômico de Campinas (IAC), somente o Estado de São Paulo perde, a cada ano, 194 milhões de toneladas (t) de terras férteis. A quantidade de nutrientes perdida nessas terras equivale, em termos de fertilizantes, a algo em torno de US$ 200 milhões. Esses prejuízos econômicos são relativos apenas aos nutrientes carreados para fora das propriedades, sem considerar a enorme perda de capacidade produtiva dos solos, ou, ainda mais importantes, as perdas de matéria orgânica, fonte primordial de Nitrogênio e responsável pela Capacidade de Troca Catiônica (CTC) dos solos, além de constituir um forte indicativo dos demais impactos ambientais daí decorrentes.

Pesquisas realizadas no Estado do Paraná demonstram perdas de 15 a 20 t/ha/ano de solos em áreas intensamente mecanizadas, representando uma perda de nutrientes no valor de US$ 250 milhões. Existem evidências indicando que a deposição de sedimentos, além de provocar o assoreamento dos mananciais e reduzir a capacidade armazenadora dos reservatórios, aumenta os custos de tratamento de água para o abastecimento urbano, e afeta, negativamente, toda a ictiofauna regional.

Elemento importante a considerar é que, em face da ausência de práticas adequadas de conservação no âmbito das bacias hidrográficas, há um incremento de 50% no custo anual de manutenção das estradas vicinais, avaliado em US$ 950/km/ano. Segundo o Departamento Nacional de Estradas de Rodagens (DNER), citado por Landers et.al. (2001), em 2000 o País tinha 1.265.907 quilômetros (km) de estradas não-pavimentadas, cujos custos de manutenção, somente para aos cofres públicos, estimam-se em R$ 538 milhões. De acordo com Ross L.C. (2000), somente na região dos Cerrados, existem cerca de 31 milhões de hectares (ha) de pastagens, quase todas consideradas degradadas ou em processo de degradação. Essas pastagens mantêm uma capacidade de suporte que varia em torno de 0,5 a 1,2 UA/ha/ano.

Dados da Fundação MS de Pesquisa demonstram que após a recuperação desses solos num processo de Integração Lavoura - Pecuária em Sistema Plantio Direto, após dois ou três anos de soja, é possível produzir 20 arrobas de carne no primeiro ano, diminuindo gradativamente a produção no segundo, terceiro e quarto anos, respectivamente para 14 arrobas, nove arrobas e 5,4 arrobas/ha/ano, demonstrando a importância da aplicação de tecnologia apropriada de manejo de solo para a sustentabilidade do processo produtivo e para o desempenho econômico da atividade na região.

Estimativas do Banco Mundial para o Estado do Paraná apontam para cifras de R$ 10,70 por 10.000 metros cúbicos (m^3) de água tratada. A questão da água para consumo humano assumiu proporções de tamanha gravidade que hoje compõe a agenda de governos de diversos países, inclusive do Brasil, onde grande parte dos sistemas hídricos encontra-se

em condições críticas devido a uma demanda crescente, associada ao excesso de carga de poluentes domésticos e industriais.

O quadro atual do desenvolvimento sócio-econômico do País demonstra de forma inequívoca que a sustentabilidade das atividades agropecuárias está intimamente ligada ao uso e à conservação do solo e dos sistemas hídricos, que deverão ser conduzidas dentro de num processo integrado e participativo de gerenciamento de bacias hidrográficas, sendo o setor público o definidor de políticas e promotor de investimentos que, em uma atuação compartilhada com o setor privado, garantirá impactos positivos dos investimentos financeiros e de capital humano decorrente do uso sustentável dos recursos naturais renováveis, com benefícios para as gerações atuais e futuras.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- A Taxa de Utilização e Manejo adequado do solo em 2007 alcançou a 31% do total da área agricultável do País. Superou-se a meta proposta de 29,56% para o mesmo ano.

- A Taxa de Utilização e Manejo adequado do solo verificou aumento de 3,56% entre 2006 e 2007, com expansão de igual proporção nas áreas cultivadas com sistemas conservacionistas de solo e água, sobretudo utilizando-se o sistema plantio direto.

- Crescimento de 3 milhões de ha sob plantio direto, de 22 milhões em 2003-2004, para 25 milhões em 2007.

- Treinados 267 produtores, tornando-os aptos a desenvolverem ações conservacionistas de solo e água.

- Treinados 435 técnicos e agentes atuantes nas cadeias produtivas, em cursos de capacitação de práticas e sistemas conservacionistas de solo e água.

- Redução da taxa de desmatamento, em função da aplicação de tecnologias na recuperação de pastagens degradadas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Nas ações de Organização e Capacitação de Agentes em Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais, foram realizados cursos de capacitação sobre práticas e sistemas conservacionistas de solo e água, tais como Integração Lavoura-Pecuária-Silvicultura e Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais, para técnicos e agentes atuantes nas diversas cadeias produtivas com vistas a garantir e fortalecer o agronegócio brasileiro. Também, foram treinados produtores, tornando-os aptos a desenvolverem ações de conservação de solo e água, bem como efetivada a implantação do Projeto em microbacias hidrográficas, utilizando-se da metodologia do Produção Integrada de Frutas (PIF), para implantação de unidades comparativas e demonstrativas, sobre as boas práticas agrícolas, nos Estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os recursos destinados ao Programa de Conservação de Solo na Agricultura não foram suficientes para atender as demandas oriundas dos Estados e Municípios, as que poderiam ter culminado em resultados mais expressivos, caso houvesse maiores dotações. A situação poderá ser melhorada nos exercícios futuros caso não haja contingenciamentos. Cabe, no entanto, ressaltar que a superação da meta prevista para o final do PPA foi alcançada com muito esforço e empenho dos gestores do programa junto ao MAPA, associado às formas de parcerias adotadas.

Os principais entraves observados ao longo do PPA de 2004-2007 foram derivados das constantes limitações orçamentárias e a não liberação dos recursos nas épocas adequadas, ou seja, durante o ciclo da cadeia produtiva, considerando que a agricultura é uma atividade altamente sazonal. Mesmo assim, foram obtidos resultados significativos para o Brasil, no que concerne a Conservação do Solo e da Água e o aumento da adoção de práticas conservacionistas, tendo como exemplo a área sob plantio direto, que cresceu de 22 milhões de ha em 2003-2004, para 25 milhões em 2007. Atrasos na celebração de convênios e liberação de recursos também constituem entraves para não alcançar metas mais ambiciosas.

No relativo a monitoramento das ações utilizaram-se: reuniões mensais da equipe de coordenação para ajustes do andamento do Programa aos resultados alcançados com as atividades executadas, refazer o planejamento das atividades e eleger novas formas de monitoramento. Também, foram realizadas reuniões semanais, de forma a acompanhar de perto os resultados parciais obtidos no cumprimento das ações estabelecidas, necessárias para ajustar os resultados alcançados, até esse momento, às metas estabelecidas para o período. Paralelamente, houve reuniões com as entidades parceiras. Encontra-se em estudo a implementação de formulário para acompanhamento de ações, visando sistematizar os resultados e possibilitar monitoramento e avaliação mais efetivos. Efetivaram-se visitas locais para observar o grau de implementação das ações e atividades previstas, possibilitando melhor cumprimento das metas previamente estabelecidas, incluindo desde os processos para capacitação de técnicos e produtores rurais até o estabelecimento de unidades de comparação e demonstração. A coordenação mantém sistema digitalizado das ações, tanto as previstas quanto as realizadas, bem como acompanhamento financeiro para utilização dos recursos. As informações das ações do Programa são lançadas sistematicamente no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan). Elaboram-se relatórios periódicos de gestão, em atendimento às normas do PPA, bem como relatórios gerenciais específicos para conhecimento das chefias imediatas e para divulgação do Programa como instrumento de monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas.

Além dos instrumentos citados para monitoramento e avaliação, a coordenação dispôs de outros mecanismos para verificação das atividades executadas, quais sejam os relatórios de deslocamento e participação de técnicos em reuniões técnicas, eventos de capacitação, grupos de trabalho, bem como do encaminhamento de relatórios enviados pelos parceiros e pelas Superintendências Federais de Agricultura (SFAs), descrevendo as atividades executadas no âmbito do PPA.

A execução física prevista para o ano de 2007 foi atingida. O bom desempenho foi alcançado apesar dos problemas ocorridos durante o PPA 2004-2007. A liberação fragmentada dos recursos orçamentários durante o período de execução das ações atrapalhou o pleno

cumprimento das metas inicialmente fixadas, obrigando ao gestor público responsável pela execução da ação a redobrar esforços.

O setor agropecuário, altamente sazonal, requer a liberação de recursos em períodos previamente definidos que acompanham o ciclo biológico do processo produtivo. Tais períodos atendem a calendários específicos e não dispõe de recursos no tempo correto, limita a realização de certas atividades no ano agrícola e, conseqüentemente, impossibilita atingir metas físicas programadas naquele ano. Caso esses problemas fossem superados, as áreas passíveis de adoção de práticas conservacionistas poderiam ser maiores, permitindo elevar quantitativamente o público alvo e os benefícios ambientais decorrentes das boas práticas.

O volume de recursos liberados ao longo do ano de 2007 pode ser considerado suficiente para o atendimento dos objetivos traçados e das ações executadas pelo Programa.

A descontinuidade do fluxo de recursos previstos e liberados para o Programa se apresenta como o maior responsável pelas dificuldades enfrentadas para atingir metas estabelecidas. Tal fato exige uma constante reformulação das ações, anteriormente programadas, de forma a se adaptarem aos valores liberados naquele momento, gerando, dessa maneira, uma perda de tempo e de recursos consideráveis na elaboração de novas programações ajustadas e no convencimento dos principais parceiros para que não desistam do projeto, ou mesmo do convênio. Pois, refazer uma expectativa frustrada é algo que demanda uma energia muito grande, além de recursos públicos. Mesmo com tantos problemas, foi possível harmonizar as metas físicas alcançadas com as metas programadas.

Acusou-se deficiência de equipamentos em quantidade suficiente para toda a equipe técnica, como computadores portáteis, Sistema de Posicionamento Global (GPS), câmaras digitais para uso em deslocamento, de forma a viabilizar avaliações e monitoramentos mais abrangentes das atividades desenvolvidas nas áreas afins e pelos parceiros. Tais deficiências são observadas também nas SFAs, unidades descentralizadas do MAPA que realizam grande parte das auditorias locais.

A reestruturação do MAPA não foi complementada com infra-estrutura suficiente nos Serviços de Políticas e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAGs), criados no âmbito das SFAs, como órgãos de apoio responsáveis pala execução do Programa nos Estados. Isto dificulta as ações dos técnicos envolvidos na avaliação e no monitoramento, por falta de condições adequadas para atingir as metas programadas.

A equipe gerencial carece de maior número de fiscais federais agropecuários (FFA) e de pessoal administrativo para realização das atividades de avaliação e monitoramento das ações executadas, considerando que a demanda por uma agropecuária feita em bases sustentáveis é cada vez maior, bem como as exigências dos mercados internacionais para obtenção de produções limpas, rastreadas e seguras, além de exigências para o controle e fixação de carbono.

Nas SFAs existe também carência de FFA e de pessoal administrativo para acompanhar e monitorar as atividades desenvolvidas. Faz-se necessário maior investimento na capacitação técnica e gerencial da equipe de coordenação e dos técnicos de execução.

Face ao atraso na liberação de recursos, as entidades parceiras, interessadas em firmar convênios, não conseguem providenciar a regularização da situação junto aos órgãos de controle envolvidos. Os recursos orçamentários, não sendo liberados em tempo hábil, contribuem para que pleitos existentes para a firma de convênios sejam inviabilizados em decorrência da falta de adimplência da entidade interessada, afetando seriamente a continuidade dos convênios.

A execução de ações com recursos descentralizados, tanto nas Superintendências, quanto para parceiros executores, via convênios, tem atingido altos índices de desempenho, por serem ações previamente negociadas e programadas com ampla participação das partes interessadas e com foco nos objetivos do Programa. Existe boa integração entre a gerência e os entes executores de modo geral.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa tem realizado parcerias com entidades não-governamentais, como entidades sem fins lucrativos, a exemplo de cooperativas, sindicatos e associações de produtores, ainda que de forma incipiente. Os resultados têm sido satisfatórios e as parcerias devem ser incentivadas.

A participação social tem sido importante para identificação de prioridades que sejam uma demanda dos futuros beneficiários do Programa, bem como pela possibilidade de ajustes às atividades programadas e pelo constante processo de avaliação dos grupos envolvidos.

A satisfação dos beneficiários é avaliada ao final dos eventos de capacitação e em reuniões de trabalho, servindo para redirecionar os conteúdos programáticos dos cursos e adaptação das atividades para melhorar o desempenho do Programa.

O Programa de Manejo e Conservação do Solo na Agricultura possui características excepcionais em sua concepção, dada a importância da conservação do solo e da água para uma agropecuária sustentável. A grande preocupação global reside hoje no desenvolvimento sustentável como processo de garantia de produção continuada e segura, em quantidade e qualidade, atendendo requisitos econômicos, ambientais e sociais para uma produção continuada. Intensidade crescente de adoção de práticas conservacionistas promove maior infiltração de água e menor aquecimento do solo, além de estimular a reestruturação de solos degradados. A ampliação do Programa em questão promoverá aumento de benefícios sociais, econômicos e ambientais.

Aumento de recursos orçamentários futuros para esse tipo de Programa serão plenamente aceitos pela sociedade como um todo, em face das reivindicações por um desenvolvimento agropecuário em bases sustentáveis, de forma a garantir produção de alimentos, matérias-primas e fibras, bem como minimizar o comprometimento dos recursos naturais. Além disso, há intensa e crescente preocupação com as mudanças climáticas, para a qual a conservação de solo se revela de importância extrema pela correlação positiva com o desenvolvimento de ações para redução do efeito estufa.

MINIMIZAÇÃO DE RISCOS NO AGRONEGÓCIO

GERENTE DO PROGRAMA

Edilson Guimarães

OBJETIVO

Minimizar os riscos da atividade agrícola, decorrentes da Ação de agentes biológicos e climáticos.

PÚBLICO-ALVO

Produtores agrícolas, cooperativas, agentes financeiros de crédito e seguro rural

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 156.338.656,00	Empenho Liquidado:	R$ 117.931.306,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 117.931.306,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PPORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Percentual de Área Segurada - Porcentagem	-	-	-	3,54	9,13	38,77%
2. Taxa de Acerto nas Previsões do Tempo - Porcentagem	-	85,40	86,40	89,75	88,00	101,99%
3. Taxa de Ocorrência de Perdas por Eventos Climáticos dos Empreendimentos Enquadrados no Proagro - Porcentagem	-	-	-	4,00	14,00	28,57%
4. Taxa Média de Adesão ao Seguro Rural - Porcentagem	-	51,90	60,60	63,00	52,00	121,15%

1. PERCENTUAL DE ÁREA SEGURADA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

O índice apurado ficou abaixo do previsto devido à insuficiente demanda dos produtores rurais para a utilização dos recursos de subvenção disponibilizados em 2007. Entre os motivos, destacam-se a falta de cultura do produtor rural na contratação de seguro agrícola e a baixa oferta de produtos de seguro no mercado pelas seguradoras. Em retificação ao que foi informado na avaliação do PPA 2006, em 2007, não foi utilizado o Produto Interno Bruto (PIB) agrícola e optou-se por continuar utilizando a área plantada beneficiada pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) como base para apuração deste indicador.

2. TAXA DE ACERTO NAS PREVISÕES DO TEMPO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

A ampliação da rede de estações meteorológicas, com a instalação de 117 estações automáticas em 2007, a maior informatização e a atualização dos profissionais do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) contribuíram para a superação do índice previsto para o final do PPA.

3. TAXA DE OCORRÊNCIA DE PERDAS POR EVENTOS CLIMÁTICOS DOS EMPREENDIMENTOS ENQUADRADOS NO PROAGRO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice apurado foi inferior ao previsto face à menor ocorrência de eventos climáticos adversos, durante o período de 2007, nos empreendimentos amparados pelo Proagro - menor número de Comunicação de Perdas (COP) –, além da efetividade do zoneamento agrícola de risco climático, cuja metodologia admite a possibilidade de perdas de safras devido a eventos climáticos adversos de 20% dentro de um período de 10 anos (ao longo de 10 anos, o zoneamento indica a possibilidade de sucesso em oito anos).

4. TAXA MÉDIA DE ADESÃO AO SEGURO RURAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice apurado ficou acima do previsto devido ao maior número de enquadramentos de operações de custeio agrícola no Proagro, o que reflete a maior procura por parte dos produtores rurais por programas que garantam a produção agrícola contra perdas ocasionadas por eventos climáticos adversos. O nome desse indicador foi considerado inadequado, uma vez que só leva em consideração as operações enquadradas no Proagro, desconsiderando as operações contratadas no seguro rural privado. Solicita-se a mudança do seu nome para Taxa de Adesão ao Proagro.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A atividade agrícola está sujeita a um conjunto de fatores de risco que independem do domínio dos agricultores, sendo os mais relevantes os decorrentes de fenômenos climáticos adversos e a incidência de pragas e doenças, com reflexos negativos na renda do agricultor e na produção e produtividade das culturas. O zoneamento agrícola auxilia na habilitação dos produtores para enfrentarem os riscos inerentes à sua atividade, com base em informações sobre tempo, pluviometria, solo e cultivares, sugerindo os momentos de plantio e as culturas adequadas para cada região. Para tanto, há que se realizar levantamentos meteorológicos e climatológicos com elevado grau de acerto e com a escala adequada ao atendimento das necessidades de informações do setor produtivo. O zoneamento também orienta a contratação de seguro da produção, instrumento tão relevante para um setor com baixo nível de capitalização e que enfrenta dificuldades para suportar a totalidade dos riscos.

Aí, o problema recai sobre a insipiência do setor segurador privado brasileiro no segmento de seguro agrícola, requerendo ação positiva do Estado para viabilizar a superação de tamanho desafio para o setor agropecuário e, em última análise, para a auspiciosa meta de regulação do abastecimento alimentar brasileiro e da mitigação da fome das camadas sociais marginalizadas. Por tudo, o Programa encontra respaldo na Orientação Estratégica de Governo e na maior meta traçada pelo Presidente da República para marcar a sua gestão.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Utilização de R$ 60,96 milhões com o pagamento de subvenção ao prêmio de seguro rural, o que permitiu o atendimento a 27.846 produtores rurais com a contratação de 31.637 apólices de seguro, dando cobertura para 2,27 milhões de hectares (ha) em área segurada e garantindo capital segurado da ordem de R$2,7 bilhões.

- Ampliação do número de culturas e Unidades da Federação contempladas com o zoneamento agrícola de risco climático, com a realização de 224 zoneamentos, o que contribuiu para a minimização de perdas agrícolas causadas por eventos climáticos adversos.

- Instalação de 117 estações meteorológicas automáticas adquiridas em 2006, ampliando a capilaridade de captação de informações meteorológicas no País, e sua divulgação por meio de boletins agroclimatológicos, publicações diárias, avisos meteorológicos especiais e acessos à Internet.

- Julgamento de 5.594 recursos impetrados por produtores rurais junto à Comissão Especial de Recursos (CER), referentes a operações de crédito de custeio amparadas pelo Proagro, propiciando aos mutuários a quitação de seus créditos de custeio agrícola de forma tempestiva.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O bom desempenho de todas as ações contribuiu para o alcance do objetivo do Programa. Embora a Ação Julgamento de Recursos em Processos de Sinistros tenha sofrido contingenciamento, os objetivos do Programa não foram afetados.

Considerando-se as ações que possuem meta física, o Programa aproximou-se de 100% de cumprimento, com destaque para as ações Implantação de Estações Automáticas de Coleta de Dados Meteorológicos, Zoneamento Agrícola e Julgamento de Recursos em Processos de Sinistros.

Apenas para a Ação Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas os recursos foram insuficientes, dado o aumento da procura por informações meteorológicas.

Embora a ação Cobertura de *Déficit* nas Operações de Seguro Rural, coordenada pelo Ministério da Fazenda (MF), contasse com recursos da ordem de R$ 23 milhões, foram executados apenas R$ 2,4 milhões, conseqüência das boas condições climáticas para a agricultura durante o ano de 2007 e, portanto, baixa demanda pelos recursos do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR).

A Ação GAP apresentou um percentual maior de liquidação que as demais ações do Programa. No entanto, observa-se diminuição tanto nos percentuais de recursos da GAP previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), no total do Programa, diminuindo de 14,81% em 2006 para 11,27% em 2007, quanto nos recursos de empenho liquidado desta Ação, de 25,11% em 2006 para 14,93% em 2007, caracterizando o aprimoramento dos gastos administrativos do Programa.

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações podem resumir-se em:

a) reuniões de trabalho realizadas periodicamente com coordenadores de ação;

b) sistemas informatizados por meio de consulta e validação das informações de cada ação, atualizadas mensalmente pelos coordenadores de ação nacional diretamente no Sistema Integrado de Planejamento (Siplan) do MAPA;

c) relatórios de gestão, elaborados anualmente pelos Coordenadores de Ação Nacional (CAN) sobre os resultados alcançados por suas respectivas ações no ano anterior que é e encaminhado para o gerente-executivo do Programa e posteriormente para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP);

d) outros, como no caso de aquisição e instalação de estação meteorológica automática, onde o monitoramento é contínuo, uma vez que imediatamente após instalada uma estação automática, começa a transmissão de dados meteorológicos coletados, os quais passam a fazer parte do acervo de dados que o INMET rotineiramente coleta em todo o País, alimentando o sistema de previsão de tempo e de monitoramento climático.

Avaliação dos recursos humanos na implementação do Programa:

a) quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras - nas ações de Implantação de Estações Automáticas de Coleta de Dados Meteorológicos, a limitação tem sido amenizada por meio de contratação de serviços terceirizados. Para a Ação Implantação da Rede de Telecomunicações de Dados Meteorológicos, a falta de recursos humanos acarreta em sobrecarga da equipe existente. Já para as ações Zoneamento Agrícola e Julgamento de Recursos em Processo de Sinistros, há a necessidade da contratação de pessoal das áreas de agronomia e apoio administrativo;

b) insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial – para as ações Zoneamento Agrícola e Julgamento de Recursos em Processo de Sinistros, há a necessidade de treinamento em liderança de equipe;

c) insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras - na Ação Concessão de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, é necessário um curso básico de seguros para a equipe executora. Já para as ações Zoneamento Agrícola e

Julgamento de Recursos em Processo de Sinistros, há necessidade de treinamento em informática, organização do tempo e motivação no ambiente de trabalho.

Quanto a restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto, podem mencionar-se:

a) atraso na liberação de recursos – na Ação Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas, houve atraso na liberação dos recursos financeiros, que foram feitos somente em abril de 2007;

b) dificuldades de celebração de convênios na gerência - na Ação Implantação da Rede de Telecomunicações de Dados Meteorológicos, os acordos são importantes para a instalação das redes, pois garantem a segurança do local;

c) outros - na Ação Implantação de Estações Automáticas de Coleta de Dados Meteorológicos, houve dificuldade em estabelecer parcerias com instituições que garantam um mínimo de segurança ao material, contra a ação de vandalismo.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. Os membros do colegiado da CER são oriundos de órgãos públicos e da iniciativa privada. O maior relacionamento entre os membros do colegiado pode melhorar a formação de *quorum* para realização das reuniões regionais de julgamento. A Ação Zoneamento Agrícola é executada por meio de contrato de prestação de serviços e entrega de produtos, firmado entre o MAPA e a empresa contratada por meio de licitação pública. Foram realizadas reuniões com a coordenação da empresa contratada para melhoria constante dos relatórios mensais de entrega dos zoneamentos agrícolas e ajustes de metodologia. Na Ação Concessão de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, as sociedades seguradoras habilitadas no PSR atuam como intermediárias para que a subvenção ao prêmio do seguro rural chegue aos produtores rurais, beneficiários e público-alvo desta Ação. A despeito de algumas dificuldades enfrentadas em anos anteriores, sobretudo em virtude do desconhecimento das regras do Programa de Subvenção, em 2007, houve uma maior agilidade, tanto nos aspectos administrativos, quanto na operacionalização do PSR.

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social:

a) Ouvidoria - na Ação Julgamento de Recursos em Processo de Sinistros, há consultas sobre o Proagro e andamento de processos da CER. Na Ação Zoneamento Agrícola, há recebimento, tratamento e respostas de consultas;

b) reunião com grupos de interesse - na Ação Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural, a equipe gerencial e executora está em constante contato com as entidades representativas dos produtores rurais. Na Ação Zoneamento Agrícola, há reuniões com entidades representativas de produtores rurais nos Estados,

Secretarias de Agricultura, entidades de pesquisa e representantes da Secretaria de Política Agrícola das Superintendências Federais de Agricultura do MAPA;

c) outros - na Ação Julgamento de Recursos em Processo de Sinistros, há o atendimento por telefone de consultas de mutuários sobre andamento de processos na CER.

Em algumas ações, a participação social serviu para aprimorar seu desempenho, como a inclusão de novas culturas subvencionáveis e o aprimoramento do zoneamento agrícola.

Em algumas ações faltam recursos financeiros para realizar uma pesquisa de satisfação entre os beneficiários do Programa. No caso da Ação de Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural estuda-se a viabilidade de se desenvolver mecanismo para apurar a satisfação do público-alvo.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. Na Ação Julgamento de Recursos em Processo de Sinistros, há planejamento anual, acompanhamento na execução das tarefas, reuniões com a equipe para avaliação de metas propostas, liderança participativa, e publicação tempestiva das resoluções da CER no Diário Oficial da União (DOU). Na Ação Zoneamento Agrícola, recorre-se ao planejamento anual, acompanhamento na execução das tarefas, reuniões com a equipe para avaliação de metas propostas, liderança participativa, fiscalização efetiva do contrato em vigência quanto à entrega dos relatórios de execução dos zoneamentos agrícolas e a publicação tempestiva das portarias de zoneamento de acordo com o calendário agrícola.

Em relação à implementação do Programa, são necessárias a contratação de profissional técnico para o INMET e a capacitação das equipes gestora e executora. Além disso, os processos internos para celebração de convênios do MAPA devem ser revistos, de modo a conferir maior celeridade administrativa ao andamento das propostas.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL PARA A INSERÇÃO SOCIAL

GERENTE DO PROGRAMA

Silvio Crestana

OBJETIVO

Construir base de conhecimentos científicos e tecnológicos em atividades agropecuárias e agroindustriais voltada aos empreendimentos de pequeno porte.

PÚBLICO-ALVO

Produtores, trabalhadores e comunidades ligadas à produção agropecuária e extrativista de base familiar, assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais e empreendimentos agropecuários e agroindustriais de pequeno porte, com baixa capacidade de inserção social e econômica

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 14.429.174,00	Empenho Liquidado:	R$ 13.883.807,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 13.883.807,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número-Índice da Produtividade dos Pesquisadores envolvidos nos Projetos Financiados pelo Programa - Índice numérico	-	95,00	99,00	105,00	105,00	100%

1. NÚMERO-ÍNDICE DA PRODUTIVIDADE DOS PESQUISADORES ENVOLVIDOS NOS PROJETOS FINANCIADOS PELO PROGRAMA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

O índice ao final de quatro anos do PPA foi alcançado conforme esperado, mostrando que a produtividade dos pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) superou o previsto em 5%. Isso se deve ao alto nível de formação dos profissionais e ao alto nível de dedicação e efetividade na busca por respostas às demandas da sociedade brasileira.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Ao mesmo tempo em que se reconhece o papel do agronegócio no desenvolvimento social e econômico do Brasil, apoiado em esforços da pesquisa científica e tecnológica nacional, fica claro que um conjunto muito importante de segmentos sociais ligados à atividade de produção agropecuária de base familiar e às comunidades tradicionais ficaram à margem ou foram excluídos ao longo dos processos de desenvolvimento do País. Embora a questão tecnológica possa ser importante para alguns estratos que compõem esse conjunto, fica evidente que a tecnologia, por si, não é suficiente para promover a inclusão social de muitos outros estratos, como os que não reúnem certas condições básicas de acesso a terra, de organização, de base técnica e social para criar meios e instrumentos para acessar, processar e utilizar informação técnica para gerar renda e outros meios de vida.

Da mesma forma, em termos espaciais, o desenvolvimento do agronegócio do País não foi equânime. Surge daí a necessidade de se promover concerto institucional amplo, ao tempo que seja promovida a construção das bases sociais necessárias para qualificar esses estratos e alcançar meios de vida, visando potencializar o desenvolvimento territorial como forma de oferecer oportunidades para torná-los sustentáveis, do ponto de vista social e econômico. Somente nesse âmbito, o desenvolvimento científico e tecnológico passa novamente a ter papel importante como base para o desenvolvimento.

Entretanto, certas condições como organização e representatividade social, capacidade gerencial e viabilidade econômica, que são tomadas como pré-requisitos já atendidos para o desenvolvimento tecnológico do agronegócio comercial, não podem ser tomadas como satisfeitas para esse grupo. Programas estruturantes de pesquisa, com objetivos de ofertar conhecimentos necessários para promover a inclusão social devem incluir componentes fundamentais de pesquisa em ciências sociais e humanas, associadas à pesquisa tecnológica propriamente dita, com ênfase em métodos participativos.

Um programa de pesquisa estruturante, em suporte ao desenvolvimento rural, à inclusão social e aos meios de vida sustentáveis, deve buscar desenvolver modelos inovadores de organização e de associativismo adequados aos vários estratos sociais que compõem esse conjunto, reproduzíveis, de grande efeito multiplicativo; modelos de organização e desenvolvimento territorial, explorando características sociais, culturais, ambientais e econômicas para gerar meios de vida sustentáveis; modelos de agregação de valor explorando, entre outros aspectos, a multifuncionalidade do meio rural ou potencial de processamento agroindustrial; modelos e instrumentos de gestão adaptados aos empreendimentos e propriedades de pequeno porte; inovações nos processos de logística e comercialização visando diminuição de custos de transação; intensificação técnico-científica e da inovação nos sistemas de produção; e modelos inovadores de capacitação e transferência de tecnologia, entre outros.

Esse Programa de pesquisa, de caráter interinstitucional e transdisciplinar, forneceria os elementos estruturantes para apoiar efetivamente políticas públicas e Programas mais específicos de desenvolvimento, fomento, capacitação e transferência de tecnologia

visando a inclusão social desse segmento em bases não-emergenciais, mas pela superação de restrições estruturais, de longo prazo. Esse Programa deve ter como conseqüência, organizar os esforços, hoje dispersos, e obter sinergia transdisciplinar e interinstitucional na busca de métodos, instrumentos e meios que contribuam para dar soluções estruturais aos problemas de desenvolvimento social, inclusão e abertura de oportunidades para obtenção de meios de vida sustentáveis para enormes estratos sociais marginalizados. Além das óbvias implicações de caráter social, o Programa pode contribuir para aliviar as pressões para ações e políticas compensatórias emergenciais, além do que, a solução estrutural do problema traria, a médio e longo prazo, benefícios econômicos, tanto pela dinamização econômica do território, quanto pela acumulação potencial de riqueza, pelo potencial de aumento da oferta de emprego e oportunidades de renda, quanto pela interrupção do círculo vicioso de reprodução de carências e pobreza.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS E ESPERADOS

• Sistema de produção familiar para convivência com o Semi-árido brasileiro – a implementação objetiva o desenvolvimento e a potencialização de sistemas de produção familiar, que envolvem as culturas do algodão, sisal, amendoim, gergelim, mamona, mandioca, feijão e milho. Envolvem também a criação de pequenos animais. Enfatiza-se a diversificação de cultivos, a criação de pequenos animais e o manejo da Caatinga, como capazes de proporcionar aumento de renda para os agricultores, segurança alimentar para suas famílias, diminuição no processo de degradação dos solos e vida digna para os agricultores e agricultoras familiares. A diversificação de cultivos gera produtos para alimentação da família e produtos para comercialização no mercado, o que rende divisas para a propriedade familiar.

• Diversificação da citricultura gaúcha e tecnologias para a otimização da produção de mudas certificadas – com as novas cultivares e mudas de qualidade disponíveis, espera-se a ampliação da cadeia produtiva de citros do Rio Grande do Sul e a expansão da cultura para outras regiões do Estado. Essa diversificação traz benefícios para todos os setores envolvidos: viveiristas, produtores, distribuidores de insumos, atacadistas, varejistas e, principalmente, consumidores de frutas. Desta forma, é aproveitado o potencial agroclimático existente no Estado, com conseqüente geração de empregos e de renda. A substituição gradual do sistema de produção de mudas a campo para o sistema em ambiente protegido melhorará o padrão genético, fitotécnico e fitossanitário das mudas, atendendo a legislação vigente, e oferecendo aos produtores mudas de qualidade.

• Biodiversidade de peixes da região pantaneira: avaliação quanto à composição em ácidos graxos, colesterol e nutrientes – foram publicados os resultados da composição dos filés de peixe, quanto aos nutrientes, minerais, valor calórico, ácidos graxos e colesterol de oito espécies de peixe, coletados em duas épocas do ano. Foram publicados, também, resultados de composição dos pratos de peixe prontos para consumo quanto aos nutrientes, minerais, valor calórico, ácidos graxos e colesterol, além da publicação do estudo de seleção dos pratos típicos e da estimativa do aporte de nutrientes a partir de dados de consumo de peixe na região.

• Desenvolvimento de tecnologias para a produção sustentável da espécie arbórea Nim (*Azadiracta indica*) e sua utilização como inseticida natural no âmbito da agricultura familiar – com a implementação do projeto será constituída base de dados científica para as indicações de plantio da cultura. Também será garantido que mediante novas ações de pesquisa nas regiões selecionadas, o cultivo do Nim propiciará a agregação de renda, principalmente, aos pequenos e médios produtores rurais, através do acesso aos diferentes produtos ofertados pela espécie como: folhas, frutos, madeira, lenha, moirões, carvão, etc.

• Bases científicas para o uso seguro de insumos alternativos em sistemas de produção ecológicos na agricultura familiar – a implementação do projeto trará, como resultado amplo, a diminuição do empirismo no uso dos insumos alternativos na agroecologia. Isto ocorrerá pelo conhecimento da composição química e biológica dos insumos, pela caracterização da eficiência destes insumos quando usados em sistemas de produção de hortaliças e frutas, pelo estudo dos modos de ação destes insumos e pelo monitoramento e avaliação dos impactos sobre saúde e ambiente. O conhecimento de todos estes componentes do processo permitirá o aumento da eficiência dos insumos e seu uso mais seguro, tanto aos agricultores como para os consumidores.

• Adaptação e utilização de dispositivo metodológico participativo para apoiar o desenvolvimento sustentável de assentamentos de reforma agrária – a implementação do projeto objetiva a promoção do desenvolvimento sustentável de assentamentos de reforma agrária em Unaí (MG), por meio da adaptação e utilização de dispositivo metodológico participativo de intervenção no meio real, que favoreça a utilização de inovações tecnológicas e sociais pelos assentados. As linhas básicas para implantação do projeto estão organizadas em quatro planos de ação:

a) fortalecimento das organizações sociais: apoio à organização social para promover o desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária do Distrito Federal e Entorno;

b) suporte tecnológico: utilização de uma rede de estabelecimentos de referência para apoiar o desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária do Distrito Federal e Entorno;

c) manejo de recursos naturais: manejo dos recursos naturais e da fertilidade do solo para apoiar o desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária do Distrito Federal e Entorno;

d) inserção no mercado: apoio à inserção favorável dos assentados no mercado visando o desenvolvimento sustentável de assentamentos de reforma agrária do Distrito Federal e Entorno.

• Propagação e formação de mudas de Nó-de-Cachorro (*Heteropterys aphrodisíaca O. Mach.*) – o estudo possibilitou conhecer as formas mais apropriadas de propagação e formação de mudas de Nó-de-Cachorro, reprodução sexuada e assexuada, contribuindo

com novas informações técnicas na área de cultivo de plantas medicinais e aromáticas. O estudo também contribuiu para a conscientização do uso sustentável de recursos naturais, como a biodiversidade da vegetação da área em que o estudo foi conduzido. Sendo assim, a coleta de informações e materiais no campo permitiu a avaliação de formas de propagação para cultivar o Nó-de-Cachorro, buscando viabilizar a produção de mudas da espécie de maneira prática e viável, visando a preservação e a conservação da espécie. Os resultados obtidos também deram suporte às pesquisas em nível molecular que identificaram os metabólitos responsáveis pelos efeitos fitoterápicos.

• Fortalecimento da produção familiar em sistema agroecológico na bacia leiteira do Semi-árido sergipano – a implementação do projeto proporcionará o fortalecimento das organizações sociais como estratégia para promover o desenvolvimento sustentável dos produtores da bacia leiteira do Município de Glória (SE). Espera-se também a geração de tecnologias favoráveis à promoção do desenvolvimento sustentável das propriedades da bacia leiteira do Município de Glória e a melhor inserção dos produtores no mercado promovendo o desenvolvimento sustentável da região.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os resultados foram alcançados dentro do programado e conforme o fluxo financeiro. A execução física alcançou 77,36% das metas físicas previstas nas ações.

Os recursos orçamentários foram suficientes para a execução do Programa; apesar do fluxo de recursos financeiros ter sofrido descontinuidade e ter ocorrido concentração financeira no último trimestre, as metas programadas foram atendidas dentro do previsto.

Mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

a) visitas *in loco* – periodicidade de acordo com a previsão dos cronogramas estabelecidos nos projetos, são realizadas auditorias que verificam a execução e a qualidade dos trabalhos executados, onde as ações são periodicamente revisadas de acordo com as necessidades de cada projeto;

b) sistemas informatizados – a Embrapa dispõe de sistemas de controle que são utilizados para executar, acompanhar, avaliar e auxiliar nas tomadas de decisão nos âmbitos estratégicos, táticos e operacionais da Empresa. São muito importantes para o desenvolvimento dos projetos, mas são principalmente utilizados como ferramentas para o alcance da missão e objetivos descritos no Plano Diretor da Embrapa. Entre eles citamos: o Sistema Embrapa de Gestão (SEG) e o Sistema de Apoio à Decisão Gerencial (Side);

c) relatórios de gestão - de periodicidade anual, apresentando informações solicitadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União (CGU);

d) Infrasig – de periodicidade mensal o Sistema de Planejamento (Siplan) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é utilizado para monitorar os cronogramas físicos e financeiros dos programas e das ações executados pela Embrapa.

O Programa sofreu restrições na sua execução em decorrência de dificuldades derivadas de demora para obtenção de crédito orçamentário adicional (suplementares, especiais ou extraordinários) solicitado por meio de crédito suplementar em outubro e aprovado em dezembro, remanejamento de custeio para investimentos, fonte Agrofuturo no valor de R$149.000,00.

Atraso na liberação de recursos - no decorrer do exercício houve limitação de pagamento nas fontes 0-100, Recursos do Tesouro, 0-148 e 2-100 Agrofuturo, estabelecidos nas Portarias MAPA nºs 130, 210, 237, 391 e 637; por esta razão houve 60% de execução orçamentária até novembro, tendo limite autorizado de 93% para pagamento dos referidos processos. Com este procedimento de apenas executar se houver os financeiros correspondentes, a empresa evitou acréscimos moratórios nas aquisições/contratações de serviços. Em dezembro, houve ampliação do limite e a partir deste fato a Empresa concluiu seus processos de licitação de valor elevado, evitando transtorno com fornecedores por atraso ou falta de pagamento nas datas contratadas.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos – diversos processos de licitação, principalmente os de grande vulto, e celebração de contratos foram objeto de divergências jurídicas, abrangendo as partes envolvidas, Embrapa e participantes do processo.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. O desempenho das parcerias se reflete no bom andamento dos projetos em rede, especialmente com relação aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e nos esforços para ampliação destes arranjos.

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social: reunião com grupos de interesse - forma participativa de concentrar os esforços da programação das pesquisas; discussão em Conselho Setorial - forma participativa de concentrar os esforços da programação das pesquisas.

O MAPA considera que os processos internos para celebração de convênios devem ser revistos, de modo a conferir maior celeridade administrativa ao andamento das propostas.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO

GERENTE DO PROGRAMA

Silvio Crestana

OBJETIVO

Incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos.

PÚBLICO-ALVO

Cadeias produtivas, empreendimentos de produção agropecuária, agroindustrial e atores sociais, políticos e econômicos relacionados ao agronegócio brasileiro e formuladores de políticas para o agronegócio

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 201.714.446,00	Empenho Liquidado:	R$ 199.397.148,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 199.397.148,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número-Índice da Produtividade dos Pesquisadores Envolvidos nos Projetos Financiados pelo Programa - Índice numérico	-	95,00	98,00	104,00	104,00	100%

1. NÚMERO-ÍNDICE DA PRODUTIVIDADE DOS PESQUISADORES ENVOLVIDOS NOS PROJETOS FINANCIADOS PELO PROGRAMA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

O índice ao final de quatro anos do PPA foi alcançado conforme esperado, mostrando que a produtividade dos pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) superou o previsto em 4%. Isso se deve ao alto nível de formação dos profissionais e ao alto nível de dedicação e efetividade na busca por respostas às demandas da sociedade brasileira.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O agronegócio brasileiro, notadamente estratificado em dois grandes conjuntos de segmentos, um de desempenho econômico reconhecido e socialmente integrado, e outro de grande importância social, porém pouco ou nada integrado ao sistema econômico, tem desempenhado papéis importantes no abastecimento do mercado interno de alimentos e matérias-primas, na geração de riqueza, no equilíbrio das contas externas, na geração de emprego e renda e na estabilização de fluxos migratórios, entre outros papéis sociais e econômicos relevantes.

A capacidade demonstrada pelo aparato de pesquisa do País, formado pelo conjunto de instituições de pesquisa e universidades, federais, estaduais e privadas, de produzir conhecimento científico e tecnológico para atender as demandas, solucionar problemas e abrir oportunidades, foi parte importante e necessária para alcançar esse desempenho. Sem dúvida, o agronegócio representa, no Brasil, o segmento que tem a maior taxa de adoção de tecnologia nacional e que mais tem se distinguido, no País, pela competitividade em nível mundial.

A manutenção dessas conquistas, entretanto, exige continuado esforço para prevenir retrocessos e obter avanços. Evitar erosão genética dos materiais em produção, avanços de pragas e doenças, aperfeiçoar o manejo e uso de recursos naturais e do meio ambiente; melhorar o desempenho de sistemas de produção que necessitam estar aliados a avanços de produtividade, de agregação de valor, de defesa sanitária, de aumento da produtividade dos insumos e recursos, de garantia de segurança ambiental e inocuidade. Isso exige a incorporação contínua de inovações, na forma de conhecimentos científicos e tecnológicos, de instrumentos e metodologias de pesquisa, de novos arranjos institucionais e métodos de transferência de tecnologia, aos sistemas sociais e econômicos.

O sistema de produção de conhecimento, pelas suas características próprias, tem um ciclo de produção plurianual, de caráter contínuo, cujo comprimento é determinado pela natureza do objeto de pesquisa, com produto relativamente intangível e seus efeitos nos sistemas produtivos se consolidam após períodos relativamente longos de validação e transferência. Exceto em casos pontuais e especiais, o produto da geração de conhecimento e de tecnologia não é contemporâneo dos seus impactos. Esses se dão com defasagem temporal significativa. Importante notar, portanto, que pelas características do seu processo de produção, as atividades de pesquisa dificilmente podem ser classificadas, acompanhadas e avaliadas como atividades de natureza finalística. Seu caráter é mais bem definido como estruturante, no sentido de fornecer a base técnica na qual se assenta a atividade produtiva do agronegócio. Como tal, ela é uma atividade de construção de futuro e não de impactos no presente.

As conseqüências de negligenciar o investimento contínuo em pesquisa têm duas vertentes: o efeito de não se realizar a atividade de pesquisa e desenvolvimento, em si, e o efeito de não se considerar as características próprias da pesquisa. Com relação ao primeiro ponto, a atividade de pesquisa voltada ao agronegócio tem tanto a característica de manutenção da base técnica, quanto a de avanço da tecnologia para atualização dessa base técnica. Sem os investimentos de manutenção, rapidamente a competitividade do agronegócio se deteriora, pela erosão dos materiais, pela queda de produtividade dos sistemas de produção, pela perda

de resistência ou superação dos meios de combate às pragas e às doenças. A velocidade com que se dá essa perda, via de regra, é diretamente associada à velocidade do ciclo de produção: culturas temporárias perdem competitividade mais rapidamente que as perenes e do que a produção animal. Por sua vez, a produção de animais de ciclo curto (e.g., aves), perde competitividade mais rapidamente que a de ciclo mais longo (e.g., bovinos). Por outro lado, como os principais competidores do agronegócio brasileiro continuam investindo em avanços, o não investimento neste fim implica perda de competitividade de forma diretamente relacionada à velocidade dos avanços obtidos pelos concorrentes. No mundo de relações globalizadas, competitividade significa não só perdas de mercados externos, mas também a possibilidade de perda de mercados internos. Além da questão técnica, em si, o agronegócio é dependente da base de recursos naturais (solo, água, atmosfera) e do uso de serviços ambientais (reciclagem de nutrientes, reciclagem de poluentes, reciclagem de material orgânico, reciclagem de embalagens).

O conhecimento tecnológico é fundamental para garantir a sustentabilidade temporal da oferta desses recursos e serviços, sem os quais a capacidade de suporte do agronegócio se deteriora, sua produtividade e qualidade caem e fica inviabilizado o cumprimento dos seus papéis social e econômico. Nos casos críticos, os efeitos dessa degradação da atividade econômica vão além da questão setorial e geram impactos na qualidade de vida, na saúde e no bem-estar de todos os segmentos sociais, como por exemplo, no oeste catarinense, nas áreas em processo de desertificação do Rio Grande do Sul, em algumas áreas de produção de cana-de-açúcar e álcool, para citar alguns. Em casos menos evidentes, o custo recai sobre as gerações futuras.

Com respeito ao segundo ponto, a não consideração da natureza plurianual e estruturante da atividade, pode provocar a descontinuidade de investimentos, sem considerar razões estratégicas, mas meramente conjunturais. Essas descontinuidades têm um efeito devastador sobre a eficiência e eficácia da atividade de pesquisa, com conseqüências similares à decisão de não investir na atividade de pesquisa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Exploração de novas fontes de germoplasma via programas de pré-melhoramento de espécies autóctones, tais como:

a) abacaxi: foram obtidos descritores que permitem identificar material de interesse ornamental, disponibilizados genótipos para cultivo imediato e para programas de melhoramento genético, sendo também estabelecida metodologia para conservação de germoplasma de abacaxi ornamental;

b) amendoim: duplicaram-se todas as 17 combinações híbridas já existentes, obteve-se quatro híbridos entre os anfidiplóides sintéticos;

c) mandioca: organizada, mantida e ampliada coleção de espécies silvestres de *Manihot*, com inclusão de híbridos obtidos entre a mandioca e oito espécies aparentadas e, também, dos genótipos resultantes dos retrocruzamentos;

d) pimentas: por meio das atividades previstas, envolvendo espécies semi-domesticadas e silvestres, obteve-se a identificação de genes de resistência relacionados às principais doenças da cultura, o estabelecimento de padrões relacionados ao fluxo gênico intra e inter-específicos e uma possível incorporação desses genes em espécies domesticadas, além de ampliar a variabilidade genética disponível, fornecendo novas opções para os programas de melhoramento por meio de um produto mais competitivo e ambientalmente mais sustentável.

• Melhoramento genético de espécies florestais coníferas para produção de madeira e resina – formaram-se povoamentos de semente geneticamente melhorada de espécies de *Pinus*, *Cupressus* e *Cryptomeria*, tornando o seu cultivo mais produtivo e atraente para os pequenos produtores rurais como fonte de madeira para usos múltiplos em suas propriedades ou para venda. Com o uso de sementes produzidas após uma geração de seleção em pomares clonais, houve um aumento de até 30% na produtividade de madeira. Com o estabelecimento de pomares e áreas de produção de sementes, devidamente manejadas, o cenário de escassez de sementes foi revertido com a oferta de maior quantidade e de melhor qualidade. Com a implementação do Programa de Melhoramento Genético e de Produção de Sementes Melhoradas de Espécies Coníferas, a Embrapa tornou-se a principal geradora e difusora de tecnologia de alto impacto na economia e na qualidade de vida do País.

• Monitoramento da sustentabilidade de sistemas de produção de pecuária de corte do Pantanal - por meio desse monitoramento foram determinadas características estruturais e florísticas que favorecem a manutenção da biodiversidade. Isso contribuiu para a definição de estratégias de uso que confiram ao sistema produtivo um equilíbrio entre sustentabilidade ecológica e econômica. Obteve-se parâmetros quantitativos baseados nos modelos logísticos para a ocorrência de espécies da fauna, que possibilitem a tomada de decisões no que corresponde ao manejo da paisagem, da composição e estrutura de *habitats* específicos, além de características desejáveis de micro *habitat*. Identificou-se diferentes impactos ocasionados pelas perturbações ambientais e antrópicas nos diferentes agroecossistemas, que gerou um plano sustentável adaptativo para o Pantanal proporcionando aos produtores rurais a oportunidade de se prepararem para as diversas situações que poderão ocorrer na sua propriedade, tais como cheia intensa, seca, etc, reduzindo os riscos econômicos.

• Otimização do ganho genético em rebanhos zebus leiteiros - o trabalho proporcionou a identificação de animais de valores genéticos superiores, por avaliações genéticas anuais de vacas e touros. De imediato, touros testados pela progênie e sêmen de touros melhorados foram disponibilizados por possuírem características produtivas, de conformação e de manejo. Houve também a produção de embriões de vacas elites para produção de leite. Com isso, obteve-se ganhos genéticos significativos nas várias populações bovinas envolvidas, com potencial de aumento de produtividade de leite na ordem de 1,5% a 2,0% por lactação por ano. Esse ganho é genético, cumulativo e extensivo para todos aqueles que fizerem uso da tecnologia.

• Biodiesel: avaliação de matérias-primas, transesterificação de óleos e assistência para implantação dos projetos de biodiesel de Feira de Santana (BA) e Riobiodiesel (RJ) –

avaliou-se o rendimento em óleo do cultivo das oleaginosas, do processo de extração e de produção de ésteres, para verificação do rendimento global do processo. Foram definidas as rotas de síntese de ésteres mais viáveis quanto ao rendimento do processo e compatíveis com a qualidade e presença de interferentes nos óleos utilizados como matérias-primas. Foram também definidos os processos de tratamento das matérias-primas para extração e possíveis etapas de refino dos óleos antes do processo de produção de biodiesel.

• Zoneamento agrícola do Brasil – análise de riscos climáticos e atualização – promoveu-se a inclusão do sistema de plantio direto no zoneamento agrícola brasileiro, o que reduziu a taxa de adesão ao Proagro e ao seguro rural. Foram incluídas também as fruteiras de clima temperado e de clima tropical, permitindo que os produtores tenham acesso ao crédito oficial. O sistema também criou indicativos para o melhoramento genético das plantas que poderão ser identificadas, suavizando o efeito negativo da alteração do ciclo hidrológico sobre elas. Estabeleceu cenários diferentes, onde a área apta para financiamento poderá ser determinada em cada um deles. Uma estimativa de produção poderá ser feita para cada cenário estabelecendo seus impactos econômicos. Novos mapas de risco foram feitos considerando as possíveis alterações climáticas, reorientando a médio e longo prazo o crédito rural brasileiro. Foram estabelecidas novas estratégias regionais de manejo de água, pois foram quantificados os consumos e as necessidades de água das culturas em função das possíveis alterações climáticas. As informações agroclimatológicas passaram a ser mais rápidas por meio da rede nacional de agrometeorologia.

• Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SBCS): aplicação, validação e aperfeiçoamento – o sistema nacional de classificação de solos foi revisado, validado e atualizado como instrumento normativo e estratégico de uniformização da linguagem, dos conceitos e da nomenclatura, viabilizando a comparação e a distinção entre classes de solos, conhecimento e avaliação dos potenciais e as limitações do recurso solo no País, que foram integrados aos diagnósticos físicos para fins de planejamento de uso da terra, zoneamentos, avaliações e previsões de impactos ambientais, gerando documento de referência para comunicação e pedotransferência. O grande impacto foi disponibilizar para o País um sistema nacional de classificação de solos, sempre atualizado, validado e adaptado às condições culturais, sociais e econômicas brasileiras, como referência básica para desenvolvimento de sistemas agrícolas e planos de uso e manejo dos recursos ambientais.

• Monitoramento de insetos-praga e de seus inimigos naturais nas culturas da soja e do feijão caupi no Estado de Roraima – apresentou-se o complexo de pragas e de inimigos naturais destas culturas, proporcionando um manejo mais adequado das pragas nessas duas culturas. Identificada a flutuação populacional das pragas das duas culturas, permitindo o uso mais racional dos inseticidas contribuindo para a redução dos custos de produção garantindo, dessa forma, a sustentabilidade.

• Seleção de genótipos de soja quanto à resistência ao vírus da necrose da haste (VNH) e purificação de cultivares desuniformes – consolidou-se o trabalho cooperativo com a rede de instituições públicas e privadas para geração de novas cultivares de soja e identificou genótipos resistentes ao VNH. Além disso, foi determinada a herança de resistência ao VNH;

identificados os marcadores moleculares associados a essa resistência e geradas informações para os produtores e assistência técnica quanto ao controle do VNH.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os resultados foram alcançados dentro do programado e em conformidade com o fluxo financeiro. A execução física alcançou 82,31% das metas físicas previstas nas ações, o que foi considerado satisfatório pela Embrapa.

Os recursos orçamentários foram suficientes para a execução do Programa, apesar de o fluxo de recursos financeiros ter sofrido descontinuidade e a concentração financeira estar no último trimestre, as metas programadas foram atendidas dentro do previsto.
Mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

a) visitas *in loco* – periodicidade de acordo com a previsão dos cronogramas estabelecidos nos projetos, são realizadas auditorias que verificam a execução e a qualidade dos trabalhos executados, onde as ações são periodicamente revisadas de acordo com as necessidades de cada projeto;

b) sistemas informatizados – a Embrapa dispõe de sistemas de controle utilizados para executar, acompanhar, avaliar e auxiliar nas tomadas de decisão nos âmbitos estratégicos, táticos e operacionais da Empresa. São muito importantes para o desenvolvimento dos projetos, mas são principalmente utilizados como ferramentas para o alcance da missão e objetivos descritos no Plano Diretor da Embrapa. Entre eles citamos: Sistema Embrapa de Gestão (SEG) e o Sistema de Apoio à Decisão Gerencial (Side);

c) relatórios de gestão – de periodicidade anual, apresentando as informações solicitadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União (CGU);

d) Infrasig – de periodicidade mensal o Sistema de Planejamento (Siplan) do MAPA é utilizado para monitorar os cronogramas físicos e financeiros dos programas e ações executados pela Embrapa.

O Programa sofreu restrições na sua execução:

a) dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais – foi solicitado remanejamento de custeio para investimentos, nas fontes do Agrofuturo, por meio de crédito suplementar no mês de novembro e aprovado em dezembro;

b) atraso na liberação de recursos – no decorrer do exercício houve limitação de pagamento nas fontes 0-100, Recursos do Tesouro, 0-148 e 2-100 Agrofuturo, estabelecida nas Portarias MAPA nºs 130, 210, 237, 391 e 637, por esta razão houve

60% de execução orçamentária até novembro, tendo limite autorizado de 93% para pagamento dos referidos processos. Com este procedimento, de apenas executar se houver o financeiro correspondente, a empresa evitou acréscimos moratórios nas aquisições/contratações de serviços. Em dezembro, ocorreu ampliação do limite, conforme Portaria nº 751, de 31 de dezembro de 2007, e a partir deste fato a Empresa concluiu seus processos de licitação de valor elevado, evitando transtorno com fornecedores por atraso ou falta de pagamento nas datas contratadas;

c) dificuldades em licitações e celebração de contratos – diversos processos de licitação, principalmente os de grande vulto, e celebração de contratos foram objeto de divergências jurídicas, abrangendo as partes envolvidas, Embrapa e participantes do processo;

d) outros - as emendas de comissão e individuais aprovadas para a Embrapa no montante de R$ 41.609.000,00 não puderam ser atendidas no início do exercício de 2007; todavia, as emendas individuais, no montante de R$ 1.609.000,00, foram liberadas no decorrer do último trimestre, concentrando liberação maior em dezembro. As emendas de comissão foram também liberadas no último trimestre sendo R$ 10.000.000,00 em novembro e o restante (R$30.000.000,00) no final do mês de dezembro.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. O desempenho das parcerias se reflete no bom andamento dos projetos em rede, especialmente com relação aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e nos esforços para ampliação destes arranjos.

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social: reunião com grupos de interesse - forma participativa de concentrar os esforços da programação das pesquisas; discussão em Conselho Setorial – forma participativa de concentrar os esforços da programação das pesquisas.

Os processos internos para celebração de convênios devem ser revistos, de modo a conferir maior celeridade administrativa ao andamento das propostas.

QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

GERENTE DO PROGRAMA

Inácio Afonso Kroetz

OBJETIVO

Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.

PÚBLICO-ALVO

Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 19.978.720,00	Empenho Liquidado:	R$ 9.515.843,00
	Pago Estatais:	R$ 2.789.441,00
	Total:	**R$ 12.305.284,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Conformidade de Corretivos Agrícolas - Porcentagem	-	83,00	86,53	91,00	96,00	94,79%
2. Taxa de Conformidade de Defensivos Agrícolas - Porcentagem	-	-	-	85,00	95.00	89,47%
3. Taxa de Conformidade de Fertilizantes Agrícolas - Porcentagem	-	91,00	83,66	89,00	96,00	92,71%
4. Taxa de Conformidade de Inoculantes - Porcentagem	-	91,00	61,21	92,66	99,00	93,60%

1. TAXA DE CONFORMIDADE DE CORRETIVOS AGRÍCOLAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

Relatado na avaliação anterior, em 2004 e 2005, a legislação introduziu regras mais rigorosas para avaliação da conformidade dos corretivos, ainda que o índice previsto para 2007 fosse definido em 2003 e com base na legislação anterior. Apesar da maior exigência na avaliação da conformidade, introduzida ao longo do PPA 2004-2007, o índice apurado em 2007 ficou em 94,8% do previsto.

2. TAXA DE CONFORMIDADE DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Taxa de conformidade de agrotóxicos e afins e não de defensivos agrícolas, conforme consta no formulário. Os valores da taxa de conformidade alcançaram 85%, representando 89,4% do índice de 95%, previsto ao final do PPA.

3. TAXA DE CONFORMIDADE DE FERTILIZANTES AGRÍCOLAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Como relatado na avaliação do exercício anterior, em 2004 e 2005 a legislação introduziu regras mais rigorosas para avaliação da conformidade dos fertilizantes. O índice previsto para 2007, entretanto, fora definido em 2003 e com base na legislação anterior, portanto, em face da maior exigência na avaliação da conformidade, introduzido ao longo do PPA 2004-2007, o índice apurado em 2007 acabou ficando abaixo do índice previsto. Apesar disso, houve evolução significativa e o índice apurado para 2007, representou 92,7% do valor previsto no fim do PPA.

4. TAXA DE CONFORMIDADE DE INOCULANTES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

À semelhança dos outros casos, em 2004 e 2005, a legislação também introduziu regras mais rigorosas para avaliação da conformidade dos inoculantes, ainda que o índice previsto para 2007 fosse definido em 2003 e com base na legislação anterior. Em face da maior exigência na avaliação da conformidade, esperava-se que o índice apurado em 2007 ficasse abaixo do previsto. Ocorreu, no entanto, significativa evolução, permitindo que o índice apurado alcançasse 93,6% do índice previsto para o fim do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários tem influência direta na produtividade, fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Incremento de 5,7% na taxa de conformidade de fertilizantes minerais.
- Incremento de 24,7% na taxa de conformidade de inoculantes.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Houve avanço significativo na qualidade dos insumos agropecuários controlados pela fiscalização e oferecidos aos agricultores, contribuindo para o aumento da produção agrícola, em decorrência da elevação da produtividade.

Avalia-se como bom o resultado alcançado, entretanto, poderia ter sido melhor, não fossem as dificuldades enfrentadas pela fiscalização, quanto ao fluxo de recursos, deficiência de equipamentos, acordos trabalhistas relativos às condições de trabalho e à remuneração dos fiscais.

O cumprimento de execução das metas físicas ficou entre 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. O Programa poderia ter apresentado mais resultados positivos, não fosse o contingenciamento parcial do orçamento e a grave dos Fiscais Federais Agropecuários.

Os recursos orçamentários não foram suficientes. A dotação prevista na LOA foi reduzida por meio do contingenciamento e assim, os valores foram insuficientes para um bom desempenho das ações do Programa. A aparente sobra de recursos ao final do exercício decorre de incorreções na distribuição durante o ano.

O fluxo de recursos foi compatível, no entanto, os valores liberados foram insuficientes para a execução em períodos críticos, já que a agricultura exige a ação fiscal em períodos bem definidos.

Os mecanismos de monitoramento de desempenho físico das ações do Programa incluem Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), ainda que seja necessário melhorar o Sistema Integrado de Planejamento (Siplan) do MAPA para que o mesmo possa fornecer maior conteúdo para o SIGPlan. Isso requer o apoio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) em termos de recursos específicos; Infrasig, o MAPA possui sistema denominado Siplan, acessado pelas suas unidades descentralizadas e no qual são feitos os registros relativos à execução no âmbito das ações. Esses dados migram para o SIGPlan permitindo ao gerente acompanhamento sistemático do Programa; também, além do Siplan, os coordenadores de ação recebem mensalmente relatório das superintendências do MAPA nas Unidades da Federação, com o detalhamento da execução física. A gerência do Programa reúne periodicamente toda a estrutura de gestão da secretaria e dos coordenadores de ação, oportunidade em que é feita avaliação de desempenho no âmbito deste e de outros programas na área de defesa agropecuária.

O Programa sofreu restrições na sua execução em função de infra-estrutura inadequada na equipe gerencial e quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras - a falta de um sistema informatizado para gerenciamento e automação da fiscalização prejudica o desenvolvimento e acompanhamento do Programa. O número de Fiscais Federais Agropecuários é insuficiente em algumas Superintendências do MAPA.

Nas interferências no desempenho das ações de maior impacto, verifica-se o contingenciamento orçamentário. As ações de fiscalização dependem de recursos para viabilizar o deslocamento

dos Fiscais para os estabelecimentos industriais e comerciais de insumos agropecuários; a limitação orçamentária provoca alteração nas programações de fiscalização, geralmente, reduzindo a intensidade das mesmas. Dificuldades em licitações e celebração de contratos – por dificuldades gerenciais e operacionais, algumas Superintendências do MAPA, unidades executoras das ações, não aplicam a totalidade dos recursos descentralizados, deixando a impressão de folga orçamentária. As principais dificuldades estão relacionadas à realização de processos de licitação, que dependem de análise dos Núcleos de Assessoramento Jurídico da Advocacia Geral da União (NAJ/AGU) nos Estados.

Existe apenas uma ação do Programa que é executada em outro Ministério: 869H – Licenciamento e Aproveitamento de Minerais para a Produção de Fertilizantes Agrícolas. É a única ação do Programa que não tem relação com a fiscalização. Não foram apresentadas informações sobre o desempenho desta Ação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social, dentre os quais, Ouvidoria – o MAPA, possui Ouvidoria que permite a participação geral da sociedade; consulta pública – o instrumento de consulta pública é utilizado pelo MAPA quando da elaboração de atos normativos, de forma a permitir a ampla participação dos diversos setores interessados nos temas relacionados aos insumos agropecuários; a Câmara Temática de Insumos Agropecuários está em atividade desde 2004, constituindo fórum que reúne representantes de diversos setores ligados aos insumos.

Contribuição da participação social para os resultados do Programa. Os setores envolvidos com o Programa sugeriram melhorias nos atos normativos que regem o registro e a fiscalização de insumos agropecuários. Também existe demanda para que a fiscalização seja atuante perante os insumos de baixa qualidade e diante produtos clandestinos que são colocados no mercado. As denúncias feitas, principalmente perante a Ouvidoria do MAPA, ajudam a fiscalização na identificação dos infratores.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários através da Câmara Temática de Insumos Agropecuários, que se reúne a cada dois meses, permitindo avaliação da satisfação dos usuários do serviço do MAPA.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. Existe planejamento anual por ação do Programa, com objetivos, metas, estratégia e orçamento definido, para cada Unidade da Federação. Paralelamente existem sistemáticas de monitoramento da execução por meio de relatórios semanais de execução pelas coordenações e departamento aos quais estão subordinadas as execuções das ações e ainda reuniões periódicas dos gestores das ações com o gerente do Programa.

O MAPA considera que os processos internos para celebração de convênios do Ministério devem ser revistos, de modo a conferir maior celeridade administrativa ao andamento das propostas.

SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

GERENTE DO PROGRAMA

Inácio Afonso Kroetz

OBJETIVO

Assegurar a qualidade e a inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários.

PÚBLICO-ALVO

Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas e consumidor

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 80.558.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 56.669.199,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 56.669.199,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal - Número Índice	-	0,74	-	0,76	0,77	98,70%
2. Número de Estabelecimentos com Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) - Unidade	-	300,00	300,00	300,00	300,00	100%
3. Número de Estabelecimentos de Produção de Alimentos e Bebidas com Controle Sanitário - Unidade	-	3.690,00	2.805,00	3.625,00	3.800,00	95,39%
4. Taxa de Conformidade na Produção de Alimentos e Bebidas - Porcentagem	-	-	90,58	91,00	-	-

1. ÍNDICE DE CONFORMIDADE DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice 0,76, 1,3% abaixo do índice de 0,77 previsto para 2007, deu-se em decorrência do baixo número de amostras de produtos em conformidade analisados, face ao aumento de estabelecimentos registrados, bem como à falta de transporte e recursos humanos para fiscalização dos estabelecimentos a serem inspecionados.

2. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COM SISTEMA DE ANÁLISE DE PERIGOS E PONTOS CRÍTICOS DE CONTROLE (APPCC)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice apurado em 2007 foi equivalente ao previsto como índice de referência. Isso decorre da necessidade dos estabelecimentos exportadores em atender não apenas os requisitos sanitários estabelecidos pelo mercado importador, mas também de produzir alimento seguro para o mercado nacional.

3. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E BEBIDAS COM CONTROLE SANITÁRIO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice apurado de 3.625 estabelecimentos em 2007 não alcançou o índice previsto de 3.800 unidades para o mesmo ano. Isso, em função da priorização da fiscalização de estabelecimentos com histórico negativo perante o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e também novos estabelecimentos.

4. TAXA DE CONFORMIDADE NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E BEBIDAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

A taxa de conformidade observou acréscimo de 0,42% em 2007 com relação a 2006. Justifica-se pela ação mais efetiva de fiscalização do MAPA, em face de melhor distribuição de recursos orçamentários em 2007 frente à situação observada em 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Assegurar a inocuidade e a melhoria da qualidade dos produtos e alimentos de origem animal e vegetal é de importância fundamental para a adequada proteção do consumidor e para assegurar a competitividade da agroindústria brasileira, tanto para o comércio nacional como internacional. Contribui paralelamente para redução do Custo Brasil e, ainda, para adequação às regras e aos padrões internacionais nos termos dos acordos da Organização Mundial de Comércio (OMC), especialmente de agricultura. Ressalta-se a influência e interação com outras áreas e atividades, tais como melhoramento da produtividade agrícola e pecuária, demanda de pesquisas aplicadas, melhor implementação dos sistemas de classificação de vegetais e de carcaças de animais e políticas de abastecimento e comercialização.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 91% de conformidade na produção de alimentos e bebidas de origem vegetal.

• Alcance de 3.625 estabelecimentos de produção de alimentos e bebidas com controle sanitário.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa atingiu resultados favoráveis nas suas ações. Destacam-se principalmente, as ações Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais e Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal.

Apesar da liberação de recursos financeiros ter ocorrido somente a partir de abril, a execução das ações programadas para os primeiros meses do ano não foi prejudicada. Os recursos do Programa sofreram contingenciamento, gerando limitação para aplicação dos mesmos, tanto na aquisição de bens permanentes quanto na execução e desempenho das ações. Dos recursos previstos para o Programa, foram liberados e liquidados 70% dos R$ 80 milhões de orçamento, autorizados na Lei do Orçamento Anual (LOA).

O monitoramento do desempenho físico das ações do Programa do MAPA é feito por:

a) Sistema de Informações de Planejamento (Siplan), o qual permite inclusão de comentários pelos coordenadores de ação estadual, tornando possível avaliação mais abrangente de desempenho;

b) relatórios de gestão – relatório consolidado pautado nos relatórios mensais enviados pelas Superintendências Federais de Agricultura (SFAs) dos Estados aos coordenadores de ação nacional;

c) outros – relatórios enviados mensalmente pelas SFAs dos Estados aos coordenadores de ação nacional. Esses relatórios também servem como base para a elaboração do relatório de gestão anual.

O Programa sofreu restrições na sua execução devido a recursos materiais e humanos insuficientes e inadequada estrutura nas equipes executoras. Verifica-se número insuficiente de Fiscais Federais Agropecuários (FFA), para execução das atividades de inspeção e fiscalização na área da Inspeção Vegetal junto às SFAs dos Estados; necessidade de melhor distribuição dos FFAs nas SFAs, na área de inspeção animal. Em algumas SFAs o espaço físico é insuficiente para acomodar os FFA e demais técnicos envolvidos com a inspeção e fiscalização de produtos agropecuários, além de insuficiência de espaço para arquivamento de documentação; falta de pessoal administrativo, para apoio nas coordenações das atividades nos Estados.

Houve interferências no desempenho das ações de maior impacto, principalmente por contingenciamento orçamentário, atraso na liberação de recursos e inadequação e/ou inexistência de norma legal. A Ação Controle da Qualidade na Garantia da Conformidade, Segurança e Inocuidade dos Produtos de Origem Vegetal apresentou execução muito acima da esperada atingindo o patamar de 2.564%. Isto pode ser justificado, pelo produto

analisado da Ação ter sido o número de novos estabelecimentos registrados no MAPA, pois devido à falta de uma base legal que estabeleça a implantação do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) em estabelecimentos produtores de alimentos e bebidas de origem vegetal, ficando inviável a apuração do real produto da Ação que é Estabelecimento Certificado. Sendo assim, as atividades realizadas através desta Ação foram baseadas na Instrução Normativa nº 05/2000 do MAPA, que prevê procedimentos de verificação das condições higiênico-sanitárias dos equipamentos, instalações, funcionários e boas práticas de fabricação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social, dentre os quais:

a) consulta pública – Publicação de Padrões de Identidade e Qualidade de produtos agropecuários em consulta pública por 60 dias;

b) reunião com grupos de interesse – reuniões com entidades representativas do setor para discussão na elaboração de Padrões de Identidade e Qualidade de produtos agropecuários;

c) discussão em conselho setorial – reuniões das Câmaras Setoriais.

A revisão dos instrumentos legais que regem o controle e fiscalização dos produtos agropecuários, visando assegurar ao consumidor o acesso a alimentos de origem animal e vegeta, seguros e conformes, foi contribuição da participação social para o resultado do Programa.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. A gestão estratégica no MAPA tem sido ferramenta adotada para facilitar as análises do ambiente externo do agronegócio brasileiro e mundial, ajudar na formulação de estratégias e propiciar o gerenciamento no acompanhamento, na avaliação e na execução dos planos e programas.

SEGURANÇA FITOZOOSSANITÁRIA NO TRÂNSITO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

GERENTE DO PROGRAMA

Inácio Afonso Kroetz

OBJETIVO

Impedir a introdução e disseminação de pragas e doenças na agropecuária, viabilizando a produção, o comércio e as exportações.

PÚBLICO-ALVO

Produtores, comerciantes, importadores, exportadores, passageiros e demais envolvidos com o trânsito de animais e vegetais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 30.896.703,00	Empenho Liquidado:	R$ 17.522.980,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 17.522.980,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras - Porcentagem	-	92,00	93,00	95,00	95,00	100%

1. TAXA DE CONFORMIDADE NO CONTROLE DE FRONTEIRAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

A apuração do índice continua se dando de forma subjetiva, considerando a complexidade que envolve os resultados das ações do Programa. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) desenvolve ações (trânsito internacional) e parcerias com os Estados (trânsito interestadual) para realizar a fiscalização do trânsito de produtos e insumos agropecuários. Essas atividades visam mitigar o risco de introdução e disseminação de pragas vegetais e doenças animais. Entretanto, essas pragas e doenças podem ser introduzidas e

disseminadas por fatores naturais, fora do controle do MAPA. Dessa forma, avaliamos a eficácia do Programa de acordo com o resultado alcançado, ou seja, a baixa ocorrência e disseminação de novas pragas e doenças no Território Nacional, bem como o controle efetivo na disseminação de pragas e doenças introduzidas. Neste sentido, avaliamos, subjetivamente, o alcance de 95% na taxa de conformidade no controle de fronteiras.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Para evitar a entrada de pragas e doenças exógenas no País, bem como preservar as áreas livres e os sistemas produtivos regionais da disseminação interna de agentes biológicos nocivos, é necessário identificar os pontos de risco do trânsito de produtos agropecuários e controlar as entradas, inclusive aplicando medidas quarentenárias e emergenciais, objetivando aumentar a competitividade do setor.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 95% na taxa de conformidade no controle de fronteiras.
- Baixa ocorrência e disseminação de novas pragas e doenças no Território Nacional.
- Controle efetivo na disseminação de pragas e doenças introduzidas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A Execução física ficou acima de 100% do previsto na Lei do Orçamento Anual (LOA 2007). As metas físicas previstas são obtidas a partir da análise do trânsito ocorrido nos anos anteriores. Questões econômicas definem os volumes comercializados, o que justifica a execução física acima do previsto.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Os recursos orçamentários executados foram suficientes. Cabe registrar a dificuldade de execução por parte de algumas Superintendências Federais de Agricultura (SFAs) e de entidades de defesa agropecuária dos Estados.

A Vigilância Agropecuária Internacional realizou 1.103.516 fiscalizações de produtos e insumos agrícolas, destinados à exportação e à importação, em portos, aeroportos, aduanas especiais e postos de fronteira. No trânsito interestadual, em ação conveniada com os Estados, foram fiscalizadas 3.768.812 partidas de animais e dos seus produtos; não se dispondo de dados referentes à fiscalização de vegetais e dos seus produtos. Temos trabalhado também na capacitação dos servidores envolvidos com o Programa, bem como com a dotação de infra-estrutura dos postos de fronteira, interestadual e internacional, com vistas a maior eficácia das ações.

As ações Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais e seus Produtos, Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos e Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos, superaram a meta física prevista em razão do incremento do comércio, que ocorre independentemente das ações do MAPA. Somente o trânsito interestadual não cumpriu o quantitativo proposto. Em relação a 2006, a fiscalização interestadual de animais e de seus produtos, teve acréscimo superior a 20%, a fiscalização do trânsito internacional de animais e de seus produtos teve acréscimo de 10% e o trânsito internacional de vegetais e de seus produtos, acréscimo superior a 70%.

O Programa sofreu na sua execução as seguintes restrições:

a) a infra-estrutura gerencial é insuficiente, bem como é deficiente em número de pessoal e qualificação gerencial;

b) as entidades de defesa agropecuária estaduais, bem como as equipe da fiscalização federal agropecuária não dispõem de materiais e equipamentos suficientes;

c) as entidades de defesa agropecuária estaduais, bem como os recintos alfandegados não dispõem da infra-estrutura necessária ao bom desempenho das ações de fiscalização;

d) necessidade de mais técnicos, inclusive gestores, para as equipes gerenciais;

e) são necessários mais técnicos, de nível superior e médio, e agentes administrativos para o bom desenvolvimento das ações;

f) é necessária qualificação da equipe gerencial, e das equipes executoras;

g) o contingenciamento orçamentário comprometeu o fluxo normal dos trabalhos;

h) dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes. Muitos órgãos executores estão inadimplentes, o que impossibilita a celebração de convênios nas ações de fiscalização de trânsito interestadual;

i) dificuldades em licitações e celebração de contratos. Algumas SFAs, por problemas administrativos, não conseguem realizar os trâmites necessários;

j) inadequação e/ou inexistência de norma legal. Não existem punições severas para quem infringe as regras de trânsito de produtos e insumos agropecuários.

Em termos de execução das ações com recursos descentralizados, conseguiu-se desempenho de nível médio. No trânsito interestadual, devido à falta de aparelhamento dos Estados e dificuldades na celebração de convênios alguns Estados acabam recebendo mais recursos, pois possuem condições de executar o orçamentário.

Em relação ao trânsito interestadual, existem casos em que as relações com os Estados são boas e são repassadas as informações solicitadas sobre as ações. Mas em grande parte dos casos isso não acontece tanto nas Superintendências Federais quanto nos órgãos executores.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social:

a) Ouvidoria e sistema informatizado de trâmite das demandas apresentadas pela sociedade e beneficiários do Programa;

b) consulta pública: as revisões e edições de atos normativos relativos ao Programa são submetidas à consulta pública;

c) reunião com grupos de interesse: sempre que necessário e demandadas são realizadas reuniões com grupos de interesse;

d) discussão em conselho setorial nas Câmaras Setoriais do agronegócio, onde também são discutidas questões relativas ao Programa.

O desenvolvimento do Programa envolve as Superintendências Federais nos Estados, bem como órgãos estaduais de defesa. A insuficiência de recursos gerenciais dificulta a implementação de atividades de avaliação do Programa. A superação das deficiências gerenciais poderá superar essa restrição.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e o Desenvolvimento Social

Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima

Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa

Nacional de Atividades Espaciais - PNAE

Nacional de Atividades Nucleares

Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), foram utilizados **R$ 4.535.952.864,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 5.455.472.358,00	Realizado orçamentário:	R$ 4.535.952.864,00
Recursos Não-orçamentários previstos:	R$ 50.000.000,00	Realizado não-orçamentário:	R$ 0,00
Total previsto:	**R$ 5.505.472.358,00**	**Total realizado:**	**R$ 4.535.952.864,00**

Além disso, do total de **R$ 931.348.067,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram pagos **R$ 754.507.737,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MCT, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	0466 Biotecnologia	1,13%	1,92%	0,00%	0,00%	0,66%
	0471 Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social	0,84%	3,09%	3,62%	4,04%	3,11%
	1388 Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)	0,00%	0,00%	26,63%	31,79%	17,03%
	1122 Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima	2,48%	3,70%	3,30%	2,22%	2,91%
	1110 Desenvolvimento da Nanociência e da Nanotecnologia	0,37%	0,37%	0,00%	0,00%	0,16%
	1112 Difusão e Popularização da Ciência	1,40%	1,80%	0,00%	0,00%	0,68%
	0460 Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa	23,13%	19,88%	18,93%	16,69%	19,24%
	0463 Inovação e Competitividade	21,10%	20,69%	0,00%	0,00%	8,77%
	0464 Nacional de Atividades Espaciais - PNAE	7,32%	7,31%	6,80%	5,69%	6,67%
	1113 Nacional de Atividades Nucleares	24,74%	23,97%	22,82%	21,30%	22,97%
	0461 Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	13,68%	13,29%	17,00%	17,74%	15,74%
	0465 Sociedade da Informação	2,77%	3,19%	0,00%	0,00%	1,27%
Finalístico Soma		**98,97%**	**99,21%**	**99,10%**	**99,46%**	**99,21%**
Gestão de Políticas Públicas	0473 Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação	0,91%	0,71%	0,90%	0,54%	0,75%
	0475 Mudanças Climáticas Globais	0,13%	0,08%	0,00%	0,00%	0,04%
Gestão de Políticas Públicas Soma		**1,03%**	**0,79%**	**0,90%**	**0,54%**	**0,79%**
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

Em 2007, foi lançado o Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T& I) para o Desenvolvimento Nacional 2007-2010. As prioridades do plano estão diretamente relacionadas com os quatro eixos estratégicos que norteiam a atual Política Nacional de C, T&I:

a) expansão e consolidação do Sistema Nacional de C,T& I;

b) promoção da inovação tecnológica nas empresas;

c) pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas;

d) desenvolvimento social por meio de C, T&I.

No exercício de 2007, no que concerne aos programas e às ações do PPA 2004-2007 sob responsabilidade do MCT, correspondendo ao Plano de Ação de C,T&I, a execução financeira foi na ordem de 82,4%, somando-se também os esforços realizados em anos anteriores, houve a consolidação como um dos principais resultados alcançados no âmbito das prioridades estratégicas definidas no Plano de Ação de C,T&I do Sistema Nacional de C,T&I, que apresentou as seguintes etapas institucionais:

a) regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), por meio da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que constituiu um Conselho Diretor e atribuiu a secretaria-executiva à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o que permite integrar grande parte dos investimentos dos Fundos por meio de ações transversais alinhadas com as prioridades nacionais, evitar a duplicidade ou dispersão de iniciativas e assegurar maior transparência e eficiência na execução dos recursos;

b) celebração de cerca de 700 convênios, no âmbito do FNDCT, que, junto com os já existentes, possibilitaram um comprometimento orçamentário para a área de C,T&I da ordem de R$ 1,5 bilhão;

c) ampliação do número de bolsas de Formação de Recursos Humanos para C,T&I, concedidas por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A expansão do número de bolsas de 2003 a 2007 ocorreu em todas as categorias, mas é marcante nas de pós-graduação que passou de 11.401 de mestrado e doutorado em 2002 para 16.697 em 2007 e, de Produtividade em Pesquisa de 7.784 em 2002 para 9.916 em novembro de 2007.

Em 2002, o total de bolsas do CNPq era de aproximadamente 45 mil, número que passou para 65 mil em 2007, o que representa um aumento na ordem de 44% em cinco anos. Outro ponto de destaque foi o aumento substancial das bolsas tecnológicas com o apoio dos Fundos Setoriais chegando a cerca de 5 mil bolsas tecnológicas já concedidas; ampliação da infra-estrutura de Internet avançada voltada para a comunidade de ensino e pesquisa – Rede Ipê. O ano de 2007 foi encerrado com conexões de rede de alta velocidade e desempenho (*links multigigabits*) instaladas em dez pontos de presença nas Unidades da Federação (RS, SC, PR, SP, RJ, MG, BA, PE, CE e DF), cinco redes de alta velocidade em regiões metropolitanas de Manaus (AM), de Belém (PA), de Vitória (ES), de Florianópolis (SC) e Brasília (DF) dentro da iniciativa de Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa (Redecomep). No âmbito local, buscou-se a melhoria da infra-estrutura das instituições de ensino e pesquisa a partir de projetos como de telefonia no sistema VoIP e de Rede Universitária de Telemedicina (Rute);

d) incremento do fomento à pesquisa, destacando-se o Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex), em parceria com as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, que já implementou 250 núcleos em 17 Estados, num investimento total no período 2005-2007 no valor de R$ 100 milhões e o Programa Casadinho, que objetiva fortalecer a infra-estrutura de programas de pós-graduação não-consolidados, das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e, desta vez, incluindo o Estado do Espírito Santo. Por meio do Edital Universal, foram aprovados, em 2007, 4.080 projetos científicos e tecnológicos em todos os campos do conhecimento, no valor global de R$ 154 milhões. Para a infra-estrutura e o fomento da pesquisa científica e tecnológica, por meio do Programa de Subvenção Econômica, conduzido pela Finep, foram aprovados, em 2007, mais de 170 projetos no valor de R$ 313,8 milhões. Neste ano, as áreas prioritárias foram:

- tecnologias da informação e comunicação (TICs),
- nanotecnologia,
- biodiversidade, biotecnologia e saúde, - programas estratégicos,
- biocombustíveis e energias,
- desenvolvimento social;

e) implementação de 1.678 projetos, no âmbito das unidades de Pesquisa (UPs) do MCT, envolvendo recursos da ordem de R$ 596,25 milhões (incluindo pessoal ativo), para projetos nas seguintes categorias:

- prospecção com 245 projetos no valor de R$ 33,6 milhões,
- avanço do conhecimento com 360 projetos no valor de R$ 159 milhões,
- geração de tecnologias com 1.073 projetos no valor de R$ 404 milhões.

Dessas aplicações resultaram, nos últimos anos, o aumento de publicações científicas e tecnológicas e o número de registro de propriedade intelectual, especialmente, patentes.

Outro resultado apresentado foi a promoção da inovação tecnológica nas empresas com o desenvolvimento das seguintes etapas:

a) aperfeiçoamento da infra-estrutura e da pesquisa científica e tecnológica, por meio do Programa de Subvenção Econômica, com aprovação de mais de 170 projetos no valor de R$ 313,8 milhões, nas áreas de tecnologias da informação e comunicação (TICs), nanotecnologia, biodiversidade, biotecnologia e saúde, programas estratégicos, biocombustíveis e energias, e desenvolvimento social;

b) financiamento na ordem de R$ 91,3 milhões em 11 fundos de capital de risco para empresas nascentes e emergentes de base tecnológica apoiados, para os seguintes perfis: software, TICs, tecnologia industrial básica, biotecnologia, medicina, aeronáutica, alimentos, química, novos materiais e agronegócios. O valor do financiamento foi de R$ 91,3 milhões;

c) contratação de 17 projetos para montagem de redes de entidades ou consórcios estaduais para pequenas e médias empresas (PMEs);

d) aplicação da subvenção econômica em empresas que executam Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PDTI) ou Programa de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário (PDTA);

e) fomento a projetos de P&D tecnológico no valor total de R$ 100 milhões, bem como a projetos voltados ao extensionismo tecnológico no valor de R$ 616 milhões;

f) capacitação de cerca de 2.000 pessoas dos Núcleos de Inovação Tecnológica nas universidades públicas e institutos públicos de pesquisa, e de núcleos de apoio a empresas de pequeno e médio porte.

O Plano de Ação de C, T&I apresentou os seguintes resultados na área de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas:

a) instituição da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia pelo Decreto nº 6.041, de 8 de fevereiro de 2007, com o objetivo de estabelecer um ambiente favorável para o desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos inovadores, aumentar a capacidade de inovação das empresas brasileiras, a absorção de tecnologias e a geração de negócios e a expansão das exportações; e o fortalecimento de grupos e redes de pesquisa ligados à Rede Genoprot, Bioinova e Genosoja, por meio de editais, além de suporte de áreas fundamentais da cadeia de desenvolvimento de fármacos e medicamentos;

b) investimento em nanotecnologia, de cerca de R$ 16 milhões em 2007, entre repasses diretos e lançamento de editais. Foram contratados 57 novos projetos de pesquisa em nanotecnologia; concedido apoio financeiro para os participantes brasileiros das três escolas organizadas pelo Centro Brasileiro-Argentino de Nanotecnologia; e, apoio a 20 propostas contempladas com R$ 41 milhões, no âmbito da Chamada Pública MCT/Finep/Subvenção Econômica à Inovação 01/2007;

c) participação no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), com ênfase na difusão do PNPB na maioria dos Estados, contribuindo para a formação de recursos humanos e para o ganho de produtividade e competitividade em toda a cadeia produtiva do biodiesel; aprovação e contratação dos projetos de pesquisa das redes de agricultura, armazenamento, co-produtos, produção e qualidade junto às universidades e aos centros de pesquisa participantes da rede com previsão de duração de dois anos e o valor global de R$ 32 milhões; execução e/ou estruturação dos testes em motores e veículos com biodiesel;

d) aperfeiçoamento do laboratório de certificação de motores aviônicos a pistão a álcool e motor aeronáutico flex;

e) apoio ao desenvolvimento de projetos para o melhoramento genético e agronegócio da cana-de-açúcar;

f) apoio a projetos de pesquisa voltados para a produção de álcool a partir da biomassa residual por hidrólise enzimática de materiais orgânicos vegetais em açúcares;

g) ampliação do número de sítios de inventário do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) para 23, sendo parte deles em áreas protegidas. Cabe destacar o trabalho realizado em áreas sujeitas a alterações antropogênicas, como a BR-319 e a BR-167, que foram selecionadas para que pesquisas sobre a biodiversidade possam apoiar e aprimorar estudos de impacto ambiental, definição de quotas de extração de recursos biológicos e o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis. Cabe também registrar que 89 coleções biológicas tiveram apoio do PPBio para infra-estrutura e informatização, o que permitiu disponibilizar na Internet informação e conhecimentos associados à cerca de 830 mil registros de plantas, animais e microrganismos depositados nas coleções científicas brasileiras;

h) aprovado o Plano Científico para a Fase II do Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA), que deve contribuir com a base científica para a compreensão dos mecanismos biofisicoquímicos dos ecossistemas amazônicos. Ressalte-se a ênfase dada aos projetos que integram competências dos diversos programas para a Amazônia, com recursos dos fundos setoriais, para concretização do Projeto de Integração dos Programas do MCT e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) na Amazônia (PIME), que visa a sustentabilidade do Distrito Florestal da BR-163 e do Projeto Cenários para a Amazônia: Uso da Terra, Biodiversidade e Clima. Apoiou-se, ainda, a estruturação da Rede para Uso Sustentável e Conservação do Cerrado (Rede ComCerrado), lançada oficialmente em 2007. As redes de pecuária, pesca e bioprospecção do bioma Pantanal receberam moção como modelo de rede a ser desenvolvido para outras regiões do Brasil;

i) no âmbito das atividades espaciais houve o lançamento e início de operação do satélite CBERS-2B, terceiro da série sino-brasileira, coordenadas pela Agência Espacial Brasileira (AEB), permitindo assim a continuidade na geração e distribuição de dados e imagens para apoio a inúmeros programas de Governo,

entre os quais, os de contenção de desmatamento na Amazônia; a realização da missão Cumã II, com o lançamento de diversos experimentos científicos em um foguete de sondagem VSB-30 a partir do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA). E, no âmbito internacional, destacam-se:

- a distribuição de imagens CBERS para os países da América Latina e da África,

- o lançamento de foguete de sondagem com experimentos da Argentina,

- o início da operação da empresa binacional Alcântara - Cyclone Space, em cooperação com a Ucrânia, que concretiza o objetivo de utilização comercial da região de Alcântara (MA), para provisão de serviços de lançamento;

j) para as atividades nucleares, ressalte-se a aprovação pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) da conclusão da usina nuclear Angra 3 e o início dos estudos de localização de uma quarta usina, dando início à retomada do Programa Nuclear Brasileiro (PNB). Foi iniciada a ampliação das ações relacionadas à viabilização do PNB, incluindo o fortalecimento institucional da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e a capacitação da Nuclebrás Equipamentos Pesados (NUCLEP). Foram ampliados os investimentos para a finalização da primeira fase da planta de enriquecimento de urânio das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), instalação da planta-piloto de produção de hexafluoreto de urânio por conversão gasosa, em Aramar (SP) e o aumento da produção de urânio. Foram concluídas no Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), em Belo Horizonte (MG), as instalações da nova unidade produtora de radioisótopos de meia-vida curta e inaugurado o Laboratório de Radioproteção do Centro Regional de Ciências Nucleares/Centro Oeste (CRCN-CO), que permitirá a realização de estudos e a execução de projetos de radioproteção, química ambiental e dosimetria nas áreas de meio ambiente e saúde. Nas Indústrias Nucleares do Brasil, em decorrência do aumento dos recursos financeiros federais nos últimos dois anos, o progresso na instalação da Segunda Cascata de Ultracentrífugas da Unidade de Enriquecimento de Urânio, em Resende (RJ), na INB, está sendo acelerado e sua conclusão está prevista para 2008. Em 2007, foram concluídas as obras de infra-estrutura relativas ao Módulo I, que compreende as Cascatas 1, 2, 3 e 4.

Na área de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social, os resultados foram os seguintes:

a) realização da III Semana Nacional de C&T com envolvimento de 9.700 atividades em cerca de 400 cidades, 1.400 universidades, instituições de ensino e pesquisa, escolas e entidades da área de C&T;

b) realização da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) que contou com 17,3 milhões de alunos inscritos, de 38.450 escolas, em 98% dos Municípios brasileiros. Entre os participantes estavam alunos de grandes e pequenos centros, de zonas rurais, de comunidades indígenas, de comunidades quilombolas, de assentamentos, de pequeníssimos Municípios e lugarejos. Participaram também alunos deficientes visuais, auditivos e motores. Foram apoiadas ainda as Olimpíadas de Astronomia, Química (Íbero-Americana), Matemática, Física e Robótica;

c) apoio a atividades de divulgação científica tais como o lançamento de edital para a produção de conteúdos educacionais multimídia na Internet para Matemática, Biologia, Física, Química, e Português no ensino médio, onde foram aprovados 18 projetos de várias instituições brasileiras; apoio a nove unidades (veículos) do programa Ciência Móvel para instituições localizadas em Belém (PA), Recife (PE), Ilhéus (BA), Rio de Janeiro (RJ), Botucatu (SP), Porto Alegre (RS) e Brasília (DF); realização de parceria com a Universidade de Brasília (UnB) para a implantação do Museu de Ciências de Brasília; promoção da itinerância da Exposição Experimentos Interativos da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência (ABCMC), atingindo periferias de grandes cidades e o interior do País; implantação de onze salas de videoconferência (sete no Norte, Nordeste e Centro-Oeste) em centros e museus de ciências no País para a promoção de atividades integradas;

d) apoio a Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), localizados em vários Estados, especialmente, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro, em cooperação com secretarias de C&T, prefeituras, instituições de ensino e pesquisa, entre outras.

ASPECTOS RELEVANTES

Os resultados exitosos alcançados no período em análise (2004-2007), pelo conjunto de programas indicam que a gestão está sendo conduzida de forma harmônica com a atual política de C,T&I e com consultas e debates com todas as instâncias do Governo Federal, com os governos estaduais, por meio dos conselhos de Secretários Estaduais de C&T e das fundações de amparo à pesquisa, com o setor privado, com institutos, universidades, com a Confederação das Indústrias e federações de indústrias. Inclui também, ampla colaboração dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais, entidades e conselhos diversos, como a Academia Brasileira de Ciências (ABC), e, em especial, o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT).

Na gestão dos programas multisetoriais, o MCT fortaleceu as parcerias com o Ministério da Defesa (MD), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MIDC), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Integração Nacional (MI), dentre outros.
Cabe destacar a articulação e atuação competente de outras instituições ligadas ao MCT para obtenção dos avanços em C,T&I:

a) unidades de pesquisa: Instituto Nacional de Atividades Espaciais (INPE), Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF);

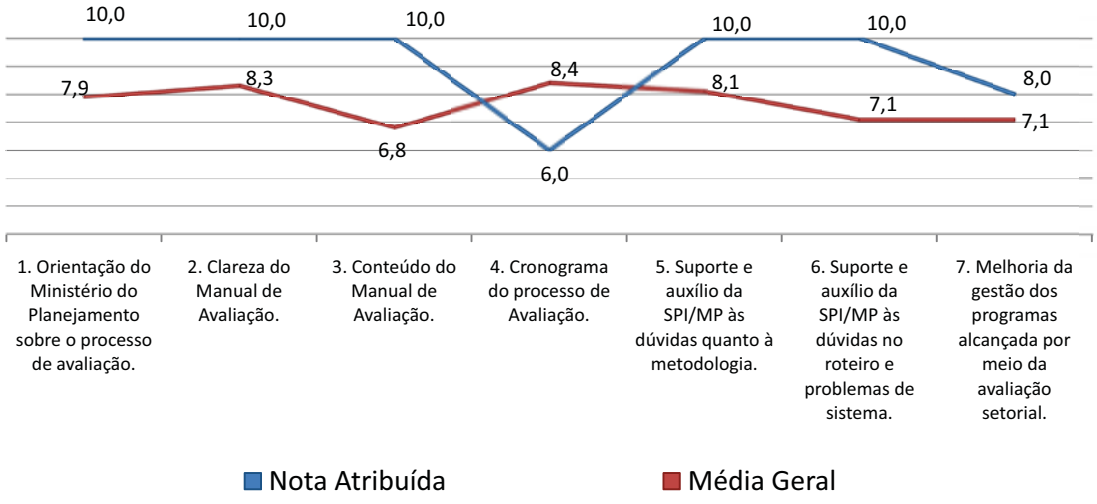
b) Centro de Pesquisas Renato Archer (CEnPRA), Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Instituto Nacional do Semi-Árido (INSA), Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA), Museu Parense Emílio Goeldi (MPEG), Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Observatório Nacional (ON), Instituto Nacional de Tecnologia (INT), Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC);

c) organizações sociais: Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTluS), Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).

Quanto à dimensão territorial, um dos principais desafios da política estabelecida está focado na desconcentração nacional dos investimentos em C&T, historicamente concentrados nas regiões Sul e Sudeste. Nesse sentido, tem sido promovida a integração de todas as regiões ao esforço nacional de capacitação para ciência, tecnologia e inovação. Consideráveis avanços têm sido obtidos, a exemplo dos investimentos crescentes nos Estados da Amazônia Legal de forma a ampliar e modernizar a infra-estrutura de pesquisa existente e promover a formação e fixação de recursos humanos qualificados. O total desses investimentos cresceu 218% nos últimos quatro anos, passando de R$ 52 milhões em 2003 para R$ 165 milhões em 2006.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MCT mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MCT e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A INCLUSÃO E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

GERENTE DO PROGRAMA

Joe Carlo Viana Valle

OBJETIVO

Ampliar a capacidade local e regional para gerar e difundir o progresso técnico, visando a competitividade econômica e a qualidade de vida da população.

PÚBLICO-ALVO

Instituições de ensino e pesquisa, comunidade científica, empresas, professores, alunos, prefeituras, comunidade local e a sociedade em geral

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 171.486.256,00	Empenho Liquidado:	R$ 159.566.092,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 159.566.092,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 3.150.000,00	R$ 848.000,00	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Pessoas Capacitadas em Tecnologias de Impacto Social com Apoio do Programa - pessoas capacitadas	-	-	-	-	1150	-
2. Número de Tecnologias Geradas no Âmbito do Programa - Unidade	-	-	-	-	115	-
3. Número de Visitas às Instituições de Pesquisa do MCT e Museus de Ciências - Unidade	-	-	-	430.065	180.860	237,8%

1. NÚMERO DE PESSOAS CAPACITADAS EM TECNOLOGIAS DE IMPACTO SOCIAL COM APOIO DO PROGRAMA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Embora não tenha sido possível apurar de forma objetiva o índice para esse indicador, tem-se como percepção que os objetivos do Programa, sob o aspecto que o indicador trata, comparados com os de 2006, foram alcançados plenamente em 2007.

2. NÚMERO DE TECNOLOGIAS GERADAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Embora não tenha sido possível apurar de forma objetiva o índice para esse indicador, tem-se como percepção que os objetivos do Programa, sob o aspecto que o indicador trata, comparados com os de 2006, foram alcançados plenamente em 2007.

3. NÚMERO DE VISITAS ÀS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA DO MCT E MUSEUS DE CIÊNCIAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado para 2007 ultrapassou o previsto para o final do PPA 2004-2007, em conseqüência da implementação do eixo estratégico que norteia a atual Política Nacional de C, T&I e compõe o Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T&I), para o Desenvolvimento Nacional 2007-2010, lançado em 2007, que é a expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A apropriação local de ciência, tecnologia e inovação no sentido de aportar conhecimento para melhor atender às demandas sociais específicas, combater disparidades intra e inter regionais, possibilitando uma melhor compreensão da dimensão do aprendizado, vai ao encontro da tendência de se pensar em políticas públicas que valorizem as potencialidades e especificidades regionais. Ao mesmo tempo, a percepção, muitas vezes equivocada, de que as questões científicas e tecnológicas só interessam a um círculo restrito, impede que a ciência e tecnologia venham a desempenhar, plenamente, o seu papel para o desenvolvimento do País e a elevação da qualidade de vida da população. Assim, a difusão do conhecimento científico e tecnológico é requisito para responder ao desafio da construção de uma sociedade em que o conhecimento é o propulsor de conquistas culturais, sociais e econômicas, não ficando restrito aos círculos acadêmicos, mas chegando aos setores econômicos e sociais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que contou com aproximadamente 10.000 atividades em cerca de 400 cidades brasileiras, envolvendo 1.400 universidades, instituições de ensino e pesquisa, escolas e entidades da área de ciência e tecnologia, com a distribuição nacional de vídeos científicos, cartilhas e programas de rádio, além da produção e distribuição de encartes em jornais (350.000 exemplares), fôlderes, livros, banners e cartilhas. O tema principal do evento foi o Planeta Terra, difundir experiências capazes de despertar, no público envolvido, maior consciência sobre os problemas ambientais atuais.

• Apoio a diversas atividades de divulgação científica tais como:

a) apoio ao Projeto Ciência Móvel (MS e DF);

b) realização de parceria com Universidade de Brasília (UnB) para a implantação do Museu de Ciências de Brasília;

c) XI Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica;

d) Implantação do Galpão da Ciência de São Carlos (SP);

e) 6ª Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (Febrace);

f) 59ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC);

g) 15ª SBPC jovem, dedicada ao ensino de ciências para alunos da escola básica;

h) exposições e oficinas em colaboração com centros e museus de ciências;

i) grupos de trabalho dedicados a temas de caráter interdisciplinar;

j) exposição de tecnologia e ciências: ExpoT&C e Transmissão em rede Internet, via (Rede Nacional de Pesquisa) RNP;

k) reuniões regionais dedicadas à discussão de questões regionais em ciência e tecnologia , ao ensino de ciências e à divulgação científica, em Porto Velho, Aracaju, Boa Vista e São Carlos.

• Contemplados 116 Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), localizados em diversos Estados brasileiros, principalmente Ceará, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro, com apoio financeiro do MCT em parceria com as secretarias de ciência e tecnologia, prefeituras locais, instituições de ensino e pesquisa, entre outras. Os CVTs são, além de unidades de ensino e de profissionalização, centros voltados para o acesso, transferência e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos utilizados nas áreas de prestação de serviços e nos processos produtivos.

• Apoio aos seguintes Arranjos Produtivos Locais (APLs): uvas e vinhos em Bento Gonçalves (RS), Confecções e Moda e Pólo Moveleiro em Petrópolis (RJ), Ostreicultura no APL de Pesca em Itapissuma (PE) e APL de Tecnologia da Informação de Londrina (PR).

• Execução dos seguintes projetos de apoio a pesquisa e a inovação:

a) ciência e tecnologia para o Empreendedorismo Social, no DF, em parceria com Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/DF), realização do Programa de Capacitação e Difusão da Tecnologia do Bambu

e do Programa Infojovem - Estratégia de Geração e Difusão de Formações e Conhecimentos sobre as Políticas Públicas de Juventude;

b) implantação do Instituto de Laticínio do Agreste em Garanhuns (PE), implantação da Central de Reciclagem do Recife como unidade de processamento de material reciclável da região metropolitana de Recife e a criação de uma incubadora de empreendimentos para o Setor de Confecções;

c) realização da 3ª etapa do Projeto Rede Nacional de Paleontologia, implantação do centro de educação a distância da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG);

d) implantação de uma agroindústria para processar a cana-de-açúcar do Município de Manfrinópolis (PR) e a implantação da rede metropolitana de multi-serviços no município de Matelândia (PR);

e) implantação de unidades didáticas de processamento de carne no Estado do Rio Grande do Norte (RN);

f) implantação de mini usina de biodiesel no Município de Palmital (SP).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A gerência utiliza os seguintes mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações: reuniões de trabalho, sem periodicidade pré-definida, em que o monitoramento é realizado com base nos relatos dos coordenadores de ações e levantamentos dos dados constantes dos projetos aprovados; visitas *in loco*, que ocorrem durante ou após a execução dos projetos.

Abrangem a verificação técnica do cumprimento das metas definidas nos projetos e a regularidade quanto à aplicação legal dos recursos públicos a ele associados, mediante demandas específicas, com a elaboração de relatórios de gestão abrangendo a execução do Programa e o uso do Sistema de Informações Gerenciais do Ministério de Ciência e Tecnologia (SigMCT), utilizado para monitorar a execução dos programas e das ações orçamentárias.

A execução física demonstra o alcance de 80% a 100% das metas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007.

Em regra, os recursos orçamentários executados foram suficientes, tendo sido liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Contudo, o montante de recursos gastos com despesas administrativas na Ação de Gestão e Administração do Programa (GAP), correspondente a 1,44% do total gasto no Programa, foi insuficiente para um monitoramento e acompanhamento adequado da execução dos projetos, especialmente para o pagamento de serviços terceirizados e realização de viagens e pagamento de diárias para visitas in loco. Em função disso, houve necessidade de remanejamento de valores com vistas a ampliar os recursos de GAP para minimizar os impactos dessa insuficiência.

Além disso, a quantidade de materiais de expediente e mobiliário é insuficiente para a implementação do Programa, bem como os equipamentos de informática são inadequados, o que tem gerado entraves ao bom desenvolvimento da atividade gerencial.

A carência de recursos humanos não permite um gerenciamento adequado do Programa. A equipe gerencial tem apenas um servidor qualificado e disponível para essa atividade, o que prejudica sensivelmente a dedicação à atividade de gerenciamento do Programa. E, a Secretaria, unidade administrativa do MCT responsável pelo Programa, não dispõe de quantidade suficiente de servidores para alocar a essa atividade.

Embora em menor grau do que a equipe gerencial, as equipes executoras também não dispõem de quantidade suficiente de servidores qualificados para essa atividade.

Outras restrições são as dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes e a dificuldade de obtenção do licenciamento ambiental, causando baixos desempenhos das execuções físicas de algumas ações.

Adicionalmente, a estimativa do quantitativo físico em projetos originados de emendas parlamentares, em alguns casos, foi superior aos recursos orçamentários disponibilizados para implementação dessas ações.

O desempenho da execução das ações com recursos descentralizados foi alto, superando as expectativas no alcance de resultados e demonstrando boa integração entre a gerência e os executores.

A execução das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio MCT, teve um bom desempenho, com integração entre gerente e coordenadores de ação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais, as quais têm tido bom desempenho na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas.

Grande parte do volume dos recursos do Programa é oriundo de emendas parlamentares. O Programa tem propiciado um aumento de popularização da ciência, tecnologia e inovação, com destaque para as Olimpíadas e a realização anual da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Entretanto, poderia se beneficiar de um planejamento melhor de suas ações, com definição mais clara de seu escopo, para um melhor direcionamento das demandas, principalmente oriundas de emendas parlamentares. É necessário um esforço maior de acompanhamento da execução e avaliação dos resultados dos projetos. A implementação do Programa também exige uma forte articulação com outros órgãos do Governo Federal e outros entes da Federação. Há que favorecer a sinergia de ações e evitar sobreposição de esforços e pulverização de recursos.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR (PITCE)

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Rodrigues Elias

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade de produtos e processos de empresas nacionais e à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias, visando a expansão da economia brasileira no mercado internacional.

PÚBLICO-ALVO

Empresas nacionais, estabelecidas e nascentes, de biotecnologia, de nanotecnologia, de química, de materiais, de eletrônica, de energias renováveis, de software, de fármacos, de semicondutores e microeletrônica, prestadoras de serviços tecnológicos, de consultoria tecnológica, atuantes em pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos em áreas de fronteira tecnológica; comunidade científica e tecnológica

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.361.548.008,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.253.888.571,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.253.888.571,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de participação de pessoal técnico em atividades de P&D no total de empregados das empresas - 1/1.000	-		-	-	12.00	-
2. Exportações Brasileiras da Indústria de Alta Tecnologia - US$ milhão	-	-	-	10.241	9.585	106,8%
3. Número de certificados de sistemas e famílias de produtos - Unidade	-	-	8.666	9.614	18.274	52,6%
4. Número de Pedidos Brasileiros de Patentes de Invenção Junto ao Escritório Norte-Americano de Patentes (USPTO) - Unidade	-	-	-	-	233	-
5. Número de pedidos de depósito de patentes no INPI por parte de residentes - Unidade	-	-	-	10.095	22.773	44,3%

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
6. Taxa de participação dos gastos em pesquisa e desenvolvimento na receita líquida de vendas das empresas - Porcentagem	-	-	-	-	0.80	-

1. COEFICIENTE DE PARTICIPAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO EM ATIVIDADES DE P&D NO TOTAL DE EMPREGADOS DAS EMPRESAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
Análise e Justificativa:

A apuração do índice para 2007 só ocorrerá após a conclusão dos trabalhos da Pesquisa de Inovação Tecnológica do Instituo Brasileiro de Geografia e Estatística (PINTEC/IBGE 2007), tendo em vista que a PINTEC 2000 levantou informações relativas ao período 1998-2000; a de 2003 cobriu o período 2001-2003 e a de 2005 cobriu o período 2003-2005. Cabe lembrar que antes o indicador tinha como fonte a Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras (Anpei). A PINTEC/IBGE é uma pesquisa de maior abrangência do que a da Anpei. Em 2003 a PINTEC registrou 9,71 técnicos (atividades internas) em pesquisa e desenvolvimento em relação ao total de empregados da empresa. Em 2005 o índice apurado foi de 13,9.

2. EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DA INDÚSTRIA DE ALTA TECNOLOGIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Esse índice foi incluído para avaliação do Programa em 2007, como resultado do processo de revisão do PPA 2004-2007, e seu resultado foi expressivo, visto ter superada a expectativa prevista para o final do PPA, refletindo o impacto das ações deste Programa e de outros no campo do estímulo a inovação tecnológica.

3. NÚMERO DE CERTIFICADOS DE SISTEMAS E FAMÍLIAS DE PRODUTOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 é menor do que o previsto para o final do PPA, contudo sua evolução histórica tem sido satisfatória, considerando a comparação com o ano de início (2004) e 2006, respectivamente, 6.695 e 8.666.

4. NÚMERO DE PEDIDOS BRASILEIROS DE PATENTES DE INVENÇÃO JUNTO AO ESCRITÓRIO NORTE-AMERICANO DE PATENTES (USPTO)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Esse indicador foi excluído em 2005 e 2006 e retornou em 2007, sendo que sua apuração está dependendo da divulgação das informações do ano de 2007 pelo Escritório Norte-Americano de Patentes (USPTO).

5. NÚMERO DE PEDIDOS DE DEPÓSITO DE PATENTES NO INPI POR PARTE DE RESIDENTES

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A apuração do índice para esse indicador só será concluída quando o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) divulgar as informações relativas ao ano de 2007.

6. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS GASTOS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NA RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DAS EMPRESAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Esse Indicador foi incluído em 2007, contudo a apuração do seu índice esta na dependência da conclusão e divulgação da PINTEC/IBGE 2007, que abrangerá o período de 2005 a 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Até o início dos anos 90, o setor produtivo vinha aplicando muito pouco na sua capacitação tecnológica cerca de 10% do total dos investimentos em ciência e tecnologia, os quais, por sua vez, não ultrapassavam 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Atualmente, tanto os investimentos globais quanto os investimentos do setor produtivo vem crescendo significativamente, porém, ainda em níveis insuficientes quando comparados ao que acontece nos países industrializados, que investem em ciência e tecnologia entre 2% a 3% do seu PIB, com participação majoritária do setor produtivo. Com a implementação deste Programa pretende-se atingir um patamar de investimentos mais compatíveis com as necessidades e os desafios de uma economia extremamente competitiva, aprofundando e viabilizando um efetivo Sistema Nacional de Inovação em plena sintonia com a PITCE. Pretende-se enfocar não só a capacidade de gerar inovações tecnológicas em produtos e processos produtivos, mas também a capacidade gerencial das empresas brasileiras e, ainda, estimular a formação e o fortalecimento de parcerias entre os diversos atores: empresas, institutos tecnológicos, universidades e agentes financiadores. Essas parcerias contribuirão para o incremento da competitividade dos bens e serviços produzidos no País, o desenvolvimento do setor de tecnologia da informação, da nanociência e nanotecnologia, da biotecnologia e outras áreas de fronteira vitais, estruturantes do futuro em uma ampla gama de atividades, com vistas ao aumento da competitividade da indústria nacional e inserção da economia brasileira no mercado internacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), por meio da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.

- Instituição da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia, pelo Decreto nº 6.041, de 8 de fevereiro de 2007.

- Financiamento, no âmbito do Programa Inovar para incubadoras de fundos,

de 11 fundos de capital de risco, totalizando R$ 91,3 milhões, sendo que para cada R$ 1,00 investido pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) nos fundos de capital empreendedor a contrapartida dos demais investidores é de R$ 6,50. No Programa Inovar Semente, voltado para fundos de capital fornecido a empreendimentos em estágio pré-operacional, o valor investido foi de R$ 28,8 milhões.

• Contratação de 17 projetos para a montagem das redes de entidades ou consórcios estaduais para tratar dos projetos das pequenas e médias empresas, conforme benefícios e subvenções oferecidos pela Lei do Bem.

• Redução dos custos de financiamento à inovação tecnológica promovida por empresas domésticas por meio do programa pró-inovação e juro zero da Finep, com redução dos encargos incidentes nos financiamentos reembolsáveis em até 10%.

• Lançamento do Edital Universal MCT/CNPq 15/2007, de 2 de agosto de 2007, cujo objetivo é apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, mediante o financiamento a projetos em todas as áreas do conhecimento, tendo sido selecionados 4.115 projetos e contratados 695.

• Fomento a projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico no valor total de R$ 100 milhões, bem como a projetos do programa de extensionismo tecnológico, no valor previsto de R$ 616 milhões.

• Em Tecnologia Industrial Básica (TIB), destacam-se: a hora legal brasileira, gerada pelo Observatório Nacional (ON), que passou a ser comparada com os integrantes do Sistema Interamericano de Metrologia (SIM) com resultados disponíveis em tempo real; a entrada em operação de mais um relógio atômico de césio, com os seus respectivos dados enviados ao Bureau Internacional de Pesos e Medidas (BIPM). O ON passou a ter um total de cinco relógios atômicos contribuindo com o Tempo Atômico Internacional (TAI).

• Na área de nanotecnologia, houve o lançamento do Edital MCT/CNPq 09/2007, de 20 de agosto de 2007, para Jovens pesquisadores.

• Em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), resultado de destaque é o desenvolvimento de infra-estrutura de software para o Projeto Governo Eletrônico (e-Gov) de interação entre cidadãos e a administração pública, realizado em cooperação com países da Europa e América Latina (rede Inlets).

• Formação do pool de equipamentos geofísicos com apoio da empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), que receberá aporte de R$ 14 milhões, tornando-se um dos grandes centros mundiais em pesquisas geofísicas.

• Publicação de duas chamadas públicas realizadas em parceria com o Ministério da Saúde (MS), uma para desenvolvimento de fatores da coagulação sangüínea por DNA recombinante e outra para pesquisa clínica e avaliação de tecnologias em saúde, com

recursos do Fundo Setorial de Saúde (CT-Saúde) e do Fundo Nacional de Saúde (FNS).

- Financiamento de estudos desenvolvidos por grupos de pesquisas brasileiros e indianos, no âmbito do programa de pesquisa do Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (ICGEB), para transformação genética do algodão por maior resistência a insetos, bem como sobre a certificação e a qualidade de biodiesel e suas misturas com óleo diesel.

Os resultados foram alcançados dentro das expectativas para o ano e, mais do que os resultados terem ficado dentro do esperado, o importante é que alguns deles são fundamentais para o setor de ciência, tecnologia e inovação, a exemplo da regulamentação do FNDCT, do apoio a empresas de base tecnológica e da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Na maior parte das ações, a apuração da meta física fica próxima a 100%. É importante mencionar que projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação são executados em períodos relativamente longos, com cronogramas de desembolso de parcelas de financiamento que envolve, normalmente, mais de um período fiscal. De modo geral, os recursos orçamentários foram considerados suficientes e não houve descontinuidade na liberação dos mesmos de modo a comprometer o Programa, mas o limite do teto de recursos financeiros para algumas ações também tem sido um problema. Analisando os recursos financeiros liquidados ao final do ano de 2007, verificou-se que o índice chegou perto dos 100%, indicando uma melhoria em relação ao ano de 2006. O valor da Ação Gestão e Administração do Programa (GAP), em 2007, foi inferior ao de 2006.

O Programa comporta a agregação de mais recursos humanos junto à equipe gerencial. O número atual tem tido dificuldade em dar suporte a todas as atividades de monitoramento, acompanhamento e avaliação, e gestão orçamentária e financeira. Os recursos humanos são qualificados, entretanto, para o tipo de trabalho, recomenda-se perfis mais multidisciplinares, da mesma maneira que para assuntos orçamentários e financeiros exige-se a contratação de especialistas.

A partir dessa constatação, o que se verifica é que as equipes precisam constantemente ser treinadas e qualificadas, inclusive porque a dinâmica de desenvolvimento de algumas ações impõe no seu decorrer, novos conhecimentos visto que aparecem obstáculos ou dificuldades não previstas e que ensejam um novo conhecimento ou visão do assunto, pois se tem reconhecido que há sobreposição de ações e que há necessidade de maior articulação e coordenação de esforços entre as esferas de governo para otimizar a utilização dos recursos.

Uma restrição que tem prejudicado bastante o alcance dos resultados tem sido a ausência de marcos legais, as interpretações dúbias de leis sem regulamentação e a falta de experiência na aplicação de legislação recente sobre situações novas.

Em relação à multissetorialidade, há problemas na interlocução com atores de outros Ministérios, onde o Programa tem ações junto à Agência de Desenvolvimento da

Amazônia (ADA), do Ministério da Integração Nacional (MI) e à Superintendência de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (Suframa), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que nem o Sistema de Informações Gerenciais do MCT (SigMCT) nem o Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (SIGPlan) têm tido registros de informações a respeito do desenvolvimento dessas ações de forma adequada. Nas demais ações, apesar das informações terem sido prestadas, muitas vezes houve atraso, foram de pouca qualidade e até mesmo incompletas ou interrompidas.

Quanto à participação da sociedade civil na execução do Programa, em alguns casos há consulta pública, como ocorreu na elaboração da Política Nacional de Biotecnologia. O Programa não possui um mecanismo específico para apuração dessa contribuição, contudo todo tipo de informação gerado nos mecanismos de consulta ao público em geral é levado em conta e considerado nas decisões a serem tomadas, desde que não infrinja aspectos legais e os objetivos do Programa. Cabe mencionar que as decisões sobre os fundos setoriais são tomadas nos comitês gestores, colegiados que contam com a participação de representantes de vários segmentos da sociedade.

No tocante à avaliação da satisfação dos beneficiários do Programa, é exigida a apresentação de relatórios técnicos e são realizadas reuniões técnicas, seminários, *workshops* dentre outros eventos, ocasiões em que se pode verificar o grau de satisfação dos seus beneficiários.

O Programa tem interagido com os Estados e Municípios por meio da utilização da formação de Redes de trabalho com a ampliação na utilização do próprio SigMCT, isso tem demonstrado que pode agregar benefícios e trazer aperfeiçoamentos em sua execução.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

No exercício de 2007, no âmbito do Programa, foi realizado o pagamento de 100% das despesas liquidadas e atingiu quase 100% das metas físicas, e que muitas das ações são desenvolvidas no âmbito das unidades administrativas e vinculadas ao MCT.

A avaliação sobre o grau de satisfação dos beneficiários do Programa poderia ser formalizada e melhor internalizada no decorrer da execução das ações de modo a propiciar uma consolidação na ótica do desempenho do Programa, isso reforça que há uma percepção de que é necessário haver uma melhor integração e compreensão dos executores que as informações sobre o andamento das ações é primordial para que problemas detectados possam ser resolvidos e informações precisas possam ser transferidas para o SIGPlan, para um melhor monitoramento pelo responsável do Programa.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA NATUREZA E CLIMA

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Barreto de Castro

OBJETIVO

Ampliar o conhecimento técnico-científico sobre as interações entre a natureza, a ciência e a sociedade, que contribuam para o entendimento das mudanças globais e para a melhoria da qualidade de vida da população.

PÚBLICO-ALVO

Comunidade científica e a sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 91.822.300,00	Empenho Liquidado:	R$ 87.620.409,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 87.620.409,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Mapas Temáticos Gerados Contendo o Cálculo da Extensão e Distribuição do Desmatamento na Amazônia - Unidade	-	-	-	226	2.061	10,97%
2. Taxa de Acerto da Previsão Climática Sazonal para o Sudeste, Centro-Oeste e Sul do Nordeste - Porcentagem	-	65.00	45.00	46.00	60.00	76,67%
3. Taxa de Acerto da Previsão da Tendência Climática Sazonal Região Amazônica, Norte do Nordeste e Sul - Porcentagem	-	80.00	44.00	45.00	80.00	56,25%

1. NÚMERO DE MAPAS TEMÁTICOS GERADOS CONTENDO O CÁLCULO DA EXTENSÃO E DISTRIBUIÇÃO DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Índice previsto para o final do PPA 2004-2007 está superestimado, situação que deverá ser ajustada no processo de revisão do PPA 2008-2011. Contudo, tem-se que no exercício

de 2007, foram divulgados os mapas de desmatamento para Amazônia do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES) e Detecção de Desmatamento em Tempo Real (DETER) para os 12 meses anteriores cujos resultados iniciais indicaram uma diminuição de 30% na área desmatada em relação ao mesmo período anterior.

2. TAXA DE ACERTO DA PREVISÃO CLIMÁTICA SAZONAL PARA O SUDESTE, CENTRO-OESTE E SUL DO NORDESTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O grupo de processamento de alto desempenho vem preparando novos códigos e mecanismos de qualidade que estão sendo implantados tanto na área de suporte de informática, como na área de instrumentação meteorológica, para melhorar o desempenho do índice de taxa de acerto de previsão climática nessa região.

3. TAXA DE ACERTO DA PREVISÃO DA TENDÊNCIA CLIMÁTICA SAZONAL REGIÃO AMAZÔNICA, NORTE DO NORDESTE E SUL
- Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
Análise e Justificativa:

Foram instaladas novas estações meteorológicas automáticas, nas regiões Amazônica, norte do Nordeste e Sul, onde as informações de previsão climática tornaram-se mais seguras, o que colaborou para o aumentando do índice de acerto.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A existência desse Programa vai permitir entender melhor os mecanismos que determinam as mudanças globais do clima e melhorar a capacidade de previsão meteorológica, climática, hidrológica e ambiental como um instrumento de proteção da vida, de redução de custos e de perdas materiais. Através do entendimento das complexas interações entre o meio ambiente (ecossistemas e recursos naturais), o clima (em sua variabilidade natural e antropogênica) e a sociedade, assim como os impactos destas interações sobre as mudanças globais, será possível contribuir para o desenvolvimento sustentável, com aumento da produção, redução da pobreza e dos desequilíbrios regionais e proteção do meio ambiente. O conhecimento gerado terá impactos na definição de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, possibilitará desenvolver ferramentas analíticas para o planejamento regional e expandirá as fronteiras da ciência para a sustentabilidade no País. Essas ferramentas são importantes para se entender os óbices naturais, tecnológicos e institucionais à melhoria da qualidade de vida, à proteção dos ecossistemas e do meio ambiente.

A lógica geral das ações a serem implementadas é:

a) montar uma infra-estrutura técnica modernizada para observações da Terra (ecossistemas, atmosfera, superfícies e oceanos), meio ambiente, meteorologia, clima, hidrologia e ecossistemas;

b) estabelecer um mecanismo de integração institucional apoiado na execução descentralizada de atividades;

c) integrar fornecedores de informação e usuários do sistema;

d) ampliar o conhecimento técnico-científico sobre modelagem ambiental e simulação matemática de sistemas complexos ambiente-sociedade, previsões de tempo e clima, previsões hidrológica e ambiental, interação entre o oceano e a atmosfera, variabilidade climática, sustentabilidade do desenvolvimento regional, impactos de eventos extremos ambientais e estrutura e funcionamento dos ecossistemas brasileiros.

Os conhecimentos obtidos, assim como o conjunto de informações originadas de múltiplos fornecedores no País e no exterior, são tratados de forma integrada, descentralizada e multidisciplinar, por meio de redes de computadores de grande porte, e colocados à disposição de usuários distintos, públicos e privados, para que a sua utilização e a tomada de decisões deles decorrente sejam feitas de forma descentralizada.

O Programa aumentará a eficiência econômica nos setores de agricultura e agronegócios, energia e transportes. Será ainda essencial para a otimização de atividades ligadas à prevenção da poluição atmosférica e hídrica, proteção de ecossistemas, conservação de recursos naturais, e à defesa civil, reduzindo vulnerabilidades sociais e econômicas aos eventos extremos ambientais. Trata-se, portanto, de um programa prioritário não apenas por viabilizar novos conhecimentos, como também por proporcionar melhoria da eficiência da operação do sistema econômico e da proteção da sociedade e do meio ambiente.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Reestruturação e incremento/modernização da Rede Observacional e todas as atividades de suporte e de processamento voltadas à meteorologia e à mitigação dos efeitos danosos dos fenômenos adversos. A junção dos esforços técnicos, científicos e operacionais entre o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) estabeleceu uma integração das ações, além de mostrar melhor governança no sistema meteorológico nacional, com redução de redundâncias, maior complementaridade nas ações e aumento na confiança por parte dos usuários, com avanço no monitoramento meteorológico e ambiental.

• Intensificadas, através do projeto temático do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), atividades de pesquisa e desenvolvimento em biodiversidade, sendo que as redes de laboratório formadas para realizar outros ensaios biológicos foram fortalecidas, envolvendo o Instituto Nacional Pesquisas Ambientais (INPA) e outras instituições brasileiras como o Instituto Butantã, Fundação Universidade do Rio Grande (FURG) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, estão sendo realizados ensaios contra tuberculose, apoptose, bactérias gram-negativas e gram-positivas, fungos dermatofíticos, além dos ensaios antioxidantes. A extratoteca conta com 293 extratos provenientes

de 150 plantas em que todos já foram testados nos ensaios antioxidantes e enviados para testes contra Mycobacterium tuberculosis e contra Artemia salina, com resultado de que até o momento tem-se 50 extratos contra Mycobacterium tuberculosis sendo quatro muito promissores.

• Realizada consulta nacional com a comunidade científica brasileira para aumentar a sua participação na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). O evento se propôs a fomentar uma discussão, em nível nacional, no sentido de estreitar as relações entre o Poder Público, tomadores de decisão e o setor científico. Essa reunião teve como objetivo criar um mecanismo para se obter aconselhamento do segmento de pesquisa com vista à elaboração de posições brasileiras relativas a tomadas de decisões políticas em relação ao tema diversidade biológica e, portanto, com vista também a prestar assessoramento científico à CDB.

• Desenvolvimento de um portal de Meteorologia para agricultura por meio de convênio tripartite entre Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) no qual foram concentrados os produtos de meteorologia de interesse para a agricultura tanto para as atividades do dia-a-dia como para o planejamento na escala de 15 dias ou dos próximos três meses. A disseminação da informação é realizada por boletins enfocando aspectos como a possibilidade de chuva, geada, seca assim como aconselhamentos diversos baseados na experiência dos parceiros em agricultura combinada com a experiência do CPTEC em meteorologia.

• Apresentação de relatórios parciais e criação de um sítio específico com os dados e resultados do Projeto Respostas Fisiológicas de Plantas às Mudanças Climáticas Globais que prevê a montagem de um banco de dados com informações estratégicas sobre os mecanismos de respostas ecofisiológicas, fisiológicas e bioquímicas de um grupo de plantas da Mata Atlântica e do Cerrado, quando submetidas a efeitos decorrentes das mudanças climáticas globais. Para tanto, estão sendo realizados experimentos em que plantas cultivadas em câmaras especiais são submetidas à alta concentração de gás carbônico.

• Preparação logística, que envolve o embarque de pessoal técnico e de diversos equipamentos e material de consumo, no navio oceanográfico Antares, da Marinha do Brasil, objetivando a próxima missão do Projeto Pirata X, que tem como finalidade a retirada de bóias meteorológicas do oceano, limpeza, pintura e recuperação de suas partes mecânicas, e troca de sensores meteorológicos e oceanográficos.

• Introdução da WebTV, uma nova forma de disseminação, onde meteorologistas e agrônomos apresentam as diferentes visões sobre a previsão do tempo e do clima.

• Reforço na infra-estrutura computacional (cluster de computadores) para cinco centros estaduais de meteorologia no Amapá (AP), Bahia (BA), Santa Catarina (SC), Sergipe (SE) e Espírito Santo (ES), com a realização de treinamento para cada um dos representantes dos centros.

• Parceria MCT e o Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP) para as três redes de pesquisas daquele Centro (pesca, pecuária e bioprospecção) com a participação em 140 eventos científicos, publicação de 64 artigos em revistas científicas, anais, livros ou capítulos de livros e produção de 28 encartes ou fôlderes para distribuição na comunidade pantaneira. No tocante à capacitação de recursos humanos, o CPP possui, entre os diversos projetos em desenvolvimento, 18 doutorandos, 82 mestrandos e 118 alunos de iniciação científica, gerando o total de duas teses de doutorado, 24 dissertações de mestrados e 45 monografias de conclusão de curso defendidas no exercício de 2007.

• Investigado em escala piloto as condições de cultivo e os parâmetros físico-químicos da destilação por arreste a vapor de duas plantas aromáticas, priprioca e estoraque, visando determinar as condições ótimas para a exploração comercial destas espécies. As condições para o cultivo do estoraque (*Ocimum micranthum*) estão definidas, bem como os parâmetros físico-químicos para a destilação, visando a obtenção do óleo essencial. O dispositivo para destilação do óleo essencial de priprioca está operacional.

• Realizados estudos à dinâmica territorial e sócio-ambiental das frentes de ocupação e áreas consolidadas, por meio da ampliação de atuação da Rede Temática de Pesquisa e Modelagem Ambiental da Amazônia (Rede GEOMA). Esse projeto tem induzido outras ações, como o projeto integrado MCT/Embrapa cujo objetivo é o de integrar competências de diversos programas do MCT e da Embrapa, para atuar em importante área de estudo no Pará, o Distrito Florestal Sustentável, recentemente criado pelo Governo Federal.

• Divulgados, em 2007, os mapas de desmatamento para a Amazônia dos Programas PRODES e DETER para os 12 meses anteriores cujos resultados iniciais indicaram uma diminuição de 30% na área desmatada em relação ao mesmo período anterior.

• Apresentação de relatórios parciais referentes ao convênio celebrado entre o MCT e a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (Funcate) para construção de banco de dados geográfico para o ano de 1994, visando a estimativa das emissões de gases de efeito estufa, relacionadas ao setor uso da terra (mudanças no uso da terra e florestas no período de 1994-2000).

• Realização do curso de Meteorologia Sinótica Teórica e Prática em parceria com a Sociedade Brasileira de Meteorologia (SBMET), com a participação de 24 centros estaduais.

• Celebração de parceria, no âmbito do Projeto BRA/05/G31, entre o MCT, o INPE/CPTEC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para desenvolvimento do projeto referente à modelagem regional de mudança do clima.

• Lançado o edital de licitação para contratação de serviços de topografia com vistas à instalação de infra-estrutura de pesquisa (grade), necessária para inventários padronizados na reserva ecológica Cuniã no Estado de Rondônia.

• Firmado parceria com o INPA, MCT e o Exército brasileiro para construção de

uma grade PPBio na área do Exército, em frente à cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM), onde as despesas ocorrerão por conta do Projeto FINEP-Fronteiras e conta com apoio logístico do Exército.

• Realizadas várias excursões às Florestas e Parques Nacionais, em que foram contemplados os protocolos de estrutura de vegetação, herpetofauna, clima, árvores, fungos, mamíferos e invertebrados aquáticos, e implantação de grades e obtenção de dados de topografia, reconhecimento de área para escolha de sítio e plano de manejo de parques.

• Realizadas 27 expedições de coletas do componente de inventários no Semi-árido, dentro do planejamento das áreas selecionadas no projeto: Senhor do Bonfim, Raso da Catarina e Dunas do São Francisco (todas na BA); Buíque (PE); Serra das Confusões (PI); e Seridó (divisa da PB e do RN).

• Iniciados os inventários em três novas áreas (Morro do Chapéu e Serra do Ramalho, na BA, e Ibiapaba do Norte, no CE). Foram complementados os materiais indispensáveis para a coleta, incluindo as redes para captura de aves e as armadilhas para a captura de mamíferos e lagartos.

• Lançado o Edital MCT/CNPq no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (MCT/CNPq/PPG7 nº 03/2007), de caráter inovador, sobretudo por concorrerem divulgadores científicos com propostas articuladas com os cientistas. Como resultado, foram aprovadas oito propostas de divulgação científica, sendo quatro do INPA, uma da Universidade Federal do Pará (UFPA), uma do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), uma da Embrapa Amazônia Oriental e uma da Embrapa Rondônia. Vale destacar que o conjunto das oito propostas aprovadas contemplou os três temas de pesquisa previstos no Edital. Assim, pode-se concluir pelo bom desempenho da Fase II do Subprograma de Ciência e Tecnologia do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (SPC&T/PPG7) no exercício de 2007.

• Firmado convênio com o Ministério da Saúde (MS) que está sendo desenvolvido um sistema de alerta quanto à qualidade do ar, enfocando primeiramente a região Centro-Oeste do Brasil na época seca quando ocorrem queimadas e a fumaça afeta o sistema respiratório, principalmente, de crianças e idosos.

• Realização de seminário e workshop, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e diversas instituições dos Estados onde o bioma Cerrado está presente, com o objetivo de iniciar estudos para a criação de uma rede estratégica para a conservação do cerrado. O CPP foi indicado para a consolidação dessa Rede.

• Estruturada a base de dados das Plantas Aromáticas e dos Frutos da Amazônia em ambiente *Windows*/*Access*, com mais de 850 entradas (espécimes). Esse projeto consiste no inventário das plantas aromáticas dos cerrados e campos naturais da Amazônia Oriental. O uso desses dados servirá para implementação de um sistema agroindustrial para Piper aduncum, planta da região Amazônica rica em óleos essenciais.

•

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A gerência utiliza os seguintes mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

a) reuniões de trabalho semestrais, realizadas pelo gerente do Programa com os respectivos coordenadores de ação;

b) visitas *in loco*, realizadas pelos técnicos das áreas envolvidas com o Programa, pelo menos uma vez ao ano;

c) sistemas informatizados, com consultas ao Sistema de Administração Financeira e de outros sistemas desenvolvidos no âmbito do projeto;

d) relatórios de gestão, elaborados nas áreas responsáveis pelas ações, quando da visita técnica, além do relatório de gestão anual elaborado pela Secretaria;

e) o Sistema de Informações Gerenciais do MCT (SigMCT) que é o principal sistema de acompanhamento das ações, no âmbito do MCT, e é constantemente atualizado pelos registros efetuados pelos coordenadores de ação.

A ação Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Científicos e Tecnológicos do projeto-piloto para proteção das florestas tropicais foi avaliada por missão do Banco Mundial que considerou seu desempenho satisfatório, incluindo a excelente atuação da equipe de coordenação da ação. Logo em seguida, foi realizada a missão de supervisão em gerenciamento financeiro, por aquele Banco, que avaliou a ação nos aspectos relativos a: pessoal; fluxo de fundos; controle interno; auditoria externa; relatórios de gerenciamento financeiro; sistema de gerenciamento financeiro; e desembolsos. O Banco concluiu que os relatórios de prestação de contas utilizados pelos coordenadores de pesquisa, referentes à execução financeira dos recursos, mostraram-se adequados.

As metas físicas do Programa, mantidas as médias de execução das ações, foram realizadas dentro do previsto, com execução física de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Ressalta-se que em algumas ações foi verificada a superação de suas metas.

O limite de pagamento oferecido ao Programa tem sido insuficiente para atender os compromissos assumidos por suas ações. A execução orçamentária ocorreu praticamente na sua totalidade. Entretanto, a falta de um cronograma de desembolso físico versus financeiro, bem como um limite de pagamento que é abaixo da dotação, gerou um volume considerável de despesas inscritas em restos a pagar, que vem se acumulando de exercícios anteriores, comprometendo o limite de pagamento do exercício de 2008. Quanto ao fluxo de recursos orçamentários, a execução ocorreu sem maiores problemas, não interferindo na execução física do Programa, em que pese a sua liberação em parcelas trimestrais.

Os recursos gastos com despesas administrativas na Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) corresponderam a 1,29% do montante liquidado diretamente com

a execução das ações do Programa. No âmbito desta Ação, foi disponibilizado o apoio necessário ao desenvolvimento do Programa. As despesas, dentre outras, envolveram pagamentos de servidores sob o regime de contratos temporários, terceirizados, material de consumo, sistemas de informações gerenciais internos, produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações, outros serviços de terceiros e demais atividades-meio necessárias à gestão e à administração do Programa.

Restrições de gastos com diárias e passagens têm sido um obstáculo para uma melhor e maior avaliação dos projetos, tendo em vista que a maior parte deles é executada em unidades de fomento e de pesquisa em outros Estados.

Os recursos materiais e a infra-estrutura são adequados para a implementação do Programa. No entanto, a quantidade de recursos humanos na equipe gerencial é inadequada, com a perda de um grande número de servidores qualificados nos últimos anos, sem reposição em ritmo adequado. A falta de realização de concursos para a área de ciência e tecnologia tem sido um entrave na reposição imediata desses técnicos. Fato semelhante ocorre nas equipes executoras, uma vez que o Programa na maioria das suas ações é executado em agências de fomento e unidades de pesquisa.

A integração é permanente, com a maior parte dos coordenadores de ações. O gerente do Programa mantém monitoramento das atividades dos coordenadores, especialmente daqueles que têm vinculação institucional com a estrutura organizacional do MCT.

Das ações do Programa, apenas uma vem sendo executada no âmbito de outro Ministério, com desempenho médio. Sua avaliação de desempenho é feita por intermédio do gerente executivo do Programa em entendimentos com o coordenador da ação. A indisponibilidade de acesso ao sistema SigMCT, por esse coordenador, implica no atraso das informações de atualização do sistema quanto à sua situação.

Outro fator que implica numa melhor avaliação está na dificuldade de visualização da execução da Ação, uma vez que o gerente não tem acesso aos sistemas de administração orçamentária e financeira da unidade. A última avaliação dessa Ação foi realizada através de pesquisa na página eletrônica do Ministério/agência executor.

A execução das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério teve desempenho satisfatório, com boa integração entre gerência e coordenadores de ação. A maioria das ações deste Programa são executadas no âmbito das agências de fomento e unidades de pesquisa da estrutura do MCT, facilitando a interação e o cumprimento dos objetivos dessas ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução, cuja gestão é realizada por meio de acompanhamento e avaliação em conformidade com o estabelecido nos termos de parcerias firmados, e possui os seguintes mecanismos de participação social:

a) audiência pública que é realizada para o Programa, em função dos seus objetivos e pelas atividades desenvolvidas pelas coordenações, tem contribuído para a formulação de propostas de políticas públicas. Para defesa e apoio dessas propostas se faz necessário à articulação com o poder Legislativo nas suas respectivas comissões, congressistas, bancadas de partido, bem como da opinião da comunidade científica e da própria sociedade;

b) reunião com grupos de interesse (comunidade científica, população, instituições de pesquisa) envolvidos na implementação do Programa que tem contribuído para as complexas interações entre o meio ambiente, o clima e a sociedade. Os grupos de interesse estão sempre atuando em parcerias em prol do desenvolvimento sustentável, com aumento da produção, redução da pobreza e proteção do meio ambiente;

c) fóruns de discussões sobre as ações do Programa, entre eles:

- a Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia,

- o Comitê Executivo para Levantamento de Avaliação do Potencial Biotecnológico da Biodiversidade Marinha (Biomar),

- a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima,

- a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima,

- o Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio).

Os mecanismos de gestão aplicados no Programa são contínuos e estão relacionados ao repasse de recursos para as agências de fomento, para as unidades de pesquisas, para as organizações sociais e para as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs). Instrumentos jurídicos como Contrato de Gestão, Termos de Parcerias e Termos de Gestão pactuam as obrigações das partes e seus respectivos planos de trabalho. O modelo de acompanhamento e avaliação para o Termo de Parceria é muito bem estruturado. A Comissão de Acompanhamento e Avaliação, instituída pelo MCT, é constituída de representantes do próprio Ministério, da instituição parceira e de representantes do Conselho Ministerial de Políticas Públicas de C&T, que acompanha e avalia o alcance das metas de desempenho acordadas no Termo de Parceria.

O acesso ao SigMCT aos coordenadores de ações integrantes do Programa que se encontram vinculados em outros órgãos e desempenham suas atividades em unidades administrativas não pertencentes à estrutura do MCT se torna um fator relevante para viabilizar o monitoramento e avaliação do Programa.

Para o PPA 2008-2011, o Programa foi substituído pelos Programas Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicadas aos Recursos Naturais e Meteorologia e Mudanças Climáticas e, o Indicador Número de Mapas Temáticos Gerados Contendo o Cálculo da Extensão e Distribuição do Desmatamento na Amazônia foi excluído.

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA PESQUISA

GERENTE DO PROGRAMA

Marco Antonio Zago

OBJETIVO

Formar e capacitar recursos humanos de forma a ampliar e consolidar a base de pesquisa técnico-científica no País.

PÚBLICO-ALVO

Pesquisadores, estudantes de nível superior, universidades e centros de pesquisa, públicos e privados

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 656.006.866,00	Empenho Liquidado:	R$ 658.307.165,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 658.307.165,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Produtividade Científica dos Bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Índice numérico	-	-	-	-	1.10	-
2. Taxa de Bolsistas de Doutorado do Programa que Titularam - Porcentagem	-	-	-	64.40	67.00	96,12%
3. Taxa de Doutores em Relação aos Pesquisadores do Diretório dos Grupos de Pesquisa - Porcentagem	62.00	62.00	64.00	64.00	64.00	100%
4. Taxa de Egressos do Programa de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC em Programas de Pós-Graduação - Porcentagem	-	25.00	-	33.00	22.00	150%
5. Taxa de Ex-Bolsistas de Doutorado do Programa Cadastrados como Pesquisadores no Diretório dos Grupos de Pesquisa - Porcentagem	-	-	-	47.00	51.00	92,16%

1. ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE CIENTÍFICA DOS BOLSISTAS DE PRODUTIVIDADE EM PESQUISA DO CNPQ
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A apuração deste indicador depende da primeira etapa da estratificação dos grupos de pesquisa, que é realizada após cada censo do Diretório dos Grupos de Pesquisa. O último censo teve sua coleta encerrada em dezembro de 2006 e, em fins de 2007, devido a dificuldades de diversas naturezas, apenas parte dos seus resultados foi concluída (o que não inclui a estratificação). Os trabalhos relativos à estratificação ainda não foram iniciados, tendo em vista serem extremamente complexos, envolvendo extensas bases de dados e exigindo aporte ferramental e de pessoal técnico, atualmente, indisponível.

2. TAXA DE BOLSISTAS DE DOUTORADO DO PROGRAMA QUE TITULARAM
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 para este indicador foi de 64,4%, resultado que caracteriza desempenho um pouco abaixo daquele que se pretendia alcançar no período considerado. Tendo em vista que o índice previsto ao final do PPA tinha o mesmo valor do índice de referência (índice de base do início do PPA 2004-2007), de 67%, o que demonstra um desempenho do programa, sob este aspecto, abaixo do esperado.

3. TAXA DE DOUTORES EM RELAÇÃO AOS PESQUISADORES DO DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 para este indicador evidencia que o Programa obteve êxito no que se refere ao alcance do índice previsto para o final do PPA 2004-2007, destacando-se que em 2006 a porcentagem de alcance já era de 100%.

4. TAXA DE EGRESSOS DO PROGRAMA DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - PIBIC EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 para este indicador caracteriza a obtenção de resultados muito positivos, com larga superação da expectativa de alcance do índice previsto para o final do PPA 2004-2007, uma vez que ao estabelecer esta previsão a partir o índice de referência (índice de base do início do PPA 2004-2007) tinha-se a estimativa que haveria um aumento da taxa de 20% para 22%, e o resultado obtido foi de 33%.

5. TAXA DE EX-BOLSISTAS DE DOUTORADO DO PROGRAMA CADASTRADOS COMO PESQUISADORES NO DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007, de 47%, ficou aquém do que estava previsto alcançar ao final do PPA 2004-2007, sendo que o índice de referência (índice de base do início do PPA 2004-2007) era de 50%, com a previsão de um crescimento na ordem de 2%. Pode-se concluir que o desempenho do Programa piorou ao longo do PPA, sob este aspecto, entretanto, ressalta-se que existe uma estreita relação entre este indicador e a Taxa de Bolsistas de Doutorado do Programa que Titularam, o que confere certa lógica ao fato de ambos terem apresentado desempenho semelhante, no que concerne ao não alcance do índice previsto para o fim do período.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O aumento da atividade de ciência e tecnologia é componente importante para a inserção e adequada competição das nações no contexto atual de globalização. Para esta atividade, além de instalações e equipamentos adequados, são necessários recursos humanos altamente capacitados. Este Programa destina-se a ampliar e consolidar a base de pesquisa técnico-científica, resultante de esforços empreendidos com êxito ao longo de décadas, por meio da formação e capacitação de recursos humanos. A qualidade já alcançada permite neste momento fixar com mais precisão os focos que devem orientar o crescimento do quadro de pesquisadores, nos diversos níveis de formação. Assim, o Programa define suas ações em quatro grandes linhas:

a) buscar a permanente formação e atualização dos pesquisadores brasileiros, tendo como referência os mais elevados padrões internacionais;

b) assegurar o processo de renovação do quadro de pesquisadores, numa perspectiva de longo prazo, estimulando o surgimento de novas vocações;

c) orientar segmentos da base de pesquisadores para capacitação em áreas de reconhecida relevância e/ou definidas como estratégicas, a fim de dar respostas aos grandes problemas sociais e aos desafios associados à agenda de modernização do País;

d) preparar os quadros técnicos de suporte à pesquisa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aumento no número de bolsas concedidas: o número total de bolsas concedidas e implementadas evoluiu em 3,1%, passando de 52.662 em 2006 para 54.281 em 2007, considerando-se apenas as bolsas pagas com recursos deste Programa. Para as bolsas no País, o número passou de 52.308 para 53.797 no período, caracterizando um avanço de 2,8%; no caso das bolsas no exterior, destaque-se que houve um crescimento mais significativo em relação ao ano anterior, da ordem de 37%, expandindo de 354 para

484 bolsas, revertendo uma tendência de queda que vinha sendo observada nos anos anteriores desse PPA. Analisando o desempenho das principais modalidades adotadas nas ações do Programa, comparando o exercício de 2007 com o ano anterior, observam-se os seguintes índices de crescimento na concessão e na implementação de bolsas:

a) a quota de bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) concedida em 2007 foi de 18.117 bolsas de Iniciação Científica para 227 instituições de ensino superior e de pesquisa. O número de bolsas cresceu 1% e o de instituições participantes no processo de iniciação científica ampliou-se em 5%;

b) as quotas de bolsas de Mestrado (GM) e Doutorado (GD) implementadas em 2007 superaram as do ano anterior em, respectivamente, 4,5% e 3,6%;

c) a quota implementada de bolsas de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT) foi 101% superior à de 2006; d) a quota implementada de bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) foi, em média, de 9.731 bolsas em 2007, desempenho 7,3% superior àquele verificado no ano precedente;

d) a implementação de bolsas de Extensão no País (EXP) e Apoio Técnico à Extensão (ATP) cresceu 167% e 110%, respectivamente, na comparação com o ano anterior;

e) o conjunto de modalidades de bolsas destinadas ao desenvolvimento tecnológico empresarial e de inovação superou em 4,4% o executado em 2006.

• Regionalização do investimento em formação de recursos humanos para ciência, tecnologia e investimento esta ação foi executada mediante a escolha da região Norte (Amazônia) como destinatária preferencial de investimentos, entre outras razões, em decorrência de esta ser historicamente a região de menor participação na distribuição dos recursos do CNPq para a finalidade e, ainda, por se enquadrar prioritariamente no Eixo Objetivos Estratégicos Nacionais, para a abordagem de temas tais como ecossistemas, biodiversidade, recursos hídricos, entre outros aspectos relevantes. O número de bolsas-ano implementadas em 2007 (no País e no exterior), para o conjunto das regiões Centro-Oeste/Nordeste/Norte, foi de 15.986. Esse número representou um aumento de 28% em relação a 2004, quando o total de bolsas implementadas para as três regiões havia sido de 12.517. Observando-se o mesmo número (bolsas implementadas no País e no exterior), região por região, no mesmo período, verifica-se que todas as regiões apresentaram evolução, destacando-se os índices de crescimento para as três regiões supramencionadas, cujos percentuais foram os seguintes:

a) região Norte: 2.272 bolsas em 2007 o que representa um aumento de 38,2% em relação a 2004;

b) região Nordeste: 9.613 bolsas em 2007 o que representa um aumento de 30,1% em relação a 2004;

c) região Centro-Oeste: 4.102 bolsas em 2007 o que representa um aumento de 17,8% em relação a 2004. As regiões Sudeste e Sul apresentaram crescimento de 12,4% e 14,3%, respectivamente, no período considerado.

No decorrer do PPA 2004-2007, a participação proporcional do conjunto das regiões Centro-Oeste/Nordeste/Norte, no tocante ao número de bolsas implementadas apresentou a seguinte evolução: em 2004, 25,7%; em 2005, 26,6%; em 2006, 27,7%; e em 2007, 28,1%.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

De forma geral, a obtenção de resultados do Programa pode ser considerada acima do previsto para 2007, em função dos seguintes aspectos:

a) as metas físicas de todas as ações foram extrapoladas;

b) houve expansão tanto quantitativa (número de bolsas) quanto orçamentária (crescimento dos valores investidos);

c) alcance de metas quanto à regionalização dos investimentos em formação de recursos humanos e apoio à pesquisa;

d) atendimento de prioridades em todos os principais eixos estratégicos definidos pela política setorial.

No tocante à execução física, todas as ações finalísticas apresentaram resultado igual ou ligeiramente acima do estabelecido nas metas. Os percentuais de superação foram, respectivamente, os seguintes: Ação 0900- Concessão de Bolsas de Estímulo à Pesquisa: 0,03%; Ação 0901- Concessão de Bolsas de Formação e Qualificação de Pesquisadores: 1,4%; Ação 0902- Concessão de Bolsas de Iniciação à Pesquisa: 2,55%; e Ação 0903-Concessão de Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico Empresarial: 74,6%.

A gerência utiliza os seguintes mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações: reuniões de trabalho, realizadas periodicamente no âmbito do MCT para discussão de aspectos e procedimentos destinados a aprimorar o monitoramento das ações e dos programas; a inserção de todos os eventos pertinentes à implementação das ações, no SigMCT, tais como, a quantidade de bolsas implementadas, mês a mês, o lançamento de editais ou chamadas para novas concessões de bolsas, de acordo com calendários anuais previamente estabelecidos, bem como a divulgação de resultados dessas chamadas, com os respectivos números de bolsas concedidas, por modalidades e demais critérios previstos.

A execução orçamentária foi suficiente em relação às dotações autorizadas, e os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. O Programa não utiliza recursos de origem não-orçamentária.

O montante de gastos com despesas administrativas no exercício foi da ordem de 1,5%, percentual que vem se mantendo ao longo dos anos. Esses gastos destinam-se ao pagamento de despesas de manutenção da unidade e da infra-estrutura de software que dão sustentação operacional e gerencial ao Programa. Esses aportes são de essencial importância dado que a execução do Programa demanda a interação com um grande número de usuários (comunidade científica acadêmica e tecnológica, candidatos a bolsas, consultores ad hoc, comissões de assessoramento, análise e julgamento de propostas de apoio, entre outros), seja por meio eletrônico (alternativa crescentemente utilizada), seja em modo presencial (reuniões de comitês assessores, grupos de trabalho, etc.).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. Não há, até o momento, registro de dificuldades para o tipo específico de parceria estabelecido entre o CNPq e instituições não-governamentais, mesmo porque, no caso de bolsas de pesquisa, as concessões são realizadas ao pesquisador e não à instituição.

O Programa possui os seguintes mecanismos de participação social: Ouvidoria com a utilização de dois instrumentos, uma Central de Atendimento por meio de linha telefônica 0800 e um sistema de correio eletrônico denominado Fale Conosco, a comunidade beneficiária do Programa pode se comunicar com a agência para esclarecer dúvidas, fazer solicitações, registrar eventuais reclamações e/ou sugestões; participação de grupos de interesse, os Comitês Assessores, formados por membros da comunidade científica nacional. A agência executora, o CNPq, tem como instância decisória máxima um Conselho Deliberativo, composto por membros da comunidade científica, tecnológica, do Governo, representantes do setor privado e de trabalhadores.

A participação social, considerando-se que se dá na medida em que o Programa é operacionalizado em parceria com a comunidade científico-tecnológica nacional, principalmente por meio dos Comitês Assessores, confere legitimidade ao processo de seleção e à tomada de decisão, no que concerne às estratégias adotadas na alocação de recursos.

A utilização de Comitês Assessores para a concessão de bolsas e auxílios à pesquisa pode ser apontada como um exemplo de boa prática de gestão, considerando-se que a demanda por financiamento de atividades de formação e capacitação de recursos humanos para pesquisa é elevada e os recursos disponíveis estão sempre aquém dessa demanda. Adicione-se a esta o aspecto relativo ao alto nível de exigência e competitividade por parte da clientela do Programa (comunidade científica e tecnológica do País). Nesse sentido, o uso de Comitês Assessores, experiência amplamente consolidada e bem sucedida no âmbito do CNPq, confere representatividade e legitimidade às decisões, dado que todas as áreas de conhecimento, assim como um grande número de instituições de ensino e pesquisa, de todas as regiões do País, está representado no processo decisório.

NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE

GERENTE DO PROGRAMA

Sérgio Maurício Brito Gaudenzi

OBJETIVO

Desenvolver e utilizar tecnologias espaciais na solução de problemas nacionais.

PÚBLICO-ALVO

Governo, comunidade científica e setor produtivo nacional

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 243.222.099,00	Empenho Liquidado:	R$ 224.282.711,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 224.282.711,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número-índice de tecnologias geradas no âmbito do programa - Índice numérico	-	442.00	820.00	807.00	190.00	424,74%
2. Taxa de Participação da Indústria Nacional na Execução do Programa – Porcentagem	4.93	-	37.35	29.04	30.00	96,80%

1. NÚMERO-ÍNDICE DE TECNOLOGIAS GERADAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
-Análise e Justificativa:

A apuração do referido número-índice é realizada pela Agência Espacial Brasileira (AEB), a partir do registro de novos produtos ou processos desenvolvidos no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e no Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), órgãos responsáveis pela execução de ações do Programa, além daquelas geradas pela indústria nacional no âmbito dos contratos do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE).

2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
-Análise e Justificativa:

O indicador teve a sua apuração por meio do levantamento dos valores pagos nos contratos de fornecimento por empresas brasileiras de produtos ou serviços para o PNAE. O indicador não inclui produtos ou serviços comuns. No entanto, serviços técnicos especializados relacionados, como exemplo, os contratos de manutenção de antenas, radares e outros equipamentos similares, são considerados na apuração do indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os sistemas espaciais são, atualmente, essenciais, não apenas na obtenção de informações sobre a Terra, como também na viabilização de aplicações e serviços decorrentes dessas informações. No caso brasileiro, as características territoriais e geopolíticas do País tornam a tecnologia espacial a única alternativa viável para o atendimento de necessidades nacionais como as telecomunicações, o levantamento e a prospecção de recursos naturais, o acompanhamento de alterações no meio ambiente e a vigilância das fronteiras.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Lançamento, com sucesso, e início da operação do satélite CBERS-2B, terceiro satélite da série Sino-Brasileira, permitindo assim a continuidade na geração e distribuição de dados e imagens para apoio a inúmeros programas de Governo, dentre os quais, os de contenção de desmatamento na Amazônia. O evento reafirma a posição brasileira de maior distribuidor de imagens de sensoriamento remoto, em consonância com a Política de Distribuição de Dados (CBERS), a qual prevê a distribuição gratuita de imagens aos usuários brasileiros e aos países da América Latina e da África.

• Início da operação da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), que concretiza o objetivo de utilização comercial da região de Alcântara (MA), para provisão de serviços de lançamento.

• Sucesso parcial da missão Cumã II com o lançamento de diversos experimentos em um foguete de sondagem VSB-30, a partir do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA). O foguete seguiu trajetória nominal, com desempenho dentro do previsto, e enviou dados de telemetria contendo informações sobre os experimentos. A perda da carga útil, por motivo ainda indeterminado, provocando a perda dos experimentos e de alguns dados neles contidos, os quais não podiam ser transmitidos por telemetria, impediu que a missão fosse considerada um sucesso total.

• Lançamento do foguete de sondagem brasileiro VSB-30, missão Angicos, a partir do Centro de Lançamento de Barreira do Inferno (CLBI), tendo como cargas úteis experimentos selecionados pela Comissão Nacional de Atividades Espaciais da Argentina (CONAE) e um Global Positioning System (GPS) da Universidade Federal do Rio Grande

do Norte (UFRN). O vôo atingiu 121 km de altitude, tendo funcionado plenamente a transmissão de dados, assim como cumprida com sucesso a recuperação da carga útil.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A gerência utiliza os seguintes mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações: visitas *in loco*, periódicas, aos órgãos executores do programa (INPE e IAE); relatórios de gestão mensais de acompanhamento de metas; lançamento dos relatórios mensais no SigMCT.

Embora o percentual de execução orçamentária do PNAE tenha sido alto, da ordem de 92,19% (liquidado/autorizado), em 2007 teve um alto percentual de restos a pagar (55%), em razão de que houve restrições, como embargos do Tribunal de Contas da União (TCU) em ações específicas e, as ações Reconstrução da Torre Móvel de Integração do Sítio do Veículo Lançador de Satélites e Implantação do Centro Espacial de Alcântara não tiveram nenhuma execução em 2007.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Outras restrições tiveram um peso maior nos atrasos verificados na execução do Programa.

O percentual de recursos do PNAE gastos com despesas de gestão e administração é da ordem de 5%, mas inclui apenas o custeio das ações da AEB, ou seja, não inclui as despesas de gestão e administração dos órgãos executores, INPE e IAE, as quais são computadas em seus respectivos orçamentos institucionais.

O Programa apresenta restrições quanto a recursos materiais e recursos humanos. Os recursos alocados para manutenção dos laboratórios não têm permitido a atualização de equipamentos de ensaio e teste, que muitas vezes não têm mais peças de reposição no mercado. Esta situação tem elevado os riscos nas operações das instalações e meios, dedicados a ensaios, testes e controle de satélites.

A AEB carece de quadro próprio de funcionários, como também de número suficiente de cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) que permitam a fixação de especialistas e a melhor gestão e coordenação da execução da Política Espacial. Nas equipes executoras, a carência de recursos humanos deve-se principalmente à falta de autorização para realização de novos concursos para o INPE, IAE, Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), CLA e CLBI, dificultando a reposição de especialistas. Avalia-se como necessária uma maior participação da indústria no Programa, dentre outros motivos, pela flexibilidade de contratação e remuneração de mão de obra qualificada. Também há necessidade de formação de competências gerenciais/técnicas consideradas estratégicas para o PNAE.

O TCU determinou o cancelamento do convênio Finep /AEB, que tratava da reconstrução da Torre Móvel de Integração (TMI) do Veículo Lançador de Satélites (VLS). As ações

relacionadas à implantação do CEA e à reconstrução da TMI do foguete VLS não tiveram nenhuma execução em 2007. A licitação para implantação do CEA foi suspensa por determinação do TCU e o início da reconstrução da torre de lançamentos somente deverá ocorrer em 2008, com a revogação, por Acórdão do TCU. Em outras ações, houve atrasos na celebração de contratos causados pelos longos prazos de análise requeridos pelo Núcleo de Assuntos Jurídicos de São José dos Campos (NAJ/SJC), que centraliza a análise dos contratos do INPE e do Instituto de Aeronáutica e Espaço/Centro Técnico Aeroespacial (IAE/CTA).

A área do CLA é habitada por comunidades quilombolas que reivindicam a propriedade da terra, com isso tem-se a necessidade de coordenação estreita entre as ações de reconhecimento desse direito e as ações de melhoria e adaptação do CLA para lançamentos de satélites, em bases comerciais.

Houve restrição à importação de componentes de qualificação espacial dos Estados Unidos, resultando em necessidade de reprojeto em inúmeros equipamentos do satélite CBERS, acarretando atrasos e aditivos nos contratos em vigentes.

A maioria das ações do Programa é executada por institutos especializados, INPE e IAE/CTA, ambos integrantes da esfera federal. Em 2007, o percentual de execução desses recursos repassados foi na ordem de 90%, com exceção da Ação 10V6- Reconstrução da Torre Móvel de Integração do VLS, na qual não houve repasse de recursos tampouco execução direta pela AEB devido ao embargo do TCU.

Não houve execução dos recursos alocados na ação 1K41- Estudos e Projetos para a Construção do Terminal Portuário de Alcântara, sob a responsabilidade da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP/PR), por que os estudos foram suspensos em função da urgência de realização da referida obra portuária, imprescindível ao início das operações da empresa binacional ACS. A obra foi contratada, mas os recursos são insuficientes para desenvolvê-la num ritmo compatível com as expectativas da empresa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais, de caráter não financeiro, com sociedades, associações e entidades representativas da área cientifica, tecnológica ou aeroespacial, a exemplo de Associação das Indústrias Aeroespaciais Brasileiras (AIAB), Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e Academia Brasileira de Ciências (ABC). Um exemplo de sucesso é a parceria com a ABNT que contribui de modo relevante para a ação 1C68 - Implantação do Sistema de Metrologia, Normalização e Certificação para a Área Espacial.

Como boa prática de gestão, pode-se mencionar que a AEB, como órgão de coordenação da Política Espacial Brasileira, vem, nos últimos anos, implantando uma nova metodologia de gestão, de caráter participativo, baseada no modelo de Gestão do PPA que tem foco em resultados. Paralelamente, a Agência está desenvolvendo metodologia de avaliação quanto à aderência das ações do PNAE às diretrizes da Política Espacial, para promover revisões periódicas do PNAE. Os resultados dessa avaliação são apresentados ao conselho superior, instância de participação social, que aprova ou não a revisão do Programa.

NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES

GERENTE DO PROGRAMA

Odair Dias Gonçalves

OBJETIVO

Garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear, desenvolver tecnologia nuclear e correlatas para a medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia e atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia.

PÚBLICO-ALVO

Instalações nucleares e radioativas, comunidade científica, setor produtivo e sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 894.174.904,00	Empenho Liquidado:	R$ 840.050.051,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 840.050.051,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 50.000.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Depósitos de Patentes na Área Nuclear - Unidade	-	-	-	21	20	105%
2. Número de Pacientes Atendidos com Produtos e Técnicas Nucleares - Unidade	-	-	-	3.300.000	2.659.600	124,08%
3. Número de Tecnologias Geradas na Área Nuclear - Unidade	-	-	-	84	101	83,17%
4. Produção De Equipamentos Para A Indústria Pesada Com Apoio Do Programa – Tonelada	-	-	-	1.011.50	2.941.00	34,39%
5. Taxa do Ciclo Combustível Nuclear com Processo de Produção Nacional - Porcentagem	29.20	60.30	60.80	60.80	76.20	79,79%

1. NÚMERO DE DEPÓSITOS DE PATENTES NA ÁREA NUCLEAR

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

-Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 está dentro da previsão estabelecida para ser alcançada no final do PPA 2004-2007.

2. NÚMERO DE PACIENTES ATENDIDOS COM PRODUTOS E TÉCNICAS NUCLEARES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O número de pacientes atendidos com produtos e técnicas nucleares é calculado com base no consumo dos serviços de medicina nuclear prestados em rede de clínica e hospitalar. O índice apurado em 2007 reflete o crescimento da demanda de serviços na área de medicina nuclear do País.

3. NÚMERO DE TECNOLOGIAS GERADAS NA ÁREA NUCLEAR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 está dentro da previsão estabelecida para ser alcançada no final do PPA 2004-2007.

4. PRODUÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA PESADA COM APOIO DO PROGRAMA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

No exercício de 2007, o índice apurado não alcançou o previsto para o final do PPA 2004-2007 em razão da redução do escopo de participação da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep) na construção da plataforma P-51 da Petrobras, para não comprometer o prazo de entrega da plataforma. Tal redução de escopo é resultado da falta de capital de giro para a execução da obra. A variação na quantidade de equipamentos produzidos está relacionada com a diversificação da atuação da Nuclep para o atendimento de demandas variáveis dos setores, naval e petrolífero.

2. TAXA DO CICLO COMBUSTÍVEL NUCLEAR COM PROCESSO DE PRODUÇÃO NACIONAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 manteve-se no mesmo nível que foi verificado no ano de 2006, o que representa o alcance do índice no final do PPA 2004-2007 abaixo do esperado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Há uma ampla gama de necessidades de aplicações nucleares nas áreas de energia, indústria, saúde, meio ambiente, agricultura e recursos hídricos que demandam continuamente novos e melhores produtos e serviços, que contribuem diretamente para a qualidade de vida da população. Com relação à demanda crescente por radioisótopos e radiofármacos na área médica, o Programa busca otimizar seu atendimento, de modo a universalizar o acesso aos benefícios da moderna medicina nuclear à população brasileira. Adicionalmente, deve-se considerar a necessidade de assegurar a proteção do trabalhador, da população e do meio-

ambiente, a partir do aumento do número de instalações nucleares e radioativas no País e do conseqüente aumento da geração de rejeitos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Em 2007, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), órgão de assessoramento do Presidente da República para a formulação e diretrizes de políticas públicas para o setor de energia, aprovou a conclusão da usina termonuclear Angra 3 e o início dos estudos de localização de uma quarta usina, o que indica uma retomada do Programa Nuclear Brasileiro (PNB). Estudos da Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE), do Ministério de Minas e Energia (MME), apresentam a necessidade de construção de quatro a oito usinas nucleares até 2030. Nesse contexto, no âmbito do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), foi iniciada a ampliação das ações relacionadas à viabilização do PNB, incluindo o fortalecimento institucional da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), responsável pelas pesquisas e regulação do setor, e ainda, ações voltadas à capacitação da Nuclep, para a fabricação de componentes destinados às novas usinas nucleares.

• Com relação ao ciclo do combustível nuclear, foram ampliados os investimentos para a finalização da primeira fase da planta de enriquecimento de urânio das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), instalação da planta-piloto de produção de hexafluoreto de urânio por conversão gasosa, em Aramar (SP) e o aumento da produção de urânio. Essas ações estão destacadas no Plano de Ações 2007-2010 de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento (Pacti), em que o Programa Nacional de Atividades Nucleares (PNAN) é considerado estratégico, com investimentos planejados da ordem de R$ 1 bilhão.

• Dentre outras realizações da CNEN em 2007, destaca-se sua participação nos XV Jogos Pan-americanos e Parapan-americanos realizados no Rio de Janeiro, em julho e agosto, que em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), planejou, coordenou e executou as atividades de segurança radiológica durante os aqueles jogos.

• Foram concluídas no Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), em Belo Horizonte (MG), as instalações da nova unidade produtora de radioisótopos de meia-vida curta, que permitirá a ampliação da produção de radioisótopos e radiofármacos para diagnóstico e terapia de várias doenças em 2008.

• Em dezembro, foi inaugurado o Laboratório de Radioproteção do Centro Regional de Ciências Nucleares/Centro Oeste (CRCN/CO) para a realização de estudos e a execução de projetos de radioproteção, química ambiental e dosimetria nas áreas de meio ambiente e saúde.

• A instalação da Segunda Cascata de Ultracentrífugas da Unidade de Enriquecimento de Urânio, em Resende (RJ), na INB, está em processo acelerado e sua conclusão está prevista para 2008. Em 2007, foram concluídas as obras de infra-estrutura relativas ao Módulo I, que compreende as Cascatas 1, 2, 3 e 4. Tais iniciativas fazem parte da estratégia para criar a capacidade industrial de suprir as futuras expansões da geração nucleoelétrica

com um produto de alto valor agregado, além de dotar o País de autonomia tecnológica e industrial no fornecimento de combustível para as usinas nucleares Angra 1 e 2. A INB, após receber propostas de três empresas privadas nacionais, está em fase final de escolha de parceiros privados para implantar o Projeto Santa Quitéria, no Ceará, que vai produzir 120.000 t/ano de ácido fosfórico e 800 t/ano de concentrado de urânio (U3O8-yellowcake), com previsão para entrar em operação em 2011.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

De modo geral o Programa obteve resultados satisfatórios, tanto no que diz respeito às metas financeiras como físicas. Os resultados apresentados pelo PNAN demonstram um desempenho físico de 80% a 100% do previsto, monitorados através de sistemas informatizados específicos para acompanhamento da execução física e financeira de suas ações, instalados nas unidades administrativas que executam as ações do Programa. A integração dessas informações é realizada pelos coordenadores de ação do PPA. Adicionalmente, para as unidades da CNEN, existe o módulo de execução física do Sistema do Plano de Trabalho Institucional (Siplat), com a finalidade de acompanhar trimestralmente a execução física dos resultados previstos em cada ação do PPA e dos planos internos, bem como a compatibilidade dessas ações com os recursos alocados.

Apesar dos recursos terem sido liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação, foram insuficientes para que as ações finalísticas do Programa atendessem ao aumento das demandas relacionadas às atividades nucleares. A perspectiva é que a oferta e a demanda continuem a crescer em decorrência da conclusão de Angra 2, da retomada prevista da construção de Angra 3, do início da exploração da mina de urânio de Caetité na Bahia e as novas plantas de fabricação de elementos combustíveis, localizadas em Resende (RJ), o crescimento da produção de radioisótopos e radiofármacos para fins médicos, à taxa aproximada de 10% ao ano, bem como a expansão ocorrida na utilização de inúmeras técnicas nucleares aplicadas nos campos da indústria, meio ambiente, agricultura e saúde.

Neste cenário, é válido considerar ainda que o setor nuclear se destaca na área de pesquisa e desenvolvimento pelo alto volume de ativos fixos e equipamentos, os quais começam a dar sinais de obsolescência ou de não atender a crescente demanda. Há gastos, também, relacionados à manutenção da infra-estrutura administrativa e suporte operacional necessários ao funcionamento das unidades do Programa. E, o crescente aumento dos montantes comprometidos por restos a pagar é outro fator que tem prejudicado a execução financeira das instituições do PNAN.

Com relação aos recursos humanos do Programa, é importante mencionar que na área de segurança nuclear e radioproteção existe uma grande concentração de atribuições em poucas pessoas da equipe gerencial. Ainda como restrições, foram apresentadas dificuldades impostas pelos processos licitatórios e de contratação, a pouca integração da gerência do Programa com os coordenadores de ações e a disponibilização insuficiente de informações pelos mesmos.

No tocante à relação do PNAN com a sociedade civil e com os próprios beneficiários do Programa, vale mencionar que a INB adota a audiência pública como parte do processo de licenciamento ambiental. Há uma busca constante pela melhoria da percepção da sociedade sobre a atuação institucional do Programa. Anualmente, o Ipen realiza pesquisa de satisfação dos clientes visando abordar questões relacionadas a prazo de entrega, qualidade, pontualidade, etc. Os resultados são utilizados para o aprimoramento e desenvolvimento de produtos, processos e logística.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que podem ser utilizadas por outras instituições públicas. Os institutos da CNEN têm concorrido aos prêmios de qualidade junto a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti), além de participar do Prêmio Finep de Inovação, entre outros concursos internacionais e regionais. Na área de produção de radiofármacos possui ISO 9001:2000. Além disso, os institutos realizam planos de trabalhos anuais nos quais priorizam, em cada exercício, projetos e atividades selecionados.

A atualização da legislação concernente às atividades nucleares no Brasil é um aspecto que deve ser aprimorada e constantemente acompanhada, até como meio que proporcione o fortalecimento da comunicação e interação da equipe gerencial e executora.

Um dos grandes gargalos do Programa tem sido a falta de recursos humanos. A expansão das atividades nucleares exige que os atores envolvidos continuem mantendo negociações para reformulação do PNB e para melhoria do arcabouço institucional vigente.

Com o acirramento dos debates concernentes às mudanças climáticas, a tendência é enfatizar as atividades nucleares no setor de energia, visando a diversificação da matriz energética brasileira e a busca ao aceleramento das pesquisas em fusão nuclear.

PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Rodrigues Elias

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento científico e tecnológico do País, mediante o fortalecimento da pesquisa e da infra-estrutura técnico-científica existentes e incremento da produtividade dos pesquisadores.

PÚBLICO-ALVO

Instituições de pesquisa, universidades e empresas nacionais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 763.499.635,00	Empenho Liquidado:	R$ 699.523.817,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 699.523.817,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Produtividade Científica dos Pesquisadores Apoiados com Auxílio à Pesquisa Concedido pelo CNPq - Índice numérico	-	-	-	-	1.10	-
2. Índice de produtividade científica e tecnológica dos pesquisadores das unidades de pesquisa do MCT - Índice numérico	-	0.80	1.57	2.20	1.44	152,78%
3. Número de instituições de ensino e pesquisa qualificadas como usuárias da rede nacional de ensino e pesquisa - Índice numérico	-	-	276.00	422.00	255.00	165,49%
4. Número-índice de artigos publicados por pesquisadores brasileiros em periódicos científicos indexados no ISI - Índice numérico	-	-	144.70	166.60	140.00	119%

1. ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE CIENTÍFICA DOS PESQUISADORES APOIADOS COM AUXÍLIO À PESQUISA CONCEDIDO PELO CNPQ

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Em 2007, não foi possível a apuração do indicador visto que a ferramenta necessária para realizar a estratificação, que ocorre após a realização de cada censo do Diretório dos Grupos de Pesquisa, não está disponível. Cabe lembrar, também, que os trabalhos do censo de 2006 só se encerram no final de 2008.

2. ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DOS PESQUISADORES DAS UNIDADES DE PESQUISA DO MCT
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice previsto ao final do PPA 2004-2007 já havia sido ultrapassado em 2006, e o índice apurado em 2007 superou o previsto para o final do PPA em 53%.

3. NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA QUALIFICADAS COMO USUÁRIAS DA REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice previsto ao final do PPA 2004-2077 já havia sido ultrapassado em 2006, e o índice apurado em 2007 superou o previsto para o final do PPA em 65%.

4. NÚMERO-ÍNDICE DE ARTIGOS PUBLICADOS POR PESQUISADORES BRASILEIROS EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS INDEXADOS NO ISI
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice previsto ao final do PPA 2004-2007 já havia sido ultrapassado em 2006, e o índice apurado em 2007 superou o previsto para o final do PPA em 19%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As inovações são fruto, principalmente, dos investimentos que o Governo e o setor empresarial dedicam à ciência e tecnologia. Países como o Brasil, em condições altamente favoráveis para alcançar as nações mais desenvolvidas social e economicamente, necessitam de investimentos em ciência e tecnologia proporcionalmente mais elevados e em setores estrategicamente selecionados, sem se esquecer da livre criação de conhecimento, responsável pela produção de tecnologia. A pesquisa em áreas situadas na chamada fronteira do conhecimento deve ser uma das grandes prioridades da ação governamental, por meio do fomento direto a instituições de pesquisa e do estímulo ao envolvimento do setor empresarial nesta tarefa.

O Brasil avançou bastante nesta área nos últimos anos, principalmente na integração entre instituições de pesquisa e destas com o setor empresarial, mas muito ainda precisa ser feito. O sistema nacional de ciência e tecnologia precisa ainda ser consolidado e seguir em processo de expansão qualitativa e quantitativa visando atender às necessidades do

País no enfrentamento da globalização e das questões internas que afligem a população. As grandes questões que preocupam o País, tais como saúde, educação, saneamento, transporte, meio-ambiente e desequilíbrio regional, são complexas, as soluções dependem de medidas políticas e de conhecimentos e técnicas apropriadas.

Os investimentos a serem feitos por meio deste Programa têm como finalidade apoiar o aumento da produtividade científica e tecnológica, a geração e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, a inclusão de pesquisadores em projetos de relevância estratégica, econômica e social, bem como a organização e consolidação de novos grupos e/ou grupos emergentes de pesquisa, o crescimento e o fortalecimento da infra-estrutura para pesquisa, em especial nas instituições vinculadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

A desconcentração da atividade de pesquisa, visando evitar a ampliação dos desequilíbrios regionais verificados no País, e os aspectos relacionados com a melhoria da qualidade de vida da população norteiam os critérios de seleção de prioridades neste Programa, observando-se a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, além dos objetivos setoriais e das diretrizes estabelecidas pelo MCT no PPA.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Conclusão do Planejamento Estratégico do Instituto Nacional do Semi-Árido (Insa).

- Implementação de 250 Núcleos em 17 Estados no âmbito do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) em parceria com as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs).

- Aprovação de 4.080 projetos científicos e tecnológicos em todos os campos do conhecimento, por meio do Edital Universal, em 2007.

- O Programa Nova Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) encerra o ano de 2007 com conexões de rede de alta velocidade e desempenho (links multigigabits) instaladas em dez pontos de presença da rede Ipê na Unidades da Federação do RS, de SC, de PR, de SP, do RJ, de MG, da BA, de PE, do CE e do DF, infra-estrutura de Internet voltada para a comunidade de ensino e pesquisa. No âmbito regional, em 2007 o Governo criou cinco redes de alta velocidade metropolitanas Redecomep em Manaus (MA), Belém (PA), Vitória (ES), Florianópolis (SC) e Brasília (DF), que visa a interiorização das redes de alta velocidade.

- Na área de infra-estrutura de pesquisa houve continuidade da recuperação física e laboratorial das Unidades de Pesquisa (UPs) e contratação de projetos aprovados na Chamada Pública PROINFRA 01/2006.

- No âmbito da pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico sete indicadores de produção comuns à maioria das UPs tiveram bom desempenho em 2007, continuidade dos 34 projetos para Institutos do Millenium e início do processo de avaliação desses institutos por pesquisadores, bolsistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de diferentes áreas.

• Dezessete milhões de alunos de 37.875 escolas públicas brasileiras participaram da 3ª Olimpíada Brasileira de Matemática de Escolas Públicas.

• A Plataforma Lattes chegou a mais de 1 milhão de currículos cadastrados e sua versão em língua espanhola está integrada à rede ScienTI, criada pelo CNPq e pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Houve um grande avanço na solução de quatro dos cinco problemas que comumente afetavam as UPs, que são: infra-estrutura, orçamento, gestão e interação com outras unidades. Somente o item pessoal ainda não foi solucionado.

A gerência utiliza os seguintes mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

a) visitas in loco, especialmente no caso das ações desenvolvidas pelas UPs do MCT;

b) sistemas informatizados do CNPq e da Finep, assim como o SigMCT;

c) relatórios de gestão vinculados a Termos de Compromisso de Gestão (TCG) e contratos de gestão e relatórios gerenciais.

Apesar do alto índice de execução dos recursos orçamentários, o Programa não conta com recursos suficientes para realização de algumas atividades, além do atraso na liberação destes. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada.

Os recursos gastos com despesas administrativas na Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) corresponderam a 0,09% do montante liquidado diretamente com a execução total das ações do Programa. No entanto, esses recursos da GAP foram insuficientes para cobrir os custos administrativos do Programa, tendo em vista a missão de coordenar as unidades de pesquisa (UP) do MCT.

Os recursos materiais e/ou a infra-estrutura são adequados para a implementação do Programa, mas há restrições quanto à quantidade de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras. A equipe atual da unidade responsável pela administração do Programa é formada por poucos servidores do quadro do Ministério. A situação das equipes executoras, especialmente nas UP, ainda é mais grave, já que não foi realizado concurso público em 2007.

Outras restrições são o atraso na liberação de recursos orçamentários, prejudicial para a grande maioria das ações, e o limite financeiro comprometido por restos a pagar, em muitas das UP.

O desempenho das ações implementadas em outros Ministérios foi médio, não tendo sido possível avaliar o conjunto de atividades, somente o desembolso financeiro. E, o

desempenho das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio MCT foi alto, principalmente no caso das ações coordenadas no CNPq e UP. Sendo que ambas as situações os coordenadores das ações, quando solicitados, atenderam às demandas por informações da gerência do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os TCGs assinados com as UP e os contratos de gestão assinados com as organizações sociais são considerados boas práticas de gestão, que poderiam ser replicadas para os demais órgãos da administração pública federal. Uma vez que força a melhoria na especificação do detalhamento na execução das ações do Programa, e gera a necessidade de realizar o acompanhamento e a avaliação, como mecanismo que visam o aprimoramento da suficiência das metas físicas.

Nesse contexto a gerência do Programa deve promover melhorias na definição dos indicadores do Programa de modo a dar visibilidade aos resultados.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Brasil Patrimônio Cultural

Brasil, Som e Imagem

Cultura Afro-Brasileira

Cultura, Educação e Cidadania

Desenvolvimento da Economia da Cultura (Prodec)

Engenho das Artes

Identidade e Diversidade Cultural - Brasil Plural

Livro Aberto

Monumenta

Museu Memória e Cidadania

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério da Cultura (MinC), foram utilizados **R$ 823.885.330,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 1.077.744.578,00	Realizado orçamentário:	R$ 823.885.330,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 1.077.744.578,00**	**Total realizado:**	**R$ 823.885.330,00**

Além disso, do total de **R$ 186.501.546,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 139.692.349,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MinC, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código /Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	0167 Brasil Patrimônio Cultural	16,5%	8,9%	9,9%	8,1%	9,9%
	0169 Brasil, Som e Imagem	7,9%	9,0%	2,9%	5,1%	5,9%
	0172 Cultura Afro-Brasileira	10,1%	13,9%	14,7%	19,2%	15,6%
	1141 Cultura, Educação e Cidadania	8,5%	5,5%	6,8%	5,2%	6,1%
	1391 Desenvolvimento da Economia da Cultura - PRODEC	4,5%	2,5%	2,7%	3,7%	3,3%
	1142 Engenho das Artes	11,3%	10,2%	14,1%	12,6%	12,2%
	1355 Identidade e Diversidade Cultural - Brasil Plural	2,0%	14,4%	11,5%	23,0%	15,1%
	0168 Livro Aberto	31,6%	20,2%	27,1%	14,9%	21,6%
	0813 Monumenta	0,0%	1,2%	1,1%	1,1%	1,0%
	0171 Museu Memória e Cidadania	0,0%	0,0%	0,0%	1,7%	0,6%
Finalístico Soma		**92,5%**	**85,6%**	**90,8%**	**94,8%**	**91,2%**
Gestão de Políticas Públicas	0173 Gestão da Política de Cultura	7,5%	14,4%	9,2%	5,2%	8,8%
Gestão de Políticas Públicas Soma		**7,5%**	**14,4%**	**9,2%**	**5,2%**	**8,8%**
Total Global		**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

O MinC, no ano de 2007, pôde manter a mesma estratégia de atuação iniciada em 2003, visto que praticamente não sofreu alteração em seu quadro de dirigentes, mantendo a estabilidade administrativa e o amadurecimento das políticas inovadoras direcionadas para o setor cultural. Foi um ano de sedimentação de políticas de longo prazo, com a constatação de ganhos em diversos aspectos, como a transparência na ação pública, o crescimento da abrangência territorial dos investimentos, o fortalecimento do processo de planejamento e de monitoramento das ações de Governo, a ampliação das parcerias entre agentes públicos e a produção de dados do setor para qualificar as ações desenvolvidas.

A prioridade continua sendo ampliar o acesso público aos benefícios da cultura, como forma de reduzir o enorme fosso social que existe entre os cidadãos brasileiros, decorrente da má-distribuição das riquezas do País, particularmente, nas áreas tecnológica, educacional e cultural, que se converge na implementação de 10 programas finalísticos, em sua maioria voltados para o trato específico de determinadas áreas culturais, como acontece nos segmentos do patrimônio e da memória, do audiovisual, das artes cênicas, da música, do livro e da cultura afro-brasileira, que são áreas que guardam sintonia com a própria estrutura administrativa das unidades vinculadas ao órgão. Em razão dessa característica, o MinC tem crescido significativamente na articulação interna e na transversalidade de suas ações, fazendo com que a cultura seja tratada por meio de uma abordagem única, focada no cidadão e na sociedade.

No que concerne aos resultados obtidos no exercício, que são apresentados a seguir por áreas, de modo a dar visibilidade aos diferentes segmentos culturais sob competência do Ministério:

a) Inclusão Social pela Cultura, tendo como eixo central do Programa Cultura, Educação e Cidadania (Cultura Viva) que investiu recursos da ordem de R$ 126,5 milhões, cuja estratégia é levar o jovem a um processo de transformação social e humana, de progressão e emancipação, visando aumentar as oportunidades de acesso cultural para uma parcela da população que, basicamente, encontra-se prejudicada pela má-distribuição dos benefícios do desenvolvimento sócio-econômico do País. As principais ações deste Programa são a de Desenvolvimento de Iniciativas Voltadas para a Inclusão Social por meio da Cultura, beneficiando 1.640 pessoas em atividades de capacitação em diferentes linguagens artísticas, e a de Instalação e Modernização de Espaços Culturais, conhecidos como Pontos de Cultura, de 742 pontos instalados em 2007, sendo 250 em Municípios brasileiros. Para 2008 houve a inscrição de R$ 73,7 milhões em restos a pagar para a instalação de mais 1.298 pontos, em parceria com 24 Estados da Federação;

b) Audiovisual, com destaque da Ação de Fomento a Projetos Cinematográficos e Audiovisuais, que aplicou R$ 21,5 milhões durante o ano, abrangendo uma série de projetos importantes para o setor, dentre eles o fomento a oito obras cinematográficas, a 35 documentários - por meio da iniciativa DOCTV - e à produção de 53 títulos nacionais em DVD pela Programadora Brasil, que disponibiliza filmes para diversos pontos de exibição - como escolas, cineclubes, centros culturais, pontos de cultura e universidades -, visando formar circuitos alternativos não comerciais e ampliar o acesso da população a conteúdos audiovisuais. Ainda nesta Ação, foi possível lançar o edital da terceira edição do Revelando Brasis, que contemplará, em 2008, 40 produções de curta duração realizadas em Municípios com população de até 20 mil habitantes. No que diz respeito a outras realizações, o MinC promoveu o treinamento de alto nível de 49 profissionais, visando o aperfeiçoamento técnico daqueles que atuam nas áreas de cinema, televisão, vídeo e segmentos afins. Ressaltam-se os resultados dos projetos

de promoção do cinema brasileiro no exterior que, em 2007, contribuíram para que 68 filmes nacionais de curtas-metragens e de longas-metragens estivessem presentes em 33 festivais internacionais;

c) Memória e Patrimônio Cultural, em 2007, foram realizados investimentos de R$ 136,3 milhões em diversas ações, considerando-se as aplicações globais dos três programas vinculados a essa área (Brasil Patrimônio Cultural, Monumenta e Museu, Memória e Cidadania). Na área do patrimônio material, constatou-se a execução de 199 projetos de recuperação patrimonial, sendo 24 no âmbito do Monumenta. O contexto de desenvolvimento das ações de recuperação do patrimônio viabilizou a realização de 36 projetos de qualificação de mão-de-obra na arte do restauro, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), com investimentos da ordem de R$ 3,5 milhões. No que concerne ao patrimônio imaterial, foram realizados os registros do Frevo, do Tambor de Crioula do Maranhão e das Matrizes do Samba do Rio de Janeiro, reconhecidos e consagrados como bens definitivos da expressão cultural brasileira.

No segmento de museus, 60 instituições foram modernizadas, e capacitados aproximadamente 6.850 profissionais, visando aprimorar o conhecimento e a segurança da atividade de preservação da memória em todo o Território Nacional:

a) acesso e difusão cultural, por meio da ampliação do acesso do cidadão aos bens culturais que é uma ação prioritária na definição dos investimentos do Ministério, buscando contemplar particularmente as iniciativas voltadas para ampliação do público de todas as expressões artísticas do País. Nas artes cênicas, particularmente nas áreas de teatro e dança, foram contemplados 227 projetos, graças às parcerias formalizadas com a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras). Nas artes visuais, o projeto Rede Nacional de Artes Visuais atuou em 60 Municípios brasileiros, por meio de oficinas, palestras e exposições. Neste segmento, o Prêmio Projéteis de Arte Contemporânea apoiou exposições de obras de 24 artistas nacionais, e o projeto Espaços Funarte de Artes Visuais - São Paulo premiou outros 26 artistas mediante edital público. Nas artes circenses, 80 projetos foram contemplados por meio do Prêmio de Estímulo ao Circo. Outras iniciativas permitiram o apoio à realização de 18 festivais nas áreas de artes cênicas, artes visuais e música, atraindo aproximadamente 546 mil pessoas. O projeto Pixinguinha comemorou seu trigésimo aniversário com 80 espetáculos realizados em 16 Municípios selecionados.

b) livro, leitura e bibliotecas, por intermédio da Ação de Instalação de Bibliotecas Públicas, foram adquiridos equipamentos de imagem, som e informática, mobiliário e acervo bibliográfico para instalação de 300 bibliotecas públicas em Municípios que ainda não as possuem. Esses equipamentos são fornecidos em *kits* e, resumidamente, envolvem computadores, estantes, prateleiras, mesas, cadeiras, TV de 29 polegadas, aparelhos de som e de DVD, e 1.828 títulos literários. Além da constituição de novos espaços, 300 bibliotecas já existentes foram revitalizadas no exercício. O segmento investiu cerca de R$ 27,6 milhão em 2007;

c) discurso brasileiro sobre Diversidade Cultural consolidou-se e ganhou reconhecimento mundial, tornando-se, inclusive, a principal referência dos países da América do Sul. No campo interno, as ações ministeriais têm buscado reconhecer as culturas populares, afro-descendentes, ciganas e indígenas. Em 2007, foram lançados o 1º Concurso Público de Inclusão Cultural da Pessoa Idosa, com 20 premiações concedidas; o 2º Edital de Culturas Populares - Edição Mestre Duda, em comemoração ao centenário do frevo, beneficiando 260 iniciativas; e o I Encontro Nacional de *Rappers* e repentistas, reunindo artistas do movimento *Hip-hop* e cantadores nordestinos, em Campina Grande (PB). Estão em andamento o 1º Edital de Culturas Ciganas, que premiará 20 projetos, e o 2º Edital de Culturas Indígenas, contemplando outras 100 iniciativas;

d) cultura afro-brasileira, que durante o exercício apoiou 378 comunidades negras, sendo que 261 tiveram assistência jurídica nas questões relacionadas com a proteção de seus territórios, ou com processos de regularização fundiária. A proteção dos bens culturais das comunidades tradicionais afro-descendentes executou oito projetos de preservação de 235 bens dessas comunidades;

e) ações voltadas para o fortalecimento da economia da cultura foram priorizadas em 2007. No total, foram 72 empreendimentos apoiados, com R$ 6,6 milhões de investimentos. A realização de feiras de negócios, de festivais e a promoção do artesanato tradicional ganharam força durante o exercício, com destaque na área de promoção de negócios para a Feira Música Brasil 2007, realizada no mês de fevereiro em Recife (PE). Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), as rodadas de negócios movimentaram cerca de R$ 8,0 milhões em 450 reuniões ocorridas durante a feira. Além disso, analistas do Sebrae avaliaram planos de 75 empresas. Durante o evento, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) fez uma prospecção de R$ 13,0 milhões, entre investimentos e financiamentos. Ressalte-se, também, a promoção do artesanato, como atividade cultural mais disseminada no País - segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) -, que contou com o lançamento do Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart), cujo objetivo é qualificar a inserção do artesanato de tradição cultural no mercado interno e externo, ampliando o volume de negócios realizados pelas comunidades artesanais. O Promoart atua em todos os Estados brasileiros, envolve cerca de 70 comunidades e já capacitou 1.400 artesãos, 80 agentes locais e 27 servidores estaduais em atividades relacionadas com produção, logística e gestão de empreendimentos. A estimativa é gerar volume de negócios em torno de R$ 10,0 milhões em 2008.

Outro acontecimento relevante, em 2007, foi a publicação pelo IBGE do Suplemento de Cultura constante da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), que detalha o número de equipamentos culturais existentes em 5.564 municipalidades do País. Esta publicação permite identificar quantos teatros, bibliotecas, livrarias, museus e outros equipamentos existem em cada Município. Esse rol de informações viabilizará políticas

de curto e de médio prazo de grande impacto para o cidadão. Trata-se da primeira e mais completa investigação qualitativa e quantitativa sobre a gestão cultural nas cidades brasileiras. Espera-se, em breve espaço de tempo, produzir indicadores de precisão sobre a cultura nacional e de seu impacto efetivo sobre o cidadão. Sobre a questão dos indicadores dos programas do MinC, essa tem sido uma das maiores dificuldades detectadas nesses últimos anos, haja vista que somente agora levantamentos oficiais sobre a situação cultural do País passaram a ser realizados. Com a revisão e reformatação, em 2006, dos indicadores utilizados pelos programas, muitos dos obstáculos relacionados com sua mensuração foram minimizados a partir de 2007. De qualquer modo, o MinC reconhece a fragilidade de alguns deles, haja vista a complexidade de se produzir levantamentos adequados e precisos sem o auxílio de instituições de pesquisa externas ao órgão.

ASPECTOS RELEVANTES

O ano de 2007 foi marcado por longa greve de servidores do MinC, particularmente de suas unidades vinculadas, prejudicando o desempenho do órgão por cerca de três meses. O fechamento do exercício, contudo, pode ser considerado bem-sucedido, haja vista a execução de 98,3% dos recursos constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA). Deve-se considerar que a gestão dos programas do órgão apresenta alto grau de especialização e parte substancial de suas programações fica a cargo de suas unidades vinculadas e secretarias finalísticas. Isso pode ser observado nas áreas do patrimônio e da memória que estão sob gerência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do audiovisual no âmbito da Agência Nacional de Cinema (ANCINE), da cultura negra por meio da Fundação Cultural Palmares (FCP), e do livro e da leitura de competência da Biblioteca Nacional (BN). Essas unidades são, por força da legislação, as gestoras das iniciativas mais particularizadas nesses segmentos.

O maior desafio do MinC é implementar uma política de transversalidade entre suas programações e unidades, apesar de bem-sucedida quando se trata de questões relacionadas com a inclusão social e a ampliação do acesso do cidadão à fruição cultural. Nas questões mais especializadas, o papel institucional das unidades vinculadas fala mais alto, embora a interlocução de seus dirigentes seja permanente em decorrência das reuniões do Sistema MinC - fórum interno dos dirigentes do órgão -, criado para discutir estratégias e cobrar resultados. Em razão do processo de transparência implementado nos últimos anos, por intermédio da política de editais, não tem havido desvios na aplicação dos recursos dos programas, que têm atuado de modo a preservar os objetivos setoriais.

O processo de participação social também tem crescido paulatinamente, e muitas iniciativas hoje existentes decorrem da chamada “escuta social” feita pelos mecanismos abertos pelo MinC, tais como as Câmaras Setoriais, o Sistema Nacional de Cultura (SNC), a Conferência Nacional de Museus, o Encontro de Culturas Populares e os Fóruns de Direitos Autorais, dentre muitos outros.

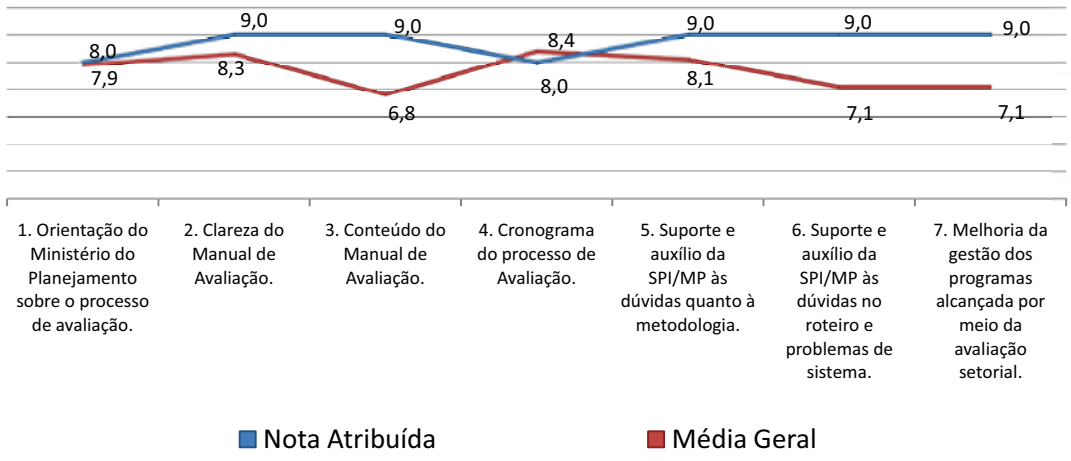
A abrangência territorial é outro aspecto que vem sendo incrementado de modo significativo pela própria política de editais - abertos a todas as regiões e pretendentes.

Além dela, as iniciativas de ampliação do acesso e de inclusão social por intermédio da cultura têm priorizado as comunidades em situação de vulnerabilidade social e localidades que se encontram fora do circuito comercial tradicional. O crescimento de cineclubes, de pontos de cultura, de bibliotecas públicas e de espaços adaptados para a atividade cultural são exemplos de baixo custo que merecem destaque.

Nos últimos anos, nota-se, inclusive em decorrência das políticas adotadas pelo Governo, um sensível redirecionamento das atividades do MinC em nível central, e nas unidades vinculadas em particular, objetivando tornar o universo do patrimônio realmente representativo da diversidade cultural brasileira, dando maior atenção às manifestações culturais de grupos menos contemplados na Política Pública, como grupos indígenas, comunidades negras e comunidades tradicionais. Os editais públicos nas áreas de artes cênicas, música, audiovisual e artes visuais foram lançados, apoiando à produção de curtas-metragens de animação e de temática infanto-juvenil, onde são contemplados os temas referentes à transversalidade. Ações de acessibilidade a bens históricos, museus e sítios arqueológicos foram realizadas em 2007.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MinC mediante a atribuição de notas, no intervalo de 0 a dez, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MinC e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Fernando de Almeida

OBJETIVO

Preservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 55.131.202,00	Empenho Liquidado:	R$ 45.166.114,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 45.166.114,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 67.000.000,00	R$ 65.141.521,55	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Preservação do Patrimônio Material - IPPM - Porcentagem	-	-	-	68.40	-	-
2. Número de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial - Unidade	-	6.00	9.00	12.00	3.00	400%

1. ÍNDICE DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL - IPPM
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2006, o grupo de trabalho composto por técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e analistas do Ministério da Cultura (MinC) considerou que se forem realizados, anualmente, 52 inventários do patrimônio material, 52 acautelamentos, 300 projetos de preservação, 9.100 inspeções de fiscalização e 350 projetos de fomento, o patrimônio cultural material brasileiro estará sendo razoavelmente preservado. O índice IPPM avalia a diferença percentual entre o que foi executado no ano e os valores acordados no grupo de trabalho. O valor do indicador atingido pelo IPHAN em 2007, com base nos resultados de cada item de verificação é: 57 inventários, 22 acautelamentos, 150 projetos de preservação, 8.215 inspeções técnicas e 175 projetos de fomento, o que corresponde a um índice apurado em 2007 na ordem de 68,4% e representa que esta abaixo daquilo que seria necessário para que o patrimônio cultural material brasileiro fosse razoavelmente preservado.

2. NÚMERO DE REGISTROS DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Três importantes formas de expressão foram registradas pelo IPHAN no Patrimônio Cultural Brasileiro: o frevo pernambucano; o tambor de crioula do Maranhão; as matrizes do samba do Rio de Janeiro (samba de terreiro, partido-alto e samba-enredo), com isso totalizando no período do PPA 2004-2007, 12 registros de bens culturais de natureza imaterial.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O MinC, na área do patrimônio histórico, artístico, paisagístico e arqueológico, deve atuar com o objetivo de reverter o quadro de degradação dos bens integrantes do patrimônio de caráter histórico-cultural, notadamente os centros históricos, igrejas, monumentos, bens integrados, acervos e bens paisagísticos, mediante a implementação de políticas e medidas voltadas para o desenvolvimento sustentado, a conservação, a revitalização e a restauração, de modo a estimular novas dinâmicas sociais e parcerias, geradoras de oferta turística, valores econômicos, educação patrimonial e auto-estima da população.

O patrimônio histórico, artístico, paisagístico e arqueológico brasileiro está constituído por aproximadamente: 13 mil sítios arqueológicos cadastrados; 1.007 bens inscritos nos Livros do Tombo, sendo 59 sítios urbanos, que compreendem cerca de 20 mil edificações; e mais de um milhão de objetos, entre bens móveis pertencentes às igrejas tombadas, acervos e documentos. Há a necessidade de romper com o processo de deteriorização e descaracterização desses bens culturais de natureza material em suas diversas vertentes, diante da escassez de iniciativas de conservação preventiva e de medidas fortuitas de conservação. Isto requer esforços visando aprimorar o processo de fiscalização sobre esses bens, assim como sensibilizar a sociedade para, em conjunto com o Estado, possibilitar a permanência desse patrimônio que passa a ser visto não mais como um problema, mas como uma solução alternativa para o desenvolvimento local e regional. Nesse sentido, o turismo cultural representa a base de sustentação na diversidade do patrimônio cultural, pelo crescente interesse das pessoas por lugares diferenciados e capazes de enriquecer suas experiências de vida.

A indústria do turismo apresenta grande potencial de geração de emprego e renda para todos os níveis da população, constituindo-se em um dos eixos de fomento definidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a região da América Latina. A Organização Mundial de Turismo (OMT) prevê um crescimento de 4,8% para o setor nessa região, no período que vai de 1995 a 2020. A preocupação com a proteção do patrimônio cultural brasileiro volta-se, de um lado, para a preservação da memória nacional e, de outro, para o desenvolvimento local. A conservação e restauração de nossas igrejas e monumentos históricos são fundamentais para que estes voltem a ser visitados pela população. A devolução para a comunidade de um bem que estava em mau estado de conservação e sem utilização ou com utilização precária contribui ainda para atrair turismo qualificado. A riqueza do patrimônio cultural distribuído por todo o Território Nacional indica um enorme potencial econômico a ser explorado, enquanto opção turística, tendo em vista seu poder de atração.

O trabalho de recuperação do patrimônio gera empregos diretos e indiretos, seja durante a obra, seja depois de ela estar concluída, em função da possibilidade do incremento do turismo nas localidades, contribuindo para a revitalização das cidades beneficiadas e para melhorar a qualidade de vida de seus habitantes. A preocupação com a preservação dos monumentos históricos não se concentra apenas na sua integridade física. Com o progresso dos processos e do entendimento do que possa ser um patrimônio cultural, percebe-se que é importante a repercussão que ele possa dar à comunidade local em termos de consciência cultural, desenvolvimento social e sustentabilidade econômica. Isso diz respeito aos objetivos do Patrimônio Brasileiro de cumprir seu papel cultural e social.

Os sítios arqueológicos históricos e pré-coloniais e áreas de interesse arqueológico necessitam ser inseridas nas políticas de gestão urbana para que se evite sua destruição e se propicie a necessária reintegração. A pesquisa básica, os cursos de formação e, conseqüentemente, os melhores recursos do setor estão concentrados na faixa litorânea do País. Entretanto, os sítios arqueológicos mais bens conservados localizam-se em regiões que são inversamente proporcionais em desenvolvimento econômico. Dessa forma, a zona de tensão para a preservação do patrimônio está nas frentes agropecuárias de expansão e áreas de menor densidade demográfica, como o Centro-Oeste, o Nordeste e a Amazônia. Estas regiões necessitam de políticas específicas de fomento à preservação do patrimônio arqueológico. O comércio de bens arqueológicos, proibido no Território Nacional, desenvolve-se especialmente na Amazônia. O fato se deve especialmente à cultura material de grande beleza plástica das sociedades complexas que habitaram a região. Urge adotar medidas educativas e coercitivas para regularizar a situação.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Três registros de bens de natureza imaterial do Patrimônio Cultural Brasileiro, representado pelo frevo pernambucano, tambor de crioula do Maranhão e matrizes do samba do Rio de Janeiro.

- Preservação do patrimônio material por meio de tombamentos da região de imigração de Santa Catarina, considerada paisagem cultural, do centro histórico de João Pessoa (PB) e do conjunto de 24 obras de Niemeyer.

- Participação no cenário mundial da preservação cultural, mediante os seguintes eventos:

a) I Encontro Ibero-Americano de Museus (Ibermuseus);

b) Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico Pan-amazônico;

c) Conferência sobre Paisagens Históricas Urbanas nas Américas;

d) eleição do Brasil como país-membro do Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), durante sua 16ª Assembléia Geral;

e) campanha para mobilização da população na busca dos bens culturais desaparecidos;

f) regulamentação do cadastro de negociantes de obras.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento do desempenho físico das ações se faz mediante reuniões mensais realizadas com os coordenadores. Apesar das dificuldades na aplicação desse mecanismo, em função das grandes distâncias, cada superintendência do IPHAN tem um cronograma de inspeção técnica e fiscalização mensal para cada um dos técnicos. O relatório de gestão serve como insumo para o planejamento estratégico do ano seguinte, e fornece subsídios para a análise de viabilidade de propostas de novos cursos de ação para o instituto. O Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC), um sistema de monitoramento do MEC, está sendo adaptado para uso específico do IPHAN.

Em 2007, o indicador IPPM apurado foi 68,4%. Este percentual indica que a quantidade de produtos produzidos pelo IPHAN em 2007 encontra-se cerca de 31,6% abaixo daquilo que seria necessário para que o patrimônio cultural material brasileiro fosse razoavelmente preservado. Além disso, o Programa teve alta taxa de execução orçamentária atingindo um empenho total de R$ 37.279.331,40.

Os recursos foram liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação. Infelizmente a greve dos servidores teve repercussão negativa sobre a execução orçamentária. Vale lembrar, que grande parte dos projetos do órgão diz respeito a obras de restauração e pesquisas, tipos de ação que, por sua natureza, não podem ser acelerados facilmente.

Dos créditos da Ação de Gestão e Administração do Programa (GAP), aproximadamente 43% foram gastos com atividades de gestão da Política Pública, como o acompanhamento e a avaliação dos projetos do Programa e reuniões de planejamento, 53% com despesas administrativas e 4% em outras atividades. Os recursos alocados nesta ação não foram suficientes, já que os projetos são executados tanto pela sede quanto pelas unidades descentralizadas, o que gera a necessidade de reuniões técnicas, de articulação política e de acompanhamento de projetos.

Tendo em vista a amplitude e diversificação de suas atribuições, o IPHAN apresenta deficiências associadas à infra-estrutura e logística, como:

a) inadequação dos espaços para funcionamento da administração central e de muitas unidades;

b) insuficiência de veículos adequados para realização das atividades de fiscalização e inspeção técnica de bens culturais em área urbana e rural (o patrimônio arqueológico é o que mais sofre com a falta de veículos apropriados);

c) deficiência de equipamentos de informática.

O IPHAN ficou décadas sem realizar concurso público para novos profissionais, e após a realização do concurso em 2005, a taxa de evasão atingiu altos níveis, em função dos baixos níveis salariais. Além disso, os recursos para capacitação ainda são insuficientes, comprometendo o desempenho das atividades, numa sociedade em constante evolução tecnológica e científica. Falta capacitação, especialmente para a gestão da Política Pública.

O uso de licitação por menor preço muitas vezes é inadequado às ações de preservação, pois as ações do IPHAN se enquadram à categoria de serviços de técnicos profissionais especializados (serviços de engenharia, obra, pesquisa, etc.), para a qual a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, indica preferencialmente a modalidade "concurso" para a seleção de fornecedores. Existe, ainda, a possibilidade de licitações de tipo "técnica e preço", exigindo um conhecimento que não está desenvolvido completamente pela instituição. Conforme recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), o instituto deve obter expertise em licitação "menor-preço com qualificação técnica".

Projetos de infra-estrutura freqüentemente interferem na paisagem e no patrimônio arqueológico, implicando adequação e medidas compensatórias. A diversidade de situações ligadas à preservação do patrimônio cultural dificulta a elaboração de regras rígidas, que possam prescindir de análises específicas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A interação dos técnicos com a sociedade e o estabelecimento de parcerias são fatores preponderantes para a execução das ações do Programa. De modo geral, diretamente ou não, estão envolvidos com a preservação do patrimônio cultural do País as universidades e escolas, as organizações da sociedade civil ligadas à cultura, os Governos Estaduais e Municipais e outros entes colaboradores, ligados à preservação do patrimônio.

Quanto à execução de ações implementadas em outros Ministérios, a Ação Preservação dos Acervos Documentais Privados de Presidentes da República não foi inteiramente implementada porque a comissão não informou adequadamente ao IPHAN os projetos contemplados. A inexistência de um interlocutor institucional que atue junto aos outros Ministérios dificulta o monitoramento das ações executadas fora do âmbito do IPHAN.

O público-alvo é formado, em grande parte, pelos moradores de núcleos históricos tombados, estudantes de todos os níveis do ensino, turistas, pesquisadores, Governos estaduais e municipais, instituições congêneres, organismos internacionais.

Quanto às boas práticas de gestão, há acompanhamento quinzenal da execução financeira por unidade de gestão. Além disso, foram criados três indicadores de gestão que serviram de base para o planejamento de 2008, apresentados a seguir:

a) meia-vida orçamentária, que representa a quantidade de meses necessários para que a execução orçamentária (empenhado) do Programa atinja o índice de 50%. E, em 2007, foi de 11,2 meses, ou seja, foram necessários 93% do ano, para que o IPHAN executasse metade do orçamento empenhado no Programa;

b) quantidade de projetos de pequeno porte (projetos com valores orçamentários inferiores a 20 mil reais). A apuração deste indicador somou, em outubro de 2007, 390 projetos aprovados no Sistema de Planejamento do instituto (SISPLAN/IPHAN). Trata-se de um indicador de eficiência, com impacto sobre o desempenho da instituição nas ações finalísticas, uma vez que até outubro de 2007 existiam de cerca de 900 planos de ação (PAs). A cada PA corresponde um projeto desenvolvido pelos departamentos, pelas coordenações gerais e pelas unidades descentralizadas do instituto;

c) relação entre atividade meio e atividade fim com apuração pela execução orçamentária das ações segundo esta classificação, o que representou em 2007, para cada real investido em projetos finalísticos, foi gasto R$ 1,80 com a manutenção da máquina administrativa.

Os indicadores do Programa revelam a produção anual do instituto, mas não revelam informações sobre o impacto do Programa na comunidade, pois avaliam até que ponto as metas estão sendo alcançadas. Ainda assim, a implantação desses indicadores representou importante avanço para o IPHAN, forçando-o a imprimir esforços em encontrar dados secundários, coletados sistematicamente por outros atores sociais, que possam auxiliar a avaliação da política de patrimônio (por exemplo, a Taxa de Ocupação de Áreas Urbanas, disponível em todas as prefeituras, pode indicar o impacto da política sobre a revitalização de centros históricos). Citações na mídia podem dar indicação sobre a valorização do patrimônio por parte da população brasileira, e dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), sobre a atividade econômica nas cidades, podem avaliar o impacto das políticas de patrimônio sobre o aumento da atividade turística ou artesanal.

Existem dificuldades fundamentais para caracterizar o público-alvo e, conseqüentemente, expressar com acurácia quem se beneficiou do Programa, uma vez que o Patrimônio Cultural é um bem público por excelência (no sentido econômico da expressão), as ações do IPHAN são voltadas para um público muito amplo.

Com o objetivo de tornar o universo do patrimônio realmente representativo da diversidade cultural brasileira, dando maior atenção às manifestações culturais de grupos menos contemplados na Política Pública do patrimônio, o IPHAN redirecionou suas atividades. Assim vem sendo priorizado o reconhecimento de manifestações culturais populares, especialmente as relacionadas a etnias que historicamente são alvo de discriminação.

BRASIL, SOM E IMAGEM

GERENTE DO PROGRAMA

Orlando de Salles Senna

OBJETIVO

Ampliar a produção, a difusão, a exibição, a preservação e o acesso às obras audiovisuais brasileiras e promover a auto-sustentabilidade da indústria cinematográfica.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 148.301.770,00	Empenho Liquidado:	R$ 105.908.039,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 105.908.039,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 15.000.000,00	R$ 0,00	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEMDE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Participação da produção nacional no mercado cinematográfico do Brasil - Porcentagem	-	12.05	11.00	-	35.00	-
2. Relação público x número de cópias lançadas de filme nacional - Unidade	-	5.548.00	3.962.00	-	-	-
3. Taxa de distribuição do filme brasileiro para exibição no mercado nacional - Porcentagem	-	-	2.00	-	-	-
4. Taxa de participação da União na produção de obras cinematográficas e videofonográficas - Porcentagem	-	-	70.00	-	-	-

1. PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL NO MERCADO CINEMATOGRÁFICO DO BRASIL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A ausência de mensuração do indicador impossibilita a avaliação de seu alcance em relação ao previsto para o final do PPA 2004-2007. Os indicadores não foram apurados a tempo, denotando falta de celeridade no processo. A apuração de todos os indicadores está a cargo da Agência Nacional do Cinema (ANCINE). Até o fechamento do processo de avaliação os indicadores para 2007 ainda estavam em fase de apuração.

2. RELAÇÃO PÚBLICO X NÚMERO DE CÓPIAS LANÇADAS DE FILME NACIONAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A ausência de mensuração do indicador impossibilita a avaliação de seu alcance em relação ao previsto para o final do PPA 2004-2007. Os indicadores não foram apurados a tempo, denotando falta de celeridade no processo. A apuração de todos os indicadores está a cargo da ANCINE. Até o fechamento do processo de avaliação os indicadores para 2007 ainda estavam em fase de apuração.

3. TAXA DE DISTRIBUIÇÃO DO FILME BRASILEIRO PARA EXIBIÇÃO NO MERCADO NACIONAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A ausência de mensuração do indicador impossibilita a avaliação de seu alcance em relação ao previsto para o final do PPA 2004-2007. Os indicadores não foram apurados a tempo, denotando falta de celeridade no processo. A apuração de todos os indicadores está a cargo da ANCINE. Até o fechamento do processo de avaliação os indicadores para 2007 ainda estavam em fase de apuração.

4. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NA PRODUÇÃO DE OBRAS CINEMATOGRÁFICAS E VIDEOFONOGRÁFICAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A ausência de mensuração do indicador impossibilita a avaliação de seu alcance em relação ao previsto para o final do PPA 2004-2007. Neste indicador, especificamente, não foi possível acompanhar os índices ano a ano como se pretendia. Essa falha ocorreu já na fase de elaboração, no âmbito do PPA 2000-2003, quando se vislumbrou um indicador com representatividade, todavia, sem se observar características essenciais como a praticidade, isto é, a garantia de que o indicador pudesse permitir a tomada de decisões gerenciais, devendo, para tanto, ser testado com acesso às informações primárias, bem como de registro e manutenção para o cálculo dos indicadores. As bases de dados, no caso deste indicador, não foram mapeadas, pois a participação da União na produção de obras cinematográficas e videofonográficas não se restringe apenas às ações da ANCINE e do Ministério da Cultura (MinC). Destarte, a mensuração da quantidade de produções nacionais que receberam apoio financeiro da União, com base apenas nos dados acessíveis, acarretaria o uso de um indicador sem confiabilidade.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O acesso da população aos bens culturais do País é de fundamental importância para o fortalecimento da identidade nacional. No caso específico do audiovisual, a atuação reguladora ou mesmo interventora do Estado é indispensável, já que a oligopolização do setor faz com que o produto nacional encontre grandes dificuldades para alcançar o

público. É preciso considerar, inclusive, que os mecanismos de distribuição e de exibição das obras audiovisuais no Brasil tendem a estar ligados aos interesses do capital transnacional e ao processo de acumulação internacional de capital, com implicações significativamente negativas para o processo de assimilação de valores identitários por parte dos brasileiros, dado o potencial de disseminação e imposição de informações, valores, crenças e ideologias do produto audiovisual na sociedade contemporânea, sem falar no seu papel indelegável de catalisador da construção de soberania e cidadania nacionais. Vivemos atualmente um processo de recuperação do mercado para o cinema brasileiro. Os números, entretanto, estão longe dos registrados na década de 70, quando o filme brasileiro ocupava 35,92% do mercado consumidor. Esta tendência foi atropelada por uma série de fatores (defasagem tecnológica, abertura indiscriminada do mercado e ausência de Políticas Públicas de proteção do setor), que levou o cinema nacional a ocupar, em 1992, apenas 0,05% do mercado. A partir de 1995, foi iniciado um processo de recuperação, com os índices de ocupação, passando de 3,62% para 8,28% em 2000. Em 2003, a taxa de ocupação chegou a 21%.

O desafio que se coloca agora é, a partir da implementação das ações previstas neste PPA, viabilizar a meta de 30% de ocupação até 2007. A não-implementação do Programa resultará na ausência do fomentador primeiro da produção audiovisual nacional e na completa predominância do produto importado, impactando negativamente o processo de construção e solidificação tanto da identidade quanto da própria soberania nacional. O principal condicionante positivo do Programa reside na realidade dinâmica do setor audiovisual, que tem sido capaz de incorporar as revoluções tecnológicas do campo da eletrônica, informática e telecomunicação nos processos de produção, distribuição, comercialização e exibição, com repercussões substantivas nos marcos de competitividade de vários ramos industriais envolvidos no processo, repercussões em sua interação com outros setores produtivos, gerando emprego e renda, e, ainda, em sua influência nos padrões de consumo e comportamento. Como condicionante negativo ressalta-se a força política e econômica das empresas produtoras e distribuidoras nacionais e internacionais, que têm no produto audiovisual menos profundo, bem como no seu próprio poderio econômico, suas vantagens competitivas mais relevantes perante o produto nacional de qualidade.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Fomento a oito obras cinematográficas.
- Fomento a 35 obras de documentários – DOCTV.
- Fomento a 53 títulos nacionais em DVD - Programadora Brasil.
- Capacitação de 49 profissionais nas áreas de cinema, televisão, vídeo e segmentos afins.
- Apresentação de 69 filmes nacionais, de curta-metragem e de longa-metragem, em 33 festivas internacionais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento se faz periodicamente, em reuniões de trabalho com os técnicos envolvidos. Projetos como o DOC TV, além dos festivais e das mostras, são acompanhados com visitas permanentes de técnicos e gerentes da Secretaria do Audiovisual (SAV). Os projetos de produção audiovisual, viabilizados pelas leis de incentivo, têm acompanhamento de repasses financeiros, a partir de um programa de conta especial, em parceria com o Banco do Brasil (BB). A avaliação do desempenho físico das ações tem como base o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

A falta de pessoal técnico qualificado prejudica os processos de acompanhamento, sobrecarregando o quadro de pessoal e impossibilitando um acompanhamento mais eficiente dos programas.

A compatibilidade do fluxo de recursos foi descontínua no que se refere à programação física, prejudicando a execução programada, o que inviabiliza qualquer possibilidade de planejamento, e prejudica sobremaneira a articulação de parcerias institucionais que potencializem os programas. Os recursos alocados na Ação de Gestão e Administração do Programa (GAP) foram utilizados no apoio operacional, responsável pela viabilização do Programa, principalmente com gastos em diárias e passagens.

O quadro de cargos em comissão e o de pessoal do MinC não atendem em termos quantitativos e qualitativos à demanda da sociedade. Isto decorre da falta de profissionalização que o Estado brasileiro impôs, nas últimas décadas. Com a realização do primeiro concurso próprio do MinC, a situação tende a melhorar, mas ainda está longe da ideal.

O excesso de burocracia prejudica os processos de licitações, e o andamento e a qualidade da execução das ações.

Nas parcerias, o Projeto Setorial Integrado de Promoção de Exportação da Indústria Brasileira de Audiovisual, desenvolvido com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), demonstrou que a boa articulação e a boa parceria dos órgãos envolvidos levam a ótimos resultados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As ações do Programa, desenvolvidas com parcerias não-governamentais, têm resultados bastante positivos. Projetos centrais como o DOC TV, o Revelando os Brasis e o projeto Programadora Brasil são executados em parcerias com agentes não-governamentais, potencializando a capilaridade das ações. As ações desenvolvidas pelo Programa são baseadas em demandas do setor audiovisual, identificadas em reuniões com representantes da atividade.

A SAV possui um Conselho Consultivo, com reuniões semestrais, um fórum em que são avaliadas e discutidas as ações desenvolvidas e o Conselho Superior de Cinema (CSC), instância de discussão das linhas gerais das políticas audiovisuais do MinC.

A avaliação do Programa pelos usuários é realizada no Conselho Consultivo da SAV, cujos integrantes trazem para discussão as impressões identificadas em cada um dos setores da atividade audiovisual. E, reuniões internas de avaliação no âmbito da SAV e do MinC, considerando as recomendações do Conselho Consultivo, são práticas renovadoras dos processos de gestão.

Os indicadores considerados são insuficientes para medir a repercussão das ações nesta área e se limitam a mensurar apenas um aspecto do Programa: as ações de fomento à produção. É necessário que sejam elaborados outros indicadores adequados e mais abrangentes as características do problema que se pretende resolver.

CULTURA AFRO-BRASILEIRA

GERENTE DO PROGRAMA

Edvaldo Mendes Araújo

OBJETIVO

Preservar e promover a cultura e o patrimônio afro-brasileiros.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade em geral, com prioridade para os/as afro-brasileiros/as

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 21.878.120,00	Empenho Liquidado:	R$ 20.423.674,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 20.423.674,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

O Programa não possui indicador.

A ausência de indicadores, no setor cultural, diz respeito à ausência de informações sobre a produção e o consumo de bens e serviços culturais. No caso da Fundação Cultural Palmares (FCP), a ausência de indicadores de processos e de qualidade, dada a falta de dados históricos específicos sobre seus custos operacionais e sobre os impactos de sua atuação, inviabiliza a utilização de fórmulas fidedignas para a demonstração de resultados.

No PPA 2004-2007, verificou-se a impossibilidade de medição dos indicadores propostos inicialmente e dois novos foram elaborados em substituição aos anteriores. Contudo, observou-se que os mesmos não foram inseridos nas revisões do PPA devido à impossibilidade de mensuração.

Alguns indicadores poderiam ser utilizados futuramente para medição do esforço e da eficiência institucional a partir da adoção de séries históricas pela organização. Neste sentido, a FCP aguarda a finalização do trabalho de elaboração de indicadores culturais para que suas atividades possam ser discutidas de acordo com parâmetros objetivos claros e definidos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As comunidades rurais e urbanas de tradição africana, especialmente as comunidades remanescentes de quilombos, tem enfrentado os seguintes problemas:

a) difícil acesso aos bens e aos serviços sociais;

b) ausência de equipamentos sociais nas comunidades quilombolas e da documentação civil que lhes possibilitem o acesso aos serviços públicos básicos;

c) infra-estrutura precária, baixa escolaridade, desemprego, *deficit* de moradia, baixa renda e mortalidade infantil acentuada;

d) desconhecimento dos seus direitos e dos instrumentos legais de defesa.

Além disso, a maioria dessas comunidades, cerca de 96% de um total de 743 comunidades identificadas, ainda não possui a titulação e o registro de propriedade das terras, nem recursos e incentivos para que desenvolvam uma economia sustentável, notadamente no que se refere à comercialização dos bens por eles produzidos.

Todos esses fatores têm levado as comunidades que não conseguem sobreviver a abandonarem seus locais de origem, buscando os centros urbanos. Em conseqüência, dado que não possuem qualquer qualificação para a inserção no mercado de trabalho, acabam sendo vítimas da marginalização, reforçada pelo preconceito racial ainda existente na sociedade brasileira. No que diz respeito às comunidades religiosas de tradição afro-brasileira, os problemas de ordem material, tais quais o baixo nível de renda, a impossibilidade de sobrevivência dentro das comunidades, segundo os preceitos da antiga tradição, as precárias condições de saúde dos mais velhos, portadores da memória da comunidade, e a crescente onda de intolerância que se abate sobre estas comunidades são responsáveis pela precarização da preservação e reprodução de tradições afro-brasileiras, exigindo efetivas ações de sustentação destas comunidades.

Nesse quadro de precariedade soma-se o abandono do patrimônio material e imaterial da cultura afro-brasileira, carente de um amplo inventário de ações de preservação de seus bens, de modo que possam referenciar programas educativos e programas de divulgação. É também um elemento de fortalecimento da cultura afro-brasileira o intercâmbio com países de cultura afro-originária, o que permitirá o acesso dos afro-brasileiros aos acervos históricos, museológicos e culturais destes países, bem como possibilitará o intercâmbio de intelectuais, cientistas e artistas produtores de uma cultura pan-africana. Quanto à comunidade afro-brasileira em geral, especial preocupação deve ser conferida às crianças e aos jovens negros e negras, em sua maioria pobres que vivem em comunidades sem infra-estrutura, desprovidas de serviços e equipamentos sociais. Expostos à violência e ao tráfico de entorpecentes, são as maiores vítimas do mundo da marginalização.

Vários outros fatores contribuem para agravar a situação dessas comunidades, como a falta de perspectivas quanto ao futuro da juventude negra, a discriminação e o preconceito racial existentes na sociedade brasileira e a veiculação de imagem negativa dos afro-brasileiros e das afro-brasileiras, tradicionalmente estigmatizados como prostitutos e prostitutas, assaltantes ou meninos e meninas de rua. Vale registrar que o Brasil é o segundo maior país do mundo com população negra.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Certificação de 140 comunidades e o apoio a 261 demandas judiciais, assegurando terras e patrimônio cultural.

• Produção de cartilhas: Participação do negro na TV pública; O negro na Universidade; Mercedes Baptista; Rota Existencial; Cartilha negro outra história.

• Inauguração do Parque Memorial Quilombo dos Palmares.

• Matriz africana como forma de combate à intolerância religiosa com a preservação dos "modos de fazer" das ervas e raízes de matrizes africanas e a preservação, fortalecimento e valorização do patrimônio de terreiros de candomblé.

• Ampliação de diálogo com os países afro-latinos por meio da implantação de ações afirmativas para a população afro-descendente latino-americana e do diálogo entre o Brasil e a Colômbia.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações do Programa é feito pelos técnicos da FCP que, sempre que necessário, visitam os locais onde estão sendo desenvolvidos os projetos, fazendo o acompanhamento da aplicação dos recursos, sanando dúvidas e problemas e, pelo Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), realizando o monitoramento físico e financeiro mensal. O Relatório anual de Gestão permite avaliar a execução física e financeira das ações da FCP, e diagnosticar falhas e problemas. Algumas metas foram subestimadas, devendo ser redefinidas.

A liberação descontínua do orçamento prejudicou a execução dos projetos realizados por algumas ações, já que impossibilitou o cumprimento das fases propostas no Plano de Trabalho. Os recursos gastos na Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) foram distribuídos em gastos com pessoal, convênios, custeio e investimentos.

O espaço físico da FCP é inadequado e as instalações insalubres. A quantidade insuficiente de pessoal para análise, acompanhamento e recepção de projetos permite o acúmulo de tarefas e o atraso na execução. Falta, ainda, treinamento das equipes para análise, recepção e acompanhamento de projetos.

As parcerias são, em geral, com organizações não-governamentais (ONGs) que solicitam financiamento para projetos. No pregão eletrônico, outra forma de divulgação junto à sociedade, as dificuldades se dão com as empresas que só permanecem "presentes" até o momento do lance - logo em seguida existe uma dispersão.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Conforme o Decreto nº 4.887[1], de 20 de novembro de 2003, foi criada uma comissão de sindicância para apurar denúncias de fraudes no Território de Quilombo de São Francisco do Paraguaçu (BA), e um grupo de trabalho para rever os procedimentos internos da FCP, quando houve a emissão da certificação. Com a primeira medida se chegou ao resultado insofismável de que não houve qualquer fraude produzida seja pela FCP, seja pelos quilombolas, fato confirmado por laudo antropológico realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no mesmo período. Da segunda medida resultou a Portaria FCP nº 98, de 26 de novembro de 2007, que instituiu o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da FCP, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres, para efeito do regulamento que dispõe o Decreto nº 4.887/03, que propicia mais segurança nos processos, tanto para os quilombolas quanto para a instituição.

Foram adquiridos equipamentos audiovisuais para o Centro Nacional de Informação da Cultura Negra (CNICN) e livros para compor o acervo da biblioteca da FCP, assim como realizados seminários para divulgação e esclarecimento do papel da FCP em relação ao tema do apoio à posse da terra e preservação da herança cultural das comunidades remanescentes de quilombos, bem como dos instrumentos jurídicos que regulam as referidas matérias junto a representantes dos quilombolas.

Nas parcerias, a maior dificuldade é a falta de preparo dos agentes capacitadores, o que poderia ser aperfeiçoado com a reciclagem das ONGs, que tem dificuldades para trabalhar com recursos públicos de maneira eficaz e eficiente.

A participação social se dá mediante audiências públicas, para tratar das situações referentes aos quilombolas e suas terras, o sítio na Internet e o Fale Conosco são ferramentas fundamentais para a interação junto à sociedade, com possibilidade de se divulgar o trabalho, os produtos e as ações em defesa dos direitos, da valorização e da proteção da cultura afro-brasileira. O Fale Conosco, em especial, é o meio que a instituição tem para ouvir os anseios e as demandas da sociedade, podendo construir, através dele, outros mecanismos e outras ações para atender à população negra de forma satisfatória, como a realização de pesquisas, eventos, cursos e capacitação, contudo para o Programa não foi implantado nenhum mecanismo que avalie a satisfação dos beneficiários.

Diante das dificuldades encontradas na formatação e nos resultados do Programa, será realizada, no primeiro semestre de 2008, a Oficina de Modelo Lógico, com a participação da FCP/MinC, da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) com vistas a promover a avaliação do desenho do programa e subsidiar a sua documentação de concepção para os próximos processos de revisão do PPA.

1 Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

CULTURA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA

GERENTE DO PROGRAMA

Célio Roberto Turino de Miranda

OBJETIVO

Ampliar e garantir o acesso das comunidades mais excluídas ao usufruto de bens culturais e aos meios de fruição, produção e difusão das artes e do patrimônio cultural.

PÚBLICO-ALVO

Agentes culturais (como artistas, produtores, professores e estudantes da educação básica, militantes sociais que desenvolvem ações de combate à exclusão cultural e social), adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, habitando áreas com precária oferta de serviços culturais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 158.585.301,00	Empenho Liquidado:	R$ 126.550.091,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 126.550.091,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Acesso à Cultura via Pontos de Cultura - Porcentagem	-	-	-	0.30	-	-

1. ÍNDICE DE ACESSO À CULTURA VIA PONTOS DE CULTURA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
-Análise e Justificativa:

Como o índice foi acordado e medido pela primeira vez em 2007 (ano-base 2006) não houve uma previsão de alcance ao final do PPA 2004-2007, considerando como período de análise os anos decorridos na execução do PPA. O objetivo é realizar essa previsão, bem como incluir novos indicadores para a avaliação do Programa no PPA 2008-2011. Cabe destacar que o índice envolve apenas as populações a que os pontos de cultura se propõem a atender, e não a população brasileira como um todo. Constitui um parâmetro de acompanhamento para avaliar o alcance do Programa a identificação de possíveis distorções que mereceriam uma avaliação para correção de rumos, no que diz respeito a melhorias dos critérios de seleção, ou uma avaliação qualitativa de um ou outro ponto de cultura que demonstre pouca eficiência no atendimento.

O índice deve variar de zero a um, indicando um atendimento maior quanto mais próximo de um, e menor quanto mais próximo de zero. O responsável pelo cálculo, apuração do índice é a Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC). Dos 575 pontos, pontões e núcleos de redes de pontos de cultura que receberam ofício com perguntas sobre os elementos componentes do índice, 277 encaminharam respostas.

Os índices de referência foram apurados em novembro de 2007 (ano-base 2006), na primeira medição. E, em janeiro de 2008 (ano-base 2007), foi realizada a segunda medição para cada ponto de cultura instalado que respondeu ao ofício e agregados regionais e em âmbito nacional. Os resultados foram os seguintes:

Região	2007 (Ano Base 2006)	2008 (Ano Base 2007)
Nordeste	0,4917	0,4562
Norte	0,1193	0,0866
Centro-Oeste	0,2560	0,4666
Sudeste	0,1353	0,4746
Sul	0,1835	0,3404
Brasil	0,2964	0,4292

CONTEXTUALIZAÇÃO

As tradições culturais e as artes traduzem modos diferenciados de perceber, sentir e atribuir significados e valores à ampla gama de relações sociais. A apropriação crítica e criativa do diversificado patrimônio cultural brasileiro e dos códigos específicos das linguagens artísticas é, portanto, instrumento de formação do indivíduo e de conhecimento e de transformação da realidade, bem como arcabouço da construção do sentido de "pertencimento" social. Para tanto, porém, é preciso conhecer, formar gosto, ganhar competência cultural para interpretar e utilizar signos e códigos próprios de tais universos. Esse processo leva tempo e envolve a competência institucional das estruturas sociais, seja da escola seja dos meios de informação, somada às competências próprias de cada comunidade e de cada indivíduo.

Observa-se que a formação dos indivíduos, especialmente, daqueles que dependem prioritariamente de agências institucionais públicas para ter acesso ao patrimônio artístico e cultural, não vem associando os chamados conteúdos escolares às referências culturais e às linguagens artísticas. Boa parte das crianças, dos adolescentes e dos jovens adultos em situação de vulnerabilidade social defronta-se com enormes barreiras simbólicas para usufruir bens culturais mais elaborados, adquirir hábitos culturais e, assim, apropriar-se efetivamente da produção cultural da sociedade. É necessário e urgente, portanto, incidir na formação inicial e continuada de mediadores e formadores, para que tenham competência e prazer em aproximar o patrimônio cultural de adolescentes e jovens adultos que se encontram à margem dos circuitos mais elaborados da cultura e das artes. Tais mediadores e formadores podem ser tanto agentes das instituições escolares públicas, quanto aqueles que integram (ou têm desejo e interesse de integrar) o campo das práticas culturais no meio social. Também é necessário e urgente fazer da cultura palco para o desenvolvimento de potencialidades profissionais de adolescentes e jovens adultos, seja no campo da produção, seja no da circulação e difusão de bens culturais ligados à memória e à inovação.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 742 espaços de cultura - Pontos de Cultura - instalados, modernizados e apoiados.

- 2.725 pessoas apoiadas por meio de iniciativas voltadas para a inclusão social pela cultura.

- 120 projetos apoiados junto a Escola Aberta à Cultura (Escola Viva).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A SPPC, com a participação das representações regionais do Ministério da Cultura (MinC), realizou visitas *in loco* para reunir dados e informações no sentido de compor a parte técnica da prestação de contas dos projetos em execução. Isso implica monitorar o desempenho físico da Ação Instalação e Modernização de Espaços Culturais (Pontos de Cultura), cujo produto é espaço cultural apoiado. O aperfeiçoamento tem sido no sentido de gerar, a partir de um relatório de visitas padronizado, um banco de dados sobre as informações coletadas como meio de acompanhamento da execução dos projetos.

O acompanhamento informatizado do desempenho físico desta Ação é realizado no âmbito do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (SALIC), sistema corporativo de acompanhamento de convênios do MinC, que comporta principalmente dados relativos à execução dos convênios, mas também permite a elaboração e emissão de relatórios com diversas informações agregadas sobre os pontos de cultura, com atualização diária. E, em 2007 os resultados da ação foram 742 espaços culturais apoiados contemplando os 195 pontos implantados nas 28 redes de pontos conveniadas entre o MinC, Estados e Municípios. Os convênios com entidades sem fins lucrativos são atualmente 504. Também foram instalados 43 pontões de cultura, alcançando-se 17 Estados.

Na ação Desenvolvimento de Iniciativas Voltadas para a Inclusão Social por meio da Cultura, o acompanhamento da iniciativa Cultura Digital ocorre por meio do Sistema MapSys - sistema com o mapeamento dos pontos de cultura com potencial digital detectado para recebimento dos primeiros *kits* multimídia e os respectivos dados. Atualmente conta com informações de 700 pontos e entidades vinculadas à temática, e sua atualização é mensal. Um trabalho de longo prazo, envolvendo o levantamento e criação de um banco de dados, vem sendo realizado pelo Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicos (IPSO), no Pontão Mapas da Rede, que é um dos pontões participantes do Programa. O trabalho se baseia em um conjunto de questionários e informações divulgados pela Internet. O primeiro levantamento teve como objetivo atualizar dados de contato, o segundo gerou informações sobre infra-estrutura tecnológica dos pontos, o terceiro coletou informações sobre o pessoal que trabalha nos pontos e o quarto identificou as atividades desenvolvidas nos pontos através da caracterização de temas, públicos, linguagens e formatos.

Ainda no tocante a esta Ação, em 2007, houve a implantação da iniciativa Griô Mestres dos Saberes, que resultou no apoio a 250 pessoas, atuantes em 50 pontos de cultura.

Permitiu, também, o prosseguimento da implantação da iniciativa Cultura Digital, que alcançou 1.390 pessoas por meio da realização de 37 oficinas, ocorridas em 117 Pontos de Cultura. Afora isso, apoiou pessoas no âmbito de atividades de outros órgãos públicos, para os quais o MinC realizou descentralizações, com o objetivo de contribuir para a consecução da ação - por exemplo, na Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), visando a implantação do projeto Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes (Educafro).

A Ação Escola Aberta à Cultura (Escola Viva) teve a sua realização pela concessão do Prêmio Escola Viva a iniciativas que articulam projetos culturais e educativos com a participação das comunidades. A concessão dos prêmios ocorreu em dezembro de 2007, o que levou à concentração da realização física neste mês. O percentual referente aos resultados físicos da ação foi na ordem de 240% revelou-se acima do previsto pelo fato do valor unitário do prêmio ter sido reduzido, alcançando um número superior de projetos apoiados em relação ao inicialmente planejado.

Embora o Programa não tenha sofrido contingenciamento significativo em sua execução orçamentária, a instabilidade do fluxo de recursos financeiros produziu impacto negativo na execução dos convênios cujas parcelas estavam programadas para pagamento, gerando um acúmulo de restos a pagar para o exercício de 2008. A liberação de emenda parlamentar no final do exercício também contribuiu para a inscrição de um elevado montante de recursos em restos a pagar. O maior impacto dessa distorção ocorreu na execução da Instalação e Modernização de Espaços Culturais.

Duas atividades de alto impacto no desempenho do Programa são realizadas na forma de parcerias. A primeira é o Prêmio Cultura Viva, idealizado pelo MinC, com patrocínio da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), apoio do Canal Futura e da coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), tem como objetivo reconhecer, estimular e dar visibilidade às iniciativas culturais de todo o País, as quais valorizem a cultura como meio de consolidação da identidade e de construção da cidadania, em 2007, contou com cerca de 2.700 inscrições, alcançando mais de 1.850 Municípios brasileiros. Após criterioso processo de análise e seleção, foram premiadas 18 iniciativas, sendo três em cada uma das seis categorias: Escola Pública de Ensino Médio, Fundação e Instituição Empresarial, Gestor Público, Grupo Informal, Organização da Sociedade Civil e Ponto de Cultura.

A segunda atividade é no âmbito da TEIA - a Rede de Cultura do Brasil, que em 2007 teve lugar em Belo Horizonte (MG) viabilizado pelos pontos de cultura que participam do Programa e o encontro teve como tema principal a relação entre cultura e educação contando com um total de 2.175 delegados e representantes dos pontos participaram das atividades da TEIA e do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura (FNPC). A realização da TEIA 2007 exigiu um montante de R$ 5,6 milhões, captado via Lei de Incentivo à Cultura, e formado com recursos da Petrobras (R$ 3 milhões), da Fundação Vale do Rio Doce (R$ 1 milhão), da Fiat (R$ 1 milhão), da Usiminas (R$ 250 mil), da Telemig Celular (R$ 250 mil) e do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) (R$ 100 mil).

Há na equipe gerencial ausência de estrutura formal adequada. As responsabilidades formais assumidas pelos gerentes transcendem os assuntos referentes a cada área, sobrecarregando estes. Assim, a diversidade de atribuições dentro da mesma gerência vem trazendo restrições à implementação do Programa. A SPPC apresenta um quadro de escassez quantitativa de recursos humanos, agravado pelo aumento considerável da carga de trabalho representado pelo crescimento do número de convênios no exercício de 2007. A maioria dos consultores e terceirizados não possuem vínculo direto. Nas equipes executoras o quadro é de baixa capacidade técnico-administrativa, gerando problemas na execução, formalização e acompanhamento de convênios para a implementação das ações. A terceirização e rotatividade não permitem que o conhecimento seja repassado aos novos contratados. Apenas 38% do total de colaboradores da secretaria são servidores com vínculo com a administração pública. Entre os demais colaboradores, o número dos que desenvolvem suas atividades na SPPC há menos de dois anos é considerável.

Houve dificuldades de celebração de convênios na gerência em função de interpretações diferentes de normas por setores do MinC, falta de procedimentos padronizados que facilitem e agilizem o processo, duplicidade de tarefas, atraso na liberação de recursos e reduzida equipe. Ressalta-se, ainda, que a excessiva burocracia na tramitação do processo e a indefinição das atribuições de cada setor envolvido afetaram o processo de maneira significativa. A inadimplência dos proponentes, a não-apresentação da documentação obrigatória e o baixo conhecimento da legislação também contribuem para o atraso na formalização. Além disso, muitas entidades não conseguiram regularizar sua situação de inadimplência junto aos órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta a tempo da habilitação para a celebração de convênios.

A implementação do Programa ocorre de forma descentralizada, mediante convênios com entidades da sociedade civil, Estados e Municípios, sendo que a inexistência de norma legal consolidada sobre o Programa, além de portaria ministerial que cria o Programa e editais de divulgação, foi apontada como problema no planejamento estratégico realizado pela SPPC. É necessário uma norma legal que fundamente, especificamente, o relacionamento do Estado brasileiro com entidades da sociedade civil com baixo nível de organização e institucionalização. A implantação do Programa se dá por meio de editais cujo objeto constitui o apoio, por meio de repasse de recursos a entidades sem fins lucrativos, pontos de cultura, movimentos populares ou manifestações culturais que incrementem o acesso do público-alvo aos meios de fruição, produção e difusão das artes e do patrimônio cultural.

Em 2007 foram publicados os editais dos Pontões de Cultura e Cultura Digital, sendo que os convênios com Estados e Municípios tiveram início no segundo semestre de 2006. Dessa forma, avaliar o desempenho da execução das ações com recursos descentralizados equivale a avaliar os resultados do Programa como um todo, que se revelou acima da média.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias são importantes na viabilização dos resultados do Programa, como a parceria com o CENPEC para o Prêmio Cultura Viva, a com o Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento no Projeto PNUD BRA/04/051, que disponibilizam recursos técnicos e logísticos de subações componentes do Programa Cultura Viva, como é o caso do Pontão de Cultura Grãos de Luz e Griô, que participa da Subação Griô Nacional e do Pontão de Cultura Invenção Brasileira, que auxilia na implantação da iniciativa Escola Viva. E, com o Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos (Ipso) que atua no levantamento e na organização de dados relevantes para o acompanhamento do Programa.

A gestão compartilhada é continuamente praticada no Programa, proporcionando uma importante metodologia para formulação e implantação dos projetos sociais que envolvem a participação de entidades da sociedade civil. Trabalhando com as noções de autonomia, protagonismo e empoderamento das comunidades participantes, permite constituir um concerto de vontades e perspectivas vitais, como reuniões de planejamento, discussões sobre ações específicas e seleção de novos pontos de cultura.

A Plenária do FNPC, que ocorreu na TEIA 2007, aprovou a criação de uma comissão nacional com 48 representantes, que espelha o esforço dos pontos de cultura e da equipe coordenadora do Programa, no sentido de buscar uma agenda política comum de atuação. A comissão conta com representantes dos pontos de cada Estado (totalizando 27), mais um de cada eixo do Programa Cultura Viva (Escola Viva, Cultura Digital, Ação Griô), somados a um de cada segmento artístico que recebeu proposta de inclusão na plenária, como é o caso das Comunidades Indígenas e Comunidades Tradicionais/Herança Intangível.

A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPC) contribui com uma reflexão crítica e ampla sobre o desenvolvimento do Programa, o que permite à equipe coordenadora reconhecer os problemas apontados e buscar sua solução em conjunto com os representantes dos pontos.

O trabalho de pesquisa e avaliação realizado pela Associação Latino-americana de Pesquisa e Ação Cultural (ALPAC) examinou a satisfação dos usuários do Programa, por meio de questionário, cujos dados foram consolidados em março de 2007, que abordou os seguintes tópicos: grau de conhecimento sobre o Programa e seus componentes; percepções sobre o processo de seleção; impressões e avaliação das comunicações com o MinC; problemas na liberação das verbas; participação na gestão do Programa; e avaliação dos objetivos do Programa.

Em linhas gerais, os dados do relatório final confirmam os levantados e analisados no projeto-piloto. Para uma ampla maioria dos entrevistados, embora o Programa constitua uma política inovadora e tenha avançado muito com algumas concepções (cultura como protagonista do processo de transformação social; valorizar e potencializar o que já estava ocorrendo localmente na área de cultura; política de descentralização cultural), ainda se verifica uma distância substantiva entre a sua formulação e a sua implementação, já que existem vários aspectos operacionais e organizacionais que precisam ser aprimorados e aperfeiçoados. Os resultados da avaliação forneceram subsídios para a reflexão crítica sobre a implantação do Programa, principalmente no que tange ao aperfeiçoamento das práticas de atendimento ao beneficiário.

A Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), em função das avaliações realizadas no Programa, tem a consideração de que na prática as exigências formais de execução dos convênios são de difícil cumprimento por parte das entidades selecionadas, de acordo com a definição de público-alvo feita para o Programa, pois são entidades localizadas em sua maioria em comunidades excluídas, em áreas de risco social, e não possuem capacidade organizacional para atender às exigências formais, originando gargalos no desenvolvimento das ações descentralizadas, principalmente no momento da prestação de contas.

O Programa, no ano de 2007, teve revisão com reestruturação de seu desenho a partir da Oficina de Modelo Lógico, realizada entre a SPPC, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e a SPI.

DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA (PRODEC)

GERENTE DO PROGRAMA

Ranulfo Alfredo Manevy de Pereira Mendes

OBJETIVO

Fortalecer as cadeias produtivas da cultura (audiovisual, música, artes cênicas, festas populares, artes visuais, *design* etc.), promovendo seu desenvolvimento econômico.

PÚBLICO-ALVO

Empreendedores, empresas e arranjos produtivos dos diversos segmentos da Economia da Cultura

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 14.700.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 9.511.873,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 9.511.873,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Volume de Negócios Promovidos pelas Empresas Apoiadas - Porcentagem	-	-	-	-	–	-

1. VOLUME DE NEGÓCIOS PROMOVIDOS PELAS EMPRESAS APOIADAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A unidade de medida para este indicador não é porcentagem, mas sim unidade que expresse o volume bruto de negócios em reais, assim o índice apurado em 2007 foi de R$ 8.000.000,00.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Economia da Cultura consolidou-se nas duas últimas décadas como um dos setores mais dinâmicos da economia mundial. Tem registrado crescimento de 6,3% ao ano, enquanto o conjunto da economia cresce a 5,7%%. Hoje a Economia da Cultura responde por 6% do Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos (EUA) (número de 2002), por

4% da força de trabalho e pelo principal produto de exportação do País. Na Inglaterra corresponde a 8,2% do PIB (2001), cresce 8% ao ano desde 1997 e emprega 6,4% da força de trabalho. Na África do Sul emprega 17% da mão-de-obra, e 5% no Canadá. Em 1998 o comércio internacional de produtos e serviços culturais movimentou U$388 bilhões. O Banco Mundial estima que a Economia da Cultura responda hoje por 7% do PIB mundial (2003). A Economia da Cultura, ao lado da Economia do Conhecimento (ou Economia da Informação), integra o que já se convencionou chamar de Economia Nova, dado que seu modo de produção e de circulação de bens e serviços, altamente impactado pelas novas tecnologias e baseado em criação e propriedade intelectual, não se amolda aos paradigmas da economia industrial clássica.

O modelo da economia industrial tende a considerar o desenvolvimento como a característica de setores com estrutura relativamente estável e duradoura. O modelo da Economia da Cultura tende a ter a inovação e as constantes mudanças como aspectos a se considerar em primeiro plano. As novas tecnologias (Internet, celular, difusão digital - TV, cinema, fonogramas, obras literárias e acadêmicas - etc.) criaram novos produtos, novas formas de difusão, novos modelos de negócio e novas formas de competição por mercados, tornando a Economia da Cultura um setor estratégico na pauta dos programas de modernização e desenvolvimento de muitos países. Podemos citar o exemplo da Inglaterra, que tem hoje um ministério das indústrias criativas, como marco da crescente importância que o setor vem adquirindo nas economias nacionais. Neste sentido, a ausência de uma política estratégica de desenvolvimento da Economia da Cultura no País num momento de grande mudança de padrões tecnológicos (Internet, TV digital, *games*, celulares, cinema digital etc.) e de modelos de negócios (comércio digital, licenciamentos, *criative commons* etc.), e de disputa internacional em torno da regulação de mercados e das questões pertinentes à propriedade intelectual, pode ter como conseqüência uma perda significativa de mercado (ainda mal conquistado) e de competitividade dos produtos e dos realizadores brasileiros, além do risco de progressiva desnacionalização da propriedade intelectual.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Capacitação de 1.400 artesãos, 80 agentes locais e 27 servidores estaduais, de 70 comunidades representativas dos Pólos de Produção de Artesanato no Brasil, intermediada pela Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart).

- Apoiados 72 empreendimentos e realizadas 450 reuniões de rodadas de negócios - Feira de Música do Brasil.

- Mobilização de 636 proponentes, apoio a 50 projetos de prática de extensão cultural nas universidades brasileiras, e investimento de R$ 30 mil para cada projeto, totalizando R$ 1,2 milhões em premiações - Extensão de Negócios.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Como mecanismos de monitoramento são utilizadas reuniões periódicas de trabalho com as instituições que estabeleceram convênio, sendo nelas avaliados os principais resultados das ações implementadas.

Por se tratar de um programa em uma área com pouca atuação direta do Governo, a Economia da Cultura, percebe-se baixa experiência, tanto do gestor público quanto do conveniado, na estimativa das metas físicas. Esse diagnóstico, contudo, será revertido doravante de acordo com a atuação do PRODEC e sua reformulação no caso de algumas metas físicas. Ademais, os produtos e suas metas, embora discrepantes com o planejamento inicial, mostraram-se satisfatórios e eficazes, pois o PRODEC revelou-se como um programa com alta capacidade de desenvolvimento qualitativo, e não apenas quantitativo.

Em geral, os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes, e as ações de financiamento a empreendedores apresentaram alguma deficiência em virtude do andamento, e de entraves legais e institucionais. E, o volume de recursos liberados ao longo do exercício foi compatível com a programação.

Quanto aos recursos humanos, há deficiência nos destinados exclusivamente para a gerência, espera-se suprir essa carência na reforma institucional a ser implementada em 2008.

Dificuldade no modo de lidar das instituições financeiras com as atividades culturais, especificamente no caso do apoio a empreendedores culturais, sobretudo no microcrédito.

Nas parcerias direcionadas para a capacitação profissional por intermédio da Promoart, houve resultado satisfatório, considerando-se que este é o primeiro ano de sua implementação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa foi responsável por parte das parcerias do órgão que resultaram no levantamento de dados relacionados com o setor cultural. O planejamento de Estado, atualmente, conta com base sólida de informações que permite o desenvolvimento de ações pontuais, voltadas para populações e territórios particularizados.

Os esforços para obter informações concretas sobre a realidade social e cultural dos brasileiros, como, por exemplo, o delineamento do Anuário de Estatísticas Culturais, instrumento de compilação das principais informações do setor no Brasil, no aperfeiçoamento dos mecanismos de elaboração e de gestão das Políticas Públicas. Outro estudo importante foi o Suplemento de Cultura constante da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2007, que detalha o número de equipamentos culturais existentes em 5.564 municipalidades do País. Esta publicação permite identificar quantos teatros, bibliotecas, livrarias, museus e outros equipamentos existem em cada Município. Esse rol de informações viabilizará políticas de curto prazo e de médio prazo de grande impacto para o cidadão.

Trata-se do primeiro ano de implementação do Programa, representando um significativo avanço do MinC no sentido de incentivar e regulamentar as cadeias produtivas dos setores culturais, além de estimular o debate sobre a Economia da Cultura, com participações em seminários, debates e fóruns.

A Secretaria de Políticas Culturais (SPC) também optou por convênios que pudessem estimular cadeias produtivas que ainda padecem de pouca organização e orientação empresarial, sendo que as ações do Programa buscaram capacitar e qualificar os projetos, no sentido de valorizar o desenvolvimento sustentável e proteger os sistemas simbólicos implicados nessas cadeias econômicas. Este instrumento mostrou-se o mais adequado para a realização de projetos voltados a atividades com alto grau de informalidade e arranjos produtivos locais que ainda reivindicam um investimento federal para sua solidificação e seu desenvolvimento econômico. Foram selecionadas, portanto, instituições que demonstraram um histórico reconhecido de atuação nessas áreas, com a realização de feiras de negócios, de festivais e com a promoção do artesanato tradicional.

O Programa não tem parcerias não-governamentais para sua execução. O Conselho Setorial promoveu a participação social mediante a instalação das Câmaras Setoriais nas áreas de música, teatro, artes visuais e circo, que estabeleceram eixos estratégicos para a atuação governamental.

Como prática inovadora, o apoio a empreendedores culturais pode ser incorporado por outros órgãos federais vinculados às atividades econômicas e de desenvolvimento.

Diante das dificuldades encontradas na formatação e nos resultados do Programa, será realizada, no segundo semestre de 2008, a Oficina de Modelo Lógico, com a participação da SPC, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI).

ENGENHO DAS ARTES

GERENTE DO PROGRAMA

Celso Frateschi

OBJETIVO

Aumentar a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e aos serviços da cultura brasileira nas áreas de música, artes cênicas e visuais.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 192.789.350,00	Empenho Liquidado:	R$ 82.176.123,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 82.176.123,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Espetáculos Apoiados por Região - Porcentagem	-	-	185.00	60.00	-	-
2. Número Médio de Espectadores por Número Total de Espetáculos Culturais Promovidos pela União - Porcentagem	-	-	1.473.00	2.885.00	-	-

1. NÚMERO DE ESPETÁCULOS APOIADOS POR REGIÃO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O número médio de espectadores deve ser em valor absoluto e não percentual, como consta no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), uma vez que a sua apuração se dá pela divisão da quantidade de espetáculos apoiados pelo número de regiões brasileiras, que são cinco. Considerando-se que a apuração do índice só teve início em 2005, os dados são referentes a 405 espetáculos apoiados, o que corresponde um índice de 81,00. Em 2006 foram 927 espetáculos apoiados, resultando num índice igual a 185,00. Em 2007 a quantidade de espetáculos apoiados foi 303 o que representa um índice apurado de 60.

Verifica-se que, em 2007, ocorreu uma diminuição do número de espetáculos apoiados em relação ao exercício de 2006, sendo que as principais causas deste decréscimo foram: a greve dos servidores da cultura, que paralisou por 76 dias as atividades da instituição; as obras nos galpões do Complexo Cultural Funarte e do Teatro Eugênio Kusnet, ambos em São Paulo, que se mantiveram fechados para o público; e a falta de renovação, em 2007, pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), do patrocínio aos projetos Circulação de Música de Concerto, Concerto Didático nas Escolas e Pauta Funarte de Música Brasileira, eventos estes que, em 2006, representaram 577 espetáculos para um público de cerca de 100.000 pessoas.

2. NÚMERO MÉDIO DE ESPECTADORES POR NÚMERO TOTAL DE ESPETÁCULOS CULTURAIS PROMOVIDOS PELA UNIÃO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O número médio de espectadores deve ser em valor absoluto e não percentual, como consta no SIGPlan. Considerando-se que a apuração do índice só teve início em 2005, por meio da divisão entre o total de público e a quantidade de espetáculos promovidos pela União. Assim, tem-se que em 2005 o índice apurado foi de 2.244,00, que é dado pela divisão de 909.044 (total de público) por 405 (total de espetáculos). Em 2006 o índice apurado foi de 1.473,00, representado pela divisão de 1.366.283 (total de público) por 927 (total de espetáculos). E, em 2007 índice apurado foi de 2.885,00, relativo à divisão de 874.263 (total de público) por 303 (total de espetáculos).

Verifica-se que, em 2007, ocorreu um aumento substancial do número de espectadores por espetáculo, que passou de 1.473 espectadores em 2006 para 2.885 em 2007. Este aumento se deveu à implementação, pela Fundação Nacional de Artes (Funarte), de políticas de divulgação de suas atividades, através do seu portal, de fôlderes, de cartazes e de outros meios.

CONTEXTUALIZAÇÃO

No Brasil, o desconhecimento das artes e da cultura brasileiras, bem como sua influência e diversidade na formação do produto artístico e cultural comprometem a formação crítica, a escolha e, sobretudo, a construção da cidadania e a valorização individual e coletiva. Os problemas detectados nas áreas de música, artes visuais e artes cênicas se referem à educação, à produção e à difusão. Quanto à educação, não há ensino sistemático das artes e da cultura no Brasil, o que provoca a perda de oportunidade das crianças melhorarem o desenvolvimento do raciocínio, da expressão corporal, da disciplina e da capacidade de memorização, dentre outras características, o que dificulta a identificação de talentos e de futuros profissionais artísticos, bem como a formação de platéia.

A reduzida formação artística também impede o estímulo ao desenvolvimento de atividades correlatas, como as de gestão, de fabricação e reparação de instrumentos musicais, de iluminação, de vestuário, etc. Muitos profissionais envolvidos na produção artística não possuem formação específica por carência de ofertas de cursos, o que leva a produções com deficiências técnicas e artísticas. No contexto da produção e difusão há falta de auto-sustentabilidade, provocada

pelo custo alto dos espetáculos sem a devida cobertura proveniente da bilheteria. Por exemplo, nas artes cênicas, o custo elevado se deve ao envolvimento de muitos profissionais na montagem, aos gastos com aluguel de teatro, mídia e direitos autorais, e à questão do reduzido público. Embora o Brasil possua excelentes artistas cênicos, musicais e de artes visuais, a maioria da população desconhece os trabalhos produzidos nas diversas regiões do País. Os artistas que não têm apoio da mídia, em especial dos meios de comunicação de massa, encontram grande dificuldade de inserção no mercado.

A difusão é dificultada, também, pelos altos custos de deslocamento, pela infra-estrutura inadequada e pela falta de mão-de-obra local especializada. A difusão das artes brasileiras encontra um ambiente pouco informado e formado, o que dificulta a compreensão da arte, e causa rejeição e estranhamento, sobretudo quanto às artes visuais, à música erudita e à ópera. A falta de apoio à difusão das artes brasileiras no exterior impede que a diversidade brasileira seja apresentada ao público para conhecimento e apreciação. O que se conhece das artes brasileiras é muito pouco diante da dimensão da riqueza cultural do País. A dificuldade de programação e desenvolvimento de ações, capazes de estimular e incrementar a produção e a difusão, afora a preservação das artes e da cultura brasileiras, se deve à carência de informações, estudos e pesquisas relacionados ao universo cultural brasileiro, passado e presente.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Projeto Pixinguinha - 10 caravanas musicais circularam por 16 cidades das cinco regiões do País, e cada uma realizou oito apresentações, totalizando 80 espetáculos e atingindo um público de 28.303 pessoas, além de contribuir para a formação de novas platéias e ampliação do mercado para músicos e produtores.

- Realização da XVII Bienal de Música Brasileira Contemporânea - atuaram 280 intérpretes em solo ou em conjuntos, do duo à orquestra sinfônica, na interpretação de 91 obras, na Sala Cecília Meirelles, com público de 2.437 pessoas, na cidade do Rio de Janeiro.

- Capacitação e requalificação de 783 artistas, técnicos, produtores e agentes culturais, mediante concessão de bolsas e realização de oficinas em todas as regiões do País.

- Apoio à realização de 20 festivais, encontros e mostra de artes cênicas, artes visuais e música, atuando nas diversas regiões do País, disseminando a riqueza criativa da arte brasileira como fator de desenvolvimento, geração de emprego, renda e construção da cidadania, atingindo um público de 591,2 mil pessoas.

- Concessão de 19 Bolsas Funarte de Estímulo à Criação Literária e à Dramaturgia, em âmbito nacional.

- Rede Nacional de Artes Visuais - atuou em 60 Municípios da Federação, realizando 62 atividades, entre oficinas, palestras e seminários, com público direto de 2.057 pessoas.

• Concessão de 64 Prêmios Funarte de Artes Visuais - para difundir e fomentar a produção recente da arte brasileira.

• Prêmio Funarte de Teatro Myriam Muniz e Prêmio Funarte de Dança Klauss Vianna - concessão de 227 prêmios, sendo 166 de teatro e 61 de dança, atingindo todas as regiões do País.

• Programa de Apoio a Orquestras - contempladas 19 orquestras em todas as regiões do País.

• Realização de seis Painéis Funarte de Regência Coral - 407 pessoas certificadas nas cidades de Cuiabá (MT), Belém (PA), João Pessoa (PB), Crato (CE), Palmas (TO) e Curitiba (PR), contemplando a edição virtual de 37 partituras para coros.

• Realização de cinco Painéis Funarte de Bandas de Música, com 603 pessoas certificadas.

• Projeto Conexão de Artes Visuais - concedidos 36 prêmios.

• 11ª Exibição Internacional de Cenografia e Arquitetura Cênica/Quadrienal de Praga, na República Tcheca, com homenagens ao dramaturgo Nelson Rodrigues e à arquitetura cênica do arquiteto Oscar Niemeyer.

• Intercâmbio Brasil-Portugal - encenação de seis espetáculos A Minha Mulher, vencedora da primeira edição do Prêmio Luso-Brasileiro de Dramaturgia.

• Realização do Seminário Os Direitos Autorais no Século XXI - debates sobre o acesso à cultura dos direitos culturais e autorais. E, do Encontro de Formação em Circo - debates sobre a arte circense, rumos do circo com a globalização e projetos sociais.

• Realização de 17 pesquisas com a edição de livros e cartilhas, com foco no teatro, na música e na arte-educação.

• Realizados 227 espetáculos de artes cênicas, artes visuais e música para formação de platéias, com público aproximado de 177,4 mil pessoas.

• Realização de 90 eventos educacionais e culturais promovidos pela Fundação Joaquim Nabuco de Recife (PE);

• Instalação de 46 espaços culturais nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

• Programa de Difusão e Intercâmbio - edital público - 335 intercâmbios, de artistas, técnicos e estudiosos, convidados a participar de eventos culturais, promovidos

por instituições brasileiras ou estrangeiras; - apoio a 197 projetos de vários segmentos culturais para as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento do desempenho físico das ações se faz mediante o relatório de acompanhamento elaborado pelos coordenadores, com periodicidade mensal. Para o próximo PPA será necessário criar ações não-orçamentárias, pois a dificuldade no registro de dados é decorrente dos recursos de parcerias firmadas, das quais o aporte de recursos não-orçamentários é decisivo para o cumprimento das metas da instituição. Estas metas não são computadas, sendo apenas mencionadas.

Apesar do contingenciamento de recursos, as metas físicas do Programa foram cumpridas mediante o apoio de recursos oriundos de patrocínio complementar. As ações provenientes de emendas parlamentares, em decorrência da não-liberação de limites orçamentário e financeiro suficientes para atendê-las, foram prejudicadas em relação à sua execução orçamentária.

O fluxo sofreu descontinuidade, mas sem prejudicar o desenvolvimento das ações, já que a instituição buscou patrocínio para complementar estas, assim como outros mecanismos para não comprometer o planejamento.

Alguns projetos do Programa puderam aumentar seu âmbito de atuação graças à existência de parcerias firmadas, com aporte de recursos não-orçamentários decisivo para o cumprimento das metas, com destaque para a parceria com a Petrobras.

A implementação do Programa é descentralizada por convênios e parcerias, proporcionando maior agilidade aos processos e constituindo-se em facilitador do desenvolvimento dos projetos de grande abrangência. A gerência do Programa mantém contato sempre que necessário com os responsáveis pelas entidades executoras das ações. Os gerentes executores prestam informações sempre que solicitadas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias realizadas são importantes para o fomento das artes cênicas, das artes visuais e da música, e são essenciais para promover aspectos tanto artísticos quanto de desenvolvimento sócio-cultural. A transferência de recursos proporciona maior agilidade no desenvolvimento das ações. As instituições foram escolhidas por suas trajetórias e experiências na realização de projetos, já tendo sido parceiras em iniciativas anteriores.

A participação social se deu mediante o diálogo com a sociedade, a realização de audiência pública no Congresso Nacional e reuniões com os diversos grupos de interesse aos quais as ações se destinam, contribuindo para melhor definir problemas, detectar nós da cadeia produtiva e traçar Políticas Públicas para o desenvolvimento do setor.

O Programa se propõe a atenuar desigualdades sociais e tem ênfase na inclusão cultural. Trabalha visando principalmente dar acesso ao grande público das diferentes manifestações culturais e fomentar a produção cultural do País.

A prática de editais públicos e diálogos com a sociedade e com os segmentos atendidos pelo Programa tem consolidado a transparência na aplicação dos recursos.

Destaca-se a necessidade permanente de divulgação dos programas e projetos, além dos meios já existentes de divulgação, como o sítio eletrônico e os editais, para maior eficácia no alcance do público-alvo, assim como para o estreitamento das parcerias com entidades e instituições públicas e privadas nas esferas estaduais e municipais.

Os projetos desenvolvidos estão voltados para a circulação e democratização do acesso aos produtos culturais, com desconcentração regional, levando os benefícios da ação governamental para comunidades que, até então, estavam à margem do circuito cultural tradicional. Neste sentido são evidentes os avanços ocorridos no período do PPA, haja vista a quantidade e a variedade dos projetos apoiados.

IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL - BRASIL PLURAL

GERENTE DO PROGRAMA

Sérgio Duarte Mamberti

OBJETIVO

Garantir que os grupos e as redes de produtores culturais, responsáveis pelas manifestações características da diversidade, tenham acesso aos mecanismos de apoio, promoção e intercâmbio cultural entre as regiões e os grupos culturais brasileiros, considerando características identitárias por gênero, orientação sexual, grupos etários, étnicos e da cultura popular.

PÚBLICO-ALVO

Grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade cultural brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 7.020.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 6.021.009,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 6.021.009,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Nº de Manifestações Culturais da Diversidade Cultural Brasileira Mapeadas - Unidade	-	-	-	-	-	-
2. Taxa de Participação da União no Apoio às Manifestações Culturais da Diversidade Brasileira Mapeadas - Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. Nº DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DA DIVERSIDADE CULTURAL BRASILEIRA MAPEADAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural (SID) vem trabalhando no desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento de Editais (SAED), que visa a compilação e o tratamento das informações geradas com a publicação dos editais de seleção. E, em parceria com

Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Universidade de Brasília (UnB) para a criação de um curso de especialização em Avaliação de Políticas Públicas Culturais e por intermédio da Coordenação de Acompanhamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) uma linha de pesquisa para estudos e pesquisas da diversidade cultural brasileira.

Junto a estas iniciativas consta a formatação do Programa de Avaliação de Políticas da Secretaria, em parceria também com a UnB, que efetivamente permitirá a criação de indicadores de desempenho para as políticas desenvolvidas no âmbito da SID. É importante ressaltar que a Secretaria de Políticas Culturais (SPC) vem consolidando informações culturais não contempladas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tais quais as informações setoriais, as estatísticas sobre a gestão das Políticas Públicas e a realização de pesquisas sobre setores importantes, que ainda não foram contemplados, além da apresentação das principais informações sobre a atuação econômica do MinC, ou com o sistema de fomento baseado na Lei Rouanet, como o Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC), em parceria com o IBGE, referente ao período 2003-2005. Foi lançado, também em parceria com o IBGE, o Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), que apresenta uma pesquisa que permitirá um diagnóstico minucioso sobre a gestão cultural e as políticas culturais dos Municípios brasileiros. Outra iniciativa em andamento é a elaboração da Conta Satélite de Cultura, que medirá a participação da cultura e o seu percentual no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO APOIO ÀS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DA DIVERSIDADE BRASILEIRA MAPEADAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A SID vem trabalhando no desenvolvimento do SAED, que visa à compilação e o tratamento das informações geradas com a publicação dos editais de seleção. A partir dos editais publicados pela SID e considerando-se os atores envolvidos em cada segmento, vem sendo iniciada uma série histórica que possibilita estabelecer indicadores efetivos para cada ação. Por exemplo, os povos indígenas, com 225 etnias e cerca de 750.000 indivíduos, inscreveram 467 iniciativas no primeiro edital (2006), representando cerca de 350.000 indivíduos, quase a metade da população indígena. Desse total, 82 iniciativas foram premiadas, beneficiando cerca de 60.000 indígenas. As demais compõem um catálogo com suas descrições, permitindo a difusão e o conhecimento pela sociedade.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A diversidade cultural brasileira é riqueza que, por diversos fatores, corre riscos de empobrecimento. Diversos grupos característicos de nossa diversidade cultural não têm acesso aos mecanismos de fomento à cultura, devido a práticas elitistas e preconceituosas que devem ser enfrentadas através de mecanismos positivos de inclusão cultural. Processos homogeneizadores da cultura ameaçam a manutenção e o desenvolvimento pleno da diversidade cultural brasileira, especialmente das manifestações das culturas populares,

ocorrendo, até mesmo, riscos de desaparecimento de manifestações culturais e traços identitários. Várias características identitárias devem ser consideradas e valorizadas, tais quais:

a) situações de classe e do mundo do trabalho (identidades de trabalhadores do campo e da cidade, estudantes, etc.);

b) situações de gênero e orientação sexual, como no caso do feminismo e do movimento *gays*, lésbicas, transexuais e bissexuais (GLTB);

c) situação etária, como a dos idosos, dos jovens e das crianças;

d) situação étnica, como a dos afro-descendentes, dos povos indígenas e dos descendentes de imigrantes de várias origens.

Dentre outros fatores, a sub-representação desses grupos sociais na produção cultural universal e brasileira provoca a necessidade de apoiar os grupos e as redes de produtores das expressões características da diversidade cultural, sejam elas tradicionais, modernas ou novíssimas, rurais ou urbanas, como a cultura *hip-hop* e as manifestações ligadas ao movimento GLTB, por exemplo. Em anos recentes, o processo de globalização vivido reforçou, paradoxalmente, a necessidade de afirmação das manifestações e das identidades locais e regionais.

Os brasileiros não conhecem e não usufruem as diversas manifestações da cultura brasileira, e as barreiras que impedem ou dificultam os necessários diálogos e trânsitos culturais no País levam à necessidade de apoiar processos de intercâmbio cultural. O reconhecimento e a valorização das diversas manifestações culturais brasileiras, especialmente as ligadas às culturas populares, devem também levar em conta as diferentes expressões "locais" e "regionais" - expressões ainda não completamente reconhecidas e valorizadas. O MinC criou a SID como reconhecimento da necessidade da criação e do aperfeiçoamento de novos mecanismos de apoio à pluralidade cultural característica da identidade brasileira.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Edital Povos Indígenas - 900 etnias inscritas em todas as regiões do País.
- Edital Idosos - 269 inscritos.
- Edital Culturas Ciganas - 130 inscritos.
- Fomento a Projetos de Combate à Homofobia - 184 inscritos com um aumento considerável em relação a 2006 que foi de 82.
- Divulgação e Fortalecimento das Culturas Populares - Prêmio Culturas Populares, edição Mestre Duda - 100 anos de Frevo.

• Concurso de Culturas Populares - 809 iniciativas inscritas, em todos os Estados, sendo 61 de Governos estaduais e municipais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é realizado mediante:

a) reuniões mensais com os responsáveis pela equipe, utilizando planilhas e sistemas informatizados;

b) visitas às comunidades indígenas, aos brincantes e aos mestres das culturas populares;

c) paradas de orgulho *gay*, contempladas em edital;

d) cadastro de processos em sistemas informatizados que possibilite o monitoramento quantitativo e qualitativo das ações;

e) composição de *mailing* segmentado para divulgação e articulação das ações em rede;

f) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), com atualização dos registros mensalmente a partir de relatórios do órgão orçamentário interno.

Em face do contingenciamento, os recursos orçamentários executados foram insuficientes. O número de pessoas atendidas e as ações da Secretaria aumentaram substancialmente no último ano, sendo os recursos insuficientes para atender a todos os projetos inscritos em editais. As ações para as culturas indígenas e os idosos foram realizadas com recursos não-orçamentários, bem como as oficinas de Políticas Públicas da saúde mental.

Os recursos gastos na Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) foram utilizados no apoio operacional, responsável pela viabilização do Programa, principalmente com gastos em diárias e passagens.

A equipe gerencial se mantém desde o início do Programa sem acréscimo de recursos humanos, apesar de que suas ações e seu público aumentaram. Portanto, a administração dos processos também cresceu e o número de profissionais para atendê-la não acompanhou a demanda. Dos 30 colaboradores que a compõem, a maioria é terceirizada e com pouca formação na área de gestão pública e processos administrativos. Do quadro de servidores do MinC, somente seis atuam na equipe.

A greve dos servidores paralisou os processos internos, prejudicando a realização do cronograma do Programa e acumulando várias atividades. Também ocorreram atrasos por

conta de análises jurídicas e acúmulos de processo, prejudicando a publicação de editais. Alguns convênios não puderam ser realizados por inadimplência dos proponentes.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Todas as ações do Programa são de âmbito nacional e possuem alta capilaridade. Entretanto, há dificuldade de acesso por parte de alguns segmentos, notadamente indígenas, ciganos e culturas populares. Isto demanda uma articulação entre o Estado e as organizações da sociedade civil. No Prêmio Culturas Indígenas, por exemplo, foi estabelecida uma rede de 4600 agentes, que participaram na divulgação e no apoio às inscrições nas aldeias indígenas.

O Programa propicia a participação social mediante a realização de audiências públicas (com a participação da SID e da sociedade civil), na Câmara dos Deputados, onde são debatidos temas que permeiam o Programa e que têm contribuído para sua melhoria. Também foram realizados fóruns específicos e oficinas de escuta com todos os segmentos. Alguns membros do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) fazem parte de grupos de trabalho ou de comissões julgadoras dos editais lançados pela secretaria.

A sociedade participa desde a elaboração das diretrizes e ações dentro dos segmentos da diversidade, que foram contemplados nas ações e se reflete nos resultados do Programa. A satisfação dos beneficiários do Programa é pesquisada em todas as ações.

Diante das dificuldades encontradas na formatação e nos resultados do Programa, será realizada, no primeiro semestre de 2008, a Oficina de Modelo Lógico, com a participação da SID, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI).

LIVRO ABERTO

GERENTE DO PROGRAMA

Muniz Sodré

OBJETIVO

Estimular o hábito da leitura, facilitando o acesso às bibliotecas públicas, e propiciar a produção e a difusão do conhecimento científico, acadêmico e literário.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 41.303.296,00	Empenho Liquidado:	R$ 28.212.461,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 28.212.461,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Bibliotecas Públicas - Unidade	-	-	-	0.37	0.32	116%
2. Índice Nacional de Leitura - Livro por pessoa.ano	1.80	-	-	-	2.00	-
3. Taxa de Municípios com Bibliotecas Públicas - Porcentagem	81,3	88.50	88.50	94.10	100.00	94,10%

1. COEFICIENTE DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

As bibliotecas instaladas pelo Ministério da Cultura (MinC) e a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), no período, somadas às instalações espontâneas de bibliotecas pela sociedade, melhoraram o índice que indicava, em 2000, a existência de uma biblioteca de acesso público para cada 34 mil habitantes. Em 2007, com a projeção da população feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), verificou-se a existência de uma biblioteca para cada 26 mil habitantes. Para fazer do Brasil um país de leitores, uma das medidas necessárias é aumentar o número de bibliotecas. Por conta disso, em 2008, uma das principais iniciativas é "zerar" os Municípios sem biblioteca, sem excluir outras possibilidades, e modernizar as já existentes.

Considere-se uma disfunção neste indicador, pois o índice de base, o coeficiente apurado em 2002 é 0,23 e não 23. Da mesma forma, a meta para o final do PPA é de 0,32 e não de 32. Constata-se a evolução do indicador aferido em 0,37 e, dessa forma, a superação da meta prevista no PPA. Pela leitura atual, encontrou-se uma diferença no coeficiente apurado para 2002. No cálculo atual, considerando-se as bases do IBGE, tem-se 0,29 e não 0,23. Para a análise, resolveu-se adotar o indicador 0,29 porque se desconhece as fontes para mensuração do número 0,23, inscrito no PPA 2004-2007.

2. ÍNDICE NACIONAL DE LEITURA
VALOR DO ÍNDICE ALCANÇADO AO FINAL DO PPA EM RELAÇÃO AO PREVISTO
- Análise e Justificativa:

Este indicador não teve apuração desde 2006, e já está proposta para o PPA 2008-2011 a sua exclusão, pois não existem informações suficientes para apurar sua fórmula de cálculo.

3. TAXA DE MUNICÍPIOS COM BIBLIOTECAS PÚBLICAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
Análise e Justificativa:

Uma das principais estratégias do Programa Livro Aberto é "zerar" o número de Municípios brasileiros que não possuem biblioteca pública. Os esforços são no sentido de que seja implementada, pelo menos, uma biblioteca pública em cada Município brasileiro. Em 2007 foram adquiridos *kits* compostos de acervo bibliográfico contendo 1.828 títulos, mobiliários, equipamentos de informática e equipamentos de imagem e som para instalação de 300 bibliotecas. O índice apurado deste indicador, em dezembro de 2007, foi de 94,1%, que representa o percentual de Municípios brasileiros com biblioteca pública em relação ao número total de Municípios brasileiros. Para 2008, estão previstos recursos para "zerar" o *deficit* de Municípios brasileiros sem biblioteca pública.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Saber ler é exigência e condição sócio-cultural básica para se viver nas sociedades modernas. Em uma nação leitora, o cidadão é habilitado para chegar à vida adulta, com capacidade de ler e entender manuais, embalagens de produtos, instruções de uso, relatórios, poesias, atlas, gráficos, artigos de jornais e todas as demais formas da escrita cotidiana, sejam impressas ou eletrônicas. O sujeito leitor tem mais acesso à informação e maior capacidade crítica, e pode exercer plenamente sua cidadania. Aprender a ler exige um deslocamento da idéia restrita da alfabetização para a idéia ampliada da formação do leitor, como também uma continuidade nas práticas cotidianas formadoras de neoleitores, para dar conta das complexas exigências sociais.

Assim, para a consolidação de uma nação justa, dentre outros fatores, encontra-se a capacitação do povo para o uso da informação escrita, isto é, a familiaridade da população com o livro, o jornal, a revista e o computador, os quatro instrumentos básicos da sociedade da informação. A informação é o conjunto das idéias, noções, juízos, argumentos,

conhecimentos, pesquisas, debates, sínteses, análises e saberes, que só podem ser criados, consolidados e transmitidos por meio das palavras fixadas na escrita. No Brasil, a capacidade de usar a informação escrita em benefício próprio, das famílias, das empresas e da nação encontra-se restrita às poucas elites letradas. A grande maioria do povo não tem acesso aos benefícios profissionais, sociais, políticos, econômicos e de lazer inteligente que apenas a familiaridade com a leitura pode proporcionar.

Para tanto, é preciso fixar políticas que permitam o acesso da população à informação escrita, o que se dará por meio da implantação de bibliotecas públicas e escolares, de livrarias, bancas de revistas, redes de vendas e redes de comunicação eletrônica. Também o sistema de distribuição de livros, revistas e jornais, com a exceção da distribuição do livro escolar, que é democrática e favorece principalmente os pobres, acompanha de perto a geografia da nossa injustiça social e regional. As livrarias e bibliotecas públicas concentram-se nas zonas urbanas de classe média ou nas áreas centrais, e escasseiam vertiginosamente na periferia das cidades e nas áreas rurais.

Quanto aos computadores e ao acesso à Internet, afora a classe média, que se informatiza por conta própria, pouquíssimas bibliotecas públicas e escolares oferecem tais ferramentas ao povo. Além disso, sabe-se que o livro é caro, observando-se o preço médio internacional, e ainda mais caro, observando-se o poder aquisitivo do povo. Vários fatores contribuem para essa realidade, dentre eles a baixa tiragem, que é o fator determinante para o elevado custo do livro. Soma-se a tudo isso o fato de o Brasil produzir cerca de 2,5 livro *per capita*, e destes apenas 0,7 serem livros não didáticos, que constituem a imensa maioria dos livros consumidos em nosso País. Tal quadro é agravado com o fato de que, ainda assim, as bibliotecas existentes encontram-se em situações precárias de atendimento, necessitando de novas implantações e revitalizações.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aquisição de *kits* para instalação de 300 bibliotecas, composto de acervo bibliográfico contendo 1.828 títulos, mobiliários, equipamentos de informática e equipamentos de imagem e som.

- Modernização de 65 bibliotecas.

- Concessão de 29 novas bolsas de pesquisa e renovação de 25.

- Concessão de oito bolsas para o prosseguimento das pesquisas sobre Rui Barbosa e sua época.

- Concessão de nove bolsas de tradução e publicação de obras de autores brasileiros, a editoras da Alemanha, da Bolívia, da Espanha, dos Estados Unidos (EUA), da Inglaterra e da Itália.

• Concessão de 18 bolsas a escritores brasileiros com obra em fase de conclusão, visando reconhecer e estimular a produção literária nacional.

• Prêmio Luis de Camões, instituído pelos Governos do Brasil e de Portugal, outorgado ao escritor português António Lobo Antunes.

• Prêmio Fundação Biblioteca Nacional ao melhor livro do ano, dividido em oito categorias.

• Participação na 27ª Feira Internacional do Livro de Santiago (Chile), sendo o Brasil o convidado de honra, com os projetos Quarta as Quatro e Café *Intercom* realizados na Biblioteca Nacional (BN) e transmitidos ao vivo através de sítio eletrônico.

• Participação nas bienais do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco, entre outras.

• Produzidas 37 obras, entre edições e co-edições, como Os Lusíadas, de Luis de Camões, e Dom Quixote, de Miguel de Cervantes, destacando-se quatro livros comemorativos do centenário da II Conferência da Paz em Haia.

• Convênio Fundação Biblioteca Nacional e Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), visando o evento Natal com Leituras.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são, basicamente, reuniões periódicas com os responsáveis pelas ações, através do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), e do Relatório de Gestão elaborado de acordo com os relatórios mensais e com o relatório anual, feitos pelos responsáveis dos departamentos.

O bom desempenho do Programa se deve à integração das entidades envolvidas isto é, às parcerias, à interação com outros órgãos e aos aportes financeiros das Ações Fomento a Projetos Culturais na Área do Livro e da Leitura e Instalação e Modernização de Espaços Culturais Pontos de Cultura.

A greve dos servidores da cultura e a readequação do orçamento foram fatores desfavoráveis. Os recursos orçamentários executados foram suficientes e liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação.

A Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) contribuiu para a consecução dos objetivos das ações finalísticas, cobrindo despesas de deslocamentos de pessoal para reuniões relacionadas com as ações do Programa, corpos de jurados do Prêmio Fundação Biblioteca Nacional e despesas com o Conselho Interdisciplinar de Pesquisa (CIP), com estagiários e com o Conselho Especial de Normatização (responsável pela seleção dos títulos que fizeram parte do *Kit* para Instalação e Modernização de Bibliotecas). Os entes executores

têm prestado informações sempre que são solicitadas. A gerência mantém contato, sempre que necessário, com responsáveis pelas entidades executoras das ações.

A carência de recursos humanos no Programa se deve à falta de concursos públicos para nível médio, quadro funcional deficitário e número de vagas disponibilizadas, no concurso de nível superior, insuficiente para atender às demandas da instituição. O atendimento ao público pela FBN totalizou, em 2007, 16.848.700 pessoas atendidas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A FBN teve parcerias que possibilitaram, com êxito, a execução de projetos expressivos na área do livro e da leitura. A parceria com a FNLIJ na Feira Internacional do Livro Infanto-Juvenil em Bolonha (Itália) e o evento Natal com Leituras na Biblioteca Nacional foram algumas das parcerias em ações expressivas do Programa. Outro parceiro de destaque foi a Fundação Miguel de Cervantes (FMC), com a qual a FBN realizou, através de convênios de cooperação técnica, a participação na 27ª Feira do Livro de Santiago (Chile), tendo o Brasil como homenageado. Ainda no bojo das parcerias foi concluído o projeto Documentário: Tesouros da Biblioteca Nacional, com apoio da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), e foram firmadas parcerias com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), para a realização do Congresso Internacional Caminhos do Pensamento - Reinvenção da Democracia: Diversidade Cultural e Coesão Social e com a Academia Brasileira de Letras (ABL), na exposição sobre Machado de Assis, no Chile.

Os mecanismos que promovem a participação social no Programa se dão mediante realização de reuniões e seminários com os diversos grupos aos quais as ações são destinadas. Destacam-se os Encontros Regionais do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) e o Encontro Nacional do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP). Há o assessoramento técnico às bibliotecas públicas, visitas técnicas aos Municípios através das parcerias estabelecidas com as coordenações estaduais, encontros e parcerias internacionais que resultam em cursos presenciais e à distância, como os oferecidos pelo *Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y Caribe* (CERLALC) e a Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA). O objetivo é a troca de experiências, possibilitando, assim, a renovação das práticas e do processo. As Câmaras Setoriais, criadas no âmbito do MinC, são órgãos colegiados que compõem espaços de diálogos. A participação social, como a presença do público nos eventos, em pesquisas desenvolvidas e nos acessos ao portal, além da opinião pública sobre os serviços, foi fundamental para que fossem detectados os problemas e as deficiências existentes, traçando-se Políticas Públicas e tornando-se possível um melhor desenvolvimento do Programa. No portal da BN, franqueado ao usuário, há possibilidade de emitir críticas e sugestões sobre a instituição.

Ainda existe no País uma grande carência no acesso aos benefícios sociais, políticos, econômicos e de lazer inteligente, que apenas a familiaridade com a leitura pode proporcionar, privando-se, assim, principalmente a população de baixa renda, que além de não ter acesso à aquisição de livros, esbarra na escassez das bibliotecas públicas, concentradas

nas zonas urbanas de classe média ou nas áreas centrais, e quase nunca nas periferias ou nas áreas rurais. É necessário capacitar os profissionais voltados para o desenvolvimento de atividades culturais na área do livro e da leitura, e dar suporte às bibliotecas públicas mediante implementação de técnicas, ações e políticas de fortalecimento e modernização dos serviços ofertados.

Foi importante a atuação do MinC para garantir a existência de bibliotecas em todos os Municípios brasileiros. Hoje uma pequena parte dos Municípios não possui esse equipamento e, segundo informações do Ministério, provavelmente ao final de 2008 não haverá mais Municípios sem biblioteca pública no País.

Outro aspecto a se considerar é a debilidade dos indicadores na área cultural, fato que enfraquece a gestão do Programa, visto que a mensuração dos impactos das ações programadas não é precisa. Cabe estabelecer, para o próximo PPA, indicadores que sejam passíveis de apuração, paralelamente, o MinC priorize a realização de estudos para desenvolver indicadores que mostrem a evolução do acesso da população a produções científicas, acadêmicas e literárias no País.

MONUMENTA

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Fernando de Almeida

OBJETIVO

Revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos, criando condições para a sua sustentabilidade.

PÚBLICO-ALVO

População dos Municípios brasileiros detentores de sítios urbanos ou conjuntos de monumentos considerados Patrimônio Nacional

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 76.000.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 69.415.663,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 69.415.663,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Centros Históricos Conservados de Forma Sustentável - Porcentagem	-	20.60	47.33	58.50	100.00	58,50%

1. TAXA DE CENTROS HISTÓRICOS CONSERVADOS DE FORMA SUSTENTÁVEL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Mesmo alcançando bons resultados, o Programa enfrentou a situação de inadimplência dos Estados e Municípios, um dos maiores empecilhos para o desenvolvimento das ações. Para minimizar este problema, foi feito um acompanhamento diário da situação cadastral dos convenentes, no Subsistema Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias (CAUC), e, constatados os casos de inadimplência, os órgãos responsáveis foram contatados para regularização de situação. É fundamental que se leve em consideração o fato de o Programa ter o seu horizonte temporal até então previsto para dezembro de 2007, causando uma desaceleração nas contratações por parte dos convenentes.

O índice apurado até 2007, de 58,5%, diz respeito ao percentual de obras concluídas e em fase de execução nos 26 centros históricos atendidos pelo Programa. Este índice reflete

efetivamente a característica de sustentabilidade, uma vez que não houve necessidade de serviços de manutenção das edificações.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O patrimônio histórico urbano (edificações e logradouros) em quase todos os países sofreu, ou ainda sofre, de um mal crônico que pode ser resumido da seguinte forma: cidades inteiras, ou bairros de grandes cidades foram abandonados quando deixaram de despertar interesse econômico, seja quanto à sua localização, seja quanto à sua adequação física. Com isso perderam valor imobiliário. Paradoxalmente, foi esse desinteresse que garantiu que se tenham preservado até hoje suas características originais, já que sem ele haveria demolições para que estas características dessem lugar a edificações e vias mais adequadas à vida contemporânea. Esse mesmo desinteresse resulta, por conseguinte, na degradação progressiva dos imóveis, incentivando sua reocupação por população marginal, com o conseqüente aumento da depreciação imobiliária, e com o desestímulo à inversão de recursos para recuperação e conservação. Esse quadro de degradação requer a implementação de políticas e medidas voltadas para o desenvolvimento sustentável, conservação, revitalização e restauração, de modo a estimular novas dinâmicas sociais e parcerias geradoras de oferta turística, valores econômicos, educação patrimonial e auto-estima da população.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 115 obras concluídas e 64 em execução.

- 183 contratos de financiamento de imóveis privados assinados e 350 em análise, contemplando 64 obras de imóveis concluídas e 119 em andamento.

- 17 cursos de capacitação concluídos e 195 profissionais capacitados, com a instalação de núcleos de treinamento em Ouro Preto (MG), Rio de Janeiro (RJ) e Olinda (PE).

- Apoio ao Programa Desenvolvimento da Economia da Cultura (PRODEC) e desenvolvimento do Sistema de Informações de Patrimônio (SIP).

- Elaboradas normas de preservação para os sítios históricos de Sobral (CE), Laguna (SC), Petrópolis (RJ), Parati (RJ), Mariana (MG) e Pirenópolis (GO), com apoio financeiro a 15 Municípios com sítios históricos que elaboraram seus Planos Diretores Municipais.

- Lançado o livro O Conjunto do Carmo de Cachoeira, sobre a arquitetura barroca do século XVIII da Igreja e Convento da Ordem Primeira do Carmo e da Igreja e Casa de Oração da Ordem Terceira do Carmo, no Município de Cachoeira (BA).

- Seleção pública de 52 propostas para assistência técnica e financeira de Promoção de Atividades Econômicas, com 42 projetos concluídos em 2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O mecanismo de monitoramento da gerência do Programa, no desempenho físico das ações, ocorre mediante reuniões mensais de trabalho entre as coordenações da Unidade Central de Gerenciamento (UCG). Visitas *in loco* as Unidades Executoras do Programa (UEPs), existentes nas 26 cidades conveniadas, são responsáveis pelo acompanhamento físico da evolução das ações. As sub-regionais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) são responsáveis por atestar a qualidade dos serviços executados.

O Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro (SAFF) possui 60 usuários, sendo que mais da metade destes são responsáveis diretos pela alimentação do sistema - os demais basicamente o utilizam como fonte de informação. Este quadro contribui de forma consistente para uma maior integração das informações geradas pelas diversas áreas do Programa.

A execução física do Programa ficou dentro do previsto, considerando as três ações finalísticas, tem-se que na Preservação do Patrimônio Histórico Urbano, não foram publicados três aditamentos aos 26 convênios no ano de 2007, Iço, Laranjeiras e Alcântara, o que representou cumprimento da meta física na ordem de 88%. Em relação às ações Educação Patrimonial na Área do Monumenta e Fomento a Projetos de Capacitação e de Fortalecimento Institucional na Área do Patrimônio Histórico Urbano, o alcance das metas físicas, respectivamente, foram de 75% e 65%, devido à fragilidade das instituições contratadas para o desenvolvimento do componente Atividades Concorrentes, cuja execução deu-se através de Contratos de Financiamento de Atividades (CFAs), via Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Os recursos liberados ao longo do exercício foram compatíveis com a programação. A falta de pessoal técnico em quantidade adequada, tanto no IPHAN como na maioria das UEPs, dificultou a execução do Programa, assim como a inadimplência de alguns Municípios convenentes. Devido à mudança de gestão nos Estados e Municípios, as equipes locais foram substituídas, causando desarticulação nas atividades que estavam em andamento.

A necessidade de melhor definição dos serviços de prospecção arqueológica, em algumas cidades, tem causado atrasos no início das obras.

As obras de restauração se caracterizam por serviços minuciosos e altamente especializados, cujos pagamentos dependem do acompanhamento, da fiscalização e da aprovação de cada etapa das obras pelo IPHAN. Os CFAs, outra atividade fim, têm seus recursos enviados às entidades contratadas divididos em até três parcelas, sendo que as prestações de contas passam por diversas fases de aprovação, e a aprovação final se dá pela Unesco após 60 dias do recebimento. Somente após essa aprovação os valores poderão ser inseridos no SAFF do Programa como recurso executado, cabendo registrar que na metodologia do Programa é considerada uma ação executada quando sua prestação de contas estiver aprovada na UCG e enviada a solicitação de desembolso junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa ampliou suas parcerias com organizações não-governamentais (ONGs) e comunidades locais, notando-se o interesse das comunidades em aderir ao financiamento de imóveis privados.

A capacitação sistemática dos funcionários das UEPs responsáveis pela elaboração das prestações de contas, através de visitas dos técnicos da UCG e troca de informações via Internet, possibilita maior eficiência e eficácia nas atividades, tornando mais célere o processo de execução em cada um dos Municípios conveniados. Apesar da norma legal não exigir que os demonstrativos de prestações de contas venham acompanhados de documentos fiscais comprobatórios, essa sistemática é adotada pelo Programa, com o objetivo de atestar a pertinência dos serviços executados e dos bens e serviços adquiridos. A sistematização das informações no SAFF permite que o Programa atenda, sempre que há necessidade, a qualquer solicitação, independentemente do nível gerencial envolvido. Há uma unidade fiscalizadora de execução de serviços em cada cidade conveniada.

Em se tratando de Programa elaborado em 2000, e frente às dificuldades enfrentadas em todo o transcurso de sua implementação, os índices apurados demonstram uma notada evolução no período do PPA 2004-2007. O estreitamento das relações e do diálogo entre todo o sistema envolvido na execução é uma recomendação presente em quase todas as avaliações já realizadas deste Programa.

MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Fernando de Almeida

OBJETIVO

Revitalizar os museus brasileiros e fomentar a criação de novos institutos de memória, aumentando o acesso da população a esses produtos culturais nas diversas regiões do País.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 30.033.447,00	Empenho Liquidado:	R$ 28.830.656,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 28.830.656,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Relação Número de Visitantes a Museus/Número de Museus Revitalizados pela União - Unidade	-	-	-	-	3.150.000.00	-
2. Taxa de Sustentabilidade de Museus da União - Porcentagem	-	-	-	-	35.00	-

1. RELAÇÃO NÚMERO DE VISITANTES A MUSEUS/NÚMERO DE MUSEUS REVITALIZADOS PELA UNIÃO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Não houve apuração dos índices destes indicadores, devido à grande dificuldade de mensuração dos impactos e reflexos das políticas culturais na sociedade. A implementação de ações visando à consolidação do Cadastro Nacional de Museus (CNM), que se encontra em andamento, facilitará o levantamento de dados que reflitam a realidade museológica brasileira.

2. TAXA DE SUSTENTABILIDADE DE MUSEUS DA UNIÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não houve apuração de indicadores, devido à grande dificuldade de mensuração dos impactos e reflexos das políticas culturais na sociedade. Por outro lado, está na pauta do Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DEMU/IPHAN), para 2008, uma avaliação da concepção e do desenho do Programa, tendo como subsídio a construção do modelo lógico do Programa, o que proporcionará condições para estabelecer análise e proposta de ajustes e/ou alterações nos indicadores.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Num país com riqueza cultural como o Brasil, o papel dos museus e de instituições de memória é de fundamental importância para a inclusão social e a valorização do nosso patrimônio cultural, de modo a torná-lo efetivamente representativo da diversidade étnica e cultural brasileira. Para cumprir esse papel, o museu deve ser uma instituição a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, dotada de gestão participativa, a qual se mostre acolhedora para todos os cidadãos.

Deve ser uma instituição que investiga, incorpora, inventaria, conserva, interpreta, educa, expõe, divulga e valoriza os testemunhos da humanidade. No entanto, os museus brasileiros e as instituições de memória passam atualmente por uma fragilidade nunca antes vista, pois não têm recursos e capacidade técnica para desempenhar adequadamente suas atividades. A política de museus, de amplitude nacional, é gerida pelo Governo Federal e tem como premissa a preservação da memória e a democratização do acesso aos bens culturais nacionais, estaduais e municipais, bem como a valorização da cultura nacional e das identidades culturais existentes nas diversas localidades do País, respeitando as diferenças regionais. Para tanto, o Programa Museu Memória e Cidadania deve abranger não só os museus vinculados ao Ministério da Cultura (MinC), mas também ações desenvolvidas por outros Ministérios na área da museologia. Desta forma, é necessário que o Programa seja multissetorial, de forma a permitir maior integração e transparência entre as diversas ações do campo museológico espalhadas por diversos órgãos do Governo Federal, possibilitando explicitar a quantidade e de que forma os recursos estão sendo gastos nessa esfera de Governo, facilitando, inclusive, o seu gerenciamento. Para que isso seja possível, Ministérios que tenham museus em sua estrutura devem incluir as ações do campo museológico, constantes de seus próprios orçamentos, neste Programa - especificamente na Ação Funcionamento de Museus da União.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização de 1.400 eventos, para mais de 460 instituições, na 5ª Semana Nacional de Museus: Museus e Patrimônio Universal.

- 20 mil profissionais capacitados e formados em Museologia.

• Discussão de políticas museológicas de 22 países, no 1º Encontro Ibero-americano de Museus (Ibermuseus) realizado em Salvador (BA).

• Instituição do ano de 2008 como o Ano Ibero-americano de Museus, proposta aceita pelo Brasil no âmbito da Rede Ibero-americana de Museus e do Programa Ibermuseus.

• Jornada Museológica Paraguai-Brasil, em Assunção, com a realização de seis cursos de capacitação de profissionais dos museus paraguaios.

• Cadastro Nacional de Museus consolidado, com diagnóstico da realidade de mais de 2.500 museus no Brasil.

• Edital Modernização de Museus - apoio a 37 projetos, de diferentes instituições de todas as regiões do País.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento do desempenho físico das ações se faz mediante o sistema corporativo interno do IPHAN, denominado Sistema de Planejamento e Controle de Plano de Ação, no qual são informadas as metas físicas com detalhamento em nível de projeto/ação/programa.

O DEMU/IPHAN elabora seus próprios relatórios de acompanhamento da execução física, orçamentária e financeira. A comunicação entre os entes executores e a gerência do Programa é propiciada por ferramentas de gerenciamento como o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e o SIAFI Gerencial, e também pelo estabelecimento de um fluxo de informações tempestivas entre os técnicos e gerentes do DEMU e os dirigentes de cada unidade museológica.

Em que pese ao contingenciamento, em geral, o cumprimento das metas físicas foi considerado acima do previsto - com exceção da Ação Capacitação de Profissionais de Museus, cuja meta física programada para o ano de 2007 foi superestimada.

Os recursos financeiros foram liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação. O orçamento foi distribuído com parcimônia entre as unidades museológicas do IPHAN e, também, entre as instituições não vinculadas ao Sistema MinC, permitindo a obtenção de um resultado acima do esperado, de maneira geral, conforme refletido na execução física e financeira das ações que compõem o Programa.

Os recursos materiais são precários não há mobiliário, impressoras e computadores são obsoletos e insuficientes para toda a equipe. As instalações físicas são insuficientes o que gera incompatibilidade do número de salas com o número de pessoas. É necessário um redimensionamento da força de trabalho, de forma a compatibilizar o excessivo volume de trabalho e o número de técnicos e gerentes da equipe.

No edital de Modernização de Museus, algumas entidades convenentes selecionadas não puderam receber recursos por estarem inadimplentes ou com irregularidades no Cadastro Único de Convênios (CAUC).

A greve dos servidores do MinC teve reflexos negativos no cronograma de execução das ações e repasse de recursos do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa desenvolve uma rede de parceiras por meio do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), que abrange museus privados e entidades da sociedade civil ligadas ao setor. O DEMU/IPHAN promove reuniões com grupos específicos da área para discutir as ações da Política Nacional de Museus (PNM), e também promove, em parceria com secretarias e fundações de cultura, a realização de fóruns de museus em todas as regiões do País, com a finalidade de discutir o andamento e as diretrizes para as Políticas Públicas no campo museológico, em nível estadual e em nível nacional, o que fornece os subsídios para o acompanhamento da PNM e deste Programa. Além disso, conta com a colaboração de um Comitê Gestor do SBM, composto por entidades governamentais (federais, estaduais e municipais), da sociedade civil e da comunidade acadêmica.

A participação social foi fundamental para o delineamento das diretrizes e para a definição das ações que deveriam ser realizadas por meio da PNM e do Programa.

A crescente demanda da comunidade museológica pela realização de ações em parceria com o DEMU/IPHAN, além da intensa participação e do envolvimento da sociedade nas atividades desenvolvidas pelo DEMU com recursos do Programa são indicadores de satisfação do beneficiário. No caso da formação e capacitação em Museologia, as oficinas são avaliadas pelos participantes, com o objetivo de melhorar a condução dos cursos ou mesmo redefini-los.

O Programa é a base do financiamento do SBM, e trabalha com um modelo de gestão balizado em três pilares, que potencializam a ação desse arranjo institucional, desenhado da seguinte forma:

a) instrumentos institucionais: referem-se à organização institucional do setor, compreendendo o Programa de Governo para o setor e os mecanismos indispensáveis para a execução da PNM, como a criação do CNM;

b) instrumentos de democratização: referem-se à formação de rede de colaboradores nacionais e internacionais, de modo a incentivar o acesso democrático aos bens culturais, a disseminação de conhecimento, a distribuição democrática dos recursos públicos e a discussão das diretrizes das políticas para o setor museológico;

c) instrumentos de fomento: dizem respeito aos mecanismos desenvolvidos de modo a garantir os investimentos necessários para a revitalização dos museus, como os editais públicos de apoio a entidades museológicas.

Esse modelo dá organicidade à gestão e demonstra que determinadas ações enquadram-se em mais de um instrumento.

A fonte de recursos originária não é suficiente para executar todas as ações previstas, diante da crescente demanda do setor museológico. Os museus sempre sofreram com a precariedade de destinação de verbas públicas, havendo necessidade de se angariar ainda mais recursos para o financiamento da PNM. Nesse sentido, sugere-se a criação de um fundo específico, o Fundo Nacional de Desenvolvimento dos Museus (FNDM), com o objetivo de apoiar projetos na área museológica que visem a qualificação da infra-estrutura e das atividades finalísticas dos museus, a formação e valorização dos profissionais e a melhoria da gestão.

MINISTÉRIO DA DEFESA

Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade

Calha Norte

Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas

Controle de Armamentos, Munições e Explosivos

Desenvolvimento da Aviação Civil

Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária

Ensino Profissional da Aeronáutica

Ensino Profissional da Marinha

Ensino Profissional do Exército

Mobilização para Defesa Nacional

Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas

Preparo e Emprego da Força Aérea

Preparo e Emprego da Força Terrestre

Preparo e Emprego do Poder Naval

Proantar

Produção de Material Bélico

Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira

Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro

Recursos do Mar

Segurança da Navegação Aquaviária

Serviço de Saúde das Forças Armadas

Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro

Tecnologia de Uso Aeroespacial

Tecnologia de Uso Naval

Tecnologia de Uso Terrestre

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério da Defesa (MD) foram utilizados **R$ 40.416.320.548,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 42.925.217.231,00	Realizado orçamentário:	R$ 40.416.320.548,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 42.925.217.231,00**	**Total realizado:**	**R$ 40.416.320.548,00**

Além disso, do total de **R$ 1.153.016.905,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 1.061.918.687,00**.

O MD é o órgão do Governo Federal incumbido de exercer a direção superior das Forças Armadas (FA), constituídas pela Marinha (MB), o Exército (EB) e a Aeronáutica (Aer). Destaca-se entre suas competências o estabelecimento das políticas ligadas à Defesa e à Segurança do País, tais como da Política de Defesa Nacional (PDN) e a Política Militar de Defesa (PMD). O MD tem realizado ações voltadas para o desenvolvimento nacional e de apoio à sociedade civil, sem prejuízo de sua missão principal de manutenção da soberania e da integridade territorial. O cumprimento da sua missão institucional se dá, principalmente, por intermédio da execução dos Programas de sua responsabilidade no PPA, a cargo de diversas unidades orçamentárias como Administração Central, Comando da Aeronáutica (COMAER), Comando da Marinha, Comando do Exército, Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), dentre outras.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MD, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	1383 Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade	0,00%	1,02%	2,80%	1,31%	1,38%
	0643 Calha Norte	0,96%	2,56%	2,78%	3,98%	2,74%
	1057 Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas	0,42%	0,36%	0,38%	0,34%	0,37%
	0644 Controle de Armamentos, Munições e Explosivos	0,10%	0,23%	0,24%	0,24%	0,21%
	0630 Desenvolvimento da Aviação Civil	2,19%	1,12%	1,73%	1,65%	1,65%
	0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	3,12%	9,97%	18,26%	10,18%	10,89%
	0640 Ensino Profissional da Aeronáutica	0,18%	0,16%	0,14%	0,12%	0,15%
	0633 Ensino Profissional da Marinha	0,12%	0,18%	0,09%	0,15%	0,13%
	0638 Ensino Profissional do Exército	0,44%	0,44%	0,28%	0,25%	0,34%
	8026 Mobilização para Defesa Nacional	0,14%	0,11%	0,10%	0,08%	0,10%
	8032 Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas	4,28%	3,80%	1,76%	2,46%	2,94%
	0621 Preparo e Emprego da Força Aérea	13,52%	14,50%	11,42%	13,21%	13,10%
	0620 Preparo e Emprego da Força Terrestre	13,41%	11,84%	10,25%	8,64%	10,74%

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	0622 Preparo e Emprego do Poder Naval	10,36%	10,79%	8,25%	9,18%	9,54%
	0472 Proantar	0,11%	0,09%	0,23%	0,25%	0,18%
	0647 Produção de Material Bélico	0,02%	0,01%	0,03%	0,07%	0,03%
	0632 Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira	15,90%	11,18%	11,04%	13,11%	12,66%
	0626 Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil	2,06%	4,16%	2,26%	4,96%	3,50%
	0628 Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro	2,43%	1,16%	0,83%	2,47%	1,72%
	0474 Recursos do Mar	0,02%	0,04%	0,13%	0,07%	0,07%
	0639 Segurança da Navegação Aquaviária	1,10%	1,08%	1,08%	2,04%	1,38%
	0623 Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	11,28%	8,37%	8,88%	9,58%	9,45%
	0637 Serviço de Saúde das Forças Armadas	13,60%	13,47%	14,64%	13,75%	13,89%
	0627 Tecnologia de Uso Aeroespacial	2,06%	1,28%	1,06%	0,60%	1,16%
	0629 Tecnologia de Uso Naval	1,54%	1,05%	0,64%	0,65%	0,92%
	0642 Tecnologia de Uso Terrestre	0,11%	0,26%	0,51%	0,49%	0,37%
Finalístico Soma		**99,45%**	**99,22%**	**99,82%**	**99,84%**	**99,61%**
Gestão de Políticas Públicas	0625 Gestão da Política de Defesa Nacional	0,55%	0,78%	0,18%	0,16%	0,39%
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

Os gastos governamentais destinados ao Ministério no decorrer do PPA 2004-2007 cresceram ano a ano, conforme mostra o gráfico abaixo, sendo a execução orçamentária média em torno de 92%.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DOS GASTOS GOVERNAMENTAIS COM MINISTÉRIO DA DEFESA - EM R$ BILHÕES

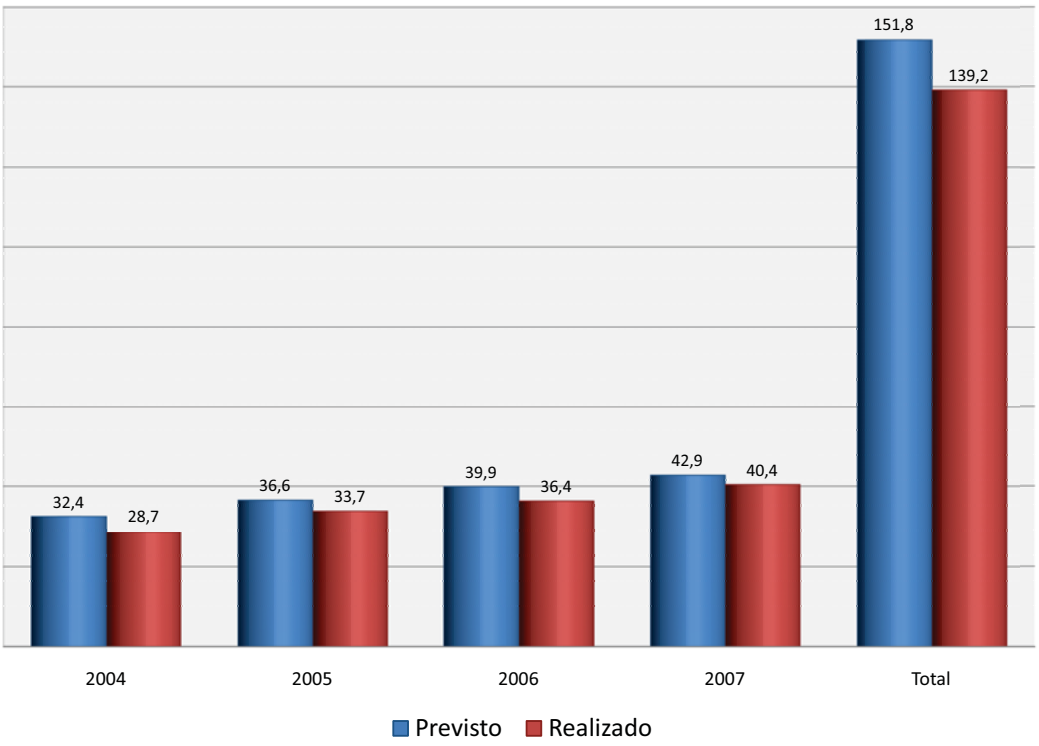
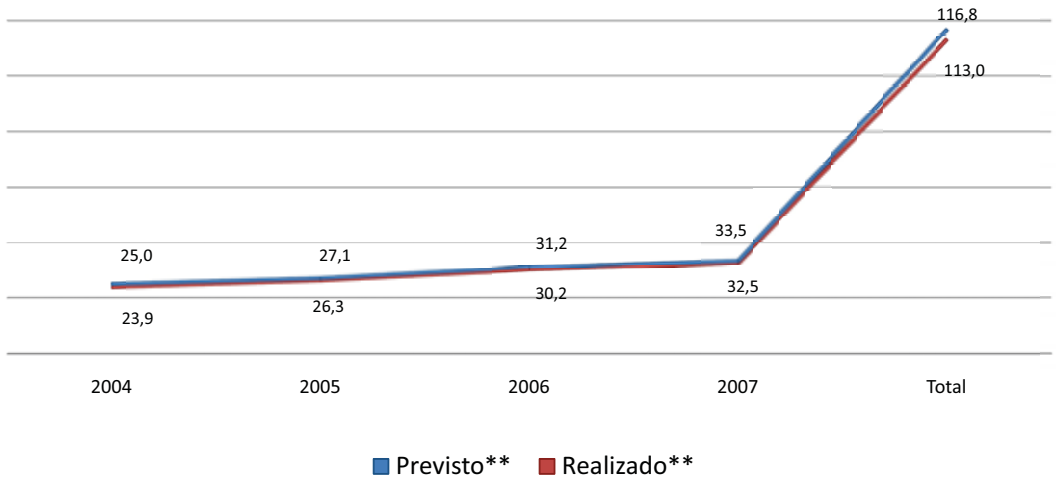


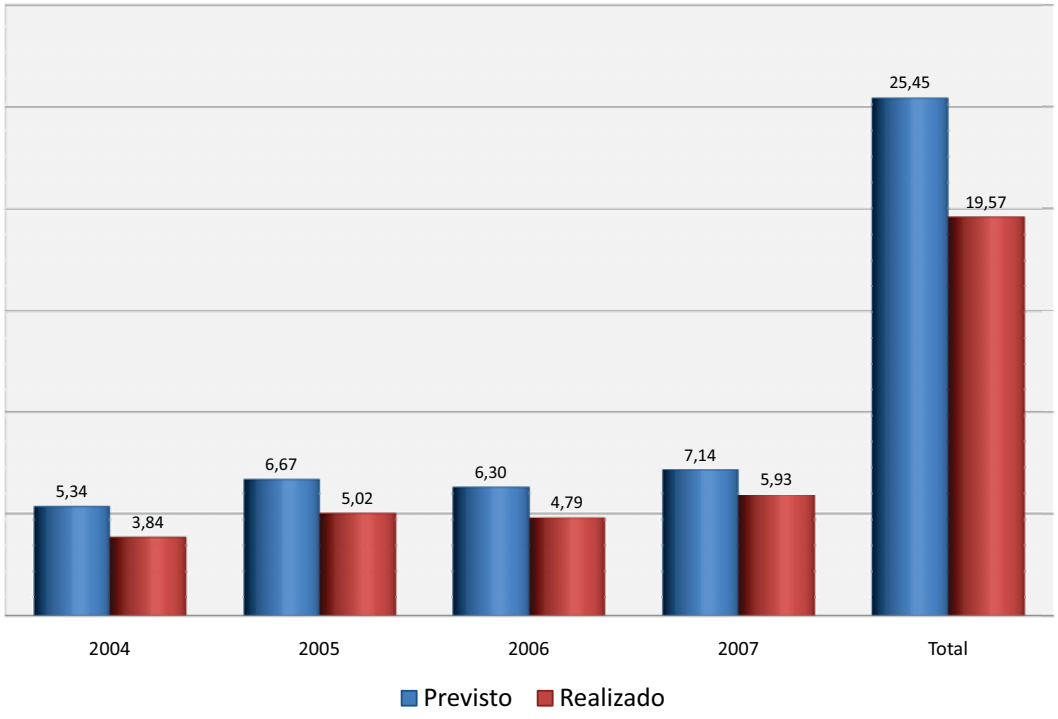
GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DOS GASTOS GOVERNAMENTAIS COM MINISTÉRIO DA DEFESA - EM R$ BILHÕES



Nota: ** Dentro do MD, destinados à REMUNERAÇÃO DE PESSOAL (ATIVO E INATIVO), SAÚDE, APOIO ADMINISTRATIVO e RESERVA DE CONTIGÊNCIAS

Ressalta-se que, deste total, boa parte do aumento de gastos foi direcionada a rubricas dentro do próprio Ministério, como Pessoal (Ativo e Inativo), Serviço de Saúde das Forças Armadas, Apoio Administrativo e Reserva de Contingência, as quais não se enquadram tipicamente como atividades de Defesa.

GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA - EM R$ BILHÕES



Nota: Excluindo o de "Seviço de Saúde das Forças Armadas

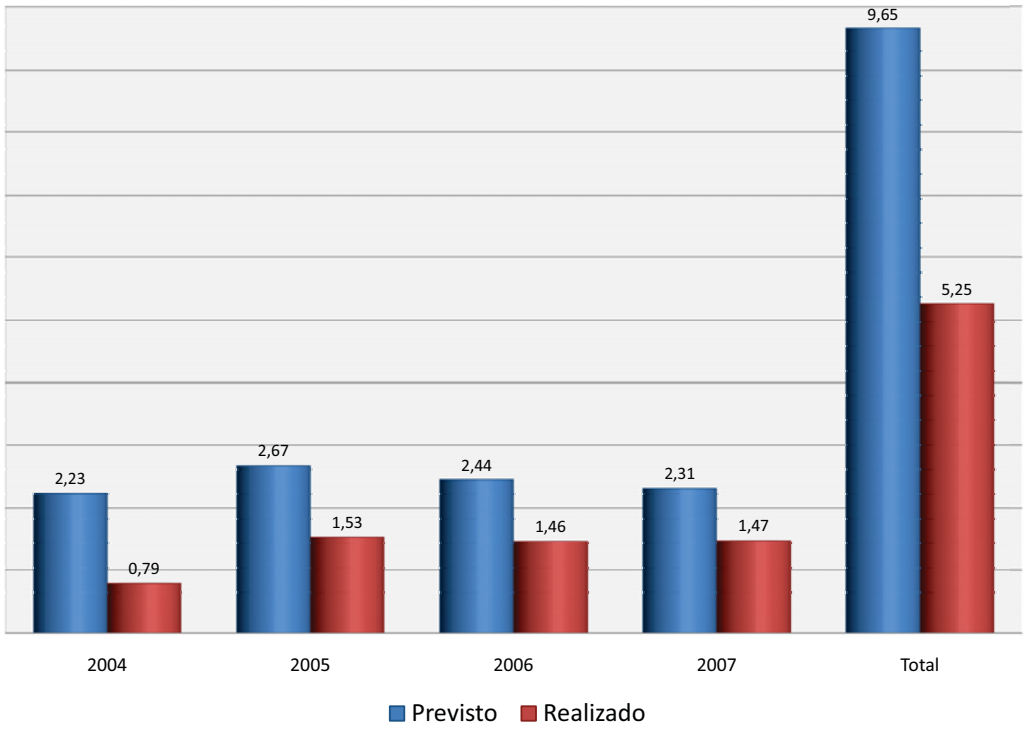
Considerando-se todos os programas do MD, exceto o de Serviço de Saúde das Forças Armadas, pelo mesmo motivo acima exposto, percebe-se uma evolução significativa nas dotações do Órgão, a qual vem proporcionando melhores performances nos diversos setores de Defesa, como Reaparelhamento das Forças, Aviação Civil e Militar, dentre outros.

AVALIAÇÃO SETORIAL

Os resultados obtidos no exercício de 2007, alcançados graças ao esforço conjunto das unidades do MD, contribuíram para o alcance dos objetivos setoriais estabelecidos para este Ministério no período de 2004-2007.

Programas relacionados ao Desenvolvimento da Aviação Civil, Militar, Segurança de Vôo e da Infra-Estrutura Aeroportuária

GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL, MILITAR, SEGURANÇA DE VÔO E INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - EM R$ BILHÕES



Desenvolvimento da Aviação Civil

A política de aviação civil também integra a agenda de atribuições do MD. A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) é o órgão encarregado da regulação da aviação civil brasileira. Dentre os resultados obtidos com a execução do Programa, em 2007, ressalta-se:

a) a melhoria na qualidade da prestação de serviços oferecidos pelo Sistema de Aviação Civil (SAC);

b) o crescimento do apoio à formação de pessoal especializado;

c) o aperfeiçoamento dos instrumentos de certificação, fiscalização e do Sistema de Informações da Aviação Civil;

d) a manutenção do nível de segurança nos vôos civis, por meio da avaliação médica periódica de tripulantes e a intensificação da fiscalização tanto em empresas quanto em aeroportos.

Cabe ressaltar ainda, a determinação da Agência em amenizar a crise no Setor de Aviação Civil, apesar das dificuldades e da estatística de acidentes. O trabalho desenvolvido com os recursos existentes (pessoal técnico, material, instalações e orçamento) apontou para uma gratificante reversão da curva estatística de acidentes aeronáuticos no SAC. A ANAC determinou diversas ações de sua competência, a fim de amenizar as conseqüências da crise para a população brasileira e para o País, entre elas:

a) a intensificação da fiscalização nos principais aeroportos brasileiros;

b) a implantação do Plano de Contingência nos principais aeroportos, visando preservar os direitos dos usuários da aviação civil;

c) o atendimento aos usuários que buscaram esclarecimentos e auxílio para a solução dos problemas junto aos concessionários e permissionários do Setor Aéreo.

Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária

A Infraero é responsável pela administração de 68 Aeroportos, 32 Terminais de Logística de Carga e 80 Estações de Apoio à Navegação Aérea que concentram cerca de 97% do movimento do transporte aéreo no Brasil. Foram realizadas, em 2007, obras de ampliação e modernização da infra-estrutura aeroportuária brasileira, com ações de segurança operacional; investimentos na qualificação profissional; compra de equipamentos, e obras de adequação e ampliação dos aeroportos. A ampliação e a adequação dos aeroportos é uma atividade que se vincula ao Objetivo Setorial "Infra-Estrutura Terrestre, Espacial, Aeronáutica e Aeroportuária", principalmente, ao Desafio "Desenvolver e Manter uma Adequada e Eficiente Infra-estrutura Aeronáutica, Civil e Militar, a fim de Proporcionar Segurança e Eficiência ao Tráfego Aéreo sob Jurisdição Brasileira", uma vez que promove a modernização do sistema aéreo. Os principais resultados alcançados em 2007 foram:

Aeroporto	Obra	Investimento	Data de Conclusão
Santos Dumont	Reforma e ampliação do terminal de passageiros, do sistema de pistas e pátios, obras complementares e elaboração de projetos executivos	R$ 381,0 milhões	nov/07
Congonhas	Complementação da reforma e modernização do terminal de passageiros, do sistema viário, do sistema de pistas e pátios e aeronaves	R$ 214,0 milhões	out/07
	Recuperação do pavimento da pista principal de táxi	R$ 16,0 milhões	set/07
João Pessoa	Ampliação e reforma do terminal de passageiros e reforço de pistas e pátios	R$ 50,0 milhões	set/07
Viracopos	Execução de obras e serviço de infra-estrutura	R$ 22,0 milhões	Serviço parcialmente concluído – contrato rescindido
Corumbá	Recuperação do pátio de aeronaves, implantação do sistema de macrodrenagem, do balizamento noturno no pátio de aeronaves, da sinalização vertical luminosa do sistema de pistas, e do sistema separador de água e óleo na rede coletora de drenagem	R$ 18,6 milhões	ago/07
Total		**R$ 701,6 milhões**	**-**

Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro

O tráfego aéreo no Brasil manteve taxa de crescimento elevada subindo o número de movimentos aéreos de 1,75 milhão, em 2006, para mais de 1,86 milhão, em 2007, exigindo um acompanhamento contínuo por parte do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), pela necessidade de garantir a evolução e o aperfeiçoamento de todas as áreas do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB). Paralelamente, segue-se o esforço para cumprir prazos no projeto de desenvolver e implantar os novos Sistemas de Comunicações, Navegação, Vigilância e Gerenciamento de Tráfego Aéreo (CNS/ATM). O CNS/ATM é um projeto de âmbito mundial, que permitirá ao Brasil participar, em conjunto com outros países, do gerenciamento da navegação aérea nas regiões do Caribe e da América do Sul (região Carsam) e, sobretudo, acompanhar a constante evolução do transporte aéreo nacional e internacional, possibilitando a manutenção da segurança no espaço aéreo brasileiro e o atendimento aos anseios dos usuários, com eficácia e eficiência, mantendo a dualidade civil-militar do controle desse espaço aéreo.

Ao SISCEAB compete a prestação dos Serviços de Tráfego Aéreo, Meteorologia Aeronáutica, Busca e Salvamento e Informações Aeronáuticas no espaço aéreo sob jurisdição e responsabilidade do Brasil, que compreende não só o Território Nacional, mas também uma vasta área sobre o Atlântico, onde são aplicadas normas, acordos e planos estabelecidos pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI). O acelerado crescimento do tráfego aéreo em todas as regiões de Informação de Vôo (FIR) do País, decorrente também de acesso ao transporte aéreo por outros segmentos sociais, impõe à infra-estrutura do SISCEAB uma permanente necessidade de crescimento, com aumento de eficiência, em termos gerenciais, não obstante os baixos investimentos nos últimos anos. Para atender às necessidades dos Sistemas CNS/ATM, o DECEA priorizou, em 2007, a entrada em operação do Centro de Gerenciamento de Navegação Aérea (CGNA), vislumbrando o efetivo gerenciamento do espaço aéreo sob a responsabilidade do Brasil. Essa decisão possibilitou ao COMAER atuar nos problemas enfrentados pela aviação civil, acompanhando as atividades operacionais de todo o SISCEAB.

Assim, seguiram-se, no exercício de 2007, os esforços de manutenção e modernização, com a continuidade do processo de revitalização, implantação e substituição de radares em áreas onde o tráfego aéreo é mais intenso e onde a vigilância radar possa aumentar a capacidade de gerenciamento desse tráfego. Esse esforço objetivou proporcionar o aumento da segurança e da fluidez do tráfego aéreo nas áreas terminais e em rota, minimizando os riscos para a aviação. Conseguiu-se, com esse trabalho, enfocar a inviolabilidade do Espaço Aéreo Brasileiro e o atendimento de seus legítimos usuários, representados pelas empresas aéreas, operadores de aeronaves, pilotos, unidades da Força Aérea, do Exército e da Marinha, participantes de sistemas, redes ou estações de telecomunicações do Sistema de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica (STCA). Destacaram-se, em 2007, as seguintes realizações:

a) treinamento e aperfeiçoamento contínuo do pessoal do SISCEAB, por meio de elevação do nível de qualificação profissional em que foram formados e/ou treinados 1.541 servidores, em 84 cursos, entre militares e civis do SISCEAB, sendo destes 707 controladores de vôo;

b) inauguração de Laboratório de Simulação de Controle de Tráfego Aéreo que propicia estudos de reformulação do processo de planejamento do espaço aéreo, além de possibilitar melhor e mais intenso treinamento para os controladores de vôo. Concentração de esforços na operação e na manutenção preventiva, incluindo contratos de manutenção com fornecimento de assistência 24h;

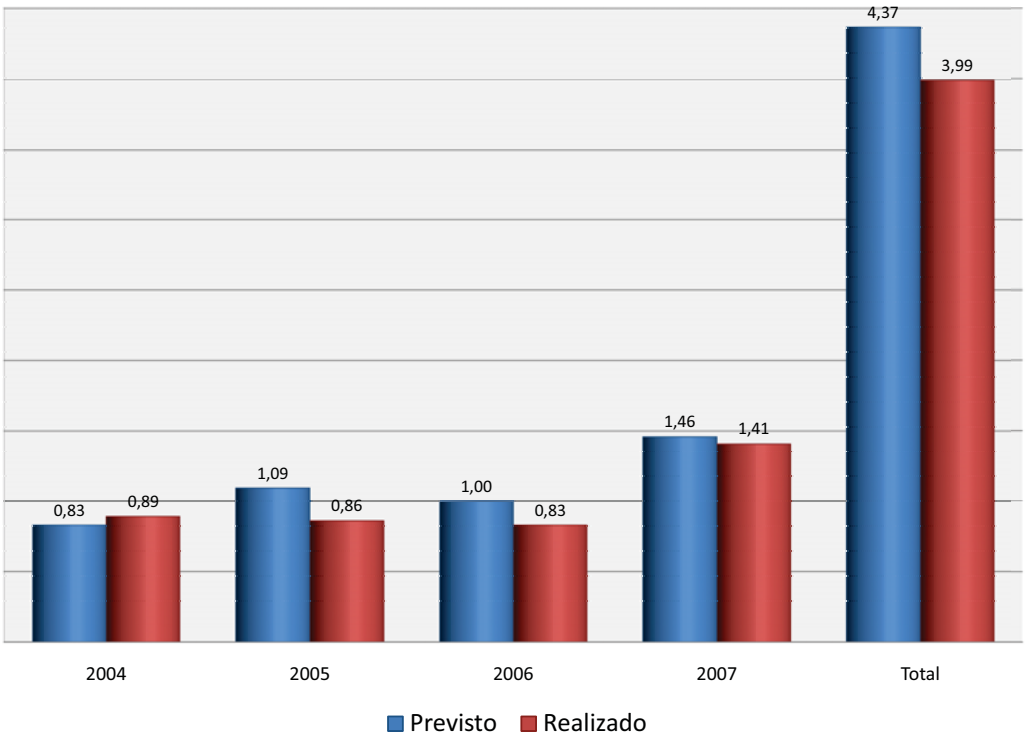
c) atualização e/ou modificação de 248 normas relativas à área operacional do SISCEAB, objetivando a harmonização das regras de uso no Brasil, em conformidade com o que preceitua a OACI;

d) operacionalização do Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea (CGNA): o Sub-departamento de Operações operacionalizou o CGNA, com a finalidade de apoiar o COMAER nos problemas enfrentados pela aviação civil, acompanhando as atividades operacionais de todo o SISCEAB, avaliando o impacto das inoperâncias e limitações operacionais nas capacidades Controle de Tráfego Aéreo (ATC) e aeroportuária, adotando medidas operacionais de coordenação para manter o balanceamento entre a demanda dos movimentos aéreos e as capacidades ATC e aeroportuária, implementando as medidas de gerenciamento de fluxo de tráfego aéreo, conduzindo o processo de tomada de decisões colaborativas junto às companhias aéreas, coordenando o estabelecimento de valores das capacidades ATC e aeroportuária e analisando as propostas de Horário de Transporte Aéreo (HOTRAN) quanto ao impacto na circulação aérea;

e) redimensionamento das regiões de Informação de Vôo Brasília (FIR-BS) e Curitiba (FIR-CW) visando garantir o fluxo do tráfego para o Nordeste do Brasil e continentes Europeu e Africano.

Programas de Reaparelhamento das Forças

GRÁFICO 5 - EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS - EM R$ BILHÕES



Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

A modernização do Navio-Aeródromo São Paulo, principal meio para execução do Controle de Área Marítima, de Operações de Ataque e de Defesa Aeroespacial de uma Força Naval teve continuidade. Foram executadas obras de grande vulto e modernizações em importantes sistemas do navio, como por exemplo: as turbinas de propulsão, caldeiras, sistema de geração de energia, equipamentos eletrônicos de detecção e comunicação, obras estruturais em conveses internos e externos, catapultas, bem como a substituição de cerca de 2.000 metros (m) de redes de água, vapor e combustível do navio.

Diversas outras atividades relacionadas à modernização de unidades operativas foram desenvolvidas. Merecem ênfase:

a) a revitalização dos sistemas de comunicações dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, com a substituição dos equipamentos obsoletos;

b) a produção e a instalação dos Sistemas de Controle da Propulsão e de Controle de Avarias;

c) a aquisição de Unidades de Resfriamento de Água (URA) para as Fragatas da Classe Niterói;

d) a obtenção dos motores de propulsão e dos grupos diesel-geradores dos Navios Patrulha Fluviais da Classe Pedro Teixeira.

O Comando da Marinha deu prosseguimento a diversos projetos voltados para a recuperação do Poder Naval, destacando-se, dentre eles, a continuidade da construção da Corveta Barroso, que é dotada de sistema de combate, integralmente, concebido, desenvolvido e produzido por empresas brasileiras. Na busca por soluções para recuperar e modernizar a base material do Poder Naval, foram adquiridas duas unidades navais:

a) o Navio Hidroceanográfico Cruzeiro do Sul, que funcionará como um laboratório embarcado, contribuindo para reduzir as deficiências de apoio à pesquisa no mar;

b) o Navio de Desembarque de Carros de Combate Garcia D'Avila, que conferirá versatilidade, mobilidade e capacidade de permanência ao Poder Naval, dadas suas características que permitem o transporte de tropa e material à longa distância, necessários à projeção de poder sobre terra e à participação em missões de paz ou humanitárias.

Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro

Foram adquiridos materiais de emprego militar necessários ao cumprimento das missões das Organizações Militares (OM), dotando a Força Terrestre de material moderno e compatível com os diversos ambientes operacionais existentes no território brasileiro. O prosseguimento da execução do Programa foi seriamente prejudicado em virtude da reduzida dotação orçamentária, destinada a investimentos, o que prejudicou também, a contribuição do Exército para o Objetivo Setorial - Reaparelhamento das Forças Armadas. A insuficiência de recursos não permitiu a consecução integral do preparo, capacitação, adestramento, modernização e adequação dos meios necessários ao emprego da Força Terrestre, constituindo o principal fator de limitação ao atendimento das metas físicas e, conseqüentemente, do alcance dos resultados fixados para o Programa.

Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira

Os recursos disponíveis para o Programa, em 2007, embora contingenciados por um determinado período no ano, somados aos créditos adicionais nas ações de aquisição e de modernização e revitalização de aeronaves propiciaram um incremento nas metas estipuladas na LOA 2007. Dentre os principais resultados, destacam-se:

a) aquisição de 21 aeronaves sendo (11 caças turboélices, três aeronaves de transporte de tropa, quatro aviões de caça supersônicos, uma aeronave de asa rotativa e duas aeronaves de transporte de passageiros);

b) implantação de sistemas de simulação para a aeronave de caça turboélice;

c) aquisição de material de apoio ao Grupo de Instrução Tática e Especializada;

d) implementação do Projeto de Excelência em Guerra Eletrônica, Gestão e Informação da Guerra Eletrônica e Implantação da Estrutura de Análise Operacional;

e) modernização da aviônica de uma aeronave de transporte de grande porte;

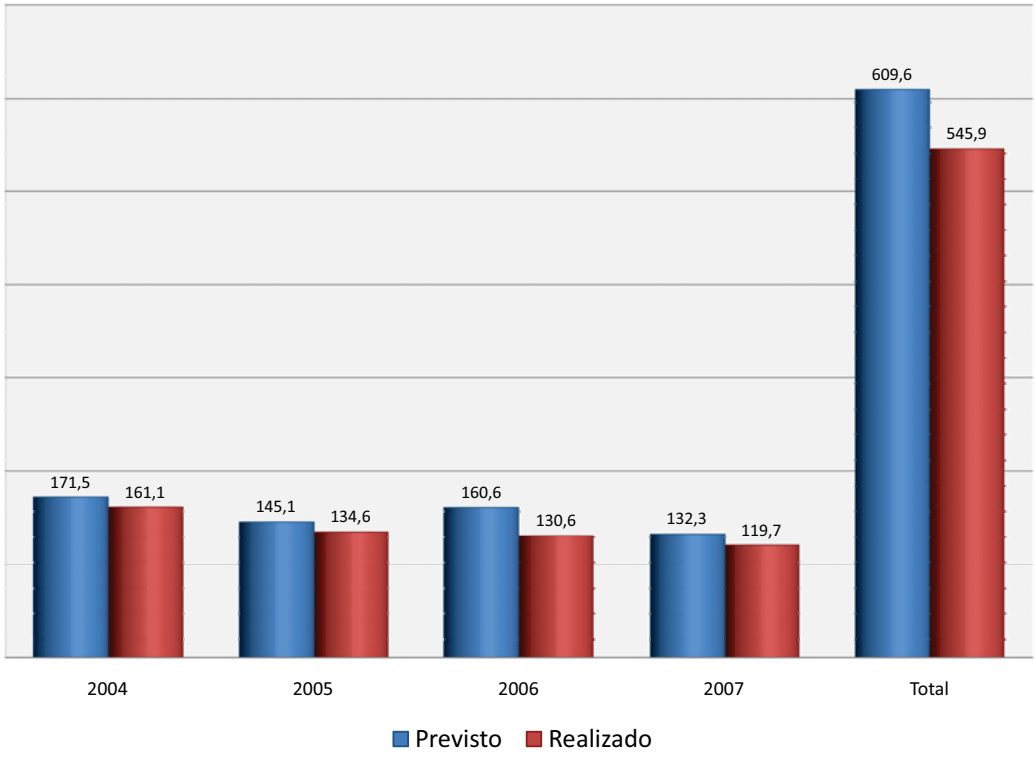
f) recebimento de quatro *voice recorders*;

g) modernização de 25 Instalações Militares;

h) revitalização de oito aeronaves, sendo quatro de transporte de carga e quatro de interceptação.

Programas de Tecnologias de Uso das Forças Armadas

GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE TECNOLOGIAS DE USO DAS FORÇAS ARMADAS - EM R$ MILHÕES



Tecnologia de Uso Naval

O Programa Nuclear da Marinha (PNM) é de importância estratégica para o País, uma vez que apresenta inegáveis benefícios nas áreas tecnológica e social a partir do desenvolvimento de novos sistemas e materiais, contribuindo para a diversificação da matriz energética brasileira. Ainda que de forma reduzida, a MB conduziu, em 2007, atividades relacionadas ao Ciclo do Combustível Nuclear e ao Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE). Tendo em vista a garantia do Governo Federal na reativação do PNM, a manutenção das atividades facilitará a retomada do Programa em 2008. O LABGENE teve seu Relatório Preliminar de Análise de Segurança, exigido pela Comissão de Energia Nuclear (CNEN), revisto e seu memorial de cálculo e análise de tensões de equipamentos concluídos. Também foram retomadas as obras de contenção e construção dos prédios do reator e das turbinas. Foram concluídos e revisados os projetos de engenharia de equipamentos, máquinas de transporte e tubulação da maquete eletrônica da Unidade de Hexafluoreto de Urânio (USEXA). Houve produção, em escala laboratorial, de hexafluoreto de urânio (UF6) e o enriquecimento de urânio para as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), destinado às usinas nucleares de Angra dos Reis.

Tecnologia de Uso Aeroespacial

Destinadas a promover a capacitação tecnológica da aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira, as ações do Programa possibilitam o atendimento da necessidade da Aeronáutica em deter o conhecimento de tecnologias de ponta e estrategicamente sensíveis, de modo a gerar a adequada independência para o desenvolvimento de equipamentos e sistemas aeroespaciais. Tal capacitação gera reflexos em toda a sociedade, por meio do fomento, coordenação e apoio ao complexo industrial aeroespacial brasileiro e ao desenvolvimento de mão-de-obra altamente especializada. Em 2007, a Aeronáutica, por meio do Programa Tecnologia de Uso Aeroespacial, contribuiu significativamente para a consecução do Objetivo Setorial "Ciência, Tecnologia e Inovação para a Defesa Nacional". Esta contribuição se deu pelo avanço no desenvolvimento autóctone de itens sensíveis de interesse da defesa, adensamento das indústrias de mísseis nacionais, capacitação científico-tecnológica e em gestão, parcerias entre as Instituições Científica e Tecnológica (ICT) e o setor produtivo na pesquisa, no desenvolvimento conjunto em inovação de produtos, no intercâmbio de informações e na transferência de tecnologia, assim como no suporte ao desenvolvimento das indústrias aeroespaciais na área de Metrologia e na área de Certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade, aumentando a competitividade no setor com segurança e confiabilidade de produtos e sistemas. Dentre os principais resultados alcançados, destacam-se os avanços ocorridos no desenvolvimento dos mísseis ar-ar MAA-1B e anti-radiação MAR-1, a produção nacional de sensores infravermelhos, o desenvolvimento de artefato ar-solo de grande efeito de sopro (Trocano) e a realização da prova de conceito de um gerador de pulso eletromagnético, para o futuro de desenvolvimento de artefatos que se valem de energia concentrada como princípio de funcionamento.

Tecnologia e Uso Terrestre

O Comando do Exército tem a necessidade de pesquisar, desenvolver e avaliar material de emprego dual de seu interesse e das forças singulares e, também, de estimular a parceria com órgãos civis de pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento científico-tecnológico do País. Dentre os principais resultados alcançados, destacam-se:

a) fabricação de um radar experimental de busca e vigilância antiaérea de baixa altura. Fator crítico de sucesso foi a formação de massa crítica para pesquisa;

b) realização do Plano Interno de Trabalho com execução de atividades de manutenção e de recuperação dos materiais e equipamentos de emprego militar, em uso no Exército. O fator crítico de sucesso foi a necessidade de prorrogar a vida útil ou atualizá-los em relação às novas tecnologias utilizadas (este resultado e o anterior estão relacionados ao Objetivo Setorial "Reaparelhar e Manter Adestradas as Forças Armadas para Efetivo Emprego");

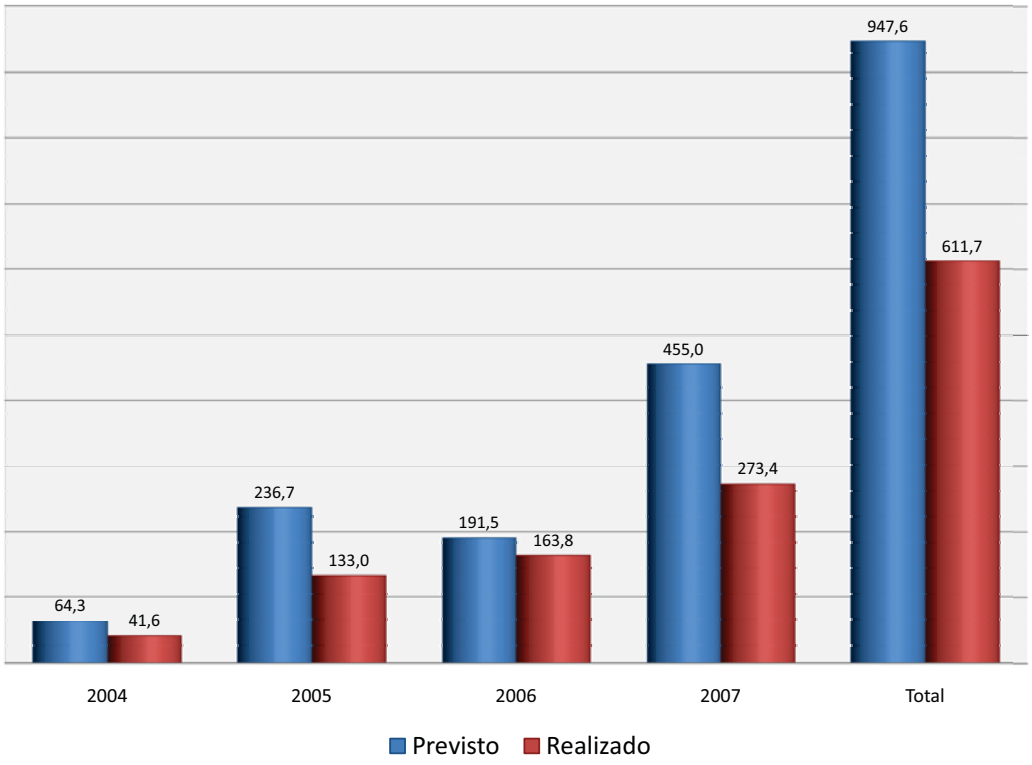
c) finalização da versão três do Programa do Sistema de Comando e Controle em combate, incluindo o desenvolvimento, implantação, manutenção, modernização e integração dos Sistemas Táticos e Operacionais;

d) realização, por meio do Instituto Militar de Engenharia (IME), de cursos voltados ao ensino científico-tecnológico, nos níveis de graduação, pós-graduação, especialização e extensão, de projetos de pesquisa básica, de visitas técnicas e de participação em eventos de ciência e tecnologia no País e no exterior. Houve celebração de convênios de cooperação com instituições públicas ou privadas na área científico-tecnológica de interesse do EB. O fator crítico considerado foi, principalmente, a cooperação com os demais órgãos afetos através da prestação de serviços e da execução de atividades de natureza técnico-científicas;

e) fabricação de um protótipo de viatura leve de emprego geral em projeto conjunto com o Exército da Argentina.

Programa Calha Norte

GRÁFICO 7 - EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA CALHA NORTE - EM R$ MILHÕES



No âmbito do Programa, foram desenvolvidas, em 2007, diversas ações que contribuíram para a promoção do desenvolvimento ordenado da região e da redução das desigualdades regionais. A realização dessas atividades teve relação direta com o Objetivo Setorial - Contribuição do Sistema de Defesa para o Desenvolvimento Nacional. Destaca-se entre as finalidades do Programa:

a) fixar o homem na região;

b) aumentar a qualidade de vida das populações atendidas;

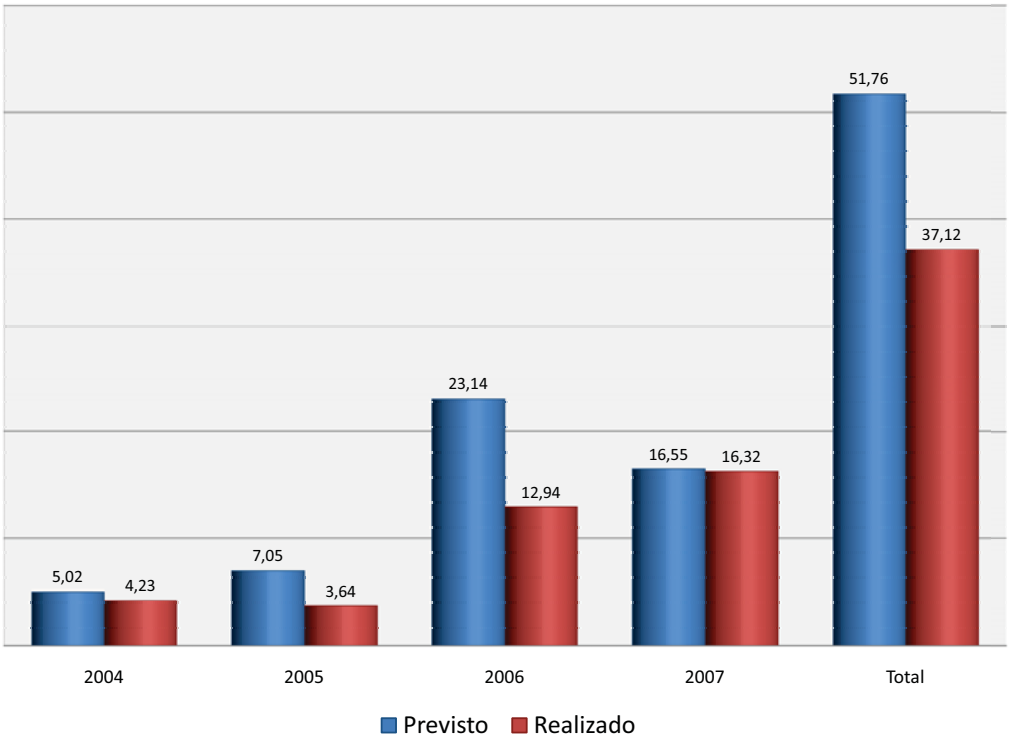
c) integrar socialmente as comunidades isoladas;

d) aumentar a presença do Estado na região.

A área atual atendida pelo Programa abrange 32% do Território Nacional, onde habitam cerca de oito milhões de pessoas, dentre as quais se incluem 30% da população indígena. O Programa tem duas vertentes principais relativas à soberania e ao desenvolvimento ordenado da Amazônia, e atende 94 Municípios em seis Estados da Região Norte: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

Programa PROANTAR

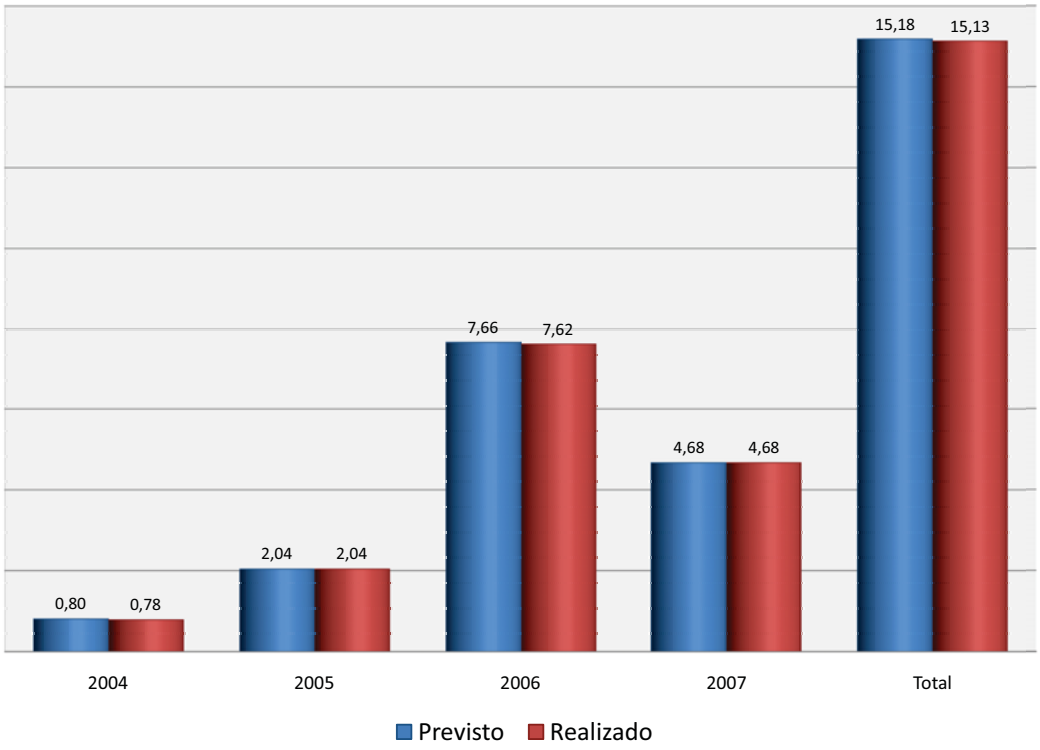
GRÁFICO 8 - EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA PROANTAR - EM R$ MILHÕES



Em 2007, foi concluída a Operação Antártica XXV, que envolveu a participação de 134 pesquisadores em 22 projetos de pesquisa distintos. A Operação Antártica XXVI foi iniciada em outubro de 2007, com a finalidade de prestar apoio logístico a 19 projetos de pesquisa nas áreas científica e ambiental e viabilizará o desenvolvimento, na Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), de diversas atividades relacionadas ao Ano Polar Internacional, que se estenderá até março de 2009. Registrou-se a expressiva marca de 25 anos da presença brasileira na Antártica. O Programa promove e realiza pesquisas científicas e tecnológicas diversificadas e de alta qualidade naquela região, contando com a colaboração de diversos Ministérios, universidades, empresas públicas e privadas. O PROANTAR se constitui em uma das grandes conquistas nacionais, proporcionando ao Brasil conhecimentos fundamentais sobre fenômenos naturais que afetam direta ou indiretamente a nossa população e que têm a sua origem na região polar Antártica, viabilizando, também, a participação do Brasil nas decisões sobre o futuro daquele continente.

Programa Recursos do Mar

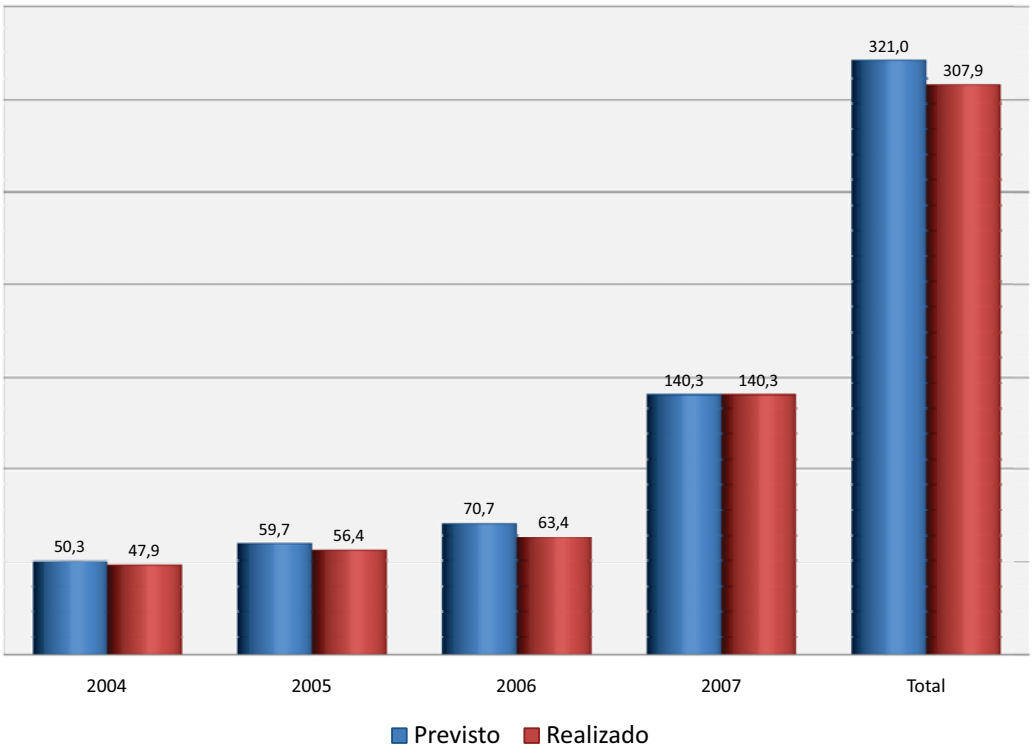
GRÁFICO 9 - EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA RECURSOS DO MAR - EM R$ MILHÕES



No ano de 2007, o projeto de construção da nova Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ECASPSP) entrou em fase de execução. As edificações foram instaladas em local considerado mais abrigado das fortes ondas que assolam o arquipélago, propiciando maior segurança, redução dos investimentos de manutenção e ampliação na área vital, com maior conforto para os pesquisadores que integram as expedições científicas naquela remota região.

Programa Segurança da Navegação Aquaviária

GRÁFICO 10 - EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO AQUAVIÁRIA - EM R$ MILHÕES



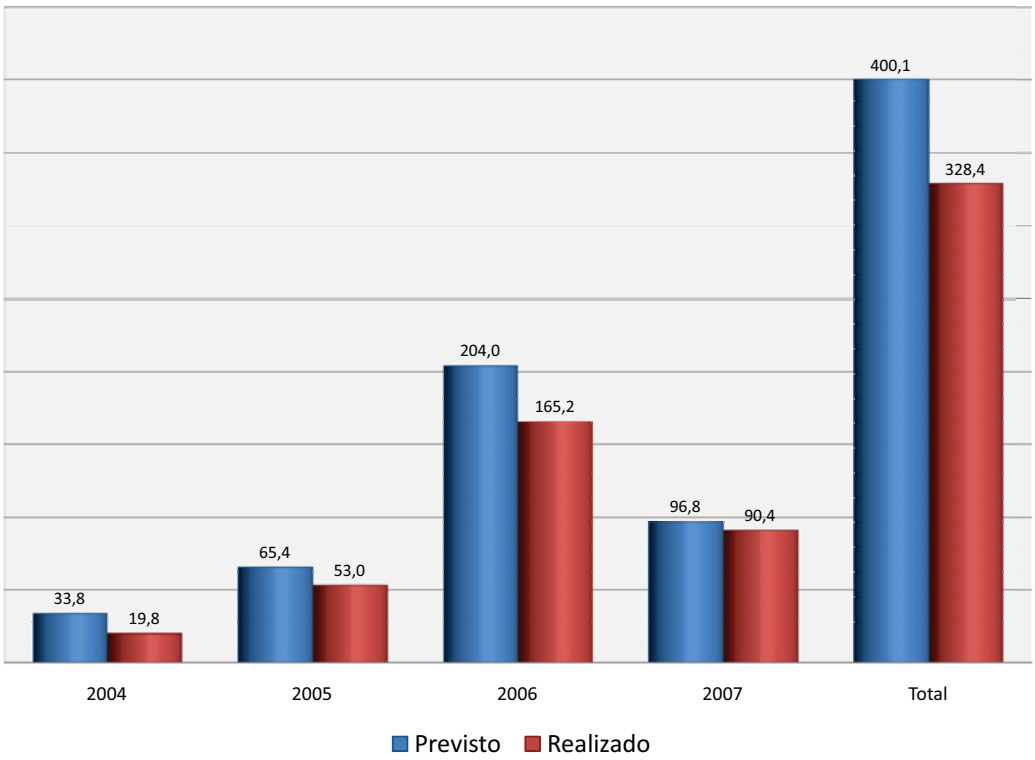
Com o propósito de contribuir para a segurança da navegação, para a salvaguarda da vida humana no mar e nas hidrovias interiores e para a prevenção da poluição ambiental causada por embarcações, plataformas e suas instalações de apoio, a Marinha do Brasil realizou, em 2007, 44.700 vistorias em embarcações nacionais e estrangeiras, incluindo plataformas de exploração e produção de petróleo (número quase 50% superior à previsão inicial do exercício), o que representou um acréscimo percentual de 94% em relação ao ano de 2006. A Marinha manteve operando os quase 1.200 sinais náuticos sob sua responsabilidade e prestou atendimento a mais de 130 ocorrências de Socorro e Salvamento, tendo realizado oito exercícios nacionais e internacionais de Controle do Tráfego Marítimo.

Não obstante sua relevância para a salvaguarda da vida humana no mar, uma sinalização náutica adequada tem grande importância econômica para o País. Vias navegáveis bem sinalizadas e bem cartografadas, previsões meteorológicas e oceanográficas tempestivas e de comprovada confiabilidade inspiram maior confiança, contribuindo para a redução dos preços dos seguros das cargas e dos próprios navios, diminuindo, conseqüentemente, os custos dos fretes marítimos. Assim, por meio da execução de atividades hidrográficas, cartográficas, oceanográficas, meteorológicas e de sinalização náutica, a Marinha disponibiliza as informações necessárias a uma navegação segura, em contribuição à salvaguarda da vida humana no mar, à segurança da navegação e ao desenvolvimento

da cartografia marítima, cumprindo compromissos internacionais assumidos pelo País e contribuindo para a redução do Custo Brasil e para a defesa do imenso patrimônio marítimo, fluvial e lacustre.

Programa de Assistência e Cooperação das Forças Armadas para a Sociedade Civil

GRÁFICO 11 - EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA* DE ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE EM R$ MILHÕES



Nota *: Em 2004, o Programa se chamava "Assistência e Cooperação do Exército à Sociedade Civil"; em 2005 e 2006, "Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil"; e em 2007, "Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade".

As Forças Armadas implementaram, em 2007, ações voltadas para o desenvolvimento nacional e de apoio à sociedade civil, tais como as ações realizadas no âmbito do Projeto Soldado-Cidadão e do Projeto Rondon, Combate à Gripe Aviária, ou em apoio a atividades de outros órgãos como o Ministério da Justiça (MJ), o Ministério da Saúde (MS) e outros. As mencionadas ações contribuíram para os Objetivos Setoriais "Contribuição do Sistema de Defesa para o Desenvolvimento Nacional" e "Comunicação Social e Relacionamento com a Sociedade".

Em 2007, o Ministério da Defesa apoiou o compromisso das Forças Armadas com a integração social de seus militares, por intermédio do Projeto Soldado-Cidadão, o que possibilitou a qualificação profissional de 21.268 cidadãos egressos do Serviço Militar. Desde o seu lançamento, o Projeto já beneficiou cerca de 100.000 jovens nas três Forças Singulares

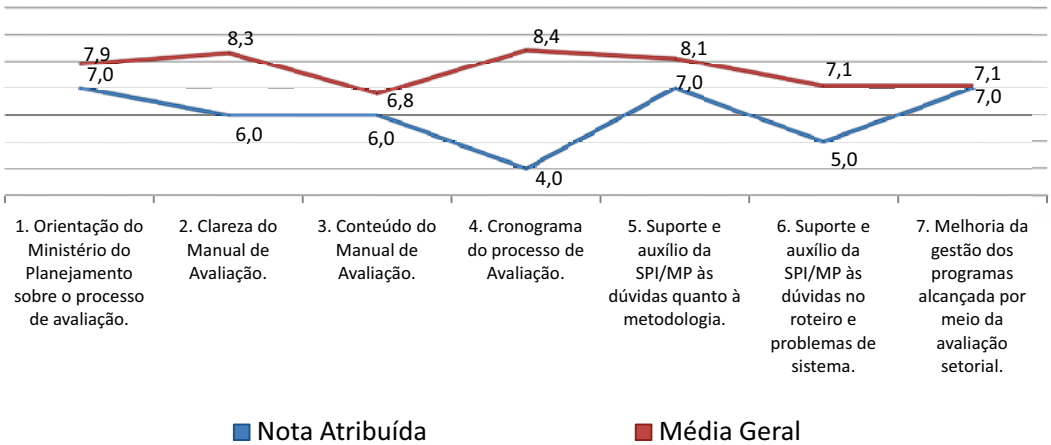
e em todo o Território Nacional. O Projeto Rondon realizou, em 2007, seis operações: Operação Amazônia Oriental, Operação Amazônia Ocidental, Operação Rio Grande do Sul, Operação Nordeste, Operação Inverno e Operação Centenário da Comissão Rondon – em 128 Municípios, de 12 Estados brasileiros. O projeto permitiu o envolvimento voluntário de cerca de 2.000 rondonistas, estudantes e professores universitários, no processo de desenvolvimento sustentável de comunidades carentes, contribuiu para o desenvolvimento da cidadania e consolidou o sentimento de responsabilidade social. Relativamente ao Plano de Contingência para a Pandemia de *Influenza* (Gripe Aviária), o Ministério da Defesa coordenou os Grupos de Trabalho que elaboraram e concluíram os Planos Específicos de Preparação para Portos e Aeroportos, visando diminuir os riscos de entrada no País do vírus H5N1, através daqueles pontos de fronteira.

ASPECTOS RELEVANTES

No período 2004-2007, ocorreram apenas pequenas alterações e ajustes em nomes de programas e ações. Para o PPA 2008-2011, a situação ainda é a mesma. Deve-se considerar também que o dispositivo legal que criou o MD atribuiu autonomia de gestão aos Comandos Militares, o que dificulta sobremaneira a vinculação e adequação entre a estrutura organizacional do MD e sua estrutura programática. Outra dificuldade existente é a exigência de demasiada pulverização da missão do MD em pequenas ações de pouca expressão para os resultados do órgão. Isso também ocorre com os programas, pois há um número excessivo e, apesar disso, não se consegue reduzir a quantidade devido à cultura interna de vincular a programação orçamentária à estrutura organizacional.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MD mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas pelo MD, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE

GERENTE DO PROGRAMA

José Fernando Depireux Brasil

OBJETIVO

Apoiar as ações governamentais de caráter cívico-sociais, de infra-estrutura, e de meio ambiente, disponibilizando os meios do Ministério da Defesa (MD) e das Forças Armadas para a superação das dificuldades do País.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade Brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 96.808.415,00	Empenho Liquidado:	R$ 90.354.104,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 90.354.104,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Grau de Atendimento à Demanda de Transporte Aéreo Governamental Porcentagem	-	-	-	-	65.00	-
2. Taxa de Atendimento à Demanda de Cooperação - Porcentagem	-	100.00	33.30	90.00	100.00	90%

1. GRAU DE ATENDIMENTO À DEMANDA DE TRANSPORTE AÉREO GOVERNAMENTAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Não houve aferição de resultado. Na revisão para o exercício de 2006, foi solicitada a exclusão desse indicador que estava relacionado somente a uma ação de Apoio Aéreo para o Transporte de Cargas e Passageiros, a cargo do Comando da Aeronáutica (COMAER). Desta forma, não se justifica a existência desse indicador no Programa. Ademais, quaisquer recursos solicitados nessa ação sempre foram negados, prova disso é que somente em 2005 essa ação foi incluída no orçamento. Nos anos seguintes, pelo reduzido montante em disponibilidade para a ação, ela nem sequer foi incluída nas propostas orçamentárias.

2. TAXA DE ATENDIMENTO À DEMANDA DE COOPERAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

As solicitações de participação dos Batalhões de Engenharia e Construção (BECs), do Exército Brasileiro (EB), em atividades de construção ou reconstrução de infra-estrutura, em apoio à ação de outras áreas do Governo, foram prontamente atendidas dentro das limitações dos recursos destinados à ação. Entretanto, os recursos destinados à ação foram reduzidos, tendo em vista a possibilidade de alcançar resultados ainda mais relevantes na utilização dos BECs para apoiar a melhoria da infra-estrutura e de outras áreas de competência da engenharia de construção. Com recursos reduzidos, a possibilidade de celebração de convênios também foi reduzida e limitada aos valores orçamentários.

CONTEXTUALIZAÇÃO

É necessária a participação de todos os segmentos da sociedade no esforço nacional de superação das deficiências do País. Nesse sentido, pretende-se intensificar a participação do Sistema de Defesa no desenvolvimento do Brasil, através do emprego das Forças Armadas em apoio às ações governamentais de caráter cívico-sociais, de infra-estrutura, e de meio ambiente, em prol da Nação brasileira. Historicamente, as Forças Armadas já têm participado, quando convocadas, no apoio a situações de dificuldade por que passa a sociedade brasileira, tais como em ações de apoio em casos de calamidades públicas, enchentes, campanhas nacionais de vacinação, de manutenção da Lei e da ordem, dentre outras.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Em 2007, apoiando o compromisso das Forças Armadas com a integração social de seus militares, o MD, por intermédio do Projeto Soldado-Cidadão, possibilitou a qualificação profissional de 21.268 cidadãos egressos do Serviço Militar. Desde o seu lançamento, o Projeto já beneficiou cerca de 100.000 jovens nas três Forças Singulares e em todo Território Nacional.

• O Projeto Rondon realizou seis operações, em 2007, em 128 Municípios, de 12 Estados brasileiros, quais sejam: Operação Amazônia Oriental 2007; Operação Amazônia Ocidental 2007; Operação Rio Grande do Sul 2007; Operação Nordeste 2007; Operação Inverno 2007; Operação Centenário da Comissão Rondon. O projeto permitiu o envolvimento voluntário de cerca de 2.000 rondonistas, estudantes e professores universitários, no processo de desenvolvimento sustentável de comunidades carentes, contribuiu para o desenvolvimento da cidadania e consolidou o sentimento de responsabilidade social.

• Quanto ao Plano de Contingência para a Pandemia de *Influenza* (Gripe Aviária), por intermédio da Ação de Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade, o MD coordenou os Grupos de Trabalho que elaboraram e concluíram os Planos Específicos de Preparação para Portos e Aeroportos, visando diminuir os riscos de entrada no País do vírus H5N1 através daqueles pontos de fronteira. Também foi concluído, em 2007, um Plano de Comando e Controle interligando "salas de situação" de 11 Ministérios

e da Presidência da República para, se necessário, coordenar e articular as ações de enfrentamento a uma possível situação de crise.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Excetuando-se as ações de Caráter Cívico-Sociais, para as quais não houve espaço para execução orçamentária no Comando da Marinha, todas as demais ações do Programa atingiram realização física e financeira nos percentuais entre 80% e 100%. As demais consideradas sociais a cargo da Marinha Brasileira (MB) foram realizadas com recursos da Força, a exemplo da assistência dada às populações ribeirinhas na Amazônia. Destacam-se com excelentes resultados e realizações as ações do Projeto Rondon e do Soldado-Cidadão.

Não há uma avaliação específica dos resultados físicos do Programa. A execução física é acompanhada pelos gestores das ações. Os comitês executivos e de supervisão também monitoram a obtenção das metas e dos resultados físicos propostos para as ações.

A execução física média das ações foi de cerca de 70%. Destaca-se no conjunto das ações: Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon com 123,9%; Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar (Soldado-Cidadão) com 95,8%; Cooperação com Construção de Infra-Estrutura com 61,45%.

Para as ações Cívico-Sociais, a não-realização de qualquer resultado físico, nem tampouco orçamentário, explica-se pela indisponibilidade de recursos para a MB implementá-la, conforme descrito anterioriormente.

Já a execução financeira média das ações foi de cerca de 93,3%. Destaca-se no conjunto das ações: Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon com 99,0%; Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar (Soldado-Cidadão) com 99,8%; Cooperação com Construção de Infra-Estrutura com 98,3%.

A Ação Plano de Contingência para a Pandemia de *Influenza* teve 88,31% de realização devido a restrições orçamentárias e a um grande valor em restos a pagar, dos quais executou mais de 98%. Em complemento a essa ação, crédito extraordinário criou a Ação "Prevenção, Preparação e Enfrentamento para a Pandemia de *Influenza*", para a qual somente foram liberados R$ 2,3 milhões, realizados integralmente.

O modelo de gestão orçamentária, com liberações mensais e por quadro de fontes, não é uma prática que beneficia a obtenção de resultados. Entretanto, apesar de poucos recursos, os resultados não foram afetados pela descontinuidade do fluxo de recursos durante 2007. O financeiro comprometido por restos a pagar de 2007 também gerou impacto sobre a gestão orçamentária e a proposição de limites para as ações.

As ações do Programa descentralizam créditos para os Comandos Militares. Esses créditos são utilizados para viabilizar a logística necessária à sua implementação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias não-governamentais são executadas principalmente na ação do Soldado-Cidadão, e estabelecidas parcerias com entidades públicas ou privadas de reconhecida competência nacional ou regional no desenvolvimento de cursos de capacitação profissional. Dentre os principais parceiros, destacam-se:

a) Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB);

b) Entidades do Sistema "S": Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI),Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/ SENAT);

c) Escolas Técnicas (ET);

d) Superior Tribunal de Justiça (STJ);

e) Associação de Juízes Federais (AJUFE);

f) Fundação Rede Amazônica (FRA);

g) Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE);

h) Centros de Educação Profissional (CEP).

O desempenho dos parceiros na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas tem atendido plenamente às expectativas. No caso do Projeto Rondon, estão instituídas parcerias com Instituições de Ensino Superior (IES) selecionadas mediante edital, bem como com empresas que fornecem o apoio financeiro.

Os mecanismos que promovem a participação social no âmbito da Ação Soldado-Cidadão são a Ouvidoria, promovida por intermédio das entidades parceiras e das Organizações Militares responsáveis pela contratação dos cursos, e as reuniões com grupos de interesse realizadas bimestralmente com a participação de representantes das Forças Armadas.

Esses mecanismos têm contribuído sobremaneira para o aperfeiçoamento contínuo da ação, visto que as sugestões propostas aos parceiros do Programa são tratadas em alto nível e repassadas à coordenação do Projeto, que as implementa de acordo com o possível. Exemplo de propostas são as sugestões de realização de determinados cursos profissionalizantes que, regionalmente, são de maior impacto no mercado de trabalho e cuja procura por profissionais facilita a colocação dos jovens formados nesse mercado.

A participação social no âmbito do Projeto Rondon é executada por meio de consultas públicas a partir de entendimentos com as comunidades. O processo se inicia com reuniões e consultas às comunidades e se operacionaliza através da atuação das IES nos Municípios selecionados. As ações, realizadas pelas IES, têm como base as diretrizes do Projeto, dentre as quais se destacam:

a) contribuir para o desenvolvimento sustentável nas comunidades carentes, visando as habilidades universitárias;

b) estimular a busca de soluções para os problemas sociais da população, formulando políticas públicas locais, participativas e emancipadoras;

c) assegurar a participação da população na formulação e no controle das ações;

d) democratizar o acesso às informações sobre benefícios, serviços, programas e projetos, bem como recursos oferecidos pelo poder público e pela iniciativa privada e seus critérios de concessão.

A apresentação das necessidades e carências e a intensa participação da população são feitas por intermédio de conselhos municipais, cooperativas e outras associações.

A avaliação da satisfação dos usuários/beneficiários para a Ação Soldado-Cidadão é realizada pelas entidades parceiras, Comandos das Forças (Marinha, Exército e Aeronáutica) e Comitê Gestor do Projeto, por intermédio de questionários, reuniões de coordenação e viagens de acompanhamento. Ao final do exercício financeiro, é elaborado um relatório no qual são apontados aspectos positivos e negativos e sugeridos aperfeiçoamentos para o desenvolvimento do Projeto no ano seguinte. Os militares temporários, após serem licenciados por término de Serviço Militar, apresentam-se por cinco anos consecutivos para atualização de seus dados cadastrais. Nessas oportunidades, são realizadas pesquisas no universo apresentado a respeito da efetividade do Projeto. Nas duas pesquisas realizadas, foi obtido o percentual de cerca de 70% de jovens que realizaram o Soldado-Cidadão e obtiveram êxito de ingresso no mercado de trabalho ou estão gerando renda com as capacitações profissionais adquiridas. Em face das dificuldades conjunturais para ingresso no mercado de trabalho, o resultado pode ser considerado muito bom.

Os mecanismos utilizados para a avaliação da satisfação dos usuários/beneficiários do Projeto Rondon são os relatórios das IES, e das Prefeituras dos Municípios em que foram desenvolvidas as ações.

No período de novembro a dezembro, é elaborado e divulgado aos executantes um Plano de Gestão do Projeto Soldado-Cidadão para o ano seguinte, em que são estabelecidos instrumentos e medidas de acompanhamento (viagens de acompanhamento), de coordenação (reuniões bimestrais do Comitê Gestor) e de controle e avaliação (planejamento inicial, relatório de acompanhamento físico mensal, relatório de acompanhamento orçamentário e financeiro mensal e relatório anual).

No Projeto Rondon as decisões e os eventos são sempre deliberados em um Comitê de Orientação e Supervisão, composto por oito Ministérios e a Secretaria Especial da Presidência da República. O uso do Comitê é uma prática de gestão que tem obtido resultados altamente positivos.

De acordo com informações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), a solicitação de exclusão do indicador Grau de Atendimento à Demanda de Transporte Aéreo Governamental foi acatada e realizada para o PPA 2008-2011.

CALHA NORTE

GERENTE DO PROGRAMA

José Roberto Ramos de Almeida

OBJETIVO

Aumentar a presença do Poder Público na região ao norte do rio Solimões/Amazonas, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região.

PÚBLICO-ALVO

População da região da Calha Norte

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 455.021.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 273.360.679,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 273.360.679,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Densidade Populacional na Região da Calha Norte - habitante por km²	1.00	1.10	1.15	2.69	1.31	205,34%
2. Extensão de Fronteira por Núcleo de Povoamento integrado à Pequena Unidade Militar - km por núcleo	375.00	330.00	330.00	300.00	300.00	100%

1. DENSIDADE POPULACIONAL NA REGIÃO DA CALHA NORTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A densidade populacional na área abrangida pelo Programa cresceu acima do esperado. Ressalta-se que este indicador não constará no PPA 2008-2011, uma vez que se trata de indicador genérico e não contribui, de forma objetiva, para a avaliação de sua execução.

2. EXTENSÃO DE FRONTEIRA POR NÚCLEO DE POVOAMENTO INTEGRADO À PEQUENA UNIDADE MILITAR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Com o andamento da construção do Pelotão de Fronteira de Marechal Thaumaturgo, no Acre, o índice foi alcançado em 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Nos objetivos setoriais do Ministério da Defesa (MD), o Programa contribui para vitalizar a região da Calha Norte, promovendo o desenvolvimento sustentável e integrando sua população à cidadania e ao conjunto nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Construção de embarcações para controle e segurança da navegação fluvial: duas das principais realizações em 2007 foram a ampliação do número de meios flutuantes e a modernização dos meios disponíveis dos Comandos da Marinha e da Aeronáutica, de modo a torná-los suficientes para a consecução do objetivo de manter o controle e a segurança da navegação fluvial na região, bem como o apoio logístico na área.

• Implantação da infra-estrutura básica nos Municípios da região da Calha Norte: realizada por meio de ações provenientes de emendas parlamentares, cujos recursos foram aplicados, mediante convênios com Estados e Prefeituras, na realização de obras de infra-estrutura básica nas áreas de saúde, educação, saneamento básico, transporte, energia e comunicações, nas comunidades mais carentes da região.

• Implantação de Unidades Militares na região:

a) no âmbito do Exército Brasileiro: foram realizadas obras de complementação da 2ª Brigada de Infantaria de Selva de São Gabriel da Cachoeira (AM), conclusão do auditório do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), em Manaus (AM) e implantação da infra-estrutura do 3º Batalhão de Infantaria na Selva (BIS) com obras no quartel, na Vila Militar, no Hotel de Trânsito dos Oficiais, Próprios Nacionais Residenciais (PNR), em Barcelos (AM) e construção de Pavilhão de Subunidade no 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada em Boa Vista (RR);

b) no âmbito da Marinha do Brasil: construção de 12 PNR, em Manaus (AM), ampliação do Ambulatório Naval em Manaus (AM), construção de prédio para a Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental, em Manaus (AM) e recuperação da carreira para reparos de embarcações em Belém (PA);

c) no âmbito da Força Aérea Brasileira: conclusão de bloco de PNR em Manaus (AM), construção do arquivo geral do Hospital de Aeronáutica de Belém (PA), construção de PNR para oficiais em Manaus (AM) e reforma do Hospital de Aeronáutica de Manaus (AM).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Existem diversos mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações. Mensalmente, são realizadas reuniões de trabalho da equipe técnica dos convênios para avaliar o andamento das obras em execução; e visitas *in loco*, por equipe do Programa, às obras conveniadas de acordo com o seu cronograma. No mínimo, cada obra é fiscalizada duas vezes, além da vistoria final. No caso das ações que demandam repasses para os Comandos Militares, é enviado um relatório mensal ao Programa, prestando conta da aplicação dos recursos repassados.

Outra ferramenta que auxilia o acompanhamento do andamento das obras são os sistemas informatizados, desenvolvidos internamente. Também no início da cada ano é enviado um relatório de gestão à Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa (Ciset/MD). No âmbito externo do Programa, há atualização constante de suas ações no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

Quanto ao cumprimento de metas físicas, houve execução física de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. As ações do Programa que têm seus recursos alocados na LOA e que não sofrem acréscimos por meio de emendas parlamentares têm regularidade em sua execução no decorrer do ano. Os recursos orçamentários executados foram suficientes, sendo a execução orçamentária compatível com a dotação autorizada na LOA 2007. Houve também certa incompatibilidade entre o fluxo de recursos e a programação física, mas que não prejudicou decisivamente a execução programada.

Com relação às ações que recebem recursos provenientes de emendas parlamentares, houve duas situações de liberação de recursos em 2007, uma dos restos a pagar em 2007, provenientes de 2006, liberados no decorrer do ano entre março e dezembro e outra dos recursos da LOA 2007, liberados quase no final do ano e somente para empenho, que entrarão como restos a pagar de 2007 em 2008.

Certamente tal manobra prejudica a programação de convênios, pois não há regularidade, ao longo do ano, na sua liberação, acumulando restos a pagar do ano anterior com recursos da LOA do ano corrente. Nas demais ações houve fluxo regular de recursos no decorrer do ano. Alguns pontos negativos na execução do Programa:

a) atraso recorrente na prestação de contas dos Estados e Municípios, apesar das cobranças efetuadas pela equipe técnica e pelo ordenador de despesas;

b) falta de engenheiros para fazer as fiscalizações nas obras executadas por meio de convênios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Com relação a mecanismos que promovem a participação social, a equipe do Programa realiza constantemente reuniões com as comunidades abrangidas, que assumem caráter relevante para a obtenção de informações sobre as obras em andamento.

Não existe avaliação da satisfação de seus beneficiários, uma vez que faltam recursos financeiros para que seja realizada dentro dos parâmetros técnicos adequados. Existe avaliação subjetiva da satisfação dos beneficiários, realizada em visitas de comitiva à área de sua abrangência, em conversas e reuniões com autoridades municipais e estaduais, e pelo interesse demonstrado pela elevada demanda dos parlamentares da região na alocação de emendas ao Programa.

Por fim, boas práticas realizadas no âmbito do Programa são as fiscalizações criteriosas nas obras conveniadas e a elevada capacitação de seu pessoal.

A gerência do Programa destaca que há restrição do espectro de obras executadas pelo Programa na vertente civil, resultado da celebração de convênios. Grande parte de obras já foi restringida pelas novas Diretrizes Estratégicas de 2007. Há necessidade, ainda, de criação de um departamento para tratar dos assuntos específicos do Calha Norte, particularmente, com a ampliação do número de engenheiros na divisão de convênios a ser criada e da contratação de mais três engenheiros para fiscalização nas obras executadas por meio de convênios.

COMUNICAÇÕES, COMANDO, CONTROLE E INTELIGÊNCIA NAS FORÇAS ARMADAS

GERENTE DO PROGRAMA

João Francisco Ferreira

OBJETIVO

Aperfeiçoar a capacidade de comando, controle e inteligência do Sistema de Defesa e a Segurança da Comunicação Militar.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 25.313.552,00	Empenho Liquidado:	R$ 23.222.752,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 23.222.752,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Nível de Implantação dos Sistemas de Comunicação, Comando, Controle e Inteligência – Porcentagem	-	-	-	20.00	26.00	76,92%

1. NÍVEL DE IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO, COMANDO, CONTROLE E INTELIGÊNCIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice previsto para o final do PPA 2004-2007 não foi atingido, uma vez que não foram alocados os recursos planejados, permanecendo, portanto, etapas para o próximo Plano.

CONTEXTUALIZAÇÃO

É imprescindível aperfeiçoar a capacidade de comando e controle de todos os órgãos envolvidos na tarefa de defesa nacional, proporcionando-lhes condições que facilitem o processo de decisão, baseado em sistemas inteligentes e capazes de antecipar situações que

exijam sua utilização, e em meios de comunicação modernos e seguros e na atividade de inteligência com forte suporte no sensoriamento remoto.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Implantação do Centro de Operação do Comando Supremo e Forças Singulares:

a) interoperabilidade crescente entre as Forças;

b) funcionamento do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM) na plenitude dos recursos previstos na versão atual;

c) participação do Estado-Maior de Defesa (EMD) na elaboração e implantação da infra-estrutura do Sistema de Comando e Controle (C2) para o Plano Brasileiro de Contingência para a Pandemia de *Influenza*.

- Recursos liberados foram aplicados, principalmente, na expansão do Sistema em Banda X do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS), conforme previsto no Plano de Desenvolvimento e de Implantação do SISCOMIS, atendendo às necessidades do Estado-Maior de Defesa.

- Manutenção do SISCOMIS, que atingiu o objetivo de mantê-lo instalado e em condições operacionais. Os recursos disponíveis foram aplicados na manutenção e na atualização dos equipamentos do SISCOMIS e no pagamento de contratos de fornecimento de enlaces de comunicações e de manutenção, além da aquisição de um Sistema de Gerenciamento da Banda X, a fim de otimizar a utilização das Estações em Banda X que atendem às Operações Combinadas do Estado-Maior de Defesa (EMD). Dessa forma, o SISCOMIS tem operado adequadamente.

- Apoio à Inteligência por meio do Sensoriamento Remoto:

a) adaptação de banco de dados para acesso ao Portal de Inteligência Operacional (PIOp) do MD;

b) obtenção de imagens, provenientes de sensoriamento remoto, para o planejamento e a execução de operações militares;

c) custeio de projetos de desenvolvimento tecnológico, como é o caso dos softwares de geoprocessamento do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira (FAB).

- Implantação do Sistema de Comunicações Seguras (SECOS):

a) aquisição de equipamentos e instrumentos de teste;

b) modernização de laboratórios das Forças, a fim de permitir o desenvolvimento de interfaces entre os sistemas táticos atuais;

c) realização do 3º Seminário de Dados Operacionais (3º SEDOP).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Apesar da insuficiente dotação de recursos, diante da grandeza do objetivo que o Programa impõe como resultado do somatório das metas das suas ações constituintes, as quais, por sua vez, expressam as necessidades atuais do Sistema de Defesa, podemos considerar alcançados os objetivos definidos, coerentemente, com as dotações recebidas, com execução financeira alcançando níveis acima de 90%.

Dentre os mecanismos de monitoramento, no âmbito da gerência, do desempenho físico das ações, destacam-se as reuniões de trabalho. Sempre que uma etapa do projeto é cumprida, o Gerente é informado, pessoalmente, e por relatório circunstanciado. Além disso, ele acompanha, pessoalmente, ou por intermédio de assessores, o desenvolvimento de todos os projetos. Destaca-se que, para cada operação combinada, um representante do EMD avalia o emprego das imagens de satélite fornecidas, bem como o nível de satisfação dos solicitantes das imagens; e o fluxo de informações ocorre percorrendo os canais de comando sob forma de relatórios de execução física e financeira.

Quanto ao cumprimento de metas físicas, houve execução física, em grande parte das ações, de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. A execução discriminada por ação segue abaixo:

a) implantação do Centro de Operação do Comando Supremo e Forças Singulares: a meta física atingida foi de 87,86%. Deixaram de ser recebidos no exercício, em razão de entraves administrativos na realização de licitações e na celebração de contratos, equipamentos do Sistema Militar de Comando e Controle (C2), tanto para os Centros de Comando e Controle (C3) das Forças Armadas como para os Centros de C2 do Comando Supremo, porém o apoio às operações combinadas e o desenvolvimento do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM), software principal do C2, de nível estratégico, puderam ser executados de acordo com o planejamento estabelecido;

b) implantação do SISCOMIS: todos os produtos e serviços contratados foram atendidos segundo os requisitos preestabelecidos, com parte dos equipamentos sendo adquiridos no exterior. A meta física alcançada foi de 84,17%, proporcionando um desempenho excelente da ação;

c) manutenção do SISCOMIS: meta física prevista foi alcançada parcialmente (75,50%). A manutenção do Sistema atingiu seu objetivo, ficando o Sistema instalado em condições operacionais;

d) Sensoriamento Remoto para Apoio à Inteligência: todos os produtos e serviços contratados foram entregues e/ou realizados dentro dos prazos e requisitos preestabelecidos. A meta física atingiu o índice de 62,50%, proporcionando um desempenho satisfatório da Ação. Cabe ressaltar que todas as imagens previstas foram adquiridas, entretanto, por entraves administrativos, somente serão recebidas no exercício 2008. Neste ano, buscou-se a reestruturação e a adaptação dos bancos de dados das Forças Armadas para acesso ao PIOp do MD;

e) implantação do SECOS: todos os produtos e serviços contratados foram entregues e/ou realizados dentro dos prazos e requisitos preestabelecidos. A meta física alcançada foi de 85%, proporcionando um desempenho excelente da ação.

Já com relação aos recursos orçamentários executados, pode-se considerá-los insuficientes, como conseqüência, as metas não foram atingidas, os prazos dos projetos foram alongados e, com isso, a Nação deixou de contar com os instrumentos de comando e controle necessários ao emprego de sua expressão militar.

Em termos de compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física, pode-se afirmar que foi satisfatória, respeitando o planejamento e o ritmo de execução.

O contingenciamento orçamentário de 2007 prejudicou sobremaneira a forma como as metas foram atingidas na sua plenitude e obrigou a compatibilização entre os recursos disponíveis e planejamento.

Outro ponto negativo ao pleno desempenho das ações do Programa foram as dificuldades em licitações, decorrentes do atraso na liberação dos créditos aprovados, aliado à exigüidade dos prazos para início do cumprimento das missões.

Quanto ao fluxo de informações, cabe ressaltar que o alto índice da execução das Ações implementadas em outras unidades administrativas (Marinha, Exército e Aeronáutica) é adequado à estrutura militar, baseada na hierarquia e na disciplina, permeando todos os escalões de comando envolvidos. Há, portanto, um fluxo de duplo sentido: descendente, quando da distribuição das missões, acompanhadas dos recursos que tornam viáveis, e ascendentes, ao término das atividades planejadas e determinadas, sob a forma de relatórios de execução física e financeira.

CONTROLE DE ARMAMENTOS, MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS

GERENTE DO PROGRAMA

José Rosalvo Leitão de Almeida

OBJETIVO

Controlar a produção, utilização, importação, exportação, desembaraço alfandegário, circulação, armazenamento e comércio de armas, munições, explosivos e outros produtos perigosos.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas físicas e jurídicas que fabricam, utilizam, importam, exportam, transportam e comercializam produtos controlados pelo Exército Brasileiro (EB)

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 16.254.764,00	Empenho Liquidado:	R$ 16.239.128,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 16.239.128,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Controle de Armamentos, Munições e Explosivos – Porcentagem	138.63	169.11	169.45	202.65	100.00	202,65%

1. TAXA DE CONTROLE DE ARMAMENTOS, MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O nível de alcance do índice foi na ordem de 202% e o indicador foi apurado em 31.01.2008. O índice apurado está acima do previsto em virtude dos seguintes fatores: a disponibilização de recursos e equipamentos necessários à eficácia da fiscalização; e o cálculo das metas físicas da Ação Registro e Fiscalização de Produtos Controlados, única variável que interfere no indicador do Programa, considera como fiscalização realizada, por razões metodológicas, as atividades de registro, de controle e de apoio também.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Compete ao Comando do Exército autorizar e fiscalizar a produção, utilização, importação, exportação, desembaraço alfandegário, tráfego e comércio de armamentos, explosivos, munições e demais produtos controlados, realizar o registro e o cadastramento de todas as armas de uso restrito de posse dos órgãos de Segurança Pública e seus integrantes, bem como o de colecionadores, atiradores e caçadores, com base no art. 24 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e no Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000, que aprovou o Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Vistorias realizadas em Pessoas Físicas e Jurídicas registradas no EB.

- Concessões, revalidações e cancelamento de registros de Pessoas Físicas e Jurídicas e de armas de fogo.

- Processos administrativos instaurados para averiguar irregularidades no trato com produtos controlados pelo EB.

- Autorizações concedidas para aquisição de armas de fogo na indústria nacional e para transferência de titularidade de armas de fogo registradas no EB.

- Autorizações concedidas para importações e exportações de armas de fogo e munições.

- Autorizações concedidas para aquisição de munições na indústria nacional.

- Expedição de Guias de Tráfego, para Pessoas Físicas e Jurídicas, para transporte de produtos controlados pelo EB.

- Certificados internacionais de importação concedidos.

- Autorizações de exportações concedidas.

- Desembaraços alfandegários realizados.

Dentre os principais fatores que contribuíram para o alcance do resultado, destacam-se:

a) busca do cumprimento total do planejamento de vistorias em Pessoas Físicas e Jurídicas registradas no EB;

b) aquisição de equipamentos e veículos para a Rede de Fiscalização de Produtos Controlados;

c) melhoria dos sistemas informatizados;

d) reuniões de coordenação integrando os serviços de Fiscalização de Produtos Controlados das regiões Militares e a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados;

e) visitas de orientação técnica, realizadas pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, aos serviços de Fiscalização de Produtos Controlados das regiões Militares.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Com relação aos mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações, destacam-se: duas reuniões de trabalho entre os serviços de Fiscalização de Produtos Controlados das regiões Militares e a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados para coordenar procedimentos (cada Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados das regiões Militares realiza pelo menos uma reunião de coordenação com as Organizações Militares pertencentes à rede de fiscalização da sua área de abrangência). Foram realizadas, pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, 11 visitas de orientação técnica aos serviços de Fiscalização de Produtos Controlados das regiões Militares.

Ainda em relação ao monitoramento do Programa, a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados possui os seguintes sistemas de apoio e monitoramento da atividade de registro e controle:

a) Sistema de Gerenciamento Militar de Armas;

b) Sistema de Controle Fabril de Armas;

c) Sistema de Controle de Venda e Estoque de Munições;

d) Sistema de Guia de Tráfego Eletrônica;

e) Sistema de Controle de Registros de Carros Blindados.

Mensalmente, os serviços de Fiscalização de Produtos Controlados das regiões Militares enviam um relatório sobre execução de atividades de fiscalização, de registro e de controle. São enviados, também, relatórios de operações esporádicas realizadas pelos órgãos da rede de fiscalização.

Como mencionado anteriormente, a execução física da Ação do Programa ficou acima de 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007, em virtude da disponibilização de recursos e equipamentos necessários à eficácia da fiscalização, e da metodologia de cálculo das metas físicas da Ação 2919 - Registro e Fiscalização de Produtos Controlados, única variável que interfere no indicador do Programa, que considera como fiscalização realizada também as atividades de registro, de controle e de apoio.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes. Houve também, de maneira geral, compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física. O fluxo sofreu pequena descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. A liberação de recursos descontinuada não interferiu na execução física das atividades de fiscalização, registro e controle, em virtude da utilização de meios já existentes ou adquiridos, antecipadamente, para a execução dessas atividades.

Alguns pontos negativos ao desempenho do Programa, relacionados aos recursos humanos e ao processo licitatório foram:

a) ampliação de atribuições sem a contrapartida de aumento de pessoal: a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2004, ampliou de forma significativa as atribuições do EB com relação a produtos controlados. A essa ampliação de atribuições não se seguiu uma ampliação de efetivo para mobiliar a rede de fiscalização. Aliado a isso, a equipe gerencial é subordinada ao Comando do Exército, que possui sua atividade fim específica, prevista na constituição, que carece de recursos humanos focados, exclusivamente, na atividade de fiscalização;

b) qualificação insuficiente dos quadros de pessoal e alto índice de rotatividade: a formação dos quadros do Exército é focada na atividade fim da força terrestre, prevista na constituição. Além disso, a grande rotatividade de pessoal enseja constante preocupação com o treinamento visando a qualificação e o aprimoramento do pessoal envolvido nas atividades de fiscalização;

c) dificuldades em licitações e celebração de contratos: as atividades de fiscalização, de registro e controle são realizadas por diversas organizações (unidades gestoras) do EB, que, em geral, priorizam sua atividade fim em detrimento das atividades relativas a produtos controlados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

De modo a fomentar a participação social, durante o desenvolvimento de normatizações, são feitas consultas a federações, clubes, agremiações, associações de classe, grupos de interesse e demais setores envolvidos com o assunto a ser normatizado, visando seguir os preceitos legais e atender aos anseios da sociedade.

A Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) disponibiliza um canal de mensagem eletrônica, conhecido como Fale DFPC, que permite a interação entre o EB e os setores da sociedade com interesse em informações, sugestões, dúvidas e reclamações a respeito da atividade de fiscalização de produtos controlados.

Por fim, de modo a compensar a insuficiência na quantidade de recursos humanos, busca-se cada vez mais a implementação de sistemas informatizados.

DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL

GERENTE DO PROGRAMA

Solange Paiva Vieira

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento do Sistema de Aviação Civil brasileiro a fim de melhorar a qualidade da prestação dos serviços oferecidos pelos componentes do Sistema.

PÚBLICO-ALVO

Usuários e pessoal especializado da aviação civil

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 145.979.104,00	Empenho Liquidado:	R$ 113.700.959,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 113.700.959,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Evolução das Licenças Expedidas Porcentagem	-	1.05	1.05	1.05	1.05	100%
2. Evolução de Fiscalização em Empresas - Porcentagem	-	-	-	1.05	1.05	100%
3. Evolução de Produtos, Equipamentos e Procedimentos Fiscalizados - Porcentagem	-	-	-	1.05	1.05	100%
4. Grau de Acompanhamento de Aeronautas em Atividade – Porcentagem	-	-	0.95	0.95	0.95	100%
5. Índice de Segurança de Vôo - Acidente por Milhão de Decolagens	-	1.06	1.05	1.05	1.05	100%

1. EVOLUÇÃO DAS LICENÇAS EXPEDIDAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A evolução das licenças expedidas alcançou o índice esperado dentro da ação "Homologação, Registro e Controle de Empresas, Equipamento e Pessoal Especializado".

2. EVOLUÇÃO DE FISCALIZAÇÃO EM EMPRESAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A fiscalização em empresas apresentou crescimento constante ao longo do período.

3. EVOLUÇÃO DE PRODUTOS, EQUIPAMENTOS E PROCEDIMENTOS FISCALIZADOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice esperado foi alcançado dentro da ação "Homologação, Registro e Controle de Empresas, Equipamento e Pessoal Especializado".

4. GRAU DE ACOMPANHAMENTO DE AERONAUTAS EM ATIVIDADE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice esperado foi alcançado, se levada em consideração a média de execução física da ação "Avaliação Médica para o Sistema de Aviação Civil".

5. ÍNDICE DE SEGURANÇA DE VÔO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Apesar da crise do setor aéreo, o Brasil continua com um dos maiores índices de segurança de vôo do mundo.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A necessidade do transporte aéreo de pessoas e cargas, dentro e fora do Território Nacional, buscando promover um serviço de qualidade por meio do apoio à formação de pessoal especializado, aperfeiçoamento dos instrumentos de certificação, fiscalização e controle da aviação civil brasileira.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Melhoria da qualidade da prestação de serviços oferecidos pelo Sistema de Aviação Civil.

- Crescimento do apoio à formação de pessoal especializado.

- Aperfeiçoamento dos instrumentos de certificação, fiscalização e do Sistema de Informações da Aviação Civil.

- Manutenção do nível de segurança nos vôos civis, por meio da avaliação médica periódica de tripulantes.

- Realização de 11.660 fiscalizações em empresas e aeroportos.

- Aquisição de duas aeronaves para instrução em aeroclubes.

- Realização de 4.122 homologações de Registro e Controle de Empresas, Equipamentos e Pessoal Especializado.

- Realização de 42.873 avaliações médicas periódicas e/ou eventuais.

- Matrícula de 2.860 alunos em cursos de formação e especialização na área de Aviação Civil.

- Manutenção e atualização do Sistema de Informações para Controle da Aviação Civil.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento das ações é feito através de reuniões e visitas. As reuniões de trabalho são realizadas sempre que necessário, sem periodicidade específica. As visitas *in loco*, quando necessárias, são feitas pelos responsáveis pela execução das ações.

O Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) é o principal sistema através do qual é acompanhada a execução das ações. São gerados relatórios de gestão essenciais ao monitoramento por parte da alta administração.

A execução física foi realizada de forma satisfatória, de 80% a 100% do previsto na Lei de Orçamento Anual (LOA) 2007. As ações "Fiscalização da Aviação Civil" e "Homologação, Registro e Controle de Empresas, Equipamento e Pessoal Especializado" tiveram suas metas físicas superadas. Já as ações "Apoio a Aeroclubes" e "Construção e Reforma de Instalações para o Sistema de Aviação Civil" ficaram prejudicadas tendo em vista que o processo licitatório para contratação de empresas especializadas não foi deliberado pela Diretoria da Agência Nacional de Avião Civil (ANAC), considerando que estava sem o *quorum* necessário para a aprovação, conforme previsto no inciso V, do art. 24 do anexo 1 do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006.

A dotação orçamentária para o ano foi insuficiente, mas não acarretou grandes problemas na execução, pois o Programa já estava prejudicado devido à não-deliberação dos processos licitatórios citados anteriormente.

Um fator que gera impacto sobre o limite de recursos do órgão é a necessidade de locação de outros imóveis para comportar sua atual estrutura organizacional. A sede da ANAC funciona em prédio anteriormente ocupado pela extinta Viação Aérea São Paulo (VASP), cujas instalações são insuficientes para atender toda a estrutura organizacional da Agência.

A carência de pessoal executor é justificável considerando a recente criação da Agência (abril de 2006). As cessões de pessoal autorizadas pelos seus órgãos de origem, a maioria para ocupar funções gerenciais, e a admissão de servidores por concurso público não supriram todas as necessidades da Agência. Em 2007, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) autorizou a realização de outro concurso.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social no Programa é feita por intermédio da Ouvidoria e da Assessoria de Relações com o Usuário (ARUS) da ANAC, que funcionam como órgãos de assessoria direta da alta direção. Participam de audiências públicas, fazem reuniões com diversos grupos de interesse (sindicatos, empresas e a indústria da aviação de modo geral). Servem também como importantes ferramentas de avaliação da satisfação dos beneficiários.

Os dados coletados por meio da participação social foram essenciais ao aprimoramento dos serviços prestados pela Agência aos usuários do Sistema de Aviação Civil. Foram implementadas ações de mediação entre as empresas aéreas e os usuários da aviação civil e propostas mudanças na legislação de aviação civil, além da participação em Audiências Públicas como a que tratou das obras para a recuperação da pista auxiliar do Aeroporto Internacional de Congonhas.

A maioria das gerências regionais encontra-se com problemas de instalações físicas. Suas atividades eram desenvolvidas pelos Serviços Regionais de Aviação Civil (SERACs) que ocupavam espaços restritos e diminutos, adequados às atividades militares com pequeno efetivo. Entretanto, com o aumento da estrutura organizacional, existe a necessidade de reformas para adequação ou ampliação das instalações e, em determinadas situações, a aquisição ou contratação de local para instalação de novas sedes.

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

GERENTE DO PROGRAMA

Sérgio Maurício Brito Gaudenzi

OBJETIVO

Aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do sistema de infra-estrutura aeroportuária brasileira.

PÚBLICO-ALVO

Usuários do sistema aeroportuário brasileiro

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.492.718.587,00	Empenho Liquidado:	R$ 184.838.202,00
	Pago Estatais:	R$ 514.644.624,00
	Total:	**R$ 699.482.826,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 300.000.000,00	R$ 0,00	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Grau de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária - Porcentagem	-	-	78.60	39.02	74.00	52,73%

1. GRAU DE DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apresentou realização acima do projetado devido ao bom desempenho apresentado em 2005, com 70,0%, e em 2006, com 78,6%, onde a maioria das obras transcorreu nos prazos previamente estabelecidos em cronograma. Em 2007, houve baixo desempenho, 39,0%, em decorrência, principalmente, de retenção cautelar de valores estabelecida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nas principais obras do Programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Suportar o desenvolvimento sócio-econômico nacional por meio da continuidade da expansão e modernização da infra-estrutura aeroportuária, por intermédio de apoio às

empresas no escoamento de suas produções, do aumento das opções de acesso ao Território Nacional, beneficiando a indústria do turismo, da promoção da integração regional como parte essencial da inserção competitiva do País no Mercado Comum do Sul (Mercosul) e do estabelecimento de opções de acesso de aeronaves militares em todo o País como fator de integração, desenvolvimento e defesa nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Adequação e ampliação do sistema de pistas e pátios do Aeroporto Internacional de Guarulhos: considerado o principal aeroporto internacional do País, atualmente, tem dois terminais com capacidade para movimentar aproximadamente 17.000.000 passageiros por ano, além de operar com quase quinhentas operações de pouso e decolagem e dispor do maior terminal de logística de carga aérea internacional da América do Sul. Para atender essa demanda e proporcionar segurança operacional, foi necessária a recuperação da pista de pouso e decolagem, adequando as áreas de rolagem e pátios de aeronaves. Em relação à execução financeira de 2007, os investimentos realizados no Aeroporto Internacional de Guarulhos atingiram 64% do orçamento previsto. A realização não atingiu o programado em função da paralisação das obras da pista principal devido à interdição parcial do Aeroporto de Congonhas, onde se executavam obras de recuperação da pista principal deslocando vários vôos daquele aeroporto para Guarulhos, como também, pelos recursos orçamentários complementares oriundos do aporte de capital só terem sido autorizados por meio do Decreto em 3 de agosto de 2007.

• Reforma e ampliação do terminal de passageiros e do sistema de pistas e pátios do Aeroporto Santos Dumont: as obras aumentaram sua capacidade de 3.200.000 passageiros por ano para 8.500.000 passageiros por ano, com a ampliação da área de 33.000 m^2 para 61.090 m^2, visando atender a demanda operacional. Foram realizados 50% do montante de investimentos previstos para 2007. A parcela contratada da obra de ampliação do terminal de passageiros está concluída e em fase de recebimento final. Encontra-se pendente a emissão de termo de recebimento definitivo e pagamento da última parcela devida ao consórcio, bem como serviços necessários à conclusão total do empreendimento que será objeto de nova licitação.

• Construção de terminal de passageiros, de Torre de Controle e de sistema de pista do Aeroporto de Vitória: atualmente, opera regularmente 78 vôos diários e dois vôos cargueiros internacionais semanais para Miami (EUA), movimentando mais de 105 mil usuários por mês, e aproximadamente 10,2 mil toneladas de cargas anualmente, 36% destas internacionais. A construção do novo sistema terminal, com capacidade para 2.100.000 passageiros por ano, tornou-se necessária para atender a demanda operacional crescente, pela região ser pólo de sustentação alternativo para operações aéreas ao norte do Rio de Janeiro e dar suporte as operações *off-shore* da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), como também visa alavancar o desenvolvimento do Estado. Estima-se a geração de 4.800 novos empregos após a conclusão do empreendimento. Em relação à execução de 2007, o empreendimento foi apontado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) com sobre-preço, sendo exigida retenção cautelar e o equacionamento das divergências de preços em componentes da obra, o qual foi entregue em novembro de 2007. A obra estava paralisada desde abril de 2007 e

foi retomada pelo consórcio construtor em novembro de 2007. A contratada apresentou apólices de seguro e fiança bancária para garantia financeira em substituição a retenção cautelar, medida proposta pelo consórcio e aceita pelo TCU. Os recursos orçamentários complementares, provenientes do aporte de capital, só foram autorizados por meio de Decretos em 3 de agosto de 2007 e 4 de outubro de 2007. Tais fatos ocasionaram o atraso significativo na execução da obra e a baixa realização orçamentária.

• Construção de terminal de passageiros no Aeroporto Internacional de Macapá: atualmente, o aeroporto possui uma capacidade de 170.000 passageiros por ano, e desde 1995 já registra uma demanda superior a sua capacidade. Destaca-se a importância do Aeroporto Internacional de Macapá, por ser o modal de transporte mais eficiente e de rápido acesso, dada a sua localização geográfica na região amazônica, sendo importante meio de integração nacional do Estado do Amapá com as demais regiões do País. A capacidade do aeroporto será de 700.000 passageiros por ano com a conclusão da obra e estima-se a geração de mil novos empregos na região. Em se tratando da execução de 2007 da ação, foram realizados apenas 22% do montante de investimento previsto. Os recursos disponíveis não foram utilizados em sua totalidade devido à suspensão dos pagamentos da obra por determinação do TCU, em 31.05.2007, até a exclusão da empresa Gautama do consórcio construtor, ocorrido somente em novembro de 2007, fato que ocasionou o atraso do empreendimento. O reinício das obras deu-se em 05.12.2007 através do Acórdão nº 2.603/2007 do TCU, com retenção cautelar de 28,8% e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) entregou à Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União (SECOB/TCU) as composições de 107 preços para análise daquele órgão, visando à conclusão e encerramento do processo.

• Adequação do terminal de passageiros, do sistema viário e do sistema de pistas e pátios do Aeroporto Internacional de Congonhas: o aeroporto com maior movimento de passageiros do País, tem capacidade para 12.000.000 passageiros por ano e opera acima da sua capacidade limite. Localizado em área urbana sensível, fato que impossibilita sua expansão, e extremamente exposto a qualquer alteração de natureza operacional o aeroporto opera em seu limite máximo de aeronaves, de 220.000 por ano. Assim, visando manter a segurança operacional e de navegação aérea, o aeroporto limita-se futuramente a operar com esse limite máximo de aeronaves. Devido ao fluxo, fez-se necessária reforma e modernização do terminal de passageiros e dos sistemas de pistas e pátios. Os investimentos realizados em 2007 no aeroporto atingiram 95% do orçamento previsto. As obras de recuperação do pavimento da pista principal e de táxi foram concluídas em setembro de 2007 e as obras na pista auxiliar e no terminal de passageiros está em fase de recebimento final. Ainda estão pendentes serviços necessários à conclusão total do empreendimento que será objeto de nova licitação.

• Execução de terraplanagem, pavimentação, drenagem, sinalização horizontal e de obras de infra-estrutura de sistemas de auxílio e proteção ao vôo do novo complexo aeroportuário em São Gonçalo do Amarante: o atual Aeroporto de Natal está com sua capacidade no limite em função da atividade turística. O novo Aeroporto Internacional de Natal, situado no Município de São Gonçalo do Amarante, deverá substituir o aeroporto atual situado no Município de Parnamirim, que será utilizado exclusivamente para

operações militares. A realização de obras e serviços de engenharia do aeroporto de Natal, em 2007, está 31% abaixo do orçamento previsto devido à liberação da complementação dos recursos orçamentários, provenientes do aporte de capital, ter ocorrido por meio de Decreto somente em 4 de outubro de 2007, prejudicando sobremaneira o cronograma de realização da obra. Foi executada a terraplanagem da pista de pouso/decolagem, concluído o lançamento de base em brita graduada e iniciada a primeira camada de revestimento asfáltico. Em outubro de 2007, foi concluída a elaboração do termo de referência para contratação de EVTEA para finalização de estudo e tomada de decisão sobre modelo de financiamento para implantação do novo terminal de passageiros e de cargas.

• Construção de terminal de passageiros, de sistemas de pistas e pátios, de estacionamento de veículos e de sistema viário interno no Aeroporto de Goiânia: atualmente, possui uma capacidade de 600.000 passageiros por ano e uma área de 6.220 m^2, o investimento fez-se necessário devido ao aumento da demanda de passageiros e aeronaves, como também pelas necessidades de modernização e readequação do atual TPS, considerando a importância deste para a cidade de Goiânia e região de Goiás, e ao atendimento da cidade com um novo e moderno aeroporto. Com a conclusão da obra, a capacidade será de 2.100.000 passageiros por ano, com geração prevista de 3.600 novos empregos. Em relação à execução de 2007, os investimentos realizados no Aeroporto de Goiânia atingiram 35% do valor orçado. Houve paralisação unilateral da obra por parte do consórcio responsável pelo empreendimento em abril de 2007, por motivo de interposição pelo TCU de retenção cautelar, fato que ocasionou o atraso da obra. A Infraero notificou o consórcio a manifestar-se formalmente sobre o interesse em retomar as obras sob pena de ser promovida a rescisão contratual e encaminhou ao TCU a composição de preços para análise daquele órgão, em atendimento às suas determinações, visando a conclusão e o encerramento do processo.

• Recuperação do sistema de pistas e pátios do Aeroporto Internacional do Galeão: considerado grande meio de ligação do Brasil e do Exterior, com aproximadamente 40% da preferência dos turistas, sua capacidade atende a 15 milhões de usuários por ano com dois terminais de passageiros e um dos maiores terminais de logística de carga. A realização do referido projeto visa garantir ao Aeroporto Internacional do Galeão as exigências operacionais e de segurança, com a recuperação, reforma e manutenção do atual sistema de pistas e pátios. Em relação à execução de 2007, a obra foi iniciada somente em novembro de 2007, motivo da baixa realização no ano. O recurso orçamentário proveniente do aporte de capital só foi autorizado por meio de Decreto em 4 de outubro de 2007.

• Expansão da infra-estrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de João Pessoa: o investimento realizado no Aeroporto de João Pessoa se justifica pelo aumento da demanda devido ao turismo e pelo fato do aeroporto ser alternativa operacional para o Aeroporto de Recife. Os investimentos realizados em 2007 atingiram praticamente 100% do seu valor orçado, ou seja, 94%. A obra para reforma e ampliação do terminal de passageiros, reforço da pista de pouso 16/34, pista de rolamento, pátio de estacionamento de aeronaves está concluída em fase de encerramento de contrato. A área do aeroporto foi ampliada de 6.067 m^2 para 9.464 m^2 com ampliação da capacidade de 580.000 para 860.000 passageiros por ano.

• Reforma e ampliação de aeroportos e aeródromos de interesse nacional, visando atender às necessidades operacionais da Força Aérea Brasileira (FAB). Com uma realização financeira de 89,69% e física de 44,09%, tem-se que parte (aproximadamente 35%) do valor inicialmente previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007, de R$ 163.120.333, foi contingenciado, totalizando R$ 57.179.399. O valor disponível foi suficiente para a realização de obras em 28 unidades aeroportuárias. Do total contingenciado, foi liberado em dezembro de 2007 o montante de R$ 40.362.150, o que obrigou um grande volume de restos a pagar para 2008, resultando em uma baixa execução física (44,09% em relação às 37 unidades inicialmente previstas no PPA ou de 58,26% em relação às 28 unidades após o contingenciamento) em relação ao crédito empenhado.

• Construção de aeroportos e aeródromos de interesse nacional visando atender às necessidades operacionais da FAB. Com uma realização financeira de 1,92% e física de 1,90%, tem-se que grande parte (aproximadamente 90%) do valor inicialmente previsto na LOA 2007, de R$ 2.600.000,00, foi contingenciado, totalizando R$ 2.350.000. O baixo valor disponível foi suficiente apenas para a manutenção do canteiro de obras, não permitindo a realização de qualquer etapa da obra prevista no Aeródromo de Santa Rosa do Purus (AC).

Cabe ressaltar que a paralisação temporária de obras importantes, retomadas apenas no final do exercício de 2007, em decorrência principalmente de retenção cautelar de valores estabelecida pelo TCU e de atrasos no processo de licitação, prejudicou a execução de algumas ações, tendo sido realizado 43% do montante previsto em Lei para o Programa.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Existem diversos mecanismos de monitoramento das ações do Programa. Após a inclusão de algumas ações no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pelo Governo Federal, a partir de 2007 semanalmente foram (e ocorrerão até o final do Programa) realizadas reuniões na Casa Civil para o acompanhamento e direcionamento da execução física e financeira das ações. Há também, no âmbito da Infraero, grupo de trabalho formal para realização de ações relativas à elaboração, ao acompanhamento e à avaliação do PPA.

A Infraero, através do gerente da obra, contrata corpo técnico de Engenharia para auxílio na medição e na fiscalização das obras em andamento, com o objetivo de atestar a sinopse das medições dos empreendimentos.

Mensalmente, encaminha-se à área financeira planilha com dados de realização financeira e física oriundos do sistema de Engenharia da Infraero (Sistema de Preparação e Controle Orçamentário - SIPRECO), cujos dados são atualizados no mesmo intervalo de tempo pela sinopse das medições das obras nos aeroportos.

A execução física das ações do Programa fechou 2007 aquém do esperado, com 43% do previsto na LOA 2007. A baixa execução pode ser explicada pelos seguintes motivos:

a) atrasos nos processos licitatórios devido às maiores exigências formais, técnicas e de controle para contratação de obras e, além disso, os valores das planilhas de obras encontram-se em discussão junto ao TCU. De modo a minimizar tal problema, está sendo elaborada lista de preços, nos moldes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) com apoio da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

b) paralisações em decorrência de retenção cautelar de valores das medições, interpostas pelo TCU nas obras dos Aeroportos de Goiânia e Vitória e pela substituição de empresa no consórcio construtor que realiza a obra do Aeroporto de Macapá, também determinada pelo TCU.

c) lentidão no processo de licenciamento ambiental - houve atraso na obra do Aeroporto de Internacional de Curitiba devido à lentidão da emissão da autorização de construção pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para execução das obras de infra-estrutura;

No tocante à regularidade de recursos, houve compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física, tendo sido os recursos liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. No âmbito da Infraero, os investimentos são executados de forma direta com recursos próprios e do Adicional de Tarifa Aeroportuária (ATAERO) (Lei nº 7920, de 12 de dezembro de 1989 e Lei nº 8399, de 7de janeiro de1992). Em 2007, a empresa recebeu recursos advindos do PAC do Governo Federal, por meio do MD, através do Orçamento Fiscal. A liberação destes recursos não foi impedimento para o andamento das obras. No caso do Comando da Aeronáutica, entretanto, houve contingenciamento e liberação tardia dos recursos prejudicando o andamento das obras de reforma e ampliação dos aeroportos e aeródromos de interesse nacional que são de responsabilidade daquele órgão.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social. A Ouvidoria da Infraero, desde 2003, serve como fonte de registro oficial de anseios, vontades, expectativas, satisfações, pleitos, queixas, entre outros, do público nacional e estrangeiro, com potencial para suprir os gestores com informações fundamentais ao processo de melhoria contínua da Empresa. Ainda, são realizadas audiências públicas em obras que geram impacto para a sociedade local, como é o caso da construção de aeroportos em áreas mais urbanizadas onde há necessidade de desapropriações, incidência de poluição sonora ou risco de segurança, visando o consenso entre as partes envolvidas.

A avaliação da satisfação de seus beneficiários é medida através do acompanhamento das notícias nos meios de comunicação, além das pesquisas de satisfação e da disponibilidade do serviço de Ouvidoria. Com isso também são verificadas as necessidades dos usuários do sistema.

Cabe ressaltar que a Infraero, em 2007, implementou a ferramenta Matriz de Investimentos, instrumento corporativo utilizado para o planejamento, o acompanhamento e o controle

da gestão dos investimentos e dos impactos de custos decorrentes. A partir de diretrizes aprovadas pela Diretoria Executiva, o Comitê de Investimentos da Infraero elabora procedimentos para serem observados no processo, que é iniciado com o cadastro dos itens de investimentos. A classificação é feita de acordo com os critérios estabelecidos no Sistema, como:

a) gravidade: conseqüência se nada for feito;

b) tendência: proporção do problema no futuro;

c) contratação: estágio de contratação e possibilidade de alterar cronograma.

O comitê procede à avaliação da proposta, mediante uma série de reuniões e apresenta o plano de investimentos para deliberação da Diretoria Executiva, observando os limites financeiros aprovados. Durante o exercício, no processo de acompanhamento, os ajustes realizados pelo comitê gestor serão submetidos à Diretoria e ao Conselho de Administração conforme procedimentos em vigor. Essa ferramenta mostrou-se útil no processo de priorização e seleção dos investimentos.

Para algumas ações do Programa, cujas informações foram difíceis de serem obtidas, devem ser alertados, explicitamente, os respectivos coordenadores, de modo que o fato não ocorra mais no futuro.

De acordo com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), para que o ocorrido em 2007 não se repita, faz-se necessário o estabelecimento de um cronograma de desembolso mais adequado para as transferências de recursos financeiros do Tesouro Nacional, provenientes do PAC do Orçamento Fiscal, cuja dotação para 2008 será aproximadamente de R$ 1,05 bilhão. Além do custo de endividamento ser alto, a capacidade de execução da Infraero está aquém do estabelecido no PAC. Assim, os repasses do Tesouro à empresa devem seguir o cronograma de execução dos diversos empreendimentos, de modo que haja o menor impacto possível no endividamento do País e que a empresa supra suas necessidades de caixa.

ENSINO PROFISSIONAL DA AERONÁUTICA

GERENTE DO PROGRAMA

Sérgio Peinado Mingorance

OBJETIVO

Formar e educar continuadamente os recursos humanos, a fim de prover profissionais habilitados para atender às necessidades do Comando da Aeronáutica (COMAER).

PÚBLICO-ALVO

Alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino da Aeronáutica

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 8.550.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 8.541.938,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 8.541.938,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Aproveitamento Acadêmico (Formação) - Porcentagem	90.00	98.00	99.24	95.86	92.00	104,20%
2. Taxa de Aproveitamento Acadêmico (Pós-Formação) - Porcentagem	95.00	99.00	99.00	99.00	95.00	104,21%

1. TAXA DE APROVEITAMENTO ACADÊMICO (FORMAÇÃO)

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 ficou acima do índice de referência em função do baixo coeficiente de atrito entre o número de alunos matriculados nos diversos cursos de formação do COMAER e o número de alunos que concluíram esses cursos. A melhoria do índice é resultado do investimento em capacitação dos profissionais de ensino e da melhoria dos meios disponíveis nas organizações para apoio ao ensino.

2. TAXA DE APROVEITAMENTO ACADÊMICO (PÓS-FORMAÇÃO)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 ficou acima do índice de referência em função do baixo coeficiente de atrito entre o número de alunos matriculados nos diversos cursos de pós-formação do Comando da Aeronáutica e o número de alunos que concluíram esses cursos. A melhoria do índice é resultado do investimento em capacitação dos profissionais de ensino e da melhoria dos meios disponíveis nas organizações para apoio ao ensino.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Em razão da ausência, no Brasil, de instituições de ensino com cursos específicos para formar e educar continuadamente profissionais que atendam plenamente as necessidades do COMAER é imprescindível manter o Programa de Ensino Profissional da Aeronáutica na atual concepção, uma vez que a garantia da manutenção do poder aeroespacial reside na capacitação de profissionais habilitados para o desempenho de suas atividades específicas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Capacitação de cadetes da Academia da Força Aérea (AFA) nos idiomas Espanhol, Inglês e Francês, dependendo de suas opções de idioma.

- Manutenção e ampliação de aulas informatizadas em quase todas as organizações de ensino da Aeronáutica.

- Manutenção e aperfeiçoamento de *Master of Business Administration* (MBA) em Gestão Pública no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (EAOAR).

- Manutenção e aperfeiçoamento de MBA no Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR).

- Manutenção e aperfeiçoamento de MBA no Curso de Política e Estratégia Aeroespacial da ECEMAR.

- Realização, em caráter emergencial, do Curso de Formação Sargento Básico Controle de Tráfego Aéreo - Modalidade Especial, para atender à demanda do Sistema de Controle do Espaço Aéreo.

- Capacitação, formação, especialização e aperfeiçoamento de cerca de 13.657 militares nas diversas instituições de ensino do COMAER.

O Programa em questão visa a capacitação dos recursos humanos do COMAER, buscando sua formação e seu aperfeiçoamento constantes a fim de adequar esses recursos

às necessidades da Instituição e a melhoria constante do desempenho profissional. Com a implementação das medidas acima descritas, e com a execução das atividades atinentes dentro de critérios de eficiência, os resultados obtidos ao longo de 2007 ficaram acima do esperado.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Como forma de monitoramento do Programa, são realizadas visitas técnicas, no mínimo uma vez por ano, pelo órgão Central do Sistema de Ensino a todas as organizações de ensino do COMAER, onde se verificam as dificuldades para o cumprimento da missão, o número de alunos matriculados, as taxas de atrito e outras informações pertinentes.

O monitoramento relativo ao desempenho físico das ações é realizado por meio do preenchimento mensal, pelos coordenadores de ação, das telas do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento SIGPlan. Como as metas físicas se referem exclusivamente ao número de alunos matriculados em cada curso, a abrangência é total e não há dificuldades em realizar o acompanhamento.

Em algumas ações, a meta física e financeira é compartilhada por diversas organizações do COMAER. Dessa forma, o coordenador da ação respectiva é informado sobre o quantitativo físico/financeiro por meio de relatórios mensais de gestão.

A execução física das ações do Programa fechou 2007 acima do total previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) e para o término do PPA 2004-2007. As metas físicas foram cumpridas de acordo com o previsto e, em alguns casos, foram capacitados mais alunos do que o previsto devido às necessidades surgidas durante o período de execução. Além disso, não houve qualquer problema na execução das ações.

No tocante aos recursos orçamentários executados, podem ser considerados suficientes. Os recursos alocados permitiram cumprir as metas do Programa, entretanto, a necessidade de modernização do ensino, de novos equipamentos e a melhoria e manutenção constantes das instalações exigirão maiores dotações orçamentárias nos próximos anos. Houve compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física, sendo que sua liberação ao longo do exercício foi de acordo com a programação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A atividade-fim do Programa é dirigida para um público-alvo específico, ou seja, militares e civis do COMAER. Dessa forma, os beneficiários são esses militares e civis formados e aperfeiçoados e a própria instituição que vai poder contar com recursos humanos cada vez mais qualificados. Embora não se avalie a satisfação, são feitas pesquisas para validar os conhecimentos adquiridos e verificar a opinião dos formandos em relação aos cursos e estágios, com o objetivo de aprimorá-los.

ENSINO PROFISSIONAL DA MARINHA

GERENTE DO PROGRAMA

Eduardo Monteiro Lopes

OBJETIVO

Formar e educar os recursos humanos, a fim de propiciar profissionais habilitados a atender às necessidades da Marinha do Brasil (MB).

PÚBLICO-ALVO

Marinha do Brasil

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 10.045.537,00	Empenho Liquidado:	R$ 9.997.118,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 9.997.118,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Adequação dos Recursos Instrucionais da Marinha – Porcentagem	57.12	80.00	84.00	83.00	80.00	103,75%
2. Taxa de Qualificação do Pessoal da Marinha – Porcentagem	87.80	84.00	87.00	89.00	84.00	105,95%

1. TAXA DE ADEQUAÇÃO DOS RECURSOS INSTRUCIONAIS DA MARINHA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A variação do indicador existente, taxa de adequação dos recursos instrucionais da Marinha, ocorreu em nível acima do planejado, chegando a um patamar de 83%.

2. TAXA DE QUALIFICAÇÃO DO PESSOAL DA MARINHA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A variação do indicador existente, taxa de qualificação do pessoal da Marinha, ocorreu em nível acima do planejado, chegando a um patamar de 89%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As atividades relacionadas ao Poder Naval requerem um fluxo constante de formação e aprimoramento de recursos humanos, como forma de garantir sua continuidade e desenvolvimento. Compete à MB formar, especializar e aperfeiçoar seu próprio pessoal visando sempre à elevação do nível educacional e profissional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização de cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento, que qualificaram os militares para o desempenho dos diferentes cargos e funções, no âmbito da MB.

- Preparação dos recursos humanos para o ingresso na Escola Naval.

- Realização de *Master of Business Administration* (MBA), ministrado por professores do Instituto COPPEAD de Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro COPPEAD/UFRJ, nos cursos de Política e Estratégia Marítimas e de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

- Formação de pilotos no Programa de Cursos de Asa Fixa.

- Realização de diversos cursos em instituições extra-MB, no País e no exterior.

- Manutenção do Centro de Jogos de Guerra da Escola de Guerra Naval.

- Elaboração de um Projeto de Investimento, visando à recuperação das instalações do Colégio Naval.

- Montagem de laboratórios de informática em diversas unidades militares.

- Realização do Programa de Intercâmbios de pessoal entre a MB e as Marinhas Amigas.

- Participação do Colégio Naval no Exame Nacional do Ensino Médio 2007 (ENEM), a qual, segundo os boletins individuais dos alunos, foi superior à do ano de 2006, quando o Colégio Naval foi o 1º colocado no Estado do Rio de Janeiro e o 5º colocado em nível nacional para Escolas Públicas.

- Celebração do Acordo de Cooperação entre a Diretoria de Ensino da Marinha e o Departamento de Ensino e Pesquisa do Comando do Exército, possibilitando a realização de Curso de Idioma Espanhol a Distância, para militares e civis da Marinha.

As metas físicas programadas foram atingidas, satisfatoriamente, permitindo o regular fluxo de ingresso e carreira na MB.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Como formas de monitoramento do Programa são realizadas reuniões de trabalho com o intuito de estabelecer a condução da avaliação do Sistema de Ensino Naval (SEN). Há também visitas *in loco*, realizadas pelas comissões de avaliação do SEN, composta por pedagogos, representantes do corpo técnico-administrativo e do corpo docente dos estabelecimentos de ensino da Marinha, além de representantes das organizações dos militares recém-cursados.

Em relação aos sistemas e relatórios de gestão, destacam-se:

a) monitoramentos mensais são efetuados, no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), pelos coordenadores de ação e ratificados, trimestralmente, pelo Gerente Executivo;

b) relatórios anuais, referentes à auto-avaliação das Organizações Militares do SEN, enviados à Diretoria de Ensino da Marinha (DEnsM);

c) relatórios trienais, referentes às avaliações externas realizadas pelas Comissões de Avaliação do SEN;

d) relatórios anuais referentes à avaliação de todo o SEN enviados à Diretoria-Geral de Pessoal da Marinha e Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN).

No mesmo tema, ressalta-se o Sistema do Plano Diretor (SPD), cujo monitoramento é detalhado em diversos planos internos (PI). As metas previstas para cada PI são consolidadas e avaliadas pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR), que, internamente, exerce função semelhante à da Comissão de Monitoramento e Avaliação prevista no Decreto nº 5.233, de 06 de outubro de 2004. Cumpre esclarecer que cada ação orçamentária, para efeitos de gestão interna, é desdobrada em vários PIs, a fim de permitir o controle, o monitoramento e a avaliação das atividades realizadas nos diversos escalões da Instituição. Dependendo do tipo de monitoramento pretendido, a periodicidade é mensal e/ou trimestral.

A execução física das ações do Programa fechou 2007 acima do total previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) e para o término do PPA 2004-2007. As metas físicas foram cumpridas de acordo com o previsto e, em alguns casos, foram capacitados mais alunos do que o previsto devido às necessidades surgidas durante o período de execução. Além disso, não houve qualquer problema na execução das ações.

As metas físicas propostas pelas ações do Programa foram atingidas em conformidade com o patamar de recursos disponibilizados.

Os recursos orçamentários executados foram suficientes, uma vez que a execução orçamentária correspondeu às dotações autorizadas na LOA. De maneira geral, houve também compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física. Mesmo em pequena quantidade, os atrasos na liberação dos recursos orçamentários não prejudicaram a execução das metas físicas planejadas para 2007, mas geraram impacto na obtenção tempestiva dos itens de material e na contratação de serviços.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Embora o público-alvo seja a própria MB, não só as organizações do setor operativo, como também as do setor de apoio, o Programa traz benefícios diretos para a sociedade, na medida que propicia aos jovens em formação acadêmica e ensino profissionalizante, além de, concomitantemente, engajá-los numa carreira promissora.

A satisfação de seus beneficiários é medida por meio da avaliação do Sistema de Ensino Naval (SEN), que se constitui em uma ferramenta imprescindível não só para aferir, mas, sobretudo, para elevar a qualidade da capacitação oferecida ao pessoal da Marinha, buscando atender as necessidades da Administração Naval. Os resultados da avaliação são consolidados em relatórios, dos quais constam recomendações para melhorias.

Ressalta-se, também, que o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), no caso do Colégio Naval e o Exame Padronizado das Escolas de Aprendizes-Marinheiros (EPEAM) contribuem para a avaliação do ensino ministrado nesses estabelecimentos e seus resultados são levados em conta entre os índices considerados na metodologia de avaliação utilizada pela MB.

Cabe ressaltar, por fim, que a avaliação do ensino é tida como instrumento de diagnóstico e elemento indutor de melhorias. Sua prática é continuada e inovadora, considerando padrões de referências em função das especificidades das Organizações Militares de Ensino e de critérios gerais para atribuição de conceito para diferentes aspectos dessas Organizações e do SEN como um todo.

Há necessidade de se alocar mais recursos orçamentários para atender ao Programa, tendo em vista a quantidade de estabelecimentos de ensino a serem atendidos e o número de alunos a serem capacitados. Além disso, existe a carência de equipamentos instrucionais, principalmente, simuladores, cuja causa principal é o patamar inferior ao necessário de alocação de recursos orçamentários e financeiros.

Há, também, necessidade de docentes para as diversas organizações pertencentes ao Sistema de Ensino Naval. Espera-se nova abertura de concurso público para o Magistério, com o intuito de minorar essas necessidades.

ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO

GERENTE DO PROGRAMA

Ronald Silva Marques

OBJETIVO

Formar e capacitar recursos humanos que atendam às necessidades do Exército Brasileiro.

PÚBLICO-ALVO

Exército Brasileiro

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 16.900.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 16.900.007,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 16.900.007,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Qualificação do Exército Brasileiro - Porcentagem	-	96.56	94.24	97.50	95.00	102,63%

1. TAXA DE QUALIFICAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice apurado reflete um esforço dos estabelecimentos de ensino no sentido de eliminar ou reduzir as principais causas relacionadas à desistência e à reprovação conforme a dificuldade de cada curso ou estágio. Foi realizado trabalho de reforço escolar nos colégios militares, a fim de reduzir os índices de reprovação sem comprometer a excelência da qualidade de ensino. Foi realizado pelo Chefe do Departamento e Diretores visitas inopinadas e inspeções nas escolas, de modo a acompanhar a execução do Plano Geral de Ensino (PGE).

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Exército Brasileiro tem a necessidade de formar, qualificar e preparar, cognitivamente, segmento da sociedade brasileira para o desempenho da atividade militar.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Capacitação de 6.473 oficiais nos seguintes estabelecimentos de ensino do Exército:

a) Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN);

b) Escola de Administração do Exército (EsAEx);

c) Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO);

d) Escola Preparatória de Cadetes (EsPCEx);

e) Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME);

f) Escola de Saúde do Exército (EsSEx);

g) Escola de Comunicação do Exército (EsCom);

h) Escola de Material Bélico (EsMB);

i) Núcleos Preparatórios de Oficiais da Reserva (NPORs);

j) Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPORs).

• Capacitação de 4.670 Sargentos nos seguintes estabelecimentos de ensino do Exército:

a) Escola de Sargento das Armas (EsSA);

b) Escola de Material Bélico (EsMB);

c) Escola de Instrução Especializada (EsIE);

d) Escola de Saúde do Exército (EsSEx);

e) Escola de Comunicação do Exército (EsCom);

f) outros Centros de Instrução.

• Formação de 7.814 alunos no ensino fundamental e 6.075 alunos do ensino médio nos Colégios Militares do Exército, de Manaus (CMM), de Fortaleza (CMF), de Recife (CMR), de Salvador (CMS), de Belo Horizonte (CMBH), do Rio de Janeiro (CMRJ),

de Curitiba (CMC), de Porto Alegre (CMPA), de Santa Maria (CMSM), de Campo Grande (CMCG) e de Brasília (CMB);

• Capacitação de 4.323 alunos na modalidade de ensino a distância nos estabelecimentos de ensino do Exército e nos demais estabelecimentos de ensino civis em convênio com o Departamento de Ensino e Pesquisa.

Os estabelecimentos de ensino do Exército mantêm intercâmbio com outras forças de outros países, como Estados Unidos e França, que possibilitam a melhoria contínua da qualidade dos cursos. Os Sargentos foram formados dentro de uma nova sistemática de ensino, realizada no período de 18 meses, em que houve um significativo ganho de qualidade em sua formação. Os dados que foram apurados com a pesquisa realizada entre os comandantes das unidades para onde os alunos formados foram designados para servir sinalizam um resultado de satisfação com o preparo educacional dos profissionais recebidos. Foi relatado que os profissionais recém-chegados nas unidades estavam bem preparados e aptos para o exercício da atividade militar. Todos os Colégios Militares do Exército atingiram índices superiores à média nacional no ENEM. Foram celebrados vários convênios de educação a distância com instituições de ensino superior do Brasil, como Faculdade Castelo Branco (FICAB), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), melhorando a qualidade do ensino através do intercâmbio cultural.

Desta forma, permite-se que militares e civis de regiões distantes dos grandes centros urbanos tenham acesso ao mesmo ensino de qualidade. Os resultados foram conseguidos, principalmente, por meio do comprometimento de todos os colaboradores envolvidos no processo e de uma política bem definida, com objetivos estratégicos traçados e gerenciados ao longo do ano de 2007, dos quais se destaca "manter o ensino militar na vanguarda da educação nacional".

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa apresenta os seguintes mecanismos de monitoramento de suas ações:

a) existem duas Assessorias no Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) que realizam reuniões de trabalho: a Assessoria de Planejamento Administrativo (APA) e a Assessoria de Ensino e Pesquisa (AEP). A primeira monitora o planejamento e a execução orçamentária e a segunda, a parte qualitativa do ensino. Periodicamente, há reuniões e instruções de quadro para discutir os assuntos relacionados ao ensino profissional do EB;

b) visitas *in loco*: o Chefe do Departamento de Ensino, o Vice-Chefe (Gerente do Programa) e os Diretores visitam ao longo do ano letivo suas escolas ou Organizações Militares subordinadas para verificar o bom funcionamento do ensino, participando de formaturas e de exercícios no sistemas informatizados.

Utiliza-se o Sistema de Planejamento Administrativo do Ensino e Cultura (SISPAEC), nas fases de planejamento e execução do orçamento. Cada estabelecimento de ensino cadastra seus projetos com suas necessidades no ano anterior e durante o exercício corrente, o DEP faz o monitoramento da execução de tais projetos;

c) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan): a Assessoria de Planejamento Administrativo (APA) do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) realiza o preenchimento das informações necessárias e participa do processo de avaliação e de validação no Sistema.

A execução física das ações do Programa fechou 2007 acima do total previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) no PPA 2004-2007, sendo que, em alguns casos, foram capacitados mais alunos do que o previsto.

Quanto aos recursos orçamentários executados, podem ser considerados suficientes e distribuídos de acordo com o previsto no orçamento do EB. O fluxo sofreu certa descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Entretanto, como em alguns casos o planejamento do desembolso de crédito não foi sincronizado com o planejamento do desembolso de numerário, houve transtornos no processo de execução do orçamento.

A liberação de recursos orçamentários, próxima ao encerramento do exercício financeiro, forçou o agente da administração a inscrever despesas como restos a pagar processados ou não processados, o que leva ao comprometimento de parte do financeiro 2008.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em termos de parcerias não-governamentais, destaca-se a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), que apresentou excelentes resultados para os cursos de graduação, na modalidade de ensino a distância (EAD), permitindo aos militares de diferentes níveis hierárquicos o seu auto-aperfeiçoamento.

Destaca-se por fim a avaliação de satisfação de seus beneficiários, feita através de pesquisas, visitas e inspeções junto aos comandantes de organizações militares do Exército.

MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL

GERENTE DO PROGRAMA

João Fernando Guereschi

OBJETIVO

Preparar e, quando necessário, executar a mobilização para a defesa nacional, sob a orientação do Estado.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 6.212.716,00	Empenho Liquidado:	R$ 5.765.388,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 5.765.388,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Capacidade de Mobilização Nacional - Porcentagem	40.00	40.00	3.00	3.00	70.00	4,29%

1. CAPACIDADE DE MOBILIZAÇÃO NACIONAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O baixo nível de alcance do índice no final do Plano reflete o baixo índice de capacitação (3% em 2007) dos órgãos componentes do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB), que se deve ao fato da inexistência de dispositivo legal até o momento em que foi aprovada a Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007. Em decorrência, o Ministério da Defesa apresentará proposta de regulamentação da referida Lei na qual prevê a criação de um Conselho do SINAMOB que trará respaldo legal para a aplicação de recursos e preparação de pessoal para o trato de atividades de mobilização, permitindo o incremento desse índice pela capacitação dos órgãos componentes do SINAMOB, bem como o planejamento e a execução das atividades de mobilização.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Em que pese o estágio diplomático alcançado pela política nacional, em particular junto aos países vizinhos, o quadro de incertezas que marca o atual contexto mundial recomenda que a Defesa Nacional continue a merecer atenção. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 22, atribui competência privativa à União para legislar sobre requisições civis e militares, em caso de iminente perigo em tempo de guerra (inciso III) e sobre as defesas territorial, aeroespacial, marítima e civil, bem como a mobilização nacional (inciso XXVIII). O art. 84 diz que "compete privativamente ao Presidente da República declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas e, nas mesmas condições, decretar total ou parcialmente a mobilização nacional" (inciso XIX). A falta de um Sistema Nacional dedicado ao preparo das ações de mobilização implica perda de eficácia e poder dissuasório, além de limitar a autoridade do Presidente diante da responsabilidade pela Defesa Nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Na ação "Exercícios de Mobilização para a Defesa Nacional", destaca-se a realização dos três Estágios Intensivos de Mobilização Nacional (EIMN) nas cidades de Brasília, Fortaleza e Campo Grande, com a participação de 147 estagiários.

- Na ação "Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório", a execução orçamentária foi realizada de acordo com a destinação do Fundo do Serviço Militar, prevista na Lei nº 4.373, de 17 de agosto de 1964 e pelo Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 (Lei do Serviço Militar e seu Regulamento), totalizando 1.650.000 jovens alistados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Existem mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações, além disso, são realizadas reuniões de trabalho ao término de cada estágio intensivo de Mobilização Nacional, nas quais são analisadas as fichas de avaliação dos participantes. Realizam-se, periodicamente, reuniões com os instrutores para o aprimoramento do evento. No âmbito do MD, especificamente, no Departamento de Mobilização, são realizadas reuniões com Gerentes de Programas para análise das atividades realizadas e planejamento das ações a serem executadas.

São realizadas visitas *in loco* às Organizações Militares que recebem recursos do MD para a condução de atividades de Mobilização Militar e Serviço Militar.

Quanto ao cumprimento de metas físicas, houve execução física de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Devido às restrições orçamentárias, o EIMN previsto para a cidade de Rio Branco (AC), em novembro de 2007, foi cancelado. As despesas com diárias e passagens, limitadas a 75% da execução correspondente realizada no ano anterior, dificultaram as atividades de alistamento, seleção e designação para o Serviço Militar. No

campo da ação "Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório", inicialmente, as Forças Armadas confeccionam o seu planejamento financeiro anual, com as necessidades para as atividades de convocação para o Serviço Militar Obrigatório. Essa solicitação é confrontada com a previsão da receita advinda da arrecadação da Taxa Militar e Multas previstas na Lei do Serviço Militar, historicamente, sempre inferiores às necessidades mínimas.

No que tange à compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física, houve certa descontinuidade sem prejudicar, decisivamente, a execução programada. A programação orçamentária, que estabeleceu um cronograma de desembolso mensal, dificultou a execução financeira, principalmente, quanto aos recursos destinados ao investimento.

A questão dos recursos humanos também é tida como um dos pilares do Programa, visto que todos os órgãos integrantes do SINAMOB são estimulados a participarem do Curso de Logística e Mobilização Nacional (CLMN), ministrado na Escola Superior de Guerra (ESG) e serão convidados a participarem do EPMN a ser realizado em Brasília, em 2008.

Outro ponto importante é que o Programa possui mecanismos que promovem a participação social, sendo o principal as reuniões com grupos de interesse, realizadas a cada EIMN. São montados fóruns de discussão, em diversas capitais, referentes à mobilização.

Por fim, cabe ressaltar alguns pontos desfavoráveis à plena execução do Programa:

a) inexistência de norma legal - até 27.12.2007, não havia norma em vigor sobre o tema Mobilização. Após sete anos de processo legislativo, entrou em vigor a Lei nº 11.631 que trata da Mobilização Nacional, cria o SINAMOB e dá o respaldo legal para a implantação do Sistema;

b) quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial que, atualmente, conta com um grupo de quatro auxiliares, aquém do mínimo necessário.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa mede diretamente a satisfação de seus beneficiários através de avaliações dos estágios efetuadas pelos participantes. Tais avaliações são consideradas subsídios para o aprimoramento das informações a serem repassadas, bem como da metodologia empregada.

Há necessidade de destinação de maiores dotações orçamentárias: com a vigência da Lei de Mobilização Nacional e a sua regulamentação, com a criação do conselho do SINAMOB haverá necessidade de aporte considerável de recursos humanos capacitados e qualificados, além de instalações compatíveis.

Recomenda-se o redimensionamento do quantitativo de recursos humanos dos órgãos integrantes do SINAMOB: após a regulamentação da referida Lei, todos os órgãos integrantes do SINAMOB deverão possuir recursos humanos capazes de planejar e executar a Mobilização Nacional. O dimensionamento de cada equipe deverá ser compatível com a abrangência do nível setorial de cada órgão líder.

PREPARO E EMPREGO COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS

GERENTE DO PROGRAMA

João Francisco Ferreira

OBJETIVO

Desenvolver e garantir a capacidade operacional e o emprego combinado das Forças Armadas no desempenho de suas missões constitucionais e no apoio às comunidades nacional e internacional.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira e a comunidade internacional

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 171.924.358	Empenho Liquidado:	R$ 169.337.573
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 169.337.573**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Capacidade de Emprego Combinado dos Meios Operacionais das Forças Armadas - Porcentagem	-	-	60.00	63.00	63.00	100%

1. CAPACIDADE DE EMPREGO COMBINADO DOS MEIOS OPERACIONAIS DAS FORÇAS ARMADAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O Programa visa, basicamente, propiciar condições ao emprego combinado das Forças Armadas, que é uma das razões para a existência do Ministério da Defesa (MD). Cabe ressaltar os seguintes aspectos: o produto do Programa é direcionado ao Estado Brasileiro; os dados de capacidade de emprego contêm componentes subjetivos consideráveis, ao contrário do que deve ser contemplado em um índice/indicador que objetiva medir determinada situação.

A despeito disso, o índice previsto no final do Plano foi 100% alcançado. As atividades programadas foram compatibilizadas ao nível de recursos orçamentários disponíveis, tendo sido inteiramente realizadas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A constatação de que a guerra, como hoje se apresenta, exige operações militares com a aplicação dos componentes navais, terrestres e aéreos de forma integrada, além daquelas singularmente conduzidas ou realizadas, razão pela qual se torna imprescindível propiciar os meios necessários ao adestramento e ao emprego das Forças Armadas em operações combinadas e conjuntas, não podendo concorrer com o preparo e o emprego singular de cada Força. Por outro lado, além de sua missão constitucional, na qual as Forças têm realizado exercícios e operações reais, principalmente, de presença, controle e vigilância do território, espaço aéreo e águas jurisdicionais brasileiros, como também ações de garantia da lei e da ordem (operações no reforço à segurança pública), constata-se que as Forças Armadas vêm, freqüentemente e a qualquer tempo, sendo acionadas em missões subsidiárias, tanto em apoio à comunidade internacional (operações internacionais conjuntas e missões de paz), como em apoio a outros órgãos públicos: eleições, ações contra incêndios florestais e desmatamentos, campanhas de vacinação e proteção ao patrimônio nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Missão da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti: continuou (e continua) sendo a missão de maior relevância para o Brasil, contribuindo para a inserção do País no cenário nacional e internacional. O contingente brasileiro, com 1.200 militares, representa o de maior efetivo entre os países contribuintes. Além do Batalhão de Infantaria, há uma Companhia de Engenharia do Exército Brasileiro, com 150 militares.

• Operações Militares Combinadas ou Conjuntas, em 2007 - foram realizadas as seguintes atividades:

a) Operação Solimões: visou adestrar as Forças Armadas no planejamento e na execução de Operações Combinadas, na defesa da soberania, com preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais relativos à Amazônia. O exercício mobilizou cerca de 4.400 militares;

b) Operação Albacora: realizada na região Sudeste, particularmente, nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, e na Bacia Petrolífera de Campos, no Atlântico Sul. O exercício mobilizou cerca de 8.800 militares;

c) Operação Charrua: realizada na região Sul, a área de operações abrangeu os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e as águas jurisdicionais brasileiras adjacentes à região Sul do Brasil, tendo sido empregados cerca de 9.300 militares.

• Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira: a principal atividade desenvolvida no período foi a Operação Pantanal, realizada em área situada nos Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná (Guaíra). Foram empregados cerca de 3.300 militares.

• Ações de caráter sigiloso: foram desenvolvidas atividades de inteligência, que possibilitaram um assessoramento seguro ao processo decisório do MD e um melhor planejamento do emprego combinado das forças.

• Ações de Cooperação Militar com Países Amigos: foram realizadas 13 reuniões de conversações com países amigos, no País e no exterior, e um exercício operacional com Forças Armadas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Todas essas operações, de grande vulto, permitiram o emprego combinado das Forças Armadas e contribuíram para o seu estado de prontidão.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Existem mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações. Mensalmente são realizadas reuniões de trabalho da equipe, nas quais é verificado o cumprimento do planejamento para o exercício corrente (controle da ação planejada); e visitas *in loco*, realizadas, basicamente, no acompanhamento e no desenvolvimento das Operações Combinadas, Conjuntas e Operações de Paz.

Quanto ao cumprimento de metas físicas, houve execução física de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. A despeito da LOA, consignar recursos financeiros aquém das reais necessidades, todas as metas planejadas foram atendidas, mediante a compatibilização e a priorização de metas *versus* disponibilidades, bem como pela redução da amplitude de atuação das operações. Com isso, buscou-se preservar os objetivos fundamentais do Programa.

Como colocado anteriormente, os recursos orçamentários executados foram insuficientes para o nível de atividades desejado. Houve necessidade de compatibilizar as atividades planejadas ao nível de recursos disponíveis. Os recursos foram empenhados em sua totalidade, exceto aqueles que foram disponibilizados em 31.12.2007, sem limites orçamentários, impossibilitando a sua execução. Adicionalmente, em função da valorização do Real frente ao Dólar no decorrer de 2007, foi gerada uma disponibilidade contábil na ação "Missão das Nações Unidas para o Haiti", embora os recursos de tal ação tenham sido efetivamente empregados em sua totalidade.

No geral, houve compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física do Programa. Entretanto, no caso da ação "Missão das Nações Unidas para o Haiti", houve demora na liberação do segundo crédito extraordinário (R$ 60,0 milhões) para completar o total necessário de R$ 130,0 milhões, que ocorreu somente em agosto.

O alto índice da execução das ações implementadas em outras unidades administrativas (Marinha, Exército e Aeronáutica) é adequado à estrutura militar, baseada na hierarquia e na disciplina, permeando todos os escalões de comando envolvidos, num fluxo de duplo sentido - descendente, quando da distribuição das missões, acompanhadas dos recursos

que tornam viáveis, e ascendente, ao término das atividades planejadas e determinadas, sob a forma de relatórios de execução física e financeira.

Quanto ao fluxo de informações do Programa, segue percorrendo os canais de comando sob forma de relatórios de execução física e financeira.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não avalia diretamente a satisfação de seus beneficiários. Entretanto, o público-alvo expressa sua opinião naturalmente através da sociedade e da mídia.

Pode-se considerar boas as práticas de gestão adotadas pelo Programa, as quais podem ser replicadas na Administração Pública Federal, desde que adaptadas para cada situação.

PREPARO E EMPREGO DA FORÇA AÉREA

GERENTE DO PROGRAMA

Gilberto Antônio Saboya Burnier

OBJETIVO

Preparar a Força Aérea Brasileira (FAB) para o cumprimento de sua missão constitucional de defender a pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer desses, da lei e da ordem.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 928.431.870,00	Empenho Liquidado:	R$ 907.666.746,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 907.666.746,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Esforço Aéreo - Porcentagem	94.11	93.23	91.90	92.70	96.00	96,56%

1. TAXA DE ESFORÇO AÉREO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado no final de 2007 foi de 92,70. Denota-se daí que a possibilidade de alcance ou superação de índices como o de 2005 fica bastante prejudicada, devido à falta de recursos (pelos contingenciamentos) ocorrida a cada exercício e à manutenção de cortes cada vez maiores, o que não alimenta chances de recuperação. Os cortes impostos às ações “Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes”, “Instrução Militar e Adestramento da Aeronáutica”, “Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico” e “Manutenção e Suprimento de Material Bélico” permaneceram, em 2007, e dificultaram a composição de uma grade de operações/exercícios que confira condições de se alcançar índices mais favoráveis.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Proporcionar à Aeronáutica capacidade de prover suas necessidades logísticas para o apoio operacional à Força Aérea Brasileira (FAB) no cumprimento de sua destinação constitucional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Transporte de tropas para o Haiti: o Primeiro Grupo de Transporte de Tropa (1º GTT) permaneceu, durante o ano, transportando os militares componentes do Contingente Brasileiro no Haiti e fazendo o ressuprimento das tropas com o transporte de todo material necessário.

- Missões de Busca e Salvamento (SAR) com o emprego de aviões da FAB em vários resgates, buscas e salvamentos.

- Operações do Segundo Grupo de Transporte (2º/2ºGT), em missões de Reabastecimento em Vôo (REVO), com o KC-137 Boeing 707. Este treinamento mantém a operacionalidade de pilotos da caça e tripulações dos reabastecedores, provendo meios de operações dos caças F-5E, A-1 e Mirage 2000.

- Apoio à Marinha do Brasil (MB) com o treinamento de pilotagem das aeronaves de asa fixa, Academia da Força Aérea e Base Aérea de Natal.

- Realização dos cursos dos Oficiais e Graduados, na França: permanecem os cursos de formação de pessoal para recebimento dos Mirage 2000.

- Transporte de universitários do Projeto Rondon: cerca de 800 universitários foram transportados para pôr em prática a sua experiência profissional. Os estudantes foram para a Amazônia e para o Nordeste em aviões C-130 Hércules, C-99 e Boeing 707 (KC-137).

- Transporte de medicamentos para a Bolívia, o Equador e o Suriname: foram transportados medicamentos, roupas e alimentos para as vítimas das enchentes na Bolívia, Equador e Suriname.

Todas as missões realizadas, tanto as de exercício operacional quanto as de emprego real, capacitam os profissionais do Comando da Aeronáutica (COMAER) para o cumprimento das suas tarefas, dentro do que prevê a legislação.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento das ações é realizado por reuniões de trabalho, realizadas com uma periodicidade razoável, uma vez que elas acontecem nas localidades onde estão os gerentes

de programa ou nas localidades onde estão os coordenadores e onde se desenvolvem as ações, por ocasião de visitas de inspeção, de forma a se manterem, pelo menos, seis reuniões ao ano. Também são realizadas visitas de inspeção, que já fazem parte da sistemática do COMAER/Estado Maior da Aeronáutica (EMAER) e são muito eficazes no trato do desenvolvimento das ações do Programa. A grande dificuldade de manutenção das duas iniciativas de monitoramento das ações do Programa é a pouca disponibilidade de meios para deslocamento, a falta de tempo dos envolvidos (gerentes e coordenadores) e a baixa disponibilidade de recursos financeiros (diárias).

Com relação aos sistemas de informação que auxiliam no monitoramento, pelos contatos freqüentes via *e-mail* interno da Intraer, o acompanhamento é imediato. São enfatizadas as observações dos lançamentos feitos no sistema e existe a possibilidade do esclarecimento de dúvidas de ambas as partes. O monitoramento através do Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (SIGPlan) é uma das ferramentas mais rápidas e seguras para acompanhamento das ações, pela sua possibilidade da imediata observação por parte do gerente. É com a consolidação dessas informações que se pode julgar o desenvolvimento físico das ações. As dificuldades estão presentes quando da impossibilidade de acesso, pela ocorrência de casos de força maior.

Os relatórios de gestão existentes, além de informar sobre o desenvolvimento físico das ações, propiciam um histórico valioso do andamento do Programa. Com ele, caso haja mudança de coordenador ou de gerente, pode-se tomar conhecimento rápido da situação atualizada, não se permitindo que haja solução de continuidade nas avaliações.

No que tange ao cumprimento de metas físicas, houve execução de 40% a 80% das metas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. O contingenciamento dos créditos do COMAER implica a não-realização de muitas das metas previstas. Os cortes mais significativos são aqueles que atingem as áreas de alimentação, suprimento de combustíveis e lubrificantes, porque limitam a ação dos serviços e da operacionalização/instrução. Tal limitação se torna de grande volume quando associada a outros fatores limitantes, alguns, do próprio contigenciamento e, outros, resultantes do efeito cascata que a falta de créditos impõe à possibilidade de se alcançar os resultados previstos. Algumas das ações não recebem recursos ou recebem valores ínfimos que impossibilitam a realização das metas, como ocorrido com as Ações de Caráter Sigiloso.

Os recursos orçamentários executados foram insuficientes. Os cortes do orçamento são a cada ano maiores e as necessidades da Força crescem em proporções muito superiores em relação a cada exercício extinto. E, neste cenário, fica a questão de ter que administrar a mesma estrutura, com muito mais atributos e com cada vez mais recursos contigenciados. Neste contexto, luta-se para que se consiga, pelo menos, fazer o que se fez no exercício anterior. Todas as estimativas de crédito feitas para a LOA e para o COMAER não foram contempladas de maneira integral, o que acarretou um aumento na depreciação do poder de ação dos administradores/gestores do Comando. O contigenciamento dos créditos, em 2007, foi na média de 85%.

Mesmo com todas as limitações ocorridas, notadamente a falta de recursos, as unidades administrativas do COMAER conseguiram manter a bom termo a sua missão constitucional. Isto se deve ao alto grau de profissionalismo encontrado nos diversos setores da FAB, que, mesmo sem o crédito suficiente para o suporte e o emprego ideal de uma Força atuante, o fazem sob o seu maior zelo, com um alto grau de acerto.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Embora seja um Programa de caráter essencialmente militar, suas ações adotam práticas e procedimentos administrativos que podem ser aplicados por outros órgãos (civis ou militares) com as devidas adaptações. Dentre essas práticas poderiam ser citadas: programas e sistemas de controle de estoque de suprimentos e víveres e de adestramento e qualificação de pessoal, bem como os programas de avaliação de desempenho de pessoal e, ainda, a metodologia das inspeções nos diversos níveis, que, aliadas às auditorias internas, promovem o fortalecimento do controle interno no COMAER.

PREPARO E EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE

GERENTE DO PROGRAMA

Newton Álvares Breide

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento científico-tecnológico da Força Terrestre, por intermédio de pesquisa, desenvolvimento, avaliação, produção, implantação, manutenção de sistemas e materiais de emprego militar e civil, e capacitação de recursos humanos, de modo a proporcionar a permanente atualização da infra-estrutura militar terrestre para o cumprimento das missões constitucionais do Exército Brasileiro (EB), bem como contribuir para o fomento da indústria nacional de defesa.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 652.623.176,00	Empenho Liquidado:	R$ 594.310.667,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 594.310.667,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Preparo do Efetivo Militar - Porcentagem	37.00	45.17	51.00	53.00	53.00	100%

1. TAXA DE PREPARO DO EFETIVO MILITAR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
– Análise e Justificativa:

CONTEXTUALIZAÇÃO

O EB tem a necessidade de instruir, adestrar os seus efetivos, formar e adestrar a reserva mobilizável, capacitar operacionalmente os seus quadros e capacitar-se para o emprego em operações militares.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização de exercícios de adestramentos.
- Preparação intelectual de militares.
- Execução do Programa de Aplicação e de Conservação de Padrões (PACP) para militares.
- Capacitação técnica e tática do pessoal militar.
- Realização de cursos de formação para cabos e soldados, sendo executadas 38 operações militares por todo o Território Nacional.

Esses são os principais resultados obtidos em 2007 na ação "Capacitação Operacional da Força Terrestre", os quais contribuíram para que o Exército cumprisse a sua missão constitucional.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Deve-se considerar o alcance de 80% a 100% do previsto para 2007, haja vista que os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), principalmente, para as funções logísticas de suprimento e manutenção, foram insuficientes para atender às necessidades operacionais da Força Terrestre.

As reuniões de trabalho, que ocorrem trimestralmente, foram realizadas a fim de se apresentar as diretrizes do gerente e do gerente-executivo para os coordenadores de ação, bem como a correção de rumos ao longo do exercício, não sendo identificadas dificuldades nesse aspecto. Também foram feitas visitas *in loco*, através das quais foi feito acompanhamento sistemático das operações militares realizadas durante o ano de instrução.

O controle do Programa por intermédio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) é feito acompanhando-se os lançamentos realizados pelos coordenadores de ação, consolidados nos diversos relatórios do sistema, finalizando o processo com a validação trimestral.

A execução orçamentária foi suficiente para atender o planejamento para o ano, porém não atende à real necessidade da Força. Entretanto, o financeiro comprometido por restos a pagar certamente dificultará a execução das ações em 2008.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada, uma vez que a maioria das ações atingiu a meta física.

O contigenciamento orçamentário dificultou a Capacitação Operacional da Força Terrestre, principalmente, quando ocorre nas funções logísticas de Suprimento e Manutenção. Além

disso, a dificuldade de obtenção de créditos adicionais prejudicou a solução de fatos imprevistos no universo de cada ação com reflexos diretos no preparo e emprego da Força Terrestre.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Durante as atividades militares, o EB desenvolve atividades de ação social junto às comunidades carentes, principalmente, na área de saúde. Esta integração, com a sociedade, provoca sentimento de confiança, importante aspecto para a defesa da Nação.

Um dos mecanismos utilizados para avaliação da satisfação de seus beneficiários acontece por intermédio de pesquisas implementadas pelo Sistema de Excelência da Força. Os resultados consolidados da avaliação servem de parâmetro para o redirecionamento das ações do Programa por intermédio de diretrizes do escalão superior, balizadas também, pelas inspeções de comando.

As práticas de gestão do Programa são continuadas e inovadoras, amparadas nos princípios da oportunidade, simplicidade e economicidade. Deve-se considerar o incentivo ao auto-aperfeiçoamento, realização de cursos, inclusive fora da Força, bem como o constante acompanhamento das ações por intermédio de visitas de orientação e inspeções de comando.

PREPARO E EMPREGO DO PODER NAVAL

GERENTE DO PROGRAMA

Cesar Sidonio Daiha Moreira de Souza

OBJETIVO

Preparar o Poder Naval e manter o seu aprestamento para assegurar o cumprimento da missão constitucional de defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 663.859.457,00	Empenho Liquidado:	R$ 630.591.468,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 630.591.468,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Aprestamento da Força de Fuzileiros da Esquadra para Composição da Força de Emprego Rápida – Porcentagem	55.00	34.00	34.00	29.00	38.00	76,32%
2. Taxa de Aprestamento de Navios Distritais para Composição da Força de Emprego Rápido – Porcentagem	53.00	64.00	66.00	75.00	54.00	138,89%
3. Taxa de Aprestamento de Navios e Submarinos Subordinados à Esquadra para Composição da Força de Emprego Rápido – Porcentagem	49.00	51.00	59.00	65.00	64.00	101,56%

1. TAXA DE APRESTAMENTO DA FORÇA DE FUZILEIROS DA ESQUADRA PARA COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE EMPREGO RÁPIDA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O nível de alcance do índice foi na ordem de 76% (29/38) e o indicador foi apurado em 31.12.2007.

2. TAXA DE APRESTAMENTO DE NAVIOS DISTRITAIS PARA COMPOSIÇÃO DA FORÇA

DE EMPREGO RÁPIDO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O nível de alcance do índice foi na ordem de 139% (75/54) e o indicador foi apurado em 31.12.2007. A despeito do resultado aparentemente favorável, o elevado patamar não refletiu o viés qualitativo da interpretação desses indicadores, pois as metas foram planejadas em função do orçamento alocado, que foi aquém das reais necessidades da Marinha. O atual estado de degradação dos meios navais, agravado pela idade média avançada, dificultou o cumprimento das tarefas da Força.

3. TAXA DE APRESTAMENTO DE NAVIOS E SUBMARINOS SUBORDINADOS À ESQUADRA PARA COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE EMPREGO RÁPIDO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O nível de alcance do índice foi na ordem de 102% (65/64) e o indicador foi apurado em 31.12.2007. A despeito do resultado aparentemente favorável, o elevado patamar não refletiu o viés qualitativo da interpretação desses indicadores, pois as metas foram planejadas em função do orçamento alocado, que foi aquém das reais necessidades da Marinha. As unidades operativas em condições de operar possuem significativas restrições. O atual estado de degradação das unidades operativas, agravado pela idade média bastante avançada, dificulta o cumprimento das tarefas da Força. De forma semelhante ao que ocorreu no Programa Geral de Manutenção (PROGEM), várias operações e exercícios planejados no Plano Geral de Adestramento e Atividades foram reduzidos ou mesmo cancelados, comprometendo o adestramento e a execução das operações em conjunto entre si e com meios de Marinhas amigas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A manutenção do poder de dissuasão das Forças Navais, como fator primordial para a defesa dos interesses da Pátria na resolução pacífica de crises ou conflitos político-estratégicos, requer um nível de prontidão de seus meios e de seus recursos humanos capaz de impor a vontade do Estado. É imperativo, portanto, que o inventário de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais de que o País dispõe seja mantido, pela Marinha e em prol da sociedade brasileira, em elevado grau de aprestamento, quantitativa e qualitativamente, de forma a garantir a Defesa Nacional como fator de consolidação da democracia e do desenvolvimento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Dos 130 pacotes de sobressalentes inicialmente previstos para serem executados durante a manutenção dos meios operativos, somente 66 foram concluídos, conforme dados constantes do Sistema Informações Gerenciais de Abastecimento (SINGRA). Os recursos destinaram-se, basicamente, às necessidades urgentes dos meios operativos e ao recompletamento de importações de itens já em andamento. Os sucessivos orçamentos,

muito abaixo das reais necessidades, refletiram na manutenção das unidades navais e de aeronavais, sendo necessária a adoção de severas medidas de economia nos últimos anos. Destacam-se a redução nas comissões de adestramento e a postergação ou execução parcial de programas de manutenção, que implicaram no progressivo sucateamento dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, além de críticas restrições ao desempenho de atividades subsidiárias. Cabe destacar a determinação da Alta Administração Naval de reduzir em 21% o total de dias de mar programados para os navios na tentativa de equacionar as restrições materiais com um patamar aceitável de adestramento.

• Apesar das dificuldades encontradas, buscou-se ampliar a capacitação operacional e a qualificação do pessoal por meio de participação, ainda que restrita, em diversas operações. Com a finalidade de manter o preparo das unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais, bem como de suas tripulações, no adequado estado de prontidão operativa, foram realizadas várias manobras militares pelas unidades da esquadra, principal núcleo do Poder Naval brasileiro. Diversas dessas manobras contaram com a participação de unidades de Marinhas amigas, como Estados Unidos da América, Argentina, Uruguai, Venezuela, França, Panamá, entre outras. Os navios da esquadra também foram empregados em operações de fiscalização do tráfego aquaviário, inspeção naval e patrulha naval, em especial, nas áreas das Bacias de Campos (RJ) e de Santos (SP).

• Os navios pertencentes às diversas Forças Distritais, que abrangem todo o Território Nacional, realizaram ações de controle de tráfego fluvial, inspeção naval e missões de caráter assistencial. A participação de Navios de Assistência Hospitalar nessas ações possibilitou o incremento do atendimento médico-hospitalar às comunidades carentes da bacia do rio Amazonas. Tais ações revestem-se de grande importância, pois, além de representar a presença do Estado em regiões cuja população vive isolada e carece de assistência regular de saúde, contribuem para a ampliação da visibilidade da presença da Marinha Brasileira (MB) em pontos de grande interesse estratégico e reforçam a defesa dos interesses brasileiros nas hidrovias interiores.

• Em 2007, a MB realizou a Operação Haiti VI e VII, com o propósito de prover apoio logístico ao contingente brasileiro da MINUSTAH (sigla em francês para Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti). O Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais no Haiti realizou operações de ajuda humanitária destinadas à entrega de alimentos, medicamentos, roupas, calçados, material escolar e brinquedos doados por instituições brasileiras a hospitais e orfanatos da região metropolitana de Porto Príncipe, capital do Haiti.

• Destaca-se, ainda, a participação da Marinha em ações de valorização da cidadania em parceria com a Imprensa e outros órgãos, viabilizando, além do processo de inclusão social da população mais carente, a integração das comunidades locais com as Forças Armadas.

• No que tange ao abastecimento de combustíveis e lubrificantes, não foram identificadas dificuldades ao longo do exercício de 2007. O mesmo se aplica ao abastecimento de fardamento, à alimentação de pessoal e à formação de militares para a reserva mobilizável, cujas ações atenderam satisfatoriamente às metas programadas.

• Em relação à manutenção e ao suprimento de munições, houve necessidades financeiras não atendidas relacionadas à operacionalização da fábrica desse tipo de material, que trouxe impactos também nos projetos de nacionalização de componentes e munição propriamente dita. Cabe registrar a dificuldade encontrada, no exterior, em relação ao transporte do material perigoso do ponto de produção ao local de embarque, em função da sua natureza e da legislação dos países por onde a carga deve transitar neste percurso, sendo, por vezes, muito difícil encontrar empresas que aceitassem realizar tal transporte e que, quando encontradas, em regra, apresentavam preços bastante superiores ao frete praticado, comprometendo, desta forma, os recursos inicialmente planejados para as despesas do Tráfego de Carga.

Em média os índices apurados dos indicadores foram na ordem de 108% (56/52) da média dos índices previstos para o final do PPA, o que representa o cumprimento do objetivo do Programa dentro do previsto. O elevado patamar não refletiu o viés qualitativo da interpretação desses indicadores, pois as metas foram planejadas em função do orçamento alocado, que foi, basicamente, aquém das necessidades da Marinha. Desta feita, não ilustrou as dificuldades do PROGEM, que vem sendo interrompido ou postergado, tendo como conseqüência uma redução na disponibilidade das unidades operativas, o que poderá trazer impactos negativos à prontificação operativa destas unidades, bem como reduzir a vida útil dos equipamentos e sistemas navais. Cabe enfatizar que os meios operativos em condições de atuar possuem significativas restrições funcionais e não dispõem, em diversos casos, das dotações mínimas de algumas de suas munições, principalmente, dos meios da esquadra, o que restringe o poder dissuasório da MB. Em especial, os recursos financeiros destinados para aquisição de munições atinentes à instrução, à segurança orgânica das organizações militares e para o pronto emprego das forças navais, aeronavais e de fuzileiros navais não vêm sendo suficientes para a reposição, em sua totalidade, dos estoques da MB. Tendo em vista que essa situação perdura desde 1999 e, considerando a possibilidade de permanecer assim, vislumbra-se uma redução crescente da capacidade de fornecimento de munições para as atividades supracitadas, o que poderá trazer impactos negativos à prontidão das Forças. Da mesma forma que no PROGEM, várias Operações e Exercícios planejados no Plano Geral de Adestramento e Atividades foram reduzidos ou mesmo cancelados, o que poderá comprometer o adestramento e a execução das operações em conjunto entre si e com meios de Marinhas amigas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A Marinha do Brasil (MB) utilizou integralmente os créditos orçamentários disponibilizados, todavia, vale ressaltar que os níveis desejados de algumas ações consignadas no Programa foram prejudicados pela reduzida dotação orçamentária atribuída à Força.

Diversas ferramentas fazem parte do monitoramento do Programa. São realizadas periodicamente Visitas do Almirantado Programadas (VAP), Inspeção Administrativo-Militar (IAM), Visitas Técnicas (VISITEC) nas diversas Organizações Militares de modo a acompanhar as metas estabelecidas, proporcionando a correção de

desvios em tempo hábil e permitindo a otimização do emprego dos recursos financeiros. Diversos sistemas de informação são utilizados, tais como:

a) Sistema de Controle de Armas e Munições (SISAM);

b) Sistema de Informações Gerenciais do Abastecimento (SINGRA);

c) Sistema de Alistamento Militar (SISAM);

d) Sistema de Pagamento da Marinha (SISPAG).

O acompanhamento do Programa também é realizado com a utilização do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), verificando-se tempestivamente as informações registradas pelos coordenadores.

A Marinha utiliza uma ferramenta gerencial denominada Análise Qualitativa-Quantitativa (AQQ), integrante do Sistema do Plano Diretor (SPD), que apresenta de forma clara, precisa e concisa, comentários relacionados a desvios importantes verificados no andamento da execução da ação planejada, apontando as causas, conseqüências e ações corretivas. Outrossim, por ocasião do fechamento de cada trimestre, são emitidos Relatórios de Avaliação do Plano de Ação (RAPA), que subsidiam o controle do Plano de Ação, efetuado pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR), responsável por assessorar o Comandante da Marinha nos assuntos administrativo-financeiros da MB, exercendo o mais elevado nível de controle da execução do Plano Diretor. Seguindo as diretrizes do SPD, é utilizado o Sistema de Acompanhamento do Plano Diretor (SIPLAD) como sistema de informações gerenciais adotado pela MB e, por meio deste Infrasig, são prestadas as necessárias informações gerenciais e executado o acompanhamento dos indicadores e das metas físicas e financeiras, possibilitando a análise dos resultados alcançados em vários níveis da estrutura organizacional da Marinha, até chegar à análise da Alta Administração Naval, por intermédio do COFAMAR.

No tocante ao cumprimento de metas físicas, a execução física foi de aproximadamente 91% do previsto na LOA 2007, sendo os indicadores apurados em 31.12.2007. O elevado patamar para obtenção de resultados não refletiu o viés qualitativo da interpretação desses indicadores, pois as metas foram planejadas em função do orçamento alocado em 2007, que foi, basicamente, aquém das reais necessidades da Marinha. Desta feita, não ilustrou as dificuldades nas manutenções em navios, aeronaves, submarinos e viaturas, planejadas no PROGEM, que vêm sendo interrompidas ou postergadas, podendo trazer impactos negativos à prontificação operativa destes meios e reduzir a vida útil dos equipamentos e sistemas navais. Caso essa situação não se reverta, acarretará uma crescente degradação das unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais, sendo desejável, nos exercícios financeiros futuros, um maior aporte de recursos. Cabe enfatizar que os meios operativos em condições de operar possuem significativas restrições operacionais, o que restringe o poder dissuasório da esquadra.

Como dito anteriormente, houve insuficiência de recursos para dar adequado andamento ao PROGEM, à administração de unidades militares, à obtenção de torpedos dentre outras necessidades. A liberação parcelada dos recursos no transcorrer do exercício de 2007 implicou a necessidade de postergação da execução de diversas atividades do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O caráter especialíssimo do Programa, de natureza estritamente militar, dificulta a avaliação da satisfação de seus beneficiários, considerando como tal toda a sociedade brasileira. Entretanto, como forma de minimizar este cenário, entende-se adequado os controles internos de desempenho, confrontando-se os resultados obtidos nos diversos exercícios operativos, realizados pelas unidades militares, com padrões preestabelecidos, segundo modelos científicos formulados, basicamente, pelo Centro de Análises de Sistemas Navais. Esta análise é feita em diversos escalões da Marinha, principalmente, com subsídios fornecidos pelo Centro de Análises de Sistemas Operativos.

O SPD foi adotado pela MB há mais de 45 anos. Apesar de seu contínuo aprimoramento, o mesmo ainda carece de adequações que viabilizem sua perfeita interação com os demais sistemas utilizados pelos setores orçamentário e financeiro do Governo Federal. Ainda assim, o Sistema contribui de forma significativa para que os recursos disponibilizados à Força sejam aplicados com tempestividade e efetividade.

PROANTAR

GERENTE DO PROGRAMA

Dilermando Ribeiro Lima

OBJETIVO

Efetuar pesquisas conjuntas visando o conhecimento científico dos fenômenos antárticos e manter a presença do Brasil na Antártica.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade brasileira, especialmente comunidade científica, universidades, empresas nacionais e Instituições da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) ligadas ao PROANTAR

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 18.229.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 17.446.211,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 17.446.211,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Pesquisas Realizadas na Antártica - Porcentagem	-	56.00	56.00	41.00	56.00	73,21%

1. TAXA DE PESQUISAS REALIZADAS NA ANTÁRTICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A taxa de pesquisas realizadas na Antártica se manteve em torno de 50% ao longo do PPA 2004-2007. Em 2007 foi apurado um índice de 41%, mas que não reflete exatamente a efetividade das pesquisas realizadas nesse ano, pois, por se tratar de Ano Polar Internacional (API), efeméride de grande importância no meio científico mundial, os projetos integrantes do API possuem envergadura e alcance muito maiores do que os projetos atendidos nos anos anteriores. Em síntese, os projetos atendidos em 2007 representam um salto de qualidade na pesquisa antártica, que, embora, em menor número, demandam um esforço logístico maior do que em anos anteriores, destacando-se a previsão de transporte de cerca de 220 pesquisadores para a Antártica em 2007 e 2008 em contrapartida aos 138 transportados em 2006 e 2007, recorde até então do PROANTAR.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os compromissos decorrentes do Tratado da Antártica, do qual o Brasil é signatário, e a necessidade de reconhecer a influência dos fenômenos antárticos sobre nossas áreas territoriais e marítimas levaram a Marinha a participar, juntamente com outros órgãos governamentais, universidades e instituições de pesquisa executores, da Política Nacional para Assuntos Antárticos e da pesquisa científica na Antártica, visando obter informações úteis para outros ramos da atividade nacional, notadamente, bem como garantir a presença brasileira nos fóruns de decisão sobre o Continente Antártico. A presença brasileira na Antártica é garantida pela permanência mínima de um Grupo Base na Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) durante 365 dias no ano.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aprovação e contratação de sete Projetos do Ano Polar Internacional e 14 projetos de pesquisa. Por meio do Edital PROANTAR/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) 049/2006, foram apoiadas atividades de pesquisa científica na região Antártica, Oceano Austral e adjacências, segundo duas modalidades distintas: projetos de demanda espontânea e projetos induzidos ligados ao tema Biodiversidade e Evolução na Antártica.

- Manutenção da EACF, com cerca de 75% das suas obras da primeira fase de revitalização concluídas. Entre as obras realizadas destacam-se:

  a) ampliação das áreas de uso comum;

  b) construção de nova ala de camarotes;

  c) construção de nova biblioteca;

  d) modernização e ampliação da cozinha;

  e) instalação de uma padaria;

  f) conclusão do transporte de 10 tanques de combustível integrantes do futuro sistema de abastecimento e armazenagem de óleo diesel.

- Apoio logístico aos 19 projetos de pesquisa que participaram da Operação Antártica XXVI.

- Aquisição de equipamentos e instrumentos científicos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A concepção do PROANTAR prevê a realização de reuniões de trabalho das diversas subcomissões que compõem o Programa, pelo menos duas vezes por ano. Nessas reuniões, são apresentados as realizações passadas e o planejamento futuro para a condução dos trabalhos de apoio à pesquisa.

Em 2007, os resultados obtidos com a execução do Programa ficaram entre 80% e 100% do previsto. Em face do contingenciamento de parte dos recursos relativos à Ação Monitoramento das Mudanças Ambientais Locais e Globais Observadas na Antártica, de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA), não foi possível o alcance integral das metas previstas para o exercício, uma vez que não pode ser iniciada a implementação de uma estação permanente de monitoramento ambiental. O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. O atraso na aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 trouxe transtornos para a parte logística do Programa, que, por suas características especiais, é obrigada a adquirir muitos itens de características especiais no exterior, como, por exemplo, as vestimentas de frio, veículos especiais de neve e equipamentos de pesquisa, sem similares no mercado interno. Em função de suas características especiais, o PROANTAR tem necessidade de aporte de recursos desde janeiro, uma vez que é durante o verão do hemisfério Sul que se desenvolve a maior atividade na Antártica, quer seja ela logística quer seja de pesquisa. Além disso, houve dificuldades na liberação de recursos destinados às despesas de pessoal, comprometendo a participação em eventos como o Treinamento Pré-Antártico.

A execução financeira da ação "Missão Antártica" ocorreu de acordo com a previsão inicial, sendo devidamente corrigida durante o exercício. Recebeu crédito extraordinário destinado à complementação dos recursos necessários para as obras de revitalização da EACF, construção dos novos tanques de armazenamento de combustível e para o reparo do navio de apoio e das aeronaves da Marinha que participam anualmente do Programa.

Houve dificuldade, por parte do gerente, em acompanhar a ação "Fomento a Pesquisa Antártica", do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), mas que foi superada através da realização de reuniões periódicas. De uma maneira geral, as ações multissetoriais foram sempre conduzidas de forma coordenada e harmônica.

A utilização de ferramentas de gestão tais como o Sistema de Acompanhamento do Plano Diretor (SIPLAD), no âmbito do Comando da Marinha, e a realização de reuniões periódicas com os Coordenadores de Ação permitiram um acompanhamento adequado da execução física e orçamentária das diversas ações componentes.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Destacam-se as parcerias não-governamentais feitas com a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), que fornece o combustível para a Estação, o navio de apoio e as aeronaves e com a Empresa OI/Telemar, que fornece os serviços de telefonia e Internet banda larga na EACF.

São feitas pelo menos duas reuniões anuais com os pesquisadores antárticos e anualmente é realizado um simpósio de pesquisa antártica, com o apoio do Programa. A participação deste importante grupo de interesse permite a reorientação do emprego de recursos, a fim de possibilitar a realização de pesquisas com qualidade cada vez mais elevada.

Em termos de pesquisa de satisfação dos beneficiários, são gerados relatórios de atividades de campo nos quais são apresentadas críticas e sugestões para aperfeiçoamento do Programa.

PRODUÇÃO DE MATERIAL BÉLICO

GERENTE DO PROGRAMA

Cássio Rodrigues da Cunha

OBJETIVO

Produzir armamentos, cargas para munições e explosivos, para suprir o Exército Brasileiro (EB) com os meios necessários à defesa nacional e à segurança pública.

PÚBLICO-ALVO

Forças Armadas Brasileiras e Polícias Militares

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 7.720.000,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 4.473.395,00
	Total:	**R$ 4.473.395,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Nacionalização dos Armamentos utilizados pelo Exército Brasileiro - Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. TAXA DE NACIONALIZAÇÃO DOS ARMAMENTOS UTILIZADOS PELO EXÉRCITO BRASILEIRO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Não se aplica, uma vez que não há índices previstos ano a ano para o indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O EB tem a necessidade de pesquisar, desenvolver e produzir o material bélico correspondente a uma base industrial mínima de defesa, que evite a dependência externa de materiais estratégicos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Manutenção de máquinas e equipamentos para melhoria do processo produtivo nas unidades de fabricação de Piquete e Itajubá.

- Implantação do sistema de tratamento físico-químico de efluentes oriundos da fabricação de nitrocelulose.

- Modernização da linha de fabricação de fuzis e pistolas.

- Recuperação da capacidade de produção da fábrica de munições de artilharia, de acessórios para explosivos e da unidade de fabricação de nitrocelulose.

- Aquisição de caldeiras e redimensionamento das linhas de vapor.

- Aplicação no desenvolvimento de um novo rádio para uso em veículos militares (carros de combate e viaturas operacionais) e para uso do combatente individual.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O mecanismo existente de monitoramento do desempenho físico das ações são os relatórios mensal e trimestral informados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

Quanto às metas físicas do Programa, estima-se que a execução esteve entre 40% e 80% do previsto na LOA 2007, ou seja, foi baixa. Pode-se atribuir a isto o atraso na liberação dos recursos.

Quanto aos recursos orçamentários, tem-se que, no ano de 2007, foram insuficientes. Ainda, fatores como o contingenciamento de recursos e a descontinuidade entre o fluxo de recursos e a programação física prejudicaram ainda mais a execução programada.

Toda a programação da principal unidade orçamentária e administrativa do Programa, a Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL), está sendo migrada do Orçamento de Investimentos das Estatais para o Orçamento Fiscal. Como a Empresa ainda não está em plenas condições de atuação junto às suas concorrentes da iniciativa privada, faz-se necessária sua reestruturação administrativa e financeira, a qual será buscada inicialmente pelo seu posicionamento na esfera do Orçamento Geral da União (OGU), e posteriormente com melhorias operacionais e de gestão, capazes de assegurar seu melhor desempenho dentro do segmento de atuação.

REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA

GERENTE DO PROGRAMA

Gilberto Antônio Saboya Burnier

OBJETIVO

Reaparelhar e adequar a Força Aérea Brasileira (FAB) com a finalidade de recuperar e manter a sua capacidade operacional e proporcionar os meios de apoio necessários ao cumprimento de sua destinação constitucional defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 935.430.340,00	Empenho Liquidado:	R$ 900.992.235,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 900.992.235,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Indicador Aeronaves - Porcentagem	-	-	41.17	97.52	80.00	121,90%
2. Indicador Infra-Estrutura - Porcentagem	-	-	44.44	57.99	70.00	82,84%
3. Indicador Logístico - Porcentagem	-	-	39.54	11.99	80.00	14,99%

1. INDICADOR AERONAVES

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

– Análise e Justificativa:

O presente indicador, pela sua formulação, não mede o desempenho do Programa. Não é capaz de mensurar a eficácia, a eficiência e a efetividade alcançada com sua execução.

2. INDICADOR INFRA-ESTRUTURA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O presente indicador, pela sua formulação, não mede o desempenho do Programa. Não é capaz de mensurar a eficácia, a eficiência e a efetividade alcançada com sua execução.

3. INDICADOR LOGÍSTICO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O presente indicador, pela sua formulação, não mede o desempenho do Programa. Não é capaz de mensurar a eficácia, a eficiência e a efetividade alcançada com sua execução.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Em razão da obsolescência natural de meios e da real necessidade do constante policiamento do espaço aéreo brasileiro, o Comando da Aeronáutica (COMAER) estuda, pesquisa e busca manter-se atualizado e pronto para efetuar a defesa do Estado Brasileiro por meio de aquisição de equipamentos e adequações tecnológicas de seus meios, dos recursos humanos e materiais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aquisição de 21 aeronaves sendo: 11 caças turboélices; três aeronaves de transporte de tropa; quatro aviões de caça supersônicos; uma aeronave de asa rotativa; e duas aeronaves de transporte de passageiros.

- Implantação de sistemas de simulação para a aeronave de caça turboélice.

- Aquisição de material de apoio ao Grupo de Instrução Tática e Especializada.

- Implementação do Projeto de Excelência em Guerra Eletrônica, Gestão e Informação da Guerra Eletrônica e Implantação da Estrutura de Análise Operacional.

- Modernização da aviônica de uma aeronave de transporte de grande porte.

- Recebimento de quatro voice recorders.

- Modernização de 25 instalações militares.

- Revitalização de oito aeronaves, sendo quatro de transporte de carga e quatro de interceptação.

Algumas ações do Programa foram inscritas em restos a pagar em 2008 e suas metas físicas não foram computadas na obtenção do resultado em 2007. Considerando as metas de 2007 alcançadas e as a atingir com os restos a pagar de 2008, o resultado obtido pode ser considerado dentro do esperado.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Ao longo do exercício de 2007, foi possível avançar em atividades relevantes para a consecução do objetivo de reaparelhar e adequar a FAB às necessidades de defesa aérea. Os recursos disponibilizados, embora tenham sido contingenciados por um determinado período no ano, somados aos créditos adicionais nas ações "Aquisição de Aeronaves" e "Modernização e Revitalização de Aeronaves" propiciaram um incremento nas metas estipuladas na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007.

O acompanhamento do monitoramento das ações é feito mensalmente através do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), por meio do qual são analisadas as informações registradas pelos coordenadores de ação. A gerência também tem utilizado o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) no acompanhamento da execução financeira das despesas.

O percentual apurado de cumprimento das metas físicas, entre 40% e 80% do previsto, leva em consideração apenas as metas recebidas no exercício e realizadas com recursos do ano. Parte desses recursos foi aplicada em metas que serão concluídas em 2008 (restos a pagar 2007), que, se computadas, elevariam consideravelmente o índice.

Houve certa incompatibilidade do fluxo de recursos com a programação física, mas não prejudicou a execução programada. O cronograma de desembolso limita a execução orçamentária, uma vez que os compromissos não podem ser assumidos sem a expectativa de numerário para pagamento.

O reaparelhamento da Força foi prejudicado em decorrência do contingenciamento de recursos imposto no início de 2007. Do total de R$ 619 milhões previstos, houve contingenciamento de R$ 210 milhões, que, apesar de ter sido liberado no transcurso do ano, ocasionou atrasos na implementação de metas pelo não-cumprimento de cláusulas contratuais. O atraso na liberação de recursos também fez com que contratos tivessem seus cronogramas físico-financeiros alterados por meio de termos aditivos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Devido à natureza e à dimensão do público-alvo do Programa de Reaparelhamento e Adequação da FAB, a Nação brasileira, a participação da sociedade tem ocorrido por meio das instituições representativas dos poderes constituídos, nas diversas áreas de interface, principalmente, no âmbito do Grupo Executivo Interministerial (GEI), e por meio dos veículos de comunicação.

A avaliação da satisfação deste público-alvo não se aplica tendo em vista que o objetivo do Programa é o de reaparelhar e adequar a Força com a finalidade de recuperar e manter a sua capacidade operacional e de proporcionar os meios de apoio à eficiente operação em proveito de sua missão constitucional.

REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL

GERENTE DO PROGRAMA

Antônio Carlos Frade Carneiro

OBJETIVO

Reaparelhar e adequar a estrutura da Marinha Brasileira (MB) às necessidades de aplicação do Poder Naval.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 350.170.860,00	Empenho Liquidado:	R$ 340.991.014,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 340.991.014,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Adequação da Marinha do Brasil – Porcentagem	30.00	31.00	30.00	32.00	32.00	100%

1. TAXA DE ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice de 32% foi alcançado. Cabe comentar, que este índice sofreu um ajuste em relação ao originalmente previsto que era de 40%. As limitações no orçamento da MB são a causa principal do resultado abaixo do originalmente planejado. Desta forma, permanece a necessidade urgente do aparelhamento da Marinha, tendo em vista que os meios operativos da Força apresentam severas degradações de desempenho, resultantes de mais de uma década de restrições orçamentárias, e dos naturais processos de envelhecimento e obsolescência do material.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Em razão do permanente avanço das tecnologias empregadas na área militar, faz-se necessário um esforço da MB para manter seus meios adequados ao combate naval, em termos de modernização e capacidade operacional, visando contribuir para a defesa do País, como fator de consolidação da democracia e do desenvolvimento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• No exercício de 2007, o Comando da Marinha deu prosseguimento a diversos projetos voltados para a recuperação do Poder Naval. Uma das principais metas a ser atingida pela Força é a conclusão da construção da Corveta Barroso.

• Quanto às modernizações de unidades operativas, foram concluídos os estudos para a modernização das Fragatas Classe Greenhalgh, Corvetas Classe Inhaúma, de helicópteros de ataque e de Navios-Hidrográficos. Foram iniciadas as modernizações do Navio de Desembarque Doca Ceará e a dos cinco submarinos no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ). A Modernização dos Submarinos Classe Tupi (MODSUB), como é conhecida, será desenvolvida ao longo dos próximos 11 anos, incluindo a substituição do Sistema de Combate. A modernização do Navio-Aeródromo São Paulo, principal meio para execução do Controle de Área Marítima, de Operações de Ataque e de Defesa Aeroespacial de uma Força Naval teve continuidade. Foram executadas obras de grande vulto e modernizações em importantes sistemas do navio.

• Diversas outras atividades relacionadas à modernização de unidades operativas foram desenvolvidas, sendo que diversas delas terão continuidade nos próximos exercícios. Merecem destaque a revitalização dos sistemas de comunicações dos meios, com a substituição dos equipamentos obsoletos, a produção e a instalação dos Sistemas de Controle da Propulsão e de Controle de Avarias e a aquisição de unidades de resfriamento de água para as Fragatas Classe Niterói.

• Na busca por soluções para recuperar e modernizar a base material do Poder Naval foram adquiridos o Navio Hidroceanográfico Cruzeiro do Sul e o Navio de Desembarque de Carros de Combate Garcia D'Ávila. Foram adquiridas, também, 23 viaturas operativas terrestres; seis Viaturas Blindadas para Transporte de Pessoal (VBTP); e uma VBTP-Socorro, todas destinadas ao Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais no Haiti.

• Foi dada continuidade à construção de um Navio-Patrulha de 500 toneladas, tendo sido iniciada, também, a construção de uma segunda unidade.

Medidas visando a recuperação parcial e gradativa do Poder Naval foram adotadas, entretanto, a realidade é que, atualmente, a MB executa um planejamento modesto e muito aquém de suas necessidades, todavia coerente com os recursos consignados. Desta forma, permanece a necessidade urgente do aparelhamento da Marinha, tendo em vista que os meios operativos da Força apresentam severas degradações de desempenho, resultantes de

mais de uma década das restrições supracitadas, e dos naturais processos de envelhecimento e obsolescência do material. Espera-se, entretanto, que, com o PPA 2008-2011 e a LOA-2008, esta situação se reverta, e que, por meio da elevação dos patamares orçamentários das Forças Armadas, tornem exeqüíveis os Programas de Reaparelhamento Operacional das Forças Armadas. Não obstante a atual conjuntura, a partir dos esforços de todos os setores, a Marinha foi capaz de alcançar significativas conquistas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O ano de 2007 foi marcado pelo persistente quadro de restrições orçamentárias e, conseqüentemente, por dificuldades e óbices de diversas ordens, que dificultaram a manutenção e o preparo do Poder Naval brasileiro. Medidas de economia severas tiveram de ser impostas e ocasionaram a postergação, o atraso ou a paralisação de importantes projetos e metas. Em que pesem as gestões efetuadas pelo Ministério da Defesa (MD), que permitiram a liberação integral das dotações orçamentárias autorizadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2007 e a aprovação de créditos adicionais, os recursos consignados à MB foram insuficientes para o atendimento das necessidades básicas de operação e de manutenção dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, e das organizações militares em terra. A difícil situação orçamentária vivenciada pela Força vem sendo exposta seguidamente pelo Comandante da Marinha.

O monitoramento das ações é realizado por meio da estrutura prevista no Sistema do Plano Diretor (SPD), que é detalhado em diversos Planos Internos (PI). As metas previstas para cada PI são consolidadas e avaliadas pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR). Esse Conselho, internamente, exerce função semelhante à da Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA) prevista no Decreto-Lei nº 5.233, de 06 de outubro de 2004. Cumpre esclarecer que cada ação orçamentária, para efeitos de gestão interna, é desdobrada em vários PIs, a fim de permitir o controle, o monitoramento e a avaliação das atividades realizadas nos diversos escalões da Instituição. As informações necessárias aos coordenadores e aos gerentes são obtidas das unidades executoras, no Sistema do SPD e no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e, posteriormente, são registradas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

Quanto ao cumprimento de metas físicas, houve execução física de 80% a 100% do previsto na LOA 2007. O desempenho foi elevado em decorrência da estrutura matricial da Marinha e da utilização do SPD na avaliação das atividades realizadas nos diversos escalões da Instituição.

Como dito anteriormente, 2007, foi marcado pelo persistente quadro de restrições orçamentárias e, conseqüentemente, por dificuldades e óbices de diversas ordens, que dificultaram a manutenção e o preparo do Poder Naval brasileiro. Os resultados foram alcançados em conformidade com a disponibilidade de recursos, com exceção das ações "Construção de Submarino" e "Modernização de Submarino", pois os créditos consignados não foram utilizados em face da não-aprovação do financiamento externo necessário ao alcance das metas planejadas. Apesar dos processos complexos e de execução de médio e

longo prazo, características inerentes às ações do tipo Projeto, a maioria das metas físicas previstas na LOA foi concluída.

A MB utilizou R$ 340.991.014,00 (97,4 %) dos R$ 350.170.860,00 disponibilizados na LOA e créditos adicionais em 2007.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou a execução do Programa, em decorrência de grande esforço gerencial e executivo. A liberação parcelada dos recursos no transcorrer do exercício 2007 foi a responsável pela descontinuidade do fluxo de recursos.

Cabe ressaltar sobre a situação do AMRJ. É o principal centro de construção, modernização, revitalização e manutenção da MB e destaca-se pela excelência das suas atividades técnicas e industriais, envolvendo o projeto, construção e manutenção dos meios navais. Desde os seus primórdios, o AMRJ sempre se notabilizou pela construção naval tanto por razões estratégicas (domínio de tecnologias, buscando a diminuição da dependência externa), quanto econômicas, buscando a nacionalização de componentes e o incentivo à indústria nacional. O AMRJ está em processo de revitalização até 2017, visando a recuperação de seu parque industrial.

Além de sua revitalização ora em curso, é necessário o início de sua modernização, para dotar a infra-estrutura industrial, capacitando-o a atender com eficiência e eficácia às modernas técnicas, industriais e tecnológicas relacionadas à construção de navios de superfície e de submarinos, consolidadas no Programa de Reaparelhamento da Marinha (PRM).

Existe uma falta significativa quantitativa e qualitativa de mão-de-obra no AMRJ, em decorrência da evasão (motivada pelos baixos salários), da falta de reposição por concurso público (último concurso para captação de recursos humanos na área industrial realizado em 1993) e da elevada faixa etária dos servidores civis. Dessa forma, a força de trabalho industrial está reduzida, acarretando perda de capacitação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Por se tratar de defesa nacional, não se aplica a aferição do público-alvo, que é a Nação brasileira. O Programa tem como objetivo específico o de reaparelhar e adequar os meios operativos e a estrutura da MB às necessidades do País, relativamente à defesa naval, com a finalidade de recuperar e manter a sua capacidade operacional e proporcionar meios de apoio necessários ao cumprimento de sua missão constitucional. Dessa forma, as ações são implementadas com eficiência e eficácia, com o propósito de atingir, com efetividade os objetivos estabelecidos e otimizar o emprego dos recursos confiados à Marinha pela sociedade, não havendo mecanismo de interação direta com a sociedade.

O PRM apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. O SPD foi adotado pela MB há mais de 45 anos. Apesar de seu contínuo aprimoramento, ainda carece de adequações que viabilizem sua perfeita interação com os demais sistemas utilizados pelos setores orçamentários e financeiros do Governo Federal. Ainda assim, o Sistema contribui de forma significativa para que os recursos disponibilizados à Força sejam aplicados de modo tempestivo e efetivo.

REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

GERENTE DO PROGRAMA

Alberto Edmundo Fleck

OBJETIVO

Reaparelhar e adequar a estrutura do Exército para atender às necessidades da defesa do território brasileiro.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 171.004.191,00	Empenho Liquidado:	R$ 169.665.273,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 169.665.273,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro - Porcentagem	1.68	8.34	8.37	8.47	9.50	89,16%

1. TAXA DE REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O alcance do índice, em relação ao previsto, ficou prejudicado, em virtude de que os recursos liberados pela Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 foram aquém das necessidades estimadas do Programa para o período 2004-2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Exército Brasileiro, ao buscar dotar as suas Organizações Militares com vetores de modernidade, tem o propósito de obter um adequado suporte ao reparo e ao emprego da Força Terrestre.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- No ano de 2007 foram realizadas diversas aquisições, com destaque para:

a) 69 carros de combate (blindados);

b) 138 viaturas diversas;

c) 270 materiais aeroterrestres (pára-quedas);

d) 516 equipamentos de comunicações e informática (rádios e computadores);

e) 332 barracas de campanha;

f) 196 máscaras contra-gases;

g) 11 equipamentos de manobra e patrulhamento;

h) 63 equipamentos hospitalares;

i) 110.350 munições e explosivos diversos;

j) Modernização de 49 viaturas militares.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os recursos financeiros distribuídos anualmente para o reaparelhamento e adequação do Exército foram muito aquém das reais necessidades, limitando o alcance das metas estimadas pela Força Terrestre e o cumprimento em condições mínimas de suas missões constitucionais.

O desempenho das ações do Programa é feito através de visitas *in loco*, que, na verdade, são inspeções dos diversos escalões abrangidos.

São utilizados como meios de gerenciamento os seguintes sistemas: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), Sistema Integrado de Gestão Administrativo (SIGA), Sistema de Material do Exército (SIMATEX), Sistema Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan). Além disso, são gerados relatórios de gestão mensalmente (consolidados anualmente).

Do total de recursos liberados pela LOA 2007, 99% das metas foram executadas, tendo em vista, principalmente, a variação da taxa cambial nas aquisições internacionais.

Os recursos financeiros foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

RECURSOS DO MAR

GERENTE DO PROGRAMA

Dilermando Ribeiro Lima

OBJETIVO

Levantar, compilar e disponibilizar dados oceanográficos e climatológicos e informações relativas ao relevo e aos recursos do mar na plataforma continental brasileira, a fim de atender aos interesses e às necessidades de defesa nacionais, e à exploração comercial desses recursos, gerando divisas para o País.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade brasileira, especialmente, comunidade científica, universidades, empresas nacionais e instituições da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) ligadas aos recursos do mar

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 4.747.200,00	Empenho Liquidado:	R$ 4.732.518,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 4.732.518,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Atualização do Levantamento do Relevo e dos Recursos Existentes da Plataforma Continental – Porcentagem	62.00	50.00	-	60.00	52.00	115,38%

1. TAXA DE ATUALIZAÇÃO DO LEVANTAMENTO DO RELEVO E DOS RECURSOS EXISTENTES DA PLATAFORMA CONTINENTAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Além da falta de recursos adequados, considerando que os montantes alocados nos últimos exercícios foram muito aquém do mínimo necessário para a realização de expedições marítimas para a atualização do levantamento do relevo da Plataforma Continental (PC), uma das principais restrições é a indisponibilidade de um equipamento chamado sonar multifeixe, que foi adquirido e será instalado no Navio Hidrográfico Sírius, no primeiro semestre de 2008, o que permitirá incrementar a atualização do levantamento do relevo submerso da PC.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os acordos internacionais relativos ao direito do mar, dos quais o Brasil é signatário, bem como as necessidades de levantar e explorar os recursos da plataforma continental e da Zona Econômica Exclusiva, com finalidades de defesa e comerciais, impedem a Marinha de participar ativamente em trabalhos de levantamento de dados e informações sobre os recursos do mar, juntamente, com outros órgãos governamentais, instituições de pesquisa e empresas nacionais, visando ampliar os conhecimentos sobre as potencialidades do nosso mar e buscar novas formas de exploração e explotação dos recursos marinhos, em benefício da sociedade brasileira.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Avaliação dos Recursos não-Vivos, com destaque para os seguintes aspectos:

a) realização da 1ª campanha de mar do Projeto Fosforita das Bacias de Santos (SP) e de Pelotas (RS);

b) finalização da etapa de digitalização dos dados do sistema de informação geográfica (SIG) da PC;

c) realização de Simpósio de Geologia e Recursos Minerais Marinhos;

d) contratação de serviços de técnicos especializados em geoprocessamento para atender diversos projetos constantes do Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira.

- Manutenção da Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP) - o Programa Arquipélago (Proarquipelago) apoiou o desenvolvimento de 23 projetos de pesquisa na região do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP), mantendo o local permanentemente habitado com as necessárias condições de conforto e segurança. Foram realizadas 24 expedições científicas em barcos fretados para este fim exclusivo, qualificados 75 pesquisadores por meio de treinamento intensivo e contínuo e realizadas três comissões de manutenção preventiva e corretiva do sistema estrutural da estação e dos equipamentos existentes no Arquipélago.

- Pesquisa e Monitoramento Oceanográfico: foram adquiridas duas bóias fixas, e respectivos sensores sobressalentes necessários para reativação da bóia fixa Minuano, fundeada nas proximidades da cidade de Rio Grande (RS). Foram lançadas no Atlântico Sul 30 bóias de deriva, primordiais para a melhoria da previsão meteorológica e das mudanças climáticas globais. Foram instalados dois marégrafos radar, de última geração, que são sensores essenciais para o acompanhamento da elevação do nível médio do mar e para o monitoramento da erosão costeira ao longo do litoral brasileiro.

• Integração dos Sistemas de Informações Relativas ao Mar: participação em *workshop* para definição de parâmetros necessários para compatibilizar bancos de dados existentes, relacionados aos recursos do mar. Houve contratação de pessoal para assessoria na criação de um recorte temático sobre recursos do mar no Portal Inovação.

Os resultados mostram o grande potencial do Programa, que necessita de recursos adequados à sua relevância e à sua magnitude.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As ações são monitoradas através de reuniões trimestrais, com a participação de representantes dos Ministérios envolvidos que compõem a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. São realizadas visitas *in loco* principalmente aos locais referentes à Manutenção da Estação Científica do ASPSP, que têm seu desempenho monitorado com visitas mensais realizadas para as trocas dos pesquisadores e as comissões específicas de manutenção realizadas trimestralmente. Os equipamentos e sensores utilizados na ação de monitoramento oceanográfico têm acompanhamento e avaliações constantes.

Em 2007, das três ações orçamentárias, duas realizaram 100% do previsto. Entretanto, a ação "Integração dos Sistemas de Informações Relativas ao Mar", que prevê a integração dos principais bancos de dados existentes no País, Banco Nacional de Dados Oceanográficos (BNDO), Banco de Dados Geológicos do Ministério de Minas e Energia (GEOBANK- MME), Banco de Dados Ambientais para a Área Petrolífera (BANPETRO), num único banco de dados, não recebeu adequado aporte de recursos, tendo executado 90% do previsto.

Dois pontos nas equipes executoras foram aquém do necessário: os recursos materiais e a qualificação dos recursos humanos. Com relação ao primeiro ponto, o Programa se refere aos recursos do mar, especificamente, à avaliação dos recursos não-vivos da Zona Econômica Exclusiva e à Pesquisa e Monitoramento Oceanográfico, envolvendo grande complexidade logística, equipamentos específicos e pessoal qualificado e demandando aporte adequado de recursos. Quanto ao segundo, a qualificação de pessoal é fundamental para a execução de projetos da magnitude das ações, que envolvem grande complexidade logística, equipamentos específicos e pessoal qualificado.

Houve atraso na liberação de recursos, mas que, devido ao esforço gerencial da CIRM, não comprometeu a execução das ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação de todos os Ministérios na execução das ações deste Programa pode ser considerada muito boa, o que é facilitado pelo mecanismo existente da realização de reuniões periódicas dos vários grupos responsáveis pelas respectivas ações.

Não há mecanismos que promovem a participação social, uma vez que a CIRM é composta de representantes de diversos Ministérios e da comunidade científica, sendo seus projetos desenvolvidos em harmonia com os programas sociais do Governo, atendendo indiretamente os anseios da sociedade brasileira.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários. O público-alvo tem demonstrado satisfação com os resultados alcançados, embora ainda estejam abaixo do desejável. O PROARQUIPÉLAGO é o projeto que mais vem correspondendo às expectativas da comunidade científica e dos pesquisadores com a realização de diversos projetos e com o guarnecimento ininterrupto do Arquipélago de São Pedro e São Paulo. Ainda, os resultados da Pesquisa e Monitoramento Oceanográfico têm contribuído para melhorar a qualidade das informações sobre as condições climáticas e do acompanhamento dos fenômenos climáticos de interesse do Brasil.

SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO AQUAVIÁRIA

GERENTE DO PROGRAMA

Ademir Sobrinho

OBJETIVO

Prover a segurança da navegação em águas sob jurisdição brasileira.

PÚBLICO-ALVO

Operadores de transportes aquaviários e de embarcações em geral, e seus usuários

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 140.311.311,00	Empenho Liquidado:	R$ 140.270.875,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 140.270.875,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Acidentes Náuticos 1/1.000	1.60	1.60	1.60	1.60	1.60	100%

1. COEFICIENTE DE ACIDENTES NÁUTICOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Apesar dos aportes financeiros não terem sido suficientes, mesmo com os que foram alocados extraordinariamente, torna-se relevante frisar o esforço concentrado para que as ações do Programa sejam executadas com o propósito de proporcionar a redução dos acidentes e dos incidentes de navegação no mar aberto e nas hidrovias interiores.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Por força de atribuições legais e de acordos internacionais, compete à Marinha executar diversas atividades voltadas para a segurança da navegação, controle e proteção dos meios e das pessoas que trafegam nas áreas marítimas e fluviais sob jurisdição brasileira. Tais atividades, sendo bem desenvolvidas, além de atingir seus propósitos, contribuem diretamente para a redução dos custos de navegação e, conseqüentemente, dos fretes dos produtos transportados, o que, em última análise, representa economia de divisas para o País e maior desenvolvimento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Manutenção e aperfeiçoamento das informações meteorológicas e ambientais.

- Manutenção e aperfeiçoamento das informações relativas às Normas da Autoridade Marítima Brasileira (NORMAM), ao Ensino Profissional Marítimo (EPM), à situação de embarcações nacionais e estrangeiras autorizadas a operar nas águas jurisdicionais brasileiras e às ações de inspeção e fiscalização exercidas no mar e nas vias navegáveis interiores.

- Continuidade do Plano de Desenvolvimento do Programa Oceano, com coleta de dados oceanográficos, meteorológicos, batimétricos e de auxílio à navegação no litoral brasileiro.

- Levantamentos hidroceanográficos para confecção de cartas de navegação, atualização das cartas existentes, migração para o formato de carta eletrônica raster e vetorial, emissão diária de avisos aos navegantes e atualização do Banco de Dados Cartográficos.

- Implantação de novos sistemas de auxílio à navegação e de controle do tráfego marítimo, compostos por equipamentos do Sistema de Identificação Automática (AIS) e pelo Banco Nacional de Dados do Sistema de Identificação e Acompanhamento de Navios a Longa Distância (LRIT).

- Continuidade do preparo de profissionais aquaviários, portuários e trabalhadores em atividades correlatas, de nível médio e superior, oferecendo cursos do EPM para 30.804 profissionais do setor em 2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As limitações ao previsto para as metas financeiras afetaram o EPM, cuja quantidade de cursos ficou aquém das necessidades da comunidade marítima, nos setores de aquaviários e de portuários, e a sinalização náutica, cuja qualidade vem, ao longo dos anos, apresentando deterioração e dificultando a manutenção do nível de eficácia mínimo preconizado pela *International Association of Marine Aids to Navigation and Lighthouse Authorities* (IALA).

Por outro lado, houve aumento na meta física de Registro e Fiscalização de Embarcações, decorrente de créditos suplementares, concentrando fiscalização em pontos de grande movimento de embarcações para prevenir e reduzir acidentes e incidentes náuticos.

O monitoramento das ações do Programa é realizado pela estrutura prevista no Sistema do Plano Diretor (SPD) da Marinha Brasileira (MB), detalhado em diversos Planos Internos (PI). São realizadas reuniões conforme previsto na sistemática adotada pelo órgão e as metas previstas para cada PI são consolidadas e avaliadas pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha.

Também são realizadas inspeções administrativas para verificação do andamento da execução das ações planejadas, apontando causas, conseqüências e ações corretivas para fazer face a possíveis falhas de execução.

Segundo as diretrizes do Sistema do Plano Diretor (SPD), é usado o Sistema de Acompanhamento do Plano Diretor (SIPLAD) e, por meio deste, são prestadas as informações gerenciais e executado o acompanhamento dos indicadores e metas físicas e financeiras.

A execução física das ações do Programa fechou o exercício entre 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Os resultados foram alcançados em conformidade com os créditos disponíveis, não tendo sido possível alcançar as metas previstas, inicialmente, em função da insuficiência de recursos.

Os recursos disponibilizados foram integralmente utilizados pela Marinha, porém o Programa enfrentou restrições orçamentárias tendo, como conseqüência, o não-cumprimento de algumas metas inicialmente previstas, cabendo destacar a dificuldade de manter o Índice de Eficácia da Sinalização Náutica situado no nível preconizado pela *International Association of Marine Aids to Navigation and Lighthouse Authorities* (IALA) e adotado no País.

Quanto à liberação parcelada dos recursos, mesmo considerando a posterior alocação de recursos extraordinários, causou descontinuidade no fluxo de recursos sem comprometer completamente a execução, mas prejudicando o atendimento das atividades programadas ao longo do ano de forma uniformemente distribuída.

A redução da disponibilidade dos meios e equipamentos decorrente dos reduzidos patamares orçamentários impostos à Marinha nos últimos anos tem acarretado uma necessidade maior de recursos para a manutenção, a substituição e a modernização do material utilizado, principalmente, no Sistema de Segurança e Proteção do Tráfego Aquaviário. O Sistema de Ensino Profissional Marítimo também necessita de incremento no aporte de recursos. A destinação dos recursos orçamentários foi utilizada principalmente para:

a) custeio de serviços administrativos;

b) manutenção de viaturas;

c) manutenção e conservação de bens imóveis, móveis e equipamentos diversos;

d) despesas com viagens e locomoção;

e) realização de conclaves, intercâmbios e adestramentos;

f) atividades diversas de suporte ao Ensino Profissional Marítimo;

g) demais atividades-meio necessárias à gestão e à administração do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em relação a mecanismos que promovem a participação social, o Programa conta com Ouvidoria que, por meio dos canais de comunicação existentes nas Capitanias dos Portos e suas Delegacias e Agências, compõem o Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA). Também são captadas críticas e sugestões por meio de recursos da Internet. Ainda, são realizadas reuniões periódicas com grupo de interesse como, por exemplo, sindicatos de portuários e de armadores de navegação.

Existe avaliação de satisfação de seus beneficiários, verificada através de pesquisas e inquéritos pedagógicos além da utilização de recursos de Internet.

Por fim, cabe salientar que o SPD foi adotado pela MB há mais de 45 anos. Apesar de seu contínuo aprimoramento, o mesmo ainda carece de adequações que viabilizem sua perfeita integração com os demais sistemas utilizados pelos setores orçamentário e financeiro do Governo Federal. Ainda assim, o SPD contribui de forma significativa para que os recursos disponibilizados para a MB sejam aplicados tempestiva e eficazmente e se mantenha a continuidade dos projetos.

SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS

GERENTE DO PROGRAMA

Milton Braz Pagani

OBJETIVO

Prestar assistência médico-hospitalar e odontológica ao pessoal militar das Forças Armadas, ativo e inativo, e a seus dependentes.

PÚBLICO-ALVO

Militares das Forças Armadas e seus dependentes

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 953.767.269,00	Empenho Liquidado:	R$ 945.723.751
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 945.723.751**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM de ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Ocupação Hospitalar da População-Alvo - Porcentagem	70.00	70.00	70.00	70.00	60.00	116,67%

1. TAXA DE OCUPAÇÃO HOSPITALAR DA POPULAÇÃO-ALVO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O Programa envolve diversas ações e necessita de um número maior de indicadores para sua correta avaliação. Cabe ressaltar que, face à natureza militar do Sistema de Saúde das Forças Armadas, não se constitui interesse das mesmas uma taxa de ocupação hospitalar acima de 60%, face à necessidade de uma reserva de leitos para atender a situações como catástrofes, conflitos armados, dentre outras, todas, intrinsecamente, inopinadas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Provimento aos militares (ativo e inativo) e seus dependentes de adequada assistência médico-hospitalar, assegurando o acesso e a humanização do atendimento de saúde.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Capacitação de centenas de militares com estabilidade na carreira no Programa de Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e aids nas Forças Armadas, em parceria com o Programa Nacional de Aids do Ministério da Saúde (MS) e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAids). Ocorreram cursos para formação de educadores de pares em várias cidades do Brasil, cobrindo os eixos previstos. Foram realizados também: o Seminário de Gestão Técnica que tratou da reorientação técnica para os gestores técnicos dos Eixos (diretrizes e normas para condução das capacitações), divulgação do plano de trabalho (calendário de atividades e papel dos gestores técnicos nas atividades programadas) e a apresentação do modelo de monitoramento e avaliação das atividades.

• Melhoria na interação e na disponibilização dos Serviços Médicos Especializados de cada Força Armada às demais, abrangendo um maior número de atendimentos, racionalizando os recursos e beneficiando a população de assistidos pelos Serviços de Saúde das Forças Armadas (aproximadamente 1.200.000 integrantes da Família Militar).

• Priorização e continuidade na implantação de programas de saúde preventiva, beneficiando a população de assistidos pelos Fundos de Saúde das Forças Armadas.

• Priorização da atenção ao idoso, à gestante, à criança e aos portadores de necessidades especiais, beneficiando a parcelas mais carentes do universo de assistidos pelos Serviços de Saúde das Forças Armadas.

• Participação no atendimento suplementar às populações indígenas e ribeirinhas da Amazônia em apoio ao Sistema Único de Saúde (SUS), em parceria com o MS, beneficiando a população em geral da região (mais de 10.000.000 cidadãos).

• Realização, pelo Projeto Retrato da Família Militar, de um levantamento de dados quantitativos e qualitativos sobre a família militar com o fim de subsidiar os programas e projetos desenvolvidos pelo Departamento.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A escassez de recursos orçamentários resultou na precariedade dos equipamentos de saúde e descontinuidade da manutenção das instalações em nível adequado, como conseqüência, aumentou a dependência em terceirização dos atendimentos de saúde por entidades privadas. No entanto, a infra-estrutura ofertada ao público-alvo e os recursos humanos se mantiveram em níveis ainda compatíveis à implementação do Programa.

O Programa apresenta os seguintes mecanismos de monitoramento de suas ações:

a) reuniões de trabalho: realizadas para definição das ações, monitoramento e avaliação pela Comissão Permanente dos Serviços de Saúde da Marinha, Exército e Aeronáutica (CPSSMEA);

b) visitas *in loco*: são realizadas pela Comissão Permanente dos Serviços de Saúde da Marinha, Exército e Aeronáutica (CPSSMEA);

c) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan): preenchimento realizado pelos coordenadores de ação que compilam dados das Organizações Militares de saúde das Forças Armadas;

d) relatórios de gestão: com acompanhamento pelos Comandos Militares e pelo Ministério da Defesa (MD).

A execução física das ações do Programa fechou 2007 com percentual de 80% a 100% do previsto. Da mesma forma que em 2006, os dados referentes à ação "Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalares", cuja meta física ultrapassou o previsto, atêm-se aos procedimentos realizados no Hospital das Forças Armadas (HFA). As ações padronizadas "Alimentação de Pessoal", "Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados", "Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados" e "Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados" tiveram o desempenho das metas físicas pouco abaixo do previsto devido ao fato de suas metas físicas terem sido estimadas de forma inadequada.

Os recursos orçamentários executados pelo Programa foram considerados insuficientes, principalmente, pelos seguintes aspectos:

a) o contingenciamento orçamentário ocorre com freqüência, dificultando a execução das metas físicas previstas. Tal medida não deveria ocorrer, uma vez que a sua principal fonte de arrecadação se constitui nos descontos compulsórios dos militares para os seus respectivos Fundos de Saúde;

b) a não-atualização, desde o ano de 1999, do valor do Fator de Custos de Atendimento Médico-Hospitalar (FCAMH), para o qual o Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986 (alterado pelo Decreto nº 1.133, de 3 de maio de 1994) prevê fixação anual e vem progressivamente aumentando a utilização pelas Forças Armadas de recursos próprios no financiamento do AMH ao seu pessoal, chegando a representar, em 2006, mais de 75% dos recursos disponíveis. Considerando o direito e as garantias constitucionais de acesso à assistência de saúde pelos cidadãos brasileiros e a atribuição legal das Forças Armadas em provê-la ao seu pessoal militar (ativos e inativos, dependentes e pensionistas), que conta com um universo de, aproximadamente, 1.200.000 pessoas, a falta de recursos disponibilizados para a atualização do FCAMH causa impactos negativos neste e em outros programas do MD, já que os atendimentos à saúde continuam;

c) a execução de outras ações, além da prestação do AMH, que é sua principal fonte de recursos e consiste na arrecadação dos Fundos de Saúde e que esta fonte é legalmente destinada ao AMH, outras ações não estão sendo contempladas com recursos adequados.

Quanto à compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física, embora o fluxo de recursos tenha sido descontínuo, as metas físicas foram realizadas.

Existe uma ação de gestão e administração, que, por vício de origem, se destina, também, à manutenção dos serviços administrativos do HFA. No entanto, por solicitações anteriores, a partir de 2007, houve previsão de recursos para a gerência do Programa, destinados ao Departamento de Saúde e Assistência Social (DESAS). Também, os investimentos necessários para a atualização dos equipamentos de saúde não estão sendo realizados, por falta de recursos específicos para este fim no Programa que, atualmente, se concentra na operacionalização da assistência.

A quantidade de recursos humanos nas equipes executoras foi insuficiente: nas áreas remotas e de difícil acesso do País, em especial, as de fronteira, onde há insuficiência de profissionais de saúde, os recursos humanos do Sistema de Saúde das Forças Armadas executam a tarefa subsidiária, na ausência do SUS, de prestar a assistência de saúde à população civil. Os médicos formados nos grandes centros do País são deslocados para essas áreas. Visando minimizar o impacto provocado pelo afastamento de suas origens e das oportunidades de completar a formação profissional, desenvolveu-se uma articulação interministerial entre MD, MS e o Ministério da Educação (MEC) para estudar e viabilizar formas de incentivo ao deslocamento de médicos para a Amazônia Legal e outras regiões remotas. São necessários recursos para garantir a estes profissionais o acesso a programas de educação continuada.

Os quadros de servidores civis empregados na assistência de saúde aos militares também estão muito reduzidos em função das sucessivas políticas de restrição ao ingresso de servidores públicos na Administração Federal. Os hospitais militares não podem prescindir de servidores civis em virtude da alta rotatividade dos servidores militares, por características de carreira.

O setor gerencial foi recém-criado, dentro da realidade de escassez de recursos humanos, com evidente impacto na qualificação.

O elevado contingenciamento dificulta a execução das metas físicas previstas no Programa. Ademais, o FCAMH não sofre atualização desde 1999. Como os atendimentos médico-hospitalares e odontológicos continuam, para cobrir despesas com serviços de saúde, utilizam-se recursos próprios das Forças Armadas, gerando impacto negativo em outros Programas do MD.

Embora o contingenciamento de recursos prejudique a execução das ações, as Organizações Militares de saúde das Forças Armadas demonstraram empenho para realizar os atendimentos médico-hospitalares e odontológicos e na execução dos créditos recebidos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução, podendo ser destacada a com a UNAIDS e o MS no Programa de Prevenção e Controle de DST/AIDS nas Forças Armadas. Até o momento, os mecanismos de parceria estão sendo cumpridos.

Com relação aos mecanismos de promoção da participação social, a instalação de Ouvidorias nas unidades de saúde é prática decorrente. São espaços para que os pacientes atendidos possam falar sobre problemas encontrados na prestação de serviços e possibilita a busca de contínua melhoria nas atividades. É parte integrante do projeto Retrato da Família Militar, um questionário universalmente distribuído em que é feita uma avaliação da assistência prestada pelas Forças Armadas na área social como um todo, estando nela inclusa a assistência de saúde.

Ainda, os serviços de Assistência Social das Forças Armadas realizam, periodicamente, pesquisas voltadas à aferição do atendimento às demandas nesta área. Por meio do projeto Retrato da Família Militar, o MD, anualmente, faz levantamentos visando aferir o grau de atendimento do Programa às demandas de saúde da população-alvo. A participação do público-alvo provocou aumento da qualidade no monitoramento e no aprimoramento da gestão dos Serviços de Saúde das Forças Armadas.

Por fim, os serviços de saúde militares, juntamente com o HFA, possuem auditorias técnicas internas. Inspeções administrativas periódicas são realizadas pelos comandos militares de cada Força, bem como auditorias sistemáticas pelos respectivos órgãos de controladorias e pelo MD.

O Departamento de Saúde e Assistência Social do MD foi criado em 2004 e necessita de pessoal especializado para bem desenvolver suas atribuições, assim como é necessária a revitalização da atual infra-estrutura hospitalar e a construção do Hospital das Forças Armadas em Manaus.

Além de suas atividades ordinárias, os recursos humanos do Sistema de Saúde das Forças Armadas executam a tarefa subsidiária, na ausência do SUS, de prestar assistência de saúde à população civil. Faz-se necessário, portanto, concurso de médicos convocados para a prestação do Serviço Militar na execução de tarefas nas áreas remotas e de difícil acesso do País, em especial, as de fronteira.

Para tanto, dever-se-ia garantir que a previsão orçamentária dos Fundos de Saúde das três Forças não fosse incluída nos respectivos limites de outras despesas correntes e de capital anuais já que a sua principal fonte de arrecadação são os descontos compulsórios dos militares para os respectivos Fundos.

SEGURANÇA DE VÔO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO

GERENTE DO PROGRAMA

Élcio Picchi

OBJETIVO

Proporcionar circulação segura e eficiente ao tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil.

PÚBLICO-ALVO

Empresas aéreas, operadores de aeronaves civis e militares, pilotos civis e militares, unidades aéreas das Forças Armadas, usuários ou assinantes dos serviços e sistemas de telecomunicações aeronáuticas, de informações aeronáuticas, de meteorologia aeronáutica, de busca e salvamento e de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 675.400.923,00	Empenho Liquidado:	R$ 656.930.859,00
	Pago Estatais:	R$ 1.568.306,00
	Total:	**R$ 658.499.165,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Espaço Aéreo Monitorado - Porcentagem	-	94.00	95.00	95.00	94.00	101,06%
2. Índice de Acidentes Aeronáuticos Porcentagem	-	-	0.61	0.80	0.56	-

1. ESPAÇO AÉREO MONITORADO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Em 2007, a taxa de monitoramento do Espaço Aéreo Brasileiro (EAB) permaneceu em 95%, superando o percentual que estava previsto para o período. Cabe ressaltar que, com os investimentos realizados permitiu-se um serviço mais confiável.

2. ÍNDICE DE ACIDENTES AERONÁUTICOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

No ano de 2007, o índice de acidentes apresentado foi de 0,8 (número de acidentes ocorridos na aviação civil dividido pelo número de aeronaves registradas no RAB-DAC, multiplicado por 100), tendo crescido em 31,15% relação ao ano anterior.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade de garantir o controle efetivo do espaço aéreo brasileiro, de prover a segurança e a eficiência do tráfego aéreo civil e militar, de atender ao crescimento do Tráfego Aéreo relativo à aviação doméstica e internacional, de acompanhar a evolução tecnológica das aeronaves, dos meios de controle do espaço aéreo e das comunicações do Comando da Aeronáutica (COMAER), bem como atender às normas e recomendações da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), que sejam de interesse do Brasil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Treinamento e aperfeiçoamento contínuo do pessoal do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), por meio de elevação do nível de qualificação profissional em que foram formados e/ou treinados 1.541 servidores, em 84 cursos, entre militares e civis do SISCEAB, sendo destes 707 controladores de vôo.

• Inauguração de Laboratório de Simulação de Controle de Tráfego Aéreo que propicia estudos de reformulação do processo de planejamento do espaço aéreo, além de possibilitar melhor e mais intenso treinamento para os controladores de vôo. Concentração de esforços na operação e na manutenção preventiva, incluindo contratos de manutenção com fornecimento de assistência 24 horas.

• Atualização e/ou modificação de 248 normas relativas à área operacional do SISCEAB, objetivando a harmonização das regras de uso no Brasil, em conformidade com o que preceitua a OACI.

• Operacionalização do Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea (CGNA): o Sub-departamento de Operações operacionalizou o CGNA, com a finalidade de apoiar o COMAER nos problemas enfrentados pela aviação civil, acompanhando as atividades operacionais de todo o SISCEAB, avaliando o impacto das inoperâncias e limitações operacionais nas capacidades de controle de tráfego aéreo (ATC) e aeroportuária, adotando medidas operacionais de coordenação para manter o balanceamento entre a demanda dos movimentos aéreos e as capacidades ATC e aeroportuária, implementando as medidas de gerenciamento de fluxo de tráfego aéreo, conduzindo o processo de tomada de decisões

colaborativas junto às companhias aéreas, coordenando o estabelecimento de valores das capacidades ATC e aeroportuária e analisando as propostas de horário de transporte aéreo (HOTRAN) quanto ao impacto na circulação aérea.

• Redimensionamento das regiões de informação de vôo Brasília (FIR-BS) e Curitiba (FIR-CW) visando garantir o fluxo do tráfego para o Nordeste do Brasil e continentes Europeu e Africano.

• Programa de Implantação de Auxílios à Navegação Aérea: voltado para a substituição ou implantação de equipamentos utilizados com auxílios rádio-visuais à navegação em rota, à aproximação para o pouso e à decolagem de aeronaves, em cerca de 19 aeródromos, objetivando propiciar o emprego de procedimentos de tráfegos aéreos seguros e eficientes. Dos trabalhos desenvolvidos destacaram-se, em 2007, o prosseguimento da instalação de sistemas de aproximação de precisão nas pistas 11R e 29L do aeroporto de Brasília, da substituição do VOR/DME nas localidades de Fortaleza, Salvador e Curitiba, bem como da instalação de auxílios visuais à aproximação em sete aeródromos.

• Programa de Implantação de Sistemas de Telecomunicações: objetiva elevar a capacidade de comunicação entre os órgãos técnicos e operacionais do SISCEAB e entre estes últimos e as aeronaves em vôo, foi dada continuidade ao processo de implementação de duplicação de configuração, visando a elevação do nível de confiabilidade, nas centrais de áudio que servem os principais órgãos de controle de tráfego aéreo no País, como os quatro centros integrados existentes Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta) e, também, os Centros de Controle de Aproximação (APP) das localidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba. No que se refere às comunicações terra/avião, prosseguiu-se a instalação de estações remotas em VHF nas localidades de Tarauacá, Ji-paraná, Jundiá e Viseu, visando favorecer as comunicações na região Amazônica. Relativamente à área sob a jurisdição do Cindacta 2 (região Sul e parte da região Sudeste), iniciou-se processo para a aquisição de 19 estações remotas em VHF, visando a substituição de 10 estações em operação, bem como a implantação de nove novas estações remotas, para a ampliação da capacidade de comunicação entre o Cindacta 2 e as aeronaves sob o seu controle. Quanto à região Nordeste, área afeta ao Cindacta 3, iniciou-se também processo para aquisição de 32 estações remotas em VHF, que serão destinadas à substituição de 17 estações em operação, bem como a implementação de 15 novos sítios, o que elevará expressivamente a capacidade do Cindacta 3 em se comunicar com as aeronaves que circulam em sua área de jurisdição, principalmente, aquelas voando em baixas altitudes.

• Programa de Implantação de Meios de Vigilância Radar: visa a substituição ou a implantação de equipamentos e sistemas utilizados na vigilância e no controle do espaço aéreo brasileiro, objetivando propiciar aos órgãos de controle o efetivo monitoramento das aeronaves que evoluem no espaço aéreo sob jurisdição do Brasil, sejam elas civis ou militares. Tiveram prosseguimento empreendimentos voltados para a ampliação da capacidade de prestação do serviço de controle radar nas principais Áreas Terminais de Tráfego Aéreo do País. Nas localidades de Campo Grande, de Ribeirão Preto e de Navegantes, trata-se da implementação do serviço de controle radar, uma vez que, na

atualidade, pela inexistência de radar, o controle é realizado na forma dita convencional. Além disso, concluiu-se a substituição do Radar de Terminal localizado no Aeroporto de Eduardo Gomes, em Manaus, bem como prosseguiram os projetos referentes às substituições dos Radares de Terminal existentes nas localidades de Natal, Fortaleza e Macaé, esse já instalado, mas ainda não operacional. De forma menos intensa, iniciaram-se as primeiras ações de levantamento visando a implantação de Radares de Terminal nas localidades de Porto Seguro e Palmas, bem como a instalação de um segundo Radar de Terminal na Área Terminal do Rio de Janeiro, como forma de se elevar a capacidade de detecção radar do Controle de Aproximação (APP-RJ), e de garantir a continuidade do serviço de controle radar pelo referido órgão, na eventualidade de falha do sistema de radar em uso, localizado no Galeão. Ainda dentro do Programa Vigilância Radar, tem-se um subprograma dedicado à modernização e à ampliação das capacidades dos sistemas de tratamento e visualização radar, empregados nas atividades de Controle de Tráfego Aéreo e de Defesa Aérea, com aplicações, tanto nos quatro Cindactas existentes no País como nas principais Áreas Terminais de Tráfego Aéreo, onde, pela normal existência de Radar de Terminal, é prestado o serviço de controle radar. Continuaram-se os trabalhos de modernização e ampliação dos referidos sistemas de tratamento e visualização de dados, ainda que em estágios diferenciados, nos quatro Cindactas. De forma similar, foram executados trabalhos de modernização e ampliação dos sistemas de tratamento de sete Centros de Controle de Aproximação, o que agregou, ao final de 2007, o início de tais serviços em mais de 12 outros Centros de Controle de Aproximação.

- Programa de Implantação de Meios de Meteorologia Aeronáutica: visa a implantação ou substituição de equipamentos e sistemas que se prestam à coleta, ao tratamento e à difusão de dados meteorológicos aos usuários do SISCEAB, de forma a apoiar a navegação aérea no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil. Deu-se continuidade à instalação de sistema de Radar Meteorológico na localidade de São Luís, o qual se integrará a um conjunto de outros 10 radares meteorológicos que já se encontram em operação na Amazônia Legal.

- Programa de Implantação de Meios de Inspeção em Vôo: destina-se à modernização e à implantação de equipamentos e sistemas voltados para a inspeção em vôo dos meios empregados no SISCEAB, visando a aferição e o controle da operacionalidade de equipamentos, de sistemas e de órgãos técnicos e operacionais em atividade. Prosseguiu-se com o acompanhamento da fabricação, por empresa estrangeira, de quatro sistemas de inspeção em vôo, a serem instalados em aeronaves operadas pelo Grupo Especial de Inspeção em Vôo (GEIV). Sobre este esforço, cabe destacar a grande importância de se dispor de sistemas de inspeção em vôo de elevada qualidade, como forma de se garantir as condições para atingir o mais elevado nível de operacionalidade e segurança do SISCEAB, em perfeita coerência com o que há de mais moderno, no contexto dos países mais desenvolvidos do mundo.

- Programa de Implantação de Meios de Apoio ao Tráfego Aéreo: visa a substituição ou implantação de equipamentos e sistemas destinados às operações militares, bem como a implantação de novos meios de comunicação, navegação vigilância e gerenciamento do tráfego aéreo, em consonância com os novos conceitos inerentes ao Projeto CNS/ATM

da OACI, objetivando propiciar maior segurança, economia e eficiência no uso do espaço aéreo pelas aeronaves, mediante o emprego de sistemas mais precisos para a definição do posicionamento das aeronaves em vôo, e também concorrer para o incremento do uso de rotas diretas, que muito beneficiam os operadores de transporte aéreo, pela redução dos custos operacionais. No que se refere aos empreendimentos de interesse militar (cujos meios disponibilizados, por vezes, podem ser usados em prol da aviação civil), implementaram-se as modernizações dos Radares de Aproximação de Precisão (PAR) existentes nas localidades de Santa Cruz (RS), Canoas (RS), Santa Maria (RS) e Anápolis (GO). Além disso, prosseguiu-se com a modernização e ampliação dos meios de telecomunicações do 1º Grupo de Comunicação e Controle (1º GCC), sediado no Rio de Janeiro. De interesse da aviação em geral deu-se continuidade à implantação da segunda fase do Centro de Controle de Área do Atlântico (ACC-AO). O Centro destina-se a propiciar condições mais favoráveis para o apoio e o controle do fluxo de aeronaves que cruzam o Oceano Atlântico, na direção dos Continentes Europeu e Africano.

• Programa de Implantação de Infra-Estrutura: tem por objetivo a modernização, revitalização ou implantação de instalações prediais e demais acervos de equipamentos e sistemas que integram os órgãos técnicos e operacionais que constituem o SISCEAB, bem como propiciar os meios de apoio ao pessoal integrante do Sistema. As principais realizações foram:

a) conclusão da construção de infra-estrutura complementar nos sítios radar de Tefé (AM) e Cruzeiro do Sul (AC), bem como o prosseguimento de idênticas benfeitorias no sítio radar de Eirunepé (AM);

b) conclusão da implantação, no Rio de Janeiro, do Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea, bem assim, o início dos estudos para a elevação de sua capacidade de gerenciamento do tráfego aéreo regular que evolui em todo espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil. Tais meios visam propiciar maiores facilidades no planejamento do uso do espaço aéreo e maior velocidade no diagnóstico e na resolução dos eventuais conflitos ou congestionamentos de tráfego aéreo, o que se reveste, em última análise, de grande importância para os usuários do transporte aéreo no País;

c) prosseguimento da modernização e ampliação das edificações usadas nas atividades de controle do tráfego aéreo, incluindo o Centro de Controle de Aproximação no aeródromo de Florianópolis, com vistas a se obter maior eficiência e confiabilidade nas operações aéreas na região;

d) desenvolvimento de estudos e levantamentos em campo em oito aeroportos, objetivando a execução de reformas ou a implantação de novos acervos prediais e de equipamentos, incluindo, em certos locais, torres de controle de aeródromos, visando propiciar condições mais favoráveis para o controle do tráfego aéreo nas respectivas áreas jurisdicionais;

e) ampliação expressiva da capacidade dos simuladores de controle de tráfego aéreo do Instituto de Controle do Espaço Aéreo (ICEA), em São José dos Campos, usados para a formação de controladores de vôo, estando programada para 2008 a execução de benfeitorias complementares no mesmo órgão;

f) contratação e início da execução dos serviços de modernização das Torres de Controle (TWR) dos aeroportos de Congonhas, Galeão e Salvador, o que se reveste de grande importância não só para uma melhor gestão do tráfego aéreo naquelas localidades, considerando os elevados números de operações de pouso e decolagem nos respectivos aeródromos, mas também como fonte de novos conhecimentos sobre sistemas integrados de torres de controle, a serem usados na modernização das Torres de mais 11 aeródromos de expressivos movimentos de tráfego aéreo, cujos estudos e levantamentos em campo já foram iniciados;

g) conclusão da construção de 51 unidades habitacionais em São Luís (MA);

h) prosseguimento da construção de 48 unidades habitacionais em Manaus (AM);

i) conclusão da elaboração dos respectivos projetos para a construção, nos próximos três anos, de 144 unidades habitacionais em Curitiba (PR), 51 unidades em Rio Branco (AC) e 36 unidades em Cuiabá (MT);

j) início dos estudos para a construção, nos próximos exercícios, de oito unidades habitacionais em Aracaju (SE), seis unidades em Maceió (AL), 77 unidades em Porto Velho (RO) e 48 unidades em Manaus (AM);

k) conclusão da elaboração dos projetos visando a contratação em 2008 dos trabalhos de revitalização e modernização dos sistemas de energia e climatização em cinco sítios de radar pertencentes ao Cindacta 2;

l) realização de estudos e levantamentos em campo visando a revitalização e a modernização dos sistemas de energia e climatização de oito outros sítios do SISCEAB, com execução prevista para os próximos dois anos.

Face ao orçamento aprovado, o reforço orçamentário ocorrido no exercício e a diretriz da Direção do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), priorizando a execução do Programa de Trabalho os resultados obtidos no exercício de 2007, foram fundamentais para o alcance dos resultados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Existem diversas ferramentas de monitoramento do Programa:

a) reuniões de trabalho: mensalmente a gerência avalia e consolida os dados lançados pelos coordenadores de ação do Programa. São realizadas reuniões de trabalho que fornecem as informações sobre o desenvolvimento físico das ações;

b) visitas *in loco*: são realizadas inspeções periódicas, coordenadas pela Vice-Direção, às organizações subordinadas e é feito o acompanhamento, no local, pelos responsáveis designados no Programa de Trabalho de modo a orientar e resolver questões técnicas;

c) sistemas informatizados: o DECEA dispõe do Sistema Integrado de Planejamento (SISPLAN) que permite o acompanhamento da execução do Programa de Trabalho, que também é realizado pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), com ênfase na execução financeira;

d) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan): as informações são inseridas pelos coordenadores de ação. Com isso o gerente pode analisar e acompanhar o desenvolvimento das ações;

e) relatórios de gestão: são confeccionados anualmente e retratam a execução orçamentária, nos quais são evidenciados os resultados obtidos com os recursos disponibilizados.

A execução física das ações do Programa ficou entre 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Diante dos acontecimentos ocorridos no ano de 2007, o DECEA, seguindo orientações do Ministério da Defesa (MD) e do Comando da Aeronáutica, adotou e realizou em seu Programa de Trabalho várias ações que permitiram a execução física do previsto na LOA 2007.

Os recursos materiais foram insuficientes e a infra-estrutura inadequada pelo fato da gerência do programa e as coordenadorias das ações compartilharem dos mesmos recursos disponíveis nos setores das organizações a que pertencem. Ainda, a quantidade de recursos humanos nas equipes executoras foi inadequada, sendo que a política de pessoal no âmbito do Executivo não tem atendido às necessidades de reposição de pessoal técnico necessário ao bom funcionamento das atividades desenvolvidas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Deve-se enfatizar a relevância do SISCEAB na forma como produz informações de cunho estratégico, sensibilizando o Governo e a sociedade sobre a importância da Defesa e da Segurança do Espaço Aéreo Nacional. Isso deve ser feito através da garantia da presença de efetivo em regiões estratégicas do País, da salvaguarda de pessoas, bens e recursos brasileiros, da promoção da modernização e da manutenção contínua dos meios da Força Aérea e da contribuição à redução das desigualdades regionais, na medida em que protege e garante o controle e a segurança do espaço aéreo mediante o desenvolvimento do Programa. Os beneficiários do SISCEAB receberam produtos e serviços compatíveis e adequados com as suas necessidades.

Dadas a relevância e a importância do tema e o destaque direcionado ao assunto no ano de 2007, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) realizou, em julho de

2007, Oficina de Validação da árvore de problema junto aos principais atores que possuem ações diretas e indiretas no Programa, dos quais destacam-se o MD, o COMAER e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero). Durante um dia inteiro, foram levantados as causas, os efeitos e o problema ao qual o Programa se propõe a atacar, sendo tal iniciativa fundamental para o melhor conhecimento/detalhamento das ações, bem como para uma proposição de melhorias e sugestões. Propôs-se a exclusão da ação "Cartografia Aeronáutica" e a inclusão de seu objeto na ação "Operação e Manutenção de Equipamentos e Sistemas de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro", com posterior ajuste em sua descrição. Na fase de elaboração do PPA 2008-2011, tais propostas foram acatadas.

TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL

GERENTE DO PROGRAMA

Ronaldo Salamone Nunes

OBJETIVO

Promover a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 43.742.260,00	Empenho Liquidado:	R$ 41.268.616,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 41.268.616,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Execução de Pesquisas – Porcentagem	-	60.00	63.00	67.00	70.00	95,71%

1. TAXA DE EXECUÇÃO DE PESQUISAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Houve progressão na taxa de execução de pesquisas, porém com atendimento parcial das metas. Os recursos orçamentários reduzidos forçaram a busca de fontes alternativas de financiamento, tais como Fundos Setoriais, atendendo às condicionantes destas fontes. A carência de recursos humanos especializados também contribuiu para que o índice ficasse pouco abaixo do esperado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As ações deste Programa possibilitam à Aeronáutica deter o conhecimento de tecnologias de ponta e estrategicamente sensíveis, de modo a gerar a adequada independência para o desenvolvimento de equipamentos e sistemas aeroespaciais. Tal capacitação gera reflexos em toda a sociedade, por meio do fomento, da coordenação e do apoio ao complexo industrial aeroespacial brasileiro e ao desenvolvimento de mão-de-obra altamente especializada.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Realização, com sucesso, dos ensaios reais de separação de artefatos bélicos a partir de uma aeronave lançadora. Além disso, houve a continuidade do desenvolvimento do sistema de rádio detecção e o início da formação de parceria entre indústrias complementares nos sistemas propulsivos de armamentos.

• Realização da campanha de ensaio real de lançamento de dispositivo de grande capacidade de efeito de sopro, que está sendo desenvolvida em conjunto com a indústria, a fim de facilitar a transferência de tecnologia. De forma análoga está sendo desenvolvido um dispositivo capaz de causar danos em alvos.

• Entrega de protótipos de sensores infravermelhos de produção nacional, caracterizados de acordo com a especificação prevista em projeto.

• Realizada a prova de conceito de um sistema de energia concentrada como princípio de funcionamento.

• Implantado o ambiente computacional para o processamento de imagens em tempo real, que permite correção de trajetória de Veículo Aéreo Não-Tripulado (VANT).

• Confecção de biblioteca espectral de materiais, para utilização em espectroscopia por imagem das aeronaves do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).

• Superação das metas físicas de suporte ao desenvolvimento das indústrias aeronáuticas previstas devido ao aumento da demanda, principalmente, na área de Metrologia originado de necessidade de atendimento ao Comando de Aviação do Exército (CavEx) e da inclusão de mais um Laboratório Regional de Calibração ao Sistema de Metrologia (SISMETRA) e nas áreas de Certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade, ao que pode ser atribuído à crescente preocupação do setor com segurança e confiabilidade de produtos e sistemas aeronáuticos. As áreas suportaram o aumento da carga de trabalho com esforço de homem-hora, estrutura física dos laboratórios existentes e a otimização dos recursos financeiros alocados.

• Concluídas as negociações e assinados os memorandos de entendimento e acordos técnicos relativos à certificação, com os organismos governamentais da Espanha e África do Sul.

• Implementada a versão inicial de um sistema de previsão de tempo para o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), utilizando o modelo regional MM5. Esta implementação permitirá a utilização desse modelo numérico de previsão de tempo durante as operações de lançamento de veículos espaciais. Além disso, foram realizados estudos sobre a camada limite superficial na região do CLA, visando conhecer a turbulência atmosférica com aplicação direta em pesquisa e desenvolvimento de foguetes brasileiros.

• Realizado treinamento sobre Metodologia de Planejamento Estratégico de Organizações de C&T, envolvendo todas as unidades subordinadas ao Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial (CTA).

Os recursos disponibilizados em 2007 para o caça AMX foram insuficientes para permitirem honrar os compromissos contratuais assumidos, forçando o replanejamento da entrega das aeronaves modernizadas para o período de 2011 a 2014.

Houve atraso na liberação dos recursos orçamentários, principalmente, na ação de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial no CTA.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O monitoramento do Programa é feito por meio de diversos mecanismos. Reuniões de trabalho periódicas e sob demanda são feitas entre os Coordenadores de Área (Espacial, Bélico e Sistemas) e os Gerentes de Projetos. São realizadas visitas *in loco*, em média duas inspeções anuais, conforme preconizado pela ICA 121-6 – Inspeções nas Organizações Militares Subordinadas ao Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial, por uma equipe destacada do CTA, com a finalidade específica de verificar os processos e os resultados alcançados pelas organizações subordinadas.

Com o objetivo de ter um acompanhamento com periodicidade trimestral, foi implantado o Sistema de Acompanhamento e Controle de Empreendimentos e Funções (SACEF), desenvolvido pelo Centro de Computação da Aeronáutica - Brasília (CCA-BR), mas que, devido a problemas operacionais, está sendo substituído por outro sistema, o Sistema de Acompanhamento de Projetos (SAPR). Para o acompanhamento estritamente da execução financeira, a qualquer momento, existe o Projeto Diamante, que fornece o valor do crédito alocado, empenhos finalizados e os saldos comprometidos, que são os pedidos em processamento na Divisão de Licitações.

Relatos mensais são feitos pelos coordenadores de ação no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), com validação trimestral pelo gerente do Programa. Os coordenadores, alguns coincidentes com os Coordenadores de Áreas do CTA, valem-se de outros meios complementares de monitoramento, tais como troca de arquivos por e-mail, telefonemas e visitas eventuais.

Emitem-se, trimestralmente, as Fichas Informativas de Projetos (FIP's), que são relatórios da execução dos projetos e da FIP financeira mensal, para fins da gestão orçamentária. No final do exercício, confeccionou-se o relatório de gestão, contendo a consolidação de todas as ações e os programas das unidades gestoras do Comando.

Existem muito retrabalhos de informações por parte dos gerentes de projetos, a fim de enviar diversas prestações de contas para solicitantes diferentes. Com o intuito de minimizar os esforços empreendidos pelos gerentes, existe em desenvolvimento, no CTA, um Sistema Integrado de Gestão Administrativo (SIGA), integrado ao Sistema Integrado de Administração (SIAFI).

A necessidade do Programa era aproximadamente de R$ 75 milhões em 2007, mas a LOA foi de apenas R$ 43.742.260,00, o que significou uma alocação de cerca de 58% do que

seria necessário para o pleno alcance das metas, como conseqüência, atingiu-se apenas parcialmente as metas planejadas.

A execução financeira das ações que compõem o Programa chegou próximo a 100%. Isto demonstra a plena gestão dos recursos orçamentários disponibilizados, entretanto os recursos foram insuficientes para atender todas as metas previstas, sendo 2007 o ano que teve menor alocação de recursos de todo o PPA 2004-2007.

Houve descontinuidade do fluxo de recursos. Entretanto, o que mais prejudicou não foi propriamente a descontinuidade, mas sim a descentralização tardia dos créditos que, unindo-se à restrição orçamentária imposta, prejudicou tremendamente a execução em relação ao planejamento. Os recursos orçamentários começaram a ser descentralizados somente a partir de maio, fazendo com que os planejamentos das metas fossem refeitos e tendo como conseqüência a concentração dos processos licitatórios no final do exercício. Este atraso na liberação dos créditos é a causa principal para a inscrição em restos a pagar de 2007 de um alto percentual de processos. Como exemplo, cita-se a Ação Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial no Centro Técnico Aeroespacial, que recebia em média R$ 5,9 milhões e só recebeu R$ 2,0 milhões, apenas a partir do mês de maio.

Com exceção da ação de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial no Centro Técnico Aeroespacial, todas as outras ações dependem fortemente de recursos orçamentários para atingir as metas previstas, por isso o impacto de recursos não-orçamentários é baixo. No caso específico da citada ação, com o nível de recursos orçamentários muito aquém do necessário, tomou-se a atitude de recorrer aos Fundos Setoriais (verticais e transversais) para evitar que as pesquisas sofressem paralisações com conseqüências irreversíveis. No entanto, ao recorrer a estes fundos setoriais, as dificuldades aumentam na medida em que se passa a ter a necessidade de dar a contrapartida da instituição.

Cabe destacar alguns pontos negativos para plena execução do Programa no tocante à gestão de Recursos Humanos (RH) e aos atrasos nos processos licitatórios:

a) recursos materiais insuficientes nas equipes executoras: com a restrição orçamentária de custeio, existe a carência de materiais de consumo e de contratação de serviços para a plena realização dos trabalhos;

b) infra-estrutura inadequada nas equipes executoras: os recursos orçamentários de investimento vêm decrescendo ano a ano, o que tem causado obsolescências das infra-estruturas laboratoriais para a execução dos trabalhos tecnológicos e científicos de ponta. Além da falta de capacidade para investir em novos equipamentos, existe também a carência de recursos para a manutenção, a operacionalização e a reforma dos equipamentos existentes. O CTA, que tem mais de meio século de implantação, necessita de forte injeção de recursos para a adequação de sua infra-estrutura. A falta desta modernização irá refletir futuramente na capacidade de gerar inovação e transferência de tecnologia para a cadeia produtiva, com forte reflexo para as indústrias de defesa, que atuam no mercado globalizado;

c) quantidade inadequada de RH na equipe gerencial: a baixa capacidade de atrair, por meio de concurso público, recursos humanos experientes na área de gestão em ciência e tecnologia, associada com aposentadoria dos pesquisadores mais antigos, reflete-se na carência de RH quanto ao seu quantitativo;

d) quantidade inadequada de RH nas equipes executoras: de forma similar ao que acontece com a área gerencial, existe carência de especialistas para compor as equipes executoras do Projeto. Em alguns casos, em geral nos projetos de pesquisas, ocorre que um mesmo indivíduo é o gerente de Projeto, o principal técnico executor da pesquisa e o gestor administrativo que presta conta para a estrutura funcional;

e) insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial: um grande programa de qualificação gerencial ocorreu no CTA em meados da década de 90. Depois disto ocorreram apenas cursos para resolver problemas pontuais. Desta forma, a reciclagem dos gerentes mais antigos e a qualificação dos novos tornam-se necessárias;

f) insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras: com o progresso da ciência e o avanço das tecnologias, a quantidade de conhecimentos evoluem de forma muito dinâmica, fazendo com que a requalificação dos membros das equipes executoras fossem constantemente cobradas. No entanto, a restrição orçamentária faz com que esta atividade de capacitação de recursos humanos tenha baixa prioridade. No CTA, tanto na área técnica como na gerencial, a carência qualitativa e quantitativa de recursos humanos faz com que as metas planejadas não sejam atingidas em sua plenitude. O modelo de desenvolvimento que gerou uma Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER), por exemplo, pode deixar de cumprir o seu papel inovador se não houver a reposição de pessoal especializado;

g) dificuldades em licitações e celebração de contratos: a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 necessita ser flexibilizada para a área de C&T. Muito embora a Lei de Inovação tenha sido aprovada em dezembro de 2004, a sua implementação não tem sido facilitada. As aquisições de alto valor dependem de pareceres do Núcleo de Assessoria Jurídica de São José dos Campos (NAJ-SJ), tornando o processo moroso e burocrático. Por outro lado, os pedidos de pequenas aquisições para construção de protótipos em experimentações laboratoriais têm sido agrupados para evitar o fracionamento de despesas, causando grande perda de tempo.

A gestão orçamentária é um processo muito pesado, desde a sua descentralização, execução, acompanhamento, controle e liquidação. Muito esforço tem sido despendido para se evitar erros e incorreção nos procedimentos. Está em desenvolvimento no CTA um módulo de um sistema denominado SIGA para extrair dados do SIAFI, bem como acompanhar os processos licitatórios em andamento.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A longo prazo, a sociedade brasileira como um todo é beneficiária das ações de segurança e defesa proporcionada pela tecnologia de uso aeroespacial. A participação social tem sido de forma indireta por meio das instituições representativas dos poderes constituídos, nas diversas áreas de interface com o Programa, notadamente, no âmbito do Ministério da Defesa (MD) e Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

O público-alvo é a Nação brasileira, sendo, portanto, o beneficiário final do Programa. O sucesso no desenvolvimento autóctone para a tecnologia aeroespacial visa a manutenção dos objetivos permanentes, em especial, a garantia da soberania nacional. É um trabalho estratégico de longo alcance, que busca aumentar a sensação de segurança e bem-estar, que são valores intangíveis e subjetivos. Dessa forma, a avaliação por um público-alvo enorme sobre um quesito de difícil mensuração é o óbice a ser vencido. Isto pode ser amenizado através de extensa divulgação pelos canais da comunicação social.

Todos os projetos, dentro do Programa, são gerenciados em conformidade às Normas e Diretrizes do Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial. Exemplificando, citam-se as seguintes diretrizes: DTA 12 Procedimentos para Elaboração de Planejamento Preliminar de Projeto e de Planejamento Resumido de Projeto, DTA 13 Processo de Acompanhamento e Controle de Projetos e DTA 15 Processo de Paralisação/Encerramento de Projetos. Os procedimentos estabelecidos nestes documentos impõem práticas de natureza continuada, contudo não são inovadoras no âmbito da moderna Gestão de Projetos.

TECNOLOGIA DE USO NAVAL

GERENTE DO PROGRAMA

Marcos José de Carvalho Ferreira

OBJETIVO

Desenvolver e implementar tecnologia e infra-estrutura científica no âmbito da Marinha do Brasil (MB) que possibilitem o desenvolvimento do Poder Naval.

PÚBLICO-ALVO

Marinha do Brasil e utilizadores nacionais de produtos de tecnologia nuclear e engenharia naval

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 44.712.455,00	Empenho Liquidado:	R$ 44.632.199,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 44.632.199,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Grau de Domínio - Grau	-	-	-	4.00	4.50	88,89%

1. GRAU DE DOMÍNIO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Criado em 2006, não foi possível alcançar o valor previsto neste indicador para o final do PPA em razão da insuficiência de recursos. Cabe esclarecer que, na Escala de Formação do Grau de Domínio (GD), que varia de zero a sete, o GD 4,0 representa Desenvolvimento de Produtos Próprios.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A busca de novas tecnologias de uso militar tem sido, historicamente, um grande fator de desenvolvimento das principais potências mundiais, que impõem restrições estratégicas e comerciais ao acesso às tecnologias, apontando para a necessidade da conquista do conhecimento autóctone. A MB atenta a esses pressupostos, incrementa dois importantes projetos que são o Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Marinha (PDCTM) e o Programa Nuclear da Marinha, que há longo tempo contribuem

para a inovação tecnológica em diversos setores da vida nacional e cuja continuidade ampliará significativamente a capacidade de defesa naval, além de permitir a nacionalização de tecnologias e produtos diversos, reduzindo nosso grau de dependência externa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE) teve seu Relatório Preliminar de Análise de Segurança revisto, exigência da Comissão de Energia Nuclear (CNEN), e seu memorial de cálculo e análise de tensões de equipamentos concluídos. Também foram retomadas as obras de contenção e construção dos prédios do reator e das turbinas. Foram concluídos e revisados os projetos de engenharia de equipamentos, máquinas de transporte e tubulação da maquete eletrônica da unidade de hexafluoreto de urânio (USEXA). Houve produção, em escala laboratorial, de hexafluoreto de urânio (UF6) e o enriquecimento de urânio para as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), destinado às usinas nucleares de Angra dos Reis.

• Apesar das restrições orçamentárias que o mantiveram em estado vegetativo, o Programa Nuclear da Marinha (PNM), ainda que de forma reduzida, conduziu atividades relacionadas ao Ciclo do Combustível Nuclear e ao LABGENE. Tendo em vista a garantia do Governo Federal na reativação do PNM, a manutenção das atividades facilitará a retomada do Programa em 2008.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A partir de 2008, em função da garantia do Governo de realizar o aporte regular e anual de R$ 130 milhões, até 2015, para o PNM, serão retomadas as atividades para o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator nuclear. A reativação do referido Programa apresenta inegáveis benefícios nas áreas tecnológica e social, com o desenvolvimento de novos sistemas e materiais, contribuindo para a diversificação da matriz energética brasileira.

Os recursos consignados às ações de Desenvolvimento, Simulação e Avaliação de Táticas Aplicadas na Guerra Naval e Desenvolvimento e Avaliação de Meios e Sistemas Navais, embora aquém do necessário, contribuíram para que a Marinha continuasse os demais projetos de Ciência e Tecnologia (C&T) da Força.

A execução financeira das ações do Programa demonstra a plena gestão dos recursos disponibilizados na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007, mesmo sendo insuficientes para atender todas as metas previstas.

O monitoramento das ações do Programa é realizado por meio da estrutura prevista no Sistema do Plano Diretor (SPD), que é detalhado em diversos Planos Internos (PI). As metas previstas para cada um são consolidadas e validadas pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR). Esse Conselho, internamente, exerce função

semelhante à da Comissão de Monitoramento e Avaliação prevista no Decreto nº 5.233, de 6 de outubro de 2004. Cumpre esclarecer que cada ação orçamentária, para efeitos de gestão interna, é desdobrada em vários PIs, a fim de permitir o controle, monitoramento e avaliação das atividades realizadas nos diversos escalões da instituição. Dependendo do tipo de monitoramento pretendido, a periodicidade é mensal e/ou trimestral.

As informações do monitoramento são registradas internamente no Infrasig do SPD, que permite à Marinha realizar o planejamento, a execução e o acompanhamento físico e financeiro de seus PIs. Os Agentes do PPA buscam no SPD as informações que vão subsidiar os lançamentos no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

O cumprimento das metas físicas propostas ficou aquém do esperado, na faixa entre 40% e 80% do previsto na LOA 2007, em função dos recursos disponibilizados que, mesmo integralmente utilizados, foram insuficientes. Cabe ressaltar que os valores consignados na LOA, nos últimos exercícios, estão bem abaixo do que requer um Programa dessa importância para o País.

O fluxo de recursos disponibilizados ao longo do exercício sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. A liberação quadrimestral desses recursos, com a maior parcela disponibilizada durante o 4º trimestre, acarretou em perda na qualidade do gasto para atingir as metas estabelecidas, inviabilizando o ganho de qualidade na execução das ações.

Um ponto negativo ao Programa, relacionado aos recursos humanos, é a perda, sem reposição, de mão-de-obra ocorrida ao longo da existência do PNM, decorrente da passagem de pessoal para inatividade. Há uma expectativa positiva de restabelecer os quadros de profissionais especializados, em face do compromisso do Governo de retomar os investimentos de forma regular.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As maiores dificuldades decorrem de aspectos relativos à segurança e ao sigilo, por tratar de um Programa sensível, de importância estratégica para o País, relacionado à Defesa Nacional, o que limita uma maior abertura do que a já praticada. A superação dessas dificuldades vem sendo obtida por meio de uma melhor divulgação do Programa para a sociedade e mediante visitas de autoridades brasileiras e órgãos da imprensa ao Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo.

A longo prazo, a sociedade brasileira como um todo será beneficiária das ações de segurança e defesa provenientes da tecnologia de uso naval.

TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE

GERENTE DO PROGRAMA

Renato Joaquim Ferrarezi

OBJETIVO

Pesquisar, desenvolver, avaliar, produzir, implantar e manter sistemas e materiais de emprego militar e civil, assim como capacitar recursos humanos na área científico-tecnológica de interesse do Exército.

PÚBLICO-ALVO

Exército Brasileiro (EB) e utilizadores nacionais de tecnologia militar

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 43.840.832,00	Empenho Liquidado:	R$ 33.809.549,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 33.809.549,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Desenvolvimento de Tecnologia de Uso Terrestre - Porcentagem	-	-	76.00	77.12	100.00	77,12%

1. TAXA DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Além das dificuldades decorrentes do contigenciamento orçamentário, dependendo da época em que os recursos orçamentários são descentralizados, há comprometimento quanto à execução física e financeira das metas estabelecidas. Particularmente, quanto às ações orçamentárias com escopo de atividade industrial, como o são a 4430 - Revitalização de Materiais de Emprego Militar e a 4528 - Produção de Material de Emprego Militar, torna-se necessário que os recursos sejam oportuna e totalmente liberados. Caso contrário, haverá prejuízo, inclusive no aspecto da economicidade, quanto à aquisição dos insumos necessários a esse tipo de atividade, acarretando, por conseguinte, atraso ou até mesmo o não-cumprimento integral de todas as metas físicas e financeiras estabelecidas na Lei Orçamentária Anual (LOA) para serem executadas durante o respectivo exercício financeiro a que se refere a aludida Lei. Assim, a descentralização parcelada não permite o oportuno cumprimento das metas físicas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O EB tem a necessidade de pesquisar, desenvolver e avaliar material de emprego dual de interesse do Exército e das forças singulares e de estimular a parceria com órgãos civis de pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento científico-tecnológico do País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Fabricação de um radar experimental de busca e vigilância antiaérea de baixa altura. Fator crítico de sucesso foi a formação de massa crítica para pesquisa.

- Realização do Plano Interno de Trabalho (PIT) com execução atividades de manutenção e recuperação dos materiais e equipamentos de emprego militar, em uso no Exército. O fator crítico de sucesso foi a necessidade de prorrogar a sua vida útil ou atualizá-los em relação às novas tecnologias utilizadas.

- Finalização da versão três do programa do Sistema de Comando e Controle (C2) em combate, incluindo o desenvolvimento, implantação, manutenção, modernização e integração dos Sistemas Táticos e Operacionais.

- Realização, por meio do Instituto Militar de Engenharia (IME) de:

a) cursos voltados ao ensino científico-tecnológico, nos níveis de graduação, pós-graduação, especialização e extensão;

b) projetos de pesquisa básica;

c) visitas técnicas;

d) participação em eventos de ciência e tecnologia no País e no exterior.

- Celebração de convênios de cooperação com instituições públicas ou privadas na área científico-tecnológica de interesse do EB. O fator crítico considerado foi, principalmente, a cooperação com os demais órgãos afetos através da prestação de serviços e da execução de atividades de natureza técnico-científicas.

- Fabricação de um protótipo de viatura leve de emprego geral em projeto conjunto com o Exército da Argentina.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Existem diversos mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações. Semanalmente, são realizadas reuniões de trabalho, seja no mesmo ambiente físico, seja mediante vídeoconferência, das quais participam os Comandantes das Organizações

Militares nas quais existem atividades correlacionadas às ações do Programa. Trimestralmente, são realizadas visitas *in loco*, por parte da gerência do Programa, (Rio de Janeiro e São Paulo) onde são realizadas atividades relacionadas ao Programa.

Outra ferramenta que auxilia o acompanhamento das obras são os sistemas informatizados. Está em fase de implantação um sistema informatizado empregando a metodologia *Balanced Score Card* (BSC). Também são enviados relatórios de gestão pelos Comandantes das Organizações Militares nas quais existem atividades correlacionadas às ações do Programa. No âmbito externo, há atualizações constantes das ações no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), promovendo supervisão, coordenação e controle das atividades desempenhadas pelos coordenadores de ação.

Quanto ao cumprimento de metas físicas, houve execução física de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Problemas como o contigenciamento orçamentário e a descentralização dos recursos de forma desproporcional ao fluxo de produção e pesquisa geraram impactos sobre o alcance de parte das metas físicas.

Dependendo da época em que os recursos orçamentários são descentralizados, há comprometimento quanto à execução física e financeira das metas estabelecidas. Particularmente, quanto às ações orçamentárias com escopo de atividade industrial, como a Revitalização de Materiais de Emprego Militar e a Produção de Material de Emprego Militar, torna-se necessário que os recursos sejam oportuna e totalmente liberados. Caso contrário, haverá prejuízo, inclusive no aspecto da economicidade, quanto à aquisição dos insumos necessários a esse tipo de atividade, acarretando, por conseguinte, atraso ou até mesmo o não-cumprimento integral de todas as metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA para serem executadas durante o respectivo exercício financeiro a que se refere a aludida Lei. Assim, a descentralização parcelada não permite o oportuno cumprimento das metas físicas.

Em termos quantitativos, os recursos orçamentários alocados foram insuficientes para a infra-estrutura e instalação de equipamentos para os laboratórios empregados na pesquisa e no desenvolvimento de material. Além disso, tanto o contingenciamento orçamentário quanto a descontinuidade entre o fluxo de recursos e a programação física e financeira prejudicaram a execução programada. No geral, certamente os recursos orçamentários liberados ainda estão bem aquém do necessário para a atividade de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de uso dual.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Com relação a mecanismos que promovem a participação social, existe o estabelecimento de parcerias com universidades e centros de pesquisa nacionais, incluindo realização de atividades na região Amazônica. Com isso, fomenta-se a pesquisa e desenvolvimento de materiais de emprego dual, o que é um dos principais pontos do Programa.

Para suprir a atual falta de mensuração da satisfação de seus beneficiários, estão sendo implementados indicadores qualitativos segundo a metodologia de BSC.

Estão em processo de implantação auto-avaliações segundo os critérios da Gestão Pública (GESPÚBLICA) em todas as organizações envolvidas no Programa.

Face à necessidade de realizar licitações, o ideal é que os recursos sejam totalmente liberados assim que a LOA seja aprovada, particularmente, no caso das ações orçamentárias com escopo de atividade industrial.

Há necessidade de realização de concursos públicos para contratação de pessoal civil especializado para trabalhar nos projetos de pesquisa e desenvolvimento de material de emprego dual.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos

Brasil Escolarizado

Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Desenvolvimento do Ensino Médio

Desenvolvimento da Educação Especial

Desenvolvimento da Educação Infantil

Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica

Desenvolvimento do Ensino Fundamental

Educação para a Diversidade e Cidadania

Universidade do Século XXI

Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério da Educação (MEC), foram utilizados **R$ 28.712.836.832,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 29.474.812.754,00	Realizado orçamentário	R$ 28.712.836.832,00
Recursos não-orçamentários previstos	-	Realizado não-orçamentário	-
Total previsto	**R$ 29.474.812.754,00**	**Total realizado**	**R$ 28.712.836.832,00**

Além disso, do total de **R$ 2.249.483.563,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 1.790.006.136,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MEC, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	1060 Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos	1,4%	4,3%	3,2%	0,6%	2,2%
	1061 Brasil Escolarizado	27,8%	10,6%	14,2%	15,7%	16,5%
	1374 Desenvolvimento da Educação Especial	0,0%	0,4%	0,4%	0,3%	0,3%
	1065 Desenvolvimento da Educação Infantil	0,0%	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%
	1062 Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	14,0%	6,6%	6,5%	6,2%	7,9%
	1375 Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	0,0%	4,2%	4,0%	3,4%	3,1%
	1376 Desenvolvimento do Ensino Fundamental	0,0%	6,4%	7,2%	6,7%	5,5%
	1378 Desenvolvimento do Ensino Médio	0,0%	1,8%	0,4%	0,6%	0,7%
	1377 Educação para a Diversidade e Cidadania	0,0%	0,4%	0,3%	0,1%	0,2%
	1073 Universidade do Século XXI	55,8%	57,0%	60,4%	56,9%	57,7%
	1072 Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica	0,5%	5,2%	2,7%	8,9%	4,9%
Finalístico Soma		**99,6%**	**97,0%**	**99,5%**	**99,7%**	**99,0%**
Gestão de Políticas Públicas	1067 Gestão da Política de Educação	0,4%	3,0%	0,5%	0,3%	1,0%
Total Global		**100,0%**	**100, 0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

A definição dos objetivos setoriais, a partir dos desafios constantes da Orientação Estratégica de Governo para o PPA 2004-2007, culminou no pressuposto de que a educação deveria ser um dos principais vetores responsáveis pelo desenvolvimento do País. Nesse sentido, a inclusão social, a qualificação dos trabalhadores, a expansão da cidadania e o fortalecimento da democracia foram associados à educação.

Dessa forma, foi definido um conjunto de objetivos setoriais que pudesse conduzir a programas que tivessem impacto sobre as causas que dificultam ou impedem o acesso à escola, a continuidade dos estudos e, conseqüentemente, o sucesso escolar, que são:

a) assegurar a assistência educacional à primeira infância carente;

b) universalizar a educação básica;

c) dar oportunidade a todos os jovens e adultos de se alfabetizarem;

d) expandir a oferta de vagas no ensino profissional e superior;

e) transformar o Brasil em uma escola aberta e permanente de cidadania;

f) promover a democratização da gestão em todos os estabelecimentos de ensino;

g) formar, valorizar e estimular os professores;

h) capacitar e valorizar os trabalhadores da educação em todos os níveis de ensino;

i) renovar pedagogicamente e equipar materialmente todos os estabelecimentos da educação básica, fazendo da escola um ambiente estimulante e integrado à comunidade;

j) implementar as primeiras experiências da Escola Básica Ideal;

k) adequar a universidade aos desafios do Século XXI;

l) reformular a educação profissional;

m) ampliar a sustentabilidade da educação pública por meio da implantação de uma gestão moderna e da busca de novas fontes de financiamento.

A partir de 2005, apesar de ter havido uma revisão substancial nos programas, reafirmou-se o foco em:

a) alfabetização e educação de jovens e adultos;

b) melhoria da educação básica, evidenciada pelo esforço de construção coletiva do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb);

c) expansão da educação profissional, pela criação de novas unidades escolares;

d) reforma e ampliação das vagas no ensino superior público, por meio da implantação do programa Universidade para Todos (ProUni) e pela significativa expansão da rede federal, fato inédito nos últimos 10 anos.

A política setorial, em 2007, teve como um dos principais referenciais de execução das políticas educacionais, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) cujo objetivo é responder ao desafio de reduzir desigualdades sociais e regionais na educação por meio de um acoplamento entre as dimensões educacional e territorial operado pelo conceito de arranjo educativo. O PDE está ancorado em uma concepção substantiva de educação, que perpassa todos os níveis e as modalidades de ensino, configurada por uma inédita visão sistêmica da educação. O PDE tem como sustentação: a territorialidade, o financiamento, o regime de colaboração, a responsabilização, a formação de professores, e a mobilização social.

Nesse contexto, o MEC procurou atuar segundo essa visão sistêmica, de forma integrada, em todas as etapas do processo de formação fortemente articuladas entre si. O Brasil possui desafios específicos a superar em cada nível e etapa da educação. Por isso, investiu-se na ampliação do atendimento na educação infantil, no ensino médio e no ensino superior. Essa questão, no âmbito do ensino fundamental, já está praticamente equacionada. Por outro lado, a qualidade da educação em todos os níveis de ensino ainda não atingiu o patamar desejado e, portanto, mantém-se como uma das prioridades na agenda do setor.

A busca pela melhoria da qualidade da educação básica pública se deu por meio do enfrentamento dos problemas de freqüência, permanência e rendimento do aluno na escola. A mobilização social em torno do Compromisso Todos pela Educação, cujo objetivo é a qualidade da educação básica por meio do apoio técnico e financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios, representou um esforço nesse sentido. Para tanto, o compromisso utiliza-se do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que possibilita a

mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo.

Merece destaque o Plano de Ações Articuladas (PAR), que se desenvolve a partir de um diagnóstico da situação educacional local, por meio do qual poderão ser propostos tipos de tratamento entre ações que necessitam de apoio técnico e/ou financeiro do MEC; ações executadas diretamente pelo ente participante do compromisso e outras situações identificadas como necessárias. Com os diagnósticos já iniciados em 2007, serão firmados termos de convênios ou cooperação entre o MEC e o ente apoiado para implantação do PAR, de acordo com as normas constantes em resolução própria do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

As iniciativas de alfabetização de jovens e adultos, no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), sofreram alterações tendo em vista ampliar sua efetividade. O objetivo do PBA é garantir acesso e permanência de jovens e adultos a programas educacionais que visam atender as suas necessidades específicas de aprendizagem e formação.

A ampliação das vagas na educação profissional se deu, basicamente, pela expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, pela oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância e por meio de parcerias.

O Programa de Expansão Universitária ganhou impulso em 2006 com a ampliação do número de vagas em cidades-pólo no interior do País, levando-se em consideração as necessidades e vocações econômicas de cada região. Até 2007, foram criados ou consolidados mais 37 de um total de 86 campi situados em 23 Estados. Houve continuidade da implantação e consolidação de 12 universidades, todas em funcionamento, com alunos matriculados e obras em andamento ou finalizadas.

A reestruturação da rede pública federal de educação superior foi levada a efeito pelo desenvolvimento do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O Programa tem como foco a revisão da atual estrutura acadêmica das universidades, de modo a possibilitar a elevação da mobilidade estudantil, a criação de vagas no período noturno, a mudança da relação entre o número de alunos e docentes de 10 para 18 ao final de cinco anos, dentre outros, viabilizando o completo aproveitamento dos recursos humanos e materiais existentes nas universidades federais.

A ampliação da oferta de vagas no ensino superior teve continuidade por meio da expansão das universidades públicas federais e pela oferta de bolsas no âmbito do ProUni, além da concessão, em 2007, de 2.500 bolsas aos alunos para permanência no ensino superior com a utilização de quase a totalidade dos recursos autorizados. O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) foi reestruturado, de modo a possibilitar um regime

especial de financiamento para cursos definidos segundo a política de oferta do MEC, bem como o parcelamento da dívida fiscal e previdenciária das instituições de ensino superior que tenham aderido ao ProUni. Desde sua criação, o FIES já beneficiou mais de 500 mil estudantes com investimento acumulado na ordem de R$ 4,8 bilhões.

Um dos maiores desafios enfrentados no processo de gestão dos programas do PPA 2004-2007 foi a implantação de um sistema que iria além do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SIMEC), que é um Infrasig do Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (SIGPlan), mas que se tornasse uma ferramenta de gestão para os gerentes de programa, os coordenadores de ação e a alta gestão do Ministério, além de disponibilizar informações para os diversos usuários no âmbito do MEC. Essa iniciativa teve como propósito tanto possibilitar a identificação da eficiência do gasto e o alcance dos resultados, como registrar os riscos e as restrições associados à execução dos programas e das ações.

O SIMEC permite o registro da execução dos programas e das ações do PPA, sob a responsabilidade do MEC, de forma a permitir consultas em tempo real e geração de relatórios técnicos e gerenciais com informações tempestivas sobre a execução da matriz de programas e ações em todos os seus localizadores, além de assegurar a alimentação do SIGPlan do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP).

A consolidação do SIMEC (módulo Monitoramento e Avaliação), como sistema padrão do MEC, ocorreu devido ao trabalho de conscientização e apoio técnico junto à administração direta e às unidades descentralizadas, implementado pela Unidade de Monitoramento e Avaliação (UMA), no âmbito da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO), por intermédio da Coordenação-Geral de Planejamento (CGP).

A equipe da CGP empreendeu esforços para universalizar o uso do SIMEC por meio de ofícios, mensagens eletrônicas e telefonemas para as unidades do MEC. Entretanto, detectou a necessidade de capacitar os usuários para a efetiva utilização do sistema. Dessa forma, foi realizado curso de Capacitação Técnica em Planejamento operacionalizado por meio da participação dos coordenadores da CGP como instrutores e dos técnicos da coordenação como monitores dos participantes. O curso objetivou atender às necessidades de capacitação constatadas a partir da análise do Modelo de Competências Organizacionais e Profissionais da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento das áreas de planejamento dos órgãos e/ou unidades vinculados ao MEC.

A meta estabelecida era de atender a demanda de servidores do quadro efetivo das universidades, Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFETs), Colégio Pedro II, escolas agrotécnicas e demais unidades vinculadas ao MEC, lotados em cargos de nível intermediário e superior, que apresentavam necessidade de elevação do seu patamar de desempenho técnico-profissional, no que tange ao planejamento, à gestão e à avaliação dos processos de trabalho que viabilizem a eficácia, eficiência e efetividade da execução das políticas organizacionais.

Atendendo a essas diretrizes, o curso de Capacitação Técnica em Planejamento foi realizado em cinco cidades-pólo (Brasília, Belém, Belo Horizonte, Campos e Recife), totalizando 10 turmas com média de 30 alunos cada. Portanto, foram capacitados mais de 300 servidores da área de planejamento de todas as unidades orçamentárias da administração direta e indireta do MEC.

A realização do curso originou um significativo aumento percentual do preenchimento das informações no módulo PPA – Monitoramento e Avaliação. E segundo o MP, o MEC foi um dos órgãos com maior percentual de preenchimento de informações, com uma taxa superior a 80% das ações. Portanto, o curso possibilitou um avanço significativo no preenchimento das ações em termos quantitativos, principalmente e qualitativos.

Quanto à dimensão territorial, alguns estudos foram desenvolvidos em função de uma política de cobertura no atendimento às demandas educacionais de educação profissional e superior. Ambos vivenciam, hoje, a sua maior expansão formal, considerando o aspecto quantitativo e o tempo decorrido entre o início e o final das construções, adaptações e equipagem das instituições. Para tanto, foram elaborados mapeamentos das necessidades regionais e locais de um lado para a expansão da educação profissional e de outro para a do ensino superior.

Ainda, de forma complementar, a modalidade de educação a distância tem contribuído como uma das estratégias para democratizar e elevar o padrão de qualidade da educação brasileira, visando expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas.

Sobre a compatibilidade entre as estruturas organizacional e programática, o MEC possui 12 programas que, de forma integrada, viabilizam a execução de sua política setorial. Esses estão sob a responsabilidade de cinco secretarias finalísticas do MEC, da SPO, do FNDE e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Há uma grande adesão entre a estrutura programática e a estrutura organizacional da instituição, ilustrada nos exemplos abaixo:

a) Secretaria de Educação Básica (SEB) responsável pelos programas Desenvolvimento da Educação Infantil (1065), Desenvolvimento do Ensino Fundamental (1376), Desenvolvimento do Ensino Médio (1378) e Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica (1072);

b) Secretaria de Educação Superior (SESU) responsável pelo Programa Universidade do Século XXI (1073);

c) Secretaria de Educação Especial (SEESP) responsável pelo Programa Desenvolvimento da Educação Especial (1374);

d) Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) responsável pelo Programa Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica (1062);

e) Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) responsável pelos programas Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos (1060) e Educação para a Diversidade e Cidadania (1377);

f) Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) responsável pelo Programa Gestão da Política de Educação (1067);

g) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) responsável pelo Programa Brasil Escolarizado (1061);

h) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) responsável pelo Programa Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica (1375).

ASPECTOS RELEVANTES

Cabe destaque aos principais avanços da política educacional, concretizados pelo conjunto dos programas do MEC no período 2004-2007:

a) redefinição da política de financiamento da Educação Básica, consolidada pela aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb);

b) criação do Sistema Nacional de Formação de Professores;

c) articulação entre a alfabetização e a modalidade educação de jovens e adultos (EJA);

d) expansão de vagas no ensino superior por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Plano de Expansão das Universidades Federais;

e) possibilidade de integração curricular dos ensinos médio e técnico e expansão da educação profissional;

f) redução das desigualdades étnico-racial, de gênero, orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar;

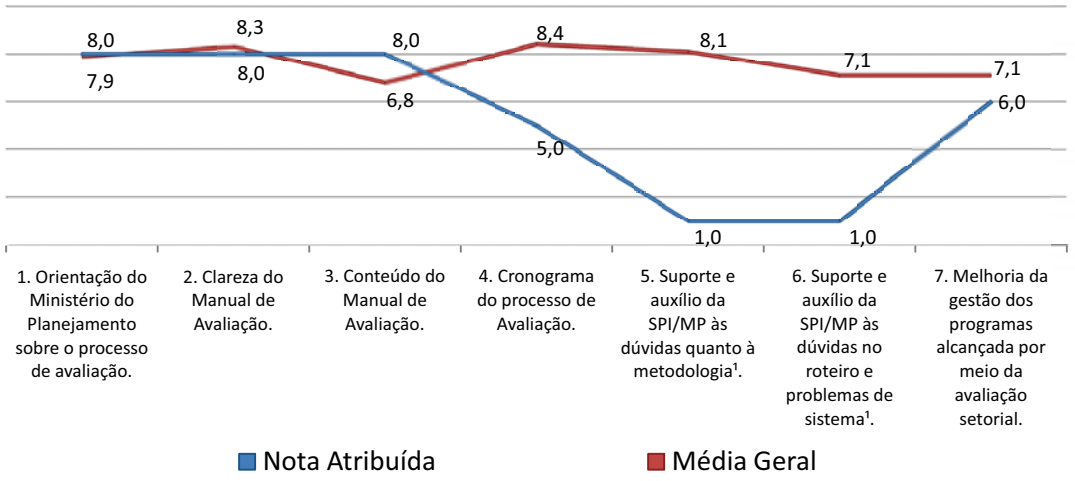
g) elaboração da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva;

h) lançamento do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2005-2010).

Finalmente, merece ser salientado o lançamento, em 24.04.2007, do PDE, um grande pacto feito pelo MEC com a sociedade civil, que estabelece uma série de ações para a melhoria da educação básica.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MEC mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas por item pelo MEC e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



Nota: [(1)]A nota atribuída igual a um nos itens 5 e 6 indica que o órgão não necessitou de suporte e auxílio da SPI/MP

BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

GERENTE DO PROGRAMA

André Luiz de Figueiredo Lazaro

OBJETIVO

Garantir acesso e permanência de jovens e adultos a programas educacionais que visam atender as suas necessidades específicas de aprendizagem e formação.

PÚBLICO-ALVO

Jovens e adultos com 15 anos e mais, não-alfabetizados ou com baixa escolaridade e os educadores que atuam nesta modalidade de ensino

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 174.685.424,00	Empenho Liquidado:	R$ 143.040.758,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 143.040.758,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 a 24 anos - Porcentagem	3.15	2.86	2.40	-	2.29	-
2. Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 25 a 34 anos - Porcentagem	6.5	6.3	5.6	-	4.30	-
3. Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 35 anos ou Mais - Porcentagem	17.5	17.0	16.1	-	12.90	-
4. Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 Anos ou Mais - Porcentagem	11.2	11.0	10.4	-	8.19	-
5. Percentual da População na faixa Etária de 15 Anos ou Mais com Escolaridade Inferior a 4ª Série - Porcentagem	24.9	23.4	22.2	-	18.90	-
6. Percentual da População na Faixa Etária de 15 Anos ou Mais com Escolaridade entre a 4ª Série e 7ª Série - Porcentagem	27.7	27.3	26.6	-	25.60	-

1. TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 24 ANOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A partir de 2007, ações do Programa passaram a contemplar estratégias específicas para atendimento da população jovem em situação de analfabetismo absoluto. Há que se compreender, contudo, que a mobilização do público, pessoas com 15 a 24 anos, pode ser realizada por intermédio das turmas de educação de jovens e adultos (EJA) para além dos cursos de alfabetização, estratégia que não colide com os objetivos do Programa, mas, ao mesmo tempo, implica a necessária co-responsabilidade dos demais entes federados. Ressalte-se, nesse caso, que existem iniciativas, coordenadas por outros órgãos federais, que objetivam garantir a escolarização para tal público, tais como o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Finalmente, importa destacar que a evolução da taxa, medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), aponta constante e significativa queda: 3,68% (2002), 3,35% (2003), 3,15% (2004), 2,86% (2005) e 2,4% (2006). Indicando que, em 2007, é viável alcançar o índice indicado no PPA. Os resultados da Pnad 2007 ainda não foram divulgados.

2. TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 25 A 34 ANOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O Programa encontra dificuldades de mobilizar, com estratégias específicas, a população em situação de analfabetismo na faixa etária de 25 a 34 anos de idade. Contudo, importa ressaltar que, no ano de 2007, 22,72% dos alfabetizandos cadastrados encontravam-se nessa faixa etária, perfazendo um total de 293.723 atendidos. Enfatize-se que o mercado de trabalho exerce significativa influência sobre a permanência de pessoas nessa faixa etária nas turmas de alfabetização e de EJA com potencial impacto sobre a evasão. No entanto, a série histórica da Pnad mostra-nos que a viabilidade de alcançar, em 2007, o índice estabelecido no PPA é baixa: 7,1% (2002), 6,7% (2003), 6,5% (2004), 6,3% (2005) e 5,6% (2006). Os resultados da Pnad 2007 ainda não foram divulgados.

3. TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 35 ANOS OU MAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

No ano de 2007, 65,49% dos alfabetizandos cadastrados estavam na faixa etária superior a 35 anos de idade, perfazendo o total de 846.603 atendidos. Contudo, a tendência demonstrada pela Pnad – 18,1% (2002), 17,8% (2003), 17,5% (2004), 17,0% (2005) e 16,1% (2006) – aponta que a viabilidade de alcançar o índice previsto para 2007 é baixa. Tal dificuldade deriva, em grande medida, de dois fatores complementares, em primeiro lugar, a inconsistente continuidade de estudos dos egressos, nessa faixa etária, das turmas de alfabetização, cuja conseqüência palpável é a reincidência na condição de analfabetismo em segundo lugar, a dispersão territorial dessa população implica a correlata necessidade de

estratégias específicas (demanda atendida, ainda que parcialmente, pelo redesenho das ações de 2007, que focalizaram as iniciativas de alfabetização nos Municípios com as maiores taxas de analfabetismo). Os resultados da Pnad 2007 ainda não foram divulgados.

4. TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 ANOS OU MAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ainda que consideremos a aceleração recente na queda da referida taxa medida pela Pnad, 11,8% (2002), 11,5% (2003), 11,2% (2004) e 11,0% (2005) e 10,4% (2006), é factível afirmar que a viabilidade de se alcançar o índice definido para 2007 é baixa. Tal dificuldade deriva, em grande medida, nas limitações expostas nas justificativas dos Indicadores 1, 2 e 3. Notadamente, ressaltem-se as elevadas taxas de analfabetismo nas faixas etárias mais elevadas, bem como sua resiliência diante das iniciativas de alfabetização de jovens e adultos. Os resultados da Pnad 2007 ainda não foram divulgados.

5. PERCENTUAL DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 ANOS OU MAIS COM ESCOLARIDADE INFERIOR A 4ª SÉRIE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Haja vista o início da implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) durante o ano 2007, bem como seu sistema de incentivos no tocante à EJA, é possível caracterizar como baixa a viabilidade para alcançar o índice previsto – 26,0% (2002), 25,4% (2003), 24,9% (2004), 23,4% (2005) e 22,2% (2006). Dado que o Fundeb irá financiar parcialmente as matrículas de EJA nos três primeiros anos de existência do fundo, à razão de um terço por ano, e foi imposto um limite para utilização dos recursos recebidos por Estados e Municípios para financiamento da EJA, importa ressaltar os possíveis impactos sobre a manutenção e ampliação da oferta de vagas de EJA. Ainda que o Programa contasse com uma ação específica para garantir a ampliação da oferta é fundamental enfatizar que se tratava de recurso residual, haja vista a assunção do Fundeb. Os resultados da Pnad 2007 ainda não foram divulgados.

6. PERCENTUAL DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 ANOS OU MAIS COM ESCOLARIDADE ENTRE A 4ª SÉRIE E 7ª SÉRIE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A viabilidade para alcançar o índice definido para 2007 foi considerada média, haja vista a tendência identificada pela Pnad – 29,4% (2002), 28,5% (2003), 27,7% (2004), 27,3% (2005) e 26,6% (2006). Estima-se que tal resultado deve-se, em grande medida, a ampliação do acesso ao ensino fundamental observado nos últimos 15 anos. Os resultados da Pnad 2007 ainda não foram divulgados.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O alto índice de analfabetismo e os baixos índices de escolaridade da população brasileira de 15 anos e mais são desafios a serem enfrentados por uma política pública de educação, entendida como direito de todos. Em 2003, era expressivo o contingente de analfabetos no País, representando 11,6% da população com 15 anos ou mais de idade. Tal situação de elevado analfabetismo ainda persiste apesar de sua erradicação ter sido alçada como uma das prioridades da área de educação. Em 2006, os resultados apontam para uma taxa de analfabetismo de 10,2%, uma redução de apenas 12% em relação à taxa de 2003. Para se ter um quadro claro da situação do analfabetismo no País, é preciso também salientar a existência de pronunciadas desigualdades entre as regiões e, especialmente, em relação às características socioeconômicas da população. O Programa atua sobre este fenômeno por meio de duas frentes. A primeira trata da mobilização para alfabetização inicial em seus primeiros passos rumo ao letramento. A segunda frente de atuação estabelece instrumentos e mecanismos de continuidade do processo de educação daqueles que tardiamente estão ingressando ou reingressaram nos sistemas de ensino. Estes dois eixos de implementação associados ao investimento na formação inicial e continuada de educadores na modalidade específica de educação de jovens e adultos se articulam de forma a propiciar ganhos de eficiência nas ações do Programa, contribuindo para elevar a efetividade do mesmo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 96% dos Municípios prioritários atendidos (Municípios com taxa de analfabetismo absoluto, pessoas com 15 anos ou mais de idade, superior a 35% de acordo com o Censo 2000): 1.292.714 alfabetizandos cadastrados, 1.028.867 alunos do EJA (primeiro segmento presencial, com avaliação no processo), beneficiados 1.062 Municípios atendidos diretamente com ações de apoio técnico in loco, 90.363 alfabetizadores e coordenadores de turmas formados e 69.613 bolsas concedidas a alfabetizadores.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As ações do Programa foram, em grande medida, redesenhadas no decorrer do ano de 2007. Nesse sentido, importa ressaltar as alterações mais relevantes:

a) focalização das ações relacionadas à alfabetização de jovens e adultos em 1.103 Municípios prioritários, situados na região Nordeste, no norte de Minas Gerais e no Estado do Pará;

b) apoio técnico *in loco* aos Municípios prioritários, visando elaborar diagnósticos locais (realidade da alfabetização e educação de jovens e adultos);

c) pagamento de bolsa para coordenadores de turmas;

d) criação de linhas específicas de financiamento, abarcando material pedagógico, material didático, merenda para alfabetizandos e transporte de alfabetizandos e alfabetizadores;

e) estruturação do Plano Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA).

Contudo, o processo de redesenho implicou o início tardio da mobilização dos parceiros, da formalização da adesão ao programa e, finalmente, da execução efetiva das ações. Tais fatores contextuais impactaram a obtenção dos resultados almejados em 2007. Ademais, é importante ressaltar o início da vigência do Fundeb, cujo desenho abarcou o financiamento da EJA e, assim, levou à descontinuação do protagonismo do Programa no que tange ao financiamento da ampliação da oferta de vagas de EJA (nome fantasia, Fazendo Escola). Nesse sentido, os resultados também sofreram impactos, ainda que indiretos.

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é feito por meio de reuniões de trabalho com as equipes executoras das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação parceiras e por meio de visitas *in loco* as turmas de alfabetização, selecionadas por meio da sinalização de aspectos captados no acompanhamento a distância, bem como por denúncias recebidas.

Outra forma de monitoramento a distância se dá por meio da rotina automática e protocolos de críticas dos dados alimentados pelas entidades parceiras no Sistema Brasil Alfabetizado (SBA), no qual são registrados dados de cadastros dos alfabetizadores, dos alfabetizandos e das turmas, bem como da execução das ações, por meio dos relatórios eletrônicos de acompanhamento. Contatos telefônicos e por correio eletrônico, também, são recursos utilizados cotidianamente como orientação e verificação da execução das ações do Programa.

As ações Concessão de Bolsa ao Alfabetizador, Apoio à Capacitação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos, Apoio a Ações Assistenciais aos Alunos da Educação de Jovens e Adultos e Incentivo à Leitura de Jovens e Adultos não atingiram as metas físicas previstas, uma vez que houve significativo contingenciamento dos recursos, cujo impacto atingiu as metas, convém ressaltar, que a Ação Apoio a Iniciativas Para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos alcançou as metas físicas previstas, ainda que tenha ocorrido significativo contingenciamento. A Ação Apoio à Implantação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental a Jovens e Adultos, que abarcava a aplicação de recursos residuais relativos ao antigo Fazendo Escola (descontinuado com o advento do Fundeb) superou as metas físicas previstas.

Com relação às ações Apoio à Capacitação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos, Apoio à Implantação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental a Jovens e Adultos e Apoio a Iniciativas para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos, a execução orçamentária, tendo como parâmetro as dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 foi suficiente, haja vista a análise do fluxo de desembolsos, o total de recursos orçamentários executados e os resultados alcançados em que pese a ocorrência de contingenciamento. Contudo, as ações Concessão de Bolsas ao Alfabetizador, Apoio

a Ações Assistenciais aos Alunos da Educação de Jovens e Adultos e Fomento à Leitura e Acesso às Bibliotecas por Jovens e Adultos tiveram, execução orçamentária insuficiente, tendo em vista a análise do fluxo de desembolsos, o total de recursos orçamentários executados e os resultados alcançados (tendo como parâmetro as dotações autorizadas na LOA 2007) mesmo que consideremos a ocorrência de contingenciamento.

Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Com relação às Ações Concessão de Bolsas aos Alfabetizadores, Apoio à Capacitação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos, Apoio a Ações Assistenciais aos Alunos da Educação de Jovens e Adultos e Apoio à Ampliação da Oferta de Vagas no Ensino Fundamental as Jovens e Adultos, ações com maior disponibilidade orçamentária, houve contingenciamento levando a instabilidades no fluxo de recursos que prejudicaram a execução programada. Contudo, ressalte-se que o fluxo de liberação de recursos foi fortemente impactado pelo atraso no início do processo de execução das ações, mobilização dos parceiros, processo de adesão e repasse de recursos, derivado, em grande medida, do redesenho das ações ocorrido em 2007.

O contingenciamento orçamentário dificulta o alcance das metas físicas e prejudica o fortalecimento das parcerias com Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, porque provoca incertezas com relação ao período de execução das ações e ao momento de repasse de recursos e o atraso na liberação de recursos causa desmobilização dos parceiros, levando à dificuldade na execução efetiva das ações. Além de demora no início do processo de adesão dos parceiros e na aprovação dos projetos, dificultando o alcance da meta física. O montante de recursos gastos com as despesas administrativas, quando comparado ao montante liquidado diretamente com a execução das ações do Programa, consiste em quantitativo residual. As ações do Programa possuem tal abrangência, significância e diversidade no que se refere aos objetivos, formas de execução e estratégias de implementação que há a nítida necessidade de incrementar os recursos destinados à Gestão e Administração do Programa (GAP).

Quanto à infra-estrutura na equipe gerencial, há insuficiência de equipamentos (*hardware*) para desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informações que fornecem subsídios para a tomada de decisão e insuficiência de espaço físico para as equipes de acompanhamento pedagógico das ações e para o desenvolvimento e manutenção de sistemas de informações, acompanhamento, monitoramento e avaliação.

A quantidade de recursos humanos na equipe gerencial é inadequada, havendo a necessidade de ampliação das equipes nas áreas de acompanhamento pedagógico das ações e de sistema de informações, monitoramento, avaliação, gestão do Programa visando dar sustentabilidade ao Programa após os impactos do redesenho realizado em 2007. Também é necessário ampliar a formação nas áreas de gerenciamento de projeto, planejamento e avaliação e monitoramento.

Cabe, em um primeiro momento, enfatizar a necessidade de envidar esforços no sentido de consolidar, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e os órgãos de controle, o sistema de acompanhamento e monitoramento desenvolvido no âmbito do Programa das ações com recursos descentralizados. Tal iniciativa permitiria não apenas um controle mais efetivo sobre o processo de execução, mas também sobre a efetividade das ações.

É fundamental enfatizar que a execução descentralizada é o cerne do Programa, haja vista o caráter das Ações de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos que, em 2007, foram focalizadas na transferência de recursos para Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Em que pesem os eventuais problemas na execução, os resultados alcançados permitem afirmar que a estratégia de execução descentralizada alcança resultados palpáveis. Há apenas algumas ressalvas a serem feitas:

a) com relação às informações necessárias, no caso das Ações de Alfabetização de Jovens e Adultos (alimentação remota do Sistema Brasil Alfabetizado), é preciso atentar para três informações cruciais cujo grau de fidedignidade continuou, em 2007, baixo e a tempestividade, da mesma forma, inadequada (seja para o gerenciamento, seja para a tomada de decisões), que são os dados sobre a documentação pessoal dos alfabetizandos, os dados sobre a data efetiva de início e término das turmas de alfabetização e os dados sobre a substituição de alfabetizandos e alfabetizadores;

b) com relação à integração entre gerência e executores foram desenvolvidas ações de apoio técnico in loco, por intermédio de consultores especializados, junto às equipes gestoras locais das Secretarias de Educação dos Municípios prioritários, deu-se continuidade à relação institucional com os órgãos representativos de Estados e Municípios, Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), respectivamente, ampliando-se a mobilização por intermédio de encontros presenciais com os Coordenadores de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos das Secretarias Estaduais de Educação.

Percebeu-se a consolidação dos laços com as demais unidades administrativas do MEC, possibilitando a implementação de ações em parceria com outras Secretarias, sendo com a Secretaria de Educação Superior os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs), com a Secretaria de Educação Básica a formação de professores e política de leitura, com a Secretaria de Educação à Distância a Proformação e com a Secretaria de Educação Tecnológica o ProEJA e Escola de Fábrica.

No ano de 2007, tanto a disponibilização de informações quanto a integração gerência/coordenação foram desenvolvidas de forma plena consolidando as iniciativas pretéritas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

No âmbito do Plano de Avaliação do Programa Brasil Alfabetizado, foram desenvolvidos instrumentos de pesquisa para captar informações sobre a percepção dos beneficiários. Os resultados finais, relativos a 2007, ainda estão em fase de tabulação.

A participação social se dá por meio dos Fóruns do EJA nas discussões sobre o planejamento, execução e redesenho das ações do Programa. Os Fóruns são compostos por educadores, representantes de movimentos sociais, organizações não-governamentais (ONGs) e

instituições de ensino etc, permitindo, dessa forma, que a gerência do Programa capte as demandas dos principais atores envolvidos em Alfabetização de Jovens e Adultos (AJA) e EJA. Outro mecanismo de participação é a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), instância de caráter consultivo, instituída formalmente por Decreto Presidencial e nomeada por Portaria Ministerial, cuja função é acompanhar, sob aspectos sociais, a execução das ações do Programa.

Além dos mecanismos de participação social já citado cabe ressaltar a ênfase dada pela gerência do Programa na articulação intergovernamental. Haja vista o foco na continuidade de estudos (à alfabetização de jovens e adultos, seguir-se-á a matrícula no EJA oferecida pelas redes regulares de ensino Municipais e Estaduais). A gerência organiza reuniões de trabalho periódicas com o Consed e Undime, nas quais apresenta e debate as resoluções que regulamentam o repasse de recursos de AJA e EJA.

A participação social permitiu que se iniciassem discussões relacionadas ao redesenho das ações do Programa visando não apenas atender às necessidades do público-alvo, mas também incorporar inovações e boas práticas identificadas pelos representantes da sociedade civil.

Dentre as boas práticas de gestão, destaca-se a iniciativa de apoio técnico *in loco* às equipes gestoras locais das Secretarias de Educação dos Municípios prioritários, visando fomentar a mobilização dos potenciais parceiros, a adesão ao Programa e a estruturação das ações de alfabetização e educação de jovens e adultos no território; o Sistema Brasil Alfabetizado (SBA), disponível para acesso amplo no endereço eletrônico *http://www.mec.gov.br/secad/sba*, que é o instrumento de gestão operacional do Programa Brasil Alfabetizado, responsável pela consolidação das informações sobre a operacionalização e execução das ações (cadastro das turmas, cadastro dos alfabetizadores, cadastro de alfabetizandos, previsão das datas e horários de funcionamento, atendimento a segmentos específicos etc); e o Plano de Avaliação do Programa Brasil Alfabetizado, que foi estruturado de forma a permitir a atuação de diversas instituições especializadas na área de avaliação.

Ademais, o SBA possui a função de permitir o controle social das ações do Programa e implementar critério de transparência da gestão, uma vez que é possível acessar os dados pelo endereço eletrônico acima especificado.

No entendimento da gerência do Programa, há a necessidade de construir estratégias efetivas e sustentáveis para a mobilização do público-alvo do Programa, de acordo com as diversas faixas etárias dos beneficiários, de aprofundar a parceria com Estados e Municípios, principalmente para incrementar a mobilização visando à continuidade de estudos dos jovens e adultos (egressos da AJA), consolidar a articulação com outros Ministérios e os sistemas de informações desenvolvidos ou em fase de desenvolvimento, criar rotinas e protocolos para análise dos dados coletados por meio dos sistemas já existentes, ampliar os recursos para acompanhamento, monitoramento e supervisão na GAP e viabilizar a contratação de pessoal técnico e administrativo.

O Programa, no ano de 2007, teve a sua concepção e desenho avaliado por meio do modelo lógico, com proposição de reestruturação validada junto com a equipe gerencial e técnicos e analistas da SECAD/MEC, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI).

BRASIL ESCOLARIZADO

GERENTE DO PROGRAMA

Daniel Silva Balaban

OBJETIVO

Contribuir para a universalização da educação básica, assegurando eqüidade nas condições de acesso e permanência.

PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes matriculados na educação básica

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 3.801.890.104,00	Empenho Liquidado:	R$ 3.693.055.456,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 3.693.055.456,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Adequação de Escolaridade da População na Faixa Etária de 11 a 18 anos -	0.60	0.61	0.63	-	0.85	-
2. Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 10 a 14 anos - Unidade	4.10	4.10	4.20	-	4.43	-

1. ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 11 A 18 ANOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O indicador mede a distância entre as situações de escolaridade ideal e observada da população na faixa etária de 11 a 18 anos, variando entre zero e um; quanto mais próximo de um, mais adequada à situação ideal está da escolaridade dessa população. A sua evolução em anos recentes foi de 0,60 (2004), 0,61 (2005) e 0,63 (2006), o equivalente a 5% de crescimento no período.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) ainda não divulgou o resultado correspondente ao exercício de 2007. Contudo, a série demonstra

uma tendência evolutiva da adequação da escolarização da população na faixa etária entre 11 e 18 anos. Há forte expectativa de esta tendência ficar mais forte nos próximos anos a partir de 2008 por força da intensificação das iniciativas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

2. NÚMERO MÉDIO DE SÉRIES CONCLUÍDAS DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 14 ANOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A evolução desse indicador em anos recentes foi de 4,10 em 2004 e 2005 e 4,20 em 2006, correspondendo a 2,4% no período, o equivalente ao alcance de 30% da meta de crescimento estimado. O Inep ainda não divulgou o índice relativo ao exercício de 2007. No entanto, tomando-se por base o intervalo de 2004 a 2006, há uma pequena evolução no desempenho do Programa, no que se refere à conclusão de séries da população da faixa etária entre os 10 e 14 anos de idade. Esta tendência deverá ficar mais forte por força da intensificação das iniciativas do PDE, cujo desenho está pautado pela visão sistêmica da educação, entendendo as etapas e modalidades da educação como momentos de um processo. Nesse contexto, são esperados resultados positivos que levem a uma maior aproximação da meta estabelecida.

Apesar da indisponibilidade dos índices, os resultados da implementação das ações do Programa permitem inferir que se está caminhando rumo ao alcance dos objetivos traçados para o Brasil Escolarizado. O ensino fundamental aproxima-se do limite da universalização, ao passo que as iniciativas para estender às demais etapas da educação básica, educação infantil e o ensino médio, especialmente no contexto da implementação do PDE, estão sendo intensificadas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, define a abrangência e o objeto da educação básica, está assegurando uma escolarização mínima como direito de todo cidadão brasileiro. Conceituar a educação básica e assegurar o direito na lei correspondeu ao primeiro passo, dentre tantos outros, de uma conquista de obstinados educadores e da sociedade brasileira. No entanto, o direito a este ciclo educacional continuou freqüentando os textos acadêmicos dos teóricos da educação e os apontamentos dos estudantes de cursos de formação de professores, principalmente nas disciplinas que tratam da história e da estrutura da educação brasileira e sua efetivação ainda padecia de medidas concretas que o tornasse efetivo.

Os desafios que se colocam dizem respeito à integração dessas etapas, no contexto das políticas públicas. A universalização da educação básica começa pela oferta suficiente do seu primeiro componente a educação infantil, passando pelo ensino fundamental e culminando com o terceiro segmento de direito cidadão ao processo educacional, o ensino médio. Pressionado pela universalização do ensino fundamental e pela correção do fluxo

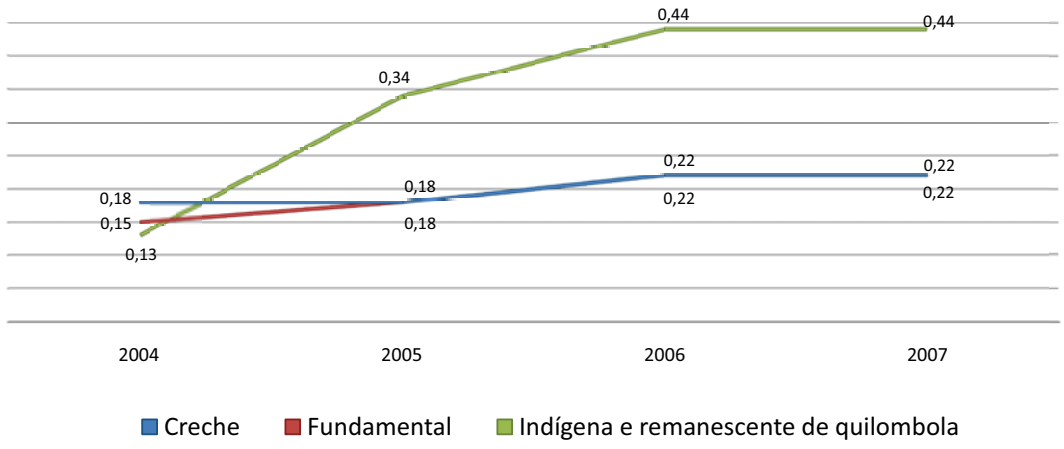
escolar desse nível de ensino, decorrente da redução da defasagem idade-série, o ensino médio, majoritariamente sob a responsabilidade dos Estados e Distrito Federal, carece, primeiramente, de oferta suficiente. Felizmente, a comprovação cabal da focalização das políticas de governo na educação básica fica expressa no PDE lançado em abril de 2007.

Assim, à semelhança do ensino fundamental, passa a ser contemplada, na política educacional, a expansão da oferta nos dois extremos da educação básica preteridos tradicionalmente, a fim de ensejar a universalização do primeiro grande segmento da educação escolar. O Programa desenvolve papel fundamental, como instrumento de efetivação dessa política pública, por meio de um conjunto de ações que vão do financiamento à alimentação escolar, ao apoio à reestruturação da rede física pública, cujos resultados das principais ações são apresentados a seguir.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A Ação Apoio à Alimentação Escolar financia o denominado Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Tal ação vem sofrendo inovações que se refletem positivamente na sociedade, em especial, mudança de paradigma de assistencialismo para direito humano, que abrange a extensão do atendimento aos alunos matriculados em creches, com valores per capita diferenciados[1] para alunos de creches, pré-escolas e escolas indígenas e localizadas em áreas remanescentes de quilombos, conforme demonstrado no seguinte gráfico.

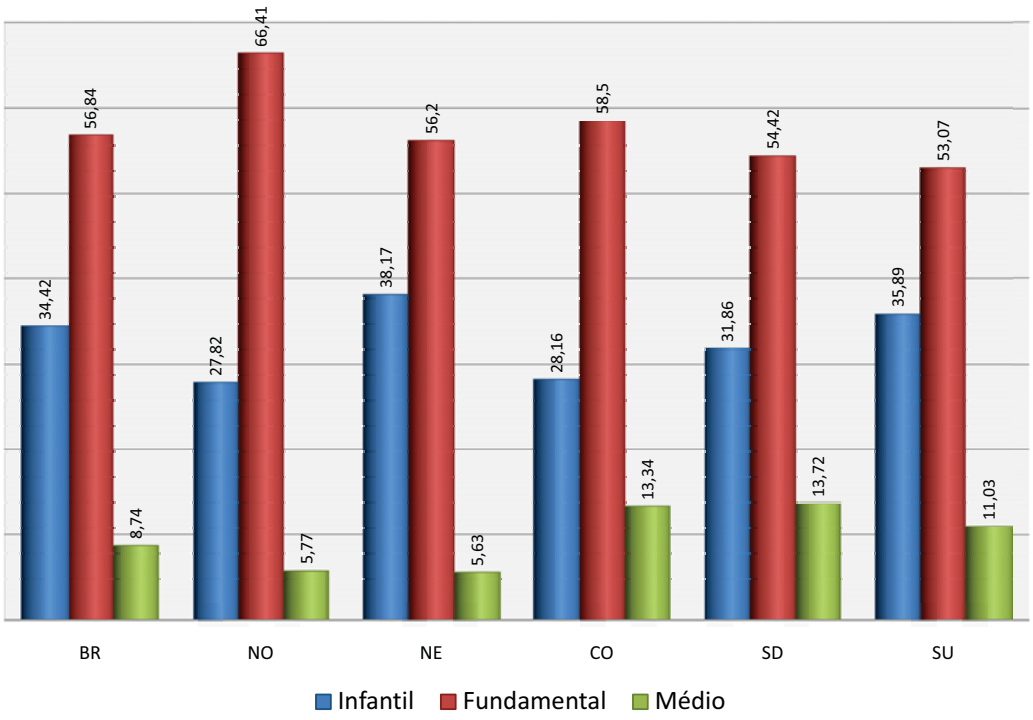
GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO NOMINAL DO ATENDIMENTO *PER CAPITA* DO PNAE - 2004 A 2007



• A Ação Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública tem o propósito de contribuir para a universalização da educação básica, provendo melhorias na infra-estrutura escolar de modo a garantir as condições adequadas ao funcionamento dos estabelecimentos de ensino e ao conforto necessário para o desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem. É fundamental a superação dos desafios do Poder Público no tocante a assegurar as condições físicas de oferta de vagas, visando a efetivação do direito à educação básica.

1 Esta diferença tem por base a atenção a grupos de riscos de desnutrição.

GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ACERVOS POR REGIÃO, SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO, EM 2007



A ação Aquisição de Equipamentos faz interface com as medidas de reestruturação da rede física pública, objetivando dotar as escolas de mobiliário, utensílios e recursos tecnológicos adequados e condizentes com as necessidades dos espaços escolares já existentes, construídos ou ampliados, visando oferecer as condições ideais ao ambiente acadêmico para a melhoria do padrão de qualidade do ensino.

A ação Distribuição de Acervos Bibliográficos ampliou sua atuação de atendimento dos programas de biblioteca na escola, alcançando o ensino médio e a educação infantil, viabilizado pelo PDE, conforme demonstrado no gráfico abaixo. A distribuição de acervos tem a finalidade de assegurar às redes de ensino Estaduais, Distrital e Municipais, o acesso à cultura e à informação e o incentivo à formação do hábito da leitura nos alunos, nos professores e na população.

- A TV Escola é um canal de televisão que capacita, aperfeiçoa e atualiza educadores da rede pública desde 1996. A proposta da TV Escola é proporcionar ao educador acesso ao canal e estimular a utilização de seus programas, contribuindo para a melhoria da educação construída nas escolas.

- A ação Integração e Expansão do Uso de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Pública financia o denominado Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo). Com o ProInfo, o governo vem dotando as escolas públicas, bem como os núcleos de tecnologia educacional e os centros de experimentação em tecnologia educacional com equipamentos de informática.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Dentre os resultados do programa, ressalte-se o desempenho orçamentário apresentado ao longo do período compreendido pelo PPA 2004-2007. Na média, foram executados mais de 95% da dotação programada. Considerando que contempla ações de grande relevância das quais são exemplos a alimentação escolar, o apoio à reestruturação e o equipamento da rede física pública escolar. Para efetivação das políticas educacionais no segmento da educação básica, este percentual, associado ao considerável volume de recursos, é indicador da concretização da determinação do governo de assegurar meios para a efetivação do direito à educação. Ao longo do período em apreço, a evolução orçamentária apresentada coaduna-se com o desempenho da implementação das ações e demonstra a prioridade governamental no sentido de promover, progressivamente, o alcance da consecução do objetivo colimado pelo Brasil Escolarizado.

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é feito mediante visitas técnicas a Municípios, previamente programadas ou por solicitação dos órgãos parceiros e ainda para atender ao processo de controle. O monitoramento periódico também é realizado por meio de sistemas corporativos voltados à viabilização do processo operacional da execução das ações, bem como de seu acompanhamento pelo Sistema Interno do Ministério da Educação (SIMEC).

A cada ano as incitativas do Brasil Escolarizado são avaliadas nos relatórios de gestão. No caso daquelas ações alocadas no orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a avaliação de desempenho faz parte do processo de prestação de contas da autarquia junto aos órgãos de controle.

O alcance da execução da meta física no intervalo próximo a 100% leva em consideração, fundamentalmente, o desempenho das principais ações do Programa, destacando-se:

a) alimentação escolar, cujo universo de alunos atendidos foi superior a 35 milhões;

b) a Ação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica alcançou a meta prevista em razão de reforço de crédito em função da necessidade de ajuste para o atendimento do PDE implementado a partir de abril de 2007;

c) foram atendidas 23 escolas, de 8 Estados, com a ação de reestruturação física, sendo 11 com construção e 12 com ampliação ou reforma, o que explica a utilização de quase todo o recurso para atendimento de cerca de 50% da meta prevista;

d) 613 escolas atendidas com equipamentos de informática, mobiliários e outros, das quais 603 no Piauí. O alcance dessa meta foi possível devido à complementação financeira da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Piauí, no valor total de R$ 2,18 milhões;

e) foram adquiridos 8,6 milhões de exemplares de livros destinados às bibliotecas escolares, 45,76% a mais do que a estimativa, para compor os acervos que serão distribuídos a 161.274 escolas no exercício de 2008, beneficiando mais de 29 milhões de alunos;

f) aporte de recursos oriundos da ação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica, visando reforçar as atividades de distribuição dos livros didáticos relativos aos componentes curriculares de Química e História, bem como a reposição/complementação, dos livros de Língua Portuguesa, Matemática e Biologia para todos os alunos das escolas públicas, matriculados na 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio. A distribuição dos componentes curriculares de Química e História estava inicialmente prevista para o período de 2009 a 2011, entretanto, a implantação do PDE viabilizou a antecipação dessa distribuição. No total foram distribuídos 18,2 milhões de exemplares, beneficiando em torno de 7 milhões de alunos.

Os recursos orçamentários foram adequados e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. No entanto, o volume de convênios firmados pelo FNDE é considerável e a inadimplência e o atraso na prestação de contas dos entes federados prejudicam o processo de execução das ações.

Considera-se a quantidade de recursos humanos nas equipes executoras inadequadas devido à abrangência geográfica, assim como a dimensão das ações, no que concerne à diversidade de atividades atendidas pelo Programa. Estes são os principais aspectos que fazem com que a quantidade de recursos humanos seja relativamente insuficiente. O FNDE reforçará seu quadro de pessoal, a partir da integração de novos servidores aprovados em concurso público realizado no final do ano de 2007.

O desempenho da execução das ações descentralizadas e das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério pode ser considerado satisfatório, na proporção da performance geral apresentada pelo Programa. Da mesma forma, as informações necessárias ao seu acompanhamento foram disponibilizadas pelas unidades administrativas executoras das ações. Portanto, considera-se que o fluxo de informação e a integração ocorreram num grau que varia de satisfatório a pouco satisfatório.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa conta com ação voltada ao processo de capacitação para o exercício do controle social correlacionados a vários programas educacionais financiados com recursos alocados no orçamento do FNDE. A participação social por meio dos conselhos de controle social da ação que financia a alimentação escolar melhora as condições de sua gestão.

Não há, no Programa como um todo, um mecanismo sistemático de avaliação da satisfação de seus beneficiários. No entanto, em algumas ações foram realizadas atividades de avaliação por institutos contratados a exemplo do Pnae, e iniciativas são adotadas em algumas ações por

unidades regimentais responsáveis pela sua execução a exemplo da biblioteca na escola. Um dos principais problemas da avaliação refere-se ao fato de que as diferentes ações educacionais concorrem para o propósito comum de assegurar educação de qualidade para todos, mas ainda não há como isolar os efeitos de cada uma no contexto dos resultados. É necessário desenvolver estudos para avançar na proposição de mecanismos que permitam superar esta dificuldade, possivelmente, realizando-se avaliação integrada e sistemática das ações.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal, como:

a) forma de execução descentralizada, envolvendo parceiros e a coletividade no controle social;

b) critérios bem definidos, especialmente nas ações de repasse automático para a concessão dos recursos que possibilitam, sobremodo, o processo de planejamento e monitoramento e o exercício do controle social;

c) modelo de execução direta assegurando ganho de escala (livros) e logística de distribuição de modo que o livro chega ao destino antes do início do ano letivo;

d) eficiência em compras governamentais, especialmente, mediante emprego de pregão eletrônico;

e) disponibilidade de Infrasig (SIMEC) que possibilita o acompanhamento da execução das ações, permitindo a tomada de decisão e racionalização do processo de alimentação do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan). Destaque-se que se adota, para o referido sistema já implementado, o processo de aperfeiçoamento contínuo.

No entendimento da gerência do Programa a avaliação da execução física carece ser melhorada, entre outros, em razão dos aspectos de não-adequação das metas físicas, nas ocasiões em que as ações recebem ou têm redução de créditos orçamentários e a avaliação da meta refere-se ao Programa como um todo. No entanto, são diversas ações com produtos diferentes e unidades de medida distintas que não podem ser agregadas. Neste sentido, está sendo desenvolvido índice agregador que possibilite uma percepção de desempenho consolidado do Programa, o que pode ser estendido aos demais Programas.

O problema que deu origem ao Brasil Escolarizado está claro e diz respeito à necessidade da efetivação da conquista do direito à educação básica nas suas diversas etapas e modalidades. No entanto, desde sua origem, grande parte das ações que o compõem não contempla todas as etapas da educação básica, como por exemplo, alimentação escolar, biblioteca, entre outras.

O público-alvo está bem caracterizado e dimensionado, mas, parte das ações, desde seu desenho original, não contempla todas as etapas da educação básica[2]. Por esta razão, e sob

2 No final de 2007, o MEC enviou Projeto de Lei ao Congresso Nacional, com vistas a estender o atendimento, entre outros, do Programa de Alimentação Escolar para todas as etapas da educação básica.

a ótica da abrangência, são insuficientes, dada as limitações de alcance de todas as etapas e modalidades da educação básica.

O objetivo do Programa teria que ser mais bem ajustado, com vistas a se identificar com maior clareza o propósito que se pretende com sua iniciativa, com vistas a viabilizar uma análise do modelo lógico do Programa, que permita compreender como se propõe intervir de modo eficaz para mitigar suas causas, como monitorar sua execução e avaliar seus resultados. Há previsão de que em 2008 sejam realizadas, em parceria com a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), atividades de construção de seu modelo.

DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

GERENTE DO PROGRAMA

Eliezer Moreira Pacheco

OBJETIVO

Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológicos com melhoria da qualidade.

PÚBLICO-ALVO

Jovens e adultos que buscam melhores oportunidades de formação profissional técnica e superior tecnológica, alunos de pós-graduação, professores e pesquisadores

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.530.697.080,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.471.584.308,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.471.584.308,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Técnico - Índice numérico	114.71	120.00	126.35	132.37	121.50	108,95%
2. Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Tecnológico - Índice numérico	-	-	226.00	202.66	225.00	90,07%

1. NÚMERO-ÍNDICE DE MATRÍCULAS INICIAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A superação da meta prevista se deve a expansão, modernização e atualização das unidades de ensino da rede federal com a ampliação de matrículas no nível médio.

2. NÚMERO-ÍNDICE DE MATRÍCULAS INICIAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TECNOLÓGICO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O Programa irá continuar no período do PPA 2008-2011 com uma previsão de construção de mais de 150 unidades de ensino da rede federal até o final de 2010. Esta ação terá impacto na ampliação de vagas e matrículas no nível superior.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O público-alvo da Educação Profissional e Tecnológica compreende jovens e adultos na faixa etária de 14 a 24 anos, cuja estimativa era de 38,4 milhões no ano de 2005. Desse total, devem ser considerados como demandantes potenciais dos cursos técnicos apenas os concluintes do ensino fundamental e os egressos do ensino médio. São também demandantes potenciais os trabalhadores, que já estão no mercado de trabalho em situação de desemprego ou em busca de capacitação para o acesso, a reinserção e/ou o reposicionamento no mercado de trabalho. Não resta dúvida de que iniciativas que proporcionem o atendimento à demanda deste público por ensino médio integrado à educação profissional são estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Ampliação do acesso de jovens e adultos à qualificação profissional com a criação de 39 instituições federais de educação profissional e tecnológica, totalizando em 2007, 179 unidades de ensino em funcionamento.

- Qualificação de 4.700 docentes da educação profissional.

- Ampliação dos alojamentos das unidades da rede federal por meio do atendimento de 64 instituições com alcance de 246% acima da meta prevista de 26 unidades.

- Produção do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

- Modernização e atualização das instituições de ensino da educação profissional por meio do atendimento a 439 projetos num total de 250 unidades de ensino. Alcance de 128% acima da meta prevista.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é feito por meio de reuniões de trabalho com responsáveis pelas unidades de ensino da rede federal de educação profissional, visitas *in loco*, no caso de aquisição de equipamentos ou obras, pelo Sistema de Informações Gerenciais da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)

e pelo Infrasig do Ministério da Educação (MEC).

O Programa apresentou execução física de 80% a 100% do previsto. Algumas ações do Programa não foram executadas integralmente, devido a não conclusão da base legal para fundamentar as ações dentro do exercício financeiro de execução. Os recursos foram suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

As parcerias, em especial com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), são estratégias para formação e qualificação profissional.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social se dá por meio de consulta pública para projetos de formação de docentes e gestores, para a melhoria da qualidade das graduações tecnológicas e dos cursos de nível técnico, objetivando harmonização de denominações, conceitos e desenvolvimento. Além de reuniões com as unidades que compõem a rede federal de ensino profissional e tecnológico, com os componentes do Sistema "S"[3] e discussões para o desenvolvimento de uma base legislativa da educação profissional e tecnológica, envolvendo órgãos e organismos que possuem interface com o tema.

Para que a integração entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio constitua-se em política pública educacional é necessário pensá-la também como contribuição para a consolidação de outras políticas setoriais como de ciência e tecnologia, de geração de emprego e renda, de desenvolvimento agrário, de saúde pública, de desenvolvimento da indústria e do comércio etc.

3 As organizações do Sistema "S" são: o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; o SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; o SESC - Serviço Social do Comércio; o SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; o SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes; o SEST - Serviço Social de Transportes; o SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas; o SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo.

DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO

GERENTE DO PROGRAMA

Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva

OBJETIVO

Garantir o acesso e a permanência no ensino médio a todos os adolescentes e jovens com melhoria de qualidade.

PÚBLICO-ALVO

Adolescentes e jovens e adultos do ensino médio regular

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 146.074.741,00	Empenho Liquidado:	R$ 141.653.780,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 141.653.780,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 15 a 17 Anos - Unidade	6.90	7.10	7.10	-	7.20	-
2. Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Médio - Porcentagem	47.60	46.30	44.90	-	43.90	-
3. Taxa de Freqüência Bruta ao Ensino Médio - Porcentagem	81.40	80.70	82.20	-	85.90	-
4. Taxa de Freqüência Líquida ao Ensino Médio da População na Faixa Etária de 15 a 17 Anos - Porcentagem	44.40	45.30	47.10	-	48.00	-

1. NÚMERO MÉDIO DE SÉRIES CONCLUÍDAS DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 17 ANOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A evolução deste indicador em anos recentes foi de 6,7 (2002), 6,9 (2003), 6,9 (2004) e 7,1 (2005 e 2006) de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad).

2. TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO MÉDIO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O último índice apurado em 2006 apresentou um decréscimo de 4,4 pontos percentuais em relação ao índice de referência (49,3%, 2003). A evolução deste indicador em anos recentes foi 49,3% (2003), 47,6% (2004), 46,3% (2005) e 44,9% (2006) de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

3. TAXA DE FREQÜÊNCIA BRUTA AO ENSINO MÉDIO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A evolução deste indicador em anos recentes foi 75,9% (2002), 81,1% (2003), 81,4% (2004), 80,7% (2005) e 82,20% (2006).

4. TAXA DE FREQÜÊNCIA LÍQUIDA AO ENSINO MÉDIO DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 17 ANOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A evolução deste indicador em anos recentes foi 40% (2002), 43,1% (2003), 44,4% (2004), 45,3% (2005) e 47,10% (2006).

O último dado disponível dos indicadores deste Programa refere-se a 2006, porque eles são calculados com base nos resultados da Pnad.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.127, de 09 de janeiro de 2001), instrumento aprovado pelo Congresso Nacional com diretrizes e metas para 10 anos, estabeleceu suas metas para o ensino médio com base em um diagnóstico de 1997 que, atualizados em relação a 2001, mantém um cenário preocupante em termos da consecução do que preceitua a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, quanto ao dever do Estado de promover a progressiva extensão da obrigatoriedade do ensino médio (inciso II, artigo 4º). Segundo a Pnad 2006, havia 10,4 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos. Desses, apenas 4,9 milhões freqüentava o ensino médio, o que representa 47,1% do total de jovens na faixa etária adequada. Os entraves no fluxo escolar do ensino fundamental, suas elevadas taxas de repetência e evasão e a baixa taxa média de conclusão comprometem o acesso ao ensino médio, fazendo com que o jovem ingresse tardiamente. Outro fator que compromete a freqüência dos jovens é a necessidade de trabalhar e auferir renda. Segundo a Pnad 2006, 63,9% dos jovens de 15 a 24 anos trabalham ou procuram emprego. Também é elevada a proporção de jovens que freqüentam o ensino médio e trabalham (33,9%).

A distorção idade-série no ensino médio vem demonstrando uma pequena melhoria, passando de 47,6 em 2004 para 44,9 em 2006. Seria, portanto, necessário agir sobre sua origem, estendendo a obrigatoriedade do ensino médio a todos que o concluírem em idade escolar regular. Para tanto, é necessário promover a melhoria curricular que contemple as diversas necessidades dos jovens, consolidando a identidade do ensino médio que está centrada nos sujeitos; a valorização e formação de professores; a melhoria da qualidade do ensino regular noturno; o ensino médio comprometido com a diversidade sócio-econômica e cultural da população brasileira, bem como desenvolvimento de projetos juvenis, visando a renovação pedagógica e o enfrentamento do problema da violência nas escolas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- O atendimento ao aluno na rede federal superou em mais de sete vezes a previsão inicial e a distribuição de livros didáticos ao ensino médio alcançou a meta física prevista, contribuindo para o objetivo de garantir o acesso e a permanência no ensino médio a todos os adolescentes e jovens com melhoria de qualidade.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais Restrições e Providências Adotadas

O Programa apresentou uma execução financeira da ordem de 97%. Das 11 ações que tiveram metas físicas previstas, três ações alcançaram as previsões iniciais, duas ações superaram as previsões e duas tiveram um resultado em torno de 80%. Apenas quatro ações não foram executadas em virtude de reorientações introduzidas pelo PDE no processo de transferência voluntária.

Em 2007, a execução deste Programa pode ser considerada atípica em virtude da reestruturação nos processos de transferência voluntária dos recursos da educação básica por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR) e da conseqüente reformatação da engenharia de implementação dos programas da Secretaria de Educação Básica para atender a uma demanda quantitativa e geograficamente ampliada pelo PDE.

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é feito periodicamente por meio de reuniões de trabalho entre os responsáveis envolvidos na execução das ações, bem como entre estes e as instâncias responsáveis pelo andamento do Programa. As reuniões técnicas, realizadas pelas coordenações das ações junto aos parceiros institucionais, são ocasiões para colher impressões e sugestões a respeito da sua gestão. Além disso, o acompanhamento físico-financeiro é feito pelos gestores por meio do Sistema Interno do Ministério da Educação (SIMEC), cujo provimento das informações deve ser mensal. A dificuldade do sistema é que a compreensão clara de sua utilidade como instrumento de gestão não é compartilhada pelo conjunto dos gestores que tendem a considerá-lo burocrático. Conseqüentemente, e com freqüência, sua alimentação sofre soluções de continuidade e atrasos, que em alguns casos dificultam uma visão real e atualizada do andamento das ações.

O êxito alcançado pelo Programa ao atingir os seus objetivos foi, em grande medida, tributário da execução das ações pelos parceiros por meio dos recursos transferidos.

O processo decisório que impacta a execução das ações é construído de modo consensual entre as instâncias envolvidas de maneira que as ações executadas refletem esse procedimento.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social se dá por intermédio das Ouvidorias, tanto da Secretaria de Educação Básica (SEB) quanto do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). As Ouvidorias tratam as demandas e questionamentos, encaminhando-as para os setores implicados. Além disso, as reuniões técnicas realizadas pelas coordenações das ações junto aos parceiros institucionais são ocasiões para coletar impressões e sugestões a respeito da sua gestão.

Representações do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) impactam positivamente a execução do Programa, na medida em que contribuem para construir consensos e melhor direcionar os modos de implementação.

Embora não tenha sido implementado um procedimento formal de sondagem sobre a satisfação dos beneficiários em relação ao Programa, a interlocução constante mantida entre o MEC e os seus parceiros institucionais, representados pelo Consed e Undime, permite considerar o grau de satisfação como satisfatório.

Em razão da nova perspectiva que foi introduzida pelo PDE, inclusive com a caracterização de agenda prioritária para o PPA 2008-2011, houve a exclusão desse Programa de modo a proporcionar o alinhamento das suas ações no âmbito dos objetivos a serem implementados em outros programas.

DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

GERENTE DO PROGRAMA

Cláudia Pereira Dutra

OBJETIVO

Assegurar aos alunos com necessidades educacionais especiais as condições de acesso e permanência com qualidade na educação brasileira na perspectiva de impulsionar e fortalecer o atendimento desses alunos em classes comuns da rede regular de ensino e de garantir a eles o atendimento educacional especializado.

PÚBLICO-ALVO

Alunos com necessidades educacionais especiais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 87.035.636,00	Empenho Liquidado:	R$ 79.102.889,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 79.102.889,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Prevalência da Educação Inclusiva nos Municípios Brasileiros – Porcentagem	-	50.00	57.00	57.00	55.00	103,64%
2. Taxa de Qualificação Docente para Atendimento de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Básica - Porcentagem	-	1.40	2.10	1.40	6.70	20.89%
3. Taxa de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais em Classes Comuns de Escolas Regulares na Educação Básica - Porcentagem	-	41.00	46.40	47.60	45.00	105,78%
4. Taxa de Escolas Públicas da Educação Básica com Acessibilidade Física - Porcentagem	-	-	12.80	11.60	12.50	92,80%
5. Taxa de Municípios com Matrícula na Educação Especial - Porcentagem	-	-	89.00	89.00	83.00	107,23%
6. Índice de Acesso à Educação Básica - Porcentagem	-	-	39.00	27.50	53.60	51,31%

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
7. Índice de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Rede Pública de Ensino - Porcentagem	-	-	59.70	47.00	55.00	85,45%
8. Índice de Atendimento Educacional Especializado - Índice numérico	-	-	-	107.00	120.00	89,17%

1. TAXA DE PREVALÊNCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A superação do índice previsto para o final do PPA 2004-2007 reflete os avanços das políticas educacionais implementadas pela Secretaria de Educação Especial (SEESP), dentre elas o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade implementado em 2003. O Programa conta com 147 Municípios-pólo, que atuam como multiplicadores para a formação de gestores e educadores de seus Municípios de abrangência.

2. TAXA DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Esse indicador mede a relação percentual entre o número de professores que concluíram cursos específicos para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais na educação básica e o número total de professores na educação básica. Ainda está muito abaixo do esperado.

3. TAXA DE MATRÍCULA DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM CLASSES COMUNS DE ESCOLAS REGULARES NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A superação do índice esperado para o final do PPA 2004-2007 é um reflexo das ações implementadas em parceria com os Estados e Municípios voltadas para a organização de sistemas educacionais inclusivos. Essas ações abrangem a formação continuada de professores, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a distribuição de materiais didático-pedagógicos e de equipamentos específicos, além da adequação arquitetônica dos prédios escolares.

4. TAXA DE ESCOLAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM ACESSIBILIDADE FÍSICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Esse indicador não atingiu o índice previsto ao final do PPA 2004-2007 embora tenha sido considerável o aumento no número de escolas públicas com acessibilidade física. Aqui

é preciso considerar o papel primordial da SEESP, prestando apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino para o desenvolvimento da ação que implica a adaptação do espaço escolar. Paralelamente a esse esforço é necessário que os sistemas de ensino se organizem para a implementação de políticas de acessibilidade, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Vale ressaltar que a situação atual de acessibilidade física de prédios escolares foi motivo de discussão na Agenda Social da Presidência da República e obteve um aporte orçamentário para o ano de 2008, o que provavelmente acarretará um aumento considerável no índice desse indicador.

5. TAXA DE MUNICÍPIOS COM MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A superação do índice, previsto para 2007, desse indicador deve-se em grande parte ao Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade que, desde 2003, atua na formação de gestores e educadores para a garantia do direito à educação dos alunos com necessidades educacionais especiais. Em 2007, o Programa realizou formação para 5.417 Municípios de abrangência, a partir dos 147 Municípios-pólo que atuam como multiplicadores.

6. ÍNDICE DE ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

As alterações na forma de coleta de dados implementadas no Censo Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apontam para uma melhor visibilidade do aluno no sistema de ensino. Além disso, a informatização do instrumento de coleta de dados também trouxe maior fidedignidade às informações registradas. Essas modificações podem ter gerado uma redução de aproximadamente 10% do número geral de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais. Tal redução também pode estar ligada à diminuição do número geral das matrículas da educação básica que sofreu uma queda de 5,35%.

7. ÍNDICE DE MATRÍCULA DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Apesar de não alcançar o índice previsto, é necessário registrar o crescimento bastante significativo de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais na rede pública de ensino, que reflete o avanço das políticas públicas de educação.

8. ÍNDICE DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007, o Censo Escolar registra 146.183 alunos matriculados na educação básica que recebem atendimento educacional especializado. Esse número representa um crescimento de 7% em relação ao ano de 2006 quando foram registrados 136.431 alunos com esse atendimento. Para garantir a oferta do atendimento educacional especializado a todos os alunos com necessidades educacionais especiais e alcançar melhores índices nos próximos anos, a SEESP inclui no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) o Programa de implantação de salas de Recursos Multifuncionais e a formação de professores voltados para esse atendimento.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Mais de 90% da matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais concentra-se nos níveis mais elementares de ensino. Isso indica que a falta de atendimento educacional especializado nos demais níveis de ensino pode criar obstáculos à perspectiva de progresso nos estudos a que todo aluno tem direito. Ressalte-se que, dos 65,4% dos alunos matriculados no ensino fundamental, somente 1,5% chegam ao ensino médio e somente 7,3% têm acesso à educação profissional. Do ponto de vista das instalações físicas, das 165.937 escolas públicas de educação básica, 11,6% já possuem dependências e vias com acessibilidade.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- A SEESP teve como estratégia fundamental discutir a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva com Estados, Municípios, instituições não-governamentais e instituições de educação superior. Esse documento trata de uma nova concepção de educação especial, que passa a ser vista como modalidade de ensino complementar ao ensino regular.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é feito por meio de reuniões técnicas, que envolvem os dirigentes de educação especial dos Estados e as coordenações das ações junto aos parceiros institucionais. Essas reuniões são uma ocasião de acompanhar a execução e desenvolvimento das ações e de articular estratégias para colher impressões e sugestões a respeito da sua gestão. Outra forma de acompanhamento é por meio do Sistema de Informações do MEC (SIMEC), que deve ser provido de informações mensalmente. Além disso, anualmente, é elaborado o relatório de gestão que apresenta uma retrospectiva das ações implementadas, pontos fortes e dificuldades encontradas no processo de execução, proporcionando uma visão geral e transparente da gestão do Programa. Com a finalidade de fazer esse acompanhamento, foi criada na Secretaria de Educação Especial uma Coordenação-Geral de Avaliação e Apoio aos Programas e Projetos da Educação Especial.

Os recursos orçamentários foram liberados em fluxo compatível com a programação física ao longo do exercício. Os recursos descentralizados destinaram-se a atender o Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial, que conta com 14 instituições de educação superior para oferecer cursos de extensão a 8.500 professores da educação básica. Na Ação Inclusão de Alunos com Deficiência nos Cursos de Educação Profissional, a descentralização direcionou-se para os centros federais de educação tecnológica.

Algumas ações do Programa não são executadas diretamente pela Secretaria de Educação Especial, como é o caso das ações do Instituto Nacional de Surdos (INES) e do Instituto Benjamin Constant (IBC).

A SEESP realiza ações em parceria com outras Secretarias, constituindo políticas intra-setoriais que garantem a transversalidade da educação especial, como o Exame Nacional para Certificação de Proficiência em Libras (Prolibras) desenvolvido com o Inep, o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR) executado em parceria com a Secretaria de Ensino Superior (SESu), e a garantia da acessibilidade nos Programas do Livro desenvolvidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A integração entre os gestores do Programa e os executores acontece desde o processo de análise dos projetos, convênio, monitoramento do desenvolvimento das ações, até a avaliação final dos resultados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O desempenho das instituições não-governamentais que efetivaram convênio com a SEESP em 2007 é satisfatório e atende às metas estabelecidas.

A participação social se dá pela Ouvidoria Geral do MEC (Fala Brasil), que recebe críticas, contribuições, sugestões da sociedade sobre as ações implementadas neste Programa e as encaminha para a SEESP. A SEESP, então, responde diretamente ao interessado, através de duas formas: em reuniões com os dirigentes de educação especial dos Estados, coordenadores dos Municípios-pólo do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, professores das instituições de educação superior e representantes das organizações não-governamentais que representam os vários segmentos das pessoas com deficiência e altas habilidades/superdotação;m discussões no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE) e com a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE).

A satisfação dos beneficiários do Programa pode ser aferida por meio das ações implementadas no sistema de ensino, escolas de educação básica com matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais têm melhorado a sua infra-estrutura e promovido a acessibilidade arquitetônica. Os alunos têm se beneficiado com a distribuição de equipamentos e materiais didáticos específicos e os professores participam de cursos de formação continuada para o atendimento educacional especializado.

Apesar de já ter ocorrido adequação de recursos humanos na equipe gerencial, seria necessária a criação de uma diretoria que agregasse o planejamento, a gestão e a avaliação de programas, uma vez que a Diretoria de Políticas da Educação Especial é ligada às questões de âmbito pedagógico e de articulação com os sistemas de ensino na implementação de políticas.

Para as metas físicas, no entendimento da gerência do Programa, faz-se necessário maior cuidado na previsão das mesmas com relação às ações a fim de suprimir possíveis problemas quanto a sua inadequação. As metas devem estar de acordo com a estratégia de implementação adotada pela SEESP. E, os indicadores do Programa devem ser revistos, tanto em termos da pertinência da sua manutenção como da reformulação da sua base de cálculo, considerando-se sempre a adequação às políticas e ações implementadas.

Importante evidenciar que no ano de 2007 foi elaborado, por um grupo de trabalho coordenado pela SEESP, o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, cujo texto sistematiza as diretrizes para nortear a educação especial no Brasil e auxiliará o alinhamento do Programa às políticas públicas desenvolvidas nessa área.

DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

GERENTE DO PROGRAMA

Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva

OBJETIVO

Ampliar o atendimento de crianças até seis anos de idade na educação infantil com qualidade.

PÚBLICO-ALVO

Crianças de até seis anos de idade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 82.270.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 54.170.425,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 54.170.425,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de freqüência à Escola da População na Faixa Etária de 0 a 3 anos - Porcentagem	13.40	13.000	15.50	-	31.40	-
2. Taxa de frequência à escola da população na faixa etária de 4 a 6 anos - Porcentagem	70.50	72.00	76.00	-	77.00	-

1. TAXA DE FREQÜÊNCIA À ESCOLA DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 0 A 3 ANOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), os índices desse indicador evoluíram da seguinte forma, 11,7% (2002), 11,7% (2003), 13,4% (2004) e 13% (2005), 15,5% (2006), neste caso, o último índice apurado e divulgado. Embora o índice previsto ao final do PPA 2004-2007, que é de 31,4% provavelmente não seja alcançado, houve melhoria na evolução do índice.

2. TAXA DE FREQUÊNCIA À ESCOLA DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 4 A 6 ANOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Este índice apresenta a seguinte evolução: 67% (2002), 68,4% (2003), 70,5% (2004), 72% (2005) e 76% (2006). O cálculo deste indicador é feito com dados da Pnad e, portanto, o último dado apurado refere-se a 2006. Mantidas as atuais condições, é bem provável que o índice previsto para o final do PPA 2004-2007 é condizente com o Plano Nacional de Educação (PNE) e será em breve superado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Apesar de não ser de freqüência obrigatória, é dever do Estado oferecer educação infantil para toda a população, em creches (zero a três anos de idade) e pré-escolas (quatro a seis anos). Esta última passa a compreender apenas as crianças de quatro e cinco anos, pois as de seis anos devem, progressivamente, ser matriculadas no primeiro ano de nove anos do ensino fundamental, conforme estipulado pela Lei nº 11.274, de 6 de Fevereiro de 2006, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 2006.

A LDB determina, ainda, que a formação mínima para o exercício da docência em creches e pré-escolas é o nível médio em modalidade normal. No entanto, já passada quase uma década, o Censo Escolar de 2006 mostrava que ainda havia no País mais de 10.000 funções docentes na educação infantil sem formação de nível médio completo. O PNE, de sua parte, estipula meta de 100% desses docentes com formação mínima de nível médio até o início de 2006.

Quanto ao total das matrículas, constata-se que a educação infantil vem crescendo em creches. A evolução foi de 916.864 (2000) para 1.427.942 (2006) e, em pré-escolas, de 4.421.332 (2000) para 5.588.153 (2006). Houve aumento de 2% das matrículas em creches nas redes municipais: eram 60,9% em 2005 (37,8% na privada) e passaram a 62,9% em 2006 (35,8% na privada). Porém, houve quedas na rede Municipal na região Norte (-0,8%), em Sergipe (-2,11%) e em São Paulo (-9,97%); nas demais regiões, houve ampliação do atendimento, com destaque para Goiás (+15,1%), Minas Gerais (+9,8%), Amazonas (+15,54%) e Espírito Santo (+8,22%).

No que se refere à pré-escola, houve estagnação das matrículas nas redes Municipais, permanecendo 70,1% entre 2005 e 2006, ao passo que houve ligeira queda na rede privada de 26,1% para 25,8%. A diminuição no total das matrículas nessa etapa encontra explicação, em parte, na progressiva implantação do ensino fundamental de nove anos. O número de matrículas na série inicial cresceu 47,3% nesse período (aumento de 429.659 matrículas), dentre as quais 200.252 de novas crianças com até seis anos de idade. De outro lado, na pré-escola, registrou-se decréscimo de 177.153 crianças de seis anos.

Nesse contexto, apesar de alguns avanços, os níveis de freqüência ainda são relativamente baixos, principalmente com relação às creches, conforme mostram os indicadores. Vale destacar, como

parte da recente definição do PDE do Governo Federal, a diretriz que preconiza a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica no País - promover a educação infantil.

A educação infantil constitui, sem dúvida, o mais importante nível educacional, sendo fator de alta significância para o sucesso escolar nas etapas subseqüentes, demandando, assim, maiores investimentos públicos direcionados tanto para sua universalização quanto para sua melhoria de qualidade. É nessa fase inicial da vida que mais se desenvolve a capacidade de aprender, adquirir novas competências e estilos cognitivos que se associam ao futuro sucesso ou fracasso da criança na escola.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Reestruturação da rede física pública de educação infantil e aquisição de equipamentos para a rede pública de educação infantil, aumentando o número de estabelecimentos com parque infantil e com sanitários adequados à faixa etária.

- Aumento da taxa de freqüência escolar das crianças de quatro e cinco anos. As crianças de seis anos estão sendo matriculadas no ensino fundamental de nove anos.

- Firmados 60 convênios com Prefeituras em 16 Estados, das cinco regiões, para construção de uma escola padronizada por convênio. Foram ainda firmados 40 convênios com Prefeituras em 12 Estados das regiões Nordeste, Sudeste e Sul, beneficiando 40 escolas com equipamentos.

- Distribuição de 600.000 exemplares do periódico, Revista Criança (43, 44 e 45), que constitui uma referência importante e um relevante canal de comunicação com professores, diretores e outros profissionais da área que atuam na educação infantil, profissionais das Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, pesquisadores interessados em aprofundar temas relativos ao trabalho gerencial e pedagógico na educação infantil.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Embora o alcance das ações tenha sido abaixo do previsto, a execução, no seu conjunto, toca tanto aspectos físicos quanto pedagógicos que contribuíram para melhorar as condições de alcance do objetivo do Programa, que consiste em ampliar o atendimento de crianças até seis anos de idade na educação infantil com qualidade.

Em 2007, a execução deste Programa pode ser considerada atípica, uma vez que, em virtude da reestruturação nos processos de transferência voluntária dos recursos da educação básica por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR) e da conseqüente reformatação

da engenharia de implementação dos programas da Secretaria de Educação Básica, para atender a uma demanda quantitativa e geograficamente ampliada pelo PDE, algumas ações do Programa não foram executadas ou foram executadas parcialmente, o que justifica o não alcance das metas físicas e financeiras.

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é feito periodicamente por meio de reuniões de trabalho entre os responsáveis envolvidos na execução das ações, bem como entre estes e as instâncias responsáveis pelo andamento do Programa. As reuniões técnicas, realizadas pelas coordenações das ações junto aos parceiros institucionais, são uma ocasião de colher impressões e sugestões a respeito da sua gestão. Além disso, o acompanhamento físico-financeiro é feito pelos gestores por meio do Sistema de informações do Ministério da Educação (SIMEC), cujo provimento das informações deve ser mensal. A dificuldade do sistema é que a compreensão clara de sua utilidade como instrumento de gestão não é compartilhada pelo conjunto dos gestores que tendem a considerá-lo burocrático. Conseqüentemente, e com freqüência, sua alimentação sofre soluções de continuidade e atrasos, que em alguns casos dificultam uma visão real e atualizada do andamento das ações.

O êxito alcançado pelo Programa ao atingir os seus objetivos foi, em grande medida, tributário da execução das ações pelos parceiros, por meio dos recursos transferidos, sobretudo no que diz respeito à construção e equipamento dos espaços físicos adequados à oferta da educação infantil.

Essa integração é viabilizada por meio do estabelecimento de instrumentos de repasses dos recursos (convênios, emendas parlamentares, e afins), a partir dos quais são pactuados objetivos e modos de implementação.

O processo decisório que impacta a execução das ações é construído de modo consensual entre as instâncias envolvidas de modo que as ações executadas refletem esse procedimento.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Representantes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Social (CNDS) e das representações da rede de creches conveniadas, do Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil(Mieib), além do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) geram impactos positivos na execução do Programa na medida em que contribuem para construir consensos e melhor direcionar os modos de implementação.

Em razão da nova perspectiva que foi introduzida pelo PDE, inclusive com a caracterização de agenda prioritária para o PPA 2008-2011, houve a exclusão desse Programa de modo a proporcionar o alinhamento das suas ações no âmbito dos objetivos a serem implementados em outros programas.

DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA

GERENTE DO PROGRAMA

Jorge Almeida Guimarães

OBJETIVO

Formar pessoal de alto nível no País e no exterior com vistas à produção do conhecimento científico para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil.

PÚBLICO-ALVO

Alunos de Pós-Graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 844.566.150,00	Empenho Liquidado:	R$ 802.874.578,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 802.874.578,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Doutores Titulados no País - 1/100.000	-	4.79	4.81	5.31	5.48	96,89%
2. Índice de Mestres Titulados no País - 1/100.000	-	15.14	16.46	17.60	18.44	95,44%
3. Índice de Qualidade da Pós-graduação Nacional - nota	-	4.27	4.21	4.28	4.07	105,15%
4. Índice de Qualificação do Corpo Docente com Título de Doutor das Instituições de Ensino Superior - Porcentagem	-	22.70	24.14	25.50	25.30	100,79%
5. Índice de Qualificação do Corpo Docente com Título de Mestre das Instituições de Ensino Superior - Porcentagem	-	35.00	35.54	36.00	37.30	96,51%

1. ÍNDICE DE DOUTORES TITULADOS NO PAÍS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O crescimento proposto no PPA, no tocante ao Índice de Doutores Titulados no País para o período 2004 a 2007, foi 37%. Este crescimento ao longo de quatro anos representa um incremento anual médio geométrico de aproximadamente 8,2% no número de doutores

titulados. O número de doutores titulados em 2004, 2005 e 2006 foi de respectivamente 8.109, 8.991 e 9.366. Isto representa um crescimento médio geométrico de 5% ao longo do período. O número final de doutores titulados para o ano de 2007 foi de 9.919. Dessa forma, para 2007, o índice foi de 5,31%, o que representa 96,89% do previsto para o PPA.

2. ÍNDICE DE MESTRES TITULADOS NO PAÍS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O crescimento proposto no PPA, no tocante ao Índice de Mestres Titulados no País para o período de 2004 a 2007, foi de 38%. Este crescimento ao longo de quatro anos representa um incremento anual médio geométrico de, aproximadamente, 8,4% no número de mestres titulados. O número de mestres titulados em 2004, 2005 e 2006 foi de respectivamente 26.809, 30.704 e 32.280. Isto representa um crescimento médio geométrico de 6,3% ao longo do período, um pouco inferior ao previsto no PPA. O número final de mestres titulados para o ano de 2007 foi de 32.899. Dessa forma, para 2007, o índice foi de 17,6, o que representa 95,44% do previsto para o PPA.

3. ÍNDICE DE QUALIDADE DA PÓS-GRADUAÇÃO NACIONAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A qualidade da pós-graduação nacional é um indicador aferido através da media aritmética dos conceitos dos cursos de pós-graduação aprovados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e em funcionamento nas instituições de ensino superior (IES) do País. Em face da avaliação trienal ocorrida em 2007 foi fácil obter este indicador que apresentou o valor de 4,28, superando aquele previsto para 2007 no PPA.

4. ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE COM TÍTULO DE DOUTOR DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Esse indicador reflete o total de professores com título de doutor que têm vínculo com as IES e atuam como docentes sobre o total dos docentes a elas vinculados. Ele é obtido pelo Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa Anísio Teixeira (Inep) e do Ministério da Educação (MEC) no censo universitário daquela organização. Até o fechamento deste relatório, o índice não havia sido divulgado. Foi feita uma inferência utilizando-se dos dados de anos anteriores que projetam um índice de 25,5% o que representa praticamente a meta proposta no PPA.

5. ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE COM TÍTULO DE MESTRE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Esse indicador reflete o total de professores com título de mestrado que têm vínculo com as IES e atuam como docentes sobre o total dos docentes a elas vinculados. Ele é obtido pelo Inep/MEC no censo universitário daquela organização. Até o fechamento deste relatório, o índice não havia sido divulgado. Foi feita uma inferência utilizando-se dos dados de anos anteriores que projetam um índice de 36% o que representa 97% da meta proposta no PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os esforços do Governo Federal voltados para a educação pós-graduada nas últimas cinco décadas contribuíram de maneira substantiva para o desenvolvimento da educação brasileira. Aspectos específicos do cenário acadêmico e científico continuam a demandar ações estratégicas por parte do governo. Para acelerar a formação de recursos humanos de alto nível, precisa-se de um conjunto de iniciativas: execução do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2005/2010), implementação da Reforma Universitária, ora em tramitação no Congresso Nacional, investimentos em infra-estrutura da pós-graduação e da pesquisa, sobretudo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, aumento dos quadros docentes das universidades públicas, expansão dos vínculos dos cursos de pós-graduação com seus congêneres tanto em nível nacional quanto internacional, ampliação do acesso à informação científica e tecnológica por parte dos cursos de pós-graduação, entre outras. Além disso, torna-se urgente aprofundar a parceria, na atividade pesquisa, da universidade com a iniciativa privada em atendimento à Política Industrial e do Comércio Exterior do Governo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- O Sistema de Avaliação da Pós-graduação da Capes contribuiu para o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa científica e tecnológica no Brasil, além das atividades de análise de programas, projetos e processos de bolsistas, aconteceu a avaliação trienal, ou seja, verificou-se o desempenho dos cursos de mestrado e doutorado no período de 2004 a 2007.

- Intensificação das atividades de capacitação e treinamento do Portal de Periódicos; desenvolvimento da cultura do uso da informação científica e tecnológica no formato eletrônico e conteúdo novo adicionado ao portal. O Portal de Periódicos da Capes tem servido de modelo aos países da América Latina que buscam desenvolver a pesquisa científica de forma ágil e atual.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Com a finalidade de coleta de dados para a elaboração do PPA, os responsáveis do público-alvo (Pró-reitores, docentes e comunidade acadêmica) são convidados para participarem constantemente das discussões e avaliação das ações e plano de trabalho. E com o público interno, as lideranças da Capes realizam reuniões de trabalhos entre si, com os coordenadores e estes com os técnicos que acompanham os programas, projetos e outras atividades nesta organização para a discussão de assuntos relacionados a esse instrumento. Os resultados obtidos têm sido satisfatórios.

Há visitas das lideranças, coordenadores e técnicos nas dependências da Capes e, quando necessário, nas instituições de ensino de pós-graduação para discussão, treinamentos, reuniões, seminários e outros eventos de interesse desta organização.

Anualmente, os gestores em conjunto com as suas equipes, elaboram o relatório das ações e resultados obtidos no ano e o disponibiliza no portal desta Agência para os públicos de interesse. A Capes utiliza, quando necessário, o Infrasig para inserir informações sobre os dados físicos da Ação realizada por esta organização.

Todas as ações tiveram desempenho além do previsto, excetuando-se a ação Cooperação Brasileira com os Países que Integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e estava superestimada, pois se destina ao Programa de Qualificação Docente e Ensino de Língua Portuguesa no Timor Leste prevendo a concessão em média de 50 bolsas destinadas a professores que realizam trabalhos junto ao Ministério da Educação daquele país, portanto, o ideal seria que a meta física se limitasse a 50 bolsas/mês para o exercício de 2007; a ação Aquisição e Ampliação do Prédio Sede da Capes, que da dotação inicial foram destinados R$ 1.200.000,00, ou seja, 22,02%, para a execução do projeto base e executivo que se encontra em andamento.

As ações a seguir não têm execução vinculada diretamente às atividades ordinárias da Capes e nem possuem vínculo orçamentário com essa organização:

a) Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação (executada por entidades federais de ensino);

b) Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências executada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

c) Funcionamentos de Cursos de Pós-Graduação em Botânica e Meio Ambiente e a Reforma do Prédio de Pesquisa ambas executadas pelo Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro;

d) Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados executado por entidades federais de ensino.

Os recursos foram suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. O fluxo de recursos permitiu que o caráter mensal do pagamento das bolsas de estudo, os compromissos com projetos apoiados e as atividades de consultoria vinculadas à avaliação fossem mantidos eficientemente. Porém, devido à falta de execução da obra de construção do prédio sede da Capes, optou-se pelo remanejamento do crédito orçamentário disponível para as áreas finalísticas no âmbito da Ação Fomento a Pós-graduação.

A Capes necessita urgentemente de recursos humanos qualificados no seu quadro permanente para o desenvolvimento de atividades da área técnica, pois hoje 50% do seu quadro de pessoal é terceirizado. Nesse sentido, a instituição realizará, em 2008, concurso público para suprir as necessidades do órgão. Além disso, faltam cargos em comissão do grupo de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) para o desenvolvimento de atividades de alta complexidade.

A falta de prestação de contas de algumas organizações responsáveis pelos públicos beneficiários dos convênios, alunos e docentes, impede a transferência de recursos para as instituições de ensino o que acarreta a descontinuidade do pagamento da ação principal, ou seja, as bolsas de estudos.

Não há legislação adequada referente à transferência de recursos direcionados a bolsa de estudos. E a excessiva burocracia, no tocante à licitação pública, tem sido fator determinante na eficiência da execução do Programa. A Capes necessita fortemente de um apoio de tecnologia de informação, cuja licitação vem sofrendo enorme atraso, face às determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) e controvérsias jurídicas.

As Ações Fomento à Pós-Graduação, Concessão de Bolsas de Estudos no País e Concessão de Bolsas de Qualificação de Pessoal de Alto Nível para Atendimento das Diretrizes da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior são executadas por meio de instrumentos legais de descentralização de recurso (com exceção de alguns projetos de pesquisas cujas bolsas são transferidas diretamente aos bolsistas).

Não existe integração da gerência do Programa com a execução das Ações Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências, Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação em Botânica e Meio Ambiente, Reforma do Prédio de Pesquisa do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação e a Pesquisa Universitária e difusão de seus resultados, uma vez que são executadas por outros órgãos e outras unidades orçamentárias.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Freqüentemente, o Presidente e os Diretores da Capes participam de audiência pública para explicar as ações do Programa na sua repercussão social, científica e tecnológica

para o desenvolvimento nacional. As decisões de ordem política da Agência são tomadas no seu Conselho Superior que integram os grupos de interesse de forma deliberativa e consultiva, cujos membros representam a comunidade acadêmica e setor empresarial, além da Presidência e Diretoria da Agência. Na estrutura da Capes, existe o Conselho Técnico-Científico que é formado por representantes das diversas áreas do conhecimento e por membros de entidades representativas do meio acadêmico. Aliás, a razão do sucesso das ações da Agência tem como base o processo de avaliação das suas ações realizado pela comunidade acadêmica (avaliação por pares).

As decisões dos Conselhos Superior e Técnico-Científico nos resultados do programa são significativas devido as suas competências que, de modo geral são: assistir à Diretoria na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes, colaborar na elaboração da proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação, opinar sobre os critérios e procedimentos para a distribuição de bolsas e auxílio institucionais e individuais, opinar sobre acordos de cooperação entre a Capes e instituições nacionais, estrangeiras ou internacionais, propor critérios e procedimentos para o acompanhamento e a avaliação de Pós-Graduação e dos programas executados pela Capes. Essas atribuições refletem diretamente nas ações do Programa.

A Capes não possui ferramentas para avaliar o nível de satisfação dos públicos envolvidos nesse processo social, mas nota-se indiretamente que os beneficiários cumprem as atividades a contento e interagem ativamente com esta Agência. Esses são os membros do Conselho Técnico-Científico (CTC) e do Conselho Superior, os representantes das grandes áreas do conhecimento, representante do fórum nacional de pró-reitores, representante da Associação Nacional de Pós-graduando, representante do MEC, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério das Relações Exteriores (MRE), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), representante do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, representantes da área acadêmica, representante do Conselho Técnico-Científico, bem como representantes do setor produtivo nacional, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) e representante do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Indústria. Todos esses indivíduos estão ligados direta ou indiretamente com o público-alvo do Programa, eles trazem as demandas que surgem, e estas são analisadas já que esses representantes influenciam, por força das suas atribuições, as políticas adotadas pela organização.

Todas as macro-decisões do órgão, tanto de caráter puramente administrativo quanto de políticas públicas em relação à pós-graduação são submetidas à apreciação do Conselho Superior e do Conselho Técnico-Científico. O Conselho Superior tem como uma das suas atribuições aprovar o relatório anual das atividades da Capes e a respectiva execução orçamentária, também aprecia critérios, prioridades e procedimentos para a concessão de bolsas de estudos e auxílios, e as reuniões dos membros dos conselhos citados ocorrem com freqüência. A avaliação das ações da instituição pelos Conselhos garante a boa aplicação dos recursos.

No entendimento da gerência do Programa, os convênios da Capes não se enquadram na Instrução Normativa STN nº 01, de 15 de janeiro de 1997, e suas alterações, que disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de

projetos ou realização de eventos e dá outras providências. É desejável a existência de uma legislação específica para celebração de convênios de transferência de recursos para pagamento de bolsas de estudos.

Sob a ótica da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), tem-se a considerar que a avaliação refere-se ao Programa Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica e não da instituição Capes. Neste sentido, cabe lembrar que o Programa foi criado tendo em vista a carência de corpo docente capacitado para atender às necessidades das IES, de professores devidamente qualificados para atender à demanda dos setores educacionais, de profissionais e técnicos para o mercado de trabalho e de pesquisadores de alto nível para empresas públicas e privadas.

O Programa é composto por ações executadas em mais de um órgão, portanto é considerado um programa multissetorial, que é importante elemento de integração e focalização das políticas públicas, em função disso, os diversos setores que podem contribuir para que o enfrentamento do problema seja mais efetivo devem estar articulados, assim caracterizando em um desafio a gerência para que envide esforços no sentido de promover a integração com os demais órgãos que possuem ação no Programa.

DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

GERENTE DO PROGRAMA

Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva

OBJETIVO

Assegurar o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no ensino fundamental com melhoria de qualidade.

PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes do ensino fundamental

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.627.032.582,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.579.459.466,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.579.459.466,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Fundamental - Porcentagem	31,50	30,00	28.60	-	25.00	-
2. Taxa de Freqüência à Escola da População na Faixa Etária de 7 a 14 anos - Porcentagem	97,1	97,30	97,60		97.16	-

1. TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O último índice apurado em 2006 indicou um decréscimo de 5,3 pontos percentuais em relação ao índice de referência (33,9% em 2003), de modo que se forem mantidas as condições atuais, dificilmente, se alcançará o que foi previsto para o final do PPA.

2. TAXA DE FREQÜÊNCIA À ESCOLA DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 7 A 14 ANOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A evolução desse indicador em anos recentes foi 96,9% (2002), 97,2% (2003), 97,1%

(2004), 97,3% (2005) e 97,6% (2006) de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece a universalização do atendimento de toda a clientela do ensino fundamental no prazo de cinco anos, ou seja, até 2006. Porém, vale ressaltar que o foco desse indicador não é propriamente relacionado ao ensino fundamental, mas sim à sua clientela (sete a 14 anos de idade). Os índices de 2007 não foram calculados, porque ainda não foram divulgados os dados da Pnad 2007 e do Censo Escolar 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa Desenvolvimento do Ensino Fundamental foi criado com base no artigo 208, inciso I, da Constituição Federal de 1988, que atribui ao Estado o dever de garantir o ensino fundamental obrigatório e gratuito. No entanto, não basta garantir o acesso, faz-se necessário assegurar a qualidade desse nível de ensino. No que se refere à aprendizagem escolar, foram divulgados, em junho de 2006, os resultados da Prova Brasil aplicada em 2005, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa em Educação Anísio Teixeira (Inep), que pela primeira vez teve caráter universal para alunos de 4ª e 8ª séries, avaliando o desempenho de 3.306.317 alunos em Português (foco em leitura) e em Matemática (foco em solução de problemas) e permitindo o conhecimento dos dados por estabelecimento de ensino. Os resultados da Prova Brasil, aplicada em novembro de 2007 em todos os Estados e no Distrito Federal, ainda não foram divulgados. As médias de desempenho na Prova Brasil subsidiam o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), para definir ações voltadas para a correção de distorções e para direcionar recursos técnicos e financeiros para as áreas prioritárias, visando ao desenvolvimento do sistema educacional brasileiro e à redução das desigualdades nele existentes.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Fortalecimento da escola por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) que repassou recursos para 131 mil escolas públicas, privilegiando o processo de descentralização na área de educação e a autonomia das escolas públicas do ensino fundamental das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, nas modalidades regular, especial e indígena, além de entidades sem fins lucrativos responsáveis pela manutenção e representação de escolas privadas de educação especial. Foram beneficiados 27 milhões de alunos do ensino fundamental e 180 mil alunos de escolas privadas de educação especial.

- Cerca de 3,5 milhões de alunos do ensino fundamental público, residentes em área rural, beneficiados quanto ao acesso e à permanência na escola, mediante recursos para manutenção do transporte escolar.

- Aquisição de 110.241.724 livros para reposição e complementação de matrículas de 2ª a 4ª série (3º ao 5º ano) e a grade completa para alunos de 1ª e 5ª a 8ª série (1º e 2º e 6º ao 9º ano) beneficiando cerca de 31,2 milhões de alunos de 139.839 escolas públicas.

No seu conjunto, o Programa apresentou uma execução física e financeira que superou as expectativas. Das nove ações que tiveram metas físicas previstas quatro superaram, em

muito, a previsão, uma produziu o resultado previsto e duas tiveram um resultado em torno de 90%. Apenas duas ações não foram executadas em virtude de reorientações introduzidas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) no processo de transferência voluntária. Ainda assim, no caso do acesso da criança de seis anos ao ensino fundamental de nove anos, o número de matrículas passou de 8,1 milhões, em 2005, para 14,2 milhões, em 2007, embora não tenha havido nesse ano execução orçamentária dessa ação.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Em 2007, a execução deste Programa pode ser considerada atípica em virtude da reestruturação nos processos de transferência voluntária dos recursos da educação básica por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR) e da conseqüente reformatação da engenharia de implementação dos programas da Secretaria de Educação Básica para atender a uma demanda quantitativa e geograficamente ampliada pelo PDE.

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é feito periodicamente por meio de reuniões de trabalho entre os responsáveis envolvidos na execução das ações, bem como entre estes e as instâncias responsáveis pelo andamento do Programa. As reuniões técnicas, realizadas pelas coordenações das ações junto aos parceiros institucionais, são uma ocasião de colher impressões e sugestões a respeito da sua gestão. Além disso, o acompanhamento físico-financeiro é feito pelos gestores por meio do Sistema de Informações do Ministério da Educação (SIMEC), cujo provimento das informações deve ser mensal. A dificuldade do sistema é que a compreensão clara de sua utilidade como instrumento de gestão não é compartilhada pelo conjunto dos gestores que tendem a considerá-lo burocrático. Conseqüentemente, e com freqüência, sua alimentação sofre soluções de continuidade e atrasos, que em alguns casos dificultam uma visão real e atualizada do andamento das ações.

O êxito alcançado pelo Programa atingiu os seus objetivos, foi, em grande medida, tributário da execução das ações pelos parceiros por meio dos recursos transferidos, sobretudo no que diz respeito à construção e equipamento dos espaços físicos adequados à oferta da educação infantil. Essa integração é viabilizada por meio do estabelecimento de instrumentos de repasses dos recursos (convênios, emendas parlamentares, e afins) a partir dos quais são pactuados objetivos e modos de implementação.

O processo decisório que impacta a execução das ações é construído de modo consensual entre as instâncias envolvidas, de modo que as ações executadas refletem esse procedimento.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social se dá por intermédio das Ouvidorias, tanto da Secretaria de Educação Básica (SEB) quanto do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). As Ouvidorias tratam as demandas e questionamentos encaminhando-as para os setores implicados. Além disso, as reuniões técnicas realizadas pelas coordenações das ações junto aos parceiros institucionais são uma ocasião de coletar impressões e sugestões a respeito da sua gestão.

Representações do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) geram impactos positivos na execução do Programa na medida em que contribuem para construir consensos e melhor direcionar os modos de implementação.

Embora não tenha sido implementado um procedimento formal de sondagem sobre a satisfação dos beneficiários em relação ao Programa, a interlocução constante mantida entre o MEC e os seus parceiros institucionais, representados pelo Consed e Undime, permite considerar o grau de satisfação como satisfatório.

Em razão da nova perspectiva que foi introduzida pelo PDE, inclusive com a caracterização de agenda prioritária para o PPA 2008-2011, houve a exclusão desse Programa de modo a proporcionar o alinhamento das suas ações no âmbito dos objetivos a serem implementados em outros programas.

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA

GERENTE DO PROGRAMA

André Luiz de Figueiredo Lazaro

OBJETIVO

Reduzir as desigualdades, étnico-racial, de gênero, orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar.

PÚBLICO-ALVO

Alunos de todas as idades, seus familiares e os profissionais da educação

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 29.324.466,00	Empenho Liquidado:	R$ 23.816.986,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 23.816.986,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Igualdade da Educação do Campo - Índice numérico	-	0.54	-	-	0.67	-
2. Índice de Igualdade da Educação Escolar Indígena - Índice numérico	-	0.18	-	-	0.47	-
3. Índice de Igualdade das Ações Educativas Complementares - Índice numérico	-	0.60	-	-	0.80	-
4. Índice de Igualdade das Diversidades Étnico-Raciais - Índice numérico	-	0.81	-	-	0.85	-
5. Índice de Igualdade de Gênero - Índice numérico	-	0.95	-	-	0.98	-

1. ÍNDICE DE IGUALDADE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O novo índice de referência se deve a correções realizadas no indicador sintético para educação do campo. O índice que seria apurado em 2007, referente a 2006, está em processo de revisão. Para 2005, este indicador encontra-se em 0,54, apresentando uma elevação de 11,6% no período 2002-2005. Estima-se que o índice final será facilmente alcançado, devido ao fortalecimento orçamentário que as ações referentes a este índice

receberam no âmbito do Programa, bem como, em certa medida, à maior regionalização e focalização espacial das ações financiadas.

2. ÍNDICE DE IGUALDADE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O novo índice de referência se deve a correções realizadas no indicador sintético para educação escolar indígena. O índice que seria apurado em 2007, referente a 2006, está em processo de revisão. Para 2005, este indicador encontra-se em 0,18, apresentando uma elevação de 6,3% no período 2002-2005. Estima-se que há possibilidades de o índice previsto ao final do PPA ser alcançado, uma vez que, apesar do universo de educação indígena apresentar um campo de atuação bastante heterogêneo, um dos princípios do Ministério da Educação (MEC) é considerar as políticas públicas mais inclusivas possíveis. Nesta linha, cabe mencionar o avanço das ações voltadas para apoiar a inserção dos indígenas no ensino superior, que se mostraram relevantes para a elevação desse índice.

3. ÍNDICE DE IGUALDADE DAS AÇÕES EDUCATIVAS COMPLEMENTARES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O novo índice de referência se deve a correções realizadas no indicador sintético para ações educativas complementares. O índice que seria apurado em 2007, referente a 2006, está em processo de revisão. Para 2005, este indicador encontrava-se em 0,6, apresentando uma elevação de 7,3% no período 2002-2005. Estima-se que o índice previsto ao final do PPA será alcançado devido ao fortalecimento orçamentário que as ações referentes a este índice receberam no âmbito do Programa. Contribuem também para o alcance do índice previsto as interfaces entre os projetos apoiados pelo Programa com outras ações dos Ministérios dos Esportes (ME), da Cultura (MinC) e de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em 2007;ssas interações potencializarão os impactos do Programa.

4. ÍNDICE DE IGUALDADE DAS DIVERSIDADES ÉTNICO-RACIAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O novo índice de referência se deve a correções realizadas no indicador sintético para diversidades étnico-raciais. O índice que seria apurado em 2007, referente a 2006, está em processo de revisão. Para 2005, este indicador encontra-se em 0,81, apresentando uma elevação de 6,7% no período 2002-2005. Estima-se que o índice final será alcançado, devido ao redesenho de ações do Programa para 2007. Essas modificações resultarão em um fortalecimento das atividades apoiadas para este fim.

5. ÍNDICE DE IGUALDADE DE GÊNERO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O novo índice de referência se deve a correções realizadas ao indicador sintético de igualdade de gênero. O índice que seria apurado em 2007, referente a 2006, está em processo de revisão. Para 2005, este indicador encontra-se em 0,95, apresentando uma elevação de 0,9% no período 2002-2005. Estima-se que o índice final será alcançado devido à elevação do aporte de recursos para atividades, bem como a maior articulação entre os projetos apoiados por este Programa, o que influenciará positivamente neste índice. Cabe destacar que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apura anualmente as informações relativas a tal indicador que permite avaliar o impacto das ações do Programa. Contudo, a coleta dos dados é realizada durante o mês de setembro e os resultados da pesquisa são divulgados apenas no mês de novembro do ano posterior. Da mesma forma, os dados do Censo são coletados em março do ano de referência e consolidados e divulgados apenas em dezembro do mesmo ano, período posterior à última atualização dos índices do Programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A discriminação étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, geracional e sob qualquer outra forma é um fato concreto da sociedade brasileira e acontece em todos os ambientes, sejam eles sociais, familiares ou privados, uma vez que os preconceitos estão profundamente enraizados nos indivíduos e na cultura. Historicamente, a escola não só vem reproduzindo em seu ambiente os processos discriminatórios como também os reforça: quando vítimas de violência ou de exclusão do ambiente escolar, os indivíduos que sofrem discriminação, nas suas mais diferentes formas têm as suas oportunidades de trabalho reduzidas, assim como a sua renda. A discriminação é responsável por parte significativa das desigualdades observadas no campo educacional, o que se reproduz no mercado de trabalho, já que pelo menos 40% da desigualdade salarial no Brasil pode ser explicada pela questão educacional. Essas desigualdades resultam de um processo ativo de preconceitos e estereótipos que legitimam, diuturnamente, procedimentos discriminatórios. Dentro do próprio ambiente escolar, são constantes os tratamentos preconceituosos, as medidas discriminatórias, os insultos e constrangimentos, as ameaças e agressões físicas ou verbais contra estudantes de determinados grupos, como negros, indígenas, pobres, crianças e jovens com idade defasada para a série ou, ainda, crianças e jovens com orientação sexual diferenciada.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 33 instituições federais de ensino superior (IFES) apoiadas por meio da Ação de Desenvolvimento de Projetos Educacionais Inovadores para Comunidades de Baixa Renda. Cada instituição desenvolveu um trabalho de formação com aproximadamente 35 estudantes universitários, envolvendo 990 alunos também de nível universitário do Programa Conexões de Saberes.

• Outro viés do Programa Conexões de Saberes é a sua articulação com o Programa Escola Aberta na perspectiva de construção de uma nova relação entre os estudantes universitários de baixa renda e os estudantes da educação básica matriculados na rede pública de ensino, cujas escolas estão cadastradas junto ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Essa articulação contou com o suporte financeiro da Ação Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Educacionais, Culturais e de Lazer em Escolas Abertas nos Finais de Semana para 1.927 escolas. Envolveu 27 IFES e aproximadamente 880 estudantes universitários que desenvolveram oficinas sobre direitos humanos e atividades de leitura nas escolas.

Os resultados de 2007 corresponderam às expectativas pela capacidade de ampliar as articulações com as instituições parceiras e de convergir os esforços para desenvolvimento e implementação de novas estratégias de atuação, dentro de um novo padrão de execução, com caráter plurianual, em parceria com entes públicos estaduais e municipais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No MEC, um importante mecanismo de monitoramento de ações é o Sistema de Monitoramento (SIMEC). Este sistema assumiu um relevante papel dentro da nova orientação ministerial, dar apoio técnico e financeiro a Estados e Municípios através do Plano de Ações Articuladas (PAR), na medida em que foi capaz de incorporar um módulo específico para o preenchimento do PAR através de plataforma virtual, sendo este um avanço no campo do gerenciamento das ações. Tendo em vista que algumas ações deste Programa se desenvolvem através de objetivos específicos do PAR, o SIMEC torna-se uma ferramenta importante também no âmbito da realização do objetivo de promover uma educação para diversidade e cidadania.

O ano de 2007 não se caracterizou pelo cumprimento pleno das metas físicas estabelecidas para 2007. O motivo foi a série de alterações no campo da estruturação e planejamento das atividades e ações deflagradas pela implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O PDE é o grande pacto feito pelo MEC com a sociedade civil que estabelece uma série de ações para a melhoria da educação básica. No âmbito do PDE, cabe destacar o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, que pactua objetivos específicos para a melhoria dos indicadores educacionais. A realização do Compromisso depende da articulação entre o MEC e os entes da Federação que têm na estruturação do Plano de Ações Articuladas, desenvolvido pela equipe responsável nos Municípios, sua expressão máxima. Destaca-se que é por meio do PAR que Estados e Municípios podem receber apoio da União.

O Plano de Ações Articuladas, apresentado pelos dirigentes da educação nos Municípios e/ou seu representante, deve expressar o planejamento de ações, definidas localmente, para o período de 2008 a 2011. No contexto dessa nova orientação política, algumas ações cujos objetivos convergiam com o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação tiveram seus recursos cancelados, ao mesmo tempo em que outras ações, que tinham os

mesmos objetivos, tiveram sua dotação orçamentária reforçada, como a Ação Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica do Programa Brasil Escolarizado, sob gerenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A execução orçamentária foi suficiente. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. A liberação total dos recursos corrobora essa compatibilidade. Nota-se, porém, a ocorrência do cancelamento de recursos de algumas ações para atendimento ao PAR. Cabe destaque também para a ação Apoio à Educação Integrada com Qualificação Social e Profissional para o Desenvolvimento Local do Campo, que não teve seus recursos orçamentários executados em razão da migração para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).

As ações do Programa possuem tal abrangência, significância e diversidade no que se refere aos objetivos, formas de execução e estratégias de implementação que há a nítida necessidade de incrementar os recursos destinados à Gestão e Administração do Programa (GAP), principalmente, para fortalecimento das atividades de monitoramento e avaliação.

A infra-estrutura (espaço físico, computadores etc.) na equipe gerencial é insuficiente para acompanhar a execução dos projetos e realizar os procedimentos administrativos. Também há insuficiência de gestores, técnicos e de pessoal de apoio, tanto na equipe gerencial quanto nas equipes executoras. Da mesma forma, percebe-se a necessidade de atualizações continuadas para a qualificação do quadro técnico e administrativo.

As dificuldades de celebração de convênios na gerência provocam atraso na realização dos projetos e, portanto, no alcance das metas; compromete o planejamento, desmobiliza parceiros e atrapalha o fluxo de implementação do Programa. Em alguns casos, a dificuldade de celebração de convênios é a inadimplência dos entes, provocando muitas vezes a não renovação dos convênios.

Outro aspecto a ser notado é a dificuldade dos entes executores em prestar informações de acompanhamento dos programas com uma periodicidade adequada, não permitindo as correções de rumo de forma tempestiva. O acompanhamento e monitoramento são questões bastante importantes para a gerência do Programa, exigindo grande atenção para o desenvolvimento de mecanismos ou instrumentos que facilitem essa comunicação entre a gestão federal e as unidades executoras.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social se dá por meio de reuniões com os grupos de interesse, para aprimorar as concepções teóricas e de implementação das políticas. Em alguns casos, constituem-se comitês e conselhos com fins específicos para consulta e deliberação. Uma maior integração dos agentes que representam interesses sociais das populações do foco das políticas, no âmbito de Estados, Municípios ou da região contemplada, aprimora tanto a sua elaboração quanto a sua implantação.

Uma forma de medir a satisfação dos beneficiários do Programa pode ser por meio da participação de profissionais de educação, gestores e estudantes em alguns eventos, tais como, seminários, oficinas de planejamento e reuniões com representantes estaduais e municipais na pasta da Educação. Nessas ocasiões, quando são discutidos os principais pontos positivos e pontos fracos da execução de ações, atividades e projetos, é possível verificar a adesão dos parceiros às ações e atividades. Pode-se também incorporar a percepção destes atores à política educacional implementada.

Uma questão bastante inovadora é o respeito às diferenças, traduzido na compreensão de que para fazer valer o direito subjetivo à educação do cidadão é mister criar políticas que realmente sejam inclusivas, bem como construídas e executadas de modo participativo. Com isso, intervenções para grupos específicos são criadas/estimuladas, de modo a engendrar um movimento de maior reconhecimento e valorização das diversidades.

Estas ações ainda são pequenas diante do tamanho do desafio a que se propõe o Programa. Contudo, ainda que encontre dificuldades para ganhar maior grau de cobertura e ampliar os futuros efeitos das ações planejadas, ele tem a qualidade de realizar uma ampla interlocução com seus diferentes parceiros, tendo em vista o fortalecimento das temáticas e atividades desenvolvidas. Outro traço característico do gerenciamento deste Programa se revela na convergência dos esforços empreendidos em torno das ações, agregando-lhes qualidade e cobertura. Tal postura em relação às ações é capaz de ampliar resultados.

A potencialização dos resultados das atividades por meio da combinação e convergência de ações é um aspecto que deve ser tratado com maior zelo, pois se algumas ações forem fundidas, como as voltadas para ampliar o acesso ao ensino superior de populações com maior vulnerabilidade, haverá uma ampliação do número de beneficiários. Essa aglutinação, todavia, não poderá ser uma iniciativa que vise a redução de recursos disponíveis, devendo objetivar eminentemente a potencialização de resultados.

Aglutinação de ações que têm a escola como referência, sobretudo com relação às atividades de contra-turno e de finais de semana com a junção de duas ações tenderá a ampliar os resultados para dentro e para fora da escola. Como efeito, é provável que se construa uma escola mais integrada à comunidade, agregando qualidade aos processos de aprendizagem dos estudantes.

UNIVERSIDADE DO SÉCULO XXI

GERENTE DO PROGRAMA

Ronaldo Mota

OBJETIVO

Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão com vistas a disseminar o conhecimento.

PÚBLICO-ALVO

Alunos e professores das instituições federais de ensino superior (IFES), bem como bolsistas das instituições de ensino superior (IES) privadas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 13.705.374.117,00	Empenho Liquidado:	R$ 13.431.288.372,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 13.431.288.372,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 93.000.000,00	R$ 0,00	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Alunos por Docentes em Exercício na Educação Superior - Unidade	-	14.92	15.22	15.49	16.30	95,03%
2. Taxa de Docentes (em Exercício) com Doutorado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial - Porcentagem	-	43.22	44.26	47.31	52.10	90,81%
3. Taxa de Docentes (em Exercício) com Mestrado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação - Porcentagem	-	26.64	26.32	26.93	35.20	76,51%
4. Taxa de Docentes (em Exercício) com Graduação Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial - Porcentagem	-	30.10	29.40	25.76	18.30	-
5. Taxa de Matrícula de Alunos em Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial - no Turno Noturno - Porcentagem	-	25.10	25.38	25.33	33.00	76,76%
6. Taxa de Matrículas de Alunos em Cursos de Graduação Presenciais no Turno Noturno - Porcentagem	-	58.95	60.13	60.89	57.90	105,16%

1. COEFICIENTE DE ALUNOS POR DOCENTES EM EXERCÍCIO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O indicador não vem evoluindo bem nos últimos anos. Mas, uma das metas do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) é aumentar este coeficiente para 18 alunos por docente até 2012 e todas as IFES aderiram ao REUNI.

2. TAXA DE DOCENTES (EM EXERCÍCIO) COM DOUTORADO ATUANDO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO PRESENCIAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 refere-se a 2006. O indicador não está evoluindo tão bem quanto se esperava, mas já demonstra uma evolução, pois apesar de os mestres continuarem sendo a maioria entre os docentes da educação superior brasileira nas instituições federais, os doutores já têm maior representatividade. Além disso, é preciso levar em consideração que a evolução do indicador depende das contratações de docentes pelas IFES.

3. TAXA DE DOCENTES (EM EXERCÍCIO) COM MESTRADO ATUANDO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Esse indicador também não está evoluindo como se esperava, mas, da mesma forma que existe uma política de incentivo para formação em doutorado, existe um incentivo para a formação em mestrado daqueles docentes que possuem apenas a graduação. A evolução desse indicador também depende das contratações de docentes pelas IFES.

4. TAXA DE DOCENTES (EM EXERCÍCIO) COM GRADUAÇÃO ATUANDO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO PRESENCIAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

No caso deste indicador, o índice deve reduzir e não aumentar, pois o objetivo é que diminua o número de docentes com formação em nível de graduação.

5. TAXA DE MATRÍCULA DE ALUNOS EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO PRESENCIAL - NO TURNO NOTURNO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O Ministério da Educação (MEC) tem incentivado o aumento de vagas em cursos noturnos nas instituições federais, principalmente por meio do REUNI, isso ocasionará o aumento do índice do indicador.

6. TAXA DE MATRÍCULAS DE ALUNOS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS NO TURNO NOTURNO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O aumento do número de cursos de graduação no turno noturno, principalmente nas instituições privadas, ocasionou a superação da meta. Porém, as ações integrantes do Programa Universidade do Século XXI exercem pequena influência sobre esse indicador. Quando muito, pode-se inferir que, ampliando-se o número de financiamentos concedidos por intermédio do FIES, favorece-se o aumento das matrículas nos cursos noturnos, pois estes seriam mais voltados aos estudantes que trabalham no período diurno. De qualquer modo, deve-se questionar se é desejável a ampliação da proporção de matrículas em cursos noturnos nas instituições privadas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Uma das diretrizes de ação do MEC é a de reformar o modelo de educação superior, que atualmente dá sinais de esgotamento e a própria instituição universitária, quase milenar, que sofre os abalos de uma transição paradigmática, simultaneamente teórica e social. Nas últimas décadas, as universidades federais tiveram suas atividades comprometidas, devido à falta de recursos financeiros, materiais e humanos. Muitas sofreram uma crise mais profunda, na própria alma da universidade, em razão de uma falta de sintonia com a realidade ao seu redor. Isto implica no próprio saber universitário, que está ficando defasado, perdendo seu ritmo e sua sintonia em relação à demanda de conhecimento fora dos seus muros.

Um grande desafio, hoje, é adaptar-se aos novos tempos. As tendências de futuro devem ser levadas em conta de forma a que se capacite a universidade a responder a novas demandas, criando novos cursos e novos processos pedagógicos. A Universidade do Século XXI deve estar apta a respeitar a diversidade e promover o desenvolvimento integral do ensino, da pesquisa e da extensão. Estas atividades devem ser objeto de acompanhamento e avaliação sistemáticos, de forma a que os recursos humanos formados e os conhecimentos gerados e transferidos à sociedade se dêem em conformidade com o desenvolvimento sustentável do País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- O Programa de Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior constitui uma das principais metas do Governo Federal e prioriza a implantação de novos *campi* no interior dos Estados federados, levando-se em consideração as necessidades e vocações econômicas de cada região do País, repartindo o saber e a tecnologia com toda a sociedade. Foram criados e consolidados 86 *campi* universitários situados em todas as regiões do Brasil, além de 12 novas universidades:

a) Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA);

b) Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL);

c) Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM);

d) Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM);

e) Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA);

f) Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR);

g) Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD);

h) Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB);

i) Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA);

j) Universidade Federal do Tocantins (UFT);

k) Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF);

l) Criação a partir do marco zero da Universidade Federal do ABC (UFABC).

• O Programa Universidade Para Todos (ProUni) tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao Programa. O Prouni ofertou, no ano de 2007, 85.332 bolsas integrais e 76.014 bolsas parciais, totalizando 161.346 bolsas ofertadas nos dois processos seletivos ocorridos. O Programa encerrou o exercício de 2007 com a adesão de mais de 1.400 instituições, já tendo beneficiado desde sua criação cerca de 310 mil estudantes.

• A Bolsa Permanência é um benefício mensal, no valor de R$ 300,00, criado para ajudar os bolsistas do ProUni no custeio de seus estudos. A iniciativa viabiliza a permanência dos alunos com bolsa integral do ProUni no ensino superior, matriculados em cursos presenciais com no mínimo seis semestres de duração e seis horas diárias de aula, de acordo com os dados do Sistema Integrado de Informações da Educação Superior. O processo de seleção dos bolsistas é realizado semestralmente, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do MEC e seu pagamento efetuado diretamente ao bolsista, com base nas informações geradas pelo Sistema do ProUni e autorizadas por meio de certificação digital, pelos coordenadores do Programa nas instituições. Ao final de 2007, havia 2.466 bolsistas aptos ao recebimento da bolsa permanência.

• A partir de 2004, vem ocorrendo aumento considerável no orçamento de manutenção das universidades federais. Tais recursos têm possibilitado a recuperação de instalações, compra de equipamentos e ampliação da assistência estudantil.

• Também com vistas à adequada manutenção da educação superior pública federal, foi implementado o banco de professor-equivalente, permitindo reposição imediata de vacâncias ocorridas no quadro de pessoal das universidades. Foi autorizada a abertura de concurso público para 2.880 vagas de docentes de magistério superior e 5.000 técnico-administrativos em educação, reforçando os recursos humanos para melhoria do ensino oferecido pela universidade.

• O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) é um programa de financiamento destinado a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores de graduação não-gratuitos e com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo MEC. A gestão do Programa é efetivada conjuntamente pelo MEC, na qualidade de agente supervisor, responsável pelas políticas educacionais norteadoras do Programa, e pela Caixa Econômica Federal (CEF), agente operador e financeiro, responsável pela administração dos ativos e passivos do Fundo, assim como pelo sistema informatizado do FIES e pela concessão e manutenção dos financiamentos aos estudantes. Desde sua criação, o FIES já beneficiou mais de 500 mil estudantes, com investimento acumulado estimado em R$ 4,8 bilhões. Ao final do exercício de 2007, o Programa contava com aproximadamente 467 mil contratos ativos.

• O Programa de Educação Tutorial (PET) apoiou, em 2007, 370 grupos distribuídos em 72 IES envolvendo 3.968 bolsistas.

• No Brasil em 2007, existiam 456 instituições credenciadas pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) com 3.819 programas, 27.637 vagas/ano. Há 17.459 médicos residentes matriculados nos diversos programas de residência médica. Houve repasse de 4.704 bolsas para as IFES para o ano de 2007.

• Desde janeiro de 2007, o sistema e-MEC permite a abertura e o acompanhamento da tramitação dos processos de credenciamento e recredenciamento de Instituições de Ensino Superior por meio da Internet de maneira transparente e simplificada. O sistema disponibiliza o acompanhamento dos processos das IES e aos demais interessados. A implantação do Sistema e-MEC tem vantagens como agilidade dos processos, com documentação exclusivamente digital, evitando trâmite de documentos em papel, transparência para o público, que terá acesso às informações de tramitação e implantação de calendário de protocolos, permitindo melhor planejamento das IES e do MEC no tratamento dos processos. Bem como, maior articulação entre as secretarias do MEC, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Conselho Nacional de Educação (CNE), além de facilitar a manifestação de órgãos como o Conselho Nacional de Saúde (CNS) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O e-MEC é transversal, abrangendo várias secretarias e órgãos do MEC.

A implementação das ações – resultado da nova política de ensino superior ampliando a oferta de vagas, seja por meio da expansão das universidades federais ou de programas de financiamento como o ProUni e FIES – e ainda as políticas de inclusão foram exitosas chegando a alguns casos a superar a meta estabelecida.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é feito por meio de reuniões periódicas com as equipes envolvidas no processo de implementação das ações, visando traçar estratégias para o cumprimento das metas e a avaliação e monitoramento. Outro forte instrumento de monitoramento são as visitas *in loco*, haja vista que para a avaliação dos projetos é necessário o acompanhamento constante da execução.

No campo da supervisão, avaliação e regulação da educação superior, há uma busca constante para o aprimoramento de mecanismos integrados que dêem celeridade aos processos, deste modo, no ano de 2007 foi desenvolvido o sistema e-MEC, que se tornou importante instrumento de consecução das metas. Além deste, também há o PingIFES que é uma plataforma integrada com as bases de dados das IFES.

Os recursos foram suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação e não sofreram contingenciamento.

A implementação do ProUni é considerado um importante instrumento de garantia para o aumento do acesso dos alunos egressos de escolas públicas e é uma ação implementada com recursos não-orçamentários, pois se baseia num processo de renúncia fiscal.

A redução do número de professores por meio dos processos de aposentadoria ainda representa um significativo entrave para o cumprimento das metas nas IFES, no entanto a criação do Banco de Professor Equivalente implantado em 2007 visa simplificar o processo de contratação dos professores das universidades federais. O sistema federal de ensino superior está passando por um processo de expansão interna e ainda necessita de suporte técnico administrativo para a adequação do sistema, demanda esta que visa ser atendida pelo REUNI.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias estão sendo bem sucedidas propiciando o alcance das metas do Programa. Há boa articulação entre a gerência do Programa e as IFES parceiras.

A participação social se dá por meio de encontros com a sociedade civil organizada para discussão de temas de interesse coletivo e pela Central de Atendimento da SESu que tem a finalidade de facilitar o acesso à informação acerca do ensino superior.

O Programa tem compromisso com a promoção de erradicação das desigualdades sociais, deste modo desenvolve uma série ações que visam a inclusão social. O Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind), por exemplo, tem a finalidade de contribuir para a consolidação de uma política educacional mais ampla para os povos indígenas, entre as ações priorizadas no Programa, destaca-se o apoio às instituições de ensino superior para implantar cursos de licenciaturas para formação de professores indígenas. O Programa de Ações Afirmativas Voltadas para a População Negra (Uniafro)

tem como objetivo o fortalecimento das políticas de ação afirmativa voltadas para o acesso e permanência na educação superior, da população afro-descendente. E finalmente, o Programa Incluir, Igualdade de Oportunidade e Direito à Universidade visa implementar política de acessibilidade plena à educação superior de pessoas com deficiência.

VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES E TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

GERENTE DO PROGRAMA

Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva

OBJETIVO

Oferecer oportunidades de capacitação e formação inicial e continuada aos professores e trabalhadores da educação básica, associadas aos planos de carreira, cargos e salários, e promover acesso a bens culturais e a meios de trabalho.

PÚBLICO-ALVO

Professores de todos os níveis de ensino da educação básica e pessoal de apoio das escolas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.123.178.924,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.094.549.889,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 2.094.549.889,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa Docentes com Nível Superior Atuando em Creche - Porcentagem	23.80	29.00	34.00	-	35.00	-
2. Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando na Pré-Escola - Porcentagem	35.00	40.00	45.60	-	46.00	-
3. Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série - Porcentagem	39.70	47.70	57.70	-	63.70	-
4. Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando no Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série - Porcentagem	78.80	83.20	85.40	-	91.20	-
5. Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando no Ensino Médio - Porcentagem	92.00	95.60	95.40	-	97.60	-

1. TAXA DOCENTES COM NÍVEL SUPERIOR ATUANDO EM CRECHE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os índices desse indicador evoluíram da seguinte forma: 17,7% (2003), 23,8% (2004), 29% (2005) e 34,0% (2006), neste caso, o último dado apurado e divulgado. Mantidas as atuais condições, é bem provável que o índice previsto para o final do PPA, condizente com o Plano Nacional de Educação (PNE), seja em breve superado.

2. TAXA DE DOCENTES COM NÍVEL SUPERIOR ATUANDO NA PRÉ-ESCOLA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

De acordo com o Inep, os índices desse indicador evoluíram da seguinte forma: 31,3% (2003), 35% (2004), 40% (2005) e 45,6% (2006), neste caso, o último índice apurado e divulgado. Embora o índice previsto ao final do PPA provavelmente não seja alcançado, houve melhoria na evolução do indicador.

3. TAXA DE DOCENTES COM NÍVEL SUPERIOR ATUANDO NO ENSINO FUNDAMENTAL DE 1ª A 4ª SÉRIE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Este índice apresenta a seguinte evolução: 36,1% (2003), 39,7% (2004), 47,7% (2005) e 57,7% (2006), o último índice apurado neste caso. O cálculo deste indicador é feito com base nos dados do Inep. Embora o índice previsto ao final do PPA (63,7%) provavelmente não seja alcançado, houve melhoria na sua evolução.

4. TAXA DE DOCENTES COM NÍVEL SUPERIOR ATUANDO NO ENSINO FUNDAMENTAL DE 5ª A 8ª SÉRIE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

De acordo com os dados do Inep, os índices desse indicador evoluíram da seguinte forma: 77,1% (2003), 78,8% (2004), 83,2% (2005) e 85,4% (2006), o último índice apurado e divulgado neste caso. Embora o índice previsto ao final do PPA provavelmente não seja alcançado, houve melhoria na evolução do indicador.

5. TAXA DE DOCENTES COM NÍVEL SUPERIOR ATUANDO NO ENSINO MÉDIO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Este índice apresenta a seguinte evolução: 90,2% (2003), 92% (2004), 95,6% (2005) e 95,4% (2006), o último dado apurado neste caso. O cálculo deste indicador é feito

com base nos dados do Inep. Mantidas as atuais condições, é bem provável que o índice previsto para o final do PPA, condizente com o PNE, seja em breve superado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, preceitua no art. 67 que:

"os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho."

A realidade concreta da educação brasileira ainda está muito distante de fazer efetivos esses princípios. Dentre os maiores problemas, identificam-se a fragilidade da formação dos professores e a falta de estímulo para que renovem sua prática pedagógica, que se traduzem em:

a) ausência de um plano sistemático e efetivo de formação continuada dos professores, que possibilite sua atualização permanente em termos científicos e pedagógicos;

b) ausência de mecanismos institucionais de valorização do conhecimento e da prática científica e pedagógica dos professores;

c) predomínio de currículos centrados na transmissão de conteúdos, com frágil abordagem prática e problematizadora, devido à ausência de processos formativos que promovam a renovação pedagógica;

d) desmotivação;

e) difícil acesso a meios de trabalho e a bens culturais.

O Ministério da Educação (MEC), coordenador da política nacional do setor, é também responsável por prestar assistência técnica e financeira aos sistemas de ensino para a consecução dos objetivos determinados por Lei, devendo elaborar um plano de formação de professores e de valorização do magistério, além de implementar a política de formação e valorização para os trabalhadores que atuam no âmbito das escolas públicas brasileiras.

No que diz respeito ao nível de formação das funções docentes na educação básica, havia em 2006, conforme dados do Inep, a seguinte distribuição:

a) do total de 1.665.341 funções docentes com formação de ensino fundamental, 1.413.614 (na rede pública) e 251.727 (privada), ou ainda, 301.335 (rural) e 1.364.006 (urbana);

b) do total de 795.816 funções docentes com formação de ensino médio, 651.399 (pública) e 144.417 (privada), ou ainda, 268.035 (rural) e 527.781 (urbana);

c) do total de 2.143.430 funções docentes com formação de nível superior, 1.740.335 (pública) e 403.095 (privada), ou ainda, 162.639 (rural) e 1.980.791 (urbana).

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Redefinição da política de financiamento, consolidada pela aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que passa a garantir investimentos da educação infantil ao ensino médio, representando uma significativa ampliação nos recursos complementares repassados pela União.

• A execução das ações deste Programa contribuiu para o alcance do objetivo, em 2007, que é o de prover formação inicial e continuada aos professores e trabalhadores da educação básica. Pela sua importância para o alcance desse objetivo, tem-se:

a) capacitação de 25.772 profissionais na Educação a Distância (EaD);

b) formação continuada de 14.798 professores da educação infantil e do ensino fundamental;

c) formação em serviço e certificação de 5.291 professores não-titulados dos ensinos fundamental e médio e formação em serviço e certificação de 2.877 professores não-titulados da educação infantil.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa apresentou uma execução física da ordem de 40% a 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Das 13 ações que tiveram metas físicas previstas, a situação verificada foi a seguinte: três superaram em muito a previsão; três atingiram mais de 70% da meta prevista; uma alcançou a meta estipulada; duas não foram executadas, em virtude de reorientações introduzidas pelo PDE no processo de transferência voluntária.

Em 2007, a execução deste Programa pode ser considerada atípica em virtude da reestruturação nos processos de transferência voluntária dos recursos da educação básica por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR) e da conseqüente reformatação da engenharia de implementação dos programas da Secretaria de Educação Básica para atender a uma demanda quantitativa e geograficamente ampliada pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é feito periodicamente por meio de reuniões de trabalho entre os responsáveis envolvidos na execução das ações, bem como entre estes e as instâncias responsáveis pelo andamento do Programa. As reuniões técnicas, realizadas pelas coordenações das ações junto aos parceiros institucionais, são ocasiões para colher impressões e sugestões a respeito da sua gestão. Foram feitas visitas *in loco*, para as ações de pesquisa e desenvolvimento da educação infantil e do ensino fundamental, formação em serviço e certificação em nível médio de professores não-titulados da educação infantil e técnico profissional de funcionários da educação básica.

O acompanhamento físico-financeiro é feito pelos gestores por meio do SIMEC, cujo provimento das informações deve ser mensal. A dificuldade do sistema é que por vezes a compreensão clara de sua utilidade como instrumento de gestão não é compartilhada pelo conjunto dos gestores que tendem a considerá-lo burocrático. Conseqüentemente, e com freqüência, sua alimentação sofre soluções de continuidade e atrasos, que em alguns casos dificultam uma visão real e atualizada do andamento das ações.

O êxito alcançado pelo Programa atingiu os seus objetivos e em grande medida, tributário da execução das ações pelos parceiros, por meio dos recursos transferidos.

O processo decisório que impacta a execução das ações é construído de modo consensual entre as instâncias envolvidas de maneira que as ações executadas refletem esse procedimento.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social se dá por intermédio das Ouvidorias, tanto da Secretaria de Educação Básica (SEB) quanto do FNDE. As Ouvidorias tratam as demandas e questionamentos encaminhando-as para os setores implicados. Além disso, as reuniões técnicas realizadas pelas coordenações das ações junto aos parceiros institucionais são ocasiões para coletar impressões e sugestões a respeito da sua gestão.

Representações do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) geram impactos positivos na execução do Programa na medida em que contribuem para construir consensos e melhor direcionar os modos de implementação.

Em razão da nova perspectiva que foi introduzida pelo PDE, inclusive com a caracterização de agenda prioritária para o PPA 2008-2011, houve a exclusão desse Programa de modo a proporcionar o alinhamento das suas ações no âmbito dos objetivos a serem implementados em outros programas.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Administração Tributária e Aduaneira

Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais

Arrecadação de Receitas Previdenciárias

Banco para Todos

Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins

Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários

Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização

Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional

Educação Fiscal

Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - PNAFM

Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes

Produção de Moeda e Documentos de Segurança

Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, foram utilizados, pelo Ministério da Fazenda (MF), recursos de **R$ 105.008.903.847,86** no total, para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 17.850.413.311,00	Realizado-orçamentário:	R$ 14.799.829.226,00
Recursos não-orçamentários previstos:	R$ 64.120.941.688,12	Realizado não-orçamentário:	R$ 90.209.074.621,86
Total previsto:	**R$ 81.971.354.999,12**	**Total realizado:**	**R$ 105.008.903.847,86**

Além disso, do total de **R$ 837.841.833,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 368.338.734,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MF, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	0781 Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais	14,892%	10,012%	8,717%	6,745%	9,674%
	0778 Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários	0,892%	0,975%	1,125%	1,058%	1,027%
	0776 Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional	14,018%	13,434%	15,094%	12,771%	13,818%
	0779 Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização	0,733%	0,708%	0,839%	0,770%	0,770%
	8010 Educação Fiscal	0,008%	0,007%	0,003%	0,006%	0,006%
Finalístico Soma		**30,543%**	**25,137%**	**25,778%**	**21,351%**	**25,295%**
Gestão de Políticas Públicas	0773 Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União	4,385%	3,034%	4,209%	3,023%	3,618%
	0780 Gestão da Política de Regulação de Mercados	0,053%	0,061%	0,050%	0,046%	0,052%
	1266 Gestão da Política Econômica	0,036%	0,087%	0,073%	0,048%	0,060%
	0771 Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito	0,192%	0,142%	0,109%	0,082%	0,125%
Gestão de Políticas Públicas Soma		**4,665%**	**3,324%**	**4,442%**	**3,198%**	**3,856%**
Serviços ao Estado	0770 Administração Tributária e Aduaneira	53,358%	61,510%	61,996%	66,676%	61,938%
	0084 Arrecadação de Receitas Previdenciárias	1,708%	3,478%	2,891%	3,948%	3,136%
	0777 Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins	0,495%	0,396%	0,335%	0,173%	0,330%
	1171 Fortalecimento da Administração Fiscal dos Estados - PNAFE	3,811%	1,826%	0,000%	0,000%	1,189%
	1172 Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - PNAFM	3,188%	1,775%	0,278%	0,721%	1,355%
	0758 Produção de Moeda e Documentos de Segurança	0,503%	0,457%	0,527%	0,448%	0,000%
	0775 Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional	1,729%	2,098%	3,754%	3,486%	2,901%
Serviços ao Estado Soma		**64,792%**	**71,540%**	**69,780%**	**75,451%**	**70,850%**
Total Global		**100,000%**	**100,000%**	**100,000%**	**100,000%**	**100,000%**

Também são de responsabilidade do MF a implementação dos Programas Banco para Todos e Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes, os quais têm como fonte de financiamento outros recursos administrados pela União e se caracterizam como não-orçamentários.

AVALIAÇÃO SETORIAL

Os resultados obtidos com a execução do conjunto de programas do MF no exercício de 2007 mostraram-se aderentes à política setorial, em especial aos Megaobjetivos do PPA 2004-2007 da inclusão social e redução das desigualdades sociais, do crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutora das desigualdades regionais e da promoção e expansão da cidadania e do fortalecimento da democracia. Com destaque para os resultados mais expressivos de acordo com os principais assuntos sob responsabilidade do MF.

Arrecadação de Tributos e demais Receitas

Quanto ao aumento do volume de arrecadação de receitas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) destaca-se que a arrecadação bruta dos impostos e das contribuições administrados pela RFB, de janeiro a dezembro de 2007, atingiu a cifra de R$ 585,127 bilhões. Mesmo ocorrendo desoneração tributária, estimada em R$ 6,4 bilhões, houve crescimento nominal de 16,33% e crescimento real de 12,19%, considerando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em relação ao mesmo período do ano de 2006.

O desempenho da arrecadação decorreu, fundamentalmente, de fatores ligados ao crescimento econômico e à maior presença fiscal por parte da administração tributária. A RFB intensificou os controles de declarações e promoveu ações de cobrança em cerca de 2,894 milhões de contribuintes, envolvendo um total de aproximadamente R$ 34,42 bilhões em débitos cobrados, com ênfase na redução do tempo decorrido entre a ocorrência do fato gerador e a efetiva arrecadação, sendo o foco principal os maiores contribuintes, sujeitos ao acompanhamento diferenciado.

A Fiscalização da Receita Federal do Brasil encerrou o ano de 2007, referente a tributos internos, com 521 mil contribuintes fiscalizados e R$ 108 bilhões de créditos tributários lançados, o que representou um crescimento de 80% no quantitativo e de 42% no volume de autuações, quando comparado com o ano de 2006. Foram realizadas 12.466 ações de fiscalização de comércio exterior, com R$ 3,2 bilhões de créditos tributários lançados, e foram registradas 3,3 bilhões de declarações, sendo 1,7 bilhão de importação e 1,6 bilhão de exportação. Foram atendidos aproximadamente 17,3 milhões de contribuintes, nas unidades de atendimento da RFB, número bem superior aos 11,2 milhões atendidos em 2006.

O aumento do número de atendimentos justifica-se, principalmente, pela unificação da Secretaria da Receita Previdenciária (SRP) e RFB e pela implantação do Simples Nacional. A apreensão de mercadorias em decorrência da fiscalização e do controle sobre o comércio

exterior exercido pela RFB totalizou R$ 1 bilhão, no período de janeiro a dezembro de 2007, o que significa um incremento de 20 % em relação ao mesmo período do ano passado.

A arrecadação líquida da Previdência Social em 2007 foi de R$ 140,411 bilhões (arrecadação bancária mais repasses menos restituição menos transferência a terceiros). O resultado alcançado com a recuperação de créditos administrativos foi de R$ 6,543 bilhões, valor R$ 499 milhões superior ao resultado de 2006. Cabe ressaltar, ainda, que o parcelamento especial da Medida Provisória (MP) nº 303, de 29 de junho de 2006, por um lado favoreceu a adimplência, por outro alongou o prazo para pagamento dos créditos. Os valores originais recolhidos espontaneamente, somados aos lançamentos efetuados (parcelamentos) foram da ordem de R$ 437 milhões. O valor total inicial de todas as Intimações de Pagamento (IPs) enviadas era de R$ 4,342 bilhões.

Quanto à auditoria fiscal foram realizadas, em 2007, 114.622 ações fiscais incluindo fiscalização, diligência e emissão de IPs. Quanto ao monitoramento dos grandes contribuintes, ação paralisada desde junho de 2007, em virtude de problemas técnicos enfrentados pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), devido à alteração de jurisdição após a unificação com a Receita Federal. A média de empresas monitoradas mensalmente foi de 29.311. De janeiro a abril foram recuperados R$ 212 milhões (92% recolhidos à vista). A atividade será retomada em 2008.

Quanto à recuperação de créditos da Fazenda Nacional, a arrecadação em Dívida Ativa da União atingiu o montante de R$ 3,6 bilhões. As conversões de depósitos judiciais em renda da União alcançaram o expressivo valor de R$ 9,2 bilhões. O resultado superavitário de 33%, em relação ao ano anterior, na monta de R$ 12,8 bilhões. Houve a avaliação dos fluxos operacionais, que integram a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a RFB, no desenvolvimento de sistemas informatizados, objetivando o acompanhamento da Gestão Integrada do Macroprocesso do Crédito Tributário.

Haveres financeiros e mobiliários da União: a arrecadação de cerca de R$ 44 bilhões em receitas correspondentes aos haveres financeiros e mobiliários da União, geridos pelo Tesouro Nacional, correspondendo a 112,72% do previsto, o que contribuiu para o alcance da meta de superavit primário, estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nas contas públicas.

Políticas Fiscal e Monetária

Os resultados positivos alcançados pelas ações do Programa Gestão da Política Econômica, durante o ano de 2007, concorreram para o adequado encaminhamento das soluções a que se propuseram, a saber:

a) incentivos fiscais mediante a flexibilização do uso da TR pela Lei n º 11.434, de 12 de novembro de 2006, com regulamentação do desconto em folha do financiamento imobiliário pelo Decreto n º 5.892, de 12 de setembro de 2006, a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em produtos da

construção civil pelos Decretos n º 5.697, de 7 de fevereiro de 2006, e n º 5.905, de 21 de setembro de 2006, o aperfeiçoamento do instrumento seguro rural e do Programa de Integração Social e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/COFINS) sobre título agrícola, a regulamentação de banco de dados de proteção ao crédito (projeto de Lei n º 5.870/2005), a redução da taxa dos fundos constitucionais (Decreto n º 5.951, de 31 de outubro de 2006), a portabilidade do crédito, a isenção do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o aperfeiçoamento da conta salário conforme resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) n º 3.402, de 6 de setembro de 2006, e n º 3.424, de 21 de dezembro de 2006, o incentivo ao investimento estrangeiro em título público (Lei n º 11.312, de 27 de junho de 2006), a redução do custo do investimento no setor imobiliário, a redução do risco ao mutuário (MP n º 321, de 12 de setembro de 2006), a elevação da segurança do financiamento imobiliário (Decreto 5.892/2006), a redução a zero da alíquota do imposto de renda (IR) sobre os rendimentos auferidos no resgate de cotas dos fundos de investimento por investidor estrangeiro, a aprovação da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de co-seguro, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário, regulamentando mercado de resseguros, o aperfeiçoamento do procedimento de execução por título extrajudicial (Lei n º 11.382, de 6 de dezembro de 2006) e da Lei Complementar n º 123, de 14 de dezembro de 2006 (Simples Nacional), e a elaboração de projeção do resultado fiscal do Governo com a consolidação dos subsídios explícitos no Orçamento da União, cálculo dos subsídios implícitos e elaboração de nota técnica sobre questões de ordem fiscal;

b) realização de 240 leilões de títulos da dívida pública, com a finalidade de refinanciamento desta. Como resultado dos leilões, houve melhora da composição da Dívida Pública Federal (DPF) e da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi), em linha com as metas estabelecidas no Plano Anual de Financiamento (PAF), em que a inflação anual medida pela variação do IPCA encerrou o ano de 2007 em 4,46%, 1,32 ponto percentual acima da taxa verificada em 2006. Além disso, ficou próxima do valor central de 4,5% para a meta de inflação. O aumento da inflação ao consumidor em 2007 deveu-se, em parte, a choques nos preços de *commodities* agrícolas, em escala global. Cabe destacar, ainda, a mudança na dinâmica dos preços administrados, que desde a implantação do regime de metas, em 1999, pela primeira vez registraram variação inferior à dos preços livres - 1,65% e 5,73%, respectivamente. A acumulação de reservas internacionais, dentre outros desenvolvimentos ao longo do ano, em contexto de política de taxas de câmbio flexíveis, contribuiu para a redução da vulnerabilidade externa da economia brasileira. Essa tendência tornou-se ainda mais relevante diante do processo de fragilização a que os mercados financeiros internacionais foram submetidos. Nesse contexto, é possível atribuir à consistência das políticas macroeconômicas o substrato para manutenção do ciclo expansivo da economia

brasileira, iniciado em 2004. O processo de flexibilização da política monetária, ocorrido ao longo do ano, levou à redução nas taxas de juros praticadas, o que em conjunto com a intensificação da atividade econômica conferiu significativo impulso ao crédito na economia brasileira, consubstanciado em elevação do saldo das operações de crédito para o correspondente a 34,7% do Produto Interno Bruto (PIB), em dezembro de 2007, ante 30,7% do PIB, ao final de 2006. A consolidação do projeto de implantação da Universidade Banco Central do Brasil (Unibacen), ao longo de 2007, ao mesmo tempo em que atendia prioritariamente às demandas por capacitação. São desenvolvidos, simultaneamente, três projetos principais: idiomas, *Master of Business Administration* (MBA) e Unibacen. Neste ano, proporcionou-se mais de seis mil oportunidades de treinamento, de desenvolvimento e de capacitação, nos formatos presenciais e a distância. E, a realização da campanha nacional de divulgação do dinheiro brasileiro, envolvendo três temas: os itens de segurança das cédulas, o incentivo ao uso de moedas visando facilitar o troco e a conservação do dinheiro. E a produção/distribuição de cédulas e moedas, selos postais e selos fiscais, com o atendimento das demandas de cédulas e moedas, que superaram as previsões iniciais, e o atendimento das demandas de selos postais e selos fiscais dentro do estabelecido.

Fiscalização e regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e inclusão bancária

Editados 154 normativos, abrangendo normas estabelecendo condições para prorrogações e renegociações de operações do crédito rural, bem como de conjunto de normativos baixados, visando a implementação do Acordo de Basiléia II no Brasil. Edição de Regras Prudenciais para Requerimento de Capital e Gestão de Riscos. Destacaram-se as seguintes medidas, em dezembro de 2007:

a) a padronização da nomenclatura de tarifas; a obrigação das instituições de informar o Custo Efetivo Total (CET);

b) a liquidação antecipada de operações de crédito e de arrendamento mercantil;

c) a implementação de Ouvidoria pelas instituições financeiras e administradoras de consórcio; e a regulamentação das cooperativas.

Realizadas duas mil atividades de fiscalização. Foco em três aspectos principais das instituições financeiras: situação econômica e financeira; gestão; e cumprimento de normas.

Prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo com a verificação da suficiência e da qualidade das políticas e dos controles adotados pelas instituições, visando a prevenção do seu uso para fins de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo.

Recebidas 75.976 denúncias e reclamações de cidadãos contra instituições autorizadas pelo Banco Central (BACEN), referentes ao descumprimento de normas da alçada desta autarquia. Foram tratadas e encerradas 62.077 demandas, estando as demais em análise

ou aguardando manifestação da instituição reclamada ou denunciada. Constituído grupo de trabalho, formado por servidores do BACEN e do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça (DPDC/MJ), com o objetivo de estruturar e organizar ações conjuntas com os órgãos de defesa do consumidor. Atendimento ao Poder Judiciário por meio do BACEN Jud em 2.773.484 pedidos de consultas e documentações diversas do total oriundo do Poder Judiciário de 2.849.322. Iniciado projeto destinado à ampliação do cadastro positivo, constituído a partir das operações de crédito contratadas no sistema financeiro.

Em 2007, foram examinados e decididos 3.863 processos relativos aos diversos assuntos que compõem a Ação de Ordenamento do Sistema Financeiro constituídos por 42 Transferências de Controle, 106 Autorização para Funcionamento, 55 Cisão, Fusão e Incorporação, 27 Mudança de Objeto Social, 38 Cancelamento de Autorização, 1.929 Eleição, 950 Reforma Estatutária e Alteração Contratual, 45 Instalação de Agências e de Correspondentes no País, 55 Transformação de Cooperativa e 616 Outros.

Conclusão de significativos 40 projetos com destaque para o segundo Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). Aprimoramento da gestão da Tecnologia da Informação (TI), com a implantação e consolidação de processos e metodologias de trabalhos modernos. Implantação de novos sistemas informatizados. Aquisição de solução de portal corporativo para Intranet, Internet e extranet. Atualização da Plataforma Internet Corporativa. Aquisição e migração de mainframes. Disponibilidade do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) com adequada gestão da infra-estrutura tecnológica que o suporta.

Capacitação em TI por meio da realização de 180 eventos de capacitação, com a oferta de 878 vagas, dentre as quais 182 destinadas a servidores de outras unidades. Atendimento a usuários do Sistema de Informações do Banco Central do Brasil (Sisbacen) para 72.337 usuários finais, sendo 16.427 voltados para usuários externos.

Atualização e aquisição de novos equipamentos e soluções como dispositivos de armazenamento de dados, servidores de informática, atualização da rede de comunicação de dados e soluções para gerenciamento do ambiente de tecnologia em geral. Aperfeiçoamento dos ambientes de desenvolvimento e de execução de aplicações. Manutenção das aplicações e dos serviços do Sisbacen. Acessos ao sítio eletrônico do BACEN com uma média diária de 1,8 milhão de acessos correspondendo a um crescimento de 18,8% em relação ao ano anterior. Outros 121 projetos em andamento, com destaque para o Sistema de Administração das Reservas (SAR), o Sistema de Monitoramento de Mercado (SMM), o Sistema de Gerenciamento do Meio Circulante (Sismecir), o Sistema de Registro de Créditos (SCB) e o Sistema Aplicativo de Classificação de Instituições (*Rating*).

Inclusão bancária de 1,46 milhão de pessoas de baixa renda, por meio da Conta Simplificada, atingindo a marca de mais 7,8 milhões de contas abertas desde 2004. Liberação de R$ 700 milhões em crédito para financiamento ao consumo e à produção, por intermédio das ações de Crédito a Microempreendedor de Baixa Renda, Concessão de Crédito à População de Baixa Renda e Micropenhor. Presença das instituições financeiras federais em todos os

Municípios brasileiros, com uma rede de atendimento (própria ou de correspondentes bancários) superior a 25 mil unidades.

O Banco da Amazônia (BASA) iniciou a abertura de contas em 2006 e seu resultado de 2.851 contas abertas (59,4% do projetado) não espelha a capacidade evolutiva do mesmo na área de atuação. O Banco do Brasil (BB) e o Banco do Nordeste (BNB), apesar de distantes de suas metas individuais, também demonstram capacidade e ênfase na distribuição do produto, o que deve facilitar o alcance de resultados futuros. Já a Caixa Econômica Federal (CEF) superou a meta em 4,4%, com a abertura de 1.252.843 contas no período.

A Ação que envolve empréstimos para os microempreendedores e para 2008 passará a integrar o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), teve bom resultado em 2007 com superação de 3,8% da meta estabelecida, o que corresponde a contratação de R$ 6,54 milhões. Tanto a CEF como o BB alteraram suas estratégias de atuação no ano, focalizando a formação de parcerias com Instituições de Microfinanças (IMFs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Já na liberação de crédito não-orientado, voltado para o consumo e fomento ao mercado, os resultados podem ser considerados positivos.

O Micropenhor, que é realizado apenas pela CEF, liberou mais de R$ 547 milhões no ano. Mesmo sendo abaixo da meta prevista de R$ 880 milhões, é um valor considerado relevante. Na Ação Concessão de Crédito à População de Baixa Renda, a CEF teve o melhor desempenho, atingindo 74,9% da meta, com R$ 66,16 milhões. O BB realizou 58% da meta financeira, com R$ 71,92 milhões. Em tal ação, o BASA foi a instituição que apresentou o menor resultado, com 29,2% da meta num montante de R$ 3,7 milhões contratados.

O Programa de Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais, por sua vez, permitiu que as instituições financeiras federais melhorassem o atendimento aos clientes e aumentassem a capacidade de prestar atendimento bancário, principalmente às faixas da população de baixa renda. Foram resultados dos bancos participantes:

a) o BNB concluiu a instalação da agência no Município de Uruçuí (PI);

b) o BB instalou cerca de 559 postos de atendimento bancário (PABs) e realizou cerca de 7.266 contratos de obras em todo o Território Nacional para a manutenção e modernização de sua infra-estrutura de atendimento;

c) a CEF instalou cerca de 48 agências e 14 PABs, além de ter adquirido equipamentos de segurança para instalação em 593 pontos de venda, substituição de equipamentos de uso e mobiliário em 1976 agências e adquirido upgrade para os computadores de grande porte dos seus sítios eletrônicos BR, SP e RJ, que atendeu a aproximadamente 2.600 unidades.

Contudo, a obtenção de resultados ficou afetada por vários fatores, dentre os quais se destacam: a dificuldade de obter imóveis que apresentem condições satisfatórias e dentro dos padrões previamente estabelecidos para abrigar os serviços e as atividades bancárias;

o detalhamento dos recursos orçamentários previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) que é por localizador no nível de Unidades da Federação impossibilita a flexibilização da execução perante a reavaliação e mudança de estratégia e ambiente de mercado; e a interposição de recursos nos processos licitatórios de contratação de obras e serviços.

Supervisão do Mercado de Seguros e Companhias Abertas

A abertura do mercado de resseguro com a Lei Complementar n º 126, de 15 de janeiro de 2007, foi estabelecida como política geral a construção de um mercado competitivo de seguros no País. A referida Lei produziu vários efeitos nos mercados brasileiro e internacional. Dentre tais efeitos está a necessidade de criação, em curto espaço de tempo, de todo um arcabouço normativo infralegal.

Com esse objetivo, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) criou, no primeiro semestre de 2007, 14 grupos de trabalhos constituídos por especialistas, para regulamentar diversos aspectos da atividade resseguradora. No segundo semestre de 2007, a SUSEP, visando garantir a transparência do processo de regulamentação, colocou em audiência pública seis minutas de normas definindo conceitos básicos, tendo como resultado a conclusão de uma primeira fase dos trabalhos com a publicação, em 19 de dezembro de 2007, das seguintes resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP): n º 168/2007 que versa sobre atividades de resseguro, retrocessão e intermediação; n º 169/2007 que trata do capital mínimo dos resseguradores locais; n º 170/2007 que dispõe sobre o capital adicional baseado nos riscos de subscrição dos resseguradores locais; n º 171/2007 que versa sobre a constituição das provisões técnicas das sociedades resseguradoras; n º 172/2007 trata dos limites de retenção das resseguradoras locais; e n º 180/2007 dispõe sobre a corretagem de resseguros.

Adicionalmente, foram publicadas a Resolução CNSP n.º180/2007 que revoga a resolução CNSP n º 03, de 18 de janeiro de 1971 e a circular SUSEP n º 350, de 17 de agosto de 2007 a qual especifica procedimentos da Resolução CNSP n º 164, de julho de 2007. Destaca-se também a participação da SUSEP na elaboração da resolução CMN n º 3.525, de 20 de dezembro de 2007, que estabelece procedimentos para abertura e movimentação de contas em moeda estrangeira tituladas por sociedade seguradora, ressegurador local, ressegurador admitido ou corretora de resseguro.

Melhora na qualidade das aceitações, da taxação e da concessão de benefícios tarifários e condições especiais para os riscos inspecionados, em 2007, com a continuidade do aprimoramento da gestão de regulação de sinistros, reduzindo o prazo de regulação.

Nos últimos anos, a SUSEP vem promovendo mudanças importantes em sua atuação regulatória, buscando alinhamento com as melhores práticas internacionais de supervisão e fiscalização do mercado segurador, com o objetivo de promover transparência e criar mecanismos para melhoria da governança corporativa das entidades do setor. Dentre tais mudanças, destacaram-se, em 2007, a continuação da implementação da supervisão baseada em risco e a introdução de novas regras de solvência para o mercado, pelas quais a exigência de capital deverá retratar os riscos assumidos pelas empresas.

Ação de fiscalização teve a sua meta superada, que era de 120 inspeções, tendo sido realizadas 153 ao longo do exercício de 2007. Desse total, 71 inspeções foram realizadas em sociedades seguradoras, representando 46% dos trabalhos realizados no período. É necessário ressaltar que em 2007 foram lavrados 64 autos de infração, o que demonstra que em aproximadamente 41% das inspeções são detectadas irregularidades passíveis de aplicação de penalidades. Durante o ano de 2007, a SUSEP cumpriu sua agenda programada visando a implantação do modelo de supervisão, baseada em riscos na sua esfera de fiscalização, devendo ser salientado, contudo, que se trata de um projeto de médio prazo até a total implementação desse modelo. Considerando-se os trabalhos executados, e sob uma ótica quantitativa, durante o ano de 2007 foram realizados sete trabalhos de fiscalização com foco em riscos e controles, sendo cinco deles em caráter de *follow-up*. Comparativamente, em 2004 ocorreu um trabalho nesses moldes, ocorreram três em 2005 e quatro em 2006.

Blindagem dos recursos investidos em planos do tipo Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), em que técnicos da SUSEP vêm trabalhando na regulamentação da Lei n º 11.196, de 21 de novembro de 2005, que dispõe sobre a criação de fundos vinculados, exclusivamente, aos planos de acumulação previdenciária. De acordo com essa Lei, as cotas representativas desses fundos passam a pertencer aos próprios consumidores, e não mais às entidades de previdência e sociedades seguradoras, passando estas, tão-somente, a administrá-los. Assim, o patrimônio dos fundos constituídos não se comunica com o patrimônio das empresas, e os recursos dos consumidores ficam a salvo no caso de falência ou liquidação extrajudicial da empresa.

A SUSEP, por força da implementação do novo modelo de supervisão, efetuou alterações substanciais em sua forma de atuação. A avaliação dos contratos oferecidos no mercado segurador e ressegurador, com a introdução da obrigatoriedade do envio de Nota Técnica Atuarial (NTA) de Carteira, possui um enfoque muito mais dinâmico. A apresentação da NTA de Carteira dará a oportunidade de saber do objetivo da empresa supervisionada no início de sua operação em determinado ramo ou região, e de acompanhar seu desenvolvimento e verificar se as premissas adotadas e os parâmetros estabelecidos estão sendo de fato alcançados. Desta forma acontecerá uma supervisão prudencial.

Intensa atuação junto ao Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC), participando do subgrupo que irá desenvolver a Estratégia Nacional de Educação Financeira. O COREMEC reúne a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a SUSEP e o BACEN, órgãos ligados ao MF, além de reunir o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). Cabe ao COREMEC propor a adoção de medidas para melhorar o funcionamento dos mercados sob regulação e fiscalização da CVM, SUSEP, BACEN e SPC, além de facilitar o intercâmbio de informações entre as entidades e propor ações coordenadas de regulação e fiscalização.

Em 2007, a SUSEP lançou a segunda edição da cartilha Guia de Orientação e Defesa do Segurado, com o objetivo de divulgar informações sobre as empresas dos mercados supervisionados e respectivos produtos.

A SUSEP participa de diversos organismos internacionais, dentre os quais a *International Association of Insurance Supervisors* (IAIS), a *Asociación de Supervisores de Seguros de América Latina* (ASSAL) e a Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASSEL), além de conduzir uma cooperação técnica com a *National Association of Insurance Commissioners* (NAIC), que congrega os órgãos estaduais de supervisores de seguros dos Estados Unidos da América (EUA). No âmbito da IAIS, o Brasil integra o Subcomitê de Solvência e Atuária, o Grupo de Trabalho conjunto IAIS-CGAP (*Consultative Group to Assist the Poor*) sobre Microsseguros e, a partir de 2007, o Subcomitê de Resseguros. Em outubro de 2007, o superintendente da SUSEP foi eleito presidente do Grupo de Trabalho Conjunto IAIS-CGAP sobre Microsseguros, e do Subgrupo de Trabalho sobre Microsseguros da IAIS, fato inédito para a representação brasileira. Os Microsseguros são voltados para o segmento da população de baixa renda, e o incentivo ao seu desenvolvimento é uma política do Governo brasileiro desde 2003.

Dentre as alterações promovidas no ambiente regulatório dos produtos de acumulação, uma das mais importantes, do ponto de vista da manutenção e viabilidade do sistema, foi a criação da possibilidade de se utilizar tábuas biométricas referenciais, a serem atualizadas durante o período de deferimento, por instituição independente e com reconhecida capacidade técnica, a partir de experiência da própria entidade de previdência ou do mercado, como um todo. Em outras palavras, as entidades de previdência complementar, ao invés de definirem, no ato da contratação, uma tábua de mortalidade fixa, que certamente ficaria desatualizada ao longo do período de deferimento do plano, poderão indicar no contrato uma tábua referencial, atualizável, de acordo com metodologia previamente aprovada pela SUSEP, por instituição independente com capacidade técnica para tanto.

A SUSEP apresentou minuta de circular que estabelece normas para elaborar, operar e comercializar títulos de capitalização, com proposta de estruturar, para efeito de comercialização, os títulos de capitalização em quatro modalidades, a saber: Tradicional, Compra-Programada, Popular e Incentivo. Foram concluídas as análises das sugestões apresentadas, durante processo de audiência pública. A minuta de circular, que se encontra sob a apreciação do Colegiado, dará maior transparência e disciplina ao mercado com a segregação dos produtos em classes, bem como garantirá maior segurança financeira com as alterações propostas.

Para a previdência complementar aberta, foi concluída minuta de resolução do CNSP que atualiza as regras para as coberturas de risco. Essa atualização foi necessária em face do novo ordenamento jurídico estabelecido pelo novo Código Civil e da dinâmica do mercado previdenciário. O processo encontra-se sob a apreciação do Colegiado da SUSEP.

O caso dos seguros não-obrigatórios, os ramos de fiança locatícia e transporte tiveram sua regulamentação aperfeiçoada com a publicação das circulares SUSEP n º 347, de 27 de junho de 2007, e SUSEP n º 354, de 30 de novembro de 2007, com isso, o setor passou a contar com diretrizes mínimas a serem observadas na comercialização destes seguros, ao mesmo tempo em que foram disponibilizadas, no sítio eletrônico da SUSEP, as condições contratuais dos planos padronizados referenciais.

Para os seguros obrigatórios de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) e de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas (DPEM) foram elaboradas as avaliações atuariais sendo que para o DPVAT o trabalho terminou com a publicação pelo CNSP da Resolução nº 174/2007 e já para o DPEM, a avaliação atuarial foi concluída em janeiro de 2008.

O Departamento Técnico Atuarial (DETEC) realizou sua avaliação atuarial do seguro habitacional do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e encaminhou o respectivo relatório ao Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais (CCFCVS), visando o equilíbrio da apólice do seguro.

Para o seguro aeronáutico, estabeleceram-se contatos com as sociedades seguradoras com operações no ramo, com o do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB-Brasil Re) e com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), objetivando a obtenção de conhecimento mais detalhado a respeito dos trâmites operacionais e da legislação que estabelece as coberturas de contratação obrigatória. No decurso desses trabalhos, em função da necessidade de esclarecimentos acerca de dispositivos da Lei n º 7.565, de 19 de dezembro de 1986, foram encaminhados à ANAC os ofícios SUSEP/GABIN n º 696, de 18 de julho de 2007, e n.º 1.154, de 7 de novembro de 2007, sendo este último enviado pelo MF. O objetivo principal deste projeto, cuja continuidade depende da resposta da ANAC aos ofícios referidos, é a emissão de resolução do CNSP dispondo sobre as coberturas de contratação obrigatória e as condições contratuais padronizadas do seguro aeronáutico.

Nos seguros obrigatórios de responsabilidade civil do transportador aéreo de carga, ferroviário de carga e aquaviário de carga, verificou-se que não havia regras editadas pela SUSEP ou pelo CNSP, sendo a comercialização desses produtos realizada com base em normas antigas elaboradas pelo IRB. Entretanto, com a publicação da Lei Complementar n º 126, de 15 de janeiro de 2007, o IRB–Brasil Re deixou de ter atribuição regulatória, passando a ser um operador do mercado de resseguros. Conseqüentemente, em face de não haver regulamentação específica para foram elaboradas três resoluções (uma para cada ramo) criando as condições mínimas obrigatórias a serem adotadas pelas seguradoras. As versões finais das três resoluções aguardam aprovação do CNSP.

Para o seguro obrigatório compreensivo condominial também não havia regulamentação específica, o que ensejou a elaboração de minuta de resolução do CNSP, que se encontra atualmente em análise jurídica. No caso do seguro obrigatório de responsabilidade civil do transportador rodoviário de carga, foi procedida a revisão das Resoluções CNSP n º 123 e n.º 134, ambas de 2005, que se encontram sob a apreciação do Colegiado da autarquia. Já para o seguro obrigatório de responsabilidade civil em ônibus para viagens interestaduais e internacionais, a principal norma sobre esse ramo data de 1998. Buscando alinhar os normativos às disposições do novo Código Civil, bem como às demais circulares SUSEP, em especial à circular SUSEP n.º 256, de 16 de junho de 2004, o DETEC revisou e consolidou essa regulamentação, encaminhando ao Colegiado da autarquia.

Em relação ao mercado de valores mobiliários teve o julgamento de 82 processos sancionadores e mais 64 processos sancionadores encerrados em decorrência da celebração de termos de compromisso envolvendo todos os indiciados, o que fez com que o total de casos encerrados em 2007 atingisse 146 processos. Houve recorde de ofertas registradas na CVM pelo quarto ano consecutivo, atingindo a marca de R$ 167 bilhões. Evolução de 60% na capitalização de mercado da bolsa de valores brasileira, com o valor das companhias abertas saindo de R$ 1,544 trilhão, em 31 de dezembro de 2006, para aproximar-se, no final de 2007, de R$ 2,478 trilhões. Aumento do número de companhias abertas, terminando o ano com uma variedade cada vez maior de setores da economia representados em bolsa, com destaque para o ingresso de 64 novas empresas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) em 2007.

Crescimento contínuo nas operações de securitização chegando a cerca R$ 11 bilhões. Trinta novas normas editadas ou postas em audiência pública, dentre elas instruções importantes, como a que dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional, e a que dispõe sobre a constituição, a organização, o funcionamento e a extinção das bolsas de valores, bolsas de mercadorias e futuros e mercados de balcão organizado. O lançamento do Portal do Investidor, em maio de 2007, cujo principal produto é uma ferramenta de consulta e comparação entre os fundos de investimento.

O mercado de capitais brasileiro manteve, em 2007, o ritmo acelerado de crescimento iniciado em 2003, e a CVM, autarquia reguladora deste mercado, tem trabalhado para crescer diante desta realidade. A conjunção de um cenário favorável de alta liquidez internacional com um ambiente interno estável, de estabilidade macroeconômica e preservação da disciplina fiscal promovidas pelo Governo brasileiro, criaram condições propícias para uma expansão vigorosa do mercado de capitais do País.

Nesse cenário, o número de ofertas registradas na CVM alcançou a ordem de R$ 167 bilhões, recorde de emissões pelo quarto ano consecutivo. As ofertas de ações atingiram R$ 75,4 bilhões, sendo que as ofertas primárias superaram R$ 39,7 bilhões e as secundárias R$ 35,6 bilhões. As emissões de títulos de dívida de empresas (debêntures e notas promissórias) foram da ordem de R$ 56,2 bilhões. A relevância da Internet como canal de disseminação de informações é confirmada pelos mais de 40 milhões de acessos à página da CVM em 2007.

Em relação aos preços não administrados, o Programa Gestão da Política de Regulação de Mercados beneficia a redução de preços ao consumidor, pois uma política de defesa da concorrência efetiva aliada à existência de marcos regulatórios estáveis e consistentes contribui significativamente para o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento da renda, do trabalho e do emprego e para a criação de um ambiente econômico que favoreça os investimentos privados.

Capacitação

Ampliação da rede de disseminadores do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF): em 2007, foram capacitados 15.513 disseminadores do PNEF e foi produzido o material

pedagógico para o Curso de Especialização de Educação Fiscal e Cidadania que tem início previsto no primeiro semestre de 2008.

Treinamento de servidores nacionais e internacionais com superação da meta estabelecida para 2007, perfazendo um total de 53.373 capacitados, seleção de 2.213 candidatos e formados 454 alunos por meio de concursos públicos.

Reestruturação dos Estados e Municípios na Área Fiscal

O Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM) atingiu o valor de US$ 185,0 milhões em volume de subempréstimos firmados junto aos Municípios, o que representa um acréscimo de 67% em relação a 2006. Este montante representa 61% do valor total do contrato de empréstimo firmado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Até 2006 havia 56 Municípios participantes do PNAFM, em 2007, o quantitativo de Municípios participantes atingiu o total de 71, ou seja, um acréscimo de 27%. Com isso, cerca de 14% da população brasileira já vem sendo diretamente beneficiada pelo PNAFM. Ao final de 2007 o estoque de projetos em fase de aprovação e contratação atingiu o total de 47 Municípios. Vale ressaltar que ocorreu uma melhoria significativa na execução do PNAFM, mas nota-se que o quantitativo de Municípios a serem alcançados que era de 265 foi superdimensionado.

Capacidade operacional, que a exemplo de 2006, a execução do PNAFM em 2007 deu continuidade à adoção de ações voltadas para a ampliação da capacidade à sua implementação, assim como à realização de melhorias em sua concepção, medidas identificadas como necessárias para otimizar o ritmo de execução física e financeira.

ASPECTOS RELEVANTES

Na avaliação dos programas pôde-se perceber que, embora os 17 programas sob responsabilidade do MF tiveram dotações aprovadas na LOA 2007, apenas 65% teve seus recursos orçamentários executados em quantidade considerada suficiente. E, com empenho na gestão adequada dos recursos e no arranjo temporal das atividades e dos projetos, de forma a obter economias de escopo, foi possível adequar os desembolsos financeiros efetivos e maximizar os resultados alcançados. No geral, ainda que tenham ocorrido algumas restrições, dificuldades em função da liberação extemporânea dos limites de movimentação e empenho, é possível considerar que a execução orçamentária dos programas foi satisfatória. Quanto à análise das restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto, alguns aspectos específicos merecem ser destacados:

a) o Programa Arrecadação de Receitas Previdenciárias, recentemente passado para o rol de programas sob a gestão do MF, foi percebido que algumas ações apresentaram baixa execução em face da unificação da SRP com a RFB, em maio de 2007. Cerca de R$ 92 milhões foram transferidos da SRP para a RFB. No entanto, foram repassados valores para o MPS a fim de dar continuidade às despesas que estavam sob sua responsabilidade;

b) a restrição orçamentária da Ação Sistema de Informações do Banco Central do Brasil (Sisbacen) impactou na gestão do Programa, uma vez que só foi atendida mediante a liberação de crédito extraordinário no final do ano, pela MP n.º 405, de 18 de dezembro de 2007. Assim, a execução do orçamento dessa Ação foi considerada insatisfatória, observado o valor aprovado pela LOA 2007, que foi 32,4% inferior ao solicitado na proposta encaminhada e aprovada pela Diretoria Colegiada do BACEN, o que provocaram o adiamento e o cancelamento de alguns projetos, bem como restrições na realização de alguns serviços;

c) a Ação Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) teve os recursos orçamentários alocados em 2007 em quantidade insuficientes para sua execução. No início de 2007, como não havia recursos suficientes para cobrir as despesas com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e não havia garantias de que o pedido de suplementação seria atendido, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) foi obrigada a empreender ações no sentido de reduzir o escopo de projetos em andamento, de reduzir o número de manutenções corretivas e evolutivas nos sistemas ao mínimo necessário e de cortar gastos. Neste sentido, houve a solicitação de suplementação de crédito para viabilizar a manutenção, operacionalização e modernização do SIAFI, com segurança, durante todo o ano de 2007. O atendimento do pleito ocorreu, parcialmente, em novembro de 2007, com o remanejamento de recursos provenientes das ações Sistemas Informatizados e SIAFI XXI.

Ressalte-se que, embora o SIAFI seja o principal instrumento do Governo Federal para o controle e acompanhamento do gasto público, o atraso na aprovação integral dos créditos adicionais solicitados e, ainda, a contenção de despesas com a produção do sistema trouxeram atraso na adequação do SIAFI para a implementação de funcionalidades requeridas por diversos órgãos, devido a interrupção da execução de apurações especiais e a redução nos níveis de serviços contratados.

Complementarmente, quando observada a avaliação pelo prisma do alcance das metas físicas em relação ao previsto na LOA 2007, é possível perceber uma maior freqüência dos resultados entre 80% e 100% do previsto para 2007. Outro aspecto que se apresenta como importante desafio para o processo de gestão do PPA é percebido a partir da existência de um mecanismo de monitoramento do desempenho físico das ações com uso apenas do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), não havendo uma ferramenta complementar, que seria um Sistema de Informação Gerencial Setorial (Infrasig).

Quanto à compatibilidade entre a estrutura organizacional do MF e sua estrutura programática, o que se pode extrair é que do ponto de vista dos recursos materiais e de infra-estrutura destinados para equipes gerenciais, estes estão adequados. Contudo, apresentam-se apenas satisfatórios quando destinados para as equipes executoras, uma vez que na avaliação quantitativa e qualitativa dos recursos humanos alocados para equipes gerenciais e para as equipes executoras, verificou-se a necessidade de melhorar a quantidade de pessoas em atividades de execução. Ainda sobre o aspecto da compatibilidade entre a estrutura organizacional do Ministério e sua estrutura programática, merecem ser destacados:

a) carência de espaço físico em face da adequação à nova estrutura ante a fusão com a Receita Federal, assim como de servidores para as atividades técnicas e de pessoal administrativo, devido ao retorno desses últimos para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

b) restrições de contratação de financiamento de longo prazo para viabilização de investimentos em modernização de equipamentos e processos internos, no ano de 2007, para o atendimento da Ação Produção de Documentos de Segurança Diversos, em face disto a Casa da Moeda do Brasil (CMB) não pôde atender a algumas necessidades de novos produtos demandados por potenciais novos clientes;

c) desenvolvimento contínuo de sistemas que visem facilitar e agilizar os processos de trabalho no BACEN . Para tanto, os serviços de tecnologia da informação são muito demandados, em especial, em relação às aquisições de novos *hardwares*. A carência de especialistas enseja demanda de treinamento e capacitação de recursos existentes para suprimento das lacunas;

d) quantitativo insuficiente de servidores para a execução das atividades ligadas às ações de ordenamento, regulamentação e supervisão, diante da abrangência da atuação do BACEN e do volume de trabalho a cargo da área. Além disso, como houve mudança na sistemática de exame para autorização da maioria dos pleitos relativos ao SFN, tornando-os mais complexos, foi elaborado levantamento, em 2007, de necessidades adicionais de recursos humanos o qual foi encaminhado ao Departamento de Gestão de Pessoas e Organização;

e) necessidade de aumento de capacidade de armazenamento na atual estrutura de *hardware* da SUSEP já está sendo utilizada no seu limite, em função da transferência para a SUSEP das atribuições do IRB-Brasil Re, de regulação e fiscalização das operações de co-seguro, resseguro e retrocessão. Além disso, a SUSEP iniciou o registro de apólices, inicialmente do ramo de garantia e depois dos ramos massificados, emitidas no mercado, com a conseqüente necessidade de aumento da capacidade de seus bancos de dados;

f) dificuldades relacionadas à ampliação da sede da CVM no Rio de Janeiro, assim como na alocação dos servidores nas novas dependências da regional de São Paulo, que foram em muito prejudicadas pela não-aprovação dos créditos solicitados;

g) transferência das funções de regulamentação e fiscalização do mercado de resseguros do IRB-Brasil Re para a SUSEP, que não foi acompanhada de readequação no quadro gerencial da autarquia, de forma a fazer frente a tais atribuições. As demandas específicas do resseguro, que já representariam um aumento expressivo de atividades, são adicionadas no momento em que a SUSEP encontra-se implantando a supervisão baseada em risco.

Para a participação social, a análise do conjunto dos programas do MF aponta para uma situação favorável, se observada quanto aos mecanismos de acesso à sociedade, em que 82% dos programas contemplam algum mecanismo de participação, tais como: Ouvidoria, Audiência Pública, Consulta Pública, reunião com grupos de interesse e discussão em Conselho Setorial.

A participação social facilita o processo de *feedback* entre a sociedade e o BACEN. Essa participação acontece por meio da Ouvidoria, do Sistema de Registros de Denúncias e Reclamações de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (Sisbacen RDR), das audiências públicas e das reuniões com os grupos de interesse, que propiciam oportunidade para a apresentação de reclamações, denúncias e sugestões dos cidadãos. O volume de trabalho da Ouvidoria pode ser medido pelo total de demandas (reclamações, denúncias, críticas, elogios e sugestões) recebidas dos cidadãos. Em 2007, esse total de demandas foi de 2.695 (em 2006 chegou a 644).

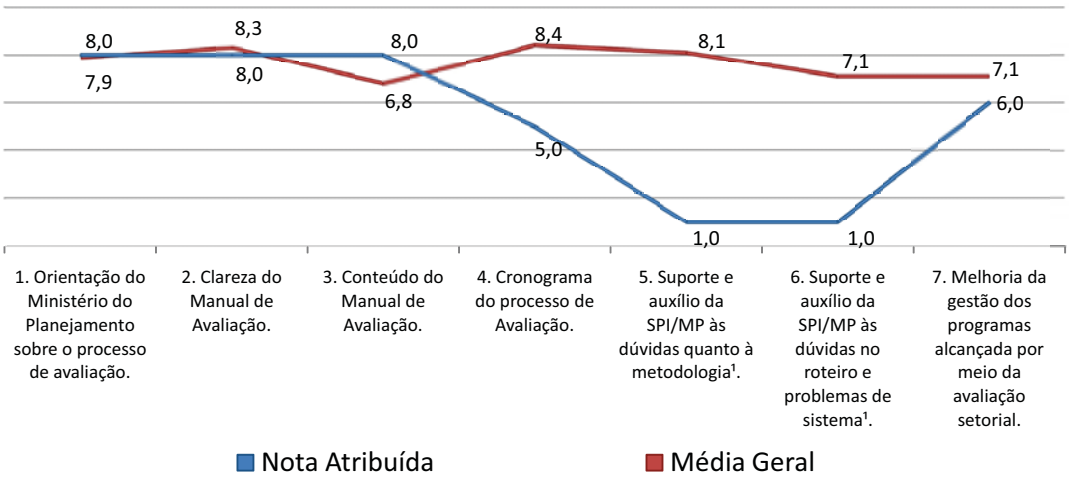
Houve maior captação de recursos, via Tesouro Direto, e o incremento da venda de títulos da dívida pública. A realização de leilões de títulos públicos, abertos ao público e Tesouro Direto (negociação de títulos do Governo Federal por meio do sítio da STN na Internet), também se caracterizam como um meio de ampliação da participação social.

A Audiência Pública tem contribuído com o processo de regulamentação, pois as empresas têm oportunidade de opinar antes da publicação das normas. Como exemplo, em 2007 as normas relativas à regulamentação de resseguro receberam, durante a audiência pública, importantes contribuições de integrantes do mercado.

Em 2007, foi criada na RFB a Coordenação-Geral de Interação com o Cidadão, com o objetivo de gerenciar as atividades relacionadas à interação com o cidadão, os estudos e projetos relativos às atividades de atendimento presencial e a distância, Ouvidoria e educação fiscal.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MF mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações . O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MF e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

GERENTE DO PROGRAMA

Jorge Antonio Deher Rachid

OBJETIVO

Promover a arrecadação de tributos e realizar o controle aduaneiro, cumprindo e fazendo cumprir a legislação.

PÚBLICO-ALVO

Governo Federal e sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 5.826.818.163,00	Empenho Liquidado:	R$ 5.659.304.943,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 5.659.304.943,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Realização da Receita administrada pela Secretaria da Receita Federal - Porcentagem	106.03	108.57	100.18	100.36	107.66	93,22%

1. TAXA DE REALIZAÇÃO DA RECEITA ADMINISTRADA PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

As alterações promovidas na legislação tributária, especialmente a partir de 2005, ocorreram sempre no sentido de desonerar produtos ou setores considerados estratégicos para a economia, sem que fosse verificado, nesse período, um aumento de alíquotas ou da base de cálculo. Por essa razão, o desempenho da arrecadação observado em 2007, decorreu, fundamentalmente, de fatores ligados ao crescimento econômico e à maior presença fiscal por parte da Administração Tributária, com o objetivo de minimizar a diferença entre o potencial legal e a arrecadação efetiva, e de recuperar os débitos constituídos e não pagos, com ênfase no combate à sonegação, ao contrabando, ao descaminho, à pirataria e à inadimplência. Dentre os principais fatores que contribuíram para o crescimento da arrecadação em 2007, destacam-se o aumento da governança corporativa de empresas visando a abertura de capital e ganho líquido de operação em bolsas, e a maior presença fiscal

com celeridade na solução dos litígios fiscais, intensificação do controle sobre declarações, bem como a recuperação de débitos decorrentes de depósitos judiciais e administrativos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa possibilita a arrecadação de recursos para o financiamento das ações do Estado, mediante a aplicação da legislação tributária vigente e do controle aduaneiro.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- A arrecadação bruta dos impostos e das contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), de janeiro a dezembro de 2007, atingiu a cifra de R$ 585,127 bilhões. Mesmo ocorrendo desoneração tributária, estimada em R$ 6,4 bilhões, houve crescimento nominal de 16,33%, e crescimento real de 12,19%, considerando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - em relação ao mesmo período do ano de 2006. O desempenho da arrecadação decorreu, fundamentalmente, de fatores ligados ao crescimento econômico e à maior presença fiscal por parte da Administração Tributária.

- A RFB intensificou os controles de declarações e promoveu ações de cobrança de cerca de 2,894 milhões de contribuintes, envolvendo um total de aproximadamente R$ 34,42 bilhões em débitos cobrados, com ênfase na redução do tempo decorrido entre a ocorrência do fato gerador e a efetiva arrecadação, sendo o foco principal os maiores contribuintes, sujeitos ao acompanhamento diferenciado.

- A Fiscalização da Receita Federal do Brasil encerrou o ano de 2007, referente a tributos internos, com 521 mil contribuintes fiscalizados e R$ 108 bilhões de créditos tributários lançados, o que representou um crescimento de 80% no quantitativo e de 42% no volume de autuações, quando se faz comparação com o ano de 2006.

- Realizadas 12.466 ações de fiscalização de comércio exterior, com R$ 3,2 bilhões de créditos tributários lançados, e foram registradas 3,3 bilhões de declarações, sendo 1,7 bilhão de importação e 1,6 bilhão de exportação.

- Atendidos aproximadamente 17,3 milhões de contribuintes nas unidades de atendimento da RFB, número bem superior aos 11,2 milhões atendidos em 2006. O aumento do número de atendimentos justifica-se, principalmente, pela unificação da Secretaria da Receita Previdenciária (SRP) e da RFB, e pela implantação do Simples Nacional.

- A apreensão de mercadorias em decorrência da fiscalização e do controle sobre o comércio exterior exercido pela RFB totalizou R$ 1 bilhão, no período de janeiro a dezembro de 2007, o que significa um incremento de 20% em relação ao mesmo período do ano passado.

A implantação da RFB está permitindo o aprimoramento e maior eficiência, eficácia e efetividade da administração tributária brasileira, por meio da integração e racionalização de esforços e

recursos, e pela obtenção de sinergia entre setores, unidades organizacionais, processos e equipes de trabalho. Esta instituição, fortalecida em 2007, vem facilitando a interação dos contribuintes com uma única representação do Fisco Federal, propiciando a melhoria na qualidade dos serviços prestados e na Ação fiscal, e otimizando a arrecadação tributária e o controle aduaneiro, bem como favorecendo o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias. A RFB é responsável por 65% da arrecadação nacional, possui aproximadamente 32 mil servidores e é constituída por 573 unidades administrativas, com atuação em todo o Território Nacional.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

De forma geral, a execução física ficou acima dos 100%. A dotação orçamentária foi suficiente em 2007, com execução de 97,13%. Entretanto, houve dificuldades em função da liberação extemporânea dos limites de movimentação e empenho, fato que causou atrasos na contratação de serviços e aquisição de bens, bem como no pagamento de alguns contratos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em 2007, foi criada, na RFB, a Coordenação-Geral de Interação com o Cidadão (Coint), com o objetivo de gerenciar as atividades relacionadas à interação com o cidadão, os estudos e projetos relativos às atividades de atendimento presencial e a distância, e a Ouvidoria e educação fiscal.

Dentre as boas práticas, dignas de nota, estão as citadas a seguir:

a) o processo eletrônico (e-Processo), que está sendo implantando na RFB, foi iniciado em 2006, teve continuidade em 2007 e permite a prática de atos e termos processuais de forma eletrônica, bem como a redução de custos para a administração pública e para o contribuinte. Com a sua implantação, deixará de existir o processo tradicional em papel, ficando preservada a segurança e a fidedignidade das informações, pois todos os documentos serão autenticados por meio de certificação digital, via assinatura digital, com a garantia da integridade das informações transmitidas pela rede mundial de computadores e da identificação, de forma segura, de quem emitiu e de quem está recebendo a informação;

b) o Cadastro Sincronizado Nacional (CadSinc) é a integração dos procedimentos cadastrais de pessoas jurídicas e demais entidades entre as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e os demais órgãos e entidades que fazem parte do processo de abertura, alteração e baixa das empresas, objetivando a simplificação e racionalização dos processos de inscrição, alteração e baixa das empresas, com a conseqüente redução de custos e prazos, a garantia de maior transparência a todo o processo, e a harmonização das informações cadastrais das empresas entre os convenentes, permitindo que estes atuem com maior eficiência e eficácia.

AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS

GERENTE DO PROGRAMA

Waldir Quintiliano da Silva

OBJETIVO

Melhorar e aumentar a capacidade de atendimento aos clientes, inclusive os oriundos das camadas de menor renda, com crédito e serviços bancários.

PÚBLICO-ALVO

Clientela, os clientes em potencial, o setor produtivo, e ainda os beneficiários dos serviços de responsabilidade da União, viabilizados por intermédio da rede bancária das instituições financeiras federais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.315.416.763,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 572.461.474,00
	Total:	**R$ 572.461.474,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

O Programa não apresenta indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O crescente aumento das exigências dos clientes e do mercado torna imprescindível a ampliação e modernização das instituições financeiras oficiais, a fim de lhes permitir competir em igualdade de condições com as empresas privadas e atender às demandas dos clientes.

O Programa de Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais, por meio de investimentos na infra-estrutura da rede dos Bancos Federais - Banco do Brasil S/A (BB), Banco da Amazônia S/A (BASA), Banco do Nordeste S/A (BNB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco do Estado de Santa Catarina S/A (BESC) e Banco do Estado do Piauí S/A (BEP) -, visa ampliar o acesso da população excluída do sistema aos serviços bancários, especialmente o acesso dos trabalhadores informais e dos de mais baixa renda.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- O BNB concluiu a instalação da agência no Município de Uruçuí (PI).

- O BB instalou cerca de 559 postos de atendimento bancário (PABs) e realizou cerca de 7.266 contratos de obras em todo o Território Nacional para a manutenção e modernização de sua infra-estrutura de atendimento.

- A CEF instalou cerca de 48 agências e 14 PABs, além de ter adquirido equipamentos de segurança para instalação em 593 pontos de venda, substituição de equipamentos de uso e mobiliário em 1.976 agências e adquirido upgrade para os computadores de grande porte dos seus sites BR, SP e RJ, que atendeu a aproximadamente 2.600 unidades.

- O BASA instalou seis novos pontos de atendimento.

O Programa permitiu que as instituições financeiras federais melhorassem o atendimento aos clientes e aumentassem sua capacidade de prestar atendimento bancário, inclusive às faixas da população de baixa renda.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física ficou abaixo de 40% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. O resultado das metas físicas das ações do Programa, obtido por média simples, ficou em 38,81%, representados pela Ação Instalação de Pontos de Atendimento Bancário com 51,68%, Ação Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento que não tem meta física e ação Modernização de Pontos de Atendimento Bancário com 25,94%.

A realização abaixo do esperado se deve ao atraso no cronograma físico das obras de construção, e também à dificuldade dos bancos de encontrar imóveis disponíveis para locação em condições satisfatórias para abrigar os serviços e as atividades bancárias. O detalhamento dos recursos orçamentários na LOA por localizador no nível de Unidades da Federação (UF) impossibilita a flexibilização da execução perante a reavaliação e mudança de estratégia e ambiente de mercado e a interposição de recursos nos processos licitatórios de contratação de obras e serviços.

A CEF orçou para o ano de 2007 a instalação de 123 agências e 46 PABs, mas instalou 48 agências e 14 PABs, que em relação à execução orçamentária representaram 20% dos recursos previstos, ou seja, R$ 17 milhões. O BB previa a instalação, em 2007, de 928 PABs, sendo que, destes, 250 seriam instalados nas regiões Norte e Nordeste, com um gasto previsto de cerca de R$ 125 milhões, mas foram instalados 559 PABs com uma contratação no montante de R$ 34 milhões de um total orçado de R$ 128 milhões, o que equivale a 27% do valor previsto. O BASA previa, em 2007, a instalação de 28 novos pontos de atendimento, sendo 12 agências, nove PABs e sete postos de atendimento avançado (PAAs), porém, foram instalados seis novos pontos de atendimento.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As instituições possuem ouvidorias, com a finalidade de atuar na melhoria dos serviços prestados pelos bancos ao cidadão-usuário, estabelecendo parcerias internas em prol da qualidade e da efetividade do atendimento. O BNB está desenvolvendo, também, um indicador do nível de satisfação do cliente, o qual será calculado a partir de pesquisas a serem realizadas anualmente de forma segmentada, com clientes do setor rural, do ramo de micro e pequenas empresas (MPE) e de outros segmentos.

ARRECADAÇÃO DE RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS

GERENTE DO PROGRAMA

Jorge Antonio Deher Rachid

OBJETIVO

Aumentar a arrecadação da Previdência Social, mediante ação eficaz de controle, fiscalização e cobrança de créditos previdenciários.

PÚBLICO-ALVO

Contribuintes do Regime Geral da Previdência Social

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 373.442.275,00	Empenho Liquidado:	R$ 335.014.652,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 335.014.652,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número-Índice de Crescimento Real da Arrecadação Previdenciária - Porcentagem	110.06	120.18	132.70	145.80	110.80	131,59%
2. Taxa de Recuperação de Créditos Previdenciários - Porcentagem	3.21	3.45	3.32	3.10	7.24	42,82%

1. NÚMERO-ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL DA ARRECADAÇÃO PREVIDENCIÁRIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice está subdimensionado, uma vez que foi alcançado em 2004.

2. TAXA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice é apurado com base no valor médio do estoque de créditos. O índice não é cumulativo.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os efeitos do baixo crescimento econômico nos últimos anos, do aumento da expectativa de vida da população e de outros fatores que podem comprometer a arrecadação previdenciária têm levado a um desequilíbrio entre as receitas arrecadadas e o volume de benefícios pagos. Dentre as principais causas desse problema estão a cobertura social garantida pela Constituição Federal de 1988, sem a correspondente cobertura financeira, comprometendo a liquidez do sistema previdenciário, a inadimplência (contribuintes que declaram, mas não pagam), a sonegação, o aumento da demanda dos novos benefícios; a recuperação dos valores não arrecadados para o Fundo de Previdência e as fraudes e renúncias fiscais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A arrecadação líquida da Previdência Social em 2007, foi de R$ 140,411 bilhões correspondentes a arrecadação bancária mais repasses menos restituição menos transferência a terceiros.

• O resultado alcançado com a recuperação de créditos administrativos foi de R$ 6,543 bilhões, valor R$ 499 milhões superior ao do resultado de 2006. Cabe ressaltar que o parcelamento especial da Medida Provisória (MP) nº 303, de 29 de junho de 2006, que alongou o prazo para pagamento dos créditos e permitiu aos contribuintes pagarem o valor mínimo da parcela até que o débito seja consolidado, por um lado favoreceu a adimplência, e por outro reduziu o fluxo de recursos recebidos.

• A cobrança automática das divergências entre a Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e Informações à Previdência Social (GFIP) e a Guia da Previdência Social (GPS), que apesar de ter sido suspensa em janeiro de 2007, em decorrência de problemas com o retorno dos débitos de procuradoria, Débito Confessado em GFIP (DCG) , e de só ter sido retomada plenamente no segundo semestre, foram emitidas 49.776 Intimações de Pagamento (IPs), com o cumprimento da meta de 50 mil IPs. Os valores originais recolhidos espontaneamente, somados aos lançamentos efetuados (parcelamentos), foram da ordem de R$ 437 milhões. O valor total inicial de todas as IPs enviadas era de R$ 4,342 bilhões. Vale ressaltar que foram emitidos DCGs que foram para inscrição em dívida ativa por falta de ação do contribuinte no valor total de R$ 814 milhões.

• A realização, em 2007, de 114.622 ações fiscais, incluindo fiscalização, diligência e emissão de Ips.

• A Ação Monitoramento dos Grandes Contribuintes encontrava-se paralisada desde junho de 2007, em virtude de problemas técnicos enfrentados pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), devido à alteração de jurisdição após a unificação com a Receita Federal. A média de empresas monitoradas mensalmente foi de

29.311. De janeiro a abril, foram recuperados R$ 212 milhões, sendo 92% recolhidos a vista. A atividade foi retomada em 2008.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física foi acima de 100% do previsto na LOA 2007. O valor arrecadado em 2007 representou 102% em relação à meta de arrecadação que era de R$ 140,119 bilhões, conforme estabelecido no Decreto n.º 6.046, de 22 de fevereiro de 2007. São fatores que explicam o bom desempenho verificado:

a) o crescimento de 10,61% da massa salarial de janeiro a novembro de 2007, nas seis principais regiões metropolitanas do País, em relação ao mesmo período do ano anterior, Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PME/IBGE);

b) a geração de 1,936 milhão de empregos de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);

c) a unificação com a Receita Federal, que possibilitou carrear esforços para combater a inadimplência e a sonegação.

Algumas ações tiveram baixa execução em face da unificação da Secretaria da Receita Previdenciária (SRP) com a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), em maio de 2007. Cerca de R$ 92 milhões foram transferidos da SRP para a RFB. No entanto, foram repassados valores para o Ministério da Previdência Social (MPS), a fim de dar continuidade às despesas que estavam em andamento naquele Ministério.

Cabe fazer uma observação para a ação de capacitação de servidores, cuja execução foi inferior a 1%, por ter sido a ação descentralizada para as Delegacias Regionais.

Dentre as principais restrições constata-se a carência de auditores fiscais para as atividades técnicas e de pessoal de apoio para as atividades administrativas, em vista do retorno desses últimos servidores para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Houve dificuldade na obtenção de algumas informações em função da saída da Receita Previdenciária do MPS para o Ministério da Fazenda (MF).

BANCO PARA TODOS

GERENTE DO PROGRAMA

Tânia Cristina de Barros Aguiar

OBJETIVO

Permitir que a população desassistida dos serviços do sistema bancário seja incluída como usuária de produtos e serviços financeiros.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas físicas de baixa renda e microempreendedores da economia formal e informal

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): -	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 0,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 941.132.000,00	R$ 711.559.446,13	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de acesso de desassistidos a serviços bancários e ao crédito direto, por intermédio das instituições financeiras federais - Porcentagem	-	-	-	-	0.00	-

1. TAXA DE ACESSO DE DESASSISTIDOS A SERVIÇOS BANCÁRIOS E AO CRÉDITO DIRETO, POR INTERMÉDIO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FEDERAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Há estimativas, a partir de cruzamento dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de que o número de desassistidos seja de 25 milhões, 32 milhões ou até 54,6 milhões de brasileiros. Não há um dado unificado, o que dificulta o monitoramento dos resultados. De qualquer forma, o indicador precisa espelhar melhor os resultados das iniciativas dos bancos federais relativas à inclusão bancária da população de baixa renda. Assim, a gerência do Programa busca determinar, com os coordenadores de ação, um índice mais confiável, o qual possa ser utilizado no monitoramento dos resultados do Programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa serve para possibilitar o acesso da população de baixa renda e dos microempreendedores a produtos e serviços financeiros por meio das instituições financeiras oficiais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Inclusão bancária de 1,46 milhão de pessoas de baixa renda, por meio da Conta Simplificada, atingindo a marca de mais 7,8 milhões de contas abertas desde 2004.

- Liberação de R$ 700 milhões em crédito para financiamento ao consumo e à produção, por intermédio das ações Crédito a Microempreendedor de Baixa Renda, Concessão de Crédito à População de Baixa Renda e Micropenhor.

- Presença das instituições financeiras federais em todos os Municípios brasileiros, com uma rede de atendimento, própria ou de correspondentes bancários, com mais de 25 mil unidades.

Em 2007, foram abertas 1.462.657 novas contas simplificadas, o que possibilitou a inclusão de seus titulares no sistema bancário, e a ampliação de seu acesso ao crédito bancário e comercial. O resultado ficou pouco abaixo do projetado, cerca de 75,1% da meta, mas dentro de uma perspectiva de ampliação contínua do produto. O Banco da Amazônia (BASA) iniciou a abertura de contas em 2006, e seu resultado de 2.851 contas abertas representou 59,4% do projetado, que não espelha a capacidade evolutiva do mesmo na área de atuação. O Banco do Brasil (BB) e o Banco do Nordeste (BNB), apesar de distantes de suas metas individuais, também demonstram capacidade e ênfase na distribuição do produto, o que deve facilitar o alcance de resultados. Já a Caixa Econômica Federal (CEF) superou a meta em 4,4%, com a abertura de 1.252.843 contas no período. A ação que envolve empréstimos para os microempreendedores passou a integrar, em 2008, o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), e em 2007 teve bom resultado, superando em 3,8% a meta, com a contratação de R$ 6,54 milhões em 2007. Tanto a CEF como o BB alteraram suas estratégias de atuação no ano, focalizando a formação de parcerias com Instituições de Microfinanças (IMFs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).

Já na liberação de crédito não orientado, voltado para o consumo e o fomento ao mercado, os resultados podem ser considerados positivos. O Micropenhor, que é realizado apenas pela CEF, liberou mais de R$ 547 milhões no ano. Mesmo sendo um valor abaixo da meta prevista que era de R$ 880 milhões, é considerado relevante. Na Ação Concessão de Crédito à População de Baixa Renda, a CEF teve o melhor desempenho, atingindo 74,9% da meta com R$ 66,16 milhões, o BB realizou 58% da meta financeira, com R$ 71,92 milhões e o BASA foi a instituição que apresentou o menor resultado, com 29,2% da meta cerca de R$ 3,7 milhões contratados.

A política de bancarização passa pela ampliação de uma rede de correspondentes bancários. Nesse caso, os bancos encontram poucas dificuldades de caráter operacional, somente o BNB, por exemplo, prevê a consolidação do processo de implementação do correspondente bancário em 2008, cujos resultados serão mais efetivos, em especial com os clientes do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste (Crediamigo) e do Grupo B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF B). Os bancos participantes do Programa também realizam parcerias com prefeituras, IMFs e OCISPs para reforçar a inclusão social, com participação em projetos sociais, de acordo com a política e estratégia de cada instituição financeira.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Todas as ações são de origem não-orçamentária. A execução física foi de 40% a 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Apesar de as metas não terem sido cumpridas, os resultados já eram esperados. Há previsão de expressivas melhoras em 2008, devido à revisão de processos que cada banco realizou, especialmente com a inclusão dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) no segmento bancário. A reformulação dos produtos de bancarização e microcrédito, enfatizada nos processos internos de cada banco público federal, proporcionou melhores resultados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação da sociedade nos bancos ocorre pelos serviços de atendimento ao cliente, por telefone, *e-mail*, etc. Indica-se uma maior divulgação dos resultados, em parceria com o Governo Federal.

A gestão do Programa é participativa, convocando-se os coordenadores de ação em todas as fases decisórias. O Programa também busca formalizar parcerias com programas que tenham públicos-alvo afins, com ênfase na política de Governo.

Embora consideradas concorrentes no mercado, as instituições financeiras participantes implementam as ações do Programa como política de Governo, cujo objetivo é beneficiar a sociedade sem a preocupação com as barreiras organizacionais.

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM FINANÇAS PÚBLICAS E ÁREAS AFINS

GERENTE DO PROGRAMA

Mauro Sérgio Bogéa Soares

OBJETIVO

Desenvolver recursos humanos do setor público em finanças públicas e áreas afins, mediante formação de carreiras e educação continuada.

PÚBLICO-ALVO

Servidores públicos do sistema fazendário e afins das três esferas de Governo

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 25.005.634,00	Empenho Liquidado:	R$ 14.703.057,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 14.703.057,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Grau de Satisfação dos Alunos - Porcentagem	91.60	92.80	93.80	94.00	90.00	104,44%
2. Grau de Satisfação dos Contratantes - Porcentagem	93.14	98.20	98.10	99.00	87.00	113,79%

1. GRAU DE SATISFAÇÃO DOS ALUNOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A manutenção do padrão de qualidade dos serviços prestados pela Escola de Administração Fazendária (ESAF) refletiu-se no indicador alcançado em 2007.

2. GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CONTRATANTES

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A manutenção do padrão de qualidade dos serviços prestados pela ESAF refletiu-se no indicador alcançado em 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa existe devido à necessidade de suprir o Governo de mão-de-obra selecionada e elevar o nível de qualificação profissional para o aprimoramento dos sistemas tributário e de controle, da formulação e avaliação de Políticas Públicas, da alocação dos recursos, da gestão das finanças públicas e da redução do *deficit* público nas três esferas de Governo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Treinamento de servidores nacionais e internacionais superou a meta esperada, perfazendo um total de 53.373 capacitados.

- Seleção de 2.213 candidatos em concurso público, superando a meta esperada e, nesse contexto, foram formados 454 alunos.

- Capacitação de 50 servidores no âmbito do Projeto Formar que é um curso que objetiva elevar o nível de escolaridade dos funcionários do Ministério da Fazenda (MF) visando o desenvolvimento pessoal e o melhor desempenho em suas atividades.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física foi acima de 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007.

Os recursos humanos e as estruturas insuficientes afetaram diversas áreas da ESAF. Verifica-se dificuldade de reposição de servidores, devido às características da escola e à carência de recursos orçamentários para treinamento de servidores.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O papel que os organismos internacionais têm desempenhado na ESAF é plenamente satisfatório. Destaque para o Centro Regional Conjunto de Capacitação para a América Latina no Brasil (CECAB), Instituto do Fundo Monetário Internacional (IFMI), Banco Mundial e União Européia (UE).

O monitoramento é realizado mensalmente por meio de coleta de dados dos participantes e contratantes da ESAF, mediante formulários específicos que são utilizados na apuração dos indicadores de Grau de Satisfação dos Alunos e dos Contratantes, e é consolidado por meio do Sistema de Gestão de Projetos (Sigep).

O sistema de Ouvidoria do MF, ao qual se vincula a Ouvidoria da ESAF vem representando, de certo modo, um controle social de atuação da escola, particularmente na área de concursos públicos. As críticas, sugestões e opiniões dos usuários da Ouvidoria têm se constituído em fonte permanente de aperfeiçoamento dos serviços ofertados.

DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

GERENTE DO PROGRAMA

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana

OBJETIVO

Assegurar as condições para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do mercado de valores mobiliários.

PÚBLICO-ALVO

Agentes econômicos atuantes no mercado de valores mobiliários

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 102.630.479,00	Empenho Liquidado:	R$ 89.831.899,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 89.831.899,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Acessos à Home - Page da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - Unidade	19.733.800.00	21.993.281.00	37.641.757.00	40.577.068.00	7.000.000.00	579,67%
2. Taxa de Emissões Primárias da Economia - Porcentagem	7.90	15.50	23.70	32.00	15.00	213,33%
3. Taxa de Participação das Companhias Abertas listadas em Bolsa e em Balcão organizado no Produto Interno Bruto (PIB) - Porcentagem	43.30	50.00	64.90	83.70	32.00	261,56%

1. NÚMERO DE ACESSOS À HOME - PAGE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Este indicador está relacionado ao ritmo de crescimento do mercado.

2. TAXA DE EMISSÕES PRIMÁRIAS DA ECONOMIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Este indicador está relacionado ao ritmo de crescimento do mercado.

3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS COMPANHIAS ABERTAS LISTADAS EM BOLSA E EM BALCÃO ORGANIZADO NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Este indicador está relacionado ao ritmo de crescimento do mercado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O mercado de valores mobiliários vem se tornando um instrumento do Governo Federal para aumentar a taxa de poupança doméstica da economia, pelo apelo que possui quanto a expectativas de taxas de retorno mais elevadas (embora com maior risco) e de participação no lucro das empresas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Julgamento de 82 processos sancionadores e mais 64 processos sancionadores encerrados em decorrência da celebração de termos de compromisso envolvendo todos os indiciados, o que fez com que o total de casos encerrados em 2007 atingisse 146 processos.

• Recorde de ofertas registradas na CVM pelo quarto ano consecutivo, atingindo a marca de R$ 167 bilhões. As ofertas de ações atingiram R$ 75,4 bilhões, sendo que as ofertas primárias superaram R$ 39,7 bilhões e as secundárias R$ 35,6 bilhões. As emissões de títulos de dívidas de empresas - debêntures e notas promissórias - foram da ordem de R$ 56,2 bilhões.

• Evolução de 60% na capitalização de mercado da bolsa de valores brasileira, com o valor das companhias abertas saindo de R$ 1,544 trilhão, em 31 de dezembro, de 2006 para se aproximar, no final de 2007, de R$ 2,478 trilhões.

• Aumento do número de companhias abertas, terminando o ano com uma variedade cada vez maior de setores da economia representados em bolsa, com destaque para o ingresso de 64 novas empresas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) em 2007.

• Crescimento contínuo nas operações de securitização. Em 2007, as emissões de recebíveis, representados por certificados de recebíveis imobiliários e fundos de direitos creditórios, aproximaram-se de R$ 11 bilhões. Ao final de 2007, os fundos regidos pela instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, atingiram um patrimônio líquido total superior a R$ 1,1 trilhão.

• Edição de 30 novas normas postas em audiência pública, dentre elas instruções importantes, como a que dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional, e a que dispõe sobre a constituição, a organização, o funcionamento e a extinção das bolsas de valores, bolsas de mercadorias e futuros e mercados de balcão organizado.

• Lançamento do Portal do Investidor, em maio de 2007, o Portal possui uma ferramenta de consulta e comparação entre os diversos fundos de investimento.

O mercado de capitais brasileiro manteve, até 2007, o ritmo acelerado de crescimento iniciado em 2003 e a CVM, autarquia reguladora deste mercado, tem trabalhado para crescer diante desta realidade. A conjunção de um cenário favorável de alta liquidez internacional com um ambiente interno estável, de estabilidade macroeconômica e preservação da disciplina fiscal promovidas pelo Governo brasileiro, criaram condições propícias para uma expansão vigorosa do mercado de capitais do País.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Em geral, as metas físicas realizadas foram superiores às previstas. Pode-se destacar o resultado das ações Orientação e Defesa aos Investidores (PRODIN), que superou em 32% a meta prevista, em função da disponibilização de diversos novos serviços exclusivos para os investidores, e Disseminação de Informações e Regulamentação do Mercado de Valores Mobiliários, que superou 83% da meta prevista, através da disponibilização, na Internet, de um conteúdo maior e mais eficiente de informações para o investidor.

As solicitações de créditos suplementares, em sua grande maioria, só foram concedidas ao final do exercício, prejudicando a execução dos programas. Fez-se necessário definir prioridades para o pagamento, como por exemplo, despesas essenciais para a manutenção da entidade. Isso prejudicou a execução de algumas ações, como a Ação Sistema Informatizado da Comissão de Valores Mobiliários.

Constatam-se dificuldades relacionadas à ampliação da sede no Rio de Janeiro (RJ), assim como na alocação dos servidores nas novas dependências da regional de São Paulo, ambas em muito prejudicadas pela não-aprovação dos créditos solicitados.

Está em elaboração portaria interna que definirá novos coordenadores, para que cada ação tenha seu coordenador responsável. Um aspecto a ser destacado, em 2007, foi a criação da Superintendência de Planejamento (SPL) que coordena as ações de planejamento junto com as demais superintendências da CVM.

Devido ao longo período entre os concursos de nível médio e superior, realizados pela CVM nos anos de 2005 e 2003, respectivamente, e seus antecessores, que apesar da admissão de mais de 150 novos servidores, ainda há a carência de outros 150, pois muitos

funcionários antigos da autarquia estão se aposentando, e ainda não há aprovação do MP para realização de novo concurso.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A CVM possui sua Ouvidoria, que tem como objetivo receber reclamações e denúncias da sociedade em relação aos serviços prestados e à atuação da autarquia, primando pela excelência no atendimento. A ação PRODIN constitui um mecanismo permanente para a participação social, uma vez que é capaz de obter informações de sugestões e denúncias, bem como para o pedido de orientações e esclarecimentos, fornecendo, assim, subsídios para a atuação do órgão.

Apesar da ação PRODIN constituir um canal importante para se aferir, de forma aproximada, o grau de satisfação dos usuários, pois há um grande número de consultas e o índice de atendimento é alto, no que concerne a pesquisas de opinião, por razões orçamentárias, não foi possível promover tal iniciativa nos anos recentes. Isto porque, como o Programa sob responsabilidade da CVM é de âmbito nacional, em face dos contingenciamentos, busca-se, naturalmente, priorizar a aplicação de recursos na execução do Programa para o alcance de metas definidas.

A utilização do mecanismo de audiência pública, com ampla divulgação por meio da cobertura da imprensa especializada, bem como pela Internet, constitui um canal adicional para que o público participe do processo de normatização. De modo análogo à Audiência Pública de suas normas, a CVM, em algumas ocasiões, também inicia Consultas Públicas a respeito de assuntos de interesse do mercado de capitais sujeitos à sua competência, com a finalidade de colher subsídios dos agentes de mercado sobre suas atividades e regulamentação.

A sociedade tem uma participação ativa no Programa, decorrente, especialmente, das parcerias montadas com instituições que congregam interesses de várias entidades, como a Associação Nacional de Investidores do Mercado de Capitais (ANIMEC), a Associação Nacional das Corretoras (ANCOR), a Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID), a Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANDIMA), o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), a Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA) e a Comissão Nacional de Bolsas de Valores (CNBV).

Vale ressaltar a elaboração do Plano Estratégico 2005-2007. O plano consiste num conjunto de ações desenhadas para permitir que sejam alcançados cinco objetivos estratégicos, eleitos pelo Colegiado:

a) fortalecer a fiscalização do mercado de valores mobiliários;

b) promover a educação dos investidores e dos participantes de mercado;

c) reduzir os custos do sistema de registros; promover a concorrência entre os participantes de mercado;

d) modernizar e fortalecer a CVM.

A publicação do Plano Estratégico representa o compromisso com o planejamento e a visão de longo prazo que devem, cada vez mais, fazer parte da cultura de gestão desta autarquia.

Com o objetivo de dar maior transparência a suas atividades, a CVM aprimorou as informações relativas às suas contas disponibilizadas no Portal da Transparência. Lá estão reunidas informações referentes a compras, despesas com pessoal, contratos e licitações, entre outras. O Portal também possibilita o acesso a todos os documentos de prestação de contas referentes ao período entre 2004 e 2007. A CVM, segundo a Controladoria-Geral da União (CGU), é um dos primeiros órgãos a disponibilizar, de forma eletrônica, todos esses dados. As informações podem ser acessadas no item Contas Públicas do sítio. Nesse espaço, também estão disponíveis *links* para o Portal de compras do Governo. A relevância da Internet como canal de disseminação de informações é confirmada pelos mais de 40 milhões de acessos à página da CVM em 2007.

DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA E CAPITALIZAÇÃO

GERENTE DO PROGRAMA

Armando Vergilio dos Santos Júnior

OBJETIVO

Estimular a expansão e garantir o adequado funcionamento dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização, protegendo os direitos dos consumidores e os interesses da sociedade em geral.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores e agentes dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 68.396.762,00	Empenho Liquidado:	R$ 65.339.068,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 65.339.068,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Participação do Mercado de Capitalização no Produto Interno Bruto (PIB) - Porcentagem	0.37	0.36	0.34	0.30	0.33	90,91%
2. Taxa de Participação do Mercado de Previdência Privada Complementar Aberta no Produto Interno Bruto (PIB) - Porcentagem	0.46	0.40	0.35	0.30	0.55	54,55%
3. Taxa de Participação do Mercado de Seguros no Produto Interno Bruto (PIB) - Porcentagem	2.12	2.20	2.41	2.30	2.46	93,50%

1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO MERCADO DE CAPITALIZAÇÃO NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice previsto para o final do PPA era de 0,33. Entretanto, com a nova metodologia

do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de cálculo do PIB, este valor passou para 0,29. Percebe-se, pelo histórico dos indicadores, que a capitalização não se tem demonstrado um produto de alto crescimento, pois trata-se de um mercado maduro, que vem perdendo participação no PIB.

2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO MERCADO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR ABERTA NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice previsto para o final do PPA era de 0,55. Entretanto, com a nova metodologia do IBGE de cálculo do PIB, este valor passou para 0,49. O Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) contribuiu fortemente para o crescimento da previdência complementar aberta nos últimos anos. O não-alcance do valor previsto está associado ao alto crescimento do ramo de seguro de Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). Ademais, os planos tradicionais também têm mostrado lenta evolução.

3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO MERCADO DE SEGUROS NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice previsto para o final do PPA era de 2,46. Entretanto, com a nova metodologia do IBGE de cálculo do PIB, este valor passou para 2,20. As perspectivas para o próximo exercício são muito positivas graças à melhoria do crédito, do emprego e da renda, e da manutenção da perspectiva de estabilidade da economia nacional com baixos índices inflacionários. Os mercados supervisionados devem continuar em expansão, puxados pelos segmentos de seguro de automóveis, por conta do aumento das vendas de automóveis novos, pela expansão de seguros ligados ao crédito interno e pelo seguro de vida VGBL, que vem mostrando forte apelo como produto de acumulação.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A situação vigente é de desequilíbrio nas relações entre os agentes e os consumidores de seguros, previdência complementar aberta e capitalização, em razão de carência de informação adequada nos canais de comercialização, necessidade de maior transparência, concentração de mercado, escassez de produtos e excesso de regulamentação, decorrente da velocidade de expansão destes mercados nestes últimos anos. O cenário futuro, contudo, é de modernização e abertura dos mercados, com a abertura do resseguro e a transferência de sua fiscalização para a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Abertura do Mercado de Resseguro, a Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, estabeleceu como política geral a construção de um mercado competitivo de

seguros no País, e gerou a necessidade de criação, em um curto espaço de tempo, de um complexo arcabouço normativo infralegal. Com esse objetivo, em 2007, a SUSEP criou 14 grupos de trabalho a fim de regulamentar diversos aspectos da atividade resseguradora, e colocou em audiência pública seis minutas de normas definindo conceitos básicos, tendo como primeiros resultados a publicação, em 19 de dezembro de 2007, das seguintes Resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP): n º 168/2007 que trata das atividades de resseguro, retrocessão e intermediação; n.º 169/2007 versa sobre o capital mínimo dos resseguradores locais; n º 170/2007 capital adicional baseado nos riscos de subscrição dos resseguradores locais; n º 171/2007 estabelece a constituição das provisões técnicas das sociedades resseguradoras; n º 172/2007 define os limites de retenção das resseguradoras locais; e n º 180/2007 trata sobre a corretagem de resseguros.

• Publicação da Resolução CNSP n º 180/2007 que revoga a Resolução CNSP n º 03, de 18 de janeiro de 1971 e da circular SUSEP n.º 350, de 17 de agosto de 2007 a qual especifica procedimentos da Resolução CNSP n º 164, de 17 de julho de 2007. Destaca-se também a participação da SUSEP na elaboração da resolução Conselho Monetário Nacional (CMN) n º 3.525, de 20 de dezembro de 2007, que estabelece procedimentos para abertura e movimentação de contas em moeda estrangeira tituladas por sociedade seguradora, ressegurador local, ressegurador admitido ou corretora de resseguro.

• Promoção de mudanças importantes na atuação regulatória da SUSEP, buscando alinhamento com as melhores práticas internacionais de supervisão e fiscalização do mercado segurador, com o objetivo de promover transparência e criar mecanismos para melhoria da governança corporativa das entidades do setor. Dentre tais mudanças, destacam-se, em 2007, a continuação da implementação da supervisão baseada em risco e a introdução de novas regras de solvência para o mercado, pelas quais a exigência de capital deverá retratar os riscos assumidos pelas empresas.

• Superação da meta prevista no PPA referente à ação de fiscalização, que era de 120 inspeções, tendo sido realizadas 153 inspeções ao longo do exercício de 2007. Desse total, 71 inspeções foram realizadas em sociedades seguradoras, representando 46% dos trabalhos realizados no período. É necessário ressaltar que, em 2007, foram lavrados 64 autos de infração, o que demonstra que em aproximadamente 41% das inspeções são detectadas irregularidades passíveis de aplicação de penalidades. Durante o ano de 2007, a SUSEP cumpriu sua agenda programada visando a implantação do modelo de supervisão, baseada em riscos na sua esfera de fiscalização. Sob uma ótica quantitativa, durante o ano de 2007 foram realizados sete trabalhos de fiscalização com foco em riscos e controles, sendo cinco deles em caráter de follow-up. A título comparativo, vale lembrar que, em 2004, ocorreu um trabalho nesses moldes, três em 2005 e quatro em 2006.

• Blindagem dos recursos em planos do tipo VGBL e PGBL, em que técnicos da SUSEP vêm trabalhando na regulamentação da Lei n º 11.196, de 21 de novembro de 2005, que dispõe sobre a criação de fundos vinculados, exclusivamente, aos planos de acumulação previdenciária. De acordo com essa Lei, as cotas representativas desses fundos passam a pertencer aos próprios consumidores, e não mais às entidades de previdência e

sociedades seguradoras, passando essas, tão somente, a administrá-los. Assim, o patrimônio dos fundos constituídos não se comunica com o patrimônio das empresas, e os recursos dos consumidores ficam a salvo no caso de falência ou liquidação extrajudicial da empresa.

• Implementação do novo modelo de supervisão prudencial, em 2007, efetuou alterações substanciais em sua forma de atuação, em que a avaliação dos contratos oferecidos no mercado segurador e ressegurador estabeleceu a obrigatoriedade do envio de Nota Técnica Atuarial (NTA) de Carteira, dando um enfoque muito mais dinâmico. A apresentação da NTA de Carteira, além de descrever o objetivo da empresa supervisionada no início de sua operação em determinado ramo ou região, permitirá acompanhar seu desenvolvimento e verificar se as premissas adotadas e os parâmetros estabelecidos estão sendo de fato alcançados.

• Intensa atuação da SUSEP junto ao Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC), participando do subgrupo que irá desenvolver a Estratégia Nacional de Educação Financeira. Cabe ao COREMEC propor a adoção de medidas para melhorar o funcionamento dos mercados sob regulação e fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da SUSEP, do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), além de facilitar o intercâmbio de informações entre estas entidades e propor ações coordenadas de regulação e fiscalização. Ainda no campo da educação financeira, a SUSEP lançou, em 2007, a segunda edição da cartilha Guia de Orientação e Defesa do Segurado, com o objetivo de divulgar informações sobre as empresas dos mercados supervisionados e respectivos produtos.

• Participação, no contexto internacional, da SUSEP em diversos organismos, dentre os quais: a *International Association of Insurance Supervisors* (IAIS), a Asociación de Supervisores de Seguros de América Latina (ASSAL) e a Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASSEL), além de conduzir uma cooperação técnica com a *National Association of Insurance Commissioners* (NAIC), que congrega os órgãos estaduais de supervisores de seguros dos Estados Unidos da América (EUA). No âmbito da IAIS, o Brasil integra o Subcomitê de Solvência e Atuária, o Grupo de Trabalho conjunto IAIS-CGAP (*Consultative Group to Assist the Poor*) sobre Microsseguros e, a partir de 2007, o Subcomitê de Resseguros. Em outubro de 2007, o superintendente da SUSEP foi eleito presidente do Grupo de Trabalho Conjunto IAIS-CGAP sobre Microsseguros, e do Subgrupo de Trabalho sobre Microsseguros da IAIS, fato inédito para a representação brasileira. Os Microsseguros são voltados para o segmento da população de baixa renda, e o incentivo ao seu desenvolvimento é uma política do Governo brasileiro desde 2003.

• Promoção de alterações no ambiente regulatório dos produtos de acumulação, uma das mais importantes, do ponto de vista da manutenção e viabilidade do sistema, foi a criação da possibilidade de se utilizar tábuas biométricas elaboradas, a serem atualizadas durante o período de diferimento, por instituição independente e com reconhecida capacidade técnica, a partir de experiência da própria entidade de previdência ou do mercado, como um todo. As entidades de previdência complementar, optam por definir, no ato da contratação, uma tábua de mortalidade fixa, evitando que a desatualização

ao longo do período de diferimento do plano, podendo indicar no contrato uma tábua referencial, atualizável, de acordo com metodologia previamente aprovada pela SUSEP, por instituição independente com capacidade técnica para tanto.

• Apresentação de minuta circular da SUSEP que estabelece normas para elaborar, operar e comercializar títulos de capitalização, com proposta de estruturar, para efeito de comercialização, os títulos de capitalização em quatro modalidades, a saber: Tradicional, Compra-Programada, Popular e Incentivo. Foram concluídas as análises das sugestões apresentadas, durante processo de audiência pública. A minuta de circular, que se encontra sob a apreciação do Colegiado, dará maior transparência e disciplina ao mercado com a segregação dos produtos em classes, bem como garantirá maior segurança financeira com as alterações propostas.

• Conclusão de minuta de resolução para a previdência complementar aberta do CNSP que atualiza as regras para as coberturas de risco. Essa atualização foi necessária em face do novo ordenamento jurídico estabelecido pelo novo Código Civil e da dinâmica do mercado previdenciário. O processo encontra-se sob a apreciação do Colegiado da SUSEP.

• No caso dos seguros não-obrigatórios, os ramos de fiança locatícia e transporte tiveram sua regulamentação aperfeiçoada com a publicação da circular SUSEP n º 347, de 27 de junho de 2007, e da circular SUSEP n º 354, de 30 de novembro de 2007, respectivamente. Com isso, o setor passou a contar com diretrizes mínimas a serem observadas na comercialização destes seguros, ao mesmo tempo em que foram disponibilizadas, no sítio eletrônico da SUSEP, as condições contratuais dos planos padronizados referenciais. Para o seguro de garantia estendida, houve a publicação da circular SUSEP n º 346, de 27 de junho de 2007, que teve por objetivo estabelecer os critérios de constituição das provisões técnicas e de contabilização, o que certamente representou um passo importante para o regramento de segmento que movimenta uma parcela significativa de recursos. No caso do seguro de responsabilidade civil por desvio de carga e responsabilidade civil do operador multimodal de carga, a área técnica atuarial concluiu as minutas que regulamentarão esses ramos e a elaboração de condições contratuais padronizadas. Esses processos encontram-se sob a apreciação do Colegiado da SUSEP. Já o seguro de responsabilidade civil geral encontra-se em análise ainda. Finalmente, como conseqüência dos trabalhos iniciados em 2007, são postos como objetivos para o ano corrente: o aperfeiçoamento das regras para os seguros de lucros cessantes, riscos de engenharia, crédito à exportação e crédito interno, bem como o desenvolvimento de regulamentação para a auditoria atuarial e atualização do normativo de codificação dos ramos.

• Seguros obrigatórios de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de via terrestre (DPVAT) e de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por Cargas (DPEM), em 2007 foram elaboradas as avaliações atuariais dos seguros DPVAT, trabalho esse que terminou com a publicação pelo CNSP da Resolução n º 174/2007 e DPEM foi concluída em janeiro de 2008. No que tange ao seguro habitacional do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), o Departamento Técnico Atuarial (DETEC) realizou sua avaliação e encaminhou o respectivo relatório ao Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais (CCFCVS), visando o equilíbrio da apólice do seguro.

• Para o seguro aeronáutico, estabeleceram-se contatos com as sociedades seguradoras com operações no ramo, com o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB-Brasil Re) e com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), objetivando a obtenção de conhecimento mais detalhado a respeito dos trâmites operacionais e da legislação que estabelece as coberturas de contratação obrigatória. No decurso desses trabalhos, em função da necessidade de esclarecimentos acerca de dispositivos da Lei n º 7.565, de 19 de dezembro de 1986, foram encaminhados à ANAC ofícios enviados pelo MF. O objetivo principal deste projeto, cuja continuidade depende da resposta da ANAC, é a emissão de resolução do CNSP dispondo sobre as coberturas de contratação obrigatória e as condições contratuais padronizadas do seguro aeronáutico.

• Nos seguros obrigatórios de responsabilidade civil do transportador aéreo de carga, ferroviário de carga e aquaviário de carga verificou-se que não havia regras editadas pela SUSEP ou pelo CNSP, sendo a comercialização desses produtos realizada com base em normas antigas elaboradas pelo IRB. Entretanto, com a publicação da Lei Complementar n º 126, de 15 de janeiro de 2007, o IRB-Brasil Re deixou de ter atribuição regulatória, passando a ser um operador do mercado de resseguros. Conseqüentemente, em face de não haver regulamentação específica para esses ramos, foram elaboradas três resoluções criando as condições mínimas obrigatórias a serem adotadas pelas seguradoras. As versões finais das três resoluções aguardam aprovação do CNSP. Para o seguro obrigatório compreensivo condominial também não havia regulamentação específica, o que ensejou a elaboração de minuta de resolução do CNSP, que se encontra atualmente em análise jurídica. No caso do seguro obrigatório de responsabilidade civil do transportador rodoviário de carga, foi procedida a revisão da Resolução CNSP n º 123 e da Resolução CNSP n º 134, ambas de 2005, que se encontram sob a apreciação do Colegiado da autarquia. Já para o seguro obrigatório de responsabilidade civil em ônibus para viagens interestaduais e internacionais, a principal norma sobre esse ramo data de 1998. Buscando alinhar os normativos às disposições do novo Código Civil, bem como às demais circulares SUSEP, em especial à circular SUSEP n º 256, de 16 de junho de 2004, o DETEC revisou e consolidou essa regulamentação, encaminhando ao Colegiado da autarquia.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Em relação às ações vinculadas diretamente às áreas finalísticas, a SUSEP superou as metas físicas estabelecidas, exceto quanto à Ação Concessão de Empréstimos para Liquidação de Sociedades, o que na realidade retrata a eficiência da área de Regimes Especiais, pois a redução na meta física desta Ação significa o encerramento de alguns processos liquidatários.

Os recursos orçamentários foram considerados insuficientes porque foi necessária a abertura de crédito suplementar.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A Lei Complementar n º 126 de 2007 transferiu do IRB-Brasil Re para a SUSEP as funções de regulamentação e fiscalização do mercado de resseguros. Não se previu, contudo, nenhuma readequação no quadro gerencial da autarquia, de forma a fazer frente a tais atribuições. As demandas específicas do resseguro, que já representariam um aumento expressivo de demanda, são adicionadas no momento em que a SUSEP encontra-se implantando a supervisão baseada em risco. Além disso, a SUSEP sofreu diversos cortes de cargos comissionados de Direção e Assessoramento Superior (DAS), em função de medidas de restrição econômica. O cenário que se apresenta, com a modernização e a abertura do mercado de resseguro, a transferência de atribuições do IRB e a nova metodologia de supervisão baseada em risco, faz necessária a readequação do quadro de pessoal. Neste sentido, foi enviada proposta de autorização de concurso público para o preenchimento de vagas nesta autarquia, além de criação de cargos comissionados, de forma a adequar a estrutura do órgão às novas atribuições.

A atual estrutura de *hardware* já está sendo utilizada no seu limite. A necessidade de aumento de capacidade de armazenamento ficou mais evidente em 2007, em função da transferência para a SUSEP das atribuições do IRB-Brasil Re de regulação e fiscalização das operações de co-seguro, resseguro e retrocessão. Além disso, a SUSEP iniciou o registro de apólices emitidas no mercado, inicialmente do ramo de garantia e depois dos ramos massificados, com a conseqüente necessidade de aumento da capacidade de seus bancos de dados.

A legislação atual, que tende a direcionar a grande parte dos processos de compra e contratação para a modalidade pregão, tem ocasionado contratos de difícil manutenção por motivo de desequilíbrio econômico-financeiro, levando à repetição de processos licitatórios.

A SUSEP utiliza o processo de Audiência Pública para obter sugestões em relação às normas que pretende editar, principalmente àquelas que possam causar maiores conseqüências para a sociedade, esse processo tem contribuído nos procedimentos de regulamentação, pois as empresas têm oportunidade de opinar antes da publicação das normas. Como exemplo, em 2007 as normas relativas à regulamentação de resseguro tiveram, durante a Audiência Pública, importante contribuição de integrantes do mercado.

Para avaliação mais precisa da satisfação dos beneficiários do Programa, seriam necessárias campanhas de divulgação da atuação da SUSEP e, para isso, conseqüentemente, maior aporte de recursos. A SUSEP está desenvolvendo novos indicadores com o objetivo de aferir a satisfação dos beneficiários que a procuram.

DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

GERENTE DO PROGRAMA

Anthero de Moraes Meirelles

OBJETIVO

Assegurar a solidez do Sistema Financeiro Nacional.

PÚBLICO-ALVO

Instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central (BACEN)

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.107.844.637,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.083.859.151,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.083.859.151,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Nível de Enquadramento às Exigências de Capitalização por Parte das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - Porcentagem	-	99.98	99.96	99.86	100.00	99,86%

1. NÍVEL DE ENQUADRAMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE CAPITALIZAÇÃO POR PARTE DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O resultado apresentado contempla o período de janeiro a novembro de 2007, em razão do lapso temporal para apuração e cálculo do referido índice. Levando-se em conta o mês de dezembro de 2007, obtém-se um índice de capitalização da ordem de 99,89%. A meta não foi atingida, o que se deve ao não-enquadramento de algumas instituições de pequeno porte - cooperativas de crédito, sociedades de arrendamento mercantil e sociedade de títulos e valores mobiliários, às exigências de capitalização. Essas instituições representam 0,14% do Patrimônio Líquido Exigido (PLE) total em relação ao universo fiscalizável, apurado até novembro de 2007, sem representar nenhum risco para o sistema. Ressalte-se que as instituições financeiras continuaram, em 2007, com níveis adequados de capitalização e, em muitas situações, até

acima do limite exigido na regulamentação brasileira. O Índice de Basiléia, que é utilizado como referência para medir o nível de capitalização,era de 19% em dezembro de 2007, ou seja, acima do limite regulamentar que é de 11% e do índice considerado suficiente de acordo com os padrões internacionais de 8%. Constata-se, desse modo, que é confortável o nível de capitalização das instituições do sistema financeiro brasileiro.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A demanda do Governo e da sociedade por um sistema financeiro sólido, eficiente, eficaz e efetivo justifica o Programa. Trata-se de demanda permanente, da mais alta relevância para o País, inclusive como forma de assegurar a estabilidade econômica, visto que, não havendo um sistema financeiro sólido, não se pode falar em economia estável.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Editados 154 normativos de regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN), estabelecendo condições para prorrogações e renegociações de operações do crédito rural, bem como um conjunto de normativos baixados com o objetivo de implementar o Acordo de Basiléia II no Brasil. Também foi aprimorada a regulamentação das cooperativas. Foram editadas Regras Prudenciais para Requerimento de Capital e Gestão de Riscos, destacando-se três medidas: padronização da nomenclatura de tarifas, obrigação das instituições de informar o Custo Efetivo Total (CET) e a liquidação antecipada de operações de crédito e de arrendamento mercantil. No contexto do aprimoramento da regulamentação que disciplina o relacionamento entre as instituições do sistema financeiro e seus clientes e usuários, foi determinada a implementação de ouvidoria pelas instituições financeiras e administradoras de consórcio, que terá a atribuição de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor, e de atuar como canal de comunicação entre elas e seus clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos, quando houver.

• Realizadas duas mil atividades de fiscalização com foco em três aspectos principais das instituições financeiras: situação econômica e financeira, gestão e cumprimento de normas, e prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, verificando-se a suficiência e a qualidade das políticas e dos controles adotados pelas instituições, visando a prevenção do seu uso para fins de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo. Foram recebidas 75.976 denúncias e reclamações de cidadãos contra instituições autorizadas pelo Banco Central (BACEN), referentes ao descumprimento de normas da alçada desta autarquia. Foram tratadas e encerradas 62.077 demandas, estando as demais em análise ou aguardando manifestação da instituição reclamada ou denunciada. Foi constituído um grupo de trabalho, formado por servidores do BACEN e do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça (DPDC/MJ), com o objetivo de estruturar e organizar ações conjuntas com os órgãos de defesa do consumidor. Atendimento e encaminhamentos aos pedidos oriundos do Poder Judiciário, sendo 2.849.322 no total, dos quais 2.773.484 por meio do BACEN Jud e 75.838 em ofícios em papel. Foi iniciado o projeto destinado à ampliação do cadastro positivo, constituído a partir das operações de crédito contratadas no sistema financeiro.

• Em 2007 foram examinados e decididos 3.863 processos relativos aos diversos assuntos que compõem a Ação de Ordenamento do Sistema Financeiro, sendo 42 Transferências de Controle, 106 Autorização para Funcionamento, 55 Cisão, Fusão e Incorporação, 27 Mudança de Objeto Social, 38 Cancelamento de Autorização, 1.929 Eleição, 950 Reforma Estatutária e Alteração Contratual, 45 Instalação de Agências e de Correspondentes no País, 55 Transformação de Cooperativa e 66 Outros.

• No âmbito do Sistema de Informações do Banco Central do Brasil (Sisbacen) foram concluídos mais de 40 projetos significativos constantes do Plano Diretor de TI, destacando-se: aprimoramento da gestão da TI, implantação de novos sistemas informatizados, aquisição de solução de portal corporativo para intranet, Internet e extranet , atualização da Plataforma Internet Corporativa, aquisição e migração de mainframes, disponibilidade do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) pela adequada gestão da infra-estrutura tecnológica que suporta o SPB. Foram realizados 180 eventos de capacitação em TI, com a oferta de 878 vagas, dentre as quais 182 destinadas aos servidores de outras unidades. Foram realizados 72.337 atendimentos a usuários finais, sendo que 16.427 foram voltados para usuários externos. Foram atualizados e adquiridos novos equipamentos e soluções, como dispositivos de armazenamento de dados, servidores de informática, e equipamentos para atualização da rede de comunicação de dados e soluções para gerenciamento do ambiente de tecnologia em geral e para o aperfeiçoamento dos serviços do Sisbacen. Quanto ao sítio eletrônico do BACEN, a média diária é de 1,8 milhão de acessos. O que representa um crescimento de 18,8% em relação ao ano anterior. Estão em andamento outros 121 projetos, dentre os quais se destacam o Sistema de Administração das Reservas (SAR), o Sistema de Monitoramento de Mercado (SMM), o Sistema de Gerenciamento do Meio Circulante (Sismecir), o Sistema de Registro de Créditos (SCB) e o Sistema Aplicativo de Classificação de Instituições (*Rating*).

• Realizado o VI Seminário Banco Central sobre Microfinanças, em Porto Alegre (RS), ao qual compareceram aproximadamente 900 pessoas. O referido seminário tem por objetivo apresentar panorama da indústria microfinanceira no País, fazendo uma abordagem conceitual e técnico-operacional a respeito, que visa divulgar o resultado das ações já empreendidas nesse campo em nível nacional, apresentar a viabilidade da atividade microfinanceira como opção de investimento a agentes provedores de capital, mostrar o potencial do segmento no auxílio à inclusão social e ao desenvolvimento do Brasil, ao permitir o acesso da população de baixa renda a serviços financeiros com formato apropriado à sua realidade, e proporcionar opção de crédito de maneira facilitada a empreendedores populares.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O índice de execução física ficou em 85%, se consideradas todas as ações do Programa. Se consideradas apenas as ações finalísticas e o Sistema de Informações Banco Central do Brasil (Sisbacen), o índice de obtenção de resultados alcançado, pelo cálculo da média aritmética, foi de 103,85%. Ressalte-se que a ação Regulamentação do SFN superou sua meta física em 40%, devido à necessidade de edição de normas estabelecendo condições

para prorrogações e renegociações de operações do crédito rural, bem como de conjunto de normativos baixados com o objetivo de implementar o Acordo de Basiléia II no Brasil. A ação Supervisão do SFN teve um percentual de execução de 68,08%, em razão da paralisação dos servidores do BACEN e da reorganização administrativa da Diretoria de Fiscalização, ocorrida no primeiro semestre de 2007. De modo geral, ainda que tenham ocorrido algumas restrições, considera-se que a execução orçamentária do Programa foi satisfatória.

A edição da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2007 estabeleceu o limite para viagens em 90% da realização do ano anterior. Essa restrição atingiu as três principais ações do Programa: Ordenamento, Regulamentação e Supervisão do SFN. Tal restrição durou até a edição do Decreto n º 6.124, de 13 de junho de 2007, que excepcionou essas três áreas. Considera-se, assim, que o fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada, pois a maioria das viagens foi reprogramada para o segundo semestre de 2007. Contudo, houve atraso na execução normal das atividades planejadas pelo BACEN. Além disso, a liberação dos créditos adicionais para a Ação Sisbacen ocorreu com atraso, somente no mês de dezembro de 2007, prejudicando o desenvolvimento.

As ações Construção de Edifício para o Meio Circulante no Rio de Janeiro, e Construção do Edifício Sede do Banco Central do Brasil (BACEN) em Salvador sofreram restrições administrativas no decorrer de suas execuções, em razão da exigência da Portaria n.º 36.055, que trata do Regulamento do Sistema de Segurança do Banco Central do Brasil. Devido ao grande número de restrições apresentadas pelo setor de segurança institucional, os projetos tiveram que ser totalmente revistos. Tal fato contribui para o atraso no andamento do processo licitatório das duas ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Foram utilizados recursos não-orçamentários provenientes da Reserva para Promoção da Estabilidade da Moeda e do Uso do Cheque (Recheque), transferidos para esta autarquia pela Resolução n º 3074, de 24 de abril de 2003, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Os referidos recursos foram alocados para investimentos nas seguintes ações:

a) Sisbacen para o Programa de Atualização da Tecnologia da Informação do Banco Central do Brasil (PATI) e o Programa de Revitalização e Organização da Tecnologia de Informação (Pro-TI), que utilizam recursos da Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central (Redi-Bacen) e têm por objetivo a modernização da infra-estrutura de tecnologia da informação (TI) e o aperfeiçoamento dos processos e da gestão de TI, contribuindo sobremaneira para o alcance dos resultados em 2007, o uso desses recursos correspondeu a 22,1%, em relação à dotação orçamentária total para a ação;

b) Gestão e Administração do Programa (GAP) para aquisições de bens e revitalização de edificações, com o objetivo de proporcionar maior segurança física às pessoas e a preservação do patrimônio público. Em razão da utilização desses recursos, foi possível efetuar, no exercício de 2007, obras de revitalização em Brasília (DF), em Belo Horizonte (MG), em Curitiba (PR), em Fortaleza

(CE), em Porto Alegre (RS), no Rio de Janeiro (RJ) e em São Paulo (SP). A importância do uso desses recursos para o desenvolvimento do Programa consiste em proporcionar condições ambientais e de segurança adequadas por meio da revitalização das instalações, propiciando, inclusive, a valorização do patrimônio público. Em 2007, o total desses recursos correspondeu a 2,6% em relação à dotação orçamentária total para a ação.

A participação social facilita o processo de *feedback* entre a sociedade e o BACEN. Essa participação acontece em eventos de microfinanças realizados pelo BACEN e por meio da Ouvidoria, do Sistema de Registros de Denúncias e Reclamações de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (RDR) e das Audiências Públicas que propiciam oportunidade para a apresentação de reclamações, denúncias e sugestões dos cidadãos. Dessa forma, a sociedade contribui para a busca da eficácia e efetividade da autarquia no desenvolvimento das ações do Programa, especialmente no que se refere à organização do SFN, à edição de normas e à supervisão das instituições financeiras. Quanto maior a participação social, maior a contribuição recebida pelo BACEN para o aperfeiçoamento das ações do Programa.

O volume de trabalho da Ouvidoria pode ser medido pelo total de demandas (reclamações, denúncias, críticas, elogios e sugestões) recebidas dos cidadãos. Em 2007, este total de demandas foi de 2.695 e em 2006 chegou era de 644. Uma das tarefas desenvolvidas pela Ouvidoria diz respeito ao pós-atendimento ao cidadão. Quando o cidadão por iniciativa própria não se manifesta quanto à qualidade do serviço recebido, a Ouvidoria entra em contato para indagar quanto ao grau de satisfação pelo atendimento recebido. O ideal é que esse pós-atendimento abranja 100% do atendimento. Todavia, em função de dificuldades ainda existentes, esse percentual tem girado em torno de 90%. As reclamações de cidadãos recebidas pela Ouvidoria têm sido de fundamental importância para embasar as discussões com as áreas prestadoras dos serviços e, conseqüentemente, as melhorias ocorridas nos processos de trabalho.

Em 2007, foram registradas 75.976 denúncias e reclamações, sendo que 41% das demandas foram recebidas por telefone no serviço 0800-979-2345, 8% por meio de atendimento presencial, 9% por correspondência e 42% pelo Fale Conosco disponível no sítio do BACEN na Internet.

Não existe instrumento formal para avaliação do grau de satisfação dos beneficiários do Programa, mas existe a preocupação em atender à sociedade quanto às críticas, dúvidas, reclamações e sugestões dos cidadãos, por meio dos seguintes canais de comunicação: 0800, e-mail e central de atendimento presencial, além das recém-criadas ouvidorias no BACEN e nas instituições financeiras. A análise das manifestações do público quanto à atuação do BACEN e ao funcionamento do SFN permite avaliar, mesmo de forma incipiente, o grau de satisfação dos beneficiários do Programa. Além disso, o BACEN está implementando medidas que possibilitem a avaliação sistemática da satisfação do público quanto à sua atuação como responsável pela gestão do Programa, por meio de pesquisa periódica de opinião junto aos diversos segmentos da sociedade.

Ainda há necessidade de desenvolvimento de diversas ferramentas de TI, de forma a aperfeiçoar

a execução das atividades. As redes locais das sedes e das regionais demandam atualização. A capacidade de armazenamento e processamento dos servidores necessita de adequação.

Como houve mudança na sistemática de exame para autorização da maioria dos pleitos relativos ao SFN, tornando-os mais complexos, foi elaborado levantamento de necessidades adicionais de recursos humanos, apesar do concurso já realizado, e encaminhado ao Departamento de Gestão de Pessoas e Organização.

Há a necessidade de continuidade do Programa de Desenvolvimento de Competências Gerenciais (GERIR), com a formação de sucessores, até mesmo em função do grande volume de aposentadorias previstas para o período entre 2008 e 2010. A qualificação da equipe gerencial é requisito básico para o desempenho eficaz da instituição, especialmente na implementação do modelo de gestão por resultados.

Há necessidade de ampliar o Programa de Qualificação dos Servidores das equipes executoras, especialmente os recém-admitidos, levando-se em conta a natureza e especificidade das atividades a cargo do BACEN. Apesar dos esforços das equipes, as unidades não conseguiram implementar ações de capacitação que atendessem a todas as necessidades identificadas, tendo em conta o fluxo irregular de recursos orçamentários.

EDUCAÇÃO FISCAL

GERENTE DO PROGRAMA

Mauro Sérgio Bogéa Soares

OBJETIVO

Promover o exercício da cidadania mediante a sensibilização da população para a função sócio-econômica do tributo e o incentivo ao controle social da aplicação dos recursos públicos.

PÚBLICO-ALVO

Professores e alunos do ensino fundamental e médio, da rede pública de ensino estadual e municipal

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 500.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 500.000,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 500.000,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Abrangência Municipal - Porcentagem	35.00	37.13	42.90	49.00	40.00	122,50%
2. Taxa de Atendimento com Educação Fiscal a Alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública - Porcentagem	-	-	9.60	10.50	10.50	100%
3. Taxa de Atendimento com Educação Fiscal a Alunos do Ensino Médio da Rede Pública - Porcentagem	-	-	17.90	18.30	9.79	186,93%
4. Taxa de Capacitação de Professores da Rede Pública com Educação Fiscal - Porcentagem	-	-	0.36	7.38	6.28	117,52%

1. TAXA DE ABRANGÊNCIA MUNICIPAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice previsto ao final do PPA foi superado. Com o objetivo de despertar o interesse dos entes municipais em implementar o Programa em toda a rede pública de ensino fundamental e médio, estão sendo realizadas, em vários Municípios brasileiros, palestras e reuniões de sensibilização sobre a importância do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF).

2. TAXA DE ATENDIMENTO COM EDUCAÇÃO FISCAL A ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O curso a distância, realizado pela Escola de Administração Fazendária (ESAF) para capacitação de professores, e as outras atividades de capacitação realizadas pelos Estados têm possibilitado ampliar o número de alunos que estão sendo educados na questão da cidadania fiscal.

3. TAXA DE ATENDIMENTO COM EDUCAÇÃO FISCAL A ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O aumento significativo do índice deve-se ao grande esforço de capacitação no ano de 2007, formando aproximadamente 15 mil novos disseminadores de educação fiscal.

4. TAXA DE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA COM EDUCAÇÃO FISCAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Apesar de o índice ter sido baixo, já foram capacitados mais de 7% do universo de professores da rede pública no Curso de Disseminadores de Educação Fiscal, até o ano de 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Há necessidade de criar no cidadão brasileiro, desde cedo, uma consciência maior da importância da relação entre qualidade e quantidade dos serviços públicos que são oferecidos pelos três níveis de Governo, como contrapartida dos tributos (impostos, taxas e contribuições) pagos pela sociedade.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Ampliação da rede de disseminadores em que foram capacitados 15.513 disseminadores do PNEF em 2007.

- Produção do material pedagógico para o Curso de Especialização de Educação Fiscal e Cidadania com início previsto para o primeiro semestre de 2008.

O resultado na capacitação de disseminadores de educação fiscal, bem acima dos 100%, considerado excelente, foi superado em razão da grande procura do curso on line.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Os recursos orçamentários foram considerados insuficientes. A restrição orçamentária em relação ao Programa limita de certa forma, a ampliação dos resultados do mesmo. Outro motivo é a limitação por parte da ESAF, com teto em seu orçamento já preestabelecido pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda (SPOA/MF).

A equipe é formada por apenas três servidores, número este insuficiente para atender à demanda do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

São promovidas reuniões anuais com todos os representantes do Programa, e é realizado, anualmente, o Fórum dos Gestores Federais do PNEF. Além disso, são realizadas palestras e reuniões de sensibilização em diversos Municípios brasileiros. E estão em fase de ampliação diversas parcerias, como a estabelecida com a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp).

FORTALECIMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS - PNAFM

GERENTE DO PROGRAMA

Almério Cançado de Amorim

OBJETIVO

Aumentar a eficiência administrativa e fiscal dos Municípios, assegurando o melhor aproveitamento do potencial de arrecadação, a ampliação da transparência e do controle social na gestão dos recursos públicos e a melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão.

PÚBLICO-ALVO

Municípios (o escopo do PNAFM é destinado ao ente municipal, para melhoria fiscal e administrativa do Município)

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 153.125.698,00	Empenho Liquidado:	R$ 61.221.032,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 61.221.032,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Autonomia Financeira (IAF) - Número Índice	-	-	-	-	115.00	-

1. ÍNDICE DE AUTONOMIA FINANCEIRA (IAF)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O IAF não é aderente à execução do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), considerando-se que a aplicabilidade se dará junto aos Municípios beneficiários e não à Unidade de Coordenação de Programas (UCP). Motivo este que inibiu a apuração do índice em questão no decorrer do PPA 2004--2007. Para o próximo PPA este índice deverá ter reavaliação da sua pertinência.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O fortalecimento da posição do Município na Federação brasileira tem aumentado desde 1988, o raio de autonomia se amplia, configurando-se, para muitos, um reforço de juridicidade. O processo de descentralização não se tem restringido à esfera fiscal com a ampliação das transferências de recursos, das faculdades tributárias próprias e da autonomia administrativa. O Governo Federal também tem privilegiado os Municípios, estabelecendo-os como centros de referência de diversos de seus programas, como, por exemplo, a municipalização da saúde e dos programas assistenciais. Há a convicção de que os serviços públicos são mais eficientes e responsivos no nível local. A proximidade favorece o cidadão não só pela solução mais imediata dos problemas, mas também pela possibilidade do exercício efetivo do controle social. A consolidação do processo de descentralização, entretanto, depende do aumento da capacidade organizativa e fiscal dos Municípios para que esses assumam os gastos sociais básicos, fundamentais para a promoção do desenvolvimento humano e para a melhoria das condições de vida da população, uma vez que essas despesas não poderão ser financiadas pelo aumento da participação local na receita dos impostos federais e estaduais e por níveis crescentes de endividamento. É preciso observar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe ao gestor público disciplina fiscal, limitando gastos e inibindo a geração de *deficits* imoderados.

Estudos apontam um aumento da arrecadação própria dos Municípios de 196% entre 1988 e 2000, mas também há um potencial tributário não explorado, considerando que Municípios com perfil idêntico em termos de região, renda e população apresentam grande dispersão nos indicadores de receita própria. As causas são as mais diversas e vão muito além do descaso dos prefeitos com a geração de recursos através de medidas pouco populares. A evolução desse quadro requer, em muitos casos, investimentos na modernização da gestão fiscal e administrativa dos Municípios, criando as condições para que esses alcancem maior autonomia no financiamento do gasto público e desempenhem melhor suas funções sociais, cumprindo os mandamentos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em relação ao equilíbrio fiscal, também são fundamentais a orientação dos serviços públicos para o cliente, usuário e cidadão, e a criação de mecanismos de controle social, como forma de desenvolver excelência na prestação de serviços públicos. A referida Lei define, no artigo 64, que a União prestará assistência e cooperação financeira aos Municípios para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, objetivando o cumprimento das suas normas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- O PNAFM atingiu o valor de US$ 185,0 milhões em volume de subempréstimos firmados junto aos Municípios, montante que representa 61% do valor total do Contrato de Empréstimo firmado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que é de US$ 300,0 milhões.

- O quantitativo de Municípios participantes do PNAFM atingiu o total de 71%. Com isso, cerca de 14% da população brasileira já vem sendo diretamente beneficiada

pelo PNAFM. Ao final de 2007 o estoque de projetos em fase de aprovação e contratação atingiu o total de 47 Municípios. Com isso, projeta-se que até 10 de junho de 2008, data final para contratação da primeira etapa, o montante de recursos contratados junto ao BID deverá atingir sua totalidade.

• O aperfeiçoamento da gestão administrativa fiscal em todo o País é uma atividade que o Ministério da Fazenda (MF) vem desenvolvendo com sucesso há mais de 20 anos. Nesse processo, primeiramente foram implantados mecanismos de governança fiscal na União e, em seguida, buscou-se levar os mesmos avanços para os entes federados. De fato, os primeiros avanços foram alcançados quando o Governo Federal implantou a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e a conta única do Tesouro Nacional, ocasião em que se promoveu extenso reordenamento na gestão das finanças públicas federais. Em momento seguinte foi possível levar os mesmos avanços para as administrações estaduais, com a implementação do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE). Assim, o PNAFM insere-se numa trajetória que representa o contínuo aperfeiçoamento da gestão do Estado brasileiro. Cabe dar continuidade ao processo, com a sofisticação das soluções já desenvolvidas e levar aos Municípios os mesmos conhecimentos e práticas de gestão já adotados nas demais esferas de Governo.

A exemplo de 2006, a execução do Programa em 2007, deu continuidade à adoção de ações voltadas para a ampliação da capacidade operacional necessária à sua implementação, assim como à realização de melhorias em sua concepção, medidas identificadas como necessárias para ampliar o ritmo de execução física e financeira. Paralelamente, nota-se que no exercício de 2007, ocorreu uma variação positiva, tanto no volume de Municípios contratantes como no montante financeiro contratado. Para melhor visualizar, até 2006 havia 56 Municípios participantes do PNAFM, e no final de 2007, esse quantitativo chegou a 71 Municípios, ou seja, um acréscimo de 27%. Por sua vez, o volume de recursos contratados até 2006 atingiu o montante de US$ 111,0 milhões, e ao final de 2007 atingiu US$ 185,0 milhões, representando um acréscimo de 67%. Vale ressaltar que ocorreu uma melhoria significativa na execução do PNAFM, mas nota-se que o quantitativo de Municípios a serem alcançados de 265 foi superdimensionado.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O quantitativo de Municípios participantes do PNAFM ficou abaixo de 40% em relação à meta proposta. Porém, considerando-se o volume de recursos aplicados, o Programa atinge o patamar de 40% do previsto.

É elaborado semestralmente o Relatório de Acompanhamento do Programa, constituído de Relatório de Progresso, Relatório de Acompanhamento Físico e Financeiro e Relatório de Impacto. Ao final de cada exercício é elaborado o Relatório de Gestão do Programa, o qual é parte do processo de tomada de contas anuais. Os programas implantados nos Municípios são objeto de auditoria por parte da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (SFC/CGU).

A Unidade de Coordenação de Programas da Secretaria Executiva do MF (UCP/SE/MF) realiza encontros de coordenação com os Municípios. Em tais encontros são apresentadas experiências bem-sucedidas e exemplos de boas práticas de gestão administrativa e fiscal, além de avaliações sobre o andamento do Programa nos Municípios, com ofertas de oportunidade para que sejam apresentadas críticas e sugestões para o aperfeiçoamento de sua implementação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A avaliação é realizada através das missões nos Municípios e através de encontros semestrais com os Municípios participantes do PNAFM. Um extenso roteiro de entrevistas e verificações é cumprido, elaborando-se, então, um relatório contendo avaliação sobre o andamento de cada uma das ações previstas no projeto, com indicação dos percentuais de execução. O relatório apresenta ainda comentários sobre a execução do projeto, assim como recomendações para as prefeituras, para a UCP e para os demais parceiros, como a Caixa Econômica Federal (CEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o BID.

GERENCIAMENTO DE RISCO E PREVENÇÃO DE PERDAS E ACIDENTES

GERENTE DO PROGRAMA

Eduardo Hitiro Nakao

OBJETIVO

Avaliar riscos potenciais e condições de segurança de instalações comerciais e industriais brasileiras.

PÚBLICO-ALVO

Mercado segurador nacional e mercado ressegurador internacional

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): -	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 0,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 3.077.486,00	R$ 5.488.550,81	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Inspeção - Porcentagem	-	-	17.66	16.37	23.39	69,99%

1. TAXA DE INSPEÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O reduzido quadro de inspetores comprometeu o alcance do índice previsto ao final do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa existe pela necessidade de redução da subjetividade dos critérios de taxação securitária. O melhor conhecimento dos padrões de segurança e da variedade de riscos e suas potencialidades minimizam o grau de vulnerabilidade a que os segurados estão sujeitos, e que pode produzir perdas vultosas, por vezes imediatas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Melhora na qualidade das aceitações, da taxação e da concessão de benefícios tarifários e condições especiais para os riscos inspecionados.

• Continuidade do aprimoramento da gestão de regulação de sinistros, reduzindo o prazo de regulação.

• A meta financeira da ação Avaliação de Sinistros foi impactada pelo sinistro ocorrido na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que alcançou a metade do valor previsto. Também impactaram a meta a melhoria na tabela de honorários de regulação e a mudança do critério de cálculo.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Todas as ações do Programa são de origem não-orçamentária e são a base de implementação para o alcance do seu objetivo. O Programa não utiliza recursos orçamentários.

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentário Anual (LOA) 2007. Os resultados consolidados demonstraram satisfatória adequação com as previsões das metas físicas das ações do Programa.

A aposentadoria e a transferência de inspetores experientes impactaram negativamente a efetivação das previsões físicas da Ação Inspeções de Cobertura dos Riscos. O quadro atual de inspetores foi insuficiente para o atendimento da meta prevista.

PRODUÇÃO DE MOEDA E DOCUMENTOS DE SEGURANÇA

GERENTE DO PROGRAMA

José dos Santos Barbosa

OBJETIVO

Garantir o atendimento pleno das necessidades dos órgãos governamentais por cédulas, moedas, selos fiscais, selos postais e outros documentos de segurança para o setor público.

PÚBLICO-ALVO

Órgãos governamentais e empresas prestadoras de serviços públicos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 52.608.031,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 37.996.082,00
	Total:	**R$ 37.996.082,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 331.202.030,00	R$ 471.248.956,17	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa Acumulada de Atendimento da Demanda Anual - porcentagem	107.00	101.30	97.51	111.97	100.00	111,97%

1. TAXA ACUMULADA DE ATENDIMENTO DA DEMANDA ANUAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice de 111,97%, apurado ao final do exercício de 2007, reflete o substancial acréscimo de demanda de cédulas e de demanda de moedas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) que é o principal cliente da Casa da Moeda do Brasil (CMB), visando suprir a necessidade da sociedade brasileira por maior quantidade de moeda no meio circulante nacional, e também em função da necessidade de saneamento da moeda em circulação. Por via de conseqüência, o referido indicador também demonstra o desempenho positivo da CMB em cumprir o estabelecido em seu Programa Produção de Moeda e Documentos de Segurança.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa da CMB objetiva atender ao fornecimento de produtos e serviços demandados pelo Estado, suprindo o meio circulante nacional com cédulas e moedas, bem como atendendo a outras instituições com documentos de segurança que auxiliem o combate à fraude e à sonegação fiscal, mantendo sob a gestão do Estado estas atividades.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Relativamente às ações orçamentárias de Manutenção da Infra-estrutura Operacional e de Modernização do Parque Industrial, de forma consolidada, proporcionou um índice de realização da ordem de 72,22%, comparativamente ao estabelecido no Programa. Sobre as ações não-orçamentárias, destaca-se o atendimento das demandas de cédulas e moedas, que superaram as previsões iniciais, bem como o atendimento das demandas de selos postais e selos fiscais, que cumpriram o estabelecido no Programa.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A realização de demandas de cédulas e moedas acima da previsão inicial contribuiu para um alcance de dispêndios superiores a 100% no conjunto de ações não-orçamentárias. A CMB atendeu às necessidades por cédulas, moedas, selos postais e selos fiscais demandadas por seus respectivos clientes governamentais. No caso de cédulas e moedas, a CMB atendeu prontamente aos acréscimos demandados pelo BACEN, superando as previsões iniciais do Programa. Para os produtos selos fiscais e selos postais, as realizações das demandas ocorreram em consonância com as previsões iniciais. Para aqueles produtos enquadrados como documentos de segurança, as realizações efetivamente demandadas pelos respectivos clientes ocorreram em patamares inferiores às previsões iniciais.

A não-realização integral da previsão de dispêndios com investimentos, em 2007, nas ações orçamentárias, que ficou com índice de realização de 72,22%, decorreu de dois fatores: atrasos nos processos licitatórios que impediram a concretização de contratação e aquisição no exercício de 2007; e economia de recursos decorrente de algumas aquisições realizadas com valores inferiores aos inicialmente previstos.

No ano de 2007, no atendimento da Ação Produção de Documentos de Segurança Diversos, a CMB não pode atender a algumas necessidades de novos produtos demandados por potenciais novos clientes, em face de restrições de contratação de financiamento de longo prazo para viabilização de investimentos em modernização de equipamentos e processos internos, e da limitação do quadro funcional da empresa em até dois mil empregados. Caso os principais clientes governamentais venham a demandar, no ciclo do PPA 2008-2011, produtos e serviços da CMB com maior valor agregado de segurança e durabilidade, será necessário forte aplicação de recursos financeiros e materiais na modernização dos processos internos, bem como a ampliação do quadro de empregados que atuam nas equipes executoras.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Cabe destacar o mecanismo de participação social utilizado que é a Pesquisa de Satisfação de Clientes, a qual contempla os seguintes itens:

a) produto/serviço que considera a apresentação de novas tecnologias e itens de segurança, a diversificação, a qualidade/confiabilidade e o preço em relação à concorrência;

b) logística que avalia a capacidade para entregar no prazo solicitado, a reatividade para pedidos suplementares, a embalagem, o manuseio, a entrega das quantidades solicitadas, o padrão de embalagem, identificação e entrega da concorrência;

c) documentação que constata o orçamento, a Nota Fiscal/Fatura, e o Certificado de Análise;

d) atendimento que considera a rapidez do atendimento telefônico,contato com a CMB, o prazo de resposta para qualquer tipo de solicitação, a disponibilidade e competência da equipe CMB, e a orientação ao cliente sobre características dos produtos;

e) percepção de um modo geral, da satisfação com a CMB e o que pode ser feito para aumentar a satisfação.

Depois de recebidas as informações dos beneficiários é feita uma tabulação para que se tome conhecimento do grau de satisfação. Vale ressaltar que os beneficiários de relacionamento direto são os clientes da CMB não é o usuário final dos produtos e serviços. Assim, competirá exclusivamente aos clientes demandantes dos produtos e serviços da CMB a execução de pesquisa de satisfação relacionada ao usuário final.

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS E DEFESA DA FAZENDA NACIONAL

GERENTE DO PROGRAMA

Luis Inácio Lucena Adams

OBJETIVO

Aumentar a recuperação de créditos não pagos e reduzir as perdas judiciais da União em matéria fiscal.

PÚBLICO-ALVO

União e contribuintes

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 298.918.194,00	Empenho Liquidado:	R$ 295.902.339,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 295.902.339,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Arrecadação Acumulada da Defesa da Fazenda Nacional - R$ milhão	5.834.265.702,16	6.188.025.164.00	6.614.283.758.63	9.206.88.994.81	7.172.256.831.40	128,37%
2. Arrecadação Acumulada da Dívida Ativa da União - R$ milhão	2.242.562.403,90	2.622.420.316.00	3.003.391.794.96	3.685.966.470.03	2.623.600.000.00	140,49%
3. Perdas de Recursos da União Evitadas - R$	1.091.037.493.23	26.847.002.543.10	585.633.294.64	585.633.294.94	198.206.584.35	295,47%

1. ARRECADAÇÃO ACUMULADA DA DEFESA DA FAZENDA NACIONAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A representação judicial e a representação extrajudicial demonstram a sedimentação da defesa da União no crescente índice de vitórias judiciais, evidenciadas em crescimento na ordem de 32,20%, na recuperação do crédito, comparado ao índice apurado no exercício de 2006.

2. ARRECADAÇÃO ACUMULADA DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os índices demonstram uma crescente recuperação de valores devidos à Fazenda Nacional, evidenciados no resultado superior a 22,73%, comparado ao índice apurado no exercício de 2006.

3. PERDAS DE RECURSOS DA UNIÃO EVITADAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A meta foi superada em quase três vezes.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Há muito tempo a sociedade se ressente de uma política fiscal justa, que ao mesmo tempo reduza as desigualdades regionais, propicie a redistribuição da renda, desonere a produção e o consumo de bens e serviços essenciais, combata a fraude e a sonegação fiscal, reduza a carga tributária (especialmente sobre os salários e cidadãos de baixa renda) e permita recursos suficientes para o acesso a serviços públicos qualificados e para a prestação de serviços públicos qualificados. Não se pode ignorar a necessidade premente de aumentar a recuperação de créditos fiscais e de outras naturezas da União, líquidos e certos, para satisfação de serviços públicos essenciais; de alavancar outros créditos da União, como depósitos judiciais a serem convertidos em renda, de enfocar a recuperação de débitos para com o Estado, preferencialmente à criação de novas formas de obtenção de receitas, o que pode ser obviado com a cobrança ágil e eficiente dos débitos para com a Fazenda Nacional. Bem como, conferir à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) os meios adequados à cobrança de dívida ativa da União e à eficaz defesa da Fazenda Nacional em juízo, esta última podendo resultar na conversão de depósitos judiciais em renda da União e de existência de legislação de regência: Constituição Federal artigo n º 131, parágrafo 3º, Lei n º 7.711, de 22 de dezembro de 1988, Decreto n º 98.135, de 12 de setembro de 1989, Decreto n º 1.847, de 28 de março de 1996, portaria Ministério da Fazenda (MF) n º 175, de 17 de junho de 1996.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- A arrecadação em Dívida Ativa da União atingiu o montante de R$ 3,6 bilhões e as conversões de depósitos judiciais em renda da União alcançaram o expressivo valor de R$ 9,2 bilhões o que representa um resultado superavitário de 33% em relação ao ano anterior com um total de R$ 12,8 bilhões.

- Avaliação dos fluxos operacionais que integram a PGFN e a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), no desenvolvimento de sistemas informatizados, objetivando o acompanhamento da Gestão Integrada do Macroprocesso do Crédito Tributário.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física ficou acima de 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Conforme demonstrado no balanço orçamentário relativo ao exercício de 2007, desta PGFN, constata-se que foram executados 99,76% das dotações autorizadas na LOA. O contingenciamento orçamentário, ao atrasar a liberação dos recursos, prejudicou a execução conforme o planejado, mas não afetou os resultados.

O realinhamento das atividades motivadas pela inserção de competências regimentais, oriundas da criação da RFB, gerou a crescente demanda nos processos. A inexistência de carreira técnico-administrativa inviabiliza a adequação de recursos humanos ao atendimento da demanda das atividades executadas no âmbito de sua competência. Os constantes contingenciamentos na execução orçamentária impactam a execução do plano de qualificação dos servidores em exercício na PGFN.

A ausência de recursos orçamentários para remanejamento dentro das ações obriga a gerência do Programa em solicitar ao MF a utilização da reserva de contingência para solicitação de créditos suplementares.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A PGFN assume fundamental importância para a existência de uma política fiscal justa, que ao mesmo tempo reduza as desigualdades regionais, propicie a redistribuição da renda, desonere a produção e o consumo de bens e serviços essenciais, combata a fraude e a sonegação fiscal. Também atua para a redução da carga tributária, especialmente sobre os salários de cidadãos de baixa renda, e proporciona recursos suficientes para o acesso a serviços públicos qualificados e a prestação de serviços públicos qualificados.

A Procuradoria-Geral, objetivando o desenvolvimento, o ordenamento e o crescimento do órgão, realiza, sistematicamente, em sua área de jurisdição, diversas reuniões, editais de normatização e capacitações com o intuito de atingir melhores resultados em sua atuação.

Por meio da Ouvidoria do MF os cidadãos registram suas críticas, sugestões, reclamações e dúvidas. Contudo, a PGFN não dispõe de recursos humanos para desenvolver o processo de avaliação da satisfação dos beneficiários. Este órgão iniciará, no exercício de 2008, a modelagem dos macroprocessos e o dimensionamento dos recursos materiais e humanos, a fim de melhor atender aos beneficiários.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Drenagem Urbana Sustentável

Eficiência na Agricultura Irrigada

Integração de Bacias Hidrográficas

Organização Produtiva de Comunidades (Produzir)

Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres

Proágua Infra-estrutura

Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso)

Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões (Promover)

Resposta aos Desastres

Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério da Integração Nacional (MI), foram utilizados **R$ 9.796.248.384,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 10.838.557.940,00	Realizado orçamentário:	R$ 9.796.248.384,00
Recursos não-orçamentários previstos:	R$ 24.100.000,00	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto	**R$ 10.862.657.940,00**	**Total realizado:**	**R$ 9.796.248.384,00**

Além disso, do total de **R$ 1.233.746.270,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 840.566.337,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MI, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	0379 Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	21,60%	4,45%	10,20%	18,17%	13,74%
	0120 Desenvolvimento da Faixa de Fronteira	1,39%	1,02%	3,41%	1,56%	1,72%
	1047 Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER	16,55%	10,94%	13,96%	1,26%	7,74%
	1138 Drenagem Urbana Sustentável	5,42%	7,42%	11,65%	6,43%	7,44%
	1037 Eficiência na Agricultura Irrigada	0,06%	0,01%	0,06%	0,00%	0,02%
	1036 Integração de Bacias Hidrográficas	1,56%	25,08%	4,13%	14,27%	13,75%
	8009 Organização Produtiva de Comunidades - PRODUZIR	0,26%	0,12%	0,21%	0,08%	0,14%
	1027 Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres	5,38%	1,94%	3,56%	4,14%	3,63%
	0515 Proágua Infra-estrutura	19,09%	17,94%	15,70%	31,32%	23,77%
	1025 Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO	8,49%	6,63%	10,03%	6,63%	7,43%
	1022 Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões - PROMOVER	3,83%	3,76%	1,28%	0,51%	1,87%
	1029 Resposta aos Desastres	10,17%	12,34%	14,74%	11,25%	11,98%
	1038 Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação	5,52%	7,16%	9,67%	3,12%	5,55%
Finalístico Soma		**99,32%**	**98,81%**	**98,61%**	**98,73%**	**98,80%**
Gestão de Políticas Públicas	0757 Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	0,68%	1,19%	1,39%	1,27%	1,20%
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

O órgão tem como diretriz maior de sua atuação a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, instrumento que orienta a formulação e a implementação de grandes projetos estruturantes voltados à redução das desigualdades regionais do País.

Ao definir normas que orientam a ação federal no território, essa Política estabelece condições para a convergência da ação pública em benefício de regiões menos favorecidas, mediante articulação entre os três entes de Governo Federal, Estadual e Municipal e a participação social ampla dos atores sub-regionais.

Nesse contexto, em janeiro de 2007, por meio das Leis Complementares nº 124 e nº 125, foram criadas as novas Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), vinculadas ao MI, cujas estruturas regimentais foram publicadas por meio dos Decretos nº 6.218 e nº 6.219, de 2007. Além de propor anteprojeto de lei que instituirá os respectivos planos e programas regionais de desenvolvimento, as superintendências atuarão na articulação com as instâncias das três esferas de governo e com organismos e instituições locais das regiões Norte e Nordeste, respeitando-se os marcos legais em questões afetas ao desenvolvimento regional, visando contribuir com a redução das desigualdades regionais.

Também em 2007, foram lançadas as bases de processo duradouro de cooperação na área de política regional entre o Governo brasileiro, por intermédio do MI, e a Diretoria-Geral de Políticas Regionais da Comissão Européia, que se materializou com a assinatura do Memorando de Entendimento, em 29 de novembro de 2007, por ocasião da realização do Colóquio Internacional de Boas Práticas Territoriais no Brasil e na União Européia. Com isso, uma agenda de cooperação será definida em 2008 para atendimento a demandas de curto, médio e longo prazos.

No contexto do processo de regionalização de políticas públicas, desenvolveu-se o projeto Exporegiões, que trata de assuntos de interesse da sociedade brasileira, na medida em que procura evidenciar aspectos estruturais do padrão de uso e ocupação do território brasileiro e dos mecanismos e instrumentos técnicos e institucionais que os governos federal e estaduais buscam utilizar para a ação de redução das desigualdades regionais. Esse projeto prioritário foi apresentado em diversas cidades brasileiras e teve versão traduzida para o inglês, a qual foi apresentada em Bruxelas (Bélgica) por ocasião do *Open Days*, evento sobre política regional da União Européia (EU) ocorrido em outubro de 2007.

Para possibilitar maior envolvimento de todos interessados no tema Gestão Estratégica de Desenvolvimento Local e Regional, foram realizados eventos de capacitação, mediante parcerias, para agentes de desenvolvimento regional dos governos estaduais, parceiros municipais e de agências regionais, com ênfase no domínio de ferramentas e instrumentos de apoio ao monitoramento da Política.

Cabe mencionar a coordenação técnica exercida pelo MI no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial, instituído pelo Decreto de 12 de fevereiro de 2007, para elaborar proposta da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT).

Também na escala nacional, destaca-se ação do MI junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e às Secretarias Estaduais de Planejamento para promover discussão sobre os critérios que devem nortear a elaboração das regionalizações estaduais, visando a revisão do mapa das meso e microrregiões geográficas fixadas desde 1989.

Na área do planejamento territorial na Amazônia, merece registro o processo de elaboração de planos estratégicos e operacionais do Governo Federal para a Amazônia Legal, dentre eles o Plano Amazônia Sustentável (PAS) lançado pelo Presidente da República e pelos nove Governadores da região em abril de 2008 e o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó, lançado pelo Presidente da República em dezembro de 2007.

Mediante a articulação das ações nas três esferas governamentais com os segmentos pertinentes da sociedade civil, foram implementados, no decorrer do período, vários programas, em escala sub-regional, com o objetivo de dinamizar as localidades identificadas como regiões deprimidas economicamente, o que beneficiou 13 mesorregiões diferenciadas, nove subespaços do semi-árido nordestino e regiões e cidades-gêmeas fronteiriças com países da América do Sul.

Por meio dos programas de desenvolvimento regional implementados pelo MI em escala sub-regional foram apoiados a organização dos atores sócio-econômicos, a capacitação local, o associativismo e, principalmente, o fortalecimento de núcleos e arranjos produtivos locais.

Protagonizou-se, assim, a ação pública federal voltada para a redução das desigualdades intra e inter-regionais, a geração de emprego e renda, além da integração dos diversos segmentos da sociedade brasileira ao processo de desenvolvimento mais amplo que o País apresenta.

Assim, ao longo de 2007, foram alcançados resultados importantes na consolidação ou revitalização de fóruns mesorregionais anteriormente constituídos, instituição de outros *locus* de construção participativa de processos endógenos de desenvolvimento. Das 13 mesorregiões prioritárias do MI, apenas uma delas, a Mesorregião do Vale do Rio Acre, não conta com tal institucionalidade.

Foi, também, em dezembro de 2007, que a Mesorregião do Seridó (PB), que abrange áreas dos Estados do Rio Grande do Norte (RN) e Paraíba (PB), foi formalmente institucionalizada. O processo participativo ensejado pelos fóruns mesorregionais tem na elaboração dos respectivos planos de ação o seu resultado mais consistente, posto que sistematiza e organiza as vocações, potencialidades e fragilidades regionais, além de traçar linha concreta de atuação a partir da eleição de prioridades e metas.

No segmento da Infra-estrutura Hídrica, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem impulsionado o desenvolvimento regional, com esforços voltados, segundo critérios adotados pelo Governo, para a conclusão de obras de infra-estrutura hídrica e a recuperação da infra-estrutura existente. Nesse sentido, o órgão incorporou em sua carteira ações voltadas, tanto para a execução de obras, quanto para a elaboração de projetos. Tais ações futuramente beneficiarão a estrutura para o aproveitamento da água e sua distribuição, quer para o consumo humano e animal como para aproveitamento hidroagrícola. Em 2007, foram concluídas as ações do Proágua Semi-árido, que ampliaram a oferta de água de boa qualidade e a promoção do uso racional desse recurso, de modo que sua escassez relativa não continue a constituir impedimento ao desenvolvimento sustentável da região.

Além disso, importantes obras de implantação, recuperação e ampliação de sistemas de drenagem e de controle dos efeitos da dinâmica marítima na zona costeira foram realizadas com recursos do Programa Drenagem Urbana Sustentável.

Quanto ao desenvolvimento da infra-estrutura hídrica para a agricultura, destaca-se a implantação de perímetros públicos de irrigação, que permitirá melhorar a produção agrícola de diversas regiões.

Em 2007, foi concluída a modelagem do Projeto de Parceria Público-Privada (PPP), que envolve perímetros públicos de irrigação e, no início de 2008, está previsto o lançamento do primeiro edital público de PPP do Governo Federal, tendo como objeto o Perímetro Irrigado do Pontal (PE).

Ao mesmo tempo em que empreendeu grandes projetos, o Governo Federal aprofundou o processo de descentralização da gestão de recursos financeiros, para a realização de obras de infra-estrutura hídrica, qualificou Estados e Municípios e fortaleceu o pacto federativo e a autonomia das outras esferas de gestão, sem descuidar de seu papel de gestor do setor de infra-estrutura hídrica. Também reforçou os mecanismos de fiscalização dos empreendimentos realizados. Destaque deve ser dado às ações e às cautelas sócio-ambientais que se tornaram condições para a realização de qualquer obra no setor.

No segmento Defesa Civil, foram priorizadas as ações preventivas e de preparação, bem como o atendimento emergencial da população afetada por desastres, em apoio aos Estados e aos Municípios. Para investir no desenvolvimento dos recursos humanos, que se dedicam à redução de riscos em todo o País, enfatizou-se, no ano de 2007, a construção do processo multidisciplinar relacionado ao tema risco de desastre. Com esse objetivo, promoveu-se o II Encontro Nacional de Coordenadores Estaduais de Defesa Civil, que se constituiu em fórum de debates e de difusão de conhecimentos, no qual foram apresentadas as iniciativas e as dificuldades, para o enfrentamento de situações de desastres e as possibilidades de ações preventivas, de preparação, de resposta e de reconstrução, o que envolve a participação comunitária na busca permanente da minimização dos desastres.

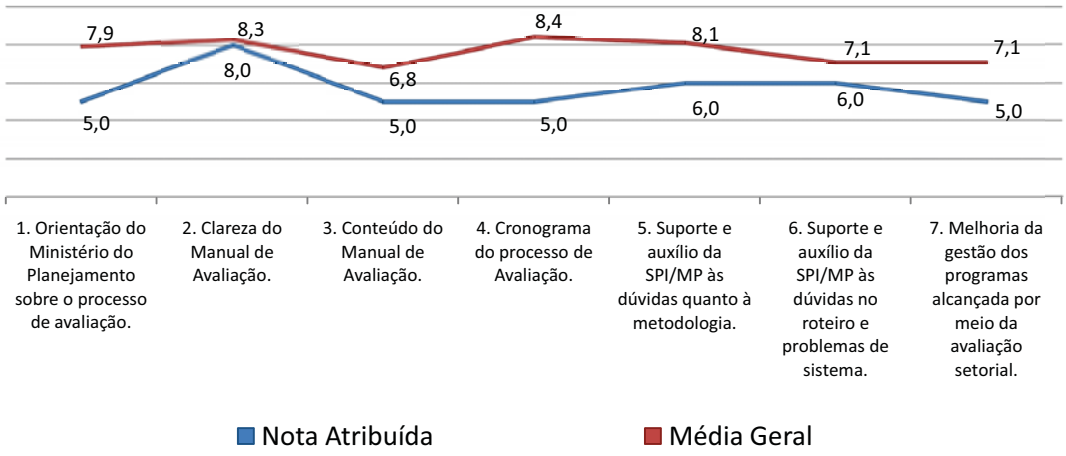
Para reforçar o Sistema Nacional de Defesa Civil, foram criadas, até 2007, 4.255 Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (Comdec), o que representa cobertura nacional de 76,5% dos Municípios e aumento de 6,5% em relação ao ano de 2006.

ASPECTOS RELEVANTES

Dificuldades ainda persistem devido à redução persistente e gradativa do aporte de recursos orçamentários aos programas de desenvolvimento regional, aliada à eventual incapacidade, tanto operacional, quanto institucional, de acesso aos recursos disponíveis pelos convenentes selecionados. Constitui-se, ainda, como desafio importante a suplementação de cargos em comissão para reforço da estrutura organizacional do Ministério e o fortalecimento do quadro de pessoal para a gestão dos programas, cujas soluções encontram-se no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP).

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MI mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MI e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA

GERENTE DO PROGRAMA

João Reis Santana Filho

OBJETIVO

Aumentar a área irrigada como meio de promoção do desenvolvimento regional visando a geração de empregos e distribuição da renda.

PÚBLICO-ALVO

Produtores e trabalhadores do setor primário

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 697.074.996,00	Empenho Liquidado:	R$ 598.268.963,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 598.268.963,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Área Incorporada à Agricultura Irrigada Pública - hectares (ha)	-	9.300	11.878	16.218	220.000	7,40%

1. ÁREA INCORPORADA À AGRICULTURA IRRIGADA PÚBLICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A maioria dos projetos deste Programa encontra-se em fase de construção. A mensuração do índice somente se torna possível quando da implantação da infra-estrutura de irrigação de uso comum (área irrigável) e da efetiva entrada em operação dos perímetros.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A diminuição dos níveis de pobreza no País, especialmente os registrados nas zonas rurais de regiões de baixa disponibilidade de recursos hídricos ou naquelas onde estes recursos estão sendo subutilizados, continua sendo importante desafio. Muitos planos, programas e projetos concebidos e implementados não surtiram os efeitos desejados de minimizar o problema. A agricultura irrigada é, comprovadamente, uma das mais efetivas ferramentas de combate à pobreza e distribuição de renda, gerando empregos para mão-de-obra, tanto qualificada quanto não, a custos inferiores àqueles em outros setores da economia.

Ela também resulta em aumento da oferta de alimentos a preços menores que aqueles produzidos em áreas não-irrigadas, bem como o aumento substancial da produtividade dos fatores terra e trabalho. Em que pesem os benefícios advindos do Programa, a área irrigada *per capita* do Brasil continua sendo uma das mais baixas do mundo, colocando o País em desvantagem competitiva em termos de produtividade dos recursos envolvidos na implantação de áreas irrigadas. Adicionalmente, na região semi-árida, a produção agropecuária é de alto risco e baixo rendimento sem a irrigação; nas outras regiões do País, sem a utilização da água como insumo agrícola, é possível a obtenção de uma safra por ano, significando substancial subutilização de investimentos realizados em infra-estrutura física e de apoio à produção, assim como em maquinaria agrícola. O crescimento da agroindústria é igualmente reprimido, haja vista a disponibilidade, apenas sazonal, de matéria-prima.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Perímetro de Irrigação Propertins (TO) com a implantação dos primeiros 2.000 ha concluída de perímetro de irrigação.

- Perímetro de Irrigação São João (TO): a infra-estrutura comum destes setores está concluída e os equipamentos *on farm* adquiridos. As obras do projeto que compreende 2.942 ha já foram iniciadas, sendo que o Setor SJ1 de 267 ha já está com as obras adiantadas.

- Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiros de Russas (CE): as obras de infra-estrutura hídrica de uso comum já foram concluídas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Existem, no âmbito da gerência, mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações. São realizadas reuniões de trabalho para se discutir o andamento das ações do Programa, as dificuldades existentes e suas providências. Além disso, são realizadas visitas periódicas aos projetos pelos engenheiros responsáveis, coordenadores de ação e o próprio gerente do Programa, com a conseqüente elaboração de relatórios técnicos de vistorias. Existem sistemas paralelos informatizados para acompanhamento, em especial as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os dados de execução física são registrados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), além das informações do andamento da obra.

A execução física ficou entre 40% e 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2007. Devido às dificuldades e atrasos verificados na solução de pendências técnicas, administrativas, legais, Tribunal de Contas da União (TCU) e demais órgãos de fiscalização, e institucionais, quando da celebração e execução de convênios, não foi possível atingir as metas previstas na LOA.

Os recursos orçamentários foram suficientes, entretanto o fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. A descontinuidade do fluxo ocorreu devido ao atraso na solução das pendências dos convenentes, bem como nas prestações de contas, inadimplência dos Estados, dentre outros. Essa situação implicou diretamente prejuízo da execução física.

Os principais gastos na Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) foram de caráter institucional para acompanhamento das ações do Programa, como diárias, passagens, pessoal etc.

Entre as principais restrições enfrentadas pelo Programa, que ocasionaram a não aplicação dos recursos em sua totalidade, encontram-se:

a) atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios, que ainda têm muitas dificuldades em cumprir satisfatoriamente as exigências necessárias para o recebimento de recursos da União. Não há pessoal capacitado para a resolução de pendências institucionais o que acarreta constantes atrasos no envio das prestações de contas ao Ministério da Integração Nacional (MI);

b) dificuldades de celebração de convênios na gerência por problemas devido às novas exigências jurídicas, institucionais e de controle;

c) dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes, o que ocasionou atrasos e só foi possível celebrar os convênios no final do ano.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social. Destacam-se:

a) a Ouvidoria cujo MI disponibiliza o número 0800 61 00 21 para o recebimento de denúncias, sugestões e esclarecimentos de dúvidas sobre os seus programas;

b) as audiências públicas realizadas quando da implementação do projeto, durante a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) pelo órgão executor. São convocadas entidades representativas da sociedade local para participarem de audiências públicas com a interveniência do órgão executor ambiental. Nesse momento, a implantação do empreendimento é levada ao conhecimento da sociedade para discussão;

c) as reuniões com os envolvidos em ações do Programa, realizadas quando julgadas necessárias.

No ano de 2007, conseguiu-se evolução significativa na execução financeira dos projetos deste Programa, grande parte deles contemplada no PAC, onde se garantiu o fluxo contínuo de recursos para os projetos. A execução financeira do Programa, em 2007,

mais os restos a pagar ficou perto de 86%. Programaram-se valores superiores aos anos anteriores e também foram feitos empenhos maiores. Não obstante, percebe-se que o fluxo garantido de recursos não foi suficiente para, no ano de 2007, dar padrão equilibrado na execução financeira: grande parte dos empenhos foi feita na parte final do ano e, desta, boa parte restou a ser paga no ano seguinte.

Como promotores desta execução financeira tardia, tiveram maior peso as questões relacionadas às dificuldades na celebração de convênios para a execução dos projetos, às necessárias prestações de contas pelos Estados, às questões de ordem administrativa e legal (como necessidade de licenças ambientais e demora nos processos licitatórios), além de eventuais invasões de perímetros, cuja reintegração de posse atrasa o cronograma dos projetos.

Neste sentido, há espaço para melhoria no processo de gestão dos projetos, embora se reconheça que no ano de 2007 o acompanhamento promovido pelo PAC imprimiu melhorias significativas, deliberando sobre as restrições encontradas na execução dos mesmos.

Quanto à execução física, obviamente, ela depende da execução financeira; quanto mais tardia esta, maior será o atraso e o custo daquela (por exemplo, pela necessidade de recuperação de estrutura depreciada ou pela necessidade de gastos com vigilância). No ano de 2007, houve atraso nos resultados físicos, além de carência na mensuração e apresentação dos resultados que existiram.

O mesmo problema de mensuração ocorre em relação ao alcance do índice previsto ao final do PPA. Este índice (220 mil ha de área incorporada à agricultura irrigada) deveria ser revisto, uma vez que parece ter sido superestimado, especialmente se considerando que uma área só pode ser considerada incorporada quando os perímetros entram efetivamente em operação, para o que, inclusive, não basta que a infra-estrutura esteja pronta. Cabe observação semelhante frente à consideração de que a implantação dos perímetros se conclui quando estes entram em efetiva operação pela Transferência de Gestão, que é em parte verdadeira, pois os perímetros só são considerados implantados quando entram em operação, porém, isto pode ocorrer sem uma ação orçamentária específica para a Transferência de Gestão.

Atente-se também ao índice apurado em 2007 de incorporação de área à agricultura irrigada de 4.340 ha. Essa informação para os anos do PPA merece novo esforço de correspondência, estimativa e sistematização frente à objetiva definição do índice que é de área incorporada, que significa que aquela em que os perímetros entram efetivamente em operação. De qualquer forma, é certo que a área incorporada ainda é baixa, em parte porque muitos projetos ainda estão por entrar em efetiva operação, desta forma, não podem entrar no índice, apesar de muitos deles estarem em estágio avançado.

DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA

GERENTE DO PROGRAMA
Márcia Regina Sartori Damo

OBJETIVO
Promover a estruturação física, social e econômica das áreas situadas na faixa de fronteira.

PÚBLICO-ALVO
População residente nos Municípios da faixa de fronteira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 62.661.225,00	Empenho Liquidado:	R$ 51.492.480,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 51.492.480,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Ocupações Geradas nos Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira - Unidade	-	-	-	-	-	-
2. Taxa de Atendimento aos Municípios na Faixa de Fronteira - Porcentagem	-	-	-	20.75	35.00	59,29%

1. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NA FAIXA DE FRONTEIRA
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Com os investimentos em arranjos produtivos locais possuem, em média, duração de dois anos e meio a três anos para sua execução e alcance dos objetivos, até o presente momento não puderam ser verificados, prejudicando a mensuração do índice em referência.

2. TAXA DE ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS NA FAIXA DE FRONTEIRA
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O programa conta com projetos que possuem duração média de dois anos e meio a três anos para sua execução e alcance dos objetivos. Em decorrência disso, seus resultados não puderam ser verificados até o presente momento, prejudicando a mensuração do índice em referência.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Não por mero dispositivo legal Lei nº 6.634, de 06 de maio de 1979, mas por razões de segurança e de integração nacional, a área dentro dos 150 quilômetros quadrados (km²) desde as fronteiras internacionais do Brasil, chamada de faixa de fronteira, constitui espaço definido de atuação governamental. É necessário que as ações incidentes nessa região sejam planejadas dentro de perspectiva moderna de ordenamento territorial, condizente com estratégia de expansão econômica que considere as especificidades locais e os diversos níveis de participação da sociedade. Um plano estratégico para a Faixa de Fronteira deverá responder, sem contradizer ou sobrepor o planejamento regional no qual se insere, ao desafio específico de promover o desenvolvimento de uma região por definição altamente complexa em suas relações com os países vizinhos, e por processo histórico de abandono, extremamente carente de infra-estrutura. Ainda mais se considerarmos a vigência de uma questão geopolítica permeando a ocupação e uso dos recursos naturais da Amazônia.

As áreas situadas na fronteira brasileira, especialmente aquelas localizadas na Amazônia e Pantanal, de ocupação econômica recente, carentes de infra-estrutura e de baixo dinamismo, apresentam reduzidos indicadores de desenvolvimento humano e de qualidade de vida, o que acusa a fragilidade do processo de integração nacional e revela a permeabilidade às influências originadas em países vizinhos, algumas delas de risco à segurança nacional, como o narcotráfico, contrabando e guerrilhas.

A distância física em relação ao centro dinâmico da economia, combinada com as dificuldades de acesso e a dispersão da população nas áreas fronteiriças, produz situação de estagnação econômica incoerente com a política de integração nacional.

Nas últimas décadas, áreas da faixa de fronteira foram alvo de políticas de reforma agrária que estimularam o assentamento de milhares de famílias em regiões longínquas sem a correspondente dotação de infra-estrutura, transformando-as em itinerário da migração rural-urbana, o que contradiz a perspectiva de integração nacional e reforça a superurbanização precoce da região. Além disso, a criação de unidades de conservação da natureza, pelo Governo Federal, visando proteger áreas de alta biodiversidade e conservar recursos naturais, resulta em certa desmobilização dos investimentos nestas áreas, em prejuízo de atividades que, mantidas de modo sustentável, asseguram a integração ao processo nacional de desenvolvimento.

É importante para a missão do MI em relação à faixa de fronteira, que as unidades de conservação de uso direto e indireto mantenham determinadas condições de sustentação de atividades que, sem riscos à natureza, promovam a inclusão social das populações locais. Por outro lado, o momento atual, de mudança de paradigmas no sentido da sustentabilidade ambiental e de impulso às trocas internacionais, exige o aprofundamento dos mecanismos de estruturação da faixa de fronteira com vistas à integração latino-americana. A manutenção de espaços deprimidos na fronteira do Brasil é incoerente com a perspectiva de consolidação das relações comerciais e culturais com os países vizinhos.

O Programa de Apoio à Estruturação da Faixa de Fronteira, cujo desenho integra, sob controle e participação social, diversas políticas convergentes executadas em várias instâncias públicas e privadas, objetiva a inclusão de área territorial de aproximadamente 2.357.850 km², abrangendo 588 Municípios em 11 Estados, e população estimada em 9.557.977 habitantes, em perspectiva de desenvolvimento econômico menos concentrado, promotor da superação das desigualdades intra e inter-regionais pelo aproveitamento das potencialidades locais. A estruturação da base física e econômica da faixa de fronteira é condição, portanto, de integração nacional, de inclusão social, de sustentabilidade do desenvolvimento e de afirmação da soberania nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Apoio a 152 projetos de infra-estrutura social e econômica e a nove projetos do plano de ação, em 122 Municípios de seis Estados, estimulando assim o desenvolvimento regional econômico e social, a permanência da população no local em que vive e sua integração ao conjunto da sociedade nacional.

O alcance dos resultados em 2007 pode ser observado de duas maneiras distintas. Por um lado, os resultados do plano de ação do MI são avaliados de forma positiva, com desempenho razoável no tocante à execução física-financeira. Quanto aos resultados referentes às ações oriundas de emendas parlamentares, a execução financeira alcançou cerca de 80% do total. O resultado se deve, principalmente, à descentralização das ações com recursos de emendas para a Caixa Econômica Federal (CEF), que passou a gerenciar os projetos de infra-estrutura.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento do desempenho físico das ações com execução descentralizada é realizado de forma sistemática. A partir da execução financeira são realizadas inspeções periódicas *in loco*, por técnicos da Secretaria de Programas Regionais, a fim de constatar o andamento das ações conveniadas. A partir do término da vigência dos convênios são realizadas as análises técnicas conclusivas acerca da execução física dos objetos pactuados, e enviadas, para o órgão, as prestações de contas dos recursos recebidos pelos Municípios para análise financeira e demais providências cabíveis.

A execução das metas referentes às ações não relacionadas às emendas parlamentares foi acima do previsto. Por outro lado, em função de grande parte das ações oriundas de emendas parlamentares terem sido empenhadas somente no final do exercício, a execução física destes projetos ficou abaixo do previsto.

O fluxo de recursos financeiros sofreu descontinuidade considerada natural, haja vista que a disponibilidade de recursos financeiros ocorre mais freqüentemente no final de cada ano, além do que, em 2007, houve cortes orçamentários, reduzindo a possibilidade de atendimento de alguns projetos, porém isto não prejudicou decisivamente a execução do Programa.

Os recursos da ação de Gestão Administrativa do Programa foram gastos essencialmente com despesas de pessoal, em contratos de servidores temporários e funcionários terceirizados. Contribuíram, portanto, para a execução do programa, na medida em que possibilitaram o incremento da equipe.

O Ministério ainda não apresenta corpo técnico permanente suficiente, com qualificação específica dentro da carreira de desenvolvimento regional, sendo necessária a busca de outras modalidades de contratação. Cada subespaço priorizado para o desenvolvimento da faixa precisa de gerente indutor de desenvolvimento da região.

As dificuldades para elaborar convênios foram de ordem interna ao MI, pelas dificuldades inerentes ao processo administrativo, e, de ordem externa, na dificuldade de buscar instituições com perfil adequado aos projetos e que preenchessem requisitos de capacidade técnica, credibilidade e inserção local, viabilidade administrativa e adimplência.

As dificuldades apresentadas pelos complexos procedimentos de licenciamento ambiental de projetos produtivos inviabilizaram o apoio a diversos setores. A solução encontrada foi apoiar projetos a serem executados por instituições com forte articulação com os organismos ambientais estaduais, visando facilitar procedimentos mais ágeis, compatíveis com os prazos de tramitação dos projetos junto ao MI.

A legislação que dispõe sobre a faixa de fronteira é de 1979, regulamentada por Decreto de 1980, e não observa a necessidade de desenvolvimento, de fortalecimento da cidadania, dinamização econômica e de integração com países vizinhos, o que afeta sobremaneira o desenvolvimento dos Municípios da linha de fronteira, em especial aqueles que compõem cidades-gêmeas com países vizinhos, cujo planejamento do desenvolvimento territorial ou subespacial vê-se limitado por questões diplomáticas e barreiras legais.

O órgão não executa diretamente o orçamento do Programa Faixa de Fronteira. Para tal, utiliza-se de convênios com Estados e Municípios, que têm executado de forma satisfatória os projetos associados às ações do Programa. No entanto, às vezes é necessário corrigir os rumos de alguns projetos, o que é feito durante as inspeções realizadas pelos técnicos da Secretaria de Programas Regionais (SPR) do Ministério. Cabe ressaltar que a maior parte dos recursos oriundos de emendas parlamentares estão sendo executados através de convênios celebrados via CEF.

As informações sobre a execução dos projetos são extraídas da comparação do plano de trabalho pactuado e dos relatórios de andamento (realizados pelos técnicos e engenheiros durante vistorias *in loco* e/ou encaminhadas pelos próprios convenentes).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismo indireto de participação social: os comitês gestores dos projetos de desenvolvimento. Nestes, os objetivos das ações que financiam projetos de desenvolvimento regional são considerados tanto para o acompanhamento dos projetos como para a proposição de projetos complementares. Estes comitês contam com a participação de diversos atores vinculados diretamente aos objetivos destes projetos. Isto se traduz na participação decisória:

a) no processo de implementação dos projetos de dinamização econômica;

b) na articulação entre as diversas esferas de governo e da sociedade civil organizada;

c) na identificação, discussão e encaminhamento de algumas propostas de ação.

O Programa não possui mecanismo de aferição sistemática de satisfação dos beneficiários. Como os projetos associados ao Programa são de médio e longo prazo, espera-se que mecanismos adequados sejam elaborados ao longo da execução destes.

Visando ampliar o contexto de ações convergentes para o desenvolvimento regional e para a redução das desigualdades inter e intra-regionais, cabe destacar a importância de aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), com abrangência nacional e o fortalecimento da ação de articulação promovida pela Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. Ademais, devem ser criados e fortalecidos fóruns de desenvolvimento sub-regionais e estes devem estar articulados com comitês de fronteira.

Existem diferenças significativas de custos unitários, evidenciando inconsistências de magnitude considerável atribuídas à existência de inúmeras emendas parlamentares. De fato, o Programa tem-se caracterizado como enorme balcão de projetos, o que não atende necessariamente às recomendações e diretrizes da (PNDR).

Por outro lado, a não-apresentação dos resultados do Programa não foi razoavelmente justificada, haja vista a existência deste há alguns anos no PPA.

A abrangência territorial significativa (cerca de 27% do Território Nacional) não justifica

deduzir que os recursos orçamentários alocados para o plano de ação tenham sido insuficientes, já que a solução seria focar a atuação em espaços menores em vez de tentar apoiar número extenso de projetos e, conseqüentemente, comprometer a cobertura adequada do público-alvo. Com efeito, as ações precisam ser escalonadas no tempo e no espaço, de modo a promover a estruturação das sub-regiões e sua dinamização econômica, o que não foi previsto.

Não há nada que indique a existência de transversalidade no desenho do Programa; embora talvez na sua implementação isto aconteça, sem, contudo, ser característica estrutural do Programa.

Não se observa iniciativa visando à elaboração de um plano estratégico para a faixa de fronteira, como recomendado pela própria gerência do Programa, no qual sejam inseridas considerações referentes à integração latino-americana.

Importante ressaltar que dificuldades relacionadas aos complexos procedimentos de licenciamento ambiental de projetos produtivos inviabilizaram o apoio a diversos setores e que a solução encontrada foi apoiar projetos executados por instituições com forte articulação com os organismos ambientais estaduais, o que pode se traduzir em grande vulnerabilidade para a gestão do Programa.

DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO (CONVIVER)

GERENTE DO PROGRAMA

Márcia Regina Sartori Damo

OBJETIVO

Reduzir as vulnerabilidades sócio-econômicas da população das áreas do Semi-árido com incidência de seca.

PÚBLICO-ALVO

Populações do semi-árido com incidência estrutural de seca

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 48.365.931,00	Empenho Liquidado:	R$ 41.486.851,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 41.486.851,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 1.500.000,00	R$ 0,00	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Ocupações Geradas na Região do Semi-árido pelo Programa - Unidade	-	-	-	-	-	-
2. Taxa de Internação de Pessoas com Doenças Infecciosas e Parasitárias na Região do Semi-Árido - Porcentagem	-	-	-	-	9.00	-
3. Taxa de população no semi-árido atendida com rede geral de abastecimento de água - Porcentagem	-	-	-	-	66.00	-

1. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA REGIÃO DO SEMI-ÁRIDO PELO PROGRAMA

Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Os índices do Programa foram inseridos em 2005 e os projetos apoiados possuem duração média de dois a quatro anos para sua execução e alcance dos objetivos. Em decorrência disso, seus resultados não puderam ser verificados até o presente momento, prejudicando a mensuração do índice em referência.

2. TAXA DE INTERNAÇÃO DE PESSOAS COM DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS NA REGIÃO DO SEMI-ÁRIDO
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver comentário do indicador número 1.

3. TAXA DE POPULAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO ATENDIDA COM REDE GERAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver comentário do indicador número 1.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Sob a ótica do desenvolvimento regional, o semi-árido constitui-se em uma das sub-regiões que mais dependem de intervenção estatal eficiente, voltada para a eliminação dos efeitos desestruturadores decorrentes das adversidades climáticas a que está submetido. A carência de água nas ocasiões de estiagem aumenta os riscos de desastres secundários de natureza humana relacionados à fome e à desnutrição, ao desemprego generalizado e às migrações intensivas e descontroladas, provoca, ainda, desastres humanos de natureza biológica decorrentes da redução da resistência imunológica causada pela fome.

Dos esforços anteriores voltados para a eliminação do problema, constata-se que 40% das obras de captação e de armazenamento pontual de água estão inacabadas ou deterioradas. As obras de vulto demandam muito equipamento e são altamente concentradoras de mão-de-obra, além de exigir prazos dilatados de construção. Aproximadamente 500.000 propriedades rurais na área semi-árida não dispõem de oferta adequada de água, aumentando sobremaneira sua vulnerabilidade às secas, cujo impacto traduz-se, gravemente, na baixa-estima das comunidades atingidas.

Tradicionalmente, as ações se limitaram a medidas assistenciais em detrimento de intervenções mais efetivas que estimulassem projetos geradores de emprego e renda e educacionais em caráter permanente, visando ao atendimento das necessidades sociais básicas e numa perspectiva de futuro para enfrentamento às adversidades climáticas e preparação para a convivência com a realidade da região.

Nesse contexto, torna-se imperativa, para o enfrentamento do problema, a articulação dos diversos programas de combate à pobreza, de segurança alimentar e de combate à fome, com os diversos programas de desenvolvimento regional, na implementação de ações que conduzam a sustentabilidade das atividades econômicas nos períodos críticos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Apoio a quatro projetos para a estruturação de arranjos produtivos locais (APL), definidos e viabilizados por meio de articulações com os governos Estaduais, Municipais e sociedade civil organizada:

a) ovinocultura, na sub-região de Serra Geral - (Janaúba – (MG);

b) estudos e pesquisa sobre o pinhão-manso para a produção de biodiesel, também na Serra Geral;

c) piscicultura, com a implantação de unidade de beneficiamento de peixe, no Município de Jurema (PI);

d) apoio à fruticultura, com a implantação de agroindústria, em Brumado (BA), na sub-região de Brumado (BA), Bom Jesus da Lapa (BA) e Guanambi (BA).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As ações executadas por meio de convênios ou de descentralizações de recursos, firmados ou realizados segundo planos de trabalho e projetos previamente aprovados, são acompanhadas por técnicos que verificam, periodicamente, mas sem regularidade definida, a execução e o alcance das metas. Para garantir a troca de informações sobre o desempenho físico das ações e o controle e monitoramento dos projetos são realizadas reuniões regulares de trabalho com a equipe responsável pelos projetos.

Para verificação do cumprimento das metas e dos prazos dos projetos apoiados por meio de convênios e descentralizações, são realizadas visitas *in loco* por parte da equipe técnica da Secretaria de Programas Regionais (SPR). Essas visitas ocorrem com freqüência, de acordo com a necessidade e cronograma de cada projeto, de forma que não possuem regularidade definida.

Apontam-se como dificuldades nestes processos a reduzida equipe, a multiplicidade de tarefas a ela delegadas, bem como a dependência por retorno de informações solicitadas aos parceiros e convenentes.

Anualmente são produzidos relatórios de gestão sobre o Programa, com informações sobre suas ações e a avaliação do que foi executado financeira e fisicamente no exercício. Trata-se, portanto, de mecanismo de monitoramento e organização das informações das atividades desempenhados no âmbito do Conviver.

O comitê gestor do Programa Conviver tem como finalidade o monitoramento e a avaliação das ações do referido. Participam deste comitê, representantes das Secretarias do Ministério da Integração Nacional, de suas vinculadas e de órgãos e ministérios que gerenciam as ações

do Programa. Essa iniciativa constitui-se em avanço na articulação entre os agentes envolvidos na execução do Programa, contribuindo para a eficiência na utilização de recursos. Em 2007, porém, encontrou-se grande dificuldade em se conciliar as agendas dos representantes que o compõem, o que prejudicou a manutenção das reuniões em questão.

Com relação à programação, pode-se afirmar que a descontinuidade do fluxo de recursos não prejudicou decisivamente a sua execução. O comprometimento dos recursos disponibilizados na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 para as ações alcançou cerca de 70% do nível previsto. A celebração dos convênios que dão suporte à execução das ações do Programa concentrou-se no último trimestre de 2007, em decorrência de que o processo de elaboração e seleção de projetos requereu a interação com as inúmeras instituições parceiras. Com isso, grande parte da execução financeira teve início no final do ano e terá continuidade em 2008 por meio da liberação de recursos inscritos em restos a pagar.

No exercício de 2007 foram feitos avanços quanto à qualidade e quantidade da equipe técnica. No entanto, a equipe ainda se apresenta deficiente. O órgão apresenta quadro reduzido de funcionários, sendo necessária a busca de outras modalidades de contratação, ou novos concursos, para a contratação de técnicos com perfil gerencial. A necessidade de ação de acompanhamento mais próximo de cada uma das sub-regiões prioritárias, objeto de ações do Programa, requer equipe numericamente maior para apoiar a gerência.

Dentre as dificuldades enfrentadas pelo Programa destacam-se, ainda, as de ordem interna e externa relacionadas à celebração de convênios. As de ordem interna ao Ministério, pelas dificuldades inerentes ao processo administrativo, tais como as dificuldades jurídicas e de engenharia na celebração de convênios. As de ordem externa, na dificuldade de encontrar instituições com perfil adequado ao projeto e que preencham requisitos de capacidade técnica, credibilidade e inserção local, viabilidade administrativa e adimplência. Em 2007 havia predominância de recursos de investimento, com a realização de obras civis, o que condicionava também o processo de seleção de parceiros e de realização de convênios.

Outra dificuldade na celebração de convênios diz respeito à inadimplência dos entes federados. Com a utilização do sistema Cadastro Único de Convênio (CAUC), muitos Estados e Municípios selecionados para execução de projetos por suas características técnicas e de inserção local e regional se viram impossibilitados, por muitos meses, de celebrarem convênios por sua situação de inadimplência. Isto acarretou atraso na elaboração de convênios, gerando a necessidade de busca de novos parceiros e de readaptação de projetos a estas novas escolhas. Também se deve mencionar as dificuldades encontradas por alguns atores, em especial, Estados e Municípios, na operacionalização dos processos licitatórios, gerando morosidade na implementação dos projetos e dificultando o alcance dos resultados e a aferição de indicadores.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A gerência do Programa utiliza-se da descentralização de recursos para as entidades vinculadas do órgão, que têm atuado sob a mesma ótica de desenvolvimento regional que o Conviver. As vinculadas executam projetos importantes, complementando a atuação da SPR e contribuindo com a expertise e a capilaridade que possuem fatores de grande relevância para se alcançar a efetividade das ações propostas. No entanto, a SPR tem poucos mecanismos de controle sobre as entidades vinculadas para garantir a troca contínua de informações e a avaliação das ações executadas.

Os recursos da Ação de Gestão Administrativa do Programa foram gastos essencialmente com despesas de pessoal, em contratos de servidores temporários e funcionários terceirizados. Contribuíram, portanto, para a execução do Programa, na medida em que possibilitaram o incremento da equipe encarregada com o aporte relativo a apenas 3,27% do montante gasto em suas atividades finalísticas.

Recomenda-se a fusão do Conviver com o Programa Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso), sem prejuízo na alocação orçamentária realizada pelo Ministério da Integração Nacional (MI). Ao Promeso seriam inseridas ações do Conviver a serem executadas em áreas sub-regionalizadas do semi-árido.

O público-alvo tem como referência todo o Semi-árido brasileiro. Entretanto, as ações do Programa não conseguem ter essa abrangência e se viabilizam apenas para parcelas territoriais do semi-árido e, portanto, frações do público-alvo caracterizado. A regionalização do Programa acarreta fragmentação dos recursos disponíveis. Para melhor atuação do Programa seria recomendável uma sub-regionalização do semi-árido.

Os indicadores previstos não conseguem cumprir o objetivo de expressar os resultados do Programa, captando os efeitos de suas ações. E, no PPA 2008-2011, as ações relativas à oferta hídrica foram todas migradas para o Proágua Infra-Estrutura.

DRENAGEM URBANA SUSTENTÁVEL

GERENTE DO PROGRAMA

João Reis Santana Filho

OBJETIVO

Promover a gestão sustentável da drenagem urbana com ações não-estruturais e estruturais dirigidas à prevenção, ao controle e à minimização dos impactos provocados por enchentes, inclusive nas zonas costeiras.

PÚBLICO-ALVO

População urbana, especialmente, a residente em Municípios com áreas sujeitas à inundação periódica

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 446.986.856,00	Empenho Liquidado:	R$ 211.676.589,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 211.676.589,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 270.000.000,00	R$ 0,00	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Municípios com Serviço de Drenagem Urbana Superficial no Brasil - Porcentagem	-	-	-	-	79.30	-
2. Taxa de Municípios com Sistema de Drenagem Subterrânea no Brasil - Porcentagem	-	-	-	-	67.80	-
3. Taxa de Regulação da Drenagem Urbana no Brasil - Porcentagem	-	-	-	-	22.70	-

1. TAXA DE MUNICÍPIOS COM SERVIÇO DE DRENAGEM URBANA SUPERFICIAL NO BRASIL

Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Os índices não foram apurados, sendo indicada a necessidade de revisão dos indicadores para avaliar o desempenho do Programa.

2. TAXA DE MUNICÍPIOS COM SISTEMA DE DRENAGEM SUBTERRÂNEA NO BRASIL
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver comentário do indicador número 1.

3. TAXA DE REGULAÇÃO DA DRENAGEM URBANA NO BRASIL
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver comentário do indicador número 1.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Tem-se verificado a ocorrência crescente de eventos de inundação em diversos pontos do território nacional, causando vítimas e prejuízos financeiros aos atingidos. Desse modo, o Programa tem como objetivo atuar nos seguintes fatos causadores do problema:

a) baixa capacitação institucional e técnica dos Municípios, resultando na concepção inadequada das ações de drenagem urbana e baixa sustentabilidade das mesmas;

b) insuficiência na oferta de infra-estrutura de drenagem urbana;

c) escassez de recursos para implementação de ações que visem à gestão do escoamento das águas nas cidades e dos impactos de enchentes urbanas e ribeirinhas, que degradam a saúde pública, o ambiente e a qualidade de vida nas cidades;

d) ausência de mecanismos de controle social na prestação dos serviços.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Os resultados não foram apurados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento das ações do programa é realizado por meio de visitas *in loco*, com periodicidade baseada em plano de inspeção e acompanhamento de obras e por meio do Sistema de Acompanhamento e Supervisão de Obras (Saso), utilizado para inspecionar e verificar o desempenho físico das ações.

Dentre as restrições ocorridas, está o fluxo descontínuo de recursos, que prejudicou o desempenho do Programa e a implementação das ações. Outra restrição é dada pelo atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios, fato que compromete a execução dos cronogramas para repasse de recursos.

A maior parte dos recursos do Ministério da Integração Nacional (MI) foi descentralizada para repasse pela Caixa Econômica Federal (CEF) para os convenentes. Os procedimentos exigidos pela CEF dos Estados e Municípios para efetuar os repasses prolongaram o período preparatório que antecede a execução.

Outra séria restrição à obtenção de resultados é a multissetorialidade, que nesse Programa não funcionou de maneira adequada. O órgão não obteve as informações relacionadas aos resultados das ações dos demais ministérios, visto que o contato com estes órgãos é de difícil realização. Em 2006, foi constituído um comitê gestor, como tentativa de maior articulação entre o MI, o Ministério das Cidades (MCidades) e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), no entanto, as ações conjuntas não obtiveram continuidade. Em 2007, foi proposto, pelo MI que a coordenação deste Programa fosse transferida para outro ministério, porém não houve acordo.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O órgão está implementando em suas rotinas mecanismos de participação social e de avaliação da satisfação dos beneficiários.

A gerência do Programa destaca a necessidade de rever os indicadores de desempenho do Programa, situação já registrada desde o processo de avaliação de 2005, sendo indicado na ocasião, pelo próprio Ministério, fomentar a discussão de novos indicadores que objetivassem aferir a área de bacia hidrográfica drenada ou a população beneficiada com regulação de drenagem urbana. No entanto, os indicadores não foram alterados desde então, nem mesmo em 2007, quando ocorreu a elaboração do novo PPA 2008-2011.

Com relação às dificuldades enfrentadas na coordenação de um programa multissetorial, de fato o órgão fez várias tentativas de aproximação com os demais órgãos, não havendo participação, principalmente do MCidades, que não enviava representantes para as reuniões.

EFICIÊNCIA NA AGRICULTURA IRRIGADA

GERENTE DO PROGRAMA

João Reis Santana Filho

OBJETIVO

Aumentar a eficiência dos recursos envolvidos na produção agrícola irrigada.

PÚBLICO-ALVO

Irrigantes públicos e privados

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 3.000.000,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	-
	Total:	**-**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Consumo Unitário Anual de Água na Irrigação – Metro Cúbico por Hectare (m³/ha)	-	-	-	-	16150.00	-

1. CONSUMO UNITÁRIO ANUAL DE ÁGUA NA IRRIGAÇÃO
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Indicador não apurado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Apesar da significativa contribuição da agricultura irrigada para o Produto Interno Bruto (PIB) do setor primário, o seu desempenho está, ainda, longe do ideal. A produtividade média alcançada, a eficiência de utilização de água, o emprego de insumos modernos, a capacitação da mão-de-obra, a integração dos projetos com as cadeias produtivas, dentre outros aspectos, são passíveis de melhoria substancial. Pode-se afirmar que, em boa parte da área irrigada, pratica-se agricultura tradicional, decrescendo, substancialmente, os benefícios decorrentes da aplicação de água. Adicionalmente, os métodos ainda utilizados no País para dimensionamento das necessidades hídricas dos cultivos, comprovadamente resultam no seu superdimensionamento. A pesquisa existente sobre tais métodos é de pouca expressão e não-sistemática, sendo necessário desenvolver ações que permitam testar

e adaptar as novas metodologias e tecnologias. O Programa visava induzir substancial redução do consumo agrícola de água, economia de energia elétrica e geração de novos empregos, resultando no aumento da oferta de alimentos a com custos menores. A liberação de água e energia elétrica para o mesmo uso ou para outros, aliada a elevação do rendimento dos fatores de produção, resultam em crescimento econômico.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Os resultados alcançados em 2007, modernização tecnológica de sistemas parcelares, estão relacionados à execução de restos a pagar.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Não existe, no âmbito da gerência, mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações. Não houve desenvolvimento de atividades no Programa por não ter havido repasse de recursos referentes ao exercício de 2007. Foram priorizadas outras atividades de maior complexidade e importância, face ao contingenciamento dos recursos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não realizou parcerias não-governamentais e não possui mecanismos que promovam a participação social, nem avalia a satisfação de seus beneficiários.

O Programa teve sua reformatação quando da elaboração do PPA 2008-2011 e deixou de existir, tendo suas ações realinhadas e incluídas em outros programas.

INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

GERENTE DO PROGRAMA

João Reis Santana Filho

OBJETIVO

Integrar os recursos hídricos nas bacias com baixa disponibilidade de água, aumentando a oferta de água nessas bacias.

PÚBLICO-ALVO

Comunidades ribeirinhas, pequenos agricultores situados ao longo das várzeas dos rios e açudes, centros industriais e a população urbana

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 485.613.896,00	Empenho Liquidado:	R$ 476.380.118,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 476.380.118,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Vazão Média de Água nas Bacias Beneficiadas pela Integração – Metro Cúbico por Segundo (m³/s)	-	-	-	-	75.00	-

1. VAZÃO MÉDIA DE ÁGUA NAS BACIAS BENEFICIADAS PELA INTEGRAÇÃO
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice previsto para o final do PPA não foi alcançado, pois as ações de integração de bacias encontram-se ainda em fase inicial de execução. A apuração somente será possível após a conclusão das obras.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Secularmente, o homem desbravou e ocupou os espaços do território nacional, apropriando-se dos recursos naturais disponíveis no desenvolvimento de suas atividades comerciais e produtivas. Sob esta ótica, os cursos d'água tiveram papel fundamental como vetores da dispersão e desenvolvimento das populações devido à característica intrínseca de seus usos múltiplos.

Na região Nordeste, as características do clima e dos solos ocasionam crônica escassez de recursos hídricos, aumentada pelo inadequado manejo ambiental das bacias. Em outras regiões, o crescimento descontrolado das demandas, aliado à degradação ambiental, está gerando sérios conflitos entre os diversos usos dos recursos hídricos.

A interligação hidráulica de bacias hidrográficas permitirá maior equilíbrio regional das oportunidades de emprego e renda associadas ao desenvolvimento sustentável, especialmente, nas regiões semi-áridas, e viabilizará sistemática mais eficiente de operação de reservatórios já construídos, significando melhor aproveitamento da infra-estrutura hídrica e gestão mais eficaz da água. A integração deve ser implementada a um ritmo tal que previna os possíveis conflitos, devendo ser iniciada e/ou continuada nos espaços sub-regionais e regionais para, a seguir, realizar a integração inter-regional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- O Projeto de Integração do São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional não apresentou resultados ao final do plano, pois as sucessivas interposições de liminares atrasaram a emissão da licença de instalação e o conseqüente início das obras, que se deu apenas em junho de 2007. No entanto, deve-se destacar que esse foi importante passo do processo, devido à grande polêmica e resistência apresentada ao projeto.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física das ações do Programa em 2007 ficou abaixo de 40% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007, apesar de não ter havido restrições de ordem orçamentária e financeira no período. A interposição de várias liminares que paralisaram a continuidade das ações preparatórias, postergando para o final do ano a contratação das empresas para elaboração dos projetos executivos de todos os trechos do projeto, para execução de um dos 14 lotes, supervisão e implementação de quatro dos convênios para execução dos programas básicos ambientais, que são as compensações exigidas na licença de instalação.

Foram ainda registradas restrições gerenciais, com a inexistência ou inadequação de sistemas de acompanhamento e quantidade insatisfatória de recursos humanos na equipe. Está sendo implementado sistema de gestão, contemplado pelo contrato da gerenciadora, que estará em funcionamento no exercício de 2008. Quanto à insuficiência de recursos humanos, o MI enviou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) proposta para a criação de cargos comissionados e efetivos com a finalidade de atender às necessidades do Programa.

Além dessas, houve restrições físicas com a inadequação da infra-estrutura para acomodação da equipe gerencial. Ações estão sendo tomadas no intuito de disponibilizar espaço físico adequado para atender inclusive à expansão prevista da equipe.

Outro fator que causou atraso na execução foi a lentidão no processo de licenciamento ambiental de autorizações de supressão vegetal.

Em relação ao monitoramento do desempenho físico, registra-se que são realizadas as seguintes ações:

a) reuniões de trabalho quinzenais com os órgãos conveniados para a execução de ações dos planos básicos ambientais, bem como com os batalhões do Exército, responsáveis pela execução das obras dos canais de aproximação de reservatórios de Tucutu (PE) e Areias (PE);

b) permanência de engenheiros do MI no local das obras e visitas mensais de outros técnicos para acompanhamento das ações desenvolvidas pelos executores;

c) desenvolvimento do sistema de acompanhamento do processo de indenização realizado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS);

d) elaboração mensal de relatório de progresso, no qual consta quadro de acompanhamento físico-financeiro do projeto, pelo consórcio gerenciador do empreendimento.

O desempenho das ações implementadas em outros ministérios foi avaliado como médio, pois cerca de 13% dos recursos descentralizados foram devolvidos no final do exercício por dificuldades operacionais dos executores para a aplicação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social foi promovida das seguintes formas:

a) implementação de Ouvidoria, dispondo de centrais de atendimento por meio de telefone (0800-610021) e correio eletrônico *ouvidoria@integração.gov.br*;

b) realização de nove audiências públicas nos Estados que compõem a bacia hidrográfica do rio São Francisco durante o processo de licenciamento ambiental. E em função do valor da licitação de obras civis, foi realizada audiência pública para apresentação do empreendimento aos licitantes;

c) disponibilização periódica em sítio da Internet de informações específicas, dados e notícias sobre o projeto;

d) realização de diversas reuniões e seminários com grupos de interesse, envolvendo as comunidades indígenas, por meio do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), das comunidades quilombolas, das entidades religiosas (Igreja Católica), das empresas, órgãos e profissionais do setor de infra-estrutura hídrica dos Estados beneficiados pelo projeto, das associações de classe

(engenheiros, arquitetos, advogados), dos debates em canais abertos de rádio e televisão, das entidades e órgãos de preservação ambiental para implantação do Programa de Revitalização do Rio São Francisco, das comunidades ribeirinhas dos cursos d'água derivados da bacia do São Francisco e bacias receptoras, e das comunidades rurais diretamente afetadas com implantação das obras.

As contribuições da participação social para o Programa foram a incorporação de sugestões da população quanto à adequação do projeto básico de engenharia, originadas do processo de licenciamento ambiental derivado das audiências públicas. De definição do modelo de gestão, repartição de custos e receitas da futura operação do sistema hídrico proposto entre os diversos Estados envolvidos e de definição dos critérios e diretrizes para o atendimento da população beneficiada pelos programas ambientais.

Com relação ao desempenho do Programa, ocorreram restrições judiciais, gerenciais, administrativas e de licenciamento, como destacado na avaliação. No entanto, tais restrições não foram registradas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) do PPA. De forma semelhante, apesar da elevada execução orçamentária, cerca de 98%, houve registro de execução física de apenas uma ação do Programa. Desse modo, deve-se destacar que esta ferramenta para gerenciamento das informações e restrições não está sendo utilizada de forma completa.

ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE COMUNIDADES (PRODUZIR)

GERENTE DO PROGRAMA

Márcia Regina Sartori Damo

OBJETIVO

Contribuir para o desenvolvimento regional por meio da capacitação e organização produtiva de segmentos da população, visando gerar ocupação e renda, de modo a inserir estas comunidades em arranjos e atividades que promovam dinamização econômica e social.

PÚBLICO-ALVO

Segmentos da população que se encontram fora da dinâmica social e econômica do país e que estejam localizados em espaços definidos como prioritários da ação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 4.273.256,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.740.797,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 2.740.797,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Ocupações Geradas - Porcentagem	-	-	-	-	30.00	-
2. Taxa de Sucesso dos Empreendimentos do Produzir - Porcentagem	-	-	-	-	25.00	-

1. TAXA DE OCUPAÇÕES GERADAS

Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O nível de apuração que foi possível realizar dentro das condições existentes permitiu verificar que a maioria das pessoas capacitadas conseguiu se manter dentro dos grupos produtivos e aquelas que preferiram seguir sozinhas continuaram com as atividades aprendidas, gerando renda alternativa. Da mesma forma, verificou-se maior acesso dos

empreendimentos às linhas oficiais de crédito, tais como do Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do Banco do Brasil (BB), ampliação do mercado destes empreendimentos por meio de encomendas, maior acesso a participação em feiras. Pôde-se observar também que alguns grupos tiveram dificuldade para se formalizar, contudo, isto não prejudicou suas identidades, os quais permaneceram unidos em busca de consolidação formal.

2.TAXA DE SUCESSO DOS EMPREENDIMENTOS DO PRODUZIR
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver comentário do indicador número 1.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O processo de desenvolvimento no Brasil não é distribuído espacialmente de forma homogênea, ao lado de áreas de grande dinamismo econômico encontram-se regiões onde as atividades produtivas estão estagnadas e os níveis de bem-estar social são bastante baixos, apresentando graves níveis de desequilíbrio sócio-econômico. Neste contexto, o Produzir, somado a outros programas de dinamização da base produtiva local e regional e de ampliação das possibilidades de acessos aos serviços sociais básicos, visa promover a inserção econômica e social de populações residentes em áreas deprimidas que se encontram à margem das políticas de desenvolvimento do País. O Programa busca a inserção social e econômica de comunidades urbanas e rurais, capacitando-as para o processo produtivo organizado, gerando ocupação e renda. Neste processo, busca-se potencializar os recursos e vocações econômicas das comunidades a partir do fomento à estruturação de empreendimentos produtivos e à produção de bens e serviços, da viabilização de novas formas de organização social de pessoas que se encontram fora da dinâmica social e do apoio à organização de arranjos e cadeias produtivas. Dessa forma, o Programa é um instrumento da PNDR e promove, também, o fortalecimento do capital social e a melhoria da qualidade de vida nas comunidades participantes.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Execução de 10 eventos de organização produtiva.
- Geração de 31 empreendimentos coletivos.
- Capacitação de 1.222 pequenos empreendedores.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

Com as visitas de supervisão das ações em campo são sempre realizadas reuniões de trabalho com os técnicos coordenadores das ações nos Municípios e com as instituições executoras para avaliar o andamento do projeto. Também, para cada evento de organização produtiva,

eram realizadas em média três visitas aos Municípios beneficiados e para cada etapa de execução são apresentados relatórios sobre o andamento das ações.

Não houve maior alcance das metas físicas por não ter tido recurso suficiente para a execução dos eventos de organização produtiva previstos para 2007. Foram disponibilizados recursos para a execução de apenas 10 eventos.

A execução física do Programa em 2007 se deu com recurso do Projeto de Cooperação Técnica Internacional (PCT) – FAO/UTF/BRA/040/BRA disponíveis de repasses de exercícios anteriores. A liberação de limites financeiros para a utilização dos recursos de 2007 ocorreu no final do exercício e sua execução física deverá ocorrer em 2008.

As ações do Produzir são também realizadas pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE). Com relação à ADENE, houve boa execução das ações, tendo em vista que desde 2006 elas foram desenvolvidas pelo módulo nacional. A ADA também realizou alguns eventos de organização produtiva, contudo não cumpriram sua meta por não ter havido liberação financeira em 2007.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa conta com diversos parceiros não-governamentais seja para a execução das ações em campo, seja para o apoio aos empreendimentos gerados de forma a garantir maior sustentabilidade dos mesmos. Os parceiros executores tiveram bom desempenho em 2007. As parcerias com instituições que contribuem com a sustentabilidade dos empreendimentos também foi exitosa nos Municípios atendidos em 2007.

Na execução dos eventos de organização produtiva são realizadas reuniões com o público-alvo, com as instituições executoras, governos municipais e outros parceiros com o intuito de delinear as potencialidades na execução dos eventos e obter sinergias para o desenvolvimento das ações em campo. Esta participação permitiu agregar esforços em torno das atividades desenvolvidas, aumentando as chances de sustentabilidade do trabalho realizado em campo.

O Programa não realizou avaliação sistemática da satisfação dos beneficiários, mas com as viagens de supervisão e monitoramento das ações em campo, são realizadas reuniões com os beneficiários de forma a ouvir seus relatos sobre o andamento das ações. A partir destes relatos são feitas adequações na atuação do Programa.

A definição dos Municípios que serão contemplados com as ações do Programa é realizada em discussão com outros programas do MI e com os fóruns de desenvolvimento regional existente em cada mesorregião. Esta estratégia dá maior legitimidade à indicação do Município aumentando a participação dos atores envolvidos e criando condições mais favoráveis para o êxito das ações. Após a indicação dos Municípios, são realizadas várias reuniões com as comunidades beneficiárias, atores sociais relevantes, instituições parceiras, de forma que a definição das atividades que serão desenvolvidas seja participativa e envolva

o maior número de parceiros. Estas reuniões dão maior legitimidade às ações do Programa, gerando maior comprometimento por parte de todos os participantes do processo.

Pela caracterização da metodologia adotada pelo Programa, os temas relacionados à raça, gênero, criança e juventude são contemplados nas suas ações. Em todos os eventos de organização produtiva realizados são oferecidas oportunidades de participação às famílias que têm crianças em situação de risco, com vistas a combater o trabalho infantil. Buscou-se também estimular a participação da mulher no desenvolvimento de atividades produtivas voltadas ao perfil feminino. E alguns eventos foram direcionados para serem executados em comunidades quilombolas.

Visto que a metodologia do Produzir tem se revelado eficaz no decorrer do tempo, a gerência decidiu fundi-lo, no PPA 2008-2011, com os demais programas de desenvolvimento regional do MI. Destes programas, o Produzir é o que melhor identifica os resultados alcançados e o que possui melhor gerenciamento. Apesar de permanecer a ausência de apuração dos indicadores, o que prejudica a identificação dos impactos efetivamente gerados na sociedade, a metodologia adotada pelo Produzir serve como exemplo para os demais programas de desenvolvimento regional. A recomendação de fusão se deve, em grande parte, devido ao reduzido valor orçamentário que vem sendo alocado pelo MI, o que torna o Programa insuficientemente dotado de recursos para reverter o problema que lhe deu origem.

PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA EMERGÊNCIAS E DESASTRES

GERENTE DO PROGRAMA

Roberto Costa Guimarães

OBJETIVO

Reduzir os danos e prejuízos provocados por desastres naturais e antropogênicos.

PÚBLICO-ALVO

Instituições de Defesa Civil

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 262.880.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 136.209.700,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 136.209.700,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Municípios Preparados para Prevenção e Atendimento a Desastres - Porcentagem	-	67.66	76.50	78.20	78.00	100,26%

1. TAXA DE MUNICÍPIOS PREPARADOS PARA PREVENÇÃO E ATENDIMENTO A DESASTRES

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Em função da capacitação e da conscientização de agentes municipais de defesa civil, tem-se impulsionado a criação e operacionalização de Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (Comdec), órgão principal para a prevenção, preparação, resposta e reconstrução, sendo ainda responsável pelo desenvolvimento de consciência voltada para a segurança global da população no que diz respeito a riscos de desastres humanos, naturais e mistos. Em 2007, 4.349 Municípios possuíam Comdecs, o que representa cobertura de 78,2% do total dos Municípios brasileiros.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os desastres agravam as condições de vida da população, contribuem para aumentar a dívida social e intensificam as desigualdades inter e intra-regionais, afetando o desenvolvimento sustentável do País. Grande número de desastres é agravado pelas migrações internas,

que levam à formação de bolsões e cinturões de extrema pobreza nos centros urbanos, em áreas vulneráveis aos desastres, especialmente inundações, deslizamentos de encostas, incêndios em favelas, desabamentos e muitas vezes, em áreas próximas a depósitos de produtos perigosos etc.

A falta de planejamento da ocupação e da utilização do espaço geográfico, desconsiderando as áreas de risco, somada à deficiência da fiscalização local, tem contribuído para aumentar a vulnerabilidade das comunidades locais urbanas e rurais, com número crescente de perdas de vidas humanas e vultosos prejuízos econômicos e sociais. Quando não se priorizam as medidas preventivas, há aumento significativo de gastos destinados à resposta aos desastres.

O grande volume de recursos gasto com o atendimento da população atingida é muitas vezes maior do que seria necessário para a prevenção. Por outro lado, a maioria dos órgãos que atuam em defesa civil está despreparada para o desempenho eficiente das atividades de prevenção e de preparação. A não-implementação do Programa contribuirá para o aumento da ocorrência dos desastres naturais, antropogênicos e mistos e para o despreparo dos órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela execução das ações preventivas de defesa civil, aumentando a insegurança das comunidades locais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização da III Semana Nacional para a Redução de Desastres, que possibilitou rodadas de discussão em todo o país sobre a temática defesa civil, principalmente para as ações de prevenção e preparação. Foram realizados diversos eventos, tais como cursos, seminários e workshops, onde foram apresentados as ações dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), visando a troca de experiências. No âmbito dessa campanha, foi realizado o evento intitulado A Redução de Desastres Começa na Escola, ocasião em que foram distribuídos cerca de 10.000 kits para 322 escolas localizadas em regiões que foram afetadas por desastres.

- Capacitação de cerca de 1.000 novos agentes de defesa civil.

- Realização de parceria com a Organização Mundial da Saúde (OMS) para a realização do curso de sistema de suporte logístico, visando a formação de técnicos para a organização e pronta resposta no que tange a organização de estoques estratégicos, durante eventos adversos.

- Realização do Encontro Nacional de Coordenadores Estaduais de Defesa Civil onde foi possível a troca de experiências entre as Coordenadorias Estaduais de Defesa Civil (Cedec) e formalizado o documento conhecido como a Carta de Salvador. Em tal documento, foram elencados os principais problemas dos órgãos integrantes do Sindec e discutidas as possíveis soluções, como, por exemplo, a reorganização do Conselho Nacional de Defesa Civil (Condec).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O contingenciamento de recursos foi o principal problema para a execução prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. No caso, por exemplo, da ação de publicidade e utilidade pública os recursos foram insuficientes para a realização de campanhas de prevenção e preparação para desastres, em nível nacional. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução física programada.

Apesar dessas restrições, foram firmados cerca de 170 convênios para a realização de obras preventivas de desastres, tais como: reconstrução e recuperação de pontes, murros de arrimo, bueiros, estradas vicinais, drenagem e pavimentação.

Em relação a questões de infra-estrutura e de recursos humanos nas equipes executoras, destaca-se a necessidade do Centro Nacional de Gerenciamento de Desastres (Cenad) passar a funcionar em regime integral, 24 horas (h), a fim de realizar o monitoramento dos desastres ocorridos no Brasil ininterruptamente. Para isso, é necessário o aumento do número de funcionários e a adequação da infra-estrutura do referido centro. Além disso, é indispensável a compra de rádio e colocação de antena na sede da Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec), com vistas à implementação da Rede Nacional de Emergência de Radioamadores (Rener). Ainda sobre o tema, destaca-se o número insuficientes de instrutores para a realização de vários eventos simultaneamente, o que justifica a grande utilização de colaboradores eventuais, e do número insuficiente de técnicos para a análise dos projetos.

Desde 2006, o MI firmou contrato com a Caixa Econômica Federal (CEF) visando o acompanhamento da execução físico-financeira dos objetos pactuados como forma de melhorar o alcance dos objetivos do Programa. O contrato foi necessário devido ao reduzido número de engenheiros disponíveis no MI se comparado à carteira de projetos pendentes de análise e ao número de vistorias a serem realizadas *in loco* para o acompanhamento da execução física e prestação de contas dos convênios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A realização de encontros com núcleos comunitários de defesa civil tem permitido a participação da comunidade no desenvolvimento da defesa civil em áreas de risco. Apesar da realização de vários eventos de caráter técnico, como cursos de capacitação e o encontro das Cedecs, grande parte das instituições de defesa civil continuam desestruturadas. Como exemplo deste fato pode-se citar que, embora o Programa tenha disponibilizado recursos para o reaparelhamento e reestruturação de órgãos de defesa civil, independentemente do contingenciamento de recursos, nenhum projeto foi apresentado.

A gerência do Programa destaca a necessidade de revisão do público-alvo, para que seja adotado como pessoas residentes em áreas de risco, tendo em vista que devem ser o segmento da sociedade potencialmente beneficiário do Programa que será atingido pelos

seus resultados. E, que deverá ser estudada a possibilidade de construção de indicador que meça a vulnerabilidade de vidas humanas.

A ocorrência de ações emergenciais de defesa civil força a edição de créditos extraordinários freqüentes, notadamente por meio de Medidas Provisórias (MP). Isto implica a adoção de medidas pontuais, as quais não asseguram que seja evitada a recorrência de calamidades e desastres.

Em 2007, com o intuito de construir estratégia que privilegie ações preventivas e a alocação de recursos públicos que objetivem a diminuição de riscos de desastres, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) instituiu grupo de trabalho informal, com a participação de servidores da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), da Secretaria de Gestão (Seges) e da Sedec do MI.

A partir dos trabalhos desenvolvidos por este grupo, o MP deverá criar um grupo de trabalho (GT) interministerial, que contará com a participação de diversos atores, o Ministério das Cidades (MCidades), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o MI, o Ministério dos Transportes (MT), o Ministério da Defesa (MD) e as Secretarias Estaduais e Municipais, com o objetivo de estabelecer critérios para a construção de carteira de projetos prioritários destinados à prevenção de desastres. Espera-se que as ações a serem sugeridas tragam mudanças significativas ao Programa tanto em sua forma quanto em sua dotação orçamentária.

Apesar da realização de vários eventos de caráter técnico (cursos de capacitação, encontros de coordenadores estaduais de defesa civil etc.) e do Programa contemplar ação de apoio ao reaparelhamento e reestruturação dos órgãos de defesa civil, ainda existe grande número de instituições desestruturadas. Uma das possíveis justificativas para a ocorrência deste fato é a não-existência, nas três esferas de governo, de corpo técnico permanente (servidores de carreira) com qualificação específica em defesa civil, que possa dar continuidade aos conhecimentos e experiências adquiridos em sua vida profissional e, conseqüentemente, estar melhor preparado para o desempenho eficiente e tempestivo das atividades de prevenção e de preparação para desastres. Outra possível justificativa para a falta de reestruturação mencionada, e que deverá ser objeto de análise, é a necessidade de adequar o conteúdo do curso e demais eventos de capacitação em defesa civil, bem como do perfil dos seus participantes.

PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA

GERENTE DO PROGRAMA

João Reis Santana Filho

OBJETIVO

Aumentar a oferta de água para o consumo humano e para a produção por meio da execução de obras estruturantes: barragens, açudes, canais, poços públicos e adutoras.

PÚBLICO-ALVO

Populações de regiões com baixa disponibilidade de recursos hídricos, concessionárias de serviços de saneamento e produtores dos setores primário e secundário

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.181.339.473,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.032.536.309,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.032.536.309,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Adução de Água Bruta - Milhão de Metros Cúbicos (m³)	572.00	-	-	-	2.858,53	-
2. Reserva de Água em Barramentos e Açudes - Milhão de Metros Cúbicos (m³)	-	-	-	6.500	10.004,84	64,96%

1. ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Necessita-se revisar o indicador para avaliar o desempenho do Programa, pois aquele somente pode ser aferido quando concluídas as obras.

2. RESERVA DE ÁGUA EM BARRAMENTOS E AÇUDES

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Poder-se-á mensurar este indicador apenas depois de concluída a obra e com seu enchimento. Entretanto, estima-se que se tenha atingido o volume de 6.500 milhões de m³ de reservamento,

para o que contribuiu com a conclusão das obras das barragens Castanhão (CE), João Leite (GO), Arneiroz II (CE) e São Bento (SC). Existem ainda outras iniciativas em andamento/conclusão, que resultarão em substancial incremento da capacidade de reservação e adução de água quando concluídas as obras.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A carência de água para consumo humano e usos múltiplos afeta negativamente os níveis de saúde e restringe as oportunidades de melhoria sócio-econômica das comunidades dos espaços geográficos onde a disponibilidade do recurso é reduzida. Esta situação, em muitos casos, é devida ao caráter temporário dos mananciais e/ou a localização das fontes, exigindo grandes esforços para se ter acesso à quantidade mínima indispensável. Mas, paradoxalmente, em outras situações, os recursos armazenados em reservatórios nunca foram eficientemente utilizados pela inexistência de estruturas de captação, transporte e distribuição. A solução passa pelo fortalecimento institucional dos Estados na gestão dos recursos hídricos e compreende a elaboração de estudos e projetos capazes de garantir o desenvolvimento sócio-econômico da região, bem como a execução desses projetos por meio da recuperação de obras existentes; da construção de novas barragens, para regulação e armazenamento, e das adutoras e estruturas auxiliares necessárias para garantir o acesso fácil à água pelas populações e produtores. Com isso, é de se esperar a redução das taxas de morbidade e mortalidade das populações afetadas, assim como a migração para locais com abastecimento garantido.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Conclusão da construção do Complexo Castanhão no Estado do Ceará.

A execução foi considerável, tendo em vista que boa parte das ações deste Programa integra ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Existem, no âmbito da gerência, mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações. Destacam-se:

a) as reuniões de trabalho e visitas *in loco*, com periodicidade baseada em plano de inspeção e acompanhamento de obras;

b) a utilização de sistemas informatizados (a gerência desenvolve e aperfeiçoa o Sistema de Acompanhamento e Supervisão de Obras (Saso) para inspecionar e verificar o desempenho físico das ações);

c) a evolução no preenchimento do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), do desempenho físico das ações, melhorando

significativamente a performance do acompanhamento do Programa em 2007, alcançando quase 100%;

d) os relatórios de gestão, com estudo e aperfeiçoamento dos modelos internos.

Além disso, diversas ações deste Programa integram o PAC, por isso foram instituídos novos procedimentos e mecanismos de monitoramento, como o WEBPAC , o Sistema de Auxílio à Pesquisa em Processamento de Imagens (SAPPI) , as reuniões semanais de sala de situação e o monitoramento bimestral amplamente discutido com a Casa Civil.

A execução física se realizou entre 40% e 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Houve considerável avanço em relação ao exercício anterior. Os recursos orçamentários executados foram suficientes. Seu fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. A descontinuidade sofrida decorreu de fatores como, atraso nas prestações de contas dos Estados, inadimplência dos entes e questões burocráticas.

Em 2007 foi satisfatória a alocação de recursos na ação Gestão e Administração do Programa (GAP), entretanto, há a necessidade de maior disponibilidade de recursos para a manutenção do Programa. Os principais gastos efetuados com recursos da GAP foram: pessoal, contratação de estudos, projetos executivos, projetos básicos, contratação de consultores especializados, painel de barragem, publicação de livros, manuais e cartilhas, treinamentos internos.

Os recursos materiais nas equipes executoras foram insuficientes, havendo necessidade de veículos e equipamentos de medição adequados aos procedimentos de aferição dos resultados. Houve também inadequação de espaço físico para as equipes executoras.

As principais restrições enfrentadas pelo Programa foram:

a) atraso por parte dos Estados e Municípios em remeter os documentos necessários para prestação de contas. Fato este que compromete a execução dos cronogramas para repasse de recursos;

b) dificuldades de celebração de convênios na gerência, considerando que os proponentes não atendem oportunamente as demandas técnicas e ao cumprimento das questões normativas;

c) dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes, uma vez que os Estados estavam inadimplentes ao longo do exercício, o que inviabilizou o cumprimento dos cronogramas para repasse de recursos;

d) dificuldades em licitações e celebração de contratos, em que houve atrasos nos processos licitatórios dos convênios em decorrência de dificuldades operativas dos Estados, após maiores exigências impostas pelas suas Procuradorias-Gerais.

Foram descentralizados recursos para Caixa Econômica Federal (CEF), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). Face à formalidade que a CEF exige para com os Municípios, os projetos não tiveram execução no seu exercício orçamentário, sendo executadas as ações que estavam inscritas em restos a pagar.

Nos casos das ações executadas por outros entes executores, tem-se buscado integração junto aos entes, sendo que as ações realizadas por outros ministérios ocorreram dentro do esperado. Foi criado um comitê-gestor que realiza reuniões mensais e tem sido positivo o resultado dos trabalhos efetuados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social. Destacam-se:

a) as audiências públicas que se realizaram, em alguns casos, para tratar das questões de desapropriação das terras;

b) a reunião com grupos de interesse que se dá durante as visitas às obras, onde representante do Ministério da Integração Nacional responsável por acompanhar as questões sociais e ambientais levanta informações relevantes a respeito da situação encontrada em reuniões, entrevistas com grupos de interesses (técnicos do Estado, moradores da região) e aplicação de roteiro-guia das questões sócio-ambientais;

c) a discussão em Conselho Setorial por meio de representantes em diversas câmaras técnicas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), o que tem possibilitado avançar as discussões relevantes do setor.

O referencial para o acompanhamento dos programas na área sócio-ambiental é o convênio firmado entre o Ministério e o Estado/Município. As análises das contribuições sócio-ambientais estão em fase de implementação, sendo o monitoramento desta atuação limitado ao que está previsto no convênio.

Estão em formatação os indicadores sócio-ambientais de monitoramento para os trabalhos de avaliação prévia e posterior da implementação das obras, desde que firmado ou previsto pelo convênio para este fim.

O Programa conta com ações pertencentes ao Proágua Nacional, que é um acordo de empréstimo firmado com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que possui sistemática de trabalho com bons resultados e estão sendo incorporadas pelas equipes técnica e gerencial deste Programa, constituindo-se boas práticas de gestão. São exemplos, o Painel de Segurança de Barragens e os consultores em áreas específicas de hidrologia, custos e licitação; elaboração e aperfeiçoamento de estudos e projetos executivos.

Em 2007, grande parte deste Programa contou com apoio e reforço do PAC. Isto significou elevação das dotações inicialmente consignadas, garantia de fluxo de recursos (sem contingenciamento) e melhor coordenação das soluções para as restrições encontradas. Em que pesa o avanço neste sentido, houve atrasos decorrentes de celebração de convênios para a execução das obras, prestação de contas dos convenentes, processo licitatório e licenciamento ambiental.

Contudo, embora a execução em alguns casos tenha se notado postergada, perceberam-se avanços na execução dos projetos, sobretudo na parte final do ano, refletidos pela melhor gestão das restrições encontradas e pelo empenho de valores significativos de dotações elevadas, embora em muitos dos casos tenham restado a serem pagos no ano seguinte. Dado o vulto de grande parte desses projetos, que têm a execução prevista para vários anos, em que a maioria não terminando antes de 2010, espera-se que a eficiente gestão das restrições, combinada com o fluxo garantido de recursos, seja capaz de permitir que os projetos sejam concluídos sem atraso na data final prevista.

Quanto ao alcance dos índices previstos para os indicadores ao final do PPA e seu valor apurado em 2007, cabe dizer que sua avaliação fica prejudicada dada a natureza das obras, que só permite a apuração dos mesmos após elas terem sido concluídas. Em alguns casos, elas já estão em estágio avançado e/ou com empenho integral das dotações previstas para o ano de 2007. Neste último caso, sua realização física correspondente, somente, será aferida nos anos seguintes, embora o recurso já tenha sido comprometido, o que explica eventuais divergências entre a execução financeira (perto de 85% da prevista para o ano) e a execução física.

Por fim, cabe dizer que merecem atenção a elaboração e análise dos estudos de pré-viabilidade dos projetos e dos projetos básicos das obras, pois de sua qualidade dependem a boa eleição de projetos públicos, a consistência da programação e se evitam erros relacionados à não-previsão de intervenções necessárias ou à necessidade de intervenções corretivas, implicando atraso nas obras e/ou acréscimo de custos.

PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS (PROMESO)

GERENTE DO PROGRAMA

Márcia Regina Sartori Damo

OBJETIVO

Aumentar a autonomia e a sustentabilidade de espaços sub-regionais por meio da organização social, do desenvolvimento do seu potencial endógeno e do fortalecimento da sua base produtiva com vistas à redução das desigualdades inter e intra-regionais.

PÚBLICO-ALVO

Gestores públicos, lideranças sociais, comunidades locais e produtores, com ênfase nos pequenos e médios empreendedores

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 379.829.535,00	Empenho Liquidado:	R$ 218.145.808,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 218.145.808,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 48.180.000,00	R$ 14.510.810,92	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Ocupações Geradas na Região Integrada do DF e Entorno - Unidade	-	-	-	-	-	-
2. Número de Ocupações Geradas na Sub - região da Bacia do Itabapoana - Unidade	-	-	-	-	-	-
3. Número de Ocupações Geradas na Sub - região da Chapada das Mangabeiras - Unidade	-	-	-	-	-	-
4. Número de Ocupações Geradas na Sub - região da Chapada do Araripe - Unidade	-	-	-	-	-	-
5. Número de Ocupações Geradas na Sub - região da Grande Fronteira do Mercosul - Unidade	-	-	-		-	-
6. Número de Ocupações Geradas na Sub - região da Metade Sul do Rio Grande do Sul - Unidade	-	-	-	-	-	-
7. Número de Ocupações Geradas na Sub - região de Águas Emendadas - Unidade	-	-	-	-	-	-

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
8. Número de Ocupações Geradas na Sub - região do Alto Solimões - Unidade	-	-	-	-	-	-
9. Número de Ocupações Geradas na Sub - região do Xingó - Unidade	-	-	-	-	-	-
10. Número de Ocupações na Sub-região do Bico do Papagaio - Unidade	-	-	-	-	-	-
11. Número de Ocupações na Sub-região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri - Unidade	-	-	-	-	-	-
12. Número de Ocupações na Sub - região do Vale do Ribeira e Guaraqueçaba - Unidade	-	-	-	-	-	-
13. Número de Ocupações na Sub - região do Vale do Rio Acre - Unidade	-	-	-	-	-	-

1. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA REGIÃO INTEGRADA DO DF E ENTORNO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Encontra-se em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa.

2. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB - REGIÃO DA BACIA DO ITABAPOANA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Encontra-se em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa.

3. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB - REGIÃO DA CHAPADA DAS MANGABEIRAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Encontra-se em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa.

4. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB - REGIÃO DA CHAPADA DO ARARIPE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Encontra-se em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa.

5. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB - REGIÃO DA GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Encontra-se em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa.

6. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB - REGIÃO DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Encontra-se em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa.

7. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB - REGIÃO DE ÁGUAS EMENDADAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Encontra-se em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa.

8. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB - REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Encontra-se em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa.

9. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB - REGIÃO DO XINGÓ
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Encontra-se em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa.

10. NÚMERO DE OCUPAÇÕES NA SUB-REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Encontra-se em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa.

11. NÚMERO DE OCUPAÇÕES NA SUB-REGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Encontra-se em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa.

12. NÚMERO DE OCUPAÇÕES NA SUB - REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA E GUARAQUEÇABA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Encontra-se em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa.

13. NÚMERO DE OCUPAÇÕES NA SUB - REGIÃO DO VALE DO RIO ACRE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Encontra-se em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil apresenta nítidas desigualdades intra e inter-regionais, resultado de processo histórico de desenvolvimento que se caracterizou pela concentração em áreas específicas do território, notadamente o Centro-Sul e ao longo da faixa litorânea. Em que pesem modestos avanços em termos de desconcentração, o País ainda carece de políticas públicas efetivas que contribuam para a inserção eqüitativa de áreas menos dinâmicas, com precárias condições de vida para seus habitantes, no processo de desenvolvimento econômico e social. Se, por um lado, o Governo Federal dispõe de políticas definidas para as camadas menos favorecidas da população, em que o combate emergencial à pobreza e à fome é a prioridade absoluta, por outro lado é necessário que seja implementado política voltada para as camadas imediatamente subjacentes, baseada no desenvolvimento regional.

Desta forma, o Promeso pretende que a atuação do Governo Federal se dê, de forma integrada, em novas escalas espaciais, preferencialmente em sub-regiões, que as demandas e possíveis soluções sejam identificadas com a participação efetiva da sociedade civil que, para tanto, deve estar organizada e legitimamente representada e que se consolide, segundo as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), processo consistente e permanente de redução das desigualdades inter e intra-regionais no País.

A Agenda 21 brasileira, em seu objetivo oito, prioriza os subespaços regionais com os quais o Ministério já vinha trabalhando e que, em alguns deles, vinha alcançando resultados importantes em termos de mobilização da sociedade, participação e democratização das decisões, em clara demonstração da possibilidade e conveniência de se promover o desenvolvimento a partir de nova perspectiva. A importância da intervenção em espaços sub-regionais para a economia nacional e, principalmente, regional é relevante pela necessidade de interiorizar o processo de crescimento da economia, visando à inserção social e econômica das populações locais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- A institucionalização da PNDR, por meio do Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, e a regulamentação dos mecanismos e instrumentos para sua implementação.

- Criação dos fóruns de Desenvolvimento Integrado das Mesorregiões Bico do Papagaio e Chapada das Mangabeiras.

• Confecção do Plano de Ação para a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul 2007-2011.

• Ampliação do apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APL).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As informações relativas ao desempenho físico das ações são obtidas em relatórios de acompanhamento elaborados pelas instituições executoras dos projetos conveniados e por meio do acompanhamento em campo, sob a responsabilidade dos responsáveis técnicos dos subespaços ou da Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) do Distrito Federal e Entorno. No que diz respeito às ações de responsabilidade de outras instituições vinculadas ao Ministério da Integração Nacional (MI), os procedimentos de acompanhamento são realizados pelo corpo técnico daquelas instituições e informados no preenchimento do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan). Dificulta a implantação de mecanismo de monitoramento da execução física o fato de as ações serem implementadas em áreas de baixo desenvolvimento e, por esta razão, os executores apresentam pouca capacitação, além da ampla área de atuação do Programa (diversos espaços do território nacional). Estes aspectos também implicam atrasos no cumprimento de metas, dificuldade de consolidação e dispersão das informações. Vale destacar que estas características também limitam a adoção de modelo adaptável às diferentes realidades.

O cumprimento de metas estabelecidas para o exercício 2007 foi aproximadamente de 50% a 60%. No entanto, cabe destacar que algumas ações oriundas de emendas parlamentares tiveram execução financeira e/ou física nulas ou descoladas dos objetivos do Programa, enquanto outras tiveram execução financeira, mas não houve o preenchimento dos dados físicos correspondentes ou foi impossível a execução ainda no exercício de 2007.

Os contingenciamentos e o planejamento inadequado na disponibilização de recursos orçamentários e financeiros continuam prejudicando o Programa. Entretanto, este problema foi minimizado pela sistemática do estabelecimento de parcerias.

A grande maioria dos convênios apenas foi celebrada ao final do exercício. Desta forma, parte significativa da execução física e financeira teve início apenas em 2008, por meio de recursos inscritos em restos a pagar. Ressaltamos novamente a necessidade de definição de mecanismo que garanta fluxo financeiro, com o estabelecimento de cotas mensais para o Programa.

A aplicação dos recursos referentes às ações de financiamento é feita sem articulação com as ações realizadas nos espaços prioritários trabalhados pelo Promeso, não trazendo impactos mensuráveis e observáveis para os objetivos do Programa e para as áreas prioritárias apoiadas pelo Programa.

Os recursos da ação de Gestão Administrativa do Programa (GAP) foram gastos essencialmente com despesas de pessoal, em contratos de servidores temporários e funcionários terceirizados. Contribuíram, portanto, para a execução do Programa, na medida em que possibilitaram o incremento da equipe encarregada.

O Ministério ainda não apresenta corpo técnico permanente, com qualificação específica dentro da carreira de desenvolvimento regional, sendo necessária a busca de outras modalidades de contratação para técnicos com perfil gerencial. A necessidade de acompanhamento mais próximo de cada um dos 13 subespaços, objetos de ações do Programa, indica a importância do aumento da equipe gerencial. Avanços quanto à qualidade e quantidade da equipe técnica disponível foram feitos no exercício de 2007, no entanto, ainda se apresenta deficiente.

O contingenciamento orçamentário e a morosidade na liberação de recursos continuam a provocar descontinuidade e atraso na execução dos projetos. Da mesma forma, o atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios provoca dificuldade na avaliação dos resultados obtidos e, em alguns casos, compromete a continuidade de apoio ao segmento produtivo, por meio de novos convênios.

Dois aspectos que merecem igual destaque na avaliação da execução das ações do Programa são as dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes, o que tem implicado na descontinuidade de apoio a projetos elaborados, comprometendo a estruturação de alguns arranjos produtivos e a lentidão no processo de licenciamento ambiental que tem comprometido e até inviabilizado a celebração de convênios.

Embora, desde 2005, se realize esforço de convergência com as estratégias desenvolvidas pelo Programa, em especial pela realização e acompanhamento de plano de ação integrado de todo o órgão, contemplando os programas de desenvolvimento regional, o acompanhamento dos recursos descentralizados para entidades vinculadas ao MI ainda carece de trabalho mais elaborado para estabelecer sistemática que permita obter dados confiáveis em tempo real.

Para as ações gerenciadas diretamente pela Secretaria de Programas Regionais (SPR), o contato com os executores e a coleta de informações é realizada pelo responsável técnico de cada subespaço. No caso de ações executadas por outras unidades vinculadas ao MI, o contato e a coleta de informações são realizados por seu corpo técnico, sendo que a gerência do Programa somente recebe a informação por meio do SIGPlan.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Algumas parcerias não-governamentais têm oferecido bons resultados, contudo outras ainda precisam ser aprimoradas. Cabe ressaltar que a diversificação de parceiros atuantes nos subespaços é bastante salutar para o desenvolvimento de projetos regionais.

Os fóruns mesorregionais de desenvolvimento caracterizam-se como os mecanismos mais

apropriados para participação social, contribuindo para o estabelecimento de critérios para seleção de projetos, a articulação com outras esferas governamentais e não-governamentais, o estimulo à participação da sociedade na implementação e aprovação da PNDR, e a articulação de ações político-administrativas visando a participação da sociedade na formulação de políticas e programas dos diferentes ministérios.

Os fóruns mesorregionais de desenvolvimento, que caracterizam os mecanismos mais apropriados para participação social, permitem que os projetos executados sejam discutidos e avaliados em toda a sua extensão. Assim sendo, os resultados são comunicados em encontros e reuniões periódicas das quais os responsáveis técnicos pelos subespaços participam e podem trazer à gerência subsídios para o aperfeiçoamento do Programa.

Não foram feitos comentários acerca da concepção do Programa. Apenas a criação de três novos localizadores na sub-região do Seridó, na Ride de Teresina (PI) e Timon (MA) e na Ride de Juazeiro (PE) e Petrolina (BA). Esta solicitação se prende ao fato destes subespaços estarem contemplados na regulamentação referente às atribuições do MI e dos mecanismos e instrumentos de implementação da PNDR, onde também são listadas as mesorregiões instituídas e seus Municípios.

PROMOÇÃO E INSERÇÃO ECONÔMICA DE SUB-REGIÕES (PROMOVER)

GERENTE DO PROGRAMA

Márcia Regina Sartori Damo

OBJETIVO

Promover, em espaços sub-regionais dinâmicos, a inserção competitiva de atividades econômicas potenciais nas economias local, regional, nacional e internacional.

PÚBLICO-ALVO

Investidores potenciais, pequenos e médios empreendedores, mão-de-obra existente nas áreas selecionadas de atuação

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 20.205.505,00	Empenho Liquidado:	R$ 16.668.916,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 16.668.916,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 1.420.000,00	R$ 0,00	

INDICADORES

1. FATURAMENTO BRUTO NOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS ATENDIDOS PELO PROGRAMA

Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Estes dois indicadores foram criados em 2005. Considerando-se que os projetos apoiados pelo Programa possuem, em média, duração de dois anos e meio a três anos, a mensuração dos resultados estava prevista para se realizar em 2007. Entretanto, cabe ressaltar a grande dificuldade de se apurar os índices, uma vez que os parâmetros definidos não possuem relação de causa e conseqüência observável de forma clara quanto aos projetos apoiados. Além disso, a disponibilidade de recursos materiais e humanos tem-se mostrado insuficiente para a revisão dos indicadores e para possível construção de novos parâmetros para a avaliação dos resultados do Programa. Daí a grande dificuldade de levantar o número de ocupações geradas nos arranjos produtivos locais apoiados pelo Programa.

2. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS APOIADOS PELO PROGRAMA
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver comentário do indicador número 1.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Recorrentemente, são apresentados indicadores de desenvolvimento e de disponibilidade de recursos – humanos e capital físico – que revelam a precariedade e fragilidade, em termos de sustentabilidade, do processo de redução das desigualdades inter e intra-regionais no Brasil. Esta situação torna-se cada vez mais complexa para as regiões menos dinâmicas, à medida que se reduzem sistematicamente as barreiras anteriormente existentes no âmbito do comércio internacional, de forma que tais regiões, que já sofrem a concorrência das regiões mais dinâmicas do país, agora competem com produtos oriundos dos mercados externos. Não obstante, revelam-se, em alguns casos, oportunidades produtivas que, adequadamente identificadas e incentivadas, numa perspectiva sistêmica, poderiam se constituir em vetores do desenvolvimento, pautados na capacidade endógena dos recursos humanos existentes e no aproveitamento sustentável dos recursos daquelas regiões. Desta forma, o papel da mobilização de ações, de iniciativas e de recursos, aproveitando-se as disponibilidades locais existentes, poderia revelar seus condicionantes de competitividade, seus principais pontos de estrangulamento e, principalmente, as soluções para os problemas identificados. Nesse sentido, evitando-se a sobreposição de iniciativas e ampliando-se as possibilidades de parcerias existentes nas diversas experiências implementadas pela sociedade civil voltadas para a identificação e promoção de arranjos produtivos locais, clusters, cadeias produtivas e treinamento e capacitação de mão-de-obra, entre outros, possibilitar-se-ia um processo virtuoso de redução consistente das desigualdades verificadas no País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- A aferição dos resultados fica prejudicada pelo tempo de implementação dos diversos projetos e pelo fato de que os impactos das ações desenvolvidas terem prazo de maturação maior do que o exercício em que as ações se desenvolvem. Quanto a projetos apoiados em 2005-2006 já apresentam resultados parciais e perspectivas que podem caracterizá-los como dentro do resultado esperado, que se denota pelo incremento da competitividade nos Arranjos Produtivos Locais (APL) apoiados pelo Programa.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

As ações do Programa são executadas por meio de convênios ou descentralizações de recursos, firmados ou realizados segundo planos de trabalho e projetos previamente aprovados, dos quais constam as metas a alcançar e respectivos prazos de execução. Tais convênios e descentralizações são acompanhados por técnicos que verificam, periodicamente, mas sem uma regularidade

definida, a execução e o alcance das metas. Para tanto, são realizadas reuniões regulares de trabalho com a equipe responsável pelos projetos para se garantir a troca de informações sobre o desempenho físico das ações e o controle e monitoramento do mesmo. Apontam-se como dificuldades neste processo a reduzida equipe e a multiplicidade de tarefas a ela delegadas.

O comprometimento dos recursos disponibilizados no Orçamento Geral da União (OGU) de 2007 para o Programa alcançou em torno de 80% do nível previsto. A execução física, no entanto, estará concentrada no exercício de 2008 em diante, já que a maioria dos convênios ou descentralizações foi realizada no último bimestre de 2007.

A avaliação de desempenho para a execução das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio MI advém, especialmente, da ainda deficiente articulação das unidades vinculadas com a unidade central. Ainda assim, é fundamental a criação de mecanismos de controle, acompanhamento e monitoramento sobre as entidades para garantir a troca de informações e a avaliação das ações executadas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os projetos apoiados pelo programa são construídos, via de regra, com a participação de fóruns de desenvolvimento (constitui a instância social que tem primazia na definição de prioridades e de planos de ações para o desenvolvimento), agências de desenvolvimento (privadas sem fins lucrativos) etc. Seus resultados são discutidos em reuniões com a participação dos interessados diretos no projeto visando a articulação entre as diversas esferas de governo e da sociedade civil organizada, a identificação, discussão e encaminhamento de propostas de ação para a região e o apoio à mobilização e à participação das comunidades nos processos de desenvolvimento local.

O fato de haver predominância de investimentos, com a realização de obras civis, condiciona o processo de seleção de parceiros e de realização de convênios. Cabe destacar que, a partir da avaliação das ações até 2007, foi definida mudança estratégica na forma de atuação, com a incorporação das ações do Promover pelos programas de base territorial – Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (Promeso), Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (Conviver) e Programa de Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira.

Para que haja uma gestão satisfatória destas iniciativas naqueles programas, com a devida publicização dos resultados à sociedade, será fundamental que o Ministério defina e apure os indicadores necessários e, se for o caso, apresente sugestões de aperfeiçoamento do PPA 2008-2011.

Subsistirá, também, a necessidade de articular a inclusão de ações por meio de emendas parlamentares, estejam em harmonia com as ações realizadas nas áreas prioritárias do Promeso, bem como a realização de efetivo acompanhamento da execução física das ações, o que vem deixando de ocorrer regularmente não apenas nas ações incluídas por meio de emendas parlamentares, mas também naquelas de execução por entidades vinculadas ao órgão.

RESPOSTA AOS DESASTRES

GERENTE DO PROGRAMA

Roberto Costa Guimarães

OBJETIVO

Promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por desastres, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados, especialmente nos casos de situação de emergência e Estado de calamidade pública reconhecidos pelo Governo Federal.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas afetadas por desastres, especialmente os estratos populacionais menos favorecidos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 554.292.972,00	Empenho Liquidado:	R$ 370.371.467,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 370.371.467,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Resposta aos Desabrigados e Desalojados nos Municípios em Emergência ou Estado de Calamidade Pública - Porcentagem	-	10.00	10.00	40.00	41.00	97,56%

1. TAXA DE RESPOSTA AOS DESABRIGADOS E DESALOJADOS NOS MUNICÍPIOS EM EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Este indicador não reflete a realidade, em função das ações deste Programa serem, basicamente, de resposta, após a ocorrência dos desastres naturais, humanos e mistos, o que não é previsível, sendo normalmente aferido ao final do exercício financeiro.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Há freqüentes ocorrências de desastres naturais, humanos e mistos, com danos às pessoas, ao patrimônio e com grandes prejuízos econômicos e sociais. Além disso, a maioria dos Municípios já não possui estrutura e capacidade financeira para administrar a normalidade,

mais ainda na anormalidade provocada por desastres, necessitando do atendimento supletivo do Governo Federal.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- No que se refere a socorro e assistência às populações afetadas por desastres, considerando os recursos orçamentários e financeiros disponíveis e os oriundos de créditos orçamentários e emendas parlamentares, foram atendidos todos os Municípios que solicitaram o apoio do Governo Federal.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Dificuldades na apresentação da documentação indispensável à formalização de convênios, por parte dos proponentes, resultaram em cancelamento de empenhos realizados. O excesso de burocracia e o despreparo das equipes municipais restringiram os resultados previstos para o Programa. Outra dificuldade encontrada na celebração de convênios diz respeito às inadimplências dos entes federados, o que causa sérios problemas no repasse dos recursos voluntários.

A lentidão no processo de licenciamento ambiental obrigou, na maioria das vezes, à celebração de convênios contendo cláusulas que condicionaram a liberação dos recursos financeiros somente após a apresentação da documentação obrigatória. Esses aspectos prejudicam, em última instância, a população afetada por desastres. O atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios, provocados pelo despreparo das equipes municipais, e mesmo de algumas estaduais, ocasionou acúmulo de problemas administrativos, bem como acarretou esforços consideráveis no atendimento de diligências dos órgãos de fiscalização e controle.

Os recursos orçamentários previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) são muito aquém das necessidades anuais, o que requer a edição de Medidas Provisórias (MP) ou mesmo de emendas parlamentares, sempre que ocorre desastres de grande porte. Por este mesmo motivo, a execução orçamentária anual ultrapassa em aproximadamente 10 a 15 vezes a dotação prevista na LOA, configurando verdadeira inversão de valores.

Devido a contingenciamentos de recursos, assim como à imposição de limites orçamentários e financeiros mensais, eventualmente ocorrem descontinuidades no fluxo de recursos, prejudicando inclusive a realização de destaques e repasses a órgãos federais parceiros nas ações de resposta a desastres.

No caso das MP e das emendas parlamentares, as dotações demoram a ser disponibilizadas, prejudicando as populações atingidas. Em muitos casos, as populações afetadas aguardam por meses a liberação de recursos para a reabilitação/reconstrução dos danos ocasionados por desastres e são mantidas em abrigos temporários além do tempo em que seria razoável, com o comprometimento de sua higidez, sociabilidade, trabalho etc.

Há necessidade de aquisição imediata de equipamentos especializados, bem como materiais específicos às atividades tanto da equipe gerencial quanto das equipes executoras. Devido às dotações orçamentárias existentes, os equipamentos e materiais são adquiridos em quantidades pequenas, demandando tempo excessivo para o atendimento das equipes empregadas nas diversas ações componentes do Programa. As estruturas físicas das instalações não comportam o pessoal necessário, restringindo assim as ações de resposta a desastres, como o reconhecimento da Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública e mesmo o atendimento *in loco* dos desastres

A equipe gerencial ressente-se de recursos humanos em qualidade e quantidade, haja vista a natureza das ações empreendidas e de alta especialização que exigem esforços diuturnos. São poucos e escassos os recursos humanos em cargos gerenciais e de execução, que acabam sobrecarregados.

A ausência de Plano de Cargos e Salários no MI dificulta bastante o recrutamento de pessoal em nível gerencial, o que também concorre para a alta rotatividade dos técnicos concursados, que acabam sendo aprovados em concursos para outros órgãos de melhor remuneração. Esse fato obriga a constante reciclagem e retreinamento dos novos servidores, prejudicando o desempenho do Programa. O nível salarial dos servidores em funções de execução também é baixo e estão limitados às contratações (terceirizações).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) desenvolve extenso e intenso Programa de capacitação anual em ações de defesa civil. Graças a isso, no âmbito estadual e, principalmente, no âmbito municipal, a conscientização dos governantes e, particularmente, da população, em especial a residente em áreas de risco, tem aumentado, com resultados positivos em termos de diminuição de mortes por desastres diversos, em particular os naturais.

Estão sendo criadas as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (Comdec) em ritmo acelerado no país, bem como diversos Municípios têm incrementado a criação e funcionamento dos Núcleos de Defesa Civil (Nudec), especialmente para atender a população de baixa renda residente nas periferias dos centros urbanos. Tudo isso tem auxiliado na diminuição dos efeitos dos desastres junto à população afetada, com reflexos positivos na conscientização dos cidadãos em geral e na significativa redução das mortes ocasionadas por desastres. Essas atividades têm sido, geralmente, solicitadas pelas comunidades junto aos seus governantes.

Está sendo implementado o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad), o qual se constitui de espaço próprio com equipamentos de última geração, operados por especialistas treinados e apoiados no Sistema Operativo de Defesa Civil (SODC). O Cenad, considerado ferramenta de extrema utilidade no gerenciamento de riscos e de crises, já emite os alertas meteorológicos a todos os Municípios e Estados e realiza o socorro às populações atingidas por desastres, desencadeando as portarias de reconhecimento de situação de emergência ou de Estado de calamidade pública e ainda servindo como base de dados de áreas de risco e de facilidades de apoio e socorro às

populações em todo o território nacional.

O SODC ferramenta que se encontra com o seu software em fase de implantação, quando implementado, permitirá um salto de qualidade na gestão dos riscos e desastres no País. O referido sistema tem a sua sustentação legal dentro do que preconiza o inciso XX do artigo 10 e do artigo 21 do Decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, que dispõe sobre a criação do Cenad e seus objetivos. Em linhas gerais, o SODC permite que o agente de defesa civil, estando em campo, possa registrar, em tempo real, dados e imagens (fotos e vídeos) georreferenciados sobre as áreas de risco ou as áreas de ocorrência de desastre, facilitando o assessoramento dos gestores em defesa civil na tomada de decisão.

A ocorrência de ações emergenciais de defesa civil força a edição de créditos extraordinários freqüentes, notadamente por meio de MP. Isto implica a adoção de medidas pontuais, que não asseguram que seja evitada a recorrência de calamidades e desastres. Em 2007, com o intuito de construir estratégia que privilegie ações preventivas e a alocação de recursos públicos que objetivem a diminuição de riscos de desastres, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) instituiu grupo de trabalho com a participação de servidores da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), da Secretaria de Gestão (Seges), e da SEDEC.

A partir dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo, ainda em 2008, o MP deverá criar grupo de trabalho interministerial com a participação do Ministério das Cidades (MCidades), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do MI, do Ministério dos Transportes (MT), do Ministério da Defesa (MD), e das secretarias Estaduais e Municipais, que estabelecerá critérios para a construção de carteira de projetos prioritários destinados à prevenção de desastres.

Destaca-se a necessidade de funcionamento do Cenad em regime de 24 horas, a fim de realizar o monitoramento ininterrupto dos desastres ocorridos no Brasil. Como conseqüência, faz-se necessário aumentar o número de funcionários, para se implantar o regime de escala de servidores. Também se faz necessário à melhoria da infra-estrutura e, em especial, maior espaço físico a ser destinado ao referido centro.

TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DOS PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO

GERENTE DO PROGRAMA

João Reis Santana Filho

OBJETIVO

Transferir os perímetros públicos de irrigação em condições adequadas à autogestão pelos usuários.

PÚBLICO-ALVO

Produtores de perímetros públicos irrigados

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 114.025.786,00	Empenho Liquidado:	R$ 103.100.782,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 103.100.782,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação para os Usuários/Produtores - Porcentagem	-	0.00	7.00	9.00	20.00	45%

1. TAXA DE TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DE PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO PARA OS USUÁRIOS/PRODUTORES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não houve condições favoráveis para atingir o índice originalmente previsto, sendo cumprido apenas 45% da meta original.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O viés paternalista das políticas de irrigação e de reforma agrária, comum à grande maioria dos países em desenvolvimento, vem tendo reflexo no Programa de irrigação no decorrer das duas primeiras décadas de sua existência, resultando na dependência da assistência financeira pública para o custeio dos gastos de operação e manutenção. Da mesma forma,

a grande maioria dos produtores de tais projetos nunca alcançou os níveis de capacitação necessários para se transformarem em pequenos empresários rurais.

A figura do "colono" é a de um agricultor de subsistência, explorando a área na qual foram efetuados vultosos investimentos para adequá-la à produção intensiva. A transferência da gestão, processo que no Brasil foi denominado de emancipação, comprovou ser a medida mais eficaz para aumentar a produtividade das áreas beneficiadas, bem como para garantir a economia de água e manutenção apropriada das estruturas, verificando-se, igualmente, significativa redução de custos operacionais. Uma vez que os produtores deixam de demandar apoio para manutenção e operação, pode-se destinar mais recursos para o crescimento da área irrigada ou outras atividades que garantam maior retorno sócio-econômico.

No País, muitos projetos públicos continuam, direta ou indiretamente, sob a tutela do governo ou necessitando de subsídios públicos para seu funcionamento. Para atingir a autogestão, é indispensável o período de adequação, denominado de operação inicial nos novos projetos e de reorganização nos projetos já em funcionamento, de modo a permitir que os produtores obtenham condições mínimas para assumir os encargos financeiros decorrentes da operação de perímetros de irrigação.

Durante este período, os agricultores são conscientizados do seu papel de empresários rurais, são capacitados em agricultura irrigada e para as tarefas de operação e manutenção dos sistemas. Especialistas fomentam e estimulam a formação do distrito de irrigação, entidade responsável pelo fornecimento de água, bem como a formação de cooperativas ou associações de produtores como forma de obter vantagens competitivas para a sua produção. Tais condições favorecem considerável ampliação da área irrigada e, conseqüentemente, da produção agrícola, assim como a geração de empregos e renda.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Transferência da Gestão de dois perímetros de irrigação no ano de 2007, recuperação da infra-estrutura de irrigação de uso comum e acréscimo da área irrigada, reestruturação física e capacitação dos gestores de distritos de irrigação e associações.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os resultados obtidos não conduzem, por si só, à transferência da gestão dos perímetros. Os principais entraves que dificultaram ou impediram o êxito da meta foram:

a) o atraso nas liberações ou transferências de recursos;a paralisação, durante todo o ano de 2007, das atividades de assistência técnica aos produtores;

b) a não-conclusão da regularização fundiária nos perímetros públicos;

c) a impossibilidade de transferir recursos mediante convênio para os distritos de irrigação ou associações de produtores;

d) o impasse jurídico criado entre a Procuradoria-Geral e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) com relação à participação no custeio operacional de perímetros;

e) a falta de políticas de crédito agrícola direcionadas à renegociação das dívidas dos produtores e alavancar a produção nos perímetros públicos de irrigação e de apoio à comercialização dos produtos.

O monitoramento do desempenho físico das ações é praticado por meio dos mecanismos de reuniões com técnicos envolvidos no Programa e representantes dos produtores, com periodicidade mensal e visitas técnicas aos perímetros de irrigação, sendo que em 2007 executadas entre maio e setembro, objetivando a detecção dos reflexos causados pela descontinuidade das ações e avaliação daquelas efetivamente implementadas. Essa atividade é imprescindível, tendo em vista a estratégia de implementação do Programa, o monitoramento e redirecionamento das atividades inerentes ao mesmo. Por último, relatórios de acompanhamento do Programa elaborados de forma descontínua no ano de 2007.

Executou-se entre 40% e 80% das metas físicas presentes na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2008. O atraso na execução orçamentária de 2007, com os recursos da LOA sendo repassados apenas em dezembro de 2007, prejudicou de forma incisiva o andamento das atividades. A dotação orçamentária foi suficiente para os perímetros que compõem o Projeto Piloto de Investimentos (PPI), mas insuficiente para os demais. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução física programada. Excetuando-se os perímetros do PPI, os demais foram afetados, prejudicando as ações do Programa, por serem estas de caráter contínuo. Os recursos foram liberados ao final do primeiro semestre, mas somente foram transferidos ao final do segundo semestre.

Os limites financeiros disponibilizados para a ação de Gestão e Administração do Programa (GAP) foram aplicados no acompanhamento sistemático *in loco* das aplicações dos recursos repassados aos distritos de irrigação e na implementação das ações previstas no âmbito do projeto de cooperação técnica (PCT) com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) – PCT 00/007/IICA/IRRIGAÇÃO. São exemplos: os diagnósticos setoriais, a avaliação da operação inicial de perímetros irrigados, o apoio técnico especializado, o sistema de informações gerenciais e os cursos de capacitação em associativismo e gerência de perímetros de irrigação.

O Programa encontrou limitações em decorrência de recursos materiais, sendo insuficientes os equipamentos de informática e os veículos para as equipes gerencial e executora. Além disso, para uma adequada implementação do Programa, o número de técnicos existentes na coordenação do MI e, principalmente nas coligadas, foi insuficiente. Há falta de especialistas e de capacitação técnica e gerencial promovida pelos órgãos envolvidos no Programa.

Outras restrições encontradas foram: falta de estrutura organizacional adequada nos Estados conveniados, falta de preparo gerencial das organizações de produtores conveniadas, além da capacitação gerencial dos distritos de irrigação e das associações de produtores somente ter ocorrido no final do segundo semestre de 2007, perdurando, por quase todo o ano, o despreparo das organizações.

O desempenho do Programa ficou aquém do esperado, uma vez que a descontinuidade ocasionada pela reestruturação da direção do DNOCS no primeiro semestre de 2007, a impossibilidade de transferência de recursos aos distritos de irrigação e o impasse jurídico entre a Procuradoria-Geral e o DNOCS em relação ao custeio operacional dos perímetros, dentre outros, acarretaram interrupções demoradas e prejudiciais para a consecução das ações do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não realiza parcerias não-governamentais, mas possui mecanismos que promovem a participação social e realizou reuniões com organizações de produtores, formais ou informais, visando a realização de ações relativas à autogestão dos perímetros de irrigação.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários por meio de reuniões formais com os grupos de interesse (reuniões e oficinas de trabalho) ou informais quando das visitas aos perímetros irrigados. As manifestações e os pleitos dos produtores serviram de balizamento para o realinhamento das ações.

No PPA 2008-2011 este Programa foi fundido com outros dois que tratavam de agricultura irrigada, o de Eficiência na Agricultura Irrigada e o de Desenvolvimento da Agricultura Irrigada, fincando a fusão destes três sob este último título.

Os índices apurados, apresentados em cada ano, e previsto ao final do PPA, que fazem referência a números absolutos, não são compatíveis com o indicador apresentado (taxa de transferência, com unidade em porcentual). Tal indicador deve ser revisto.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

- Aprimoramento da Execução Penal
- Assistência Jurídica Integral e Gratuita
- Combate à Criminalidade
- Combate ao Crime Transnacional
- Defesa do Consumidor
- Defesa Econômica e da Concorrência
- Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal
- Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas
- Migração e Acordos Internacionais
- Modernização da Polícia Federal
- Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento
- Reforma do Judiciário
- Segurança Pública nas Rodovias Federais
- Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério da Justiça (MJ), foram utilizados **R$ 6.981.302.730,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 7.661.012.349,00	Realizado orçamentário:	R$ 6.981.302.729,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 7.661.012.349,00**	**Total realizado:**	**R$ 6.981.302.730,00**

Além disso, do total de **R$ 669.147.373,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 549.940.089,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MJ, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	0661 Aprimoramento da Execução Penal	4,83%	7,91%	20,00%	9,15%	9,25%
	0699 Assistência Jurídica Integral e Gratuita	0,37%	1,34%	2,69%	3,21%	1,71%
	0662 Combate à Criminalidade	48,94%	6,56%	5,89%	6,14%	21,02%
	1164 Combate ao Crime Transnacional	0,01%	0,04%	0,05%	0,05%	0,03%
	0697 Defesa do Consumidor	0,05%	0,07%	0,25%	0,31%	0,15%
	1053 Defesa dos Direitos Difusos	0,14%	0,21%	0,00%	0,00%	0,10%
	0695 Defesa Econômica e da Concorrência	0,38%	0,54%	0,66%	0,48%	0,49%
	1386 Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	0,00%	0,00%	3,46%	2,50%	1,23%
	0150 Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	6,67%	12,32%	21,41%	16,16%	12,90%
	0696 Migração e Acordos Internacionais	0,01%	0,02%	0,01%	0,03%	0,02%
	1353 Modernização da Polícia Federal	0,00%	7,61%	11,06%	10,47%	6,29%
	0151 Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento	1,76%	2,81%	3,16%	2,43%	2,41%
	1083 Reforma do Judiciário	0,01%	0,10%	0,11%	0,09%	0,07%
	0663 Segurança Pública nas Rodovias Federais	27,20%	48,07%	8,26%	9,84%	24,35%
	1127 Sistema Único de Segurança Pública – SUSP	9,58%	12,37%	22,77%	38,55%	19,78%
Finalístico Soma		**99,97%**	**99,98%**	**99,79%**	**99,41%**	**99,80%**
Gestão de Políticas Públicas	0698 Gestão da Política na Área da Justiça	0,03%	0,02%	0,21%	0,59%	0,20%
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

O MJ tem a missão de garantir e promover a cidadania, a justiça e a segurança pública, assim como implementar as políticas sob sua responsabilidade por meio de uma ação conjunta entre o Estado e a sociedade. Nesse sentido, a atuação do Ministério tem sido

orientada por três objetivos principais: a reconstrução das instituições republicanas, o combate à corrupção, e a promoção da justiça e da cidadania.

Em 2007, como destaque de sua atuação, foi criado o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), organizado em um conjunto de projetos estruturante, de alcance nacional, e caráter local, com abrangência específica, inicialmente, em 11 regiões metropolitanas do País selecionadas em razão dos altos índices de violência, que atuam na prevenção, no controle e na repressão da criminalidade. O Programa pressupõe horizontalidade dos atores e concebe a segurança pública de forma mais ampla. Respeitadas as funções privativas de todos os atores, o que se pretende é tornar clara a interdependência entre estas funções, que, harmônicas entre si, contribuem para a resolução do problema da violência e para o resgate da cidadania.

Não obstante, o MJ atua na modernização, no fortalecimento e na integração das instituições de segurança pública e justiça; na democratização e no aperfeiçoamento do acesso à justiça, da promoção da justiça social, da ordem econômica e das relações de consumo; e na reorganização e no fortalecimento do Sistema Nacional da Política Indigenista. Nesse contexto, destacam-se os seguintes resultados obtidos em 2007:

a) coordenação das ações de segurança dos Jogos Pan e Para-Pan-americano, no Rio de Janeiro, com a mobilização da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), das polícias federal, além da sociedade civil organizada;

b) formação de mais de 57.000 profissionais de segurança pública em 60 telecentros implantados nas instituições policiais de todo o País. E, realização de cursos de polícia comunitária para 22.000 alunos, incluindo policiais, bombeiros, guardas municipais e a própria sociedade;

c) disponibilização e manutenção da Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública (INFOSEG), que registrou mais de 26 milhões de acessos em 2007 e possui mais de 90 mil usuários cadastrados;

d) realização de 188 operações especiais contra o crime organizado, reprimindo o tráfico de entorpecentes, contrabando, corrupção, lavagem de dinheiro, crimes contra o meio ambiente, fraudes em licitações, entre outros o que culminou na apreensão de 2.876 pessoas, com a apreensão de 15 toneladas (t) de cocaína, 173 t de maconha e 209 mil comprimidos de *ecstasy*, resultando no indiciamento de 4.357 pessoas por crimes de tráfico de drogas;

e) expansão do Sistemas Automáticos de Impressões Digitais (AFIS), o qual está em fase de interligação com todos os Estados da Federação e que serve de base para ações de identificação criminal do Brasil;

f) implantação de 12 Delegacias Especiais de Polícia Marítima (Depom), e reforma da Superintendência Regional da Polícia Federal do Rio de Janeiro, com o início

da implantação do Centro Compartilhado de Inteligência Policial de Combate ao Crime Organizado (Cicor);

g) criação de 4.184 novas vagas nos sistemas penitenciários locais, e a contratação de 5.349 novas vagas nos sistemas penitenciários estaduais;

h) fomento à aplicação de penas e medidas alternativas;

i) guarda de 256 presos sob responsabilidade do Governo Federal nas penitenciárias federais de Campo Grande (MS) e Catanduvas (PR) e conclusão das obras na penitenciári de Mossoró (RN) e de 98% das obras relativas à penitenciária de Porto Velho (RO);

j) articulação com o Ministério da Saúde (MS) para implementação e manutenção do Plano Nacional de Saúde no Sistema Prisional, que conta com 149 equipes cadastradas em 10 Unidades Federativas (UF), prestando atendimento de atenção básica à saúde dos presos e internos em 131 estabelecimentos penais;

k) capacitação de 1.033 agentes no combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao crime transnacional e a quebra do sigilo bancário de 104 contas mantidas para fins ilícitos no exterior;

l) fortalecimento do combate à criminalidade nas rodovias federais por meio de operações de combate ao crime, traduzidos pelo aumento de 22,2% no número de prisões, 36,8% de apreensão de cocaína, 59,5% de *crack*, 71,9% de haxixe, 151,6% nas apreensões de cigarro e 179,4% na apreensão de combustível (desviado ou adulterado);

m) aprovação de três projetos de lei encaminhados pelo Executivo ao Congresso Nacional, no âmbito da reforma infraconsticuional – Lei nº 11.441, de 04 de janeiro de 2007; Lei nº 11.495, de 25 de junho de 2007 e Lei nº 11.496, de 26 de junho de 2007;

n) realização de 399.971 atendimentos de assistência jurídica gratuita realizados nas unidades fixas da Defensoria Pública, e de 14.592 atendimentos por meio do Projeto DPU Itinerante;

o) elaboração de diagnóstico acerca dos indicadores do MJ com a proposição de 200 indicadores, sendo 65 de fluxo, 76 operacionais e 59 de resultado, além de um indicador para o Pronasci e elaboração do Manual de Construção e Validação de Indicadores para o Ministério;

p) atendimento básico em saúde a 466.050 indígenas e social a 4.975 indígenas jovens e adolescentes para o enfrentamento ao alcoolismo, doenças sexualmente transmissíveis e aids (DST/Aids), suicídio, gravidez precoce, prostituição,

violência doméstica, entre outros. Com a estruturação de 71 unidades de saúde para atendimento à população indígena;

q) criação, implementação e fortalecimento dos conselhos de educação escolar indígena em seis Estados: Mato Grosso (MT), Maranhão (MA), Amazonas (AM), Tocantins (TO), Pernambuco (PE) e Roraima (RR) e auxílio financeiro a 1.710 estudantes indígenas de nível superior;

r) emissão de decretos de homologação de seis terras indígenas – 978.330 hectares (ha) e remoção de 268 ocupações de não-índios em terras indígenas;

s) realização de 239 operações para coibir a exploração clandestina de madeira, garimpo, grilagem de terra, caça e pesca ilegais, plantação de drogas e turismo pseudo-ecológico;

t) análise de 173 processos de licenciamento ambiental envolvendo integração de bacias, construção e pavimentação de rodovias, construção de ferrovias, linhas de transmissão, usinas hidrelétricas, portos, pontes, gasodutos, dentre outros;

u) análises relativas a 635 processos de fusões, aquisições e condutas anticompetitivas e 86 instruídos;

v) decisões administrativas relativas a 39.321 pedidos, entre prorrogação de prazo de estada, permanência definitiva, transformação de vistos, naturalização, certidão negativa ou positiva de naturalização, nacionalidade, reaquisição de direitos políticos, medidas compulsórias e transferência de pessoas condenadas;

w) integração de dois Estados ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec) e a criação da Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC).

ASPECTOS RELEVANTES

De modo geral, os programas foram executados de maneira satisfatória e a maioria obteve boa execução física. O alto índice de execução financeira deve-se, em parte, à grande quantidade de despesas correntes relativas ao funcionamento do MJ, especialmente, das polícias da União.

Em relação aos problemas advindos do grau de adesão da estrutura programática à estrutura organizacional, é recorrente a falta de comprometimento dos atores responsáveis com o modelo de gestão atual e com o processo de planejamento dos programas e ações. O percentual e a periodicidade com que é feito o preenchimento do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), por exemplo, é uma conseqüência disso.

Com relação à participação social, embora alguns programas sejam mais propícios ao contato com os beneficiários do que outros, como nos casos de defesa do consumidor e de proteção aos indígenas, ainda há muito que evoluir e são poucos os casos de sucesso.

A respeito da regionalização dos gastos, a maioria da execução orçamentária é feita no localizador nacional, fato que inviabiliza uma leitura da distribuição dos recursos à luz do orçamento. Por outro lado, há uma evolução na leitura dos problemas de acordo com as especificidades locais. Inclusive, alguns dos processos internos do MJ têm um acompanhamento regionalizado, como é o caso, por exemplo, do Mapa de Ocorrências no Brasil. Tais fatores contribuíram para que o Pronasci fosse concebido com esse olhar territorial, selecionando os territórios onde a insegurança pública é maior.

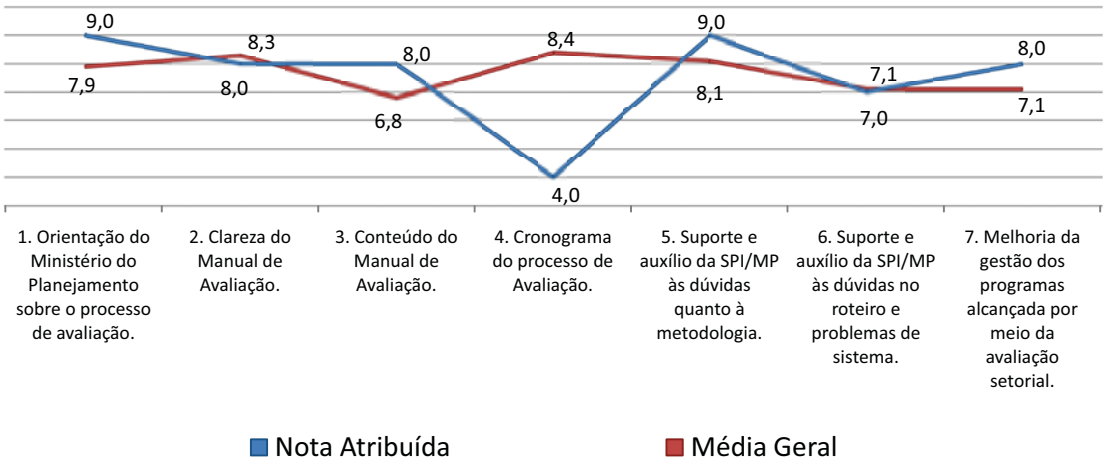
Quanto ao risco à execução dos programas, existe uma associação direta com as principais restrições enfrentadas na implementação. Caso não haja a superação dessas restrições vislumbra-se, na melhor das hipóteses, a manutenção da atual situação de insegurança pública, da qualidade da resposta do Estado às violações de direitos, ou até mesmo o agravamento da corrupção, dos óbices ao exercício da cidadania, entre outros.

Entre as restrições, as mais recorrentes são: o contingenciamento e atraso na liberação de recursos; a morosidade na tramitação de processos licitatórios; a dificuldade no processo de produção das informações; a dificuldade na articulação para implementação das políticas; a insuficiência de recursos humanos; a baixa qualificação das pessoas; a insuficiência de recursos materiais; a insuficiência de espaço físico.

Especialmente no que tange aos recursos humanos, não há concurso público para o MJ desde 1985, fato que causa um grande impacto negativo na implementação de praticamente todas as políticas sob responsabilidade do MJ. A exceção fica por conta do policiamento já que houve acréscimo considerável de servidores nas polícias da União por meio de concurso público. Apesar disso, o contingente das polícias ainda está muito distante do ideal. Diante disso, o MJ utiliza-se de contratações temporárias, fato que prejudica demasiadamente a gestão do conhecimento no interior de qualquer organização pública.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MJ mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas pelo MJ, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL

GERENTE DO PROGRAMA

Mauricio Kuehne

OBJETIVO

Promover a reintegração do apenado, internado e egresso do sistema penitenciário nacional e o atendimento a seus dependentes.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas presas, condenadas, internadas e egressas do Sistema Penitenciário Nacional, bem como os profissionais que atuam na área

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 429.672.807,00	Empenho Liquidado:	R$ 200.435.307,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 200.435.307,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Deficit de Vagas no Sistema Prisional - Porcentagem	-	143.00	144.00	146.00	130.00	-

1. DEFICIT DE VAGAS NO SISTEMA PRISIONAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O *deficit* de vagas no sistema prisional decorre de uma relação entre lotação padrão e população prisional. A primeira delas, o denominador da relação, possui comportamento estável, previsível e diretamente proporcional ao volume de recursos investidos na construção e ampliação de estabelecimentos penais. A segunda possui comportamento instável e que depende da eficiência das demais políticas públicas e, inclusive, de aspectos legais e normativos. Progressões de regime, assistência jurídica, aplicação de penas substitutivas às restritivas de liberdade, profissionalização do preso, elevação de escolaridade, bom atendimento à saúde, entre outros, são aspectos que contribuem para minimizar o vertiginoso crescimento populacional nas prisões brasileiras, seja de forma direta, seja combatendo o índice de reincidência criminal. Dessa forma, a comparação entre os valores do índice em 2003 e 2007 não possui a capacidade de medir ou traduzir os avanços do

Programa, notadamente no último ano. Apesar disso, ele mostra que o investimento do Governo tem sido insuficiente para conter o aumento do *deficit* de vagas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Sob a inspiração das reformas penais da década de 80, a Lei de Execução Penal – Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 – demarcou razoáveis condições de possibilidade para a gestão coerente e democrática dos conflitos sociais, tendo por base uma noção de solidariedade que se reflete no solene compromisso do Poder Público e da comunidade com a reintegração harmônica do apenado, egresso e internado à vida em sociedade. Ao mesmo tempo, atribuiu ao Departamento Penitenciário Nacional (Depen) o papel de zelar por sua fiel aplicação, bem como de assistir as Unidades da Federação na implementação dos princípios e regras estabelecidos. Este Programa consolida as estratégias políticas e gerenciais a serem adotadas pelo órgão para a concretização de tais objetivos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Criação de 4.184 novas vagas nos sistemas penitenciários locais.

- Contratação de 5.349 novas vagas nos sistemas penitenciários estaduais.

- Fomento à aplicação de penas e medidas alternativas. Em 2007, foram aplicadas cerca de 422 mil penas e medidas substitutivas à privação de liberdade.

- Guarda de 256 presos sob responsabilidade do Governo Federal nas penitenciárias federais de Campo Grande (MS) e Catanduvas (PR).

- Conclusão das obras na penitenciária de Mossoró (RN) e de 98% das obras relativas à penitenciária de Porto Velho (RO).

- Articulação com o Ministério da Saúde (MS) para implementação e manutenção do Plano Nacional de Saúde no Sistema Prisional, que conta com 149 equipes cadastradas em 10 Unidades federativas, prestando atendimento de atenção básica à saúde dos presos e internos em 131 estabelecimentos penais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Dentre as 14 ações constantes do Programa, sete apresentaram resultados físicos superiores ao previsto no início de 2007. As demais apresentam justificativas de ordem normativa, conceitual ou de superestimativa na emenda parlamentar para o resultado aquém do previsto legalmente. Assim, de forma geral, pode-se dizer que os resultados ficaram no patamar entre 80% e 100% do previsto para 2007.

A dotação autorizada do Programa foi de R$ 429,6 milhões, sendo R$ 210,9 iniciais e R$ 218,7 de crédito extraordinário, enquanto a execução orçamentária foi de R$ 200,4 milhões. Entretanto, a medida provisória (MP) de abertura do crédito extraordinário foi publicada no final de dezembro do ano passado, ou seja, sem tempo hábil para a execução. Diante disso, a execução orçamentária, na prática, representou 95% da dotação inicial. Os recursos financeiros foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

Grande parte dos recursos do Programa é executada via convênio com Estados e entidades privadas sem fins lucrativos. Por outro lado, o Depen é responsável direto pela implementação do sistema penitenciário federal, que já está cumprindo com o objetivo de custodiar líderes do crime organizado, apoiando os Estados e contribuindo para eliminar a estrutura para realização de rebeliões e a prática de outros crimes. Em 2007, apenas 13,7% da execução orçamentária foram aplicações diretas.

A ação com volume de recursos mais significativo, por meio da qual se executa uma grande demanda dos Estados, foi a Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais. A ação respondeu por 63% da execução orçamentária do Programa. A parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF), que atua como mandatária da União na implementação da ação, alavancou o desempenho, pois trouxe consigo melhoria na análise de projetos e fiscalização das obras. Também merece destaque a ação Aparelhamento de Estabelecimentos Penais, que respondeu por 15% da execução orçamentária do Programa e por meio da qual foram aparelhados 115 estabelecimentos penais.

O monitoramento varia de acordo com a ação. A Construção e a Ampliação de Estabelecimentos Penais Federais, por exemplo, é monitorada por meio da CEF, que foi contratada para realizar a fiscalização das obras de construção das penitenciárias federais. Já nas ações Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais e Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais, a CEF realiza um trabalho mensal de fiscalização nas obras financiadas com recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). As demais ações são monitoradas por meio de um plano de monitoramento e avaliação do Depen, que ainda não dispõe de um sistema de informações gerenciais.

Em razão da falta de recursos humanos, as áreas executoras valem-se, também, dos relatórios de cumprimento de objeto elaborado pelos entes convenentes no caso das ações que são executadas por meio de convênio.

O desempenho é ainda melhor diante das restrições enfrentadas. A insuficiência de recursos materiais e de infra-estrutura é mais evidente nas penitenciárias federais, financiada por meio da Ação Serviço Penitenciário Federal. A força de trabalho insuficiente na unidade central, em Brasília, e a ausência de carreira administrativa nas penitenciárias federais, atrasaram os procedimentos para aquisição de recursos materiais necessários para o funcionamento adequado das unidades.

A implantação das duas primeiras unidades do sistema penitenciário federal ficou a cargo de uma equipe gerencial e operacional diminuta. O pioneirismo, a falta de experiência na

administração penal e a insuficiência de recursos materiais e de pessoal criaram grandes dificuldades operacionais nas penitenciárias federais. As unidades não dispõem de quadro funcional administrativo e de apoio especializado para prestação das assistências aos presos previstas na Lei de Execução Penal. Além disso, o espaço físico em Brasília, a quantidade de recursos humanos nas equipes executoras e a qualificação dos servidores são considerados inadequados. Agrava a situação o fato de que aproximadamente 70% da equipe é composta por prestadores de serviço sem vínculo com a administração pública.

Somam-se a essas restrições o atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios, as dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes e a dificuldade de obtenção de créditos adicionais. Em 2007, por exemplo, a solicitação de R$ 218 milhões enviada em março foi atendida apenas no final de dezembro.

Nesse contexto, os bons resultados do Programa são creditados ao empenho e à dedicação dos servidores e do apoio e cooperação de órgãos parceiros.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias não-governamentais se materializam por meio de convênios voltados para temas como educação, saúde e profissionalização de pessoas privadas de liberdade. O desempenho da parceria é aferido nas visitas de monitoramento, ocasião em que as eventuais controvérsias são resolvidas e os resultados avaliados.

A participação social ocorre por meio da Ouvidoria do Sistema Penitenciário e de reuniões com grupos de interesse, tais como os conselhos de comunidade, a Comissão Nacional de Apoio às Penas e Medidas Alternativas (Conapa) e o Colégio de Secretários de Estado de Justiça (CONSEJ). Além disso, o sítio do Depen na Internet é utilizado para comunicação, especialmente, a divulgação dos resultados. Apesar desses instrumentos, a avaliação da satisfação dos beneficiários não é algo estruturado. Em que pese os cursos de capacitação para os profissionais dos serviços penais, oportunidade na qual se aplicam questionários avaliativos para esse público, o Depen não possui uma metodologia que permite avaliar a satisfação da população privada de liberdade.

No tocante às boas práticas de gestão, avaliou-se positivamente a contratação da CEF para gerenciamento das obras de responsabilidade do Depen. Ainda sob a ótica das parcerias institucionais, merece registro a articulação com outros órgãos federais, notadamente com o MS, o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM).

A gerência do Programa destaca que há necessidade de rever os critérios de distribuição dos recursos para as UF incentivando a aplicação de penas e de medidas alternativas e promovendo o respeito aos direitos dos apenados, de realizar concurso público para o provimento de cargos no Depen, e de articular junto ao MJ a garantia de melhores condições de trabalho, especialmente, relacionadas ao espaço físico e à quantidade de material disponível.

ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA

GERENTE DO PROGRAMA

Eduardo Flores Vieira

OBJETIVO

Garantir a prestação de assistência jurídica gratuita ao cidadão, contribuindo para a democratização da Justiça.

PÚBLICO-ALVO

Cidadãos que necessitam de assistência jurídica, judicial e extrajudicial, gratuita

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 84.192.293,00	Empenho Liquidado:	R$ 70.303.098,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 70.303.098,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Cidadão Assistido com Prestação Jurídica Gratuita - Unidade	163.936	227.119	227.001	112..034	180.000	62,24%
2. Número de Atendimentos Prestados ao Cidadão - Unidade	-	-	-	399.981	360.000	111,11%

1. CIDADÃO ASSISTIDO COM PRESTAÇÃO JURÍDICA GRATUITA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

As metas estabelecidas inicialmente para o exercício de 2007 foram alcançadas, apesar de estarem aquém do estabelecido no início do PPA. Ocorre que, à época, elas foram mal dimensionadas. Além disso, ao se considerar somente o número de cidadãos assistidos não se consegue medir a produtividade do Programa.

2. NÚMERO DE ATENDIMENTOS PRESTADOS AO CIDADÃO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

Este indicador foi incluído no exercício de 2007 por ser o que melhor expressa o atendimento prestado atualmente pela Defensoria Pública da União (DPU). A meta foi superada em 11% relativamente à prevista.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Defensoria Pública é uma instituição estatal próxima à sociedade e assume uma posição pró-ativa em relação às demandas que recebe. O Programa tem como objetivo oferecer ao cidadão que não tenha condição de pagar os honorários de um advogado e as custas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, oportunidade de acesso à Justiça, contribuindo para a sua democratização, em especial, para a prevenção da violência e para assegurar o exercício da cidadania. A consolidação do Programa mediante orientação jurídica, disseminação de informações sobre direitos e deveres, promoção de conciliações, prevenção da violência, patrocínio de causas e defesa jurídica proporciona grande impacto na transformação social.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 399.971 atendimentos de assistência jurídica gratuita realizados nas unidades imóveis da DPU.

- 14.592 atendimentos de assistência jurídica gratuita realizados por meio do Projeto DPU Itinerante.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa tem contribuído para o fortalecimento das unidades da DPU já existentes e implantação de novas, de forma que os cidadãos de todas as capitais e das localidades com baixo índice de desenvolvimento humano estejam cobertos. Considerando-se que o obstáculo à prestação jurisdicional constitui fator prejudicial ao próprio Estado Democrático de Direito, a DPU ampliou a prestação dos serviços, oferecendo assistência jurídica e judiciária, em caráter integral e gratuito, aos cidadãos que vivem em regiões afastadas, por meio de projetos que garantem a promoção da cidadania à parcela mais carente da população. A consolidação da Defensoria Itinerante foi o resultado mais expressivo do ano, por meio do qual foram prestados 14.592 atendimentos, aproximadamente, 600% superior ao do ano passado.

Os resultados alcançados pelo Programa superaram as expectativas, principalmente, quando cotejado com o contingenciamento de parte dos recursos. Avaliou-se que o cumprimento das metas físicas ficou entre 80% e 100% do previsto, apesar de alguns resultados melhores, como os atendimentos nas unidades imóveis do DPU, que foram 57% superior ao registrado em 2006.

Apesar dos bons resultados e do aumento dos recursos orçamentários disponibilizados, o valor ainda é insuficiente diante do desafio de conferir acesso à Justiça. O problema é maior na estrutura de apoio aos serviços. Nos últimos anos, a DPU praticamente triplicou o número de Defensores e, por outro lado, não aumentou proporcionalmente o volume de recursos compatível para o funcionamento adequado do órgão.

Além disso, outros fatores impediram um número mais elevado de atendimentos, tais como:

a) a descontinuidade do fluxo de recursos;

b) a escassez de recursos humanos, tanto na equipe gerencial quanto nas executoras e nas unidades que atuam no atendimento ao cidadão;

c) a inadequação da infra-estrutura;

d) a insuficiência de recursos materiais;

e) a insuficiência da qualificação dos recursos humanos.

Entre as diversas restrições, o atraso na liberação dos recursos e o contingenciamento foram os que mais influenciaram para o não atendimento das metas físicas de algumas ações. O dano foi minimizado após o aumento de limite orçamentário obtido a partir do último trimestre. Mas o contingenciamento gerou atrasos que prejudicaram diversas aquisições e contratações necessárias para a manutenção e ampliação das atividades em inúmeras unidades da DPU nos Estados e no Distrito Federal.

A atividade de monitoramento é realizada sistematicamente por meio de reuniões do grupo de trabalho responsável pelo aprimoramento das ações com acompanhamento dos relatórios de avaliação enviados pelas unidades e na organização do relatório de gestão, que é disponibilizado no sítio da DPU contemplando informações sobre as visitas freqüentes às instalações da DPU nos Estados e o Processo Eletrônico de Assistência Jurídica (e-PAJ), um sistema informatizado, de âmbito nacional, capaz de fornecer diversos relatórios estatísticos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Diversas unidades da Defensoria nos Estados realizaram parcerias com instituições não-governamentais. Como exemplo do resultado desse esforço, foi criado o projeto Benefício de Prestação Continuada (BPC), no núcleo de Porto Alegre (RS), uma iniciativa que, por meio de parceria com instituições locais de assistência social, realiza um mapeamento da indigência na cidade a fim de identificar beneficiários do BPC a serem encaminhados a DPU para solicitação formal do direito.

A participação social é promovida por meio da Ouvidoria, que disponibiliza o Disque Cidadão a fim de receber reclamações e sugestões sobre o serviço oferecido pela instituição.

Além disso, é realizada pesquisa de satisfação dos usuários no âmbito do Controle de Qualidade de Atendimento à População Carente, a fim de aferir a percepção que o cidadão tem da qualidade no atendimento prestado, insumos essenciais para que a DPU realimente

o processo de planejamento das ações. O questionário avalia a qualidade do atendimento nas unidades e os resultados do último questionário foram os seguintes:

a) tempo de espera: 53% ótimo, 39% bom, 6% regular, 1% ruim e 1% péssimo;

b) qualidade do atendimento: 64% ótimo, 34% bom, 2% regular e menos de 1% ruim e péssimo;

c) tratamento por parte do atendente: 72% ótimo, 27% bom, 1% regular e menos de 1% ruim e péssimo.

A Defensoria tem articulado com diversos atores que trabalham com o mesmo público-alvo a fim de maximizar os efeitos das políticas públicas. Dentre essas articulações destacam-se a Câmara de Conciliação Prévia da DPU em conjunto com a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a atuação conjunta da DPU e Hospitais, a fim de agilizar a concessão de benefícios aos pacientes internados. Além de outras atuações conjuntas com a Defensoria Pública dos Estados e Distrito Federal, com os Conselhos Regionais de Assistência Social, entre outros.

É de se destacar, finalmente, a participação da DPU nos seguintes projetos:

a) Dourados;

b) Exploração Sexual;

c) Erradicação do Escalpamento na Amazônia;

d) Mutirão de Conciliação da BR-101;

e) Regularização Fundiária; - Câmaras de Conciliação da DPU;

f) Atuação nas Penitenciárias Federais;

g) Regularização Fundiária da População Carente;

h) cooperações firmadas com o Município de Porto Alegre (RS) e com a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

A gerência do Programa destaca que há necessidade de articular junto ao Ministério da Justiça (MJ) a implantação do Sistema de Informações para Gestão Setorial (Infrasig) e garantir melhores condições de trabalho, especialmente, recursos materiais e de infra-estrutura.

COMBATE À CRIMINALIDADE

GERENTE DO PROGRAMA

Romero Luciano Lucena de Menezes

OBJETIVO

Intensificar o combate à criminalidade no País mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 152.934.098,00	Empenho Liquidado:	R$ 134.616.524,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 134.616.524,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal – Dias	76.00	80.00	79.00	84.00	78.00	-
2. Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal – Porcentagem	56.00	64.00	63.60	65.00	90.00	-

1. PRAZO DE CONCLUSÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS NA POLÍCIA FEDERAL
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado foi de 84 dias, enquanto o previsto para 2007 era de 78 dias. Os valores estão bem próximos do atingido no ano anterior e abaixo do índice referência, mas acima do previsto para o final do PPA. O índice esperado não foi alcançado por conta do expressivo crescimento do número de inquéritos policiais instaurados, consideravelmente, superior ao aumento do número de servidores policiais.

2. TAXA DE CONCLUSÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS NA POLÍCIA FEDERAL
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice previsto para 2007 era de 90% enquanto o atingido foi de 65%. A justificativa também se relaciona ao expressivo crescimento do número de inquéritos policiais instaurados, número muito superior ao crescimento da quantidade de servidores policiais.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Nos últimos anos, a criminalidade no País aumentou substancialmente na maioria dos seus níveis e modalidades. Tal quadro evidencia-se, não só devido às questões sociais decorrentes dos problemas enfrentados pela economia brasileira, principalmente, pela atuação crescente do crime organizado, com fortes reflexos nas taxas de violência e na crescente corrupção nas três esferas de poder. Acresce-se a necessidade de maior rigor no combate a crimes transnacionais como o tráfico de armas e drogas e lavagem de dinheiro. Outra preocupação são os crimes ambientais (biopirataria, tráfico de animais, poluição hídrica), contrabando e descaminho, crimes pela Internet e a entrada e a saída de pessoas sem o devido controle imigratório.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização de 188 operações especiais contra o crime organizado, reprimindo o tráfico de entorpecentes, contrabando, corrupção, lavagem de dinheiro, crimes contra o meio ambiente, fraudes em licitações, entre outros; que culminou na apreensão de 2.876 pessoas.

- Apreensão de 15 toneladas de cocaína, 173 toneladas de maconha e 209 mil comprimidos de *ecstasy*, resultando no indiciamento de 4.357 pessoas por crimes de tráfico de drogas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

O desafio de combater a criminalidade, reprimindo o crime organizado, o tráfico de drogas e armas, a lavagem de dinheiro e os delitos perpetrados em detrimento de bens, serviços e interesses da União, tem sido permanente. As operações policiais ostensivas, em sua maioria sustentadas pelas atividades de inteligência, foram realizadas sempre com o objetivo de desarticular maior número de células criminosas, mantendo o conhecimento e o nível de controle das práticas delituosas.

Novamente, a atuação da Polícia Federal teve importante destaque no ano de 2007. Desta vez, respaldada por pesquisa de opinião realizada pela Universidade de Brasília (UnB), pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) e a empresa Opinião Consultoria, atribuindo à Polícia Federal o maior percentual de aprovação (75,5%), sendo eleita como a instituição mais confiável do País.

O Programa é composto por nove ações orçamentárias, sendo que apenas sete efetivamente foram executadas no âmbito do Departamento de Polícia Federal (DPF). Das nove ações, apenas Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União não teve suas metas físicas realizadas dentro do previsto, pois o número de operações policiais realizadas foi de 467 diante da previsão de 3.850. Tal discrepância se deve ao superdimensionamento na previsão do quantitativo de operações policiais bem como na indefinição quanto à caracterização de uma operação, que tanto pode ser o transporte de um preso para uma audiência na justiça quanto uma operação para desarticular uma grande quadrilha de fraudadores. Por sua vez, as ações orçamentárias de combate ao crime organizado, ao tráfico ilícito de drogas e armas e à lavagem de dinheiro e de operações de caráter sigiloso, que também têm como produto as operações policiais, superaram bastante o previsto.

Nesse sentido, os resultados alcançados pelo Programa estiveram dentro do previsto e acompanharam a execução financeira de 88% do previsto. Entretanto, salienta-se que os recursos orçamentários e financeiros foram parcialmente contingenciados ao longo do ano, sendo liberados num fluxo mais constante apenas nos últimos meses, fato que prejudicou o desempenho institucional e trouxe dificuldades para os gestores das unidades do DPF. Além disso, outros entraves também prejudicaram a execução física, tais como: atraso na aprovação dos créditos adicionais; infra-estrutura inadequada, especialmente, relacionada ao espaço físico; recursos materiais insuficientes; e recursos humanos em quantidade insuficiente tanto na equipe gerencial quanto nas executoras.

A maioria das ações é executada por meio das unidades descentralizadas após repasse de recursos da unidade central. O bom resultado alcançado na execução dessas ações descentralizadas decorre justamente da atuação dessas unidades estritamente finalísticas, embora seja necessário aprimorar o trâmite das informações sobre a execução física das ações.

A atividade de monitoramento é realizada por meio do acompanhamento dos relatórios de gestão elaborados por cada unidade gestora. Nesse relatório são inseridas informações sobre o desempenho das atividades de cada órgão, mas não existe uma sistematização que possibilite a consolidação das informações e dos dados e uma análise mais aprofundada. Além disso, no âmbito da ação Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos o monitoramento é realizado por meio de sistema informatizado. Entretanto, os dados nem sempre são alimentados. Os coordenadores das demais ações não possuem meios informatizados para sistematização dos dados sobre a execução física, que são compilados ou registrados em planilhas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social é promovida por meio de reuniões com grupos de interesse, tais como organizações não-governamentais e líderes classistas. Determinadas operações policiais para combate de delitos contra o meio ambiente e a pirataria, entre outros, foram decorrentes do espaço concedido aos grupos interessados.

O Programa não avalia a satisfação dos beneficiários. Para que tal prática seja adotada é necessário realizar pesquisas de satisfação com segmentos da sociedade que utilizam os serviços da instituição, tais como: empresas de segurança privada, de comercialização de produtos químicos, interessados em obtenção de passaportes, as demais organizações de segurança pública, organizações do judiciário e a sociedade em geral.

A gerência do Programa destaca que há necessidade de redimensionar as metas físicas das ações que apresentam erro no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), criar indicadores que permitam aferir os resultados do Programa, capacitar as unidades descentralizadas para alimentação dos sistemas de informação existentes, articular junto ao Ministério da Justiça (MJ) para implantação do Sistema de Informações para Gestão Setorial (Infrasig), e garantir melhores condições de trabalho, especialmente relacionadas ao espaço físico e disponibilidade de materiais.

COMBATE AO CRIME TRANSNACIONAL

GERENTE DO PROGRAMA

Maria Rosa Guimarães Loula

OBJETIVO

Combater o crime transnacional e indisponibilizar recursos existentes no exterior oriundos de atividades criminosas para futura repatriação, relacionados com investigações e processos brasileiros.

PÚBLICO-ALVO

Autoridades públicas de investigação, Ministério Público e Poder Judiciário no Brasil e no Exterior

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.773.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.151.680,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.151.680,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Acordos Negociados de Cooperação Jurídica Internacional - Unidade	-	-	2.00	6.00	6.00	100%
2. Prazo de Recuperação de Ativos - Ano	-	-	-	-	1.50	-
3. Volume de Recursos Indisponibilizados no Exterior - Milhares de real	-	-	-	49.425,98	-	-

1. NÚMERO DE ACORDOS NEGOCIADOS DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

*- Análise e Justificativa:***:**

O indicador nunca tinha sido apurado, tanto que não consta das avaliações anteriores. Ocorre que ele é inviável para medir os resultados, especialmente, em razão da longa duração do processo de recuperação de ativos. Além disso, a tramitação no Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) não ultrapassa 10 dias, mas os lentos processos judiciais nos diversos países inviabilizam a apuração.

O prazo total para recuperação de ativos depende do trânsito em julgado de processos judiciais no Brasil ou nos países requeridos. Apesar disso, a meta foi alcançada.

2. PRAZO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não é possível estimar um prazo de recuperação de ativos já que não existe sentença brasileira de confisco transitada em julgado para nenhum dos processos que tramitam no DRCI. A falta de sentença transitada em julgado impossibilita a repatriação de ativos e conseqüentemente a apuração do índice para este indicador.

3. VOLUME DE RECURSOS INDISPONIBILIZADOS NO EXTERIOR
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Indicador que jamais tinha sido apurado. O número de 2007 representa o total de recursos indisponibilizados com confirmação da autoridade estrangeira. Por isso, ele não reflete o total de recursos indisponibilizados, já que muitos países concedem o bloqueio, mas não revelam o valor até que seja declarada a quebra de sigilo. Não existem índices de referência e tampouco índices esperados. O indicador foi excluído para o PPA 2008-2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Para o efetivo combate ao crime transnacional organizado, é de fundamental relevância lograr a assinatura de acordos com países dotados de rígidos sistemas de proteção bancária e fiscal, em que grande parte do dinheiro produto de crime é depositada. Com isso, o Governo visa a obtenção de provas e a repatriação de recursos, tomada de depoimentos e declarações, fornecimento de documentos ou registros, localização e identificação de pessoas (físicas e jurídicas) ou bens, entrega de documentos, execução de pedidos de busca e apreensão, adoção de procedimentos relacionados com imobilização e perda de bens, restituição e cobrança de multas. Assim, é necessário firmar acordos internacionais bilaterais e multilaterais, tendo em vista a limitação do alcance da legislação doméstica para enfrentar esse desafio, uma vez que a Justiça Nacional necessita, constantemente, do contato com autoridades judiciárias estrangeiras.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Capacitação de 1.033 agentes no combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao crime transnacional.

- Quebra do sigilo bancário de 104 contas mantidas para fins ilícitos no exterior.

- Bloqueio de 13 contas bancárias mantidas para fins ilícitos no exterior.

• Manutenção do bloqueio de outras 40 contas bancárias mantidas para fins ilícitos no exterior.

• Repatriação de US$ 1,6 milhão após análise de 222 casos de recuperação de ativos.

• Conclusão da negociação de seis Tratados de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal com Honduras, México, Panamá, Bélgica, El Salvador e Nicarágua, sendo que os três primeiros também foram assinados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Em 2007, foram implementadas ações em diversas frentes, como:

a) a execução ágil da cooperação jurídica internacional no sentido de rastrear, bloquear e recuperar ativos de origem ilícita ou que sejam utilizados para praticar crimes;

b) a realização de ações para utilizar a recuperação de ativos como instrumento de combate ao crime organizado; - a difusão da cultura de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, de recuperação de ativos e de cooperação jurídica internacional;

c) a modernização da legislação; - a realização de ações que promoveram a efetividade da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA);

d) a ampliação dos mecanismos de cooperação jurídica internacional.

O cumprimento das metas físicas ficou entre 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), apesar de não se ter alcançado a meta institucional inicial de recuperar R$ 4,5 milhões. Por outro lado, a ação de capacitação obteve grande êxito superando a meta física em 230%. Os principais fatores que contribuíram para esse resultado foram: a articulação eficaz com os usuários, parceiros e órgãos envolvidos para a disponibilização dos cursos e o aumento do número de participantes por turma.

Algumas restrições, entretanto, impediram um resultado melhor, entre elas destaque para a infra-estrutura inadequada, a quantidade inadequada de recursos humanos, e o atraso na celebração de convênios e contratos, na realização de licitações e na internalização dos acordos relativos à cooperação jurídica internacional.

O trabalho conjunto entre o DRCI e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) do Ministério da Fazenda (MF), especialmente, no âmbito da ação de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro foi intensificado, fato que melhorou a integração entre os coordenadores das ações e a gerência do Programa.

A atividade de monitoramento é realizada sistematicamente por meio de reuniões mensais do Comitê Gestor do DRCI, pelo acompanhamento do sistema de informações do COAF e do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e de visitas aos Estados para promoção dos cursos de capacitação; e de relatórios de gestão.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Duas parcerias tiveram destaque em 2007, o acordo com Instituto Nacional de Qualidade Judiciária, que permitiu a alienação antecipada de bens sujeitos a medidas assecuratórias em processos judiciais, em que os bens submetidos aos leilões eletrônicos foram vendidos por valores bem maiores do que o lance mínimo estipulado nos processos. E o celebrado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com o Instituto das Nações Unidas sobre Crime Inter-regional e Justiça (UNICRI), que surgiu para realização de curso de altos estudos para agentes públicos com experiência e conhecimento avançado em técnicas investigativas, análise de dados e gerenciamento de casos relacionados com o crime de lavagem de dinheiro, considerando que o curso foi realizado com sucesso, recebendo 88% de avaliação positiva, resolveu-se ampliar a cooperação técnica para realização de novos cursos entre 2008 e 2011.

A participação social é promovida por meio de reuniões com grupos de interesse, especialmente, quando da formulação da ENCCLA e do Comitê Gestor do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para Combate à Lavagem de Dinheiro (PNLD). Esse canal de comunicação permitiu a incorporação de contribuições efetivas na gestão do PNLD, na própria ENCCLA, e na discussão de conteúdos de anteprojetos de lei. Alguns dos beneficiários do Programa são consultados a respeito da qualidade do Programa, especialmente, os agentes públicos que recebem a capacitação e posteriormente respondem questionário para análise da satisfação com o produto ofertado.

Destaca-se, ainda, a articulação não-hierárquica para implementação da ENCCLA como prática a ser disseminada entre as demais organizações governamentais. No âmbito da estratégia foi criado o Gabinete de Gestão Integrada de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (GGI-LD), composto pelos principais órgãos públicos federais e estaduais, do Poder Judiciário e o Ministério Público, que se reúne periodicamente para acompanhamento da efetividade das metas. Além disso, avaliou-se que a adesão ao Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública) representou um avanço na gestão do Programa.

A gerência do Programa destaca que há necessidade de ampliar o número de servidores públicos bacharéis em Direito e especializados em lavagem de dinheiro e domínio de línguas estrangeiras para o COAF, dotar o COAF de meios para supervisão dos setores econômicos regulados pelo órgão e de ações de segurança orgânica, garantir maior espaço físico e recursos materiais para o DRCI e articular junto ao Ministério da Justiça (MJ) a implantação do Sistema de Informações para Gestão Setorial (Infrasig).

DEFESA DO CONSUMIDOR

GERENTE DO PROGRAMA

Ricardo Morishita Wada

OBJETIVO

Promover a proteção e a defesa do consumidor e dos direitos difusos.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores, fornecedores, agências regulatórias, órgãos públicos e entidades civis de defesa do consumidor e de direitos difusos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 12.061.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 6.703.575,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 6.703.575,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Integração de PROCONs Estaduais ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (SINDEC) - Porcentagem	5.00	18.50	70.37	89.00	100.00	89%

1. ÍNDICE DE INTEGRAÇÃO DE PROCONS ESTADUAIS AO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR (SINDEC)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A adesão à proteção e à defesa do consumidor, ao PROCON estadual, ao SINDEC e a sua integração depende, essencialmente, de uma negociação política e técnica sobre a celebração de um convênio e da existência de condições estruturais mínimas no órgão estadual de defesa do consumidor. Embora o Ministério da Justiça (MJ) tivesse condições de fazer a implantação nas 27 unidades da Federação, o cumprimento desses requisitos em relação aos PROCONs estaduais de Roraima (RR), Rondônia (RO) e São Paulo (SP) não foram verificados. Com São Paulo, por exemplo, os problemas foram os termos do convênio e as condições de integração. Problemas estes já superados, mas que inviabilizaram a assinatura do convênio em 2007. Fatores como esse não permitiram atingir o índice.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os órgãos federais, estaduais e municipais, além das entidades civis de defesa do consumidor, integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) e são responsáveis, em seu âmbito de atribuições, pela proteção e defesa do consumidor. Todavia, como a maioria dos consumidores têm dificuldades de acesso à informação sobre os seus direitos e carecem de meios para concretizá-los, cabe à União fortalecer a implantação e a consolidação da defesa do consumidor no Brasil. Como não há hierarquia nas relações entre os órgãos públicos de defesa do consumidor, as entidades estatais promovem a proteção e a defesa do consumidor no seu âmbito de atribuições, cabendo ao Programa permitir e aprimorar a articulação e a coordenação da política do SNDC. Caberá ao Programa, também, implementar políticas e apoiar iniciativas que promovam a proteção de outros direitos difusos, de acordo com as diretrizes legais que regem a atuação do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (CFDD). Há uma série de bens e direitos protegidos por lei que não são de titularidade de particulares, mas estão difusos entre a sociedade. Considerando o caráter difuso desses direitos, é necessária a atuação pró-ativa do Estado, tanto no sentido de garantir que eventuais danos sejam reparados, quanto no sentido de esclarecer e educar a sociedade a respeito da existência e da importância desses direitos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Integração de dois Estados ao SINDEC.
- Criação da Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC).
- Capacitação de 663 pessoas no tema defesa do consumidor.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O fator que não permitiu que o Programa atingisse 100% dos resultados previstos foi a não-integração ao SINDEC da totalidade dos PROCONs estaduais. Nas demais ações, os resultados foram bons e estiveram dentro do que foi previsto para o Programa no Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2007, apesar de ficarem um pouco distantes da Lei por conta das emendas parlamentares. Ocorre que tais emendas não foram precedidas de uma articulação mínima com o objetivo de planejar a sua execução, e como o quadro de pessoal responsável pela implementação do Programa é reduzido, acréscimos não planejados no orçamento resultam em dificuldades para a execução. Por conta disso, a execução financeira foi de 55,5% do previsto na LOA.

Entre os resultados, destaca-se a criação da ENDC, que obteve adesão dos órgãos que compõem o SINDEC. A ENDC foi criada para superar a descontinuidade, a fragmentação e o reduzido alcance das estratégias anteriores de capacitação de técnicos de defesa do consumidor.

Apesar dos bons resultados, a implementação ocorre em meio a algumas restrições, dentre elas:

a) a descontinuidade do fluxo de recursos;

b) a insuficiência de recursos materiais;

c) a inadequação de infra-estrutura;

d) os entraves nos procedimentos licitatórios e na celebração de contratos;

e) a quantidade inadequada de recursos humanos, especialmente, diante do aumento nas demandas.

Os recursos descentralizados são executados no âmbito dos projetos na área de defesa dos direitos difusos. A experiência acumulada permitiu o desenvolvimento de uma rotina eficaz relativa ao fluxo de informações entre os interessados.

As informações para o desempenho físico das ações são apuradas diretamente junto às coordenações responsáveis pela execução. As diversas iniciativas no âmbito de cada ação, dada a natureza do trabalho, não permitem o estabelecimento de unidades regulares de medida que possibilitem o monitoramento objetivo. As exceções são as ações relacionadas à implantação do SINDEC e à distribuição de material.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há mecanismo de participação social, justificado pela dificuldade de se implantar uma metodologia dessa natureza diante do caráter difuso dos produtos e dos elementos de execução do Programa. Também não há mecanismo de avaliação da satisfação dos beneficiários.

A gestão nacional do SINDEC instituiu um fluxo importante de procedimentos e práticas que estão apresentando resultados satisfatórios. Trata-se da implantação de rotinas regulares que permitem o monitoramento periódico de todas as variáveis relacionadas ao SINDEC e a interação constante e plena entre as equipes envolvidas, inclusive nos Estados.

Além dos resultados já citados também, destacam-se a municipalização do SINDEC e a intensificação das ações fiscalizadoras. A municipalização permite que os benefícios da implantação do SINDEC alcancem o consumidor residente no interior dos Estados integrados, uma ação que se corrobora com a estratégia de fortalecimento dos sistemas estaduais de defesa do consumidor. No mesmo sentido, o MJ dinamizou a estratégia de fiscalização a partir da articulação com outros órgãos de governo, tais como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), dentre outros. A parceria com o Banco Central (Bacen), institucionalizada por meio de portaria conjunta com o MJ, permitirá que dados do SINDEC sejam aproveitados nas ações de fiscalização do Bacen.

A gerência do Programa, diante do volume e da complexidade das demandas no âmbito do Programa, evidencia a necessidade de que é importante garantir mais recursos materiais, humanos e relacionados à infra-estrutura. Bem como, articular junto ao MJ a implantação do Sistema de Informações para Gestão Setorial (Infrasig) e elaborar outro indicador capaz de apurar o grau de proteção dos consumidores, e em que medida o trabalho do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) contribui para maior proteção nas relações de consumo.

DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA

GERENTE DO PROGRAMA

Diego Faleck

OBJETIVO

Combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência.

PÚBLICO-ALVO

Empresas com atuação no Território Nacional, consumidores e agências regulatórias

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 12.417.840,00	Empenho Liquidado:	R$ 10.581.024,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 10.581.024,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Processos de Apuração de Infrações contra a Ordem Econômica julgados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) - Unidade	60.00	48.00	-	599.00	65.00	921%
2. Prazo de Instrução e Julgamento de Atos de Concentração - Dia	213.00	163.00	-	51.00	120.00	-

1. NÚMERO DE PROCESSOS DE APURAÇÃO DE INFRAÇÕES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA JULGADOS PELO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Se, por um lado, houve um aumento no número de processos de atos de concentração ingressados no sistema decorrente de fatores econômicos, por outro, o sistema respondeu positivamente a esse aumento de demanda. Contribuíram para essa resposta a racionalização e as inovações nos procedimentos de instrução.

2. PRAZO DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DE ATOS DE CONCENTRAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A redução no prazo de instrução e de julgamento de atos de concentração resultou de racionalização e inovações que desobstruíram o fluxo processual. Em particular, destaca-se a adoção, a partir de agosto de 2007, de nova metodologia para análise sumária de atos de concentração.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Dadas as tendências de concentração e monopolização dos mercados, faz-se necessário combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência, com vistas a garantir o adequado funcionamento dos diversos mercados. O Programa deverá:

a) consolidar a defesa da concorrência como pilar da política econômica, superando a fragmentação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), CADE/Ministério da Justiça (MJ), Secretaria de Direito Econômico (SDE)/MJ e Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE)/Ministério da Fazenda (MF);

b) conscientizar as entidades de defesa do consumidor e a sociedade civil organizada sobre os instrumentos de defesa da concorrência e regulação;

c) introduzir a concorrência no marco regulatório nacional;

d) implementar ações que visem o combate à formação de cartéis.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 635 processos de fusões, aquisições e condutas anticompetitivas analisados e 806 instruídos.

- 337 pessoas capacitadas sobre o tema defesa da concorrência.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

Em 2007, intensificaram-se as ações de combate a cartéis no setor de compras públicas e ampliou-se a utilização de acordos de leniência, que permitem à autoridade iniciar investigações robustas com base em informações de partícipes de ilícitos, e de operações de busca e apreensão. O cumprimento das metas físicas esteve entre 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), um resultado considerado bom, principalmente, diante das restrições enfrentadas de demora na liberação do orçamento, da elevada rotatividade do pessoal e aumento do número de atos de concentração apresentados, do esforço em

atividades acessórias de desobstrução processual, da insuficiência de recursos orçamentários e humanos, da infra-estrutura inadequada nas equipes e das dificuldades operacionais na celebração de contratos, convênios e na realização de licitações, especialmente, em razão da carência de profissionais na área de logística do MJ.

É crítica a dificuldade de manutenção dos servidores nas equipes executoras. Na última década, o volume das demandas nos órgãos responsáveis pela instrução administrativa do SBDC cresceu significativamente. Tais demandas ocorreram tanto no número de denúncias de cartéis, e conseqüentemente no de averiguações preliminares, procedimentos e processos administrativos e notificações de atos de concentração quanto nas demandas relativas à disseminação da cultura da concorrência.

Apesar da crescente demanda, a quantidade de recursos humanos disponíveis permaneceu praticamente constante no mesmo período. Além disso, a despeito da necessidade de formação de um quadro técnico específico, o SBDC conta com profissionais temporários, outros ocupantes de cargo de confiança e os demais pertencentes a algumas carreiras de Estado sem compromisso de permanecer por tempo razoável no órgão. É o caso dos Especialistas em Políticas Púbicas e Gestão Governamental, que são profissionais qualificados, mas dotados de uma mobilidade que, por vezes, inviabiliza a especialização e aumenta os custos de qualificação. Atualmente, o MJ não dispõe de cargos que permitam manter esses profissionais.

Outra dificuldade que merece destaque é a escassez de material de apoio em tecnologia da informação, informática e planejamento. Problema que decorre do grande volume de demandas dessas áreas no MJ.

Destaca-se, ainda, o relacionamento institucional entre o MJ, MF e o CADE. O sucesso é atribuído à divisão de trabalho estabelecida em lei e ao esforço empreendido para elevar o grau de coordenação entre as ações executadas nos dois Ministérios. Todavia, há espaço para maior integração dos órgãos do sistema, que possuem outras atribuições além das comuns, e que estão distantes fisicamente. A impossibilidade de uma gerência colegiada para o Programa impede melhorias na gestão.

A atividade de monitoramento é realizada sistematicamente por meio de reuniões periódicas de trabalho entre os órgãos que compõe o SBDC, mediante os relatórios anuais de gestão, relatórios trimestrais de atividades, e acompanhamento do Sistema de Gerenciamento de Documentos e Processo (MJDOC) e do Sistema de Informações de Gerenciamento e Planejamento (SIGPlan).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social é promovida por meio de audiências públicas, consultas públicas, reuniões com grupos de interesse e discussões em conselhos setoriais do governo.

Em praticamente todas as ações do SBDC, há a possibilidade de manifestação de qualquer ator social, seja ele individual ou corporativo. Freqüentemente, manifestações dessa natureza acontecem durante a instrução dos processos ou em fóruns de discussão sobre o SBDC. Apesar das dificuldades, a participação social está cumprindo o papel de auxiliar qualitativamente o Sistema no cumprimento de suas funções. Entretanto, diante da natureza das ações e da estrutura administrativa disponível para a implementação do Programa, é baixa a possibilidade de se ampliar a participação social.

Não é feita avaliação da satisfação dos beneficiários por conta da natureza das ações. Ocorre que um ambiente econômico competitivo, sem a presença de elevadas concentrações de mercado ou de condutas ilícitas que proporcionem poder de mercado, gera benefícios para a sociedade. Contudo, tais benefícios são difusos ou diluídos, prejudicando a mensuração. Além disso, nos casos em que é possível quantificar benefícios diretos de uma ação específica, os indiretos gerados por mecanismos econômicos de propagação e distribuição são de difícil mensuração, inclusive, países que estão mais avançados na regulação dos mercados não conseguiram desenvolver indicadores adequados.

A principal boa prática passível de disseminação foi a implantação de uma rotina de diálogo sistemático entre técnicos que atuam nos três órgãos do SBDC, com o objetivo principal de eliminar a execução repetida e irracional de determinadas tarefas. A iniciativa resultou em notáveis ganhos de produtividade, bem como melhora na qualidade das análises e instruções processuais realizadas. Além disso, destaca-se a constante busca de comunicação com o administrado, seja através de participações em fóruns públicos de discussão, seja através do sítio.

Além dos resultados já mencionados, é de se destacar:

a) O oferecimento do curso coorporativo de especialização em defesa da concorrência;

b) a promoção de palestras, cursos e orientações em diversos fóruns;

c) a busca por uma melhor comunicação com o administrado;

d) a participação em vários eventos internacionais que se refletem no desenvolvimento do ambiente competitivo no Brasil por meio da atuação de empresas transnacionais;

e) padronização e simplificação de procedimentos de instrução em processos administrativos e atos de concentração;

f) elaboração de notas técnicas e de metodologia para a definição de mercados relevantes específicos, mas recorrentes.

Além disso, duas ferramentas essenciais no combate a ilícitos antitruste foram otimizadas, o Programa de Leniência com a negociação de nove acordos simultâneos e Busca e Apreensão franqueada pelo Poder Judiciário destaca que o número passou de 11, entre 2003 e 2005, para 84 mandados cumpridos em 2007. O aumento de operações de busca e apreensão deve-se tanto ao sucesso na negociação dos acordos quanto à postura mais ativa do Governo Federal nas investigações de práticas lesivas.

Finalmente, destaca-se o investimento no combate a práticas anticompetitivas em licitações a fim de regular o ambiente de compras públicas. A atuação do Governo Federal para garantir a concorrência efetiva no leilão de concessão da usina hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira, permitiu uma economia aos consumidores de, pelo menos, R$ 24 bilhões nos trinta anos da concessão.

A gerência do Programa destaca que há necessidade de ampliar o número de servidores envolvidos na implementação do Programa, inclusive com a contratação de quadro técnico específico, aumentar os investimentos em recursos materiais como forma de garantir melhores condições de trabalho, especialmente, aquelas relacionadas ao espaço físico e apoio em tecnologia da informação. Além de elaborar indicador de resultado para o Programa e articular junto ao MJ a implantação do Sistema de Informações para Gestão Setorial (Infrasig).

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

GERENTE DO PROGRAMA

Hélio Cardoso Derenne

OBJETIVO

Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública.

PÚBLICO-ALVO

Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) e usuários de rodovias federais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 67.111.493,00	Empenho Liquidado:	R$ 54.886.682,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 54.886.682,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas - Porcentagem	-	-	56.12	59.57	-	-

1. COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Apesar de não estar indicado na presente avaliação, o DPRF estabeleceu o objetivo de alcançar o índice de 65%, em 2007, entretanto, como as maiores licitações só se efetivaram ao final do exercício, não foi possível atingir a totalidade da meta estabelecida institucionalmente, o índice apurado representou 91,65% da meta prevista.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa existe em razão da necessidade de modernização das estruturas policiais, de forma a fazer frente às crescentes investidas do crime organizado. No caso específico da Polícia Rodoviária Federal, deve haver a preocupação em garantir a infra-estrutura

necessária e suficiente para proporcionar segurança ao tráfego de pessoas e mercadorias por meio das rodovias e estradas federais. Para isso, é preciso desenvolver ações capazes de reverter este quadro estacionário, sendo que a estrutura existente já apresenta sintomas de depreciação crônica, podendo atingir níveis inviáveis de recuperação, obstaculizando sobremaneira a execução dos serviços e o pleno atendimento à sociedade. Dessa forma, o Programa tem como principais iniciativas:

a) construção de unidades operacionais;

b) conservação de unidades operacionais;

c) aquisição e desenvolvimento de instrumentos e mecanismos capazes de prover as atividades administrativas e policiais de estrutura de telecomunicação e rede de comunicação de dados.

Por meio das adequações propostas, tem-se como objetivo precípuo um melhor atendimento ao usuário, proporcionando-lhe instalações adequadas e cômodas durante os atendimentos realizados, bem como proporcionar um ambiente mais seguro para a circulação de mercadorias, pessoas e escoamento da produção nacional, contribuindo para o crescimento econômico sustentável do País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aquisição de 319 veículos novos, representando cerca de 16% da frota atual, com previsão de entrega para 2008.

- Licitação para reforma de 66 unidades operacionais, das quais 17% são postos de fiscalização.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física ficou acima dos 100% previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) em razão da liberação de recursos provenientes de créditos extraordinários ao final do exercício. Entretanto, os recursos orçamentários disponíveis são escassos diante da magnitude do problema. Avalia-se que para a plena execução do Programa seria necessário um acréscimo de pelo menos 200% em relação ao que foi autorizado. Argumenta-se que o investimento na modernização da Polícia Rodoviária Federal teria um impacto muito forte no custo de manutenção das viaturas e de toda a infra-estrutura física e de tecnologia sob responsabilidade do órgão.

Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Apesar disso, outras restrições impediram um êxito maior, entre elas:

a) a insuficiência de recursos materiais nas equipes gerenciais e executoras, especialmente, nas áreas de tecnologia da informação e planejamento;

b) a qualificação insuficiente dos recursos humanos na equipe gerencial;

c) o contingenciamento orçamentário das emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) que persistiu até o fim do ano.

A atividade de monitoramento é realizada sistematicamente por meio de reuniões periódicas para acompanhamento do desempenho físico das ações, inclusive relativos aos registros no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), a realização de visitas no sentido de aprimorar o controle da execução e a avaliação dos resultados. Além da elaboração do relatório anual de gestão contendo todas as informações sobre as metas das ações e do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Foram realizados acordos de cooperação técnica e parcerias com Estados e Municípios para suprir a carência de recursos aportados nas ações de reforma. Também foram celebrados acordos com a Receita Federal do Brasil (RFB) para doação de bens apreendidos, suprindo parte da falta de recursos na ação de tecnologia de informação.

O Programa destina-se ao aprimoramento da instituição. Nesse sentido, a participação social está limitada a levantamento das eventuais necessidades operacionais, para atendimento ao público.

A comunicação com a sociedade é feita por meio do sítio institucional da DPRF. Muitas das sugestões enviadas pelos usuários foram implantadas aprimorando a comunicação com a sociedade e contribuindo para o desenvolvimento do órgão. A avaliação da satisfação dos demais beneficiários do Programa, os servidores do DPRF, é feita mediante aplicação de questionários de avaliação.

É de se ressaltar, finalmente, o início da implantação do sistema de tecnologias móveis, ferramenta que irá otimizar e desburocratizar a atividade operacional da DPRF.

A gerência do Programa destaca que há necessidade de realizar concurso público de forma a disponibilizar profissionais da área de administração e tecnologia da informação do DPRF, de capacitar os policiais rodoviários federais que estão nos cargos gerenciais para que exerçam com mais efetividade a missão que lhes é atribuída, de garantir maior espaço físico e recursos materiais, especialmente, nas áreas de tecnologia da informação e planejamento e de articular junto ao MJ a criação do Sistema de Informações para Gestão Setorial (Infrasig).

IDENTIDADE ÉTNICA E PATRIMÔNIO CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS

GERENTE DO PROGRAMA

Márcio Augusto Freitas de Meira

OBJETIVO

Garantir o pleno exercício dos direitos sociais básicos dos índios e a preservação do patrimônio cultural das sociedades indígenas.

PÚBLICO-ALVO

Sociedades indígenas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 374.501.800,00	Empenho Liquidado:	R$ 354.280.980,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 354.280.980,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Incidência de Tuberculose Bacilífera na População Indígena - 1/100.000	108,6	-	-	-	77,1	-
2. Coeficiente de Incidência Parasitária de Malária na População Indígena - 1/1.000	56,0	-	-	-	92,7	-
3. Coeficiente de Mortalidade Infantil entre Crianças Indígenas Menores de 1 Ano - 1/1.000	55,7	-	-	-	45,0	-
4. Taxa de Famílias Indígenas em Situação de Vulnerabilidade Social - Porcentagem	-	-	-	-	10.00	-

1. COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DE TUBERCULOSE BACILÍFERA NA POPULAÇÃO INDÍGENA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O controle da tuberculose em áreas indígenas iniciou-se em 2000. A organização das atividades gerou uma melhora no diagnóstico inicial da doença, no tratamento por meio da implementação do tratamento supervisionado pelos agentes indígenas de saúde e, conseqüentemente, uma melhora na captação de dados que culminou com uma revisão

da série histórica com modificação dos índices anteriormente considerados. No período do plano, a incidência real de tuberculose bacilífera, após a adequação dos índices, reduziu em 46,3%. A meta do indicador para 2007 foi superada em 47% tendo em vista o registro de 40,9 por 100 mil, que não foi informado no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

2. COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA PARASITÁRIA DE MALÁRIA NA POPULAÇÃO INDÍGENA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Foi registrado um reduzido número de casos de malária em 2004, momento em que o sistema de coleta dos dados foi implantado em área indígena. A partir de então, verificou-se uma melhora nos registros e conseqüente aumento no número de casos. Com a reorganização dos serviços entre 2006 e 2007 e a reestimativa dos índices à luz dos números mais reais, a variação do índice ficou mais estável e representou um leve aumento de 4% desde 2005 até 2007, sendo que os dados deste último ano ainda são parciais. Em 2007, uma forte articulação com o Programa Nacional de Controle da Malária (PNCM), por meio da distribuição de medicamentos específicos e do foco na destinação e execução de recursos na redução da incidência em área indígena resultou na estabilidade do índice, o que denota um aparente controle da disseminação desta doença. Ressalta-se que os números não foram informados por meio do SIGPlan.

3. COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL ENTRE CRIANÇAS INDÍGENAS MENORES DE 1 ANO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

*- Análise e Justificativa:***:**

A mortalidade infantil apresentou tendência de redução entre indígenas no período de 2000 (74,6 óbitos por 1.000 nascidos) a 2007 em torno de 30,7%, provavelmente, em razão da continuidade e periodicidade das ações de saúde como imunização, aumento na cobertura da vigilância nutricional, entre outros. No período do PPA, nota-se uma flutuação nesta curva e os dados de 2007 ainda são parciais devido às dificuldades de logística no trabalho com indígenas, em especial, na Amazônia Legal. Em 2006, o coeficiente registrado foi 48,5 por 1.000, próximo aos 45 estimados para 2007. Entretanto, os números parciais do ano passado apontam para um pequeno agravamento no quadro, com a taxa evoluindo para 51,7. Ressalta-se, ainda, que os números não foram informados por meio do SIGPlan.

4. TAXA DE FAMÍLIAS INDÍGENAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O indicador nunca foi apurado, a justificativa pelo não-cálculo do índice em 2007 foi a impossibilidade na quantificação das famílias indígenas. Por isso, para o PPA 2008-2011 o indicador foi excluído.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Cabe ao Estado brasileiro, por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), o efetivo cumprimento do art. 231 da Constituição que trata da garantia do direito à terra aos povos indígenas, sua organização social, costumes, língua, crença e tradições. Hoje essas garantias se materializam no atendimento de uma população de 440.000 índios habitantes de 600 terras indígenas que ocupam quase 12% do Território Nacional, enfrentando em sua grande maioria uma acelerada e complexa transformação social, e tendo que buscar novas respostas para sua sobrevivência física e cultural, de forma a garantir às próximas gerações melhor qualidade de vida. As frentes de expansão da sociedade nacional e o adensamento das populações não-indígenas no Brasil vêm causando uma proximidade e um contato cada vez mais freqüente com as populações indígenas, sujeitando essas a situações de risco para as quais não estão preparadas. Esse contato está acarretando uma perda inestimável do patrimônio cultural indígena. O Programa reflete o anseio de lideranças, professores e anciãos indígenas, e busca garantir aos índios o exercício pleno da cidadania e a preservação do patrimônio cultural das sociedades indígenas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Atendimento básico em saúde a 466.050 indígenas.

- Atendimento social a 4.975 indígenas jovens e adolescentes para o enfrentamento ao alcoolismo, doenças sexualmente transmissíveis e aids (DST/Aids), suicídio, gravidez precoce, prostituição, violência doméstica, entre outros.

- Estruturação de 71 unidades de saúde para atendimento à população indígena.

- Criação, implementação e fortalecimento dos conselhos de educação escolar indígena em seis Estados: Mato Grosso (MT); Maranhão (MA); Amazonas (AM); Tocantins (TO); Pernambuco (PE); Roraima (RR).

- Auxílio financeiro a 1.710 estudantes indígenas de nível superior.

- Atendimento a 111.036 pessoas por meio do Museu do Índio.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As ações do Programa são desempenhadas por: Ministério da Saúde (MS), Ministério da Educação (MEC), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Esporte (ME) e Funai que é responsável pela coordenação do conjunto das ações. Apesar do esforço no gerenciamento do Programa, as avaliações anuais demonstram a necessidade de que sejam tomadas providências no sentido de superar as restrições à implementação do modelo de gestão e de alcançar a suficiência dos recursos para cumprimento das metas físicas. A despeito das inúmeras instituições governamentais que atuam na temática indigenista, ainda há uma desconexão entre suas atuações.

Para superar esses entraves foi instalada a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), órgão colegiado e de composição paritária por órgãos do Governo e das representações indígenas. A CNPI se tornou a instância de diálogo que possibilitará a elaboração do anteprojeto de lei para a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista e a proposição de diretrizes, instrumentos, normas e prioridades das políticas para os povos indígenas.

Outra medida para que o Estado exerça satisfatoriamente sua função junto aos povos indígenas é o fortalecimento da Funai. Ciente disso, o Governo iniciou, em 2007, a revisão da estrutura organizacional da autarquia além de outras medidas visando a reestruturação na área de recursos humanos.

A execução física esteve entre 80% e 100% do previsto, diante de uma execução financeira de aproximadamente 95%. Entretanto, os recursos disponíveis são insuficientes para atender a demanda, principalmente, no que se refere à prestação de assistência social. Como resultado, vários índios sobrevivem de mendicância, em péssimas condições sociais, convivendo com a desnutrição e um índice ainda alarmante de mortalidade infantil. Além da restrição orçamentária, também foram óbices ao melhor desempenho do Programa os seguintes fatores:

a) insuficiência de recursos materiais;

b) infra-estrutura inadequada;

c) quantidade inadequada de recursos humanos, principalmente, nas unidades da Funai;

d) insuficiente qualificação dos recursos humanos;

e) dificuldades operacionais na celebração de contratos, convênios e na realização de licitações, fato que se deve à ausência de pregoeiros e Procuradores Federais nas unidades descentralizadas.

A atividade de monitoramento é realizada sistematicamente por meio de reuniões mensais de trabalho, visitas *in loco* e acompanhamento do SIGPlan.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os conselhos locais de saúde e os conselhos indígenas regionais contribuíram para o cumprimento da execução das metas por meio de discussões e tomadas de decisão quanto às ações de educação escolar diferenciada e de saúde dos povos indígenas.

A participação social se realiza nas audiências públicas, em reuniões com grupos de interesse e nos conselhos locais temáticos. Os mecanismos de participação social permitiram a reflexão e redefinição de algumas ações visando melhor atender as demandas dos índios. Apesar disso, não existe ainda um canal reservado para coletar informações, ou realizar uma pesquisa formal sobre a satisfação dos beneficiários.

Além dos resultados citados, destacam-se:

a) a salvaguarda do patrimônio cultural indígena por meio da modernização e digitalização de parte do acervo;

b) a ampliação do espaço de realização das exposições culturais;

c) o resgate e preservação das atividades tradicionais dos índios e o fomento à inserção das mulheres indígenas no exercício dos direitos sociais.

A gerência do Programa destaca que há necessidade de realizar concurso público e criar o plano de carreira para os servidores da Funai, articular junto ao MJ a criação do Sistema de Informações para Gestão Setorial (Infrasig), solicitar à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) informações sobre os indicadores do Programa, melhorar articulação entre a gerência, sob responsabilidade da Funai, e os executores das ações, aumentar os recursos para atendimento social aos povos indígenas e garantir melhores condições de trabalho, especialmente, espaço físico e materiais.

MIGRAÇÃO E ACORDOS INTERNACIONAIS

GERENTE DO PROGRAMA

Marcilândia de Fátima Araújo

OBJETIVO

Formular e implementar a política governamental referente à regularização migratória.

PÚBLICO-ALVO

Estrangeiros e brasileiros no Brasil e comunidades brasileiras no exterior

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.210.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 641.458,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 641.458,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de processos decididos - Unidade por ano	-	-	47.169.00	39.321.00	53.100.00	74,05%

1. NÚMERO DE PROCESSOS DECIDIDOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O número apurado indica o somatório de processos decididos, anualmente, no Departamento de Estrangeiros (DEEST). Dessa forma, pretende-se verificar o impacto do investimento na melhoria da qualidade no atendimento ao cidadão analisando o número de processos decididos. Em 2007, o índice alcançado ficou cerca de 26% aquém do previsto.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil sofreu alterações no fluxo de cidadãos, fato que faz de nós, hoje, um País tanto de imigrantes quanto de emigrantes. Temos maior número de brasileiros no exterior, cerca de 2,5 milhões, do que estrangeiros no Brasil, aproximadamente, um milhão. Esse contingente demanda um programa capaz de promover ações de medidas compulsórias, regularização, assentamento de refugiados, nacionalidade e naturalização, destinadas a sua adequação legal. Tais ações visam o controle do fluxo imigratório no País e a melhoria nos processos operacionais de execução de serviços prestados a esse público.

O Programa, portanto, destina-se a promover e assegurar os direitos e as obrigações de estrangeiros no Brasil, bem como de brasileiros no exterior.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Atendimento a 40.971 demandas pela central de atendimentos, entre consultas telefônicas, pessoais ou eletrônicas.

- Decisões administrativas relativas a 39.321 pedidos, entre prorrogação de prazo de estada, permanência definitiva, transformação de vistos, naturalização, certidão negativa ou positiva de naturalização, nacionalidade (perda e reaquisição), reaquisição de direitos políticos, medidas compulsórias (deportação, expulsão, extradição) e transferência de pessoas condenadas.

- Manutenção do convênio com a organização não-governamental Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e do Rio de Janeiro para auxílio na manutenção de refugiados no Brasil. O número de refugiados reconhecidos, vítimas de perseguições em seus países, segue tendência de crescimento, passando de 2.884 em 2002 para 3.815 em 2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Em 2007, o Programa alcançou entre 40% e 80% das metas físicas previstas inicialmente. O índice relativamente baixo é resultado direto do contingenciamento, de forma que os recursos financeiros foram insuficientes para a execução das metas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Entretanto, a execução orçamentária relativa ao efetivamente disponibilizado foi de 100% e os recursos financeiros foram disponibilizados na medida em que as ações eram executadas.

O Programa é executado em meio a diversas restrições estruturais, como a infra-estrutura física inadequada, a quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras, a qualificação insuficiente dos recursos humanos das equipes executoras e as dificuldades operacionais nos processos de licitações e na celebração de contratos.
A ação Apoio a Projetos de Instalação de Albergues para o Atendimento e Acolhimento de Refugiados tem execução descentralizada e apresentou resultados melhores. Prova disso é que o Brasil se mantém como referência mundial no tema refúgio.

O monitoramento das ações é realizado por meio de reuniões mensais de trabalho; visitas periódicas aos responsáveis pela execução dos trabalhos; acompanhamento do Sistema de Informações Gerenciais (SIGPlan) e relatórios de gestão.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A central de atendimento contempla uma Ouvidoria destinada a receber denúncias e sugestões relativas aos serviços prestados pelo DEEST. As sugestões e críticas são

repassadas para os setores responsáveis pela execução das ações e são considerados quando do planejamento e da implementação das ações de forma eficaz.

Em parceria com a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Ministério da Justiça (MJ), avançou-se no desenvolvimento de um sistema gerencial para análise e tramitação dos documentos e processos de competência do DEEST. Com a modernização dos sistemas será possível localizar com maior brevidade os expedientes que tramitam no DEEST, garantindo celeridade e melhor atendimento às demandas.

A contratação de consultores pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) representou importante parceria que está contribuindo para a melhoria da gestão da política de migração internacional.

Também é de se destacar a indicação de propostas e procedimentos para a formulação de uma política migratória mais adequada às convicções do Estado.

A gerência do Programa destaca que há necessidade de disponibilização de melhores condições de trabalho, especialmente, espaço físico, recursos humanos e materiais.

MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

GERENTE DO PROGRAMA

Joaquim Cláudio Figueiredo Mesquita

OBJETIVO

Aprimorar a estrutura e o modelo operacional, gerencial e a capacidade executiva do policiamento federal.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade Brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 304.696.386,00	Empenho Liquidado:	R$ 229.294.145,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 229.294.145,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Modernização das Unidades Operacionais da Polícia Federal - Porcentagem	-	-	38.32	-	5.00	-

1. TAXA DE MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES OPERACIONAIS DA POLÍCIA FEDERAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A gerência do Programa não apura o índice tal como ele foi concebido por entender que, diante da fórmula de cálculo atual, não é possível aferir os resultados. Apesar disso, utiliza-se de outros instrumentos gerenciais para tentar medir a efetividade do Programa. Considerando-se a natureza das ações do Programa, e partindo-se do princípio de que se trata de um índice não-cumulativo, a gerência tem o entendimento de que seja apurado um indicador para cada grupo de ação, a ser estabelecido futuramente.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Polícia Federal é responsável pelas atividades de polícia judiciária da União, e implementa o Programa de Modernização com vistas à redução das deficiências de meios,

principalmente, as relacionadas a sistemas de telecomunicações, reaparelhamento do setor de polícia técnica, do segmento de transportes e da construção, ampliação, reforma e modernização de suas instalações físicas, de forma a minimizar as vulnerabilidades para o adequado cumprimento de suas atribuições constitucionais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aquisição de 1.850 coletes balísticos, 6.587.250 unidades de munições letais, 3.000 algemas de metal e 7.000 algemas descartáveis, 85 veículos utilitários, 170 veículos sedan, 3.602 computadores, 253 *notebooks*, 674 impressoras e 7.000 pistolas semi-automáticas.

- Consolidação da implantação da rede de radiocomunicação digital segura em Brasília (DF) e no Rio de Janeiro (RJ), sendo iniciada sua implantação na cidade de São Paulo (SP).

- Aquisição de equipamentos de radiocomunicação tática para mais 15 delegacias de Polícia Federal.

- Ampliação da capacidade de processamento, armazenamento e segurança de informações em tecnologia da informação.

- Incremento dos laboratórios de geoprocessamento, geofísica forense, gemologia, engenharia, documentoscopia, química legal e perícias de crimes contra a fauna e flora.

- Expansão do Sistema Automático de Identificação de Impressões Digitais (AFIS), o qual está em fase de interligação com todos os Estados da Federação e que serve como base nas ações de identificação criminal do Brasil.

- Acréscimo de 1.412 servidores ao efetivo da instituição.

- Implementação do novo passaporte brasileiro, modelo de segurança em nível global, em 70 delegacias, sendo 25 capitais.

- Implantação de 12 delegacias especiais de Polícia Marítima.

- Construção de uma nova Superintendência.

- Criação de quatro adidâncias policiais, no Uruguai, na Bolívia, no Suriname e na França.

- Reforma da Superintendência Regional do Rio de Janeiro, com o início da implantação do Centro Compartilhado de Inteligência Policial de Combate ao Crime Organizado (Cicor).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Novamente, a atuação da Polícia Federal teve importante destaque no ano de 2007. Desta vez, respaldada por pesquisa de opinião realizada pela Universidade de Brasília (UnB), pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) e a empresa Opinião Consultoria, atribuindo à Polícia Federal o maior percentual de aprovação (75,5%), sendo eleita como a instituição mais confiável do País.

A execução física foi considerada boa, entre 80% e 100% do previsto, apesar da descontinuidade no fluxo de recursos e o contingenciamento orçamentário. Além dessas restrições, a gerência do Programa convive com quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes gerencial e executoras.

O contingenciamento prejudicou especialmente a execução das ações referentes ao Projeto Pró-Amazônia/Promotec[1], bem como algumas ações de reforma e construção de unidades do Departamento de Polícia Federal (DPF). Também não houve atendimento no volume adequado à demanda de suplementação de créditos necessária e suficiente. Além disso, houve, mais uma vez, dificuldades na realização de licitações e celebração de contratos, especialmente, nos casos do Pró-Amazônia/Promotec.

A atividade de monitoramento é realizada por meio de reuniões internas de trabalho, consultas ao (SIGPlan), relatórios técnico-gerenciais além de uma planilha de monitoramento *on-line* do desempenho físico das ações que compõem o Projeto Pró-Amazônia/Promotec.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não possui mecanismos que promovam a participação social e tampouco avalia a satisfação dos beneficiários. Entretanto, o planejamento estratégico do DPF prevê desenvolvimento de mecanismos para avaliação da satisfação dos servidores. Planejamento este que é considerado pela gerência do Programa como uma boa prática de gestão.

A gerência do Programa destaca que há necessidade de articular junto ao Ministério da Justiça (MJ) a implantação do Sistema de Informações para Gestão Setorial (Infrasig) e garantir melhores condições de trabalho, especialmente, no que refere ao espaço físico e a materiais.

[1] Contrato 021/98. CCA/DPF, firmado entre o Departamento de Polícia Federal (DPF) e a *Societé Française d'Exportation de Matériels, Systèmes et Services du Ministère de lIntérieur* (Sofremi), operações de crédito externo determinadas pelas Resoluções 52 e 53/2000, do Senado Federal, junto ao *Banque Nationale de Paris* (BNP) e *Kreditanstalf fur Wiederaufbau (KfW)*;

PROTEÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS, GESTÃO TERRITORIAL E ETNODESENVOLVIMENTO

GERENTE DO PROGRAMA

Márcio Augusto Freitas de Meira

OBJETIVO

Garantir e proteger a integridade do patrimônio territorial e ambiental das sociedades indígenas.

PÚBLICO-ALVO

Sociedades indígenas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 61.343.935,00	Empenho Liquidado:	R$ 53.187.681,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 53.187.681,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Atendimento a Famílias Indígenas com Projetos de Desenvolvimento - Porcentagem	49.40	46.75	34.84	35.48	70.30	50,47%
2. Taxa de Atendimento a Terras Indígenas com Projetos Ambientais - Porcentagem	-	-	-	-	30.00	-
3. Taxa de Regularização de Terras Indígenas – Porcentagem	-	-	-	77.49	80.38	96,40%
4. Taxa de Usurpação das Terras Indígenas - Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. TAXA DE ATENDIMENTO A FAMÍLIAS INDÍGENAS COM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice estimado no início do PPA 2004-2007, que previa beneficiar 70,3% das famílias indígenas levou em consideração que ocorreria no período um maior aporte de recursos financeiros e humanos, o que não se confirmou. Por isso o resultado de apenas 35,48% que corresponde a 31.226 famílias.

2. TAXA DE ATENDIMENTO A TERRAS INDÍGENAS COM PROJETOS AMBIENTAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O indicador é inadequado, por isso nunca foi apurado. Ele traz pouco rendimento para o sucesso na implementação e no acompanhamento da ação de proteção, pois a premissa é equivocada. Ocorre que, se o universo de terras com portaria declaratória é maior do que as terras com projetos ambientais em andamento, então não é possível acompanhar a degradação nas terras que não estão contempladas por projetos voltados para a questão ambiental. Além disso, se nas terras sem projetos ambientais são realizadas ações de proteção, por qual indicador essas ações seriam medidas e acompanhadas? Diante disso, o indicador foi excluído na elaboração do PPA 2008-2011.

3. TAXA DE REGULARIZAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Embora o índice apurado tenha sido de 77,49%, tal indicador não demonstra com eficácia o resultado da Ação Fundiária da Fundação Nacional do Índio (Funai). Ocorre que o indicador registra apenas as atividades realizadas no procedimento administrativo de demarcação da terra indígena, mas não do processo de regularização fundiária. Assim, o resultado medido do processo administrativo de demarcação de terras no período compreendido entre 2004-2007 foi de 7,11%, alcançando o total de 77,49% considerando o quantitativo de terras conhecidas no início do PPA que era de 549 terras indígenas. Apesar dos problemas, o desempenho do indicador foi bom diante das restrições enfrentadas.

4. TAXA DE USURPAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
*- Análise e Justificativa:***:**

Problemas na formulação do indicador impediram a coleta e análise de dados. O indicador nunca foi apurado e foi excluído para o PPA 2008-2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O patrimônio territorial das sociedades indígenas, em suas diferentes situações de contato encontra-se sob permanente risco de degradação ou usurpação pela ação de agentes externos. Por se tratarem de comunidades protegidas por legislação especial e desprovidas de instrumentos próprios de defesa de seus interesses e direitos, cabe ao Estado promover a proteção, a gestão sustentável e a revitalização daquele patrimônio e seus beneficiários, mediante o desenvolvimento de um elenco de ações articuladas e apoio a projetos produtivos de caráter sustentável capazes de gerar níveis satisfatórios de segurança alimentar, renda e emprego, que permitam a eliminação do viés paternalista e assistencialista, em parte, decorrente da ausência de políticas públicas, de recursos e de estrutura para a gestão territorial sustentável e em contraposição ao avanço desordenado das frentes econômicas.

Ao assumir essa responsabilidade, por meio do seu órgão indigenista, o Estado brasileiro estará apenas reafirmando um compromisso republicano histórico, de defesa das sociedades indígenas, que tem sido cumprido de maneira ininterrupta há quase um século, desde a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1910.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Emissão de decretos de homologação de seis terras indígenas – 978.330 hectares (ha).

- Expedição de portarias declaratórias de posse tradicional indígena relativas a 20 terras indígenas – 865.512 ha.

- Identificação e delimitação de cinco terras indígenas – 1.602.595 ha.

- Remoção de 268 ocupações de não-índios em terras indígenas.

- Realização de 29 operações de fiscalização em cooperação com a Polícia Federal e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) no interior ou entorno das terras indígenas.

- Realização de 239 operações para coibir a exploração clandestina de madeira, garimpo, grilagem de terra, caça e pesca ilegais, plantação de drogas e turismo pseudo-ecológico.

- Análise de 173 processos de licenciamento ambiental envolvendo integração de bacias, construção e pavimentação de rodovias, construção de ferrovias, linhas de transmissão, usinas hidrelétricas, portos, pontes, gasodutos, entre outros.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física ficou entre 40% e 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 em razão de diversas restrições, entre elas:

a) insuficiência de recursos orçamentários;

b) inadequação da infra-estrutura;

c) insuficiência de recursos materiais;

d) inadequação de recursos humanos;

e) insuficiência na qualificação dos recursos humanos;

f) morosidade nos processos licitatórios e na celebração de contratos;

g) dificuldade no estabelecimento de cooperação com outros órgãos da administração pública nas diferentes esferas;

h) lentidão no processo de licenciamento ambiental;

i) conflitos judiciais e sociais que atrasam as atividades de fiscalização e demarcação de terras indígenas.

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é realizado por meio de reuniões mensais de trabalho, visitas *in loco* e acompanhamento das informações que foram alimentadas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan). O desempenho das ações de responsabilidade de outros Ministérios é acompanhado por meio do SIGPlan. O contato entre os técnicos dos diversos órgãos é precário apesar de esforços da Funai que procura constantemente os demais parceiros a fim de obter informações sobre a execução das ações.

Por outro lado, em algumas operações de fiscalização há um planejamento conjunto entre os órgãos, especialmente, IBAMA e Polícia Federal. É o caso de fiscalização dos garimpos e madeireiras irregulares.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os mecanismos de participação social são implementados por meio de audiências públicas realizadas no âmbito de alguns processos de licenciamento ambiental e reuniões com as comunidades indígenas em assuntos afetos a eles. Tais mecanismos permitiram a reflexão e redefinição de algumas ações visando o melhor atendimento das demandas dos indígenas. Os planos de trabalho de fiscalização de terras indígenas, realizados com a participação das comunidades, apresentam maior eficiência uma vez que as comunidades se apoderaram dos instrumentos da execução para futuras operações. Apesar disso, não existe um mecanismo adequado para aferir a satisfação dos beneficiários.

Além dos resultados já mencionados, destacam-se:

a) registros nos cartórios de imóveis de 17 terras indígenas (2.472.213 ha);

b) registros de cinco terras indígenas na Secretaria de Patrimônio da União (SPU);

c) identificação da Terra Indígena Kawahiva do Rio Pardo (MT);

d) declaração de restrição de uso para índios isolados da Terra Indígena Jacareuba/Katauxi (AM);

e) localização e contato com os índios Piripkura (MT);

f) levantamentos realizados sobre os índios isolados Awá-Guajá (MA), Avá-Canoeiro (GO) e Kayapó (MT).

O Programa foi excluído e a partir de 2008 suas ações estão sendo executadas no âmbito do Programa de Proteção e Promoção dos Povos Indígenas, com uma abordagem mais sistêmica a fim de fomentar a articulação de toda política direcionada aos índios. Entretanto, o novo desenho não trará resultados adicionais sem que o Governo recupere a governança da Funai e seja capaz de melhorar a articulação com os demais órgãos e entes responsáveis pela política indígena.

A gerência do Programa destaca que há necessidade de criação da carreira indigenista e a conseqüente realização de concurso público de modo a reduzir a relação aproximada de um servidor para 327 índios, garantir mais recursos de modo a cumprir de forma real as metas físicas que, efetivamente, atendam as demandas das comunidades indígenas, realizar concurso público e criar o plano de carreira para os servidores da Funai e articular junto ao Ministério da Justiça (MJ) a criação do Sistema de Informações para Gestão Setorial (Infrasig).

REFORMA DO JUDICIÁRIO

GERENTE DO PROGRAMA

Rogério Favareto

OBJETIVO

Modernizar e democratizar o acesso à Justiça, promovendo a expansão do respeito às leis e aos direitos humanos.

PÚBLICO-ALVO

Operadores do direito

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.000.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.980.573,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.980.573,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Tempo Médio de Tramitação de um Processo Judicial - Dia	-	-	-	-	-	-

1. TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DE UM PROCESSO JUDICIAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em relação ao tempo médio de tramitação de um processo judicial, conforme já mencionado em avaliações anteriores, não é possível mensurá-lo. Ocorre que, entre outros aspectos, há, no Poder Judiciário, diferentes tipos de processos que estabelecem diferentes prazos para conclusão. Além disso, não existe uma uniformidade de gestão processual nas várias instâncias.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ) busca elaborar estratégias para tornar mais democrático, eficiente e transparente o sistema de justiça no Brasil. Hoje temos uma assistência judiciária deficiente, elitizada e excludente. O elevado índice de litigância verificado em nosso sistema não traduz a universalização dos meios e instrumentos de

acesso à justiça no Brasil. Pelo contrário, a ampla maioria da sociedade brasileira se encontra a margem do sistema de justiça. Desta forma, o principal foco de intervenção no próximo período será a democratização do acesso à justiça. Identificamos duas grandes linhas de ação da Secretaria: ampliação do acesso e continuidade do processo de modernização do sistema de justiça empreendido nos últimos quatro anos. Paralelamente, dar-se-á prosseguimento ao trabalho de padronização e gerenciamento do sistema de cadastro nacional de cartórios, uma medida que se relaciona diretamente com a construção de um sistema de justiça ágil, acessível e transparente.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Reforma Infraconstitucional com a aprovação de três projetos de lei encaminhados pelo Executivo ao Congresso Nacional , são eles:

a) Lei nº 11.441, de 04 de janeiro de 2007, a qual possibilita a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa;

b) Lei nº 11.495, de 25 de junho de 2007, que dispõe sobre o depósito prévio em ação trabalhista rescisória, dificultando recursos protelatórios;

c) Lei nº 11.496, de 22 de junho de 2007, que dispõe sobre o processamento de embargos no Tribunal Superior do Trabalho (TST), restringindo o debate de temas idênticos que já tiveram decisão homologada.

- Realização de 1.029.524 acessos ao Sistema de Gerenciamento de Cadastro de Cartórios do Brasil.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física esteve entre 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual apesar da alteração na gerência do Programa, fato que atrasou a execução de algumas ações.

Os recursos orçamentários foram considerados suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Por outro lado, algumas restrições estruturais inviabilizaram o alcance de resultados melhores, especialmente, espaço físico insuficiente para atender a demanda; escassez de material; e a quantidade inadequada de recursos humanos.

As principais dificuldades encontradas residem na precária infra-estrutura para o desenvolvimento das atividades. Carente, principalmente, de recursos humanos, a SRJ operou, em 2007, no limite de suas possibilidades, situação agravada ainda pelo período de substituição de seus principais dirigentes.

A atividade de monitoramento é realizada sistematicamente por meio de reuniões de trabalho semanais, do acompanhamento diário da tramitação dos projetos de lei relacionados às reformas legislativas e administração da justiça no Congresso Nacional, de relatórios anuais de gestão, das visitas ao Congresso Nacional e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e acompanhamento mensal dos registros no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social é promovida por meio de reuniões com grupos de interesse, principalmente, em seminários. Entre os eventos ocorridos em 2007 destacam-se o Seminário: A Situação da Vítima no Processo Penal, com a apresentação da legislação e dos projetos relacionados ao tema e o I Encontro Nacional de Defensores Públicos – Intercâmbio de Experiências na Defesa da Mulher Vítima de Violências.

O contato com alguns dos beneficiários do Programa foi fundamental na discussão para elaboração do planejamento, para a implementação dos núcleos de justiça comunitária, apoio às defensorias públicas, implementação da Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, além de alterações no Sistema de Cadastro Nacional de Cartórios do Brasil, iniciativas que têm por finalidade tornar o acesso à Justiça eficaz.

Por meio do sítio da SRJ, é feita a divulgação de publicações, boletins informativos mensais e também divulgação de eventos. No mesmo local, há um serviço de Ouvidoria por meio do qual se verifica o grau de satisfação do beneficiário. As melhorias efetivadas no Sistema de Cadastro Nacional de Cartórios no Brasil, por exemplo, foram realizadas após sugestões dos usuários.

Além dos resultados citados, também se destacaram:

a) participação no Projeto EUROSocial, que visa fortalecer a capacidade de gestão de políticas públicas na área de Justiça, entre outros;

b) fortalecimento das defensorias públicas dos Estados e da União;

c) continuidade do Projeto Justiça Restaurativa;

d) ampliação do projeto Justiça Comunitária;

e) contribuição para efetivação da Lei Maria da Penha;

f) apoio à assistência jurídica de presos e seus familiares;

g) capacitação em direitos humanos e mediação para profissionais do direito;

h) fortalecimento do Prêmio Innovare/A Justiça do século XXI;

i) aperfeiçoamento da Restrição e Bloqueio Judicial de Veículos (RENAJUD), sistema que integra o Poder Judiciário e o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) possibilitando o bloqueio da transferência de veículo pela Internet, em tempo real;

j) implantação do Projeto Observatório da Justiça Brasileira, que sistematizará e produzirá análises sobre a reforma, modernização e democratização da Justiça;

k) implementação do Projeto Fortalecimento da Justiça Brasileira, um acordo de cooperação técnica que oferece subsídios para fomentar a reforma da justiça brasileira.

A gerência do Programa destaca que há necessidade de garantir melhores condições de trabalho, especialmente, relativas ao espaço físico, quantidade de recursos humanos e disponibilidade de materiais e articular junto ao Ministério da Justiça (MJ) a implantação do Sistema de Informações para Gestão Setorial (Infrasig).

SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS

GERENTE DO PROGRAMA

Hélio Cardoso Derenne

OBJETIVO

Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito.

PÚBLICO-ALVO

Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 219.113.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 215.491.085,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 215.491.085,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais - Porcentagem	-	9.62	9.25	9.11	-	-
2. Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais - Porcentagem	7.34	0.19	-1.81	12.67	-	-

1. TAXA DE MORTALIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Houve readequação dos indicadores no decorrer do PPA sem, contudo, a definição da meta final. O índice apurado em 2007 foi de 9,11%, revelando uma discreta diminuição no número de mortes proporcionalmente ao número de vítimas nos acidentes de trânsito. Essa redução se deu, principalmente, em virtude do maior controle de velocidade, de ultrapassagens proibidas e embriaguez ao volante, tanto que se registrou aumento em 78,1% nas prisões por crimes de trânsito.

2. TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES NAS RODOVIAS FEDERAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O percentual de aumento registrado considera apenas números absolutos e desconsidera o aumento do fluxo de veículos, pessoas e mercadorias, assim como ignora a melhoria nas condições de tráfego nos principais corredores de trânsito e de transporte. Por isso, uma análise mais completa deve observar o número de acidentes relativamente a 10.000 veículos da frota, número que diminui 13,3% se compararmos o número de 2007 (24,7 por 10 mil) com o registrado em 2003 (28,6 por 10 mil). A comparação em números absolutos não reflete o desempenho do órgão, fato que gerou alteração do indicador para 2008.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As rodovias federais são estratégicas na aplicação de alguns programas nacionais, pois representam o elo de integração nacional. Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão. Com uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Fortalecimento do combate à criminalidade por meio de operações de combate ao crime, traduzidas pelo aumento de 22,2% no número de prisões, 36,8% de apreensão de cocaína, 59,5% de *crack*, 71,9% de haxixe, 151,6% nas apreensões de cigarro e 179,4% na apreensão de combustível (desviado ou adulterado).

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

No exercício de 2007, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente. A execução física foi muito boa, ao redor de 110% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), diante de uma execução financeira de 98,3% dos recursos disponíveis.

O resultado da execução física poderia indicar a suficiência dos recursos orçamentários. Entretanto, ressalta-se que algumas ações tiveram execução muito alta em virtude da

utilização de meios alternativos, tais como: ensino a distância, programas de atendimento caseiro, operações de curta duração, entre outras.

Ressalta-se que, em virtude da escassez de recursos, não foi possível cumprir a meta na ação de policiamento ostensivo nas rodovias federais, a principal ação do Programa. As ações de defesa da sociedade com vistas à garantia de segurança ficaram aquém do desejado porque não houve recurso suficiente para abastecimento e manutenção da frota, renovação de equipamentos de policiamento e atualização de equipamento de segurança individual. Ressalte-se, ainda, a dificuldade na melhoria do sistema de multas e a conseqüente imposição e cobrança da penalidade, bem como para a locação e aquisição de equipamentos eletrônicos para maximizar os efeitos da fiscalização.

Outras restrições foram enfrentadas durante a execução dos programas, entre elas:

a) a descontinuidade do fluxo de recursos;

b) a dificuldade em licitações e celebração de contratos;

c) a dificuldade na obtenção de créditos adicionais;

d) a insuficiência de recursos materiais nas equipes gerenciais e executoras;

e) a inadequação da infra-estrutura nas equipes;

f) a insuficiência na qualificação dos recursos humanos na equipe gerencial;

g) a inadequação da quantidade de recursos humanos, estima-se uma carência de aproximadamente 10 mil policiais rodoviários na Polícia Rodoviária Federal.

A atividade de monitoramento é realizada por meio de:

a) reuniões trimestrais de trabalho;

b) visitas *in loco*, combate ao crime e áreas de ensino e saúde;

c) análise das informações inseridas em alguns sistemas informatizados, entre eles o Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (SIGPlan).

No tocante às ações do Programa que são de responsabilidade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), apesar da boa execução financeira, não houve, aparentemente, correspondente execução física. Ressalta-se, ainda, que existem dificuldades de diálogo e obtenção de informações com a entidade vinculada ao Ministério dos Transportes (MT).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O DPRF celebrou convênio com o Serviço Social do Transporte e o Serviço Nacional do Transporte (SEST/SENAT), sem repasse de recursos, para a implementação dos comandos de saúde nas rodovias em todo o Território Nacional. Como resultado dessa articulação tem-se verificado a melhoria da qualidade na prestação dos serviços de saúde nas rodovias.

A participação social ocorre por meio da Ouvidoria na Corregedoria-Geral da Polícia Rodoviária Federal, órgão que recebe denúncias, reclamações e sugestões da sociedade, inclusive via Internet e, também, mediante reuniões com representantes de atores que utilizam as rodovias como, por exemplo, associação de transportadores de produtos perigosos e representantes de comunidades lindeiras à rodovia, entre outros. Apesar disso, tais instrumentos precisam ser desenvolvidos, principalmente, porque a participação trouxe melhores resultados ao Programa, como, por exemplo, a articulação junto a associações de empresas transportadoras de passageiros a fim de combater o assalto a ônibus.

Embora haja uma ausculta informal da opinião pública, o DPRF não dispõe de um sistema organizado de consulta para avaliação da satisfação dos beneficiários. Apesar das dificuldades em realizar essa pesquisa de opinião, no PPA 2008-2011, a Polícia Rodoviária Federal enfrentará esse desafio, vez que um dos indicadores incluídos, o de sensação de segurança, será aferido pela avaliação direta do usuário da via.

Além dos resultados mencionados, destacam-se outras iniciativas, entre elas:

a) combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo;

b) aumento das fiscalizações eletrônicas e fortalecimento do sistema de imposição de penalidades e de cobrança das multas;

c) ênfase nos trabalhos de inteligência policial a fim de otimizar as intervenções de repressão à criminalidade organizada;

d) fortalecimento da ações de saúde, inclusive do atendimento psicossocial aos policiais;

e) fortalecimento das ações de capacitação, qualificação e requalificação dos servidores.

A gerência do Programa destaca que há necessidade de aumentar os créditos orçamentários destinados à ação de Policiamento Ostensivo; implementar quadro técnico administrativo para que os policiais se dediquem à função específica, ou seja, policiamento; aumentar o investimento em tecnologia da informação; realizar concurso para o cargo de policial rodoviário federal; e criar instância político-institucional supraministerial para coordenação dos trabalhos comuns com o DNIT. Além de capacitar os atores do modelo de gestão para maximizar o acompanhamento das ações, é preciso garantir melhores condições de trabalho, especialmente, relacionadas ao espaço físico e à disponibilidade de materiais e articular junto ao Ministério da Justiça (MJ) a implantação do Sistema de Informações para Gestão Setorial (Infrasig).

SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA (SUSP)

GERENTE DO PROGRAMA

Antonio Carlos Silva Biscaia

OBJETIVO

Ampliar a eficiência do Sistema de Segurança Pública e Defesa Civil mediante a reestruturação e integração de suas organizações.

PÚBLICO-ALVO

Operadores de Segurança Pública

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 984.128.949,00	Empenho Liquidado:	R$ 844.654.207,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 844.654.207,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice Sintético de Desempenho (ISD) - Porcentagem	37.50	-	63.00	74.00	100.00	74%

1. ÍNDICE SINTÉTICO DE DESEMPENHO - ISD
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice foi construído pautado em uma expectativa da realização de 25% da implantação do SUSP a cada ano, contando com a recepção de 100% dos recursos aprovados do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Nos últimos quatro anos, considerando os cortes orçamentários e financeiros, reduziu-se a meta de 100% para 78% da implantação do SUSP, sendo que se atingiu 74% das metas previstas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O governo visa adotar uma estratégia de integração entre todas as Unidades da Federação. Por meio do SUSP, os governos estaduais e municipais passaram a apresentar projetos a serem apoiados pelo FNSP, dentro de diretrizes estratégicas que priorizam o atendimento eficiente às demandas da sociedade e o impacto na redução da criminalidade. Ele tem por

objetivo a articulação das ações das instituições federais, estaduais e municipais no campo da segurança e da justiça criminal. Os principais eixos de atuação são:

a) a gestão unificada da tecnologia da informação;

b) gestão do sistema de segurança;

c) formação e aperfeiçoamento de policiais;

d) valorização das perícias e a melhora da produção de prova;

e) prevenção da violência e instalação de ouvidorias independentes e modernização da gestão da segurança pública nos órgãos de segurança pública.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aquisição e repasse de 1.363 viaturas além de coletes a prova de balas, capacetes balísticos e outros equipamentos.

• Formação de mais de 57.000 profissionais em 60 telecentros implantados nas instituições policiais de todo o País.

• Realização de cursos de polícia comunitária para 22.000 alunos, incluindo policiais, bombeiros, guardas municipais e a própria sociedade.

• Capacitação de 22.000 profissionais de segurança pública em relação aos princípios e valores da polícia.

• Coordenação das ações de segurança dos Jogos Pan e Para-Pan-americano no Rio de Janeiro, principalmente, por meio da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP).

• Disponibilização e manutenção da Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública (Infoseg), com mais de 26 milhões de acessos registrados, em 2007, e mais de 90 mil usuários cadastrados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física ficou entre 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. A meta real estabelecida pela gerência do Programa era alcançar 78% da meta física tendo em vista o contingenciamento de 22% dos recursos orçamentários.

As principais restrições que impediram resultado melhor foram:

a) o contingenciamento dos recursos do FNSP;

b) a morosidade na tramitação de processos licitatórios no âmbito do Ministério da Justiça (MJ);

c) a ineficácia da estrutura de gestão do Governo, tendo em vista que nenhuma das restrições informadas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) sequer foram respondidas;

d) a insuficiência de recursos humanos;

e) a deficiente articulação institucional no Governo;

f) a descontinuidade no fluxo de recursos;

g) a limitação de recursos para custear o pagamento de treinamento com diárias e passagens para os operadores de segurança pública;

h) a insuficiência de recursos materiais;

i) a infra-estrutura inadequada;

j) a qualificação insuficiente de recursos humanos;

k) a dificuldade de diálogo com as polícias da União, que deveriam adotar o SUSP como parâmetro de planejamento e execução das suas funções;

l) a inexistência de regulamentação do artigo 144 da Constituição Federal, fato que inviabiliza a existência efetiva de um órgão federal de gestão do SUSP com autoridade para articular de forma sistêmica todos os órgãos de segurança pública no País.

Tendo em vista as dificuldades para efetividade do SUSP como um sistema federativo e democrático, ainda é muito precária a capacidade da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) para negociar com Estados e Municípios pautando as ações realizadas a partir dos convênios. Ocorre que esses entes não prestam informações a todos os questionamentos. Algumas informações nas prestações de contas não condizem com a realidade constatada por meio de visitas. Não bastasse isso, há um abuso por parte dos entes que não informam corretamente os dados estatísticos, obrigação essa assumida quando da celebração dos convênios. Apesar disso, a Senasp continuamente amplia sua aproximação com os parceiros para que os recursos repassados por meio de convênio sejam utilizados da melhor forma

possível. O futuro sistema para acompanhamento da execução dos convênios certamente irá contribuir para prevenir e evitar problemas na fiscalização das prestações de contas.

A atividade de monitoramento é realizada por meio de visitas *in loco*, do acompanhamento do Sistema Nacional de Estatística (Infoseg) e do SIGPlan, de relatórios de gestão e da avaliação externa elaborada por autoridades públicas dos governos Federal, Estadual e Municipal, representantes de organizações não-governamentais, universidades públicas e privadas, e pesquisadores da área de segurança pública.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O planejamento das atividades de formação, de gestão do conhecimento e de controle externo é definido a partir de reuniões com representantes dos grupos de interesse relacionados a essas ações, tais como: ouvidorias, órgãos de segurança pública, instituições de ensino, entre outras.

No final de 2007, continuou-se a realizar coleta de avaliações críticas com representantes de instituições de ensino, dos órgãos de segurança pública, de pesquisadores de segurança pública, entre outros, no sentido de realimentar o processo de planejamento da Senasp.

Destaca-se, como prática a ser implementada pelos demais órgãos do governo, a institucionalização da Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública (Renaesp) por meio da qual a Senasp articulou o oferecimento de cursos destinados aos profissionais de segurança pública junto a 50 instituições de ensino superior. Outro fator de destaque é o trabalho com registro de preços, que possibilita adesões mais simples por parte dos entes Federados.

A gerência do Programa destaca que há necessidade de restringir o repasse de recursos para entes que não cumprirem as condicionalidades do Plano Nacional de Segurança Pública e que negligenciarem a prestação de informações sobre estatísticas criminais; garantir melhores condições de trabalho, especialmente, espaço físico, recursos humanos e materiais; articular junto ao MJ a implantação do Sistema de Informações para Gestão Setorial (Infrasig) e fortalecer o diálogo com as polícias da União.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Educação Previdenciária

Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União

Previdência Complementar

Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Previdência Social Básica

Qualidade dos Serviços Previdenciários

Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério da Previdência Social (MPS), foram utilizados **R$ 192.325.324.344,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 192.969.406.423,00	Realizado orçamentário:	R$ 192.325.324.344,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 192.969.406.423,00**	**Total realizado:**	**R$ 192.325.324.344,00**

Além disso, do total de **R$ 547.083.476,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 395.083.377,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MPS, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004/2007
Finalístico	1079 Educação Previdenciária	0,002%	0,001%	0,000%	0,000%	0,001%
	0088 Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União	0,498%	0,410%	0,344%	0,390%	0,405%
	0086 Previdência Complementar	0,002%	0,003%	0,001%	0,001%	0,002%
	0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União	23,699%	22,494%	22,007%	21,824%	22,418%
	0083 Previdência Social Básica	75,705%	76,917%	77,464%	77,581%	77,006%
	0085 Qualidade dos Serviços Previdenciários	0,022%	0,042%	0,075%	0,040%	0,046%
	1009 Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal	0,004%	0,005%	0,004%	0,005%	0,004%
Finalístico Soma		**99,934%**	**99,873%**	**99,895%**	**99,840%**	**99,882%**
Gestão de Políticas Públicas	0087 Gestão da Política de Previdência Social	0,010%	0,021%	0,016%	0,014%	0,015%
Serviços ao Estado	0084 Arrecadação de Receitas Previdenciárias (*)	0,056%	0,106%	0,089%	0,145%	0,103%
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

Observação: (*) Com a criação da Receita Federal do Brasil, que unificou as atribuições da Secretaria da Receita Federal e da Secretaria da Receita Previdenciária, o programa passou a ser de responsabilidade do Ministério da Fazenda.

AVALIAÇÃO SETORIAL

Em 2007, a Previdência Social concentrou seus esforços tanto na melhoria da qualidade do atendimento ao público como também na gestão dos seus processos com o intuito de reduzir fraudes e, conseqüentemente, diminuir desperdícios e custos.

Os percentuais de execução, de empenho e de pagamento, que representam o índice de utilização dos limites, foram satisfatórios. Não obstante, a concessão de créditos suplementares por Medida Provisória saiu apenas no final de dezembro, dificultando o processo de execução, principalmente, nas ações descentralizadas para gerências regionais e executivas.

Excetuando-se as despesas obrigatórias, o montante de orçamento disponível na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 mais seus créditos adicionais foram os maiores dos últimos cinco anos, totalizando R$ 2 bilhões.

Os programas com maior destaque em 2007 foram: 0083 - Previdência Social Básica; 0085 - Qualidade dos Serviços Previdenciários; 0086 - Previdência Complementar; e 1009 - Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

O Programa Previdência Social Básica é o de maior aporte de recursos, no âmbito do MPS, sendo responsável pelo pagamento dos benefícios previdenciários. No orçamento de 2007, foram consignados R$ 178,0 bilhões, representando 92,3% do total de recursos alocados no Ministério. Assim, além de garantir o pagamento dos beneficiários, no valor e prazo previstos em Lei, executa também ações voltadas para o reconhecimento de direitos, a realização de perícias médicas, e ações destinadas à reabilitação profissional, que oferecem aos beneficiários meios para promover o seu reingresso ao trabalho.

De um modo geral, as ações alcançaram a meta estabelecida no PPA 2004-2007. Como ocorreu em exercícios anteriores, o contingenciamento de recursos orçamentários discricionários, a persistência da carência de recursos humanos e o parque tecnológico que ainda não atende a demanda das unidades de atendimento influenciaram negativamente para que algumas das metas previstas não fossem alcançadas. O aprimoramento dos canais remotos de atendimento (Internet e telefone) e a capacitação de um maior número de servidores atenuaram o problema.

Em dezembro 2007, foram emitidos 25,2 milhões de benefícios, sendo que 22,1 milhões eram benefícios previdenciários e acidentários e 3,1 milhões eram benefícios assistenciais. Entre os benefícios previdenciários e acidentários 14,6 milhões (66%) foram pagos à clientela urbana e 7,5 milhões (33,9%) à clientela rural.

Foram concedidos, em 2007, 4,17 milhões de novos benefícios, mantendo uma média anual em torno de quatro milhões de benefícios concedidos durante o período do PPA 2004-2007.

O Censo Previdenciário, que iniciou em outubro de 2005, foi finalizado. Somente em 2007, foram cessados 47,7 mil benefícios, representando uma economia no ano de 29,5 milhões.

O Programa Qualidade dos Serviços Previdenciários tem como foco principal a qualidade dos serviços prestados pela Previdência Social aos segurados, tornando mais ágeis, eficientes e confiáveis os procedimentos das atividades finalísticas e operacionais do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Para tanto, são necessários investimentos nos processos institucionais, tendo como princípio a busca pela excelência da gestão previdenciária, pautada na ética, na transparência, na participação, na descentralização, no controle social e na orientação aos cidadãos.

Neste Programa, destacaram-se as ações:

a) Serviços de Ouvidoria aos usuários da Previdência Social;

b) Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos;

c) Previdência Eletrônica;

d) Gerenciamento da Qualidade dos Serviços Previdenciários;

e) Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social.

A Ouvidoria-Geral realizou 404,7 mil atendimentos em 2007. Foi previsto um gasto de R$ 4,3 milhões e executado o valor de R$ 3,3 milhões, ou seja, 77,2% do previsto.

Em 2007, foram realizadas 432 auditorias, instaurados 514 procedimentos administrativos disciplinares e, 15 processos de Tomada de Contas Especial, totalizando 961 auditorias.

A Ação Previdência Eletrônica visa a prestação de informações e de serviços previdenciários por meios eletrônicos, realizados pela Internet e pela Central de teleatendimento (135) o que dá maior agilidade e resolutividade às demandas dos beneficiários, além de propiciar maior comodidade ao trabalhador, que não precisa mais enfrentar filas nas Agências de Previdência Social (APS). Em 2007, foram registrados 144,3 milhões de atendimentos.

Em 2007, foram executadas 61 novas adequações das Agências de Previdência Social (APS). Outras 45 obras estão em andamento. Com as obras concluídas em 2007, 56% das APSs estão adequadas ao mesmo padrão de infra-estrutura.

O Programa Previdência Complementar é responsável por zelar pela segurança, liquidez e solvência dos planos das entidades fechadas de previdência complementar. Neste Programa, destacaram-se as Ações Autorização e acompanhamento de Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar, que constituem os pilares de atuação da Secretaria de Previdência Complementar (SPC).

A Ação Autorização e Acompanhamento de Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar tem como finalidade garantir a correta aplicação das normas vigentes nas atividades realizadas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar nos processos de oferta, administração e gestão dos planos de benefícios, de forma a proteger os direitos dos participantes. No exercício de 2007, foram realizadas 2.982 análises, sendo que 1.633 resultaram em autorização.

A atividade de fiscalização envolve o desenvolvimento de um conjunto de ações integradas, com base na introdução do conceito de supervisão contínua, com ênfase na fiscalização indireta e no gerenciamento de riscos. Em 2007, foram realizadas 132 fiscalizações pela SPC.

O Programa Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal é responsável por zelar pela viabilidade econômica e atuarial dos regimes próprios de previdência dos entes federados.

No exercício de 2007, foram realizadas 459 auditorias nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos Estados e Municípios, sendo processadas 320 notificações por irregularidades que geraram Processos Administrativos Previdenciários (PAP) e 84 notificações que, após análise, tiveram conclusão de regularidade; 47 procedimentos de auditoria com a subseqüente mudança para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e a emissão de 232 representações que não estavam de acordo com as normas vigentes.

ASPECTOS RELEVANTES

Os programas do Ministério da Previdência Social refletem, basicamente, suas grandes linhas de atuação como a previdência social básica, os regimes próprios de previdência, a previdência complementar e a qualidade no atendimento. Os programas reúnem um conjunto de ações que se referem à busca pelo alcance dos objetivos, entretanto, o MPS realiza iniciativas que contribuem para o sucesso das políticas previdenciárias que não estão, necessariamente, explicitados em ações específicas do PPA.

Exemplo desse aspecto é o Novo Modelo de Gestão (NMG), que é uma nova forma de ver, pensar e executar as atividades diárias do INSS, buscando o alinhamento de todos os recursos envolvidos, sejam de nível operacional ou humano, culminando com a otimização do serviço, a valorização do servidor e, principalmente, a satisfação do cliente.

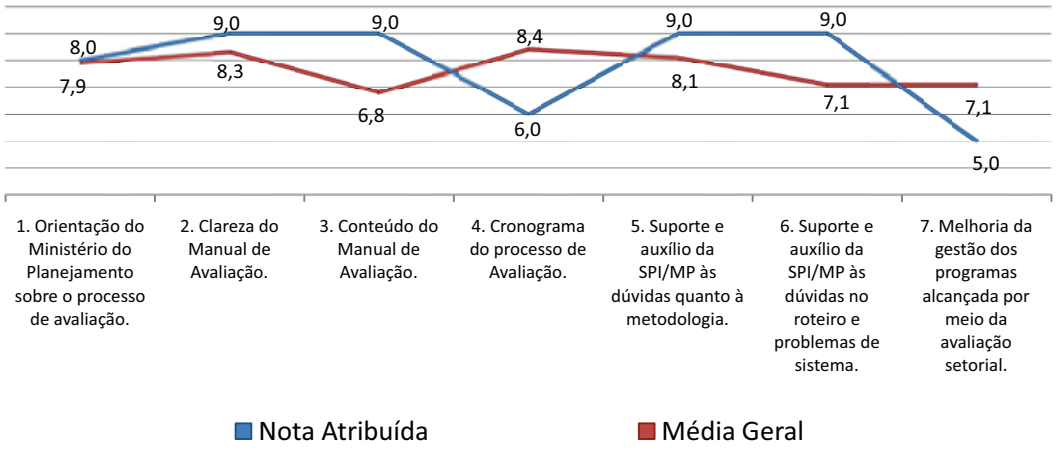
A participação social nas políticas previdenciárias é realizada, principalmente, pela atuação dos conselhos, com destaque para o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) que articula governo e sociedade civil em âmbito nacional, permitindo direcionar esforços no sentido de resolver os problemas apontados pelos representantes da sociedade civil quanto aos serviços prestados pelo INSS.

Um dos fatos mais importantes para a Previdência Social no ano de 2007 foi a realização do Fórum Nacional de Previdência Social (FNPS), criado pelo Decreto nº 6.019, em 22 de janeiro de 2007. O FNPS teve a finalidade de promover o debate entre os representantes dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas, dos empregadores e do Governo Federal, com o objetivo de avaliar e propor medidas para o aperfeiçoamento e a sustentabilidade dos regimes de previdência social, bem como sua coordenação com as políticas de assistência social.

O FNPS abriu uma oportunidade ímpar para a sociedade brasileira refletir sobre as questões previdenciárias, sem pressões, uma vez que se partiu do pressuposto de que as finanças previdenciárias não sairiam do controle a curto prazo. Assim, o Fórum foi um raro momento em que os mais importantes atores das políticas previdenciárias reuniram-se para aprofundar seus conhecimentos, debater acerca de alternativas e contribuir para o fortalecimento da Previdência Social.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MPS mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MPS e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

GERENTE DO PROGRAMA

Marco Antonio de Oliveira

OBJETIVO

Informar e conscientizar a sociedade acerca de seus direitos e deveres em relação à Previdência Social e os meios de exercê-los, com a finalidade de assegurar a proteção social aos cidadãos, por meio de sua inclusão e permanência no Regime Geral de Previdência Social.

PÚBLICO-ALVO

Cidadãos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.050.350,00	Empenho Liquidado:	R$ 400.533,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 400.533,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Proteção Previdenciária – Porcentagem	-	62.60	62.60	64.00	63.50	100,79%
2. Taxa de Variação de Contribuintes Individuais, Empregados Domésticos, Segurados Facultativos e Segurados Especiais – Porcentagem	12.64	-	-0.99	7.20	2.50	288%

1. TAXA DE PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice ultrapassou em 0,5 ponto percentual a previsão para o final do PPA 2004-2007. Vale ressaltar que houve aumento do emprego formal e aumento da proporção de trabalhadores que contribuíam para previdência nos últimos quatro anos, fatores que contribuíram para a evolução do indicador.

2. TAXA DE VARIAÇÃO DE CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS, EMPREGADOS DOMÉSTICOS, SEGURADOS FACULTATIVOS E SEGURADOS ESPECIAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O indicador não foi apurado em 2005 e 2006. O índice apurado para 2007 foi de 7,2%, superando o índice previsto em 188%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A previdência social pública brasileira consegue garantir a proteção de 64% da população na faixa etária entre 16 e 59 anos. Trata-se de uma cobertura baixa, que deverá levar parcela significativa dessa população, sem proteção previdenciária, a demandar benefícios assistenciais.

O Programa Educação Previdenciária tem por objetivo informar a população sobre a importância da previdência social, ao garantir a reposição da renda nas situações de perda da capacidade para o trabalho, temporária ou permanente, em virtude de idade avançada, doença, invalidez, maternidade, acidente ou morte, a fim de reverter o quadro acima. Busca-se não apenas expandir a cobertura e elevar a arrecadação previdenciária, reduzindo a informalidade de trabalhadores e empresas, mas, fundamentalmente, proteger o cidadão. O Programa atua por meio de ações de conscientização, tais como cursos de capacitação e formação de disseminadores internos e externos e a distribuição de material informativo e didático.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Promoção de ações de conscientização e informação sobre previdência para mais de 260 mil cidadãos, por meio de palestras, seminários, fóruns e cursos em sindicatos, associações, escolas, universidades, igrejas, tribos indígenas, prisões, feiras livres, dentre outros espaços.

- Formação de cerca de quatro mil disseminadores externos ao Ministério da Previdência Social sobre conhecimento previdenciário, voltada para representantes de entidades da sociedade civil e de órgãos públicos como a participação de profissionais de diversas áreas (assistentes sociais, agentes de saúde, lideranças sindicais, entre outros).

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

A execução das metas abaixo do previsto para o ano de 2007 teve como fator preponderante a restrição orçamentária imposta ao Programa, principalmente, no primeiro semestre, onde foram liberados apenas 50% dos recursos previstos.

A limitação de gastos com diárias e passagens inviabilizou a execução das ações do Programa Educação Previdenciária, uma vez que elas são executadas em localidades onde não existem unidades de atendimento da Previdência Social, necessitando de deslocamento de servidores.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A gerência do Programa sugere a implementação de um indicador diretamente ligado à execução das ações. O indicador deve levar em conta as variáveis diretamente envolvidas nas situações sob a responsabilidade do Programa. Ele deverá mensurar a quantidade de disseminadores previdenciários devidamente capacitados em cada localidade. A fórmula de cálculo deve ser a razão entre a meta de capacitação de disseminadores por disseminadores capacitados. Desta maneira, a conjunção das informações antigas com o indicador proposto deverá mostrar a real eficácia do Programa, pois irá proporcionar, de forma mais precisa, a necessidade física e orçamentária das unidades geográficas nacionais, indicando a necessidade de ação previdenciária, bem como, a eficácia desta ação.

Recomenda-se a realização das atividades que propiciem a construção do modelo lógico neste Programa com o intuito de garantir que a gerência tenha uma visão articulada acerca do conjunto de ações desenvolvidas, assegurando que o Programa esteja orientado efetivamente para o enfrentamento de problema existente na sociedade.

INDENIZAÇÕES E PENSÕES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO

GERENTE DO PROGRAMA

Marco Antonio de Oliveira

OBJETIVO

Assegurar o pagamento dos benefícios de caráter indenizatório e outras pensões graciosas de responsabilidade da União estabelecidos em Lei.

PÚBLICO-ALVO

Beneficiários definidos em Lei

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 898.974.609,00	Empenho Liquidado:	R$ 898.719.058,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 898.719.058,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

O Programa não possui indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa atende a vítimas de danos resultantes de situações em que a União é total ou parcialmente responsável, passando a assegurar o seu sustento e o dos seus familiares, por meio de indenizações e pensões estabelecidas em Lei. Beneficia vítimas, por exemplo, da Talidomida e da Hemodiálise de Caruaru, no Estado de Pernambuco, ex-combatentes, anistiados políticos e estatutários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) e da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), entre outros respaldados por legislação específica.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Pagamento de 100% dos benefícios de caráter indenizatório e de outras pensões de responsabilidade da União que foram estabelecidas por Lei.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa assegura o cumprimento de legislação que prevê o pagamento de benefícios em manutenção, que foram pagos nos prazos devidos e valores fixados. Durante o ano de 2007, os recursos orçamentários destinados à sua execução foram suficientes e os recursos financeiros foram liberados de acordo com o cronograma estabelecido. Os recursos materiais e humanos também foram adequados à implementação do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A articulação com a sociedade civil ocorre por meio do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), com os Conselhos de Previdência Social (CPS) dos Estados no âmbito das gerências-executivas do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Os conselhos sintetizam a posição da sociedade em relação ao funcionamento do INSS e dos serviços prestados. O Ministério Público Federal (MPF) e a associação da classe acompanham os benefícios pagos às vítimas da Talidomida. A participação social visa apenas o acompanhamento do cumprimento da legislação que rege os benefícios.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

GERENTE DO PROGRAMA

Leonardo André Paixão

OBJETIVO

Zelar pela segurança, liquidez e solvência dos planos das entidades fechadas de previdência complementar, visando assegurar aos participantes os benefícios contratados nos respectivos planos.

PÚBLICO-ALVO

População ocupada do setor formal e associados a sindicatos e associações de classe

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 15.795.611,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.578.635,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.578.635,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Ativos Totais das Entidades Fechadas de Previdência Privada em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB) - Porcentagem	-	15.93	18.10	18.30	20.07	91,18%
2. Taxa de Cobertura do Sistema de Previdência Complementar - Porcentagem	-	9.62	9.10	9.00	13.97	64,42%

1. TAXA DE ATIVOS TOTAIS DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA EM RELAÇÃO AO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O indicador apresentou uma evolução positiva desde sua implementação, embora não tenha atingido a meta estabelecida para o final de 2007. A evolução deste indicador é naturalmente lenta a curto e médio prazo, dependendo de condições econômicas favoráveis. No entanto, durante o período do PPA evoluiu de forma significativa, tendo aumentado

em 14,9%, apesar da influência negativa sofrida com a alteração promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na metodologia de cálculo do Produto Interno Bruto (PIB). Como o PIB é um dos itens que compõe a fórmula de cálculo (representa o denominador), sua alteração impactou diretamente no resultado, de forma negativa.

2. TAXA DE COBERTURA DO SISTEMA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O indicador permaneceu praticamente estável durante o período do PPA 2004-2007, em torno de 9% de participação, ficando aquém do previsto para o final de 2007. De fato, nos últimos quatro anos, o indicador diminuiu, mesmo com o crescimento da população ocupada. Como o regime de previdência complementar é de adesão voluntária e está muito ligado à renda e às condições sócio-econômicas do trabalhador, espera-se que o crescimento da população ocupada produzirá uma expansão da taxa de cobertura após um período de maturação em que esses novos trabalhadores atingirão as condições sociais e econômicas necessárias que permitam sua adesão ao regime de previdência complementar.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A participação dos ativos totais das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) vem crescendo em relação ao PIB nos últimos anos, atingindo atualmente o índice de 18,1%, um volume considerável, mas ainda aquém do potencial do segmento, quando comparado a outros países. O Sistema de Previdência Complementar Fechado é composto, no Brasil, por 369 EFPCs em funcionamento, que administram quase mil planos de benefícios, acumulando um patrimônio superior a R$ 457 bilhões em ativos. Portanto, apresenta números expressivos no contexto social e macroeconômico do País. Atualmente, segundo dados acumulados até dezembro de 2007, conta com a participação de cerca de 6,7 milhões, entre assistidos, designados e beneficiários de pensão. Assim, a principal linha de ação do Programa visa a proteção dos participantes das EFPCs por meio de medidas reguladoras e de fiscalização que garantam a transparência, a confiabilidade e a solvência dos planos de previdência complementar.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Implantação de 20 novos planos de benefícios e a aprovação de criação de quatro novas EFPCs.

- Fixação de padrões de remuneração e instituição de relatório mensal de atividades para liquidantes, interventores e administradores especiais nomeados pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), resultando em um acompanhamento muito mais efetivo da atuação destes profissionais e em otimização de seu desempenho.

- Lançamento, em dezembro de 2007, do Fundo de Pensão Associativo do Ministério Público e da Justiça Brasileira (JUSPREV), evidenciando crescimento da previdência associativa.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais Restrições e Providências Adotadas

O Programa enfrentou dificuldades na sua execução, evidenciadas na análise dos recursos orçamentários, em que a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 previu recursos da ordem de R$ 15,8 milhões, dos quais foram executados apenas cerca de 10%.

Como nos anos anteriores, a principal restrição ainda se encontra na ausência de um órgão que realize a supervisão, a fiscalização e o controle das EFPCs com autonomia orçamentária, financeira e administrativa, bem como possua fonte de recursos e quadro de pessoal próprios. A proposta de criação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) que buscava enfrentar tais dificuldades, através da Medida Provisória nº 233, de 2004, que propunha sua criação, não foi apreciada pelo Congresso Nacional e perdeu sua eficácia por decurso de prazo.

Desta maneira, os problemas de infra-estrutura inadequada e insuficiência de recursos humanos continuaram a dificultar a execução do Programa, uma vez que houve um aumento no número de EFPCs e de planos de benefícios a serem fiscalizados e supervisionados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O órgão regulador do regime operado pelas EFPCs, o Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), constitui um fórum de debate dos temas de interesse do Regime de Previdência Complementar, sendo um exemplo de boas práticas de gestão a reunião de seus membros representantes com os grupos de interesse, ordinariamente, de acordo com seu estatuto, e extraordinariamente, quando necessário.

Conforme foi recomendado no relatório de avaliação dos anos anteriores, há necessidade de envio para o Congresso Nacional de um novo projeto de lei que garanta continuidade ao que foi estabelecido pelo artigo 5º da Lei Complementar nº 109, de 29 maio de 2001, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e estabelece a criação de um órgão específico para realizar a fiscalização e supervisão das EFPCs, com autonomia e quadro próprio de servidores.

PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

GERENTE DO PROGRAMA

Helmut Schwarzer

OBJETIVO

Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.

PÚBLICO-ALVO

Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 50.553.707.363,00	Empenho Liquidado:	R$ 50.352.982.401,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 50.352.982.401,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União - Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. TAXA DE COMPROMETIMENTO DA RECEITA LÍQUIDA DA UNIÃO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O indicador não foi apurado durante o período do PPA 2004-2007. Assim, não há parâmetros para avaliar o comportamento do seu índice.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Emenda Constitucional nº 20 e a Lei nº 9.717, 27 de novembro de 1998, estabeleceram novas regras para a organização da previdência social dos servidores públicos. Procurou-se enfatizar o caráter contributivo e a necessidade de equilíbrio financeiro e atuarial da previdência pública, tornando-a distinta da política de pessoal. O Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União busca consolidar essa nova orientação da previdência

pública no âmbito da administração pública federal. Embora sua implementação não seja centralizada no Ministério da Previdência Social (MPS), ficando a cargo de cada órgão no qual os inativos e pensionistas da União se aposentaram, o Programa articula todos os pagamentos da União.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Pagamento das aposentadorias aos servidores inativos da União e aos seus pensionistas conforme previsto na legislação, inclusive em relação a prazos e valores.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Este Programa apresenta ações em todos os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, totalizando mais de 350 localizadores de gasto, o que gera dificuldades gerenciais, em especial quanto à coordenação e ao monitoramento. O MPS não dispõe de meios que permitam a realização adequada das atividades de gerenciamento e avaliação do Programa, o que inviabiliza a gestão eficiente e a sistematização das informações sobre o Programa. Assim, há necessidade de uma reflexão sobre seu desenho, responsabilidade e classificação dentro da metodologia do PPA.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Para o PPA 2008-2011, este Programa não será mais gerenciado pelo MPS, e estará no âmbito do grupo de programas contemplado nas atividades padronizadas da União.

PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA

GERENTE DO PROGRAMA

Marco Antonio de Oliveira

OBJETIVO

Garantir o reconhecimento dos direitos previdenciários e a regularidade do pagamento dos benefícios.

PÚBLICO-ALVO

Segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 179.448.760.597,00	Empenho Liquidado:	R$ 178.995.234.820,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 178.995.234.820,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Proteção da População acima de 60 anos pela Previdência - Porcentagem	-	77.86	74.77	80.30	85.00	94,47%
2. Taxa de Retorno de Segurados Reabilitados para o Mercado de Trabalho – Porcentagem	-	59.00	65.00	76.00	66.00	115,15%
3. Taxa de Solução de Demandas – Porcentagem	-	65.92	71.57	70.54	78.00	90,44%
4. Taxa de Solução dos Processos em Estoque no Conselho de Recursos da Previdência Social – Porcentagem	-	77.44	69.85	78.00	60.00	130%

1. TAXA DE PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO ACIMA DE 60 ANOS PELA PREVIDÊNCIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Embora o índice tenha ficado aquém da meta estabelecida para o final do PPA 2004-2007, apresentou um crescimento de 3,13% desde 2005, aproximando-se do previsto para o final do Plano.

2. TAXA DE RETORNO DE SEGURADOS REABILITADOS PARA O MERCADO DE TRABALHO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apresentou uma evolução de 28,8% entre 2005 e 2007, superando em 15% a meta estabelecida para o final do PPA 2004-2007. Esse fato se deve aos esforços do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), que implantou, desde 2004, o Sistema de Reabilitação Profissional (Reabilita) nas Agências de Previdência Social (APS).

3. TAXA DE SOLUÇÃO DE DEMANDAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O indicador não alcançou o índice previsto para o final do PPA 2004-2007. Entretanto, ele apresentou uma evolução de 7% entre 2005 e 2007, evidenciando os esforços do INSS. A evolução do indicador foi comprometida por fatores relacionados ao contingenciamento orçamentário, à escassez de recursos humanos e a um parque tecnológico que ainda não suporta a demanda diária nas APSs.

4. TAXA DE SOLUÇÃO DOS PROCESSOS EM ESTOQUE NO CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em função do processo de reestruturação do Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), o índice previsto para o final do PPA 2004-2007 foi superado em 30%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Previdência Social deve assegurar, fundamentalmente, a proteção aos cidadãos em situações de perda da capacidade laborativa por idade avançada, morte e incapacidades. Trata-se de política contributiva, que deve garantir os meios necessários para que os cidadãos participantes do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) possam requerer os benefícios a que têm direito. Assim, este Programa, além de garantir o pagamento dos benefícios, no valor e no prazo previstos em lei, também executa ações voltadas para o reconhecimento de direitos e a realização de perícias médicas, bem como ações destinadas à reabilitação profissional, que oferecem aos beneficiários meios para promover o seu reingresso ao trabalho.

Para garantir o acesso dos cidadãos aos direitos previdenciários previstos em Lei, a Previdência Social mantém uma rede de atendimento em grande parte dos Municípios brasileiros, onde, em muitos casos, o valor dos benefícios previdenciários representa uma parcela considerável da economia local. Atualmente, a Previdência Social conta com 1.217 agências. Em 2007, as unidades de atendimento da Previdência Social realizaram mais de 40 milhões de atendimentos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Foram emitidos, em 2007, 25,2 milhões de benefícios, sendo que 22,1 milhões eram benefícios previdenciários e acidentários e 3,1 milhões eram benefícios assistenciais.

• Foram cessados, em 2007, 47,7 mil benefícios, representando uma economia, no ano, de 29,5 milhões, com a Finalização do Censo Previdenciário.

• Foram atendidos 60.389 segurados pelo serviço de reabilitação profissional, evidenciado um aumento 19,2% em relação ao primeiro ano do PPA 2004-2007.

• Foram concedidos, em 2007, 4,17 milhões de novos benefícios, mantendo uma média anual em torno de 4 milhões de benefícios concedidos durante o período do PPA 2004-2007.

• Foram realizados 9 milhões de exames médicos periciais, com um acréscimo de 32,% em relação ao ano anterior.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As ações apresentaram execução física dentro do esperado, sendo que algumas superaram a meta prevista e outras estiveram aquém do esperado, porém, isso não comprometeu a consecução do objetivo do Programa.

Durante o ano de 2007, como ocorreu em exercícios anteriores, fatores como o contingenciamento de recursos orçamentários, a persistência da carência de recursos humanos e o parque tecnológico que ainda não atende a demanda das unidades de atendimento influenciaram negativamente para que as algumas das metas previstas não fossem atingidas. O aprimoramento dos canais remotos de atendimento (Internet e telefone) e a capacitação de um maior número de servidores atenuaram o problema.

No tocante aos recursos humanos, a equipe gerencial não foi suficiente, havendo sobrecarga de trabalho para os coordenadores de ação, que tiveram dificuldades de acompanhamento e avaliação das ações. As equipes executoras não conseguiram absorver a demanda a elas dirigidas, pois não possuíam número de funcionários compatível com a necessidade de atendimento a ser realizado. O problema foi amenizado com a implementação de procedimentos informatizados e a realização de mutirões de trabalho e força-tarefa.

Quanto à infra-estrutura, muitas unidades descentralizadas do INSS ainda necessitam de readequação para que possam prestar um bom atendimento ao segurado e oferecer melhores condições de trabalho aos seus servidores.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A articulação do Programa, com a sociedade civil em âmbito nacional, ocorre através do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), em suas reuniões mensais, e no âmbito das gerências-executivas do INSS com os Conselhos de Previdência Social (CPS). Os referidos conselhos sintetizam a posição da sociedade, apresentando sua avaliação quanto aos serviços prestados pelo INSS, permitindo, dessa forma, direcionar esforços no sentido de resolver os problemas apontados pelos representantes da sociedade civil.

Ressalta-se que o índice final do indicador Taxa de Proteção da População acima de 60 anos pela Previdência foi superestimado na concepção inicial do Programa.

QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS

GERENTE DO PROGRAMA

Marco Antonio de Oliveira

OBJETIVO

Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Previdência Social, atendendo às expectativas dos cidadãos.

PÚBLICO-ALVO

Empresas, segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 157.783.382,00	Empenho Liquidado:	R$ 93.319.757,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 93.319.757,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Grau de Satisfação no Atendimento – Número-índice	-	-	-	7.65	9.00	85%
2. Idade Média do Acervo de Solicitações de Benefícios – Dia	117.00	116.00	109.00	91.00	55.00	-
3. Prazo de Concessão de Benefícios – Dia	28.00	27.00	33.00	31.00	13.00	-

1. GRAU DE SATISFAÇÃO NO ATENDIMENTO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice de referência apurado em 2002 foi de 8,38%. Percebe-se, portanto, que houve um decréscimo no grau de satisfação dos usuários no período do Plano na medida em que foi apurado 7,65%, em 2007. Entretanto, vale ressaltar que a pesquisa de satisfação dos usuários realizada em 2002 apresentou características que levaram a conclusões que podem não refletir a realidade. O principal aspecto diz respeito ao conceito de satisfação. O método considerou satisfação a relação entre a expectativa do usuário antes do atendimento e sua percepção depois de ser atendido. Considera-se que este conceito traz um viés, uma vez que, normalmente, a expectativa do usuário em relação aos serviços prestados pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) era muito baixa, ou seja, o usuário considera inicialmente que será mal atendido. Ao ser contemplado com a concessão de um benefício tende a atribuir uma nota mais alta do que aquela atribuída à sua expectativa. Dessa forma,

o resultado da equação nota atribuída ao atendimento efetivo dividido pela nota atribuída à expectativa foi elevado, podendo não ter representado a realidade. Dessa forma, o método foi revisto com intuito de refletir todo o processo de atendimento.

2. IDADE MÉDIA DO ACERVO DE SOLICITAÇÕES DE BENEFÍCIOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Apesar dos esforços do INSS para diminuir a idade média do acervo, como a capacitação de servidores e a melhoria dos sistemas de informações institucionais e da infra-estrutura de tecnologia de informação, o indicador não alcançou o índice esperado para o final do PPA 2004-2007. Cabe ressaltar, que mesmo longe de atingir a meta estabelecida, o índice apresentou uma melhora com decréscimo de 22,3% na idade média do acervo, entre 2004 e 2007.

3. PRAZO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Nos últimos anos, o INSS implementou algumas medidas com intuito de diminuir o prazo de concessão, com destaque para as ações de capacitação intensiva dos servidores da instituição através da criação da Escola da Previdência e a criação de novos sistemas corporativos pelo projeto Novo Modelo de Gestão (NMG). Entretanto, as medidas não alcançaram o impacto desejado sobre o indicador, nos três primeiros anos do PPA 2004-2007. De fato, o índice aumentou em cinco dias, enquanto se esperava uma redução de 15 dias.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O principal foco do Programa é melhorar a qualidade dos serviços prestados pela previdência social, de modo que está relacionado diretamente à resolubilidade na concessão, na manutenção e na cessação de benefícios e serviços prestados aos cidadãos. Para tanto, são necessários constantes investimentos nos processos institucionais, tendo como princípio a busca pela excelência da gestão previdenciária, pautada na ética, na transparência, na participação, na descentralização, no controle social e na orientação aos cidadãos. Tais investimentos visam a reestruturação de processos, a implementação de política efetiva de desenvolvimento de pessoal, o controle interno e o mapeamento dos custos operacionais. Pretende-se, dessa forma, tornar mais ágeis, eficientes e confiáveis os procedimentos das atividades finalísticas e operacionais nas áreas de benefícios, auditoria, recursos humanos, logística, orçamento e finanças do INSS.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Conclusão de 61 obras no âmbito do Programa de Melhoria do Atendimento (PMA), que objetiva conferir agilidade na prestação dos serviços, comodidade aos usuários e ampliação do controle social.

• Inauguração de cinco Agências da Previdência Social de Benefícios por Incapacidade (APSBI), com o objetivo de garantir agilidade na prestação de serviços e ampliar as atividades relacionadas ao reconhecimento dos direitos aos benefícios por incapacidade, que atualmente representam aproximadamente 60% dos novos requerimentos.

• Ampliação da capacidade de atendimento remoto (Internet e telefone), atingindo, em 2007, a capacidade de 10 milhões de atendimentos remotos por mês.

• Realização de 432 auditorias, instaurados 514 procedimentos administrativos disciplinares e 15 processos de Tomada de Contas Especial, totalizando 961 auditorias.

• Qualificação de 2.026 servidores do INSS em legislação previdenciária e sistemas corporativos, nas Agências que apresentavam menor desempenho.

• Realização de mais de 400 mil atendimentos pela Ouvidoria-Geral da Previdência Social.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução financeira do Programa ficou em torno de 60%. Diferente dos anos anteriores, o Programa não apresentou restrições quanto ao contingenciamento orçamentário e à descontinuidade na liberação de recursos.

Em 2007, o Programa focou seus esforços na expansão dos serviços pelos canais remotos de atendimento, com intuito de diminuir ainda mais as filas nas Agências de Previdência Social (APS). Foram criados novos serviços, dentre eles o agendamento eletrônico do atendimento presencial e a marcação de perícias médicas.

Para tornar ainda mais eficaz o atendimento agendado, foi estabelecido o Plano de Redução dos Prazos da Agenda, cujo objetivo principal é reduzir o tempo de espera no agendamento para 30 dias, por meio das seguintes ações:

a) readequação dos tempos de atendimento estipulados para cada serviço, com resolutividade imediata das solicitações de serviço;

b) reconfiguração da agenda nas unidades de atendimento, a fim de abrir novas vagas e redirecionar as ofertas de vagas para os serviços mais procurados;

c) confirmação de comparecimento, também por meio telefônico.

No final de 2007, mais de 70% das APSs já estavam com o tempo médio de espera para atendimento de requerimentos de benefícios igual ou menor que 30 dias, enquanto, para realização de perícias médicas, 89% dessas Agências já atendiam no prazo inferior a 30 dias.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Como recomendado no Relatório de Avaliação do ano anterior, faz-se necessário a inclusão de um indicador para medir o nível de acessibilidade dos usuários à Previdência Social, tanto através do atendimento direto nas APS, quanto nos canais remotos (por Internet e telefone), medindo o quantitativo de usuários atendidos e o crescimento da capacidade da instituição em atender ao seu público-alvo num patamar satisfatório.

REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIÃO, ESTADOS, MUNICÍPIOS E DISTRITO FEDERAL

GERENTE DO PROGRAMA

Helmut Schwarzer

OBJETIVO

Zelar pela viabilidade econômica e atuarial dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

PÚBLICO-ALVO

Beneficiários dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 17.514.032,00	Empenho Liquidado:	R$ 10.468.938,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 10.468.938,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Variação da Necessidade de Financiamento dos Regimes Próprios de Previdência - Porcentagem	-	-	-	-	2.50	-

1. TAXA DE VARIAÇÃO DA NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O indicador não foi apurado durante a vigência do PPA 2004-2007. A gerência alega ter dificuldades em receber os dados dos Estados e Municípios para elaboração do índice.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O controle do financiamento do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos é prioridade na agenda política do Governo Federal devido ao desequilíbrio estrutural que causa nas contas públicas. A ausência desse controle tende a comprometer cada vez mais

os recursos fiscais e a sustentabilidade do próprio sistema. As reformas previdenciárias instituídas podem ser consideradas positivas, na medida em que a velocidade de aprovação e regulamentação superou as experiências anteriores e propiciou ambiente de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na busca de melhores paradigmas de gestão dos regimes próprios de previdência do funcionalismo, principalmente, incorporando à Constituição Federal linhas gerais do novo modelo de caráter contributivo, em que benefício e contribuição devem estar correlacionados de modo a permitir o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema. As mudanças afetaram, basicamente, os seguintes aspectos do plano de benefícios: a fórmula de cálculo, as regras de elegibilidade e a indexação dos benefícios, além de introduzir a contribuição previdenciária de inativos e pensionistas. Assim, o objetivo do Programa é fortalecer a capacidade administrativa de todos os elos dessa estrutura, bem como promover mecanismos legais e técnicos visando a viabilidade estrutural, econômica, financeira e atuarial dos regimes próprios de previdência das Unidades da Federação.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Fiscalização de 459 regimes próprios de previdência estaduais e municipais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa apresentou uma execução financeira próxima de 57%. As metas físicas das ações ficaram aquém do esperado. Isso ocorreu em função das metas estipuladas dependerem da execução da reestruturação do cadastro previdenciário dos Municípios participantes do Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Municipais de Previdência (Prevmun) e do Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social (ProPREV). As empresas estão executando as atividades previstas nos contratos para realização do recadastramento, as quais estavam programadas para serem concluídas até dezembro de 2007. Entretanto, houve atraso na remessa de informações financeiras por parte de alguns Municípios e, também, no início do processo, na execução do recadastramento em todos os Municípios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Cabe destacar que a execução do Programa é realizada com o apoio de financiamento externo por meio do Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Estaduais de Previdência (Parsep), do Prevmun e do ProPREV, sendo que aquele foi premiado pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird) devido ao alcance dos seus objetivos de forma destacada, em relação à carteira de projetos de desenvolvimento dessa instituição financeira multilateral.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos

Alimentação Saudável

Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos

Assistência Suplementar à Saúde

Atenção Básica em Saúde

Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e outras Causas Externas

Atenção Especializada em Saúde

Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde (SUS)

Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase

Educação Permanente e Qualificação Profissiona no Sistema Único de Saúde (SUS)

Investimento para Humanização e Ampliação do Acesso à Atenção à Saúde

Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis

Saneamento Rura

Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue

Vigilância Ambiental em Saúde

Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis

Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não-Transmissíveis

Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis

Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue

Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério da Saúde (MS), foram utilizados **R$ 49.483.491.506,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 53.016.727.385,00	Realizado orçamentário:	R$ 49.483.491.505,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 53.016.727.385,00**	**Total realizado:**	**R$ 49.483.491.506,00**

Além disso, do total de **R$ 4.360.732.234,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 2.991.962.034,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MS, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	1215 Alimentação Saudável	0,05%	0,05%	0,06%	0,11%	0,07%
	1293 Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos	6,55%	7,35%	7,50%	8,64%	7,60%
	1185 Assistência Suplementar à Saúde	0,32%	0,34%	0,31%	0,29%	0,31%
	1303 Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e outras Causas Externas	0,53%	0,74%	0,45%	0,58%	0,57%
	1312 Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos	0,18%	0,20%	0,22%	0,20%	0,20%
	1214 Atenção Básica em Saúde	16,79%	18,06%	18,22%	19,02%	18,12%
	1216 Atenção Especializada em Saúde	2,20%	1,80%	1,10%	1,46%	1,60%
	1220 Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde	59,41%	57,90%	56,80%	57,09%	57,69%
	6021 Atenção Integral à Saúde da Mulher	0,03%	0,01%	0,00%	0,00%	0,01%
	1201 Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde	0,96%	0,58%	0,61%	0,59%	0,67%
	1307 Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase	0,13%	0,14%	0,14%	0,10%	0,12%
	1218 Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos	0,05%	0,04%	0,00%	0,00%	0,02%
	1311 Educação Permanente e Qualificação Profissional no Sistema Único de Saúde	1,16%	0,89%	1,03%	0,99%	1,01%
	1300 Investimento para Humanização e Ampliação do Acesso à Atenção à Saúde	0,29%	0,40%	0,36%	0,33%	0,34%
	1186 Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis	1,88%	1,83%	2,28%	2,02%	2,01%
	1287 Saneamento Rural	0,24%	0,30%	0,55%	0,67%	0,46%
	1291 Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue	0,90%	0,85%	0,86%	0,64%	0,80%
	1371 Vigilância Ambiental em Saúde	0,00%	0,03%	0,03%	0,02%	0,02%
	1370 Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não-Transmissíveis	0,00%	0,02%	0,02%	0,01%	0,01%
	1203 Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis	4,04%	4,26%	4,06%	3,21%	3,85%
	1289 Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes	0,67%	0,60%	0,73%	0,61%	0,65%
	1306 Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	2,95%	2,70%	3,74%	2,67%	3,01%
	1308 Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue	0,23%	0,22%	0,19%	0,14%	0,19%
Finalístico Soma		**99,6%**	**99,3%**	**99,3%**	**99,4%**	**99,4%**

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Gestão de Políticas Públicas	0016 Gestão da Política de Saúde	0,35%	0,62%	0,59%	0,50%	0,52%
	1314 Participação Popular e Intersetorialidade na Reforma Sanitária e no Sistema Único de Saúde	0,06%	0,06%	0,12%	0,11%	0,09%
	1318 Gestão do Trabalho no Sistema Único de Saúde	0,03%	0,01%	0,01%	0,01%	0,02%
Gestão de Políticas Públicas Soma		**0,4%**	**0,7%**	**0,7%**	**0,6%**	**0,6%**
Total Global		**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

Os resultados alcançados pelos programas que caracterizam as principais linhas de atuação do MS e que são centrais para a implementação da política de saúde do governo atual são sumarizados a seguir.

Atenção Básica em Saúde

Para o fortalecimento da atenção básica no País, o MS tem priorizado a implantação e a implementação da estratégia de Saúde da Família, adotando-a como eixo estruturante desse nível de atenção. Entre os resultados alcançados, em 2007, destaca-se o aumento da cobertura populacional das equipes de Saúde da Família e das equipes de Saúde Bucal. A cobertura em saúde da família evoluiu de um percentual de 30,4%, em 2002, para 46,7% da população brasileira, até novembro de 2007. Atualmente, estão, em plena atuação nos Municípios brasileiros, 27.311 equipes de Saúde da Família e 210.906 agentes comunitários de saúde.

Em registros disponíveis até novembro de 2007, detectou-se a implantação de 599 Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) possibilitando a realização de mais de 12,1 milhões de procedimentos especializados. A cobertura em Saúde Bucal passou de 17,5% da população nacional, em 2002, para 40,8% em 2007, totalizando 15.669 equipes de Saúde Bucal (ESB) nos Municípios brasileiros. Entre 2005 e outubro de 2007, foram implantados, mediante ação conjunta da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e de convênios com as Secretarias Estaduais de Saúde, 583 novos sistemas de fluoretação, abrangendo 434 Municípios em 11 Estados, o que resultou em benefício para 5,8 milhões de pessoas.

Para atender aos portadores de hipertensão e diabetes, o Sistema Único de Saúde (SUS) desenvolve em todo o País, por meio da atuação das equipes de Saúde da Família, um conjunto de ações de prevenção, diagnóstico e tratamento destes agravos, de seus fatores de risco e de suas complicações. Tais ações incluem a garantia dos medicamentos necessários. Atualmente, estão cadastrados no sistema de informação HiperDia, 4,6 milhões de hipertensos e 1,6 milhão de diabéticos, distribuídos em 4.686 Municípios, proporcionando aos gestores e aos profissionais de saúde informações necessárias para o contínuo acompanhamento dos pacientes.

O desenvolvimento da estratégia Saúde da Família, ao longo dos anos, vem possibilitando alguns importantes resultados análogos, tais como:

a) redução da desigualdade nos valores da taxa de mortalidade infantil;

b) aumento da cobertura vacinal por tetravalente;

c) queda na taxa de internações por acidente vascular cerebral;

d) aumento na proporção de nascidos vivos de mães com quatro ou mais consultas de pré-natal.

Vale destacar que a Estratégia Saúde da Família está promovendo a eqüidade, um dos princípios mais almejados pelo SUS. Esta estratégia tem maior cobertura em Municípios de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo, aproximando-os de outros Municípios de IDH mais alto, reduzindo a desigualdade existente.

Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravo

O esforço de construção de uma rede de atenção à saúde mental substitutiva ao modelo centrado na internação hospitalar, em paralelo com a fiscalização e redução progressiva e programada dos leitos psiquiátricos existentes, permitiu, nos últimos quatro anos, a construção de uma rede aberta composta por 1.153 Centros de Atenção Psicossocial (CAPs) e 479 Residências Terapêuticas até o final de 2007, respaldada pela implantação do Programa de Volta para Casa, que beneficiou mais de 2.800 pessoas.

Apoiar Estados e Municípios na organização de ações e serviços de atenção à pessoa com deficiência no SUS é ação prioritária do MS. Conta-se, hoje, com 895 unidades de saúde para atendimento especializado em reabilitação, nas áreas de deficiência física, deficiência auditiva e deficiência mental. Os serviços de reabilitação física e saúde auditiva, em 2007, atingiram respectivamente 65% e 83% do total previsto para todas as Unidades da Federação. Além dessas realizações, até outubro de 2007, foram registrados 628 serviços para atendimento ao deficiente mental cadastrados pelas Secretarias Estaduais de Saúde ou Secretarias Municipais de Saúde. Comparando com o número de serviços até janeiro de 2006 (411), houve um acréscimo de 217 novos serviços no ano de 2007.

Em 2007, foram implantadas cinco milhões de cadernetas de saúde da pessoa idosa em todo o Território Nacional e foi iniciada a edição de 60 mil exemplares do Caderno de Atenção em Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa para futura distribuição a 100% das equipes de Saúde da Família, o que beneficiará, com atenção específica, 14 milhões de pessoas idosas. Também, naquele ano, foi planejada a implantação da Política Nacional de Atenção à Pessoa Portadora da Doença de Alzheimer, a partir do trabalho das equipes dos CAPs. Além dessas, outras

iniciativas foram desenvolvidas no sentido de ampliar a atenção às populações estratégicas, abrangendo todos os ciclos da vida humana. Alguns exemplos são:

a) a organização da assistência integral ao recém-nascido, desde o pré-natal e após a alta da maternidade, diminuindo os coeficientes de mortalidade infantil para 25 por 1.000 e de mortalidade neonatal para 16 por 1.000;

b) a qualificação e ampliação da atenção à saúde da mulher, com ênfase no planejamento familiar, no climatério e na assistência obstétrica e na prevenção do câncer de colo uterino, de mama e das doenças sexualmente transmissíveis e aids (DST/Aids), diminuindo para 26,80% o coeficiente de letalidade materna hospitalar no SUS;

c) a habilitação de mais 13 Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, totalizando 163 desses centros para ações de promoção, prevenção, reabilitação e vigilância em saúde do trabalhador, permitindo a identificação e o acompanhamento dos agravos relacionados ao trabalho e o encaminhamento referenciado dos casos complexos;

d) qualificação da atenção integral diferenciada para os idosos, os adolescentes, as pessoas privadas de liberdade e as pessoas com deficiência.

Além dessas intervenções, em 2007, foi implantada a Área Técnica de Saúde do Homem, com ênfase na formulação da Política Nacional de Saúde do Homem, com implantação em nível estadual dessa política prevista para o ano de 2008.

Atenção Hospitalar e Ambulatorial no SUS

O MS promoveu, em 2007, além de ações voltadas à prevenção de doenças e de promoção da saúde auditiva no âmbito da atenção básica, a organização do atendimento no âmbito da média complexidade e o aprimoramento do atendimento de alta complexidade. Ao final do ano, foram habilitados 127 serviços, que realizam o atendimento integral (avaliação, seleção e adaptação de aparelho de amplificação sonora individual, fornecimento da prótese, acompanhamentos e terapias fonoaudiológicas). Até dezembro de 2007, 432 hospitais de pequeno porte, distribuídos em 11 Estados, deixaram de receber recursos financeiros mediante a prestação de contas de cada serviço realizado e passaram a contar com um orçamento global para cumprir uma série de metas destinadas a ampliar e qualificar a atenção à saúde da população, tais como critérios de atendimento humanizado, com enfoque no acolhimento apropriado e participação em políticas prioritárias do SUS (saúde da mulher, do trabalhador, saúde bucal, prevenção e controle de DST/Aids e a integração no Sistema de Referência Hospitalar do Atendimento às Urgências e Emergências, etc). Esses hospitais realizam procedimentos de baixa complexidade, como atendimento pediátrico, obstétrico e odontológico, além de cirurgias clínicas, e constituem importante ponto de apoio para o Programa Saúde da Família.

Os serviços de terapia intensiva no SUS se defrontaram com restrições que foram abordadas em duas linhas estratégicas: a primeira, referente à quantidade de leitos existentes e, a segunda, relacionada à necessidade de se implementar uma política pública mais qualificada e adequada às reais demandas desta assistência. Em 2003, 11.293 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) destinados aos usuários do SUS encontravam-se credenciados. Esse número representava uma cobertura de 1,96% em relação à necessidade de leitos da população brasileira, quando o preconizado é, no mínimo, 4%. Nos últimos cinco anos, o MS credenciou mais 4.326 leitos novos de UTI e reclassificou mais 1.072 leitos do tipo I para o tipo II. Esses credenciamentos vêm melhorando gradativamente a cobertura de leitos de UTI, que alcançou o percentual de 8,94% do total de leitos existentes no País e de 2,48% para leitos existentes no SUS.

Na área de transplantes, o País registrou uma queda significativa no número de captações e transplantes realizados. No primeiro semestre de 2007, foram realizados cerca de 7.000 transplantes de órgãos e tecidos. Para reverter esse cenário, foram reativadas as Câmaras Técnicas Nacionais relativas a todos os órgãos e tecidos, incluindo a de coração, única que ainda não havia sido criada. O Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (Redome) tem 530.000 doadores voluntários cadastrados, e mais dois centros foram autorizados para a realização de transplantes de não-aparentados de medula óssea, aumentando de 10 para 12 o número de centros existentes. Esse conjunto de iniciativas resultou na ampliação e qualificação do acesso da população aos serviços de assistência à saúde, de forma regulada e com o fluxo de atendimento racionalizado e organizado de forma a maximizar a sua eficiência.

Atenção Especializada em Saúde

Na área de atenção às urgências e às emergências foram concentrados esforços na implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192). Até novembro de 2007, são 126 serviços implantados, presentes em 1.037 Municípios de 26 Unidades da Federação, incluindo o Distrito Federal, e cobre uma população de 97 milhões de pessoas. Além das 2.158 ambulâncias, sete ambulanchas e 3.909 equipamentos adquiridos e distribuídos até 2007, o Samu conta até então com dois helicópteros e mais 14 ambulâncias de suporte básico de vida e cinco ambulâncias de suporte avançado de vida, mediante convênios com a Polícia Rodoviária Federal.

Como a segunda maior causa de mortalidade no País e por envolver tratamentos mais complexos, a oncologia provoca um expressivo impacto financeiro nos gastos públicos em saúde. Assim, a política de oncologia é um fator importante na busca de soluções para o enfrentamento do problema, estabelecendo ações que envolvem promoção da saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer, e reabilitação e cuidados paliativos dos indivíduos. Nesse sentido, a estruturação da rede de serviços oncológicos é fator importante nesse enfrentamento. Até 2007, 17 Estados tiveram sua rede aprovada, com 245 unidades de oncologia habilitadas. Atingiu-se, no mesmo ano, a marca dos 7.833 Centros de Alta Complexidade em Oncologia (Cacon) implantados em todo o País.

Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue

No âmbito desse Programa, a vigilância sanitária do sangue, tecidos e órgãos são iniciativas inerentes ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Essa ação regulamenta o registro de todos os produtos relacionados ao sangue, tais como bolsas de sangue, *kits* reagentes e correlatos, como também à regulamentação, ao monitoramento e à fiscalização dos serviços hemoterápicos, com foco na segurança transfusional, realizados pelos Municípios, Estados e pelo nível Federal. Para o desenvolvimento eficaz dessas atividades, em 2007, foram capacitados 57 profissionais de saúde dos Centros de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos e de 120 profissionais dos serviços de vigilância estaduais e municipais, visando treiná-los para a inspeção de Bancos de Tecidos Musculoesqueléticos e Bancos de Células e Tecidos Germinativos.

Destaca-se, também, a implantação de um sistema informatizado para cadastramento de embriões humanos disponibilizado para clínicas de reprodução humana assistida e a divulgação do Manual Técnico de Hemovigilância – Investigação das Reações Transfusionais Imediatas e Tardias Não Infecciosas para os integrantes do sistema e para o setor regulado. Foi também realizado, em 2007, o recolhimento do plasma excedente de uso terapêutico em 106 serviços hemoterápicos, e foram concedidas 80 autorizações para o transporte de células progenitoras hematopoéticas para fins de transplante de medula óssea.

Ainda no processo de manutenção dos padrões de qualidade dos produtos e serviços de saúde, destaca-se o monitoramento pós-registro, pós-uso e pós-comercialização realizado por meio de um sistema informatizado – Sistema de Notificações em Vigilância Sanitária (Notivisa). Esse sistema é responsável pela recepção de notificação de eventos adversos e queixas técnicas dos produtos sob vigilância sanitária – medicamentos, produtos para saúde, hemocomponentes, cosméticos, saneantes e agrotóxicos – e está disponível para todo o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

A partir das notificações são realizadas análises para identificação dos possíveis riscos apresentados e concomitantemente emitidos alertas, registrados no próprio Sistema. No ano de 2007, o Notivisa recebeu 9.733 notificações provenientes de todos os Estados do País, sendo 74% referentes a queixas técnicas e 26% a eventos adversos. A grande maioria (87%) foi notificações registradas por profissionais de saúde vinculados a estabelecimento de saúde e 13%, por profissionais de saúde independentemente do vínculo apresentado. O Programa de atenção aos pacientes com coagulopatias hereditárias distribuiu, em 2007, aproximadamente, 289 milhões de Unidade Internacional (UI) de hemoderivados para atendimento de cerca de 11.000 pacientes com coagulopatias hereditárias. No âmbito da capacitação de profissionais, foi realizado o Workshop sobre Controle de Qualidade em Hemostasia destinado aos profissionais de saúde que trabalham em laboratórios de hemostasia, como também a publicação do Manual de Dose Domiciliar para Tratamento das Coagulopatias Hereditárias, material didático-pedagógico para orientação dos profissionais e pacientes. Foi dado incentivo à captação de doadores de sangue, com realização de oficinas regionais e treinamentos, beneficiando prioritariamente as regiões Norte e Centro-Oeste, contribuindo para a busca da eqüidade entre os Estados dessas regiões.

Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

O financiamento de estudos e pesquisas contratados diretamente ou por meio de editais é uma das principais ações para estimular o desenvolvimento e a disseminação de novos conhecimentos e tecnologias para a saúde. No período entre o ano de 2002 e o final do primeiro semestre de 2007, foram apoiados 2.204 projetos, com um dispêndio de recursos da ordem de R$ 385 milhões. O fomento descentralizado para os Estados, através do Programa Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde (PPSUS) tem contribuído para superar as desigualdades regionais e colocar a pesquisa em saúde a serviço dos principais problemas locais de saúde pública. O Programa é realizado em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), as fundações de amparo à pesquisa e as Secretarias Estaduais de Saúde e de Ciência e Tecnologia. Em 2007, teve o aporte de cerca de R$ 30 milhões para financiar 525 projetos.

Investiu-se R$ 2,4 milhões no desenvolvimento de um protótipo industrial de marca-passo cardíaco implantável, com tecnologia nacional, para atender aos requisitos predefinidos e às normas médicas internacionais, visando sua pré-qualificação e posterior homologação para transferência de tecnologia à empresa interessada em produzir o marca-passo. Outra importante iniciativa que coloca o Brasil na vanguarda da pesquisa é a Rede Nacional de Seqüenciamento de DNA - Projeto Genoma Brasileiro, que permite a determinação de genomas relevantes para a saúde humana. A aquisição de um seqüenciador de nova geração será fundamental para a continuidade e a atualização da Rede Nacional de Seqüenciamento e permitirá a realização de estudos que contribuirão de forma significativa para o avanço do conhecimento na área da genética da saúde humana. Em 2007, foram desenvolvidas iniciativas prévias para a realização de investimentos da ordem de R$ 2,09 milhões na compra de equipamentos para a determinação de genomas relevantes para a saúde humana. Os dois primeiros projetos serão na área de câncer e poderão conduzir à identificação de novos marcadores tumorais. Em 2007, também foi dado prosseguimento às obras da fábrica de hemoderivados em Goiana (PE), cuja conclusão está prevista para 2010. Com a nova unidade, o Brasil busca atingir o domínio da tecnologia de fracionamento industrial do plasma e aumentar o grau de auto-suficiência em hemoderivados. O objetivo é atender a 100% da demanda do SUS por Fator IX, imunoglobulina e albumina e a 30% da necessidade por Fator VIII. O Brasil contará com uma Rede Nacional de Biotérios (animais usados em pesquisas), dispondo de três tipos de referência capazes de atender às demandas do SUS e das instituições de ciência e tecnologia.

Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos

A dispensação de medicamentos no SUS recebeu um importante reforço com a implantação do Programa Farmácia Popular do Brasil para ampliar o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais. Até 2007, são 586 unidades em funcionamento, habilitadas em 255 Municípios nos 26 Estados e no Distrito Federal. Apenas em 2007, foram implantadas 152 unidades, onde o usuário recebe atendimento personalizado de farmacêuticos e profissionais qualificados que orientam sobre os cuidados com a saúde e o uso correto dos medicamentos. O Programa Farmácia Popular do Brasil promove a

subvenção do preço de um grupo de 95 medicamentos. A lista de indicações contempla os medicamentos mais eficazes e seguros indicados para o tratamento das doenças mais prevalentes na população brasileira. Desde sua implantação em 2004 até o final de 2007, foram investidos R$ 64 milhões em infra-estrutura para a implantação das farmácias e R$ 232 milhões para o custeio, sendo que, em 2007, a implantação recebeu R$ 13 milhões e a manutenção R$ 173 milhões.

Além da disponibilização direta ao público, foi inserido no Programa Farmácia Popular do Brasil o sistema de co-pagamento, em que as farmácias privadas passam a vender um elenco de 13 medicamentos, voltados, principalmente, para a população idosa e as mulheres que buscam evitar a gravidez não-planejada. Atualmente, são 5.016 farmácias e drogarias, da rede privada, com autorizações homologadas em todo o Brasil, atendendo um total de 12,5 milhões de pessoas. Foi gasto pelo MS, em 2007, um total de R$ 17,2 milhões.

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) totalizou investimento aproximado de R$ 700 milhões no ano de 2007, com a aquisição de imunobiológicos (soros e vacinas) colocados à disposição da população brasileira na rede de serviços de saúde e nas campanhas de vacinação. Em relação às campanhas de vacinação contra a poliomielite, dados consolidados do PNI indicam que, na primeira etapa foram vacinadas 16,4 milhões de crianças menores de cinco anos de idade, representando uma cobertura de 93,0%, e na segunda etapa, 16,2 milhões, alcançando uma cobertura de 92,5%. Nessas etapas, funcionaram em todo País mais de 92 mil postos de vacinação e foi mobilizado um contingente de 300 mil pessoas, entre servidores públicos e voluntários. O MS investiu em torno de R$ 40 milhões na compra de vacinas, na divulgação e no repasse de recursos para Estados e Municípios.

Já a campanha de vacinação do idoso, realizada entre abril e maio de 2007, alcançou uma cobertura de 86,7% dos maiores de 60 anos de idade (13 milhões). Em 97% dos Municípios (5.407), foi superada a meta recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que é de 70% do grupo-alvo. Nessa campanha, o investimento foi de R$ 140 milhões para aquisição de vacinas e para apoiar Estados e Municípios na execução das atividades. Em 2007, também foi mantida a disponibilidade de medicamentos no SUS para tratamento de doenças e agravos em todos os níveis de atenção. Houve aquisição de medicamentos básicos, para os quais foram destinados incentivos financeiros aos 5.564 Municípios habilitados à parte variável do Piso da Atenção Básica (PAB) variável. Ocorreu a unificação dos recursos financeiros destinados a asma e rinite, hipertensão e diabetes e a incorporação dos medicamentos específicos para a saúde mental. Foi realizado investimento na aquisição de medicamentos estratégicos para tratamento de 300.000 pacientes, incluindo os anti-retrovirais do Programa DST/Aids, além dos empregados no tratamento da malária, hanseníase e tuberculose. Também nesse ano, foram efetivados mais de sete milhões de atendimentos com medicamentos de dispensação excepcional, beneficiando mais de 500.000 pessoas.

Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis

Outras emergências de saúde pública também têm merecido atenção no âmbito do SUS. Tendo em vista a necessidade de ampliar a capacidade dos serviços de saúde pública para

detectar e intervir rapidamente em eventos de saúde que podem se disseminar ou se propagar pelo Território Nacional, desde 2006, encontra-se em operação o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (Cievs). Esse Centro funciona ininterruptamente e monitorou, em 2007, aproximadamente, 191 emergências de saúde pública de relevância nacional, com um total de 238.351 pessoas afetadas. No ano de 2007, o MS ampliou essa capacidade para Estados, com a constituição de uma Rede Nacional de Alerta e Resposta às emergências de saúde pública, com a aquisição e distribuição de equipamentos e viabilização de apoio técnico para implementação de unidades locais. Além disso, no mesmo ano, foram implementadas 10 unidades que compõem a rede Cievs.

Entre as questões de saúde pública com enfoque prioritário por parte do MS, destacam-se as doenças transmissíveis e doenças e agravos não-transmissíveis. No período de janeiro a outubro de 2007, foram registrados 555.089 casos de dengue clássica, 1.431 casos de febre hemorrágica da dengue e a ocorrência de 151 óbitos. Ao se comparar com o ano de 2006, observa-se um aumento de 209.167 casos de dengue no País. Cabe destacar as altas taxas de incidência em algumas unidades da Federação, como nos Estados do Mato Grosso do Sul (MS), Paraná (PR) e Rio de Janeiro (RJ), que totalizaram 184.391 casos, concentrando 88,1% do aumento registrado. Nos esforços para prevenção e controle da malária foi implantado um novo tratamento para malária por *P. falciparum*, espécie freqüentemente associada às formas mais graves da doença. No período de janeiro a novembro de 2007, registrou-se 424.674 casos de malária, o que representa uma redução de 17% na incidência da doença, se comparado com o mesmo período de 2006 em que foram registrados 512.302 casos. É importante destacar que oito dentre os nove Estados da Amazônia Legal apresentam redução no número de casos; em todos, houve diminuição no número de internações, correspondendo a 33,5% na região, quando comparado com o mesmo período de 2006.

A hanseníase é uma doença endêmica que tem apresentado redução significativa na prevalência de portadores em tratamento, de 16,4 por 10.000 habitantes, em 1985, para 2,19, em 2006. Da mesma forma, observa-se importante redução do percentual de casos diagnosticados apresentando alguma deformidade física pela doença (de 15%, em 1985, para 5,6%, em 2006). Esse resultado permite trabalhar com a meta de redução de casos novos em menores de 15 anos de idade, apontando-se para um futuro sem crianças com hanseníase no Brasil. Ressalta-se ainda o resgate de cidadania dos pacientes que foram isolados compulsoriamente no passado, que passaram a ter direito de indenização em 2007.

O controle da tuberculose também tem sido tratado como prioridade pelo Governo Federal. Em 2006, foram notificados 76.241 casos novos, o que representa uma redução de 3,4% ao ano desde 1999. Cabe registrar a expansão do Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT) na rede SUS em 2006, passando de 51% para 68,8% a sua cobertura. Até outubro de 2007, 4,8 mil serviços de saúde forneceram medicação para tuberculose nos Municípios prioritários, adotando a estratégia do tratamento supervisionado recomendada pela OMS. Cabe destacar o início da execução do projeto de apoio às ações de tuberculose com recursos doados pelo Fundo Global, num montante de US$ 27 milhões, para um período de cinco anos. As metas de vacinação foram atingidas graças aos esforços das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, num trabalho compartilhado com o MS

que objetiva a proteção dos grupos da população contra as doenças imunopreveníveis. As altas e homogêneas coberturas vacinais contra gripe traduzem esse esforço cooperativo e a boa adesão do grupo-alvo à proposta de vacinação. Em relação à vacinação do adolescente contra a hepatite B, ainda permanece um desafio na busca da adesão do grupo-alvo. Com essa finalidade, o MS procurou identificar as ações estratégicas voltadas para a ampliação da sua cobertura.

Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs)

A implementação do Programa de Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/Aids) é um destaque importante da ação governamental, pelo qual mais de 180 mil pessoas, em 2007, tiveram acesso ao tratamento com os medicamentos anti-retrovirais (ARV). O licenciamento compulsório do Efavirenz e as negociações de preços dos demais medicamentos anti-retrovirais possibilitam ainda esse ano, uma redução de mais de R$ 150 milhões nos gastos, garantindo a sustentabilidade da política de acesso universal aos medicamentos anti-retrovirais e a incorporação de novas terapias. Os resultados do Programa em 2007 demonstram que foram alcançadas as mudanças comportamentais para prevenir DSTs e Aids, com um forte enfoque em grupos de maior vulnerabilidade, na transmissão vertical, na promoção de preservativos, na expansão de serviços de testagem e aconselhamento e na informação, educação e comunicação, mediante campanhas e materiais informativos diversos. As atividades de prevenção foram ampliadas e integradas a outros programas de saúde, incluindo o de combate à tuberculose, o Programa Saúde da Família, o Programa de Saúde do Adolescente e o Programa de Saúde da Mulher. Foi realizado o treinamento das equipes de Saúde da Família sobre prevenção e diagnóstico e encaminhamentos para HIV/Aids e DST expandindo a abrangência e qualidade do Programa. Ocorreu também um melhor direcionamento das intervenções intensificando a sua efetividade, além do fortalecimento da prevenção em unidades de aconselhamento, tratamento e assistência, colaborando na redução de comportamentos de risco. A estratégia envolveu intervenções educativas de promoção e proteção dos direitos humanos, de educação e de justiça. Para tanto, leis, políticas e programas governamentais foram implementados nos últimos anos, como os programas de enfrentamento à homofobia, de combate ao racismo e de enfrentamento à feminização da HIV/Aids.

Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos não-Transmissíveis

A elevação constante da incidência e da prevalência das doenças e agravos não-transmissíveis (Dant), nas últimas décadas, indica como prioridade para o SUS a estruturação das ações de vigilância epidemiológica específicas para este grupo de doenças. Entre as atividades realizadas em 2007, merecem destaque a estruturação da vigilância de Dant, com a implementação do Vigitel (vigilância de fatores de risco para doenças crônicas não-transmissíveis por entrevistas telefônicas) e a implantação do sistema de vigilância de violências e acidentes em seus dois componentes (o da vigilância nos hospitais de urgências, em 38 Municípios dos 26 Estados e o Distrito Federal e o da notificação das violências interpessoais), com a realização de vários cursos.

Como parte das atividades de promoção da saúde, foram selecionados e financiados, em Municípios brasileiros, 210 projetos de promoção de atividade física e 110 projetos de prevenção de violência, no valor total de R$ 3 milhões repassados às unidades Federadas. Nos últimos anos, o MS tem apoiado a estruturação da vigilância em saúde ambiental (VSA) nas Secretarias de Saúde dos Estados e Municípios, com ênfase na vigilância da qualidade da água para consumo humano, contaminação do solo e qualidade do ar. Até 2007, quantitativo correspondente a 80% dos Municípios brasileiros desenvolvem ações relacionadas à vigilância da qualidade da água para consumo humano. No período de 2004 a 2007, foram identificadas e cadastradas 1.180 áreas com solos contaminados por substâncias diversas.

Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes

As práticas de vigilância sanitária desenvolvidas no âmbito do Programa demonstram significativo avanço no ano de 2007, com destaque para as ações de regulamentação e de inspeção do setor, de monitoramento de serviços e produtos presentes no mercado, da descentralização de ações de vigilância sanitária para Estados e Municípios e do controle de mercadorias e viajantes em portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegários. Os atos normativos relativos à regulamentação do setor, expressos principalmente pela edição de Resoluções da Diretoria Colegiada (RDCs), estabelecem padrões de condutas, parâmetros de referências e condições ideais relativos aos ambientes, processos, insumos e tecnologias relacionados à área da saúde. Em 2007, foram editadas 94 RDCs. Outro instrumento de intervenção para a regulação de determinado setor são as resoluções (REs) expedidas para fins autorizativos, homologatórios, certificatórios, cancelatórios, de interdição ou de imposição de penalidades específicas contra propaganda que infrinja a legislação sanitária e afim.

Cabe destacar que novas abordagens no processo de elaboração de regulamentos técnicos, com vistas a assegurar a sua transparência, avaliar seus impactos e potencializar sua implantação de maneira mais eficaz estão sendo adotadas, a exemplo das consultas públicas. Esse mecanismo, além de dar publicidade aos temas e de agregar legitimidade à ação reguladora, permite a coleta de subsídios, informações e dados, bem como o encaminhamento de pleitos, opiniões, críticas e sugestões emitidas pela sociedade, identificando-se, de forma abrangente, todos os aspectos relevantes para os objetos a serem regulamentados. Como exemplo, cita-se a proposta de resolução submetida à consulta pública que edita normas para a propaganda e a publicidade de bebidas alcoólicas.

Destaca-se, ainda em 2007, a regulamentação de duas resoluções de impacto no setor de medicamentos, referentes ao registro de contraceptivos orais e hormônios endógenos como medicamentos genéricos (RDC 16/2007) e ao aperfeiçoamento do controle e fiscalização de substâncias psicotrópicas anorexígenas (RDC58/2007), além de outras de relevante importância. Os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e uma variedade de produtos para a saúde, além dos produtos de higiene, cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários e produtos destinados à correção estética, dentre outros, estão submetidos ao registro para posterior comercialização. O desenvolvimento dessa atividade resultou, em 2007, na proibição da fabricação e distribuição de 210 medicamentos similares, de alto risco sanitário, devido à insuficiência de testes de biodisponibilidade relativa realizados em seres humanos.

A manutenção da continuidade dos padrões de qualidade é garantida pelas atividades de inspeções e fiscalizações realizadas ao longo de todas as atividades da cadeia produtiva, de distribuição e de comercialização, incluindo a importação, de forma a assegurar a saúde do consumidor. Nesse sentido, em 2007, foram realizadas cerca de 27 mil fiscalizações de produtos e de serviços sujeitos ao controle da vigilância sanitária. O cumprimento de regras sanitárias estabelecidas previamente para produtos que entram no território brasileiro, pela inspeção dos meios de transporte, pelo controle de vacinas exigidas para viajantes e pela fiscalização das condições de higiene e limpeza dos estabelecimentos comerciais nelas localizados, dentre outras atividades, possibilitou, em 2007, a realização de mais de um milhão de fiscalizações sanitárias em portos, aeroportos, postos de fronteiras e terminais alfandegários.

Além dessas, destaca-se a realização de inspeções internacionais em 883 unidades fabris de medicamentos que exportam esses produtos para o Brasil. Para garantir eficiência ao processo de controle de medicamentos foi desenvolvido o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC), resultante de parceria estabelecida com a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), da Presidência da República. Esse Sistema permite o aprimoramento da fiscalização e o acompanhamento da movimentação de medicamentos e produtos controlados, especialmente entorpecentes, anabolizantes e psicotrópicos.

Em 2007, foram desenvolvidas atividades para estimular o hábito da reflexão crítica sobre o uso racional de medicamentos e, em especial, na comunidade escolar. Denominada "Projeto Educação e Promoção da Saúde no Contexto Escolar: o Uso Racional de Medicamentos", a ação tem como público-alvo professores e alunos do ensino fundamental e médio de escolas públicas, profissionais, técnicos da vigilância sanitária e da defesa do consumidor. Neste processo, até 2007, foram capacitados 317 docentes, 136 profissionais que atuam em vigilância sanitária, 50 técnicos em defesa do consumidor e 867 alunos. Ao final de 2007, 45 escolas desenvolveram esse Projeto com o objetivo de atingir aproximadamente 15.000 alunos. Registre-se também, no mesmo ano, a proibição da fabricação e distribuição de 210 medicamentos similares, de alto risco sanitário, devido à insuficiência dos testes de biodisponibilidade relativa realizados em seres humanos, a avaliação dos preços para a entrada no mercado de aproximadamente 2.000 novas apresentações e medicamentos novos, em cumprimento à Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, além de inspeções internacionais em 883 unidades fabris de medicamentos que exportam para o Brasil, nivelando-as ao padrão de qualidade nacional.

É importante registrar em 2007, como parte do processo de regulamentação sanitária, a publicação de duas resoluções com grande impacto no setor de medicamentos. Uma delas permitiu o registro de contraceptivos orais e hormônios endógenos como medicamentos genéricos, contribuindo para a ampliação do acesso da população a este tipo de produto. A outra aperfeiçoou o controle e fiscalização de substâncias psicotrópicas anorexígenas visando à redução do uso indevido destas drogas. Ainda no mesmo ano foi elaborada uma proposta de resolução com vistas à normatização da propaganda e publicidade de bebidas alcoólicas, contendo orientações provenientes de consulta pública, de modo a proteger segmentos populacionais vulneráveis aos estímulos para o consumo do álcool. A aprovação de tal regulamento fornecerá subsídios legais mais efetivos para as ações de fiscalização e monitoramento nesse segmento de mercado.

Gestão da Política de Saúde

Em 2007, o Fundo Nacional de Saúde (FNS) prestou apoio a 776 Fundos Estaduais eMunicipais de Saúde que aderiram à ação de cooperação técnica mantida pelo MS desde 2006 com vistas ao desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil dos fundos de saúde. Entre as ações realizadas naquele ano, destaca-se, também, a capacitação de 1.024 gestores e técnicos que atuam na área de gestão orçamentária, financeira e contábil, por meio de ensino a distância. Visando a consolidação da estruturação da gestão do SUS, em 2007, foi elaborado o PPA 2008-2011, de forma integrada entre as áreas técnicas do MS com a participação do MP, de forma a ajustar as peculiaridades do setor saúde ao modelo genérico adotado pelo Poder Executivo; também naquele ano, foi dada continuidade à implementação do Sistema de Planejamento do SUS (PlanejaSUS), que consiste na atuação contínua, articulada, integrada e solidária das áreas de planejamento das três esferas de gestão do SUS, tendo por objetivo principal coordenar o processo de planejamento no âmbito do SUS.

Por outro lado, no mesmo ano teve continuidade o Projeto de Apoio Integrado à Gestão Descentralizada do SUS, que tem como foco principal oferecer assessoria técnica aos profissionais de saúde encarregados de executar ações e serviços de saúde nos níveis estadual e municipal do SUS. Esse apoio foi voltado, prioritariamente, para a organização estadual e municipal no processo de adesão ao Pacto de Gestão pela Saúde, que revigora a forma de gestão do sistema de saúde. Em 2007, foram realizadas 103 visitas técnicas a Estados e Municípios para orientação e assessoria na elaboração dos Termos de Compromisso de Gestão e outras iniciativas de nivelamento de informações e de capacitações específicas sobre a questão da gestão descentralizada. Com a finalidade de subsidiar e fundamentar a gestão do SUS, foi implementada, em 2007, uma Sala de Situação em Saúde com informações orçamentário-financeiras, de execução das metas físicas, políticas, sociais e demográficas, além de epidemiológicas, disponibilizadas via Internet.

Assistência Suplementar à Saúde

O mercado de planos privados de assistência à saúde registrou, até dezembro de 2006, cerca de 45 milhões de vínculos de beneficiários. No ano de 2007, avanços significativos foram realizados na perspectiva de garantir assistência integral à saúde aos beneficiários do setor e o pleno exercício de cidadania, tais como:

a) a implantação do padrão de troca de informações entre operadoras e prestadores;

b) a divulgação dos resultados do Programa de Qualificação das Operadoras, que avaliou 92% de beneficiários do setor;

c) o estímulo à promoção de saúde e à prevenção de doenças, mediante a realização de seminários e distribuição de manuais técnicos;

d) a implementação do novo enfoque da fiscalização, com a transformação de uma fiscalização punitiva para uma fiscalização regulatória, introduzindo a intermediação de conflitos entre operadoras e beneficiários e a maior autonomia dos núcleos regionais de atendimento e fiscalização.

Em 2007, foi dada ênfase em novo enfoque da fiscalização, com a transformação de uma fiscalização punitiva para uma do tipo regulatória, o que resultou em maior celeridade na resolução de conflitos – os indicadores não refletem essa nova dinâmica, pois havia o pressuposto de uma fiscalização de operadoras mais reativa e também uma relação direta com o índice de denúncias, que não se confirmou. Acrescenta-se, ainda, que no mesmo ano foram construídas parcerias em trabalhos técnico-científicos com centros colaboradores e a definição de regras que ampliam a segurança na transferência de carteiras.

Tomando como referencial o desempenho dos programas e a identificação dos seus resultados, conclui-se que o conjunto de programas sob a responsabilidade do MS alcançou resultados bastante satisfatórios em relação aos objetivos setoriais propostos e notáveis avanços na viabilização das ações que conferem sustentabilidade à política setorial.

A eficiência quantitativa do gasto em saúde em 2007 pode ser identificada por meio de um paralelo estabelecido entre os níveis de execução orçamentária e o desempenho do alcance das metas físicas obtido por cada programa. A execução orçamentária dos programas do MS - relação entre o previsto e o realizado - alcançou índice de 62% referentes aos programas com execução de 80% a 100% da dotação orçamentária; 33,33% com execução entre 40% e 80% das suas disponibilizações e apenas um programa (4,17%) não atingiu os 40% de efetivação dos seus gastos. Como já citado, dos 22 programas finalísticos gerenciados pelo MS, 58,33% indicaram de 80% a 100% de alcance das metas físicas previstas para o final de 2007; 25,00% atingiram mais de 100% das mesmas previsões; 16,67% permaneceram entre 40% e 80% dos resultados pré-determinados. Convém frisar que nenhum dos programas teve desempenho abaixo de 40% das expectativas de alcance dos objetivos feitas para o ano.

Comparando os níveis de execução orçamentária com o alcance das metas físicas previstas para o final de 2007, observa-se que os quantitativos de realizações físicas foram bastante satisfatórios nas faixas superiores a 80%, contando, inclusive, com um quarto dos programas que realizaram mais de 100% das metas previstas dentro das limitações orçamentárias legalmente determinadas, o que demonstra um grau bastante satisfatório de eficiência no gasto público federal em saúde. A quase totalidade (87,86%) dos programas informou que os recursos orçamentários executados foram suficientes para a cobertura da execução de suas ações. Entre os que indicaram a sua insuficiência, a justificativa apresentada foi a de problemas no dimensionamento de meta de ação componente do Programa, o que refletiu na posterior disponibilização orçamentária.

No entanto, 83,33% dos programas informaram que o fluxo de recursos foi compatível com a programação física das ações. O principal risco associado à execução do Programa refere-se à disponibilidade e/ou qualificação de recursos humanos uma vez que 86,96% dos gerentes informaram a sua inadequação. Por outro lado, 52% dos programas informaram

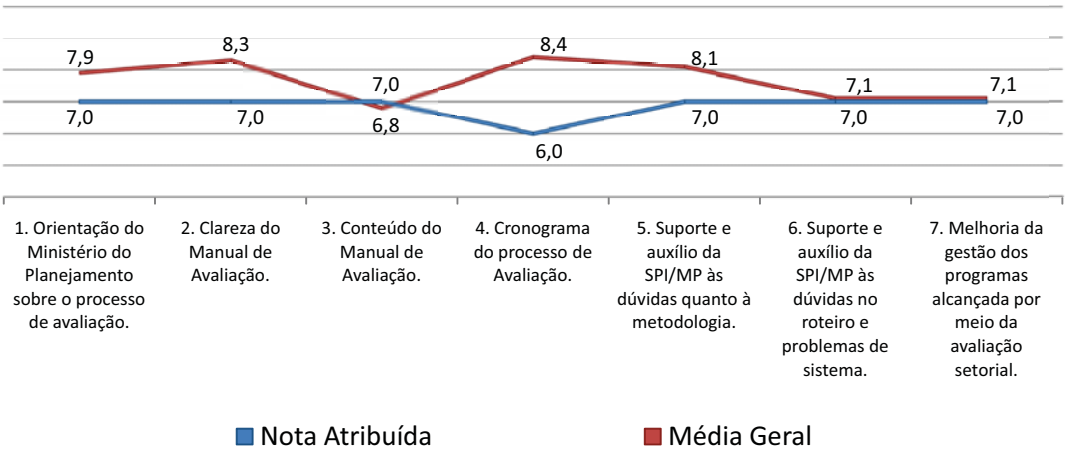
inadequação de infra-estrutura, o que também representa risco relativo para a execução dos programas. No tocante às restrições que interferem nas ações com maior impacto, embora a maioria dos gerentes tenha informado não haver qualquer tipo de restrição, entre os que as apontaram, foi indicada, com maior freqüência, a dificuldade de celebração de convênios e a morosidade dos processos licitatórios e de contratação para aquisição de bens ou serviços.

Com relação à participação social, 92,35% dos programas informaram alguma forma de interação com representações populares na sua execução. Entre os canais informados com maior freqüência destacam-se, nessa ordem: reuniões de grupos de interesses, discussão em conselho setorial, consultas públicas e ouvidorias.

Com relação à regionalização do gasto público em saúde, em 2007, observa-se que mais de 80% dos recursos estão regionalizados. Nesse sentido, foram observadas as diferenciações regionais com finalidade de reduzir as iniqüidades no financiamento da implementação das políticas setoriais. Esse movimento teve maior destaque operacional na definição dos parâmetros para os repasses diretos e na distribuição dos incentivos às ações prioritárias para a sustentabilidade do SUS. A estrutura organizacional do MS passa por periódicas adequações ao desenvolvimento do SUS estando, em 2007, suficientemente adequada a sua base programática. Nesse contexto, observa-se que o processo de gestão dos programas teve suporte estrutural satisfatório para que os objetivos propostos fossem alcançados.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MS mediante a atribuição de notas, no intervalo de 0 a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MS e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



ATENÇÃO À SAÚDE DE POPULAÇÕES ESTRATÉGICAS E EM SITUAÇÕES ESPECIAIS DE AGRAVOS

GERENTE DO PROGRAMA

José Carvalho de Noronha

OBJETIVO

Garantir a atenção à saúde de grupos populacionais estratégicos e em situações especiais de agravos de forma eqüitativa, integral, humanizada e de qualidade.

PÚBLICO-ALVO

Grupos populacionais estratégicos e em situações especiais de agravo

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 101.226.730,00	Empenho Liquidado:	R$ 75.764.395,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 75.764.395,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Letalidade Materna Hospitalar no SUS - 1/100.000	29.30	-	24.66	18.60	22.40	-
2. Coeficiente de Mortalidade Infantil - 1/1.000	24.40	-	22.60	18.80	22.00	-
3. Coeficiente de Mortalidade Neonatal - 1/1.000	15.80	-	15.00	13.50	14.50	-
4. Taxa de Participação dos Serviços Extra-Hospitalares de Atendimento Psicossocial nos Serviços Psiquiátricos – Porcentagem	37.70	-	51,33	55,00	42.00	130,95%

1. COEFICIENTE DE LETALIDADE MATERNA HOSPITALAR NO SUS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A meta prevista foi alcançada. O indicador representa o total de morte de mulheres pelo número de internações obstétricas. Indica indiretamente a qualidade da assistência à mulher no parto em hospitais e a partir daí programa ações e investimentos com intuito de atingir os objetivos previstos.

Registra-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice deste indicador ao longo do tempo.

2. COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A meta prevista foi alcançada. O indicador estima o risco de um nascido vivo morrer no primeiro ano de vida. Representa a qualidade de vida e as condições de saúde da população em determinada região geográfica em determinado período. Ocorrem limitações pelo sub-registro de óbitos de menores de 1 ano de idade e de nascidos vivos. Registra-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice deste indicador ao longo do tempo.

3. COEFICIENTE DE MORTALIDADE NEONATAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A meta prevista foi alcançada. O indicador sofre influência de diversos fatores, principalmente, das condições de assistência ao pré-natal, ao parto e ao período neonatal. É um indicador de qualidade de vida servindo para avaliar as condições de assistência à mulher e à criança. É limitado pelo sub-registro de nascidos vivos e de óbitos neonatais. Registra-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice deste indicador ao longo do tempo.

4. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS SERVIÇOS EXTRA-HOSPITALARES DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NO GASTO TOTAL COM ATENÇÃO PSIQUIÁTRICA
Valores do(s) índice(s) alcançado(s) ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A meta foi superada. O indicador mede a relação entre os gastos com serviços extra-hospitalares e o gasto total em saúde mental. Permite conhecer o crescimento dos investimentos em serviços extra-hospitalares reforçando a proposta de reversão do modelo de atenção. A partir desse índice pode-se conhecer como vem-se desenvolvendo a mudança do modelo assistencial em saúde mental. Não é um indicador de cobertura.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As desigualdades sociais construídas historicamente no País, as diferenças entre os segmentos populacionais que se expressam em suas dimensões geracionais, étnico/racial e de gênero, caracterizam diferentes vulnerabilidades sociais e marcam desiguais riscos à saúde. Este cenário aponta para a necessidade do desenvolvimento de políticas e ações que ampliem o acesso, o conhecimento e a garantia de atenção integral a estes segmentos populacionais que considerem suas necessidades singulares e a complexidade do contexto onde estão inseridos, assim como suas possibilidades de superação e seus potenciais de saúde, no constante processo de busca da eqüidade e da garantia dos direitos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Qualificação e ampliação da atenção à saúde da mulher, com ênfase no planejamento familiar, no climatério e na assistência obstétrica e na prevenção do câncer de colo uterino, de mama e das doenças sexualmente transmissíveis (DST), inclusive aids, diminuindo para 26,80% o coeficiente de letalidade materna hospitalar no SUS.

• Qualificação de equipes de Atenção Básica quanto ao cuidado em saúde mental, de forma integral e resolutiva, das pessoas com transtornos mentais e no uso prejudicial de álcool e outras drogas e a criação de novos espaços de reabilitação psicossocial, aumentando a taxa de participação dos serviços extra-hospitalares de atenção psicossocial no gasto total com atenção psiquiátrica para 32%.

• Organização da assistência integral ao recém-nascido, desde o pré-natal e após a alta da maternidade, diminuindo os coeficientes de mortalidade infantil para 25 por 1.000 e de mortalidade neonatal para 16 por 1.000.

• Identificação e acompanhamento dos agravos relacionados ao trabalho e encaminhamento dos casos complexos.

• Habilitação de mais 13 Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CERESTs), totalizando 163 centros, para ações de promoção, prevenção, reabilitação e vigilância em saúde do trabalhador.

• Qualificação da atenção integral diferenciada para os idosos, os adolescentes, as pessoas privadas de liberdade e as pessoas com deficiência.

• Implantação da área técnica de Saúde do Homem, com ênfase na formulação da Política Nacional de Saúde do Homem e implantação nos Estados para o ano de 2008.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Conforme indicação anterior, todos os indicadores apontaram melhorias, diminuindo os agravos relacionados às populações vulneráveis a que o Programa se destina a atender. A ênfase principal fica com a implantação da Área Técnica de Saúde do Homem, por ser essa uma população carente de atenção quanto a fatores relacionados à qualidade de vida e à saúde. O Programa vem contribuindo para garantir a atenção à saúde de grupos populacionais estratégicos e em situações especiais de agravos de forma eqüitativa, integral, humanizada e de qualidade.

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram suficientes. Além disso, foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. A Ação de Gestão e Administração do Programa (GAP) foi importante para a implantação das

Políticas Nacionais de Atenção às Populações em Situações de Vulnerabilidade inclusive o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos, despesas com viagens e locomoção, sistemas de informações gerenciais internos e estudos, que têm como objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas, promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas.

Houve indisponibilidade financeira e morosidade na aprovação dos convênios e termos de cooperação técnica, o que dificultou o repasse de recursos do ano vigente. Nota-se ausência de capacitação adequada no que se refere aos recursos humanos das equipes gerenciais e executoras. Há dificuldade de contratação de pessoal, em virtude da ausência de concursos públicos, da precariedade nos contratos e da descontinuidade de acompanhamento dos técnicos. Portanto, Estados e Municípios contam com equipes pouco qualificadas para acompanhamento dos convênios, há excesso de burocracia e ausência de planejamento e as instituições têm dificuldades para compreender o sistema de gerenciamento dos convênios e os trâmites legais dos mesmos, o que dificulta a celebração de convênios.

Dentre os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, há reuniões com o objetivo de realizar trabalhos de forma inter e intra-setorial, com a presença de vários atores das áreas técnicas relacionadas ao Programa, outras secretarias do Ministério da Saúde e outros Ministérios e avaliação junto às Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais para a expansão das diversas Redes de Atenção, como, por exemplo, a Rede de Violência, criada nas 27 unidades da Federação.

A integração dos vários sistemas que integram o Ministério da Saúde, como o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), o Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC), o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e outros, bem como os relatórios de gestão, que facilitam a visibilidade das ações realizadas e fortalecem a implantação das Políticas Nacionais de Atenção às Populações em Situações de Agravos, também são formas de monitorar o desempenho físico das ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As cooperações técnicas estão disponibilizadas por meio de convênios com secretarias de Saúde estaduais, municipais, entidades federais e organismos não-governamentais. O acompanhamento é feito pela verificação *in loco* dos convênios realizados e prestação de contas. A dificuldade é o pouco conhecimento em gestão de convênios e, principalmente, da legislação.

As políticas do Programa, ao serem implementadas, passam por câmara tripartite e permanecem em consulta pública para conhecimento da população. Além disso, são previamente discutidas entre os órgãos de classe e o controle social, sofrendo inclusões ou restrições. Há discussões, oficinas e debates com a participação da população envolvida.

Grande parte da cooperação técnica é realizada junto do sistema de gerenciamento de convênios (Gescon). O acompanhamento dos convênios é realizado de forma integral e continuada.

Outro fato digno de nota é a dificuldade encontrada para a obtenção de informações relacionadas ao público-alvo do Programa. As desigualdades sociais construídas historicamente no País e as diferenças entre os segmentos populacionais que se expressam em dimensões geracionais, étnico-racial e de gênero caracterizam diferentes vulnerabilidades sociais e marcam diferentes riscos à saúde. A falta de disponibilidade de informações que permeia esses segmentos populacionais dificulta os avanços na implantação das Políticas de Atenção.

O Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão (MP) esclarece que ações deste Programa serão executadas no Programa Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde no PPA 2008-2011.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

GERENTE DO PROGRAMA

José Carvalho de Noronha

OBJETIVO

Promover a alimentação saudável no ciclo de vida, prevenir e controlar os distúrbios nutricionais e doenças relacionadas à alimentação e nutrição.

PÚBLICO-ALVO

População brasileira com enfoque no ciclo de vida (gestação, infância, adolescência, idade adulta, e terceira idade) e com abordagem específica para grupos populacionais estratégicos (indígenas, quilombolas, sem-terra, acampados e assentados da reforma agrária) e portadores de deficiência

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 47.852.470,00	Empenho Liquidado:	R$ 41.435.773,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 41.435.773,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Prevalência de Anemia Ferropriva em Crianças - Porcentagem	-	30.20	45.00	39.00	41.00	-
2. Taxa de Prevalência de Desnutrição em Crianças Menores de dois anos nas Áreas Cobertas por Agentes Comunitários de Saúde – Porcentagem	5.70	7.70	3.34	2.70	6.30	-
3. Taxa de Prevalência de Desnutrição Infantil - Porcentagem	-	-	-	-	3.70	-
4. Taxa de Prevalência de Obesidade em Adultos - Porcentagem	-	-	-	-	8.00	-

1. TAXA DE PREVALÊNCIA DE ANEMIA FERROPRIVA EM CRIANÇAS

Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Em 2007, foi realizada a Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS) que, dentre outras informações, avaliou a prevalência de hipovitaminose A de anemia ferropriva no

Brasil. A apresentação desses dados estava prevista para fevereiro de 2008, entretanto a consolidação destes ainda não foi finalizada. Registra-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice deste indicador ao longo do tempo.

2. TAXA DE PREVALÊNCIA DE DESNUTRIÇÃO EM CRIANÇAS MENORES DE DOIS ANOS NAS ÁREAS COBERTAS POR AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Foi avaliado o percentual de crianças menores de 2 anos que foram classificadas como desnutridas (108.881 crianças) entre as crianças dessa faixa etária que foram pesadas (4.077.838 crianças) no modelo de atenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), identificando-se a taxa de 2,7% de desnutrição. A dimensão programada foi alcançada.

3. TAXA DE PREVALÊNCIA DE DESNUTRIÇÃO INFANTIL
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A prevalência de desnutrição infantil de 3,2% corresponde ao dado obtido entre menores de 10 anos de idade segundo a última Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), que tem abrangência nacional, e foi realizada em 2002-2003. Tendo em vista a periodicidade da POF, não há índices para os anos posteriores. A desnutrição infantil foi identificada quando o *deficit* de peso para idade encontrava-se abaixo de dois desvios-padrão da distribuição de referência. A próxima POF teve seu trabalho de campo iniciado em maio de 2008 e a coleta de dados terá duração de 12 meses. Espera-se que, em 2009, novos dados com representatividade nacional sobre a desnutrição infantil estejam disponíveis. A dimensão programada foi alcançada. Diversos fatores levaram a isso, como a expansão da Estratégia Saúde da Família e do Programa de Agentes Comunitários da Saúde (PACS) e as melhores condições de vida da população brasileira. Observa-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice deste indicador ao longo do tempo.

4. TAXA DE PREVALÊNCIA DE OBESIDADE EM ADULTOS
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A prevalência de obesidade em adultos de 11,1% corresponde ao dado obtido entre pessoas com 20 anos de idade ou mais segundo a última POF, que tem abrangência nacional, e foi realizada em 2002-2003. Tendo em vista a periodicidade da POF, não há índices para os anos posteriores, inexistindo outras pesquisas nacionais mais recentes. A obesidade foi identificada quando o Índice de Massa Corporal encontrava-se igual ou superior a 30 kg/m^2. A próxima POF teve seu trabalho de campo iniciado em maio de 2008 e a coleta de dados terá duração de 12 meses. Espera-se que, em 2009, novos dados com representatividade nacional sobre a obesidade em adultos estejam disponíveis. A prevalência de obesidade na população brasileira é maior do que a dimensão programada, considerando a transição nutricional em que se encontra o Brasil, a qual envolve profundas modificações no perfil

alimentar e nutricional, em função do maior acesso a alimentos de alto valor calórico e dietas desequilibradas, associadas a um freqüente sedentarismo. Registra-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice deste indicador ao longo do tempo.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os riscos nutricionais, de diferentes categorias e magnitudes, permeiam todo o ciclo da vida humana, desde a concepção até a senectude, assumindo diversas configurações epidemiológicas em função do processo saúde/doença de cada população.

No Brasil, são inúmeros os problemas inerentes à alimentação e à nutrição inadequadas, podendo ser destacados o *deficit* de altura em 10,5% das crianças brasileiras, com notável variação desta condição nas regiões (5,1 %, no Sul, e 17,9%, no Nordeste) (PNDS, 1996) e a elevada taxa de desnutrição em menores de cinco anos (5,7%), com as maiores freqüências sendo registradas nas regiões Norte (7,7%) e Nordeste (8,3%).

Mesmo com a diminuição em mais de 20% da desnutrição energético-protéica, na última década, um contingente considerável de crianças brasileiras ainda apresenta atraso marcante de crescimento, na faixa crítica dos 6 aos 23 meses (PNDS, 1996), observando-se a ocorrência da hipovitaminose A em bolsões de pobreza de Minas Gerais (MG) e de São Paulo (SP), além de áreas da região Norte (prevalências em torno de 15%). Dados disponíveis revelam que a população infantil da região Nordeste é a mais vulnerável ao problema, sendo que 16% a 55% das crianças apresentam dosagem de vitamina A que caracteriza situação de carência endêmica. Observa-se, ainda, o aumento da prevalência de doenças relacionadas ao sobrepeso e à obesidade.

Acrescentam-se a esses problemas, aqueles decorrentes de hábitos alimentares inapropriados, que constituem, igualmente, um grande desafio.

Frente a essa complexa situação alimentar e nutricional, foi concebido o Programa Alimentação Saudável, entendendo-se que alimentação saudável é fator de proteção comprovado para as principais causas de doença e morte no Brasil e no mundo e que a promoção de hábitos saudáveis depende de uma ação articulada de, entre outros aspectos, capacitação de recursos humanos, inserção de componentes de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, elaboração de currículos escolares e medidas reguladoras que dêem sustentação social à prática de hábitos alimentares e modos de vida saudáveis.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Envio de suplementos de ferro e vitamina A para 1.316.689 gestantes, 447.242 mulheres pós-parto, 359.519 puérperas e 3.024.195 crianças, totalizando 5.147.645 pessoas beneficiadas.

- Capacitação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) da região Nordeste, Minas Gerais (MG), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS) e Tocantins (TO) sobre

o Programa de Suplementação de Vitamina A, iniciando a suplementação das crianças indígenas da região Nordeste. Para isso, foram distribuídas 5.500 cápsulas de 100.000UI e 28.400 cápsulas de 200.000UI.

• Realização de força-tarefa relacionada ao surto de deficiência de vitamina B1 (beribéri) no Maranhão, com ações de diagnóstico do problema, capacitação das equipes de saúde para controle e prevenção da hipovitaminose e suplementação vitamínica imediata.

• Repasse de recursos financeiros no valor de R$ 8.200.000,00 por meio da Portaria nº 3.181, de 25 de junho de 2007, para que sejam desenvolvidas ações de alimentação e nutrição na atenção básica à saúde como a promoção da alimentação saudável, estudos e pesquisa na área de alimentação e nutrição e outras ações descritas na portaria. Este repasse fundo a fundo atingiu 133 Municípios com mais de 200 mil habitantes e 27 Secretarias de Estado de Saúde (SES).

• Capacitação de 217 Municípios, sendo que um total de 5.298 Municípios enviou dados no módulo de gestão do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).

• Elaboração e publicação do Guia de Bolso de Promoção da Alimentação Saudável para a população brasileira, que será distribuído nas unidades de saúde de todos os Municípios.

• Realização da Oficina de Promoção da Alimentação Saudável em nível local para os gestores de saúde, cujo objetivo foi a definição de estratégias de promoção da alimentação saudável e a elaboração do Manual de Promoção da Alimentação Saudável para gestores de saúde.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Apesar da ocorrência de problemas como atraso na produção e interrupção das entregas de suplementos do Programa, as ações previstas para o ano de 2007 tiveram um ótimo desempenho, algumas ultrapassando as metas propostas, ocorrendo execução física de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Embora tenham sido liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação, os recursos orçamentários destinados ao Programa foram considerados insuficientes. Exemplo disso foi o contingenciamento de R$ 3.000.000,00 na Ação Prevenção e Controle das Carências por Micronutrientes – 4294 –, prejudicando a produção e a distribuição de micronutrientes para crianças e gestantes. Existe também a necessidade de maiores recursos financeiros na implementação das ações de atenção nutricional no âmbito da Atenção Básica à Saúde para a suplementação de ferro às crianças entre seis e 18 meses e repasse fundo a fundo para todos os Municípios estruturarem e desenvolverem ações de nutrição na atenção básica à saúde (vigilância nutricional, promoção da alimentação saudável, atenção nutricional, controle e prevenção de doenças associadas à nutrição).

Recursos não-orçamentários foram utilizados em passagens, diárias e eventos, realização de oficinas nos Estados para revisão e avaliação dos manuais sobre Alimentação Saudável voltados aos profissionais da Atenção Básica à Saúde, realização de reuniões técnicas para discutir mecanismos de divulgação e informação das diretrizes de promoção da alimentação saudável (guias), desenvolvimento de estratégias de mobilização das Secretarias Estaduais de Saúde para implementação das ações da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), realização de reuniões de monitoramento dos Programas de Prevenção e Controle das Carências Nutricionais Específicas - vitamina A, ferro e iodo, e realização de supervisões integradas nas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.

O monitoramento relacionado ao desempenho físico das ações é informatizado, de periodicidade mensal e abrangência nacional com informações por Município. As ações realizadas, com os recursos do Programa Alimentação Saudável, são gerenciadas por sistemas de informações descentralizados nos Municípios (Programa de Suplementação de Ferro, Programa de Suplementação de Vitamina A, acompanhamento das famílias do Programa Bolsa Família e do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Há, ainda, a elaboração de relatórios de gestão com periodicidade anual, que abrangem a esfera nacional, e relatórios das Secretarias Estaduais de Saúde, que incorporam as ações realizadas.

Quanto à celebração de convênios na gerência, há morosidade tanto na abertura do Sistema de Gestão Financeira e Convênios (GESCON) quanto na aprovação e empenho dos convênios aprovados pelas áreas técnicas.

Como mecanismo de participação social, há no Conselho Nacional de Saúde (CNS) a Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição (CIAN), que acompanha as ações implementadas com os recursos do Programa Alimentação Saudável. Além disso, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) também acompanha a execução do Programa, e as conferências de saúde e segurança alimentar e nutricional ajudam a qualificar suas ações.

Não existe um módulo que possa medir a satisfação dos beneficiários do Programa. Nesse sentido, existem algumas medidas que podem ser adotadas, tais como a criação de um sistema que possa medir esta satisfação ou a realização de uma pesquisa no âmbito nacional que possa avaliá-la.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que a denominação deste Programa foi alterada para Implementação da Política de Promoção da Saúde, no PPA 2008-2011.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

GERENTE DO PROGRAMA

Reinaldo Felippe Nery Guimarães

OBJETIVO

Garantir o acesso da população a medicamentos e aos insumos estratégicos.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 3.460.092.643,00	Empenho Liquidado:	R$ 3.352.806.612,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 3.352.806.612,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Esquemas Terapêuticos para o Tratamento da Diabetes Disponibilizados pelo SUS - Porcentagem	-	50.00	-	60.00	70.00	85,71%
2. Taxa de Esquemas Terapêuticos para o Tratamento da Hanseníase Disponibilizados pelo SUS - Porcentagem	-	85.00	-	85.00	85.00	100%
3. Taxa de Esquemas Terapêuticos para o Tratamento da Hipertensão Disponibilizados pelo SUS - Porcentagem	-	50.00	-	70.00	70.00	100%
4. Taxa de Esquemas Terapêuticos para o Tratamento da Tuberculose Disponibilizados pelo SUS - Porcentagem	-	85.00	-	90.00	90.00	100%

1. TAXA DE ESQUEMAS TERAPÊUTICOS PARA O TRATAMENTO DA DIABETES DISPONIBILIZADOS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não houve alcance do índice previsto.

2. TAXA DE ESQUEMAS TERAPÊUTICOS PARA O TRATAMENTO DA HANSENÍASE DISPONIBILIZADOS PELO SUS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice originalmente previsto foi alcançado.

3. TAXA DE ESQUEMAS TERAPÊUTICOS PARA O TRATAMENTO DA HIPERTENSÃO DISPONIBILIZADOS PELO SUS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice originalmente previsto foi alcançado.

4. TAXA DE ESQUEMAS TERAPÊUTICOS PARA O TRATAMENTO DA TUBERCULOSE DISPONIBILIZADOS PELO SUS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice originalmente previsto foi alcançado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os dados sobre o uso de medicamentos e insumos estratégicos indicam que mais da metade da população brasileira não têm acesso aos medicamentos essenciais e apontam para uma fragmentação das ações que ordenam as políticas públicas do setor dos insumos considerados estratégicos. A superação dessa dificuldade ocorrerá mediante a adoção de medidas de impacto social que possibilite a ampliação do acesso a serviços e produtos considerados essenciais, conformando e reordenando a Política de Insumos Estratégicos do País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Manutenção da disponibilidade de medicamentos no SUS para tratamento de doenças e agravos em todos os níveis de atenção.

- Aquisição de medicamentos básicos, para os quais foram destinados incentivos financeiros aos 5.564 Municípios habilitados à parte variável do Piso da Atenção Básica (PAB) variável.

- Publicação da Portaria GM/MS nº. 3237, de 24 de dezembro de 2007, definindo novos valores de referência para o financiamento da assistência farmacêutica na atenção básica em 2008.

- Unificação dos recursos financeiros destinados à asma e à rinite, à hipertensão e ao diabetes, e à incorporação da saúde mental com a revogação da Portaria GM/MS nº 1.077, de 24 de agosto de 1999.

• Investimento na aquisição de medicamentos estratégicos para tratamento de 300.000 pacientes, incluindo os anti-retrovirais do Programa DST/Aids e medicamentos para o tratamento da malária, hanseníase e tuberculose.

• Realização de mais de sete milhões de atendimentos com medicamentos de dispensação excepcional.

• Elaboração de pareceres de pertinência para a Comissão de Incorporação de Tecnologias em Saúde.

• Fomento, incentivo à modernização e ampliação da capacidade de produção de 11 laboratórios oficiais brasileiros.

• Elaboração e proposição do Programa Nacional de Fomento à Produção Pública e Inovação do Complexo Industrial da Saúde.

• Implantação de 152 unidades do Programa Farmácia Popular do Brasil, totalizando 407 unidades em funcionamento no País.

• Implantação da primeira Farmácia Popular nos moldes de uma farmácia escola em parceria com a Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

• Homologação de 5.016 farmácias e drogarias da rede privada à expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil.

• Implantação de um sistema de controle fundamentado na auditoria de transações consideradas fora do padrão de atendimento do Programa e do sistema de carta ao usuário (piloto) com pesquisa de satisfação.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa se fortaleceu na organização das ações e serviços de saúde do SUS, ampliando o conceito de assistência farmacêutica, investindo na melhoria dos fluxos de compra, estoque e controle, permitindo formular uma política que ordene e articule atividades, investindo na busca de estratégias que levem o País a aumentar a sua autonomia na produção de medicamentos, como o investimento na modernização técnica dos laboratórios oficiais e a criação da rede de produção pública de medicamentos. O Programa também se preocupou em organizar a Política de Assistência Farmacêutica definindo linhas de financiamento que melhorem a alocação através da descentralização dos recursos e o estabelecimento de responsabilidades entre os gestores do SUS.

Das oito ações do Programa, a maioria alcançou a meta física em 100%, sendo que algumas tiveram sua execução física acima do previsto. O desempenho físico das ações é monitorado

por meio de reuniões periódicas com coordenadores e diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, visando o acompanhamento das ações programadas no plano de trabalho do Departamento. As visitas *in loco* são de abrangência nacional e ocorrem conforme as necessidades detectadas para o bom desenvolvimento das ações programadas.

Há ainda a utilização de sistemas informatizados, tais como:

a) Sistema de Acompanhamento do Incentivo à Assistência Farmacêutica Básica (SIFAB) de periodicidade mensal e abrangência nacional;

b) Sistemas de Informação MEDCOM e ROBOCOP para controle de estoque e controle de entregas de medicamentos efetuadas pelo Ministério da Saúde (MS), de periodicidade contínua e abrangência nacional;

c) Sistema de Acompanhamento de Metas Presidenciais (SIGOV) de periodicidade contínua e abrangência nacional;

d) Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Ações em Saúde (SISPLAM) de periodicidade contínua e abrangência nacional;

e) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), instrumento essencial da rede de gerenciamento dos programas e das ações do PPA, alimentado por informações atualizadas sobre a evolução física e financeira do Programa, mantendo, assim, a sociedade informada sobre os resultados e benefícios alcançados.

Relatórios de gestão, entregues no primeiro semestre do exercício subseqüente à Controladoria Geral da União (CGU). O Relatório de gestão é instrumento obrigatório do processo de prestação de contas anual dos gestores da Administração Pública Federal, descrevendo as metas estabelecidas, ações realizadas e resultados alcançados ao longo do exercício, além dos meios orçamentários, financeiros, patrimoniais e logísticos utilizados para o cumprimento dos objetivos institucionais.

Os recursos orçamentários executados foram suficientes e sua liberação foi compatível com a execução física programada, contribuindo dessa forma para o acesso dos medicamentos e insumos estratégicos a população que demanda aos serviços do SUS.

O montante gasto com as despesas administrativas contribuiu para o bom andamento das ações, auxiliando na execução do Programa. Porém, em termos de recursos materiais, há grandes dificuldades em sua aquisição para a execução do Programa, geralmente pela falta ou não aplicação dos planos de assistência farmacêutica estaduais e municipais. Além disso, vale ressaltar que a falta de infra-estrutura adequada nas equipes executoras está ligada à falta ou não aplicação de tais planos.

Observa-se, ainda, a quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras, em virtude da falta de concurso público e das limitações de outras

formas de contratação e os recursos humanos disponíveis carecem de maior domínio nos aspectos de gestão do SUS.

Houve, também, determinado grau de dificuldade na celebração de convênios em função de normas e procedimentos implementados pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) no decorrer do processo de formalização dos convênios e das portarias. Houve inadimplência temporária dos entes em função de as documentações de habilitação estarem com prazo de validade expirado. Isso dificultou temporariamente o processo de empenho e pagamento dos convênios e portarias.

Nas ações de Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica (PAB-AF-Básica), de Assistência Financeira para a Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais e de Manutenção de Farmácias Populares, a dotação orçamentária inicialmente aprovada não foi suficiente para o financiamento do Programa, necessitando de suplementação para seu custeio total. A descentralização de recursos orçamentários para aquisição de medicamentos para hipertensão e diabetes (HD) e asma e rinite (AR) foram suficientes para atender a execução programada.

No que se refere à integração, foram realizadas reuniões de gestores com foco na gestão estadual do Programa e visitas técnicas *in loco*. As solicitações de informações do MS aos Estados foram atendidas por meio de ofícios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Associações de pacientes portadores de patologias, coordenadores estaduais de assistência farmacêutica, reuniões bi e tripartite são grupos de interesse que promovem a participação social no Programa, além das discussões no Conselho Nacional de Saúde (CNS), no Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS) e no Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS). Ocorrem ainda encontros e reuniões com a comunidade científica nacional e colaboradores com destaque nas ações de assistência farmacêutica nos Municípios e instituições de ensino e pesquisa.

A participação social de diferentes agentes em discussões enriqueceu o Programa, na medida em que apresentou os principais problemas enfrentados na gestão da assistência farmacêutica estadual e municipal e trouxe à luz a necessidade constante de investimento no setor para a melhoria dos serviços de saúde.

O Programa Farmácia Popular possui os seguintes mecanismos para avaliação da satisfação do usuário:

a) Farmácia Popular (Sistema de co-pagamento) – Ouvidoria, caixa-corporativa, e carta (envelope porte pago) ao usuário com pesquisa de satisfação;

b) Farmácia Popular (Rede Própria) – Ouvidoria e caixa-corporativa.

Ambos os mecanismos avaliaram a satisfação dos beneficiários do Programa como "satisfeitos". O fato de haver mecanismos de avaliação da satisfação dos beneficiários aponta para o comprometimento do Programa Farmácia Popular do Brasil em aprimorar constantemente seus serviços.

Como exemplos de boas práticas de gestão realizadas pelo Programa, pode-se citar:

a) a implantação de processo de programação continuada na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE) proporcionando aos gestores e técnicos maior visibilidade sobre as atividades que o Departamento de Assistência Farmacêutica desenvolveu durante este exercício;

b) a elaboração da programação de acordo com os objetivos e necessidades identificadas por cada área, visando a melhoria no atendimento aos serviços de saúde prestados a população usuária do SUS;

c) o processo adotado para nortear a elaboração da programação, que constou das seguintes etapas: - construção do Guia de Orientação que definiu caminhos para elaboração da proposta, baseada em uma metodologia construtiva, participativa e reflexiva; - análise e adequação das propostas da programação do Departamento; e - consolidação da programação por eixos estruturantes.

Em continuidade ao processo de desenvolvimento da programação, torna-se imprescindível o monitoramento e a avaliação do grau de cumprimento das atividades programadas, a fim de garantir a efetiva execução das mesmas em tempo hábil.

ASSISTÊNCIA SUPLEMENTAR À SAÚDE

GERENTE DO PROGRAMA

Fausto Pereira dos Santos

OBJETIVO

Garantir aos usuários de planos e seguros privados de saúde o cumprimento dos serviços contratados às operadoras de saúde suplementar, compatibilizado com o Sistema Único de Saúde (SUS).

PÚBLICO-ALVO

Usuários de planos e seguros privados de saúde

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 149.841.217,00	Empenho Liquidado:	R$ 113.649.143,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 113.649.143,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Denúncias de Segurados - 1/1.000	0.43	-	0.31	0.09	0.31	-
2. Índice de Acompanhamento Econômico-Financeiro das Operadoras de Grande Porte – Porcentagem	-	-	87.00	95.00	100.00	95%
3. Índice de Acompanhamento Econômico-Financeiro das Operadoras de Médio Porte - Porcentagem	-	-	88.00	94.00	80.00	117,50%
4. Índice de Acompanhamento Econômico-Financeiro das Operadoras de Pequeno Porte - Porcentagem	-	-	81.00	94.00	55.00	170,91%
5. Índice de Concessão de Autorização de Funcionamento de Operadoras de Grande Porte - Porcentagem	-	-	44.00	77.00	100.00	77%
6. Índice de Concessão de Autorização de Funcionamento de Operadoras de Médio Porte - Porcentagem	-	-	30.00	38.00	80.00	47,50%
7. Índice de Concessão de Autorização de Funcionamento de Operadoras de Pequeno Porte - Porcentagem	-	-	17.00	24.00	55.00	43,64%

8. Taxa de Operadoras Fiscalizadas – Porcentagem	55.00	-	89.00	40.60	71.00	57,18%
9. Taxa de Regularização do Registro de Plano de Saúde – Porcentagem	-	-	52.00	83.00	60.00	138,33%

1. COEFICIENTE DE DENÚNCIAS DE SEGURADOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O coeficiente de denúncias de segurados (4.376/46.483.872) vem sofrendo redução ao longo dos últimos anos por dois motivos: houve um grande aumento no número de beneficiários ao longo dos últimos quatro anos (de 36.186.679 beneficiários em dez/2003 para 46.932.274 beneficiários em dez/2007) e uma preponderância de consultas sobre denúncias. O aperfeiçoamento pelo qual passa a central de relacionamento procura esclarecer melhor a população acerca de seus direitos e contribui para que haja redução no número de denúncias.

Registra-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice deste indicador ao longo do tempo.

2. ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS OPERADORAS DE GRANDE PORTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Observar análise e justificativa do indicador Índice de Acompanhamento Econômico-Financeiro das Operadoras de Pequeno Porte.

3. ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS OPERADORAS DE MÉDIO PORTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Observar análise e justificativa do indicador Índice de Acompanhamento Econômico-Financeiro das Operadoras de Pequeno Porte.

4. ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS OPERADORAS DE PEQUENO PORTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O indicador de acompanhamento econômico-financeiro sofreu alterações em seu cálculo, uma vez que apenas as operadoras que enviam as informações periódicas dessa natureza – por meio do Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de

Saúde (DIOPS) - são passíveis de acompanhamento. Todas as operadoras têm de enviar as informações para a Agência Nacional de Saúde Suplentar (ANS), com periodicidade trimestral. A execução foi satisfatória e significativamente superior ao ano de 2006, considerando os portes das operadoras, sendo que as operadoras de pequeno porte apresentaram incremento de 13%. Os índices alcançados foram os seguintes: grande porte, 191/202; médio porte, 643/679; pequeno porte, 2266/2241.

5. ÍNDICE DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE OPERADORAS DE GRANDE PORTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Observar análise e justificativa do indicador Índice de Concessão de Autorização de Funcionamento de Operadoras de Pequeno Porte.

6. ÍNDICE DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE OPERADORAS DE MÉDIO PORTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Observar análise e justificativa do indicador Índice de Concessão de Autorização de Funcionamento de Operadoras de Pequeno Porte.

7. ÍNDICE DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE OPERADORAS DE PEQUENO PORTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O registro de operadoras, que passou a substituir o índice de concessão de autorização de funcionamento, obteve incrementos importantes em 2007, ainda que não tenha atingido a meta estabelecida para o indicador original. As operadoras de pequeno e médio porte apresentaram aumento de 7% a 8% em relação ao ano anterior, enquanto que as operadoras de grande porte exibiram incremento de 33%. A meta proposta pelo contrato de gestão para esse indicador foi de 75%. Dessa forma, as operadoras de grande porte teriam cumprido a meta. (Grande Porte, 67/87; Médio Porte, 113/296; Pequeno Porte, 271/1.144).

8. TAXA DE OPERADORAS FISCALIZADAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Com relação à taxa de operadoras fiscalizadas (661/1.629), houve redução significativa em relação ao ano anterior, refletindo o novo enfoque da fiscalização, das mudanças metodológicas no processo fiscalizador, com maior ênfase na mediação ativa entre beneficiários e operadoras traduzindo-se na reparação voluntária e eficaz; na melhor delimitação entre as atribuições coletivas e individuais na interface com os órgãos de

defesa do consumidor; na maior interação com os sindicatos e os planos coletivos; na transformação de uma fiscalização punitiva para uma fiscalização regulatória, com maior celeridade na resolução de conflitos.

9. TAXA DE REGULARIZAÇÃO DO REGISTRO DE PLANO DE SAÚDE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Com relação à taxa de regularização dos produtos, houve impacto importante em 2007, passando de 45% para 83%, sendo que o esperado ao final do PPA era de 60%. Já existe um total de 17.377 produtos (planos de saúde) com registros provisórios regularizados e 1.337 produtos com novos registros concedidos no mercado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa foi criado devido à necessidade de implementar, com base na Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, a regulação e a fiscalização da assistência médica, odontológica, ambulatorial, hospitalar e farmacêutica, prestada aos usuários de planos e seguros privados de saúde.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Acompanhamento econômico-financeiro efetivo - 95%.

- Melhoria nas taxas de registros de operadoras (77% para as operadoras de grande porte).

- Novo enfoque da fiscalização, com a transformação de uma fiscalização punitiva para uma fiscalização regulatória, com maior celeridade na resolução de conflitos.

- Registro de produtos superou amplamente a meta.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A transformação de uma fiscalização punitiva para uma fiscalização regulatória gerou maior celeridade na resolução de conflitos. Todavia, a fiscalização mais reativa e o índice de denúncias não influenciaram os indicadores.

Os recursos orçamentários, considerados suficientes, foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

Houve execução física de 80% a 100% do previsto na LOA 2007. Para facilitar o monitoramento do desempenho físico das ações, implantou-se um Núcleo de Integração Estratégica da ANS que conta com a participação de representantes de todas as diretorias.

Utiliza-se o sistema de apoio ao planejamento com o objetivo de acompanhamento do planejamento estratégico da entidade e dos projetos em desenvolvimento, utilizando a metodologia do quadro lógico, o que contribui com o monitoramento das metas físicas. O sistema encontra-se em processo de revisão. A existência de um banco de dados de indicadores de desempenho do contrato de gestão permite o acompanhamento trimestral das metas. Muitos desses indicadores fazem parte das metas referentes às ações do PPA. São 27 indicadores, sendo que 89% do total cumpriram suas metas anuais. Também são utilizados, como mecanismos de monitoramento, o Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Ações em Saúde (SISPLAM), o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e o relatório de gestão que, no ano de 2008, serviu como base para o alinhamento entre as ferramentas de planejamento e, portanto, para a avaliação do alcance das metas.

Em relação aos mecanismos de participação social, a Ouvidoria é um canal de comunicação entre a sociedade e a ANS. Além disso, há previsão, no regimento da ANS, de realização de audiências e instalação de câmaras técnicas para subsidiar o processo decisório que implicar efetiva afetação de direitos sociais do setor de saúde ou dos consumidores, decorrentes de ato administrativo da Agência ou de anteprojeto de lei proposto pela ANS.

Com a finalidade de conhecer as demandas genuínas dos protagonistas e balizar suas decisões, a ANS disponibiliza as minutas das regulamentações a serem publicadas em consultas públicas para comentários e sugestões dos interessados. Já foram realizadas 28 consultas.

Discussões também ocorrem na Câmara de Saúde Suplementar (CSS), órgão consultivo formado por representantes de todos os segmentos da sociedade que protagonizam as relações no setor. Criada originalmente pela Lei 9.656/98, desde então a CSS se reúne periodicamente e, em 2000, tornou-se órgão consultivo da ANS. A ANS criou, através da Diretoria de Desenvolvimento Setorial (Dides), o Comitê de Padronização das Informações em Saúde Suplementar (COPISS) que tem por finalidade promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do padrão Troca de Informações em Saúde Suplementar (TISS), e da troca eletrônica de informações entre as operadoras de planos de saúde, os prestadores de serviços de saúde e a ANS, através de processo participativo e democrático de construção e busca de consenso entre os diversos atores envolvidos na saúde suplementar.

Além disso, a Agência organiza oficinas com operadoras promovendo encontros regionais onde são apresentados as rotinas de trabalho da ANS e os esclarecimentos sobre os normativos, servindo como forma de aproximação e resolução de problemas locais. O Programa Parceiros da Cidadania possibilitou encontros dos técnicos da ANS com os Procons atuantes nas diversas regiões do País para apresentação da legislação e delimitação de atribuições e competências. Foi realizado seminário em São Paulo (SP), com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outros dois encontros ocorreram, respectivamente com a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e Força Sindical. O objetivo dos seminários é informar sobre a saúde suplementar e superar preconceitos, pois os trabalhadores tendem a perceber o setor como concorrente do setor público de saúde, embora a maior parte da clientela dessas centrais sindicais tenha plano de saúde.

Logo, a participação social possibilita uma maior aproximação dos atores com a ANS, o que facilita o alcance das metas. Existe, ainda, pesquisa de satisfação junto aos beneficiários, que ainda está em processo de avaliação dos resultados.

O aperfeiçoamento do contrato de gestão, ou seja, o monitoramento de diversas dimensões, macro e micro institucionais, permitiu maior detecção e correção de problemas. Houve, também, utilização dos parâmetros do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública) para a elaboração do contrato de gestão.

A elaboração do novo PPA 2008-2011 contribuiu, de certa maneira, para o aprimoramento da especificidade do Programa, ressaltando a qualificação da saúde suplementar.

Entende-se ser necessária a alteração do objetivo do Programa de forma a adequá-lo ao problema, a especificação dos segmentos da sociedade potencialmente beneficiados pelo Programa e a adequação das ações ao objetivo previsto para o Programa.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e gestão (MP) registra que as recomendações propostas foram viabilizadas durante o processo de elaboração do PPA 2008-2011, conduzindo à alteração da denominação do Programa para Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar.

ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

GERENTE DO PROGRAMA

José Carvalho de Noronha

OBJETIVO

Expandir o Saúde da Família e a rede básica de saúde, mediante a efetivação da política de atenção básica: resolutiva, integral e humanizada.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 7.906.673.580,00	Empenho Liquidado:	R$ 7.380.728.693,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 7.380.728.693,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	porcentagem DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde Bucal - Porcentagem	26.60	34.90	39.80	40.90	60.00	68,17%
2. Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde da Família - Porcentagem	39.00	44.40	46.20	46.60	53.00	87,92%
3. Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde da Família em Municípios com Mais de 100.000 Habitantes – Porcentagem	26.80	29.38	31.40	31.40	41.00	76,59%

1. TAXA DA POPULAÇÃO COBERTA POR EQUIPES DE SAÚDE BUCAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Foi alcançado o índice de 60,2% da meta prevista para o período, o que se considera um resultado satisfatório, tendo em vista as dificuldades ocasionadas pela mudança no sistema de cadastro das equipes de Saúde da Família, migrando as informações para o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

2. TAXA DA POPULAÇÃO COBERTA POR EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Foi alcançado o índice de 88% da meta prevista para o período o que se considera um resultado satisfatório, tendo em vista as dificuldades ocasionadas pela mudança no sistema de cadastro das equipes de Saúde da Família, ocorrida com a migração das informações para o SCNES.

3. TAXA DA POPULAÇÃO COBERTA POR EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA EM MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100.000 HABITANTES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Foi alcançado o índice de 52,2% da meta prevista para o período, o que se avalia como um resultado satisfatório, considerando as dificuldades ocasionadas pela mudança no sistema de cadastro das equipes de Saúde da Família, ocorrida com a migração das informações para o SCNES. Além disso, o modelo organizacional de assistência à saúde nos grandes centros dificulta a implantação da estratégia do Programa Saúde da Família.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O acesso insuficiente da população às ações básicas e aos serviços de saúde – com destaque para a baixa cobertura dos procedimentos odontológicos sobre a população – o predomínio do modelo de atenção à saúde centrado no hospital, e a baixa integralidade e resolubilidade das ações e serviços de saúde demandam uma intervenção articulada e integrada dos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS), em busca da reorganização desse modelo. Para tanto, torna-se necessária a implementação de medidas estruturantes que possam efetivamente garantir à população serviços básicos de saúde que sejam acessíveis, oportunos, resolutivos e humanizados. Nesse sentido, foi concebido o Programa Atenção Básica em Saúde, no qual está previsto o desenvolvimento de ações destinadas ao reordenamento do modelo de atenção à saúde, com ênfase no fortalecimento da gestão descentralizada da atenção básica e na consolidação da estratégia de saúde da família.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Foram implantadas 595 novas equipes de Saúde da Família, totalizando 27,3 mil equipes de Saúde da Família em 5,1 mil Municípios, cobrindo 46,6% da população brasileira, o que corresponde a cerca de 87,7 milhões de pessoas acompanhadas. O desenvolvimento da Estratégia Saúde da Família no Brasil, ao longo dos anos, vem possibilitando alguns resultados importantes tais como:

a) redução da desigualdade nos valores da taxa de mortalidade infantil;

b) aumento da cobertura vacinal por tetravalente;

c) queda na taxa de internações por acidente vascular cerebral;

d) aumento na proporção de nascidos vivos de mães com quatro ou mais consultas de pré-natal.

• Foram implantadas 608 novas equipes do Programa Saúde Bucal, totalizando 15,6 mil equipes do Programa de Saúde Bucal em 4,3 mil Municípios, cobrindo 40,9% da população brasileira, o que corresponde a cerca de 76,9 milhões de pessoas acompanhadas.

• 210,9 mil agentes comunitários de saúde acompanharam em 5,2 mil Municípios, cerca de 106,9 milhões de pessoas, o que representa 56,8% da população brasileira.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Destaca-se que a Estratégia Saúde da Família está promovendo a eqüidade, um dos princípios mais importantes do SUS. Esta estratégia tem maior cobertura em Municípios de índice de desenvolvimento humano (IDH) mais baixo e está conseguindo aproximar os indicadores desses, de outros municípios de IDH mais alto, reduzindo a brecha existente entre estes dois grupos. Segundo avaliação do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), o grande acerto brasileiro refere-se a escolha do modelo de atenção à saúde: decisão de sair do modelo hospitalar para um modelo que prioriza a saúde da família, a saúde da comunidade, a prevenção, e as ações simples e baratas, com alto impacto sobre a vida das crianças. De acordo com o UNICEF, o Programa Saúde da Família, cujos agentes comunitários atendem 58% do Território Nacional, em especial as regiões mais vulneráveis, foi um dos destaques do relatório mundial.

Em função da promulgação da Lei 11.350, de 05 de outubro de 2006, que trata da obrigatoriedade de contratação por meio de concurso público dos agentes comunitários de saúde (ACS) e considerando a mudança do sistema de informações, houve uma redução no quantitativo de ACS no ano de 2007. Em dezembro de 2006 eram 219.492 ACS e ao final de 2007, o total de ACS era de 210.964, isto é, 8.528 ACS deixaram de ser informados no sistema de informações.

São realizadas, sistematicamente, reuniões de trabalho e avaliação pelas coordenações que compõem o Departamento de Atenção Básica, assim como reuniões da Diretoria Colegiada. O Departamento de Atenção Básica dispõe de consultores que regularmente realizam visitas *in loco*, visando prestar cooperação técnica a Estados, Municípios e ao Distrito Federal na organização de ações de Atenção Básica em Saúde.

O Departamento de Atenção Básica dispõe ainda dos seguintes sistemas informatizados para monitoramento das ações:

a) Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) – por meio do SIAB obtêm-se informações sobre cadastros de famílias, condições de moradia e saneamento, situação

de saúde, produção e composição das equipes de saúde mensalmente. Atualmente, é o principal instrumento de monitoramento das ações do Programa Saúde da Família e do PACS;

b) SIS-Pacto – aplicativo que permite a pactuação e o acompanhamento de metas do Pacto pela Saúde;

c) PACTO-AB – constitui-se em um instrumento formal de negociação entre gestores das três instâncias de governo (Municipal, Estadual e Federal) tomando como objeto de negociação metas anuais a serem alcançadas em relação a indicadores de saúde previamente acordados e traduz um esforço crescente de buscar indicadores mais representativos e robustos para a avaliação da atenção básica;

d) SIS-Hiperdia – aplicativo que permite o cadastramento de pessoas com hipertensão arterial e diabetes Mellitus;

e) Sistema de Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde é a base cadastral para operacionalizar os sistemas de informações em saúde hospitalar e ambulatorial, imprescindíveis a um gerenciamento eficaz e eficiente. Propicia ao gestor o conhecimento da realidade da rede assistencial existente e suas potencialidades, visando auxiliar no planejamento em saúde, em todos os níveis de governo;

f) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) - são preenchidos regularmente os relatórios de acompanhamento solicitados pelo SIGPLAN, bem como, o sistema de acompanhamento desenvolvido pelo Ministério da Saúde (MS) – Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação nas Ações de Saúde (SISPLAM).

Além disso, no final de cada período, o Departamento de Atenção Básica apresenta um relatório de gestão.

Quanto ao cumprimento das metas físicas, houve execução de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. O resultado alcançado no período foi de 94% da meta proposta. Houve um crescimento de 595 equipes de Saúde da Família e 608 equipes de Saúde Bucal, totalizando 27,3 mil equipes de Saúde da Família em 5,1 mil Municípios, cobrindo 46,6% da população brasileira, o que corresponde a cerca de 87,7 milhões de pessoas acompanhadas. As 15,6 mil equipes do Programa de Saúde Bucal em 4,2 mil Municípios cobrem 40,9% da população brasileira, o que corresponde cerca de 76,9 milhões de pessoas acompanhadas. Além disso, 210,9 mil ACS acompanharam, em 5,3 mil Municípios, cerca de 106,9 milhões de pessoas, o que representa 56,8% da população brasileira.

Considerando as mudanças ocorridas no sistema de informações, os recursos disponíveis para o ano foram suficientes. Em relação à maioria das ações do Programa, os recursos foram liberados, ao longo do exercício, conforme programado. Recursos não orçamentários

foram utilizados no custeio de passagens e diárias para o deslocamento de técnicos visando a avaliação e monitoramento das ações do Programa.

Entretanto, houve insuficiência de equipamentos para a execução das tarefas com maior qualidade, observando-se a necessidade de readequação de espaço físico para acomodação dos profissionais que atuam na gerência. Identifica-se ainda por meio de avaliações realizadas, a inadequação dos equipamentos utilizados pelas equipes de Saúde da Família e a falta de infra-estrutura nas unidades básicas de saúde.

Apesar desse contexto, o desempenho da execução das ações e o cumprimento das metas acordadas vêm sendo satisfatórios, pois as ações que concentram mais recursos são implementadas de forma descentralizada. Ao se considerar o percentual de cumprimento da meta de cada ação, conclui-se que o desempenho foi de médio para alto. Por meio de instrumentos de controle e avaliação, os entes executores propiciam as informações necessárias para o acompanhamento do desempenho das ações. Atualmente, mais de 5.000 Municípios alimentam mensalmente o SIAB e o SCNES.

Quanto aos recursos humanos, em função da expansão da estratégia, há a incorporação de profissionais de distintas categorias, existindo a necessidade contínua de educação permanente para o aprimoramento da equipe gestora do Programa.

A qualificação dos profissionais das equipes de Saúde da Família constitui-se em uma ação estratégica para transformação das práticas de saúde, propiciando a mudança do modelo de atenção no caminho da integralidade e a maior resolubilidade da atenção básica. As áreas temáticas do elenco de capacitações das equipes de saúde da família são bastante diversificadas, dependendo das necessidades regionais. No entanto, a partir da definição das áreas estratégicas da atenção básica, o MS estimulou que as equipes fossem capacitadas em um elenco mínimo de conteúdos, definidos no processo de discussão da organização e ampliação da atenção básica: saúde da criança, saúde da mulher, controle de hipertensão, diabetes, tuberculose e hanseníase, saúde bucal, saúde do idoso, eliminação da desnutrição infantil e promoção da saúde. Para a execução das ações existe a necessidade contínua de educação permanente para o aprimoramento das equipes.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Pela Ouvidoria do SUS, o MS possibilita a participação social por meio de sugestões, denúncias e reclamações sobre a execução do Programa Saúde da Família nos Municípios. Além disso, realizam-se reuniões com a sociedade civil organizada, entidades de classes e conselhos. Todas as definições em relação ao Programa Saúde da Família são discutidas e pactuadas no Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde (CONASS) e no Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (CONASSEMS).

A participação social tem contribuído para a melhoria da execução do Programa Saúde da Família, na medida em que cobra a efetiva realização das ações previstas. Ao incentivar a participação das lideranças em todas as fases de operacionalização do Programa Saúde da Família, as equipes valorizam as potencialidades locais e contribuem para elevar o capital

social das populações atendidas. É importante lembrar ainda, que para adesão do município ao Programa Saúde da Família é exigida sua aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde, a quem compete acompanhar todo o desenvolvimento da política local de saúde.

A responsabilidade pela execução do Programa Saúde da Família é da esfera Municipal, cabendo em primeira instância a esse nível de gestão avaliar a satisfação dos beneficiários. Em alguns Municípios, esse tipo de consulta já é realizado e utilizado para redirecionar algumas ações e, principalmente, a postura dos profissionais. O Departamento de Atenção Básica, como coordenação nacional da estratégia de Programa Saúde da Família ainda não implantou de forma sistemática um processo de consulta aos usuários para mensurar seu grau de satisfação com a prestação de serviços.

Decisões pactuadas com diversos colegiados, entre eles CONASS e CONASEMS, sistemas de informação para monitoramento e avaliação dos três níveis de gestão, além do fomento às pesquisas pelo MS, têm sido instrumentos sólidos, representativos e abrangentes para a tomada de decisão.

ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÕES DE URGÊNCIAS, VIOLÊNCIAS E OUTRAS CAUSAS EXTERNAS

GERENTE DO PROGRAMA

José Carvalho de Noronha

OBJETIVO

Implementar políticas públicas destinadas à melhoria da qualidade da atenção à saúde da população em situações de urgências, violências e outras causas externas.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 314.339.800,00	Empenho Liquidado:	R$ 226.187.395,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 226.187.395,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Letalidade Hospitalar por Causas Externas – 1/100	-	2.66	2.64	2.70	2.29	-
2. Coeficiente de Letalidade Hospitalar por Urgências - 1/100	-	0.00	42.10	3.60	36.50	-

1. COEFICIENTE DE LETALIDADE HOSPITALAR POR CAUSAS EXTERNAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O indicador é inadequado ao acompanhamento das ações do Programa, pois não permite o acompanhamento dos processos e dos resultados das ações nos três eixos definidos na estruturação da política.

Observa-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice deste indicador ao longo do tempo.

2. COEFICIENTE DE LETALIDADE HOSPITALAR POR URGÊNCIAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Indicador inadequado ao acompanhamento das ações do Programa pois não permite o acompanhamento dos processos e dos resultados das ações nos três eixos definidos na estruturação da política.

Observa-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice deste indicador ao longo do tempo.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Estudos epidemiológicos de diversos autores mostram que, nos últimos 50 anos, a condição de vida e de morte da população brasileira sofreu mudanças bastante significativas. Os indicadores estão em pleno processo de transição, posto que doenças não-transmissíveis estão avançando progressivamente a cada ano e entre elas, as causas externas. As causas externas ocuparam em 2000 o segundo lugar entre as cinco principais causas de mortalidade global no País. Observa-se o aumento no número de mortes violentas, e se percebe que melhores esclarecimentos das causas desta mortalidade, através de estudos e/ou pesquisas específicas, podem induzir políticas voltadas à prevenção e atenção integral aos fatos. Dentre as causas externas, observa-se o predomínio dos casos de violências - aproximadamente 28% do total - e dos acidentes de trânsito - 26%. Para as demais causas, também importantes, somaram outras mortes violentas, como o suicídio, as mortes por causas indeterminadas, as quedas e outras. As causas externas de mortalidade são mais expressivas nas regiões metropolitanas; 75% dos casos de morte ocorrem em centros urbanos e afetam principalmente adolescentes e adultos jovens. Essa situação tem forte impacto sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre a sociedade, demandando o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas, articuladas e integradas, para o seu enfrentamento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- No ano de 2007, foram implantados 14 novos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), que adicionados aos 111 já existentes, totalizaram em 125 serviços habilitados. A cobertura populacional cresceu de 91,7 milhões de habitantes atendidos em 2006 para 96,08 milhões de habitantes no ano de 2007, distribuídos em 944 municípios. Todas as capitais foram incluídas no Projeto SAMU 192, exceto Boa Vista (RR) com previsão de implantação no ano de 2008.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

A meta programada para o ano de 2007 era de 136 serviços em todo o território brasileiro, porém, devido a pendências técnicas nos projetos e a quantidade insuficiente de profissionais na Coordenação-Geral de Urgência e Emergência, no Departamento de

Atenção Especializada e na Secretaria de Atenção à Saúde (DAE/SAS/MS), em função de prazo de licitação, de atrasos na disponibilização de recursos de capital e de dificuldades de os Municípios se prepararem para a estruturação das unidades, foi necessário alongar o prazo de implementação. Este fato se reflete na execução física das metas, que ficou abaixo de 40% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. No entanto, estes últimos 11 SAMUs somar-se-ão ao grupo de 2008, ficando, assim, para o próximo ano, a habilitação de 66 novos projetos, que já se encontram em fase de análise e organização, alguns já receberam os recursos para construção e/ou reforma da Central de Regulação Médica de Urgência, e de acordo com o avanço das pendências técnicas operacionais, serão liberadas as ambulâncias e os equipamentos para as Unidades de Suporte Avançado (USA).

A alta execução financeira e a baixa execução física correspondem a compras centralizadas e implementação descentralizada em Municípios com baixa capacidade operacional e de gestão. A baixa execução pode ser atribuída ao fato de que 20 unidades do SAMU aguardam habilitação devido a problemas de infra-estrutura, de conformação de equipes e de cumprimento de requisitos legais e de organização das centrais de regulação. Esta dificuldade de efetiva implementação indica a necessidade de uma revisão de processos de trabalho e de implementação de estratégias de suporte e de apoio ao desenvolvimento de capacidade gestora em todas as esferas envolvidas no Programa.

Os recursos orçamentários executados foram suficientes, sendo liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Contudo, o valor da Gestão e Administração do Programa (GAP) é inadequado ao porte do Programa levando a uma distorção na aplicação de recursos, principalmente das ações de cooperação técnica que passam a ser utilizadas também para custeio administrativo do Programa.

Para fins de monitoramento das ações, são realizadas visitas *in loco* para o acompanhamento da preparação de infra-estrutura, conformação das equipes e o atendimento dos critérios relativos ao funcionamento das unidades do SAMU. Além disso, sistemas informatizados se encontram em implantação tanto para a regulação das urgências como para monitoramento e avaliação das ações. Devem ser utilizados ainda para a articulação com os sistemas administrativos. Registra-se também o fato de que o componente "urgência" faz parte dos relatórios de gestão dos Estados e dos Municípios. São ainda formulados relatórios anuais pela coordenação de urgência do MS, para o acompanhamento da execução pela Casa Civil da Presidência da República, já que se trata de Programa prioritário do Governo.

Os mecanismos de monitoramento permitem a identificação de algumas dificuldades para o alcance da meta proposta, quais sejam:

a) problemas na gestão dos municípios levando à dificuldade no cumprimento dos requisitos para habilitação;

b) atrasos nos processos licitatórios decorrentes de demandas judiciais e impugnações de licitações;

c) baixa capacidade de gestão e implementação nos Municípios e dificuldades de apoio e acompanhamento às ações do Programa por problemas no desenvolvimento dos sistemas de informações para regulação e acompanhamento, e na integração com os sistema de acompanhamento e gestão da produção de serviços do MS;

d) dificuldades de integração e de acompanhamento entre a gerência do Programa e os executores descentralizados, e entre a gerência do Programa e outras ações do departamento relacionadas a gestão hospitalar e ao fortalecimento e organização da rede de serviços. Parte desta dificuldade deve-se ao vulto que tomou a iniciativa SAMU em relação ao conjunto das ações previstas na política de urgência.

No que tange a participação social, como o foco do Programa está na iniciativa do SAMU, com priorização de urgências graves, a interlocução e interação ocorrem com a rede de serviço e com os gestores. A satisfação de seus beneficiários é avaliada no contato dos usuários do Programa por meio do telefone do SAMU 192.

Apesar de o Programa estar baseado em uma meta abrangente de atenção às urgências e emergências, expresso em uma política formalmente definida e divulgada, não houve condições operacionais e capacidade de intervenção suficiente para a realização de ações dos três eixos definidos. Isto levou inicialmente a priorização e depois a concentração apenas no eixo pré-hospitalar móvel. Foram adiadas as ações relacionadas ao pré-hospitalar fixo, a atenção hospitalar em urgência e a estruturação de processos e formação de núcleos de capacitação em urgência. Dessa forma, sugere-se a atualização das ações para correspondência à política proposta.

Os indicadores foram considerados inadequados, portanto devem ser revistos para permitir o acompanhamento dos processos e dos resultados das ações nos três eixos definidos na estruturação da política.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) observa que ações deste Programa serão executadas no Programa Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada, no PPA 2008-2011.

ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE

GERENTE DO PROGRAMA

José Carvalho de Noronha

OBJETIVO

Garantir o acesso e a integralidade dos cuidados em saúde, de forma hierárquica e regionalizada, por meio da redefinição do perfil do serviço de saúde de média e alta complexidade e da mudança do modelo de alocação de recursos.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.239.728.033,00	Empenho Liquidado:	R$ 566.513.673,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 566.513.673,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Captações de Órgãos e Tecidos – 1/1.000.000	-	-	66.93	6.20	25.00	24,80%
2. Índice de Consultas Especializadas - Consulta *per capita*	-	0.47	0.49	0.37	0.48	77,08%
3. Índice de Transplantes Realizados no Sistema Único de Saúde - 1/1.000.000	-	-	60.50	79.00	120.00	65,83%

1. ÍNDICE DE CAPTAÇÕES DE ÓRGÃOS E TECIDOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Considerando a dimensão de referência e a produção do período, realizou-se 94% do programado, o que equivale a 6,2% em relação ao parâmetro. Foram consideradas, para o índice em questão, apenas as doações a partir de doadores cadáveres.

2. ÍNDICE DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

De acordo com os parâmetros definidos pela Portaria GM n º 1.101, de 12 de junho 2002, onde o número total de consultas especializadas é o equivalente a 22% do total de consultas médicas e considerando a produção no período, realizou-se 90% do programado, o que equivale a 20% do índice (parâmetro) estabelecido.

3. ÍNDICE DE TRANSPLANTES REALIZADOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Considerando a dimensão de referência e a produção do período, houve um crescimento de 15% acima da produção do ano anterior. Foi projetado o número de transplantes realizados atingindo aproximadamente 15.322.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa foi criado pela necessidade de implantação/implementação de políticas para o enfrentamento dos problemas relacionados à:

a) baixa qualidade do atendimento; iniqüidade no acesso da população aos serviços e ações de saúde;

b) falta de integralidade das ações e serviços de saúde no SUS;

c) insuficiente capacidade instalada da rede de serviços de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar em determinadas regiões.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Implantação de centros de alta complexidade em oncologia (Cacon): há três processos em andamento e dois novos contratos, porém há dificuldade no alcance da meta em virtude da insuficiência de recursos financeiros.

• Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes (SNT) e habilitação da rede de prestadores que realizam transplantes.

• Rede Nacional de Informações em Transplantes – 100% interligada.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As reuniões de trabalho são tarefas dinâmicas no Departamento de Atenção Especializada, onde o monitoramento das ações programadas é parte integrante do planejamento e adequação das ações executadas. Em casos específicos, como avaliação de unidades para habilitação de serviços de saúde, como no caso da oncologia, são realizadas visitas *in loco*. Além disso, o Departamento de Atenção Especializada, no período de novembro a janeiro de cada ano, elabora em conjunto com a Secretaria de Atenção a Saúde (SAS) seu respectivo relatório de gestão, contemplando inclusive ações e tarefas previstas no PPA.

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram considerados insuficientes e seu fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. A descontinuidade do fluxo financeiro inviabilizou os investimentos na rede federal e gerou gargalos na seleção e no processamento de projetos e demandas de convênios, além de comprometer processos de negociação com Estados e Municípios para projetos com execução por outros mecanismos como a transferência fundo a fundo e o pagamento por procedimentos. Do volume total de recursos alocados no orçamento nesta ação, 89,67% correspondem a convênios. Destes, a execução, considerando empenho, foi de 92,29%. Considerando o valor total e as diferentes modalidades de aplicação, a execução foi de 82,75%.

Os valores da ação de Gestão e Administração do Programa (GAP) também são inferiores ao necessário para a realização das atividades necessárias para a realização do Programa.

Os espaços físicos, bem como os recursos materiais, são insuficientes e/ou inadequados para atender as necessidades operacionais do Departamento e das Coordenações. Há insuficiência de recursos humanos no Departamento, agravada principalmente pela exigência do não vínculo público para a contratação dos consultores e técnicos, o que, agregado à rotatividade desses profissionais, traz como resultado a ampliação dos prazos de execução das ações programadas. Dessa forma, há dificuldade na manutenção de profissionais qualificados.

Neste Programa, a totalidade das ações é de âmbito nacional, sendo que algumas ações são direcionadas a entidades específicas. Ainda que apresente algumas falhas, a integração entre a gerência do Programa e os entes executores ocorreu de maneira satisfatória.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Rotineiramente, o Ministério da Saúde (MS), em especial o Departamento de Atenção Especializada, realiza reuniões com sociedades médicas, associações de pacientes e entidades não-governamentais, além de discussões com o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde e o Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde, visando estabelecer parcerias para o alcance do objetivo estabelecido para o Programa.

A participação da sociedade no Programa reflete-se de maneira contínua nas ações desenvolvidas pelo MS, uma vez que o resultado das discussões é utilizado na adequação das ações e políticas desenvolvidas por este Ministério.

Da maneira que o Programa está estruturado, evidenciará benefícios à população a médio e longo prazo, tendo em vista que inclui ações que buscam essencialmente aumentar a acessibilidade do público-alvo aos serviços de atenção especializada.

A gerência do Programa destaca a necessidade de melhor especificação de seu público-alvo, tendo em vista o termo "sociedade" ser muito abrangente, de adequação do atual formato do Programa, em virtude da dificuldade de regionalização das ações programadas e de alteração do número de ações previstas no Programa, pois as ações programadas não refletem o total de ações desenvolvidas pelo Departamento para alcançar o objetivo do Programa.

Os indicadores devem ser adequados e ampliados às ações programadas e executadas pelo Departamento, previstas no Programa Mais Saúde (MS) e no Pacto Pela Saúde.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) observa que ações deste Programa serão executadas no Programa Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada, no PPA 2008-2011.

ATENÇÃO HOSPITALAR E AMBULATORIAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

GERENTE DO PROGRAMA

José Carvalho de Noronha

OBJETIVO

Ampliar o acesso da população aos serviços ambulatoriais e hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS), na busca da eqüidade, da redução das desigualdades regionais e da humanização de sua prestação.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 22.658.480.497,00	Empenho Liquidado:	R$ 22.166.333.458,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 22.166.333.458,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 250.000.000,00	R$ 551.823.135,00	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Leitos Disponibilizados – 1/1.000	2.10	-	2.03	2.60	2.60	100%
2. Consulta por Habitante - Consulta *per capita*	1.70	-	2.32	2.00	2.00	100%
3. Taxa de Cobertura de Internação Hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS) - Porcentagem	6.30	-	6.34	7.00	7.00	100%

1. COEFICIENTE DE LEITOS DISPONIBILIZADOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O parâmetro de necessidade de leitos é de 2,5 a 3,0 leitos para cada 1.000 habitantes. Em 2007, o coeficiente de leitos disponibilizados apurado foi de 2,6, alcançando o índice previsto.

2. ÍNDICE DE CONSULTA POR HABITANTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O parâmetro de cobertura de consultas por habitante é de duas a três consultas por habitante por ano. Em 2007, o valor apurado foi de duas consultas por habitante por ano, alcançando o índice previsto.

3. TAXA DE COBERTURA DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

No exercício 2007, a taxa de cobertura de internação foi 7%, considerando o número de internações hospitalares e a população. Este índice indica redução nas hospitalizações, coerente com o fortalecimento da atenção básica e ao crescimento dos atendimentos ambulatoriais no SUS.

CONTEXTUALIZAÇÃO

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é dever do Estado o desenvolvimento de políticas públicas que garantam o acesso universal e igualitário da população às ações e serviços de saúde para sua promoção, proteção e recuperação. O financiamento dessas ações e serviços provém dos recursos da seguridade social e de outras fontes, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O cumprimento desse dever por parte da esfera federal pressupõe o repasse de recursos financeiros federais aos Estados e Municípios para o custeio da atenção à saúde no SUS, bem como a regulação desta atenção como forma de garantir a eqüidade na atenção integral, a redução das desigualdades regionais, e a ampliação do acesso da população às ações e serviços de saúde.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Ampliação e qualificação do acesso da população aos serviços de assistência à saúde.
Implantação de complexos reguladores que tem por objetivo final regular o acesso da população aos serviços e organizar o seu fluxo.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

Na Ação Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde, a meta adotada tem por unidade de medida o número de atendimento prestado pelos hospitais da Rede Sarah. Esta meta não expressa corretamente o que se pretende monitorar e avaliar por apresentar um erro conceitual na sua formulação. No que diz respeito às formas de prestação de serviços de assistência à saúde, há uma diferença entre "procedimento

realizado" e "atendimento realizado". O que se deve monitorar, neste caso, é o número de procedimentos realizados, por expressar melhor o objeto do contrato de gestão firmado entre o MS e a Rede Sarah. Uma das metas de avaliação do contrato denominada "serviços prestados" é medida pelo número de procedimentos realizados pelos hospitais que compõem a Rede Sarah. No ano de 2007, a meta é de 11.813.379 procedimentos, número que poderá ser verificado nos bancos de dados nacionais – Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e SUS – assim que sua base estiver completa.

A meta física da ação não expressa o que se pretende avaliar. A Rede Sarah de Hospitais do Aparelho locomotor firmou um contrato com o MS em que uma das metas de avaliação do contrato é quantificada por meio de "procedimentos realizados". O MS conta com o SIA, SIH e SUS, que são sistemas informatizados capazes de monitorar, por meio do registro da produção, o desempenho de todos os prestadores de serviços do SUS, onde a produção é medida por "procedimento realizado", sendo impossível a extração da informação por "atendimento realizado".

Este Programa tem como objetivo a descentralização de recursos para Estados, Municípios e o Distrito Federal, visando a ampliação do acesso da população aos serviços de saúde. O MS desenvolveu os SIA, SIH e SUS, de alimentação obrigatória pelos gestores locais do SUS, onde consta a produção de todos os estabelecimentos de saúde que prestam serviços ao SUS. Por meio deles pode-se verificar, entre outras coisas, se a população está sendo atendida.

A execução física das ações ficou acima de 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram suficientes, sendo liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação, sendo que os recursos da ação de Gestão e Administração do Programa (GAP) foram executados integralmente com publicações, eventos, passagens, diárias e com a efetivação de um termo de ajuste ao termo de cooperação técnica com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). O valor da ação GAP foi compatível com a execução do Programa.

Quanto aos recursos humanos das equipes executoras, observa-se a existência de poucos técnicos qualificados e capacitados para a execução do Programa.

O Programa viabiliza, ainda, o custeio de todas as ações especializadas no âmbito do SUS. A Ação Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade, em especial, trata da transferência direta de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde (FNS) aos fundos estaduais e municipais para o custeio da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar de forma descentralizada.

Os gestores estaduais e municipais de saúde alimentam periodicamente os sistemas de informação hospitalar e ambulatorial do SUS - SIH, SIA e SUS – com toda a produção em saúde realizada pelos prestadores de serviços que estão sob sua gestão.

Em termos de multissetorialidade, vale ressaltar a Ação Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica Mediante Cooperação com a Marinha do Brasil, que trata da transferência de recursos financeiros, por meio de um convênio, para que a Marinha do

Brasil realize o atendimento a população ribeirinha da Amazônia abrangendo cinco Estados da região Norte do País. Até 2007, os relatórios fornecidos pela Marinha do Brasil não estavam em formato compatível com os sistemas de informação ambulatorial e hospitalar do SUS, porém, o MS e a Marinha do Brasil já estão reunindo esforços para adequar as informações sobre os procedimentos realizados nos navios de assistência hospitalar.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O MS possui o serviço de Ouvidoria, que é um canal de articulação entre o cidadão que exerce seu papel no controle social e a gestão pública de saúde, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo SUS. Entre suas atribuições estão o recebimento das solicitações, reclamações, denúncias, elogios e sugestões encaminhadas pelos cidadãos e encaminhamento ao conhecimento dos órgãos competentes.

O SUS utiliza o mecanismo de consultas públicas para colher contribuições, tanto de setores especializados quanto da sociedade em geral, sobre as políticas e os instrumentos legais que orientarão as diversas ações no campo da saúde no País. A ferramenta de consulta pública abre a possibilidade de uma ampla discussão sobre diversos temas na área de saúde, permitindo que todo cidadão participe e contribua na construção do sistema de saúde brasileiro. Por meio da consulta pública, o processo de elaboração do documento é democrático e transparente para a sociedade.

Cabe ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) deliberar sobre a formulação de estratégia e controle da execução da política nacional de saúde em âmbito federal e sobre critérios para a definição de padrões e parâmetros assistenciais. Além disso, o CNS:

a) manifesta-se sobre a Política Nacional de Saúde (PNS) e decide sobre os planos estaduais de saúde;

b) quando solicitado pelos Conselhos Estaduais de Saúde resolve divergências levantadas pelos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, bem como por órgãos de representação na área da saúde;

c) realiza o credenciamento de instituições de saúde que se candidatem a realizar pesquisa em seres humanos;

d) estabelece as diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde em função das características epidemiológicas e da organização dos serviços;

e) acompanha a execução do cronograma de transferência de recursos financeiros, consignados ao SUS, aos Estados, Municípios e Distrito Federal;

f) aprova os critérios e valores para a remuneração dos serviços e os parâmetros de cobertura assistencial;

g) acompanha e controla as atividades das instituições privadas de saúde, credenciadas mediante contrato, ajuste ou convênio;

h) acompanha o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica na área de saúde, para a observância de padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sócio-cultural do País.

A participação social, entre outros aspectos, contribuiu para a implementação de políticas e programas de saúde, para adequação das práticas em saúde e para o aperfeiçoamento da gestão no SUS.

O MS desenvolveu o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde (PNASS) que dispõe de um módulo chamado avaliação da satisfação do usuário. Atualmente o Programa está passando por uma reformulação.

Há necessidade de substituição do texto referente à finalidade da Ação 6217 - Atenção à Saúde nos Hospitais da Rede Pública Federal, pela seguinte redação: garantir a oferta de ações e serviços de saúde nos Hospitais e Institutos da rede própria do Ministério da Saúde e no Grupo Hospitalar Conceição, como a realização de consultas especializadas, internações, cirurgias e transplantes, além de, no caso dos Institutos (INTO, INCA e INCL), promover as condições necessárias para que os mesmos possam desenvolver, nas suas respectivas especialidades, ações relacionadas à avaliação técnica de unidades/serviços que solicitam credenciamento em alta complexidade; à expansão da oferta de serviços; à formação de pesquisadores; entre outras, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) observa que ações deste Programa serão executadas no Programa Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada, no PPA 2008-2011.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE

GERENTE DO PROGRAMA

Reinaldo Felippe Nery Guimarães

OBJETIVO

Desenvolver e fomentar a pesquisa e a inovação tecnológica no setor de saúde e promover sua absorção pelas indústrias, pelos serviços de saúde e pela sociedade.

PÚBLICO-ALVO

Unidades gestoras e executoras do Sistema Único de Saúde (SUS), usuários dos serviços de saúde, instituições e organizações de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (C&TI/S) e profissionais de saúde, de ciência e tecnologia e inovação em saúde

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 241.755.488,00	Empenho Liquidado:	R$ 229.673.929,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 229.673.929,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Pesquisas Publicadas em Revistas de Relevante Importância para a Comunidade Científica - Porcentagem	-	86.80	71.00	90.60	80.00	113,25%
2. Número de Insumos e Produtos de Saúde Desenvolvidos pela Fiocruz – Unidade	-	2.00	2.00	16.00	19.00	84,21%
3. Número de Métodos e Processos em Saúde Pública Desenvolvidos pela Fiocruz – Unidade	-	34.00	26.00	63.00	50.00	126%
4. Número de Patentes Depositadas – Unidade	-	3.00	63.00	178.00	4.00	4.450%
5. Número de Pesquisas Realizadas na Região Nordeste – Unidade	-	137.00	70.00	162.00	210.00	77,14%
6. Número de Pesquisas Realizadas na Região Norte – Unidade	-	69.00	24.00	27.00	97.00	27,84%
7. Número de Pesquisas Realizadas na Região Sudeste – Unidade	-	2750.00	797.00	674.00	1313.00	51,33%

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
8. Taxa de Gasto Público com Pesquisas que Correspondam à Agenda de Prioridades de Pesquisa em Saúde - Porcentagem	-	-	50.00	100.00	50.00	200%
9. Taxa de Projetos de Pesquisa ou Desenvolvimento Tecnológico Executados pela Fiocruz alinhados com a Agenda Nacional de Pesquisa em Ciência & Tecnologia em Saúde - Porcentagem	-	100.00	100.00	100.00	100.00	100%

1. ÍNDICE DE PESQUISAS PUBLICADAS EM REVISTAS DE RELEVANTE IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE CIENTÍFICA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Considera-se que o índice de pesquisas publicadas também demonstra o bom desempenho científico da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

2. NÚMERO DE INSUMOS E PRODUTOS DE SAÚDE DESENVOLVIDOS PELA FIOCRUZ

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Considera-se que o número de insumos foi bem estimado e reflete a produção científica da Fiocruz.

3. NÚMERO DE MÉTODOS E PROCESSOS EM SAÚDE PÚBLICA DESENVOLVIDOS PELA FIOCRUZ

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Considera-se que o número de métodos e processos apresentados reflete a produção científica da Fiocruz.

4. NÚMERO DE PATENTES DEPOSITADAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O número de patentes foi subestimado quando da elaboração do PPA. O alcance acima da meta retrata a importante produção de patentes pelos cientistas da Fiocruz.

5. NÚMERO DE PESQUISAS REALIZADAS NA REGIÃO NORDESTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Estes dados demonstram que a Fiocruz priorizou a questão de trabalhar as desigualdades e iniqüidades do fomento à pesquisa numa região ainda carente de avanços científicos.

6. NÚMERO DE PESQUISAS REALIZADAS NA REGIÃO NORTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Estes dados espelham a necessidade de uma política de incentivo às regiões com carência na questão da produção científica e retratam a dificuldade inerente ao fomento à pesquisa na região Norte.

7. NÚMERO DE PESQUISAS REALIZADAS NA REGIÃO SUDESTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A região Sudeste, tradicionalmente, agrega os maiores centros de pesquisa científica e tecnológica do País. Os dados apresentados ficaram abaixo do esperado sugerindo que a priorização da Fiocruz foi distribuir o fomento a outras regiões do País.

8. TAXA DE GASTO PÚBLICO COM PESQUISAS QUE CORRESPONDAM À AGENDA DE PRIORIDADES DE PESQUISA EM SAÚDE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A Agenda Nacional de Pesquisa em Ciência & Tecnologia em Saúde foi construída de maneira participativa, entre gestores, pesquisadores e usuários, de forma a compor uma vasta gama de temas atendendo toda a cadeia de conhecimento. O alcance do índice acima do esperado revelou que as metas estavam subestimadas além de comprovar a abrangência e importância da Agenda.

9. TAXA DE PROJETOS DE PESQUISA OU DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EXECUTADOS PELA FIOCRUZ ALINHADOS COM A AGENDA NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA & TECNOLOGIA EM SAÚDE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A Agenda Nacional de Pesquisa em Ciência & Tecnologia em Saúde foi construída de maneira participativa, entre gestores, pesquisadores e usuários, de forma a compor uma vasta gama de temas atendendo toda a cadeia de conhecimento. O alcance do índice pela Fiocruz espelha sua atuação científica além de respaldar a importância e abrangência da Agenda.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A ausência de uma política pública e explícita de pesquisa em saúde, orientada pelas necessidades de saúde da população vem impedindo o aproveitamento do conjunto das potencialidades do esforço brasileiro em ciência, tecnologia e inovação e dificultando a adequada mobilização de recursos de incentivo. Nesse contexto, a definição de uma política de C&TI/S deve tratar de uma agenda que incorpore potencialmente todo o leque de pesquisa científica e tecnológica que tenha como finalidade imediata ou mediata o contribuir para a melhoria do estado de saúde da população brasileira.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS) - 531 projetos.

- Projetos apoiados por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – 69 projetos.

- Projetos apoiados por meio do Fundo Nacional de Saúde (FNS) - dois projetos.

- Projetos apoiados por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) - 20 projetos.

- Apoio a eventos científicos em saúde – 57 eventos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

O alcance de mais de 100% da meta deve-se ao fato de os recursos para projetos de pesquisa terem sido distribuídos, preferencialmente, através de chamadas públicas, o que propiciou que um maior número de propostas fossem avaliadas e fosse contratado um maior número de projetos com otimização dos recursos.

Para otimização das ações de avaliação e acompanhamento são realizados seminários para monitoramento dos projetos, onde os mesmos são agrupados segundo sua temática. Desta forma, técnicos do Departamento de Ciência e Tecnologia, das áreas técnicas do Ministério da Saúde (MS) e consultores com notório saber juntos acompanham e avaliam o andamento dos projetos apoiados.

Os técnicos do Departamento de Ciência e Tecnologia, periodicamente, visitam as instituições executoras dos projetos financiados para acompanhamento das ações desenvolvidas e, sempre que necessário, são convidados consultores *ad hoc* com expertise no tema em que o projeto é desenvolvido. Além disso, o Departamento de Ciência e Tecnologia está construindo um sistema de informação em que todas as ações e os projetos apoiados serão monitorados.

Atualmente, o Departamento insere, periodicamente, um conjunto de informações sobre o andamento das ações programáticas a que tem responsabilidade, no Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Ações em Saúde (SISPLAM). Ao final de cada ano, o Departamento produz um relatório de gestão, rico em informações, para que os gestores e pesquisadores tenham pleno conhecimento sobre as ações desenvolvidas durante o ano em exercício. Além dos instrumentos citados, é importante salientar que o monitoramento do desempenho físico é realizado de forma descentralizada, pois o Programa não está restrito a apenas um órgão: desenvolve-se em institutos, secretarias e fundações distintas. Sendo assim, cada local acompanha e monitora seus produtos de acordo com seu plano de trabalho. Porém, o MS possui um SISPLAM, em que cada órgão responsável pela ação insere seu conjunto de informações.

Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram considerados suficientes, sendo liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

A execução física ficou entre 80% e 100% devido a algumas devoluções de crédito no final do exercício. Estas devoluções deveram-se ao atraso no processo de construção de alguns convênios, mas não prejudicaram o andamento do Programa. As ações que foram implementadas junto a outros Ministérios foram desenvolvidas de forma produtiva e com grande integração entre as partes, obtendo resultados efetivos para a construção de uma política nacional de ciência e tecnologia.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Muitas atividades efetuadas exigiram elaborar uma consulta pública, como foi o caso de elaboração de política nacional de ciência e tecnologia em saúde e da Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde (PNGTS).

Foram realizadas reuniões com gestores e pesquisadores de área da saúde para definição de prioridades de pesquisa em saúde a serem contempladas nos editais lançados e seminários para avaliação dos projetos financiados.

Alguns projetos de pesquisa e editais fomentados pelo Departamento de Ciência e Tecnologia são realizados com financiamento em parceria com os fundos setoriais do Ministério da Ciência e Tecnologia. Estas parcerias exigem discussões em conjunto para formalização do fomento e acompanhamento das ações.

A construção da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde e da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde foi feita com participação de gestores, pesquisadores, profissionais da área da saúde e usuários, em conferências municipal, estadual e nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde. Todas as agendas estaduais do PPSUS, realizadas em todas as 27 Unidades da Federação são feitas através de seminários conjuntos com as áreas afins do MS, Secretarias Estaduais de Saúde e fundações de apoio à pesquisa dos Estados.

O Programa realiza, anualmente, seminários estaduais e nacionais para avaliação de pesquisas e gestão das ações de ciência e tecnologia. Seminários de avaliação de resultados, seminários para construção participativa dos editais de pesquisa a serem lançados anualmente e seminários de planejamento da gestão, com a participação de consultores experientes em cada tema, são exemplos de boas práticas de gestão apresentadas no Programa.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que a denominação deste Programa foi alterada para Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde, no PPA 2008-2011.

CONTROLE DA TUBERCULOSE E ELIMINAÇÃO DA HANSENÍASE

GERENTE DO PROGRAMA

Gerson Oliveira Penna

OBJETIVO

Prevenir e controlar a tuberculose e outras pneumopatias de interesse em saúde pública e eliminar a hanseníase.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 47.740.600,00	Empenho Liquidado:	R$ 38.521.077,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 38.521.077,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 Anos – 1/10.000	-	-	0.57	0.38	0.75	50,67%
2. Coeficiente de Prevalência de Hanseníase - 1/10.000	1.67	1.48	1.41	1.65	1.40	-
3. Taxa de Cura da Tuberculose - Porcentagem	73.00	73.10	81.81	47.90	80.00	59,88%
4. Taxa de Cura de Hanseníase - Porcentagem	69.27	69.24	75.25	66.00	90.00	73,33%
5. Taxa de Municípios Prioritários do Plano Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT) Utilizando Tratamento Supervisionado – Porcentagem	-	63.80	86.70	91.40	50.00	182,80%

1. COEFICIENTE DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE EM MENORES DE 15 ANOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Dados parciais. A meta poderá ser alcançada. O indicador que considera menores de 15 anos está adequado e expressa melhor o comportamento das fontes de infecção. A sua redução é lenta e deve ser considerado em uma série histórica de 10 anos. Nesse caso já há indícios

de que no Brasil (8% de casos em menores de 15 anos) começa a se observar a sua redução, embora ainda mantendo altos índices nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

2. COEFICIENTE DE PREVALÊNCIA DE HANSENÍASE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Dados parciais. A meta não será alcançada, tendo em vista que houve um erro na concepção da linha de base do indicador em 2004. A linha de base de 2004 foi corrigida passando de 1,71 para 3,2.

Registra-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice deste indicador ao longo do tempo.

3. TAXA DE CURA DA TUBERCULOSE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Dados parciais. É importante ressaltar que devido à implantação do novo aplicativo do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), os dados gerados pelo sistema ainda são parciais, pois há problemas operacionais no recebimento no nível nacional. Além disso, há pendências na alimentação das informações por parte de Estados/Municípios.

4. TAXA DE CURA DE HANSENÍASE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Dados parciais. A previsão é que a meta se aproxime do resultado obtido em 2006, qual seja, a manutenção de 85% de cura. Os dados apresentados até o momento são preliminares, sem a consolidação total das saídas dos registros ativos. É importante ressaltar que o índice previsto para 2007 de 90% foi superestimado e alcançado apenas por cinco Unidades da Federação em 2006. Além disso, a solução de continuidade no fornecimento de medicamentos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) pode comprometer os resultados indicados.

5. TAXA DE MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS DO PLANO NACIONAL DE CONTROLE DA TUBERCULOSE (PNCT) UTILIZANDO TRATAMENTO SUPERVISIONADO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A meta foi superada. Os resultados foram obtidos antes do prazo estabelecido.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A tuberculose continua sendo um grave problema de saúde no Brasil. Segundo os critérios da OMS, o País está entre os 22 países de maior carga da doença no mundo. Atinge principalmente a população em idade mais produtiva e nos grupos humanos com piores condições sócio-econômicas, causando repercussões na vida pessoal e familiar do doente, principalmente, no aspecto financeiro e na capacidade produtiva do País. Anualmente são descobertos no Brasil cerca de 90.000 casos novos de tuberculose causando 6.000 óbitos pela doença. A epidemia da aids e o surgimento de bacilos multirresistentes são fatores que poderão dificultar o efetivo controle da tuberculose. As pneumopatias de interesse em saúde pública ocupam o segundo lugar dentre as causas de internação no Sistema Único de Saúde (SUS). O Brasil detém o segundo maior número de casos de hanseníase sendo o primeiro das Américas com a prevalência de 77.558 casos (4,44/10.000 habitantes) e detecção de 41.402 casos (2,37/10.000 habitantes) até 2002. As dermatoses de interesse em saúde pública ocupam a quarta colocação na busca aos serviços de saúde.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Tuberculose:

a) detecção de mais de 80% dos casos estimados de tuberculose. Com a nova estimativa de detecção, o Brasil passou a alcançar mais de 80% de casos notificados, fazendo com que a cadeia de transmissão do bacilo possa ser quebrada mais rapidamente;

b) continuação da queda da incidência anual de tuberculose no Brasil. As taxas estão diminuindo anualmente, em média 2,8% para todas as formas e 3,7% para a forma pulmonar com baciloscopia positiva;

c) aumento das unidades de saúde que fazem o tratamento supervisionado de tuberculose.

- Hanseníase, em que esta ação está relacionada ao indicador do pacto (porcentagem de cura entre os casos diagnosticados), sendo o único indicador com dados disponíveis, já que os demais estão dependendo de sua consolidação final. O Programa Nacional de Controle da Hanseníase (PNCH) vem trabalhando de forma estreita com o Departamento de Atenção Básica (DAB) para ampliar a cobertura de forma sustentável. Da mesma forma, vem discutido com o DAB e as Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e as Secretarias Municipais de Saúde (SMS) novas estratégias de cobertura em áreas de assentamento nos Estados das regiões Centro-Oeste e Norte principalmente. O foco na meta de detecção precoce de casos novos implica na divulgação intensiva de sinais e sintomas da hanseníase no País. A Rádio Saúde no sítio da Secretaria de Vigilância Sanitária (SVS-hanseníase) tem veiculado entrevistas sobre hanseníase. As ações de mobilização social envolvendo parcerias da sociedade apresentaram resultados surpreendentes, como a produção de 1.000 cartões telefônicos a serem veiculados em 10 Estados endêmicos. Estabeleceu-se articulação com

a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGETS/MS) e o Ministério da Educação (MEC) para melhor utilização do ensino a distância e outras estratégias para melhoria da formação e da educação permanente.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Para o Programa Nacional de Controle da Tuberculose existem dois indicadores no PPA e desses um foi alcançado antes mesmo do ano de 2007. O outro indicador (taxa de cura) depende da informação dos Municípios/Estados, além da atualização de um banco de dados. Esse banco de dados, no último ano do PPA, passou por alteração na sua plataforma, gerando algumas dificuldades na sua alimentação, fator esse que fez com que a taxa de cura não fosse alcançada. Os dados da hanseníase ainda são parciais, pois se trata de uma doença de longo tempo de evolução com período de tratamento mínimo de seis meses.

Em termos de mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, tem-se, no que diz respeito à tuberculose, a realização de oficina de mobilização e monitoramento das atividades dos Programas com a presença de Secretários Estaduais e Municipais de Saúde, bem como profissionais ligados ao Programa de controle da tuberculose. Com relação à hanseníase, há reuniões estaduais de avaliação, reuniões macro-regionais, reunião do comitê assessor nacional, reunião nacional com todos os sustentadores técnicos e parcerias, anualmente. Realizam-se, ainda, visitas técnicas a vários Estados e Municípios.

Há, também, além da elaboração de relatório de gestão anual, um sistema informatizado (Sinan) que acumula informações dos pacientes desde a entrada até o término do tratamento. Além disso, o MS desenvolveu o Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Ações em Saúde (SISPLAM). Esse sistema alimenta o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) mensalmente.

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. O alcance de 100% da meta só não foi possível devido à dependência da alimentação das informações por parte de Estados e de Municípios e a problemas no sistema de informação.

Os recursos foram suficientes, sendo liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação, que sofreu atraso em sua execução em função da demora na aprovação do orçamento 2007. O atraso na votação prejudicou o repasse completo de recursos, gerando a necessidade de reprogramação de atividades e fontes de financiamento.

Os gastos com as despesas administrativas contribuíram significativamente para a execução das ações do Programa. Os principais objetos de gasto foram: passagens aéreas para servidores e colaboradores, diárias de servidores e colaboradores eventuais, contratos temporários, locação de imóvel para alojar parte da Secretaria de Vigilância em Saúde, publicação de manuais e revistas técnicas, eventos e reuniões técnicas, e transporte de insumos estratégicos (medicamentos, entre outros).

Equipamentos de informática e materiais permanentes foram insuficientes e inadequados. Em 2007, o Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT) passou a ocupar uma área maior e teve uma parte de seus equipamentos trocada e ampliada. Contudo, ainda faz-se necessária a troca do restante dos equipamentos, que estão obsoletos. No final de 2007, a equipe foi incrementada, passando a necessitar de um maior espaço e equipamentos mais modernos. Para as ações relacionadas à tuberculose, o espaço físico foi insuficiente e inadequado. Além disso, faz-se necessária a ampliação da equipe técnica, tendo em vista o longo período sem realização de concurso público. Faltam recursos humanos para supervisionar, monitorar e avaliar as ações nos estados. É importante ressaltar que devido à alta rotatividade de profissionais e à precariedade das relações trabalhistas, não há garantia de que, após a realização das qualificações, que são desenvolvidas pela SVS, os recursos humanos permanecerão na área, gerando a necessidade de novas capacitações.

Quanto à existência de problemas na celebração de convênios na gerência, houve instituições não contempladas por dificuldades no cumprimento das exigências administrativas, além da abertura tardia do Sistema de Gestão Financeira e de Convênios (GESCON).

Quanto a dificuldades em licitações e celebração de contratos, não ocorreram algumas licitações significativas para o PNCT, ocasionando a falta de microscópios para os laboratórios realizarem o diagnóstico, de equipamentos como computadores e impressoras para renovar os que já estão obsoletos no PNCT, além da impossibilidade de equipar alguns Municípios prioritários para as ações relacionadas à tuberculose com computadores que utilizam o Sinan. O Sinan apresentou problemas no ano de 2007, inviabilizando uma melhor análise da informação e conseqüente cumprimento de meta.

Quanto às ações relacionadas à hanseníase, foram trabalhadas várias iniciativas de aproximação entre a gerência nacional e as estaduais. Porém, a falta de autonomia das gerências técnicas estaduais e municipais é muito grande.

O Sistema de informação das ações referentes à tuberculose apresentou problemas no ano de 2007, o que inviabilizou uma melhor análise das informações e conseqüentemente a apuração dos resultados, prejudicado o cumprimento das metas. Para as ações relacionadas à hanseníase, embora o PNCH trabalhe de forma integrada com o Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF), ressente-se de melhor controle e acompanhamento da gestão de medicamento no País. Da mesma forma, com o Sinan e com o DAB os resultados foram mais palpáveis, mas ambos dependem das gerências correspondentes nos Estados. Logo, as informações são disponibilizadas, há integração com o DAF, mas ainda requer-se uma melhoria na qualidade das informações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em relação às parcerias não-governamentais, tem-se:

a) Tuberculose, em que as parcerias existem, mas ainda trabalham com execução de seus próprios orçamentos. As tarefas realizadas por eles contribuem positivamente

para as metas do Programa, pois trabalham diretamente no apoio ao diagnóstico e tratamento em algumas regiões brasileiras;

b) Hanseníase, em que as ONGs internacionais de apoio à hanseníase são regidas pela Federação Internacional de Associações anti-Hanseníase (ILEP), que tem atuado em consonância com as diretrizes nacionais do PNCH. Todas as UFs recebem algum suporte para as ações prioritárias e isso tem facilitado a implementação das ações em Estados e Municípios. O redirecionamento da meta de monitoramento facilitou essa parceria. Vale ressaltar que, apesar de positiva, a ajuda da NOVARTIS, com a doação de medicamentos, trouxe sérios danos à execução da ação mais resolutiva, ou seja, o tratamento de casos de hanseníase, tendo em vista a ocorrência de vários problemas, como retardo no envio dos medicamentos e existência de documentação de importação incompleta;

c) como mecanismos de participação social, pode-se citar para a tuberculose, a participação da sociedade civil nas reuniões de avaliação do Programa e nas discussões do Comitê Técnico Assessor como membro, e para a hanseníase a participação dos representantes do usuário, tais como o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN);

d) as discussões em conselhos setoriais ocorrem para a tuberculose por meio de apresentações nas reuniões do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e sensibilização de conselheiros nos Estados através de capacitação de membros na situação da tuberculose, e para a hanseníase o MORHAN tem representantes no CNS e em diversos conselhos regionais.

Houve, ainda, a criação da Parceria Brasileira Contra a Tuberculose, com uma proposta inovadora para sensibilizar e obter o apoio do maior número de instituições interessadas no controle da tuberculose no Brasil.

Ocorreu também a expansão das ações do Programa para setores ampliados da população, além da intensificação dessas ações para populações excluídas.

As ações relacionadas à hanseníase obtiveram a adesão de pessoas de vulto nacional (artistas e outros setores da área social), espaço na mídia e parcerias com outros movimentos.

No que se refere à satisfação de seus beneficiários, o PNCT não possui dispositivos para avaliar a satisfação dos beneficiários diretamente, porém, avaliam-se os indicadores do Programa. Para as ações referentes à hanseníase, existem pesquisas operacionais em alguns Estados, mas não em âmbito nacional.

Quanto às boas práticas de gestão, há, nas ações referentes à tuberculose, gestão participativa e articuladas com várias esferas da gestão. Para as relacionadas à hanseníase, existem Estados com experiências de qualidade da atenção, especialmente no tratamento e reabilitação, que são exemplos a serem replicados. Em muitos, entretanto, o apoio de ONGs ainda

é substancial. Cita-se o Programa desenvolvido no Distrito Federal (DF), que por não apresentar tal dependência é mais sustentável.

Observa-se, por fim, no que diz respeito às ações relacionadas à eliminação da hanseníase, a necessidade de melhor aproveitamento dos resultados das pesquisas operacionais.

Requer-se alteração do objetivo do Programa, por ser considerado inadequado e ter meta superestimada. Trata-se de uma meta proposta em 1991 pela OMS, para ser alcançada em 2000, no bojo do Saúde para Todos no Ano 2000 significando a redução da magnitude do problema ao atingir índices menores de um caso/10.0000 habitantes, utilizando a prevalência pontual de casos em tratamento. A meta foi alcançada mundialmente, mas a mesma redução não se observou no número de casos novos, o indicador é considerado mais fidedigno para expressar a endemicidade de uma região.

Em relação a Hanseníase, é preciso redirecionar ações da eliminação baseada na prevalência, para as ações visando a redução da incidência em especial em menores de 15 anos e o fortalecimento da vigilância das fontes de infecção.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que as ações deste Programa serão executadas no Programa Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos, no PPA 2008-2011.

EDUCAÇÃO PERMANENTE E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

GERENTE DO PROGRAMA

Francisco Eduardo de Campos

OBJETIVO

Promover a qualificação e a educação permanente dos profissionais da saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).

PÚBLICO-ALVO

Profissionais da saúde das três esferas de governo

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 420.215.150,00	Empenho Liquidado:	R$ 384.553.760,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 384.553.760,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Cobertura de Capacitação dos Profissionais de Saúde – Porcentagem	-	75.00	28.00	70.00	75.00	93,33%
2. Taxa de Qualificação de Profissionais da Área de Enfermagem como Auxiliar de Enfermagem – Porcentagem	-	92.60	51.00	100.00	100.00	100%

1. TAXA DE COBERTURA DE CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O cálculo é feito de acordo com a relação percentual entre o número de profissionais capacitados/qualificados e o número de profissionais do SUS, de acordo com o censo do IBGE, atendidos no período referente ao PPA 2004-2007. O índice ficou próximo da meta prevista.

2. TAXA DE QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE ENFERMAGEM COMO AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Para o alcance dos objetivos do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (PROFAE) foi definida a meta de qualificar 225 mil atendentes de enfermagem para dar cumprimento a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. Foram qualificadas 321.189 atendentes de enfermagem.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade de construir uma Política de Educação Permanente que articule gestores e instituições de ensino e pesquisa para o desenvolvimento dos trabalhadores da saúde e a melhoria constante da Atenção à Saúde e do SUS, possibilitando a reflexão crítica sobre as práticas e transformações dos modos de organização da atenção à saúde.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Implementação de 90 projetos do Programa Pró-Saúde, cujo objetivo geral é a construção ou aprofundamento da integração ensino-serviço, visando a reorientação da formação profissional, assegurando uma abordagem integral do processo saúde-doença com ênfase na atenção básica, promovendo transformações nos processos de geração de conhecimentos, ensino-aprendizagem e de prestação de serviços de saúde à população com apoio às transformações do processo de formação para uma abordagem integral do processo de saúde-doença. Dentre esses projetos, 27 são de enfermagem, 38 de medicina e 25 de odontologia.

• Publicação da Portaria Interministerial nº 3.019, 23 de novembro de 2007, que estende o Programa Pró-Saúde para outros cursos da área da saúde.

• O Ministério da Saúde (MS), através da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) e do Departamento de Atenção Básica (DAB) da Secretaria de Atenção à Saúde (DAB/SAS) e o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Superior (SESu) e da Secretaria de Educação à Distância (SEED), propuseram uma parceria interministerial para o desenvolvimento da tele-medicina aplicada à educação na área da saúde.

• Encontram-se em implementação projetos dos Núcleos do Projeto Tele Saúde, projetos da Rede Inova RH e projetos do Rede de Ensino para Gestão Estratégica do SUS (REGESUS).

• O MS, cumprindo o seu papel de gestor federal, elaborou através do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DEGES) e da SGTES as portarias que regulamentam a lei e subsidiam o financiamento das residências multiprofissionais em saúde, a saber: Portaria nº 1.111, 05 de julho de 2005, Portaria nº 1.143, de 23 de junho de 2005, e Portaria Interministerial nº 2.117, de 04 de novembro de 2005. Em 2007, foram apoiados 44 projetos de residência com a previsão de capacitar 981 profissionais.

• Quanto à formação de profissionais técnicos em saúde a SGTES implementa projetos relacionados aos programas/projetos: Agentes Comunitários de Saúde (ACS) - 193.000; Programa de Formação de Agentes Locais de Vigilância em Saúde (PROFORMAR) - 16.810; técnicos de higiene dental e auxiliares de consultório dentário (THD/ACD) - 19.743; PROFAE - 321.189, Formação Pedagógica - 17.966.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa alcançou seu objetivo fundamental que é a melhoria da qualidade da formação dos atuais e futuros profissionais, promoveu o desenvolvimento dos profissionais já inseridos no SUS, bem como a formação para a gestão social das políticas públicas. Todos esses resultados foram fundamentais para a consolidação e qualificação do SUS.

No que se refere ao monitoramento das ações, os técnicos do DEGES acompanham a execução/implementação dos projetos realizando oficinas de trabalho, reuniões com os responsáveis e visitas *in loco* para assegurarem o andamento e alcance dos resultados esperados. Além disso, existem na SGTES vários sistemas de acompanhamento e monitoramento dos projetos, dentre os quais podemos destacar: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), Sistema de Gestão e de Convênios (GESCON), Sistema de Informações Gerencias e de Planejamento (SIGPlan), Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Ações em Saúde (SISPLAM), Sistema de Informações Contábeis e Financeiras da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (SICOF/UNESCO), SGTES, SIG-PROFAE, Sistema de Informação da Educação Tecnológica e Profissional (SIEP) e Sistema Informatizado de Informações da Educação Superior (SIEVS). Anualmente, é elaborado o relatório de gestão, no qual estão relacionadas todas as ações desenvolvidas pela Secretaria. O monitoramento é sistemático e mensal, sendo realizado por meio de acompanhamento das atividades implementadas via Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), UNESCO e Fundo Nacional da Saúde (FNS).

Apesar de as metas físicas não terem sido revistas após o corte nos orçamentos anuais, sua execução ficou acima de 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Logo, pode-se considerar que os recursos orçamentários executados foram suficientes, sendo liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

Não houve problemas com relação às despesas administrativas, porém a situação enfrentada pelo MS acerca do seu quadro de pessoal interfere na qualidade da execução do Programa, tendo em vista as incertezas geradas pelos vínculos com organismos internacionais e contratos temporários.

Apesar de muitas instituições atrasarem a prestação de contas referente a convênios e contratos, atrasando a execução do projeto, o Programa alcançou os resultados esperados. Tal fato se deve, em boa parte, à integração contínua entre os entes executores para que sejam alcançadas as metas previstas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O desempenho de parceiros não-governamentais atendeu às expectativas na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas.

O Programa contempla ações específicas voltadas à promoção e qualificação da participação social, através do apoio ao fortalecimento dos movimentos sociais que lutam por saúde. Junto ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), a Comissão Interministerial de Recursos Humanos (CIRH), reúne-se mensalmente para avaliar, discutir e propor iniciativas para a implementação do Programa. Também nas instâncias que propõem e demandam ações dentro do Programa, os movimentos sociais e os Conselhos Estaduais de Saúde e os Conselhos Municipais de Saúde têm representação assegurada. O MS tem assento regular na Comissão Nacional de Residência Médica do MEC. As políticas da SGTES são discutidas na comissão intergestores tripartite.

As contribuições da participação social contribuíram de forma significativa para a implementação do Programa, visando melhor forma de qualificar e capacitar o profissional de saúde.

A execução das ações ocorre de forma descentralizada, envolvendo o conjunto do próprio sistema de saúde, gestores e trabalhadores. Há avaliação através das instâncias do próprio Sistema e através dos mecanismos de avaliação da ação, mas não é uma avaliação sistêmica e formal do beneficiado pela ação.

Ações deste Programa serão executadas no Programa Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação na Saúde, no PPA 2008-2011.

INVESTIMENTO PARA HUMANIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO À ATENÇÃO À SAÚDE

GERENTE DO PROGRAMA

Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli

OBJETIVO

Ampliar e humanizar a atenção à saúde.

PÚBLICO-ALVO

Usuários do Sistema Único de Saúde

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 166.978.333,00	Empenho Liquidado:	R$ 126.183.355,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 126.183.355,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Investimento para Desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde na Região Sul - Porcentagem	-	10.00	-	-	15.70	-
2. Taxa de Investimento para o Desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde na Região Centro-Oeste - Porcentagem	-	3.00	-	-	13.40	-
3. Taxa de Investimento para o Desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde na região Nordeste - Porcentagem	-	47.00	-	-	31.30	-
4. Taxa de Investimento para o Desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde na região Norte - Porcentagem	-	17.00	-	-	20.40	-
5. Taxa de Investimento para o Desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde na região Sudeste - Porcentagem	-	23.00	-	-	19.20	-

1. TAXA DE INVESTIMENTO PARA DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE NA REGIÃO SUL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os atuais indicadores não estão adequados ao Programa. Havia uma proposta da Secretaria Executiva de reformular esses indicadores em 2007, entretanto, além de novos indicadores não possibilitarem uma comparação com os anos anteriores, na elaboração do novo PPA, foi proposta a exclusão do Programa com a conseqüente migração das ações para o Programa de Gestão. Os resultados do Programa foram listados de forma mais detalhada, possibilitando sua avaliação.

2. TAXA DE INVESTIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE NA REGIÃO CENTRO-OESTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os atuais indicadores não estão adequados ao Programa. Havia uma proposta da Secretaria Executiva de reformular esses indicadores em 2007, entretanto, além de novos indicadores não possibilitarem uma comparação com os anos anteriores, na elaboração do novo PPA, foi proposta a exclusão do Programa com a conseqüente migração das ações para o Programa de Gestão. Os resultados do Programa foram listados de forma mais detalhada, possibilitando sua avaliação.

3. TAXA DE INVESTIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE NA REGIÃO NORDESTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os atuais indicadores não estão adequados ao Programa. Havia uma proposta da Secretaria Executiva de reformular esses indicadores em 2007, entretanto, além de novos indicadores não possibilitarem uma comparação com os anos anteriores, na elaboração do novo PPA, foi proposta a exclusão do Programa com a conseqüente migração das ações para o Programa de Gestão. Os resultados do Programa foram listados de forma mais detalhada, possibilitando sua avaliação.

4. TAXA DE INVESTIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE NA REGIÃO NORTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os atuais indicadores não estão adequados ao Programa. Havia uma proposta da Secretaria Executiva de reformular esses indicadores em 2007, entretanto, além de novos indicadores não possibilitarem uma comparação com os anos anteriores, na elaboração do novo PPA, foi proposta a exclusão do Programa com a conseqüente migração das ações para o

Programa de Gestão. Os resultados do Programa foram listados de forma mais detalhada, possibilitando sua avaliação.

5. TAXA DE INVESTIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE NA REGIÃO SUDESTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os atuais indicadores não estão adequados ao Programa. Havia uma proposta da Secretaria Executiva de reformular esses indicadores em 2007, entretanto, além de novos indicadores não possibilitarem uma comparação com os anos anteriores, na elaboração do novo PPA, foi proposta a exclusão do Programa com a conseqüente migração das ações para o Programa de Gestão. Os resultados do Programa foram listados de forma mais detalhada, possibilitando sua avaliação.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS), para alcançar seus princípios, tem grande necessidade de institucionalizar uma gestão mais eficiente, eficaz, efetiva e humanizada e de ampliar o acesso à atenção à saúde, por meio da integração de sistemas, da otimização de usos e funcionalidades e ainda de novos investimentos que possam otimizar o potencial de utilização e de produtividade da estrutura já existente. Investimentos no setor saúde vêm apresentando pouca eficiência sob o aspecto de comparação custo-efetividade.

Na prática, não há observação das diretrizes desenvolvimentistas nacionais, pois ações insuladas geram duplicação de esforços, estruturas concomitantes e escassez de oferta em outras unidades. Uma das conseqüências é a geração de iniqüidades na distribuição de recursos. Por outro lado, a atenção à saúde reúne prestação de serviços, ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde. Dada a magnitude do SUS, tais atividades implicam intensiva utilização de insumos ofertados por diferentes cadeias produtivas, que formam o complexo produtivo da saúde (CPS).

Este, por sua vez, atua como dinamizador de diferentes setores da economia, dado o caráter inter-setorial da atenção à saúde e o volume de recursos envolvido. Além disso, exerce significativo impacto tanto no balanço de pagamento quanto na geração de trabalho e renda. O aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão representa a medida necessária para ampliar o acesso, corrigir iniqüidades e, ao mesmo tempo, exercer influência positiva sobre as cadeias produtivas envolvidas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- O MS, visando a estruturação das necessidades dos investimentos do Projeto de Investimentos para a Qualificação do Sistema Único de Saúde (QualiSUS), adequou o documento original do projeto, que já tinha sido aprovado, às diretrizes para captação de recursos externos junto aos organismos internacionais, definidos pela Comissão de Financiamentos Externos do Ministério da Fazenda. O projeto apoiará a implantação de redes

de atenção à saúde nos Estados, com o desenvolvimento de atividades estratégicas e sistêmicas de apoio à implantação de redes de atenção e à qualificação de cuidados ao nível internacional. Foram contratados estudos subsidiários exigidos no processo de preparação do projeto. A Comissão emitiu a Recomendação nº 927, aprovando a contratação de empréstimo externo, financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) com prazo de execução de quatro anos. Em novembro, foi realizada missão conjunta (MS/BIRD) de preparação do documento de avaliação do projeto QualiSUS/Processo Administrativo Disciplinar (PAD), cujos objetivos específicos foram:

a) acordar sobre o desenho final do projeto, detalhando as atividades a serem financiadas em cada componente e os respectivos custos;

b) definir os critérios de seleção e de aprovação dos subprojetos;

c) definir os indicadores do projeto;

d) definir os arranjos institucionais e operacionais para execução do projeto;

e) preparar custos e arranjos de financiamento;

f) realizar as avaliações de aquisições e de gerenciamento financeiro.

• O Projeto SIS Fronteiras se encontra em desenvolvimento e obteve a adesão de 100% dos Municípios fronteiriços. O Município de Foz do Iguaçu (PR) já iniciou a Fase II - Qualificação da gestão de serviços e ações, e implementação da rede de saúde nos Municípios fronteiriços. Os demais Municípios estão na Fase I - Realização do diagnóstico local de saúde qualitativo/quantitativo e elaboração do plano operacional.

• O SomaSUS, Sistema de Apoio à Organização e Elaboração de Projetos de Investimentos em Saúde, visa auxiliar gestores e técnicos na elaboração de projetos de investimentos em saúde e agilizar o processo de análise de projetos encaminhados ao Ministério da Saúde (MS). O Sistema foi institucionalizado por meio da Portaria nº 2.481, de 2 de outubro de 2007. Está em fase de desenvolvimento uma nova versão do Sistema com inserção de dados relacionados à análise de sustentabilidade dos investimentos, tais como dimensionamento e custos de execução de obras, custo de operação e manutenção de equipamentos, custos estimados de contratação e manutenção de recursos humanos, além de dados sobre a relação entre investimentos em saúde e seu impacto no meio ambiente.

• O Projeto de Modernização Gerencial e Reequipamento Hospitalar tem como objetivo a recuperação e modernização do parque de equipamentos médico-hospitalares de alta tecnologia, destinados à radiologia, ao diagnóstico por imagem e à endoscopia. Foram adquiridos, em abril de 2000, 10 Sistemas de Simulação Universal por Raios-X que beneficiarão 10 Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS), em nove Municípios. Os equipamentos foram recebidos e distribuídos às entidades beneficiadas nesse exercício. O projeto está em fase de finalização.

• O Programa de Saúde e Saneamento Básico no Piauí (KFW/PI) consiste num projeto com financiamento externo que visa a construção de sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotamento sanitário nas regiões centro-sul do Piauí com objetivo de contribuir para a melhoria da situação da saúde na área do projeto mediante a redução de doenças induzidas pela água. A execução das obras de saneamento ficou a cargo da Secretaria Estadual de Saúde do Piauí (SES/PI), por meio do Programa de Saúde e Saneamento Básico na Área Rural do Piauí (PROSAR/PI). O Projeto KFW/PI encontra-se em fase de conclusão de suas obras e teve sua vigência prorrogada até 31.08.2008.

• Apoio à implantação da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapurí no Acre, com capacidade para fornecer ao SUS 517 milhões de unidades por ano.

• Redirecionamento organizacional, tecnológico e operacional do Cartão SUS, com previsão de expansão do Cartão Nacional de Saúde, unificando nacionalmente as diversas bases existentes, abrangendo 100 milhões de brasileiros.

• Apoio aos projetos e às ações realizadas no âmbito dos Programas: Promoção da Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde; Qualificação das Tecnologias/Dispositivos da Humanização na Rede de Atenção e Gestão do SUS (HumanizaSUS); Geração Saúde; Programa de Multiplicação de Conhecimentos sobre o SUS (MultiplicaSUS); Desenho Organizacional; e Programa de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Após análise do conjunto de resultados conclui-se que o Programa atingiu, em parte, o desempenho esperado para 2007. Embora algumas metas não tenham sido atingidas, foram desenvolvidas ações visando o alcance do objetivo geral do Programa.

No que se refere aos mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, vale mencionar a verificação *in loco* de projetos considerados estratégicos pela Secretaria Executiva ou por solicitação do Fundo Nacional de Saúde. Além disso, há a elaboração de Relatório de gestão com o objetivo de informar as atividades desenvolvidas e a utilização do Sistema de Planejamento e Monitoramento de Ações em Saúde (SISPLAM).

Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram considerados suficientes e sua liberação ao longo do exercício ocorreu em fluxo compatível com a programação, observando-se, ainda, a execução física de 40% a 80% do previsto na LOA 2007.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Há parcerias não-governamentais para a execução do Programa. Foi firmado Termo de Cooperação com a Organização Panamericana da Saúde (OPAS) para programas e projetos estratégicos de investimentos em saúde, com Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e KFW .

O MS ressalta a necessidade de adequação dos indicadores ao Programa, de forma que reflitam o conjunto de ações.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que ações deste Programa serão executadas no Programa Gestão da Política de Saúde, no PPA 2008-2011.

PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS

GERENTE DO PROGRAMA

Gerson Oliveira Penna

OBJETIVO

Prevenir e manter sob controle as doenças passíveis de imunização.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 830.267.500,00	Empenho Liquidado:	R$ 785.023.440,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 785.023.440,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Cobertura Vacinal com a Vacina Tríplice Viral em Crianças de 1 Ano - Porcentagem	-	-	99.70	95.74	95.00	100,78%
2. Taxa de Cobertura Vacinal de Hepatite B em Menores de 1 ano - Porcentagem	85.00	91.19	93.10	88.03	95.00	92,66%
3. Taxa de Cobertura Vacinal de Gripe em Maiores de 60 anos - Porcentagem	85.00	83.93	85.72	86.88	70.00	124,11%
4. Taxa de Cobertura Vacinal de Poliomielite em Menores de 5 anos - Porcentagem	96.00	95.37	95.46	92.98	95.00	97,87%

1. TAXA DE COBERTURA VACINAL COM A VACINA TRÍPLICE VIRAL EM CRIANÇAS DE UM ANO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Meta alcançada.

2. TAXA DE COBERTURA VACINAL DE HEPATITE B EM MENORES DE UM ANO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Meta parcialmente alcançada. Os dados relativos a esse indicador são parciais, podendo haver mudanças no resultado final.

3. TAXA DE COBERTURA VACINAL DE GRIPE EM MAIORES DE 60 ANOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Meta superada.

4. TAXA DE COBERTURA VACINAL DE POLIOMIELITE EM MENORES DE CINCO ANOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Meta parcialmente alcançada. O alcance parcial pode estar acontecendo devido a uma super estimativa da população.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa deve ser implementado para a manutenção do atual estado de erradicação para poliomielite, febre amarela urbana e da eliminação do sarampo, alcance da eliminação do tétano neonatal e manter sob controle as demais doenças imunopreveníveis, além de controlar estes e outros agravos de relevância para a saúde pública do País, em situações ou grupos populacionais específicos. Não implementar este Programa implicará em sérios danos à população, que estará suscetível à disseminação de tais doenças e terá como conseqüência o retorno de elevadas mortalidade e morbidade por este grupo de causa, acarretando altos custos sociais e financeiros ao País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O alcance das metas de vacinação reflete o esforço das Secretarias Estaduais e Secretarias Municipais de Saúde num trabalho compartilhado com o Ministério da Saúde (MS), que objetiva a proteção dos grupos da população contra as doenças imunopreveníveis. Os quatros indicadores referem-se a parte dos 44 produtos incluídos no Programa Nacional de Imunizações (PNI), um dos programas nacionais com melhor avaliação pela população brasileira. As altas e homogêneas coberturas vacinais contra gripe traduzem a boa adesão do grupo alvo à proposta de vacinação. Em relação à vacinação do adolescente contra a hepatite B ainda se constitui um desafio identificar as ações estratégicas voltadas

para buscar a adesão do grupo alvo. Outro desafio importante diz respeito à falta de homogeneidade entre os Municípios quanto ao alcance da cobertura vacinal preconizada e que garante a proteção da população. As dificuldades mais presentes estão relacionadas ao insuficiente empenho de alguns gestores, à população superestimada, ao sub-registro das doses aplicadas, às dificuldades de acesso e à mobilização social insatisfatória.

Os resultados foram considerados dentro do esperado.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No que tange aos mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, pode-se citar a realização de reuniões periódicas com os coordenadores estaduais e de visitas *in loco* (Estados e Municípios) para supervisão e cooperação técnica. A execução física foi de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007.

Os sistemas de informação utilizados pelo Programa sofrem contínuas adequações para atender à necessidade de dados cada vez mais confiáveis. A perspectiva é de se ter o registro de pessoas vacinadas por Município de origem. O MS desenvolveu o Sistema de Planejamento, Monitoramento, Avaliação das Ações em Saúde (SISPLAM), que alimenta o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN) mensalmente. Além disso, relatório de gestão é elaborado anualmente pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS).

Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram considerados suficientes, sendo liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

Os gastos com despesas administrativas subsidiaram a execução das ações do Programa. Houve descentralização de recursos para a realização de despesas de manutenção da Central Nacional de Armazenagem e Distribuição de Insumos Estratégicos (CENADI), realização de despesas com passagens aéreas para servidores e colaboradores, diárias de servidores e colaboradores eventuais, locação de imóvel para alojar parte da SVS, além de despesas com eventos e reuniões técnicas, aquisições de bobinas de gelo reciclável e caixas térmicas e execução de despesas para realização de cursos de atualização.

Quanto à infra-estrutura nas equipes gerencial e executora, vale ressaltar a localização da equipe gerencial distante da direção do Departamento e da Secretaria além de limitações nos níveis de coordenação estadual, municipal e na rede de serviços, transporte e manutenção. Existem, ainda, limitações de recursos materiais nos níveis de coordenação estadual, municipal e na rede de serviços.

Quanto aos recursos humanos, há um esvaziamento do corpo de servidores públicos e os profissionais que atuam têm vínculo precário. Há necessidade de ampliação da equipe técnica tendo em vista o longo período sem realização de concurso público. Há alta rotatividade de profissionais, além de precariedade das relações trabalhistas.

É importante ressaltar que devido à alta rotatividade de profissionais e a precariedade das relações trabalhistas, não há garantia que após a realização das qualificações, os recursos humanos permanecerão na área, gerando a necessidade de novas capacitações. Além disso, o setor responsável por licitações e celebração de contratos no âmbito do MS está sobrecarregado devido à carência de recursos humanos. Há ainda, no que se refere à celebração de convênios, dificuldades na utilização do Sistema de Cadastro de Convênios do MS (GESCON) no âmbito do MS.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A ação do Programa é essencialmente descentralizada, executada pela rede de serviços de responsabilidade municipal. A integração se dá por meio de instâncias colegiadas de gestão.

O Programa, em sua atuação, conta com um comitê técnico assessor com a participação de sociedades científicas e de organismos internacionais como a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e o Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef).

Além disso, o Programa desenvolve articulação com instituições e organizações diversas em função de público-alvo de vacinação, especialmente campanhas, possibilitando a democratização de informações referentes ao Programa de imunização.

A gerência do Programa destaca a necessidade de redimensionamento do público-alvo, pois as estimativas populacionais atuais podem comprometer a meta e o resultado do Programa.

Ações deste Programa serão executadas no Programa Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos, no PPA 2008-2011.

SANEAMENTO RURAL

GERENTE DO PROGRAMA

Francisco Danilo Bastos Forte

OBJETIVO

Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.

PÚBLICO-ALVO

População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 301.014.656,00	Empenho Liquidado:	R$ 259.182.278,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 259.182.278,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Cobertura de Abastecimento de Água em Áreas Indígenas - Porcentagem	-	54.00	31.50	63.00	75.00	84%
2. Taxa de Cobertura de Abastecimento de Água em Áreas Rurais - Porcentagem	-	26.00	21.57	27.40	30.00	91,33%
3. Taxa de Cobertura de Esgotamento Sanitário em Áreas Rurais - Porcentagem	-	20.00	19.76	20.30	26.00	78,08%

1. TAXA DE COBERTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ÁREAS INDÍGENAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O não-alcance do índice previsto para o final do PPA deve-se aos seguintes fatores: - retardo na descentralização de orçamento para as coordenações regionais iniciarem processo licitatório; - morosidade em processos licitatórios - todas as obras são por administração indireta; - quadro técnico das coordenações regionais deficitário para elaboração de projetos e acompanhamento das obras; e - boa parte das obras que foram empenhadas no ano de 2007 ainda se encontra em fase de execução no ano de 2008.

2. TAXA DE COBERTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ÁREAS RURAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O não-alcance do índice previsto para o final do PPA deve-se aos seguintes fatores: - retardo na descentralização de orçamento para as coordenações regionais iniciarem processo licitatório; - morosidade em processos licitatórios - algumas obras são por administração indireta, outras são realizadas através de convênios com os Municípios e os Estados; - quadro técnico das coordenações regionais deficitário para elaboração de projetos e acompanhamento das obras; e - boa parte das obras que foram empenhadas no ano de 2007 ainda se encontra em fase de execução no ano de 2008.

3. TAXA DE COBERTURA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM ÁREAS RURAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O não-alcance do índice previsto para o final do PPA deve-se aos seguintes fatores: - retardo na descentralização de orçamento para as coordenações regionais iniciarem processo licitatório; - morosidade em processos licitatórios – algumas obras são por administração indireta; outras são realizadas através de convênios com os Municípios e os Estados; - quadro técnico das coordenações regionais deficitário para elaboração de projetos e acompanhamento das obras; e - boa parte das obras que foram empenhadas no ano de 2007 ainda se encontra em fase de execução no ano de 2008.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A análise do quadro epidemiológico brasileiro e dos países em desenvolvimento revela a existência de altos índices de morbimortalidade relacionados com os fatores ambientais, especialmente com as precárias condições de saneamento básico. A baixa oferta e a baixa qualidade dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, resíduos sólidos e as condições inadequadas de moradia têm forte associação com os elevados casos de doenças como: diarréias, verminoses, hepatites, doença de Chagas, Malária, Dengue, Leptospirose, infecções cutâneas e outras.

Ressalta-se que a diarréia, que apresenta mais de quatro bilhões de casos por ano em todo mundo - Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS 1998), é a doença que mais aflige a humanidade. No Brasil, segundo dados do Centro Nacional de Epidemiologia (CENEPI), são registrados anualmente cerca de 1,5 milhão de casos de diarréia pelo Sistema de Monitorização de Doenças Diarréicas Agudas (MDDA/CENEPI/FUNASA/MS), sendo que 50 % dos casos são registrados na região Nordeste e 15 % na região Norte. No início da década de 90, o País conviveu com uma epidemia de cólera, sendo registrados 150.000 casos da doença no período de 1992 a 1994. Atualmente, a epidemia se encontra sob controle. Estima-se que cerca de 25 milhões de pessoas localizadas em 19 Estados brasileiros estão expostas ao risco de contrair a esquistossomose, sendo que a área endêmica da doença atinge cerca de 1.000 municípios.

No grupo das doenças transmitidas por vetores e reservatórios, a dengue, com 1.340.358 casos registrados no período de 2000 a 2002, é uma das doenças que mais tem acometido a população brasileira. Outra importante doença é a malária, com cerca de um milhão de casos registrados no período de 2000 e 2001. Quanto à doença de Chagas, calcula-se que mais de quatro milhões de brasileiros encontram-se infectados pelo *Trypanosoma cruzi* numa área endêmica que se estende do Piauí ao Rio Grande do Sul. Portanto, as precárias condições de saneamento básico do País exercem papel decisivo no quadro de saúde da população.

A OPAS/Organização Mundial da Saúde (OMS) cita o quanto se pode obter com a melhoria no abastecimento de água e destino adequado de dejetos, na redução da morbidade:

a) prevenção de pelo menos 80% dos casos de febre tifóide e paratifóide;

b) redução de 60% a 70% dos casos de tracoma e esquistossomose; e

c) prevenção de 40% a 50% dos casos de disenteria bacilar, amebíase, gastroenterites e infecções cutâneas, entre outras.

A atuação histórica do setor saúde em saneamento e a estreita relação entre os dois setores fizeram com que vários dispositivos legais e constitucionais abordassem tal relação, merecendo destaque a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 200 estabelece que ao Sistema Único de Saúde (SUS) compete, além de outras atribuições, nos termos do inciso IV - participar da formulação da política e da execução de ações de saneamento básico. E, a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, estabelece em seu artigo 6º que estão incluídas ainda no campo de atuação do SUS, conforme inciso II - a participação na formulação da política e na execução das ações de saneamento básico.

Diante do exposto, é de fundamental importância uma ativa participação do setor saúde, envolvendo todas as esferas do SUS, nos processos de discussão, formulação e implementação da Política de Saneamento Ambiental. Tal participação deverá envolver inclusive o apoio técnico e financeiro para a execução de ações. O quadro de endemias, caracterizado pela acentuada incidência e prevalência de doenças de veiculação hídrica e transmitidas por vetores e reservatórios, observado nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, pode ser associado, dentre outros motivos, com a baixa oferta e qualidade dos serviços de saneamento ambiental dessas regiões.

Em termos de abastecimento de água, dados do censo demográfico (2000) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que 77,8 % dos domicílios brasileiros contam com rede de distribuição de água. No entanto, observa-se que em termos regionais, as regiões Norte e Nordeste apresentam a pior situação com índices de cobertura, respectivamente, de 48 % e 66,4 %. Nessas regiões se evidencia o suprimento de água através de poços ou nascentes na propriedade, e outras formas de abastecimento. Tais soluções são encontradas em 5.293.008 domicílios das referidas regiões geográficas.

Quanto a esgotamento sanitário o quadro nacional ainda é pior. Os dados do censo (2000) revelam que somente 47,2 % dos domicílios brasileiros são atendidos com rede coletora de esgoto. A exemplo do abastecimento de água, que tem cobertura desigual dentro do território brasileiro, a região Sudeste com 73,4% de cobertura dos domicílios é a única acima da média nacional. As demais regiões, Centro Oeste (33,3 %), Sul (29,6 %), Nordeste (25,1 %) e Norte (9,6 %), apresentam baixos índices de cobertura de rede coletora. Quanto aos demais domicílios sem rede coletora, observa-se que 15 % se utilizam de fossa séptica, que na maioria das vezes são construídas fora das normas e não recebe a devida manutenção e em 37,8 % são adotadas soluções inadequadas do ponto de vista sanitário (fossa rudimentar, lançamento em vala, rio ou mar e outros escoadouros). Ainda em relação a esgotamento sanitário, dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB, 2000) revelam que somente 35,3 % do volume de esgoto coletado por sistema coletivo recebe tratamento. Considerando todo o volume de esgoto gerado, coletado e não coletado, chega-se à conclusão de que somente cerca de 15 % de todo o volume total gerado no País recebe tratamento.

Em relação a resíduos sólidos, dados da PNSB (2000), indicam que 70,7% dos Municípios brasileiros contam com vazadouros a céu aberto (lixões) como solução para a disposição final. Tal quadro tem impacto na saúde pública e no meio ambiente. As regiões Norte e Nordeste apresentam a pior situação, com 92,6 % e 93,5 % respectivamente, dos Municípios com lixões. Quanto à coleta, dados do censo (2000) indicam que 76,4 % dos domicílios brasileiros contam com tal serviço. No entanto, as regiões Norte e Nordeste estão com cobertura inferior a 60 %, portanto, abaixo da média nacional. A desigualdade na oferta dos serviços também é observada em relação ao porte populacional dos Municípios, onde os menores apresentam, via de regra, índices de cobertura inferiores aqueles de médio e grande porte, em termos populacionais. Os serviços de coleta de lixo atingem somente 50,3 % dos domicílios com população inferior a 30.000 habitantes, para os demais Municípios a cobertura é de 86,5 % dos domicílios.

Quanto à cobertura com rede de distribuição de água, os Municípios com população total inferior a 30.000 habitantes apresentam uma cobertura de 55,6%. Por outro lado, os Municípios com população superior a 30.000 habitantes contam com índice de cobertura de 83,7%. Tal realidade também é observada para a cobertura com esgotamento sanitário, onde a cobertura com rede coletora de esgoto atende somente 20,9 % dos domicílios com população inferior a 30.000 habitantes. Tal índice é 2,5 vezes menor do que o observado para os Municípios com população total superior a 30.000 habitantes, onde a cobertura é de 53,5 % dos domicílios.

Diante de tal quadro, torna-se necessária uma atuação do Governo Federal no sentido de financiar ações de saneamento, bem como prestar apoio técnico aos Estados e Municípios no desenvolvimento de programas de saneamento ambiental, especialmente ações voltadas para os Municípios de menor porte, população inferior a 30.000 habitantes, de modo a corrigir as distorções regionais e promover a saúde.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Celebração de convênios com Estados e Municípios para implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água e de solução adequada para o destino dos dejetos, beneficiando 574 comunidades em 190 Municípios e 26.565 famílias.

• Contratada a execução de obras de saneamento em 484 aldeias indígenas localizadas em 183 Municípios, beneficiando 16.450 famílias.

• Contratada a execução de obras em 92 comunidades quilombolas localizadas em 49 Municípios beneficiando 8.092 famílias.

• Celebração de convênios com 190 Municípios para ações de melhoria das condições da habitação em área da doença de Chagas, beneficiando 10.000 famílias.

• Contratada a execução de obras para a implantação de abastecimento de água e solução adequada dos dejetos em 82 comunidades de projetos de assentamentos de reforma agrária, beneficiando 6.584 famílias em 37 Municípios.

O alcance não foi em 100% em virtude da demora no protocolo dos projetos nas coordenações regionais da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), inviabilizando a análise em tempo hábil.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Como mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, reuniões de trabalho são realizadas com técnicos do nível central e coordenações regionais a cada semestre. Além disso, há supervisões técnicas e administrativas às coordenações regionais da Funasa e vistoria *in loco* dos projetos mais relevantes. Utilizam-se, ainda, sistemas informatizados para análise e acompanhamento dos projetos financiados.

Houve execução física de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007, sendo que a meta não foi atingida em 100% em virtude da demora na programação das ações e conseqüentemente no recebimento e análise dos projetos.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes, porém seu fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. A demora na definição dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a liberação mediante cadastro dos mesmos atrasaram a execução da ação. Os recursos disponíveis foram utilizados para acompanhamento das atividades de análise e acompanhamento das ações de saneamento rural, porém o apoio logístico às equipes executoras foi insuficiente para atividades de acompanhamento das ações de saneamento (veículos, diárias, equipamentos).

Houve bloqueio dos recursos orçamentários em virtude das ações de saneamento rural que integraram o PAC. Os avisos de liberação foram condicionados ao prévio cadastro de empreendimentos, gerando atraso na liberação de recursos. Além disso, houve atraso na definição da programação em virtude da parceria estabelecida entre a Casa Civil, a Funasa, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). As atividades descentralizadas apenas não foram executadas na totalidade em virtude da demora no desbloqueio orçamentário.

Vale ressaltar que o corpo técnico das equipes gerenciais e executoras foi insuficiente para o desenvolvimento das atividades. O nível central conta com apenas 14 técnicos e o nível regional com 119 técnicos, tendo nove coordenações regionais que contam com menos de três técnicos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Como mecanismos de participação social, pode-se citar a realização de reuniões com comunidades indígenas para programação das atividades a serem trabalhadas.

SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE

GERENTE DO PROGRAMA

José Carvalho de Noronha

OBJETIVO

Assegurar a qualidade e auto-suficiência em sangue, componentes e derivados sangüíneos, e garantir a assistência aos portadores de doenças de coagulação sangüínea e de má formação das hemáceas.

PÚBLICO-ALVO

Pacientes portadores de hemofilia e da anemia falciforme, e demais pessoas que necessitem de transfusão de sangue

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 380.888.569,00	Empenho Liquidado:	R$ 248.868.112,00
	Pago Estatais:	R$ 360.255,00
	Total:	**R$ 249.228.367,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Desempenho do Ciclo do Sangue - Unidade	-	0.60	0.55	0.00	0.80	0%
2. Taxa de Doação de Sangue - Porcentagem	1.80	1.75	1.84	1.00	2.00	50%

1. ÍNDICE DE DESEMPENHO DO CICLO DO SANGUE

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

No decorrer da apuração desse indicador verificou-se equívoco na sua concepção. Ressalta-se que na elaboração do PPA 2008-2011 houve substituição desse indicador.

2. TAXA DE DOAÇÃO DE SANGUE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice previsto para o final do PPA 2004-2007 não foi atingido. Apesar dos esforços desenvolvidos por intermédio das campanhas de âmbito nacional de doação de sangue, as ações desenvolvidas pelos hemocentros e a crescente consciência da população em relação à importância da doação de sangue estão certamente contribuindo para a melhoria desse índice. Existe uma limitação no cálculo/fonte desse indicador, pois não é considerada a doação/coleta de sangue realizada no setor privado não contratado pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade de implementação de estratégias e ações para o enfrentamento e superação dos problemas relacionados à insuficiência de oferta de sangue e hemocomponentes, pelos serviços públicos de hemoterapia, para atender a 100% dos leitos do SUS, à precariedade da atenção aos portadores de coagulopatias e hemoglobinopatias, à limitação de hemoderivados aos pacientes hematológicos, inviabilizando o tratamento profilático de hemofílicos, à dependência de mercado/tecnologia externa de insumos estratégicos e à falta de tecnologia nacional para produção de hemoderivados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- O Programa de atenção aos pacientes com coagulopatias hereditárias distribuiu, em 2007, aproximadamente 289 milhões de Unidade Internacional (UI) de hemoderivados, para atendimento acerca de 11.000 pacientes com coagulopatias hereditárias. No âmbito da capacitação de profissionais, foi realizado o Worshop sobre Controle de Qualidade em Hemostasia, destinado aos profissionais de saúde que trabalham em laboratórios de hemostasia, como também a publicação do Manual de Dose Domiciliar para Tratamento das Coagulopatias Hereditárias, material didático-pedagógico para orientação dos profissionais e pacientes. O Programa de atenção às pessoas com doença falciforme e outras hemoglobinopatias fomentou a realização, no Rio de Janeiro, do IV Simpósio Internacional de Hemoglobinopatias e do Fórum Nacional de Políticas Integradas de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme em Belo Horizonte, eventos de suma importância para o aperfeiçoamento da discussão sobre a implantação e implementação da Política Nacional de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e Outras Hemoglobinopatias.

- Capacitação de cerca de 5.000 profissionais de saúde para o atendimento multidisciplinar. Ressalta-se, ainda, a elaboração e distribuição de material didático para profissionais de saúde e população, como o Manual de Anemia Falciforme para a População, o Protocolo de Atendimento aos Eventos Agudos da Doença Falciforme e o Guia de Emergência e Urgência na Doença Falciforme, como também a realização da cooperação técnica internacional entre o Brasil e os países africanos, Senegal e Guiné-Bissau. Foi dado incentivo à captação de doadores de sangue, com realização de oficinas

regionais e treinamentos, beneficiando prioritariamente as regiões Norte e Centro-Oeste, contribuindo para a busca da eqüidade entre os Estados dessas regiões. A tecnologia nacional para triagem de doadores de sangue para HCV e/ou HIV por tecnologia de biologia molecular está em projeto-piloto de implantação no Estado de Santa Catarina (SC).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No sentido de viabilizar o monitoramento sobre o desempenho físico das ações, há reuniões sistemáticas com a participação da Rede Estadual de Hematologia e Hemoterapia (Hemorrede) e sociedade de especialistas, reuniões de avaliação e de planejamento do Sistema Nacional do Sangue (Sinasan), além de visitas técnicas aos serviços de hemoterapia para diagnóstico e avaliação dos Programas de Coagulopatias Hereditárias e Hemoglobinopatias. Além disso, o Sistema de Gerenciamento em Serviços de Hemoterapia (HEMOVIDA) está sendo implantado e aprimorado para disponibilizar os dados de acompanhamento das metas físicas das ações que possuem referência com a assistência aos pacientes. Utiliza-se, também, o Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Ações em Saúde (SISPLAM), por onde, mensalmente, as metas físicas são acompanhadas. Anualmente, a Coordenação da Política Nacional de Sangue e Hemoderivados (CPNSH) elabora seu relatório de gestão baseado nas ações desenvolvidas pela área.

Houve execução física de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Na ação de atenção aos pacientes portadores de coagulopatias atingiu-se a meta estabelecida, mas ressalta-se a grande dificuldade existente na aquisição de hemoderivados nesse exercício (pregões com insucesso, cotação de valores muito superior aos limites estabelecidos, não apresentação de propostas pelas indústrias de medicamentos). A ação de atenção aos pacientes portadores de hemoglobinopatias atingiu a sua meta física. A ação de capacitação atingiu aproximadamente 80% da meta física estabelecida.

A execução orçamentária do Programa 1291 foi insuficiente, considerando que as propostas de projetos pré-classificadas e encaminhadas para execução não foram empenhadas na sua integralidade, ficando a execução efetiva do Programa em torno de 75%.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada, e ocorreu de forma heterogênea, havendo uma maior liberação nas ações Atenção aos Pacientes Portadores de Coagulopatias e Gestão e Administração do Programa. As ações passíveis de financiamento de projetos por meio de convênio tiveram liberação de recursos incipiente, considerando que o Sistema Gestão Financeira e de Convênios (GESCON) só ficou disponível para inscrição de projetos apenas em outubro de 2007, o que ocasionou uma execução orçamentária e um fluxo financeiro aquém das necessidades do Programa.

Recursos não-orçamentários foram utilizados no processo de gestão do Programa por intermédio de realização de oficinas de trabalho, reuniões técnicas, assessoramento junto a Hemorrede nacional, reuniões dos comitês técnicos (coagulopatias, resíduos sólidos,

captação de doadores, hemoglobinopatias, revisão da Resolução de Diretoria Colegiada nº153, de 14 de junho de 2004 para posterior publicação), eventos científicos, cooperação técnica entre os atores que compõe o Sinasan.

Quanto aos recursos materiais, a estrutura de equipamentos de informática da CPNSH é carente; faltam computadores e impressoras para os profissionais. A infra-estrutura física da CPNSH é precária, com instalações provisórias e falta de mobiliário para os profissionais.

No que se refere aos recursos humanos, a CPNSH ainda não apresenta o quadro suficiente e qualificado para o desenvolvimento das suas ações. A maioria dos profissionais possui vínculo de trabalho precário, propiciando grande fragilidade na execução dos trabalhos.

Dentre os problemas existentes, vale mencionar, ainda, a dificuldade de execução dos convênios por parte dos Estados e Distrito Federal. É importante ressaltar que a prestação de contas deficiente tem comprometido a execução dos convênios e, conseqüentemente, a utilização dos recursos disponíveis. Falta qualificação da Hemorrede Nacional na elaboração dos pré-projetos, como também há dificuldades no cumprimento do cronograma estabelecido.

Houve sérias dificuldades nos processos licitatórios para compra de hemoderivados (pregões com insucesso). A celebração do contrato de beneficiamento do plasma foi morosa, devido à demora por parte da empresa vencedora em apresentar toda a documentação necessária.

Entretanto, alguns Estados que possuem um maior número de projetos apresentam uma boa execução, elevando o desempenho do Programa e compensando em parte a execução não atingida pelos demais.

No que se refere à intra-setorialidade do Programa, vale ressaltar que a execução da Ação Vigilância Sanitária do Sangue e Hemoderivados é realizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), por intermédio das atividades de fiscalização sanitária nos serviços de hemoterapia. A execução da Ação Aquisição de Tecnologia no Âmbito da Produção de Hemoderivados, Hemocomponentes e Biotecnologia foi transferida para a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologias (Hemobrás).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias com a Federação Brasileira de Hemofilia (FBH) e a Federação Nacional das Associações de Doença Falciforme. A parceria deve ser aperfeiçoada no sentido de existir um melhor acompanhamento das ações desenvolvidas.

Quanto aos mecanismos de participação social, observa-se que as normativas e manuais de tratamento, antes de serem publicados, são disponibilizados em consulta pública. Além disso, há reuniões com grupos de associações de pacientes e grupos de especialistas. Esses mecanismos proporcionaram maior consciência da população frente às questões referentes

à Política Nacional de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e Hemoglobinopatias e às referentes as Coagulopatias Hereditárias proporcionando maior disseminação das informações dos Programas.

A gerência do Programa destaca a necessidade de que haja o redimensionamento do público-alvo - está em implantação o cadastro informatizado de pacientes portadores de coagulopatias hereditárias e de hemoglobinopatias. A partir da implantação total desse cadastro no País, o dimensionamento do público-alvo será mais fidedigno, facilitando a programação das metas físicas a serem atingidas no Programa.

O Programa apresenta sub-dimensionamento da meta física da Ação Atenção aos Pacientes Portadores de Coagulopatias, e na avaliação dos indicadores atuais do Programa verifica-se um problema de concepção do Índice de Desempenho do Ciclo do Sangue. A concepção e formatação do seu cálculo necessitam de adequação. No indicador Taxa de Doação de Sangue existe a limitação de apenas serem consideradas as coletas realizadas no SUS (público e privado contratado), não contemplando as coletas realizadas no setor privado.

Este Programa terá suas ações executadas no Programa Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados, no PPA 2008-2011.

VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE

GERENTE DO PROGRAMA

Gerson Oliveira Penna

OBJETIVO

Identificar e monitorar os fatores de riscos ambientais (biológicos, físicos e químicos) que tenham relação com a saúde humana.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 12.048.750,00	Empenho Liquidado:	R$ 8.964.709,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 8.964.709,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Secretarias Estaduais de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde das Capitais com Vigilância Ambiental em Saúde Estruturada - Porcentagem	-	60.00	63.00	72.00	60.00	120%

1. TAXA DE SECRETARIAS ESTADUAIS DE SAÚDE E SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DAS CAPITAIS COM VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE ESTRUTURADA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice previsto foi superado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A partir da recente consciência sobre a importância do meio ambiente na qualidade de vida das populações, as instâncias governamentais têm buscado métodos resolutivos capazes de oferecer respostas rápidas e competentes, não somente aos problemas tradicionais na área da saúde, mas também àqueles que emergem desse recente conhecimento sobre as interações entre o homem e o meio que o cerca. O processo de urbanização, a ocupação

territorial, as atividades econômicas e os processos produtivos nas cidades e no campo têm contribuído para a melhora da qualidade de vida das populações, assim como têm levado a elas riscos potenciais que interferem na saúde do homem.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Pactuação na Programação de Ações Prioritárias de Vigilância em Saúde (PAP/VS) de ações e metas do Programa de Vigilância em Saúde Ambiental relacionada à Qualidade da Água para Consumo Humano (VIGIÁGUA), do Programa de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Solo Contaminado (VIGISOLO) e Programa Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental relacionada à Qualidade do Ar (VIGIAR) nas 27 Unidades da Federação (UF) e Municípios com população acima de 100 mil habitantes.

• Ampliação da rede de profissionais do SUS capacitados em vigilância ambiental em saúde (VAS).

• Realização de oficinas macrorregionais para avaliação e pactuação de prioridades, incluindo a implementação do Decreto Presidencial nº 5.440, de 04 de maio de 2005 sobre o direito do consumidor à informação sobre a qualidade da água para consumo humano.

• 100% das Secretarias Estaduais de Saúde com acesso ao Sistema de Informações de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Solos Contaminados (SISSOLO).

• Consolidação da Metodologia de Implantação e Operacionalização de Unidades Sentinelas para o VIGIAR.

• Publicação da Portaria SE/MS nº 397, de 03 de junho de 2007 - grupos de trabalho para elaborar, implementar e acompanhar o Plano Integrado de Ações de Vigilância em Saúde relacionado a agrotóxicos;

• Publicação de Portaria GM/MS nº 2.799, de 30 de outubro de 2007 - estabelece critérios de ausência de clorofluorcarbonos (CFCs) e interrupção de compras de medicamento de dose medida (MDIs) pelo MS.

• Elaboração do Protocolo de acompanhamento à saúde da população de Cidade dos Meninos (RJ).

• Pactuação de ações de vigilância em saúde relacionadas a desastres em oito UF.

• Coordenação Técnica de duas comissões intergovernamentais (Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador; Redução de Riscos e Vulnerabilidades) no âmbito da Reunião de Ministros de Saúde do MERCOSUL.

• Elaboração, publicação e difusão do documento Subsídios para a elaboração da Política Nacional de Saúde Ambiental.

- Aprovação pela 13ª Conferência Nacional de Saúde e pela 3ª Conferência Nacional das Cidades da proposta de realização da 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental no ano de 2009.

- Elaboração e publicação de folder contendo os indicadores de saúde ambiental 2007.

- Inclusão da Saúde Ambiental no Atlas da Saúde 2007.

- Elaboração do 1º Inventário Nacional de VSA de Municípios.

- Elaboração da Diretriz Nacional do Plano de Amostragem do VIGIÁGUA.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

De acordo com o IV Inventário de Vigilância Ambiental em Saúde, atualizado no ano de 2007, a VAS está estruturada com norma específica em 89% das Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e 69% das Secretarias Municipais de Saúde (SMS) das capitais. Apesar de alcance da meta, observa-se a necessidade de fortalecer a inserção institucional da VSA, especialmente, nas capitais. A existência de equipe técnica-gerencial de VSA no nível central das SES e SMS é essencial para a sustentabilidade do Programa.

Apesar de os recursos terem sido considerados suficientes, a execução da meta física não foi de 100% devido ao fato de que a liberação do recurso ocorreu a partir do mês de maio, o que ocasionou dificuldade para a realização das atividades previstas no primeiro semestre. Outros fatores que afetaram o alcance das metas físicas foram a não conclusão dos processos de empenho de convênios, a liberação apenas no início de 2008 do 5° Termo Aditivo do Termo de Cooperação (TC/35) com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e a não-renovação do Projeto de Cooperação Técnica (PRODOC) entre o Governo Brasileiro e a UNESCO, no qual havia várias atividades programadas que envolviam recursos do orçamento de 2007.

Os recursos da Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) foram utilizados para a viabilização de reuniões, oficinas, seminários e capacitações para gestores, técnicos e especialistas na área de VAS; elaboração e publicações técnicas para disseminação de informação, concepção e implementação de sistemas de informação para o aprimoramento das atividades no âmbito do sistema nacional de VAS; além de possibilitar assessorias a Estados e Municípios.

Dentre os aspectos que dificultaram a execução do Programa, destacam-se: recursos materiais insuficientes nas equipes gerencial e executoras, infra-estrutura inadequada nas equipes gerencial e executoras, reduzido número de profissionais envolvidos com a área, e a falta de capacitação nas equipes executoras.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A gerência do Programa possui alguns mecanismos de monitoramento, dentre os quais: mecanismos colegiados e de consulta ampliada, em caráter permanente; reuniões nacionais dos dirigentes de VSA (MS; SES e SMS - capitais); realização de visitas e reuniões de trabalho ao nível local conjuntamente com representantes dos respectivos Estados e Municípios; Inventário Nacional da VSA; relatório de progresso das ações de VSA no Projeto Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (VIGISUS II); e relatórios padronizados das ações de VSA pactuadas com Estados e Municípios.

Como mecanismos de promoção da participação social, o Programa utiliza: audiências públicas com parlamentares e outros Ministérios; reuniões com grupos de interesse, como especialistas em saúde ambiental, grupos comunitários, acadêmicos, pesquisadores e profissionais de saúde; e discussões em conselhos setoriais, como Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONOMA), Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), Conselho Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (CNDS), Comissão Nacional de Segurança Química e Conselho Nacional das Cidades. Como resultados, destacam-se a democratização de informações referentes à promoção da saúde ambiental e a prevenção e controle dos fatores de risco relacionados a fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente causadores de doenças e outros agravos à saúde.

O MS considera relevante a locação de recursos permanentes para a área de saúde ambiental, a elaboração de planos de cargos e salários para área de saúde pública nas três esferas de gestão, a implementação de laboratórios de saúde pública para análises de amostras ambientais e biológicas dos contaminantes químicos, o incremento progressivo do Orçamento Geral da União para a área de saúde ambiental, e a institucionalização de um departamento de vigilância em saúde ambiental no âmbito da vigilância em saúde.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que ações deste Programa serão executadas no Programa Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos, no PPA 2008-2011.

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

GERENTE DO PROGRAMA

Gerson Oliveira Penna

OBJETIVO

Prevenir e controlar doenças, surtos, epidemias, calamidades públicas e emergências epidemiológicas de maneira oportuna; reduzir a morbimortalidade por doenças transmitidas por vetores e zoonoses.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.332.329.235,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.247.273.917,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.247.273.917,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Incidência de Paralisia Flácida Aguda - 1/100.000	1.10	1.10	1.00	1.00	1.00	100%
2. Incidência de Raiva Humana Transmitida por Animal Doméstico – Unidade	-	1.00	6.00	1.00	1.00	100%
3. Incidência do Sarampo – Unidade	-	0.00	0.00	0.00	0.00	100%
4. Taxa de Casos de Doenças de Notificação Compulsória Encerrados Oportunamente – Porcentagem	62.80	70.10	73.00	65.00	80.00	81,25%
5. Taxa de Investigação *In loco* em Emergências Epidemiológicas de Relevância Nacional – Porcentagem	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100%
6. Taxa de Letalidade por Leishmaniose Visceral (Calazar) – Porcentagem	-	6.60	7.48	4.50	5.50	81,82%
7. Taxa de Municípios com pelo menos 80% de Cobertura Vacinal Canina - Porcentagem	-	71.25	83.50	88.80	85.00	104,47%

1. COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DE PARALISIA FLÁCIDA AGUDA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A meta foi alcançada.

2. INCIDÊNCIA DE RAIVA HUMANA TRANSMITIDA POR ANIMAL DOMÉSTICO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Meta superada.

3. INCIDÊNCIA DO SARAMPO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A meta foi alcançada.

4. TAXA DE CASOS DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA ENCERRADOS OPORTUNAMENTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Devido à implantação do novo aplicativo do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) NET, que resultou em problemas operacionais no recebimento de dados no nível nacional, e considerando os dados parciais coletados, estima-se que a meta prevista foi alcançada.

5. TAXA DE INVESTIGAÇÃO *IN LOCO* EM EMERGÊNCIAS EPIDEMIOLÓGICAS DE RELEVÂNCIA NACIONAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A meta foi alcançada.

6. TAXA DE LETALIDADE POR LEISHMANIOSE VISCERAL (CALAZAR)
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

É importante ressaltar que devido à implantação do novo aplicativo do Sinan NET, que os dados gerados pelo sistema ainda são parciais, pois há problemas operacionais no recebimento no nível nacional.

7. TAXA DE MUNICÍPIOS COM PELO MENOS 80% DE COBERTURA VACINAL CANINA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 foi 88,8, superior à meta prevista.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O sub-registro da ocorrência das doenças de notificação compulsória, a detecção tardia e a limitada análise sobre os problemas de saúde pública prioritários resultam na restrita capacidade de intervenção na prevenção e controle de doenças e agravos de interesse em saúde pública. Dessa forma, faz-se necessário fortalecer o processo, em curso, de reestruturação e implementação do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e incrementar a Prevenção e o Controle de Doenças Transmissíveis com vistas à consolidação de estruturas permanentes e descentralizadas capazes de dar sustentabilidade à execução de ações que produzam o necessário impacto sobre os indicadores de morbimortalidade de importantes agravos no Brasil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Manutenção da interrupção de transmissão de casos autóctones de sarampo.
- Redução dos casos de raiva humana e canina.
- Expansão da rede sentinela (vigilância e laboratório) para a gripe.
- Consolidação do Plano de Preparação para a Pandemia de *Influenza*.
- Ampliação dos núcleos hospitalares de vigilância epidemiológica.
- Estratificação da área não-amazônica em alto, médio e baixo risco para doença de Chagas aguda.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

O Brasil vem acumulando resultados favoráveis na vigilância epidemiológica e controle das doenças transmissíveis, o que contribui para a redução da mortalidade evitável, da morbidade e para a melhoria da qualidade de vida da população. Os recursos orçamentários previstos para o Programa foram considerados suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

As metas físicas das ações foram alcançadas dentro do previsto, com execução entre 80% e 100%. Entre os aspectos que podem ter influenciado o alcance parcial de algumas metas, destacam-se:

a) recursos materiais insuficientes, tais como equipamentos de informática inadequados para execução das atividades (manipulação de bancos de dados de grande volume, etc) e falhas na aquisição de medicamentos para controle de doenças e reagentes para diagnóstico de laboratório;

b) setores da Secretaria de Vigilância Sanitária (SVS) funcionam em vários prédios, dificultando o desenvolvimento das atividades relacionadas ao Programa;

c) ausência de concursos públicos e precariedade nas relações trabalhistas geram alta rotatividade de profissionais.

Apesar das dificuldades, parcerias com outras unidades do Ministério da Saúde (MS) assim como a integração com as demais esferas de governo levam a uma avaliação satisfatória do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Dentre os mecanismos de monitoramento utilizados pelo Programa, destacam-se as visitas *in loco*, com assessoramento técnico e/ou supervisões a Estados e Municípios, e sistemas informatizados, como o Sinan NET – sistema que coleta, transmite e dissemina dados gerados dos agravos de notificação compulsória – e o Sistema de Informação da Vigilância da *Influenza* (Sivep–Gripe) – sistema que coleta, transmite e dissemina dados gerados da Vigilância Epidemiológica

Além disso, são realizadas parcerias para execução de ação do Programa Nacional de Hepatites Virais (PNHV), por meio de convênios com organizações não-governamentais (ONGs), e assuntos relacionados ao Programa são discutidos nos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Saúde.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que ações deste Programa serão executadas no Programa Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos, no PPA 2008-2011.

VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE DOENÇAS E AGRAVOS NÃO-TRANSMISSÍVEIS

GERENTE DO PROGRAMA

Gerson Oliveira Penna

OBJETIVO

Implantar o sistema nacional de vigilância das doenças e agravos não-transmissíveis (DANT) e seus fatores de risco, produzir análises específicas, divulgar orientações e informações técnicas, induzir, articular, apoiar e avaliar ações de prevenção e controle das DANT no País.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 12.850.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 4.280.602,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 4.280.602,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Óbitos por Doenças Cardiovasculares na Faixa Etária de 30 a 49 Anos em Relação ao Total de Óbitos pelo Mesmo Grupo de Doenças nos Maiores de 30 Anos - Porcentagem	-	10.10	9.25	9.60	9.00	-
2. Taxa de Secretarias Estaduais de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde das Capitais com Unidades de Atenção às Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANT) Implantadas - porcentagem	-	81.40	100.00	100.00	100.00	100%

1. TAXA DE ÓBITOS POR DOENÇAS CARDIOVASCULARES NA FAIXA ETÁRIA DE 30 A 49 ANOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ÓBITOS PELO MESMO GRUPO DE DOENÇAS NOS MAIORES DE 30 ANOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Os dados apurados dizem respeito aos resultados obtidos através do inquérito feito por entrevistas telefônicas – Programa de Vigilância de Fatores de Risco para Doenças Crônicas

não -Transmissíveis por Entrevistas Telefônicas (VIGITEL). Tem-se observado a melhora do indicador ao longo dos anos face às atuais ações realizadas. Registra-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice deste indicador ao longo do tempo.

2. TAXA DE SECRETARIAS ESTADUAIS DE SAÚDE E SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DAS CAPITAIS COM UNIDADES DE ATENÇÃO ÀS DOENÇAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS (DANT) IMPLANTADAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A unidade de medida para esse indicador é percentual. O índice apurado em 2007 foi de 100%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As DANTs lideram as causas de morte no País e respondem por elevada carga de morbidade e despesas com assistência médico-hospitalar do Sistema Único de Saúde (SUS). Apesar disso, não há um sistema de vigilância para as DANTs implantado no Brasil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Publicação dos resultados do VIGITEL 2006.
- Execução do VIGITEL 2007.
- Financiamento de 210 projetos de atividade física.
- Monitoramento do uso do tabaco por meio do VIGITEL.
- Realização de cursos em DANT.
- Aprovação da publicação do documento Diretrizes e Recomendações -Cuidado Integral de Doenças Crônicas Não-Transmissíveis.
- Realização do II Seminário Nacional de Vigilância e Prevenção em Doenças e Agravos Não-Transmissíveis e Promoção da Saúde.
- Realização da 7ª Mostra Nacional de Experiências Bem Sucedidas em Epidemiologia, Prevenção e Controle de Doenças (EXPOEPI).
- Realização do Seminário Macroeconômico de análise de custo das doenças crônicas, em parceria com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), SCTIE/Economia da Saúde, Banco Mundial, Instituto Nacional do Câncer (INCA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Secretaria de Atenção a Saúde /Departamento de Atenção Básica (SAS/DAB), Organização

Pan-Americana da Saúde (OPAS), Serviço Social da Indústria (SESI), Guia Metodológico da Rede CARMEN e de Doenças Crônicas Não-Transmissíveis (DCNT).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa não conta, no âmbito do PPA, com metas físicas definidas para o seu acompanhamento. Os recursos foram considerados suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Além disso, os recursos programados na Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) são importantes, pois são utilizados para efetivação das ações propostas. Sua execução deve seguir os trâmites da legislação brasileira, o que nem sempre possibilita as realizações em prazos pactuados.

Entre as restrições para melhor desempenho do Programa, destacam-se recursos materiais insuficientes e infra-estrutura inadequada nas equipes gerencial e executoras, recursos humanos precarizados e insuficientes, recursos financeiros comprometidos por restos a pagar e demora nos trâmites regulares dos processos licitatórios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social é fundamental para a resposta positiva na redução da carga de morbidade das doenças crônicas não-transmissíveis com conseqüente diminuição das despesas com assistência médico-hospitalar. O Programa possui mecanismos de promoção da participação social, tais como reuniões sistemáticas com centros de ensino e pesquisa e discussões em conselho setorial, com reuniões periódicas e pré-agendadas com a representatividade de secretários estaduais e municipais.

Destaca-se a importância de um sistema de vigilância para DANT considerando que as mesmas lideram as causas de morte no País contribuindo para elevada carga de morbidade na população brasileira.

O MS enfatiza que para serem consideradas suficientes, as ações do Programa precisam ser ampliadas para o âmbito de Municípios para atingir de forma completa o objetivo.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que ações deste Programa serão executadas no Programa Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos, no PPA 2008-2011.

VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E ATENÇÃO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

GERENTE DO PROGRAMA

Gerson Oliveira Penna

OBJETIVO

Reduzir a incidência da infecção pelo vírus da imunodeficiência humana e da síndrome da imunodeficiência adquirida (aids) e de outras doenças sexualmente transmissíveis (DST) e melhorar a qualidade de vida dos pacientes.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.088.562.728,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.034.931.065,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.034.931.065,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Incidência de Aids - 1/100.000	19.50	17.20	18.00	19.00	17.00	-
2. Coeficiente de Mortalidade por Aids - 1/100.000	6.40	6.10	6.00	6.00	6.00	100%
3. Taxa de Detecção de Casos de Sífilis Congênita – Porcentagem	-	38.50	46.00	60.00	70.00	85,71%

1. COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DE AIDS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice não foi alcançado devido a diversas situações de acompanhamento e análises que refletiram no resultado, tais como: alteração do Sistema Informatizado de Agravos de Notificação (Sinan) - sistema onde são lançados os caso de aids pelos Estados e Municípios; alterações na base do sistema que migrou de Windows para web, gerando problemas no lançamento dos dados; atraso no lançamento dos dados mais atuais por parte de Estados e Municípios; e falhas no processo de informação dos casos. Registra-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice deste indicador ao longo do tempo.

2. COEFICIENTE DE MORTALIDADE POR AIDS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice foi alcançado conforme previsto. Registra-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice deste indicador ao longo do tempo.

3. TAXA DE DETECÇÃO DE CASOS DE SÍFILIS CONGÊNITA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice não foi alcançado por situações de dificuldade de acesso ao diagnóstico na rede pública de saúde de Estados e Municípios.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Estudo realizado pelo Ministério da Saúde (MS) estima a existência de 600.000 casos de infecção pelo vírus da aids, considerando a população de 15 a 49 anos. As regiões Sul e Sudeste concentram 83% do total de casos de aids notificados, desde o início da epidemia. Considerando-se a razão de casos entre homens e mulheres, o indicador variou 6,5 casos entre homens para cada caso entre mulheres, em média, no período de 1980-1990 para 2,0:1,0 em 1999, 1,8:1,0 em 2000 e 1,7:1,0 em 2001, e o mesmo com relação a todas as faixas etárias. Particularmente, na faixa etária de 13 a 19 anos, esta razão entre homens e mulheres apresenta sinais de inversão entre 1998 e 2001 (0,9:1,0; 0,9:1,0; 0,8:1,0 e 0,6:1,0 respectivamente).

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Foram alcançadas mudanças comportamentais para prevenir DSTs e HIV, com um forte enfoque em grupos de maior vulnerabilidade, na transmissão vertical, na promoção de preservativos, na redução de riscos em usuários de drogas injetáveis (UDI), na expansão de serviços de testagem e aconselhamento e na informação, educação e comunicação, mediante campanhas e materiais informativos diversos.

• As atividades de prevenção foram ampliadas e integradas a outros programas de saúde, incluindo hepatite, tuberculose, malária e o Programa de Saúde da Família (PSF), saúde da mulher, saúde do adolescente e saúde mental. Realização de treinamento das equipes de Saúde da Família sobre prevenção e diagnóstico e encaminhamentos para HIV/Aids e DST expandindo a abrangência e qualidade do Programa.

• Articulação com outras instituições do Governo Federal, que resultou na estruturação de políticas e programas governamentais, tais como o Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e DST, o Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DSTs entre Gays, outros HSH e Travestis e o Programa Estratégico de Ações Afirmativas: População Negra e Aids.

• Intervenções estruturais que impactaram no acesso aos serviços de saúde e insumos de prevenção, como campanhas educativas continuadas, integração da saúde com programas de erradicação da pobreza, de combate à discriminação, de promoção e proteção dos direitos humanos, de educação e de justiça.

• Mais de 90% das escolas desenvolvem algum tipo de ação com temas relacionados às DSTs e aids e/ou correlatos durante o ano letivo. Dessas escolas, 18% do ensino médio e 9% do ensino fundamental têm programas de distribuição gratuita de preservativos.

• O Projeto Aids III apoiou as seguintes ações para a população indígena: a implantação do Plano de Ação de prevenção e assistência as DST/HIV/Aids nos 34 distritos sanitários especiais indígenas (DSEI), financiando equipamentos, materiais permanentes e outros bens e serviços necessários à implementação das ações; suprimento de medicamentos para tratamento das DSTs para os DSEI; e estabelecimento de uma rede de referência em DST/HIV/Aids.

• Atividades em Diagnóstico, Assistência e Tratamento das DSTs e do HIV/Aids, para estabelecer unidades de dispensação de medicamentos, melhorar a logística de distribuição, aumentar a adesão ao tratamento, expandir os serviços de saúde e laboratoriais, introduzir o credenciamento de serviços e atividades de assistência.

• Aumento do número de laboratórios de exames de CD4 de 88 para 92, de exames de carga viral de 73 para 82, e de exames de genotipagem de 14 para 20, resultando em ampliação do acesso da população a exames laboratoriais para o diagnóstico do HIV e das DST e para o acompanhamento do HIV, assim como em redução no tempo de resposta.

• Lançamento do Plano Operacional para Redução da Transmissão Vertical do HIV e da Sífilis Congênita que visa à redução da mortalidade materna e da mortalidade infantil, obtendo-se o aumento da cobertura de testagem para sífilis no pré-natal em gestantes de 2,1 milhões para 4,8 milhões, e de testes anti-HIV, de 1,4 milhão para 2,3 milhões.

• Aumento de 430 Municípios para 455 Municípios participantes da política de incentivo até dezembro de 2007, resultantes da descentralização das ações pelos Estados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física das ações do Programa ficou entre 80% e 100% do previsto para 2007. Apenas parte de uma ação ficou pendente para 2008, em virtude de demora na assinatura de contratos. Somente uma ação (Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis) teve o alcance de sua meta parcialmente atingido, devendo-se em parte a insuficiência de recursos previstos no orçamento, o que não permitiu expansão da execução da ação conforme esperado.

Com relação às demais ações do Programa, os recursos previstos no orçamento foram suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

Outros aspectos que, em menor grau, influenciaram a execução das ações foram a precariedade nos contratos de recursos humanos na equipe gerencial, com contratação por meio de agências internacionais, e alegação das Secretarias Estaduais de Saúde e das Secretarias Municipais de Saúde de limitações impostas pela Lei Responsabilidade Fiscal (LRF) para contratação de pessoal e a demora na assinatura de contrato para aquisição de preservativos, cujos resultados devem ser atingidos somente durante o ano de 2008.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Entre os mecanismos de monitoramento da execução das ações, destacam-se visitas para supervisão e assessoria técnica aos órgãos executores e a disponibilização de sistemas informatizados, tais como:

a) Sinan que acompanha os casos identificados e notificados de aids;

b) Sistema Informatizado de Mortalidade (SIM);

c) Sistema sobre o Registro de Nascimentos (Sinasc);

d) Sistema de Controle de Exames Laboratoriais de Acompanhamento do HIV (SISCEL);

e) Sistema de Acompanhamento de Realização de Testagem (SIS-CTA);

f) Sistema Informatizado de Controle Logístico de Medicamentos ARV (SICLOM) que acompanha a disponibilização de medicamentos anti-retrovirais (ARV) para as pessoas que vivem com HIV/aids .

O Programa realiza parceiras com organizações da sociedade civil (OSC) e com organizações não-governamentais (ONG). O desempenho geral em 2007 foi médio, considerando um universo de 500 projetos com OSC/ONG. A grande maioria cumpre as metas e produtos propostos, havendo necessidade, algumas vezes, de prorrogação do instrumento jurídico de parceria para que o projeto seja finalizado com a execução da meta proposta. Uma das formas de aperfeiçoar as parcerias é com capacitação para as OSC/ONG e suas equipes.

A participação social tem contribuído para o alcance dos objetivos e metas do Programa e pelo seu sucesso e referência nacional e internacional. São mecanismos utilizados para incentivar a participação social:

a) a Integração do Programa à Ouvidoria do MS - Disque Saúde, sistema de atendimento de usuários via telefone 0800, respondendo a todas as questões relativas ao HIV/aids e outras DST;

b) a Comissão Nacional de Aids (CNAIDS) é composta por representantes do Governo Federal e seus Ministérios, representações de universidades, de usuários da saúde, da sociedade civil e da diretoria do Programa e reúne-se a cada trimestre;

c) a Comissão de Articulação com o Movimento Social (CAMS) é formada por representantes dos fóruns ONG/Aids dos Estados do Brasil e reúne-se periodicamente a cada 40-50 dias para discussão de assuntos pertinentes à participação da sociedade civil na implementação de ações em DST/HIV/Aids.

Alguns assuntos são levados ao CNS, que possui um grupo técnico específico HIV/Aids e outras DSTs. A gerência do Programa também se articula e apresenta propostas junto ao CONASS e ao CONASEMS, visando a melhoria do desempenho da execução de ações e metas em DST/HIV/Aids.

Em 2007, o Programa realizou a consulta pública relativa ao Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e de outras DST entre Gays, outros HSH e Travestis

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários de várias maneiras e nas diferentes populações-alvo. O *recall* de campanhas de prevenção é um bom indicador da satisfação da população geral e de populações específicas. A quase ausência de reclamações e demandas pela falta de medicamentos ARV é outra indicação da satisfação do beneficiário que recebe a medicação ARV adquirida e disponibilizada pelo Programa.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que ações deste Programa serão executadas nos programas Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos e Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, no PPA 2008-2011.

VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DA MALÁRIA E DA DENGUE

GERENTE DO PROGRAMA

Gerson Oliveira Penna

OBJETIVO

Reduzir a ocorrência da malária e da dengue mediante controle vetorial.

PÚBLICO-ALVO

População residente em áreas receptivas e vulneráveis à malária e à dengue

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 68.131.950,00	Empenho Liquidado:	R$ 54.606.126,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 54.606.126,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Incidência de Dengue – 1/100.000	-	101.40	185.00	295.80	83.16	-
2. Coeficiente de Incidência de Malária na Amazônia Legal - 1/100.000	-	2407.00	2260.00	18.00	19146.25	0,09%

1. COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DE DENGUE

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A dengue é uma doença que não possui vacina e depende de uma atuação, com enfoque inter-setorial, em cada um dos Municípios. A grande concentração da população em centros urbanos (81%), com alta densidade demográfica e deficiências no abastecimento contínuo de água, induzindo ao armazenamento de água em tambores, tonéis e tinas, assim como a deficiência na coleta e no destino adequado dos resíduos sólidos, favorecem as infestações por *aedes aegypti* e a transmissão da doença. As epidemias ocorridas nos Estados de São Paulo (SP), Mato Grosso do Sul (MS), Paraná (PR) e Rio de Janeiro (RJ) influenciaram o coeficiente de incidência do País (48% dos casos). Registra-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice deste indicador ao longo do tempo.

2. COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DE MALÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A prioridade política para as ações de prevenção e controle da malária nos Estados da Amazônia Legal, com a mobilização dos Governadores e Secretários Estaduais de Saúde, a ampliação da rede de diagnóstico, o contínuo apoio técnico e a realização de supervisões por parte do Ministério da Saúde (MS), a viabilização de ações articuladas com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a substituição do tratamento de primeira escolha para os tratamentos dos casos de malária por *plasmodium falciparum* foram fundamentais para a redução de 16% no número de casos em relação a 2006. O coeficiente de incidência foi calculado em função do número de casos por 1.000 habitantes para padronizar com o indicador usado no Programa, que é a incidência parasitária anual. A dimensão de referência não está correta e já foi alterada para o PPA 2008-2011, sob as seguintes justificativas técnicas:

a) a fórmula de cálculo para determinação do risco de transmissão de malária numa determinada área geográfica considera o número de lâminas positivas para malária dividida pela população total residente da área multiplicado por 1.000 e não por 100.000, como está no PPA 2004-2007;

b) entre as propriedades desejáveis do indicador de malária, que mede o risco de ocorrência da doença numa área geográfica considerada, estão a sensibilidade e a historicidade desse indicador. A sensibilidade do indicador fica reduzida quando aplicado em grandes populações e extensões geográficas. Quanto à historicidade deste indicador, há disponibilidade de séries históricas, extensas e comparáveis, de vários decênios na Coordenação Geral do Programa Nacional de Controle da Malária (CGPNCM);

c) o coeficiente de incidência deve ser calculado por 1.000 habitantes para padronizar com o indicador usado no Programa de Controle da Malária, que é a incidência parasitária anual.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A malária constitui um importante problema de saúde pública no Brasil, especialmente na Amazônia Legal, onde se concentram mais de 99% dos casos registrados no País. Em 2002, foram registrados 349.842 casos no País. A dengue é um problema de saúde pública no Brasil com a circulação simultânea de três sorotipos em 22 Estados da Federação e a tendência de aumento no número de casos de febre hemorrágica de dengue e óbitos. Em 2002, foram registrados 794.219 casos de dengue com 2.714 casos de febre hemorrágica de dengue e 150 óbitos. Cerca de 3.600 Municípios do País encontram-se infestados por *aedes aegypt*.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Redução de 16,9% no número de casos de malária em relação ao ano de 2006.
- Redução em 33% nas internações hospitalares por malária na região amazônica.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os recursos orçamentários foram considerados suficientes, e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Foram executados cerca de 80% dos recursos previstos. Há ainda alto impacto das ações não-orçamentárias: a mudança de comportamento da população, particularmente em relação aos ambientes favoráveis ao mosquito transmissor da dengue, depende de uma série de ações, que extrapolam o setor saúde.

Apesar do alcance entre 80% e 100% das metas físicas das ações, ainda há problemas na execução do Programa. A ocorrência de epidemias de dengue, principalmente, nos Estados de SP, MS, RJ e PR, influenciou o coeficiente de incidência do País, que ficou enquadrado no estrato de média incidência (297 casos por 100.000 habitantes). Além disso, parte dos Municípios não dispõe do quantitativo adequado de agentes de campo para realizar as visitas domiciliares de acordo com as recomendações técnicas.

Outros fatores influenciaram no desempenho do Programa:

a) parte dos Municípios não dispõe de mecanismos ágeis para a aquisição e manutenção de materiais essenciais para garantir a continuidade das ações de campo, de controle ou supervisão;

b) parte dos Municípios não dispõe de agentes de campo nos quantitativos adequados para executar as ações de acordo com as normas técnicas. Além disso, devido aos vínculos contratuais precários, a rotatividade dos profissionais é grande, havendo uma demanda permanente de capacitação;

c) grande maioria das Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e das Secretarias Municipais de Saúde (SMS) não possui autonomia para realizar, com agilidade, processos licitatórios, o que repercute em baixa execução dos recursos que são transferidos pelo MS para a execução das ações de vigilância em saúde (Teto Financeiro de Vigilância em Saúde), o que inclui as ações de prevenção e controle da dengue e malária;

d) demora na transferência de recursos e na execução das ações de drenagem para o controle da malária na Amazônia Legal, que são viabilizadas por meio de convênios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Entre os mecanismos para monitoramento do Programa, destacam-se as supervisões dos técnicos de cada uma das coordenações-gerais, priorizando os Estados que apresentam tendência no aumento no número de casos, tanto para malária quanto para dengue, por meio de visitas *in loco*. E, os sistemas informatizados implantados para ações de controle da malária e da dengue, que geram dados mensais de incidência e orientam sobre os locais onde as ações de prevenção e controle devem ser intensificadas. Embora as informações sejam disponibilizadas pelos executores, ainda existem dificuldades em relação à agilidade no repasse das informações geradas nos Municípios. A integração entre a gerência do Programa e os executores foi viabilizada, principalmente, por intermédio da participação nas reuniões estaduais de avaliação e nas supervisões periódicas.

O Programa passou recentemente a contar com parcerias não-governamentais para sua execução, principalmente, na educação e mobilização da população para o combate à dengue. Não há mecanismos de participação social estabelecidos ou avaliação de satisfação dos beneficiários, dificuldade que pode ser superada com a realização de pesquisas específicas.

O MS ressalta que as ações específicas do setor saúde, para garantir a sua efetividade, dependem fundamentalmente de ações setoriais destacando-se os seguintes aspectos:

a) dengue - abastecimento contínuo de água, coleta e destino adequado de resíduos sólidos;

b) malária - ações preventivas e integradas nas áreas de assentamentos, garimpos e projetos desenvolvimentistas na Amazônia Legal, capacidade de organização do crescimento de cidades de médio e grande porte da Amazônia Legal.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que ações deste Programa serão executadas no Programa Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos, no PPA 2008-2011.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PRODUTOS, SERVIÇOS E AMBIENTES

GERENTE DO PROGRAMA

Dirceu Raposo de Mello

OBJETIVO

Prevenir riscos à saúde da população mediante a garantia da qualidade dos produtos, serviços e dos ambientes sujeitos à vigilância sanitária.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 256.776.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 237.928.885,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 237.928.885,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Percentual de Hospitais Alimentando o Banco de Dados do Sistema Nacional de Informação para o Controle de Infecção em Serviços de Saúde (Sinais) - Porcentagem	-	-	12.00	20.30	60.00	33,83%
2. Taxa de Cobertura das Ações de Inspeção Sanitária em Relação aos Parâmetros Pactuados no Termo de Ajustes e Metas (TAM) – Porcentagem	-	100.00	91.43	73.88	100.00	73,88%
3. Taxa de Notificação de Reação Adversa Grave a Medicamentos Porcentagem	27.60	33.36	33.29	38.43	19.25	199,64%

1. PERCENTUAL DE HOSPITAIS ALIMENTANDO O BANCO DE DADOS DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO PARA O CONTROLE DE INFECÇÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE (SINAIS)

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

No ano de 2007, 478 hospitais estavam cadastros no Sinais. Esse quantitativo representa o número de hospitais que deviam alimentar o banco de dados do Sinais. Porém, o módulo

de transmissão dos dados para o banco de dados nacional ficou prejudicado durante praticamente todo o ano devido a problemas de informática que inviabilizaram o envio dos mesmos. Estes problemas só foram solucionados em dezembro de 2007, o que prejudicou sobremaneira a implementação do sistema nos Estados e o envio de dados pelos hospitais prioritários, prejudicando o alcance da meta.

2. TAXA DE COBERTURA DAS AÇÕES DE INSPEÇÃO SANITÁRIA EM RELAÇÃO AOS PARÂMETROS PACTUADOS NO TERMO DE AJUSTES E METAS (TAM)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007, foram inspecionados 73,88% dos estabelecimentos pactuados. Essa meta vinha se desenvolvendo conforme expectativa inicial até meados de 2007, mas com a alteração da dinâmica de pactuação pela Portaria GM/MS nº 1.998, de 21 de agosto de 2007, houve descontinuidade e irregularidade no envio sistemático das informações relativas às inspeções pelos gestores estaduais. Esta descontinuidade no repasse das informações prejudicou o cumprimento da meta, embora o dado apresentado não represente necessariamente uma redução real nas ações de inspeção pactuadas.

3. TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE REAÇÃO ADVERSA GRAVE A MEDICAMENTOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Notificar reações adversas graves inesperadas permite à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) identificar precocemente problemas de segurança sanitária com medicamentos e adotar as medidas necessárias para minimizar e contornar os riscos. Com esse intuito, a Anvisa vem incrementando nos últimos anos ações que possibilitem o crescimento do número de notificações de reações adversas a exemplo da implementação do Sistema de Notificação em Vigilância Sanitária (Notivisa). No entanto, esse esforço desencadeou o aumento contínuo do indicador, por causa da adesão dos profissionais de saúde às notificações de reações adversas, incluindo as reações adversas graves. Tendo em vista que as ações de fomento à notificação ainda estão em andamento, é esperado que esse indicador continue a aumentar, destoando da referência esperada inicialmente.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O campo de atuação da vigilância sanitária brasileira é principalmente a proteção da saúde, incluindo também ações de promoção. Assim, sua finalidade é proteger a saúde da população por intermédio do controle sanitário da produção, da circulação e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados. As competências do Sistema Único de Saúde (SUS) relacionados ao trabalho de proteção à saúde dão a

dimensão da importância da vigilância sanitária neste sistema. A produção, distribuição e comercialização de medicamentos, cosméticos, saneantes, alimentos e outros produtos de saúde, bem como a prestação de serviços de saúde pode se converter em um risco para a população caso esses processos não tenham sido feitos com um padrão de qualidade que garanta a sua utilização de forma segura.

A ingestão e outras formas de contato com substâncias potencialmente prejudiciais à saúde podem acarretar uma série de danos, podendo, eventualmente, levar à morte. A circulação de pessoas por intermédio dos meios de transporte provenientes do exterior ou de outros Estados brasileiros é outro foco de atuação da vigilância, inclusive no controle das condições sanitárias dos portos, aeroportos, fronteiras e terminais alfandegados por onde transitam viajantes e mercadorias, incluindo ações de vigilância epidemiológica, imunização e vigilância ambiental. Por meio dessa ação, previne-se a entrada e disseminação de doenças, seus agentes e vetores e reservatórios. A promoção da saúde, e não só o tratamento da doença, encontra amparo na concepção dos constituintes sobre os programas sociais

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização de cerca de 27 mil fiscalizações de produtos e de serviços sujeitos ao controle da vigilância sanitária e mais de um milhão de fiscalizações sanitárias em portos, aeroportos, postos de fronteiras e terminais alfandegados.

- Proibição da fabricação e distribuição de 210 medicamentos similares, de alto risco sanitário, devido à insuficiência de testes de biodisponibilidade relativa realizados em seres humanos.

- Realização de inspeções internacionais em 883 unidades fabris de medicamentos que exportam produtos para o Brasil, pela necessidade de cumprimento de regras sanitárias estabelecidas previamente para produtos que entram no território brasileiro.

- Capacitação de 57 profissionais de saúde dos Centros de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos (CNCDO) e de 120 profissionais dos serviços de vigilância estaduais e municipais, visando treiná-los para a inspeção de Bancos de Tecidos Musculoesqueléticos (BTME) e Bancos de Células e Tecidos Germinativos (BCTG).

- Recepção de 9.733 notificações de eventos adversos e queixas técnicas dos produtos sob vigilância sanitária, provenientes de todos os Estados do País e registradas Notivisa. A partir das notificações são realizadas análises para identificação dos possíveis riscos apresentados e, concomitantemente, são emitidos alertas registrados no próprio Sistema.

- Avaliações de preços em cerca de 2.000 novas apresentações de medicamentos novos, no âmbito da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed), órgão intergovernamental responsável por controlar os preços de medicamentos.

• Capacitação de 317 docentes, 136 profissionais que atuam em vigilância sanitária, 50 técnicos dos órgãos de proteção do consumidor (Procon) e 867 alunos para estimular o hábito da reflexão crítica sobre o uso racional de medicamentos, em especial na comunidade escolar. O Projeto Educação e Promoção da Saúde no Contexto Escolar – o contributo da Anvisa para o uso racional de medicamentos tem como público-alvo professores e alunos do ensino fundamental e médio de escolas públicas, profissionais, técnicos da vigilância sanitária e dos Procons, sendo desenvolvido em 45 escolas e atingindo aproximadamente 15.000 alunos.

• Edição da Portaria GM/MS nº 1.998, de 21 de agosto de 2007, que regulamenta o repasse de recursos financeiros para Estados, Distrito Federal e Municípios, cuja finalidade é o fortalecimento da capacidade de execução e a delimitação das responsabilidades dos gestores do SUS, por meio do estabelecimento de metas de cobertura e da definição de indicadores de desempenho. Estes são componentes relevantes para o processo de pactuação entre os entes federados e para o estabelecimento de programações locais de vigilância sanitária compatíveis com a capacidade de gestão apresentada.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O desempenho das ações da Anvisa foi positivo no ano de 2007. Das 10 ações com metas propostas - distribuídas em três programas - sete foram cumpridas, tendo sido a execução, em termos dessas metas, de 70%. Vale ressaltar que a própria dinâmica do setor saúde, com o advento do Pacto pela Saúde, requer uma reorganização e uma reorientação das atividades o que prejudicou, em parte, a evolução de algumas metas e indicadores. Tendo em vista que o conjunto de atividades que a Anvisa realiza é de um volume maior do que as que são escolhidas para compor a estrutura de monitoramento do PPA, tem-se o entendimento de que o desempenho geral da instituição está em torno de 84% - considerando também o alcance das metas do Plano Nacional de Saúde (PNS) e do Contrato de Gestão, para o ano de 2007).

Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Não houve problemas de fluxo financeiro para atendimento da execução financeira. Foram executados 92,6% dos recursos previstos.

Em 2007, as transferências para as ações de vigilância sanitária financiadas com recursos da Anvisa e do FNS totalizaram R$ 157,3 milhões, o que representou aportes financeiros às Unidades Federadas equivalentes a 63,82% da arrecadação total da Agência naquele ano (R$ 246,6 milhões). Com esses recursos, foram inspecionados 73,88% dos estabelecimentos pactuados, o que equivale a 37.462. Vale ressaltar que a alteração da dinâmica de pactuação (Portaria GM/MS 1998/07) gerou descontinuidade e irregularidade no envio sistemático das informações relativas às inspeções pelos gestores estaduais. A integração entre a gerência do Programa e os entes executores ocorre mediante a estratégia de apoio técnico descentralizado que a gerência desenvolve e pelo monitoramento semestral, realizado em conjunto com a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do MS, que inclui visitas *in loco*.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Para o monitoramento das ações, a Anvisa realiza visitas técnicas semestrais a Estados e Municípios de grande porte, com o objetivo de monitorar as ações pactuadas entre os três entes e apoiar as atividades das esferas subnacionais numa visão de gestão compartilhada. Além disso, a Anvisa elabora semestralmente e ao final de cada ano o Relatório de Avaliação do Contrato de Gestão, enviado ao MS, ao Conselho Consultivo da Anvisa e ao Conselho Nacional de Saúde (CNS). É elaborado, também, o Relatório de Atividades da Anvisa, que tem escopo maior que o Contrato de Gestão e é encaminhado e apresentado no Congresso Nacional. Ambos os relatórios são meios de prestação de contas das ações e do desempenho da Anvisa associados ao recurso público utilizado.

É importante registrar, contudo, dificuldades em relação à temporalidade entre a captação dos dados e o período de alimentação do Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Ações em Saúde (SISPLAM), visto que as informações são geradas nos Municípios e consolidadas nos Estados.

Entre os mecanismos de participação social adotados pelo Programa, cabe destacar:

a) reunião com grupos de interesse, por meio das 10 câmaras setoriais atualmente existentes, que se constituem em espaços de discussão com representantes de outras instâncias governamentais, do setor regulado e dos usuários. Os integrantes das câmaras reúnem-se quando identificam temas prioritários e discutem propostas de diretrizes estratégicas a serem seguidas pela Anvisa;

b) audiências e consultas públicas, dentro das diversas áreas de atuação da vigilância sanitária;

c) conselho setorial, onde os assuntos de relevância da vigilância sanitária são levados para discussão no CNS. Em 2007, em reunião ordinária do CNS, foi aprovado o Plano Diretor de Vigilância Sanitária (PDVISA);

d) Ouvidoria, que recebe, pela Internet, e-mail, cartas, fax ou pessoalmente, demandas dos cidadãos que vão desde denúncias à solicitação de informações. O sistema "Anvis@tende" (formulário eletrônico) permite que haja um prazo de atendimento (15 dias úteis) e uma resposta para todas as mensagens enviadas. Elas recebem um número de registro e são acompanhadas pela equipe da ouvidoria e pelo próprio remetente. Em 2007, foram recebidas cerca de 20.507 mensagens.

O MS, em termos de desenho do Programa, considera insuficiente uma avaliação baseada nos resultados dos indicadores. Como o Programa tem uma considerável abrangência, quaisquer que sejam os indicadores definidos, eles representam apenas um recorte de uma função ou campo da vigilância sanitária. No que se refere à suficiência das ações, tendo em vista a abrangência do Programa seria necessário um maior número de ações para alcançar as várias funções e os vários campos de atuação da vigilância sanitária.

No que se refere à suficiência das ações, tendo em vista a abrangência do Programa seria necessário um maior número de ações para alcançar as várias funções e os vários campos de atuação da vigilância sanitária. No entanto, na estrutura do PPA 2008-2011 foi feito um enxugamento das ações, buscando agregá-las, de forma a facilitar o monitoramento. Nesse sentido, as ações têm uma abrangência maior que a do PPA 2004-2007, entretanto foi mantido o mesmo número de produtos e consqüentes metas físicas. Isso dificulta a avaliação quantitativa do PPA, uma vez que não se consegue medir com uma única meta uma ação que comporta mais de uma função e/ou campo de atuação da vigilância sanitária.

MINISTÉRIO DAS CIDADES

Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte

Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte

Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros

Financiamento Imobiliário Habitacional

Fortalecimento da Gestão Urbana

Habitação de Interesse Social

Mobilidade Urbana

Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H)

Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais

Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos

Serviços Urbanos de Água e Esgoto

Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério das Cidades (MCidades), foram utilizados **R$ 13.618.620.700,30** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 9.101.566.191,00	Realizado orçamentário:	R$ 7.145.667.027,00
Recursos não-orçamentários previstos:	R$ 10.450.788.787,08	Realizado não-orçamentário:	R$ 6.472.953.673,30
Total previsto:	**R$ 19.552.354.978,08**	**Total realizado:**	**R$ 13.618.620.700,30**

Além disso, do total de **R$ 2.457.529.869,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 1.143.583.809,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MCidades, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	6002 Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte	3,49%	5,06%	6,18%	3,82%	4,56%
	6001 Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte	7,78%	15,54%	16,17%	9,79%	12,08%
	1295 Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	24,95%	24,39%	18,26%	8,82%	15,84%
	1136 Fortalecimento da Gestão Urbana	1,01%	1,38%	0,32%	0,46%	0,66%
	9991 Habitação de Interesse Social	16,46%	16,95%	6,62%	11,67%	12,04%
	9989 Mobilidade Urbana	3,99%	3,87%	3,56%	5,76%	4,68%
	0810 Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H	0,02%	0,03%	0,01%	0,01%	0,01%
	1137 Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais	1,05%	0,34%	0,30%	0,16%	0,34%
	6004 Revitalização da Infra-estrutura em Áreas do Patrimônio Histórico Nacional	0,00%	0,08%	0,00%	0,00%	0,01%
	0660 Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos	2,14%	1,80%	1,58%	1,05%	1,44%
	0122 Serviços Urbanos de Água e Esgoto	25,76%	21,26%	22,64%	26,50%	24,56%
	1128 Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários	12,80%	8,39%	22,97%	23,46%	19,30%
Finalístico Soma		**99,45%**	**99,08%**	**98,62%**	**91,50%**	**95,52%**
Gestão de Políticas Públicas	0310 Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	0,55%	0,92%	1,38%	8,50%	4,48%
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

Em 2007, a área de habitação avançou na implementação do Sistema Nacional de Habitação (SNH), dando início à elaboração do Plano Nacional de Habitação (PLANHAB), integrado a um conjunto de ações e medidas institucionais, econômicas e jurídicas. Inserido

no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o setor habitacional foi contemplado com um montante de recursos significativos. Para o quadriênio 2007-2010, entre recursos oriundos ou geridos pelo Governo Federal, foram destinados R$ 55,9 bilhões (incluindo contrapartidas estimadas em R$ 9,3 bilhões) para um atendimento estimado de 4,2 milhões de famílias. Esses recursos se destinam à construção de casas, urbanização de favelas, aquisição de terrenos, implantação de infra-estrutura, reforma de imóveis e compra de material de construção. Com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), em 2007, foram contratados R$ 650 milhões para urbanização de 146 assentamentos precários, R$ 304,4 milhões para provisão habitacional, R$ 35,7 milhões para elaboração de planos habitacionais pelos Municípios e R$ 9,7 milhões na contratação de assistência técnica.

Desde 2006, ano em que entrou efetivamente em operação, o FNHIS vem alocando R$ 1 bilhão por ano, mesmo montante previsto por ano até 2010, destinado a atender, em 2007, as necessidades habitacionais de aproximadamente 76 mil famílias de baixa renda.

A necessidade de focar a aplicação dos recursos disponíveis das diversas fontes no atendimento de famílias na faixa de renda de até cinco salários mínimos resultou na ampliação dos investimentos e na revisão dos programas, bem como na revisão das diretrizes de aplicação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a maior fonte de recursos do setor habitacional. Em 2007, destaca-se ainda, no âmbito do FGTS, a retomada das operações do Pró-Moradia, ação voltada a oferecer acesso à moradia adequada para a população em situação de vulnerabilidade social por intermédio de concessão de financiamento do setor público. Foram selecionadas propostas que totalizam R$ 1,3 bilhão.

Na perspectiva de promover um significativo avanço rumo à universalização dos serviços de saneamento básico no País, compreendendo seus quatro componentes: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos urbanos e manejo de águas pluviais urbanas, o MCidades tem empreendido incansáveis esforços no sentido de viabilizar condições favoráveis à reestruturação legal e institucional do setor e ao incremento, cada vez mais significativo, do nível de investimentos em ações de saneamento.

No tocante à reestruturação legal, o ano de 2007 foi bastante representativo, uma vez que foi sancionada a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico. Baseada no planejamento integrado, na regulação, na cooperação federativa e no controle social, a nova legislação deverá trazer um forte impulso ao setor, propiciando condições seguras para alavancar investimentos, além de definir novos patamares de eficiência e de respeito aos direitos dos usuários.

Em reconhecimento à relevância do saneamento como agente promotor da saúde pública, além de grande gerador de empregos e promotor de desenvolvimento econômico e social, o setor foi contemplado no âmbito do PAC. Como plano estratégico de investimentos do Governo Federal para o período 2007-2010, o PAC contempla expressivos

investimentos em saneamento. Para saneamento, são previstos R$ 40,0 bilhões, dos quais R$ 20,0 bilhões provêm de recursos de financiamento do FGTS e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), sendo R$ 12,0 bilhões para o setor público e R$ 8,0 bilhões para o privado. Do Orçamento Geral da União (OGU) serão viabilizados R$ 12,0 bilhões, sendo que destes R$ 8,0 bilhões serão aplicados por intermédio do MCidades e R$ 4,0 bilhões pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), além de R$ 8,0 bilhões a serem aportados como contrapartida dos proponentes. A garantia destes recursos é fruto da priorização dada pelo Governo Federal ao setor e deverão beneficiar 7 milhões de famílias com abastecimento de água e 7,3 milhões de famílias com esgotamento sanitário. Os investimentos federais deverão alavancar outros investimentos nas esferas municipais e estaduais por parte de seus respectivos prestadores públicos de serviços de saneamento, principais responsáveis pelos investimentos diretos no setor.

O Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos da Constituição Federal referentes à Política Urbana, constitui a base da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) e representa um dos maiores avanços da legislação urbanística brasileira. O compromisso do Governo Federal com a implementação do Estatuto, cuja aplicação concreta nas cidades depende do estabelecimento de processos inovadores de planejamento urbano e gestão fundiária locais, requer uma atuação decidida do MCidades no sentido de disponibilizar meios e recursos, assim como mobilizar e sensibilizar o País para a necessidade de sua implementação.

O MCidades inovou ao incorporar novas áreas de atuação no âmbito do Governo Federal na temática urbana, passando a apoiar fortemente o planejamento territorial municipal, mediante a elaboração de Planos Diretores de caráter participativo, auxiliando os Municípios na gestão da situação fundiária dos assentamentos de população de baixa renda, com vista à regularização dos lotes, trabalhando junto a estes na prevenção e contenção de riscos em assentamentos precários e estimulando a reabilitação de áreas centrais em Municípios estratégicos.

O MCidades desenvolveu também uma ação de mediação voltada para evitar desfechos violentos em conflitos fundiários urbanos. Foram monitoradas 63 situações de conflito em 31 Municípios de 15 Estados, envolvendo 30.200 famílias. Desse total, 22 casos (14 Municípios), com 9.207 famílias, avançaram para soluções pactuadas e pacíficas. Nesse tema, o Conselho Nacional das Cidades criou o grupo de trabalho de Conflitos Fundiários Urbanos, que organizou o Seminário Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos na cidade de Salvador, ocorrido no mês de agosto de 2007, com o apoio do Governo do Estado da Bahia. O objetivo deste encontro foi levantar subsídios para a construção da Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. Estiveram presentes representantes dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, além de movimentos sociais e entidades de todo o Brasil que, por meio de debates estruturados a partir da realidade dos conflitos fundiários no País e das experiências existentes neste campo, buscaram identificar os principais desafios e questões que devem ser abarcados pela Política Nacional.

Além das atividades desenvolvidas especificamente nas diversas áreas, o MCidades participou da elaboração de Legislação Federal voltada para a remoção de obstáculos à concretização do direito à moradia. Nesse sentido, participou da elaboração da Lei nº 11.481, de

31 de maio de 2007, que trata da regularização fundiária e do acesso aos imóveis da União por beneficiários de programas habitacionais. Essa lei fortalece os instrumentos de reconhecimento do direito de posse da população de baixa renda, retira os principais entraves jurídicos e aperfeiçoa a legislação patrimonial simplificando os processos de entrega de títulos, além de criar os instrumentos para a alienação e transferência de imóveis ociosos para projetos habitacionais de interesse social. A aprovação dessa lei significa um grande avanço na segurança da posse e na ampliação do acesso a terra no País. Inovações e alterações presentes no texto, utilizados conjuntamente, abarcam toda uma cadeia de acesso à terra e aos financiamentos públicos, como é o caso da possibilidade de doação de imóveis da União, do reconhecimento da posse como garantia real para financiamento e da gratuidade do primeiro registro.

Participou também da elaboração da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre o término do processo de liquidação e a extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). Esta lei representa mais um avanço conquistado para regularização fundiária de imóveis públicos ocupados por população de baixa renda. Dentre os assuntos ligados à temática da regularização fundiária, destacam-se as possibilidades de alienação: por venda direta aos ocupantes de baixa renda, dos imóveis não-operacionais residenciais, beneficiários ou não de programas de regularização fundiária e provisão habitacional de interesse social; e, por venda direta, de imóveis não-operacionais aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, entidades públicas e fundos de investimentos imobiliários, desde que a destinação seja para programas de regularização fundiária e provisão habitacional de interesse social e programas de reabilitação de áreas urbanas. Os bens imóveis da extinta RFFSA ficam transferidos à União, sendo que a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) passa a ser a responsável pelos imóveis não-operacionais e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura do Transporte (DNIT) do Ministério dos Transportes (MT) pelos imóveis operacionais.

Finalmente, o MCidades participa do processo de revisão da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, tendo elaborado propostas para sua transformação no novo marco regulatório da política fundiária urbana, a partir de amplas discussões realizadas no âmbito do Conselho das Cidades e no Governo Federal. O Projeto de Lei nº 20/2007 aguarda a apreciação do Plenário da Câmara dos Deputados.

As ações do Governo Federal de implantação, modernização e recuperação de sistemas metroferroviários tiveram, em 2007, aprovados recursos no montante de R$ 579,7 milhões, sendo R$ 106,8 milhões para a implantação do trecho rodoviário Camaragibe (TIP-TIMBI) e modernização do trecho rodoviário Recife-Cabo, do Sistema de Trens Urbanos de Recife, R$ 14,6 milhões para a implantação do trecho Eldorado–Vilarinho e do sistema de trens urbanos de Belo Horizonte, R$ 76,8 milhões para apoio à implantação dos trechos Sul e Oeste, do sistema de trens urbanos de Fortaleza, R$ 69,4 milhões para a implantação do trecho Lapa–Pirajá e modernização do trecho Calçada–Paripe, do sistema de trens urbanos de Salvador, e R$ 12,2 milhões para a recuperação dos sistemas de trens urbanos de Natal (RN), João Pessoa (PB) e Maceió (AL). Também foram assinados convênios com o Estado de São Paulo para apoio à implantação de trecho da Linha 2 do sistema

metroviário de São Paulo (SP), no valor de R$ 270,0 milhões, e com o Distrito Federal, para a implantação do trecho Taguatinga-Ceilândia do sistema metroviário de Brasília, no total de R$ 30,0 milhões. A assinatura dos novos convênios com a prefeitura de Salvador (BA) e com o Estado do Ceará garantiu a retomada dos projetos naquelas capitais, com o escopo original, restabelecendo, em Fortaleza (CE), a implantação do trecho subterrâneo e, em Salvador (BA), o trecho Acesso Norte-Pirajá, além da complementação do orçamento para a modernização do trem de subúrbio entre Calçada e Paripe. Em Recife (PE), na linha diesel, entre Cajueiro Seco e Cabo, a operação será feita com Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), da mesma forma que na linha Oeste de Fortaleza (CE).

No exercício de 2007, o MCidades teve como premissa básica a necessidade de qualificação dos gastos de forma a assegurar que os recursos alocados sejam aplicados com eficácia e eficiência, revertendo em benefícios diretos à população e, por mais um ano consecutivo, o direcionamento de grande parte dos recursos foi orientado por processo de seleção pública de propostas, com divulgação prévia dos requisitos e critérios de seleção e com transparência na aplicação do respectivo regulamento, privilegiando o atendimento às áreas mais carentes.

Ao MCidades compete tratar da política de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito. O órgão trabalha de forma articulada e solidária com os Estados e Municípios, além dos movimentos sociais, organizações não-governamentais, setores privados e demais segmentos da sociedade. Foram realizadas todas as ações e atividades de manutenção e funcionamento do Conselho das Cidades previsto para o ano, tais como: cinco reuniões do Conselho, incluindo uma extraordinária, quatro reuniões do Comitê de Habitação, três reuniões ordinárias do Comitê de Planejamento e Gestão do Solo Urbano, três reuniões do Comitê de Transporte e Mobilidade Urbana, 11 reuniões da Coordenação Executiva da 3ª Conferência Nacional das Cidades, três reuniões do grupo de Trabalho do Orçamento do Ministério, dentre outras, o que demonstra a grande participação da sociedade nos assuntos afetos ao MCidades.

Ao implementar políticas públicas ou programas, o Governo e suas organizações têm interesses em atingir determinados resultados, os quais são denominados de objetivos programáticos. A partir destes objetivos programáticos é possível avaliar se este Programa, ao ser implementado produz ou não tais resultados. A estrutura organizacional projeta e organiza os relacionamentos dos níveis hierárquicos e o fluxo de informações essenciais do Ministério. Em organizações complexas, nas quais se insere o MCidades, qualquer melhoria de eficácia torna-se impossível sem que a forma organizacional se transforme no sentido de acompanhar as estratégias e as mudanças impostas, como condição para lograr as metas de melhoria de eficácia.

A estrutura programática possui, como principal finalidade, demonstrar as realizações do Governo e o resultado pretendido, e trata diretamente das ações focadas por segmento, setor, natureza e localização do problema e dos seus resultados concretos. O MCidades precisa atuar e agir com rapidez para garantir o alcance de suas metas em face das inúmeras variáveis a que o ambiente o expõe. A competência organizacional passa obrigatoriamente pelo saber, pelo saber fazer e pelo saber agir, dentro de um ambiente de incertezas. A velocidade da resposta torna-se um fator crítico de êxito. As relações de interdependência

são percebidas com clareza. O MCidades possui coesão entre a atual estrutura programática e a sua estrutura organizacional. A articulação entre as unidades é satisfatória, mas não é a ideal. Os programas e as ações estão devidamente alocados nas diversas unidades e são compatíveis com os objetivos do órgão. Face às demandas existentes, que crescem continuamente, a estrutura organizacional tornou-se insuficiente. O Ministério possui um quadro de pessoal muito reduzido e faz-se necessário ampliar a qualificação. O espaço físico também é inadequado e insalubre, gerando insatisfação e desmotivação por parte dos servidores. Diante de tais fatos, o MCidades está elaborando a sua revisão organizacional, que irá melhorar a comunicação interprocessos, racionalizar os fluxos de informações e otimizar as suas atividades, entre outros benefícios. Quando da sua implementação, haverá uma adesão ainda maior entre a estrutura organizacional e a estrutura programática.

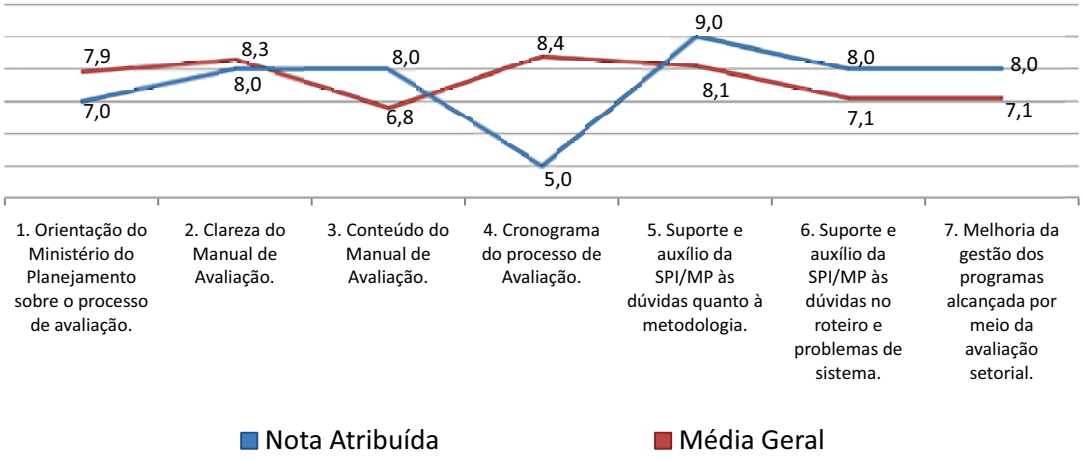
ASPECTOS RELEVANTES

Beneficiado pelo excelente desempenho da economia nos últimos anos, o setor habitacional tem se destacado bastante com recordes de expansão de volume de crédito e de financiamentos concedidos. O aumento do crédito e o barateamento dos juros reduziram as prestações dos financiamentos, impulsionando a demanda não só das classes média e alta como das classes mais baixas. A título de exemplo, comparando-se apenas a variação de um ano, de 2006 para 2007, na cidade de São Paulo, os empréstimos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) dobraram (variação positiva de 96%) e os lançamentos imobiliários cresceram 30%.

O PAC, iniciado em janeiro de 2007, lançou pesados investimentos nas áreas de saneamento, habitação e mobilidade urbana, projetando a aplicação de dezenas de bilhões de reais nestas áreas entre 2007 e 2010, através de fontes orçamentárias e não-orçamentárias. Alguns efeitos já podem ser sentidos como a expansão das dotações dos setores e a seleção de grandes projetos estruturantes em níveis regionais. Apesar dos resultados deste Programa só poderem ser analisados em sua concretude em 2010, a partir de 2008, o PAC já deve mostrar seus efeitos sobre os índices de habitação e saneamento.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MCidades mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas por item pelo MCidades e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DE MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE

GERENTE DO PROGRAMA

Leodegar da Cunha Tiscoski

OBJETIVO

Apoiar a adequação urbana por meio da adequação de recursos de infra-estrutura urbana que contribuam para a qualidade de vida da população, inclusive adequação de vias para sistemas motorizados e não-motorizados.

PÚBLICO-ALVO

População urbana de Municípios com até 100.000 habitantes

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.050.485.668,00	Empenho Liquidado:	R$ 797.496.192,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 797.496.192,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

O Programa não possui indicadores.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa surgiu tendo em vista a baixa qualidade de infra-estrutura urbana em Municípios de pequeno porte, prejudicando o desenvolvimento sustentável local.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Conclusão 2.944 obras de infra-estrutura no País correspondendo a investimentos de R$ 467 milhões entre 2002 e 2007. Empenhados mais de R$ 735 milhões para obras de infra-estrutura no País no ano de 2007. O número de 2.921 Municípios será beneficiado quando as intervenções forem concluídas.

- Os recursos orçamentários alocados para o Programa não foram empenhados em sua totalidade. Porém, o volume de recursos empenhados corresponde a mais de 76% do total consignado no Orçamento.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são as visitas *in loco* e, a partir de 2006, a gerência do Programa adotou como rotina a efetivação de vistorias presenciais para acompanhamento da execução de algumas obras para as quais foi aplicado valor significativo de recursos, ou mesmo daquelas operações estrategicamente posicionadas, sendo as vistorias selecionadas por amostragem, com cobertura nacional, tendo em vista o grande volume de contratos firmados no âmbito do Programa. Há, ainda, os sistemas informatizados, nos quais o registro de acompanhamento da evolução das obras contratadas ocorre, também, por meio de consultas às informações disponibilizadas na Internet , na página da Caixa Econômica Federal (CEF).

A execução física ficou entre 40% e 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Antes de analisar a execução física é necessário prestar alguns esclarecimentos importantes. Predominantemente, as iniciativas de melhoria de obras de infra-estrutura urbana são plurianuais, uma vez que envolvem, via de regra, a execução de obras de engenharia para as quais são previamente exigidos, em muitos casos, o licenciamento ambiental, contratação de projetos básicos e executivos de engenharia, aspectos que demandam tempo para a concretização e apresentam inúmeras facetas e variações.

Levantamento empreendido pela equipe da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) demonstra que já foram concluídas mais de 2.944 intervenções de melhoria de infra-estrutura urbana financiadas pelo Ministério das Cidades (MCidades) entre 2001 e dezembro de 2007. Nesse contexto, é equivocado se esperar que haja execução física significativa no mesmo ano de contratação da intervenção. Por isso, a apuração da execução física deveria ser empreendida em cada ano, a partir das iniciativas concluídas durante aquele exercício, e cujo desembolso está computado essencialmente na rubrica de restos a pagar (RAP) de anos anteriores. Também não consideramos correta a apropriação parcial da execução física das intervenções efetuada ano a ano a partir dos desembolsos financeiros realizados, pois as obras de melhoria de infra-estrutura urbana somente beneficiam a população após sua conclusão, e não durante sua execução. A esse respeito é importante destacar, ainda, que a forma de implementação da ação determina a maneira como se interpreta o desembolso financeiro. O MCidades, por trabalhar por meio de Contratos de Repasse, só efetua o desembolso financeiro de cada etapa da obra após a execução física, aferida pela Caixa Econômica Federal, de forma que, a execução física precede a financeira. Essa forma de trabalho pode comprometer o resultado de qualquer avaliação fundamentada em indicadores de desempenho financeiro.

Os recursos orçamentários executados foram suficientes. Especialmente se for considerado o empenho de R$ 791 milhões, correspondente a 79% da dotação autorizada na LOA 2007, reforçando a avaliação positiva do desempenho do Programa.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução física programada. O fluxo de recursos financeiros tem sido insuficiente, instável e com previsibilidade baixa, determinando a paralisação freqüente das obras e o encarecimento das intervenções.

A infra-estrutura na equipe gerencial é inadequada, principalmente devido à carência de sistema de informática e espaço físico apropriado. Há ainda carência de recursos materiais nas equipes executoras para acompanhamentos sistemáticos em campo de todas as iniciativas.

Mesmo após a execução do concurso público para criação de quadro próprio do MCidades, a quantidade de recursos humanos alocados na Gerência do Programa ainda não é suficiente. Ainda, é necessária uma maior quantidade de recursos humanos nas equipes executoras, pois além das atividades finalísticas do Programa, existem as tarefas administrativas inerentes que são também importantes para a execução adequada das atribuições do Programa.

O contingenciamento orçamentário interfere na finalização das intervenções, postergando o benefício a ser oferecido à população e tornando insegura a gestão do Programa e as intervenções mais onerosas.

Em vista da natureza das intervenções, os recursos financeiros de um exercício estão completamente ou quase comprometidos com pagamento das despesas das obras contratadas em anos anteriores e em execução.

Devido à baixa capacidade técnica e institucional da grande maioria dos Municípios, existe atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios. Uma parte significativa dos Municípios apresenta grande desconhecimento da legislação, acarretando em dificuldades em licitações e celebração de contratos.

A falta de estrutura dos órgãos de meio ambiente, que em muitos casos não estão preparados para atender às demandas regulares apresentadas, acarreta em muita lentidão na liberação de licenças ambientais, prejudicando, com isso, o andamento normal das iniciativas apoiadas.

O desempenho da execução das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério (programas intra-setoriais) é médio. Os repasses dos recursos à CEF para pagamento dos desembolsos aos Municípios beneficiados são de inteira responsabilidade das Subsecretarias de Planejamento, Orçamentário e Administração (SPOA).

As informações necessárias foram disponibilizadas pela unidade administrativa executora das ações. A SPOA encaminha mensalmente para a gerência responsável do Programa, planilha de empenhos para acompanhamento.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social. Os executores devem estimular a participação das famílias em todas as etapas do projeto, na gestão dos recursos financeiros da União destinados ao Programa, bem como na manutenção do patrimônio gerado por esses investimentos.

A participação da comunidade, mesmo incipiente, é sempre positiva para o desenvolvimento do Programa. Por isso, a SNSA busca estimular a participação da sociedade.

O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários. Este tipo avaliação ainda não foi planejada pelo MCidades. Há uma enorme carência de recursos humanos e materiais na área que tem impedido o planejamento deste tipo de avaliação.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. A partir do exercício de 2005, o MCidades implementou um mecanismo de controle da gestão dos projetos contratados no âmbito dos programas sob sua responsabilidade. Esse instrumento tornou possível ao Ministério acompanhar, de fato, as diversas modalidades de obras que serão executadas especialmente com os recursos do Programa Pró-Municípios, uma vez que até então não havia sido adotado nenhum tipo de processo de gerenciamento dos projetos apoiados pelo Programa.

A metodologia utilizada para o monitoramento dos Contratos de Repasse firmados constitui na análise das informações prestadas pela entidade mandatária, a CEF, sobre os projetos beneficiados com recursos alocados ao orçamento do MCidades. Tais informações, apresentadas de forma sintetizada, possibilitam que a análise das especificações relativas a cada intervenção contratada, com a finalidade precípua de autorizar ou não o prosseguimento do avençado . A avaliação do relatório denominada Síntese de Projeto Aprovado (SPA) permite verificar a conformidade do valor do repasse e da correspondente contrapartida, o quantitativo de famílias beneficiadas e de projetos apoiados, bem como o tipo de intervenção a ser executada e a respectiva localização.

O MCidades ressalta a necessidade de incorporar ao Programa uma seleção criteriosa de projetos regida pela equipe técnica do órgão. A realização de seleção pública para a escolha de propostas é um poderoso instrumento para romper a cultura de ineficiência e clientelismo que caracterizava a aplicação dos recursos no setor de Saneamento Ambiental e Infra-Estrutura. A propósito, ressalta-se que a adoção de critérios técnicos para escolha dos projetos torna-se indispensável para o alcance de bons resultados.

Nesse sentido, é possível listar uma série de exigências que contribuem para incrementar a eficiência técnica, econômica e operacional dos projetos apoiados pela União, destacando-se: condicionar o aporte de recursos à regularização da situação da concessão, cobrar taxa ou tarifa específica para o serviço, conforme o caso, exigir um grau de institucionalização mínimo para que o proponente possa acessar aos recursos, comprovar o pleno andamento das obras anteriores financiadas ou apoiadas com recursos da União e implementadas pelo tomador (se existem obras anteriores paralisadas, não iniciadas ou concluídas, mas sem operação regular, o proponente não pode acessar aos recursos enquanto não regularizar a situação), e os níveis mínimos de eficiência na prestação dos serviços pelo tomador.

Ao delimitar competências claras, criar condições mínimas para especializar as equipes técnicas e permitir a retomada do planejamento setorial das iniciativas, incluindo a montagem de um sistema conjunto de monitoramento e avaliação das intervenções e do desempenho das instituições envolvidas, certamente o Governo obterá mais resultados positivos para a melhoria da situação da infra-estrutura e também do saneamento ambiental dos Municípios brasileiros, atingindo, assim, o objetivo de prover efetivamente serviços públicos de qualidade.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DE MUNICÍPIOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE

GERENTE DO PROGRAMA

Leodegar da Cunha Tiscoski

OBJETIVO

Apoiar a implantação e/ou adequação de recursos de infra-estrutura urbana que contribuam para a qualidade de vida da população por meio de obras ou ações que não se enquadrem nas ações típicas de outros programas.

PÚBLICO-ALVO

População urbana de Municípios com mais de 100.000 habitantes

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 510.160.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 310.841.530,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 310.841.530,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

O Programa não apresenta indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Baixa qualidade de infra-estrutura urbana em Municípios de médio e grande porte, prejudicando o desenvolvimento sustentável local.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Conclusão 1.065 obras de infra-estrutura no País, correspondendo a investimentos de aproximadamente de R$ 224 milhões entre 2002 e 2007. Empenhados mais de R$ 281 milhões para obras de infra-estrutura no País no ano de 2007, sendo beneficiados 133 Municípios quando as intervenções forem concluídas.

Os recursos orçamentários alocados para o Programa não foram empenhados em sua totalidade. Porém, o volume de recursos empenhados corresponde a mais de 61% do total consignado no orçamento.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são as visitas *in loco*, e, a partir de 2006, a gerência do Programa adotou como rotina a efetivação de vistorias presenciais para acompanhamento da execução de algumas obras para as quais foram aplicados valores significativos de recursos, ou mesmo daquelas operações estrategicamente posicionadas, sendo as vistorias selecionadas por amostragem, com cobertura nacional, tendo em vista o grande volume de contratos firmados no âmbito do Programa.

A execução física ficou entre 40% e 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Antes de analisar a execução física é necessário prestar alguns esclarecimentos importantes. Predominantemente, as iniciativas de melhoria de obras de infra-estrutura urbana são plurianuais, uma vez que, via de regra, envolvem a execução de obras de engenharia para as quais é previamente exigido, em muitos casos, o licenciamento ambiental, contratação de projetos básicos e executivos de engenharia, aspectos que demandam tempo para a concretização e apresentam inúmeras facetas e variações. Levantamento empreendido pela equipe da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) demonstra que 1.065 intervenções de melhoria de infra-estrutura urbana financiadas pelo Ministério das Cidades (MCidades) foram concluídas entre janeiro de 2002 e dezembro de 2007. Nesse contexto, é equivocado se esperar que haja execução física significativa no mesmo ano de contratação da intervenção. Por isso, a apuração da execução física deveria ser empreendida em cada ano, a partir das iniciativas concluídas durante aquele exercício e cujo desembolso está computado essencialmente na rubrica de restos a pagar de anos anteriores.

Não se considera correta a apropriação parcial da execução física das intervenções, efetuada ano a ano a partir dos desembolsos financeiros realizados, pois as obras de melhoria de infra-estrutura urbana somente beneficiam a população após a sua conclusão e não durante sua execução. A esse respeito é importante destacar, ainda, que a forma de implementação da ação determina a maneira como se interpreta o desembolso financeiro. O MCidades, por trabalhar por meio de contratos de repasse, só efetua o desembolso financeiro de cada etapa da obra após a execução física, aferida pela Caixa Econômica Federal (CEF), de forma que a execução física precede a financeira. Essa forma de trabalho pode comprometer o resultado de qualquer avaliação fundamentada em indicadores de desempenho financeiros.

Os recursos orçamentários executados foram suficientes. Entende-se o resultado dos recursos orçamentários executados como suficiente, especialmente se considerarmos que se empenhou R$ 310 milhões, correspondente a 61% da dotação autorizada na LOA 2007, reforçando a avaliação positiva do empenho do Programa.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução física programada. O fluxo de recursos financeiros tem sido insuficiente, instável e com previsibilidade baixa, determinando a paralisação freqüente das obras e o encarecimento das intervenções.

A infra-estrutura na equipe gerencial é inadequada. A infra-estrutura ainda não está adequada para atender satisfatoriamente, principalmente, devido à carência de sistema de informática e espaço físico apropriado.

Há carência de recursos materiais nas equipes executoras para acompanhamentos sistemáticos em campo de todas as iniciativas.

Mesmo após a execução do concurso público para a criação de quadro próprio do MCidades, a quantidade de recursos humanos alocados na gerência do Programa ainda não é suficiente. Ainda é necessária uma maior quantidade de recursos humanos nas equipes executoras, pois além das atividades finalísticas do Programa, existem as tarefas administrativas inerentes que são também importantes para a execução adequada das atribuições do Programa.

O contingenciamento orçamentário interfere na finalização das intervenções, postergando o benefício a ser oferecido à população e tornando insegura a gestão do Programa e as intervenções mais onerosas.

Em vista da natureza das intervenções, os recursos financeiros de um exercício estão completamente, ou quase, comprometidos com o pagamento das despesas das obras contratadas em anos anteriores e em execução.

Devido à baixa capacidade técnica e institucional da grande maioria dos Municípios, existe atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios. Uma parte dos Municípios apresenta desconhecimento da legislação, trazendo dificuldades para licitações e celebração de contratos.

A falta de estrutura dos órgãos de meio ambiente, que em muitos casos não estão preparados para atender às demandas regulares apresentadas, acarreta em muita lentidão na liberação de licenças ambientais, prejudicando, com isso, o andamento normal das iniciativas apoiadas.

O desempenho da execução das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério (programas intra-setoriais) é médio. Os repasses dos recursos à CEF para pagamento dos desembolsos aos Municípios beneficiados são de inteira responsabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA).

As informações necessárias foram disponibilizadas pela unidade administrativa executora das ações. A SPOA encaminha mensalmente, para a gerência responsável do Programa, planilha de empenhos para acompanhamento.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social. Os executores devem estimular a participação das famílias em todas as etapas do projeto, na gestão dos recursos financeiros da União destinados ao Programa, bem como na manutenção do patrimônio gerado por esses investimentos.

A participação da comunidade, mesmo incipiente, é sempre positiva para o desenvolvimento do Programa. Por isso, a SNSA busca estimular a participação da sociedade.

O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários. Esse tipo de avaliação ainda não foi planejada pelo MCidades. Há uma enorme carência de recursos humanos e materiais na área que tem impedido o planejamento deste tipo de avaliação.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. A partir do exercício de 2005, o MCidades implementou um mecanismo de controle da gestão dos projetos contratados no âmbito dos Programas sob sua responsabilidade. Esse instrumento tornou possível ao Ministério acompanhar, de fato, as diversas modalidades de obras que serão executadas especialmente com os recursos do Programa Pró-Municípios, uma vez que até então não havia sido adotado nenhum tipo de processo de gerenciamento dos projetos apoiados pelo Programa.

A metodologia utilizada para o monitoramento dos Contratos de Repasse firmados constitui-se na análise das informações prestadas pela entidade mandatária, a CEF, sobre os projetos beneficiados com recursos alocados ao orçamento da Pasta das Cidades. Tais informações, apresentadas de forma sintetizada, possibilitam que a análise das especificações relativas a cada intervenção contratada, com a finalidade precípua de autorizar ou não o prosseguimento da avença. A avaliação do relatório denominada Síntese de Projeto Aprovado (SPA) permite verificar a conformidade do valor do repasse e da correspondente contrapartida, o quantitativo de famílias beneficiadas e de projetos apoiados, bem como o tipo de intervenção a ser executada e a respectiva localização.

Segundo o Ministério, deve-se incorporar ao Programa uma seleção criteriosa de projetos regida pela equipe técnica do MCidades. A realização de seleção pública para a escolha de propostas é um poderoso instrumento para romper a cultura de ineficiência e clientelismo que caracterizava a aplicação dos recursos no setor de Saneamento Ambiental e Infra-Estrutura. Ressalta-se que a adoção de critérios técnicos para escolha dos projetos torna-se indispensável para o alcance de bons resultados.

Nesse sentido, é possível listar uma série de exigências que contribuem para incrementar a eficiência técnica, econômica e operacional dos projetos apoiados pela União, destacando-se em condicionar o aporte de recursos à regularização da situação da concessão, à cobrança de taxa ou tarifa específica para o serviço, conforme o caso, à exigência de um grau de institucionalização mínimo para que o proponente possa acessar os recursos, à comprovação do pleno andamento das obras anteriores financiadas ou apoiadas com recursos da União e implementadas pelo tomador (se existem obras anteriores paralisadas, não iniciadas ou concluídas, mas sem operação regular, o proponente não pode acessar aos recursos enquanto não regularizar a situação), e aos níveis mínimos de eficiência na prestação dos serviços pelo tomador.

Ao delimitar competências claras, criar condições mínimas para especializar as equipes técnicas e permitir a retomada do planejamento setorial das iniciativas, incluindo a montagem de um sistema conjunto de monitoramento e avaliação das intervenções e do desempenho das instituições envolvidas, certamente o Governo obterá mais resultados positivos para a melhoria da situação da infra-estrutura e também do saneamento ambiental dos Municípios brasileiros, atingindo, assim, o objetivo de prover efetivamente serviços públicos de qualidade.

DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS

GERENTE DO PROGRAMA

Elionaldo Maurício Magalhães Moraes

OBJETIVO

Melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e transferir as suas gestões para os governos locais.

PÚBLICO-ALVO

População das regiões Metropolitanas de Belo Horizonte (MG), Recife (PE), Fortaleza (CE), Salvador (BA) e Porto Alegre (RS) e das cidades de Maceió (AL), João Pessoa (PB) e Natal (RN)

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 726.017.640,00	Empenho Liquidado:	R$ 718.350.066,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 718.350.066,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte (MG) - Milhar	-	32023.00	35557.00	39490.00	44308.00	89,13%
2. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza (CE) – Milhar	-	9436.00	7656.40	6271.00	9500.00	66,01%
3. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa (PB) – Milhar	-	2386.00	2591.00	2874.00	2677.00	107,36%
4. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Maceió (AL) – Milhar	-	1815.30	1499.70	1564.00	1820.00	85,93%
5. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Natal (RN) – Milhar	-	2409.00	2443.00	2794.00	2713.00	102,99%
6. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre (RS) – Milhar	-	47250.00	4082.01	45335.00	48500.00	93,47%

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
7. Número de Passageiros Transportados no Sistema De Trens Urbanos de Recife (PE) – Milhar	-	54331.00	57211.00	56615.00	72749.00	77,82%
8. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Salvador (BA) – Milhar	-	4403.00	4166.30	3606.00	4400.00	81,95%
9. Taxa Ponderada de Transferência da Gestão dos Sistemas de Trens Urbanos – Porcentagem	-	75.40	75.40	75.40	84.30	89,44%

1. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE (MG)
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Este resultado foi superior em 11% ao realizado em 2006, chegando a transportar 155 mil passageiros em um dia. Em relação à meta prevista para 2007, o resultado ficou 29,5% abaixo, função da não conclusão do terminal de integração de Vilarinho e também do terminal de José Cândido da Silveira, que já está concluído, mas ainda não entrou em operação.

2. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE FORTALEZA (CE)
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O atraso nas obras, devido a renegociações necessárias para inclusão da ação no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) agora com o escopo previsto inicialmente, foi o fator mais forte para não se atingir as metas previstas.

3. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA (PB)
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O sistema de João Pessoa transportou, em 2007, 2.874 mil passageiros, superando em 10,9% ao realizado em 2006. Esse crescimento é resultado da manutenção da tarifa de R$ 0,50, muito inferior ao modal concorrente, associado a uma boa prestação de serviços. Este é o melhor resultado dos últimos 16 anos.

4. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ (AL)
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Neste ano, o sistema teve reduzido o número de viagens, a partir de agosto, de 16 para 10 viagens/dia, retomando 16 viagens somente em novembro, devido à falta de segurança

na via permanente. O sistema, ainda não apresentando sua capacidade total, opera com 16 viagens/dia quando o normal seria de 22 viagens/dia dentro dos limites de segurança.

5. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE NATAL (RN)
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Esses resultados são reflexos das melhorias e investimentos realizados na recuperação do sistema, com a aquisição de materiais para manutenção da via permanente e do material rodante. Em 2007, a Superintendência de Trens Urbanos de Natal (RN) recebeu, para o tráfego, sete carros de passageiros totalmente reformados, além de ter investido na qualificação de pessoal, em cursos de informática, gestão pública e nas áreas de manutenção e operação.

6. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE (RS)
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007, foram transportados 45,33 milhões de passageiros. Este número vem crescendo de forma constante e significativa. Porém, entre 2006 e 2007, houve variação de -0,99%, correspondendo a uma redução de 452.676 passageiros em 2007.

7. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE (PE)
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O desempenho ficou abaixo das metas estabelecidas para o exercício em função do menor número de dias úteis em 2007, e, principalmente, em decorrência de atrasos que não possibilitaram o cumprimento do cronograma do início de operação dos trechos de via e estações, tais como o início da operação comercial do trecho Imbiribeira-Porta Larga, o início da operação da ampliação do terminal de integração Joana Bezerra e da inauguração do terminal de Aeroporto.

8. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE SALVADOR (BA)
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O atraso nas obras, devido às renegociações necessárias para inclusão da ação no PAC agora com o escopo previsto inicialmente, foi o fator mais forte para o não cumprimento das metas previstas.

9. TAXA PONDERADA DE TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DOS SISTEMAS DE TRENS URBANOS

Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O último sistema com a gestão transferida ao governo local foi o sistema de trens urbanos de Salvador (BA), transferido à Prefeitura Municipal de Salvador em 2005. Desde então, a Taxa Ponderada de Transferência da Gestão dos Sistemas de Trens Urbanos tem-se mantido inalterada.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os sistemas operados pelo Governo Federal devem ser transferidos a Estados e Municípios por determinação constitucional. Sob gestão local, torna-se possível sua integração com outros modos de transporte e com o planejamento urbano específico de cada região. Para viabilizar as transferências, o Governo Federal realiza um programa de investimentos nos sistemas, destinados a sua expansão e/ou modernização, propiciando melhoria na eficiência e de qualidade dos serviços, bem como melhores condições de mobilidade às populações urbanas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Recife (PE): melhoramentos na linha centro (LC), estações, terminais e vias permanentes (VP); climatização, entornos na linha Sul (LS), licitação para aquisição de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Medida Provisória nº 381: sinalização, recuperação de sistemas elétricos e Trens Unidade Elétrica (TUE). Medida Provisória nº 406: revitalização/climatização de TUE, implantação da sinalização, intervenções na LC, estações, terminais, oficinas e sistemas.

- Belo Horizonte (MG) - Linha 1: obras civis Terminal Vilarinho, sistemas de sinalização e telecomunicações, projeto de estacionamento em Vilarinho.

- Natal (RN): recuperação de quatro carros, revisão de locomotiva e aquisição de dormentes e fixações.

- João Pessoa (PB): recuperação de carros, locomotivas, estações, construção de galpão e duas estações, equipamentos de sinalização.

- Maceió (AL): recuperação e aquisição de materiais de VP, de locomotivas e rodas.

- Salvador (BA) Lapa-Pirajá: obras civis nas estações, túneis e elevado, projeto de sinalização. Calçada-Paripe: obras civis nas estações, rede aérea; VP conclusão de projeto executivo da ponte São João, conclusão da recuperação de três trens série 4800 e supervisão de projeto executivo do terminal integração.

- Fortaleza (CE) Sul: obras civis nos trechos de superfície e subterrâneo, controle de

qualidade, internalização de tecnologia e reestruturação organizacional. Oeste: montagem de canteiro; aquisições de materiais para VP. Contratação de consultoria em bilhetagem eletrônica. Licitações para recuperação e modernização de material rodante; aquisição de VLT.

• Porto Alegre (RS) - Trensurb: bilhetagem eletrônica com interoperabilidade com demais modais da região Metropolitana. Projeto de Multimídia: plataforma de comunicação suportando qualquer serviço de telecomunicação. Fornecimento de sistema de freio microprocessado e obras na Estação Mercado e entorno.

Os resultados, aquém do esperado, devem-se basicamente à necessidade de renegociação dos convênios no caso de Fortaleza (CE) e Salvador (BA), reincorporando o escopo inicial dos projetos. Os convênios somente foram assinados no final de 2007 comprometendo o andamento esperado das obras. Em Recife (PE) e Belo Horizonte (MG), atrasos em licitações e execução de serviços contribuíram para o não cumprimento da meta. Em Belo Horizonte (MG), também contribuiu a frustração da licitação para construção do estacionamento em Vilarinho.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são as reuniões de trabalho e visitas *in loco* realizadas pelas equipes gestoras da Companhia de Trens Urbanos (CBTU) e das empresas responsáveis pela implantação dos projetos. Não há periodicidade definida sendo agendadas conforme a necessidade dos trabalhos. Também são utilizados os sistemas informatizados para acompanhamento dos projetos, desenvolvidos pela CBTU, constantemente atualizados pelos gestores dos projetos. Na Trensurb, foi criado, em janeiro, o grupo de trabalho (GT) para desenvolver e implantar o Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Já está em operação o Sistema de Gestão Estratégica (SGE), implantado em toda a empresa, sendo usado por todos os gestores no processo de planejamento.

O Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) é atualizado mensalmente, sendo as informações ali inseridas fruto de discussões entre as equipes gestoras da CBTU e das empresas responsáveis pela implantação dos projetos, com subsídios aos relatórios de gestão que são elaborados mensalmente, com base nas informações prestadas pelos gestores.

O acompanhamento das metas físicas é mensal por apuração da efetiva realização da meta. No caso da maioria das ações do tipo atividade e do tipo projeto, esta apuração já faz parte do processo de acompanhamento e gestão da execução das ações. Pretende-se implementar melhorias na apuração das metas físicas das ações de recuperação dos sistemas ferroviários de Natal (RN), João Pessoa (PB) e Maceió (AL), com a possibilidade do início da execução com maior continuidade destas ações. O fluxo das informações apuradas pelos parceiros, caso das ações de implantação dos metrôs de Fortaleza (CE) (METROFOR) e Salvador (CTS), que, em 2005, não apresentava regularidade, foi normalizado em 2006 e reformulado em 2007, a partir da inclusão das ações no PAC, agora com o escopo total das ações, conforme previsto inicialmente.

A execução física ficou entre 40% e 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007, observando-se a seguinte distribuição:

a) em Recife (PE), a meta 2007 era 17,5% e foi realizado 4,4%. Essa meta física não foi atingida por atrasos em licitações e serviços, sendo que os recursos da Medida Provisória nº 406 não foram contabilizados para incremento da meta;

b) em Belo Horizonte (MG), trecho Eldorado-Vilarinho (Linha 1), a meta 2007 era 6,87% e foi realizado 4,61%. Essa meta física não foi atingida por atrasos em licitações e serviços, frustração da obra do estacionamento de Vilarinho, fornecimento e montagem de prensa e serviços da sinalização de São Gabriel-Vilarinho. No trecho Barreiro - Hospitais (Linha 2), a meta 2007 era 10% e foi realizado 0,0%, pois não houve liberação orçamentária para as ações da Linha 2 do metrô de BH;

c) em Fortaleza (CE), METROFOR Linha Sul, a meta 2007 era de 11,7% e foi realizado 5,5%, devido à baixa execução orçamentária, destacando-se os recursos inscritos em restos a pagar. Na linha Oeste, a meta 2007 era 71,2%, realizada 4,3%. Os serviços estão em fase de licitação/contratação e de mobilização, acarretando baixa execução orçamentária, explicitada pelos repasses em restos a pagar para 2008. Não foi registrado avanço físico desejado, não atingindo a meta para 2007;

d) em Salvador (BA), trecho Lapa-Pirajá, o previsto 2007 era de 18,6% e foi realizado 8,8%, devido à baixa execução orçamentária, por atrasos em licitações e serviços, destacando-se o total de recursos inscritos em restos a pagar. No trecho Calçada-Paripe, o previsto 2007 era de 33,9%, realizado 18,1%, devido à baixa execução orçamentária;

e) para Natal (RN), João Pessoa (PB) e Maceió (AL), as metas 2007 eram de 9,7%, 9,9% e 8,3% respectivamente. Sendo realizados 4,6%, 6,5% e 5,1% também respectivamente. As metas não foram atingidas devido ao atraso na entrega de trilhos para recuperação de VP e atraso em licitações/contratações de serviços durante o ano, sendo que o crédito suplementar da Medida Provisória nº 406 não foi contabilizado para incremento da meta;

f) em Porto Alegre (RS), para a Trensurb (Modernização do sistema), a meta 2007 era de 2,8% e foi realizado 1,8%.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução física programada. Na CBTU, a gestão orçamentária exigiu ação intensiva objetivando recompor o orçamento de 2007, visto que as dotações inicialmente aprovadas na LOA estavam abaixo dos valores ideais para a execução das ações. Igual atuação também teve que ser adotada para liberação dos limites orçamentários para empenho, em especial para as ações não incluídas no PAC, no sentido que estas disponibilizações, em suas parcelas

e no tempo, atendessem as necessidades da CBTU. Para os investimentos, a liberação dos créditos extraordinários para as ações incluídas no PAC foi atendida de acordo com as solicitações encaminhadas ao MCidades. As ações de investimento não incluídas no PAC exigiram pedidos especiais de liberação de recursos para a sua disponibilização. Estas ações (Recuperação dos Sistemas de Natal, de João Pessoa e de Maceió) foram as únicas ações orçamentárias da Companhia cujo pedido de crédito suplementar foi encaminhado ao Congresso Nacional e os recursos aprovados foram liberados em dezembro. Para as atividades também ocorreu contingenciamento orçamentário ao longo do exercício, o que gerou solicitações de liberação de limites orçamentários objetivando a sua execução regular. A Trensurb tem operado, nos últimos anos, com um orçamento bastante austero nas despesas de custeio. Sistematicamente, têm-se buscado racionalizar gastos e economizar recursos. Importante ressaltar que está sendo operado um sistema de trens que já chega aos 23 anos de funcionamento ininterrupto, o que eleva constantemente as necessidades de manutenção, seja nos trens e estações, seja nos sistemas de sinalização e via permanente.

Os recursos gastos na Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) são compatíveis com a execução das ações do Programa, compreendendo despesas não apropriadas nas ações finalísticas e pertinentes às necessidades administrativas da Administração Central da CBTU.

O atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios foi uma das restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto:

a) Fortaleza (CE): para a Linha Sul já foram efetuadas três remessas de recursos. Após a 2ª Prestação de Contas, o METROFOR se habilitou ao recebimento da 4ª remessa, no valor de R$ 68,2 milhões, correspondente ao saldo do restos a pagar 2006 (R$ 29,9 milhões) e de parte do orçamento de 2007 (R$ 38,3 milhões). Para a Linha Oeste, foi repassada, em novembro de 2006, a primeira parcela de recursos, no valor de R$ 190 mil do orçamento de 2006. O saldo, de R$ 39,8 milhões, foi integralmente inscrito em restos a pagar. Em maio de 2007, foi repassada a segunda remessa no valor de R$ 5,5 milhões e não houve mais transferência de recursos até outubro. Com a comprovação dos recursos relativos à 1ª remessa (R$ 190 mil), o METROFOR se habilitou ao recebimento da 3ª remessa de recursos, no valor de R$ 18,7 milhões, correspondente a parte dos restos a pagar 2006 (R$ 34,3 milhões), restando, deste orçamento, R$ 15,6 milhões inscritos em restos a pagar;

b) Salvador (BA): para o trecho Lapa-Pirajá foram empenhados, como restos a pagar 2006, R$ 119,64 milhões dos quais foram repassados R$ 18,5 milhões em janeiro de 2007, na 3ª remessa e que já teve a prestação de contas apresentada. Em maio, foi remetida a 4ª parcela no valor de R$ 47,1 milhões e em setembro, a 5ª parcela no valor de R$ 36,3 milhões, cuja prestação de contas deverá ser concluída em janeiro de 2008. No trecho Calçada-Paripe, foram repassados para CTS, até dezembro de 2006, R$ 9,2 milhões (restos a pagar da LOA 2005) e R$ 14,1 milhões referentes a crédito extraordinário, acordados no convênio. A terceira e última parcela destes restos a pagar (R$ 9,91 milhões) foi postergada para 2007 e não foi repassada para a Companhia de Transporte de Salvador (CTS)

por depender de prestação de contas de recursos encaminhados em 2006. Estes atrasos comprometeram muito o repasse do saldo dos restos a pagar 2005 e a aplicação do restante do orçamento de 2005, já transferido. Foi postergado, dos restos a pagar 2005 (crédito extraordinário), o saldo de R$ 8,3 milhões para 2008.

Outra restrição que interferiu no desempenho das ações de maior impacto foi a de que, tendo em vista a inclusão das ações de Salvador e Fortaleza no PAC, foi necessário renegociar os convênios, uma vez que os escopos, agora, passaram a contemplar todo o projeto, como inicialmente previsto, antes da redução imposta pelo Projeto-Piloto de Investimentos (PPI). Essa renegociação envolveu os governos locais e os fornecedores, prolongando-se durante praticamente todo o exercício e não permitindo um bom desempenho orçamentário.

O desempenho da execução das ações com recursos descentralizados foi médio. A CBTU tem quatro ações de execução descentralizada (repasse de recursos):

a) implantação do trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador;

b) modernização do trecho Calçada-Paripe do Sistema de Trens Urbanos de Salvador;

c) implantação do trecho Sul - Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza;

d) modernização do trecho Oeste - João Felipe-Caucaia do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza.

Na execução dessas ações, houve permanente integração entre a gerência do Programa e as áreas executoras, com disponibilidade das informações necessárias.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social mediante os serviços de atendimento ao usuário, via ouvidoria, existentes nos sistemas ferroviários de Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre, e o atendimento ao usuário de forma direta pelo pessoal da área de operação, nos sistemas de Natal (RN), João Pessoa (PB) e Maceió (AL), além das pesquisas de opinião visando a apuração do índice de satisfação do usuário, atos que incluem também o enfoque à Ouvidoria relativa à operação e expansão dos sistemas.

As ações de implantação, expansão e modernização dos sistemas, bem como o processo de regionalização dos sistemas vêm sendo discutido com os principais atores envolvidos em especial os governos locais.

Em 2007, foi criada, para acompanhamento do PAC, a Sala de Situação dos trens e metrôs, com reuniões semanais, integrando a Casa Civil, Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), da Fazenda (MF), das Cidades (MCidades), CBTU e Trensurb.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários. No que se refere à operação dos sistemas de trens urbanos, além dos serviços de atendimento ao usuário, existentes nos sistemas do Recife (PE), Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS) (nos sistemas de Natal (RN), João Pessoa (PB) e Maceió (AL), o atendimento ao usuário é realizado apenas da forma direta pelo pessoal da área de operação), são realizadas, periodicamente, pesquisas de opinião visando a apuração do índice de satisfação do usuário, procedendo-se uma tabulação dos resultados. Por meio de análise destes resultados, são auferidos subsídios para implementação de melhorias no atendimento, conforto e segurança nas estações e trens.

A respeito dos aspectos do Programa referentes à operação dos sistemas de trens urbanos, há necessidade de se adequar o quantitativo de pessoal de forma que seja compatível com as implantações/expansões dos sistemas que estão se verificando.

FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO HABITACIONAL

GERENTE DO PROGRAMA

Inês da Silva Magalhães

OBJETIVO

Ampliar o mercado imobiliário, permitindo novas formas de acesso ao financiamento habitacional.

PÚBLICO-ALVO

Famílias com renda superior a cinco salários mínimos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): -	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	-
	Total:	**-**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 5.033.007.424,59	R$ 8.821.892.184,39	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Núcleo do *deficit* Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda acima de 10 Salários Mínimos - Unidade	-	-	-	-	633079.00	-
2. Núcleo do *deficit* Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda acima de Cinco Salários Mínimos - Unidade	-	-	-	-	1509002.00	-
3. Taxa de domicílios alugados com Ônus Excessivo de Famílias com renda acima de Cinco Salários Mínimos – Porcentagem	-	-	-	-	5.55	-

1. NÚCLEO DO DEFICIT HABITACIONAL QUANTITATIVO DE FAMÍLIAS COM RENDA ACIMA DE 10 SALÁRIOS MÍNIMOS

Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Os índices não foram apurados em 2007 tendo em vista que a fonte de referência dos indicadores é o *Deficit* Habitacional do Brasil - Fundação João Pinheiro, cuja última publicação está fundamentada no levantamento da Pesquisa Nacional por Amostragem (Pnad) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2006.

2. NÚCLEO DO DEFICIT HABITACIONAL QUANTITATIVO DE FAMÍLIAS COM RENDA ACIMA DE CINCO SALÁRIOS MÍNIMOS
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os índices não foram apurados em 2007 tendo em vista que a fonte de referência dos indicadores é o *Deficit* Habitacional do Brasil - Fundação João Pinheiro, cuja última publicação está fundamentada no levantamento da Pnad realizada pelo IBGE em 2006.

3. TAXA DE DOMICÍLIOS ALUGADOS COM ÔNUS EXCESSIVO DE FAMÍLIAS COM RENDA ACIMA DE CINCO SALÁRIOS MÍNIMOS
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os índices não foram apurados em 2007 tendo em vista que a fonte de referência dos indicadores é o *Deficit* Habitacional do Brasil - Fundação João Pinheiro, cuja última publicação está fundamentada no levantamento da Pnad realizada pelo IBGE em 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O *deficit* quantitativo habitacional brasileiro da ordem de 6,6 milhões implica a necessidade de construção de novas moradias, tanto para a reposição (domicílios rústicos e domicílios depreciados pela idade) como para o incremento (domicílios improvisados, domicílios com coabitação familiar e domicílio com ônus excessivo de aluguel) do estoque existente.

A produção de moradias dotadas de infra-estrutura para a população com renda até cinco salários mínimos apresenta vários problemas relacionados à baixa participação dos setores empresarial e cooperativo (estima-se que 70% das novas moradias são produzidas por autogestão), dos baixos padrões de tecnologia aplicada na produção de moradias, de um passivo financeiro elevado.

Há que se considerar que, historicamente, as fontes de financiamento da Política Habitacional não aportaram recursos suficientes para o atendimento de parcela significativa da demanda constituída pela população com renda familiar de até três salários mínimos, extrato onde se concentra o *deficit* habitacional. Importa registrar a existência no País de um expressivo número de imóveis urbanos vagos que não estão necessariamente ajustados à demanda habitacional, tanto no que se refere a sua adequação para moradia como para atendimento dos grupos sociais mais carentes.

Em termos relativos, o *deficit* habitacional equivale a 14,8% dos domicílios particulares permanentes brasileiros, proporção ligeiramente inferior nas áreas urbanas (14,5%) e ligeiramente superior em áreas rurais (16,5%). A expressão relativa do *deficit* habitacional tende a ser maior nos Estados nordestinos e áreas urbanas do Norte. Esta porcentagem é de 13,7% nas áreas metropolitanas, tendendo, também, a ser mais expressivo naquelas localizadas nas regiões Norte e Nordeste.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O Programa está estruturado para atuar nas seguintes frentes: financiamento a pessoas físicas para aquisição de imóvel novo ou usado, construção, reforma ou ampliação e aquisição de material de construção com recursos da Caderneta de Poupança da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), bem como financiamentos a pessoas jurídicas para construção de moradias com recursos do FGTS e antecipação do fluxo de caixa de empresas privadas do ramo da construção civil, este com recursos da CEF. Entre as ações que compõem o Programa, destaca-se, em volume de recursos contratados, a Ação Financiamento Imobiliário, operada no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), com recursos de Caderneta de Poupança operados pela CEF, que atingiu volume de contratação da ordem de R$ 5,4 bilhões, correspondente a 250% da meta estabelecida. Vale destacar que, além das operações concretizadas pela CEF, o volume de novas contratações de crédito imobiliário feitas pelos agentes do SBPE, que operam com recursos das cadernetas de poupança, atingiu R$ 18,3 bilhões no ano de 2007, 96% acima de 2006 beneficiando 196 mil famílias. O número de unidades financiadas atingiu 195.981, com aumento de 72% em relação a 2006.

Este resultado, que consolida a retomada do crédito imobiliário iniciada em 2003, está baseado, principalmente, na estabilidade econômica, na recuperação da renda real e na maior segurança jurídica das operações, que criaram condições aos agentes do SBPE de flexibilizar as condições de crédito - maiores prazos, juros menores e ampliação da parcela financiada de cada imóvel.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são os sistemas informatizados pelos quais a CEF disponibiliza informações mensais das aplicações e os relatórios de gestão no que se refere às ações com recursos do FGTS, elaborados pelo MCidades, gestor da aplicação dos recursos do Fundo.

A execução física ficou acima de 100% do previsto no PPA para 2007, alcançando 250% da meta física prevista.

Porém, a quantidade de funcionários na equipe gerencial é considerada insuficiente (somente um empregado). Apesar de que as ações são executadas quase que exclusivamente pela CEF, que prestou adequadamente as informações sobre as ações sob sua coordenação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. Embora as ações do Programa sejam destinadas ao financiamento direto à pessoa física, existe a previsão de parcerias no caso de operações estruturadas de forma associativa em grupos formados por condomínios, sindicatos, cooperativas, associações, entre outras.

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social, contribuindo para o aprimoramento das diretrizes programáticas de alçada deste Ministério por meio da Ouvidoria da CEF e discussão em conselho setorial, o Conselho Curador do FGTS, no caso das ações com recursos deste Fundo.

O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários, pois não conta com estrutura de recursos humanos e financeiros para a realização de pesquisas de satisfação dos beneficiários.

FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA

GERENTE DO PROGRAMA

Benny Schasberg

OBJETIVO

Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos Municípios nas áreas de planejamento, serviços urbanos, gestão territorial e política habitacional.

PÚBLICO-ALVO

Prefeituras Municipais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 47.533.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 37.146.735,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 37.146.735,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 823.000.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Municípios com Cadastros Imobiliários – Porcentagem	-	81.50	-	-	86.50	-
2. Taxa de Municípios com Planos Diretores Aprovados e Elaborados – Porcentagem	-	20.00	67.18	79.37	32.00	248,03%
3. Taxa de Municípios Consorciados para Habitação – Porcentagem	-	1.20	-	-	5.00	-
4. Taxa de Municípios Consorciados para Serviços de Coleta de Lixo – Porcentagem	-	2.00	-	-	12.00	-
5. Taxa de Municípios Consorciados para Serviços de Esgotamento Sanitário – Porcentagem	-	1.60	-	-	7.50	-

1. TAXA DE MUNICÍPIOS COM CADASTROS IMOBILIÁRIOS

Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Dentro do Programa Fortalecimento da Gestão Urbana não foi priorizada a ação voltada para Municípios com Cadastros Imobiliários. De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica (IBGE), em 2006, aproximadamente 93,51% da totalidade dos Municípios brasileiros possuem cadastros imobiliários.

Não foram obtidos dados atualizados para o ano de 2007 sobre Municípios que possuem cadastros imobiliários.

2. TAXA DE MUNICÍPIOS COM PLANOS DIRETORES APROVADOS E ELABORADOS
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ao longo dos anos de 2005 e 2006, foram intensificadas as ações da Secretaria Nacional de Programas Urbanos (SNPU) para que os Municípios, com obrigatoriedade legal de aprovação do Plano Diretor, elaborem seus respectivos planos, atendendo ao prazo definido pela Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001, e seguindo as Resoluções Recomendadas do Conselho das Cidades. Foram firmados contratos de repasse com 250 Municípios, além de ações conjuntas com outros Ministérios, como Ministério da Integração Nacional (MI), Ministério do Turismo (MTur), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e Ministério da Cultura (MinC), para apoiar as ações que tratassem de elaboração de Planos Diretores. Além dessas ações, foi realizada a Campanha Nacional Plano Diretor Participativo: Cidade de Todos que mobilizou e capacitou cerca de 21.000 pessoas e atingiu aproximadamente 1.350 Municípios, o que reforçou o cumprimento de uma meta muito superior ao previsto no PPA.

3. TAXA DE MUNICÍPIOS CONSORCIADOS PARA HABITAÇÃO
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Dentro do Programa Fortalecimento da Gestão Urbana não foi priorizada a ação voltada para Municípios Consorciados para Habitação. De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2005 do IBGE, esse índice se encontra em 1,91%. Com os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em especial, na área de habitação, a tendência é que haja um crescimento desses arranjos intermunicipais.

Esclarece-se que a ausência do índice ocorreu, pois no Programa Fortalecimento da Gestão Urbana não foi priorizada a ação voltada para Municípios consorciados para habitação.

4. TAXA DE MUNICÍPIOS CONSORCIADOS PARA SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Dentro do Programa Fortalecimento da Gestão Urbana não foi priorizada a ação voltada para Municípios consorciados para serviços de coleta de lixo. De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais divulgada pelo IBGE em 2005, aproximadamente, 6,16% da totalidade dos Municípios brasileiros participavam de consórcio intermunicipal voltado para Saneamento e/ou Manejo de Resíduos Sólidos. Com os investimentos do PAC, em especial, na área de saneamento, a tendência é que haja um crescimento desses arranjos intermunicipais.

Esclarece-se que a ausência do índice ocorreu, pois não foram obtidos dados atualizados para o ano de 2007 sobre Municípios consorciados para serviços de coleta de lixo.

5. TAXA DE MUNICÍPIOS CONSORCIADOS PARA SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Dentro do Programa Fortalecimento da Gestão Urbana não foi priorizada a ação voltada para Municípios consorciados para serviços de esgotamento sanitário. De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais divulgada pelo IBGE em 2005, aproximadamente 6,16% da totalidade dos Municípios brasileiros participavam de consórcio intermunicipal voltado para Saneamento e/ou Manejo de Resíduos Sólidos. Com os investimentos do PAC, em especial, na área de saneamento, a tendência é que haja um crescimento desses arranjos intermunicipais.

Esclarece-se que a ausência do índice ocorreu, pois não foram obtidos dados atualizados para o ano de 2007 sobre Municípios consorciados para serviços de esgotamento sanitário.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Desde a Constituição Federal de 1988, houve um crescimento significativo de novos Municípios no Brasil, na sua maioria de pequeno porte e com pouca sustentabilidade econômica e ambiental. Contudo, uma dificuldade comum tanto a novos como a antigos Municípios reside na sua parca capacidade de gestão e planejamento urbano e territorial, particularmente na questão do manejo e controle do uso e ocupação do solo. Do mesmo modo, as problemáticas do desenvolvimento institucional e da capacitação técnica constituem desafios à gestão e ao planejamento territorial dos Municípios.

Por outro lado, dentro do Sistema de Cidades Brasileiras, em nenhum outro lugar, a tomada de decisões no nível supra-local assume tamanha importância como nas áreas metropolitanas, tendo em vista não só o caráter sistêmico das relações e funções assumidas pelos Municípios que as compõem, mas, principalmente, pelo fato de vivenciarem problemas comuns causados pelo intenso processo de urbanização que compartilham. Muitos destes problemas extrapolam as fronteiras de seus Municípios, tendo em vista o fenômeno da conurbação e a mobilidade diária de seus moradores, tornando problemas como transporte, saúde, saneamento ambiental etc. impossíveis de serem solucionados individualmente.

Desta forma, verifica-se também a necessidade de se construir e disseminar novos arranjos de gestão metropolitana e de consórcios intermunicipais para permitir a adoção de políticas participativas e integradas ao nível supralocal para o enfrentamento de problemas comuns.

A manutenção do atual padrão de ausência de planejamento e gestão territorial com exclusão social, econômica e territorial e precarização da qualidade de vida da população de baixa renda são conseqüências da não-implementação do Programa.

A vontade política de enfrentar o problema, a intenção do Ministério de realizar intervenções integradas, a experiência consolidada no Ministério das Cidades (MCidades) para atuar neste segmento e a existência de instrumentos urbanísticos adequados previstos no Estatuto da Cidade são condicionantes favoráveis para a implementação.

A falta de estrutura e de capacitação das prefeituras para atuar neste segmento, o processo demorado de intervenção e a ausência de recursos suficientes são condicionantes desfavoráveis.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Celebração de doze convênios de Assistência Técnica para Implementação de Instrumentos de acesso à terra urbanizada dos Planos Diretores Participativos, Zonas Especiais de Interesse Social, beneficiando treze Municípios em 2007.

- Celebração de dois convênios com os governos dos Estados de Pernambuco e Mato Grosso para desenvolvimento de atividades de Assistência Técnica e Capacitação em nível supralocal e microrregional, beneficiando um Município com a elaboração do Plano Diretor Participativo e 13 Municípios com apoio à Implementação de Instrumentos do Estatuto da Cidade.

- Articulação da Rede Nacional de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos, abrangendo 526 Municípios brasileiros.

- Elaboração da Cartilha "Implementação dos Planos Diretores Participativos: terra urbanizada para todos", atendendo, aproximadamente, à demanda dos 1.700 Municípios brasileiros com Planos Diretores Participativos elaborados e aprovados e reimpressão de 3.000 cartilhas "Os vereadores no processo de elaboração de Planos Diretores Participativos".

- Conclusão da Pesquisa para monitoramento e avaliação dos processos de elaboração e do conteúdo dos Planos Diretores Participativos aprovados e elaborados pelos Municípios.

- Participação nas conferências e seminários de sensibilização e apoio técnico-conceitual na discussão dos principais temas da 3ª Conferência Nacional das Cidades: A Política de Desenvolvimento Urbano e as Intervenções nas Cidades, Capacidade e Forma de Gestão das Cidades e Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Em 2007, o desafio do Programa era desenvolver uma nova estratégia de ação pautada na construção de uma política de acesso à terra urbanizada para todos, voltada para a implementação dos Planos Diretores Participativos, visto que o prazo para aqueles Municípios com obrigatoriedade definida na Lei nº 10.257/01 findou em outubro de 2006. A pesquisa realizada pelo MCidades apurou que 79,37% dos Municípios haviam elaborado, revisado ou aprovado seu Plano Diretor. Nesse sentido, para o ano de 2007, foi construída uma política de Assistência Técnica e Capacitação para Implementação de Instrumentos do Estatuto da Cidade previstos nos Planos Diretores elaborados e aprovados.

Dentro dessa nova política, foi essencial, para sua consolidação, a articulação de uma Rede Nacional de Avaliação e Capacitação para Implementação dos Planos Diretores Participativos que realizará uma avaliação qualitativa dos planos elaborados e capacitará agentes governamentais e da sociedade civil em torno dessa nova agenda abrangendo um número maior de Municípios que serão beneficiados com as ações do Programa.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são:

a) reuniões de trabalho: com relação aos convênios de responsabilidade da Secretaria Nacional de Programas Urbanos (SNPU), foi realizada reunião de trabalho com todos os convenentes no início dos trabalhos, para discutir a Política de Acesso à Terra Urbanizada que vem sendo implementada, e uma segunda reunião de trabalho ao final das atividades para avaliação e troca de experiências. Como atividade de monitoramento da Rede Nacional de Avaliação e Capacitação foram previstas quatro reuniões de trabalho com representantes de todos os Estados para discutir e fazer uma avaliação de conteúdo durante o processo e acompanhar o andamento das atividades. Além dessa coordenação ampliada, o monitoramento do desempenho físico é realizado por uma coordenação executiva que vem se reunindo periodicamente desde o início do processo;

b) visitas *in loco*: no âmbito de todos os convênios assinados para a implementação de instrumentos de acesso à terra urbanizada dos Planos Diretores Participativos, estão previstas visitas *in loco* dos fiscais dos convênios para acompanhamento das atividades e monitoramento do andamento dos convênios;

c) sistemas informatizados: para os convênios de assistência técnica, foi criado, no sítio do MCidades, o Fórum de Convênios da SNPU, um sistema de comunicação para agregar informações relacionadas aos convênios firmados com o Ministério por meio da SNPU, bem como para permitir a troca de experiências entre os convenentes. Através desse instrumento será possível acompanhar o andamento das atividades e identificar avanços e dificuldades, sendo possível para o gestor agir no momento da execução;

d) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan): o preenchimento mensal pelos coordenadores é um importante instrumento para o monitoramento das ações, fornecendo ao gerente do Programa uma visão global e agregada da execução tanto física quanto financeira das ações que compõem o Programa;

e) relatórios de gestão: permitem uma avaliação do desempenho operacional e dos resultados do Programa de forma consolidada, trazendo análises quanto às disfunções, medidas corretivas, gestão das ações e resultados, o que subsidia o gerente para ajustes, correções e rearranjos necessários.

São utilizados ainda, como mecanismos de monitoramento do desempenho físico do Programa, os relatórios de monitoramento e a análise dos produtos durante o processo de execução, o que permite um controle maior sobre a qualidade das atividades que estão sendo executadas.

Com relação aos contratos de repasse vigentes, a Caixa Econômica Federal (CEF) envia mensalmente ao MCidades uma planilha com os dados de execução físico-financeira e os gestores do Ministério acompanham e monitoram os contratos a partir dessa base de dados. Além disso, os técnicos do Ministério mantêm contato constante com os membros do Executivo Municipal e com profissionais da CEF para suporte técnico e resolução de problemas. Quando necessário, são realizadas reuniões com todos os atores envolvidos nos Estados.

A execução física ficou entre 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. As ações do Programa Fortalecimento da Gestão Urbana cumpriram, em sua maioria, a meta física estabelecida na LOA 2007. As ações Apoio à Capacitação de Gestores Municipais e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano (0612) e Apoio à Implementação dos Instrumentos Previstos no Estatuto das Cidades e à Elaboração de Planos Diretores (0642), ultrapassaram os valores definidos como metas para 2007, devido à realização de atividades que buscavam abranger um público-alvo maior, não se restringindo aos contratos de repasse, enquanto a Ação Apoio à Gestão Metropolitana e ao Consorciamento Municipal para o Desenvolvimento Urbano (0588) não foi executada e a Ação Apoio à Modernização Institucional dos Municípios para Atuação na Melhoria das Condições do Setor Habitacional no Segmento das Famílias de Baixa Renda (Habitar- Brasil) (0652) teve uma execução física abaixo do previsto na LOA 2007.

Dessa forma, os recursos liberados não foram suficientes para atender à demanda dos Municípios e Estados na execução de atividades de Assistência Técnica e Capacitação para Implementação de Instrumentos do Estatuto da Cidade e Desenvolvimento Urbano. É importante ressaltar que no ano de 2007 houve demanda por parte dos Estados por recursos do Programa, situação inexistente nos anos anteriores.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução física programada. Apesar de algumas descontinuidades na liberação dos recursos, em especial, com relação aos contratos de repasse, houve atraso no cumprimento do cronograma por parte dos Municípios, mas a execução do Programa não ficou prejudicada.

O impacto das ações com recursos não-orçamentários foi muito baixo. Em 2007, o Programa só utilizou recursos de origem não-orçamentária na parceria que mantém com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) no Projeto Tal Ambiental. A exeqüibilidade desses recursos é baixa, pois esbarra em cronogramas e exigências diferenciados, o que atrasa a execução.

Os recursos materiais são insuficientes na equipe gerencial do Programa. O MCidades não possui *softwares* de georreferenciamento distribuídos entre as secretarias, o que dificulta o gerenciamento das informações territorializadas. É importante comentar também a

situação das prefeituras municipais – público-alvo do Programa. A capacidade técnica instalada e a infra-estrutura institucional de muitos Municípios ainda são precárias, o que dificulta, em muitos casos, a boa execução das ações.

A quantidade de recursos humanos na equipe gerencial também é inadequada. A equipe técnica que atua no Programa Fortalecimento da Gestão Urbana foi bastante reduzida no ano de 2007, o que dificultou o atendimento e a ampliação das atividades realizadas, por ser muito demandada pelo público-alvo do Programa. Ainda em 2007, foram retirados vários cargos da Secretaria Nacional de Programas Urbanos, em especial, da área de Planejamento Urbano, que foram nomeados em outras áreas do Ministério, reduzindo ainda mais a capacidade de operação e gestão da Secretaria.

A qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial é insuficiente. Em consonância com o que foi apresentado acima, a equipe técnica ficou reduzida aos servidores do concurso realizado pelo MCidades no final de 2005, que apresentam uma qualificação mais baixa devido ao pouco tempo de administração pública. No entanto, a Secretaria vem investindo na capacitação desses servidores e, no ano de 2007, foram realizados cursos de capacitação sobre transferências voluntárias e licitações, mas ainda há a necessidade de maior qualificação dos servidores.

Nas equipes executoras, com relação aos contratos de repasse, há uma sobrecarga dos técnicos da CEF, que demoram na avaliação dos produtos dos contratos, contribuindo para o atraso nos cronogramas de execução.

A quantidade e a qualificação das equipes dos Municípios também é um problema a ser enfrentado. A grande maioria dos beneficiários não possui pessoas capacitadas para executar as ações, além de não possuir quadro próprio. A continuidade das ações de capacitação desenvolvidas no âmbito do Programa tem buscado minimizar esse quadro. No entanto, a rotatividade do quadro de servidores dificulta o fortalecimento da capacidade técnica dos Municípios.

As restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto foram:

a) contingenciamento orçamentário: os recursos liberados não foram suficientes para atender à demanda dos Municípios e Estados na execução de atividades de Assistência Técnica e Capacitação para Implementação de Instrumentos do Estatuto da Cidade e Desenvolvimento Urbano. É importante ressaltar que no ano de 2007 houve demanda dos Estados por recursos do Programa, situação inexistente nos anos anteriores;

b) atraso na liberação de recursos: o atraso na liberação de recursos por parte do MCidades atrasa e interfere no cronograma de execução dos convênios e contratos de repasse;

c) dificuldades de celebração de convênios na gerência: houve algumas dificuldades na tramitação dos processos de celebração de convênios dentro do MCidades por ser uma atividade nova no Ministério;

d) dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes: a inadimplência dos entes dificulta tanto a celebração de convênios quanto a liberação de recursos por parte do Ministério, o que leva a atrasos no Cronograma de Execução dos instrumentos assinados.

O desempenho da execução das ações com recursos descentralizados foi médio. A baixa capacidade institucional dos Municípios - problema que se pretende enfrentar com o Programa - se reflete também na hora da execução dos recursos repassados pelo MCidades. Há também dificuldades na realização de licitações por parte dos entes, pois em muitos casos as empresas não apresentam propostas ou apresentam propostas inconsistentes. Na execução das ações, há problemas também na atuação da CEF como agente executor na relação com os Municípios, pois muitos não conseguem cumprir as exigências da instituição, o que muitas vezes leva à perda de recursos orçamentários, e à prestação de informações qualitativas por parte da instituição é baixa, dificultando o monitoramento por parte do Ministério. Ainda, o andamento das atividades realizadas pelas Gerências Internas de Desenvolvimento Urbano (GIDUR/CEF) é muito variável, o que demanda gestões diferenciadas do Ministério com a CEF para o acompanhamento e andamento das ações.

Quando demandados, os agentes executores disponibilizaram as informações necessárias à Secretaria Nacional de Programas Urbanos (SNPU) e houve uma maior integração entre a gerência e os executores, pois se adotou como instrumento de repasse de recursos não apenas os contratos de repasse, mas também os convênios.

O desempenho da execução das ações do Programa implementadas em outros Ministérios é muito baixo. Uma das ações do Programa é executada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que não tem aportado recursos.

O desempenho da execução das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério é baixo. A distribuição de ações de um mesmo Programa em unidades administrativas diferentes dificulta o monitoramento e avaliação do Programa, pois o desempenho de cada unidade depende de variáveis externas ao gestor do Programa. Além disso, há uma dificuldade no fluxo das informações e não há um controle efetivo na qualidade de preenchimento dos dados de monitoramento e avaliação. Da mesma forma, a análise qualitativa do Programa e de sua efetividade no cumprimento do objetivo fica prejudicada.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O desempenho dos parceiros não-governamentais na execução de tarefas e cumprimento das metas ainda não pode ser avaliado, pois as atividades estão em andamento. No entanto, é importante ressaltar que esses parceiros já atuam nas áreas de concentração do Programa e demonstram total interesse na boa e regular execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas diante da expectativa dos beneficiários do Programa.

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social:

a) audiência pública: é um dos instrumentos previstos no artigo 43 do Estatuto da Cidade para a Gestão Democrática da Cidade. A metodologia de Plano Diretor desenvolvida pela Secretaria Nacional de Programas Urbanos trazia a realização de audiências públicas como instrumento obrigatório para participação social. Da mesma forma, a recomendação é que a aprovação de Lei Municipal que vise a Regulamentação de Instrumentos previstos no Plano Diretor do Município seja precedida de audiência pública;

b) consulta pública: é um dos instrumentos previstos no art. 43 do Estatuto da Cidade para a Gestão Democrática da Cidade. A recomendação é que a aprovação de lei municipal que vise à Regulamentação de Instrumentos previstos no Plano Diretor do Município seja precedida de debates, audiências e consultas públicas;

c) reunião com grupos de interesse: a metodologia desenvolvida pela Secretaria Nacional de Programas Urbanos prevê que sejam realizadas reuniões com os diversos grupos de interesse presentes na sociedade local, por temática e por localização, com o objetivo de realizar a leitura da realidade do Município, que dará subsídios para a discussão e priorização das ações. Na implementação de instrumentos do Estatuto da Cidade, como as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), a recomendação é que sejam realizadas reuniões com os grupos de interesse local e seja criado um grupo gestor dos Planos de Ocupação/Urbanização da ZEIS contemplada, composto por representantes das prefeituras e dos diversos segmentos sociais;

d) discussão em conselho setorial: o artigo 43 do Estatuto da Cidade prevê o estabelecimento de órgãos colegiados de política urbana em nível Nacional, Estadual e Municipal. A metodologia desenvolvida pela SNPU para a elaboração dos Planos Diretores prevê que sejam criados no âmbito dos Municípios os Conselhos das Cidades.

Além dos mecanismos de participação social já apontados, há o Conselho das Cidades, em nível nacional, composto por membros dos poderes públicos Federal, Estadual e Municipal, movimentos populares, trabalhadores, empresários, entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e organizações não-governamentais, espaço de discussão da PNDU com a participação da sociedade.

A participação social teve papel fundamental para a superação da meta definida para a Ação de Apoio à Implementação de Instrumentos Previstos no Estatuto da Cidade e à Elaboração de Planos Diretores. A participação da sociedade civil na Campanha Nacional Plano Diretor Participativo: Cidade de Todos foi fundamental para que o Programa e as atividades da Ação atingissem aproximadamente 1.350 Municípios - com uma taxa de Planos Diretores aprovados e elaborados de 79,37% - taxa bastante superior à atendida diretamente com repasse de recursos. A participação da sociedade civil é uma das garantias para a efetivação e o desenvolvimento da Gestão Democrática da Cidade.

A SNPU não possui infra-estrutura e recursos humanos que permitam a realização de avaliações constantes da satisfação de seus beneficiários. No entanto, existe uma avaliação não sistematizada realizada pelos conselheiros do Conselho das Cidades (membros dos poderes públicos Federal, Estadual e Municipal, movimentos populares, trabalhadores, empresários, entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e organizações não-governamentais) e pelas entidades sociais nos Estados. Algumas considerações ainda podem ser feitas a esse respeito: com relação aos beneficiários diretos das atividades de elaboração de Planos Diretores, as prefeituras municipais, há uma insatisfação quanto ao processo de transferência dos recursos por meio de contratos de repasse operados pela CEF; e com relação aos beneficiários indiretos, os habitantes, não é possível avaliar a satisfação, pois o impacto da elaboração e aprovação da Lei de Plano Diretor não é imediato.

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

GERENTE DO PROGRAMA

Inês da Silva Magalhães

OBJETIVO

Ampliar o acesso à terra urbanizada, à moradia digna e promover melhoria da qualidade das habitações da população de baixa renda nas áreas urbana e rural.

PÚBLICO-ALVO

Famílias com renda familiar até cinco salários mínimos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.096.071.089,00	Empenho Liquidado:	R$ 950.371.123,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 950.371.123,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 4.700.001.174,99	R$ 3.955.813.869,51	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Núcleo do *deficit* Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até Três Salários Mínimos - Unidade	-	-	-	3.349.650.00	2.351.825.00	-
2. Núcleo do *deficit* Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até Cinco Salários Mínimos - Unidade	-	-	-	3.661.405.00	2.388.744.00	-
3. Taxa de Domicílios Alugados com Ônus Excessivo de Famílias com Renda até Cinco Salários Mínimos - Porcentagem	-	-	-	22.30	20.40	-

1. NÚCLEO DO DEFICIT HABITACIONAL QUANTITATIVO DE FAMÍLIAS COM RENDA ATÉ TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto:

- Análise e Justificativa:

Em que pesem os indicadores serem adequados aos objetivos do Programa de Habitação de Interesse Social (HIS), as mensurações vêm sendo prejudicadas ao longo do PPA 2004-2007, tendo em vista as mudanças de metodologia desenvolvidas pela fonte (Fundação João Pinheiros) de onde os índices utilizados são extraídos.

2. NÚCLEO DO DEFICIT HABITACIONAL QUANTITATIVO DE FAMÍLIAS COM RENDA ATÉ CINCO SALÁRIOS MÍNIMOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em que pesem os indicadores serem adequados aos objetivos do HIS, as mensurações vêm sendo prejudicadas ao longo do PPA 2004-2007, tendo em vista as mudanças de metodologia desenvolvidas pela fonte (Fundação João Pinheiros) de onde os índices utilizados são extraídos.

3. TAXA DE DOMICÍLIOS ALUGADOS COM ÔNUS EXCESSIVO DE FAMÍLIAS COM RENDA ATÉ CINCO SALÁRIOS MÍNIMOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em que pesem os indicadores serem adequados aos objetivos do HIS, as mensurações vêm sendo prejudicadas ao longo do PPA 2004-2007, tendo em vista as mudanças de metodologia desenvolvidas pela fonte (Fundação João Pinheiros) de onde os índices utilizados são extraídos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O *deficit* quantitativo habitacional brasileiro da ordem de 6,6 milhões implica a necessidade de construção de novas moradias, tanto para a reposição (domicílios rústicos e os depreciados pela idade) como para o incremento (domicílios improvisados, com coabitação familiar e domicílios com ônus excessivo de aluguel) do estoque existente.

A produção de moradias dotadas de infra-estrutura para a população com renda até cinco salários mínimos apresenta vários problemas relacionados à baixa participação dos setores empresarial e cooperativo (estima-se que 70% das novas moradias são produzidas por autogestão), dos baixos padrões de tecnologia aplicada na produção de moradias de um passivo financeiro elevado.

Há que se considerar que, historicamente, as fontes de financiamento da Política Habitacional não aportaram recursos suficientes para o atendimento de parcela significativa da demanda constituída pela população com renda familiar de até cinco salários mínimos, estrato onde se concentra o *deficit* habitacional. Importa registrar a existência no País de um expressivo número de imóveis urbanos vagos que não estão necessariamente ajustados à demanda habitacional, tanto no que se refere a sua adequação para moradia como para atendimento dos grupos sociais mais carentes.

Em termos relativos, o *deficit* habitacional equivale a 14,8% dos domicílios particulares permanentes brasileiros, proporção ligeiramente inferior nas áreas urbanas (14,5%) e ligeiramente superior em áreas rurais (16,5%). A expressão relativa do *deficit* habitacional

tende a ser maior nos Estados nordestinos e áreas urbanas do Norte. Esta porcentagem é de 13,7% nas áreas metropolitanas, tendendo, também, a ser mais expressivo naquelas localizadas nas regiões Norte e Nordeste.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A necessidade de focar a aplicação dos recursos disponíveis na faixa de renda até cinco salários mínimos resultou, em 2007, na revisão das diretrizes de aplicação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a maior fonte dos recursos do setor habitacional, gerando uma grande mudança no uso dos subsídios. Estes resultados refletiram nas ações deste Programa cuja fonte de recursos é o FGTS, resultando na aplicação de R$ 3,210 bilhões que beneficiaram 175.584 famílias com renda até cinco salários mínimos, com produção/aquisição de imóveis novos e usados, superando a meta de R$ 3 bilhões prevista no PPA e atingindo 60% da meta física estabelecida.

• As contratações no âmbito do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), iniciadas em 1999, alcançaram em dezembro de 2007, 1.677 empreendimentos, contemplando 259.898 imóveis, com um total de R$ 6,8 bilhões, gerando empregos para 651.121 pessoas e beneficiando outras 1.055.186 famílias, estando presente em 237 Municípios da Federação.

• No âmbito da Ação Crédito Solidário, foi investido no exercício de 2007, o montante de R$ 106,5 milhões, provenientes do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), beneficiando 5.655 famílias com renda mensal de até R$ 1.050,00, em 63 Municípios de 18 Estados da Federação. Este investimento representou 53,25% do orçamento previsto para o exercício que era de R$ 200 milhões.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Como mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, pode-se citar que a Secretaria Nacional de Habitação (SNH) coordena e acompanha os agentes executores das ações do Programa por intermédio de banco de dados disponibilizado mensalmente pela Caixa Econômica Federal (CEF) e demais agentes financeiros, no caso do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH). Porém, esse sistema de acompanhamento ainda não contempla o universo de variáveis necessárias a possibilitar uma avaliação mais precisa, como no caso das ações com recursos do Orçamento Geral da União (OGU).

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na LOA 2007, sendo que o Programa contempla ações orçamentárias e não-orçamentárias. A meta financeira global para o Programa foi atingida em 84%.

Pela natureza do problema que envolve este Programa, o *deficit* habitacional na faixa de renda até cinco salários mínimos, de aproximadamente 7 milhões de moradias, os recursos

disponíveis para a totalidade das ações ainda é insuficiente. Mas, os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação física.

É relevante o impacto das ações com recursos não-orçamentários, em especial, aquelas cuja fonte de recursos é o FGTS e o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), tendo em vista o elevado volume de recursos não-orçamentários disponibilizado no ano em comparação aos recursos orçamentários.

Os recursos materiais e/ou a infra-estrutura não são adequados para a implementação do Programa. Para a equipe gerencial, o espaço físico é insuficiente para acomodação.

Também os recursos humanos na equipe gerencial têm quantidade inadequada. Em que pesem os concursos para admissão de novos servidores, em 2006, a maioria deles solicitou exoneração em função de aprovação em outros concursos de órgãos com melhores remunerações.

O desempenho da execução das ações com recursos descentralizados foi considerado médio. Essas ações, na sua maioria, são executadas pela CEF, que possui rede de agências adequada ao atendimento das demandas. Havendo cumprimento das diretrizes programáticas das ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. A Ação Crédito Solidário é operada em parceria com cooperativas, associações e demais entidades sem fins lucrativos que participam do Programa Crédito Solidário na qualidade de agentes organizadoras. As referidas entidades ainda necessitam de apoio técnico, especialmente, na fase de elaboração de projetos autogestionários.

O Programa possui discussões em Conselhos Setoriais que promovem a participação social. Pode-se citar os Conselhos Curadores dos Fundos: FGTS, FDS e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), assim como o Conselho das Cidades. As contribuições da participação social para os resultados do Programa foram, especialmente, a organização da demanda de beneficiários para os projetos.

Tendo em vista a diversidade de fontes de recursos e condições operacionais no âmbito deste Programa, a avaliação da satisfação de seus beneficiários deve ocorrer separadamente por tipo de ação. No caso da Ação Arrendamento Residencial executada pela CEF, são realizadas pesquisas de satisfação pela empresa *Vox Populis* (já foram realizadas pesquisas nos anos de 2004, 2006 e 2007).

MOBILIDADE URBANA

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Carlos Bueno de Lima

OBJETIVO

Promover o aumento da mobilidade urbana, de forma sustentável, favorecendo os deslocamentos não-motorizados e o transporte coletivo, com vistas a reduzir os efeitos negativos da circulação urbana, e contribuindo para a melhoria da prestação de serviços de transporte metroferroviários estaduais ou municipais por meio da modernização e expansão dos respectivos sistemas.

PÚBLICO-ALVO

População urbana nas metrópoles e grandes cidades

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 642.755.513,00	Empenho Liquidado:	R$ 468.846.343,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 468.846.343,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 3.100.000.000,00	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Mobilidade Urbana - Viagens ao dia/habitante	-	-	-	-	2.00	-

1. COEFICIENTE DE MOBILIDADE URBANA

Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O indicador estabelecido para avaliar o Programa, embora válido, mostrou-se de difícil apuração, considerando a pouca disponibilidade de dados; portanto, não houve apuração do índice. Além disso, a unidade de medida do indicador estabelecido é de difícil mensuração, considerando que não houve disponibilidade para execução de pesquisa que definisse o coeficiente de mobilidade para avaliação do Programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A ocupação das cidades de forma irracional e socialmente excludente e as dificuldades do Poder Público em garantir meios e sistemas adequados e suficientes para o deslocamento

das pessoas vêm gerando uma redução expressiva na mobilidade e acessibilidade urbana. A alta densidade populacional existente nas regiões metropolitanas, a saturação das vias principais de acesso às áreas centrais e o grande contingente populacional, que reside em áreas cada vez mais distantes dos centros urbanos vêm comprometendo a qualidade de vida de toda a população urbana, assim como, promovendo deseconomias importantes para os Municípios componentes das regiões metropolitanas.

Os pedestres, as pessoas com restrição de mobilidade, os usuários de veículos não-motorizados e a população de baixa renda, residentes nas periferias das cidades, sofrem com maior intensidade os efeitos das deficiências dos sistemas de transportes urbanos. Os seus direitos básicos de cidadão, como o acesso à oportunidade de trabalho, aos serviços de saúde e educação e às atividades sociais, religiosas e de lazer estão comprometidos.

Os serviços de transportes urbanos oferecidos nas cidades mostram deficiências no planejamento, na gestão e na utilização de tecnologias, na inadequação do uso das vias, na inexistência de calçadas, vias e sinalização que permitam o deslocamento a pé ou de bicicleta, de forma segura, na inacessibilidade do uso dos transportes coletivos, pela população de baixa renda, devido aos valores tarifários praticados pelas municipalidades, incompatíveis com a renda desta população. O tempo gasto em longos percursos e em congestionamentos, as perdas de vida ocorridas nas vias urbanas, a impossibilidade de mobilidade das pessoas com deficiências, o alto gasto com energias não-renováveis, as doenças causadas pela poluição ambiental, tendo os veículos de transporte como os principais agentes poluidores, são efeitos da insuficiência e inadequação dos sistemas de transportes urbanos de massa adotados nas grandes cidades e regiões metropolitanas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Apoio a projetos de corredores estruturais de transporte coletivo urbano – adequação de vias urbanas e estruturas de apoio, com um repasse de R$ 7,31 milhões para Salvador (BA).

• Apoio a projetos de sistemas de circulação não-motorizados, com um repasse de R$ 0,29 milhão, para Belo Horizonte (MG).

• Em São Paulo (SP), com apoio à implantação de corredor expresso de transporte coletivo urbano – trecho Parque Dom Pedro II-Cidade Tiradentes (R$ 74,66 milhões). Trechos 1 e 2 inaugurados em março de 2007, com oito quilômetros (km) ligando a Estação D. Pedro II ao Terminal Sacomã e no trecho 3, com 2,8 km ao longo da Av. Luís Inácio de Anhaia Mello, foram realizadas obras de superestrutura e de infra-estrutura do trecho elevado, totalizando 70% de execução no trecho elevado.

• Contrato com a empresa Viação Canarinho do Município de Jaraguá do Sul em Santa Catarina. Através desse projeto serão edificados 180 abrigos de passageiros de ônibus, o que representará ganhos consideráveis para os usuários dos serviços de transporte coletivo do Município contribuindo significativamente para a qualidade do sistema.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento, no âmbito da gerência, sobre o desempenho físico das ações são:

a) reuniões de trabalho: em 2007, foi elaborado um Programa de monitoramento e avaliação dos projetos em andamento e dos realizados com recursos da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (SeMob). Para sua elaboração, foram realizadas várias reuniões de trabalho com os técnicos da área;

b) visitas *in loco*: foram estabelecidas algumas visitas às obras com baixo desempenho visando identificar os fatores que dificultam o bom desenvolvimento do Programa. O plano de visitas *in loco* definido pelo Programa de monitoramento iniciou-se em maio de 2007, através de monitoramento piloto, e a partir de março de 2008, o plano de monitoramento será reiniciado;

c) sistemas informatizados: em 2007, foi elaborado um sistema de informações onde todos os dados dos projetos apoiados pela SeMob encontram-se disponibilizados para consulta interna. A proposta é inserir novos dados no sistema como a localização georreferenciada das obras, fotografias etc.;

d) relatórios de gestão: foram elaborados relatórios de gestão visando informar os órgãos de governo sobre os resultados alcançados pelo Programa e pelas ações geridas pela secretaria.

A execução física ficou abaixo de 40% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. A baixa execução física foi motivada pelo empenho tardio dos recursos do OGU disponíveis para o Programa Mobilidade Urbana e pelo fluxo de recursos, que sofreu descontinuidade.

Os recursos orçamentários executados foram insuficientes. O volume de recursos alocados para o Programa Mobilidade Urbana é insuficiente diante da magnitude dos problemas brasileiros no âmbito de infra-estrutura urbana para a mobilidade (transporte, circulação e acessibilidade).

O impacto das ações com recursos não-orçamentários foi baixo. A SeMob dispõe de duas ações que utilizam recursos não-orçamentários: Pró-Transporte com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Programa de Infra-Estrutura para a Mobilização (Pró-Mob) com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O baixo rendimento dos mesmos decorre de:

a) Pró-Transporte: necessidade de excepcionalização dos recursos por parte do Conselho Monetário Nacional (CMN);

b) Pró-Mob: demora excessiva para avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) quanto à possibilidade de endividamento do proponente. Necessidade de revisão das normas do Programa Pró-Mob de modo a torná-lo mais atrativo.

Os recursos materiais são insuficientes na equipe gerencial do Programa. Os equipamentos da área de informática estão desatualizados, havendo necessidade de aquisição de novos em quantidade e qualidade. A infra-estrutura na equipe gerencial está inadequada e o quantitativo de pessoal é insuficiente para o desempenho das ações previstas no Programa.

Nas equipes executoras, ainda existe insuficiência de recursos materiais como computadores mais atualizados e espaço físico mais adequado para o desenvolvimento do trabalho, e falta atualização da infra-estrutura, o que tem contribuído para o baixo desempenho destas equipes.

A quantidade de recursos humanos nas equipes executoras e na gerencial é inadequada. A equipe executora é insuficiente para atender às exigências do trabalho de acompanhamento, monitoramento e avaliação do Programa. E a equipe gerencial deveria ser composta por pessoas com conhecimento e experiência técnica gerencial. Além disso, a equipe executora necessita de atenção quanto à capacitação para as atividades desenvolvidas para o melhor desempenho das suas atividades.

As restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto foram:

a) contingenciamento orçamentário - os recursos do Programa não são suficientes e o contingenciamento é um dos fatores que impede melhorar o impacto;

b) atraso na liberação de recursos - o atraso na liberação de recursos gera dificuldades no cumprimento das metas físicas definidas no PPA contribuindo para o baixo desempenho do programa;

c) conflitos decorrentes de outras políticas setoriais, inclusive entre esferas de poder ou entre esferas de governo - no que tange ao recurso do OGU, há necessidade de aprimoramento do fluxo de informações disponibilizadas pela Caixa Econômica Federal (CEF), agente operador dos contratos de repasse, o que tem dificultado as ações de gerenciamento. O Pró-Transporte (não-orçamentário), que utiliza recursos do FGTS, apesar de ter sido criado em 2002, contemplou até hoje, somente dois projetos, devido à necessidade de excepcionalização dos recursos destinados à qualificação do transporte público brasileiro.

O desempenho da execução das ações com recursos descentralizados foi baixo. As justificativas são insuficiência de recursos, empenhos tardios e excessiva burocracia do agente operador.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social, por meio de reunião com grupos de interesse: foram diversas reuniões que discutiram temas como acessibilidade, redução tarifária, capacitação de gestores e profissionais, mobilidade urbana em geral e de discussão em conselho setorial: participação das reuniões do Conselho das Cidades, Conselho Setorial e do Conselho Curador do FGTS. Também há a coordenação com os Ministérios da Saúde (MS), do Trabalho (MT), da Educação (MEC), da Defesa (MD) e Secretaria dos Direitos Humanos (SEDH) para o desenvolvimento de projetos prioritários que envolvem os diversos órgãos.

A contribuição da participação social para os resultados do Programa foi o aprimoramento dos conceitos das políticas desenvolvidas pela SeMob.

O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários. Em 2007, foi estabelecido um plano de monitoramento e avaliação que está sendo implementado e deverá resultar em um processo de avaliação sistêmico das ações do Programa.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. A definição de conteúdos normativos para a orientação das diversas instâncias, a articulação permanente com os interlocutores dos Estados e Municípios, além da implantação de sistemática de monitoramento e avaliação do Programa configuram-se como a busca pela eficiência do desenvolvimento das políticas públicas na área de mobilidade.

QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT (PBQP-H)

GERENTE DO PROGRAMA

Inês da Silva Magalhães

OBJETIVO

Elevar os patamares da qualidade e produtividade da construção civil, por meio da criação e implantação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, contribuindo para ampliar o acesso à moradia para a população de menor renda.

PÚBLICO-ALVO

Profissionais, empresas e entidades civis e governamentais, públicas e privadas que compõem a cadeia da construção civil

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.700.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 734.174,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 734.174,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 500.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Desperdício de Materiais e Componentes – Porcentagem	24.00	-	-	-	22.00	-
2. Taxa de Qualidade dos Materiais e Componentes da Construção Civil – Porcentagem	-	83.10	82.00	80.10	87.50	91,54%

1. TAXA DE DESPERDÍCIO DE MATERIAIS E COMPONENTES

Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Conforme exposto nas avaliações do PPA dos exercícios de 2004 a 2006, esse indicador não representa corretamente os resultados das ações desenvolvidas no âmbito do PBQP-H, além de ser um indicador que relaciona dados de difícil obtenção, não sendo apurado por esse motivo. Dessa forma, foram propostos três indicadores possíveis, para demonstrar, de forma mais compatível, os resultados do Programa em relação à qualidade das empresas de serviços e obras, e dos materiais de construção:

a) satisfação dos usuários do Programa;

b) ocorrência de problemas construtivos pós-ocupação nos empreendimentos produzidos e que obedecem às diretrizes do PBQP-H;

c) número de empresas de serviços e obras com certificado vigente de avaliação da conformidade do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC)/PBQP-H.

2. TAXA DE QUALIDADE DOS MATERIAIS E COMPONENTES DA CONSTRUÇÃO CIVIL
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A natureza do Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos do PBQP-H é extremamente dinâmica e evolutiva. O Indicador de Conformidade Setorial é obtido a partir da média dos Indicadores de Conformidade dos Programas Setoriais da Qualidade (PSQ). Novos PSQ podem ser inseridos continuamente no Sistema, fazendo com que esse índice reduza, uma vez que normalmente um novo PSQ não possui indicador de Conformidade Setorial apurado, ou o tenha com um valor bem menor do que o desejado. Além disso, outro fator que também impacta a previsão de viabilidade média do alcance do índice final do PPA, em 2007, é a renovação periódica dos parâmetros normativos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em relação a determinados materiais, o que tem reflexos ocasionais nos índices de conformidade dos PSQ. Entretanto, como previsto na última avaliação do PPA, para melhor expressar os resultados do Programa em relação à qualidade dos materiais, propôs-se uma comparação entre dois indicadores: a Taxa da Qualidade e o número de PSQ com indicador constantemente calculado e monitorado. Em 2006, a taxa foi de 82,0%, considerando o número de 14 PSQ; em 2007, a taxa foi de 80,1%, considerando o mesmo número de PSQ.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Um dos maiores desafios do Estado brasileiro e da construção civil é encontrar soluções para a melhoria das condições do ambiente construído. A baixa qualidade das edificações e de seu entorno imediato prejudica fundamentalmente os segmentos de baixa renda da população. O setor da construção de edifícios habitacionais no País tem se caracterizado, historicamente, por um baixo grau de desenvolvimento e de evolução tecnológica, comparativamente a outros setores industriais. A base da produção nos canteiros de obras é ainda, predominantemente, manufatureira com baixa produtividade e elevados índices de desperdício de material e de mão-de-obra. Essa condição, associada às altas taxas de inflação verificadas até os anos 80, fazia com que a lucratividade do setor fosse obtida mais em função da valorização imobiliária do produto final do que da melhoria da eficiência do processo produtivo. A partir da década de 90, em função de vários fatores, com o fim das altas taxas de inflação, os efeitos da globalização da economia, a redução do financiamento, a retração do mercado consumidor e o aumento da competitividade entre as empresas, entre outros, tem havido uma modificação desse cenário. As empresas construtoras começam

a tentar viabilizar suas margens de lucro a partir da redução de custos, do aumento da produtividade e da busca de soluções tecnológicas e de gerenciamento da produção de forma a aumentar o grau de industrialização do processo produtivo. Porém, vários são os fatores que impedem alavancar esse movimento e o início de uma nova fase de evolução sustentada do setor, entre os quais podem ser citados:

a) baixa produtividade do setor, em que pese a evolução recente, estimada em cerca de um terço da de países desenvolvidos;

b) ocorrência de graves problemas de qualidade de produtos intermediários e finais da cadeia produtiva e os elevados custos de correções e manutenção pós-entrega;

c) desestímulo ao uso mais intensivo de componentes industrializados devido à alta incidência de impostos e conseqüente encarecimento dos mesmos;

d) falta de conhecimento do mercado consumidor, no que diz respeito às suas necessidades em termos de produto a ser ofertado;

e) carência de normalização técnica, de legislação e de regulação para o setor;

f) falta de capacitação técnica dos agentes da cadeia produtiva para gerenciar a produção com base em conceitos e ferramentas que incorporem as novas oportunidades de crescimento.

Percebe-se, a partir dessa rápida descrição, a importância de um diagnóstico baseado numa visão sistêmica da cadeia produtiva, que propicie a identificação das necessidades e aspirações dos seus diversos segmentos. Além disso, é notória a necessidade da construção de uma visão de futuro para o desenvolvimento da cadeia, de modo a identificar quais são os fatores críticos que dificultam a melhoria do desempenho da cadeia e propor as ações necessárias para superá-los. No caso da habitação, o resultado disso é a persistência de um elevado *deficit* habitacional no País, estimado acima de 6,6 milhões de unidades, dos quais cerca de 5,3 milhões em áreas urbanas. Esse *deficit* vem crescendo linearmente desde 1981 e tem representado custo social extremamente elevado, principalmente levando-se em conta que 55% da carência habitacional refere-se a famílias com renda de até três salários mínimos.

Nesse contexto, o fortalecimento e a melhoria do desempenho da cadeia produtiva certamente contribuirá para o:

a) fortalecimento da economia e do setor produtivo nacional;

b) aumento da capacidade tecnológica do País;

c) aumento da geração de emprego e renda;

d) combate ao *deficit* habitacional e suas conseqüências sociais e urbanas, a melhoria

das condições de vida das comunidades urbanas em geral, e, particularmente, as de baixa renda.

Em síntese, no caso da habitação, além da questão relacionada ao *deficit* quantitativo, existe ainda uma deficiência na qualidade das construções e obras que compõem o ambiente construído. Historicamente, frente à necessidade de reduzir o custo de seus produtos, a construção civil teve dificuldades em manter o padrão de qualidade dos projetos e obras, resultando em soluções insatisfatórias e de curta vida útil. Grande desigualdade de padrões de qualidade, prática da não-conformidade intencional, desarticulação, concorrência predatória, desperdício da produção e baixo nível de inovação tecnológica têm se refletido em um ambiente construído de baixa qualidade, necessitando de constantes reparos e serviços de manutenção. Este ainda é o retrato da construção civil, um dos setores produtivos mais importantes da economia, mas que necessita de um esforço conjunto em busca da qualidade e produtividade. Esse esforço ganhou corpo com a criação pelo governo do PBQP-H, que passou então a apoiar a reestruturação do setor produtivo em torno de duas questões fundamentais: a melhoria da qualidade e a modernização produtiva.

O setor público participa principalmente como indutor de um processo evolutivo de qualidade e estimulador do aumento da produtividade, e o setor privado assume o compromisso com a implementação dos sistemas de qualidade e combate ao desperdício. Para tanto, os recursos fiscais do Programa representam apenas uma parte menor do que normalmente é investido pelos principais agentes do setor, significando uma forma de alavancar os recursos das parcerias público/privado: Caixa Econômica Federal (CEF), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e empresas privadas. O grande montante dos recursos alocados pelo setor privado, envolvendo as entidades, as empresas produtoras de materiais, de componentes e de serviços (construtoras, projetistas, etc.) são destinados ao desenvolvimento de mecanismos de promoção e de avaliação da qualidade, principalmente, à adaptação das empresas aos padrões de qualidade exigidos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Considerando a abrangência do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC), podemos nos basear na soma do levantamento das empresas aderidas em todos os níveis de certificação do SiAC/PBQP-H como método de aferição de resultado. Nesse sentido, podemos dizer que o total de empresas no Sistema foi em dezembro de 2006 de 516 (não considerando as empresas aderidas ao SIQ, predecessor do SiAC, extinto em 2007) para 1.425 em dezembro de 2007, o que representa uma variação 2006-2007 de mais de 276%.

- Para o Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC), calcula-se o percentual de materiais produzidos em conformidade com as normas técnicas em relação ao total da produção nacional: o Índice de Conformidade (IC) por PSQ. Foram criados mais dois PSQs no ano de 2007, oito PSQs tiveram variação positiva de seus IC, dois mantiveram e apenas dois apresentaram variação negativa. A média da variação dos IC foi de + 5,5%.

• Apoio à Expo Construção realizada em Salvador (BA) em agosto de 2007, uma grande feira de negócios da construção para o Norte e Nordeste. No âmbito da feira, foi realizado o I Fórum de Habitação de Interesse Social (FHIS), que reuniu prefeitos, secretários de obras, engenheiros, construtoras, entidades de classe e movimentos populares para a discussão de conceitos, políticas e práticas que envolvem a habitação popular.

• Em comemoração aos seus 10 anos e visando aproximar o Programa dos especificadores - em especial os arquitetos - e dos consumidores finais da construção, o PBQP-H participou da 7ª Bienal Internacional de Arquitetura, que ocorreu de 10.11.2007 a 16.12.2007 em São Paulo. Foram montados painéis e um espaço institucional, onde inclusive ocorreu a 5ª reunião da Comissão Nacional do Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (CN-MaC) e a 42ª reunião do Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação (CTECH).

• Em função das dificuldades provenientes do contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros, não foram possíveis avanços significativos nos resultados físicos. No entanto, no que diz respeito às ações contínuas do Programa, referentes aos sistemas de qualidade já implantados (SiAC e SiMAC), houve indicadores positivos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento, no âmbito da gerência, sobre o desempenho físico das ações, são as reuniões de trabalho, conforme disposto pela Portaria de criação do Programa (Portaria nº 134/98 do então Ministério do Planejamento e Orçamento). O PBQP-H fundamenta seu arranjo institucional na gestão compartilhada, para isso contando com uma estrutura composta por: uma Coordenação Geral, um Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação (CTECH - instituído pela Portaria Interministerial nº 5, de 16 de fevereiro de 1998), uma Coordenação Nacional de Projetos e Obras, uma Coordenação Nacional de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos, Coordenações Estaduais e/ou Regionais, e um Grupo de Assessoramento Técnico.

Todas essas instâncias de gestão permitiram, no exercício de 2007, o monitoramento sobre o desempenho físico das ações do Programa. Já a representação Estadual do PBQP-H, conta com pessoas escolhidas em cada Estado da Federação para coordenar as atividades relacionadas ao Programa naquele Estado. Eleitos em plenária, nas reuniões da etapa de sensibilização, eles representam os setores público e privado. O papel do representante estadual é fundamental no monitoramento dos resultados do Programa, por sua proximidade com os usuários finais: realiza a divulgação do PBPQ-H, em nome das Coordenações Gerais e Nacionais, junto às entidades de todos os segmentos do setor no Estado; apóia as diversas instituições na formulação de seus PSQs e na implementação das ações estruturantes do Programa.

Os sistemas informatizados, no âmbito do PBQP-H, são viabilizados pela Internet que oferece uma série de vantagens como canal principal de comunicação com seu público-alvo, tendo em vista a sua conveniência para o usuário do Programa, sua acessibilidade, sua capacidade de fornecer grandes quantidades de informações a um baixo custo, e a

possibilidade de rápida atualização, além do alcance nacional, uma vez que o público do PBQP-H abrange todo o Território Nacional. O Programa já possui um fluxo de informações com os seus parceiros.

A execução física ficou abaixo de 40% do previsto na LOA 2007. Em função das dificuldades provenientes do contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros, não foram possíveis avanços significativos nos resultados físicos.

Os recursos orçamentários executados foram insuficientes, em virtude dos recursos orçamentários liberados e efetivamente transferidos corresponderem a apenas 30% do inicialmente previsto. Constatou-se, então, uma execução orçamentária abaixo do esperado, comprometendo o planejamento inicial para o ano de 2007.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução física programada e tem afetado negativamente a implementação das atividades do Plano de Trabalho nos últimos anos.

O impacto das ações com recursos não-orçamentários é alto. A estimativa dos investimentos das empresas de serviços e obras que participam do Sistema da Avaliação de Conformidade (SiAC) no âmbito do PBQP-H é de que, na implementação do sistema nos níveis D, C, B e A, a certificação envolve o custo de auditorias que avaliam periodicamente a qualidade do sistema de gestão implantado que é num valor anual estimado por empresa de R$ 60.000,00, perfazendo o total ano na ordem de R$ 84,0 milhões para uma quantidade de 1.400 empresas.

Para os investimentos dos setores produtores de materiais, relacionados ao desenvolvimento dos PSQ e ao comprometimento com a manutenção dos níveis de qualidade estabelecidos no PBQP-H, a estimativa para a implementação do PSQ, envolvendo as atividades de normalização técnica, desenvolvimento de programas de avaliação da conformidade, realização de auditorias e de ensaios laboratoriais, acompanhamento dos indicadores da conformidade técnica do setor e outras atividades de Tecnologia Industrial Básica (TIB) é de um valor anual estimado por PSQ de R$ 600.000,00, o que faz um total anual de R$ 15,6 milhões para uma quantidade de 26 PSQs.

Para a manutenção dos níveis de qualidade estabelecidos no PBQP-H pelas empresas do setor envolvendo atividades de controle da qualidade, realização de ensaios ao longo da produção e do produto acabado, implementação de sistemas da qualidade e capacitação dos profissionais de qualidade e outras atividades do TIB, a estimativa é de um valor anual por PSQ de R$ 3,0 a 4,0 milhões, o que perfaz valores totais anuais de R$ 78,0 a 104,0 milhões para uma quantidade de 26 PSQs.

Os recursos da Ação de Gestão e Administração do Programa (GAP) são utilizados para manutenção da equipe técnica, como gastos com a folha salarial de profissionais contratados, custeio de passagens e diárias, suporte às atividades de relacionamento institucional e para atividades que dão suporte ao desenvolvimento das consultorias. Avalia-se que, dentro dos recursos liberados, o montante gasto com as despesas administrativas foi proporcional às

atividades que puderam ser executadas no exercício de 2007, uma vez que essa Ação pressupõe a execução de atividades que necessitam de monitoramento constante, como renovação dos acordos para dar continuidade à implementação do Programa nos Estados, formalização dos acordos de cooperação técnica, além da operacionalização do sistema de informações, com a alimentação do banco de dados. Cumpre ressaltar o importante papel desempenhado pelo sítio do PBQP-H, que se tornou busca obrigatória quando se trata de informações a respeito das empresas certificadas, nos níveis D, C, B e A do SiAC e da conformidade de materiais.

Os recursos materiais na equipe gerencial são insuficientes. Da mesma forma como ocorreu em 2006, esses recursos materiais mantiveram-se insuficientes durante o ano de 2007, devido ao contingenciamento e à necessidade de realocação dos recursos disponibilizados para fins prioritários.

A infra-estrutura na equipe gerencial é inadequada. As principais limitações quanto à infra-estrutura estão relacionadas à disponibilidade insuficiente de espaço físico, para que a equipe técnica da Coordenação Geral realize eventos/reuniões necessários à condução da gestão do Programa, e de espaço físico/mobiliário para a organização de documentos técnicos relativos ao Programa.

A quantidade de recursos humanos na equipe gerencial é inadequada. A equipe gerencial composta em 2007 manteve-se com um número inapropriado para a execução do Programa: três técnicos de nível superior e dois técnicos de nível médio, ficando comprometida sua capacidade de implementação e monitoramento pleno das atividades. Além do que, houve rotatividade dos técnicos envolvidos, necessitando de nova capacitação a cada chegada de novo servidor.

A morosidade dos processos de licitação e celebração de contratos, agravada pela operacionalização via Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), representou forte restrição à execução das ações do Programa.

O trabalho da Coordenação-Geral do Programa e dos executores das ações ocorreu de forma integrada, não havendo obstáculos para a disponibilização de informações para a execução das ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. O PBQP-H possui, como uma de suas características marcantes, forte articulação com seus parceiros institucionais. Devido ao seu objetivo de induzir a melhoria da qualidade e produtividade da cadeia produtiva, do setor da construção civil, parte significativa de suas ações é realizada devido ao intenso processo de articulação e parcerias, consolidados em um acordo setorial. Representados por suas entidades de classe, os diversos atores da construção civil possuem assento na estrutura de Gestão do PBQP-H e compartilham as decisões a serem implementadas no âmbito do Programa. Isso, no entanto, não elide certo desequilíbrio na capacidade de resposta de cada um dos segmentos que compõem o setor, o que reforça ainda mais a importância da atuação do Estado na condução dos processos de negociação. Essa articulação com os parceiros não-governamentais poderia ser ainda aperfeiçoada

pelo fortalecimento de seus colegiados gestores e pela ampliação da visibilidade do Programa, via organismos de agregação municipal, instituições acadêmicas, intercâmbio e cooperações internacionais, assim como pela solidificação dos resultados já alcançados com seus projetos estruturantes, como forma de legitimar e dar maior credibilidade ao PBQP-H, como instrumento de segurança e proteção do mercado da construção, pelo desenvolvimento de um ambiente de competição saudável.

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social:

a) reunião com grupos de interesse: o Programa conta com uma estrutura que procura agregar os diversos setores integrantes da cadeia produtiva da construção civil: profissionais, empresas e entidades civis e governamentais, públicas e privadas. Parte dessa estrutura materializa-se nas reuniões das Comissões Nacionais do SiAC e do SiMaC, que agregam profissionais e entidades representativas de associações ou sindicatos de caráter nacional, de organismos de fomento e financiamento, do setor de materiais ou de serviços e obras, além de instituições de controle/regulamentação;

b) discussão em conselho setorial: o PBQP-H estrutura-se sobre instâncias participativas, na função de conselhos setoriais, como é o caso do Fórum dos Representantes Estaduais e o Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CTECH). Os mecanismos de controle social do Programa consolidam-se por sua constante atuação em parceria com o setor privado e por meio dessas instâncias de discussão/deliberação, que fazem parte da estrutura do PBQP-H, como os já descritos anteriormente: CTECH, o Fórum dos Representantes Estaduais, o Grupo de Assessoramento Técnico do PBQP-H (GAT) e mesmo as comissões nacionais. Nesses fóruns, diversas entidades governamentais, da sociedade civil e do setor privado, além de entidades ligadas à pesquisa, opinam, definem diretrizes e avaliam as ações implementadas pelo Programa. Como a maior parte dessas instâncias já está formalmente inserida no PBQP-H, entende-se que os mecanismos disponíveis de controle social do Programa são satisfatórios.

O Programa avalia, de forma ainda não totalmente sistematizada, a satisfação de seus beneficiários. Ela é realizada por meio das instâncias de participação social do Programa, em especial pela interlocução feita com os Representantes Estaduais, que acompanham, de perto, a implementação das ações. Durante os Fóruns, os Representantes entregam relatórios e debatem os quadros da implantação local do PBQP-H.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. Todas as ações relativas à implementação do Programa nos Estados são consensuadas entre os diversos segmentos da cadeia produtiva da construção civil, resultando em acordos setoriais, nos quais são definidos metas e prazos a serem cumpridos. Esse modelo vem sendo praticado de forma descentralizada, respeitando-se as diversidades regionais e permitindo a ampla legitimação do Programa pelos seus beneficiários. Por isso, o PBQP-H vem servindo como referência para outros programas governamentais, ou mesmo iniciativas de organizações da sociedade com interesses afins ao Programa.

REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS

GERENTE DO PROGRAMA

Benny Schasberg

OBJETIVO

Promover a reabilitação urbana e o adensamento de áreas centrais desocupadas em capitais e Municípios integrantes de regiões metropolitanas, de forma a otimizar a infra-estrutura instalada, recuperar o estoque habitacional e a dinâmica econômica.

PÚBLICO-ALVO

População residente ou usuária das áreas urbanas centrais de capitais e Municípios integrantes de regiões metropolitanas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 35.180.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 13.269.766,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 13.269.766,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 1.600.000.000,00	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Domicílios Vagos nas Áreas de Intervenção - Porcentagem	-	-	-	-	8.60	-

1. TAXA DE DOMICÍLIOS VAGOS NAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O indicador escolhido para o Programa está de acordo com suas principais diretrizes, que se referem à diminuição dos imóveis vazios e subutilizados nas áreas centrais. Da parte do Programa e dos Municípios apoiados, verifica-se que foram tomadas providências e realizadas ações possíveis para receber os investimentos necessários para alterações de usos e funções dos imóveis vazios recolocando-os no mercado e vinculando-os às políticas habitacionais de interesse social. No entanto, para que haja a transformação esperada desta realidade é necessário que sejam desenvolvidos programas habitacionais específicos para reforma de imóveis, ação esta que não foi implantada no Governo Federal e, por conseguinte, não se estruturou nos Estados e nos Municípios, que são financeiramente subsidiários dos investimentos federais nas políticas habitacionais de interesse social. Por outro lado, o maior proprietário de terras e imóveis do País, a União, apesar de finalizar a disponibilização de sete imóveis ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ainda não tomou providências

concretas para a implementação de uma política de disponibilização de imóveis vazios para habitação de interesse social, segundo a Lei nº 11 481, de 31 de maio de 2007.

Esclarece-se que não houve apuração em 2007, pois a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (Pnad), através da qual o indicador é obtido, ainda não foi publicada.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Existe *deficit* habitacional total de quase 6 milhões de moradias conjugada com simultânea ocorrência de 4,5 milhões de imóveis urbanos vazios; existência de moradias localizadas em áreas de risco e insalubres; disponibilidade de infra-estrutura urbana e um expressivo acervo de imóveis habitacionais e comerciais subutilizados ou em desuso, localizados em áreas centrais; expansão desordenada e/ou desnecessária das cidades brasileiras, existência de imóveis antigos com situação fundiária irregular e subaproveitamento e degradação do patrimônio cultural nas áreas centrais antigas.

A falta de critérios racionais de priorização no que concerne à expansão das cidades brasileiras, a continuidade dos riscos de vida e dos relativos à saúde para os moradores dos imóveis em situação precária, o desperdício ambiental e a perda do patrimônio cultural, em prejuízo das gerações futuras, são conseqüências da não-implementação do Programa.

A vontade política de alguns setores do poder público em trabalhar de forma articulada, a existência dos instrumentos do Estatuto da Cidade, a disponibilidade de infra-estrutura, o estoque de imóveis residenciais não-ocupados, as leis de incentivo fiscal aplicáveis em áreas de interesse cultural, o baixo custo das obras de infra-estrutura, uma vez que haverá o aproveitamento daquela já existente, são condicionantes favoráveis da implementação do Programa.

A falta de vontade política de alguns setores do Poder Público, o alto custo das obras de reabilitação, o baixo grau de desenvolvimento no Brasil de tecnologias e técnicas adequadas à reabilitação, o pouco interesse do setor da construção civil na reabilitação, a insuficiente capacitação profissional dos setores público e privado atinente às questões de reabilitação urbana, a inadequação/insuficiência das linhas de financiamentos voltadas para reabilitação urbana, a falta de flexibilidade na operacionalização das leis de incentivo fiscal, aplicáveis em imóveis simultaneamente de interesse cultural e social, são condicionantes desfavoráveis.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Elaboração/discussão, com o Governo e com a sociedade, da Medida Provisória nº 335 até a sanção da Lei nº 11.481, de 31 de maio de 07, que trata dos imóveis da União.

- Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre União, Governo da Bahia e Prefeitura de Salvador, para reabilitação do centro histórico de Salvador (BA).

- Assinatura de convênios com os Estados da Bahia (BA), Rio de Janeiro (RJ) e Minas Gerais (MG) para implementação de ações de reabilitação.

• Alienação de sete imóveis do INSS para Habitação de Interesse Social (HIS).

• Finalização da etapa de apoio técnico ao Projeto Recife-Olinda, Pernambuco (PE). Elaboração do modelo econômico e de minuta de consórcio público para implementação das ações.

• Acompanhamento de 77 casos de conflitos fundiários urbanos.

• Execução de obras de requalificação urbana e recuperação de imóveis em Duque de Caxias (RJ), Nova Iguaçu (RJ), Salvador (BA), Maceió (AL) e Rio de Janeiro (RJ).

• Elaboração de proposta de Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos, em parceria com o Grupo de Trabalho (GT) de conflitos fundiários do Conselho Nacional das Cidades.

• Participação nos Grupos de Trabalhos Interministeriais (GTIs) criados pelo Ministério dos Transportes (MT) para a revitalização das áreas portuárias de Santos (SP) e Salvador (BA).

• Inclusão das diretrizes do Programa na agenda social do Governo, parcerias com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e com o Ministério da Cultura (MinC) nos temas de acessibilidade universal e acesso ao centro.

• Elaboração do Plano Guia de Arquitetura de São Luís (MA) e do Manual de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais com o Governo Espanhol.

• Manutenção da Rede Centros para divulgação de ações do Programa, de experiências locais, agenda e temas correlatos à reabilitação destes centros.

• Disponibilização de Imóveis Públicos para Habitação: foram concluídos sete processos de destinação de imóveis públicos para habitação de interesse social. Apoio Direto do Orçamento Geral da União (OGU): na Ação Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas (0610), o resultado foi abaixo do esperado (abaixo de 40% para realização financeira e entre 40% e 80% para realização física); na Ação Apoio à Elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas (0602), o resultado ficou abaixo do esperado (realização física acima de 80% e realização financeira entre 40% e 80%).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são:

a) reuniões de trabalho: as reuniões de trabalho são realizadas sempre que necessário, quando há problemas no andamento dos contratos de repasse do OGU ou necessidade de articulação com os parceiros. Esse tipo de monitoramento é feito somente nas localidades onde existem ações de cooperação federativa, nos contratos da Ação 0602 - Ação Apoio à Elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas e nos contratos da Ação 0610 - Ação Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas, que se enquadram nos critérios do Programa (ser capital ou Município integrante de região metropolitana). Devido à escassez de recursos, não é possível a realização freqüente de viagens para acompanhamento *in loco*, predominando o acompanhamento feito a distância, via correio eletrônico e por telefone, inclusive através de teleconferências. No caso da disponibilização de imóveis do INSS, reuniões de trabalho foram realizadas periodicamente em Brasília (DF) ou em São Paulo (SP) para acompanhamento dos processos com as partes envolvidas, a saber, INSS, Ministério das Cidades (MCidades), Caixa Econômica Federal (CEF), Poder Público local, assessorias técnicas e movimentos sociais;

b) visitas *in loco*: é realizada, em média, uma visita *in loco* por contrato da Ação 0602 - Ação Apoio à Elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas, que visa auxiliar o Município na elaboração de um plano de trabalho e na construção de estruturas de gestão para planejamento e implementação das políticas e ações relacionadas à área central. Em alguns casos mais consolidados e em projetos mais complexos são assinados convênios intersetoriais para a reabilitação de um perímetro determinado, como é o caso do Projeto Recife-Olinda (PE), do Rio de Janeiro (RJ) e de Salvador (BA). Nesses casos as visitas *in loco* são mais freqüentes. Quanto aos imóveis, em geral, as visitas *in loco* são realizadas sempre que necessário;

c) sistemas informatizados: é utilizada uma base de informações sobre a execução física e financeira dos contratos fornecida pelo agente operador da CEF e compilada pelo setor orçamentário do MCidades. A base é atualizada semanalmente e permite o acompanhamento da execução orçamentária de todos os contratos além de fornecer informações resumidas sobre o andamento dos serviços. As informações físicas, entretanto, costumam estar desatualizadas necessitando de monitoramento por telefone junto aos Municípios e agentes locais da CEF a fim de complementar as informações recebidas e para a resolução de possíveis

entraves e pendências no andamento dos contratos. Para o acompanhamento dos convênios é utilizado o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) para pagamentos e conferência de situação de regularidade do convenente;

d) relatórios de gestão: são realizados na periodicidade dada pela Presidência da República (PR), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), Gabinete do Ministro e segundo demandas do Secretário.

A execução física ficou entre 40% e 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 (87,5% para a Ação 0602 - Ação Apoio à Elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas e 54,6% para a Ação 0610 - Ação Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas). É importante ressaltar que, a partir do trabalho de monitoramento e articulação da equipe do Programa, as emendas parlamentares propostas para a alocação de recursos nesta ação passaram a relacionar-se com os Planos de Reabilitação apoiados e com a definição de diretrizes, objetivos, escopo e público-alvo do Programa. Esses recursos não onerosos passam cada vez mais a compor com fontes de financiamento, viabilizando os projetos previstos nos Planos de Reabilitação.

Os recursos orçamentários executados foram insuficientes. Na Ação 0602 - Ação Apoio à Elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas, a execução orçamentária foi de 72,29% do valor autorizado. É importante ressaltar que apesar da redução de orçamento em relação aos anos anteriores, cresceu o número de Municípios apoiados em relação ao ano de 2006, possibilitando o cumprimento de 87,50% da meta física estabelecida para o ano de 2007. Na Ação 0610 - Ação Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas, a execução orçamentária foi de 36,07% do previsto na LOA 2007. Entretanto, os recursos desta ação são alocados através de emendas parlamentares, o que dificulta a execução do Programa no sentido de compatibilizar suas ações, vinculando os recursos de obra ao planejamento Municipal, e deve-se levar em conta também os cortes orçamentários na ação.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução física programada. É procedimento padrão do MCidades estabelecer um índice de execução orçamentária em média 20% adiante da execução física a fim de não prejudicar o andamento dos trabalhos no Município. O repasse, no entanto, tem sofrido descontinuidade, com grandes liberações precedidas de longos períodos sem nenhum repasse financeiro. Na Ação 0602 - Ação Apoio à Elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas, a descontinuidade prejudicou de maneira decisiva o andamento dos trabalhos. Na Ação 0610 - Ação Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas, a descontinuidade prejudicou alguns Municípios de forma decisiva levando à paralisação e ao atraso nas obras.

O impacto das ações com recursos não-orçamentários foi alto. Apesar de contar com poucos recursos, o Programa tem conseguido, através da articulação federativa e intersetorial, colocar em discussão e operação uma nova forma de urbanização baseada na reabilitação e ocupação dos centros, em contraposição à política de expansão e periferização de nossas cidades, que historicamente contribuíram para a segregação espacial e ampliação dos custos de implantação de infra-estruturas urbanas. Entre as ações não-orçamentárias do Programa estão disponibilizar imóveis públicos para habitação de interesse social em centros urbanos, as cooperações internacionais e a articulação federativa e mediação de conflitos fundiários em áreas centrais.

Os recursos materiais e/ou a infra-estrutura não são adequados para a implementação do Programa, pois o espaço físico é totalmente inadequado, inclusive do ponto de vista de padrões mínimos de permanência e salubridade e em grande parte das prefeituras com as quais o Programa desenvolve ações, as quais tem deficiência de infra-estrutura, sobretudo em se tratando de Municípios menores conurbados com capitais e grandes metrópoles. Nesses casos, a deficiência de infra-estrutura prejudica o bom andamento dos trabalhos.

Os recursos humanos não são adequados para a implementação do Programa:

a) quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial: a equipe é composta apenas por seu coordenador e dois técnicos, sendo que existem 50 contratos ativos e em andamento de obras de requalificação, 15 contratos ativos e em andamento de Planos de Reabilitação, quatro cooperações internacionais, três Acordos de Cooperação Técnica e três convênios com governos Estaduais, além do trabalho de articulação com parceiros do Governo Federal para disponibilizar imóveis públicos para habitação social em áreas centrais e mediação de conflitos fundiários em centros urbanos;

b) insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial: os dois técnicos da equipe não são especialistas no tema, sendo a especialização adquirida no ofício. Não houve, em 2007, uma política de capacitação específica para os técnicos, sendo a mesma efetuada de maneira esporádica e de acordo com a oferta;

c) insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras: a reabilitação de centros, por sua natureza, necessita de grandes esforços de articulação e integração de políticas no nível local. As equipes municipais, de modo geral, não possuem um corpo técnico qualificado para tratar de tais temas, sendo, além disso, prejudicadas pela alta rotatividade de quadros devido a questões de ordem política.

Restrições interferiram no desempenho das ações de maior impacto:

a) contingenciamento orçamentário: no ano de 2007, o Programa sofreu contingenciamento em aproximadamente um quarto do orçamento previsto pela LOA. Os cortes afetaram, sobretudo, as ações de custeio, a saber, a elaboração de Planos de Reabilitação, que é a principal ação do Programa, e a Gestão e

Administração do Programa (GAP). A Ação 0610 - Ação Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas também foi prejudicada;

b) financeiro comprometido por restos a pagar: acontece desde 2004, devido ao passivo de contratos celebrados com Municípios fora dos critérios do Programa e com recursos destinados através de emenda parlamentar;

c) dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes: as exigências do SIAFI em questões do Cadastro Único de Convênios (CAUC) para o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) vinculados à administração direta vêm impedindo o início das atividades nos três convênios celebrados com governos Estaduais em 2007;

d) conflitos decorrentes de outras políticas setoriais, inclusive entre esferas de poder ou entre esferas de governo: a visão patrimonialista vinculada aos bens imóveis impera no setor público, tornando impossível disponibilizar os mesmos, ainda que vazios e onerando a própria União para as políticas sociais e de reabilitação urbana. Não há programas específicos de habitação que contemplem a reforma de imóveis, sendo a maior parcela dos recursos destinados a novas habitações, o que inviabiliza os princípios do Programa.

Existe uma grande dificuldade de interlocução com o agente executor dos recursos CEF, devido ao excesso de burocracia na tramitação dos processos e das solicitações e à cultura coorporativa do órgão, além de uma dificuldade na questão do monitoramento das ações de planejamento, pois estas possuem natureza diferente das ações de obra nas quais a CEF possui grande experiência de acompanhamento e avaliação.

O desempenho da execução das ações do Programa implementadas em outros Ministérios foi muito baixo. A ação conjunta com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que consta no PPA 2004-2007 nunca foi levada a termo. Para 2008, foi incluída no PPA uma ação conjunta com o MinC, a ser executada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. São parcerias com movimentos sociais e assessorias técnicas para viabilização de imóveis para a Habitação de Interesse Social (HIS) e para a mediação de conflitos fundiários. Essa parceria vem sendo bastante positiva no sentido de construir uma arena de articulação política nacional em torno dos movimentos de luta por moradia, constituindo um grupo de pressão junto ao Governo Federal e à sociedade para encaminhamento de questões relacionadas à produção de moradia. Existem, entretanto, dificuldades de ordem técnica que dificultam o trabalho com os movimentos sociais,

como por exemplo, a carência de assistência técnica para elaboração de projetos e construção de viabilidade de empreendimentos habitacionais nos imóveis públicos.

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social: por meio de audiência pública, quando solicitada pelos Municípios; mediante consulta pública que é prevista no manual do Programa para contratação e destinação de recursos; através de reuniões com grupos de interesse de acordo com a demanda de cada projeto em execução e por discussão em conselho setorial, conforme cronograma dos acordos de cooperação técnica, no caso dos conselhos municipais e de acordo com agenda estabelecida, no caso do Conselho Nacional das Cidades.

O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários. Tem focado suas ações no Planejamento Urbano. Somente a partir da implementação das ações previstas nos Planos Municipais será possível verificar mudanças qualitativas na realidade local e, por conseguinte, colher dados relativos à satisfação dos usuários e beneficiários.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. Ao definir políticas e ações transversais nos três níveis de governo e a superação do trabalho setorial, o Programa avança na ação Federativa com reforço das ações Municipais ao consolidar parcerias mediante convênios e acordos, mudando o foco da ação do Estado para uma lógica territorial a partir de ações integradas.

SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS

GERENTE DO PROGRAMA

Alfredo Peres da Silva

OBJETIVO

Reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no País.

PÚBLICO-ALVO

Usuários do serviço de trânsito

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 88.026.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 85.917.324,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 85.917.324,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Acidentes de Trânsito - 1/100.000	-	-	91.10	71.20	82.40	-
2. Coeficiente de Mortalidade por Acidente de Trânsito - 1/100.000	-	-	14.00	10.70	8.70	-
3. Coeficiente de Vítimas por Acidente de Trânsito no Brasil - 1/10.000	-	-	271.70	218.30	180.70	-

1. COEFICIENTE DE ACIDENTES DE TRÂNSITO

Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Os recursos orçamentários liberados de 2004 a 2006 foram inferiores aos previstos no PPA, sendo a maior parcela dos recursos liberados aplicados na imprescindível manutenção dos sistemas Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), Registro Nacional de Habilitação (Renach) e Registro Nacional de Infrações (Renainf). Assim, as ações que contribuem mais efetivamente para redução dos índices de acidentes e conseqüentemente dos indicadores ficaram prejudicadas. Além disso, desde 2003, o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) vem reunindo esforços no sentido de melhorar as estatísticas de trânsito através da padronização, informatização e treinamento dos profissionais dos órgãos de trânsito, resultando na criação do sistema e do Portal de estatísticas do

Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (Reanest), apoiados em nova legislação (Resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) nº 208/2006 e Portaria Denatran nº 82/2006). Houve alteração na metodologia, abrangência e melhoria na coleta de informações de ocorrências que atualmente é feita *on line* pelos órgãos executivos e rodoviários de trânsito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Desta forma, considerando que o treinamento dado a quase mil órgãos responsáveis pelo envio das informações terminou recentemente e que muitas dessas ficaram incompletas ou incorretas, ficou prejudicada a comparação do índice de referência do indicador com os índices atualmente apurados.

2. COEFICIENTE DE MORTALIDADE POR ACIDENTE DE TRÂNSITO
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Aplica-se a mesma justificativa do indicador 1.

3. COEFICIENTE DE VÍTIMAS POR ACIDENTE DE TRÂNSITO NO BRASIL
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Aplica-se a mesma justificativa do indicador 1.

CONTEXTUALIZAÇÃO

De acordo com os registros estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o processo de crescimento das cidades, nos últimos 60 anos, elevou a taxa de urbanização de 31,4% para cerca de 78% da população. Nesse período, 130 milhões de pessoas passaram a viver em cidades e são responsáveis por cerca de 90% do Produto Interno Bruto (PIB). As cidades no Brasil passaram a ser vistas, portanto, como focos de concentração de atividades e de irradiação de inovações, funções essas essenciais no contexto do processo de desenvolvimento econômico e social do País. Acompanhando o crescimento urbano, o fenômeno trânsito passou a ser visto como elemento de preocupação na gestão intra e interurbana, principalmente no que se refere à melhoria da qualidade de vida da população.

O sistema de trânsito ocupa um papel de destaque sob o aspecto social e econômico, na medida em que envolve, no dia a dia, praticamente todos os cidadãos brasileiros no exercício pleno do seu direito de ir e vir, de locomover-se livremente para satisfação de suas necessidades, em busca de seu bem-estar e da comunidade em que vivem. Diversos são os meios de locomoção por via terrestre que envolvem diretamente o cidadão e o transporte de produtos diversos em seu benefício. Tais dinâmicas, intensas e ininterruptas, caracterizam o trânsito em seus desdobramentos urbanos, regionais e nacionais, o qual se organiza em um sistema nacional que deve produzir resultados focados no cidadão brasileiro.

Por outro lado, gera um grande número de problemas, desafiando governos e toda a coletividade para a sua solução. Tais problemas traduzem-se, por exemplo, em elevadas

taxas de ocorrência e de severidade de acidentes de trânsito, em congestionamentos e na degradação do ambiente urbano, influenciando negativamente a qualidade de vida da população. O Denatran, órgão máximo executivo de trânsito da União, no empenho de cumprir sua missão de promover o desempenho eficiente e eficaz dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), administra políticas, regulamenta e executa programas que contribuem para a fluidez e a segurança do trânsito, respeitando o meio ambiente e visando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Os acidentes de trânsito representam uma das mais freqüentes causas de óbitos no Brasil. De acordo com as estatísticas ocorreram 307.287 acidentes com vítimas no ano de 2001. Nestes, cerca de 374.557 foram vítimas não-fatais e 20.039 vítimas fatais de acidentes de trânsito. Segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), 55% das vítimas fatais situam-se na faixa etária economicamente ativa (de 20 a 49 anos), representando um custo social estimado da ordem de R$ 4 bilhões por ano.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Foram mantidos e melhorados os sistemas informatizados do Denatran, tais como o Renavam, o Renach e o Renainf, que são sistemas com uma arquitetura de bases distribuídas que oferece várias formas de acesso e apresenta uma enorme variedade de conexões, processando 420.932.574 transações (acessos) aos dados constantes em suas bases em 2007. O Renavam possui cerca de 49 milhões de veículos cadastrados e o Renach possui cerca de 45 milhões de condutores habilitados. Foi concluída a reformulação do Renaest, como também a implantação do Renainf, permitindo que os órgãos autuantes integrados ao SNT apliquem multas com base nas placas de veículos cadastrados em qualquer uma das 27 Unidades da Federação, como também enviar para o prontuário do condutor responsável pela infração a pontuação de penalidade equivalente à multa aplicada.

• Foram divulgadas, em diversas mídias, campanhas de utilidade pública abordando utilização do seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores Terrestres (DPVAT) e questões relacionadas à juventude no trânsito. Também foram editadas e distribuídas aos órgãos e entidades do SNT e às dioceses dos 27 Estados da Federação 10 milhões de exemplares da cartilha Os *10 Mandamentos do Trânsito Seguro*, projeto realizado em parceria com a Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Destaca-se, ainda, a produção da série Trânsito Consciente, composta por vinte programas educativos versando sobre diferentes temáticas relacionadas ao trânsito e exibida semanalmente pela TV Cultura, sendo distribuídos aos órgãos e entidades do SNT cinco mil conjuntos contendo DVD e caderno educativo. Os conteúdos apresentados na série foram também dispostos em uma publicação dirigida ao público jovem, distribuída a 84.000 alunos dos últimos anos do ensino médio em 47 Municípios brasileiros.

• Visando suprir as necessidades de aprimoramento e de formação dos técnicos envolvidos com a gestão do trânsito em todo o Denatran, deu-se continuidade ao Programa de Capacitação de Profissionais de Trânsito com a realização do Curso de Educação de Trânsito e do Curso de Agentes de Trânsito, capacitando 940 profissionais. Editou-se e distribuiu-se,

aos órgãos e entidades do SNT, 25 mil exemplares do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) com a Legislação complementar em vigor, 26 mil exemplares do Código em formato de bolso e 41 mil exemplares do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito.

• Em sua 7ª edição, o Prêmio Denatran de Educação para o Trânsito, destinado a crianças, jovens, educadores, profissionais de trânsito e profissionais da comunicação contou com a participação de 1.023 Municípios e recebeu cerca de 100.000 trabalhos. Esta edição conferiu prêmios a 36 estudantes, profissionais e entidades em diversas categorias, além da premiação conferida à cidade de Itu (SP) por ser o Município com o maior número de trabalhos enviados, 6.773 trabalhos.

• Em cumprimento às atribuições determinadas pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o CTB, o Denatran procedeu a análise e emissão de 2.120 Certificados de Adequação a Legislação de Trânsito (CAT), licenciou através de Portarias publicadas no Diário Oficial da União 199 Instituições Técnicas Licenciada (ITL), prestou ao Poder Judiciário informações sobre 2.800 consultas de condutores e veículos, analisou 2.674 Processos de Recursos de Multas encaminhados ao Contran, além de responder a 9.800 consultas realizadas através do endereço eletrônico do Departamento.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O mecanismo de monitoramento, no âmbito da gerência, sobre o desempenho físico das ações cabe ao Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), sendo realizado mensalmente pelos coordenadores de ação. Também são feitas visitas às unidades responsáveis pela consolidação dos dados para monitoramento, avaliação e adequação das informações prestadas.

A execução física ficou entre 40% e 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007, pois os recursos orçamentários executados foram insuficientes. Foi priorizada a utilização dos recursos liberados na manutenção e melhoria dos sistemas Renavam, Renach e Renainf, não sendo possível investir na realização dos estudos e projetos previstos para o exercício, assim como a realização de convênios com órgãos e/ou entidades do SNT.

O fluxo dos recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução física programada. A programação mensal foi prejudicada, pois a unidade ficou impedida de cumprir os compromissos assumidos, especialmente o contrato celebrado com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), a realização de campanhas educativas e outras ações, cuja execução ocorreu somente no mês de dezembro, quando da liberação dos recursos.

Os recursos humanos não estão adequados para a implementação do Programa e sua quantidade nas equipes executoras está inadequada. O acompanhamento de projetos e visitas a órgãos de trânsito Municipais e Estaduais ficaram prejudicados em razão do quantitativo insuficiente de servidores. E, também, a qualificação dos recursos humanos das equipes executoras é insuficiente. A alta rotatividade em razão dos baixos salários não permite a

qualificação ideal dos servidores em exercício no Denatran, uma vez que há necessidade de conhecimentos específicos em engenharia de tráfego e educação de trânsito.

A principal restrição que interferiu no desempenho das ações de maior impacto foi a impossibilidade de utilização da totalidade dos recursos arrecadados pelo Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET) devido aos contingenciamentos.

O desempenho da execução das ações com recursos descentralizados foi médio. Em virtude da necessidade de utilização dos recursos da LOA e crédito suplementar para pagamento do SERPRO, responsável pela manutenção e melhoria nos sistemas Renach, Renavam e Renainf, não puderam ser efetivados os estudos previstos, com baixo desempenho principalmente na Ação 4398 - Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico na área de Trânsito (35,73%).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social, através das Câmaras Temáticas do Contran, integradas por especialistas que têm o objetivo de estudar e oferecer sugestões e embasamento técnico sobre assuntos específicos para decisões do Conselho. São constituídas por representantes de órgãos e entidades dos Executivos da União, dos Estados ou do Distrito Federal, e dos Municípios, além de especialistas representantes dos diversos segmentos da sociedade relacionados com o trânsito.

Todas as Resoluções do Contran foram originadas e/ou analisadas pelas seis Câmaras Temáticas integradas por representantes de órgãos e entidades dos Executivos da União, dos Estados ou do Distrito Federal, e dos Municípios, além de especialistas representantes dos diversos segmentos da sociedade relacionados com o trânsito.

O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários. Em razão da insuficiência de recursos, não foram realizadas pesquisas, sendo priorizados atividades e projetos considerados de maior relevância para o Programa.

SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO

GERENTE DO PROGRAMA

Leodegar da Cunha Tiscoski

OBJETIVO

Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

PÚBLICO-ALVO

População urbana de menor nível sócio-econômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em Municípios de pequeno porte

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.972.807.667,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.158.244.751,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 2.158.244.751,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 2.795.250.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Abastecimento de Água - Porcentagem	-	-	-	-	94.00	-
2. Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Coleta de Esgoto - Porcentagem	-	-	-	-	57.90	-
3. Taxa de Tratamento de Esgotos Coletados - Porcentagem	-	-	-	-	36.20	-

1. TAXA DE COBERTURA DOS SERVIÇOS URBANOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O nível de cobertura não possui apuração anual, pois depende de levantamento amplo realizado via de regra pelo IBGE. A apuração do índice de cobertura dos serviços de saneamento é realizada nacionalmente em dois momentos: no Censo Nacional; e na Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), que doravante será realizada quadrienalmente.

Além destes instrumentos de apuração, dispõe-se ainda da Pnad, cujos resultados não permitem um nível profundo de detalhes de todo o Território Nacional, por seu caráter

amostral. A última apuração da Pnad refere-se, no entanto, ao índice do ano de 2006, publicado em 2007. Portanto, anterior ao período desta avaliação. Devido ao seu caráter amostral e à diversidade brasileira, seus resultados são, em geral, um pouco diferentes dos apurados nos Censos. O índice apurado pela Pnad 2006 foi de 93,2% de domicílios abastecidos pela rede de água. Outra importante fonte de informações é o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), administrado pelo Ministério das Cidades (MCidades), cuja base de dados possui atualização anual. Segundo o SNIS, no ano base de 2006, o índice médio nacional de Abastecimento Urbano de Água é de 93,1%.

2. TAXA DE COBERTURA DOS SERVIÇOS URBANOS DE COLETA DE ESGOTO
Valores do índice alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O nível de cobertura não possui apuração anual, pois depende de levantamento amplo realizado via de regra pelo IBGE. A apuração do índice de Cobertura dos Serviços de Saneamento é realizada nacionalmente em dois momentos: no Censo Nacional; e na PNSB, que doravante será realizada quadrienalmente.

Além destes instrumentos de apuração, dispõe-se ainda da Pnad, cujos resultados, não permitem um nível profundo de detalhes de todo o Território Nacional, por seu caráter amostral. A última apuração desta pesquisa refere-se, no entanto, ao índice do ano de 2006, publicado em período anterior ao desta avaliação. Devido ao seu caráter amostral e à diversidade brasileira, seus resultados são, em geral, um pouco diferentes dos apurados nos Censos. O índice apurado pela Pnad 2006 foi de 56,40% de domicílios abastecidos por rede de coleta de esgoto. Outra importante fonte de informações é o SNIS, administrado pelo MCidades, cuja base de dados possui atualização anual. Segundo o SNIS, no ano base de 2006, o índice médio nacional de Serviços Urbanos de Coleta de Esgoto é de 48,3%.

3. TAXA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS COLETADOS
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A Taxa de Tratamento de Esgotos Coletados não possui apuração anual, pois depende de levantamentos amplos realizados via de regra pelo IBGE. A apuração do índice é realizada nacionalmente em dois momentos: no Censo Nacional; e na PNSB, que doravante será realizada quadrienalmente.

A PNSB de 2000 revelou que no Brasil, dos 52,2% dos Municípios que tinham esgotamento sanitário, 32,0% tinham serviço de coleta e 20,2% tinham serviço de coleta e tratamento de esgoto. Além destes instrumentos de apuração dispõe-se ainda da Pnad, cujos resultados, não permitem um nível profundo de detalhes de todo o Território Nacional. A última apuração da Pnad refere-se, no entanto, ao índice do ano de 2006, anterior, ao período desta avaliação. Devido seu caráter amostral e à diversidade brasileira, seus resultados são, em geral, um pouco diferentes dos apurados nos Censos. Outra importante fonte de informações é o SNIS, administrado pelo MCidades, cuja base de dados possui atualização

anual. Segundo o SNIS, no ano base de 2006, o índice médio nacional de Tratamento de Esgotos Coletados é de 32,2%.

Em uma análise geral dos indicadores, mesmo considerando o expressivo número de contratações de obras em 2004, 2006 e 2007, a interrupção das contratações de recursos onerosos em 2005 colocou em risco o alcance da meta, para que sejam atingidas será necessário:

a) manter em patamares elevados as contratações de novos investimentos em 2008;

b) melhorar a gestão dos convênios e contratos firmados nos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006 de forma a agilizar a execução das obras, especialmente nas regiões Nordeste e Sudeste;

c) melhorar o gerenciamento financeiro dos convênios e contratos com recursos não onerosos, de maneira a minimizar problemas de interrupção de obras provocada por atraso no repasse de recurso;

d) continuar contando com uma conjuntura favorável aos operadores de serviços de saneamento, de forma a possibilitar o incremento dos investimentos em saneamento com recursos próprios.

Cumpre salientar que mesmo mantendo elevado o índice de execução dos investimentos programados no PPA, corre-se o risco de não atingir as metas programadas. Nas últimas Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (Pnad), o Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE) tem detectado que a taxa de crescimento de novos domicílios tem se mantido em níveis elevados, superiores a 3,5% ao ano. Com taxas de crescimento de domicílios desta magnitude, o denominador do indicador de cobertura é afetado, com viés de baixa. Com o aporte expressivo de recursos para contratações em 2007, em virtude do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), espera-se uma melhoria nos índices de cobertura do serviço.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Deficiências de cobertura e de qualidade dos serviços de saneamento ambiental, que atingem de forma mais intensa a população de menor nível sócio-econômico, com conseqüências negativas sobre o ambiente e a qualidade de vida nas cidades.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Em 2007, com os recursos orçamentários, foram empenhados R$ 2.158.244.749,00 e desembolsados R$ 571.988.052,24 para o Programa avaliado. Além disso, com recursos onerosos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), foram contratados R$ 2.875.913.542,11 e desembolsados R$ 1.324.553.425,14 no período.

• Em virtude do PAC, foram contratados, no MCidades, 692 empreendimentos, sendo 241 com recursos onerosos (valor total de investimento de R$ 4.638.234.219,02) e 451 com recursos não-onerosos (valor total de R$ 8.397.878.661,48). Nestes valores estão incluídas as contrapartidas dos Estados e Municípios. No âmbito das ações Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 30 mil habitantes (0636) e Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários em Municípios com População Superior a 30 mil (0654), foram concluídas 50 obras, com o valor liberado de R$ 21.288.504,20.

• A respeito dos resultados da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), a Ação de Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 30.000 habitantes (0800), atualmente existem 186 convênios de cooperação técnica, dos quais 38 foram formalizados em 2007, beneficiando 680 Municípios. Na Ação Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios até 50 mil habitantes(10GD), foram atendidas 132.946 famílias. Na Ação Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos (7652), foram beneficiadas 28.384 famílias. Na Ação Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios com até 30.000 (7654), foram beneficiadas 10.608 famílias. Na Ação Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Minicípios de até 50.000 Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) (10GE), a Funasa beneficiou um total de 113.256 famílias. Na Ação Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário em Municípios com mais de 50 mil Habitantes, não Integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) 008L, foram 904 famílias beneficiadas.

• O PAC aumentou os recursos disponíveis para o Programa em R$ 1.359.627.887,00, que possibilitou um incremento de recursos orçamentários de 88,92% em relação aos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2007. De acordo com a Funasa, as ações Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água para Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes (3861) e Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes (7654) não atingiram suas metas porque tiveram grande parte de seus recursos bloqueados e remanejados para o PAC/Funasa.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são:

a) reuniões de trabalho: a partir do segundo semestre de 2007, foram realizadas reuniões periódicas (videoconferências) entre equipes do MCidades, técnicos da

Caixa Econômica Federal (CEF) e representantes dos Estados e/ou Municípios beneficiados pelos recursos para acompanhamento e monitoramento do andamento dos contratos e dos empreendimentos. Ainda, foram realizadas reuniões para avaliação do andamento geral dos contratos de repasse ou de financiamento e levantamento de situações críticas que devem merecer visitas *in loco*. Estas reuniões contam com a participação das gerências nacionais da CEF;

b) visitas *in loco* do MCidades: acompanhamento *in loco* das obras problemáticas, mesmo que por amostragem, com vistas a avaliar o desempenho e adotar as providências necessárias para superação das dificuldades. A grande dificuldade para implementação deste Plano de Monitoramento é a carência de recursos humanos no MCidades e, em especial, na Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA);

c) sistemas informatizados: no âmbito do MCidades, as informações são captadas por meio de um sistema informatizado operado e alimentado pela CEF. O Ministério não dispõe de estrutura necessária para fazer, por meios próprios, o monitoramento da execução física das iniciativas apoiadas. O sistema de informações é atualizado semanalmente, mediante um arquivo de banco de dados Access disponibilizado pela CEF. Algumas informações mais simplificadas de cada contrato também estão disponíveis *on line*, via Internet, no sítio da CEF. No âmbito da Funasa, existem sistemas informatizados como o Sistema de Convênios (Siscon) e Sistema Gerencial de Acompanhamento de Projetos de Saneamento (Sigesan) que são alimentados diariamente pelos técnicos das coordenações regionais, permitindo à central acompanhar e monitorar o desenvolvimento das ações nos Estados. Também são realizadas supervisões do nível central em cada Unidade da Federação (UF) para verificar o desenvolvimento das ações. No âmbito da Agência Nacional de Águas (ANA), o acompanhamento dos contratos é realizado sistematicamente, a cada três meses, por meio de relatórios enviados pelos contratados e visitas de campo esporádicas realizadas pela equipe técnica da ANA.

A execução física ficou entre 80% e 100% do previsto na LOA 2007. É necessário prestar alguns esclarecimentos. As iniciativas de saneamento são plurianuais por natureza, uma vez que envolvem a execução de obras de engenharia complexas, que demandam licenciamento ambiental, contratação e elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia. Neste contexto, é imprudente esperar que haja execução física significativa no mesmo exercício de contratação/convênio da intervenção. Desta forma, há dificuldades de apurar os benefícios a população, tendo em vista que as obras são plurianuais. A esse respeito, é importante destacar ainda que a forma de implementação da ação determina a maneira como se interpreta o desempenho financeiro. Um bom exemplo é a comparação da execução da Funasa com a do MCidades. A Funasa, por trabalhar mediante convênios, adianta recursos ao executor para a implementação de cada etapa da obra, o que significa que o desembolso financeiro precede à execução física. Já o MCidades, por trabalhar mediante contratos de repasse, só efetua o desembolso financeiro de cada etapa da obra após a sua execução física aferida pela CEF. Estas duas formas de trabalho para o mesmo objeto podem comprometer o resultado de avaliação fundamentada em indicadores de desempenho financeiro.

Os recursos orçamentários executados foram suficientes. Entre os recursos não-onerosos, de uma dotação global autorizada para o Programa de R$ 2.972.807.667,00, foram empenhados R$ 2.158.244.749,00 correspondentes a 72,60% da dotação prevista para 2007 (LOA + créditos). Em 2007, foram pagos R$ 111.511.388,44. No entanto, com base no exposto no parágrafo anterior, se a este valor adicionarmos os restos a pagar liquidados de anos anteriores teríamos uma execução financeira total de R$ 571.988.052,24, correspondente a 19,80% da dotação de 2007. Entende-se este resultado como satisfatório, especialmente, se considerarmos que parte da dotação original foi contingenciada e que 60,5% dela correspondia a recursos, oriundos de emendas parlamentares, sobre os quais o contingenciamento foi mais expressivo, notadamente nas chamadas emendas de bancada.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução física programada. Nos últimos anos, os recursos financeiros para as ações do MCidades têm sido insuficientes, instáveis e com previsibilidade baixa, o que determinou a paralisação freqüente das obras e contribuiu para o encarecimento das intervenções. Essa situação foi revertida, mediante o PAC, a partir do segundo semestre de 2007, em que houve aumento dos recursos para os investimentos e foi garantida a estabilidade dos repasses. Já nas ações da Funasa, a liberação financeira ocorreu de acordo com as necessidades, não prejudicando o desenvolvimento das ações. Como as situações são distintas, optamos pela alternativa mais desfavorável entre as opções acima. No que se refere a ANA, o total dos recursos é transferido para uma conta aberta em nome do contratado na CEF, sendo que os recursos ficam bloqueados para o contratado até a liberação pela ANA, mediante o atendimento de metas estabelecidas em contrato.

O impacto das ações com recursos não-orçamentários foi alto. O total de recursos comprometidos com fontes onerosas em 2007 foi de R$ 2.875.913.542,11 e desembolsados R$ 1.324.553.425,14, valor que ressalta a importância das fontes não-orçamentárias para o alcance dos resultados do Programa. Destaca-se que os desembolsos estão vinculados à execução de cada etapa de obra e da respectiva medição pela CEF. Sendo assim, estão diretamente condicionados ao gerenciamento das intervenções pelos tomadores dos recursos (Governos Estaduais, Municipais e Empresas Públicas e Privadas).

As despesas de custeio do Programa são baixas (1,55% da dotação e 1,89% da execução), declinantes em relação ao exercício anterior e estão compatíveis com a natureza do Programa. De acordo com informações da Funasa, estas despesas são fundamentais para o bom, o regular e o adequado acompanhamento das intervenções na ponta.

A infra-estrutura da gerência, como um todo, deixa muito a desejar. Há carência de equipamentos de informática, o espaço físico é pequeno e não existem *softwares* de gerenciamento disponíveis. Apesar das reformas realizadas, a sede atual da Presidência da Funasa e as sedes das coordenações regionais não apresentam as condições ideais para o desenvolvimento das atividades, principalmente, em relação ao espaço físico. Está prevista a continuação das reformas.

Há carência de recursos para o acompanhamento sistemático das iniciativas no campo (passagens, diárias, etc.) e para o pagamento dos serviços de supervisão da execução realizados pela CEF. Algumas coordenações regionais da Funasa não contam com materiais suficientes

para o devido acompanhamento e execução das ações. Entretanto, a Funasa tem feito esforços no sentido de resolver estes problemas, como a aquisição de veículos, de computadores e a recuperação de equipamentos como as máquinas de perfuração de poços.

Nas ações do MCidades, o acompanhamento da execução das ações é realizado pela CEF. O Ministério não dispõe de equipe para implementação do Programa. As ações sob sua responsabilidade são coordenadas por apenas alguns servidores, que além dessas são responsáveis por outras atividades. A realização de concurso público para contratar servidores supriu apenas em parte esta deficiência. Cumpre salientar que em função da baixa competitividade das remunerações ofertadas aos novos servidores de nível superior no mercado, é possível prever uma elevada rotatividade entre os recém-contratados.

A equipe técnica da Presidência da Funasa é insuficiente para coordenar, supervisionar e normatizar o trabalho das equipes locais e executar as atividades necessárias junto aos parceiros externos.

Na Funasa, as equipes técnicas locais de engenharia são insuficientes para analisar projetos, acompanhar a execução das obras por parte dos proponentes e cooperar tecnicamente com Estados e Municípios.

Há necessidade de investir em melhor qualificação do pessoal da CEF responsável pela análise dos projetos de engenharia e pelo acompanhamento da execução das obras e, principalmente, dos Governos Estaduais e Municipais. Na CEF, o que se observa é que o pessoal técnico é responsável pelo acompanhamento de uma grande diversidade de empreendimentos de engenharia (de eletrificação rural a saneamento, de habitação a edificações públicas), dificultando a especialização dos profissionais. Nos Municípios, são escassos os quadros técnicos próprios, comprometendo até mesmo iniciativas de capacitação em decorrência da elevada rotatividade.

Em vista da natureza plurianual das intervenções de saneamento, os recursos financeiros de um exercício estão, *a priori*, completamente ou quase integralmente comprometidos com o pagamento das despesas das obras contratadas em anos anteriores e em execução.

Parte dos Estados e dos Municípios conveniados à Funasa apresentaram dificuldade na prestação de contas, muitas vezes atrasando a entrega das mesmas. Esta dificuldade é decorrente da capacidade técnica insuficiente de Estados e Municípios para execução das intervenções, da reunião e organização da documentação necessária. O desconhecimento da legislação entre os servidores dos Estados e Municípios é um fator importante, além da elevada rotatividade dos mesmos, especialmente a dos Municípios, comprometendo o aprendizado institucional. Outro fator que retarda a formalização dos convênios e contratos é a obtenção dos certificados de regularidade fiscal e previdenciária exigidos pela legislação em vigor. Os Municípios de pequeno porte apresentam baixa capacidade institucional, trazendo dificuldades na celebração dos convênios. Estas dificuldades são de ordem técnica como a baixa qualidade dos projetos apresentados, ou de ordem administrativa, não apresentando os documentos necessários.

Por deficiência de estrutura dos tomadores dos recursos (Estados e Municípios) e dos órgãos estaduais do meio ambiente que, em muitos casos, não estão adequadamente preparados para dar vazão célere às demandas regulares apresentadas, os processos de licenciamento ambiental têm sido muito morosos, impedindo o andamento normal das iniciativas apoiadas.

Um dos principais problemas que dificultam a formalização de contratos e convênios para execução de obras de saneamento é a dificuldade dos Municípios e Estados para comprovar a regularidade fundiária do terreno onde será edificada a obra, ou parte dela. Quando há posse pública dos terrenos, ela não está formalizada exigindo um demorado processo de regularização ou de desapropriação do terreno. Essa demora é, em geral, incompatível com o ritmo pactuado para execução do projeto, provocando atrasos que encarecem as intervenções, quando não comprometem sua funcionalidade. Tendo em vista que todas as intervenções em saneamento são obras delegadas, ou seja, utilizam recursos descentralizados, pode-se afirmar que o desempenho da execução das ações foi alto.

Há dificuldades de se obter informações sobre as iniciativas junto aos Estados e aos Municípios. As poucas informações fornecidas, em geral, possuem problemas de qualidade e consistência. A gerência relaciona-se com os agentes supervisores das ações (CEF, MCidades e Coordenações Regionais da Funasa). Essas últimas é que se relacionam com os Estados e os Municípios no dia-a-dia, provocando um distanciamento muito grande entre o tomador de decisão e o executor, que pouco contribui para o aperfeiçoamento do Programa.

A multissetorialidade, exercitada neste Programa mediante a implantação conjunta do Projeto de Saneamento Ambiental em Regiões Metropolitanas, tem sido benéfica às duas instituições. Avaliamos que este processo tem permitido um maior contato com as condições de trabalho dos outros órgãos, em especial da Funasa, e uma maior interação entre as equipes técnicas e gerenciais. Este processo está proporcionando uma reavaliação de procedimentos e criando oportunidades para que as equipes técnicas proponham alternativas para enfrentamento dos problemas usuais. Julgamos que o desempenho geral pode ser melhorado, mas será necessário o enfrentamento de questões que estão fora da governabilidade das equipes técnicas e gerenciais dos setoriais, entre as quais se encontram, como já referido anteriormente: contingenciamento, imprevisibilidade e falta de regularidade do fluxo financeiro, emendas parlamentares, deficiências quantitativas e qualitativas de recursos humanos e materiais.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social. Há acompanhamento do Programa por parte do Conselho Nacional das Cidades e, no caso das ações da Funasa, pelos Conselhos Municipais/Estaduais e Nacional de Saúde.

Há trabalho social e projetos de educação sanitária e mobilização social. O Programa prevê a participação da sociedade na implementação e acompanhamento das ações, por meio de campanhas educativas, de conscientização sobre saneamento básico, educação sanitária, ambiental e ainda incentivo e estratégias de mobilização e participação social.

A participação da comunidade, mesmo incipiente, é sempre positiva para o desenvolvimento do Programa, por isto a SNSA e a Funasa buscam estimular a participação desde o

planejamento das ações até a implementação e operação dos serviços de saneamento por meio do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS).

A avaliação da satisfação dos beneficiários do Programa não foi planejada pelo MCidades. Há uma enorme carência de recursos humanos e materiais na área que tem impedido o planejamento deste tipo de avaliação. No entanto, a Funasa desenvolveu metodologia de avaliação de impacto das ações de saneamento em conjunto com a Organização Pan-americana da Saúde (OPAS), Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal da Bahia (UFBA). Esta metodologia tem um componente antropológico, no qual está prevista a observação da relação do público-alvo com os serviços implantados. Dessa forma, será possível aferir, mesmo que subjetivamente, como as comunidades estão recebendo as ações implantadas. A metodologia ainda não foi aplicada no Programa.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. São elas:

a) escolha das iniciativas apoiadas ou financiadas por processo de seleção pública de propostas, com divulgação prévia dos requisitos e critérios de seleção e com transparência na aplicação do regulamento. A simples realização de seleção pública para a escolha de propostas é um poderoso instrumento de justiça na aplicação dos recursos no setor;

b) adoção de critérios técnicos para escolha dos projetos financiados ou apoiados. A dimensão técnica é observada pelo estágio de preparação dos projetos de engenharia, agilizando a implementação das iniciativas, o que implica reduzir o tempo de retorno dos investimentos e agilizar a satisfação das necessidades da população. A dimensão financeira é representada pela priorização de iniciativas onde o percentual de contrapartida ofertado pelo proponente é maior, incrementando o volume de recursos investidos no setor e aumentando o comprometimento do tomador com o sucesso da iniciativa;

c) formalização de Acordos de Melhoria de Desempenho (AMD) com os tomadores de recursos elencando um conjunto de indicadores de eficiência e eficácia na prestação dos serviços e estabelecendo metas a serem atendidas pelo prestador. A formalização destes acordos é condição para o acesso aos recursos da União e implica na montagem de um sistema de monitoramento da evolução dos indicadores pactuados e na avaliação do cumprimento das metas. O não-cumprimento das metas pode tanto interromper o repasse de recursos como inabilitar o proponente de acesso a novos recursos, enquanto o pactuado não for atingido;

d) clara repartição de competências entre os diversos órgãos intervenientes nas questões de saneamento, no âmbito da União, incluindo o planejamento conjunto de iniciativas e a construção, consolidação e gestão de programas multissetoriais de saneamento no PPA. Estas inovações foram implementadas apenas parcialmente e não tiveram o alcance devido em direção às emendas parlamentares.

URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

GERENTE DO PROGRAMA

Inês da Silva Magalhães

OBJETIVO

Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários, reduzir riscos mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano da cidade.

PÚBLICO-ALVO

Famílias de baixa renda moradoras de assentamentos humanos precários

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.208.621.707,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.910.219.328,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.910.219.328,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 750.030.187,50	R$ 162.534.085,00	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Domicílios em Assentamentos Subnormais com Adensamento excessivo - Porcentagem	-	-	-	10.40	6.59	-
2. Taxa de Domicílios em Assentamentos Subnormais nas Áreas Urbanas - Porcentagem	-	-	-	4.20	2.82	-
3. Taxa de Domicílios em Assentamentos Subnormais sem Infra-Estrutura Urbana Adequada - Porcentagem	-	-	-	31.30	28.25	-
4. Taxa de Domicílios Urbanos com Irregularidade Fundiária Ocupados por Famílias com Renda até Cinco Salários Mínimos – Porcentagem	-	-	-	-	3.80	-

1. TAXA DE DOMICÍLIOS EM ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS COM ADENSAMENTO EXCESSIVO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A apuração mais recente refere-se ao ano de 2006 e, em linhas gerais, confirmam uma tendência de queda, sugerindo um impacto positivo das ações do Programa. Contudo ainda superior ao inicialmente previsto para 2007.

2. TAXA DE DOMICÍLIOS EM ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS NAS ÁREAS URBANAS
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A título de esclarecimento, observa-se que os indicadores utilizados para o Programa são extraídos de estudos realizados pela Fundação João Pinheiro, que utiliza microdados do Censo Demográfico 2000, com atualização posterior baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/2005) e mais recentemente na Pnad/2006. O índice de referência (4,23%) refere-se ao ano de 2005 (31.12.2005) e o apurado em 2007 (4,20%) refere-se a 2006. Historicamente, a tendência é de queda, agora indicando uma estabilidade relativa da inadequação de domicílios em assentamentos subnormais, comparativamente ao total de domicílios permanentes. Esses números, contudo, somente se confirmarão com os dados do próximo Censo.

3. TAXA DE DOMICÍLIOS EM ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS SEM INFRA-ESTRUTURA URBANA ADEQUADA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A apuração mais recente refere-se ao ano de 2006 e, em linhas gerais, confirmam uma tendência de queda, sugerindo um impacto positivo das ações do Programa. Contudo ainda superior ao inicialmente previsto para 2007.

4. TAXA DE DOMICÍLIOS URBANOS COM IRREGULARIDADE FUNDIÁRIA OCUPADOS POR FAMÍLIAS COM RENDA ATÉ CINCO SALÁRIOS MÍNIMOS
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A apuração do indicador para o ano de 2006 refere-se ao total de domicílios com irregularidade fundiária em relação ao total de domicílios (todas as rendas) e monta a 3,9%. Em linhas gerais, confirma uma tendência de queda acentuada para este indicador, sugerindo um impacto positivo das ações do Programa nos vetores de adensamento excessivo, infra-estrutura inadequada, irregularidade fundiária. Contudo, em termos absolutos, no caso das habitações com inadequação fundiária, houve aumento para o total do País, de 1,509 milhão em 2000, para 1,795 milhão em 2006. Em números percentuais, de maneira geral, as maiores alterações aconteceram nas regiões metropolitanas. Algumas apresentaram queda substantiva, como Belém (PA), Recife (PE), Salvador (BA) e Porto Alegre (RS) enquanto situação inversa ocorreu no Rio de Janeiro (RJ) e em São Paulo (SP).

Não há dados que permitam o cálculo na faixa de renda de até cinco salários mínimos. Em 2007, não houve ainda medição, mas é de se esperar que seja superior ao inicialmente previsto de acordo com dados básicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Pnad 2006. Segundo Relatório Intermediário sobre o *Deficit* Habitacional no Brasil em 2006, de outubro de 2007, da Fundação João Pinheiro, o Governo de Minas Gerais, que trata da atualização das estimativas do *deficit* habitacional e da inadequação dos domicílios com base na Pnad 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Dados oficiais revelam que, do total da população brasileira, 82% vivem em cidades, sendo que 15,1 milhões de moradias apresentam uma ou mais das seguintes inadequações:

a) carência de infra-estrutura urbana (10,2 milhões de domicílios);

b) adensamento excessivo (2 milhões de domicílios);

c) indefinição fundiária (1,5 milhão de domicílios);

d) inexistência de unidade sanitária interna (1,4 milhão de domicílios).

A maior parte desse contingente de moradias está nos assentamentos precários, que fazem com que a cidade irregular cresça quatro vezes mais depressa que a cidade formal, à margem das normas urbanísticas, em áreas ambientalmente não recomendadas, com riscos à vida da população, agressão à natureza e custos adicionais à economia. Na década de 80, por exemplo, verificou-se um crescimento populacional das regiões metropolitanas da ordem de 24%, enquanto a população que mora em áreas faveladas aumentou em 118%. As conseqüências desse quadro são as ocorrências freqüentes nos noticiários de perda de vidas humanas e de bens materiais das famílias e doenças originadas pela ausência de saneamento básico nos locais onde residem. Existem estudos que comprovam que para cada R$ 1,00 investido em água tratada, serão gastos menos R$ 4,00 em serviços de saúde. Além da baixa qualidade de vida, morar nestas localidades também implica estar sujeito a um processo de estigmatização e exclusão social e territorial, limitando o acesso desta população aos mecanismos formais de sua reprodução econômica e social. Residir numa propriedade legalizada, de endereço reconhecido, e integrado ao tecido da cidade permite não só ampliar a qualidade de vida e a mobilidade da população, como também viabilizar o acesso ao crédito e ao emprego.

O Programa é voltado a apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e contempla intervenções necessárias à segurança, à salubridade e à habitabilidade da população localizada em áreas inadequadas à moradia, visando a sua permanência ou seu reassentamento por intermédio da execução de:

a) parcelamento de glebas;

b) regularização fundiária;

c) implantação de melhoria de habitações;

d) construção de instalações hidráulico-sanitárias domiciliares;

e) obras e serviços de infra-estrutura, prevenção de riscos e recuperação ambiental;

f) construção de equipamentos comunitários e trabalho social e comunitário.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O total recebido corresponde ao aumento expressivo dos recursos, de 64,19% em relação ao exercício anterior, e de 64,3% do previsto para 2007. Os recursos do orçamento acrescidos dos créditos extraordinários responderam pelo maior percentual de realização, de 86,5%, contraposto à condição dos recursos de restos a pagar, de 45%, e dos não-orçamentários, 22%.

• A Ação Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil) (0644) promoveu a implementação de projetos integrados de urbanização. Integrando o Programa de Aceleramento do Crescimento (PAC), ganhou destaque expressivo, quando parte das obras recepcionadas, as de grande porte, foram priorizadas pelo Governo Federal. Foram contratadas operações no montante de R$ 5,3 bilhões. O orçamento previsto atingiu R$ 1,128 bilhão, com empenhos de R$ 1,125 bilhão (99,7% do previsto), sendo R$ 150,0 milhões para o Habitat-Brasil do Banco Interamericano de Desenvolvimento (HBB/BID), com recursos ainda provenientes de fonte externa e com R$ 32,2 milhões relativos a restos a pagar (RAP). Com o fim do Acordo de Empréstimo 1126/OC-BR, as obras, agora alavancadas pelo PAC, terão continuidade com recursos do Orçamento Geral da União (OGU). A execução dos contratos em andamento e dos novos compromissados alcança 98,87% do previsto.

• A Ação Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Assentamentos Precários em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico ou Municípios com mais de 150 mil Habitantes (006H) acolheu iniciativas de recuperação ambiental de áreas degradadas, implementando projetos integrados de saneamento e urbanização de favelas. Foram contratadas operações no valor global de R$ 3,7 bilhões, em 96 Municípios e com 287.363 famílias beneficiadas até 2010. Foram empenhados R$ 559,7 milhões para 44.000 famílias beneficiadas, alcançando 98,37% da meta orçamentária prevista.

• Na Ação Financiamento a Pessoas Físicas para Melhoria Habitacional (9569), destinada a concessão de créditos a pessoas físicas para aquisição de materiais de construção para produção, reforma/ampliação de habitações, foram contratados R$ 162,5 milhões, beneficiando 37.054 famílias e atingindo 54,18% do orçamento previsto.

Os recursos comprometidos em termos das metas financeiras corresponderam a 64,3% do previsto para o período. Inicialmente, importa esclarecer que as metas do Programa são estabelecidas em função dos recursos disponíveis, portanto, como os recursos são limitados, as metas estabelecidas estão aquém das reais necessidades. Pela natureza do problema, para resolvê-lo são necessários recursos majoritariamente do OGU que, muitas vezes, mesmo consignados na Lei de Orçamento Anual (LOA), sofrem contingenciamentos orçamentários e financeiros, tornando impossível atingir as metas estabelecidas. Observa-se, no entanto, que os recursos não-onerosos previstos na LOA e acrescidos dos créditos extraordinários foram bastante significativos se comparados com os do exercício anterior (cerca de 64% a mais). Esses recursos não-onerosos responderam pelo maior percentual de realização, 86%, com participação maior das liberações via crédito extraordinário, em razão do PAC do Governo Federal.

Os recursos onerosos, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mais abundantes, destinados ao financiamento do setor público também apresentam graves restrições para uso, face aos limites de concessão de crédito, associados à reduzida margem de endividamento dos Estados, Distrito Federal e Municípios, determinadas pela política de ajuste fiscal. Muito embora tenha havido aprovação pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) do limite de R$ 1 bilhão para contratar operações de crédito com o setor público, a demanda manifesta ultrapassou a fase de seleção ao final do ano, sem terem sido lançados os resultados de contratação, de 32% daquele limite. Com a incorporação desse resultado, o desempenho final do Programa ficaria em torno de 73%, um pouco acima dos 64,3% contabilizados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são os sistemas informatizados, em que o MCidades coordena e acompanha o desempenho físico das ações do Programa por intermédio de banco de dados disponibilizado mensalmente pela Caixa Econômica Federal (CEF) e demais agentes financeiros. Porém, esse sistema de acompanhamento ainda não contempla o universo de variáveis necessárias a possibilitar uma avaliação mais precisa e a conseqüente adoção de medidas corretivas em tempo hábil para aprimoramento das ações. O Ministério está buscando aperfeiçoar os diversos procedimentos operacionais de monitoramento e controle dos contratos para melhorar a qualidade e a tempestividade das informações geradas em cada operação. No caso de ações que envolvem a articulação com diversos parceiros institucionais como a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por exemplo "Papel Passado", é necessário grande esforço na obtenção de informações. Há casos em que ocorre divergência de informações, tendo em vista que as fontes são secundárias.

A execução física ficou entre 40% e 80% do previsto na LOA 2007. Embora o cumprimento das metas físicas de algumas ações tenha se dado dentro do esperado, com créditos extraordinários e sem contingenciamento, no geral, a execução das mesmas ficou aquém do previsto, principalmente, face aos contingenciamentos orçamentários, aos limites financeiros e à irregularidade de sua disponibilização.

Os recursos orçamentários executados foram insuficientes. Considerando as demandas que aportam por ocasião das chamadas públicas, tem-se a conta de que as necessidades estão bem acima das que vem sendo executadas. Para exemplificar, registre-se que o Programa, no processo de apresentação e seleção das propostas, regido pela Instrução Normativa nº 14, de 25 de abril de 2007, deste Ministério, e que regulamentou as ações programáticas no âmbito do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), finalizado no último agosto, contou com a proposição de 1.450 Municípios, totalizando, aproximadamente, 3.209 propostas para a área de habitação, totalizando solicitação de recursos da ordem de R$ 8,53 bilhões, dentre as quais foram selecionadas 145 propostas, com recursos para repasse da ordem de R$ 649,95 milhões de reais para beneficiar diretamente 440,88 mil pessoas.

Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

física. O contingenciamento que ocorreu foi em relação às emendas parlamentares. Assim, à medida em que os contratos foram sendo executados, a liberação aconteceu, notadamente nas ações apoiadas no PAC do Governo Federal.

Foram gastos 86,5% dos recursos previstos no orçamento e, com a intensificação da gestão demandada pelas obras recepcionadas pelo PAC, em termos de controle e acompanhamento, há indicação de aumento das necessidades de recursos no âmbito da Ação de Gestão e Administração do Programa (GAP).

Os recursos materiais são insuficientes na equipe gerencial. Há a necessidade de maior disponibilidade de recursos financeiros para viagens, oficinas, acompanhamento de contratos, capacitação de equipes técnicas do MCidades e demais atores envolvidos.

A infra-estrutura é inadequada na equipe gerencial. As instalações, os equipamentos e os sistemas de informações disponíveis no MCidades são insuficientes para que seja realizado o gerenciamento dos Programas de forma adequada.

Os recursos materiais e a infra-estrutura são insuficientes também nas equipes executoras. Não há avaliação precisa, mas, pelo desempenho dos executores, é possível inferir que a infra-estrutura disponível nas prefeituras municipais e nos Governos Estaduais não seja adequada.

A quantidade de recursos humanos na equipe gerencial é inadequada. Apesar de o MCidades contar, desde o início de 2006, com um quadro de servidores permanentes, o mesmo ainda é extremamente reduzido para o gerenciamento dos novos desafios decorrentes das necessidades do Programa, especialmente frente às demandas do PAC-Cidades. Adicionalmente, registre-se que os novos concursados permanecem pouco tempo nos cargos iniciais, pela pouca atratividade frente a outras oportunidades de trabalho.

A qualificação dos recursos humanos das equipes executoras é insuficiente. As ações ocorrem por meio de contratos de repasse ou de financiamento com entes públicos ou privados de modo que o sucesso da implementação da política depende fortemente da capacidade de execução dos entes federados que é reconhecidamente frágil, representando um importante obstáculo. Assim, pode-se apontar como restrições constantes a inexistência de carteiras de projetos em nível executivo, por ocasião das chamadas públicas do Governo Federal e a insuficiente capacidade técnica e institucional da maioria dos Municípios e dos Estados brasileiros, que torna a montagem dos projetos, a efetivação do processo de licitação, a obtenção do licenciamento ambiental, a regularização fundiária e o atendimento das demais exigências normativas verdadeiros impeditivos para contratação e execução das obras.

Esses aspectos reforçam a necessidade de se apoiar ações de desenvolvimento institucional no âmbito do Programa.

A falta de regularidade na liberação de recursos, em especial nos primeiros meses do ano, acarreta atrasos na execução das obras contratadas que, muitas vezes, chega a paralisar, fato grave para intervenções que, por natureza, demandam, em geral, mais de um ano de

execução, fazendo com que os produtos efetivamente gerados e o cumprimento das metas só se concretizem em exercícios seguintes. A demora na liberação dos limites financeiros e a disponibilização dos recursos dificultam qualquer possibilidade de planejamento das intervenções, pois não se sabe quanto nem quando haverá recursos disponíveis.

A inadimplência dos entes públicos locais impede não só a assinatura de contratos como a liberação de recursos para ações em andamento, acarretando maior lentidão na execução do Programa.

O desempenho da execução das ações com recursos descentralizados foi alto. As principais ações contribuíram para o alcance dos objetivos do Programa, em função do acréscimo de recursos, em relação aos anos anteriores, sem sofrerem contingenciamentos.

As informações necessárias foram disponibilizadas pelos entes executores e houve integração entre estes e a gerência do Programa. Há ações com diferentes estratégias de implementação e, com isso, diferentes níveis de integração com os executores. No caso das ações Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários/Habitar-Brasil e Apoio a Projetos de Saneamento Ambiental em Assentamentos Precários (PAT/PROSANEAR), por exemplo, pelo fato de contarem com equipes de gerenciamento específicas, fazem um acompanhamento mais próximo dos executores das ações.

O desempenho da execução das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério é médio. O Programa possui três ações implementadas por outras unidades administrativas e, segundo avaliação dos próprios coordenadores, os resultados obtidos se deram dentro do esperado. Porém, ao longo do exercício, não foi possível estabelecer mecanismos e rotinas para a gestão e coordenação conjunta das ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O MCidades instituiu o Conselho das Cidades, que reúne representantes de entidades de movimentos populares, trabalhadores, empresários, organizações não-governamentais (ONGs) e entidades acadêmicas e profissionais, com a missão de assessorar e propor diretrizes para o desenvolvimento urbano, políticas de habitação, saneamento ambiental, trânsito, transporte e mobilidade urbana. É um instrumento que assegura a participação cidadã nas decisões sobre as políticas públicas. Além disso, com a implementação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), atua continuamente, desde 2006, por meio do Conselho Gestor do FNHIS, órgão de caráter deliberativo que contempla a participação de órgãos e entidades do Poder Executivo e de representantes da sociedade civil ligados à área de habitação.

Os agentes executores devem estimular a participação das famílias nas principais etapas do projeto, na gestão dos recursos financeiros da União destinados ao Programa, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos. São realizadas reuniões com as comunidades beneficiárias com o objetivo de contribuir na elaboração, aprovação,

concepção dos projetos, e fiscalização da execução das obras. Isto ocorre, em especial e com maior intensidade, nas ações Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários/ Habitar-Brasil, Papel Passado, Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos e Apoio a Projetos de Saneamento Ambiental em Assentamentos Precários (PAT/PROSANEAR).

Como principal resultado dessa participação, pode-se apontar as normas de execução do Programa, consubstanciadas nos manuais operacionais aprovados nas instâncias de controle e participação sociais já mencionadas anteriormente, os critérios de seleção de propostas, a distribuição dos recursos por região, dentre outros, levando a execução de projetos mais próximos da necessidade e dos anseios da população e o maior comprometimento na manutenção do patrimônio gerado. Esses resultados deverão melhorar com a implementação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) nos Estados/Municípios, por meio da implantação dos Fundos e dos Conselhos locais voltados para as definições de sua política de habitação, com foco em habitação de interesse social.

O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários. Ele atua em todo o Território Nacional de forma muito pulverizada. Para captar a satisfação dos beneficiários seria necessária a contratação de metodologia e empresa para sua execução, o que implica em custos elevados, além de recursos humanos disponíveis na gerência do Programa para promover e acompanhar a pesquisa.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Aprimoramento dos Serviços Postais

Inovação Tecnológica em Telecomunicações

Oferta dos Serviços de Telecomunicações

Universalização dos Serviços de Comunicações

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério das Comunicações (MC), foram utilizados **R$ 1.783.567.707,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 5.396.680.467,00	Realizado orçamentário:	R$ 1.783.567.707,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 5.396.680.467,00**	**Total realizado:**	**R$ 1.783.567.707,00**

Além disso, do total de **R$ 51.990.545,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 22.802.716,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MC, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	0256 Aprimoramento dos Serviços Postais	49,43%	51,09%	56,13%	39,87%	48,73%
	8025 Inovação Tecnológica em Telecomunicações	32,64%	33,80%	31,24%	42,34%	35,28%
	1157 Oferta dos Serviços de Telecomunicações	14,29%	12,21%	10,06%	15,41%	13,12%
	0257 Universalização dos Serviços de Comunicações	0,09%	0,03%	0,00%	0,22%	0,09%
Finalístico Soma		**96,46%**	**97,12%**	**97,42%**	**97,83%**	**97,22%**
Gestão de Políticas Públicas	8006 Gestão da Política de Comunicações	3,54%	2,88%	2,58%	2,17%	2,78%
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

As macrodiretrizes para a execução das políticas setoriais do MC se baseiam nos princípios de democratização, universalização e melhoria da eficiência institucional e tecnológica. A universalização, em particular, desdobra-se em efetivo processo de inclusão social e digital, desenvolvido tanto de forma vertical, em cada uma das três áreas de atuação do Ministério - Radiodifusão, Telecomunicações e Serviços Postais, como também de forma transversal, abrangendo simultaneamente todas essas áreas sempre em consonância com a orientação estratégica do governo, consubstanciada no Megaobjetivo I, cujo desafio é a Inclusão Social e Redução das Desigualdades Sociais, no seu tópico 10 - Ampliar o acesso à informação e ao conhecimento por meio de novas tecnologias, promovendo a inclusão digital e garantindo a formação crítica dos usuários.

A democratização do Estado e a universalização dos serviços públicos com vistas à inclusão social constituem-se realidade no âmbito do Ministério das Comunicações (MC), permitindo o acesso aos meios de comunicação e a inclusão digital, insumos básicos

para a inclusão social, por intermédio do Programa Governo Eletrônico, do Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL), da ampliação do Serviço de Radiodifusão Comunitária e da definição do Sistema Brasileiro de Televisão Digital. O Ministério vem utilizando o Gesac como ferramenta de comunicação e transferência de conhecimento, criando assim modelos de sustentabilidade para os Pontos de Presença, garantindo acesso a todos os cidadãos.

Realizou-se a capacitação de monitores e multiplicadores dos Pontos de Presença, de forma a assegurar que as comunidades atendidas pudessem apropriar-se das Tecnologias de Informação e Comunicação e usá-las para transformar suas realidades educacional, econômica, social e cultural.

A aplicação dos recursos do Fundo para a Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) teve início em 2007, em decorrência de estudo elaborado pelo Ministério das Comunicações, que possibilitou identificar os principais gargalos que impediam a utilização desses recursos, bem como apresentar alternativas para sua aplicação imediata. O primeiro Projeto a ser financiado com recursos do FUST, aprovado pelo Decreto nº 6.039, de 7 de fevereiro de 2007, visa o acesso individual ao Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), o pagamento mensal da assinatura básica e o fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos que permitam a comunicação entre pessoas com deficiência auditiva nas dependências de aproximadamente 800 instituições de assistências a essas pessoas.

Na área de serviços postais, utilizou-se com eficácia a capilaridade da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) como poderoso agente da implementação de políticas públicas de inclusão social e econômica da população. O Banco Postal, implantado com sucesso pela ECT, contempla segmentos excluídos do sistema financeiro nacional. A empresa atua como correspondente dos serviços bancários básicos (abertura de contas correntes e de poupança, saques, depósitos, recebimento de contas de consumo, títulos, captação de solicitação de empréstimo, entre outros), mediante utilização de sua rede de atendimento.

Na área de radiodifusão, o Ministério continuou desenvolvendo soluções de organização e métodos, buscando otimizar as atividades de análise dos processos de radiodifusão, destacando-se: a implantação da nova fase dos sistemas de radiodifusão comunitária (RADCOM), a implantação do Sistema de Gerenciamento e Acompanhamento de Processos, e a elaboração e a revisão de manuais de procedimentos.

Em 2007, foram iniciadas as transmissões digitais da TV aberta no País, grande marco no desenvolvimento das comunicações brasileiras. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico de soluções permitirão a utilização dessa nova plataforma digital para oferta de serviços e aplicações interativas de interesse público.

As principais dificuldades encontradas pelo MC para a implementação das políticas públicas setoriais foram: a incompatibilidade do fluxo de recursos em alguns programas, que chegou a prejudicar a execução, a realocação do crédito setorial de um programa para outro, e a carência de pessoal qualificado em algumas funções.

De maneira geral, foi detectado comprometimento razoável, mas ainda passível de melhoria das unidades do órgão, em relação aos processos de Avaliação/Planejamento propostos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). Há compatibilidade entre a estrutura organizacional do órgão e sua estrutura programática.

Quanto à participação social, o órgão implementa ações voltadas à inclusão social das camadas menos favorecidas, assim como ações de inclusão de comunidades indígenas e quilombolas.

ASPECTOS RELEVANTES

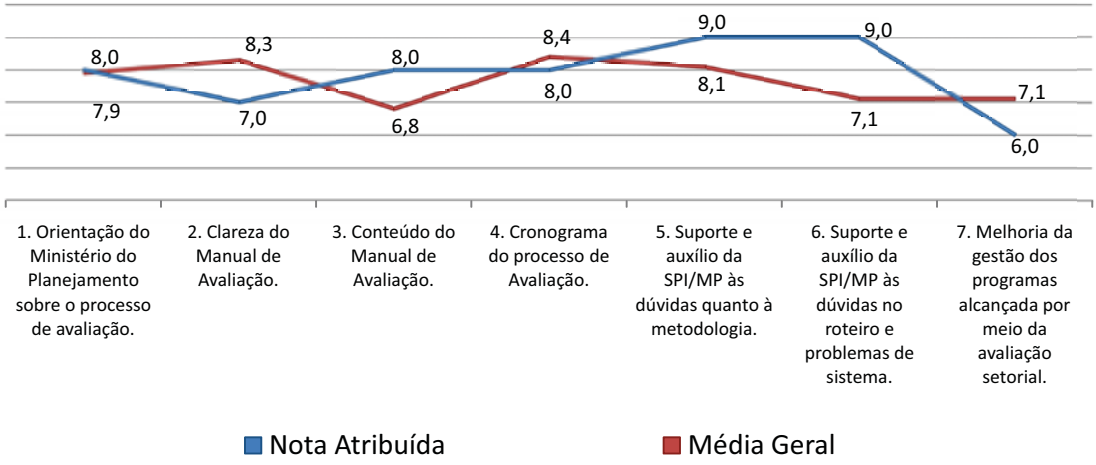
A universalização de acesso e os serviços de comunicações são insumos imperativos para a solução do quadro da exclusão social. Nesse contexto, os resultados alcançados durante o ano de 2007 nas ações de universalização, no âmbito do Governo Federal foram significativos, sendo pilares estruturais dos esforços e objetivos estratégicos do Governo voltados para a Inclusão Social.

O MC contribuiu de forma relevante e substantiva nesses esforços inclusivos com a instalação de infra-estrutura de acesso aos meios de informação e conhecimento na dimensão da Inclusão Digital, bem como no segmento de Radiodifusão e na capilarização dos serviços postais.

Deve ser salientado que ainda pendem entraves para que a universalização dos serviços de telecomunicações seja mais abrangente e eficaz, tendo em vista a necessidade de adequar o marco regulatório do setor, em especial o FUST e a Lei Geral das Telecomunicações (LGT), às necessidades que o modelo atual das telecomunicações, a convergência e o dinamismo tecnológico demandam para o setor. Assim, é imperiosa a adoção de ações ágeis e gestão estratégica da questão que resultem em solução a curto prazo para esse entrave.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MC mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MC e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS

GERENTE DO PROGRAMA

Fernando R. Lopes de Oliveira

OBJETIVO

Garantir e ampliar o acesso e a qualidade dos serviços postais, por meio da manutenção, ampliação e modernização da infra-estrutura de atendimento e de produção e distribuição.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 271.010.000,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 141.865.376,00
	Total:	**R$ 141.865.376,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Percepção dos clientes em relação a sua expectativa, na atividade de atendimento - Porcentual	-	89.40	97.38	92.00	100.00	92,00%
2. Percepção dos clientes em relação a sua expectativa, na atividade de Distribuição – Porcentual	-	92.60	98.87	93.20	100.00	93,20%
3. Taxa de Distritos, com População Igual ou Superior a 500 habitantes, com Atendimento Postal – Porcentual	68.71	78.59	85.49	91.15	100.00	91,15%
4. Taxa Populacional com Distribuição Postal - Porcentual	81.02	81.02	-	-	85.09	-

1. PERCEPÇÃO DOS CLIENTES EM RELAÇÃO A SUA EXPECTATIVA, NA ATIVIDADE DE ATENDIMENTO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A apuração do índice levou em conta diversos atributos para sua definição. O tempo de espera na fila foi uma qualidade considerada como a mais importante pela sociedade, indicando ser este o atributo prioritário com o objetivo de aumentar a satisfação com os

Correios. Entretanto, neste quesito, foi apurada a menor nota de avaliação (7,80), o que impactou o resultado final em relação ao índice previsto para o ano de 2007.

2. PERCEPÇÃO DOS CLIENTES EM RELAÇÃO A SUA EXPECTATIVA, NA ATIVIDADE DE DISTRIBUIÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A apuração do índice levou em conta diversos atributos para sua definição. A entrega no prazo foi um atributo considerado como o segundo mais importante pela sociedade, indicando ser este prioritário com o objetivo de aumentar a satisfação com os Correios. Entretanto, neste quesito, foi apurada a menor nota de avaliação (8,40), o que impactou o resultado final em relação ao índice previsto para o ano de 2007.

3. TAXA DE DISTRITOS, COM POPULAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 500 HABITANTES, COM ATENDIMENTO POSTAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O resultado demonstra o acerto das ações que norteiam a universalização dos serviços postais.

4. TAXA POPULACIONAL COM DISTRIBUIÇÃO POSTAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice para este indicador não foi apurado em 2007, visto que o acordo entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) foi assinado em dezembro de 2007. O órgão informou à ECT que a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), inicialmente prevista para ser iniciada em setembro de 2007, ocorrerá a partir de março de 2008.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A promoção de oportunidades para o cidadão deve passar pela disponibilização, prioritariamente aos menos favorecidos, de uma infra-estrutura que permita o acesso às oportunidades de mercado e serviços do setor público, mudanças que tornem a administração pública e a prestação de serviços públicos mais eficientes e responsáveis perante a sociedade. Desta forma a ampliação da oferta e a melhoria da qualidade na prestação dos serviços postais, implementada por meio de projetos e atividades vinculadas ao Programa Serviços Postais visam proporcionar a universalização do acesso da população a estes serviços, com qualidade e a preços acessíveis, independentemente da localização do seu domicílio ou da sua condição pessoal, social ou econômica.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Ampliação da infra-estrutura de atendimento - esta atividade teve por objetivo a Instalação de Agências Próprias, atendendo ao disposto na PRT/MC-310/98 e realizou a expansão em centros urbanos de acordo com a necessidade do mercado. Em 2007, foram instaladas 143 agências próprias, correspondendo a um patamar de execução orçamentária de 77% do previsto.

• Modernização da infra-estrutura de atendimento - desenvolvidas ações com o objetivo de modernizar a rede de atendimento própria por meio da aquisição de mobiliário e equipamentos.

• Adequação da Infra-Estrutura de Produção e Distribuição - nesta Ação, destacou-se a continuidade da implantação do Rastreamento de Objetos, que visa dotar as unidades de Correios de equipamentos necessários às atividades de rastreamento, bem como incorporar novas funcionalidades e tecnologias demandadas pelo mercado e pelas áreas de negócio da ECT que facilitarão a gestão operacional. O principal benefício esperado é a melhoria da qualidade das informações disponibilizadas aos clientes e dos indicadores operacionais da ECT.

A ECT atuou em consonância com as diretrizes governamentais estabelecidas pelo PPA 2004-2007. Desta maneira, baseados na premissa da inclusão social, alcançou, em 2007, os resultados acima.

Impactaram negativamente no processo de execução orçamentária da ECT, em 2007, as dificuldades nas etapas iniciais dos processos licitatórios, o atraso na finalização dos processos licitatórios iniciados e em fase de contrato no mesmo exercício e o desinteresse ou impossibilidade legal por parte dos órgãos públicos, especialmente das prefeituras, em celebrar o convênio com a ECT para a abertura de uma Agência de Correios Comunitária.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A gerência utiliza os seguintes mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações: reuniões de trabalho mensais com as pessoas envolvidas no processo de gestão e execução orçamentária; sistemas informatizados, o sistema *Enterprise Resource Planning* (ERP) que possibilita o acompanhamento diário da programação, execução e reprogramação orçamentária; Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) que promove o acompanhamento mensal das metas físicas e financeiras das ações, quanto à previsão inicial e execução orçamentária. Apóia a gestão das ações por meio das justificativas quanto à execução ou à não execução, conforme o planejamento estabelecido para o período. E os relatórios mensais de gestão: o Plano Empresarial de Ações e Projetos (PEAP), o de Avaliação Empresarial (ERA) e de Acompanhamento da Execução financeira de Ações, Projetos e Atividades.

A execução física do Programa alcançou 68,62% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2007. Este nível de execução decorreu de dificuldades nos processos licitatórios e na entrega prevista de material e equipamentos em tempo hábil.

Os recursos orçamentários executados foram suficientes e o fluxo de recursos foi compatível com a programação física. Houve, no entanto, dificuldades em licitações e celebração de contratos pelos órgãos da Empresa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não realiza parcerias não-governamentais para sua execução. Outrossim, possui mecanismos que promovem a participação social, por meio da Ouvidoria, em que a ECT dispõe de uma estrutura para atendimento às dúvidas e às reclamações apresentadas pelos clientes.

Há, ainda, para a participação social, a disponibilização do Centro de Atendimento ao Cliente, por meio do número 0800-5700100, para atendimento direto às solicitações dos clientes e a disponibilização de serviços, informações e canais de atendimento por meio do sítio na internet dos Correios (*www.correios.com.br*).

O Programa busca uma melhoria no processo produtivo da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), e maior efetividade no atendimento dos anseios do seu público-alvo.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários. O mecanismo utilizado para a avaliação é a pesquisa de satisfação e imagem promovida pela Empresa. Os resultados norteiam as ações das diversas áreas a fim de atender aos anseios da sociedade e da promoção da inclusão social.

A gerência do Programa enfatiza a necessidade de que sejam intensificadas as ações para a criação do novo marco regulatório para o setor postal, que haja o aprimoramento do modelo de Universalização, objetivando acelerar o projeto e alcançar a meta de 100% dos distritos com acesso aos serviços postais básicos e que seja definido novo índice para aferição da qualidade dos serviços, adequado para a medição em sentido amplo, não se restringindo apenas a percepção dos clientes.

O Ministério Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que o Programa tem duas dimensões relacionadas à prestação dos serviços postais para a sociedade: a qualidade do serviço com preços acessíveis e a universalização do acesso aos serviços postais. Tendo em vista que a totalidade dos Municípios brasileiros já dispõe de serviços postais, a universalização desses serviços busca alcançar a meta determinada pelo MC, que define que a capilaridade deverá ser alcançada pela prestação de serviços postais básicos em todos os distritos com mais de 500 habitantes. Destacam-se os 81 novos distritos com mais de 500 habitantes com acesso aos serviços postais básicos, alcançando um total de 1.395 distritos dentro do critério adotado para a universalização dos serviços postais.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES

GERENTE DO PROGRAMA

Fernando R. Lopes de Oliveira

OBJETIVO

Pesquisar, desenvolver e difundir inovações tecnológicas voltadas à competitividade de produtos e serviços de telecomunicações.

PÚBLICO-ALVO

Centros de pesquisa, tecnologia, desenvolvimento de recursos humanos, instituições de ensino e pesquisa, no setor de telecomunicações

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 154.700.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 150.655.756,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 150.655.756,00
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Desempenho de Execução Física do Programa - Porcentagem	-	-	42.00	79.00	79.00	100%

1. DESEMPENHO DE EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Tendo em vista o alcance do índice estabelecido no PPA, avaliamos como positiva a execução do programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Entre os setores econômicos, as telecomunicações ocupam lugar de destaque, por ser essencial à competição econômica. No cenário anterior à privatização, a formulação e implementação da política tecnológica no Brasil, para o setor de telecomunicações, esteve alicerçada no poder de compra do Sistema de Telecomunicação Brasileira (Telebrás) e na capacidade de geração tecnológica da Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD) e sua interação com o setor privado nacional. Com a abertura do setor de telecomunicações à competição, o quadro anterior foi substancialmente alterado, ocorrendo, por conseguinte, aumento do volume de importações. Observa-se

o predomínio do fornecimento das empresas multinacionais no País, com participação reduzida das empresas de capital nacional. Esse Programa, financiado pelo Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL), visa estimular o processo de inovação tecnológica voltada para as telecomunicações, incentivar a capacitação de recursos humanos em tecnologias aplicadas às telecomunicações, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Na Ação Financiamento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias nas Telecomunicações foram gastos R$ 13.171.366,00.

- Na Ação Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações na Fundação CPqD foram gastos R$ 66.179.184,00.

- Na Ação Fomento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias Inovadoras nas Telecomunicações foram gastos R$ 70.817.100,00, tendo sido apoiados 17 projetos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, há mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, onde são efetuadas visitas in loco com a produção de relatórios individuais dos projetos.

A execução física situou-se na faixa de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2007, tendo alcançado suas metas físicas. Os recursos orçamentários executados foram suficientes para alcance do programado. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução física programada. O valor alocado à Gestão e Administração do Programa (GAP) é definido por resolução do Conselho Gestor do fundo.

A quantidade de recursos humanos na equipe gerencial é inadequada, tendo em vista o quadro reduzido. Paralelamente, há necessidade de capacitação da equipe. Todavia, há uma alta interação entre as unidades do Ministério envolvidas na execução do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. No entanto, não possui mecanismos que promovem a participação social por ser voltado para o desenvolvimento de tecnologias em telecomunicações. O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários acompanhando a produção de patentes registradas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal, como as chamadas públicas para a seleção de projetos apoiados com recursos do Fundo.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) destaca que os principais resultados do Programa, no ano de 2007 foram, através das ações de fomento, permitir o início das transmissões da TV Digital, e o apoio a projetos de desenvolvimento de tecnologias nacionais voltadas para as telecomunicações. Sugere-se a realização de modelo lógico para o Programa, diante dos resultados mencionados nesta avaliação. Esclareça-se que, a partir do PPA 2008-2011, o indicador do Programa passou a ser a Taxa de Desenvolvimento dos Projetos de Inovação Tecnológica Apoiados pelo Programa.

OFERTA DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

GERENTE DO PROGRAMA

Fernando R. Lopes de Oliveira

OBJETIVO

Garantir a prestação dos serviços de telecomunicações, de forma contínua e em condições adequadas de preço e qualidade.

PÚBLICO-ALVO

Usuários dos serviços de telecomunicações

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 111.574.244,00	Empenho Liquidado:	R$ 54.831.353,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 54.831.353,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 1.600.000.000,00	- -	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Telefones em Serviço - Porcentagem	22.10	-	20.70	20.70	26.00	79,62%

1. TAXA DE TELEFONES EM SERVIÇO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A série histórica do indicador apresentou redução desde o início do PPA, o que revelou uma tendência que apontava para que o índice esperado não fosse alcançado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade de fomentar a competitividade entre as prestadoras com os padrões de qualidade e regularidade compatíveis com as exigências dos usuários.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 3.430.517 solicitações de usuários atendidas.

- 294.264 ações de fiscalização realizadas.

- Concessão de 11.030 outorgas de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) -20 e Serviços Privados (11.009), distribuídos em Serviço de Radioamador, Serviço Limitado Privado e Serviço de Rádio Cidadão.

- Três regulamentos publicados sobre Uso do Espectro.

- 20 regulamentos publicados sobre os Serviços de Telecomunicações.

- 2.846 Certificados de Homologação de Produtos de Telecomunicações emitidos.

- 35 ações de auditoria realizadas nos contratos das empresas de telecomunicações.

O resultado alcançado deveu-se ao fato de que a liberação dos limites para empenhos ocorreu somente no final do exercício, quando não havia mais tempo hábil para diversas contratações, realização de estudos e execução de despesas necessárias ao aprimoramento das atividades.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A gerência monitora o desempenho físico das ações, valendo-se do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) para acompanhamento das metas físicas das ações do Programa.

A execução física situou-se na faixa dos 40% a 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. O resultado das ações que tiveram desempenho acima do esperado se deve principalmente à inadequação das metas propostas, que ficaram abaixo da real capacidade. No decorrer do exercício essas metas foram revistas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Nas ações que tiveram desempenho abaixo do esperado o principal problema enfrentado foi o fato dos limites para movimentação e empenho terem sido liberados muito tardiamente, o que impediu sua contratação. É importante destacar que muitas ações dependem da contratação de estudos e serviços que demandam vários meses para contratação e apresentação de resultados. Dessa forma, torna-se imperativo que os recursos sejam liberados de forma tempestiva e em tempo hábil para sua execução.

Os recursos orçamentários executados foram insuficientes. A dotação aprovada na LOA era suficiente. Entretanto, as liberações para movimentação e empenho não acompanharam o ciclo de execução da despesa e, desta forma, não foi possível finalizar diversos processos licitatórios.

O atraso na liberação de recursos prejudicou diversos serviços e contratações pela demora e incerteza quanto a sua liberação. A liberação tardia não permitiu que fossem executadas diversas despesas que estavam programadas pela Anatel.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos foram obstáculos em algumas ações que, para serem realizadas, dependem da contratação de estudos e consultorias que demandam vários meses para serem realizadas e gerarem resultados concretos. Algumas tiveram problema de não terem limites necessários no momento de sua realização.

No que tange ao fluxo de informações, o Ministério das Comunicações (MC) e a Anatel tiveram troca de informações adequadas. A Anatel sempre apresentou ao MC suas demandas e dificuldades enfrentadas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não realiza parcerias não-governamentais para sua execução. Possui mecanismos que promovem a participação social, por meio da Ouvidoria da Anatel, que tem a característica de atender ao público interno e externo. Dessa forma, demandas da sociedade que não tenham sido atendidas pela prestadora ou pela Anatel têm ainda outro recurso para apresentar sugestões e críticas.

A Anatel tem, em seu rito processual de aprovação de regulamentos, a realização de consultas públicas, onde a sociedade pode se manifestar apresentando sugestões e críticas.

Na elaboração dos regulamentos, a Anatel abriu espaço para a sociedade se manifestar, contribuindo para que os regulamentos aprovados representassem os diversos interesses que a agência tem de harmonizar.

Por meio de chamadas ao *Call-Center* (serviço de 0800), cartas e e-mail, os usuários puderam encaminhar à Anatel denúncias, críticas e elogios relativos aos serviços de telecomunicações, o que contribuiu para a abertura de processos de auditorias e fiscalizações nas empresas.

O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários. Para aferir a satisfação dos beneficiários, a Anatel precisaria contratar uma pesquisa, o que não foi possível pelo fato dos recursos terem sido liberados para execução no final do exercício. Já está programada a realização de pesquisa em 2008.

A gerência do Programa considera relevante para a melhoria da gestão que sejam definidos novos indicadores, adequados para a aferição de seus resultados, impactos e benefícios alcançados para seu público-alvo e a sociedade. E que haja uma revisão dos atributos e ações do programa, de modo a que esteja apto a resolver, efetivamente, as causas do problema a que o programa objetiva solucionar.

Efetuar uma revisão ampla dos marcos regulatórios do setor da telecomunicação, buscando adequá-los ao atual estado das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), e atender de maneira ágil o modelo de funcionamento do setor, com flexibilidade para futuras adequações, tendo em vista o dinamismo do setor, é outra consideração da gerência do Programa.

A gerência destaca, ainda, que a meta física realizada na ação Auditoria Econômica-Financeira das Concessionárias dos Serviços de Telecomunicações em Regime Público, consta no SIGPlan como cumulativa. Entretanto, trata-se de uma meta não cumulativa, tendo em vista que a auditoria é realizada sobre os contratos de concessão de telefonia, que chegam ao número de 35. A auditoria é realizada sobre todos os contratos de forma contínua, visando a verificação do cumprimento dos mesmos por parte das empresas concessionárias de telefonia.

UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES

GERENTE DO PROGRAMA

Fernando R. Lopes de Oliveira

OBJETIVO

Possibilitar o acesso de qualquer pessoa ou instituição de interesse público a serviços de telecomunicações, independentemente de sua localização e condição sócio-econômica.

PÚBLICO-ALVO

Estabelecimentos de ensino, bibliotecas públicas, instituições de saúde, unidades de segurança pública, instituições do serviço público em áreas remotas e de fronteira, instituições de atenção a pessoas com deficiência, unidades rurais isoladas, cooperativas, assentamentos agrários, pessoas em localidades com menos de 100 habitantes, população em comunidades de baixo poder aquisitivo e telecentros comunitários

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 9.500.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 787.693,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 787.693,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Acesso a Redes Digitais em Banda Larga em Operação no Público-alvo Elegível - Porcentagem	-	-	-	-	-	-
2. Taxa de Acessos de Telefonia em Operação no Público-alvo Elegível - Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. TAXA DE ACESSOS DE TELEFONIA EM OPERAÇÃO NO PÚBLICO-ALVO ELEGÍVEL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007 não houve execução física do Programa.

2. TAXA DE ACESSOS A REDES DIGITAIS EM BANDA LARGA EM OPERAÇÃO NO PÚBLICO-ALVO ELEGÍVEL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

As informações referentes à execução do Projeto estão em fase de verificação, confirmação e consolidação. Desta feita, não é possível, ainda, avaliar a execução das metas anteriormente expostas para o Projeto, nem calcular o índice do indicador. Em 2007, não houve execução física do Programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A exploração dos serviços de telecomunicações por parte de empresas concessionárias e autorizadas pelo Estado, consubstanciada no modelo estabelecido na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - a Lei Geral de Telecomunicações (LGT) - não consegue atingir a plena universalização através da exploração eficiente do serviço, deixando uma lacuna que precisa ser preenchida pelo Estado, motivo pelo qual foi criado o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST). É importante destacar que a comunicação é fator fundamental de desenvolvimento na sociedade moderna, caracterizada como uma sociedade que tem a necessidade de estar o tempo todo conectado aos sistemas mundiais de informação, de modo que a promoção da democratização e universalização do acesso aos serviços de telecomunicações é fator preponderante para o desenvolvimento social e econômico do País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Em abril de 2006, o Ministério das Comunicações publicou a Portaria nº 263, que instituiu o Programa de Atendimento às Pessoas com Deficiência, com o objetivo de disponibilizar acessos individuais aos serviços de telecomunicações e equipamentos de interface às pessoas com deficiência.

- A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) elaborou o Plano de Metas para Universalização de Serviços de Telecomunicações (PMU I) em Instituições de Assistência às Pessoas com Deficiência Auditiva. Para a consecução do Plano, a Anatel firmou Termo de Cooperação, em 28 de junho de 2007, com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), entidade beneficiada no âmbito do PMU I. Com essa entidade, além de trabalhar a base de dados das quase 800 instituições beneficiárias, a Agência vem mantendo estreito relacionamento no intuito de obter as informações necessárias à implementação, acompanhamento e fiscalização do Plano de Metas.

Em 2007, não houve execução física do Programa, que contemplava dois projetos: atendimento às instituições de assistência às pessoas com deficiência auditiva e atendimento aos núcleos e aos centros especiais de atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais ou equivalentes.

Finalmente, em solenidade pública realizada em 05.09.2007, a Anatel assinou, com as cinco concessionárias da telefonia fixa local: Brasil Telecom, Oi/Telemar, Telefônica, CTBC Telecom

e Sercomtel, os Termos de Obrigações, marcando o início da operacionalização do PMU I e a contagem do prazo (nove meses) para as metas previstas. Tendo em vista que as concessionárias teriam até dezembro de 2007 para implantar os terminais, as informações referentes à execução do Projeto estão em fase de verificação, confirmação e consolidação. Desta feita, não é possível, ainda, avaliar a execução das metas anteriormente expostas para o Projeto.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A gerência usa mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, por meio de realização das reuniões de trabalho para identificar os problemas enfrentados e a utilização do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) para registro e acompanhamento das metas físicas das ações do Programa.

A execução física ficou abaixo de 40% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Contudo, os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes. Em relação à compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física, nota-se que os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Além disso, destaca-se a demora na definição dos projetos a serem implementados pelo Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não realiza parcerias não-governamentais para sua execução, porém possui mecanismos que promovem a participação social por meio da Ouvidoria da Anatel, que tem a característica de atender ao público interno e público externo. Dessa forma, demandas da sociedade que não tenham sido atendidas pela prestadora e pela Anatel têm ainda outro recurso para apresentar suas sugestões e críticas. Além disso, a sociedade pode interagir com a Anatel, através de diversos outros mecanismos, como cartas, e-mail, *Call-Center* (telefone 0800) ou indo diretamente à Sala do Cidadão, presente em todas as capitais brasileiras.

As sugestões e críticas apresentadas são utilizadas na elaboração de propostas e de melhorias na implementação do Programa.

O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários. Para aferir a satisfação dos beneficiários, a Anatel precisaria contratar uma pesquisa, o que não foi possível pelo fato dos recursos terem sido liberados para execução no final do exercício.

A gerência do Programa considera mister que a adequação do marco regulatório, em especial o Fundo para Universalização dos Serviços de telecomunicações (FUST) e a Lei Geral das Telecomunicações sejam adequados para possibilitar que o programa produza os resultados esperados, voltados para a universalização do acesso aos serviços de telecomunicações.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) destaca que até 2007, o Programa teve apenas resultados intermediários, conseqüência da imobilização gerada pelos marcos regulatórios defasados em relação ao problema que o Programa objetiva solucionar.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Análise e Difusão da Política Externa Brasileira

Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e Atendimento Consular

Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional

Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior

Ensino Profissional Diplomático

Promoção das Exportações

Relações do Brasil com Estados Estrangeiros

Relações e Negociações do Brasil no âmbito dos Organismos Internacionais

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério das Relações Exteriores (MRE), foram utilizados **R$ 1.642.200.591,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 1.966.881.218,00	Realizado orçamentário:	R$ 1.642.200.591,00
Recursos não-orçamentários previstos	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 1.966.881.218,00**	**Total realizado:**	**R$ 1.642.200.591,00**

Além disso, do total de **R$ 32.841.301,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 27.146.086,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MRE, no período do PPA 2004/2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	1279 Análise e Difusão da Política Externa Brasileira	0,49%	0,35%	0,62%	1,30%	0,68%
	0686 Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e Atendimento Consular	0,09%	0,14%	2,96%	3,30%	1,57%
	0684 Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional	2,26%	3,81%	2,37%	2,67%	2,84%
	0682 Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior	2,92%	2,39%	2,45%	2,54%	2,56%
	0685 Ensino Profissional Diplomático	0,40%	0,27%	0,32%	0,37%	0,34%
	0355 Promoção das Exportações	1,35%	1,20%	1,38%	1,31%	1,30%
	1264 Relações do Brasil com Estados Estrangeiros	41,60%	30,83%	35,24%	36,58%	35,67%
	1256 Relações e Negociações do Brasil no âmbito dos Organismos Internacionais	4,67%	6,91%	3,80%	3,70%	4,89%
Finalístico Soma		**53,78%**	**45,89%**	**49,15%**	**51,77%**	**49,85%**
Gestão de Políticas Públicas	0681 Gestão da Participação em Organismos Internacionais	43,34%	51,64%	47,64%	46,30%	47,55%
	0683 Gestão da Política Externa	2,88%	2,47%	3,21%	1,93%	2,61%
Gestão de Políticas Públicas Soma		**46,22%**	**54,11%**	**50,85%**	**48,23%**	**50,15%**
Total Global		**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

Em 2007, mantiveram-se os esforços das unidades do MRE para o alcance dos objetivos setoriais do órgão no âmbito do PPA, sempre em consonância com a Orientação Estratégica de Governo. Constitui objetivo básico da diplomacia brasileira fazer do Brasil uma nação respeitada internacionalmente, capaz de dar sua contribuição à paz e ao desenvolvimento de todos os povos. A atuação internacional brasileira com vistas ao fortalecimento da integração sul-americana, tendo o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) como elemento decisivo para a intensificação do diálogo político, do comércio e da cooperação com os países da América do Sul, figura como um dos objetivos setoriais do MRE para o PPA e permaneceu, no último ano do quadriênio, como objetivo de grande relevância.

No tocante ao combate às assimetrias, destaca-se a aprovação dos 16 primeiros projetos do Fundo para a Convergência Estrutural no MERCOSUL (FOCEM), destinados a beneficiar as economias menores e as regiões menos desenvolvidas dos Estados partes, com montante fixado em US$ 100 milhões anuais. O Brasil, que aporta 70% do orçamento total do mecanismo, efetuou o depósito integral de suas contribuições relativas aos anos de 2006 e 2007. Além disso, em 2007, registrou-se intenso fluxo de visitas de mandatários sul-americanos, o que além de expressar evidente estreitamento de relações entre os países representados, resultou em grande número de acordos firmados e outras iniciativas de aproximação dos países da região. Ressalta-se, também, a assinatura da ata fundacional do Banco do Sul, em Buenos Aires, em 9.12.2007, que representou avanço importante para o objetivo de garantir a alocação de recursos financeiros em projetos que beneficiem a América do Sul, como alternativa a financiamentos de instituições de fora da região. Foi igualmente negociada, em 2007, a incorporação do Brasil como membro pleno da Corporação Andina de Fomento (CAF). A integração da infra-estrutura física da América do Sul é requisito fundamental para que o continente possa inserir-se de forma mais competitiva na economia mundial. O Grande Gasoduto do Sul, que teve seu primeiro trecho inaugurado em janeiro de 2007, constitui compromisso estratégico entre o Brasil e a Venezuela. A integração energética fortalece a integração econômica e social, contribuindo para a erradicação da pobreza e o lançamento do Corredor Interoceânico Brasil-Chile-Bolívia, em 16 de dezembro, é marco emblemático desse esforço conjunto.

Da mesma forma, a ampliação das relações com os países da região da América Central e do Caribe tem sido constante, traduzindo-se pelo notável incremento nas transações comerciais, pelo desenvolvimento de grande número de projetos de cooperação técnica, pelo aumento dos investimentos brasileiros e pela intensa atividade de visitas políticas do mais alto nível. Estiveram no Brasil, em 2007, os Presidentes do Panamá, da República Dominicana e de El Salvador, bem como o Primeiro-Ministro de Antígua e Barbuda e o Presidente eleito da Guatemala. As visitas do Presidente da República ao México, Honduras, Nicarágua, Jamaica e Panamá, as visitas do Ministro das Relações Exteriores a El Salvador e ao México, e as visitas dos Chanceleres do México, El Salvador, Panamá e Cuba ao Brasil, contribuíram significativamente para aprofundar as relações com aqueles países. Foi também instalada, em março, a Comissão Binacional entre o Brasil e o México. A presença do Brasil no Caribe se acentuou com o aumento do intercâmbio comercial, de visitas de alto nível e o processo de adesão ao Banco de Desenvolvimento Caribenho.

O Brasil participou ativamente em 2007 de mecanismos de concertação, consulta e cooperação regionais, bem como de foros de diálogo birregionais. No âmbito do Grupo do Rio, foi dedicada especial atenção ao apoio à Guiana na organização da 19ª Cúpula, realizada em março, em Georgetown (Guiana).

No marco da intensificação das relações com os países africanos, o Presidente da República realizou sua sétima viagem à África, em outubro de 2007. O Governo brasileiro buscou igualmente fortalecer os laços com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Nos meses de abril e maio, foram realizadas as primeiras eleições presidenciais no Timor-Leste após a Independência, obtida em 1999. Em coordenação com a CPLP, o

Brasil apoiou a organização do pleito, enviando juízes, militares e observadores. O Brasil continuou a impulsionar a cooperação Sul-Sul, e a fortalecer o Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) como foro de articulação de interesses compartilhados com a Índia e a África do Sul.

Entre os principais eventos desenvolvidos em 2007 para divulgação da imagem do Brasil no Exterior destacou-se o Mês do Brasil na Argentina, iniciativa que articulou eventos da cultura brasileira, nas áreas do cinema, literatura, teatro e música. Em cumprimento ao compromisso assumido pelos Presidentes Lula e Kirchner, a referida manifestação cultural foi organizada, em Buenos Aires, no período de 7 de setembro a 8 de outubro de 2007. Outros eventos foram igualmente realizados em atenção ao objetivo setorial de promover a imagem do Brasil no exterior, atingindo-se o total de 479 eventos, entre os quais o Festival de Dança do IBAS, realizado em Salvador, com a participação de grupos brasileiros, indianos e sul-africanos, bem como os eventos culturais promovidos por ocasião das visitas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia e ao México, quando foram organizadas as apresentações de Teresa Cristina e do Grupo Semente, a exposição da artista plástica Regina Silveira e o festival de gastronomia brasileira, entre outros.

Constitui ainda objetivo setorial do MRE a implementação de projetos de cooperação científica e tecnológica para o desenvolvimento de tecnologias de ponta. Nessa área, obteve-se significativo avanço, em 2007, com o lançamento do satélite sino-brasileiro CBERS-2B e a realização, em Pequim, de encontro técnico da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). Na ocasião, foi acordada a proposta de Plano de Trabalho em Ciência e Tecnologia (C&T) e intercâmbio de especialistas entre Brasil e China. Igualmente no âmbito da Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional ressaltam-se as seguintes iniciativas e projetos:

a) a intensificação do diálogo regional com a América do Sul para divulgação do Sistema Brasileiro de TV Digital;

b) a coordenação da participação brasileira no Programa de Ação Regional da América Latina e Caribe para a Sociedade da Informação;

c) a realização, no Rio de Janeiro, do 2º Fórum de Governança da Internet, da Organização das Nações Unidas (ONU);

d) a implementação de aproximadamente 1.400 acordos de cooperação;

e) a realização de vôos em colaboração com a Força Aérea Brasileira (FAB-MRE) a Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe para transporte de material necessário à implementação de projetos bilaterais de cooperação nas áreas de educação básica, formação profissional e saúde.

Dando seguimento à estratégia de atuação da diplomacia comercial para promoção do acesso de empresas brasileiras ao mercado internacional, e fomento à captação de

investimento estrangeiro, alcançaram-se avanços significativos na intensificação da integração sul-americana no que diz respeito ao comércio, aos investimentos e à cooperação entre os países da região, assim como maior aproximação econômico-comercial com a África e o Oriente Próximo. O aumento das relações comerciais do Brasil com países em desenvolvimento é evidente, tendo em vista que, em dezembro de 2007, 55% das exportações brasileiras destinaram-se a países pertencentes a esse grupo.

Da mesma forma, registrou-se importante avanço no relacionamento do Brasil com os países desenvolvidos. A visita do Presidente George W. Bush ao Brasil, seguida da viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a *Camp David*, dinamizou o diálogo entre o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA) sobre temas globais, e deu início à cooperação sobre etanol. Foi firmado com os EUA, Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis para promoção não apenas da cooperação bilateral, como para a criação de um mercado mundial de biocombustíveis, notadamente de etanol, e apoio a esse setor em países centro-americanos, caribenhos e africanos. Além disso, foi lançado o Fórum Internacional de Biocombustíveis, em Nova Iorque, em março, pelo Brasil, África do Sul, China, Comissão Européia, Estados Unidos e Índia, tendo por objetivo estabelecer diálogo de alto nível e coordenar posições sobre o assunto. Já foram realizadas duas reuniões do Fórum (Bruxelas e Nova Delhi). O Presidente da República participou como convidado de honra da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, realizada pela União Européia em julho, em Bruxelas. Em julho de 2007, ao final da Cúpula de Lisboa, foi lançada a Parceria Estratégica Brasil-União Européia, que contempla as seguintes áreas prioritárias: meio ambiente, biocombustíveis e C&T. O momento atual é de estruturação da referida parceria, com a possibilidade de inclusão de novas áreas temáticas, tais como diálogo sobre consumo e tráfico de drogas e investimentos.

Quanto às relações bilaterais com países da Europa, o Brasil recebeu diversas visitas de líderes europeus ao longo do ano, incluindo os Chefes de Estado ou de Governo da Alemanha, Dinamarca, Itália, Letônia e Luxemburgo, além do Papa Bento XVI. Em setembro, o Presidente da República realizou visita aos Países Nórdicos e à Espanha.

Entre as iniciativas para favorecer maior aproximação com os países da Ásia, o Brasil promoveu o lançamento do Ano de Intercâmbio Brasil-Japão, no contexto das comemorações do Centenário da Imigração Japonesa em 2008. Em junho, durante visita de Estado do Presidente da República à Índia, foram assinados acordos de cooperação em educação e co-produção audiovisual com aquele país e criado Fórum de *Chief Executive Officer* (CEOs) para estimular os negócios bilaterais. O aprimoramento das relações econômico-comerciais com China e Índia para a diversificação e o aumento da pauta de exportações brasileiras, incluindo produtos de maior valor agregado, e com vistas a atrair investimentos daqueles países para o Brasil, tal iniciativa representou esforço relevante na direção da ampliação das exportações brasileiras para mercados menos tradicionais. O Brasil sediou, em agosto de 2007, a 3ª Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), com a presença de 33 países, 22 Ministros de Estado (15 latino-americanos e sete asiáticos), ocasião em que se organizou, em paralelo, encontro de trabalho entre o MERCOSUL e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Registre-se que, em

setembro, o Presidente do Cazaquistão realizou visita de Estado ao Brasil, na primeira visita de um Chefe de Estado da Ásia Central à América do Sul.

Registrou-se igualmente no exercício de 2007, a assinatura do Memorando de Entendimento entre o Brasil e a ONU para Agricultura e Alimentação (FAO), com o objetivo de desenvolver cooperação na luta contra a fome e a desnutrição, fomentar a agricultura familiar e o desenvolvimento agrário, e promover a sanidade animal e vegetal em países da América Latina e do Caribe. Na ONU, o ano de 2007 foi marcado por ímpeto renovado no que diz respeito à reforma da organização e, particularmente, de seu Conselho de Segurança. O Brasil manteve sua cooperação com os parceiros do G-4 (Alemanha, Índia e Japão) e reiterou a importância da inclusão de países das regiões em desenvolvimento entre os novos membros permanentes. O Brasil organizou no Rio de Janeiro, em setembro, reunião ministerial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para discutir os desafios da governança internacional. Por ocasião da abertura da 62ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 25 de setembro de 2007, o Presidente da República lançou a proposta para que a ONU promova, 20 anos após a Rio-92, nova Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio+20) e ofereceu o Brasil como sede.

Em dezembro, o Brasil teve participação ativa na 13ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima em Bali, Indonésia, onde defendeu o uso das energias renováveis e incentivos positivos aos países que evitam o desmatamento. O tema da mudança do clima, que ganhou perfil inédito nas esferas política, científica e mediática ao longo do ano, continuará tendo tratamento prioritário em 2008. O Brasil presidirá em 2008 o grupo de trabalho encarregado das negociações referentes ao Mapa do Caminho que buscará alcançar um acordo internacional sobre mudança do clima.

No âmbito da participação brasileira em organismos internacionais, o MRE conseguiu resultados importantes no que se refere ao adimplemento dos compromissos assumidos pelo governo brasileiro. Além do mencionado pagamento do fluxo anual do FOCEM, foram efetuados, entre outros, os seguintes pagamentos:

a) passivo e fluxo anual, em quase sua totalidade, ao Sistema ONU;

b) fluxo anual à Central Internacional de Compra de Medicamentos;

c) passivo e fluxo anual à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Cultura e a Ciência (UNESCO);

d) passivo e parte do fluxo anual à Organização Internacional do Trabalho (OIT);

e) parcial do passivo à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA);

f) passivo e parte do fluxo anual à Organização dos Estados Americanos (OEA).

Considerando-se o objetivo setorial referente à promoção comercial do Brasil, destacam-se ainda a organização de 134 eventos tais como:

a) missões empresariais comerciais, feiras, organização de grupos executivos de trabalho e rodadas de consultas do Como Exportar para o Brasil;

b) elaboração de 17 novos manuais sobre *Como exportar para* (*nome do país*), em versão digital, e de 19 estudos adicionais de informação comercial;

c) atualização e criação de novas ferramentas no sítio *BrazilTradeNet*.

O Brasil manteve alto perfil de atuação no âmbito das negociações da Rodada *Doha* da Organização Mundial do Comércio (OMC), tendo exercido estreita coordenação com outros países em desenvolvimento, particularmente África do Sul, Argentina, China e Índia, para a consecução do objetivo de se chegar a resultado equilibrado e à altura do mandato da Rodada do Desenvolvimento, sobretudo na área agrícola.

Na condição de coordenador do G-20, o Brasil continuou a promover a unidade do Grupo na fase final das negociações comerciais e convocou duas reuniões ministeriais nos meses de junho e novembro de 2007, em Genebra.

No que diz respeito ao atendimento às demandas de assistência consular e de proteção a brasileiros residentes ou em trânsito no exterior, as repartições consulares registraram 8.656 casos de assistência prestada. Continuam em andamento projetos de aperfeiçoamento, produção e implantação dos novos documentos de viagem de brasileiros, bem como de aprimoramento dos programas de informática, que constituirão o Sistema de Controle e Emissão de Documentos de Viagem (SCEDV). A rede consular foi ampliada com a abertura de um novo Consulado-Geral em Vancouver, no Canadá e a edição de Decreto que cria o Vice-Consulado brasileiro em Lethem, na República da Guiana.

Em 2007, foram iniciadas as atividades da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB), criada pelo MRE. Suas primeiras ações foram voltadas ao apoio às comunidades brasileiras mais carentes e vulneráveis que vivem na Bolívia e no Paraguai. Mediante intensas negociações, com a participação de outros órgãos governamentais, evitou-se a expulsão de brasileiros que se encontram na zona de segurança fronteiriça boliviana. Busca-se, bilateralmente, alternativas de reassentamento baseadas em projetos de reocupação econômica. Foi renovado o acordo de regularização migratória Brasil-Bolívia. No Paraguai, graças a uma política intensiva de entendimentos com as autoridades locais, ativação de grupos de trabalho, contratação de advogados especializados e contatos diretos com populações brasileiras mesmo em locais inóspitos e de difícil acesso, foram obtidos avanços efetivos para equacionar a situação migratória e fundiária dos chamados "brasiguaios".

Realizaram-se, em outubro e novembro, reuniões de coordenação consular em Washington e Madri para examinar formas de apoiar a maior comunidade brasileira no exterior (nos EUA, encontram-se cerca de 1,3 milhões de brasileiros num total mundial estimado entre três e quatro milhões) e a que mais tem crescido (na Europa, encontra-se cerca de meio

milhão de brasileiros). Foram mantidas conversações em Tóquio sobre acordos bilaterais em matéria de previdência social e cooperação jurídica, cuja celebração beneficiará a comunidade brasileira no Japão.

No último ano, foram abertos novos postos de representação do Brasil junto a Estados estrangeiros e organismos internacionais:

a) Embaixada do Brasil em Nassau, Bahamas;

b) Embaixada do Brasil em Colombo, no Sri Lanka;

c) Missão junto à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), em Montreal;

d) Missão junto à Conferência do Desarmamento, em Genebra.

Em atendimento ao objetivo setorial, alinhado ao desafio de promover a redução das desigualdades raciais que compõe o Megaobjetivo I (Inclusão Social e Redução das Desigualdades Sociais) da Orientação Estratégica de Governo, de ampliar e aperfeiçoar o programa de ação afirmativa no processo de seleção de diplomatas para composição do quadro do Serviço Exterior Brasileiro, o Instituto Rio Branco divulgou o Programa IRBr Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia nos meios de comunicação e realizou concurso para seleção dos candidatos, que resultou na concessão de 20 bolsas a candidatos afro-descendentes com vistas à preparação para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD). Quanto aos objetivos, igualmente expressos na Orientação Estratégica do Ministério, de promoção do desenvolvimento de pesquisas em relações internacionais, preservação da memória da atuação da diplomacia brasileira e divulgação da História Diplomática do Brasil, o MRE contou com o desempenho notável da Fundação Alexandre de Gusmão que, entre outras atividades, publicou 93 livros que tratam de temas de política externa brasileira ou de história diplomática e organizou vários eventos na área de política externa, incluindo encontros e conferências com a participação de Diplomatas e Acadêmicos estrangeiros.

Muitos fatores contribuíram para o sucesso do conjunto de Programas desenvolvidos pelo MRE no alcance ou até mesmo na superação das metas previstas, e na conseqüente confluência desses resultados obtidos para atingir os objetivos expressos na Orientação Estratégica do Ministério. Em 2007, entre os esforços envidados nesse sentido, pode-se citar, a realização de concurso público para admissão à Carreira de Diplomata, com o preenchimento de 101 vagas, a qualificação de mais de 1.200 servidores, bem como a continuidade no processo de modernização da aparelhagem das unidades da secretaria de Estado e dos postos no exterior, com instalação de novas estações de trabalho, o desenvolvimento de novos sistemas, aperfeiçoamento de outros e remodelagem de sítios na Internet que servem de instrumento de trabalho para as unidades no Brasil e no Exterior.

O Ministério tem obtido desempenho bastante satisfatório no que diz respeito ao alcance dos resultados esperados e à garantia de eficiência do gasto.

Em 2007, as Ações dos Programas sob a responsabilidade do MRE, em sua maioria, obtiveram execução física igual ou superior a 100%. A definição de indicadores de desempenho para os programas, no entanto, constitui um desafio importante a este Ministério cuja atividade-fim gera resultados de difícil mensuração. Ademais, a natureza das atividades finalísticas do Itamaraty dificulta, muitas vezes, a intensa participação social na gestão dos Programas sob a responsabilidade do Ministério. No entanto, nas ações em que essa participação é possível, iniciativas têm sido tomadas a fim de intensificar a participação da sociedade. Como exemplos, podem ser citadas:

a) a criação de uma Ouvidoria para ampliar, tanto quanto possível, os canais de interlocução entre as áreas competentes do Ministério e a sociedade, no que diz respeito à assistência e ao atendimento consular;

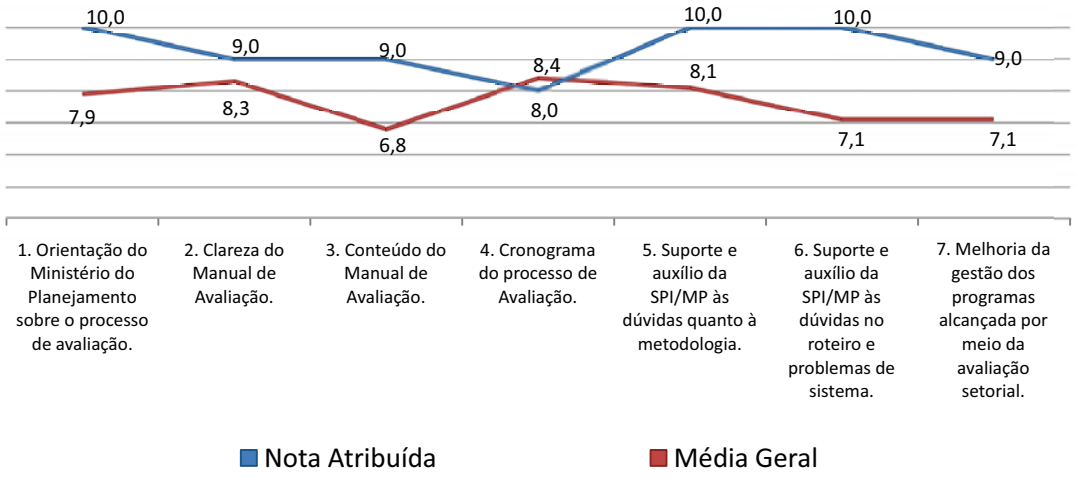
b) a realização de reuniões com grupos de interesse no âmbito do Programa Promoção das Exportações;

c) o atendimento a consultas enviadas pela ferramenta Fale conosco disponível no sítio *BrazilTradeNet*.

Quanto à dimensão territorial do gasto, registra-se que grande parte das ações do Itamaraty tem repercussão fora do Brasil, por meio das quais é mantida a rede de postos - embaixadas, consulados, escritórios - no exterior. Essas ações têm sua dimensão territorial muito bem definida e trazem, em sua própria designação, a região geográfica à qual os gastos se referem. A utilização do modelo de gestão estruturado por programas e ações, bem como o uso do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) como ferramenta para o registro e monitoramento da execução física e financeira das ações são práticas de gestão às quais o Itamaraty teve que se adaptar ao longo dos anos de vigência do PPA 2004-2007. Nesse sentido, a publicação, em 2006, de versão atualizada da Portaria de Gestão do Plano no MRE e a designação de uma unidade administrativa para atuar no papel de Unidade de Monitoramento e Avaliação foram iniciativas de grande impacto no funcionamento da estrutura do Plano Plurianual no Ministério. Ainda são registradas algumas dificuldades decorrentes de desajuste entre a estrutura programática do PPA e a estrutura organizacional rígida e bastante hierarquizada do Ministério. Contudo, a Unidade de Monitoramento e Avaliação tem mediado a comunicação entre gerentes dos programas e coordenadores de ação, o que tem facilitado o cumprimento das rotinas de monitoramento e registro de dados referentes à execução física e financeira das ações no SIGPlan. Nas avaliações realizadas pelos gerentes dos programas, verificou-se que a insuficiência de recursos humanos para desempenho das atividades, uma antiga demanda do MRE, confirma-se como desafio a ser enfrentado pelas equipes de gestão dos programas e execução das ações. Novos concursos para admissão têm sido realizados a fim de compor, a contento, o quadro funcional deste Ministério.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MRE mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MRE e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



ANÁLISE E DIFUSÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

GERENTE DO PROGRAMA

José Jeronimo Moscardo de Souza

OBJETIVO

Difundir as pesquisas sobre relações internacionais e política externa brasileira de modo a esclarecer a opinião pública sobre as relevantes questões mundiais.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade, meio acadêmico e diplomático

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 12.070.702,00	Empenho Liquidado:	R$ 10.824.142,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 10.824.142,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Difusão da Política Exterior Brasileira – Porcentagem	80.00	86.00	-	-	98.00	-
2. Taxa de Evolução da Divulgação da Política Externa Brasileira em Relação ao Ano Anterior – Porcentagem	-	-	113.00	62.40	64.00	97,50%

1. TAXA DE EVOLUÇÃO DA DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR

Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O indicador foi alterado a partir de 2006. Até 2005, o indicador era calculado pelo quociente entre o total de pesquisas publicadas sobre o total de pesquisas realizadas. A partir de 2006, o indicador passou a ser calculado pelo número de atividades de divulgação realizadas no exercício sobre o número de atividades de divulgação realizadas no ano anterior (em %).

CONTEXTUALIZAÇÃO

A necessidade de maior conhecimento do público em geral sobre a atividade diplomática brasileira e sobre temas de política internacional justifica o Programa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Publicados 93 livros sobre temas da política externa brasileira, de relações internacionais e de história diplomática.

- Realizados 45 eventos (palestras, exposições, seminários, conferências, encontros).

- Realizado o II e o III Curso para Diplomatas Sul-Americanos.

- Realizado o Encontro de Economistas Sul-Americanos e a série Encontro com o Barão, sendo que esse último teve como conferência o Acadêmico Ariano Suassuna.

- Realizados 5 Seminários Preparatórios para a II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - II CNPEPI (África, América do Sul, Rússia, Europa e Estados Unidos).

- Realizada a II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - II CNPEPI - O Brasil e o Mundo que vem aí.

- Atualizada a Biblioteca Digital, na Internet, com a inserção de 93 livros editados em 2007, além dos livros editados pela Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG) nos anos anteriores.

- Reformulado o sítio da FUNAG, o qual recebeu nos últimos três meses de 2007 cerca de 96.000 acessos.

- Ampliadas as doações e vendas de livros na loja e no sítio da FUNAG, além de participação em feiras e contratos de consignação com distribuidoras, livrarias e bancas.

- Economia de 25,90% para a Administração, em função das dispensas de licitação realizadas por meio de cotações eletrônicas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A ação finalística do Programa, Pesquisas sobre Relações Internacionais e Política Externa Brasileira, tinha meta prevista de 54 pesquisas e um resultado realizado de 138. Portanto, as metas físicas foram superadas em 155%. Os recursos descentralizados obtiveram um resultado muito positivo em suas aplicações e alcance de metas previstas. Houve contingenciamento e não foi atendida a solicitação para abertura de crédito com vistas à utilização dos recursos de saldos de exercícios anteriores.

Há necessidade de contratação de recursos humanos adequados e melhor preparados, selecionados por meio de concurso público. Porém, é fundamental que o Plano de Carreira da Fundação seja aprovado antes da realização de concurso público para que possam ser exigidos os níveis de qualificação e pré-requisitos fundamentais às atividades gerenciais do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Ainda, sobre a participação social, são realizadas reuniões permanentes com os grupos de interesse. As atividades implementadas são divulgadas e abertas para a participação do público-alvo do Programa. São recebidas constantemente manifestações por *e-mail* e pelo sítio da FUNAG, além da avaliação informal dos participantes dos eventos que integram as atividades deste Programa. Os membros das equipes do Programa contribuem com sugestões e críticas, além de participarem de todas as atividades. Ademais, são discutidas permanentemente as sugestões e críticas apresentadas por parceiros e beneficiários do Programa.

Há uma política de distribuição de livros para os formadores de opinião, bibliotecas e outros interessados, bem como são implementadas várias formas de aquisição de livros ao público. As publicações também são disponibilizadas pela Biblioteca Digital da FUNAG, de forma gratuita, de modo a contribuir para que seja alcançado o maior número possível de pessoas.

ASSISTÊNCIA A CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR E ATENDIMENTO CONSULAR

GERENTE DO PROGRAMA

Eduardo Ricardo Gradilone Neto

OBJETIVO

Prestar assistência aos cidadãos brasileiros no exterior e dar ao público atendimento consular de qualidade.

PÚBLICO-ALVO

Cidadãos brasileiros no exterior e estrangeiros demandantes de atendimento consular brasileiro

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 35.000.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 27.422.571,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 27.422.571,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Assistência a Brasileiros no Exterior - 1/1.000	-	-	2.80	3.40	3.00	113,33%

1. COEFICIENTE DE ASSISTÊNCIA A BRASILEIROS NO EXTERIOR

Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Não é possível avaliar a precisão desse índice em vista da dificuldade de apuração do número exato de brasileiros que residem ou se encontram no exterior.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa reflete a competência do Ministério das Relações Exteriores (MRE) sobre a prestação de serviços consulares, especialmente, aqueles em situação de desvalimento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Foram assistidos 8.656 brasileiros no exterior. A assistência constitui-se, basicamente, em pequenos auxílios com transporte, alimentação, hospedagem, contratação de assistência jurídica e repatriações.

• Atendimento consular ao público-alvo do programa (256.845 cidadãos atendidos no que diz respeito a passaportes).

• Foi criada em 2008, uma Ouvidoria do Serviço Consular, que ainda não está operando por falta de estrutura física e pessoal.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A cada ano, as embaixadas, consulados e vice-consulados enviam à Secretaria de Estado um relatório de gestão de todas as atividades efetuadas no âmbito consular: assistência em geral, visitas a detentos, reuniões com autoridades locais e número de brasileiros beneficiados.

Os postos preenchem, anualmente, o Relatório Consular (RCN), no qual constam dados sobre os postos propriamente ditos, renda consular, atos notariais, documentos de viagem e vistos expedidos, etc.

O Programa precisa ser mais bem-estruturado no que diz respeito à padronização e à sistematização de procedimentos em geral. O número insuficiente de funcionários prejudica essa sistematização. É preciso, no entanto, ter presente que o caráter emergencial intrínseco da assistência consular requer um longo processo de maturação de procedimentos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Por tratar-se de assistência emergencial, o número de pessoas assistidas no exterior pode variar amplamente de ano para ano. Presume-se, no entanto, que a demanda deverá aumentar, acompanhando a tendência que se verifica com o aumento da comunidade brasileira no exterior. No ano de 2007, não houve grandes situações de emergência em países com presença expressiva de brasileiros (catástrofes climáticas, terremotos ou convulsões políticas e sociais importantes) que justificassem um acréscimo sensível no número de indivíduos assistidos. O MRE estima que o total da comunidade brasileira no exterior esteja entre 2.500.000 e 4.000.000 de pessoas.

COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA INTERNACIONAL

GERENTE DO PROGRAMA

Hadil Fontes da Rocha Vianna

OBJETIVO

Aprofundar a cooperação científica, técnica e tecnológica entre o Brasil e os países com os quais mantém relações diplomáticas.

PÚBLICO-ALVO

Governos de países parceiros tradicionais ou não-tradicionais, comunidade científica, tecnológica e acadêmica nacional e internacional, instituições de pesquisa e de ensino superior no Brasil e no exterior, setor empresarial nacional e internacional e organismos internacionais de interesse estratégico

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 24.500.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 22.230.604,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 22.230.604,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Crescimento da Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica em Relação ao Ano Anterior - Porcentagem	-	-	52.00	27.00	14.29	188,94%

1. TAXA DE CRESCIMENTO DA COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 supera em quase em 13 pontos percentuais o previsto para o final do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa visa atender às competências do Ministério das Relações Exteriores (MRE), mediante negociação de acordos, projetos e programas de cooperação internacional; viabilização de instrumentos de cooperação, gestão estratégica do conhecimento e da informação; e concessão de bolsas e intercâmbio de pesquisadores, especialistas e técnicos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Diálogo regional com a América do Sul para divulgação do Sistema Brasileiro de TV Digital.

- Cooperação Brasil-China, registrando o lançamento do satélite sino-brasileiro CBERS-2B e a realização em Pequim de encontro técnico da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) com proposta de Plano de Trabalho em Ciência e Tecnologia (C&T) e intercâmbio de especialistas.

- No contexto multilateral, foi realizado em novembro, no Rio de Janeiro, o 2º Fórum de Governança da Internet, das Nações Unidas com representantes de governos, da sociedade civil, da iniciativa privada e da academia para debater questões relativas à governança da rede mundial de computadores.

- Coordenou-se a participação brasileira no âmbito do Programa de Ação Regional da América Latina e Caribe para a sociedade da Informação (*e*-LAC 2007).

- Com relação à propriedade intelectual, em 2007, merece destaque a aprovação, no âmbito da XXXIV Assembléia-Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), a iniciativa denominada de Agenda para o Desenvolvimento, proposta por Brasil e Argentina, no sentido de sugerir a incorporação de 45 recomendações da temática do desenvolvimento às atividades de todos os órgãos da OMPI. Além disso, a XXXIV AG-OMPI referendou a criação do Comitê sobre Desenvolvimento e Propriedade Intelectual (CDIP), que deverá ocupar-se da implementação das propostas relativas à Agenda.

- Proposta, na Organização Mundial do Comércio (OMC), a compatibilização do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e a introdução do requisito de divulgação (disclosure) da origem de recursos biológicos e/ou conhecimento tradicional associado e utilizado em invenções as quais se apliquem direitos de propriedade intelectual.

- Acompanhamento da execução de 100 projetos de cooperação técnica bilateral prestada e organização de 119 atividades isoladas e 121 missões de prospecção isoladas.

• Assinatura de dois novos acordos básicos de cooperação técnica, 71 ajustes complementares, 11 protocolos de intenção e 16 memorandos de entendimento, 10 acordos setoriais, um convênio e duas declarações conjuntas para cooperação técnica.

• Participação direta na aprovação e/ou revisão de 417 instrumentos de cooperação técnica e acompanhamento de aproximadamente 430 projetos e atividades.

• Coordenação das atividades de quatro centros de formação profissional em parceria com o Senai (Paraguai, Cabo Verde, Angola e Timor-Leste).

• Apoio à reestruturação do telecentro de Luanda-Angola.

• Realização, na Jamaica, de seminários sobre biodiesel, com a participação do Presidente da República.

• Realização de vôos de cooperação Força Aérea Brasileira (FAB)-MRE a Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, que transportaram material necessário para a implementação de projetos bilaterais de cooperação nas áreas de educação básica, formação profissional e saúde.

• Transferência de recursos para a continuidade da cooperação militar bilateral no Timor-Leste com o intuito de formar sargentos, contribuindo para o fortalecimento institucional dos órgãos estatais daquele país.

• Contribuições ao Fundo Especial da CPLP, que permitiram a execução de projetos multilaterais voltados para os países lusófonos, como, por exemplo, a capacitação na gestão de projetos; o programa de iniciação científica em universidades federais brasileiras; e curso de qualificação no ambiente esportivo na Universidade de Brasília.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução orçamentária foi de 80% a 100% do previsto na Lei de Orçamento Anual (LOA) 2007. As ações que compõem o Programa alcançaram no mínimo 75% e até mais de 100% de execução das metas inicialmente previstas, conforme o caso. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. As ações atingiram resultados próximos ao esperado e, no caso da Ação Cooperação Técnica Internacional, a previsão foi superada, conforme indicam os resultados do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa trata de um conjunto de atividades de cooperação científica, técnica e tecnológica entre países, não havendo, portanto, mecanismos possíveis para participação social de forma direta.

DIFUSÃO DA CULTURA E DA IMAGEM DO BRASIL NO EXTERIOR

GERENTE DO PROGRAMA

Paulo César Meira de Vasconcellos

OBJETIVO

Ampliar o conhecimento de governos e povos estrangeiros sobre a cultura, a sociedade brasileira e as políticas interna e externa do País.

PÚBLICO-ALVO

Governos estrangeiros, entidades culturais, comunidade internacional, populações e empresas estrangeiras, meios de comunicação de massa nacionais e internacionais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 28.000.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 21.121.694,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 21.121.694,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Alunos Estrangeiros Formados nos Cursos de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira – Pessoa	25000.00	31021.00	22148.00	30000.00	20000.00	150%

1. NÚMERO DE ALUNOS ESTRANGEIROS FORMADOS NOS CURSOS DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA
Valor do índice alcançado ao final do Plano Plurianual (PPA) em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007, o indicador Número de Alunos Estrangeiros Formados nos Cursos de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira apresentou índice acima de 30.000, número superior à meta estabelecida, de 20.000 alunos formados para o final do período de 2007. A variação positiva do índice está diretamente relacionada ao aumento geral do interesse dos alunos estrangeiros pelo aprendizado da língua portuguesa e revela, em última análise, os resultados positivos alcançados pelo Programa em 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O trabalho de divulgação da imagem do Brasil no exterior advém da necessidade de difundir a realidade e cultura brasileira no exterior, sem escamotear seus aspectos negativos, mas identificando sua complexidade e os esforços empreendidos pela sociedade civil e pelo Governo brasileiro em resolver as questões pendentes.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Manutenção do número de alunos matriculados nos cursos da Rede Brasileira de Ensino da Língua Portuguesa no Exterior (RBEx) no patamar de 30.000 estudantes, consideravelmente, acima da meta prevista de 22.000 alunos.

• Aprovação de 2.985 candidatos no exame para a obtenção de Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras).

• Foram criados os Centros de Estudos Brasileiros (CEBs) Praia e São Tomé, que iniciarão suas atividades em breve. Foram, ainda, encomendados estudos para a criação de CEBs na Guatemala, em São Domigos, no Panamá, em Tegucigalpa e em Dacar.

• O Programa Estudante - Convênio de Graduação (PEC-G), administrado pela Divisão de Temas Educacionais (DCE/MRE) e pela Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC), oferece ingresso sem exame vestibular e vagas gratuitas em universidades brasileiras para alunos extrangeiros para cursos de graduação. O PEC-G beneficia 46 países em desenvolvimento da América Latina, do Caribe, da África e da Ásia. Dele participam, com o oferecimento de vagas nos diversos cursos de graduação, 84 instituições de ensino superior brasileiras. Em 2007, foram selecionados 840 alunos de um total de 1.023 candidatos. Entre os estudantes do PEC-G, aproximadamente, 153 receberam bolsas de estudos emergenciais, benefício no valor de R$ 500,00, concedido aos que passam por dificuldades financeiras. O dispêndio total com as bolsas emergenciais em 2007 foi de R$ 246.420,00. Em 2007, os estudantes africanos carentes do PEC-G puderam ser beneficiados pelos vôos da rota do Correio Aéreo Nacional, coordenados pela Divisão da África-II e pela Aeronáutica.

• Ao todo foram organizados ou apoiados 479 eventos. Entre os principais eventos de divulgação do Brasil no Exterior desenvolvidos em 2007 podemos destacar:

a) Mês do Brasil na Argentina - em cumprimento ao compromisso assumido pelos Presidentes Lula e Kirchner, foi organizado, em Buenos Aires, de 07 de setembro a 08 de outubro de 2007, o Mês do Brasil na Argentina, iniciativa que contou com eventos de cultura brasileira, nas áreas do cinema, literatura, teatro e música;

b) eventos culturais no contexto de visitas presidenciais à Índia e ao México.

Durante as visitas do Presidente da República à Índia e ao México, no primeiro semestre de 2007, foi organizado eventos incluindo show de Teresa Cristina e Grupo Semente, exposição da artista plástica Regina Silveira e festival de gastronomia brasileira;

c) Festival de Dança e Música do Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), em Salvador, no final de outubro de 2007, seguindo o acordado na Comissão Mista do IBAS, contando com a participação de grupos brasileiros, indianos e sul- africanos.

• Em 2007, foram impressas as versões em inglês e russo da revista Textos do Brasil nº 12, Música Erudita Brasileira, as edições Obras de Integração Física na América do Sul (português e inglês), Indústria no Brasil (português, inglês e espanhol) e Biocombustíveis no Brasil (português) da coleção Temas do Brasil, a versão em inglês da revista Brasil Criança e a revista Mundo Afora nº 4 - Programas de Financiamento à Educação Superior.

• Foram também reimpressas as versões em inglês e japonês da revista Brasil em Resumo e os livros Igrejas Históricas de Salvador e Tons e Sons do Rio de Janeiro (em inglês). Foram distribuídos aos postos no exterior 5.000 exemplares de publicações produzidas pela DIVULG e 18.000 publicações editadas por outros órgãos e empresas, além da distribuição semanal de 141 periódicos como Veja, IstoÉ e Carta Capital. E também: 31 mapas políticos do Brasil, 41 folhetos turísticos, duas coleções de partituras da Fundação Nacional de Artes (Funarte), três retratos oficiais do Presidente da República, 10 DVDs de filmes brasileiros, 26 DVDs com documentários sobre o Brasil e 207 CDs de música brasileira.

• Foram apoiadas, aproximadamente, 121 iniciativas de promoção do cinema brasileiro no exterior, entre os quais se destacam o Brazilian Film Festival em Miami, Nova Iorque, o Festival Internacional de Cinema de Berlim, o Festival Internacional de Cinema de Roma, o Festival Internacional de Cinema de Mar del Plata, o 9° Festival de Cinema Brasileiro de Paris, o Festival Internacional do Novo Cinema Latino-Americano, em Cuba, o Festival Internacional de Cinema de Washington e o Toronto International Latin Film Festival. Cabe mencionar, além dessas atividades, a realização do II Prêmio Itamaraty para o Cinema Brasileiro, bem como a aquisição de 46 títulos brasileiros em DVD, para compor o acervo dos postos, que deverão realizar, periodicamente, exibições dos filmes para o público local.

• O Programa Formadores de Opinião (PFO) teve onze edições em 2007: duas com diplomatas sul-americanos, sete com jornalistas (indianos, bolivianos, equatorianos, paraguaios, uruguaios, nórdicos, argelinos, espanhóis e chineses), uma com servidores públicos da área cultural de Barbados e uma por ocasião de visita do Ministro da Cultura do Haiti. Foram promovidas visitas à Presidência da República, aos Ministérios das Relações

Exteriores, da Saúde e da Agricultura, e a empresas estatais e privadas, museus e galerias de arte, projetos sociais e locais de manifestações culturais tradicionais, como: Banco Central, Petrobras, Fiocruz, BNDES, Inmetro, Furnas, Abiec, Febraban, Embraer, Embrapa, Sebrae-DF, Fiesp, Transpetro, Inpe, Codevasf, Instituto Butantan, Rede Globo, Valor Econômico, CTA, MAC-Niterói, MAM-BA, Viva-Rio, escola de samba Mangueira e Pelourinho.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Apesar de contingenciamento orçamentário os resultados do Programa mantiveram-se dentro do esperado com execução física de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. A condução das atividades de Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior não sofreu solução de continuidade uma vez que os recursos financeiros foram liberados regularmente. Houve contingenciamento da ordem de 22,5% dos recursos orçamentários previstos. O contingenciamento se deu, principalmente, em recursos destinados a despesas de capital, o que representou limitação no atendimento de projetos voltados para aquisição de bens de caráter permanente.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa busca promover atividades culturais de conteúdo social com vistas a garantir a participação de movimentos e manifestações artísticas dessa natureza.

No início do exercício financeiro os postos no exterior enviam ao Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores (MRE) suas propostas anuais de trabalho que são avaliadas em reuniões plenárias com os chefes das divisões subordinadas ao departamento à luz da previsão orçamentária e do cronograma de desembolsos para o exercício. Desenha-se, assim, a previsão das atividades para o ano. Ao longo de todo o período, são realizadas reuniões de acompanhamento e de avaliação dos projetos realizados pelos postos no exterior.

Iniciativas nas áreas de educação, de divulgação da cultura e da imagem do Brasil no exterior são avaliadas *in loco* por representantes brasileiros nas embaixadas, nos consulados ou nas delegações no exterior, ou ocasionalmente, em razão de sua relevância, são realizadas missões de avaliação dessas atividades.

Um exemplo de contribuições da participação social para os resultados do Programa é a cooperação educacional que constitui importante instrumento de política externa brasileira com a América Latina, Caribe e África. Nesse contexto, destacam-se os Programas de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e Pós-Graduação (PEC-PG), que oferecem ingresso em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras.

Alguns dos parâmetros de avaliação da satisfação dos beneficiários utilizados são:

a) ensino de português (número de alunos aprovados anualmente);

b) programas PEC-G e PEC-PG (número de candidatos às vagas oferecidas a estudantes estrangeiros);

c) eventos de divulgação da cultura e promoção do audiovisual (com repercussão na imprensa local e indicativos de público que comparece aos eventos);

d) Programa de Formadores de Opinião (repercussão na imprensa local).

Foi possível repassar para a RBEx recursos superiores aos disponibilizados em 2006, que permitiram atender às iniciativas das unidades e, em alguns casos, expandir as atividades, possibilitando maior divulgação da língua portuguesa e da cultura brasileira.

ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMÁTICO

GERENTE DO PROGRAMA

Fernando Guimarães Reis

OBJETIVO

Formar e aperfeiçoar pessoal para o serviço exterior brasileiro.

PÚBLICO-ALVO

Candidatos à carreira diplomática, com destaque aos afro-descendentes, diplomatas, oficiais de chancelaria e servidores públicos atuantes na área de política externa

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 4.000.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 3.087.147,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 3.087.147,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Habilitação de Profissionais em Relação à Demanda do Órgão – Porcentagem	34.00	36.00	87.41	90.05	100.00	90,05%

1. TAXA DE HABILITAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM RELAÇÃO À DEMANDA DO ÓRGÃO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Tendo em vista que, no ano de 2007, 181 diplomatas foram aprovados nos cursos realizados no Instituto Rio Branco (IRBr) - 26 no curso de formação, 100 nos dois Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e 55 no Curso de Altos Estudos (CAE) - a meta originalmente prevista para o final do PPA 2004/2007 já foi superada.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A inserção internacional do Brasil, crescentemente complexa, requer um constante aprimoramento do pessoal diplomático, que deve estar apto a lidar com os mais diversos aspectos da cena internacional e a defender os interesses do País nos âmbitos bilaterais e multilaterais. O Programa visa a capacitar o diplomata a tratar com igual competência

de temas que vão dos direitos humanos ao meio ambiente, da promoção comercial à difusão cultural. A coincidência de diversas frentes de negociação no âmbito comercial, Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), Organização Mundial do Comercial (OMC), entre outras, nas quais o Brasil têm importantes interesses a defender, enseja um esforço adicional de aprimoramento na área de relações comerciais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização de concurso público de Admissão à Carreira Diplomática, com preenchimento de 101 vagas entre 8666 candidatos inscritos. O concurso foi divulgado em todas as capitais dos Estados da Federação e as provas se realizaram em 17 cidades e no Distrito Federal. A seleção realizou-se exclusivamente por mérito intelectual.

- Conclusão do Curso de Formação do Instituto Rio Branco por 26 Terceiros Secretários. Os alunos do Instituto Rio Branco freqüentaram aulas regulares das disciplinas fundamentais para a sua formação profissional e assistiram a 86 palestras e cursos de curta duração com importantes personalidades brasileiras e estrangeiras, em assuntos relevantes para a formação acadêmica e profissional do futuro diplomática.

- Realização de dois Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD). 43 diplomatas foram aprovados no primeiro CAD e 57 no segundo. O CAD cumpriu a função de aprofundar e atualizar os conhecimentos necessários ao desempenho das funções exercidas por Segundos Secretários. A divulgação do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática ocorreu por meio de palestras e contatos com a imprensa e instituições de ensino superior nos Estados em que se realizaram as provas.

- Realização de duas edições do Curso de Altos Estudos (CAE), com o objetivo de atualizar e aprofundar os conhecimentos necessários ao desempenho das funções exercidas pelos Ministros de Primeira e Segunda Classe. 71 diplomatas participaram do Curso de Altos Estudos, dos quais 55 obtiveram aprovação.

- Concessão de 20 Bolsas-Prêmio de Vocação para a Diplomacia a candidatos afro-descendentes para se prepararem para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática. A concessão de bolsas foi realizada por meio de concurso divulgado nos meios de comunicação.

- Concessão de oito bolsas para o ensino de inglês a estudantes indígenas.

- Houve ainda a realização de concurso público de Admissão à Carreira Diplomática, com preenchimento de 101 vagas entre 8.666 candidatos inscritos. O concurso foi divulgado em todas as capitais dos Estados da Federação e as provas se realizaram em 17 cidades e no Distrito Federal. A seleção realizou-se exclusivamente por mérito intelectual.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O número de 294 alunos, referente à quantidade total de diplomatas matriculados na unidade obtido em dezembro, engloba os 98 diplomatas matriculados no segundo ano do curso de formação, os 103 diplomatas matriculados no primeiro ano do curso de formação e os 93 diplomatas matriculados no CAE.

Quanto à concessão de bolsas, a meta de 28 bolsas concedidas refere-se tão-somente à atuação do IRBr e corresponde à soma das bolsas concedidas a candidatos afro-descendentes e indígenas. No que tange especificamente ao Programa de Ação Afirmativa que concede as Bolsas-Prêmio de Vocação à Diplomacia a cidadãos afro-descendentes, os recursos do IRBr corresponderam a 20 bolsas. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão que também participa da iniciativa, e outros órgãos participantes, contribuíram com recursos que permitiram a concessão de 23 bolsas adicionais, totalizando 43 Bolsas-Prêmio concedidas. Adicionando-se a tal número as oito bolsas de estudo concedidas a indígenas, chega-se ao número de 51, o que levaria a uma superação da meta da Lei de Orçamento Anual (LOA) de 2007 que era de 50 bolsas. Entende-se, porém, que não seria correta a previsão de 50 bolsas na LOA de 2007, porque o IRBr responde por apenas 20 das 43 bolsas oferecidas no Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco (IRBt). No âmbito desse Programa, o CNPq vem realizando com alta competência a importante função de administrar a logística da concessão das Bolsas-Prêmio de Vocação para a Diplomacia.

No que tange à execução financeira, cabe ressaltar que, até 04.12.2007, o orçamento não havia sido totalmente descontingenciado. O Instituto conseguiu empenhar 95,54% do valor disponível até aquela data, uma gestão financeira bastante satisfatória. Infelizmente, porém, tal prática de descontigenciamento parcelado e incerto do orçamento do IRBr levou o Instituto a adotar uma postura demasiadamente conservadora na administração de seus recursos em 2007, o que o levou a garantir o pagamento de despesas básicas, como as relativas aos contratos, à remuneração de professores e às bancas de seus cursos.

Com esta postura, o IRBr deixou de investir em melhorias nos seus cursos e instalações. O Instituto não pôde, por exemplo, realizar a indispensável expansão e atualização de sua biblioteca, programada desde 2006. Este contigenciamento também comprometeu o oferecimento de cursos como o CAD e a instituição do Curso de Atualização em Política Externa (CAP). Além disso, saliente-se que a existência de apenas oito dias úteis entre o descontingenciamento orçamentário e o prazo final para empenhos no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que ocorreu no dia 14.12.2007, não permitiu a finalização dos processos administrativos necessários para o correto dispêndio de dinheiro público.

No âmbito da Ação Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas, os alunos do Instituto são constantemente avaliados pelos professores e pela Coordenação de Ensino, por meio de provas e outras atividades acadêmicas. Passam ainda por avaliação por parte das chefias das unidades em que realizam estágios acadêmicos, seja em Brasília, seja em missões sediadas no

exterior. O curso de formação está ainda sujeito ao crivo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, relacionada ao Ministério da Educação (CAPES/MEC) a quem devem ser submetidos relatórios periódicos. Os cursos de aperfeiçoamento integram o sistema de avaliação do mérito dos membros da carreira de diplomata e contam com a participação e colaboração de conhecidos professores de outras instituições de ensino superior pública e privada. Todos esses procedimentos de avaliação fornecem informações fundamentais para o desempenho do Programa de Ensino Profissional Diplomático.

Quanto à Ação Concessão de Bolsas de Estudo a Candidatos Afro-descendentes à Carreira Diplomática, os bolsistas recebem orientação dos diplomatas de carreira em seus estudos para o concurso de admissão. O Instituto Rio Branco busca promover reuniões entre os bolsistas e os alunos do Curso de Formação de Diplomatas. Essas reuniões servem para que os bolsistas estabeleçam contato com integrantes da carreira diplomática e possam tirar dúvidas não apenas sobre o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD), mas também sobre a própria carreira. Nessas ocasiões, em que há também palestras e contatos com as Instituições partícipes, os bolsistas fazem sugestões sobre o desenvolvimento da Ação e fornecem subsídios para o seu aperfeiçoamento. Todos os bolsistas se comprometem a se submeter aos exames do CACD. Devem ainda prestar contas e justificar a utilização dos recursos com atividades de preparação para o Concurso.

Na ação relativa a cursos de formação e aperfeiçoamento para diplomatas, houve grande aumento de matrículas em virtude do momento excepcional da carreira diplomática, em razão do art. 65 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, que reduziu, temporariamente, requisitos para a progressão funcional de diplomatas enquanto as 400 vagas criadas por lei não forem completamente incorporadas à carreira. Com isso, aumentou sobremaneira a demanda pelos cursos do IRBr.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em virtude da manutenção da ampliação da oferta de vagas no CACD, será necessário estudo para avaliar o impacto do aumento pelo terceiro ano consecutivo de mais de 100 vagas no CACD. Serão 115, de acordo com o Edital do Concurso de 28.12.2007, bem como a criação de mais um curso obrigatório aos membros da carreira diplomática, o CAP, por força da Lei 11.440/2006, que provavelmente ensejarão necessidade de aumento do quadro funcional do IRBr e necessidade de reformas para manutenção e ampliação do prédio deste Instituto.

PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

GERENTE DO PROGRAMA

Henrique da Silveira Sardinha Pinto

OBJETIVO

Ampliar o acesso de empresas brasileiras ao mercado internacional.

PÚBLICO-ALVO

Empresas exportadoras ou com potencial exportador e empresas com potencial para captação de investimento direto estrangeiro

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 15.350.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 10.878.075,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 10.878.075,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Apoio a Empresas Exportadoras – Porcentagem	88.00	92.00	93.50	73.12	95.00	76,97%

1. TAXA DE APOIO A EMPRESAS EXPORTADORAS
Valor do índice alcançado ao final do Plano Plurianual (PPA) em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007, a relação entre empresas brasileiras cadastradas na *BrazilTradeNet* (14.512) e o total das que exportaram, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) de janeiro a outubro de 2007 (19.848), foi de 73,12%. O aumento do total de empresas brasileiras com cadastros no sistema *BrazilTradeNet* validados, de 5.844 em 2006 para 14.512 em 31 de dezembro de 2007, demonstra a aceitação do público empresarial aos processos em curso no âmbito do Programa de promoção comercial.

É importante notar que houve um processo de recadastramento de usuários no sítio da *BrazilTradeNet*, a fim de garantir a integridade dos registros pertinentes, trabalho indispensável à manutenção da credibilidade do sistema. O recadastramento acarretou expurgo de informações datadas. O número de registros deverá voltar a crescer em 2008.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa tem a finalidade de apoiar o acesso de empresas brasileiras ao mercado internacional, mediante emprego da diplomacia comercial. O Programa envolve promoção de investimentos, e, mais recentemente, atividades de promoção de importações de outros países sul-americanos visando substituir, quando possível e de forma competitiva, importações brasileiras de terceiros mercados por importações provenientes da América do Sul.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Reforçados os contatos com os pontos focais do Sistema de Promoção de Investimentos (SIPRI), mediante encontros de trabalho, capacitação, e assinatura de novos convênios de cooperação.

• Elaborados 17 novas publicações Como exportar para..., bem como 19 outros estudos de informações comerciais.

• Criada, no sítio da BrazilTradeNet, a ferramenta Invesment Map, direcionada para a atração direta de investimento estrangeiro.

• Lançada a versão 2007 do conteúdo Investindo no Brasil no sítio da BrazilTradeNet.

• Lançado, no sítio da BrazilTradeNet, o novo BTN Showroom.

• Traduzido, em inglês e espanhol, o conteúdo de 48 catálogos virtuais.

• Atendidas 5.833 consultas enviadas por meio do Portal Fale Conosco, que contou com 1.546 novas empresas brasileiras cadastradas e 2.509 estrangeiras.

• Divulgadas 396 concorrências públicas internacionais. Recebidas e encaminhadas 2.227 consultas e reclamações comerciais.

• Recebidas e encaminhadas 2.227 consultas e reclamações comerciais.

• Houve previsão, na Lei Orçamentária Anual (LOA) de realização de 130 eventos econômicos, comerciais e de investimentos. Esse montante foi superado, atingindo a marca de 134 eventos desta natureza, como missões empresariais comerciais, feiras, organização de grupos executivos de trabalho e rodadas de consultas de Como Exportar para o Brasil, dentre outros. A título de exemplo, foi iniciado, em conjunto com a Secretaria Especial de Portos (SEP) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAq), o Programa de promoção de oportunidades de investimentos em projetos de infra-estrutura portuária

e de cooperação tecnológica, de interesse para o setor de logística. Outro exemplo típico é o de organização de missão empresarial que contemplou os setores de Biocombustíveis, Tecnologia da Informação e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), por ocasião da II Reunião Ministerial do Joint Economic and Trade Committee (JETCO), em conjunto com a APEX e a Embaixada do Brasil em Londres.

Dentre as atividades particularmente dignas de menção que tiveram seqüência em 2007, cabe lembrar a intensificação da integração sul-americana, bem como a maior aproximação econômico-comercial com a África e Oriente Próximo; o desenvolvimento de uma "agenda positiva" com os Estados Unidos, incluindo o esforço de criação de mercado mundial para o etanol e o apoio nesse setor a países centro-americanos, caribenhos e africanos; o trabalho de aprimoramento das relações econômico-comerciais com China e Índia, a fim de aumentar e diversificar a pauta de exportações brasileiras com produtos de maior valor agregado, além de atrair investimentos diretos daqueles países para o Brasil; e a ampliação das exportações brasileiras para mercados não-tradicionais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Afora problemas no fluxo de recursos, que dificultaram a execução dos recursos em sua totalidade, o que pesou foi a restrição orçamentária, na forma de contingenciamento de aproximadamente 20% dos recursos. Devido à escassez de recursos orçamentários, foi necessário realizar cortes em recursos para a manutenção dos postos no exterior, cuja disponibilidade teria contribuído substantivamente para a promoção comercial do Brasil.

O Programa é implementado em estreita parceria com entidades representativas de seu universo de beneficiários, no intuito de atender de maneira focada às demandas do público empresarial brasileiro. No planejamento do Programa, são cruzados os seguintes dados:

a) insumos dos postos no exterior (Propostas de Orçamento/ Programa dos Setores de Promoção Comercial - Secoms);

b) demandas e potencial do empresariado brasileiro, identificados no contato estreito com outros órgãos públicos ou para-estatais (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, MDIC, Sociedade Brasileira de Economia Política - SEP, Ministério do Turismo - MTur, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, Casa Civil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES, Banco do Brasil - BB, Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos - APEX, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, etc); e entes privados (sobretudo entidades de classe, como Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos - ABEF, Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne - ABIEC, Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário - ABIMOVEL, Associação Brasileira de

Infra-estrutura e Indústrias de Base - ABDIB, Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores - SINDIPEÇAS, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - ANFAVEA, Associação Brasileira de Materiais de Defesa e Segurança - ABIMDE, Confederação Nacional da Indústria - CNI, etc);

c) macro-diretrizes de Governo em matéria de política econômica.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) conta no exterior com ampla rede de contatos de trabalho, ferramenta essencial para o bom desempenho da atividade de promoção comercial, e tem larga experiência de trabalho articulado no Brasil e no exterior.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O monitoramento de satisfação de usuários será aprimorado, com o auxílio de ferramentas de acompanhamento que serão incorporadas a uma *extranet* da *BrazilTradeNet*.

Há necessidade de uma maior integração entre a gerência do Programa e os coordenadores de ações. A falta de integração decorre do fato de ambos pertencerem a Ministérios distintos.

O MP esclarece que o resultado apurado para o indicador em 2007 ficou bem abaixo da meta, o que demonstra a necessidade de reestimativa da meta ou de aprimoramento das estratégias do Programa para que a meta possa ser atingida. Desta forma, é necessário recalcular o indicador para 2004, 2005 e 2006 na mesma base de 2007 para permitir avaliar a evolução ao longo do período.

RELAÇÕES DO BRASIL COM ESTADOS ESTRANGEIROS

GERENTE DO PROGRAMA

Paulo Cesar de Camargo

OBJETIVO

Representar o Brasil e negociar interesses brasileiros perante Estados estrangeiros e manter o Governo brasileiro informado sobre a evolução político-econômica internacional.

PÚBLICO-ALVO

Governo brasileiro, sociedade brasileira e comunidade internacional

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 356.150.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 304.354.984,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 304.354.984,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Relacionamento Diplomático com Estados Estrangeiros – Porcentagem	50,00	52,10	57,30	59.38	100.00	59,38%

1. TAXA DE RELACIONAMENTO DIPLOMÁTICO COM ESTADOS ESTRANGEIROS
Valor do índice alcançado ao final do Plano Plurianual (PPA) em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 foi calculado como a razão entre o "número de países onde o Brasil possui representação diplomática" e o "total de países que mantêm atividade diplomática". Embora o número de postos no exterior chegue a 174 (número utilizado na avaliação do ano base 2006), muitos países contam com mais de um posto (Embaixada, Consulado-Geral, Missões, Vice-Consulado), de forma que o numerador usado na apuração do índice de 2007 foi o de 114 países. Quanto ao denominador, manteve-se a mesma interpretação, tomando por base o número de países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), ou seja, 192.

CONTEXTUALIZAÇÃO

No âmbito de sua competência, cabe ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), como órgão auxiliar da Presidência da República na formulação da política exterior do Brasil, estabelecer relações com Estados estrangeiros, organizações e organismos internacionais.

O Programa Relações do Brasil com Estados Estrangeiros tem por objetivo representar o Brasil e negociar os interesses brasileiros perante Estados estrangeiros através da participação nas negociações comerciais, econômicas, técnicas e culturais e manter o governo brasileiro informado sobre a evolução político-econômica internacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Abertura das Embaixadas em Gaborone (Botswana) e Lusaca (Zâmbia), ampliando as relações com a África.

- Abertura da Embaixada em Colombo (Sri Lanka), ampliando as relações com a Ásia.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução das ações do Programa ocorreu dentro do esperado, mantendo-se as atividades de representação diplomática e assistência consular dos postos no exterior.

A meta física das ações componentes do Programa expressa a quantidade de postos de representação mantidos no exterior. Esta quantidade mantém-se dentro do previsto ao longo do ano, sendo ajustada para o ano seguinte em caso de abertura de novos postos.

Os recursos previstos na Lei de Orçamento Anual (LOA) não foram disponibilizados em sua totalidade, devido ao contingenciamento, o que, contudo, não prejudicou decisivamente a execução programada.

A participação da sociedade na elaboração deste Programa é realizada por meio de reuniões com membros das comunidades brasileiras no exterior e contatos com exportadores brasileiros. Posteriormente, são consolidadas as percepções de benefício de parte das comunidades brasileiras no exterior e da sociedade civil.

No âmbito da Ação Relações e Negociações com a África do Sul, Nigéria e demais países da África, além das atividades normais de manutenção dos postos, destacam-se as seguintes:

a) abertura das Embaixadas em Gaborone e Lusaca;

b) aluguel de imóveis para abrigar as chancelarias e residências oficiais das embaixadas em Cartum, Gaborone, Lomé e Lusaca;

c) instalação em nova sede da Embaixada em Lomé;

d) instalação de novas residências oficiais das embaixadas em Lomé e Abuja;

e) ampliação e renovação parcial da frota de veículos oficiais das Embaixadas em Acra, Argel, Cartum, Conacri, Cotonou, Dacar, Harare, Lomé e Rabat, e do Consulado-Geral em Lagos;

f) aquisição de veículos oficiais para as novas embaixadas em Gaborone e Lusaca.

Ação Relações e Negociações com China, Índia, Japão e demais países da Ásia e Oceania. Além das atividades normais de manutenção dos postos, destacam-se a abertura da Embaixada em Colombo, a instalação das novas residências oficiais das embaixadas em Islamabade e Cingapura, a ampliação e renovação parcial da frota de veículos oficiais das embaixadas em Astana, Cingapura, Nova Delhi e Seul, e dos consulados em Mumbai e Nagoia e a aquisição de veículos oficiais para a nova Embaixada em Colombo.

Ação Relações e Negociações com a Rússia e os países europeus não membros da União Européia. Além das atividades normais de manutenção dos postos, destacam-se o aluguel de novos imóveis para abrigar a Chancelaria e a Residência Oficial da Embaixada em Ierevan, a instalação da nova Residência Oficial da Embaixada em Zagreb e a ampliação e renovação parcial da frota de veículos oficiais da Embaixada em Moscou.

Ação Relações e Negociações com Angola, Moçambique e demais países africanos e asiáticos de língua portuguesa. Além das atividades normais de manutenção dos postos, destacam-se o aluguel de novo imóvel para abrigar o Centro de Estudos Brasileiros da Embaixada em Praia e a ampliação e renovação parcial da frota de veículos oficiais das Embaixadas em Praia e São Tomé.

Ação Relações e Negociações com Cuba e os demais países da América Central e do Caribe. Além das atividades normais de manutenção dos postos, destacam-se a abertura da Embaixada em Nassau, o aluguel de imóveis para abrigar a Chancelaria e a Residência Oficial da nova Embaixada em Nassau, a recuperação e modernização da Chancelaria da Embaixada em Kingston, a adaptação da antiga Chancelaria da Embaixada em Porto Príncipe para abrigar o Centro de Estudos Brasileiros, a ampliação e renovação parcial da frota de veículos oficiais das Embaixadas em Guatemala, Havana, Manágua e São Domingos e a aquisição de veículos oficiais para a nova Embaixada em Nassau.

Ação Relações e Negociações com os países do Oriente Médio. Além das atividades normais de manutenção dos postos, destacam-se a instalação da nova sede do Escritório de Representação em Ramalá, a ampliação da Residência Oficial do Escritório de Representação em Ramalá, a instalação em novas sedes da Chancelaria e da Residência Provisórias da Embaixada em Bagdá, situadas em Amã e a ampliação e renovação parcial da frota de veículos oficiais das Embaixadas em Amã, Bagdá e Beirute.

Ação Relações e Negociações com os países do Tratado de Cooperação Amazônica e o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa. Além das atividades normais de manutenção dos postos, destacam-se a ampliação e renovação parcial da frota de

veículos oficiais das Embaixadas em Lima e Paramaribo, do Consulado em Caiena, e do Vice-Consulado em Santa Helena do Uairén.

Ação Relações e Negociações com os países membros da União Européia. Além das atividades normais de manutenção dos postos, destacam-se a instalação da nova sede da Chancelaria da Embaixada em Bucareste, a instalação das novas sedes dos Consulados-Gerais em Barcelona, Londres, Madri e Zurique, a recuperação e modernização das Residências Oficiais das Embaixadas em Viena e Haia, a recuperação e modernização da fachada posterior da Embaixada em Roma, a instalação da nova Residência Oficial do Consulado-Geral em Zurique, a ampliação e renovação parcial da frota de veículos oficiais das Embaixadas em Berlim, Ierevan, Lisboa, Paris e Roma e a ampliação e renovação parcial da frota de veículos oficiais do Consulado-Geral em Barcelona.

Ação Relações e Negociações com os países membros do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e associados. Além das atividades normais de manutenção dos postos, destacam-se a instalação da nova sede do Vice-Consulado em Encarnación, a instalação das novas Residências Oficiais dos Consulados-Gerais em Assunção, Buenos Aires, Mendoza e Montevidéu, a recuperação e modernização da Chancelaria do Consulado-Geral em Montevidéu, a reforma da galeria de arte da Embaixada em Buenos Aires e a ampliação e renovação parcial da frota de veículos oficiais dos Consulados em Assunção, Chuí e Ciudad del Este, e do Vice-Consulado em Cobija.

Ação Relações e Negociações com os países-membro do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Além das atividades normais de manutenção dos postos, destacam-se a abertura do novo Consulado-Geral em Vancouver, o aluguel de imóveis para abrigar a Chancelaria e a Residência Oficial do novo Consulado-Geral em Vancouver, a recuperação e modernização da Residência Oficial da Embaixada em Ottawa e a instalação da nova Residência Oficial do Consulado-Gerais em Miami e Toronto.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa apresenta mecanismos que promovam a participação de membros da comunidade brasileira no exterior e de exportadores brasileiros por meio de reuniões e de melhoria e ampliação da representação diplomática e dos serviços consulares.

RELAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DO BRASIL NO ÂMBITO DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

GERENTE DO PROGRAMA

Paulo Cesar de Camargo

OBJETIVO

Representar o Brasil e negociar interesses brasileiros no âmbito de organizações internacionais e manter o Governo brasileiro informado sobre a evolução político-econômica internacional.

PÚBLICO-ALVO

Governo brasileiro, sociedade brasileira e comunidade internacional

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 44.317.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 30.817.462,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 30.817.462,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Representação do Brasil em Organismos Internacionais – Porcentagem	96.56	96.81	100.00	100.00	100.00	100%

1. TAXA DE REPRESENTAÇÃO DO BRASIL EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS
Valor do índice alcançado ao final do Plano Plurianual (PPA) em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O indicador é definido como Número de Organizações Internacionais nas quais o Brasil está Representado sobre o Número de Organizações Internacionais de Interesse do Brasil, onde o denominador indica "o universo de organismos internacionais estabelecidos como prioritários, onde o Brasil tem interesse em ser representado, ou onde há uma demanda da sociedade brasileira por fazer-se representar oficialmente". Considera-se atingido o índice.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa foi criado a partir da demanda pela defesa do interesse do Brasil junto a organismos internacionais e objetiva assegurar a sua participação nas negociações dos interesses brasileiros junto a esses organismos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Reeleição do Brasil para mandato de três anos no Conselho Econômico e Social (ECOSOC) como o País mais votado da América Latina e Caribe.

• O Brasil destacou-se no desenvolvimento de negociações, reuniões, e na assinatura de acordos no âmbito de organismos internacionais. O Brasil manteve intensa atuação no âmbito das negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), tendo exercido estreita coordenação com outros países em desenvolvimento para a consecução do objetivo de se chegar a um resultado equilibrado e à altura do mandato da Rodada do Desenvolvimento, sobretudo na área agrícola. Nas Nações Unidas, o Brasil manteve a cooperação com os seus parceiros no G-4 (Alemanha, Índia e Japão) e reiterou a importância da inclusão de países em desenvolvimento entre os membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução das ações componentes do Programa ficou dentro do esperado. O valor previsto na Lei de Orçamento Anual (LOA) foi parcialmente contingenciado.

Destacaram-se ainda as atividades de manutenção dos postos de representação no exterior:

a) abertura das Missões junto à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) em Montreal, e junto à Conferência do Desarmamento, em Genebra;

b) aluguel de imóveis para abrigar as Chancelarias e Residências Oficiais das novas Missões junto à OACI, e junto à Conferência do Desarmamento;

c) instalação em nova sede da Chancelaria da Missão junto à Organização dos Estados Americanos (OEA);

d) ampliação do espaço da Missão junto à ONU;

e) instalação da nova Residência Oficial da Missão junto à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO);

f) ampliação e renovação parcial da frota de veículos oficiais das Missões junto às Comunidades Européias, Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa apresenta mecanismos de promoção da participação social mediante reuniões com grupos de interesse, notadamente, no âmbito das organizações ligadas ao comércio.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis

Atuação Internacional na Área de Petróleo

Brasil com Todo Gás

Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia

Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Outros Combustíveis

Eficiência Energética

Energia Alternativa Renovável

Energia na Região Nordeste

Energia na Região Norte

Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste

Energia na Região Sul

Energia nos Sistemas Isolados

Geologia do Brasil

Indústria Petroquímica

Luz para Todos

Mineração e Desenvolvimento Sustentável

Oferta de Petróleo e Gás Natural

Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural

Qualidade do Serviço de Energia Elétrica

Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

Refino de Petróleo

Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados

Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério de Minas e Energia (MME), foram utilizados **R$ 41.321.540.905,13** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 53.619.443.032,00	Realizado orçamentário:	R$ 38.587.302.452,00
Recursos não-orçamentários previstos:	R$ 10.704.436.969,97	Realizado não-orçamentário: (1)	R$ 2.734.238.453,13
Total previsto:	**R$ 64.323.880.001,97**	**Total realizado:**	**R$ 41.321.540.905,13**

Nota(1): Dados parciais.

Além disso, do total de **R$ 95.008.947,00** inscritos em restos a pagar relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 70.735.795,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MME, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores (esferas fiscal, seguridade e estatais) realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	0274 Abastecimento de Energia Elétrica	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	0271 Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis	0,25%	0,34%	0,25%	0,30%	0,29%
	0282 Atuação Internacional na Área de Petróleo	10,36%	10,31%	19,61%	17,69%	15,26%
	1045 Brasil com Todo Gás	1,92%	1,91%	1,50%	1,87%	1,79%
	0476 Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia	0,09%	0,09%	0,07%	0,07%	0,08%
	0283 Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Outros Combustíveis	1,46%	1,46%	1,96%	1,36%	1,56%
	1046 Eficiência Energética	0,21%	0,21%	0,11%	0,15%	0,17%
	1044 Energia Alternativa Renovável	0,04%	0,04%	0,02%	0,14%	0,06%
	0294 Energia na Região Nordeste	2,78%	2,77%	2,13%	1,58%	2,21%
	0297 Energia na Região Norte	2,89%	2,87%	1,06%	0,74%	1,68%
	0295 Energia na Região Sul	0,91%	0,91%	1,14%	1,30%	1,10%
	0296 Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	4,27%	4,25%	3,92%	3,34%	3,87%
	1042 Energia nos Sistemas Isolados	0,73%	0,72%	1,17%	0,82%	0,88%
	1115 Geologia do Brasil	0,55%	0,68%	0,51%	0,55%	0,57%
	0285 Indústria Petroquímica	0,01%	0,01%	0,02%	0,03%	0,02%
	0273 Luz para Todos	0,38%	0,30%	0,88%	0,65%	0,59%
	0391 Mineração e Desenvolvimento Sustentável	0,23%	0,36%	0,28%	0,27%	0,28%
	0286 Oferta de Petróleo e Gás Natural	54,30%	54,02%	49,19%	49,00%	51,12%
	0480 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural	2,44%	2,43%	3,13%	2,82%	2,75%
	0272 Qualidade do Serviço de Energia Elétrica	0,50%	0,48%	0,36%	0,34%	0,40%
	0275 Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	0,17%	0,21%	0,14%	0,13%	0,16%
	0288 Refino de Petróleo	12,30%	12,24%	10,03%	12,74%	11,82%
	0289 Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados	2,84%	2,82%	2,09%	3,26%	2,77%
	0290 Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados	0,01%	0,01%	0,13%	0,55%	0,22%
Finalístico Soma		**99,66%**	**99,42%**	**99,70%**	**99,69%**	**99,63%**

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Gestão de Políticas Públicas	0276 Gestão da Política de Energia	0,26%	0,53%	0,26%	0,28%	0,32%
	1069 Gestão da Política Mineral	0,08%	0,05%	0,04%	0,03%	0,05%
Gestão de Políticas Públicas Soma		**0,34%**	**0,58%**	**0,30%**	**0,31%**	**0,37%**
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

Em 2007, os programas do MME foram bastante efetivos em relação ao atendimento de seus objetivos setoriais estabelecidos no início do ciclo de planejamento 2004 - 2007. O MME consolida seu papel de agente formulador de políticas do setor de energia, mineração e metalurgia, além de indutor e coordenador de todo o processo de planejamento setorial. Em estreita articulação com os órgãos vinculados e agentes envolvidos, buscou-se sempre o ajuste aos interesses da sociedade, ao conjunto das orientações de governo e às questões sócio-ambientais pertinentes, com transparência nas decisões, clareza e democratização do acesso às informações. Em janeiro de 2007, foi lançado o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) que, além de medidas de incentivo ao desenvolvimento econômico, estímulo ao crédito e ao financiamento, constitui-se em conjunto de projetos em infra-estrutura.

Os planos setoriais foram adequados às orientações de governo e à realidade vigente, buscando a redução do risco de *deficit* de insumos energéticos, a curto, médio e longo prazo, a diversificação da matriz energética, o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes e a sustentabilidade ambiental.

Em 2007, concluiu-se o Plano Nacional de Energia 2030 e a Matriz Energética Nacional 2030, documentos que, juntos, fornecem estratégias de desenvolvimento, bem como os investimentos em energia necessários para a expansão da oferta interna de energia até 2030. Além do Plano Decenal de Energia 2007-2016, também foram iniciados os trabalhos para o Plano Decenal de Energia em sua versão 2008-2017, provendo uma visão de futuro que propicia investimentos em energia no médio e longo prazo de forma sem precedentes na história do setor. No citado exercício, também foi feita atualização e aperfeiçoamento do Balanço Energético Nacional.

O equilíbrio entre oferta e demanda, com a necessária qualidade, continuidade e confiabilidade do suprimento de energia elétrica em todo o território brasileiro, foi garantido por meio de leilões promovidos com sucesso tanto para geração como para transmissão de energia elétrica. Para geração, em 2007, foram realizados três leilões de energia nova com comercialização de 3.802 megawatts (MW) médios e o leilão de concessão da Usina Hidrelétrica (UHE) Santo Antônio de 3.150 MW. Para a transmissão, realizou-se um leilão com 2.059 quilômetros (km) de novas linhas de transmissão com investimentos estimados da ordem de R$ 1,1 bilhão. Além disso, o Governo vem buscando novas fontes alternativas de geração de energia elétrica, pautadas por mecanismos de desenvolvimento sustentável em consonância com o Protocolo de Quioto.

Com o Programa Luz para Todos, teve continuidade a universalização do acesso e uso da energia elétrica para toda a população brasileira numa perspectiva de valorização da cidadania e de ação concreta para a inclusão social de pessoas e comunidades nos processos de desenvolvimento. O alcance total do Programa até 2007 foi de 7,1 milhões de pessoas beneficiadas. Somente em 2007, levou energia elétrica, gratuitamente, para 1.950.000 pessoas em todo o País, compostas de 770 mil assentados, 50 mil remanescentes de quilombos e 80 mil indígenas.

O MME procurou sempre estimular a produtividade, a competitividade e a inovação dos produtos e serviços vinculados ao setor energético e minerometalúrgico, por meio de políticas governamentais de desenvolvimento tecnológico e industrial, em articulação com empresas de energia, universidades, centros de pesquisa e outras instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais. Destacam-se dentre as várias iniciativas, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e o Programa do Álcool. O PNPB coloca o Brasil na vanguarda do desenvolvimento de uma política energética sustentável, beneficiando, em 2007, mais de 100 mil famílias de agricultores, gerando mais emprego e mais renda no campo. A esses benefícios soma-se a redução das importações de derivados de petróleo, com ganhos anuais na balança comercial da ordem de US$ 500 milhões, com a adição de 2% de biodiesel ao óleo diesel. Quanto ao Programa do Álcool, o Brasil consolida sua posição de destaque na produção, utilização e exportação deste combustível. Em março de 2007, foi assinado acordo de cooperação com os Estados Unidos com o objetivo de promover a sua utilização na América Latina e avançar na cooperação tecnológica rumo à segunda geração dos biocombustíveis com o domínio das técnicas de hidrólise da celulose, o que propiciará ganhos de escala significativos de produção por hectare (ha) cultivado.

As áreas de petróleo e gás natural, em seus eixos de produção e exploração de petróleo, modernização e ampliação do parque de refino e produção de gás natural obtiveram os seguintes resultados globais: 26 obras foram iniciadas e 11 empreendimentos foram concluídos ou tiveram início de operação no ano de 2007, dentre eles as plataformas P-52 e P-54 e os gasodutos Cacimbas-Vitória e Carmópolis-Pilar. O Governo monitorou, durante o ano de 2007, a ampliação da malha de gasodutos em todo o Território Nacional. A situação da malha de gasodutos, no ano passado, foi a seguinte: de um total de 4.548 km, 1.436 km estão em fase de construção ou testes, 2.480 km encontram-se em fase de projeto ou de licenciamento ambiental e 632 km foram concluídos. A malha atual, em operação, é de 6.243 km.

Ainda merece destaque neste segmento o Plano de Antecipação da Produção de Gás Natural na Região Sudeste (Plangás), constituído de projetos de exploração, produção, processamento, e infra-estrutura de transporte de gás natural. Ao longo de 2007, foram iniciados os processos de licenciamento ambiental dos campos de Uruguá-Tambaú e Mexilhão (bacia de Santos-SP) e Camarupim (bacia do Espírito Santo), bem assim dos empreendimentos ligados ao setor de abastecimento: terminal de Cabiúnas (RJ), ampliação da Refinaria Duque de Caxias (REDUC/RJ) e adaptação dos terminais de Ilha Redonda e Ilha Comprida (RJ). Além disso, foram iniciadas as obras nos campos de Merluza – Lagosta e Canapu (bacia de Santos-SP) e na Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (ES). Destaca-se também a assinatura, em novembro de 2007, do contrato de construção e montagem da unidade de gás natural da Refinaria Presidente Bernardes em Cubatão.

Em 2007, a produção média brasileira de petróleo foi de 1,83 milhões de barris por dia e a de gás natural de 49,2 milhões de metros cúbicos (m^3) por dia. Com o objetivo de ampliar a oferta desses produtos, seis novas plataformas entraram em operação, o que permitiu oferta adicional, em dezembro de 2007, da ordem de 6 milhões de m^3 por dia de gás natural e de 185 mil barris de petróleo por dia.

No início de 2007, as reservas nacionais de petróleo e gás natural eram da ordem de 12,2 bilhões de barris e de 347,9 bilhões de m^3 respectivamente. Em novembro de 2007, a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) anunciou a confirmação da descoberta da Reserva de Tupi, que se vislumbra ser o maior campo de petróleo e gás já descoberto no País, capaz de aumentar, sozinho, as reservas nacionais em até 50%. Confirmado esse fato, o Brasil entrará no seleto grupo de grandes produtores mundiais. A acumulação de petróleo leve e gás da Reserva de Tupi poderá alcançar volumes equivalentes a 5 e 8 bilhões de barris de petróleo localizado em profundidades de 5 a 7 quilômetros. Essa descoberta ocorre em seqüências sedimentares do pré-sal, na bacia de Santos, no litoral sudeste do País. A acumulação é parte de nova província petrolífera que pode se estender por uma área de 800 km de extensão por 200 km de largura nas bacias de Santos, Campos e Espírito Santo.

A Nona Rodada de Licitações foi realizada com sucesso, em novembro de 2007, e contou com a oferta de 271 blocos. Da totalidade desses blocos, 117 (43%) foram arrematados por 36 empresas, sendo 22 de capital nacional. Destaca-se que 67 empresas foram habilitadas para o certame. Como resultado, houve a arrecadação de R$ 2,2 bilhões a título de Bônus de Assinatura, que é valor recorde em comparação com as demais rodadas já realizadas no Brasil. Em relação ao Programa Exploratório Mínimo, estimam-se investimentos de R$ 1,4 bilhão na execução dos trabalhos de prospecção nesses blocos nos próximos quatro anos.

O Governo, por intermédio da Petrobras, está investindo na melhoria da qualidade das refinarias para aumentar a produção e o valor agregado dos derivados produzidos. Está investindo, também, no abastecimento. Assim, no âmbito do Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef), foi contratada, em 2007, a construção, em estaleiros nacionais, de 23 navios de grande porte. No setor de petroquímica, destaca-se o início das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e da Petroquímica Suape. O Comperj produzirá derivados convencionais e petroquímicos básicos otimizando o uso de petróleo nacional. A Petroquímica Suape produzirá 550 mil toneladas (t) por ano de ácido tereftálico purificado (PTA), devendo entrar em operação em 2009. Na indústria petroquímica, os investimentos totalizam R$ 7,36 bilhões entre 2007 e 2010, com destaque para os empreendimentos da Petrobras, por meio da Petroquisa. Em 2008, a Petroquímica Paulínia (SP) deverá iniciar suas atividades.

Em 2007, no segmento de conhecimento geológico, teve continuidade a implementação de programas e ações para maior eficiência na gestão dos recursos minerais nacionais e para a aquisição de informações geológicas e geofísicas do território, com o objetivo de promover o desenvolvimento da indústria mineral. Foram realizadas ações que objetivaram a geração e difusão do conhecimento geológico e hidrogeológico do Território Nacional, tendo sido

realizados levantamentos nas escalas 1:100.000 e 1:250.000, e cobertura com aerogeofísica de alta resolução, visando facilitar e induzir o investimento privado em prospecção e pesquisa mineral. Neste exercício, com a abertura de crédito extraordinário ocorrida em 2007 e a implementação de projeto especial voltado para a região amazônica, está programada a execução de 432.213 quilômetros quadrados (km²) de levantamentos geológicos e 644.270 km² de levantamentos aerogeofísicos. Os levantamentos hidrogeológicos serão prioritários na região do Semi-árido nordestino.

As ações de modernização do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) implementadas em 2007 proporcionaram resultados significativos para o setor mineral. Foi intensificado o foco nas outorgas minerais, tendo sido desenvolvidos três sistemas que operam totalmente em ambiente de rede garantindo segurança, transparência e agilidade na emissão de títulos minerários. As ações de modernização da gestão mineral têm elevado o nível de confiança do investidor, aumentando expressivamente o número de novos requerimentos de pesquisa. Em 2007, esse número ultrapassou a casa dos 22.000 novos requerimentos, ante um total de aproximadamente 7.700 requeridos no ano de 2002. Também como reflexo dessa modernização, o prazo de emissão dos alvarás de pesquisa, que era de quatro anos em 1999, diminuiu para três meses, no máximo, em 2007.

Abaixo, encontram-se os desafios para a melhoria da gestão dos programas do MME, que podem ser agrupados da seguinte forma:

a) convergência entre PAC e PPA: a visão do PAC é por área (Petróleo e Gás, Biodiesel, Luz para Todos, Energia Elétrica (geração e transmissão) e empreendimento, enquanto, no PPA, a visão é por programas e ações;

b) eficiência do gasto: não há critério para avaliar eficiência do gasto nos programas do MME. Os programas (25) e ações são executados em todo País e no exterior, os custos são diferentes em cada local de gasto, os produtos obtidos são diferentes;

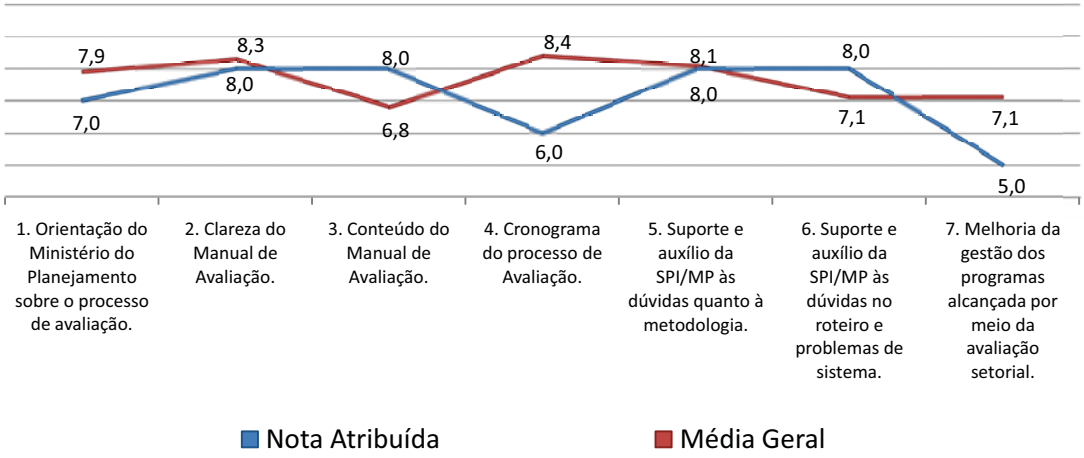
c) participação social: estritamente, não há participação social na gestão dos programas, mas existe na obtenção de informações quanto a satisfação e resultado;

Destaca-se que a dimensão territorial, por sua vez, não é um desafio à gestão dos programas, visto que as unidades que executam as ações estão distribuídas por todo Território Nacional e têm área de atuação.

A estrutura organizacional do MME, embora baseada no modelo funcional hierárquico, desempenhou papel satisfatório na condução dos programas sob sua responsabilidade.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MME mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MME e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

GERENTE DO PROGRAMA

Haroldo Borges Rodrigues

OBJETIVO

Garantir as condições para satisfação da demanda atual e futura de petróleo, seus derivados, gás natural e outros combustíveis em todo Território Nacional.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de derivados de petróleo, álcool combustível, biodiesel e agentes da indústria de petróleo

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 114.101.977,00	Empenho Liquidado:	R$ 111.905.591,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 111.905.591,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Reposição das Reservas de Petróleo e Gás Natural - Porcentagem	-	2,19	1,90	1,73	-	-

1. TAXA DE REPOSIÇÃO DAS RESERVAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa

O MME não estabeleceu o valor previsto para o final do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A flexibilização do monopólio, estabelecida a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 9 e da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, exigiu do Estado ações de natureza regulatória que permitissem garantir o abastecimento de petróleo e de seus derivados dentro das condições previstas na Política Energética Nacional. Nesse contexto, foi fundamentada a construção do Programa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização da Nona Rodada de Licitações de Blocos de Exploração: arrecadação de R$ 2,1 bilhões e previsão de investimentos da ordem de R$ 1,4 bilhões na indústria local (fase de exploração nos próximos anos).

- Outorga de 197 autorizações, sendo 32 referentes à produção de biodiesel, que foi impulsionada pela obrigatoriedade da adição de 2% de biodiesel ao diesel de petróleo a partir de janeiro de 2008.

- Intensificação da fiscalização: em 2007, foram fiscalizadas 1.532 unidades, incluindo refinarias, produtores de biodiesel, dutos e embarcações de transporte.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A maioria das ações apresentou resultados conforme previsto para o ano de 2007, sendo que algumas delas superaram as metas estabelecidas. A execução orçamentária do Programa atingiu 98%. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

No que diz respeito à ação Gestão das Concessões para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, o número de concessões outorgadas foi influenciado pelo cronograma da Nona Rodada de Licitação de Blocos de Exploração que previu a assinatura dos contratos de concessão apenas em março de 2008, distorcendo o valor de execução física registrada no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan). Mesmo assim, a execução registrada da ação foi de aproximadamente 80%.

Em relação à ação Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural, os levantamentos e estudos a serem custeados com os recursos desta ação têm por característica elevado valor. Dada a natureza das contratações realizadas e apesar de a ação ter integrado o Projeto-Piloto de Investimentos em 2007, recursos adicionais são necessários para ampliação do conhecimento sobre as bacias sedimentares brasileiras. As demais ações, embora tenham sofrido com o contingenciamento, foram realizadas.

Embora as equipes tenham sido reforçadas ao longo dos períodos de 2005 e 2006, através da realização de concurso público e a nomeação dos aprovados, houve perda de mão-de-obra considerável, ocasionada pela saída dos contratados temporariamente e de servidores recém-empossados que, aprovados em outros concursos, deixaram os quadros da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A ANP mantém, por meio do seu Centro de Relacionamento com os Consumidores, central de atendimentos que tira dúvidas de consumidores e agentes econômicos em geral

(diretamente ou consultando interlocutores das áreas responsáveis), além de possibilitar o recebimento de denúncias e a propagação de informações.

O artigo 19 da Lei 9.478/97 prevê que toda iniciativa de projeto de lei ou norma administrativa que implique afetação do direito dos agentes econômicos ou de consumidores e usuários de bens e serviços da indústria do petróleo será objeto de audiência pública presidida pela ANP. Essas audiências possibilitam a esses atores participar e influir nas propostas de resoluções apresentadas pela Agência.

É também prática comum da ANP a realização de eventos de divulgação das rodadas de licitação de blocos para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) destaca que, no PPA 2008-2011, os dois programas da ANP (Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis e Qualidade dos Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) serão fundidos, o que requer a realização do Modelo Lógico para o novo programa, visando ratificar a adequação de sua estrutura, a consistência de suas ações e a viabilidade de apuração dos indicadores.

ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO

GERENTE DO PROGRAMA

Cláudio Castejon

OBJETIVO

Incorporar novas reservas e aumentar a participação do sistema Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) no mercado externo de petróleo, seus derivados e gás natural.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de gás natural, petróleo e seus derivados

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 7.260.456.750,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 6.551.439.437,00
	Total:	**R$ 6.551.439.437,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 712.590.751,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Capacidade de Refino Instalada no Exterior - Mil Barris por Dia	-	129,00	240,80	180,80	180,50	100,17%
2. Produção Média de Gás Natural no Exterior - Milhões de m³/dia	-	16,30	17,20	18,60	23,50	79,15%
3. Produção Média de Óleo e Líquido de Gás Natural no Exterior - Mil Barris por dia	-	162,80	142,20	126,00	238,00	52,94%

1. CAPACIDADE DE REFINO INSTALADA NO EXTERIOR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A meta de capacidade de refino foi alcançada com a aquisição da Refinaria de Pasadena, localizada nos Estados Unidos da América (EUA), ocorrida em 2006, com capacidade de processamento de 100 mil barris por dia.

2. PRODUÇÃO MÉDIA DE GÁS NATURAL NO EXTERIOR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O desvio inferior no cumprimento da meta justifica-se, principalmente, pelas operações na Bolívia. Este País, desde 2005, tem passado por instabilidades políticas, econômicas e sociais, que provocaram

mudanças na legislação de hidrocarbonetos, o aumento da carga tributária e a maior participação da empresa estatal boliviana no setor. Os investimentos, em 2005 e 2006, foram menores que os inicialmente planejados para estes períodos, face à instabilidade mencionada, fazendo com que a meta proposta de 23,5 milhões de m^3 por dia fosse comprometida em 2007.

3. PRODUÇÃO MÉDIA DE ÓLEO E LÍQUIDO DE GÁS NATURAL NO EXTERIOR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice inferior ao previsto no plano deve-se, sobretudo, aos seguintes fatores:

a) na Venezuela, os contratos de prestação de serviços existentes migraram para empresas mistas (Petrobras como acionista minoritário a partir de 01.04.2006);

b) na Argentina, o declínio natural de produção foi maior que o previsto (campos maduros);

c) no Equador, face aos atrasos na emissão de licenças ambientais, foi postergada a entrada em produção do bloco 31;

d) na Nigéria, em função de atraso na aprovação do plano de desenvolvimento por parte do governo nigeriano, foi postergada para 2008 a entrada em produção dos campos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa visa ampliar a participação do Sistema Petrobras no exterior, aproveitando as oportunidades de negócios, reduzindo a dependência externa e promovendo a integração tecnológica e energética, prioritariamente, na América Latina.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aquisição de 60 blocos exploratórios na região do Golfo do México.

- Aquisição de quatro blocos exploratórios na Colômbia, região do mar caribenho, totalizando área de aproximadamente 12.000 quilômetros quadrados (km^2).

- Assinatura de acordo para compra de refinaria no Japão, com capacidade de processamento de 100 mil barris por dia.

- Descoberta de gás no Peru, no Poço Exploratório Kinteroni.

- Início de produção do primeiro poço do campo de Cottonwood, nos Estados Unidos.

- Início de perfuração do poço Taftan I, no Irã, marcando o retorno da Petrobras ao Oriente Médio.

• Acordo de parceria com a *Oil and Natural Gas Corporation* (ONGC), maior empresa indiana de petróleo, para exploração de blocos em águas profundas, sendo três na costa leste da Índia e três no Brasil.

• Acordo para exploração de quatro blocos na costa portuguesa, ao norte de Lisboa, sendo a Petrobras operadora no consórcio com a Galp Energia e a Partex, com foco em águas profundas, bem como memorando de entendimentos para formação de *joint-venture* para avaliação e implementação de negócios em biocombustíveis e futura distribuição no mercado europeu.

• Assinatura de memorandos de entendimentos com:

a) a Jordânia para estudo do uso da tecnologia Petrosix (tecnologia para extração de óleo de xisto) nos campos de Attarat;

b) o Uruguai para estudos de implantação de planta de regaseificação de GNL;

c) a Argélia para estudos de projetos de GNL;

d) o Marrocos para estudos de extração de óleo de xisto;

e) a Noruega para entendimentos nas áreas de biodiesel e exploração e produção.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Dentre os fatores que dificultaram a implementação do Programa, merecem destaque:

a) aquecimento do mercado mundial, fato que gerou demanda por equipamentos e serviços específicos da área de petróleo superior à oferta existente, dificultando o cumprimento do cronograma original de vários projetos;

b) lentidão no processo de licenciamento ambiental (lentidão na aprovação de licenças ambientais para operações no Equador);

c) questões regulatórias na Venezuela, Bolívia e Equador (alterações nos contratos).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O gerenciamento do Programa é efetuado utilizando-se as melhores práticas de gestão da indústria de petróleo. O acompanhamento de metas físicas e financeiras é realizado por meio de relatórios e reuniões trimestrais. O planejamento estratégico anual revisa, além das metas físicas e financeiras, os objetivos do Programa e as estratégias de implementação.

A área de negócios internacionais da Petrobras mantém práticas abrangentes de planejamento e controle, visando o acompanhamento do desempenho de suas unidades no exterior com a periodicidade adequada.

BRASIL COM TODO GÁS

GERENTE DO PROGRAMA

Sidney Granja Affonso

OBJETIVO

Promover o uso do gás natural de forma segura e continuada a preços competitivos e aumentar a flexibilidade de seu transporte por meio da interligação entre suas reservas e os mercados consumidores.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de gás natural

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.331.874.541,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 691.501.916,00
	Total:	**R$ 691.501.916,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 251.000.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Capacidade da Rede de Dutos para o Transporte de Gás Natural - Bilhão de m³.km	-	23,50	27,10	35,00	34,48	101,51%
2. Extensão da Malha de Gasodutos da Petrobras - km	-	-	5.568,00	6.511,00	-	-
3. Volume de Vendas de Gás Natural no Brasil - milhões de m3/dia	33,58	36,00	38,37	39,10	55,31	70,69%

1. CAPACIDADE DA REDE DE DUTOS PARA O TRANSPORTE DE GÁS NATURAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice alcançado ao final do PPA 2004-2007 superou o previsto em 1,5%.

2. EXTENSÃO DA MALHA DE GASODUTOS DA PETROBRAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O MME não estabeleceu o valor previsto para o final do PPA.

3. VOLUME DE VENDAS DE GÁS NATURAL NO BRASIL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O resultado alcançado em 2007, aquém do previsto, é decorrente da baixa demanda térmica apresentada no primeiro semestre do ano. O último trimestre de 2007 reflete uma venda de 43,7 milhões de metros cúbicos por dia (m^3/dia).

CONTEXTUALIZAÇÃO

Com base nas previsões de disponibilidade dos pólos produtores, faz-se necessária a ampliação da infra-estrutura de transporte e distribuição de gás natural, de forma a permitir sua distribuição para o interior do País. A expansão da produção nacional, a criação de novos mercados fornecedores e a maximização do aproveitamento do gás associado permitem reduzir a dependência externa, de forma a consolidar o produto como alternativa energética segura e confiável.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Entrega de aproximadamente 58 milhões m^3/dia de gás natural ao final de 2007, o que representa 14 milhões de m^3/dia a mais do que o registrado nos dois últimos meses de 2006.

- Conclusão do gasoduto Cacimbas-Vitória: concluído em novembro de 2007, permite a ampliação do mercado do Espírito Santo, anteriormente limitado pela capacidade do antigo gasoduto Lagoa Parda-Vitória. O novo duto tem 129 quilômetros (km) de extensão e capacidade aproximada de 1,3 milhões de m^3/dia.

- Conclusão do gasoduto Campinas-Rio - trecho Paulínia-Taubaté. Este reforço na malha nacional de gasodutos permite à Petrobras realizar o transporte de 30 milhões m^3/dia, que são importados da Bolívia. O duto, finalizado em julho de 2007, tem 201 km de extensão.

- Conclusão dos trechos Itaporanga-Carmópolis e Carmópolis-Pilar da malha nordeste de gasodutos: as autorizações de operação foram emitidas em 26.09.2007 pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). O trecho Itaporanga-Carmópolis tem 67,2 km de extensão e capacidade de 12 milhões m^3/dia, enquanto o Carmópolis-Pilar tem 177 km de extensão e capacidade de 16 milhões m^3/dia. Os dutos permitem o escoamento do gás ofertado da Bahia até Pernambuco.

- Emissão da Licença de Instalação (LI) dos Terminais de Regaseificação de Pecém, em 26.10.2007, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e da baía de Guanabara, em 23.11.2007, pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (FEEMA-RJ).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Em virtude das características de financiamento e captação de recursos pela Petrobras, as dotações foram suficientes para a realização das atividades pretendidas. Os resultados das licitações demonstraram, entretanto, significativo aumento de custos dos insumos, muitas vezes ultrapassando a previsão orçamentária.

Variações significativas de valores entre previsão orçamentária e resultado das licitações prejudicaram a viabilidade de certos empreendimentos, demandando novos estudos de viabilidade, bem como a elaboração de novos projetos básicos. Como exemplo de atraso de finalização de projeto básico, pode-se citar a Ação Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Sudeste, que se compõe dos gasodutos Gasbel-II, Gaspal-II, Gasduc-III, Caraguatatuba-Taubaté, Paulínia-Jacutinga e Japeri-Reduc, das estações de compressão de Volta Redonda, Campos Elísios, Vale do Paraíba e Terminal de Guararema, dos serviços de compressão de Tapinhõa, Mantiqueira, Congonhas, Suzano, São Bernardo, Reduc e Silva Jardim, e dos pontos de entrega nos gasodutos Gasan, Gasbel, Gaspal, Gasvol, Campinas-Rio, Paulínia-Jacutinga e anel de gás residual da Reduc.

Os cronogramas de alguns empreendimentos foram também prejudicados pelo atraso na obtenção de licenças ambientais.

Para a avaliação dos resultados do Programa, são realizadas reuniões mensais como os gestores dos projetos de forma a avaliar as realizações financeiras e físicas das obras.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A viabilidade financeira de algumas ações do Programa torna-se possível mediante a criação de SPE (Sociedade de Propósito Específico), que atua como captadora e financiadora dos recursos necessários.

Quando pertinente, nas fases iniciais de diversas ações, são realizadas audiências públicas que resultam na realização de parcerias com a sociedade civil organizada e com os próprios poderes públicos.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) sugere que dada a importância do Programa para o desenvolvimento nacional, seja realizado o modelo lógico, oportunidade para revisar os indicadores e estabelecer os índices pretendidos no decorrer dos anos do PPA 2008-2011.

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA

GERENTE DO PROGRAMA

Márcio Pereira Zimmermann

OBJETIVO

Apoiar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias relacionadas ao setor energético.

PÚBLICO-ALVO

Institutos de pesquisa e empresas do setor produtivo relacionados com a área energética

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 37.015.189,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.466.806,00
	Pago Estatais:	R$ 22.857.410,00
	Total:	**R$ 25.324.216,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Incorporação de Tecnologia - Porcentagem	2.00	6.00	10.00	14.00	25.00	56%

1. TAXA DE INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em função da dificuldade da apuração de um índice que refletisse a variação relativa, optou-se, neste momento, em fornecer o valor absoluto dos projetos que tiveram êxito no período 2004-2007. Entende-se que o indicador deva ser revisado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Existe defasagem científica e tecnológica, além de ociosidade industrial em áreas estratégicas do setor de energia, com conseqüências negativas para os níveis de produção, emprego e renda no País. As principais causas identificadas para a ocorrência destes problemas são:

a) ausência do planejamento determinativo para a expansão do setor energético;

b) deficiências no arcabouço legal e institucional (INPI, Patente);

c) inconstância da disponibilidade de recursos financeiros para apoio de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e inovação;

d) defasagem da capacidade laboratorial;

e) fluxo de informações tecnológicas ineficiente;

f) interação deficiente entre as instituições de pesquisa e a indústria;

g) falta de coordenação nacional de ações envolvendo P&D e inovação. Este Programa facilita a transferência de tecnologias dos laboratórios para a indústria, incentivando o investimento produtivo e a elevação da produtividade no setor de energia, fortalecendo as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Identificação das barreiras/entraves e as constrições tecnológicas, logísticas, ambientais ou econômicas ao aproveitamento energético sustentável das fontes de biomassa.

• Criação e sistematização de banco de dados sobre as tecnologias solar e eólica.

• Implantação do Laboratório de Geoprocessamento, Centro de Referência para Energia Solar e Eólica e Centro de Pesquisa em Energia Elétrica (CEPEL/CRESESB).

• Modernização da Casa Solar Eficiente.

Para motivar a inserção e a implementação de projetos-demonstrativos de novas tecnologias, os centros de pesquisas apoiados em universidades desenvolveram atividades que complementam o Programa Luz para Todos, oferecendo opções de fornecimento de energia elétrica com potência inferior a 50 quilowatts (kW) em comunidades isoladas, de microcentrais hidrelétricas, com bombas funcionando como turbinas, até gaseificadores de biomassa local e motogeradores movidos a óleo vegetal.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No que se refere ao monitoramento, as ações implementadas em outras instituições são acompanhadas por meio de contatos e reuniões da Gerência Executiva com os Coordenadores de Ações. E as ações executadas por meio de convênios são monitoradas conforme previsto nos termos de convênio e na Instrução Normativa nº 01/1997, ou seja, trimestralmente, por meio de relatórios de acompanhamento físico-financeiros e visitas de fiscalização técnico- administrativa.

A execução física ficou entre 40% e 80% em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Os projetos em andamento estão fornecendo bons resultados, no entanto, em algumas ações, a realização das metas físicas foi abaixo do previsto, tendo em vista o contingenciamento orçamentário e financeiro. O fluxo sofreu descontinuidade prejudicando a execução programada. A programação inicial de firmar novos convênios não foi cumprida por falta de recursos. Além disso, foi verificado que existem dificuldades dos convenentes na execução de licitações.

No que se refere aos recursos humanos, a equipe gerencial de estruturação e acompanhamento das atividades previstas no Programa é reduzida frente às necessidades de acompanhamento e de fiscalização dos trabalhos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os parceiros não-governamentais, em geral, fundações de ensino e pesquisa, têm executado as atividades a contento e, na maior parte dos casos, cumprido as metas acordadas. Por meio do instrumento dos convênios, tem-se a possibilidade de corrigir eventuais atrasos ou incapacidades do agente conveniado.

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social:

a) Ouvidoria disponibilizada pelo Ministério de Minas e Energia (MME), em serviço centralizado;

b) reunião com grupos de interesse, realizadas, na medida do possível, através de solicitação dos grupos de interesse.

Os questionamentos encaminhados são sempre produtivos, pois sempre ensejam novas análises das atividades em desenvolvimento, o que resulta em aprimoramento dos processos e resultados do Programa.

Embora o Programa não possua instrumento oficial de avaliação da satisfação dos beneficiários, os índices de satisfação podem ser identificados por meio da adesão aos projetos implementados, assim como as suas replicações.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) ressalta a necessidade de maior interação entre as gerências deste Programa e a do Programa Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural, com o objetivo de compartilhar modelos de gestão e identificar aspectos que possam contribuir para uma melhor definição dos atributos do Programa, incluindo o seu indicador.

DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E OUTROS COMBUSTÍVEIS

GERENTE DO PROGRAMA

Flavio Santos Tojal de Araújo

OBJETIVO

Oferecer adequada infra-estrutura de produtos e serviços na distribuição de derivados de petróleo, gás natural, álcool e outros combustíveis.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de derivados, gás natural e álcool e outros combustíveis

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 599.290.647,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 502.608.075,00
	Total:	**R$ 502.608.075,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 69.576,97	R$ 39.634,00	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Qualidade dos Produtos da BR Distribuidora - Programa de Olho no Combustível – Porcentagem	-	76,00	91,95	83,80	87,10	96,21%
2. Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento - TFCA – Taxa	-	0,75	0,51	0,52	0,68	-
3. Taxa de Participação da BR Distribuidora no Mercado de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Álcool Combustível – Porcentagem	32,80	33,80	33,65	34,30	34,90	98,28%
4. Taxa de participação da Liquigás Distribuidora no Mercado de GLP – Porcentagem	-	-	21,71	21,80	21,90	99,54%

1. QUALIDADE DOS PRODUTOS DA BR DISTRIBUIDORA - PROGRAMA DE OLHO NO COMBUSTÍVEL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice atingido, em 2007, foi inferior à meta prevista, sobretudo, devido à mudança na metodologia de cálculo. No primeiro momento, tal índice era calculado pela razão entre número de postos certificados pelo Programa De Olho no Combustível e número de postos da rede preferencial (postos ativos com consumo médio mensal superior a 50 m³). O índice hoje

é apurado pela razão entre número de postos certificados pelo referido Programa e número de postos ativos (postos de bandeira BR que adquiriram combustível no mês). Adicionalmente, com a aquisição da AGIP pela BR, ocorrida em agosto de 2004, foram incorporados 1.500 postos à rede. O processo de negociação para troca de bandeira com esses novos postos e, posteriormente, o processo de certificação impactaram o resultado do indicador.

2. TAXA DE FREQUÊNCIA DE ACIDENTADOS COM AFASTAMENTO (TFCA)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O indicador superou a meta definida para o final do PPA 2004-2007. Observa-se que o desejado é a redução do índice ao longo do tempo. Dentre os fatores que contribuíram para o alcance da meta está a definição das Diretrizes Corporativas de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), que são as seguintes: liderança e responsabilidade; conformidade legal; avaliação e gestão de riscos; novos negócios; operação e manutenção; gestão de mudanças; aquisição de bens e serviços; educação, capacitação e conscientização; gestão de informações; comunicação; contingência; relacionamento com a comunidade; análise de acidentes e incidentes; gestão de produtos e gestão de melhoria.

Na BR, a política e as diretrizes de SMS direcionam, entre outros aspectos, a atuação na proteção dos empregados, mediante identificação, controle e monitoramento de riscos e adequação da segurança de processo às melhores práticas mundiais. Tais práticas contemplam a implementação de mecanismos sistemáticos de verificação e atualização dos procedimentos operacionais, inspeção e manutenção para garantia da integridade das instalações e dos equipamentos e preservação da saúde da força de trabalho.

3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA BR DISTRIBUIDORA NO MERCADO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL COMBUSTÍVEL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Apesar dos resultados positivos alcançados no período, ao final do PPA 2004-2007, a participação da BR no Mercado Global de Distribuição atingiu o índice de 34,3%, o que corresponde a 0,6 ponto percentual abaixo da meta planejada. Esse resultado é decorrente, principalmente, da maior competitividade do mercado.

4. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA NO MERCADO DE GLP
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ao final do Programa, a taxa de participação da Liquigás Distribuidora S.A. atingiu o índice de 21,8%, 0,1 ponto percentual abaixo da meta definida. O mercado da Liquigás foi afetado pela falta de vasilhames para enchimento, em função da segregação de vasilhames não-requalificados com mais de 15 anos de uso. O Programa de requalificação de botijões previsto no Código de Auto-regulamentação do Setor (firmado em 1996) foi integralmente

cumprido pelas empresas do setor que requalificaram 68 milhões de botijões no período de 1996 a 2006. Findo esse processo, identificou-se excedente de botijões a requalificar, oriundo de erro na estimativa feita pelas distribuidoras em conjunto com a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que se constitui no antigo Departamento Nacional de Combustíveis (DNC) no ano de 1996. Este saldo, identificado igualmente nas demais distribuidoras, representou na Liquigás cerca de 2,6 milhões de botijões. Este montante levou a Companhia à aquisição adicional de vasilhames para repor o sucateamento decorrente do processo de requalificação, bem como restabelecer sua capacidade de operar sem interrupções, capacidade esta comprometida também pelos baixos investimentos em botijões no período 2004-2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Diante das taxas de crescimento projetadas para o mercado consumidor de derivados de petróleo, gás natural, álcool e outros combustíveis, das necessidades percebidas no tocante a energia produzida a partir destes produtos e do crescimento das exigências nos aspectos de segurança, meio-ambiente e saúde, é imperativo ampliar, modernizar e manter a infra-estrutura de distribuição de modo a minimizar o risco ambiental e atender a demanda, preservando ou ampliando a posição de liderança no mercado.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Ampliação e manutenção da infra-estrutura varejista com:

a) implantação de cinco postos próprios na região Sul;

b) ampliação da carteira de postos com gás natural veicular (GNV), totalizando 409 postos;

c) comercialização do biodiesel em 5.885 postos;

d) manutenção da rede de 15 Postos-Escola;

e) modernização e adequação de cerca de 720 postos, por meio da substituição de equipamentos (bombas, tanques, etc.) e de melhoria na imagem, de modo a atender às exigências de SMS e de qualidade.

- Manutenção da infra-estrutura operacional do segmento de distribuição de GLP com:

a) aquisição de 1.260.469 botijões, sendo 937.830 para repor necessidade de sucateamento e 322.639 para crescimento do mercado;

b) investimentos na aquisição de reservatórios e equipamentos para centrais de GLP granel.

• Manutenção da infra-estrutura operacional de distribuição de derivados de petróleo: finalização do processo de adequação das bases e terminais para comercialização de biodiesel.

• Ampliação da capacidade de recebimento, armazenagem e carregamento de diversos terminais e bases como: Terminal Aquaviário de Belo Monte (BAMON), TEPLAN, TEBET, TELIS e TEMAT.

• Continuidade do processo de automação dos terminais e bases.

• Melhorias direcionadas à infra-estrutura da fábrica de lubrificantes e das fábricas de asfalto.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As ações do Programa são retratadas no Plano Estratégico que reflete todas as decisões de investimentos da empresa e exige controle das metas definidas.

Os recursos utilizados no Programa foram originados da captação e da geração de caixa da própria companhia e apresentaram fluxo de caixa compatível com as necessidades de investimento.

Com relação à Ação Ampliação da Infra-Estrutura de Atendimento a Clientes Consumidores, a construção de mais uma Central Avançada de Inspeção e Serviços (CAIS), conforme previsto, não foi realizada em decorrência da publicação, pela ANP, da Resolução nº 12, de 21 de março de 2007, que regulou o ponto de abastecimento (instalações para suprimento de combustíveis de equipamentos móveis, veículos automotores terrestres, aeronaves, embarcações). Neste regulamento, foram estabelecidas restrições à operação das CAIS no modelo inicialmente previsto pela companhia, ficando vedada ao distribuidor a operação direta do ponto de abastecimento.

No tocante à Ação Ampliação e Modernização da Infra-Estrutura Varejista de Distribuição de Derivados de Petróleo e Gás Natural, a meta de implantação de sete postos próprios foi parcialmente obtida, uma vez que entraram em operação cinco postos no Rio Grande do Sul. A realização abaixo do previsto deveu-se à demora na obtenção de licenças ambientais.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A Petrobras Distribuidora S.A. (BR), atuando preferencialmente em parcerias, vem desenvolvendo projetos de geração de energia com o objetivo de aumentar suas vendas de combustíveis e ampliar sua carteira comercial. Definida como empresa de energia no Plano Estratégico do Sistema Petrobras, a empresa está ampliando sua presença nesse mercado por meio de investimentos em fontes de energia renováveis como as Pequenas Centrais Hidrelétricas.

A Ouvidoria é a referência principal na defesa dos direitos e interesses dos consumidores, dos empregados e da sociedade, com o compromisso de assegurar a solução rápida e eficaz de todas as solicitações, críticas, reclamações e sugestões.

Além da Ouvidoria, a BR disponibiliza diversos canais de comunicação permanente para a sociedade em geral, de modo a promover o fácil acesso ao atendimento às diferentes demandas, com destaque o Portal BR e os Serviços de Atendimento ao Consumidor (SAC). O Portal BR tem como propósito impulsionar o comércio eletrônico, fidelizar clientes, consumidores e parceiros e melhorar a comunicação e divulgação da Empresa. Já o SAC, acionado via 0800 ou via Portal, recebe todas as mensagens que são analisadas e tratadas no prazo mais curto possível e, caso haja necessidade, são encaminhadas para tratamento pelas áreas internas competentes.

O Programa utiliza também como mecanismo de avaliação da satisfação de seus beneficiários pesquisas de satisfação de clientes, que englobam clientes, revendedores e consumidores finais.

O processo de definição dos investimentos baseia-se, principalmente, no Plano Estratégico e no Plano Anual de Negócios. O plano estratégico detalha os investimentos para os próximos cinco anos. Já o Plano Anual de Negócios é o principal instrumento de planejamento de curto prazo (exercício), que contempla a programação anual de todas as atividades físicas e financeiras da BR, distribuídas mensalmente.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

GERENTE DO PROGRAMA

Márcio Pereira Zimmermann

OBJETIVO

Reduzir o desperdício e o uso ineficiente dos insumos energéticos.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores, concessionárias, fabricantes e importadores de equipamentos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 127.516.659,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 55.948.382,00
	Total:	**R$ 55.948.382,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 283.900.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Energia Elétrica Economizada – GWh	2.000.00	2.500.00	2.158.00	2.845,00	2.500.00	133,8%
2. Quantidade de Petróleo Conservada - t equivalente de petróleo por ano	--	245.920.00	254.400.00	267.824,00	109.905.00	243,7%

1. ENERGIA ELÉTRICA ECONOMIZADA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

No caso do Programa Nacional de Conservação Energia Elétrica (PROCEL), em 2006, implantou-se nova metodologia de consolidação de informações, o que levou a números ligeiramente inferiores àqueles do exercício anterior. Não obstante, incrementou-se o número de equipamentos com selo de eficiência energética.

2. QUANTIDADE DE PETRÓLEO CONSERVADA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em conseqüência do aumento da abrangência do Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (Conpet), sobretudo no que diz respeito ao Projeto

Economizar, desde 2005, já se atingiram as metas originalmente previstas para 2007. Além disto, foram subestimados os índices anteriores, razão pela qual o índice apurado lhes é superior. Ainda assim, houve incremento de 5% em relação à economia observada no exercício anterior.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Há, no Brasil, significativo desperdício e uso ineficiente de energia, devido basicamente às seguintes causas:

a) falta de acesso à informação para a população e os consumidores sobre a importância da energia e seu uso apropriado;

b) carência de educação formal que valorize a energia como um bem fundamental da sociedade;

c) insuficiente capacitação de especialistas em todos os níveis da cadeia energética;

d) ambiente de negócios inapropriado para favorecer a sustentabilidade deste mercado;

e) arcabouço legal e institucional inadequado para alavancar o tema;

f) ausência de tecnologias inovadoras para a produção de equipamentos mais eficientes de baixo custo;

g) sinergia insuficiente no uso otimizado de fontes energéticas;

h) política tarifária que não estimula a eficiência energética.

Este Programa pretende desenvolver mecanismos capazes de explorar o potencial de conservação de energia mediante a promoção de ações com vistas à transformação do mercado atual de energia. Busca agregar valor, desenvolver novas tecnologias, estimular a oferta e demanda de produtos e de serviços mais eficientes no mercado nacional, criando as condições necessárias para a atuação de empresas voltadas para este negócio. Fundamentalmente, visa aumentar a disponibilidade de energia para o País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Economia de energia elétrica: 2.845 gigawatts por hora (GW/h). Esta economia foi alcançada por meio do PROCEL, cujas ações abrangem iluminação pública, indústrias, etiquetagem, Selo PROCEL, educação, gestão energética municipal, entre outros.

• Economia de derivados de petróleo: 315 milhões de litros de óleo diesel, o que equivale a 267.824 toneladas (t) de petróleo. Esta economia foi alcançada por meio das ações de conservação de derivados do petróleo e do gás natural junto aos setores de transportes, educação e etiquetagem, por meio do CONPET.

• Atendimento a 170 novos Municípios por meio de programas de iluminação pública eficiente no âmbito do Programa RELUZ, substituindo 368 mil pontos de iluminação gerando uma economia de 82 GWh.

• Publicação de regulamentação específica para:

a) ar condicionado (Portaria Interministerial nº 364, de 24 de dezembro de 2007);

b) fornos e fogões a gás (Portaria Interministerial nº 363, de 24 de dezembro de 2007);

c) refrigeradores e congeladores (Portaria Interministerial nº 362, de 24 de dezembro de 2007).

• Elaboração de regulamentação para etiquetagem voluntária do nível de eficiência energética de edifícios comerciais de serviços e públicos.

Os resultados obtidos por meio do PROCEL associam-se, predominantemente, ao Selo e à Etiqueta de Eficiência Energética (87,2%). Outros destaques são: educação (8,8%) e iluminação pública (2,9%). Esses percentuais indicam a participação dessas iniciativas nos resultados totais do Programa. O CONPET expandiu suas ações, destacando-se o aumento do número de veículos monitorados por meio do Projeto Economizar, que se volta às empresas de transportes de cargas e passageiros. A frota participante do Projeto Economizar, que atende a transportadores de cargas e passageiros, aumentou para 111 mil veículos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são os seguintes:

a) visitas técnicas realizadas de acordo com as datas de conclusão das metas/etapas previstas no cronograma de execução do plano de trabalho aprovado. Programam-se visitas trimestrais *a priori*, que podem ter sua periodicidade alterada mediante a identificação de possíveis inconsistências na execução do objeto;

b) publicação de relatórios de gestão anual com os resultados obtidos por meio das ações dos programas PROCEL e CONPET, destacando-se o total de energia economizada, a quantidade de combustíveis economizada e o total de redução de emissões de poluentes. São fornecidas ao Ministério de Minas e Energia (MME), sem periodicidade preestabelecida, informações concernentes às ações e aos resultados intermediários obtidos.

A execução das metas físicas esteve entre 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 embora algumas ações apresentem deficiências na execução. Parte das ações deste Programa é desempenhada com recursos da Eletrobrás e da Petrobras. Os recursos orçamentários disponibilizados ao MME, no âmbito deste Programa, foram limitados e

sofreram forte contingenciamento. Além disto, o fluxo de recursos orçamentários sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

O impacto das ações não-orçamentárias sobre o alcance do objetivo do Programa é relevante na medida em que a maioria dessas ações têm recursos de origem no plano de dispêndio das empresas estatais supracitadas.

Para a gestão de todo o Programa, este Ministério conta somente com três profissionais sem qualquer apoio administrativo.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social, conforme descrito a seguir:

a) audiência pública, etapa obrigatória no caso da implementação da Lei de Eficiência Energética;

b) consulta pública, etapa empregada no caso da implementação da Lei de Eficiência Energética, embora não seja obrigatória;

c) reunião com grupos de interesse, entidades representativas de fabricantes e empresas setoriais, além de entidades de defesa do consumidor.

Destaca-se que todas as participações da sociedade foram analisadas cuidadosamente de forma que, quando possível, fossem incorporadas ao processo.

A respeito da avaliação da satisfação de seus beneficiários, no que tange à Lei de Eficiência Energética, a avaliação é feita por meio de consultas e audiências públicas, que ocorrem pelo meio eletrônico e presencial. Outra forma de avaliação empregada pelo PROCEL e pelo CONPET é a consulta direta aos fabricantes, associações de empresários, conselhos de consumidores, conselhos de administradores públicos etc.

As regulamentações no âmbito da Lei são elaboradas de maneira democrática, e contando com participações da sociedade, sem que isso lhes furte o caráter de obrigatoriedade. Ademais, ao processo, incorporaram-se consultas públicas por meio eletrônico, que antecipam as discussões que, de outra forma, seriam limitadas à audiência pública. Pela relevância que a eficiência e a conservação energética têm para a segurança do abastecimento de energia no País, sugere-se maior destaque e visibilidade às ações que integram este Programa.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) ressalta a necessidade de realização de uma oficina de modelo lógico para o Programa, visando o seu fortalecimento, o que é vital para o futuro equilíbrio entre a oferta e demanda de energia. E ainda ressalta a inexistência de empenho liquidado (orçamento fiscal) no ano de 2007 nas ações do orçamento fiscal.

ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL

GERENTE DO PROGRAMA

Márcio Pereira Zimmermann

OBJETIVO

Ampliar a oferta de energia por meio de fontes renováveis, em base auto-sustentável, minimizando os impactos ambientais.

PÚBLICO-ALVO

Concessionárias, permissionárias, agentes produtivos e consumidores de energia elétrica

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 301.242.602,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.050.119,00
	Pago Estatais:	R$ 50.286.149,00
	Total:	**R$ 51.336.268,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 858.100.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Participação de Energias Alternativas Renováveis na Matriz Elétrica - Porcentagem	5,13	5,06	5,20	5,49	5.00	110%
2. Taxa de Participação de Energias Alternativas Renováveis na Matriz Energética - Porcentagem	0.83	0,82	0,86	0,91	-	-

1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE ENERGIAS ALTERNATIVAS RENOVÁVEIS NA MATRIZ ELÉTRICA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Houve superação do índice previsto ao final do PPA.

2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE ENERGIAS ALTERNATIVAS RENOVÁVEIS NA MATRIZ ENERGÉTICA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Não houve previsão de índice ao final do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa busca:

a) ampliar a oferta de energia, diversificando a matriz energética nacional com recursos energéticos locais, promovendo a economia de divisas e independência de conjunturas internacionais;

b) contribuir para o equilíbrio de oferta e demanda, reduzindo os riscos hidrológicos;

c) acompanhar, avaliar e divulgar as ações do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA);

d) promover o desenvolvimento tecnológico e inserção de novas fontes renováveis;

e) promover a capacitação, a formação e a divulgação com ênfase em energia renovável;

f) estimular a criação de ambiente de negócios favorável aos certificados verdes e de emissão reduzida de gases de efeito estufa (CDM - Certificados Verdes);

g) conhecer as ferramentas necessárias para conexão e despacho adequados das fontes na rede de transmissão e de distribuição;

h) promover o levantamento de potenciais energéticos de fontes alternativas nos sistemas interligado e isolado.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Desenvolvimento de projeto e instalação de microcentral hidrelétrica em uma comunidade isolada no Estado de Rondônia.

• Desenvolvimento de projeto de uma microcentral de extração de óleo das oleaginosas locais com um motor ciclo diesel de 16,5 HP (12,5 quilowatts - kW) e um gerador de 12,5 quilovolt-ampère (kVA), com o sistema dimensionado para disponibilizar energia para a comunidade e para os equipamentos de extração do óleo na Amazônia.

• Desenvolvimento de tecnologia de gaseificação de biomassa e posterior queima do gás em motores de combustão interna.

• Desenvolvimento de projeto e instalação de uma unidade de biogás acoplada em um motogerador de 0,5 kVA, na Bahia.

O PROINFA é um programa de incentivos que diversifica a matriz energética brasileira. Em 2007, entraram em operação comercial pelo PROINFA 11 empreendimentos, perfazendo 246,1 megawatts (MW), sendo 151 MW em Pequenas Centrais Hidrelétricas

(PCHs) (sete projetos), 84,9 MW para a fonte biomassa (três projetos) e 10,2 MW para a fonte eólica (um projeto). Dos 3.300 MW contratados no Programa, 1.981,21 MW estão com obras concluídas ou em andamento, correspondendo a 60% da potência contratada do Programa. Se forem considerados os empreendimentos com *Engineering Procurement Construction* (EPCs), este número sobe para 81%.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações são os seguintes:

a) reuniões de trabalho implementadas em outras instituições e acompanhadas por meio de contatos e reuniões da gerência executiva com os coordenadores de ações;

b) visitas *in loco* realizadas de acordo com as datas de conclusão das metas/etapas previstas no cronograma de execução do plano de trabalho aprovado. Programam-se visitas trimestrais *a priori*, que podem ter sua periodicidade alterada mediante a identificação de possíveis inconsistências na execução do objeto;

c) relatórios de gestão encaminhados trimestralmente, contendo detalhamento da execução física, indicando a meta, a etapa/fase, a descrição, a unidade de medida, a quantidade executada no período (programada/executada), quantidade executada até o período (acumulada/programada/executada) e a execução financeira, informando a origem das receitas (concedente, convenente, outra), a despesa realizada e os saldos.

Os projetos em andamento estão fornecendo bons resultados. No entanto, em algumas ações, a realização das metas físicas foram abaixo do previsto, tendo em vista as dificuldades encontradas nas instituições que coordenam as ações no preenchimento correto dos dados, assim como contingenciamento orçamentário e financeiro.

Os recursos se tornaram insuficientes tendo em vista o contingenciamento orçamentário e financeiro durante o exercício, que impossibilitou a realização de todas as atividades previstas para o ano. Como conseqüência, houve a reprogramação de algumas atividades durante o exercício e a postergação de atividades para o ano de 2008. A programação inicial de firmar novos convênios não foi cumprida por falta de recursos.

O impacto das ações com recursos não-orçamentários é alto. O PROINFA representa 144 projetos de geração elétrica, totalizando 3.300 MW, no entanto, apesar dos empreendimentos estarem sendo financiados a contento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), as informações pertinentes à execução dos financiamentos dos projetos, que são de sua responsabilidade, não estão sendo preenchidas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

A equipe gerencial de estruturação e acompanhamento das atividades previstas no Programa é reduzida frente às necessidades de acompanhamento e de fiscalização dos trabalhos.

A insuficiência de recursos prejudica a realização das viagens de fiscalização e, conseqüentemente, o acompanhamento dos convênios. Além disso, no exercício de 2007, foi verificado que existem dificuldades dos convenentes na execução de licitações, em relação ao cumprimento dos prazos de tramitação dos processos, dentro dos cronogramas de execução dos convênios.

A liberação de créditos adicionais somente ao final do exercício provoca a descontinuidade dos convênios porque, nesse período, não há tempo hábil para o estabelecimento dos convênios. Assim, o atraso na liberação dos orçamentos ocasiona atraso na liberação de recursos para os convênios, podendo provocar descontinuidade dos trabalhos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os parceiros não-governamentais, em geral fundações de ensino e pesquisa, têm executado as atividades a contento e, na maior parte dos casos, cumprindo as metas acordadas. Por meio do instrumento dos convênios, tem-se a possibilidade de corrigir eventuais atrasos ou incapacidades do agente conveniado.

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social:

a) Ouvidoria disponibilizada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) em um serviço centralizado;

b) reunião com grupos de interesse realizadas, na medida do possível, através de solicitação dos grupos de interesse;

c) participação do MME no Conselho do Fundo Setorial de Energia (CT-ENERG).

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) destaca que, em função da relevância que as ações do PROINFA têm para o Programa, é pertinente a realização de levantamento da execução financeira das ações não-orçamentárias que o compõem.

ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE

GERENTE DO PROGRAMA

Ronaldo Schuck

OBJETIVO

Atender as necessidades de energia elétrica da região Nordeste.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de energia elétrica da região Nordeste

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 988.895.262,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 584.137.532,00
	Total:	**R$ 584.137.532,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 808.990.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica – MW	98.849	101.036	104.464	108.496	--	--
2. Capacidade Instalada de Transformação – MVA	74.004	79.547	90.076	96.034	--	--
3. Consumo de Energia na Região Nordeste – GWh	-	47.656	48.936	52.369	- -	- -
4. Linhas de Transmissão Instaladas com Tensão Igual ou Superior a 230 Kv - km	79.799	82.825	86.203	87.233	--	--

Obs.: Os indicadores têm abrangência nacional, salvo indicador 3 (Consumo de Energia na Região Nordeste).

1. CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A expansão verificada de capacidade de geração está compatível com as necessidades de mercado.

2. CAPACIDADE INSTALADA DE TRANSFORMAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A expansão verificada de capacidade de transformação está compatível com as necessidades de mercado.

3. CONSUMO DE ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE[1]

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Fonte: (1) Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

A taxa de crescimento está compatível com a evolução da economia brasileira.

4. LINHAS DE TRANSMISSÃO (LT) INSTALADAS COM TENSÃO IGUAL OU SUPERIOR A 230 KV

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Taxa de crescimento abaixo dos valores registrados em anos anteriores, porém para o exercício de 2008, devem ser incorporados 6.129 quilômetros (km) de linhas de transmissão, todas já outorgadas e, em sua maioria, já em implantação. O resultado de 2007 não compromete a segurança do sistema de transmissão.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A região Nordeste caracteriza-se como de capacidade de geração hidrelétrica limitada aos aproveitamentos existentes na bacia do rio São Francisco, dependendo de importação de energia do Sistema Interligado Nacional. O consumo de energia da região concentra-se nos grandes centros urbanos, notadamente nas capitais dos Estados, com elevada taxa de consumidores de baixa renda.

O Sistema Nordeste convive com pontos de estrangulamentos nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia. A expansão da geração contempla a utilização de geração térmica e outras fontes, contribuindo para a diversidade da matriz energética. As obras de expansão, além de atender as necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Expansão do atendimento ao Maranhão, com a ampliação das subestações Miranda II, Peritoró e Porto Franco, com a instalação de transformadores de 100 megavolt-ampère (MVA) em cada uma delas.

- Conclusão da LT Milagres - Tauá - 230 quilovolts (kV), com 208 km para atendimento elétrico da região centro-oeste do Estado do Ceará.

- Conclusão da recapacitação da LT Recife II - Joairam - 230 kV, e adequação da LT Pau Ferro - Campina Grande II - 230 kV, com 127 km.

• Ampliações realizadas em oito subestações com a instalação de transformadores e reatores, destacando-se o total implantado de 660 MVA em transformadores.

• Conclusão da construção e montagem de oito entradas de linha, sendo quatro na nova subestação Joairam e quatro na nova subestação Tauá.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são os seguintes:

a) reuniões de trabalho realizadas, mensalmente, sob a coordenação do Ministério Minas e Energia (MME) com participações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), entre outros agentes; realizadas também reuniões sob a coordenação da Eletrobrás com as empresas do grupo responsáveis por grande parte das ações do Programa. O monitoramento da expansão do sistema elétrico é realizado no âmbito do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE);

b) visitas *in loco* dos responsáveis pelo acompanhamento das ações no âmbito executivo do CMSE para avaliar a situação das obras e as necessidades de gestão específicas para o andamento normal da ação;

c) sistemas informatizados são utilizados para o acompanhamento da evolução normal das ações feito por meio de sistemas de informação, como o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e de ferramentas específicas do MME;

d) SIGPlan, utilizado mensalmente para atualização das ações do Programa;

e) relatórios de gestão elaborados e disponibilizados para informação gerencial e relatórios de acompanhamento da evolução das ações.

As metas físicas foram consideradas satisfatórias, sendo o percentual médio de realização das concessionárias de 85%. Foi verificado atraso no licenciamento ambiental de alguns empreendimentos de transmissão, prejudicando o cumprimento da meta.

Os recursos orçamentários foram suficientes para a implementação das ações previstas. Os recursos classificados como não-orçamentários são pouco expressivos neste Programa.

Abaixo estão listadas restrições e providências adotadas:

a) dificuldades em licitações e celebração de contratos - o desempenho físico das ações foi prejudicado pelo alongamento dos prazos das licitações por problemas legais. Cabe destacar também que o mercado de materiais, equipamentos e serviços,

relacionados com o seguimento de energia elétrica, está aquecido, provocando alta de preços e/ou prazos de entrega superiores às necessidades das empresas.

b) lentidão no processo de licenciamento ambiental - embora as articulações institucionais promovidas no âmbito do monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tenham gerado resultados satisfatórios.

c) inadequação e/ou inexistência de norma legal para a participação de empresas federais nos leilões promovidos pela Aneel, que encontram dificuldades normativas para incluir a correspondente ação no orçamento, dentro dos prazos requeridos pelos cronogramas de obras apresentados. Há necessidade de avaliar essa questão e, se for possível, flexibilizar a legislação com o intuito de agilizar esse processo.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Na região Nordeste, as parcerias com as empresas privadas são pouco representativas no conjunto das ações. Especialmente, na transmissão, as parcerias ocorrem com maior freqüência com resultados positivos.

O setor elétrico tem proporcionado parcerias entre empresas estatais e a iniciativa privada para a execução dos projetos de expansão da geração e transmissão. Em boa parte dos projetos leiloados pela Aneel, são vencedores consórcios formados por empresas privadas e empresas do grupo Eletrobrás, tais como Furnas Centrais Elétricas, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e Eletrosul Centrais Elétricas. Essas parcerias têm sido fundamentais para viabilizar a expansão do sistema elétrico brasileiro.

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social:

a) Ouvidoria que capta sugestões, recomendações, reclamações e outras demandas da sociedade;

b) audiência pública para as ações e obras que requeiram legalmente tais audiências;

c) consulta pública para as ações e obras que requerem legalmente a realização de consultas públicas;

d) reuniões com grupos de interesse, que visam antecipar dificuldades no relacionamento da comunidade com os executores. Essas reuniões são realizadas com empreendedores, consumidores, movimentos sociais organizados, sociedade civil, Estados e Municípios;

e) discussão em conselho setorial por meio de reuniões com conselhos representativos dos setores de meio ambiente e planos diretores de Municípios.

A realização das reuniões de acompanhamento do Programa, envolvendo todas as empresas participantes e o monitoramento das ações pelo CMSE, pode ser considerada prática com procedimentos adequados para a avaliação periódica do Programa.

O Ministério de Minas e Energia (MME) ressalta que há problemas de sincronismo entre as etapas de planejamento, consolidação orçamentária e execução das ações com a liberação dos recursos (aprovação do Congresso), prejudicando os programas. A aprovação de créditos suplementares de maneira intempestiva também compromete a execução das ações. E, ainda, sugere a adequação dos empreendimentos que constam no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com o PPA 2008-2011, mediante a criação de novas ações não-orçamentárias. Além disso, a ausência de informações sobre a execução física e financeira das ações não-orçamentárias, continua sendo fator limitador para o entendimento da evolução dos projetos do setor de energia elétrica.

O MME ainda registra que os indicadores foram substituídos, a partir do PPA 2008-2011, pelos seguintes: Acréscimo da capacidade instalada de geração de energia elétrica; Acréscimo de linhas de transmissão de energia elétrica com tensão igual ou superior a 230 kV.

ENERGIA NA REGIÃO NORTE

GERENTE DO PROGRAMA

Ronaldo Schuck

OBJETIVO

Atender as necessidades de energia elétrica da região Norte e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de energia elétrica da região Norte

EXECUÇÃO D PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 357.300.000,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 274.295.503,00
	Total:	**R$ 274.295.503,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 3.919.700.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - MW	98.849	101.036	104.464	108.496	-	-
2. Capacidade Instalada de Transformação - MVA	74.004	79.547	90.076	96.034	-	-
3. Consumo de Energia na Região Norte - GWh	-	22.946	24.481	25.778	-	-
4. Linhas de Transmissão Instaladas com Tensão Igual ou Superior a 230 kV - km	79.799	82.825	86.203	87.233	-	-

Obs: os indicadores têm abrangência nacional, salvo indicador 3 (Consumo de Energia na Região Norte).

1. CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A expansão verificada de capacidade instalada de geração está compatível com as necessidades de mercado.

2. CAPACIDADE INSTALADA DE TRANSFORMAÇÃO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A expansão verificada de capacidade instalada de transformação está compatível com as necessidades de mercado.

3. CONSUMO DE ENERGIA NA REGIÃO NORTE[1]
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:
Fonte: (1) Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

A taxa de crescimento compatível com as necessidades de expansão do mercado.

4. LINHAS DE TRANSMISSÃO INSTALADAS COM TENSÃO IGUAL OU SUPERIOR A 230 KV
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A taxa de crescimento está abaixo dos valores registrados em anos anteriores, porém, para o exercício de 2008, devem ser incorporados mais 6.129 quilômetros (km) de linhas de transmissão, todas já outorgadas e, em sua maioria, já em implantação. O resultado verificado em 2007 não compromete a segurança do sistema de transmissão.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A região Norte caracteriza-se como área de grande potencial hidrelétrico, com regimes hidrológicos diferentes das demais regiões do País, possibilitando a transferência de grandes blocos de energia para atendimento das demandas dos grandes centros de consumo. A expansão da geração e transmissão na região está associada a investimentos em grandes usinas e longas linhas de transmissão em alta tensão, com impactos sócio-ambientais relevantes e de grande importância para o equilíbrio da oferta e demanda, devido ao esgotamento das reservas em outras regiões. As obras de expansão, além de atender as necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população. O aproveitamento do potencial hidrelétrico dessa região requer complementação e atualização dos estudos de inventário de suas bacias hidrográficas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Expansão de sistema de transmissão no Estado do Pará associado à Usina Hidrelétrica (UHE) Tucuruí e a conclusão da 2ª etapa da hidrelétrica.

- Ampliação das subestações Marabá, Vila do Conde, Santa Maria e seccionadora de Tucuruí, no Estado do Pará, e a ampliação das subestações São Luís II e Imperatriz, no Estado do Maranhão.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são os seguintes:

a) reuniões de trabalho realizadas mensalmente sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME), com participações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Empresa de Pesquisa Elétrica (EPE) e outros agentes convidados. No âmbito da Eletrobrás, são realizadas reuniões periódicas com as empresas do grupo responsáveis pelas ações contempladas no Programa, como é o caso da Eletronorte na região Norte. O monitoramento da expansão do sistema elétrico é realizado no âmbito do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE);

b) visitas *in loco* realizadas pela Aneel, como meio da fiscalização da geração e dos serviços de eletricidade nos empreendimentos concedidos. Os resultados da avaliação são informados mensalmente ao CMSE no âmbito do MME. As ações não-orçamentárias sob responsabilidade da Eletronorte são objeto de visitas *in loco* para avaliar a situação das obras e as necessidades de gestão para o bom andamento das ações;

c) sistemas informatizados desenvolvidos para realizar o acompanhamento da evolução das ações por meio de sistemas de informações específicos;

d) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) utilizado pelo MME, bem como pela Eletronorte para atualização mensal da execução física de cada uma das ações referente a este Programa;

e) relatórios de gestão elaborados e disponibilizados mensalmente para acompanhamento da evolução das ações.

O índice de realização das concessionárias alcançou média de 76,8%. Destaca-se que o percentual de recursos não-orçamentários nesse Programa foi mais significativo. O impacto das ações com recursos não-orçamentários é alto. Os empreendedores estão realizando as obras de acordo com os cronogramas estabelecidos no edital de licitação.

No que se refere aos recursos humanos, as empresas federais, para melhor estruturação dos seus quadros de pessoal, vêm negociando com os órgãos competentes a realização de concursos públicos. Por outro lado, a promoção de treinamentos e capacitações dos novos profissionais é fundamental para atender a crescente demanda de serviços na área de energia elétrica. No âmbito do MME, o reforço das equipes ocorrerá por meio da realização de concurso público, conforme Edital nº 01, de 08 de fevereiro de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP).

Abaixo, encontram-se restrições e providências adotadas:

a) dificuldades em licitações e celebração de contratos que prejudicam o desempenho das ações devido ao alongamento dos prazos das licitações, gerados por problemas legais inerentes ao próprio processo. Cabe destacar também que o mercado de materiais, equipamentos e serviços, relacionados com o seguimento de energia elétrica, está aquecido, provocando alta de preços e extensão de prazos de entrega;

b) conflitos decorrentes de outras políticas setoriais, inclusive entre esferas de poder ou entre esferas de governo, por exemplo, criação de áreas de reserva ambiental e indígena nos locais de potencial hidrelétrico;

c) lentidão no processo de licenciamento ambiental que se constitui em entrave ao desenvolvimento do setor. As empresas concessionárias planejam seus orçamentos anualmente, enquanto as concessões de licenças muitas vezes alongam-se por muitos anos. Algumas indefinições têm atrasado o processo de licenciamento, entre as quais podemos citar:

- indefinições quanto à competência do órgão de licenciamento (IBAMA x órgão estadual),

- condicionantes incoerentes com a realidade dos projetos,

- atuação dos Ministérios Público Federal (MPF) e Estadual (MPE), paralisando obras,

- conflitos pela criação de reserva ambiental e indígena nos locais de empreendimentos de geração e/ou transmissão,

d) inadequação e/ou inexistência de norma legal para as empresas federais que participam dos leilões promovidos pela Aneel e, nos casos em que saem vencedoras do certame, encontram dificuldades normativas para incluir a correspondente ação nova no orçamento e nos prazos requeridos pelos cronogramas de obras apresentados. Há necessidade de avaliar essa questão e, se for possível, flexibilizar a legislação com o intuito de agilizar esse processo;

e) processo de autorização de ações de expansão e/ou melhorias que se torna demorado pelo excesso de rotinas administrativas. Os procedimentos compreendidos entre a identificação da necessidade da obra e a emissão do ato de autorização são trabalhosos e morosos, comprometendo as realizações físicas e orçamentárias do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O setor elétrico tem proporcionado parcerias entre empresas estatais e a iniciativa privada, para a execução dos projetos de expansão da geração e transmissão. Em boa parte dos projetos leiloados pela Aneel, são vencedores consórcios formados por empresas privadas e empresas do grupo Eletrobrás, tais como Furnas Centrais Elétricas, Centrais Elétricas do Norte S/A (Eletronorte), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e Eletrosul Centrais Elétricas. Essas parcerias têm sido fundamentais para viabilizar a expansão do sistema elétrico brasileiro. O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social:

a) Ouvidoria para captação de sugestões, recomendações, reclamações e outras demandas da sociedade;

b) audiência pública e consulta pública realizadas para discussão das ações do Programa;

c) reunião com grupos de interesse visando antecipar dificuldades no relacionamento da comunidade com os executores. Essas reuniões são realizadas com empreendedores, consumidores, movimentos sociais organizados, sociedade civil, Estados e Municípios;

d) discussão em conselho setorial que permite envolver as ações em contexto com a comunidade e os executores.

O Ministério de Minas e Energia (MME) ressalta a falta de sincronia entre as etapas de planejamento, consolidação orçamentária e execução das ações com a liberação dos recursos (aprovação do Congresso). A aprovação de créditos suplementares de maneira intempestiva também compromete a execução das ações.

O MME ainda sugere a adequação dos empreendimentos que constam no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com o PPA 2008-2011, mediante a criação de novas ações não-orçamentárias. A ausência de informações sobre a execução física e financeira das ações não-orçamentárias, que constituem parte relevante do Programa, continua sendo fator limitador para o entendimento da evolução física e financeira dos projetos do setor de energia elétrica.

Os indicadores desse Programa foram substituídos, a partir do PPA 2008-2011, pelos seguintes: Acréscimo da capacidade instalada de geração de energia elétrica; Acréscimo de linhas de transmissão de energia elétrica com tensão igual ou superior a 230 kV.

ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE

GERENTE DO PROGRAMA

Ronaldo Schuck

OBJETIVO

Atender as necessidades de energia elétrica das regiões Sudeste e Centro-Oeste e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de energia elétrica das regiões Sudeste e Centro-Oeste

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.943.892.176,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 1.237.190.883,00
	Total:	**R$ 1.237.190.883,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 5.087.602.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - MW	98.849	101.036	104.464	108.496	-	-
2. Capacidade Instalada de Transformação - MVA	74.004	79.547	90.076	96.034	-	-
3. Consumo de Energia nas regiões Sudeste e Centro-Oeste - GWh	-	208.341	215.647	226.915	-	-
4. Linhas de Transmissão Instaladas com Tensão Igual ou Superior a 230 Kv – km	79.799	82.825	86.203	87.233	-	-

Obs: os indicadores têm abrangência nacional, salvo indicador 3 (Consumo de Energia nas regiões Sudeste e Centro-Oeste)

1. CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A expansão verificada de capacidade de geração está compatível com as necessidades de mercado.

2. CAPACIDADE INSTALADA DE TRANSFORMAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A expansão verificada de capacidade de transformação está compatível com as necessidades de mercado.

3. CONSUMO DE ENERGIA NA REGIÃO SUDESTE E CENTRO-OESTE[1]
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:
Fonte: [(1)] Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

A taxa de crescimento está compatível com a evolução da economia brasileira.

4. LINHAS DE TRANSMISSÃO INSTALADAS COM TENSÃO IGUAL OU SUPERIOR A 230 KV
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A taxa de crescimento ficou abaixo dos valores registrados em anos anteriores, porém para o exercício de 2008, devem ser incorporados 6.129 quilômetros (km) de linhas de transmissão, todas já outorgadas e, em sua maioria, já em implantação. O resultado de 2007 não compromete a segurança do sistema de transmissão.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As regiões Sudeste e Centro-Oeste caracterizam-se como área de elevada capacidade instalada de geração e transmissão, inserida no Sistema Interligado Nacional, além de desempenhar papel de importadores ou exportadores para as demais regiões integrantes do Sistema Interligado. Estas regiões caracterizam-se, também, pelo elevado consumo de energia elétrica, nos seus diversos segmentos, com ênfase especial para o setor industrial, responsável pela maior parcela do Produto Interno Bruto (PIB).

O Sistema Sudeste/Centro-Oeste convive com pontos de estrangulamentos nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia. As obras de expansão, além de atender as necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população e o aproveitamento do potencial hidrelétrico remanescente dessa região que requer complementação e atualização dos estudos de inventário de suas bacias hidrográficas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Construção de 1.290 km de novas linhas de transmissão (LT) nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Espírito Santo e Rio de Janeiro, sendo boa parte relacionada com a complementação da interligação Norte-Sul, na região Sudeste.

• Conclusão da Usina Hidrelétrica (UHE) Capim Branco II, com 210 MW.

• Conclusão da linha de transmissão Itutinga - Juiz de Fora - 345 kV, com 140 km, em Minas Gerais.

• Ampliação da Usina Termelétrica (UTE) Santa Cruz, com 350 MW, no Rio de Janeiro.

• Conclusão de vários reforços e ampliações do sistema de transmissão, agregando 105 MVA em capacidade de compensação de reativos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
(principais restrições e providências adotadas)

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são os seguintes:

a) reuniões de trabalho realizadas, mensalmente, sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME) com participações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Empresa de Pesquisa Elétrica (EPE), entre outros agentes, também são realizadas reuniões, sob a coordenação da Eletrobrás, com as empresas do grupo responsáveis por grande parte das ações do Programa; uma das principais atribuições do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) é o monitoramento da expansão do sistema elétrico brasileiro.

b) visitas *in loco* feitas pelos responsáveis pelo acompanhamento das ações no âmbito executivo do CMSE para avaliar a situação das obras e das necessidades de gestão específicas para o andamento normal da ação;

c) sistemas informatizados desenvolvidos para o acompanhamento da evolução normal das ações é feito por meio de sistemas de informação;

d) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), utilizado mensalmente para atualização das ações do Programa;

e) relatórios de gestão elaborados e disponibilizados para informação gerencial e relatórios de acompanhamento da evolução das ações.

As metas físicas foram cumpridas dentro das expectativas, apesar do índice de realização orçamentária das concessionárias ter sido abaixo do realizado em 2006. Isto se deve, preponderantemente, à demora na emissão dos licenciamentos ambientais, provocando o represamento das obras. O impacto das ações com recursos não-orçamentários é alto.

Em relação aos recursos humanos, a aplicação dos planos de demissão voluntária para empregados e aposentáveis nas empresas estatais concentrou êxodo gerencial ainda não recuperado pela formação de quadros e novas contratações. Da mesma forma que no caso da equipe gerencial, a aposentadoria e os pedidos de demissão voluntários têm desfalcado as equipes executoras em velocidade superior às contratações de novos técnicos por concurso público.

As empresas federais, para melhor estruturação dos seus quadros de pessoal, vêm negociando com os órgãos competentes a realização de concursos públicos. Por outro lado, a promoção de treinamentos e capacitações dos novos profissionais é fundamental para atender a crescente demanda de serviços na área de energia elétrica. No âmbito do MME, o reforço das equipes ocorrerá por meio da realização de concurso público, conforme Edital nº 01, de 08 de fevereiro de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP).

Abaixo estão listadas restrições e providências adotadas:

a) dificuldades em licitações e celebração de contratos, para o desempenho físico das ações, prejudicou os prazos das licitações por problemas legais. Cabe destacar também que o mercado de materiais, equipamentos e serviços, relacionados com o seguimento de energia elétrica, está aquecido, provocando alta de preços e prazos de entrega superiores às necessidades das empresas;

b) lentidão no processo de licenciamento ambiental que tem como principais motivos:

- indefinição quanto à competência do órgão de licenciamento (estadual x IBAMA),

- prazos superiores àqueles definidos legalmente, ou com exigências complexas e difíceis de cumprimento, para a fase de Licença de Instalação,

- interferência do Ministérios Públicos Federal(MPF) e Estadual (MPE) nos processos de licenciamento, trazendo ainda maior complexidade e incertezas para a execução das ações, mesmo com a Licença Prévia emitida,

- conflitos na criação de áreas de reserva ambiental e indígena nos locais dos empreendimentos de geração e transmissão quando conhecidos previamente,

c) inadequação e/ou inexistência de norma legal para que as empresas federais participem dos leilões promovidos pela Aneel e, para os casos em que saem

vencedoras do certame, e encontram dificuldades normativas para incluir a correspondente ação nova no orçamento e nos prazos requeridos pelos cronogramas de obras apresentados. Há necessidade de avaliar essa questão e, se for possível, flexibilizar a legislação com o intuito de agilizar esse processo;

d) processo de autorização de ações de expansão e/ou melhorias que é demorado devido ao excesso de rotinas administrativas. Os procedimentos compreendidos entre a identificação da necessidade da obra até a emissão do ato autorizador são trabalhosos e morosos, comprometendo as realizações físicas e orçamentárias do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O setor elétrico tem proporcionado parcerias entre empresas estatais e a iniciativa privada para a execução dos projetos de geração e transmissão. Em boa parte dos leilões da Aneel, são vencedores consórcios formados por empresas privadas e empresas do grupo Eletrobrás. Essas parcerias têm sido fundamentais para viabilizar a expansão do sistema elétrico brasileiro.

O Programa possui os seguintes mecanismos para a promoção da participação social:

a) Ouvidoria destinada à captação de sugestões, recomendações, reclamações e outras demandas da sociedade;

b) audiência pública realizada para as ações e obras que a requerem;

c) consulta pública utilizada na fase de concepção das ações componentes do Programa, na fase de planejamento da expansão do sistema;

d) reunião com grupos de interesse que visam antecipar dificuldades no relacionamento da comunidade com os executores. Essas reuniões são realizadas com empreendedores, consumidores, movimentos sociais organizados, sociedade civil, Estados e Municípios;

e) discussão em conselho setorial que permite envolver as ações em contexto mais abrangente, com a participação de especialistas e representantes de outros setores. As questões relativas a este Programa são tratadas no âmbito do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

O Ministério de Minas e Energia (MME) destaca que há falta de sincronia entre as etapas

de planejamento, consolidação orçamentária, contratação e execução das ações com a aprovação dos recursos (aprovação dos limites orçamentários no Congresso). Para as ações sob a responsabilidade das empresas do Grupo Eletrobrás, o processo de aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei Orçamentária Anual (LOA) e de sua respectiva revisão é lento. Além disso, o processo de revisão da LOA previsto na legislação, oportunidade onde podem ser remanejados os valores entre as ações orçamentárias de modo a uma melhor e eficaz utilização do orçamento previsto, torna-se inócuo, pois sua aprovação somente ocorre no final do exercício, quando já não há possibilidade concreta de gastos, comprometendo a execução orçamentária e o cronograma das obras.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) também sugere a adequação dos empreendimentos que constam no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com o PPA 2008-2011, mediante a criação de novas ações não-orçamentárias. A ausência de informações sobre a execução física e financeira das ações não-orçamentárias, que se constituem parte relevante do Programa, continua sendo fator limitador para o entendimento da evolução física e financeira dos projetos do setor de energia elétrica.

Os indicadores desse Programa foram substituídos, no PPA 2008-2011, pelos seguintes: Acréscimo da capacidade instalada de geração de energia elétrica; Acréscimo de LT com tensão igual ou superior a 230 kV.

ENERGIA NA REGIÃO SUL

GERENTE DO PROGRAMA

Ronaldo Schuck

OBJETIVO

Atender as necessidades de energia elétrica da região Sul e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de energia elétrica da região Sul

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.112.341.398,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 482.447.251,00
	Total:	**R$ 482.447.251,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 2.641.066.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica – MW	98.849	101.036	104.464	108.496	--	--
2. Capacidade Instalada de Transformação – MVA	74.004	79.547	90.076	96.034	--	--
3. Consumo de Energia na Região Sul – GWh	-	57.693	61.079	64.336	- -	- -
4. Linhas de Transmissão Instaladas com Tensão Igual ou Superior a 230 kV – km	79.799	82.825	86.203	87.233	--	--

Obs.: os indicadores têm abrangência nacional, salvo o indicador 3 (Consumo de Energia na Região Sul)

1. CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A expansão verificada de capacidade de geração está compatível com as necessidades de mercado.

2. CAPACIDADE INSTALADA DE TRANSFORMAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A expansão verificada de capacidade de geração está compatível com as necessidades de mercado.

3. CONSUMO DE ENERGIA NA REGIÃO SUL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:
Fonte: (1) Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

A taxa de crescimento está compatível com a evolução da economia brasileira.

4. LINHAS DE TRANSMISSÃO (LT) INSTALADAS COM TENSÃO IGUAL OU SUPERIOR A 230 KV
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A taxa de crescimento está abaixo dos valores registrados em anos anteriores, porém para o exercício de 2008, devem ser incorporados 6.129 quilômetros (km) de linhas de transmissão, todas já outorgadas e, em sua maioria, já em implantação. O resultado de 2007 não compromete a segurança do sistema de transmissão.

Os indicadores de avaliação foram substituídos em 2006, não sendo possível a utilização para a avaliação aqui proposta. Entretanto, os aspectos capacidade instalada de geração, capacidade instalada de transformação e linhas de transmissão, estão compatíveis com as necessidades de consumo de energia elétrica apontadas pelos órgãos de planejamento.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A região Sul caracteriza-se como área de elevada capacidade instalada de geração e transmissão, inserida no Sistema Interligado Nacional, além de desempenhar papel de exportadora para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional. Esta região caracteriza-se, também, como pólo de desenvolvimento industrial, com elevado potencial de consumo.

O subsistema elétrico Sul convive com pontos de estrangulamentos nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia.

A expansão da geração contempla a utilização de geração térmica, contribuindo para a diversificação na matriz energética, em face da elevada reserva carbonífera existente e as obras de expansão, além de atender as necessidades energéticas da região e sistemas

interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável melhorando a qualidade de vida da população.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Concluída a construção e montagem das linhas de transmissão: LT Barra Grande-Lages - Rio do Sul e LT Machadinho - Campos Novos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são os seguintes:

a) reuniões de trabalho realizadas mensalmente sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME) com participações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), entre outros agentes e, também, reuniões, sob a coordenação da Eletrobrás, com as empresas do grupo responsáveis por grande parte das ações contempladas no Programa. O monitoramento das ações de expansão do sistema elétrico é realizado no âmbito do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE);

b) visitas *in loco* realizadas pelos responsáveis pelo acompanhamento das ações, no âmbito executivo do CMSE para avaliar a situação das obras e as necessidades de gestão específicas para o andamento normal da ação;

c) sistemas informatizados desenvolvidos para o acompanhamento da evolução normal das ações, tais como o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), e ferramentas específicas do MME;

d) relatórios de gestão elaborados e disponibilizados para informação gerencial de acompanhamento da evolução das ações.

As metas físicas foram consideradas satisfatórias, o percentual médio de realização das concessionárias foi de 85% atendendo as expectativas. Foi verificado atraso no licenciamento ambiental de alguns empreendimentos de transmissão, prejudicando parcialmente o cumprimento da meta. O percentual de recursos não-orçamentários na região Sul é bastante significativo neste Programa. Existe significativo número de empreendimentos da iniciativa privada e que estão sendo realizados de acordo com os cronogramas de planejamento estabelecidos.

Para empreendimentos de geração com origem orçamentária existe carência de recursos humanos motivado pela saída de profissionais para a iniciativa privada ou devido a aposentadorias. Os recursos humanos contratados recentemente apresentam pouca experiência profissional e baixa motivação devido a outros concursos públicos que oferecem

melhor remuneração financeira. Quanto aos empreendimentos de geração da iniciativa privada não há, a princípio, indicativos de falta de mão-de-obra.

As empresas federais, para melhor estruturação dos seus quadros de pessoal, vêm negociando com os órgãos competentes a realização de concursos públicos. Por outro lado, a promoção de treinamentos e capacitações dos novos profissionais é fundamental para atender a crescente demanda de serviços na área de energia elétrica. No âmbito do MME, o reforço das equipes ocorrerá por meio da realização de concurso público, conforme Edital nº 01, de 08 de fevereiro de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP).

Abaixo estão listadas restrições e providências:

a) dificuldades em licitações e celebração de contratos, em que o desempenho físico das ações foi prejudicado pelo alongamento dos prazos das licitações por problemas legais inerentes ao próprio processo. Cabe destacar também que o mercado de materiais, equipamentos e serviços, relacionados com o seguimento de energia elétrica, está aquecido, provocando alta de preços e/ou prazos de entrega superiores às necessidades das empresas;

b) lentidão no processo de licenciamento ambiental para as ações específicas que dependem de licenciamento ambiental, persistem problemas que atrasam a emissão destas licenças dentre outros se destacam as indefinições quanto à competência do órgão responsável pelo licenciamento (estadual x IBAMA), as condicionantes e/ou exigências de medidas mitigadoras incoerentes com a realidade dos projetos, exigindo dos empreendedores constantes justificativas técnicas para superação dos óbices, a atuação firme dos Ministérios Público Federal (MPF) e Estadual (MPE) nos processos de licenciamento, e a criação de áreas de reserva ambiental e indígena nos locais dos empreendimentos de geração e transmissão;

c) inadequação e/ou inexistência de norma legal – as empresas federais têm participado dos leilões promovidos pela Aneel e, para os casos em que saem vencedoras do certame, encontram dificuldades normativas para incluir sua nova ação e, por conseqüência, suas alterações orçamentárias nos prazos requeridos pelos cronogramas de obras apresentados. Há necessidade de avaliar essa questão e, se for o caso, flexibilizar a legislação com o intuito de agilizar esse processo.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

De uma maneira geral, o setor elétrico tem proporcionado parcerias entre empresas estatais e a iniciativa privada, para a execução dos projetos de expansão da geração e transmissão. Em boa parte dos projetos leiloados pela Aneel, são vencedores consórcios formados por empresas privadas e empresas do grupo Eletrobrás, tais como Furnas Centrais Elétricas,

Centrais Elétricas do Norte S/A (Eletronorte), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e Eletrosul Centrais Elétricas. Essas parcerias têm sido fundamentais para viabilizar a expansão do sistema elétrico brasileiro.

O Programa possui os seguintes mecanismos para a promoção da participação social:

a) Ouvidoria, serviço mantido pelas empresas para interagirem com os consumidores;

b) audiência pública para as ações e obras que requerem legalmente a realização de audiências públicas;

c) consulta pública para as ações e obras que requerem legalmente a realização de consultas públicas;

d) reunião com grupos de interesse visando antecipar dificuldades no relacionamento da comunidade com os executores. Estas reuniões são realizadas com empreendedores, consumidores, movimentos sociais organizados, sociedade civil, Estados e Municípios;

e) discussão em conselho setorial, com conselhos representativos dos setores de meio ambiente e planos diretores de Municípios.

O Ministério de Minas e Energia (MME) registra que há problemas de sincronismo entre as etapas de planejamento, consolidação orçamentária e execução das ações com a liberação dos recursos (aprovação do Congresso), prejudicando a execução das ações – programação física. A aprovação de créditos suplementares de maneira intempestiva também compromete a execução das ações. Enquanto não houver sintonia entre as diversas etapas do processo, os resultados do Programa serão comprometidos.

O MME ainda sugere a adequação dos empreendimentos que constam no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com o PPA 2008-2011, mediante a criação de novas ações não-orçamentárias. A ausência de informações sobre a execução física e financeira das ações não-orçamentárias, que constituem parte relevante do Programa, continua sendo fator limitador para o entendimento da evolução física e financeira dos projetos do setor de energia elétrica.

Os indicadores desse Programa foram substituídos, a partir do PPA 2008-2011, pelos seguintes: Acréscimo da capacidade instalada de geração de energia elétrica; Acréscimo de linhas de transmissão de energia elétrica com tensão igual ou superior a 230 kV.

ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS

GERENTE DO PROGRAMA

Ronaldo Schuck

OBJETIVO

Ampliar a oferta nos sistemas isolados ainda existentes, atendendo suas necessidades de energia elétrica.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de energia elétrica nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 696.776.034,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 304.728.749,00
	Total:	**R$ 304.728.749,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 1.069.900.000,00	R$ - -	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - MW	98.849	101.036	104.464	108.496	-	-
2. Capacidade Instalada de Transformação - MVA	74.004	79.547	90.076	96.034	-	-
3. Consumo de Energia nos Sistemas Isolados - GWh	-	7.184	7.387	7.836	-	-
4. Linhas de Transmissão Instaladas com Tensão Igual ou Superior a 230 kV - km	79.799	82.825	86.203	87.233	-	-

Obs: os indicadores têm abrangência nacional, salvo o indicador 3 (Consumo de Energia nos Sistemas Isolados).

1. CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil cresceu 3,9% no ano de 2007. Foram acrescentados 4.031MW de potência ao sistema elétrico brasileiro, totalizando 108.495MW, de acordo com os dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 31.12.2007.

2. CAPACIDADE INSTALADA DE TRANSFORMAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A capacidade instalada de transformação no Brasil cresceu 6,6% no ano de 2007. Foram acrescentados 5.958 MVA de potência nas subestações, totalizando 96.034 MVA, conforme os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) em 31.12.2007.

3. CONSUMO DE ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS – BRASIL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:
Fonte: [1] Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

A taxa de crescimento está compatível com a evolução da economia brasileira.

4. LINHAS DE TRANSMISSÃO INSTALADAS COM TENSÃO IGUAL OU SUPERIOR A 230 KV
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O sistema de transmissão brasileiro cresceu 1,2% no ano de 2007. Foram acrescentados 1.027 quilômetros (km) de linhas de transmissão (LT), totalizando 87.233 km, conforme dados do MME em 31.12.2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os sistemas isolados caracterizam-se pela insuficiência de oferta de energia e pela baixa qualidade no atendimento das necessidades de energia elétrica. A ampliação da oferta de energia elétrica e a melhoria da qualidade dos serviços podem ser obtidas pela integração dos principais mercados isolados, Acre, Rondônia, Amazonas, Mato Grosso e Amapá ao Sistema Interligado Nacional. Nas pequenas comunidades, o parque gerador é composto de unidades dieselétricas, com atendimento parcial, elevados custos de operação e manutenção associados às dificuldades de logística para suprimento de combustível, principalmente, em períodos de águas baixas. O perfil dos consumidores, caracterizado por baixa renda, cultura e hábitos diferenciados, requer a adoção de medidas específicas no processo de universalização do uso da energia elétrica.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Em relação à geração de energia tem-se:

a) realização do leilão de energia da Usina Hidrelétrica (UHE) Santo Antônio. Esse fato marcante só foi possível após a emissão da Licença Prévia pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), possibilitando que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) promovesse o leilão;

b) desenvolvimento dos estudos finais da UHE Jirau para a realização do leilão de energia e do empreendimento até abril de 2008;

c) instalação de 81 novos grupos geradores em termelétricas no interior do Estado do Amazonas, ampliando e melhorando a produção de energia elétrica naquele Estado;

d) continuidade das obras da UHE Rondon - 73 MW, no Estado de Rondônia, ampliando a oferta de energia para atender o crescimento do mercado local.

- Em relação à transmissão de energia tem-se:

a) início das obras de interligação dos Estados do Acre e Rondônia ao sistema interligado nacional. Essa importante ação proporcionará melhoria na qualidade do atendimento àquelas regiões, além de reduzir os custos com derivados de petróleo para geração de energia elétrica;

b) desenvolvimento de estudos para preparação do leilão da interligação Tucuruí-Manaus - Macapá ao Sistema Interligado Nacional (SIN), previsto para o ano de 2008;

c) continuidade das obras da LT Rio Branco (AC)-Epitaciolândia, interligando o interior do Estado do Acre com o sistema Acre-Rondônia;

d) continuidade das obras de transmissão que deverão interligar o sistema de transmissão associado à UHE Samuel às localidades de Pimenta Bueno e Vilhena, no centro-sul do Estado de Rondônia.

- Em relação à distribuição de energia tem-se:

a) ampliação das obras das redes de distribuição das empresas federalizadas, proporcionando regularização de consumidores clandestinos, com destaque para empresas do Estado do Amazonas. Foram regularizados cerca de 46 mil consumidores em todos os Estados;

b) redução das perdas da Boa Vista Energia, no Estado de Roraima, de 22,9% em 2006, para 18,3% em 2007. Para as demais empresas foram mantidos os índices e, em parte, registrados valores superiores aos índices de perdas do ano de 2006.

O índice de atendimento para essa região é um dos menores do Brasil. Apesar da realização de importantes ações e projetos em 2007, ainda há necessidade de novos investimentos para cobrir esse *deficit* de atendimento e melhorar a qualidade do fornecimento de energia para a região. Durante o ano de 2007, não houve evolução dos principais indicadores setoriais, como Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC), Freqüência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) e perdas. As obras de interligação dos sistemas isolados com o SIN devem melhorar os índices de confiabilidade e qualidade de atendimento à região.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são os seguintes:

a) reuniões de trabalho realizadas, mensalmente, sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME) com participações da Aneel, ONS, EPE, entre outros agentes. São realizadas também reuniões, sob a coordenação da Eletrobrás, com as empresas federais responsáveis por grande parte das ações contempladas no Programa. O monitoramento das ações de expansão do sistema elétrico é realizado no âmbito do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE);

b) visitas *in loco* realizadas pelos responsáveis pelo acompanhamento das ações, no âmbito executivo do CMSE para avaliar a situação das obras e as necessidades de gestão específicas para o andamento normal da ação;

c) sistemas informatizados usados para acompanhar a evolução das ações, tais como o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), e outras ferramentas específicas do MME;

d) SIGPlan que é utilizado mensalmente para atualização das ações do Programa;

e) relatórios de gestão elaborados e disponibilizados para informação gerencial e relatórios de acompanhamento da evolução das ações.

A execução física esteve entre 40% e 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. O desempenho físico das ações foi prejudicado pelo alongamento dos prazos das licitações, por problemas legais inerentes ao próprio processo, e, para algumas empresas, por contingenciamentos orçamentários e pelas intempestividades dos créditos suplementares.

Embora os recursos orçamentários tenham sido suficientes, para a maioria das empresas, a execução orçamentária ficou abaixo das dotações orçamentárias autorizadas na LOA 2007 e suas alterações. As justificativas são a demora para conclusão dos processos licitatórios e a aprovação dos créditos suplementares em período não-apropriado. Além disto, o fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada.

O Programa tem apenas cinco ações com recursos não-orçamentários, com destaque para as usinas hidrelétricas do rio Madeira. Na fase atual, esses empreendimentos ainda não utilizam recursos financeiros em volume que possam impactar o Programa.

A região possui características peculiares com grandes dificuldades de deslocamentos e acesso a determinadas localidades. Deste modo, há problemas de logística para compra e distribuição dos recursos materiais necessários para a execução das ações. Os recursos materiais são insuficientes e a infra-estrutura inadequada nas equipes executoras agrava esta situação. O quantitativo existente nas equipes executoras não é suficiente para a

execução das ações principalmente para aquelas voltadas para as atividades de ampliação e manutenção de redes de distribuição. Atualmente, pela simultaneidade de ações com outros programas relevantes do PPA (Luz para Todos), os recursos humanos são compartilhados, prejudicando, fortemente, o desempenho do Programa.

A força de trabalho, formada por equipe própria e terceirizada, necessita de treinamento técnico para melhorar o desempenho das ações, principalmente na área de distribuição. As distribuidoras federais, para melhor estruturação dos seus quadros de pessoal, vêm negociando com os órgãos competentes a realização de concursos públicos. Por outro lado, a promoção de treinamentos e capacitações dos novos profissionais é fundamental para atender a crescente demanda de serviços na área de energia elétrica. No âmbito do MME, o reforço das equipes ocorrerá por meio da realização de concurso público, conforme Edital nº 01, de 08 de fevereiro de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP).

Abaixo estão restrições e providências adotadas:

a) dificuldades em licitações e celebração de contratos em que o desempenho físico das ações foi prejudicado pelo alongamento dos prazos das licitações por problemas legais inerentes ao próprio processo. Cabe destacar também que o mercado de materiais, equipamentos e serviços relacionados com o seguimento de energia elétrica está aquecido, provocando alta de preços e/ou prazos de entrega superiores às necessidades das empresas;

b) lentidão no processo de licenciamento ambiental – para ações específicas que dependem de licenciamento ambiental, foi observada lentidão nas autorizações das licenças. Podemos destacar o processo de licenciamento da UHE Santo Antonio do complexo rio Madeira, cuja licença prévia só foi emitida em 10.12.2007;

c) inadequação e/ou inexistência de norma legal sendo que as empresas federais têm participado dos leilões promovidos pela Aneel e, para os casos em que saem vencedoras do certame, encontram dificuldades normativas para incluir sua nova ação e, por conseqüência, suas alterações orçamentárias nos prazos requeridos pelos cronogramas de obras apresentados. Há necessidade de avaliar essa questão e, se for o caso, flexibilizar a legislação com o intuito de agilizar esse processo.

Em relação aos processos licitatórios, o Governo está trabalhando na edição de uma lei específica, que vai aperfeiçoar os mecanismos legais da Lei nº 8.666, de 21de junho de 1993. Quanto aos atrasos nos licenciamentos ambientais, as articulações institucionais promovidas no âmbito do monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) têm gerado resultados satisfatórios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social:

a) Ouvidoria, serviço mantido pelas empresas para interagirem com os consumidores;

b) audiência pública quando for requerida legalmente para a execução de ações/obras;

c) consulta pública quando for requerida legalmente para a realização de ações/obras;

d) reunião com grupos de interesse visa antecipar dificuldades no relacionamento da comunidade com os executores. Essas reuniões são realizadas com empreendedores, consumidores, movimentos sociais organizados, sociedade civil, Estados e Municípios;

e) discussão em conselho setorial, com conselhos representativos dos setores de meio ambiente e com os responsáveis pelos planos diretores dos Municípios envolvidos.

Quanto à avaliação da satisfação de seus beneficiários, não foi realizada pesquisa direta de satisfação do beneficiário do Programa. A avaliação é promovida de forma indireta pela Aneel e Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE). Os resultados estão disponíveis nos sítios das respectivas instituições.

A realização das reuniões de acompanhamento do Programa, envolvendo todas as empresas participantes, e o monitoramento das ações, realizado pelo CMSE, podem ser considerados práticos ou procedimentos adequados de avaliação periódica.

O Ministério de Minas e Energia (MME) registra que há falta de sincronia entre as etapas de planejamento, consolidação orçamentária e execução das ações com a liberação dos recursos (aprovação do Congresso), prejudicando a execução das ações e programação física. A aprovação de créditos suplementares de maneira intempestiva também compromete a execução das ações. Enquanto não houver sintonia entre as diversas etapas do processo, os resultados do Programa serão comprometidos.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) ainda sugere a adequação dos empreendimentos que constam no PAC com o PPA 2008-2011 mediante a criação de novas ações não-orçamentárias. A ausência de informações sobre a execução física e financeira das ações não-orçamentárias, que embora não constitua parte relevante do Programa, continua sendo fator limitador para o entendimento da evolução física e financeira dos projetos do setor de energia elétrica.

Os indicadores desse Programa foram substituídos, a partir do PPA 2008-2011, pelos seguintes: Acréscimo da capacidade instalada de geração de energia elétrica; Acréscimo de linhas de transmissão de energia elétrica com tensão igual ou superior a 230 kV.

GEOLOGIA DO BRASIL

GERENTE DO PROGRAMA

Agamenon Sérgio Lucas Dantas

OBJETIVO

Gerar e difundir informações geológicas e hidrogeológicas para subsidiar o planejamento do uso do solo e do subsolo e induzir o aumento dos investimentos no setor mineral.

PÚBLICO-ALVO

Empreendedores, pesquisadores, instituições governamentais e não-governamentais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 254.084.469,00	Empenho Liquidado:	R$ 204.597.753,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 204.597.753,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Percentual da Área Territorial Nacional Coberta por Levantamento Geológico na Escala 1:250.000 - Porcentagem	-	-	15,26	19.91	22.89	86,98%
2. Percentual da Área Territorial Nacional Coberta por Levantamento Geológico na Escala 1:100.00 - Porcentagem	-	-	5,73	8.02	8.52	94,13%

1. PERCENTUAL DA ÁREA TERRITORIAL NACIONAL COBERTA POR LEVANTAMENTO GEOLÓGICO NA ESCALA 1:250.000

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A meta inicialmente prevista para atingir a cobertura de 22,89% do Território Nacional em 2007 por levantamento geológico na escala 1:250.000 foi redimensionada em função do índice estabelecido em 2006. Com os novos critérios técnicos adotados para considerar a área realmente mapeada nessa escala, o índice para 2006 ficou estabelecido em 15,26% do Território Nacional. Assim, com a produção do exercício de 2007 de mapeamentos correspondentes a 4,65% do Território Nacional, o índice para o final do PPA alcançou 19,91% de cobertura cartográfica na escala 1:250.000.

2. PERCENTUAL DA ÁREA TERRITORIAL NACIONAL COBERTA POR LEVANTAMENTO GEOLÓGICO NA ESCALA 1:100.00

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A meta inicialmente prevista para atingir a cobertura de 8,52% do Território Nacional em 2007 por levantamento geológico na escala 1:100.000 foi redimensionada em função índice estabelecido em 2006. Com os novos critérios técnicos adotados para considerar a área realmente mapeada nessa escala, o índice para 2006 ficou estabelecido em 5,73% do Território Nacional. Assim, com a produção do exercício de 2007 de mapeamento de área correspondente a 2,29% do Território Nacional, o índice para o final do PPA alcançou 8,02% de cobertura cartográfica na escala 1:100.000.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A descontinuidade dos programas de levantamentos geológicos básicos do Território Nacional tem comprometido a atração de investimentos para a descoberta de novos depósitos minerais, bem como a geração de informações básicas para o planejamento territorial. Por outro lado, a carência de estudos hidrogeológicos sistemáticos é fator limitante à planificação e à gestão do uso, conservação e preservação dos recursos hidrominerais. Existem equipes capacitadas em instituições no âmbito do Ministério de Minas e Energia (MME) para retomar a execução dessas funções. Para tanto, é necessário reafirmar o papel do Estado como gerador do conhecimento geológico por meio da consolidação do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), conforme previsto na Constituição Federal (Art. 21, inciso XV e Art. 22, inciso XVIII) e Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Mapeamento geológico de 22 folhas na escala de 1:250.000, perfazendo 396 mil quilômetros quadrados (km²), equivalentes a 4,65% do Território Nacional.

- Mapeamento geológico de 65 folhas na escala de 1:100.000, perfazendo 195 mil km², equivalentes a 2,29% do Território Nacional.

- Edição final e disponibilização, em dezembro de 2007, de 19 folhas na escala 1:100.000, executadas em parceria com as Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade de Brasília (UnB).

- Conclusão do Sistema de Informação Geográfica (SIG) geológico do Estado de Rondônia, bem como foi dada continuidade à execução dos SIGs dos Estados do Pará e Goiás.

- Desenvolvimento de nove projetos aerogeofísicos, dos quais seis foram concluídos no exercício, perfazendo uma área total de cobertura magnetométrica e gamaespectométrica de 376.732 km², correspondentes a 4,4% do Território Nacional.

• Desenvolvimento de 10 projetos visando pesquisar e caracterizar as ocorrências e depósitos minerais em áreas de reconhecido potencial mineral, visando contribuir como suporte de políticas habitacionais, agrícolas e fomento à produção de bens minerais industriais.

• Perfuração e instalação de 111 poços, totalizando 11.625 metros perfurados, o que possibilitou o abastecimento de 70 assentamentos, atendendo 3.600 famílias em 32 Municípios e a disponibilização de 882 mil litros por hora de água potável, suficientes para abastecimento de 100 mil pessoas.

• Constituição de 40 mil dados de poços e cadastramento de 17 mil poços.

• Conclusão do Mapa de Domínios/Subdomínios Hidrogeológicos do Brasil.

• Operação de 2.774 estações hidrometeorológicas e realização de 62.525 medições hidrológicas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Há, no âmbito da gerência, mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações. A partir de relatórios mensais de avanço dos projetos desdobrados na programação interna para execução das ações finalísticas e de registros no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) efetuados pelos coordenadores de ação. Como, para cada ação finalística, há o desdobramento em várias etapas, neste momento, visando o melhor monitoramento da execução do PPA 2008-2011, estamos desenvolvendo sistema de informações gerenciais mais detalhado, cuja implantação está prevista para o exercício de 2008.

A execução física ficou na faixa de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA 2007). Grande parte das liberações de recursos foi extemporânea, obrigando à inscrição de volumes significativos em restos a pagar. Ainda assim, mesmo que o fluxo tenha sofrido descontinuidade, esse fato não comprometeu decisivamente a execução programada. Parte da execução física ficou prejudicada, mas não comprometida, pelas dificuldades decorrentes de não se contar com um fluxo de recursos compatível com as necessidades de contratação dos serviços especializados em geologia e aerogeofísica. Os trabalhos de campo devem ser programados em períodos específicos para cada região, dependendo, principalmente, dos períodos não-chuvosos. No caso da aerogeofísica, principalmente, na região amazônica, pela imposição de condições meteorológicas favoráveis à realização dos vôos para aquisição dos dados com janelas climáticas diferenciadas, a regularidade na liberação dos recursos é extremamente importante, podendo, em casos extremos, inviabilizar toda a programação.

O elevado percentual de participação da Ação de Gestão e Administração do Programa (GAP), nos valores totais liquidados, deve-se, principalmente, à apropriação nesta Ação das despesas totais com pessoal, independentemente, do fato de que grande parte dessas despesas deveria estar alocada nas ações finalísticas específicas. A empresa está

desenvolvendo um novo sistema de planejamento e de apropriação de custos que deverá permitir, ainda no exercício de 2008, a alocação e posterior apropriação das despesas diretas com pessoal às ações finalísticas. A próxima proposta orçamentária, para o exercício de 2009, já deverá ser apresentada dentro do novo modelo.

Faltam investimentos nas ações de suporte aos levantamentos, principalmente, em infra-estrutura laboratorial para as análises geoquímicas e de tecnologia da informação, de forma a permitir a difusão das informações geológicas geradas pelos levantamentos. Novos recursos são demandados, em especial para a recuperação e montagem de laboratórios regionais que constituem a Rede de Laboratórios de Análises Minerais (LAMIN), de forma a dar maior agilidade e sustentação aos programas de cartografia geológica e hidrogeológica do Brasil, e apoiar estudos relacionados à qualidade dos nossos recursos hídricos e à proteção ambiental. A Gestão da Informação Geológica na Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) é atividade importante e transversal a todas as outras e necessita de firme e continuado aporte de recursos financeiros, assim como de recursos humanos devidamente capacitados, para atender às demandas da sociedade por informações de maneira ágil e amigável. Ou seja, permitir que um usuário, rapidamente, saiba quais informações existem, onde encontrá-las e de que forma obtê-las.

Apesar dos recentes concursos realizados, a falta de um Plano de Cargos e Carreiras com salários adequados tem dificultado a retenção dos novos empregados do quadro técnico.

Há conflitos decorrentes de outras políticas setoriais, inclusive entre esferas de poder ou entre esferas de governo. A grande dispersão de atribuições e recursos entre instituições governamentais, notadamente na área de recursos hídricos, tem prejudicado a execução dos projetos nessa área.

A experiência de anos recentes das parcerias implementadas com as universidades, para a execução de mapeamento geológico, e com alguns Estados, para a execução de levantamentos aerogeofísicos, tem sido extremamente positiva e tem agilizado os levantamentos e aumentado a capacidade operacional nessas áreas. As ações são executadas em conjunto, levando a permanente interação técnica e gerencial entre as equipes.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não realiza parcerias não-governamentais para sua execução, nem possui mecanismos que promovem a participação social. Tem por finalidade desenvolver estudos e pesquisas altamente especializados sobre o solo e o subsolo, o que restringe o público capaz de opinar sobre suas ações no meio científico e no empresarial, diretamente relacionados às ciências da terra e aos empreendimentos do setor mineral.

O Programa também não avalia a satisfação de seus beneficiários. Com poucas exceções, os benefícios são indiretos, gerados a partir da aplicação dos conhecimentos em atividades econômicas como a prospecção e a pesquisa mineral ou do planejamento territorial, dificultando a identificação dos beneficiários finais. Aqui se faz uma distinção entre público-alvo, que em

grande parte é constituído por empreendedores, cientistas e organizações públicas e privadas, e os beneficiários finais, aqueles que se beneficiarão, por exemplo, dos empregos e rendas gerados pela atividade de mineração que poderá ser induzida.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) registra a necessidade de incremento nos investimentos em infra-estrutura para atividades de suporte aos levantamentos, especialmente, os voltados para laboratórios, tecnologia da informação e gestão de informação. Não obstante o caráter altamente especializado das atividades, recomenda-se ampliar o espectro dos participantes nos mecanismos de participação social, incluindo, também, segmentos diretamente interessados nos produtos do Programa, em especial participantes de Arranjos Produtivos Locais, na dimensão territorial. E ainda ressalta a importância da gestão estratégica no sentido de:

a) efetivar o papel do Serviço Geológico Brasileiro como o órgão de Estado responsável pela geração do conhecimento geológico;

b) sensibilizar tomadores de decisão da importância do conhecimento geológico, buscando viabilizar alocação de recursos e fluxo compatíveis com as necessidades das ações do Programa.

O MP enfatiza que o Programa e a atividade da CPRM têm como foco principal a pesquisa básica e o conhecimento geológico. Este, por sua vez, tem poder catalisador para os investimentos no setor mineral, tendo em vista que os novos investimentos em mineração são baseados na existência desse conhecimento. Dessa forma, a descontinuidade dos levantamentos geológicos, aerogeofísicos e hidrogeológicos, que constituem o núcleo deste Programa, comprometem a atração de investimentos voltados para a descoberta de novos depósitos minerais, assim, limitam o planejamento, a gestão e o uso racional dos recursos hidrominerais.

O MP ainda ressalta que o Programa enfrentou dificuldades com o fluxo de recursos devido ao contingenciamento, que afetou suas ações finalísticas.

INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

GERENTE DO PROGRAMA

Mario José Moreira Gaia

OBJETIVO

Ampliar a oferta de produtos da indústria petroquímica nacional para atendimento ao mercado.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de produtos petroquímicos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 42.857.931,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 12.405.187,00
	Total:	**R$ 12.405.187,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 559.375.000,00	R$ 188.160.000,00	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Participação na Capacidade Instalada de Polietilenos Porcentagem	-	7,00	20,80	24,83	24,77	100,24%

1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA CAPACIDADE INSTALADA DE POLIETILENOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 (24,83) superou a meta prevista ao final do PPA. Este fato decorreu da operação da Riopol (Pólo Gás-Químico do Rio de Janeiro) e da reestruturação das empresas do setor petroquímico ocorrida em 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A demanda por produtos petroquímicos cresce acentuadamente. Dessa forma, a não-implementação de ações que busquem aumentar a oferta nacional ocasionará a importação desses produtos, resultando na saída de divisas e prejudicando o equilíbrio da balança comercial brasileira.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Manutenção da infra-estrutura operacional do parque petroquímico de Triunfo (RS): os valores realizados ocorreram conforme sua previsão e foram aplicados considerando os serviços de elétrica, mecânica e construção civil, com finalidade de reduzir os custos operacionais e/ou aumentar a produtividade da planta operacional, além de manutenção e modernização da infra-estrutura da companhia, objetivando suporte para toda essa estrutura.

• Petroquímica Paulínia S.A. (PPSA), resultado de associação entre as empresas Braskem e Petroquisa, está com suas obras em fase de conclusão e entrará em operação em 2008, com capacidade de produção anual de 300 mil toneladas (t) de polipropileno, com propeno fornecido pelas Refinarias de Paulínia (Replan) e Henrique Lage (Revap).

• Companhia Petroquímica de Pernambuco (Petroquímica Suape): o projeto básico e a compra dos principais equipamentos estão sendo finalizados. A unidade produzirá ácido tereftálico purificado (PTA) e começará a operar em 2009, com capacidade anual de 640 mil toneladas.

• A Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) fortaleceu sua presença na área petroquímica, segmento estratégico, por contribuir para a diversificação do *portfolio* de produtos e valorizar o petróleo e o gás natural.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os recursos financeiros foram liberados de forma compatível com a programação ao longo do exercício, resultando na execução da programação física conforme previsto. O monitoramento do Programa é realizado por meio de acompanhamento do desempenho físico e financeiro das ações e validado trimestralmente.

A cadeia petroquímica compreende três segmentos principais: empresas de primeira geração, produtoras de petroquímicos básicos (matéria-prima); empresas de segunda geração, destinadas à produção de resinas e intermediários; e empresas de terceira geração, responsáveis pela transformação de resinas em produtos, destinados à produção de bens de consumo, embalagens, componentes etc. O setor é complexo e dinâmico, intensivo em capital e mão-de-obra.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A implementação do Programa está fundamentada na formação de parcerias e alianças com outros grupos empresariais, nacionais e/ou internacionais, e empresas detentoras de tecnologia. A companhia busca expandir a atuação no Brasil e nos países do Cone Sul, associando-se a parceiros estratégicos na produção de insumos básicos e de resinas termoplásticas. Com isso, a empresa diversifica seu *portfolio* e promove competências e sinergias com as outras operações do Sistema Petrobras.

LUZ PARA TODOS

GERENTE DO PROGRAMA

Ronaldo Schuck

OBJETIVO

Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo localizadas na área rural e atender demandas comunitárias de escolas, postos de saúde e sistemas de bombeamento d'água, seja por meio de extensão de redes ou de atendimento descentralizado.

PÚBLICO-ALVO

População de baixo poder aquisitivo e sem acesso à energia elétrica no meio rural, demandas comunitárias de escolas, postos de saúde, sistemas de bombeamento d'água e empreendedores nacionais desenvolvedores de equipamentos ou serviços adequados ao atendimento elétrico rural

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 417.638.299,00	Empenho Liquidado:	R$ 16.722.120,00
	Pago Estatais:	R$ 224.829.013,00
	Total:	**R$ 241.551.133,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 840.000.000,00	R$ 1.738.349.589,02	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Atendimento de Energia Elétrica Rural - Nacional – Porcentagem	-	79.00	85.00	70.00	93.90	74,55%
2. Índice de Atendimento de Energia Elétrica Rural na Região Centro-Oeste – Porcentagem	-	88.00	90.00	71.00	94.10	75,45%
3. Índice de Atendimento de Energia Elétrica Rural na Região Nordeste – Porcentagem	-	73.00	81.00	60.00	91.40	65,65%
4. Índice de Atendimento de Energia Elétrica Rural na Região Norte – Porcentagem	-	47.00	59.00	49.00	80.20	61,10%
5. Índice de Atendimento de Energia Elétrica Rural na Região Sudeste – Porcentagem	-	94.00	97.00	121.00	100.00	121%
6. Índice de Atendimento de Energia Elétrica Rural na Região Sul – Porcentagem	-	93.00	98.00	260.00	100.00	260%
7. Número de Domicílios Atendidos - Região Sul - Unidade	-	-	-	33.743.00	13.519.00	249,60%

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
8. Número de Domicílios Atendidos - Nacional - Unidade	-	-	-	397.877.00	571.147.00	69,66%
9. Número de Domícilios Atendidos - Região Centro-Oeste – Unidade	-	-	-	25.956.00	36.154.00	71,79%
10. Número de Domicílios Atendidos - Região Nordeste - Unidade	-	-	-	201.141.00	314.739.00	63,91%
11. Número de Domicílios Atendidos - Região Norte - Unidade	-	-	-	77.220.00	157.368.00	49,07%
12. Número de Domicílios Atendidos - Região Sudeste - Unidade	-	-	-	59.817.00	49.368.00	121,17%

Nota: Observa-se que índices superiores a 100% significam a superação da meta prevista, mas não necessariamente que a universalização tenha sido alcançada.

1. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL - NACIONAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O número de ligações realizadas no exercício de 2007 ficou abaixo da expectativa em relação à meta estabelecida para o ano em virtude do baixo desempenho verificado em alguns Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

2. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL NA REGIÃO CENTRO-OESTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O percentual apresentado não correspondeu às expectativas para 2007 tendo em vista o baixo desempenho apresentado no Estado de Goiás.

3. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL NA REGIÃO NORDESTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Embora o Estado de Alagoas tenha superado o percentual de realização, o índice para a região se apresentou abaixo da expectativa tendo em vista o baixo desempenho apresentado nos Estados do Piauí e Maranhão.

4. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL NA REGIÃO NORTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Embora o Estado do Acre tenha superado o percentual de realização, o índice para a região se apresentou abaixo da expectativa tendo em vista o baixo desempenho apresentado nos Estados do Amazonas, Rondônia, Roraima e Amapá.

5. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL NA REGIÃO SUDESTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O número de domicílios atendidos superou a previsão tendo em vista os seguintes fatores:

a) equívoco no levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em que se baseou o Programa;

b) crescimento vegetativo;

c) retorno do homem ao campo, já que a chegada da energia propiciou novas expectativas de melhoria da qualidade de vida, geração de emprego e renda.

6. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL NA REGIÃO SUL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A região superou a meta estabelecida em virtude das demandas apresentadas que não foram previstas inicialmente.

7. NÚMERO DE DOMICÍLIOS ATENDIDOS - REGIÃO SUL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O número de domicílios atendidos superou a previsão tendo em vista os seguintes fatores:

a) erro no levantamento do IBGE em que se baseou o Programa;

b) crescimento vegetativo;

c) retorno do homem ao campo, já que a chegada da energia propiciou novas expectativas de melhoria da qualidade de vida, geração de emprego e renda.

8. NÚMERO DE DOMICÍLIOS ATENDIDOS – NACIONAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O número de ligações realizadas no exercício de 2007 ficou abaixo da expectativa em relação à meta estabelecida em virtude do baixo desempenho verificado em alguns Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

9. NÚMERO DE DOMICÍLIOS ATENDIDOS - REGIÃO CENTRO-OESTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O número de domicílios atendidos não atingiu as expectativas estabelecidas para 2007 em virtude do baixo desempenho apresentado no Estado de Goiás.

10. NÚMERO DE DOMICÍLIOS ATENDIDOS - REGIÃO NORDESTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O número de ligações não atingiu a meta estabelecida para o exercício de 2007 em virtude do baixo desempenho apresentado nos Estados do Piauí e Maranhão.

11. NÚMERO DE DOMICÍLIOS ATENDIDOS - REGIÃO NORTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O número de ligações não atingiu a meta estabelecida para o exercício 2007 em virtude do baixo desempenho apresentado nos Estados do Amazonas, Rondônia, Roraima e Amapá.

12. NÚMERO DE DOMICÍLIOS ATENDIDOS - REGIÃO SUDESTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O número de domicílios atendidos superou a previsão para 2007 tendo em vista os seguintes fatores:

a) equívoco no levantamento do IBGE em que se baseou o Programa;

b) crescimento vegetativo;

c) retorno do homem ao campo, já que a chegada da energia propiciou novas expectativas de melhoria da qualidade de vida, geração de emprego e renda.

CONTEXTUALIZAÇÃO

No início do Programa Luz para Todos, estimava-se que existissem no Brasil 2,5 milhões de domicílios sem acesso à energia elétrica, sendo 80% localizados na área rural, resultando em mais de 10 milhões de brasileiros excluídos dos benefícios da eletricidade.

A recente regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que define metas de universalização para cada Município do País, estabelece como limite nacional para

o completo atendimento o ano de 2015. A dificuldade e o custo da prestação de serviço definem, dentro de cada área de concessão, o prazo para efetivar o atendimento e, assim, dada sua localização mais adversa e baixa expectativa de demanda, parte da população mais carente seria contemplada somente no final do prazo limite estipulado pela Aneel. O Programa Luz para Todos pretende antecipar estas metas por meio do estabelecimento de mecanismos institucionais e financeiros adequados, além de promover ações integradas de desenvolvimento local/rural. O fornecimento de energia elétrica às regiões rurais não-atendidas contribui significativamente para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e para a criação de novas oportunidades de emprego, favorecendo a fixação do homem no campo em condições mais dignas. Busca-se, portanto, reduzir as desigualdades regionais e garantir a inserção social e a cidadania além de ações de promoção do desenvolvimento sustentável e do aumento da produção/renda.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Foram assinados 31 contratos entre o Governo Federal, por meio de sua companhia, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), e os agentes executores para a realização de obras de eletrificação rural, totalizando 177 contratos desde 2004. Esses contratos possibilitaram o atendimento de 1.435.935 domicílios até 2007, sendo 397.877 somente nesse ano, e beneficiando 7.179.675 pessoas, gerando 215.000 novos empregos diretos e indiretos.

• O percentual atingido em 2007 foi inferior às expectativas em função do baixo desempenho verificado em alguns Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Inadimplência das concessionárias, atraso nas licitações e obras e fatores climáticos estão entre as principais causas deste baixo desempenho.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento para o desempenho físico das ações são os seguintes:

a) reuniões de trabalho mensalmente realizadas com os Comitês Gestores Estaduais, para priorizar os atendimentos, os coordenadores regionais e a diretoria do Programa para avaliação de desempenho;

b) visitas *in loco* realizadas periodicamente pelos coordenadores regionais nos Estados para avaliação de desempenho;

c) sistemas informatizados em tempo real foram implantados para acompanhamento e gestão de dados físicos, financeiros, demandas, pesquisa e contratos;

d) relatórios de gestão e acompanhamento, em tempo real, de acordo com as necessidades, disponibilizado pelo sistema de informações implantado.

O percentual de execução física atingido no exercício de 2007 foi inferior às

expectativas em função do baixo desempenho verificado em alguns Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O impacto das ações com recursos não-orçamentários é alto. Mais de 70% do Programa Luz para Todos é executado com recursos não-orçamentários provenientes de Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Reserva Global de Reversão (RGR), recolhidos à Eletrobrás que gerencia os recursos e os utiliza para a viabilização do Programa.

A programação, para o exercício de 2007, foi restringida para adequação à previsão orçamentária disponibilizada. Com isso, algumas atividades não foram executadas. Nota-se, contudo, que os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

O Ministério de Minas e Energia (MME) não dispõe de quadro de pessoal efetivo em quantidade e com qualificação adequada.

O MME descentralizou recursos para o Comando Militar da Amazônia (CMA), com a finalidade de implementar projeto de revitalização e ampliação da Central Geradora Hidrelétrica instalada em Pari-Cachoeira (AM) para assegurar o atendimento de energia elétrica dos pelotões especiais de fronteira, comunidades indígenas e demais comunidades do entorno. O CMA vem cumprindo as etapas do projeto, conforme estipulado no plano de trabalho que foi iniciado em 2007, e será concluído em 2008. Descentralizou recursos também para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) com a finalidade de implantar Centros Comunitários de Produção (sistemas de resfriamento de leite, entre outros) em comunidades atendidas pelo Programa Luz para Todos e participantes do Programa de Aquisição de Alimentos (modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite), contribuindo no combate à pobreza e à fome, utilizando a energia elétrica como vetor de desenvolvimento social e econômico das comunidades beneficiadas. O MDS está cumprindo as metas estabelecidas no plano de trabalho, que foi iniciado em 2007 e será concluído em 2008.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui os seguintes mecanismos para a promoção da participação social:

a) Ouvidoria do MME que recebe e trata as reivindicações;

b) audiência pública realizada nos Estados, coordenadas pelo Comitê Gestor Estadual com a participação de representantes da população interessada;

c) reunião com grupos de interesse, em cada Estado há um Comitê Gestor Estadual formado por nove membros, incluindo representantes do MME, do Governo Estadual, dos Prefeitos, dos agentes executores e, dependendo da realidade de cada Estado, de instituições que representem a sociedade. Entre as atribuições deste Comitê está a priorização das obras no Estado.

O MME vem dando continuidade ao trabalho de pesquisa e avaliação do Programa realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no período de maio e

junho de 2006. Naquela oportunidade, a pesquisa apontou indicadores satisfatórios, tais como: oportunidade de trabalho que apresentou melhoria de 64%; oportunidade de estudo que apresentou melhoria de 67,5%; saúde que apresentou melhoria de 72,6%; satisfação com a implantação do Programa que foi de 96,7%.

Este trabalho de avaliação vem sendo continuado pelo MME, auxiliado pelos coordenadores estaduais e agentes do Programa, com base na metodologia utilizada pelo Ipea. No momento, a pesquisa encontra-se em fase final de análise dos dados relativos ao ano de 2007, coletados em todos os Estados, com exceção do Amapá e Distrito Federal.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) ressalta a necessidade que a gerência valide o programa e as ações. Esta ausência de validação tem impossibilitado o monitoramento do Programa em função da carência de informações, bem como o seu adequado acompanhamento pelos órgãos de controle.

MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

GERENTE DO PROGRAMA

Miguel Antonio Cedraz Nery

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento racional, seguro e ambientalmente sustentável da produção mineral.

PÚBLICO-ALVO

Mineradoras, investidores, instituições governamentais e não-governamentais e comunidades direta ou indiretamente relacionadas às atividades de minerais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 106.261.891,00	Empenho Liquidado:	R$ 98.894.611,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 98.894.611,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEMDE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice Comparativo de Crescimento da Produção Mineral e Arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Porcentagem	-	-	-	16.80	-	-
2. Número-Índice da Produção Mineral - Índice numérico	-	119.20	188.72	221.14	131.08	168,71%
3. Número-Índice de Pessoal Ocupado na Indústria Extrativa Mineral - Índice numérico	-	104.04	106.97	112.96	106.14	106,43%
4. Taxa de Regularidade Fiscal de Empreendimentos do Setor Mineral - Porcentagem	-	-	-	94.40	-	-

1. ÍNDICE COMPARATIVO DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO MINERAL E ARRECADAÇÃO DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A arrecadação da CFEM durante o PPA 2004-2007 superou em 16,8% o crescimento do valor da produção mineral no mesmo período. Isso foi possível com a implantação do

sistema de arrecadação proveniente da modernização tecnológica e da gestão da instituição, com a implantação de mecanismos de controle para a eficiência dos procedimentos de auditoria. A arrecadação da CFEM evoluiu de R$ 230 milhões, previsão 2003, para R$ 547 milhões arrecadados em 2007, representando crescimento de 137%, enquanto o crescimento da produção mineral no mesmo período foi de 121%.

2. NÚMERO-ÍNDICE DA PRODUÇÃO MINERAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O resultado positivo foi, por um lado, decorrência do aquecimento da demanda por commodities minerais verificado no cenário internacional com repercussão direta no setor mineral brasileiro, particularmente, com elevação de preços ao longo do PPA 2004-2007, e, por outro, decorrente do crescimento do mercado interno de matérias-primas minerais. Este índice da produção mineral que é calculado a partir do valor da produção mineral (faturamento das empresas que atuam na indústria mineral) revelou surpreendente crescimento de 121,15%, 90% a mais do que previsto no início do período avaliado. No caso particular do mercado interno, o crescimento pode ser explicado pela elevação do nível de renda do conjunto da população, sobretudo, no tocante ao consumo de produtos confeccionados com matéria-prima de base mineral (siderúrgicos e da construção civil), corroborado pelas condições macroeconômicas favoráveis.

3. NÚMERO-ÍNDICE DE PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A perspectiva positiva do setor provocou o aumento dos investimentos privados no setor mineral, com expansão de produção e implantação de novos projetos, com geração de novos empregos não-proporcional devido ao alto grau de mecanização nas grandes minas. Da mesma forma, a superação das expectativas expressas, inicialmente (106,14) pelo crescimento do índice em 2007 (112,96) tem, também, como causa o bom desempenho da mineração em nível internacional e da demanda interna que permitiu a ampliação e abertura de novos minero-empreendimentos no Território Nacional.

4. TAXA DE REGULARIDADE FISCAL DE EMPREENDIMENTOS DO SETOR MINERAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A informatização do processo de arrecadação e a nova classificação das receitas do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) possibilitaram a elevação em 2007 do índice de regularidade fiscal, que é calculado tomando como referência as informações de regularidade da arrecadação nas receitas: Receita de Exploração de Recursos Minerais (CFEM), Receita de Outorga do Direito de Exploração Mineral (TAH), Serviços de Inspeção e Fiscalização (Vistoria) e Multas Previstas na Legislação Minerária.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A desestruturação do aparelho institucional do Estado, aliada à evolução das demandas jurídicas, sociais e ambientais, tem comprometido sobremaneira o exercício eficiente das atividades de outorga, fiscalização, desenvolvimento mineral, arrecadação e monitoramento ambiental das áreas de mineração.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Elevação das reservas em 1,2 bilhão de toneladas (t) de minério de ferro e 153 t de ouro, bem como jazidas de estanho, cobre, níquel, manganês, agregados e argilas para construção civil, calcário e argilas para a indústria do cimento, além de rochas de revestimento e águas minerais.

- Emissão, após procedimentos de controle de origem, com vistorias prévias, de 54 Certificados do Processo Kimberley (CPK), representando um total de 168.070,94 quilates de diamantes, e valor de US$ 18 milhões exportados por 12 empresas, de 18 áreas produtoras em sete Municípios.

- Outorga de 15.901 títulos minerários, 106,88% da meta prevista.

- Elevação em 30,8% no número de relatórios finais de pesquisa analisados e 37,5% dos aprovados em relação a 2006.

- Adimplência de 94,8% na taxa de Outorga dos Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral (TAH).

- Elaboração de anteprojeto de lei tratando da questão da gestão, proteção, fiscalização, coleta, conservação, transporte, entrada e saída no âmbito do Território Nacional de espécimes fósseis.

- Atendimento a 1.600 demandas de órgãos defensores de interesses da sociedade sobre lavra irregular de bens minerais.

- Elevação de 15,8% sobre a arrecadação das receitas de 2006. Neste contexto, destaca-se a CFEM com o repasse de R$ 355 milhões para um total de 1.851 Municípios e R$ 125 milhões para os Estados mineradores.

- Melhoria da gestão do patrimônio mineral brasileiro com 13.467 fiscalizações realizadas, atingindo 101,6% da meta estabelecida.

- Autuação de 62.068 instituições pelo não-pagamento da Receita de Outorga de Direito de Exploração Mineral (TAH), Multas Previstas na Legislação Mineral e Serviços de Inspeção e Fiscalização (Ressarcimento de Vistorias), além de 24.000 autuações por não-comunicação do início dos trabalhos de pesquisa mineral.

• Realização de operações de repressão à extração ilegal e de ordenamento do processo de salvamento de espécimes fósseis em áreas de mineração.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A gerência do Programa executa o monitoramento sobre o desempenho físico das ações, através dos seguintes mecanismos:

a) reuniões de trabalho - mantêm-se as práticas adotadas em anos anteriores. Para o monitoramento das ações são realizadas reuniões semanais da Administração para tomada de decisão, bem como planejamento das ações a serem implementadas. Anualmente, é realizado o encontro nacional dos dirigentes da Autarquia, envolvendo as 25 unidades descentralizadas que compõem o DNPM. As Diretorias Técnica e Administrativa realizam reuniões periódicas de trabalho com o seu corpo técnico e administrativo lotados na sede e nas unidades descentralizadas;

b) visitas *in loco* – são realizadas, periodicamente pelas diretorias técnicas, visitas às unidades descentralizadas com o intuito de aferir o desempenho dessas unidades, bem como identificar possíveis dificuldades no alcance das metas estabelecidas;

c) sistemas informatizados – no âmbito da autarquia existem cinco sistemas que são utilizados no monitoramento das ações: o cadastro mineiro, que é um sistema que registra o ciclo dos processos minerários, permitindo a aferição do quantitativo de títulos minerários emitidos, regularizados, cancelados, entre outras funções; o sistema de arrecadação, que permite disponibilizar boletos para pagamentos das dívidas via Internet, e também acompanhar e controlar estas dívidas autuando as empresas caso não ocorra o pagamento. Emite relatórios de acompanhamento do desempenho de cada distrito; o SisPlan-DNPM, que permite acompanhar o planejado *versus* o executado; o SisMine, que é um sistema de informações minerais, utilizado para o acompanhamento e monitoramento das atividades da mineração através do Relatório Anual de Lavra (RAL); o DIPEM, que é um sistema de informações minerais utilizado para o acompanhamento e monitoramento das atividades e investimento na pesquisa mineral;

d) os resultados físicos das ações do programa são lançados mensalmente no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) pelos coordenadores das respectivas ações com o devido acompanhamento pelo gerente;

e) relatórios de gestão – são apresentados, periodicamente por todas as unidades descentralizadas, às diretorias técnicas para monitoramento e avaliação dos resultados dos trabalhos dentro de cada ação.

A execução física foi acima de 100% do previsto na LOA 2007, exceto pela Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Re-qualificação por razão de contingenciamento ao longo do ano.

Os recursos orçamentários executados foram suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Como o DNPM não conta com um Programa de Apoio Administrativo, a Ação de Gestão e Administração do Programa (GAP) incorpora as despesas com pessoal e custeio administrativo e apoio às demais ações, que acumulam, respectivamente, 78,83% e 21,17% do total liquidado.

Há dificuldades com os recursos materiais nas equipes executoras. Os equipamentos adquiridos ainda não são suficientes para atendimento à quantidade das equipes.

A quantidade de recursos humanos nas equipes executoras é insuficiente. O DNPM tem atuado junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) com vistas à realização de concurso público para amenizar a carência de pessoal. Foi realizado, em 2006, concurso para provimento de 300 vagas e, em 2008, foi negociado o provimento de mais 44 novos servidores.

O contingenciamento ao orçamento do DNPM trouxe restrição, principalmente, nas Ações Outorga de Direitos Minerários (pagamento de publicação de títulos minerários na Imprensa Nacional), Capacitação e GAP. Houve atrasos na liberação de recursos. Ocorreram dificuldades em licitações e celebração de contratos, causadas pela escassez de recursos humanos capacitados na área administrativa, levando a prejuízos no desenvolvimento normal das Ações Difusão Tecnológica da Mineração e Avaliação de Distritos Mineiros.

A lentidão no processo de licenciamento ambiental também impactou o desenvolvimento do Programa. Tal fato ocorre nos processos em fase de requerimento de lavra seguindo para Portarias de Lavra minerais.

Quanto aos marcos legais, há necessidade premente de aperfeiçoamento do Código de Mineração de 1967.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários, não realiza parcerias não-governamentais e não possui mecanismos que promovem a participação social. Nos trabalhos de regularização da atividade informal, são realizadas audiências públicas com as comunidades para fins de orientação técnica.

Com a adesão ao Programa de Qualidade do Serviço Público (PQSP), foi iniciado processo de avaliação da clientela beneficiária do Programa. Todavia, as pesquisas foram feitas somente com o público-alvo minerador. As pesquisas de beneficiários do Programa, entendendo a sociedade atingida pela mineração, ainda não foram feitas. Em alguns distritos mineiros, a comunidade circunvizinha é atendida através das ações do Programa.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. Encontram-se, em desenvolvimento, novos sistemas para permitir o monitoramento e a avaliação do Programa e dar transparência às ações institucionais. Estão sendo desenvolvidos sistemas de autuação e de gerenciamento de processos para controle *on-line* das atividades de outorga, de fiscalização e de arrecadação.

A gerência do Programa destaca a necessidade de evidenciar e acelerar a execução das atividades de modernização tecnológica e de gestão do órgão, transferindo a Ação atualmente no Programa Gestão da Política Mineral para este Programa. Solucionar as restrições relativas à estrutura gerencial e carência de recursos humanos, observando sua adequação às necessidades do órgão. Aprimorar e acelerar a execução da Ação Difusão Tecnológica da Mineração, voltada ao fomento. Promover a atuação com vistas a mitigar dificuldades de licenciamento ambientais e de gestão do aprimoramento dos marcos legais e regulatórios do setor (Código de Mineração).

O cenário internacional tem sido favorável ao setor mineral, com o forte aquecimento de demanda por diversas *commodities* minerais e elevação de seus preços, o que tem influenciado positivamente o setor no País. Da mesma maneira, o cenário de aceleração do desenvolvimento interno e o aumento do consumo dele decorrente contribuíram para o crescimento de investimentos privados na indústria mineral, gerando expansão de emprego, produção e renda, impactando positivamente os indicadores e resultados do Programa. Os esforços de modernização do DNPM concorreram para a melhoria desses resultados, possibilitando maior efetividade nas suas atividades, notadamente, nas de arrecadação, fiscalização e gestão de outorgas.

Apesar dos cenários favoráveis, a falta de melhor estrutura do DNPM, aliada à evolução de demandas jurídicas, sociais e ambientais, e a necessidade de aperfeiçoamento do Código de Mineração de 1967 têm sido obstáculos para o exercício eficiente das atribuições de outorga, fiscalização, desenvolvimento mineral, arrecadação e monitoramento ambiental das áreas de mineração do DNPM, na busca da ampla efetividade do programa Mineração e Desenvolvimento Sustentável.

OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

GERENTE DO PROGRAMA

Hugo Repsold Junior

OBJETIVO

Aumentar a oferta de petróleo e gás natural ao mercado, de forma a reduzir a dependência externa, observando os padrões de segurança e as exigências ambientais.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de petróleo, gás natural e derivados de petróleo

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 21.025.681.885,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 18.147.045.413,00
	Total:	**R$ 18.147.045.413,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 1.140.000.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Produção Média de Gás Natural - Milhão de m³ por dia	42,10	46,74	43,98	43,37	60,70	71,45%
2. Produção Média de Óleo e Líquido de Gás Natural - Mil barris por dia	1.493,00	1.684,00	1.777,69	1.792,08	2.000,00	89,60%
3. Taxa de Freqüência de Acidentados com Afastamento - TFCA - Porcentagem	1,00	0,89	0.64	0,70	0,82	117,14%
4. Volume de Óleo Derramado - VOD - m³	42,05	84,00	25,38	32,25	43,00	133,33%

1. PRODUÇÃO MÉDIA DE GÁS NATURAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A insuficiência de recursos críticos (sondas, barcos, mão-de-obra especializada, entre outros), ocasionada pelo aquecimento do mercado devido à alta do petróleo tipo *brent*, impossibilitou a realização de todo o *portfolio* de investimentos inicialmente previsto pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), fato que comprometeu a viabilidade de alcance do índice estabelecido ao final do PPA. Em 2007, apesar da retomada do crescimento da produção verificada no último trimestre, o declínio natural dos campos fez com que o volume de gás natural produzido fosse 1,4% menor do que e de 2006.

2. PRODUÇÃO MÉDIA DE ÓLEO E LÍQUIDO DE GÁS NATURAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A insuficiência de recursos críticos (sondas, barcos, mão-de-obra especializada, entre outros), ocasionada pelo aquecimento do mercado provocado pela alta do petróleo tipo *brent*, obrigou a Petrobras a postergar vários projetos. Esse fato, aliado ao declínio natural dos campos, fez com que a meta prevista ao final do plano não fosse atingida.

3. TAXA DE FREQÜÊNCIA DE ACIDENTADOS COM AFASTAMENTO – TFCA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Como resultado dos investimentos e dos esforços empreendidos em segurança e meio ambiente, a taxa de freqüência de pessoas acidentadas com afastamento, incluindo empregados próprios e contratados, representou redução de 30% em relação à taxa registrada em 2004. Embora esse valor situe a Petrobras em posição superior à média das empresas petrolíferas do mundo, novos investimentos e esforços são necessários de modo a consolidar e a melhorar continuamente o desempenho em segurança, meio-ambiente e saúde (SMS).

4. VOLUME DE ÓLEO DERRAMADO – VOD
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Como resultado dos investimentos e dos esforços empreendidos em segurança e meio-ambiente, o volume de óleo derramado (VOD) apresentou, em 2007, redução de 25% em relação ao previsto ao final do PPA (43 m^3).

CONTEXTUALIZAÇÃO

Apesar da busca crescente por energias alternativas, o gás natural, o petróleo e seus derivados ainda terão, nos próximos anos, participação muito elevada na matriz energética nacional, refletida na crescente demanda por esses produtos. A forma de suprir essa necessidade é por meio do aumento da oferta de petróleo e gás natural ao mercado interno, buscando reduzir a dependência externa e evitando o risco da redução da oferta de derivados, o que provocaria racionamentos e o desaquecimento da atividade econômica nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Em 2007, as reservas provadas de petróleo condensado e gás natural da Petrobras no País atingiram 13,9 bilhões de barris de óleo equivalentes (boe), pelo critério ANP/SPE (um aumento de 1,2% em relação ao ano anterior). O volume incorporado às reservas ao longo do ano foi de 875 milhões de boe, contra produção acumulada de 708 milhões de boe. Essa incorporação resultou em índice de reposição de reservas (IRR) de 124%. Isso significa que, para cada barril de óleo equivalente produzido no ano, foi acrescentado 1,24 barril às reservas. O indicador reserva/produção (R/P) foi de 19,6 anos. As apropriações de volumes descobertos em campos com declarações de comercialidade, realizadas ao longo de 2007, foram em parte responsáveis pelo aumento das reservas provadas. Outro fator que contribuiu para a incorporação de reservas provadas foi o gerenciamento de reservatórios em campos já descobertos, em fase de desenvolvimento ou em fase de produção.

• Nas áreas de segurança, meio-ambiente e saúde (SMS), foi dada continuidade à implementação do Plano de Perenização das 15 Diretrizes de SMS e à realização dos Seminários de Boas Práticas envolvendo, em cada um, 100 profissionais de atividades operacionais e de SMS, com a elaboração de guias sobre, aproximadamente, 29 temas diferentes.

• No final de 2007, com a entrada em operação das unidades P-52 e P-54 (ambas no campo de Roncador), da FPSO Vitória (no campo de Golfinho) e da Sevan Piranema (no campo de Piranema), a produção diária ultrapassou a marca dos 2 milhões de barris por dia (bdp), volume alcançado por apenas oito empresas em todo o mundo. O recorde anterior era de 1,91 milhão de bdp, registrado em 2006. A produção média de petróleo, no ano de 2007, foi de 1,79 milhão de bpd de óleo, 0,8% superior à do ano anterior.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os principais recursos utilizados pelo Programa são considerados recursos críticos, ou seja, existe pequena disponibilidade em todo o mundo. Por exigir investimentos muito elevados e ser grandemente dependente de tecnologia, o acréscimo desses recursos demanda considerável tempo e está atrelado às flutuações de mercado. Diante disso, novos investimentos somente são realizados a longo prazo e com a garantia de retorno.

A Petrobras e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) realizam esforços para a melhoria do processo de licenciamento ambiental. Todavia, a despeito dos bons resultados advindos das iniciativas, tal processo ainda está longe do ideal, ocasionando atrasos nos cronogramas de alguns projetos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A realização de parcerias entre a Petrobras e outras companhias de mesmo porte é particularmente interessante, principalmente, pela diversificação do *portfolio*, o que melhora a relação entre risco e retorno da companhia, e pela agregação de valor ao negócio, por meio do compartilhamento e da incorporação da experiência e do conhecimento tecnológico do parceiro. Existem, ainda, outras vantagens, tais como o carrego do investimento, o bônus e, em alguns casos, a alavanca financeira. Por carrego, entenda-se o pagamento dos investimentos pelo parceiro, em nome da Petrobras, em troca de uma participação no ativo (bloco ou campo). Os parceiros têm desempenhado as suas tarefas e cumprido as metas de forma satisfatória. As parcerias têm sido vantajosas para a Petrobras. Apesar das vantagens e da predisposição da empresa pela realização dessas parcerias, a manutenção dessa prática depende da atratividade percebida pelo parceiro.

A Petrobras utiliza diversos mecanismos para registrar e atender as manifestações da sociedade sejam elas problemas, reclamações, opiniões, dúvidas ou sugestões. As manifestações podem ser encaminhadas através do Fale Conosco, do Serviço de Atendimento ao Cliente e da Ouvidoria.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

GERENTE DO PROGRAMA

Carlos Soligo Camerini

OBJETIVO

Desenvolver tecnologia de processos, produtos e serviços para o segmento de petróleo e gás natural.

PÚBLICO-ALVO

Petrobras, universidades e centros de desenvolvimento de tecnologia

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.313.620.314,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 1.044.706.242,00
	Total:	**R$ 1.044.706.242,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Incorporação de Tecnologia - Porcentagem	81,00	85,50	82,50	71,30	80,00	89,13%

1. TAXA DE INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Visando uma carteira de projetos mais robusta e seletiva, foram reorganizados e focalizados os projetos, tornando-os mais densos e comprometidos aos desafios propostos. Projetos menores foram encerrados ou absorvidos por projetos mais robustos. Essa reorganização resultou na diminuição do quantitativo de projetos e na melhoria dos resultados qualitativos do Programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os investimentos em tecnologia na área de petróleo são imprescindíveis para viabilizar a exploração, a produção, o refino, o transporte e a distribuição do petróleo nacional. Este petróleo, pesado e com características físico-químicas diferentes das encontradas em outras regiões do mundo, além de estar predominantemente em jazidas em águas profundas, necessita de tecnologias específicas que não estão disponíveis no mercado.

O aumento das exigências ambientais justifica os investimentos na melhoria da qualidade dos produtos e dos processos da indústria de petróleo. Além disso, a crescente importância do gás natural na matriz energética brasileira implica o desenvolvimento de novas tecnologias para identificação de novas jazidas e para transformação, transporte, armazenamento e a distribuição desse energético. Nesse contexto, as ações do Programa buscam evitar os riscos de desabastecimento e da perda de autonomia (econômica e tecnológica), utilizando uma visão integrada e sistematizada da questão tecnológica nos segmentos de petróleo e gás natural.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Tecnologias validadas em bancada ou em avaliação de unidade experimental:

a) produção de etanol a partir de resíduos agroindustriais;

b) obtenção de biopolímeros e blendas poliméricas a partir de resíduo da produção de biodiesel;

c) desenvolvimento de membranas de dessulfatação;

d) desenvolvimento de tecnologia de tratamento de resíduos multifásicos;

e) modelagem de células de escorregamento gravitacionais;

f) desenvolvimento de protótipo de *software* 3D para analisar a evolução estrutural de bacias;

g) desenvolvimento de metodologia de monitoramento de riscos à infra-estrutura e ao meio-ambiente de gasodutos;

h) estudo de viabilidade econômica de uma planta de GNL DIRETO;

i) processamento de biomassa em escala piloto e de bioóleo em escala de bancada;

j) desenvolvimento da tecnologia H100;

k) modelo de previsão de compatibilidade de petróleos nacionais;

l) ônibus híbrido, movido a diesel e energia solar.

- Tecnologias qualificadas para aplicação comercial:

a) estratigrafia de alta resolução;

b) novas fórmulas para gasolina de aviação;

c) sistema catalítico SKY para produção de matérias-primas petroquímicas;

d) sistema modular de apoio à decisão para a otimização do *scheduling* em refinarias de petróleo.

- Tecnologias implementadas comercialmente:

a) mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL);

b) caracterização de corais de águas profundas da Bacia de Campos;

c) injeção de vapor contínua no Campo de Estreito;

d) sistema de bombeio centrífugo submarino submerso;

e) avanços no desenvolvimento do Simulador de Bacias da Petrobras (SIM BR);

f) metodologia integrada para caracterização de reservatórios carbonáticos fraturados;

g) desenvolvimento dos produtos: Diesel Verana, Gasolina 17- Podium F-1 e asfalto borracha.

- Redes Temáticas, em 2007, foram firmados 62 convênios com 28 instituições visando ampliar a capacidade instalada no País de atendimento à demanda em pesquisa e em desenvolvimento nos segmentos de atuação da companhia.

- Ampliação e Modernização do Centro de Pesquisas da Petrobras (CENPES), em que este projeto apresentou 28,92% de execução física em 2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa atingiu resultados significativos em 2007, agregando valor ao segmento de petróleo e gás natural por meio do domínio tecnológico.

A reorganização da carteira de projetos de pesquisa e desenvolvimento da Petrobras resultou na postergação de alguns projetos com encerramento previsto para 2007 e na aglutinação de outros, possibilitando uma melhoria qualitativa do Programa. Os recursos orçamentários foram condizentes com as atividades previstas no Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Sendo as áreas de negócio da Petrobras consideradas como beneficiárias primárias dos resultados do Programa, a pesquisa de satisfação junto a esses beneficiários permite melhor adequação da carteira, visando agregar valor à empresa por meio do desenvolvimento tecnológico.

QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

GERENTE DO PROGRAMA

Jerson Kelman

OBJETIVO

Propiciar condições para que o processo de concessão e autorização de novos empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica se dê de acordo com as necessidades apontadas pelos estudos de planejamento setorial, buscando o desenvolvimento sustentável da economia e o atendimento com qualidade da demanda de energia elétrica.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores e agentes setoriais públicos e privados

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 159.284.580,00	Empenho Liquidado:	R$ 125.582.184,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 125.582.184,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Nacional) – Hora	15,57	16,92	16,33	-	19.90	-
2. Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (região Centro-Oeste) – Hora	19,54	21,72	19,54	-	24.29	-
3. Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (região Nordeste) – Hora	23,30	22,49	21,48	-	30.49	-
4. Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (região Norte) – Hora	33,79	41.15	41,48	-	48.76	-
5. Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (região Sudeste) – Hora	9,54	10,36	9,91	-	12.03	-
6. Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (região Sul) - Hora	16,67	17,52	17,53	-	16.97	-

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
7. Freqüência Equivalente de Interrupção Por Unidade Consumidora - FEC (Nacional) – Unidade	12,02	12,76	11,71	-	17.28	-
8. Freqüência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (região Centro-Oeste) – Unidade	17,60	18.26	18,19	-	25.08	-
9. Freqüência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (região Nordeste) – Unidade	15,02	14.40	12,87	-	24.62	-
10. Freqüência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (região Norte) – Unidade	36,56	41,42	38,08	-	44.63	-
11. Freqüência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (região Sudeste) – Unidade	6,95	7,46	6,63	-	10.44	-
12. Freqüência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (região Sul) – Unidade	13,70	13.86	13,36	-	15.42	
13. Índice de Satisfação do Consumidor – Unidade	58,88	61,38	60,49	-	- -	- -
14. Outorga de Geração - MW	-	2801,78	1712.33	6596.24	- -	-
15. Outorga de Linhas de Transmissão da Rede Básica - km	-	3134,8	3275.00	2290.73	- -	- -

Os valores dos indicadores DEC e FEC informados referem-se aos apurados após o encerramento da aferição e constam das respectivas prestações de contas dos exercícios subseqüentes ao registro do dado. Eventuais ajustes posteriores nos índices, decorrentes de realização de fiscalização/auditoria pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) dos dados informados pelas concessionárias, não estão contemplados.

1. DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - DEC (NACIONAL) E 7. FREQÜÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - FEC (NACIONAL)

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Os índices apurados até o exercício de 2004 vinham indicando redução das freqüências e da duração das interrupções dos serviços de energia elétrica, revelando melhoria da qualidade do serviço, com maior expressão nas regiões Sudeste e Norte do País. Em 2005, identificou-se mudança na trajetória de redução das interrupções verificada no período de 1999 a 2004, com elevação dos índices nacionais em 7% para o DEC e 4,9% para o FEC. Em ambos os indicadores, a elevação das interrupções incidiu preponderantemente na região Norte e decorreu, principalmente, da seca de grandes proporções no Estado da Amazonas e a falta de investimentos no sistema de distribuição de energia de Manaus. Já em 2006, verifica-se pequena reversão do quadro apresentado em 2005, com a redução dos índices nacionais em 3,27% para o DEC e 7,37% para o FEC.

Em relação ao indicador DEC, constatou-se redução na duração das interrupções em todas as regiões, exceto para região Norte, que apresentou pequeno aumento na duração de 0,34% em relação ao ano anterior. Já em relação ao FEC, registrou-se redução do número de interrupções em todas as regiões, incidindo preponderantemente, na região Norte. O fortalecimento das ações de fiscalização na região Norte contribuiu, dentre outros fatores, para a redução do FEC.

Os indicadores são apurados pelas concessionárias e encaminhados à Aneel para análise e consolidação, o que requer prazo de cerca de seis meses. Os indicadores referentes ao ano de 2007 estão em processo de apuração.

13. ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CONSUMIDOR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC) consiste em indicador calculado a partir de dados levantados em pesquisa presencial por meio do qual é obtido o grau de satisfação do consumidor, em relação aos serviços prestados pelas concessionárias distribuidoras de energia elétrica, processado em modelo estatístico. A pesquisa abrange cerca de 19.000 consumidores residenciais por todo País, sendo realizada anualmente, desde o ano 2000. A partir de 2002, a Aneel instituiu o Prêmio IASC, tendo por objetivo destacar as empresas que obtiveram as melhores avaliações pelos respectivos consumidores, incentivando-as na busca constante da melhoria de seus serviços. A pesquisa referente ao exercício de 2007 foi iniciada em dezembro e encontra-se em fase de consolidação dos resultados.

14. OUTORGA DE GERAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Essa previsão compete ao poder concedente, representado pelo Ministério de Minas e Energia (MME). A meta alcançada em 2007 foi de 6.596,245 megawatts (MW) outorgados, além de ter autorizado mais 3.150,400 MW a serem homologados em 2008. Esse índice reflete o correspondente esforço empreendido pela Aneel, uma vez que o ato de homologação a ser registrado no próximo exercício, representa simples procedimento administrativo. Além disso, como resultado de outorgas concedidas em anos anteriores, a fiscalização da geração registrou em 2007 a entrada em operação de unidades geradoras com capacidade instalada total de 4.028,1 MW. Em função dos processos de regularização, repotenciação, reativação e ampliação, houve acréscimo de 29,9 MW na potência instalada em usinas que já estavam em operação. Dessa forma, o País teve, em 2007, acréscimo real de 4.058,0 MW de potência, ou seja, 4,21% em relação à capacidade instalada de 2006 (96.294,47 MW). Com isso, o País alcançou em 2007 a capacidade instalada de 100.352,47 MW.

15. OUTORGA DE LINHAS DE TRANSMISSÃO DA REDE BÁSICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O leilão de transmissão nº 4, o único realizado em 2007, propiciou a outorga de concessões para 1.930 quilômetros (km) de linhas de transmissão, compreendendo investimentos da ordem de R$ 1,1 bilhão, abrangendo 10 Estados brasileiros. Acrescendo-se as autorizações, no total foram outorgados 2.290,73 km de linhas de transmissão. Além disso, em 2007, foram firmados os contratos de concessão de 3.275 km de linhas de transmissão, totalizando 30 empreendimentos, referentes aos leilões realizados em 2006, sendo que todos os empreendimentos licitados em 2006 foram contratados em 2007. A rede básica de transmissão foi expandida com a energização de 995,4 km de linhas, relativas a instalações autorizadas e contratadas em anos anteriores, representando acréscimo de 1,15% na extensão da rede, em relação a 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A importância estratégica do setor elétrico, para o desenvolvimento nacional, e as mudanças, verificadas em seu arcabouço institucional e legal, implicaram a necessidade de o Estado atuar na regulação do setor, definindo as regras, promovendo a fiscalização dos serviços, bem como contribuindo para a ampliação da oferta, com vistas ao desenvolvimento do mercado de energia elétrica com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade. Com aproximadamente 53 milhões de unidades consumidoras distribuídas no Território Nacional, com realidades locais distintas, servidas por 64 concessionárias de distribuição, interligadas por rede complexa de transmissão e geração, o setor elétrico exige o provimento de regras claras, abrangentes e estáveis, bem como a atuação fiscalizatória preventiva e corretiva dos agentes, visando a prestação de serviço adequado aos consumidores e a preservação das condições para o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos. Requer ainda a delegação aos agentes da implementação dos serviços, por meio de concessão e autorização, contribuindo para a ampliação da oferta. Entende-se por serviço adequado aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Regulamentação dos serviços de energia elétrica: publicadas 861 normas, sendo 35 resoluções normativas, 65 resoluções autorizativas, 147 resoluções homologatórias e 613 despachos. Destaca-se o início do 2º ciclo de revisão tarifária das concessionárias de distribuição (2007-2010) e a realização da 1ª revisão tarifária periódica das concessionárias de transmissão. A meta atingida foi de 117,78 %.

- Fiscalização dos serviços de energia elétrica: realizadas 1.430 fiscalizações, sendo 977 fiscalizações de geração, 81 de transmissão, 163 de distribuição e 209 econômicas e financeiras. A meta atingida foi de 95,52 %.

• Outorga de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica: emitidos 216 atos de outorga e registro para empreendimentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sendo 188 atos de outorga de geração (6.596,245 MW), 18 de transmissão (2.290,73 km de linhas), quatro de exportação de energia elétrica (1.122,01 MW) e seis de comercialização de energia elétrica. A meta atingida foi de 191,15 %.

• Ouvidoria da Aneel: registro de 1.696.595 solicitações atendidas, das quais 1.338.354 referem-se aos atendimentos de ligações realizadas para o número 144 da Aneel e 358.241 aos atendimentos de ligações realizadas para o 0800 de oito das 12 agências estaduais conveniadas. Houve atuação em 45 processos de mediação de conflitos, encerrando 13 deles. A meta atingida foi de 108,64 %.

• Participação pública: realizados 86 eventos, destacando-se as audiências e consultas públicas. Foram instauradas 53 audiências públicas em 2007, dentre as quais 31 por intercâmbio documental e 22 com sessão ao vivo - presencial. Das 53 audiências instauradas em 2007, 47 foram finalizadas no mesmo ano. Finalizadas, ainda, três audiências públicas instauradas em 2006, totalizando 50 audiências finalizadas em 2007. Foram instauradas ainda 12 consultas públicas em 2007, sendo que 11 consultas foram finalizadas. A meta atingida foi de 113,58%.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são os seguintes:

a) reuniões de trabalho – são realizadas reuniões trimestrais de acompanhamento da execução;

b) sistemas informatizados em que o plano gerencial é elaborado no Sistema de Acompanhamento Gerencial da Aneel (SIGANEEL), que também é utilizado no acompanhamento do plano com informações atualizadas mensalmente;

c) relatórios de gestão após cada reunião de acompanhamento é elaborado relatório trimestral de avaliação do andamento das atividades;

d) plano de metas bienal – orienta a formulação do Plano Gerencial Anual e é acompanhado sob a ótica dos resultados alcançados.

A execução física esteve acima de 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. A avaliação do desempenho físico-financeiro dos programas fundamenta-se na aferição do desempenho do conjunto das ações da Aneel, baseado em dois indicadores de desempenho desenvolvidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU): Indicador de Desempenho Orçamentário (MIRO), Indicador de Execução das Metas Físicas (MIMF).

Os recursos orçamentários autorizados inicialmente foram insuficientes, situação que foi agravada em alguns períodos do exercício em função da liberação paulatina

para o empenho. A LOA de 2007 consignou a dotação de R$ 106,8 milhões, referente às despesas discricionárias. Embora a dotação aprovada fosse suficiente, o processo de contingenciamento limitou o empenho, tornando insuficiente o montante autorizado para a execução. O valor do limite para empenho inicialmente autorizado para a Aneel foi de R$ 60,329 milhões, representando contingenciamento da ordem de 43,5% sobre o total das despesas discricionárias, distribuídos quadrienalmente. O limite orçamentário definido pelo decreto foi inferior ao montante executado em 2006. O expressivo contingenciamento inicial e a liberação paulatina dos limites afetaram as atividades da agência de maneira global e a instituição teve seu desempenho ameaçado especialmente no primeiro semestre de 2007.

O monitoramento contínuo e sistemático da execução do plano gerencial contribuiu para o bom desempenho da Aneel em 2007, por meio da análise prévia da situação da execução, que permitiu apontar tendências e definir necessidades de ampliação de limites orçamentários. Esse monitoramento orientou, de forma consistente, as solicitações encaminhadas ao MME e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), contribuindo para que, a partir de meados do exercício, a agência recebesse ampliações de limites, que permitiram assegurar os resultados físicos alcançados.

Durante o exercício de 2007, além do monitoramento e acompanhamento trimestral do plano gerencial, junto às unidades técnicas, com a realização das reuniões presenciais de avaliação do desempenho, aAneel intensificou o planejamento e gerenciamento das licitações e contratações. Nesse contexto, são definidos os procedimentos e o cronograma necessários para a efetividade das contratações e são transmitidas às equipes técnicas as orientações necessárias à elaboração dos termos de referência, das pesquisas de mercado e de outras medidas.

Como parte do aprimoramento do sistema de monitoramento da execução, foram, também, realizados aprimoramentos no SIGANEEL, permitindo o acompanhamento detalhado da atuação de todos os itens do plano gerencial, bem como possibilitando a emissão pelo próprio sistema das disponibilidades e previsões orçamentárias para fins de subsidiar os processos de licitação e contratação.

Em relação aos recursos materiais e de infra-estrutura, o espaço físico e o mobiliário são insuficientes para acomodar o quadro de pessoal. A gerência do Programa vem adotando as seguintes providências no sentido de melhoria da infra-estrutura física: contratação, em 2007, dos projetos básicos para reforma e otimização do aproveitamento dos espaços e da infra-estrutura interna e realização de reformas em instalações prioritárias que, em função da programação de alocação de recursos, têm previsão para conclusão em 2010.

Os exercícios de 2006 e 2007 representaram um marco no processo de transição do quadro de servidores da Aneel com a incorporação dos classificados no 2º concurso público da agência, concorrendo para o aumento do pessoal efetivo que era de 9% em 2004, passando, em 2007, a corresponder a 80% da força de trabalho. O alto grau de evasão do efetivo recentemente incorporado pelos concursos realizados (aproximadamente 30% de rotatividade) representa fator de instabilidade institucional, além de representar ônus para a

instituição em função dos esforços empreendidos para realização dos concursos, adaptação e capacitação dos servidores. Cabe ressaltar que, em grande parte, ocorre migração para outros concursos na esfera pública, decorrente da extrema disparidade salarial entre as carreiras. Acrescente-se a isso que o quantitativo atual de servidores é insuficiente para atender adequadamente aos desafios da instituição, o que se torna um agravante frente ao grau de evasão verificado.

Com o objetivo de promover o desenvolvimento das carreiras de especialista em regulação, analista e técnico administrativo, além de reduzir o índice de evasão e promover a ampliação do quadro de servidores da Aneel, foram desenvolvidas ações de gestão de recursos humanos, das quais decorreram os seguintes resultados: aprimoramento dos procedimentos de avaliação de desempenho individual e institucional; autorização para a convocação de novos servidores aprovados no último concurso realizado.

Com a extinção dos contratos temporários na Aneel em março de 2007, a instituição perdeu parte de seu conhecimento e experiência, o que impactou momentaneamente a atuação institucional no primeiro semestre, considerando a necessidade de adaptação e capacitação dos novos funcionários. Em atenção a este problema, a gerência do Programa concebeu e implantou estratégia sistematizada de capacitação e treinamento do novo quadro de servidores para o desenvolvimento das competências afetas à missão da instituição. Foi elaborado o plano de capacitação do exercício de 2007, resultando no desenvolvimento de 221 ações de treinamento e desenvolvimento, abrangendo 595 servidores e alcançando 94% da meta de realizar pelo menos um treinamento por ano, por servidor, com vistas à estabilização do processo de transição e a adaptação dos novos servidores.

Os montantes consignados na LOA de 2007 estavam próximos do que seria suficiente para o cumprimento das atribuições da Aneel. Entretanto, o contingenciamento inicial no orçamento da agência representou corte da ordem de 43,5%. De 2002 a 2006, enquanto a arrecadação da Aneel aumentou de forma considerável, os limites estabelecidos para empenho (orçamentário) foram sempre reduzidos. Em 2007, embora o limite tenha sido superior aos anos anteriores, o que representa 48% do valor arrecadado, registra-se que, conforme dispõe o Código Tributário Nacional (CTN), espera-se que as despesas com serviços prestados sejam compatíveis com os recursos arrecadados por meio da taxa cobrada pelo exercício do poder de polícia. A expressiva elevação da receita arrecadada, constituída essencialmente da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica, deveria assegurar o montante necessário para o atendimento às demandas da Aneel.

A liberação de limites quadrimestrais prejudica o cronograma de contratações. Em junho de 2007, a Aneel tinha empenhado 70,3% do limite total autorizado para despesas discricionárias, mas esgotado o limite autorizado até agosto, o que poderia levar a paralisação das atividades durante os meses de junho e julho, até que fosse liberado o limite para o próximo quadriênio. Atenta à gravidade da situação, a Aneel conduziu tratativas junto à Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) para obter ampliações de seu orçamento, fundamentais para a continuidade de suas atividades. A normalização dessa situação permitiu estabilizar o desempenho a partir de julho.

A Aneel detém atribuições técnicas relacionadas ao desenvolvimento de estudos, análise e à aprovação de projetos tais como os projetos de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética, cujos resultados montam valores muito superiores ao orçamento total da Aneel. Também se destaca a intensa demanda de projetos e estudos de viabilidade de Usinas Hidrelétricas (UHEs) e de projetos básicos de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) submetidas à análise e à aprovação por parte da Aneel, tendo como objetivo a outorga dos empreendimentos. Para cumprir essas responsabilidades, considerando o volume, a complexidade e a materialidade dos resultados, que geram grande passivo de trabalhos e diante das dificuldades quanto à insuficiência do quadro de servidores, a Aneel tem buscado alternativas para contratação de serviços técnicos especializados. Em função da peculiaridade e do alto grau de especialização desses serviços, os procedimentos licitatórios para sua contratação têm enfrentado dificuldades. O principal desafio no exercício foi a definição de alternativas de contratação que possibilitasse maior agilidade e estabilidade no procedimento de contratação, buscando procedimentos que permitam, com toda a segurança e rigidez normativa, dispor dos serviços de qualidade e com a tempestividade necessária.

Considerando o volume, a complexidade e a materialidade dos trabalhos técnicos que se encontram sob a responsabilidade das unidades técnicas da Aneel, e diante das dificuldades decorrentes da insuficiência do quadro de servidores, a agência atuou na busca de alternativas para contratação de serviços técnicos especializados para apoiar a realização de atividades complementares de regulação e fiscalização.

Em 2007, foram iniciados os trabalhos para proposta de norma interna, que proporcione o aprimoramento dos procedimentos e estenda a utilização da modalidade de credenciamento, já aplicada para a contratação de serviços de apoio à atividade de fiscalização, para apoio às atividades de regulação da Aneel, além do estudo de alternativas de solução. A proposta de nova norma para o credenciamento deverá ser implementada a partir de 2008.

Entre as dificuldades encontradas para execução das atividades de outorga, destaca-se a dependência da emissão das licenças ambientais para a definição dos empreendimentos a serem licitados, muitos dos quais têm sofrido embargos e restrições por parte dos órgãos ambientais.

As mudanças trazidas pelo novo modelo institucional do setor elétrico, configuradas nos desdobramentos da Lei nº 10.847 e Lei nº 10.848, ambas de 15 de março de 2004, e suas regulamentações complementares, continuaram a gerar interferências nos trabalhos desenvolvidos pela Aneel, principalmente, nos temas e questões sobre os quais pairam ainda certas indefinições de responsabilidades e competências. Essa situação afeta, em particular, as atividades voltadas para as outorgas e concessões. Em 2007, foi o caso, por exemplo, das análises e questionamentos sobre os estudos de viabilidade técnica e econômica da usina de Santo Antônio, no rio Madeira, cujo projeto, aprovado pela SGH/Aneel, foi objeto de otimizações pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para a definição da tarifa-teto do leilão de licitação de sua concessão. Nesse contexto, fez-se necessário esclarecer ao TCU e à Secretaria de Direito Econômico (SDE) as diferenças dessas concepções e esferas de análises, no conjunto de preparativos para o referido leilão. Também como conseqüência de indefinições ainda presentes nesse novo modelo setorial, em 2007, esteve

em pauta discussão sobre possível prioridade da EPE em relação aos demais agentes para o desenvolvimento de estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos hidrelétricos, diante de casos de duplicidade de interesse, como são hoje estudos de usinas no rio Teles Pires. Também com o próprio MME registram-se algumas questões e sobreposições, como é o caso do cálculo das energias asseguradas, para efeito da comercialização de energia de empreendimentos hidrelétricos (CGH, PCH e UHE). Além disso, persistem indefinições quanto aos limites de atuação das entidades envolvidas, ainda decorrentes do processo de regularização e amadurecimento das mudanças trazidas pelo novo modelo setorial.

A Aneel estabeleceu, como diretriz, o fortalecimento das articulações interinstitucionais, com vistas a promover ganho de sinergia entre as definições políticas para o setor, que possam refletir no desempenho das competências a ela delegadas, relacionadas às outorgas de concessão, autorização e permissão de serviços de energia elétrica. Nesse contexto, a Aneel tem priorizado esforços para uma maior aproximação técnica e institucional com seus parceiros, dentre os quais se destacam o próprio MME, a EPE, a Agência Nacional de Águas (ANA), os órgãos licenciadores (IBAMA e órgãos estaduais), e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Essa articulação visa o ganho de sinergia no processo de outorga de empreendimentos do setor elétrico.

A descentralização para os Estados e o Distrito Federal, mediante convênio de cooperação, de atividades complementares de regulação, controle e fiscalização dos serviços e instalações de energia elétrica representa importante estratégia para apoiar a Aneel no cumprimento de suas atribuições, especialmente, no momento em que se aponta como forte entrave a insuficiência do quadro de servidores. Firmados no final de 2007 com 11 Estados, o modelo adotado para estabelecer o convênio de cooperação vem apresentando dificuldades em sua implementação, em decorrência de regras que não são adequadas à relação de delegação de atividades entre os entes federados. Com base na experiência acumulada, as unidades internas da Aneel e das agências estaduais vêm apontando alternativas de mudança, de modo a garantir melhor resultado e eficiência no alcance do objetivo.

Durante o exercício passado, a Aneel concentrou esforços na busca do aprimoramento das normas afetas à descentralização de atividades, propondo uma revisão dos instrumentos normativos que disciplinam os seus procedimentos. Uma das alternativas estudadas para o aprimoramento desse processo é a substituição dos atuais convênios por um regime da gestão associada de serviços públicos, orientado pelo disposto no art. 241 da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, que atribui à União, aos Estados e ao Distrito Federal a competência para disciplinar, por meio de lei, os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos.

Foi desenvolvida proposta de modelo de descentralização, por meio de consultoria contratada, que proporcionou o aprofundamento e a discussão sobre o tema, e a definição de diretrizes, pela agência, para a revisão estrutural da norma de descentralização.

Neste sentido, também foram iniciados os estudos para a definição dos custos de referência para as atividades descentralizadas pela Aneel e dos indicadores de desempenho,

com vistas a fortalecer a parceria com as agências estaduais, com ênfase na eficácia e na eficiência dos resultados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui os seguintes mecanismos para a promoção da participação social:

a) a atuação da Ouvidoria consiste em estabelecer canais de comunicação para que o consumidor possa registrar o seu pleito ou descontentamento por meio da Central de Teleatendimento – 144 (CTA), carta, e-mail (diretamente no sítio www.aneel.gov.br) ou fax encaminhado à Ouvidoria da Aneel. A principal forma de registro das solicitações recebidas pela Aneel tem sido por meio de sua Central de Teleatendimento (CTA). O processo ocorre pelo registro no Sistema de Gestão da Ouvidoria (SGO) e posterior encaminhamento ao Grupo de Apoio Operacional (GAO), que é responsável pelo recebimento, triagem, análise, resposta, controle de prazos e, se for solicitação mais complexa, pelo envio da questão ao Grupo de Apoio Técnico (GAT), que analisa o processo, elabora pareceres, media conflitos e oferece apoio técnico às agências reguladoras estaduais conveniadas. A CTA da Aneel também participa da prestação dos serviços de Ouvidoria conduzidos por agências com as quais mantém convênio de descentralização de serviços;

b) processo de consulta à sociedade quando da elaboração, alterações ou ajustes em ato administrativo da agência ou quando da proposição pela agência de anteprojeto de lei, e é instaurada, sempre que o ato possa implicar afetação de direitos dos agentes econômicos do setor elétrico ou dos consumidores. As audiências públicas têm como objetivos recolher subsídios e informações para o processo decisório, propiciar aos agentes e aos consumidores a possibilidade de encaminhamento de seus pleitos, opiniões e sugestões, identificar, da forma mais ampla possível, todos os aspectos relevantes à matéria objeto da audiência pública e dar publicidade à ação reguladora da agência. As audiências, ao longo de sua condução, podem contar com a realização de sessões públicas, para a manifestação de viva voz, chamada de sessão ao vivo (presencial), ou apenas serem feitas por meio de intercâmbio documental;

c) consulta pública: é uma ferramenta utilizada pelas unidades organizacionais para aferir, de forma ampla e democrática, os seus atos junto a todos os envolvidos e/ou interessados na questão. As consultas públicas visam recolher subsídios e informações dos agentes econômicos do setor elétrico e dos consumidores para o processo decisório da Aneel, de forma a identificar e a ampliar a visão dos aspectos relevantes dos atos administrativos em questão;

d) discussão em conselho setorial: a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, determinou no art. 13 que as concessionárias de serviço público criassem, no âmbito de sua área de concessão, os conselhos de consumidores, de caráter consultivo, voltados para a orientação, análise e avaliação das questões ligadas ao fornecimento, tarifas

e adequacidades dos serviços prestados ao consumidor final. Compete à Aneel estimular a organização dos conselhos de consumidores. Desde sua criação, a Aneel busca estimular o funcionamento desses conselhos e o estreitamento das relações com os mesmos, participando de suas reuniões e prestando informações pertinentes à regulamentação e à fiscalização do setor elétrico.

Destaca-se também que o Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. Para acompanhar a execução e assegurar o alcance das metas fixadas, a Aneel adota como sistemática a realização de reuniões trimestrais de avaliação do desenvolvimento do plano de trabalho e do progresso das atividades associadas à execução de cada ação. Nas reuniões, participam a gerência do Programa, as coordenações das ações e as superintendências parceiras no desenvolvimento da ação. O gerenciamento dos programas e das ações, em todas as suas fases, é apoiado por sistema de informações gerenciais disponíveis na Intranet da Aneel, denominado Sistema de Informações Gerenciais da Aneel (SIGANEEL).

QUALIDADE DOS DERIVADOS DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

GERENTE DO PROGRAMA

Haroldo Borges Rodrigues Lima

OBJETIVO

Proteger os interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta de derivados de petróleo, gás natural, álcool combustível e biodiesel.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de derivados do petróleo, gás natural, álcool combustível e biodiesel

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 53.900.001,00	Empenho Liquidado:	R$ 47.676.712,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 47.676.712,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Grau de Qualidade dos Produtos nos Diversos Agentes Econômicos do Abastecimento - Porcentagem	-	96,10	96,41	97,40	95,00	102,53%

1. GRAU DE QUALIDADE DOS PRODUTOS NOS DIVERSOS AGENTES ECONÔMICOS DO ABASTECIMENTO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice alcançado em 2007 superou o previsto no PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Compete à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) implementar, em sua esfera de atribuições, a política de petróleo e gás natural contida na política energética nacional, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo em todo Território Nacional e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta de produtos. O Programa atende à determinação contida na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aquisição de novos equipamentos para o Centro de Pesquisa e Análises Tecnológicas (CPT).

• Realização de 24.420 ações de fiscalização focadas, principalmente, nos Estados da região Sudeste. Em 2007, foram utilizados laboratórios móveis que proporcionaram maior celeridade às ações de fiscalização no Rio de Janeiro e em São Paulo.

• O Centro de Relacionamento com o Consumidor atendeu 117.945 solicitações de consumidores e agentes econômicos em 2007.

• Em 2007, cerca de 97,4% das amostras de combustíveis coletadas estavam de acordo com o grau de qualidade requerido. Esse resultado é fruto da combinação de maior efetividade das ações de fiscalização e da ampliação dos convênios com Secretarias de Estado e Ministério Público. Também se consolidou a abrangência territorial do Programa de Monitoramento da Qualidade de Combustíveis (PMQC) que, em 2007, abrangeu 22 instituições que cobriram 26 Estados.

O resultado alcançado reflete a combinação da ampliação da abrangência territorial das ações do Programa com a adoção de procedimentos e instrumentos mais eficazes de combate a práticas criminosas e lesivas aos consumidores e ao erário.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Muito embora as equipes tenham sido reforçadas ao longo dos períodos de 2005 e 2006, mediante a realização de concurso público e a nomeação dos aprovados, houve perda de mão-de-obra ocasionada pela saída dos contratados temporariamente e de servidores recém-empossados que, aprovados em outros concursos, deixaram os quadros da ANP.

Em função de dificuldades orçamentárias, financeiras e de pessoal, a elaboração e a implementação do processo de avaliação da satisfação do usuário foi adiada para o próximo PPA.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A ANP mantém, por meio de seu Centro de Relacionamento com os Consumidores, central de atendimentos que tira dúvidas de consumidores e agentes econômicos em geral (diretamente ou consultando interlocutores das áreas responsáveis), além de encaminhar denúncias e reclamações.

O artigo 19 da Lei 9.478/97 prevê que toda iniciativa de projeto de lei ou norma administrativa que implique afetação do direito dos agentes econômicos ou de consumidores e usuários de bens e serviços da indústria do petróleo será objeto de audiência pública

presidida pela ANP. Tais audiências possibilitam a esses atores participar e influir nas propostas de resoluções apresentadas pela Agência.

É, também, prática comum da ANP a realização de eventos de divulgação das rodadas de licitação de blocos para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

A adoção de laboratórios móveis pode ser considerada inovação que contribui para o aumento da efetividade das ações de fiscalização no combate a práticas criminosas de adulteração de combustível e de ilícitos fiscais. Os equipamentos foram adotados nas ações de fiscalização nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, os quais concentram os maiores mercados consumidores do País.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) registra que no PPA 2008-2011, os dois programas da ANP (Qualidade dos Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis) foram fundidos. Nesse contexto, propõe-se a realização de Modelo Lógico para o novo programa, visando ratificar a adequação de sua estrutura, a consistência das ações e a viabilidade de apuração dos indicadores.

REFINO DE PETRÓLEO

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Alberto Gaspar Domingues

OBJETIVO

Ampliar e modernizar o parque nacional de refino de forma a disponibilizar derivados de petróleo de acordo com a demanda e qualidade requerida pelo mercado, com o risco ambiental mínimo, maximizando o uso de matéria-prima nacional.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de derivados do petróleo

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 5.703.121.932,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 4.717.090.062,00
	Total:	**R$ 4.717.090.062,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 1.035.143.642,00	R$ 760.762.778,00	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Capacidade de Processamento de Petróleo Anual Total - Milhão de barris de petróleo por dia	1,61	1,73	1,74	1,78	1,80	98,89%
2. Capacidade de Processamento de Petróleo Nacional - Milhão de barris de petróleo por dia	1,29	1,38	1,39	1,39	1,44	96,53%
3. Capacidade de Refino Instalada - Milhão de Barris de Petróleo por Dia	1,86	1,83	1,99	1,99	1,98	100,51%

1. CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE PETRÓLEO ANUAL TOTAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice ficou próximo da meta prevista.

2. CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE PETRÓLEO NACIONAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice ficou próximo da meta prevista.

3. CAPACIDADE DE REFINO INSTALADA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice superou a meta prevista.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O aumento da demanda por derivados de petróleo em quantidade e qualidade exige a adoção de ações visando garantir sua oferta. A ampliação da capacidade de refino nacional e a modernização das refinarias existentes representam oportunidades de desenvolvimento para o País e de ganhos para a balança comercial brasileira. Simultaneamente, os resultados empresariais positivos permitirão a sustentação do processo de desenvolvimento do parque industrial, com seu conseqüente desdobramento na forma de incremento ao mercado de fornecimento de bens e serviços no País e a evolução dos padrões de qualidade de combustíveis para patamares compatíveis com uma visão ecologicamente correta.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Adequação dos combustíveis diesel e gasolina à necessidade de redução de emissão de poluentes.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

Destaca-se o planejamento, em 2007, de novas unidades de conversão de petróleo nacional, caracterizado pelo seu baixo grau API (petróleo pesado), em derivados médios e leves. No ano de 2007, foi concluída a etapa de planejamento de grande parte dos projetos envolvidos, estando previsto o início de suas obras para 2008.

Ressalta-se que o aquecimento do mercado provocou o aumento dos custos de fornecimento de equipamentos, materiais e serviços, tornando morosos os processos licitatórios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O desempenho do Programa é medido mensalmente pelo avanço físico dos projetos. Está em estudo a padronização dos critérios de avanço a partir do uso sistemático do Sistema Integrado de Gestão (SAP R3). São utilizadas também, para o monitoramento da execução das ações as reuniões de trabalho, visitas *in loco* e o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

O Programa promove a participação social por meio de Ouvidoria, de audiências públicas nos processos de licenciamento ambiental e de reuniões com grupos de interesse. Um exemplo claro desse último mecanismo é o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), uma vez que promove o envolvimento social no

desenvolvimento dos projetos, inclusive com a participação de entidades de classe como sindicatos, associações patronais, fundações e prefeituras.

O uso de *benchmarking* internacional, a implementação de processos de otimização e melhoria contínua, bem como a adoção de melhores práticas na implantação de projetos, têm sido uma constante no gerenciamento do Programa.

TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO E DERIVADOS

GERENTE DO PROGRAMA

Tereza Cristina Sanges de Alvarenga Rosa

OBJETIVO

Prover infra-estrutura de armazenamento e transporte dutoviário de petróleo e derivados adequada ao incremento da demanda e às novas exigências ambientais.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de petróleo e derivados

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.389.080.630,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 1.206.632.429,00
	Total:	**R$ 1.206.632.429,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Capacidade da Rede de Dutos para o Transporte de Óleo e Derivados - Milhão de m³.km	-	47.581,00	-	-	47.581,00	-
2. Extensão da Malha de Oleodutos de Transporte da Petrobras - km	-	-	7.011,00	7.033,00	-	-
3. Taxa de Participação do Transporte Dutoviário no Transporte de Petróleo e Derivados - Porcentagem	18,00	18,00	-	-	18,00	-

1. CAPACIDADE DA REDE DE DUTOS PARA O TRANSPORTE DE ÓLEO E DERIVADOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Não foi prevista a meta de índice ao final do PPA.

2. EXTENSÃO DA MALHA DE OLEODUTOS DE TRANSPORTE DA PETROBRAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice de 2007 não foi calculado.

3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO TRANSPORTE DUTOVIÁRIO NO TRANSPORTE DE PETRÓLEO E DERIVADOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice de 2007 não foi calculado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Considerando o crescimento da produção de petróleo e seus derivados previsto para os próximos anos, faz-se necessária a disponibilização de infra-estrutura de armazenamento e de transporte dutoviário dimensionada para atender aos volumes previstos e aos novos padrões de qualidade, segurança e de proteção ao meio-ambiente.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Implantação de sistema de escoamento de álcool, com a solicitação das licenças de instalação em maio de 2007 e emissão das requisições de materiais dos equipamentos críticos. Entrega do relatório de consistência do projeto básico em julho de 2007, com a colocação do pedido das bombas da Refinaria do Planalto Paulista (Replan). Início do processo de compras de equipamentos em setembro 2007, com a contratação do estudo de análise e risco realizado. Entrega da documentação do detalhamento do escopo de contratação dos domos em novembro de 2007. E a emissão final dos documentos da Fase Inicial do Projeto de Engenharia (FEED) em dezembro de 2007.

• Implantação do Terminal de Pecém (CE), em que foi concluída a FEED, em março de 2007, e iniciado o projeto executivo que se encontra em fase de conclusão. Em junho de 2007, foi realizado o pagamento à Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (SEMACE), da compensação ambiental prevista nas condicionantes da licença de instalação. E, em outubro de 2007, foi concluída a aquisição de terreno com área total de 130 hectares (ha).

• Implantação de melhorias no terminal de São Sebastião, com o projeto básico concluído e o projeto executivo de substituição dos braços e das interligações está em andamento. E, em fase final de montagem da substituição de duas linhas de petróleo submarinas e a construção de duas novas linhas de claros que aguardam a emissão das licenças de operação, com o projeto básico concluído e o projeto executivo das bombas de carregamento de navios e à adequação das tubulações ao transiente hidráulico está em andamento.

• Reformulação da malha dutoviária da grande São Paulo, com projeto na fase de sondagem (sondagem técnica do terminal de Mauá e do terminal de Guararema concluídas), e estudo termo-hidráulico dos dutos concluído. Aerolevantamento dos trechos EB-Mauá e RECAP-Guararema concluídos e do trecho Guararema-REPLAN em andamento. Projeto geométrico das faixas de dutos entre a estação de bombas e o terminal de Guararema em licitação. Estudos de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto no Meio-Ambiente (EIA-RIMA) concluídos em setembro de 2007, com os estudos de análise

de risco quantitativa das instalações pontuais concluídos em dezembro de 2007. Processo de licenciamento junto à Secretaria de Meio Ambiente iniciado em novembro de 2006, Termo de Referência emitido em junho de 2007 e a entrega dos estudos ambientais e Protocolo do Pedido de Licença Prévia realizados em setembro de 2007.

• Construção de duto entre São Sebastião e Guararema (OSVAT 2 - Petróleo) e de um píer em São Sebastião (SP), com a conclusão do projeto conceitual em junho de 2007 e início do projeto básico em julho de 2007. Emissão dos documentos técnicos para compra das bombas principais em setembro de 2007. Término do projeto básico em dezembro de 2007 e a contratação da Fase Inicial do Projeto de Engenharia/Projeto Executivo (FEED). Contratação da investigação do subsolo em dezembro de 2007 e início do processo de contratação do EIA/RIMA.

• Ampliação da capacidade do sistema de escoamento de petróleo e derivados da Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP) para 30.000 metros cúbicos por (m^3/dia), com a conclusão da estrutura metálica e a montagem da casa de controle e da sala de painéis e postes na nova subestação elétrica. Aquisição das bombas principais de petróleo e das bombas de carregamento de navios para a nova casa de bombas.

• Ampliação da capacidade do sistema de escoamento de petróleo e derivados da Refinaria Paulínia, em que o processo licitatório para construção e montagem foi iniciado em outubro de 2007. Recebimento de Licença Prévia da Estação de Santa Isabel em abril de 2007 – LP nº 1.096. Fabricação de sete bombas para estações intermediárias e conclusão do projeto básico, restando alguns detalhes do projeto executivo.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O cumprimento das metas ficou abaixo do previsto em função de algumas ações que não foram realizadas conforme o cronograma. Entre as razões, há o alongamento dos prazos para obtenção de licenças ambientais, o aumento do escopo de alguns projetos, o atraso na finalização de licitações e as decisões administrativas da empresa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os principais mecanismos de participação social na execução do Programa são:

a) Ouvidoria: responsável por receber e dar seguimento, internamente, às questões enviadas por todas as partes interessadas e impactadas pelo Programa;

b) audiência pública: a Petrobras Transporte S.A. (Transpetro), juntamente com área de engenharia da Petrobras, realiza audiências públicas para esclarecimentos à comunidade local sobre seus empreendimentos de dutos e terminais;

c) pesquisa de satisfação tanto para clientes quanto para as comunidades vizinhas às instalações;

d) A atualização financeira do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) deveria ser mensal ao invés de bimestral. A empresa necessita realizar acompanhamentos físicos mensais e validações trimestrais, ao passo que os valores financeiros somente são atualizados bimestralmente.

O acompanhamento físico poderia ser trimestral, pois, na prática, em função dos tipos de projeto, a evolução física mensal é pequena.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) registra que no PPA 2008-2011, os Programas Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados e Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados foram fundidos. Sugere-se uma revisão dos indicadores escolhidos para o novo programa no intuito de garantir as apurações dos índices.

TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS

GERENTE DO PROGRAMA

Tereza Cristina Sanges de Alvarenga Rosa

OBJETIVO

Reduzir a dependência do afretamento de embarcações estrangeiras para o transporte de petróleo e derivados, adequando a frota existente a novas exigências de mercado e ambientais.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de petróleo e derivados

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 378.985.323,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 202.644.481,00
	Total:	**R$ 202.644.481,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Participação da Frota de Navios Próprios da Petrobras no Transporte de Petróleo e Derivados – Porcentagem	53,00	46,00	36,00	-	48,00	-
2. Taxa de Participação do Transporte Marítimo no Transporte de Petróleo e Derivados – Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA FROTA DE NAVIOS PRÓPRIOS DA PETROBRAS NO TRANSPORTE DE PETRÓLEO E DERIVADOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice do indicador não foi calculado.

2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO TRANSPORTE MARÍTIMO NO TRANSPORTE DE PETRÓLEO E DERIVADOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não houve análise do alcance do indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A frota de petroleiros brasileira possui idade média bastante elevada, caminhando para o esgotamento de sua vida útil. Além disso, as novas exigências legais em tramitação, com padrões mais rigorosos de segurança e proteção ambiental, poderão reduzir ainda mais o tempo de utilização dos navios existentes. A redução planejada e gradual dos navios petroleiros nacionais, além de reduzir a dependência externa, proporcionará a otimização da utilização dos estaleiros nacionais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aprovação e liberação pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do financiamento para compra de 10 navios-tanque que serão construídos pelo Estaleiro Atlântico Sul S.A., no Complexo Industrial e Portuário de Suape, no Município de Ipojuca, em Pernambuco. A assinatura dos contratos para a construção dos navios ocorreu em 31.12.07.

- Assinatura do contrato para construção de nove navios no Estaleiro Sermetal no Rio de Janeiro, em abril de 2007.

- Aprovação do financiamento de R$ 564,5 milhões do BNDES para a construção de quatro navios encomendados pela Transpetro junto ao Estaleiro Mauá Jurong, em Niterói.

- Liberação de recursos dos financiamentos do Fundo de Marinha Mercante (FMM) ao Estaleiro Atlântico Sul.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Houve baixa realização financeira, porque a execução dos contratos não ocorreu conforme cronograma previsto. Todavia, os recursos financeiros foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

A realização física da Ação Aquisição de Navios em Estaleiros Nacionais somente será considerada quando da entrega do primeiro navio previsto, não havendo registro de execução física até momento. A complexidade dessa Ação ocasionou atraso no edital de licitação dos navios previstos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Foram realizadas reuniões com grupos de interesse: os sindicatos ligados à indústria naval brasileira e à marinha mercante foram convidados a participar da Ação Aquisição de Navios em Estaleiros Nacionais.

Destaca-se que a Transpetro realiza, periodicamente, pesquisa de satisfação junto aos seus clientes.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que no PPA 2008-2011 os Programas Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados e Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados foram fundidos. Sugere-se uma revisão dos indicadores escolhidos para o novo programa no intuito de garantir as apurações dos índices.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Agricultura Familiar (Pronaf)

Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais

Crédito Fundiário

Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Educação do Campo (Pronera)

Paz no Campo

Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foram utilizados **R$ 3.796.675.453,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 4.122.113.346,00	Realizado orçamentário:	R$ 3.796.675.453,00
Recursos não-orçamentários previstos:	R$ 9.302.000.000,00	Realizado não-orçamentário:	R$ 0,00
Total previsto:	**R$ 13.424.113.346,00**	**Total realizado:**	**R$ 3.796.675.453,00**

Além disso, do total de **R$ 492.180.634,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 376.620.133,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MDA, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004/2007
Finalístico	0351 Agricultura Familiar – Pronaf	57,89%	38,41%	32,95%	32,30%	39,97%
	0135 Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais	27,19%	38,16%	42,48%	42,49%	37,83%
	1116 Crédito Fundiário	8,47%	10,33%	10,08%	9,46%	9,59%
	1334 Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	0,47%	2,44%	2,95%	4,57%	2,68%
	0137 Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	4,86%	8,38%	9,37%	8,86%	7,93%
	1350 Educação do Campo (PRONERA)	0,00%	0,69%	0,68%	0,69%	0,53%
	1120 Paz no Campo	0,05%	0,07%	0,18%	0,13%	0,11%
	0138 Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária	0,84%	1,23%	1,04%	1,29%	1,10%
Finalístico Soma		**99,76%**	**99,71%**	**99,73%**	**99,78%**	**99,75%**
Gestão de Políticas Públicas	0139 Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	0,24%	0,29%	0,27%	0,22%	0,25%
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

Em 2007, destacam-se os principais resultados alcançados pelo MDA:

a) novos assentamentos e obtenção de imóveis rurais: foram assentadas 67.535 famílias, investidos R$ 1,4 bilhão na obtenção de terras por meio de desapropriações e compra de imóveis rurais, e destinados 6,4 milhões de hectares à criação de projetos de assentamentos;

b) crédito instalação e estruturação de assentamentos: foram beneficiadas 192.409 famílias com crédito para instalação nos assentamentos, compreendendo as etapas de implantação de assentamentos, que estruturam os projetos para receber os assentados e criam condições para o desenvolvimento da produção. Incluídos nesse montante estão o apoio inicial à instalação da família (R$ 2.400,00 por

família), o apoio ao fomento (R$ 2.400,00 por família), o financiamento e a recuperação da habitação (até R$ 7.000,00 por família) e um auxílio especial para a região do Semi-árido (até R$ 1.500,00 por família), totalizando um valor de até R$ 13.300,00 por família. Na infra-estrutura básica dos novos assentamentos (estradas, eletrificação, abastecimento de água), foram beneficiadas 49,9 mil famílias com ações diretas na construção e recuperação de 6.200 quilômetros (km) de estradas e 19 mil famílias foram atendidas com sistemas de abastecimento de água. Nas atividades de recuperação de assentamentos, foram aplicados, em 2007, R$ 37 milhões no Programa de Consolidação de Assentamentos (PCA), que atendeu cerca de 10 mil famílias com infra-estrutura e serviços;

c) Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA): ao todo, 53 mil pessoas tiveram acesso a programas de educação nos assentamentos, em 2007. Como parte das ações para garantir os direitos fundamentais às populações rurais, o Governo implementa uma política de leitura para o meio rural brasileiro por meio do Programa de Bibliotecas Rurais - Arca das Letras. Ao disponibilizar, às comunidades rurais, informações e literatura de acordo com seus interesses e necessidades, esse Programa está contribuindo para o desenvolvimento do trabalho, da educação e do lazer no campo. Além disso, estimula a leitura em ambiente familiar e contribui para a redução da evasão escolar. Em 2007, foram implementadas 1.858 Bibliotecas Rurais, em 895 Municípios de 25 Estados, distribuídos mais de 368.678 livros e atendidas 265.746 famílias do campo;

d) agricultura familiar: as ações do Governo para a agricultura familiar priorizaram a consolidação dos instrumentos e políticas públicas, em especial a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para qual foram disponibilizados R$ 167 milhões, possibilitando atender cerca de 2,5 milhões de agricultores familiares com o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF). No Plano Safra da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária 2006-2007 houve expressiva ampliação do crédito do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf). Os financiamentos alcançaram R$ 8,4 bilhões aplicados na safra 2006-2007, representando 1,69 milhão de contratos realizados. Houve também a consolidação do novo mecanismo de garantia de renda, o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF). Agora, além da garantia de renda alicerçada pelo SEAF e pela Garantia-Safra, que protegem a produção em caso de perdas por problemas climáticos, o produtor estará segurado contra queda de preços na época da comercialização da produção. Esses instrumentos proporcionam um ambiente de estabilidade, estimulando o aumento da produção e da renda, que assegurou aproximadamente 76% dos contratos de Pronaf Custeio, em 2007, para as culturas de milho, feijão, arroz, mandioca, leite e soja;

e) crédito fundiário: 15.995 famílias beneficiadas com a aquisição de imóveis e investimentos em infra-estrutura básica e produtiva, em um total de mais de R$ 450 milhões, em sua maior parte nas regiões mais pobres do País;

f) regularização fundiária: o georreferenciamento dos imóveis rurais possibilita a identificação da situação dos imóveis rurais e constitui pré-condição para a regularização fundiária e o acesso às políticas de apoio à produção. Fruto de 349 ações judiciais, o Governo obteve a retomada de 7 milhões de hectares de terras públicas federais nas áreas ocupadas irregularmente, que depois de arrecadadas foram destinadas à reforma agrária ou à criação de unidades de conservação. Atualmente, estão em curso ações de georreferenciamento, em 10,4 milhões de hectares, nos Estados da Amazônia Legal. Ademais, com a edição do Decreto nº 6.232, de 11 de outubro de 2007 foram fixados os limites de área rural para efeitos de concessão de título de propriedade ou de direito de concessão real de uso na Amazônia;

g) Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2007: o volume de recursos destinados foi de R$ 61 milhões, mais R$100 milhões, suplementares, no final de novembro. Foram investidos R$ 69.475.135,00, contemplando a compra de alimentos de 21.935 agricultores familiares. Considerando o previsto pela Lei Orçamentária Anual (LOA) atingiu-se 80% da meta de aquisições, tendo sido beneficiados 98% dos agricultores inicialmente previstos. Esse resultado deve-se à grande variação do produto comercializado e do preço pago. Produtos de maior valor agregado (derivados de leite, polpa de frutas, sementes, castanhas, café beneficiado) são adquiridos em menores volumes e mais recursos. Dos recursos previstos para aquisição (R$ 56.010.000,00), foram aplicados 116%, ou seja, R$ 9.125.198,00 a mais do que previa a LOA. Com relação aos recursos financeiros disponibilizados pela suplementação orçamentária, cabe lembrar que não foi possível sua utilização plena tendo em vista o curto período de tempo disponível para empenho e execução. Em 2007, consolidou-se a política setorial do leite, cadeia produtiva que envolve quase dois milhões de estabelecimentos de agricultores familiares e que é hoje uma das principais atividades geradoras de renda no meio rural, especialmente, entre os agricultores familiares;

h) biodiesel: o Governo criou o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), estabelecendo as condições para a participação da agricultura familiar e dos assentados da reforma agrária na produção do biodiesel, tendo como principal instrumento o Selo Combustível Social, certificado que proporciona benefícios tributários às empresas produtoras de biodiesel que adquirem matérias-primas da agricultura familiar e prestam assistência técnica aos agricultores. O Selo já foi emitido para 28 empresas de biodiesel, viabilizando a participação de mais de 100 mil famílias de agricultores nessa cadeia produtiva. O estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias visando proporcionar melhores condições de participação da agricultura familiar no Programa constitui uma das prioridades do Governo. Com as entidades da agricultura familiar, o Governo tem realizado parcerias com o objetivo de ampliar a capacidade de organização da produção e de negociação com as indústrias de biodiesel;

i) elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável de Territórios Rurais: em 2007, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) apoiou 120 Territórios Rurais selecionados nas 27 unidades da Federação, abrangendo 1.864 Municípios, com uma população de cerca de 38,7 milhões de pessoas (22,78 % do total brasileiro) e correspondendo a uma área de 3.342.377 km^2 (39,18% da área total do País). Nesses territórios, concentram-se 45,36% dos beneficiários diretos das ações do MDA no Brasil. Foram ainda constituídos colegiados territoriais em 115 territórios rurais apoiados, com graus de consolidação variáveis, considerando-se a diversidade existente entre as realidades vivenciadas em cada espaço apoiado. Foram elaborados, em 2007, oito novos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), sendo que, no período 2004-2007, 104 territórios rurais concluíram pelo menos uma primeira versão do seu PTDRS, construídos pelos atores locais de forma participativa, contendo, além do diagnóstico territorial, os principais eixos norteadores do desenvolvimento territorial e a visão de futuro do território. Em apoio à elaboração e à gestão dos PTDRS, foram concluídos, em 2007, 23 novos Planos de Safra Territoriais e outros 14 estão em fase de conclusão.

Os resultados alcançados na execução dos Programas que compõem a política de desenvolvimento agrário expressos anteriormente demonstram a superação de grande parte das dificuldades enfrentadas. Fez-se necessário reverter a ausência de políticas públicas permanentes capazes de promover a autonomia financeira e o acesso a direitos por parte dos agricultores familiares, assentados e comunidades tradicionais de todas as regiões do País, considerando as suas especificidades. A Reforma Agrária, entendida como uma política estruturante para a construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável apresentou avanços significativos, com a construção e a execução das políticas pautadas no II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Para cumprir seus objetivos, o Plano buscou a implementação de novas formas de crédito e assistência técnica, entre outras ações, baseado na viabilidade econômica e na sustentabilidade ambiental, acompanhadas da multiplicação dos recursos. Os agricultores familiares passaram a contar com um conjunto de políticas diferenciadas, com a ampliação e qualificação do Pronaf, a criação dos seguros de clima e de preços, a ampliação da oferta de assistência técnica, a organização da cadeia do biodiesel e as ações de apoio à comercialização.

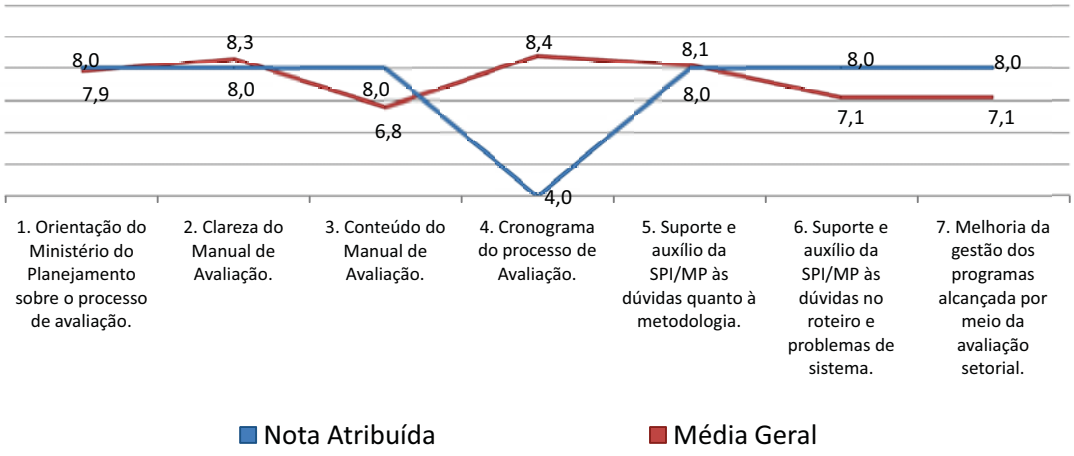
A participação social no âmbito da gestão do MDA dá-se, principalmente, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), que tem composição paritária, entre Governo Federal e entidades da sociedade civil, contam com comitês e grupos temáticos permanentes que se constituem em instâncias de controle social e definição das linhas de ação e metas da política a ser desenvolvida no âmbito dos programas. Com a implementação da política de desenvolvimento territorial e a constituição dos territórios de desenvolvimento rural sustentável, abriu-se outro importante espaço de participação da sociedade civil, os colegiados de desenvolvimento territorial, que envolvem os atores locais no planejamento das ações e na definição da aplicação dos recursos do Programa.

As ações implementadas pelo MDA, neste último período, tiveram ênfase na articulação entre os objetivos expressos pelas políticas públicas. Buscando superar a fragmentação e a desarticulação das diversas ações desenvolvidas no meio rural foi incorporada a abordagem territorial na formulação e implementação dos processos de desenvolvimento rural sustentável. Com a criação do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais foram constituídos 120 territórios rurais, nas 27 unidades da Federação abrangendo 1.864 Municípios, com uma população de cerca de 39,7 milhões de pessoas (22,46% do total brasileiro), onde se concentram 44,3 % dos beneficiários diretos das ações do MDA no Brasil.

A estrutura organizacional do Ministério passou por um processo recente de adequação, com a aprovação da reestruturação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a criação das Delegacias Federais de Desenvolvimento Agrário, em todas as Unidades da Federação e a constituição da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, em 2003. Apesar dos avanços produzidos por essa adequação e pela recuperação da capacidade operacional do Incra, com o provimento de mais de 1.800 cargos, permanece um descompasso entre a amplitude do alcance das políticas e a pequena estrutura institucional responsável por sua gestão. O Ministério não possui quadro de pessoal próprio desde a sua criação, contando, para o desempenho de suas atribuições e competências, somente com cargos em comissão e poucos servidores integrantes da carreira de gestor de políticas públicas.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MDA mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a dez, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MDA e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

GERENTE DO PROGRAMA

Adoniram Sanches Peraci

OBJETIVO

Fortalecer a agricultura familiar, promovendo sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores.

PÚBLICO-ALVO

Agricultores familiares

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.441.676.121,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.838.413.845,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.838.413.845,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 10.575.933.446,00	R$ 8.060.162.978,71	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Assentados da Reforma Agrária – Porcentagem	-	-	-	59.83	77.07	77,63%
2. Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha B – Porcentagem	-	-	-	45.05	34.65	130,01%
3. Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha C – Porcentagem	-	-	-	43.89	46.43	94,53%
4. Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha D – Porcentagem	-	-	-	69.27	50.79	136,39%
5. Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha E – Porcentagem	-	-	-	75.37	72.00	104,68%

1. TAXA DE ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice previsto não foi atingido em decorrência de outras dificuldades, como a greve prolongada dos servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra),

autarquia responsável para emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAPs), que se configura como um dos requisitos para o acesso ao crédito.

2. TAXA DE ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF LINHA B
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice previsto foi superado. Isso ocorreu devido a alterações no Pronaf, tais como a transformação da linha B em microcrédito, simplificação no processo de contratação, e utilização de metodologia diferenciada pelo Banco do Nordeste (BNB), que modificou as orientações para as famílias tomadoras de crédito em potencial.

3. TAXA DE ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF LINHA C
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Embora o índice não tenha sido atingido, apresentou um bom desempenho com 94% do esperado. Tal fato é explicado pela migração dos beneficiários do Grupo C para o Grupo D, o que é altamente positivo para o Programa, pois significa aumento de renda nessas famílias.

4. TAXA DE ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF LINHA D
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice foi superado, atingindo 136% do esperado. Tal fato explica-se pela simplificação dos procedimentos para contratação do financiamento e à efetivação da contratação em época adequada e oportuna, reduzindo assim os riscos dos empreendimentos financiados. Acrescenta-se ainda a migração de agricultores do grupo C.

5. TAXA DE ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF LINHA E
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice previsto foi superado devido à mudança no limite da renda bruta para o enquadramento da linha E, que permitiu o acesso de maior número de agricultores.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os problemas da agricultura familiar têm sua origem na exclusão produtiva ou social da classe de produtores no âmbito das políticas públicas dirigidas ao meio rural. A implementação do Pronaf tem por finalidade garantir o acesso às políticas de geração de renda e emprego, e ao exercício de cidadania, consubstanciadas nas políticas de crédito à produção, à infra-estrutura produtiva, à habitação, à saúde, à educação, incluindo-se nesta última as ações de capacitação.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Ampliação do atendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) aos agricultores familiares graças à suplementação orçamentária aprovada em Lei.

• Estabelecimento do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), que no ano de 2007 cobriu cerca de 550 mil contratos.

• Qualificação dos técnicos da rede de extensão rural por meio de cursos de especialização.

• Implementação de Redes Temáticas nos convênios de ATER.

• Concessão de Selo Combustível Social a 18 empreendimentos e implementação de pólos de produção de oleaginosas visando a ampliação da participação da agricultura familiar na cadeia do biocombustível.

• Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos, ampliando as alternativas de comercialização para a agricultura familiar.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Conforme mostram os indicadores do Programa, o crédito, com exceção do Grupo de Assentados da Reforma Agrária e do Grupo C, superou os índices esperados. Ainda assim, esses dois grupos atingiram 77% e 94% do esperado, respectivamente. A ação de ATER também superou a previsão, atingindo 113% do número de beneficiários previstos. As ações de Agregação de Valor e Cadeia do Biodiesel tiveram boa execução orçamentária, porém insuficiente frente à demanda, em virtude de escassez de recursos.

Os mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações do Programa em questão são reuniões de trabalho, visitas *in loco*, sistemas informatizados, como o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Pronaf (SMAP).

Os recursos autorizados na Lei Orçamentária Anual (LOA) foram executados quase na sua integralidade, bem como a suplementação orçamentária para a ação de ATER (4260). Todavia, esses recursos são ainda insuficientes para atendimento do público beneficiário do Programa, que necessita de assistência técnica para obtenção de crédito e para a correta aplicação dos recursos. O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

Tanto a equipe gerencial quanto as equipes executoras possuem infra-estrutura inadequada para sua acomodação. Outra fragilidade apontada é a inexistência de carreiras próprias do Ministério.

Um obstáculo indicado foi a dificuldade para celebração dos convênios em alguns Estados em função do atraso na apresentação de prestação de contas. Além disso, em virtude da falta de pessoal, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem dificuldades para tramitação de todos os convênios demandados a partir das ações do Pronaf. O tempo de tramitação por vezes torna-se excessivamente longo, já que várias instâncias devem se manifestar para autorizar a celebração do instrumento.

A Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) executa a maioria das ações por meio de parcerias com órgãos estaduais e organizações não-governamentais (ONGs). Há duas inconveniências nas normas de convênio:

a) não são adequadas para atividades de caráter continuado como, por exemplo, a ATER, que além do aspecto continuado, deve ser oferecida de acordo com a sazonalidade, e muitas vezes não coincide com o tempo de tramitação de um convênio;

b) não são adequadas para as ONGs, por exemplo, as normas de aplicação de pregão eletrônico. No caso da ação de fortalecimento da cadeia produtiva do Biodiesel, assim como da ATER, há conflito com diversos órgãos que desenvolvem atividades paralelas e concorrentes, gerando desperdício de recursos.

Os recursos descentralizados para Estados e ONGs, no caso das ações 4260 e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (4448), são definidos com base em editais e termos de referência, nos quais são especificadas as atividades passíveis de execução, as metodologias a serem empregadas, entre outros. Há reuniões constantes com as Redes de ATER e a capacitação, que atuam nestas ações, com vistas a aperfeiçoar os procedimentos para sua execução. Nas ações Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar (4280) e Fomento à Participação da Agricultura Familiar na Cadeia do Biodiesel (2B54), é feito acompanhamento constante da execução junto aos parceiros, o que tem conduzido a bons resultados nos projetos, à exceção da maior parte dos projetos oriundos de emendas parlamentares.

Atualmente, o Pronaf tem ações de crédito no Ministério da Fazenda (MF), que acompanhamos com intensidade e razoável precisão, e uma ação no Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), da qual nunca houve acompanhamento sobre a execução. As ações de crédito rural são as que mais contribuíram para o alcance dos objetivos do Programa, e as que são acompanhadas com maior efetividade.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias com instituições não-governamentais têm sido bastante importantes para a execução das ações.
O Programa promove a participação social mediante reuniões com grupos de interesse, discussões no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). No entanto, o MDA não avalia a satisfação de seus beneficiários por não ter estrutura para tanto.

Os sistemas informatizados como o SMPA e o Sistema de Convênios e Finanças (Sicofin) são bons exemplos de prática de gestão que podem ser replicados na Administração Pública Federal.

O MP esclarece que, diferentemente de outros programas do MDA, o Pronaf teve seus indicadores apurados em 2007 permitindo aferir o desempenho do Programa no período do Plano. Apesar da importância dessa apuração, é importante destacar que indicadores de atendimento do público-alvo são insuficientes para aferir o impacto de um Programa da envergadura do Pronaf. Faltam dados que informem a alteração da realidade da agricultura familiar *vis-à-vis* à atuação do Programa.

ASSENTAMENTOS SUSTENTÁVEIS PARA TRABALHADORES RURAIS

GERENTE DO PROGRAMA

Nilton Bezerra Guedes

OBJETIVO

Promover a democratização do acesso à terra, contribuindo para a segurança alimentar e para a geração de emprego e renda.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores rurais sem-terra

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.475.123.948,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.418.219.341,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 2.418.219.341,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Famílias Beneficiadas com Crédito de Instalação - Apoio - Porcentagem	-	-	-	-	100.00	-
2. Taxa de Famílias Beneficiadas com Infra-Estrutura Viária - Porcentagem	-	-	-	-	60.00	-
3. Taxa de Atendimento às Famílias Assentadas com Assistência Técnica – Porcentagem	-	-	-	-	100.00	-
4. Taxa de Famílias Acampadas Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária – Porcentagem	-	-	97.40	67.50	90.00	75%
5. Taxa de Famílias Beneficiadas com Crédito Instalação - Habitação – Porcentagem	-	-	-	-	70.00	-
6. Taxa de Famílias Beneficiadas com Eletrificação Rural – Porcentagem	-	-	-	-	60.00	-
7. Taxa de Famílias Beneficiadas com Sistemas de Abastecimento de Água - Porcentagem	-	-	-	-	60.00	-
8. Taxa de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária – Porcentagem	-	-	-	-	56.00	-

A inexistência de índice de referência prejudica a avaliação dos resultados do Programa com base nos indicadores propostos. A avaliação, portanto, foi elaborada somente a partir do número de famílias beneficiadas com cada ação. Já se encontram em andamento as análises e os estudos para o estabelecimento de indicadores que melhor definam o objetivo e o alcance do Programa, que deverão ser implementados no PPA 2008-2011.

1. TAXA DE FAMÍLIAS ACAMPADAS BENEFICIADAS NOS PROGRAMAS DE REFORMA AGRÁRIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice de 67,50% é razoável, tendo em vista que, tanto a greve de servidores quanto a tardia liberação do orçamento 2007, atrapalharam a execução do Programa.

2. TAXA DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM CRÉDITO DE INSTALAÇÃO – APOIO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Este indicador representa uma das quatro modalidades de crédito que compõem a ação 0062 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas - Implantação, quais sejam: apoio inicial, fomento, aquisição de material de construção, adicional de Semi-árido, cuja meta, para o exercício de 2007, era de 98.811 famílias a serem atendidas. Ressalte-se que foram beneficiadas 119.066 famílias, alcançando, assim, uma execução de 120,50% da meta prevista pela ação. Embora o indicador não tenha sido aferido, cabe salientar que, especificamente, na modalidade Crédito de Instalação na Modalidade de Apoio, foram contempladas 45.946 famílias. Considerando a proporcionalidade desse conjunto de famílias em relação ao total de atendimentos e tendo em vista a sua importância para o desenvolvimento dos projetos de assentamento, pode-se inferir que o resultado foi expressivo.

3. TAXA DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Este indicador representa um dos cinco tipos de serviços executados na ação 4296 – Projetos de Assentamento Rural em Implantação, quais sejam: Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA), demarcação, topografia, sistema de abastecimento de água, sistema de eletrificação rural e estrutura viária. Embora a ação tenha atendido somente 37,56% (equivalente a 56.333 famílias) da meta prevista para 2007, vale ressaltar que, na modalidade de Infra-Estrutura Viária (estrada), foram beneficiadas 19.774 famílias.

4. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A Assistência Técnica objetiva propiciar de forma permanente e continuada a assessoria técnica, social e ambiental às famílias assentadas em projetos de reforma agrária. Embora o indicador não tenha sido aferido, cabe salientar que ele está diretamente relacionado com a ação 4464 – Assistência Técnica e Capacitação de Assentados – Implantação, para a qual, em 2007, foram previstos atendimentos a 183.591 famílias, tendo sido contempladas 77.829 famílias apenas, o que significou um alcance de 42% do total.

5. TAXA DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS NOS PROGRAMAS DE REFORMA AGRÁRIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Apesar de o indicador não ter sido aferido, convém salientar que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) vem reduzindo o passivo de famílias que aguardam atendimento pelo Programa de Reforma Agrária, investindo na qualificação dos projetos de assentamento criados, o que pode ser traduzido pelos seguintes resultados em 2007: assentamento de 67.565 famílias, atendimento de 77.829 famílias com assessoria técnica, concessão de 119.066 créditos de instalação, atendimento de 56.333 famílias com serviços (PDA e topografia) e infra-estrutura básica.

6. TAXA DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM CRÉDITO INSTALAÇÃO - HABITAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Este indicador representa uma das quatro modalidades de crédito que compõem a ação 0062 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas - Implantação, quais sejam, apoio inicial, fomento, aquisição de material de construção, adicional de Semi-árido, cuja meta para o exercício de 2007, era de 98.811 famílias a serem atendidas. Ressalte-se que foram atendidas 119.066 famílias, alcançando, assim, uma execução de 120,50% da meta prevista na ação. Embora o indicador não tenha sido aferido, cabe salientar que, especificamente, na modalidade Crédito de Instalação - Habitação, foram beneficiadas 55.278 famílias.

7. TAXA DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM ELETRIFICAÇÃO RURAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Este indicador representa um dos cinco tipos de serviços executados na ação 4296 – Projetos de Assentamento Rural em Implantação, quais sejam: PDA (Plano de Desenvolvimento de Assentamento), demarcação, topografia, sistema de abastecimento de água, sistema de eletrificação rural e estrutura viária. Cabe salientar que a Ação alcançou o atendimento

de 37,56% (equivalente a 56.333 famílias) da meta prevista para 2007. Ressalte-se que a modalidade de Infra-Estrutura (eletrificação Rural) é desenvolvida diretamente pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

8. TAXA DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Este indicador representa um dos cinco tipos de serviços executados na ação 4296 – Projetos de Assentamento Rural em Implantação, quais sejam: PDA (Plano de Desenvolvimento de Assentamento), demarcação, topografia, sistema de abastecimento de água, sistema de eletrificação rural e estrutura viária. Apesar de a ação ter atendido somente 37,56% (equivalente a 56.333 famílias) da meta prevista para 2007, é importante salientar que, na modalidade de Infra-Estrutura (Sistema de Abastecimento), foram beneficiadas 10.144 famílias.

Cabe, ainda, ressaltar que foram propostas no projeto de lei de elaboração do PPA 2008-2011 a exclusão dos indicadores acima e a criação de dois novos indicadores, para possibilitar que o alcance do objetivo do Programa seja aferido de forma mais acurada.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A reforma agrária constitui elemento essencial do processo de mudança do modelo de desenvolvimento do País, mas a demanda pelo acesso à terra e por condições de sustentabilidade por parte das famílias rurais sem-terra vem gerando fortes conflitos no meio rural. A não intervenção nesse processo acarretará o acirramento de conflitos pela posse e uso da terra, impedindo o avanço sócio-econômico e ambiental dos grupos vulneráveis. O modelo de intervenção praticado em exercícios anteriores não foi suficiente para induzir a melhoria na qualidade de vida e no trabalho dos assentados, além de gerar um passivo ambiental. Para mudar o enfoque da intervenção, tentou-se implantar novos assentamentos em áreas prioritárias com vistas à potencialização dos investimentos promotores da transformação da estrutura sócio-econômica do meio rural e com a efetiva participação da comunidade assentada. O novo modelo deverá, portanto, ser capaz de integrar as políticas públicas de assistência técnica, extensão rural, educação, saúde, cultura, eletrificação rural, saneamento básico, meio ambiente, entre outras, necessárias ao desenvolvimento do projeto de assentamento, com ênfase na inserção das questões de gênero, raça/etnia e geração de renda.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Incorporação de 1.376.535 hectares ao Programa de Reforma Agrária, correspondendo a 117,68% da meta física programada ao custo total de R$ 1.399.346.563,00, representando 96,86% dos recursos financeiros disponíveis.

• Concessão de crédito e instalação de 119.066 famílias, extrapolando a meta física em 20,5%.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa apresentou uma execução física de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Vale destacar que alguns fatores impactaram negativamente, como o período de greve dos servidores e a tardia aprovação do orçamento da União, o que comprometeu o tempo hábil para a celebração dos convênios e a liberação dos recursos. Apesar disso, os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes, e a execução orçamentária, em relação às dotações autorizadas na LOA 2006, foi satisfatória. O fluxo de recursos da programação física, no entanto, sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. Os recursos não-orçamentários tiveram impacto médio.

O Programa compreende apenas cinco ações com meta física apresentadas, quais sejam: 4274 – Ações Preparatórias para Obtenção de Imóveis Rurais, 4460 – Obtenção de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária, 4296 – Projetos de Assentamento Rural em Implantação, 0062 – Concessão de Crédito Instalação às famílias Assentadas – Implantação, 4464 – Assistência Técnica e Capacitação de Assentados – Implantação. Nessas cinco ações, houve, de modo geral, um bom desempenho do órgão.

Três metas ficaram aquém do esperado: o desempenho razoável no atendimento às famílias acampadas, o baixo número de famílias atendidas com assistência técnica, e a deficiência na contabilização dos números efetivos de famílias atendidas com a eletrificação rural. Face à decisão do Governo de estabelecer limites para movimentação e empenho de recursos orçamentários e financeiros por quadrimestre, o Programa não apresentou melhores resultados. Ressalte-se que os recursos financeiros não foram disponibilizados em tempo hábil para implementação das ações já comprometidas.

Tendo em vista o volume dos programas e das ações executadas e ainda o montante de recursos abrangidos pelo Programa, verifica-se a necessidade de maior número de servidores atuando tanto na equipe que realiza o gerenciamento do Programa quanto no corpo técnico de execução do Programa e de suas ações. Aponta-se a necessidade, também, de capacitação da equipe gerencial.

Apesar das suplementações feitas nos últimos exercícios, especialmente, na ação de obtenção de terras e na Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), estas ocorrem já quase no final do exercício, dificultando a aplicação efetiva dos recursos aportados e resultando na inscrição de parte do orçamento em restos a pagar.

O atraso na prestação de contas dos entes convenentes compromete o encerramento de convênios estabelecidos e a celebração de novos, o que impossibilita, em parte, a aplicação efetiva dos recursos para alcance do objetivo das ações. Além disso, a lentidão do processo de licenciamento ambiental afeta, principalmente, a criação de projetos de assentamentos e, conseqüentemente,

todas as ações posteriores de implantação inerentes ao programa. Permanecem dificuldades operacionais por parte dos órgãos licenciadores, que, muitas vezes, não têm estrutura financeira e de pessoal para a análise das solicitações de licenças protocoladas pelo Incra.

Pode-se considerar que houve um alto desempenho na execução das ações, com quase todas realizadas por meio da descentralização dos recursos.

A gerência na execução física, orçamentária e financeira é desenvolvida de forma integrada com as unidades executoras. É possível melhorá-la de forma significativa com a implantação de sistemas de monitoria visando facilitar essa integração.

À exceção do Programa Luz para Todos, do Ministério de Minas e Energia (MME), que apresentou, nos últimos anos, um resultado bastante significativo, outras ações de parceria ainda precisam de maior empenho por parte das instituições para que os resultados sejam alcançados. Podem-se citar como exemplo, as ações de saneamento e de captação de água com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que representam melhoria significativa na qualidade de vida dos assentados, mas que ainda não são executadas de forma efetiva, bem como as ações de parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF) para habitação rural, cujos recursos aportados poderiam ser de maior vulto. Tanto a definição dessas ações como sendo prioritárias nas instituições parceiras quanto o aumento de volume de recursos a serem investidos podem melhorar a relação multissetorial.

Quanto à obtenção de terras, esta insuficiência foi equacionada com a suplementação orçamentária. A integração entre a gerência do Programa e as coordenações das ações foram efetivas.

Há a necessidade de maior interação intra-setorial, seja no que se refere à definição de territórios para atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a agricultura familiar em conjunto com as ações de reforma agrária pelo Incra, seja no que se refere às ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). É necessária ainda uma maior integração quanto à aplicação dos recursos de infra-estrutura pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), guardando coerência com os Municípios de atuação do Incra.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não realizou parcerias não-governamentais para sua execução. Quanto à participação social, o Programa apresenta ação da Ouvidoria Agrária, do MDA, que sistematiza as demandas relativas às ações de obtenção de terras, e também das ações de implantação de assentamentos. Além disso, são realizadas audiências públicas, especialmente, nos procedimento de obtenção de terras via aquisição por compra e venda. São promovidos, ainda, eventos com a participação dos setores envolvidos, com o objetivo de discutir a aplicação dos recursos, as prioridades de atuação, as formas de contratação

de serviços, a elaboração de normativos da instituição, além de reuniões no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). O Programa, no entanto, não possui mecanismos para aferição da satisfação de seus beneficiários, sendo necessário que se implemente tal instrumento.

O Programa apresenta boas práticas de gestão, a exemplo do processo de monitoramento junto às Superintendências Regionais do Incra, que contribuem significativamente para a gestão da iniciativa.

O MP enfatiza a necessidade de se trabalhar na construção de novos indicadores que melhor representem o Programa para o período do PPA 2008-2011.

CRÉDITO FUNDIÁRIO

GERENTE DO PROGRAMA

Raimundo da Costa Sobrinho

OBJETIVO

Promover o acesso à terra por meio do financiamento de imóveis rurais que não se enquadrem nos preceitos da desapropriação por interesse social e implantar infra-estrutura nesses imóveis.

PÚBLICO-ALVO

Famílias sem-terra, arrendatários, parceleiros, meeiros, jovens sem-terra e filhos de agricultores familiares

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 550.419.775,00	Empenho Liquidado:	R$ 538.198.603,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 538.198.603,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Participação do Crédito Fundiário na Reforma Agrária - Porcentagem	-	2.46	4,06	5,66	-	-

1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO CRÉDITO FUNDIÁRIO NA REFORMA AGRÁRIA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O resultado apurado em 2007 foi de 1,6%. A taxa de participação cumulativa do Crédito Fundiário no período do PPA 2004-2007 é de 5,66%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Segundo estimativas recentes, as áreas ociosas com superfície insuficientes para um processo de desapropriação representam cerca de 40 milhões de hectares. A estas áreas devem-se acrescentar as áreas produtivas, que não podem ser incorporadas ao processo de reforma agrária pela via da desapropriação, mas que podem, em razão de seu preço,

originar projetos viáveis. Esse Programa de acesso à terra é complementar ao Programa de Reforma Agrária. O Programa de Crédito Fundiário é executado de forma descentralizada pelos Estados e financia a compra de imóveis rurais, bem como os investimentos básicos necessários à estruturação dessas novas unidades produtivas, a capacitação dos beneficiários e a assistência técnica.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 7.875 contratos assinados.
- 16.344 famílias beneficiadas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

A execução física do Programa ficou entre 40% e 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes e, embora o fluxo de recursos tenha sofrido descontinuidade, não houve impactos sobre a execução do Programa.

Constituíram entraves para o não atendimento da meta de beneficiar 27.188 famílias em 2007 o não estabelecimento de novos convênios com os Estados partícipes e a previsão de encerramento do Acordo Empréstimo 7037-BR. Assim, as unidades técnicas ficaram todo o ano de 2006 e também de 2007 sem receber novos recursos do Governo Federal, obrigadas a diminuir o ritmo das atividades e conseqüentemente das contratações.

Os mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações do Programa em questão são visitas *in loco*, sistemas informatizados, como o Sistema de Qualificação da Demanda (SQD) e o Sistema de Monitoramento dos Mercados de Terras (SMMT), além dos relatórios de gestão (Painel de Indicadores).

Tanto a equipe gerencial quanto as equipes executoras possuem infra-estrutura inadequada para realização de suas tarefas, principalmente nas Unidades Técnicas Estaduais (UTE). Porém, há insuficiência de servidores, bem como necessidade de qualificação dos gestores.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias com organizações não-governamentais, o que tem permitido a construção e a consolidação da Rede de Apoio do Programa. Além disso, a sociedade é consultada sobre as propostas, metas e estratégias de implementação do Programa em foros como os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Por meio do Diagnóstico Qualitativo dos Projetos do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), realizado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz em parceria com a Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), o Programa foi avaliado como ótimo e bom por 94 % das famílias entrevistadas.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) enfatiza a existência de forte vinculação do Programa com acordo de empréstimo externo. Além disso, ressalta-se a necessidade de criação de novo indicador, tendo em vista que a Taxa de Participação do Crédito Fundiário na Reforma Agrária (Porcentagem) não é capaz de expressar o impacto do Programa sobre o problema que pretende atacar.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA REFORMA AGRÁRIA

GERENTE DO PROGRAMA

Cesar José de Oliveira

OBJETIVO

Recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária, criados até 2002, de modo a proporcionar à população assentada a capacitação e os meios para gestão e estruturação dos processos organizativo e produtivo, objetivando sua inserção econômica, social, cultural e política, respeitando às diversidades regionais com melhoria de qualidade de vida e cidadania.

PÚBLICO-ALVO

Famílias assentadas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 513.031.460,00	Empenho Liquidado:	R$ 504.552.736,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 504.552.736,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTACEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Atendimento às Famílias Assentadas com Assistência Técnica e Capacitação - Recuperação – Porcentacem	-	-	-	-	58.00	-
2. Taxa de Atendimento às Famílias Assentadas com Crédito Instalação - Recuperação - Porcentacem	-	-	-	-	58.00	-
3. Taxa de Atendimento às Famílias Assentadas com Recuperação de Eletrificação Rural - Porcentacem	-	-	-	-	58.00	-
4. Taxa de Atendimento às Famílias Assentadas com Recuperação de Sistemas de Abastecimento de Água-Porcentacem	-	-	-	-	58.00	-
5. Taxa de Atendimento de Famílias Asssentadas com Recuperação de Infra-Estrutura Viária - Porcentacem	-	-	-	-	58.00	-
6. Taxa de Concessão de Documentação aos Assentados da Reforma Agrária - Porcentacem	-	-	-	-	-	-

1. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS COM RECUPERAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não foi calculado um índice para o exercício avaliado. Assim, a aferição dos resultados do Programa com base nesse indicador foi prejudicada. No entanto, 199 unidades de abastecimento de água foram executadas no exercício, beneficiando 9.633 famílias. No âmbito dos Planos de Consolidação de Assentamentos foram concluídos obras e serviços que beneficiaram cerca de 604 famílias.

2. TAXA DE CONCESSÃO DE DOCUMENTAÇÃO AOS ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não foi calculado um índice para o exercício avaliado, assim a aferição do resultado com base nesse indicador fica prejudicada.

3. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS COM CRÉDITO INSTALAÇÃO - RECUPERAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não foi calculado um índice para o exercício avaliado, assim a aferição do resultado com base nesse indicador fica prejudicada, entretanto, observa-se o excelente desempenho da ação.

4. TAXA DE ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS COM RECUPERAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não foi calculado um índice para o exercício avaliado. Com isso, a aferição dos resultados do Programa com base nesse indicador foi prejudicada. No entanto, 30.176 famílias foram beneficiadas com 4.053,76 quilômetros (km) de estradas.

5. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO - RECUPERAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não foi calculado um índice para o exercício avaliado, assim a aferição do resultado com base nesse indicador fica prejudicada. No âmbito dos Planos de Consolidação de Assentamentos, 4.388 famílias foram atendidas por equipes de assistência técnica.

6. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS COM RECUPERAÇÃO DE ELETRIFICAÇÃO RURAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A inexistência de índice prejudica a avaliação dos resultados do Programa, com base nesse indicador. Entretanto, o Programa Nacional de Universalização do Acesso e uso da Energia Elétrica - Luz para Todos, coordenado pelo Ministério das Minas e Energia (MME), vem atendendo às demandas de acesso à energia elétrica nos assentamentos rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Ainda assim, o Incra beneficiou 280 famílias utilizando recursos próprios.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A inexistência de uma estratégia de desenvolvimento local e regional sustentável fundamenta o estabelecimento de ações visando à inserção de famílias assentadas em um contexto de sustentabilidade sócio-econômica por meio da mobilização e articulação dos atores sociais, governamentais e não-governamentais, reafirmando a importância das ações de reforma agrária como indutoras do desenvolvimento regional e levando qualidade de vida ao campo. Obstáculos como fortes restrições de mercado, oferta deficitária de serviços sociais, infra-estrutura básica e assistência técnica e de capacitação impedem a consolidação dos assentamentos e conduzem ao endividamento e evasão dos assentados, indicando claramente a desarticulação da Política de Reforma Agrária com os programas locais e regionais de desenvolvimento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 57.075 famílias beneficiadas pela Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização, à comercialização e às atividades pluriativas e solidárias (Terra Sol).

- 69.332 famílias beneficiadas pela Ação 4312 - Recuperação, Qualificação e Emancipação de Projetos de Assentamento Rural.

- 11.527 famílias com títulos provisórios ou definitivos.

- 10.493 famílias atendidas de um total previsto de 11.230 famílias pelo Programa de Consolidação e Emancipação de Assentamentos (PCEA).

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

As ações do Programa são realizadas quase que totalmente pelos órgãos descentralizados (Superintendências Regionais) e apresentam desempenho positivo, fato que pode ser explicado pela integração entre a gerência do Programa e os entes executores.

Com relação à execução física, tem-se resultado de 80% a 100% do previsto na LOA 2007. Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes e a execução

orçamentária em 2007 esteve compatível com as dotações autorizadas na LOA. O fluxo, porém, sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. Houve o contingenciamento de recursos durante o ano que somente foram liberados nas duas últimas semanas do exercício, fato que comprometeu execução físico-financeira das ações. No caso da Ação 4320, o contingenciamento ocorrido durante o exercício prejudicou a execução física no período.

Em relação à Assistência Técnica (Ates), crédito instalação e a Ação Recuperação, Qualificação e Emancipação de Projetos de Assentamento Rural, que contempla infra-estrutura básica (água, energia e estradas), Plano de Recuperação do Assentamento (PRA) e serviços topográficos, os resultados alcançados ficaram aquém do esperado para cada uma dessas atividades, pela insuficiência de recursos para atender a demanda existente. No caso da Ação Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais, os recursos não foram disponibilizados em tempo hábil, comprometendo negativamente a expedição de documentos.

Outra dificuldade encontrada foi a obtenção de créditos orçamentários adicionais para os Planos de Consolidação de assentamentos, o que resultou no atraso das atividades contratadas. Além disso, a liberação dos recursos, no segundo semestre do ano, acarretou em substancial elevação da inscrição em restos a pagar, gerando assim impacto no financeiro do exercício subseqüente.

Por sua vez, as parcerias têm contribuído sobremaneira no alcance das metas e na qualificação das atividades realizadas. A parceria com o MME, por meio do Programa Luz para Todos, proporcionou a eletrificação rural para 98.547 famílias. Além disso, a parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), relativa à implementação dos Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAs), permitiu a realização de importantes experiências nos Projetos de Assentamento que desenvolveram atividades voltadas para o desenvolvimento sustentável. A participação de parceiros não-governamentais também tem sido fundamental na implementação de ações do Programa, principalmente na Ates.

No âmbito da gerência, os mecanismos de monitoramento utilizados sobre o desempenho físico das ações, consistem de reuniões de trabalho entre equipes da Sede e das Superintendências do Incra nos Estados, visitas *in loco* aos assentamentos da reforma agrária, sistemas informatizados e de relatórios de gestão que subsidiam o Gerente de Programa.

No tocante às restrições, embora tenha havido, nos últimos três anos, a contratação de novos servidores, esse número ainda se apresenta insuficiente para o atendimento de toda a demanda das ações. Além disso, faz-se necessária constante capacitação tanto da equipe gerencial quanto da equipe executora para qualificação na implementação do Programa e suas respectivas ações.

A participação da sociedade civil concretizou-se pela celebração de convênios com associações, cooperativas e outras entidades representativas dos assentamentos rurais e, principalmente, por meio da avaliação da satisfação dos beneficiários, que ocorre mediante realização de três oficinas de avaliação participativa. Além disso, existem outros canais de participação, como a Ouvidoria, as Audiências Públicas e as reuniões com grupos de interesse.

O órgão ressalta a necessidade de aperfeiçoamento/ajustamento na questão dos indicadores, já contemplados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) 2008-2011.

O Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão lembra que o Programa foi submetido a uma oficina de modelo lógico em 2007 e ainda se percebe uma sobreposição com o escopo do Programa Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais. No tocante aos indicadores, cabe esclarecer que os não apurados no PPA 2004-2007 foram substituídos por apenas um, para o período 2008-2011, Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamentos (porcentagem). É importante que o MDA se empenhe no sentido da apuração desse novo indicador bem como na incorporação de outros, com vistas a permitir a avaliação de impacto de um Programa contemplado com recursos consideráveis no PPA e nos orçamentos anuais.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS

GERENTE DO PROGRAMA

José Humberto de Oliveira

OBJETIVO

Promover o planejamento, a implementação e a auto-gestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e a dinamização da sua economia.

PÚBLICO-AVO

Líderes locais e representantes das entidades que congregam interesses do desenvolvimento rural sustentável, especialmente dos agricultores familiares e assentados pela reforma agrária

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 292.628.314,00	Empenho Liquidado:	R$ 259.897.757,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 259.897.757,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Atendimento em Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - Projetos Setoriais - Porcentagem	-	23.11	25.77	26.67	55.56	48%
2. Taxa de Atendimento em Infra-Estrutura nos Municípios Atendidos-Porcentagem	-	18.18	18.11	36.22	53.83	67,29%
3. Taxa de Atendimento em Infra-Estrutura nos Territórios Rurais – Porcentagem	-	23.11	25.77	26.67	55.56	48%
4. Taxa de Atendimento Total dos Territórios Rurais – Porcentagem	-	23.11	26.22	26.67	55,56	48%

1. TAXA DE ATENDIMENTO EM ELABORAÇÃO DE PLANOS TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - PROJETOS SETORIAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O baixo desempenho em termos de resultados físicos obtidos em 2007 (33,3% da meta física) está diretamente relacionado ao fato de que a elaboração do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PTDRS) é um processo participativo

e que apresenta ritmos e dinâmicas específicos em cada território. Portanto, encontra-se ainda em andamento a elaboração dos planos territoriais nos demais 16 territórios rurais apoiados pelo Programa em 2007, que estarão concluídos em 2008. Esse indicador permanece para o PPA 2008-2011, tendo sido incluído mais um indicador referente à Taxa de Consolidação de Colegiados Territoriais.

2. TAXA DE ATENDIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA NOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado para 2007 corresponde a 1.630 Municípios apoiados no exercício, sendo que, desse total, 453 Municípios estão localizados fora dos 120 territórios rurais trabalhados durante o ano. Esse indicador foi retirado para o PPA 2008-2011.

3. TAXA DE ATENDIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA NOS TERRITÓRIOS RURAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Foram trabalhados, em 2007, 120 territórios rurais (nº utilizado para apuração do índice de 2007).

4. TAXA DE ATENDIMENTO TOTAL DOS TERRITÓRIOS RURAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Foram atendidos, em 2007, 120 territórios rurais. Esse indicador permanece para o PPA 2008-2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Parte significativa da população brasileira está localizada em Municípios que dependem, em grande medida, das atividades rurais para banir a fome, gerar empregos, reduzir significativamente a pobreza e crescer economicamente. As políticas públicas até aqui implementadas não foram capazes de superar esses desafios, pois se verifica que a grande maioria destes Municípios não possui condições objetivas de promover o desenvolvimento sustentável, nem mesmo de participar de processos induzidos e articulados ao conjunto das demandas sociais existentes. Faltam ainda capacidades locais, humanas e institucionais suficientes para que organizem ações encadeadas entre os diversos setores econômicos e sociais. Essas deficiências os obrigam a depender de transferências constitucionais, de políticas compensatórias e do clientelismo político.

Para enfrentar esses problemas, é necessário que as políticas públicas se articulem às demandas sociais e que tais Municípios aliem-se a outros em melhores condições, de forma a gerar sinergias e maior efetividade nas políticas, possibilitando que os conjuntos formados por esses Municípios, aqui denominados territórios rurais, apropriem-se dos

processos técnicos, sociais e políticos, entre outros aspectos:

a) o desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais locais;

b) o fortalecimento das instituições capazes de operar os processos;

c) a estruturação, a modernização e a diversificação das atividades econômicas;

d) a implementação de iniciativas econômicas, sociais e institucionais que sejam inovadoras e associativas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• 24.028 agentes de desenvolvimento capacitados (160,2% da meta física), nos 120 territórios rurais apoiados, em 2007, tanto diretamente pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) quanto por intermédio de parcerias com organizações da sociedade civil e do poder público.

• Oito novos PTDRS (33,3% da meta anual) elaborados. Em 2007, mais 38 Colegiados Territoriais atingiram o estágio de consolidados (95,0% da meta anual), totalizando 70 colegiados consolidados. Entre os 115 Colegiados Territoriais já constituídos, 105 empreendimentos associativos/cooperativos foram apoiados (147,5% da meta física anual).

• 1.152 Planos de Trabalho contratados por intermédio da Caixa Econômica Federal (CEF), beneficiando, com projetos de infra-estrutura e serviços, os 120 territórios rurais apoiados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa apresentou execução física acima de 100% do previsto na LOA 2007. Os recursos orçamentários executados foram suficientes para a meta de 120 territórios rurais apoiados. Porém, conforme descritos na avaliação dos indicadores do Programa, os recursos foram insuficientes para atender a previsão inicial de 250 territórios rurais incorporados ao Programa até 2007. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

O alto desempenho alcançado em termos de agentes de desenvolvimento capacitados (160,2% da meta física) ocorreu em função da operacionalização, em 2007, de contratos/convênios celebrados e pagos em exercícios anteriores, bem como pela ampliação de parcerias institucionais que potencializaram o alcance desses resultados. Em termos de empreendimentos associativos/cooperativos, os resultados obtidos (147,8% da meta física) representam um alto desempenho operacional, comprovando e justificando a importância do tema para a agricultura familiar e os ganhos decorrentes da inclusão no Programa 1334, em 2007, de uma ação orçamentária específica.

As ações executadas com recursos de investimento descentralizados também tiveram um alto desempenho, considerando que os planos de trabalho contratados estão implantados ou em implantação.

Os mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações do Programa em questão são reuniões de avaliação e avaliações setoriais, visitas in loco e sistemas informatizados, como é o caso do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), em que são programadas, acompanhadas, monitoradas e avaliadas as atividades desenvolvidas pelo Programa.

A quantidade de servidores da equipe gerencial mostra-se insuficiente, bem como é inadequada a capacitação dessa equipe. Apesar de existirem avanços, a equipe executora ainda não se mostra suficientemente qualificada.

Outro obstáculo que ainda persiste é a dificuldade relacionada à celebração de convênios e contratos, o que reflete a falta de capacidade organizativa e gerencial de entidades situadas nos territórios rurais. Além disso, em projetos que exigem licença ambiental, a morosidade no atendimento por parte dos órgãos ambientais compromete a liberação dos recursos para execução dos contratos firmados. Apesar dessas dificuldades, no entanto, o desempenho dos parceiros não-governamentais tem sido satisfatório.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A estratégia de implementação do Programa está baseada fortemente na promoção de acordos e entendimentos com os diversos atores sociais dos territórios, governos estaduais e parcerias federais, em foros como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). Apesar de não possuir mecanismo de aferição da satisfação dos beneficiários, em diversos eventos de cunho territorial, estadual ou nacional, os participantes, na sua maioria, beneficiários do Programa, têm realizado avaliações do Programa, indicando os avanços e os desafios a serem enfrentados e contribuindo para as adequações necessárias ao Programa.

As práticas gerenciais adotadas pelo Programa são continuadas e relativamente inovadoras. A partir de um compromisso de Governo e de um pequeno grupo de profissionais, conseguiu-se estruturar um programa nacional em todos os Estados e DF, por meio da construção de redes de parceiros e de entidades colaboradoras, que, em grande medida, responsabilizam-se pela execução *in loco* das atividades apoiadas e promovidas pelo Programa. Assim, um grande número de profissionais e de entidades da sociedade civil lograram assumir responsabilidades junto às instituições territoriais, prescindindo da ação direta do Governo para atingir os seus objetivos.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) ressalta que o Programa em questão tem natureza diversa de um Programa finalístico tradicional, pois se trata de uma intervenção multidisciplinar do Estado em territórios selecionados. Nesse sentido, é importante que essa lógica territorial seja apropriada no aperfeiçoamento dos indicadores.

EDUCAÇÃO DO CAMPO (PRONERA)

GERENTE DO PROGRAMA

César José de Oliveira

OBJETIVO

Promover ações educativas por meio de metodologias específicas à realidade sócio-cultural do campo e propiciar capacitação profissional aos egressos dos cursos de ciências agrárias.

PÚBLICO-ALVO

Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar, profissionais egressos das ciências agrárias

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 48.660.287,00	Empenho Liquidado:	R$ 39.199.349,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 39.199.349,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de alunos formados anualmente nos cursos de ciências agrárias, financiados pelo Programa, trabalhando nos assentamentos de Reforma Agrária e nas áreas de Agricultura Familiar – Porcentagem	-	-	-	-	15.00	-
2. Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária alfabetizados – Porcentagem	-	-	-	-	-	-
3. Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que concluíram o ensino médio - Porcentagem	-	-	-	-	-	-
4. Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que concluíram o ensino fundamental - Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. TAXA DE ALUNOS FORMADOS ANUALMENTE NOS CURSOS DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, FINANCIADOS PELO PROGRAMA, TRABALHANDO NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA E NAS ÁREAS DE AGRICULTURA FAMILIAR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice não foi apurado em virtude de não ter sido estabelecido o índice de referência. Não houve execução física e financeira, já que a ação de Concessão de Bolsas de Capacitação em Assistência Técnica passou por um processo de avaliação.

2. TAXA DE JOVENS E ADULTOS DAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA ALFABETIZADOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não foi estabelecido índice de referência que permita a aferição. Esses índices foram propostos para o PPA 2008-2011, tendo como base os dados apurados da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e o Ministério da Educação (MEC) em parceria com o Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (Incra).

3. TAXA DE JOVENS E ADULTOS DAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA QUE CONCLUÍRAM O ENSINO FUNDAMENTAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não foi estabelecido índice de referência que permita a aferição. Esses índices foram propostos para o PPA 2008-2011, tendo como base os dados apurados da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária, realizada pelo Inep/MEC em parceria com o Incra.

4. TAXA DE JOVENS E ADULTOS DAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA QUE CONCLUÍRAM O ENSINO MÉDIO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não foi estabelecido índice de referência que permita a aferição. Esses índices foram propostos para o PPA 2008-2011, tendo como base os dados apurados da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária, realizada pelo Inep/MEC em parceria com o Incra.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Além da geração de emprego, que é uma das prioridades de Governo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem como missão fortalecer a Agricultura Familiar e avançar na Reforma Agrária, visando construir um novo modelo de desenvolvimento rural, com base em uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável. De acordo com o

Mapa do Analfabetismo no Brasil, produzido pelo Inep, o País possui cerca de 16 milhões de analfabetos, com 15 anos ou mais, e 30 milhões de analfabetos funcionais. De acordo com este estudo, a taxa de analfabetismo no meio rural (28,7%) é três vezes superior à urbana (9,5%). Nesse sentido, o Programa se justifica pela urgência da alfabetização e da escolarização desses trabalhadores rurais, não só para o exercício de sua cidadania, que se encontra limitado por não dominarem o mundo da escrita e da leitura, mas também pela premente necessidade do acesso a melhores níveis de escolarização para viabilizar e tornar mais eficientes as unidades familiares de produção.

A permanência dos atuais níveis de analfabetismo e de baixa escolarização compromete o sucesso da própria Reforma Agrária e do fortalecimento da Agricultura Familiar, impedindo a promoção do desenvolvimento sustentável no campo. A geração de empregos para os egressos das universidades, que trabalhariam na assistência técnica aos assentados e aos agricultores familiares, aliado ao processo de formação pelo qual esses jovens passariam trabalhando durante dois anos nessas áreas, por meio da participação em uma Especialização *lato sensu*, contribuiria para o imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para a criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Permanência e acesso à educação formal a 54.843 jovens e adultos beneficiários das áreas de Reforma Agrária. Desse total, foram matriculados 46.341 alunos em cursos de alfabetização e de ensino fundamental, 5.643 em cursos de ensino médio/técnico profissionalizante, e 2.859 alunos em cursos superiores de graduação e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Embora a execução orçamentária do Programa, nas suas principais ações, tenha sido em média de 80%, a meta física global realizada foi superior à programada na LOA. Os convênios são plurianuais e foram celebrados em anos anteriores, quando os cursos se encontravam em execução, para sua continuidade, foram também celebrados novos convênios. Os recursos orçamentários foram considerados suficientes e, embora o fluxo de liberação tenha sofrido descontinuidade, não houve prejuízo à execução programada. O contigenciamento prejudicou a execução do Programa no cumprimento do cronograma de desembolso pactuado e na implantação de novos cursos no primeiro semestre do ano.

Houve dificuldades de ordem operacional na celebração e na execução dos convênios, como prestações de contas atrasadas e inconsistentes, demora na análise das prestações de contas no âmbito do Incra, atrasos na liberação dos recursos, contingenciamento dos recursos orçamentários, e alterações na Instrução Normativa nº 01/97. Esses fatores levaram à repactuação das parcelas previstas nos cronogramas de desembolsos dos Planos

de Trabalho. Mas, apesar de todas essas dificuldades, tanto a execução orçamentária quanto a execução física foram bastante positivas.

No âmbito da gerência, os mecanismos de monitoramento utilizados sobre o desempenho físico das ações consistem em reuniões de trabalho entre equipes do Incra - Sede e das Superintendências do Incra nos Estados, visitas *in loco* durante as etapas presenciais dos cursos, sistemas informatizados e de relatórios de gestão que subsidiam o Gerente de Programa.

Com relação à prestação de contas de Estados e Municípios, houve atraso, principalmente, em função da falta de conhecimento, por parte das convenentes, sobre contabilidade pública e exigências legais que não atendem a realidade do campo brasileiro.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parceria com organismos não-governamentais que são, em sua maioria, as fundações de apoio das universidades públicas, também partícipes dos convênios, sejam como intervenientes e/ou executoras das ações de ensino, pesquisa e extensão, bem como com instituições de apoio vinculadas às escolas técnicas. Além dessas, são parceiras do Programa outras instituições de ensino civis sem fins lucrativos.

Os mecanismos de participação social do Programa são reuniões com grupos de interesse, bem como discussões na Comissão Pedagógica Nacional (CPN). A avaliação da satisfação dos beneficiários do Programa ocorre por meio de reuniões, seminários, a exemplo do III Seminário Nacional do Pronera realizado no ano passado, e coleta de depoimentos dos beneficiários do Programa. Todas as discussões, construções e informações são utilizadas para corrigir rumos, qualificar o Programa e melhorar as práticas. Todo o processo se realiza de forma coletiva e participativa, na elaboração, na execução e na avaliação dos projetos.

O MDA informa que as recomendações para o melhoramento do Programa estão propostas no PPA 2008-2011 e na revisão do Manual de Operações do Programa, que se encontra em tramitação interna. Além disso, existe a necessidade de adequar as normas jurídicas referentes às transferências voluntárias de recursos à realidade do rural brasileiro com suas diversidades regionais e ainda com os processos educacionais e de aprendizagem.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) destaca que a educação do campo é contemplada igualmente por programas de titularidade da Presidência da República e do Ministério da Educação. Nesse sentido, o Pronera, como uma intervenção do MDA nos assentamentos, receberia benefícios se houvesse uma interface mais intensa com os órgãos supracitados.

PAZ NO CAMPO

GERENTE DO PROGRAMA

Gercino José da Silva Filho

OBJETIVO

Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

PÚBLICO-ALVO

Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 10.323.394,00	Empenho Liquidado:	R$ 7.222.866,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 7.222.866,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Assassinatos decorrentes de conflitos agrários – Unidade	-	14.00	16.00	9.00	16.00	-

1. ASSASSINATOS DECORRENTES DE CONFLITOS AGRÁRIOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
-Análise e Justificativa:

As ações de prevenção da tensão social no campo desenvolvidas pelo Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos, em parceria com os Estados e Municípios, com os poderes Executivo e Judiciário, com as Superintendências Regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com as organizações não-governamentais, e com as demais instituições que defendem os direitos humanos e apóiam a reforma agrária, bem como a capacitação de ouvidores agrários e mediadores de conflitos, em prevenção, mediação de conflitos e legislação agrária e a maior presença do Estado nas áreas de conflitos agrários, possibilitaram uma diminuição nos assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Historicamente, o campo brasileiro tem sido marcado por graves conflitos agrários decorrentes da disputa pela terra e seus recursos naturais, resultando em um quadro de violência, impunidade e desrespeito aos direitos humanos. A ausência de mecanismos para ensejar a participação popular na condução das políticas públicas tem dificultado aos excluídos explorarem seus anseios nas pautas governamentais, resultando na fragilidade desses grupos sociais. Como condição favorável à implementação da paz no campo, evidencia-se a decisão governamental de implementar a reforma agrária de forma democrática, tendo como suporte para superação dos conflitos a atuação da Ouvidoria Agrária Nacional como uma decisiva ação de Governo. O Programa Paz no Campo identifica-se com a dimensão democrática das orientações estratégicas e com o Megaobjetivo do Governo no sentido de fortalecer a inclusão social.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Capacitação de 250 mediadores de conflitos sociais.
- Prestação de assistência social, técnica e jurídica a 268.564 famílias acampadas.
- Realização de diversas audiências públicas, possibilitando diagnosticar as áreas de tensão social e conferir melhor conhecimento à sociedade sobre as causas geradoras de conflitos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física do Programa ficou acima de 100% do previsto na LOA 2007. Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes e o fluxo financeiro foi liberado em compatibilidade com a programação. O alcance das metas acima do previsto ocorreu em função das parcerias estabelecidas com as Superintendências Regionais do Incra, com os Estados e Municípios, com os poderes Executivo e Judiciário, com as organizações não-governamentais, e com as demais instituições que defendem os direitos humanos e apóiam a reforma agrária. A participação da sociedade, por intermédio das parcerias estabelecidas, também contribuiu para elevar o percentual atingido das metas.

Os mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações do Programa em questão são: reuniões de trabalho, visitas in loco, sistemas informatizados e relatório anual de gestão das atividades desempenhadas pelo Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos.

Há necessidade de contratação de profissionais especialistas para atuar em análise de convênios, em contas públicas e nas equipes executoras.

Um dos entraves à execução é o fato de que a ordenação de despesas é feita diretamente pelo Secretário Executivo ou pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, o que dificulta os processos licitatórios e a celebração de convênios. Outro obstáculo consiste na inadimplência junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) em alguns Estados, o que dificulta a celebração de convênios, que é uma prática comum no Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação da sociedade civil concretizou-se pela atuação no âmbito da Ouvidoria Agrária Nacional, bem como em audiências públicas e em reuniões com grupos de interesse.

A estrutura operacional do Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos não possui técnicos em número suficiente para promover a avaliação da satisfação de seus beneficiários.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que o Programa Paz no Campo caracteriza-se como coadjuvante no combate à violência. Analisando o conjunto de suas ações percebe-se um forte caráter de apoio a políticas de segurança pública e, especialmente, de direitos humanos. É necessária a reflexão a respeito da atribuição do indicador de assassinatos decorrentes de conflitos agrários de forma a avaliar a adequação para medir efetivamente os resultados do Programa.

REGULARIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

GERENTE DO PROGRAMA

Roberto Kiel

OBJETIVO

Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, de forma a permitir a gestão da estrutura fundiária para o atendimento da demanda social.

PÚBLICO-ALVO

Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrais de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 88.414.369,00	Empenho Liquidado:	R$ 73.205.655,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 73.205.655,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural – Porcentagem	-	8.00	-	-	30.00	-
2. Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais – Porcentagem	-	41.00	-	-	70.00	-
3. Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até Quatro Módulos Fiscais- Porcentagem	-	-	-	-	2.50	-
4. Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais – Porcentagem	-	0.60	-	-	70.00	-
5. Taxa de ocupação territorial aparente - Porcentagem	-	-	-	68,18	55.00	123.96%
6. Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até Quatro Módulos Fiscais – Porcentagem	-	-	-	-	70.00	-

1. TAXA DE ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em que pese o indicador não ter sido apurado, historicamente, a taxa de atualização voluntária no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) varia em torno de 10%. O cadastro é declaratório e as atualizações são procedidas quando ocorre remembramento, desmembramento, mudança de proprietário etc.

2. TAXA DE GEORREFERENCIAMENTO DE ÁREAS RURAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) não foi implantado.

3. TAXA DE GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS ATÉ QUATRO MÓDULOS FISCAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Foram georreferenciados 33.047 imóveis rurais. Fazendo a relação percentual com os imóveis constantes da base do SNCR, 5.100.000, representa 0,65%. O CNIR não foi implementado o que impossibilita a apuração do indicador conforme está proposto. Este indicador foi modificado no PPA 2008-20011. Observe-se que o índice de 0,65% contempla todos os imóveis georreferenciados sejam eles grandes, médios e pequenos. Não estão delimitados apenas aqueles até quatro módulos que seriam prioridade caso fosse implantado o CNIR. O Decreto nº 5.570/2005 que alterou o Decreto nº 4.449/2002 estendeu os prazos para o georreferenciamento das propriedades de até quatro módulos para 2011.

4. TAXA DE GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Foram georreferenciados 33.047 imóveis rurais. Se for calculada a relação percentual com os imóveis constantes da base do SNCR, no total de 5.100.000, ter-se-á 0,65%. No entanto, este indicador deve ser calculado por meio da relação percentual entre o número de imóveis georreferenciados no âmbito do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) e o número total de imóveis cadastrados no SNCR. Ocorre que o CNIR não foi implementado o que impossibilita a apuração do indicador conforme está proposto.

5. TAXA DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL APARENTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Este indicador, calculado por meio do percentual da área total cadastrada em relação à superfície territorial, alcançou 68,18%, ultrapassando o índice previsto ao final do PPA, de 55,00%.

6. TAXA DE REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS ATÉ QUATRO MÓDULOS FISCAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não houve apuração. O indicador foi revisto no PPA 2008-2011.
Ressalte-se que foi proposta no projeto de lei de elaboração do PPA 2008-2011 a exclusão dos indicadores acima com exceção de Taxa de Ocupação Territorial Aparente. Este Programa no novo PPA terá apenas dois indicadores.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A grandeza do território, as diversidades regionais, o acentuado grau de concentração da terra e a ausência de informações sobre a distribuição espacial dos imóveis rurais, evidenciam a complexidade e a magnitude da missão de monitorar a ocupação do espaço fundiário e a necessidade de aprimorar os instrumentos de gestão da estrutura fundiária brasileira. A inexistência de informações georreferenciadas no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e não integradas ao Serviço de Registro Imobiliário, agrava o desconhecimento da realidade fundiária, facilitando a continuidade da grilagem de terra e do equívoco na escolha das áreas objeto de intervenção pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra). O desconhecimento da estrutura fundiária compromete as definições de políticas de desenvolvimento sustentável, necessárias para o crescimento econômico e social do País, gerando altos custos ao erário público na implantação de programas e projetos. A gestão eficaz da estrutura fundiária, por meio da identificação, caracterização, localização e classificação do imóvel rural, respalda, legalmente, a aplicação dos instrumentos de correção dessa estrutura e a promoção do controle social.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Regularização Fundiária de 18.000 imóveis rurais, correspondendo a 64,29%, da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007.

- Georreferenciamento de 33.047 imóveis rurais que corresponde a 74,08% da meta estabelecida na LOA.

• Direcionamento das ações do Programa para a região amazônica integrando-as aos projetos de Governo, como o Plano Amazônia Sustentável (PAS) e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

• Assinatura do Contrato de Empréstimo na ação 0574, de nº 1633-OC/BR com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), visando realizar o Cadastro de Terras e a Regularização Fundiária em cinco Estados (CE, MA, BA, SP e MG).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física das ações de Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro e Sistema de Cadastro Rural ficou em 100%. Com relação à ação de Regularização Fundiária, a execução foi de 64,28%, já a ação de Georreferenciamento de Imóveis Rurais teve execução de 74%. A avaliação percebe que, na média, logrou-se boa execução física do Programa. O mesmo pode ser dito com relação à execução financeira. A Ação 5148 – Implantação de Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) não foi executada. Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes e apesar de o fluxo ter sofrido descontinuidade, não houve prejuízo para a execução programada.

Não existe, no âmbito da gerência, mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações.

Tanto a equipe gerencial quanto as equipes executoras possuem infra-estrutura inadequada para realização de suas tarefas. Há ainda insuficiência de gestores, bem como necessidade de sua qualificação tanto na sede quanto nas superintendências regionais. Por outro lado, a nova estrutura organizacional do Incra, aprovada em outubro de 2006, facilitou a integração entre a sede e as superintendências regionais.

A Licitação Pública Internacional nº 01/07 não foi concluída, inviabilizando a execução das metas física e financeira na sua totalidade. As licitações para aquisição de GPS (Sistema de Posicionamento Global) e outros equipamentos não foram concluídas devido à dificuldade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em atender a política de aquisição do BID e a burocracia e a morosidade de adesão à ata de registro de preço. A execução financeira ficou em 43,68% e a física em 35,50%.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) enfatiza que há necessidade de revisão dos indicadores utilizados para avaliar o Programa. Os indicadores apontados para a avaliação do PPA 2008-2011 foram reduzidos a dois, Taxa de Destinação de Terra Pública e Taxa de Ocupação Territorial Aparente. Outra questão que chama a atenção é a característica de complementaridade do Programa em relação às políticas finalísticas do próprio MDA e de outros órgãos como Ministério do Meio Ambiente (MMA). É possível que uma avaliação do modelo lógico revele que o Programa se apresente majoritariamente como um programa de apoio a políticas públicas.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

Acesso à Alimentação

Erradicação do Trabalho Infantil

Proteção Social Básica

Proteção Social Especial

Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), foram utilizados **R$ 24.713.594.593,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 24.864.390.988,00	Realizado orçamentário:	R$ 24.713.594.593,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 24.864.390.988,00**	**Total realizado:**	**R$ 24.713.594.593,00**

Além disso, do total de R$ 268.321.844,00 inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados R$ 108.424.967,00.

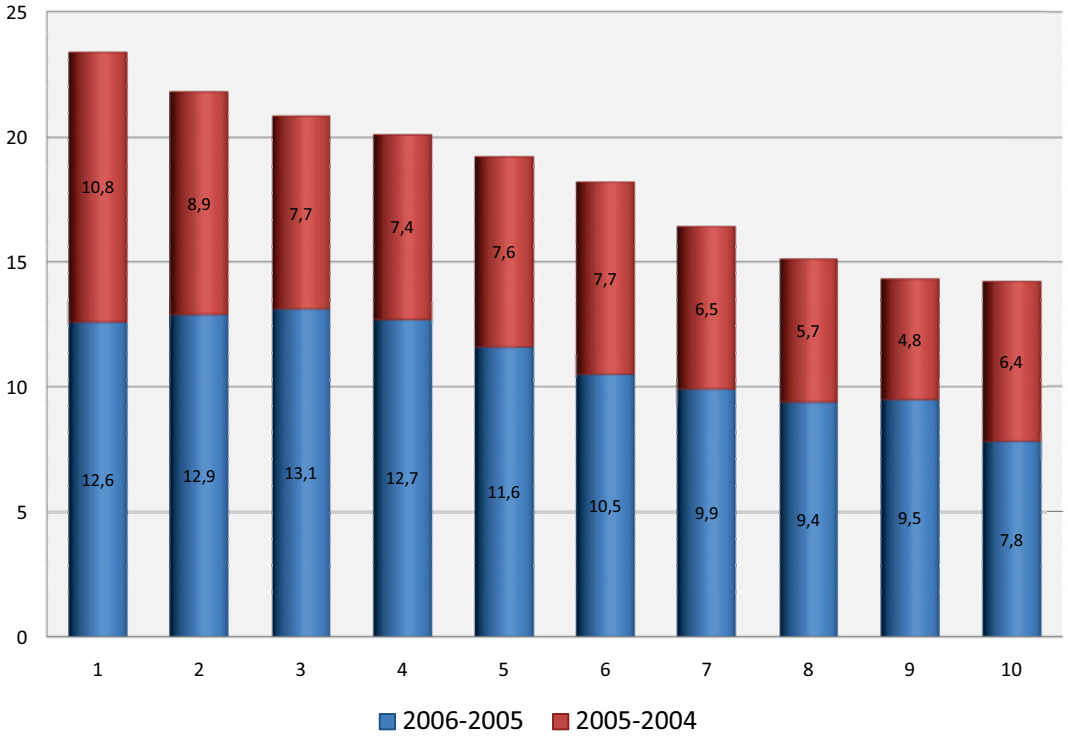
Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MDS, no período do Plano Plurianual 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	1049 Acesso à Alimentação	1,20%	0,87%	2,72%	2,52%	1,96%
	0068 Erradicação do Trabalho Infantil	1,32%	3,11%	1,15%	1,11%	1,61%
	0070 Proteção Social à Criança, ao Adolescente e à Juventude	2,46%	2,01%	0,00%	0,00%	0,90%
	0065 Proteção Social à Pessoa com Deficiência	32,43%	31,05%	0,00%	0,00%	12,94%
	1282 Proteção Social ao Idoso	21,52%	23,82%	0,00%	0,00%	9,30%
	1384 Proteção Social Básica	0,00%	0,00%	56,97%	58,02%	34,04%
	1385 Proteção Social Especial	0,00%	0,00%	0,60%	0,66%	0,37%
	1011 Rede Solidária de Restaurantes Populares	0,15%	0,20%	0,00%	0,00%	0,07%
	1093 Sistema Único de Assistência Social	0,56%	0,77%	0,00%	0,00%	0,27%
	1335 Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família	40,32%	37,95%	38,39%	37,48%	38,36%
Finalístico Soma		**99,96%**	**99,78%**	**99,82%**	**99,80%**	**99,83%**
Gestão de Políticas Públicas	1006 Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	0,04%	0,22%	0,18%	0,20%	0,17%
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

Os indicadores sociais têm registrado melhorias nos últimos anos. O Índice de Gini (utilizado para medir a desigualdade de renda), por exemplo, teve variação de 0,594, em 2001, para 0,559 em 2006. Apesar de serem ainda altas as desigualdades no Brasil quando comparadas às de outros países, o coeficiente de Gini vem decrescendo ininterruptamente desde 2001. Entre 2003 e 2006, particularmente, a queda anual média do Gini foi de 0,7 ponto centesimal, refletindo uma melhoria da distribuição de renda decorre de um ganho de rendimentos dos mais pobres superior ao dos mais ricos, conforme apresentado no gráfico abaixo. Por exemplo, entre 2005 e 2006, o ganho real dos rendimentos do decil mais pobre foi de 12,6%, contra 7,8% do decil mais rico.

GRÁFICO 1 - CRESCIMENTO DOS RENDIMENTOS POR DÉCIMOS DA DISTRIBUIÇÃO (DO DÉCIMO MAIS POBRE AO DÉCIMO MAIS RICO, EM %)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/Pnads 2004 a 2006)
Elaboração: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

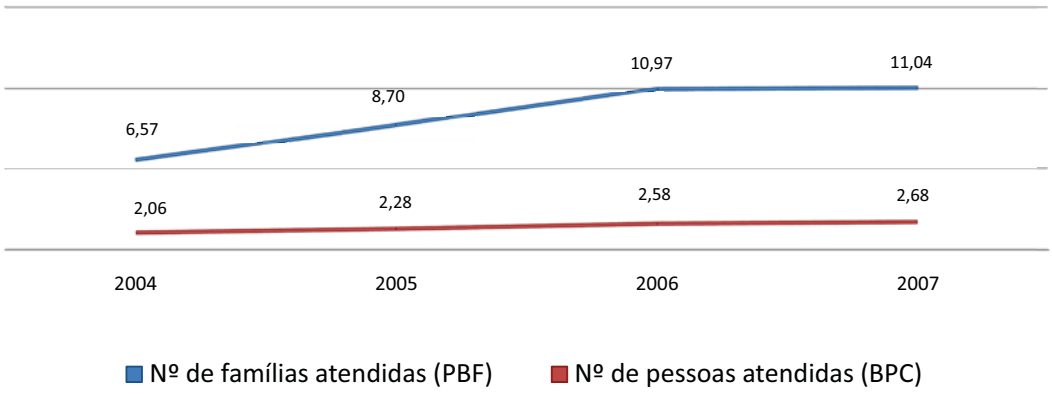
Além disso, o ganho de renda dos mais pobres vem repercutindo sobre a pobreza, de modo que a proporção de pessoas em situação de miséria caiu para índice inferior a 20% em 2006, bem abaixo dos 28,17% registrados em 2003, conforme medida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Especialistas vêm debatendo as causas da redução das desigualdades e da pobreza, considerando uma delas os programas de transferência de renda governamental.

Segundo estudo do Ipea, 28% da queda da desigualdade entre 1995 e 2004 se explicam pela renda originada do Programa Bolsa Família (PBF) e dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC). Este último consiste de benefício no valor de um salário mínimo mensal a pessoas idosas e pessoas com deficiência incapacitante para o trabalho, com renda per capita familiar mensal inferior a ¼ de salário mínimo. Já o PBF, repassava recursos de R$ 12,00 a R$ 112,00, para famílias com renda per capita mensal até R$ 120,00, variando de acordo com a situação de pobreza ou pobreza extrema, e com o número de crianças/adolescentes até 15 anos de idade na família. Como contrapartida, as famílias têm de cumprir condicionalidades nas áreas de educação e de saúde.

Vale assinalar a evolução do atendimento do PBF e do BPC no período do PPA 2004-2007. O primeiro, em 2007, atendia a mais de 11 milhões de famílias, que equivale ao universo estimado de famílias elegíveis ao Programa, com base na Pnad 2004. No caso do BPC, entre 2004 e 2007, o número de pessoas atendidas aumentou em mais de 600 mil, chegando, em 2007, a 2,68 milhões.

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO DO BOLSA FAMÍLIA E DO BPC (2004-2007)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP/SIGPlan)/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Elaboração: Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MP)

A Pnad 2006 trouxe um suplemento sobre a presença dos programas sociais nos domicílios brasileiros. Vale ressaltar que 18,3% dos domicílios brasileiros (10,02 milhões de domicílios) recebiam dinheiro de programas sociais. No Nordeste, o percentual foi de 35,9%, sendo o mais alto entre as grandes regiões. Destes domicílios, 8,13 milhões recebiam o PBF, enquanto 1,21 milhão teve acesso ao BPC. Além disso, os números atestam que os programas sociais têm chegado à população com rendimentos mais baixos. Conforme gráfico abaixo, mais de 60% dos benefícios estavam concentrados em domicílios com rendimento domiciliar per capita mensal até ½ salário mínimo.

Distribuição dos domicílios particulares nos quais houve recebimento de dinheiro de programas sociais, no mês de referência, segundo o rendimento mensal domiciliar *per capita* – 2006*	
Total	100,00
Menos de ¼ do SM	25,1
¼ a menos de ½ de SM	36,5
½ a menos de 1 SM	28,0
1 a menos de 2 SM	8,5
2 SM ou mais	0,9
Sem rendimento (*)	-
Sem declaração	1,0

Fonte: IBGE/Pnad 2006
* Inclusive os domicílios cujos componentes receberam somente em benefícios Elaboração: SPI/MP

O MDS é responsável por um conjunto de ações que, articuladas à transferência de renda, vem expandindo a rede de promoção e proteção social. Tais ações são voltadas às famílias e indivíduos em situação de pobreza, vulnerabilidade social e em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Com relação ao PBF, o MDS coordena sua gestão descentralizada, que vem sendo elemento fundamental na melhoria da qualidade das informações do CadÚnico, na focalização do Programa e no acompanhamento das condicionalidades. Neste sentido, o Programa não apenas teve grande expansão nos últimos anos, aproximando-se do universo estimado de famílias com direito ao recebimento dos benefícios, como vem apresentando aperfeiçoamentos que ajudam a explicar seus impactos sobre as condições de vida das famílias pobres e extremamente pobres.

Outra área vinculada ao MDS é a de assistência social, cuja política nacional vem sendo implementada a partir do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)[1]. Trata-se de sistema pactuado nacionalmente, e que prevê uma organização participativa e descentralizada da assistência social, com ações voltadas para o fortalecimento da família. O SUAS é organizado por níveis de proteção (básica e especial) e grau de complexidade dos serviços. Nesse contexto, destaque para os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), unidades públicas estatais localizadas em áreas de maior vulnerabilidade social, que prestam serviços de proteção social básica. O objetivo dos CRAS é prevenir o risco social, fortalecendo os vínculos familiares comunitários e promovendo a inclusão das famílias e indivíduos.

Por fim, vale citar a área de segurança alimentar e nutricional. A promoção do direito humano à alimentação adequada é um dever do Estado e direito de todo cidadão brasileiro, especialmente, com a promulgação da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Esta lei prevê a existência do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), que articula um conjunto de órgãos e entidades públicas, assim como instituições privadas afetas à segurança alimentar e nutricional e que tenham interesse em integrar o Sistema.

As ações e programas do MDS, referentes às três áreas citadas, estão hoje presentes em todos os 26 Estados, no Distrito Federal e na totalidade dos Municípios brasileiros (5.564). Dados de agosto de 2007 mostram que o MDS atendia a 64 milhões de pessoas,

[1] O BPC integra o SUAS.

correspondentes a 34% da população brasileira, por meio de todos os seus programas. Para tanto, foram liquidados mais de R$ 24 bilhões em 2007, representando 9,27% do total de recursos da seguridade social. Estas ações têm constituído instrumentos importantes para a melhoria dos indicadores sociais no Brasil. Além dos já citados efeitos sobre a distribuição de renda e redução da pobreza, as iniciativas promovem, por exemplo, melhora da situação alimentar e a retirada de crianças/adolescentes da situação de trabalho infantil. Segue o quadro resumido com as principais ações do MDS, nas três áreas finalísticas.

Programa	Iniciativa	Benefício	Atendimento 2007	Recursos liquidados em 2007 (R$ 1,00)
Bolsa Família	Transferência de renda	Família atendida (com benefício de R$ 18,00 a R$ 112,00)	11,04 milhões (em todos os Municípios do Brasil)	8,76 bilhões
	Condicionalidade de educação (freqüência à escola)	Pessoa acompanhada (seis a quinze anos – outubro/novembro de 2007)	13 milhões (84% das crianças/ adolescentes beneficiários)	
	Condicionalidade de saúde (acompanhamento nutricional para gestantes, nutrizes e crianças de zero a sete anos; acompanhamento pré-natal e pós-natal; e vacinação em dia para crianças de zero a sete anos)	Criança acompanhada (segundo semestre 2007)	3,06 milhões (de um total de 5,6 milhões de crianças beneficiárias)	
		Família acompanhada (segundo semestre 2007)	4,86 milhões (de um total de 10,47 milhões de famílias beneficiárias com o perfil saúde)	
Proteção Social Básica	Benefício à pessoa idosa e com deficiência	Pessoa atendida (com um salário mínimo mensal)	2,68 milhões	11,57 bilhões
	Renda Mensal Vitalícia por idade e invalidez	Pessoa atendida (com um salário mínimo mensal)	400 mil	1,9 bilhão
	Centro de Referência da Assistência Social/Programa de Atenção Integral à Família	Família Referenciada	11 milhões	275,2 milhões
		CRAS com serviço co-financiado	3,2 mil (em 2,6 mil Municípios)	
	Agente Jovem	Jovem atendido (Bolsa de R$ 65,00 mensais + serviços sócio-educativos)	111,8 mil	114,3 milhões
Erradicação do Trabalho Infantil	Ações sócio-educatvas e de convivência	Criança/adolescente atendida	863,3 mil	215,8 milhões
Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias	Criança atendida	65,9 mil	61,3 milhões
Proteção Social Especial	Serviços de Proteção Social Especial à Família	Pessoa atendida	107,2 mil	41,8 milhões
	Serviços Específicos de Proteção Social Especial	Pessoa atendida	185,4 mil	83,3 milhões
Acesso à Alimentação	Programa de Aquisição de Alimentos	Agricultor beneficiado	79,5 mil	393,3 milhões
		Pessoa em insegurança alimentar e nutricional atendida	6,17 milhões	
	Equipamentos de segurança alimentar e nutricional voltados à expansão da oferta de alimentos à população em situação de vulnerabilidade e risco nutricional	Número efetivamente instalado de bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e restaurantes populares (desde 2003)[2]	385 equipamentos	41,5 milhões (para instalação e modernização de novas unidades)
	Distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos	Pessoa atendida	402,4 mil	44,1 milhões
		Número de cestas de alimentos	1,87 milhão	
	Cisterna	Cisterna construída	40,9 mil	65,8 milhões

Fonte: SIGPlan/MDS/Sisvan
Elaboração: SPI/MP

Ainda que o Ministério tenha, desde sua criação em 2004, expandido sua atuação e suas metas de atendimento, há ainda algumas restrições relativas, principalmente, ao quadro de pessoal

[2] Os dados de cozinha comunitária são de março de 2008; restaurante – janeiro de 2008; bancos de alimentos – setembro de 2007.

reduzido, à infra-estrutura inadequada e aos sistemas informatizados. Os programas e ações do Ministério têm sido formulados, implementados, acompanhados e monitorados por uma equipe reduzida de pessoal. O MDS conta com uma força de trabalho de 619 servidores[3], incluindo servidores de carreira, contratos temporários, requisitados e nomeados em cargos comissionados, e 691 prestadores de serviço. Além de reduzida, a equipe encontra-se dispersa em seis locais diferentes em Brasília, sendo três fora da Esplanada dos Ministérios, dificultando os fluxos de trabalho e a comunicação entre as áreas. O espaço físico médio para cada servidor é de 6,4 metros quadrados (m²), sendo que o preconizado pelo Ministério do Planejamento é de 9 m². A reestruturação do MDS, portanto, é fundamental para o fortalecimento da capacidade de gestão interna e de formulação, implementação e avaliação das políticas setoriais sob sua responsabilidade. Nesse sentido, foi encaminhada ao MP a proposta de alteração da estrutura regimental e o do quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério.

ASPECTOS RELEVANTES

Participação Social

No que tange à participação social, a pasta tem entre as suas principais diretrizes a participação da sociedade no processo decisório das políticas de assistência social, de renda de cidadania e de segurança alimentar e nutricional. No caso da política de assistência social, a participação social se dá de forma permanente por meio dos Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Assistência Social. Destacam-se também as conferências de assistência social, que são instâncias deliberativas, e têm a atribuição de avaliar a Política de Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do SUAS. No período de 14 a 17 de dezembro de 2007, foi realizada em Brasília (DF) a VI Conferência Nacional de Assistência Social, com a participação de, aproximadamente, 1.700 pessoas, entre delegados, observadores e convidados. Durante a Conferência, foram aprovadas as metas nacionais a serem inseridas no Plano Decenal da Assistência Social. Os delegados aprovaram a Carta Nacional dos Direitos Sócio-assistenciais, entre outras ações, apontando para uma agenda nacional na área da assistência social.

Quanto à renda de cidadania, a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que criou o PBF, estabelece o controle social como um de seus componentes, garantindo a participação da sociedade na execução e no acompanhamento do Programa. Dentre as atribuições das Instâncias de Controle Social do PBF, destaque para o apoio e a supervisão do cadastramento das famílias; o monitoramento dos atos de gestão de benéficos; o acompanhamento do funcionamento global do Programa e de suas relações com outros programas.

Finalmente, na segurança alimentar e nutricional, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea e os conselhos locais, de composição mista (governo e sociedade), são responsáveis pela proposição de diretrizes das políticas vinculadas à área. Em julho de 2007, o Consea e o MDS promoveram o evento de maior expressão nacional sobre o tema, a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em Fortaleza (CE). O encontro fortaleceu o modelo descentralizado de atuação do Estado, tendo ocorrido 26 conferências estaduais e 536 conferências municipais, que foram fundamentais para a consolidação da segurança alimentar como uma política pública. Sua

[3] Dados relativos ao final do ano de 2007.

realização representou um amplo processo de mobilização e participação social, afirmando a segurança alimentar e nutricional como um direito humano fundamental e uma expressão da soberania alimentar dos povos.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A capilaridade exigida pelos programas requer melhorias nos sistemas existentes e a criação de novos sistemas. Por essa razão, o MDS tem investido nessa área, o que se evidencia, por exemplo, pela estruturação da Rede SUAS (Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS), pelo constante aprimoramento dos aplicativos do Cadastro Único e pelo desenvolvimento de novos sistemas, como o Sistema Integrado de Gestão das Condicionalidades do PBF.

ALTERAÇÕES LEGAIS

Vale ressaltar algumas alterações legais relativas às ações e aos programas do MDS:

a) em 2006, foi promulgada a Lei 11.346/06, que cria o Sisan e coloca o direito humano à alimentação adequada como direito de todos os cidadãos e dever do Estado. A Lei prevê ainda a existência da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, responsável pela Política e pelo Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação. Deste modo, o Decreto nº 6.273, de 23 de novembro de 2007, instituiu a Câmara Interministerial, com a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades da administração pública federal afetos à área de segurança alimentar e nutricional;

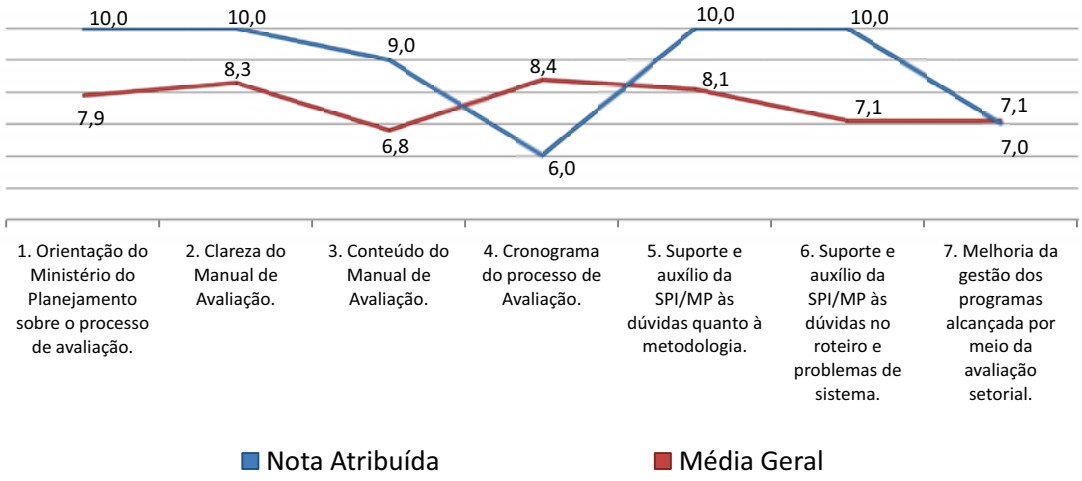
b) o Governo Federal, por meio do Decreto nº 6.157, de 16 de julho de 2007, corrigiu os valores dos benefícios do PBF em 18,25%. Esse aumento foi definido com base na variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) entre outubro de 2003 e maio de 2007. Com a atualização dos valores, a partir de agosto, o benefício básico passou de R$ 50,00 para R$ 58,00, e o variável, de R$ 15,00 para R$ 18,00. Além disso, a Medida Provisória nº 411, de 28 de dezembro de 2007 instituiu o Benefício Variável Jovem (BVJ), o qual visa ampliar o pagamento do benefício variável para jovens de 16 e 17 anos. A família pode receber até dois benefícios vinculados ao adolescente. O valor desses benefícios é de R$ 30,00, razão pela qual o valor máximo do benefício por família passa a ser de R$ 172,00. Este benefício variável entrou em vigor no início do ano de 2008;

c) a MP 411/07 também reformulou o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, de modo a integrar ações de vários órgãos, voltadas, em particular, ao processo educacional da juventude, à sua qualificação profissional e ao seu desenvolvimento humano. Neste contexto, o Agente Jovem está sendo

reformulado, dando origem ao Projovem Adolescente (modalidade específica do Projovem). O novo programa consiste no serviço continuado de proteção social básica, ofertado preferencialmente nos CRAS, tendo como público-alvo jovens selecionados dentre as famílias beneficiárias do PBF e jovens em situação de risco. Entre suas vantagens em relação ao Agente Jovem, pode-se citar: o maior nível de integração com outras ações no âmbito do Projovem, PBF e Proteção Social Especial; elevação do valor do repasse mensal por grupo de 25 jovens; aumento do período de permanência dos jovens; e meta de atendimento mais elevada, devendo chegar em 2010 a mais de 1 milhão de jovens.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MDS mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MDS e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



ACESSO À ALIMENTAÇÃO

GERENTE DO PROGRAMA

Onaur Ruano

OBJETIVO

Garantir à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e à manutenção da saúde humana.

PÚBLICO-ALVO

Agricultores familiares, famílias em situação de insegurança alimentar e/ou risco nutricional, comunidades populacionais específicas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 626.288.346,00	Empenho Liquidado:	R$ 619.230.894,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 619.230.894,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Participação dos Produtos da Agricultura Familiar nas Aquisições do Governo Federal - Porcentagem	-	-	3.79	-	8.38	-
2. Taxa de Segurança Alimentar - Porcentagem	-	-	-	-	3.30	-

1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS AQUISIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Este indicador não foi apurado. A Taxa de Participação dos Produtos da Agricultura Familiar nas Aquisições do Governo Federal é definida como a relação percentual entre a quantidade adquirida de produtos agropecuários provenientes da agricultura familiar e o total de aquisições de produtos agropecuários do Governo Federal. Importa esclarecer que o Programa de Acesso à Alimentação possui apenas uma pequena parcela dos recursos totais do Governo Federal destinados à aquisição de alimentos da agricultura familiar. Existem outras ações orçamentárias em outros Ministérios para fins de aquisição de alimentos,

não havendo mecanismo de consolidação da participação dos produtos da agricultura familiar referentes a este Programa com os demais órgãos que desenvolvem a mesma atividade. Por outro lado, não estão disponíveis informações sobre as aquisições do Governo Federal que permitissem o cálculo da taxa de participação. Esse indicador não tem sido apurado. O índice em 2006 foi apurado tão-somente com base nas aquisições feitas pela Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, que não esgotam o total das aquisições.

2. TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Esse indicador não foi apurado. A taxa de segurança alimentar é definida como a relação percentual entre o número de famílias pobres atendidas anualmente por meio de ações desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) e o total de famílias com renda familiar per capita inferior a 1/2 salário mínimo. Existem inconsistências em sua definição, que, além de não contemplar todos os beneficiários do Programa, apresenta inadequação relativa à múltipla contagem de beneficiários. Há que se refletir sobre a adequação da definição do indicador para medir a taxa de segurança alimentar.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Estado não tem garantido o direito à alimentação plena da população brasileira, pois há cerca de 40 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar moderada ou grave, que envolve a restrição quantitativa de acesso aos alimentos, com ou sem convívio com a fome, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2004). O risco de alimentação insuficiente remete ao reconhecimento de que a sociedade brasileira defronta-se com um círculo vicioso de massiva geração de pobreza e fome. A persistência desse circulo tende a acentuar, gradativamente, as dificuldades de inserção das pessoas, em situação de vulnerabilidade social, assim como de seus descendentes, nos mercados de trabalho e de consumo, bem como de garantia de cidadania. A suplantação desse círculo vicioso requer um conjunto de políticas de governo, no qual a ação de combate direto à fome, por meio da ampliação do acesso aos alimentos, se articula, complementarmente, às atividades de geração de emprego e renda, promoção da cidadania, melhoria dos hábitos alimentares e culinários, aprimoramento da gestão do orçamento familiar, saneamento básico, entre outras de caráter estruturante. Essa missão é, em parte, facilitada pela determinação do atual governo de suplantar o flagelo da fome. Para tanto, o Programa Acesso à Alimentação procura articular um conjunto de ações, objetivando garantir à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Foram adquiridas 402,5 mil toneladas de alimentos, produzidos por 79.489 agricultores familiares. Cabe observar que os alimentos adquiridos no âmbito dessa

ação têm uma participação superior a 50% na constituição das cestas distribuídas a grupos populacionais específicos. Foram beneficiadas 6.172.566 pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional pela distribuição dos alimentos adquiridos, através de todas as modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

• Foram construídas cerca de 40,9 mil cisternas, beneficiando 204,7 mil pessoas no Semi-árido brasileiro.

• De janeiro a novembro de 2007, foram entregues aproximadamente 1,87 milhão de cestas de alimentos a grupos populacionais específicos, atendendo a 402.429 famílias. Essas cestas totalizaram cerca de 44.621 toneladas de alimentos, adquiridos, em parte, por meio do PAA.

• Em 2007, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) destinou cerca de R$ 31 milhões para o apoio à instalação de restaurantes populares. Graças à parceria firmada junto aos Municípios, por meio de edital de seleção pública, será possível a implantação de mais 23 novas unidades e a modernização das quatro unidades já existentes. Até o fim de 2007, havia, já em funcionamento, cerca de 30 restaurantes populares equipados e construídos com recursos do Governo Federal.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução orçamentária do Programa Acesso à Alimentação atingiu 99% dos créditos consignados no orçamento. De modo geral, as ações tiveram um bom desempenho, com algumas tendo superado as metas físicas previstas.

Em relação à instalação de restaurantes populares, cumpre informar que em 2005, quando do lançamento do primeiro edital para a seleção de projetos, um número considerável de Municípios teve seus projetos aprovados dentro dos requisitos do edital. Em razão disto, optou-se pela contratação de todos os selecionados com desembolso em regime bianual, comprometendo desta forma os recursos dos exercícios de 2005 e 2006. Considerando o quantitativo e os recursos investidos nos proponentes selecionados pelo edital de 2005, não houve publicação de edital para seleção de propostas no exercício de 2006.

Parte dos recursos da Ação Construção de Cisternas para Armazenamento de Água é monitorada por meio de sistema informatizado. Para o PAA-Leite, umas das modalidades executadas na Ação Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, foi implantado o Sistema de Informações do Programa de Aquisição de Alimentos (SISPAALeite), sistema informatizado de monitoramento, por meio do qual os Estados convenentes inserem dados de execução da ação. Apesar de estar em produção, o sistema apresenta necessidade de aprimoramentos. As modalidades do PAA implementadas por meio de convênios com os Estados e a modalidade executada pela Conab são monitoradas através do envio regular de informações através de planilhas, estando em fase de negociação e implantação o sistema PAAnet para acompanhamento do recebimento de propostas até a execução final do processo.

Os montantes dos recursos alocados na Lei do Orçamento Anual (LOA), desde 2004, têm sido suplementados por créditos adicionais, de forma a apenas manter a clientela atual, sem ampliação das metas físicas. É necessário o efetivo dimensionamento do público-alvo, que resultará em necessidade de complementação orçamentária e financeira das ações. A demora no processamento, aprovação e publicação dos créditos orçamentários ocorre todos os anos, seja nos casos simples de remanejamentos, seja nos de créditos suplementares. Por outro lado, os recursos foram liberados ao longo do exercício de 2007, em fluxo compatível com a programação.

O quantitativo de técnicos e corpo diretivo da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) – cerca de 120 colaboradores de diversas origens, com diferentes graus de formação – é ainda insuficiente. Há problemas de instalação, devido à escassez de espaço físico e pouca disponibilidade de mobiliário e equipamentos. Também há sobrecarga da rede elétrica e incapacidade da rede lógica no prédio onde funciona a SESAN.

Observa-se a necessidade de incrementar a capacidade de acompanhamento dos convênios, em atendimento à exigência legal de fiscalização sob responsabilidade do gestor dos recursos públicos. Em decorrência da inexperiência dos executores locais, sobretudo no caso destas ações de segurança alimentar, constata-se freqüentemente que é mister efetuar verificações in loco, para correção dos rumos de implementação dos projetos. Outra necessidade premente refere-se ao aumento da capacidade de análise das prestações de contas dos convênios, tanto técnica, relativa ao cumprimento da meta física, quanto financeira, para assegurar a correta aplicação dos recursos públicos investidos nos projetos. Além disso, os executores (Estados e Municípios) também têm grande dificuldade na apresentação das prestações de contas.

Para finalizar, observa-se que o instrumento de repasse de recursos – o convênio – utilizado pela SESAN é demasiado trabalhoso, de processamento demorado e absorve grande parte da força de trabalho disponível. É preciso simplificar a forma de repasse, de maneira a ampliar a abrangência do Programa e agilizar sua implementação, mas, sobretudo, sem eliminar o atendimento aos pequenos e mais carentes Municípios.

Os atrasos e erros nas prestações de contas têm sido um gargalo na execução dos projetos. Ocorrem, ainda, dificuldades em relação ao gerenciamento local da execução, uma vez que o convenente freqüentemente deixa de solicitar a prorrogação de prazo de vigência do convênio em tempo hábil para seu processamento.

A maior parte das ações do Programa é executada de forma descentralizada, através de parcerias com os governos estaduais e municipais, além de organizações do terceiro setor. Esta parceria e proximidade vêm sendo paulatinamente construídas. Há contatos permanentes entre a gerência do Programa e os executores. Ocorre, entretanto, uma dificuldade de obtenção de informações e documentação necessárias à implementação dos projetos, resultando em atrasos no processo de execução.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Participação social: os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional – Conseas constituem-se em um dos principais mecanismos de participação social na implementação do Programa. No caso do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), trata-se de instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para ações na área em questão. O Consea tem caráter consultivo e assessora o Presidente da República na formulação de políticas e na definição de orientações para que o País garanta o direito humano à alimentação.

Mudanças institucionais: em 2006, foi promulgada a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan e coloca o direito humano à alimentação adequada como direito de todos os cidadãos e dever do Estado. A Lei prevê ainda a existência da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, responsável pela Política e pelo Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação. Deste modo, o Decreto nº 6.273, de 23 de novembro de 2007, instituiu a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, com a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades da administração pública federal afetos à área de segurança alimentar e nutricional.

ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

GERENTE DO PROGRAMA

Ana Lígia Gomes

OBJETIVO

Eliminar a prática do trabalho por crianças e adolescentes com idade até 16 anos incompletos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes com idade até 16 anos incompletos que estão trabalhando em situações ilegais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 297.126.761,00	Empenho Liquidado:	R$ 273.724.046,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 273.724.046,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Trabalho Infantil - Porcentagem	-	5.70	-	6.45	7.00	92,14

1. TAXA DE TRABALHO INFANTIL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Os números da tabela acima apresentam problema de comparação, já que a fórmula de cálculo do indicador se alterou durante o período do PPA. Desta maneira, vale tecer comentários sobre os números de trabalho infantil no Brasil. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2006) revelou uma ligeira redução no nível de ocupação das crianças e adolescentes. Os dados são: para crianças e adolescentes de 5 a 17 anos, o percentual de ocupados era de 11,5% em 2006, apresentando queda frente a 2005 (12,2%). O nível de ocupação dos meninos foi de 14,5% e o de meninas foi de 8,3%. Em 2006, havia 5,1 milhões de crianças e adolescentes de cinco a 17 anos trabalhando no Brasil, representando 5,7% da população ocupada (0,5 p.p. abaixo de 2005). A região Nordeste apresentou maior participação, mas também foi onde se verificou a maior redução de 2005 para 2006 (de 9,4% para 8,4%). A participação da população de 5 a 17 anos em atividades

agrícolas (12,2%) foi três vezes maior do que em atividades não-agrícolas (4,2%), mas houve uma redução de 1,1 p.p. entre 2005 e 2006 em atividades agrícolas, contra 0,2 p.p. em atividades não-agrícolas. Cabe ressaltar que apesar do número expressivo de crianças e jovens trabalhando, há registros de queda. Por fim, dimensões culturais podem influenciar as taxas de ocupação, sobretudo, nas áreas rurais.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O ordenamento jurídico nacional proíbe qualquer trabalho abaixo da idade de 16 anos, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. Também proíbe o trabalho noturno, insalubre ou perigoso aos adolescentes com idade entre 14 anos e 18 anos incompletos. O Brasil é signatário das Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) nº 138, sobre a idade mínima para admissão ao emprego, e nº 182, sobre as piores formas de trabalho infantil. Está, portanto, comprometido com a adoção de medidas imediatas para eliminar o trabalho ilegal abaixo da idade mínima, erradicar o trabalho de adolescentes nas piores formas e assegurar o trabalho decente aos adolescentes em idade legal para o trabalho. Entre as causas do trabalho precoce destaca-se a questão da pobreza, influenciada fortemente pela má-distribuição de renda. Padrões culturais em determinadas regiões do País também influenciam negativamente sobre esse problema. A permanência de tal fenômeno provoca a perpetuação do ciclo de pobreza que aprisiona famílias, pois a pobreza dos pais leva os filhos precocemente ao trabalho como forma de aumentar a renda familiar, gerando crianças e adolescentes com baixa escolaridade. Assim, essas crianças e adolescentes ficam impedidos de ocupar postos de trabalho com melhor remuneração, reproduzindo as mesmas conseqüências na geração seguinte, dificultando o processo de inclusão social. O trabalho precoce traz prejuízos para a saúde física e mental de crianças e adolescentes, bem como para a sua escolaridade. A erradicação do trabalho precoce permite potencializar ganhos de escolaridade, propiciando aos jovens melhores condições de empregabilidade e maiores chances de ocupar um posto de trabalho com maior remuneração, melhorando o seu padrão de vida e de sua família.

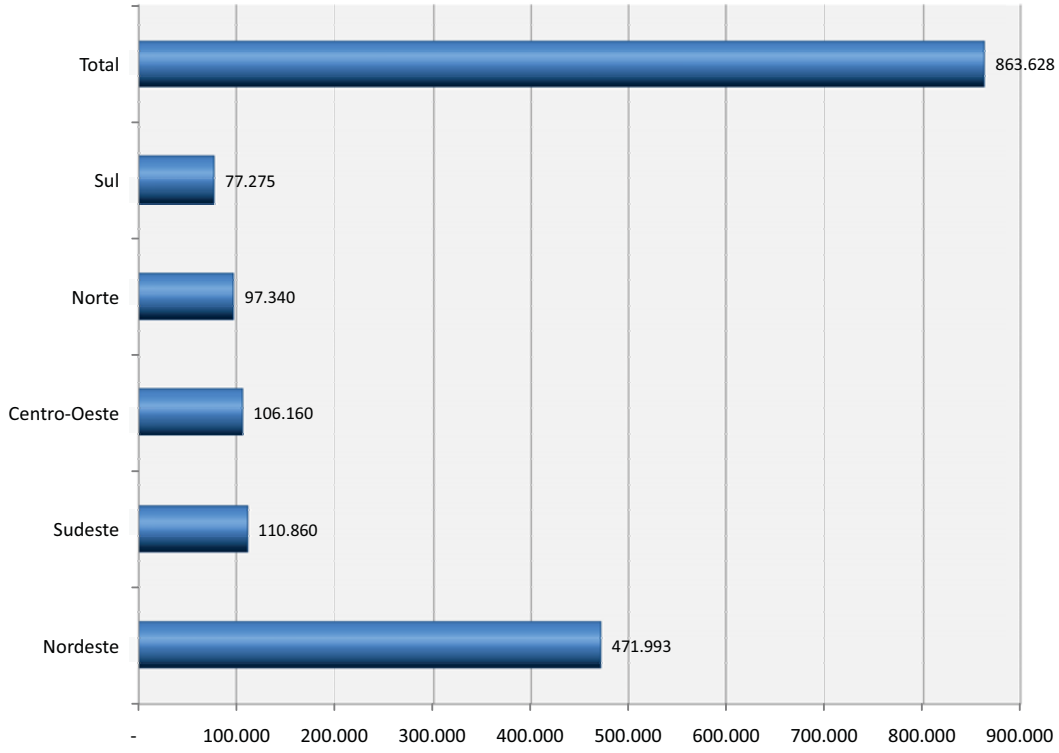
PRINCIPAIS RESULTADOS

- 1 - 863 mil crianças/adolescentes cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), com registro de situação de trabalho precoce e, por conseguinte, tendo financiamento para participação nas ações sócio-educativas do Programa de Erradicação do trabalho Infantil (PETI) e recebendo bolsa, que é paga segundo a lógica descrita abaixo.

Programa Bolsa Família (PBF) Famílias em situação de trabalho infantil com renda *per capita* mensal igual ou inferior a R$ 120,00	PETI Famílias em situação de trabalho infantil com renda *per capita* mensal superior a R$ 120,00
Famílias com renda *per capita* de até R$ 60,00: R$ 58,00+R$ 18,00 por beneficiário (no máximo até três)	Famílias residentes na área urbana têm direito à bolsa mensal no valor de R$ 40,00 por criança/adolescente.
Famílias com renda *per capita* entre R$ 60,01 e R$ 120,00: R$ 18,00 por criança ou adolescente de até 15 anos (no máximo até três)	Famílias residentes na área rural têm direito à bolsa mensal no valor de R$ 25,00 por crianças/adolescente.

Segue a discriminação por grandes regiões do atendimento, a partir da qual se pode perceber que mais de 50% das crianças/adolescentes já inscritas no CadÚnico estão concentrados no Nordeste.

GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO DO ATENDIMENTO DO PETI POR GRANDES REGIÕES (CRIANÇA ADOLESCENTE ATENDIDO - DEZ 2007)



Fonte: SIGPlan/MDS
Elaboração: SPI-MP

• 2 - Regularização da situação de 7.999 crianças e adolescentes encontrados trabalhando nos setores formal e informal da economia, encaminhadas para a rede de proteção social.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No ano de 2007, houve avanços no processo de integração entre o PETI e o Bolsa Família, disciplinada por meio da Portaria nº 666, de 28 dezembro de 2005, publicada pelo Gabinete do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Dentre outros, a integração desencadeia o processo de identificação territorial de crianças e adolescentes em situação de trabalho precoce, com a perspectiva de universalizar o acesso ao Programa para o recebimento de Bolsa pela família e de inserir e manter as crianças/adolescentes retirados do trabalho nas ações ofertadas pelo serviço sócio-educativo do PETI. Neste sentido, o PETI deixa de ser operacionalizado pela lógica de pactuação de metas, passando a uma outra, que pressupõe a localização e identificação das famílias em situação de pobreza e

vulnerabilidade, integrando-as às ações sócio-educativas e à transferência de renda.

Outro avanço se refere ao monitoramento do desempenho físico das ações. Em especial, foi disponibilizado em 2007 para todos os Municípios ligados ao Programa o Sistema de Controle e Acompanhamento das Ações ofertadas pelo Serviço Sócio-educativo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Sispeti), que tem, como uma de suas finalidades, o controle da freqüência mensal das crianças/adolescentes (mínimo de 85%) nas ações sócio-educativas, no contra-turno escolar. Ressaltam-se avanços significativos quanto ao aprimoramento da gestão do Programa a partir da implementação desse sistema, o qual disponibiliza, entre outras informações, a lista nominal das crianças/adolescentes atendidas, cadastro nacional dos núcleos de atendimentos e dados qualitativos acerca das atividades desenvolvidas pelo PETI.

O recurso destinado ao co-financiamento das ações sócio-educativas não foi suficiente para o pagamento da parcela do mês de dezembro, assim, o pagamento foi efetuado em janeiro de 2008. Vale também ressaltar que, após a pactuação da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), o recurso referente à Bolsa PETI (para aqueles que não recebem o Bolsa Família) foi repassado fundo a fundo até o pagamento da parcela referente ao mês de setembro. Após este período, o pagamento se deu exclusivamente por meio do cartão magnético da Caixa Econômica Federal (CEF), que implica transferência direta ao beneficiário.

Além disso, o fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. De acordo com a regulação dos serviços sócio-assistenciais, foi definido que a data final para efetuar a transferência de recursos aos fundos estaduais, do Distrito Federal e municipais é o dia 10 de cada mês, o que, juntamente com sistemas de gestão financeira do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), possibilitou, em grande medida, regularizar esse fluxo e evitar prejuízos ao acesso dos usuários aos serviços.

O processo de transferência fundo a fundo é uma importante prerrogativa da gestão da Política de Assistência Social, pois permite repasse de recursos regular e automático aos Fundos Municipais e Estaduais de Assistência Social, possibilitando a execução das ações do Programa sem interrupção, transformando-as em continuadas. No entanto, o processo de auditoria instituído pela Controladoria-Geral da União – CGU revela um número ainda grande de Municípios que não utilizam os recursos corretamente, ou não executam o Programa, o que se tornou foco de atenção por parte da coordenação e da gerência do Programa, com a perspectiva de avançar em sua supervisão e seu monitoramento, bem como no fortalecimento do controle social e outras instâncias locais com este fim. Destaca-se a necessidade de maior participação dos Estados no processo de acompanhamento de execução das ações pelos Municípios, conforme responsabilidades estabelecidas pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O PETI conta com uma rede de parceiros fundamentais à sua execução e à sua gestão. Dentre eles, vale mencionar: Ministério Público do Trabalho (MPT), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Órgão das Nações Unidas para a Infância e a Adolescência (Unicef), Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti), Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) e Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi).

Houve contribuição dos Conselhos Nacionais de Assistência Social e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no que tange à articulação e à mobilização junto aos seus respectivos conselhos municipais para o acompanhamento processo de integração Peti/PBF, especialmente no que se refere à identificação e ao cadastramento das crianças/adolescentes em situação de trabalho em âmbito local. Registre-se, ainda, a participação da sociedade civil organizada por meio do FNPETI e da Conaeti, integrados por representações de trabalhadores, empregadores e o movimento social da área de prevenção e erradicação do trabalho infantil no Brasil, assim como organismos internacionais (OIT e Unicef), num amplo processo de discussão e acompanhamento da integração entre o Peti e o PBF, o que contribuiu para sua construção e permitiu maior êxito na resolução de dificuldades apresentadas no decorrer do referido processo. Porém, ressalve-se a fragilidade e pouca efetividade das Comissões Estaduais e Municipais de Erradicação do Trabalho Infantil.

Em especial, tem destaque a assinatura de termo de cooperação técnica do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com o MPT, visando potencializar a fiscalização e o monitoramento da ocorrência do trabalho infantil.

Por fim, vale comentar que a PNAD 2006 trouxe suplemento sobre a questão do trabalho infantil, com o intuito de conhecer mais detalhes sobre a inserção do menor no mercado de trabalho. No referido suplemento, foram feitas perguntas relativas ao motivo principal pelo qual o menor trabalhava; ao destino do rendimento do trabalho; à existência (ou não) de treinamento ou orientação sobre como evitar machucados ou doenças de trabalho. Dentre estas questões, chamam atenção os seguintes resultados observados: 77,9% das crianças/adolescentes trabalhavam porque queriam, enquanto 22,1% o faziam porque os pais determinavam. O percentual de crianças/adolescentes que trabalhavam porque queriam era menor nas regiões Norte e Nordeste. Outro tema importante se refere à destinação dos rendimentos: do total de menores que trabalhavam, 63,9% não entregavam seus rendimentos aos pais. Nas regiões Norte e Nordeste, respectivamente, 50,1% e 51,1% das crianças/adolescentes entre 5 e 13 anos de idade não entregavam os rendimentos aos pais, percentuais muito inferiores aos do Sudeste (68,2%) e Centro-Oeste (68,5%).

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

GERENTE DO PROGRAMA

Ana Lígia Gomes

OBJETIVO

Promover a redução das situações de vulnerabilidade social e prevenir as situações que indicam risco potencial decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou não acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou fragilização dos vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras), na perspectiva da prevenção e superação das desigualdades sociais, tendo o território como base de atuação.

PÚBLICO-ALVO

Famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou não acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras), na perspectiva da prevenção e superação das desigualdades sociais, tendo o território como base de atuação

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 14.326.563.031,00	Empenho Liquidado:	R$ 14.254.810.036,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 14.254.810.036,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Gini da Proteção Básica - Índice numérico	-	-	-	-	-	-
2. Percentual de Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Atendidos pelos Serviços de Proteção Social Básica - porcentagem	-	-	-	-	-	-
3. Percentual de Crianças em Situação de Vulnerabilidade Atendidas pelos Serviços de Proteção Social Básica - porcentagem	-	-	-	-	-	-

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
4. Percentual de Indígenas em Situação de Vulnerabilidade Atendidas pelos Serviços de Proteção Social Básica - porcentagem	-	-	-	-	-	-
5. Percentual de Jovens em Situação de Vulnerabilidade Atendidos pelos Serviços de Proteção Social Básica - porcentagem	-	-	-	-	-	-
6. Percentual de Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Atendidas pelos Serviços de Proteção Social Básica - porcentagem	-	-	-	-	-	-
7. Percentual de Pessoas Afro-descendentes em Situação de Vulnerabilidade Atendidas pelos Serviços de Proteção Social Básica - porcentagem	-	-	-	-	-	-
8. Percentual de Pessoas com Deficiência em Situação de Vulnerabilidade Atendidas pelos Serviços de Proteção Social Básica - porcentagem	-	-	-	-	-	-
9. Percentual de Pessoas Idosas em Situação de Vulnerabilidade Atendidas pelos Serviços de Proteção Social Básica - PORCENTAGEM	-	-	-	-	-	-
10. Taxa de Cobertura das Famílias em Situação de Pobreza Atendidas pelos Serviços de Proteção Social Básica - porcentagem	-	-	-	-	-	-
11. Taxa de Cobertura de Famílias em Situação de Pobreza Atendidas pelos Programas e Projetos de Proteção Social Básica - porcentagem	-	-	-	-	-	-
12. Taxa de Cobertura de Pessoas Idosas em Situação de Indigência pelos Benefícios de Prestação Social Básica - PORCENTAGEM	-	-	-	-	98.00	-
13. Taxa de Cobertura de Pessoas com Deficiência em Situação de Indigência pelos Benefícios de Proteção Social Básica - porcentagem	-	-	-	-	98.00	-

JUSTIFICATIVA PELO NÃO CÁLCULO DOS ÍNDICES DOS INDICADORES EM 2007

Para o indicador 12, não houve apuração em virtude das dificuldades de se estimar o público potencial. A despeito disso, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) financiou pesquisa para, entre outros objetivos, construir e projetar estimativas do público-alvo do Benefício de Prestação Continuada (BPC). O trabalho baseou-se nos dados do Censo 2000, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e nas bases administrativas do BPC e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Os resultados da pesquisa mostram que, em 2005, estaria completa a cobertura do público idoso. Contudo, deve-se salientar que a metodologia da pesquisa adota uma série de pressupostos, como,

por exemplo, ausência de mudanças substanciais no nível e na distribuição de renda entre as famílias, bem como na composição familiar dos idosos e de pessoas com deficiência, do período analisado em relação a 2000.

As dificuldades relativas à apuração da cobertura pelo BPC de pessoas com deficiência (Indicador 13) também se devem aos problemas com a estimativa do público-alvo. A pesquisa citada acima estimou este público, chegando ao resultado de 57% dos beneficiários potenciais atendidos para o ano de 2005. Vale enfatizar, não apenas a metodologia utilizada, mas também, no caso específico de pessoa com deficiência, o fato de que o conceito de pessoa com deficiência incapacitante para o trabalho do qual se valeu a pesquisa pode ter superestimado os elegíveis pelo BPC.

Para os demais indicadores, importa assinalar que foram propostos a partir da idéia de especificação do segmento atendido, sobretudo, nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Ocorre que o co-financiamento do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), desenvolvido nos CRAS, dá-se a partir do porte do Município e do número de famílias referenciadas no território (público potencial em situação de vulnerabilidade) de abrangência do CRAS. A idéia, portanto, é que o co-financiamento gere capacidade instalada de atendimento, correspondente à estimativa do público potencial. Ainda estão em desenvolvimento os mecanismos para efetivo monitoramento da execução dos serviços no CRAS. Deste modo, a concepção desses indicadores não expressa coerentemente os resultados do Programa (principalmente porque não evidencia o foco conferido às famílias e não mede a evolução do co-financiamento), assim como suas variáveis não possuem fonte de dados adequadas, impossibilitando sua mensuração. Dessa forma, esses indicadores foram excluídos do PPA 2008-2011. Em seu lugar, foram definidos indicadores relativos a: evolução do co-financiamento federal para desenvolvimento de ações nos CRAS; evolução do atendimento do BPC; razão entre a oferta de serviços e de benefícios assistenciais.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a assistência social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. De acordo com o artigo primeiro da LOAS, "a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas". Marcada pelo caráter civilizatório presente na consagração de direitos sociais, a LOAS exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e a garantia de direitos e acesso para serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, que busca traduzir o texto legal em concepções e conceitos inovadores no sentido do avanço na garantia dos direitos, ao se configurar necessariamente na perspectiva sócio-territorial,

pretende propiciar esse incremento, uma vez que, ao agir nas capilaridades dos territórios e se confrontar com a dinâmica do real, inaugura uma outra perspectiva de análise ao tornar visíveis aqueles setores da sociedade brasileira tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas - população em situação de rua, adolescentes em conflito com a lei, indígenas, quilombolas, idosos, pessoas com deficiência. Cabe, nesse sentido, reconhecer a dinâmica demográfica e sócio-econômica associadas aos processos de exclusão/inclusão social, vulnerabilidade aos riscos pessoais e sociais em curso no Brasil, em seus diferentes territórios.

Diante disso, a proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; e convívio ou vivência familiar. A proteção social básica, especificamente, tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Propõe incluir as pessoas com deficiência e organizá-las em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas. Os benefícios, tanto de prestação continuada quanto eventuais, compõem a proteção social básica, dada a natureza de sua realização. Os serviços de proteção social básica são ofertados de forma direta nos CRAS e em outras unidades públicas de assistência social, e de forma indireta pelas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 3.248 CRAS co-financiados com recursos da União em 2.624 Municípios, referenciando mais de 11 milhões de famílias que vivem em territórios de vulnerabilidade. Deste total de famílias referenciadas, cerca de 2 milhões foram atendidas, com o desenvolvimento nos CRAS do Programa de Atenção Integral à Família (Paif). Entre 2004 e 2007, houve crescimento médio anual superior a 50% no número de CRAS com co-financiamento federal.

- 1.711 Municípios contemplados a partir do co-financiamento do Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, com capacidade de atendimento a 111.793 jovens em situação de vulnerabilidade e risco social, inseridos em famílias cuja renda *per capita* é de até 1/2 salário mínimo. Os jovens estavam distribuídos em 4.472 núcleos com capacidade de atendimento para até 25 jovens cada núcleo. Os jovens são atendidos por bolsa mensal no valor de R$ 65,00 e serviços sócio-educativos.

- 2,68 milhões de pessoas beneficiadas com os benefícios de prestação continuada, que consistem da garantia de um salário mínimo mensal às pessoas idosas e com deficiência incapacitante para o trabalho, ambas com renda *per capita* familiar inferior a ¼ de salário mínimo. O crescimento no atendimento, com relação a 2006, foi de 8,2%. O

Nordeste concentra 36% dos beneficiários, sendo seguido pelo Sudeste (34%), Sul (11%), Norte (10%) e Centro-Oeste (9%). Abaixo segue a discriminação do atendimento por grandes regiões em dezembro de 2007.

Nº de pessoas atendidas pelo BPC (dez 2007)			
	Pessoa com deficiência	Pessoa Idosa	Total
Norte	150.576	118.985	269.561
Nordeste	545.845	414.051	959.896
Sudeste	420.584	500.145	920.729
Sul	155.429	129.173	284.602
Centro-Oeste	112.673	133.362	246.035
TOTAL	**1.385.107**	**1.295.716**	**2.680.823**

Fonte: Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SNAS/MDS)
Elaboração: Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento (SPI/MP)

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No ano de 2007, a Proteção Social Básica seguiu co-financiando serviços assistenciais nos 3.248 CRAS, localizados em 2.624 Municípios brasileiros. A diretriz de universalização da Proteção Social Básica torna necessária a ampliação da cobertura dos serviços.

Visando avançar no acompanhamento das ações sócio-assistenciais, foi pactuada uma avaliação do estágio de funcionamento e organização dos CRAS implantados no País a partir de 2003, utilizando como instrumental para o levantamento das informações a Ficha de Monitoramento dos CRAS. Esta contemplou informações qualitativas e quantitativas que possibilitam conhecimento dos espaços e das atividades dos CRAS, a fim de melhorar o planejamento das ações e a formulação de orientações aos Municípios. Com os resultados obtidos, é possível conhecer dados da identificação dos CRAS tais como: endereço, telefone, e-mail, fontes de financiamento, mês e ano de implantação, planejamento de implantação, horário de funcionamento, situação do imóvel, estrutura física, público prioritário, atividades realizadas, intersetorialidade e a composição da equipe técnica de todos os CRAS existentes no País, até mesmo dos co-financiados por recursos municipais e estaduais. Os dados gerados estão sendo tabulados e o relatório completo será publicado no primeiro semestre de 2008.

Com relação ao orçamento destinado ao Programa**,** os recursos foram insuficientes para a ação 2583 - Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada e da Renda Mensal Vitalícia à Pessoa com Deficiência e à Pessoa Idosa, em função de que, à época da elaboração do orçamento, não haviam sido estabelecidos os termos do contrato entre o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e a Empresa de Processamento de Dados da Previdência (Dataprev) (responsáveis pela operacionalização do BPC), que estipulou o preço de R$ 0,58 por benefício processado.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. A não liberação do limite orçamentário no mês de dezembro de 2007 inviabilizou o pagamento da parcela 12 de alguns serviços, que será efetuado no exercício de 2008.

Ainda sobre restrições, foram obtidas melhorias na estrutura física da gerência, a partir da renovação de mobiliários, computadores e linhas telefônicas. Em especial, falta equipamento de informática com capacidade de rodar a base de dados dos beneficiários do BPC.

A equipe técnica que realiza o acompanhamento das ações ainda é insuficiente frente à grande gama de atribuições, que envolve o acompanhamento dos Estados, demandas de regulação, acompanhamento do processo de revisão, acompanhamento da execução orçamentária, dentre outros, e ao universo de Municípios que atualmente estão recebendo o co-financiamento para as ações da proteção social básica ou que demandam esse co-financiamento.

Assim como há necessidade de capacitação permanente da equipe gerencial, é necessário que esta qualificação seja estendida às equipes que executam diretamente as ações no âmbito local. A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB/RH/SUAS), aprovada em 2006, dispõe sobre a demanda de qualificação dos recursos humanos, indicando diretrizes para a política nacional de capacitação. Em 2007, começou a ser implementado pelo MDS o Programa Gestão Social com Qualidade, que vai capacitar, em um ano, 15,6 mil técnicos e gerentes de Estados e Municípios, visando aprimorar a gestão dos programas sociais, por meio de qualificação de profissionais em novas práticas e tecnologias para atender com eficiência à população e promover a integração de diversas ações. O curso atenderá a 14.059 técnicos em aulas à distância e 1.617 gerentes na forma presencial.

O procedimento de transferência fundo a fundo agiliza o repasse de recursos, tornando-o regular e automático aos Fundos Estaduais e Municipais de Assistência Social, o que possibilita a execução das ações de forma continuada e sem interrupção. No entanto, as auditorias instituídas pela Controladoria-Geral da União (CGU) identificam elevada quantidade de Municípios que não executam os recursos corretamente ou mesmo deixam de executar parte da ação proposta. Outro mecanismo que permite identificar esta baixa execução é o demonstrativo de prestação de contas dos serviços da Proteção Social Básica. Esse contexto está sendo foco de atenção da gerência do Programa, na perspectiva de avançar no processo de supervisão e monitoramento das ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Discussão em Conselho Setorial: A Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993) estabelece as competências do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Dentre elas, pode-se destacar a atribuição de normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social. A

NOB define os critérios de partilha dos recursos de co-financiamento federal que deverão ser pactuados na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e deliberados pelo CNAS. Dessa forma, a CIT e o CNAS configuram-se instâncias de grande relevância para a participação e o controle social. Cabe ressaltar que a partir da NOB/SUAS e da implantação da Rede SUAS, os Conselhos de Assistência Social dos Municípios, Estados e Distrito Federal passam a exercer efetivamente o controle social sobre a assistência social em seu âmbito. Uma das formas de exercer esse controle é por meio do parecer de aprovação ou rejeição do Plano de Ação e do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira do SUAS (instrumento de prestação de contas).

Pesquisa: a pesquisa Agente Jovem, realizada pelo MDS em parceria com Núcleo de Pesquisas, Informações e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (DATAUFF) e com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no ano de 2007, aponta que a maioria dos ex-beneficiários possui uma avaliação muito positiva do Programa Agente Jovem, seja no que tange à equipe, à qualidade das atividades realizadas ou ao programa como um todo. No geral a avaliação corresponde a: ótimo 42,5%; bom 47,3%; regular 8%; ruim 0,7% e péssimo 0,9%.

Legislação: ainda em 2007, último ano do PPA, foi editada Medida Provisória, reformulando o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, de modo a integrar ações de vários órgãos, voltadas, em particular, ao processo educacional da juventude, à sua qualificação profissional e ao seu desenvolvimento humano. Neste contexto, o Agente Jovem está sendo reformulado, dando origem ao Projovem Adolescente (modalidade específica do Projovem), que consiste de serviço continuado de proteção social básica, ofertado preferencialmente nos CRAS, tendo como público-alvo jovens selecionados dentre as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) e jovens em situação de risco, independentemente de renda, egressos ou sob medida de proteção, sob medida sócio-educativa em meio aberto ou egressos de medidas sócio-educativas de internação ou semi-liberdade, egressos do Programa de Erradicação do Trabalhão Infantil (Peti) ou de programa de enfrentamento ao abuso e à exploração sexual. A seleção deve prever a inclusão do jovem com deficiência. Entre suas vantagens com relação ao Agente Jovem, pode-se citar: a) o maior nível de integração com outras ações no âmbito do Projovem, PBF e com a Proteção Social Especial; b) elevação do valor do repasse mensal por grupo de 25 jovens; c) aumento do período de permanência dos jovens; e d) meta de atendimento mais elevada, devendo chegar em 2010 a mais de 1 milhão de jovens.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

GERENTE DO PROGRAMA

Ana Lígia Gomes

OBJETIVO

Promover a redução das situações de risco pessoal e social em decorrência de abandono, maus-tratos físicos e,ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, situação de rua, entre outras que caracterizam o fenômeno da exclusão social dos indivíduos e das famílias que tiveram seus direitos violados, visando a orientação, o convívio e o resgate de vínculos familiar e comunitário.

PÚBLICO-ALVO

Crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, migrantes, famílias em situação de risco pessoal e social decorrente da violação de direitos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 216.741.997,00	Empenho Liquidado:	R$ 163.115.806,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 163.115.806,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Gini da Proteção Especial - Índice numérico	-	-	-	-	-	-
2. Percentual de Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Atendidos pelos Serviços de Proteção Social Especial - porcentagem	-	-	18.20	-	-	-
3. Percentual de Crianças em Situação de Vulnerabilidade Atendidas pelos Serviços de Proteção Social Especial – porcentagem	-	-	18.20	-	-	-
4. Percentual de Jovens em Situação de Vulnerabilidade Atendidos pelos Serviços de Proteção Social Especial – porcentagem	-	-	-	-	-	-

5. Percentual de Pessoas com Deficiência em Situação de Vulnerabilidade Atendidas pelos Serviços de Proteção Social Especial – porcentagem	-	-	70.00	-	-	-
INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	**ÍNDICES APURADOS**				**ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA**	**PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE**
	2004	**2005**	**2006**	**2007**		
7. Taxa de Cobertura de Famílias em Situação de Pobreza pelos Programas e Projetos de Proteção Social Especial – porcentagem	-	-	-	-	-	-
8. Taxa de Cobertura de Famílias em Situação de Pobreza Pelos Serviços de Proteção Social Especial – porcentagem	-	-	-	-	-	-

JUSTIFICATIVA PELO NÃO CÁLCULO DOS ÍNDICES DOS INDICADORES EM 2007

Os indicadores não expressam coerentemente o resultado do Programa e suas variáveis não possuem fontes de dados adequadas. Por essa razão, foram estabelecidos novos indicadores para o PPA 2008-2011, aproximando-os dos termos estabelecidos para a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), particularmente, o nível de proteção social especial. Com isso, espera-se avaliar o desempenho do Programa à luz da: a) reintegração familiar de crianças e adolescentes institucionalizados por motivo de pobreza; b) presença de co-financiamento federal por meio de pisos da proteção social especial nos Municípios; e c) reordenamento dos serviços de proteção especial nos Municípios.

Os indicadores e suas respectivas fórmulas de cálculo serão os seguintes:

1. Porcentagem de Crianças e Adolescentes Institucionalizados por Motivo de Pobreza Reintegradas às suas Famílias: Relação percentual entre o número de crianças e adolescentes reintegrados e o número de crianças e adolescentes institucionalizados por motivo de pobreza.
2. Taxa de Cobertura dos Pisos de Proteção Social Especial: Piso de Transição de Média Complexidade; Piso de Alta Complexidade I; e Piso de Alta Complexidade II: Relação percentual entre o número de Municípios que possuem pelo menos um dos Pisos da Proteção Social Especial - Transição, Alta 1 e Alta 2 - e o número total de Municípios.
3. Taxa de Implantação dos Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias em Municípios com Mais de 100 mil Habitantes: Relação percentual entre o número de Municípios com mais de 100 mil habitantes que recebem co-financiamento federal para Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias (constantes do Piso Fixo de Média Complexidade) e o número de Municípios com mais de 100 mil habitantes.
4. Taxa de Reordenamento dos Serviços da Proteção Social Especial: Relação percentual entre o número de Municípios com serviços de Proteção Social Especial reordenados e o número de Municípios com co-financiamento da Proteção Social Especial federal até julho de 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A reorganização do modelo de gestão descentralizada e participativa na perspectiva do SUAS aponta a necessidade de reconfigurar as ações de assistência social com base em sua complexidade, em consonância com as situações de vulnerabilidade e risco, na matricialidade sócio-familiar e na organização territorial. No Brasil, há milhares de famílias em situação de vulnerabilidade social, cuja situação agrava-se pelos processos de violação de direitos como núcleo familiar ou de violação dos direitos de seus membros, exigindo, portanto, atenção diferenciada, especializada e com maior grau de complexidade. Nesse sentido, as ações, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), devem ser prestadas de acordo com a situação apurada, sendo caracterizadas como de proteção social de média e alta complexidade. A proteção de média complexidade refere-se ao atendimento às famílias e aos indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, o que requer maior estruturação técnico-operacional e atenção mais especializada e mais individualizada. A proteção de alta complexidade diz respeito à proteção integral para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário. Além disso, o SUAS exige a reestruturação da rede de atendimento, de modo a assegurar a uniformidade dos espaços públicos de atenção sócio-assistencial, tornando-se urgente a implantação e a implementação das unidades de referência com base na oferta e na necessidade das ações pertinentes a esse nível de complexidade. A criação desse Programa imprime lógica diferenciada da participação da União no co-financiamento da política de assistência social, em função de exigir alterações na forma de gestão financeira dos recursos transferidos do fundo nacional para os fundos estaduais, do Distrito Federal e municipais dessa política social. Nesse sentido, a transferência de recursos é realizada por meio de duas modalidades: a) fundo a fundo, por meio dos pisos fixo e variável de média e alta complexidade, no caso dos serviços; e b) convênio, no caso dos programas e projetos de enfrentamento à pobreza. Essa proposição assume grande importância no cenário de luta pela consolidação da assistência social como política pública, em razão da necessidade de ordenamento dos serviços, programas e projetos da política em rede descentralizada, articulada, regionalizada e hierarquizada, com base no território. Para tanto, torna-se imprescindível, além da definição das formas de financiamento nas três esferas de governo e das ações com base em sua complexidade, a definição de mecanismos e sistema de monitoramento e avaliação que permitam apurar resultados e impactos, e apontem correções de fluxo que se fizerem necessários para que a assistência social se efetive como política pública e se possa ampliar o acesso à rede de proteção.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Atendimento a 107,2 mil pessoas por meio dos serviços de proteção especial à família.

- Atendimento a 185,4 mil pessoas, em 1.547 Municípios, pelos serviços específicos de proteção social especial.

• Seleção de 278 projetos para aplicação dos recursos direcionados à estruturação da rede de atendimento sócio-assistencial. Quanto às emendas parlamentares, foram empenhados recursos referentes a 254 projetos de Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os serviços de proteção social especial atenderam a quase 300 mil indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

O monitoramento das ações é efetivado por meio dos instrumentos disponibilizados na Rede SUAS, a qual tem por função responder às novas necessidades de informação e comunicação no âmbito do SUAS. Dentre esses, mencione-se o Demonstrativo Anual da Execução Físico-Financeira, instrumento de prestação de contas do co-financiamento federal das ações continuadas de assistência social, elaborado pelos gestores e submetido à avaliação do conselho de assistência social competente, que verifica o cumprimento das metas físicas e financeiras do plano de ação, de acordo com a Portaria nº 459, de 9 de setembro de 2005.

Com relação ao financiamento das ações, ressalta-se que, em virtude da não liberação de limite para pagamento da última parcela dos serviços sócio-assistenciais, este foi realizado nos meses de janeiro e fevereiro de 2008, mediante a utilização de recursos do referido ano.

A transferência de recursos por meio dos pisos de proteção social, aplicada aos serviços sócio-assistenciais, deve ser regular ao longo do ano de modo a propiciar o atendimento das metas físicas. De acordo com a regulação dos serviços sócio-assitenciais, a data final para efetuar a transferência de recursos aos fundos estaduais, do Distrito Federal e municipais é o dia 10 de cada mês, o que, juntamente com os sistemas de gestão financeira, possibilitou em grande medida regularizar esse fluxo e não prejudicar o acesso dos usuários aos serviços. Contudo, ao longo do ano existiram ocasiões em que ocorreu atraso na liberação da cota orçamentária/financeira, o que contribui para gerar atrasos. Em que pese tais dificuldades, essa modalidade de co-financiamento da União proporcionou a alteração de um quadro histórico caracterizado por atrasos sistemáticos no repasse de recursos, divergência de dados e restrições à efetividade de transferências inviabilizando a oferta de serviços para a população usuária.

Apesar dos avanços originados das determinações da Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), o processo de auditoria instituído pela Controladoria-Geral da União – CGU, revela número ainda grande de Municípios que não utilizam os recursos corretamente, ou mesmo não executam o Programa. A coordenação e gerência dispensam uma atenção especial à supervisão e ao monitoramento do Programa e ao fortalecimento do controle social voltado para a maior abrangência das ações.

Ainda sobre recursos orçamentários, vale registrar a questão do financiamento das ações assistenciais por todos os Entes Federados. Na estrutura de gestão da política de assistência social, está previsto o co-financiamento dos três Entes Federados. A pesquisa, realizada no ano de 2005, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), intitulada Perfil dos Municípios Brasileiros - Assistência Social, aponta que cerca de 99,1% dos Municípios alocam recursos próprios no seu orçamento, embora apenas cerca de 50% afirmaram ter definição legal de percentual de recursos. Entretanto, constata-se descaracterização da concepção da gestão financeira desses recursos, uma vez que menos de 50% os alocam nos fundos municipais de assistência social, locus privilegiado para assegurar gestão democrática do orçamento público.

Outro aspecto crítico são os problemas com recursos materiais, que não atendem às demandas dos processos de trabalho, tais como: falta de espaço físico para acomodar novos técnicos, insuficiência de equipamentos de informática, linhas telefônicas etc.

A PNAS e a NOB impõem um reordenamento dos recursos humanos envolvidos no gerenciamento e execução dos programas de modo a assegurar a sua implementação de forma qualificada. No ano de 2006, foi realizado concurso público para provimento de vagas no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS para profissionais de nível médio e superior, o que ainda não suprirá a necessidade real.

Sobre as restrições dos Municípios, conforme apresenta a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), realizada em parceria com o IBGE, o número de pessoas ocupadas em 2005 na área de assistência social da administração municipal foi, aproximadamente, de 140.000 pessoas, representando 2,9% do total de pessoal ocupado na administração municipal.

Como forma de ampliar as competências dos profissionais da área da assistência social, o MDS consolidou um Programa de Capacitação que mobilizará conhecimentos, metodologias e ferramentas gerenciais para municiar os profissionais em suas atividades visando a qualificação dos serviços e implementação do SUAS enquanto instrumento de viabilização e consolidação dos direitos sociais. Para isso, serão qualificados gestores e técnicos municipais e estaduais pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/ Secretaria Nacional de Assistência Social (SAGI/SNAS/MDS).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Realização de pesquisas:

a) caracterização das Instituições de Longa Permanência para Idosos no Brasil, realizada com parceria do MDS, Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. No ano de 2007, foram publicados os resultados do levantamento e da análise das entidades da região Norte, estando em fase de conclusão o estudo sobre as demais regiões;

b) no ano de 2007, também ocorreu a consolidação dos dados da Pesquisa Nacional Censitária e Por Amostragem da População em Situação de Rua. Tal ação é uma

atividade conjunta da SNAS e da SAGI. A pesquisa ocorreu em âmbito nacional, e é direcionada aos Municípios brasileiros com mais de 300.000 habitantes (71 Municípios). Serão disponibilizados, grosso modo, dois tipos de informações: 1) números absolutos: quantos moradores de rua por Município foram abordados pela pesquisa; quantos são homens e mulheres, entre outros dados; e 2) análise por meio de cruzamento de variáveis, por exemplo: quantas pessoas de cor parda têm como principal atividade cuidar de carros e preferem dormir na rua a dormir em albergues. No mês de março de 2008, teve início o processo de divulgação dos resultados junto aos Municípios participantes e para o público em geral.

Intersetorialidade: em 2007, houve a coordenação, em conjunto com o Ministério da Saúde (MS), do Grupo Interministerial para elaboração do Plano Nacional Integrado de Ações de Proteção à Pessoa Idosa SUAS-SUS. O grupo é composto por técnicos do MDS e MS. Em atividade, o Grupo contará e envolverá em suas etapas de trabalho diversos atores tais como: entidades prestadoras de serviços, especialistas, conselhos de políticas e de defesa de direitos, entre outros. Por intermédio do Plano objetiva-se regular as ações de responsabilidade conjunta das duas políticas setoriais e implementar ações e estratégicas comuns relativas à rede de atendimento, tais como: apoio domiciliar, atendimento domiciliar, centros-dia, abrigos, apoio sócio-familiar, cuidados comunitários, entre outros.

Discussão em Conselho/Comissão: os conselhos se constituem em importantes instâncias de discussão, proposição e avaliação voltadas aos segmentos populacionais atendidos pelos serviços da Proteção Social Especial. Nesse sentido, o MDS é membro efetivo-titular nos seguintes conselhos/comissões: Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos (CNDI), Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Comissão Intersetorial de Acompanhamento da Implementação do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo (Sinase), Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.

A participação social, seja direta ou por meio dos conselhos, tem sido determinante na formulação, execução e avaliação dos serviços da Proteção Social Especial. No que se refere aos Conselhos de Assistência, a descentralização das ações em instâncias regionais consultivas tem tornado-as mais próximas à população. A interface com movimentos sociais como o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e Movimento Nacional da População em Situação de Rua também tem sido importante no sentido de sistematizar as necessidades e demandas dessas populações na formulação e no planejamento das ações e políticas no âmbito do MDS, bem como na Proteção Social Especial.

Alterações legais: em 2007, o MDS promoveu um reajuste no Piso de Alta Complexidade I, por meio da Portaria nº 460 de 18 de dezembro de 2007, para viabilizar o reordenamento da rede de acolhimento, de modo a promover: a) equalização regional; b) equalização por porte de Municípios c) estímulo ao reordenamento da Rede de Serviços de Alta Complexidade e à implementação de novas modalidades de atendimento; d) recomposição do valor do piso.

TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA

GERENTE DO PROGRAMA

Rosani Evangelista da Cunha

OBJETIVO

Combater a fome, a pobreza e outras formas de privação das famílias e promover a segurança alimentar e nutricional e o acesso à rede de serviços públicos de saúde, educação e assistência social, criando possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares e de desenvolvimento local dos territórios.

PÚBLICO-ALVO

Famílias em situação de pobreza, com renda familiar per capita de até R$ 100,00[4]

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 9.207.844.141,00	Empenho Liquidado:	R$ 9.207.821.873,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 9.207.821.873,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Atendimento às Famílias Pobres - Porcentagem	-	-	100.00	100.00	100.00	100%
2. Taxa de Pobreza - Porcentagem	-	0.00	-	-	-	-

1. TAXA DE POBREZA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O indicador "Taxa de Pobreza", calculado pela relação percentual entre o número de famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza e o número total de famílias, é influenciado por inúmeras variáveis e não só pelo Programa Bolsa Família (PBF). Com isso, foi criado o indicador "Taxa de atendimento às Famílias Pobres", que expressa o número de famílias

[4] O Decreto nº 5.749, de 11 de abril de 2006, atualiza o público-alvo do Programa, definindo-o como famílias com renda familiar mensal *per capita* até R$ 120.

pobres atendidas pelo Programa em relação ao total de famílias pobres.

2. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS POBRES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

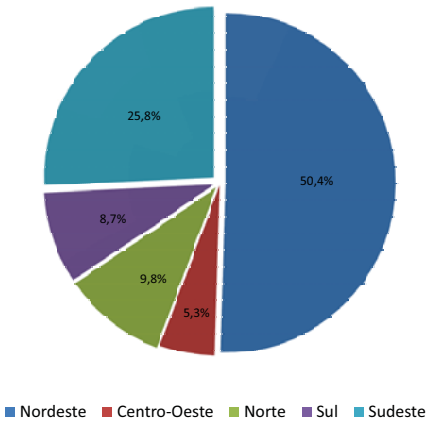
A meta estabelecida para o PPA 2004/2007 foi o atendimento a 11,1 milhões de famílias, número total de famílias pobres estimadas a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2004). Esta meta foi alcançada em junho de 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Elevar a renda da população é, sem dúvida, um dos principais desafios que se apresenta para a sociedade brasileira. Com efeito, segundo estimativas realizadas a partir da Pnad 2004, cerca de 11,1 milhões de famílias têm uma renda familiar mensal per capita até R$ 120. É neste contexto que se destaca a prioridade que vem sendo conferida aos mecanismos de transferência de renda. Neste sentido, com intuito de dar maior racionalidade e organicidade à ação de governo, evitando-se desperdício de recursos e superposições de ações, o Governo unificou as ações de transferência em um único programa. Dessa forma, o PBF é o instrumento de unificação dos procedimentos de gestão e execução dos programas federais de transferência de renda, em especial, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás. Além disso, deve-se assinalar as condicionalidades nas áreas de educação e saúde, que constituem compromissos das famílias beneficiárias do Programa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Atendimento de 11,04 milhões de famílias, com a presença do PBF em todos os Municípios brasileiros. Além disso, importa mencionar a redução de famílias nos programas remanescentes entre 2003 e 2007: Bolsa Escola: 5,05 milhões; Bolsa Alimentação: 1,669 milhão; Cartão Alimentação: 750 mil; Auxílio Gás: 9,3 milhões. Segue abaixo gráfico com a distribuição do atendimento nas grandes regiões, evidenciando-se a ênfase do Programa na região Nordeste, na qual é maior a freqüência do fenômeno da pobreza.



Fonte: SIGPlan

• Ampliação do acompanhamento das condicionalidades de educação e saúde. No fim de 2007, o acompanhamento da freqüência escolar chegou a cerca de 13 milhões de alunos, representando 84% do total de crianças e adolescentes beneficiados pelo Bolsa Família. Destes, 97% tiveram freqüência à escola igual ou superior a 85%. Na saúde, a evolução do acompanhamento também é positiva. Por exemplo, no primeiro semestre de 2005, 7% das crianças acompanhadas tiveram registro no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan). No segundo semestre de 2007, este percentual alcançou 55%. Deste total em 2007, 99% cumpriram as condicionalidades de saúde.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa atendia, em dezembro de 2006, a 11,04 milhões de famílias em todos os Municípios do País. O PBF, portanto, teve excelente desempenho, não apenas alcançando a meta proposta (universalizar o atendimento às famílias pobres), mas também garantindo, por meio dos instrumentos de gestão, a devida focalização do seu público-alvo. Estudo do Banco Mundial demonstrou que 70% dos beneficiários do PBF estão no primeiro quintil de renda, resultando numa focalização superior a de outros programas de transferência de renda de países da América Latina.

Este desempenho satisfatório, conjugando expansão e boa focalização, foi alcançado por intermédio da gestão descentralizada do Programa. O desafio colocado para o PBF é articular os diversos agentes políticos em torno da promoção e da inclusão social das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza. Nesse sentido, o PBF não pode prescindir da participação efetiva das três esferas de governo, como co-responsáveis pela sua implementação, estabelecendo um modelo de gestão compartilhada em que a União, os Estados e os Municípios atuem como co-responsáveis pela sua implementação, gestão e fiscalização. A participação dos Entes Federados no Programa envolveu a assinatura de termo de adesão específico (quase todos os Municípios brasileiros aderiram formalmente ao Programa), indicação do gestor municipal do Programa e a formalização da instância local de controle social do PBF. A assinatura do referido termo é condição para que o Município tenha acesso aos recursos financeiros de apoio à gestão do PBF e do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), além de algumas ferramentas como, por exemplo, o Sistema de Gestão de Benefícios – Sibec. Este permite que os gestores municipais realizem bloqueios, desbloqueios, cancelamentos e reversões de cancelamento de benefícios. Além disso, gestores estaduais, integrantes das instâncias de controle social e da rede pública de fiscalização do PBF (formada pelos Ministérios Públicos Federal e Estaduais, Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU)) também podem consultar as mesmas informações que os gestores municipais.

Por meio do termo de adesão, os Municípios se comprometeram a cumprir responsabilidades específicas na implementação do Programa, em especial no que se refere ao cadastramento, ao monitoramento das condicionalidades, à gestão de benefícios e à oferta de programas complementares. Além disso, Entes Federados que aderiram ao Programa podem receber os recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), que consiste de repasse mensal aos Municípios, de acordo com o seu desempenho relativo à gestão do Programa e do CadÚnico.

O IGD é calculado a partir de quatro variáveis: qualidade e integridade das informações constantes no CadÚnico; atualização da base de dados do CadÚnico; informações sobre o cumprimento das condicionalidades da área de educação; e informações sobre o cumprimento das condicionalidades da área de saúde.

Foi repassado pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), de janeiro a novembro de 2007, o valor de R$ 209,5 milhões aos Municípios, referente ao IGD. Desde a criação do IGD, observa-se uma significativa melhoria na performance de gestão dos Municípios. Em julho de 2007, foi publicado o relatório de análise da pesquisa sobre a utilização dos recursos do IGD. Essa pesquisa foi realizada no mês de dezembro de 2006 e contou com participação bastante significativa dos Municípios (2.633 participantes), representando todas as regiões e Estados brasileiros. Em especial constatou-se que a infra-estrutura disponível nos municípios é proporcional a seu porte. Isso demonstra o esforço dos municípios em adequar os recursos materiais e humanos ao número de famílias a serem atendidas em cada localidade. Apesar disso, também foram constatadas dificuldades com insuficiência de pessoal e espaço físico que influenciam negativamente a gestão do PBF e do CadÚnico. Ficou evidenciado que os municípios têm se apoiado fortemente nos recursos do IGD para sanar suas dificuldades estruturais. Assim, percebe-se a importância deste instrumento para a gestão do PBF e do CadÚnico.

Foram desenvolvidas diversas atividades no exercício de 2007, visando à integração com os entes executores do PBF, tais como: mobilização dos atores locais, nos Estados e Municípios, para difundir a cultura de gestão descentralizada; realização de seminários nacionais; formação de agentes regionais para criação de pólos descentralizados de capacitação nos Estados; inclusão dos conselheiros das instâncias de controle social, estaduais e municipais, nos processos de capacitação. No entanto, ainda há insuficiência de informação para a gestão do Programa no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em especial, no que se refere às informações disponibilizadas pela Caixa Econômica Federal (CEF), agente operador do CadÚnico. Este processo de negociação é permanente.

Como resultado da política de gestão descentralizada, foram validados 14,42 milhões de cadastros válidos da base do CadÚnico. Além disso, são realizadas rotinas de auditorias nas bases disponíveis e, ainda, comparação com outras bases administrativas do Governo Federal, como o Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS. A conjugação destas medidas vem repercutindo positivamente sobre a qualidade do CadÚnico, assim como sobre a focalização do PBF, como atestam diversos estudos e análises.

Em 2007, foi desenvolvida, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a proposta para o novo formulário do CadÚnico. O processo de revisão do formulário do cadastro visou dois pontos centrais: a) a harmonização, sempre que possível, dos conceitos do CadÚnico com os conceitos utilizados pelas estatísticas oficiais (IBGE); e b) a utilização de variáveis sócio-econômicas e demográficas relevantes para a identificação de situações de vulnerabilidade e risco familiar ou pessoal. Esse processo contou com a colaboração de Municípios e da sociedade civil por meio de consulta pública

disponibilizada no sítio do MDS no período de 25 de junho a 27 de julho de 2007. Além disso, foram realizadas várias validações que envolveram membros das outras Secretarias do MDS, Ministérios parceiros, acadêmicos, especialistas, pesquisadores e gestores estaduais e municipais do CadÚnico. Duas novas versões do aplicativo do CadÚnico foram desenvolvidas no exercício de 2007, para facilitar o trabalho das prefeituras no cadastramento e atualização dos dados das famílias.

O fluxo financeiro não prejudicou o ritmo de expansão do Programa. Destaca-se que, para o exercício de 2007, segundo a Lei Orçamentária Anual (LOA), foram alocados inicialmente R$ 8.837,48 milhões no Programa, distribuídos, principalmente, entre a transferência de renda, os pagamentos à CEF e o pagamento do IGD. Com a necessidade de reajustar o valor do benefício do PBF e de dar continuidade ao processo de apoio aos Municípios para melhorar a gestão do Programa, foram adicionados à ação 6524 - Serviços de Concessão, Manutenção, Pagamento e Cessação dos Benefícios de Transferência Direta de Renda mais R$ 220 milhões, enquanto na ação 0060 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004), foram acrescentados mais R$ 150 milhões, totalizando, assim, R$ 9,2 bilhões no Programa. Desse total, foram executados 99,70%. Mesmo com todos estes reajustes de valores, parte dos recursos referentes ao pagamento do IGD do mês de dezembro, no valor de R$ 13.579.107,14, foi reconhecida como dívida para o ano de 2008.

Sobre restrições, há grande insuficiência de espaço físico e dispersão da equipe, que ocupa espaços em três locais separados. Também há insuficiência de equipamentos de trabalho. Além da alta concentração de pessoas por metro quadrado (m^2), a situação atual também impede a recomposição da equipe, inclusive com a impossibilidade de convocar técnicos concursados. Há necessidade de expansão da equipe gerencial e executora tanto em relação à quantidade quanto aos perfis disponíveis. As formas de contratação são variadas, com vínculos precários e correspondente déficit técnico.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Alterações no Programa - O Governo Federal corrigiu os valores dos benefícios do PBF em 18,25%. Esse aumento foi definido com base na variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) entre outubro de 2003 e maio de 2007. Com a atualização dos valores, a partir de agosto, o benefício básico passou de R$ 50,00 para R$ 58,00, e o variável de R$ 15,00 para R$ 18,00.

A Medida Provisória nº 411, de 28 de dezembro de 2007, instituiu o Benefício Variável Jovem (BVJ), o qual visa ampliar o pagamento do benefício variável para jovens de 16 e 17 anos. A família pode receber até dois benefícios vinculados ao adolescente. O valor desses benefícios é de R$ 30,00, razão pela qual o valor máximo do benefício por família passa a ser de R$ 172,00. Este benefício variável entrou em vigor no início do ano de 2008.

Pactuação - A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc) estabeleceu um processo de pactuação com Estados, Distrito Federal e Municípios, objetivando a implementação

conjunta de programas de transferência de renda, nos casos em que o Estado ou Município tem programa próprio de transferência de renda. Em linhas gerais, a pactuação busca integrar programas estaduais e municipais de transferência de renda ao PBF, criando condições para eliminar as superposições e para elevar os valores das transferências. Em 2007, foram celebrados termos de cooperação com um Estado, quatro Municípios e com o Distrito Federal com tal finalidade.

Pnad 2006 - A Pnad 2006 trouxe suplemento sobre os programas sociais do Governo, permitindo análises mais apuradas sobre estes. Segundo o suplemento, havia, em 2006, cerca de 10 milhões de domicílios que recebiam dinheiro de programa social do Governo (18,3% dos domicílios do Brasil). Este percentual é superior ao de 2004 (15,6%), quando suplemento com a mesma natureza foi publicado.

Dos 10,02 milhões de domicílios com recebimento de dinheiro, 81% se referiam ao PBF (8,13 milhões de domicílios), significando 14,9% dos domicílios brasileiros. No Nordeste, o percentual de domicílios com acesso ao PBF chegou a 31,3%, sucedido do Norte (19,4%), Centro-Oeste (9,5%), Sudeste (8,2%) e Sul (8%).

Os números demonstram o peso do PBF no total de domicílios brasileiros. Além disso, o suplemento contém informações importantes sobre o rendimento médio mensal domiciliar per capita dos domicílios particulares. Nos domicílios com recebimento do PBF, este rendimento era de R$ 172, conforme a tabela abaixo. Comparando-se com os domicílios em que não houve recebimento de dinheiro, nos quais os rendimentos médios domicialiares per capita eram de R$ 699, pode-se perceber que, de fato, o Programa tem chegado às famílias com rendimentos mais baixos, razão pela qual tem sido mecanismo fundamental para a redução da pobreza e das desigualdades sociais.

Rendimento médio mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares, por grandes regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do Governo, no mês de referência, e o tipo de programa social do Governo – 2006

Recebimento de dinheiro de programa social do Governo, no mês de referência, e tipo de programa social do Governo	Rendimento médio mensal domiciliar *per capita* dos domicílios particulares (R$)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	**601**	**402**	**361**	**727**	**694**	**662**
Houve	**172**	**177**	**145**	**200**	**197**	**231**
Bolsa Família	149	154	129	175	175	190
Benefício Assistencial de Prestação Continuada (BPC)	302	283	265	345	323	360
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	147	158	131	169	170	170
Outro programa social	198	192	160	210	217	224
Não houve	**699**	**475**	**483**	**790**	**753**	**757**

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Notas: (1) Em um mesmo domicílio pode haver recebimento de dinheiro de mais de um programa social de transferência de renda do governo.

(2) Exclusive as informações dos domicílios sem declaração de rendimento mensal domiciliar *per capita*.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Artesanato Brasileiro

Competitividade das Cadeias Produtivas

Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte

Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora

Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental

Metrologia e Qualidade Industrial

Propriedade Intelectual

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), foram utilizados **R$ 45.309.477.885,00** o que representou 66,4% do originalmente previsto, para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 1.438.113.889,00	Realizado orçamentário:	R$ 1.139.273.008,00
Recursos não-orçamentários previstos:	R$ 66.809.300.000,00	Realizado não-orçamentário:	R$ 44.170.204.877,00
Total previsto:	**R$ 68.247.413.889,00**	**Total realizado:**	**R$ 45.309.477.885,00**

Além disso, do total de **R$ 57.682.798,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 47.853.491,00** correspondendo a 83% do valor inscrito.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MDIC, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo0	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	1015 Arranjos Produtivos Locais	0,15%	1,42%	0,00%	0,00%	0,48%
	1016 Artesanato Brasileiro	0,06%	0,09%	0,02%	0,05%	0,06%
	8021 Comércio Eletrônico	0,03%	0,04%	0,00%	0,00%	0,02%
	0812 Competitividade das Cadeias Produtivas	0,08%	0,16%	0,08%	0,09%	0,11%
	0416 Cultura Exportadora	0,02%	0,02%	0,00%	0,00%	0,01%
	0418 Defesa Comercial	0,03%	0,02%	0,00%	0,00%	0,01%
	0419 Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte	0,52%	1,83%	1,50%	7,05%	2,57%
	0412 Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora	77,70%	78,79%	71,11%	55,17%	71,71%
	1020 Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental	3,14%	1,97%	1,43%	8,51%	3,58%
	0390 Metrologia e Qualidade Industrial	12,38%	10,68%	16,90%	18,11%	14,06%
	0392 Pólo Industrial de Manaus	2,22%	1,95%	2,78%	3,31%	2,49%
	0393 Propriedade Intelectual	3,26%	2,59%	5,66%	7,17%	4,41%
Finalístico Soma		**99,59%**	**99,56%**	**99,47%**	**99,46%**	**99,53%**
Gestão de Políticas Públicas	0411 Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços	0,41%	0,44%	0,53%	0,54%	0,47%
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

Os resultados obtidos no exercício de 2007 mostram que o MDIC vem trabalhando para o alcance da política setorial estabelecida, contribuindo, significativamente, com o Megaobjetivo de Governo 2, Crescimento com Geração de Trabalho, Emprego e Renda, Ambientalmente Sustentável e Redutor das Desigualdades Sociais.

Em 2007, as exportações alcançaram aumento de 16,6%, em relação a 2006, evoluindo para US$ 160,649 bilhões. As importações cresceram 32,0%, totalizando US$ 120,610 bilhões, resultando em *superavit* comercial de US$ 40,039 bilhões. A corrente de comércio totalizou US$ 281,259 bilhões, valor 22,7% acima de 2006.

Foi lançada, em 2007, a nova versão do Portal do Exportador, que teve 1,2 milhões de acessos.

Foram realizados oito Encontros de Comércio Exterior (ENCOMEX), cerca de 1.600 empresas e 5.702 pessoas participaram desses eventos. Na ocasião, foram selecionadas empresas dos Estados de Alagoas, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Goiás para implementarem a Ação 1ª Exportação, que consiste no acompanhamento sistematizado de sua preparação para a exportação. Aprimoramento e modernização dos sistemas do comércio exterior brasileiro: Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet (ALICE*web*), Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), Novo Módulo do SISCOMEX Exportação (Novoex) e o sistema *DRAWBACK*.

O MDIC atuou ativamente em vários fóruns negociadores para estreitar as relações comerciais brasileiras. Nos acordos no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), ao amparo do Tratado de Montevidéu de 1980, avanços nas negociações do Acordo do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e da União Aduaneira Sul-africana (SACU), do Acordo entre Mercosul e Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), bem como do aprofundamento do Acordo entre Mercosul e Índia. Nesse ínterim é importante destacar que foi concluído estudo da eventual assinatura de um acordo comercial entre o Mercosul e a Coréia do Sul. Foram também concluídas as negociações entre Mercosul e Israel, e o Acordo de Livre Comércio foi assinado. Em conjunto com o setor privado nacional, foram elaborados subsídios para definir o posicionamento brasileiro frente às negociações multilaterais da Rodada de Doha.

No que tange às iniciativas para o setor terciário, foi concluída e implementada a base de dados do Cadastro Nacional de Empresas (CNE). Constam nessa base de dados 16 milhões de empresas. Aprovado o Projeto Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) em atenção a Lei nº 11.598, de 04 de dezembro de 2007, que visa a redução de custos e prazos para a abertura, alteração e baixa de empresas.

O MDIC buscou elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País no mercado mundial (com ações relativas à geração de emprego, ocupação e renda), o desenvolvimento e a desconcentração regional da produção, o aumento das exportações, a substituição competitiva das importações e a capacitação tecnológica das empresas. Nesse sentido, foram realizadas diversas atividades, como:

a) a implantação da Câmara de Desenvolvimento da Indústria Naval;

b) o Acordo de Complementação Econômica (ACE 2), firmado entre o Brasil e o Uruguai, para o desenvolvimento da cadeia automotiva;

c) as medidas adotadas para o desenvolvimento das cadeias produtivas de setores intensivos em mão-de-obra, no âmbito do Programa Revitaliza;

d) o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do MERCOSUL, que é composto de quatro projetos nacionais na cadeia de madeira e móveis;

e) o Plano de Desenvolvimento e Integração Produtiva do MERCOSUL;

f) o Fórum Internacional de Biocombustíveis, lançado pelos governos do Brasil, EUA, China, Índia, União Européia e África do Sul.

Será plenamente viável gerar emprego, renda e estimular as exportações, aprimorando-se o tratamento às microempresas e às empresas de pequeno e médio porte em racionalização legal e burocrática, investimento e financiamento, formação e capacitação empreendedora, tecnologia e inovação, comércio exterior e integração nacional e informação. Para tanto, em 2007, no âmbito do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte, foi publicado o Decreto nº 6.174, de 1º de agosto de 2007 instituindo e regulando esse Colegiado, e Publicada a Portaria nº 226, de 13 de junho de 2007 que aprova o seu Regimento Interno e estabelece a sua estrutura de funcionamento.

Também no sentido de desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno e médio porte, organizadas em Arranjos Produtivos Locais (APLs), foram alcançados:

a) atendimento de 540 empresas por meio do Programa Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEx);

b) realizada a 3ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais, com cerca de 800 participantes e 80 especialistas que discutiram as principais barreiras e entraves ao desenvolvimento dos APLs, as potencialidades de cada setor, a possibilidade de integração e a competitividade dos APLs frente aos desafios empresariais;

c) capacitação de gerentes de negócio e de promoção comercial e marketing em 17 APLs. Foram também implantados 418 Telecentros, o portal TIN teve 90.047 acessos e recebeu o prêmio *World Summit Award* (WSA).

Os recursos do Sistema do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para micro, pequenas e média empresas e pessoas físicas, disponibilizados por meio da ação Financiamento a Micro, Pequenas e Médias Empresas, atingiram R$ 16,1 bilhões em 2007 (crescimento de 45% em relação a 2006), um quarto dos desembolsos do BNDES.

Por meio do Programa Artesanato Brasileiro (PAB), desenvolveu-se o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), que possibilitará a migração de bases de dados existentes nos Estados, reunindo em um único ambiente. O projeto foi concluído em quatro unidades federativas, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Alagoas e Distrito Federal, e será estendido a outros Estados. Capacitaram-se 1.435 pessoas, entre técnicos,

gestores, artesãos e multiplicadores. Realizaram-se, ainda, seis eventos sobre Artesanato Brasileiro. Neste contexto, instituiu-se o sistema de apuração de resultados das vendas e elaborou-se o manual de orientação do PAB nas Feiras e Eventos para Comercialização de Produtos Artesanais, por meio do qual foi possível a apuração do faturamento dos artesãos nas feiras e eventos apoiados pelo PAB, em torno de R$ 2 milhões.

O Programa Metrologia e Qualidade Industrial apresentou-se como importante fator para a reestruturação produtiva, pois representou uma referência para o aumento da qualidade do produto brasileiro, apoiando o aumento das exportações brasileiras e fortalecendo o controle sobre os produtos nacionais e importados no que se refere aos requisitos básicos de segurança. Os principais resultados foram:

a) desenvolvimento do Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade de Biocombustíveis;

b) estudos sobre aspectos científicos e técnicos dos biocombustíveis e padrões metrológicos confiáveis e reconhecidos internacionalmente com o instituto norte-americano, *National Institute of Standards Technology* (NIST);

c) criação da Diretoria de Inovação e Tecnologia;

d) projeto Campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO);

e) acordo de cooperação técnica ente o INMETRO e o Ministério da Educação (MEC) para aquisição de ônibus escolares para as regiões rurais, o chamado projeto Caminho da Escola;

f) coordenação de trabalhos no âmbito do *Codex Alimentarius*;

g) aprovação do Guia de Boas Práticas de Regulamentação;

h) concluída toda a regulamentação técnica necessária para a realização das adaptações nos veículos para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, que compõem a frota existente do Transporte Rodoviário, Urbano e Interestadual, conforme determina o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004;

i) concluídas mais duas certificações do manejo de florestas plantadas no âmbito da Certificação Florestal (Cerflor);

j) consolidação da metrologia química no País;

k) ampliação da metrologia de materiais;

l) implementação do monitoramento da produção de bebidas;

m) publicação da Portaria nº 326, de 24 de agosto de 2007, que dispõe sobre alterações no procedimento de certificação para brinquedos importados, tornando-os mais restritivos.

No tocante à Propriedade Intelectual, os principais resultados obtidos em 2007 foram em decorrência das ações de implementação da segunda fase do projeto de reestruturação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), quais foram:

a) realização de 296.258 concessões de Registro de Marcas, eliminou-se o atraso na concessão de marcas que não sofreram oposição, bem como se organizou o processo de exame;

b) realização de 17.333 concessões de pedidos de patentes, graças à eliminação do problema da demora excessiva pelo exame de patentes, reduzindo-se dos atuais seis a 10 anos para uma espera não superior ao prazo de quatro a 4,5 anos, sendo este prazo compatível com a melhor prática internacional;

c) treinamento em temas de propriedade intelectual gestores de tecnologia de 23 Estados da Federação.

Os Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus (PIM) demonstram os resultados alcançados em 2007. O faturamento do PIM foi de US$ 25,67 bilhões, gerando aumento de 12,34% em relação a 2006. A tendência deste indicador é de crescimento, considerando que os segmentos de eletrônico, cosméticos e duas rodas estão em processo de ampliação. As exportações no PIM entraram em queda acentuada desde 2006, um reflexo da transferência de plantas fabris de empresas exportadoras para suas filiais no México. As exportações chegaram a US$ 1,04 bilhões, representando redução de 29,73% em relação a 2006. Houve ainda a geração de 98.246 postos de trabalhos, chegando a um registro de 105.693 postos de trabalhos em novembro. O Estado do Amazonas contribuiu com 64,02% do total da arrecadação de tributos da 2ª Região Fiscal, mantendo o mesmo nível de 2006. A manutenção desses crescimentos está assegurada e vinculada na fixação e consolidação dos investimentos, na contínua atração de novos empreendimentos ao parque fabril do PIM e na inserção de seus produtos em novos mercados. Concernente à Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, firmaram-se, em 2007, aproximadamente, 115 projetos de desenvolvimento regional nos setores agropecuários, de serviços, da indústria e de Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Para o PPA 2004-2007, de forma a contribuir com o Megaobjetivo 2 - Crescimento com Geração de Trabalho, Emprego e Renda, Ambientalmente Sustentável e Redutor das Desigualdades Sociais, o MDIC traçou os seguintes Objetivos Estratégicos:

a) aumentar as exportações e a agregação de valor aos produtos;

b) promover e estimular a competitividade das cadeias produtivas;

c) fortalecer as microempresas e empresas de pequeno e médio porte;

d) reforçar e ampliar o Sistema Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial;

e) promover a Propriedade Intelectual;

f) desenvolver o PIM;

g) formular e implementar mecanismos para favorecer a promoção e a defesa comercial;

h) fomentar a inovação tecnológica das empresas brasileiras.

O Programa Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora vincula-se ao objetivo setorial de aumento das exportações e agregação de valor aos produtos exportados, visando reduzir a vulnerabilidade externa da economia brasileira pela ampliação do saldo da balança comercial e das transações correntes do balanço de pagamentos, e ao objetivo setorial de formular e implementar mecanismos para favorecer a promoção e a defesa comercial.

O Comércio Exterior ampliou a sua representatividade na economia brasileira, mostrando o crescente grau de abertura, tanto do lado das exportações quanto das importações. O Brasil deixou de ser visto somente como um importante exportador de produtos agrícolas, mas também como base de produtos de maior valor agregado, ganhando espaço em diversos mercados. O Brasil, ao longo dos anos de 2004 a 2007, aumentou as vendas para países não-tradicionais, reduzindo-se a dependência em relação a um grupo restrito de países que podem enfrentar eventuais ciclos de desaquecimento de suas economias. É de se destacar que, na comparação com 2003, as exportações excederam o dobro (+119%), aumentando as vendas externas brasileiras em quase US$ 100 bilhões nos últimos quatro anos. As importações também cresceram de forma substancial em relação a 2003 (+147%). Com isso a corrente de comércio aumentou em US$ 160 bilhões de 2003 para 2007, resultado sem igual na história do comércio exterior brasileiro. Indicador de bom desempenho das exportações brasileiras é a comparação da taxa de crescimento das exportações do Brasil com o mundo. As vendas externas brasileiras ampliaram-se a taxas superiores às do comércio mundial nos últimos quatro anos, período esse que foi marcado por um cenário externo de crescimento da economia mundial, que propiciou maior demanda por bens e aumento dos preços internacionais de *commodities*.

Segundo estudo recente do BNDES, *A especialização do Brasil no mapa das exportações mundiais*, o Brasil figura em posição singular entre os países emergentes na pauta de exportações. Embora seja classificado no grupo em que há o predomínio de recursos naturais na pauta de exportações, entre os emergentes, é o que tem conseguido maior diversificação de produtos embarcados para o exterior.

Entre os resultados alcançados, além dos já mencionados, destaca-se a diversificação da pauta de exportação, com inclusão de 600 novos itens, em 2007, e o aspecto qualitativo das exportações, constituído, em sua maioria, de itens de maior valor agregado.

As três categorias de produtos (básicos, semimanufaturados e manufaturados) registraram em 2007 recordes históricos, sendo que as exportações de manufaturados representaram 52,3% da pauta. Já no que concerne ao aspecto qualitativo da pauta de importação, destaca-se as aquisições de bens de capital e produtos intermediários, que respondem hoje por 70% das compras externas. Houve o incremento de 17,7% no número de empresas exportadoras no ano em relação a 2003, que até o momento supera a marca de 21 mil, contra 17,7 mil, em 2003. Ao se analisar os mercados de destino, houve crescimento para todas as regiões econômicas e, em especial, a ampliação das vendas externas para mercados não-tradicionais ou com pequena participação na pauta. Dentre as iniciativas previstas para o incremento do comércio exterior brasileiro, foram realizadas atividades as mais diversas, desde ações de promoção comercial a medidas de natureza normativa e operacional, desenvolvidas especialmente por meio da disseminação de informações estratégicas e do aperfeiçoamento dos instrumentos de operações de comércio exterior.

O MDIC além de atuar como órgão regulador, age, ainda, como promotor de mecanismos de facilitação do processo operacional e a difusão de conhecimentos e oportunidades, servindo ainda como canal de interlocução entre Governo e comunidade usuária nos assuntos afetos ao comércio exterior. A área de defesa comercial mostrou-se um instrumento importante para combater as práticas desleais de comércio e evitar que a indústria brasileira fosse prejudicada por práticas dessa natureza ou por surtos de importação. No período, foram abertas 68 investigações e concluídas 72, sendo 48 delas com aplicação de medidas de defesa comercial.

Um dos principais desafios enfrentados no quadriênio foi o de promover o encadeamento e a complementaridade das atividades desenvolvidas, de modo a gerar otimização e sinergia de resultados. Não obstante os resultados positivos colhidos no período recente, pretende-se reforçar a estratégia até então adotada de facilitação do processo operacional. Para tanto, são requeridos urgentes investimentos em ferramentas para o aprofundamento da informatização dos processos.

Os programas Competitividade das Cadeias Produtivas e Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços, contribuíram para o alcance do objetivo setorial de promoção e estímulo à competitividade das cadeias produtivas. Apesar do comportamento desfavorável da taxa de câmbio ao setor exportador, houve substancial crescimento das exportações das cadeias produtivas no período de 2004 a 2007, com um aumento de US$ 38,7 bilhões em 2003 para US$ 76,4 bilhões em 2007. Para efeito de análise do desempenho exportador das cadeias produtivas, consideraram-se as taxas médias anuais da variação líquida das exportações das cadeias produtivas em todo período do PPA 2004-2007 e obtiveram-se os seguintes resultados:

a) cadeias produtivas com melhor desempenho exportador, em 2007, foram a aeroespacial (com o melhor desempenho de 4,54%), as gemas e jóias, os transformados plásticos, e perfumaria, cosméticos e higiene pessoal e farmacêutico (com taxas médias anuais da variação líquida das exportações superior a 3,40%);

b) cadeias produtivas com intermediário desempenho exportador foram as de bens de capital mecânico, da construção civil, do automotivo, e do siderúrgico (com taxas médias anuais da variação líquida das exportações abaixo de 3,40% e superior a 2,86%);

c) cadeias produtivas com baixo desempenho exportador foram as de madeira e móveis, de eletroeletrônico, de couros e calçados, agroquímico, e têxtil e confecções (com taxas médias anuais da variação líquida das exportações abaixo de 2,86%).

A produtividade do trabalho na indústria brasileira cresceu 3,7%, em média, entre 2004 e 2007, percentual considerado bastante expressivo para os padrões internacionais. A produtividade é um indicador de eficiência e, portanto, torna as empresas mais competitivas. Gerando impacto de forma transversal na melhoria da competitividade das cadeias produtivas da indústria nacional, o MDIC apoiou inúmeros projetos de fomento à inserção do *design* no setor produtivo, especialmente, o desenvolvimento da Rede *Design* Brasil, que é o principal portal do gênero na Internet e que abriga também o Observatório do *Design*, que disponibiliza informações sobre a produção do estilo brasileiro, servindo como canal de comunicação entre o empresário e o *designer*. No período, foi realizada a 1ª Bienal Brasileira de *Design*, promovida pelo MDIC e executada pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC), que teve como tema a inovação, expondo um panorama histórico do desenvolvimento do design no País.

No período 2004-2007, por proposta do MDIC, a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) aprovou e publicou 3.797 Ex-Tarifários que correspondem a cerca de US$ 7,3 bilhões de importações de máquinas e equipamentos sem produção nacional. Por sua vez, tais importações impulsionaram investimentos globais pela indústria da ordem de US$ 45,7 bilhões, indicando a realização no País de significativa contrapartida em aquisições de equipamentos, obras e serviços por empresas nacionais. As cadeias produtivas têm um diálogo efetuado por intermédio de 17 fóruns de competitividade em funcionamento (plástico, couro e calçados, construção civil, têxtil e confecções, madeira e móveis, complexo eletrônico, indústria aeroespacial, siderurgia, farmacêutica, automotiva, bens de capital, higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, agroquímica, gemas e jóias, carnes e biotecnologia).

Além destes, estão em atividade o Fórum Mercosul de Madeira e Móveis e o Fórum Setorial de Franquias. Para o ano de 2008, os Fóruns de Competitividade estarão focados na implementação da nova fase da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.

O Ministério procurou reestruturar a cadeia produtiva e a cadeia de pesquisa e desenvolvimento do setor eletroeletrônico. Baseado na implantação de um vigoroso programa na área de microeletrônica, o desenvolvimento da TV Digital no Brasil vai capacitar a engenharia brasileira não somente no segmento da produção industrial, mas também no crescimento da produção de *software*.

O conjunto de medidas é de extrema relevância para o setor, pois proporciona maior capacidade na atração de investimentos, além de ampliar a possibilidade de inserção

brasileira na oferta de bens e serviços no mercado internacional, incluindo a incorporação de tecnologias desenvolvidas por empresas e universidades brasileiras. Os principais fatores de sucesso para o alcance do objetivo setorial foram:

a) aquecimento da demanda interna puxada pelos produtos industriais, contribuindo para o aumento do faturamento das cadeias produtivas;

b) investimento das indústrias no aumento da capacidade produtiva instalada;

c) crescimento no emprego na indústria, tendo sido criados cerca de 1,4 milhões de postos de trabalho;

d) desenvolvimento da Rede Design Brasil criou um ambiente fértil para a comunidade do *design*, movimentando o mercado em termos de troca de informações e experiências das diversas vertentes do *design* por parte dos integrantes da rede e oportunidades – novos produtos, eventos, concursos, empregabilidade;

e) Regime dos Ex-tarifários, ao proporcionar a redução dos custos de investimento em máquinas e equipamentos sem produção nacional, trazidos do exterior e embutidos das mais atualizadas tecnologias, proporcionando às empresas nacionais um elevado grau de competitividade aos produtos por ela fabricados, com visíveis resultados no que se refere à exportação de bens de melhor qualidade e maior valor agregado.

Além disso, ao estimular também o aumento da capacidade de produção do parque industrial, tem contribuído de forma decisiva à maior oferta de bens de consumo ao mercado interno. Quanto aos desafios enfrentados na gestão do Programa, foram os seguintes:

a) recursos orçamentários insuficientes, especialmente, para custeio de despesas de representatividade em eventos relacionados ao *design*, bem como visão limitada da sociedade, por quanto associa o *design* tão somente à arte, quando sua maior identificação diz respeito à indústria;

b) persiste o desafio de tornar a Ação Avaliação de Pleitos de Redução da Alíquota dos Ex-Tarifários cada vez mais eficiente no aparelhamento e modernização do parque industrial brasileiro e do setor de infra-estrutura, cumprindo assim um dos objetivos da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) brasileira.

O Programa Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços, não possui indicador de desempenho, no entanto, os resultados são expressos pela execução das ações que contribuem para a formulação de políticas, cumprindo os objetivos de gerar emprego

e renda, inclusão social e, principalmente, retirar empresas da informalidade. Os resultados obtidos no quadriênio pelo Programa foram:

a) conclusão e implantação da base de dados do Cadastro Nacional de Empresas (CNE), na qual constam dados de 16 milhões de empresas;

b) registro no Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC) de 6.188.110 atos, que se referem a empresas constituídas, alteradas e extintas;

c) aprovação do Projeto Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) em atenção a Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, que visa a redução de custos e prazos para a abertura, alteração e baixa de empresas;

d) fiscalização de 221 empresas, no que tange ao Processo Produtivo Básico (PPB) para Bens de Informática.

ASPECTOS RELEVANTES

Os principais resultados para o alcance do objetivo setorial de fortalecimento das microempresas e empresas de pequeno e médio porte foram obtidos por meio do Programa Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte e do PAB. Os indicadores de desempenho do Programa Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte não foram aferidos no decorrer do quadriênio, tendo em vista o sigilo fiscal das informações, o que dificulta o acesso e a verificação dos dados definidos para a medição dos mesmos. Por esses motivos, os indicadores foram substituídos em 2008. O indicador do PAB não foi medido no período em decorrência da falta de dados sistematizados sobre os artesãos, sendo assim, a partir de 2006 foi desenvolvido o SICAB, com uma base de dados padronizada que unificará o cadastro dos artesãos do País. Em 2007, a implantação do SICAB e treinamento dos técnicos e coordenadores foram realizados em todas as unidades da Federação, e deu-se início aos processos de coleta e inserção dos dados.

Os principais resultados dos programas no período 2004-2007 foram:

a) publicação do Decreto nº 6.174, de 1° de agosto de 2007, instituindo e regulando o Fórum Permanente e publicação da Portaria nº 226 (também de 2007), que aprova o Regimento Interno e estabelece a estrutura e o funcionamento;

b) celebração de 14 convênios para o PEIEx, com atendimento de 21 APLs, o que resultou em 3.479 micro, pequenas e médias empresas inscritas, 48.232 trabalhadores beneficiados, 3.049 empresas com atendimento de demandas, 10.609 demandas atendidas pelo PEIEx;

c) capacitação de 1.660 microempreendedores e distribuição de 100.000 cartilhas para microempreendedores informais;

d) implantação de 1.512 telecentros;

e) instalação do Fórum do Artesanato Brasileiro;

f) capacitação de 1.497 artesãos e multiplicadores, em parceria com os PABs estaduais;

g) participação em 20 feiras, beneficiando, aproximadamente, 28 mil artesãos e foram ainda implantados 13 Centros de Artesanato, por meio de emendas parlamentares.

Os fatores de sucesso para o alcance dos resultados dos programas, em relação ao objetivo setorial definido para o período foram os seguintes:

a) aprovação e instituição do marco legal para as microempresas e empresas de pequeno porte (Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006) e suas regulamentações;

b) construção de parcerias locais e estaduais como os governos, instituições de apoio, empresariado e governanças, por meio do Fórum Permanente e do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP – APL), permitindo o maior alcance das políticas desempenhadas no escopo do Programa Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte;

c) estruturação produtiva do artesanato;

d) construção de parcerias locais e estaduais com os governos, instituições de apoio, artesãos e governanças, por meio do PABs estaduais e do Fórum do Artesanato Brasileiro.

Os principais desafios enfrentados nos programas foram:

a) articulação com as lideranças e entidades de apoio às Micro e Pequenas Empresas (MPEs) em todo o País, considerando a dimensão territorial e as especificidades regionais;

b) capilarização e atuação nos Estados, que tem sido compensada pelas parcerias com as instituições e governos;

c) diferentes estágios de desenvolvimento das MPEs, APLs e das cadeias produtivas;

d) ampliação da representatividade e da participação do segmento de MPEs no processo decisório de políticas públicas nos níveis federal, estadual e municipal;

e) implementação do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte nos Estados e Municípios;

f) ampliação do quadro de recursos humanos na equipe gerencial com perfil adequado para acompanhamento e monitoramento das atividades;

g) qualificação dos recursos humanos das equipes executoras;

h) dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários);

i) dificuldades de celebração de convênios, no âmbito do PAB, as instituições proponentes apresentaram dificuldades no cumprimento das exigências referentes à apresentação de projetos, além do desconhecimento das normas que regem os instrumentos contratuais e legais.

A participação social no Programa Desenvolvimento de Microempresa e Empresas de Pequeno e Médio Porte ocorreu mediante a presença efetiva de 57 instituições de apoio e representatividade de MPEs de todo o País nas reuniões do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Além disso, há também a participação social por meio do GTP - APL, composto por 33 instituições governamentais e não-governamentais e que conta com o envolvimento de 200 instituições.

No âmbito do Programa Artesanato Brasileiro, o Fórum Brasileiro do Artesanato é um espaço de discussão acerca dos temas afetos ao segmento, onde os diferentes grupos de interesse se fazem representar, participando de discussões e proposições. São realizadas reuniões e palestras com artesãos em seus núcleos produtivos, bem como são feitas pesquisas por meio de questionários. As ações dos programas são executadas direta ou indiretamente, de forma descentralizada e por meio de parcerias institucionais, em quase todas as unidades da Federação.

Considerando a necessidade de incrementar, diversificar e agilizar a execução dos serviços de metrologia legal no País, o INMETRO fez parcerias, ao longo do quadriênio, com diversas entidades, com vistas ao objetivo setorial de reforçar e ampliar o Sistema Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial, alcançando os seguintes resultados:

a) o Programa Brasileiro de Avaliação de Conformidade de Biocombustíveis, visando proporcionar confiança de que o combustível certificado segue requisitos técnicos estabelecidos em normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou em normas que venham a ser acordadas internacionalmente, representando critérios úteis à promoção das exportações e à eliminação de barreiras técnicas ao comércio, tem, como pressuposto básico, a exigência no atendimento aos aspectos de preservação sócio-ambiental;

b) consolidação da Metrologia Química no País, área de vital importância para o Brasil, pois suas atividades têm impacto direto em segmentos como fármacos e medicamentos, proteção da saúde do cidadão, aumento da competitividade da indústria nacional, superação de barreiras técnicas à exportação e sobre o meio ambiente. Nesse sentido, o INMETRO vem atuando fortemente em cinco áreas da metrologia química, cujas atividades estão consolidadas: eletroquímica, análise orgânica, análise inorgânica, análise de gases e motores, combustíveis e

lubrificantes, despontando como liderança para o desenvolvimento da metrologia química na América Latina, com participação nos fóruns internacionais e produzindo Material de Referência Certificados (MRC);

c) Certificação Florestal (Ceflor) que conta hoje com quatro organismos de certificação de manejo florestal e cadeia de custódia acreditados pelo INMETRO, que certificaram 10 empresas nos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Rondônia, totalizando 996.244 hectares certificados pelo Ceflor. Realizou-se, ainda, pelo Cerflor, certificação de cadeia de custódia em duas empresas localizadas no ES, RS, e em MG. O número de hectares certificados, em 2003, era de 216.373 e entre 2004 e 2007 houve um crescimento de mais de 350% do número de hectares certificados;

d) Programa de Certificação da Cachaça desenvolvido em parceria com a ABNT e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com o objetivo de inserir no mercado externo cachaças de qualidade comprovada. No período de 2004 a 2007, 23 marcas de cachaça foram certificadas;

e) Produção Integrada de Frutas (PIF), programa de certificação que assegura práticas adequadas de gestão ambiental no cultivo, qualidade e ausência de substâncias tóxicas nas frutas (redução média de 50% de defensivos agrícolas), garantindo seu acesso aos mercados externos mais exigentes. Até 2007, 285 produtores e 36 empacotadores aderiram ao PIF;

f) Alerta Exportador que disponibiliza, via Internet, gratuitamente, para o empresário, as notificações elaboradas pelos países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) que dizem respeito a regulamentos técnicos encaminhados por outros países à organização. Até 2003, haviam 1.069 inscritos no Sistema Alerta Exportador. Em 2007, havia 5.313, representando um acréscimo de 397% no número de inscritos;

g) convênio com a Agência Internacional de Cooperação do Japão (JICA) que viabiliza a transferência de tecnologia japonesa para os países do MERCOSUL com vistas à adequação de embalagens de produtos industriais de modo a minimizar o índice de perdas durante o transporte por estradas, que hoje é da ordem de 15%;

h) Portal do Consumidor, que disponibiliza informações para consumidores via Internet, contribuindo para a melhoria de suas decisões de compra, uso e descarte de produtos, bem como para os fornecedores de produtos e serviços. No período de 2004 a 2007, o número de acessos registrados ao Portal cresceu exponencialmente. Enquanto, em 2003, o portal foi acessado 234.782 vezes, em 2007, houve 5.031.981 acessos, um crescimento de mais de 2.000% no número de acessos;

i) ampliação do Bônus Metrologia que trata de apoio financeiro a micro e pequena empresa para os serviços de calibração e ensaio de produtos, podendo cobrir até

50% dos gastos, operacionalizado por INMETRO, Redes Metrológicas Estaduais e Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE);

j) Bônus Certificação, que objetiva promover a inserção sustentável das micro e pequenas empresas nos programas de avaliação de conformidade por meio de apoio financeiro em até 70% dos custos referentes ao processo de certificação. Os setores definidos como prioritários são: cachaça, mel e frutas, além dos produtos explicitados no Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade (PBAC).

No período de 2004 a 2007, 159 microempresas e empresas de pequeno porte obtiveram o Bônus Certificação nas áreas de equipamentos elétricos de baixa tensão, cachaça, frutas, e pneus reformados e 1.908 microempresas e empresas de pequeno porte estão em processo de obtenção de certificação nas áreas de cerâmica vermelha, eletroeletrônico, cachaça e fruticultura.

Os principais fatores de sucesso que levaram ao alcance do objetivo traçado para o Programa devem-se ao fato de o INMETRO possuir contrato de gestão, sendo avaliado semestralmente pelo Comitê de Avaliação do Contrato de Gestão, em que é analisado o cumprimento dos objetivos e indicadores pactuados. Realizam-se pesquisas de satisfação de seus principais serviços, sendo o nível de satisfação superior a 80%.

Merece destaque também, a formulação do planejamento estratégico do INMETRO em que foram entrevistados os setores acadêmico, empresarial, governamental, de proteção ao consumidor e à cidadania, clientes e parceiros e instituições estrangeiras.

O desempenho dos indicadores do Programa Metrologia e Qualidade Industrial mostra que ao final do quadriênio o objetivo setorial foi alcançado. Apesar de haver crescimento significativo da importância do papel desempenhado pelo INMETRO e uma ampliação da demanda por serviços prestados pelo Programa, houve redução do seu quadro de pessoal no período 1993-2005. Muitos funcionários estão em vias de se aposentar. Acredita-se que nos próximos anos (2008 e 2009) essa carência seja amenizada com a realização de concurso público.

Outro desafio a ser enfrentado é que os recursos materiais são inadequados, pois o INMETRO precisa manter uma frota de veículos atualizada, uma vez que, os mesmos se constituem em instrumento de trabalho fundamental para a execução das atividades de campo, verificação e fiscalização metrológica. Os procedimentos governamentais que limitam a execução orçamentária no que diz respeito à cota orçamentária e ao limite de pagamento, principalmente, para a fonte própria (250 e 281), também é um desafio enfrentado.

No período, foi implantada a primeira fase do Projeto de Reestruturação do INPI, a qual se iniciou com a adequação emergencial do orçamento e com uma primeira revisão da estrutura administrativa do órgão. Seguiram-se daí a progressiva recomposição do quadro de recursos humanos e as primeiras ações com vistas à reordenação do espaço físico e modernização das instalações, absorção de tecnologia, revisão de processos de trabalho e o fortalecimento dos canais de comunicação com a sociedade, para uma efetiva atividade de difusão da informação tecnológica e de educação em propriedade intelectual.

Todas essas mudanças acabaram por contribuir para que o Programa Propriedade Intelectual apresentasse um excelente desempenho ao final do PPA 2004-2007, particularmente, na ação de Concessão de Registro de Marcas e na ação de Promoção à Geração, à Proteção e à Comercialização de Propriedade Intelectual. Os indicadores do Programa refletem os resultados da reestruturação do Instituto. Em 2004, o tempo decorrido entre depósito e concessão de marcas era de cinco anos e de patentes, de nove anos. Em 2007, os índices alcançados foram, respectivamente, dois anos para marcas e 7,5 anos para patentes, demonstrando o excelente desempenho desses indicadores A melhoria se reflete de modo ainda mais evidente quando apurada com base no prazo esperado para a concessão do último pedido depositado no INPI. Os indicadores apontavam uma espera de 12 anos no caso de marcas e de 15 anos no caso de patentes.

Ao final de 2007, esses indicadores atingiram 1,13 ano para marcas e 7,28 anos para patentes. O INPI precisa aumentar o seu quadro de examinadores de patentes para chegar à meta internacionalmente considerada ideal de cerca de quatro anos de prazo de concessão de patente. Aguarda-se a aprovação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) para a realização de concurso público no ano de 2008. O Programa possui mais dois indicadores de efetividade que medem prazo.

O Prazo de Análise de Contratos e Faturas de Tecnologia é o que obteve melhor desempenho, mantendo-se dentro da meta estabelecida de um mês desde 2004 e findando 2007 com 0,82 mês. Já o Prazo de Concessão de Registro de Desenho Industrial atingiu um resultado ligeiramente acima da meta (previsão de um mês), com 1,28 mês. Os demais indicadores do Programa mensuram fatores exógenos aos esforços do INPI, tanto no que se refere ao Crescimento do Volume de Depósitos de Patentes de Invenção, quanto ao que se refere ao Crescimento do Volume de Depósitos de Modelo de Utilidade. As ações de longo prazo de educação, pesquisa, fomento e articulação visam atacar este problema.

No decorrer do PPA 2004-2007, o INPI alcançou importantes resultados por meio do Programa, podendo-se destacar:

a) avanço nos Tribunais Superiores dos posicionamentos do INPI;

b) aprovação do INPI na condição de Autoridade Internacional de Busca (ISA) e Autoridade Internacional de Exame Preliminar de Patentes (Ipea);

c) implantação do novo portal de serviços e informações do INPI;

d) implantação da Academia de Propriedade Intelectual;

e) ampliação da promoção do uso estratégico da propriedade intelectual por cidadãos e empresas brasileiras;

f) aprofundamento da cooperação nacional com outras instituições do Sistema Nacional de Inovação;

g) integração sul-americana;

h) aprofundamento das ações de cooperação internacional. Esses resultados demonstram que o INPI vem atuando de forma a atender o objetivo setorial do PPA de Promover a Propriedade Intelectual.

No que se refere aos objetivos setoriais de Desenvolver o Pólo Industrial de Manaus e Formular e Implementar mecanismos para favorecer a promoção e a defesa comercial, os indicadores dos programas Pólo Industrial de Manaus e Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental mostram os esforços da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) para alcançá-los.

Nos programas Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental e Pólo Industrial de Manaus, foram apoiados 187 projetos num total de R$ 192 milhões em 2007, o maior volume de investimentos já feito pela autarquia na região, em um único ano. Com esse montante, soma R$ 395,24 milhões o total de recursos aplicados pela SUFRAMA somente no período de 2004 a 2007.

A SUFRAMA tem exercido o papel de agência indutora do desenvolvimento, configurando-se como uma das principais fontes de investimentos públicos federais para a infra-estrutura econômica da região. Um volume considerável desses recursos foi destinado para formação qualificada de recursos humanos. São dezenas de doutorados, mestrados, especializações e até mesmo graduações em áreas como Engenharia de Produção, Informática, Biotecnologia, Logística, Doenças Tropicais, Microeletrônica, Mecânica, Robótica, entre outras, contribuindo para a formação de pelo menos mais 1.000 doutores e 2.000 mestres nos próximos oito anos. Os principais fatores responsáveis pelo sucesso dos programas no quadriênio foram:

a) aperfeiçoamento da gestão;

b) aperfeiçoamento da política industrial, pautada na identificação das vantagens comparativas regionais, com a finalidade de atrair novos investimentos para a área sob jurisdição da SUFRAMA com vistas à promoção do desenvolvimento da Amazônia Ocidental;

c) apoio governamental na implementação das suas ações;

d) parcerias estabelecidas com instituições nacionais e internacionais;

e) qualificação da equipe técnica.

Em relação às dificuldades enfrentadas na gestão do PPA e do modelo econômico implantado em Manaus, tem-se:

a) recursos orçamentários e financeiros insuficientes para a execução dos programas;

b) falta de governança regional sobre os processos produtivos dos produtos da Zona Franca de Manaus;

c) alteração dos marcos regulatórios por instrumentos infralegais;

d) necessidade de alterações de ordem tributárias;

e) inadequação de infra-estrutura portuária;

f) dificuldades logísticas;

g) quadro de servidores insuficientes;

h) mudanças de plataforma tecnológica.

A Taxa de Participação na Arrecadação de Tributos Federais na 2ª Região Fiscal passou de 61,44% em 2004 para 64,02%, índice superior ao previsto para o final do PPA 2004-2007. A exportação acumulada no período foi de US$ 5,6 bilhões.

O resultado alcançado em 2007 ficou abaixo do registrado em 2004, tendo em vista a transferência de plantas fabris de empresas exportadoras para filiais no México a partir de 2006. O faturamento do PIM apresentou resultados substanciais, acumulando no período o montante de US$ 81,46 bilhões. Em 2007, o faturamento foi de US$ 25,67 bilhões, aumento de 144,48% em comparação a 2005. O indicador de Índice de Mão-de-Obra no Pólo de Manaus apresentou resultados positivos no período, com média anual de crescimento dos empregos em 11,2%. Em 2007, foram gerados 98.246 postos de trabalho, contra 64.971 em 2003, o que representa aumento de 51,21%.

Os investimentos realizados pela SUFRAMA no quadriênio contribuíram para o alcance do índice previsto para o indicador Taxa de Participação do PIB Regional no Nacional, que foi de 2,81% em 2007, e 1,71% em 2003. Os principais resultados obtidos no PIM foram:

a) aprovação de 1.075 projetos industriais;

b) aprovação de 372 projetos agropecuários;

c) acompanhamento e controle de 2.494 projetos industriais e agropecuários;

d) publicação de 346 Processos Produtivos Básicos (PPB), no Diário Oficial da União permitindo a fabricação de novos PIM de US$ 3,89 bilhões equivalente a 58,53% do estoque de investimento do PIM;

e) realização de duas edições da Feira Internacional da Amazônia (FIAM) II e III;

f) assinatura de cinco convênios para realização de cursos de mestrado em circuitos digitais e microeletrônica, especialização em televisão digital HDTV, doutorado em

planejamento de transporte e logística, implementação e gerenciamento de projetos constantes do Plano de Negócios e construção do Centro de Tecnologia Eletrônica e Telecomunicações (CETELI) e treinamentos em microeletrônica e automação;

g) implantação da 2ª fase do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA);

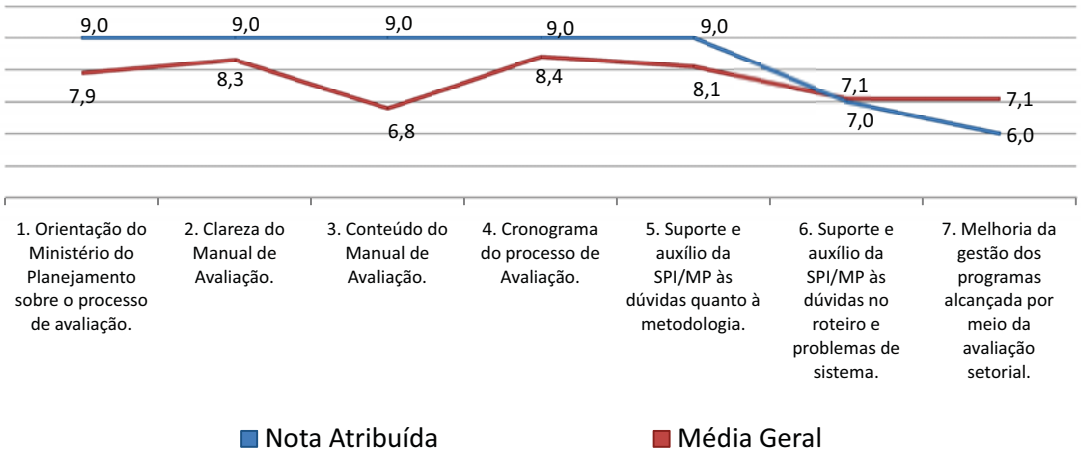
h) convênio com o Centro de Indústrias do Estado do Amazonas (CIEM), visando à implantação do projeto de revitalização do sistema viário e expansão da infra-estrutura do Distrito Industrial de Manaus.

O BNDES visou dar acesso a capital de longo prazo as empresas dos mais diversos setores, nas mais variadas formas, bem como apoiar o desenvolvimento à infra-estrutura, a inclusão social e o desenvolvimento urbano, aumentar o volume e a qualidade das exportações, e buscar o desenvolvimento econômico e a geração de emprego.

As ações do BNDES colaboraram para o alcance dos resultados em diversos programas do MDIC, no período de 2004 a 2007. Os desembolsos somaram o montante na ordem de R$ 137,7 bilhões, beneficiando diversos segmentos do setor produtivo.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MDIC mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MDIC e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



ARTESANATO BRASILEIRO

GERENTE DO PROGRAMA

Armando de Mello Meziat Neto

OBJETIVO

Fortalecer a competitividade do produto artesanal para a geração de trabalho e renda e promover seu acesso ao mercado externo.

PÚBLICO-ALVO

Artesãos cadastrados nos órgãos estaduais competentes

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 927.583,00	Empenho Liquidado:	R$ 926.799,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 926.799,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Variação da Renda dos Artesãos Cadastrados nos Órgãos Estaduais Competentes - Porcentagem	-	-	-	-	121.00	-

1. TAXA DE VARIAÇÃO DA RENDA DOS ARTESÃOS CADASTRADOS NOS ÓRGÃOS ESTADUAIS COMPETENTES

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Com relação ao único indicador do Programa, até o momento, não foi possível apurar os índices em 2004, 2005, 2006 e 2007. Em 2005 e 2006, veiculou-se a existência de 8,5 milhões de artesãos no País. No entanto, não existiam pesquisas e estudos que respaldassem esse dado. Em 2006, foi verificado que não existia cadastro ordenado dos artesãos nos Estados, inviabilizando a apuração do indicador. Conforme negociado em reuniões com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) do MDIC, em 2006 e 2007, foi desenvolvido o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro, com uma base de dados padronizada que unificará o cadastro dos artesãos do País. Em 2007, o Sistema foi implantado em todas as unidades Federativas (UFs), bem como foram

treinados técnicos e coordenadores para sua operação, e deu-se início aos processos de coleta e inserção dos dados. Para maio de 2008, está prevista a geração dos primeiros relatórios para monitoramento da situação de cada UF, visando o ordenamento dos processos de apuração. Provavelmente, tal índice poderá ser auferido quando o cadastramento nacional de artesãos estiver implementado e o setor estiver organizado, possibilitando, também, a adoção de novos indicadores a partir de 2009.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O artesanato é um dos segmentos com maior potencialidade para contribuir de forma direta para a geração de trabalho e renda. Trata-se de um modo de produção com características próprias e com grande potencialidade de agregação de valor ao produto, bem como de uma maior inserção tanto no mercado interno quanto no mercado externo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Concluída a implantação do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB).

- Capacitação de artesãos em diversos temas relacionados ao desenvolvimento e ao desempenho de suas atividades.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais Restrições e Providências Adotadas

O Programa Artesanato Brasileiro (PAB) empenhou e liquidou, em 2007, praticamente 100% do orçamento aprovado, a melhor performance no período do PPA 2004-2007. O montante do orçamento autorizado (Lei + Créditos) em 2007 foi 166% maior ao registrado em 2006 (R$ 391.798,00).

Em 2007, concluiu-se a implantação do Sistema SICAB que possibilitará a migração de base de dados existentes nos Estados, reunindo em um único ambiente, dados dos artesãos e suas organizações em todo o País. O Sistema foi implantado em todas as unidades da Federação, e foi viabilizado um amplo programa de capacitação para os operadores nos Estados. Os testes iniciais com o novo sistema deverão ser realizados no início de 2008, possibilitando a emissão dos primeiros relatórios. O sistema vai permitir conhecer de fato o número de artesãos no País, sua localização, situação econômica e financeira e possibilitará, também, a futura emissão da Carteira Nacional do Artesão, um documento de identificação profissional da categoria.

No âmbito da Ação Capacitação de Artesãos e Multiplicadores foram capacitadas 1.435 pessoas, bem acima da meta prevista de 850. A referida ação é implementada em parceria com os PABs Estaduais, que abrange treinamento para a operação do SICAB, seminários, estes realizados nos Estados do Rio de Janeiro, Goiás, Distrito Federal, Paraná, Mato Grosso e Rio Grande do Norte, oficinas de orientações para apuração de resultados de vendas e de

elaboração de projetos para efetivação de convênios e/ou contratos, cursos e ou palestras em 58 Municípios, bem como parcerias entre o PAB Minas Gerais (MG) Governo Estadual e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com apoio institucional do MDIC para a capacitação de artesãos. Sob a orientação do PAB realizou-se oficinas e cursos de capacitação no Estado do Acre, com o apoio de Prefeituras daquele Estado.

Adicionalmente, foi firmado Convênio nº 009/2007 com a Comissão de Turismo Integrado do Nordeste (CTI/NE), para capacitação de artesãos em dois Municípios do Estado de Pernambuco e constituído o Grupo de Trabalho.

A Ação Feiras e Eventos para Comercialização da Produção Artesanal promoveu a participação em seis Feiras, uma a mais da previsão inicial, beneficiando aproximadamente 12 mil artesãos, com volume aproximado de vendas de R$ 2 milhões. Elaborado o Manual de Orientação do PAB nas Feiras e Eventos de Comercialização de Produtos Artesanais estabelecendo critérios e procedimentos de apuração de resultados da vendas dos artesãos. Das seis feiras realizadas, três foram de âmbito Nacional e uma regional, com aporte de recursos financeiros pelo MDIC, e participação no 35° Congresso da ABAV, em parceria com o Ministério do Turismo (MTur), e também a participação no Pavilhão do Artesanato, em Cáceres (MT).

A Ação Estruturação Produtiva do Artesanato Brasileiro iniciou o apoio, por intermédio de assinatura de convênios, a três dos quatro projetos previstos, entretanto, a execução física se dará em 2008.

O desempenho do Programa foi satisfatório em 2007. Contudo a implementação enfrenta dificuldades. Uma das dificuldades é a carência de recursos humanos na gerência do Programa. A quantidade de recursos humanos que compõe a equipe gerencial é insuficiente para a implementação do Programa. Há necessidade de ampliação da equipe com técnicos que possuam perfil adequado para acompanhamento e monitoramento das atividades, além de conhecimento e competências básicas que favoreçam a definição de políticas públicas para o setor artesanal. Necessita-se, também, de técnico para o monitoramento do SICAB, com conhecimento básico no gerenciamento de informações.

Igualmente é insuficiente a qualificação dos recursos humanos das equipes executoras tendo em vista que a execução do Programa é descentralizada e nem todas as equipes encontram-se no mesmo nível de qualificação. Há necessidade de contribuição da capacitação técnica e gerencial para as equipes executoras.

Os recursos orçamentários alocados para as ações do Programa foram insuficientes. Na Ação Capacitação de Artesãos e Multiplicadores, projetos dos Estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Tocantins, Amapá, Espírito Santo e Santa Catarina não foram atendidos devido a escassez de recursos. Na Ação Feiras e Eventos para a Comercialização da Produção Artesanal, o Programa não apoiou oito feiras, que era o número ideal.

Pelo fato de ser um Programa de execução descentralizada, ocorrem dificuldades de celebração de convênios ou contratos na gerência para operacionalização. As instituições proponentes, de modo geral, apresentam dificuldades no cumprimento das exigências referentes à apresentação de projetos, de documentos, aliado ao desconhecimento das normas que regem os instrumentos contratuais e legais.

As instituições executoras vêm cumprindo o objeto acordado, apesar das suas dificuldades na elaboração de projetos, no desenvolvimento de planos de trabalho e no atendimento das exigências administrativas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

São realizadas reuniões de trabalho com os coordenadores dos PABs Estaduais e artesãos, para monitoramento dos projetos executados e avaliar o desempenho físico referente às ações Feiras e Eventos para Divulgação e Comercialização do Produto Artesanal, Capacitação de Artesãos e Multiplicadores Estruturação Produtiva do Artesanato Brasileiro e Gestão e Administração do Programa (GAP).

Técnicos do Programa participam de atividades *in loco*, verificando o cumprimento e o desempenho das ações conforme estabelecido nos convênios e nos contratos.

Os coordenadores dos PABs Estaduais e Secretários de Estado têm efetivado o acompanhamento da implementação das ações que integram o Programa por meio de *e-mails*, pela comunidade virtual do Programa e por meio de consultas via Internet, que subsidiam a elaboração dos Relatórios de Gestão que, posteriormente, são compartilhados com os agentes que desenvolveram os projetos, com os coordenadores dos PABs Estaduais e com os Secretários de Estado.

Foram repassados aos 27 PABs Estaduais os procedimentos estabelecidos no Manual de Orientação do PAB nas Feiras e Eventos de Comercialização de Produtos Artesanais, para monitoramento sobre o desempenho físico da Ação Feiras e Eventos no roteiro de orientações para apresentação, celebração, acompanhamento e monitoramento dos convênios e contratos, como forma de disseminação das informações que possibilitassem a sua aplicação por técnicos locais.

Os parceiros governamentais e não-governamentais responsáveis pela execução dos projetos vêm cumprindo com o objeto acordado.

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social, como a Ouvidoria, criada em 2006, que funciona como um canal aberto e direto à participação do público e dos usuários dos serviços do Ministério, visando promover a harmonia das relações entre cidadãos e as áreas internas do MDIC e a reuniões com grupos de interesse que ocorrem palestras com artesãos em seus núcleos produtivos, incentivo ao movimento associativista e cooperativista. Participação em eventos para divulgação e comercialização de produtos artesanais.

As ações implementadas no âmbito do Programa são originadas nas coordenações estaduais que mantêm interface direta com os artesãos. Ademais, no âmbito do Fórum Brasileiro do Artesanato, espaço de discussão acerca dos temas afetos ao segmento, os diferentes grupos de interesse se fazem representar, participando das discussões e proposições.

O Programa avalia a satisfação do beneficiário por meio de questionário, junto aos artesãos participantes de eventos de divulgação e comercialização, cursos de capacitação e estruturação de núcleos produtivos de artesanato.

COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS

GERENTE DO PROGRAMA

Armando de Mello Meziat Neto

OBJETIVO

Elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País, com ações voltadas para o incremento das exportações e dos investimentos vinculados ao aumento da competitividade e à substituição de importações.

PÚBLICO-ALVO

Setor industrial produtivo das principais cadeias produtivas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 8.903.683,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.682.953,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.682.953,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 19.774.126.000,00	R$ 23.709.265.536,58	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva Automotiva - Índice Numérico	-	1.85	2.24	0.40	7.50	5,33%
2. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva da Construção Civil - Índice Numérico	-	1.79	4.21	0.04	10.00	0,40%
3. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva da Indústria Aeroespacial - Índice Numérico	-	-0.12	0.89	4.49	7.75	57,94%
4. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva da Indústria Agroquímica - Índice Numérico	-	0.16	1.35	0.85	3.50	24,29%
5. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva de Bens de Capital - Índice Numérico	-	1.46	2.62	2.02	7.50	26,93%
6. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva de Couro e Calçados - Índice Numérico	-	0.35	2.71	0.91	4.50	20,22%
7. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva de Gemas e Jóias – Porcentagem	-	0.20	7.69	1.42	6.00	23,67%
8. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva de Higiene Pessoal - Índice Numérico	-	1.37	3.98	1.26	10.00	12,60%

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
9. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva de Madeira e Móveis - Índice Numérico	-	0.06	0.43	0.49	7.00	7%
10. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva de Perfumaria e Cosméticos - Índice Numérico	-	1.37	3.98	1.26	10.00	12,60%
11. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva de Plástico - Índice Numérico	-	1.82	3.95	1.55	7.50	20,67%
12. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva de Siderurgia - Índice Numérico	-	1.63	0.83	0.55	10.00	5,50%
13. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva do Complexo Eletrônico - Índice Numérico	-	2.61	4.21	0.09	7.50	1,20%
14. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva Farmacêutica - Índice Numérico	-	0.96	5.04	2.44	4.25	57,41%
15. Taxa de Variação Líquida das Exportações da Cadeia Produtiva Têxtil e de Confecções - Índice Numérico	-	0.35	-1.15	1.15	4.75	24,21%

1. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA AUTOMOTIVA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Substituído.

2. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Substituído.

3. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DA INDÚSTRIA AEROESPACIAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Substituído.

4. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DA INDÚSTRIA AGROQUÍMICA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Substituído.

5. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE BENS DE CAPITAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Substituído.

6. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE COURO E CALÇADOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Substituído.

7. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE GEMAS E JÓIAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Substituído.

8. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE HIGIENE PESSOAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Substituído.

9. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE MADEIRA E MÓVEIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Substituído.

10. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE PERFUMARIA E COSMÉTICOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Substituído.

11. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE PLÁSTICO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Substituído.

12. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE SIDERURGIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Substituído.

13. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DO COMPLEXO ELETRÔNICO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Substituído.

14. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA FARMACÊUTICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Substituído.

15. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA TÊXTIL E DE CONFECÇÕES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Substituído.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O desenvolvimento da indústria brasileira tem de ser pensado nos marcos de um modelo de abertura e integração crescente da economia do País. Logo, o processo de globalização e a inserção competitiva da economia brasileira na economia internacional impõem o incremento da competitividade internacional das cadeias produtivas no Brasil. Impõe-se uma política vigorosa de aumento da competitividade das empresas nacionais, por diversos motivos, pois os ganhos de produtividade são hoje o motor inquestionável do crescimento econômico e o Brasil apresenta desvantagens significativas em relação aos *benchmarks* internacionais, tais ganhos são indispensáveis ao equilíbrio macroeconômico do País, em especial, no que concerne ao balanço de pagamentos, são também essenciais para que se assegure uma integração soberana do País à comunidade internacional e por fim, para que se alcance uma redução efetiva da pobreza e da miséria, e aumentos substantivos nos salários reais.

A competitividade é aqui abordada em sua acepção ampla, em suas várias faces e dimensões. O grau de competitividade final de uma empresa é, na realidade, o resultado da conjunção de uma série de fatores no nível das empresas, no nível estrutural e no nível sistêmico. Sendo assim, a competitividade, no sentido mais amplo, é uma referência inevitável para o futuro do setor produtivo do País. Não apenas para disputar mercados externos, mas também concorrer no mercado doméstico com os competidores internacionais. Nesse contexto, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) prioriza as cadeias produtivas relacionadas aos setores de fármacos, *software*, bens de capital e semicondutores, e os setores portadores de futuro: biotecnologia, nanotecnologia, biomassa e metais especiais.

O conceito de cadeias produtivas é fundamental para se tratar da questão da competitividade em seus aspectos setoriais. Isso será atingido por meio da intensificação do diálogo entre o poder público, o setor privado, o terceiro setor e os trabalhadores. O estreitamento dessa relação estará centrado no fortalecimento e na ampliação dos Fóruns de Competitividade como espaço de discussão na busca de soluções consensuais dos diversos obstáculos que limitam o desenvolvimento industrial e comercial brasileiro.

O Objetivo Setorial Associado é promover a competitividade das cadeias produtivas do País, com especial ênfase às cadeias relacionadas aos setores considerados prioritários pela PITCE:

a) fármacos, software, bens de capital e semicondutores;

b) setores portadores de futuro, biotecnologia, nanotecnologia, biomassa;

c) metais especiais, objetivando melhor aproveitamento das potencialidades produtivas e setoriais;

d) geração de emprego e renda;

e) redução das desigualdades sociais e regionais e fortalecimento dos pólos produtivos regionais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Avaliação de 1.944 pleitos de Redução de Ex-Tarifários, resultando em investimentos globais de US$ 11,0 bilhões.

• Fortalecimento de diversas cadeias produtivas, a exemplo do Programa Revitaliza lançado pela Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais Restrições e Providências Adotadas

O Programa empenhou e liquidou pouco mais de 19% do orçamento aprovado em 2007, índice superior ao registrado em 2006 e semelhante com o desempenho em 2005. Mesmo considerando o aumento ocorrido em relação a 2006, a execução financeira é baixa. Entretanto, ocorreu o inverso com as ações não-orçamentárias, que não demandam recursos do orçamento da União, uma vez que a realização financeira aumentou em aproximadamente 19% se comparado com a previsão inicial em 2007, ou seja, atingiu R$ 23,7 bilhões, de um total previsto de R$ 20,0 bilhões. O desempenho financeiro poderia ter alcançado percentual próximo a 100% caso a Ação Rede de Centros Tecnológicos e Apoio às Empresas de Pequeno e Médio Porte tivesse utilizado os recursos orçamentários previstos de pouco mais de R$ 7,0 milhões, valor muito próximo a 90% do orçamento do Programa. Esta ação decorre do Ajuste Complementar ao Acordo firmado entre a Comunidade Econômica Européia e o Brasil, em que a Comissão Européia repassa recursos ao Governo Brasileiro para a execução de ações do projeto Rede de Centros Tecnológicos e Apoio às Pequenas e Microempresas Brasileiras. Esse ajuste permitiu ao beneficiário, o MDIC, delegar as atividades a uma entidade de gestão e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), através de um convênio, ficou incumbida da missão, porém dificuldades burocráticas fizeram necessária nova estruturação do plano operacional, o que demandou tempo, impossibilitando a execução das ações no ano de 2007.

No que se refere à Ação Fortalecimento das Cadeias Produtivas, os recursos são escassos (R$ 550 mil), que impede qualquer ação relacionada a políticas de desenvolvimento industrial, limitando-se a atendimentos a pleitos (pequenos projetos) específicos de cadeias produtivas priorizadas.

No que se refere às ações não-orçamentárias, executadas em sua maioria pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco do Brasil (BB), com impacto direto no alcance dos objetivos deste Programa, alcançaram 119,9% (execução física, em média) de execução, em relação ao valor previsto. Trata-se de linhas de crédito disponibilizadas à indústria, possibilitando o financiamento do seu investimento. A Ação Financiamento de Longo Prazo para Cadeias Produtivas do País, de responsabilidade do BB, teve um desempenho físico menor do que o previsto, ou seja, 12.799 financiamentos concedidos, de uma previsão de 23.315 financiamentos, mas o montante emprestado aumentou de R$ 1,3 bilhão para R$ 3,6 bilhões, um expressivo aumento.

No contexto do desenvolvimento da cadeia automotiva, em agosto de 2007, o Brasil e o Uruguai firmaram o 67º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica (ACE 2), estabelecendo novas regras para o comércio bilateral de produtos automotivos que terão vigência até 30 de junho de 2008. As partes acordaram que durante o período desse Protocolo Adicional os dois países procurariam negociar regras mais definitivas para o comércio bilateral, a serem utilizadas como base para a construção de uma Política Automotiva Comum para o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Trata-se de acordo anterior ao MERCOSUL (ACE 18) que continua em vigor para abrigar produtos que não estão plenamente inseridos no MERCOSUL, como os produtos automotivos.

Nas cadeias produtivas associadas à utilização intensiva de mão-de-obra, observou-se uma expressiva elevação das relações comerciais do Brasil. Tanto as importações quanto as exportações apresentaram um salto em 2007. As exportações do setor de gemas e jóias de janeiro a outubro de 2007 apresentaram um aumento de 17,5% em relação ao mesmo período do ano passado. O setor de papel e celulose encerrou o primeiro semestre com *superavit* comercial de US$ 1,68 bilhão, e expansão de 17,3% em relação a igual período do ano passado. As exportações do setor de couro apresentaram um aumento de 18,7% (janeiro até novembro), totalizando US$ 1,99 bilhão. Em relação ao setor têxtil e de confecções, as exportações tiveram um aumento de 8,8% de janeiro a outubro de 2007 em comparação ao mesmo período de 2006. O avanço das exportações de móveis foi da ordem de 9,6%, enquanto de madeira foi de 6% baseado no período de janeiro a outubro (2006-2007).

Houve uma expansão no nível de produção dos setores intensivos em mão-de-obra. No setor de celulose, foram produzidas, no País, 5,7 milhões de toneladas de janeiro a junho deste ano, o que significa expansão de 3,6% em relação ao mesmo período de 2006. Já a produção de papéis cresceu 2,7% em igual comparação, para 4,4 milhões de toneladas, ante 4,3 milhões de toneladas produzidas entre janeiro e junho de 2006. Relacionado ao setor coureiro-calçadista, segundo informações do setor privado, a venda de calçados no mercado interno alcançou 600 milhões de pares, com alta de 10% sobre 2006, sendo que o mercado interno movimentou 25% acima dos valores de 2006.

Entre as medidas adotadas ao longo do ano, para o desenvolvimento das cadeias produtivas de setores intensivos em mão-de-obra, cita-se o Programa Revitaliza, lançado pela Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, que se reveste de medidas para estimular a competitividade e eficiência de setores industriais afetados com a valorização cambial e com a concorrência internacional.

Estabeleceu-se o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Mercosul, que contém um conjunto de quatro projetos nacionais, na cadeia de madeira e móveis, com a participação dos países integrantes do Mercosul, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com a participação de governos, setor privado e instituições correlatas.

Foi lançado, também o Plano de Desenvolvimento e Integração Produtiva do Mercosul. A pauta apresenta um conjunto de diretrizes e programas, tais como:

a) Programa Regional de Capacitação de Recursos Humanos em Integração Produtiva;

b) Projetos de Integração Produtiva Regional;

c) Programa de Cooperação entre Institutos de Tecnologia;

d) Instalação de Novos Foros de Competitividade Mercosul, entre outros.

Com o objetivo de normalizar o abastecimento de peles de caprinos e de ovinos, foi reduzida a alíquota de importação do produto para 0%, com imediata repercussão positiva para os curtumes do Norte e Nordeste do Brasil. Por outro lado, como medida para minimizar os efeitos do câmbio valorizado, foram elevadas as alíquotas de importações para têxteis, confecções e calçados, ficando determinado um aumento nas alíquotas do Imposto de Importação para 26% nos artigos têxteis, e para 35% nos artigos de confecção e calçados.

Em relação à Política de Desenvolvimento da Biotecnologia, as principais ações desenvolvidas voltaram-se para a estruturação e funcionamento do Comitê Nacional de Biotecnologia, criado em 2007, bem como para a reestruturação deste Fórum de Competitividade, com ações voltadas aos seus quatro eixos setoriais: Saúde Humana, Agropecuária, Industrial e Ambiental.

Buscando disseminar o uso e a produção internacional do etanol e do biodiesel, os governos do Brasil, Estados Unidos (EUA), China, Índia, União Européia e África do Sul lançaram o Fórum Internacional de Biocombustíveis. Os trabalhos do Fórum subsidiarão a realização da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, em 2008, no Brasil. Foi firmado um Memorando de Entendimento Brasil - EUA sobre biocombustíveis, na ocasião da visita do Presidente Bush ao Brasil em março de 2007. O Memorando contempla as seguintes ações:

a) pesquisa e desenvolvimento para biocombustíveis de próximas gerações;

b) fomento para os biocombustíveis em terceiros países;

c) desenvolvimento de padrões (materiais de referência) para a definição de especificações de biocombustíveis, firmando parceria entre o INMETRO e o *National Institute of Standards and Technology* (NIST).

Firmado Convênio com a Associação dos *Designers* de Produto (ADP), para realização e divulgação de pesquisas setoriais sobre o impacto econômico do design em 10 setores produtivos e sua divulgação. Já foram publicados, na Internet, os estudos sobre os setores de Utilidades Domésticas e Mobiliário. Restam concluir e publicar os estudos sobre Jóias e Gemas, Construção Civil e Habitação, Eletrodomésticos e Eletro-eletrônicos, Automotivo e Transportes, Máquinas e Equipamentos, Moda e Acessórios, Médico-hospitalar e Equipamentos Esportivos.

Mediante parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Centro de Design Paraná, o MDIC apoiou a criação do portal oficial do design brasileiro – *www.designbrasil.org.br*. Principal sítio brasileiro de *design* na Internet possui mais de 7.000 inscritos e dispõe do maior cadastro de profissionais e escritórios na área de *design* (mais de 500 cadastrados), comporta o Observatório do Design, para identificar novos talentos e o melhor da produção nacional.

Avaliados 1.944 pleitos de redução de alíquota do Ex-Tarifários, atingindo 108% da meta prevista. Do total de pleitos avaliados, foram aprovados 1.210 pleitos (reduções tarifárias concedidas), resultando em investimentos em bens de capital importados no valor de US$ 2,6 bilhões e investimentos globais de US$ 11,0 bilhões.

Em que pese o desempenho financeiro das ações orçamentárias, os resultados foram muito bons, considerando as ações não-orçamentárias e outras ações que não dependem de alocação de recursos decorrentes do trabalho de articulação desenvolvido pelo MDIC, junto às cadeias produtivas. A Execução física foi de 40% a 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007.

Algumas ações obtiveram execução superior ou igual a 100%, a exemplo da Ação Avaliação de Pleitos de Redução de Alíquota dos Ex-Tarifários e Fomento a Projetos de Desenvolvimento do *Design* Nacional, mas também ações com resultados físicos baixos, como as ações Fortalecimento das Cadeias Produtivas e Inserção do *Design* em Setores Produtivos, cujos resultados físicos somente serão conseguidos em 2008.

O Programa possui 15 indicadores, todos vinculados à taxa de variação líquida das exportações de diversas cadeias produtiva. Entretanto, nenhum indicador alcançou os índices previstos ao final de 2007, porquanto quando concebidos, não se tinha idéia da valorização do real frente a outras moedas, notadamente o dólar, a concorrência de produtos estrangeiros, principalmente, os oriundos da China, além do aquecimento da economia que levou muitas empresas a optarem por vendas internas em detrimento das exportações. Dois indicadores atingiram a meta prevista ao final de 2007 em 2006, entretanto, os resultados favoráveis não puderam ser mantidos. Ressalte-se que, em 2007, mesmo com o crescimento vigoroso das exportações, as importações apresentaram crescimento muito maior, dificultando os resultados aqui descritos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As reuniões de trabalho são, por excelência, a principal forma de atuação dos Fóruns de Competitividade. É através dessas reuniões que são discutidos e avaliados o andamento de planos de trabalho estabelecidos. Não existe um padrão de periodicidade, em razão das especificidades de cada cadeia produtiva, bem como de suas coordenações. A abrangência corresponde a todas as cadeias produtivas contempladas com Fóruns de Competitividade ou Câmaras Técnicas Setoriais.

As despesas com Gestão Administrativa do Programa (GAP) foram limitadas ao valor autorizado para empenho, que foi de R$ 356.473,00. A considerar a disponibilidade de

recurso como sendo o limite de empenho, a execução alcançou quase 100% do previsto, sendo que os recursos foram destinados em sua totalidade para o pagamento de despesas com diárias e passagens. O montante é insuficiente, em razão do grande número de cadeias produtivas abrangidas pelo Programa, limitando a participação de responsáveis pelos seus acompanhamentos, em reuniões de trabalho, eventos e programações diversas.

Os Fóruns de Competitividade permitem a participação de todos os interessados na promoção de ações que venham a fortalecer a cadeia produtiva considerada, na busca de maior competitividade, ao mesmo tempo em que fornece a transparência necessária a um ambiente de confiança mútua entre todos os atores envolvidos.

A gerência do Programa destaca a necessidade de construir novos indicadores no âmbito do PPA 2008-2011 de modo que se possa acompanhar o desempenho de cadeias produtivas, não necessariamente vinculadas a desempenho externo (exportação). No âmbito do PPA 2008-2011 todos os 15 indicadores citados foram substituídos por um único, Taxa de Variação Líquida das Exportações da Indústria, que já se constitui um avanço em relação aos indicadores anteriores.

DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE

GERENTE DO PROGRAMA

Armando de Mello Meziat Neto

OBJETIVO

Aprimorar o tratamento privilegiado às Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte nas áreas de tecnologia, formação e capacitação, acesso à informação, ao comércio exterior, acesso ao crédito e à infra-estrutura, bem como implementar políticas públicas de caráter vertical com vistas à promoção do desenvolvimento integrado dessas empresas em arranjos produtivos locais, possibilitando a geração de emprego e renda e o estímulo às exportações.

PÚBLICO-ALVO

Microempresas e empresas de pequeno e médio porte

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 137.966.189,00	Empenho Liquidado:	R$ 135.505.604,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 135.505.604,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 34.157.272.890,00	R$ 43.672.681.578,65	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Faturamento Médio da Empresas nos Arranjos Produtivos selecionados - R$	-	-	-	-	-	-
2. Faturamento Médio das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte - R$	-	-	-	-	112.00	-
3. Taxa de Emprego por Microempresa de Pequeno Porte - Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. FATURAMENTO MÉDIO DA EMPRESAS NOS ARRANJOS PRODUTIVOS SELECIONADOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Os indicadores definidos para o Programa não estão sendo aferidos, em face da dificuldade de acesso e verificação dos dados definidos para a sua medição. De forma que, até o

momento, o Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas (DEPME) desconhece os resultados que vêm sendo alcançados pelos indicadores de efetividade.

O Departamento solicitou alteração dos indicadores, por ocasião da revisão qualitativa dos Programas e Ações referente ao PPA 2008-2011, pelas seguintes razões: o sigilo fiscal impossibilita a abertura das informações sobre o faturamento das empresas, e, conseqüentemente, a apuração de parte dos indicadores listados e a existência de teto para classificação das micro e pequenas empresas em termos de receita e de número de empregados faz com que o aumento no faturamento ou no número de empregados reclassifique a empresa, logo, as MPEs com melhor desempenho saem da base de cálculo dos indicadores, distorcendo os resultados efetivamente alcançados pelo Programa.

2. FATURAMENTO MÉDIO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os indicadores definidos para o Programa não estão sendo aferidos, em face da dificuldade de acesso e verificação dos dados definidos para a sua medição. De forma que, até o momento, o Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas (DEPME) desconhece os resultados que vêm sendo alcançados pelos indicadores de efetividade.

O Departamento solicitou alteração dos indicadores, por ocasião da revisão qualitativa dos Programas e Ações referente ao PPA 2008-2011, pelas seguintes razões: o sigilo fiscal impossibilita a abertura das informações sobre o faturamento das empresas, e, conseqüentemente, a apuração de parte dos indicadores listados e a existência de teto para classificação das micro e pequenas empresas em termos de receita e de número de empregados faz com que o aumento no faturamento ou no número de empregados reclassifique a empresa, logo, as MPEs com melhor desempenho saem da base de cálculo dos indicadores, distorcendo os resultados efetivamente alcançados pelo Programa.

3. TAXA DE EMPREGO POR MICROEMPRESA DE PEQUENO PORTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os indicadores definidos para o Programa não estão sendo aferidos, em face da dificuldade de acesso e verificação dos dados definidos para a sua medição. De forma que, até o momento, o Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas (DEPME) desconhece os resultados que vêm sendo alcançados pelos indicadores de efetividade.

O Departamento solicitou alteração dos indicadores, por ocasião da revisão qualitativa dos Programas e Ações referente ao PPA 2008-2011, pelas seguintes razões: o sigilo fiscal impossibilita a abertura das informações sobre o faturamento das empresas, e, conseqüentemente, a apuração de parte dos indicadores listados e a existência de teto para classificação das micro e pequenas empresas em termos de receita e de número de

empregados faz com que o aumento no faturamento ou no número de empregados reclassifique a empresa, logo, as MPEs com melhor desempenho saem da base de cálculo dos indicadores, distorcendo os resultados efetivamente alcançados pelo Programa.

Os indicadores definidos para o Programa não estão sendo aferidos, em face da dificuldade de acesso e verificação dos dados definidos para a sua medição. De forma que, até o momento, o DEPME desconhece os resultados que vêm sendo alcançados pelos indicadores de efetividade.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As microempresas e empresas de pequeno porte representam uma parcela expressiva do setor produtivo nacional, cerca de 98% das empresas em funcionamento. Representa, também, cerca de 80% da força de trabalho e responde por 42% da massa salarial do País. Em termos absolutos são 5,5 milhões de empresas. Esses empreendedores fazem do Brasil o 6º colocado no ranking elaborado pela pesquisa internacional anual GEM (*Global Entrepreneurship Monitor*) 2003. O percentual de empreendedores por oportunidade (que resume aqueles que vislumbram novas oportunidades de negócio) já supera o de "por necessidade" (ou seja, que teve de abrir um negócio para sobreviver, em função de desemprego etc). O grande espaço das MPEs na economia nacional implica a necessidade de combater as carências do segmento. Dificuldades de acesso ao crédito, à tecnologia e à inovação de processos, falta de capacitação gerencial, baixa capacidade de obter informação e oneração tributária e burocrática para a condução dos negócios no mercado interno e externo estão entre os principais problemas do segmento. Dado que o critério de pequena empresa estabelece um volume anual de faturamento relativamente baixo, empresas recém-saídas da condição de pequenas, as médias empresas, também possuem carências semelhantes. Ainda que condições macroeconômicas interfiram diretamente no desempenho ou sobrevivência de grande parte das MPEs, atuação no nível microeconômico pode aperfeiçoar as condições de concorrência e o ambiente de negócios desses atores. O enfrentamento dos problemas mencionados pode se dar por meio de medidas horizontais - com alterações na legislação, por exemplo - ou verticais, por meio de projetos que atendam formas de organização produtiva que se baseiam na concentração espacial de empresas com laços de cooperação entre si e que desenvolvem mecanismos de aprendizagem - em breves linhas, os Arranjos Produtivos Locais (APLs). Esses são *locus* privilegiados para as políticas públicas de desenvolvimento, em especial, quando realizadas de maneira orientada e coordenada. Espera-se que tal aprimoramento tenha impacto no crescimento da atividade econômica de maneira descentralizada no Território Nacional, gerando impactos em índices de empregos gerados, distribuição de renda da população e redução das desigualdades regionais com a melhoria de regiões menos desenvolvidas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Consolidação do fórum permanente das microempresas e empresas de pequeno porte, colegiado no qual se iniciaram inúmeros debates e discussões em defesa deste segmento empresarial, a exemplo da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

• Encaminhamento, no âmbito do Poder Executivo Federal, da proposta de decreto de consórcios constituídos por MPE.

• Atendimento a 540 empresas pelo Programa de Extensão Exportadora (PEIEx) em 2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais Restrições e Providências Adotadas

O destaque verificado em 2007 foi à publicação do Decreto nº 6.174, em 1° de agosto de 2007, instituindo e regulando o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e da Portaria nº 226, de 27 de novembro de 2007, que aprova o seu Regimento Interno, estrutura e funcionamento. O Fórum foi instituído como instância governamental federal competente para cuidar dos aspectos não-tributários relativos ao tratamento diferenciado e favorecido dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte. Foram instituídos Grupos de Trabalho para a regulamentação de dispositivos do Estatuto Nacional da MPE e o encaminhamento, no âmbito do Poder Executivo Federal, da proposta de Decreto de Consórcios constituídos por MPEs. Foram editadas a Cartilha Informativa de Produtos e Serviços Bancários para MPEs e a Cartilha Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas MPEs. Foi assinado o Protocolo de Intenções entre MDIC e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) para capacitação em compras governamentais.

Foram capacitados 896 funcionários e empresários de MPEs em produtos e serviços bancários e Planos de Negócios e de 1.660 microempreendedores na área de crédito, e distribuição de 100 mil cartilhas.

No âmbito de ações em benefício a APLs, foram recebidos 52 Planos de Desenvolvimento e concluídos a instalação de 27 Núcleos Estaduais de Apoio aos APLs, bem como a realização de 10 seminários. Consolidação da lista de APLs prioritários 2008-2010, do Manual de Apoio aos APLs e a realização da 3ª Conferência Brasileira de APLs.

No âmbito da ação Fomento à Instalação de Micro, Pequenas e Médias Empresas, foram celebrados convênios com 13 Prefeituras dos Estados de Santa Catarina (SC), Minas Gerais (MG), Rio Grande do Norte (RN), São Paulo (SP), e Paraná (PR). Na Ação Construção de Barracão Industrial, foram celebrados convênios para a execução de projetos com 11 prefeituras dos Estados do Rio Grande do Sul (RS), Mato Grosso (MT), Goiás (GO), Santa Catarina (SC), e Paraná (PR). Não se verificou execução física em 2007 nas duas ações.

No âmbito do Programa de Extensão Industrial Exportadora (PEIEx), foram atendidas, no período do PPA 2004-2007, 3.479 empresas, com execução de 10.609 melhorias, beneficiando 48.232 trabalhadores. Em 2007, atendeu-se a 540 empresas, com execução de 2.217 melhorias, beneficiando 7.806 funcionários.

Na Ação Pesquisa de Mercado para Arranjos Produtivos Locais nove Pesquisas de Mercado em APLs dos Estados de SC, PR e RS e DF foram executadas e na Ação Promoção Comercial de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte ocorreu a execução do Projeto de Apoio Conjunto ao Incremento da Competitividade das MPMEs em São Paulo, com foco em 10 APLs do Programa de Desenvolvimento de Novos Mercados para setores produtivos, em cinco APLs do País e de duas Rodadas de Negócios, em APLs do PR.

À exceção das ações Fomento à Instalação de Micro, Pequenas e Médias Empresas, Fomento à Implantação de Central de Negócios e Construção de Barracão Industrial, que dependem de apresentação de projetos de emendas parlamentares originárias do Congresso Nacional, todas as demais ações do Programa apresentaram execução física de 71% a 170%.

Assim, a execução do Programa foi plenamente satisfatória em 2007, ano em que a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006) começou a ser, de fato, operacional, com a adesão de mais de 70% das empresas ao Simples Nacional, sistema simplificado de pagamento de impostos das três esferas de governo, uma importante conquista do setor empresarial que nasceu no âmbito do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Ações como a Capacitação para Crédito e Microcrédito, a Extensão Industrial Exportadora das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte, a Pesquisa de Mercado para APLs e a Promoção Comercial de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte obtiveram resultados de, 147%, 71,43, 150% e 170%, respectivamente. Esses resultados se devem a um esforço de construção de parcerias locais e estaduais que permitiram o maior alcance das políticas públicas desempenhadas no escopo do Programa.

O Programa empenhou e liquidou em 2007 mais de 98% do orçamento aprovado, percentual bem superior que o verificado em 2006, que foi de 56,9%. Vale ressaltar que a excelente performance ocorreu com um montante empenhado e liquidado, em 2007, 382% maior que em 2006, ou seja, aumentou de R$ 28 milhões para R$ 135,5 milhões.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

No âmbito das ações Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Gestão e Administração do Programa são realizadas reuniões periódicas de acompanhamento de execução destas ações e reuniões plenárias para apresentação de resultados. Destaque-se também, a edição do Jornal Eletrônico do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, cujo objetivo central é a publicação das ações desenvolvidas. No escopo da Ação Extensão Industrial e Exportadora são realizadas, a cada dois meses, Reuniões do Comitê Consultivo do Núcleo Operacional do PEIEx, no qual presta-se contas à sociedade dos resultados dos recursos aplicados. Essas reuniões são abertas à comunidade e contam com a participação de instituições governamentais, financeiras e de apoio ao segmento das MPEs, bem como de empresas atendidas pelo projeto e demais grupos de interesse da área de atuação do Núcleo.

As ações finalísticas Apoio à Instalação de Micro, Pequenas e Médias Empresas, Capacitação para o Crédito e Microcrédito, Extensão Industrial Exportadora das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte, Fomento à Implantação de Central de Negócios, Pesquisa de Mercado para APLs e Promoção Comercial de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte apresentam cronograma de visitas, segundo os seguintes critérios: uma visita no início do projeto, objetivando a apresentação do Programa e sua contextualização, e outra, ao final do projeto, para verificação dos resultados alcançados.

Na Ação Extensão Industrial Exportadora das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte a execução do projeto é monitorada através de um banco de dados do projeto, com inserção remota, via *web*, das empresas atendidas. O referido banco de dados possibilita a geração dos seguintes relatórios:

a) número de empresas inscritas;

b) número de funcionários beneficiados;

c) número de empresas visitadas;

d) número de empresas diagnosticadas;

e) número de empresas com atendimento de demandas;

f) avaliação do projeto pelos extensionistas.

Verifica-se a necessidade de se construir novos indicadores, no período do PPA 2008-2011, para que se possa medir o tratamento diferenciado e favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte nos diversos dispositivos legais, tais como a Lei Geral da microempresa e empresa de pequeno porte, a Lei de Inovação, a Lei do Bem, além dos efeitos do PEIEx no desenvolvimento das empresas.

Da mesma forma, há a necessidade de se ampliar o PEIEx para que um maior número de empresas sejam beneficiadas, porquanto o atual número é muito baixo.

Por fim, há a necessidade de se criar, no âmbito de alguma ação hoje existente no Programa, incentivos para que sejam preparados bons projetos a serem financiados por diversas linhas de crédito hoje existentes, notadamente em projetos de modernização e inovação tecnológica.

DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR E DA CULTURA EXPORTADORA

GERENTE DO PROGRAMA

Welber Oliveira Barral

OBJETIVO

Expandir a pauta brasileira de exportação em quantidade, qualidade e variedade de produtos, mercados de destino e de empresas brasileiras participantes no mercado internacional, bem como defender a indústria nacional contra práticas desleais de comércio internacional.

PÚBLICO-ALVO

Segmentos econômicos importadores e exportadores

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.303.146.564,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.060.882.186,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.060.882.186,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 36.086.603.044,00	R$ 37.301.703.046,63	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Participação em Mercados de Destino Relevantes (Índice de Concentração) - Número Índice	-	-	18.10	19.70	19.00	103,68%
2. Taxa de Participação de Novos Produtos na Pauta de Exportações - Porcentagem	-	-	2.80	8.10	18.20	44,51%
3. Taxa de Participação de Produtos de Maior Valor Agregado no Valor Total das Exportações - Porcentagem	-	55.10	54.30	52.50	59.00	88,98%
4. Taxa de Variação das Exportações Brasileiras - Porcentagem	32.00	22.60	16.20	16.60	10.00	166%

1. PARTICIPAÇÃO EM MERCADOS DE DESTINO RELEVANTES (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Este indicador reflete a participação em mercados de destino relevantes (índice de concentração). O crescimento do índice em relação ao índice de referência demonstra a

desconcentração das exportações brasileiras por mercados de destino, o que representa menor vulnerabilidade, em vista da ampliação do leque de países compradores significativos. Se comparado ao ano de 2006, houve uma melhora significativa no resultado apurado, tendo-se inclusive ultrapassado a meta estabelecida para período. O resultado obtido demonstra expressiva ampliação do número de países relevantes para as exportações brasileiras, reduzindo-se assim a dependência do Brasil em relação aos parceiros tradicionais.

2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE NOVOS PRODUTOS NA PAUTA DE EXPORTAÇÕES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A exportação de produtos não-tradicionais à pauta representou 8,1% das exportações totais em 2007. O resultado, embora inferior ao previsto para o período, revelou crescimento de 34% sobre o total de itens exportados em 2006 e de 190% sobre o período anterior, quando o índice apurado foi de apenas 2,8%. Em 2007, foram exportados produtos brasileiros classificados em 2.449 itens tarifários não-tradicionais à pauta, do universo de aproximadamente 11 mil itens atualmente existentes e ativos, sendo assim considerados aqueles que ingressaram no mercado internacional ou que ampliaram seu grau de comercialização em mais de 100%. Cabe destacar que, segundo o estudo recente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), A especialização do Brasil no mapa das exportações mundiais, do economista Fernando Puga, o Brasil figura em posição singular entre os países emergentes na pauta de exportações, embora seja classificado no grupo em que há o predomínio de recursos naturais na pauta de exportações, dentre os emergentes é o que tem conseguido maior diversificação de produtos embarcados para o exterior, o que dá mais robustez à balança comercial brasileira.

3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE PRODUTOS DE MAIOR VALOR AGREGADO NO VALOR TOTAL DAS EXPORTAÇÕES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Das três categorias de produtos (básicos, semimanufaturados e manufaturados), o segmento de manufaturados foi o que mais contribuiu, em 2007, para o resultado recorde das exportações, tendo registrado US$ 74,696 bilhões, e aumento de 15,6% pela média diária comparativamente ao ano anterior. Os produtos básicos registraram vendas de US$ 40,273 bilhões, com crescimento de 16,9%, e os semimanufaturados, US$ 19,520 bilhões, com aumento de 23,3%. A maior contribuição, entretanto, foi dada pelos produtos manufaturados, que cresceu US$ 9,554 bilhões, correspondendo a 49,9% do crescimento ocorrido no período, de US$ 19,162 bilhões. Ainda segundo o estudo do BNDES mencionado anteriormente, mesmo nas exportações brasileiras de matérias-primas há muita tecnologia desenvolvida no País.

4. TAXA DE VARIAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

As exportações de 2007 registraram recorde histórico ao totalizarem US$ 160,649 bilhões, resultando em crescimento de 16,6%, em relação ao ano de 2006, acima da meta traçada pelo Governo (US$ 157 bi).

CONTEXTUALIZAÇÃO

A participação brasileira nas exportações globais estacionou, há mais de 12 anos, abaixo de 1%. As exportações mundiais, por sua vez, atingiram, em 2002, valores superiores a US$ 6,4 trilhões, contra exportações brasileiras de US$ 60,4 bilhões, no mesmo período. Mesmo com o excepcional desempenho da balança comercial brasileira no ano passado, o Brasil apenas manteve a 26ª posição no ranking dos principais países exportadores, conforme relatório da Organização Mundial do Comércio, de 22 de abril de 2003. Ressalte-se, ainda, a geração de empregos conseqüente ao crescimento das vendas externas brasileiras: estima-se que cada bilhão de dólares de exportação resulte na criação de 60 mil novos empregos. Nesse sentido, torna-se indispensável à manutenção do esforço na implementação de medidas que contribuam para a simplificação do comércio exterior brasileiro, engajamento de novas empresas na atividade exportadora e disponibilização ao empresariado de informações que facilitem sua inserção na atividade exportadora de forma competitiva.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Recorde histórico nas transações comerciais do País, que alcançaram US$ 281 bilhões, 22,7% maior que em 2006.

- Aumento de 16,6 % das exportações em relação a 2006, atingindo os US$ 160,6 bilhões.

- Aumento de 11,4% nas exportações de manufaturados em relação a 2006, somando US$ 83,9 bilhões, metade do que o País exportou.

- Ampliação das vendas externas para mercados não-tradicionais (países em desenvolvimento) que representavam 46% das exportações brasileiras em 2003 e chegaram a 53% em 2007.

- Incorporação de 600 novos itens à pauta da exportação em 2007.

- Crescimento da importação de bens de capital 32,7% em relação a 2006, fator decisivo para a modernização tecnológica e a ampliação de exportação.

- Registro de 21.000 empresas exportadoras, 18,6% superior ao número de 2003 (17.700).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais Restrições e Providências Adotadas

Em 2007, o Brasil alcançou a cifra recorde US$ 281 bilhões nas transações comerciais com o exterior, valor 22,7% acima dos US$ 229,158 bilhões de 2006. Os resultados das exportações e das importações são recordes históricos. O incremento das vendas externas brasileiras, comparativamente ao ano anterior, atingiu 16,6% e as importações registraram incremento de 32,0% O *superavit* comercial foi de US$ 40,039 bilhões. As exportações de manufaturados, na comparação com 2006, tiveram aumento de 11,4%, somando US$ 83,943 bilhões. Os produtos básicos registraram vendas de US$ 51,595 bilhões, com crescimento de 27,6%, e os semimanufaturados, US$ 21,800 bilhões, com aumento de 11,2%. As três categorias de produtos registraram valores recordes históricos, em 2007. As exportações de manufaturados representaram 52,3% da pauta, indicando o aspecto qualitativo das exportações, visto que mais da metade das vendas externas brasileiras é constituída de itens de maior valor agregado. Diversificação da pauta de exportação, com a inclusão de 600 novos itens em 2007. Como aspecto qualitativo da pauta de importação destaca-se as aquisições de bens de capital e produtos intermediários, que respondem hoje por 70% das compras externas. Incremento de 17,7 % no número de empresas exportadoras no ano, em relação a 2003, que até o momento já supera a marca de 21 mil, contra 17,7 mil, em 2003. Crescimento das vendas externas para todas as regiões econômicas e, em particular, para mercados não-tradicionais ou com pequena participação na pauta.

Dentre as iniciativas previstas para o incremento do comércio exterior brasileiro, foram realizadas atividades as mais diversas, desde ações de promoção comercial a medidas de natureza normativa e operacional, desenvolvidas especialmente por meio da disseminação de informações estratégicas e do aperfeiçoamento dos instrumentos de operações de comércio exterior. Essa linha de atuação contribuiu para que, no ano de 2007, as exportações alcançassem aumento de 16,6%, evoluindo para US$ 160,649 bilhões. As importações ampliaram-se em 32,0%, totalizando US$ 120,610 bilhões, resultando em *superavit* comercial de US$ 40,039 bilhões. Os resultados das exportações e das importações são recordes históricos e mostram que o comércio exterior atingiu um novo patamar, ao totalizar corrente de comércio inédita de US$ 281,259 bilhões, em 2007, valor 22,7% acima dos US$ 229,158 bilhões de 2006. É de se destacar que as exportações brasileiras mais que dobraram nos últimos seis anos (+166%), tendo em conta que, em 2002, somavam US$ 60,362 bilhões, o que significou, em valor, aumento de US$ 100,2 bilhões. As importações, de igual modo, elevaram-se de forma significativa, com aumento de 156% em relação a 2002, quando alcançaram US$ 47,240 bilhões, resultando, em valor, expansão de US$ 73,4 bilhões. Nestes cinco anos, o saldo comercial acumulado atingiu US$ 189,6 bilhões, contribuindo para a melhoria das contas externas brasileiras e estabilidade da economia.

Os indicadores do Programa indicam que os resultados foram positivos em 2007, mas também desde o início do PPA. Dos quatro indicadores do Programa, dois ultrapassaram as metas previstas, ou seja, Participação em Mercados de Destino Relevantes e Taxa de Variação das Exportações Brasileiras. Dois outros indicadores, Taxa de Participação de Novos Produtos na Pauta de Exportações e Taxa de Participação de Produtos de Maior

Valor Agregado não atingiram os objetivos propostos, mas evoluíram ao longo do período de 2004 a 2007. O primeiro deles revelou crescimento de 34% sobre o total de itens exportados em 2006, evolução esta que chegou a 190% sobre o período anterior, quando o índice apurado foi de apenas 2,8%.

Em sua maioria, as metas estabelecidas para as ações cursadas no âmbito do MDIC foram superadas. Algumas outras ficaram na faixa de 80% a 100% de execução física. Apenas a Ação Modernização do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) teve a modestíssima realização de 8% do previsto, justificada pela perda de dois técnicos especializados e pela impossibilidade de imediata contratação de novos profissionais para as vagas em aberto. Esta dificuldade encontra-se, neste momento, em parte, superada, tendo sido retomado o ritmo normal de trabalho, ainda que persista uma necessidade de ampliação da equipe diretamente ligada a essas atividades e uma melhor estruturação funcional.

Em 2007, foram analisados 49 processos de defesa comercial, de uma meta prevista de 40 e capacitados 1.636 profissionais em comércio exterior, 118% maior do que a meta estabelecida. A Ação Capacitação para Empresários Exportadores, de responsabilidade do Banco do Brasil atingiu um número promissor de 12.875 empresários capacitados, 100% maior do que a meta prevista (6.199). Foram realizados oito Encontros de Comércio Exterior, pouco abaixo da meta prevista de 10 eventos e distribuídos, em 2007, 71.300 exemplares de material técnico para orientação ao exportador, bem acima da previsão inicial de 49.800.

Vale ressaltar que as ações não-orçamentárias, sob a responsabilidade do Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Caixa Econômica Federal (CEF) tiverem realização financeira acima do previsto, totalizando R$ 37,3 bilhões em financiamentos ao setor produtivo exportador, de uma previsão de R$ 36,0 bilhões.

A ação de Gestão e Administração do Programa consumiu cerca de 51% dos recursos efetivamente utilizados nas ações a cargo do MDIC, aplicados em contratos de serviços de manutenção predial das instalações da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) no Rio de Janeiro e na locação de mão-de-obra suplementar para suprir as necessidades de serviço daquela unidade.

Entretanto, a implementação do Programa enfrenta alguns desafios. É inadequada a quantidade de recursos humanos na equipe gerencial. A SECEX, responsável pela gerência do Programa e por boa parte das ações executadas, possui estrutura de funções de Direção e Assessoramento Superior incompatível com o volume e abrangência das atividades que desenvolve. Nesse sentido, vem sendo solicitada a ampliação de seus cargos comissionados de modo a melhor atender as necessidades do serviço. Também é inadequada a quantidade de recursos humanos nas equipes executoras. No segundo semestre de 2007, quando do anúncio da transferência das atividades da SECEX/RJ para Brasília, houve expressiva redução da mão-de-obra dedicada a algumas ações do Programa, bem como a perda total da equipe de analistas de sistemas então em serviço na SECEX, alocados nos projetos da Ação Modernização do Siscomex. Esta carência deverá ser sanada com a admissão e treinamento de novos servidores contratados a partir de 2008.

O quadro de especialistas da SECEX provém, parcialmente, de convênio firmado com o BB, que cedeu funcionários que atuavam na extinta Consultoria e Assessoria de Comércio Exterior (CACEX). Mas este contingente não foi atualizado e vem diminuindo desde a criação da carreira de Analistas de Comércio Exterior, no âmbito do governo federal. Assim, a atual carência de recursos habilitados para a gestão das ações deverá ser equacionada em médio prazo, conforme treinamento e experiência adquiridos pelos novos funcionários.

INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

GERENTE DO PROGRAMA

Flávia Skrobot Barbosa Grosso

OBJETIVO

Contribuir para o desenvolvimento na Amazônia Ocidental e de Macapá e Santana no Amapá.

PÚBLICO-ALVO

Organizações dos setores industrial, comercial e de serviços e a população dos Estados e Municípios da Amazônia Ocidental e área de livre comércio de Macapá e Santana

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

utorizado (LOA + Créditos): R$ 184.798.300,00	Empenho Liquidado:	R$ 163.871.410,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 163.871.410,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Participação do PIB Regional na Composição do PIB Nacional - Porcentagem	-	1.70	1.75	2.81	1.73	162,43%

1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO PIB REGIONAL NA COMPOSIÇÃO DO PIB NACIONAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O indicador alcançou a meta prevista de 2,81% ao final do PPA, o seu índice de referência era 1,71% em 2004. Os investimentos realizados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) no período contribuíram para o alcance de sua meta

CONTEXTUALIZAÇÃO

Devido às suas peculiaridades, a Amazônia apresenta desafios de ordem econômica, social e ambiental que requerem a adoção de políticas públicas adequadas à sua realidade, visando reduzir desigualdades intra e inter-regionais. Neste sentido, torna-se necessário

implementar um modelo de desenvolvimento que propicie melhoria da qualidade de vida da sua população, mediante promoção de ações que reduzam os gargalos existentes, quais sejam:

a) dificuldades logísticas;

b) ausência de infra-estrutura econômica;

c) baixo nível de renda;

d) desigualdades sociais;

e) desigualdades intra-regionais;

f) grande extensão territorial;

g) produção econômica centrada em atividades primárias;

h) baixo nível de escolaridade;

i) concentração da atividade econômica na cidade de Manaus causando êxodo rural crescente e exclusão social.

Com base nessa realidade, é que a SUFRAMA vem promovendo ações voltadas para o alcance da sustentabilidade econômica e o maior aproveitamento das potencialidades regionais, apoiando programas que assegurem a continuidade do processo de desenvolvimento com vistas a atrair novos investimentos, geração de emprego e renda e melhor distribuição de riqueza na região.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Apoiados 115 projetos nos Estados da Amazônia ocidental e nos Municípios de Macapá e Santana no Estado do Amapá.

- Apoiados quatro Arranjos Produtivos Locais (APLs) na área de atuação do Programa (Amazônia ocidental e os Municípios de Santana e Macapá no Estado do Amapá).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais Restrições e Providências Adotadas

O Programa empenhou e liquidou 88,6% do orçamento aprovado, o segundo melhor desempenho financeiro no período do PPA 2004-2007, apenas pouco abaixo do resultado de 2004. O resultado é bem superior ao verificado nos exercícios de 2006 e 2005, quando o percentual empenhado e liquidado foi de 48,3% e 39,5%, respectivamente. Ressalte-se que o orçamento de 2007 foi de 233,5% maior do que em 2006. O índice previsto do único indicador do Programa Taxa de Participação do Produto Interno Bruto (PIB) regional na

composição do PIB nacional não só ultrapassou o índice proposto em 162,43%, com um expressivo aumento em relação ao dado aferido em 2006. Entretanto, a execução física foi abaixo do esperado em virtude de atraso na liberação de recursos. Outro fator que dificultou o cumprimento total da meta física são os recursos materiais na equipe gerencial, infra-estrutura inadequada na equipe gerencial e recursos materiais insuficientes nas equipes executoras.

Em 2007, o Programa apoiou 115 projetos de desenvolvimento, número muito superior ao previsto inicialmente, que era de 59 projetos, no âmbito da ação Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Amazônia Ocidental e Área de livre comércio de Macapá e Santana. Mediante esta ação a SUFRAMA em parcerias com os governos estaduais, municipais e entidades contribui para o processo de interiorização do desenvolvimento da Amazônia Ocidental.

Esses projetos consistem em aquisição de máquinas e equipamentos, recuperação e conservação de estradas vicinais, implantação de parque industrial, reforma e ampliação de mercado Municipal, aquisição de *kits* de casa de farinha, construção de pontes, aquisição de barco, de equipamentos rodoviários e agrícolas, aquisição de tanques de resfriamento de leite, entre outros.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O fortalecimento do Sistema Local de Ciência, Tecnologia e Inovação e Capital Intelectual com destaque para o fomento aos cursos de especialização, mestrado e doutorado nas áreas de interesse da região. Abaixo os principais projetos relacionados ao fomento do capital intelectual e à qualificação profissional oferecidos pela:

a) Universidade Federal do Acre (UFAC), com Pós-Graduação em Química de Produtos Regionais e Produtos Florestais, Mestrado em Desenvolvimento Regional, a reformulação do Curso de Mestrado em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais, e a criação do Doutorado em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais;

b) Universidade Estadual do Amazonas (UEA), com a implantação do Doutorado em Doenças Tropicais e Infecciosas;

c) Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com a consolidação do Curso de Doutorado em Biotecnologia e dos Cursos de Mestrado e Doutorado em Informática, com o curso de Especialização em Comércio Exterior, treinamento de jovens engenheiros para desenvolvimento de softwares para TV digital, e Especialização em Tecnologia de Distribuição do Gás Natural;

d) Fundação Institucional Rio Solimões (UNISOL), com Doutorado em Planejamento e Transporte,

e) Centro Tecnológico do Pólo Industrial de Manaus (CTPIM), com a capacitação, treinamentos no País e no Exterior nas Áreas de Microeletrônica, Bio-Informática, em Inovação e Negócios e no Desenvolvimento de Projetos de

Circuitos Integrados-Design House;

f) Fundação Djalma Batista (FDJ), com a qualificação de profissionais, estagiários e bolsistas para as tarefas de preparo e curtimento da pele de peixe, tanto por meio de transferência tecnológica como por meio de cursos;

g) Genius Instituto de Tecnologia, com a implantação de um centro de excelência em microeletrônica para a fabricação de marca-passo para fins de atender as necessidades com relação às doenças do coração;

h) Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET/AM), com a Graduação em Engenharia Mecânica;

i) Universidade Federal de Rondônia (UFRO), com o apoio aos APLs em especial ao do leite e o Doutorado em Administração;

j) Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado do Amapá (IEPA), com o desenvolvimento de estudos de espécies frutíferas da Amazônia;

k) Universidade Federal de Roraima (UFRR), com o apoio à Formação de Capital Intelectual para o Desenvolvimento Sustentável - II FASE.

Em 2007, foram cadastrados 378 projetos, sendo 323 demandados pelos governos Federal, Estadual e Municipal e 55 referentes a emendas parlamentares. Os recursos correspondentes a projetos cadastrados atingiram R$ 485 milhões. O número de projetos analisados pela SUFRAMA, por intermédio do Grupo Técnico de Análise de Projetos de Desenvolvimento Regional foi de 477, com recursos da ordem de R$ 556 milhões. Em 2007, a SUFRAMA acompanhou 116 projetos.

Estavam previstos apoio a 22 APLs, na Ação Apoio a Arranjos Produtivos Locais na Amazônia Ocidental, mas apenas quatro foram efetivamente apoiados, com a utilização de R$ 1,9 milhão, de um montante previsto de R$ 6,7 milhões. No âmbito da Ação Fomento à Capacitação de Recursos Humanos nas Áreas de Atuação da SUFRAMA, o cumprimento da meta física foi de 100%, com a capacitação de 50 pessoas.

A gerência do Programa evidencia a necessidade de se aplicar a sistemática de modelo lógico nos Programas 1020 - Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental e 0392 - Pólo Industrial de Manaus, ambos implementados pela SUFRAMA, de modo a verificar se os problemas, as intervenções pretendidas, os resultados intermediários e os impactos esperados nos dois Programas estão suficientemente bem definidos para serem mensuráveis (consistência do Programa proposto), além da necessidade de se analisar a cadeia de causalidade.

METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL

GERENTE DO PROGRAMA

João Alziro Herz da Jornada

OBJETIVO

Elevar a qualidade dos bens e serviços ofertados ao consumidor e contribuir para o aumento da competitividade nos mercados interno e externo.

PÚBLICO-ALVO

Setor produtivo e sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 357.808.593,00	Empenho Liquidado:	R$ 348.233.188,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 348.233.188,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Credibilidade do INMETRO Junto à População - Porcentagem	89.00	89.60	93.40	93.81	85.00	110,36%
2. Taxa de Reconhecimento do INMETRO – Porcentagem	42.00	57.40	55.00	44.20	42.00	105,24%

1. TAXA DE CREDIBILIDADE DO INMETRO JUNTO À POPULAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Dentro da população pesquisada que disse conhecer o INMETRO, 93,81% disse confiar no instituto, em 2007. Essa taxa de credibilidade está num patamar bastante elevado e tem crescido ao longo dos anos.

2. TAXA DE RECONHECIMENTO DO INMETRO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Com o intuito de aperfeiçoar a medição do índice de reconhecimento, o INMETRO decidiu aumentar o rigor na identificação das pessoas que o conhecem. Até 2006, o Instituto considerava que o percentual da população que o conhecia era as pessoas que afirmavam conhecê-lo. Atualmente, considera-se que, para uma pessoa afirmar que conhece

o INMETRO ela precisa conhecer a autarquia e reconhecer a marca do INMETRO. 73% da população afirmam que conhece o INMETRO e 65% conhecem e identificam sua marca. Dentre as pessoas que conhecem, 68% informaram de forma espontânea uma atividade realizada pela autarquia e, por isso, o nível de reconhecimento atingiu 44,20% em 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Tendo em vista a inserção do País num cenário internacional cada vez mais globalizado, o acirramento da concorrência interna e o fortalecimento do Estado regulador, a metrologia e qualidade têm um papel decisivo para o aumento da competitividade de produtos e serviços brasileiros e para proteção ao consumidor. Neste contexto, as ações deste Programa deverão voltar-se tanto para apoiar a exportação brasileira, quanto para fortalecer o controle sobre os produtos nacionais e importados no que se refere aos requisitos básicos de qualidade e segurança.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Desenvolvimento de ações para a consolidação do Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade de Biocombustíveis.

- Desenvolvimento de ações para a consolidação do Programa Brasileiro de Certificação em Biocombustíveis.

- Implantação do Guia de Boas Práticas de Regulamentação, experiência inédita no mundo.

- Regulamentação técnica para as adaptações em veículos e embarcações para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

- Controle maior sobre a segurança dos brinquedos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais Restrições e Providências Adotadas

O INMETRO está fortemente engajado no apoio às atividades de biocombustíveis no âmbito do Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade de Biocombustíveis. Nessa condição, está desenvolvendo e concluindo estudos sobre aspectos científicos e técnicos dos biocombustíveis e padrões metrológicos confiáveis e reconhecidos internacionalmente, num projeto em parceria com o instituto metrológico norte-americano, *National Institute of Standards Technology* (NIST). Simultaneamente desenvolve, também, o Programa Brasileiro de Certificação em Biocombustíveis, de caráter voluntário, que visa proporcionar confiança de que o combustível certificado segue requisitos técnicos estabelecidos em normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou em normas que venham a ser acordadas internacionalmente, representando critérios úteis à promoção das exportações e à eliminação de barreiras técnicas ao comércio.

Em razão da criação da Lei de Inovação e da sua interface direta com as atividades de competência delegadas ao INMETRO foi criada na estrutura regimental da autarquia a Diretoria de Inovação e Tecnologia. Esta diretoria tem por finalidade apoiar as ações da política industrial, estimulando a inovação e a competitividade do setor produtivo, desenvolver estudos de prospecção de áreas estratégicas, análises de cenários e de tecnologias-chave, articular-se, em nível nacional e internacional, com órgãos de pesquisa e entidades do setor produtivo para o desenvolvimento conjunto de atividades voltadas para a inovação tecnológica e a modernização do setor industrial, orientar, planejar e coordenar ações voltadas para o desenvolvimento do Pólo Tecnológico e da Incubadora de Projetos Tecnológicos e de Empresas do INMETRO e atuar como Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto, gerindo a política de inovação da autarquia, nos termos previstos no art. 17, parágrafo único, do Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

Foi implantado o processo de avaliação de desempenho individual dos servidores do INMETRO. Esta avaliação visa aferir o desempenho do servidor no exercício de suas atribuições, tendo por pressuposto básico sua contribuição individual para o alcance das metas da autarquia. Cabe ressaltar que este modelo de avaliação de desempenho é inovador no setor público, visto que é conduzido por comitês de avaliação de desempenho que deverão ter em sua composição uma maioria de membros externos à instituição, privilegiando a imparcialidade e a isenção. A avaliação de desempenho dos servidores do INMETRO se vale de planos de trabalhos individuais, elaborados pelos próprios servidores e aprovados pelas chefias. Para os itens pactuados constantes do plano de trabalho foram estabelecidos indicadores e explicitadas suas vinculações com o planejamento estratégico, processos e projetos da instituição.

Em razão dos acidentes de consumo registrados ultimamente nos EUA, referentes a brinquedos com ímãs, o INMETRO editou a Portaria nº 326, de 24 de agosto de 2007, que dispõe sobre alterações no procedimento de certificação para brinquedos importados, tornando-o mais restritivo, visando, dessa forma, proteger o mercado nacional do ingresso de produtos sem segurança avaliada. Foi estabelecido, também, que cada lote de brinquedo importado será obrigatoriamente ensaiado, em laboratório nacional acreditado pelo INMETRO.

O INMETRO está coordenando dois importantes trabalhos no Comitê de Contaminantes do Codex Alimentarius (Comitê Assessor do Conmetro) para estabelecer os limites para aflatoxina em Castanha do Brasil e limites para ocratoxina A em café. Essas ações são estratégicas para o País, dada a importância dos dois produtos na nossa pauta de exportações. O estabelecimento desses limites, sob coordenação do Brasil, permitirá uma discussão equilibrada, com valores baseados no conhecimento científico disponível, evitando, assim, que estes limites se convertam em barreiras ao acesso desses produtos ao comércio internacional de alimentos. Cabe ressaltar, que estes limites, quando aprovados, serão estabelecidos em normas Codex, que são referência para a solução de controvérsias no comércio internacional de alimentos. Aprovado no Conselho Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial (Conmetro) o Guia de Boas Práticas de Regulamentação. A criação do Guia visa melhorar a interação entre os órgãos regulamentadores por meio das seguintes ações:

a) harmonização da interface entre os regulamentos técnicos editados e as normas existentes;

b) cobrança da utilização de normas e referência às mesmas em regulamentos técnicos;

c) harmonização das práticas de regulamentação das agências e órgãos regulamentadores, objetivando promover uma atuação mais integrada entre os mesmos, bem como um alinhamento às práticas internacionais de regulamentação, em especial, dos fóruns aos quais o Brasil é membro.

Cabe ressaltar que a criação deste guia, que envolveu todos os 27 órgãos regulamentadores do País, sendo uma experiência inédita no mundo. Projeto de Cooperação Técnico firmado entre o Brasil e a Costa Rica, implantando o controle metrológico dos instrumentos de medição utilizados no âmbito da saúde e do meio ambiente naquele país, entre eles os aparelhos de pressão arterial, termômetros clínicos e analisadores de gás de emissões veiculares, bem como preparação de pessoal técnico qualificado para a realização desses serviços.

Foi aprovado o alinhamento do INMETRO às políticas governamentais, aumentando a visibilidade e a integração do País em âmbito internacional Execução do Projeto de Cooperação Técnico firmado entre o Brasil e Moçambique, visando o fortalecimento da metrologia e qualidade naquele país, através da identificação de oportunidades de cooperação e elaboração de propostas de projetos no âmbito do Programa pertinente à metrologia legal e a avaliação da conformidade. O objetivo principal é possibilitar que os técnicos do INMETRO e do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade (INNOQ) preparem de forma conjunta, um ou mais documentos de projeto para construir ou apoiar um plano estratégico para o fortalecimento institucional do órgão metrológico de Moçambique, bem como o planejamento e a realização de cursos de formação específicos nas áreas de massa, temperatura, volume, comprimento, pressão e energia elétrica.

Expansão da abrangência do controle metrológico com a adoção da autoverificação por parte de fabricantes foi uma das atividades de 2007. Considerando a necessidade de incrementar, diversificar e agilizar a execução dos serviços de metrologia legal no País, de modo a permitir a expansão do controle metrológico para determinadas classes de instrumentos de medição, consolidou-se, a adoção da autoverificação para os fabricantes de instrumentos de medição e postos de ensaios autorizados aplicados aos medidores de energia elétrica, medidores de água e medidores de gás domiciliar. Dentro deste contexto foram autorizados 13 fabricantes nas áreas de energia elétrica, água e gás e 59 concessionárias na área de energia elétrica e de gás.

A acessibilidade para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida obteve à devida atenção do INMETRO. Foi concluída toda a regulamentação técnica necessária para a realização das adaptações nos veículos que compõem a frota existente do Transporte Rodoviário (Urbano e Interestadual), bem como para as embarcações que navegam em mar aberto e águas do interior, do Sistema de Transporte Aquaviário. Tais adaptações visam tornar estes transportes acessíveis às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme determina o Decreto 5296, de 2 de dezembro de 2004.

A parceria entre o INMETRO e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi incrementada por intermédio da aprovação do projeto para a instalação de um campus avançado da UFRJ no INMETRO. O Projeto atende não apenas às demandas dos segmentos metrológicos e da qualidade, mas ao amplo espectro da PITCE e mobiliza, de forma inédita, atenções e recursos das três esferas da administração pública.

Celebrado entre o INMETRO e a Receita Federal, visando a instalação de sistemas de monitoramento da produção de bebidas (cervejas e refrigerantes), com o intuito de coibir a evasão fiscal. Foram realizadas avaliações dos sistemas de medição instalados em todas as regiões da Federação, pertencentes ao grupo de fabricantes com maior capacidade de produção instalada (acima de 200 milhões de litros por ano).

Assinado o acordo de cooperação técnica ente o INMETRO e o Ministério da Educação (MEC) em novembro de 2007, o acordo de cooperação técnica que tem como um dos seus principais objetivos implementar algumas ações previstas no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Governo Federal. Uma dessas ações é o Projeto Caminho da Escola, que prevê a aquisição e a disponibilização de novos ônibus escolares para atender aos estudantes das regiões rurais do País. O papel do INMETRO neste projeto diz respeito aos aspectos relativos aos padrões de segurança e à qualidade dos ônibus, relacionados à segurança das crianças e à robustez do veículo, o que significa maior durabilidade e capacidade do veículo de operar em estradas não-asfaltadas.

Igualmente assinado o acordo de cooperação técnica entre o INMETRO e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), este acordo tem como objetivo a integração institucional entre o INMETRO e o MTE, para transferência mútua de conhecimento nas áreas de Avaliação da Conformidade, Metrologia Legal e Científica e do Trabalho, tendo como pressupostos básicos a certificação de produtos e serviços diretamente ligados à proteção e à segurança do trabalhador, especialmente, aqueles relacionados aos equipamentos de proteção individual, os chamados EPIs. Pretende-se também, desenvolver um programa de certificação para qualificar portadores de necessidades especiais, capacitando-os para o mercado de trabalho.

Diversas iniciativas no ano de 2007 contribuíram para o aumento da qualidade dos produtos e serviços brasileiros e para o aumento da competitividade do País. O investimento em melhoria dos processos de gestão da autarquia foi um fator preponderante o alcance dos resultados do Programa.

O desempenho do Programa foi satisfatório em 2007, considerando que a maioria das ações que contribuem decisivamente para o alcance de seus objetivos alcançou as metas previstas, como é o da Avaliação da Conformidade, com a implantação de 26 programas, seis a mais do que a meta originalmente prevista. Na Ação Controle Metrológico, 12.509.087 instrumentos de medição foram fiscalizados, de uma previsão inicial de 15.000.000, apesar de não ter cumprido a meta o número alcançado é bastante expressivo. Considerando que o número de instrumentos de medição fiscalizados foi de 11.000.000 em 2006, houve um avanço em 2007.

O Programa empenhou e liquidou, em 2007, praticamente 100% do orçamento aprovado, resultado muito próximo ao de 2006. Os dois indicadores do Programa ultrapassaram as metas previstas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A concepção do Programa é adequada. Entretanto, a implantação do Programa enfrenta algumas dificuldades e restrições. Os recursos materiais são, ainda, insuficientes nas equipes executoras. Os recursos materiais são inadequados, pois o Inmetro precisa manter uma frota de veículos atualizada uma vez que os mesmos constituem-se instrumento de trabalho fundamental para a execução das atividades de campo - verificação e fiscalização de metrológia e qualidade. Devido à escassez de recursos, isto nem sempre é possível. Além disso, são necessários equipamentos de tecnologia de ponta para dar suporte às atividades da Instituição. Outra dificuldade é a infra-estrutura inadequada nas equipes executoras, pois o Inmetro, devido à natureza de seu trabalho, tem que possuir laboratórios de ponta comparados com os melhores do mundo, o *Physikalisch Technische Bundesanstalt* (PTB) e o *National Institut of Standards and Technology* (NIST). Devido à escassez de recursos, isto nem sempre é possível.

Apesar de haver um crescimento significativo da importância do papel desempenhado pelo INMETRO e uma ampliação da demanda por serviços prestados pelo Programa, houve uma redução do seu quadro de pessoal no período 1993-2007. Muitos funcionários estão em vias de se aposentar. Acreditamos que para os próximos anos essa carência será amenizada com o concurso público, que irá trazer 639 novos servidores para a instituição.

Para a execução da Ação Controle Metrológico, o INMETRO optou por um modelo descentralizado delegando, por meio de convênios, as atividades de fiscalização a órgãos metrológicos estaduais e municipais que constituem a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Inmetro (RBMLQ-I), bem como com as superintendências do INMETRO. Existe o processo de prestação de contas da execução financeira e física com supervisão técnica, auditoria técnica, contábil e financeira. Através desta ação foram fiscalizados mais de 12 milhões de instrumentos de medição em todo Território Nacional.

Há reuniões constantes entre o presidente do Instituto, que desempenha a função de gerente do Programa e os seus diretores que são os coordenadores de ação. Em adição, a Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento do INMETRO como agente de monitoramento e avaliação faz reuniões periódicas com os coordenadores de ação nas quais é avaliada a gestão de cada ação e são propostas ações corretivas. Há o Portal de Relacionamento INMETRO/RBMLQ-I que é instrumento de gestão, de alinhamento estratégico e de troca de informações entre o INMETRO e os órgãos delegados, integrantes da rede.

PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS

GERENTE DO PROGRAMA

Flávia Skrobot Barbosa Grosso

OBJETIVO

Consolidar a estrutura produtiva do Pólo Industrial de Manaus, ampliar a geração de emprego e renda e contribuir para o equilíbrio da balança comercial do modelo.

PÚBLICO-ALVO

Sistema produtivo do Pólo Industrial de Manaus

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 64.279.888,00	Empenho Liquidado:	R$ 63.999.324,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 63.999.324,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Participação das Exportações na Balança Comercial do Pólo Industrial de Manaus - Porcentagem	-	-	61.91	18.02	26.00	69,31%
2. Índice de Mão-de-Obra no Pólo Industrial de Manaus - Porcentagem	-	-	10.05	0.05	4.00	1,25%
3. Taxa de Participação na Arrecadação de Tributos Federais na 2ª Região Fiscal – Porcentagem	61.44	63.04	64.02	64.02	52.61	121,69%
4. Taxa de variação das exportações do Pólo Industrial de Manaus - Porcentagem	-	42.43	25.08	16.56	34.00	48,71%

1. COEFICIENTE DE PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES NA BALANÇA COMERCIAL DO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O saldo da balança comercial do PIM em 2007 foi negativo em U$ 5,24 bilhões, equivalente a 18,02% maior que em 2006. É relevante mencionar que persistem os problemas de logística, que impedem uma melhor performance das ações, além de outros fatores conjunturais, como greves no serviço público e a robusta valorização do Real.

2. ÍNDICE DE MÃO-DE-OBRA NO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O PIM abriga atualmente aproximadamente 467 empresas acompanhadas pela Superintendência da Zona Franca de Manau (SUFRAMA). Essas empresas proporcionaram, em 2007, a geração de 98.244 empregos diretos (média anual) representando redução de 0,05% (50 empregos) em relação a 2006 (98.194). Merece destaque que no mês de maior pico (novembro) atingiu 105.693 postos de trabalhos. A análise do período (2004-2007) permite que se observe o excelente resultado do esforço institucional na busca do fortalecimento do PIM, caracterizado pela atração de novas plantas fabris e pela geração de emprego e renda. No período citado, houve um incremento de 51,21% equivalente a 33.272 novos empregos, quando comparados a 2003 (64.969) ano de referência. O crescimento anual dos empregos no período foi de 11,2% em média.

3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS NA 2ª REGIÃO FISCAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007 a participação do Estado do Amazonas manteve o mesmo nível de 2006. A tendência desse indicador é de crescimento ao se considerar que o faturamento do Pólo Industrial sinaliza um crescimento a curto e médio prazo.

4. TAXA DE VARIAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

As exportações do Pólo Industrial de Manaus, segundo os indicadores da SUFRAMA, totalizaram US$ 1,04 bilhão, em 2007, representando 16,56% do volume das importações (US$ 6,28 bilhões). Em 2006, as exportações totalizaram o montante de US$ 1,48 bilhão representado 25,05% das importações (US$ 5,92 bilhões). Ao comparar-se a participação relativa, nos dois períodos, observa-se que o desempenho das exportações em relação às importações sofreu uma queda de 8,49 pontos percentuais. A seguir, as razões mais prováveis para o entendimento dessa dinâmica:

a) exportação com a transferência de plantas fabris de empresas exportadoras para suas filiais no México em decorrência de questões logísticas e de excesso de tempo nos trâmites de importação/exportação, com a condição de 3º país no MERCOSUL dado aos produtos originários da Zona Franca de Manaus. Na prática, significa que os produtos do PIM e de outras Zonas Francas não são beneficiados pela tarifa intrabloco do MERCOSUL (alíquota zero). Portanto, fazem parte da Tarifa Externa Comum (TEC), e a valorização do Real em relação ao dólar norte-americano;

b) importação, com vendas para o mercado interno registrado, em 2007, foram superiores em 22,71%, equivalentes a US$ 3,75 bilhões, em relação a 2006. Esse incremento repercutiu no volume de insumos importados contribuindo para o incremento do *deficit* na balança comercial do PIM. Nesta questão também teve peso a valorização do Real, que tornou as importações mais atrativas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Zona Franca de Manaus é um modelo vitorioso de desenvolvimento regional implantado para reduzir as diferenças econômicas e sociais da Amazônia Ocidental frente às regiões mais desenvolvidas do País. O PIM, como seu principal setor, é responsável pelo crescimento econômico e social da região, registrando no ano de 2004 a instalação de 467 empresas fabris, propiciando cerca de 82.527 postos de trabalho. O volume de exportação da ordem de US$ 1,1 bilhões propiciou a participação em 61,44% na arrecadação federal da região Norte. A gestão do modelo conduz à SUFRAMA, a superação das ameaças impostas pelas conjunturas nacional e internacional e a busca da sua consolidação. A ampliação dos efeitos positivos para a região constitui os maiores desafios a serem superados. Neste sentido, visando a permanência e a auto-sustentabilidade do modelo, na perspectiva a longo prazo, é que a SUFRAMA criou o Programa PIM, vital para o modelo Zona Franca de Manaus, composto por ações, convergentes e sinérgicas, voltadas para o atendimento das demandas e a redução dos gargalos existentes, especialmente, os de ordem tecnológica. Estas ações estarão convergentes com a necessidade de atrair investidores, buscar a melhoria de infra-estrutura logística, equilibrar a balança comercial, explorar a biodiversidade visando a implantação de um pólo de biodiversidade, aprimoramento e promoção do capital intelectual, adensamento das cadeias produtivas e desenvolvimento do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aprovação de 276 projetos industriais, com a possibilidade de geração de aproximadamente 16.000 novos empregos diretos, US$ 3,5 bilhões de investimentos totais e US$ 857,5 milhões em exportações.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais Restrições e Providências Adotadas

O resultado do Programa em 2007 foi dentro do esperado e se justifica, em parte, pela execução de R$ 63,99 milhões equivalente a 99,56% de seu orçamento aprovado (R$ 64,27 milhões), e pelo andamento satisfatório de quatro das cinco ações. Apesar de o Programa ter executado 99,56% de seu orçamento os recursos não foram suficientes para o enfrentamento de suas demandas. É importante registrar, ainda, que muitos projetos importantes para a região não estão sendo inseridos no PPA pela falta de perspectiva de receber recursos.

Das cinco ações do Programa, quatro tiveram desempenho favorável, em que pese o atraso na liberação dos recursos tendo como resultado a realização das metas em 2008. Pode-se

considerar como resultado satisfatório a celebração dos convênios e dos contratos que asseguram a realização das metas ainda que no outro exercício.

Do total de 276 Projetos industriais aprovados em 2007, 100 são projetos de implantação, ou seja, novos empreendimentos, e 176 de ampliação, diversificação e atualização de projetos já existentes. Espera-se que esses Projetos gerem aproximadamente 16.000 novos empregos, com a expectativa de exportação em torno de US$ 857,5 milhões, a partir do nível de terceiro ano de produção.

Em 2007, o PIM faturou US$ 25,7 bilhões, com exportação de US$ 1,0 bilhão, ainda bem aquém do volume importado, que se situou em US$ 6,2 bilhões, com *deficit* de US$ 5,2 bilhões.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Foram realizados 40 eventos no âmbito da Ação Divulgação do Pólo Industrial de Manaus, de uma meta prevista de 25 eventos, que inclui o início dos preparativos para a realização, em 2008, da Feira Industrial da Amazônia, em sua quarta edição.

Foram realizados, ainda, serviços de recuperação e pavimentação de vias do Distrito Industrial, recuperação de meio-fio e sarjeta, recomposição do sistema de drenagem e limpeza e coleta de lixo. Contudo, devido ao desgaste do pavimento asfáltico, em decorrência do tempo de sua implantação (mais de 30 anos), da intensificação de tráfego de carretas e caminhões pesados, além do fator climático local (chuvas constantes, mais de 2.500 milímetros por ano), apenas os trabalhos de recuperação não têm sido suficientes. Dessa forma, buscou-se uma solução mais adequada, com intervenções de maior impacto no sistema.

Destaca-se o convênio firmado, no final do ano de 2007, com o Centro de Indústrias do Estado do Amazonas (CIEAM), correspondente ao valor de R$ 20.000.000,00, visando a implantação de projeto de revitalização e expansão da infra-estrutura do sistema viário do Distrito Industrial de Manaus (DIM). Esse projeto foi uma conquista e resolverá o problema da pavimentação das vias do DIM.

Verifica-se a necessidade de se aplicar a sistemática de modelo lógico nos programas 1020 - Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental e 0392 - Pólo Industrial de Manaus, ambos implementados pela SUFRAMA, de modo a verificar se os problemas, as intervenções pretendidas, os resultados intermediários e os impactos esperados nos dois programas estão suficientemente bem definidos para serem mensuráveis (consistência do programa proposto), além da necessidade de se analisar a cadeia de causalidade.

PROPRIEDADE INTELECTUAL

GERENTE DO PROGRAMA

Jorge de Paula Costa Ávila

OBJETIVO

Aumentar a participação ativa de brasileiros nos serviços e nos resultados de propriedade intelectual de modo a garantir a proteção e os meios para a geração e a comercialização dessa natureza de propriedade.

PÚBLICO-ALVO

Empresas, instituições científicas e tecnológicas, inventores isolados

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créd os): R$ 156.228.995,00	Empenho Liquidado:	R$ 137.982.207,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 137.982.207,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Crescimento do Volume de Depósitos de Patentes de Invenção Prioridade BR – Porcentagem	-	-	-	-5.77	5.00	-115,40%
2. Crescimento do Volume de Depósitos de Patentes de Modelo de Utilidade Prioridade BR - Porcentagem	-	-	-	-14.99	10.00	-149,90%
3. Prazo de Análise de Contratos e Faturas de Tecnologia - Mês	-	-	0.95	0.82	1.00	82%
4. Prazo de Concessão de Patentes - Ano	-	-	11.61	7.28	3.50	-
5. Prazo de Concessão de Registro de Desenho Industrial - Mês	-	-	0.98	1.28	1.00	-
6. Prazo para Concessão de Registro de Marcas – Ano	-	-	3.34	1.13	1.00	-

1. CRESCIMENTO DO VOLUME DE DEPÓSITOS DE PATENTES DE INVENÇÃO PRIORIDADE BR

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Em 2007, este indicador alcançou o resultado de -5,77%. Este índice negativo significa uma piora da situação mensurada em 2006, que foi de -0,15%, e fica longe de atingir a meta

estabelecida de crescimento de 5% para 2007. Fatores exógenos ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) são preponderantes para influenciar este indicador. E apesar da ação de Promoção à Geração, à Proteção e à Comercialização de Propriedade Intelectual ter superado as expectativas para 2007, é impossível verificar, a curto prazo, a influência do INPI na quantidade de depósitos de Patentes, uma vez que corresponde a um conjunto de fatores ligados à ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, crescimento econômico, desenvolvimento da cultura da propriedade intelectual entre os brasileiros etc.

2. CRESCIMENTO DO VOLUME DE DEPÓSITOS DE PATENTES DE MODELO DE UTILIDADE PRIORIDADE BR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007, este indicador alcançou o resultado de -14,99%. O índice negativo denota uma piora da situação mensurada em 2006, que foi de -2,42%, e fica longe de atingir a meta estabelecida de crescimento de 10% para 2007. Fatores exógenos ao INPI são preponderantes para influenciar este indicador. E apesar da ação de Promoção à Geração, à Proteção e à Comercialização de Propriedade Intelectual ter superado as expectativas para 2007, é impossível verificar, a curto prazo, a influência do INPI na quantidade de depósitos de Patentes, uma vez que corresponde a um conjunto de fatores ligados à ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, crescimento econômico, desenvolvimento da cultura da propriedade intelectual entre os brasileiros etc.

3. PRAZO DE ANÁLISE DE CONTRATOS E FATURAS DE TECNOLOGIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007, este indicador alcançou o resultado de 0,82 mês. O índice constitui uma melhora da situação mensurada em 2006, que foi de 0,95 mês, e superou a meta estabelecida de um mês para 2007.

4. PRAZO DE CONCESSÃO DE PATENTES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007, este indicador alcançou o resultado de 7,28 anos. O índice constitui uma melhora da situação mensurada em 2006, que foi de 9,09 anos, mas ainda não atinge a meta estabelecida de 3,5 anos para 2007. Um dos problemas verificados para diminuir ainda mais o tempo de concessão de patentes se deu em decorrência da não realização de novo concurso para suprir as vagas que não foram preenchidas em 2006 por falta de aprovados, bem como da relativa demora para efetivação das contratações que, aliada ao tempo necessário para o treinamento dos novos, determinaram a impossibilidade do reflexo desse esforço no PPA 2004-2007. Assim, apesar de o número de servidores ter crescido, não houve um incremento proporcional na análise dos processos. Com a maior experiência adquirida no exercício da função, esta situação tenderá a se normalizar.

5. PRAZO DE CONCESSÃO DE REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007, este indicador alcançou o resultado de 1,28 mês. O índice constitui uma piora da situação mensurada em 2006, que foi de 0,98 mês, mas ainda está muito perto da meta estabelecida de um mês para 2007. Houve problema de agilidade na digitalização dos novos pedidos de desenho industrial. Tal situação causou um pequeno atraso nos trabalhos, o suficiente para superar em 0,28 mês a meta estabelecida.

6. PRAZO PARA CONCESSÃO DE REGISTRO DE MARCAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007, este indicador alcançou o resultado de 1,13 ano. O índice constitui uma melhora da situação mensurada em 2006, que foi de 3,34 anos, e faltou pouco para que atingisse a meta estabelecida de um ano para 2007. O adicional de servidores empossados em 2006, aliado ao e-Marcas, que possibilitou o recebimento de depósitos via Internet, praticamente equacionaram o problema do prazo de concessão de registro de marcas, tanto que o índice apurado foi apenas 0,13 ano superior à meta do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A propriedade intelectual é, e tende a ser, cada vez mais, um importante instrumento de apoio à competitividade econômica, exercendo um papel crítico no processo de desenvolvimento tecnológico dos países. Ao se conferir o direito da propriedade intelectual, contribui-se diretamente com os esforços para estimular a criação e absorção de tecnologia, aumentar o valor agregado dos produtos e serviços nacionais, melhorando, assim, o desempenho das exportações do País, e colocando nossos produtos e serviços em posição mais favorável no mercado interno, frente aos importados. O sistema de propriedade intelectual também contribui para a repressão à concorrência desleal, em especial, no combate à pirataria, aumentando os negócios das empresas estabelecidas, o número de postos de trabalho e o nível de arrecadação de impostos no País.

Mesmo dispondo de uma legislação reconhecidamente alinhada com a normativa internacional, os direitos relativos à propriedade intelectual ainda são conhecidos e usufruídos relativamente por poucos no Brasil. Os setores diretamente interessados da sociedade brasileira (setores produtivo e científico tecnológico) ainda não estão suficientemente conscientizados e capacitados para a proteção da propriedade intelectual, notadamente, o patenteamento e comercialização da tecnologia desenvolvida por empresas e institutos de pesquisa nacionais. Uma evidência disso são os índices de desenvolvimento tecnológico do País que, se medido pelo número de pedidos e concessões de patentes de invenção junto ao escritório norte-americano de patentes (USPTO), mostra um fraco desempenho do Brasil quando comparado com outros países em desenvolvimento como, por exemplo, a Coréia do Sul.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 296.258 decisões de registro de marcas (recorde de exames e decisões).
- 17.333 exames e decisões de patentes.
- 686 registros de programas de computador.
- 4.085 registros de desenho industrial.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais Restrições e Providências Adotadas

Em 2007, o INPI alcançou importantes resultados. Os avanços mais significativos ocorreram no indicador do Prazo de Concessão de Registro de Marca (queda de 3,34 anos em 2006 para 1,13 ano), chegando bem próximo à meta de um ano para o final do PPA, e no indicador de Prazo de Análise de Contratos de Faturas de Tecnologia (queda de 0,95 mês, em 2006, para 0,82 mês), ficando bem abaixo da meta de um mês para o final do PPA.

O Prazo de Concessão de Patentes, apesar de não ter atingido a meta prevista de 3,5 anos, obteve um desempenho satisfatório (queda de 9,09 anos, em 2006, para 7,28 anos), considerando-se as adversidades ocorridas no período e citadas abaixo. O indicador do Prazo de Concessão de Registro de Desenho Industrial apresentou uma piora de 0,98 mês, em 2006, para 1,28 mês, acima da meta de um mês para o final do PPA.

Devido a fatores exógenos ao INPI, o resultado dos indicadores de Crescimento do Volume de Depósitos de Patentes de Invenção e Crescimento do Volume de Depósitos de Modelo de Utilidade ficou longe das metas estabelecidas, apesar de as ações ligadas à promoção da propriedade intelectual e disseminação de informações tecnológicas terem registrado um excelente desempenho em 2007. Por esse motivo, esses dois indicadores não foram incluídos para o cálculo percentual de alcance de 40% a 80% do previsto para 2007.

Destaque-se o número de exames e decisões de pedidos de registro de marcas que atingiu 296.258, de uma previsão inicial de 100.000. Assim, o prazo médio de registro de uma marca chegou a 1,13 ano, muito próximo a meta ideal estabelecida pelo INPI e internacionalmente aceita de 1 ano.

Em 2007, foram analisados 2.618 processos de Contratos de Faturas de Tecnologia, de uma previsão inicial de 1.863. Assim, o prazo de análise caiu para menos de um ano, ou seja, situou-se em 0,83 mês, um avanço significativo.

Entretanto, o prazo de concessão de patentes ainda está longe do ideal, 7,28 anos, embora tenha ocorrido redução do prazo se comparado a 2006, quando era de 11,61 anos. Entretanto, deve-se registrar que o número de pleitos (Prioridade BR) reduziu em 5,77% em relação a 2006. Ocorreu redução também em relação à meta prevista em 2007 de 22.000

decisões de patentes, verificando-se a quantidade de 17.333. O decréscimo do número de decisões de patentes ocorreu mesmo com aumento do número de consulta realizadas no âmbito da ação Disseminação de Informações Tecnológicas, que teve a meta física ampliada de 70.000 (previsão inicial) para 88.923 (realização final), e da ação Promoção da Geração, Proteção e a Comercialização da Propriedade Industrial, que atendeu a 12.207 pessoas de uma meta prevista de 7.500, um excelente desempenho, o que reforça a idéia de que é necessária uma atuação conjunta de diversos atores governamentais e não apenas do INPI para que se sensibilize o setor empresarial e científico do País de modo a que aumente o número de pedidos para a concessão de patentes.

Um dos motivos da baixa sensibilização é o tempo de concessão. O trabalho do INPI para reduzir tal prazo poderá contribuir para o aumento do número de pedidos, embora não seja suficientemente eficaz para que o Brasil tenha o número de pedidos de concessão de patentes à altura de sua economia, como se faz na Coréia. A ação de promoção referida objetiva sensibilizar e capacitar os setores empresariais, científico e tecnológico, e governamentais no uso de informação tecnológica contida nas patentes e apoiá-los no uso do sistema de propriedade intelectual, com vista a aumentar a geração de propriedade intelectual por empresas brasileiras, assim como sua proteção e a sua comercialização. A concessão de desenho industrial ficou muito próxima a meta estabelecida de 4.800 (realização física de 4.085).

O Programa empenhou e liquidou 88,3% do orçamento aprovado, resultado muito semelhante ao de 2006, superior ao de 2005, quando o índice foi de 73,3%. Registre-se que o orçamento autorizado em 2007 (LOA + Créditos) foi maior do que o de 2006, R$ 156,2 milhões e R$ 120,2 milhões, respectivamente.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa ainda enfrenta desafios e problemas em sua implementação. A combinação de um elevado nível de exigência burocrática com a baixa capacidade operacional instalada nas áreas envolvidas em contratações no âmbito do INPI é outra grande dificuldade. Conflitos decorrentes de outras políticas setoriais, inclusive entre esferas de poder ou entre esferas de governo, igualmente causam problemas na implementação do Programa. Apesar da controvérsia junto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) permanecem as dúvidas quanto à efetividade da participação dessa agência no julgamento de patentes de produtos farmacêuticos, e pontos de indefinição do processo, acarretando atraso nas decisões que poderá se reverter em custos para o sistema público de saúde e para a sociedade de um modo geral, uma vez que a falta continuada de decisão acarreta, pela Lei da Propriedade Industrial, na extensão dos prazos de vigência das patentes. Por outro lado, há pontos da Lei de Propriedade Industrial que necessitam de revisão. A percepção da finalidade e da relevância do sistema de propriedade intelectual por alguns segmentos dos órgãos governamentais ainda é baixa, o que acarreta, por vezes, o isolamento do Instituto. Apesar dos avanços das ações do INPI para superação desse problema, por ser um dos objetivos do Programa, ainda há seqüelas por essa desinformação.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), na qualidade de gestor do PPA, poderia promover a articulação entre o INPI, por intermédio do MDIC, com outros segmentos que atuam diretamente ou indiretamente sobre a propriedade intelectual para discutir os problemas mencionados, de forma a unir esforços no sentido de tornar a propriedade intelectual um mecanismo de apoio seguro ao setor científico e empresarial, tal como ocorre nos países desenvolvidos.

MINISTÉRIO DO ESPORTE

Brasil no Esporte de Alto Rendimento

Esporte e Lazer da Cidade

Inserção Social pela Produção de Material Esportivo

Rumo ao Pan 2007

Segundo Tempo

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério do Esporte (ME), foram utilizados **R$ 1.415.257.819,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 1.576.050.262,00	Realizado orçamentário:	R$ 1.415.257.819,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 1.576.050.262,00**	**Total realizado:**	**R$ 1.415.257.819,00**

Além disso, do total de **R$ 471.639.605,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 382.714.087,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do ME, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Cód/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	0181 Brasil no Esporte de Alto Rendimento	4,04%	7,86%	3,10%	4,69%	4,68%
	1250 Esporte e Lazer da Cidade	53,28%	55,32%	37,52%	29,52%	37,51%
	1255 Esportes de Criação Nacional e de Identidade Cultural	0,22%	0,00%	0,00%	0,00%	0,02%
	1245 Inserção Social pela Produção de Material Esportivo	5,08%	3,12%	2,69%	1,48%	2,36%
	1246 Rumo ao Pan 2007	17,36%	1,61%	37,29%	54,89%	39,16%
	8028 Segundo Tempo	19,53%	31,19%	18,36%	8,94%	15,58%
Finalístico Soma		99,50%	99,11%	98,95%	99,51%	99,31%
Gestão de Políticas Públicas	0413 Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer	0,50%	0,89%	1,05%	0,49%	0,69%
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

O ano de 2007 assegurou ao esporte, de maneira definitiva, a condição de política de Estado. Tal entendimento fica claro, principalmente, devido à importância e à priorização que o Governo dedica às questões relacionadas ao esporte. Estes são sinais inequívocos do protagonismo da área do esporte na atual gestão do Governo Federal. Além disso, o sucesso e o impacto provocados pela realização dos Jogos Pan-americanos e pela escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo, a ser realizada em 2014, colocaram a agenda esportiva nos temas de discussões nacionais. Assim, cabe enumerar os resultados obtidos pelos programas conduzidos pelo ME ao longo do ano de 2007, evidenciando a sua importância na caminhada ao encontro dos objetivos setoriais da Pasta. Inicialmente, destacam-se os objetivos setoriais do Ministério:

a) democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, em todas as suas dimensões;

b) promover o desenvolvimento humano e a inclusão social por meio do esporte e lazer, em todas as suas dimensões;

c) fomentar a produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do esporte e do lazer, em todas as suas dimensões;

d) fortalecer o esporte de alto rendimento, elevando o nível esportivo do País;

e) articular e implementar políticas intersetoriais que possibilitem a formação da cidadania, a promoção da saúde e a qualidade de vida;

f) implementar e desenvolver o Sistema Nacional de Esporte e Lazer;

g) fomentar a geração de emprego e renda, a indústria nacional e a cadeia produtiva do esporte e do lazer, potencializando o crescimento do País;

h) potencializar o desenvolvimento do esporte escolar para crianças, adolescentes e jovens, contribuindo com a melhoria da qualidade de ensino;

i) ampliar e qualificar a infra-estrutura de esporte e do lazer no País.

A realização dos Jogos Pan-americanos e do Parapan no Rio de Janeiro, que a princípio tão desacreditada (poucos apostaram que o País seria capaz de realizar um evento de tamanha envergadura), restituiu aos brasileiros a auto-estima e trouxe de volta o brio da camisa verde e amarela. Cinco meses depois da festa, uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) revelou que 81% da população brasileira com mais de 16 anos considerou os jogos bem organizados e 73% avaliou que os recursos utilizados para promovê-los foram bem aplicados. O esforço se refletiu nas arenas esportivas, onde os atletas do Brasil conquistaram o maior número de medalhas em tais certames, sendo 157 no Pan (terceiro no *ranking*) e 228 no Parapan (a primeira colocação).

Tamanho sucesso conferiu ao País não apenas muita experiência, mas também a certeza da capacidade de assumir eventos esportivos de tal monta, reforçando os argumentos de trazer para o Brasil a Copa do Mundo de 2014 e de disputar, com boas chances, a oportunidade de sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Ainda no primeiro semestre de 2008, autoridades nacionais e a população estarão envolvidos com a campanha para que o Rio de Janeiro venha a sediar este evento.

Ao mesmo tempo, o Governo Federal começa a preparar o País para a Copa de 2014. Haverá um planejamento de investimentos, e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é um excepcional ponto de partida. A registrar um importante detalhe: tudo o que for investido ficará no Brasil.

Ainda a respeito de 2007, para além dos grandes eventos do ano, merece destaque a vigência da Lei de Incentivo ao Esporte, marcando uma mudança importante, ao permitir investimentos em eventos esportivos - investimentos equivalentes a 1% do Imposto de Renda (IR) devido por pessoas jurídicas e 6% do que é devido por pessoas físicas.

Até dezembro de 2007, o ME recebeu 617 projetos, dos quais 32 estão autorizados a captar R$ 84.068.140,24. Com tais recursos será possível realizar competições cada vez melhores, incentivar a juventude à prática esportiva e formar novos atletas.

Também em 2007, a Timemania saiu do papel. Antigo anseio do mundo do futebol, recebeu grande adesão dos clubes já em sua etapa inicial, uma vez que promove o saneamento financeiro destes por meio de um acerto fiscal, o qual permite adotar medidas modernas de gestão e financiamento.

O ano de 2007 trouxe ainda bons resultados para os programas sociais do Ministério. Um dos destaques é o Segundo Tempo, que atende a crianças e jovens do ensino fundamental e do ensino médio de escolas públicas, oferecendo atividades esportivas, além de reforço escolar e alimentar no contraturno das aulas. A meta é colaborar para a inclusão social, o bem-estar físico, a promoção da saúde e o desenvolvimento intelectual e humano, além de assegurar o exercício da cidadania. Em 2007, foram destinados ao Segundo Tempo R$ 112,8 milhões, atingindo-se a marca de quase um milhão de beneficiados e a qualificação e ampliação de sua abrangência, através de melhorias no processo de formalização de convênios. Fixou-se nas renovações de convênios para o estabelecimento de parcerias com Governos estaduais e municipais.

O esporte como lazer também fez parte das preocupações. Em 2007, cerca de dois milhões de cidadãos de diversas faixas etárias foram beneficiados com o Programa Esporte e Lazer da Cidade, distribuído em 618 núcleos de 400 Municípios. Deve-se ressaltar o início do funcionamento das novas unidades do Centro de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer, que sedimentarão, ao longo do tempo, as noções de boas práticas esportivas, a produção e difusão de conhecimento científico e tecnológico na área esportiva, na busca pelo aprimoramento da prática do esporte recreativo e do lazer.

Ainda sob a ótica da inclusão social, há outros projetos relevantes, o Pintando a Liberdade e o Pintando a Cidadania merecem destaque, que levam uma alternativa profissionalizante a detentos e jovens em situação de risco social, através da produção de materiais esportivos, além dos benefícios com a ampliação de unidades de produção, finalizando o exercício de 2007 com 93 unidades de produção ativas. Isso proporcionou a geração de emprego direto para 12.700 internos do Sistema Penal Brasileiro e absorveu a mão-de-obra de 1.873 pessoas.

O Bolsa-Atleta, que assegura renda fixa àqueles que não têm patrocínio, mas apresentam bom desempenho em provas nacionais e internacionais, procura oferecer ao esportista tranqüilidade para treinar e dedicar-se ao seu aperfeiçoamento, cujo mérito foi reconhecido pelo Presidente da República, que ampliou os recursos para R$ 13,2 milhões, beneficiando mais 1.141 atletas. Em 2007, o Programa contou com um total de R$ 26,4 milhões de

investimentos, atingindo 2.172 atletas, sendo 25% paraatletas. O resultado é o que se viu no Pan e no Parapan: subiram no pódio 103 bolsistas de várias modalidades.

Merecem destaque, ainda, os investimentos em praças esportivas: em 2007, o ME autorizou a Caixa Econômica Federal (CEF) a contratar 1.478 obras de infra-estrutura para construção ou reforma de ginásios, quadras e estádios. Finalmente se está revisando a atual legislação esportiva. A cultura corporal está presente nas várias civilizações ao longo da história. Mas a noção do esporte; da atividade física como direito é recente. Apenas em 1978 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), através da Carta Internacional da Educação Física e do Esporte, sistematizou para o mundo a perspectiva do esporte como direito social, que deveria ser objeto de Políticas Públicas. A Constituição brasileira incorporou tal conceito. A chamada Lei Pelé, que fez 10 anos, parte dos desafios colocados pela Carta Nacional. A Lei Pelé regulamenta o esporte em todas as suas dimensões. Criou, por exemplo, o Sistema Brasileiro do Esporte, que embora demande desenvolvimento, apóia a Política Nacional do Esporte (PNE).

A face mais visível da Lei Pelé trata de temas ligados ao futebol. Ela ficou marcada pela consolidação do fim do passe, que na verdade sintonizou o País com as tendências internacionais de relação entre os clubes e atletas. Antes o clube era proprietário dos direitos federativos dos atletas. Agora a relação entre clube e atleta se estrutura como contrato de trabalho. No mundo do futebol brasileiro há um debate intenso sobre medidas para o seu fortalecimento, o que inclui a revisão da Lei Pelé. Um problema central é a possibilidade de desligamento do atleta a qualquer tempo, o que fez muitos clubes perderem o interesse em investir em divisões de base. Os que continuaram investindo passaram a perder seus atletas muito cedo. Com o fim do passe no futebol brasileiro, surgiu a necessidade de se valorizar e proteger o clube formador, para que não se inviabilizem as fontes de talentos que singularizam o futebol do País.

Para tratar dessa matéria, tramita no Congresso Nacional, de autoria do Poder Executivo, o Projeto de Lei (PL) nº 5.186/2005, que propõe alterações na Lei Pelé. De acordo com o PL, clube formador é o que tem condições de dar uma formação completa ao atleta, garantindo também educação, alimentação, tratamento médico e psicológico, estada adequada, dentre outros requisitos. Uma vez estabelecido o que é o clube formador, o projeto define mecanismos para a sua proteção, incluindo a justa remuneração para o investimento feito no trabalho de base.

Ao se considerar o estágio em que está o futebol moderno no mundo, o País já evoluiu bastante. Hoje, os campeonatos no Brasil têm regras, não há mais espaço para viradas de mesa. Temos uma padronização nos balanços de todos os clubes, veiculados pelos meios de comunicação, o que traz transparência e permite acompanhamento pleno. Há, também, o Estatuto do Torcedor, que define os direitos dos espectadores nos estádios. Pode-se avançar mais, sobretudo para tornar a economia do futebol mais forte, competitiva como em outros países. Isso exige fortalecer os clubes, aqui incluídos os que formam atletas. Exige-se, enfim, a aprovação do PL 5.186/2005, com os adequados aperfeiçoamentos que serão feitos pelos parlamentares. Isso é urgente, é relevante e acredita-se que poderá ser realizado ainda em 2008.

A Conferência Nacional do Esporte (CNE), instituída por decreto presidencial em 2004, tem um papel fundamental para a consolidação do esporte e do lazer como direitos sociais. A primeira edição da conferência, realizada em junho de 2004, teve como resultado a indicação das potencialidades e dificuldades do esporte nacional, e a aprovação dos referenciais para uma nova PNE, com forte ênfase na inclusão social, e da resolução de criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Dando continuidade às conquistas alcançadas, em maio de 2006 foi realizada a II CNE denominada Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer, entendendo tal sistema como necessário para unificar a ação do conjunto dos atores compreendidos no segmento do esporte e do lazer em todo o Território Nacional. A terceira versão está em fase de organização, e contribuirá para a implementação de Políticas Públicas de esporte, reordenando, compatibilizando e sistematizando as propostas que produzirão conhecimentos para planejar, implantar e avaliar ações e projetos para reestruturação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, na ótica do desenvolvimento humano e da inclusão social.

A construção deste sistema pressupõe a responsabilidade de fomentar e qualificar, de forma integrada e articulada, as diferentes práticas sociais de esporte e lazer, considerando as contradições advindas de sua origem numa sociedade de classes. Portanto, é necessário reconhecer e resgatar as reivindicações já formuladas pela população, não captadas pelos mecanismos oficiais e formais do sistema de esporte atual, ou na proposta do Legislativo, para estabelecer Políticas Públicas assentadas na realidade material objetiva. De maneira geral, os resultados obtidos foram satisfatórios, sendo que os motivos para o êxito não residem especialmente em nenhum fator específico, embora se possa destacar a maior preocupação dada pelo Governo para a questão do esporte. O Ministério atua, principalmente, na inclusão social, ferramenta auxiliar no processo de educação e saúde, na prática de costumes saudáveis e na conquista de cidadania. Contribui também com o processo de geração de renda para comunidades carentes, com o fortalecimento da cultura esportiva e com a prospecção de novos atletas.

Ao longo de 2007, foram encontrados alguns obstáculos durante a gestão dos programas do ME. Estes obstáculos decorrem de fatores estruturais e conjunturais que residem no percurso entre a concepção e a execução dos programas. Ao encontrar estes obstáculos, cabem aos gestores dos programas providências, com o intuito de superar tais amarras. O desafio enfrentado no processo de gestão dos programas consiste na capacidade de equacionar as variáveis que compõem os obstáculos, e de propor e implementar medidas de superação. Sendo assim, vê-se a seguir alguns dos maiores obstáculos surgidos ao longo do ano de 2007:

a) carência de servidores, que em geral, é freqüente a reclamação das várias áreas finalísticas em relação à falta de pessoal. É perceptível, entretanto, que a falta de servidores e funcionários muitas vezes está relacionada à insuficiente informatização e à não-sistematização de funções, como é o caso de trabalhos tipicamente de análise, a exemplo da própria avaliação do PPA, imprescindível instrumento de planejamento do Governo Federal. Em algumas unidades administrativas é comum a verificação da precariedade da alimentação do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), pois os

servidores, pela própria natureza das áreas finalísticas, dedicam seus esforços quase que exclusivamente ao trabalho dito operacional, no atendimento direto aos beneficiários dos programas;

b) dificuldades na captação de informações sobre o andamento das ações: dada a natureza política do País, o qual possui entes políticos autônomos no três níveis (Federal, Estadual e Municípal), vê-se que a ação estatal Federal apresenta algumas especificidades. Em particular, quando a ação é realizada indiretamente por meio de descentralização de recursos, cabe aos entes convenentes a condução direta da ação, com o apoio financeiro, logístico e profissional do ME. Entretanto, o acompanhamento, monitoramento e controle das ações tornam-se muito prejudicados, em virtude do elevado número de Municípios e organizações não-governamentais (ONGs), da grande extensão territorial do País e do diminuto número de servidores. Acrescente-se a isso a falta de sistematização na coleta de informações e a falta de cultura gerencial para essa finalidade específica;

c) ausência de rotinas e procedimentos, em que constata-se a existência em alguns setores do ME de procedimentos previamente aceitos e aplicados por seus servidores como, por exemplo, o serviço de protocolo. Em outros setores, os serviços são realizados de maneira histórica, ou seja, há uma memória entre os servidores da área, que garante a boa continuidade dos trabalhos. Entretanto, há setores em que não há qualquer rotina preestabelecida de ação na consecução dos serviços, e o trabalho se dá de maneira precária, exemplo do que acontece muitas vezes nas áreas finalísticas. Esse diagnóstico permite verificar que há desorganização, ineficiência, retrabalho e, portanto, desperdício de recursos em várias áreas do Ministério. Neste sentido, existe um consenso da necessidade de se contratar, ou mesmo de se desenvolver nas áreas técnicas do Ministério, um projeto que oficialize ou aperfeiçoe algumas rotinas, e crie outras para a melhoria na eficiência da ação da Pasta;

d) falta de capacitação dos agentes executores tem origem no insuficiente número de servidores federais, que não conseguem suprir a demanda de capacitação dos agentes locais. Outro fator é o baixo nível médio de instrução dos agentes locais, o que afeta negativamente a qualidade e a correta condução das ações. Este é um problema estrutural, que pode ser minimizado com regulares retornos aos locais dos programas para atualizações e acompanhamentos dos trabalhos dos agentes locais. Outra forma de minimizar essa deficiência é promover, com maior freqüência, fóruns e encontros para a reunião de vários agentes;

e) ausência de institucionalidade e participação social em que se verifica uma reduzida mobilização dos segmentos do esporte, por se tratar de uma temática recente no âmbito da elaboração de Políticas Públicas como direito social. Outras Políticas Públicas recebem maior atenção do cidadão como, por exemplo, políticas de educação e saúde, as quais têm, por razões históricas, maior participação e atenção da sociedade. Esta fragilidade institucional na

estrutura do esporte nos Estados e Municípios, e a ausência de órgãos específicos e de conselhos estaduais e municipais para efetivar a gestão e o controle social, dificultam de modo significativo a apropriação pela população da política de esporte como uma política de Estado, e não apenas deste ou de outro Governo. Talvez uma das alternativas efetivas seja fazer um *link* mais claro da importância que tem o esporte com as noções de saúde e educação; com os conceitos de vida saudável. Carece ainda o Ministério de uma atuação mais institucional ligada ao esporte mais popular no Brasil e no mundo, o futebol. A idéia é auxiliar no aperfeiçoamento desta modalidade como espetáculo preferido do público esportivo. A Pasta poderá, neste sentido, auxiliar na regulação de uma legislação para proteger os direitos do torcedor, a qual garanta ao mesmo a possibilidade de desfrutar conforto, segurança e bons acessos aos estádios. Em relação aos clubes de futebol, a idéia seria colaborar com a absorção de conceitos empresariais como *marketing* e eficiência financeira, para que haja instituições esportivas mais estruturadas. Subsiste ainda na Pasta uma desvinculação; uma incompatibilidade entre o modelo de gestão atual, em que os projetos estão concentrados sob a gestão do Gabinete Ministerial, enquanto as demandas nascem no âmbito das atuações das secretarias finalísticas. O ideal seria que existisse uma programação de obras ligada a cada Secretaria finalística, pois o acompanhamento da ação seria realizado por aqueles responsáveis pela interlocução da demanda, o que propiciaria melhor controle do projeto, na questão física e financeira. Ainda prescinde o Ministério de indicadores de impacto que possam informar acerca das modificações que a efetiva ação governamental propicia. Em outras palavras, que possam informar como o ambiente social se modifica pela ação do Estado. Estes indicadores de impacto são importantes, pois mostram qual a base que a Política Pública está sedimentando para a população. No entanto, sabe-se que até os indicadores de desempenho dos programas, em alguns casos, têm dificuldades para mostrar seus resultados, pela inexata formulação, pela ineficiente coleta de informações e às vezes pela equivocada escolha de bases de dados. Neste sentido, deverá haver um esforço de capacitação e implementação, com o objetivo de aperfeiçoar os indicadores de desempenho e implantação dos indicadores de impacto, fundamentais para a leitura correta do impacto dos programas;

f) dificuldades na execução orçamentária, na celebração de convênios e na prestação de contas, uma vez que o processo de execução orçamentária se dá de maneira burocrática, em sua maior parte, por meio de descentralização de recursos mediante convênios com Municípios, Estados e entidades privadas sem fins lucrativos. A execução sofreu impacto, particularmente em 2007, pois além dos contingenciamentos rotineiros, foi dada compreensível prioridade aos Jogos Pan-americanos, prejudicando, assim, outros programas. O atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios foi um fator que reteve o processo de estabelecimento de parcerias e convênios. Isso se deve ao passivo de processos em situação de prestação de contas e à limitação de pessoal para análise das mesmas, tanto nas secretarias finalísticas quanto na Coordenação-Geral de Prestação de Contas da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do

Ministério. Tentou-se mitigar o grande passivo de processos por meio de uma força-tarefa, com o intuito de avançar na análise dos processos em situação de passivo. Com isso, conseguiu-se efetivar um grande quantitativo de convênios até dezembro de 2007. Outro fator de desgaste tem relação com a demora no envio da documentação solicitada e o grande número de potenciais convenentes com registros de inadimplência pelos órgãos públicos, sobretudo junto aos sistemas financeiros do Governo. Sendo assim, as pendências apontadas no Relatório de Cumprimento do Objeto (RCO) prejudicaram a execução orçamentária e financeira dos programas. Lembre-se ainda a repetida dificuldade imposta pela programação financeira dos recursos do orçamento. É compreensível que a liberação de recursos para empenho deva se dar tendo seu respaldo no efetivo recolhimento das receitas previstas ao longo do exercício. Mas também é inegável que a não-liberação da dotação autorizada importa, às vezes, uma redução no ritmo dos projetos e atividades, que acabam por ter execuções financeiras concentradas no fim do ano, prejudicando um bom andamento físico-financeiro. Esse descolamento do plano em relação ao orçamento é um problema ainda a ser equacionado nas futuras correções de rumo, a que serão submetidos os instrumentos federais de orçamento e planejamento.

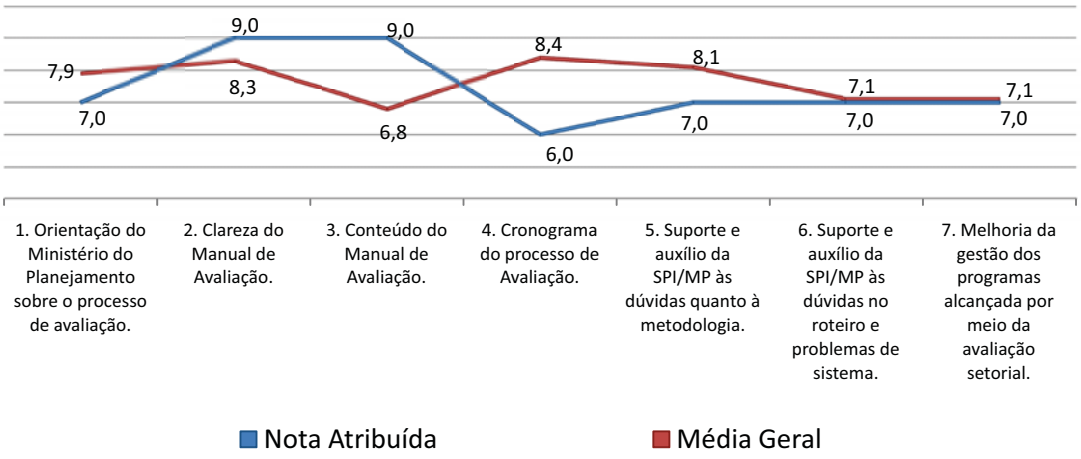
ASPECTOS RELEVANTES

Para reforçar a necessidade de sistematização, pode-se apontar outro problema, já elencado na avaliação do ano anterior e ainda não devidamente equacionado, relativo à precariedade do modelo de acompanhamento e monitoramento das ações, em especial devido à ausência de um sistema de gestão interrelacional, implantado e em funcionamento, de forma a integrar os diferentes sistemas operacionais do ME que considere as diferentes áreas e segmentos, e garantir o acompanhamento por parte da sociedade, por meio de relatórios gerados automaticamente, em prol da transparência da execução dos recursos públicos. É possível afirmar que a solução deste problema representará a superação de um dos grandes entraves à eficiência administrativa do Ministério. Um bom sistema informatizado de gestão que, sendo gerencial, forneça ao gestor o subsídio para a tomada de decisões, é uma das principais ferramentas administrativas de que necessita o ME para otimizar sua eficiência na gestão dos recursos públicos.

Os desafios são numerosos, e os descritos anteriormente são apenas os mais visíveis. Provavelmente, grande parte deles é comum a outros Ministérios e o ME ficará atento às inovações de sucesso em outros órgãos, para possíveis adaptações. De qualquer forma, é fundamental que se torne o esporte uma política social de Estado, com maior envergadura, possibilitando que a sociedade assim se aproprie do esporte. Para isso, a participação social é imprescindível e, por meio dos seus instrumentos de atuação, talvez seja possível caminhar no sentido da consolidação das Políticas Públicas da área do esporte.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo ME mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo ME e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO

GERENTE DO PROGRAMA

Djan Garrido Madruga

OBJETIVO

Diminuir as disparidades de resultados entre as modalidades esportivas, melhorando o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais e promover a imagem do País no exterior.

PÚBLICO-ALVO

Atletas das diversas modalidades desportivas de alto rendimento

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 72.340.319,00	Empenho Liquidado:	R$ 64.780.326,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 64.780.326,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de medalhas conquistadas nos Jogos Olímpicos - Porcentagem	-	-	-	-	-	-
2. Taxa de medalhas conquistadas nos Jogos Pan- americanos - Porcentagem	-	-	-	14.23	14.00	101,64%
3. Taxa de medalhas conquistadas nos Jogos Parapan-americanos - Porcentagem	-	-	-	30.00	50.00	60%
4. Taxa de medalhas conquistadas nos Jogos Paraolímpicos - Porcentagem	-	-	-	-	-	-
5. Taxa de medalhas conquistadas nos Jogos Sul-americanos - Porcentagem	-	-	20.90	-	-	-
6. Taxa de colocação entre os 20 primeiros colocados nos Jogos Olímpicos - Porcentagem	-	-	-	-	-	-
7. Taxa de colocação entre os cinco primeiros classificados nos Jogos Pan-americanos - Porcentagem	-	-	-	69.28	70.00	98,97%
8. Taxa de colocação entre os três primeiros classificados nos Jogos Sul-americanos - Porcentagem	-	-	57.85	-	-	-
9. Taxa de colocação entre os 20 primeiros classificados nos Jogos Paraolímpicos - Porcentagem	-	-	-	-	-	-
10. Taxa de colocação entre os cinco primeiros classificados nos Jogos Parapan-Americanos – Porcentagem	-	-	-	-	75.00	-

1. TAXA DE MEDALHAS CONQUISTADAS NOS JOGOS OLÍMPICOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os Jogos Olímpicos são realizados de quatro em quatro anos. O último evento foi em 2004 e o próximo será em 2008. Portanto, não houve aferição deste índice em 2007.

2. TAXA DE MEDALHAS CONQUISTADAS NOS JOGOS PAN-AMERICANOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

No ano de 2007, ocorreram os XV Jogos Pan-americanos, no Rio de Janeiro. O Brasil obteve um índice de 14,23%, chegando à meta proposta para o Programa.

3. TAXA DE MEDALHAS CONQUISTADAS NOS JOGOS PARAPAN-AMERICANOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

No ano de 2007, ocorreram os Jogos Parapan-americanos no Rio de Janeiro. O Brasil obteve um índice de 30%. O índice alerta para o fato de que, embora o Brasil tenha sido o primeiro colocado em número de medalhas, apenas a minoria dos atletas obteve resultados.

4. TAXA DE MEDALHAS CONQUISTADAS NOS JOGOS PARAOLÍMPICOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os Jogos Paraolímpicos são realizados de quatro em quatro anos. O último evento foi em 2004 e o próximo será em 2008. Portanto, não houve aferição deste índice em 2007.

5. TAXA DE MEDALHAS CONQUISTADAS NOS JOGOS SUL-AMERICANOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os Jogos Sul-americanos são realizados de quatro em quatro anos. O último evento foi em 2006 e o próximo será em 2010. Portanto, não houve aferição deste índice em 2007.

6. TAXA DE COLOCAÇÃO ENTRE OS 20 PRIMEIROS COLOCADOS NOS JOGOS OLÍMPICOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os Jogos Olímpicos são realizados de quatro em quatro anos. O último evento foi em 2004 e o próximo será em 2008. Portanto, não houve aferição deste índice em 2007.

7. TAXA DE COLOCAÇÃO ENTRE OS CINCO PRIMEIROS CLASSIFICADOS NOS JOGOS PAN-AMERICANOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

No ano de 2007, ocorreram os XV Jogos Pan-americanos, no Rio de Janeiro. O Brasil obteve um índice de 69,28%, chegando muito próximo à meta proposta para o Programa.

8. TAXA DE COLOCAÇÃO ENTRE OS TRÊS PRIMEIROS CLASSIFICADOS NOS JOGOS SUL-AMERICANOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os Jogos Sul-americanos são realizados de quatro em quatro anos. O último evento foi em 2006 e o próximo será em 2010. Portanto, não houve aferição deste índice em 2007.

9. TAXA DE COLOCAÇÃO ENTRE OS 20 PRIMEIROS CLASSIFICADOS NOS JOGOS PARAOLÍMPICOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os Jogos Paraolímpicos são realizados de quatro em quatro anos. O último evento foi em 2004 e o próximo será em 2008. Portanto, não houve aferição deste índice em 2007.

10. TAXA DE COLOCAÇÃO ENTRE OS CINCO PRIMEIROS CLASSIFICADOS NOS JOGOS PARAPAN-AMERICANOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ainda não foi apurada, devido à dificuldade de informação.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil é um País que pratica grande diversidade de modalidades esportivas com finalidades competitivas. Porém, apresenta grande disparidade de resultados no cenário internacional, tendo modalidades ranqueadas nas primeiras colocações, assim como outras modalidades com resultados intermediários e até insignificantes no cenário internacional. Os resultados esportivos brasileiros alcançados ao longo da sua participação em jogos Pan-americanos e Olímpicos têm sido considerados muito aquém das potencialidades nacionais, além de muito díspares. Nas últimas Olimpíadas, por exemplo, o Brasil ficou em 52º lugar na classificação geral, atrás de países como Quênia, Argélia e Bahamas, cuja população, economia e desenvolvimento tecnológico são muito menores. Nesse sentido, vale ressaltar que a imagem do País no exterior está ligada ao desempenho das delegações esportivas nos grandes eventos internacionais, assim como este desempenho influencia diretamente a auto-estima da população brasileira. Assim sendo, o apoio ao esporte de alto rendimento

nacional, além de prerrogativa constitucional, é fundamental para o desenvolvimento e melhoria dos resultados das modalidades esportivas, contribuindo para a diminuição das diferenças entre performances esportivas, aumentando o resultado global das delegações nacionais, que acabam por influenciar diretamente o incentivo à prática e a consolidação do segmento esportivo, além de promover a imagem positiva do Brasil no exterior.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O Programa apoiou diversos atletas por meio da Bolsa-Atleta, contribuindo diretamente para os bons resultados do Brasil nos jogos Pan-americanos e Parapan-americanos do Rio de Janeiro. Além disso, o Programa apoiou à realização das copas do mundo de judô, também no Rio de Janeiro, e a garantia da realização da Copa do Mundo de Futsal no Brasil, em 2008.

• Em conseqüência das diversas modificações alcançadas em 2007, principalmente da estrutura administrativa e gerencial, o Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento alcançou um indicador global de 89,54%. Este número demonstra que a gestão do Programa conseguiu ser eficiente em relação aos instrumentos e às condições que têm para executar suas ações, entendendo que essa eficiência na execução orçamentária e financeira é que dará capacidade de ação concreta ao Programa.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Não há nenhum mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações. As informações são captadas por meio de relatórios de prestação de contas ou relatórios solicitados esporadicamente. A gerência tem feito esforços para criar mecanismos periódicos de aferição. No entanto, não tem conseguido devido a questões estruturais, como falta de funcionários, sistema de informática defasado, excesso de demandas de outras áreas do Ministério do Esporte (ME), entre outras.

A execução física foi acima de 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Comparadas as metas físicas planejadas e executadas, no entanto, expurgadas da análise as ações que tiveram problemas extremos de definição de metas, e assim extrapolaram em muitas vezes, para cima ou para baixo, o previsto na LOA 2007, incluídos os créditos, foi possível uma execução neste patamar.

Os recursos orçamentários foram suficientes. Quanto ao desempenho global, a gestão do Programa teve um índice de execução de 89,54%. Avaliando-se por meio da análise pontual das duas principais ações do Programa, em termos orçamentário-financeiros, pode-se concluir que a gestão do Programa teve um índice de execução média de 100%, que representa, por qualquer dos caminhos escolhidos, o êxito dos esforços alocados pela gerência para propiciar condições de demanda, condições internas de serviço e articulações internas e externas, que possibilitaram este ótimo nível de execução orçamentário-financeira. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

No decorrer do exercício de 2007, houve uma melhor interlocução entre as áreas do Ministério, sanando a escassez de disponibilidade de informações sobre recursos e a variabilidade do fluxo financeiro, o que foi determinante para que a gestão do Programa tenha atingido altos índices de eficiência, pois o acesso à informação sobre esses aspectos influi, decisivamente, na implementação e na execução das ações do Programa.

O Programa não tem utilizado recursos não-orçamentários de maneira adequada, buscando dar suporte ao seu desenvolvimento. Seus gastos são, na maioria das vezes, com passagens e diárias, ligados tanto a ações do Programa quanto a ações puramente administrativas. Isso acaba se refletindo até mesmo no baixo índice orçado para a ação em relação ao orçamento do Programa.

Quanto aos recursos materiais, faltam equipamentos de informática atualizados; faltam recursos para acompanhamento, avaliação e fiscalização das ações. Faltam também programas de gerenciamento interno, fluxos de procedimentos e de documentos que sejam padronizados, recursos humanos insuficientes, instrumentos de gerenciamento inexistentes, etc.

Muitas equipes executoras não têm recursos humanos suficientes e preparados para gerenciar os projetos. A demanda é muito superior à capacidade de execução da equipe gerencial, o que causa uma sobrecarga de trabalho e a priorização de determinados processos em detrimento de outros. À deficiência da quantidade, soma-se a qualificação muitas vezes inadequada da equipe algo difícil de ser corrigido, visto que não há tempo disponível para capacitação. Constata-se o problema de capacidade para desenvolver determinadas rotinas pelas equipes executoras, em função da característica do próprio setor, que ainda é pouco profissionalizado.

Grande parte dos recursos executados pelo Programa é de característica descentralizada. Sendo assim, com o alto desempenho de execução do Programa, pode-se constatar que a estratégia tem surtido efeito positivo, apesar das dificuldades.

Ainda existem gargalos a serem corrigidos. No entanto, a integração com os entes executores tem sido mais positiva que negativa, tendo seu ponto principal nos momentos de formatação dos projetos, em função, principalmente, das características do Programa que tem focos bem definidos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A maior parte dos parceiros do Programa são entes não-governamentais, mas que fazem parte do sistema brasileiro de esporte. Por atuarem tradicionalmente no setor de esporte de alto rendimento, isso tem facilitado a implementação das ações.

A participação social é estimulada de diversas maneiras. A Ouvidoria tem sido o principal canal de sugestões, avaliações e denúncias para o Programa. Além disso, há reuniões com grupos de interesse. Diversas ações do Programa são definidas junto a tais grupos, haja vista a participação da Rede Centro de Excelência Esportiva (Cenesp), do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), da Confederação Brasileira de Clubes (CBC), entre outros. Já o Conselho Nacional de Esporte (CNE) atua

diretamente na discussão da forma de implementação de algumas ações do Programa, como a Bolsa-Atleta, na definição das modalidades não-olímpicas e não-paraolímpicas que poderiam fazer parte do processo de concessão de bolsas a atletas.

O Programa não avalia a satisfação dos seus beneficiários por causa das demais dificuldades relatadas nesta avaliação. Não há uma razão pontual, mas uma conjuntura de fatores que levam à não priorização deste procedimento.

Os resultados apontados pelos indicadores não refletem necessariamente os resultados do Programa. Há outros fatores e instituições que influenciam os resultados das equipes brasileiras em competições internacionais, como as transferências da Lei Agnelo/Piva para as confederações, e os patrocínios das empresas estatais. Como conseqüência, a avaliação do Programa fica prejudicada, pois não se consegue separar de influências externas o impacto direto de suas ações. Sugere-se que sejam criados indicadores que apontem mais diretamente os resultados específicos do Programa, expurgadas as influências externas.

Em relação aos resultados, é importante reforçar o caráter social do Programa, principalmente, ao oferecer acesso ao esporte de competição àquelas comunidades em risco social. As ações empreendidas pelo Ministério neste campo devem estar refletidas mais claramente no desenho do Programa.

É importante destacar que, segundo registros consignados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), foram concedidas 1.331 bolsas em 2007, no âmbito da ação Concessão de Bolsa a Atletas.

ESPORTE E LAZER DA CIDADE

GERENTE DO PROGRAMA

Rejane Penna Rodrigues

OBJETIVO

Promover a democratização do acesso ao esporte recreativo e ao lazer, da população em situação de vulnerabilidade social, visando a melhoria de sua qualidade de vida.

PÚBLICO-ALVO

Segmentos sociais em situação de vulnerabilidade social

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 532.405.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 407.434.762,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 407.434.762,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de atendimentos nos núcleos de esporte e lazer - Unidade	-	9.076.455	109.630.800	3.010.566	103.040.000	2,92%
2. Taxa de atendimento da demanda de esporte recreativo e de lazer às pessoas em situação de vulnerabilidade social - Porcentagem	-	-	2.11	14.39	-	-

1. NÚMERO DE ATENDIMENTOS NOS NÚCLEOS DE ESPORTE E LAZER

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O indicador utilizado inicialmente para o Programa, e que serviu de base para calcular o índice final previsto para 2007, foi o número de atendimentos nos núcleos de esporte e lazer, o que representa o número de beneficiados multiplicado pelo número de atendimentos realizados durante o convênio. Por ter sido avaliado como insuficiente, este índice foi substituído, em 2006, pelo que consta no indicador Taxa de Atendimento da Demanda de Esporte Recreativo e de Lazer às Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social, cuja base de cálculo é o número de pessoas beneficiadas, ou seja, os inscritos nas atividades sistemáticas mais os participantes dos eventos, sem a multiplicação pelo número de atendimentos,

o que justifica a redução em 2007. Vale salientar que o índice apurado diz respeito a apenas duas ações do Programa, as quais representam menos de 10% das metas financeiras previstas e realizadas. Está em fase inicial o processo de revisão dos indicadores.

2. TAXA DE ATENDIMENTO DA DEMANDA DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver comentário do indicador 1.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) decorre da constatação da necessidade de Políticas Públicas que atendam às crescentes demandas da população por esporte recreativo e lazer, frente à expressão da condição de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social, à qual estão submetidas significativas parcelas da população brasileira.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Ações de pesquisa: com o funcionamento de 37 Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer (Rede CEDES), entre os selecionados via chamada pública (19) e as pesquisas induzidas, organizados em nove núcleos temáticos.

- Ações educativas: com o funcionamento de 548 núcleos PELC/Vida Saudável, e chamada pública com 1.624 pleitos, sendo 172 encaminhados para conveniamento, pelos limites orçamentários das ações, e seleção pública e formação de multiplicadores do Programa.

- 136 eventos de formação de agentes do Programa e a Realização da 2ª Reunião Nacional dos Gestores e Agentes do Programa e 2ª Reunião Nacional de Coordenadores da Rede CEDES.

- Realização da IX edição dos Jogos dos Povos Indígenas.

- Criação do sistema de monitoramento dos convênios.

- Financiamento de 15 publicações na área de esporte e lazer de inclusão social e distribuição de 3.279 publicações, com apoio a oito eventos científicos e tecnológicos.

- Ações de gestão compartilhada com a definição de parceria com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça (MJ), e com o Mais Educação, do Ministério da Educação (MEC). E, 25 representações em eventos em parte da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL), em parte do Ministério.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os resultados indicados dizem respeito à meta física alcançada com os empenhos emitidos pela Secretaria e a ações que não estão contempladas diretamente nas metas, mas são muito significativas para a implementação do Programa, como os encontros de formação. O resultado é superior à execução financeira, por fatores como o aumento da contrapartida dos parceiros, ações consorciadas que permitem economia de recursos e ampliação do atendimento. Esses aspectos dizem respeito apenas ao funcionamento de núcleos, que é uma parcela das ações da Secretaria. Cabe informar que, se considerados os valores pagos, o alcance das metas físicas é bem inferior ao previsto, por problemas na organização e tramitação dos pleitos.

Em relação aos mecanismos de monitoramento, são realizadas reuniões de trabalho, como a reunião anual dos agentes do Programa, tanto das ações de funcionamento de núcleos quanto da Ação de Funcionamento de Centros. Há também reuniões semanais das equipes locais dos núcleos do Programa, criação e capacitação do grupo de formadores e avaliação de todos os convênios no País.

Além disso, foram feitas 43 visitas institucionais na Ação Funcionamento de Núcleos, afora o acompanhamento feito pelo grupo de formadores do Programa, que se dá na implantação, na formação em serviço e na avaliação, e duas visitas na Ação Funcionamento de Centros.

Foi desenvolvido o sistema de monitoramento dos convênios e de funcionamento de núcleos e de centros, a ser implementado a partir de 2008. Há o acompanhamento, a alimentação e as validações no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan). Finalmente, é elaborado anualmente o relatório de gestão.

Considerando-se os recursos empenhados, a execução física do Programa foi de 93,38% em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Porém, se só forem considerados os valores pagos, essa execução cai para 6,36%. As justificativas são:

a) implantação das chamadas públicas para seleção de pleitos, as quais, por terem sido feitas pela primeira vez, atrasaram os processos;

b) dificuldades das entidades para organizar os projetos e documentos, de acordo com as exigências legais;

c) dificuldades do setor de convênios do Ministério para dar conta da demanda, que ficou acumulada ao final do exercício;

d) demora na liberação do limite financeiro necessário para a execução do Programa.

Considerando-se os valores empenhados, excetuada a ação do Programa que esta sob responsabilidade da Secretaria Executiva do ME, o percentual de execução é de 76,53%. Caso sejam analisados apenas os valores pagos, tal percentual cai para 3,39%, pelos

motivos já mencionados nas metas físicas. O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. O limite financeiro demorou a ser liberado, o que gerou grande acúmulo de pleitos tramitando nos últimos dias e muitos processos empenhados e não pagos. Além disso, diversos pleitos não puderam ser empenhados, pois nos últimos dias do ano não havia mais limite financeiro para tanto no Ministério.

As ações de formação, promovidas tanto pela equipe da Secretaria, quanto na multiplicação feita pelos agentes, pesquisadores e gestores, têm um impacto significativo na construção de uma política de esporte e lazer de inclusão social.

O montante de recursos gastos foi insuficiente para cobrir os custos administrativos do Programa. Só em diárias e passagens, para acompanhamento, avaliação, ações de formação e de representação, foram gastos R$ 648.903,66. O espaço físico onde a equipe atua é restrito e mal dimensionado. Boa parte das entidades conveniadas só dispõe dos materiais adquiridos com os recursos do convênio, que geralmente são escassos. Muitos espaços das entidades convenentes não são adequados para a prática de atividades esportivas e de lazer. Falta vinculação entre a Ação de infra-estrutura e a de funcionamento de núcleos.

Em relação aos recursos humanos, a equipe é restrita para a grande demanda. A maior parte dos funcionários possui pouca qualificação profissional na área de atuação. Apesar do grande investimento em formação, percebe-se que a qualidade poderia ser melhor. As trocas constantes de agentes dificultam o processo de formação. Nos processos de renovação de pleitos, a qualificação se mostra mais adequada.

Tem havido dificuldade na obtenção de créditos orçamentários adicionais, uma vez que ações que receberam uma demanda, na chamada pública, de mais de R$ 300 milhões para um orçamento de R$ 21 milhões, e não foi possível obter suplementação orçamentária. Em alguns momentos, a falta de limite financeiro do Ministério prejudicou o andamento dos pleitos. Emendas parlamentares liberadas quando se aproximava o final do exercício também prejudicaram a execução.

Algumas prestações de contas pendentes em outros setores impediram a realização de convênios. A equipe restrita para a grande demanda dificultou os trabalhos de celebração de convênios. Diversos casos de convenentes com inadimplência levaram à não-efetivação de convênios. Já os recursos descentralizados têm tido uma boa execução, especialmente, no tocante à pesquisa e à organização de informações na área de esporte recreativo e lazer. A gerência mantém contato constante com as entidades executoras, no sentido de monitorar, fiscalizar e avaliar as ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os parceiros não-governamentais têm tido um desempenho positivo, muitas vezes realizando o papel que seria do Poder Público local. A maior dificuldade tem sido dar conta da operacionalização para firmar convênio (trâmites administrativos) por falta de profissionalização das equipes. O aperfeiçoamento tem se dado no processo de chamada pública, que tem sido tratada de maneira educativa.

Quanto ao estímulo à participação social, o Ministério mantém uma Ouvidoria e procura dar respostas no menor prazo possível às demandas apresentadas através dela. Além disso, permanentemente, há a realização de reuniões com assessorias parlamentares, prefeitos e gestores em geral, para orientar as ações, e há a participação no Conselho Nacional do Esporte (CNE).

Os convênios prevêem a instituição de entidades de controle social e conselhos gestores para acompanhar a execução das ações. Além disso, a Conferência Nacional do Esporte estabelece as diretrizes de ação.

São outras iniciativas adotas a avaliação permanente das ações, a criação dos grupos temáticos na Rede CEDES, o desenvolvimento de um sistema de monitoramento e avaliação e a realização das chamadas públicas para democratizar o acesso ao Programa.

As avaliações de satisfação dos beneficiários têm sido realizadas de maneira pontual pelos formadores. Valida-se gradativamente um instrumento a ser aplicado em todos os convênios pelo grupo de formadores, no módulo de avaliação, aos agentes, usuários e gestores. Além disso, a Rede CEDES está prevendo uma pesquisa que venha a organizar e realizar uma avaliação do funcionamento de núcleos.

A chamada pública para seleção de pleitos tem se mostrado um instrumento de democratização da gestão, com caráter educativo. A instituição de um grupo de formadores que atua como multiplicador da Política Pública de esporte e lazer também tem sido uma experiência muito positiva. O Ministério capacita os formadores e prevê, nos convênios, recursos para formação. A entidade conveniada escolhe o formador e o contrata para desenvolver os módulos introdutório e de avaliação. O fato de um mesmo programa contar com ações de pesquisa e extensão tem permitido um estreitamento da relação entre teoria e prática nas políticas de esporte e lazer de inclusão social.

Mantém-se a orientação de alterar o nome do Programa. Dado o forte caráter de inclusão social deste, em destaque na descrição de seu objetivo e público-alvo, sugere-se que isso também seja mencionado no nome.

Em virtude de já haver um programa de inclusão social pelo esporte, inclusive com ações que complementam este Programa, sugere-se estudar a viabilidade de união dos dois num grande programa de inclusão social.

É necessário rever os indicadores. Os indicadores apontam apenas a quantidade de pessoas atendidas. Seria bom pensar um indicador que olhasse o Programa do ponto de vista das pessoas atendidas.

INSERÇÃO SOCIAL PELA PRODUÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO

GERENTE DO PROGRAMA

Wadson Nathaniel Ribeiro

OBJETIVO

Contribuir para a inserção social por meio da fabricação de material esportivo.

PÚBLICO-ALVO

Detentos cumprindo pena no sistema penitenciário, adolescentes e jovens em conflito com a Lei e populações em situação de vulnerabilidade social

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 20.550.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 20.372.252,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 20.372.252,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa média de redução na reincidência de presos - Porcentagem	-	-	-	33.33	33.33	100%

1. TAXA MÉDIA DE REDUÇÃO NA REINCIDÊNCIA DE PRESOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice estabelecido para o Programa esta concentrado na execução da Ação Pintando a Liberdade, a qual tem por referência nas metas físicas do PPA 2004-2007 com o previsto de 33,33%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Originado a partir da Ação Pintando a Liberdade, inserida no Programa de Reestruturação do Sistema Penitenciário, o Programa ora proposto representa a ampliação necessária da idéia original de buscar a inserção social pela produção a baixo custo de material esportivo. A prioridade dada pelo Governo à geração de emprego e renda levou o Ministério do Esporte (ME) a identificar a possibilidade de dar a sua parcela de contribuição por meio

de um novo projeto que, inicialmente, denominado Pintando a Cidadania, envolve a montagem de unidades de produção em comunidades em risco social. Assim, este Programa compreende duas linhas de ações distintas, ambas destinadas à geração de material esportivo: Pintando a Liberdade, destinado à reintegração do detento junto à sociedade e Pintando a Cidadania, destinado à geração de emprego e renda em comunidades sob risco social, preferencialmente, na busca do primeiro emprego.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os principais resultados são a ressocialização e profissionalização de internos do Sistema Penitenciário Nacional, bem como a produção e distribuição de material esportivo aos programas sociais do ME, em atendimento à população em situação de vulnerabilidade social.

Em 2007, o Programa ressocializou e profissionalizou os internos do Sistema Penitenciário Nacional por meio de parcerias estabelecidas com os Governos de Estados, proporcionando redução de pena de um dia para três dias trabalhados. Ressalte-se a ampliação de unidades de produção (a ampliação de núcleos) implementadas em aproximadamente 1,6% (de 87 para 93 unidades em atividade). O Programa finalizou o exercício de 2007 com 93 unidades de produção em funcionamento, sendo 73 da Ação 2362 e 20 da Ação 2352. Proporcionou a geração de emprego direto para 12.700 internos do Sistema Penal Brasileiro e absorveu, na produção de material esportivo, a mão-de-obra de 1.873 pessoas que residem em comunidades reconhecidamente em situação de risco, promovendo a inclusão social desses indivíduos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Em relação ao monitoramento, são realizadas reuniões entre os membros da equipe do Programa, e destes com os parceiros dos Estados, quando também são realizados capacitações e treinamentos específicos.

Também são feitas visitas de acompanhamento e vistoria para averiguar o processo de implantação e funcionamento das unidades de produção financiadas pelo ME. O acompanhamento é feito por meio do sistema informatizado do sítio eletrônico do Ministério. A alimentação é feita pelo Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), acompanhando a execução orçamentária do Programa em relação às metas orçamentárias e físicas propostas inicialmente. Há a inclusão de informações detalhadas da execução do Programa nos relatórios governamentais.

A execução da meta física ficou acima de 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. A Ação Pintando a Liberdade previa 400.000 e realizou 108.000. A Ação Pintando a Cidadania previa, na LOA, 903.846 e realizou 826.005. A meta física inerente aos processos que ficaram em restos a pagar, no exercício de 2007, foi 240.750 para Pintando a Liberdade e 577.250 para Pintando a Cidadania.

Os recursos orçamentários foram suficientes. Em relação à dotação autorizada, a execução orçamentária em Lei foi considerada suficiente para que o Programa pudesse atingir seus objetivos. Os recursos foram liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação, de acordo com o planejado pela Área Técnica do Programa.

A Ação Gestão e Administração dos Programas (GAP) permitiu a realização do acompanhamento in loco do processo de implantação, operacionalização e prestação de contas dos convênios firmados com o ME no Território Nacional, garantindo que a equipe de gestão do Programa pudesse se fazer presente neste processo, possibilitando a implantação das unidades, a produção e a entrega do material esportivo pactuado, assim como algumas despesas de postagem e transporte do material esportivo aos parceiros dos programas sociais do ME.

Há insuficiência de recursos humanos na equipe gerencial. O Programa está operando em todo o Brasil, contendo 93 unidades de produção em funcionamento, com a participação de 12.700 detentos e 1.873 pessoas que residem em comunidades em situação de risco social, atuando diretamente no processo de produção de material esportivo, em caráter de atividade continuada. Há, ainda, uma unidade internacional de produção implantada em Angola, na África. Este cenário suscita uma maior demanda gerencial na elaboração e no desenvolvimento de projetos, no planejamento, no monitoramento e na fiscalização das ações do Programa.

Toda a demanda dos programas esportivos sociais do ME foi atendida, conforme poderá ser observado no texto e em anexos do Relatório de Tomada de Contas Anual. Os dados específicos que comprovam estas afirmações estão especificados no texto e nos anexos do Relatório de Tomada de Contas Anual - 2007.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias com organizações não-governamentais (ONGs) têm trazido bons resultados. Cite-se como exemplo a performance da Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana (FAMFS) e da Associação Cultural Jacuipense (ACJ), ambas do Estado da Bahia (BA), as quais têm inovado, buscando a melhor utilização do recurso público. Ilustrando esta característica, a sugestão aceita pelo Ministério e formalizada contratualmente foi, respectivamente, a construção de uma pista de atletismo com material reaproveitável de fábricas de produção de pneus, e a confecção de jogos de xadrez e damas com plástico também reaproveitado de fábricas. Tais projetos, além de possibilitarem aos jovens o acesso a um espaço esportivo nobre e o desenvolvimento intelectual, atende a exigências ecológicas.

A Ouvidoria possibilita à Coordenação do Programa conhecer dúvidas da população sobre o seu funcionamento e, também, familiarizar-se com possíveis críticas, aspectos importantes na avaliação e inovação de estratégias de operacionalização das ações do Programa.

A Ação Pintando a Cidadania agrega, exclusivamente, recursos humanos provenientes de comunidades em situação reconhecidamente de risco. Essa participação credita ao Programa valor fundamental em sua relação com os anseios da sociedade na construção de uma realidade mais justa e igualitária.

O mecanismo utilizado para avaliar a satisfação dos beneficiários é o relatório de execução do objeto, instrumento obrigatório entregue pelos convenentes na prestação de contas dos contratos pactuados. Há outros mecanismos eventuais, tais como depoimentos espontâneos dos aludidos, bem como pesquisas de opinião, realizadas pela Coordenação dos Estados parceiros, e matérias editadas pela mídia.

O Programa apresenta boas práticas de gestão, que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. Tais práticas são aquelas determinadas na Lei e têm caráter de continuidade.

O único indicador existente é insatisfatório. E não apenas porque reflete apenas uma das ações do Programa (Pintando a Liberdade). Mas também porque o resultado medido pode ser influenciado por outros fatores e políticas do Governo externos ao Programa, desviando os resultados. Não obstante, mencione-se que não há um indicador do nível de cobertura do Programa em relação ao seu público-alvo, notadamente as comunidades em situação de vulnerabilidade social. Finalmente, como os produtos esportivos fabricados atingem uma enorme população, seria interessante a mensuração desse alcance, já que, embora seja um efeito secundário, esse efeito por si só pode ter um impacto positivo sobre as populações beneficiadas. Por tudo isso, devem ser elaborados novos indicadores, que reflitam os diferentes aspectos do Programa, e que superem os problemas aqui apontados.

Como já foi documentado no relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), a partir de seu escritório de nome Esporte para o Desenvolvimento e a Paz, o esporte é uma ferramenta poderosa e útil para programas sociais, principalmente, para populações com baixa inserção ou coesão social. Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania são exemplos de como buscar a inserção social utilizando o esporte. Assim, sugere-se que o ME busque ampliar o Programa por meio da interação com outros programas do Governo Federal, principalmente, aqueles voltados especificamente para comunidades em situação de risco social.

RUMO AO PAN 2007

GERENTE DO PROGRAMA

Ricardo Leyser Gonçalves

OBJETIVO

Realizar os Jogos Pan-americanos de 2007 na cidade do Rio de Janeiro.

PÚBLICO-ALVO

Comunidade Esportiva Nacional

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 775.280.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 757.676.164,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 757.676.164,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

O programa não apresenta indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os resultados esportivos brasileiros alcançados ao longo de sua participação em jogos Pan-americanos e Olímpicos têm sido considerados muito aquém das potencialidades nacionais. Nas últimas Olimpíadas, por exemplo, o Brasil ficou em 52° lugar na classificação geral, atrás de países como Quênia, Argélia e Bahamas, cuja população, economia e desenvolvimento tecnológico são muito menores. Neste sentido, vale ressaltar que a imagem do País no exterior está ligada ao desempenho das delegações esportivas nos grandes eventos internacionais, assim como este desempenho influencia diretamente a auto-estima da população brasileira. O País passa por mudanças substanciais na reorganização do sistema esportivo. A criação de um Ministério exclusivo para tratar de assuntos do esporte dá ao segmento um fôlego maior para alavancar o desenvolvimento do esporte de alto rendimento. No entanto, tal objetivo depende da busca de aprimoramento do nível técnico dos atletas e dos profissionais que atuam na área. A carência de recursos humanos e físicos, incompatíveis com o potencial esportivo nacional, é objeto de preocupação do setor, considerando-se que o esporte de alto rendimento, nos seus mais elevados níveis de disputa, exige uma grande complexidade de organização. Uma das principais causas da fraca participação nacional nesses eventos pode ser encontrada no próprio nível de desenvolvimento de cada modalidade esportiva praticada no Brasil. Sob essa perspectiva, o Programa procura contemplar os processos científicos, participativos e

administrativos, que envolvem o intrincado sistema esportivo, apontando as alternativas viáveis para reverter o quadro crítico e o baixo desempenho dos atletas brasileiros. Procura, ainda, criar mecanismos para dar condições de treinamento e competitividade, investindo em equipamentos e materiais esportivos, assim como ampliar o capital humano envolvido com o esporte na perspectiva de alto rendimento e o incremento da performance.

Além disso, depois de 44 anos o Brasil voltará a sediar os Jogos Pan-americanos, evento esportivo de magnitude continental e visibilidade mundial, que poderá elevar o esporte brasileiro a um novo patamar entre as grandes potências esportivas. Neste sentido, o maior desafio é alcançar resultados técnicos esportivos que façam o País figurar entre os mais destacados no cenário esportivo internacional. Os Jogos Pan-americanos podem ser um divisor de águas para o esporte brasileiro, não só no campo estritamente técnico, mas também na gestão do esporte e na infra-estrutura. Um evento desse porte propicia impactos econômicos e sociais - por meio da melhoria na estrutura e nos serviços -, fortalecimento do setor de pequenos e médios negócios, aumento da oferta de empregos, desenvolvimento de projetos de preservação ambiental, desenvolvimento econômico regional, divulgação do País no exterior, aumento do turismo interno e externo e atração de novos eventos internacionais, sempre com conseqüentes impactos positivos para a população mais carente, como demonstram as experiências internacionais. Mas talvez o grande legado para o País, ao realizar um evento esportivo de grande porte, seja a melhora da sua auto-estima. O caso australiano é exemplar: colonizado por criminosos ingleses, o País sempre sofreu com essa imagem negativa. Após os Jogos Olímpicos de Sidney, em 2000, o Comitê Organizador, em seu relatório final, concluiu que o maior ganho para o país foi a melhora da sua imagem, interna e externamente. Com esse panorama, onde se mostram concretos o problema e a oportunidade, cabe ao Poder Público orquestrar uma intervenção direcionada, com reflexos que deverão marcar o setor esportivo nacional como um todo, tendo claro que o evento marcado como foco é o resultado de um processo que deve ter seu início imediato.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Na implantação de infra-estrutura física para o evento, em 2007, tem-se:

a) a finalização da implantação do Complexo Esportivo de Deodoro, R$ 38,9 milhões;

b) a finalização da contratação das instalações temporárias, R$ 58,8 milhões;

c) a contratação dos serviços logísticos dos Jogos, R$ 16 milhões;

d) a aquisição da pista do velódromo, R$ 2,2 milhões;

e) o sistema viário da Vila Pan-americana, R$ 53,0 milhões;

f) a complementação das obras do Complexo Esportivo do Maracanã, R$ 113,5 milhões.

- Na realização do evento, em 2007, tem-se:

a) os serviços de hotelaria da Vila Pan-americana, R$ 31,9 milhões;

b) a realização das cerimônias de premiação dos atletas, R$ 4,8 milhões;

c) a realização das cerimônias de abertura e encerramento, R$ 47,4 milhões;

d) a implantação do restaurante da Vila Pan-americana, R$ 32,4 milhões;

e) o custeio do percurso da Tocha Pan-americana, R$ 5,9 milhões;

f) o custeio dos recursos humanos do Comitê Organizador dos Jogos (CO-RIO), R$ 48,4 milhões;

g) o custeio do transporte e da hospedagem das delegações, R$ 37,7 milhões;

h) a contratação dos seguros dos Jogos, R$ 7,3 milhões.

- Na implantação de infra-estrutura tecnológica para o evento, em 2007, tem-se:

a) a finalização da contratação do Integrador dos Sistemas de Tecnologia da Informação, R$ 82,8 milhões;

b) a contratação dos sistemas de áudio e vídeo, R$ 60,9 milhões;

c) a finalização do processo de contratação dos serviços de telecomunicação dos Jogos, R$ 31,9 milhões.

Em síntese, os jogos Pan-americanos e Parapan-americanos de 2007 no Rio de Janeiro foram realizados em sua plenitude.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O índice de execução atingiu 98% da dotação disponível e de restos a pagar 2006 para o exercício. Todas as ações previstas para a realização do Programa foram implementadas por completo. Tratou-se, assim, de efetiva economia orçamentária (2% do total) empreendida pelos técnicos da Secretaria Especial dos Jogos Pan-americanos Rio 2007 (Sepan), na análise, revisão, aprovação e contratação dos serviços e produtos previstos dentro de cada ação correspondente às demandas, e empreendidas com sucesso pelo Governo Federal.

Quanto ao monitoramento, foram realizadas reuniões de trabalho periódicas. No início do Programa, as reuniões tinham periodicidade quinzenal. No exercício de 2007, com a proximidade do evento, passaram a não ter periodicidade estabelecida; eram convocadas

e realizadas de acordo com as necessidades e circunstâncias do momento. Estas equipes foram constituídas no âmbito do Plano de Ações Governamentais, que nortearam a forma de integração entre todos os entes do Governo Federal e as interações com os outros entes – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ), Governo do Estado do Rio de Janeiro (GERJ) e CO-RIO. Além disso, foram feitas visitas *in loco*, principalmente, no monitoramento da evolução física da construção das instalações esportivas (inspeção e relatório fotográfico). Foi implantado o Sítio Colaborativo BRPAN, cuja característica fundamental foi prover de informações todas as instâncias de planejamento, monitoramento e controle das atividades e projetos previstos para a realização do evento. Pelo Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) foi feito acompanhamento através do gerenciamento do Programa e de suas respectivas ações.

Com os compromissos assumidos pelo Governo Federal desde o início do projeto revelaram-se de importância ímpar a análise e discussão de relatórios evolutivos mensais de monitoria de tecnologia e de outras áreas. O principal conteúdo destes documentos são as análises de projetos e subprojetos e seus respectivos acompanhamentos fotográficos. O monitoramento das metas físicas e financeiras de todos os projetos e subprojetos foi realizado através do Sistema *Project Builder*.

Os recursos orçamentários executados foram suficientes. Os recursos foram liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação. Os gastos não-orçamentários estão relacionados principalmente, ao pagamento das consultorias especializadas (agências implementadoras), que auxiliaram o ME no planejamento, monitoramento, controle e construção do legado de conhecimento do evento. A revista Maiores e Melhores de 2006, publicação da Editora Abril, que congrega as 50 maiores e melhores empresas públicas e as 500 do setor privado, apresenta índice consolidado de 6,36% para o conjunto das despesas com pessoal em relação às vendas líquidas de impostos. Tomando este indicador como uma proxy de despesas administrativas, podemos inferir que 2,26%, conforme auferido pelo Programa, pode ser considerado bastante razoável.

Grande parte dos recursos materiais (impressoras, material de expediente, pequenos gastos diários, *coffee breaks* em hotéis, dentre outros) foram custeados pelas agências implementadoras. Através de convênio com a Procuradoria Geral da República no Estado do Rio de Janeiro (PGR-RJ), a Sepan estabeleceu-se no oitavo andar de seu prédio situado na Rua Uruguaiana. A infra-estrutura disponibilizada não era compatível, em qualidade de instalações (serviços internos, velocidade de Internet, privacidade, espaços para reuniões e apresentações, estacionamento, etc), com o perfil dos trabalhos executados pelo Governo Federal, em comparação aos outros entes, no mesmo nível (GERJ, PCRJ, Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e CO-RIO).

É possível planejar, monitorar e controlar a realização de um megaevento esportivo do porte dos jogos Pan-americanos e Parapan-americanos em uma situação inadequada e insuficiente de recursos materiais e de infra-estrutura. Isto somente foi possível por conta dos enormes esforços individuais e conjuntos das equipes de trabalho, o que, em última análise, desviou seus focos de atuação para contornar essas situações. Fica o aprendizado

de que, para um eventual próximo programa desta magnitude que venha a executar, o ME disponibilize instalações e recursos compatíveis com as necessidades.

A inadequação dos recursos humanos, qualitativa e quantitativamente, para a implementação do Programa, foi suprida por meio de contratação de consultorias especializadas através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Cada ente financiador do evento (PCRJ e GERJ), considerando suas responsabilidades particulares, possuía *timing* de execução diferenciado. Além do mais o CO-RIO - entidade privada, em parceria na operacionalização do evento - não possuía em seus quadros recursos humanos suficientemente qualificados para a realização das tarefas e exigências necessárias à celebração dos instrumentos.

A descentralização dos recursos do Programa para outros executores ocorreu fundamentalmente para o Ministério da Defesa (MD) que apresentou um plano de trabalho consistente junto às necessidades do Programa. Esses planos de trabalho trataram basicamente de reforma de instalações esportivas das Forças Armadas, para sua utilização durante o evento, como instalações de treinamento das seleções.

Toda a execução orçamentária das ações teve como princípio um projeto básico e um plano de trabalho detalhado, alinhados com os objetivos do Programa como um todo.

Algumas e pouco expressivas execuções foram realizadas pela Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR), no âmbito dos eventos de teste das instalações esportivas. De qualquer forma, todas foram executadas a contento e dentro das expectativas do Programa.

As informações necessárias foram disponibilizadas pelas unidades administrativas executoras das ações, havendo integração entre a gerência do Programa e a coordenação das ações, de forma bastante satisfatória e interativa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os parceiros deste Programa foram: a PCRJ e o GERJ (públicos) e o CO-RIO (privado). A principal dificuldade residiu na formatação de um acordo final sobre as responsabilidades no financiamento do evento, já que os acordos iniciais se mostraram incapazes de solucionar a falta de recursos para a sua realização. Este acordo somente foi oficializado em fevereiro de 2007 (o evento ocorreu em julho de 2007). De qualquer forma, esse relacionamento e as parcerias intragovernamental e não-governamental fortaleceram o Programa, em detrimento das dificuldades encontradas.

O Programa utilizou, de forma sistemática, a Ouvidoria como forma de absorção de informação e de transparência das ações. Foram disponibilizados acessos diretos e irrestritos ao portal BRPAN. Além disso, a implementação do Programa passou sistematicamente pela discussão com grupos de interesse. As ações foram implementadas após decisão em tais reuniões, que foram fundamentais, sendo que, em sua totalidade, as ações só foram empreendidas após estas contribuições.

Foram contratadas pesquisas de opinião com o público presente ao evento. Em síntese, a pesquisa realizada pelo Instituto *Ipsos Bus* apontou que em uma escala de 1 a 5, a nota média dada para a organização dos Jogos Pan-americanos foi de 4,8 pontos. Em que 97% dos entrevistados consideraram que os Jogos Pan-americanos foram importantes para o Brasil.

Também, pelas pesquisas teve a constatação de que 85% dos entrevistados acham que o Rio de Janeiro pode se candidatar à sede de eventos esportivos mundiais, como os Jogos Olímpicos e 84% dos entrevistados gostariam que os Jogos Olímpicos de 2016 fossem realizados no Rio de Janeiro.

O sucesso e a opinião pública levaram ao anúncio da aspiração do Brasil como sede olímpica em 2016, submetendo-se ao processo eleitoral junto ao Comitê Olímpico Internacional (COI). As autoridades públicas têm reconhecido papel fundamental neste processo, no planejamento global e no oferecimento das garantias e compromissos exigidos.

Fundamentalmente o planejamento, o controle e o monitoramento das ações são exemplos de boa gestão a serem observados. Embora tardiamente efetivado, através de contratação de consultoria especializada no tema com o apoio do PNUD, é certo que tal prática não poderia ser efetivamente executada pela insuficiência qualitativa e quantitativa dos recursos humanos disponíveis. De qualquer forma, estas três vertentes clássicas da administração de projetos poderão, sem dúvida alguma, contribuir para o aperfeiçoamento das práticas no serviço público federal.

Embora o Programa tenha se encerrado em 31 de dezembro de 2007, e a Sepan prorrogada para 31 de março de 2008, fica o legado do conhecimento e do aprendizado da operação, da instrumentalização necessária e as dificuldades encontradas para sua efetiva concretização. É certo também que a execução de um evento com a envergadura e a magnitude apresentada pelos jogos Pan-americanos e Parapan-americanos nunca havia sido empreendida por nenhum ente do Governo Federal.

Dado o percurso tortuoso pelo qual passou o Programa, bem como o grande aprendizado resultante da organização de um grande evento esportivo internacional, é fundamental que o processo seja documentado e que seja feita uma avaliação detalhada, para que as lições possam ser utilizadas na execução de programas semelhantes no futuro.

SEGUNDO TEMPO

GERENTE DO PROGRAMA

Julio Cesar Monzú Filgueira

OBJETIVO

Democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte como instrumento educacional, visando o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como meio de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida.

PÚBLICO-ALVO

Estudantes do ensino fundamental e médio

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 132.928.075,00	Empenho Liquidado:	R$ 123.382.205,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 123.382.205,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de atendimento do Segundo Tempo a crianças e adolescentes – Porcentagem	-	-	1.31	1.55	9.00	17,22%
2. Taxa de atendimento do Segundo Tempo a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social – Porcentagem	-	-	3.39	2.73	20.00	13,65%

1. TAXA DE ATENDIMENTO DO SEGUNDO TEMPO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A atuação da Secretaria foi impactada por um conjunto de circunstâncias, limitações e insuficiências, que não puderam ser equacionadas, em que as principais são: - dificuldades objetivas de infra-estrutura (sede, mobiliário, equipamentos, transporte, etc.); - limitações no quadro de recursos humanos técnico e operacional; - atual modelo de conveniamento; - alcance do Programa e execução orçamentária; e - déficit na infra-estrutura esportiva.

2. TAXA DE ATENDIMENTO DO SEGUNDO TEMPO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver comentário do indicador 1.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A construção e oferta de espaços públicos coletivos (organizados pedagogicamente), favoráveis ao fomento da prática esportiva na comunidade, poderão oportunizar o estabelecimento e desenvolvimento de Políticas Públicas para o esporte educacional, em parceria com Governos estaduais e municipais, institutos de ensino superior (IES) e associações e entidades representativas dos segmentos, envolvendo temas de interesse direto da comunidade e contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida. A prática esportiva, conforme o artigo 217 da Constituição Federal, é direito de cada cidadão. Portanto, a democratização do acesso a essa prática, por si só, é uma forma de inclusão social. E quando o esporte é efetivado como instrumento de formação integral do indivíduo há, ainda como conseqüências, outras formas de inclusão, como a convivência social, a disseminação de valores, a saúde e a consciência crítica.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Na Ação Estratégica I - qualificar e ampliar a abrangência do Programa Segundo Tempo (PST). O processo de formalização de convênios esteve voltado para as renovações de convênios e para o estabelecimento de parcerias com Governos estaduais e municipais. Teve destaque a maior articulação com o Programa Mais Educação, do Ministério da Educação (MEC). Também o estabelecimento dos Ciclos Pedagógicos Anuais.

- Na Ação Estratégica II - assegurar a oferta do PST voltado ao público do ensino médio e superior, e desenvolvimento de um modelo específico para atendimento.

- Na Ação Estratégica III - oportunizar eventos: elaboração da proposta do Projeto Recreio nas Férias e dos festivais internúcleos.

- Na Ação Estratégica IV - qualificar e aprimorar a gestão do Programa: instituição de processos gerenciais e início da implantação de um sistema de controle e monitoramento do PST.

- Na Ação Estratégica V - qualificar o processo de capacitação de gestores do Programa, professores e monitores: reformulação da capacitação.

- Na Ação Estratégica VI - ampliar ações intersetoriais do PST, no sentido de criar o que se está denominando Rede Criança.

• Na Ação Estratégica VII - fortalecer o esporte educacional brasileiro: implementar o Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Além de fortalecer as parcerias com as entidades representativas do esporte educacional e as ações de intercâmbio de experiências com organismos internacionais.

• Embora para efeito de execução do Programa sejam considerados somente os beneficiados de convênios que já foram pagos, é importante ressaltar que foram empenhados 175 convênios, sendo 17 com Governos estaduais, 115 com prefeituras e 43 com organizações não-governamentais (ONGs), e destes, 20 são termos aditivos e destaques.

• O número de beneficiados em relação aos convênios formalizados é de 916.160, sendo que 841.060 são de convênios firmados em 2007 e 75.100 de convênios de exercícios anteriores (termo aditivo), distribuídos em 4.045 núcleos esportivos, localizados em mais de 800 Municípios, nos diversos Estados do País.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Adotada pela gestão do Programa, a estratégia de avançar no comprometimento de parte do orçamento de 2008 permitiu a ampliação do número de beneficiados, já que possibilitou a formalização de um número maior de convênios, aumentando o número dos que foram firmados com órgãos públicos, prioritariamente, assegurou, também a priorização das renovações, ao mesmo tempo em que foram implantadas novas parcerias. Isso foi possível, pois se considerou a Portaria nº 135 de 26 de outubro de 2005, que prevê o repasse dos recursos conveniados em duas parcelas, sendo 20% a partir da publicação do convênio e 80% após o cumprimento de alguns procedimentos, previsto o prazo de 60 dias para a 1ª e a 2ª parcelas. Sendo assim, apenas 20% de alguns convênios foram empenhados, o que explica a diferença entre os recursos necessários para o atendimento pleno dos convênios formalizados e os valores empenhados e pagos em 2007, e também a diferença entre os números de beneficiados lançados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e o número de beneficiados em relação aos convênios firmados em 2007.

Dentre os mecanismos de monitoramento, há reuniões de trabalho, com elaboração e revisão trimestral do planejamento da Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED), com plano de ação específico para acompanhar as ações e metas propostas no Programa. E também reuniões específicas com um grupo de trabalho formado por membros das secretarias finalísticas, da Assessoria de Controle Interno e representante da Controladoria Geral da União (CGU), no sentido de organizar o Sistema de Acompanhamento e Controle no Ministério do Esporte (ME).

O monitoramento, a avaliação e o controle da execução dos convênios vêm sendo efetivados através do planejamento e do cronograma de vistorias *in loco*, bem como pela implantação de medidas operacionais, através de termos de cooperação que permitam o acesso a bancos

de dados oficiais de instituições e entidades que desenvolvem suas atividades junto à população brasileira.

A avaliação do impacto desta Política Pública está sendo desenvolvida de forma a aproveitar a construção do modelo lógico, desenvolvido conjuntamente com a Câmara Técnica de Monitoramento e Avaliação (CTMA), instância colegiada do modelo de gestão do PPA 2004-2007, e o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), a proposta de metodologia e indicadores apontados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), bem como a recomendação da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU) em termos de indicadores de desempenho.

O Sistema de Controle e Monitoramento deverá ser capaz de estabelecer rotinas e instrumentos de supervisão, orientação e fiscalização do cumprimento dos termos acordados, com a reformulação do sistema gerencial informatizado (integridade da base de dados), ampliação das vistorias, emissão de relatórios semi-estruturados e reformulação dos relatórios de acompanhamento trimestral, além de novos procedimentos para análise do cumprimento do objeto dos convênios finalizados.

O Sistema de Controle e Monitoramento do Programa Segundo Tempo deverá ser estruturado a partir de uma plataforma informatizada dedicada à armazenagem do conjunto de dados qualitativos e quantitativos, permitindo posterior extração de informações estatísticas ou gráficas acerca do cumprimento do objeto. Os dados que comporão a base analítica serão obtidos e sistematizados a partir das verificações das visitas técnicas, fiscalizações empreendidas pela SNEED ao longo do período de execução dos convênios e dos respectivos planos de trabalho, da análise dos relatórios trimestrais e da análise da prestação de contas do respectivo convênio. O processo de capacitação dos recursos humanos envolvidos também permitirá inferências qualitativas acerca desses dados.

O SIGPlan é utilizado como um sistema de acompanhamento gerencial, em termos de metas físicas e financeiras. Na proposta do Sistema Gerencial da Secretaria e do ME, objetiva-se a integração e interlocução com o SIGPlan.

Na realização da vistoria *in loco*, emite-se o relatório de vistoria, permitindo analisar a forma de utilização de recursos pelos parceiros, e as falhas e equívocos presentes no processo de implantação do Programa. Assim, logo há a elaboração de relatórios e recomendações ao parceiro que, notificado oficialmente, dentro do prazo estabelecido pela Gestão da SNEED deve justificar-se e corrigir o processo.

Conforme mencionado no Relatório de Gestão 2007, foram várias as iniciativas já estabelecidas para avançar em um sistema gerencial da informação. No entanto, apesar de extremamente necessário e urgente, aguarda-se posicionamento do MP quanto à proposta de um sistema padrão para o Governo.

Além do exposto, há a realização anual do Seminário de Planejamento Estratégico e oficinas de trabalho setoriais.

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. O valor total de convênios formalizados em 2007 foi R$ 182.401.284,40, sendo que R$ 105.519.203,52 (93,49% do valor previsto na LOA de 2007, Ação: Funcionamento de Núcleos) foram empenhados em 2007 e o restante (R$ 76.882.080,90) será empenhado com recursos de 2008, o que atende a mais de 900 mil crianças, sendo 75.100 convênios com termos aditivos, 560.960 convênios de renovação e 280.100 convênios de implantação. Ressalte-se que a meta física foi prejudicada devido à priorização de recursos financeiros para a realização dos jogos Pan-americanos e Parapan-americanos (que tinham vigência restrita), o que causou atraso na liberação da primeira e da segunda parcelas dos convênios firmados em 2007.

Considerando-se que o Programa Segundo Tempo atende a crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, faz-se necessária a renovação dos convênios em vigência, visto que a sua interrupção paralisa o funcionamento dos núcleos, causando um impacto negativo nas comunidades, quando não é possível a continuidade do Programa onde está inserido. Há, também, a necessidade de atendimento de novas áreas, que preenchem todos os requisitos e diretrizes do Programa. Registre-se que há uma posição determinada da Administração para fortalecer as parcerias institucionais com Estados e Municípios, sobretudo aqueles com mais de 100 mil habitantes e pertencentes às regiões metropolitanas. Além disso, não se pode esquecer de uma demanda reprimida do ano de 2006 de pleitos de Municípios, Estados e entidades que prevêem o atendimento de milhares de crianças e adolescentes, os quais não possuem nenhuma oportunidade de vida digna e saudável - o orçamento destinado para o principal Programa do ME foi insuficiente para o atendimento de todas as demandas.

Além disso, o fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. E a formalização de novas parcerias só foi possível no último trimestre do ano, atrasando, portanto, a execução financeira, e restringindo o atendimento da meta física em relação aos beneficiados.

Embora haja a possibilidade de complementar os recursos necessários para a implantação do PST, atualmente o PST é basicamente custeado por orçamento próprio da Secretaria. Ressalte-se, no entanto, que o material esportivo e os uniformes foram fornecidos diretamente pela Ação Pintando a Liberdade, contando com a respectiva contrapartida oferecida pelo convenente. Esta Ação foi de extrema relevância para o desenvolvimento das ações estratégicas do Programa, uma vez que possibilitou à Gestão, em 2007, reorganizar o processo de acompanhamento das parcerias efetivadas na ponta, viabilizando as visitas *in loco*, que permitiram analisar a forma de utilização de recursos pelos parceiros, e as falhas e equívocos presentes no processo de implantação do Programa.

A maior insuficiência diz respeito à ausência de um sistema informatizado e à infra-estrutura lógica necessária. Parte significativa da energia da SNEED esteve comprometida pela inadequação da infra-estrutura, uma vez que o espaço físico disponibilizado não comporta adequadamente todos os funcionários da SNEED. Ressalte-se, ainda, que existem diversas limitações de recursos físicos e operacionais que, desde 2007, são apresentadas nas áreas de modernização e informática do Ministério, em especial, a limitação de capacidade do provedor atual, para atender as demandas do ME como um todo. As limitações de máquinas e *softwares* impossibilitam qualquer avanço no desenvolvimento de sistemas de gestão.

Nesse processo, considera-se como equipe executora a equipe técnica do convenente, mobilizada para execução do PST. O quadro de recursos humanos é insuficiente, pois há a necessidade de otimização dos fluxos gerenciais. Além disso, há o estabelecimento de um sistema de controle e monitoramento, a proporção de pleitos solicitados, o acompanhamento dos convênios em vigência, a realização de capacitações para qualificação dos parceiros e outras demandas que exigem um grande esforço do quadro de funcionários existente, para que as mesmas sejam realizadas de modo adequado. Há, também, a necessidade de contínua qualificação do quadro técnico.

O atraso na liberação dos recursos em função do contingenciamento e da priorização dos jogos Pan-americanos e Parapan-americanos (que tinham vigência restrita), prejudicou a execução orçamentária e financeira do Programa, causando atraso na liberação do pagamento da 1ª e da 2ª parcelas de convênios no primeiro semestre de 2007, e concentração de um grande número de novas parcerias, a serem firmadas no último trimestre do ano. Cabe ressaltar ainda que, devido ao atraso na liberação de recursos, ficou difícil atingir as metas propostas para 2007.

Embora a demanda reprimida de pleitos não formalizados, inclusive de renovações, justificasse a abertura de créditos orçamentários adicionais, os mesmos não se viabilizaram justamente porque a dinâmica relatada acima retardou a execução orçamentária dos recursos próprios já consignados na LOA.

O atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios deve ser pontuado como fator que reteve o processo de estabelecimento de parceria e conveniamento, devido ao passivo de processos em situação de contas e à limitação de pessoal para análise das mesmas, tanto na Secretaria Finalística quanto na Coordenação-Geral de Prestação de Contas da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério (SPOA/SE/ME). A estratégia adotada pela SNEED para tentar avançar na análise dos processos em situação de passivo foi de constituir, em caráter emergencial, eventual e temporário, uma força-tarefa com o intuito de agilizar e assegurar os meios necessários para implementação do Sistema de Controle e Monitoramento da SNEED, em relação ao Programa Segundo Tempo. Tal medida considera o fato de que a constituição da referida força-tarefa foi determinante para se alcançar o quantitativo de convênios efetivados até dezembro de 2007.

A demora no envio da documentação solicitada, o grande número de órgãos públicos com inadimplências apontadas junto aos sistemas financeiros do Governo e pendências apontadas no Relatório de Cumprimento de Objeto (RCO) prejudicaram a execução orçamentária e financeira do Programa.

Os ajustes firmados com órgãos que demandaram descentralização de recursos foram satisfatórios, no que tange ao atendimento do objeto pactuado e das metas estabelecidas. Ressalte-se que tais ações dizem respeito à implantação de núcleos do PST, bem como à cooperação para a realização do Ciclo Nacional de Capacitação dos Coordenadores de Núcleos. O ente executor disponibilizou as informações conforme solicitado e houve integração entre a gerência e o executor.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Há grande diversidade no desempenho dos parceiros não-governamentais. Algumas parcerias foram satisfatórias no que tange ao atendimento do objeto pactuado e das metas estabelecidas. Outras, no entanto, demonstraram dificuldades na execução. Pode-se aferir empiricamente que a maioria das parcerias compõe o primeiro grupo. A maior parte das dificuldades verificadas diz respeito ao processo gerencial dos convênios, bem como ao atendimento das metas pedagógicas do PST.

Há serviço de Ouvidoria no ME, objeto de ampla divulgação entre os parceiros e a sociedade em geral. Foram realizadas diversas oficinas setoriais com grupos de interesse. Houve a participação nos fóruns de discussão e acompanhamento da Conferência Nacional do Esporte e no Conselho Nacional do Esporte (CNE). Parcela significativa do processo de aprimoramento do PST levou em conta o diálogo estabelecido nas conferências nacionais, oficinas setoriais e demais fóruns de discussão.

Não há estudos qualitativos e quantitativos em andamento, no que se refere aos beneficiários, sobretudo por limitações orçamentárias para implementação dessas pesquisas.

O PST foi o primeiro Programa a desenvolver, em conjunto com o Ipea e a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPI/MP), o modelo lógico que, embora precise ser atualizado, tornou-se referência para a análise de outros programas no âmbito do PPA.

O PST tem que lidar com o dilema que opõe quantidade e qualidade. Por um lado, aumentar o alcance do Programa diminuiria o conteúdo pedagógico. Por outro, incrementar os aspectos educacionais diminuiria o alcance do Programa, que já é restrito em relação ao seu público e às metas de inclusão. Em vista do impasse que se apresenta, essa é uma discussão necessária e envolve a própria concepção do PST. A decisão sobre o caminho a seguir pode significar a redefinição do Programa e, para isso, a metodologia do modelo lógico pode ser utilizada novamente.

A redefinição do Programa leva à revisão do custo médio do aluno beneficiado na Ação Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional, pois é um parâmetro importante para a alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). E, nesta Ação é contemplada as atividades de capacitação do Programa, é importante analisar a possibilidade de criação de uma ação específica, em função de sua especificidade e de sua demanda de recursos.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Amazônia Sustentável

Áreas Protegidas do Brasil

Combate à Desertificação

Comunidades Tradicionais

Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos

Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis

Nacional de Florestas

Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais (Florescer)

Proambiente

Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas

Qualidade Ambiental

Recursos Pesqueiros Sustentáveis

Resíduos Sólidos Urbanos

Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental

Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério do Meio Ambiente (MMA), foram utilizados **R$ 1.468.762.670** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 2.799.755.678	Realizado orçamentário:	R$ 1.468.762.670
Recursos não-orçamentários previstos:	R$ 3.520.000	Realizado não-orçamentário:	R$ 0,00
Total previsto:	**R$ 2.803.275.678**	**Total realizado:**	**R$ 1.468.762.670**

Além disso, do total de **R$ 114.733.204** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 73.473.643**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MMA, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	0502 Amazônia Sustentável	4,41%	4,26%	2,72%	0,40%	2,27%
	0499 Áreas Protegidas do Brasil	4,62%	3,60%	5,26%	2,69%	3,76%
	1080 Combate à Desertificação	0,19%	0,32%	0,08%	0,25%	0,21%
	1145 Comunidades Tradicionais	1,67%	1,80%	1,55%	1,05%	1,40%
	1332 Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	0,66%	1,11%	0,27%	0,10%	0,41%
	0508 Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	3,26%	3,68%	5,03%	3,39%	3,82%
	1140 Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos	0,53%	0,33%	0,00%	0,00%	0,14%
	1304 Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas	2,02%	1,83%	1,85%	0,00%	1,08%
	0498 Desenvolvimento Sustentável do Pantanal	1,09%	0,29%	0,33%	0,00%	0,29%
	0052 Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis	0,95%	1,01%	0,71%	0,52%	0,72%
	0503 Florescer - Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais	11,52%	6,36%	5,17%	3,21%	5,49%
	1349 Litoral Brasileiro Sustentável	0,00%	0,26%	0,00%	0,00%	0,05%
	1084 Mudanças Climáticas e Meio Ambiente	1,37%	0,05%	0,00%	0,00%	0,21%
	0500 Nacional de Ecoturismo	0,65%	0,23%	0,00%	0,00%	0,14%
	0506 Nacional de Florestas	4,16%	4,36%	2,97%	1,92%	2,96%
	1210 Prevenção de Riscos e Combate às Emergências Ambientais	2,24%	0,54%	0,00%	0,00%	0,43%
	1270 Proambiente - Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural	0,61%	0,56%	0,45%	0,24%	0,40%
	1107 Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas	1,91%	1,59%	3,98%	4,41%	3,41%
	1346 Qualidade Ambiental	0,00%	1,96%	2,02%	1,61%	1,54%
	0104 Recursos Pesqueiros Sustentáveis	33,31%	34,03%	41,88%	34,29%	35,91%
	8007 Resíduos Sólidos Urbanos	9,60%	9,12%	6,71%	3,46%	6,20%
	1305 Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	4,64%	14,91%	13,52%	39,07%	23,37%
	0516 Viver sem Contaminação	0,67%	0,37%	0,00%	0,00%	0,17%
	0512 Zoneamento Ecológico-Econômico	1,51%	0,79%	0,44%	0,16%	0,55%
Finalístico Soma		**91,61%**	**93,38%**	**94,94%**	**96,75%**	**94,93%**

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Gestão de Políticas Públicas	1102 Agenda 21	0,64%	0,50%	0,16%	0,15%	0,29%
	0511 Gestão da Política de Meio Ambiente	6,67%	5,04%	4,28%	2,73%	4,11%
	0497 Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos	1,08%	1,08%	0,63%	0,37%	0,67%
Gestão de Políticas Públicas Soma		**8,39%**	**6,62%**	**5,06%**	**3,25%**	**5,07%**
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

O novo modelo proposto pelo atual Governo para a política ambiental, compatível com o avançado arcabouço legal brasileiro, promove uma gestão ambiental compartilhada com todos os níveis governamentais e a sociedade em geral, construindo, assim, a Política Ambiental Integrada para o Desenvolvimento Sustentável, capaz de agregar conceitos socioambientais ao novo ciclo de desenvolvimento econômico do País.

Em 2007, como forma de modernizar e fortalecer a gestão ambiental e a implementação da Política Nacional de Meio Ambiente, o Governo Federal criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para a gestão das Unidades de Conservação Federais (UCs) e pesquisa sobre biodiversidade, centralizando no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) as ações de controle, fiscalização e licenciamentos ambientais. Essa evolução institucional se fundamentou nos conceitos de preservação do meio ambiente, nas evidências demonstradas pelos últimos estudos científicos relativos às mudanças climáticas, nas orientações governamentais para promover o desenvolvimento sustentável do País, por meio do caráter estruturante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e na necessidade de inclusão de fatores de sustentabilidade nos processos de produção e de consumo, bem como no conceito de gestão ambiental compartilhada, que tem como base a participação dos diferentes setores do Poder Público, da sociedade civil e do setor privado na solução dos problemas ambientais.

Com a finalização e sistematização das consultas públicas, o Governo revisou e consolidou a versão final do Plano Amazônia Sustentável (PAS), incorporando as contribuições dos diversos segmentos governamentais e da sociedade amazônica. O PAS foi apresentado a todos os secretários de planejamento dos Estados da região em dezembro de 2007. Seguindo as diretrizes do PAS, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia Cuiabá-Santarém (Plano BR-163 Sustentável), cujo lançamento ocorreu em junho de 2006. O Decreto nº 6.290, de 06 de dezembro de 2007, instituiu um comitê executivo, atribuindo-lhe a responsabilidade de acompanhar a implementação do Plano BR-163 Sustentável no âmbito da Câmara de Políticas de Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional do Conselho de Governo.

Para a prevenção e o controle do desmatamento da Amazônia, em 2007, foi criado o Grupo Permanente de Responsabilização Ambiental para articular com órgãos estaduais de controle e fiscalização ambiental o desenho de ações estratégicas e integradas para prevenir e reprimir as infrações e os crimes relacionados aos desmatamentos, às queimadas

e à exploração ilegal de florestas na Amazônia Legal. O desmatamento na Amazônia entre agosto de 2006 e julho de 2007, estimado em 11.224 quilômetros (km²) pelo sistema de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes), caiu 20% em relação ao período 2005-2006, registrando uma queda acumulada de 59% nos últimos três anos. O número é muito próximo ao menor já registrado (11.030km², em 1991) desde o início do monitoramento do desmatamento na região em 1988. Essa queda contribuiu para que o País evitasse a emissão de meio milhão de toneladas (t) de gás carbônico na atmosfera. Já entre os meses de agosto e dezembro de 2007, registrou-se, conforme informações do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (DETER), uma área desmatada estimada em 3.235 km². Visando combater o avanço desse desmatamento, o MMA irá acelerar as ações que começaram a ser postas em prática no final de 2007, após a detecção dos primeiros sinais de aumento do desmatamento. A Portaria nº 28, de 24 de janeiro de 2008 apontou os 36 Municípios que mais desmatam no Brasil e que deverão obedecer a regras mais rígidas de controle, estabelecidas no Decreto de dezembro de 2007. É importante ressaltar que para deter o aumento do desmatamento na Amazônia será preciso não só ações do Governo, mas também maior responsabilidade social e ambiental dos setores produtivos.

A compensação ambiental apresenta-se como a principal ferramenta de financiamento para a regularização fundiária das UCs, e sua consolidação e eficácia representarão recursos significativos para equacionar e resolver problemas históricos dessas unidades. Em 2007, 277 processos de compensação ambiental beneficiaram 254 UCs Federais, Estaduais e Municipais. Do total dos recursos destinados às UCs Federais, 53,5% foram direcionados às ações de regularização fundiária, 41,2% às ações de implementação, 4,2% ao custeio dos processos de elaboração de planos de manejo e 1,1% ao custeio de processos de criação de novas UCs. Dessa forma, do total arrecadado por intermédio de compensação ambiental no referido exercício (R$ 10,5 milhões), 71,7% foram investidos em ações de implementação das UCs Federais, 28,1% em ações de regularização fundiária e 0,2% foi destinado ao custeio do processo de elaboração de planos de manejo.

Dos avanços alcançados pelo Programa Nacional de Florestas (PNF) em 2007, destacam-se:

a) o fomento florestal decorrente das políticas e dos instrumentos de apoio ao reflorestamento, que teve um crescimento significativo e permitiu o alcance da meta de reflorestamento do PNF, superando os 600 mil hectares (ha) de florestas plantadas;

b) o levantamento de áreas prioritárias para o manejo florestal em 100 unidades de assentamento rural, envolvendo 10 mil famílias em regiões situadas no bioma Caatinga;

c) a recuperação de áreas degradadas em decorrência da instalação dos três primeiros centros de recuperação de áreas degradadas no Vale do São Francisco, em Petrolina (PE), Paracatu (MG) e Arco (MG);

d) a ratificação da Carta de Recuperação de Áreas Degradadas do Vale do Alto Paraguai envolvendo Brasil, Argentina e Paraguai;

e) a criação de grupos multissetoriais para a discussão do manejo comunitário de sementes, mudas florestais e carvão vegetal.

A área de manejo florestal certificada cresceu de 1.400.000 ha em 2006, para 3.000.000 ha, em 2007, em que as grandes dificuldades estão sendo superadas devido à implementação de instrumentos políticos diversos, com destaque para a promulgação da Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006, da Lei de Gestão de Florestas Públicas, a implementação do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e a revisão da regulamentação do manejo florestal.

No âmbito das concessões florestais destacam-se as seguintes ações em 2007:

a) a regulamentação da Lei de Gestão de Florestas Públicas pelo Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007;

b) a consolidação do SFB;

c) o lançamento do Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP), em julho de 2007, o qual permitirá reunir dados georreferenciados sobre as florestas públicas brasileiras, de modo a oferecer aos gestores públicos e à população em geral uma base confiável de mapas, imagens e dados com informações relevantes para a gestão florestal;

d) publicação do Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) 2007-2008, o qual prevê a possibilidade de concessão florestal de 43,7 milhões de ha, sendo priorizada a Floresta Nacional (Flona) do Jamari (RO) e um conjunto de UCs na Amazônia Legal;

e) o lançamento, em novembro de 2007, do edital do lº Lote de Concessão Florestal na Flona do Jamari (RO).

Dentre as ações desenvolvidas pelo Governo em 2007, visando o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e das comunidades tradicionais, destaca-se a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), concretizada pelo Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que estabelece um pacto entre o Poder Público e esses povos e comunidades. Ressalta-se que foram aprovados 108 projetos durante as duas reuniões ordinárias do Comitê Gestor do Programa e de quatro reuniões dos comitês locais. Também, 600 pessoas foram capacitadas para o desenvolvimento de atividades de acesso aos recursos públicos e de gestão dos recursos públicos. Desta forma, serão beneficiadas, aproximadamente, 26.995 famílias de entidades representantes de povos e comunidades tradicionais, de praticamente todos os Estados da Amazônia, da bacia hidrográfica do rio São Francisco e da Mata Atlântica do Estado de São Paulo.

Em 2007, a ampliação de áreas do Território Nacional com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) foi de 32%. Além disso, estão em andamento projetos que abrangem cerca de 2,4 milhões de km², o correspondente a 28% do Território Nacional. Atualmente, aproximadamente 13% do Território Nacional possui ZEEs em fase de implantação ou em articulação com outros instrumentos de política pública, dentre os quais zoneamento agrícola, licenciamento ambiental, planos diretores municipais, definição de áreas protegidas e recuperação de passivos ambientais. O apoio à implantação dos zoneamentos tem sido feito por meio da geração de insumos técnicos pelo Consórcio ZEE Brasil, pela disseminação da informação e pela capacitação de gestores públicos. Outro ponto importante foi a assinatura, em dezembro de 2007, do Decreto nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007, autorizando a realização de ZEEs locais ou regionais, desde que sejam referendados pelas comissões estaduais de zoneamento e aprovados pelas Assembléias Legislativas. Tal medida modifica a regulamentação do ZEE, editada em 2002, que só reconhecia os zoneamentos estaduais que compreendessem a totalidade dos seus territórios e fossem realizados em escala de 1:250.000, ou maiores. A flexibilidade proporcionada pelo novo Decreto permitirá mais eficiência no enfrentamento de problemas localizados e que exijam respostas mais rápidas do Governo Federal, ou dos Governos Estaduais e Municipais.

Com o objetivo de fortalecer as atividades relativas ao licenciamento ambiental, foi criado, no âmbito da nova estrutura do MMA, o Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental (DLAA), por meio do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007. Por sua vez, no estabelecimento da Agenda Nacional para o Aprimoramento do Licenciamento Ambiental, o Governo realizou, em dezembro de 2007, o *1º Workshop sobre o Licenciamento Ambiental de Portos Marítimos: regiões Sul e Sudeste*, com o objetivo de discutir a gestão ambiental portuária e o licenciamento ambiental, em razão do cenário de crescimento da infra-estrutura portuária inserido no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Para o acompanhamento da gestão ambiental dos empreendimentos do setor de infra-estrutura, o MMA criou, em 2007, um grupo gestor, constituído por todas as secretarias e entidades vinculadas ao Ministério, e um grupo de trabalho para acompanhar o licenciamento ambiental, realizado em nível federal, dos empreendimentos do PAC. Em 2007, tem-se como um balanço das atividades de licenciamento que o IBAMA concedeu:

a) 17 licenças para pequenas centrais hidrelétricas, o que representa cerca de 3.500 megawatts (MW). Dessas, três receberam licença para início das obras (LI), uma recebeu licença para operação (LO), nove receberam licenças de renovação ou autorização para supressão de vegetação, duas prorrogações de licença prévia e duas prorrogações de licença de instalação;

b) 20 licenças para usinas hidrelétricas de grande porte, sendo duas licenças prévias, três de prorrogação ou concessão de licença de instalação, 10 de renovação ou autorização para supressão da vegetação e cinco de renovação, regularização ou retificação de licenças de operação;

c) nove licenças para projetos na área petrolífera foram autorizadas para perfurações, das quais cinco referem-se a licenças prévias, duas foram retificações de licenças prévias e duas autorizações para atividade de perfuração no âmbito de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC);

d) 24 licenças para empreendimentos de produção de petróleo e 23 para a instalação de gasodutos;

e) 91 licenças, no setor rodoviário para a construção de novas rodovias;

f) 35 para empreendimentos no âmbito das atividades ferroviárias;

g) oito para projetos portuários.

O Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) representou um grande avanço na gestão de recursos hídricos no País. Atualmente, há cerca de 140 comitês de bacias hidrográficas estaduais e federais, além de 22 conselhos estaduais e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Essas instâncias contribuem sobremaneira para a governança democrática na elaboração das políticas públicas de gestão integrada desses recursos. Entre os principais instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos estão a outorga e cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Esses mecanismos já foram, até o momento, implantados na bacia do rio Paraíba do Sul e nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, de forma descentralizada e participativa. Houve, no ano de 2007, aperfeiçoamentos nos mecanismos e valores de cobrança nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, visando caracterizar de forma mais precisa o uso da água no setor rural, criando, inclusive, incentivos para que os usuários adotem tecnologias de irrigação mais eficientes. Como resultado do instrumento de cobrança, arrecadou-se um montante superior a R$ 50 milhões, entre 2003 e 2007, sendo que somente no exercício de 2007 a arrecadação foi de aproximadamente R$ 20 milhões, os quais foram repassados integralmente para aplicação em projetos e investimentos nessas bacias.

O Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas consiste em um estímulo financeiro, na forma de pagamento pelo esgoto tratado para prestadores de serviços públicos de saneamento que investem na implantação, ampliação e operação de estações de tratamento de esgotos (ETE). Foram investidos, no período de 2001 a 2006, recursos da ordem de R$ 272 milhões, beneficiando uma população de 3,5 milhões de habitantes. Em 2007, foram habilitados 55 empreendimentos, gerando uma demanda de R$ 260 milhões. Três empreendimentos foram contratados, resultando na aplicação de R$ 40,1 milhões de recursos da União que, somados a recursos de outras fontes aportados aos projetos, resultaram na efetiva aplicação de R$ 100 milhões, beneficiando aproximadamente 1 milhão de brasileiros, com o abatimento diário de 46,4 t de carga orgânica que seriam lançadas sem tratamento em importantes bacias hidrográficas.

Na área de revitalização de bacias, destaca-se a inauguração de dois centros integrados de referência da revitalização da bacia do rio São Francisco, os quais constituem um espaço

para o desenvolvimento de ações integradas entre os diversos programas do Governo coordenados e executados pelo MMA, parceiros que atuam na revitalização do São Francisco e prefeituras locais. Viabiliza-se, assim, a realização de estudos e a disponibilização de informações para a população, além da articulação das ações prioritárias e a conseqüente democratização do acesso à informação. Em 2007, destaca-se a criação da primeira UC na região do São Francisco, trata-se da Flona Negreiros, localizada em Serrita (PE), área com 3 mil ha, possuindo 46% de cobertura florestal e 54% de agricultura e pasto, sendo destinada à conservação da biodiversidade, ao fomento do desenvolvimento sustentável da Caatinga e à capacitação de produtores rurais.

Em 2007, refletindo a importância e a prioridade atribuídas à questão dos resíduos sólidos urbanos, o Governo encaminhou ao Congresso Nacional, em setembro de 2007, o projeto de Lei instituindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos Urbanos. Nessa proposta estão contemplados os diversos aspectos necessários para uma efetiva gestão desses resíduos, compreendendo suas diretrizes gerais e os instrumentos da política, incluindo a gestão integrada e proibições. No referido exercício, destacam-se os seguintes resultados em relação à gestão desses resíduos:

a) a continuidade dos processos decorrentes da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007;

b) o apoio ao Projeto Aplicação de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), na redução de emissões em aterro sanitário que foi desenvolvido pelo Ministério das Cidades (MCidades) em conjunto com o MMA, contando, ainda, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Banco Mundial;

c) o acompanhamento de empreendimentos habitacionais, de saneamento (especialmente de resíduos sólidos) e de regularização fundiária previstos no PAC.

Para entendimento do contexto, em uma análise retrospectiva sobre as políticas recentes para o setor, quatro diretrizes básicas determinaram o traçado da política ambiental do Brasil nos últimos anos, podendo ser compreendida como Política Ambiental Integrada. Elas estimularam princípios de compartilhamento e integração, permeando todas as ações, projetos, programas e planos do MMA, que são a promoção do desenvolvimento sustentável, a necessidade de controle e participação social, o fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e a transversalidade.

Quanto à primeira diretriz, o Ministério vem atuando na promoção da gestão integrada do território na perspectiva do desenvolvimento sustentável, considerando as diversidades regionais, os biomas, as bacias hidrográficas e as regiões geoeconômicas, aprimorando os instrumentos e mecanismos de planejamento, gestão e resolução de conflitos ambientais. Sobre a segunda diretriz, a participação da sociedade nos processos decisórios, dentre tantos outros fatos, tem sido um desafio à participação do MMA em, aproximadamente, 150 órgãos colegiados consultivos e de deliberação superior. No que se refere à terceira diretriz, a ampliação e o fortalecimento do Sistema Nacional do Meio

Ambiente (SISNAMA), há um esforço permanente de atuação de forma articulada do MMA com os demais órgãos do Governo Federal, Estados, Municípios e a sociedade civil, em discussões de implementação das ações e dos temas relacionados à questão ambiental. Complementarmente, como quarta e última diretriz, a inserção da dimensão ambiental nas políticas públicas – a transversalidade – consistiu no envolvimento dos diferentes setores do Poder Público na solução dos problemas ambientais, onde o meio ambiente deixou de ser uma política setorial e permeou a agenda dos outros Ministérios e demais órgãos públicos, integrando-se e dialogando com as demais políticas públicas.

ASPECTOS RELEVANTES

Dentre os principais desafios enfrentados no processo de gestão dos programas durante o PPA 2004-2007, destacam-se que a estrutura organizacional para a gestão do PPA foi marcada pelo enfrentamento de diversas situações, o que incluiu o aprimoramento das atribuições das suas unidades internas, a reestruturação de unidades técnico-administrativas e de assessoramento para permitir que o MMA pudesse exercer efetivamente o seu papel de órgão central responsável pela formulação, pela implementação, pelo acompanhamento e pela avaliação das políticas nacionais de meio ambiente e dos recursos hídricos. O desafio direcionou a superação das deficiências causadas por políticas ambientais anteriores com a demonstração de um grau de evolução do processo de consolidação do novo modelo de política ambiental de Governo. O maior desafio foi o processo de modernização e fortalecimento da gestão ambiental e da Política Nacional de Meio Ambiente, com implementação de importantes alterações na estruturação dos órgãos ambientais. Inicialmente, para contextualizar o cenário ambiental, a criação do IBAMA, em 1989, produziu um efeito extraordinário na gestão ambiental pública e, passados quase 20 anos, o SISNAMA se fortaleceu, o MMA foi criado e a questão ambiental passou a fazer parte do cotidiano em todas as áreas da sociedade brasileira.

Em 1989, havia 134 UCs Federais, compreendendo aproximadamente 15 milhões de ha. Atualmente são 288 UCs, somando 70 milhões de ha, obrigando ao gerenciamento de sobreposições, vazio administrativo, necessidade de modernização de processos e utilizando melhor as sinergias do sistema federal de meio ambiente na busca constante de adequação da estrutura organizacional ao tamanho dos desafios e respondendo com políticas públicas eficientes e próximas da realidade. Assim, o IBAMA hoje está responsável pela função reguladora das atividades de licenciamento, fiscalização, monitoramento e autorização, possibilitando um maior foco na preservação do patrimônio ambiental e na viabilização do desenvolvimento em bases sustentáveis.

Com a criação do ICMBio, pela Lei nº 11.156, de 28 de agosto de 2007, procura-se atingir o fortalecimento do setor ambiental objetivando dar maior eficiência, especificamente no gerenciamento das UCs Federais, na execução das políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis, no apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas UCs de uso sustentável e no fomento e execução de programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade.

As fragilidades estão sendo superadas, também, com a promulgação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, com a implementação do SFB e com a revisão da regulamentação do manejo florestal.

A reestruturação do MMA ocorrida pelo Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, objetiva o rearranjo de seus órgãos específicos singulares, buscando adequar o Ministério para responder aos desafios da atual conjuntura nacional e internacional, criando e formalizando unidades técnico-administrativas, visto que o MMA não dispunha anteriormente de subunidades formais, como departamentos, coordenações-gerais, coordenações, divisões e serviços, o que dificultava a gestão administrativa e aumentava o grau de responsabilização das unidades, além de estar em desacordo com o estabelecido no modelo de gestão do PPA. Por conseguinte, foi realizada a transformação dos cargos existentes, de diretor e de assessoramento, em cargos de chefias de unidades de direção, de fundamental importância para o órgão. A nova estrutura do MMA procurou responder, ainda não totalmente, a esses e a outros cenários e demandas, efetivando a criação de secretarias voltadas para temas como as mudanças climáticas, a cidadania ambiental e a responsabilidade social, os biocombustíveis, o agroextrativismo e o desenvolvimento rural sustentável, a gestão ambiental urbana e metropolitana e o fortalecimento institucional.

Da mesma forma, foram estabelecidos no Ministério os departamentos voltados ao licenciamento ambiental e à revitalização de bacias hidrográficas, e outros junto à Secretaria Executiva (SE) do MMA, como o de Economia e Meio Ambiente, para tratar dos instrumentos econômicos para a sustentabilidade, o da Amazônia e do Plano de Combate ao Desmatamento e, ainda, o de Fomento. Uma conseqüência no monitoramento do PPA, decorrente das mudanças internas deste Ministério, foi a transferência da gerência de programas e coordenação das ações, em 2007, o que acarretou em execução de uma mesma atividade por secretarias distintas, havendo necessidade de um período de adaptação e reorganização das unidades com seus programas e suas ações.

Na abordagem programática, também merece destaque a dificuldade para melhorar a qualidade da gestão dos programas no que diz respeito à eficiência de resultados e ao enfrentamento dos riscos. Ressalta-se a eficiência do gasto por meio dos resultados alcançados nas ações do MMA em 2007, já descritos anteriormente, mesmo diante da insuficiência e descontinuidade dos recursos orçamentários e financeiros destinados aos programas, bem como dos atrasos na liberação dos recursos financeiros, conseguindo um fortalecimento na sua capacidade de coordenação e articulação interna e externa. Considerando-se a abrangência da atuação do MMA e as limitações e restrições quantitativas e qualitativas referentes aos recursos humanos, orçamentários e financeiros, dificilmente qualquer programação que possa ser montada não será suficiente para enfrentar todos os desafios e todas as fragilidades. Entretanto, a transformação da estrutura organizacional do órgão, durante o período 2004-2007, propiciou uma estrutura programática mais racionalizada e simplificada, e mais adesa à realidade institucional. Hoje, o Ministério dispõe de uma programação com 19 programas, enquanto em 2005 eram 27. Mesmo havendo um acréscimo na execução orçamentária do MMA e de suas entidades vinculadas, que em 2004 estava em R$ 1.103.640.000, passando para R$ 1.468.766.000 em 2007, deve-se

esclarecer que a execução ainda carece de amadurecimento na qualidade do gasto e da apresentação de resultados para que sejam condizentes no caso de alguns programas, não dificultando ou comprometendo a gestão e o monitoramento dos programas e das ações, assim como a instituição.

Os programas de responsabilidade do MMA ainda carecem de melhores indicadores e processos de avaliação de seus resultados. Entretanto, nesse momento, o Ministério está envidando esforços em algumas frentes de discussões, entre as quais se destacam:

a) a elaboração de proposta de agenda e funcionamento do Subcomitê de Estatísticas e Indicadores Ambientais do Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (SINIMA);

b) o inventário, estado da arte, de estatísticas e de indicadores ambientais produzidos periodicamente pelos órgãos estaduais de meio ambiente e outras instituições, além da reestruturação do Sistema de Informações sobre Gestão Ambiental (SIGAB) e sua integração com o SINIMA no intuito de dar maior transparência às ações de gestão ambiental praticadas pelos órgãos estaduais de meio ambiente;

c) as discussões metodológicas que envolvem a definição dos indicadores de impacto do sistema de monitoramento da Reforma Programática para a Sustentabilidade Ambiental (SAL Ambiental) e do Projeto de Assistência Técnica para a Agenda da Sustentabilidade Ambiental (TAL Ambiental) com empréstimo pactuado junto ao Banco Mundial;

d) a inserção de variáveis ambientais nas pesquisas do IBGE, sendo fundamental para o processo de mensuração dos diferentes aspectos do conceito de desenvolvimento sustentável;

e) a representação do MMA na agenda internacional de estatísticas e indicadores ambientais e de desenvolvimento sustentável como na Organização das Nações Unidas (ONU), na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) que desenvolvem bancos de dados integrados entre diversos países com o objetivo de monitorar as principais metas acordadas nos fóruns internacionais relacionados às temáticas ambientais.

Complementando, como estratégia de atuação em 2007, a SE, em parceria com os demais órgãos e unidades do MMA, dirigiu o processo de elaboração das orientações estratégicas do Ministério, o qual foi elaborado em consonância com as orientações delineadas pelo Governo Federal. Esse documento norteou o processo de elaboração do PPA 2008-2011, a fim de que os programas e as ações a serem executados refletissem as reais diretrizes e prioridades, privilegiando, também, a sincronia, a racionalidade, a simplificação das atividades e com ênfase nas metas a alcançar.

A infra-estrutura de recursos humanos com a consolidação institucional interna do Ministério, até 2003, não teve como contrapartida a construção de um suporte técnico adequado, representado por um quadro estável de pessoal. A capacidade técnica necessária para dar resposta à ampliação das responsabilidades do MMA era absorvida por meio de servidores requisitados de outros órgãos da administração pública, de contratados por empresas prestadoras de serviços e, também, de consultores e profissionais de equipes-base vinculados a projetos de cooperação internacional. No período de 2004 a 2007, este assunto mereceu destaque, uma vez que grandes esforços foram realizados para a adequação do quadro de pessoal, no qual a força de trabalho total em 2004 era de 1.243 servidores e funcionários entre cargos efetivos, requisitados e cargos comissionados sem vínculo, contratados temporários e terceirizados, com apenas 109 servidores do Ministério, constituindo hoje o quantitativo total de 1.153 profissionais com 328 servidores efetivos, nos níveis médio e superior, o que ainda deixa muito a desejar. A maioria (610) era formada por profissionais contratados por meio de projetos com organismos internacionais, trazendo, portanto, inconvenientes do ponto de vista da gestão pública, pois estavam vinculados aos objetivos dos projetos de cooperação e não aos objetivos e às metas do Ministério, havendo uma inversão na lógica de planejamento e provocando um questionamento do Ministério Público Federal do Trabalho (MPFT), que considerava ilegal essa forma de contratação.

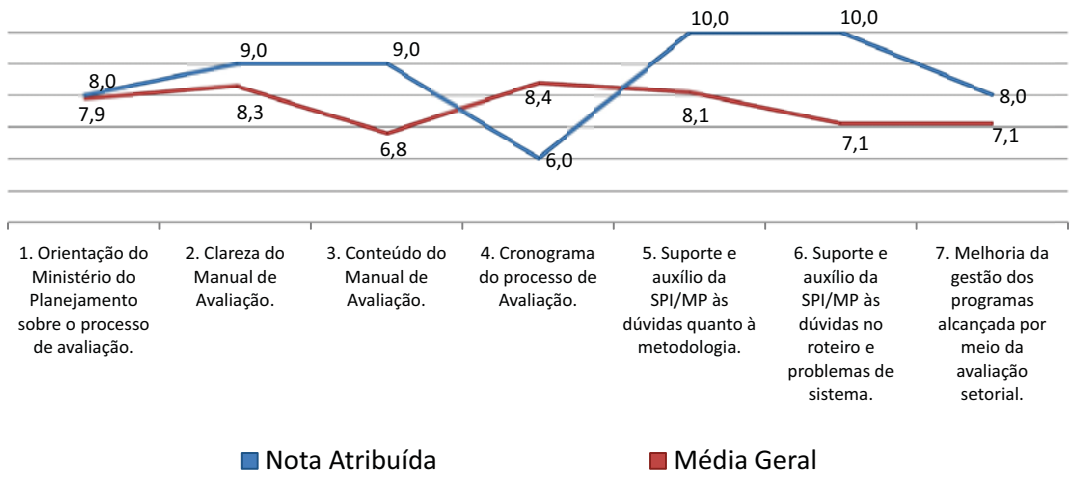
Em função desses questionamentos jurídicos, o Poder Executivo firmou acordo judicial, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), estabelecendo etapas e prazos para regularização da situação. A partir da assinatura desse TAC, a contratação por meio dos projetos de cooperação internacional restringiu-se a consultores de alta qualificação para produtos específicos como estudos e pareceres. Conseqüentemente, em dezembro de 2004, o MMA realizou o primeiro concurso público de sua história, tendo ingressado, a partir de março de 2005, 150 servidores para o quadro da carreira de especialista em meio ambiente, com o objetivo de substituir essa mão-de-obra, e sendo contratados 652 servidores na modalidade de contrato temporário com duração máxima de quatro anos.

Além disso, será realizado um novo concurso em 2008, concretizado com a publicação do edital no dia 27 de fevereiro de 2008, para o preenchimento de 83 vagas de analistas ambientais, completando os 300 cargos de nível superior aprovados na Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, que criou a carreira de especialista em meio ambiente. Ademais, os contratos temporários com vencimento em dezembro de 2007 foram prorrogados até 31 de julho de 2009. É importante mencionar, também, que esses concursados não atenderão às necessidades do MMA, pois o seu quadro de servidores será, mesmo assim, composto majoritariamente por profissionais nomeados sem vínculo, requisitados, temporários e terceirizados. Porém, por outro lado, é preciso ressaltar que, em termos qualitativos, houve uma profunda transformação. Se o Ministério perdeu quadros de elevada capacidade técnica, com experiência de vários anos no tratamento das políticas ambientais, revigorou seus quadros e internalizou, de forma mais efetiva, a diretriz de política ambiental integrada, associada à obtenção de avanços em capacitação e desenvolvimento gerencial e motivação de pessoas. Todavia, como esse quadro de pessoal do MMA está, ainda, em formação e é multidisciplinar, será indispensável a implementação de um modelo bem estruturado de avaliação de desempenho profissional e um programa permanente de desenvolvimento dos recursos humanos.

A sensibilização das questões ambientais no mundo vem sendo alçada a um patamar inédito na história da humanidade e o MMA passa, no momento, por uma fase de transição, devido ao seu rearranjo e à evolução natural dos conceitos envolvidos na preservação do meio ambiente, às evidências trazidas pelos últimos estudos científicos relativos às mudanças climáticas, às orientações de Governo para promover a inclusão de fatores de sustentabilidade nos processos de produção e de consumo e, também, ao crescente controle e à participação social, com a evidência de ser vital o envolvimento dos diferentes setores do Poder Público, da sociedade civil e do setor privado na solução dos problemas ambientais. Diante do exposto, entende-se que ainda são enormes os desafios, mas também muitas iniciativas o MMA vêm promovendo na busca pela melhoria constante na gestão dos programas do PPA sob sua responsabilidade, consciente de que o aperfeiçoamento é um processo permanente e contínuo da instituição.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MMA mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MMA e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

GERENTE DO PROGRAMA

Egon Krakhecke

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento da Amazônia mediante o uso sustentável de seus recursos naturais.

PÚBLICO-ALVO

Comunidades extrativistas e indígenas, ribeirinhos, associações e cooperativas de pequenos produtores agrícolas e rurais, setor privado empresarial e comunidade científica amazônica

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 20.496.554	Empenho Liquidado:	R$ 5.760.860
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 5.760.860**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 47.867.274	R$ 16.434.801	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Área de Ecossistema Original Manejada de Forma Sustentável - ha	-	-	231.221	151.000	3.600.997	4,19%

1. ÁREA DE ECOSSISTEMA ORIGINAL MANEJADA DE FORMA SUSTENTÁVEL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice não se aplica às ações Apoio à Estruturação do Sistema de Gestão de Recursos Naturais na Amazônia, Gestão e Administração do Programa (GAP) e Disseminação de Boas Práticas sobre o Uso Sustentável dos Recursos Naturais na Amazônia. Como informado na avaliação de 2006, o índice de referência original levou em consideração áreas em hectares (ha) manejadas de forma sustentável, de reservas extrativistas (RESEX) e da Ação Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas do subprograma Projetos Demonstrativos (PDPI/PDA) num total de 3.000.000 ha, só que tais ações migraram para outros programas no PPA 2004-2007. Como são programas em fase de consolidação e finalização em 2007 e no início de 2008 as ações Fomento ao Manejo Florestal na

Amazônia e Fomento ao Manejo de Recursos Naturais de Várzeas na Amazônia passarão a indicar o crescimento na quantidade de hectares manejados de forma sustentável, o índice previsto ao final do PPA não se realizou.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Com o intuito de reverter o ritmo de destruição das florestas tropicais, reduzindo as emissões de carbono ao mesmo tempo em que se propicia melhor qualidade de vida aos habitantes das regiões, foi criado, no início dos anos 90, o Programa Piloto para a Proteção às Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). Quase uma década depois de sua criação, o PPG7 se tornou um exemplo de cooperação internacional e, no plano interno, um modelo de parceria entre o setor público e a sociedade civil na busca de alternativas promissoras para o desenvolvimento sustentável das regiões da Amazônia e Mata Atlântica.

O PPG7 foi incluído no PPA 2000-2003, como um conjunto de ações do Programa Amazônia Sustentável (PAS) e na forma de ações de outras unidades do Ministério do Meio Ambiente (MMA), como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e de outros Ministérios, como o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o Ministério da Justiça (MJ).

Esse esforço articulado entre instituições federais, com ativa participação dos Estados e da sociedade, contribuiu para significativos avanços em um largo espectro de temas, que compreendem desde a pesquisa científica até a criação de condições para a gestão ambiental descentralizada; desde a geração de alternativas produtivas em caráter pioneiro à etnodemarcação de terras indígenas; e desde as experiências participativas de manejo florestal ao apoio à produção sustentável em diferentes ecossistemas. Foram geradas importantes lições, cruciais para a construção de um modelo não predatório de uso econômico dos recursos naturais para as regiões tropicais.

Ao mesmo tempo e, quiçá, mais importante, o PPG7 contribuiu para um notável avanço na mobilização autônoma da sociedade, na medida em que incorporou organizações civis nos processos decisórios e na implementação do Programa. A demanda natural pela difusão ampliada das lições geradas pelo PPG7 do Brasil foi reforçada pela vitória de uma coalizão política que, durante a campanha eleitoral, construiu um programa de Governo comprometido com um modelo de desenvolvimento sustentável, participativo e voltado às necessidades dos setores mais pobres da sociedade. O Programa de Governo para a Amazônia, por exemplo, elaborado com a participação da sociedade regional, estabelece, como prioridade absoluta, a internalização transversal dos princípios do desenvolvimento sustentável no conjunto das políticas públicas, considerada fundamental para um novo modelo de desenvolvimento da região.

No dia 09.05.2006, em Rio Branco (AC), o Presidente da República e os Governadores dos Estados do Acre, do Amapá, do Amazonas, de Rondônia e de Roraima assinaram um termo de cooperação com o objetivo de elaborar um grande programa de desenvolvimento sustentável para a Amazônia: o Amazônia Sustentável, no âmbito do PPA 2004-2007.

O Programa foi construído a partir de diagnósticos e propostas estaduais estruturadas em torno de eixos temáticos estabelecidos com ativa consulta pública e participação da sociedade civil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Estruturação e operacionalização do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (CENAFLOR).

• Capacitação de cerca de 150 analistas do IBAMA e de órgãos estaduais de meio ambiente (OEMAs) no uso dos novos sistemas e das novas ferramentas de controle da atividade florestal.

• Elaboração de acordos de bom manejo do fogo em 47% das famílias nas 25 comunidades tradicionais da Floresta Nacional (FLONA) do Tapajós (PA) representado por 423 famílias de um total de 900.

• Estabelecimento de renda diversificada para 128 famílias em cinco comunidades com a produção de óleos vegetais, móveis artesanais e couro ecológico.

• Desembolso de R$ 14.740.000,00 para projetos de apoio a populações tradicionais e assentados da reforma agrária, envolvendo em torno de 13 mil famílias.

• Publicação do exemplar Cutting down deforestation in the Brazilian Amazon: how Brazilian policies were able to reduce deforestation in the word's largest tropical forest sobre políticas do Governo Federal para combate e controle do desmatamento na Amazônia legal, destinado aos participantes da 13ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudanças Climáticas (COP-13), realizada na cidade de Bali (Indonésia) em dezembro de 2007.

• Organização e publicação do cd-rom 10 Anos do Sistema de bases compartilhadas de dados sobre a Amazônia (BCDAM), contendo documentação relativa aos 10 anos de informações sobre a Amazônia compartilhadas entre as instituições públicas da região.

• Implementação do Centro de Pesquisa e Gestão da Biodiversidade Aquática e dos Recursos Pesqueiros Continentais da Amazônia (CEPAM), em articulação com órgãos federais e com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará (SEMA/PA).

• Avanços no processo de regularização fundiária na várzea, em ação compartilhada com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

• Avaliação do processo e da implementação dos acordos de pesca no Estado do Amazonas com o auxílio de parcerias.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa apóia o processo de implantação do Distrito Florestal BR-163 Sustentável e de gestão de diversas unidades de conservação (UCs) na região da BR-163, fornecendo subsídios técnicos para criação de UCs na Amazônia brasileira, resultando no aumento de áreas de FLONAs criadas pelo Governo brasileiro. Ocorreu a capacitação de duas mil pessoas, com ênfase nas práticas de manejo florestal.

A Ação Apoio a Estruturação do Sistema de Gestão de Recursos Naturais na Amazônia (Programa-Piloto) obteve baixa execução em decorrência do encerramento de instrumentos de parcerias firmados, 13 convênios foram encerrados em junho de 2006. Com o encerramento dos contratos com a Comissão das Comunidades Européias (CEC) e com o Fundo Fiduciário de Florestas Tropicais (RFT), permaneceram 22 instrumentos, sendo nove convênios apoiados pelo *Kentucky Foundation for Women* (KFW) e 13 acordos de cooperação técnica (ACTs) relativos aos Centros de Capacitação para a Amazônia Legal (CECAP), celebrados junto a universidades federais e estaduais, com a interveniência dos Ministérios Públicos Estaduais.

Cinco das sete ações do Programa têm compromisso com doadores externos existindo, portanto, mecanismos de monitoramento das ações como um todo. Com regularidade não definida, são realizados cursos de capacitação em monitoramento e avaliação. E nas demais ações do Programa, o monitoramento é realizado por meio de sistemas de monitoria dos subprojetos, que se inicia nos dois primeiros meses do cronograma de implementação dos subprojetos, com avaliação de meio-termo, e finda com a proximidade de conclusão dos subprojetos, procurando extrair seus principais impactos e as lições geradas pela sua implementação, inclui também avaliações semestrais, e pelo Sistema de Informações Gerenciais do Meio Ambiente (SIGMA-1) do MMA, sendo que a avaliação depende da inclusão dos dados pelos agentes executores nos Governos Estaduais.

Contudo, tem-se a considerar que não refletem as mudanças recentes nas estratégias de atuação do MMA o que vem dificultando a medição dos indicadores. Com a reestruturação do MMA, as ações que atendiam à Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA) passaram para outro departamento, criado no final do primeiro semestre de 2007.

É sempre um problema o orçamento da União ser votado fora do prazo constitucional, o que atrasa a liberação de recursos para os programas do PPA. No entanto, em 2007 não houve maiores problemas quanto ao fluxo de recursos visando a execução programada.

As doações internacionais têm sido de grande impacto no objetivo de dar suporte a ações de natureza experimental e pioneira, que visem a preservação das florestas tropicais brasileiras e o desenvolvimento sustentável. Assim como de dar suporte institucional tanto aos Governos Estaduais na gestão ambiental quanto à sociedade civil da Amazônia Legal. Em 2007, os impactos permaneceram significativos, haja vista vários resultados das ações terem influenciado políticas públicas, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito Estadual,

visando o melhor manejo dos recursos naturais da Amazônia. O caráter experimental de várias das ações do PAS está sendo transformado em políticas permanentes, incorporadas ao dia-a-dia de instituições ambientais federais e estaduais.

Permanece a necessidade de treinamento e capacitação contínua e cumulativa de técnicos, ainda mais se considerando a mudança no quadro de servidores do MMA, de temporários para permanentes ao longo de 2006 e 2007, nas questões relacionadas às áreas administrativa e financeira de algumas ações, especialmente quanto às regras de celebração de convênios, licitações e contratos, normas do Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e GAP para a execução de projetos.

Considerando-se a única ação executada fora do MMA, a Ação Financiamento de Projetos de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia transferida ao Ministério do Turismo (MTur), mais adequado à realização do objetivo da ação, e executada pelo Banco da Amazônia (BASA), o desempenho em 2007 continuou muito baixo em função da pouca demanda aos produtos creditícios oferecidos pela instituição financeira. O BASA, preocupado em dinamizar o crédito para o setor, está criando o Plano de Alavancagem do Turismo, com abrangência para todos os Estados da Amazônia Legal, em parceria com a iniciativa privada regional ligada ao turismo, com os Governos Estaduais e Municipais e com a sociedade local, num esforço conjunto para que se criem as condições necessárias para a melhoria do desempenho da aplicação creditícia no setor turístico da região.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em geral, os parceiros não-governamentais têm executado suas ações de forma satisfatória, contribuindo para o resultado positivo na execução e no cumprimento de metas das ações e, conseqüentemente, no resultado do Programa. A Ação Fomento ao Manejo Florestal na Amazônia (Programa-Piloto) possui uma comissão executiva que tem a atribuição de aprovação ou não dos projetos a serem apoiados. Possui, também, uma comissão de apoio que acompanha e aprova a execução da Ação no ano anterior, por meio do relatório de atividades, e o planejamento operacional do ano seguinte.

As ações do Programa, em sua maioria, realizam reuniões com grupos de interesse, de forma a incorporar sugestões, alternativas ao seu objetivo como forma de participação destes grupos no desenvolvimento das atividades promovidas pelas mesmas.

A avaliação da satisfação dos beneficiários, a exemplo da Ação Fomento ao Manejo Florestal na Amazônia (Programa-Piloto), é feita nas reuniões da Comissão de Apoio, da Comissão Executiva, do Fórum de Planejamento da FLONA do Tapajós, composto por representantes dos beneficiários, oficinas de intercâmbio de projetos com participação de líderes de comunidades, madeireiros, representantes de instituições e demais beneficiários do setor florestal, já a Ação Fomento a Projetos Demonstrativos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação na Amazônia (Programa-Piloto) faz através do sistema de monitoria e avaliação participativa, e a Ação Fomento ao Manejo de Recursos Naturais de

Várzeas na Amazônia (Programa-Piloto) faz com questionários aplicados pela equipe de monitoramento da ação, que são enviados a todos os que participam de eventos, cursos e demais atividades e, uma vez sistematizados os resultados, faz-se uma avaliação e são tomadas as medidas necessárias, seja para a correção das metodologias empregadas, seja para a criação ou adequação das atividades.

ÁREAS PROTEGIDAS DO BRASIL

GERENTE DO PROGRAMA

Maria Cecília Wey de Brito

OBJETIVO

Expandir e consolidar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e outras áreas protegidas, visando a proteção da biodiversidade brasileira e a justa repartição dos benefícios decorrentes.

PÚBLICO-ALVO

População residente nas áreas de conservação e entorno, populações tradicionais e indígenas, pesquisadores, visitantes e usuários de unidades de conservação

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 56.714.085	Empenho Liquidado:	R$ 39.072.057
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 39.072.057**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Proteção Integral dos Biomas - Porcentagem	2,88	-	5,60	3,79	6,00	94,8%
2. Taxa de Uso Sustentável dos Biomas - Porcentagem	2,96	-	9,20	4,29	7,00	61,3%

1. TAXA DE PROTEÇÃO INTEGRAL DOS BIOMAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 foi 3,79 e ficou um pouco abaixo do previsto para o final do PPA.

2. TAXA DE USO SUSTENTÁVEL DOS BIOMAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 foi 4,29, abaixo do previsto para o final do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O estabelecimento do Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP) está previsto no Programa de Governo da Coligação Lula Presidente e nas orientações estratégicas do Governo Federal, contidas no PPA da União. Dentre tais orientações está o Megaobjetivo II, que trata da proteção da biodiversidade como aspecto fundamental para alcançar a sustentabilidade.

A diretriz 12, do desafio 17 – melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, com justiça ambiental –, por sua vez, orienta as ações de Governo necessárias para a conservação e o manejo de áreas protegidas.

A proteção de áreas naturais resulta em benefícios à sociedade, aumentando a qualidade de vida das gerações atuais e respeitando necessidades das gerações futuras, além de gerar benefícios econômicos diversos. Dentre as ações e os respectivos benefícios decorrentes do estabelecimento e da gestão de um sistema de áreas protegidas, destacam-se:

a) conservar a diversidade biológica;

b) conservar os recursos genéticos para avaliação de seu potencial de uso;

c) garantir a sustentabilidade do uso dos recursos naturais;

d) proteger e manejar a fauna silvestre;

e) proteger e manejar os recursos florestais;

f) conservar os recursos hídricos;

g) proteger paisagens de notável beleza;

h) proteger sítios históricos e culturais;

i) favorecer a pesquisa científica;

j) proporcionar flexibilidade de tecnologia;

k) assegurar a qualidade de vida dos seres humanos;

l) proporcionar recreação em contato com a natureza;

m) proteger investimentos (evitando e controlando a erosão do solo e o assoreamento dos rios e das represas, mantendo regular a vazão dos rios, mantendo mananciais de água para abastecimento humano, mantendo e repovoando espécies exploradas comercialmente);

n) assegurar o crescimento econômico regional (organizando e enfocando a ação governamental no interior ou no entorno de áreas protegidas, visando a transferência de renda para o meio rural e a geração de oportunidades estáveis de trabalho, por exemplo: turismo, comércio de artesanato e de produtos de divulgação local e pólos de excelência em pesquisa).

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Ampliação do SNUC no âmbito federal, em 126.400 ha, resultante da criação de cinco unidades federais e da ampliação de duas unidades federais.

• Implementação do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) por meio da disponibilização de informações sobre as unidades de conservação (UCs) reconhecidas pelo SNUC.

• Elaboração do Plano de Sustentabilidade Financeira do SNUC.

• Reestruturação da Câmara de Compensação Ambiental (CCA) no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

• Conclusão do Plano de Ação para a Estruturação e Promoção do Turismo nos Parques Nacionais.

• Publicação dos cadernos cinco e seis da série Áreas Protegidas do Brasil: Informe Nacional sobre Áreas Protegidas no Brasil e Pilares para o Plano de Sustentabilidade do SNUC.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As atividades previstas para o ano de 2007 foram alcançadas em sua maioria. Porém, foram encontradas dificuldades com os processos de criação de UCs, que em sua maioria não foram concluídos. Dos 23 processos encaminhados à Casa Civil, sete foram decretados. No entanto, isso se deve a problemas externos ao MMA, que vem sendo minimizado por meio do estabelecimento de grupo de trabalho para definição de procedimentos de criação de UCs Federais com apoio a iniciativas municipais e estaduais de criação e implementação de UCs no âmbito do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Foi promovida a integração do Plano de Visitação dos Parques Nacionais com a campanha Viagens Sustentáveis. Houve seleção dos parques nacionais, que irão participar da primeira fase da campanha, e identificação dos produtos e serviços sustentáveis que serão abordados na campanha. Foi promovido o apoio à realização do V Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (CBUC) em Foz do Iguaçu (PR).

Houve contingenciamento de recursos, mas isso não alterou a execução programada. A legislação atual restringe a descentralização de recursos para entidades civis sem fins lucrativos, que muitas vezes não apresentam recursos financeiros como contrapartida. Na Ação Capacitação e Disseminação de Práticas Sustentáveis para o Ecoturismo, houve restrições administrativas e demora na liberação da dotação orçamentária da ação, que se encontrava contida até meados de novembro de 2007. Com isso, a meta física não foi atingida em 100%.

A gerência do Programa e os entes executores das ações desenvolvem as atividades em conjunto, e a gerência do Programa e a coordenação das ações desenvolveram as atividades em parceria.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias não-governamentais para a execução do Programa foram satisfatórias. As atividades foram desenvolvidas com comprometimento de ambas as partes e as metas foram alcançadas.

As consultas públicas, realizadas nos processos de criação das UCs, contribuem para o levantamento de novas informações, correções e indicação de alternativas.

A gerência do Programa destaca a necessidade de capacitação continuada para o corpo técnico que atua na equipe gerencial do Programa de forma a assegurar otimização e melhoria dos resultados.

COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

GERENTE DO PROGRAMA

Egon Krakhecke

OBJETIVO

Reduzir o nível de crescimento das áreas desertificadas ou em processo de desertificação.

PÚBLICO-ALVO

População das áreas susceptíveis à desertificação (ASD)

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 10.797.198	Empenho Liquidado:	R$ 3.666.990
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 3.666.990**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Áreas Atendidas por Intervenções que Visem o Combate à Desertificação - km²	-	-	3.475	12.400	14.600	84,9%

1. ÁREAS ATENDIDAS POR INTERVENÇÕES QUE VISEM O COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Várias ações implementadas nos Estados contribuíram para o índice apurado, dentre as quais: o Fundo de Apoio a Iniciativas Locais de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, o zoneamento ecológico-econômico (ZEE) dos Municípios de Gilbués e Monte Alegre do Piauí e as intervenções estaduais. Uma área de 12.400 quilômetros quadrados (km²) foi atendida com ações de combate à desertificação.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) define desertificação como a degradação da terra nas zonas áridas, semi-áridas e subúmidas secas resultante de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas. No Brasil, são áreas susceptíveis à desertificação (ASDs) as regiões atingidas por esse problema.

São Municípios de todos os Estados do Nordeste, além de alguns Municípios do Norte do Estado de Minas Gerais e do Noroeste do Estado do Espírito Santo. No total, são 1.482 Municípios que ocupam uma área de 1.338.076 km² (15,7% do território brasileiro), nos quais vivem cerca de 32 milhões de pessoas (18,6% da população do País).

O Brasil, seguindo a orientação da UNCCD, da qual é signatário desde 1997, elaborou o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil). Esse Programa, instrumento de planejamento que define as linhas e as principais ações para o combate e a prevenção do fenômeno da desertificação, tem como elementos-chave o combate à pobreza e às desigualdades sociais, aliado à recuperação, preservação e conservação dos recursos naturais. O PAN-Brasil tem como objetivo geral estabelecer diretrizes e instrumentos legais e institucionais que permitam otimizar a formulação e a execução de políticas públicas e investimentos privados nas ASDs, tendo como foco a promoção do desenvolvimento sustentável. Em face do exposto, o Programa Combate à Desertificação justifica-se pela necessidade de se promover uma centralização, em um programa apenas, das diversas ações governamentais que visam a implementação de práticas sustentáveis para a convivência com a seca e redução do processo de desertificação na região. Além disso, o Programa pretende desenvolver algumas das ações de implementação previstas no PAN-Brasil:

a) construir, desenvolver, fortalecer, aumentar e melhorar a capacidade da população que vive nas ASDs para o combate à desertificação por meio da convivência com especificidades locais;

b) selecionar projetos de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, que priorizem a racionalização do uso e recuperação dos solos, conservação da biodiversidade, combate à pobreza, educação ambiental e desenvolvimento científico e tecnológico;

c) apoiar técnica e politicamente a elaboração e implementação dos planos estaduais (PAEs), por meio da mobilização e articulação dos diversos atores governamentais e não-governamentais;

d) cumprir os compromissos assumidos pelo Brasil junto à UNCCD;

e) desenvolver projetos de convivência com as ASDs voltados para as atividades familiares em microbacias da região.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Lançamento do Fundo de Apoio a Iniciativas Locais de Combate à Desertificação.

- Realização do ZEE dos Municípios de Gilbués e Monte Alegre do Piauí.

- Realização do I Seminário Internacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A redução dos processos de desertificação em curso nas ASDs demanda iniciativas integradas e de longo prazo, através de ações e metas que visem minimizar impactos dos processos de desertificação sobre o solo, a fauna, a flora e os recursos hídricos, de forma a reduzir a degradação das terras e a pobreza no semi-árido brasileiro. Porém, apesar dos esforços do Ministério do Meio Ambiente (MMA), os recursos alocados no Programa de Combate à Desertificação não foram suficientes diante das necessidades do Programa e das demandas dos atores locais. Portanto, foi primordial a inclusão de novos parceiros para o desenvolvimento de ações de combate à desertificação nas ASDs, como meio de se atingir os objetivos esperados. Por outro lado, o MMA passou por uma reestruturação interna impactando o desenvolvimento das atividades da Coordenação Técnica de Combate à Desertificação (CTC).

A mobilização social desencadeada durante o processo de elaboração do PAN-Brasil foi fundamental para que na fase de implementação se esteja logrando uma participação efetiva dos atores governamentais (federal e subnacionais) e não-governamentais. Do ponto de vista governamental, possibilitou abrir canais de diálogo com diversos órgãos e instituições federais que, de alguma forma, desenvolvem ações nas ASDs. A CTC da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério (SEDR), ao coordenar a participação de diversos atores, incentivar a organização da sociedade civil e apoiar a realização de eventos, favorece a ampliação da discussão do tema de combate à desertificação junto à sociedade brasileira, em especial do conjunto de cidadãos e instituições nas ASDs. Dessa forma, coordena e coopera com a formulação de agendas comuns de trabalho, visando ampliar a capacidade nacional e regional para o enfrentamento dos problemas diagnosticados nas ASDs. A metodologia participativa também é aplicada na fase de planejamento das ações da CTC/SEDR.

O planejamento das atividades e ações é realizado de forma processual, que é consolidado em seminário ou oficina de trabalho, do qual participam representantes de órgãos e Ministérios atuantes nas ASDs, da cooperação internacional, de Governos Estaduais e da sociedade civil. Este trabalho permanente e verdadeiro de co-gestão entre Governos Federal e Estaduais, sociedade civil e cooperação internacional, tem permitido também o desenvolvimento de uma capacidade de mobilizar recursos privados para fins públicos, viabilizando o cumprimento dos objetivos do Programa.

Várias iniciativas realizadas no Programa foram realizadas, como o 1º Encontro Presencial do Curso de Especialização *lato sensu* por tutoria a distância em Desenvolvimento Sustentável para o Semi-árido Brasileiro (DSSB), em Campina Grande (PB), com ênfase no combate à desertificação. A promoção de curso pela SEDR, em parceria com a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e a Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (ABEAS), por meio da cooperação técnica com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), tendo como público-alvo profissionais de nível superior ligados a instituições ou entidades com atuação direta nas ASDs. O curso tem atingido seu objetivo, proporcionando a introdução de novos conceitos e práticas de modo a potencializar a participação dos profissionais nas ações de prevenção e combate à desertificação.

Foi lançado o Fundo de Apoio a Iniciativas Locais de Combate à Desertificação pelo MMA, em parceria com a Cooperação Técnica Alemã (GTZ) e do Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (DED), com a Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA Brasil). Isto se configurou como uma importante ferramenta para o desenvolvimento de atividades para implementação do PAN-Brasil. Foram apoiados 13 projetos com orçamento de até R$ 15 mil cada desenvolvidos nas ASDs.

Foi elaborado o Projeto de Cooperação Técnica Proágua Semi-Árido Antidesertificação (PASA) no âmbito do Programa Proágua Nacional do Ministério da Integração Nacional (MI), em cooperação com o MMA e com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

Participação na 8ª Conferência das Partes da UNCCD, no período de 3 a 14 de setembro de 2007, na cidade de Madrid (Espanha). Os objetivos da conferência foram de desenvolvimento de uma estratégia de implementação para a UNCCD, de discussão do orçamento para o período 2008-2009 e do Plano Estratégico para os próximos 10 anos. O Brasil, como signatário da convenção, além de participar da conferência, coordenou três *sides events*. O primeiro, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) denominado Pacto Nacional: um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-Árido; o segundo, com os países membros do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) denominado a *Estrategia de Lucha contra la Desertificación, la Degradación de la Terra e los Efectos da la Sequía*; o terceiro, em conjunto com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) denominado Uma Abordagem Global e Dinâmica de Apoio à Implementação da Convenção.

O Programa realizou o Projeto de ZEE dos Municípios de Gilbués e Monte Alegre do Piauí, o qual foi viabilizado com recursos do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), com o MMA e com o IICA. Como resultado deste trabalho foram gerados os seguintes produtos:

a) banco de dados geográficos (BDG), contemplando dados físicos e sócio-econômicos;

b) compilação e geração de informações temáticas necessárias para caracterização dos componentes do meio físico (geologia, geomorfologia, solo, clima, cobertura vegetal e uso da terra);

c) delimitação das áreas de preservação permanente (APPs) e estimativa da área disponível para manutenção da reserva legal, com base na legislação vigente;

d) informações sobre a aptidão agrícola dos solos e sobre a vulnerabilidade à perda de solos;

e) desenvolvimento de um programa de capacitação de pessoal para manusear as informações geradas.

Ocorreu a promoção do *workshop* Sistema Brasileiro de Alerta Precoce de Seca e Desertificação (SAP), em parceria com o INPE – instituto do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) – com o objetivo de discutir a elaboração de um sistema capaz de prever períodos de seca no semi-árido brasileiro e de desenhar cenários atuais de vulnerabilidade resultantes do uso da terra, com ênfase nas questões de desertificação, e cenários futuros, em decorrência das mudanças climáticas. O *workshop* elaborou um conjunto de recomendações para orientar o desenvolvimento do SAP.

Realização do Quinto Período de Sessões do Comitê para a Revisão da Implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CRIC5/UNCCD) em Buenos Aires (Argentina). A participação da delegação brasileira nesse fórum teve resultados importantes. Dentre eles, a preparação e realização do side event Avanços do Brasil na Implementação da UNCCD, que teve como objetivos principais apresentar o relatório nacional de implementação da convenção no País, lançar o Atlas das Áreas Susceptíveis à Desertificação do Brasil e o livro *Indicadores de la desertificación para América del Sur* e apresentar as cinco prioridades do Governo brasileiro para o período 2007-2011.

Além disso, foi proferida palestra no painel *Global Interactive Dialogue on Rural Investments*. Também foi realizada a mostra de cinema Cenários Secos, em comemoração ao Dia Mundial de Combate à Desertificação, no Espaço Cultural Renato Russo em Brasília (DF), e a palestra (seguida de debate) Mudanças Climáticas e Desertificação – Um Desafio Global, tema sugerido pela Secretaria da UNCCD para 2007. A mostra contribuiu para difundir o tema da desertificação de forma inovadora.

Realização do I Seminário Internacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, promovido pelo Governo do Estado da Bahia, com o apoio da SEDR, por meio da Coordenação de Combate à Desertificação. O evento teve como objetivo principal discutir as diretrizes para a elaboração do Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAE/BA).

A SEDR, por meio da Coordenação de Combate à Desertificação, integrou a comitiva do MMA que apresentou ao Governo do Piauí as atividades desenvolvidas pelo Ministério neste Estado, e discutiu a questão da criação de UCs, dentre elas a do Parque Nacional da Serra Vermelha, o evento em questão resultou nos seguintes acordos:

a) futuro estabelecimento de convênio entre o MMA e o Estado do Piauí visando a elaboração do PAE/BA;

b) proposta de uma agenda comum com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí (SEMAR/PI) para discutir a implementação do Núcleo de Pesquisa de Recuperação de Áreas Degradadas em Gilbués (Nuperade), a fim de dar prosseguimento à execução das ações e à negociação de recursos com os parceiros e financiadores;

c) disseminação de experiências exitosas de controle da degradação ambiental alcançadas nos experimentos implantados pelo MMA e a SEMAR.

Foi realizada a VII Reunião Ordinária dos Ministros de Meio Ambiente do MERCOSUL, em Montevidéu (Uruguai). No âmbito deste evento foi realizada a 41ª Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho nº 6 do MERCOSUL (SGT-6), a reunião do Grupo *Ad Hoc* de Luta Contra a Desertificação e Seca do MERCOSUL e a oficina de trabalho da Comissão de Meio Ambiente do Parlamento do MERCOSUL. As reuniões apresentaram os seguintes resultados:

a) elaboração do Plano de Trabalho para implementação da primeira fase da Estratégia MERCOSUL de Luta Contra a Desertificação, Degradação da Terra e a Seca;

b) apoio à implementação da Estratégia de Combate à Desertificação assumido pelo Parlamento do MERCOSUL;

c) o PNUD e o Mecanismo Mundial (MM) reafirmaram seu apoio à fase de implementação da estratégia;

d) os países participantes reconheceram que a desertificação é um problema regional grave que deve ser priorizado.

Os recursos oriundos do Orçamento da União liberados foram insuficientes para atender às metas físicas das ações do Programa. Em decorrência do contingenciamento, que só foi possível sanar a questão e cumprir com as metas físicas estabelecidas mediante um trabalho permanente de articulação e parceria com outros órgãos da Administração Federal, dos Estados, da sociedade civil e dos organismos de cooperação internacional. O fluxo dos recursos liberados ao longo do ano limitou o desenvolvimento das ações de implementação do PAN-Brasil. Saliente-se que só não foi mais prejudicial porque houve grandes avanços na sensibilização de outros parceiros.

Estão sendo formuladas estratégias para captação de recursos de outras fontes complementares, necessários para a plena execução do Programa. Desta forma, para o ano de 2007, o Congresso Nacional aprovou Emenda Parlamentar ao Orçamento no valor de 10 milhões de reais. Entretanto, estes recursos só foram liberados parcialmente no final de 2007.

No tocante às metas físicas do Programa em 2007, só foram utilizados 32% dos recursos previstos, em decorrência do contingenciamento do orçamento. Parte desse recurso foi descentralizado para o Projeto de Cooperação Técnica Internacional (PCT) no âmbito da cooperação entre o Brasil, via a SEDR, e o IICA, objetivando apoiar a execução de ações de implementação do PAN-Brasil. As ações vêm sendo desempenhadas conforme os objetivos especificados no PCT. O desempenho do referido projeto pode ser considerado médio em função de ainda estar em execução.

Durante o ano de 2007, foram efetivadas várias parcerias com a sociedade civil para a implementação do Fundo de Apoio a Iniciativas Locais de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca para a realização do ZEE dos Municípios de Gilbués e Monte Alegre do Piauí e para a realização do projeto diagnóstico do uso da lenha nas atividades agroindustriais do território do Seridó (RN).

Com a participação em consultas públicas, em reuniões com grupos interessados e nas discussões em conselhos setoriais, garantiu-se o envolvimento de todos os grupos interessados e das instituições parceiras na gestão de recursos, na execução, no monitoramento e na avaliação das ações do Programa. Foram envolvidos os diferentes atores sociais, principalmente as comunidades locais das áreas afetadas.

A equipe gerencial é qualificada. Entretanto, o grande problema enfrentado pela gerência é a rotatividade de técnicos em função dos contratos temporários. A vigência destes contratos foi renovada até julho de 2009, sem possibilidade de prorrogação.

COMUNIDADES TRADICIONAIS

GERENTE DO PROGRAMA

Egon Krakhecke

OBJETIVO

Melhorar a qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais, por meio de assistência técnica e financeira a empreendimentos produtivos e a iniciativas de auto-organização associadas à gestão ambiental.

PÚBLICO-ALVO

Comunidades e entidades representativas de populações tradicionais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 60.385.327	Empenho Liquidado:	R$ 15.244.922
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 15.244.922**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 20.000.000	R$ 0,00	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Comunidades Tradicionais com Beneficiamento da Produção - Porcentagem	-	-	20,38	31,25	17,59	177,6%

1. TAXA DE COMUNIDADES TRADICIONAIS COM BENEFICIAMENTO DA PRODUÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice esperado para 2007 foi superado já em 2006, uma vez que a expectativa era de atingir 17,59% de organizações inseridas em processos produtivos enquanto, na realidade, essa proporção foi de 20,38%. Em 2007, ficou acima com 31,25%, devido aos mesmos motivos dos anos anteriores: o número de projetos aprovados foi maior do que o esperado, além dos que foram priorizados, projetos com caráter produtivo.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil é um dos países de maior diversidade cultural no planeta. Antônio Carlos Diegues e Rinaldo Arruda em “Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil”, 2002, Ministério do Meio Ambiente (MMA) apontam a existência de centenas de grupos tradicionais, que

incluem, entre outros, seringueiros, caboclos e ribeirinhos, caiçaras, caipiras, quebradeiras de coco, quilombolas, pantaneiros, campeiros, babaçueiros, vareiros, jangadeiros e açorianos. Do ponto de vista conceitual, como assinala Para Manuela Carneiro da Cunha em "Populações Tradicionais e Conservação Ambiental", de Veríssimo *et alli*, *in* Biodiversidade na Amazônia Brasileira (2001) do Instituto Socioambiental, as populações tradicionais são caracterizadas, para os propósitos deste Programa, por sua relação com a base de recursos naturais e a gravidade e premência de suas demandas por políticas públicas de desenvolvimento sustentável. Dentre as características que definem as comunidades tradicionais destacam-se: a ligação intensa com territórios; a presença de instituições políticas próprias e tradicionais; a dependência de sistemas de produção voltados principalmente para a subsistência. Em conseqüência, a relação de tais comunidades com os recursos naturais em seus territórios é um elemento crucial para sua sobrevivência e integridade cultural. As populações tradicionais têm sido historicamente excluídas das políticas públicas de promoção econômica e social, consideradas "invisíveis", "atrasadas", ou mesmo como obstáculo ao desenvolvimento e ao aumento da produção comercial. Como conseqüência, ao longo da história do Brasil, os territórios por elas ocupados e os direitos de acesso e uso de recursos naturais têm sido usurpados, o que resultou em êxodo rural e aumento da pobreza, agravados pela degradação ambiental de seus territórios remanescentes, o que se reflete diretamente na qualidade de vida das populações que as habitam. Com a democratização do País e refletindo sua crescente organização, as populações tradicionais construíram alianças e se tornaram ativas no processo político, conquistando o direito a políticas públicas de promoção econômica e social específicas e reconhecimento pelos serviços ambientais prestados.

A Constituição Federal de 1988 fez referência direta e indireta às populações tradicionais, como, por exemplo, no artigo 68 das Disposições Transitórias, que garante a propriedade definitiva das terras ocupadas por quilombolas. Outro marco legal da luta de comunidades tradicionais por reconhecimento é o Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, que criou a figura das reservas extrativistas (RESEX), depois incorporada na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Se a Legislação Federal respondeu rapidamente à mobilização de populações tradicionais, provendo adequada base legal, os recursos destinados à proteção ambiental e à promoção sócio-econômica nem foram suficientes para reverter às conseqüências de décadas de omissão do Poder Público, nem permitiram o atendimento a um número significativo de comunidades no País.

Crescentemente organizadas e cientes de seus direitos, as comunidades tradicionais exigem respostas imediatas e eficazes das políticas públicas às suas demandas por apoio ao desenvolvimento sustentável. O não-atendimento de tais demandas irá semear a frustração entre populações cronicamente postas à margem da atuação do Estado, ainda em situação de pobreza relativa e fragilidade social.

O Programa Comunidades Tradicionais pretende atingir seu objetivo focalizando inicialmente suas ações em diferentes grupos sociais e em regiões distintas. A maior parte das ações incide sobre a Amazônia, pois a maioria das populações tradicionais vive nessa

região, exatamente porque a base de recursos naturais é menos degradada. De início, o Programa vai trabalhar com extrativistas (seringueiros, quebradeiras de coco e extrativistas de açaí) e com grupos quilombolas. Posteriormente, o Programa buscará incorporar outros grupos sociais em função da gravidade de sua demanda, latente por ações de gestão ambiental e de apoio ao uso sustentável de recursos naturais. Contatos diretos com tais grupos sociais dependem de uma tessitura delicada de relações de confiança, cuja construção irá se beneficiar da existência de um programa como este, na medida em que significa status, coerência e estabilidade no trato do tema pelo Governo Federal.

O apoio aos extrativistas da Amazônia que no PPA 2000-2003 se expressou na ação Amazônia Solidária, conduzida pela Coordenadoria de Agroextrativismo da Secretaria de Coordenação da Amazônia (CEX/SCA), no âmbito do Programa Amazônia Sustentável (PAS) e em ações do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (CNPT/IBAMA), teve continuidade no PPA 2004-2007. A CEX/SCA teve, neste Governo, suas atribuições grandemente ampliadas. Em função da capilaridade construída ao longo dos últimos anos, tornou-se parceira do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para a implantação do Programa Fome Zero nas áreas de floresta da Amazônia. Além disso, um acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e com o Ministério da Fazenda (MF) transferiu à SCA a responsabilidade pelo repasse dos recursos advindos da subvenção econômica à borracha nativa, estabelecidos pela Lei nº 9.479, de 12 de agosto de 1997. Finalmente, o Programa incluirá ações de gestão ambiental e promoção do uso sustentável de recursos naturais em territórios de quilombolas.

Estimativas apontam a existência de cerca de 1.000 comunidades quilombolas distintas, distribuídas em pelo menos 22 Estados da Federação. Grande parte dessas comunidades se localiza na Amazônia Legal. Apenas no Pará, estima-se a existência de 250 comunidades. A situação fundiária indefinida e a ausência de políticas de proteção e gestão ambiental contribuíram para a degradação da base de recursos naturais secularmente utilizadas por essas comunidades.

O Programa Comunidades Tradicionais irá contribuir para recuperar a base de recursos degradada, com participação decisiva das próprias comunidades, detentoras de patrimônio inestimável de conhecimentos sobre o uso sustentável da biodiversidade. A estratégia de implementação será descentralizada, com grande parte da execução entregue às organizações representativas das populações tradicionais e organizações não-governamentais (ONGs) afins, uma vez que a existência de capital social fundado em relações de confiança é apontada, na literatura especializada, como elemento crucial para o sucesso de políticas públicas no contexto cultural em que se inserem as comunidades tradicionais. Eventualmente, poderá haver recursos para a execução de atividades por instituições públicas dos três níveis de Governo.

A coordenação eficaz do Programa Comunidades Tradicionais irá envolver a participação ativa de instituições federais, inclusive por meio da execução concertada de ações. Dentre tais instituições estão: a Fundação Cultural Palmares (FCP), o Ministério da Educação (MEC), a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e, no âmbito do MMA, o CNPT/IBAMA e a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS).

Tendo em vista as conhecidas dificuldades de monitoramento por meio de indicadores convencionais, uma vez que o espaço das comunidades tradicionais é caracterizado pela informalidade e dispersão espacial, a gestão do Programa se fará com base em comitês gestores paritários, a exemplo do que foi feito com sucesso pela CEX/SCA para a gestão da Ação Amazônia Solidária – Apoio às Comunidades Extrativistas da Amazônia. Esse tipo de instância de gestão não só permite um gerenciamento dinâmico eficaz, já que se baseia em fluxo de informações adequado e tempestivo, mas também estimula a organização autônoma dos beneficiários e o aumento da percepção de propriedade (ownership) sobre a política pública.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Publicação do Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que estabelece a Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

- Crescimento de 53,3% na taxa de comunidades tradicionais com beneficiamento da produção.

- Elaboração de plano de ação para desenvolvimento da cadeia produtiva do babaçu.

- Desenvolvimento de estratégia para as cadeias de produtos da sócio-biodiversidade e mercados sustentáveis nos biomas brasileiros.

- Elaboração de mapeamento com a metodologia da cartografia social em três comunidades tradicionais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O alcance dos resultados ficou acima de 100%, pois além das metas físicas terem sido alcançadas, outros resultados não-planejados, não-quantitativos e não-expressos na forma de produtos de ações foram atingidos.

Efetua-se, principalmente, o monitoramento das ações que visam o apoio a projetos. Procura-se realizar este monitoramento antes, durante e depois da execução de um projeto. Contudo, nem todos podem ser monitorados com essa periodicidade, pois se trata de uma demanda que extrapola o número de técnicos que trabalham no Programa. Nesses monitoramentos, os técnicos do Programa informam aos beneficiários sobre a forma correta do uso dos recursos, avaliam a execução dos projetos, auxiliam na solução de eventuais dificuldades e articulam com outras entidades possíveis parcerias para a boa execução dos projetos e para sua continuação. Da mesma forma, o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) realiza visitas quando constatada uma execução de 50% de cada projeto ou sempre que se detecta a necessidade de proximidade das equipes.

A proposta é monitorar fisicamente e também os aspectos financeiros, auxiliando no desenvolvimento das ações, no equacionamento de possíveis conflitos e também visando o bom ordenamento das despesas. Ao longo de 2007, implementou-se um sistema de monitoria e avaliação que facilitará essa tarefa, uma vez que a tornará mais objetiva. Outra iniciativa que aumentou a capacidade de acompanhamento dos projetos foi a parceria com as agências implementadoras do Programa, que são entidades da sociedade civil que, em conjunto com o MMA, auxiliam na execução do Programa. Como estas entidades estão próximas às áreas de execução dos projetos, a possibilidade de acompanhamento é muito maior. Outra dificuldade são as grandes distâncias que devem ser percorridas, o que demanda muito tempo e recursos. No caso das ações realizadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), os chefes das RESEX e seus funcionários acompanham *in loco* o desempenho dos projetos apoiados.

Ao longo de 2007, continuou-se a montagem do Sistema de Informações da CEX, um dos executores do Programa Comunidades Tradicionais. O escopo do sistema foi elaborado, constando as telas de entrada e saída de informações referentes aos projetos apoiados por esta coordenadoria, às reuniões dos comitês locais e do Comitê Gestor, aos componentes do Programa (e as suas ações e aos seus resultados), ao monitoramento e à avaliação de todas essas vertentes. Além disso, encontra-se em fase de implementação o módulo de cadastro.

Foram aprovados 100 projetos para o apoio às atividades produtivas e de organização social das comunidades tradicionais extrativistas e dos agricultores.

Foram realizados capacitação e treinamento de 6.200 extrativistas, lideranças comunitárias, agricultores e algumas associações comunitárias em elaboração de projetos, liderança comunitária, gestão de RESEX, comercialização de produtos, manejo florestal, agroecologia, uso de máquinas de desfribilar malva e juta, organização e gestão comunitária e para o fortalecimento da participação na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

Foram implementados projetos em parceria com o Programa Corredores Ecológicos (PCE), e também foi ampliado o acesso de grupos não-organizados juridicamente.

O FNMA, assim como a CEX, solicita relatórios financeiros e técnicos parciais dos projetos apoiados, que são analisados e diligenciados sempre que há necessidade.

A existência de conselhos nas RESEX e do Conselho Gestor da Carteira de Projetos do Agroextrativismo estabelece mecanismos de participação social nos processos de decisão e de acompanhamento dos projetos. A CNPCT também faz um acompanhamento qualitativo das ações realizadas neste Programa.

Desconsiderando-se as ações executadas com recursos de restos a pagar, e créditos extraordinários e não-orçamentários, visto que estas não têm metas físicas na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007, observa-se que das seis ações restantes, uma ultrapassou

os 100%, com um índice de 420%, duas atingiram 100% e três ficaram abaixo, com índices de 83,3%, 73% e 6,11%.

O maior aporte dos recursos foi liberado no final do ano de 2007, o que provocou problemas para a execução do planejamento. O montante de recursos da Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) é baixo em relação ao montante liquidado diretamente com a execução das ações do Programa, visto que a equipe técnica que implementa as ações deste é composta, na sua maioria, em torno de 80%, por técnicos contratados temporariamente e terceirizados.

A implementação das ações, no que se refere ao seu produto final, foi restringida pela necessidade de destinar recursos ao pagamento de salário e benefícios ao pessoal contratado por concurso temporário. Ao contrário de servidores efetivos, este pagamento é feito com recursos das ações.

O Programa trabalha, basicamente, com recursos descentralizados. É justamente isso que confere o alto desempenho da execução das ações, uma vez que os executores são as entidades que diretamente representam o público-alvo do Programa ou entidades que os assessoram. Isto confere maior eficiência, pois diminui custos, uma vez que não há necessidade de deslocamentos de técnicos de Brasília (DF) para a execução das ações. Ademais, dá maior legitimidade ao Programa, pois os beneficiários tornam-se protagonistas deste, compartilhando, inclusive as tomadas de decisões.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa trabalha com as agências implementadoras, que são entidades da sociedade civil com inserção local. Estas entidades apóiam a divulgação do Programa, bem como a elaboração, execução e avaliação dos projetos.

São realizados seminários com as entidades beneficiárias e parceiras do Programa, com o intuito de definir os procedimentos de atuação, no que se refere ao acompanhamento dos projetos, a sua avaliação e a outras decisões pertinentes.

O julgamento dos projetos executados pela CEX é realizado em instâncias coletivas e paritárias, Comitê Gestor, ou com maioria de representação da sociedade civil nos comitês locais. O FNMA também tem seu conselho deliberativo, que se constitui, paritariamente, por representantes governamentais e da sociedade civil, eleitos por meio de voto a cada biênio para aprovação dos projetos. O Programa também é discutido no âmbito da CNPCT, da Comissão dos Povos e Comunidades Tradicionais do São Francisco e da Câmara Técnica Temática dos Povos e Comunidades Tradicionais do São Francisco. Todas as ações em RESEX e em Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) são discutidas em conselhos próprios.

As contribuições se dão no sentido de aproximar as estratégias de execução do Programa e a realidade local dos beneficiários. Além disso, no sentido de definir prioridades de

acordo com as necessidades locais. Desta forma, o controle social permite que as ações fomentadas sejam desenvolvidas de acordo com as necessidades das comunidades, e não pelos interesses locais ou de um determinado setor.

Encontra-se em fase de implementação um sistema de monitoramento e avaliação de projetos.

A equipe gerencial do Programa tem perdido sistematicamente seus quadros técnicos, seja de analistas ambientais, seja de contratos temporários. Há deficiência no conhecimento técnico afeito ao agroextrativismo, aos movimentos sociais, às comunidades tradicionais e ao cooperativismo.

Apesar das necessidades evidentes de pessoal, não houve, em 2007, a liberação de concursos para o MMA e, para 2008, somente está autorizada a realização de concurso para substituir os servidores permanentes que saíram do quadro.

CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS

GERENTE DO PROGRAMA

Maria Cecília Wey de Brito

OBJETIVO

Contribuir para a sustentabilidade das políticas públicas que afetam os biomas Cerrado, Pantanal, Marinho, Costeiro, Caatinga, Mata Atlântica e Pampas, por meio da implantação de sistemas de gestão integrada e capacitação, a partir das especificidades de cada bioma.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 3.035.435	Empenho Liquidado:	R$ 1.395.681
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.395.681**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Remanescentes do Bioma da Mata Atlântica - Porcentagem	-	-	27,4	7,0	8,48	82,5%

1. TAXA DE REMANESCENTES DO BIOMA DA MATA ATLÂNTICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em dezembro de 2007, foi lançado o Mapeamento da Cobertura Vegetal do Bioma Mata Atlântica, realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no âmbito do Projeto de Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente (PROBIO/MMA). O referido mapeamento apontou uma taxa de remanescentes de 27% em relação à área original do bioma, incluindo os remanescentes florestais e de vegetação de campos naturais, restingas e manguezais. Cerca de 7% são remanescentes florestais bem conservados, e o restante é vegetação em estádio inicial e médio de regeneração. Estes dados apontam para a redução dos índices de desmatamento e para a existência de um processo de recuperação da vegetação nativa do bioma.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Historicamente, acreditava-se que seria suficiente garantir a conservação de espécies isoladamente, passando depois para a conservação de amostras de ecossistemas por meio da criação de unidades de conservação (UCs). Finalmente, no conceito moderno, embasado em um consenso científico, percebeu-se que é necessária uma visão global, que incorpore uma ação mais ampla sobre as potencialidades e as ameaças a que estão submetidos os recursos naturais em todo o bioma, envolvendo, inclusive, as atividades produtivas, a partir do levantamento de seu passivo ambiental e da adoção de medidas que tornem mais articulado o desenvolvimento econômico com a necessária manutenção de sua base socioambiental. Sem isso, não será possível garantir a conservação e o uso sustentável da megabiodiversidade brasileira no longo prazo, e nem a sua incorporação como fator de geração de riqueza neste processo. Assim, em cada bioma o desenvolvimento adquire características próprias.

No Cerrado, graças às suas terras planas, implantou-se a agropecuária em grandes extensões. A Mata Atlântica, por sua proximidade com a zona costeira, vem acompanhando, historicamente, o processo de ocupação do Brasil, e sua expansão agrícola, urbana e industrial, desde os tempos da colônia. A Caatinga, por sua vez, sofre em função de sua condição de semi-árido e dos programas de combate à seca, que vêm sendo rearticulados atualmente sob a concepção de convivência com a seca, com a revalorização do uso sustentável dos recursos naturais locais em estratégias econômicas menos dependentes de água. Assim, uma estratégia desenhada para o Cerrado, não necessariamente pode ser aplicada para outro bioma com a mesma eficácia. Somente o enfoque sistêmico particularizado para cada bioma pode permitir o aprofundamento de políticas e ações planejadas a partir de um domínio do conhecimento por parte do ser humano sobre os biomas, como o Cerrado e Pantanal, a Caatinga, o Marinho e Costeiro e a Mata Atlântica, que merecem um enfoque prioritário, dadas as ameaças e vulnerabilidades a que estão submetidos. Portanto, a agenda por bioma é praticamente imprescindível neste estágio de conhecimento científico e de necessidade de articulação territorial de práticas de conservação e uso sustentável. Esta estratégia representa, portanto, um marco diferencial que permite definir diretrizes e orientar políticas e programas, tendo como propósito ações que compatibilizem a conservação, a geração de renda, a distribuição da riqueza, a valorização das culturas humanas associadas aos biomas e a promoção da qualidade de vida das populações, com destaque para aquelas que tradicionalmente mantêm forte relação de seus meios de sobrevivência com a biodiversidade local.

A articulação e execução integrada de políticas e ações com esse intuito precisam ser assumidas pelo setor público, pela sociedade civil e pelo setor empresarial para se tornarem efetivas. Para tanto, é necessário estabelecer os meios para garantir o diálogo e a resolução de conflitos entre as partes, sobretudo quanto aos aspectos sociais e econômicos envolvidos, buscando dar maior sustentabilidade às diversas dinâmicas de ocupação. Nesse sentido, foram criados, no âmbito da Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), em 2004, Núcleos de Assessoramento por Biomas, Caatinga, Cerrado e Pantanal, Mata Atlântica e Pampas, Costeiro e Marinho, que são os executores das ações do Programa.

Os núcleos desempenham o papel de canal de comunicação e articulação para as demandas da sociedade civil organizada, refletida na existência de redes organizadas por biomas: Rede Cerrado; Rede Mata Atlântica (RMA); Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA Brasil); Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará (FDZCC).

Além disso, em seus respectivos biomas de atuação, os núcleos são responsáveis por realizar estudos e consultas junto à sociedade civil, necessários ao desenvolvimento das diversas políticas e de programas temáticos. Como exemplos práticos das ações deste Programa, foram criados grupos de trabalho de cada bioma, instituídos por portarias do MMA, que funcionam como instâncias de articulação entre as três esferas de Governo, organizações não-governamentais, movimentos sociais e a sociedade científica. Um dos principais papéis dos grupos de trabalho consiste na priorização de ações em cada bioma, de acordo com as demandas levantadas pelo conjunto de atores envolvidos. Ademais, já se encontram em execução programas financiados por meio de recursos externos, como o Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) Caatinga e o Programa Mata Atlântica (PMA), além do GEF Mangue e do GEF Cerrado que estão em fase final de elaboração.

A existência do Programa no PPA é fundamental para a formalização de financiamentos, uma vez que é necessária contrapartida, com exigência de que existam linhas orçamentárias específicas por biomas, em muitos casos, para garantir o repasse de recursos. Caso o Programa não fosse implementado, haveria prejuízo de ações concretas em desenvolvimento, que vêm contribuindo para salvaguardar os biomas brasileiros e a população a eles relacionada, além de perder-se a oportunidade de concretizar a articulação entre as esferas sócio-econômica, cultural, política, ecossistêmica e territorial, necessária para garantir a eficiência e efetividade na implementação de políticas públicas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Criação de duas UCs Federais de proteção integral, na Bahia: Refúgio de Vida Silvestre (RVS) Rio dos Frades com 894 hectares (ha) e RVS de Una com 23.400 ha.

- Ampliação da UC Federal Reserva Biológica (REBIO) de Una de 7.100 ha para um total de 18.500 ha.

- Criação da Reserva Extrativista (RESEX) de Cassurubá, com 100.462 ha.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Ao longo de 2007, as atividades realizadas no Programa envolveram a participação e realização de diversos seminários regionais, nacionais e internacionais, dentre os quais se destacam a Revitalização do Rio São Francisco e o Setor Siderúrgico: Desafios e Perspectivas; *Expert Workshop on Guidelines for Aquaculture Certification*. Também se destacaram a Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Recifais, com realização de quatro cursos de multiplicadores dos princípios da campanha.

Em termos de atos normativos, cabe citar a publicação da Portaria MMA nº 09, de 23 de janeiro de 2007, que aprova as áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, a elaboração de documentos técnicos para subsidiar a criação de áreas protegidas costeiras e marinhas, a publicação técnica sobre áreas protegidas aquáticas como instrumento de gestão pesqueira, a publicação da resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 388, de 23 de fevereiro de 2007, a qual convalidou as resoluções que definem a vegetação primária e secundária nos estádios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a publicação das resoluções CONAMA nº 391 e nº 392, ambas de 25 de junho de 2007, que regulamentam os estádios sucessionais das florestas nos Estados de Minas Gerais e da Paraíba e a elaboração da primeira versão da regulamentação da Lei da Mata Atlântica cuja minuta do Decreto se encontra em análise no MMA.

Foi finalizada a proposta do Projeto Conservação e Uso Sustentável dos Manguezais Brasileiros em Áreas Protegidas, apresentada e aprovada no GEF, com a realização de reuniões da Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável (CONACER), e do Comitê da Iniciativa GEF Cerrado, para aprovação de subprojetos que farão parte do projeto, em fase final de negociação com o Banco Mundial.

Foi firmado convênio com o Instituto Recifes Costeiros (IRCOS) para realização do Programa de Monitoramento de Recifes de Corais Brasileiros (*Reef Check*), realizado nas UCs do Nordeste brasileiro. Houve a implementação inicial do Projeto Fortalecimento de Capacidade Institucional para a Consolidação dos Sítios Ramsar Brasileiros.

Foram realizadas reuniões para promoção de estudos visando a criação de UCs no Cerrado baiano, e reuniões com lideranças comunitárias para esclarecimentos sobre o processo de criação de UCs de uso sustentável no Estado de Minas Gerais. Foi promovido o II Seminário Regional Cerrado e Pantanal da Cadeia dos Produtos da Sócio-biodiversidade.

Criou-se a Rede de Pesquisa para a Conservação e Uso Sustentável do Cerrado em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Houve a elaboração de estudos para uma proposta de regulamentação para RESEX e reservas de desenvolvimento sustentável (RDS) no bioma Cerrado, no âmbito da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, juntamente com realização de seminário para discussão, com o lançamento de mapa sobre UCs e terras indígenas no Cerrado e Pantanal, em parceria com *The Nature Conservancy* (TNC).

Foi firmado Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), visando a elaboração do mapa da área de aplicação da Lei da Mata Atlântica. Foram elaborados estudos técnicos para proposta de criação de nova UC na região do Campo dos Padres (SC) com a finalização da proposta técnica de criação de UCs que integrarão o corredor ecológico no Estado de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e realização de estudos técnicos e consultas públicas para criação de RESEX em Garopaba (SC).

Foram realizados estudos para criação de UC na região de Bertioga, no litoral do Estado de São Paulo. Elaborou-se o Plano para Ampliação das Unidades de Conservação do Bioma Pampa com o lançamento do mapeamento da cobertura vegetal do bioma Pampa.

Houve participação na elaboração do Plano de Gestão do Corredor Ecológico da Caatinga (Sergipe, Alagoas, Bahia, Pernambuco e Piauí) com a seleção de projeto para a delimitação e criação do Corredor da Onça no Estado da Bahia. Apoio ao processo de criação do Parque Nacional de Serra Vermelha (Piauí), com a participação em expedições na região e notas técnicas, e retorno do processo de criação do Monumento Natural de Xingó (Alagoas, Sergipe e Bahia) junto ao Departamento de Áreas Protegidas (DAP).

Negociou-se, junto ao Centro de Monitoramento Ambiental do IBAMA (CEMAM) e ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a elaboração e implementação do Sistema de Monitoramento do Desmatamento no Bioma Caatinga. Além disso, foi feita a especificação dos produtos que serão fornecidos para o monitoramento do bioma.

Na Ação Implantação de Sistema de Gestão para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas Brasileiros, foi previsto o valor de R$ 1.160.000 na fonte de recursos de doações. Os recursos de doação não foram utilizados, visto que o acordo de doação ainda se encontra em fase de negociação. Dessa forma, já que o valor previsto para doação correspondeu a 80% do valor da Ação e que a meta física atingiu 25% de sua execução, pode-se considerar que a execução dessa Ação atingiu a meta prevista.

São realizadas visitas de campo pelas equipes de trabalho, de modo a verificar áreas potenciais para estudos de criação de UCs e, também, para a mobilização da sociedade civil e das comunidades tradicionais locais, de forma a conscientizá-las da importância e dos benefícios da conservação ambiental.

Embora o monitoramento associado ao Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) deva ser mensal, com validação trimestral e com a inserção dos resultados das ações referentes ao Programa, muitas atividades desenvolvidas são efetivamente mensuráveis somente ao final do ano.

O fluxo de recursos financeiros sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução física programada. Os recursos de origem não-orçamentária tiveram grande impacto nas ações para cobrir a lacuna decorrente do atraso da liberação do orçamento, e contribuíram para o alcance adequado das metas físicas. A Ação Implantação de Sistema de Gestão para a Conservação e Uso Sustentável dos Biomas Brasileiros, embora tenha apresentado baixo percentual de execução orçamentária, aguarda acordo de doação com o GEF, previsto para 2008.

A meta da ação que se encontra em outra unidade administrativa foi de dois projetos apoiados. Foi celebrado um termo aditivo, porém o recurso ainda não foi liberado por se encontrar em fase de análise para posterior liberação financeira. Pelo fato da ação estar em outra unidade administrativa, algumas vezes o acompanhamento da execução dos resultados esperados é prejudicado.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias estabelecidas pelos núcleos que representam os biomas visam a cooperação técnica e financeira, e têm auxiliado positivamente no cumprimento das metas físicas. Nota-se grande interesse das organizações não-governamentais no apoio ao estabelecimento e cumprimento de políticas públicas para conservação dos biomas. No caso dos convênios firmados com as instituições não-governamentais, destaca-se a dificuldade na implementação do objeto decorrente da legislação vigente.

As audiências públicas são realizadas no processo de criação e ampliação de UCs, segundo previsto na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Os planejamentos de consolidação de áreas de conservação têm prevista a realização de oficinas com vários grupos de interesse locais. Os posicionamentos do País para reuniões da Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional especialmente como *Habitat* de Aves Aquáticas (Convenção de Ramsar) são preparados com base nos resultados de reuniões com diversos grupos de interesse.

A participação social garante maior legitimidade no desenvolvimento das propostas e na realização das ações relativas ao Programa, por envolver os beneficiários nas tomadas de decisões. O Programa atinge toda a sociedade brasileira e, por isso, não possui um grupo específico de beneficiários.

Há necessidade de capacitação continuada para os novos analistas ambientais, visando a otimização da execução das atividades do Programa. Existem dificuldades na celebração de convênios. Dentre os fatores mais relevantes estão as restrições impostas pela legislação que, muitas vezes, em se tratando de pequenas entidades, inviabiliza a celebração do convênio.

CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS

GERENTE DO PROGRAMA

Maria Cecília Wey de Brito

OBJETIVO

Conhecer, conservar, recuperar e usar sustentavelmente a diversidade biológica e os recursos genéticos, promover a biossegurança, o acesso e a repartição dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado.

PÚBLICO-ALVO

Povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, produtores rurais, setor empresarial, museus e herbários, a academia e a comunidade internacional

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 79.789.040	Empenho Liquidado:	R$ 49.197.758
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 49.197.758**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Conservação das Espécies Ameaçadas - Porcentagem	-	7,00	9,00	10,76	12,00	89,67%

1. TAXA DE CONSERVAÇÃO DAS ESPÉCIES AMEAÇADAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A previsão era de que o índice chegasse a 12% e o resultado obtido foi 10,76%. O nível alcançado é considerado satisfatório, pois o índice foi de 2%, em 2003, para os 10,76% apurados no final de 2007. Considera-se que os contingenciamentos de recursos impediram que a meta final fosse obtida.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil abriga a maior diversidade biológica dentre os 17 países megadiversos, que reúnem 70% das espécies de animais e vegetais catalogadas até o presente, em todo o mundo. Apresenta, também, diversidade cultural expressiva, constituída por mais de 200 povos indígenas e por inúmeras populações tradicionais e locais, detentoras de conhecimentos

associados ao uso da biodiversidade. A conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica implicam, também, na preservação dos conhecimentos das comunidades locais e das populações indígenas, às quais devem ser revertidos, de forma eqüitativa, os benefícios decorrentes de sua exploração. Cerca de 70 espécies de mamíferos brasileiros estão ameaçadas de extinção, assim como 160 espécies de aves, que necessitam de ações voltadas para sua recuperação.

A Mata Atlântica encontra-se, atualmente, reduzida a menos de 7% de sua área original e cerca de 15% da Floresta Amazônica foi desmatada. O bioma Cerrado, onde ocorreu o maior avanço da fronteira agrícola nas últimas décadas, já perdeu mais de 50% da vegetação nativa e abriga diversas formas de utilização econômica em quase toda a sua área. O bioma Caatinga, que também teve mais de 50% da sua vegetação nativa removida, sofre as conseqüências de prolongadas secas, erosão do solo, salinização e processos de desertificação.

Também se reveste de importância fundamental a conservação da biodiversidade, em face do elevado valor dos serviços por ela proporcionados, dentre os quais: a provisão de alimentos, a estabilização do clima, a purificação do ar e da água, a decomposição dos rejeitos orgânicos, a manutenção da fertilidade do solo e do ciclo de nutrientes, e os benefícios estéticos e culturais.

O Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002, instituiu, conforme disposto no seu anexo, princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade (PNB). O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por intermédio do Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO), coordenará a formulação e a implementação dessa política, mediante a promoção da parceria entre o Poder Público e a sociedade civil. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) tem como princípios a conservação e o uso sustentável dos componentes da biodiversidade, a repartição justa e eqüitativa dos benefícios resultantes do uso dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados, a soberania nacional sobre os recursos da biodiversidade, a proteção dos conhecimentos tradicionais e a aplicação do princípio da precaução.

O Programa proposto deve, portanto, além de promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade do País, gerar mudanças na qualidade de vida da sociedade brasileira, criando alternativas viáveis de produção alinhadas com a conservação ambiental, e contribuindo, ainda, para a inclusão social.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Emissão de 4.566 autorizações para coleta, captura e transporte de recursos genéticos que impulsionaram as pesquisas científicas em biodiversidade, assim como possibilitaram o melhor manejo desses recursos.

- Publicação de 39.331 artigos científicos e de divulgação sobre a diversidade vegetal pelo Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

• Firmados 12 contratos para repartição de benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Dentre as ações, 10 alcançaram suas metas e cinco ultrapassam os valores esperados. Por outro lado, nove não alcançaram a totalidade de suas metas. Considerou-se esse resultado razoável, visto que a Lei Orçamentária Anual (LOA) inclui o valor a ser captado de recursos de doações, que em muitos casos ainda não foram efetivamente disponibilizados. A execução das metas físicas acompanhou a execução orçamentária. As nove ações que não atingiram suas metas físicas também não executaram todo o orçamento. Como a LOA conta com os valores de doação ainda em fase de captação a exemplo da ação Conservação e Uso Sustentável de Polinizadores na Agricultura que a execução financeira não pôde ser completada.

Em 2007, o valor contingenciado foi de 12,23%. Mesmo não sendo um valor expressivo, se comparando com anos anteriores, isso compromete a execução de ações que dependem exclusivamente de recurso orçamentário. Todas as ações utilizam recurso orçamentário. Contudo, algumas utilizam um valor baixo do orçamento em comparação com os recursos de doação e de contrapartida de outras instituições. O impacto nessas ações é alto porque compromete projetos de abrangência nacional, a exemplo do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira, o PROBIO.

Freqüentemente, são feitas visitas e reuniões com os beneficiários nas áreas de atuação da ação. Anualmente, são realizados relatórios de gestão.

Durante o período entre 2004 e 2007, o Programa perdeu cerca de 40% de recursos humanos, devido aos contratos serem temporários.

A execução das ações com recursos descentralizados apresenta, na maioria dos casos, boa execução. Algumas exceções ocorrem quando a instituição conveniada está inadimplente com a União ou apresenta muitas etapas burocráticas, impossibilitando a execução.

Esse Programa não contém ações de outros Ministérios. O desempenho das ações em outras unidades foi alto, considerando-se que as cinco ações que tiveram melhor desempenho físico são ações conjuntas do MMA e de outras unidades, nesse caso com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Os parceiros não-governamentais exercem um papel fundamental para a execução das ações. Em muitos casos, possibilitam o alcance dos beneficiários na ponta do processo. Em outros casos, os parceiros são instituições de pesquisa que fornecem os subsídios científicos para a execução da ação. Outros tipos de parceiros são os próprios executores das ações.

A participação social é imprescindível para o alcance das metas do Programa, visto que reflete a eficácia dos resultados. A participação social também auxilia na elaboração das diretrizes para o alcance das metas. Diferentes setores da sociedade civil estão representados na Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO).

O espectro de beneficiários é muito amplo. A conservação da biodiversidade brasileira beneficia a totalidade das pessoas do País, constituindo-se, portanto, em bem para toda a sociedade. Sendo assim, dificilmente se poderia quantificar a população beneficiada, bem como apurar sua satisfação, pelo fato da biodiversidade estar sendo conservada e seu uso sustentável promovido. Não só esta geração, mas também as próximas estão e estarão se beneficiando das ações do Programa.

As principais demandas e os principais resultados dos projetos são identificados em reuniões periódicas entre os recursos gerenciais e os executores. Os executores mantêm um constante monitoramento sobre o andamento das ações e os resultados são relatados, periodicamente, aos gerentes.

A gerência do Programa destaca que a situação de carência de recursos humanos compromete a execução e a qualidade dos trabalhos da equipe gerencial do Programa.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS

GERENTE DO PROGRAMA

Hamilton Pereira da Silva

OBJETIVO

Construir valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis.

PÚBLICO-ALVO

Educadores ambientais, profissionais do ensino, estudantes, gestores, técnicos, profissionais da mídia e voluntários atuantes na área ambiental e usuários e manejadores diretos de recursos ambientais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 11.048.869	Empenho Liquidado:	R$ 7.488.841
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 7.488.841**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Coletivos Educadores Constituídos - Unidade	-	-	60	150	100	150

1. NÚMERO DE COLETIVOS EDUCADORES CONSTITUÍDOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice previsto para o final do PPA 2004-2007 era de 100 Coletivos Educadores, tendo sido constituídos e identificados 150 que atuam em consonância aos objetivos do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), de acordo com as diretrizes e os princípios para a formação de educadores ambientais estabelecidos no Programa de Formação de Educadores Ambientais (ProFEA). O número é dado pelo somatório de Coletivos Educadores constituídos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A insustentabilidade do modelo econômico dominante se faz explícita no quadro da problemática ambiental. A resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1989 sustenta: "a causa maior da deterioração contínua do meio ambiente global é o insustentável modelo de produção e consumo, particularmente nos países industrializados". E afirma ainda: "nos países em desenvolvimento, a extrema pobreza e a degradação ambiental estão estreitamente relacionados".

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, produzido participativamente no Fórum de ONGs e Movimentos Sociais na Rio-92, insere-se nessa mesma perspectiva, propondo uma educação ambiental participativa, política e emancipatória. A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002, por sua vez induz à promoção da democratização do acesso à educação ambiental (EA) como parte do processo educativo mais amplo, incumbindo o Poder Público, nos termos dos artigos 205 e 255 da Constituição Federal, de definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, e de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

Entretanto, a atuação do Poder Público no campo da educação ambiental tem se dado de forma pouco articulada. Na maioria dos casos, as decisões são tomadas de forma isolada e são direcionadas para pequenos estratos sociais, de modo que não repercutem na parcela majoritária da sociedade e, assim, não são identificadas mudanças substanciais no comportamento e hábito do cidadão. É consenso a necessidade de melhorar a qualidade de vida humana e a conservação dos recursos naturais. É preciso também disseminar a idéia de que, a partir dos preceitos da EA, é possível obter trabalho, renda, melhoria na habitação, no transporte, na educação formal, no relacionamento entre os indivíduos e no combate à violência urbana.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), visando cumprir sua missão, em sua orientação estratégica estabelece três eixos fundamentais para a implementação da política pública ambiental: a transversalidade da dimensão ambiental; a adoção de práticas sustentáveis; o controle social sobre a política ambiental. A implementação de uma política pública ambiental pautada por tais orientações demanda o fortalecimento da educação ambiental por meio de seu enraizamento em todo o Território Nacional.

A construção de sociedades sustentáveis exige a integração e ordenação de ações educacionais na gestão pública e nos diferentes setores da sociedade, na formação, na comunicação e na mobilização social. Desse modo, o Programa de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, em consonância com o ProNEA, pretende potencializar as interfaces com o conjunto dos Ministérios, das demais secretarias do MMA e dos órgãos vinculados, fortalecer parcerias com a sociedade civil organizada, articular as equipes de educação ambiental nos diversos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), fortalecer a Câmara Técnica de Educação Ambiental (CTEA) do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), bem como as ações de fomento a projetos de educação

ambiental por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e apoiar o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental e seu Comitê Assessor.

As condições favoráveis são a PNEA instituída pela Lei nº 9.795/99 e regulamentada pelo Decreto nº 4.281/02, a CTEA instituída de forma permanente no CONAMA a partir de 2001, a Diretoria de Educação Ambiental instituída no MMA em 1999, a EA inserida como Programa estruturante no PPA 2000-2003, com ações em cinco órgãos, os 19 mil professores, técnicos do SISNAMA e outros profissionais da área ambiental, de cerca de 2.475 Municípios brasileiros, dos 26 Estados e do Distrito Federal (DF), capacitados por meio do Curso Básico de EA a distância, os 840 técnicos do SISNAMA capacitados por meio do Curso de Introdução à Educação no Processo de Gestão do Meio Ambiente, ofertado pelo IBAMA, as 23 Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental instaladas; o Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental (SIBEA) em fase de conclusão em que o Grupo de Trabalho para Gestão foi criado no Comitê Assessor do Órgão Gestor da PNEA, e o SIBEA implantado em cinco Redes de Educação Ambiental, a existência de carteira específica de EA no FNMA com apoio a cerca de 47 projetos nos exercícios entre 2000 e 2002, e existência incorporada de ações de EA nas outras sete carteiras de fomento a projetos e o ProNEA elaborado em 2003.

As condições desfavoráveis e carências são a dispersão e falta de coordenação da EA no Governo Federal, o corte e contingenciamento de recursos orçamentários para a execução do Programa, as comissões de EA necessitando de apoio para sua efetivação e para a ampliação de suas representatividades, a carência de ações de educação permanente junto aos beneficiários diretos das capacitações realizadas, a falta de recursos humanos e financeiros e necessidade de articulações para atender às demandas locais por projetos e ações de EA e a falta de técnicos qualificados para a gestão e alimentação descentralizada (pesquisa, tratamento e validação de informação) do SIBEA.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Constituição e fortalecimento de 150 Coletivos Educadores.

- Implantação e fortalecimento de Salas Verdes e pontos de presença do Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento do Cidadão (GESAC).

- Implementação de novos módulos do SIBEA com a produção de materiais educativos, publicações e material audiovisual.

- Implementação da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A meta de constituição de 100 novos Coletivos Educadores em 2007 foi superada, tendo sido mapeados 150. Foi dada ênfase ao fortalecimento dos Coletivos que haviam sido

criados e mapeados durante os anos anteriores, tendo realizado esforços para mapeamento de potenciais Coletivos, para a assinatura de acordos de cooperação técnica e convênios que permitam a sustentabilidade e efetividade desta estratégia para a formação de educadores ambientais que permeiem todo o tecido social. Neste sentido, foram realizadas atividades que permitirão a ampliação do número de Coletivos estruturados e articulados durante os próximos anos, sendo prevista uma meta de 300 ao final de 2010.

No âmbito do Programa foi criado um grupo de trabalho interno ao Departamento de Educação Ambiental (DEA) em conjunto com instituições de pesquisas externas para definição de indicadores que mensurem a efetividade e satisfação dos envolvidos com a implementação das políticas públicas de educação ambiental no Brasil.

Algumas atividades de monitoramento da implementação das políticas públicas de educação ambiental previstas no Programa são realizadas, mas nem tudo é sistematizado e utilizado como instrumento de avaliação que permita a redefinição de prioridades ou estratégias a serem implementadas. Existe um descompasso entre o que é feito, o que é avaliado e o que de fato é sistematizado e utilizado como indicador de avaliação.

A formação de educadores ambientais desenvolvida pelo MMA, em parceria com a Coordenação-Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação (COEA/MEC), abarca ações do Programa de Juventude, com a constituição e articulação de Coletivos Jovens de Meio Ambiente e apoio às ações da Rede de Juventude e Meio Ambiente (REJUMA).

No âmbito da gerência do Programa, os mecanismos de monitoramento e avaliação compreendem:

a) reuniões de trabalho semanais entre todos os membros da equipe para troca de informações, além das reuniões entre pequenos grupos de mesma temática (formação, gestão e comunicação em educação ambiental) para trabalhar de forma coletiva;

b) visitas anuais de enraizamento da educação ambiental aos Estados brasileiros nas quais são desenvolvidas atividades junto aos parceiros (Coletivos Educadores, estruturas educadoras como Salas Verdes), junto aos órgãos governamentais de meio ambiente e educação e outras instituições. Além disso, outras visitas às instituições são realizadas durante a realização de eventos, oficinas ou reuniões em que a presença de um representante do DEA seja solicitada;

c) elaboração de relatórios de gestão que permitem a sistematização e avaliação das atividades desempenhadas no ano.

Em relação ao cumprimento das metas físicas, os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) foram liberados com atraso, não permitindo que fossem completamente executados. Os recursos orçamentários foram insuficientes para a execução da ação de publicidade de utilidade pública, que é relevante para a consecução dos objetivos do

Programa. As demais ações poderiam ter as dotações aumentadas para garantir a melhor execução das atividades propostas. Ao longo do ano, a descontinuidade do fluxo de recursos prejudicou a programação física prevista. A liberação dos recursos sofreu atraso significativo, que comprometeu a execução dos trabalhos na implementação das ações. No decorrer do ano, os processos de liberação de recursos e contingenciamento também ocorreram.

A quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras compromete o alcance das atividades de implementação da PNEA e de suas ações. É necessário melhorar a capacitação da equipe técnica, ampliando a formação continuada e gestão de recursos humanos da instituição.

Com o contingenciamento, algumas ações previstas não puderam ser realizadas ou foram realizadas com significativo atraso, já que dependeram da articulação de parcerias que pudessem custear os trabalhos. Algumas iniciativas têm previsão de desenvolver atividades de educação ambiental que podem facilmente ser compatibilizadas com as atividades propostas, mas existe dificuldade para realocar crédito, o que dificulta a implementação.

A demora na aprovação da LOA e, conseqüentemente, na liberação de recursos, dificulta a execução do orçamento planejado para o exercício, sendo que o limite orçamentário disponibilizado não atende ao orçamento necessário para a execução.

O comprometimento dos recursos financeiros com restos a pagar para a ação de fomento a projetos com parcelas conveniadas resultou em saldo insuficiente para execução no exercício.

Devido à inadimplência dos convenentes, somente uma ação encontra-se disponível para fomentar e apoiar projetos, e, por conseguinte, o Programa fica prejudicado na promoção e no desenvolvimento de outras ações.

Os recursos disponibilizados e descentralizados são insuficientes para atender à gama de ações integrantes, inclusive de outros programas, na esfera nacional, estadual e municipal, dificultando e prejudicando o alcance das metas propostas. As atividades de educação ambiental, como um tema transversal, são executadas em parceria ou articulação com alguns outros departamentos e secretarias do Ministério. Entretanto, ainda são encontradas dificuldades em garantir esta transversalidade na medida em que, para implementar novas temáticas e abordagens, é sempre necessário garantir recursos humanos e financeiros, e isto nem sempre é possível.

As atividades são desempenhadas pelos executores e gestores do Programa de forma participativa e constante. Desta maneira, as informações são partilhadas com freqüência. Há um diálogo permanente entre o DEA e os demais executores, visando a busca de integração entre as ações e de minimização dos esforços e recursos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Algumas ações são executadas em parceria com instituições não-governamentais que trabalham com temas correlatos. Dentre as tais instituições estão as de ensino e pesquisa, universidades,

organizações não-governamentais (ONGs), órgãos do Governo Federal, Estadual e Municipal. As atividades são executadas de forma satisfatória pelas instituições parceiras.

Como mecanismos de promoção da participação social no Programa são realizadas consultas públicas com ampla participação social da população envolvida com a temática ambiental, desde os momentos de concepção até a implementação, sendo sempre disponibilizados para consultas que também tenham em seu desenvolvimento um caráter educador, e reunião com grupos de interesse, com freqüência de reuniões com grupos da sociedade, da academia e do Governo para discussão dos temas de interesse comum que relacionam o campo educacional, social e ambiental.

São realizadas reuniões periódicas e alguns eventos que contam com a participação dos beneficiários diretos e indiretos dos projetos e, nestes, sempre é realizada uma avaliação da implementação do Programa. Além disso, são realizados relatórios anuais e alguns questionários para avaliação dos resultados das ações. Os resultados destas atividades de avaliação são utilizados durante as fases de planejamento de trabalho das equipes técnicas e gerenciais de execução do Programa e, desta forma, permitem o aprimoramento das ações.

Como boas práticas de gestão, o Programa utiliza uma forma de gestão em que a equipe executora é dividida em subgrupos temáticos correspondentes às ações de formação, gestão e comunicação previstas no Programa. Estas equipes trabalham de forma integrada permanentemente, e o gerenciamento busca a pró-atividade e participação nas decisões e atividades cotidianas, aproximando-se da autogestão.

A gerência do Programa destaca a necessidade de criação de grupo de trabalho interno do DEA e grupos de pesquisa externos para trabalhar a definição de indicadores que mensurem a efetividade e a satisfação dos envolvidos com a implementação das políticas de educação ambiental no Brasil, e ampliação das fontes de financiamento para o Programa, buscando novos parceiros públicos e privados para sua expansão.

NACIONAL DE FLORESTAS

GERENTE DO PROGRAMA

Maria Cecília Wey de Brito

OBJETIVO

Promover o manejo sustentável e o uso múltiplo de florestas nativas e a expansão sustentável da base florestal plantada.

PÚBLICO-ALVO

Populações tradicionais e comunidades usuárias de recursos florestais, produtores rurais e empresários do setor florestal

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 48.100.840	Empenho Liquidado:	R$ 27.843.250
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 27.843.250**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Área de Florestas Plantadas - ha	-	465.000	627.000	600.000	550.000	109,1%
2. Área de Florestas Naturais Manejadas para a Produção Sustentável - ha	-	1400.000	3.000.000	3.000.000	15.000.000	20%
3. Área de Florestas Protegidas com Alto Valor para Conservação – há	-	280.000	600.000	600.000	3.000.000	20%
4. Áreas Degradadas que foram Recuperadas - ha	-	-	70.000	15.000	70.000	21,4%

1. ÁREA DE FLORESTAS PLANTADAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice foi superado a partir de 2005. Isto só foi possível pelo esforço empreendido pelo Programa Nacional de Florestas (PNF) em viabilizar os instrumentos políticos e mecanismos institucionais necessários, como crédito compatível com a atividade, assistência técnica e o aprimoramento e ajuste da legislação, assegurando ao produtor a estabilidade de regras. Vale lembrar que as áreas de plantio em 2004 e 2005 foram recordes históricos de plantio em um ano. Outro fato, também de extrema relevância, foi o aumento do fomento florestal, com a participação de pequenos produtores rurais. Em 2005, esse segmento

produtivo contribuiu com mais de 23% da área plantada com florestas correspondendo a 128 mil hectares em todo o País.

A área de plantio de 2005 e 2006 superou a área de colheita pela primeira vez em mais de uma década. Se mantido este ritmo de plantio e crescimento, aliado à continuidade do aumento de produtividade, afasta-se o "fantasma do apagão florestal" nos ciclos de corte que se iniciam em 2012. Porém, a falta de investimentos no plantio florestal na década de 90 traz ainda fortes riscos de falta de matéria-prima florestal, especialmente de pínus na região Sul, a partir de 2008. A substituição por eucalipto (tecnicamente limitada), a importação dos países do Cone Sul, o aumento de eficiência no uso da madeira e adaptações no ciclo de manejo e colheita são algumas das alternativas sendo estudadas pelos empreendedores para enfrentar o período de escassez.

2. ÁREA DE FLORESTAS NATURAIS MANEJADAS PARA A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) lançou edital para elaborar o plano de manejo em quatro florestas nacionais (FLONAs): Amanã (PA), Crepori (PA), Jamari (RO) e Trairão (PA). A execução dos estudos necessários foi realizada e o tempo estimado pelo edital é de seis meses a partir da data da assinatura do contrato. Os estudos permitirão a concessão de uso de Flona, prevista pela Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, e possibilitarão a ampliação da área de manejo no Brasil. Nesse contexto, uma ação já iniciada pelo SFB é o processo de licitação para concessão de uso da Flona de Jamari e do Distrito Florestal Sustentável da BR-163, cuja área para o manejo é de 96 mil hectares. Dessa forma, somente após a promulgação da Lei de Gestão de Florestas Públicas foi possível iniciar ações concretas para o alcance do índice estabelecido para esse indicador. Até o exercício de 2007 a meta ficou muito aquém do esperado.

3. ÁREA DE FLORESTAS PROTEGIDAS COM ALTO VALOR PARA CONSERVAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Essa meta está relacionada com a área de florestas naturais manejadas para a produção florestal sustentável. O índice estipulado para o final do PPA foi de três milhões de hectares, o que corresponde a 20% do índice previsto para o indicador 2. Até o ano de 2006, a responsabilidade pelo monitoramento dessas áreas era do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A partir de 2007, com a aprovação de planos de manejo, foi descentralizada para os Estados. Até o momento não há registro sobre os planos de manejo aprovados pelos Estados.

4. ÁREAS DEGRADADAS QUE FORAM RECUPERADAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O cumprimento dessa meta requer recursos anuais da ordem de R$ 210 milhões, se considerado um custo médio por hectare da ordem de R$ 3 mil. É preciso considerar ainda a necessidade de fornecimento regular de sementes e mudas de espécies florestais, cujo processo de implantação de uma rede nacional foi iniciado, porém com resultados esperados para médio prazo. Algumas iniciativas foram tomadas pelo Programa, com destaque para:

a) o lançamento, com o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), do edital de recuperação e conservação de nascentes e de margens dos cursos d'água;

b) discussão com o Tesouro Nacional (TN), em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) sobre a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Florestal Diferenciado, proposto pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (CONCRAB/MST), que prevê o rebatimento da dívida em 35% ao produtor rural que comprovar a recuperação em nível da propriedade da área de preservação permanente e reserva legal;

c) discussão com o Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente) para a criação de instrumentos econômicos, relacionados com os serviços ambientais prestados pelas florestas, de modo a viabilizar a conformação de um fundo específico para a recomposição de áreas degradadas, incluindo a viabilização do Fundo de Serviços Ambientais do Programa Proambiente.

Outro fato que merece registro refere-se à proposta do Ministério da Fazenda (MF), em conjunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), de regulamentação de mecanismos de cota de reserva legal, de acordo com artigo 44 , inciso III e artigo 44C da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 – Código Florestal, viabilizando a negociação no mercado de títulos sobre áreas de servidão para a compensação da reserva legal em nível de propriedade rural. A regulamentação da nova reposição florestal, que promove a cobrança da reposição florestal de quem desmata, deve dar novo impulso às ações de recuperação de áreas degradadas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A história do Brasil foi marcada pelo paradigma equivocado do desenvolvimento rural e urbano, no qual as florestas, apesar da sua importância em termos econômicos, ecológicos e sociais, tiveram papel marginal, sendo consideradas como bens inferiores e obstáculos ao progresso. Assim, a pressão ambiental sobre todos os biomas brasileiros ocorreu, por um lado, em função da expansão de zonas urbanas e, de outro, devido à conversão de matas

nativas em áreas agrícolas ou pastagens. A título de ilustração, vale citar a Mata Atlântica, que perdeu 92,7% de sua área original. Vários são os fatores que vêm gerando a degradação dos ecossistemas brasileiros, merecendo destaque o emprego inadequado de tecnologias no uso dos recursos florestais, aliado às falhas no sistema de gestão das atividades florestais.

O uso sustentável e a valoração das florestas como produtoras de bens e serviços ambientais, geradoras de emprego e renda, juntamente com o desenvolvimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e o trabalho de prevenção e combate ao desmatamento e queimadas, constituem a base para a promoção e a conservação do patrimônio florestal brasileiro e todos os valores associados.

O Brasil reúne incontestáveis vantagens comparativas na área florestal, o que lhe confere uma nítida vocação potencial para assumir a liderança mundial desse setor. As extensas áreas de ricas florestas nativas existentes e a posição de vanguarda no domínio tecnológico da formação e do manejo de florestas de rápido crescimento são algumas das características que conferem ao País a garantia potencial de competitividade internacional. O setor florestal é responsável por 8% das exportações, 4% do Produto Interno Bruno (PIB) e 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos no Brasil. No manejo de florestas naturais, o Brasil tem a segunda maior área florestal do mundo, mais de 60% do País é coberto por florestas que abrigam a maior diversidade biológica do planeta e uma extraordinária diversidade cultural. O País é também o maior produtor e consumidor mundial de produtos florestais tropicais. No entanto, a produção florestal tem se caracterizado, em grande medida, por ser migratória, predatória e pouco eficiente. A prática dominante de extração madeireira produz expressivos impactos sobre a floresta, tornando-a empobrecida e vulnerável a incêndios e desmatamentos. O nível de desperdício é alto, tanto na etapa de exploração quanto no processamento da madeira, e os produtos gerados são de baixo valor agregado.

Nos últimos 10 anos, uma série de experiências de manejo sustentável das florestas, tanto empresariais como comunitárias, começou a ser implementada no Brasil, em especial na Amazônia e na Caatinga. Estas experiências atingiram ponto de maturação comercial no início da primeira década deste século e estão mostrando que é possível promover o uso e a conservação das florestas, e gerar empregos duráveis e de melhor qualidade, contribuindo para o estabelecimento de uma estratégia de desenvolvimento regional, baseada no estabelecimento de um setor florestal estruturado, competitivo e estável.

O bom manejo dos recursos florestais naturais propicia aumento da produtividade e redução de desperdícios, e minimiza os impactos sobre a biodiversidade, assegurando a permanência da cobertura florestal e dos serviços ambientais. Ampliar e consolidar a atividade florestal em bases sustentáveis nas florestas naturais exige o estabelecimento de novas regras e mecanismos de manejo, crédito, treinamento, assistência técnica e gestão de florestas públicas, com a participação efetiva das comunidades e populações tradicionais, pleno conhecimento das cadeias produtivas e valorização dos usos múltiplos e dos serviços ambientais decorrentes.

O País já chegou a possuir 6,2 milhões de hectares de florestas plantadas no início da década de 90. Hoje são 4,9 milhões de hectares. Essa queda decorre do crescimento da indústria e da redução da área plantada no País, devido, especialmente, à falta de políticas de estímulo.

O Brasil consome, por ano, de 400 a 450 mil hectares de florestas plantadas, aproximadamente, e planta somente 250 mil hectares, representando um *deficit* anual de 200 mil hectares. No entanto, o mercado para produtos oriundos das florestas plantadas está crescendo e a indústria de base florestal está em plena expansão e demandando cada vez mais madeiras de florestas plantadas. A atividade florestal é de longo prazo por natureza e requer condições compatíveis para seu desenvolvimento. É necessário que o Estado defina políticas públicas de apoio, capazes de atender às necessidades de crédito, assistência técnica e incentivos específicos para o setor.

Se por um lado existe o reconhecimento da importância e necessidade urgente de se expandir a base florestal plantada, por outro lado reconhece-se que questões a respeito de quando, onde, como e quem irá plantar são fundamentais para garantir a sustentabilidade social, ambiental e econômica da atividade. A definição das áreas prioritárias de plantio, bem como as condições para que tais plantios aconteçam, passa por um processo de participação social, que será desenvolvido pelo Programa.

O Programa apoiará, especialmente, a ampliação da participação dos pequenos produtores no total da produção florestal de origem plantada, contribuindo significativamente para a mudança no perfil da produção atual, que é amplamente baseada nos latifúndios. A produção em propriedades familiares deverá constituir-se numa importante base de suprimento de produtos e serviços, levando-se em conta as oportunidades decorrentes da avançada tecnologia silvicultural existente no País, as condições edafoclimáticas favoráveis e o potencial de geração de emprego, renda, tributos e divisas, além da redução da pressão sobre produtos oriundos de florestas naturais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aumento do fomento florestal com a participação de pequenos produtores rurais, cuja participação chega a 23% da área plantada.

- Realização do mapeamento das áreas potenciais para a produção florestal sustentável na região amazônica.

- Desenvolvimento de metodologia para o Inventário Florestal Nacional (IFN).

- Implementação das redes de parcelas permanentes para a Mata Atlântica e Campos Sulinos, Cerrado, Pantanal e Amazônia.

- Equipado o Centro Nacional de Manejo Florestal (CENAFLOR).

• Realização do IFN de Irati (PR) para a análise da diversidade florística de espécies para a produção não-madeireira, e medição de parcelas e cubagem de árvores para a produção madeireira.

• Levantamento de áreas prioritárias na região da Caatinga.

• Manejo florestal em 30 assentamentos na região do semi-árido.

• Mapeamento das áreas com cobertura florestal e degradadas da bacia do rio São Francisco.

• Realização de cursos de capacitação de produtores e técnicos para a assistência técnica e construção de infra-estrutura básica para a recomposição de áreas degradadas.

• Colaboração na criação de quatro centros de referências para a recuperação de áreas degradadas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa obteve importantes resultados durante a vigência do PPA 2004-2007, em especial a partir de 2006, com a promulgação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, que criou o SFB, instituiu o Fundo de Desenvolvimento Florestal e criou, no âmbito do MMA, os órgãos colegiados Comissão Coordenadora do PNF (CONAFLOR) e Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP).

O Programa conseguiu superar a meta de plantio florestal, inclusive com a participação de pequenos produtores rurais, que subiu de 7% para 23% na área plantada em todo o País. O Programa obteve avanços na criação de mecanismos e instrumentos para viabilizar o manejo florestal sustentável e para o processo de recuperação de áreas degradadas. As áreas de plantio em 2004 e 2005 obtiveram recordes históricos de plantio em um ano. A ameaça do apagão florestal foi afastada. A tendência da atividade de plantio florestal é de crescimento.

O Programa conta com a CONAFLOR, órgão colegiado do MMA, de natureza consultiva e composto por 39 membros. Essa comissão reúne-se, ordinariamente, duas vezes por ano, e tem atribuições definidas pelo Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000 que são as seguintes:

a) propor e avaliar medidas para o cumprimento dos princípios e das diretrizes da política pública para o setor florestal;

b) propor recomendações ao planejamento das ações do PNF;

c) propor medidas de articulação entre programas, projetos e atividades de implementação dos objetivos do PNF, bem como promover a integração de políticas setoriais;

d) propor, apoiar e acompanhar a execução dos objetivos previstos no PNF e identificar demandas e fontes de recursos financeiros;

e) sugerir critérios gerais de seleção de projetos no âmbito do PNF, relacionados à proteção e ao uso sustentável das florestas;

f) propor o desenvolvimento de projetos, pesquisas e estudos voltados ao manejo e plantio florestal, bem como ações de capacitação de recursos humanos, fortalecimento institucional e sensibilização pública.

Cabe ainda à CONAFLOR acompanhar o processo de implementação da gestão florestal compartilhada.

Nas ações realizadas em parceria com o FNMA, mediante editais, o Programa, durante a vigência e o encerramento dos convênios firmados com instituições públicas e privadas, realiza vistoria nos locais de execução dos projetos com o objetivo de atestar ao FNMA a qualidade dos trabalhos desenvolvidos e o cumprimento dos objetivos do Programa.

Em relação à execução orçamentária e financeira, o Programa apresentou uma execução em torno de 58%. Nas ações de responsabilidade do IBAMA, observa-se que a dotação orçamentária liberada em 2007 foi equivalente apenas a 33% da dotação inicial prevista para o exercício. Além disso, cerca de 60% deste recurso só foi liberado no mês de outubro daquele exercício. A legislação vigente e a observância das restrições impostas pelos órgãos de controle e suporte jurídico não permitem o início dos procedimentos licitatórios, sem a correta indicação dos recursos e o documento de pré-empenho, e tampouco permitem o fracionamento desses procedimentos ao longo do exercício. Mesmo assim, considerando-se as áreas prioritárias de ações do IBAMA, as atividades relacionadas com os mecanismos de comando e controle foram atendidas plenamente, em especial para o monitoramento das atividades florestais e de desmatamento, como também para as atividades de acompanhamento da reposição florestal. Por outro lado, outras atividades ficaram prejudicadas no tocante ao alcance de suas metas. Dentre elas podemos destacar as ações relacionadas com o processo de descentralização das atividades florestais, a certificação de produtos de origem extrativistas, a difusão de procedimentos de manejo florestal, o processo de concessões de florestas públicas, a implantação do sistema nacional de informações florestais e a recuperação de ecossistemas e áreas degradadas.

O estabelecimento de limite orçamentário imposto por Decreto tem sido a causa principal da execução muito abaixo do programado. Além do limite, o grande volume de recursos liberados ao final do exercício também vem prejudicando a execução do Programa, principalmente naquelas atividades que dependem de transferência de recursos por meio de convênios ou até mesmo pelo processo de destaque orçamentário.

Além do limite orçamentário estabelecido em valor inferior ao proposto pelo Programa, a descontinuidade do repasse de recursos ao longo do exercício foi o fator de maior influência para a não-obtenção dos resultados esperados, em especial nas atividades não-madeireiras,

na recuperação de áreas degradadas e na assistência técnica, como também naquelas relacionadas com a estruturação do Programa, como sistema de informação e o processo de descentralização institucional.

O Projeto Conservação e Uso Sustentável da Caatinga (GEF Caatinga) contribui com o alcance dos objetivos do PNF, estabelecidos pelo Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000. As ações do GEF Caatinga consistem em estimular, no bioma Caatinga, o manejo florestal de produtos madeireiros e não-madeireiros, disseminar técnicas e práticas para aumentar a eficiência da transformação da madeira, demonstradas e adotadas pelas indústrias de carvão vegetal e cerâmicas (tijolos e telhas), implementar estratégias de conservação da biodiversidade, no nível de paisagem, por meio de três corredores ecológicos que associam mosaico de áreas protegidas de diferentes categorias e o uso da terra de forma sustentável.

O Programa dispõe de uma unidade administrativa sediada em Natal (RN) para dar o suporte técnico às atividades florestais na região Nordeste.

Os indicadores de resultados do Programa mostram claramente que, do ponto de vista de satisfação dos beneficiários, o Programa vem alcançando os resultados esperados e atendendo aos anseios diagnosticados. Nessa linha, vimos que no tocante ao envolvimento de pequenos produtores rurais no processo de incorporação da atividade florestal como vetor de desenvolvimento e de geração de emprego e renda, o interesse demonstrado por esse segmento produtivo tem sido crescente e bem distribuído em todo o Território Nacional. Corrobora com essa assertiva o aumento da participação dos pequenos produtores rurais na atividade florestal, saindo de 7% em 2003 para 23% da área plantada em 2007.

Outro indicador diz respeito ao alcance antecipado da meta de plantio florestal a partir da safra de 2004/2005. Esse fato evidencia que, quando estimulado o setor e tendo a garantia de que as regras serão mantidas, o resultado torna-se satisfatório em todos os aspectos. Por outro lado, o Programa adota como rotina o monitoramento de suas ações, confrontando os resultados com as metas estabelecidas. Esse monitoramento ocorre de duas formas: pela vistoria de campo em projeto específico apoiado pelo Programa, e mediante informações produzidas pelo sistema produtivo.

Ao longo do exercício, ocorreu o aumento do fomento florestal com a participação de pequenos produtores rurais, cujo alcance chega a 23% da área plantada. Porém, a falta de investimentos na década de 90 traz ainda preocupações, especialmente no fornecimento de matéria-prima de pínus na região Sul a partir de 2008.

Houve a celebração de convênio com a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN), com o intuito de apoiar o Estado do Rio Grande do Norte no projeto de Manutenção, Avaliação, Consolidação e Difusão de Resultados de Ações Experimentais com Essências Florestais no Estado.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As instituições parceiras foram escolhidas com base em critérios técnicos e especializados para o desempenho das tarefas propostas. Nesse sentido, pode-se mencionar o caso de instituições não-governamentais contratadas para os trabalhos de introdução das atividades florestais nos assentamentos de reforma agrária da região Nordeste. Essa parceria vem contribuindo para o fortalecimento institucional, não somente das organizações estaduais de meio ambiente, mas também daquelas responsáveis pela execução das políticas de reforma agrária e de assistência técnica e extensão rural. Adicionalmente, esse trabalho tem se revelado como um importante aliado para a melhoria das condições sócio-econômicas e ambientais dos assentamentos e respectivas áreas de entorno.

O mecanismo de participação social tem sido utilizado pelo Programa para discutir e obter apoio da sociedade na implementação de suas ações, a exemplo da proposta de criação do Distrito Florestal Sustentável do Carajás, onde foram realizadas audiências públicas nos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Como o processo não logrou êxito, está sendo proposta uma nova rodada de negociações com os movimentos, de modo a chegar a um consenso para que as reivindicações sejam consensuadas. O envolvimento da sociedade e do Governo por meio de suas representações oficiais, embora constitua um processo mais demorado, proporciona a tranqüilidade necessária para a implementação de ações que vêm ao encontro dos interesses das partes envolvidas e, conseqüentemente, no alcance dos resultados esperados.

Tanto com o IBAMA quanto com o Serviço Florestal Brasileiro, a integração do Programa foi total, permitindo avanços nas diferentes áreas de sua atuação. A transferência da gestão florestal para os órgãos estaduais de meio ambiente permitiu ao IBAMA atuar prioritariamente nos processos de licenciamento florestal no âmbito das competências federais. Consolidou-se a implantação do sistema eletrônico de controle do transporte e armazenamento dos produtos e subprodutos florestais (DOF). Estabeleceu-se a integração do sistema DOF com alguns sistemas estaduais, no sentido de integrar as informações sobre o fluxo de produtos florestais no País.

Foram monitorados aproxidamente 104 mil usuários de recursos florestais em todo o País. Este sistema permitiu o aumento de 57% no número de empresas novas cadastradas, ou seja, um significativo aumento na legalidade do processo de transporte e comercialização de produtos e subprodutos florestais.

Realizaram-se alterações no processo de formalização do Ato Declaratório Ambiental (ADA), tornando-o mais acessível aos proprietários rurais e com esclarecimentos mais efetivos sobre a redução do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) mediante a declaração de áreas de preservação permanente, reservas legais, reservas particulares do patrimônio natural, áreas de interesse ecológico, e áreas sob manejo florestal e reflorestamento, contribuindo, desta forma, para a conservação e preservação das florestas. Com o MMA, participou-se das discussões para a revisão das normas relativas ao manejo florestal sustentável (MFS), à reposição florestal e aos mecanismos de controle do transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais.

Ainda nesse sentido de cooperação, cabe destacar os seguintes trabalhos desenvolvidos:

a) o desenho geral do Sistema Nacional de Informações Florestais (SINFOR);

b) o lançamento do primeiro edital de licitação para áreas da Flona do Jamari (RO), abrangendo 96.000 ha;

c) a consolidação do Distrito Florestal da BR-163;

d) a realização de audiências públicas nos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins para a criação do Distrito Florestal Sustentável da região do Carajás;

e) a realização de dois eventos técnicos na bacia do rio São Francisco objetivando elaboração de projetos de Recuperação da Cobertura Vegetal Arbórea e implantados quatro centros de referência para a recomposição e recuperação de ecossistemas.

Em parceria com o FNMA, foram capacitados 480 técnicos para difusão de assistência técnica a pequenos agricultores rurais da Caatinga e do Cerrado. Com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), foi realizado o Seminário Panamazônia II, com o objetivo de transferir métodos e ferramentas para o monitoramento da floresta e da hidrologia do domínio panamazônico. No contexto da produção extrativista, foram realizados quatro seminários regionais para estruturar a cadeia da sócio-biodiversidade de produtos florestais utilizados por parte de comunidades tradicionais, que vivem e dependem da atividade extrativista. Por fim, o Programa estruturou a Rede Brasileira de Sementes Florestais, interligada ao Plano Nacional de Silvicultura (Pensaf), que visa a utilização de espécies florestais nativas e de sistemas agroflorestais com fins de produção comercial e aumento da disponibilidade de produtos florestais.

O PNF, pela sua abrangência, vem exercitando um processo de gestão compartilhada. Isto significa não só dividir tarefas, mas, sobretudo, buscar comprometimento das partes envolvidas. Assim, no que tange às atividades de uso sustentável e à produção florestal, o Programa preocupa-se em realizar um processo permanente de consulta pública. Para tanto, disponibiliza no Portal Eletrônico as informações necessárias, ao mesmo tempo em que o tema ou o projeto é levado à apreciação dos órgãos colegiados do Ministério.

A consulta aos órgãos colegiados, com representação paritária do Governo e da sociedade, visa compatibilizar os interesses públicos e privados com os objetivos e metas do Programa. Semelhantemente, nas ações de descentralização das atividades florestais, o Programa procura o envolvimento dos entes federativos, por meios das organizações estaduais de meio ambiente (OEMAs), visando conciliar e racionalizar o uso dos recursos dos programas e projetos com as diferentes políticas públicas em implementação. Por outro lado, a gestão do Programa leva em conta também as oportunidades de mercado, isto é, aproveita os

eventos florestais ou de temas correlatos (nacionais e internacionais) para introduzir a questão florestal como vetor de promoção do desenvolvimento e de inclusão social.

Na implementação do Programa, é necessário maior articulação institucional, em âmbito Federal e Estadual, para uma ampla discussão sobre a problemática do setor, inclusive no que se refere à compatibilização de políticas públicas para identificar ações que poderão ser levadas a efeito de forma integrada e viabilizar com a área econômica do Governo e com os órgãos de classes novas alternativas de financiamento à produção florestal, dada a particularidade da atividade e o valor econômico intrínseco dos serviços ambientais prestados pelas florestas.

PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS (FLORESCER)

GERENTE DO PROGRAMA

Bazileu Alves Margarido Neto

OBJETIVO

Prevenir e combater desmatamentos ilegais, queimadas predatórias e incêndios florestais em todos os biomas brasileiros.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 47.137.741	Empenho Liquidado:	R$ 46.613.697
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 46.613.697**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Área Anual Desmatada da Amazônia Legal - km²	-	18.900	13.100	11.224	15.582	-
2. Número de Focos de Calor - Unidade	236.100	167.200	85.359	94.793	200.000	-

1. ÁREA ANUAL DESMATADA DA AMAZÔNIA LEGAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Os índices apurados apontam para uma redução significativa da área desmatada na Amazônia Legal, superando a previsão ao final do PPA, uma vez que trata de indicador que evidencia a melhoria de resultado pela sua diminuição.

2. NÚMERO DE FOCOS DE CALOR

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Houve redução do número de focos de calor a menos da metade do valor previsto ao final do PPA, e o indicador, também, evidencia a melhoria de resultado pela sua diminuição.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A tendência histórica da política florestal brasileira esteve vinculada a instrumentos reguladores de comando e controle, inclusive no tocante à fiscalização. Esses mecanismos se desgastaram e não conseguiram conter o avanço do desflorestamento, nem evitar as queimadas e incêndios florestais. Nos últimos oito anos foram suprimidas algumas medidas de política não-florestal que induziam ao desmatamento, como os incentivos fiscais à agropecuária, inclusive nas áreas de cobertura da floresta amazônica. Passou-se, então, a reconhecer a importância estratégico-econômica da ampla base dos recursos florestais nativos e plantados de que o País dispõe. No bojo das medidas e reformas adotadas, pode-se destacar:

a) a incorporação dos princípios e das noções do manejo florestal sustentável na legislação que regulamenta a exploração da floresta da bacia amazônica, pelo Decreto nº 1.282, de 19 de outubro de 1994;

b) o reconhecimento de que medidas regulatórias de comando e controle eram insuficientes para viabilizar formas sustentáveis de produção e conservação florestal;

c) a adoção de medidas de suspensão ou eliminação de estímulos implícitos ao uso predatório dos recursos contidos em instrumentos econômicos (como a eliminação de incentivos fiscais a projetos agropecuários em áreas florestais da Amazônia e a eliminação de subsídios ao crédito rural para a agricultura como um todo, entre outras);

d) a institucionalização do Programa Protocolo Verde, envolvendo os bancos oficiais que trabalham com créditos especiais, para estimular o setor produtivo da economia brasileira a implantar negócios ecologicamente corretos, bem como desestimular com juros maiores empreendimentos de alto impacto ambiental;

e) a institucionalização da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o ITR, estabelecendo que, no tocante às propriedades rurais, as áreas de preservação permanente, de reservas florestais legais e de interesse ecológico para a proteção de ecossistemas, declaradas por ato do órgão competente, são áreas não tributáveis.

Mesmo assim, o Brasil ainda ocupa a incômoda posição de primeiro lugar no desmatamento de florestas no mundo. Em 2002, mais de dois milhões de hectares (ha) de florestas foram desmatados como conseqüência da exploração florestal predatória, das queimadas descontroladas, dos incêndios e da conversão do solo para agropecuária. A perda de florestas causa perdas econômicas, sociais, biológicas e culturais, além de interferir no ciclo da água e de provocar elevadas emissões de carbono, que contribuem para o aquecimento global. A prevenção e o combate aos desmatamentos e incêndios evitarão este quadro crítico e estimularão a conservação e promoção do uso sustentável da maior biodiversidade do planeta.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Registro no período de julho 2006 a agosto de 2007 de 11.220 quilômetros (km²) de área desmatada, o que corresponde a uma redução de 20% em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo este o segundo menor percentual de redução do índice de desmatamento na Amazônia Legal desde 1988.

• Elaboração e encaminhamento para fiscalização de mais de seis mil mapas pelo Centro de Monitoramento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (CEMAM/IBAMA), os quais orientam o planejamento e a execução das operações de fiscalização em campo.

• Apreensão de mais de 300 mil metros cúbicos (m3) de madeira nas operações ocorridas nos Estados da região amazônica, com a lavratura de 9.070 autos de infração, totalizando mais de R$ 1,0 bilhão em multas aplicadas.

• Realização de mais de 100 grandes operações integradas de fiscalização, tendo como parcerias fundamentais o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Polícia Federal (PF), a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e o Exército Brasileiro.

• Desenvolvimento do banco de dados do Sistema Compartilhado de Informações Ambientais (SISCOM) com o aperfeiçoamento e a integração de sistemas do IBAMA.

• Capacitação, em 2007, de mais de 100 pessoas para o Sistema SISCOM.

• Disponibilização, via web, de informações ambientais por meio do SISCOM (*http://siscom.ibama.gov.br*).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No Programa foram realizadas manutenções em 12 bases operativas de fiscalização do IBAMA no arco do desmatamento e foram construídas as bases operativas de São Félix do Xingu (PA), Novo Progresso (PA), Vila Rica (MT), bem como foi ampliada a base de Sinop (MT).

As metas do Programa vêm sendo alcançadas satisfatoriamente. De modo geral, foram aplicados, em cada ação, mais de 90% dos recursos orçamentários programados.

São realizadas reuniões anuais de avaliação e planejamento do ano futuro, com a participação de todas as superintendências, e reuniões pontuais de planejamento para tratar de ações extraordinárias.

Os coordenadores apresentam um relatório após cada operação, seja de fiscalização, de constatação ou de combate a queimadas ou incêndios, contendo registros das ações e das dificuldades encontradas em campo pelos agentes. Há, também, o Sistema de Cadastro,

Arrecadação e Fiscalização (SICAFI), já implementado, que serve como banco de dados e cadastramento de informações levantadas em operações de fiscalização.

Foi baixa a efetividade na participação de outros Ministérios nas metas e diretrizes do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento da Amazônia (PPCDAM) e houve efetiva integração da gerência com as coordenações das ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Há um canal exclusivo para denúncias da sociedade civil, a Linha Verde (0800-618080). As denúncias cadastradas na Linha Verde são transformadas em dados, os quais são analisados e incluídos na programação das operações.

O Programa realiza seminários sobre alternativas ao uso do fogo, assim como a promoção de cursos sobre o uso do fogo nas atividades agrossilvopastoris.

Há a necessidade de renovação da frota veicular, que se encontra depreciada e em número insuficiente, de adequação de reformas nas instalações físicas das unidades descentralizadas, bem como a atualização e renovação de equipamentos eletrônicos de informática.

A quantidade de servidores é insuficiente para atender às atividades administrativas e finalísticas, principalmente no apoio às ações de fiscalização e na execução destas. Há, também, a necessidade de capacitação dos mesmos.

PROAMBIENTE

GERENTE DO PROGRAMA

Egon Krakhecke

OBJETIVO

Promover o equilíbrio entre a conservação dos recursos naturais e a produção familiar rural, por meio da gestão ambiental territorial rural, do planejamento integrado das unidades produtivas e da prestação e certificação de serviços ambientais.

PÚBLICO-ALVO

Produtores familiares (agricultores familiares, pescadores artesanais, extrativistas, indígenas, quebradeiras de coco, quilombolas, ribeirinhos e populações tradicionais), e suas instituições de organização e representação

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 3.600.252	Empenho Liquidado:	R$ 3.419.043
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 3.419.043**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Área Certificada para a Prestação de Serviços Ambientais - ha	-	-	-	135.650	269.500	50,3

1. ÁREA CERTIFICADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

No ano de 2007, ainda não foram normatizados os mecanismos legais que reconheçam o conceito e o mecanismo legal de pagamento por serviços ambientais, apesar do avanço alcançado com as inúmeras iniciativas do legislativo, que estão tramitando no Congresso Nacional, referentes ao assunto. Desse modo, os resultados e a ampliação do Programa, para uma política nacional, foram comprometidos ao longo do ano de 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente) surgiu como projeto da sociedade civil e, posteriormente, foi absorvido como Programa de

Governo. Nesse sentido, a proposta do Programa surge do acúmulo de demandas e carências históricas dos movimentos sociais da Amazônia, proponentes do projeto.

A proposta da sociedade atribuía ao Proambiente uma série de competências que cabem a outras instâncias de Governo, tornando os objetivos do Programa excessivamente amplos. Com o acúmulo de dois anos de execução do Programa, ficou clara a necessidade de ajustes nas atribuições do Proambiente, com foco em competências exclusivas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que foram explicitadas na nova redação do objetivo.

Ações complementares para o atendimento das demandas iniciais dos movimentos sociais, que motivaram a elaboração do Proambiente como proposta inovadora de política de desenvolvimento rural, devem ser atendidas à medida que as premissas do Programa são ativamente pautadas em outras instâncias de Governo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Consolidação dos pólos pioneiros do Proambiente.

- Beneficiadas 3.850 famílias pela prestação de assistência técnica e extensão rural (ATER).

- Financiadas 1.768 famílias para implantação dos Planos de Utilização das Unidades Produtivas.

- Institucionalização do Conselho Nacional do Proambiente.

- Consolidação dos Planos de Gestão Ambiental Rural (PGAR) nos seis territórios apoiados, a saber: Portal da Amazônia (MT), Araguaia (MT), BR-163 (PA), Baixo Amazonas (PA), Serra Geral (MG), Paulo Afonso-Xingó (SE, PE, AL, BA).

- Prestação de ATER por meio da Política Nacional de ATER (PNATER) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a experiência dos projetos de implementação dos pontos de conversão agroecológica, que representam iniciativas fundamentais para a consolidação da experiência dos pólos pioneiros do Proambiente em política nacional.

- Aplicação, nos seis territórios previstos, dos recursos conforme plano de trabalho.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Foram realizadas reuniões do Conselho Nacional do Proambiente e inúmeras reuniões de trabalho com diferentes programas do MMA, Ministérios parceiros e instituições de ensino e pesquisa, com o intuito de discutir e contribuir para a implementação do Programa e possíveis parcerias. No caso do Programa Gestão Ambiental Rural (GESTAR), será contratada consultoria para avaliação do projeto, com realização prevista para o primeiro semestre de 2008.

O Programa prevê um plano de monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas nos pólos, no qual seria avaliada a execução das atividades. Porém, pela priorização de outras atividades, essa estratégia de monitoramento não é regularmente efetivada pela equipe da gerência do Programa.

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é realizado por meio de relatórios de execução parcial e final do objeto dos projetos, visitas de campo, encontros técnicos e reuniões dos conselhos gestores. Estes mecanismos têm sido capazes de garantir um acompanhamento razoável da implementação das ações.

As atividades realizadas são inseridas mensalmente no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), permitindo o seu acompanhamento e a melhoria da gestão, por meio da avaliação da eficiência da execução físico-financeira do Programa.

Há o acompanhamento da execução das atividades realizadas pelo Programa, através de relatórios de progresso para avaliação das atividades realizadas, monitoramento e planejamento das atividades futuras.

O Programa teve cumprimento adequado da execução física prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

O Proambiente tem como um de seus princípios a gestão compartilhada entre o Governo Federal, Estados, Municípios e a sociedade civil organizada. O desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas foi considerado satisfatório, em muitos casos, superando os resultados esperados, o que fortaleceu as ações do Governo, dando maior visibilidade e consistência aos objetivos propostos. O projeto GESTAR apóia as mais diversas formas de associações legítimas, com as quais firma as devidas cartas de acordo para concretização da metodologia preconizada. Para isso, leva em consideração, na escolha, o perfil das mesmas e afinidades para com as populações dos territórios.

A gestão participativa e a execução descentralizada contribuem para a eficácia das ações e sua economicidade, podendo servir de modelo a outras ações governamentais.

As ações do Programa encontram-se em fase de avaliação, contemplando entrevistas com diferentes atores: beneficiários, entidade executora, conselheiros locais e nacionais e representantes das políticas articuladas pelo Proambiente. Essa estratégia visa promover uma reflexão e análise dos principais resultados, de modo a subsidiar o seu planejamento ao longo de execução do PPA 2008-2011.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa conta com o Conselho Nacional, órgão colegiado integrante de sua estrutura de gestão, com composição paritária entre o Governo Federal e a sociedade civil organizada,

e com a finalidade de contribuir para sua implementação. No meio rural, o Proambiente é implantado por adesão coletiva, por meio da formação de pólos. Cada pólo é formado por um conjunto de grupos comunitários vinculados às associações de produtores e às cooperativas de atuação local.

Os pólos são constituídos por territórios rurais com similaridades sociais, culturais, econômicas e ambientais, possibilitando a gestão integrada dos recursos naturais em escalas de unidades de produção (propriedades, lotes, reservas extrativistas, áreas de uso comum, etc.) e grupos comunitários prestadores de serviços ambientais à sociedade. No âmbito do pólo, a viabilização de espaços de diálogo e parcerias entre os diferentes setores de Governo, sociedade civil e setores privados é efetivada pela constituição do conselho gestor do pólo, órgão deliberativo local, também de composição paritária entre o Poder Público e a sociedade civil organizada.

O Conselho Nacional do Proambiente tem como atribuição contribuir na definição de critérios, diretrizes e estratégias para a execução do Proambiente, apoiando a definição dos pólos a serem instalados. Os conselhos gestores dos pólos, com a atribuição de apoiar a gestão local de execução do Programa, elegem a entidade executora que é responsável pela execução direta com as famílias envolvidas, prestando assistência técnica e extensão rural diferenciada.

No ano de 2007, foi discutida uma minuta de projeto de Lei com diretrizes, critérios, procedimentos e formas de compensação de serviços ambientais. O GESTAR tem, como metodologia simplificada, a construção de um plano, que contempla as diversidades regionais em todos os quesitos, sejam eles sociais ou econômicos, não dependendo de forma direta desta previsão legal, uma vez que a execução orçamentária se faz via organismos internacionais para a qual existe regulação específica, faltando normas legais regulamentadoras para a sua efetiva implementação.

O Proambiente tem como proposta a compensação pelos serviços ambientais prestados pelas famílias. Porém, não há norma legal que reconheça o conceito e os mecanismos de transferência de recursos orçamentários para esse propósito. Também, caberia melhor qualificação da equipe técnica que executa as atividades previstas no Programa, em todo o Território Nacional.

PROBACIAS - CONSERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

GERENTE DO PROGRAMA

José Machado

OBJETIVO

Implementar o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos e promover a recuperação e a conservação de bacias hidrográficas.

PÚBLICO-ALVO

Usuários de recursos hídricos e populações das bacias hidrográficas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 86.260.481	Empenho Liquidado:	R$ 64.131.191
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 64.131.191**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 3.520.000	R$ 0,00	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Bacias Hidrográficas com Alcance de, pelo menos, 70% do Índice de Implementação dos Instrumentos de Gerenciamento de Recursos Hídricos - Porcentagem de Implementação dos Instrumentos de Gerenciamento de Recursos Hídricos	-	-	2	2	5	40
2. Taxa do Território Brasileiro com Implantação de Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, excluída a Bacia Amazônica - Porcentagem	1,20	1,66	1,66	1,66	20,50	8,1

1. NÚMERO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS COM ALCANCE DE, PELO MENOS, 70% DO ÍNDICE DE IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Das cinco bacias com previsão de implantação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), no período do PPA que se encerrou em 2007, uma já se encontrava com esses instrumentos em funcionamento (Paraíba do Sul) e outra teve o início

das atividades de cobrança pelo direito de uso no período, formada pelo consórcio das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ). Nas demais, o sistema avançou, mas não a ponto de dar início ao processo de cobrança e, por meio dos recursos arrecadados, beneficiar as populações locais com ações de recuperação e conservação dos corpos d'água locais.

2. TAXA DO TERRITÓRIO BRASILEIRO COM IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS, EXCLUÍDA A BACIA AMAZÔNICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Das cinco bacias com previsão de implantação dos instrumentos da PNRH, no período do PPA que se encerrou em 2007, uma já se encontrava com esses instrumentos em funcionamento (Paraíba do Sul) e outra teve o início das atividades de cobrança pelo direito de uso no período, formada pelo consórcio das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Nas demais o sistema avançou, mas não a ponto de dar início ao processo de cobrança e, por meio dos recursos arrecadados, beneficiar as populações locais com ações de recuperação e conservação dos corpos d'água locais.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, em seu artigo 1º ("Dos fundamentos") estabelece: "a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos - SINGREH". Assim, a bacia hidrográfica é a unidade de gestão, no âmbito da qual deverão ser fortalecidos os instrumentos PNRH e implementados os mecanismos técnicos e operacionais para apoio aos conselhos e agências de bacias, o que permitirá a descentralização, a participação da sociedade e o fortalecimento do controle social, visando assegurar o uso sustentável dos recursos hídricos. As ações do Programa contemplam, ainda, a elaboração dos Planos de Bacias Hidrográficas (PBHs) de rios de domínio da União, a capacitação técnica e operacional das entidades colegiadas, dos órgãos e das instituições envolvidas no sistema, bem como o fortalecimento do processo de implementação dos instrumentos do SINGREH, possibilitando dar maior visibilidade às prioridades definidas pelos respectivos comitês de bacias.

O Programa visa a preservação das disponibilidades de água na natureza através de medidas de conservação de solo e água, da redução de perdas nas estruturas de fornecimento de água para as mais diversas aplicações, da implementação de tecnologias adequadas, de incentivos e instrumentos econômicos que estimulem a maior eficiência do uso em processos de produção, da minimização dos desperdícios, da redução do consumo promovendo a reciclagem da água em circuitos abertos ou fechados, da redução das quantidades de novas vazões captadas, através da prática da reutilização de forma adequada e em bases sustentáveis. Para tanto, estimula a implementação de ações voltadas para a recuperação e a conservação de bacias hidrográficas, com a aplicação dos recursos originários da cobrança pelo uso da água em projetos priorizados pelo comitê da bacia hidrográfica em que foram gerados e outras ações de fomento e financiamento a projetos voltados para o uso racional e conservação de recursos hídricos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Cadastrados 21.970 usuários de recursos hídricos no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH) em 2007, totalizando 82.443 usuários cadastrados.

- Gestões nas bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Doce, Verde Grande, Paranaíba, Piranhas-Açu e Guaíba visando a implementação da cobrança pelo uso da água.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Tomou-se a execução orçamentária como base para mensuração do alcance dos resultados no exercício. Foram realizados 68% dos recursos totais alocados na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 mais créditos e restos a pagar (RAP). Se considerada a LOA mais os créditos, esse percentual sobe para 74,4%. Além disso, se considerada somente a soma dos valores da LOA e dos créditos deduzidos R$ 9 milhões relativos a emendas promovidas no Congresso Nacional, que têm outros condicionantes específicos quanto à efetiva disponibilidade de recursos para execução e excluídos também os recursos inscritos em RAP, a execução apurada no exercício estará na casa de 83%.

São realizadas reuniões envolvendo os coordenadores de ação e titulares das unidades organizacionais responsáveis pelos resultados das ações nas oportunidades de encaminhamentos de pedidos de créditos, sempre que houver mudanças nos limites de recursos para movimentação e empenho. O plano gerencial interno do Programa é elaborado antes do encaminhamento da proposta orçamentária e orienta a sua elaboração. Nessa oportunidade toda a agência discute as propostas, que são apresentadas e aprovadas pelo gerente do Programa.

O Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), o Sistema de Informações Gerenciais Setoriais que é um Infrasig denominado Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão (SISPLANA), e o Sistema de Tramitação de Processos e Documentos da Agência Nacional de Águas (ANA) – Sistema Próton – são alguns sistemas informatizados que contribuem para o monitoramento, adequações, a prestação de contas de resultados e a tramitação de processos. Os dois últimos são restritos às ações coordenadas pela ANA. Não se vislumbrou, ainda, um Infrasig que possa reunir todo o conjunto de ações dos programas, considerando-os como unidades de planejamento, como preceitua o modelo de gestão do PPA. Essa providência, por envolver a multissetorialidade, passa obrigatoriamente pela gestão do órgão central de planejamento de Governo.

O SIGPlan é outro instrumento de prestação de contas e de monitoramento do Programa. A sua concepção e tempestividade no trato das informações, porém, não são suficientes, razão pela qual há a intenção de interligar com o Infrasig para permitir o envio de informações relativas ao monitoramento de forma automatizada.

O Relatório de Gestão da Unidade Orçamentária é elaborado considerando-se o Programa como uma unidade de gestão. O relatório explicita os resultados do Programa, bem como outras informações demandas pelos órgãos de controle.

O cumprimento das metas físicas das ações do Programa é influenciado por diversos fatores, tanto técnicos quanto orçamentário-financeiros. Do ponto de vista estritamente físico, não é possível aferir o resultado de um conjunto de ações que têm unidades de medidas de resultados díspares, daí a opção ser meramente indicativa e subjetiva. Das 16 ações sob coordenação da ANA, uma única ação está sob a coordenação do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), por exemplo, nada menos do que 10 apresentaram execução entre 90% e 110%, o que parece indicar uma boa relação entre planejado e executado. Ademais, o grau de dificuldade para se alcançar uma meta pode variar muito. O modelo de gestão, aferido por metas físicas quantitativas, não parece refletir o resultado de um Programa que, aliás, tem indicadores de resultados exatamente para atender a esse quesito.

O Programa, para implementar os instrumentos da PNRH e promover a recuperação e conservação dos recursos hídricos sob domínio da União necessitaria de muito mais do que lhe é ofertado anualmente. Na prática, ainda não foi implementada a gestão por programas a que alude a Constituição Federal. Assim, procura-se fazer o possível. Cabe enfatizar que disponibilização insuficiente de recursos para atacar um determinado problema que afeta a sociedade onera o resultado final. Os recursos serão sempre insuficientes caso não haja uma definição clara de prioridades e objetivos de Governo, a serem priorizados por meio de programas que realmente se proponham a resolver problemas claramente identificados. Não é o caso, ainda.

Qualquer descontinuidade no fluxo de recurso traz prejuízos à execução de uma ação ou de um programa. O problema é recorrente, ao fim de dois planos plurianuais de Governo. Os órgãos executores de ações e programas enfrentam enormes dificuldades a cada exercício para tentar compatibilizar seus planejamentos aos orçamentos disponibilizados. O fluxo descontínuo não permite uma mínima garantia de execução da programação. Os esforços das avaliações anuais também não se revertem em benefícios para melhorar o desempenho da ação de Governo.

Há programas com baixíssima capacidade de execução, ao longo de uma série, que continuam sendo agraciados como se efetivos fossem. Porém, esse fator, de forma individualizada, não é suficiente para se avaliar a efetividade de um programa.

No âmbito do Probacias, um sistema interno de gerenciamento vem sendo o meio para tornar as regras da execução orçamentária mais claras. Os coordenadores de ação têm dificuldade de assimilar o sistema orçamentário. No caso do Programa, os limites de recursos disponibilizados são incompatíveis com a arrecadação da principal fonte de financiamento do mesmo, forçando a geração de sobras que culminam na reserva de contingência. No Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2007, por exemplo, a fonte de receitas próprias contemplou recursos de R$ 172,8 milhões, dos quais nada menos de R$ 110,2 milhões dispostos na reserva de contingência. Não de menor importância, há limitações impostas pelos decretos de programação orçamentária e financeira do Governo, que ditam regras restritivas à execução dos programas.

Os créditos adicionais, para serem efetivos, têm de ser propostos ainda no primeiro semestre, quando ainda não são bem conhecidos os problemas e gargalos, tornando o pedido, muitas vezes, precipitado. Na segunda fase, o pedido destes créditos torna-se, na maioria das vezes, inócuo, devido à morosidade que envolve o processo de aprovação e sua liberação ocorrendo próximo ao final do exercício.

A inadimplência dos entes é um problema que tem exigido criatividade para sanar as restrições decorrentes. De todo modo, tem se constituído em entrave para a formalização de convênios, especialmente no caso do Probacias, cujo alcance de resultados depende, em muito, da gestão compartilhada com entidades parceiras.

A descentralização direta é um dos meios que o Programa adota para a execução de atividades continuadas, especialmente em relação à operação da rede hidrometeorológica, ação que o integra e que conta com parceiros de grande competência técnica e credibilidade, como a Companhia de Recursos Minerais do Ministério de Minas e Energia (CPRM/MME). A descentralização externa, para outras esferas de Governo, vem tendo um desempenho mais comedido em decorrência das restrições causadas pelas inadimplências dos parceiros.

Apenas a Ação Fomento a Projetos de Recuperação e Conservação de Bacias Hidrográficas, que tem por produto projeto apoiado, é realizada em outra unidade administrativa. O resultado poderia ter sido melhor, não fossem as restrições na liberação de recursos para a sua execução.

Foi realizado o repasse, por meio de contratos de gestão, de R$ 5,6 milhões para a bacia do Paraíba do Sul e de R$ 13,6 milhões para o consórcio dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, totalizando R$ 19,2 milhões em 2007, para implantação de projetos de recuperação e conservação de recursos hídricos, conforme prevê a legislação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa é assentado em pressupostos de descentralização e integração, razão pela qual a participação social ocorre em grande parte de sua implementação e foram apoiadas várias instâncias locais do sistema de gestão descentralizado, por meio dos comitês:

a) para Integração do Rio Paraíba do Sul (Ceivap);

b) da Bacia Hidrográfica São Francisco (CBHSF);

c) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) e com os órgãos gestores de Minas Gerais (IGAM) e do Espírito Santo (IEMA);

d) da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (CBH-Verde Grande);

e) da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (CBH-Paranaíba);

f) da Bacia do Rio Piranhas-Açu (CBH-Piranhas-Açu);

g) da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul;

h) da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu (CBH-Guandu).

A participação social está presente em todos os processos de criação dos comitês de bacias hidrográficas, também conhecido como parlamento das águas. Todo o modelo do Programa realiza avaliação dos beneficiários, em especial nas ações onde o processo de cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos já está implantado na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul e no Consórcio das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Nos contratos de gestão que dão suporte ao repasse de recursos para utilização, pela entidade delegatária, das funções de agência de águas na bacia, um dos indicadores de desempenho é exatamente a participação da sociedade local.

O planejamento da atuação de cada exercício é elaborado antes e fornece os subsídios necessários à elaboração do PLOA. As informações são organizadas em um sistema informatizado, por meio do qual se procura acompanhar o desenho da execução, de acordo com a programação elaborada. Após a aprovação da LOA, a programação é aprovada e a execução autorizada. O sistema informatizado proporciona condições para o monitoramento.

QUALIDADE AMBIENTAL

GERENTE DO PROGRAMA

Thelma Krug

OBJETIVO

Promover a melhoria da qualidade ambiental por meio do fortalecimento dos instrumentos de gestão, do controle dos riscos e da melhoria do atendimento às emergências decorrentes de substâncias perigosas e resíduos industriais. Além do controle de gases com a finalidade de proteção da camada de ozônio e do sistema climático global.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 26.892.168	Empenho Liquidado:	R$ 23.440.404
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 23.440.404**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (CFC) - Tonelada	-	-	-	478	300	159,3
2. Número de Empreendimentos de Infra-Estrutura sem Licença de Operação - Unidade	-	228	147	-	50	-
3. Número de Episódios Anuais de Violação do Padrão Diário de Qualidade do Ar para os Parâmetros Material Particulado Inalável (PM10) e Ozônio (03) - Unidade	-	-	-	1.908	380	502,1

1. CONSUMO NACIONAL DE SUBSTÂNCIAS QUE DESTROEM A CAMADA DE OZÔNIO (CFC)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Para o cálculo desse indicador, são considerados os clorofluorcarbonos (CFC) dentre todas as substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO), por apresentarem maior consumo no Brasil. Esse dado é obtido por meio do Cadastro Técnico Federal (CTF) e diz respeito às substâncias do grupo I do anexo A do Protocolo de Montreal (CFC 11, 12,

113, 114 e 115). Esse valor é obtido em toneladas de potencial de destruição da camada de ozônio (toneladas PDO). Cada CFC possui o seu fator PDO que, multiplicado pela quantidade de toneladas, permite a obtenção do valor do consumo do País em PDO. Os dados finais do consumo só são obtidos em maio, pois de acordo com a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 267, de 14 de setembro de 2000, e a Instrução Normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 37, de 29 de junho de 2004, as empresas cadastradas no CTF têm até o 30.04 de cada ano para fornecer ao IBAMA o inventário com os dados quantitativos relativos às substâncias controladas comercializadas e utilizadas no período de 1º.01 a 31.12 do exercício imediatamente anterior ao corrente. Portanto, em janeiro, quando os relatórios de avaliação são feitos, há apenas um valor estimado. Dessa forma, o estimado para o indicador em 2005 foi de 1.182,00 toneladas (t) de CFC e o valor exato deste indicador foi de 967,175 t, obtido por meio do CTF do IBAMA, após o fechamento do mês de abril de 2006. Durante o ano de 2006, o consumo final de CFC foi de 478 t PDO. No ano de 2007, espera-se que o consumo de CFC no Brasil seja totalmente eliminado, conforme estabelece a resolução CONAMA nº 267/2000. Em 2008, devem ser substituídos os CFC pelos hidroclorofluorcarbonos (HCFC), que também são SDO, que passam a ser controladas por meio de cotas, conforme ajuste aprovado no Protocolo de Montreal, na 19ª Reunião das Partes, ocorrida em setembro de 2007.

2. NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS DE INFRA-ESTRUTURA SEM LICENÇA DE OPERAÇÃO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Não foi apurado nenhum índice no ano de 2007.

3. NÚMERO DE EPISÓDIOS ANUAIS DE VIOLAÇÃO DO PADRÃO DIÁRIO DE QUALIDADE DO AR PARA OS PARÂMETROS MATERIAL PARTICULADO INALÁVEL (PM10) E OZÔNIO (O3)

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Comparando-se os dados de 2007 com os dos dois anos anteriores, observa-se um crescente aumento nos níveis de ozônio atmosférico e que a emissão de material particulado ainda é um problema nos grandes centros urbanos e industriais, apesar dos avanços do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE) e das medidas de combate e controle da poluição industrial por meio do licenciamento e do monitoramento realizado pelos órgãos ambientais fiscalizadores. Essa piora na qualidade do ar dos grandes centros urbanos e industriais é um indicativo de que as ações governamentais não estão sendo suficientes diante do aumento no número de veículos em circulação nas ruas, principalmente veículos pesados, motocicletas e veículos velhos, e também do aumento do parque industrial, especialmente a indústria petroquímica e de geração de calor (termelétricas). Essas são as principais fontes de material particulado, óxidos de nitrogênio e hidrocarbonetos, que são precursores do ozônio. Outro aspecto que vale registrar é a falta

de infra-estrutura dos órgãos ambientais estaduais para o desenvolvimento de seu trabalho ilustrado, nesse caso, pela baixa porcentagem de medições de qualidade do ar registradas no Estado do Rio Grande do Sul, onde as estações de monitoramento funcionaram apenas 32% do tempo em 2007, o que ocorreu devido à falta de recursos financeiros para a manutenção dos equipamentos de medição da qualidade do ar.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A degradação da qualidade ambiental, que vem ocorrendo nas últimas décadas, tem influenciado de forma negativa a qualidade de vida da sociedade brasileira. Parte dessa degradação está associada à utilização desmedida dos recursos naturais, à emissão de gases que afetam a camada de ozônio e o sistema climático global, a substâncias químicas e resíduos industriais perigosos e ao nível de poluição do ar. Agregam-se a isso os impactos ambientais decorrentes das atividades de infra-estrutura necessárias ao desenvolvimento do País.

Existem hoje, no mundo, mais de cem mil substâncias químicas comercializadas e a cada ano são introduzidas cerca de duas mil novas substâncias, das quais apenas um número reduzido foi testado do ponto de vista de sua toxicidade para os seres humanos e para o meio ambiente. Especialistas prevêem que esta produção continuará crescendo, principalmente nos países em desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OECD). Por isso, a promoção da segurança química tem para o Brasil relevância inequívoca, visto que o País está entre os 10 maiores produtores e o sétimo maior consumidor de produtos químicos em nível mundial, além de ser o maior produtor e importador do gênero na América Latina.

A observação dos riscos devidos a agentes químicos e aos resíduos é de grande importância para as sociedades modernas, em face dos efeitos de tais substâncias em diferentes escalas temporais e espaciais. Em termos espaciais, os riscos não têm fronteiras, podem ocorrer localmente, ou ter impactos mais amplos, na medida em que afetam ecossistemas regionais ou mesmo globais. Temporalmente, os riscos devidos a agentes químicos e aos resíduos podem gerar efeitos ao seres humanos e ao ambiente em diferentes momentos.

Outra fonte de preocupação são os resíduos industriais perigosos. Grande parte das indústrias apresenta um passivo ambiental significativo, decorrente da disposição inadequada de resíduos cuja localização, muitas vezes, é desconhecida dos órgãos de controle ambiental. Outras vezes, as autoridades públicas têm que lidar com sítios contaminados, cujos responsáveis não são mais acionáveis de imediato, os chamados sítios órfãos. Aliado a esses problemas, os padrões de produção não sustentável provocam o aumento da quantidade e variedade de produtos perigosos persistentes e seus resíduos lançados no meio ambiente. Uma abordagem preventiva, centrada na mudança de padrões tecnológicos de produção, significa adotar uma estratégia de produção mais limpa, demonstrando ao setor produtivo as vantagens ambientais, sociais e econômicas da produção limpa, na medida em que esta possibilita às empresas ganhos de competitividade garantindo a sua sobrevivência em um mercado globalizado.

Em relação à poluição atmosférica, estudos têm demonstrado que um acréscimo de uma parte por milhão (1 ppm) na concentração de monóxido de carbono (CO) na atmosfera, mesmo quando padrões de qualidade do ar são atendidos, foi responsável, respectivamente, por um aumento de 11% e 14,8% nas internações hospitalares por doenças pulmonares crônicas em idosos e de 5% do total de internações por doenças respiratórias em crianças.

Em relação ao sistema climático global, a continuação das emissões nos padrões atuais provocará um aumento de até 5,8°C na temperatura média da Terra nos próximos 100 anos e, conseqüentemente, levará a um aumento de até 88 centímetros (cm) no nível dos oceanos, com prejuízos incalculáveis para regiões costeiras e países insulares, além de problemas como secas severas e modificação de regimes hidrológicos.

Para enfrentar as constantes ameaças ambientais, o setor público precisa aperfeiçoar seus instrumentos de gestão, e promover ações articuladas que possibilitam a eliminação, a minimização ou o controle de riscos ambientais e o combate rápido e efetivo a situações emergenciais. Estas ações integradas de monitoramento, fiscalização e atuação direta devem ser desenvolvidas por equipes capacitadas, instrumentalizadas, apoiadas por especialistas e municiadas de informações organizadas e atualizadas. Se assim ocorrer, torna-se possível apresentar respostas claras e efetivas à sociedade nas situações em que as condições e a qualidade de vida das populações, bem como o patrimônio ambiental, estiverem ameaçadas. Esta diretriz foi explicitada no Programa de Governo, nas diretrizes e nos objetivos setoriais definidos pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Conclusão do Atlas de Sensibilidade Ambiental da Bacia Sedimentar Marítima de Santos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No Programa foram consolidados entendimentos entre o MMA e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para atendimento às determinações da resolução CONAMA nº 315, de 29 de outubro de 2002, relacionada aos limites máximos de emissões de poluentes atmosféricos para veículos leves e pesados, as quais entrarão em vigor em 2009. Foi criado grupo de trabalho, no âmbito da Câmara Técnica de Controle da Qualidade Ambiental do CONAMA, para definição de padrões de emissão de poluentes atmosféricos por fontes fixas. Também foi aprovada proposta de revisão da resolução nº 293, de 12 de dezembro de 2001, pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do CONAMA, sobre o conteúdo mínimo do plano de emergência individual para derramamento de óleo.

Foi realizado apoio ao Projeto Mapeamento de Áreas de Risco de Acidentes, no Estado de Pernambuco, com ênfase no Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), conforme termo de referência estabelecido pelo grupo de trabalho como instrumento integrante do

Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (P2R2), e a instalação do laboratório de análise de dioxinas e furanos, fruto de um convênio firmado entre o MMA e a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB) em que foram iniciadas ações visando o treinamento dos técnicos que irão efetuar o start-up do equipamento e operá-lo rotineiramente.

Foi firmado convênio, denominado Minimização dos Impactos Gerados por Resíduos Perigosos, entre o MMA e o Centro Nacional de Tecnologias Limpas (CNTL), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Departamento Regional do Estado do Rio Grande do Sul (SENAI/RS), em parceria com os Governos do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e de Pernambuco, e o Centro Coordenador Regional para a América Latina e o Caribe de Capacitação e Transferência de Tecnologia da Convenção de Basiléia.

Os resultados foram alcançados de maneira satisfatória, sendo relevante destacar as metas de capacitação, graças às parcerias com instituições públicas e privadas, as quais contribuíram de forma significativa para a viabilização das ações.

Com a reestruturação do Programa, as iniciativas ligadas à agenda do petróleo conheceram, também, um processo de realinhamento de prioridades. Assim, a proposta de consolidação do Plano Nacional de Contingência (PNC), mediante minuta de Decreto, encontra-se em revisão, ainda sem uma redação conclusiva das instituições envolvidas que são o MMA, o IBAMA e o Comando da Marinha, do Ministério da Defesa (MD).

Apesar da previsão inicial de elaborar o mapeamento de sensibilidade ambiental ao óleo de quatro bacias marítimas do plano cartográfico, não foi possível avançar na bacia de Campos, especialmente pela carência de recursos orçamentários e financeiros.

Durante o ano de 2007, foram realizadas reuniões de avaliação do desempenho das ações com a participação dos coordenadores de ação e dos diretores. Nelas são definidas estratégias visando o alcance das metas das ações. Foram realizadas, periodicamente, reuniões de nivelamento técnico-metodológico com as equipes executoras dos trabalhos.

São realizadas visitas aos órgãos ambientais estaduais que estão realizando os mapeamentos de áreas de risco referente a substâncias químicas perigosas, assim como visitas às equipes executoras em áreas onde estão sendo realizados os trabalhos de mapeamento de sensibilidade ao óleo.

Anualmente, são realizados relatórios para a tomada de contas do Ministério, o Balanço Geral da União (BGU), além de relatórios para cumprir cláusulas de contrato de empréstimo e relatórios para organismos internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

De forma geral, pode-se considerar como satisfatória a execução das ações. Houve metas não cumpridas por motivos de inadimplência do convenente, o que inviabilizou o repasse de recursos. Algumas metas foram superadas devido às parcerias com outras instituições, as quais contribuíram significativamente na realização das atividades das ações.

Nas ações que dependem da celebração de convênios, houve prejuízo na execução devido à dificuldade na viabilidade destes, principalmente pela inadimplência dos Governos Estaduais, que representa uma dificuldade recorrente para a celebração de convênios e o repasse de recursos.

A execução das ações do IBAMA e do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) tiveram bons rendimentos. Os coordenadores de ações disponibilizaram as informações tempestivamente.

Vários temas tratados no âmbito do Programa possuem interfaces com as resoluções do CONAMA, as quais têm abertura para consulta pública. Nestas consultas são acolhidas contribuições de diversos atores do setor público e privado.

Foram constatadas importantes participações dos atores envolvidos nas discussões das resoluções do CONAMA, nas comissões nacionais de segurança química e de produção mais limpa, as quais contribuíram nas formulações de políticas públicas.

O índice Número de Empreendimentos de Infra-Estrutura sem Licença de Operação, segundo o IBAMA, não pôde ser apurado devido à viabilidade do alcance do índice proposto ao final do PPA 2004-2007 estar diretamente ligada ao prosseguimento na modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA), com a introdução de novas ferramentas técnicas na avaliação dos processos de licenciamento ambiental.

Recomenda-se que sejam intensificadas as ações governamentais visando a prevenção e o controle das emissões de fontes potencialmente poluidoras mencionadas, do MMA junto aos demais órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), como, por exemplo, regulação das emissões de veículos pesados e motocicletas, inspeção veicular e capacitação, tanto técnica quanto de recursos, dos órgãos ambientais estaduais para as ações de licenciamento e fiscalização da poluição industrial e também para o monitoramento da qualidade do ar.

A insuficiência de recursos para a execução do Programa não está restrita ao orçamento, e sim ao limite de recursos da unidade responsável. As ações atinentes ao petróleo vêm, desde 1997, tentando acesso aos recursos da fonte 142, conforme estabelecido no artigo 50 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997.

Há necessidade de criação de novos cargos gerenciais nos órgãos participantes do Programa, para maior eficiência e agilidade das ações.

Identificou-se a ausência de amparo legal para a celebração de convênios com entidades privadas sem fins lucrativos, o que impediu um desempenho maior das ações do Programa.

RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS

GERENTE DO PROGRAMA

Maria Cecília Wey de Brito

OBJETIVO

Promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação.

PÚBLICO-ALVO

Pescadores, armadores de pesca, empresários de pesca, aqüicultores e sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 564.175.184	Empenho Liquidado:	R$ 498.301.225
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 498.301.225**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Sustentabilidade para o Uso dos Recursos Pesqueiros - Índice Numérico	-	-	-	-	1,30	-

1. ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE PARA O USO DOS RECURSOS PESQUEIROS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A principal fonte de dados para a aplicação do indicador é o Sistema de Mapas de Bordo (SMB), que fornece a captura por unidade de esforço (CPUE) dos recursos que são utilizados pelas principais pescarias brasileiras. O sistema encontrava-se desativado e, somente no final de 2005, foi retomado. Entretanto, a série de dados gerada foi insuficiente para se ter a possibilidade de aplicação da fórmula empregada. Na realidade, será necessário pelo menos de dois a três anos de dados disponíveis para que se possa comparar a situação dos estoques de um ano para o outro e, mesmo assim, de forma parcial, já que os resultados alcançados após a aplicação de uma medida podem ser mais demorados e dependem da longevidade dos recursos em questão – recursos com ciclo de vida longo somente irão apresentar resultados após alguns anos. Em função do anteriormente exposto, as análises dos resultados do Programa, em relação ao indicador, foram feitas por meio de avaliação qualitativa e da utilização dos relatórios das reuniões de avaliação da situação de cada

recurso, oportunidade em que se faz diagnóstico pormenorizado e são sugeridas novas medidas de gestão para o uso desses recursos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As melhores informações científicas disponíveis sobre o estado dos principais recursos pesqueiros costeiro-marinhos concluem que cerca de 80% deles encontram-se sobreexplotados, ameaçados de sobreexplotação ou próximos a tais níveis.

O excesso de esforço de pesca tem sido apontado como a causa mais visível de tal situação, não se desprezando o efeito deletério do conjunto das ações antrópicas em terra.

No que se refere aos ambientes aquáticos continentais, embora não se tenha informações científicas suficientes, as observações empíricas e as informações correntes de grupos de pescadores apontam para uma considerável perda de produtividade pesqueira em tais ambientes. Este quadro é relacionado principalmente com o barramento dos principais rios para usos múltiplos dos recursos hídricos, o desmatamento das margens e de áreas de cabeceira, o assoreamento de lagos e lagoas marginais, e a poluição, tanto química quanto orgânica.

Na raiz de tais problemas, encontra-se um sistema de gestão do acesso e uso dos recursos pesqueiros "estado-centrado", que não leva em consideração os saberes e conhecimentos, os projetos de vida e objetivos dos diversos grupos sociais pesqueiros, e com pouca ou nenhuma participação dos usuários no processo de formação e aplicação das principais normas de acesso e uso. Desta forma, gera-se ausência de comprometimento e responsabilidades daqueles que acessam e usam tais recursos para com seus níveis de sustentabilidade. Por outro lado, o atual sistema de gestão do acesso e uso dos recursos pesqueiros não se encontra integrado com as demais regulações do uso dos outros recursos ambientais que interagem com os recursos pesqueiros nos diversos níveis ecossistêmicos.

No plano nacional, a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 20, 23, 24 e 225, define os princípios suficientes para que o Estado brasileiro estabeleça normas e padrões de acesso e uso dos recursos pesqueiros, tendo a sustentabilidade como objetivo primeiro. No plano infraconstitucional, o Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, se constitui no diploma legal que dá sustentação às normas que disciplinam o acesso e uso dos recursos pesqueiros. No plano internacional, a Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar e o Código de Pesca Responsável da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), se constituem nos principais diplomas que orientam tal ação do Estado brasileiro.

O principal desafio que se apresentou no marco do PPA 2004-2007 foi a construção de um sólido sistema de gestão de recursos pesqueiros, que tivesse a sustentabilidade como elemento central. Devem ser atributos fundamentais de tal sistema uma estrutura de compartilhamento de poder e responsabilidade entre o Estado e os usuários de tais recursos, e a troca entre o saber científico e os saberes e conhecimentos tradicionais das populações pesqueiras. Crê-se que, desta forma, seja possível construir condições para o aumento da produção nacional de pescado, para o aumento do nível de emprego e renda

no setor pesqueiro, contribuindo, assim, para a inclusão social e a justiça ambiental. Para tanto, foi proposto que o sistema de gestão gerado no marco do PPA 2000-2003 fosse implementado com o estabelecimento de fóruns de negociação de objetivos e projetos entre o Estado e os usuários. Como propostas surgiram:

a) aperfeiçoamento e ampliação das estruturas conceituais e físicas de coleta e difusão de informações biológico-pesqueiras, bioecológicas e sócio-ambientais e de avaliação de recursos;

b) geração e implementação dos planos de gestão por recurso, bacia hidrográfica ou ecossistema;

c) reconstrução e aperfeiçoamento do Sistema de Licenciamento Pesqueiro;

d) desenvolvimento e implementação dos instrumentos econômicos específicos e apropriados para a gestão de recursos pesqueiros;

e) ampliação e aperfeiçoamento do Sistema de Fiscalização do Acesso e Uso dos Recursos Pesqueiros.

A não-implementação de um programa com tal escopo contribuirá para o agravamento do quadro de insustentabilidade no acesso e uso dos recursos pesqueiros, gerando como conseqüência a perda de biodiversidade, diminuição da produção nacional de pescado de origem extrativa, diminuição do nível de emprego e renda no setor, com conseqüente migração de trabalhadores não-qualificados para outros setores da economia, o que significa aumento do desemprego, e, por conseguinte, aumento da exclusão social e da injustiça ambiental.

Constituem-se condicionantes favoráveis à implementação do Programa: o próprio Programa de Governo aprovado nas eleições de 2002, as diretrizes definidas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e, por mais paradoxal que pareça, o despertar crescente dos usuários para o fato inconteste de que sem recursos pesqueiros não é possível haver atividade pesqueira. Por outro lado, o baixo nível histórico de alocação de recursos orçamentários e a fragilidade das organizações representativas dos usuários, em seus aspectos de representatividade e legitimidade, são os principais condicionantes desfavoráveis à implementação do Programa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Pagamento do seguro defeso a 268 mil pescadores artesanais.

- Aumento de 38,4% no número de licenças de pesca amadora emitidas.

- Elaboração dos planos de gestão do uso sustentável de lagostas e da sardinha no âmbito de cada comitê de gestão.

- Aprovação e início do plano de gestão para as lagostas.

- Instalação do Comitê de Gestão do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros da Bacia do Rio São Francisco (CGSF).

- Elaboração e publicação de 21 instrumentos legais de estabelecimento de normas, critérios e padrões para regulamentação do uso sustentável dos recursos pesqueiros.

- Consolidação da estatística pesqueira nacional e publicação do Boletim Estatística da Pesca - 2005 - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.

- Apreensão de 350 mil metros de rede caçoeira, 10.000 quilogramas (kg) de lagosta e 100 embarcações pesqueiras ilegais.

- Vistoriadas cerca de 9 mil unidades de produção e comercialização de pescados (UPP).

- Lavrados 1.902 autos de infração em todo o País, envolvendo atividades de fiscalização da pesca.

- Rastreadas 840 embarcações por satélite.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os fatos relevantes para o alcance dos objetivos compreenderam uma série de iniciativas traçadas pela Política de Gestão do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros. Neste sentido foram realizadas 15 reuniões técnicas e de ordenamento. Como resultado dessas ações, foram elaborados e publicados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) 21 instrumentos legais de estabelecimento de normas, critérios e padrões para regulamentação do uso sustentável dos recursos pesqueiros.

No ano de 2007, foi consolidada a estatística pesqueira nacional do ano de 2006, abordando: a produção da pesca extrativa e da aqüicultura, a produção pesqueira proveniente da pesca industrial, artesanal e da aqüicultura, a pesca extrativa marinha, a pesca extrativa continental, a maricultura, a aqüicultura continental, e a balança comercial brasileira de produtos pesqueiros. Foi também disponibilizado o Boletim Estatística da Pesca - 2005 - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Realização, pelo IBAMA, da divulgação da licença de pesca amadora, que possibilitou um aumento de 38,4% no número de licenças emitidas, resultando em uma arrecadação de R$ 7.642.357,00. Além do licenciamento dos pescadores amadores, foram realizadas seis oficinas de guia de pesca, totalizando 181 pessoas capacitadas, nos Municípios de São Caetano de Odivelas (PA), Araporã (MG), Cananéia (SP), Colômbia (SP), Fama (MG) e Altamira (PA). Foram atendidas 8.548 crianças nas oficinas de pesca infantil, em 12 Municípios de sete Estados.

Participação em fóruns de discussão sobre o enfoque ecossistêmico na gestão do uso dos recursos pesqueiros, na Câmara Técnica de Biodiversidade, Fauna e Recursos Pesqueiros do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com ênfase nos grupos de trabalho para elaboração de resolução sobre introdução de espécies aquáticas exóticas e também para o licenciamento da aqüicultura, em comitês permanentes de gestão (CPGs) da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP) sendo um sobre peixes demersais de profundidade e outro sobre atuns e afins. E, em reuniões para elaboração e implantação do Programa de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS).

No âmbito da ação de licenciamento da pesca amadora, foi realizado, ainda, um amplo trabalho visando orientar o pescador amador sobre as regras para a pesca amadora, através da Internet (no sítio: *www.ibama.gov.br/pescaamadora*) e de publicações como folheto com as regras de pesca, caderneta de pesca e guia de pesca de água doce e marinha.

No âmbito do Plano Nacional de Fiscalização da Pesca da Lagosta, foram apreendidos cerca de 350 mil metros de rede caçoeira (petrecho proibido), cerca de 10 mil kg de lagosta e 100 embarcações pesqueiras que exerciam atividades ilegais. Também neste sentido foram lavrados aproximadamente 500 autos de infração, totalizando um valor de aproximadamente R$ 3,0 milhões. Ao todo, as atividades de fiscalização da pesca resultaram no total de 1.902 autos lavrados em todo o País, e registra-se o montante de R$ 11.663.684,00 em multas.

No apoio à atividade fiscalizatória do setor pesqueiro, destacaram-se as seguintes iniciativas o PREPS, implementado em conjunto com a Marinha do Brasil e a SEAP, que em 2007, 56 servidores das regiões Sul-Sudeste, Norte e Nordeste foram capacitados a executar o PREPS e foram registradas cerca de 840 embarcações aderidas ao sistema do PREPS, até novembro de 2007.

Foram realizadas atividades de organização das comunidades extrativistas no sentido de definir, de forma participativa, medidas de ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros nas áreas de reservas extrativistas (RESEX). Esta ação envolveu 40 comunidades por meio da inclusão nos planos de manejo de uso múltiplo.

No âmbito da ação Seguro Desemprego, seguiu-se a tendência de incremento do número de pescadores beneficiados e do montante pago como benefício, cerca de 268 mil pescadores e R$ 484 milhões, apesar desses números estarem abaixo da meta prevista para o ano de 2007. O uso do seguro objetiva apoiar as medidas de gestão do uso dos recursos pesqueiros, em especial nos períodos de piracema nas bacias hidrográficas brasileiras e nos períodos de reprodução nas águas marinhas.

Em 2007, foi iniciada a implementação do Projeto de Manejo Integrado dos Recursos Aquáticos na Amazônia (AquaBio), a partir da assinatura dos acordos de cooperação técnica estabelecidos entre o MMA e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o MMA, o IBAMA, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA/MT) e o MMA, o IBAMA, o ICMBio e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará (SEMA/PA).

Promoção, em parceria com a FAO, de dois cursos para líderes de pescadores artesanais e industriais, armadores e organizações da sociedade civil de apoio aos movimentos sociais e organizações de pescadores artesanais, implicados na apropriação e uso de recursos pesqueiros que já vivenciam um contexto de gestão compartilhada, visando construir sustentabilidade em suas diferentes dimensões no acesso e uso de recursos pesqueiros no Brasil.

Em parceria com universidades e institutos de pesquisa, o IBAMA e seus centros especializados executaram projetos de pesquisa, assim distribuídos por área de conhecimento:

a) três cruzeiros de prospecção para a captura de lulas e pequenos pelágicos;

b) seis cruzeiros de pesquisa voltados para o monitoramento dos estoques de sardinha no Sudeste e Sul;

c) 20 pesquisas voltadas ao monitoramento das pescarias de lagosta, camarão, sardinha, piramutaba, pargo e caranguejo-uçá;

d) 14 estudos objetivando conhecer a bioecologia das principais espécies que sustentam as pescarias nacionais.

Além desses estudos foram realizadas as seguintes pesquisas:

a) identificação e reprodução, em ambiente controlado, de espécie marinha como alternativa de isca viva para a captura do bonito listrado, no litoral catarinense;

b) monitoramento de bancos de mexilhão (perna-perna) em costões rochosos do litoral catarinense;

c) caracterização genética, preservação e criação do pirarucu e aruanã na bacia hidrográfica dos rios Araguaia-Tocantins;

d) caracterização genética, fisiológica e reprodutiva de peixes neotropicais;

e) estudos bioecológicos e reprodutivos da piraíba, jundiá e manjuba;

f) monitoramento do fenômeno da piracema em rios da bacia hidrográfica do alto do rio Paraguai.

Foram editados, ainda neste período, os boletins técnico-científicos do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte (CEPNOR), do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste (CEPENE) e do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros Continentais (CEPTA), onde são publicados os resultados importantes para as medidas de gestão de uso das principais espécies, objeto de explotação.

Considerando-se especificamente o indicador do Programa que busca medir o índice de recuperação dos estoques de recursos pesqueiros utilizados pelas principais pescarias brasileiras, as avaliações qualitativas apontam as seguintes situações:

a) lagostas em situação de sobrepesca, a produtividade CPUE encontra-se estagnada, sendo que o tempo decorrido desde a implantação das medidas de gestão ainda não favoreceu recuperações mensuráveis;

b) camarão-rosa da costa Norte do Brasil cujo recurso apresenta sinais de recuperação, com a produtividade CPUE mostrando tendência a incremento;

c) camarão-rosa do Sudeste-Sul, situação em elevada sobrepesca com a produtividade ainda em declínio;

d) camarão-sete-barbas do Sudeste-Sul espécie em sobrepesca com a produtividade CPUE em queda;

e) sardinha verdadeira, recurso se recuperando de situação de colapso e com lenta recuperação da produtividade CPUE;

f) piramutaba, cuja produção do recurso na área estuarina apresenta recuperação significativa e a produtividade tem acompanhado a mesma tendência. Contudo, a situação de uso do estoque ainda merece preocupação;

g) pargo do Norte e Nordeste, espécie em sobrepesca com níveis de produção estagnada e produtividade crítica;

h) caranguejo-uçá, recurso em sobrepesca em áreas tradicionais de captura e produtividade em declínio;

i) peixes demersais do Sudeste-Sul (castanha, corvina, pescada olhuda e pescadinha real) espécies plenamente explotadas ou em sobrepesca, com produtividade estacionada ou em declínio.

A paralisação das atividades do IBAMA em virtude de movimento grevista por 65 dias (de 14.05.2007 a 17.07.2007), a alteração na estrutura organizacional do IBAMA com a criação do ICMBio, e a liberação insuficiente de recursos orçamentários e financeiros em parte das ações comprometeram a execução na totalidade de algumas atividades.

Dificuldades com os procedimentos de atualização de cadastros e registros auxiliares ao pagamento do benefício seguro-desemprego foram responsáveis pelo não-alcance da meta prevista.

Cabe destacar que a área específica do IBAMA adota um sistema de planejamento em que todas as propostas de trabalho são previamente avaliadas e aprovadas e, no decorrer do ano,

além das visitas *in loco*, são realizadas reuniões para apresentação dos resultados e utilização dos dados e informações no processo de definição de normas para a gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros. A metodologia adotada para monitorar a implementação das ações de geração de conhecimento executadas pelos centros especializados continua sendo a de visita *in loco*. No entanto, no período avaliado, esse monitoramento foi prejudicado devido à transferência dessas estruturas para o ICMBio.

A execução ficou um pouco abaixo do previsto e houve algum prejuízo na qualidade dos resultados obtidos, já que algumas atividades não puderam ser executadas na época mais adequada, devido a contingenciamentos ou atrasos nas liberações orçamentárias, aliados à greve dos servidores do IBAMA. A transferência dos Centros Especializados em Pesquisa e Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros para o ICMBio causou, inicialmente, atrasos na execução dos trabalhos de apoio à gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros, uma vez que os mesmos executam pesquisa e apoio no processo de gestão.

Nas ações desenvolvidas pelo IBAMA, os recursos materiais disponíveis (informática e embarcações) e a manutenção dos mesmos têm sido prejudicados pelo contingenciamento orçamentário. Não tem sido feita a adequada manutenção da intra-estrutura física do IBAMA existente nos Estados, por deficiência de recursos orçamentários e financeiros.

O contingenciamento orçamentário resultou em restrições, prejudicando o desempenho das ações Avaliação do Potencial Sustentável e Monitoramento dos Recursos Vivos Marinhos (Revimar) e Estatística Pesqueira. Essas ações são essenciais para se obter informações que permitam a aplicação de medidas de gestão da pesca.

Para algumas ações, a solicitação de recursos suplementares ou extraordinários não tem sido atendida. As liberações de recursos financeiros para a maioria das ações ocorreram aleatoriamente, não obedecendo ao cronograma de trabalho previsto, prejudicando principalmente as atividades que envolvem fenômenos ambientais sazonais, como reprodução de espécies e migração. Foram particularmente prejudicadas as ações de monitoramento, estatística e fiscalização pesqueira, devido a atrasos na liberação de recursos que, muitas vezes, coincidiram com épocas de defeso para a reprodução, especialmente nos primeiros meses do ano.

A insuficiência de recursos em investimento para atender às necessidades básicas de equipamentos e manutenção das embarcações sediadas nos centros especializados afetou diretamente a geração de conhecimento para subsidiar a gestão do uso dos recursos pesqueiros.

O desequilíbrio na alocação de recursos para as distintas ações, a descontinuidade na liberação dos recursos orçamentário-financeiros e o contingenciamento de recursos têm impedido a consecução de melhores resultados das atividades constantes da maior parte das ações. Bem como, a liberação de recursos orçamentários decorrentes das taxas e multas pelo exercício do poder de polícia, sem a devida disponibilidade financeira, com conseqüências imprevisíveis para a consecução dos objetivos de algumas ações do Programa. Como os

coordenadores de ações não têm gerência quanto às liberações orçamentárias e financeiras, os problemas detectados não têm sido superados no tempo certo.

A execução de parte das ações poderia ter alcançado um nível alto se houvesse a liberação dos recursos financeiros juntamente com os recursos orçamentários ou, no mínimo, respeitando o cronograma de execução das atividades de cada ação, facilitando, assim, a execução por parte das unidades descentralizadas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O modelo de gestão compartilhada adotado é conduzido por meio da criação e implementação de comitês de gestão por pescarias, espécies ou áreas (bacias hidrográficas), que funcionam mediante reuniões de negociação com o setor pesqueiro e demais atores-chave. Na ausência de comitês instituídos, são conduzidos grupos de trabalho ou mesmo reuniões com os grupos de interesse para se discutir, sempre que possível, as medidas de gestão a serem adotadas.

A participação social esteve representada pela negociação e aprovação, por consenso, de medidas de gestão do uso de recursos pesqueiros. Dessa forma, foi promovido o compartilhamento de responsabilidades e a maior credibilidade e apoio à adoção das medidas de gestão, o que fortaleceu o modelo de gestão compartilhada do Programa e a sustentabilidade no acesso e uso dos recursos pesqueiros.

Várias ações contam com o envolvimento direto dos usuários dos recursos pesqueiros, o que tem possibilitado uma avaliação direta (manifestações verbais e escritas) e indireta (reconhecimento do trabalho executado) do grau de satisfação dos beneficiários. Adicionalmente, no âmbito dos comitês de gestão, existem os subcomitês de acompanhamento, que têm por objetivo avaliar a eficiência das medidas de ordenamento, no que concerne à satisfação dos usuários do ponto de vista econômico, social e ambiental.

Necessita-se de maior integração entre as instituições envolvidas, no sentido de buscar maior eficiência e eficácia na aplicação do seguro-desemprego sob responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O modelo de gestão utilizado requer, para o seu funcionamento, maior integração entre os diversos executores, que disponibilizam informações geradas no âmbito das ações.

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

GERENTE DO PROGRAMA

Eustáquio Luciano Zica

OBJETIVO

Aumentar a cobertura e a eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, na perspectiva da universalização e da sustentabilidade dos empreendimentos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, na reutilização, no aproveitamento e na reciclagem de resíduos sólidos urbanos, e na adoção de meios para a inclusão sócio-econômica de catadores de materiais recicláveis.

PÚBLICO-ALVO

População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do País e/ou de fragilidade físico-ambiental em Municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 116.543.082	Empenho Liquidado:	R$ 50.260.371
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 50.260.371**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 175.000.000	R$ 0,00	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Cobertura de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos - Porcentagem	-	-	-	-	93,0	-
2. Taxa de Municípios com Destino Final Adequado de Resíduos Sólidos - Porcentagem	-	-	-	-	41,0	-

1. TAXA DE COBERTURA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Este índice refere-se à relação percentual entre a população urbana atendida por serviços de coleta de resíduos sólidos e a população urbana total, tendo sua inclusão na revisão do PPA em agosto de 2006 e sua base de dados vinculada à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Não foi possível avaliar os resultados, uma vez que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não realizou a medição nos anos de 2006 e 2007.

2. TAXA DE MUNICÍPIOS COM DESTINO FINAL ADEQUADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Este índice refere-se à relação percentual entre o número de Municípios com disposição adequada de resíduos sólidos em relação ao total de Municípios com coleta, tendo sua inclusão na revisão do PPA em agosto de 2006 e sua base de dados vinculada à Pnad. Não foi possível avaliar os resultados, uma vez que o IBGE não realizou a medição nos anos de 2006 e 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A existência do Programa se justifica pelas deficiências de cobertura e de qualidade dos serviços públicos de manejo dos resíduos sólidos, com conseqüências negativas sobre o ambiente e a qualidade de vida nas cidades, atingindo de forma mais intensa a população de menor nível sócio-econômico e os Municípios de menor porte, pela baixa capacitação institucional e técnica dos Municípios, comprometendo a qualidade e a sustentabilidade dos serviços prestados, pela disposição inadequada dos resíduos em lixões e cursos d'água, com conseqüências negativas sobre a qualidade das águas, do solo, do ar e sobre a capacidade de condução dos cursos d'água e dos sistemas de drenagem, pela escassez de recursos para expansão da cobertura dos sistemas existentes, pela existência de trabalho de adultos e crianças em condições degradantes nos lixões e na coleta seletiva informal, e pela ausência de mecanismos de controle social na prestação dos serviços.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Elaboração de estudos para a implementação regionalizada do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos (PGIRSU).

- Elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) nas bacias dos rios São Francisco e Parnaíba.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A mudança de paradigma na gestão de resíduos sólidos, antes realizada pontual e isoladamente, para uma gestão integrada e associada, com apoio à formação de consórcios, possibilitou ampliar o número de Municípios atendidos, com maior eficiência e eficácia. Acrescente-se que, além das bacias dos rios São Francisco e Parnaíba, previstas inicialmente, foram também atendidas as bacias dos rios dos Sinos e do Taquari e o Estado do Rio de Janeiro, sendo que articulações já estão acontecendo em outras Unidades da Federação com esse mesmo objetivo.

Foram realizados vários apoios a Estados e Municípios como:

a) a formação de consórcios para gestão dos resíduos sólidos nas bacias dos rios São Francisco e Parnaíba;

b) a gestão integrada dos resíduos sólidos nas bacias dos rios dos Sinos e do Taquari, por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA);

c) a elaboração do PGIRS no Estado do Rio de Janeiro;

d) a formação de consórcios para gestão de resíduos sólidos na região do Município de Iguape (SP);

e) os cursos de capacitação de multiplicadores para ações de mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) em resíduos sólidos;

f) o apoio à realização do Fórum Nacional Lixo e Cidadania (FNLC), que objetiva a inclusão social dos catadores e a gestão dos resíduos.

As visitas *in loco* são realizadas com o objetivo de monitorar a execução dos convênios firmados. Ocorrem participações em eventos externos (nacionais e internacionais) para a realização das atividades de articulação com os parceiros de execução do Programa, participação em eventos técnicos, congressos e outros eventos de discussões relacionadas com a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

As metas físicas das ações foram de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. A avaliação refere-se apenas às ações que apresentaram informações consistentes sobre as execuções, quais sejam: Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas; Apoio para Organização e Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos; Desenvolvimento Institucional para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com População entre 30.000 e 250.000 Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas; Fomento a Projetos de Gerenciamento e Disposição de Resíduos em Municípios de Médio Porte; Gestão e Administração do Programa (GAP); Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE). As demais ações ficaram prejudicadas por falta de dados no sistema.

Não foi possível fazer uma avaliação sistemática do Programa, uma vez que as informações necessárias para tanto não foram disponibilizadas.

O contingenciamento teve impacto negativo, prejudicando a totalidade da execução das ações planejadas. O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a

execução programada. A liberação de recursos no final do segundo semestre tem prejudicado a execução das ações.

A liberação de recursos no final do exercício financeiro sempre prejudica a sua execução, sobrecarregando a equipe, provocando trabalho sob pressão e exigindo exclusividade para sua consecução.

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes impedem a normalidade de formalização das parcerias. Atrasos nas prestações de contas dos Estados e Municípios ocasionam um enorme passivo de convênios em aberto.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O aperfeiçoamento das parcerias está sempre sendo exercitado. Encontra-se em processo de discussão a reformulação do PRSU para a implementação de novas diretrizes e novos mecanismos que propiciem maior integração entre os órgãos executores e os parceiros não-governamentais.

O Programa apresenta mecanismos que promovem a participação social, dentre os quais as reuniões do FNLC e dos fóruns estaduais de mesma proposta, e as reuniões da Comissão Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis.

O estabelecimento e o desenvolvimento de trabalho social deverão, necessariamente, prever o apoio à mobilização e à organização comunitária, a capacitação profissional ou a geração de trabalho e renda, a educação sanitária, o acompanhamento e a avaliação dos resultados da intervenção, por parte dos agentes executores, após conclusão das obras e serviços.

O Programa não dispõe de um processo direto de avaliação e monitoramento junto aos usuários.

A inadequação e inexistência de norma legal nacional sobre resíduos sólidos comprometem os objetivos do Programa. Espera-se que a aprovação do Projeto de Lei nº 1991, de 2007, em tramitação, supra a deficiência legal, e atuando com equipamentos obsoletos e insuficientes, a equipe técnica gerencial do Programa carece de capacitação e de recursos materiais.

REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

GERENTE DO PROGRAMA

Eustáquio Luciano Zica

OBJETIVO

Revitalizar as principais bacias hidrográficas nacionais em situação de vulnerabilidade ambiental, efetivando sua recuperação, conservação e preservação.

PÚBLICO-ALVO

Usuários dos recursos hídricos das bacias dos rios São Francisco, Araguaia, Tocantins, Paraíba do Sul e Alto Paraguai

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 697.557.816	Empenho Liquidado:	R$ 567.656.765
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 567.656.765**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Ponte Raul Soares na Bacia do Rio São Francisco - mg/l	-	-	-	434,0	192,00	226,0
2. Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio Paraíba do Sul - mg/l	-	-	-	89,5	15,00	596,7
3. Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio das Velhas) - mg/l	-	-	-	-	42,00	-
4. Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio Pará) - mg/l	-	-	-	84,5	60,00	140,8
5. Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio Pará) - mg/l	-	-	-	-	48,00	-
6. Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul - mg/l	-	-	-	150,0	19,0	789,5
7. Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco - mg/l	-	-	-	46,5	17,0	273,5

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
8. Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Hidrológica Ponte Raul Soares na Bacia do Rio São Francisco - mg/l	-	-	-	4,5	15,0	30
9. Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio Paraíba do Sul - mg/l	-	-	-	2,0	2,0	100
10. Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco - mg/l	-	-	-	-	2,0	-
11. Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (a juzante da Foz do Rio Pará) - mg/l	-	-	-	2,0	1,0	200
12. Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (foz do Rio das Velhas) - mg/l	-	-	-	-	1,0	-
13. Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul - mg/l	-	-	-	-	12,0	-
14. Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco - mg/l	-	-	-	2,0	2,0	100
15. Taxa de Variação da Melhoria da Qualidade da Água - Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. TAXA DE VARIAÇÃO DA MELHORIA DA QUALIDADE DA ÁGUA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A fórmula de cálculo deste índice é a relação percentual entre as condições de qualidade da água no ano e as condições de qualidade da água no ano anterior. Conforme se pode observar nas avaliações anteriores, os índices nunca foram apurados. Desta forma, não há como avaliar o alcance dos índices. A reestruturação do Programa vem sendo trabalhada desde outubro de 2007, inclusive com a readequação dos indicadores, visto que o conjunto atual é inadequado por não refletir as atividades desenvolvidas na bacia, não possuir confiabilidade e ser, algumas vezes, de difícil apuração. Como nos anos anteriores, o índice não foi calculado, não foi possível efetuar este cálculo para 2007.

2. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO SANTA BRANCA NA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A fórmula de cálculo deste índice é a média anual da demanda bioquímica de oxigênio (DBO). Conforme se pode observar nas avaliações anteriores, os índices nunca foram apurados. Desta forma, não há como avaliar o alcance dos índices. A Agência Nacional de Águas (ANA) informou não possuir este índice coletado. Especificamente para o rio Paraíba do Sul, este resultado não reflete qualquer influência de ações do Programa, uma vez que este se encontra em fase de planejamento. A reestruturação do Programa vem sendo trabalhada

desde outubro de 2007, inclusive com a readequação dos indicadores, visto que o conjunto atual é inadequado por não refletir as atividades desenvolvidas na bacia, não possuir confiabilidade e ser, algumas vezes, de difícil aquisição.

3. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO RIO PARAÍBA DO SUL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A reestruturação do Programa vem sendo trabalhada desde outubro de 2007, inclusive com a readequação dos indicadores, visto que o conjunto atual é inadequado por não refletir as atividades desenvolvidas na bacia, não possuir confiabilidade e ser, algumas vezes, de difícil aquisição.

4. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO SANTA BRANCA NA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A reestruturação do Programa vem sendo trabalhada desde outubro de 2007, inclusive com a readequação dos indicadores, visto que o conjunto atual é inadequado por não refletir as atividades desenvolvidas na bacia, não possuir confiabilidade e ser, algumas vezes, de difícil aquisição.

5. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO RIO PARAÍBA DO SUL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A reestruturação do Programa vem sendo trabalhada desde outubro de 2007, inclusive com a readequação dos indicadores, visto que o conjunto atual é inadequado por não refletir as atividades desenvolvidas na bacia, não possuir confiabilidade e ser, algumas vezes, de difícil aquisição.

6. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO RIO SÃO FRANCISCO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A fórmula de cálculo deste índice é a média anual da DBO. Conforme se pode observar nas avaliações anteriores, os índices nunca foram apurados. Desta forma, não há como avaliar o alcance dos índices. A ANA informou não possuir este índice coletado.

7. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO RIO SÃO FRANCISCO (A JUZANTE DA FOZ DO RIO PARÁ)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A fórmula de cálculo deste índice é a média anual da DBO. Em avaliações anteriores, os índices nunca foram apurados. Desta forma, não há como avaliar o alcance do índice ao longo do PPA. A ANA informou não possuir este índice coletado.

8. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO RIO SÃO FRANCISCO (FOZ DO RIO DAS VELHAS)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A fórmula de cálculo deste índice é a média anual da DBO. Conforme se pode observar nas avaliações anteriores, os índices nunca foram apurados. Desta forma, não há como avaliar o alcance do índice. A ANA informou não possuir este índice coletado.

9. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO HIDROLÓGICA PONTE RAUL SOARES NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A fórmula de cálculo deste índice é a média anual da DBO. Conforme se pode observar nas avaliações anteriores, os índices nunca foram apurados. Desta forma, não há como avaliar o alcance do índice. A ANA informou não possuir este índice coletado.

10. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO VERDE GRANDE NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A fórmula de cálculo deste índice é a média anual da DBO. Conforme se pode observar nas avaliações anteriores, os índices nunca foram apurados. Desta forma, não há como avaliar o alcance do índice. A ANA informou não possuir este índice coletado.

11. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO RIO SÃO FRANCISCO (FOZ DO RIO PARÁ)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A fórmula de cálculo deste índice é a média anual de concentração de sólidos em suspensão. Conforme se pode observar nas avaliações anteriores, o índice nunca foi informado. A reestruturação do Programa vem sendo trabalhada desde outubro de 2007, inclusive com a readequação dos indicadores, visto que o conjunto atual é inadequado por não refletir as

atividades desenvolvidas na bacia, não possuir confiabilidade e ser, algumas vezes, de difícil aquisição. A ANA informou não possuir este índice coletado.

12. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO RIO SÃO FRANCISCO (FOZ DO RIO PARÁ)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A fórmula de cálculo deste índice é a média anual de concentração de sólidos em suspensão. Conforme se pode observar nas avaliações anteriores, o índice nunca foi informado. A reestruturação do Programa vem sendo trabalhada desde outubro de 2007, inclusive com a readequação dos indicadores, visto que o conjunto atual é inadequado por não refletir as atividades desenvolvidas na bacia, não possuir confiabilidade e ser, algumas vezes, de difícil aquisição. A ANA informou não possuir este índice coletado.

13. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO RIO SÃO FRANCISCO (FOZ DO RIO DAS VELHAS)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A fórmula de cálculo deste índice é a média anual de concentração de sólidos em suspensão. Conforme se pode observar nas avaliações anteriores, o índice nunca foi informado. A reestruturação do Programa vem sendo trabalhada desde outubro de 2007, inclusive com a readequação dos indicadores, visto que o conjunto atual é inadequado por não refletir as atividades desenvolvidas na bacia, não possuir confiabilidade e ser, algumas vezes, de difícil aquisição. A ANA informou não possuir este índice coletado.

14. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO PONTE RAUL SOARES NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A fórmula de cálculo deste índice é a média anual de concentração de sólidos em suspensão. Conforme se pode observar nas avaliações anteriores, o índice nunca foi informado. A reestruturação do Programa vem sendo trabalhada desde outubro de 2007, inclusive com a readequação dos indicadores, visto que o conjunto atual é inadequado por não refletir as atividades desenvolvidas na bacia, não possuir confiabilidade e ser, algumas vezes, de difícil aquisição. A ANA informou não possuir este índice coletado.

15. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO VERDE GRANDE NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A fórmula de cálculo deste índice é a média anual de concentração de sólidos em suspensão. Conforme se pode observar nas avaliações anteriores, o índice nunca foi informado. A

reestruturação do Programa vem sendo trabalhada desde outubro de 2007, inclusive com a readequação dos indicadores, visto que o conjunto atual é inadequado por não refletir as atividades desenvolvidas na bacia, não possuir confiabilidade e ser, algumas vezes, de difícil aquisição. A ANA informou não possuir este índice coletado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A ocupação desordenada do território brasileiro, em nível rural e urbano, tem provocado graves impactos ambientais, especialmente no que diz respeito à água. Embora o País possua uma das maiores reservas hídricas do planeta, observa-se um crescente processo de degradação desses recursos, inclusive nas áreas de abrangência das respectivas bacias hidrográficas, ocasionando maior escassez (quantidade e qualidade) em regiões com alta disponibilidade de água (principalmente nos grandes centros urbanos), como também em regiões marcadas pela distribuição irregular das chuvas (semi-árido brasileiro).

A diminuição da oferta de água de qualidade acarreta vários entraves para o desenvolvimento sustentável, seja pelas dificuldades colocadas para a manutenção das necessidades básicas da população brasileira, seja pelo papel da água como recurso básico para impulsionar processos produtivos. A degradação ambiental das nascentes, margens e demais áreas de preservação permanente agravam ainda mais as condições ambientais das bacias hidrográficas.

A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, estabelece como competências do Ministério do Meio Ambiente (MMA), dentre outras, a Política Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos; a Política de Preservação, Conservação e Utilização Sustentável de Ecossistemas e Biodiversidade e Florestas; a proposição de estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e do uso sustentável dos recursos naturais; e as políticas para integração do meio ambiente e da produção.

O Decreto Federal, de 05 de junho de 2001, criou o Projeto de Revitalização e Conservação do Rio São Francisco, assim como o Comitê de Gestão deste projeto, coordenado pelo MMA, através de sua Secretaria Executiva (SE). A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, apresenta como um de seus objetivos centrais assegurar à atual e futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos. Além disso, a mesma política apresenta como diretriz geral de ação a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo.

Corroborando o que está definido na legislação de recursos hídricos e na definição de competências do MMA, o Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) na decisão nº 1.259/2002, determinou que o MMA adotasse critérios para a formulação do planejamento governamental, inclusive do PPA, a serem aplicados todas as vezes que houver relação do planejamento com a gestão ambiental e de recursos hídricos, e elabore um diagnóstico dos problemas da bacia do Rio São Francisco, com o objetivo de nortear as ações de conservação e revitalização daquela bacia. É a partir desses pressupostos que o Programa Revitalização de Bacias Hidrográficas se insere.

O Programa visa promover e fortalecer a ação integrada de recuperação e conservação de bacias hidrográficas, concebida e executada de forma articulada e participativa. Dessa forma, pretende-se convergir esforços a fim de ampliar a efetividade dos resultados das ações de recuperação em bacias com situação de vulnerabilidade ambiental.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Elaboração do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) e início da implantação do Sistema de Monitoramento da Cobertura Vegetal na bacia do Rio São Francisco.

• Implantação de 40% do banco de dados ambientais.

• Fortalecimento institucional e socioambiental no São Francisco por meio do Conselho da Área de Proteção Ambiental (APA) de Piaçabuçu (AL) e da Gestão da Caatinga com a mobilização social visando construir um inventário cultural e de saberes tradicionais associado à preservação da biodiversidade no Alto Paraguai com promoção de ações de educação ambiental.

• Proteção e manejo dos recursos naturais no São Francisco com o início de obras de infra-estrutura em UCs, com a contratação de execução de obras de recuperação e controle de processos erosivos e criação de centros de referência de áreas degradadas. Desenvolvimento tecnológico para monitoramento e conservação da água e do solo e o Projeto de Controle de Queimadas com manejo da biodiversidade, em especial, a conservação da onça pintada e o levantamento e controle de espécies exóticas invasoras. E, em Tocantins com a formalização de convênio para manejo e proteção de nascentes.

• Qualidade e saneamento ambiental no São Francisco com o início dos processos de implantação de sistemas de abastecimento de água em 106 Municípios, de implantação de esgotamento sanitário em 194 Municípios, de implantação de 17 sistemas de tratamento de resíduos sólidos. .E, convênio para gestão integrada de resíduos sólidos em Alagoas, em Minas Gerais, em Sergipe, na Bahia e no Piauí incluindo a recuperação de dessalinizadores.

• Melhoria da navegação no rio São Francisco no trecho entre Ibotirama (BA) e Juazeiro (BA) e início da implementação do plano de ações estratégicas e integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável na Bacia do Rio São Francisco. Início da elaboração dos planos de revitalização dos rios Paraíba do Sul e Tocantins-Araguaia.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A avaliação do alcance dos resultados foi efetuada comparativamente com as metas estabelecidas no Plano de Atividades e Metas (PAM) do Plano de Revitalização do São Francisco, documento que está sendo revisado.

O contingenciamento de aproximadamente 18% do orçamento inicialmente previsto teve impacto negativo, prejudicando a totalidade da execução das ações planejadas. A abrangência do tema, a expectativa subjetiva do beneficiário e a grande área de atuação nas diferentes bacias implicam em aporte de recursos em número bem acima do disponibilizado na Lei Orçamentária Anual (LOA). Ficou bem clara a insuficiência dos recursos de custeio para atendimento das demandas diversas.

Periodicamente são realizadas reuniões técnicas e administrativas com os parceiros do Programa, visando o monitoramento da execução das diversas atividades. E, as visitas *in loco* visam constatar o andamento e a propriedade da execução dos itens pactuados.

Desde outubro de 2007, o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) vem sendo preenchido em sua totalidade, servindo como instrumento importante para o monitoramento.

O Programa não possuía mecanismos de monitoramento físico das suas ações. No âmbito da reestruturação em curso, este mecanismo encontra-se em fase de implementação e consta, principalmente, de visitas e reuniões periódicas de avaliação, além da implantação de um sistema informatizado de monitoramento.

De maneira geral, as ações apresentaram execução satisfatória, sendo que algumas delas, conforme já mencionado, apresentaram disparidades devido a indicadores inadequados.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. O processo de execução ficou acumulado no final do ano de 2007, sobrecarregando a equipe e gerando conflitos com parceiros e convenentes.

Devido à lentidão no processo de licenciamento ambiental, o processo da hidrovia do rio São Francisco e de esgotamento sanitário em alguns Estados, evidenciando-se a Bahia, vêm sofrendo atrasos.

O desempenho foi prejudicado por conta da baixa execução verificada dos planos de trabalho pelos convenentes e, tendo como providência a atualização dos planos de trabalho, assinados aditivos de prazo e estabelecidos cronogramas físico-financeiros para garantir o alcance dos objetivos propostos em tempo hábil.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Algumas tarefas consistem na articulação e no acompanhamento da execução de atividades do Programa, em níveis estadual e municipal, atingindo índices satisfatórios de desempenho. Pode-se superar estes índices com a melhoria da infra-estrutura local e maior disponibilização de recursos financeiros dos parceiros.

No que diz respeito à participação social, são realizadas reuniões para articulação interinstitucional, com o objetivo de planejar, monitorar e definir responsabilidades nas

ações conjuntas, e reuniões com entidades do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), como comitês de bacia e conselhos de recursos hídricos. É essencial a compreensão da realidade local para o estabelecimento de diretrizes específicas regionais, assim como a mobilização de atores locais em prol da revitalização.

Devido à transversalidade de execução, o Programa conta com todas as secretarias vinculadas ao MMA e, também, com outros Ministérios, de forma continuada, para execução de suas ações. Esta prática utiliza a capacidade técnica e institucional instalada dos parceiros, promovendo integração das diversas políticas ambientais e setoriais, além de otimizar os recursos disponíveis. Há integração com o SINGREH, especialmente, com os comitês de bacia e conselhos de recursos hídricos para planejar, monitorar e definir responsabilidades nas ações conjuntas. A participação na Sala de Situação de Recursos Hídricos é fundamental para integrar o planejamento com o plano de investimento.

Os órgãos descentralizados do MMA, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), parceiros do Programa, possuem estruturas fragilizadas e deficientes, principalmente no apoio à execução.

O Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas (DRB) possui três servidores efetivos e nove temporários em sua equipe técnica, pessoal insuficiente para a adequada execução das atividades demandadas pelo Programa. Os concursos realizados recentemente não utilizaram a qualificação profissional como critério de seleção, além do fato do MMA não possuir um programa de qualificação continuada para seus servidores.

É imprescindível a revisão dos indicadores do Programa com o objetivo de adequá-los aos resultados pretendidos.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

GERENTE DO PROGRAMA

Egon Krakhecke

OBJETIVO

Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar de forma sustentável o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do País.

PÚBLICO-ALVO

Agentes de planejamento e gestão ambiental (locais, regionais e nacionais), agentes econômicos e sociais (segmentos produtivos, agências de controle e de fomento, investidores e trabalhadores)

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 12.191.193	Empenho Liquidado:	R$ 2.349.411
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 2.349.411**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Zoneamento do Território Nacional - Porcentagem	-	-	25,0	67,0	60,0	111,7

1. TAXA DE ZONEAMENTO DO TERRITÓRIO NACIONAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice apurado ao final de 2007 foi de 67% por meio da elaboração de uma planilha intitulada Situação do ZEE no Brasil, com data base de dezembro de 2007, contendo dados sobre: região, área (km^2), diagnóstico, prognóstico, normatização, concluído e em andamento.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A ocupação do Território Nacional tem ocorrido de forma desordenada, irregular e sem os investimentos necessários de infra-estrutura, de capacitação institucional e de desenvolvimento tecnológico. Isso tem ocorrido tanto em áreas rurais, com uso extensivo dos recursos naturais, quanto em áreas urbano-metropolitanas, gerando áreas críticas ocupadas, em geral, por segmentos da população que não têm acesso ao mercado imobiliário

formal, ou por setores privilegiados em áreas de interesse estratégico (turismo, petróleo e aqüicultura). No caso das áreas rurais, sobretudo na fronteira agrícola, há a intensificação do desmatamento e da proliferação dos incêndios, além de outras conseqüências dos vetores de ocupação constituídos pelos projetos de infra-estrutura econômica. No caso das grandes aglomerações urbanas (com parques industriais e petroquímicos, complexos sistemas de transportes intermodais), ocorre a contaminação do solo e dos cursos d'água por sedimentos e efluentes domésticos e industriais, por disposição inadequada de resíduos sólidos, pela proliferação de organismos aquáticos exóticos, com assoreamento e comprometimento das nascentes. A tradição de setorialidade no trato da gestão territorial tem gerado grande número de áreas críticas no território e em águas jurisdicionais brasileiras, seja por transporte de cargas poluidoras (sub-bacias, áreas estuarinas e áreas marítimas), seja pelo comprometimento de áreas de risco e ambientalmente sensíveis a óleo e substâncias químicas ou perigosas.

O zoneamento e o ordenamento são instrumentos de políticas governamentais que perpassam por diferentes instituições (portanto, devem ser interinstitucionais) e vários níveis de poder decisório, o que aumenta as dificuldades de operacionalização nas diferentes esferas administrativas. Nesse sentido, requer uma interlocução com as diversas formas de planejamento participativo, sobretudo com a Agenda 21, os poderes locais e com projetos integrados.

O Programa tem por objetivo consolidar e sistematizar, dentre os instrumentos de planejamento territorial, o zoneamento ecológico-econômico (ZEE), proporcionando base técnico-científica e negociada para o ordenamento. Como instrumento técnico, o ZEE fornece informações integradas, dividindo o território segundo suas potencialidades e limitações. Como instrumento político de regulação do uso, permite espacializar as políticas públicas em base geográfica integrada, ampliando a escala de abrangência das ações governamentais.

A implementação do Programa se justifica pela premência de criar e aperfeiçoar instrumentos e estratégias de gestão no território e das águas jurisdicionais brasileiras, contribuindo para fortalecer os processos de sistematização de informações, de análise da realidade, de negociação sobre o uso dos recursos e de intervenção no território.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O Programa ZEE preparou, durante o ano de 2007, as condições, os critérios e as articulações para dar um salto qualitativo na implantação do ZEE no Brasil. Tais atividades foram adaptadas para atender à nova configuração do MMA, que passou por uma reestruturação organizacional. Nesse sentido, o Programa foi incorporado ao Departamento de Zoneamento Territorial, da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (DZT/SEDR), ganhando, assim, um novo *status* na estrutura administrativa. Tais ações materializaram-se em quatro pontos principais:

a) estabelecer as estratégias de implantação de curto prazo e de médio prazo;

b) preparar os produtos dos projetos em andamento para o debate imediato com os parceiros e usuários;

c) reestruturar as ações em função de uma perspectiva nacional que articule as ações e os produtos estaduais e regionais;

d) readequar a estrutura técnico-operacional para o atendimento das demandas sobre os resultados.

• Citam-se os projetos em execução pela coordenação nacional e pelo Consórcio ZEE Brasil, cujas ações em 2007 foram o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil (MacroZEE Brasil), a metodologia para espacialização de biodiversidade, que são análises temáticas da dinâmica territorial brasileira realizada nas ZEEs existentes, a integração com políticas públicas em que o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar foi definido de forma integrada ao ZEE, o ZEE incorporado à proposta da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT).

• Medidas e estratégias de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca definidas com base no ZEE de áreas prioritárias (Núcleo de Gilbués e Monte Alegre do Piauí). Produtos do ZEE integrados à Política Nacional de Informação Cartográfica via Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR), entre os quais:

a) proposta de integração das bases de dados cartográficos e geográficos estaduais à Infra-Estrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE);

b) atualização das bases cartográficas da Rede Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF) para a versão 2007 da Mapoteca Nacional Digital (MND);

c) proposta de metodologia para a manutenção compartilhada de bases cartográficas e bases temáticas.

• Projeto Macrozoneamento da Amazônia Legal com elaboração de mapa integrado dos ZEE dos Estados da Amazônia Legal, versão 2007, e disponibilizado na Internet (*http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/index.html*). Com o Zoneamento do Estado do Acre referendado pela Comissão Nacional Coordenadora do ZEE, e curso de Cenários Prospectivos para o Maranhão, realizado em parceria com a Companhia de Recursos Minerais (CPRM) e o Governo do Estado.

• Projetos de ZEE binacionais fronteiriços entre Brasil e Venezuela, Brasil e Colômbia, Brasil e Peru, e Brasil e Bolívia, resgatados e sistematizados para publicação.

• Centros de capacitação para a gestão ambiental e territorial (CECAPs) instalados em nove Estados da Amazônia e processo de capacitação para gestores iniciado.

• Projeto ZEE da Bacia do Parnaíba com criação do banco de dados do MacroZEE da bacia do Parnaíba estruturado, integrando áreas específicas como o delta do Parnaíba e a região do Cerrado do sul do Piauí e Maranhão, em parceria com o INPE.

• Elaborado e aprovado o projeto para instalação de cinco centros de gestão ambiental e territorial (CEGAT), em territórios do Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Parnaíba (PLANAP). Executado detalhamento do ZEE Parnaíba para o Núcleo de Desertificação de Gilbués e Monte Alegre do Piauí.

• Criação e instalação do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba, segundo orientações e diretrizes do ZEE. Apoio técnico e financeiro para elaboração de relatório de criação de unidade de conservação (UC) em Cajueiro da Praia (Piauí).

• Projeto ZEE da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno com implantação dos CEGATs na Universidade Estadual de Goiás (UEG), nos Municípios de Formosa e Cristalina. Elaborados os mapas de sistemas naturais de uso e ocupação do solo, e outros diagnósticos temáticos, com a rearticulação das equipes do Consórcio ZEE Brasil para continuidade da execução do projeto.

• Projeto ZEE da Bacia do São Francisco em que foram instalados três CEGATs nas cidades de Montes Claros (MG), Pains (MG) e Formosa (GO). Articulados e negociados os próximos cinco: Barreiras (BA), Araripina (PE), Petrolina (PE), Salgueiro (PE) e Penedo (SE). Finalizados e publicados os diagnósticos da sócio-economia, jurídico-institucional, alvos prioritários para conservação da biodiversidade e do meio físico na escala do milhão.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Considera-se o índice alcançado satisfatório, indicativo de um gradual e contínuo processo de estruturação e aquisição de capacidades para o cumprimento dos objetivos e das finalidades do Programa. Esse resultado se expressa pelos projetos de ZEE executados diretamente pela coordenação do Programa, com apoio do Consórcio ZEE Brasil, em atendimento a demandas e prioridades do Governo Federal; pela cooperação técnica prestada aos Estados na execução de seus ZEEs, no fortalecimento do Consórcio ZEE Brasil e da equipe técnica do Programa; pela recuperação e disponibilização de informações já produzidas em diferentes níveis e escalas territoriais; pela revisão de aspectos conceituais e metodológicos; e pela crescente demanda apresentada pelo Poder Público e pela sociedade civil em relação ao Programa. Em que pesem estes avanços já serem consideráveis, os resultados ainda serão ampliados, à medida que novos aportes de recursos financeiros e humanos forem canalizados para o Programa.

São realizadas reuniões periódicas com a coordenação do Programa para acompanhamento da execução. O próprio preenchimento dos dados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) permite que se faça um monitoramento, ainda que parcial, das atividades em curso.

A execução física foi de 40% a 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. No ano de 2007, o Programa foi fortemente impactado pela demora da assinatura do Acordo de Doação do Banco Mundial para o Projeto Base Cartográfica. Tal fato impediu a execução da ação que contava com orçamento de cerca de R$ 8 milhões, quase 70% do orçamento do Programa.

Tanto as licitações realizadas via o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) quanto as executadas com recursos do orçamento via MMA, carecem de agilidade e clareza de procedimentos, o que impede a contratação de serviços em tempo adequado para viabilização dos trabalhos.

A meta física prevista para 2007 na Ação de Implantação de Sistema de Informações Georreferenciadas para o Desenvolvimento do Ecoturismo só será atingida ao longo do ano de 2008, devido à demora na liberação de dotação inicialmente contida, o que ocorreu somente em meados de novembro de 2007. Em relação à execução financeira, dos R$ 200.000,00 inicialmente previstos para ação, R$ 50.000,00 foram gastos com pessoal temporário que trabalha diretamente na ação e o restante, que se encontrou contido até meados de novembro de 2007, foi repassado à Fundação Universidade de Brasília (UnB) por meio de descentralização externa de créditos orçamentários e recursos financeiros para execução das atividades previstas na Ação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os produtos intermediários do ZEE são apresentados e debatidos em consultas públicas, para colher contribuições para posterior definição final das zonas. O Programa reconhece o desafio de ampliar os mecanismos e as formas de divulgação e apropriação dos produtos e resultados do ZEE por parte da sociedade civil, bem como sua relação com outras políticas públicas junto ao público-alvo. Providências nessa direção estão sendo tomadas pela coordenação do Programa.

No caso do Projeto Base Cartográfica, a participação social contribuiu para legitimar as ações a serem desenvolvidas e valorizar o produto final. Nos demais projetos do ZEE, a participação social é sempre estimulada e procura colher contribuições que propiciem a melhora do produto final.

Não existe um mecanismo formal de avaliação. Porém, o Programa mantém, neste momento, acordos de cooperação técnica com 16 Estados que estão realizando seus ZEEs, e vem atendendo vários convites de setores empresariais, dos movimentos sociais e do parlamento, para informar, discutir e receber reivindicações vinculadas aos projetos de ZEE, que estão sendo realizados em diferentes níveis e escalas do País, o que indica o interesse da participação no Programa.

É necessária a criação de um aparato tecnológico de ponta no âmbito da coordenação nacional, o que atualmente não existe para a implementação de um programa cujo propósito é realizar o ZEE do Território Nacional. A equipe gerencial do Programa conta com apenas dois servidores efetivos, sendo os demais temporários e terceirizados. Há carência de recursos humanos qualificados para a execução dos projetos. Para uma melhor execução, a equipe gerencial deveria contar ao menos com um gerente para cada região do País.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública

Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

Governo Eletrônico

Inclusão Digital

Informações Estatísticas e Geocientíficas

Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas

Recenseamentos Gerais

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), foram utilizados **R$ 3.856.865.206,00** o que corresponde a 82,4% do total previsto para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 4.682.381.607,00	Realizado orçamentário:	R$ 3.856.865.206,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 4.682.381.607,00**	**Total realizado:**	**R$ 3.856.865.206,00**

Além disso, do total de **R$ 229.278.844,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 199.304.409,00** correspondendo 86,9% do valor inscrito.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MP, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	8002 Governo Eletrônico	11,82%	10,40%	6,94%	2,75%	6,02%
	1008 Inclusão Digital	3,26%	22,48%	11,60%	10,46%	11,31%
	1059 Recenseamentos Gerais	3,07%	0,30%	22,87%	25,13%	17,91%
Finalístico Soma		**18,15%**	**33,19%**	**41,41%**	**38,35%**	**35,25%**
Gestão de Políticas Públicas	1333 Avaliação do Plano Plurianual	0,01%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%
	0798 Compras Governamentais	4,43%	4,08%	2,67%	1,19%	2,37%
	1003 Gestão da Política na Área de Planejamento	34,96%	11,25%	9,32%	38,43%	28,20%
	1054 Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público	8,30%	12,41%	8,18%	3,73%	6,53%
	0802 Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União	0,51%	0,68%	4,29%	1,51%	1,81%
	0795 Gestão dos Orçamentos da União	4,13%	4,43%	0,00%	0,00%	1,24%
	1088 Gestão Pública para um Brasil de Todos	0,23%	0,93%	8,07%	4,85%	4,26%
Gestão de Políticas Públicas Soma		**52,56%**	**33,79%**	**32,53%**	**49,70%**	**44,41%**
Serviços ao Estado	0801 Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública	2,96%	3,16%	2,68%	1,25%	2,06%
	0794 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	4,26%	5,46%	3,85%	1,89%	3,14%
	0796 Informações Estatísticas e Geocientíficas	6,47%	6,67%	4,66%	2,47%	4,10%
	0797 Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas	15,60%	17,72%	14,87%	6,34%	11,04%
Serviços ao Estado Soma		**29,29%**	**33,02%**	**26,06%**	**11,95%**	**20,34%**
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

No que tange a coordenar o processo de elaboração, acompanhamento e avaliação do PPA e dos Orçamentos da União, destacam-se:

a) elaboração do PPA 2008-2011, que compreende 306 programas;

b) elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2008;

c) coordenação da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária 2008;

d) divulgação do relatório de avaliação anual (ano base 2006) ao Congresso Nacional, aos órgãos setoriais e às universidades;

e) conclusão da Avaliação do Setor Elétrico;

f) aumento nos registros de metas físicas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), atingindo cerca de 86% das ações executadas pelo Governo Federal, permitindo comparação com o desempenho pretendido;

g) acompanhamento dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e participação nas negociações envolvendo o Governo Federal, os 26 Estados, o Distrito Federal e mais 187 Municípios, que resultaram na seleção dos empreendimentos nos setores de habitação e saneamento.

Planejar e coordenar políticas e ações com vistas à captação de recursos financeiros junto a organismos multilaterais, instituições financeiras oficiais externas e governos estrangeiros destinados à execução de programas e projetos do setor público, o que resultou em:

a) recomendação para a preparação de 68 projetos da ordem de US$ 8,14 bilhões, com ênfase para aqueles de interesse de Municípios, notadamente, no âmbito do Pró-Cidades e do Programa de Apoio aos Governos Municipais (PRAM);

b) aprovação de 18 operações com recursos não-reembolsáveis, de cerca de US$ 26 milhões;

c) coordenação de 18 negociações contratuais com diversos organismos internacionais, representando um montante de aproximadamente US$ 1,53 bilhão de novos financiamentos, nos mais diversos setores, nas três esferas de Governo.

Desenvolver a gestão pública capaz de transformar o Estado e suas organizações em instituições sólidas que fortalecessem a cidadania e a democracia resultou em:

a) reestruturação organizacional de 203 órgãos públicos, que culminaram na edição de 54 atos, entre decretos, leis ou medidas provisórias e implantação do sistema de avaliação de desempenho institucional em 781 organizações públicas;

b) estruturação de projeto básico visando a racionalização dos gastos públicos e a realização de estudos técnicos com vistas a subsidiar a organização da macroestrutura e das estruturas internas dos órgãos do Poder Executivo Federal;

c) realização de sete missões técnicas de servidores brasileiros à Europa, capacitando 97 servidores públicos, por meio de cooperação técnica entre o Brasil e a Comissão Européia;

d) elaboração de estudos técnicos nas áreas de transparência pública e controle social do Estado, desburocratização e desregulamentação do Estado e gestão de riscos;

e) capacitação de 3.766 servidores, na modalidade educação a distância, nos temas ética e gestão de pessoas;

f) modelagem e redesenho dos processos organizacionais de órgãos públicos nas áreas de competência orçamentária, de planejamento e territorial e certificação cadastral de bens imóveis da União, por meio do Programa de Modernização do Poder Executivo Federal (PMPEF);

g) assinatura de 29 convênios com os Tribunais de Contas dos Estados e Municípios, no âmbito do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros (PROMOEX).

Quanto a promover a gestão de recursos logísticos, das tecnologias de informação e comunicação e a inclusão digital, destacam-se:

a) implantação do novo *Data Warehouse de Compras*, com inclusão de novos dados, em especial, da sessão pública dos Pregões Eletrônicos, convênios e contratos;

b) implantação de Sistema de Controle de Diárias e Passagens em 45 órgãos públicos, contemplando a certificação digital e a integração com o SIAPE, SIORG e SIAFI;

c) edição e elaboração de normas: - regulação por decreto (Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 e Decreto nº 6.329, de 27 de dezembro de 2007), que define regras relativas às transferências voluntárias de recursos da União, e - ampliação do uso do poder de compra do Estado, regulamentando o art. 5º da Lei nº 123, de 14 de dezembro de 2006, por meio da edição Decreto nº 6.204, de 05 de novembro de 2007;

d) início da operação de três unidades do Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC) em Porto Alegre (RS), Brasília (Gama-DF) e Guarulhos (SP), responsáveis pela produção de 1.891 computadores recondicionados, doados a 158 escolas públicas, telecentros, bibliotecas, bem como a implantação de mais duas unidades de recondicionamento;

e) lançamento do portal do Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID) (*http://onid.org.br*), no qual encontram-se o sistema de cadastro de mais de 3 mil telecentros em funcionamento no País, públicos e privados, e o mecanismo de pesquisa de unidades, visualizadas em mapa interativo;

f) realização da 6ª Oficina para Inclusão Digital, na cidade de Salvador (BA), em parceria com órgãos governamentais e não-governamentais, que reuniu desde gestores de ações dos diferentes níveis de governo até monitores de telecentros, articuladores e lideranças de todas as partes do País. Um dos resultados do evento foi a Carta de Salvador, documento elaborado por entidades da sociedade civil organizada, por uma política pública mais efetiva de inclusão digital em nível nacional;

g) conclusão dos estudos para a expansão da Infovia em nível nacional;

h) implantação do sistema de Telefonia Corporativa do Governo Federal;

i) avanços na Arquitetura Referencial de Integração de Sistemas;

j) publicação do Avaliador e Simulador de Acessibilidade de Sítios (ASES), da Lista de Assuntos de Governo (LAG) e da versão 3.0 da e-PING.

No que tange a desenvolver competências de servidores públicos para aumentar a capacidade do Governo na gestão das políticas públicas, destacam-se:

a) capacitação de 26.726 servidores em desenvolvimento gerencial, sendo 26.397 servidores com orçamento próprio do MP e 329 com recursos provindos de destaque orçamentário de outros órgãos da Administração Pública Federal;

b) matrícula de 1.252 servidores no curso de formação inicial e aperfeiçoamento de carreiras;

c) matrícula de 32 servidores no curso de pós-graduação *Lato Sensu* para servidores públicos;

d) realização de intercâmbio com 25 instituições internacionais de excelência em gestão pública.

Em relação a gerir os recursos humanos democratizando as relações de trabalho no âmbito do Governo Federal, destacam-se:

a) realização do V Encontro Nacional de Dirigentes de Recursos Humanos do SIPEC, como resultado da política nacional de desenvolvimento de pessoas;

b) a proteção da saúde do servidor público federal, com a implantação do Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor Público Civil Federal (SISOSP);

c) realização de mais de 320 reuniões de negociações com as entidades sindicais que representam os servidores públicos federais, que resultaram em acordos consubstanciados em atos normativos aprovados pelo Congresso Nacional;

d) realizado o V Encontro Nacional com o tema Carreiras, Competências e Negociação: - eixos da Política de Gestão de Pessoas, com a presença de 626 servidores, reunindo experiências nacionais e internacionais para debater os desafios impostos à gestão de pessoas na administração pública;

e) modernização do SIAPE, com as seguintes novas funcionalidades:

- consultas estruturadas e trilhas de auditorias DW;
- homologação da folha de pagamento;
- módulo de cadastro de dependentes;
- módulo de representante legal;
- dossiê do servidor no SIAPENET;
- dependentes, pensão alimentícia e férias *web*.

No que concerne a promover a utilização ordenada do patrimônio imobiliário da União, visando os interesses públicos e sociais, sobressaíram-se:

a) regularização fundiária para população de baixa renda, com a entrega de mais de 37.000 títulos;

b) reconhecimento de territórios quilombolas, com a entrega de mais de 11.000 Termos de Autorização de Uso aos moradores das várzeas e pescadores;

c) cessão de 13 imóveis da extinta LBA (com área total de 50.968,05 m², avaliada em R$ 35,9 milhões), beneficiando mais de 10 mil famílias e entrega de 17 imóveis de Caics (com área total de 231.869,70 m²), beneficiando cerca de 13 mil famílias;

d) destinação de imóveis para utilização pela Administração Pública Federal;

e) implementação de atividades relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);

f) descentralização das Universidades, e fomento à aqüicultura e pesca;

g) inovações na área de receitas, assim como a atualização da Planta de Valores Genéricos – PVG, que proporcionaram acréscimo de 37% na arrecadação patrimonial em relação ao ano de 2006.

Quanto a coordenar as Políticas Nacionais de Estatística e de Cartografia e o conhecimento da realidade demográfica e social do país, com produção e divulgação dos resultados de suas diversas pesquisas, destacaram-se:

a) divulgação da Nova Série do Sistema de Contas Nacionais do Brasil, para os anos 2000 até 2005, das Contas Regionais e do Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios, para os anos 2002 até 2005;

b) divulgação da *Síntese de Indicadores Sociais 2007 - Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira*, que reúne indicadores sobre a realidade social brasileira, abrangendo informações sobre saúde, aspectos demográficos, educação, trabalho e rendimento, domicílios, famílias e grupos populacionais específicos: crianças, adolescentes e jovens, mulheres e idosos;

c) divulgação dos resultados da *Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC)*, fornecendo as primeiras evidências estatísticas sobre a inovação tecnológica nas atividades de telecomunicações, informática e pesquisa e desenvolvimento;

d) lançamento do volume *Perfil das despesas no Brasil - Indicadores selecionados e implementação de metodologia de cálculo de linha de pobreza absoluta*, baseada nos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2002-2003) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad);

e) construção do Banco de Dados Ambientais Integrados de Recursos Naturais e análise de informações de cunho espacial sobre a organização do território;

f) elaboradas cartas sobre Hidrogeologia e Hidroquímica, voltadas para subsidiar a região Nordeste com um instrumento interpretativo das características gerais dos mananciais subterrâneos;

g) implantação da estação maregráfica do Porto de Mucuripe, em Fortaleza (CE), que monitora globalmente o nível do mar e as variações climáticas de longo período;

h) elaborados relatórios identificando os Estados e os Municípios beneficiários dos *royalties* do petróleo produzido na plataforma continental brasileira, em atendimento aos questionamentos da sociedade sobre a definição das áreas beneficiárias;

i) realizada a coleta das operações censitárias *Censo Agropecuário e da Contagem da População* e implantado o *Cadastro de Endereços de Domicílios*;

j) divulgação de dados preliminares do *Censo Agropecuário*, fornecendo um perfil da estrutura do setor agropecuário brasileiro, com dados relativos a números e a área total dos estabelecimentos, utilização da terra, tratores existentes, pessoal ocupado, efetivos da pecuária e produção animal;

k) divulgação de resultados sobre as características da população e dos domicílios e os totais populacionais apurados por Município, que compuseram os efetivos populacionais, que são parte fundamental no cálculo realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para a distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Municípios;

l) construção do *Cadastro Nacional de Endereços* para fins estatísticos, com coordenadas geográficas de todas as unidades levantadas nas áreas rurais, visando o aperfeiçoamento das pesquisas e futuros censos, além de ser do interesse de outros programas governamentais.

No que tange a elaborar e disseminar estudos, pesquisas, formação de dados, indicadores e processos de avaliação da ação governamental, para aprimoramento das políticas públicas sobressaíram-se:

a) publicação do livro *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente,* no qual são retratados estudos que documentam e analisam a recente queda da desigualdade de renda no Brasil, identifica seus principais determinantes e delineia propostas de políticas públicas para que seja prolongada ou mesmo aprofundada nos anos subseqüentes;

b) publicação de dois volumes do livro *Gasto e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas*, nos quais são oferecidos elementos para a melhor compreensão das condições de vida da nossa população, com os gastos relativos a bens e serviços relacionados a alimentação, vestuário, transporte, habitação, saúde, educação, lazer, cultura e outros, e que permitem, ainda, realizar estudos sobre desigualdade e pobreza, identificação do padrão de segurança alimentar e nutricional das famílias, atualização das cestas de produtos utilizadas no cálculo da inflação e a maior fidedignidade no cálculo das contas nacionais;

c) publicação do livro *As Empresas Brasileiras e o Comércio Internacional*, que apresenta explicações para o vigoroso crescimento das exportações brasileiras;

d) publicação dos trabalhos de *Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad) 2006 - Saneamento e Habitação, Pnad 2006 - Primeiras Análises: Demografia, Educação, Trabalho, Previdência, Desigualdade de Renda e Pobreza, e Hierarquia e desigualdade salarial na administração pública brasileira;*

e) realização do estudo - *Demanda e perfil dos trabalhadores formais no Brasil em 2007*, que consiste em informações sobre o mercado de trabalho no Brasil, com a apresentação de um mapa do emprego por setor econômico e região no País, tendo por base demanda e perfil dos trabalhadores formais em 2007;

f) elaboração do *3º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)*, Programa da Organização das Nações

Unidas (ONU) que estabelece metas de desenvolvimento social, econômico e ambiental a serem atingidas pelos 189 países integrantes até o ano de 2015;

g) elaboração do roteiro *Como Elaborar Modelo Lógico de Programa: um roteiro básico*, que visa orientar a construção de modelo lógico de programas, a fim de subsidiar o processo de elaboração do PPA 2008-2011;

h) publicação do documento *Technological Innovation in Brazilian and Argentine Firms*, que tem por objetivo analisar o potencial exportador de Brasil e Argentina, com base na inovação tecnológica;

i) publicação do documento *Regulação e Concorrência no Brasil: Governança, Incentivos e Eficiência*, que discute os mecanismos e incentivos à concorrência para os setores de transporte aéreo, saneamento, energia elétrica, mercado de carbono e telecomunicações;

j) edição do livro *Previdência no Brasil: debates, dilemas e escolhas*, onde são analisadas inadequações do sistema previdenciário brasileiro, propondo soluções viáveis para cada problema apontado;

k) edição de 24 livros sobre informações econômico-sociais e de políticas públicas e das revistas *Desafios do Desenvolvimento, Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)* e *Planejamento e Políticas Públicas (PPP)*;

l) edições dos boletins de Conjuntura, de Política Social, de Desenvolvimento Fiscal, de Mercado de Trabalho e de Conjuntura Industrial, que analisam e acompanham a evolução econômica, política, de programas e dos gastos públicos nas respectivas áreas, com o objetivo de oferecer à sociedade informações e análises relevantes sobre a implementação e avaliação de programas e políticas públicas, bem como de subsidiar a atuação de gestores e tomadores de decisão;

m) lançamento da *Carta de Conjuntura*, que faz uma análise dos principais temas econômicos dos três meses precedentes, sempre acompanhada de projeções dos mais importantes indicadores macroeconômicos.

ASPECTOS RELEVANTES

Os fatores de sucesso para o alcance dos resultados foram:

a) acompanhamento da execução física das ações e discussões por meio de reuniões periódicas com gerentes e coordenadores, e ainda, visita aos locais de implementação das ações;

b) maior comprometimento técnico do pessoal envolvido na gerência e execução dos programas;

c) ampliação da autonomia e da responsabilidade dos gerentes de programas e coordenadores de ação, preconizada pelo modelo de gestão do PPA;

d) cooperação internacional com a União Européia (UE), possibilitando a capacitação e a troca de experiências em gestão pública entre servidores brasileiros e daqueles países;

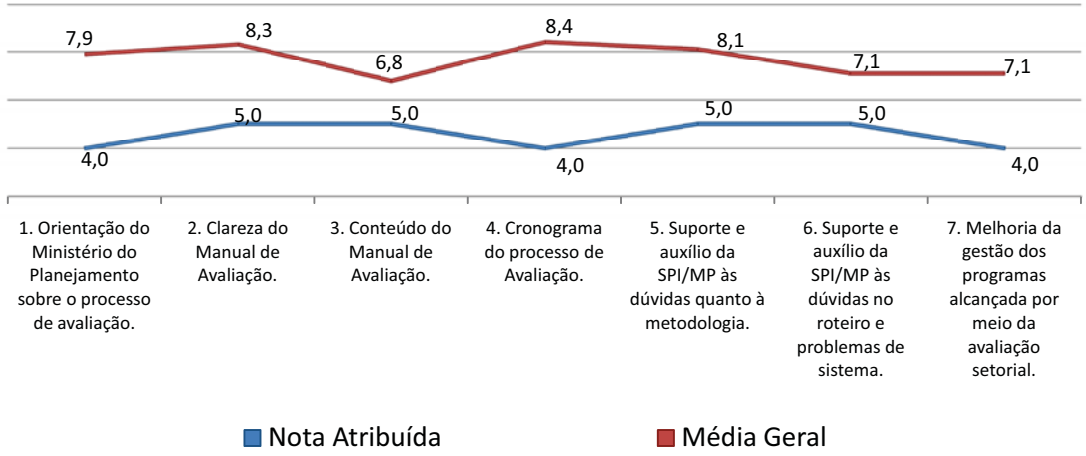
e) apoio técnico de organismos internacionais para um melhor planejamento da captação de recursos externos.

Os principais desafios enfrentados no processo de gestão dos programas foram os relativos à inadequação da infra-estrutura e dos recursos humanos, principalmente, no que se refere à quantidade de pessoas e à qualificação das equipes executoras. Foi identificada, também, a necessidade de ajustes em alguns programas, de forma a melhorar a sua gerência. O MP veio gradativamente adequando a sua estrutura ao modelo de gestão por programas. Desde a implantação do PPA 2004-2007, providências foram tomadas, como a revisão/exclusão de alguns programas, ajustes na estrutura programática de algumas unidades e participação dos dirigentes (gerentes) no processo de revisão e avaliação do PPA e na alocação anual de recursos na Lei Orçamentária Anual (LOA). Mesmo assim, o MP ainda careceu de ajustes em seu modelo organizacional e programático. A maioria dos programas e ações foi executada tanto por meio de sua estrutura organizacional quanto por arranjos organizacionais mais flexíveis como comissões, comitês e grupos de trabalho que garantiram a harmonização de possíveis disfunções estruturais.

A visão atual que predominou no período foi a unissetorial. Quando existiram programas intra-setoriais e multissetoriais, ainda houve ausência de uma gestão compartilhada de sua implementação. Os executores atuaram (talvez porque os elementos de que dispõem assim os condicionassem) como prestadores de informações e não como co-responsáveis pelos resultados do Programa como um todo. Na estrutura programática do Ministério, temos o exemplo dos Programas de Inclusão Digital e Governo Eletrônico, coordenados pelo MP, em que a maioria das ações e dos recursos financeiros esteve em outros Ministérios. A gerência do Programa não dispôs de nenhum mecanismo de participação na gestão dessas ações, como também teve dificuldades na obtenção de informações. Trata-se de caso a ser examinado.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MP mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MP e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EM GESTÃO PÚBLICA

GERENTE DO PROGRAMA

Helena Kerr do Amaral

OBJETIVO

Aumentar a capacidade governamental na gestão das políticas públicas por meio do desenvolvimento das competências de seus servidores.

PÚBLICO-ALVO

Servidores da administração pública de carreiras estratégicas e dirigentes com responsabilidade de direção

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 25.852.839,00	Empenho Liquidado:	R$ 20.345.220,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 20.345.220,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Horas em Treinamento - Hora	-	-	14.751.00	14.736.00	10.500.00	140,34%

1. NÚMERO DE HORAS EM TREINAMENTO

Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Considerando que o índice previsto para o final do PPA é 10.500 horas em treinamento, e que o índice apurado em 2007 foi de 14.736 horas, pode-se afirmar que o índice previsto para o indicador foi alcançado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Considerando a necessidade de aumentar a capacidade de governo faz-se urgente a profissionalização e a melhoria da qualidade do serviço público no País. A Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), por conhecer as necessidades de governo e por sua capacidade de prospecção e inovação, pode e deve se tornar a primeira opção em capacitação de dirigentes públicos. Diferentemente do conteúdo ministrado pelas universidades, o

Programa deve produzir estudos e pesquisas que subsidiem reformulações de procedimentos e decisões do Governo Federal, bem como atender prontamente a problemas estratégicos de gestão pública. Essas ações visam suprir lacuna relativa à disseminação de conceitos e tecnologia inovadoras que aumentem a competência e a capacidade de resolver problemas nas áreas de governabilidade, governança e gestão de políticas públicas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Os cursos oferecidos no âmbito da Ação de Desenvolvimento Gerencial para a Administração Pública capacitaram 26.397 servidores com orçamento próprio da ENAP e 329 com recursos provindos de destaque orçamentário, o que totalizou 26.726 servidores capacitados. A meta foi superada em 22%, o que reflete o investimento na ampliação da oferta de capacitação visando apoiar ações governamentais na melhoria do gasto. Esta ampliação se deu em escala nacional pela maior oferta de cursos a distância e aprimoramento das parcerias com instituições nacionais e internacionais. Foram promovidos eventos e projetos para a capacitação de dirigentes, conforme Decreto nº 5.497, de 21 de julho de 2005 e Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006 que tratam da priorização de ações voltadas à habilitação de servidores para o exercício de cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e da criação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal. Porém, se for considerado os destaques provenientes de outros órgãos (R$ 46.455), a meta foi superada em 23%.

• A meta prevista para a Ação de Formação Inicial e Aperfeiçoamento de Carreiras foi atingida e superada em 174% (foram matriculados 1.252 alunos). No entanto, se considerarmos as 259 matrículas oriundas de recursos orçamentários, o percentual seria alterado para 210% (1.511 matrículas no total).

• Na Ação de Pós- graduação Lato Sensu para Servidores, a meta física alcançada foi apenas 11% da meta física prevista, muito embora tenham sido gastos 35% dos recursos disponíveis. A previsão de 280 matrículas foi corrigida para 70 devido a redimensionamento das atividades da área responsável pela Ação e, em razão de contingenciamento, só foi possível iniciar duas turmas, o que permitiu apenas 32 matrículas em 2007.

• Na Ação de Difusão de Conhecimento em Gestão Pública, a meta física foi superada em 7% (108.106 exemplares divulgados).

• Foi concluída a implementação do banco de dados utilizado como sistema de controle do Programa, o Sistema de Administração de Cursos, Especialização e Formação de Carreira (WebCEF), que registra informações das ações Desenvolvimento Gerencial, Formação Inicial e Aperfeiçoamento e Pós-Graduação.

• No que se refere à Ação de Intercâmbio com Instituições Internacionais de Excelência em Gestão Pública, a superação da meta física foi de 92%, com a realização de 25 eventos e se deve à alta demanda de eventos traçada nos planos de ação que são negociados e aprovados com instituições parceiras. Esses planos são traçados em março do ano corrente, diferente do planejado pela ENAP para a previsão orçamentária do Governo.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A ENAP buscou ampliar a utilização do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) para o gerenciamento de suas ações, fazendo uso regular das ferramentas disponibilizadas pelo sistema, pois este é um documento para prestação de contas que acaba sendo utilizado como fonte de informações para uso interno. Contudo, no que tange ao campo destinado às restrições, este ainda é desconhecido por boa parte dos usuários. Assim, conhecer o sistema a fundo seria relevante para um melhor monitoramento.

No que se refere à execução orçamentária do Programa, dos R$ 20.621.839,00 liberados para a ENAP, o que corresponde a 78,7% do orçamento aprovado, foram executados R$ 20.345.223,11 (99%). Considerando o aporte proveniente de destaques orçamentários, foram executados mais R$ 535.152,29, o que totaliza R$ 20.880.375,40.

De fato, o orçamento previsto para a ação de Desenvolvimento Gerencial para a Administração Pública, em 2007, de R$ 4.393.000 foi para R$ 6.393.000 devido ao recebimento de emenda que visava ampliar as condições de capacitação dos servidores. Desse montante, houve contingenciamento de R$ 2.652.400 (Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007) e foram liquidados no total R$ 3.472.262.

A alta execução física da ação de Formação Inicial e Aperfeiçoamento de Carreiras deve-se ao Programa de aperfeiçoamento oferecido de forma modular, que ampliou as escolhas temáticas e períodos de realização aos especialistas em políticas públicas e gestão governamental (EPPGG). Quanto à baixa execução financeira dessa ação (48,2%), em relação à meta física alcançada, é importante frisar que, durante o curso de formação de EPPGG e analista de planejamento e orçamento (APO), o aluno faz jus a auxílio de 50% da remuneração inicial do cargo (Lei nº 9.624, de 2 de abril de 1998). O orçamento deve prever o auxílio a todos os alunos, mas não é possível prever quantos necessitarão desse auxílio antes do fim das matrículas que ocorre meses após o fechamento da peça orçamentária. Em 2007, previu-se 100 auxílios por três meses, mas 44 alunos não solicitaram.

Quanto ao gasto financeiro da ação de Pós-graduação *Lato Sensu* para Servidores ter sido percentualmente maior que a meta física realizada, isso se deveu ao fato de haver gastos financeiros em cursos já em andamento.

A superação da meta física da ação de Difusão de Conhecimento em Gestão Pública, executando o mesmo montante de recursos financeiros previstos, deve-se à diferença dos calendários de planejamento do governo brasileiro e dos parceiros estrangeiros, que apreciam projetos e aprovam recursos para cooperações, em geral, até o mês de março do ano de execução das atividades. Neste ano, a ENAP obteve sucesso em assegurar maior apoio e recursos destas cooperações, refletido na superação da meta física sem precisar despender mais recursos próprios. O investimento para aperfeiçoar o sítio da ENAP (*www.enap.gov.br*) ampliou a disseminação das atividades pedagógicas e das práticas de inovação na gestão pública, e facilitou o acesso às publicações ENAP e às consultas e pesquisas bibliográficas

efetuadas no acervo da Biblioteca. Isto beneficia servidores e pesquisadores universitários, brasileiros e estrangeiros, que atuam no tema da gestão pública e que buscam integrar atividades de pesquisa com a melhoria da gestão.

A ENAP sempre procurou adequar suas atividades de acordo com a liberação dos recursos, de tal sorte que a execução de suas ações não ficou prejudicada (havendo, inclusive, superação da meta física na maioria das ações).

Apesar do desempenho satisfatório do Programa e de ter havido integração entre a gerência do Programa e as áreas executoras, a ENAP precisa evoluir em três aspectos:

a) racionalização do espaço destinado atualmente à área administrativa da escola para ampliar o espaço da área finalística (aumento do número de salas, por exemplo, o que ampliaria os cursos ofertados). Para isso, é necessário recursos para investimento;

b) adequação de recursos humanos nas equipes executoras, vez que os novos desafios a serem enfrentados pela ENAP demandam também um maior quantitativo de servidores detentores de uma gama mais diversificada e complexa de experiências e conhecimentos. O ingresso de servidores com um novo perfil deve ser realizado por meio de concursos para um modelo de carreira diferente do existente atualmente. A situação é agravada em função da evasão constante de novos servidores aprovados no concurso em 2006 em razão de baixos salários. Dos 56 novos servidores que tomaram posse entre 2006 e 2007, 15 foram exonerados ou pediram vacância;

c) melhoria da qualificação dos recursos humanos nas equipes executoras, muito embora haja intenso e regular esforço de capacitação na ENAP. Há que se esclarecer que os novos desafios a serem enfrentados pela ENAP demandam também um maior quantitativo de servidores detentores de uma gama mais diversificada e complexa de experiências e conhecimentos. Vale ainda esclarecer que a maior parte das capacitações é realizada na própria Escola, o que não permite computar como resultado no PPA por não gerar custos na ação Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Destacam-se ainda a promoção da participação social possibilitada pelo Fale Conosco, canal de comunicação com qualquer pessoa interessada nas ações desenvolvidas pela Escola, e a avaliação da satisfação de seus beneficiários. De fato, para os cursos realizados pela escola, quer seja os de desenvolvimento gerencial, quer seja os de especialização e formação de carreiras, a ENAP possui a Avaliação de Reação, instrumento utilizado em forma de questionário oferecido ao usuário ao término do curso com o objetivo de captar sua impressão sobre a disciplina de uma forma geral (qualidade dos professores, salas de aula, conteúdo etc). A ENAP utiliza essa avaliação para aprimorar seus serviços, melhorar conteúdo das disciplinas, a escolha dos professores etc.

O WebCEF foi desenvolvido visando integração aos outros sistemas de gestão da Escola e permite a construção de uma única base de dados. São realizadas reuniões quinzenais com as áreas para atender às demandas de avanços no sistema. A ENAP utilizou também o gerenciamento por diretrizes (GPD), instrumento que acompanha os resultados comparando com as metas programadas pelas áreas responsáveis pelas ações acima e pelas ações Difusão de Conhecimento e Concessão de Prêmios. O GPD permite alinhamento dos esforços para alcançar as metas definidas e direciona as adequações necessárias. Assim, as metas do PPA são detalhadas em todas as áreas, ou seja, são criadas subáreas permitindo que os resultados apareçam com clareza por meio de planilhas e árvore de monitoramento (desenho demonstrativo onde é lançado sinal verde nas metas alcançadas e sinal vermelho nas metas não atingidas). O não cumprimento da meta por uma subárea aciona um sinal de alerta e o resultado é discutido com o responsável para justificar desvios, apresentar soluções e traçar um plano de ação. A Assessoria da Presidência faz esse monitoramento e acompanha os resultados através de um relatório de três gerações (passado, presente e futuro). Nesse relatório são definidos: o que foi planejado, executado, os pontos problemáticos e a proposição de ações futuras, que é o plano de ação o qual define o que será feito para solucionar o problema, quem fará, como e quando será feito. A avaliação final do processo é feita em reunião mensal do Conselho Diretor, quando os resultados do mês são visualizados e as soluções discutidas. O GPD possibilita uma melhora no planejamento e monitoramento das ações do Programa.

Por fim, poder-se-ia replicar para a administração pública federal a boa prática quanto a sistemas, do WebCEF - começou a ser utilizado parcialmente em 2006 e foi desenvolvido com a finalidade de substituir o antigo Sistema de Controle de Cursos e Formação (SCCF) e proporcionar um ambiente de fácil utilização por parte dos usuários. O SCCF não estava integrado aos outros sistemas da ENAP, gerando inconsistências na base de dados, informações gerenciais distorcidas, duplicação de cadastro e retrabalho de maneira geral. Já o sistema WebCEF utiliza-se de *software* livre em atenção às diretrizes do Governo Federal e o Sistema de Gerenciamento de Colaboradores - *web*SCO - banco de dados que sistematiza as informações dos colaboradores (professores, moderadores etc) à disposição da Escola.

Há ainda a boa prática quanto ao GPD - instrumento que sistematiza o acompanhamento de resultados via comparação com metas. Trata-se de uma ferramenta que, ao longo do ano, faz o acompanhamento das metas alcançadas, bem como dos desvios, possibilitando uma significativa melhoria no planejamento e no monitoramento de todas as ações que compõem o Programa sob responsabilidade da Escola.

A gerência do Programa evidencia a necessidade de que seja revisto o produto da ação para viabilizar a expressão real dos esforços e resultados alcançados da ação de Pós-graduação *Lato Sensu* para servidores. Também destaca que há necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o SIGPlan, aumentar os recursos para investimento a fim de se ampliar a oferta de infra-estrutura aos cursos, aprimorar o modelo da carreira dos servidores da ENAP a fim de melhorar a política de retenção do seu quadro e aperfeiçoar o público-alvo do Programa.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO

GERENTE DO PROGRAMA

Alexandra Reschke Stanislau Affonso

OBJETIVO

Conhecer, zelar e garantir que cada imóvel da União cumpra sua função sócio-ambiental em harmonia com a função arrecadadora, em apoio aos programas estratégicos para a Nação.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade, órgãos e entidades da Administração Pública

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 41.187.443,00	Empenho Liquidado:	R$ 30.754.994,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 30.754.994,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número-Índice de Imóveis Regulares - Índice numérico	112.14	114.71	114.50	103.23	102.04	101,17%
2. Variação da Arrecadação da Receita Patrimonial – Porcentagem	-	11.91	124.93	36.95	104.50	35,36%

1. NÚMERO-ÍNDICE DE IMÓVEIS REGULARES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os índices propostos contemplam dois objetivos da missão, a destinação de imóveis e a arrecadação. Outros objetivos importantes do mesmo modo não estão espelhados nos indicadores atuais, deste modo, para o PPA 2008-2011, foram realizadas as correções.

2. VARIAÇÃO DA ARRECADAÇÃO DA RECEITA PATRIMONIAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

As ações de revisão da Planta de Valores Genéricos (PVG), assim como a instituição da Ficha de Cálculo de Laudêmio (FCL) e da Certidão de Autorização de Transferência (CAT), disponibilizadas pela Internet, contribuíram para que a arrecadação superasse o previsto para o ano de 2007, mas não alcançando o índice previsto para o final do PPA 2004-2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A gestão do patrimônio imobiliário da União, de competência da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), direcionou seus esforços para o atendimento dos interesses públicos e sociais, por meio de uma política de utilização ordenada das áreas pertencentes à União, que priorizasse ações de apoio ao desenvolvimento da indústria e do turismo, à melhoria da gestão ambiental, ao Programa de Reforma Agrária, à melhoria da qualidade de vida nas grandes cidades e à diminuição do *deficit* habitacional nacional mediante uma administração eficaz dos próprios nacionais, evitando desperdícios e reflexos negativos ao Tesouro Nacional. Com o desenvolvimento de mecanismos e ações que ampliassem a arrecadação das receitas patrimoniais em níveis que retratassem sua real potencialidade e incremento de ações de modernização dos sistemas de atendimento público que garantissem os direitos do cidadão.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Regularização fundiária para população de baixa renda, significando mais de 37.000 títulos entregues.

- Garantia de direitos fundamentais de populações tradicionais por meio do reconhecimento de territórios quilombolas e a entrega de mais de 11.000 Termos de Autorização de Uso aos moradores das várzeas e pescadores, no âmbito do Projeto Nossa Várzea[1] (3º classificado no 12º Prêmio Inovação na Gestão Pública Federal).

- Inclusão social por meio da destinação de 13 imóveis da extinta Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA), área total de 50.968,05 m², avaliada em R$ 35,9 milhões, beneficiando mais de 10 mil famílias.

- Provisão habitacional com a destinação de 17 imóveis dos Centros de Atenção Integral à Criança (CAICS), com área total de 231.869,70 m², beneficiando aproximadamente 13 mil famílias.

- Destinação de imóveis para:

a) utilização da administração pública federal, priorizando a racionalidade do uso;

b) implementação de atividades relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);

c) descentralização das universidades;

[1] O Projeto Nossa Várzea está sendo desenvolvido pela SPU, por meio da Gerência Regional do Patrimônio da União no Estado do Pará - GRPU/PA, com o objetivo de promover a regularização fundiária de ocupações em terras públicas, utilizando, o Termo de Autorização de Uso, um instrumento de inovação administrativa , que constitui o fundamento expressivo da ação, pois ao entregar o Termo às famílias de comunidades ribeirinhas, a União reconhece o direito à ocupação e possibilita a exploração sustentável das áreas de várzeas.

d) fomento à aqüicultura e à pesca.

• Inovações na área de receitas, como a atualização da PVG, proporcionaram um acréscimo de 37% na arrecadação patrimonial em relação ao ano de 2006.

O Programa esteve voltado ao apoio dos projetos de inclusão sócio-territorial (regularização fundiária para baixa renda), de garantia de direitos fundamentais de populações tradicionais (reconhecimento de territórios quilombolas, segurança da posse aos moradores das várzeas e pescadores), de inclusão social (imóveis destinados à produção habitacional e aos programas sociais), de preservação da biodiversidade e do meio ambiente (destinação para unidades de conservação), de apoio ao desenvolvimento local dos Municípios e das comunidades (imóveis destinados a atividades produtivas de forma onerosa ou gratuita), de redução dos gastos públicos (imóveis para uso do serviço público federal), dando prioridade às atividades relacionadas ao PAC.

Deve-se destacar, ainda, que o olhar do Estado para a regularização fundiária em todas as suas dimensões é relativamente novo na esfera Federal, o que exige que a implementação das ações se faça concomitantemente com a capacitação interna e com adequações estruturais, legais e administrativas. Considerados de forma isolada, os resultados obtidos em cada ação do PPA não chegaram a produzir um padrão uniforme de desempenho. Entretanto, mesmo nos casos em que, por força de contingenciamento de recursos financeiros, o resultado pudesse sofrer impacto mais agudo, foi possível priorizar a implementação de determinadas ações estratégicas, as quais apresentaram desempenho acima do esperado.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, os principais mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são os sistemas Integrado de Administração Patrimonial (SIAPA) e de Gerenciamento de Bens Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNET), assim como o Cadastro de Imóveis Funcionais (CIF), que se constituem em ferramentas utilizadas para o monitoramento diário das ações. No entanto, devido à amplitude do Programa, esses sistemas não têm apresentado desempenho suficiente, o que sinalizou para a necessidade de um sistema único. Atualmente, esse novo sistema está sendo construído com a participação intensa e efetiva de técnicos das áreas fim e meio e foi denominado como Sistema PÁTRIA.

Por intermédio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) é realizado o monitoramento quinzenal com as informações orçamentárias e financeiras, com destaque para que o limite financeiro deva ser incluído no SIGPlan, em tempo real, de forma a evitar que análises conclusivas sejam induzidas a partir de dados incompletos.

A execução física ficou no intervalo de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes, com a utilização de aproximadamente 94% do limite orçamentário/financeiro. Tendo sido liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação observando-se o limite determinado pelo Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007e suas alterações.

O último concurso público realizado em fevereiro de 2006 não supriu a demanda de recursos humanos com as qualificações adequadas aos processos de trabalho para a execução do Programa.

A rapidez da mudança tecnológica e a adequação dos processos de trabalho a essas tecnologias exigem que a equipe gerencial seja treinada continuamente para a absorção de novos conhecimentos, habilidades e aptidões para ser capaz de atingir as metas e obter os resultados que o Programa requer. Neste sentido, no âmbito da SPU, está sendo elaborado Programa de Aprendizagem Organizacional com base na gestão de competências e foco nos conhecimentos específicos para a execução das ações do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não realiza parcerias não governamentais para sua execução. E possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social:

a) audiência pública realizada para ouvir a pretensão da comunidade interessada/ beneficiada nas intervenções dos projetos de Regularização Fundiária, Provisão Habitacional e Orla;

h) reunião com grupos de interesse por meio de diálogos com segmentos da sociedade civil e do Conselho das Cidades.

A democratização na gestão do patrimônio da União, com a destinação mais adequada ao uso do patrimônio e a redução dos conflitos ligados a questão fundiária são eixos fundamentais para a obtenção de informações sobre a satisfação de seus beneficiários, cuja avaliação está em fase de implantação do projeto.

Para a consolidação de um novo modelo de gestão do patrimônio imobiliário da União, tem sido fundamental a constituição de instrumentos e metodologias que garantam e ampliem espaços participativos. Internamente, a instituição do Conselho Estratégico, e a realização de Encontros Nacionais de Gestão Estratégica conferem às decisões a necessária legitimidade, por meio do exercício responsável do compartilhamento. Durante a execução do Programa, foram realizados oito Encontros Nacionais.

GOVERNO ELETRÔNICO

GERENTE DO PROGRAMA

Rogério Santanna dos Santos

OBJETIVO

Propiciar o atendimento eletrônico das necessidades da sociedade (cidadãos, empresas e governos), ampliando, otimizando e consolidando os serviços e as informações on-line prestados pela administração pública.

PÚBLICO-ALVO

Governo e Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 55.494.706,00	Empenho Liquidado:	R$ 44.750.929,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 44.750.929,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice Geral de Qualidade e Alinhamento dos Serviços de Governo Eletrônico – Porcentagem	-	-	-	-	7.60	-
2. Ministérios da Administração Pública Federal Beneficiados pelo Aprimoramento da Infra-Estrutura - Porcentagem dos Ministérios beneficiados	-	-	-	-	50.00	-

1. ÍNDICE GERAL DE QUALIDADE E ALINHAMENTO DOS SERVIÇOS DE GOVERNO ELETRÔNICO

Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O indicador em questão foi elaborado durante o ano de 2006 para possibilitar uma melhor mensuração dos resultados do Programa. No entanto, durante o processo de elaboração do PPA 2008-2011, em 2007, constatou-se que o Programa seria mais propriamente enquadrado no tipo de Apoio a Políticas Públicas, não havendo a necessidade de se estabelecer um indicador.

2. MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL BENEFICIADOS PELO APRIMORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O indicador em questão foi elaborado durante o ano de 2006 para possibilitar uma melhor mensuração dos resultados do Programa. No entanto, durante o processo de elaboração do PPA 2008-2011, em 2007, constatou-se que o Programa seria mais propriamente enquadrado no tipo de Apoio a Políticas Públicas, não havendo a necessidade de se estabelecer um indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Governos democráticos e participativos encontram nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) ferramentas fundamentais para a desburocratização dos processos de trabalho, para a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços prestados, para a democratização do acesso e para um efetivo controle social das ações governamentais. As TIC permitem que o Estado desempenhe suas funções de forma integrada, eficiente e transparente, reduzindo custos administrativo-operacionais e propiciando melhores condições para ações de melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos. O Programa Governo eletrônico apresenta também um componente de inserção do País no contexto da chamada nova economia e da sociedade da informação. As práticas internacionais mostram que o uso intensivo das TIC pode repercutir na progressiva universalização da oferta e do acesso aos serviços e informações em meio eletrônico, sobretudo, na Internet, de forma contínua e ininterrupta, permitindo a capilarização das ações de governo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Implantação do sistema de Telefonia Corporativa do Governo Federal.
- Publicação do Avaliador e Simulador de Acessibilidade de Sítios (ASES).
- Implantação de Indicadores e Métricas para Avaliação de e-Serviços.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações adotados no Programa são:

a) as reuniões de trabalho realizadas em todas as ações para que se possam apresentar os resultados dos projetos desenvolvidos por cada área;

b) as visitas *in loco* periódicas, visaram mensurar e acompanhar o desenvolvimento de projetos que involvem implantação de infra-estrutura, notadamente a Infovia,

Integração de Sistemas, Certificação Digital, necessitam fazer visitas periódicas para mensurar e acompanhar o desenvolvimento dos projetos;

c) os sistemas informatizados que são utilizados para monitorar diversas ações, especialmente, as que envolvem hospedagem de portais e outros sistemas;

d) o Sistema de Planejamento (SISPLAN) que é o Infrasig do Ministério do Planejamento e é útil para o acompanhamento de contratos e como complementação ao Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) que é utilizado para registrar o andamento das ações, conforme determinação normativa;

e) os relatórios de gestão, elaborados conforme determinação normativa.

A execução física das ações que integram o Programa ocorreu a contento. Os resultados alcançados foram satisfatórios, atingindo de 80% a 100% de execução física do previsto na LOA 2007. E, as dotações orçamentárias autorizadas foram, em geral, suficientes para executar as ações, com os recursos liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. O fluxo de liberação orçamentária, em geral, não foi empecilho para a execução do Programa.

O planejamento dos Termos de Referência, Projetos Básico e Planos de Trabalho precisa ser aperfeiçoado de forma a agilizar os processos de contratação e minimizar as dificuldades em processos licitatórios e de celebração de contratos.

Existe a necessidade de adequar melhor as atividades da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), considerando suas atribuições formais como órgão central do Serviço de Integração Social do Servidor Público (SISP). Deve-se observar ainda que há uma discussão em andamento na Casa Civil sobre a estrutura do Governo Eletrônico.

A gerência do Programa não obteve nenhuma informação a respeito da ação que não está no âmbito de vinculação com a estrutura organizacional do Ministério do Planejamento, salvo o que foi publicado no SIGPlan. As tentativas de obter as informações necessárias quando da elaboração dos relatórios de gestão foram frustradas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução e tem verificado que a elaboração dos processos de prestação de contas tem sido uma dificuldade para os parceiros.

As atividades do Programa são voltadas para a própria Administração Pública Federal e, em 2007, foi realizado por meio do Fórum de Coordenadores-Gerais de Informática (CGMIs) um levantamento sobre a estrutura organizacional e de pessoal nestas Coordenações dos Ministérios, visando subsidiar um estudo de situação em andamento na Secretaria de Gestão (SEGES).

O Programa foi totalmente revisto para o quadriênio de 2008 a 2011, de forma a comportar melhor as atribuições formais da SLTI enquanto órgão central do SISP. Entretanto, faz-se necessário também reformular a estrutura institucional do Comitê Executivo do Governo Eletrônico.

A gerência do Programa destaca a necessidade de aprimorar a comunicação entre os coordenadores de ação e o gerente de programas multissetoriais.

INCLUSÃO DIGITAL

GERENTE DO PROGRAMA

Rogério Santanna dos Santos

OBJETIVO

Promover o acesso às tecnologias de informação e comunicação e ao acervo de informações e de conhecimentos, contribuindo para a inclusão social dos cidadãos brasileiros.

PÚBLICO-ALVO

Comunidades, jovens e outros segmentos identificados cuja situação sócio-econômica imponha dificuldade de acesso aos benefícios das novas tecnologias de comunicação e informação

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 179.373.252,00	Empenho Liquidado:	R$ 169.973.478,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 169.973.478,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Acesso a Microcomputador nas Famílias de Menor Renda – Porcentagem	-	-	-	-	16.00	-

1. TAXA DE ACESSO A MICROCOMPUTADOR NAS FAMÍLIAS DE MENOR RENDA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não é possível apurar o percentual alcançado em 2007, tendo em vista que os dados somente serão disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em setembro de 2008, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Apesar disso, imagina-se que o alcance do índice esteja dentro do esperado, tendo em vista a apuração de 2006 (divulgada em setembro de 2007), que atingiu 15,64%. Corresponde ao percentual de domicílios permanentes de rendimento mensal até 10 salários mínimos com computador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Cada vez mais no País, a estratificação social e o acúmulo de riqueza dão-se em função da capacidade de acessar e processar conhecimento. A inserção brasileira na sociedade do conhecimento não ocorre de forma linear nem igualitária. Princípios fundamentais como justiça social, igualdade de oportunidades e a própria democracia passam a ser influenciado pelo acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Afinal, estas são o principal meio de adquirir, interpretar, expressar, produzir e organizar o conhecimento, colocando-o a serviço de interesses e necessidades. Por isso, este tema é central para o desenvolvimento do País e da sociedade. O acesso cotidiano às redes, aos equipamentos e ao domínio das habilidades relacionadas às TIC é requisito indispensável à integração social, à atividade econômica e ao fortalecimento da cidadania. A atuação dos governos em parceria com a sociedade na promoção da inclusão digital é componente que se insere no esforço nacional em direção à inclusão social e ao aumento da competitividade estrutural da economia brasileira. A despeito do dinamismo alcançado pela disseminação da Internet e das tecnologias de informação e comunicação no segmento empresarial, o número de usuários de Internet no Brasil é estimado em 14,3 milhões pessoas, concentrado nos segmentos de alta renda. Dessa forma, a exclusão digital se combina com a herança persistente da desigualdade sócio-econômica, exigindo ações integradas de amplo alcance voltadas para a cidadania.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Recondicionamento de 1.891 computadores, doados a 158 escolas públicas, telecentros, bibliotecas e outros projetos de inclusão digital.

- Sistematização dos dados de localização e de contato de mais de três mil telecentros, apoiados pelo Governo Federal e por outros agentes, públicos e privados.

- Elaboração, em 2007, da Carta de Salvador (BA), documento reivindicativo elaborado por entidades da sociedade civil organizada por uma política pública mais efetiva de inclusão digital em nível nacional, a partir da revisão da Carta de Porto Alegre (RS).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Três unidades de Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC), em Porto Alegre (RS), Brasília (Gama-DF) e Guarulhos-SP, finalizaram em 2007 sua fase de implantação e entraram em fase de operação. Receberam recursos do Programa Inclusão Digital, por meio de convênios celebrados ao final de 2007, para esta nova fase. Juntas, as três unidades foram responsáveis, em 2007, pela produção de 1.891 computadores recondicionados, doados a 158 escolas públicas, telecentros, bibliotecas e outros projetos de inclusão digital. A estes CRCs juntaram-se duas unidades em implantação, com convênios celebrados ao final de 2007, a partir de destaque orçamentário oriundo do Ministério da Educação (MEC). As cinco oficinas piloto constituíram-se na formação inicial da rede de

recondicionamento de computadores que se pretendia estabelecer no Território Nacional pelo projeto Computadores para Inclusão.

A pesquisa e a organização de informações sobre iniciativas de inclusão digital em andamento resultaram no lançamento do portal do Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID) (*http://onid.org.br*), no qual se encontram o sistema de cadastro de telecentros em funcionamento no País, e o mecanismo de pesquisa de unidades, visualizadas em mapa interativo. Ao longo de 2007, o ONID sistematizou dados de localização e contato de mais de 3 mil telecentros, apoiados pelo Governo Federal e por outros agentes, públicos e privados. O portal do ONID é vinculado ao *www.inclusaodigital.gov.br*, lançado em 2006, com *links*, notícias, eventos e materiais de referência a respeito do tema, facilitando o acesso de cidadãos, pesquisadores e gestores públicos a um conjunto de conteúdos em permanente atualização. O portal ONID é fruto de convênio entre a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) e o Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais (IPSO), mediante recursos do Programa, iniciado ao final de 2006 e aditivado, com prorrogação de vigência, ao final de 2007, para agregar novos mecanismos de acompanhamento e construção de indicadores, bem como prosseguir com as atividades de caráter mais continuado.

O Comitê Técnico de Inclusão Digital, instituído no âmbito do Comitê Executivo do Governo Eletrônico, tem por objetivo articular e coordenar a política de inclusão digital do Governo Federal, no sentido de reverter a falta de articulação entre as ações em curso e assegurar o apoio necessário, considerando os fatores críticos ao sucesso dessas iniciativas. O Comitê realizou em novembro, em parceria com órgãos governamentais e não-governamentais, a 6ª Oficina para Inclusão Digital, na cidade de Salvador (BA). O evento superou positivamente suas edições anteriores, tanto em número de participantes como em diversidade de iniciativas que enviaram representantes e temas abordados. Contou com um público circulante aproximado de 2.400 pessoas por dia, ao longo de quatro dias, e 1.620 inscritos oficialmente, reunindo desde gestores de ações dos diferentes níveis de governo até monitores de telecentros, articuladores e lideranças de todas as partes do País. Um dos resultados foi a Carta de Salvador, documento reivindicativo elaborado por entidades da sociedade civil organizada por uma política pública mais efetiva de inclusão digital em nível nacional, a partir da revisão da Carta de Porto Alegre, produzida na edição anterior. A Oficina para Inclusão Digital firmou-se como evento nacional de diálogo entre uma ampla gama de atores envolvidos na implantação, desenvolvimento e avaliação de projetos e programas de inclusão digital, contribuindo para o acompanhamento, o debate, a articulação e o fortalecimento de parcerias, e integrando novos atores à temática.

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações adotados no Programa, além do SIGPlan, são:

a) as reuniões periódicas com gerentes, coordenadores e parceiros que implementam e executam as ações do Programa;

b) as visitas *in loco* realizada em periodicidade pré-definida junto a localidade em que as ações estão sendo implementadas;

c) os sistemas informatizados, como o ONID que consiste na constituição e na manutenção de cadastros nacionais de telecentros e de projetos de inclusão digital, visando à formação de base de conhecimentos sistematizados para estudos de impacto, troca de experiências e articulação entre as inúmeras iniciativas em curso, além da elaboração, validação e divulgação de indicadores de desempenho e de comparação aplicáveis a projetos e iniciativas de inclusão digital;

d) relatório anual de gestão.

O cumprimento de metas físicas das ações que compõem o Programa ficou no intervalo de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007, com destaque para as ações conduzidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), 6272 e 12BI que tiveram 100% de alcance em suas metas físicas.

Os recursos orçamentários foram suficientes com um fluxo de recursos que sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. E por meio de atuação da gerência houve uma adaptação da implementação em função da disponibilidade de recursos, como no caso do projeto Computadores para Inclusão em que a descentralização orçamentária oriunda do MEC permitiu o alcance pleno das metas físicas.

A Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) teve uma execução, por parte do MP, de R$ 150.000,00 correspondendo a 50% do valor autorizado para 2007, sendo que os R$ 150.000,00 restantes foram oferecidos para abertura de crédito.

No que se refere ao MP, a equipe deixou de contar, em 2007, com servidor da carreira de Especialista em Gestão de Políticas Públicas, o que provocou contingências na prestação de informações gerenciais sobre o Programa. Além disso, o bom desempenho das atividades no âmbito do ONID e do projeto Computadores para Inclusão ocasionou volume de trabalho maior, chegando ao limite de capacidade operacional da equipe responsável.

As dificuldades de celebração de convênios caracterizaram-se pela não viabilização da implantação da sexta unidade de Centro de Recondicionamento do Projeto Computadores para Inclusão, que poderia ter ocorrido a partir de recursos orçamentários descentralizados pelo MEC. Contudo, o ente a ser conveniado encontrava-se com pendências no Cadastro Único de Convênio (CAUC) até a última data possível de celebração do convênio.

A descentralização de créditos colaborou para a execução de dois dos principais eventos de discussão da política pública de Inclusão Digital realizadas em 2007, com destaque para a 6ª Oficina para Inclusão Digital. O evento foi bem sucedido graças à atuação integrada entre a gerência do programa e o ente executor.

Ainda há muitas deficiências na integração das ações do Programa, devido a dificuldades oriundas da própria multissetorialidade, uma vez que há a necessidade de um maior comprometimento dos coordenadores das ações na consolidação de informações gerais sobre execução, monitoramento e avaliação das mesmas, junto à gerência do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

No que se refere ao MP, os convênios com organizações não-governamentais mostraram-se fundamentais para o cumprimento das metas do Programa. Após um período inicial de equalização de entendimentos quanto a procedimentos e exigências legais, a execução dos convênios atingiu os objetivos propostos, tanto no que se refere à implantação de Centros de Recondicionamento de Computadores como nas atividades do ONID.

O projeto Computadores para Inclusão constituiu e reuniu quatro vezes em 2007 a sua Coordenação Nacional, formada por representantes dos órgãos públicos envolvidos e por representantes dos Centros de Recondicionamento de Computadores como meio de promoção da participação social, a qual também ocorre pela realização da Oficina para Inclusão Digital, realizada anualmente desde 2003, tem como principal objetivo a discussão da política pública com representantes de organizações não-governamentais, movimentos, entidades e participantes de programas de inclusão digital.

As principais contribuições foram o levantamento de demandas prioritárias e a equalização de diretrizes entre os responsáveis pelo Programa e a sociedade, sintetizadas na Carta de Salvador, documento produzido pelos representantes da sociedade civil organizada presentes na 6ª Oficina para Inclusão Digital.

O mecanismo utilizado para avaliar a satisfação de seus beneficiários foi a avaliação indireta. No Projeto Computadores para Inclusão, o processo foi fundamental para o aperfeiçoamento das diretrizes e dos procedimentos, impactando positivamente os resultados. O mesmo se aplica ao ONID, sendo que ambas as ações trabalharam em contato direto com agentes que lidaram com o público beneficiário do Programa, e foi principalmente, a partir destes agentes que a avaliação indireta se produz, além dos eventos de participação social já mencionados.

No que se refere ao MP, a ação que trata do recondicionamento de computadores contemplou a normatização e a conseqüente racionalização do desfazimento de equipamentos de informática no âmbito da Administração Pública Federal. Trata-se de uma experiência inovadora e de caráter permanente, que já demonstrou resultados.

A gerência do Programa destaca a necessidade de intensificar a gestão da multissetorialidade no âmbito do Programa, de rever a quantidade de servidores na equipe gerencial e executora, vez que essas se encontraram no limite de sua capacidade operacional e de criar mecanismos que permitam maior comprometimento dos coordenadores das ações na consolidação de informações gerais sobre execução, monitoramento e avaliação das mesmas.

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOCIENTÍFICAS

GERENTE DO PROGRAMA

Eduardo Pereira Nunes

OBJETIVO

Elaborar e disseminar informações de natureza estatística - demográfica e sócio-econômica - e de natureza geocientífica: geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental.

PÚBLICO-ALVO

Governo e sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 51.746.605,00	Empenho Liquidado:	R$ 40.148.473,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 40.148.473,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 3.440.000,00	R$ 1.074.606,67	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Divulgação de Pesquisas – Porcentagem	100.00	-	-	-	-	-
2. Taxa de Variação de Demanda por Informações Estatística e Geocientíficas – Porcentagem	38.54	35.19	43.15	49.85	10.00	498,50%

1. TAXA DE DIVULGAÇÃO DE PESQUISAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Este índice deve ser descontinuado e já foi sugerida nova relação de indicadores para o PPA 2008-2011.

2. TAXA DE VARIAÇÃO DE DEMANDA POR INFORMAÇÕES ESTATÍSTICA E GEOCIENTÍFICAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem alcançado índices significativos no que se refere ao atendimento aos usuários e ao acesso às informações estatísticas e

geocientíficas devido, principalmente, ao seu portal na Internet que conta com uma grande oferta de informações sempre acrescidas de novas, sendo publicadas ao longo de cada semana. Em 2007, contribuiu também para superar a previsão de atendimentos a publicação de mais um canal no portal, o *Países@*.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade da sociedade e do governo de conhecer a realidade física, humana, social e econômica do Brasil, por meio de estatísticas sócio-demográficas e econômicas, mapeamentos e análises geográficas, bem como por meio da representação sistemática do País, em linguagem cartográfica, com mapas e cartas que retratem a paisagem natural e social do Território Nacional, a delimitação de áreas legais e operacionais, fundamentando ações imprescindíveis à atuação de planejamento, tanto na área pública quanto na iniciativa privada, de forma a contribuir para o processo de desenvolvimento e de consolidação da cidadania.

O Programa contribui para o alcance de todos os Megaobjetivos das Orientações Estratégicas do governo, em especial, em seus desafios: 8 - Promover a redução das desigualdades raciais, com ênfase na valorização cultural das etnias, 22 - Fortalecer a cidadania com a garantia dos direitos humanos, respeitando a diversidade das relações humanas, e 24 - Valorizar a diversidade das expressões culturais nacionais e regionais.

Encontra-se alinhado aos Objetivos Setoriais 2, 3 e 4 da Orientação Estratégica 3 definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). No entanto, foi dada ênfase ao Objetivo 2, relativo à coordenação, à implantação e à gestão de sistemas de informações confiáveis, estáveis, transparentes, integrados e com padronização conceitual, visando o conhecimento da realidade nacional e do exercício da cidadania.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Divulgação da Nova Série do Sistema de Contas Nacionais do Brasil, para os anos 2000 até 2005, das Contas Regionais e do Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios para os anos 2002 até 2005.

- Divulgação dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), ano de referência 2006.

- Divulgação da pesquisa Síntese de Indicadores Sociais 2007 - Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira, que reúne indicadores sobre a realidade social brasileira, abrangendo informações sobre saúde, aspectos demográficos, educação, trabalho e rendimento, domicílios, famílias e grupos populacionais específicos - crianças, adolescentes e jovens, mulheres e idosos - entre outros.

- Divulgação e ampliação do conteúdo da Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC), realizada em 2006, tendo como referência o ano de 2005.

• Elaboração do relatório Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS), onde são abordadas quatro dimensões: ambiental, social, econômica e institucional. Em relação aos anos anteriores, introduziu o item Emissões de Origem Antrópica dos Gases Associados ao Efeito Estufa em seu corpo.

• Medições de estações maregráficas brasileiras se tornaram referência para os estudos internacionais relacionados às mudanças climáticas.

• Identificação dos Estados e Municípios beneficiários dos *royalties* do petróleo produzido na plataforma continental brasileira, em atendimento aos questionamentos da sociedade sobre a definição das áreas beneficiárias.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa apresentou, ao longo de 2007, desempenho positivo, em que as atividades regulares, tais como Pesquisas Conjunturais, Estruturais da Área Sócio-demográfica e da Área Econômica, Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais, Mapeamento Topográfico de Referência e Sistema Geodésico Brasileiro, obtiveram bom alcance de suas metas físicas e financeiras. Por outro lado, diante da dimensão da operação censitária em 2007 (Contagem da População e Censo Agropecuário), foi necessário centrar esforços em sua consecução, tendo como requisito limitar, conjunturalmente, o ritmo de execução dos projetos, que será acelerado no próximo exercício, direcionando um maior contingente de pessoal. Da mesma forma, as ações que dependeram de recursos externos não deram início à implementação de suas atividades por conta da demora na aprovação da Revisão Substantiva do Projeto BRA/06/002 - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), bem como atraso na aquisição de equipamentos, porém foram feitas gestões junto à Agência Brasileira de Cooperação (ABC) unidade do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e ao PNUD para agilizar o processo de aprovação, o que justifica a não execução de algumas metas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007.

Quanto à Classificação Nacional de Atividades Econômicas, foi divulgada a versão 2.0, para uso no Sistema Estatístico. Ademais, foi também publicada a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) - Versão 2.0 - Subclasses para Uso da Administração Pública.

No âmbito da Pnad, foram divulgados, em 2007, os resultados do corpo básico da pesquisa realizada em 2006, que são a síntese de indicadores da pesquisa: retrospectivas de indicadores de rendimento de 1996 a 2006, o suplemento Acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal, realizado junto à Pnad 2005.

Quanto à Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC), realizada em 2006, tendo como referência o ano de 2005, seus resultados atualizaram as informações sobre as atividades inovadoras realizadas pelas empresas industriais entre os anos de 2003 e 2005, e forneceram as primeiras evidências estatísticas sobre a inovação tecnológica nas atividades

de telecomunicações, informática e pesquisa e desenvolvimento, ampliando, dessa forma, o âmbito da pesquisa para os serviços de alta intensidade tecnológica.

Ademais, como integrante do Grupo de Trabalho encarregado da definição de linhas de indigência e pobreza, coordenado pela Casa Civil, o IBGE, junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), deu continuidade, em 2007, aos trabalhos voltados para a implementação de metodologia de cálculo de linha de pobreza absoluta baseada nos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2002-2003) e da Pnad. Além de lançar o volume Perfil das despesas no Brasil - Indicadores selecionados.

Também foi dado prosseguimento à construção do Banco de Dados Ambientais Integrados de Recursos Naturais e à análise das informações de cunho espacial sobre a organização do território: subsídio fundamental às atividades de planejamento.

Na área de recursos hídricos, o IBGE elaborou cartas sobre Hidrogeologia e Hidroquímica, todas voltadas tanto para atender a região Nordeste - nacionalmente conhecida pela sua carência desses recursos, quanto a subsidiá-la com um instrumento interpretativo das características gerais dos mananciais subterrâneos.

Houve realização periódica de visitas técnicas e supervisões de pesquisas que ocorrem nas unidades estaduais do IBGE, nas 27 unidades da Federação, objetivando acompanhamento dos trabalhos.

No âmbito das estatísticas, em relação aos resultados das pesquisas conjunturais, há um calendário de divulgação, no Portal do IBGE, em sua Internet e Intranet, com todas as datas para divulgação durante o ano corrente. No que se refere aos resultados dos estudos e pesquisas estruturais e especiais, o calendário apresenta os meses previstos para a divulgação. O desempenho físico das ações do IBGE é também avaliado semestralmente, tendo como referencial as metas institucionais divulgadas *a priori* através de resolução do Conselho Diretor e *a posteriori* com a divulgação de seu cumprimento também através de resolução do Conselho Diretor.

Os recursos alocados foram suficientes, muito embora essa suficiência tenha origem também em recursos provenientes de convênios com alguns Ministérios, que vêm aumentando ano a ano, e acordos de cooperação técnica. Tal fato explica alguns bons resultados físicos de ações que apresentaram baixa execução financeira. Contudo, esses recursos oriundos de convênios firmados não são suficientes para cobrir o *deficit* gerado pela insuficiência dos recursos do tesouro.

Sobre a gestão do Programa, semanalmente, é realizada reunião do Conselho Diretor (Coordenadores de Ação, Gerente Executivo e Gerente de Programa) com o propósito, dentre outros, de monitorar os programas e ações sob responsabilidade do IBGE, bem como reuniões estratégicas nas diversas áreas do IBGE com seus respectivos coordenadores temáticos. Contudo, ao analisarmos a equipe gerencial e a equipe executora do Programa,

essas apresentam deficiência de pessoal. De fato, mesmo com a realização de concursos nos últimos anos, o quadro se encontra deficitário, uma vez que, o IBGE passou muitos anos sem realizar concursos para repor o quadro de pessoal. Também se faz necessário a instituição de programa contínuo de capacitação do corpo gerencial da Instituição, objetivando o desenvolvimento e a atualização gerencial em todos os níveis.

Destaca-se ainda que, o Programa promove a participação social por meio de consulta pública diretamente ao Portal do IBGE, reunião com grupos de interesse, quando da preparação das etapas de planejamento das pesquisas, reuniões do Conselho Técnico, pertencente ao Conselho do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o qual se constitui em elo de comunicação e controle da sociedade sobre o Programa, uma vez que é composto por membros de diversos segmentos da sociedade.

Quanto ao nível de satisfação dos usuários, este é mensurado por meio da análise dos resultados obtidos na pesquisa de Satisfação dos Usuários, realizada com os usuários das bibliotecas e livrarias do IBGE em todo o Brasil, objetivando, além de avaliar a qualidade da prestação dos serviços públicos conforme a percepção do cidadão-usuário, orientar também o gestor público quanto às melhorias prioritárias para o usuário do serviço prestado. A pesquisa de satisfação faz parte da Avaliação da satisfação do Cidadão, uma das linhas do Programa de Qualidade do Serviço Público, utilizando para entrada de dados e análises dos resultados o aplicativo Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação (IPPS), versão 1.0, distribuído pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Além desta forma, a satisfação dos usuários também é mediada pelo uso que os diversos segmentos da sociedade fazem dos resultados das pesquisas, cuja ampla e intensa exploração dos resultados já divulgados por parte da imprensa e dos principais usuários indicam um alto nível de satisfação com o Programa.

O IBGE realiza um acompanhamento trimestral com base nos dados extraídos do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), cuja finalidade é monitorar as atividades desenvolvidas pelos programas e pelas ações e analisar sua evolução, de modo que se possa corrigir desvios e melhorar as práticas de gestão.
A gerência do Programa destaca a necessidade de rever o quadro funcional, a fim de criar corpo gerencial e executor do Programa condizente com seu objetivo e de se formular política de capacitação para estas equipes.

PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Henrique Proença Soares

OBJETIVO

Contribuir para a qualidade dos processos decisórios de governo, mediante a provisão de suporte técnico à prospecção dos problemas de desenvolvimento, à formulação, ao monitoramento e à avaliação de ações governamentais e ao aperfeiçoamento do planejamento governamental de médio e longo prazo.

PÚBLICO-ALVO

Governo e sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 110.461.789,00	Empenho Liquidado:	R$ 102.982.569,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 102.982.569,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de avaliação institucional do Instituto, na Aferição de Desempenho dos Órgãos do Ciclo de Gestão (GCG) - Porcentagem	-	0.00	99.69	99.76	98.70	101,07%
2. Nível de Utilização do Serviço IPEADATA, Medido pela Taxa de Crescimento Anual do Número de Acessos Via Internet - Porcentagem	-	-	12.00	10.00	10.00	100%

1. ÍNDICE DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO, NA AFERIÇÃO DE DESEMPENHO DOS ÓRGÃOS DO CICLO DE GESTÃO (GCG)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O alcance do índice previsto para o final de PPA 2004-2007 foi decorrência de alguns fatores, dentre eles, a instituição de uma nova dinâmica que tem possibilitado aperfeiçoar os processos de planejamento, monitoramento e avaliação das ações, tornando possível a antecipação de riscos e a implantação de ações corretivas que permitam a consecução dos objetivos previamente estabelecidos. Nesse sentido, embora o contingenciamento de

recursos tenha trazido dificuldades à execução dos projetos, as ações de replanejamento realizadas pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) garantiram o cumprimento das metas estabelecidas, o que se refletiu no alcance do índice previsto para a avaliação do seu desempenho como órgão integrante do Ciclo de Gestão.

2. NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DO SERVIÇO IPEADATA, MEDIDO PELA TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO NÚMERO DE ACESSOS VIA INTERNET
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O principal indicador utilizado para aferir o alcance do Programa é a quantidade de usuários atendidos pela produção e pelos serviços oferecidos pelo Ipea. Nesse sentido, o atendimento ao público-alvo sociedade se mostrou elevado, garantindo o cumprimento da meta estabelecida. Tal fato pode ser verificado por meio de análise de informações sobre o crescimento no número de acessos ao sítio do IPEADATA e aos sítios do Ipea, da Revista Desafios do Desenvolvimento e do Projeto Brasil: o estado de uma Nação, na Internet.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Ipea é uma instituição de governo voltada para subsidiar a elaboração e o aprimoramento das políticas públicas por meio de estudos, pesquisas, formação de dados, indicadores e processos de avaliação da ação governamental. Com base na sua experiência calcada na pluralidade de opiniões e concepções. O Ipea poderá dar contribuição significativa na melhoria da qualidade e da consistência dos processos de decisão e de execução do governo, conduzindo suas atividades de pesquisa e de fornecimento de subsídios efetivos à definição e à implementação de estratégias governamentais, ofertando à sociedade elementos para o debate sobre o desenvolvimento nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Em 2007, o Ipea desenvolveu, no âmbito da Ação Estudos sobre Políticas de Inclusão Social para o Desenvolvimento Brasileiro, diversos estudos no sentido de documentar e analisar a recente queda da desigualdade de renda no Brasil, avaliar a sua magnitude e importância, identificar seus principais determinantes e, por fim, delinear propostas de políticas públicas para que seja prolongada ou mesmo aprofundada nos anos subseqüentes. Esse esforço, iniciado, em 2006, com a publicação da Nota Técnica sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil, foi coroado com a publicação, em 2007, do livro Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente, organizado em dois volumes, reunindo artigos dos mais renomados pesquisadores da área.

• Em outro importante estudo que resultou na publicação de dois volumes do livro Gasto e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas, o Ipea oferece, por meio de análises dos resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, elementos para a melhor compreensão e para o debate sobre as condições de vida da nossa população. Nesse

sentido, são calculados indicadores de dispêndio e de proporções de dispêndio com bens e serviços relacionados à alimentação, vestuário, transporte, habitação, saúde, educação, lazer, cultura e outros, que possibilitam a compreensão detalhada da qualidade de vida das famílias segundo diferentes dimensões. Esses indicadores permitem ainda realizar estudos sobre desigualdade e pobreza, a identificação do padrão de segurança alimentar e nutricional das famílias, a atualização das cestas de produtos utilizadas no cálculo da inflação e a maior fidedignidade no cálculo das Contas Nacionais.

• A busca por explicações para o vigoroso crescimento das exportações brasileiras e necessidade de identificação dos principais obstáculos a uma maior inserção externa das firmas brasileiras motivaram os estudos que culminaram com a publicação do livro *As Empresas Brasileiras e o Comércio Internacional*, um dos destaques da Ação Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro. No trabalho, o Ipea utilizou um conjunto de informações de diversos órgãos, dentre os quais o IBGE, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Banco Central (Bacen) sobre o universo das 25.000 firmas industriais brasileiras com mais de 30 empregados, que representam 85% do faturamento da indústria brasileira e 98% das exportações industriais. Essas informações possibilitaram conhecer mais de 300 variáveis acerca de todas as características produtivas, financeiras e de comércio exterior das firmas industriais brasileiras, empresa por empresa. O estudo revelou a existência de cerca de 4 mil firmas com grande potencial exportador, o que poderia representar um incremento de US$ 10 bilhões nas exportações brasileiras a cada ano. Como conclusão, o estudo aponta a inovação tecnológica como fator determinante nesse contexto, ou seja, os investimentos em inovação possibilitam ganhos de competitividade no comércio exterior, com reflexos positivos sobre a produtividade das empresas, o nível de empregos e os salários dos trabalhadores.

• Publicação dos trabalhos *Pnad 2006 - Saneamento e Habitação*, *Pnad 2006 - Primeiras Análises: Demografia, Educação, Trabalho, Previdência, Desigualdade de Renda e Pobreza, e Hierarquia e desigualdade salarial na administração pública brasileira.*

• O trabalho Demanda e perfil dos trabalhadores formais no Brasil em 2007 consiste em um estudo sobre o mercado de trabalho no Brasil, com a apresentação de um mapa do emprego por setor econômico e região no País, tendo por base demanda e perfil dos trabalhadores formais em 2007.

• Ao Ipea, coube a coordenação técnica do processo de elaboração do 3º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), Programa da Organização das Nações Unidas que estabelece metas de desenvolvimento social, econômico e ambiental a serem atingidas pelos 189 países integrantes, até o ano de 2015. Esse relatório, de agosto de 2007, traz uma atualização dos indicadores e também a descrição das principais iniciativas do Governo Federal que tiveram impacto no alcance dos ODM.

• No que tange especificamente aos processos de modernização dos instrumentos de planejamento e gestão, o Ipea, no âmbito da Comissão de Monitoramento e Avaliação, assumiu, em 2006, a coordenação e a responsabilidade pela execução de um projeto-piloto para o desenvolvimento e teste de metodologia de avaliação rápida do Programa Segundo

Tempo, do Ministério do Esporte (ME). O objetivo era verificar se o Programa estava pronto para ser gerenciado por resultados e identificar as mudanças necessárias à implantação e o potencial das avaliações intensivas na contribuição para a melhoria de desempenho. Com isso, esperava-se difundir uma metodologia de avaliação menos complexa e de menor custo e, assim, contribuir para melhorar a qualidade da decisão e da alocação dos recursos, e a conseqüente obtenção de melhores resultados pelo Governo Federal. Como resultado desse processo, foi publicada, em fevereiro de 2007, a Nota Técnica Como Elaborar Modelo Lógico de Programa: um roteiro básico, que visa orientar a construção de modelo lógico de programas a fim de subsidiar o processo de elaboração do PPA 2008-2011, levando em conta a prioridade que deverá ser atribuída à avaliação, enquanto instrumento de melhoria da gestão. Esse trabalho subsidiou a elaboração do Manual de Avaliação do PPA 2004-2007, exercício 2007, pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI).

• A publicação *Technological Innovation in Brazilian and Argentine Firms* é o resultado de um trabalho coordenado pelo Ipea e que envolveu o esforço de 21 pesquisadores brasileiros e argentinos, com o objetivo de analisar o potencial exportador de Brasil e Argentina, à luz da inovação tecnológica. A natureza pioneira desse trabalho reside na coleta de informações sobre inovação tecnológica nas firmas industriais brasileiras e argentinas, e na comparação entre setores dos dois países, no que tange às estratégias competitivas das firmas pesquisadas. Para tal, as firmas industriais brasileiras e argentinas foram classificadas de acordo com o mesmo critério, tendo em vista a distinção entre as que competem por meio de diferenciação de produto via inovação tecnológica, e as que competem exclusivamente por preço. O processo para o desenvolvimento de um *framework* metodológico comum resultou em uma frutífera parceria e lançou sementes para cooperações futuras entre os dois países.

• Publicação *Regulação e Concorrência no Brasil: Governança, Incentivos e Eficiência*, que discute os mecanismos e incentivos à concorrência para os setores de transporte aéreo, saneamento, energia elétrica, mercado de carbono e telecomunicações, além de aprofundar discussões teóricas sobre governança, incentivos e eficiência, avançando em questões introduzidas na obra *Marcos Regulatórios no Brasil: o que foi feito e o que falta fazer*, publicada em 2005. O livro reúne os trabalhos apresentados por ocasião da Segunda Jornada de Estudos de Regulação, juntamente com a transcrição dos debates ocorridos nas mesas-redondas, e oferece uma importante contribuição para a elaboração de novos diagnósticos e propostas para a construção dos marcos regulatórios que o País requer.

• No livro *Previdência no Brasil: debates, dilemas e escolhas*, quinze especialistas analisam as inadequações do sistema previdenciário brasileiro, propondo soluções viáveis para cada problema apontado. O livro traz reflexões teóricas sobre a previdência, o histórico e a evolução da instituição no Brasil, além de comparações com modelos vigentes em outros países, e o relato dos resultados obtidos em diversas transformações experimentadas mundo afora. Propõe-se uma reforma gradual, com carência antes das primeiras mudanças de parâmetros, evitando uma corrida rumo à aposentadoria e preservando direitos adquiridos.

• Na Ação Disseminação de Informações Econômico-Sociais e de Políticas Públicas, os principais resultados estão associados à edição de 24 livros, além de notas técnicas com os resultados de estudos e pesquisas desenvolvidos no âmbito da instituição e a edição das

revistas *Desafios do Desenvolvimento, Pesquisa e Planejamento Econômico* (PPE) e *Planejamento e Políticas Públicas* (PPP). Mas o resultado da ação, para além do número de publicações, deve ser avaliado também pelo número distribuído de exemplares dessas publicações, pelo número de leitores (que é um múltiplo do número de exemplares), pelos acessos via Internet e por outras formas de divulgação das análises produzidas. Pela Internet, foram contabilizadas cerca de 260 mil visitas ao sítio da revista Desafios, para acesso a reportagens e entrevistas, e mais de 2,5 mil visitas ao sítio da revista PPE, para acesso aos artigos publicados. Por fim, cabe mencionar que são atividades adicionais pertinentes a essa ação, a organização de cursos e seminários, e a gestão dos centros de documentação na instituição.

- No âmbito da Ação Acompanhamento e Análise de Conjuntura, foram produzidas edições dos boletins de Conjuntura, de Política Social, de Desenvolvimento Fiscal, de Mercado de Trabalho e de Conjuntura Industrial, este último em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Essas publicações analisam e acompanham a evolução econômica, políticas, programas e os gastos públicos nas respectivas áreas, com o objetivo de oferecer à sociedade informações e análises relevantes sobre a implementação e avaliação de programas e políticas públicas, bem como de subsidiar a atuação de gestores e tomadores de decisão. O mês de dezembro marcou o lançamento da Carta de Conjuntura, de periodicidade trimestral, trazendo uma análise dos principais temas econômicos dos três meses precedentes, sempre acompanhada de projeções dos mais importantes indicadores macroeconômicos. Por fim, o IPEADATA, banco de dados do Ipea que acumula mais de 5 mil séries de dados com informações sobre população, emprego, saúde, educação, salário e renda, produção, consumo e vendas, além de indicadores sobre contas nacionais, finanças públicas, moeda e crédito, continuou a ser atualizado regularmente. Em 2007, foram verificadas cerca de 570 mil visitas ao IPEADATA (com, aproximadamente, 1,55 milhão de acessos a informações).

O ano de 2007 foi particularmente importante para o fortalecimento institucional do Ipea com vistas à realização, com excelência, de sua missão institucional. A consolidação de suas linhas de pesquisa e o desenvolvimento dos projetos estratégicos permitiram ao instituto melhor atender as demandas do governo e da sociedade brasileira em questões relacionadas aos desafios e às alternativas para o desenvolvimento do País. O Ipea reforçou suas atividades de assessoria e encontra-se integrado na dinâmica institucional do Governo, participando dos principais espaços decisórios que demandam e utilizam sua produção técnica. Ampliou, ainda, a oferta de produtos ao público geral, em termos dos temas pesquisados ou nos formatos e acessos oferecidos, que permitiram transcender ao público especializado e atingir também o público não-especialista. Por fim, a maior maturidade profissional dos servidores nomeados entre 2004 e 2006 teve reflexos positivos sobre as atividades de gestão, particularmente, no que tange aos projetos na instituição.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são as reuniões de trabalho realizadas sempre que necessário, entre o gerente executivo e os coordenadores de ação, e os sistemas informatizados utilizados no suporte

às atividades de monitoramento, dentre eles, o sistema de gerenciamento dos projetos em curso na instituição.

O monitoramento do desempenho físico é feito de maneira permanente, envolvendo o gerente do Programa, o gerente executivo e os coordenadores de ação que realiza o monitoramento da ação sob sua responsabilidade, o que demanda interagir com outras unidades do Ipea para a aferição dos resultados, já que, de acordo com o desenho do Programa, várias áreas distintas contribuem para a consecução das metas de uma ação. Esses resultados são relatados ao gerente do Programa e ao gerente executivo que acompanha mensalmente os resultados da execução das ações do Programa e, a cada trimestre, procede à validação das informações no SIGPlan.
O relatório gerencial Quinzena Ipea contém informações sobre o resultado de ações realizadas no âmbito da instituição, com algumas informações sobre a evolução dos projetos, a produção editorial em andamento, além da agenda de eventos organizados e apoiados pelo Ipea.
As metas físicas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 para ações do Programa foram atingidas, sendo que muitas delas superadas, em função:

a) do aumento da participação do Ipea no suporte ao Governo em questões relacionadas à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas;

b) do replanejamento de atividades e priorização de projetos considerados estratégicos para a instituição em função do contingenciamento ao qual o instituto foi submetido, implicando, assim, na redução do escopo de algumas pesquisas, porém sem prejuízos à qualidade dos estudos e ao alcance dos objetivos previamente estabelecidos;

c) da promoção de maior envolvimento de técnicos do Ipea nas atividades que compõem as ações do Programa e do apoio de bolsistas a um número maior de pesquisas, tendo em vista o alcance das metas físicas estabelecidas;

d) da melhoria dos processos de planejamento e gestão, na instituição. Sendo assim, a despeito das dificuldades, as metas físicas previstas no PPA foram atingidas e os resultados obtidos no âmbito das ações finalísticas do Programa foram considerados satisfatórios.

A execução da dotação orçamentária, consideradas as despesas correntes, investimentos, encargos da dívida externa e com pessoal e encargos sociais, registra que, dos recursos destinados pela Lei n.º 11.451, de 7 de fevereiro de 2007, foram liberados 96,61% e que o gasto efetivo alcançou 98,84% do disponibilizado, a despeito das dificuldades causadas pelo contingenciamento parcial ou integral dos recursos aprovisionados no orçamento para a execução das ações finalísticas.

O forte contingenciamento no âmbito de algumas ações trouxe inúmeras dificuldades à execução dos projetos, demandando, muitas vezes, esforços de replanejamento e revisão do

escopo de algumas atividades sem que isso resultasse em quaisquer prejuízos à qualidade dos produtos e resultados esperados.

A despeito da descontinuidade do fluxo de recursos provocada pelo contingenciamento ao qual o Ipea foi submetido, não houve maiores prejuízos ao cumprimento de metas físicas estabelecidas, por conta das ações de replanejamento de atividades realizadas no âmbito da instituição.

O concurso público realizado em 2004 para o provimento de cargos na área de gestão teve como principal objetivo a supressão de lacunas decorrentes da dispensa de 16 profissionais contratados através de projetos de cooperação técnica internacional, cujos contratos foram rescindidos por determinação do Ministério Público do Trabalho (MPT). Embora o ingresso desses novos servidores com qualificação para a área de gestão tenha agregado valor aos produtos e aos processos da instituição, ainda há carência de profissionais para a área. Não obstante, será muito oportuna a realização de novo concurso público, já autorizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), com vistas à reposição de pessoal e à complementação do quadro de pessoal em áreas específicas que lidam com gestão (projetos, compras, licitações e recursos humanos) e informação (biblioteconomia, tecnologia da informação, arquivologia, comunicação e estatística).

Uma dificuldade estrutural, há muito identificada, ainda representa um gargalo para que a instituição possa ter um desempenho ainda melhor em relação às metas previstas. Embora a realização dos últimos concursos públicos tenha reduzido o problema, o Ipea continua a perder pessoal técnico devido às aposentadorias, aos falecimentos, aos pedidos de exoneração decorrentes de aprovação em concursos públicos para outras instituições, e às cessões de pessoal a outros órgãos.

Os reflexos da baixa qualificação do pessoal envolvido em atividades de gestão foram, em parte, mitigados com a realização do concurso público em 2004 para o provimento de cargos de nível superior na área de gestão. Além do treinamento dos novos servidores, para que possam exercer atividades antes desempenhadas por aqueles que deixaram e estão deixando a instituição, está sendo priorizada a política de capacitação dos corpos técnico e gerencial da instituição, calcada em cursos de reciclagem e aperfeiçoamento de duração variada e no incentivo à realização de cursos de pós-graduação.

Dificuldades em processos licitatórios podem representar restrições à execução das atividades e ao conseqüente alcance dos objetivos previstos. Outra dificuldade enfrentada pelo Ipea é decorrente da publicação do Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, para fins de celebração de atos complementares de cooperação técnica recebida de organismos internacionais e da aprovação e gestão de projetos vinculados aos referidos instrumentos. Esse Decreto trouxe dificuldades ao Ipea, já que impediu a contratação, no âmbito de projetos de cooperação técnica internacional, de docentes das universidades públicas brasileiras, pessoal extremamente qualificado que sempre apoiou o Ipea em seus estudos e pesquisas.

As atividades que receberam recursos descentralizados tiveram bom desempenho e atingiram os resultados esperados, contribuindo assim para o cumprimento das metas previstas para as ações nas quais estavam incluídas.

Houve uma boa integração entre os atores envolvidos no processo ao longo de 2007. Essa questão, no entanto, tem sido objeto de discussão interna com vistas ao seu aperfeiçoamento, já que é fundamental para a consecução dos objetivos institucionais.

A revisão ocorrida em 2004 do Programa levou a incluir a ação Estudos e Pesquisas Sócio-educativas implementada por outro Ministério, a partir de proposição do MP. Na revisão 2005, tal decisão foi revertida, a partir de solicitação do Ipea, e a ação não mais compõe o Programa. Desde então, não há ações do Programa implementadas em outros Ministérios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Quase todos os principais projetos executados foram feitos em parceira com Ministérios, instituições e universidades públicas, agências multilaterais e instituições não-governamentais. Os parceiros não-governamentais, assim como os parceiros de governo, contribuíram de forma decisiva para o cumprimento dos resultados previstos nos projetos para os quais foram articuladas parcerias.

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social:

a) a Ouvidoria, que abriu mais um canal para o cidadão demandar informações sobre o Ipea e os resultados produzidos pelo instituto, bem como para reclamar e solicitar providências de aprimoramento por parte da instituição;

b) os diversos fóruns formais e regulares pelos quais o Ipea estabelece interação com grupos de interesse específicos.

No Rio de Janeiro, o Grupo de Análise e Previsões realiza reunião mensal com especialistas da área econômica e do mercado financeiro, nas quais seus modelos de previsão são discutidos. Em Brasília, existem diversos grupos de acompanhamento de políticas públicas, que realizam reuniões periódicas das quais participam a equipe técnica do Ipea e representantes de governo.

O Ipea, também, realiza a organização e o apoio a seminários, encontros e eventos abertos ao público, nos quais os trabalhos realizados pelo Ipea são apresentados, debatidos e criticados, o que proporciona melhor direcionamento do Programa, enriquecimento da qualidade dos resultados alcançados e maior percepção a respeito dos aperfeiçoamentos necessários na comunicação institucional.

O Ipea não realizou pesquisas de nível de satisfação de seus beneficiários em 2007. Atualmente, a percepção sobre a satisfação dos públicos-alvo é indireta. A manutenção das inúmeras parcerias e as demandas de participações em conselhos, comitês, comissões

e grupos de trabalho, sinalizam a satisfação do público-alvo governo. Por fim, a procura crescente pela sociedade dos serviços oferecidos pelo Ipea atesta a boa avaliação desse público-alvo quanto à qualidade dos serviços. Um mecanismo adicional de percepção da avaliação da qualidade dos trabalhos pelos públicos-alvo é o recebimento de premiações e a repercussão na mídia. Vale ressaltar que o Ipea vem estudando mecanismos para melhor avaliar a satisfação desses beneficiários.

O Ipea promoveu aperfeiçoamentos no Programa, para o período de 2008 a 2011, de modo a corrigir distorções até então verificadas nos processos de planejamento, monitoramento e avaliação. Nesse sentido, buscou-se, inicialmente, o redesenho do Programa, no que tange às suas ações, com vistas a uma maior adesão à estrutura organizacional do Ipea e, sobretudo, ao conjunto de atividades realizadas no âmbito da instituição. Outro objetivo não menos importante foi agregar valor aos processos de planejamento e monitoramento das ações. Como resultado, algumas ações de mesma natureza foram agregadas e outras tiveram o seu escopo revisto. Houve, ainda, ajustes na estrutura de coordenação das ações de modo a facilitar o gerenciamento e interlocução interna. Outro ponto a destacar foi a revisão dos indicadores de efetividade do Programa, mais especificamente, o indicador relacionado ao atendimento à sociedade brasileira, que passa a considerar a taxa de variação dos acessos aos sítios do Ipea na Internet. Quanto aos aspectos de otimização dos processos internos, tem sido buscada maior sinergia entre as áreas de Planejamento e de Orçamento e Finanças, na instituição, de modo a reduzir as distorções entre planejamento e execução.

RECENSEAMENTOS GERAIS

GERENTE DO PROGRAMA

Eduardo Pereira Nunes

OBJETIVO

Fornecer informações demográficas, sociais e econômicas, com vistas ao conhecimento da realidade do País.

PÚBLICO-ALVO

Governo e sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 433.421.224,00	Empenho Liquidado:	R$ 408.353.264,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 408.353.264,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

O programa não apresenta indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade de levantamento das características estruturais relativas ao total da população, unidades domiciliares e estabelecimentos agropecuários do País, na maior desagregação geográfica possível, usando conceitos, definições e classificações de aceitação internacional, de modo a subsidiar o estabelecimento de políticas públicas e fundamentar ações de planejamento públicas e privadas. O Programa contribui para o alcance de todos os Megaobjetivos das Orientações Estratégicas do Governo, em especial, em seus Desafios 8, 22 e 24 e encontra-se alinhado aos Objetivos Setoriais 2, 3 e 4 da Definição Estratégica 3, definidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), com ênfase no Objetivo 3, relativo ao conhecimento da realidade demográfica e social do País no âmbito nacional, regional, estadual, municipal e de localidades, por meio de levantamento de dados censitários.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Levantamento de dados preliminares do Censo Agropecuário, mediante consulta a 5.200 mil estabelecimentos agropecuários.

• Levantamento das características da população brasileira, mediante consulta a 108.745 mil pessoas.

• Levantamento das características dos domicílios brasileiros, mediante a consulta a 30.800 mil domicílios.

• Levantamento do registro de endereços de 42.860 unidades (estabelecimentos agropecuários, domicílios, unidades de saúde e educação, etc.).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa Recenseamentos Gerais contemplou, em 2007, a realização conjunta de três grandes ações: o Censo Agropecuário, a Contagem da População e a Implantação do Cadastro de Endereços de Domicílios. Em dezembro de 2007, foram, amplamente, divulgados os dados preliminares do Censo Agropecuário, fornecendo um perfil da estrutura do setor agropecuário brasileiro, com dados relativos a números e área total dos estabelecimentos, utilização da terra, tratores existentes, pessoal ocupado, efetivos da pecuária e produção animal. Resultados sobre as características da população e dos domicílios foram também divulgados em dezembro de 2007, e os totais populacionais apurados por Município compuseram, juntamente com as estimativas dos Municípios não-recenseados, os efetivos populacionais que são parte fundamental no cálculo realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para a distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Municípios. A construção do Cadastro Nacional de Endereços para fins Estatísticos, com coordenadas geográficas de todas as unidades levantadas nas áreas rurais, é um produto de vital importância para o aperfeiçoamento das pesquisas e futuros censos, além de ser do interesse de outros programas governamentais.

As pesquisas abrangeram os 162.770 setores censitários dos 5.564 Municípios alvo do Censo Agropecuário e dos 5.435 Municípios alvo da Contagem da População, com operações de campo simultâneas e conjuntas denominadas Censos 2007, o que significou a execução das atividades previstas das principais ações do Programa.

Foi constituída a Comissão de Planejamento Geral dos Censos (CPO), composta pelos diretores e coordenadores dos Censos 2007 e presidida pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa comissão se reuniu com periodicidade variada segundo as necessidades, desde o período de planejamento até a fase de execução da coleta de dados. Competia à CPO traçar diretrizes, aprovar projetos e planos de trabalho, acompanhar o andamento dos trabalhos e definir orientações gerais.

Para monitoramento da Coleta de Dados, foi adaptado o Sistema de Indicadores Gerenciais da Coleta (SIGC) usado no Censo 2000. Entretanto, dificuldades enfrentadas na extração de informações do banco de armazenamento dos dados não propiciaram alimentação do SIGC e, por conseguinte, a disponibilização de informações gerenciais nos tempos adequados. Para suprir tal deficiência, foi criado um sistema emergencial de acompanhamento da coleta que forneceu subsídios para o controle e a adoção de ações corretivas.

O monitoramento também se deu por meio de registros mensais das informações de acompanhamentos físico e financeiro das atividades e dos projetos no Sistema de Informações Gerenciais e de Informação (SIGPlan). Outro mecanismo de monitoramento foi a elaboração de relatórios de acompanhamento das ações sob responsabilidade do IBGE, com base nas informações registradas no SIGPlan.

O Programa cumpriu com êxito o objetivo previsto para o exercício, priorizando as atividades relativas às operações dos censos 2007, dando ênfase à tecnologia da informação como uma de suas estratégias de atuação intimamente articulada com a modernização de processo de trabalho.

Os recursos foram suficientes, muito embora a realização do Censo Agropecuário e da Contagem da População só foi possível devido à decisão de se realizar uma operação integrada, pelo fato de que os recursos alocados à disposição do IBGE para as pesquisas, só permitiram essa alternativa. Realizá-las de forma separada representaria um custo maior, em cerca de 40%, o que resultaria num valor muito além do que o Governo Federal poderia disponibilizar.

Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. E, o Programa contou em 2007, com recursos oriundos do convênio IBGE/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no valor de R$ 10.000.000,00, para atendimento de questões específicas de interesse do conveniado, tendo este valor representando apenas 2,39% do orçamento total executado no exercício.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não realiza parcerias não-governamentais para sua execução, e promove a participação social por meio de reuniões com grupos de interesse, que em 2007, foram constituídas Comissões Censitárias Municipais (CCM) em mais de 5.555 Municípios, representando uma instância de participação das comunidades municipais nas operações censitárias e um canal de comunicação entre o IBGE e os representantes da sociedade municipal organizada. Tais comissões puderam participar da etapa de preparo da operação, contribuindo para garantir condições adequadas para a realização da coleta de dados e também na verificação da qualidade da cobertura territorial.

As comissões permitiram ao IBGE o desenvolvimento de parcerias sólidas tendo em vista a convergência de objetivos a serem alcançados e, graças a elas, na maior parte dos locais, foi obtida infra-estrutura nos Municípios onde não se dispunha de agências para a realização dos trabalhos e o acompanhamento por parte da sociedade organizada.

O nível de satisfação dos usuários é mensurado por meio da análise dos resultados obtidos na Pesquisa de Satisfação dos Usuários, realizada com os usuários das bibliotecas e livrarias do IBGE em todo o Brasil, objetivando, além de avaliar a qualidade da prestação dos serviços públicos conforme a percepção do cidadão-usuário, orientar também o gestor público quanto às melhorias prioritárias para o usuário do serviço prestado. A pesquisa

faz parte da avaliação da satisfação do cidadão, uma das linhas do Programa de Qualidade do Serviço Público, utiliza, para entrada de dados e análise dos resultados, o aplicativo Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação (IPPS), versão 1.0, distribuído pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A satisfação dos usuários é também medida pelo uso que os diversos segmentos da sociedade fazem dos resultados das pesquisas, cuja ampla e intensa exploração dos resultados divulgados por parte da imprensa e dos principais usuários indicam um alto nível de satisfação com o Programa. Os resultados das oito pesquisas de satisfação dos usuários mostram taxas crescentes, numa linha histórica desde 2003, confirmando o elevado grau e satisfação dos usuários com o IBGE, no patamar de 116,54%, evidenciando a qualidade dos serviços prestados.

O IBGE realiza um acompanhamento trimestral com base nos dados extraídos do SIGPlan, cuja finalidade é monitorar as atividades desenvolvidas pelos programas e ações e analisar sua evolução, de modo que se possa corrigir desvios e melhorar as práticas de gestão.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Democratização das Relações de Trabalho

Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda

Economia Solidária em Desenvolvimento

Erradicação do Trabalho Escravo

Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda

Microcrédito Produtivo Orientado

Primeiro Emprego

Qualificação Social e Profissional

Rede de Proteção ao Trabalho

Segurança e Saúde no Trabalho

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram utilizados **R$ 43.295.231.642,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 36.323.164.763,00	Realizado orçamentário:	R$ 30.823.892.208,00
Recursos não-orçamentários previstos:	R$ 14.405.881.457,00	Realizado não-orçamentário:	R$ 12.471.339.435,00
Total previsto:	**R$ 50.729.046.220,00**	**Total realizado:**	**R$ 43.295.231.643,00**

Além disso, do total de **R$ 751.000.014,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 616.690.726,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MTE, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	1132 Democratização das Relações de Trabalho	0,02%	0,02%	0,01%	0,01%	0,01%
	0103 Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	0,002%
	1133 Economia Solidária em Desenvolvimento	0,37%	0,42%	0,20%	0,29%	0,31%
	0107 Erradicação do Trabalho Escravo	0,05%	0,05%	0,06%	0,06%	0,06%
	0099 Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda	96,32%	96,18%	97,17%	97,39%	96,88%
	1387 Microcrédito Produtivo Orientado	0,00%	0,00%	0,001%	0,006%	0,002%
	1329 Primeiro Emprego	0,52%	0,85%	0,60%	0,55%	0,62%
	0101 Qualificação Social e Profissional	0,81%	0,75%	0,55%	0,47%	0,61%
	0102 Rede de Proteção ao Trabalho	0,18%	0,18%	0,13%	0,11%	0,14%
	1184 Segurança e Saúde no Trabalho	0,36%	0,32%	0,28%	0,24%	0,29%
Finalístico Soma		**98,63%**	**98,75%**	**99,01%**	**99,13%**	**98,92%**
Gestão de Políticas Públicas	0106 Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda	1,37%	1,25%	0,99%	0,87%	1,08%
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

Em 2007, os principais resultados alcançados pelo MTE em relação à sua política setorial foram:

a) estímulo à geração de emprego e renda: foram contratadas, no âmbito do Programa Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda, cerca de 1,9 milhão de operações de crédito (cerca de 18% menor que em 2006), com investimentos da ordem de R$ 12,5 bilhões. Cumpre salientar que a queda no volume de operações se explica devido à grande redução da disponibilidade de recursos excedentes à reserva mínima de liquidez do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que é a fonte de recursos para

o Programa. Essa redução pode ser explicada por diversos fatores, inclusive a incidência da Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre as receitas do FAT. Entre as linhas de crédito com recursos do FAT merece destaque o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) Urbano, cujo público-alvo é composto, principalmente, por micro e pequenos empreendimentos urbanos. Em 2007, foram realizadas 1,8 milhão de operações de financiamento a esses empreendimentos, com a aplicação em créditos de R$ 6,7 bilhões. Dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), foram aplicados, em 2007, cerca de R$ 10 bilhões em habitação, saneamento e infra-estrutura, incluindo o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), e beneficiando mais de 19,8 milhões de pessoas, além da destinação de R$ 1,79 bilhão para subsídios na área de habitação popular (famílias com renda mensal bruta de até R$ 1.875,00). No ano passado, o Conselho Curador do FGTS aprovou o orçamento mais expressivo de sua história, com execução em 2008, previu recursos da ordem de R$ 14,740 bilhões, sendo R$ 11,140 bilhões destinados para habitação, R$ 3,150 bilhões para saneamento e R$ 450 milhões para infra-estrutura. Esses valores representam incremento de 28,76% e 16,67%, em relação aos valores constantes do orçamento de 2007. Foi aprovada, também, medida que beneficiará seus cotistas, permitindo o financiamento de até R$ 245 mil em imóveis com valor de avaliação até R$ 350 mil. Outro fato relevante foi a criação, por meio da Medida Provisória nº 349, de 22 de janeiro de 2007, convertida na Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, que institui o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), no âmbito do Programa Aceleração do Crescimento (PAC), precedido de amplo debate no Conselho Curador do FGTS e na sociedade brasileira. O FI-FGTS destina-se a prover recursos para investimentos nos setores de energia, rodovia, ferrovia, hidrovia, porto e saneamento, no valor de até 80% do patrimônio líquido do FGTS (registrado em 31 de dezembro de 2006);

b) recuperação do mercado de trabalho formal: em 2006[1], segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), foram criados 1.916.632 empregos formais (assalariados com carteira de trabalho assinada e estatutários), resultado recorde em termos absolutos dessa série histórica, iniciada em 1985. Tal comportamento foi oriundo do desempenho favorável observado em todos os setores de atividade econômica. Esse resultado soma-se aos alcançados nos três anos anteriores para marcar o quadriênio 2003-2006 com um crescimento sem precedentes no nível de emprego formal. No ano de 2007, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), foram gerados cerca de 1,6 milhão de empregos celetistas, resultando no crescimento na ordem de 5,85%, resultado recorde de geração de empregos formais. Todos os setores econômicos apresentaram elevação no emprego, destacando-se, em números absolutos, os Serviços, com a criação de 587.103 postos de trabalho, o Comércio, com a geração de 405.091 empregos, e a Indústria de Transformação, com o acréscimo de 394.584 empregos. Em termos relativos, o destaque fica por conta

[1] Os dados da RAIS 2007 serão divulgados apenas no final de 2008.

da Construção Civil, com criação de 176.755 postos, e da Agropecuária que continuou apresentando trajetória de recuperação verificada a partir de 2006;

c) aumentos reais do salário mínimo: desde o período 2003-2006, mantém-se a política de promover reajustes reais para o salário mínimo de forma a garantir a recomposição de seu poder de compra. Ao passar de R$ 200,00 para R$ 415,00 entre 2003 e 2007, o salário mínimo cresceu muito acima da variação de preços, resultando em clara elevação de seu poder de compra. De fato, o aumento do poder de compra do salário mínimo pode ser comparado com a cesta básica calculada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (Dieese). Em maio de 2007, o valor real do salário mínimo permitia adquirir 2,8 cestas básicas, ampliação substancial do poder de compra de março de 2003, quando propiciava a compra de 1,4. O aumento real do salário mínimo é um dos fatores determinantes da melhoria do perfil da distribuição da renda ocorrida no Brasil nos últimos anos. A continuidade desse processo, de forma pactuada com os vários atores interessados no tema, é um requisito fundamental para a consolidação do desenvolvimento sustentável com aceleração do crescimento e redução da desigualdade social. Nesse sentido, é importante destacar o acordo entre o Governo Federal e as centrais sindicais, que estabeleceu as bases para uma política de valorização do salário mínimo para o período de 2007 a 2023 com revisões quadrianuais, por ocasião da elaboração dos Planos Plurianuais. Adicionalmente, foi acordado que, entre 2008 e 2011, os reajustes serão definidos pela reposição da inflação mais a taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB), apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009, respectivamente, com antecipação gradual da data base para janeiro de 2010, conforme disposto em projeto de lei que se encontra em tramitação no Congresso Nacional;

d) garantia dos direitos do trabalhador: o desenvolvimento com inclusão social requer forte compromisso com os direitos do cidadão. Na área do trabalho, o contínuo fortalecimento da capacidade de fiscalização e garantia dos direitos dos trabalhadores é parte dessa agenda. A ampliação do quadro de Auditores Fiscais do Trabalho e o aprimoramento dos mecanismos de planejamento, e respectiva execução, resultaram em grandes avanços das ações de fiscalização realizadas pelo Governo, por intermédio do MTE. De janeiro a dezembro de 2007, foram fiscalizados 357.788 empresas ou locais de trabalho, com a regularização da contratação de 746.245 trabalhadores por meio da ação fiscal. Somados aos resultados alcançados no período 2003-2007, foram fiscalizadas 1.678.050 empresas e registrados, sob ação fiscal, 2.865.780 trabalhadores. Antes da ação da inspeção do trabalho, esses trabalhadores não tinham seus direitos laborais assegurados e passaram, com a assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), a usufruir de férias remuneradas, 13º salário, entre outros direitos garantidos pela Constituição Federal e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Na área de saúde e segurança do trabalho foram realizadas no ano de 2007, 157.376 inspeções, direcionadas aos setores econômicos que apresentam

mais riscos à integridade e à vida dos trabalhadores, o que permitiu a correção de 849.797 situações de descumprimento da legislação específica. Foram detectadas 3.871 situações de risco grave e iminente à vida do trabalhador, que levaram à imposição de embargos e interdições, até que as condições de trabalho fossem regularizadas. O Programa de Alimentação do Trabalhador alcançou, em 2007, a marca de 10 milhões de trabalhadores beneficiados e de 116 mil empregadores inscritos. Com o objetivo de melhorar a qualidade da alimentação consumida pelos trabalhadores beneficiados, o Governo, por intermédio do MTE, revisou os parâmetros nutricionais mínimos exigidos pela regulamentação do Programa. Encontra-se em andamento discussão sobre a certificação, pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), das cestas de alimentos fornecidas no âmbito do Programa. A fiscalização para prevenir e reprimir a prática de trabalho de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos, teve como resultado, em 2007, de janeiro a dezembro, o afastamento de 7.812 crianças do trabalho. Ainda em relação à fiscalização do trabalho de adolescentes, foi intensificada a fiscalização indireta, que consiste na notificação prévia às empresas para que comprovem o cumprimento da lei em relação ao preenchimento das cotas de aprendizagem. Essa é uma atividade complementar às ações fiscais realizadas *in loco*. Com relação à erradicação do trabalho escravo, foram realizadas em 2007, 114 operações conjuntas do MTE, Polícia Federal e Ministério Público do Trabalho (MPT), que fiscalizaram 203 fazendas e libertaram 5.963 trabalhadores encontrados em situação análoga à escravidão. O Cadastro de Infratores, que reúne o nome de empregadores flagrados explorando mão-de-obra escrava, recebeu, em dezembro de 2007, a oitava atualização, passando a conter 189 nomes de pessoas físicas e jurídicas;

e) democratização das relações de trabalho: em 2007, o Fórum Nacional do Trabalho (FNT) priorizou mudanças pontuais na legislação sindical e na trabalhista, por meio de ajustes na legislação. O FNT teve atuação destacada para um importante resultado em 2007 no campo da reforma sindical, consolidou o acordo para o reconhecimento das centrais sindicais, com previsão, inclusive, de sua sustentação financeira, de modo que o movimento sindical conte com uma instância de organização horizontal e representativa para todos os trabalhadores no País, independentemente de sua categoria profissional. Outro avanço obtido em 2007 foi a regulamentação do trabalho no comércio aos domingos, que garantiu mais dias de descanso ao trabalhador desse setor e assegurou que suas condições de trabalho devem ser previstas em convenção coletiva. Esse dispositivo foi regulamentado pela Medida Provisória nº 387, de 31 de agosto de 2007, posteriormente convertida na Lei nº 11.603, de 5 de dezembro de 2007. Cerca de 8 milhões de trabalhadores comerciários já estão sendo beneficiados pela nova regra. Ainda em 2007, como parte do desenvolvimento do Sistema Integrado de Relações do Trabalho (SIRT), foi lançado, em âmbito nacional, o Sistema Mediador. Esse Sistema viabilizará uma base de dados com todas as convenções e acordos coletivos celebrados no País, permitindo consultas, via Internet, pela sociedade em geral. Foi iniciado, também, o desenvolvimento do Homologne t,

um módulo do SIRT de controle e monitoramento de todas as rescisões de contrato de trabalho efetuadas no Território Nacional, além de dar assistência aos trabalhadores e empresas na homologação de rescisões;

f) políticas de emprego, trabalho e renda: o Brasil conta com um conjunto amplo de políticas na área do trabalho, construídas de forma participativa, na maioria das vezes por meio de instâncias e conselhos tripartites, e implementadas em parceria com outras instâncias governamentais e organizações da sociedade. Considerando a qualificação social e profissional, o Programa qualificou 117.498 trabalhadores e encaminhou 88,5% dos educandos pós-qualificação ao mundo do trabalho. Ainda, menciona-se a cobertura de aproximadamente 64,4% de pessoas, pela qualificação, oriundas de outros programas governamentais voltados para a geração de emprego, trabalho, renda e inclusão social. Destaca-se, no âmbito dos Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQs), os setores de agricultura familiar, turismo social e ecológico, economia solidária, indústria naval, *software*, pólo turístico industrial, reforma agrária, serviços industriais, plásticos, hidroelétrica, biodiesel e máquinas agrícolas. Em termos de intermediação da mão-de-obra, foram colocados 980.832 trabalhadores no mercado de trabalho por meio do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR). No acumulado de 2003 a novembro de 2007, foram colocados no mercado de trabalho 4,4 milhões de trabalhadores. A maior eficiência da ação de orientação profissional e intermediação de mão-de-obra deve-se a mudanças implementadas pelo Governo na execução das parceiras com Estados e Municípios, que permitiram resultados mais expressivos mesmo com menor disponibilidade de recursos;

g) habilitação e pagamento do seguro desemprego: ações de proteção ao trabalhador que vêm sendo aprimoradas. Estas ações compõem a assistência financeira temporária concedida ao trabalhador desempregado sem justa causa do mercado de trabalho formal, beneficiando ainda os pescadores artesanais que têm sua atividade produtiva interrompida parcial ou totalmente. O seguro desemprego beneficiou, até dezembro de 2007, 5,45 milhões de trabalhadores formais, além de 243.035 pescadores artesanais em período de defeso. Destaque-se ainda que 3.835 trabalhadores resgatados da condição análoga à escravidão, em decorrência de ação de fiscalização, receberam seguro desemprego em 2007. O abono salarial é outro benefício importante pago com recursos do FAT. Podem receber esse benefício todos os trabalhadores que contribuem para o Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e cuja remuneração, no ano anterior, tenha sido de até dois salários mínimos. Desde 2003, o número de benefícios pagos vem crescendo. No decorrer do ano de 2007 foram identificados 14,3 milhões de trabalhadores com direito ao benefício, dos quais 13,8 milhões de Abonos foram pagos. A taxa de cobertura do Abono Salarial (relação entre o número de trabalhadores que efetivamente receberam o benefício e aqueles identificados com direito) foi de 96,4%, sendo a maior desde a criação do benefício. Os recursos envolvidos somaram R$ 5,14 bilhões;

h) estímulo à economia solidária: segundo o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), que já mapeou mais de 50% dos Municípios brasileiros, verifica-se a existência, em 2007, de mais de 23.000 empreendimentos solidários atuantes no Brasil, distribuídos em 2.274 municipalidades e que envolvem mais de 2 milhões de pessoas. Para estimular esse conjunto de empreendimentos, várias ações vêm sendo implantadas. Em 2007, foi ampliada a rede de agentes de desenvolvimento local e economia solidária espalhados por todas as Unidades da Federação. Hoje, os 510 agentes de desenvolvimento solidário, que estão trabalhando em mais de 400 comunidades carentes, fornecem apoio e assessoria e articulam ações para a constituição de empreendimentos econômicos solidários. Atualmente, existem 723 empreendimentos acompanhados, que beneficiam mais de 46,5 mil trabalhadores diretamente e 280 mil pessoas indiretamente. Ao final de 2006, a expansão do número de agentes de desenvolvimento foi articulada com o Programa Bolsa Família, com o propósito de apoiar a geração de trabalho e renda para beneficiários desse Programa, bem como com ações de implantação da Agenda 21. Em 2007, foi realizada a formação de mais de 200 gestores públicos de economia solidária, que vêm desenvolvendo políticas públicas nesse tema em âmbito municipal e estadual. Além disso, na relação federativa com Estados e Municípios, foram inaugurados cinco novos Centros Públicos de Economia Solidária, potencializando as políticas e suas articulações e fazendo com que a população tenha um acesso mais próximo e constante à política pública de economia solidária. Cerca de 2.500 empreendimentos de economia solidária receberam apoio para aprimorar sua capacidade de geração de trabalho e renda, por meio da constituição de redes de produção entre eles. Nesse sentido, foram apoiadas as redes produtivas no setor têxtil, metalúrgico, artesanato, agricultura familiar, entre outros. Essas redes reúnem centenas de empreendimentos e milhares de trabalhadores, e possibilitam o fortalecimento econômico dos empreendimentos e a abertura de canais de comercialização aos mesmos. No sentido também da comercialização dos produtos e serviços produzidos pelos empreendimentos de economia solidária, foi desenvolvido o Programa Nacional de Feiras de Economia Solidária, o qual abrange todo o Território Nacional e envolve mais de 3.000 empreendimentos econômicos solidários. Os bons resultados dessa ação referendam o início da constituição de um Sistema Nacional de Comércio Justo Solidário, que beneficiará todos os empreendimentos econômicos solidários mapeados no Brasil. A recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão também recebeu forte estímulo. Em 2007, foram apoiados mais de uma centena de processos de recuperação de empresas autogestionárias, por meio de assessoria técnica, qualificação de trabalhadores, domínio dos mecanismos estabelecidos pela nova Lei de Falências para recuperação de empresas falidas e acompanhamento da atividade econômica por instituição especializada. Um dos grandes desafios enfrentados por todos esses empreendimentos é a necessidade de acesso ao crédito e financiamento. Foi criada, pelo BNDES, uma linha específica para o financiamento de empresas recuperadas por trabalhadores organizados em autogestão. Com R$ 200 milhões, essa linha deverá se constituir em um instrumento fundamental

para que postos de trabalho de empresas que entram em falência não sejam fechados, mas se tornem oportunidades de consolidar setores estratégicos da economia solidária no Brasil. Finalmente, cabe destacar o Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Proninc). Em 2007, foi mantido o apoio a 43 incubadoras universitárias de cooperativas populares que já atuavam no âmbito desse Programa, fornecendo assistência técnica e de gestão a grupos de produção e cooperativas e gerando mais de 14 mil postos de trabalho diretos. Esse Programa foi ampliado para 36 novas universidades, que estão criando incubadoras de cooperativas segundo os critérios do Proninc.

ASPECTOS RELEVANTES

Os resultados alcançados pela programação do MTE foram positivos, contudo, o Ministério ainda necessita de instrumentos eficazes para o seu monitoramento de forma tempestiva, refletido na dificuldade ou demora em averiguar os indicadores e, também, na correta mensuração das metas físicas estabelecidas, seja por inadequações temporais da medição ou por incapacidade operacional para a verificação dos resultados *in loco*. Em relação aos riscos associados à execução da programação, destacam-se:

a) a restrição orçamentária derivada dos contingenciamentos;

b) o fluxo de recursos financeiros inadequado à implementação eficiente das ações;

c) a restrição de pessoal necessário ao gerenciamento das ações, desde o planejamento até o monitoramento, tanto na Unidade Central quanto nas Superintendências Regionais;

d) a infra-estrutura tecnológica e física incompatíveis com as necessidades do trabalho.

Ressalta-se a preocupação em legitimar as ações do MTE mediante incentivo à participação social nas diversas instâncias institucionalizadas no decorrer do PPA:

a) Fórum Nacional do Trabalho: espaço público de negociação tripartite, por meio do qual foram feitos avanços significativos na relação trabalhador-empregador, como a regulamentação do trabalho aos domingos;

b) Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), implantado em 2006;

c) Conselho Curador do FGTS;

d) Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT) órgão tripartite que contribuiu para a definição das diretrizes e da prioridade de aplicações de recursos do FAT e também para a identificação de melhorias necessárias ao Programa Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego e Renda;

e) Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), formado pelo Governo Federal, entidades da sociedade civil, de centros de defesa dos direitos humanos e de sindicatos;

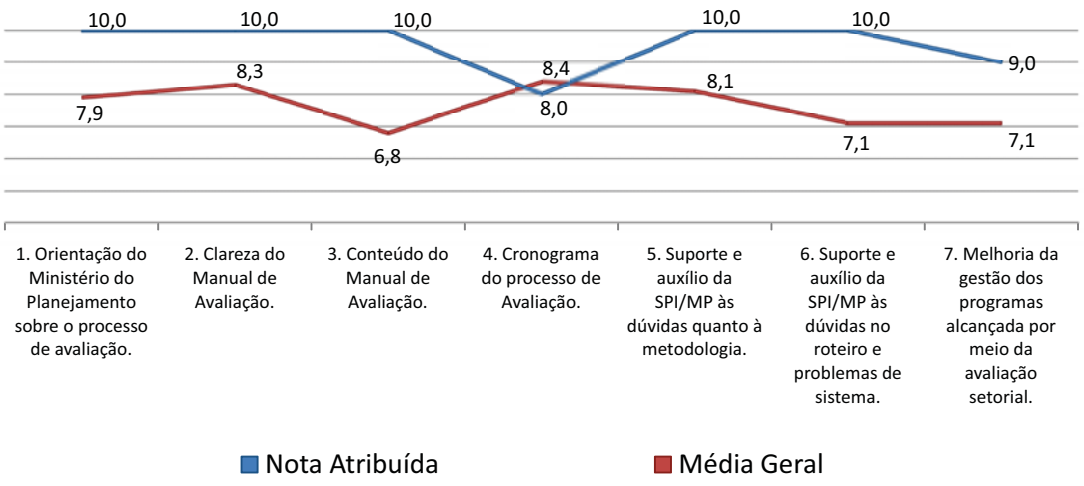
f) Programa Primeiro Emprego (PNPE), foram realizadas audiências públicas no âmbito do Consórcio Social da Juventude e do Conselho Consultivo do PNPE para aprimoramento do Programa;

g) Comissões de Colaboração com a Inspeção do Trabalho (CCIT), no âmbito da segurança e saúde no trabalho (SST) opinam sobre o diagnóstico, planejamento e monitoramento das ações, regionalmente. Já a Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) participa de todo o processo de regulamentação em SST.

Em termos de territorialização do gasto, não existiu uma estratégia definida para a sua regionalização. Os Programas atenderam a determinados territórios, todavia, mediante demandas pontuais. Sobre a estrutura organizacional, os problemas identificados na avaliação do ano passado permaneceram, tendo em vista que diferentes propostas foram encaminhadas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) com o objetivo de fazer adequações, contemplando novos cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) ou somente readequando-os internamente. Nesse âmbito, as Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) passaram a se chamar Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MTE mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MTE e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio de Medeiros Neto

OBJETIVO

Promover a democratização e a modernização do sistema brasileiro de relações de trabalho, por meio do diálogo e da negociação tripartite entre trabalhadores, Governo e empregadores.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores, empresas e organizações sindicais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.709.961,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.005.510,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 2.005.510,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número-Índice de Instrumento Coletivo – Número-índice	-	-	-	-	144.00	-
2. Taxa de Adesão à Atualização Sindical - Porcentagem	-	-	-	-	80,00	-
3. Taxa de Eficácia das Mediações – Porcentagem	-	54.32	82.39	65.42	71.84	91,06%
4. Taxa de Resolução de Conflitos – Porcentagem	-	67.27	71.19	74.44	77.87	95,60%

1. NÚMERO-ÍNDICE DE INSTRUMENTO COLETIVO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Apesar de mensurável, esse indicador não é mais utilizado, visto que sua ocorrência se dá de acordo com a demanda das partes interessadas, ou seja, fora da governabilidade do Ministério.

2. TAXA DE ADESÃO À ATUALIZAÇÃO SINDICAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Apesar de mensurável, esse indicador não é mais utilizado, visto que sua ocorrência se dá de acordo com a ação das entidades sindicais, ou seja, fora da governabilidade do Ministério.

3. TAXA DE EFICÁCIA DAS MEDIAÇÕES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 não pôde alcançar a projeção feita para o final do PPA e o decréscimo em relação ao ano passado se deve ao alto número de empregados abrangidos pelas mediações realizadas na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) de São Paulo em negociações na data-base que não lograram êxito e prosseguiram para o dissídio coletivo. Individualmente, no entanto, os demais Estados obtiveram ótimas taxas de eficácia, porém, o resultado alcançado em São Paulo reduziu a média nacional.

4. TAXA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Apesar de o índice apurado em 2007 não ter alcançado a meta estabelecida para o final do PPA, esse índice teve um aumento gradativo e substancial desde 2003, demonstrando um aumento nas mediações com acordo, o que indica uma maior capacidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em promover acordos nas mediações que realiza.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O sistema brasileiro de relações de trabalho tem origem na década de 1930 e disciplina as condições de contratação, uso e remuneração da força de trabalho por meio de extensa legislação trabalhista, sindical e de regulação do trabalho.
As mudanças legais, ocorridas ao longo de décadas, e os avanços nos direitos políticos e sociais ainda não conduziram à plena democratização das relações de trabalho no Brasil. A atuação do MTE deve ser a de promotor de um regime de liberdade e autonomia sindicais, fundada no estímulo à composição direta dos conflitos de trabalho, compatível com as novas exigências do desenvolvimento nacional e com as características atuais do mercado e das relações de trabalho.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Fórum Nacional do Trabalho (FNT) - Governo, empregadores e trabalhadores firmaram um acordo acerca de um novo marco legal para regulamentar o trabalho no comércio aos domingos que, depois de tramitar no Congresso Nacional, foi incorporado no ordenamento jurídico brasileiro por meio da Lei nº 11.603, de 5 de dezembro de 2007. A

mudança na atual legislação que disciplina a terceirização de mão-de-obra foi outra questão central discutida no FNT em 2007. O objetivo norteador desse debate é a inclusão da responsabilidade solidária aos tomadores de serviço, assegurando uma maior proteção aos trabalhadores terceirizados. Quanto ao projeto de reconhecimento das Centrais Sindicais Brasileiras (Projeto de Lei nº 1.990/07), este foi enviado ao Congresso Nacional, em regime de urgência, desde o dia 5 de setembro. Na oportunidade do acordo, foi firmado, por meio de um Termo de Compromisso, que seria constituído um Grupo de Trabalho (GT) temático acerca da sustentação financeira das entidades sindicais no Brasil. Esse GT já foi criado e instituído por meio da Portaria Ministerial nº 546, de 07 de novembro.

• Sistema Integrado de Relações do Trabalho (SIRT) - foram implantados projetos-pilotos do Sistema Mediador em cinco Estados: Amazonas, Ceará, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. Em maio, foram realizados treinamentos com as demais Unidades da Federação para a implantação nacional da Versão 1.3 do mediador, que ocorreu em agosto de 2007. Em relação ao novo Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), foi dada continuidade ao desenvolvimento de novas funcionalidades a fim de integrá-lo com o CNES antigo. Outras funcionalidades foram implantadas no CNES novo, como a implementação do sistema de cálculo dos valores a serem pagos pelas entidades sindicais e a criação do Módulo de Depuração.

• Mediação - o total de mediações atingidas no ano foi de 10.647, representando uma eficiência de 74,44% na resolução dos conflitos. Vale ressaltar que o número informado refere-se apenas às mediações coletivas realizadas, cujo controle é priorizado pela Secretaria de Relações do Trabalho (SRT) devido ao âmbito coletivo do Programa Democratização das Relações do Trabalho. Ao número de mediações individuais deve-se acrescer o total de mediações individuais realizadas em 2007, que foi de 18.221, conforme notificações das SRTEs nos Estados. No que tange à eficácia, do total de trabalhadores envolvidos, 65,42% foram beneficiados pelas mediações que resultaram em acordo realizado pelo MTE – em 2006, esta relação representou 82,39%, e a queda deve-se à justificativa citada na análise do indicador.

• Capacitação - as ações de capacitação privilegiaram o uso do Sistema Mediador. Contando com os vários treinamentos e apresentações do Sistema ao longo do ano, foram capacitados servidores, de forma descentralizada, 912 técnicos quanto ao uso do Sistema Mediador, em atividades de capacitação que tratavam ainda dos temas relativos à homologação da rescisão do contrato de trabalho, atualização em legislação trabalhista, ao registro de instrumentos coletivos e Sistema CNES. As SRTEs realizaram em seus Estados ampla divulgação do Sistema Mediador, voltada às entidades sindicais, alcançando um público externo de 3.536 pessoas. Somando-se às atividades realizadas, de forma direta e descentralizadas, obteve-se a capacitação de 1.340 técnicos. Os eventos que divulgaram o Sistema Mediador alcançaram um público externo superior a 4.500 pessoas, abrangendo principalmente sindicalistas, além de membros do Judiciário e do Ministério Público da União (MPU), empresas, contadores e profissionais de recursos humanos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa foi criado com o intuito de propiciar a modernização do sistema brasileiro de relações de trabalho, adequando-o às especificidades atuais do mundo do trabalho. Neste sentido, abrange uma ação-âncora, o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), composto por representantes de trabalhadores, empregadores e governo. Abrange ainda ações voltadas para a mediação de conflitos coletivos, implantação do Sistema Integrado em Relações do Trabalho (SIRT), e também capacitação de técnicos especializados em relações do trabalho.

Apenas duas ações não atingiram a meta estipulada. Neste ano, foram realizadas 10.647 mediações coletivas em todo o País. Embora a meta estipulada para o ano seja superior a 19.000, nela são incluídas as mediações coletivas e as individuais. Porém, desde 2005 não são computadas as mediações individuais. Ainda assim, algumas SRTEs informam os números das mediações individuais, que juntamente com as coletivas, superaram a marca de 28.000. Sabe-se, no entanto, que este número é maior. Todavia, nem todas as SRTEs monitoram os dados. Quanto à capacitação, embora a meta estivesse estipulada em número superior a 2.000, obteve-se 1.340 técnicos capacitados, inferior, inclusive, ao atingido no ano de 2006, em que foram capacitadas 1.891 pessoas. Tal fato ocorreu em função do contingenciamento de recursos nas rubricas diárias e passagens, o que prejudicou, sobremaneira, essa ação. Em contrapartida, houve excelente aproveitamento dos recursos recebidos pelas unidades do Ministério nos Estados, visto que os eventos que divulgaram o Sistema Mediador alcançaram um público externo superior a 4.500 pessoas.

Existe, no âmbito da gerência, mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações mediante:

a) reuniões de trabalho, nas quais as ações integrantes do Programa são monitoradas por todos os coordenadores da SRT em reuniões semanais ou, no máximo, quinzenais;

b) utilização do SIRT, que se constitui em uma ação do Programa, e que contempla vários módulos que são passíveis de mensuração qualitativa e quantitativa;

c) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), o qual se constitui em ferramenta de acompanhamento mensal de todas as ações do Programa.

As ações de capacitação e de mediação são expressas em metas físicas quantitativas, enquanto a do SIRT e a do FNT são expressas em avaliações qualitativas que, não menos importante, são úteis para o acompanhamento e monitoramento do próprio Programa. Além dos mecanismos citados, há o Relatório de Gestão, elaborado anualmente para a Controladoria-Geral da União (CGU).

Apesar de não haver sido utilizada toda a dotação orçamentária de determinadas ações, o limite para a aquisição de bens permanentes foi insuficiente devido à necessidade de

se equipar as superintendências e as agências com a implantação dos módulos do SIRT. Também, o fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. De fato, a prática de se liberar os recursos somente nos meses próximos ao final do ano impediu o uso total dos recursos de todas as ações do Programa, o que prejudica o cumprimento das metas físicas, podendo acarretar uma utilização qualitativamente inadequada desses recursos. Exemplo disso foi o que ocorreu com a descentralização para as superintendências nos Estados, somente liberada em setembro, impedindo que muitas delas não tivessem tempo hábil para realizar os processos licitatórios. Isso resultou no fato de que grande parte dos recursos destinados aos Estados voltasse para a SRT no final do ano sem que fosse possível remanejá-los.

Destaca-se que os recursos materiais e de infra-estrutura foram considerados insuficientes e inadequados nas equipes executoras, pois, com a implantação do SIRT e de seus subsistemas, fez-se necessária a aquisição de equipamentos nas superintendências dos Estados para poder dar suporte ao novo Programa, tornando necessária uma readequação dos próprios ambientes de trabalho.

Cita-se a quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial. Faz-se necessário uma ampliação da equipe de suporte aos coordenadores das ações do Programa, bem como sua adequada qualificação no uso das ferramentas de gestão. O problema se repete nas equipes executoras, já que a alta rotatividade de funcionários prejudica o andamento das atividades, fazendo-se necessário uma política permanente de qualificação e valorização dos técnicos e colaboradores da SRT.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Destaca-se a parceria com a Embaixada Britânica, a qual contribuiu, sobremaneira, para o fortalecimento do processo de democratização das relações de trabalho no Brasil, em especial, nos seminários realizados com o intento de intercambiar experiências na área de mediação e negociação coletiva.

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social mediante a Ouvidoria, a qual atende a demandas específicas das entidades sindicais sobre os procedimentos de registro sindical e interlocução com grupos de interesse, tanto do lado dos trabalhadores quanto dos empregadores essa interlocução ocorre, mais intensamente, nas ações do FNT e do SIRT. A participação social respaldou e legitimou os projetos encaminhados ao Congresso Nacional, bem como as outras ações do Programa, as quais dependem naturalmente da forte participação dos interessados diretos para o seu sucesso.

Ainda, as principais demandas do Programa são definidas pelos próprios atores sociais, destinatários finais das ações, o que permite consolidar, em grande medida, suas expectativas quanto às ações. Com efeito, a institucionalização do diálogo social como uma prática na formulação e implementação de políticas públicas é a maior contribuição deste Programa para a Administração Pública Federal.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) ressalta que os indicadores Número-Índice de Instrumento Coletivo e Taxa de Adesão à Atualização Sindical foram propostos pelo MTE na revisão do PPA em 2006 para vigorar a partir de 2007. Todavia, o MTE informou no processo de avaliação (exercício 2008) que os indicadores são inadequados, visto que sua ocorrência não está no âmbito do Ministério. Ressalta-se ainda que não houve solicitação de exclusão desses indicadores no processo de elaboração do PPA 2008-2011, o que deverá ocorrer na próxima oportunidade de revisão do Plano.

A priorização de recursos humanos, materiais e de infra-estrutura, desejado pelo MTE, do ponto de vista orçamentário, deve ocorrer quando da alocação dos recursos pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MTE, após a divulgação dos limites orçamentários pelo MP, por ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

DESENVOLVIMENTO CENTRADO NA GERAÇÃO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA

GERENTE DO PROGRAMA

Antônio Sérgio Alves Vidigal

OBJETIVO

Estimular o desenvolvimento econômico e social do País por meio da democratização do crédito produtivo, capaz de gerar emprego, trabalho e renda.

PÚBLICO-ALVO

Micro e pequenas empresas, cooperativas e associações de trabalhadores, profissionais liberais, microempreendedores, empresas pertencentes a setores prioritários de política governamentais de desenvolvimento, de arranjos produtivos locais ou de setores intensivos em mão-de-obra

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.018.488,00	Empenho Liquidado:	R$ 974.753,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 974.753,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 14.405.881.457,00	R$ 12.471.339.435,00	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Geração de Postos de Trabalho Formais – Unidade	-	-	-	-	19965.00	-
2. Número-Índice de Quantidade de Beneficiários das Operações de Crédito - Índice numérico	-	-	-	-	106.00	-

1. GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO FORMAIS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O indicador não pôde ser apurado, porém está em desenvolvimento e encontra-se em fase de implantação um módulo no Sistema de Acompanhamento de Execução do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger/SAEP Web) que permitirá medir o impacto do financiamento na geração de postos de trabalho formais. Essa aferição se dará mediante o cruzamento do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) registrado no SAEP Web com a variação do estoque de empregados apurada no Cadastro Geral de

Empregados e Desempregados (CAGED). Espera-se concluir esse módulo do Sistema em 2008. Atualmente, a mensuração desse indicador só seria possível a partir da informação declaratória do empresário, na obtenção do crédito, relacionada à quantidade de empregos que planeja gerar, o que geraria imprecisão de dados colhidos.

2. NÚMERO-ÍNDICE DE QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Não foi possível apurar o índice Quantidade de Beneficiários das Operações de Crédito. Esse indicador será disponibilizado pelo SAEP Web em módulo específico, da mesma forma que o indicador Geração de Postos de Trabalho Formais. Assim, como mencionado anteriormente, esse módulo encontra-se em fase de implantação, razão pela qual a apuração do indicador não pôde ser realizada.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A geração de emprego e renda é elemento fundamental no processo de inclusão social e desenvolvimento econômico do País. Uma das restrições à geração de emprego e renda é a dificuldade de acesso a crédito produtivo para micro e pequenas empresas, associações produtivas, cooperativas, profissionais liberais, microempreendedores e empreendedores populares de baixa renda. Destacam-se entre os objetivos do Programa, além do apoio a micro e pequenos negócios, o desenvolvimento da infra-estrutura nacional, o estímulo às exportações e aos setores prioritários para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Foram contratadas, no âmbito do Programa Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda, cerca de 1,9 milhão de operações de crédito (aproximadamente 18% menor que em 2006), com investimentos da ordem de R$ 12,5 bilhões. Cumpre salientar que a queda no volume de operações se explica devido à grande redução da disponibilidade de recursos excedentes à reserva mínima de liquidez do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que são a fonte de recursos para o Programa em tela. Essa redução pode ser explicada por diversos fatores, inclusive a incidência da Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre as receitas do FAT. Houve, também, priorização das linhas relacionadas à agricultura familiar e ao financiamento de micro e pequenas empresas, bem como dos Programas FAT Fomentar e FAT Infra-Estrutura, tendo em vista os objetivos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e seu alinhamento com o Plano Anual de Depósitos Especiais. Cita-se, também, a criação da linha de crédito especial FAT Turismo Sênior, com o objetivo de financiar a aquisição de pacotes turísticos nacionais por aposentados e pensionistas no âmbito do Programa Viaja Mais Brasil Melhor Idade, do Ministério do Turismo (MTur).

• O Programa Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda é constituído por ações formadas por linhas de crédito do Proger voltadas para o financiamento de iniciativas empreendedoras, indutoras de emprego e renda, com respeito às especificidades sócio-econômicas do território beneficiado. As linhas de crédito enfatizam o apoio a setores intensivos em mão-de-obra, de infra-estrutura, prioritários de políticas governamentais de desenvolvimento e grandes geradores de emprego, como micro e pequenas empresas. O Programa opera com recursos originários da reserva mínima de liquidez do FAT, aplicados na forma de depósitos especiais nas instituições financeiras oficiais federais.

• Avalia-se positivamente o resultado do Programa, apesar do menor número e menor volume de recursos em contratações. Em termos de cumprimento das metas físicas, a concessão de crédito com recursos do FAT implica algumas dificuldades que impossibilitam, *a priori*, a definição de metas e, conseqüentemente, distorções em seu cumprimento. Como exemplo de tais dificuldades, pode-se citar:

a) a conjuntura macroeconômica, que determina a demanda, por parte dos agentes econômicos, por crédito produtivo;

b) o fato de o risco de inadimplência ser de responsabilidade dos agentes financeiros que operacionalizam os programas, de modo que qualquer meta a ser definida estará comprometida pela propensão dos agentes em atenderem possíveis beneficiários cujo risco de inadimplência seja considerado inadequado;

c) a alocação dos Depósitos Especiais é definida no âmbito de Conselho Deliberativa do FAT (CODEFAT), que é um órgão tripartite e paritário, de modo que a decisão sobre quanto alocar em linhas de crédito do FAT não cabe unicamente ao MTE.

Assim, as metas do PPA foram estimativas de contratação, com base em desempenho pregresso. Além disso, o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), equalizado pelo Tesouro Nacional, absorve parte expressiva do público-alvo do Proger Rural e das cooperativas e associações de produção. Cabe destacar que embora parte dos recursos do Pronaf seja oriunda do FAT, ele não está contemplado em nenhuma ação do Programa, sendo sua administração de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Está em andamento avaliação externa pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (FIPE/USP), que tem por finalidade desenvolver uma metodologia de aferição dos resultados das várias linhas que compõem o Programa Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda, custeados com recursos dos depósitos especiais do FAT. Os objetivos principais da avaliação externa são:

a) caracterizar os beneficiários dos programas (empreendedores e empregados), descrevendo seus perfis sócio-econômicos;

b) conhecer e avaliar o impacto dos programas no tocante à geração e/ou manutenção de empregos, geração de renda, condições de vida dos beneficiários e sustentabilidade dos empreendimentos financiados;

c) verificar a eficiência das instituições/atores envolvidos na operacionalização dos programas;

d) recomendar aperfeiçoamentos que se fizerem necessários visando aumentar a efetividade dos programas;

e) suprir a necessidade de desenvolvimento de metodologia de avaliação nacional dos programas.

Existe, no âmbito da gerência, mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações mediante:

a) reuniões de trabalho;

b) visitas *in loco* - realizadas pela equipe responsável do Ministério, com a finalidade de acompanhar, por amostragem, os empreendimentos financiados pelo Programa, levantar as principais características e perspectivas dos empreendedores atendidos, inclusive as dificuldades de acesso ao crédito, conhecer quais os resultados alcançados pelo Programa nos empreendedores beneficiados, bem como verificar a adequação das normas e dos critérios de operacionalização dos programas, a eficiência das instituições financeiras e demais atores envolvidos e a existência de práticas irregulares por parte dos operadores do programa[2];

c) SAEP - por meio deste sistema é possível contabilizar número de operações contratadas, determinando assim o desempenho físico do Programa;

d) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e Relatório de Gestão da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, solicitado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), utilizado também como uma ferramenta de gestão.

Embora os recursos finalísticos do Programa sejam não-orçamentários, foram utilizados recursos orçamentários para firmar convênio de avaliação externa, conforme exposto acima. Tais recursos foram suficientes para repassar a primeira parcela do convênio, cujas segunda e terceira parcelas restantes deverão ser repassadas ao longo do ano de 2008. Entretanto,

[2] Foram realizadas visitas técnicas aos agentes financeiros responsáveis pelos financiamentos em 15 diferentes capitais do Brasil. Também foram realizadas, por amostragem, visitas aos beneficiários dos créditos. As visitas foram realizadas entre junho e dezembro de 2007. Cada técnico visitava primeiramente os agentes financeiros para, em seguida, realizar entrevistas com os tomadores de crédito. Com intenção de conferir proporcionalidade geográfica para as regiões a serem supervisionadas, foram visitadas as seguintes capitais: Manaus, Salvador, Fortaleza, Vitória, Goiânia, Belo Horizonte, Cuiabá, Belém, João Pessoa, Recife, Curitiba, Rio de Janeiro, Natal, Porto Alegre, Florianópolis e São Paulo. Os resultados das supervisões *in loco* estarão consolidados no Relatório de Supervisão dos Programas de Geração de Emprego e Renda 2007.

os recursos não foram suficientes para cobrir integralmente os custos de manutenção e desenvolvimento de sistemas informatizados de acompanhamento e gerenciamento do Programa. Ainda, das sete ações do Programa, somente uma é orçamentária. Na elaboração do PPA 2008-2011 foi aperfeiçoado o Programa, de forma que contemplará todas as linhas de crédito do Proger.

Identifica-se quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial para a realização de supervisão *in loco*. Não há quantidade de recursos humanos suficientes para a execução de visitas em todas as contratações, tendo em vista o volume de operações, razão pela qual se utiliza o método por amostragem. Cabe destacar que os recursos humanos são insuficientes até mesmo para uma amostragem estatisticamente relevante quando comparada com o número total de contratações (mais de 1,5 milhão em 2007). Atualmente, as supervisões *in loco* são executadas apenas pela equipe gerencial do Programa, visto que não existe uma equipe executora (a execução do Programa é feita pelas instituições financeiras oficiais federais), de modo que o tamanho da amostra selecionada é extremamente reduzido se comparado com a quantidade total de operações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social por meio de:

a) Ouvidoria do MTE, a qual repassa as demandas às coordenações responsáveis;

b) discussão no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), o qual é um órgão tripartite e paritário com representantes dos trabalhadores, do Governo e dos empresários, sendo este responsável pelas principais deliberações acerca dos programas;

c) recebimento de demandas por parte da população em geral mediante o e-mail institucional dessa coordenação.

A participação social contribui decisivamente para a definição de diretrizes nas aplicações de recursos do FAT, na escolha de setores prioritários passíveis de financiamento com fonte FAT, bem como na identificação de aspectos do Programa que necessitam de melhoria.

Quanto a boas práticas de gestão, cabe destacar o sistema de informação do Proger/SAEP Web. Tal sistema de informação garantirá maior efetividade e flexibilidade na gestão do Proger, provendo maior agilidade e confiabilidade de dados, bem como avanço significativo em termos de riqueza de informações disponíveis para o gerenciamento do Programa Desenvolvimento Centrado. Na nova sistemática de envio, os agentes financeiros enviarão os dados via *web* em um formato padronizado e, antes do processamento de dados pelo sistema, serão aplicadas diversas críticas sobre as informações prestadas, o que garantirá o mínimo de intervenção humana e grande confiabilidade das informações. Além disso, encontra-se em desenvolvimento e com avanços significativos, a implementação de Base de Gestão, instrumento que permitirá geração de relatórios gerenciais personalizados

às necessidades dos gestores e viabilizará a aferição de impacto do Proger em termos de geração de empregos direitos através de metodologia de avaliação dos programas e linhas de crédito, que engloba o cruzamento dos dados com outras bases do MTE, como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o CAGED.

O MP enfatiza que o Programa nunca teve seu desempenho avaliado por meio dos indicadores propostos para o período 2004-2007. Diante desta inadequação, acertou-se com a equipe gerencial a definição de novo indicador para o PPA 2008-2011, qual seja: Número de Trabalhadores Diretamente Beneficiados pela Concessão de Crédito, baseado no estoque de empregados de pessoa jurídica tomadoras de crédito declarados na RAIS/CAGED, além das pessoas físicas que receberam crédito no ano. E ainda, o MP destaca que apesar da menção de insuficiência de recursos orçamentários, destaca-se execução de aproximadamente 49% da dotação constante da Lei Orçamentária Anual (LOA) para a única ação orçamentária do Programa - Controle, Monitoramento e Avaliação das Aplicações do Fundo de Amparo ao Trabalhador - sendo os recursos liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO

GERENTE DO PROGRAMA

Paul Israel Singer

OBJETIVO

Promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores(as) em risco de desemprego, desempregados e autônomos, cooperativas, empresas autogestionárias, associações, agências de fomento da economia solidária e fóruns municipais e regionais de desenvolvimento

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 63.501.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 53.496.489,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 53.496.489,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número-Índice da Quantidade de Postos de Trabalho Gerados pela Economia Solidária – Número-índice	-	-	104.00	105.00	105.00	100%
2. Número-Índice de Empreendimentos Cadastrados – Número-índice	-	-	104.85	767.00	110.00	697,27%

1. NÚMERO-ÍNDICE DA QUANTIDADE DE POSTOS DE TRABALHO GERADOS PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Em termos concretos de efeito da política pública direta, o apoio aos produtores e produtoras organizadas pela autogestão correspondeu ao planejado pelo Programa. Por se tratar de política executada por instrumentos em processo de padronização, as metas previstas nos instrumentos vêm sendo cumpridas. Em termos de aferimento das metas, os instrumentos ainda são imprecisos, sendo feito apenas por meio da fiscalização das ações do Programa.

2. NÚMERO-ÍNDICE DE EMPREENDIMENTOS CADASTRADOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em função da ida a campo para atualização das informações do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), houve superação no índice previsto. A maior abrangência em termos territoriais surpreendeu às expectativas e o registro foi feito no sistema.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As mudanças estruturais, de ordem econômica e social, ocorridas no mundo nas últimas décadas, tornaram frágeis o modelo tradicional de relação de trabalho capitalista. O aumento da informalidade e a precarização dos contratos de trabalho afirmaram-se como tendência em uma conjuntura de desemprego. São milhões de trabalhadores e trabalhadoras que se sujeitam a abdicar de seus direitos sociais para garantir a sua sobrevivência. De outro lado, o aprofundamento dessa crise abriu espaço para o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, conseqüência, em grande parte, da necessidade dos trabalhadores(as) encontrarem alternativas de geração de renda. Assim, políticas de geração de renda, para a inclusão daqueles menos favorecidos na sociedade, para que exerçam a sua cidadania em sua plenitude, têm, obrigatoriamente, que considerar, em níveis iguais de importância, tanto o emprego quanto o trabalho em outras formas de relação que não a de empregado e patrão. Na Economia Solidária, encontram-se milhares de trabalhadores e trabalhadoras organizados de forma coletiva, gerindo seu próprio trabalho e lutando por sua emancipação. São iniciativas de organizações não-governamentais, voltadas para projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, redes de produção–consumo–comercialização, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas recuperadas por trabalhadores organizados em autogestão, cooperativas de agricultura familiar, cooperativas de prestação de serviços, dentre outras.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Sistema Nacional de Informação de Economia Solidária (SIES): é um sistema constituído por informações sobre os empreendimentos econômicos solidários (EES) que permite sua articulação, além de oferecer subsídios para políticas públicas de promoção da economia solidária. A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) iniciou o mapeamento da Economia Solidária em 2005, com o cadastro de 14.954 EES, em 2.274 Municípios. Em 2007, foram cadastrados mais 6.905 EES, ampliando a abrangência do mapeamento para 2.934 Municípios, que correspondem a 52% dos Municípios brasileiros. Os dados revelam que nos 21.859 EES cadastrados, participam 1.687.496 trabalhadores e trabalhadoras cuja produção alcança o valor médio mensal de R$ 653 milhões de reais, ou seja, quase R$ 8 bilhões ao ano.

• Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária: esta ação visa contratar, formar e capacitar Agentes de Desenvolvimento Solidário voltados para o apoio e fomento a Empreendimentos de Economia Solidária em comunidades pobres,

propiciando seu desenvolvendo local e solidário. O Projeto é executado em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), por meio de convênio celebrado com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE). No ano de 2007, foram repassados R$ 3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil reais), para dar continuidade ao trabalho dos 510 agentes de desenvolvimento solidário que atuam em 177 Municípios dos 27 Estados da Federação, tanto em área rurais (indígenas, quilombolas, agricultores familiares, etc) como nas periferias das cidades. Foram acompanhados pelo Projeto, em 2007, 636 empreendimentos de economia solidária. O público diretamente beneficiado pelo projeto abrange aproximadamente 42.000 trabalhadores autogestionários.

• Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares: a SENAES é a coordenadora desta iniciativa que reúne diversos Ministérios e instituições federais no sentido de apoiar universidades que desenvolvam projetos ou programas de Incubadoras de Cooperativas Populares (ITCPs). As ITCPs são projetos que buscam realizar uma ponte entre as universidades e os empreendimentos econômicos solidários. Esta articulação realiza-se através do processo de incubação: processo de formação que percorre desde o surgimento da cooperativa até sua consolidação e busca, através da troca de conhecimentos entre trabalhadores/incubadora, fazer com que a cooperativa, no fim do processo, conquiste autonomia e possa garantir por si mesma tanto a democracia interna quanto sua existência mercantil. Em 2007, em conjunto com as instituições parceiras, foi realizada uma nova chamada de projetos para universidades que possuem ou pretendem criar incubadoras universitárias. Foram recebidos mais de 80 projetos que foram divididos em dois grupos: universidades que pretendem criar incubadoras de cooperativas e universidades que já possuem incubadoras e que buscam a sua ampliação. Realizou-se a avaliação e seleção dos projetos, onde 30 universidades que já possuem ITCPs receberam novos apoios para desenvolver suas atividades e 23 projetos de novas ITCPs foram selecionados. Para o apoio a estes projetos foram disponibilizados R$ 6.100.000,00 dos parceiros, sendo R$ 1.500.000,00 da SENAES/MTE. Ainda, há 10 incubadoras que, mesmo não tendo sido contempladas pela seleção, continuam com seus trabalhos de acompanhamento de grupos com recursos próprios. As ITCPs apóiam mais de 300 cooperativas e associações que beneficiam diretamente mais de 15.000 trabalhadores e trabalhadoras.

• Apoio à organização de Feiras de Economia Solidária: o Programa Nacional de Fomento às Feiras, que é um projeto que compõe o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, tem por objetivo apoiar e fortalecer a organização de feiras de economia solidária em todo País, promovendo espaços de comercialização e trocas comerciais e de conhecimento entre os empreendimentos econômicos solidários, além de propiciar a sua articulação em cadeias produtivas e redes de produção. Este projeto é executado em parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB) e com o Instituto Marista de Solidariedade (IMS) e, no ano de 2007, contou com um orçamento de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quintos mil reais). Em 2007, o Programa apoiou 24 feiras estaduais, duas feiras internacionais e uma feira temática. Participaram destes eventos, diretamente, 6.130 empreendimentos, que representam cerca de 30% dos empreendimentos mapeados no Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária.

• PlanSeQ Economia Solidária: em 2007, as atividades de formação no âmbito do Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional culminaram na construção do PlanSeQ EcoSol, através da cooperação entre a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego e a Secretaria Nacional de Economia Solidária. O grande desafio do PlanSeQ EcoSol é o de avançar nos referenciais pedagógicos e metodológicos. Para tanto, adotou-se a pedagogia da alternância no PlanSeQ Ecosol, que articula atividades presenciais e não-presenciais, sendo essas compreendidas como atividades práticas. A alternância visa conferir senso de realidade e viabilizar a execução dos cursos. Em 2007, das 181 turmas previstas, apenas 97 turmas foram executadas, com cerca de dois mil trabalhadores e trabalhadores beneficiados. Já foi aprovado novo prazo de execução das atividades até 30 de junho de 2008.

• Centros de Formação em Economia Solidária: a perspectiva dos centros é a de virem a constituir um elemento estruturante de uma política de Estado para a educação sócio-profissional em economia solidária, com o desafio de combinar a formação voltada para os princípios e valores da economia solidária com a educação mais técnica, com vistas à melhoria dos processos produtivos. As ações realizadas em 2007 pela SENAES/MTE permitiram a elaboração do edital e a realização de todos os procedimentos jurídico-administrativos para a seleção das instituições parceiras na implantação de cinco centros regionais e de um centro nacional de formação em economia solidária. A complexidade do processo de seleção e a necessidade de mantê-lo completamente transparente, equânime e participativo fez com que ele se prolongasse por um período de vários meses além do previsto, atrasando a instalação dos CFESs. O papel dos centros, nessa primeira fase de implantação, será o de produtores e difusores de conhecimentos em economia solidária, colocando-se de imediato a importante tarefa de sistematização das práticas formativas desenvolvidas no âmbito da economia solidária.

• Apoio a Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores em Autogestão. A ação tem por objetivo fornecer apoio técnico à recuperação, pelos trabalhadores, de empresas que enfrentam situação de crise jurídica e/ou financeira, esteja ela em fase inicial de discussão dos trabalhadores sobre a possibilidade de retomá-la, ou aquelas que já tenham reiniciado a produção, mas que ainda não se consolidaram economicamente. A ação se desenvolve por meio de parceria entre o MTE/SENAES, a FBB, a Universidade Solidária (Unisol) e Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (Anteag). Em 2007, o Projeto de Apoio a Empresas Recuperadas atuou disponibilizando formação para gestão, assessorias e consultorias específicas para as empresas recuperadas. Foram disponibilizados para este projeto R$ 559.000,00, beneficiando um total de 54 empresas recuperadas.

• Marco Jurídico da Economia Solidária: proposta de inclusão das cooperativas nos benefícios (exceto os tributários) oferecidos na lei do Super Simples. Isto significa que as cooperativas passam a ter maior possibilidade de acesso às compras públicas, acesso ao crédito, desburocratização de seus registros, entre outros benefícios. Também foi aprovado na Comissão de Trabalho da Câmera dos Deputados, depois de amplo debate com entidades ligadas ao setor e com forte participação da SENAES, relatório sobre o Projeto de Lei n° 7.009, de 19 de outubro de 2006, elaborado pelo MTE, que regula as cooperativas de trabalho.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Existe, no âmbito da gerência, mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, conforme se observa a seguir:

a) em relação aos projetos, há reuniões entre representantes da SENAES e os executores/beneficiários das políticas. Em alguns deles estão implementados Comitês Gestores, como é o caso do SIES, que em cada Unidade Federativa possui uma Comissão Gestora Estadual;

b) também acompanham os projetos e ações os Comitês Temáticos do Conselho Nacional de Economia Solidária. Ainda, a partir das comissões ou comitês, são realizadas visitas *in loco* para acompanhamento do Programa;

c) são realizadas visitas para acompanhamento formal dos convênios, registradas em relatórios;

d) está em desenvolvimento, em conjunto com a Coordenação Geral de Informática do Ministério do Trabalho, um Sistema de Acompanhamento de Projetos (SCAP) que deverá aprimorar o acesso às informações de controle e acompanhamento, além do preenchimento mensal das informações do SIGPlan.

Apesar da boa performance do Programa, os recursos orçamentários executados foram considerados insuficientes - a execução orçamentária foi cerca de 85% do total autorizado (lei mais créditos adicionais). Ainda, o fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. Os repasses represados para parcelas no segundo semestre influiram negativamente no pagamento dos convênios que o Programa necessita para sua execução. Já os recursos destinados à Ação Gestão e Administração do Programa (GAP), são muito limitados. Por se caracterizar como um Programa de promoção, com ramificações em todas as Unidades Federativas, ao mesmo tempo em que possui uma equipe limitada, é grande a necessidade de viagens desse grupo para execução e acompanhamento das ações do Programa.

Existiu dificuldade de disponibilizar materiais impressos e relatórios para o conjunto das reuniões realizadas por falta de recursos disponíveis para essa finalidade. Mesmo nos cursos de formação e demais atividades da SENAES, a falta de material de divulgação e registro de informações prejudicou algumas ações. A infra-estrutura não está adequada para a equipe gerencial, pois as instalações (espaço físico reduzido e computadores obsoletos e em número menor que o necessário) prejudicam o trabalho cotidiano da equipe responsável pelo Programa. Tais deficiências também podem ser estendidas às equipes executoras, com recursos materiais insuficientes e infra-estrutura inadequada nas equipes executoras.

Quanto aos recursos humanos, não existe capilaridade na operação das decisões na estrutura gerencial. Além disso, existem áreas concentradas em uma coordenação que demandariam a criação de novas coordenações para desconcentrar as competências e executá-las com

maior eficiência. O resultado tem sido a constante sobrecarga de trabalho na equipe gerencial. Além disso, nas equipes executoras, existem áreas inteiras que deveriam ser de responsabilidade de equipes que estão sob a execução de apenas uma função, sem apoio. Inclusive as áreas, nas quais a terceirização de atividades de apoio deveria auxiliar, estão descobertas por falta de pessoal, gerando sobrecarga de trabalho. Em termos de qualificação, falta, principalmente, entre os servidores de carreira, pessoas com acúmulo na área de execução de políticas relacionadas à economia solidária. Esse fato dificulta a consolidação de equipes permanentes que garantam a continuidade da execução da política pública.

Em termos de restrições que interferiram no alcance de um resultado mais expressivo das ações, encontram-se:

a) a dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais para complementar a execução da política pública e possibilitar o seu alcance maior em termos das demandas mapeadas;

b) o atraso na liberação de recursos, dificultando a própria construção dos instrumentos de execução da política pública de economia solidária (alguns convênios precisaram ser refeitos no sentido de adequá-los aos limites orçamentários impostos);

c) as dificuldades de celebração de convênios na gerência, pois a falta de equipe em quantidade e com capacitação adequada, junto com a falta de constância na liberação dos recursos, causou grandes dificuldades adicionais ao processo de conveniamento para realização das ações do Programa.

Destaca-se também que a generalidade da proposição legislativa acerca do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento ainda se apresenta como dificuldade à sua execução. Já está em processo de elaboração o conjunto dos instrumentos que darão maior agilidade na execução do PPA 2008-2011 (Portarias, Decretos e demais normas). A Frente Parlamentar de Economia Solidária (Congresso Nacional) também se encontra empenhada na proposição legislativa para a temática. Ambas as frentes legais de proposição normativa e ordinatória estão sendo realizadas com o apoio do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As ações realizadas pelo Programa mediante parcerias com as organizações não-governamentais foram de fundamental importância para o alcance dos resultados, superando as expectativas relativas à abrangência e utilizando-se da capilaridade possibilitada por essas instituições. Uma melhor regulação da relação, que não inviabilize essas parcerias, é fundamental para seguir permitindo que setores desfavorecidos da sociedade possam ter acesso a políticas públicas executadas. A questão é de ordem legal, necessitando urgência e esforço para o seu enfrentamento.

O Programa promove a participação social mediante:

a) Ouvidoria do MTE;

b) audiências públicas;

c) reuniões com grupos de interesse responsáveis pela execução, como com os beneficiários da política pública, visando a melhor execução das ações do Programa;

d) discussão no Conselho Nacional de Economia Solidária, o qual possibilitou a formalização do espaço de representação de outros órgãos de Governo e entidades não-governamentais no acompanhamento da política pública de economia solidária.

Ainda, o CNES se reuniu por três vezes em 2007 e, durante o ano, ocorreram inúmeros encontros de seu comitê permanente e comitês temáticos. Entre outros assuntos, o grande tema que percorreu as atividades do Conselho foi a construção do PPA 2008-2011, onde se buscou transformar em políticas públicas as resoluções aprovadas na I Conferência Nacional de Economia Solidária. A partir das atividades de 2007, o CNES vem se consolidando como importante espaço de discussão, elaboração e aprimoramento das políticas de economia solidária do Governo Federal de forma democrática e participativa ao reunir, entre 56 conselheiros, Ministérios e importantes entidades da sociedade civil que desenvolvem políticas e atividades ligadas à economia solidária.

No campo da produção de conhecimento ou sistematização das experiências de políticas públicas da economia solidária, uma importante iniciativa foi a criação do Comitê Metodológico da SENAES. O Comitê buscou articular as ações de formação/educação de trabalhadores e trabalhadoras desenvolvidas pelos diferentes projetos/programas implementados diretamente pela SENAES ou em parceria com outros atores públicos, visando a construção de uma unidade metodológica entre as diferentes experiências acompanhadas.

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento realizou, ainda de forma esporádica, reuniões de toda a equipe gerencial e executora em conjunto para planejar a execução e decidir sobre prioridades gerais da mesma. Dessa forma, um processo de melhor integração e consciência do conjunto da política pública, com responsabilização coletiva pelas decisões tomadas, aumenta o envolvimento do conjunto dos agentes de cada uma das ações. Com maior constância, o conjunto da equipe gerencial se reuniu para detalhar as decisões tomadas e criar formas mais democráticas de acompanhamento do conjunto das prioridades do Programa.

Abaixo estão listadas recomendações da gerência para aprimoramento do Programa:

a) incorporar variáveis da economia solidária em estatísticas oficiais, de forma a aprimorar as informações acerca do desenho e dos impactos da política;

b) A proposta de reformulação da estrutura funcional do MTE, bem como a abertura de concurso público para provimento de cargos que viriam a fortalecer a estrutura funcional da SENAES, já foram autorizadas e há tempos encontram-se próximas de sua efetivação. Essa situação de espera permanente, sem resultados concretos, tem prejudicado o planejamento e organização do trabalho que se torna dependente de fatos essenciais cuja governabilidade para sua realização está fora do âmbito e da competência direta dos executores do Programa;

c) priorizar recursos humanos, materiais e de infra-estrutura de forma a maximizar os resultados do Programa;

d) priorizar para o próximo exercício a estruturação de um Setor de Convênios na SENAES para a melhor execução desses procedimentos. No entanto, os problemas de falta de pessoal e a inconstância no calendário de liberação de recursos permanecerão como dificuldades fora da governabilidade direta.

O MP destaca que a gerência do Programa solicitou, durante a elaboração do PPA 2008-2011, a exclusão dos atuais indicadores devido à sua dificuldade de apuração. Foram inseridos os seguintes:

a) Número de Trabalhadores Inseridos Social e Economicamente por meio de Empreendimentos Econômicos Solidários;

b) Percentual de Trabalhadores da Economia Solidária que Recebem Menos de um Salário Mínimo;

c) Taxa de Participação da Economia Solidária no PIB.

Ainda é ressaltado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), que como conseqüência da construção do novo PPA, a concepção do Programa foi substancialmente modificada, tendo em vista as diretrizes discutidas e validadas pela gerência com o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Além disso, a priorização de recursos humanos, materiais e de infra-estrutura, do ponto de vista orçamentário, deve ocorrer quando da alocação dos recursos pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) do MTE, após a divulgação dos limites orçamentários pelo MP, por ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA).

ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

GERENTE DO PROGRAMA

Ruth Beatriz de Vasconcelos Vilela

OBJETIVO

Erradicar a prática de exploração do trabalho escravo.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores submetidos à condição análoga à de escravos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 13.870.182,00	Empenho Liquidado:	R$ 11.602.955,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 11.602.955,00**
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Trabalhadores Libertados - Unidade	2776.00	4273.00	3309.00	5963.00	5000.00	119,26%

1. NÚMERO DE TRABALHADORES LIBERTADOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice originalmente previsto para o indicador ao final do PPA 2004-2007 já foi alcançado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A prática de exploração de trabalho escravo persiste no País, notadamente na região amazônica, atingindo milhares de trabalhadores, o que aponta para a imediata necessidade de implementação de Programa destinado a erradicar tal prática. Após experiências acumuladas durante os anos recentes de combate a essa forma de exploração do trabalho, vislumbra-se a possibilidade de, em conjunto com outras instituições governamentais, desencadear um conjunto de ações que permitam a definitiva erradicação dessa perversa forma de exploração do trabalho humano.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Libertados 5.963 trabalhadores em condições análogas à escravidão – em 2006 foram 3.309.

a) Fiscalizadas 203 propriedades, número praticamente igual a 2006, tendo o número de ações fiscais aumentado em cerca de 10,5% - de 103 para 114;

b) Concedido seguro desemprego para 4.179 trabalhadores libertados, e pagamento de indenizações (verbas rescisórias) aos trabalhadores no valor de R$ 9.878.840,98.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa Erradicação do Trabalho Escravo é multissetorial composto por nove ações finalísticas envolvendo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Presidência da República, por meio da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), e a Justiça do Trabalho. Deste rol, podem-se destacar como ações-âncora do Programa, ou seja, fundamentais para o atendimento de seu objetivo, a fiscalização para a erradicação do trabalho escravo, o pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador resgatado, a implantação de varas de trabalho itinerantes em diversos Estados, além do atendimento ao trabalhador libertado por meio da prestação de benefícios sociais, tais como o fornecimento de documentação civil básica e a assistência jurídica.

Em 2007, foram realizadas 114 operações conjuntas do MTE, da Polícia Federal e do Ministério Público do Trabalho (MPT), que fiscalizaram 203 fazendas e libertaram 5.963 trabalhadores encontrados em situação análoga à escravidão, valendo-se de cerca de 76% da dotação estipulada na Lei Orçamentária Anual (LOA) (R$ 5.180.482,00). O montante de pagamentos de verbas rescisórias (adicional de férias, décimo terceiro, descanso semanal remunerado etc.) efetuados foi de R$ 9.878.840,98. Destaca-se, também, a concessão de assistência financeira ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo, mediante percepção de três parcelas de seguro-desemprego no valor de um salário mínimo cada. Em 2007, foram beneficiados 4.179 trabalhadores - 70% de cobertura dos trabalhadores libertados.

Regra geral, as metas físicas previstas foram atingidas, com exceção das ações de implantação da vara itinerante do trabalho no Mato Grosso (apenas três de 11 varas previstas) e de Capacitação de Recursos Humanos para a Prevenção e a Repressão ao Trabalho Escravo, sob responsabilidade da Presidência da República, tendo ambas executado 100% da dotação prevista na LOA. No caso da implantação de varas na Bahia, não houve execução orçamentária. Destaque positivo para a mesma ação regionalizada no Maranhão, onde foram implantadas sete varas de trabalho itinerante (a previsão era de apenas uma), com os recursos originais previstos na LOA, e para a ação de assistência emergencial a trabalhadores vítimas de trabalho escravo, a qual superou a previsão inicial de trabalhadores assistidos

em 33%. Lembra-se que os recursos desta ação somente são utilizados caso os empregadores flagrados pelos grupos móveis de fiscalização não paguem todos os direitos trabalhistas e o retorno dos trabalhadores ao seu local de origem. Acerca da relação da gerência do Programa com as ações sob responsabilidade de outros Ministérios, destaca-se pouca interlocução entre os órgãos, tendo sido a alocação de recursos orçamentários suficientes, porém, nem sempre sendo disponibilizadas as informações necessárias pelos coordenadores destas ações. Situação inversa ocorre com as ações desempenhadas por outras unidades do MTE, sendo a interlocução e disponibilização de informações consideradas satisfatórias.

Foram mencionados mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, quais sejam:

a) reuniões de trabalho com a presença dos coordenadores e sub-coordenadores, no mínimo, semestralmente;

b) relatório circunstanciado confeccionado pelo Auditor Fiscal responsável pela coordenação ao término de cada ação;

c) inserção dos resultados periodicamente para o acompanhamento da meta a ser atingida no Sistema de Informações Gerencias e de Planejamento (SIGPlan);

d) utilização do Sistema de Acompanhamento do Trabalho Escravo (Sisacte), banco de dados desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e doado ao MTE.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A execução do Programa depende de parceria com entidades não-governamentais (Comissão Pastoral da Terra, centros de defesa dos direitos humanos, sindicatos etc.), e possui mecanismos que promovem a participação social mediante discussão em conselho setorial no âmbito da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae). Fazem parte dessa Comissão entidades governamentais e representações da sociedade civil. De fato, a participação do conjunto de entidades públicas e da sociedade civil no acompanhamento da execução do Programa tem sido fundamental para a eficácia do Programa.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) considera necessária maior integração entre as ações do Programa, de forma que as ações de fiscalização sejam complementadas pelas ações de implantação das varas de trabalho itinerantes, capacitação de recursos humanos para a prevenção e a repressão ao trabalho escravo, bem como uma possível integração com programas geradores de emprego e renda. Assim, sugere-se a instalação do comitê gestor do Programa, de forma a otimizar as ações de combate ao trabalho escravo.

INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA

GERENTE DO PROGRAMA

Antônio Sérgio Alves Vidigal

OBJETIVO

Elevar o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho por meio da consolidação do Sistema Público de Emprego, reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhador formal dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso, aqueles a procura de postos de trabalho e empregados privados e públicos atendidos pelo abono salarial

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 17.921.917.138,00	Empenho Liquidado:	R$ 17.893.908.292,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 17.893.908.292,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Aproveitamento de Vagas - Porcentagem	-	52.00	50.00	48.00	54.23	88,51%
2. Taxa de Captação de Vagas - Porcentagem	-	14.11	14.00	14.43	14.86	97,11%
3. Taxa de Cobertura do Abono Salarial – Porcentagem	-	-	-	96.43	96.00	100,44%
4. Taxa de Cobertura do Seguro Desemprego – Porcentagem	-	-	-	74.99	62.00	120,95%
5. Taxa de Cobertura do SINE na (Re) Inserção no Mercado de Trabalho Formal - Porcentagem	-	7.34	7.00	7.00	8.6	81,39%

1. TAXA DE APROVEITAMENTO DE VAGAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A Taxa de Aproveitamento de Vagas compara o número de trabalhadores colocados com

o número de vagas captadas pelas unidades de atendimento do Sistema Nacional de Empregos (SINE). O indicador aponta o percentual de vagas coletadas pelo Sistema que foram preenchidas, caracterizando o grau de aproveitamento das vagas obtidas pelo Sistema. O índice de referência apresentado em 2003 foi de 54,2% em 2006, esse valor girou em torno de 50%, e em 2007, 48%. Analisando as variáveis da intermediação de mão-de-obra pode-se observar que no período compreendido entre 2003 a 2007, o número de vagas captadas pelos postos de atendimento do SINE aumentou 32%, enquanto o número de colocados 16%, justificando dessa forma, a queda do indicador em análise.

2. TAXA DE CAPTAÇÃO DE VAGAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O indicador Taxa de Captação de Vagas é utilizado para avaliar o percentual do número de vagas existentes no mercado de trabalho que são disponibilizadas por parte dos empregadores nas unidades de atendimento do SINE. Trata-se, dessa forma, da relação percentual entre o número de vagas captadas no Sistema com o número das admissões ocorridas em determinado período e que foram registradas no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Com isso, é possível apurar o grau de atratividade do SINE para os empregadores. O índice de referência em 2003 é de 15,9%, em 2006, o valor encontrado ficou em torno de 14% e em 2007, em 14,43%. A análise das variáveis que compõem esse indicador aponta para alta no número de vagas que foram disponibilizadas ao Sistema, indicando, com isso, esforço de maior captação de postos de trabalho para a intermediação de trabalhadores. O número de vagas captadas pelo Sistema apresentou crescimento de aproximadamente 32%, saindo de 1,56 milhão de vagas em 2003 para 2,06 milhão de vagas no período de 2007.

3. TAXA DE COBERTURA DO ABONO SALARIAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Destaca-se, como parte desse sucesso, a ação conjunta entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e os agentes pagadores, Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco do Brasil (BB), referente ao encaminhamento de mala direta, destinada aos trabalhadores com benefício emitido, mas que ainda não haviam efetuado saque.

4. TAXA DE COBERTURA DO SEGURO DESEMPREGO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A metodologia utilizada pelo CAGED foi modificada no ano de 2007, passando a considerar novas desagregações da informação sobre o tipo de desligamento no CAGED. A informação sobre a quantidade de trabalhadores demitidos sem justa causa englobava o quantitativo dos términos de contrato, o que elevava o valor dos demitidos sem justa causa. Uma vez que novas desagregações estão disponíveis, e que as variáveis 'término de contrato por prazo determinado'

e 'término de contrato' não mais serão incluídas na categoria demissão sem justa causa, tem-se uma implicação direta no Seguro Desemprego por causa da taxa de cobertura do Programa.

5. TAXA DE COBERTURA DO SINE NA (RE)INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A avaliação de desempenho possibilita ao executor verificar os impactos e benefícios sociais alcançados pelos programas, compará-los com os objetivos e metas preestabelecidos e, desse modo, corrigir eventuais distorções a partir da identificação das causas do desempenho obtido. A Taxa de Cobertura do SINE na (re)inserção no Mercado de Trabalho Formal é obtida pela comparação relativa entre o número de trabalhadores (re)colocados no mercado de trabalho por meio das unidades de atendimento do SINE e o número de trabalhadores admitidos no mercado de trabalho formal, segundo as informações do CAGED. O índice foi de 7%, sinalizando estabilização em relação ao ano de 2006. O número de trabalhadores admitidos registrados no CAGED apresentou crescimento em relação a 2006, bem como ao ano de referência, 2003. De maneira semelhante o número de colocados pelas unidades de atendimento do SINE também aumentou. No entanto, constata-se que, apesar deste crescimento, o esforço do Sistema em obter melhor resultado não foi suficientemente capaz de acompanhar o crescimento das colocações no mercado formal em igual proporção. Contudo, algumas considerações se fazem relevantes nessa análise, que nem todas as vagas que surgem no mercado de trabalho são disponibilizadas ao SINE e que as vagas captadas pelo Sistema não são exclusivas, existindo, assim, outros mecanismos de intermediação entre demandantes e ofertantes no mercado de trabalho.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Ante o cenário de rápidas mudanças tecnológicas e gerenciais, integração de mercados, aumento da competitividade e transição geográfica do emprego, percebe-se alterações estruturais importantes no mercado de trabalho brasileiro, que acarretam maior risco de desemprego involuntário. Na presente década, o aumento do tempo de desemprego que, aliado à demanda das pessoas que ingressam anualmente na População Economicamente Ativa (PEA), elevam a necessidade de ampliação da integração e articulação da intermediação de mão-de-obra com o seguro desemprego de forma a minorar os impactos do desemprego na vida do trabalhador e de seus dependentes, potencializando as oportunidades de reinserção no mercado de trabalho e de aperfeiçoamento profissional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Colocação de 980,9 mil trabalhadores no mercado de trabalho, por meio de ações de orientação profissional e intermediação de mão-de-obra, nos postos do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR) que demonstrou aumento de aproximadamente 11,7% em relação a 2006.

• Beneficiados 5,9 milhões de trabalhadores com o pagamento do seguro desemprego (crescimento de 15,7% em relação a 2006) e 13,8 milhões com o abono salarial (elevação de 24,3% em relação ao ano anterior).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa Integração de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda é implementado para atingir seu objetivo por meio de ações com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), as quais possuem como linhas gerais de atuação:

a) implantação de política de renda por meio do pagamento do abono salarial;

b) prestação de assistência ao desempregado, por meio do seguro desemprego - concedido ao dispensado sem justa causa, empregado doméstico, pescador artesanal, trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo e bolsa qualificação;

c) facilitação de vagas e profissionais para empregados e empregadores por meio dos postos do SPETR;

d) disponibilização de informações de forma a fortalecer as ações dirigidas ao SPETR, por meio da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), CAGED e Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED);

e) integração das ações de emprego por meio do Sistema Integrado de Gestão das Ações de Emprego (SIGAE);

f) identificação da população por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

Em 2007, o Programa ampliou de 41 para 60 o número de convênios celebrados com os Estados, Distrito Federal, algumas capitais e Municípios com mais de 300 mil habitantes para execução das ações de orientação profissional e intermediação de mão-de-obra, habilitação ao seguro desemprego e pesquisa de emprego e desemprego. Também houve ampliação da rede de atendimento do SPETR, que atualmente conta com 1.202 unidades de atendimento, sendo 657 informatizadas. Esse esforço contribuiu para o alcance de resultados expressivos para o Programa, principalmente no que se refere ao cumprimento das garantias constitucionais como o seguro desemprego e o abono salarial, que superaram as metas previstas em 12,7% e 30,9%, respectivamente, em função do aumento do emprego associada às altas taxas de rotatividade da mão-de-obra. Foram, ainda, identificados 5.800.943 trabalhadores com a CTPS, atingindo 92% da meta prevista. Em 2007, aumentou-se a capilaridade de atendimento em 342 novos postos, chegando ao número de 4.801 postos emissores de CTPS no País.

Houve expansão de 1,3% da rede de atendimento ao trabalhador, atualmente composta por 2.409 unidades, sendo 26,85% do MTE, 56,28% dos SINEs/Estados (unidades conveniadas com os Estados), 0,8% dos SINEs/Prefeituras (unidades conveniadas com os Municípios), e 16,14% de unidades da Caixa Econômica Federal (CEF), em caráter complementar à rede. Ainda, foi dada continuidade ao projeto de consolidação e reestruturação do SPETR. Para tanto, foram redefinidos vários processos de execução das políticas públicas de emprego, no âmbito do FAT.

Existe, no âmbito da gerência, mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações mediante:

a) reuniões de trabalho;

b) visitas *in loco* contempladas nas ações de supervisão e monitoramento, com periodicidade anual, e abrangendo todas as Unidades da Federação;

c) sistemas informatizados, pois as ações executadas no âmbito do Programa, em especial aquelas orientadas ao atendimento ao trabalhador, são ferramentas informatizadas.Isso permite o acompanhamento da condução das políticas de intermediação de mão-de-obra, seguro desemprego, como também da emissão da CTPS, dos registros administrativos e da CBO;

d) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), que permite a verificação da programação planejada em relação à executada mensalmente;

e) além de relatórios gerenciais mensais e anuais e acompanhamento semanal do comportamento físico e financeiro do Programa.

Ainda, as entidades que atuam nos serviços de intermediação de mão-de-obra encaminham até o décimo dia do mês subseqüente, o resultado de seu desempenho, por meio de relatórios de intermediação específicos, que são incluídos no Sistema Infoger, próprio do MTE. Do ponto de vista da gestão das ações, em setembro de 2007 foi disponibilizado para todos os conveniados o acesso ao módulo de gestão de Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra (SIGAE-IMO), possibilitando a emissão de inicialmente 74 relatórios pré-definidos do banco de dados do SIGAE. O aplicativo visa disponibilizar aos conveniados um forte instrumento para o gerenciamento e monitoramento das ações. Ressalta-se que cada conveniado acessa seu próprio banco de dados, e o MTE, por sua vez, tem acesso a relatórios de todos os bancos. Além dos relatórios pré-definidos, outros relatórios podem ser solicitados ao MTE, que tem acesso pleno à base de gestão, e pode gerar relatórios *ad hoc*.

De uma forma geral, o cumprimento de metas físicas superou o previsto, com exceção das ações de emissão da CTPS e da bolsa de qualificação profissional. No caso da primeira, a execução física considera a distribuição de dois modelos (manual e informatizado). Embora o quantitativo executado (5.800.943 de CTPS) esteja abaixo da meta prevista (6.300.000

CTPS), o atendimento contemplou a todos os trabalhadores que necessitaram do serviço. A diferença constatada decorre principalmente dos controles aplicados na emissão da CTPS informatizada, em suas modalidades (1ª e 2ª vias). No caso da demanda pela ação Bolsa de Qualificação Profissional, o resultado foi menor do que o esperado. O benefício depende de acordo coletivo para a manutenção do contrato de trabalho, o oferecimento de cursos de qualificação profissional e a disponibilização do seguro desemprego ao trabalhador. Esta é uma medida que visa coibir a suspensão de trabalhos em situação de crise, que posteriormente poderão ser contornados, evitando o desligamento e a posterior necessidade de contratação do trabalhador – aspectos ligados à sazonalidade acarretam oscilações nos pedidos desta modalidade de seguro desemprego.

Os recursos orçamentários executados foram considerados insuficientes. Verifica-se execução de 94% do orçamento relacionado à IMO. A não-execução total dos recursos disponíveis ocorreu, dentre outros, devido ao contingenciamento ao longo do ano, o que impediu o fechamento de mais projetos especiais. Os valores não-repassados no exercício de 2007 foram inscritos em restos a pagar, tendo em vista que a assinatura de alguns convênios ocorreu apenas no fim do ano de 2007. As parcelas remanescentes estão programadas para serem repassadas nos meses de fevereiro, abril e julho do exercício de 2008. A dotação da RAIS foi complementada com crédito suplementar no valor de R$ 2 milhões e com crédito extraordinário no valor de R$ 3.081.443,00. Para a dotação do CAGED, foram adicionados R$ 2.746.802,00 e R$ 2.903.198,00 como crédito suplementar.

Em relação aos recursos da GAP, estes foram considerados insuficientes, especialmente para cumprir o cronograma de desembolso de custeio da avaliação externa do Programa do Seguro Desemprego. Devido a restrições orçamentárias a dotação fixada foi de R$ 188.000,00 (para uma previsão interna de R$ 5,8 milhões), razão pela qual houve necessidade de serem avaliadas as prioridades de execução dos projetos previstos. Não foram implementados os seguintes Projetos destinados ao: desenvolvimento de metodologias para orientação profissional e IMO, desenvolvimento de metodologias para inserção de trabalhadores autônomos beneficiados pelo Microcrédito, e desenvolvimento de metodologias para integração das ações do SPETR. O instrumento de viabilização da Avaliação Externa do PSD foi o destaque orçamentário para Centro de Pesquisa de Opinião Pública (DATAUnB) Pesquisas Sociais Aplicadas, efetuado em dezembro de 2007. Os recursos para repasse da 1ª parcela, no valor de R$ 2.499.941,00, foram disponibilizados pela Ação de GAP Qualificação Social e Profissional, uma vez que os recursos da Ação de GAP do Programa Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda foram oferecidos pelo MTE para liberação de crédito suplementar para custeio da RAIS. A Avaliação do PSD seguiu as orientações do Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT) e tem como objetivo apresentar diagnóstico crítico da situação do Programa, verificar resultados e benefícios alcançados, comparados aos seus objetivos e, desse modo, subsidiar a correção de eventuais distorções, a partir da identificação das causas do desempenho obtido.

Em 2007, foram sentidos os efeitos da Resolução CODEFAT nº 518, de 12 de dezembro de 2006, alterada pela Resolução CODEFAT nº 520, de 14 de dezembro de 2006, que direcionou os recursos de investimento disponíveis à época para a informatização da rede

de atendimento do SINE. O número de unidades do SINE informatizadas passou a ser de 657, representando 55% do total de postos no Brasil. Apesar do avanço, pouco mais da metade dos postos estão informatizados. O MTE preocupa-se em priorizar os recursos para a constante expansão e disponibilização da informatização para o maior número de unidades de atendimento, inclusive como forma de atendimento às orientações dos órgãos de controle, no sentido de gerar eficiência nos resultados do Programa. Cabe destacar que o MTE atualmente só autoriza abertura de novas agências caso sejam informatizadas. Nesse aspecto, encontra-se em fase final de negociação junto à empresa prestadora de serviços a mudança da plataforma do sistema que atualmente é cliente/servidor (modelo que atualmente encarece a informatização das unidades) para a Plataforma *web* o que não apenas facilitará a informatização de praticamente 100% das unidades como também reduzirá os custos em sua utilização/implantação/expansão.

Ressaltam-se as dificuldades associadas ao quadro de pessoal, insuficiente para as ações sob responsabilidade da Secretária de Políticas Públicas de Emprego (SPPE). Foi aprovada, no segundo semestre de 2007, a lei que cria cargos para provimento no MTE, porém ainda depende da autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). Também há dificuldade de contratação de técnico de perfil adequado para ocupação de cargo de nível de chefia de divisão, nas atividades relacionadas aos estudos e pesquisas sobre o mercado de trabalho, acarretando enfraquecimento na equipe técnica e sobrecarga à nível de gerência. Além disso, derivada de mudanças na gestão governamental da maioria dos Estados e no Distrito Federal, muitos funcionários que trabalhavam na gerência e mesmo na operacionalização das ações descentralizadas perderam seus cargos. Essa rotatividade resultou em problemas na execução da ação, visto o natural processo de adaptação, além da necessidade de novos treinamentos e a perda de multiplicadores no âmbito operacional.

Em relação às ações com recursos descentralizados, em 2007, houve aumento no número de convênios vigentes para a descentralização da ação de intermediação de mão-de-obra, cuja execução ocorre no âmbito dos Convênios Plurianuais Únicos. Ainda, os entes executores do Programa possuem relação contratual ou de parceria, mediante a celebração de convênios com o MTE. Dessa forma, as normas contratuais e conveniadas garantem a inter-relação de informações e dados quanto à execução de cada uma das ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não realiza parcerias não-governamentais para sua execução, porém promove a participação social por meio da Ouvidoria do MTE. As mensagens recebidas são analisadas e tomadas as providências cabíveis, sendo que as reclamações relativas às unidades de atendimento do SINE são encaminhadas também às respectivas Secretarias Municipal/Estadual de Trabalho. Discussão em conselho setorial: a condução das políticas públicas de emprego, trabalho e renda são orientadas pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo, que atua como gestor do FAT. O CODEFAT foi o responsável pelo estabelecimento dos critérios para o reconhecimento das comissões de emprego estaduais, distrital ou municipais. Tratou-se

de um passo adiante na consubstanciação da participação da sociedade organizada na administração do SPETR, conforme prevê a Convenção nº 88 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Atualmente, existem 27 comissões estaduais, homologadas pelo CODEFAT e 3.712 comissões municipais, sendo 3.101, homologadas, ou 66,7% do total de Municípios existentes.

A gerência do Programa informa que é preciso inserir indicador que busque avaliar a efetividade do serviço prestado em determinados grupos vulneráveis do mercado de trabalho. É o caso de jovens entre 16 e 24 anos e com escolaridade até 2º grau, trabalhadores com mais de 40 anos e com escolaridade de, no máximo, primeiro grau incompleto, e mulheres com escolaridade de até segundo grau. E ainda, deve-se priorizar recursos humanos, materiais e de infra-estrutura de forma a maximizar os resultados do Programa.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) ressalta que não foi solicitada a alteração/inclusão de indicadores no momento da elaboração do PPA 2008-2011, de forma que eventuais modificações deverão ser objeto da revisão do Plano em 2009. E ainda, destaca-se que a priorização de recursos humanos, materiais e de infra-estrutura, do ponto de vista orçamentário, deve ocorrer quando da alocação dos recursos pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MTE, após a divulgação dos limites orçamentários pelo MP, por ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO

GERENTE DO PROGRAMA

André Peixoto Figueiredo Lima

OBJETIVO

Apoiar e estimular o microcrédito produtivo orientado, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento em âmbito local.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R$ 60 mil

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.500.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.127.000,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.127.000,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 771.958.518,12	R$ 795.966.174,00	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número-Índice da Quantidade de Operações de Microcrédito Produtivo Orientado – Número-índice	-	-	-	156.85	125.00	125,48%
2. NúmeroÍndice do Volume de Crédito Concedido para Microcrédito Produtivo Orientado – Número-índice	-	-	-	170.99	123.00	139,02%

1. NÚMERO-ÍNDICE DA QUANTIDADE DE OPERAÇÕES DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A elevação do número de contratos vinculados ao microcrédito produtivo orientado, ocorrido no ano de 2007, foi influenciada pelas boas notícias oriundas da macroeconomia: queda dos juros básicos da economia, elevação da renda e das linhas de crédito disponíveis e o aumento do Produto Interno Bruto (PIB), aliado ao aumento do número de instituições habilitadas ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

2. NÚMERO-ÍNDICE DO VOLUME DE CRÉDITO CONCEDIDO PARA MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O aumento de recursos destinados ao microcrédito produtivo orientado, ocorrido no ano de 2007, deve-se também às boas notícias oriundas da macroeconomia, conforme citado anteriormente, associado à maior oferta de recursos direcionada ao microcrédito, aliado ao aumento do número de instituições habilitadas ao PNMPO.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O microcrédito produtivo orientado é considerado instrumento essencial para a inclusão social e o combate à pobreza, bem como uma ferramenta relevante de política pública. Por esta razão, a existência do PNMPO, por meio da Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, ofertando recursos em condições compatíveis com a realidade dos empreendimentos de pequeno porte, por meio de uma rede de instituições especializadas na concessão de crédito assistido, ou seja, com a orientação técnica necessária ao desenvolvimento sustentável destes empreendimentos, constitui instrumento fundamental para ampliar a geração de trabalho e renda.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realizados 963.459 contratos de microcrédito no ano de 2007, simbolizando acréscimo anual de 16,24%, e aplicado o montante de R$ 1,1 bilhão, representando crescimento de 32,29%, em relação a 2006.

- O Programa finalizou o ano com 252 instituições habilitadas, acréscimo de 16,66% em relação ao ano anterior, concentradas, principalmente, nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O PNMPO é voltado para a produção, combinando apoio técnico e financeiro. Utiliza metodologia baseada no relacionamento direto de um agente de crédito com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, sendo o valor e as condições dos créditos definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador. A Lei 11.110/2005 preconiza que o Programa conta com duas fontes de recursos, uma do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), por meio dos bancos públicos federais, e outra de parte dos depósitos a vista, 2% da exigibilidade, que os bancos públicos e privados têm de recolher ao Banco Central constituindo, assim, o *funding* para as instituições de microcrédito.

Em 2007, o Programa ainda operou sob a estrutura antiga de evidenciar apenas as ações não-orçamentárias do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e do FAT. Entretanto, em razão do processo de elaboração do PPA 2008-2011, o Programa foi reestruturado de forma a evidenciar todos os bancos públicos que operam com essa modalidade de crédito, quais sejam: Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco da Amazônia (BASA) e BNB.

O Programa ainda apresenta duas ações orçamentárias: Gestão e Administração do Programa e Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito – esta, de suma importância, pois visa desenvolver projetos de desenvolvimento institucional – inclusive para capacitação técnica e apoio à gestão e ao desenvolvimento das instituições de microcrédito, já que são essas entidades as responsáveis por fazer um levantamento sócio-econômico do empreendimento e por acompanhar e orientar o empreendimento durante o tempo de crédito ativo.

Destaca-se a realização das oficinas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), fruto do convênio do MTE com o BNDES, e que contou com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O trabalho envolveu mais de 40 Instituições de Microfinanças, cerca de 400 participantes, com custeio das despesas com passagens, diárias, bem como todo o apoio logístico, técnico e administrativo necessários à sua realização efetuado pela coordenação do PNMPO. Cita-se, também, a realização, em setembro de 2007, do Seminário do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado, patrocinado pelo PNMPO.

Com relação à utilização de 70% da dotação orçamentária específica da ação do PDI, não houve informações quanto à contrapartida da meta física realizada. Além disso, apesar da utilização de cerca de 75% da dotação somando-se as duas ações orçamentárias do Programa, informou-se que diversas demandas não foram atendidas em razão da impossibilidade de repasse direto. Dessa forma, alternativamente, a gerência do PNMPO optou por direcionar recursos financeiros para a execução de políticas públicas por meio do Plano Nacional de Qualificação, através do Plano Setorial de Qualidade-Microcrédito (PlanSeQ-Microcrédito).

O registro das metas físicas e financeiras do PNMPO no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) demonstra que seu desempenho é, em grande medida, reflexo das ações do BNB. De fato, dos 963.459 contratos, cerca de 85% foram firmados pelo BNB e, dos R$ 1,1 bilhão emprestados, aproximadamente 72% foram por meio desta instituição. Salienta-se que o Crediamigo, do BNB, é a maior iniciativa de microcrédito produtivo orientado da América do Sul e a segunda da América Latina - com 170 agências, 34 postos de atendimento e 1.333 assessores, o Crediamigo leva o microcrédito a 1.435 Municípios localizados nos Estados do Nordeste, no norte de Minas Gerais e do Espírito Santo e Brasília. Houve um pequeno registro das metas físicas e financeiras com recursos da fonte do FAT, reforçando o entendimento de que a procura dos bancos públicos por esta fonte tem sido pequena devido aos juros elevados quando comparados a outras linhas disponíveis no mercado.

A gerência do Programa monitora o desempenho físico das ações mediante:

a) reuniões internas e do Comitê Interministerial do PNMPO que é composto pelo MTE, Ministério da Fazenda (MF) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);

b) visitas *in loco* realizadas de forma a monitorar o desempenho das instituições habilitadas ao PNMPO;

c) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), que permite a verificação da programação planejada em relação à executada mensalmente;

d) relatórios de gestão que integram os processos de prestações e tomadas de contas anuais;

e) banco de dados informatizado mediante análise, acompanhamento e monitoração das informações repassadas pelas instituições habilitadas ao Programa.

Cita-se a quantidade inadequada de recursos humanos, devido ao fato de a equipe do PNMPO ser formada por terceirizados e comissionados, não possuindo nenhum servidor efetivo. A inexistência de servidores de carreira acarreta, inevitavelmente, perda de memória do Programa e sugere sua descontinuidade. Ressalte-se que o Programa também não conta com a figura do gerente, pois ainda aguarda sua vinculação a uma secretaria finalística do MTE.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social mediante a Ouvidoria do MTE, além da promoção e participação de seminários e eventos realizados em todo o País, de forma a estimular os representantes do setor a debater temas relevantes para o segmento. Tal esforço resultou na construção e implantação do plano de contas para as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) de microcrédito, o diagnóstico setorial, a oficina de governança e o Marco Legal, bem como a discussão e implementação do PlanSeQ-Microcrédito, que capacita 3.400 empreendedores na área de gestão, atendendo 229 instituições localizadas em 17 Estados.

A gerência ressalta a necessidade de priorizar inserção de servidores efetivos no quadro gerencial.

A seguir estão propostas do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MP) para melhoria da gestão do Programa:

a) desenvolver metodologia de mensuração da satisfação dos beneficiários do Programa;

b) apurar a meta física da Ação Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito;

c) alocar o Programa em uma unidade finalística do MTE;

d) fortalecer a gestão do Programa mediante atuação tempestiva entre sua gerência e os coordenadores das ações nos bancos;

e) estimular sua interface com outros programas do Governo Federal, de forma a otimizar os recursos públicos destinados à geração de trabalho e renda, bem como a redução da desigualdade social;

f) validar a mudança na concepção do Programa em decorrência do processo de elaboração do PPA 2008-2011, tornando o PNMPO objeto de oficina específica de planejamento, baseada na metodologia de modelo lógico, no primeiro semestre de 2008.

PRIMEIRO EMPREGO

GERENTE DO PROGRAMA

Antônio Sérgio Alves Vidigal

OBJETIVO

Inserir jovens no mercado de trabalho, facilitando a obtenção do seu primeiro emprego.

PÚBLICO-ALVO

Jovens de 16 a 24 anos, desempregados, precariamente ocupados ou que procuram o primeiro emprego

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 120.996.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 100.692.478,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 100.692.478,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Participação relativa de jovens do Programa Primeiro Emprego (PNPE) no total de admissões – Porcentagem	-	-	24.87	8.04	19.80	40,61%

1. PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE JOVENS DO PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO - PNPE NO TOTAL DE ADMISSÕES

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O número de jovens inseridos no mercado de trabalho pelas ações do PNPE tem crescimento considerável de ano para ano. Apesar desse crescimento, não foi possível alcançar o índice previsto no PPA 2004-2007. No momento da realização do referido PPA, as metas para o Programa eram superestimadas, pois se contava com a execução total da Ação 0688 Estímulo Financeiro ao Empregador para Geração do Primeiro Emprego Destinado a Jovens. Tal ação, até pelo seu desenho, obteve ao longo do período baixa adesão por parte dos empresários, reduzindo assim as metas iniciais de inserção. A execução física deveu-se em grande parte às ações dos Consórcios Sociais da Juventude, Juventude Cidadã e Empreendedorismo Juvenil.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As taxas de desemprego juvenil registradas no Brasil têm se mantido em patamares equivalentes ao dobro das taxas encontradas entre a população adulta. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2003, enquanto a taxa de desemprego da população total variou em torno de 9%, o desemprego juvenil chegou a 18% para os jovens entre 16 e 24 anos. Resultados similares são encontrados na Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE e também na Pesquisa de Emprego e Desemprego do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos em parceria com o Sistema Estadual de Análise de Dados (Dieese/Seade), ambas realizadas em regiões metropolitanas. Tal situação torna a criação de políticas públicas para o enfrentamento dessa realidade uma necessidade prioritária e essencial. Entretanto, quando se volta a atenção principalmente para os jovens de baixa renda e baixa escolaridade, verifica-se que a inexistência de experiência profissional prévia não é o único fator que contribui para a dificuldade de inserção no mundo do trabalho. A baixa qualificação social e profissional desses jovens também se coloca como um empecilho à obtenção de postos de trabalho. Dada a extensão do problema, uma série de ações articuladas é necessária para garantir uma melhor qualificação e futura inserção no mundo do trabalho para estes jovens:

a) parcerias com governos e entidades da sociedade civil para oferecer cursos de qualificação;

b) parcerias com empresas para contratação dos jovens;

c) inserção comunitária do jovem via prestação de serviço civil voluntário;

d) fornecimento de capacitação gerencial e crédito para futuros empreendedores;

e) intermediação de empregos com foco específico no público-alvo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em 2007, o número de convênios assinados foi o maior desde a criação do Programa, em 2003. Com a mudança na direção do Ministério e do departamento responsável pelo Programa, foi implementada uma política de expansão das ações, o que levou a efetivação de 72 convênios com Estados, Municípios e entidades da sociedade civil sem fins lucrativos. Os referidos convênios atenderão 147.076 jovens, com meta de inserção no mercado de trabalho de 44.243 jovens. Os convênios foram assinados em dezembro e tiveram início em janeiro de 2008. Em 2007, houve também o encerramento de 13 convênios assinados em dezembro de 2006 e realizados ao longo de 2007. Esses convênios tinham como metas de qualificação de 18.520 e de inserção de 5.556 jovens.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

O Programa atua por meio de:

a) Consórcios Sociais da Juventude, constituídos por entidades e/ou movimentos da sociedade civil organizada, que atuam junto à juventude, em ações de qualificação ou de inserção do jovem no mercado de trabalho;

b) Juventude Cidadã, antigo Serviço Civil Voluntário, por meio de parcerias com as Secretarias de Trabalho dos Estados e Prefeituras;

c) Empreendedorismo Juvenil, o qual visa estimular e fomentar a geração de oportunidades de trabalho, negócios, ocupação, inserção social, organização, cooperação e visão empreendedora da juventude brasileira, estabelecendo parcerias com instituições nacionais.

Os convênios são monitorados pelos técnicos do departamento através de visitas *in loco*, para acompanhamento da qualificação e inserção dos jovens no mundo do trabalho, e sistema informatizado, para acompanhamento e pagamento do auxílio financeiro aos jovens que prestam serviço voluntário no período de qualificação.

Em relação ao cumprimento de metas físicas, relatou-se execução física de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA 2007), sendo os recursos orçamentários executados considerados insuficientes. Assim, para atender ao número de jovens dos convênios efetivados em dezembro seria necessário que o orçamento para o ano de 2007 fosse três vezes maior que o efetivamente liberado. Dos convênios assinados, foi paga uma parcela, ficando as outras duas para serem pagas com o orçamento de 2008, através de termo aditivo.

No âmbito do Programa, destaca-se o incentivo à aprendizagem, pois é uma preparação para o mundo do trabalho a ser utilizada em favor da juventude mais vulnerável e por ser uma ampla porta de entrada no mercado formal de trabalho. A aprendizagem contempla três funções:

a) a fiscalização do cumprimento das cotas de contratos a que estão submetidas médias e grandes empresas, em cumprimento à Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, de responsabilidade dos auditores fiscais do trabalho, coordenados pela Secretaria de Inspeção do Trabalho;

b) as parcerias, com destaque para a celebração de acordo com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e o Serviço Nacional da Indústria (Senai) para desenvolvimento do Programa corporativo de aprendizagem;

c) o estabelecimento do protocolo de intenções com a Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria (Abip) visando a elaboração do projeto Fornada de Novos Talentos, que inclui a formação e a qualificação sócio-profissional

de jovens de baixa renda em programa de aprendizagem profissional, de forma a atender a demanda de mão-de-obra qualificada do setor.

Os recursos materiais e de infra-estrutura foram considerados adequados para a implementação do Programa, porém cita-se número insuficiente de técnicos para atendimento de todas as etapas das ações, principalmente o monitoramento dos convênios. Ainda, as restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto foram o contingenciamento orçamentário e a dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais suplementares.

Em relação às ações com recursos descentralizados, afirma-se que foram executadas de acordo com o orçamento disponível, e que existe bom relacionamento entre o MTE e os governos estaduais, as prefeituras e as entidades da sociedade civil que são executores das ações do Primeiro Emprego. Entretanto, revela-se inadequação entre a coordenação da ação executada pelo Ministério da Integração Nacional (MI) e a gerência do Programa, por deficiência na integração entre os Ministérios. A ação de regularização do trabalho de adolescentes, realizada pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), teve a meta física estabelecida para 2007 em 139.801, muito acima da meta estabelecida para 2006 (20.000) e do resultado alcançado neste mesmo ano (43.778 adolescentes regularizados). Aponta-se impropriedade quanto ao dimensionamento da meta física desta ação, pois o orçamento disponível para 2007 (R$ 300.000,00) foi superior em 33% ao de 2006 (R$ 200.000,00) enquanto a meta física prevista aumentou praticamente em 600%.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui ações que são realizadas em parceria com entidades não-governamentais. As entidades executam as ações de acordo com o conveniado e, dos 99 convênios firmados desde a criação do Programa, somente três não conseguiram cumprir as metas acordadas e tiveram que devolver recursos, em apenas um foi feita tomada de contas especial. Além disso, o Programa possui mecanismos que promovem a participação social mediante audiências públicas para escolha da entidade âncora dos Consórcios Sociais da Juventude, além de estimular a prestação de serviço voluntário nas comunidades durante o período de qualificação.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários no encerramento dos convênios, quando os jovens são conclamados a prestar depoimento em relação ao aproveitamento da qualificação recebida, e as conseqüências em decorrência da participação no Programa.

A gerência do Programa considera necessário adequar a meta física da ação de fiscalização do trabalho de adolescentes, de forma a compatibilizá-la à sua real execução.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) ressalta que, apesar de o relatório ter feito menção ao cumprimento de quase totalidade das metas físicas previstas na LOA 2007, sua execução, de acordo com dados do SIGPlan, foram: 70% para a ação de qualificação; 40% para a ação de concessão de auxílio-financeiro; 34% para a ação de fiscalização do trabalho de adolescentes; 4,5% para a ação de estímulo financeiro ao empregador.

Entende-se que a própria dinâmica de gestão dos convênios dificulta a apuração dos resultados por exercício, pois grande parte destes são assinados no final do ano, e sua execução ocorre no exercício posterior. Em termos orçamentários, o Programa executou 83,2% da dotação prevista (R$ 100,7 milhões dos R$ 120,9 previstos). No que concerne aos restos a pagar, a relação sobe para 93,9% (R$ 24,7 milhões dos R$ 26,3 previstos).

O MP ainda ressalta o fato de que o Programa foi excluído para o PPA 2008-2011, pois se optou por concentrar os esforços das várias políticas públicas voltadas para o público jovem no Programa ProJovem. Assim, as iniciativas Consórcios Sociais da Juventude, Juventude Cidadã e Empreendedorismo Juvenil continuarão a ser executadas, porém, no âmbito do ProJovem. A ação de fiscalização do trabalho de adolescentes foi migrada para o Programa Rede de Proteção ao Trabalho, do próprio MTE.

QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

GERENTE DO PROGRAMA

Antônio Sérgio Alves Vidigal

OBJETIVO

Promover a qualificação social, ocupacional e profissional do trabalhador articuladas com as demais ações de promoção da integração ao mercado de trabalho e de elevação da escolaridade.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores que necessitem de qualificação ou requalificação profissional para sua inserção no mercado de trabalho ou manter seus empregos e pessoas que desejem abrir negócio próprio

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 120.609.509,00	Empenho Liquidado:	R$ 86.156.818,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 86.156.818,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Carga Horária Média por Pessoa Qualificada – Hora	-	130.94	192.33	197.54	200.00	98,77%
2. Número-Índice de Cobertura Relativa da População de Baixa Escolaridade – Número-índice	-	94. 00	95.00	92.31	95.00	97,17%
3. Número-Índice de Cobertura Relativa da População de Jovens (16 a 24 anos) – Número-índice	-	214.00	200.00	219.38	200.00	109,69%
4. Número-Índice de Cobertura Relativa da População de Mulheres – Número-índice	-	126.00	147.00	140.86	135.00	104,34%
5. Número-Índice de Cobertura Relativa da População de Não Brancos – Número-índice	-	131.00	116.00	104.30	165.00	63,21%
6. Taxa de Encaminhamento Pós-Qualificação ao Mundo do Trabalho - Porcentagem	-	87.50	93.74	88.50	85.00	104,12%
7. Taxa de Integração das Políticas de Qualificação às Políticas Públicas de Trabalho, Desenvolvimento e Inclusão Social - Porcentagem	-	-	64.00	64.42	80.00	80,53%

1. CARGA HORÁRIA MÉDIA POR PESSOA QUALIFICADA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A carga horária média dos cursos de qualificação permite aferir a quantidade de horas despendidas à qualificação dos beneficiários do Programa, de forma a indicar um caminho de sucesso no que concerne à qualidade pedagógica dos cursos, pois uma carga horária adequada permite a incorporação de conteúdos básicos e específicos, além de práticas, quando necessário. Dessa forma, a partir do resultado alcançado, de uma carga horária média de 197,54 horas, pode-se inferir um resultado positivo quanto à qualidade pedagógica dos cursos.

2. NÚMERO-ÍNDICE DE COBERTURA RELATIVA DA POPULAÇÃO DE BAIXA ESCOLARIDADE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O resultado quanto ao atendimento à população de baixa escolaridade está aquém do esperado, entretanto, historicamente, existe uma dificuldade de voltar o atendimento das políticas públicas a essas pessoas. O Programa de Qualificação Social e Profissional (PQSP) tem como meta o estabelecimento de parcerias para a questão de elevação de escolaridade dos educandos participantes dos cursos de qualificação, bem como a priorização dessa população, por meio de termo de referência a ser desenvolvido no primeiro semestre de 2008, de forma a apresentar estratégias para incorporar cada vez mais as pessoas com menos escolaridade nos cursos de qualificação.

3. NÚMERO-ÍNDICE DE COBERTURA RELATIVA DA POPULAÇÃO DE JOVENS (16 A 24 ANOS)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O PQSP tem como premissa priorizar a parcela da população considerada em situação de vulnerabilidade social frente a outros públicos. Dessa forma, tendo em vista a situação dos jovens e sua dificuldade de inserção no mercado de trabalho brasileiro, principalmente, quanto ao primeiro emprego, estes se caracterizam como público preferencial de acesso aos cursos de qualificação. Para tanto, tem-se como base o percentual de participação desse público na População Economicamente Ativa (PEA). Dessa forma, pode-se inferir, a partir do resultado apresentado, que este indicador atendeu aos seus propósitos, pois superou em 119,38% a participação dos jovens na PEA.

4. NÚMERO-ÍNDICE DE COBERTURA RELATIVA DA POPULAÇÃO DE MULHERES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O PQSP tem como premissa priorizar a parcela da população considerada em situação de vulnerabilidade social frente a outros públicos. Dessa forma, tendo em vista a situação

das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, principalmente, quanto à baixa renda se comparada a dos homens, elas se caracterizam como público preferencial de acesso aos cursos de qualificação. Para tanto, tem-se como base o percentual de participação desse público na PEA acima de 16 anos. Dessa forma, pode-se inferir, a partir do resultado apresentado, que este indicador atendeu aos seus propósitos, pois superou em 40,86% a participação das mulheres na PEA acima de 16 anos.

5. NÚMERO-ÍNDICE DE COBERTURA RELATIVA DA POPULAÇÃO DE NÃO-BRANCOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O PQSP tem como premissa priorizar a parcela da população considerada em situação de vulnerabilidade social frente a outros públicos. Dessa forma, tendo em vista a situação das populações negra, parda e indígena no mercado de trabalho brasileiro, principalmente quanto à dificuldade de inserção no mercado de trabalho e a baixa renda se comparada aos demais, os afro-descendentes e índio-descendentes se caracterizam como público preferencial de acesso aos cursos de qualificação. Para tanto, tem-se como base o percentual de participação desse público na PEA. Dessa forma, pode-se inferir, a partir do resultado apresentado, que este indicador atendeu aos seus propósitos, pois superou em 4,30% a sua participação na PEA.

6. TAXA DE ENCAMINHAMENTO PÓS-QUALIFICAÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:
Este indicador quantifica os beneficiários das ações de qualificação que foram encaminhados pelas entidades executoras dos cursos ou a um posto de intermediação de mão-de-obra, ou a uma empresa específica, ou a uma associação, ou a algum posto de trabalho por meio da Entidade Executora, ou a cooperativas, associações produtoras ou micro empresas. Nesse contexto, o resultado para o indicador foi positivo, pois mais de 85% dos educandos desocupados participantes dos cursos de qualificação foram intermediados ao mundo do trabalho após concluírem os cursos de qualificação.

7. TAXA DE INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O PQSP, a partir do agrupamento de seus públicos, tem como meta a priorização de públicos específicos. Para o cálculo deste indicador são considerados os públicos caracterizados como componentes da integração do PQSP com outras políticas públicas de trabalho, desenvolvimento e inclusão social. Entretanto, os públicos são definidos de forma territorializada, ou seja, cada Unidade da Federação ou Município tende a focalizar os públicos a serem atendidos de acordo com as características de sua população e das necessidades do mercado de trabalho local. Dessa forma, o resultado deste indicador,

apesar de estar abaixo do índice previsto, não indica um resultado negativo, mas aponta para a necessidade de revisão dos públicos a serem considerados prioritários.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O mercado de trabalho nacional caracteriza-se por um alto grau de desigualdade de oportunidades de trabalho, emprego e renda. As populações mais vulneráveis, entendidas como grupos sociais submetidos à discriminação de gênero, raça/etnia ou que apresentam baixa escolaridade e/ou renda, são as mais fortemente impactadas, sendo a taxa de desemprego metropolitano manifestamente desfavorável às mulheres e aos jovens.
Tais características estruturais demandam, para ser superadas, uma maior possibilidade de acesso à educação continuada em associação estreita com outras ações e políticas de Governo voltadas para a elevação da escolaridade e do desenvolvimento sócio-econômico local, regional e nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Qualificação de 117.498 trabalhadores.

- Encaminhamento de 88,5% dos educandos pós-qualificação ao mundo do trabalho.

- Cobertura de cerca de 64,4% de pessoas, pela qualificação, oriundas de outros programas governamentais voltados para a geração de emprego, trabalho, renda e inclusão social.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

O Programa Qualificação Social e Profissional (PQSP) contribui para promover a integração das políticas e ações vinculadas ao emprego, ao trabalho, à renda e à educação, por meio da qualificação social e profissional e da certificação do trabalhador, com vistas a possibilitar seu acesso e permanência no mundo do trabalho. A execução das ações do Programa ocorre de forma descentralizada, por meio de Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs) estabelecidos em convênios com Estados, Municípios com mais de 300 mil habitantes e consórcios municipais, que se responsabilizam pela articulação das demandas de qualificação e pela contratação de entidades executoras e também mediante Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQs) estabelecidos em convênios com entidades de educação e qualificação profissional com reconhecida competência e experiência.

A meta física do Programa constante da LOA 2007 era de 128.104 trabalhadores qualificados. As metas físicas foram internamente revistas em consonância ao contingenciamento orçamentário-financeiro inicial do PQSP, sendo redimensionadas para 108.511 trabalhadores qualificados. Ao longo de 2007 com o aumento dos limites

orçamentário-financeiro do PQSP para a realização das ações de qualificação, a execução física (considerando os qualificandos em curso) ficará próxima da meta inicial prevista no orçamento de 2007. Isso em decorrência dos convênios que foram firmados no decorrer da execução visando ao comprimento da meta física constante do PPA. Os convênios firmados somam o total de 124.433 trabalhadores nos Planos de Trabalho pactuados, sendo 108.511 com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e 15.932 com recursos provenientes de contrapartida prevista nos convênios.

Em relação à sua transversalidade, dentre os públicos prioritários para fins de aplicação dos recursos disponíveis ao PQSP tem-se os trabalhadores (as) beneficiários(as) de políticas afirmativas, tanto pelo enfoque de gênero quanto pelo enfoque de etnia, os trabalhadores(as) domésticos(as) e os trabalhadores(as) de populações tradicionais étnicas (quilombolas, indígenas etc.).

Além da priorização por público específico, para a seleção dos participantes em todas as ações de qualificação social e profissional no âmbito do PNQ, independentemente do público para a qual esteja especificado, as convenentes devem, atendendo ao disposto no § 1º, do Art. 8º, da Resolução nº. 333/2003 do CODEFAT, prover preferência de acesso às pessoas mais vulneráveis economicamente e socialmente, particularmente os trabalhadores/as com baixa renda e baixa escolaridade e populações mais sujeitas às diversas formas de discriminação social e, conseqüentemente, com maiores dificuldades de acesso a um posto de trabalho (desempregado de longa duração, afro-descendentes, índio-descendentes, mulheres, jovens, portadores de deficiência e outras), tendo como referência a proporção dessas populações na População Economicamente Ativa (PEA).

Em relação ao monitoramento sobre o desempenho físico das ações, as ações de supervisão são realizadas por equipe técnica do MTE, com apoio das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTEs). Tais supervisões ocorrem por meio de visitas nas entidades conveniadas, nas entidades executoras contratadas para a realização dos cursos, e, *in loco*, nas turmas em que os cursos estão ocorrendo. Os resultados das ações dessas supervisões, realizadas em 2007, são consolidados em relatórios de supervisão. Foram realizadas, em 2007, 37 supervisões operacionais nos convênios firmados no âmbito do PQSP. Além disso, o monitoramento do PNQ tem como ferramenta de apoio o Sistema de Gestão das Ações de Emprego (SIGAE), que se encontra em processo de redefinição. O SIGAE apresenta controles rígidos para a supervisão direta do MTE em todos os projetos e as ações de qualificação desenvolvidas no âmbito do PNQ. A partir do SIGAE é possível aferir o resultado dos indicadores do PQSP, bem como acompanhar as metas físicas e financeiras e monitorar a execução dos contratos que são estabelecidos no âmbito dos convênios firmados para a execução do programa.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes. Estes perfizeram o total de R$ 120.422.509. Entretanto, o esforço fiscal do Governo Federal implicou redução na disponibilidade orçamentária do Programa, estabeleceu-se como limite de empenho o valor de R$ 86.476.933,00 que corresponde a 71,81% do montante previsto na LOA. Do limite de empenho, o MTE empenhou R$ 85,9 milhões, que corresponde a 99,41% do limite para empenho. Referente aos pagamentos efetuados no âmbito dos convênios

firmados para a execução das ações tem-se que R$ 64,3 milhões foram efetivamente pagos até 21.01.2008, segundo informações constantes do Siafi gerencial.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. O CODEFAT instituiu a Resolução nº 558, de 22 de maio de 2007, que ampliou, em caráter excepcional, o prazo para execução das ações de qualificação social e profissional para até abril de 2008. Dessa forma, ficou garantida a continuidade da execução dos cursos previstos. Tal prorrogação foi necessária devido ao repasse de recursos ter ocorrido somente a partir de junho de 2007, e a execução dos cursos de qualificação requerer processo de seleção e contratação das entidades executoras, conforme normativo constante da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, além da necessidade de cumprimento de uma carga horária média de 200 horas para os cursos, sendo requerido para alguns cursos carga horária superior a 200 horas.

Há quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial, pois para desenvolver todas as ações previstas no Programa, o MTE dispõe de uma estrutura enxuta, que busca articular as três funções essenciais: qualificação social e profissional, certificação, e orientação profissional. As ações de análise de projetos e procedimentos para firmar convênios, acompanhar convênios, e prestar contas requerem uma quantidade de recursos humanos superior a disponível. Frisa-se, ainda, que há morosidade dos convenentes quanto ao envio de documentação e informações em tempo hábil para as tomadas de decisão do Ministério. Além disso, os convenentes não analisam de forma adequada as cláusulas constantes dos convênios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução, pois historicamente as organizações não-governamentais (ONGs) têm atuado de forma complementar aos Estados e Municípios, desenvolvendo suas atividades de acordo com as normas legais constantes dos Termos de Convênio, tendo seu desempenho sido avaliado de maneira positiva, tanto no cumprimento das metas, quanto na execução físico-financeira das atividades. Em referência às dificuldades, cumpre destacar a inexistência de processos legais com critérios objetivos e transparentes para a seleção das referidas ONGs para conveniamento.

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social por meio da Ouvidoria do MTE, que encaminha questionamentos e denúncias sobre a política pública de qualificação, que são analisadas e respondidas prontamente pela equipe gestora do PQSP. Também, quando da execução de Planos Setoriais de Qualificação, viabilizados a partir de convênios firmados com entidades sem fins lucrativos, as ações são planejadas no âmbito de uma Comissão de Concertação, formada em audiência pública, com representações do Governo, trabalhadores e empregadores (tripartite). No que tange aos Planos Territoriais de Qualificação, viabilizados a partir de convênios com Estados e Municípios com mais de 300 mil habitantes, as ações são planejadas no âmbito das Comissões Estaduais/Municipais de Emprego, que são de caráter tripartite e paritário, cabendo a estas a missão de aprovar os planos que serão apresentados ao MTE para conveniamento.

A participação social, por meio das audiências públicas, formação das Comissões de Concertação ou por meio dos Conselhos Estaduais e Municipais, contribui para a priorização das ações a serem executadas ainda na fase de planejamento, abordando sua forma de desenvolvimento. Assim, tal participação é fundamental para a consolidação da política pública de qualificação.

Em que pese a existência de aplicação de questionários aos beneficiários do Programa, não há sistematização nacional das respostas de forma a apresentar resultados objetivos para a melhoria no desenvolvimento das ações realizadas pelas entidades executoras. Entretanto, tais resultados são aplicados pelas entidades executoras a todos os educandos do Programa e servem como balizador para a melhoria de seus cursos.

Em termos de boas práticas, destaca-se que a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) atua de forma integrada com as demais secretarias/setores integrantes da estrutura do MTE. O Convênio Plurianual único consolidou em um só convênio políticas distintas desenvolvidas no âmbito da SPPE (qualificação, intermediação de mão-de-obra, habilitação do seguro-desemprego e informações sobre o mercado de trabalho), ampliando, dessa forma, a probabilidade de execução de ações integradas. O Sistema de Gestão de Ações de Emprego (SIGAE) consolidou-se em um sistema de referência para políticas públicas, no âmbito da qualificação. O sistema funciona totalmente online, e incorpora funções de planejamento, acompanhamento, monitoramento e prestação de contas. A esse sistema atribui-se a maior parte dos controles rígidos no que concerne ao monitoramento dos convênios.

A gerência enfatiza a necessidade de foco nas ações não somente nos públicos, mas nas linhas de atuação do Programa, que são quatro:

a) projetos especiais de qualificação;

b) planos voltados a setores econômicos específicos;

c) planos voltado ao atendimento de púbicos vulneráveis sócio e economicamente;

d) planos em âmbito territorial.

Ademais, inexiste uma ação que contemple o acompanhamento e parametrização das ações de qualificação social, profissional e ocupacional dos trabalhadores/as, de forma a criar uma pluralidade de políticas e ações, permitindo assim, comparar dados, concentrar os esforços, reduzir custos, analisar as experiências exitosas e disseminá-las em todo o Território Nacional.

Priorizar a quantidade de recursos humanos na equipe gerencial, de forma a otimizar os procedimentos adequados de análise e acompanhamento dos convênios e a devida prestação de contas.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que em 2007, o Programa foi objeto de oficina específica, baseada na metodologia do Modelo Lógico, de forma a analisar e validar, pela gerência, seu desenho para o PPA 2008-2011. Na ocasião, foram detalhadas as ações dos PlanSeQs, PlanTeQs e de acompanhamento e parametrização de Sistemas Públicos, Privados e Paraestatais de Qualificação Social e Profissional.

O MP ressalta ainda que a execução das ações de certificação profissional e disseminação de metodologias sociais ficou muito aquém do planejado, demonstrando necessidade de avaliação quanto à sua implementação. Além disso, a taxa de integração das políticas permaneceu estável nos dois últimos anos, sugerindo a necessidade de revisão acerca da capacidade de articulação do Programa com políticas públicas complementares de geração de emprego e renda.

Observa-se também que apesar de mais de 88% dos educandos desocupados terem sido encaminhados para o preenchimento de vagas, após concluírem os cursos de qualificação em 2007, houve queda relativa em comparação a 2006, quando a taxa alcançou 93,7%. Deve-se atentar para a hipótese de um aspecto meramente conjuntural ou de necessidade de resposta mais incisiva por parte do MTE de forma a garantir a integração das ações de qualificação e intermediação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.

O MP ressalta que o índice do indicador da participação relativa de não-brancos nos cursos de qualificação deve servir de alerta, já que apresenta queda considerável desde sua primeira apuração, em 2004, passando de 131,0 para 104,3. Assim, apesar de o índice do indicador demonstrar a superação em 4,30% da participação de não-brancos na PEA, decaiu quase 21% quando comparado a 2004. Também houve queda quanto ao índice do indicador voltado para as mulheres, passando de 147,00, em 2006, para 140,86, em 2007 (porém, em relação a 2004, houve aumento de cerca de 12%). Ainda, o índice do indicador relativo à cobertura da população de baixa escolaridade decresceu em relação a 2004 (de 94.00 para 92.31). Todos esses resultados devem servir de alerta quanto à seleção do público prioritário do Programa. Destaque positivo para o aumento da carga horária média ao longo do período 2004-2007 (de 131 h para 197,5 h), e para a qualificação de jovens no âmbito do Programa, superando sua participação na PEA em quase 120%.

REDE DE PROTEÇÃO AO TRABALHO

GERENTE DO PROGRAMA

Ruth Beatriz de Vasconcelos Vilela

OBJETIVO

Garantir o cumprimento das normas legais e convencionadas de proteção ao trabalho.

PÚBLICO-ALVO

População Economicamente Ativa (PEA)

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 25.395.984,00	Empenho Liquidado:	R$ 19.391.642,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 19.391.642,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Regularização dos Estabelecimentos Fiscalizados - Porcentagem	89.94	89.83	86.46	86.03	89.50	96,12%

1. TAXA DE REGULARIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS FISCALIZADOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Com relação ao indicador do Programa Taxa de Regularização dos Estabelecimentos Fiscalizados, a previsão ao final do Programa foi estabelecida como sendo de 89,5%, índice que não foi alcançado, uma vez que o percentual, ao longo do período do PPA 2004-2007 ficou sistematicamente em torno de 86%. Cumpre aqui ressaltar que o índice inicialmente estabelecido foi de 86% ao final do PPA 2004-2007, mas este índice foi ajustado para 89,5% pela Unidade de Monitoramento e Avaliação do MTE. Focando a inspeção trabalhista em empresas com histórico de irregularidades, torna-se mais difícil conseguir a regularização durante a ação fiscal, tendo, desta forma, um acréscimo do número de autos de infração lavrados. Esse fato justifica um índice final, em 2007, menor do que os registrados em 2006 (86,46%), 2005 (89,83%) e em 2004 (89,93%).

CONTEXTUALIZAÇÃO

Cerca de 40% da População Economicamente Ativa (PEA) brasileira está inserida no mercado de trabalho sem ter seus direitos respeitados, uma vez que trabalham sem a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) devidamente assinada. Ademais, em virtude das diversas alterações que a legislação trabalhista sofreu nos últimos anos, os níveis de precarização se agravaram, afetando negativamente as condições de trabalho, inclusive no meio rural. Por estes fatos, torna-se necessária a intervenção do Estado, principalmente por meio de seu corpo fiscal, de forma a combater a precarização e verificar o cumprimento eficaz das normas legais e convencionadas. Assim, com o Programa Rede de Proteção ao Trabalho é possível fiscalizar, além das obrigações trabalhistas e a arrecadação do FGTS, o trabalho no campo com o intuito de garantir direitos trabalhistas para uma maior parcela da PEA, reduzir a precarização e fortalecer a cidadania dos integrantes do mercado de trabalho brasileiro.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Em 2007, houve 746.245 trabalhadores registrados pela ação da fiscalização do trabalho, número superior em 11,4% ao registrado em 2006, garantindo aos trabalhadores o cumprimento de seus direitos trabalhistas e previdenciários. O total geral de trabalhadores alcançados pelas ações da fiscalização do trabalho também foi expressivo, 32.178.333, superando os números de 2006, cujo total chegou a 30.681.772. Cumpre destacar que do total de trabalhadores registrados sob ação fiscal, 138.023 foram trabalhadores rurais.

- A partir das atividades de fiscalização, o foco do Programa é a garantia do cumprimento das normas legais e convencionadas de proteção ao trabalho, principalmente, no que tange à formalização do vínculo empregatício. Estas atividades são divididas basicamente em duas ações: 2628 - Fiscalização das Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e 4785 - Fiscalização do Trabalho no Campo. As duas obtiveram resultado acima de 100% do previsto para 2007. A primeira alcançou cerca de 608.000 trabalhadores valendo-se de cerca de 69% dos recursos previstos. Já a segunda ação alcançou 138.000 trabalhadores na área rural, utilizando-se cerca de 94% da dotação orçamentária prevista. Os resultados demonstram que a estratégia de planejamento implementada, ainda em 2004, apresentou resultados positivos. A partir de um diagnóstico prévio, estabelecido por meio de consulta às entidades representativas de trabalhadores de cada regional, o planejamento das ações fiscais destinou-se aos locais e às atividades que apresentam fortes indícios de irregularidades trabalhistas.

A Ação Combate à Discriminação no Trabalho não se molda ao conjunto das demais ações do Programa, pois estas têm relação com a inspeção do trabalho, necessitando de ações de fiscalização para se atingir seus resultados e metas. Aquela tem como produto o número de trabalhadores alcançados, sempre em denúncias de discriminação no trabalho, feitas mediante comparecimento em plantão de orientação trabalhista nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE), de tal forma que deveria integrar um programa específico com objetivos direcionados para toda e qualquer forma de discriminação.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O desempenho físico das ações do Programa é monitorado por meio de reuniões de trabalho com as chefias da fiscalização das 27 unidades descentralizadas nas quais são discutidos os resultados e problemas na execução do planejamento e, também, mediante:

a) visitas *in loco* às unidades descentralizadas, especialmente, quando se verificam problemas de maior gravidade na condução do planejamento regional;

b) verificação de dados no Sistema Federal da Inspeção do Trabalho (SFIT), para as ações 2628 e 4785, o qual é alimentado diretamente pelos Auditores Fiscais do Trabalho (AFTs) e processado mensalmente, tendo os resultados disponibilizados por volta do dia 10 de cada mês;

c) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), utilizado como ferramenta complementar na análise da execução física *versus* execução financeira;

d) tomada de contas anual, por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), o qual se torna mais um subsídio para analisar a execução do planejamento anual da fiscalização do trabalho.

Os recursos orçamentários foram suficientes se consideradas apenas as dotações autorizadas pela LOA. Cumpre ressaltar, porém, que o contingenciamento de recursos (com arrefecimento apenas em meados do quarto trimestre) e o limite anual de gastos com diárias e passagens prejudicam resultado mais expressivo. Nesse sentido, os recursos orçamentários da Ação Fiscalização das Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS ocultam uma despesa obrigatória que é a indenização de transportes paga aos AFTs. Dos R$ 12,3 milhões executados em 2007, R$ 7,3 milhões foram destinados para custear a referida indenização. O montante que sobra é insuficiente para direcionar a fiscalização do trabalho para todos os focos de informalidade do País, o que conduz a priorização de determinadas atividades econômicas e/ou região. O melhor seria destacar este pagamento em uma ação específica, denominada Indenização de Transporte.

O montante gasto na Ação Gestão de Administração do Programa (GAP) é residual se comparado com o total executado em 2007 no Programa (menos de 1% do total). Os recursos desta ação são utilizados para a realização de reuniões com chefias da fiscalização das 27 SRTEs, e de grupos técnicos formados com AFTs de diversas SRTE com um fim específico. Também são utilizados recursos desta ação para o deslocamento de AFTs para análise dos recursos administrativos referentes a autos de infração e notificações lavradas nas SRTE com apelação para a Coordenação-Geral de Recursos, 2ª instância administrativa, localizada na Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), em Brasília. As viagens da equipe da SIT para as SRTE também são custeadas por esta ação. Tais gastos contribuem para a implementação das ações, uma vez que permitem o monitoramento *in loco* e das trocas de

experiências entre as chefias das 27 SRTEs. Cumpre registrar que esta ação sofreu um forte contingenciamento no ano, motivo pelo qual sua execução foi abaixo de 50%.

Não há equipamentos de informática em número suficiente para a equipe da gerência, especialmente impressoras. Os equipamentos existentes, em bom número, não suportam executar os programas e sistemas informatizados que foram implementados a partir de 2005. Ainda, a rede corporativa do MTE é muito lenta, oscilando muito, prejudicando o andamento das tarefas diárias. Assim, a inserção de dados no SIGPlan durante o dia é, em alguma vezes, prejudicada, devido aos problemas na rede local.

Nas equipes executoras, os recursos materiais e de infra-estrutura também foram considerados insuficientes. As ações são executadas, em sua maioria, nas SRTEs, por meio da fiscalização do trabalho. Nas unidades descentralizadas, a situação é precária, faltando materiais simples, como papel, cartucho para impressoras e toner para máquina copiadora, e até equipamentos de informática, especialmente para as ações que exigem levantamento de débito para com o FGTS, e veículos apropriados para a realização das ações rurais. Ainda, o mesmo problema que vive a gerência, também é vivenciado pelas SRTEs, no que se refere à rede corporativa do MTE. Nas unidades localizadas fora da capital do Estado o problema se agrava, pois ainda há Agências Regionais e Gerências Regionais do Trabalho e Emprego que nem sequer estão interligadas em rede.

O número de AFTs, responsáveis pelo alcance das metas físicas previstas, é insuficiente para atacar o problema da informalidade no País. Segundo parâmetros internacionais previstos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o número deveria ser em torno de 4.500 AFTs em todo o Brasil, número que fechou 2007 em 3.177. Também há insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial. A qualificação dos recursos humanos é uma necessidade constante em qualquer entidade, seja ela pública ou privada, não só para melhorar e aperfeiçoar o desempenho individual e coletivo, mas também como um importante fator motivacional. Em 2007, o MTE, por falta de recursos próprios, não capacitou nenhum servidor da equipe gerencial, nem AFT das equipes executoras.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Todas as 27 SRTEs instituíram a Comissão de Colaboração com a Inspeção do Trabalho (CCIT), com a participação das chefias da fiscalização do trabalho, representantes da autoridade regional e representações de trabalhadores mais expressivas do Estado. Tais comissões atuam na elaboração, monitoramento e avaliação do planejamento das ações fiscais. As contribuições para o resultado do Programa podem ser identificadas por uma melhor focalização das ações da fiscalização, triagem mais adequada das denúncias recebidas de irregularidades trabalhistas, evitando superposição, além de uma definição mais clara das prioridades, ainda, as avaliações semestrais realizadas pela CCIT possibilitam a correção de rumos no âmbito do planejamento das ações de fiscalização do trabalho.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal, materializadas pelo planejamento das ações fiscais com a colaboração das

entidades sindicais de trabalhadores, além do cruzamento dos bancos de dados disponíveis ao MTE, possibilitando pré-fiscalização e melhor focalização das ações, direcionando-as para as regiões/atividades econômicas onde há maiores indícios de irregularidades, racionalizando, desta forma, a utilização do contingente reduzido de AFT.

A gerência do Programa enfatiza a necessidade de incrementar o número de reuniões anuais, pelo menos quatro ao todo, com as chefias da fiscalização das 27 unidades descentralizadas, nas quais são discutidos os resultados e problemas na execução do planejamento. Para tal, faz-se necessário ampliar os limites orçamentários e de gastos com diárias e passagens para o MTE. É preciso ainda qualificar a equipe gerencial, bem como os AFTs das equipes executoras, de forma a melhorar e aperfeiçoar o desempenho individual e coletivo, com vistas ao atendimento efetivo do objetivo do Programa.

A gerência também ressalta a necessidade de inserir da Ação Indenização de Transporte para melhor clarificação dos gastos da Ação Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS. Com esta divisão de ações, ficaria mais fácil a execução da segunda ação, já que o contingenciamento atinge o total de cada ação e, como a verba de indenização de transporte está prevista em lei, não há como contingenciá-la. Separando-se os gastos com a ação de fiscalização, esses ficariam restritos ao custeio das ações fiscais em si, tais como, pagamento de diárias, passagens, combustível, entre outros.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que na elaboração do PPA 2008-2011 foi contemplada a solicitação da gerência do Programa de excluir a Ação finalística Combate à Discriminação no Trabalho, por tratar-se de uma atividade rotineira, a qual independe de um planejamento prévio de fiscalização. Ainda, foi inserida a Ação Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho, a qual visa verificar o cumprimento de cotas de pessoas com deficiência nos termos da legislação em vigor, e que se valia de recursos da Ação Fiscalização das Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS.

O MP informa que as ações são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), que contribuem para atender ao objetivo do Programa. Nesse sentido, todos os gastos que contribuem para o atendimento da finalidade da ação, devem a ela ser incorporados. Aqueles que, por ventura, não possam ser incorporados a uma ação finalística específica do Programa, devem ser dimensionados na Ação Gestão e Administração do Programa (GAP). Assim, não há inconsistência metodológica quanto ao dispêndio de "indenização de transportes" estar inserida na Ação Fiscalização das Obrigações Trabalhistas, por ser uma atividade inerente e essencial desta ação. Percebe-se ainda que foram utilizados cerca de 69% da dotação orçamentária fixada para ação, sugerindo forte impacto do contingenciamento orçamentário e do fluxo de recursos. Assim, deve-se trabalhar internamente junto à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA/MTE), quando da divulgação dos limites de programação orçamentário-financeira do exercício e do cronograma de desembolso, de forma a que o MTE priorize as ações de fiscalização, atividade exclusiva do Estado.

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

GERENTE DO PROGRAMA

Ruth Beatriz de Vasconcelos Vilela

OBJETIVO

Proteger a vida, promover a segurança e saúde do trabalhador e produzir e difundir conhecimento sobre segurança e saúde no ambiente de trabalho.

PÚBLICO-ALVO

População Ecomicamente Ativa (PEA)

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 45.457.439,00	Empenho Liquidado:	R$ 43.640.314,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 43.640.315,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Acidentes Decorrentes do Trabalho - 1/1.000	13.79	14.98	15.63	18.19	14.00	-
2. Coeficiente de Doenças Relacionadas ao Trabalho - 1/10.000	9.14	11.10	12.00	9.62	8.26	-
3. Coeficiente de Mortalidade por Acidentes de Trabalho - 1/100.000	11.13	11.30	10.75	9.81	10.70	-
4. Coeficiente de Trabalhadores Alcançados pela Inspeção de Segurança e Saúde - 1/1.000	627.00	647.00	770.00	702.32	655.00	107,22%
5. Taxa de Acidentes Fatais Investigados - Porcentagem	23.00	19.63	22.45	20.46	25.00	81,84%

1. COEFICIENTE DE ACIDENTES DECORRENTES DO TRABALHO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A tendência esperada para o índice é decrescente. A meta não foi alcançada. A viabilidade de alcance do índice foi muito baixa em razão da melhoria na qualidade da informação e notificação de acidentes de trabalho, promovida pela intensificação das ações fiscais e pela ampliação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (Renast), do Sistema Único de Saúde (SUS).

2. COEFICIENTE DE DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Aplica-se a mesma justificativa utilizada para o indicador Coeficiente de Acidentes Decorrentes do Trabalho.

3. COEFICIENTE DE MORTALIDADE POR ACIDENTES DE TRABALHO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A tendência esperada para o índice é decrescente. Assim, a meta foi alcançada além do previsto.

4. COEFICIENTE DE TRABALHADORES ALCANÇADOS PELA INSPEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice foi alcançado, acima do previsto, em razão da intensificação das ações de inspeção em segurança e saúde no trabalho.

5. TAXA DE ACIDENTES FATAIS INVESTIGADOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A viabilidade de alcance foi baixa em razão da dificuldade de acesso à informação sobre a ocorrência de acidentes de trabalho.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As condições de trabalho no Brasil continuam sendo a causa de mortes, doenças e mutilações para um grande número de pessoas. Somente em 2002, o Ministério da Previdência Social registrou 387.905 acidentes e doenças relacionadas com o trabalho, dentre os quais 2.898 resultaram em óbito e 15.029 tiveram como conseqüência a incapacidade permanente do trabalhador. No entanto, tais dados expressam a realidade de apenas um terço da PEA do País. Em 2002, dentre os aproximadamente 86,05 milhões de trabalhadores pertencentes à PEA, apenas 29,94 milhões eram contribuintes empregados. Este dado evidencia uma clara subnotificação de casos de acidentes e doenças relacionados ao trabalho informal. Também não estão incluídos nas estatísticas da Previdência Social, os casos envolvendo os servidores públicos. As conseqüências desse cenário são desastrosas para os trabalhadores e suas famílias, para as organizações (empresas tanto públicas quanto privadas, cooperativas, instituições, etc.) e para o Estado, que são obrigados a assumir os custos diretos e indiretos dos agravos à saúde decorrentes do trabalho. Estima-se que tais custos possam alcançar cifras da ordem de 2% a 4 % do Produto Interno Bruto (PIB).

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Foram realizadas 157.376 ações fiscais específicas da área de segurança e saúde no trabalho, as quais alcançaram o conjunto de 19.545.595 trabalhadores e propiciaram a correção de 849.797 situações irregulares. Essas ações apresentavam risco à saúde e à integridade física dos trabalhadores. Ainda, foram concluídas as análises das causas de 2.001 acidentes de trabalho e impostos 4.139 embargos e interdições.

• Ainda, no âmbito das ações da Fundacentro, foram qualificadas 5.404 pessoas em segurança e saúde no trabalho, e distribuídos mais de 60.000 exemplares de material técnico-científico, didático e institucional sobre segurança e saúde no ambiente de trabalho.

• Ressalta-se, também, a ampliação do número de trabalhadores alcançados pelo Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) que foi de 10.066.789 trabalhadores, superando em cerca de 10% a meta atingida em 2006 (9.146.479 trabalhadores). Cabe salientar que o PAT oferece incentivo fiscal às empresas participantes, de forma a contribuir decisivamente na prevenção de agravos à saúde do trabalhador.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa possui um total de 16 ações, dentre as quais duas não-orçamentárias e sete padronizadas, que concorrem tanto para a promoção da segurança e saúde do trabalhador, por meio da ação de fiscalização realizada pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT/MTE), quanto para a produção e difusão de conhecimento sobre segurança e saúde no ambiente de trabalho mediante as ações executadas pela Fundacentro.

Avançou-se na implementação das medidas de prevenção de agravos à saúde do trabalhador estabelecidas em normas publicadas, e construíram-se importantes instrumentos para o combate aos acidentes e às doenças relacionadas ao trabalho. As ações de qualificação e produção técnico-científica em Segurança e Saúde no Trabalho (SST), assim como as de avaliações médicas, análises e ensaios de laboratório em Segurança e Saúde no ambiente de trabalho e as de avaliação de sistemas, métodos e equipamentos de proteção individual e coletiva do trabalhador, apresentaram resultados superiores ao esperado, sendo os recursos orçamentários suficientes. Entretanto, a descontinuidade de fluxo prejudicou a execução adequada do planejamento da fiscalização, assim como as ações de análise de acidentes de trabalho. Quanto à Fundacentro, o limite de $^{1}/_{12}$ do orçamento liberado em abril acarretou prejuízos, em função das licitações, gerando o cancelamento de algumas atividades e a devolução de recursos, ao final do ano, por não haver tempo hábil para executá-los.

Existem, no âmbito da gerência, mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações. Reuniões de trabalho são realizadas periodicamente com as chefias de fiscalização e segurança e saúde no trabalho das 27 unidades regionais do MTE. Também são realizadas reuniões técnicas com grupos de auditores que integram equipes de trabalho de projetos de fiscalização. Ainda, o Sistema Federal de Inspeção do Trabalho registra

mensalmente as ações de inspeção em segurança e saúde no trabalho executadas em todo o Território Nacional. É válido mencionar que as ações da Inspeção do Trabalho são planejadas anualmente, definindo-se prioridades nacionais e regionais para as ações. Semestralmente, o cumprimento do planejamento das regionais é monitorado pela Secretaria de Inspeção do Trabalho. As ações de regulamentação em SST são planejadas e monitoradas pela Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), órgão vinculado à Secretaria. As ações desenvolvidas no âmbito do PAT são monitoradas pela CTPAT.

Os recursos da GAP são disponibilizados à Fundacentro, pois não possui rubrica própria de administração da unidade. Foram utilizados cerca de R$ 31,5 milhões na dotação total do Programa de R$ 43,6 milhões.

Os recursos materiais são insuficientes nas equipes executoras, pois faltam equipamentos e materiais, inclusive de informática, para a execução das ações da inspeção e regulamentação em segurança e saúde no trabalho, assim como do PAT. A Fundacentro possui laboratórios que atendem a todas as pesquisas da entidade e também ao Ministério Público da União (MPU) e Judiciário e uma gráfica, os quais necessitam de renovação dos equipamentos, sendo o recurso disponível insuficiente. Ainda, a infra-estrutura de algumas superintendências e gerências regionais é precária. Nas unidades da Fundacentro faltam equipamentos de informática e material audiovisual para os projetos e produção de vídeos e DVDs.

Há quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras. De fato, o dimensionamento da equipe do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho é insuficiente para o adequado acompanhamento da execução do Programa. Além disso, o número de AFTs lotados na área de segurança e saúde do trabalho em algumas regionais é insuficiente e mal-distribuído. Há escassez de servidores técnico-administrativos que apoiam às ações do Programa. A qualificação dos AFTs, em geral, é adequada. Entretanto, seriam necessárias ações periódicas de atualização e capacitação em relação a novos temas relevantes para a área.

Lembra-se que o desempenho das ações de fiscalização, tendo em vista os resultados esperados, depende do deslocamento dos servidores das suas sedes para os locais da execução, especialmente, em projetos nacionais estratégicos. O deslocamento torna-se inviável quando existem limitações para a execução orçamentária. Além disso, as ações com recursos descentralizados podem ser melhoradas nas unidades regionais do MTE, por meio da focalização nos segmentos identificados no planejamento anual da fiscalização.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Destaca-se a publicação de novas normas de segurança e saúde:

a) anexo I Norma Regulamentadora (NR) 17 (*Checkouts*) - Portaria SIT nº 08, de 30.03.2007 - objetiva estabelecer parâmetros e diretrizes mínimas para adequação das condições de trabalho dos operadores de *checkout*, visando à prevenção dos problemas de saúde e segurança relacionados ao trabalho;

b) anexo II NR 17 (Telemarketing/Teleatendimento)- Portaria SIT nº 09, de 30.03.2007 - estabelece parâmetros mínimos para o trabalho em atividades de teleatendimento/telemarketing nas diversas modalidades desse serviço, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança, saúde e desempenho eficiente;

c) anexo I NR 19 (Fogos de Artifício)- Portaria SIT nº 07, de 30.03.2007 - aplica-se a todos os estabelecimentos de fabricação e comercialização de fogos de artifício e outros artefatos pirotécnicos;

d) anexo IV da NR 18 (Plataforma de Trabalhos Aéreos) - Portaria SIT nº. 15, de 21.06.2007;

e) atualização das NR nº. 30, sobre Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário e nº 04, sobre Serviços de Segurança e Medicina do Trabalho.

Destaca-se ainda a qualificação em SST, mediante realização de cursos em todas as unidades descentralizadas da Fundacentro, atendendo aos profissionais e aos trabalhadores nos diferentes projetos ligados a construção civil, proteção de máquinas, pesca, eliminação da silicose, marmorias, fundições, radiações ionizantes, espaços confinados, segurança química, área rural (agricultura familiar e agrotóxicos). Ainda, obteve-se produção técnico-científica em SST por meio da divulgação das pesquisas sobre os diferentes processos produtivos e setores (marmorarias, chumbo, silicose, agrotóxicos, pesca, vestuário, espaços confinados) em revistas indexadas, em congressos nacionais e internacionais (Suécia, França, Holanda, Chile), além da disponibilização de todo material produzido em teses realizadas pelos pesquisadores da Fundacentro no portal da instituição.

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social mediante:

a) consulta pública - todo o processo de regulamentação em segurança e saúde no trabalho passa por etapa de consulta pública;

b) discussão em conselho setorial - as Comissões de Colaboração com a Inspeção do Trabalho (CCIT) participam e opinam sobre o diagnóstico, planejamento e monitoramento das ações nas unidades regionais;

c) Ainda, grupos e comissões tripartites temáticos participam de todo o processo de regulamentação em segurança e saúde no trabalho. A Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) coordena o processo de regulamentação em segurança e saúde no trabalho.

A participação social foi decisiva na definição dos setores econômicos de intervenção prioritária pela inspeção e na escolha das medidas de prevenção de acidentes a serem regulamentadas. Ainda, os maiores beneficiários do Programa são os trabalhadores alcançados pela inspeção do trabalho, inexistindo mecanismos para avaliação da satisfação. Entretanto, como as representações de trabalhadores participam ativamente das ações de

inspeção e regulamentação em segurança e saúde no trabalho, considera-se esta como uma avaliação indireta.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal, pois a inspeção do trabalho elabora anualmente o planejamento de suas atividades, existindo metas definidas e monitoramento semestral.

A gerência do Programa enfatiza que é necessário promover a reformulação dos indicadores do Programa, uma vez que alguns se correlacionam apenas indiretamente com os efeitos do conjunto das ações e são afetados por ações de terceiros. Ações de natureza administrativa precisam ser incorporadas na GAP, mantendo-se o foco nas que possuem relação com o objetivo do Programa.

A gerência afirma que a principal ação do Programa (Inspeção em SST) alcança os ambientes de trabalho onde existe relação de emprego (formalizada ou não). Portanto, é necessária a revisão do público-alvo, que atualmente é toda a PEA, além de priorizar recursos humanos, materiais e de infra-estrutura.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) ressalta que não houve proposta de alteração dos indicadores do Programa na elaboração do PPA 2008-2001. Assim, o momento adequado para eventuais retificações será na revisão do Plano, que ocorrerá no primeiro semestre de 2009.

O MP esclarece que a metodologia do Planejamento Governamental Federal preconiza que gastos administrativos vinculados a uma Unidade Orçamentária (no caso a Fundacentro) que possua apenas um Programa (Segurança e Saúde no Trabalho), devem ser explicitados neste. É diferente da Ação de GAP, a qual relaciona gastos que contribuem para o alcance do objetivo do Programa, e que não podem ser associados diretamente às suas ações finalísticas. E também considera-se analisar a viabilidade de criação da Ação Administração da Unidade para o Programa, de forma a dar maior transparência aos recursos atualmente executados no âmbito da ação GAP.

O MP lembra que o público-alvo foi objeto de adequação durante a elaboração do PPA 2008-2011, conforme solicitação da gerência do Programa. A PEA foi substituída por Trabalhadores formais e informais.

A priorização de recursos humanos, materiais e de infra-estrutura, do ponto de vista orçamentário, deve ocorrer quando da alocação dos recursos pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MTE (SPOA/MTE), após a divulgação dos limites orçamentários pelo MP, por ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

MINISTÉRIO DO TURISMO

Brasil: Destino Turístico Internacional

Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério do Turismo (MTur), foram utilizados **R$ 1.783.597.829,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 2.102.299.225,00	Realizado orçamentário:	R$ 1.783.597.829,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 2.102.299.225,00**	**Total realizado:**	**R$ 1.783.597.829,00**

Além disso, do total de **R$ 757.783.750,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 565.935.440,00**, ou seja, 74,7%.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MTur, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	1163 Brasil: Destino Turístico Internacional	22,38%	15,31%	7,66%	7,82%	10,47%
	1166 Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos	74,95%	82,61%	90,71%	91,24%	88,04%
Finalístico Soma		**97,33%**	**97,91%**	**98,38%**	**99,06%**	**98,51%**
Gestão de Políticas Públicas	1001 Gestão da Política de Turismo	2,67%	2,09%	1,62%	0,94%	1,49%
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

O MTur se orienta pelas diretrizes definidas pelo Plano Nacional do Turismo (PNT), que estabelece um conjunto de programas em consonância com o PPA do Governo. O MTur seguiu priorizando a gestão descentralizada e participativa ao realizar ampla discussão dos temas em todas as regiões brasileiras com todos os setores representativos do turismo por meio das reuniões regulares do Conselho Nacional de Turismo (CNT) e do Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur), além de outras ações. Essas ações têm como pressupostos básicos ética e sustentabilidade, e como princípios orientados a redução das desigualdades regionais e sociais, a geração e distribuição de renda, a criação de novos empregos e ocupações e a geração de divisas para o País. O MTur teve aumento de 1.274% em sua execução orçamentária, salvo Pessoal e Fundo Geral de Tursimo - Fungetur, ao se comparar o ano de 2003 (último ano do PPA 2000-2003) e o de 2007 (último ano do PPA 2004-2007): R$ 127,1 milhões e R$ 1.747 milhões, respectivamente. Essa evolução deve-se, principalmente, ao fortalecimento do setor com ações de desenvolvimento junto

às entidades representativas do *trade* turístico. De fato, nos últimos quatro anos, a evolução dos grandes números do turismo se comportou da seguinte forma:

a) geração de divisas com os turistas estrangeiros - passou de US$ 2,4 bilhões em 2003 para US$ 5,0 bilhões em 2007, conforme dados do Banco Central do Brasil (BC), apontando crescimento de 108%;

b) número de desembarques de vôos domésticos - passou de 30,7 milhões em 2003 para 50 milhões em 2007, isto é, 62,8% de crescimento;

c) novos postos de trabalho - o turismo gerou 211.881 novos postos de trabalho de janeiro a outubro de 2007, que somados aos 891.000 postos gerados entre os anos de 2003 e 2006, totalizam 1.102.881 novos empregos e ocupações (formais e informais) no País.

A execução dos programas e das ações do PNT, considerando a execução orçamentária de 2007, propiciou condições para que o Brasil continuasse obtendo bons resultados em relação ao histórico do setor.

O MTur, desde sua criação, promove e coordena a construção coletiva de políticas públicas. A participação ativa de todos os segmentos sociais, empresariais e governamentais, comprometidos com o desenvolvimento turístico do País foi de fundamental importância para a implantação do PPA 2004-2007, apresentado ao País com uma nova proposta de gestão do turismo de forma descentralizada, coordenada, integrada e participativa. Ressalta-se que a participação social continua sendo um elemento-chave, tanto na concepção quanto no planejamento e na implementação da política nacional de turismo. É também um vetor para o fortalecimento da cidadania, favorecendo o crescimento social, político, administrativo e tecnológico das regiões turísticas brasileiras, ampliando suas responsabilidades e resgatando seus valores sociais, históricos, étnicos e culturais.

O PPA 2004-2007, por meio do PNT, propôs metas, macroprogramas, programas e ações estruturantes e transversais a todas as ações do MTur e direcionou também a implantação da gestão descentralizada, com foco no desenvolvimento regionalizado do turismo no Brasil. Diante disso, pode-se citar como principais desafios à articulação e à formalização de parcerias com os órgãos governamentais nas esferas federal, estadual, regional e municipal, com a iniciativa privada, organismos não-governamentais, entidades representativas e demais componentes do setor de turismo e áreas complementares para que todos internalizassem a política nacional do turismo, com foco no desenvolvimento regionalizado, e atuassem de forma sinérgica por meio da formação de uma rede social.

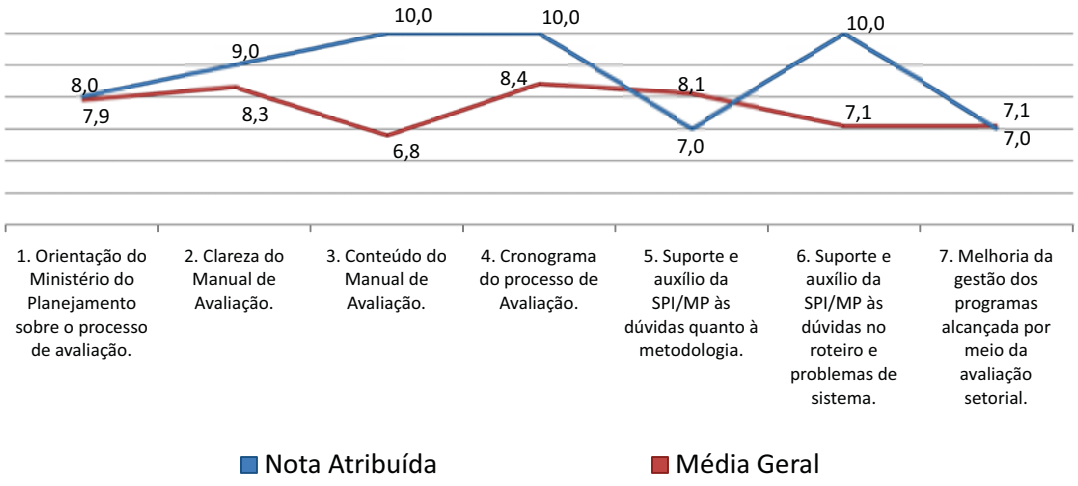
É válido destacar que o MTur priorizou os repasses de recursos para subsidiar o desenvolvimento das regiões turísticas brasileiras priorizadas. A dinâmica de priorização ocorreu a partir de estudos e pesquisas realizados em todas as Unidades da Federação que resultaram em recortes territoriais que compõem o mapa da regionalização do turismo – base para implantação da Política Nacional. Nesse contexto, o desafio principal foi a

institucionalização de instâncias de governança regionais, que, conforme as diretrizes do PNT, são organizações com o papel de implementar as diretrizes da política de turismo nacional, em âmbito regional. Pode-se citar, ainda, como desafio, a ausência de dados confiáveis para subsidiar o planejamento estratégico regional e a definição de indicadores.

O que se pôde detectar é que o PPA 2004-2007 foi um instrumento eficaz e referencial importante para a gestão da atividade em âmbito nacional, com a aceitação e a legitimação de diversos segmentos do turismo no País. Nesse sentido, com base nas informações, dados e resultados gerados, foi proposta a realização de estudos sobre o turismo no Brasil para o período de 2007 a 2010, de forma a garantir a continuidade da política e do modelo democrático, participativo e descentralizado de gestão implantado pelo MTur no País: o PNT 2007-2010: Uma Viagem de Inclusão.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MTur mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MTur e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



BRASIL: DESTINO TURÍSTICO INTERNACIONAL

GERENTE DO PROGRAMA

Jeanine Pires

OBJETIVO

Aumentar o fluxo de turistas estrangeiros no País.

PÚBLICO-ALVO

Turistas estrangeiros e *trade* turístico

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 150.620.538,00	Empenho Liquidado:	R$ 141.309.470,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 141.309.470,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Fluxo de Turistas Estrangeiros - Unidade	4.700.000	5.400.000	5.018.991	5.025.834	9.000.000	55,84%

1. FLUXO DE TURISTAS ESTRANGEIROS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Apesar do não-alcance da meta projetada no PPA, registrou-se no período todos os recordes sobre o turismo receptivo internacional no Brasil. Além disso, o crescimento verificado no período 2002-2007 foi de 32,84% na entrada de turistas estrangeiros no Brasil. Observa-se que a Organização Mundial de Turismo (OMT) estima que no mesmo período o turismo mundial cresceu 27,9%, ou seja, mesmo sem registrar grandes aumentos no número de turista nos últimos dois anos, o Brasil conseguiu crescer num ritmo maior do que a estimativa mundial. Com isso, a participação de mercado nas Américas cresceu 9,4% no mesmo período.

CONTEXTUALIZAÇÃO

É preciso criar uma estratégia bem-estruturada de inserção internacional do Brasil no mercado turístico, com metas definidas e avaliação de resultados eficiente. A promoção do turismo brasileiro no mercado internacional terá como conceito estratégico a

diversificação da imagem do País. O trabalho de *marketing* orientará a construção do Brasil como destino turístico de natureza exuberante, sol e praia, do carnaval e do futebol, mas, sobretudo, comunicará uma mensagem de País moderno, com credibilidade, alegre, jovem, hospitaleiro, capaz de proporcionar lazer de qualidade, novas experiências aos visitantes, realizar negócios, eventos, incentivos e ser competitivo internacionalmente.

Será chave no Programa de Promoção e *Marketing* a essência da cultura brasileira, sua qualidade e sua diversidade étnica, social e natural. Como exemplo, pode-se observar que os países atualmente mais dinâmicos no crescimento turístico são aqueles em desenvolvimento (China, África do Sul, Malásia, Indonésia e Turquia). Esses países cresceram a taxas médias que variam entre 11% e 15% ao ano nos últimos vinte anos. Cabe salientar que Malásia, Turquia e Indonésia não representam, *a priori*, modelos de interesse para o Brasil. Todavia, China e África do Sul apresentam não apenas produtos semelhantes em segmentos de grande potencial para o Brasil (aventura, ecoturismo, sol e mar, etc.), como também desenvolveram planos de *marketing* extremamente profissionais, competentes e eficazes. Entre 1980 e 1997, a África do Sul passou da 55ª para 26ª posição, apresentando um crescimento médio de 12,82% ao ano. Já o Brasil, que se encontrava na 39ª posição em 1980, caiu uma posição em 17 anos, descendo para 40º com um crescimento médio de 4,85% ao ano. No que diz respeito ao crescimento das receitas provenientes das entradas de turistas estrangeiros, enquanto o Brasil apresentou um crescimento de 44,65% de 1980 a 1997, a África do Sul cresceu 252,30%. Dados mais recentes apontam para um crescimento de 11% no receptivo da África do Sul em 2002 e 20% nas receitas em dólares provenientes desta atividade. Atualmente, a África do Sul recebe 7 milhões de turistas por ano.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Salto do 21º lugar no ranking dos países atrativos de eventos para o 7º lugar.
- Desembarque de 5.025.000 turistas estrangeiros em vôos regulares e não-regulares.
- Recorde na entrada de divisas: US$ 4,953 milhões.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A entrada de divisas geradas pela chegada de turistas estrangeiros no Brasil foi recorde. Em 2007, o País recebeu, segundo dados do Banco Central do Brasil (Bacen), US$ 4.953 milhões. O valor supera em 14,76% os US$ 4,316 bilhões registrados em 2006, até então a melhor marca da série histórica iniciada em 1969. Ademais, janeiro de 2007 registrou a entrada de US$ 484 milhões, recorde mensal no País. É relevante destacar que a permanência média do turista estrangeiro no Brasil passou de 14 dias, em 2002, para 18,2 dias, em 2006 - crescimento de 30%. Na mesma linha o gasto médio passou de US$ 86,17 (2002) para US$ 95,09 (2006), com crescimento de 10,35%. Assim, o gasto médio por turista estrangeiro no País passou de US$ 1.206,38 (2002) para US$ 1.730,64 (2006), com crescimento de 43,46%.

Além disso, no que tange a realização de eventos internacionais no Brasil, o País saltou da 21ª posição - com 59 eventos - no *ranking da International Congress & Convention Association* (ICCA), principal associação mundial do segmento - para a 7ª posição em 2007 - com 207 eventos (crescimento de 250,85% no número de eventos realizados no País). Cabe destacar que São Paulo é a cidade das Américas que mais cedia eventos internacionais - 54 eventos realizados em 2006. Outro fator importante é que, em 2002, havia 16 cidades brasileiras listadas no *ranking* da ICCA. Em 2007, havia 35 cidades listadas.

A meta projetada no PPA 2004-2007 foi extraída do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2003-2007. No PNT, trabalhava-se com uma faixa de 7,5 milhões de turistas - cenário bom - para 9 milhões de turistas no cenário ótimo. Estas metas não foram alcançadas por diversos motivos, sendo os principais:

a) crise da VARIG, que em seu auge retirou do mercado internacional de aviação brasileira 1,2 milhão de assentos nos vôos;

b) valorização do real frente ao dólar que encarece o produto turístico brasileiro no mercado e faz com que o turista brasileiro concorra com o turista estrangeiro pelo mesmo assento nos vôos;

c) volume de recursos recomendado pelo Plano Aquarela - *Marketing* Turístico Internacional obtido somente em 2007.

O Programa empenhou e liquidou 94% do orçamento aprovado (LOA + Créditos), pouco abaixo do índice alcançado em 2006, que foi de 97%. Entretanto, deve-se ressaltar que o orçamento aprovado em 2007 foi bem superior ao de 2006, R$ 150,6 milhões e R$ 85,5 milhões, respectivamente.

Algumas ações tiverem desempenho bem acima do previsto, a exemplo da Ação Campanha para a Promoção do Brasil como Destino Turístico Internacional, que realizou 35 campanhas das 15 previstas, uma elevação de mais de 100%. Outro excelente desembolso verificou-se na Ação Captação, Promoção e Participação em Eventos Internacionais, quando a meta física alcançou a marca de 61 eventos, contra os 28 previstos, 117% superior. Outro excelente resultado foi o número de eventos realizados no Salão Brasileiro de Turismo, que aumentou de um para quatro eventos em 2007.

Foi ampliado, em 2007, o número de escritórios de fomento ao turismo no exterior, de oito para 10 escritórios.

Apesar de todos os números favoráveis descritos acima, a entrada de turistas estrangeiros no País foi praticamente a mesma de 2006, devido a fatores já mencionados. Entretanto, vale ressaltar que o bom momento econômico brasileiro permitiu que mais pessoas viajassem ao exterior, concorrendo com assentos de turistas estrangeiros em vôos regulares. Deve-se considerar que aumentar o número de vôos entre o Brasil e o exterior não é tão fácil e

rápido, pois, geralmente, demanda acordos entre os países, além das dificuldades de se encontrar aeronaves no mercado internacional, devido à demanda aquecida. Chegar a 9 milhões de turistas estrangeiros em 2007, conforme previa o PPA, era uma meta muito ambiciosa, que não considerou diversos fatores, entre eles a valorização do real em relação a outras moedas.

Em relação aos mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, destaca-se o sistema de gestão, ainda em desenvolvimento, para acompanhamento sistemático dos indicadores e metas do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur). A aferição da geração de divisas com a entrada de turistas estrangeiros no Brasil é feita pelo Bacen. O registro de entrada de turistas estrangeiros no País é feito pelo Departamento de Polícia Federal (DPF) e divulgado anualmente. Por último, os dados de desembarque de passageiros em vôos internacionais são contabilizados mensalmente pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero). Apesar desse registro contemplar os turistas estrangeiros e os brasileiros que retornam do exterior, o seu acompanhamento e o cruzamento com os dados de divisas do BC permitem dimensionar o fluxo de turistas estrangeiros no País até que os dados do DPF estejam disponíveis.

As metas físicas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 foram, em sua maioria, superadas. O principal fator desse desempenho foi o crédito suplementar que disponibilizou uma quantidade de recursos muito superior ao previsto na fase de planejamento orçamentário. O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. O crédito orçamentário só foi disponibilizado no final do exercício.

Com exceção da necessidade premente de reforma do edifício-sede da Embratur, os recursos da Gestão e Administração do Programa (GAP) foram suficientes para os fins preconizados. Essa autarquia começou um amplo processo de reestruturação interna que está redesenhando os seus processos de trabalho e redimensionando a sua estrutura organizacional. O trabalho terá a sua primeira fase encerrada em meados de abril de 2008. De posse desse trabalho teremos elementos para melhor avaliar esta questão.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias são fundamentais para a atração de turistas estrangeiros para o Brasil. A busca de mecanismo que permitam parcerias com as empresas privadas dinamizaria e maximizaria a aplicação de recursos na divulgação da imagem do Brasil no exterior.

O Programa de Feiras Internacionais de Negócios e Turismo é todo feito através de recursos descentralizados pela Embratur que realizou, de 2003 a 2007, 193 feiras, com 37.782 m^2 e a participação de 5.048 expositores associados. Além disso, todo o processo de captação e promoção de eventos internacionais também é feito em parceria. Tal processo, como dito na avaliação dos resultados, nos levou da 21ª posição no *ranking* mundial de 2002, para a 7ª posição, em 2007.

A Embratur promoveu diversos cursos para treinamento dos possíveis parceiros, contemplando todo ciclo de convênios - desde a elaboração do plano de trabalho até a prestação de contas final. Esses cursos foram ministrados por diversos profissionais das áreas envolvidas com convênios e, na maioria das vezes, foi aberta com palestra da gerente do Programa.

Com base no novo sistema de gestão em desenvolvimento na Embratur, torna-se necessária a criação de novos indicadores que possam aferir melhor a efetividade do Programa na atração de turistas estrangeiros, principalmente, após o novo desenho em decorrência da aplicação ao Programa da ferramenta de planejamento Modelo Lógico.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que o Programa foi objeto de uma oficina de modelo lógico, promovida pelo MP, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) e Secretaria de Orçamento Federal (SOF). A realização da oficina, com apoio da direção da Embratur e do MTur, resultou em novo desenho do Programa para que atue de forma mais direta nos mercados externos, preservando as características de cada um deles, de modo a tornar o Brasil mais competitivo, com vistas a atrair um maior número de turistas estrangeiros ao País. Espera-se, assim, que o Programa possa imprimir um ritmo mais eficaz de implementação em 2008 e mais fortemente a partir de 2009.

TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS

GERENTE DO PROGRAMA

José Evaldo Gonçalo

OBJETIVO

Aumentar o fluxo do turismo mediante a estruturação e diversificação da oferta turística brasileira.

PÚBLICO-ALVO

Turistas domésticos e *trade* turístico

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.935.621.584,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.630.835.012,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.630.835.012,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Fluxo de Turistas Domésticos – Unidade [1]	36.560.000	43.000.000	46.300.000	-	-	-
2. Gasto Médio do Turista Estrangeiro no País - US$	-	87,99	-	-	-	
3. Novos Empregos e Ocupações Gerados no Setor Turismo – Unidade	-	250.000	878.000	-	1.200.000	
4. Taxa de Participação dos Principais Destinos Turísticos no Total da Demanda Turística - Porcentagem	-	-	-	-	-	

Nota [1]: Alterou a unidade de medida do indicador de milhões para unidade.

1. FLUXO DE TURISTAS DOMÉSTICOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

Análise e Justificativa:

A última pesquisa disponível com os dados referente às viagens domésticas tem como base o ano de 2001 e 2005. A próxima pesquisa será realizada em 2008, razão pela qual não há como aferir a realização desta meta.

2. GASTO MÉDIO DO TURISTA ESTRANGEIRO NO PAÍS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
Análise e Justificativa:

De acordo com os registros do Banco Central do Brasil (Bacen) foram gerados US$ 5 bilhões em divisas, em 2007, o que representa um crescimento da ordem de 14,76% comparado com 2006.

3. NOVOS EMPREGOS E OCUPAÇÕES GERADOS NO SETOR TURISMO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
Análise e Justificativa:

Como os números da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para 2007 ainda não estão disponíveis, adotou-se uma estimativa a partir dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de janeiro a outubro de 2007. Nesse período, foram registrados 211.881 novos empregos e ocupações nas atividades características do turismo.

4. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS DESTINOS TURÍSTICOS NO TOTAL DA DEMANDA TURÍSTICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O Ministério do Turismo (MTur) estabeleceu, na Meta 3 do Plano Nacional de Turismo (PNT), estruturar 65 destinos turísticos até 2010, com padrão de qualidade internacional.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A oferta brasileira de produtos turísticos tem se caracterizado pela ausência de requisitos de diferenciação e diversificação. A oferta se restringe a poucos segmentos e está concentrada em algumas regiões. Estruturar e aumentar essa oferta, colocando no mercado novos produtos de qualidade, considerando a diversidade cultural, ambiental e contemplando as diferentes regiões brasileiras, é estratégico para que o crescimento do setor contribua como fator de maior eqüidade social. A vocação da produção local pode agregar valor ao turismo, contribuindo para o fortalecimento e desenvolvimento de produtos turísticos, potencializando o impacto positivo sobre o nível de emprego e renda. Além de permitir que a atividade passe a ser abordada de modo sistêmico e integrado com outras áreas com as quais se complementa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 1.655 Municípios atendidos com investimentos em infra-estrutura turística em 2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Destacam-se no âmbito do Programa:

a) apoio à infra-estrutura com 2.572 projetos apoiados e R$ 1.153.055.122 empenhados. Foram atendidos 1.655 Municípios;

b) execução de projetos - sete aeroportos, 514 projetos de infra-estrutura turística, 21 centros de artesanato, 189 centros de convenções ou eventos, 33 centros de informações turísticas e 63 centros turísticos;

c) apoio à elaboração de projetos para sete escolas de qualificação, infra-estrutura em orlas marítimas ou fluviais (100 projetos) e infra-estrutura urbana (454 projetos);

d) formatação e implementação de programas e ações voltados ao desenvolvimento da qualificação e certificação de profissionais, de equipamentos e serviços turísticos, visando a melhoria dos serviços prestados aos turistas, com 139.800 pessoas qualificadas em 2.000 empreendimentos;

e) investidos R$ 160 milhões de contrapartida do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para os Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo (Prodeturs) Nordeste II, Sul, JK e Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur).

A execução dos programas e das ações do PNT, em sintonia com o PPA, considerando a excepcional execução orçamentária de 2007, propiciou as condições para que o Brasil continue obtendo bons resultados em relação ao histórico do setor.

Conforme exposto em avaliações anteriores, a maior parte dos recursos previstos para a área de infra-estrutura depende da aprovação de emendas orçamentárias. Como a maior parte das emendas foi aprovada somente ao final do exercício, houve um grande volume de execução neste período. Entretanto, ressalta-se que os recursos da programação do Ministério foram liberados ao longo do exercício em fluxo perfeitamente compatível com a programação.

O Ministério possui um reduzido quadro de servidores. A Secreataria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo (SNPDTur) tem carência de profissionais com especialização em engenharia, arquitetura, advocacia e administração e finanças para o melhor andamento de suas atividades. No único concurso já realizado pelo MTur para essa unidade, foram contratados 10 engenheiros e poucos agentes administrativos, no entanto, em virtude de salários incompatíveis com o mercado laboral, a rotatividade é elevada, o que influi na capacitação dos profissionais para trabalhar na análise de projetos básicos, elaboração de notas técnicas, atuação na programação orçamentária e financeira e principalmente na fiscalização das obras que, em 2007, receberam do Ministério um montante de R$ 1,2 bilhão.

Outra dificuldade enfrentada pelo órgão refere-se a desigualdades sociais e ao despreparo dos entes, observa-se um significativo número de Municípios e Estados com dificuldades para celebração de convênios por inadimplência.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

De forma a viabilizar a participação social, o MTur possui Ouvidoria e o Prodetur realiza uma série de audiências para a implementação dos investimentos. São realizadas ainda consultas públicas por meio do sítio do MTur e o Conselho Nacional de Turismo abriga as organizações setoriais.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Corredor Araguaia-Tocantins

Corredor Fronteira Norte

Corredor Leste

Corredor MERCOSUL

Corredor Oeste-Norte

Corredor São Francisco

Corredor Sudoeste

Corredor Transmetropolitano

Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário

Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval

Infra-estrutura de Transportes

Manutenção da Malha Rodoviária Federal

Manutenção de Hidrovias

Serviços de Transporte Aquaviário

Serviços de Transporte Rodoviário

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério dos Transportes (MT), foram utilizados **R$ 12.655.527.286,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 14.369.192.580,00	Realizado orçamentário:	R$ 12.655.527.286,00
Recursos não-orçamentários previstos:	R$ 1.862.117.507,00	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 16.231.310.087,00**	**Total realizado:**	**R$ 12.655.527.286,00**

Além disso, do total de **R$ 3.183.178.074,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 2.277.696.455,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MT, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	0237 Corredor Araguaia-Tocantins	5,70%	10,32%	8,87%	17,04%	12,26%
	0238 Corredor Fronteira Norte	4,83%	2,13%	2,43%	2,91%	2,85%
	0230 Corredor Leste	7,52%	8,71%	6,97%	7,77%	7,76%
	0233 Corredor MERCOSUL	3,47%	11,18%	10,03%	11,01%	9,93%
	0235 Corredor Nordeste	3,80%	6,25%	8,25%	9,86%	7,96%
	0236 Corredor Oeste-Norte	2,41%	3,31%	3,81%	3,57%	3,43%
	0229 Corredor São Francisco	1,66%	1,73%	2,16%	2,24%	2,04%
	0232 Corredor Sudoeste	0,51%	0,52%	0,34%	0,81%	0,60%
	0231 Corredor Transmetropolitano	3,68%	1,96%	1,36%	2,82%	2,38%
	0224 Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário	0,23%	0,18%	0,18%	0,13%	0,16%
	8768 Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval	24,17%	8,00%	15,93%	8,90%	12,17%
	6035 Infra-estrutura de Transportes	2,37%	2,62%	2,13%	1,18%	1,87%
	0220 Manutenção da Malha Rodoviária Federal	32,16%	37,99%	32,21%	26,80%	31,21%
	0223 Manutenção de Hidrovias	0,99%	0,47%	0,42%	0,32%	0,46%
	0228 Navegação Interior	0,20%	0,07%	0,09%	0,00%	0,06%
	0221 Serviços de Transporte Aquaviário	0,74%	0,48%	0,53%	0,39%	0,48%
	0226 Serviços de Transporte Ferroviário	0,08%	0,04%	0,00%	0,00%	0,02%
	0227 Serviços de Transporte Rodoviário	0,28%	0,13%	0,18%	0,14%	0,16%
Finalístico Soma		**94,82%**	**96,10%**	**95,89%**	**95,87%**	**95,80%**
Gestão de Políticas Públicas	0225 Gestão da Política dos Transportes	5,18%	3,90%	4,11%	4,13%	4,20%
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

Os principais resultados alcançados pelo MT em relação à política setorial definida em 2007, bem como os principais fatores de sucesso para o seu alcance estão descritos por programa e respectivas ações, conforme abaixo.

Programa de Gestão de Política e Infra-Estrutura de Transportes

Formulação de política de transportes - a versão preliminar do Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT) foi concluída em abril de 2007, e o seu relatório executivo colocado na íntegra à disposição da sociedade brasileira, na Internet.

Elaboração e aperfeiçoamento de indicadores - foi elaborado projeto em parceria com o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CFTRU/UnB), que teve como objetivo avaliar e reformular os indicadores de desempenho dos programas de transportes constantes do PPA 2004-2007, tornando possível a mensuração da efetividade dos resultados alcançados com a sua execução e servindo como elemento de auxílio à gestão da política do setor.

Liquidação e extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) - o processo de inventariança da RFFSA iniciou-se em 22 de janeiro de 2007 e foi paralisado pela Ação Civil Pública nº 220.38.00049015-0 da 18ª da Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, em 11 de setembro de 2007. Por meio de acordo com o Ministério Público da União (MPU) o processo de inventariança foi retomado em 19 de dezembro de 2007. A partir de 22 de janeiro de 2008, o processo foi prorrogado por um ano.

Estão, ainda, propostas 145 localizações de pontos de pesagem de veículos com equipamentos fixos e 99 bases para equipamentos móveis, com a operação de 244 balanças (fixas e móveis) em todo o país, em cinco anos. Até o momento existem 78 postos, estando em operação, 11 balanças fixas e 33 balanças móveis.

Programa Manutenção da Malha Rodoviária Federal

Foram restaurados 6.600 quilômetros (km) e conservados aproximadamente 50.000 km em vários trechos das rodovias federais. Houve recuperação de trechos, restauração e conservação preventiva e rotineira de rodovias, serviço de manutenção terceirizada e manutenção de trechos rodoviários. Na sinalização rodoviária, foram executados 7.030 km de pintura (sinalização horizontal), correspondendo a 24,6% do Programa, totalizando 26.525 km (55,19% do Programa) em 2006 e 2007. Em placas (sinalização vertical), foram implantados 31.283 metros quadrados (m^2), correspondendo a 27,4% do Programa, totalizando 72.320 m^2 (37,60% do Programa) em 2006 e 2007.

Programa Serviços de Transporte Aquaviário

Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infra-Estrutura do Transporte Aquaviário - foram realizadas 983 ações de fiscalização, representando incremento na atividade que superou a meta programada em mais de 850%, atendendo ao objetivo do Programa.

Concessão e regulação dos serviços e da exploração da infra-estrutura do transporte aquaviário - destacaram-se as seguintes normas: Norma de Fiscalização das Atividades das Administrações Portuárias (Resolução ANTAQ nº 858, de 23 de agosto de 2007), Norma para Outorga de Autorização à Pessoa Jurídica para Operar na Navegação de Longo Curso, de Cabotagem, de Apoio Marítimo e de Apoio Portuário (Resolução ANTAQ nº 843, de 14 de agosto de 2007) e Norma para Outorga de Autorização para Prestação de Serviço de Transporte de Passageiros e de Serviço de Transporte Misto na Navegação Interior de Percurso Longitudinal, Interestadual e Internacional (Resolução ANTAQ nº 912, de 23 de novembro de 2007). No que se refere a outorgas, foram emitidos 108 termos de autorização relativos à navegação marítima e de apoio, à navegação interior e aos terminais de uso privativo.

Programa Manutenção de Hidrovias

A Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental (AHIMOC) concentrou suas atividades no Programa de monitoramento ambiental, vistoria técnica, serviços de manutenção preventiva, dragagens de manutenção e desobstrução do canal navegável do Rio Madeira com retirada de paliteiros e dragagem de aprofundamento do Canal do Pucu. Foram trabalhados 1.192 km de rio, aplicando-se a importância de R$ 3,1 milhões;

A Administração das Hidrovias do Nordeste (AHINOR) executou ações beneficiando os rios Mearim, Grajaú, Parnaíba, Preguiças, Santa Rosa, Pindaré e hidrovia do Parnaíba, incluindo a região do Delta. Trabalhou-se uma extensão de 1.752 km em desobstrução dos leitos, limpeza e conservação das margens, remoção de vegetação aquática, recuperação e melhoramentos de atracadouros hidroviários.

As principais atividades desenvolvidas pela Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental (AHIMOR) foram manutenção do balizamento do rio Tocantins no trecho Tucuruí-Foz, projeto básico do derrocamento da Pedra do Lourenço-Vila Tauri, inspeção da hidrovia Capim-Guamá, reforma da balsa Fé em Deus VIIB, recuperação de instalações de apoio dos portos, recuperação da draga Goiás, renovação da licença ambiental e atendimento a condicionantes do porto de São Francisco.

As principais atividades realizadas pela Administração das Hidrovias do Tocantins-Araguaia (AHITAR) foram a elaboração de projeto básico para a revitalização da sinalização do canal navegável do rio Tocantins – Miracema (TO) a Estreito (MA) e sua execução, manutenção de embarcações da administração situada em Conceição do Araguaia (PA), manutenção da sinalização do rio Araguaia no trecho Pau d'Arco-Xambioá e implantação da nova sede da AHITAR em Palmas (TO).

A Administração das Hidrovias do São Francisco (AHSFRA) realizou as atividades de reimplantação/readequação e manutenção do balizamento flutuante e fixo no trecho Pirapora-Juazeiro e reativação do sistema de monitoramento operacional da hidrovia.

A Administração da Hidrovia do Paraná (AHRANA) realizou as atividades de manutenção do balizamento da hidrovia do rio Paraná nos trechos Itaipu-Porto Primavera e Porto Primavera-São Simão, sondagens geotécnicas e projeto básico e executivo do rebaixamento do canal Guairá (PR).

A Administração da Hidrovia do Paraguai (AHIPAR) realizou as atividades de controle e prevenção de balseiros, levantamento topo-batimétrico, sinalização do rio Paraguai, dragagem de manutenção no rio Paraguai, monitoramento ambiental, manutenção de equipamentos e melhoria do porto Ladário. Destaca-se que a atividade de melhoramento na hidrovia do Paraguai no trecho do Jacaré consta do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estando em elaboração termo de referência para obtenção da licença ambiental prévia.

A Administração das Hidrovias do Sul (AHSUL) realizou as atividades de dragagem de manutenção do rio Taquari no trecho Taquari-Bom Retiro, balizamento e sinalização da hidrovia Jacuí-Taquari, monitoramento ambiental e manutenção de barragens e eclusas.

Programa Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário

Concessão e Regulação de Rodovias Federais - foram concedidos 2.600 km de rodovias federais para a exploração pela iniciativa privada nos estados de São Paulo (SP), Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ), Paraná (PR) e Santa Catarina (SC), compreendendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração dos lotes rodoviários a seguir relacionados:

a) BR-153: Divisa MG/SP - Divisa SP/PR (321,6 km);

b) BR-116: Curitiba - Divisa SC/RS (412,7 km);

c) BR-393: Divisa MG/RJ - Entr. BR-116, Via Dutra (200,4 km);

d) BR-101: Divisa ES/RJ - Ponte Rio-Niterói (320,1 km);

e) BR-381: Belo Horizonte - São Paulo (562,1 km) - Rodovia Fernão Dias;

f) BR-116: São Paulo - Curitiba (401,6 km) - Rodovia Régis Bitencourt;

g) BR-116/376/101: Curitiba - Florianópolis (382,3 km).

O Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga (RNTRC) atingiu 907 mil registros, sendo aproximadamente 762 mil registros para transportadores autônomos, 143 mil para empresas e 681 registros para cooperativas, somando frota total superior a 1,7 milhão de veículos habilitados ao transporte rodoviário de cargas.

O transporte internacional de cargas contabilizou 590 empresas brasileiras habilitadas a operar em território estrangeiro e 1.150 empresas estrangeiras habilitadas para operar em território brasileiro. Foram fiscalizados mais de 7,2 milhões de veículos nas estradas federais concedidas com relação a excesso de peso, à obrigatoriedade do vale-pedágio ao RNTRC e à habilitação do Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (TRIC).

Foram realizadas 372 operações de comando de fiscalização em rodovias, no combate ao transporte clandestino, além de uma série de atividades de rotina nos postos de fiscalização e atendimento ao usuário. Ao todo, foram fiscalizados 360.646 veículos, o que representa aumento de 101% no volume de fiscalizações. Foi dada ênfase às fiscalizações técnico-operacionais, nas quais foram fiscalizadas as garagens de 44 empresas de transporte de passageiros, detentoras de 70% da frota do setor, onde se buscou averiguar as condições técnicas de operação, com especial enfoque nos itens de segurança, nos aspectos relacionados à manutenção corretiva e preventiva das frotas de veículos e à jornada de trabalho dos motoristas. Por intermédio de 655 operações efetuadas pelas equipes de fiscalização, foram apuradas denúncias, tendo sido fiscalizados 6.042 veículos e lavrados aproximadamente 1.600 autos de infração. Merece destaque também a fiscalização permanente na Ponte Internacional da Amizade, em Foz do Iguaçu (PR), fronteira com o Paraguai, em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, na qual foram fiscalizados em torno de 48 mil veículos que executavam transporte internacional alternativo como táxis e vans.

Concessão e regulação de ferrovias federais marcadas pela realização, em 2007, da conclusão do processo de subconcessão do trecho de 720 km da Ferrovia Norte-Sul entre as cidades de Açailândia (MA) e Palmas (TO) que, além de se configurar como novo modelo de captação de recurso, inédito no País por ser a primeira subconcessão de trecho ferroviário ainda em construção, representou significativo aporte financeiro - R$ 1,5 bilhão - que possibilitará a continuidade da implantação deste projeto nos próximos dois anos.

Relativamente às concessões ferroviárias, no ano de 2007 foram investidos aproximadamente R$ 3,4 bilhões pelos concessionários privados, representando crescimento de 35% em relação ao ano anterior. Foram aprovados, no ano de 2007, ampliação de pátios de cruzamento e projetos de trechos de acessos das concessionárias a terminais, totalizando investimento de R$ 250,5 milhões. No tocante à produção das concessionárias, destaca-se o crescimento de 18% no transporte de contêineres e a produção estimada de 250 bilhões de toneladas por quilômetro útil (t/ku), representando evolução de 5%. No ano de 2007, ocorreram 1.067 acidentes, 35% menos do que o ano de 2006.

Programa Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval

A arrecadação do Fundo da Marinha Mercante, no valor de R$ 1,3 bilhão em 2007, promoveu a retomada dos investimentos na área da navegação e indústria naval brasileira, viabilizando a construção de 72 embarcações, das quais 26 foram entregues nesse ano. Além disso, foram assinados 73 novos contratos de construção, dos quais 23 são para novas embarcações do Programa de Renovação da Frota da Petrobrás Transporte S.A. (Transpetro), 12 são para embarcações de apoio às plataformas de petróleo, 23 são para rebocadores portuários com

propulsão azimutal, trazendo mais segurança nas manobras nos portos brasileiros, dois são para embarcações de pesca, consolidando o Programa Pró-Frota Pesqueira, e a construção do estaleiro Atlântico Sul, no Estado de Pernambuco, com capacidade para produzir embarcações de até 150.000 toneladas de peso bruto (t.p.b).

Programa Corredor São Francisco

Adequação de Trecho Rodoviário no entroncamento BR-235 em Pedra Branca, na BR-101 no Estado do Sergipe (SE), conhecida como contorno de Aracaju. A Ação, que consta do PAC, compreende duplicação e modernização, com extensão de 14 km, do entroncamento da BR-235 até Pedra Branca. Na pista nova, foi concluído o viaduto de acesso a Itabaiana e a ponte sobre o rio Cotinguiba. Estão em execução os viadutos de Aracaju, Laranjeiras e Pedra Branca. Na pista antiga, foi concluída a restauração de cinco quilômetros, incluindo as vias laterais. Está em execução a recuperação e alargamento da ponte sobre o rio Cotinguiba.

Adequação de Trecho Rodoviário na BR-101 nos Estados de Sergipe (SE) e Bahia (BA). Em Sergipe, encontram-se em andamento as obras do km 77,3 ao km 91,6, travessia urbana de Aracaju, foram concluídos cinco quilômetros de duplicação e duas obras de arte especial e está em fase de conclusão os projetos executivos (com respectivas aprovações ambientais) para duplicação do trecho entre a Divisa AL/SE e Feira de Santana (BA).

Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/BA - Divisa BA/MG na BR-135 no Estado da Bahia (BA). A Ação, que consta do PAC, contempla a construção e pavimentação de 294 km na rodovia. Da Divisa PI/BA até Monte Alegre foi concluída a pavimentação (45 km), estando em execução as obras complementares. No segmento a partir de São Desidério (60 km), foram executados 38 km de terraplenagem e 21 km de capa asfáltica. No subtrecho até Correntina (78 km), foram executados 70 km de terraplenagem e 57 km de capa asfáltica.

Programa Corredor Leste

Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa GO/MG, entroncamento BR-365 na BR-153 no Estado de Minas Gerais (MG). Trata-se da duplicação da rodovia BR-153 entre a Divisa GO/MG e o entroncamento com a BR-365, "Trevão" com 56 km, onde foram executados 50 km de pista nova e concluída a restauração da pista antiga. A Ação consta do PAC.

Adequação de Trecho Rodoviário – Santa Cruz - Mangaratiba na BR-101 no Estado do Rio de Janeiro (RJ). Essa Ação faz parte do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro e consta do PAC. No subtrecho Santa Cruz - Mangaratiba (22 km) foram concluídos 15 km de terraplenagem e estão em execução 3,5 km de pavimentação, as pontes sobre os rios Guandu e Itaguaí e sobre os canais Itá, São Fernando e rio da Guarda.

Construção de Trecho Rodoviário - Divisa RJ/MG – Ilicínea (MG) - Divisa MG/SP na BR-265 no Estado de Minas Gerais (MG). Essa Ação consta do PAC e compreende

a pavimentação de 136 km entre Ilicínea (MG) e São Sebastião do Paraíso (MG). No subtrecho Jacuí (MG) – São Sebastião do Paraíso (MG) (33 km), foi concluída a pavimentação; no subtrecho Alpinópolis (MG) – Jacuí (MG) (55 km), foram executados 31 km e quatro pontes.

Programa Corredor Transmetropolitano

Construção do Rodoanel Trecho Sul no Município de São Paulo no Estado de São Paulo (SP). Essa Ação compreende a construção do Rodoanel de São Paulo (SP) – Trecho Sul, com extensão de 61,5 km, interligando o trecho oeste com as rodovias Anchieta e Imigrantes, em convênio com o Estado de São Paulo. A Ação consta do PAC. As obras desta Ação foram divididas em cinco lotes e foram iniciadas em maio de 2007.

No lote um, foram concluídos 1,5 km de terraplenagem e estão em execução sete quilômetros. Em execução, também, tem-se a passagem inferior na interligação da Avenida Papa João XXIII com Borda do Campo e mais três obras de arte especial.

No lote dois, estão em execução dois quilômetros de terraplenagem, dois de pontes e um de viaduto, na interseção da via Anchieta - Pátio da Volks, com a favela Areião.

No lote três, foi concluído o canteiro de obras e estão em execução os pré-moldados, a cravação das estacas para a ponte de 1.763 metros (m) sobre a represa Billings e o viaduto sobre a rodovia dos Imigrantes.

No lote quatro, estão em execução 15 km de terraplenagem, a passagem inferior da avenida Sadamu Inoue/Palheireiros, a ponte sobre a represa Guarapiranga e a passagem inferior da avenida Paulo Guilguer Reimberg.

No lote cinco, foram concluídos quatro quilômetros e estão em execução oito quilômetros de terraplenagem e 13 obras de arte especial. Foi publicado termo aditivo ao convênio em novembro de 2007.

Programa Corredor MERCOSUL

Construção de Trecho Rodoviário – São Miguel do Oeste (SC) - fronteira Brasil/Argentina na BR-282 no estado de Santa Catarina (SC) e Construção de Trecho Rodoviário - São José do Cerrito (SC) - Campos Novos (SC) na BR-282 no Estado de Santa Catarina (SC). Essas ações compreendem a construção e pavimentação de 133 km na BR-282 no Estado de Santa Catarina. As ações constam do PAC. Estão em execução pelo 10º Batalhão de Engenharia e Construção de Lages (BEC) no subtrecho Lages (SC) – São José do Cerrito (SC) (32 km), os cinco quilômetros restantes da pavimentação; no subtrecho São José do Cerrito (SC) – Campos Novos (SC) (71 km) está concluída a terraplenagem em 66 km e os cinco quilômetros restantes estão em execução e no subtrecho de 30 km entre São Miguel d'Oeste (SC) e Paraíso (SC), fronteira com a Argentina, as obras foram iniciadas em 05 de novembro de 2007 com execução de seis quilômetros de terraplenagem.

Adequação de Contorno Rodoviário - Município de Curitiba (Leste) na BR-116 no Estado do Paraná. A Ação consiste na adequação do contorno leste de Curitiba, cuja extensão é de 45 km. A Ação consta do PAC. As obras complementares estão em fase final de execução, tendo sido concluída a implantação de 10 dispositivos de proteção ambiental (bacias de contenção) contra acidentes envolvendo cargas perigosas.

Adequação de Trecho Rodoviário - Palhoça - Divisa SC/RS na BR-101 no Estado de Santa Catarina.

Construção de Trecho Rodoviário - Divisa SC/RS - São José do Norte (RS) na BR-101/RS no Estado do Rio Grande do Sul.

Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado do Rio Grande do Sul - Trecho Divisa SC/RS - Osório (RS) e adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SC/RS – Osório (RS) na BR-101 no Estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de duplicação de 348 km de Palhoça (SC) a Osório (RS). A Ação consta do PAC.

No Estado de Santa Catarina foram concluídos 52 km de pista nova, tendo sido 30 km liberados ao tráfego. Foram concluídos seis pontes e 10 viadutos, estando em execução 58 obras de arte especial. Foram restaurados 22 km da pista antiga. Estão em elaboração os projetos executivos da travessia da lagoa do Imaruí e do túnel do Morro do Formigão. Encontra-se em processo licitatório a contratação do projeto executivo do túnel do Morro dos Cavalos.

No Estado do Rio Grande do Sul foram liberados ao tráfego 10 km de pista nova nas proximidades de Osório (RS), concluídas duas pontes, sete viadutos e concluído o elevado da várzea do Maquiné (RS), composto de três pontes e três viadutos, com extensão de 2,5 km. Encontra-se em execução o túnel duplo do Morro Alto, com dois quilômetros de extensão. Na pista antiga foram restaurados 18 km. O trecho entre Aguapés (RS) e Osório (RS), com 22 km, está em fase de conclusão.

Construção de Trecho Rodoviário - Santa Maria (RS) - Rosário do Sul (RS) na BR-158 no Estado do Rio Grande do Sul. Trata-se da construção e pavimentação de 68 km de rodovia. A Ação consta do PAC. Foram concluídos 34 km de capa asfáltica e 14 km de terraplenagem, estando em execução a terraplenagem dos 20 km restantes.

Construção de Trecho Rodoviário - Ventania - Alto do Amparo na BR-153 no Estado do Paraná. Trata-se da construção e pavimentação de 83 km de rodovia. A Ação consta do PAC. No subtrecho Ventania (PR) – Tibagi (PR) (46 km) foram concluídos 40 km de pavimentação asfáltica e estão em execução 13 km. No subtrecho Tibagi (PR) – Alto do Amparo (PR) (37 km) foram concluídos 28 km de terraplenagem e estão em execução cinco quilômetros, e uma ponte sobre o rio Pinheiro Seco.

Prolongamento de Trecho de Rebaixamento da Linha Férrea no Município de Maringá no Estado do Paraná. Trata-se de prolongamento e rebaixamento de linha férrea da cidade de Maringá (PR) com extensão de 5,88 km, em parceria com a Prefeitura Municipal

de Maringá. Em 2007, executaram-se, no segmento leste, serviços de terraplenagem, drenagem, obras de contenção e construção de grades provisórias em três quilômetros.

Programa Corredor Nordeste

Adequação de Trecho Rodoviário - João Pessoa - Campina Grande na BR-230 no Estado da Paraíba. Consiste na duplicação de 112 km entre João Pessoa (PB) e Campina Grande (PB). A Ação consta do PAC. Nesta obra, tem-se concluído 92 km de pavimentação e 32 km de terraplenagem na pista nova. Na pista antiga, foram restaurados 33 km.

Adequação de Trecho Rodoviário - BR-101 nos Estados do Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB), Pernambuco (PE) e Alagoas (AL). Trata-se de obra na BR-101/Nordeste (RN/PB/PE/AL), compreendendo a duplicação e adequação de capacidade entre Natal (RN) e a Divisa AL/SE, numa extensão total de 652 km. As ações constam do PAC. O 1º BEC está executando as obras desde o perímetro urbano de Natal até o acesso a Arêz, no Rio Grande do Norte, tendo concluído 10 km, uma ponte e 35 km de restauração. O 2º BEC concluiu dois quilômetros do subtrecho do acesso a Lucena até a divisa com o Estado de Pernambuco; os 3º e 4º BECs concluíram três quilômetros e quatro obras de arte especial, da divisa com a Paraíba até Igarassu (Contorno do Recife) em Pernambuco. Todos os demais trechos do Rio Grande do Norte a Pernambuco foram contratados e as obras estão em andamento, tendo sido concluídos três quilômetros na Paraíba, restaurados 2,5 km e construídas sete obras de arte especial em Pernambuco. No trecho da Divisa de Pernambuco até a Divisa com Sergipe, estão em conclusão o projeto executivo e foi aprovado o Estudo de Impacto Ambiental (EIA)/Relatório de Impacto de Ambiental (RIMA).

Adequação de Trechos Rodoviários – Fortaleza - Pacajus na BR-116/CE no Estado do Ceará. Trata-se de adequação no trecho com extensão de 68,3 km, estando concluídos 38 km.

Desapropriação de Área para Construção da Ferrovia Transnordestina ligando os portos de Pecém (CE) a Salgueiro (PE), de SUAPE (PE) a Eliseu Martins (PI), passando por Salgueiro (PE) com extensão de 1.671,60 km. A Ação consta do PAC.

Programa Corredor Oeste-Norte

Construção de Trecho Rodoviário - Diamantino - Sapezal - Comodoro na BR-364 no Estado do Mato Grosso. No subtrecho Diamantino - Parecis (62,0 km) foram pavimentados 43 km.

Programa Corredor Araguaia-Tocantins

Adequação de Trecho Rodoviário - Brasília - Divisa DF/GO na BR-060 no Distrito Federal e Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa DF/GO entroncamento BR-153/GO na BR-060 no Estado de Goiás. As ações consistem na adequação do trecho Brasília (DF) – Anápolis (GO), numa extensão de 93,1 km. A Ação consta do PAC. As obras de duplicação foram concluídas assim como os serviços de restauração da pista antiga.

Adequação de Trecho Rodoviário – Aparecida de Goiânia - Itumbiara na BR-153 no Estado de Goiás. Trata-se da duplicação e restauração de 187 km entre Aparecida de Goiânia (GO) e Itumbiara (GO). A Ação consta do PAC. Foram concluídos 163 km de pavimentação na pista nova e na pista antiga foram restaurados 153 km.

Construção das Eclusas de Tucuruí no rio Tocantins no Estado do Pará. Trata-se da construção de duas eclusas e um canal em Tucuruí, no rio Tocantins, tendo sido executados 56% da obra civil e concluídos 70% das unidades habitacionais destinadas à realocação das famílias desapropriadas. Foi firmado convênio entre Caixa Econômica Federal (CEF) e Prefeitura Municipal de Tucuruí para a construção de 300 novas casas populares para reassentamento. A ação consta do PAC.

Construção da Ferrovia Norte-Sul - Aguiarnópolis - Palmas no Estado do Tocantins (TO). Essa Ação consiste no tramo norte da ferrovia, onde foi inaugurado o trecho Pátio de Aguiarnópolis - Pátio de Araguaína, este último ocupando uma área de 348 mil m², totalizando 362 km de ferrovia construída. Foram iniciadas as obras de implantação dos 358 km seguintes, que ligam o Pátio de Araguaína a Palmas (TO 080) no qual estão incluídos os Pátios de Colinas do Tocantins e de Guaraí. Neste trecho, estão construídos 50 km de ferrovia.

Construção da Ferrovia Norte-Sul - Anápolis-Uruaçu no Estado de Goiás. No trecho sul, Campo Limpo (GO)-Ouro Verde de Goiás (GO), com 40 km, em função da indisponibilidade de recursos financeiros, foram realizadas fiscalização e manutenção dos serviços de engenharia já executados, além de gerenciamento ambiental no trecho. A disponibilização de recursos extraordinários, provenientes de Medida Provisória, possibilitou o reinício das obras no trecho Anápolis-Uruaçu, com extensão de 280 km. A meta de expansão da operação comercial da Ferrovia Norte-Sul foi atingida, alcançando a marca de 1,5 milhão de transporte de cargas.

Programa Corredor Fronteira Norte

Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) na BR-156 no Estado do Amapá. A Ação consiste na construção e pavimentação de 309 km entre Ferreira Gomes (AP) e Oiapoque (AP). A Ação consta do PAC.

Construção de Trecho Rodoviário - Sena Madureira - Cruzeiro do Sul na BR-364 no Estado do Acre. Foram concluídos 93 km de pavimentação e quatro obras de arte especial entre Tarauacá (AC) e o rio Liberdade.

Há uma série de desafios enfrentados no processo de gestão dos programas durante o PPA 2004-2007. Cada vez mais as empresas demandam por infra-estrutura de transportes, buscando ampliar mercados já existentes. A organização da distribuição das redes multinacionais de produção tende a ser realizado em torno de plataformas logísticas - ao menor custo, níveis de serviços melhores para determinadas mercadorias. Para isto, há a necessidade de formar rede integrada de fornecedores, indústrias, distribuidores e empresas de transporte, compartilhando informações a fim de manter o fluxo global de mercadorias.

Existe, também, forte tendência de introdução da preocupação ambiental nos sistemas de transporte por meio de mecanismos regulatórios baseados no conceito de poluidor-pagador (implantação de sistemas de cotas, taxas etc.). Institucionalmente, existe uma tendência cada vez maior de implementação de novas formas de parcerias entre os setores público e privado (PPPs), com participação crescente deste último no financiamento e provimento das infra-estruturas e das operações.

A criação de agências reguladoras é outro fenômeno constatado mundialmente. Esse decorre do fato de, na maioria dos serviços públicos, haver imperfeições nos mercados, bem como condições de monopólio natural, que incitam a manutenção de supervisão permanente dos serviços concedidos.

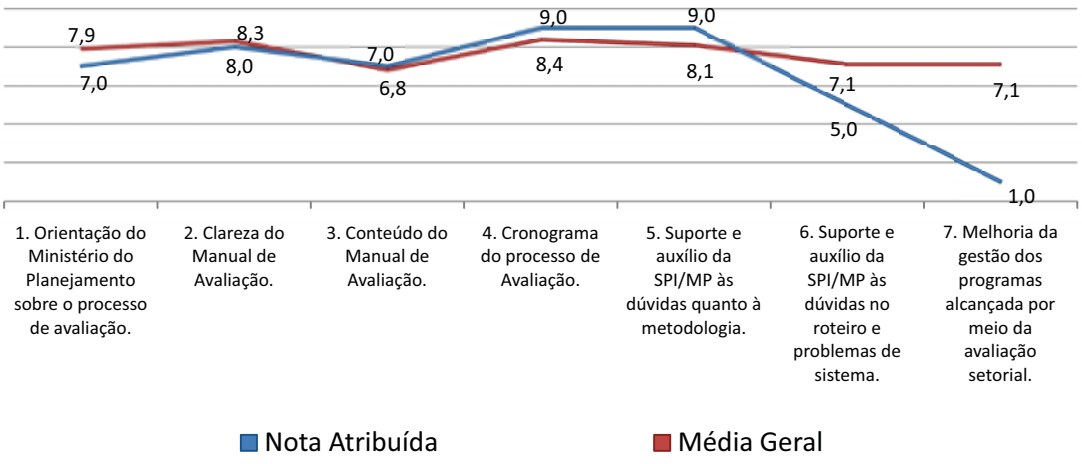
A organização dos serviços de transporte vem internacionalmente se alterando profundamente, principalmente, através da integração de operadores por meio de fusões entre empresas ou de alianças estratégicas. As práticas modais tradicionais estão gradativamente sendo abandonadas para dar lugar a sistemas integrados de prestação de serviços multimodais. Estas mudanças estruturais vêm sendo viabilizadas pela progressiva eliminação das restrições impostas por formas rígidas de regulação. Os portos secos assumirão papel fundamental no ambiente de crescimento do fluxo de comércio do país com o resto do mundo. Os serviços prestados nestes terminais facilitarão o escoamento das mercadorias comercializadas, beneficiando as economias regionais.

Em termos estruturais, a grande tendência é a de separação das atividades industriais que efetivamente geram valor ao negócio das demais, em especial, as atividades logísticas. Este fato deve gerar aumento nas locações de infra-estruturas (terminais, armazéns, escritórios e até parques fabris) e significativo processo de terceirização das operações logísticas no Brasil. No curto prazo, deve prosperar a tendência de terceirização das atividades de transporte, mas, no longo prazo, existe possibilidade de reversão, ao menos parcial, desta tendência. Isto, em função do crescente número de insucessos relacionados a esta prática, aos riscos estruturais e ao aumento de custos indiretos.

A estrutura programática e a organizacional divergem entre si, ou seja, a estrutura de corredores de transportes não otimiza a execução e o Ministério está distribuído geograficamente de forma a atender as demandas e permitir a implementação das ações em cada Unidade de Federação.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MT mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MT e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:


7,9
8,3
7,0
9,0
9,0
7,0
8,0
6,8
8,4
8,1
7,1
7,1
5,0
1,0
1. Orientação do Ministério do Planejamento sobre o processo de avaliação.
2. Clareza do Manual de Avaliação.
3. Conteúdo do Manual de Avaliação.
4. Cronograma do processo de Avaliação.
5. Suporte e auxílio da SPI/MP às dúvidas quanto à metodologia.
6. Suporte e auxílio da SPI/MP às dúvidas no roteiro e problemas de sistema.
7. Melhoria da gestão dos programas alcançada por meio da avaliação setorial.
Nota Atribuída
Média Geral

CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Pagot

OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Pará (PA), Tocantins (TO), Maranhão (MA), Mato Grosso (MT) e Goiás (GO).

PÚBLICO-ALVO

Usuários de transporte nos Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.308.521.435,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.954.903.844,00
	Pago Estatais:	R$ 637.349,00
	Total:	**R$ 1.955.541.193,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 720.666.667,00	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor Araguaia-Tocantins – Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-

1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O Ministério dos Transportes (MT) tem dificuldades para aferir os indicadores atuais. Em função disto, foi contratado, em 2005, o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CEFTRU/UnB) para definir indicadores de desempenho para o setor de transporte e estabelecer metodologias para medir o impacto das políticas públicas no setor. Com esses instrumentos, espera-se que o órgão poderá avaliar o desempenho de seus programas. Ao longo do ano de 2007, em parceria firmada entre o MT e a Universidade de Brasília (UnB), por intermédio do CEFTRU, e atendendo à solicitação do Tribunal de Contas da União (TCU) feita através do Acórdão nº 102, de 11 de fevereiro de 2004, desenvolveu-se Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas Nacionais de Transportes, que será utilizado já no PPA 2008-2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa visa promover a integração multimodal objetivando o aumento da capacidade e redução do custo de transportes no corredor Araguaia-Tocantins.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Destacam-se as seguintes obras em execução em 2007:

- BR-414/GO – adequação de Trecho Rodoviário Cocalzinho – Niquelândia.

- BR-060/GO – adequação de Trecho Rodoviário Divisa DF/GO - Entr. BR-153/GO.

- BR-010/TO – construção de Trecho Rodoviário Divisa TO/MA - Aparecida do Rio Negro.

- Construção da Ferrovia Norte-Sul.

- Construção da Eclusa de Tucuruí.

- Recuperação dos berços 101 e 102 do Porto de Itaqui.

Ressalta-se que não foram obtidos alguns produtos para ações no decorrer do ano de 2007, tendo em vista que a liberação de recursos ocorreu apenas no final do ano. E somente a partir daí foi possível a retomada dos serviços, sem, entretanto, efetivação da realização de produtos, prejudicando o alcance da meta física pretendida. Menciona-se que, em relação ao total de ações, realizou-se 23% de execução financeira e 41% de execução física.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Entre as 89 ações previstas de construção e adequação do sistema viário, teve-se a seguinte distribuição: 47 não tiveram execução financeira, 29 apresentaram resultados entre 80% e 100%, cinco apresentaram resultados entre 40% e 80% e oito apresentaram resultados abaixo de 40%. Para a execução física, 74 não tiveram execução em 2007, cinco acima de 100%, quatro entre 80% e 100% e três entre 40% e 80%; três abaixo de 40%.

São utilizados dois mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações: visitas *in loco*, realizadas de forma aleatória por técnicos da sede do Departamento de Infra-Estrutura em Transporte (DNIT) e relatório anual de gestão.

Foi solicitado ao Serviço Federal de Processamentos de Dados (SERPRO) o desenvolvimento de um programa para acompanhar e avaliar as obras, quanto aos aspectos físicos.

As principais causas que prejudicaram a execução em 2007 foram:

a) obras diretas e conveniadas não-executadas, porque os projetos estavam sendo elaborados e em fase de análise pelo DNIT;

b) licitação de obras concluídas apenas em dezembro de 2007;

c) longo período chuvoso;

d) falta de licença ambiental (LI);

e) significativa quantia de restos a pagar.

Em 2007, houve melhoria nos recursos materiais do DNIT, em especial na sede. No entanto, ainda há insuficiência de recursos como veículos, materiais e equipamentos de informática entre outros.

Constatou-se quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras, apesar da realização do concurso público em 2006. Faltou, também, um programa de treinamento para os novos integrantes da equipe, que foram admitidos pelo concurso público.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social no âmbito do programa é promovida através de ouvidoria, pelo sítio *www.dnit.gov.br* ou pelo telefone 0800-611535, e de audiência pública e consulta pública, ambas prévias às licitações das obras. As contribuições são importantes, porém difíceis de serem mensuradas no contexto do Programa.

Devido à reformulação dos corredores regionais em vetores logísticos a partir de 2008, o Programa foi extinto.

CORREDOR FRONTEIRA NORTE

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Pagot

OBJETIVO

Incrementar o fluxo de pessoas e mercadorias entre os Estados do Amapá (AP), Roraima (RR), Amazonas (AM) e Acre (AC) com os países da fronteira norte do Brasil.

PÚBLICO-ALVO

População da fronteira norte e oeste do País

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 432.783.094,00	Empenho Liquidado:	R$ 333.764.393,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 333.764.393,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Tráfego Médio Diário na Rodovia BR-156/AP - Unidade	-	-	-	-	-	-
2. Tráfego Médio Diário na Rodovia BR-174/RR - Unidade	-	-	-	-	-	-
3. Tráfego Médio Diário na Rodovia BR-317/AC - Unidade	-	-	-	-	-	-
4. Tráfego Médio Diário na Rodovia BR-364/AC – Unidade	-	-	-	-	-	-
5. Tráfego Médio Diário na Rodovia BR-401/RR - Unidade	-	-	-	-	-	-

1. TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO NA RODOVIA BR-156/AP

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Os atuais indicadores do Programa não refletem adequadamente o avanço físico das obras. Nos casos em que a ação contempla a construção ou a duplicação de rodovias, os reflexos no indicador aparecem apenas na parte final da obra ou após a sua conclusão, o que pode extrapolar o PPA vigente. A variação positiva dos índices está diretamente ligada à execução e à finalização das obras. Observa-se também que os indicadores não têm sido aferidos desde a extinção da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT).

O Ministério dos Transportes (MT) tem dificuldades para aferir os indicadores atuais. Em função disto foi contratado, em 2005, o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CEFTRU/UnB) para definir indicadores de desempenho para o setor de transporte e estabelecer metodologias para medir o impacto das políticas públicas no setor. Com esses instrumentos, espera-se que o órgão poderá avaliar o desempenho de seus programas. Ao longo do ano de 2007, em parceria firmada entre o MT e a Universidade de Brasília (UnB), por intermédio do CEFTRU, e atendendo à solicitação do Tribunal de Contas da União (TCU) feita através do Acórdão nº 102, de 11 de fevereiro de 2004, desenvolveu-se Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas Nacionais de Transportes, que será utilizado já no PPA 2008-2011.

2. TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO NA RODOVIA BR-174/RR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 1 Tráfego Médio Diário na Rodovia BR-156/AP.

3. TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO NA RODOVIA BR-317/AC
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 1 Tráfego Médio Diário na Rodovia BR-156/AP.

4. TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO NA RODOVIA BR-364/AC
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 1 Tráfego Médio Diário na Rodovia BR-156/AP.

5. TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO NA RODOVIA BR-401/RR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 1 Tráfego Médio Diário na Rodovia BR-156/AP.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa visa a promoção do desenvolvimento econômico e social da fronteira norte do País, possibilitando o intercâmbio com a Venezuela e outros países da região do Caribe.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- A principal obra do Corredor Fronteira Norte, que se encontra no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), é a construção da BR-156/AP, incluída a ponte sobre o rio Oiapoque, que teve avanço considerável na pavimentação da estrada e resolvida a

contratação do projeto básico da ponte. Igualmente importantes são a construção de parte da BR-364/AC e a construção da ponte sobre o rio Itacutu.

- Outros pontos que merecem destaque são a construção de contorno rodoviário na BR-174 /RR em Boa Vista e de trecho rodoviário na BR-317/AC entre o entroncamento da AC-040 e a Divisa AC/AM.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Quando o Programa foi criado, os índices de desempenho à época eram sistematicamente apurados pelo GEIPOT. A reestruturação do setor de transportes criou as agências reguladoras e extinguiu o GEIPOT, não havendo, por enquanto, quem esteja dando continuidade ao cálculo dos custos de transportes.

Nestas condições, a exemplo de anos anteriores, em 2007 não foi possível fazer avaliação da execução do programa a partir da análise dos índices alcançados pelos indicadores, pois a informação não existe. Como o objetivo do Programa é incrementar o fluxo de pessoas e mercadorias entre os Estados do Amapá (AP), Roraima (RR), Amazonas (AM) e Acre (AC), com os países da fronteira norte do Brasil, os resultados deveriam informar se as ações efetuadas causaram algum impacto nesse sentido. Mas para que isso fosse possível, seria necessário um indicador que permitisse captar os benefícios gerados pelo desenvolvimento parcial das ações, visto que, em princípio, somente após a conclusão da obra seria possível aferir se o custo de transporte de carga, na região da área de influência da obra, efetivamente diminuiu. Dessa forma, sugere-se analisar a possibilidade de alterar a forma de aferição para construção de rodovias, passando a ser efetuada por corredores de transportes específicos.

Quanto ao cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA)2007 e seus créditos adicionais, percebe-se que mesmo as obras previstas no PAC tiveram execução regular em relação às ações previstas, gerando alongamento nos prazos e eventuais aumentos nos custos de implantação. Nesse sentido, citam-se como principais causas as restrições por parte do TCU e os problemas ambientais, principalmente os relacionados às construções de rodovias em terras indígenas.

No que se referem às ações executadas de forma descentralizada, as obras envolvidas e os convênios existentes, em sua grande maioria, foram gerenciados pelos setores rodoviários dos Estados ou Municípios, excetuado o convênio com o Exército Brasileiro (EB) para a construção da ponte sobre o rio Itacutu fiscalizada pelo 6º Batalhão de Engenharia de Construção (BEC).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Devido à reformulação dos corredores regionais em vetores logísticos a partir de 2008, o Programa foi extinto.

CORREDOR LESTE

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Pagot

OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados de Minas Gerais (MG), Espírito Santo (ES) e Rio de Janeiro (RJ).

PÚBLICO-ALVO

Usuários de transporte nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.254.827.968,00	Empenho Liquidado:	R$ 868.107.413,00
	Pago Estatais:	R$ 24.562.005,00
	Total:	**R$ 892.669.418,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 234.036.400,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Custo Médio de Transporte de Carga Geral no Corredor Leste – Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-
2. Custo Médio de Transporte de Granéis Líquidos no Corredor Leste – Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-
3. Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor Leste - Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-

1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE CARGA GERAL NO CORREDOR LESTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 3. Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor Leste.

2. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS LÍQUIDOS NO CORREDOR LESTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 3. Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor Leste.

3. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR LESTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O Ministério dos Transportes (MT) tem dificuldades para aferir os indicadores atuais. Em função disto foi contratado, em 2005, o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CFTRU/UnB) para definir indicadores de desempenho para o setor de transporte e estabelecer metodologias para medir o impacto das políticas públicas no setor. Com esses instrumentos, espera-se que o órgão poderá avaliar o desempenho de seus programas. Ao longo do ano de 2007, em parceria firmada entre o MT e a Universidade de Brasília (UnB), por intermédio do CEFTRU, e atendendo à solicitação do Tribunal de Contas da União (TCU) feita através do Acórdão nº 102, de 11 de fevereiro de 2004, desenvolveu-se Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas Nacionais de Transportes, que será utilizado já no PPA 2008-2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa visa otimizar a utilização dos vários modais de transporte existentes no Corredor Leste, objetivando o transporte racional de cargas e passageiros, reduzindo custos e melhorando o atendimento aos usuários.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Destacam-se as seguintes obras em execução em 2007:

- BR-050/MG – adequação de Trecho Rodoviário Divisa MG/SP - Divisa MG/GO.
- BR-381/MG – adequação de Trecho Rodoviário - Belo Horizonte - Divisa SP/MG.
- BR-153/MG – adequação de Trecho Rodoviário Divisa GO/MG - Entrocamento BR-365/MG.
- BR-153/GO – adequação de Trecho Rodoviário Aparecida de Goiana – Itumbiara.
- BR-265/MG – construção de Trecho Rodoviário Divisa RJ/MG - Ilicínea - Divisa MG/SP.
- BR-493/RJ – construção de Trecho Rodoviário Entroncamento BR-101 - Entroncamento BR-040.

Ressalta-se que não foram obtidos alguns produtos para ações no decorrer do ano de 2007, tendo em vista que a liberação de recursos ocorreu apenas no final do ano. E somente a partir daí foi possível a retomada dos serviços, sem, entretanto, efetivação da realização de produtos, prejudicando o alcance da meta física pretendida.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Dentre as 110 ações previstas de construção e adequação do sistema viário, teve-se a seguinte distribuição, em que 32 não tiveram execução financeira, 50 apresentaram resultados entre 80% e 100%, sete apresentaram resultados entre 40% e 80% e 21 apresentaram resultados abaixo de 40%. Para a execução física, teve 80 que não tiveram execução, duas acima de 100%, duas entre 80% e 100%, seis entre 40% e 80% e 20 abaixo de 40%.

Menciona-se que, em relação ao total de ações, alcançou-se: 31% de execução financeira e 55% de execução física.

São utilizados dois mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações: visitas *in loco*, realizadas de forma aleatória por técnicos da sede do Departamento Nacional de Infra-Estrutura em Transportes (DNIT) e relatório anual de gestão.

Foi solicitado ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), o desenvolvimento de um programa para acompanhar e avaliar as obras, quanto aos aspectos físicos das obras.

As principais causas que prejudicaram a execução em 2007 foram:

a) obras não-executadas, porque os projetos estavam sendo elaborados e em fase de análise pelo DNIT;

b) obras paralisadas pelo TCU, devido a indícios de irregularidades;

c) licitação de obras concluídas em dezembro de 2007;

d) longo período chuvoso;

e) falta de licença ambiental de instalação (LI);

f) significativa quantia de restos a pagar (RAP).

Percebeu-se, no âmbito da equipe gerencial, deficiência de equipamentos de informática e sistemas de informação, e no âmbito das equipes executoras, deficiência de equipamentos de informática, de campo e sistemas de informação.

Constatou-se quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras, apesar da realização do concurso público em 2006. Faltou, também,

um programa de treinamento para os novos integrantes da equipe, que foram admitidos pelo concurso público de 2006.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social no âmbito do Programa é promovida através de ouvidoria, pelo sítio *www.dnit.gov.br* ou pelo telefone 0800-611535, de audiência pública e consulta pública, ambas prévias às licitações das obras. As contribuições são importantes, porém difíceis de serem mensuradas no contexto do Programa.

Devido à reformulação dos corredores regionais em vetores logísticos a partir de 2008, o Programa foi extinto.

CORREDOR MERCOSUL

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Pagot

OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas entre o Brasil e os países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

PÚBLICO-ALVO

Usuários do sistema de transportes da região Sul do País

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.386.098.076,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.263.659.434,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.263.659.434,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 200.000.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Custo Médio de Transporte de Carga Geral no Corredor MERCOSUL – Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-
2. Custo Médio de Transporte de Granéis Líquidos no Corredor MERCOSUL - Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-
3. Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor MERCOSUL - Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-

1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE CARGA GERAL NO CORREDOR MERCOSUL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 3 Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor MERCOSUL.

2. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS LÍQUIDOS NO CORREDOR MERCOSUL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 3 Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor MERCOSUL.

3. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR MERCOSUL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O Ministério dos Transportes tem dificuldades para aferir os indicadores atuais. Em função disto foi contratado, em 2005, o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CEFTRU/UnB) para definir indicadores de desempenho para o setor de transporte e estabelecer metodologias para medir o impacto das políticas públicas no setor. Com esses instrumentos, espera-se que o órgão poderá avaliar o desempenho de seus programas. Ao longo do ano de 2007, em parceria firmada entre o MT e a Universidade de Brasília (UnB), por intermédio do CEFTRU, e atendendo à solicitação do Tribunal de Contas da União (TCU) feita através do Acórdão nº 102, de 11 de fevereiro de 2004, desenvolveu-se Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas Nacionais de Transportes, que será utilizado já no PPA 2008-2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A integração comercial com os países do Cone Sul das Américas exige perfeita conexão entre os diversos modais de transportes no Brasil, objetivando obter o menor custo de transporte entre as nações envolvidas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Destacam-se as seguintes obras em execução em 2007:

- BR-101/RS – adequação de Trecho Rodoviário Divisa RS/SC - Osório.
- BR-101/SC – adequação de Trecho Rodoviário Divisa SC/RS - Palhoça.
- BR-116/PR – adequação de Trecho Rodoviário Curitiba - Leste.
- BR-158/RS – adequação de Trecho Rodoviário Santa Maria - Rosário do Sul.
- BR-153/PR - construção de Trecho Rodoviário Ventania - Alto do Amparo.
- Ampliação dos molhes e dragagem de aprofundamento do canal de acesso no Porto do Rio Grande (RS).

• Construção de Contorno Ferroviário no Município de Joinville no Estado de Santa Catarina.

• BR-470/RS - construção de Trecho Rodoviário Barracão - Lagoa Vermelha - Nova Prata.

• BR-285/RS - construção de Trecho Rodoviário Divisa SC/RS - Bom Jesus - Entroncamento BR-472/BR-287.

• BR-101/RS - construção de Trecho Rodoviário Divisa SC/RS - São José do Norte.

• BR-282/SC - construção de Trecho Rodoviário - São José Cerrito - Campos Novos.

• BR-282/SC - construção de Trecho Rodoviário São Miguel do Oeste - Fronteira Brasil/Argentina.

• BR-116/RS - obras complementares no Trecho Rodoviário Entroncamento RS-326 (para Ivoti) - ponte rio Guaíba.

• Prolongamento de Trecho de Rebaixamento da Linha Férrea no Município de Maringá no Estado do Paraná.

• Recuperação do berço 201 do porto de São Francisco do Sul no Estado de Santa Catarina.

Ressalta-se que não foram obtidos alguns produtos para ações no decorrer do ano de 2007, tendo em vista que a liberação de recursos ocorreu apenas no final do ano. E somente a partir daí foi possível a retomada dos serviços, sem, entretanto, efetivação da realização de produtos, prejudicando o alcance da meta física pretendida.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Dentre as 80 ações previstas de construção e adequação do sistema viário, obteve-se a seguinte distribuição, em que 18 não tiveram execução financeira, 47 apresentaram resultados entre 80 e 100%, 12 apresentaram resultados entre 40% e 80% e três apresentaram resultados abaixo de 40%. Para a execução física, teve 63 que não tiveram execução em 2007, nove acima de 100%, uma entre 80% e 100%, quatro entre 40% e 80% e três abaixo de 40%.

Menciona-se que, em relação ao total de ações, alcançou-se 35% de execução financeira e 50% de execução física. As razões desta baixa execução já foram mencionadas anteriormente.

São utilizados dois mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações: visitas *in loco*, realizadas de forma aleatória por técnicos da sede do Departamento Nacional de Infra-Estrutura em Transporte (DNIT) durante o exercício, e relatório anual de gestão.

Foi solicitado ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) o desenvolvimento de um programa para acompanhar e avaliar as obras, quanto aos aspectos físicos.

As principais causas que prejudicaram a execução em 2007 foram:

a) obras não executadas porque os projetos estavam sendo elaborados e em fase de análise pelo DNIT;

b) obras paralisadas pelo TCU devido a indícios de irregularidades;

c) licitação de obras concluídas em dezembro de 2007;

d) longo período chuvoso;

e) falta de licença ambiental de instalação (LI);

f) significativa quantia de restos a pagar.

Percebeu-se, no âmbito da equipe gerencial, deficiência de equipamentos de informática e sistemas de informação, e no âmbito das equipes executoras, deficiência de equipamentos de informática de campo e sistemas de informação.

Constatou-se quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras, apesar da realização do concurso público em 2006. Faltou, também, um programa de treinamento para os novos integrantes da equipe, que foram admitidos pelo concurso público de 2006.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social no âmbito do Programa é promovida através de ouvidoria, pelo sítio *www.dnit.gov.br* ou pelo telefone 0800-611535, e de audiência pública e consulta pública, ambas prévias às licitações das obras. As contribuições são importantes, porém difíceis de serem mensuradas no contexto do Programa.

O MT esclarece que devido à reformulação dos corredores regionais em vetores logísticos a partir de 2008, o Programa foi extinto.

CORREDOR NORDESTE

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Pagot

OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Piauí (PI), Ceará (CE), Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB), Pernambuco (PE) e Alagoas (AL).

PÚBLICO-ALVO

Usuários de transporte nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.322.895.728,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.102.183.726,00
	Pago Estatais:	R$ 29.240.633,00
	Total:	**R$ 1.131.424.359,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 511.000.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Custo Médio de Transporte de Granéis Líquidos no Corredor Nordeste – Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-
2. Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor Nordeste - Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-

1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS LÍQUIDOS NO CORREDOR NORDESTE

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 2. Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor Nordeste.

2. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR NORDESTE

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O Ministério dos Transportes (MT) tem dificuldades para aferir os indicadores atuais. Em função disto foi contratado, em 2005, o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CEFTRU/UnB) para definir indicadores de desempenho para o setor de transporte e estabelecer metodologias para medir o impacto das políticas públicas no setor. Com esses instrumentos, espera-se que o órgão poderá avaliar o desempenho de seus programas. Ao longo do ano de 2007, em parceria firmada entre o MT e a Universidade de Brasília (UnB), por intermédio do CEFTRU, e atendendo à solicitação do Tribunal de Contas da União (TCU) feita através do Acórdão nº 102, de 11 de fevereiro de 2004, desenvolveu-se Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas Nacionais de Transportes, que será utilizado já no PPA 2008-2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Promover a ocupação e permanência do cidadão na região interiorana do Nordeste é fundamental para a integração e o desenvolvimento da região.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Destacam-se as seguintes obras em execução em 2007:

- BR-101/PE – adequação de Trecho Rodoviário Divisa PB/PE - Divisa PE/AL.
- BR-101/PB – adequação de Trecho Rodoviário Divisa PB/RN - Divisa PB/PE.
- BR-101/RN – adequação de Trecho Rodoviário Divisa RN/PB – Natal.
- BR-116/CE – adequação de Trecho Rodoviário Fortaleza – Pacajus.
- BR-104/PE – adequação de Trecho Rodoviário Entroncamento PE-160 (Pão de Açúcar) - Entroncamento PE-149 (Agrestina) (km 19,8 - km 71,2).
- BR-230/PB – adequação de Trecho Rodoviário João Pessoa - Campina Grande.
- BR-408/PE – adequação de Trecho Rodoviário Carpina - Entroncamento BR-232.

Ressalta-se que não foram obtidos alguns produtos para ações no decorrer do ano de 2007, tendo em vista que a liberação de recursos ocorreu apenas no final do ano. E somente a partir daí foi possível a retomada dos serviços, sem, entretanto, efetivação da realização de produtos, prejudicando o alcance da meta física pretendida.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Dentre as 74 ações previstas de construção e adequação do sistema viário, obteve-se a seguinte distribuição, em que 21 não tiveram execução financeira, 30 apresentaram resultados entre 80% e 100%, 13 apresentaram resultados entre 40% e 80% e 10 apresentaram resultados abaixo de 40%. Para a execução física, teve 54 que não tiveram execução, oito acima de 100%, duas entre 80% e 100%, uma entre 40% e 80% e nove abaixo de 40%.

Menciona-se que, em relação ao total de ações, alcançou-se: 29% de execução financeira e 24% de execução física.

São utilizados dois mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações: visitas *in loco*, realizadas de forma aleatória por técnicos da sede do Departamento Nacional de Infra-Estrutura em Transporte (DNIT) e relatório anual de gestão.

As principais causas que prejudicaram a execução em 2007 foram:

a) obras diretas e conveniadas não-executadas, porque os projetos estavam sendo elaborados e em fase de análise pelo DNIT;

b) licitação de obras concluídas em dezembro de 2007;

c) período chuvoso;

d) falta de licença ambiental de instalação (LI);

e) significativa quantia de restos a pagar.

Em 2007, houve melhoria nos recursos materiais do DNIT, em especial na sede. No entanto, ainda há insuficiência de recursos como veículos, materiais e equipamentos de informática, entre outros.

Constatou-se quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras, apesar da realização do concurso público em 2006. Faltou, também, um programa de treinamento para os novos integrantes da equipe, que foram admitidos pelo concurso público.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social no âmbito do programa é promovida através de ouvidoria, pelo sítio *www.dnit.gov.br* ou pelo telefone 0800-611535, e de audiência pública e consulta pública, ambas prévias às licitações das obras. As contribuições são importantes, porém difíceis de serem mensuradas no contexto do Programa.

Devido à reformulação dos corredores regionais em vetores logísticos a partir de 2008, o Programa foi extinto.

CORREDOR OESTE-NORTE

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Pagot

OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange parte dos Estados do Amazonas (AM), Pará (PA), Rondônia (RO) e Mato Grosso (MT).

PÚBLICO-ALVO

Usuários de transporte nos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 617.979.036,00	Empenho Liquidado:	R$ 409.053.643,00
	Pago Estatais:	R$ 30.000,00
	Total:	**R$ 409.083.643,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor Oeste-Norte – Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-

1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR OESTE-NORTE

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O Ministério dos Transportes (MT) tem dificuldades para aferir os indicadores atuais. Em função disto foi contratado, em 2005, o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CEFTRU/UnB) para definir indicadores de desempenho para o setor de transporte e estabelecer metodologias para medir o impacto das políticas públicas no setor. Com esses instrumentos, espera-se que o órgão poderá avaliar o desempenho de seus programas. Ao longo do ano de 2007, em parceria firmada entre o MT e a Universidade de Brasília (UnB), por intermédio do CEFTRU, e atendendo à solicitação do Tribunal de Contas da União (TCU) feita através do Acórdão nº 102, de 11 de fevereiro de 2004, desenvolveu-se Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas Nacionais de Transportes, que será utilizado já no PPA 2008-2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Promover a recuperação e interiorização dos meios de transportes para a região é fator preponderante para o seu desenvolvimento econômico e social.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Destacam-se as seguintes obras em execução em 2007:

- BR-364/RO – adequação de Trechos Rodoviários no Estado de Rondônia.

- BR-364/MT – construção de Trecho Rodoviário Diamantino - Sapezal - Comodoro no Estado do Mato Grosso.

- BR-163/MT – construção de Trecho Rodoviário Divisa MS/MT - Divisa MT/PA no Estado do Mato Grosso.

- BR-230/PA – construção de Trecho Rodoviário Itaituba - Altamira (anel viário) - Marabá - Divisa TO/PA no Estado do Pará.

- BR-319/AM – construção de Trecho Rodoviário Manaus - Divisa AM/RO no Estado do Amazonas.

- Devido às características de logística e climáticas da região amazônica nos projetos dos terminais fluviais, foram priorizados os seguintes portos que obtiveram meta física maior que a prevista, são eles: Itacoatiara, Manacapuru, Maués, Nhamundá, São Raimundo. Esses terminais fluviais, quando de sua conclusão, reduzirão os custos de deslocamento de pessoas e mercadorias, que junto com as rodovias, farão parte fundamental da intermodalidade dos transportes na região.

Ressalta-se que não foram obtidos alguns produtos para ações no decorrer do ano de 2007, tendo em vista que a liberação de recursos ocorreu apenas no final do ano. E somente a partir daí foi possível a retomada dos serviços, sem, entretanto, efetivação da realização de produtos, prejudicando o alcance da meta física pretendida.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Não houve preenchimento das realizações das metas físicas de 31 ações rodoviárias por seus coordenadores, dificultando avaliar o cumprimento do Programa com precisão.

No caso dos terminais fluviais, a falta de realização física de algumas obras, ocorreu por dois motivos principais: cancelamento do convênio ou readequação de projetos executivos por necessidade das obras.

São utilizados dois mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações: visitas *in loco*, realizadas de forma aleatória por técnicos da sede do Departamento Nacional de Infra-Estrutura em Transportes (DNIT) e relatório de acompanhamento físico financeiro das obras (RAFFO), atualizado diariamente, para a parte rodoviária.

As principais causas que prejudicaram a execução em 2007, semelhantes às de exercícios anteriores, foram:

a) existência de significativa quantia de restos a pagar;

b) expressiva quantidade de obras paralisadas pelo TCU;

c) prazos extensivos para aprovação das licenças prévias e de instalação concedidas pelos órgãos ambientais;

d) demora na conclusão das licitações devido a recursos interpostos pelas concorrentes entre outros.

Em relação à execução das ações com recursos descentralizados, constatou-se certa dificuldade para repasse da contrapartida em alguns convênios.

Devido ao pouco tempo como gerente do Programa, ocorreram dificuldades para a integração com os executores da ação, exceção somente para o caso dos terminais fluviais.

Adicionalmente, os entraves na obtenção das informações estão relacionados ao rompimento dos contratos terceirizados da área de informática. No Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), atualmente, encontra-se em desenvolvimento um programa para coleta de dados vinculados às medições dos contratos.

Percebeu-se, no âmbito da equipe gerencial, deficiência de equipamentos de informática e sistemas de informação. No caso da Diretoria Aquaviária, ela está preparando um sistema de gerenciamento (SIGDAQ) que fornecerá relatórios de suas ações. No âmbito das equipes executoras, há deficiência de equipamentos de informática, de campo e veículos. No caso dos terminais fluviais, a logística para construção dos mesmos é um fator dificultador da boa execução física das obras.

Constatou-se quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras apesar da realização do concurso público em 2006. Percebe-se a falta de um programa de treinamento para os integrantes das equipes.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social no âmbito do programa é promovida através de ouvidoria, pelo sítio *www.dnit.gov.br* ou pelo telefone 0800-611535, e de audiência pública e consulta pública, ambas prévias às licitações das obras. As contribuições são importantes, porém difíceis de serem mensuradas no contexto do Programa.

Devido à reformulação dos corredores regionais em vetores logísticos a partir de 2008, o Programa foi extinto.

CORREDOR SÃO FRANCISCO

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Pagot

OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados da Bahia (BA) e Sergipe (SE) e o norte de Minas Gerais (MG).

PÚBLICO-ALVO

Usuários de transporte nos Estados da Bahia, Sergipe e norte de Minas Gerais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 340.041.436,00	Empenho Liquidado:	R$ 232.114.080,00
	Pago Estatais:	R$ 24.399.962,00
	Total:	**R$ 256.514.042,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 196.414.440,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Custo Médio de Transporte de Granéis Líquidos no Corredor São Francisco – Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-
2. Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor São Francisco - Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-

1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS LÍQUIDOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 2 Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor São Francisco.

2. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O Ministério dos Transportes (MT) tem dificuldades para aferir os indicadores atuais. Em função disto foi contratado, em 2005, o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CFTRU/UnB) para definir indicadores de desempenho para o setor de transporte e estabelecer metodologias para medir o impacto das políticas públicas no setor. Com esses instrumentos, espera-se que o órgão poderá avaliar o desempenho de seus programas. Ao longo do ano de 2007, em parceria firmada entre o MT e a Universidade de Brasília (UnB), por intermédio do CEFTRU, e atendendo à solicitação do Tribunal de Contas da União (TCU), feita através do Acórdão nº 102, de 11 de fevereiro de 2004, desenvolveu-se Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas Nacionais de Transportes, que será utilizado já no PPA 2008-2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Há necessidade de promover o escoamento da produção a custos menores.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Destacam-se as seguintes obras em execução em 2007:

- BR-116/BA – adequação de Trecho Rodoviário Euclides da Cunha – Ibó.
- BR-116/BA – adequação de Contorno Rodoviário Vitória da Conquista.
- BR-135/BA – construção de Contorno Rodoviário Divisa PI/BA – Barreiras.
- BR-135/BA – construção de Contorno Rodoviário São Desidério - Divisa BA/MG.
- BR-135/BA – construção de Trecho Rodoviário Divisa PI/BA - Divisa BA/MG.
- BR-101/SE – adequação de Trecho Rodoviário Entr. BR 235/BA - Pedra Branca.
- BR-030/BA – construção de ponte no Município de Carinhanha.
- Construção de Contorno Ferroviário no Município de São Felix no Estado da Bahia.

Ressalta-se que não foram obtidos alguns produtos para ações no decorrer do ano de 2007, tendo em vista que a liberação de recursos ocorreu apenas no final do ano. E somente a partir daí foi possível a retomada dos serviços, sem, entretanto, efetivação da realização de produtos, prejudicando o alcance da meta física pretendida.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Dentre as 63 ações previstas de construção e adequação do sistema viário, teve-se a seguinte distribuição, em que 14 não tiveram execução financeira, 26 apresentaram resultados entre 80% e 100%, 15 apresentaram resultados entre 40% e 80% e oito apresentaram resultados abaixo de 40%. Para a execução física, teve 35 que não tiveram execução, quatro acima de 100%, nove entre 80% e 100%, seis entre 40% e 80% e nove abaixo de 40%.

Em relação ao total de ações do Programa, alcançou-se 59% de execução financeira e 83% de execução física.

São utilizados dois mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações: visitas *in loco*, realizadas de forma aleatória por técnicos da sede do Departamento Nacional de Infra-Estrutura em Transportes (DNIT) e relatório anual de gestão.

Foi solicitado, ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), o desenvolvimento de um programa para acompanhar e avaliar as obras, quanto aos aspectos físicos das obras.

As principais causas que prejudicaram a execução em 2007 foram:

a) obras diretas e conveniadas não-executadas, porque os projetos estavam sendo elaborados e em fase de análise pelo DNIT;

b) obra paralisada pelo TCU, devido a indícios de irregularidades;

c) licitação de obras concluídas em dezembro de 2007;

d) período chuvoso;

e) falta de licença ambiental (LI);

f) necessidade de se renovar LI devido a existência de sítios arqueológicos;

g) falta de contrapartida local;

h) falta de recursos para conclusão da meta financeira.

Em 2007, houve melhoria nos recursos materiais do DNIT, em especial na sede. No entanto, ainda há insuficiência de recursos como veículos, materiais e equipamentos de informática, entre outros.

Constatou-se quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras, apesar da realização do concurso público em 2006. Faltou, também, um programa de treinamento para os novos integrantes da equipe, que foram admitidos pelo concurso público de 2006.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social no âmbito do Programa é promovida através de ouvidoria, pelo sítio *www.dnit.gov.br* ou pelo telefone 0800-611535 e de audiência pública e consulta pública, ambas prévias às licitações das obras. As contribuições são importantes, porém difíceis de serem mensuradas no contexto do Programa.

Devido à reformulação dos corredores regionais em vetores logísticos a partir de 2008, o Programa foi extinto.

CORREDOR SUDOESTE

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Pagot

OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados de Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS), o sul do Estado de Goiás (GO) e parte da região Sudeste.

PÚBLICO-ALVO

Usuários da malha de transportes na região

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 118.000.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 93.001.230,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 93.001.230,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

O programa não apresenta indicador.

O Ministério dos Transportes (MT) tem dificuldades para aferir os indicadores atuais. Em função, disto foi contratado, em 2005, o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CEFTRU/UnB) para definir indicadores de desempenho para o setor de transporte e estabelecer metodologias para medir o impacto das políticas públicas no setor. Com esses instrumentos, espera-se que o órgão poderá avaliar o desempenho de seus programas. Ao longo do ano de 2007, em parceria firmada entre o MT e a Universidade de Brasília (UnB), por intermédio do CEFTRU, e atendendo à solicitação do Tribunal de Contas da União (TCU) feita através do Acórdão nº 102, de 11 de fevereiro de2004, desenvolveu-se Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas Nacionais de Transportes, que será utilizado já no PPA 2008-2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O aumento da produção de grãos na região demanda integração perfeita nos modais de transportes, gerando emprego, reduzindo o custo de transporte e melhorando a trafegabilidade nas rodovias.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Ressalta-se que não foram obtidos produtos para ações no decorrer do ano de 2007, tendo em vista que a liberação de recursos ocorreu apenas no final do ano. E somente a partir daí foi possível a retomada dos serviços, sem, entretanto, efetivação da realização de produtos, prejudicando o alcance da meta física pretendida.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Dentre as 10 ações previstas de construção e adequação do sistema viário, obteve-se a seguinte distribuição, em que na execução financeira oito apresentaram resultados entre 80% e 100%, uma apresentou resultados entre 40% e 80% e uma apresentou resultados abaixo de 40%. E, nenhuma apresentou execução física em 2007.

São utilizados dois mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações: visitas *in loco*, realizadas de forma aleatória por técnicos da sede do Departamento Nacional de Infra-Estrutura em Transporte (DNIT) e relatório anual de gestão.

Foi solicitado ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) o desenvolvimento de um programa para acompanhar e avaliar as obras, quanto aos aspectos físicos das obras.

As principais causas que prejudicaram a execução em 2007 foram:

a) obras diretas e conveniadas não executadas, porque os projetos estavam sendo elaborados e em fase de análise pelo DNIT;

b) licitação de obras concluídas em dezembro de 2007;

c) período chuvoso;

d) falta de licença ambiental de instalação (LI);

e) significativa quantia de restos a pagar.

Em 2007, houve melhoria nos recursos materiais do DNIT, em especial na sede. No entanto, ainda há insuficiência de recursos como veículos, materiais e equipamentos de informática, entre outros.

Constatou-se quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras, apesar da realização do concurso público em 2006. Faltou, também, um programa de treinamento para os novos integrantes da equipe, que foram admitidos pelo concurso público de 2006.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social no âmbito do Programa é promovida através de ouvidoria, pelo sítio *www.dnit.gov.br* ou pelo telefone 0800-611535, e de audiência pública e consulta pública, ambas prévias às licitações das obras. As contribuições são importantes, porém difíceis de serem mensuradas no contexto do Programa.

Devido à reformulação dos corredores regionais em vetores logísticos a partir de 2008, o programa foi extinto.

CORREDOR TRANSMETROPOLITANO

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Pagot

OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange o Estado de São Paulo (SP) e sudoeste do Estado de Minas Gerais (MG).

PÚBLICO-ALVO

Usuários de transportes nos Estados de São Paulo e sudoeste de Minas Gerais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 530.708.990,00	Empenho Liquidado:	R$ 305.651.118,00
	Pago Estatais:	R$ 17.524.667,00
	Total:	**R$ 323.175.785,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Custo Médio de Transporte de Granéis Sólidos no Corredor Transmetropolitano – Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-
2. Custo Médio de Transporte de Carga Geral no Corredor Transmetropolitano – Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-
3. Custo Médio de Transporte de Granéis Líquidos no Corredor Transmetropolitano - Custo por Tonelada-Quilômetro (R$ por t.km)	-	-	-	-	-	-

1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 3 Custo Médio de Transporte de Granéis Líquidos no Corredor Transmetropolitano.

2. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE CARGA GERAL NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 3 Custo Médio de Transporte de Granéis Líquidos no Corredor Transmetropolitano.

3. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS LÍQUIDOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O Ministério dos Transportes (MT) tem dificuldades para aferir os indicadores atuais. Em função disto foi contratado, em 2005, o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CEFTRU/UnB) para definir indicadores de desempenho para o setor de transporte e estabelecer metodologias para medir o impacto das políticas públicas no setor. Com esses instrumentos, espera-se que o órgão poderá avaliar o desempenho de seus programas. Ao longo do ano de 2007, em parceria firmada entre o MT e a Universidade de Brasília (UnB), por intermédio do CEFTRU, e atendendo à solicitação do Tribunal de Contas da União (TCU) feita através do Acórdão nº 102, de 11 de fevereiro de 2004, desenvolveu-se Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas Nacionais de Transportes, que será utilizado já no PPA 2008-2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Devido ao alto grau de movimentação de cargas e passageiros na região, a adequação das vias se torna necessária, objetivando melhorar a segurança, conforto e redução dos custos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Apoio à construção do Rodoanel Trecho Sul no Estado de São Paulo, obra iniciada em maio de 2007. No lote um, foram concluídos 1,5 quilômetros (km) de terraplenagem e estão em execução sete quilômetros, no lote dois, estão em execução dois quilômetros de terraplenagem.

- No lote três, foi concluído o canteiro de obras, no lote quatro, estão em execução 15 km de terraplenagem, no lote cinco foram concluídos quatro quilômetros e estão em execução oito quilômetros de terraplenagem. Assim, 37,5 km de terraplenagem e 19 obras de arte especiais foram executados.

- Construção de ponte sobre o rio Paraná entre Paulicéia (SP) e Brasilândia (MS) na BR-158 no Estado de São Paulo (SP), obra conveniada com o Governo do Estado de São Paulo. O Convênio nº 022, de 31 de dezembro de 2000, existente até o ano de 2007, não

tinha suporte financeiro para a conclusão da obra, por isso, foi denunciado e celebrado novo convênio em 30 de agosto de 2007. O Departamento Nacional de Infra-Estrutura em Transporte (DNIT) está licitando a supervisão. Foi instalado o canteiro de obras.

- Construção do Contorno e Pátio Ferroviário de Tutóia no Município de Araraquara no Estado de São Paulo, construção de pátio e contorno ferroviário em Araraquara com 27 km de linhas de pátio e 12 km de contorno, com conclusão prevista para 2009. Os contratos da obra, do assessoramento da desapropriação, do fornecimento de trilhos e do fornecimento dos acessórios metálicos já foram assinados, enquanto o de supervisão encontra-se pendente de homologação da respectiva concorrência.

Ressalta-se que não foram obtidos alguns produtos para ações no decorrer do ano de 2007, tendo em vista que a liberação de recursos ocorreu apenas no final do ano. E somente a partir daí foi possível a retomada dos serviços, sem, entretanto, efetivação da realização de produtos, prejudicando o alcance da meta física pretendida.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os recursos das ações constantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Para as demais, houve limitação de empenhos e de movimentação, bem como defasagem entre liquidação e pagamento.

Percebeu-se que os recursos materiais eram insuficientes nas equipes executoras, destacando-se a falta de veículos para fiscalização das obras.

Percebe-se que o efetivo de recursos humanos do DNIT é insuficiente, considerando as suas atribuições regimentais, apesar da realização de concurso público, que, por si só, não foi suficiente e houve ainda grande evasão dos servidores convocados, tanto por aprovação em outros concursos, como direcionamento para a iniciativa privada, em razão da remuneração ser muito inferior em relação ao mercado e a outros cargos públicos.

Entre as restrições observadas, destaca-se:

a) atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios, muitas vezes acarretando inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), bem como processo de tomada de contas especial;

b) dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes, tendo em vista inscrição no CADIN;

c) dificuldades em licitações e celebração de contratos em decorrência de demora demasiada dos processos licitatórios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social no âmbito do Programa é promovida por meio de audiência pública – em obras que interferem no bem-estar da população atingida, de acordo com a legislação vigente – e reuniões com grupos de interesse – quando necessário, com indígenas, quilombolas etc.

O MT esclarece que devido à reformulação dos corredores regionais em vetores logísticos a partir de 2008, o Programa foi extinto.

EXPLORAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO E FERROVIÁRIO

GERENTE DO PROGRAMA

José Alexandre Nogueira de Resende

OBJETIVO

Melhorar as condições de tráfego das rodovias e ferrovias federais mediante sua concessão à iniciativa privada ou pela transferência de sua administração aos Estados.

PÚBLICO-ALVO

Usuários e concessionários das rodovias e ferrovias federais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 25.874.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 14.386.242,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 14.386.242,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 950.000.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Concessão de Malha Rodoviária Federal - Porcentagem	-	-	-	-	-	-
2. Taxa de Transferência de Malha Rodoviária Federal - Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. TAXA DE CONCESSÃO DE MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 2 Taxa de Transferência de Malha Rodoviária Federal.

2. TAXA DE TRANSFERÊNCIA DE MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A gestão dos processos de concessão da malha rodoviária federal pertence a outro órgão, impossibilitando por parte da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) o fornecimento de informações consistentes sobre o índice de referência e o índice previsto para o final do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A necessidade de redução dos custos de manutenção da malha rodoviária federal e a agilização na prestação dos serviços diretos aos usuários das rodovias são fatores que induzem o Programa de descentralização dos serviços aos Estados, Municípios e iniciativa privada.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Concessões rodoviárias - foram publicados os estudos e os editais dos sete lotes, totalizando 2.600 quilômetros, da 2ª etapa de concessões rodoviárias, em 16 de agosto de 2007, e realizada a licitação na modalidade leilão, em 09 de outubro de 2007, na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). O Leilão foi do tipo menor tarifa, chegando-se a deságios de 65,42% do preço de referência estabelecido em estudos. Realizaram-se revisões dos Programas de Exploração das Rodovias atuais, nas quais foi autorizada a execução de uma série de obras adicionais nas concessões rodoviárias federais. Estes novos investimentos, em volume aproximado de 35 milhões de reais, têm como objetivo garantir o deslocamento seguro e íntegro dos usuários, bem como facilitar o acesso e impulsionar o desenvolvimento econômico de regiões lindeiras à rodovia.

• Concessões ferroviárias - no ano de 2007, investimentos de aproximadamente R$ 3,4 bilhões pelos concessionários privados representaram crescimento de 35% em relação ao ano anterior. Foram aprovados, no ano de 2007, projetos de ampliação de pátios de cruzamento e trechos de acessos a terminais pelas concessionárias, totalizando R$ 250,5 milhões. No tocante à produção, as concessionárias vêm obtendo, a cada ano, significativo crescimento da sua participação entre os demais modais, inclusive com a captação de novas cargas. Destaca-se o crescimento de 18% no transporte de contêineres. No ano de 2007, a produção estimada foi de 250 bilhões de tku, representando evolução de 5%. No ano de 2007, ocorreram 1.067 acidentes, 35% menos do que o ano de 2006, resultando também expressiva redução de 40% do índice de acidente das concessionárias para 14,1 acidentes por milhão de trem por quilômetro.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa dispõe, basicamente, de dois mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações:

a) sistemas informatizados, a ANTT dispõe de sistemas informatizados para planejamento, monitoramento e avaliação do desempenho físico das ações. Esses sistemas trabalham em nível de detalhamento maior que o indicador da ação para melhor acompanhar todas as perspectivas das atividades que concorrem para o resultado da ação;

b) relatórios de gestão, setoriais são periodicamente elaborados para apresentação da evolução das atividades à gerência superior.

O cumprimento das metas físicas foi considerado satisfatório. Da mesma forma, os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes. Em relação à compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física, constatou-se que o fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Como a programação orçamentária e financeira restritiva vem sendo constante nos últimos anos, procura-se desenvolver previamente alternativas aos possíveis cenários para minimizar os impactos negativos.

No que tange à adequação da infra-estrutura e dos recursos materiais, a ANTT encontra-se em contínua expansão territorial no sentido de atender cada vez mais a todos os beneficiários de seus programas, o que requer anualmente novos recursos materiais e ampliação da infra-estrutura para o incremento de suas atividades de fiscalização. Quanto à adequação dos recursos humanos na equipe gerencial e nas executoras, percebe-se que o efetivo de servidores concursados tem continuamente diminuído ao longo do tempo. A atratividade por outros cargos públicos em outras entidades tem contribuído para essa evasão.

Entre as restrições que afetaram o desempenho das ações, pode-se citar:

a) o contingenciamento orçamentário, prática contínua ao longo dos últimos anos, é sempre prejudicial a qualquer planejamento. A rigidez da programação financeira, no sentido de uma negociação em seu cronograma e as incertezas quanto a possíveis alterações ao longo do exercício, constitui-se em fatores altamente restritivos à racionalização do uso dos recursos assim como à maximização dos resultados projetados;

b) dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários) ou remanejamentos. A demora na análise dos pleitos de créditos, assim como a postergação de seus efeitos, são restrições que também contribuem para reduzir o desempenho das ações;

c) dificuldades em licitações e celebração de contratos, os processos licitatórios, de maneira geral, são sempre prejudicados pela rigidez da programação financeira e pelas incertezas quanto a possíveis alterações de cronograma e valores disponíveis.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa dispõe dos seguintes mecanismos que promovem a participação social, a Ouvidoria desempenha o papel de interface entre a sociedade e a Agência. As manifestações podem ser encaminhadas pelo portal na Internet, pelo 0800 e por via postal, e audiência pública e consulta pública para todas as regulamentações são utilizadas, quando cabível, a audiência pública e a consulta pública para colher as observações e sugestões da sociedade.

A participação da sociedade traz contribuições valiosas para o aperfeiçoamento das atividades regulatórias e por conseqüência para os resultados do Programa.

No PPA 2008-2011, os programas Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário (0224), Serviços de Transporte Aquaviário (0221) e Serviços de Transporte Rodoviário (0227) foram unificados em um único programa chamado Qualidade dos Serviços de Transporte (1463), que tem como objetivo garantir a qualidade e a modicidade de tarifas e preços na exploração da infra-estrutura e na prestação de serviços de transportes.

FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA MARINHA MERCANTE E DA INDÚSTRIA NAVAL

GERENTE DO PROGRAMA

Pedro da Costa Carvalho

OBJETIVO

Renovar e expandir a frota brasileira, mediante financiamento de embarcações construídas no País para o transporte marítimo internacional e nacional, de passageiros e carga na navegação interior, de apoio marítimo e portuário e na atividade pesqueira.

PÚBLICO-ALVO

Empresas brasileiras de navegação, empresas de exploração de petróleo e gás no mar, parque industrial de construção naval e as empresas pesqueiras

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.236.775.114,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.020.596.607,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.020.596.607,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Idade Média da Frota - Navegação de Cabotagem - Ano	15.00	20.00	-	-	-	-
2. Idade Média da Frota - Navegação de Longo Curso - Ano	19.00	16.00	-	-	-	-
3. Idade Média da Frota - Navegação Interior - Ano	10.00	20.00	-	-	-	-
4. Taxa de Participação do Modal Aquaviário na Matriz de Transporte – Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. IDADE MÉDIA DA FROTA - NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 4.

2. IDADE MÉDIA DA FROTA - NAVEGAÇÃO DE LONGO CURSO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 4.

3. IDADE MÉDIA DA FROTA - NAVEGAÇÃO INTERIOR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 4.

4. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO MODAL AQUAVIÁRIO NA MATRIZ DE TRANSPORTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Esta informação não é da competência do Departamento do Fundo da Marinha Mercante (DEFMM), e sim da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

CONTEXTUALIZAÇÃO

A economia brasileira tem dado clara demonstração de sua pujança, com os aumentos significativos dos seus volumes de exportação e importações. A redução e o envelhecimento da frota de longo curso levou à baixa performance para o escoamento dessas cargas, permitindo que o transporte seja realizado por embarcações de bandeira estrangeira e/ou afretadas. Associado a este problema, há ainda o afretamento de embarcações de apoio marítimo, o que ampliou a evasão de divisas para o exterior proveniente dos pagamentos de fretes e afretamento, contribuindo significativamente para o aumento no *deficit* do balanço de serviços.

A navegação de cabotagem que, nos últimos 20 anos, em função da concorrência desigual com o modal rodoviário, entrou em processo de estagnação, ressurge no final da década de 90, em decorrência de fatores conjunturais: a estabilização monetária, a entrada em operação dos navios oriundos da navegação de longo curso e a modernização dos portos brasileiros, através das concessões.

A movimentação de carga na cabotagem vem evoluindo de modo significativo, existindo ainda mercado a conquistar, tanto no transporte de granel como na carga geral, e também a consolidação do tráfego no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). A introdução dos conceitos de Serviços de Logística vem demonstrando a importância deste modal dentro da economia brasileira, evidenciando o quanto se encontra equivocada a Matriz de Transporte Brasileira. Existe espaço para a inserção de novos navios construídos no Brasil e utilizando mão-de-obra brasileira, como pode ser comprovado pela entrada nos últimos dois anos de navios gaseiros e de apoio à plataforma de petróleo.

Quanto ao transporte de passageiros, exige a necessidade de construção de embarcações modernas de casco de aço e de alumínio, substituindo embarcações velhas de madeira, sem qualquer segurança, sujeitas aos mais diversos acidentes, que geram riscos à vida humana e ao meio ambiente.

A reestruturação e reaparelhamento de nossos estaleiros é ação imprescindível para alavancar as ações propostas. A retomada da indústria de construção naval tem gerado novos empregos diretos e indiretos.

O Brasil conquistou participação na quota mundial de captura de pesca oceânica. Atualmente opera somente com embarcações arrendadas, principalmente, da Espanha, seu maior concorrente. A atividade pesqueira brasileira necessita ter frota própria adequada a este tipo de captura para a manutenção das quotas conquistadas, que são revistas anualmente e são determinadas em função do potencial de pesca de cada país.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Pode-se considerar o desempenho do Programa eficaz em quase sua totalidade, com exceção da Ação de Capacitação com 6,74% e da Ação de Financiamento de Embarcações Pesqueiras com utilização de apenas 2,62% de seu orçamento. Destaca-se ainda que o DEFMM vem executando com eficácia seu orçamento, com o objetivo de desenvolver a Marinha Mercante Nacional. Existe grande esforço para a inserção no tráfego de cabotagem interior e apoio de novos navios construídos no Brasil com a utilização de mão-de-obra brasileira. Em 2007, o processo de retomada da construção naval pode ser atestado pelos vários contratos de construção firmados - entre os da renovação da frota da Petrobras Transporte S/A (Transpetro) – e também pelas prioridades concedidas de Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM), para a construção de cinco portas-contêineres e dois graneleiros. O aumento significativo da produção brasileira de grãos demanda novas embarcações na navegação interior para melhor escoamento da produção, facilitando a competitividade de nossos produtos no mercado externo.

- Do orçamento previsto para 2007, foram utilizados 82,75% de todo o Programa. Na área da construção naval, foram priorizados 92 projetos resultantes de duas reuniões ordinárias do CDFMM. A Ação de Capacitação ficou prejudicada em função da frustrada contratação do curso de pós-graduação em Comércio Exterior, diante de pregões eletrônicos desertos. O Departamento priorizou seus recursos para implantação do curso em pauta por considerar ser o mesmo de extrema relevância para a especialização de seus servidores. Quanto à Ação de Financiamento de Embarcações de Pesqueiras, os tomadores de empréstimo aguardam solução para obtenção dos benefícios do Programa Pró-Frota Pesqueira. Para tanto, é necessário que sejam atendidas as solicitações contidas nos editais para concessão dos termos de habilitação elaborados pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações adotado, no âmbito da gerência, são visitas *in loco*, onde há fiscalização e acompanhamento dos custos das obras, durante as construções dos navios. Cada obra é visitada, no mínimo, duas vezes por ano. Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

Na Ação Gestão e Administração do Programa (GAP), o DEFMM vem executando com eficácia seu orçamento de maneira a atender demandas às necessidades mais emergenciais do Departamento e unidades regionais. Entretanto, a eficiência torna-se comprometida em função do restrito número de funcionários nas áreas de compras e serviços, o que dificulta a antecipação de algumas demandas e o planejamento adequado para cada unidade arrecadadora, tanto em sua manutenção de bens imóveis como equipamentos e aquisições. Pelo exposto, dentro de suas possibilidades estruturais e funcionais, o Departamento vem realizando gestão eficaz e competente.

No que tange à adequação da quantidade de recursos humanos, atualmente o DEFMM não tem quantitativo de pessoal suficiente na equipe gerencial. No caso das unidades executoras existe necessidade de recursos humanos tanto para a atividade de arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), quanto para acompanhamento das obras e análise dos projetos. No que se refere às atividades de planejamento, o DEFMM não possui quadro de servidores para desempenhar tal tarefa.

Devido ao reduzido número de servidores, inclusive muitos com idade próxima de aposentadoria, e a ausência de capacitação durante muitos anos associada à limitação de absorção de novos conhecimentos do quadro de pessoal e a falta de renovação, os recursos humanos não têm a qualificação necessária na equipe gerencial, bem como nas equipes executoras.

A Ação Financiamento de Embarcações Pesqueiras depende da SEAP, pois de acordo com a Lei nº 10.842, de 23 de março de 2004, e suas regulamentações, os recursos do Financiamento à Marinha Mercante (FMM) também se destinam a financiar as embarcações pesqueiras, em modelo distinto dos demais financiamentos, que ocorrem com a demanda espontânea. Aqui os interessados se habilitam à edital lançado pela SEAP, no qual ela define o tipo de espécie pesqueira e o tipo de embarcação. Após a avaliação dos que se habilitaram, a SEAP, de acordo com critérios por ela estabelecidos, seleciona os que receberão o Termo de Habilitação. Este documento é apresentado ao DEFMM que forma o processo de análise e encaminha o pedido ao CDFMM.

INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Pagot

OBJETIVO

Desenvolver a infra-estrutura de transportes, promovendo, entre outras ações, a construção, a ampliação, a recuperação e a modernização da infra-estrutura rodoviária, ferroviária e aquaviária.

PÚBLICO-ALVO

Usuários de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 176.500.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 135.635.550,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 135.635.550,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

O programa não apresenta indicadores.

Trata-se de programa originário de emenda parlamentar, não contemplando todos os atributos constitutivos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa foi criado pelo Congresso Nacional com conjunto de ações de modernização e otimização da intermodalidade do sistema de transportes, de forma a reduzir o alto custo do transporte de cargas e dinamizar o fluxo de passageiros entre as regiões brasileiras, colaborando ainda para a integração regional sul-americana.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Não houve nenhum registro de execução física no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) para nenhuma das 21 ações do Programa. Para avaliar os resultados obtidos em 2007, foram utilizados dados do relatório de acompanhamento físico financeiro das obras (RAFFO), bem como relatórios da Diretoria de Infra-Estrutura Rodoviária (DIR). Desta forma, o principal resultado mencionado foi a construção de 122,35 quilômetros (km) de trechos rodoviários no Estado de Minas Gerais (MG).

Uma das razões para a baixa execução desse Programa é atribuída ao caráter genérico das descrições das ações.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Com exceção do resultado abordado acima, a execução da maioria das ações do Programa ficou aquém do desejado, tendo o Programa apresentado uma execução orçamentária média de 29,80%. Citam-se como principais pontos que prejudicaram a execução do Programa os contingenciamentos orçamentários e financeiros, a descontinuidade do fluxo de recursos, o caráter genérico das ações.

O Programa apresenta problema de concepção em vários aspectos. A natureza do mesmo vai de encontro à forma como o Ministério dos Transportes (MT) passou a estruturar a sua programação, por meio de corredores regionais. Desta forma, cada corredor deve apresentar ações visando a construção, a ampliação, a recuperação e a modernização da infra-estrutura rodoviária, ferroviária e aquaviária.

Uma vez que este Programa apresentava sobreposição em relação a outros programas do MT, o mesmo foi excluído do PPA a partir de 2008.

MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Pagot

OBJETIVO

Manter a malha rodoviária federal em boas condições operacionais de tráfego.

PÚBLICO-ALVO

Usuários das rodovias federais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 3.275.942.759,00	Empenho Liquidado:	R$ 3.074.198.366,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 3.074.198.366,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Rodovias com Boas Condições de Trafegabilidade - Porcentagem	-	-	62.00	70.00	70.00	100%

1. TAXA DE RODOVIAS COM BOAS CONDIÇÕES DE TRAFEGABILIDADE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice ainda não foi apurado de forma exata, porém há indicativos que sugerem a realização do previsto. Entende-se ser bom o nível de alcance dos serviços. A inexistência do índice se deve, por oportuno, à falta de mão-de-obra na autarquia para execução deste levantamento de forma a atender a contento o solicitado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa visa manter a malha rodoviária em bom estado de trafegabilidade, promovendo aos usuários maior segurança, conforto e economia.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O principal resultado obtido em 2007 foi a contratação de mais de 20 mil quilômetros (km) de serviços de conservação em rodovias federais. O Programa Integrado de Revitalização (PIR-IV) e restauração também foi objeto de destaque, com mais de seis mil quilômetros contratados em 2007.

• O alcance do Programa chega próximo da totalidade da malha rodoviária federal. No entanto, a falta de pessoal qualificado (poucos servidores na casa), aliada a longos processos licitatórios, além de liberação de recursos (empenhos) na proximidade do encerramento do exercício, contribuíram de forma negativa ao cumprimento das metas estabelecidas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A gerência do Programa dispõe dos seguintes mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

a) as reuniões de trabalho são freqüentes (pelo menos em regime mensal), quando tais informações são discutidas e cobradas pelos coordenadores de ações junto às Superintendências Regionais;

b) sistemas informatizados, o Sistema de Medições (SMD), o Sistema de Acompanhamento de Contrato (SIAC), o "Restaura", o Relatório de Acompanhamento Físico das Obras (RAFFO), além de outros tipos de acompanhamento informatizados fornecem base de dados importante para aferição dos índices de desempenho físico/financeiro da ação.

A execução física variou entre 40% e 80%, pois, apesar de saírem créditos extraordinários, houve problemas principalmente no tocante a licitações, aditivos, entre outros, além da pouca mão-de-obra disponível no Departamento Nacional de Infra-Estrutura em Transporte (DNIT).

Os recursos orçamentários foram suficientes no ano-base 2007, se forem considerados os créditos extraordinários. Porém, a demanda do setor ainda é grande e, com a evolução das ações no DNIT, haverá necessidade de incremento nos orçamentos 2008/2009/2010 para realização das ações a contento.

No que tange à compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física, muitos dos recursos foram liberados de forma descontínua, atrasando o início de obras e serviços, assinaturas de contratos e termos aditivos, prejudicando o andamento dos serviços.

Em relação aos recursos humanos contatou-se que os disponíveis na "ponta" são em pequeno número, prejudicando a qualidade dos serviços prestados (por não terem condições de executarem o controle a contento), bem como a qualidade das informações adquiridas.
Os recursos humanos da equipe gerencial não são qualificados. Falta um programa de qualificação adequado aos servidores. No tocante às equipes executoras, a situação ainda é pior, pois, além de não possuírem uma qualificação adequada, não têm um sistema de informações eficiente o bastante para atendimento das suas necessidades.

Entre as restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto, pode-se citar:

a) a dificuldade de realocação de créditos orçamentários de um programa para outro prejudicou, principalmente, a implementação de programas de restauração no âmbito desta Gerência, onde algumas obras sofreram atrasos devido a demora em realocação dos recursos;

b) dificuldades de celebração de convênios. As dificuldades são proporcionadas, na maioria das vezes, por problemas encontrados nas outras esferas de Estado (Municípios e Estados). No âmbito das Forças Armadas (BEC-Exército) os problemas são menores. Normalmente, as dificuldades advêm da não-prestação de contas, bem como da inadimplência do conveniado com a União;

c) dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes. A inadimplência é um dos grandes óbices à assinatura de novos convênios ou aditamentos dos convênios existentes;

d) dificuldades em licitações e celebração de contratos. Com o processo de descentralização, tais dificuldades diminuíram no âmbito da conservação. Porém, a burocracia do processo licitatório (exigida por lei) é um óbice ao bom andamento (no tempo) da prestação dos serviços de manutenção.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O programa possui os seguintes mecanismos de participação social:

a) o DNIT tem uma Ouvidoria que recebe todas as reclamações e sugestões dos usuários e as repassa as áreas competentes para que se tomem as devidas providências;

b) aplicam-se audiências públicas nas obras de manutenção rodoviária quando a lei assim o exige;

c) reunião com grupos de interesse acontece, normalmente, antes e durante a execução dos serviços, por parte das unidades descentralizadas;

d) discussão em Conselho Setorial acontece quando da necessidade da tomada de decisões feitas pela sede.

A participação social gera, com benefícios, o contínuo melhoramento dos serviços prestados, bem como a identificação de eventuais não-conformidades na atuação do DNIT na malha rodoviária.

Devido à reestruturação da programação do Ministério dos Transportes (MT), este programa foi extinto a partir de 2008.

MANUTENÇÃO DE HIDROVIAS

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Pagot

OBJETIVO

Manter as características físicas e operacionais das vias navegáveis interiores.

PÚBLICO-ALVO

Usuários das vias navegáveis interiores e armadores

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 48.130.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 36.594.996,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 36.594.996,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Manutenção de Hidrovias – Porcentagem	100.00	-	-	-	-	-
2. Taxa de Navegação Efetiva nas Hidrovias – Porcentagem	100.00	-	-	-	-	-

1. TAXA DE MANUTENÇÃO DE HIDROVIAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não foi previsto índice para o final do PPA.

2. TAXA DE NAVEGAÇÃO EFETIVA NAS HIDROVIAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não foi previsto índice para o final do PPA.

Os indicadores não têm sido aferidos desde a extinção da Empresa Brasileira de Planejamento

de Transportes (GEIPOT). Para resolver este problema, foi contratado pelo Ministério dos Transportes (MT) serviço de consultoria externa junto ao Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (CEFTRU/UnB), visando a revisão dos indicadores dos programas sob coordenação do MT, o que deverá prover o órgão de melhores elementos e qualificação para mensurar com mais clareza o alcance dos objetivos e metas.

No caso específico deste programa, os dois indicadores não são capazes de atender à real situação das hidrovias. O Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Relatório de Auditoria de Natureza Operacional, e posteriormente por meio do Acórdão nº 351, 17 de agosto de 2006, propôs novos indicadores de desempenho, os quais foram considerados para efeito do trabalho da consultoria acima mencionado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Para garantir a implantação de um sistema integrado dos modais de transportes, o MT, no âmbito de suas atribuições, deve procurar manter as características físicas e operacionais das vias navegáveis interiores como forma de propiciar o desenvolvimento das regiões servidas pelas hidrovias.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Foram realizados serviços de manutenção em 3.103 quilômetros (km) de hidrovias, abrangendo dragagem, balizamento, sinalização, monitoramento ambiental, remoção de paliteiros, implantação de espigões e novos estudos de expansão das hidrovias navegáveis.

- O desenvolvimento do Programa foi prejudicado devido a problema de cunho institucional. Em 2007, ocorreu a criação da Secretaria Especial de Portos e a conseqüente transferência da vinculação administrativa das companhias docas para o âmbito desse novo órgão. Entretanto, as administrações hidroviárias (subordinadas ao MT) continuaram dependendo de repasses financeiros dessas companhias docas. Este problema deve estar resolvido a partir de 2008 com a redação do novo convênio entre a Companhia Docas do Maranhão (CODOMAR), única companhia docas vinculada ao MT e as administrações hidroviárias.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações ocorre atualmente de três formas:

a) visitas *in loco*, durante o ano de 2007, quatro administrações hidroviárias foram objeto de visitas;

b) sistemas informatizados, Sistema de Gerenciamento da Diretoria Aquaviária (SIGDAQ), do Departamento Nacional de Infra-Estrutura em Transporte (DAQ/DNIT), em desenvolvimento por servidores da própria DAQ, por meio do qual será feito o acompanhamento físico e financeiro das ações;

c) relatórios de gestão, para o ano de 2008, prevê-se a realização de relatórios bimestrais de acompanhamento das ações da DAQ.

A carência de recursos e o expressivo comprometimento destes com o pagamento de pessoal têm determinado lentidão no processo de licenciamento ambiental. Atualmente, existem hidrovias com impossibilidade de navegação por questões ambientais que tramitam na justiça.

Além disso, ressalta-se o atual modelo de execução do Programa, no qual o ressarcimento das despesas realizadas depende da conclusão da execução das atividades e do encaminhamento da prestação de contas para que haja a efetivação dos pagamentos ou a execução dos empenhos correspondentes. Desta forma, o fluxo de recursos fica prejudicado devido ao sistema de ressarcimento, diferente da antecipação das despesas. Espera-se que este problema seja resolvido a partir de convênio entre as administrações hidroviárias com a CODOMAR.

Este Programa apresentava problema de concepção desde sua origem. A natureza do mesmo refere-se à forma como o MT passou a estruturar a sua programação, por meio de corredores regionais e a partir de 2008 por meio de vetores logísticos. Desta forma, cada corredor ou vetor deve apresentar ações visando a construção, a ampliação, a recuperação e a modernização da infra-estrutura rodoviária, ferroviária e aquaviária. Por entender que a existência deste Programa apresentava sobreposição em relação a outros programas do Ministério, o mesmo foi excluído do PPA a partir de 2008.

SERVIÇOS DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO

GERENTE DO PROGRAMA

Fernando Antônio Brito Fialho

OBJETIVO

Garantir a qualidade na prestação de serviços de transporte na navegação interior, de cabotagem e de longo curso.

PÚBLICO-ALVO

Usuários de transporte aquaviário de carga e de passageiros

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 45.410.841,00	Empenho Liquidado:	R$ 44.195.189,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 44.195.189,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Aquaviário de Carga – Porcentagem	75.00	-	-	-	-	-

1. GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO DE CARGA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) não teve condições de estabelecer índices para os indicadores do Programa, tendo em vista que os estudos sobre a avaliação da capacidade de movimentação de cargas nos portos e terminais visando dimensionar a demanda de mercado nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, bem como os estudos sobre diretrizes para promoção e defesa da concorrência no subsetor portuário ainda não foram concluídos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa foi criado para suprir a necessidade de completar a reestruturação institucional dos subsetores portuário e hidroviário, propiciando a melhoria das condições de competição da construção naval no mercado.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Destaca-se a aprovação de projetos de implantação de arrendamentos nos portos de Itaguaí (RJ), Imbituba (SC), Itajaí (SC), Vitória (ES), Porto Alegre (RS) e São Francisco do Sul (SC), que resultarão em investimentos da ordem de R$ 842,4 milhões, bem como as autorizações para construção e exploração de 12 terminais de uso privativo, na modalidade de uso misto que importarão em investimentos da ordem de R$ 1,3 bilhão e em acréscimo da oferta da infra-estrutura para movimentação de carga de cerca de 80 milhões de toneladas (t).

• A implementação do Programa no exercício contribuiu, também, para um aumento geral (até novembro) de 5,6%, na movimentação de cargas, passando de 692,8 em 2006 para 731,4 milhões de toneladas em 2007.

• Destaca-se, ainda a contribuição para a movimentação de contêineres, até novembro, que apresentou crescimento de 11,5% passando de 4,0 milhões em 2006, para 4,4 milhões de unidades em 2007. O Programa contribui também para o crescimento da movimentação de granéis sólidos que passou de 415,7 milhões de toneladas no exercício de 2006 para 442,6 milhões de toneladas em 2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As ações finalísticas que compõem o Programa atingiram resultado acima da meta programada, conforme descrição abaixo:

a) realização de 983 ações de fiscalização, representando incremento na atividade que superou a meta programada em mais de 850%, com conseqüentes reflexos positivos no ambiente concorrencial e na eficiência dos sistemas de transportes aquaviários e na exploração da infra-estrutura portuária;

b) concessão de 108 termos de outorga, superando a meta prevista em 170%.

A gerência do Programa dispõe dos seguintes mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

a) o gerente/gerente-executivo promove, mensalmente, reuniões de trabalho com os coordenadores de ações de modo que todas as informações produzidas no âmbito da entidade executora do Programa, relativas ao desempenho físico das ações, possam guardar coerência e unicidade com aquelas encaminhadas, em época própria para composição das informações da Mensagem Presidencial, do Balanço Geral da União (BGU) e outras solicitadas por autoridades governamentais;

b) as visitas *in loco* são efetuadas pelas unidades que desenvolvem as atividades finalísticas do Programa, constantes do Plano Anual de Fiscalização (PAF),

onde são geradas informações utilizadas pelos coordenadores de ações para alimentação do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), no acompanhamento mensal.

Os sistemas informatizados são utilizados como instrumento de apoio à execução do Programa, sistemas foram desenvolvidos buscando o atendimento às demandas nas áreas técnicas e administrativas da entidade executora, onde se destaca:

a) sistema corporativo que compreende informações comuns das áreas de portos e navegação, incluindo os procedimentos para outorga a empresas de navegação marítima, de apoio, navegação interior e terminais de uso privativo;

b) Sistema de Desempenho Portuário (SDP) que integra informações no âmbito das autoridades portuárias, portos públicos e terminais de uso privativo;

c) Implantação do Sistema de Vídeo-Monitoramento (INFOVIA) destinado ao gerenciamento de rede privada para tráfego de dados para interligar a sede da ANTAQ e as unidades administrativas regionais.

A ANTAQ, entidade executora do Programa, produz relatório de gestão estruturado em conformidade com as orientações da Secretaria Federal de Controle Interno e do Tribunal de Contas da União (TCU), onde são apresentadas, de forma sintética, as principais ações desenvolvidas.

As metas físicas das ações constantes no Programa foram executadas de acordo com o previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) e os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

O quadro de servidores é insuficiente para o desenvolvimento das ações finalísticas, especialmente a Ação de Fiscalização. Faz-se necessário aporte de recursos financeiros maiores no sentido de possibilitar a formalização de convênios com órgãos e entidades nas diversas esferas de governo para dar suporte à Agência nessa atividade.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui dois mecanismos de participação social:

a) Ouvidoria, que serve como ligação entre as demandas da sociedade e o executor do Programa. Responde diretamente aos interessados os pedidos de informações, esclarecimentos e reclamações;

b) Audiência pública, em que as normas de regulamentação propostas pela entidade executora do Programa são submetidas à audiência pública.

Entre as contribuições da participação popular, pode-se destacar a instauração de 37 procedimentos de fiscalização para apurar denúncias sobre má prática comercial e indícios de violação de dispositivos legais e regulamentares, que resultaram em 18 processos administrativos contenciosos, dos quais sete foram concluídos, resultando em duas renúncias de outorgas, duas advertências, duas multas e uma cassação de instrumento de outorga.

Destaca-se na gestão do Programa que a entidade executora efetua sistematicamente levantamentos e identificações dos macroprocessos desenvolvidos, além do levantamento de dados e fluxos de informações para atualizações do banco de dados com a utilização de metodologia de mapeamento de informações. Informatização total dos procedimentos administrativos e operacionais, inclusive a coleta de dados e informações junto aos portos e terminais.

No PPA 2008-2011, os programas Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário (0224), Serviços de Transporte Aquaviário (0221) e Serviços de Transporte Rodoviário (0227) foram unificados em um único programa chamado Qualidade dos Serviços de Transporte (1463), que tem como objetivo garantir a qualidade e a modicidade de tarifas e preços na exploração da infra-estrutura e na prestação de serviços de transportes.

SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO

GERENTE DO PROGRAMA

José Alexandre Nogueira de Resende

OBJETIVO

Garantir a qualidade na prestação de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e cargas.

PÚBLICO-ALVO

Usuários do transporte rodoviário de carga e passageiros

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 17.100.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 15.515.683,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 15.515.683,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Grau de Satisfação do Cliente do Transporte Rodoviário de Carga - Porcentagem	-	-	-	-	-	-
2. Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Rodoviário de Passageiros - Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. GRAU DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa do indicador 2 Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Rodoviário de Passageiros.

2. GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os procedimentos licitatórios, os reduzidos limites orçamentários impostos à formulação da peça anual, assim como o contingenciamento orçamentário e os vários aspectos de sazonalidade da pesquisa e a sua avaliação, inviabilizam o planejamento e implementação

de programação regular que possam traduzir efetivamente a evolução da satisfação dos usuários com um mínimo de rigor científico.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A modificação do papel do Estado na economia brasileira, visando melhor atender às demandas da sociedade por bens e serviços que podem ser eficientes e eficazmente fornecidos e prestados pela iniciativa privada, tem requisitado a implementação de processo de reestruturação administrativa do setor público, com vistas em dar condições ao Estado para regular e fiscalizar adequadamente o desempenho dos serviços prestados pelo setor privado.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Transporte Rodoviário de Cargas - o Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga (RNTRC) atingiu 907 mil registros, somando frota total superior a 1,7 milhão de veículos habilitados ao transporte rodoviário de cargas. O transporte internacional de cargas contabilizou 590 empresas brasileiras habilitadas a operar em território estrangeiro e 1.150 empresas estrangeiras habilitadas para operar em território brasileiro. Foram fiscalizados mais de 7,2 milhões de veículos nas estradas federais concedidas com referência a excesso de peso, à obrigatoriedade do vale-pedágio, ao RNTRC e à habilitação do Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (TRIC).

- Transporte Rodoviário de Passageiros - a ANTT realizou 372 operações de comando de fiscalização em rodovias, no combate ao transporte clandestino, além de uma série de atividades de rotina nos postos de fiscalização e atendimento ao usuário. Ao todo, foram fiscalizados 360.646 veículos, o que representa aumento de 101% no volume de fiscalizações. Fato relevante foi a intensa ação no intuito de garantir os direitos aos benefícios dos usuários amparados pelo Estatuto do Idoso e pela Lei de Concessão do Passe-Livre a deficientes físicos comprovadamente carentes. Merece destaque também a fiscalização permanente na Ponte Internacional da Amizade, em Foz do Iguaçu (PR), fronteira com o Paraguai, em conjunto com a Secretaria da Receita Federal (SRF), na qual foram fiscalizados em torno de 48 mil veículos que executavam transporte internacional alternativo, como táxis e vans. Foi dada ênfase às fiscalizações técnico-operacionais, nas quais foram fiscalizadas as garagens de 44 empresas de transporte de passageiros, detentoras de 70% da frota do setor, onde a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) buscou averiguar as condições técnicas de operação, com especial enfoque nos itens de segurança, nos aspectos relacionados à manutenção corretiva e preventiva das frotas de veículos e à jornada de trabalho dos motoristas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa dispõe, basicamente, de dois mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações:

a) a ANTT dispõe de sistemas informatizados para planejamento, monitoramento e avaliação do desempenho físico das ações. Esses sistemas trabalham em nível de detalhamento maior do que o indicador da Ação, para melhor acompanhar todas as perspectivas das atividades que concorrem para o resultado da Ação;

b) relatórios de gestão setoriais são periodicamente elaborados para apresentação da evolução das atividades à gerência superior.

O cumprimento das metas físicas foi considerado satisfatório. Da mesma forma, os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes. Em relação à compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física, constatou-se que o fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Adequar o ritmo de desenvolvimento de uma atividade com o da programação de liberação de recursos certamente traz reflexos negativos ao seu resultado. Entretanto, como a programação orçamentária e financeira restritiva vem sendo constante nos últimos anos, procurou-se desenvolver previamente alternativas aos possíveis cenários de contingenciamento para minimizar os impactos negativos.

No que tange à adequação da infra-estrutura e dos recursos materiais, a ANTT encontra-se em contínua expansão territorial no sentido de atender cada vez mais a todos os beneficiários de seus programas, o que requer anualmente novos recursos materiais e ampliação da infra-estrutura para o incremento de suas atividades de fiscalização. Quanto à adequação dos recursos humanos na equipe gerencial e nas executoras, percebe-se que o efetivo de servidores concursados tem continuamente diminuído ao longo do tempo. A atratividade por outros cargos públicos em outras entidades tem contribuído para essa evasão.

Entre as restrições que afetaram o desempenho das ações, pode-se citar:

a) o contingenciamento orçamentário, prática contínua ao longo dos últimos anos, é sempre prejudicial a qualquer planejamento, pois ocorre na ordem inversa dos fatos. A rigidez da programação financeira, no sentido de uma negociação em seu cronograma e as incertezas quanto a possíveis alterações ao longo do exercício, constitui-se em fatores altamente restritivos à racionalização do uso dos recursos assim como à maximização dos resultados projetados;

b) dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários), a falta de agilidade na análise dos pleitos de créditos, assim como a postergação de seus efeitos, são restrições que também contribuem para reduzir o desempenho das ações;

c) realocação do crédito setorial de um programa para outro, a realocação se conduzida com celeridade pode certamente ajudar a corrigir as distorções que o contingenciamento traz para a execução dos programas;

d) dificuldades em licitações e celebração de contratos, os processos licitatórios, de maneira geral, são sempre prejudicados pela rigidez da programação financeira e pelas incertezas quanto a possíveis alterações de cronograma e valores disponíveis.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa dispõe dos seguintes mecanismos que promovem a partição social:

a) a Ouvidoria desempenha o papel de interface entre a sociedade e a Agência. As manifestações podem ser encaminhadas pelo portal na Internet, pelo 0800 e por via postal;

b) Audiência Pública e Consulta Pública, que são utilizadas para todas as regulamentações, quando cabíveis, para colher as observações e sugestões da sociedade.

A participação da sociedade traz contribuições valiosas para o aperfeiçoamento das atividades regulatórias e por consequência para os resultados do Programa.

No PPA 2008-2011, os programas Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário (0224), Serviços de Transporte Aquaviário (0221) e Serviços de Transporte Rodoviário (0227) foram unificados em um único programa chamado Qualidade dos Serviços de Transporte (1463) que tem como objetivo garantir a qualidade e a modicidade de tarifas e preços na exploração da infra-estrutura e na prestação de serviços de transportes.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU)

Defesa Jurídica da União

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (PR)

Certificação Digital

Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental

Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural

Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica

Informações Integradas para Proteção da Amazônia

Inteligência Federal

Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem)

Promoção da Ética Pública

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Defesa Jurídica da União

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para a Advocacia-Geral da União (AGU), foram utilizados **R$ 1.432.684.322,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 1.458.331.144,00	Realizado orçamentário:	R$ 1.432.684.322,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 1.458.331.144,00**	**Total realizado:**	**R$ 1.432.684.322,00**

Além disso, do total de **R$ 20.443.295,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 18.956.180,00**.

AVALIAÇÃO SETORIAL

A atuação da AGU está intrinsecamente ligada às atividades dos Ministérios e demais órgãos da Administração Federal, direta e indireta, uma vez que o êxito das políticas públicas, definidas na Orientação Estratégica de Governo, está vinculado à sua viabilidade jurídica, cabendo à AGU o exame prévio do suporte jurídico de tais políticas, bem como a sua defesa em juízo, quando necessário. A atuação da AGU ocorre de forma transversal nos diferentes órgãos da administração federal, na prestação de assessoria e consultoria jurídica através das Consultorias Jurídicas nos Ministérios, Núcleos de Assessoramento Jurídicos nos Estados da Federação e, na representação judicial através de suas Procuradorias Regionais, Estaduais e Seccionais. Este universo abrangeu ao final de 2007, um total de 120 unidades da AGU por todo o País.

No exercício de suas funções constitucionais a AGU tem buscado implementar uma atuação mais pró-ativa e preventiva na defesa dos interesses públicos administrados pela União, suas autarquias e fundações públicas. Como exemplo dessa nova postura, criou-se na AGU o Grupo Executivo de Acompanhamento do Programa de Aceleração do Crescimento (GEPAC) para realizar um levantamento das pendências jurídicas e das ações judiciais que tenham como objeto os projetos do PAC e traçar as estratégias a serem seguidas pelos diversos órgãos da AGU no assessoramento jurídico aos órgãos do Poder Executivo e na defesa judicial perante os órgãos do Poder Judiciário.

Como resultado do trabalho do GEPAC/AGU, conseguiu-se a suspensão da decisão liminar que impedia a continuidade das obras da Usina Hidrelétrica (UHE) de Estreito/MA, viabilizou-se a realização do Leilão de concessão de uso de sete rodovias federais, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e a concretização da 9ª Rodada de Licitações de Gás e Petróleo da Agência Nacional do Petróleo (ANP), repetindo-se a estratégia adotada nesses leilões para o Leilão de energia elétrica do Rio Madeira (RO), UHE de Santo Antônio, com reuniões técnicas para a capacitação dos procuradores que acompanharam o procedimento, ao final exitoso. Por fim, relativamente ao Programa de

Aceleração do Crescimento (PAC), ainda destacam-se as vitórias obtidas no Judiciário que viabilizaram a realização e continuidade da Hidrovia Paraná-Paraguai, da Hidrelétrica de Belo Monte (PA), do Aeroporto de Goiânia (GO) e da infra-estrutura de áudio e vídeo para os Jogos Pan-americanos, bem como a cassação de liminares que suspendiam o início das obras de transposição do Rio São Francisco. Nessa linha de atuação pró-ativa na implementação de políticas públicas, destacam-se em 2007 algumas vitórias importantes da AGU no Supremo Tribunal Federal (STF), tais como:

a) garantia da gratuidade dos Registros Públicos de nascimento e óbito dos reconhecidamente pobres Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 1800;

b) declaração de constitucionalidade do Estatuto do Desarmamento, com a ressalva de apenas três dispositivos ADI nº 3112;

c) vitória na Ação Cível Originária (ACO) nº 453 contra a pretensão do Estado do Paraná (PR) de obter indenização pelo valor gasto na construção da estrada de ferro Central do Paraná, evitando o pagamento indevido de aproximadamente R$ 20 bilhões;

d) manutenção de ato do Ministro da Justiça sobre classificação indicativa da programação televisiva ADI nº 2.398;

e) declaração de constitucionalidade de questões ligadas aos contratos de Certificado de Depósito Bancário (CDBs) e Recibo de Depósito Bancário prefixados (RDBs), garantindo-se estabilidade nas relações privadas envolvidas ADI nº 608;

f) suspensão de decisão judicial que impôs ao SUS a obrigatoriedade de promover a cobertura de cirurgias para mudança de sexo;

g) ajuizamento de reclamações, pela União e FUNAI, nos processos judiciais em que são discutidos os atos praticados pela União na demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, que atualmente se encontra demarcada, homologada e registrada no patrimônio da União;

h) suspensão de liminar que criava obstáculos à concretização dos procedimentos administrativo-ambientais necessários à instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte (PA);

i) declaração de constitucionalidade dos juros de mora em 0,5% ao mês, no pagamento de valores devidos a servidores públicos (a União vinha sendo condenada a arcar com juros moratórios de 1% ao mês).

Na prestação dos serviços de representação extrajudicial e de consultoria e assessoramento jurídico pela AGU aos órgãos e entidades do Poder Executivo, buscou-se uma participação mais

efetiva na formulação, implementação e avaliação jurídica das políticas públicas prioritárias para o governo federal, assim como o aprofundamento do trabalho de mediação e acordos administrativos entre órgãos e entidades federais. Como resultado dessa atuação, destacam-se:

a) revisão e atualização das questões jurídicas relacionadas com a anistia dos servidores/empregados demitidos, exonerados ou dispensados no Governo Collor;

b) identificação dos focos geradores de conflitos nos assuntos pertinentes aos Índios e Quilombolas, propondo as soluções adequadas, sob o enfoque jurídico ou político;

c) discussão e elaboração do Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o exercício do direito de greve dos servidores públicos, encaminhado à Casa Civil da Presidência da República para apreciação;

d) acompanhamento e orientação jurídica aos órgãos do Poder Executivo no tocante ao procedimento administrativo de regularização fundiária da Terra Indígena Raposa Serra do Sol;

e) participação na conciliação e orientação jurídica para a desocupação amigável das instalações e salas de controle e operação da Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará (PA), pelo Movimento dos Atingidos por Barragens(MAB);

f) defesa da legalidade e constitucionalidade perante o Tribunal de Contas da União (TCU) das normas que regem a publicidade oficial do Governo Federal, o que ensejou a realização da primeira audiência pública na história da Corte de Contas;

g) conciliação entre o Departamento Nacional de Infra - Estrutura de Transportes (DNIT) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) sobre questões ambientais relacionadas à Rodovia BR-319, trecho Manaus (AM) – Porto Velho (RO);

h) promoção de acordo entre o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Departamento de Polícia Federal (DPF) do Ministério da Justiça (MJ) acerca da regularização das armas do Ministério de Ciência e Tecnologia para uso pelo Museu Emílio Goeldi (PA), após o prazo fixado na lei do desarmamento.

Na parte da gestão administrativa da AGU, destacam-se em 2007:

a) elaboração do Projeto de Redução de Demandas do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), que busca reduzir em até 40% o volume de ações movidas contra a referida Autarquia, evitando-se o ajuizamento de cerca de 840 mil ações judiciais;

b) continuação da montagem do seu Centro de Processamento de Dados (CPD), que se encontra em fase final de conclusão;

c) início da implantação do Sistema de Advocacia-Geral da União Eletrônica (e-AGU), o qual, além de servir de eficiente instrumento de trabalho para os Advogados da União e Procuradores Federais, funcionará como ferramenta de comunicação entre as unidades de contencioso e de consultivo, viabilizando a uniformização das linhas de atuação dos órgãos da AGU, tanto no contencioso como no consultivo;

d) continuação das negociações no âmbito do Governo para a criação da estrutura definitiva de cargos dos órgãos da AGU e da sua Carreira Técnica-Administrativa, aprofundando sua profissionalização institucional;

e) redistribuição dos cargos de Advogados da União nas três categorias hoje existentes, bem como a realização das promoções que se encontravam atrasadas, resolvendo um problema antigo de não existência de vagas para promoção dos Advogados da União.

Por fim, a Advocacia-Geral da União necessitava de órgão que recolhesse opiniões de seus integrantes e da sociedade sobre o desempenho de suas atribuições institucionais, para delas extrair críticas construtivas que pudessem influir na melhoria dos serviços a seu cargo. Com esse propósito, em 2007 criou-se a Ouvidoria-Geral da AGU.

O Programa da AGU Defesa Jurídica da União tem como objetivo representar a União judicial e extrajudicialmente e interpretar atos normativos, unificando a jurisprudência no âmbito do Poder Executivo. O Programa visa proporcionar os meios indispensáveis à condução das ações de representação judicial e extrajudicial da União, como ré ou autora, em qualquer instância em que seja demandada, assegurando a defesa dos seus direitos. A estrutura programática do orçamento da AGU reflete os macroprocessos institucionais: consultivo, correcional, judicial, contencioso e a gestão da instituição.

As ações orçamentárias estão sob a responsabilidade dos coordenadores de ação, que são os titulares das Unidades Administrativas da AGU ligada a cada macroprocesso. O indicador do Programa Taxa de Análise de Processos pela Advocacia-Geral da União (AGU) mede a relação percentual entre o número de manifestações da AGU em processos judiciais e consultivos e o total de processos envolvendo a União como autora, ré ou interessada, excetuados os processos fiscais ou tributários. O aumento do ritmo de implantação do Sistema Integrado de Controle das Ações da União (SICAU), a partir de 2006, com a inclusão da movimentação processual da Procuradoria Geral Federal, fez com que ao término de 2007, a base de dados do SICAU alcançasse a marca de 7,2 milhões de processos registrados, sobre os quais a União passa a manter um efetivo controle do trâmite processual, assim como, das decisões neles proferidas. Em 2007 a movimentação processual da AGU foi de 931.651 processos, e o número de peças produzidas foi de 1.281.860 peças, o que leva a concluir que a manifestação da AGU foi de 100% nos processos judiciais e

consultivos. O crescimento da movimentação processual de 2007 em relação a 2006 foi 20% e o crescimento de peças produzidas de 2007 em relação a 2006 foi de 23%.

A execução orçamentária/financeira do Programa ficou em aproximadamente 95% do total do orçamento autorizado (lei + créditos). No que se refere aos recursos destinados a despesas correntes e de capital, a execução orçamentária da AGU, sob a responsabilidade da Secretaria-Geral, foi de 97% do limite orçamentário autorizado para movimentação e empenho pelo decreto de programação orçamentária e financeira do exercício, Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007 e suas alterações.

Como indicadores de desempenho da gestão institucional - orçamentária e financeira tem-se:

a) a participação da instituição no Orçamento Geral da União (OGU), que mede a relação percentual entre orçamento inicial para a AGU e o OGU, respectivamente R$ 1.269.710.936,00 e R$ 1.526.143.386.099,00 equivalente a 0,08%;

b) o índice de Execução Orçamentária, que mede a relação entre a execução orçamentária e o orçamento autorizado da instituição é de, respectivamente, R$ 1.432.684.318,05 e R$ 1.456.331.144,00 igual a 98,38%;

c) os índices de Despesas com Pessoal, que avaliam a participação das despesas realizadas diretamente com pessoal no total das despesas executadas do exercício é de R$ 1.307.469.666,00 e de R$ 1.432.684.318,05 equivalente a 89,2% do executado);

d) os índices de Despesas com Custeio Descrição, que avaliam a participação da despesa com custeio no total das despesas executadas do exercício foi de R$ 144.470.575,44 e de R$ 1.432.684.318,05 o que equivale a 10,8%;

e) os índices de Despesas com Investimentos, que avaliam a participação dos investimentos diretos no total das despesas executadas do exercício, respectivamente R$ 18.194.186,80 e R$ 1.432.684.318,05 igual a 1,27%.

Em relação ao Executado Desempenho Operacional - Ação 2674 - Representação Judicial e Extrajudicial da União, tem-se os seguintes indicadores:

a) o índice de propositura de Execuções por Acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU), que mede a eficácia na relação dos Acórdãos oriundos do TCU e a quantidade de Ações Interpostas respectivamente 1.228 e 1.303 equivale a 94%;

b) o índice de êxito dos julgamentos dos Recursos Especiais no Supremo Tribunal de Justiça (STJ), que mede a eficácia na relação dos Recursos Especiais no STJ e a quantidade de julgamentos favoráveis à União é de 3.283 e de 7.007 equivalente a 46,85%;

c) o índice de êxito dos julgamentos dos Agravos de Instrumentos no STJ, que mede a eficácia na relação dos Agravos de Instrumentos no STJ e a quantidade de julgamentos favoráveis à União, respectivamente 1.561 e 5.531 equivale a 28,22%;

d) O índice de êxito dos julgamentos das demais medidas judiciais no STJ, destacando-se, Ação Rescisória, Incidente de Uniformização, Reclamação, Recurso Extraordinário, Mandado de Segurança, Suspensão de Liminar e Sentença, dentre outras. Cumpre destacar que, por suas peculiaridades próprias, são medidas que demandam maior complexidade e maior tempo para sua execução. O índice mede a eficácia na relação das demais medidas judiciais no STJ e a quantidade de julgamentos favoráveis à União, respectivamente 2.114 e 3.815 5 equivalente a 55,41%;

e) o índice de êxito dos julgamentos dos Recursos de Revista no TST, que mede a eficácia na relação dos Recursos de Revista no TST e a quantidade de julgamentos favoráveis à União, respectivamente 160 e 434 igual a 36,87%;

f) o índice de êxito dos julgamentos dos Agravos de Instrumentos no TST, que mede a eficácia na relação dos Agravos de Instrumentos no TST e a quantidade de julgamentos favoráveis à União é de 229 e de 1.446 equivale a 15,84%;

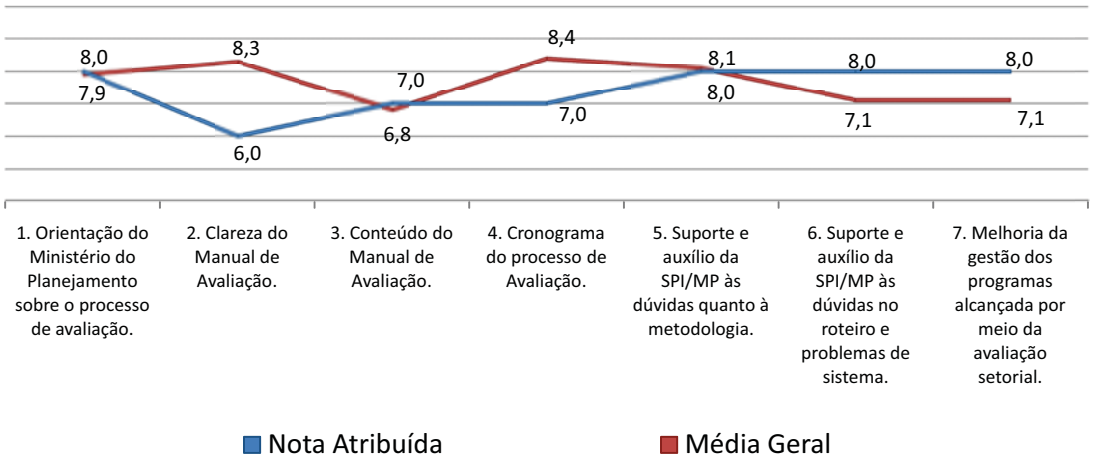
g) o índice de êxito dos julgamentos das demais medidas judiciais no TST, destacando-se, Ação Rescisória, Reclamação, Recurso Extraordinário, Mandado de Segurança, Suspensão de Liminar e Sentença, dentre outras. Cumpre destacar que, por suas peculiaridades próprias, são medidas que demandam maior complexidade e maior tempo para sua execução. O índice mede a eficácia na relação das demais medidas judiciais no TST e a quantidade de julgamentos favoráveis à União respectivamente 331 e 970 igual a 34,12%;

h) o índice do volume de trabalho, atividades realizadas, e os principais recursos humanos envolvidos, que mede a eficácia na relação das atividades realizadas e a quantidade de Advogados da União envolvidos na sua execução é de 2.274.290 e de 884 e equivale a 2.573.

A meta da AGU para 2008 é reduzir a litigiosidade entre órgãos e entidades da Administração Federal Direta e Indireta e destes com a sociedade civil (pessoas físicas e jurídicas), bem como otimizar os recursos humanos e materiais no âmbito da AGU e implantar o seu planejamento estratégico, com adoção de um modelo de gerenciamento com ferramentas contemporâneas, que possibilitem o monitoramento de indicadores de desempenho e da qualidade dos serviços jurídicos e administrativos prestados ao Estado brasileiro.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela AGU mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pela AGU e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis pelo programas do PPA 2004-2007:



DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO

GERENTE DO PROGRAMA

Evandro Costa Gama

OBJETIVO

Representar a União judicial e extrajudicialmente e interpretar atos normativos, unificando a jurisprudência no âmbito do Poder Executivo.

PÚBLICO-ALVO

União

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.419.833.613,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.394.186.804,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.394.186.804,00**

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Análise de Processos Pela Advocacia Geral Da União (AGU) - Porcentagem	-	100.00	100.00	100.00	100.00	100%

1. TAXA DE ANÁLISE DE PROCESSOS PELA ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO - AGU
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O Programa da Advocacia-Geral da União – Defesa Jurídica da União – visa proporcionar os meios indispensáveis à condução das ações de representação judicial e extrajudicial da União, como ré ou autora, em qualquer instância em que seja demandada, assegurando a defesa dos seus direitos, com participação mais efetiva na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas prioritárias do Governo Federal, inclusive com redução da distância entre os órgãos finalísticos do Governo e os órgãos jurídicos e, ainda, o fornecimento dos contornos jurídico-constitucionais às políticas públicas.

O indicador do Programa Taxa de Análise de Processos, pela AGU, identifica a relação percentual entre o número de manifestações da AGU em processos judiciais e consultivos e o total de processos envolvendo a União como autora, ré ou interessada, excetuados os processos fiscais ou tributários.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Cabe a AGU proporcionar os meios indispensáveis à condução das ações de representação judicial e extrajudicial da União, como ré ou autora, em qualquer instância onde seja demandada, assegurando a defesa dos seus direitos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aumento do ritmo de implantação do Sistema Integrado de Controle das Ações da União (SICAU) com a inclusão da movimentação processual da Procuradoria Geral Federal (PGF).

• Registro de 7,2 milhões de processos no SICAU, sobre os quais a União passa a manter um efetivo controle do trâmite processual, assim como, das decisões neles proferidas.

• Movimentação de 931.651 processos e o e o número de peças produzidas foi de 1.281.860, o que leva a conclusão de que a manifestação da AGU foi de 100% nos processos judiciais e consultivos.

• Crescimento da movimentação processual de 2007, em relação a 2006 foi de 20% e o crescimento de peças produzidas de 2007, em relação a 2006 foi de 23%.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A atuação da AGU, por meio da Procuradoria-Geral da União (PGU) e suas unidades descentralizadas, demonstra a eficácia da forma ativa de representação judicial e extrajudicial na defesa da União. As razões que se constata são o substancial aumento do número de processos, aumento dos julgamentos dos processos por parte do Poder Judiciário, incremento na interiorização da Justiça e na criação dos Juizados Especiais Federais, bem como a implantação e extensão do processo eletrônico, o que resultou um incremento de 135% de metas realizadas em relação ao previsto. Soma-se a isso, também, a assunção pela PGU, de aproximadamente 60.000 processos judiciais da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). Cabe destacar a abertura de crédito extraordinário de R$ 20.000.000,00 em favor da AGU, através da Medida Provisória nº 346, de 22 de janeiro de 2007, para atendimento deste incremento de processos oriundos da RFFSA.

No âmbito da gerência, os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são realizados por:

a) reuniões de trabalho que se destinam as orientações, inclusão de informações, encerramentos de exercício, bem como avaliação das ações sob a responsabilidade dos coordenadores de ação;

b) visitas *in loco* que orientam os coordenadores de ação e as áreas responsáveis pela geração de informações de metas físicas realizadas e operação do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan);

c) SIGPlan que possibilita o acompanhamento e monitoramento mensal dos registros e informações relacionados a execução de metas físicas, em articulação com os coordenadores de ações da AGU;

d) relatórios de gestão, que são instrumentos para a tomada de contas anual do órgão, trazendo todas as informações das realizações do exercício.

O trabalho de acompanhamento e monitoramento junto aos executores (coordenadores de ação) é realizado diretamente pela Secretaria - Geral da Presidência da República (SGPR) e Diretoria de Orçamento e Finanças.

A execução física das ações situou-se em torno de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 e os recursos orçamentários foram considerados suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

A AGU possui 128 unidades em todo o Território Nacional, sendo seis delas gestoras executoras. As 128 unidades estão assim distribuídas: 24 na 1ª Região (DF), 20 na 2ª Região (RJ), 21 na 3ª Região (SP), 33 na 4ª Região (RS) e 30 na 5ª Região (PE). Em que pese às dificuldades operacionais e o número ainda reduzido de servidores que atuam no âmbito da administração dessas unidades, o fluxo orçamentário e financeiro esteve disponível ao longo do exercício.

Os recursos materiais e a infra-estrutura foram considerados insuficientes na equipe gerencial, acarretando dificuldades de manipulação e navegação para inclusão de informações no SIGPlan.

A Implantação do Sistema de Advocacia Geral da União Eletrônica (*e*-AGU), o qual, além de servir de eficiente instrumento de trabalho para os Advogados da União e Procuradores Federais, funcionará como ferramenta de comunicação entre as unidades de contencioso e de consultivo, viabilizando a uniformização das linhas de atuação dos órgãos da AGU, tanto no contencioso como no consultivo.

A AGU está em negociações com o Governo Federal para a criação da estrutura definitiva de cargos dos órgãos que a compõe e da carreira técnica-administrativa, aprofundando sua profissionalização institucional e adequando a quantidade de recursos humanos nas equipes executoras.

Com relação à quantidade de recursos humanos, tanto na equipe gerencial como nas equipes executoras foram consideradas inadequadas e com insuficiente qualificação. A falta de capacitação acarretou dificuldades nos processos licitatórios e na celebração de contratos evidenciando a necessidade de fortalecimento da capacitação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A AGU, em 2007, implementou a Ouvidoria-Geral no Gabinete do Advogado-Geral da União para receber reclamações, sugestões, denúncias, elogios, pedidos de informações e comentários quanto ao desempenho das atividades da AGU, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e da PGF, e funcionar como instrumento de interlocução com o público externo e interno.

A AGU ainda realiza reuniões com grupos de interesse permitindo a articulação das Câmaras de Conciliação da Consultoria Geral da União e os órgãos interessados nos temas de conciliação. Essa participação social, efetivamente, aumentou a receita arrecadada aos cofres do Tesouro Nacional.

A AGU atualmente utiliza somente o SIGPlan como sistema de gerenciamento e monitoramento do PPA. Para o próximo exercício deverão ser implementados o programa gerencial da AGU e a revisão da Portaria nº 676 que trata da gestão do PPA no âmbito da AGU.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para a Controladoria-Geral da União (CGU), foram utilizados **R$ 391.818.105,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 414.839.289,00	Realizado orçamentário:	R$ 391.818.105,00
Recursos não - orçamentários previstos:	-	Realizado não - orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 414.839.289,00**	**Total realizado:**	**R$ 391.818.105,00**

Além disso, do total de **R$ 4.752.357,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 2.360.073,00**.

AVALIAÇÃO SETORIAL

A CGU atua como órgão central do Poder Executivo Federal nas funções de controle interno (artigos 70 e 74 da Constituição Federal), correição e ouvidoria. Realiza ações atinentes à defesa do patrimônio público, ao combate à corrupção e à promoção do incremento do controle social e à transparência da gestão pública.

A CGU é responsável por um único programa no PPA, denominado Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção – 1173. Em 2007, a CGU prosseguiu no decidido combate que trava contra a corrupção, sustentada por pilares básicos que norteiam sua atuação desde 2003:

a) a articulação com os demais órgãos de controle e fiscalização do Governo e dos Estados brasileiros, a crescente parceria com a sociedade na construção do controle social, o cumprimento dos princípios e das normas que regem a Administração Pública quanto ao exercício da função disciplinar do Estado;

b) a avaliação sistemática da Gestão dos Administradores Públicos Federais, o controle da execução dos programas do PPA;

c) a fiscalização da aplicação de recursos públicos federais por Estados e Municípios;

d) a investigação e a apuração de denúncias;

e) a realização de atividades de prevenção à corrupção e incremento da transparência das ações de governo.

Essa forma de atuar, formatada e desenvolvida com determinação pelo atual Governo, continua rendendo frutos e proporcionando avanços, tanto na área da repressão quanto na linha da prevenção da corrupção. Imbuída da sua competência de órgão central para as

funções de Controle Interno, a CGU fiscalizou a execução dos programas do PPA em 2007, por meio do acompanhamento de 208 ações. Essa atividade acompanhou os principais programas de governo inseridos na Lei Orçamentária Anual (LOA), dentre os quais se destacam: Bolsa Família, Programa de Saúde da Família, Primeiro Emprego, Habitar-Brasil, Luz para Todos, Projeto de Assistência Técnica ao PROSANEAR (PAT/PROSANEAR), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), Programas relacionados a Saneamento, Rodovias, Metrôs, Infra-Estrutura Turística e Concessão de Bolsa ao Alfabetizador.

Restringindo-se às ações de controle realizadas de forma sistemática, ou seja, baseadas em método de planejamento abrangente e detalhado, observa-se o quantitativo de 3.356 ações de controle realizadas em 697 Projetos/Atividades do Governo, alcançando 20,77 % do total de ações do orçamento.

Destacam-se, nesse contexto, duas importantes iniciativas:

a) o acompanhamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que demandou em 2007 o planejamento de 523 ações de controle;

b) as fiscalizações de transferências de recursos federais repassados para as entidades sem fins lucrativos, que contou com a emissão de 2.379 ordens de serviço para as 325 entidades selecionadas para fiscalização, sendo concluídas em 2007, cerca de 1.760, procedeu também à avaliação da gestão dos administradores públicos federais mediante a realização de 3.827 ações de controle, constituídas pela realização de auditorias de avaliação da gestão, de acompanhamento da gestão, operacionais, de recursos externos e de auditorias sobre processos de tomada de contas especiais.

As auditorias realizadas sobre as tomadas e prestações de contas anuais culminaram na avaliação da gestão de 987 unidades da Administração Direta e 335 da Administração Indireta, no total de 1.322 auditorias ordinárias anuais e as auditorias de recursos externos alcançaram o número de 175 projetos federais auditados.

No desempenho da atividade de auditoria sobre processos de tomada de contas especiais, auditou 1.722 processos, resultando no encaminhamento de 1.459 certificados ao Tribunal de Contas da União (TCU) para julgamento, representando um retorno potencial de recursos aos cofres do Tesouro da ordem de R$ 659.622.763,60. Nesse mesmo período foram concluídas 212 diligências originárias do TCU, do Ministério Público Federal (MPF), da Advocacia-Geral da União (AGU), da Justiça Federal e do Departamento de Polícia Federal (DPF).

Com relação às ações de controle na área de pessoal, em 2007, a CGU auditou folhas de pagamento de quatro unidades: - o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Ministério do Esporte (ME) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

E analisou 77.563 processos de admissão, aposentadoria e pensão, envolvendo um montante na ordem de R$ 362.050.477,00.

Por meio da Fiscalização da Aplicação de Recursos Federais por Estados e Municípios, a CGU alcançou, em 2007, o montante de 196 áreas fiscalizadas mediante a realização de três sorteios municipais. Foram realizadas a 23ª, 24ª e 25ª edições do Programa de Sorteios de Municípios, redundando em 180 Municípios fiscalizados, envolvendo o exame de programas/ações de governo (programações/módulos-tipo) no valor estimado de R$ 1,322 bilhões em recursos públicos federais.

Em se tratando dos recursos aplicados pelos Estados, efetivaram-se o 6º e o 7º sorteios de unidades da Federação, com a fiscalização de 16 Unidades da Federação, envolvendo o exame de programas/ações de governo (programações/módulos-tipo) no valor estimado de R$ 513 milhões em recursos públicos federais.

Em 2007, as capitais e os Municípios com população acima de 500 mil habitantes, passaram a ser objeto de um programa contínuo de fiscalização. Foram expedidas 1.156 ordens de serviço para fiscalização em grandes Municípios, dentre as quais 339 encontram-se concluídas. Os relatórios contendo as constatações das fiscalizações são encaminhados aos Ministérios responsáveis pelos programas de governo, TCU, Prefeituras e Câmaras Municipais, Ministério Público Federal e Municipal, Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como às Comissões de Fiscalização e Controle das duas Casas legislativas. Esta divulgação também é realizada na Internet, por meio da página da CGU na Internet (*www.cgu.gov.br*).

Ainda com relação à função de controle interno, no contexto de trabalhos especiais, destacam-se as atividades que se iniciaram em 2007, ou deram continuidade às ações de fiscalização ou auditoria iniciadas em 2006, executadas nas seguintes organizações: FURNAS Centrais Elétricas S.A., Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), Docas, Departamento Nacional de Infra-Estrutura em Transportes (DNIT), Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Paraíba (CODEVASF), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Fundo Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (FNS/MS), Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV/INSS/MPS), Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia (SEPIN/MCT).

No que se refere às ações de fiscalização de recursos públicos federais transferidos sobre os quais pairem suspeições de desvios, evidencia-se a participação da CGU nas seguintes operações: Rêmora (Pará), Carranca (Alagoas), Metástase (Roraima), Antídoto (Amapá), Mecenas e Selo (Distrito Federal), Suíça/Alcaide (Pernambuco), Ponde Redinha (Rio Grande do Norte), Navalha, Rapina, e outras ocorridas nos Municípios de Jacaraú (PB), Coari (AM).

A respeito da apuração de denúncias e representações, em 2007, foram protocoladas na CGU 2.692, das quais 1.934 foram consideradas de rito ordinário, ou seja, denúncias que, pelo seu conteúdo, complexidade e/ou materialidade, demandaram uma ação de controle por parte da CGU. Dessa parcela, 335 geraram 1.499 ordens de serviço (OS), das quais foram concluídas no período 57% (855 OS). Tais trabalhos objetivaram identificar a procedência dos fatos apontados como irregulares na aplicação dos recursos públicos federais.

É importante ressaltar a realização de ações de controle sobre temas específicos da gestão pública, tais como: contratos na área de Tecnologia da Informação (42 ações concluídas e 22 em andamento), contratos de publicidade e propaganda (38 ações concluídas e 11 em andamento), contratos de Vigilância, Limpeza e Conservação (96 ações concluídas e 35 em andamento) e outras terceirizações (91 ações concluídas e 43 em andamento).

A CGU, na condição de órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, consolidou em 2007 o processo de implantação do Sistema de Correição da Administração Pública Federal, que conta com uma unidade em cada Ministério e é coordenado pela Corregedoria-Geral da União(CRG), unidade integrante da estrutura da CGU. Atuando com efetivas medidas administrativas e intensificando o combate à cultura de impunidade alcançou expressivos resultados.

As expulsões do serviço público por práticas ilícitas alcançaram 437 agentes públicos, o que significou um aumento de 32,2% em relação à média dos anos anteriores e um número recorde de penas desta natureza.

Em 2007, a CGU procedeu à verificação da regularidade de 3.260 processos disciplinares, realizou cerca de 40 inspeções em unidades de correição do Poder Executivo Federal, recomendou junto aos órgãos competentes a instauração de 409 procedimentos disciplinares e instaurou 37 sindicâncias patrimoniais, que representou o incremento da ordem de 640% em comparação ao ano anterior, no volume de sindicâncias patrimoniais instauradas diretamente pela CGU.

A integração das informações dos processos disciplinares foi alcançada pela implantação do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU/PAD), por meio do armazenamento de dados e pela disponibilização de forma rápida e segura para toda a Administração Pública Federal.

Ainda no desempenho da função correcional, e fundamentada na concepção de que a atividade de correição reprime e inibe a ação lesiva do agente público e com o intuito de viabilizar a intensificação das ações de correição nos diversos Ministérios, a CGU investiu, também, na capacitação de 1.305 servidores públicos, promovendo diversos eventos, dentre eles o I Seminário Nacional de Direito Administrativo Disciplinar que contou com 600 participantes. Por meio de medidas firmes de Prevenção à Corrupção e Transparência das Ações de Governo, o Governo Brasileiro vem ampliando e fortalecendo sua relação com outros países, visando a cooperação e a integração na prevenção e combate à corrupção. Com esse objetivo, o Brasil já ratificou três Tratados Internacionais que prevêem a cooperação

internacional nessa área: a Convenção Interamericana Contra a Corrupção, a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção e a Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais.

É importante ressaltar o sucesso do Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, desenvolvido pela CGU, que prevê uma séria de ações com vistas a fomentar o controle social. Em 2007, este Programa foi amplamente expandido, com destaque para a realização de 52 eventos básicos de educação presencial, atingindo 444 Municípios, sensibilizando e capacitando 10.585 cidadãos. Nesse contexto, a realização do 1º Concurso de Redação e Desenho da CGU para alunos do ensino fundamental, contou com a participação de 116.226 crianças, de 28 Municípios de todos os Estados brasileiros, e a mobilização de 3.824 professores. Ainda como ação de fomento ao controle social, pelo Programa de Fortalecimento da Gestão Pública, a CGU volta-se para os Municípios brasileiros, promovendo, em 2007, 21 eventos de capacitação presencial, contemplando 100 prefeituras e 1.031 servidores públicos municipais capacitados.

Cursos a distância também foram disponibilizados, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), atingindo 87 Municípios e capacitando 825 servidores municipais, em temas relativos a licitações e contratos, orçamento público e atendimento ao cidadão. Outra ação relevante foi a atividade de apoio à instituição e à operacionalização de unidades de controles internos nas prefeituras municipais, que alcançou 347 Municípios em cinco Estados, totalizando 1.083 servidores públicos capacitados. Quanto ao incremento da transparência pública das ações de Governo, pode-se evidenciar a ampliação do Portal da Transparência, que passou a abrigar mais de 584 milhões de informações, envolvendo a aplicação de recursos federais superiores a R$ 3,8 trilhões.

Foram realizadas melhorias tais como a criação de um sistema de mala direta, de fácil cadastramento pelo cidadão, para que ele receba, via e-mail, informações referentes a liberações de recursos para o Município cadastrado. Atualmente, o portal conta com quase 10.000 usuários cadastrados para o acompanhamento de convênios.

Disponibilizou-se, também, cinco novos tipos de consulta aos gastos realizados, bem como foram implementadas 29 novas páginas de transparência pública, totalizando 144 páginas gerenciadas durante o exercício de 2007. Com relação à Ouvidoria, o atendimento ao cidadão também foi privilegiado em 2007. Foram recebidas e processadas, na CGU, 2.050 manifestações de cidadãos, referente à prestação de serviços públicos, atingindo 100% da demanda ocorrida.

O conjunto das 138 unidades de Ouvidoria do Poder Executivo Federal reporta o quantitativo de 1,8 milhão de manifestações ao ano. Ações de capacitação foram continuadas durante o exercício pela realização do 2º Curso de Aperfeiçoamento em Ouvidoria Pública, nas cidades de Salvador (BA), Goiânia (GO), Vitória (ES) e Florianópolis (SC), do qual participaram 280 ouvidores e servidores de unidades de ouvidoria dos governos Federal, Estadual e Municipal.

Foram desenvolvidas, também, ações de sensibilização da população em geral e de mobilização visando a articulação, o diálogo e a cooperação do segmento de Ouvidoria Pública, mediante a realização do 3º Encontro Regional de Ouvidorias Públicas nas cidades de Salvador (BA), Goiânia (GO), Vitória (ES), Porto Alegre (RS) e Belém (PA).

Diante do exposto, a análise e avaliação do conjunto de ações desenvolvidas em 2007, pela CGU indicam o alcance de seus objetivos estratégicos, voltados para ações de fortalecimento da gestão pública e fiscalização do uso regular do dinheiro público, com caráter preventivo e inibidor da corrupção, disseminando a transparência das ações de governo, promovendo o controle social e atuando na aplicação de medidas correcionais contra o servidor público envolvido em irregularidades administrativas.

Dessa maneira, a CGU contribuiu decisivamente com o governo e a sociedade brasileira, cumprindo o seu dever constitucional e atuando como instrumento de controle à disposição do povo brasileiro na implacável luta contra o desperdício dos recursos públicos.

Na execução do Programa de governo sob sua responsabilidade a CGU encontrou obstáculos relacionados à carência de recursos materiais, humanos e tecnológicos, intrinsecamente ligados ao exercício pleno da atividade de controle. Essa situação é especialmente crítica no contexto da atuação das Unidades Regionais da CGU, pois em algumas delas diariamente são enfrentados problemas como a limitação de espaço físico, de equipamentos, de mão-de-obra e de capacitação. Para vencer esse quadro, a CGU adotou medidas saneadoras em diversas frentes, tais como:

a) reforma e ampliação do espaço físico em várias regionais localizadas nos Estados;

b) inclusão no orçamento da construção de uma nova sede em Brasília (DF) e em Minas Gerais para a CGU/MG;

c) realização de concurso público com contratação de mais de 200 novos servidores;

d) capacitação de 1.305 servidores públicos para participar de processos administrativos nos órgãos de origem;

e) assinatura de convênio com a ENAP para oferta de cursos ao corpo funcional;

f) investimento em tecnologia da informação, tanto na avaliação de ferramentas para subsidiar a análise de grandes volumes de dados como na criação de um banco de dados com a integração de informações da área de correição e sua disponibilização para todos os órgãos da Administração Pública.

A CGU, também, enfrenta dificuldades históricas para a troca de informações com outros órgãos públicos do Sistema de Controle do Estado brasileiro. Na medida em que essas dificuldades são superadas vislumbra-se a agilização no desempenho das ações e melhoria nos resultados, havendo especial interesse na disseminação de dados com as organizações.

Para tanto, procurou-se intensificar esta articulação, mantendo hoje uma parceria intensa, lastreada por compromissos explícitos assumidos em convênios e acordos de cooperação e reiterada pela prática diária de intercâmbio de informações e de trabalhos conjuntos. Pode-se citar, nesse contexto, o acordo de cooperação assinado entre a CGU e o Ministério da Justiça (MJ), o qual prevê o intercâmbio de informações relativas a entidades de utilidade pública, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e organizações estrangeiras.

A CGU assinou, ainda, acordos com o Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados brasileiros e do Distrito Federal – para o fortalecimento e aprimoramento das ações dos órgãos de controle interno federais e estaduais – e com a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – para o desenvolvimento de ações que contribuam para a prevenção e o combate à corrupção, a promoção da ética e da transparência pública, o fomento do controle social e o fortalecimento da gestão pública.

Além desses acordos, a CGU celebrou também termo de cooperação com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, o Conselho de Dirigentes de Controle Interno, o Conselho Nacional dos Controles Internos dos Estados e do Distrito Federal, a Associação Brasileira de Escolas do Legislativo, e o Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, o qual tem a finalidade de orientar agentes públicos quanto às normas relativas ao controle interno, no âmbito das Administrações Públicas Municipais, Estaduais e Distritais.

A estratégia das parcerias e da integração além do Ministério Público se estendeu a todos os organismos de investigação e de defesa do Estado, que buscam cada vez mais uma atuação articulada.

A Polícia Federal, a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), o TCU, a AGU, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), a Receita Federal do Brasil (RF), o Conselho da Justiça Federal (CJF), entre muitos outros que hoje participam da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), têm adotado como rotina a atuação conjunta ou, no mínimo, o intercâmbio de informação. Pôde-se reafirmar este compromisso na 5ª edição da ENCCLA, com mais de 50 instituições brasileiras integradas, em ambiente de colaboração.

Outros desafios deverão ser superados no futuro. A reforma política que altere a relação possível entre o Executivo e o Legislativo e as chamadas condições de governabilidade em nosso sistema presidencialista, a questão do financiamento de campanhas e partidos, a superação da barreira imposta aos órgãos de controle pelo dogma dos sigilos bancário e fiscal, e a reforma das Leis Processuais Penais, que são hoje a principal garantia de impunidade na esfera judicial. Essas e outras limitações – políticas, jurídicas e institucionais –, entretanto, não impediram que a CGU, em articulação com outros órgãos de defesa do Estado e da sociedade, avançassem no cumprimento de suas atribuições legais.

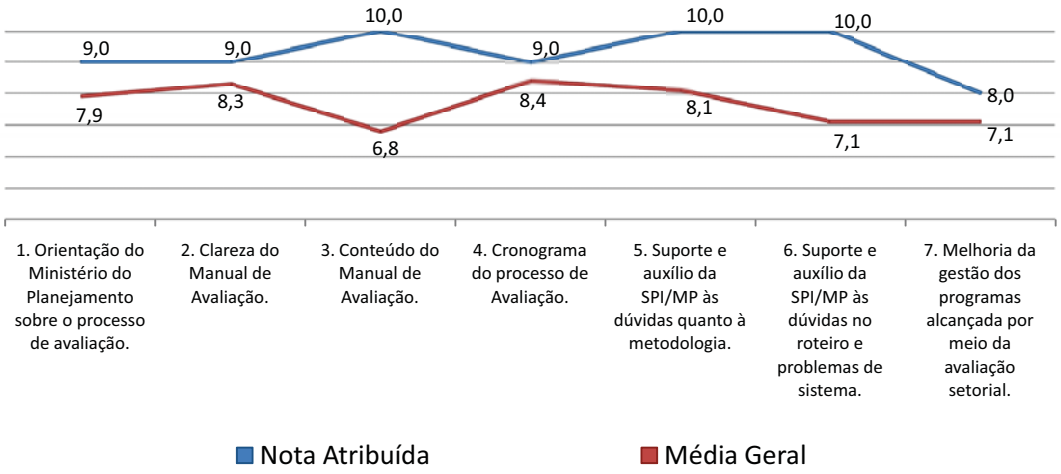
Quanto aos resultados físicos e financeiros do Programa, pode-se avaliar que durante a gestão do Programa Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção, os gastos efetuados foram

eficientes e prudentes, uma vez que a execução financeira limitou-se aos limites autorizados, diferentemente das metas físicas nas principais ações do Programa, que apresentaram percentual de realização acima do previsto, além dos inúmeros produtos e resultados alcançados não contemplados nas metas físicas vinculadas a cada ação do Programa.

Pode-se avaliar como positivo, também, o incremento da participação social nas ações da CGU, tanto nos eventos disponibilizados para servidores públicos, gestores e população em geral, como nos programas implantados de fomento ao controle social que visam, dentre outros, despertarem o interesse e a preocupação dos cidadãos com relação ao destino dos recursos públicos.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela CGU mediante atribuição de notas, no intervalo de 0 a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pela CGU e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



CONTROLE INTERNO, PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito Filho

OBJETIVO

Desenvolver as atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, em cumprimento ao disposto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, bem como aprimorar/fortalecer as atividades de investigação, apuração e repressão das irregularidades no Poder Executivo com o objetivo de prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública.

PÚBLICO-ALVO

Governo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 404.128.660,00	Empenho Liquidado:	R$ 382.742.352,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 382.742.352,00**

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Implantação de Ações Corretivas – Porcentagem	-	-	-	-	100.00	-

1. TAXA DE IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES CORRETIVAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Com o objetivo de dotar as diversas áreas da instituição com ferramentas capazes de aferir a eficiência e eficácia da gestão, durante o ano de 2007 a Controladoria-Geral da União (CGU) deu continuidade ao projeto, iniciado em 2006, de criação, implantação e monitoramento dos indicadores de desempenho, mediante a concepção de um painel de indicadores da CGU.

Em 2008, os indicadores serão avaliados pelos dirigentes da CGU, e serão implantados os procedimentos necessários para viabilizar a integração dos dados aos sistemas de informação atualmente existentes, de forma a garantir a consistência e a confiabilidade aos dados e propiciar o uso gerencial das informações produzidas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Constituição Federal, em seus artigos 70 e 74, estabelece que:

> "Art. 70 A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
>
> Parágrafo único - Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.
>
> Art. 74 Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:
>
> I - avaliar o cumprimento das metas previstas no PPA, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
>
> II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
>
> III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
>
> IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional."

Para o cumprimento desses dispositivos constitucionais, bem como do objetivo central e permanente do Governo Federal de combater a corrupção e o desperdício de recursos públicos, faz-se necessário o desenvolvimento de ações de controle na gestão de administradores de recursos públicos federais, que subsidiarão, também, a prestação de contas anual do Presidente da República junto ao Congresso Nacional, na forma do Balanço Geral da União (BGU), visando cumprir, também, o disposto no artigo 84, XXIV da Constituição Federal.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O Programa Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção, executado pela CGU, alcançou os objetivos propostos, à vista dos resultados proporcionados pelas ações realizadas nas áreas de controle interno, de correição, de prevenção à corrupção, de incremento da transparência pública e de fomento ao controle social.

Destacam-se, a seguir e de acordo com as principais ações que compõem o programa, alguns dos principais resultados de ações iniciadas ou intensificadas em 2007, no combate à corrupção e ao desvio de recursos públicos:

• Acompanhamento de 208 ações, atingindo 104% da meta física inicialmente prevista na Ação 4995 – Controle da Execução dos Programas do Plano Plurianual, destacando os Programas Bolsa Família, Programa de Saúde da Família, Primeiro Emprego, Habitar-Brasil, Luz para Todos, Projeto de Assistência Técnica ao Programa de Saneamento para Populações em Áreas de Baixa Renda (PAT/PROSANEAR), Fundo da Educação Básica (FUNDEB), programas relacionados a saneamento, rodovias, metrôs, infra-estrutura turística e concessão de bolsa ao alfabetizador.

• Realização de 3.356 ações de controle, com envolvimento em 697 projetos/atividades do Governo, alcançando 20,77% do total de ações do orçamento.

• Execução de 523 ações de controle das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

• Fiscalizações de transferências de recursos federais repassados para as instituições sem fins lucrativos, que contou com a emissão de 2.379 ordens de serviço para as 325 entidades selecionadas para fiscalização com conclusão de 1.760.

• Fiscalização de 196 áreas abrangendo Estados e Municípios mediante a realização de três sorteios municipais e dois estaduais. Com relação à fiscalização de recursos aplicados pelos Municípios, foram realizadas as 23ª, 24ª e 25ª edições do Programa de Sorteios, e fiscalizados 180 Municípios envolvendo o exame de programas/ações de governo no valor estimado de R$ 1,322 bilhão em recursos públicos federais. Em se tratando dos recursos aplicados pelos Estados, efetivaram-se o 6º e o 7º Sorteios de unidades da Federação, e a fiscalização 16 Unidades da Federação, envolvendo valor estimado de R$ 513 milhões em recursos públicos federais.

• Destacam-se as atividades que se iniciaram em 2007 ou deram continuidade às ações de fiscalização ou auditoria iniciadas em 2006: FURNAS Centrais Elétricas S.A., Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), Docas, Departamento Nacional de Infra-Estrutura em Transportes (DNIT), Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Paraíba (CODEVASF), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Fundo Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (FNS/MS), Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV/INSS/MPS), Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

• Participação da CGU nas seguintes operações: Rêmora (Pará), Carranca (Alagoas), Metástase (Roraima), Antídoto (Amapá), Mecenas e Selo (Distrito Federal), Suíça/Alcaide (Pernambuco), Ponde Redinha (Rio Grande do Norte), Navalha, Rapina e outras ocorridas nos Municípios de Jacaraú (PB), Coari(AM).

• Protocoladas 2.692 denúncias e representações, das quais 1.934 foram consideradas de rito ordinário, ou seja, denúncias que, pelo seu conteúdo, complexidade e/ou materialidade, que demandam uma ação de controle por parte da CGU. Dessa parcela, 335 geraram 1.499 ordens de serviço (OS), das quais foram concluídas no período 57% (855 OS). Nesta ação insere-se, também, a realização de ações de controle sobre temas específicos da gestão pública, tais como: contratos na área de tecnologia da informação (42 ações concluídas e 22 em andamento), contratos de publicidade e propaganda (38 ações concluídas e 11 em andamento), contratos de vigilância, limpeza e conservação (96 ações concluídas e 35 em andamento) e outras terceirizações (91 ações concluídas e 43 em andamento).

• Na Ação Avaliação da Gestão dos Administradores Públicos Federais foi realizado o total de 3.827 auditorias, distribuídas por avaliação da gestão, acompanhamento da gestão, operacionais, recursos externos, auditorias sobre processos de tomada de contas especiais, atingindo 106,31% da meta física prevista.

• Auditorias realizadas sobre as tomadas e prestações de contas anuais, refletiram na realização de 987 auditorias na Administração Direta e 335 na Administração Indireta, no total de 1.322 auditorias ordinárias anuais.

• As auditorias de recursos externos alcançaram o número de 175 projetos federais auditados. No desempenho da atividade de auditoria sobre processos de tomada de contas especiais, a CGU auditou 1.722 processos de tomadas de contas especiais, sendo 1.459 certificados encaminhados ao Tribunal de Contas da União (TCU) para julgamento, representando um retorno potencial de recursos aos cofres do Tesouro da ordem de R$ 659.622.763,60.

• Concluídas 212 diligências originárias do TCU, do Ministério Público Federal (MPF), da Advocacia-Geral da União (AGU), da Justiça Federal e do Departamento de Polícia Federal (DPF).

• Na área de recursos humanos, em 2007, a CGU auditou folhas de pagamento de quatro unidades – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Ministérios do Esporte (ME) e do Trabalho e Emprego (MTE) – e analisou 77.563 processos de admissão, aposentadoria e pensão, com valores envolvidos na ordem de R$ 362.050.477,00.

• Consolidação do processo de implantação do Sistema de Correição da Administração Pública Federal, coordenado pela CGU, que conta com uma unidade em cada Ministério.

• Expulsão de 437 agentes públicos envolvidos em irregularidades administrativas, o que significou um aumento de 32,2% em relação à média dos anos anteriores e um número recorde de penas desta natureza.

• Verificação de 3.260 processos disciplinares, realizadas cerca de 40 inspeções em unidades de correição do Poder Executivo Federal recomendadas junto aos órgãos competentes a instauração de 409 procedimentos disciplinares e instauradas 37 sindicâncias

patrimoniais, representado o incremento da ordem de 640% em comparação ao ano anterior, no volume de sindicâncias patrimoniais instauradas diretamente pela CGU. O investimento em capacitação tornou-se fator imprescindível para a qualidade das atividades de correição no âmbito da Administração Pública Federal, ocorrendo, em 2007, a capacitação de 1.305 servidores públicos e a promoção do I Seminário Nacional de Direito Administrativo Disciplinar que contou com 600 participantes. A informatização dos processos disciplinares da Administração Pública Federal por meio do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU/PAD) foi um dos importantes trabalhos desenvolvidos em 2007. O objetivo proposto de se promover a integração das informações disciplinares, inclusive através do seu armazenamento e disponibilização de forma rápida e segura, vem sendo atingido com a implantação desse sistema.

• Expedidas 1.156 ordens de serviço para fiscalização de grandes Munícipios, dentre as quais 339 encontram-se concluídas e divulgadas também na Internet por meio da página *www.cgu.gov.br*.

• Realização de 1.536 investigações, alcançando 102,4% da meta prevista intensificando as auditorias especiais, de fiscalizações especiais, de transferências voluntárias, de apuração de denúncias e de ações de controle sobre temas específicos da gestão pública;

• Através da Ação 2B13 – Prevenção à Corrupção e Transparência das Ações de Governo Visando a Cooperação Internacional no Combate à Corrupção, o Brasil ratificou três tratados internacionais:

a) a Convenção Interamericana Contra a Corrupção;

b) a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção;

c) a Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros.

• Para fomento do controle social, o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, em 2007, foi amplamente expandido com a realização de 52 eventos básicos de educação presencial, atingindo 444 Municípios, e sensibilizando e capacitando 10.585 cidadãos. Ressalte-se ainda a realização do 1º Concurso de Redação e Desenho da CGU que contou com a participação de 116.226 crianças de 28 Municípios de todos os Estados brasileiros e mobilização de 3.824 professores.

• O Programa de Fortalecimento da Gestão Pública, em 2007, promoveu 21 eventos de capacitação presencial, contemplando 100 prefeituras e capacitando 1.031 servidores públicos municipais. Foram disponibilizados, também, cursos à distância, atingindo 87 Municípios e capacitando 825 servidores municipais em licitações, contrato e orçamento público. Também foram realizadas atividades de apoio a unidades de controles internos nas prefeituras, que alcançaram 347 Municípios em cinco Estados, capacitando 1.083 servidores públicos.

• Em 2007, o Portal da Transparência passou a abrigar mais de 584 milhões de informações envolvendo a aplicação de recursos federais superiores a R$ 3,8 trilhões. Foram realizadas melhorias, como a criação de um sistema de mala direta para que o cidadão receba, via *e-mail*, informações referentes a liberações de recursos para o Município cadastrado. Atualmente, o Portal conta com quase 10.000 usuários cadastrados para o acompanhamento de convênios. Disponibilizou-se, também, cinco novos tipos de consulta aos gastos realizados, bem como 29 novas páginas de transparência pública, totalizando 144 páginas gerenciadas durante o exercício de 2007.

• Na Ação 4998 – Sistema Federal de Ouvidorias, em 2007, foram recebidas e processadas, na CGU, 2.050 manifestações de cidadãos, referente à prestação de serviços públicos, atingindo 100% da demanda ocorrida. O conjunto das 138 unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal reporta o quantitativo de 1,8 milhão de manifestações ao ano.

• Ações de capacitação foram continuadas durante o exercício por meio da realização do 2º Curso de Aperfeiçoamento em Ouvidoria Pública, nas cidades de Salvador (BA), Goiânia (GO), Vitória (ES) e Florianópolis (SC), do qual participaram 280 ouvidores e servidores de unidades de ouvidoria dos governos Federal, Estadual e Municipal. Foram desenvolvidas ações de sensibilização da população em geral e de mobilização visando a articulação, o diálogo e a cooperação do segmento de ouvidorias públicas, mediante a realização do 3º Encontro Regional de Ouvidorias Públicas nas cidades de Salvador (BA), Goiânia (GO), Vitória (ES), Porto Alegre (RS) e Belém (PA).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os resultados das principais ações podem ser avaliados com sucesso, uma vez que atingiram altos índices de execução física. Algumas ações, inclusive, superaram o índice de 100% da meta física inicialmente prevista, conforme demonstrado a seguir:

a) Ação 4995 – Controle da Execução dos Programas do Plano Plurianual – execução física igual a 104% e execução financeira de 69,25%;

b) Ação 4996 – Fiscalização da Aplicação de Recursos Federais por Estados e Municípios – execução física igual a 85,22% e execução financeira de 63,25%;

c) Ação 4997 – Investigação e Apuração de Denúncias – execução física igual a 102,40% e execução financeira de 92,18%;

d) Ação 6430 – Avaliação da Gestão dos Administradores Públicos Federais – execução física igual a 106,31% e execução financeira de 98,99%;

e) Ação 2B15 – Correição no Poder Executivo Federal – execução física igual a 119,33% e execução financeira de 96,47%;

f) Ação 2B13 – Prevenção à Corrupção e Transparência das Ações de Governo – execução física igual a 96,25% e execução financeira de 98,34%;

g) Ação 4998 – Sistema Federal de Ouvidorias – execução física igual a 68,33% e execução financeira de 96,24%.

No âmbito da gerência, há mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações os quais seguem listados:

a) para a Ação 4998 – Sistema Federal de Ouvidorias – são realizadas reuniões periódicas (trimestrais) com representantes de todas as unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal, onde são apresentados e discutidos dados de desempenho operacional das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal;

b) para a Ação 2B15 – Correição no Poder Executivo Federal – é utilizado sistema desenvolvido pela própria CRG em Access, que gerencia o processo de monitoramento do desempenho físico desta Ação. Para as Ações 4995, 4996, 4997 e 6430, são utilizados dois sistemas informatizados – Ativos e o Sistema de Gestão de Informações (SGI);

c) são realizados acompanhamentos concomitantes à execução das metas físicas, assim como apurações mensais para alimentação do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan);

d) quando do levantamento de dados para elaboração do Relatório Anual de Gestão da organização, é realizada minudente verificação da compatibilidade dos registros de metas físicas alimentados ao longo do exercício financeiro;

e) para a Ação 2B15 – Correição no Poder Executivo Federal – é feito acompanhamento diário das instaurações de processos disciplinares no Diário Oficial da União (DOU).

Os recursos orçamentários executados foram insuficientes. Tendo em vista os cortes promovidos na proposta orçamentária da CGU para o exercício de 2007, ajustes foram realizados no sentido de adequação à nova realidade, tendo como conseqüência a redução de algumas ações previstas inicialmente. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. No segundo semestre de 2007, ocorreu descontinuidade na liberação de recursos previstos. A situação foi contornada por meio da reprogramação das despesas.

A carreira de finanças e controle tem previsão legal para 5 mil cargos, contudo, atualmente, na CGU encontram-se em exercício aproximadamente 2,2 mil servidores. Diante de tal quadro, o volume de recursos humanos torna-se insuficiente para o pleno cumprimento das competências do Controle Interno previstas na Constituição Federal. Para equacionamento dessa situação, vem-se adotando a sistemática de concurso público para ingresso gradativo de novos servidores.

A restrição de recursos tem gerado forte limitação à capacitação dos servidores da organização afetando tanto os que atuam em nível gerencial como em nível de execução. Para enfrentamento dessa situação de uma forma sistêmica, vem-se empreendendo esforços para estabelecimento de um Plano Plurianual de Capacitação.

No segundo semestre de 2007, ocorreu descontinuidade na liberação de recursos previstos. A situação foi contornada, por meio da reprogramação das despesas.

As descentralizações realizadas foram em sua maioria destinadas às Gerências Regionais do Ministério da Fazenda (GRAs) para realização de despesas de manutenção e funcionamento das Unidades Regionais da CGU, assim como despesas com diárias, passagens e outros gastos relacionados com os trabalhos de auditoria e fiscalização nos Estados. Essas atividades foram realizadas de forma satisfatória.

O fluxo de informações entre a Gerência do Programa e os executores não apresentou problemas no decorrer do exercício apresentando uma articulação satisfatória.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social, tais como:

a) a Ação 4998 – Sistema Federal de Ouvidorias trata diretamente da participação do cidadão nos rumos da administração por meio do encaminhamento de manifestação diretamente pelo cidadão acerca de má prestação de serviço público;

b) por meio do Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, a CGU busca incentivar o controle social realizando encontros com grupos das comunidades, conscientizando o cidadão para atuar junto à prefeitura do seu Município no sentido de garantir a melhor aplicação dos recursos públicos. O Programa prevê várias ações, dentre elas a promoção de eventos de educação presencial a partir dos quais a CGU busca sensibilizar e orientar conselheiros municipais, lideranças locais, agentes públicos municipais, professores e alunos sobre a importância da transparência na administração pública, da responsabilização e do cumprimento dos dispositivos legais no trato do dinheiro público. O Programa, em 2007, foi amplamente expandido com a realização de 52 eventos básicos de educação presencial, atingindo 444 Municípios e sensibilizando e capacitando 10.585 cidadãos;

c) a CGU promoveu as 7ª e 8ª reuniões do Conselho da Transparência e Combate à Corrupção (CTPCC), o qual, além de diversas entidades públicas, congrega representantes da sociedade civil – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), Transparência Brasil, Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Instituto Ethos etc. É oportuno salientar que o CTPCC reveste-se de um órgão colegiado de natureza consultiva, vinculado à CGU, e que tem por finalidade sugerir e debater medidas de aperfeiçoamento dos métodos e sistemas de controle e incremento da transparência na gestão da Administração Pública Federal e estratégias de combate à corrupção e à impunidade;

d) a articulação com os gestores federais que administram programas com forte impacto social acaba por interferir nas políticas e, por conseqüência, na participação social. Destaca-se, ainda, o Programa de Sorteio e a Recepção de Denúncias, oportunidade em que esta CGU, por meio dos veículos de comunicação, faz chegar diretamente à população os resultados das ações desta Controladoria fomentando as preocupações da sociedade quanto à gestão dos recursos públicos. As ações que aproximam a CRG da sociedade são a realização de seminários de abrangência nacional, o Programa de Capacitação Disciplinar Permanente de Servidores e a disponibilização de canal de comunicação através de e-mail para dirimir dúvidas.

O incremento da transparência pública e do controle social, segmentos prioritários desta CGU, está assentado na convicção de que a vigilância da sociedade nos regimes democráticos é a maior garantia da integridade institucional e o melhor antídoto contra todas as formas de irregularidade e desvio de conduta, bem como de que essa vigilância depende diretamente das condições de transparência da atividade pública, que aumenta a percepção sobre o problema e a atenção da sociedade para essa distorção da atividade político-administrativa.

Mecanismos de avaliação da satisfação dos usuários estão em fase de estudo nesta CGU, inclusive contemplados no projeto de indicadores em andamento, com previsão de conclusão e implantação ainda no exercício de 2008.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. As atividades de controle interno são, por natureza, meios de captar e disseminar as boas práticas de gestão, ou, pelo menos, identificar o que pode ser melhorado na gestão, por meio da análise dos processos e produtos dos programas governamentais. A Ação 2B13 – Prevenção à Corrupção e Transparência das Ações de Governo – contempla a exitosa iniciativa do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública, o qual por meio de eventos presenciais e de cursos à distância favoreceu a capacitação de mais de 2 mil servidores públicos municipais. Essa sistemática tem disseminado procedimentos e boas práticas para a adequada aplicação dos recursos públicos federais. A incorporação de outros órgãos e entidades federais nesse programa pode traduzir-se em oportunidade futura, seja pela incorporação de novos conteúdos técnicos ao material didático, seja pela incorporação de servidores federais na clientela desses cursos.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Certificação Digital

Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental

Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural

Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica

Informações Integradas para Proteção da Amazônia

Inteligência Federal

Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem)

Promoção da Ética Pública

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para a Presidência da República (PR), foram utilizados **R$ 963.310.752,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 1.295.356.286,00	Realizado orçamentário:	R$ 963.310.752,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 1.295.356.286,00**	**Total realizado:**	**R$ 963.310.752,00**

Além disso, do total de **R$ 91.841.372,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 61.946.761,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do PR, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	1109 Certificação Digital	2,04%	1,87%	1,38%	1,77%	1,75%
	1030 Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental	3,13%	2,33%	3,29%	5,05%	3,41%
	1032 Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural	22,84%	15,35%	19,37%	25,51%	20,40%
	0753 Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica	11,08%	8,50%	9,46%	8,82%	9,33%
	0496 Informações Integradas para Proteção da Amazônia	19,89%	14,15%	4,38%	3,54%	10,07%
	8034 Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem	0,00%	28,50%	30,17%	19,00%	21,01%
Finalístico Soma		**58,98%**	**70,69%**	**68,06%**	**63,70%**	**65,97%**
Gestão de Políticas Públicas	0752 Gestão da Política de Comunicação de Governo	22,29%	16,00%	11,75%	12,17%	15,16%
	0665 Gestão da Política Nacional Sobre Drogas	0,96%	0,47%	1,26%	1,29%	0,97%
	1004 Gestão de Políticas na Área da Presidência da República	0,36%	0,42%	0,39%	0,48%	0,41%
Gestão de Políticas Públicas Soma		**23,60%**	**16,88%**	**13,40%**	**13,94%**	**16,55%**
Serviços ao Estado	0641 Inteligência Federal	17,37%	12,38%	18,52%	22,32%	17,44%
	1143 Promoção da Ética Pública	0,05%	0,04%	0,02%	0,04%	0,04%
Serviços ao Estado Soma		**17,42%**	**12,43%**	**18,54%**	**22,36%**	**17,48%**
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

GERENTE DO PROGRAMA

Renato da Silveira Martini

OBJETIVO

Disseminar o uso da certificação digital na administração pública e no conjunto da sociedade brasileira e obter autonomia tecnológica em áreas estratégicas da tecnologia da informação e comunicação.

PÚBLICO-ALVO

Usuários de sistemas informatizados privados ou públicos e órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 16.726.726,00	Empenho Liquidado:	R$ 13.831.745,00
	Total:	**R$ 13.831.745,00**

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Crescimento do Credenciamento de Autoridades pela ICP - Brasil - Porcentagem	-	-	-	28.57	-	-
2. Taxa de Incremento da Emissão do Certificado Digital - Porcentagem	-	-	-	-	-	-
3. Taxa de Segurança Criptográfica da Chave Privada Emitida pelas Autoridades Certificadoras da ICP - Brasil - Porcentagem	-	-	-	100.00	100.00	100%

1. TAXA DE CRESCIMENTO DO CREDENCIAMENTO DE AUTORIDADES PELA ICP - BRASIL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Foi o primeiro ano de apuração deste indicador. Verificou-se um crescimento expressivo do número de autoridades pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil). Espera-se manter um índice parecido para o próximo exercício.

2. TAXA DE SEGURANÇA CRIPTOGRÁFICA DA CHAVE PRIVADA EMITIDA PELAS AUTORIDADES CERTIFICADORAS DA ICP - BRASIL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

É um indicador de segurança do sistema e dessa forma espera-se que seja atingido em 100%. Porém, para o exercício de 2008 não será utilizado, visto que não reflete adequadamente o andamento do Programa.

3. TAXA DE INCREMENTO DA EMISSÃO DO CERTIFICADO DIGITAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Identificou-se que o índice não é mensurável e não será utilizado para o próximo exercício.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Considerando o atual estágio de utilização da rede de computadores na sociedade, seja por meio do comércio eletrônico ou de comunicações entre organizações públicas e privadas, há necessidade de garantir um sistema de segurança e privacidade nas transações eletrônicas através da implementação e operação da ICP-Brasil, bem como a sua disseminação, fomento e desenvolvimento. Além disso, a atual dependência de sistemas proprietários e monopolistas de *hardware* e *software* apresenta-se como um impeditivo para o desenvolvimento da tecnologia da informação e comunicação nacionais, como também para a promoção da inclusão digital.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) concentrou esforços na popularização do uso de certificados digitais mediante a ampliação da infra-estrutura com:

- O credenciamento de quatro novas autoridades certificadoras e 30 novas autoridades de registro (proporcionando um crescimento global de 28,57% em relação a 2006).

- A modernização do judiciário, amparada pela Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que regulamentou a informatização dos processos judiciais e utilização de versão eletrônica dos autos, agilizando sua rotina e economizando papel.

- A implementação do Projeto Nota Fiscal Eletrônica, sendo que todos os Estados brasileiros já aderiram ao sistema, fornecendo ao contribuinte uma forma prática, segura e de baixo custo para a emissão de suas notas fiscais.

- A inserção na ICP-Brasil de entidades do segmento cartorial, registral e notarial.

• O desenvolvimento de sistemas nacionais para compor a plataforma tecnológica da Autoridade Certificadora Raiz (AC-Raiz) da ICP-Brasil, visando agregar maior segurança e reforçando a soberania nacional com o uso de tecnologia própria.

• A atuação no fomento à pesquisa e desenvolvimento sobre certificação digital junto à diversas universidades e consolidação do Programa Nacional de Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital, que tem a missão de asseverar a plena adesão dos dispositivos usados na ICP-Brasil aos padrões mínimos de segurança e garantir a interoperabilidade entre eles.

Os objetivos esperados para 2007 foram alcançados. Contudo, algumas metas de ações e indicadores do Programa não refletiram a atuação do ITI.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento institucional do Programa abrange todas as ações e tem freqüência mensal com reuniões do Comitê de Gerência em que todas as ações finalísticas são acompanhadas rotineiramente através de visitas técnicas, tanto dos dirigentes do ITI, como dos fiscais dos contratos, convênios e congêneres. São exigidos relatórios mensais de acompanhamento dos principais produtos desenvolvidos pelas instituições participantes. São utilizadas ferramentas de gerenciamento de projetos, de gestão de conteúdo (CMS), de controle de versões, de gerência de requisitos e de gerência de qualidade dos produtos.

Com relação à execução física das ações, as metas inicialmente previstas na LOA 2007 foram frustradas, situando-se entre 40% e 80% do inicialmente previsto. De forma geral, a execução das metas físicas das ações variou de 47,36% a 134%, evidenciando a necessidade de planejar melhor as estimativas físicas e financeiras para as ações e respectivas metas para o PPA 2008-2011.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes e com o fluxo de liberação compatível com a programação. O percentual de créditos liquidados na Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) foi plenamente compatível com o impacto percentual daquela ação em relação ao orçamento. Os principais objetos de gasto nesta ação foram: serviços de apoio administrativo terceirizado, copa, vigilância armada, condomínio, aluguel, Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), luz e telefone.

A disponibilidade de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras foi considerada inadequada uma vez que o ITI não possui quadro próprio de pessoal sendo todos requisitados para ocuparem cargos comissionados ou terceirizados.

No decorrer do exercício de 2007, juntamente com a Universidade de Brasília (UnB), foi finalizado estudo para propor estrutura e regimento interno para o ITI que será encaminhada para a apreciação da Casa Civil.

O desempenho da execução das ações com recursos descentralizados, sobretudo daquelas que mais contribuíram para o alcance do objetivo do Programa, foi satisfatório e na sua grande maioria exitoso e atendeu plenamente aos resultados esperados.

Houve boa integração entre a gerência do Programa, os entes executores das ações e as informações necessárias para o gerenciamento do Programa foram disponibilizados pelos entes executores, por meio das respectivas prestações de contas e relatórios mensais de acompanhamento.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não realizou parcerias não-governamentais para sua execução, contudo, possui mecanismos que promovem a participação social por meio de consulta pública - prática adotada por Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-Ping), onde o ITI participa em grupos de trabalho.

Desde o ano de 2003, anualmente, o ITI realiza o Fórum de Certificação Digital onde tem oportunidade de se reunir com diversos grupos de interesse, tais como, segmentos da indústria, de entidades da ICP-Brasil, de delegações estrangeiras, de outros órgãos públicos e de organizações similares ao ITI. Além de estabelecer fóruns para cooperação com Estados e Municípios brasileiros e de outros países, desenvolvendo o conhecimento mútuo com diversos tipos de empresas e instituições que tem interesse na certificação digital.

Atualmente, o Programa não possui mecanismos para avaliar a satisfação de seus beneficiários, porém, está em estudo a implementação de um blog institucional para melhorar a interface com o usuário dos serviços.

O ITI ainda não tem uma estrutura organizacional aprovada. Tão logo seja aprovada a estrutura e o regimento interno, será possível avançar mais nas práticas de gestão.

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA GOVERNAMENTAL

GERENTE DO PROGRAMA

Jaime Antunes da Silva

OBJETIVO

Garantir o pleno acesso à informação arquivística governamental com a finalidade de apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo e o cidadão na defesa dos seus direitos, bem como contribuir para a produção de conhecimento científico e cultural.

PÚBLICO-ALVO

Governo e sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 41.697.218,00	Empenho Liquidado:	R$ 39.376.127,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 39.376.127,00**

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Evolução do Atendimento a Demanda de Acesso à Informação pelos Cidadãos e Órgãos Públicos – Porcentagem	-	-	44.37	68.34	87.45	78,15%

1. EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO A DEMANDA DE ACESSO À INFORMAÇÃO PELOS CIDADÃOS E ÓRGÃOS PÚBLICOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Somente foi possível mensurar o indicador nos anos de 2005 a 2007, pois foi solicitada a mudança da forma de cálculo e da nomenclatura do indicador de 2004. Assim, considera-se satisfatório o resultado alcançado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa visa cumprir o disposto no parágrafo 2º do artigo 216 da Constituição Federal, o qual determina que "cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem" e da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, conhecida como Lei de Arquivos,

que, ao regulamentar esse princípio constitucional, identifica o papel singular do Arquivo Nacional como órgão competente na esfera do Poder Executivo Federal para exercer a gestão documental, bem como implementar e acompanhar a política nacional de arquivos.

O Programa de Democratização do Uso da Informação Arquivística Governamental é a estratégia mais eficaz para ratificar a legitimidade do Arquivo Nacional para atuar como agente fundamental no processo de modernização administrativa do Estado e no fortalecimento da cidadania. A ausência de padrões técnicos no que se refere à gestão, à guarda, à preservação e ao acesso aos documentos públicos implica a dispersão e perda do patrimônio documental do País, limitação do acesso à informação, comprometimento da eficácia da própria máquina administrativa do Estado, além de significar desperdício de recursos humanos, materiais e financeiros.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aprovação, pelo Plenário do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), do projeto de lei encaminhado à Casa Civil da Presidência da República, dando nova redação ao Art. 1.215 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

- No âmbito da política internacional de arquivos foi realizado no Arquivo Nacional, de 6 a 31 de agosto de 2007, o Curso Safeguarding Sound and Image Collections (SOIMA) 2007, em parceria com a International Organization for Conservation of Cultural Heritage (ICCROM) e a Andrew Mellon Foundation e com o apoio da Cinemateca Brasileira e da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

- Implantação do projeto Memórias Reveladas - Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985).

- Registro, na Ação Sistema de Atendimento ao Usuário, de 293.924 atendimentos, sendo 17.672 presenciais, com a inscrição de 4.012 pesquisadores, comprovando um aumento percentual previsto do PPA.

- No campo da gestão de documentos do Arquivo Nacional destaca-se a promoção do Seminário Internacional de Especialistas em Gestão e Preservação de Documentos Digitais de 7 a 9 de agosto de 2007.

- No campo da divulgação do acervo e das ações institucionais, salienta-se a publicação dos trabalhos vencedores do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa 2005 - Normas e terminologia em arquivos, da revista Recine 2007, nº 4, "A imprensa no cinema" e das publicações técnicas digitais "Tabeliães do Rio de Janeiro do 1º.e 4º. Ofícios de Notas". O Arquivo Nacional e a História Luso-brasileira, na qual são desenvolvidos diversos produtos como exposições, publicações, seminários, apresentação de trabalhos, atendimento ao público externo, apoio a outras áreas da Instituição, fomento a matérias jornalísticas sobre temas afins, além da própria difusão dos produtos por meio de mídia impressa e televisiva.

• Melhoria nas condições de acesso via novo portal do Arquivo Nacional com maior disponibilização de dados e informações e ampliação dos quadros funcionais do Arquivo Nacional a partir de agosto de 2006.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são realizados por meio de reuniões trimestrais de trabalho, atualização mensal dos dados físicos no SIGPlan pelos coordenadores de ação, permitindo à gerência do Programa acompanhar o desempenho físico e financeiro das mesmas, promovendo, reuniões mensais de coordenação com vistas aos ajustes necessários à consolidação trimestral das ações, com presença do gerente executivo do Programa responsável pela Assessoria de Planejamento e Projetos do Gabinete do Diretor-Geral.

As ações consideradas atividades contínuas do órgão atingiram índices de realização das metas físicas acima do previsto devido em parte ao convênio com a Organização das Nações Unidas para Educação (UNESCO) e a ampliação dos quadros funcionais do Arquivo Nacional por meio de concurso público. As ações padronizadas também, na maioria dos casos, mantiveram seus índices físicos.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes, os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação e o impacto das ações executadas com recursos não-orçamentários foi considerado alto.

O estreitamento dos laços, no campo da gestão documental com outros órgãos e entidades do Governo Federal, poderá otimizar o desempenho da execução das ações com recursos descentralizados.

Ressalta-se que houve disponibilidade das informações e a integração da gerência do Programa sobre as ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Arquivo Nacional possui alguns parceiros não-governamentais que muito colaboram para o cumprimento das metas, como, por exemplo, o Programa de Desenvolvimento dos Arquivos Ibero-americanos (ADAI), com a Associação Latino-americana de Arquivos (ALA) e o Governo Espanhol em a parceria com a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO).

Com relação a mecanismos que promovem a participação social, o Arquivo Nacional dispõe, em seu sítio, de mecanismo de comunicação com o público pela Ouvidoria, que permite aferir os resultados quanto ao atendimento ao usuário e sua satisfação, da direção-

geral e demais unidades pela intranet e reuniões de coordenação e planejamento, além do CONARQ que é um fórum integrado por representantes de setores governamentais e da sociedade civil onde são debatidos temas ligados à política de arquivos.

As atividades e projetos empreendidos têm nas demandas dos órgãos públicos e dos seus usuários especializados e do público em geral um balizamento importante para a sua execução.

A Ação Gestão de Documentos da Administração Pública Federal, ação não-orçamentária do Programa Democratização do Uso da Informação Arquivística Governamental, é normativa para os órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF) e é efetivada a partir da orientação, capacitação e reciclagem dos agentes públicos no que tange a utilização de instrumentos técnicos de gestão que objetivam a racionalização, eficiência e eficácia dos procedimentos relativos à produção, organização e tratamento, preservação e acesso aos documentos públicos, sejam eles convencionais ou digitais. As práticas de gestão de documentos são permanentes, em razão da importância dos documentos produzidos pelos órgãos e entidades no desempenho de suas atividades, fato ratificado pelo Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003, que organiza sob a forma de sistema as atividades de gestão de documentos da APF. O seu caráter inovador pode ser medido pela implantação na APF de procedimentos de gestão documental relativos à entrada de documentos para a guarda permanente no Arquivo Nacional, à determinação dos prazos de guarda e da destinação dos documentos, indicando quais devem ser preservados ou eliminados, à disseminação da metodologia para a elaboração de códigos de classificação e tabelas de temporalidade e destinação de documentos e no estabelecimento de requisitos funcionais para a produção e preservação de documentos digitas.

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA, EDUCACIONAL E CULTURAL

GERENTE DO PROGRAMA

Ottoni Guimarâes Fernandes Junior

OBJETIVO

Ampliar o acesso da população a informações jornalísticas, educacionais e culturais contribuindo para a inserção social e desenvolvimento de sua cidadania.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 214.602.999,00	Empenho Liquidado:	R$ 198.916.014,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 198.916.014,00**

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Total de Matérias Jornalísticas - Unidade	-	-	386.213.00	425.865.00	444.512.00	95,81%
2. Transmissão de Eventos da Presidência da República - Porcentagem	-	-	100.00	100.00	100.00	100%

1. TOTAL DE MATÉRIAS JORNALÍSTICAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Este índice tentou demonstrar a capacidade de trabalho das mais variadas mídias da RADIOBRÁS, como TV, rádio e agência de notícias. Todavia, ele não foi capaz de expressar a qualidade do trabalho, que melhorou a cada ano.

2. TRANSMISSÃO DE EVENTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007, foram 156 eventos em Brasília, 143 em outras cidades brasileiras e 39 no exterior. A cobertura foi de 100% dos eventos. O número de eventos depende da atuação

da Presidência da República e a RADIOBRÁS se fez presente em todos. A RADIOBRÁS esteve presente em 93 cidades no Brasil e 35 países.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O problema tem origem na necessidade de levar à sociedade brasileira a universalização das informações jornalísticas, educacionais, culturais e de utilidade pública para promover a expansão da cidadania e o fortalecimento da democracia.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aumento de matérias disponibilizadas pela Radioagência, devido a inclusão de áudio e vídeo na Agência Brasil e o aumento de cobertura das atividades do Governo Federal pela TV NBr e TV Nacional.

- Consolidação do Programa Café com o Presidente, sendo referência para os veículos de comunicação.

- Consolidação das entrevistas coletivas com os Ministros de Estado com a participação de emissoras de Rádio de todo o País.

- Inclusão de quase 1.500 matérias na Voz do Brasil em suas 232 edições.

- Dentre as coberturas multimídia (agência, rádio e TV) realizadas em 2007 destacam-se a Posse do Presidente da República, a vinda do Papa ao Brasil, os Jogos Pan-americanos e Parapan-americanos com cobertura diferenciada, o Fórum das TVs Públicas e o anúncio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

- Além do Prêmio de melhor produção infantil, concedido em 2006 pelo NHK *Japan Prize*, o programa O Menino Muito Maluquinho, em 2007, com o episódio "O menino que tinha panela na cabeça" , ficou entre os quatro finalistas do 35° EMMY *Award* e foi também premiado no *Prix Jeneusse* Ibero-Americano, em 2007, no Chile.

- Pré-selecionados, em 2007, para o Prêmio no Japão, o episódio "O Sapo" da série Curta Criança II e o documentário Histórias de um Brasil alfabetizado.

- Na área de rádio, foi lançado, pelo Selo Rádio Mec, o CD Lapada, que ganhou o Prêmio TIM 2007.

- O jornalismo da RADIOBRÁS consolidou o conceito de jornalismo com foco no cidadão. As diversas equipes da Radiobrás participaram ativamente do processo de elaboração e construção da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), passo significativo para a expansão das práticas da comunicação pública no País.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, o mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações é realizado pelo acompanhamento dos índices inseridos no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) pelos respectivos coordenadores de ação.

Em termos do cumprimento das metas físicas, a execução situou-se entre 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. A Radiobrás cobriu 100% das atividades do Presidente da República no Brasil e no exterior e o número de matérias distribuídas alcançou 95,81% da previsão inicial.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes considerando-se os créditos suplementares de custeio e investimento que foram solicitados e aprovados para atender a todas as necessidades da empresa. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

A infra-estrutura nas equipes executoras foi considerada inadequada uma vez que a RADIOBRÁS não possui condições ideais de trabalho para a execução das tarefas dos funcionários com uma sede própria construída que atenda às características de cada uma de suas atividades, à informatização e à digitalização de todo o seu acervo histórico para evitar a perda da documentação e permitir um melhor manuseio.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em relação promoção da participação social, a RADIOBRÁS possui ouvidoria atuante incluindo a realização de programas no rádio e na TV respondendo questionamentos da sociedade. Ela ainda mantém o Projeto Alto Solimões com participação direta da sociedade na gestão da Emissora Mesorregional, além da Central do Ouvinte, que permite o contato direto com as emissoras de rádio, apresentando críticas e sugestões dos ouvintes.

A sociedade também acessa a RADIOBRÁS por meio de e-mails, carta e telefone para manter contato com rádios, TVs e agência de notícias, promovendo uma melhor qualificação das pautas e conteúdos apresentados nos diversos programas de rádio e TV. A satisfação dos usuários, todavia, não foi aferida, pois a RADIOBRÁS não contratou nenhum instituto de pesquisa que pudesse avaliar a satisfação dos usuários.

As boas práticas de gestão desenvolvidas pelo Departamento de Produções Artísticas e Culturais (DEPAC), criado em setembro de 2007 e que tem por objetivo conduzir ações e projetos voltados à ampla participação social na empresa pública de comunicação, realizando produção audiovisual baseada na cultura colaborativa, compartilhada e participativa, poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal.

DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E PRODUÇÃO GRÁFICA

GERENTE DO PROGRAMA

Fernando Tolentino de Sousa Vieira

OBJETIVO

Divulgar os atos oficiais à sociedade brasileira e prover serviços gráficos de material de uso interno e da Casa Civil da Presidência da República.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 74.817.249,00	Empenho Liquidado:	R$ 68.778.886,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 68.778.886,00**

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Quantidade Absoluta de Assinaturas do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça - Unidade	-	-	-	4196114.00	-	-
2. Quantidade de Acessos ao Sítio da Imprensa Nacional para Consulta do Diário Oficial e da Justiça - Unidade	-	-	13.750.000.00	7.164.000,00	-	-
3. Taxa de Divulgação do Diário Oficial por Meio Eletrônico - Porcentagem	24.06	-	13.65	11,95	-	-
4. Taxa de Evolução das Assinaturas dos Diários Oficiais e Diários da Justiça - Porcentagem	-	-	-	58.41	-	-
5. Taxa de Reclamação de Assinantes do Diário Oficial - Porcentagem	2.10	-	10.89	6,87	-	-

1. QUANTIDADE ABSOLUTA DE ASSINATURAS DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO E DO DIÁRIO DA JUSTIÇA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A inexistência do índice referência e o previsto para o final do PPA em 2007 dos indicadores do Programa não foram fornecidos pelos Coordenadores das ações, que informaram apenas

o índice apurado. Cabe salientar que deverão ser tomadas medidas corretivas necessárias para que os dados possam ser inseridos com os índices corretos para sua avaliação.

2. QUANTIDADE DE ACESSOS AO SÍTIO DA IMPRENSA NACIONAL PARA CONSULTA DO DIÁRIO OFICIAL E DA JUSTIÇA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa para o indicador 1 - Quantidade Absoluta de Assinaturas do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça.

3. TAXA DE DIVULGAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL POR MEIO ELETRÔNICO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa para o indicador 1 - Quantidade Absoluta de Assinaturas do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça.

4. TAXA DE EVOLUÇÃO DAS ASSINATURAS DOS DIÁRIOS OFICIAIS E DIÁRIOS DA JUSTIÇA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa para o indicador 1 - Quantidade Absoluta de Assinaturas do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça.

5. TAXA DE RECLAMAÇÃO DE ASSINANTES DO DIÁRIO OFICIAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver análise e justificativa para o indicador 1 - Quantidade Absoluta de Assinaturas do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa foi criado para facilitar a disseminação de informações para o Governo e a sociedade, além de oferecer maior transparência às ações do Governo. Assegura a todos o direito de receber informações dos órgãos públicos de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, na forma da legislação vigente, bem como publicidade dos atos públicos praticados, com legalidade e validade jurídica. O Programa também atende a produção gráfica de material de uso interno e da Casa Civil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Atualização do parque gráfico, no qual efetivaram-se vários investimentos ao longo do exercício de 2007, em todas as áreas dos processos produtivos. Na área de pré-impressão foram adquiridos dois sistemas digitais automatizados de produção de chapas *off-set* sem uso de filme fotográfico, do tipo *Compute to Plate* (CTP) – do computador para chapa. Estes equipamentos substituirão o atual sistema de pré-impressão baseado na produção de filmes fotográficos (*imagesetter*) para gravação de chapa *off-set* em avançado estado de depreciação e obsolescência.

• Contratação por licitação de empresa especializada em reforma de rotativas *off-set* para executar o projeto de reforma, modernização e ampliação da *impressora Goss Urbanite*, usada atualmente na impressão dos jornais oficiais, dotando-a de recursos tecnológicos capazes de produzir, além dos diários oficiais, qualquer trabalho gráfico impresso em caderno com uso de papéis não revestidos do tipo *off-set* e similares propiciando a produção e circulação dos jornais oficiais em menor tempo.

• Aquisição de duas impressoras de folhas, sendo uma de tecnologia digital para impressão policromática e em preto e branco, de passada única frente ou frente e verso, com inclusão de dados variáveis destinada à produção de serviços sob demanda, e outra impressora *off-set* bicolor para serviços gráficos de grandes tiragens e grandes formatos até 48 x 66 cm, destinada à produção de cadernos para livros e folhetos, capas, cartazes e impressos oficiais, propiciando, dessa forma, a impressão de qualquer trabalho gráfico de uso interno e da Presidência da República.

• Aquisição de dobradeira automática de folhas, serrilhadeira automática, plastificadora termolaminadora, perfuradora, máquina de corte e vinco, encadernadora de brochura com lombada quadrada, alceadora, grampeadeira automática e guilhotina de corte trilateral, permitindo a Imprensa Nacional prestar melhores serviços de acabamento geral e encadernação do tipo capa dura e brochura, encadernações em espiral, impressos com cortes especiais e relevo americano.

• Desenvolvimento e instalação de nova versão do sistema INCOM, eliminando inúmeros problemas existentes no envio e recebimento de matérias, tornando esse processo mais transparente, seguro e rápido para os clientes.

• Desenvolvimento e instalação de nova rotina de cálculo de preços do INCOM, com a eliminação da diferença no cálculo de preços entre o sistema *Linux* e *Windows*, distorção até então existente, desenvolvimento e implantação em regime experimental, para usuários da Presidência da República, da primeira versão completa do sistema de Recorte, que permitirá a disponibilização para a sociedade de um recurso avançado de leitura seletiva de matérias publicadas nos Jornais Oficiais.

• Desenvolvimento e implantação do portal da Imprensa Nacional na Internet, disponibilizando um sítio de Internet agradável e eficiente para o acesso às informações divulgadas pelo órgão.

• Desenvolvimento e implantação de um sistema mais moderno e mais aderente às necessidades da Ouvidoria.

• Integração da Imprensa Nacional a Rede de Comunicação do Governo Federal (Infovia) possibilitou melhor utilização dos sistemas corporativos e estruturadores do Governo Federal.

• Maior rapidez e eficiência de acesso ao portal da Imprensa Nacional pelos diversos ramos da sociedade, criação de uma rede virtual privada (VPN) com a Presidência da República, que permite, por exemplo, o acesso ao acervo disponível de todos os jornais oficiais. Houve, ainda, a modernização da infra-estrutura de informática, com a modernização das instalações físicas e a aquisição de diversos equipamentos, permitindo maior estabilidade e desempenho dos acessos ao sítio da Imprensa Nacional e aos serviços a ele relacionados.

• Reforma e atualização tecnológica da impressora rotativa que se encontra em fase de implantação, com todos os requisitos de infra-estrutura de engenharia civil e elétrica necessários à instalação para perfeito funcionamento dos equipamentos, características da base de sustentação da máquina, energia elétrica e temperatura ambiente requerida, dentre outros requisitos exigidos para uma correta instalação e funcionamento dos equipamentos configurados para produzir até 160 páginas por caderno.

• Aquisição de duas impressoras sendo uma digital iGen3 com produção com alimentação por folha (possibilitando, já no início do primeiro trimestre de 2008, a satisfação das demandas prementes internas e da Presidência da República) e uma impressora ADAST 700 bicolor, formato meia folha, com previsão para entrar em produção em maio de 2008.

• Aquisição de máquinas dobradeira automática de folhas, serrilhadora automática, plastificadora termolaminadora, perfuradora, máquina de corte e vinco, encadernadora de brochura com lombada quadrada, alceadora e grampeadeira automática e guilhotina de corte trilateral para dotar a Imprensa Nacional de condições mínimas para realizar os serviços de acabamento geral e encadernação do tipo capa dura e brochura, encadernações em espiral, impressos com cortes especiais e relevo americano.

Dentre as ações implementadas no exercício de 2007 e as que estão em fase de implementação, com foco no cidadão, nas demandas da sociedade, na melhoria das condições de trabalho do servidor, na otimização dos processos de produção e, por conseguinte, no aumento de produtividade, destacam-se aquelas que vêm apresentando resultados positivos, com reflexo direto na qualidade dos produtos e serviços disponibilizados à sociedade brasileira.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, o monitoramento sobre o desempenho físico das ações é realizado mensalmente por:

a) reuniões de trabalho com os coordenadores das ações que atualizam as realizações físicas mensais no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan);

b) visitas *in loco* pelos gerentes que acompanham as atividades desenvolvidas por cada setor e apresentam aos coordenadores e ao gerente do Programa, sistema informatizado que permite acompanhar o controle de materiais, distribuição de jornais, desperdício de materiais gráficos, controle dos recebimentos de matérias, dentre outros;

c) por relatórios de gestão elaborados por uma comissão constituída por meio de portaria e acompanhado pelo gerente do Programa.

Com relação ao cumprimento das metas físicas, as realizações situaram-se entre 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007.

Do total do orçamento liberado em 2007, foram executados 88,65%, havendo um decréscimo de 3,73% em relação ao ano de 2006. Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes e os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação, uma vez que, o orçamento de 2007, liberado pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) foi de R$ 47.871.000,00. Destinou-se R$ 41.811.000,00 para custeio, totalizando uma execução da ordem de 90,86%, e R$ 6.060.000,00 para investimentos, representando 73,42% de execução.

Os recursos descentralizados foram repasses relativos a rateio de água e energia da Advocacia-Geral da União (AGU).

Com relação à integração das equipes executoras e a gerencial, as informações foram precisas e discutidas entre os coordenadores de ações e o gerente do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A Ouvidoria é o mecanismo que promove a participação social no Programa realizada por meio da Internet, comunicações impressas e Disque 0800. São registrados os elogios, as reclamações, as sugestões e dessa forma pode-se avaliar a satisfação dos beneficiários.

INFORMAÇÕES INTEGRADAS PARA PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

GERENTE DO PROGRAMA

Marcelo de Carvalho Lopes

OBJETIVO

Contribuir para a proteção da Amazônia Legal brasileira, de forma integrada com outras instituições, fornecendo informações, serviços e infra-estrutura.

PÚBLICO-ALVO

O Governo, em todas as esferas, a sociedade brasileira, em particular os amazônidas, os organismos internacionais e as organizações não-governamentais com atuação na região, e os países da América do Sul, prioritariamente os da fronteira amazônica.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 50.674.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 27.806.332,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 27.806.332,00**

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Freqüência de Divulgação de Alertas Consolidados de Desmatamento - Alerta Emitido	-	-	-	-	-	-

1. FREQÜÊNCIA DE DIVULGAÇÃO DE ALERTAS CONSOLIDADOS DE DESMATAMENTO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não ocorreu a apuração do indicador proposto, visto que o sistema de monitoramento a ser utilizado como ferramenta para a aferição deste indicador não foi implantado por questões técnicas. Para o PPA 2008-2011 foi proposto um novo indicador para o Programa. A concepção do Programa busca a articulação entre órgãos de governo buscando sinergias, e prevê a utilização da infra-estrutura do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) para a geração de conhecimento e informações a estes órgãos. O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), em dezembro de 2006, realizou uma atividade envolvendo 39 órgãos de governo, buscando identificar quais eram, dentre as ações desenvolvidas pelo Censipam, aquelas com maior capacidade de agregar valor às atividades destes órgãos.

Os participantes da atividade representavam órgãos com atividades relacionadas às atividades de defesa e inteligência, à expansão de infra-estrutura, à pesquisa, e à formulação de políticas públicas para a região amazônica. Para a apuração dos resultados foram feitas pesquisas qualitativas, por meio de entrevistas e questionários, após apresentação das potencialidades de atuação do Censipam, dada a infra-estrutura instalada.

Os resultados apontam para as atividades ligadas às áreas de sensoriamento remoto e inteligência como as que têm maior capacidade de agregar valor às atividades dos órgãos parceiros. Por sua vez, as atividades de meteorologia têm importância estratégica. Por decorrência de acordo de cooperação técnica entre o Censipam e a rede Amazônica de televisão, afiliada da rede Globo na região Norte, os produtos gerados pelo Programa ganham visibilidade junto à sociedade amazônica, motivo pelo qual, entende-se que o sucesso destas atividades deve compor o indicador global do Programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O problema surgiu da necessidade de coletar, armazenar, processar, analisar e disponibilizar informações atualizadas, de forma contínua para subsidiar as ações de planejamento, integração e intervenção de governo na Amazônia Legal.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- A atuação em sensoriamento remoto prevê a utilização de imagens de satélite e de imagens provenientes das aeronaves do Sipam para a geração de informações. Neste sentido, em 2007, o Censipam desenvolveu produtos como o Programa de Monitoramento de Áreas Especiais (ProAE). Por áreas especiais são entendidas Unidades de Conservação Federal (UCs) e Unidades de Terras Indígenas (UTIs) na Amazônia Legal Brasileira. O monitoramento busca a geração contínua de dados sobre o avanço do desmatamento, a indicação de possíveis áreas de mineração, campos de pouso e vias de acesso, dentre outras informações, nas áreas especiais. Em 2007, o Programa realizou o monitoramento de 240 áreas especiais, sendo 117 terras indígenas e 123 unidades de conservação, abrangendo uma área de cerca de 34 milhões de hectares (ha). As informações contidas no ProAE foram entregues aos órgãos federais, estaduais e municipais interessados nas informações produzidas.

- Na área de inteligência, o Censipam como representante da Casa Civil no Conselho Consultivo do Sistema Brasileiro de Inteligência (Consisbin), desenvolveu diversas ações de apoio aos órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). Foram realizadas ainda, ações internas voltadas à contra inteligência. Em 2007, produziram-se 21 estudos concluídos de inteligência e 16 estudos concluídos de contra-inteligência no total de 37 estudos.

- As ações voltadas para a proteção ambiental abrangeram atividades relacionadas ao estudo de impactos ambientais derivados de ações antrópicas, monitoramento hidrológico, incluindo alertas sobre cheias e vazantes, identificação e monitoramento de áreas

propensas a queimadas, monitoramento de uso da terra, entre outras. Vale destacar ainda, a atuação do Censipam na geração de informações meteorológicas a partir dos sensores e estações meteorológicas do SIPAM. As informações sobre previsões de tempo e clima são repassadas diariamente aos veículos de comunicação da região amazônica para publicidade à população local. São geradas ainda, informações meteorológicas de curtíssimo prazo, de seis em seis horas, que são repassadas à defesa civil para a emissão de alertas em caso de eventos extremos que ofereçam riscos à sociedade civil. Em 2007, foram renovados os contratos para as linhas de telecomunicações.

• A área de sistematização de informações e banco de dados envolve o desenvolvimento de rotinas que visam organizar o acervo de dados, informações e produtos, quer sejam recebidos de órgãos parceiros e demais entidades externas, quer sejam aqueles elaborados pelas demais divisões do Censipam. Durante o ano de 2007, foram disponibilizadas bases cartográficas, imagens de satélites, imagens derivadas das aeronaves do SIPAM, além de cartas imagens e mapas temáticos, sempre em apoio à atuação dos órgãos parceiros. Como exemplo, pode-se citar o desenvolvimento de ações conjuntas com o Ministério das Cidades (MCidades), no intuito de se utilizar geotecnologias aplicadas ao planejamento e gestão territoriais, para apoio aos Planos Diretores Participativos dos Municípios da Amazônia Legal. Tal projeto vem sendo denominado como SIPAM Cidades.

• Na área denominada Tecnologia da Informação e Telecomunicações, em 2007, o Censipam realizou um profundo diagnóstico sobre os equipamentos e o status tecnológico de todo o SIPAM. O diagnóstico foi realizado no escopo do acordo de cooperação técnica firmado entre o Censipam e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e permitirá a continuidade da política de investimentos e aprimoramento tecnológico do parque de sensores, radares, terminais de comunicação isolada e nos demais componentes tecnológicos do sistema. Cabe citar, a realização de 17 missões de manutenção dos equipamentos do SIPAM, durante o ano de 2007. As atividades compreenderam reparo, realocação, instalação e revitalização dos terminais de comunicação remota (Vsats). As missões foram realizadas em parceria com órgãos como a Força Aérea Brasileira (FAB), Fundação Nacional Índio (FUNAI), Museu Emílio Goeldi, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte), Prefeituras e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e abrangeram os Estados de Rondônia (RO), Maranhão (MA), Pará (PA), Amazonas (AM), Roraima (RR), Mato Grosso (MG) e Tocantins (TO).

• Foi também de suma importância, o expressivo aumento do número de servidores capacitados. Em 2007, o Censipam ofereceu aos seus servidores, 460 cursos de capacitação relacionados às áreas técnica, operacional e administrativa, o que representou um aumento de 330% em relação ao ano anterior.

• As ações de articulação e integração institucional foram focadas na identificação de parcerias estratégicas e aproveitamento de sinergias. Nesta linha, foram assinados diversos acordos de cooperação técnica prevendo a realização de investimentos e trabalhos conjuntos. Procurou-se ainda um melhor entendimento, junto aos órgãos parceiros, sobre as demandas, e percepções de qualidade sobre os produtos e serviços do Censipam, no

intuito do aprimoramento contínuo dos relacionamentos com estes órgãos. O Censipam, no mês de dezembro, firmou convênio com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), para a concessão de bolsa de estudos para mestres, doutores, formados e formandos com experiência nas áreas de atuação do órgão. Serão repassados, no biênio 2008-2009, R$ 2.000.000,00 com a contrapartida, por parte da FAPEAM, de R$ 200.000,00. Os bolsistas desenvolverão suas atividades de pesquisa nas dependências do Centro Técnico e Operacional de Manaus.

• Nas relações com os países amazônicos, ocorreram diversas iniciativas de cooperação técnica. Uma iniciativa importante foi a apresentação do SIPAM para todos os embaixadores no Centro de Coordenação Geral (CCG) em Brasília. Tal evento proporcionou o conhecimento e o interesse de nossos vizinhos em desenvolver projetos mais ambiciosos para a região. Pretende-se viabilizar o projeto de regionalização do SIPAM no qual se busca uma avaliação pelo BID sobre a possibilidade de implementar instrumento de cooperação financeira para a operacionalização do mesmo. Vale destacar ainda que a continuidade da cooperação técnica entre Brasil e Peru resultou em duas reuniões do Grupo de Trabalho Binacional.

• Em termos de melhorias administrativas e institucionais, vale citar a implementação, em 2007, do comitê de qualidade do Censipam. O objetivo da administração é que num prazo máximo de dois anos o órgão possa ter certificação de qualidade dos seus processos de gestão e de desenvolvimento de produtos e serviços.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa, da forma como está estruturado, não reflete, através de suas ações, as atividades e áreas de atuação do Censipam. A administração do Censipam reformulou todo o programa no PPA 2008-2011 de forma a permitir a mensuração dos produtos esperados e dar maior transparência às suas ações e propósitos. Para o PPA que se encerrou não foi possível a mensuração dos resultados, tais como especificados atualmente, com exceção das ações de Capacitação de Recursos Humanos e Manutenção do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).

Na primeira ação citada, o número de servidores capacitados foi de 242% acima do previsto inicialmente. Vale destacar a superação da meta física concomitantemente com o menor dispêndio financeiro. Tal fato se deve pela implementação do plano de capacitação interno do Censipam que permitiu o maior número de treinados, e pela utilização do Centro de Capacitação da Presidência da República que colaborou com a redução dos custos de treinamento.

Quanto à segunda ação mencionada, o sistema foi mantido em 100% e o percentual de execução financeira foi de 99,9%. Em relação às demais ações do Programa, o produto e a unidade de medida especificados não eram passíveis de mensuração ou ocorreram descontinuidades de projetos ou atividades. As ações desenvolvidas durante o ano de 2007

buscaram se alinhar à revisão do plano estratégico do Censipam. Foram consideradas como estratégicas as atuações nas seguintes áreas: sensoriamento remoto, inteligência, proteção ambiental, sistematização de informações e estruturação de banco de dados estratégicos, telecomunicações e tecnologia da informação.

No âmbito da gerência, os mecanismos utilizados para o monitoramento sobre o desempenho físico das ações é o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e por meio de planilhas eletrônicas da área de gestão de pessoas no caso da Ação 4091 – Capacitação de Recursos Humanos.

No PPA 2004-2007, o Programa Informações Integradas para Proteção da Amazônia era do tipo multissetorial, sendo quatro ações de responsabilidade do Censipam e uma ação de responsabilidade do Comando da Aeronáutica. Desta forma, a Ação 4322 – SIVAM era monitorada mensalmente por meio do SIGPlan.

O produto e a unidade de medida especificados para as ações 2343 – Processamento de Sinais de Telemetria e Teleprocessamento (produto: sinal processado / unidade de medida: mega*byte* – MB) e 6323 – SIPAM (produto: informação disponibilizada/ unidade de medida: tera*byte* – TB) não foram passíveis de mensuração e não correspondiam à dinâmica tecnológica dos recursos utilizados pelo Censipam. Por fim, a Ação 7491 – Integração da Base de Dados e Informações do SIPAM – previa a criação de convênios, entre o Censipam e órgãos parceiros, para a adequação da infra-estrutura, e integração lógica de seus sistemas e bases de dados, de forma que fosse possível a criação de um sistema unificado com informações sobre a Amazônia Legal. Entretanto, da previsão inicial de 108 órgãos parceiros a serem trabalhados, apenas dois convênios chegaram a ser efetivamente firmados, um com a Marinha do Brasil e outro com a Universidade Federal de Goiás (UFG).

A despeito da não realização dos convênios inicialmente previstos, os órgãos parceiros com atuação na Amazônia Legal acabaram, por si só, realizando investimentos e incrementos em seus parques tecnológicos e sistemas operacionais, que permitiram a adequação da infra-estrutura tecnológica, conforme previa a concepção do projeto. Diante desta realidade, e do surgimento de novas ferramentas de tecnologia da informação, o Censipam opta por focar os investimentos na adequação do seu próprio parque tecnológico, de forma que a infra-estrutura do Censipam possa também, acompanhar as tecnologias de informações, telecomunicações, e de integração lógica de base de dados. Assim, a descontinuidade do referido projeto se justifica pela situação presente, onde a infra-estrutura do Censipam carece de investimentos. Somente após a evolução dos sistemas tecnológicos do Censipam, este poderá atuar como um órgão de coleta, sistematização e integração de base de dados.

Com relação ao cumprimento das metas físicas na Ação 4091 – Capacitação de Recursos Humanos – o número de servidores capacitados foi de 242% acima do inicialmente previsto. Vale destacar a superação da meta física concomitantemente com o menor dispêndio financeiro. Tal fato se deve pela implementação do plano de capacitação interno do Censipam que permitiu o maior número de treinados, e pela utilização do Centro de Capacitação da Presidência da República que colaborou com a redução dos custos

de treinamento. Quanto à Ação 4322 – SIVAM – o sistema foi mantido em 100% e o percentual de execução financeira foi de 99,9%. Em relação às demais ações do Programa, o produto e a unidade de medida especificados não eram passíveis de mensuração ou ocorreram descontinuidades de projetos ou atividades.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes e foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

Os recursos humanos na equipe gerencial assim como nas equipes executoras foram considerados insuficientes apesar de que, em 2006, ocorreu processo seletivo simplificado que previa a contratação de 220 servidores temporários. No entanto, em razão da saída paulatina de tais servidores sem a devida reposição, a instituição sofre com a perda de recursos humanos em suas equipes. Devida a alta-rotatividade de servidores na instituição, em grande medida em razão do quadro de servidores do Censipam ser composto por temporários e comissionados, há uma demanda constante por qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial e equipe executora para que o serviço seja realizado de forma adequada.

A Ação 7491 – Integração da Base de Dados e Informações do SIPAM – previa a criação de convênios, entre o Censipam e órgãos parceiros, para a adequação da infra-estrutura e integração lógica de seus sistemas e bases de dados, de forma que fosse possível a criação de um sistema unificado com informações sobre a Amazônia Legal. Entretanto, da previsão inicial de 108 órgãos parceiros a serem trabalhados, apenas dois convênios chegaram a ser efetivamente firmados, um com a Marinha do Brasil (MB) e outro com a UFG. Este último foi concluído e encontra-se em fase de prestação de contas, já o convênio com a Marinha do Brasil não poderá ser concluído devido à problemas técnicos e operacionais.

A Ação 4322 – Manutenção do SIVAM – tem como finalidade garantir o controle e a vigilância do espaço aéreo brasileiro na Amazônia. Cabe ao Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA) a operação e manutenção dos equipamentos e sistemas do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB). O CINDACTA IV é a organização do Comando da Aeronáutica responsável por estas atividades naquela região. Observa-se que o sistema foi 100% mantido e o percentual de execução financeira foi de 99,9%.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social é promovida pela realização de reuniões com grupos de interesse, com órgãos e agentes políticos com atuação na Amazônia Legal que possibilitaram a implantação do novo plano estratégico e a construção da carteira de produtos da instituição.

Não houve avaliação da satisfação dos beneficiários do programa. Todavia, para o PPA 2008-2011, o indicador proposto utiliza a capacidade de atendimento das demandas dos órgãos parceiros e, conseqüentemente, a sua satisfação.

O Censipam estabeleceu com o BID cooperação técnica internacional na modalidade não reembolsável com o objetivo de se desenvolver um plano de negócios para o órgão em busca de seu fortalecimento e desenvolvimento institucional. Serão investidos aproximadamente 1 milhão de dólares. No escopo do trabalho em 2007, o Censipam constituiu o Comitê de Gestão da Qualidade que tem por objetivo a implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade. A expectativa do órgão é possuir a certificação de qualidade dos seus processos de gestão e de desenvolvimento de produtos e serviços. Tal prática pode ser replicada na Administração Pública Federal como boa prática de gestão.

O Programa Informações Integradas para Proteção da Amazônia foi bastante reformulado pela administração do Censipam no PPA 2008-2011. Nota-se aperfeiçoamento substancial do Programa na passagem do PPA 2004-2007 para o PPA 2008-2011. Entretanto, para que o Programa seja bem desenhado e que possa ser gerenciado por resultados torna-se imperioso adotar a metodologia do Modelo Lógico de Programa.

INTELIGÊNCIA FEDERAL

GERENTE DO PROGRAMA

Renato da Silveira Martini

OBJETIVO

Desenvolver Atividades de inteligência e de segurança da informação no interesse do Estado e da sociedade.

PÚBLICO-ALVO

Presidência da República.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 200.825.357,00	Empenho Liquidado:	R$ 174.106.985,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 174.106.985,00**

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Relatórios de Inteligência para subsídio do Processo Decisório Nacional - Porcentagem	89.76	96.51	82.02	79.00	-	-

1. TAXA DE RELATÓRIOS DE INTELIGÊNCIA PARA SUBSÍDIO DO PROCESSO DECISÓRIO NACIONAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não houve indicação de índice final para o PPA em razão de os instrumentos de verificação estarem em processo de aperfeiçoamento para posterior validação final.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa foi criado para subsidiar o Presidente da República na execução do processo decisório e na condução dos assuntos de interesse nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Produção de 821 relatórios de inteligência, 3.079 comunicados, 3.738 pesquisas para atendimento às demandas da Casa Civil da Presidência da República e 24 certidões

de dados pessoais. Foram intercambiados, com serviços de inteligência estrangeiros, 3.024 documentos.

• Realização de visitas técnicas a diversas empresas, priorizando, em 2007, indústrias da área biológica, com o objetivo de orientá-las sobre as listas de controle de transferência de material sensível a equipes do Programa Nacional de Integração Estado-Empresa na Área de Bens Sensíveis (Pronabens) em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

• Na área de contra-inteligência foram desenvolvidos trabalhos no setor de contra-espionagem, no sentido de preservar tecnologias avançadas desenvolvidas pelo Brasil em diferentes segmentos, em especial nas áreas de biotecnologia, espacial e nuclear.

• O Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento (PNPC) atuou de forma sistemática, por meio de avaliações, diagnósticos e orientações a empresas públicas e privadas na proteção do conhecimento sensível.

• Capacitação de 1.526 pessoas para o exercício e apoio da Atividade de Inteligência pela Escola de Inteligência (Esint).

• Abertura de três novos postos da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) no exterior (Argentina, Colômbia e Venezuela) e criação de dois outros, que se encontram em processo de autorização para implantação.

A consecução dos objetivos e das metas no Programa 0641 – Inteligência Federal, e respectivas ações, no exercício de 2007 tiveram como balizador o Plano Anual e Atividades, que estabeleceu normas e diretrizes para planejamento, acompanhamento, controle e avaliação das atividades da ABIN e, de forma prioritária, para as demandas relacionadas tanto à infra-estrutura administrativa e tecnológica quanto à área finalística. Esse trabalho foi precedido de um amplo e minucioso diagnóstico realizado em 2006 acerca das reais condições da Agência. Ademais, privilegiaram-se ações com objetivo de propiciar os meios necessários para o desenvolvimento e coordenação das atividades de Inteligência, além daquelas destinadas à segurança dos XV Jogos Pan-americanos e III Jogos Parapan-americanos, em apoio a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp/MJ). O monitoramento do Plano Anual de Atividades forneceu subsídios para as tomadas de decisões e correção de rumos do planejamento inicial e, conseqüentemente, para o alcance das metas estabelecidas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, os mecanismos de monitoramento das realizações físicas das ações utilizados são as reuniões de trabalho que até o mês de setembro foram trimestrais e, a partir deste, reuniões mensais com os Coordenadores de Ação para avaliar o desempenho físico e financeiro das ações do Programa e verificar consecução das metas (quantitativa e qualitativa), da execução dos créditos e dos recursos financeiros, da possibilidade de remanejamento de créditos entre as ações e avaliar os óbices existentes, objetivando a

correção de rumos e a execução do orçamento na sua totalidade. Também ocorrem visitas *in loco* e encontros regionais que avaliaram o desempenho das Superintendências Estaduais, o cumprimento das metas para elas fixadas e a compatibilização dessas atividades com a execução orçamentária e os limites estabelecidos.

Por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) é realizado o acompanhado e desempenho dos Coordenadores de Ação e de outras unidades orçamentárias, analisando-se, entre outras, as atividades desenvolvidas, a execução orçamentária e financeira e o cumprimento das metas estabelecidas. Em conseqüência do acompanhamento e avaliação realizada, são adotadas, sempre que necessário, medidas para correção de rumos e consecução dos objetivos e metas estabelecidas no Plano Anual de Atividades da ABIN.

Mensalmente, as unidades vinculadas encaminham à Secretaria de Planejamento e Coordenação/ABIN/GSI/PR, relatórios de gestão sobre a execução orçamentária e o cumprimento das metas e ações estabelecidas para o período considerado.

Em 2008, será implementado sistema informatizado para o efetivo controle do Plano Anual de Atividades da ABIN e a sua interação com os demais sistemas de governo, tais como o SIGPlan e o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

O planejamento, o acompanhamento, o controle e a avaliação das ações do Programa estão previstos no Plano Anual de Atividades da ABIN, em consonância com os objetivos contidos nas Orientações Estratégicas da Presidência da República (estabelecidas quando da edição do PPA 2004-2007), nas prioridades para a atividade de Inteligência definidas pela Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden) do Conselho de Governo, nas Diretrizes de Inteligência fixadas pela Direção-Geral da ABIN e nos limites orçamentários disponibilizados na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Com relação ao cumprimento das metas físicas, a execução foi considerada acima de 100% do previsto na LOA 2007. As metas físicas previstas nas ações do Programa, na fonte 0100, foram alcançadas na sua totalidade. A meta física da Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação foi ultrapassada, tendo sido capacitados 297 servidores. A meta física da Ação 2A80 – Capacitação de Pessoas para Atividades de Inteligência foi ultrapassada em 193,5% sendo utilizado o total do financeiro disponibilizado para a Escola de Inteligência. Isto se deve à grande demanda por cursos para outros órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e conveniados. Nestes cursos foram capacitadas 1.229 pessoas quando a previsão era de 635 pessoas. No caso específico da fonte 0150, na Atividade 2488 – Desenvolvimento de Tecnologia na Área de Segurança das Comunicações, a meta prevista de três produtos criptografados desenvolvidos não foi alcançada em virtude dos compromissos assumidos por unidades da Administração Pública Federal não terem sido honrados.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes e o fluxo de liberação dos recursos financeiros foi compatível com os créditos disponibilizados pela Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República. Contudo, o crédito

disponibilizado na Atividade 2684 – Ações de Inteligência, não foi liberado na sua totalidade. Do total previsto na LOA R$ 40.025.640,00, somente foi disponibilizado pela Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República R$ 16.524.027,00. O limite orçamentário definido para a ABIN não permite alocação de crédito suficiente na Atividade 2272 – Gestão e Administração do Programa (GAP) para o atendimento das necessidades administrativas da Sede (Brasília) e das 27 superintendências estaduais, subunidades e postos no exterior. O limite estabelecido nessa ação é destinado, principalmente, para atendimento das despesas necessárias ao funcionamento de água, luz, telefone, correios, demais serviços de prestação continuada, material de consumo etc.

A infra-estrutura, nas equipes executoras, foi considerada inadequada, uma vez que essas ressentem-se de instalações compatíveis com a atividade de Inteligência (diversas superintendências não possuem sede própria, dependendo de cessão de imóveis de órgãos públicos ou locação). Há carência de equipamentos tecnológicos sensíveis e de infra-estrutura, específicos para uso na atividade de Inteligência. A insuficiência de recursos orçamentários é um fator impeditivo para manutenção das instalações da sede e superintendências estaduais e para a aquisição de meios, inclusive tecnológicos, necessários ao cumprimento das competências legais de forma adequada.

A interação entre os Coordenadores de Ações e Gerente do Programa ocorre por ocasião das reuniões realizadas pelo Gerente Executivo e pela unidade de monitoramento e avaliação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

A avaliação da produção do conhecimento é realizada por meio de aplicação de questionário específico para cada relatório produzido, denominada Ficha de Monitoração da Qualidade de Relatórios de Inteligência, na qual o usuário avalia os quesitos relevância, oportunidade, imparcialidade, amplitude, clareza e concisão, e se o documento satisfaz plenamente, parcialmente ou não as suas necessidades. Tendo em vista os resultados alcançados a partir da avaliação do usuário, constata-se que o Programa vem atendendo às necessidades e exigências do usuário. Apesar disso, a metodologia de avaliação encontra em contínuo aperfeiçoamento.

A gestão do Programa prevê a realização de reuniões mensais destinadas a acompanhar os resultados obtidos na execução, bem como os níveis de cumprimento das metas físicas e financeiras fixadas, paralelamente à alocação de recursos orçamentários. Essa prática tem permitido a correção de rumos e, eventualmente, redimensionamento de metas ou realocação de recursos, especialmente quando da ocorrência de contingenciamentos ou fatos novos não previstos na fase de planejamento das ações e metas a serem alcançadas. Paralelamente, são realizados encontros regionais com as Superintendências da ABIN, além de um encontro anual em Brasília. Essas ações poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal como boas práticas de gestão.

NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS (PROJOVEM)

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Roberto de Souza Cury

OBJETIVO

Reintegrar o jovem ao processo educacional, promover sua qualificação profissional e ação comunitária. Público-AlvoJovens que possuam entre 18 e 24 anos, que tenham concluído a 4ª série do ensino fundamental, mas não tenham finalizado a 8ª, e que não tenham vínculo formal de emprego na data da inscrição a uma das vagas disponibilizadas pelo Programa.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 208.844.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 148.179.107,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 148.179.107,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Certificação dos Alunos Matriculados no ProJovem por Capital - Porcentagem	-	-	-	77.00	60.00	128,33%
2. Taxa de Cobertura da População Atendida no ProJovem por Capital - Porcentagem	-	-	14.00	20.00	20.00	100%

1. TAXA DE CERTIFICAÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO PROJOVEM POR CAPITAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Esse índice foi apurado considerando-se o número de jovens aptos à certificação, ou seja, que atenderam às especificidades do Programa, concluíram a unidade formativa IV e realizaram o Exame Nacional Externo ao final do curso previsto. Dessa forma, os resultados superaram a expectativa inicial, certificando 77% dos alunos aptos a esse processo.

2. TAXA DE COBERTURA DA POPULAÇÃO ATENDIDA NO PROJOVEM POR CAPITAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Conforme pode ser constatado pelo índice final apurado, os resultados almejados foram atingidos. Inclusive, é importante relatar que o Programa foi ampliado às cidades com

número igual ou superior a 200 mil habitantes das regiões metropolitanas das capitais dos Estados, elevando a taxa de cobertura da população atendida como um todo. Ao final, foram matriculados em todo Brasil, 234.569 jovens, sendo o número de inscritos igual a 409.757, bem superior ao esperado, o que, de certa forma, contribuiu para a ampliação do Programa no PPA 2008-2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Censo 2000, mais de 33 milhões de brasileiros compõem hoje o segmento juvenil na faixa etária de 15 a 24 anos, dos quais 80% vivem na área urbana. Os jovens representam cerca de 20% da população brasileira. O aumento do desemprego, da informalidade e da concentração da ocupação nos baixos níveis de renda não atinge de maneira uniforme os vários segmentos populacionais. Além das mulheres, dos negros e das pessoas com mais de 40 anos, os jovens são particularmente afetados pela dinâmica do mercado de trabalho.

Ao mesmo tempo, 17 milhões de jovens brasileiros entre 15 e 24 anos, contingente correspondente a mais da metade do total de jovens, não estudavam, com o agravante de que há maior presença dos que não estudam entre o conjunto dos jovens ocupados: 10,6 milhões trabalham, mas não estudam. Por outro lado, 35,3% dos jovens inativos não estudam. Isso significava que 4,5 milhões de brasileiros de 15 a 24 anos não trabalham, não estudam e nem procuram emprego, o que é equivalente a 13,6% de todos os jovens no País.

O ProJovem caracteriza-se por ser uma iniciativa de gestão compartilhada no âmbito do Governo Federal, com a participação de quatro Ministérios: a Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), que o coordena, o Ministério da Educação (MEC), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A organização de sua gestão conta com um Comitê Gestor coordenado pela SGPR e integrado pelos Ministérios parceiros. Como suporte operacional, o Comitê conta com uma Comissão Técnica também composta por representantes da SGPR e dos três Ministérios. Além disso, o Programa é executado em parceria com as prefeituras das 27 capitais brasileiras e com 34 cidades das regiões metropolitanas das capitais.

A concepção do ProJovem também é inovadora, pois proporciona formação integral ao jovem por meio de uma efetiva associação entre elevação da escolaridade, com a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional com certificação de formação inicial e desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público.

A integração indissociável entre educação básica, qualificação profissional e ação comunitária proposta pelo ProJovem pressupõe uma nova perspectiva de cooperação interdisciplinar e cria uma organização curricular inovadora e flexível, aliando teoria e prática, formação e ação, explorando a dimensão educativa do trabalho e da participação cidadã. Assim, a integração se faz em função da inclusão social dos jovens cidadãos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Expansão do ProJovem a 16 Municípios capitais, ampliando, com isso, o atendimento a mais 34.700 jovens que compõem o público-alvo do ProJovem. Essa nova fase de implantação ocorreu em capitais que já haviam cumprido metas firmadas em convênios de 2005.

• De forma geral, de 2005 a 2007, foram inscritos 409.757 jovens e, segundo o banco nacional de dados do ProJovem, 234.569 alunos foram matriculados (199.736 jovens nas capitais e no Distrito Federal e 34.833 nas cidades das regiões metropolitanas das capitais).

• Edição e distribuição de mais quatro números da Revista Estação Juventude, (total de 80 mil exemplares em cada edição), totalizando seis números editados desde sua criação. A Revista tem como objetivo levar aos jovens participantes do ProJovem, informações atualizadas sobre cidadania, educação, cultura e saúde a partir de uma proposta alternativa de entretenimento por meio da leitura, instituindo um canal de comunicação entre o ProJovem e o seu público (estudantes, coordenadores, professores e técnicos).

• Encontro dos Gestores Municipais do ProJovem, reunindo os Secretários Municipais, gestores do Programa no âmbito das 26 capitais brasileiras e do Distrito Federal com os objetivos de analisar os resultados da avaliação externa do Programa nas capitais, realizada pela rede de universidades federais que compõem o Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem (SMA), de discutir temas relevantes para o aperfeiçoamento da gestão do ProJovem e de analisar e discutir dados da implementação do Programa e estratégias de expansão. Ao final da reunião, os gestores presentes decidiram: pela expansão da meta inicial já alcançada (Aracaju, Belo Horizonte, João Pessoa, Manaus, Natal, São Luis, Teresina e Recife), pelo cumprimento e expansão da meta acordada (Boa Vista, Cuiabá, Curitiba Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Macapá, Maceió, Palmas, Porto Velho, Salvador e Vitória) e apenas pelo cumprimento da meta inicialmente conveniada (Belém, Campo Grande, Distrito Federal, Porto Alegre e Rio de Janeiro).

• Realização de outros encontros com o objetivo de apoiar a implantação do Programa, tais como:

a) Encontro dos Coordenadores Municipais;

b) Encontro de Avaliação do Sistema de Monitoramento e Avaliação;

c) Lançamento do Programa de Políticas para Juventude;

d) Elaboração dos Anais da Avaliação do Sistema de Monitoramento e Avaliação;

e) I Oficina para Produção do Material Didático - ProJovem Urbano.

• I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. A Conferência é um espaço voltado à participação da sociedade civil, especialmente dos jovens, no processo de afirmação, promoção e consolidação das políticas públicas de juventude, além de ser um meio para a realização de uma comunicação intergeracional, visando aprimorar e dar subsídios à avaliação da Política Nacional de Juventude e seus programas com atenção especial para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), corroborando para o cumprimento do §1º do artigo 1º da Lei n.º 11.129, de 30 de junho de 2005.

• Aperfeiçoamento da página do ProJovem na Internet, oferecendo todos os livros e vídeos utilizados em sala de aula, documentos, como o Projeto Pedagógico Integrado (PPI), leis e manuais, cidades participantes com os endereços, telefones, pessoas e instituições responsáveis pela execução do Programa em cada um dos Municípios, a agenda com as datas, locais e eventos relacionados ao Programa que acontecem em todo o Brasil, cadastro do visitante, boletim eletrônico, álbum de fotos, organizado em ordem cronológica, com o registro de eventos e atividades nos Municípios e, ainda outras facilidades.

Considerando a matrícula total obtida pelo Programa, de 2005 a 2007, 199.736 jovens nas capitais e no Distrito Federal e 34.833 nas cidades das regiões metropolitanas das capitais e com base nos resultados obtidos de jovens certificados (77%), pode-se afirmar que o Programa alcançou os resultados almejados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Participam da implementação do ProJovem, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), como concedente, a SGPR, como interveniente, e os entes federados, como convenentes.

Considerando que grande parte das ações do ProJovem são executadas por outros Ministérios gestores do Programa, e não pela Presidência da República, tem-se que a organização da gestão do ProJovem conta com um Comitê Gestor, coordenado pela SGPR e integrado pelo Ministério da Educação (MEC), Ministério do Trabalho e Emprego (tem) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Como suporte operacional, o Comitê conta com uma Comissão Técnica composta por representantes da SGPR e dos três Ministérios parceiros. Foram realizadas reuniões periódicas do Comitê Gestor e da Comissão Técnica para o planejamento e o acompanhamento do Programa.

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é feito periodicamente por meio de reuniões com as universidades que compõem o SMA, e reuniões mensais com a central de atendimento e demais Ministérios gestores do Programa. As universidades do SMA, a Coordenação Nacional e os Ministérios gestores do Programa também realizam visitas, supervisões, acompanhamentos e avaliações qualitativas de todos os processos de implantação e implementação do Programa nos Municípios parceiros.

Para garantir a utilização correta dos recursos públicos e o monitoramento das ações, o SMA integra e produz as informações necessárias aos núcleos, estações juventude, coordenações municipais e coordenação nacional, para fins acadêmicos e administrativos.

Os recursos alocados para o Programa foram suficientes para atender as despesas durante o exercício financeiro. No entanto, a descontinuidade na liberação dos recursos dificultou o cumprimento da programação física do Programa, devido à ocorrência de demora na aprovação de alterações orçamentárias no Congresso Nacional. A liberação dos recursos efetivada no final do exercício financeiro não foi utilizada devido ao exíguo prazo de execução.

As prefeituras parceiras podem fazer ajustes no cronograma e com isso a matrícula e o posterior ingresso dos alunos sofrem alteração, o que ocasiona menor necessidade de recursos para pagamento de auxílio financeiro aos jovens. Esse fato gera uma readequação do orçamento destinado à ação de pagamento do benefício.

No caso específico da Ação de Produção, Aquisição e Distribuição de Material Pedagógico, a execução foi inferior a 60%, uma vez que o pregão eletrônico apresentou um preço bem inferior ao planejado. Esse fato pode ser considerado um ganho para a União e representa, independente do baixo valor executado, um ponto positivo para a avaliação do Programa. Em referência à ação de pagamento de auxílio financeiro, tem-se que a meta física calculada apresenta quantitativo bem superior ao planejado. Foram beneficiados aproximadamente 67 mil jovens em 2007.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O ProJovem não tem parcerias com organizações não-governamentais (ONG). Entretanto, a Coordenação Nacional firmou, desde a implantação do Programa, parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Essa parceria é de fundamental importância, do ponto de vista de contribuição técnica, para a Secretaria Nacional de Juventude e tem o objetivo de fortalecer e de aprimorar políticas voltadas para a juventude. Outra instituição parceira é a Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR), que desenvolve, desde 1999, projetos nas áreas de educação, cultura e trabalho com o Governo Federal, governos estaduais e prefeituras municipais para atuação na formação continuada de professores da educação básica e profissionais das áreas de trabalho e cultura. No ProJovem, essa instituição atua na formação dos formadores dos educadores e coordenadores locais. Portanto, as parcerias realizadas têm sido boas para a execução do Programa.

A participação social ocorre, principalmente, por meio do Conselho Nacional da Juventude, que é um órgão colegiado integrante da estrutura básica da SGPR, composto por representantes de órgãos governamentais e representantes da sociedade civil. Tem como finalidade formular e propor diretrizes da ação governamental voltada à promoção de políticas públicas de juventude, fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade sócio-econômica juvenil e o incentivar intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais. O ProJovem se insere na Política Nacional de Juventude do Governo Federal como um dos principais programas.

O SMA realiza uma série de atividades específicas de supervisão, monitoramento e avaliação, inclusive de satisfação dos beneficiários. Além disso, a central de atendimento do ProJovem (0800) realiza constantemente pesquisa dos usuários no sentido de verificar as principais demandas, dúvidas, reclamações, elogios, sugestões, etc. dos alunos em relação ao Programa, inclusive fazendo ligações aos jovens (consulta ativa). O sítio do ProJovem também procura registrar as colocações feitas pelo público em geral. Com isso, o Programa atua de forma preventiva e rápida na resolução de problemas que possam vir a ocorrer pelas mais diversas razões.

A integração indissociável entre educação básica, qualificação profissional e ação comunitária proposta pelo ProJovem pressupõe uma nova perspectiva de cooperação interdisciplinar e cria uma organização curricular inovadora e flexível, aliando teoria e prática, formação e ação, explorando a dimensão educativa do trabalho e da participação cidadã. Assim, a integração se faz em função da inclusão social dos jovens cidadãos. Dessa forma, a concepção do ProJovem é inovadora, pois proporciona formação integral ao jovem, por meio de uma efetiva associação entre elevação da escolaridade, com a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional com certificação de formação inicial, e desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que a Política Nacional de Juventude é norteada por duas noções fundamentais: gerar oportunidades e assegurar direitos. Com o ProJovem Integrado, que entra em vigor a partir de 2008, o governo pretende ampliar significativamente o número de jovens beneficiados com formação profissional, elevação da escolaridade e desenvolvimento humano.

PROMOÇÃO DA ÉTICA PÚBLICA

GERENTE DO PROGRAMA

Maria Julia Moutinho de Castro

OBJETIVO

Garantir o conhecimento e o cumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal e assim fazer com que o respeito à ética ocorra em todo o funcionalismo público.

PÚBLICO-ALVO

Alta Administração Federal, membros das comissões de ética previstas no Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, agentes públicos, pessoas físicas ou jurídicas que se relacionam com entidades e órgãos da administração pública.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 433.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 325.870,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 325.870,00**

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Confiança na Conduta dos Agentes Públicos - Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. TAXA DE CONFIANÇA NA CONDUTA DOS AGENTES PÚBLICOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 21 de novembro de 2007, no memorando 101/2007-SE/CEP, foi solicitado à Secretaria de Administração/CC/PR a ampliação do limite orçamentário e financeiro para adequação à Lei nº 11.556, de 20 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21 de novembro de 2007, que trata de acréscimo orçamentário para a Pesquisa sobre Valores Éticos. Em 23 de novembro de 2007 foi ampliado o limite orçamentário (Memorando 283/2007-DIROF/SA/SE-PR) no valor de R$ 153.000,00 para a pesquisa, a descentralização foi atendida por intermédio da NC 249, de 23 novembro de 2007. A Comissão de Ética Pública foi autorizada, pela dispensa de Licitação nº 390/2007, publicada no DOU de 19 de dezembro de 2007, a contratar a Fundação Universidade de Brasília (FUB) para realizar a pesquisa no valor de R$144.375,00. Está em curso no ano de 2008 a realização da pesquisa, que prevê a apuração do índice.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa se faz necessário devido à baixa confiança da sociedade no caráter ético da conduta dos agentes públicos em razão do baixo conhecimento e cumprimento do padrão ético, o que compromete a efetividade organizacional e enfraquece a democracia. São condicionantes do Programa:

a) a estrutura federativa republicana, em que as administrações públicas das diferentes esferas de poder e níveis de governo são independentes entre si;

b) o apoio da sociedade;

c) a adesão dos agentes públicos;

d) a proteção aos envolvidos, sejam denunciantes, denunciados, membros de comissões de ética, comissões de sindicância e inquérito;

e) o comprometimento das lideranças;

f) o marco normativo que regula a atuação das entidades com responsabilidades em gestão da ética e a estrutura de administração.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• As autoridades vinculadas ao Código de Conduta da Alta Administração Federal (CCAAF) estão em sua totalidade abrangidas pelos trabalhos da Comissão, sendo 100% das declarações sobre conflitos de interesses analisadas.

• O número de pessoas capacitadas excedeu a meta prevista (515 pessoas capacitadas para 450 pessoas previstas) sendo, principalmente, integrantes de comissões de ética e representantes da Comissão de Ética Pública (CEP) nos órgãos e entidades.

• As autoridades vinculadas ao CCAAF estão em sua totalidade abrangidas pelos trabalhos da CEP, ficando o objetivo do Programa mais provável de ser atingido. Todos os treinamentos e eventos previstos foram realizados, vários excedendo as metas previstas, devido ao trabalho junto à Escola de Administração Fazendária (ESAF) e Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, os mecanismos de monitoramento das realizações físicas das ações são realizados por meio das reuniões de trabalho, com periodicidade mensal, que permite avaliar o desempenho das ações do Programa que é monitorado de acordo com o Plano

Gerencial da Comissão de Ética Pública, e semanal por parte da Secretaria Executiva, e diário por parte do gerente executivo do Programa, além do sistema informatizado Infoetica que apóia o monitoramento das ações do Programa.

O cumprimento das metas físicas ultrapassou os 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. O número de pessoas capacitadas excedeu a meta prevista de 450 para 515 pessoas. A ação de disseminação do código excedeu a meta prevista de 1.515 para 3.663 agentes públicos orientados.

A meta financeira total realizada passou de 40% em 2004 para 57% em 2005, 71% em 2006 e 72% em 2007, sem aumento da estrutura da Secretaria Executiva da CEP e, dessa forma, os recursos orçamentários foram considerados insuficientes e não houve compatibilidade do fluxo de liberação dos recursos com a Programação física que sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada.

Os recursos materiais, a infra-estrutura, a quantidade de recursos humanos e a capacitação na equipe gerencial e nas equipes executoras foram considerados insuficientes.

A dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais assim como em licitações e celebração de contratos frustrou a plena realização das metas propostas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Com relação à participação social, a CEP recebe denúncias e presta orientações. Há atividades conjuntas, em eventos, com organizações não-governamentais, tais como a Transparência Brasil e o Instituto Ethos. Cabe ressaltar que a CEP é composta por sete membros escolhidos e designados pelo Presidente da República dentre brasileiros dotados de notórios conhecimentos da Administração Pública Federal, de reputação ilibada e de idoneidade moral, não recebendo qualquer remuneração, sendo os trabalhos desenvolvidos considerados de relevante serviço público.

As contribuições da participação trouxeram maior legitimidade, credibilidade, visibilidade, transparência, responsabilização e conteúdo técnico nas ações da CEP.

São realizadas avaliações de impacto durante a execução dos cursos e seminários da ação de capacitação. Existe a intenção de avaliar a satisfação dos beneficiários em relação à execução do Programa nas pesquisas que venham a ser realizadas.

A adoção de normas de conduta ética pelas autoridades e servidores é uma boa prática, contínua e inovadora, implementada pelo Programa que poderia ser replicada na Administração Pública Federal.

SECRETARIAS ESPECIAIS

SECRETARIA ESPECIAL DE AQÜICULTURA E PESCA

- Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura
- Desenvolvimento Sustentável da Pesca

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

- Brasil Quilombola

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

- Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho
- Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS

- Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas
- Atendimento Sócio-educativo do Adolescente em Conflito com a Lei
- Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
- Direitos Humanos, Direitos de Todos
- Nacional de Acessibilidade
- Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência
- Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional

SECRETARIA ESPECIAL DE AQÜICULTURA E PESCA

Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura

Desenvolvimento Sustentável da Pesca

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP), foram utilizados **R$ 156.382.119,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 169.660.254,00	Realizado orçamentário:	R$ 156.382.119,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 169.660.254,00**	**Total realizado:**	**R$ 156.382.119,00**

Além disso, do total de **R$ 18.276.127,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 16.439.389,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade da SEAP, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	1342 Desenvolvimento Sustentável da Pesca	-	60,4%	66,2%	76,4%	69,3%
	1343 Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura	-	32,9%	19,2%	18,7%	22,8%
Finalístico Soma		**-**	**93,4%**	**85,3%**	**95,1%**	**92,1%**
Gestão de Políticas Públicas	1344 Gestão da Política Pesqueira	-	6,6%	14,7%	4,9%	7,9%
Gestão de Políticas Públicas Soma		**-**	**6,6%**	**14,7%**	**4,9%**	**7,9%**
Total Global		**-**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

A cadeia produtiva da pesca encontrava-se desestruturada, principalmente no que se refere ao desembarque e beneficiamento do pescado, o que acarretava consideráveis perdas e desperdícios da produção nacional. Uma das preocupações da SEAP é garantir ações que possibilitem a ampliação, de forma sustentável, das capturas pesqueiras, contribuindo para a geração de novos postos de trabalho, para a inclusão social e distribuição dos benefícios da pesca (incremento de renda).

Os valores da produção aqüícola, quando comparados ao potencial disponível de trabalho humano para a atividade, à qualidade e quantidade de água, insumos e clima, entre outras vantagens comparativas, indicam que, em curto prazo de tempo, a atividade se transformará em importante fonte de geração de trabalho e renda, explorando áreas pouco utilizadas ou ainda sem utilização, como enseadas e baías litorâneas, grandes reservatórios, a região do Semi-árido, dentre outras.

Os principais resultados alcançados no âmbito das prioridades estratégicas definidas pela SEAP, em 2007, foram os seguintes:

a) crescimento de 36% na produção de pescado, de 777.844,5 toneladas (t) em 2006 para 1.061.316 t em 2007;

b) financiamento da ordem de R$ 11 milhões por meio da equalização da taxa de juros para ampliação e modernização da frota pesqueira;

c) pagamento de indenização a proprietários de 173 mil redes e a 531 compressores;

d) cadastramento/renovação de cerca de 600 mil pescadores;

e) recadastramento de 6.523 embarcações das diversas frotas pesqueiras, nacionalização de sete embarcações importadas;

f) produção de 271 mil toneladas de pescado oriundo da aqüicultura, equivalentes a 25,9% da produção total de pescados;

g) demarcação de parques aqüícolas em seis reservatórios de Usinas Hidrelétricas (UHE), Tucuruí (PA), Castanhão (CE), Três Marias (MG), Furnas, Ilha Solteira (SP) e Itaipu (PR).

ASPECTOS RELEVANTES

A demarcação de parques aqüícolas em seis reservatórios de UHE, Tucuruí (PA), Castanhão (CE), Três Marias (MG), Furnas, Ilha Solteira (SP) e Itaipu (PR) com uma área de 7.914 quilômetros quadrados (km²) de espelho d'água, contemplando 67 Municípios lindeiros aos reservatórios, cujas potencialidades para a aqüicultura deverão possibilitar a implantação de cerca de 10.000 empreendimentos, 500.000 tanques-rede de seis metros cúbicos (m³), com uma produção estimada de até 593.550 t.

Apoio à Assistência Técnica e Extensão Aqüícola e Pesqueira mediante a realização do I Encontro da Rede de Apoio a Projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Pesqueira e Aqüícola, o que auxiliou a consolidação do Plano Nacional de Extensão Pesqueira e o fomento das Atividades Pesqueiras e Aqüícolas sob formas associativas.

Apoio aos Programas de Desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca no Brasil com o envio de informes estatísticos, biológicos e outras informações científicas para a conservação e o manejo das espécies de atuns e afins do Oceano Atlântico junto a Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (ICCAT) e a realização de levantamento, processamento e disponibilização de informações sobre a atividade pesqueira industrializada nas regiões Sudeste e Sul, e operacionalização dos Programas Nacionais de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), como subsídios à SEAP e ao Ministério da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento (MAPA) sobre práticas de captura, processamento, resfriamento e congelamento utilizado por embarcações pesqueiras brasileiras nos teores de histamina em peixes da família *scombridae*, de forma a cumprir as exigências da Comunidade Européia para a exportação de atuns pelo Brasil.

Produção de material de orientação de conservação do pescado a bordo e capacitação de técnicos do MAPA para realizar as análises e a contratação de dez projetos que envolvem a prática da aqüicultura sustentável, por meio de edital conjunto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e estejam voltados para o uso e Conservação da Água no Meio Rural.

Registro Geral da Pesca (RGP) com a elaboração e disponibilização para consulta pública de novo sistema de permissionamento para embarcações pesqueiras.

Monitoramento da atividade pesqueira e aqüícola por meio de levantamento de dados da pesca e aqüicultura no litoral brasileiro e apoio à realização do Seminário Nacional de Monitoramento e Estatística da Atividade Pesqueira (Senape).

Transferência de tecnologias e a capacitação de mão-de-obra, entre os parceiros, com a implantação de 14 unidades demonstrativas (UD) num convênio com a Prefeitura Municipal de Quixadá (CE), e de outras 90 unidades com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Organização para Agricultura e Alimentação (FAO) por meio do projeto Desenvolvimento de Comunidades Costeiras (DCC).

Estruturação do Programa Estadual de Controle Higiênico Sanitário de Moluscos Bivalves (PECMB), em parceria com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EPAGRI) de Santa Catarina e, contrato para fornecimento de 750 tanques-rede (apoio para oito UD) de dois tamanhos.

Melhoria dos critérios e procedimentos para concessão e/ou renovação das licenças de pesca, assim como revisão de metodologias e internalização de lições aprendidas visando o aperfeiçoamento do sistema nacional de estatística pesqueira e aqüícola. Todos os projetos de pesquisa apoiados foram iniciados a partir de outubro de 2007, tendo perspectivas de conclusão somente em 2009.

Implantação de terminal pesqueiro com destaque para a reforma do terminal pesqueiro de Santos (SP), a construção do Terminal Pesqueiro Público (TPP) de Cabedelo (PB), a reforma e ampliação do TPP de Camocim (CE) e de Jacundá (PA), a aquisição de terreno do TPP do Rio de Janeiro (RJ), e estudos técnicos do TPP de Angra dos Reis (RJ) e Niterói (RJ).

Apoio ao funcionamento de unidades integrantes da cadeia produtiva pesqueira destacando-se a execução do projeto Feira do Peixe, a aquisição de equipamentos e fábricas de gelo, obras e serviços de engenharia da unidade de beneficiamento de pescado de Porto Nacional (TO) e a construção de unidade de beneficiamento de Caraúbas (RN).

Equalização da taxa de juros em financiamento ao Programa da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota - Pesqueira), conforme estabelecido na Lei nº 10.849, de 23 de março de 2004, com desembolso em 2007 de R$11.000.000,00 referentes à equalização da taxa de juros com a Caixa Econômica Federal (CEF).

Pagamento de indenização a proprietários de redes caçoeiras ou de compressores de ar utilizados na pesca da lagosta, nos termos da Lei nº 11.524, de 24 de setembro 2007, no montante de 12.110.654,19 metros (m) de redes que equivalem a 173 mil redes, além de 531 compressores de ar. Com tamanho esforço de pesca praticado na captura da lagosta, era praticamente impossível qualquer tentativa de sustentabilidade da pescaria, por isso a importância da atuação do Governo Federal em adotar medidas de ordenamento consideradas mais drásticas pelo setor pesqueiro.

Capacitação de profissionais em pesca com o desenvolvimento do Plano de Valorização e Formação do Pescador (PVFP) que prevê cursos de alfabetização e qualificação em três módulos e em oito Estados atendendo a 9.266 pescadores. A conclusão da meta física, representada pela execução do terceiro módulo, está prevista para o primeiro semestre de 2008.

Os principais desafios enfrentados pela SEAP estão associados à criação de condições para que o setor possa se desenvolver de forma sustentável e referem-se às questões orçamentárias, de readequação da estrutura organizacional e a unificação de competências de órgãos e entidades relacionadas na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e aqüícola brasileira.

A questão orçamentária é limitante frente à grande demanda do setor, bem como àquilo que a SEAP tem condições de atender com os recursos disponíveis. No que se refere à requalificação e readequação da estrutura e funcionamento da Secretaria, tem-se a necessidade do fortalecimento da estrutura central e dos escritórios estaduais, no sentido de atender necessidades como ampliação do quadro de pessoal - técnico e administrativo, ampliação do espaço físico, readequação da infra-estrutura, além de questões relacionadas à limitada autonomia administrativa nos escritórios estaduais, atualmente centralizada nas Superintendências Federais de Agricultura (SFA) do MAPA.

O atendimento a essas necessidades terá reflexos diretos na gestão das políticas de respostas às demandas sociais do setor aqüícola e pesqueiro, na execução das políticas de forma integrada aos demais programas governamentais e na gestão baseada em padrões de transparência, efetividade, eficiência, eficácia, participação e controle social.

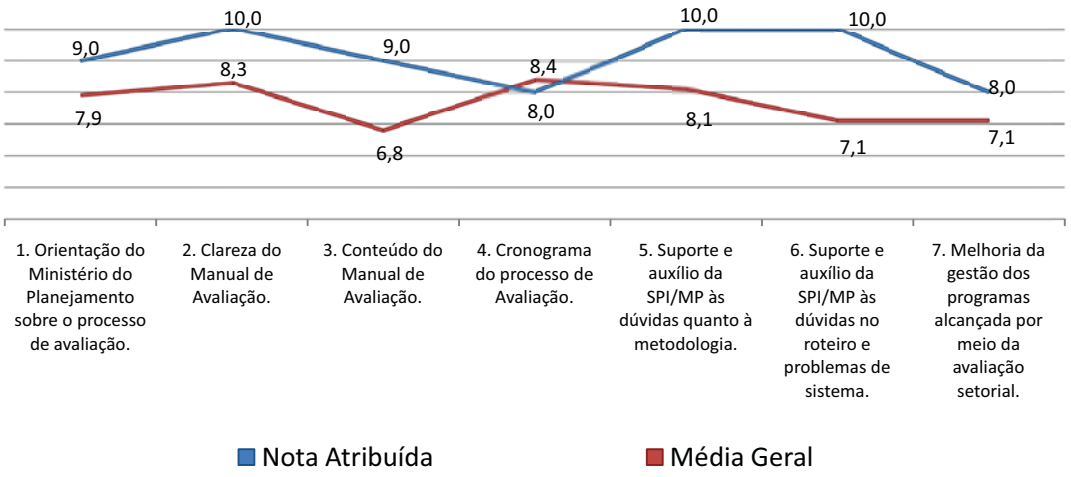
Quanto à questão das competências necessárias à SEAP para gestão do desenvolvimento da aqüicultura e da pesca, as mesmas estão atualmente compartilhadas em temas como fiscalização, abastecimento, fomento ao cooperativismo, pesquisa e gestão, distribuídos no âmbito de atuação, além do MAPA, dos seguintes entes: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Marinha do Brasil (MB), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério

de Minas e Energia (MME), Ministério da Previdência Social (MPS), Ministério da Integração Nacional (MI), Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Há necessidade de trabalhar questões como ordenamento e normatização do setor, autorização de uso das águas da União, acesso ao crédito, capacitação e formação profissional, assistência técnica e extensão, além da pesquisa científica aplicada, numa instância colegiada para o setor pesqueiro e aqüícola nos estados, a exemplo do que ocorre a nível nacional com o Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca (CONAPE).

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela SEAP mediante atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pela SEAP e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQÜICULTURA

GERENTE DO PROGRAMA

João Felipe Nogueira Matias

OBJETIVO

Desenvolver a maricultura e a aqüicultura continental para o crescimento da produção de pescado, aumentando a oferta de emprego e melhoria da renda dos povos litorâneos, ribeirinhos e produtores rurais.

PÚBLICO-ALVO

Aqüicultores, comunidades e populações tradicionais litorâneas, associações e cooperativas de produtores

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 29.077.669,00	Empenho Liquidado:	R$ 25.251.302,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 25.251.302,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Produção de Pescado Oriunda da Aqüicultura - Tonelada/Ano	-	269.697,50	-	271.694,50	-	-
2. Produto Interno Bruto - PIB Aqüicola – R$ milhões	-	1.281,12	-	1.017,59	2.747,09	37,04%

1. PRODUÇÃO DE PESCADO ORIUNDA DA AQÜICULTURA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A produção aqüícola brasileira transpôs o patamar das 270 mil toneladas, passando a contribuir com 25,9% da produção total de pescados do País. As estatísticas oficiais construídas pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP) do Paraná e pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), além de outros parceiros, mostram crescimento da ordem de 5,4%, numa fase difícil para os setores produtivos primários, os quais sofreram com a desvalorização do dólar e as decorrentes dificuldades para exportar, além da necessária adequação dos produtos ao mercado interno.

2. PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB AQÜÍCOLA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
-Análise e Justificativa:

Pela primeira vez os órgãos oficiais divulgam estimativas de valor da produção pesqueira e aqüícola nacional. Indica-se valor de R$ 1.017.585.900,00, bastante próximo das estimativas realizadas por extrapolações de valores médios obtidos da Organização para Agricultura e Alimentação (FAO), algo em torno de R$ 1.049,53 milhões, para as 271.694,50 toneladas (t) obtidas. Apesar do crescimento observado na produção total, os produtos do grupo peixes têm menor valor venal que o dos crustáceos (camarões). A carcinicultura brasileira ainda não se refez dos impactos causados por problemas sanitários, tais como, o vírus da mancha, a síndrome de taura bem como pelas medidas antidumping adotadas pelos Estados Unidos da América (EUA) para proteger os pescadores de camarão do Golfo do México.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Existe claro paradoxo entre o nível da produção e a potencialidade para desenvolvimento da aqüicultura. A produção aqüícola em 2003 foi de aproximadamente 312.000 t, gerando em torno de 500 mil empregos diretos e indiretos. Esses valores, quando comparados ao potencial disponível de trabalho humano para a atividade, à qualidade e à quantidade de água, aos insumos e ao clima, entre outras vantagens, indicam que, e curto prazo de tempo, a atividade pode transformar-se em importante geradora de trabalho e renda, explorando áreas pouco utilizadas ou ainda sem utilização, como enseadas e baías litorâneas, grandes reservatórios, a região do Semi-árido, entre outras.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Produção de 271 mil toneladas de pescado oriundo da aqüicultura, equivalentes a 25,9% da produção total de pescados.

- Demarcação de parques aqüícolas em seis reservatórios de Usinas Hidrelétricas (UHE), Tucuruí (PA), Castanhão (CE), Três Marias (MG), Furnas, Ilha Solteira (SP) e Itaipu (PR).

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

A demarcação de parques aqüícolas em seis reservatórios de UHE, Tucuruí (PA), Castanhão (CE), Três Marias (MG), Furnas, Ilha Solteira (SP) e Itaipu (PR), com uma área de 7.914 quilômetros quadrados (km²) de espelho d'água, contemplando 67 Municípios lindeiros aos reservatórios, cujas potencialidades para a aqüicultura deverão possibilitar a implantação aproximada de 10.000 empreendimentos, 500.000 tanques-rede de seis metros cúbicos (m³), com produção estimada de até 593.550 t.

A Ação de Unidades Demonstrativas (UD) foi também um dos pontos altos do Programa, possibilitando a transferência de tecnologias e a capacitação de mão-de-obra com destaque para as parcerias com a Prefeitura Municipal de Quixadá (CE) para implantação de 14 unidades, com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/FAO) por meio do Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Costeiras (DCC) para a implantação de 90 unidades e com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EPAGRI) do Governo do Estado de Santa Catarina (SC) para a estruturação do Programa Estadual de Controle Higiênico Sanitário de Moluscos Bivalves (PECMB/SC) e contrato para fornecimento de 750 tanques-rede (apoio para oito UD) de dois tamanhos.

Os resultados alcançados pelo Programa superaram em 80% as previsões para o ano de 2007, levando-se em consideração os desempenhos físicos e financeiros das ações que compõem o Programa. É importante evidenciar que as ações com execução financeira plena acusem execução física baixa ou nula, quando a implementação depende de fatores externos ou são necessários prazos maiores para consecução.

Todas as ações do Programa têm grande aderência ao seu público-alvo que, por fim, são os aqüicultores. Em particular, a SEAP tem envidado esforços no sentido de promover a inclusão e o resgate social de pescadores, pequenos agricultores e atingidos por barragens. As ações do Programa alcançaram também os povos indígenas e enfocaram questões de gênero. É fato que o mecanismo de execução por meio de parcerias potencializou o Programa e aportou recursos de outras fontes.

São perceptíveis a satisfação dos beneficiários do Programa e sua adequação às demandas, tendo a aferição no Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca (CONAPE), nas conferências, tanto nacional quanto estaduais, nas listas de discussão e nos demais fóruns que a SEAP promove e participa. As demandas são superiores à capacidade orçamentária do Programa.

Embora o fluxo de recursos tenha sofrido descontinuidade, não prejudicou decisivamente a execução programada. Os recursos orçamentários foram suficientes para a execução do Programa.

A equipe gerencial resume-se aos próprios gestores, não havendo pessoal técnico especializado, em quantidade adequada, para monitorar e acompanhar a execução das ações do Programa. A SEAP tem optado por fazer parcerias com vistas a minimizar essa restrição.

A capacitação continuada da equipe gerencial é um fator relevante para o sucesso do Programa, assim a não programação de forma institucionalizada gera situações em que as capacitações ocorrem sem metas a médio e longo prazo para formação de gestores.

São freqüentes as dificuldades para firmar parcerias em função do inadimplemento. Isso se agrava ao tentar atender às prefeituras pequenas e às associações ou às cooperativas de pequenos produtores, onde um dos maiores problemas para atendimento às demandas desses beneficiários é a dificuldade e os custos para obtenção da licença ambiental. Praticamente toda a execução do Programa é efetuada de maneira descentralizada.

Em princípio a execução do conjunto de ações do Programa alcançou bons resultados em 2007, todavia, a possibilidade de executar os recursos sem prévia autorização ou articulação com o gerente suscita um risco ao alinhamento das políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e aqüícola em cada Ministério que compartilha temas relacionados ao desenvolvimento da pesca artesanal e industrial, bem como de ações voltadas à implantação de infra-estrutura de apoio à produção e comercialização do pescado e de fomento à pesca e aqüicultura.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais na sua implementação, mediante a descentralização de recursos para a execução de projetos específicos, tendo-se observado, como fatores comuns, problemas gerenciais e dificuldades para efetivação dos processos de prestação de contas.

A participação social é realizada periodicamente nas conferências nacionais e estaduais de aqüicultura e pesca por meio de audiências públicas. Outra forma de participação são as reuniões periódicas do CONAPE e suas comissões.

A gerência do Programa enfatiza a necessidade de que sejam promovidas gestões de forma a alocar servidores dos novos concursos das carreiras de gestores e analistas de planejamento e orçamento na SEAP, bem como melhorar os mecanismos para celebração de convênios, com programação de atividades que contemple a capacitação permanentemente da equipe gerencial e assegure maior agilidade no processo de licenciamento ambiental.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA

GERENTE DO PROGRAMA

Karim Bacha

OBJETIVO

Desenvolver a cadeia produtiva da pesca.

PÚBLICO-ALVO

Pescadores artesanais e industriais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 108.735.001,00	Empenho Liquidado:	R$ 102.445.943,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 102.445.943,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Produção de Pescado Oriunda da Pesca - Tonelada/Ano	-	746.216,50	777.844,50	1.061.316,00	-	-
2. Produto Interno Bruto - PIB Pesqueiro – R$ milhões	-	-	-	-	4.593,02	-

1. PRODUÇÃO DE PESCADO ORIUNDA DA PESCA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A produção e o consumo interno de pescado vêm crescendo de maneira uniforme, baseada em uma política de sustentabilidade na qual objetiva-se garantir a melhoria da renda do pescador brasileiro, observando sempre o esforço de pesca. O índice apurado para 2007, que se encontra em fase de finalização, aponta um resultado que é fruto de um processo de estruturação da pesca no Brasil, processo este que ainda está em formação, desde a criação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP) em janeiro de 2003.

2. PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB PESQUEIRO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ainda não se dispõe de dados consolidados, que possibilitem a apuração do índice desse indicador, observando-se que o setor pesqueiro no Brasil ainda encontra-se em processo

de estruturação, com a consolidação de políticas voltadas ao setor, dentre elas esta o levantamento da produção pesqueira. Este levantamento esta sendo realizado pela SEAP, e deverá apresentar informações sobre a produção pesqueira até fim de 2008.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A cadeia produtiva da pesca encontra-se desestruturada, principalmente no que se refere ao desembarque e beneficiamento do pescado, o que vem acarretando consideráveis perdas e desperdícios da produção nacional, a qual, em 2002, foi de 755.282 t, das quais 515.866,5 t provenientes da pesca extrativa marinha e 239.415,5 t da pesca extrativa continental. Uma das preocupações da SEAP é garantir ações que possibilitem a ampliação, de forma sustentável, das capturas pesqueiras, contribuindo para a geração de novos postos de trabalho, para a inclusão social e distribuição dos benefícios da pesca (incremento de renda).

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Crescimento de 36% na produção de pescado de 777.844,5 t em 2006 para 1.061.316 t em 2007.

- Financiamento da ordem de R$ 11 milhões por meio da equalização da taxa de juros para ampliação e modernização da frota pesqueira.

- Pagamento de indenização a proprietários de 173 mil redes, e a 531 compressores.

- Cadastramento/renovação de cerca de 600 mil pescadores, recadastramento de 6.523 embarcações das diversas frotas pesqueiras e nacionalização de sete embarcações importadas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa obteve destaque em várias ações relacionadas à atividade pesqueira, com foco em políticas estruturantes de ordenamento e fomento da atividade pesqueira, pautando desde ordenamento, atividade pesqueira (lagosta), implantação de terminais pesqueiros públicos, até o financiamento público de embarcações pesqueiras. Dentre as ações do Programa pode destacar-se:

a) implantação de terminal pesqueiro por meio de reforma do terminal pesqueiro de Santos (SP), da construção do Terminal Pesqueiro Público (TPP) de Cabedelo (PB), e reforma e ampliação do TPP de Camocim (CE), de Jacundá (PA) e do Rio de Janeiro (RJ). Realização de estudos técnicos do TPP de Angra dos Reis (RJ) e de Niterói (RJ);

b) apoio ao funcionamento de unidades integrantes da cadeia produtiva pesqueira, com a execução do projeto Feira do Peixe, com projetos de desenvolvimento da pesca artesanal, aquisição de equipamentos e fábricas de gelo. Realização de

obras e serviços de engenharia da unidade de beneficiamento de pescado de Porto Nacional (TO) e construção de unidade de beneficiamento de Caraúbas (RN);

c) equalização da taxa de juros em financiamento ao Programa da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota - Pesqueira), Lei nº 10.849 de 23 de março de 2004, no total pago em 2007 de R$11.000.000,00 referentes à equalização da taxa de juros com a Caixa Econômica Federal (CEF);

d) pagamento de indenização, em 2007, a proprietários de redes caçoeiras ou de compressores de ar utilizados na pesca da lagosta referente a 12.110.654,19 metros (m) de redes que equivalem a 173 mil redes, além de 531 compressores de ar. Em relação à quantidade de redes recolhidas quando da indenização do petrecho e das ações de fiscalização, o número chega a mais de 12 mil quilômetros (km), ou seja, existiam no mar, redes em quantidade suficiente para cobrir todo o litoral do Brasil e mais um terço da costa brasileira. Com tamanho esforço de pesca praticado na captura da lagosta, era praticamente impossível qualquer tentativa de sustentabilidade da pescaria, por isso a importância da atuação do Governo Federal em adotar medidas de ordenamento consideradas mais drásticas pelo setor pesqueiro;

e) desenvolvimento do Plano de Valorização e Formação do Pescador (PVFP) que prevê cursos de alfabetização e qualificação em três módulos e em oito Estados atendendo a 9.266 pescadores, cuja conclusão da meta física se dará com a realização do terceiro módulo que está previsto para o primeiro semestre de 2008.

Os resultados alcançados pelo Programa superaram em 80% o previsto para o ano de 2007, tomando-se como base a execução física e financeira de suas ações, com constatação de que ações com execução financeira plena apresentem execução física baixa ou nula, quando a implementação das mesmas depende de fatores externos à SEAP ou requerem maior prazo para consecução.

Devido à dimensão geográfica e características naturais do Brasil, com extenso litoral e grande quantidade de rios e lagos, o desenvolvimento da pesca é um desafio, que se orienta pela busca de solução plausível para a elevação da renda e melhoria qualitativa de vida dos pescadores. Os recursos disponibilizados são insuficientes frente ao tamanho desse desafio que é imposto à pesca no Brasil.

Todas as ações do Programa têm grande aderência ao seu público-alvo, com ênfase no sentido de promover a inclusão e o resgate social de pescadores artesanais. É fato que o mecanismo de execução por meio de parcerias potencializou o Programa e aportou recursos de outras fontes.

A satisfação dos beneficiários do Programa e sua adequação às demandas são percebidas e aferidas pelo Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca (CONAPE) e nas conferências tanto nacional quanto estaduais.

A equipe gerencial resume-se aos próprios gestores, com limitada quantidade de pessoal técnico-especializado para monitorar e acompanhar a execução das ações. Ressalta-se a necessidade de exclusiva dedicação, haja vista que a equipe, extremamente reduzida, torna-se insuficiente para conseguir satisfazer todas as demandas do órgão.

Não existe um programa continuado de capacitação da equipe gerencial, sendo que as capacitações ocorrem sem metas de médio e longo prazo para formação de gestores.

São freqüentes as dificuldades para firmar parcerias em função do inadimplemento. Isso se agrava quando é tentado atender às prefeituras pequenas e associações ou cooperativas de pescadores.

A execução de ações do Programa tem sido prejudicada pela lentidão no processo de licenciamento ambiental. Por se tratar de ações que visam explorar recursos naturais, são inevitáveis os conflitos quanto à necessidade ou não de licenciamento ambiental.

Em princípio a execução do conjunto de ações do Programa alcançou bons resultados em 2007, todavia, a possibilidade de executar os recursos sem prévia autorização ou articulação com o gerente suscita um risco ao alinhamento das políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e aqüícola em cada Ministério que compartilha temas relacionados ao desenvolvimento da pesca artesanal e industrial, bem como de ações voltadas à implantação de infra-estrutura de apoio à produção e comercialização do pescado e de fomento à pesca e aqüicultura.

O atraso na liberação de recursos financeiros tem contribuído para o aumento das dificuldades na implementação das ações inicialmente planejadas. Outra restrição derivara dos conflitos de competência entre órgãos do Governo, bem como entre o setor produtivo e setores ambientais.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias com entidades não-governamentais são instrumentos importantes para o desenvolvimento de políticas públicas do setor pesqueiro, que ocorrem por meio de convênios ou de acordos com instituições internacionais.

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social:

a) audiência pública, que é um meio importante e útil para estabelecer o diálogo entre a SEAP e a sociedade;

b) consulta pública, que visa obter sugestões e opiniões da população local onde haverá a plantação de determinado projeto;

c) reunião com grupos de interesse, em que a SEAP mantém diálogo permanente com entidades representativas de classe e entidades científicas nacionais e internacionais como a Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (ICCAT);

d) discussão em conselho setorial, como o CONAPE que é formado por representantes de todos os setores ligados a pesca, é órgão essencial à definição de políticas e objetivos a serem alcançados.

Em razão desses diversos aspectos e as principais restrições constadas em 2007, a gerência do Programa tem o entendimento de que há a necessidade de promover gestões para:

a) adequar a infra-estrutura física para atender o aumento da demanda da SEAP;

b) alocar servidores dos novos concursos das carreiras de gestores e analistas de planejamento e orçamento na SEAP;

c) buscar sinergia com outros órgãos da administração pública;

d) melhorar os mecanismos para celebração de convênios;

e) estabelecer os meios para realização de capacitação permanente da equipe gerencial;

f) agilizar as liberações dos recursos;

g) melhorar o tempo para a obtenção de licenciamento ambiental.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Brasil Quilombola

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), foram utilizados **R$ 25.251.475,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 34.597.463,00	Realizado orçamentário:	R$ 25.251.475,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 34.597.463,00**	**Total realizado:**	**R$ 25.251.475,00**

Além disso, do total de **R$ 532.139,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 340.186,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade da SEPPIR, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	1336 Brasil Quilombola	0,0%	49,2%	60,2%	44,5%	43,9%
Finalístico Soma		**0,0%**	**49,2%**	**60,2%**	**44,5%**	**43,9%**
Gestão de Políticas Públicas	1152 Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial	100,0%	50,8%	39,8%	55,5%	56,1%
Total Global		**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

De modo geral, os principais resultados alcançados pela SEPPIR, em 2007, foram:

a) regularização Fundiária com a titularização de quatro comunidades. Até 2007, 145 comunidades já possuíam o título de suas terras, o que representa 2.187 famílias com o direito de posse e domínio sobre a terra. Outras 6.209 famílias já têm as áreas de suas terras reconhecidas por estudos concluídos e publicados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e, atualmente, há 594 territórios em processo de regularização;

b) beneficiamento de 20 comunidades quilombolas por meio das ações de desenvolvimento local do Projeto Geração de Renda em Quilombos, implementação de ações de etnodesenvolvimento em 378 comunidades quilombolas, estabelecimento de convênio entre a Fundação Cultural Palmares e a Associação Comunitária Ecológica do Vale do Guaporé (Ecovale) para a formação de Agentes Quilombolas de Etnodesenvolvimento, apoio à organização coletiva dos(as) trabalhadores(as) em empreendimentos econômicos solidários,

visando o empoderamento dos beneficiários e a geração de trabalho e renda, contribuindo para o desenvolvimento local sustentável, por meio do Brasil Local, em 73 comunidades quilombolas de 24 unidades da Federação, beneficiando diretamente 3.000 quilombolas e indiretamente 15.000 quilombolas e atendimento a 54 comunidades quilombolas dos Estados do Maranhão (MA), Bahia (BA), Minas Gerais (MG) com o Projeto Energia Quilombola;

c) realização de obras de saneamento e rede de água em 92 comunidades quilombolas de 14 unidades da Federação, beneficiando 8.902 famílias quilombolas;

d) fortalecimento da Participação Política das Comunidades Quilombolas mediante apoio à realização de seminários, encontros, convenções; apoio à realização da Audiência Pública, promovida pelo Ministério Público Federal (MPF), no dia 24.09.2007, que pautou os direitos quilombolas e as políticas públicas em implementação para esse segmento;

e) implantação de 184 equipes da Saúde da Família e da Saúde Bucal, em 134 Municípios, beneficiando 62.345 quilombolas;

f) atendimento a mais de 5.500 quilombolas com serviços de orientação, mediação e assistência jurídica, ações de acesso à documentação civil e de capacitação em direitos humanos;

g) realização do Encontro Nacional de Crianças e Adolescentes Quilombolas para promover articulação e mobilização em defesa e para garantia dos direitos da Criança e Adolescentes Quilombolas, do Encontro Nacional de Juventude Negra para estabelecer uma articulação em nível nacional dos diversos grupos e organizações da juventude negra, fortalecendo as demandas desse segmento, sua comunicação e rede de relações e da Reunião Técnica sobre a Juventude Indígena e a Juventude Afrodescendente na Iberoamérica para examinar as situações demográfica, normativa e das políticas públicas que afetam às juventudes indígena e afrodescendente;

h) atendimento de 35.721 famílias quilombolas com 142.072 cestas de alimentos, o que totalizou 3.231.126 quilos (kg) de alimentos. Em relação às comunidades de Terreiro, foram distribuídas 54.494 cestas de alimentos, para 8.100 famílias, totalizando 1.235.332 kg de alimentos;

i) articulação das agendas para construção de ações de políticas afirmativas para a promoção da igualdade racial junto aos parceiros do setor privado (associações, centros de cultura, fundações e institutos), e do setor público (Estados, Municípios e órgãos governamentais);

j) planejamento do Projeto de Intercâmbio Brasil-África com vistas ao estabelecimento de intercâmbio entre os pesquisadores do Brasil e do continente

africano com possibilidade de favorecimento da formação de especialistas em História da África em instituições de ensino superior africanas e a ampliação da publicação de obras africanas no Brasil;

k) parceria com as instituições de ensino superior, por intermédio de 69 Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (Neabs) com o objetivo de apoiar iniciativas de formação de educadores da rede pública e privada para a aplicação da História e Cultura Afro-brasileira em sala de aula, bem como monitorar e avaliar o Sistema de Cotas nas instituições públicas de ensino superior;

l) construção de parceria com o Ministério da Educação (MEC) a fim de propor ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a inclusão da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos de Licenciaturas e Pedagogia, contemplando a formação inicial dos professores;

m) apoio institucional para a realização do I Encontro Nacional de Juventude Negra (Enjune), com a finalidade de debater e deliberar proposta de políticas públicas para a juventude negra, que mobilizou cerca de 3.000 pessoas de 23 Estados brasileiros;

n) publicação do *Cadernos Negros – Três Décadas*, edição com tiragem de 1.000 exemplares, em capa dura, que é fruto dos esforços de militantes negros, poetas, engajados na produção de uma antologia literária, de forma cooperativa em todas as etapas de elaboração.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

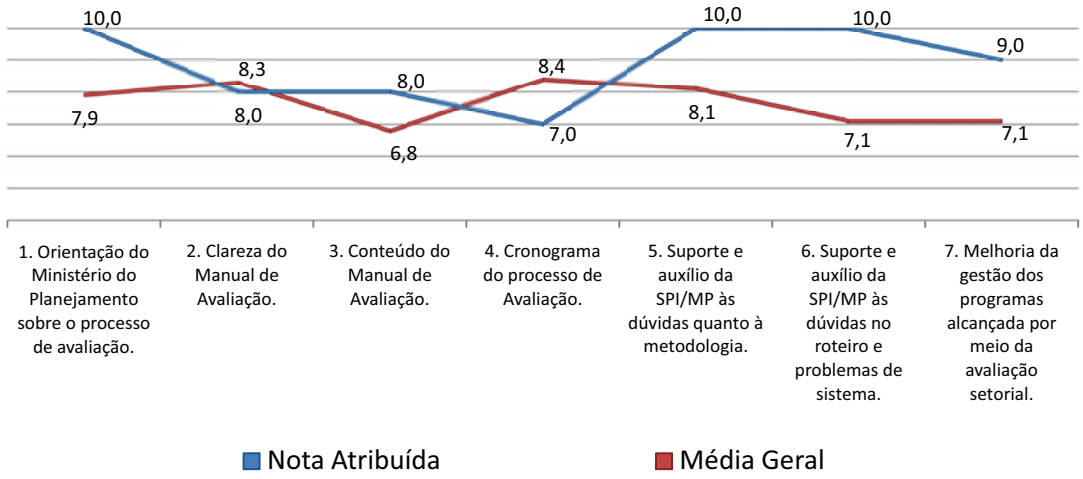
Em 2007, foram estabelecidas articulações e uma agenda de trabalho para a constituição de coordenações estaduais do Programa Brasil Quilombola (PBQ). Essas coordenações estaduais são compostas pelos órgãos do Governo Federal que fazem parte da coordenação nacional do PBQ, governos estaduais, municipais, organizações e representações quilombolas locais e entidades da sociedade civil de apoio às comunidades. Os marcos iniciais dessas articulações nos Estados se deram no Rio Grande do Sul (RS) e no Espírito Santo (ES), dada a situação de vulnerabilidade de alguns territórios quilombolas desses Estados. No ES e RS, após o lançamento da ação, em outubro de 2007, constituiu-se um Grupo de Trabalho misto (governo e sociedade civil) que tem acompanhado, monitorado e executado a implementação das várias políticas do PBQ nos territórios priorizados. Os territórios priorizados nessa primeira etapa são: Morro Alto (RS) e Mormaça (RS) e Sapê do Norte (ES).

Em 20 de novembro de 2007, foi lançada a Agenda Social Quilombola. A Agenda Social Quilombola se baseia em metas e recursos empenhados pelo Governo Federal para viabilizar o acesso a terra, saúde, educação, construção de moradias, eletrificação, recuperação ambiental, incentivo ao desenvolvimento local, assistência social das famílias quilombolas e pleno atendimento aos programas sociais, como o Bolsa Família. A meta é atingir1.739 comunidades localizadas em 22 Estados, 330 Municípios e 128 territórios rurais até 2010.

Serão beneficiados cerca de 50% do universo de 1.700.000 quilombolas. Grande parte dessa população está concentrada nos Estados da Bahia (BA), Maranhão (MA), Minas Gerais (MG), Pará (PA), Pernambuco (PE), Piauí (PI) e Rio Grande do Sul (RS), que possuem mais de 100 comunidades. A Agenda Social Quilombola é mais uma estratégia do Governo Federal, desenvolvida em parceria com governos estaduais, Distrito Federal, prefeituras, iniciativa privada e sociedade civil, para promover a igualdade racial e superar as desigualdades sociais no País.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela SEPPIR mediante atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas pela SEPPIR, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007.



BRASIL QUILOMBOLA

GERENTE DO PROGRAMA

Givânia Maria da Silva

OBJETIVO

Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, o seu desenvolvimento econômico sustentável, a infra-estrutura adequada à realização de suas atividades, a melhoria das condições de vida de seus habitantes, a preservação de seu Patrimônio Cultural Material e Imaterial e a capacidade de exercer o controle efetivo das políticas públicas que lhes são destinadas.

PÚBLICO-ALVO

População de comunidades remanescentes de quilombos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 45.397.474,00	Empenho Liquidado:	R$ 14.539.875,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 14.539.875,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável – Porcentagem	-	-	-	8.00	25.00	32%
2. Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos – Porcentagem	-	-	-	35.80	100.00	35,80%
3. Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas - Porcentagem	-	-	-	25.00	100.00	25%

1. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS POR AÇÕES DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado, em 2007, não foi maior devido às limitações de ordem documentais e administrativas apresentadas por parte das entidades da sociedade civil e dos governos

municipais e estaduais que caracterize situação de adimplência junto ao Governo Federal para que possam receber recursos por meio de transferências voluntárias da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

2. TAXA DE EVOLUÇÃO DE COMUNIDADES CERTIFICADAS COMO REMANESCENTES DE QUILOMBOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007, a Fundação Cultural Palmares promoveu modificações no procedimento para certificação das comunidades quilombolas. Essa ação interrompeu momentaneamente os processos de certificação das comunidades no segundo semestre de 2007 refletindo no índice apurado.

3. TAXA DE EVOLUÇÃO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS COM TERRAS TITULADAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Até o final de 2007, 145 comunidades possuíam o título de suas terras, o que representa 2.187 famílias com o direito de posse e domínio sobre a terra. Outras 6.209 famílias já têm as áreas de suas terras reconhecidas por estudos concluídos e publicados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). São 594 processos em curso no Incra de regularização das terras de quilombos. Houve a contratação pelo Incra de antropólogos para a elaboração dos relatórios técnicos. Todavia, é válido destacar que se observou que os processos de regularização fundiária e titulação das comunidades podem evoluir com maior agilidade se houver ampliação das equipes técnicas que trabalham com essa qustão.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As condições de vida das comunidades quilombolas as inscrevem no rol dos grupos sociais mais vulneráveis e que necessitam de urgentes medidas para sua inclusão social, uma vez que estão absolutamente carentes de políticas públicas que as tratem respeitosamente e com vistas a fazer valer sua condição plena de cidadania. As medidas de justiça social, voltadas para os remanescentes de quilombos devem considerar medidas e ações que os preparem para uma nova condição econômica e social e auto-sustentável, na qual possam caminhar com suas próprias forças, condições e potencialidades, o que lhes possibilitará a construção de um novo espaço na sociedade brasileira.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Titularização de quatro comunidades, o que totalizou, em 2007, 145 comunidades que já possuíam o título de suas terras, abrangendo 2.187 famílias com o direito de posse e o domínio sobre a terra. Outras 6.209 famílias já têm as áreas de suas terras reconhecidas por estudos concluídos e publicados pelo Incra e, atualmente, há 594 territórios em processo de regularização.

• Beneficiamento de 20 comunidades quilombolas com ações de desenvolvimento local do Projeto Geração de Renda em Quilombos, implementação de ações de etnodesenvolvimento em 378 comunidades quilombolas e o estabelecimento de convênio entre a Fundação Cultural Palmares e a Associação Comunitária Ecológica do Vale do Guaporé (Ecovale) para a formação de Agentes Quilombolas de Etnodesenvolvimento.

• Apoio à organização coletiva dos(as) trabalhadores(as) em empreendimentos econômicos solidários, visando o empoderamento dos beneficiários e a geração de trabalho e renda, contribuindo para o desenvolvimento local sustentável, por meio do Brasil Local, em 73 comunidades quilombolas de 24 Estados da Federação, beneficiando diretamente 3.000 quilombolas e indiretamente 15.000 quilombolas.

• Atendimento a 54 comunidades quilombolas dos Estados do Maranhão (MA), Bahia (BA), Minas Gerais (MG) com o Projeto Energia Quilombola.

• Realização de obras de saneamento e rede de água em 92 comunidades quilombolas de 14 Unidades da Federação, beneficiando 8.902 famílias quilombolas.

• Fortalecimento da participação política das Comunidades Quilombolas, por meio de apoio à realização de seminários, encontros, convenções; apoio à realização da Audiência Pública, promovida pelo Ministério Público Federal (MPF), no dia 24.09.2007, que pautou os direitos quilombolas e as políticas públicas em implementação para esse segmento.

• Implantação de 184 equipes da Saúde da Família e da Saúde Bucal, em 134 Municípios, beneficiando 62.345 quilombolas.

• Atendimento a mais de 5.500 quilombolas com serviços de orientação, mediação e assistência jurídica, ações de acesso à documentação civil e à capacitação em direitos humanos.

• Realização do Encontro Nacional de Crianças e Adolescentes Quilombolas para promover articulação e mobilização em defesa e para a garantia dos direitos da Criança e Adolescentes Quilombolas, do Encontro Nacional de Juventude Negra para estabelecer uma articulação em nível nacional dos diversos grupos e organizações da juventude negra, fortalecendo as demandas desse segmento, sua comunicação e rede de relações, da Reunião Técnica sobre a Juventude Indígena e a Juventude Afrodescendente na Iberoamérica para examinar as situações demográfica, normativa e das políticas públicas que afetam as juventudes indígena e afrodescendente.

• Atendimento a 35.721 famílias quilombolas com 142.072 cestas de alimentos, o que totalizou 3.231.126 quilos (kg) de alimentos. Em relação às comunidades de Terreiro, foram distribuídas 54.494 cestas de alimentos, para 8.100 famílias, totalizando 1.235.332 kg de alimentos.

• Estabelecimento de articulações e uma agenda de trabalho para a constituição de Coordenações Estaduais do Programa. Essas coordenações são compostas pelos órgãos

do Governo Federal mediante representações nacionais e superintendências estaduais, governos estaduais e municipais, organizações e representações quilombolas locais e entidades da sociedade civil de apoio às comunidades.

- Lançamento da Agenda Social Quilombola, que se baseia em metas e recursos empenhados pelo Governo Federal para viabilizar o acesso a terra, saúde, educação, construção de moradias, eletrificação, recuperação ambiental, incentivo ao desenvolvimento local, assistência social das famílias quilombolas e pleno atendimento aos requisitos dos programas sociais como o Bolsa Família.

Os resultados listados não se referem, tão-somente, às ações do Programa Brasil Quilombola (PBQ), mas, também, às ações voltadas para quilombolas de programas implementados por outros Ministérios, fruto da articulação promovida pela SEPPIR e do próprio aspecto de transversalidade que o tema se reveste.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As ações do PBQ tiveram execução das metas físicas na ordem de 71,4%, índice que representa os produtos, bens e serviços oferecidos aos beneficiários mediante a atuação direta da SEPPIR, contudo, por meio da articulação com outros órgãos governamentais essa execução foi otimizada, em ações como as de saneamento e de acesso à água que foram empreendidas pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) nas comunidades quilombolas. Outras ações mais específicas merecem atenção, especialmente, as de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), uma vez que a construção e a reforma de escolas têm um impedimento para ampla implementação nas comunidades, que é a obrigação de que despesas com obras podem ocorrer somente em territórios titulados. Como há poucas comunidades quilombolas tituladas, a implementação dessa e de outras ações de infra-estrutura ficam bastante restritas. Os recursos orçamentários executados foram insuficientes e o fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

As restrições que interferiram no desempenho das ações foram:

a) contingenciamento orçamentário que impactou diversas ações do PBQ, gerando baixa capacidade da SEPPIR em ofertar bens e serviços aos beneficiários do Programa;

b) atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios, impactando na execução das ações do PBQ, uma vez que gera atrasos no cumprimento de cronogramas e inviabiliza a descentralização de recursos para os convenentes que se tornam inadimplentes para a continuidade da execução das ações;

c) dificuldades de celebração de convênios na gerência devido à reduzida quantidade de técnicos na equipe atual para atendimento das demandas de todo o País;

d) inadimplência e baixa estrutura organizacional dos entes que desenvolvem atividades para quilombolas nos níveis municipais e estaduais;

e) lentidão no processo de licenciamento ambiental, com incidência em algumas das ações previstas para 2007 no PBQ. Entre elas, destacam-se a construção da ponte de Ivaporunduva (SP) e a instalação dos postes de energia elétrica do Programa Luz para Todos em Kalunga (GO);

f) inadequação e/ou inexistência de norma legal para ações fundamentais do PBQ, principalmente, aquelas voltadas para construção ou reforma de infra-estrutura nas comunidades;

g) insuficiência de recursos materiais e inadequação da infra-estrutura.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Existem, no âmbito da gerência, vários mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações do Programa, tais como: reuniões de trabalho com equipe técnica da SEPPIR e com lideranças do movimento quilombola e do movimento negro, visitas *in loco*, relatórios de gestão, entre outros.

O Programa conta com mecanismos de participação social, como consultas públicas, reuniões com grupos de interesse e discussões em conselhos e comitês setoriais. São fundamentais as contribuições da sociedade civil organizada para os ciclos da implementação do Programa, ou seja, formulação, implementação, monitoramento e avaliação. A participação das comunidades se dá de forma representativa nas reuniões de comitê do PBQ.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho

Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), foram utilizados **R$ 33.558.856,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 48.799.938,00	Realizado orçamentário:	R$ 33.558.856,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 48.799.938,00**	**Total realizado:**	**R$ 33.558.856,00**

Além disso, do total de **R$ 1.595.084,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 1.091.535,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade da SPM, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	1087 Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho	16,5%	17,4%	23,5%	12,8%	16,7%
	0156 Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres	51,8%	60,4%	55,8%	60,8%	58,1%
Finalístico Soma		**68,3%**	**77,8%**	**79,3%**	**73,6%**	**74,8%**
Gestão de Políticas Públicas	1068 Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas	31,7%	22,2%	20,7%	26,4%	25,2%
Total		**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

A SPM alcançou excelentes resultados ao longo do ano de 2007, o que reflete a ampliação da importância a ela conferida no âmbito do Governo Federal e a sua capacidade tanto de desenvolver diretamente uma série de atividades que se tornam pilotos a serem replicados em larga escala pelos demais órgãos, quanto de articular com outros Ministérios/Secretarias a incorporação da temática de gênero em seus programas e ações.

Duas ações merecem destaque pelo seu impacto direto na vida das mulheres brasileiras. A primeira delas refere-se à realização da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) e o conseqüente lançamento do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), que foi elaborado ao longo do segundo semestre de 2007 e lançado em março de 2008. Nesta construção coletiva, diversas novas áreas foram incorporadas ao Plano, ampliando o escopo das políticas públicas desenvolvidas com o enfoque de gênero, com ênfase a incorporação de novos eixos relacionados às questões do desenvolvimento sustentável, do acesso à terra e à moradia, da comunicação/mídia/cultura não-discriminatórias, da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, do enfrentamento do racismo, do sexismo e da lesbofobia e do enfrentamento das

desigualdades geracionais. Assim, a partir de 2008, a atuação da SPM se expande ainda mais e torna-se cada vez mais enraizada e consolidada no âmbito do Governo Federal.

A segunda ação foi o lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, que se deu na abertura da II CNPM. O Pacto representa um novo patamar de intervenção na área da violência, sendo desenvolvido a partir de uma metodologia que é fundamentada na integração das diversas áreas setoriais e no reconhecimento do caráter multidimensional do fenômeno.
De modo geral, os principais resultados alcançados pela SPM, em 2007, foram:

a) construção e lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres que reúne ações a serem executadas por diversos órgãos da administração pública nos próximos quatro anos, com o objetivo de prevenir e enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres;

b) fortalecimento e ampliação da rede de atendimento à mulher por meio do apoio a projetos de construção, reforma e/ou reaparelhamento de 45 centros de referência, 18 casas abrigo e duas Defensorias Públicas Especializadas da Mulher e da capacitação de, aproximadamente, 7.400 profissionais de instituições públicas que lidam com a questão da violência nas áreas de segurança pública, saúde, assistência psicossocial e jurídica. Ademais, a SPM articulou junto ao Ministério da Justiça (MJ) e aos governos estaduais a criação, reforma e/ou reaparelhamento de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams) e do Instituto Médico Legal;

c) ampliação dos atendimentos realizados pela Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180. Em 2007, foram realizados, aproximadamente, 200.000 atendimentos, entre orientações, encaminhamentos aos serviços da rede de atendimento à mulher, registros de denúncias/relatos de violência, reclamações, sugestões e elogios, correspondendo a um aumento na ordem de 300% em relação aos atendimentos efetuados em 2006;

d) implantação, em maio de 2007, do Observatório da Lei Maria da Penha[1], com o objetivo de monitorar a aplicação da Lei junto ao Judiciário, ao Executivo e à Rede de Atendimento à Mulher, além de buscar suprir a lacuna existente no País quanto à ausência de dados e de estatísticas sistemáticas sobre a violência contra as mulheres;

e) consolidação do Projeto Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, cujo piloto foi desenvolvido no Rio de Janeiro. O projeto envolve ações de mobilização, capacitação, sensibilização e assistência técnica junto às mulheres dotadas de capacidade empreendedora e àquelas pobres e extremamente pobres, em situação

[1] Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal e dá outras providências.

de risco social e vulnerabilidade, para possibilitar a criação e a sustentação dos negócios. Com a avaliação positiva dessa primeira experiência, está prevista a sua replicação para quatro outros Estados em 2008;

f) fortalecimento da parceira com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) para a ampliação do acesso ao crédito e à documentação das mulheres rurais, por meio do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf Mulher) com a contabilização de 10.854 contratos, representando um volume de repasses na ordem R$ 63 milhões na última safra 2006/2007. E, pelo Programa Nacional de Documentação, em 2007, 500 mil mulheres foram beneficiadas com o acesso à documentação;

g) realização da II CNPM, com o objetivo de avaliar o I PNPM, implementado entre os anos de 2004 e 2007, produzindo subsídios para a construção de um II PNPM, lançado em março de 2008 e com amplitude maior que o primeiro plano, onde participaram deste processo mais de 2.500 delegadas, representantes dos poderes executivos das três esferas da Federação e dos mais diferentes segmentos e grupos da sociedade civil organizada. Nas etapas preparatórias ao encontro nacional, foram mobilizadas mais de 195 mil mulheres em todo o País, que participaram de conferências municipais/regionais – ocorridas em mais de 1.700 Municípios – e estaduais – realizadas nas 27 unidades da Federação. Além da avaliação e da revisão do I PNPM, as delegadas discutiram também a questão da participação das mulheres nos espaços de poder;

h) apoio à criação e ao fortalecimento de 62 organismos de políticas e de defesa dos direitos das mulheres em diversos Estados e Municípios (coordenadorias/secretarias/superintendências/conselhos).

A SPM tem como missão central promover a transversalização da perspectiva de gênero no conjunto de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal. Para além deste objetivo, a Secretaria procura trabalhar também no que tem se chamado de transversalização vertical, ou seja, estimulando Estados e Municípios a incorporarem em seus programas e ações as dimensões de gênero e de raça/etnia. Nesse sentido, tem trabalhado para estimular a criação de organismos de políticas para mulheres no nível local e para que o PNPM seja concretizado na ponta.

Hoje existem no País 17 órgãos executivos estaduais e 162 municipais que se reúnem periodicamente no Fórum de Mecanismos Governamentais de Políticas para as Mulheres para discutir estratégias de implementação de políticas na área e, em 2007, a SPM realizou três reuniões do Fórum. Ademais, o I PNPM foi pactuado junto a 292 Municípios e 20 Estados entre o período de 2004 e 2007, quando foi encerrado. E, de forma a ampliar a transparência e o controle social, como princípios da atuação da SPM, concretizou-se uma situação existente hoje com 23 conselhos estaduais e 183 conselhos municipais.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Um dos grandes desafios enfrentados pela Secretaria para viabilizar o desempenho de suas atividades refere-se à incompatibilidade entre a sua atual estrutura organizacional e a sua estrutura programática. Se, por um lado, a SPM expande sua atuação e consolida o cumprimento da missão para a qual foi criada, por outro, depara-se com uma situação de escassez de recursos materiais, tecnológicos e humanos que acaba por impedir o desenvolvimento ou a ampliação de algumas atividades para as quais a SPM conta com conhecimento e competência, mas não com os insumos suficientes.

Quanto aos recursos humanos, a restrição é grande. A equipe gerencial assume múltiplas funções, pois além de formular a proposição política das ações e de realizar o gerenciamento da execução, desempenha também o papel de articulação com os demais órgãos de governo e organismos internacionais. A equipe técnica é muito reduzida em relação ao volume de trabalho demandado pela análise de projetos e pela celebração de convênios, somadas às atividades diretamente desenvolvidas em diversas áreas. Situação agravada pelo lançamento do Pacto Nacional - que exige uma rotina de interação e visitas aos Estados, que não condiz com o número de pessoas disponíveis para tanto - e do II PNPM, que ampliou o escopo de atuação da Secretaria. Além de a quantidade ser inadequada para o trabalho demandado, falta apoio técnico e administrativo para implementação das ações previstas. Inexiste quadro próprio da SPM, o que traz sérios problemas de continuidade das políticas. O fato de a SPM funcionar em dois espaços diferentes dificulta a integração das equipes e prejudica o desempenho das atividades.

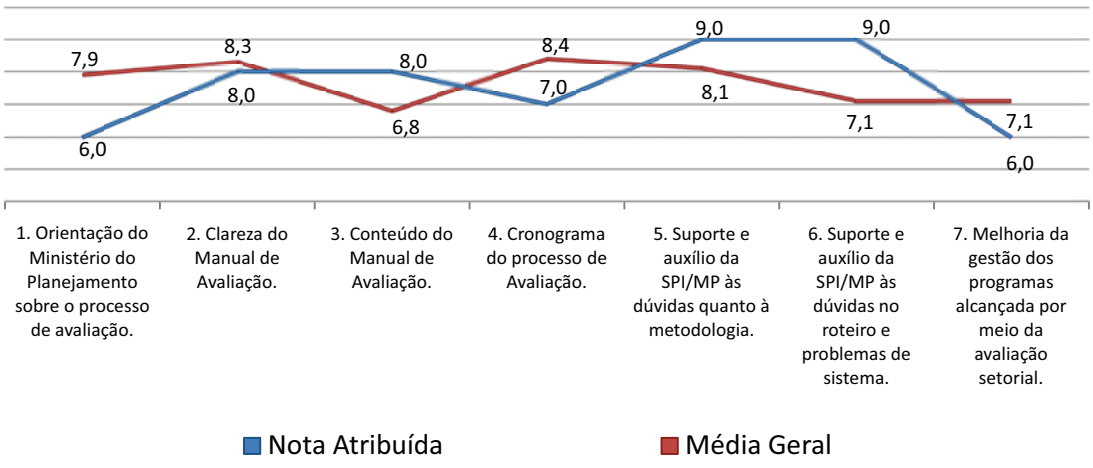
Outro grande desafio diz respeito à incompatibilidade entre os recursos (de todos os tipos) colocados à disposição da SPM e a necessidade de se conferir escala às atividades desenvolvidas. Entre os anos de 2003 e 2007, houve uma pulverização de recursos em algumas áreas, em função da estratégia até então adotada de se apoiar projetos pontuais que chegavam à Secretaria com a abertura dos editais. Ainda que tais projetos fossem de grande relevância para as/os beneficiárias/os, não se revestiam de escala de política pública. Neste sentido, a partir de 2008, a SPM alterou sua lógica de funcionamento e gestão, passando a priorizar o apoio a grandes projetos, mais bem estruturados e com potencialidade de gerar maior impacto nas mais diferentes áreas de ação. O Pacto Nacional se desenvolve exatamente sob esta lógica, priorizando o apoio ao planejamento estadual, que agrega as demandas dos diversos Municípios, no lugar de apoio a diversos projetos municipais, que não dialogam entre si e, por vezes, se sobrepõem, gerando ineficiência na aplicação dos recursos.

Quanto à execução dos recursos financeiros, cabe destacar as dificuldades enfrentadas para as transferências voluntárias de verbas da SPM para Estados e Municípios motivada pela necessidade de que estejam adimplentes junto ao Governo Federal, o que tem se revelado como a grande dificuldade para a concretização das políticas da Secretaria em âmbito local. Além deste fato, o contingenciamento e a descontinuidade do fluxo dos recursos financeiros com a concentração da liberação no final do exercício trazem sérios comprometimentos para o planejamento e o desenvolvimento das ações.

Finalmente, a SPM tem como desafio manter o amplo nível de diálogo social estabelecido com a sociedade civil. De fato, todo o processo de elaboração e execução das políticas para as mulheres, coordenado pela SEPM, é realizado em de forma democrática e em estreita conversação com parceiros não-governamentais. Entre os mecanismos construídos para possibilitar esta participação, pode-se mencionar a criação da Ouvidoria e a Central de Atendimento à Mulher; a realização periódica de reuniões de trabalho com entidades não-governamentais e de audiências públicas; existência do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM); realização, em 2004 e 2007, das conferências municipais, estaduais e nacionais de políticas para as mulheres, que se configuram como espaços de intensa participação social. Na primeira Conferência, a sociedade civil participou ativamente da definição das diretrizes do I PNPM, enquanto na II Conferência participou da avaliação do I Plano e da definição de diretrizes para o II PNPM. As contribuições desta participação social foram fundamentais para o desenvolvimento das ações da SPM, na medida que as políticas para as mulheres estão sendo construídas com base nos resultados das conferências nacionais de políticas para as mulheres. O processo de realização da I e da II CNPMs envolveu diretamente mais de 300 mil mulheres, de todas as Unidades da Federação. Por outro lado, as parcerias realizadas para o desenvolvimento de projetos específicos aprofundam a relação da SPM com o movimento social de mulheres.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela SPM mediante atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, ao conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas pela SPM, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



INCENTIVO À AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO

GERENTE DO PROGRAMA

Sônia Malheiros Miguel

OBJETIVO

Apoiar iniciativas de empoderamento e capacitação de mulheres com vistas a promover a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho.

PÚBLICO-ALVO

Mulheres com idade a partir de 16 anos, inseridas na população economicamente ativa

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 11.728.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 3.683.314,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 3.683.314,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Participação das Mulheres no Total de Microcrédito Concedido pelas Instituições Parceiras - Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO TOTAL DE MICROCRÉDITO CONCEDIDO PELAS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Índice não apurado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), pois depende que as instituições financeiras parceiras coletem e divulguem suas informações desagregadas por gênero. Contudo, para as mulheres rurais este índice foi apurado em 2007, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o que possibilita a SPM articular-se com as instituições financeiras para que promovam o acesso das mulheres ao microcrédito, destinando ofertas específicas para elas e qualificando suas equipes técnicas quanto à importância dessa política.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As mulheres no Brasil são vítimas de graves discriminações, tanto em termos de acesso a serviços públicos quanto de acesso ao crédito, à terra, à documentação, à formação profissional e à habitação. As desigualdades salariais entre homens e mulheres são marcantes, independentemente de classe social no mundo do trabalho. Nas profissões de nível superior, 52,8% dos homens recebem mais de dez salários mínimos e apenas 30,1% de mulheres atingem esse patamar salarial, conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS 2002). As mulheres que trabalham estudaram mais tempo, em média, 7,3 anos contra 6,3 anos dos homens, segundo estudo recente divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A desigualdade salarial é ainda maior se focarmos o universo das mulheres negras, que chegam a receber até 60% a menos que os homens brancos. Entre as trabalhadoras domésticas, 56% são negras. As mulheres, hoje, ainda, são vítimas do desprestígio social e político no trabalho, pois, apesar de já representarem em torno de 40% da população empregada, aproximadamente 44% vivem na informalidade. Na agricultura, as mulheres representam 33% da força de trabalho, no entanto, encontram-se majoritariamente na condição de não-assalariadas e/ou não-remuneradas, por se inserirem na economia de subsistência.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Reafirmação das políticas definidas para o incentivo à autonomia econômica no mundo do trabalho quando da avaliação da implementação do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), durante a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, e seu aperfeiçoamento com a incorporação de novas prioridades e ações no II PNPM, que será implementado no período 2008-2011.

• Consolidação e ampliação do Projeto Pró-Eqüidade de Gênero. Na sua segunda edição, lançada em 2007, o projeto foi aberto para a participação também de empresas privadas. Atualmente, conta com a participação de 28 empresas, entre públicas e privadas, a exemplo do Banco do Brasil (BB), Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e centrais elétricas.

• Consolidação do Projeto Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, cujo piloto foi desenvolvido no Rio de Janeiro com ações de mobilização, capacitação, sensibilização e assistência técnica junto às mulheres para possibilitar a criação e a sustentação dos negócios. Considerando a avaliação positiva dessa primeira experiência, está prevista a sua replicação para quatro outros Estados em 2008.

• Ampliação do apoio a organismos governamentais e não-governamentais para o desenvolvimento de projetos de incentivo à autonomia econômica das mulheres, ampliando as experiências do governo nas áreas de geração de emprego, trabalho e renda. Em 2007,

foram apoiados pela SPM 14 projetos, oriundos de todas as regiões do País, envolvendo diretamente cerca de 20 mil mulheres. Nesse processo também foram capacitados cerca de mil gestoras(es) públicos.

• Fortalecimento da parceria com o MDA para a ampliação do acesso ao crédito e à documentação das mulheres rurais, por intermédio do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf Mulher) e Programa Nacional de Documentação. Na última safra 2006-2007, foram contabilizados 10.854 contratos, representando um volume de repasses de quase R$ 63 milhões e, em 2007, 500 mil mulheres foram beneficiadas com o acesso à documentação.

• Apoio à produção de conhecimento sobre a autonomia econômica das mulheres no mundo do trabalho, por meio de estudos e pesquisas, realizações de seminários nacionais e internacionais. A SPM também deu continuidade e aprofundou as parcerias com outros Ministérios envolvidos nessa temática, a exemplo do MDA, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR), e ampliou as parcerias com as agências do Sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), a exemplo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa teve uma implementação coerente com o planejamento, uma vez que não atua apenas no apoio a projetos, mas também na articulação com outros Ministérios para implementação de políticas públicas para as mulheres.

Considerando-se o montante efetivamente liberado para o Programa, é possível perceber que foram executados 95% dos recursos disponibilizados. No entanto, ao se comparar com os recursos previstos na Lei do Orçamento Anual (LOA 2007), este valor cai para cerca de 33%. Contribuíram para este quadro:

a) o contingenciamento de recursos, que ocasionou uma redução de cerca de 30% do orçamento total da SPM para 2007, que é agravado com a descontinuidade do fluxo dos recursos financeiros e a concentração da liberação no final do exercício, comprometendo o planejamento e o desenvolvimento das ações;

b) a priorização das atividades relacionadas à violência, não apenas em função do lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, mas também pelo entendimento de que a forma como este Programa vinha funcionando não era a mais adequada. Este fato ocasionou uma alteração da estratégia de apoio a projetos para a priorização da indução de projetos com maior escala e abrangência que, a partir das experiências pilotos implementadas em 2007, serão replicadas nos próximos anos. Nesse sentido, há a migração de uma atuação pautada pela lógica do atendimento a muitos projetos com pouco impacto, para o apoio/desenvolvimento de poucos projetos, porém de maior impacto.

Outra dificuldade é a discrepância existente entre os recursos materiais, tecnológicos e infra-estrutura à disposição da equipe gerencial e o volume de trabalho necessário para cumprir a missão da SPM. Agravada com a separação da SPM, que funciona em espaços físicos diferentes, dificultando a integração das equipes.

Além disso, a equipe gerencial assume múltiplas funções, pois além de formular a proposição política das ações e de realizar o gerenciamento da execução, desempenha também o papel de articulação com os demais órgãos de governo e organismos internacionais. A equipe técnica é muito reduzida em relação ao volume de trabalho demandado pela análise de projetos e pela celebração de convênios, somado às atividades diretamente desenvolvidas em diversas áreas, e agravado pelo lançamento do Pacto Nacional que exige uma rotina de interação e visitas aos Estados, não condizente com o número de pessoas disponíveis para tanto. Além da quantidade inadequada de profissionais para o trabalho demandado, falta apoio técnico e administrativo para implementação das ações previstas. Inexiste quadro próprio da SPM, o que traz sérios problemas de continuidade das políticas.

Há, ainda, dificuldades de celebração de convênios na gerência por falta de uma capacitação contínua da equipe, além do problema gerado pela alta rotatividade. Ademais, as instituições proponentes encaminham projetos muito frágeis e fora dos padrões solicitados, o que demanda um contato intenso entre SPM e proponentes para readequação dos projetos. Também esbarra-se em outro problema, que é a inadimplência dos entes. Considerando-se que a transferência de verbas da SPM para os Estados não se dá fundo a fundo, é necessário que os governos estaduais estejam adimplentes junto ao Governo Federal para que recebam tais recursos, o que tem se revelado um grande dificultador para a concretização das políticas da Secretaria no âmbito estadual e municipal. Por fim, falta agilidade nos processos de licitação e celebração de contratos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa conta com diversos mecanismos de monitoramento, quais sejam: reuniões de trabalho regulares, visitas *in loco*, sistema de acompanhamento do PNPM, Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), relatórios de gestão, relatórios de cumprimento dos compromissos internacionais, como Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Cedaw/ONU), Comissão Interamericana de Mulheres, vinculada à Organização dos Estados Americanos (CIM/OEA), estudos e pesquisas, entre outros.

Além disso, todo o processo de elaboração das políticas para as mulheres, coordenado pela SPM, é realizado de forma democrática e em estreito diálogo com parceiros não-governamentais. Da mesma forma, é executado, com parcerias governamentais e não-governamentais. Além disso, muitas ações contam, ainda, com o apoio de organismos internacionais, em especial do Unifem e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O Programa conta, ainda, com mecanismos que promovem a participação social, como Ouvidoria, reuniões com grupos de interesse, discussões no Conselho Nacional dos Direitos da

Mulher (CNDM), Comitê de Monitoramento do Plano Nacional de Política para as Mulheres, realização de Conferências Nacionais de Política para as Mulheres (CNPM), entre outros.

As contribuições da participação social foram fundamentais, na medida em que as políticas para as mulheres estão sendo construídas com base nos resultados das conferências nacionais de políticas para as mulheres. O processo de realização da I e da II CNPMs envolveu diretamente mais de 300 mil mulheres, de todas as unidades da Federação. Por outro lado, as parcerias realizadas para o desenvolvimento de projetos específicos aprofundam a relação da SPM com o movimento social de mulheres, a exemplo do Projeto Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, que envolve organizações não-governamentais, como Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e *Business and Professional Women* (BPW).

A satisfação dos beneficiários é avaliada durante a realização das conferências municipais, estaduais e nacionais, que abrangem todas as políticas para as mulheres implementadas pelo Governo.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que podem ser replicadas na Administração Pública Federal, como a metodologia de avaliação da gestão de instituições públicas no âmbito do Projeto Pró-Eqüidade de Gênero para a promoção da igualdade entre homens e mulheres.

Este Programa deixou de existir no PPA 2008-2011, pois foi considerado estreito para as ações e as políticas desenvolvidas pela SPM. No entanto, suas principais ações, como o Pró-Eqüidade de Gênero, foram reformuladas e migradas para o novo Programa Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres.

PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

GERENTE DO PROGRAMA

Aparecida Gonçalves

OBJETIVO

Atuar na prevenção e no combate das diferentes formas de violência contra as mulheres e apoiar o atendimento àquelas em situação de violência ou risco.

PÚBLICO-ALVO

Mulheres efetivamente ou potencialmente sujeitas a situações de violência

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 23.545.281,00	Empenho Liquidado:	R$ 17.702.228,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 17.702.228,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	Porcentagem DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Evolução do Número de Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres - Porcentagem	-	-	-	10.00	-	-
2. Média Anual de Ocorrências de Delito Registradas por Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres - Ocorrência de delito/Deam	-	-	-	1695.00	1500.00	113%

1. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DELEGACIAS ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES (DEAM)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não havia sido feita previsão de qual seria o índice a ser alcançado por este indicador ao final de 2007. No entanto, cabe destacar que, entre 2005 e 2006, a evolução do número de Deams foi de 10%, o que aponta para um excelente desempenho do indicador, superior ao que seria esperado para um ano. Como mencionado anteriormente, cabe destacar que a criação de Deams é responsabilidade da Segurança Pública dos Estados, com o apoio da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp/MJ), cabendo à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) a elaboração de diretrizes como a norma técnica de funcionamento, o acompanhamento, o monitoramento e a capacitação dos profissionais.

2. MÉDIA ANUAL DE OCORRÊNCIAS DE DELITO REGISTRADAS POR DELEGACIAS ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado superou em 13% o índice previsto para o período, cabendo ressaltar um aumento significativo, também, na média de inquéritos instaurados pelas Deams. Em relação aos anos anteriores, este aumento de 68%, o que está relacionado à mudança de procedimentos da autoridade policial prevista na Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha).

CONTEXTUALIZAÇÃO

A situação de violência contra as mulheres é das mais graves: 43% das mulheres pesquisadas em 2001, pela Fundação Perseu Abramo, em todo o Território Nacional, declararam ter sofrido alguma forma de violência. A cada 15 segundos, um ato de violência contra a mulher é praticado. Essa violência se dá sob diferentes formas: violência doméstica, violência sexual, tráfico de seres humanos e violências simbólicas. As meninas e as jovens, em nosso País, constituem uma população especialmente vulnerável, tanto como vítimas de exploração e abuso sexual, quanto pelo alto índice de gravidez na adolescência.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Construção e lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres que reúne ações a serem executadas por diversos órgãos da administração pública nos próximos quatro anos, com o objetivo de prevenir e enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres.

• Fortalecimento e ampliação da rede de atendimento à mulher por meio do apoio a projetos de construção, reforma e/ou reaparelhamento de 45 Centros de Referência, 18 Casas Abrigo e duas Defensorias Públicas Especializadas da Mulher. A SPM articulou junto ao Ministério da Justiça (MJ) e aos governos estaduais a criação, reforma e/ou reaparelhamento de Deams e do Instituto Médico Legal.

• Capacitação de, aproximadamente, 7.400 profissionais de instituições públicas que lidam com a questão da violência nas áreas de segurança pública, saúde, assistência psicossocial e jurídica, por meio de parcerias com 19 entidades públicas e privadas conveniadas. Em parceria com a Senasp, foram capacitados cerca de 1.500 profissionais da área de segurança pública.

• Ampliação dos atendimentos realizados pela Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180. Em 2007, foram realizados, aproximadamente, 200.000 atendimentos, entre orientações, encaminhamentos aos serviços da rede de atendimento à mulher, registros de denúncias/relatos de violência, reclamações, sugestões e elogios, o que corresponde a um aumento de quase 300% em relação aos atendimentos efetuados em 2006.

• Implantação, em maio de 2007, do Observatório da Lei Maria da Penha, com o objetivo de monitorar a aplicação da Lei junto ao Judiciário, Executivo e à Rede de Atendimento à Mulher, além de buscar suprir a lacuna existente no País quanto à ausência de dados e estatísticas sistemáticas sobre a violência contra as mulheres.

• Apoio a diferentes projetos educativos e culturais de prevenção à violência contra as mulheres, que têm o objetivo de promover mudanças de comportamento na sociedade e de fortalecer as mulheres em situação de violência. São apoiados projetos que trabalham com diversas metodologias, tais como teatro, dança, formação de promotoras legais populares e a realização de campanhas, dentre as quais se destaca a Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, que passou, em 2007, a contar com a SPM como promotora dos eventos, em parceria com a organização feminista não-governamental Agende.

• Elaboração de Relatório Preliminar com diagnóstico sobre o sistema prisional feminino e a proposição de medidas para a melhoria das condições das mulheres presas, a partir da criação, em 2007, de um Grupo de Trabalho Interministerial para este fim.

• Instituição do Fórum Nacional de Elaboração de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, com a finalidade de formular e debater propostas de políticas públicas relacionadas à problemática e à realidade dessas mulheres.

• Lançamento do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, construído a partir de um Grupo de Trabalho Interministerial, sob a coordenação da SPM, da Senasp/MJ e Secretaria de Direitos Humanos. O Plano traz um conjunto de ações para prevenção ao crime, repressão aos autores e tratamento adequado às vítimas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Este Programa tem alcançado excelentes resultados, principalmente no que diz respeito ao fortalecimento e à ampliação dos serviços especializados, constituindo o único espaço institucional, no âmbito do Governo Federal, voltado exclusivamente à prevenção e ao enfrentamento da violência contra as mulheres. Além dos resultados previstos para o Programa, foi lançado o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres que garante, de forma inédita, a execução articulada de ações por diversos Ministérios e uma ampla visibilidade ao tema. Outro importante resultado do Programa refere-se à efetivação e consolidação da Lei Maria da Penha no País e seu monitoramento pelo Observatório.

Apesar dos ótimos resultados do Programa, o contingenciamento de parte dos recursos orçamentários para a SPM em 2007 fez com que este só tivesse à sua disposição, ao longo do ano, 77% do montante autorizado. Os recursos liberados para movimentação e empenho foram insuficientes, frente à elevada demanda de projetos, em especial com o lançamento do Pacto Nacional, e a necessidade de ampliação da ainda restrita rede de atendimento às mulheres.

Para além do contingenciamento, a descontinuidade do fluxo dos recursos e a concentração da liberação no final do exercício trazem sérios prejuízos para o planejamento e desenvolvimento das ações.

Outra dificuldade é a discrepância existente entre os recursos materiais, tecnológicos e infra-estrutura à disposição da equipe gerencial e o volume de trabalho necessário para dar conta da missão da SPM. Questão esta agravada com a separação da SPM, que funciona em espaços físicos diferentes, dificultando a integração das equipes.

A equipe gerencial assume múltiplas funções, pois, além de formular a proposição política das ações e de realizar o gerenciamento da execução, desempenha também o papel de articulação com os demais órgãos de governo e organismos internacionais. A equipe técnica é muito reduzida em relação ao volume de trabalho demandado pela análise de projetos e pela celebração de convênios, somados às atividades diretamente desenvolvidas em diversas áreas. Situação agravada pelo lançamento do Pacto Nacional que exige uma rotina de interação e visitas aos Estados, não condizente com o número de pessoas disponíveis para tanto. Além de a quantidade ser inadequada para o trabalho demandado, falta apoio técnico e administrativo para implementação das ações previstas. Inexiste quadro próprio da SPM, o que traz sérios problemas de continuidade das políticas.

Há, ainda, dificuldades de celebração de convênios na gerência por falta de uma capacitação contínua da equipe, além do problema gerado por sua alta rotatividade. Ademais, as instituições proponentes encaminham projetos muito frágeis e fora dos padrões solicitados, que demandam contato intenso entre SPM e proponentes para readequação destes. A inadimplência dos entes é outro problema. Considerando-se que a transferência de verbas da SPM para os Estados não se dá fundo a fundo, é necessário que os governos estaduais estejam adimplentes junto ao Governo Federal para que recebam tais recursos, o que tem se revelado como grande dificuldade para a concretização das políticas da Secretaria no âmbito estadual e municipal. Por fim, falta agilidade nos processos de licitação e celebração de contratos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Existem, no âmbito da gerência, vários mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, tais como: reuniões de trabalho regulares, visitas *in loco*, Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Política para as Mulheres, Sistema de Serviços para o acompanhamento do número de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência e de sua distribuição regional, SIGPlan, relatórios de gestão, relatórios de cumprimento dos compromissos internacionais, estudos e pesquisas (perfil organizacional das Deams), Observatório da Lei Maria da Penha e a Câmara Técnica de Monitoramento do Pacto.

Todo o processo de elaboração e implantação das políticas para as mulheres, coordenado pela SPM, é realizado de forma democrática e em estreito diálogo com parceiros não-governamentais.

O Programa possui, também, mecanismos que promovem a participação social. São eles: Ouvidoria, audiências públicas (especialmente para a discussão da Lei Maria da Penha), reuniões com grupos de interesse, Fórum Nacional de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, discussões no Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), realização das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Ademais, as conferências municipais, estaduais e nacionais de políticas para as mulheres, realizadas em 2004 e 2007, foram espaços de intensa participação social. Assim, temos a destacar que as políticas para as mulheres neste Governo foram construídas tendo por base as resoluções das conferências nacionais de políticas para as mulheres que contavam com a maior parte das delegadas oriundas da sociedade civil.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários por meio de pesquisa de satisfação via Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, junto a amostras de usuárias que respondem sobre o atendimento realizado. Apesar de não existir uma avaliação específica do Programa, é feita avaliação geral durante a realização das conferências municipais, estaduais e nacionais, que abrangem todas as políticas para as mulheres implementadas pelo Governo.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS

Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas

Atendimento Sócio-educativo do Adolescente em Conflito com a Lei

Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Direitos Humanos, Direitos de Todos

Nacional de Acessibilidade

Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), foram utilizados **R$ 132.235.713,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 159.413.274,00	Realizado orçamentário:	R$ 132.235.713,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 159.413.274,00**	**Total realizado:**	**R$ 132.235.713,00**

Além disso, do total de **R$ 630.260,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 616.932,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade da SEDH, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	0670 Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas	6,33%	2,76%	1,73%	1,44%	2,11%
	0152 Atendimento Sócio-educativo do Adolescente em Conflito com a Lei	5,32%	2,63%	1,84%	4,55%	3,45%
	0073 Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	22,21%	9,36%	8,47%	6,92%	8,90%
	0154 Direitos Humanos, Direitos de Todos	48,84%	79,69%	85,06%	84,16%	81,14%
	1078 Nacional de Acessibilidade	0,53%	0,23%	0,21%	0,16%	0,21%
	0153 Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	15,27%	4,40%	1,90%	2,14%	3,40%
	1086 Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência	1,23%	0,50%	0,74%	0,44%	0,59%
	8017 Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional	0,17%	0,04%	0,02%	0,00%	0,03%
Finalístico Soma		**99,89%**	**99,62%**	**99,97%**	**99,81%**	**99,83%**
Gestão de Políticas Públicas	0155 Gestão da Política de Direitos Humanos	0,11%	0,38%	0,03%	0,19%	0,17%
Total Global		**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

A articulação e a mobilização institucionais são características centrais da atuação da SEDH. Tendo em vista que o atendimento aos compromissos internacionais e nacionais de direitos humanos é tarefa de todo o Estado e da sociedade, a Secretaria cumpre suas atribuições com foco na constituição e na consolidação de ampla rede de parcerias que envolvem desde Ministérios e Secretarias Especiais, como outros órgãos dos três poderes e das três esferas de Governo, além do Ministério Público da União (MPU). Tal rede envolve de forma destacada a participação das organizações e dos movimentos sociais.

No ano 2007, as características de articulação e mobilização foram ainda mais acentuadas na agenda de trabalho da SEDH. O exercício foi marcado pela maior integração entre os vários temas sob sua coordenação e pelo reforço na incorporação do olhar de direitos humanos em diversas políticas setoriais, na atuação de outros órgãos. A elaboração do novo PPA e a coordenação dos trabalhos de planejamento de quatro temas da Agenda Social, (Criança e Adolescente, Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica, Pessoas com Deficiência e Idosos), reforçaram o papel de articulação da SEDH e propiciaram mais foco na atuação sobre os temas, elevando a importância dessas políticas e estabelecendo articulação direta com a Presidência da República na gestão e no acompanhamento das ações.

Com base nessa orientação é que se avaliam como positivos os resultados dos principais programas da Secretaria, destacando-se os seguintes resultados alcançados em 2007:

a) investidos R$ 15 milhões no apoio a 25 centros de atendimento a vítimas, e na disponibilização de 1.002 vagas no Sistema de Proteção, com a manutenção do programa federal e de 19 serviços estaduais, por meio do Programa Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas;

b) beneficiadas 11.720 pessoas com ações de educação em direitos humanos, 88.705 com a emissão de documentos, 132.981 no atendimento dos balcões de direitos e mais 51.160 nos serviços de prevenção e combate à homofobia mediante a execução das ações do Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos. Note-se, ainda, a redução constante e gradual do índice de sub-registro de nascimento entre 2001 e 2006, passando de 23% para 12,7%, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2007. O Plano de Ações Integradas contra a Tortura recebeu a adesão de seis novos Estados. Sob responsabilidade da Coordenação-Geral de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, a Ação Proteção a Defensores de Direitos Humanos possibilitou a consolidação e o fortalecimento de dois programas estaduais e a instalação de mais um no Espírito Santo (ES). O projeto de Assistência Técnica para Ouvidorias de Polícia e Policiamento Comunitário, que dispõe de recursos oriundos de doação da União Européia (UE), alcançou 14 Estados;

c) investidos R$ 3,9 milhões na área de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que permitiram o apoio a 33 projetos de prevenção e enfrentamento ao abuso, ao tráfico e à exploração sexual e o funcionamento do Disque 100, de atendimento e encaminhamento de denúncias, que conta com aporte financeiro adicional da Petrobras. Esse serviço registrou 940.919 atendimentos, dos quais 24.924 se configuraram em denúncias;

d) criadas 2.036 vagas em unidades de internação restritiva e provisória, com investimento de R$ 30 milhões por meio do Programa Atendimento Sócio-educativo do Adolescente em Conflito com a Lei, assim como na qualificação do atendimento a 39.919 adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas e egressos;

e) investidos R$ 20,4 milhões, no âmbito do Programa Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente com destaque para as realizações de proteção a 2.095 adolescentes ameaçados de morte e seus familiares, de criação de sete Escolas de Conselhos e da implementação do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Em 2007, também houve a realização da VII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente que ganhou destaque, tanto por ser a primeira de caráter deliberativo, quanto pelo maior número de participantes (cerca de 1.500, sendo 25% de delegados adolescentes);

f) aplicação de R$ 4,6 milhões por intermédio do Programa Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência, com destaque para: apoio à implantação de nove conselhos de direitos em Estados e Municípios, capacitação de 13.288 pessoas e implantação de duas unidades do Sistema de Informações sobre Deficiência;

g) capacitação de 1.600 técnicos e agentes sociais no Programa Nacional de Acessibilidade, além de: realização de Câmaras Técnicas sobre o Projeto de Lei do Estatuto da Pessoa com Deficiência, parceria com a Espanha sobre a classificação das deficiências, a assinatura e encaminhamento ao Congresso Nacional da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o tema, e realização dos Encontros Nacionais dos Conselhos de Direitos e Coordenadorias Estaduais.

Registra-se o esforço da área à sua consolidação institucional e política que geram implicações para a implementação do PPA. Nesta linha, 2007 foi marcado pelo reforço da gestão interna da SEDH e pela continuidade dos esforços de ampliação da equipe e de aperfeiçoamento dos meios necessários para seu bom desempenho.

Nesse sentido, vale registrar a reafirmação da importância política da SEDH como órgão responsável pela mobilização dos órgãos estatais e da sociedade para a efetivação dos direitos humanos de todos os brasileiros e brasileiras. Mais que isso, cumpre à Secretaria a tarefa de dar tratamento a temas muitas vezes complexos para a sociedade brasileira, como a questão das pessoas mortas e desaparecidas na época da ditadura, que, no exercício, ganhou destaque com a publicação do livro-relatório *Direito à memória e à verdade*.

Esses acontecimentos e a pronta atuação da SEDH em casos graves de violações de direitos humanos têm permitido conquista de maior espaço na mídia nacional. Soma-se a isso, esforço constante de apresentação de uma agenda positiva de direitos humanos, com eventos culturais e ações de capacitação e mobilização social que possibilitam o rompimento de estereótipos relacionados com o tema direitos humanos.

Assim, a Secretaria segue cumprindo suas atribuições, responde às demandas sociais e aporta colaboração expressiva nos esforços do Governo Federal de superação de desigualdades e de desenvolvimento.

ASPECTOS RELEVANTES

De um modo geral, avalia-se como positiva a gestão dos programas de responsabilidade da SEDH. A necessária focalização em ações consideradas prioritárias, tanto no que tange à alocação de recursos, quanto à atribuição de importância política a determinadas ações, demonstra maturidade das equipes gerenciais. Em que pesem as mudanças constantes na composição das equipes, não há desconhecimento da lógica do PPA. Ainda que não se tenha estruturado mecanismos de gestão global do PPA-SEDH em 2007, a compreensão de seu funcionamento foi beneficiado pelo processo de construção do PPA 2008-2011.

Esse fato somado à incumbência atribuída à SEDH de coordenar o desenho e a implementação de quatro temas da agenda social, obrigaram o desenvolvimento e o aperfeiçoamento gerenciais, assim como potencializaram a capacidade e a execução articulada de suas políticas.

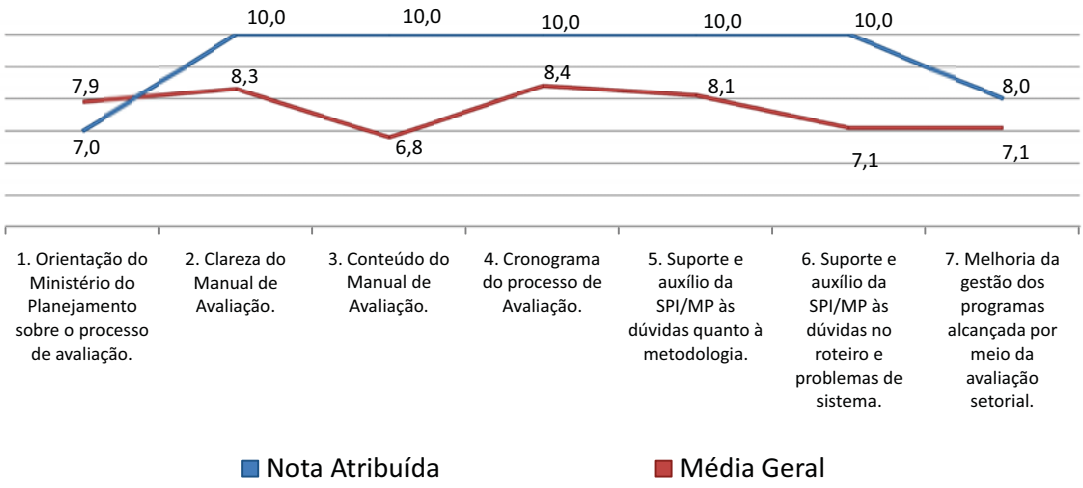
No que tange à participação social, é digno de destaque o fato de que integram a estrutura da SEDH sete Conselhos Nacionais e outras tantas comissões e comitês que exercem o controle social dos programas do órgão. É constante, portanto, a prestação de contas e o planejamento baseado nas deliberações dos Conselhos, com destaque para o papel do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que além de acompanhar as políticas afetas a esse segmento, desempenha funções de gestão do Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNCA).

A propósito do direcionamento de recursos para regiões mais necessitadas, observa-se avanço das práticas internas relacionadas à distribuição de recursos via transferência voluntária e para o setor privado. A utilização de editais em muito contribui para essa orientação, não obstante, por vezes, se observar a ausência de proponentes das áreas mais carentes da política específica.

Por fim, no que diz respeito à compatibilidade entre estruturas, constata-se vinculação entre a formatação dos programas e das ações ao se avaliar a estrutura regimental do órgão. Contudo, não indica a plena adequação da estrutura de recursos humanos que atende aos programas. Ao contrário, persiste a queixa referente à inadequação da quantidade e à capacitação das equipes para a realização de tantas ações sob sua responsabilidade.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela SEDH mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas pela SEDH, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS

GERENTE DO PROGRAMA

Perly Cipriano

OBJETIVO

Garantir proteção especial a testemunhas e a vítimas sobreviventes de crimes.

PÚBLICO-ALVO

Testemunhas de crimes e vítimas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 15.572.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 15.085.054,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 15.085.054,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Atendimento de Pessoas com Necessidade de Proteção - Porcentagem	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100%
2. Taxa de Beneficiários Encaminhados Para Programas de Capacitação - Porcentagem	-	-	-	22.00	-	-
3. Taxa de Evolução do Atendimento dos Serviços de Assistência a Vítimas de Crimes - Porcentagem	-	-	0.00	0.00	0.50	0%
4. Taxa de Jovens Beneficiários Encaminhados para a Escola - Porcentagem	-	-	-	91.00	-	-
5. Tempo Médio de Permanência no Programa - Dia/Beneficiário	-	-	-	-	-	-

1. TAXA DE ATENDIMENTO DE PESSOAS COM NECESSIDADE DE PROTEÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Todas as pessoas, vítimas ou testemunhas de crimes, que estejam coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou com o processo criminal e que tiveram proteção requerida em conformidade com os critérios estabelecidos pela Lei nº 9.807[1], de 13 de julho de 1999, foram atendidas pelo Programa.

2. TAXA DE BENEFICIÁRIOS ENCAMINHADOS PARA PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007, o índice apurado representa o encaminhamento para capacitação de 22% dos usuários. Houve um reajustamento deste índice para os próximos anos no intuito de alcançar 35% dos usuários.

3. TAXA DE EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS DE CRIMES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os valores destinados aos Centros de Apoio a Vítimas de Crimes foram os mesmos do exercício anterior, de forma que, em 2007, houve a manutenção do atendimento já prestado.

4. TAXA DE JOVENS BENEFICIÁRIOS ENCAMINHADOS PARA A ESCOLA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em função da data de ingresso no Programa, nem sempre é possível efetuar a matrícula do jovem beneficiário e realizar o encaminhamento à escola de forma imediata.

5. TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA NO PROGRAMA
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em média, um usuário permanece 24 meses no Programa de Proteção, sendo esta a previsão de tempo de permanência estabelecida na Lei 9.807/99.

[1] Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Ação Proteção e Assistência a Vítimas de Crimes é uma das principais ações previstas no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e constitui condição indispensável para o combate à impunidade no País, uma vez que garante a vida de pessoas ameaçadas em razão de colaboração prestada à polícia e à Justiça e cujo testemunho tenha contribuído para a elucidação de crimes de alto poder ofensivo. No âmbito federal, a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), por meio da Coordenação-Geral de Proteção a Testemunhas (CGPT/SEDH), é o órgão responsável por implementar, manter e aprimorar o Programa de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas. Este Programa atua por meio de três ações principais:

a) apoio aos Serviços Estaduais de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (Provita e Protege no Rio Grande do Sul), que têm como propósito, além da proteção das pessoas que estejam coagidas ou expostas à grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal, a promoção da re-inserção social dos beneficiários em uma nova comunidade, distantes dos locais onde as ameaças ocorreram;

b) apoio aos Centros de Apoio a Vítimas de Crimes (CAVC), que atuam de forma complementar aos serviços de proteção, destinando-se a vítimas que não são consideradas como testemunhas legais de inquérito ou processo criminal. Seu objetivo é conceder amparo jurídico, social e psicológico às vítimas, buscando primordialmente sua reestruturação moral, psíquica e social e a garantia de acesso à Justiça, como forma de contribuir para o combate à impunidade;

c) Programa Federal de Proteção a Testemunhas, regulamentado pelo Decreto nº 3.518, de 20 de junho de 2000, que visa assegurar a execução das ações de proteção a testemunhas nos Estados em que os serviços de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas ainda não estejam instalados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Manutenção dos 17 programas Estaduais de Proteção a Testemunhas Ameaçadas implantados nas seguintes Unidades da Federação (UF): Acre (AC), Amazonas (AM), Bahia (BA), Ceará (CE), Distrito Federal (DF), Espírito Santo (ES), Goiás (GO), Maranhão (MA), Minas Gerais (MG), Mato Grosso do Sul (MS), Pará (PA), Pernambuco (PE), Paraná (PR), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Sul (RS), São Paulo (SP) e Santa Catarina (SC).

• Implantação de dois novos programas nos Estados de Alagoas (AL) e Rio Grande do Norte (RN), visto que estes Estados apresentavam significativa demanda de proteção para o Programa Federal.

• Reformulação da ação relativa aos CAVCs quanto à sua forma de desenvolvimento, sendo dada prioridade para a execução voltada para a municipalização e a descentralização

das atividades, que, anteriormente, eram centradas apenas nas capitais dos Estados. Assim posto, passa-se a ter 25 CAVCs, com a seguinte configuração:

a) gestão por governos estaduais, em 10 UF, cujas metas de atendimento, além das capitais, passam a ter por abrangência Municípios do entorno, quais sejam: AC, AL, BA, MA, MG, PA, PE, RN, SC e SP;

b) gestão municipal, que além dos quatro Centros existentes nos Municípios de Olinda (PE), Belo Horizonte (MG), Santa Maria (RS) e Porto Alegre (RS), passam a contar com mais nove, nas seguintes cidades: Vitória da Conquista (BA), Cariacica e Colatina (ES), Santarém (/PA), Londrina (PR), João Pessoa, Campina Grande e Bayeux (PB) e Fortaleza (CE);

c) gestão por Organização da Sociedade Civil, que além do Centro já implantado no Rio de Janeiro, passa a contar com um no Distrito Federal, que terá por abrangência, também, a região do entorno.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa se desenvolve em parceria com governos estaduais e municipais e com organizações não-governamentais (ONGs). Os recursos são descentralizados por meio de convênios. Todo o orçamento previsto para 2007 foi liberado para execução o que contribuiu sobremaneira para o total cumprimento das ações planejadas, atendendo 100% as metas previstas. Outro fator que contribuiu para o bom desempenho do Programa foi a liberação de recursos em fluxo compatível com a programação física.

As ações decorrentes de proteção a testemunhas são monitoradas pela Coordenação Geral do Programa em parceria com o Gabinete de Assistência Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), uma ONG de Pernambuco, pioneira neste tipo de atividade. Todos os Programas de Proteção recebem, pelo menos uma vez ao ano, uma visita técnica, realizada por equipe multidisciplinar do GAJOP, que consta de advogado, psicólogo e assistente social, acompanhados por um técnico da SEDH, para verificar as atividades desenvolvidas por todas as instâncias do Programa local, inclusive, o desempenho da equipe técnica é avaliado e discutido e, quando necessário, são propostos aprimoramentos e ajustes na execução das ações.

Por meio da equipe de monitores são realizadas a seleção das equipes técnicas estaduais e a capacitação para a atividade a ser exercida, face à especificidade dessas. Independente do planejamento de visitas anuais, qualquer necessidade específica dos Programas locais, que exija a presença da equipe, é atendida de imediato. São elaborados relatórios após as visitas, contendo tudo o que foi observado, bem como as sugestões de aprimoramento indicadas às diversas instâncias responsáveis pela execução do Programa visitado (Conselho Deliberativo, Secretaria Conveniada, ONG executora e equipe técnica).

Apesar do bom desempenho, o Programa esbarra na inadequada quantidade de recursos humanos na equipe gerencial. Todos os esforços possíveis para provimento de pessoal, em cumprimento ao Plano de Ação apresentado ao Tribunal de Contas da União (TCU), têm sido envidados pela SEDH, ocorre que a composição de quadros para a área de Proteção a Testemunhas apresenta os seguintes desafios:

a) inexistência de pessoal especializado na área;

b) necessidade de que o quadro de pessoal seja capacitado em serviço;

c) demanda intensa e estresse relacionado à atividade;

d) eventual responsabilização jurídica de quem participa do Programa;

e) dificuldade na disponibilização de servidores;

f) dificuldades decorrentes do caráter incipiente da Política Pública.

Existe a necessidade de reforço na equipe do Programa Federal de Proteção a Testemunhas, de pelo menos mais um técnico nas áreas de direito, assistência social e psicologia. Há necessidade de uma equipe específica para o monitoramento, com técnicos formados nas áreas anteriormente citadas e ainda reforço no planejamento, na área de convênios e apoio administrativo.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O funcionamento do Programa está fortemente calcado numa estreita parceria entre Poder Público e sociedade civil organizada, representado pelas ONGs em 18 dos 19 Serviços de Proteção a Testemunhas hoje em funcionamento no Brasil. Mesmo na supervisão, na fiscalização e no monitoramento de todo o Sistema Nacional há uma participação muito forte dessas entidades. Sem prejuízo da avaliação positiva da participação das organizações governamentais, cuja contribuição e desempenho têm sido marcada pelo êxito, importa ressaltar a necessidade de que seja reforçada a presença do ente estatal na execução desta atividade.

Na ocasião do acompanhamento *in loco*, realizado pela equipe de monitoramento pelo menos uma vez ao ano em todos os Programas locais de Proteção a Testemunhas, tem-se adotado o procedimento de entrevistar pelo menos um usuário com o objetivo de avaliar seu nível de satisfação.

ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

GERENTE DO PROGRAMA

Carmen Silveira de Oliveira

OBJETIVO

Ampliar e aperfeiçoar os serviços voltados para o cumprimento de medidas sócio-educativas não-privativas de liberdade e humanizar o atendimento nas unidades de internação de adolescentes em conflito com a Lei.

PÚBLICO-ALVO

Adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas e egressos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 48.226.462,00	Empenho Liquidado:	R$ 47.837.790,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 47.837.790,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Atendimento dos Adolescentes em Conflito com a Lei - Porcentagem	-	-	-	0.25	0.47	53,19%

1. TAXA DE ATENDIMENTO DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Após o levantamento nacional dos adolescentes em cumprimento das medidas sócio-educativas, realizado em 2006, verificou-se que há cerca de 60 mil adolescentes nesta situação. O índice de referência informado quando da elaboração do PPA 2004-2007, que foi de 40%, era uma estimativa, pois não havia dados consolidados a partir de um levantamento real. Em 2007, 41.597 pessoas foram atendidas pelo Programa em diversas modalidades, sendo que destas, 14.978 eram adolescentes, representando um índice apurado de 25% da população em conflito com a Lei.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa Atendimento Sócio-educativo do Adolescente em Conflito com a Lei busca ampliar e aperfeiçoar os serviços voltados para o cumprimento de medidas sócio-educativas não-privativas de liberdade e humanizar o atendimento nas unidades de internação de adolescentes em conflito com a Lei. Este Programa tem como princípios a municipalização e a descentralização, conferindo prioridade absoluta aos serviços de execução das medidas em meio aberto de boa qualidade, por meio da articulação, mobilização e qualificação do sistema de justiça, do investimento na capacitação profissional e do reordenamento das unidades de internação, com o intuito de superar a histórica cultura assistencial-repressiva, presente durante séculos no Brasil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Lançamento, em outubro de 2007, do Programa na Medida Certa, que é uma das ações centrais do Plano Social Direitos de Cidadania: Criança e Adolescente.

- Acompanhamento da tramitação do Projeto de Lei de Execução das Medidas Sócio-educativas no Congresso Nacional, com criação Comissão Especial na Câmara dos Deputados destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1.627, de 2007, do Poder Executivo, que dispõe sobre os sistemas de atendimento sócio-educativo, regulamenta a execução das medidas destinadas ao adolescente, em razão de ato infracional.

- Discussão nas Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo (SINASE), o qual cria um plano individual de cumprimento das medidas sócio-educativas, que poderá ocorrer em programa de meio aberto ou programa de privação de liberdade, com requisitos específicos para cada espécie e transfere ao Executivo os programas sócio-educativos, atualmente, sob responsabilidade do Judiciário.

- Realização do Encontro dos Gestores Estaduais e Municipais (Capitais).

- Assinatura de convênios para 136 novos projetos por meio de Edital e contemplados no Guia 2007.

- Adequação de 39 unidades sócio-educativas ao padrão SINASE.

- Evolução das medidas cautelares na Corte Interamericana, no Programa de Cooperação Eurosocial: Alemanha e Espanha, e inclusão na pauta de seminário no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

- Enfrentamento do debate sobre rebaixamento da idade penal e aumento do tempo de internação.

• Atualização dos dados dos adolescentes no sistema sócio-educativo e nas delegacias e cadeias públicas.

• Desenvolvimento das seguintes pesquisas: Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto, realizada pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (ILANUD), que é uma organização internacional de defesa dos direitos humanos; Avaliação de Projetos de Municipalização, executada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Guia IBAM.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Em 2007, o Programa não sofreu contingenciamento de recursos e recebeu um crédito suplementar significativo. Além disso, a meta prevista não foi estimada corretamente pelo potencial de cobertura nas linhas definidas como as principais para a implementação do SINASE, pois não havia dados tendo por base um levantamento real. Com a realização, em 2007, do levantamento nacional dos adolescentes em cumprimento das medidas sócio-educativas, verificou-se que o universo dos adolescentes era maior do que o estimado. Segundo o mesmo levantamento, existem 60 mil adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas, sendo 16 mil em meio fechado e 44 mil em meio aberto. Assim sendo, os recursos descentralizados foram otimizados e a cobertura foi maior que a meta estimada.

Os recursos orçamentários executados foram suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a execução.

Apesar do bom desempenho, o Programa ainda carece de recursos humanos. O quadro de pessoal é muito reduzido diante das ações que são desenvolvidas no Programa. As demandas são superiores à quantidade de recursos humanos existentes, principalmente, para assessoramento técnico, formalização de convênio e monitoramento dos convênios firmados.

Algumas restrições interferiram no desempenho das ações, em 2007, com destaque para as seguintes:

a) dificuldades de celebração de convênios devido à falta de uniformidade de procedimentos e de pessoal suficiente para a análise de propostas, bem como por inadimplência dos entes, o que acaba dificultando o processo de formalização de convênios e posteriormente o pagamento dos convênios;

b) dificuldades em licitações e celebração de contratos pelos entes federativos, principalmente, nos convênios para execução de obras nas unidades de internação;

c) conflitos decorrentes de outras políticas setoriais, inclusive entre esferas de poder ou entre esferas de governo, como a existência de descompasso entre as normas

do Sistema Único de Assistências Social (SUAS) e do SINASE em relação às medidas sócio-educativas em meio aberto. Para enfrentar essa situação foi constituído um Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de definir os critérios de financiamento e funcionamento.

Os entes federativos e as organizações não-governamentais enfrentam muitas dificuldades de execução dos recursos descentralizados, ocasionando uma demora na implementação dos serviços e no atendimento do público alvo.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações utilizados pela gerência são:

a) reuniões de trabalho realizadas semestralmente com os gestores Estaduais e Municipais da área de atendimento sócio-educativo e mensalmente com a Comissão Inter-setorial. E, sempre que necessário com os conveniados para discutir a execução e o andamento dos projetos;

b) visitas *in loco* com a finalidade de acompanhar e assessorar os convênios de construção e reforma ou de ampliação de unidades de internação, intervir nos casos de descompasso do cumprimento das metas físico-financeira, constatar e acompanhar as boas práticas, articular a rede local;

c) relatórios de gestão apresentados periodicamente pelos conveniados apresentam periodicamente relatório de execução dos projetos, tanto nos momentos de prorrogação de prazo e de suplementação de recursos quanto no momento de encerramento dos convênios.

Foi concluído o desenvolvimento de um sistema de monitoramento dos convênios pela UFRJ e os seus resultados serão transformados em um *software* a ser implementado pelos parceiros.

As linhas de financiamento têm como prioridade o fortalecimento das políticas públicas, valorizando as ações governamentais nos Estados, Distrito Federal e Municípios. As parcerias não-governamentais, no entanto, têm colaborado, através de projetos estratégicos, para o alcance dos resultados do Programa, auxiliam a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA) a avaliar a política e os convênios, a promover eventos, a fortalecer a defesa técnica e a realizar pesquisas.

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social, por meio da realização de:

a) reunião com grupos de interesse que são processos de discussões públicas com a sociedade interessada;

b) interlocução forte com os gestores Estaduais e Municipais, organizações não-

governamentais interessadas na execução do Programa, sistema de justiça juvenil e sociedade civil;

c) interlocução com os organismos internacionais e apresentação de relatórios às Organizações das Nações Unidas (ONU), às Organização dos Estados Americanos (OEA), à Conferência Ibero-Americana e às demais instituições internacionais relacionadas ao assunto;

d) discussão em comissões e em plenária, mensalmente, no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) com o propósito de fazer um acompanhamento da implementação do SINASE, e de outras ações do Programa.

Destaca-se que o processo de implementação do SINASE está sendo acompanhado pela Comissão Inter-setorial formada por 10 Ministérios e conta com o envolvimento do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas), do Fórum Nacional de Secretários de Estados de Assistência Social (Fonseas), do Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fonacriad), do CONANDA e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). O plano de implementação está sendo monitorado mensalmente pela comissão.

A participação social, tanto no nível regional e nacional, permite o controle da efetividade das políticas e os diversos apelos sociais quanto à violência atribuída a adolescentes, imprimiu uma resposta mais efetiva tanto de ações quanto de aporte financeiro para mudar o atual quadro nas linhas da política.

O Programa apresenta boas práticas de gestão, com destaque para o funcionamento inter-setorializado da política que compõe uma agenda de ações envolvendo plano de investimento de vários atores e setores. O investimento em ações dos 10 Ministérios para os adolescentes em conflito com a Lei e o volume de recursos sincronizados representam um avanço significativo na história dos adolescentes. O mecanismo de pactuação com os governos Estaduais e Municipais é uma prática de gestão que permite ampliar os resultados do Programa e fortalecer a rede de atendimento aos adolescentes. Por fim, o diálogo com o sistema de justiça através da atualização dos operadores como forma de garantir a aplicação da legislação vigente.

COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

GERENTE DO PROGRAMA

Carmen Silveira de Oliveira

OBJETIVO

Prevenir e combater a violência, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em relação à violência, ao abuso e à exploração sexual e respectivas famílias

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 75.118.334,00	Empenho Liquidado:	R$ 72.749.072,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 72.749.072,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Evolução do Número de Denúncias Encaminhadas - Porcentagem	-	-	2.64	5.56	0.39	1.425,64

1. TAXA DE EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DENÚNCIAS ENCAMINHADAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O dado leva em consideração denúncias feitas entre maio de 2003 e fevereiro deste ano, por meio do Disque Denúncia (ou Disque 100, como também é conhecido) que recebeu e encaminhou 57.664 denúncias de todo o Brasil e conseguiu separar e classificar 49.599 em tipos de violência.

Uma denúncia feita no Disque 100 pode registrar mais de uma vítima ou envolver mais de um tipo de violência, assim os mais de 57 mil casos envolveram 90.568 vítimas de violência, sendo 61% delas do sexo feminino.

Desde 2003, o número de denúncias feitas ao Disque 100 tem crescido, mas isso não

significa um aumento dos casos de violência. Em 2003, havia uma média de 12 denúncias feitas por dia. Hoje, o número chega a 92, o que respalda a legitimidade que o serviço adquiriu com a sociedade ao longo dos anos e a grande divulgação do serviço pelos órgãos de comunicação e mídia, além de campanhas governamentais e da sociedade civil.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um problema mundial. O mais freqüente tipo de violência a que estão sujeitas crianças e adolescentes é aquele denominado estrutural, em função da precária situação sócio-econômica das famílias das quais grande parte das crianças e adolescentes se originam. A defesa dos direitos e a proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual vêm sendo promovidas mediante ações integradas com as áreas de educação, saúde, cultura e justiça, visando a reintegração social e o retorno da criança ou adolescente ao convívio da família e da comunidade.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aumento de 80% do total de denúncias recebidas por ano. Em 2006, o serviço Disque Denúncia recebeu 13.830 denúncias. Em 2007, o mesmo serviço recebeu 24.931 denúncias.

- Expansão da metodologia do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PAIR). O PAIR, em 2005 e 2006, estava implantado em 54 Municípios e 11 Estados brasileiros. Em 2007, houve uma ampliação, foram incorporados 29 Municípios em quatro Estados.

- Fortalecimento das redes de proteção de crianças e adolescentes nas cidades-gêmeas do País.

- Realização de campanhas de mobilização da sociedade para denunciar casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais Restrições e Providências Adotadas

Os recursos orçamentários executados foram insuficientes. Além disso, o Programa sofreu contingenciamento nas ações de responsabilidade da SEDH, só liberado, em parte, ao final do exercício, causando descontinuidade no fluxo. No entanto, essa descontinuidade não prejudicou decisivamente a execução programada.

Com os recursos de responsabilidade da SEDH, foram apoiados 16 novos projetos de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, e um aporte de recursos a

um convênio de 2006 para finalização do objeto. Quanto ao recebimento de denúncias, a execução física foi acima de 100%.

O Programa tem parcerias satisfatórias, destacando-se cooperação internacional para o desenvolvimento da metodologia do PAIR com o *United States Agency for International Development* (USAID) e com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), e com empresas estatais para a implementação do Serviço de Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que conta com o patrocínio de Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras).

O Programa é multissetorial, com ações nos Ministérios da Educação (MEC), do Turismo (MTur), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), além da SEDH. Há integração entre a gerência e a coordenação das ações para o planejamento dessas, no entanto, há carência na disponibilização de informações gerenciais.

Outras dificuldades encontradas para um melhor desempenho do Programa são: a insuficiência de recursos materiais, principalmente, equipamentos de informática; a inadequação da infra-estrutura; a quantidade inadequada de recursos humanos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Reuniões de trabalho, visitas *in loco* e relatórios de gestão são alguns mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações que existem no âmbito da gerência do Programa.

No âmbito do Programa, há coordenação das atividades da Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, composta por organizações governamentais e não-governamentais. O objetivo dessa comissão é a articulação e a potencialização das ações e projetos desenvolvidos por cada membro. A parceria com as organizações não-governamentais e a cooperação internacional é um diferencial, pois apoiamos o Comitê Nacional e os Fóruns Estaduais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes que são basicamente compostos pela sociedade civil.

A participação social é promovida no Programa, já que um dos pré-requisitos para recebimento de projetos é que estes sejam discutidos e aprovados pelos Conselhos Municipais e Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Além de serem submetidos ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) para aprovação final. Outro mecanismo de participação social utilizado pelo Programa é a reunião com grupos de interesse, que envolvem organizações da sociedade civil representativas de todas as regiões do País. Nessas reuniões, são discutidos e deliberados encaminhamentos para o Programa.

A união de esforços entre governo e sociedade civil promoveu um crescimento do Programa ao longo deste ano, capilarizou as ações de enfrentamento por meio de mobilização da sociedade e das redes locais, além de divulgar o Disque Denúncia 100, como canal direto, gratuito e seguro de denunciar casos de violência contra crianças.

DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS

GERENTE DO PROGRAMA

Perly Cipriano

OBJETIVO

Construir capacidades institucionais e individuais de intervenção com vistas à promoção, à garantia e à defesa dos direitos humanos.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 899.373.794,00	Empenho Liquidado:	R$ 884.438.565,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 884.438.565,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Estados com Conselhos de Direitos Humanos - Porcentagem	51.80	51.80	62.96	74.07	100.00	74,07%
2. Taxa de Evolução do Atendimento dos Balcões de Direito (Fornecimento de Doc. Civil Básica e Orientação Jurídica Gratuita) - Porcentagem	-	-	-0.20	-0,31	4.50	-

1. TAXA DE ESTADOS COM CONSELHOS DE DIREITOS HUMANOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A criação e a implementação dos Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos Humanos dependem de legislação própria das unidades federativas, aprovada pelas Assembléias Legislativas ou Câmaras Municipais e posterior sanção do Poder Executivo (Estadual e Municipal) para seu funcionamento e posterior formalização de termo de convênio com o Governo Federal.

2. TAXA DE EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO DOS BALCÕES DE DIREITO (FORNECIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO CIVIL BÁSICA E ORIENTAÇÃO JURÍDICA GRATUITA)

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

De acordo com as metas estabelecidas para o exercício de 2007, o índice de alcance dos Balcões de Direito em relação às metas alcançadas ficaram muito acima do programado, pois neste ano foi previsto um atendimento de 35.011 pessoas, e encerrou-se o exercício com o alcance de 138.301 pessoas beneficiadas. Este alcance está fundamentado no processo de: subdimensionamento inicial das metas tendo em vista a política de liberação dos recursos orçamentários, e implementação de estratégias de otimização na utilização dos recursos conveniados *versus* o que os projetos poderiam alcançar em termos de atendimento de pessoas nos Balcões.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A garantia dos direitos humanos é função do Estado. Contudo, ela somente será alcançada no momento em que toda a sociedade brasileira incorporar em seu cotidiano e em suas atitudes o conjunto de princípios e valores que envolvem os direitos humanos. Para tanto, faz-se necessária à ação do Governo Federal no sentido de incentivar não somente o debate e a reflexão sobre esse tema, mas também de propor e realizar ações articuladas com a sociedade e com outros níveis de Governo com vistas à construção de uma cultura de paz, de tolerância e de valorização da diversidade. Da mesma maneira, são necessárias ações que visem a defesa de direitos de grupos sociais vulneráveis (no caso do Programa, idosos e homossexuais, principalmente), bem como a prevenção e a repressão a violações de direitos específicos, como o de não ser torturado, o de possuir os documentos básicos da cidadania, entre outros.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Apoio à capacitação em Direitos Humanos e à implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Foram capacitadas 11.720 pessoas em Direitos Humanos, com apoio a 16 projetos e impressão de 18.000 exemplares do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

- Apoio a serviços de Orientação Jurídica Gratuita, Mediação de Conflitos e Informações em Direitos Humanos (Balcões de Direitos). Foram implementados projetos com atendimento de 138.301 pessoas, distribuídas em 270 Municípios de 18 unidades da Federação.

- Apoio a serviços de Prevenção e Combate à Homofobia, impressão e distribuição de 45.000 publicações do Programa Brasil Sem Homofobia com objetivo de orientar e conscientizar sobre o preconceito à população de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (GLBT). Realização de quatro Seminários Nacionais para uma população de 1.000 participantes.

• Apoio à Mobilização Nacional para o Registro Civil de Nascimento e ao fornecimento de Documentação Civil Básica. Foram publicadas 18.000 cartilhas de orientação para 25.000 agentes voluntários de mobilização para o Registro Civil de Nascimento das Igrejas Cristãs e para o registro civil de povos indígenas.

• Apoio a centros de Referência em Direitos Humanos, atendimento a 2.500 detentos e egressos do sistema prisional e seus familiares, bem como as pessoas com deficiência, os idosos, os quilombolas, os indígenas, os assentados e os afro-descendentes em casos de violência. Foram editados 9.000 fôlderes, 1.500 cartazes e 8.000 cartilhas educativas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Por ocasião do planejamento das metas para 2007 houve um subdimensionamento, tendo em vista a política adotada para a liberação de recursos orçamentários. Assim, com o desenvolvimento dos projetos verificou-se que os resultados alcançados seriam superiores. Outro aspecto a considerar é o tipo de meta prevista, pois na maioria das ações, os recursos destinados para o alcance de determinada meta foram realizados com esforço de atendimento maior ao público alvo.

Em função da incompatibilidade entre o fluxo de recursos e a programação física, sendo que a maioria dos recursos foi liberada no final do exercício, houve dificuldade no atendimento das ações programadas, ao longo do ano de 2007, o que ocasionou uma descontinuidade no fluxo programado, tanto para projetos oriundos de Edital de chamada pública quanto para as demandas da Secretaria e dos parceiros.

Outra dificuldade encontrada pelo Programa foi a insuficiência de recursos materiais, de infra-estrutura e humanos. É urgente a realização de concurso público para provimento de cargos que complementem de forma satisfatória as inúmeras exigências e responsabilidades do serviço público prestado. Ateste-se a inexistência de carreira específica na área de gestão em Direitos Humanos, fato este que incide nas dificuldades observadas para a permanência de servidores na esfera administrativa da Secretaria.

A maioria dos recursos descentralizados para Estados, Municípios e organizações não-governamentais, só acontecerem no final do exercício, assim sendo a execução só deverá ocorrer no ano de 2008. Dos projetos executados em 2007, pela análise técnica, considera-se como médio o desempenho dos projetos das ações dos Balcões de Direito, de Capacitação em Direitos Humanos e da Ação de Promoção da Cidadania e Combate à Homofobia.

A ausência de mecanismos apropriados para o fomento e a democratização das informações em relação à execução dos projetos definidos nas ações constitui-se como um aspecto negativo de aproximação entre os executores e o órgão gerencial da ação. A integração dá-se necessariamente por contatos documentais, eletrônicos e por meio telefônico.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A gerência do Programa utiliza, como mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, as reuniões de trabalho e visitas *in loco* (quando detectados problemas na execução, quando demandado pelo órgão executor e quando há mudanças substanciais no processo de desenvolvimento do projeto).

O Programa realiza, também, parcerias não-governamentais para sua execução. Na sua maioria das vezes, os parceiros não-governamentais atendem às expectativas das ações dos projetos quanto ao cumprimento das metas e dos objetivos pretendidos e pactuados. Estes se caracterizam dentro do enfoque do envolvimento com o público-alvo beneficiário e com a ação e enquadram-se no princípio da responsabilidade e moralidade com o uso dos recursos públicos.

A participação social é promovida por meio da Ouvidoria, atendendo as demandas, as cobranças, os diálogos, as participações nos eventos, as denúncias quando geradas por fatores como discriminação, intolerância, violência e violação de direitos.

O Programa foi desmembrado em dois no PPA 2008-2011, visando uma melhor gestão. São eles: Garantia e Acesso a Direitos e Reparação de Violações e Defesa dos Direitos Humanos.

NACIONAL DE ACESSIBILIDADE

GERENTE DO PROGRAMA

Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior

OBJETIVO

Promover a acessibilidade aos bens e serviços da comunidade para as pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.730.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.663.985,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.663.985,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Municípios com Código de Obras de Acessibilidade ao Meio Físico para a Pessoa com Deficiência- Porcentagem	16.89	-	-	-	25.00	-
2. Taxa de Ônibus Urbanos Acessíveis - Porcentagem	5.00	2.30	5.79	6.47	18.00	35,94%
3. Taxa de Programas de Televisão com Sinalização em Libras/ Sublegendados - Porcentagem	-	-	-	-	-	-
4. Taxa de Sítios Eletrônicos Governamentais Acessíveis as Pessoas com Deficiência - Porcentagem	0.03	-	-	-	100.00	-

1. TAXA DE MUNICÍPIOS COM CÓDIGO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE AO MEIO FÍSICO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Indicador sem apuração por indisponibilidade de dados, pois o Ministério das Cidades (MCidades) não possui ainda os resultados da pesquisa realizada.

2. TAXA DE ÔNIBUS URBANOS ACESSÍVEIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Da estimativa de 95.000 veículos de transporte coletivo urbano existente, foram identificados em 199 Municípios com mais de 60.000 habitantes, 6.148 veículos adaptados, o que significa 6,47% do total da frota. Considera-se que o número de veículos acessíveis é maior que o apresentado. Considere-se ainda que o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 estipula o prazo de 10 anos para que a frota de veículos de transporte coletivo urbano esteja plenamente acessível. Na Agenda Social: Direitos de Cidadania - Pessoas com Deficiência, foram priorizadas medidas que possam acelerar o processo de aquisição de ônibus acessíveis, para atender um número maior da população de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.

3. TAXA DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO COM SINALIZAÇÃO EM LIBRAS/ SUBLEGENDADOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

De acordo com a Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006 do Ministério das Comunicações (MC), as radiodifusoras de sons e imagens (TV) só estão obrigadas a oferecer recursos de acessibilidade às pessoas com deficiência a partir de 2008. Apesar de não haver o levantamento oficial que permita mensurar o indicador, é visível que aumentou a programação das emissoras brasileiras com recursos de acessibilidade, principalmente, o que diz respeito à legenda.

4. TAXA DE SÍTIOS ELETRÔNICOS GOVERNAMENTAIS ACESSÍVEIS AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O Decreto nº 5.296/04 determina que 100% dos sítios eletrônicos governamentais teriam que estar acessíveis até 03 de dezembro de 2005, o que não ocorreu. E a contabilização da adequação dos sítios eletrônicos governamentais é informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) que não repassou os dados para esta Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Em 2006, por meio de um levantamento realizado pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Acessibilidade Brasil, identificaram-se 3.000 sítios governamentais e destes somente 20 estavam acessíveis, mas não há resultados de pesquisa que apure estes dados. A CORDE está providenciando estudos que possam, em 2008, definir os parâmetros para este indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa Nacional de Acessibilidade tem como público-alvo a totalidade da população brasileira e não apenas as pessoas com deficiência, os idosos, as mulheres grávidas, etc, pois qualquer intervenção no espaço físico das cidades, nas edificações, nos transportes, na comunicação e na informação que tenha como referência as normas brasileiras de acessibilidade irá se traduzir em melhor qualidade de vida para todos. Para as pessoas ditas normais e que estejam em sua plena capacidade física, as melhorias significam, principalmente, mais segurança. Para as pessoas com deficiência, idosos, mulheres grávidas ou para aqueles que tenham algum outro tipo de limitação, essas medidas representam a garantia do direito de ir e vir, ou a possibilidade de circularem, com segurança e autonomia, pelo espaço urbano.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Lançamento pelo Presidente da República da Agenda Social: Direitos de Cidadania - Pessoas com Deficiência que visa fomentar a plena inclusão da pessoa com deficiência no processo de desenvolvimento do País, buscando eliminar todas as formas de discriminação e garantir o acesso aos bens e aos serviços da comunidade, promovendo e defendendo os direitos desta parcela da população, priorizando medidas de articulação institucional, de investimentos direto e financiamento, as quais se encontram sob a responsabilidade da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, com a participação da iniciativa privada e da sociedade.

- Edição da Norma Brasileira (ABNT) 15.450, que regulamenta a acessibilidade de passageiros nos transportes aquaviários.

- Edição da Portaria do INMETRO nº 260, de 12 de julho de 2007 que aprova regulamento técnico da qualidade para inspeção da adequação de acessibilidade em veículos de característica urbana de transporte coletivo de passageiros.

- Capacitação de 1.600 técnicos e agentes sociais em acessibilidade.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Ao efetuar a análise frente ao previsto em Lei no Programa, físico e financeiro, têm-se resultados satisfatórios, onde as metas físicas ultrapassam 100%, em relação às ações de responsabilidade da SEDH. Mas, frente à demanda de ações a realizar, o resultado fica aquém do que seria necessário fazer. Isso se dá pelas restrições relacionadas ao quadro técnico e operacional insuficiente e pelas restrições dos limites orçamentários disponibilizados.

Dentre as dificuldades encontradas destacam-se a incompatibilidade entre o fluxo de recursos e a programação física, mas sem grandes prejuízos à execução programada e a falta de informações sobre as ações de responsabilidade do MCidades, fundamentais no alcance do objetivo do Programa.

Outro obstáculo a um melhor desempenho do Programa foi a insuficiência de recursos humanos. A CORDE possui uma equipe técnica muito pequena, estando técnicos envolvidos com o acompanhamento de várias ações simultâneas. Constatou-se que há necessidade de perfis profissionais nas áreas de engenharia civil, arquitetura, estatística, advocacia, sociologia, análise de sistema e em comunicação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O monitoramento é realizado com a utilização de vários instrumentos como:

a) reuniões internas com a equipe técnica, com técnicos de outras instituições governamentais, com o CONADE e a sociedade civil organizada, além de reuniões com parceiros na execução de ações importantes para impulsionar a política de acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

b) visita *in loco* às instituições que tenham ações apoiadas com recursos oriundos do Programa para acompanhamento da execução;

c) Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência;

d) relatórios de gestão.

O Programa realiza, também, parcerias não-governamentais para sua execução. A sociedade civil organizada faz encontros, capacitação de agentes sociais referentes à acessibilidade e são grandes parceiros para cobrar a implementação de dispositivos legais.

Além disso, o Programa possui mecanismos de participação social. Entre eles, consultas públicas, reuniões com grupos de interesse, discussões no CONADE. Busca-se sempre consolidar as opiniões dos participantes e adequar ao que for pertinente, sendo levada em conta a contribuição para efetivar a participação democrática de todos na implementação dos dispositivos legais.

PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

GERENTE DO PROGRAMA

Carmen Silveira de Oliveira

OBJETIVO

Promover a política de atendimento e garantir a ampla defesa jurídico-social de crianças e adolescentes.

PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes de zero a 18 anos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 24.154.351,00	Empenho Liquidado:	R$ 22.528.801,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 22.528.801,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Municípios com Implantação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente - Porcentagem	-	-	-	89.90	90.00	99,89%

1. TAXA DE MUNICÍPIOS COM IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice de implantação de conselhos de direitos e tutelares para o ano de 2007 foi alcançado dentro do previsto ao final do PPA, caracterizando-se adequado à realidade.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é composto por três eixos: Promoção, Defesa e Controle Social. O eixo da Promoção envolve a rede responsável pela política de atendimento (fomento

dos direitos), composta pelas políticas sociais básicas, pela política assistencial e pela política de proteção especial (destinadas àqueles que têm seus direitos extremamente violados). A articulação e o apoio eventual a ações desenvolvidas pelos órgãos que compõem o eixo da promoção (Ministérios, secretarias Estaduais e Municipais de políticas sociais, secretarias de Direitos Humanos ou órgãos equivalentes, entidades de atendimento e conselhos dos direitos) são responsabilidades da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

Para que se faça cessar a ameaça ou violação, o ECA prevê a atuação em conjunto de diversas entidades do Poder Público e da Sociedade civil. A ação articulada do Poder Público (órgãos da Segurança Pública, Ministério Público da União - MPU, Poder Judiciário, e Defensoria Pública Geral da União - DPGU) e da sociedade civil (conselhos tutelares e centros de defesa) deve ser implementada de forma articulada e harmônica, integrando um sistema que garanta o enfrentamento da violação e a responsabilização dos agentes. Os Conselhos Estaduais e Municipais de Diretos da Criança e do Adolescente são entidades responsáveis pela definição das diretrizes que orientam a política de atenção integral, sendo também responsáveis pelo acompanhamento e monitoramento dessa política. O Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente é uma das condições essenciais para que se garanta a cidadania plena das crianças e dos adolescentes brasileiros, no escopo de um dos marcos legais mais avançados do mundo, num País onde os flagrantes e as contínuas violações afrontam de maneira insuportável os princípios da ética e dos direitos fundamentais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Ampliação dos conselhos de direitos e tutelares para quase que a totalidade dos Municípios brasileiros.

- Capacitação de aproximadamente 9.000 conselheiros de direitos e tutelares, e início do processo de implantação de Núcleos de Capacitação continuada de conselheiros em pelo menos 12 Estados. Foi também firmado convênio para implantação de ensino a distância e portal interativo, visando ampliar as possibilidades e agilidade das capacitações.

- Retomada e realização de diagnóstico situacional com estudo a respeito de viabilidade do Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência (SIPIA).

- Discussão do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária em todo o Território Nacional, nas conferências dos direitos da criança e do adolescente, abrindo caminho para o apoio a projetos inovadores, como:

a) pesquisa sobre crianças em situação de rua;

b) elaboração e publicação de livros sobre reordenamento dos abrigos;

c) projeto de intervenção junto aos profissionais que trabalham com população indígena.

Em 2007, na proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte, os resultados também foram positivos, com a ação implantada em cinco unidades de Federação: RJ, MG, ES, SP e PE e em implantação em quatro outros BA, DF, PA e PR. Desde o início do Programa (2003) foram protegidas 1.809 pessoas (737 crianças e adolescentes e 1.072 familiares). Somente em 2007 foram protegidas 888 pessoas (316 crianças e adolescentes e 572 familiares), o que representou 50% no número de protegidos desde 2003.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa teve execução física de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2007. O Sistema de Garantia de Direitos está presente na maioria dos Municípios brasileiros, mas não atende 100% deles.

Os recursos orçamentários executados foram suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

Não obstante o bom desempenho, a equipe gerencial do Programa ainda carece de infra-estrutura mais adequada, tais como salas, mobiliário e computadores. Além disso, seria necessário um aumento no quadro de técnicos, principalmente, no que diz respeito às ações de pesquisa e aos sistemas de informação. Há, também, necessidade de profissionais mais qualificados para o desempenho das funções, devido à falta de quadro próprio para a SEDH.

Outras restrições que prejudicam o desempenho do Programa estão relacionadas às dificuldades de celebração de convênios na gerência, motivada pelos projetos apresentados muitas vezes não estarem adequados às normas descritas nos editais, o que impede o tempestivo repasse de recursos e devido à inadimplência de algumas Prefeituras na época da celebração dos convênios.

Também contribuem de forma a gerar dificuldades os conflitos decorrentes de outras políticas setoriais, inclusive entre esferas de poder ou entre esferas de governo, visto que muitas ações do Programa são multissetoriais e devido ao acúmulo de trabalho de outras pastas nem sempre o processo ocorre no ritmo pretendido.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui vários mecanismos de monitoramento, tais como, reuniões de trabalho realizadas sistematicamente, onde são avaliados as ações e os convênios em execução, visitas *in loco*, Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e relatórios de gestão.

Realiza, também, parcerias não-governamentais para sua execução. Os parceiros têm bom desempenho técnico, no entanto, não raro existe a necessidade de prorrogação do convênio para término de sua execução. O que caracteriza que o cronograma acaba por não ser realista, devido a problemas de trâmite interno na aprovação e falta de documentação, o que acarreta o atraso do início do projeto. No entanto, raros são os casos de não cumprimento de metas.

O Programa promove a participação social por meio dos seguintes mecanismos:

a) audiências públicas realizadas para a discussão de temáticas nacionais, a exemplo da redução da maioridade penal, formas de prevenção e erradicação do trabalho infantil, adoção e outros temas relevantes da área;

b) consultas públicas chamadas por ocasião da definição de parâmetros para a criação e o funcionamento dos fundos de direitos da criança e do adolescente, editais de projetos e outros;

c) reuniões com grupos de interesse que são formados para o debate de temas concernentes a crianças e adolescentes indígenas e quilombolas;

d) discussão em conselho setorial para temáticas inter-setoriais. São chamados para participar das decisões representantes de Ministérios, a exemplo do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e outros quando os temas envolvem crianças e adolescentes indígenas, quilombolas e outros segmentos.

Além disso, todas as ações da área da criança e do adolescente passam necessariamente pelo conhecimento e pela análise do CONANDA que é um órgão colegiado, deliberativo e autônomo, composto, paritariamente, por representantes do governo e da sociedade civil organizada.

O Programa trabalha com mobilização dos atores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e sua concepção já implica a necessidade de ampla participação social. São realizadas, ainda, pesquisas que avaliam e identificam as demandas para investimento. Recentemente foi realizada a pesquisa Bons Conselhos, onde se pôde identificar quais estratégias e conteúdos deveriam ser mais trabalhados na implantação e na capacitação dos conselhos.

PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

GERENTE DO PROGRAMA

Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior

OBJETIVO

Assegurar os direitos e combater a discriminação contra pessoas com deficiência, contribuindo para sua inclusão ativa no processo de desenvolvimento do País.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas portadoras de deficiência

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 7.820.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 4.572.693,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 4.572.693,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Efetividade da Reserva de Postos de Trabalho das Pessoas com Deficiência - Porcentagem	-	-	-	-	-	-
2. Taxa de Efetividade do Cumprimento da Lei de Quotas por Empresas com Mais de 100 Funcionários - Porcentagem	-	-	-	-	-	-
3. Taxa de Estados Brasileiros com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência - Porcentagem	55.55	66.66	77.77	81.48	74.07	110%
4. Taxa de Inclusão Escolar - Porcentagem	-	-	21.00	19.32	35.00	55,20%
5. Taxa de inserção de Pessoas com Deficiência no Serviço Público - Porcentagem	12.3	-	-	-	-	-
6. Taxa de Municípios Brasileiros com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência - Porcentagem	1.57	-	2.14	4.33	2.30	188,26%

1. TAXA DE EFETIVIDADE DA RESERVA DE POSTOS DE TRABALHO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Dado não disponível.

2. TAXA DE EFETIVIDADE DO CUMPRIMENTO DA LEI DE QUOTAS POR EMPRESAS COM MAIS DE 100 FUNCIONÁRIOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Dado não disponível.

3. TAXA DE ESTADOS BRASILEIROS COM CONSELHOS DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007, o índice de Estados com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência ultrapassou o estimado, estando 81,48% das unidades Federativas (UF) com conselhos, faltando somente os Estados do Acre, Amazonas, Pará e Roraima criarem seus conselhos. Apesar de ter ultrapassado o estimado no PPA 2004-2007 ainda há muito para ser feito para que os Conselhos Estaduais possam estar estruturados para atender as expectativas da população que representam.

4. TAXA DE INCLUSÃO ESCOLAR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Conforme informações do Ministério da Educação (MEC), houve uma queda de 8% no número de matrículas de 2006 para 2007 que se justifica pela mudança de metodologia no sistema de coleta de dados no Censo Escolar. Estão buscando aperfeiçoar a metodologia, diminuindo o risco de erros na coleta de dados. Em 2007, foram computadas 642.759 matrículas de pessoas com deficiência nas escolas brasileiras, sendo que 52,4% em classes especiais e 47,06% em classe comum, 63,2% em escolas públicas e 36,8% em escolas privadas, sendo detectado que a maioria são portadores de deficiência mental. Seguindo a estimativa do Censo 2000 que estima que 3.327.111 brasileiros na faixa etária de zero a 19 anos sejam pessoas com deficiência, estima-se que 19,32% das pessoas com deficiência na faixa etária de zero a 18 anos estão no ensino regular, índice muito baixo de inclusão escolar, havendo necessidade de serem avaliadas pelo MEC as estratégias de ação para intensificar o processo inclusivo nas escolas desta parcela da população, sendo a baixa escolaridade o maior empecilho para a inserção das pessoas com deficiência no processo de desenvolvimento do País.

5. TAXA DE INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Dado não disponível em 2007, com apuração prevista para 2008 pela Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE).

6. TAXA DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM CONSELHOS DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Existem 241 Municípios brasileiros com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência, assim distribuídos: região Nordeste em 44 Municípios; região Norte em nove Municípios; região Centro-Oeste em seis Municípios; região Sudeste em 137 Municípios; região Sul em 45 Municípios.

O percentual apresentado foi sobre todos os Municípios existentes no Brasil, índice bastante significativo, ultrapassando o esperado no período do PPA 2004-2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A promulgação da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 promoveu mudanças de paradigmas quanto às questões relativas às pessoas com deficiência. Uma visão assistencialista/paternalista deu lugar à outra, que garantiu os direitos individuais e coletivos e a efetiva inclusão social das pessoas com deficiência. Apesar de grande avanço do marco legal, o Estado brasileiro ainda necessita desenvolver ações que contribuam para as transformações dos paradigmas assistencialistas, permitindo que a pessoa com deficiência seja sujeito do processo de desenvolvimento do País, exercendo plenamente sua cidadania. O Censo Demográfico 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desenhado em conjunto com a CORDE, constatou que a questão da deficiência no Brasil atinge diretamente 14,48% e indiretamente 43,44% do conjunto da população, ultrapassando a estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em números absolutos, as porcentagens indicam respectivamente, 24,6 milhões e 73,8 milhões de pessoas, além de profissionais atuantes em áreas de atendimento à pessoa com deficiência. A questão das deficiências é universal e deve ser preocupação constante não só do governo, mas da sociedade em geral. As medidas governamentais destinadas a melhorar a situação das pessoas com deficiência devem, necessariamente, estar ligadas à prevenção, à reabilitação e à equiparação de oportunidades, de acordo com o Programa de Ação Mundial para Pessoa Portadora de Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU). Faz-se necessário intensificar ações que impulsionem o desenvolvimento de políticas integradas junto aos governos de todos os níveis e com a sociedade civil, de forma a garantir os direitos da pessoa com deficiência e combater todas as formas de discriminação, possibilitando o acesso aos bens e serviços existentes, buscando meios de sua inclusão qualificada no processo de desenvolvimento do País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Lançamento pela Presidente da República da Agenda Social: Direitos de Cidadania - Pessoas com Deficiência que visa fomentar a plena inclusão da pessoa com deficiência no processo de desenvolvimento do País, buscando eliminar todas as formas de discriminação e garantir o acesso aos bens e serviços da comunidade, promovendo e defendendo os direitos desta parcela da população e prioriza medidas de articulação institucional, de investimentos direto e financiamento, as quais se encontram sob a responsabilidade da União, dos Estados, dos Municípios e Distrito Federal, com a participação da iniciativa privada e da sociedade.

• Encaminhamento pelo Presidente da República ao Congresso Nacional (CN) da proposta de ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU em 13 de dezembro de 2006.

• Monitoramento do Projeto de Lei sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência e elaboração de pareceres sobre outros projetos que tramitam no CN com participação em Audiências Públicas no CN, no Judiciário e nos diversos órgãos do Governo Federal, Estadual e Municipal, além de realização de estudos e participação em comissões para regulamentação da legislação existente.

• Realização do I Encontro Nacional de Coordenadorias Estaduais de Pessoas com Deficiência visando:

a) contribuir para a efetivação das políticas públicas nos Estados e Municípios e impulsionar a inclusão da pessoa com deficiência no processo de desenvolvimento do País, bem como promover a troca de experiências entre as Coordenadorias Estaduais;

b) diagnosticar o desenvolvimento das políticas públicas estaduais referentes à pessoa com deficiência;

c) definir estratégias para fortalecer a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, tendo em vista as diretrizes nacionais e internacionais e as deliberações da I Conferência Nacional da Pessoa com Deficiência;

d) definir estratégias para implementação do Plano Social Direitos de Cidadania - Pessoa com Deficiência.

• Apuração de denúncias de violação de direitos, de preconceitos e discriminação.

São recebidas em média 15 a 20 denúncias por semana, que tratam, principalmente, de descumprimento da legislação de concursos públicos, recusa de matrículas em escolas regulares, por companhias de transporte, além de denúncias contra atitudes e ações discriminatórias de órgãos públicos.

• Realização do III Encontro Nacional de Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência visando contribuir para a efetivação do papel dos Conselhos nos Estados e Municípios e impulsionar o desenvolvimento do controle social para as políticas de defesa e promoção dos direitos desta parcela da população no Brasil.

• Capacitação de 13.288 pessoas sobre questões pertinentes aos direitos das pessoas com deficiência por meio de convênios com instituições parceiras.

• Distribuição de 50.000 exemplares de diversos títulos sobre questões pertinentes à pessoa com deficiência.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O alcance dos resultados físicos e financeiros não foi satisfatório, frente ao previsto em Lei, pois os recursos não foram totalmente disponibilizados, mas frente aos recursos liberados pode-se indicar que os resultados foram satisfatórios. Contudo nas ações a realizar, o resultado mostra-se aquém do que seria necessário apesar do esforço da equipe da CORDE para efetivar os preceitos da Política Nacional de Atenção à Pessoa com Deficiência. Sendo assim, pode-se considerar que dos recursos liberados houve a execução de 100% das metas físicas previstas.

As restrições que prejudicaram a execução do Programa foram o contingenciamento orçamentário e a incompatibilidade do fluxo de recursos com a programação física. O processo de liberação de recursos orçamentários não condiz com o processo de planejamento das ações que necessitam ser executadas. O Tribunal de Contas da União (TCU) exige que seja feito o processo de Chamada Pública, mas na hora da análise dos projetos recebidos, fica complicado priorizar os projetos que estão prontos para serem apoiados sem saber o montante de recursos que será disponibilizado até o final do ano. Os recursos orçamentários não são liberados por Programa e sim para a Secretaria como um todo.

Outra dificuldade encontrada é que a equipe técnica responsável pelo Programa é muito pequena, estando os técnicos envolvidos com o acompanhamento de várias ações simultaneamente.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O monitoramento é realizado com a utilização de vários instrumentos, como:

a) reuniões internas com a equipe técnica, com técnicos de outras instituições governamentais, com o CONADE e com a sociedade civil organizada, além de reuniões com os parceiros na execução de ações importantes para impulsionar a política para a inclusão da pessoa com deficiência no processo de desenvolvimento do País;

b) visitas *in loco* às instituições que tenham ações apoiadas com recursos oriundos das ações do Programa para acompanhamento da execução;

c) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan);

d) relatórios de gestão.

O Programa conta com parcerias não-governamentais na sua execução, além de possuir mecanismos de promoção da participação social, principalmente, por meio de discussão no CONADE, que aprova a programação anual e acompanha a execução de suas ações. Durante a realização das reuniões do CONADE, todos têm a oportunidade de opinar e acompanhar os ajustes que se fazem necessários em decorrência dos recursos financeiros efetivamente liberados.

A gerência está desenvolvendo atividades que visam a revisão dos indicadores Taxa de Efetividade da Reserva de Postos de Trabalho das Pessoas com Deficiência e Taxa de Efetividade do Cumprimento da Lei de Quotas por Empresas com mais de 100 funcionários, em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para garantir a apuração dos índices.

PROTEÇÃO DA ADOÇÃO E COMBATE AO SEQÜESTRO INTERNACIONAL

GERENTE DO PROGRAMA

Patricia Lamego de Teixeira Soares

OBJETIVO

Garantir o direito à convivência familiar por meio da adoção e promover o combate ao seqüestro internacional de crianças no Brasil.

PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes em situação de adotabilidade internacionais e crianças seqüestradas para fora do Brasil por um dos genitores

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 200.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 0,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 0,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Adoção Internacional - Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. TAXA DE ADOÇÃO INTERNACIONAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Não houve apuração do índice, no período do PPA 2204-2007, devido a não existência de indicadores que sejam passíveis de verificação. Tal problema será dirimido a curto prazo como resultado da recente instituição pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Cadastro Nacional de Adoção, cujo preenchimento será obrigatório para as varas de infância e juventude de todo o País. Dessa forma será possível contabilizar o número de adoções nacionais e internacionais por Estado e Município.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional trabalha no acompanhamento e na viabilização dos procedimentos que envolvem os processos de

adoção internacional e seqüestro internacional. Os mecanismos previstos para execução de Programa envolvem:

a) desenvolvimento, implantação e gerenciamento de um banco de dados específicos;

b) apoio de funcionamento às Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção dos Estados Federados e do Distrito Federal ao Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras;

c) viabilização dos procedimentos que envolvem o intercâmbio internacional de informações e documentos com todas as autoridades centrais dos Estados contratantes da Convenção de Haia e com os organismos internacionais afetos à matéria de adoção e seqüestro;

d) produção e publicação de material específico.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Lançamento do sítio sobre a Convenção de Haia de 1980 na página eletrônica do Supremo Tribunal Federal (STF).

- Encerramento de 36 casos de seqüestro, totalizando 183 casos de seqüestro encerrados no período 2003-2007, por motivos de decisão judicial, acordo entre as partes, desistência, etc.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa utilizou, em 2007, recursos inscritos em restos a pagar de 2006 para execução de suas ações. Foi possível atender a necessidade de realização de encontro anual do conselho nacional instituído para regulamentação interna do tema. Uma segunda ação prevista com recursos de 2007 não foi executada por impossibilidade de agenda.

As restrições que interferiram no desempenho das ações foram o atraso na liberação de recursos e a falta de pessoal nos órgãos executores como o Departamento Internacional (DEJIN) unidade administrativa da Advocacia-Geral da União (AGU).

Nas equipes executoras ou parceiras como o DEJIN a situação é crítica, pois o número de advogados é mínimo. Atualmente, apenas um advogado trabalha com o tema do seqüestro, o que é totalmente insuficiente e inadequado, já que os casos de seqüestro se avolumam, não sendo respeitado o prazo estabelecido pelos acordos internacionais para solução do contencioso. Tal situação gera constante reclamação por parte de outros países, bem como depõem contra a imagem do País em foros internacionais.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os mecanismos de monitoramento utilizados pelo Programa sobre o desempenho físico das ações são, principalmente, reuniões de trabalho e o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

Os beneficiários do Programa são basicamente crianças e adolescentes colocados para adoção internacional ou seqüestrados. A avaliação dos casos de adoção é feita por meio de relatórios pós-adotivos, mas tais relatórios não auferem satisfação e sim a situação positiva das crianças na recolocação familiar. Nos casos de seqüestro é mensurado o número de restituições ou soluções que levem ao encerramento dos casos.

O Programa apresenta boa prática de gestão com a implementação dos acordos internacionais que prevêem a comunicação direta, sem trâmites judiciais, entre as autoridades centrais designadas para tratar dos temas. Tal prática possibilita enorme rapidez nos contatos e envio de documentos relativos aos casos de adoção e seqüestro de crianças.

O Programa foi excluído do PPA 2008-2011, com migração de sua principal ação para o âmbito do Programa --Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO

PODER LEGISLATIVO

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (MPU)

Defesa da Ordem Jurídica

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados

SENADO FEDERAL

Atuação Legislativa do Senado Federal

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Controle Externo

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Prestação Jurisdicional no Distrito Federal

JUSTIÇA DO TRABALHO

Prestação Jurisdicional Trabalhista

JUSTIÇA ELEITORAL

Gestão do Processo Eleitoral

JUSTIÇA FEDERAL

Prestação Jurisdicional na Justiça Federal (não avaliado)

JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

Prestação Jurisdicional Militar

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça

SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL

Controle da Gestão Administrativa e Financeira no Poder Judiciário

Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Defesa da Ordem Jurídica

DEFESA DA ORDEM JURÍDICA

GERENTE DO PROGRAMA

Carlos Frederico Santos (PENDENTE)

OBJETIVO

Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.542.745.400,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.270.445.504,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 2.270.445.504,00**
Previsto não- orçamentário	**Realizado não- orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Processo Elaborado - Porcentagem	-	-	-	-	100.00	-

1. TAXA DE PROCESSO ELABORADO
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A resposta está vinculada ao fato de esta ser a primeira avaliação do Ministério Público da União (MPU) no PPA 2004-2007, em face dos fatores técnicos e operacionais que impossibilitaram as avaliações anteriores. O indicador do Programa não foi apurado, para o exercício financeiro de 2007, porque algumas unidades orçamentárias do MPU modificaram, no decorrer de 2007, ou estão modificando, as metodologias de cálculos dos processos elaborados, revisando conceitos e definições acerca dos itens que compõem esses processos. Assim, impossibilita-se a apuração do indicador, haja vista que as informações necessárias ao cálculo do indicador, cuja amplitude é nacional, estão indisponíveis.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Cabe ao Programa zelar pela observância da Constituição Federal, das leis e dos atos emanados dos poderes públicos, resguardando as ações de desenvolvimento do MPU, conforme suas funções institucionais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Superação da meta física em uma das ações de maior relevância no Programa (Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal), em função do sucesso crescente da atividade ministerial, o qual induziu a revelação de diversas demandas contidas na sociedade.

- Ampliação da produção da TV e Rádio do MPU por meio de parcerias com emissores de outros órgãos e Unidades da Federação, possibilitando maior divulgação dos trabalhos realizados.

- Realização de efetivo apoio operacional à atuação institucional do Ministério Público da União.

Em virtude da não apuração do indicador do Programa, considera-se que a execução financeira, de aproximadamente 89%, deveu-se à limitação de empenho e movimentação financeira imposta ao MPU, o que levou à paralisação de obras, que eram necessárias aos provimentos de cargos autorizados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No ano de 2007, houve modernização de Instalações de Procuradorias, Ofícios e Promotorias que foram:

a) manutenção, reforma e ampliação de diversos edifícios-sede;

b) adaptação de diversos edifícios-sede, visando a acessibilidade das pessoas com deficiência física;

c) melhoria da gestão e do atendimento à população;

d) padronização de projetos de construção de edifícios-sede (Projeto Padrão de Procuradorias e Promotorias);

e) aquisições de edifícios-sede da Procuradoria da República em São Paulo (MPF), da Procuradoria Regional do Trabalho em São Paulo (MPT) e da Procuradoria Regional do Trabalho em Belo Horizonte (MPT);

f) construção da promotoria de justiça de Samambaia-DF (MPDFT);

g) incremento das condições de segurança, nas Procuradorias, Ofícios e Promotorias.

Em relação ao monitoramento sobre o desempenho físico das ações têm-se as reuniões de trabalho com periodicidade mensal, abrangendo o MPU, por videoconferência ou presencial, as visitas mensais *in loco*, a utilização do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e elaboração bimestral de relatórios de gestão.

A gerência do Programa realiza visitas periódicas às unidades administrativas, ocasião em que são discutidas as necessidades de cada uma, bem como as possibilidades de atendimento, em função das prioridades estabelecidas e da disponibilidade de recursos.

O cumprimento de metas físicas ficou entre 40% e 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. No conjunto das ações do Programa, a meta física realizada foi de aproximadamente 71%. Na Ação Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário do MPU, a meta física realizada superou os 100%. A limitação de empenho e movimentação financeira e a aprovação de créditos suplementares que ocorreram em dezembro e a alteração de metas físicas decorrentes de emendas parlamentares contribuíram para a não realização das metas físicas, constantes da LOA 2007.

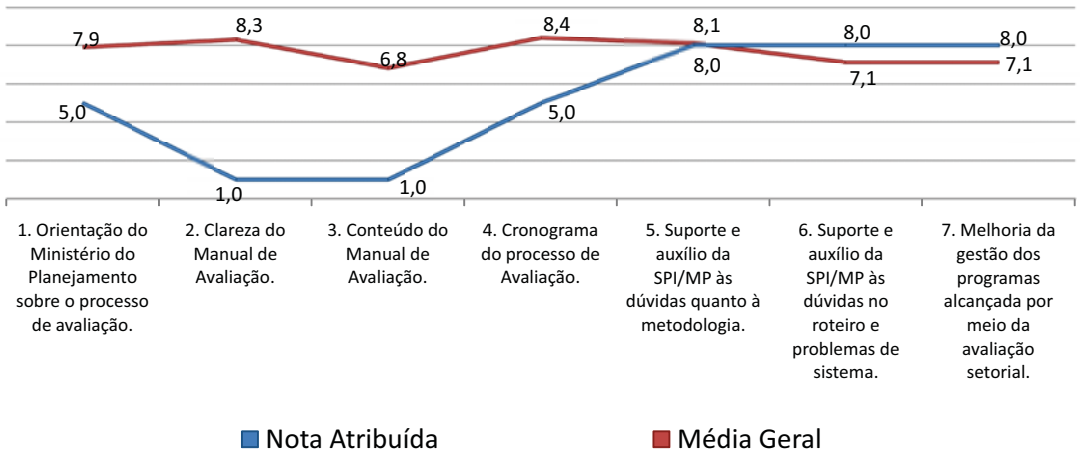
OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há participação social na elaboração e execução do orçamento do MPU. A programação orçamentária tem por base a organização das ações do MPU com a alocação de recursos suficientes para cumprir sua missão junto à sociedade.

A avaliação da satisfação dos beneficiários é de difícil mensuração haja vista o universo do público-alvo. Entretanto, busca-se superar essa dificuldade a partir da avaliação institucional do MPU, por meio dos serviços prestados pelos Procuradores e Promotores, junto aos poderes constituídos, em defesa da sociedade.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela gerência do Programa, mediante atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



A gerência do Programa, também, registrou que a capacitação dos gerentes para a avaliação do Programa foi considerada um pouco melhor a cada ano.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados

ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

GERENTE DO PROGRAMA

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

OBJETIVO

Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e representantes do Poder Público e desempenhar as demais prerrogativas constitucionais legais e regimentais do órgão e dos seus membros.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.605.420.687,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.362.935.195,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 2.362.935.195,00**

INDICADORES

O Programa não apresenta indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa é o conjunto de todas as atividades, todos os projetos e todas as operações especiais, que objetiva assegurar condições de funcionamento e manutenção do órgão, de modo a propiciar o desempenho de suas atribuições constitucionais e regimentais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Três emendas à Constituição.
- Três leis complementares.
- 25 Leis Ordinárias.
- 61 Medidas Provisórias (MP) convertidas.
- 49 Decretos Legislativos.
- Uma Resolução.

Destaca-se, dentre os principais resultados atingidos pelo Programa, a aprovação de vários atos normativos, além da fiscalização exercida pela Câmara dos Deputados, por meio da atuação parlamentar e, mais objetivamente, pelas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).

Os resultados obtidos pelo Programa Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados, dada a natureza do órgão, são de difícil mensuração. Assim, uma forma possível de se avaliar o Programa, a despeito de a Casa possuir outras prerrogativas, poderia ser por meio das principais matérias aprovadas, importantes para a sociedade brasileira.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, o mecanismo de monitoramento das realizações físicas das ações utilizado é a validação trimestral dos dados inseridos pelos respectivos coordenadores no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

O cumprimento das metas físicas está dentro do previsto, com exceção dos projetos que, além de sofrerem o contingenciamento imposto em função da necessidade de atingir o *superavit* fiscal programado, são suscetíveis de reavaliações políticas, o que impediu a realização de algumas obras programadas para o exercício.

Contudo, o cumprimento das metas físicas situou-se em torno de 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Em relação aos recursos orçamentários executados, estes foram considerados suficientes. Os recursos foram liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação.

Não houve dificuldade em relação à liberação de recursos para o fiel cumprimento das obrigações da Casa.

Conflitos decorrentes de outras políticas setoriais, inclusive entre esferas de poder ou entre esferas de Governo dificultaram a realização de várias obras programadas para o exercício. Os projetos alocados na LOA, no âmbito da Câmara dos Deputados, são muito suscetíveis de reavaliações políticas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em relação à participação social, os mecanismos utilizados são a Ouvidoria, que recepciona as petições, reclamações, representações ou queixas apresentadas por pessoas físicas ou jurídicas contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas, ou imputados a membros da Casa, a audiência pública, onde cada comissão pode realizar reunião com

cidadãos ou com entidades da sociedade civil para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação, mediante proposta de qualquer membro ou a pedido de entidade interessada e a consulta pública, onde a sociedade apresenta diversos questionamentos à Presidência da Câmara dos Deputados, que por sua vez os encaminha às comissões ou à Ouvidoria Parlamentar, conforme o caso.

Além disso, no âmbito da Casa, foi constituída a Comissão de Legislação Participativa (CLP), com a atribuição de receber sugestões de iniciativa legislativa apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, dentre outras, e por meio de reuniões com grupos de interesse, onde a participação da sociedade civil poderá ser exercida mediante o oferecimento de sugestões de iniciativa legislativa, de pareceres técnicos e de exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais, bem com de qualquer uma das entidades mencionadas na alínea a do inciso XII do artigo 32 da Resolução n.º 17, de 1989 - Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A participação social gera subsídios para que os parlamentares possam desempenhar melhor as competências constitucionais e legais da Casa.

Os produtos do Programa Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados são ofertados diretamente à sociedade, ainda que nem sempre estejam disponíveis para aferição, como, por exemplo, os que resultam das funções legiferante, fiscalizadora da atuação estatal, apuradora de fatos e debatedora de temas de interesse público.

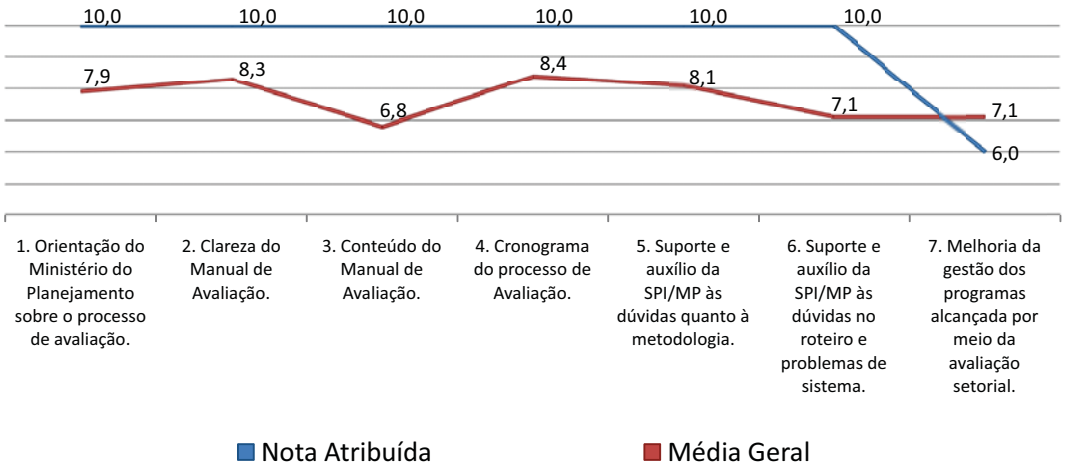
A Câmara dos Deputados vem adotando algumas práticas de gestão, dentre as quais destacam-se a gestão orçamentária da Câmara dos Deputados com o Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG), o Banco de Talentos, o Comitê Técnico de Gestão do Conhecimento e a gestão de comunidades virtuais e ciclo de palestras gerenciais, gestão estratégica. Todas poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal (APF) como boas práticas de gestão.

Deve-se promover a realização de estudos e análises a respeito da construção de indicadores para o Programa e desenvolver metodologia de apuração do indicador Taxa de Apreciação de Proposições.

Deve-se verificar a possibilidade de alinhamento com o Senado Federal, de forma a proporcionar um mecanismo de mensuração da atuação do Poder Legislativo brasileiro, inclusive com observância de referências internacionais a respeito do assunto.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela gerência do Programa, mediante atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



A gerência do Programa, também, registrou que a capacitação dos gerentes para a avaliação do Programa foi considerada melhor a cada ano.

SENADO FEDERAL

Atuação Legislativa do Senado Federal

ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

GERENTE DO PROGRAMA

Agaciel da Silva Maia

OBJETIVO

Representar a Federação, fiscalizar e controlar os atos dos agentes do Poder Público e desempenhar as demais atribuições constitucionais e regimentais.

PÚBLICO-ALVO

Unidades da Federação e sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.067.981.789,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.882.415.765,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.882.415.765,00**

INDICADORES

O Programa não apresenta indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa é o conjunto de todas as atividades e de todos os projetos, tendo como objetivo assegurar condições necessárias para a manutenção e o funcionamento das unidades do órgão, bem como para a realização de suas atribuições regulamentares, regimentais e constitucionais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Analisou-se a execução das metas físicas e financeiras das ações pela seguinte metodologia para o resultado das metas físicas foram somadas as metas previstas de todas as ações, considerando-se seu total (100%). Foram somadas as metas físicas realizadas de todas as ações e comparadas com as previstas. Encontrou-se percentual de 51% de execução. A execução física foi frustrada devido à não-execução dos recursos dos projetos referentes a obras. Quanto ao financeiro, observa-se que a execução foi de 91% em relação à previsão da Lei Orçamentária Anual (LOA) mais créditos, que é bastante satisfatória. A média entre o físico e o financeiro situou-se no alcance de 40% a 80%.

Como não foi definido um indicador para o Programa, os resultados foram analisados em cada ação. De maneira geral, os principais objetivos do Programa foram alcançados

por intermédio de suas ações, exceto em relação às ações dos projetos de obras, que foram adiados devido ao contingenciamento de recursos e à redefinição de prioridades da administração do órgão.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Como mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações, no âmbito da gerência, foram utilizados o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e a Secretaria de Administração Financeira do Senado Federal (SAFIN/Senado). Por ocasião da validação trimestral dos dados da execução física mensal (feita pelas unidades orçamentárias) no SIGPlan, faz-se uma avaliação da execução orçamentária do período em referência (trimestre). As Unidades Gestoras Responsáveis (UGRs) também dispõem de informações fornecidas pela SAFIN, sobre a execução orçamentária da despesa.

O SIGPlan tem facilitado o monitoramento, por apresentar dados da execução física mensal, bem como da programação física de curto prazo do PPA. Reconhece-se que a avaliação em curto prazo ainda é deficiente.

Os mecanismos de acompanhamento físico devem ser aperfeiçoados, de forma a melhorar a programação ou o planejamento orçamentário e a eficácia da execução, que também é prejudicada por outros fatores, dentre os quais o contingenciamento de recursos e a redefinição de prioridades administrativas.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes. Contudo, como os recursos de algumas ações não têm sido suficientes para custear as despesas previstas, o problema foi solucionado com o remanejamento de dotações entre ações que integram o Programa, via créditos suplementares. Os recursos foram liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação e, com exceção dos recursos contingenciados, não houve problema para o cumprimento da programação.

O contingenciamento orçamentário tem sido um dos principais entraves à implementação de ações, principalmente na categoria de despesas de capital (investimentos).

O órgão possui poucos casos de descentralização de recursos (somente para organismos internacionais de intercâmbio e cooperação), mas a execução financeira dessas ações foi considerada alta.

O processo de integração da gerência do Programa com os executores das ações vem sendo aperfeiçoado a cada ano, com a preocupação de se colocar os executores das ações cada vez mais informados e conscientes da importância de melhorar a qualidade do gasto.

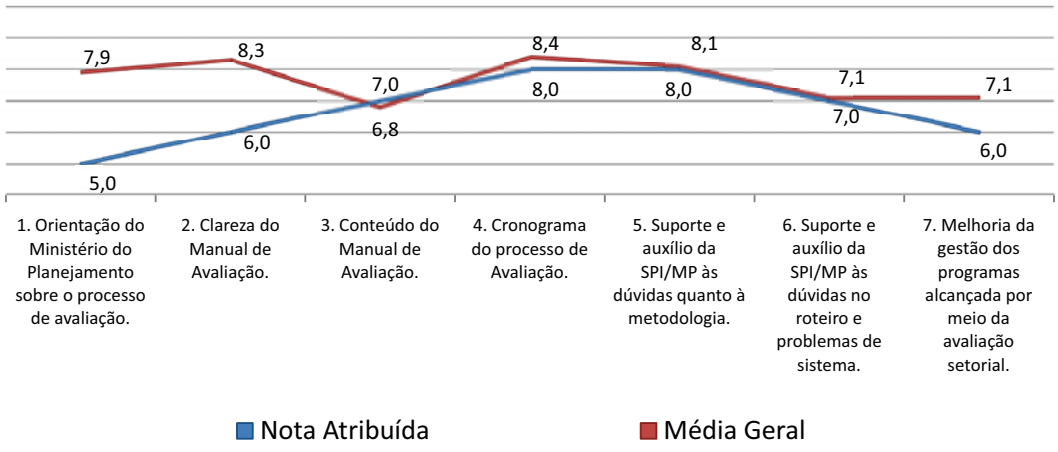
OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As práticas de gestão estão relacionadas diretamente com cada ação e compreende que cada unidade administrativa (UGR) elabora o seu orçamento, via sistema informatizado criado pelo órgão (CONORWEB), e recebe também um quadro detalhando o valor definido no seu orçamento para o exercício, por ação e natureza de despesa.

Periodicamente são fornecidos relatórios pelo órgão de orçamento e finanças, SAFIN, demonstrando o nível de execução. Caso a unidade administrativa tenha execução baixa no exercício, seu orçamento para o ano seguinte poderá sofrer reduções, para adequação do nível histórico de execução. Apenas os casos excepcionais são considerados - quando a execução foi prejudicada por fatores externos ou alheios à vontade da unidade administrativa. Essa prática poderia ser replicada na Administração Pública Federal (APF) como bom exemplo de gestão.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela gerência do Programa, mediante atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



A gerência do Programa, também, registrou que a capacitação dos gerentes para a avaliação do Programa foi considerada igual em todos os anos.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Controle Externo

CONTROLE EXTERNO

GERENTE DO PROGRAMA

Sérgio Freitas de Almeida

OBJETIVO

Assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos federais em benefício da sociedade e auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade, Congresso Nacional e gestores de recursos públicos federais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 714.896.162,00	Empenho Liquidado:	R$ 706.692.262,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 706.692.262,00**

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Julgamento de Processos pelo Tribunal de Contas da União - Porcentagem	43.60	42.10	45.80	46.20	40.00	115,50%

1. TAXA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O sucesso das ações empreendidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e o apoio recebido da administração pública permitiram que a meta fosse superada.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O controle dos gastos públicos e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, no que diz respeito à legalidade, legitimidade, economicidade e fiscalização das subvenções e renúncias fiscais, justificam a demanda que a sociedade exige de Programa voltado para a função judicante e fiscalizatória, com objetivo de coibir, inibir, evitar e punir a malversação e o desperdício de recursos públicos federais, auxiliando o Congresso Nacional em suas atividades de fiscalizar as contas dos administradores públicos federais, bem como de fiscalizar a correta aplicação de recursos federais. Neste sentido, a ação do TCU busca

atender à demanda social de fundamental importância, que é a busca pela transparência e pela aplicação legal dos recursos públicos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- A taxa de julgamento de processos pelo TCU alcançou 46,2%, resultado superior à meta de 40% estabelecida para o período.

O resultado positivo decorreu em virtude de estabelecimento de metas anuais de desempenho, da melhoria em processos de trabalho, da implementação de ações voltadas para a melhoria da satisfação profissional e da ampliação do uso de tecnologia da informação (TI).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, existem mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações, dentre os quais:

a) reuniões de trabalho realizadas semestralmente pelas gerências para acompanhar os resultados;

b) visitas *in loco* da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplan) do TCU às equipes responsáveis, para acompanhamento das metas anuais;

c) sistemas informatizados existentes no TCU, que obtém as estatísticas relativas aos resultados alcançados;

d) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), que possibilita o monitoramento do desempenho físico das diversas ações contidas no Programa Controle Externo - ocorre primordialmente mediante consultas efetuadas no próprio sistema.

O cumprimento das metas físicas contidas na Lei Orçamentária Anual (LOA) ficou acima das expectativas do órgão. O regular fluxo de recursos ao longo do exercício financeiro, bem como o planejamento adequado nas fases anteriores à implementação dos gastos, propiciou condições adequadas à execução física das ações dentro dos parâmetros esperados. Ademais, foram implementadas ações que propiciaram resultado superior ao projetado. Os resultados estão sendo obtidos de acordo como o planejamento de longo prazo, que projeta a estabilidade do indicador em torno de 40%, com a possibilidade de ocorrência de picos.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes e a execução orçamentária mostrou-se plenamente satisfatória, uma vez que os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

Uma vez que os recursos orçamentários foram integralmente liberados quando da aprovação da LOA 2007, e que os recursos financeiros foram adequada e tempestivamente liberados, a execução física das ações não sofreu nenhum tipo de prejuízo em função da disponibilidade de recursos.

As secretarias de controle externo (Secex) do TCU nos Estados executam suas ações com recursos descentralizados. Isso tem sido essencial para a autonomia e agilidade na execução das atividades de apoio e de controle externo das regionais, racionalizando e desburocratizando a execução orçamentário-financeira, o que garante o aporte de recursos necessários ao alcance das metas e dos resultados planejados.

A infra-estrutura na equipe gerencial, assim como nas equipes executoras, foi considerada inadequada, evidenciando a necessidade de ampliação de uso de TI. Além disso, espaço físico é insuficiente para desenvolver as atividades de treinamento e de execução.

A quantidade dos recursos humanos na equipe gerencial, assim como nas equipes executoras, foi considerada inadequada, fato que poderá ser amenizado com a aprovação do Projeto de Lei (PL) n.º 7.541, de 2006, que ampliará a quantidade de funções gerenciais e equilibrará a proporção de analistas por habitante em comparação com congêneres internacionais.

Em relação à capacitação e qualificação dos recursos humanos, está sendo implantada gestão por competências.

Embora o TCU tenha atribuições mais amplas e em maior quantidade do que a maioria das entidades fiscalizadoras superiores (EFS), a quantidade de analistas por habitante de que dispõe é significativamente inferior. As crescentes complexidade e sofisticação dos objetos de controle impõem necessidade de contínuo aprimoramento do quadro do TCU. Com este objetivo, encontra-se em fase final de desenvolvimento o Sistema de Gestão por Competências. Relativamente à quantidade, cumpre esclarecer que foi aprovada pela Lei n.º 10.799, de 10 de dezembro de 2003, a criação de 600 novos cargos de analista. Contudo, o provimento estender-se-á até 2009. Existe em tramitação o PL 7.541/2006, que ampliará a quantidade de funções gerenciais.

Em relação à comunicação entre as equipes, ocorreu a necessária articulação de informações entre o gerente do Programa e os executores das ações. Houve reuniões, comunicações e acompanhamentos para verificação do cumprimento dos objetivos de cada ação e resolução de eventuais problemas. O gerente do Programa é informado das dificuldades enfrentadas e dos sucessos alcançados na execução das ações, o que facilita a tomada de decisão.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

No aspecto da participação social, o TCU tem inovado no sentido de ampliar e diversificar as formas de atendimento ao público-alvo. Como exemplo, há a elaboração e distribuição de cartilhas de orientação, os eventos de diálogo público realizados e as ações de orientação aos conselheiros do Programa de Merenda Escolar.

Os eventos de diálogo público realizados em diversos Estados têm buscado conscientizar cidadãos da importância do controle social sobre a gestão de recursos públicos e do papel do TCU no sistema de controle. Há um crescente aumento de denúncias e representações ao TCU, o que mostra a efetividade dos eventos de diálogo público. Os conselheiros do Programa de Merenda Escolar têm sido essenciais na fiscalização da aplicação dos recursos públicos na merenda escolar, evitando desvios e desperdícios. Nos eventos de diálogo público, diversos segmentos da sociedade puderam discutir vários aspectos do controle externo. Como forma de aprimorar a transparência e facilitar a participação, foi inaugurado, em 2004, um novo portal de acesso público na Internet. Além da Ouvidoria implantada em 2004, das audiências públicas e das reuniões com grupos de interesse.

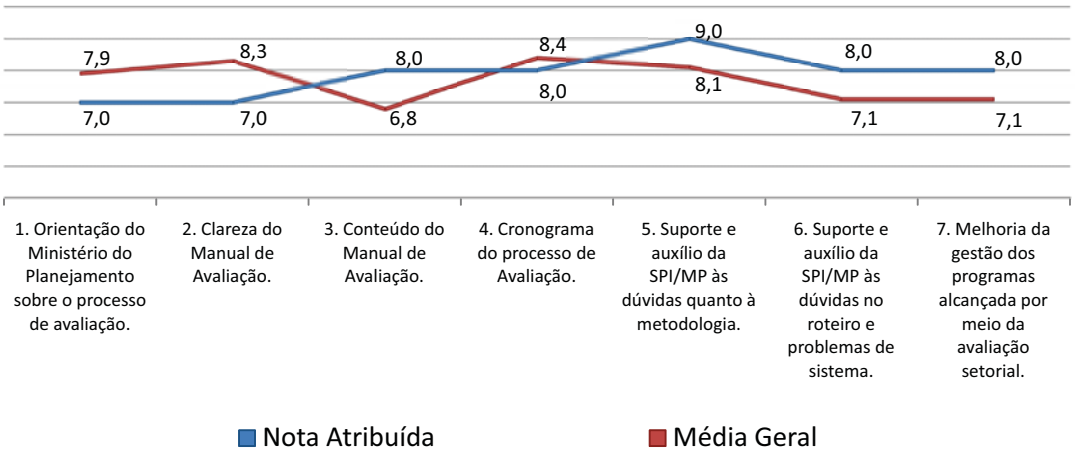
Essa participação social confere maior efetividade às ações de controle externo, de facilitação e incremento do controle social, de focalização das ações de controle em áreas de risco, relevância e materialidade e melhoria da alocação de recursos públicos federais.

Para aferir a satisfação dos usuários, em 2004, foi realizada pesquisa para colher percepção de imagem do TCU junto a parlamentares, ao Ministério Público da União (MPU), a controles internos e aos tribunais de contas nos Estados. Pareceres emitidos pelas comissões da Câmara e do Senado acerca dos relatórios de atividades encaminhados pelo TCU, trimestral e anualmente, são utilizados para promover melhorias. E a criação da Ouvidoria objetiva o recebimento de denúncias, sugestões e reclamações acerca da atuação do TCU. Em 2006 e 2007, foram realizadas pesquisas de imagem do TCU junto a seus principais clientes. Todas estas pesquisas tiveram por objetivo colher subsídios para a melhoria do Programa.

O estabelecimento de metas de desempenho institucional e a vinculação de parte da remuneração ao grau de alcance dessas metas e a estruturação de ampla base de dados com informações da administração pública, que propicia melhor conhecimento do ambiente externo, facilitando a atuação do órgão, poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal (APF) com boas práticas de gestão.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela gerência do Programa, mediante atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



A gerência do Programa, também, registrou que a capacitação dos gerentes para a avaliação do Programa foi considerada igual em todos os anos.

JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Prestação Jurisdicional no Distrito Federal

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL

GERENTE DO PROGRAMA

Cid Moreira

OBJETIVO

Garantir o pleno exercício do direito no Distrito Federal por meio da prestação dos serviços jurisdicionais de competência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 935.777.529,00	Empenho Liquidado:	R$ 933.756.556,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 933.756.556,00**

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Processo Sentenciado - Unidade	-	-	-	350.865	300.000	116,96%

1. PROCESSO SENTENCIADO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Apesar de não ter sido aprovado o Projeto de Lei (PL) 3.248, de 2004, que trata da atualização e modernização da Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e Territórios, o índice apurado foi superior ao previsto, haja vista as inúmeras ações desencadeadas para dar suporte à prestação jurisdicional.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A demanda da sociedade por serviços disponibilizados pela Justiça tem crescido no Distrito Federal (DF). A população do DF, no período 2000-2003, experimentou um considerável crescimento demográfico. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2000, o DF contava com uma população de 2.043.169 habitantes, e a projetada para 2003 era de 2.189.789 habitantes, representado um crescimento de 7,18%. Brasília,

com suas cidades-satélites, é hoje considerada como terceiro grande conglomerado, em número de habitantes. Tais dados revelam uma potencial demanda por serviços jurisdicionais, considerando-se que no ano 2000, o quantitativo de processos distribuídos na justiça de primeira instância foi de 228.972, e em 2003 foi de 295.500, representando um incremento de 29,6%, no período do último PPA. Desta forma, a Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (JDFT) deverá dar continuidade ao processo de implementação definitiva dos Juizados Especiais, bem como à instalação de novas varas comuns, nas circunscrições judiciárias que atualmente são nove, com perspectiva de ampliação para 13 circunscrições em todo o DF, na forma do Anteprojeto de Lei de alteração da organização judiciária no DF.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Conclusão das obras do Fórum do Núcleo Bandeirante.

- Continuidade das obras do bloco A do Fórum de Brasília, do Complexo Criminal de Brasília e do Fórum de São Sebastião.

- Implantação de modernas tecnologias de segurança e de sistemas de informação (acórdão real, assinatura digital, teleaudiência).

- Promoção de concurso para Juiz Substituto.

- Implantação parcial do mobiliário ergonômico.

- Continuidade do Programa de Modernização de Arquivos.

- Inauguração da Central do Idoso e do Centro de Resoluções Não-Adversarial de Conflitos (CRNC).

- Instalação do Juizado Especial do Aeroporto Internacional de Brasília.

As ações desencadeadas no exercício de 2007 tiveram como escopo dar maior efetividade à prestação jurisdicional, indistinta e imparcialmente, por meio de formas alternativas de resolução de conflitos e, ainda, por meio da descentralização dos serviços judiciais, proporcionada pela conclusão e instalação de novas unidades judiciárias.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, os mecanismos utilizados para o monitoramento do desempenho físico das ações são representados pelo acompanhamento mensal das realizações físicas, inseridas pelos respectivos coordenadores das ações e pela elaboração do Relatório de Gestão,

que é peça integrante do Processo de Tomada de Contas, cujas informações obrigatórias estão estabelecidas em decisão normativa do Tribunal de Contas da União (TCU).

Em relação ao cumprimento das metas físicas, as realizações situaram-se entre 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Verificou-se que a meta estabelecida para a maioria das ações orçamentárias foi cumprida (mais de 90%), e as metas que não foram completamente alcançadas em nada interferiram na satisfação dos objetivos visados pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT).

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes. Os recursos foram liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação.

Contudo, o contingenciamento orçamentário nesses últimos anos tem afetado os projetos consignados no PPA 2004-2007, ocasionando o atraso do cronograma físico-financeiro das ações e interferindo no desempenho das metas consignadas no PPA e na LOA.

Por fim, a dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais no âmbito da JDFT, especificamente quanto aos sem compensação, frustra as metas estabelecidas. Ressalte-se, também, que os créditos recebem parecer do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e em caso de não atendidos nem são analisados pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), apesar de pertinentes.

Ressalte-se que o valor consignado na LOA 2007 foi incluído o valor de R$ 103.292, na Fonte 181, relativo a convênio a ser firmado com o Governo do Distrito Federal (GDF), o qual não foi efetivado. O índice de utilização da despesa, verificado na ação orçamentária, foi 99,99, excluído do recurso de convênio.

Em relação aos recursos humanos nas equipes executoras, o TJDFT vive um *deficit* de pessoal nas áreas administrativas e judiciais. Para tanto, espera-se superar a falta de recursos humanos com a aprovação do PL 3.248/2004, que trata da modernização e atualização da Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, prevendo o aumento de número de cargos de magistrados e servidores.

Os recursos descentralizados pela Justiça Federal foram empregados no pagamento de sentença judicial (precatório) no valor de R$ 80.872,05.

Os recursos descentralizados pela Justiça Federal foram destinados ao pagamento de precatório, cuja sentença judicial foi proferida pelo TJDFT.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social por meio da Ouvidoria-Geral, instituída pela Resolução n.º 3/2000, do Pleno Administrativo, canal

permanente de intercomunicação e aproximação entre o TJDFT e a sociedade, que tem por competência receber denúncias, elogios e sugestões de aprimoramento dos serviços judiciais, dando mais agilidade e transparência à prestação jurisdicional. Tem como canais: Alô-Justiça (sistema 0800), Selo-Justiça (formulário pré-selado) e Ouvidor Virtual (formulário disponível no sítio eletrônico do TJDFT). Os atendimentos pessoais, cartas e *fax*, embora possíveis, ocorrem em número inexpressivo.

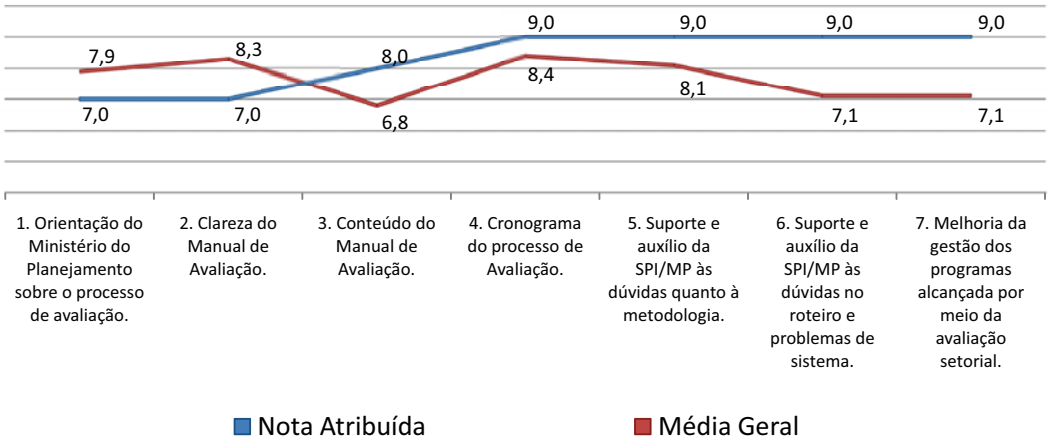
Além do mais, o Programa Justiça Comunitária foi criado em outubro de 2000, com o objetivo de democratizar a realização da Justiça, restituindo ao cidadão e à comunidade a capacidade de gerir seus próprios conflitos com autonomia. Atualmente, o Programa está instalado nas cidades-satélites de Ceilândia e Taguatinga e prevê a atuação de agentes comunitários que, na qualidade de membros das comunidades em que vivem, promovem a composição de conflitos, de forma a não se transformarem em demandas judiciais. A atuação dos agentes comunitários é acompanhada por uma equipe interdisciplinar composta de advogados, psicólogos, assistentes sociais, servidores de apoio administrativo, um artista e uma Juíza de Direito que coordena o Programa. As atividades desenvolvidas pelos agentes comunitários são: a informação jurídica, a mediação comunitária e a formação e a animação de redes sociais.

As atividades desencadeadas pelos agentes comunitários fortalecem e democratizam o acesso às informações acerca dos direitos dos cidadãos, por meio da atuação mais próxima da realidade sócio-cultural daquela comunidade. Para tanto, os agentes comunitários produzem, em comunhão com os membros da equipe interdisciplinar, materiais didáticos e artísticos, dentre os quais: cartilhas, filmes, peças teatrais, musicais e cordéis. A mediação comunitária é empregada como uma importante ferramenta para a promoção do "empoderamento" e da emancipação social. Por meio desta técnica, as partes direta e indiretamente envolvidas no conflito têm a oportunidade de refletir sobre o contexto de seus problemas, de compreender as diferentes perspectivas e, ainda, de construir em comunhão uma solução que possa garantir, para o futuro, a pacificação social.

Com a atuação da Ouvidoria, o índice de resulotividade das manifestações fica em torno de 90%. Em relação ao Projeto Justiça Comunitária, não há um mecanismo específico para medir os resultados. No entanto, os índices de mediação e encaminhamento sócio-jurídico têm se revelado positivos, assim como tem havido aumento na procura por orientações por parte da comunidade e, dessa forma, o Programa pode avaliar a satisfação de seus beneficiários.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela gerência do Programa, mediante atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



A gerência do Programa, também, registrou que a capacitação dos gerentes para a avaliação do Programa foi considerada melhor a cada ano.

JUSTIÇA DO TRABALHO

Prestação Jurisdicional Trabalhista

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

GERENTE DO PROGRAMA

Marcelo Barros Marques

OBJETIVO

Conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 7.057.456.662,00	Empenho Liquidado:	R$ 6.912.039.612,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 6.912.039.612,00**

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Recorribilidade - Porcentagem	-	-	-	53.44	-	-
2. Número de Processos por Magistrado - Unidade	-	-	4998.33	2240.00	1790.00	125,14%
3. Taxa de Solução de Processos - Porcentagem	-	-	-	53.50	-	-
4. Tempo Médio de Solução de Processos - Dias	-	-	768,17	663.00	-	-

1. ÍNDICE DE RECORRIBILIDADE

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O número encontrado em 2007, quando comparado ao índice de referência, reflete grande aumento de ingresso de recursos nas instâncias trabalhistas, demonstrando maior facilidade de acesso aos jurisdicionados.

2. NÚMERO DE PROCESSOS POR MAGISTRADO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 atingiu mais de 125% da meta estabelecida para o final do PPA, refletindo significativo incremento no volume processual no período, fenômeno que tem sido recorrente nos últimos anos. Além do aumento da demanda em matéria trabalhista, reforma recente nos dispositivos legais expandiu as competências da Justiça do Trabalho (JT), importando, por conseguinte, em aumento no quantitativo de processos e recursos que ingressam nas instâncias trabalhistas.

3. TAXA DE SOLUÇÃO DE PROCESSOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O valor apurado ao final de 2007 ficou abaixo do valor de referência (54,49) e do índice que era a meta para o final de 2007, (62,60) o que demonstra o crescimento no quantitativo de processos, já mencionado anteriormente. Entretanto, quando se compara a taxa de 2007, com a de 2006 (48,67), verifica-se que, mesmo com o crescente aumento de ingressos de reclamações trabalhistas e de recursos, houve melhoria na performance em relação a 2006, verificando-se, assim, curva ascendente do índice - tendência que, com a continuidade do trabalho, pretende-se manter nos próximos exercícios.

4. TEMPO MÉDIO DE SOLUÇÃO DE PROCESSOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Considerando-se que, em 2006, apurou-se um índice de 768,17, o valor ora apurado apresentou forte redução no quantitativo médio de dias consumidos na tramitação de processos trabalhistas, o que fica mais evidente quando analisado junto aos demais índices, especialmente o anteriormente comentado Número de Processos por Magistrados. Demonstra-se, assim, incremento na celeridade processual decorrente de investimentos em recursos humanos, informática e instalações físicas - despesas que têm sido prioridade da gestão deste órgão.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O considerável crescimento da demanda processual trabalhista, que autuou mais de 20 milhões de processos na última década, impõe à JT um intenso esforço no sentido de racionalizar, dar celeridade e dar efetividade à tramitação e ao julgamento das causas trabalhistas. Para tanto, torna-se imprescindível:

a) dotar o órgão de ações que possibilitem modernizar o seu parque de informática, buscando a criação de um sistema integrado de gestão da informação jurisdicional em todo o País;

b) implantar varas em Municípios que são pólos de desenvolvimento e apresentam demanda trabalhista crescente, bem como interiorizar suas ações, permitindo o acesso dos jurisdicionados nos mais distantes pontos do Território Nacional;

c) modernizar e ampliar a estrutura física, mediante reforma e construção de novas sedes trabalhistas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho: principal ação finalística que visa a constante otimização e celeridade processual. A grande capilaridade da JT e o aumento significativo do volume de processos nos últimos anos demonstram a importância da JT para os jurisdicionados, bem como o impacto social oriundo de sua atuação institucional.

• Implantação do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional da Justiça do Trabalho (e-Jus), infra-estrutura de instalações físicas, programas e equipamentos, para atender à política de centralização do processamento e armazenamento de dados, comunicação e segurança, substituição e aquisição de novos equipamentos de informática e aquisição de *hardwares* e *softwares*. Em 2007, as principais ações foram:

a) contratação da Rede Nacional de Comunicação de Dados da Justiça do Trabalho;

b) contratação do desenvolvimento do Sistema Unificado de Administração de Processos da Justiça do Trabalho (SUAP/JT);

c) consolidação do Portal da JT;

d) Implantação da 3ª fase do projeto de ensino a distância da JT;

e) realização de treinamentos na área de tecnologia;

f) adoção de política de compras centralizadas na JT.

• Modernização de Instalações da Justiça do Trabalho com a manutenção, reforma e ampliação de diversos edifícios-sedes de tribunais, varas e fóruns trabalhistas, contemplando a adaptação de diversas instalações físicas da JT, visando facilitar o acesso a portadores de deficiência física, melhoria da gestão e do atendimento à população, tendo como resultado o funcionamento das instâncias trabalhistas em condições adequadas e seguras e padronização do mobiliário, atendendo aos princípios de ergonomia e racionalização dos espaços prediais.

• Em 2007 foram atendidas 128 instalações prediais, destacando-se, dentre as despesas, a de realização de reformas e adaptações, que representaram 43,68% do total dos recursos aplicados no exercício.

• Conclusão de diversos projetos: aquisição de imóvel para a 2ª Vara do Trabalho de Abaetetuba (PA), construção de edifício de apoio ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 19ª Região e ampliação do edifício-sede do TRT da 19ª Região (AL), construção de fóruns trabalhistas: Itabira e Pará de Minas (MG), Goiana (PE), São Luís (MA) e Mossoró (RN), construção de varas do trabalho: Gravataí, Lajeado, Cachoeirinha e Caxias do Sul (RS) e Timon (MA).

Como demonstram os índices apurados em 2007, mesmo com aumento substancial no quantitativo de processos trabalhistas e no de recursos impetrados contra decisões da JT, houve maior celeridade na prestação jurisdicional, demonstrada por forte redução no tempo médio de solução de processos e, apesar da recente expansão de competência da JT, que provocou aumento de processos e de demanda pela prestação jurisdicional, atingiu-se uma taxa de solução de processos de 53,50%, que representa mais de 85% da meta estabelecida para o final do PPA. Conforme informações dos coordenadores de ações, a execução física das metas previstas apresentou o seguinte comportamento: 27% das ações alcançaram meta física acima do previsto, 36% ficaram entre 80% e 100%, 12% das ações apresentaram desempenho na faixa de 40% a 80%, e 24% das ações ficaram abaixo de 40% da previsão.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, os mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações são empregados com reuniões periódicas de trabalho, onde o gerente do Programa se reúne com os coordenadores de ação ou com um coordenador específico, para dirimir problemas e necessidades com que se deparem durante a implementação das ações que compõem o Programa.

A utilização de sistemas informatizados, onde a Ação Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho tem sido estabelecida como prioritária, com o objetivo precípuo de desenvolver e unificar sistemas informatizados para atender às ações finalísticas do Programa e dar maior celeridade à prestação jurisdicional e à tramitação de processos administrativos e judiciais no âmbito da JT. E, o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), onde os coordenadores das respectivas ações registram mensalmente as realizações físicas das ações.

Em relação ao cumprimento das metas físicas, as informações obtidas junto aos coordenadores de ação dão conta de que a faixa de 80% a 100% da meta prevista foi atingida por 36% das ações, 27% ficaram acima da meta, 12% atingiram execução física entre 40% e 80%, e 24% ficaram abaixo de 40%. As principais razões apresentadas para o baixo desempenho destas últimas foram, respectivamente, os contingenciamentos orçamentários efetuados ao longo do exercício e as dificuldades ocorridas em certames licitatórios e na obtenção de créditos adicionais.

Para a maioria dos coordenadores de ação, ou seja, 84%, os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes. Apenas 12% dos executores relataram necessidade de aporte de recursos, solicitado em época própria, porém não atendido no decorrer do exercício.

Em relação à liberação de recursos ao longo do exercício de 2007, 96% dos gestores consideraram o fluxo compatível com a programação física.

Em relação aos recursos humanos nas equipes executoras em levantamento efetuado junto às unidades, 77% dos TRTs reportaram carência de pessoal nas áreas que executam as ações finalísticas e de apoio, 16% das unidades consideraram a quantidade adequada, e suficiente a qualificação dos recursos humanos disponíveis, enquanto apenas 4% (uma unidade) considerou a quantidade inadequada e a qualificação insuficiente.

Em relação ao contingenciamento orçamentário: em 28% das unidades o contingenciamento orçamentário prejudicou a execução da programação, especialmente no que tange à execução de projetos.

O atraso na liberação de recursos foi apontado por 24% das unidades como responsável pelas dificuldades enfrentadas em 2007. Nesse item, os coordenadores de ação se referiram a recursos orçamentários, principalmente àqueles dependentes de aprovação de créditos suplementares e de créditos especiais - vale ressaltar que os créditos especiais só foram aprovados no final do exercício, inviabilizando sua utilização dentro do próprio exercício e importando aumento na inscrição de empenhos em restos a pagar e na reabertura desses créditos no exercício seguinte.

As dificuldades em licitações e celebração de contratos foram apontadas por 56% das unidades (14 tribunais) como as principais dificuldades observadas em 2007. Em relação ao licenciamento ambiental, 16% das unidades da JT (quatro tribunais) tiveram problemas com a lentidão no processo de licenciamento ambiental para implementarem seus projetos.

As ações Modernização das Instalações Físicas da Justiça do Trabalho, e Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional da Justiça do Trabalho, centralizadas na unidade orçamentária 15.101 (TST) e descentralizadas às demais unidades para atender a despesas com reforma, adaptação, ampliação e modernização de instalações prediais dos TRTs e das varas trabalhistas, bem como a despesas relacionadas à informatização, apresentaram percentuais de execução física muito abaixo das metas prevista (8,11% e 11,34%, respectivamente).

Esses desempenhos refletem os impactos das restrições apontadas pelos tribunais, em especial, o contingenciamento orçamentário, a demora na liberação de recursos e as dificuldades que ocorreram com licenciamento ambiental e com a realização de licitações e de contratos, bem como as indefinições decorrentes do processo de definição de aplicação dos recursos consignados a essas ações.

Durante o exercício de 2007, o Setorial da Justiça do Trabalho (Gerência do Programa) e os executores (coordenadores de ação das unidades orçamentárias) mantiveram contato constante, por meio de mensagens eletrônicas, contatos telefônicos, orientações e manuais de procedimentos e do módulo Comunica do Sistema Integrado de Administração Financeiro do Governo Federal (SIAFI), dentre outros, estabelecendo perfeita integração entre as equipes.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social por meio da ouvidoria de cada unidade da JT, possibilitando a comunicação com os jurisdicionados, de audiências públicas promovidas pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (CGJT) junto aos jurisdicionados em todo o Território Nacional, e de sítios eletrônicos disponibilizados pelos TRTs, com *links* para interface com os jurisdicionados, o que possibilita o envio de mensagens com os mais diversos teores, como reivindicações, pedidos de informações, reclamações, etc.

A atuação da Ouvidoria tem o escopo de ampliar a prestação jurisdicional, procurando defender os interesses do cidadão e o aperfeiçoamento dos serviços oferecidos pela JT no desempenho de sua função institucional. A CGJT, por meio das audiências públicas que promove, de modo independente, procura aferir a prestação jurisdicional e, se for o caso, determinar as correções da atividade processual que achar pertinentes.

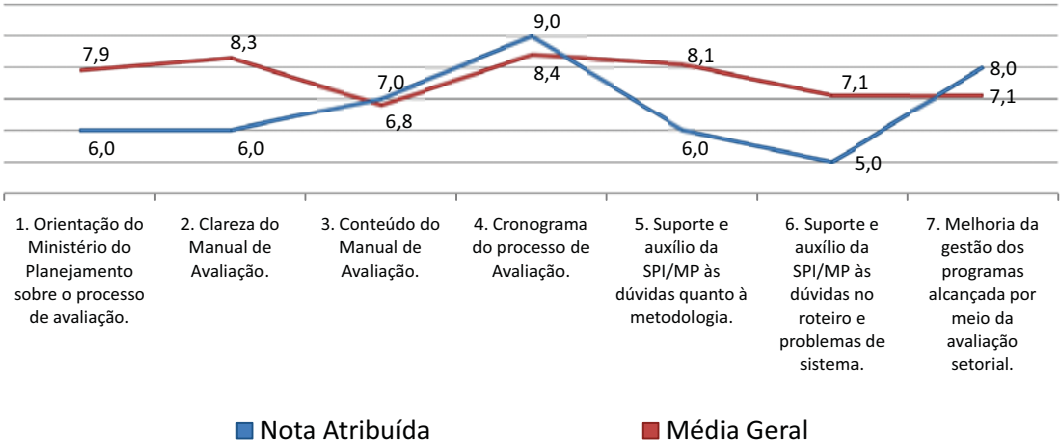
O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários, uma vez que essa mensuração é dificultada em razão da subjetividade do produto do Programa Prestação Jurisdicional Trabalhista.

A elaboração de diagnóstico personalizado, abordando os problemas, as inconsistências ou os erros detectados na fase de monitoramento e validação das ações, encaminhado a cada um dos executores diretos das ações do Programa (coordenadores de ação). Elaborado de forma contínua, de preferência trimestralmente, após o processo de validação das ações, fornece aos executores um feedback de seu trabalho e os motiva a buscar o aperfeiçoamento de seu trabalho e a garantia da acurácia, da tempestividade e da fidedignidade dos dados lançados no sistema. Tal prática é uma iniciativa inovadora, visto que trouxe relevantes respostas por parte dos coordenadores de ação, ao perceberem a seriedade do monitoramento e do acompanhamento da execução realizados pela gerência do Programa, e que poderiam ser replicados na Administração Pública Federal (APF) como boas práticas de gestão.

A satisfação de seus beneficiários poderia ser aferida por meio de enquetes junto ao público-alvo utilizando-se, para tanto, de ferramentas como entrevistas, questionários, pesquisas, etc.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela gerência do Programa, mediante atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



A gerência do Programa, também, registrou que a capacitação dos gerentes para a avaliação do Programa foi considerada igual em todos os anos.

JUSTIÇA ELEITORAL

Gestão do Processo Eleitoral

GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL

GERENTE DO PROGRAMA

Sérgio José Américo Pedreira

OBJETIVO

Propiciar a realização de pleitos eleitorais e aperfeiçoar os níveis de atendimento jurisdicional.

PÚBLICO-ALVO

Eleitores, partidos políticos e sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.569.599.617,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.488.926.912,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 2.488.926.912,00**

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Prazo Médio de Apuração Eleitoral - Hora	-	-	-	-	4.00	-
2. Prazo Médio de Votação Por Eleitor - Segundo	-	-	-	-	56.00	-

1. PRAZO MÉDIO DE VOTAÇÃO POR ELEITOR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A não-apuração deste índice em 2007 deve-se ao fato de não ter havido eleições gerais ou municipais neste exercício.

2. PRAZO MÉDIO DE APURAÇÃO ELEITORAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A não-apuração deste índice em 2007 deve-se ao fato de não ter havido eleições gerais ou municipais neste exercício.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa Gestão do Processo Eleitoral contempla os meios materiais e financeiros necessários para o desenvolvimento das ações voltadas à materialização da jurisdição eleitoral em todo o País, estando agrupadas em um único programa as ações fim e as ações meio, pois estas guardam grande relação.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização de pleitos eleitorais ainda que 2007 não seja ano oficialmente eleitoral, com base na Constituição da República, a Justiça Eleitoral realizou eleições suplementares em 11 Municípios, exatamente metade dos 22 que as realizaram em 2006, seja em virtude de cassação do mandato, seja por renúncia do titular. Elas aconteceram nos Municípios de Granjeiro (CE), Belmiro Braga (MG), Nova Ipixuna (PA), Serra Redonda e São Domingos do Cariri (PB), Campinas do Piauí e Jardim do Mulato (PI), Poção (PE), Pouso Novo (RS), Rio Negrinho (SC) e Graccho Cardoso (SE). Foram computados 91.601 eleitores aptos a votar nos pleitos. Desses, 14.863 são eleitores que foram convocados para plebiscitos realizados em Bueno Brandão e Itapeva, ambos Municípios de Minas Gerais.

- A Justiça Eleitoral encerrou suas atividades jurisdicionais de 2007 com 20.793 processos julgados com decisões de caráter definitivo, um crescimento em relação a 2005 (último ano não – eleitoral) de aproximadamente 13%.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, o mecanismo de monitoramento do desempenho físico das ações é realizado por meio de reuniões de trabalho realizadas semestralmente com os secretários de planejamento, orçamento e finanças dos tribunais regionais eleitorais e de diretores gerais, para avaliação da execução do planejamento orçamentário, de sistemas informatizados onde são usados programas para captação e acompanhamento de propostas orçamentárias - como o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária (SIGO) e planilhas atualizadas todo mês e, por fim, de atualização mensal do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), onde é verificado o preenchimento das unidades orçamentárias no módulo de monitoramento de dados físicos e financeiros da execução orçamentária.

Em relação ao cumprimento das metas físicas, as realizações situaram-se entre 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. As ações relacionadas a benefícios de servidores ultrapassaram os 80%. Porém, muitas ações relacionadas a projetos e investimentos, como construção e aquisição de imóveis para cartórios eleitorais, não alcançaram as metas físicas devido a problemas com contingenciamento, licença ambiental e alvarás de administrações municipais.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes. Contudo, o fluxo de liberação dos recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada.

O contingenciamento e a demora na aprovação de créditos adicionais atrapalharam a execução das metas físicas, gerando a necessidade de inscrição em restos a pagar.

A dotação da Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) foi aplicada em manutenção e reformas de cartórios e sedes ou anexos de tribunais, campanhas de conscientização de cidadania, pagamento de pessoal, ações de treinamento de pessoal, manutenção da TV Justiça, etc.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social por meio de ouvidorias presentes no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e em cada Tribunal Regional Eleitoral (TRE), além de manifestações da população local por meio das assembléias municipais, possibilitando que a Justiça Eleitoral saiba da necessidade de abertura de novas zonas eleitorais.

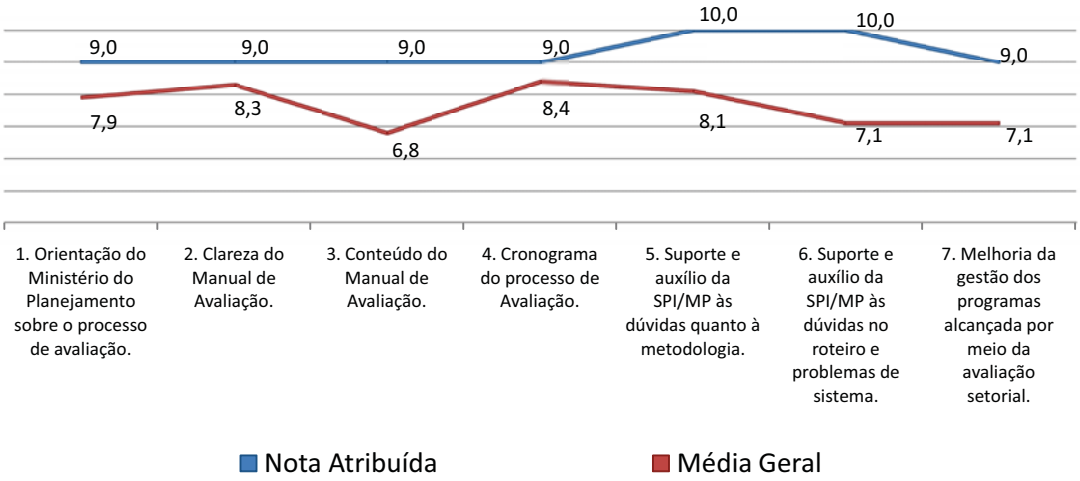
O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários utilizando pesquisas de opinião, feitas pelo Instituto Nexus - Centro de Informação Estratégica, em 2006 (em 2007 não houve eleições). De acordo com a pesquisa, 89% dos entrevistados avaliaram positivamente a Justiça Eleitoral, e cerca de 88% confiam nos resultados da eleição.

O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) tem como escopo as atividades de protocolização, autuação e distribuição dos processos das classes de *habeas corpus*, mandado de segurança e medida cautelar e os processos de aquisição de materiais. É um sistema continuado, além do Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) para qualificação dos cargos de chefe de seção, coordenador e secretário, que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal (APF) como boas práticas de gestão.

Há a necessidade de qualificar servidores para os sistemas informatizados.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela gerência do Programa, mediante atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



A gerência do Programa, também, registrou que a capacitação dos gerentes para a avaliação do Programa foi considerada melhor a cada ano.

JUSTIÇA FEDERAL

Prestação Jurisdicional na Justiça Federal (não avaliado)

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL (NÃO AVALIADO)

GERENTE DO PROGRAMA

Cesar Asfor Rocha

OBJETIVO

Garantir pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 4.773.078.023,00	Empenho Liquidado:	R$ 4.691.500.428,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 4.691.500.428,00**
Previsto não orçamentário	**Realizado não orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Julgamento de Processos na Justiça Federal - Porcentagem	-	-	-	-	23.00	-

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa foi criado para atender ao aumento da demanda jurisdicional e dotar a Justiça Federal de meios para cumprir as atribuições contidas na Constituição Federal.

JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

Prestação Jurisdicional Militar

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR

GERENTE DO PROGRAMA

Afonso Ivan Machado

OBJETIVO

Processar e julgar crimes militares definidos em Lei.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade brasileira, militares integrantes das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica).

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 157.628.282,00	Empenho Liquidado:	R$ 145.450.179,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 145.450.179,00**

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Julgamento de Processos na Justiça Militar - Porcentagem	-	-	-	36.87	60.00	61,45%

1. TAXA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS NA JUSTIÇA MILITAR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice não foi alcançado em decorrência da frustração nos investimentos que deveriam ser executados como maior informatização dos processos judicantes e modernização das instalações, entre outros. Entretanto, o atual índice de 36,87% representa alta velocidade na solução das questões na Justiça Militar da União (JMU).

CONTEXTUALIZAÇÃO

Desenvolver e acompanhar as ações da JMU pertinentes a sua função judicante, como justiça especializada que jurisdiciona a categoria dos militares federais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Julgamento de 3.530 processos na Ação 4225 - Processamento de Causas Envolvendo Crimes Militares (a meta do PPA era de 3.600).

• Execução de Física de 0,53% na Ação 12EC - Implantação de Sistema de Segurança Patrimonial da Justiça Militar da União, cuja meta estabelecida no PPA era de 15% (a execução ficou abaixo da previsão em decorrência da limitação de empenho).

• Modernização de 13 unidades da JMU, executada na Ação 12ED - Modernização de Instalações, cuja meta era de 15 unidades (projeto com característica de ação, sendo executado por todas as unidades gestoras (UGs) uniformemente, com modernização e manutenção dos imóveis).

• A Ação 7808 - Construção de Edifício-Sede do Superior Tribunal Militar não teve execução física e financeira por serem os recursos alvo de limitação de empenho na sua integralidade e por pendências quanto à cessão do terreno ao Superior Tribunal Militar (STM).

• Capacitação de 557 servidores pela Ação 4090 - Capacitação de Recursos Humanos, cuja meta era de 815 servidores (essa variação ocorreu devido à não-autorização de cursos solicitados).

Os recursos da Ação Processamento de Causas Envolvendo Crimes Militares são os maiores responsáveis pelo alcance dos objetivos da JMU, com uma execução de 94,96%.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, o mecanismo de monitoramento do desempenho físico das ações se dá pelo Sistema de Acompanhamento de Processos da Justiça Militar da União (SAM) e Sistema de Recursos Humanos, com envio de relatórios mensais para cadastro da execução das ações e por dados fornecidos pelas áreas responsáveis pela execução das ações, por meio de relatórios setoriais.

Em relação ao cumprimento das metas físicas, as realizações situaram-se entre 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. A maioria das ações obtiveram resultado que satisfatório. Nos demais casos houve uma influência da limitação de empenho e de razões de ordem administrativa, como no caso da construção do edifício-sede do STM.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes. Os recursos foram liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação.

Em relação aos recursos humanos, seu quantitativo foi considerado inadequado pela equipe gerencial. O crescimento da equipe gerencial depende do Projeto de Lei que amplia cargos

e funções na JMU, estando ainda pendente de parecer de mérito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O contingenciamento atingiu os projetos de investimentos, frustrando a execução e os resultados programados destes, o que interfere no desenvolvimento da ação finalística.

Questões relacionadas com a mudança na Presidência do STM, provocando atrasos na programação de execução diante do ajuste da nova equipe instalada.

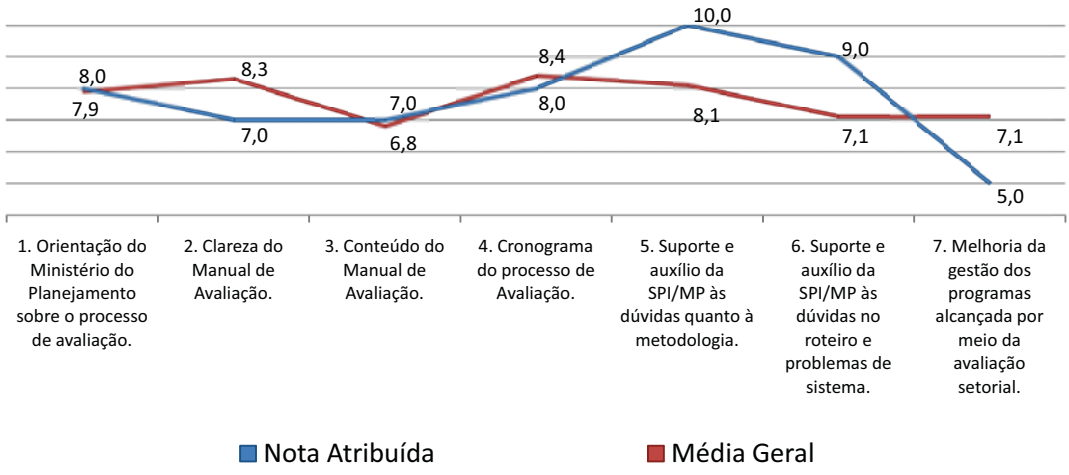
OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em relação à participação social, a JMU está desenvolvendo a implantação da Ouvidoria, que facilitará a participação da sociedade e poderá aferir sua satisfação.

A Administração desenvolve, em paralelo com a proposta orçamentária, o Plano de Ação Anual e o Plano Plurianual de Metas, espelhando as diretrizes da alta administração que, em consonância com as diretrizes e metas governamentais, constituem as bases para a execução e o desenvolvimento dos trabalhos na JMU, e que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal (APF) como exemplo de boas práticas de gestão.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela gerência do Programa, mediante atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégico (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



A gerência do Programa, também, registrou que a capacitação dos gerentes para a avaliação do Programa foi considerada um pouco melhor a cada ano.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GERENTE DO PROGRAMA

Sulamita Avelino Cardoso Marques

OBJETIVO

Garantir pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, processar e julgar ações e demais procedimentos que sejam inerentes à atividade judicante, elencada no artigo 105 da Constituição Federal.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 529.598.322,00	Empenho Liquidado:	R$ 523.961.073,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 523.961.073,00**

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Processos Julgados - Porcentagem	-	67.89	64.00	64.00	69.00	92,75%

1. TAXA DE PROCESSOS JULGADOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Apesar de o indicador encerrar o quadriênio em 64%, quando o previsto para o período era 69%,seu alcance superou as expectativas, considerando-se que a crescente demanda da sociedade pela prestação jurisdicional, manifestada por um maior número de processos distribuídos, foi acompanhada de um considerável acréscimo no número daqueles efetivamente julgados. Assim, convém ressaltar que, enquanto o Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgava cerca de 241.000 processos no primeiro ano de implementação do PPA, esse número ultrapassou 330.000 processos em 2007, o que representou uma evolução nos julgados na ordem de 37%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa visa atender à demanda social no que cabe ao STJ, especialmente pela prestação jurisdicional constitucionalmente atribuída ao órgão, zelando pela autoridade e uniformidade interpretativa das normas infraconstitucionais, garantindo a todo cidadão o acesso à justiça e ao julgamento do direito.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Em função da Resolução n.º 4, de 30 de novembro de 2006, que atribuiu ao Presidente do Tribunal a competência para, antes da distribuição, não conhecer do agravo de instrumento manifestamente inadmissível, foi possível obter maior celeridade processual, principalmente em virtude de o número de processos ingressados ser muito maior que o de processos ingressados em anos anteriores, o que fez com que as metas estabelecidas fossem frustradas numericamente, mas não efetivamente.

- Maior celeridade e efetividade dos julgados em função do aprimoramento dos servidores, cuja permanente capacitação foi estimulada com o advento da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006.

Apesar do indicador de 64% está abaixo do previsto para o ano (69%), e considerando-se o aumento do volume de processos distribuídos e pendentes, o total de processos julgados representou um acréscimo de aproximadamente 26% em relação ao ano de 2006.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, o mecanismo de monitoramento do desempenho físico das ações é feito com periodicidade mensal, por meio do registro das informações no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), repassadas pelas unidades administrativas.

O cumprimento das metas físicas previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 situou-se entre 80% e 100%. Em média, a execução física das ações totalizou 99,57%, o que significa que efetivamente atingiram os resultados esperados, contribuindo para o desempenho apresentado pelo programa finalístico do STJ.

Ressalva-se que, para o cálculo dessa média, excluiu-se o resultado da Ação Implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, que não apresentou execução física em função da alocação total de seus recursos para atender a contingenciamento e crédito suplementares.

Os recursos orçamentários executados foram considerados insuficientes, embora a dotação orçamentária fixada na LOA 2007 tenha contemplado a totalidade dos recursos inicialmente previstos no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Esses se mostraram insuficientes

para atender às necessidades do órgão, surgidas no decorrer do exercício. Além disso, a limitação de empenho comprometeu a execução de metas previamente estabelecidas.

O fluxo de liberação de recursos no exercício de 2007 sofreu descontinuidade, prejudicando a execução física das ações do Programa.

Houve comprometimento significativo do fluxo de recursos devido ao contingenciamento no mês de março. Mesmo havendo ampliação de empenho, esses ocorreram de forma fracionada no decorrer do ano, impedindo efetivo planejamento e execução da despesa. Outro fator que contribuiu para frustrar a execução programada foram os créditos oferecidos com compensação, visto que tal procedimento implicou em indisponibilidade de recursos presentes à época em função de outros que só vieram a ser liberados no final do exercício, quando já não foi possível sua realização integral.

A quantidade de recursos humanos nas equipes executoras foi considerada inadequada, uma vez que ocorreu acréscimo de cerca de 20% no volume de processos distribuídos no STJ no exercício de 2007, em relação ao ano anterior. Isso confirma a tendência verificada nos últimos anos, de uma crescente demanda pela prestação jurisdicional nesta Corte. A ampliação da estrutura de recursos humanos é uma das exigências para fazer frente a esse crescimento. Acresça-se a isso a alta rotatividade de servidores que deixaram o órgão em função de posse em outros cargos.

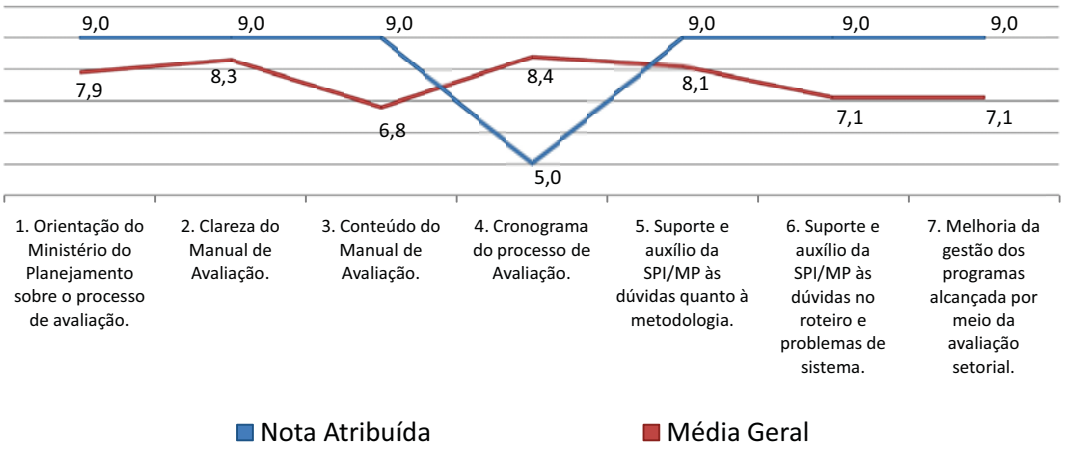
OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O STJ mantém a Ouvidoria-Geral como instrumento de conscientização da sociedade acerca do papel do STJ, tendo como canais de acesso formulários eletrônicos, *e-mails*, telefones, cartas, *fax* e atendimento pessoal. Em 2007, a Ouvidoria atendeu a 11.493 manifestações.
Na página de pesquisa processual na Internet, o tribunal procedeu a uma reformulação dos critérios de pesquisa e uma atualização de seu leiaute, a fim de atender a diversas manifestações de usuários externos quanto à dificuldade na obtenção de informações. Outra iniciativa, motivada por manifestações de advogados, foi a criação de um link entre o STJ e a Receita Federal, para informar de modo mais rápido e preciso os diversos códigos necessários ao recolhimento de custas judiciais. Ambas as iniciativas foram objeto de elogios por parte dos usuários.

O tribunal mantém uma pesquisa permanente de satisfação do usuário que apresentou, no exercício de 2007, um grau de satisfação de 78,7%. Quando comparado ao percentual obtido em 2006, próximo de 70%, constata-se que o permanente esforço do tribunal dá concretude a sua visão de futuro, qual seja, ser reconhecido pela sociedade como modelo de garantia de uma justiça acessível, rápida e efetiva.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela gerência do Programa, mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



A gerência do Programa, também, registrou que a capacitação dos gerentes para a avaliação do Programa foi considerada um pouco melhor a cada ano.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Controle da Gestão Administrativa e Financeira no Poder Judiciário

Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal

CONTROLE DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUDICIÁRIO

GERENTE DO PROGRAMA

Sérgio Renato Tejada Garcia

OBJETIVO

Apoiar as atividades de planejamento e orçamento, bem como o controle e a fiscalização da gestão administrativa do Poder Judiciário da União e dos Estados.

PÚBLICO-ALVO

Poder Judiciário e sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 66.531.725,00	Empenho Liquidado:	R$ 65.782.305,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 65.782.305,00**

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Controle da Gestão Administrativa e Financeira no Poder Judiciário - Porcentagem	-	-	-	95.00	-	-

1. TAXA DE CONTROLE DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUDICIÁRIO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice foi apurado, em 2007, pela relação entre a quantidade de processos recebidos 3.771 e de processos baixados 3.597, o que correspondeu a 95%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa visa atender à demanda pela prestação jurisdicional de controle e fiscalização da gestão administrativa e financeira no Poder Judiciário.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Redução do prazo médio de tramitação das principais classes de processos.

- Modernização do preparo de petição e a tramitação do processo para julgamento de forma totalmente eletrônica, além de rapidez e transparência nas decisões.

- Conferência de maior efetividade aos direitos da população carcerária.

- Obtenção de uma macro da situação dos apenados brasileiros, visando a tomada de decisão no âmbito do Poder Judiciário.

- Desenvolver e manter cadastro nacional de bens apreendidos, em parceria com o Conselho da Justiça Federal (CJF), o Ministério da Justiça (MJ) e o Departamento de Polícia Federal (DPF).

- Automação do envio de ordens de penhora e bloqueio de bens, agilizando a satisfação dos créditos em execução e auxiliando nas investigações que envolvam crimes organizados. Este procedimento permite identificação de imóveis de réus e criminosos registrados em várias cidades de diferentes Estados brasileiros.

Observa-se que, em 2007, a taxa de controle da gestão administrativa e financeira no Poder Judiciário atingiu 95% de processos julgados, considerando-se que foram recebidos 3.771 processos, e baixados 3.597. Com o objetivo de imprimir maior rapidez, qualidade e transparência nos procedimentos e nas decisões jurídicas, além de ampliar o acesso dos cidadãos à justiça em todo o País, foram desenvolvidas as seguintes ações:

a) aquisição de equipamentos e *softwares* para fomentar a modernização da justiça brasileira;

b) instalação de postos de digitalização e impressão;

c) padronização da tecnologia da informação (TI) do Poder Judiciário, para promover a implantação do processo virtual;

d) instalação e ativação de sistema de tecnologia para interligar toda a rede do Poder Judiciário;

e) instalação do Banco de Dados Centralizado da População Carcerária (resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) n.º 33, de 10 de abril de 2007);

f) implantação de sistema de processo judicial eletrônico do Poder Judiciário;

g) criação de Cadastro Nacional de Bens Apreendidos (CNBA), e criação do Banco Nacional de Dados Estatísticos do Poder Judiciário (BNDPJ);

h) padronização taxonômica das tabelas de classes, movimentações e assuntos processuais;

i) implantação do sistema de certificação digital;

j) criação do Portal do CNJ;

k) criação da Rede Nacional do Poder Judiciário;

l) implantação do sistema de informação de serventias extrajudiciais;

m) implantação do Sistema de Processo Eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (Projudi);

n) criação do Cadastro Nacional de Adoção (CNA).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, são adotados mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações, dentre os quais a elaboração anual do Relatório de Prestação de Contas, conforme disposto no artigo 54 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, onde consta a execução física e financeira das ações do Programa, bem como constam as realizações do órgão.

Periodicamente são realizadas reuniões de trabalho para avaliação do desempenho físico e financeiro das ações do Programa, tendo como base as informações atualizadas pelos respectivos coordenadores de Ação no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes. Os recursos foram liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação física planejada. Contudo, o contingenciamento de recursos prejudica a execução dos projetos.

Em relação aos recursos humanos na equipe gerencial e executora, o órgão não possui quadro de pessoal admitido por concurso, o que torna inadequadas a quantidade e a qualificação dos recursos humanos tanto na equipe gerencial como na equipe executora.

Dessa forma, o Supremo Tribunal Federal (STF) deverá promover a estruturação e qualificação do quadro de pessoal para melhor desempenhar suas atividades.

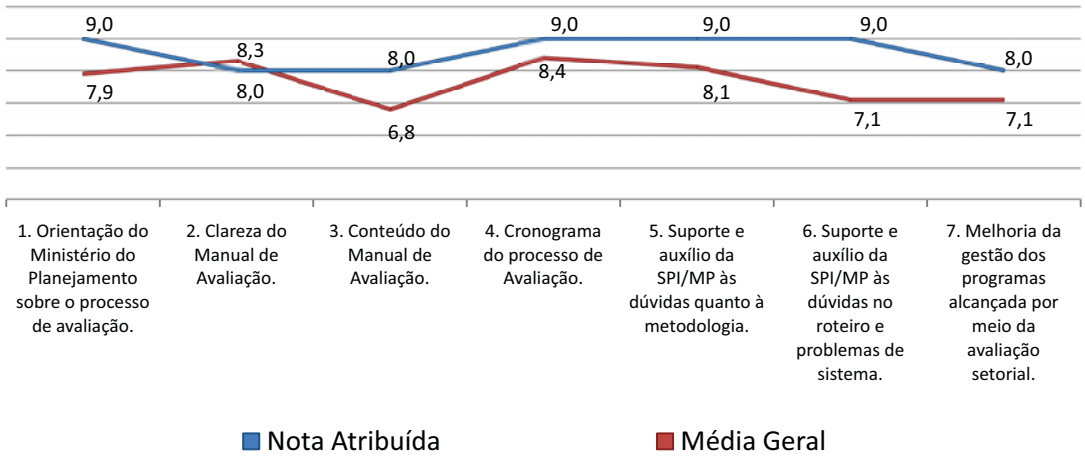
OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social, por meio de reuniões com órgãos públicos e a sociedade organizada, para obtenção de diagnóstico das

necessidades de investimento para melhoria dos serviços prestados pelo Poder Judiciário ao cidadão brasileiro.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela gerência do Programa, mediante atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



A gerência do Programa, também, registrou que a capacitação dos gerentes para a avaliação do Programa foi considerada um pouco melhor a cada ano.

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

GERENTE DO PROGRAMA

Sérgio José Américo Pedreira

OBJETIVO

Processar e julgar as ações diretas de inconstitucionalidade, as ações declaratórias de constitucionalidade, o *habeas corpus* e os mandatos de injunção e exercer as demais competências estabelecidas na Constituição Federal.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 303.063.990,00	Empenho Liquidado:	R$ 295.730.789,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 295.730.789,00**

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Julgamento de Processos no Supremo Tribunal Federal - Porcentagem	-	-	-	134.00	75.00	178,67%

1. TAXA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Processos recebidos em 2007, 119.324 e processos julgados em 2007, 159.524, em que a relação corresponde o índice da taxa de julgamento que foi de 134%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa visa atender a demanda pela prestação jurisdicional constitucionalmente atribuída ao Supremo Tribunal Federal (STF).

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Maior celeridade processual, haja vista a redução do prazo médio de tramitação das principais classes de processos.

• Modernização dos preparos de petição para julgamentos, baseada nos avanços proporcionados pelo processo virtual e pela assinatura digital.

• Aumento da produtividade e da qualidade dos serviços prestados pelo STF.

• Reformulação da Rádio Justiça e da TV Justiça, possibilitando ampliação, aprimoramento e maior transparência na disponibilização e divulgação das informações sobre os atos do STF e do Poder Judiciário da União.

• Implantação da biblioteca digital, que trouxe significativo avanço na área de pesquisa para magistrados, membros do Ministério Público (MP), advogados e estudantes de direito, bem como para o público em geral.

• Maior celeridade processual, haja vista a redução do prazo médio de tramitação das principais classes de processos.

• Modernização dos preparos de petição para julgamentos, baseada nos avanços proporcionados pelo processo virtual e pela assinatura digital.

• Aumento da produtividade e da qualidade dos serviços prestados pelo STF.

• Reformulação da Rádio Justiça e da TV Justiça, possibilitando ampliação, aprimoramento e maior transparência na disponibilização e divulgação das informações sobre os atos do STF e do Poder Judiciário da União.

• Implantação da biblioteca digital, que trouxe significativo avanço na área de pesquisa para magistrados, membros do MP, advogados e estudantes de direito, bem como para o público em geral.

Em 2007, deram entrada 119.324 processos, tendo sido baixados 159.524, apresentando uma taxa de julgamento de 134%. Dessa forma, foram atingidos os resultados satisfatórios, contribuindo positivamente para o bom desempenho apresentado pelo programa finalístico.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência, o monitoramento do desempenho físico das ações é feito por meio das reuniões de trabalho, realizadas periodicamente para a avaliação do desempenho das ações do Programa, dos relatórios de gestão elaborados anualmente seguindo o que está disposto no artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, onde

constam a execução física e financeira das ações do Programa, e as realizações do órgão, e da utilização do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), onde são feitas as atualizações das informações da execução física e financeira das ações.

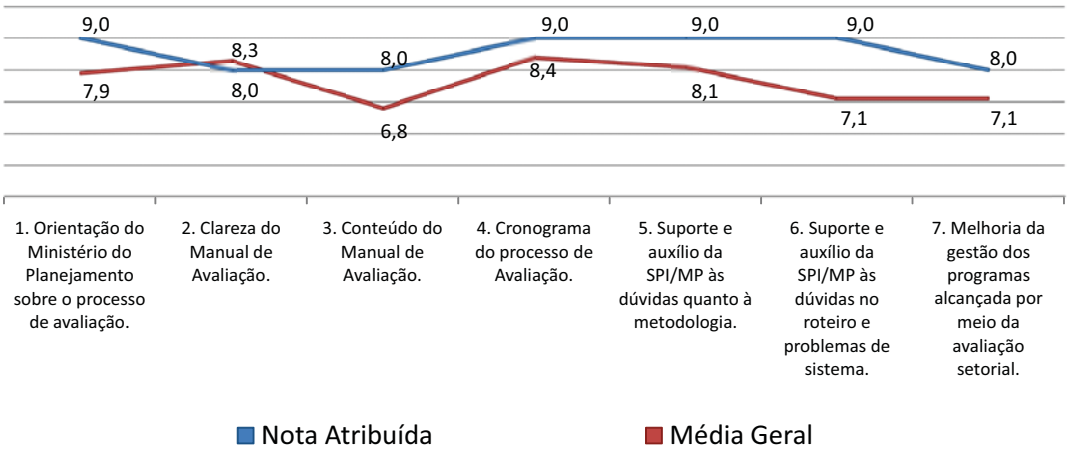
Em relação ao cumprimento das metas físicas, a execução física ficou acima de 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. O Programa Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal (STF) superou a inicialmente prevista na LOA, devido ao esforço da casa para diminuir o estoque de processos pendentes. Em 2007, deram entrada 119.324 processos, tendo sido baixados 159.524, apresentando uma taxa de julgamento de 134%. Dessa forma, foram atingidos os resultados satisfatórios, contribuindo positivamente para o bom desempenho apresentado pelo Programa.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes. Os recursos foram liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação.

Foram adiadas algumas metas para execução no exercício seguinte, em decorrência de contingenciamento de recursos. Apesar dessas limitações, não houve comprometimento do desempenho do Programa.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pela gerência do Programa, mediante atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



A gerência do Programa, também, registrou que a capacitação dos gerentes para a avaliação do Programa foi considerada um pouco melhor a cada ano.

Secretaria de Planejamento
e Investimentos Estratégicos

Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão

www.planejamento.gov.br
avaliacaoppa@planejamento.gov.br